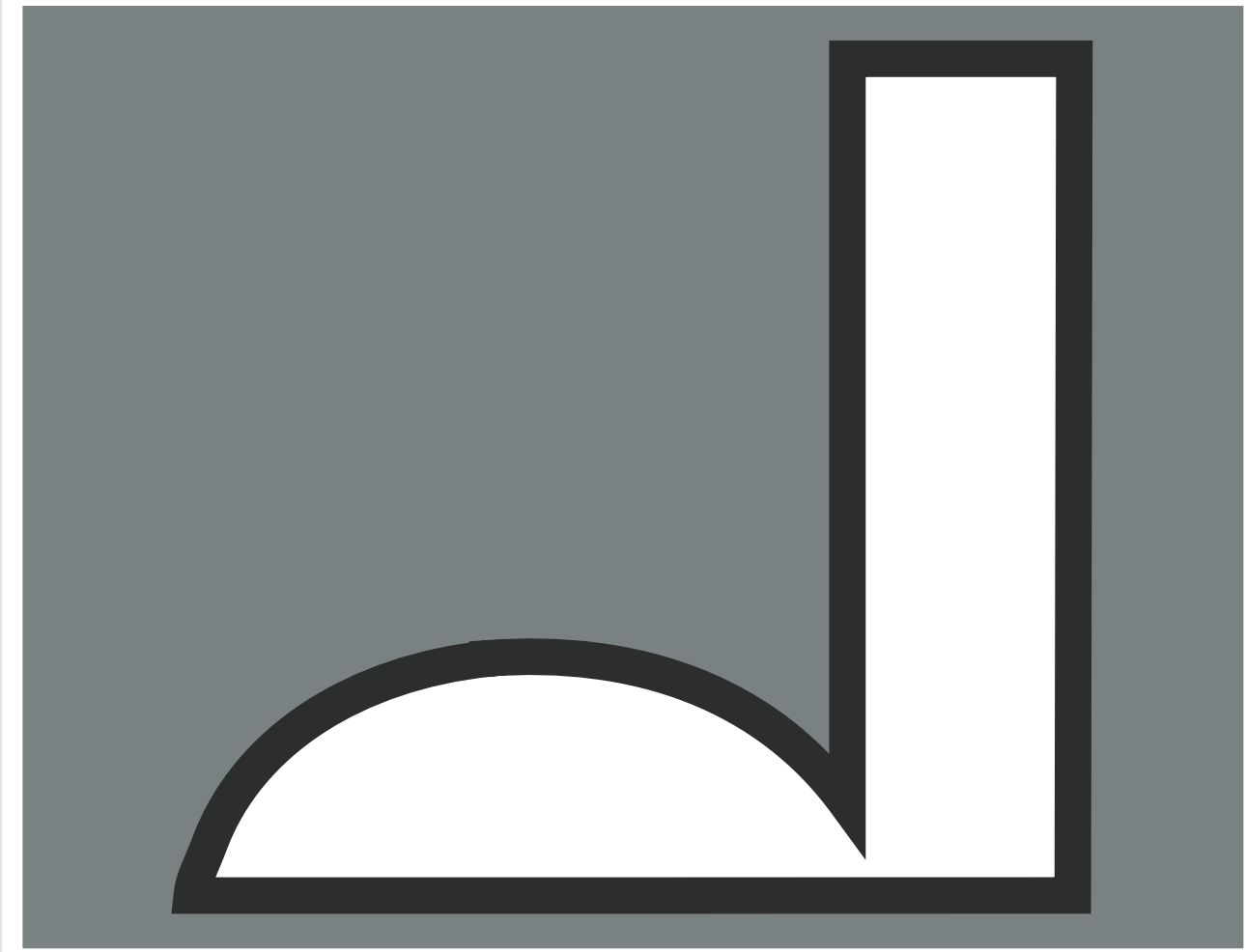
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**
EXERCÍCIO FINANCEIRO – 2010

**GOVERNO FEDERAL**
(Mensagem nº 24/2011 – CN – nº 86, de 2011, na origem)

**ANO LXVI – SUP. A Nº 50 – QUINTA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 2011 – BRASÍLIA-DF**

**MESA DO SENADO FEDERAL**

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

# LIDERANÇA

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30**

**Líder**
**Humberto Costa - PT**

**.....**

**Líder do PT - 15**
**Humberto Costa**

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

**Líder do PR - 5**
**Magno Malta**

**Líder do PDT - 4**
**Acir Gurgacz**

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

**Líder do PSB - 3**
**Antonio Carlos Valadares**

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

**Líder do PC DO B - 2**
**Inácio Arruda**

**Líder do PRB - 1**
**Marcelo Crivella**

**Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27**

**.....**

**Líder do PMDB - 19**
**Renan Calheiros**

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

**Líder do PP - 5**
**Francisco Dornelles**

Vice-Líder do PP
Ana Amelia

**Líder do PSC - 1**
**Eduardo Amorim**

**Líder do PMN - 1**
**Sérgio Petecão**

**Líder do PV - 1**
**Paulo Davim**

**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**

**Líder**
**Mário Couto - PSDB (9)**

**.....**

**Líder do PSDB - 10**
**Alvaro Dias**

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (8)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

**Líder do DEM - 5**
**Demóstenes Torres (3,4)**

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

**PTB - 6**

**Líder**
**Gim Argello - PTB**

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

**PSOL - 2**

**Líder**
**Marinor Brito - PSOL**

**PPS - 1**

**Líder**
**Itamar Franco - PPS**

**Governo**

**Líder**
**Romero Jucá - PMDB**

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.


Expediente

**Doris Marize Romariz Peixoto**
Diretora-Geral do Senado Federal
**Florian Augusto Coutinho Madruga**
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
**José Farias Maranhão**
Diretor da Subsecretaria Industrial

**Claudia Lyra Nascimento**
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
**Maria Amália Figueiredo da Luz**
Diretora da Secretaria de Ata
**Denise Ortega de Baere**
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

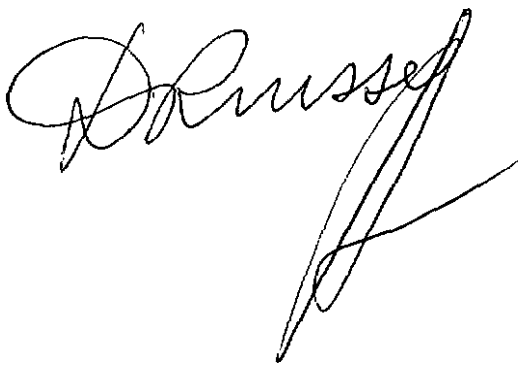
# Mensagem nº 24, de 2011- CN
## (nº 86/2011, na origem)

Mensagem nº 86

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010.

Brasília, 31 de março de 2011.



EM nº 004/2011/CGU-PR

Brasília, 28 de março de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2010, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

2. Saliento, por fim, que as Contas relativas ao exercício de 2010 devem ser submetidas ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jorge Hage Sobrinho***



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

# EXERCÍCIO DE 2010

**BRASÍLIA-DF**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EXERCÍCIO DE 2010

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

**BALANÇO GERAL DA UNIÃO**

**AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010**

*Luiz Inácio Lula da Silva*
**Presidente da República Federativa do Brasil**

*Jorge Hage Sobrinho*
**Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União**

*Guido Mantega*
**Ministro da Fazenda**

*Paulo Bernardo*
**Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EXERCÍCIO DE 2010

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

**BALANÇO GERAL DA UNIÃO**

## ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO


### CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**
Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 – Bloco A, 8º andar, Edifício Darcy Ribeiro
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-7115 / 2020-7116 – Fax: (61) 2020-7129

### MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A
Brasília – DF
Tel.: (61) 3412-3063 – Fax: (61) 3412-1959

### MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**
**DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS**
Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 3º e 8º andares – salas 331 e 864
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-4080 – Fax: (61) 3226-8122 e (61) 2020-4326 – Fax: (61) 3223-5605


---

**PLANO DA OBRA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA / 2010**

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

## APRESENTAÇÃO

A presente Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República foi organizada pela Controladoria-Geral da União - CGU para encaminhamento ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias contados da abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao que determina o artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal.

As informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação do Poder Executivo Federal no exercício de 2010, sendo estruturadas em sete partes, assim compreendidas:

PARTE I – Informações Preliminares
PARTE II – Política Econômica
PARTE III – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE IV – Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE V – Atuação por Setor Governamental
PARTE VI – Balanço Geral da União
PARTE VII – Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2009

As informações preliminares contidas na Parte I buscam informar o leitor sobre a organização administrativa do Governo Federal, onde se inserem os órgãos e entidades que apresentam informações para a Prestação de Contas Anual do Presidente da República - PCPR.

A Parte II evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte III contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativas para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2010.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estão contempladas na Parte IV.

A Parte V – Atuação por Setor Governamental contempla a ação governamental em cada área de atuação do Poder Executivo, privilegiando a informação por função de governo, com vistas a apresentar à sociedade e ao Tribunal de Contas da União, instância responsável pela apreciação destas Contas, prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2010.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte VI, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão do Ministério da Fazenda e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A última parte retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido, quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2009.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PCPR**
**EXERCÍCIO DE 2010**

PARTE I
INFORMAÇÕES PRELIMINARES


1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL ..... 3
1.1.1. Organograma ..... 4
1.2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ..... 4
1.2.1. O Balanço Geral da União ..... 5
1.3. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2010 ..... 5
1.3.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira ..... 5
1.3.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício ..... 6
1.3.3. Execução Financeira ..... 6
1.3.4. Política de Restos a Pagar ..... 13


PARTE II
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO GOVERNAMENTAL


2.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2010 ..... 17
2.1.1. Produto Interno Bruto - PIB ..... 17
2.1.2. Inflação ..... 18
2.1.3. Política Monetária e Crédito ..... 18
2.1.4. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários ..... 19
2.1.5. Balanço de Pagamentos ..... 20
2.1.6. Desempenho Fiscal ..... 20
2.1.7. Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios (Acórdão nº 1718/2005-TCU-Plenário) ..... 22
2.1.8. Subsídios Creditícios e Financeiros do PAC (Acórdão nº 1690/2007-TCU-Plenário) ..... 24
2.2. MOEDA E CRÉDITO ..... 26
2.2.1. Aspectos Gerais ..... 26
2.2.2. Agregados Monetários ..... 26
2.2.3. Títulos Públicos Federais e Operações do Banco Central no Mercado Aberto ..... 27
2.2.4. Operações de Crédito do Sistema Financeiro ..... 27
2.2.5. Sistema Financeiro Nacional ..... 30
2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO ..... 31
2.3.1. Política de Comércio Exterior ..... 31
2.3.2. Política Cambial ..... 33
2.3.3. Movimento de Câmbio ..... 36
2.3.4. Balanço de Pagamentos ..... 37
2.3.5. Reservas Internacionais ..... 51
2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional ..... 53
2.3.7. Dívida Externa ..... 54
2.3.8. Indicadores de Endividamento ..... 61
2.3.9. Captações Externas ..... 62
2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII) ..... 63
2.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS ..... 65
2.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público ..... 65
2.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público ..... 65
2.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos ..... 65
2.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisária nº 2.196-3/2001) ..... 66
2.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais ..... 66
2.4.6. Outros Haveres ..... 66
2.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL ..... 69
2.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira ..... 69
2.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios ..... 69
2.5.3. Haveres Mobiliários ..... 73
2.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ..... 80
2.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal ..... 80
2.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida ..... 83
2.6.3. Tesouro Direto ..... 87
2.6.4. Avanços Institucionais ..... 87
2.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS ..... 88
2.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal ..... 88
2.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas ..... 89
2.7.3. Estoque das Dívidas ..... 89
2.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real - RLR ..... 89
2.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências estabelecidas nas Leis Complementares nº 87/96 e 115/02 ..... 89
2.7.6. Cálculos dos Valores referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores ..... 90
2.7.7. Prestação de Apoio Financeiro aos Entes Federados que Recebem Recursos do Fundo de Participação dos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal ..... 91
2.7.8. Cálculo da Capacidade de Pagamento ..... 91

2.7.9. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios ..... 93
2.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO ..... 94
2.8.1. Aspectos Gerais ..... 94
2.8.2. Financiamento ..... 94
2.8.3. Equalização ..... 95
2.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas ..... 98
2.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação ..... 99
2.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS ..... 101
2.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens ..... 101
2.9.2. Concessão de Garantias Externas ..... 101
2.9.3. Concessão de Garantias Internas ..... 103
2.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias ..... 104
2.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito ..... 107
2.9.6. Securitização de Dívidas ..... 107
2.10. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS ..... 109
2.10.1. Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito ..... 109
2.10.2. Projetos em Execução ..... 109
2.10.3. Acordos de Cooperação Técnica Multilateral ..... 110
2.10.4. Auditoria sobre as Captações Externas e Dispêndios ..... 111
2.10.5. Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2010 ..... 111
2.10.6. Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo ..... 111
2.10.7. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito ..... 113
2.10.8. Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2010 ..... 113
2.10.9. Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2010 ..... 114
2.10.10. Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos ..... 117
2.10.11. Agentes de Governo e Ciclo de Aprovação de Acordos Internacionais ..... 117
2.10.12. Resultados Alcançados pelo Controle ..... 118
2.11.ARRECADAÇÃO E COBRANÇA ..... 121
2.11.1.Comportamento Global da Arrecadação ..... 121
2.11.2. Análise do Comportamento da Arrecadação de 2010 ..... 121
2.11.3. Análise dos Tributos que mais contribuíram para o Resultado ..... 122
2.11.4. Análise da Arrecadação em Relação à Previsão ..... 123
2.11.5. Fiscalização das Receitas ..... 125
2.11.6. Controle Aduaneiro ..... 126
2.11.7. Combate à Sonegação ..... 127
2.11.8. Renúncias Tributárias ..... 127
2.11.9. Ano Disponível das Informações da Fonte ..... 149
2.11.10. Índice de Projeção Utilizado ..... 149
2.11.11. Programas de Parcelamento de Créditos ..... 158
2.11.12. Parcelamentos ..... 158
2.12. DIVIDA ATIVA ..... 161
2.12.1. Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária ..... 161
2.12.2. Dívida Ativa - Autarquias e Fundações ..... 170

PARTE III
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.1. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ..... 177
3.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ..... 182
3.2.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita ..... 182
Anexos da Realização da Receita - OFSS ..... 205
3.2.2. Execução da Despesa Orçamentária ..... 222
3.2.3. Resultado Orçamentário ..... 248
3.2.4. Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e da Inscrição de Restos a Pagar do Exercício ..... 249
Anexos da Dotação e Execução Orçamentária da Despesa - OFSS ..... 263
3.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ..... 347
3.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE ..... 347
3.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb ..... 352
3.3.3. Erradicação do Analfabetismo ..... 354
3.3.4. Ações e Serviços Públicos de Saúde ..... 354
3.3.5. Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação ..... 355
3.4. ANÁLISE DOS LIMITES ..... 357
3.4.1. Despesas com Pessoal da União ..... 357
3.4.2. Dívida Consolidada Líquida ..... 358
3.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores ..... 362
3.4.4. Operações de Crédito ..... 363
3.4.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa. ..... 364
3.4.6. Resultado Primário. ..... 367
3.5. EXECUÇÃO DO OFSS PELAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO ..... 370
3.5.1. Banco do Brasil S.A. - BB ..... 370
3.5.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA ..... 376
3.5.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ..... 383
3.5.4. Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB ..... 390
3.5.5. Banco da Amazônia S.A. - BASA ..... 398

PARTE IV
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS


4.1. ASPECTOS GERAIS ..... 409
4.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS ..... 412
4.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO ..... 428
4.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ..... 432
4.4.1. Reserva Global de Reversão - RGR ..... 432
4.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ..... 434
4.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC ..... 435
4.5. ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI ..... 439


PARTE V
ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL


5.1. AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO ..... 451
5.1.1. Presidência da República ..... 451
5.1.2. Controladoria-Geral da União ..... 481
5.1.3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Função Agricultura ..... 496
5.1.4. Ministério da Ciência e Tecnologia - Função Ciência e Tecnologia ..... 505
5.1.5. Ministério da Cultura - Função Cultura ..... 519
5.1.6. Ministério da Defesa - Função Defesa ..... 528
5.1.7. Ministério da Educação - Função Educação ..... 546
5.1.8. Ministério da Fazenda ..... 577
5.1.9. Ministério da Integração Nacional ..... 585
5.1.10. Ministério da Justiça - Função Segurança Pública ..... 594
5.1.11. Ministério da Previdência Social - Função Previdência Social ..... 605
5.1.12. Ministério da Saúde - Função Saúde ..... 614
5.1.13. Ministério das Comunicações - Função Comunicações ..... 625
5.1.14. Ministério das Relações Exteriores - Função Relações Exteriores ..... 634
5.1.15. Ministério de Minas e Energia – Função Energia ..... 646
5.1.16. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Função Organização Agrária ..... 657
5.1.17. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Função Indústria ..... 670
5.1.18. Ministério do Esporte - Função Desporto e Lazer ..... 682
5.1.19. Ministério do Meio Ambiente - Função Gestão Ambiental ..... 689
5.1.20. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..... 700
5.1.21. Ministério do Trabalho e Emprego - Função Trabalho ..... 712
5.1.22. Ministério dos Transportes - Função Transporte ..... 721
5.1.23. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Função Assistência Social ..... 732
5.1.24. Ministério das Cidades – Funções Habitação, Urbanismo e Saneamento ..... 748
5.1.25. Ministério do Turismo - Função Comércio e Serviços ..... 764
5.1.26. Ministério da Pesca e Aquicultura ..... 774


PARTE VI
BALANÇO GERAL DA UNIÃO


6.1. ASPECTOS GERAIS: ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA ..... 791
6.1.1. Órgãos, Entidades e Fundos ..... 791
6.1.2. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos ..... 791
6.1.3. Diretrizes sobre a Elaboração das Demonstrações e sua Consolidação ..... 791
6.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..... 793
6.3. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO ..... 891
6.3.1. Diretrizes Contábeis ..... 891
6.3.2. Mudanças de Critérios Contábeis ..... 892
6.3.3. Ajustes de Exercícios Anteriores ..... 892
6.3.4. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira ..... 893
6.3.5. Integração de Saldos Contábeis ..... 893
6.3.6. Resultado do Banco Central do Brasil ..... 895
6.3.7. Desvinculação das Receitas da União ..... 895
6.3.8. Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Internas (Intraorçamentárias) ..... 895
6.3.9. Resumo das Principais Práticas Contábeis ..... 898
6.3.10. Receitas Orçamentárias ..... 900
6.3.11. Previsão Atualizada da Receita e Dotação Atualizada da Despesa ..... 900
6.3.12. Receitas Correntes - Deduções ..... 901
6.3.13. Receita de Capital - Alienação de Bens ..... 902
6.3.14. Despesa Orçamentária ..... 902
6.3.15. Movimentação de Créditos. ..... 903
6.3.16. Ingressos Extraorçamentários ..... 903
6.3.17. Dispêndios Extraorçamentários ..... 904
6.3.18. Outras Despesas de Capital ..... 904
6.3.19. Disponível ..... 905

6.3.20. Créditos em Circulação ..... 907
6.3.21. Realizável a Longo Prazo ..... 907
6.3.22. Investimentos ..... 909
6.3.23. Imobilizado ..... 912
6.3.24. Intangível ..... 913
6.3.25. Passivo Financeiro - Depósitos ..... 913
6.3.26. Passivo Financeiro - Obrigações em Circulação ..... 914
6.3.27. Passivo Não-Financeiro - Obrigações em Circulação ..... 915
6.3.28. Passivo Não-Financeiro - Exigível a Longo Prazo ..... 916
6.3.29. Patrimônio Líquido ..... 916
6.3.30. Ativo Compensado e Passivo Compensado ..... 918
6.3.31. Receita Intraorçamentária de Capital ..... 918
6.3.32. Despesa com Depreciação, Amortização e Exaustão ..... 918
6.3.33. Reclassificação de Itens ..... 919
6.3.34. Influência dos Saldos da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha no Balanço Financeiro ..... 919
6.3.35. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos ..... 920

PARTE VII
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2009

7.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ..... 923
7.1.1. No âmbito do Ministério da Fazenda ..... 923
7.1.2. No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..... 923
7.2. MINISTÉRIO DA FAZENDA ..... 923
7.3. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ..... 929
7.4. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, DA EDUCAÇÃO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, DO TURISMO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA SAÚDE E DO ESPORTE ..... 930
7.5. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DA DEFESA, DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DE MINAS E ENERGIA ..... 939
7.6. MINISTÉRIO DA CULTURA ..... 940
7.7. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL ..... 940
7.8. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DEFESA ..... 941
7.9. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DOS TRANSPORTES E DO MEIO AMBIENTE ..... 942
7.10. SECRETARIA TESOURO NACIONAL - STN/MF ..... 943
7.11. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA ..... 946

**PARTE I**

# INFORMAÇÕES PRELIMINARES

# PARTE I – INFORMAÇÕES PRELIMINARES

## 1.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL

A organização administrativa adotada no Brasil resulta, principalmente, da forma de Estado e de governo cunhadas na Constituição Federal, tal como ocorre nos demais países. Reflete, portanto, a forma federativa definida pelo constituinte originário e expressa em seu artigo de abertura:

> *"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]".*

Depreende-se então que a organização político-administrativa do Estado brasileiro compreende a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios numa descentralização territorial em três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

A organização administrativa reflete também o fato de o Brasil constituir um Estado Democrático de Direito, ou seja, ação do Estado é auto-limitada pelas leis, expressão da vontade geral, e que se utiliza do princípio da divisão de poderes para garantir a efetividade dos princípios democrático-legais. Assim, a Constituição Federal brasileira instituiu como Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (art. 2º).

A forma de governo presidencialista adotada define que o comando do Poder Executivo, que abrange as funções de chefia de Governo e de Estado, no âmbito Federal, é exercido pelo Presidente da República e, em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente, ambos auxiliados por uma equipe liderada pelos ministros e secretários de estado.

Para cumprir a missão determinada pela Constituição Federal e legislação infra-constitucional, a União e demais entes da federação necessitam estruturar-se em órgãos e entidades a quem são atribuídos competências específicas e disponibilizados meios para o atendimento das necessidades e demandas da sociedade.

A esta estrutura é que se refere a chamada organização administrativa, representando, em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo e, em sentido material, o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos.

A Administração Federal é classificada em Direta e Indireta. A Administração Direta é formada por órgãos que não possuem personalidade jurídica própria, pois exercem diretamente as competências a cargo da União, demonstrando, desta forma, que a centralização administrativa está materializada pela Presidência da República, pelos ministérios e pelos órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciários.

A Administração Indireta é formada por entidades que possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, caracterizando assim a descentralização administrativa das atividades do Estado, sendo vinculadas e supervisionadas pelos ministérios ou por outros órgãos da Administração Direta. Tais entidades dispunham, até a Constituição Federal de 1988, de grande autonomia administrativa e financeira, e, após a promulgação da vigente Carta Magna, as exigências administrativo-financeiras a que essas entidades estavam sujeitas passaram a ser praticamente as mesmas a que se sujeitava a Administração Direta.

A Constituição Federal exige que a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, seja Direta ou Indireta, obedeça, dentre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e tenha por finalidade precípua a promoção do bem-estar social, que será alcançado mediante a elaboração de políticas públicas.

As políticas públicas, para que possam se concretizar, devem ser inseridas nos planos e orçamentos governamentais, que, de acordo com a Constituição, devem revestir-se de caráter legal. Assim, os planos são materializados na Lei que estabelece o Plano Plurianual – PPA, e sua execução, em cada exercício financeiro, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que terá sua elaboração orientada por um instrumento intermediário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que protege a discussão da LOA de casuísmos e interesses menores, buscando maior transparência e confiabilidade.

A Constituição de 1988 buscou ampliar a abrangência da Lei Orçamentária Anual – LOA, a fim de suprimir a existência de orçamentos paralelos como existira antes da promulgação da Carta Magna. Assim, o § 5º do artigo 165 define que lei orçamentária anual compreenderá:

> *"I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*
>
> *II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*
>
> *III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público."*

A presente Prestação de Contas apresentada pelo Presidente da República insere-se no contexto da organização administrativa como instrumento de garantia do Estado Democrático de Direito, que determina o dever de prestar contas a todos a quem são atribuídas responsabilidades e os respectivos meios para cumpri-las. Assim, o Presidente presta contas de sua administração ao povo brasileiro por meio de seu representante, o Congresso Nacional, a quem cabe julgar estas Contas que abrangem a Administração Pública Federal e a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

### 1.1.1 - Organograma

O Poder Executivo Federal tem como chefe máximo o Presidente da República, que também é o chefe de Estado e de Governo. O presidente exerce, ainda, o comando supremo das Forças Armadas. Os ministros de estado, indicados pelo Presidente da República, auxiliam o exercício do Poder Executivo, criam normas, acompanham e avaliam programas federais e implantam políticas para os setores que representam. Os órgãos também são responsáveis por estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos. Em áreas estratégicas, como a segurança institucional e os direitos humanos, o governo possui secretarias, cujos titulares possuem status de ministro. Outros cargos também possuem esse status, tais como: o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil.

**Ministérios**: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Cultura; Defesa; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Esporte; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Pesca e Aquicultura; Planejamento, Orçamento e Gestão; Previdência Social; Relações Exteriores; Saúde; Trabalho e Emprego; Transportes e Turismo.

**Órgãos da Presidência da República**: Casa Civil; Secretaria-Geral; Advocacia Geral da União; Controladoria-Geral da União; Gabinete de Segurança Institucional; Gabinete Pessoal da Presidenta da República; Secretaria de Assuntos Estratégicos; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Portos.

## 1.2 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PCPR

A Constituição Federal, no inciso XXIV do artigo 84, determina que o Presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da abertura da Sessão Legislativa, a Prestação de Contas referente ao exercício anterior.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR é atribuída a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

| ÓRGÃO | RESPONSABILIDADE |
|---|---|
| **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**<br>*Secretaria Federal de Controle Interno – SFC* | Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 5.683/2006. |
| **MINISTÉRIO DA FAZENDA**<br>*Secretaria do Tesouro Nacional - STN* | Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social. |
| **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**<br>*Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais*<br>*Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI* | Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre a execução física das ações governamentais. |

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2010 foram elaboradas seguindo diretrizes de aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior organicidade, transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial. Foram observadas também em seu processo de elaboração as orientações estabelecidas no Aviso nº 7/2010 - Gab Min AC, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à Controladoria-Geral da União. Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64 com as análises necessárias à sua compreensão.

No tocante à atuação de cada Pasta Ministerial, a elaboração dos relatórios teve como diretriz a evidenciação da execução do orçamento fiscal e da seguridade social por função de governo, bem como os resultados alcançados no exercício de 2010, a

execução dos programas e ações governamentais integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, incluindo, os classificados como prioritários na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

### 1.2.1 - O Balanço Geral da União

A finalidade básica de todo sistema contábil é o registro e prestação de informações para a tomada de decisões e para a prestação de contas e responsabilização dos gestores perante aqueles de quem recebe suas atribuições. Neste aspecto, o Balanço Geral da União – BGU está inserido num contexto maior: a Prestação de Contas do Presidente da República referindo-se à componente contábil desta e como já mencionado, sua elaboração compete à Secretaria do Tesouro Nacional, que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 06/02/2001:

> *"Art. 15. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:*
> *[...]*
> *II – os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades;*
> *[...]*
> *IV – a situação patrimonial do ente público e suas variações.*
> *[...]*
> *Art. 18. Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal:*
> *[...]*
> *VI - elaborar os Balanços Gerais da União;"*

Além de compor a Prestação de Contas do Presidente em sua versão impressa e também a disponibilizada no sítio eletrônico da CGU, as informações do BGU (balanços e demonstrativos) também serão disponibilizadas pela STN em ambiente web.

O BGU contém todos os Balanços Consolidados da União, além de Demonstrativos Contábeis da execução orçamentária da União, abrangendo os recursos consignados nos orçamentos fiscal e da seguridade social em favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes, das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e das Entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais.

As informações estão disponibilizadas nos vários tipos de Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais. Em complemento está a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Na aplicação web/Tesouro serão disponibilizados todos os Balanços Consolidados da União, referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social, e todos os demonstrativos contábeis da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com o mesmo *layout* do livro impresso.

Além da Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR, serão também disponibilizados na web/Tesouro todos os balanços e demonstrativos que compõem as Informações Adicionais à PCPR, tais como demonstrações contábeis dos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e demonstrações consolidadas por tipo de administração.

Estarão disponíveis para os usuários, as caixas de seleção para escolha dos parâmetros, permitindo combinações como o tipo de balanço, tipo de administração, órgão e exercício financeiro a partir de 2007, possibilitando a geração de relatórios.

## 1.3 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2010

### 1.3.1 - O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pela Lei nº 10.180/2001 visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional - STN o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

As atividades de programação financeira compreendem a descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras vinculadas, responsáveis pela execução dos programas de trabalho do Governo Federal.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições: zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira.

Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, a orientação e o acompanhamento das atividades relacionadas e respectiva execução.

A Lei Complementar nº 4.320/64 estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825/93 define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

1. Pessoal e encargos sociais;
2. Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
3. Serviço da dívida pública federal; e
4. Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 12.017/2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010), foram definidos limites para a movimentação e empenho e para o pagamento das despesas dos grupos "outras despesas correntes", "investimento" e "inversões financeiras" dos órgãos do Poder Executivo e respectivos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2010 obedeceu ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872/86, com redação alterada pelo Decreto nº 7.418/2010.

**1.3.2 - Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício**

No início do exercício de 2010, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 7.094/2010, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual. Ao longo do exercício de 2010, o Decreto foi alterado pelos abaixo relacionados:

- Decreto no 7.144, de 30 de março de 2010;
- Decreto no 7.189, de 30 de maio de 2010;
- Decreto no 7.247, de 30 de julho de 2010;
- Decreto no 7.321, de 30 de setembro de 2010;
- Decreto no 7.368, de 26 de novembro de 2010;
- Decreto no 7.409, de 28 de dezembro de 2010.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

a) a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
b) os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constou, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.094/2010;
c) os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
d) os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 7.094/2010 foram detalhados pela Portaria MPOG nº 48/2010;
e) os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 7.094/2010 foram detalhados pela Portaria MF nº 169/2010;
f) as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 7.094/2010 no valor de R$ 29.916.279 mil.

Ao longo do exercício de 2010, foram efetuadas várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e para pagamento. Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**1.3.3 - Execução Financeira**

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN) esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional. De acordo com a tabela 1.3.3.a, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2010, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R$ 53.792

milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R$ 853.142 milhões e de liberações de R$ 906.935 milhões. Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R$ 19.848 milhões.

**TABELA 1.3.3.a. - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL**

R$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| **FLUXO FISCAL** | | |
| **A. RECEITAS** | **737.403** | **853.142** |
| A.1 - Recolhimento Bruto | 520.704 | 603.385 |
| A.2 - (-) Incentivos Fiscais | (55) | (107) |
| A.3 - Outras Operações de Crédito | 19.688 | 20.282 |
| A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito | 2.888 | 2.503 |
| A.5 - Salário Educação | 10.666 | 12.264 |
| A.6 - Arrecadação Líquida INSS | 183.512 | 214.816 |
| A.7 - Remuneração de Disponibilidades – BB | - | - |
| **B. DESPESAS** | **(797.372)** | **(906.935)** |
| B.1 - Transferências a Estados e Municípios | (132.073) | (146.573) |
| B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export. | (97.561) | (105.744) |
| B.1.2 - FCO / FNE / FNO | (6.315) | (6.807) |
| B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87 | (3.900) | (3.900) |
| B.1.4 - FUNDEB (complementação da União) | (5.070) | (5.832) |
| B.1.5 - Salário-Educação | (5.740) | (6.554) |
| B.1.6 - Compensações Financeiras | (12.152) | (15.406) |
| B.1.7 - CIDE-Combustíveis | (962) | (1.776) |
| B.1.8 - Demais | (372) | (554) |
| B.2 - Pessoal e Encargos Sociais | (165.998) | (182.251) |
| B.2.1 - Executivo | (130.878) | (146.283) |
| B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU | (35.120) | (35.968) |
| B.3 - Juros e Encargos da Dívida | (95.978) | (97.298) |
| B.3.1. Dívida Contratual Interna | (1.172) | (1.161) |
| B.3.2. Dívida Externa | (12.153) | (17.032) |
| B.3.3 .DPMF – Mercado | (82.653) | (79.105) |
| B.4 - Benefícios Previdenciários | (221.983) | (253.475) |
| B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital | (177.226) | (223.666) |
| B.5.1 .PIS/PASEP | (24.365) | (29.704) |
| B.5.2 .Demais | (152.861) | (193.962) |
| B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito | (4.114) | (3.673) |
| **C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)** | **(59.969)** | **(53.792)** |
| **D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)** | **17.547** | **24.393** |
| **FLUXO DE FINANCIAMENTO** | | |
| **E. RECEITAS** | **407.453** | **458.079** |
| E.1 - Emissão de Títulos – Mercado | 392.539 | 442.041 |
| E.2 - Outras Operações de Crédito | 14.914 | 16.038 |
| **F. DESPESAS** | **(320.026)** | **(368.522)** |
| F.1 - Amortização da Dívida | (320.026) | (368.522) |
| F.1.1 - Dívida Contratual Interna | (2.266) | (2.310) |
| F.1.2 - Dívida Externa | (14.401) | (22.014) |
| F.1 3 - DPMF – Mercado | (303.358) | (344.198) |
| F.2 - Aquisição de Garantias | - | - |
| F.3 - Outras Liberações | - | - |
| **G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)** | **89.180** | **97.843** |
| **H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN** | **13.034** | **(15.917)** |
| **FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)** | **40.492** | **19.848** |

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 7.094/2010, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I, II e III da Portaria MF nº 169/ 2010, e alterações. A tabela 1.3.3.b apresenta os limites financeiros por órgão inicialmente fixados para o exercício de 2010. Na tabela 1.3.3.c, temos os limites financeiros finais do exercício de 2010, após alterações por decretos e portarias publicados no decorrer do exercício.

**TABELA 1.3.3.b - LIMITES INICIAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA MF Nº 248, QUE DETALHOU O DECRETO Nº 7.144**

**R$ milhares**

| Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias | Anexo I | Anexo II | Anexo III | Total |
|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 1.915.000 | 82.441 | 5.260 | 2.002.701 |
| 20102 Vice-Presidência da República | 2.545 | - | - | 2.545 |
| 20114 Advocacia-Geral da União | 211.330 | - | - | 211.330 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.156.206 | 216.890 | - | 1.373.096 |
| 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia | 5.063.944 | 564.029 | 22.792 | 5.650.765 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 2.207.199 | 801.077 | - | 3.008.276 |
| 26000 Ministério da Educação | 19.243.676 | 1.100.254 | 234.507 | 20.578.437 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 171.082 | 380.614 | 3.694 | 555.390 |
| 30000 Ministério da Justiça | 2.699.439 | 23.842 | 18.182 | 2.741.463 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 239.896 | 132.495 | - | 372.391 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 1.395.757 | 105.539 | - | 1.501.296 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 847.364 | 3.109 | - | 850.473 |
| 36000 Ministério da Saúde | 48.102.054 | 2.593.083 | 183.065 | 50.878.202 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 743.035 | 2.853 | 44.400 | 790.288 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 689.304 | 83.283 | - | 772.587 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 306.346 | - | - | 306.346 |
| 42000 Ministério da Cultura | 769.243 | 9.298 | 4.505 | 783.046 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 470.681 | 88.944 | - | 559.625 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.152.656 | 41.441 | - | 3.194.097 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2.038.927 | 52.719 | - | 2.091.646 |
| 51000 Ministério do Esporte | 509.666 | - | - | 509.666 |
| 52000 Ministério da Defesa | 7.103.920 | 2.522.692 | - | 9.626.612 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 288.853 | 46.475 | 686 | 336.014 |
| 54000 Ministério do Turismo | 862.058 | - | - | 862.058 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 15.883.498 | 1.767 | 31.281 | 15.916.546 |
| 56000 Ministério das Cidades | 620.086 | 293.569 | - | 913.655 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura | 176.282 | 949 | - | 177.231 |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 602.629 | - | - | 602.629 |
| 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 55.642 | - | - | 55.642 |
| 74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC | 106.640 | - | - | 106.640 |
| 74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC | 9.767 | - | - | 9.767 |
| 74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura | 799 | - | - | 799 |
| **TOTAL** | 117.645.524 | 9.147.363 | 548.372 | 127.341.259 |

Fontes de Recursos:

Anexo I: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 186, 188, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

**TABELA 1.3.3.c - LIMITES FINAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA DE DETALHAMENTO**

**R$ milhares**

| Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias | Anexo I | Anexo II | Anexo III | Total |
|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 2.060.330 | 89.519 | 5.260 | 2.155.109 |
| 20102 Vice-Presidência da República | 2.577 | - | - | 2.577 |
| 20114 Advocacia-Geral da União | 270.429 | - | - | 270.429 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.395.643 | 216.890 | - | 1.612.533 |
| 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia | 4.606.944 | 564.029 | 22.792 | 5.193.765 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 2.316.302 | 789.923 | - | 3.106.225 |
| 26000 Ministério da Educação | 17.942.959 | 1.100.254 | 234.507 | 19.277.720 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 255.951 | 427.736 | 3.694 | 687.381 |
| 30000 Ministério da Justiça | 2.945.595 | 23.842 | 18.182 | 2.987.619 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 269.355 | 118.496 | - | 387.851 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 2.011.581 | 122.087 | - | 2.133.668 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 991.115 | 3.109 | - | 994.224 |
| 36000 Ministério da Saúde | 48.972.784 | 2.925.093 | 291.738 | 52.189.615 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 947.099 | 2.853 | 42.800 | 992.752 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 1.043.126 | 78.062 | - | 1.121.188 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 308.808 | - | - | 308.808 |
| 42000 Ministério da Cultura | 789.808 | 9.298 | 4.505 | 803.611 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 498.107 | 104.488 | - | 602.595 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 1.891.927 | 43.562 | - | 1.935.489 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2.139.927 | 72.058 | - | 2.211.985 |
| 51000 Ministério do Esporte | 658.081 | - | - | 658.081 |
| 52000 Ministério da Defesa | 10.331.935 | 2.624.123 | - | 12.956.058 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 492.495 | 46.475 | 686 | 539.656 |
| 54000 Ministério do Turismo | 1.307.235 | - | - | 1.307.235 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 16.421.050 | 1.767 | 174.193 | 16.597.010 |
| 56000 Ministério das Cidades | 1.086.305 | 213.944 | - | 1.300.249 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura | 204.998 | 949 | - | 205.947 |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 586.629 | - | - | 586.629 |
| 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 75.355 | - | - | 75.355 |
| 74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC | 106.640 | - | - | 106.640 |
| 74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC | 9.767 | - | - | 9.767 |
| 74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura | 799 | - | - | 799 |

Fontes de Recursos:

Anexo I: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 186, 188, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores

As tabelas 1.3.3.d e 1.3.3.e apresentam os valores iniciais e finais dos limites de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo. Os limites iniciais de movimentação e empenho correspondem aos valores definidos no Decreto nº 7.144/2010.

**TABELA 1.3.3.d – LIMITES INICIAIS DE EMPENHO – PODER EXECUTIVO**

| Programação Orçamentária – Inicial | |
|---|---|
| Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010<br>Alterado pelo Decreto nº 7.144, de 30 de março de 2010 | |
| **Órgão** | **Valor** |
| Presidência da República | 3.297.051 |
| Vice-Presidência da República | 2.605 |
| Advocacia-Geral da União | 216.367 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.381.255 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 5.785.463 |
| Ministério da Fazenda | 3.079.982 |
| Ministério da Educação | 21.068.968 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 562.793 |
| Ministério da Justiça | 2.812.345 |
| Ministério de Minas e Energia | 817.645 |
| Ministério da Previdência Social | 1.537.083 |
| Ministério das Relações Exteriores | 870.746 |
| Ministério da Saúde | 53.046.018 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 799.605 |
| Ministério dos Transportes | 13.427.637 |
| Ministério das Comunicações | 313.649 |
| Ministério da Cultura | 798.640 |
| Ministério do Meio Ambiente | 570.917 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.270.235 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2.137.307 |
| Ministério do Esporte | 302.304 |
| Ministério da Defesa | 10.020.545 |
| Ministério da Integração Nacional | 3.353.313 |
| Ministério do Turismo | 623.563 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 16.295.951 |
| Ministério das Cidades | 11.925.618 |
| Ministério da Pesca e Aqüicultura | 181.456 |
| Encargos Financeiros da União | 1.223.585 |
| Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 56.968 |
| Operações Oficiais de Crédito | 120.000 |
| | |
| **Subtotal** | **159.899.614** |
| | |
| **Autorização para ampliação** | **5.319.435** |
| | |
| **TOTAL** | **165.219.049** |

Fonte: Secretaria-Adjunta para Assuntos de Gestão Orçamentária – SECAD/SOF/MP

**TABELA 1.3.3.e – LIMITES FINAIS DE EMPENHO – PODER EXECUTIVO**

R$ milhares

| Programação Orçamentária – Final | |
|---|---|
| Portaria Interministerial MP nº 1, de 7 de janeiro de 2011<br>(divulga os limites finais, considerando todas as ampliações efetivadas durante 2010) | |
| **Órgão** | **Valor** |
| Presidência da República | 3.250.509 |
| Vice-Presidência da República | 2.929 |
| Advocacia-Geral da União | 276.188 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 2.312.672 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 5.791.859 |
| Ministério da Fazenda | 3.182.909 |
| Ministério da Educação | 20.440.653 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 712.701 |
| Ministério da Justiça | 3.076.049 |
| Ministério de Minas e Energia | 652.371 |
| Ministério da Previdência Social | 1.982.360 |
| Ministério das Relações Exteriores | 1.022.087 |
| Ministério da Saúde | 52.854.271 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 1.008.888 |
| Ministério dos Transportes | 15.345.327 |
| Ministério das Comunicações | 325.779 |
| Ministério da Cultura | 1.115.740 |
| Ministério do Meio Ambiente | 704.572 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 2.089.998 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2.356.898 |
| Ministério do Esporte | 997.024 |
| Ministério da Defesa | 14.554.923 |
| Ministério da Integração Nacional | 3.570.890 |
| Ministério do Turismo | 2.316.660 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 16.678.984 |
| Ministério das Cidades | 12.525.339 |
| Ministério da Pesca e Aqüicultura | 290.342 |
| Encargos Financeiros da União | 611.761 |
| Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 84.553 |
| Operações Oficiais de Crédito | 121.541 |
| | |
| **Subtotal** | **170.256.775** |
| | |
| **Autorização para ampliação** | **-** |
| | |
| **TOTAL** | **170.256.775** |

Fonte: Secretaria-Adjunta para Assuntos de Gestão Orçamentária – SECAD/SOF/MP

A tabela 1.3.3.f apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2010. Na seqüência, a tabela 1.3.3.g demonstra a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2010.

**Tabela 1.3.3.f - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER EXECUTIVO SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO, NO EXERCÍCIO DE 2010[1]**

R$ milhares

| Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias | Dotação Inicial | Dotação Atualizada |
|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 3.563.305 | 3.871.828 |
| 20102 Vice-Presidência da República | 3.835 | 3.871 |
| 20114 Advocacia-Geral da União | 300.284 | 315.170 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 2.765.612 | 2.883.311 |
| 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia | 6.116.805 | 6.139.410 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 3.600.819 | 3.354.121 |
| 26000 Ministério da Educação | 22.130.445 | 23.534.519 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 923.897 | 1.040.260 |
| 30000 Ministério da Justiça | 3.798.247 | 4.044.476 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 1.091.042 | 1.121.960 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 1.960.808 | 2.145.101 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 1.206.530 | 1.284.515 |
| 36000 Ministério da Saúde | 54.021.160 | 54.903.967 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 1.393.785 | 1.422.583 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 14.586.930 | 17.308.726 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 510.812 | 530.552 |
| 42000 Ministério da Cultura | 1.824.280 | 1.828.683 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 865.695 | 1.077.780 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.716.249 | 2.561.682 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 3.320.585 | 3.710.574 |
| 51000 Ministério do Esporte | 1.496.671 | 2.035.413 |
| 52000 Ministério da Defesa | 14.415.479 | 16.170.092 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 5.190.252 | 5.141.214 |
| 54000 Ministério do Turismo | 4.183.389 | 4.165.532 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 16.500.892 | 16.965.445 |
| 56000 Ministério das Cidades | 14.797.237 | 15.359.252 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura | 770.379 | 745.584 |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 1.277.804 | 1.278.108 |
| 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 218.345 | 131.586 |
| 74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC | 116.423 | 116.423 |
| 74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC | 10.000 | 10.000 |
| 74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura | 818 | 818 |
| **TOTAL** | **186.678.815** | **195.202.558** |

Fonte: Siafi

**TABELA 1.3.3.g - BASE CONTINGENCIÁVEL DOS DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO DE 2010[2]**

R$ milhares

| Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias | Base Inicial | Base Atualizada |
|---|---|---|
| 01000 Câmara dos Deputados | 211.063 | 209.822 |
| 02000 Senado Federal | 5.413 | 4.485 |
| 03000 Tribunal de Contas da União | 48.737 | 48.500 |
| 10000 Supremo Tribunal Federal | 55.144 | 54.806 |
| 11000 Superior Tribunal de Justiça | 30.001 | 29.700 |
| 12000 Justiça federal | 353.726 | 352.122 |
| 13000 Justiça Militar | 5.081 | 5.000 |
| 14000 Justiça Eleitoral | 222.448 | 219.460 |
| 15000 Justiça do Trabalho | 148.081 | 146.426 |
| 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 32.476 | 32.133 |
| 17000 Conselho Nacional de Justiça | 123.242 | 123.144 |
| 34000 Ministério Público da União | 119.529 | 118.331 |
| 59000 Conselho Nacional do Ministério Público | 6.878 | 6.860 |
| **TOTAL** | **1.361.819** | **1.350.790** |

Fonte: Siafi

As despesas executadas[3], do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2010, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas na tabela 1.3.3.h.

[1] Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

[2] Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

[3] Representa o total de despesas orçamentárias executadas, ou seja, as despesas liquidadas e aquelas apenas empenhadas, mas consideradas executadas por terem sido inscritas em restos a pagar não-processados no encerramento do exercício.

**TABELA 1.3.3.h - DESPESAS EXECUTADAS, POR ÓRGÃO, SEGUNDO GRUPO DE NATUREZE DA DESPESA[4]**

**R$ milhares**

| Órgão Superior da UO | | Pessoal | Custeio e Investimento | Juros e Amortização | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01000 | Câmara dos Deputados | 2.893.064 | 643.893 | - | 3.536.957 |
| 02000 | Senado Federal | 2.543.832 | 467.707 | 2.983 | 3.014.522 |
| 03000 | Tribunal de Contas da União | 1.151.320 | 174.509 | 832 | 1.326.660 |
| 10000 | Supremo Tribunal Federal | 315.645 | 161.715 | - | 477.360 |
| 11000 | Superior Tribunal de Justiça | 694.438 | 184.632 | - | 879.070 |
| 12000 | Justiça Federal | 5.411.456 | 1.320.243 | - | 6.731.699 |
| 13000 | Justiça Militar | 295.827 | 45.183 | - | 341.010 |
| 14000 | Justiça Eleitoral | 3.354.568 | 1.712.490 | - | 5.067.058 |
| 15000 | Justiça do Trabalho | 10.719.093 | 1.308.220 | - | 12.027.313 |
| 16000 | Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 1.329.052 | 249.731 | - | 1.578.783 |
| 17000 | Conselho Nacional de Justiça | 18.813 | 129.700 | - | 148.514 |
| 20000 | Presidência da Republica | 3.832.536 | 3.911.633 | 327 | 7.744.496 |
| 22000 | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 4.363.981 | 5.450.687 | 1.074 | 9.815.742 |
| 24000 | Ministério da Ciência e Tecnologia | 1.684.570 | 6.184.594 | - | 7.869.164 |
| 25000 | Ministério da Fazenda | 24.072.821 | 130.166.906 | 635.991.968 | 790.231.694 |
| 26000 | Ministério da Educação | 24.933.927 | 37.525.484 | 645 | 62.460.056 |
| 28000 | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 477.609 | 803.401 | - | 1.281.010 |
| 30000 | Ministério da Justiça | 6.382.888 | 3.304.054 | 63.540 | 9.750.482 |
| 32000 | Ministério de Minas e Energia | 770.269 | 16.741.749 | 2.212 | 17.514.229 |
| 33000 | Ministério da Previdência Social | 10.363.795 | 257.197.453 | 4.600 | 267.565.848 |
| 34000 | Ministério Público da União | 2.854.789 | 689.507 | - | 3.544.296 |
| 35000 | Ministério das Relações Exteriores | 1.007.398 | 1.128.616 | - | 2.136.013 |
| 36000 | Ministério da Saúde | 12.846.522 | 54.450.604 | 42.160 | 67.339.286 |
| 38000 | Ministério do Trabalho e Emprego | 2.334.635 | 44.446.263 | - | 46.780.898 |
| 39000 | Ministério dos Transportes | 3.150.598 | 18.413.070 | - | 21.563.668 |
| 41000 | Ministério das Comunicações | 1.220.999 | 668.161 | - | 1.889.160 |
| 42000 | Ministério da Cultura | 369.766 | 1.119.884 | 11.234 | 1.500.884 |
| 44000 | Ministério do Meio Ambiente | 1.189.709 | 777.668 | 267 | 1.967.645 |
| 47000 | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 6.506.929 | 4.280.297 | 1.584 | 10.788.810 |
| 49000 | Ministério do Desenvolvimento Agrário | 874.908 | 4.014.349 | 15.224 | 4.904.481 |
| 51000 | Ministério do Esporte | 23.436 | 1.117.825 | - | 1.141.261 |
| 52000 | Ministério da Defesa | 43.861.315 | 15.773.992 | 254.368 | 59.889.676 |
| 53000 | Ministério da Integração Nacional | 900.663 | 15.943.885 | 12.372 | 16.856.919 |
| 54000 | Ministério do Turismo | 57.399 | 2.333.273 | - | 2.390.672 |
| 55000 | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 45.528 | 39.365.028 | - | 39.410.556 |
| 56000 | Ministério das Cidades | 380.777 | 12.702.967 | 57.446 | 13.141.190 |
| 58000 | Ministério da Pesca e Aqüicultura | 27.203 | 288.382 | - | 315.585 |
| 59000 | Conselho Nacional do Ministério Público | 16.075 | 12.423 | - | 28.499 |
| **TOTAL** | | **183.278.152** | **685.210.177** | **636.462.837** | **1.504.951.166** |

Fonte: Siafi

### 1.3.4 - Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 7.094/2010 tomou como base os valores fixados na Lei Orçamentária Anual e estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo, valores iguais para os limites de movimentação e empenho e de pagamento, em R$ 186.678.815 mil, projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

O Decreto nº 7.144/2010 reduziu para R$ 159.899.614 mil os valores, inicialmente estabelecidos para os órgãos, e estabeleceu uma reserva que permite ampliar os limites de movimentação e empenho e de pagamento até os montantes de R$ 5.319.434,95 mil e R$ 4.486.066,02 mil, respectivamente.

[4] Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para estados e municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nos valores inicialmente disponibilizados, encerrando o exercício com os limites de movimentação e empenho e de pagamento, respectivamente, em R$ 170.256.776 mil e R$ 166.876.925 mil.

O total de despesas empenhadas, sujeitas ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, ao final de 2010 foi de R$ 169.444.982 mil e o total pago foi de R$ 120.423.284 mil, o que provocou um impacto de R$ 49.021.698 mil no estoque de restos a pagar a serem inscritos para 2010.

Além disso, do montante de R$ 63.198.761 mil de restos a pagar inscritos em 2009 e exercícios anteriores, apenas R$ 31.747.202 mil foram pagos em 2010, sendo R$ 3.342.928 mil cancelados, o que gerou a reinscrição de restos a pagar em R$ 28.108.631 mil para 2010.

A tabela 1.3.4 a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2010.

**TABELA 1.3.4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2010, SUJEITOS A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA[5]**

**R$ milhares**

| Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias | RP Inscritos | RP Cancelados | RP Pagos | RP a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 1.710.289 | 84.663 | 1.129.778 | 495.848 |
| 20102 Vice-Presidência da República | 265 | 98 | 168 | - |
| 20114 Advocacia-Geral da União | 54.937 | 3.899 | 39.044 | 11.993 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.028.519 | 87.433 | 534.466 | 406.620 |
| 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia | 1.686.562 | 135.096 | 966.579 | 584.886 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 1.594.909 | 114.177 | 616.966 | 863.767 |
| 26000 Ministério da Educação | 6.585.505 | 346.518 | 4.711.233 | 1.527.753 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 178.083 | 14.332 | 96.165 | 67.587 |
| 30000 Ministério da Justiça | 1.179.520 | 52.208 | 723.055 | 404.258 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 239.908 | 44.166 | 169.143 | 26.599 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 645.657 | 30.356 | 474.331 | 140.971 |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 27.753 | 3.666 | 22.874 | 1.213 |
| 36000 Ministério da Saúde | 10.090.799 | 429.431 | 4.595.738 | 5.065.630 |
| 38000 Ministério do Trabalho e Emprego | 449.029 | 12.977 | 322.406 | 113.646 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 8.497.871 | 389.827 | 5.354.817 | 2.753.228 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 155.952 | 17.974 | 106.408 | 31.570 |
| 42000 Ministério da Cultura | 501.004 | 59.064 | 287.031 | 154.910 |
| 44000 Ministério do Meio Ambiente | 148.779 | 42.429 | 77.509 | 28.841 |
| 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 418.339 | 53.981 | 333.789 | 30.569 |
| 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 1.647.479 | 177.915 | 876.961 | 592.602 |
| 51000 Ministério do Esporte | 1.519.496 | 187.596 | 440.768 | 891.133 |
| 52000 Ministério da Defesa | 3.358.153 | 157.373 | 2.623.295 | 577.485 |
| 53000 Ministério da Integração Nacional | 4.564.287 | 117.750 | 2.020.794 | 2.425.743 |
| 54000 Ministério do Turismo | 3.144.902 | 258.672 | 780.181 | 2.106.050 |
| 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 681.219 | 32.378 | 345.400 | 303.441 |
| 56000 Ministério das Cidades | 13.025.372 | 476.099 | 4.081.892 | 8.467.381 |
| 58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura | 24.622 | - | 5.595 | 19.027 |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 34.652 | 12.622 | 6.153 | 15.877 |
| 73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 746 | 229 | 517 | - |
| 74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC | 4.088 | - | 4.088 | - |
| 74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC | 5 | - | - | 5 |
| 74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura | 59 | - | 59 | - |
| **TOTAL** | **63.198.761** | **3.342.928** | **31.747.202** | **28.108.631** |

Fonte: Siafi

[5] Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

**PARTE II**

# POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL

# PARTE II - POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL

## 2.1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2010

Em 2010, a economia brasileira apresentou forte recuperação do crescimento, refletindo o sucesso das medidas anticíclicas que foram adotadas pelo governo para enfrentar a crise de 2008/2009, que ainda está presente em diversos países, principalmente nos mais desenvolvidos.

Com vistas a dar maior sustentabilidade ao crescimento no longo prazo, o governo continuou incentivando os investimentos públicos e privados. Por outro lado, retirou alguns estímulos ao consumo, com o fim das desonerações para bens de consumo, de forma a evitar uma expansão não sustentável da demanda doméstica.

Nesse sentido, também foram retirados alguns estímulos da política monetária com vistas a evitar uma maior alta na inflação, que ficou acima da verificada no ano anterior, mas dentro do intervalo das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Dado esse melhor desempenho da economia brasileira quando comparada a outros países, o país teve que enfrentar uma situação de forte atração de capitais estrangeiros. Com vistas a evitar movimentos excessivos, o governo seguiu intervindo nos mercados de câmbio e adotando medidas macroprudenciais que reduziram a volatilidade da taxa nominal de câmbio ao longo do ano, reduzindo os impactos negativos ao crescimento econômico e á produção de empregos.

### 2.1.1 – Produto Interno Bruto - PIB

Levando-se em conta os dados divulgados pelo IBGE até o terceiro trimestre de 2010, o PIB a preços de mercado apresentou aumento de +0,5% na comparação com o 2º trimestre de 2010, na série ajustada sazonalmente.

Do lado da oferta, a variação de maior magnitude ocorreu para os Serviços (+1,0%). A Agropecuária e a Indústria apresentaram variação negativa (-1,5% e -1,3%, respectivamente). Já do lado da demanda, todos os componentes apresentam variação positiva. As variações mais expressivas pela ótica da demanda ocorreram na Importação (+7,4%) e na Formação Bruta de Capital Fixo (+3,9%). A variação das Exportações foi de +2,4%, do Consumo das Famílias foi de 1,6% e o Consumo da Administração Pública foi nulo.

Em relação ao 3º trimestre de 2010, o PIB a preços de mercado apresentou crescimento de 6,7%. Do lado da oferta, todos os setores apresentaram variação positiva. As maiores variações ocorreram na Indústria (8,3%) e Agropecuária (7,0%), seguidos dos Serviços (4,9%).

Todos os subsetores da Indústria apresentaram variação positiva (Extrativa Mineral com 16,6%, Construção Civil com 9,6%, Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana com 8,0% e Transformação com 7,1%), bem como os subsetores dos Serviços (principalmente, Intermediação Financeira com 11,4% e Comércio com 9,0%). Dentre os componentes da demanda interna, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 21,2%, seguido do Consumo das Famílias com 5,9% e do Consumo da Administração Pública com 4,1%. Do lado externo, as Importações cresceram 40,9% e as Exportações cresceram 11,3%.

No acumulado no ano, o PIB apresentou crescimento de 8,4% até o terceiro trimestre de 2010. Pelo lado da oferta, esse resultado é decorrente, principalmente do crescimento observado na Indústria nos três primeiros trimestre de 2010 (12,3%). Pelo lado da demanda, a principal influência vem das Importações que acumulam crescimento de 39,8% desde o início do ano.

Nos últimos quatro trimestres, o PIB apresenta crescimento de 7,5%. Do lado da oferta, a maior contribuição se deveu ao crescimento da Indústria (10,2%). Pelo lado da demanda interna, a maior variação neste tipo de comparação vem da Formação Bruta de Capital Fixo (20,2%).

No Setor Externo, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram variação positiva (respectivamente, 29,4% e 6,7%).

| CRESCIMENTO DO PIB | 2º Trim 2009 | 3º Trim 2009 | 4º Trim 2009 | 1º Trim 2010 | 2º Trim 2010 | 3º Trim 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Acumulado ao longo do ano | -2,9 | -2,5 | -0,6 | 9,3 | 9,2 | 8,4 |
| Acumulado nos últimos 4 trimestres | 0,5 | -1,7 | -0,6 | 2,2 | 5,3 | 7,5 |
| Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior | -2,8 | -1,8 | 5,0 | 9,3 | 9,2 | 6,7 |
| Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal) | 2,0 | 2,6 | 2,1 | 2,3 | 1,8 | 0,5 |
| Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal anualizado) | 8,2 | 11,0 | 8,7 | 9,4 | 7,2 | 2,1 |

O resultado final do PIB de 2010 apenas será conhecido no início de Março/11. Entretanto, os indicadores econômicos já divulgados apontam para uma aceleração do crescimento econômico no 4º

trimestre de 2010. Com isso, a economia brasileira cresceu cerca de 7,5% no ano de 2010, a maior taxa de expansão dos últimos anos.

### 2.1.2 - Inflação

A inflação em 2010, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 5,91%, acima do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%, sendo a maior taxa anual desde 2004, quando esta atingiu 7,60%. Em 2010, a aceleração do índice em 1,60 p.p. deveu-se em grande parte a contribuição do grupo Alimentação que subiu 10,4% ante 3,2% em 2009. A inflação dos preços livres acumulada no ano alcançou 7,1% e ficou acima da inflação dos administrados 3,1%. O INPC, que mede a inflação para a camada de renda mais baixa (1 a 6 salários mínimos), fechou com alta de 6,47% ante 4,11% no ano anterior.

| GERAL | INFLAÇÃO - IPCA (VAR. % ANUAL) | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|
| | | 4,31 | 5,91 |
| GRUPOS | Alimentação e Bebidas | 3,2 | 10,4 |
| | Habitação | 5,7 | 5,0 |
| | Artigos de Residência | 3,1 | 3,5 |
| | Vestuário | 6,1 | 7,5 |
| | Transporte | 2,4 | 2,4 |
| | Saúde e Cuidados Pessoais | 5,4 | 5,1 |
| | Despesas Pessoais | 8,0 | 7,4 |
| | Educação | 6,1 | 6,2 |
| | Comunicação | 1,1 | 0,9 |
| LIVRES | | 4,2 | 7,1 |
| | Comercializáveis | 2,6 | 6,9 |
| | Não Comercializáveis | 5,5 | 7,3 |
| ADMINISTRADOS / MONITORADOS | | 4,7 | 3,1 |

Fonte: IBGE

### 2.1.3 - Política Monetária e Crédito

Como destacado anteriormente, o ano de 2010 marcou a retirada de alguns estímulos à demanda doméstica com vistas a evitar um crescimento não sustentável da economia brasileira. Desde meados de 2009, a taxa de juros praticada nos mercados financeiros mostrou elevação e, em fevereiro de 2010, o Banco Central elevou a exigência para o recolhimento compulsório de depósitos de instituições financeiras que haviam sido reduzidos durante a crise, reduzindo a liquidez para as operações de crédito.

Adicionalmente, o Copom iniciou novo ciclo de elevação das taxas básicas de juros em abril de 2010, com a taxa Selic subindo para 9,5% aa (alta de 0,75 ponto percentual). As altas nas taxas básicas de juros seguiram até julho de 2010, quando atingiram 10,75%aa. Mesmo com esse aperto monetário, as operações de crédito no Sistema Financeiro continuaram em expansão e atingiram 46,6% do PIB em 2010 (alta de 2,2 pontos percentuais ante o patamar verificado no ano anterior).

| Saldo das Operações (Em R$ milhões) | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| **Recursos Livres** | **954.524** | **1.117.573** |
| Pessoas Físicas | 469.863 | 558.267 |
| Pessoas Jurídicas | 484.661 | 559.306 |
| **Recursos Direcionados** | **459.820** | **586.179** |
| BNDES | 283.032 | 355.531 |
| Habitação | 87.361 | 131.388 |
| Rural | 78.754 | 85.647 |
| Demais | 10.673 | 13.613 |
| **TOTAL GERAL** | **1.414.344** | **1.703.752** |

| Saldo das Operações (% do PIB)** | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| **Recursos Livres** | **30,0** | **30,6** |
| Pessoas Físicas | 14,8 | 15,3 |
| Pessoas Jurídicas | 15,2 | 15,3 |
| **Recursos Direcionados** | **14,4** | **16,0** |
| BNDES | 8,9 | 9,7 |
| Habitação | 2,7 | 3,6 |
| Rural | 2,5 | 2,3 |
| Demais | 0,3 | 0,4 |
| **TOTAL GERAL** | **44,4** | **46,6** |

Fonte: Banco Central – Elaboração: MF/SPE

### 2.1.4 - Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários

A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 5,3% em dezembro de 2010, reduzindo 1,5 p.p. em relação a dezembro de 2009.

A taxa do mês de dezembro de 2010 foi a menor apurada no ano e a menor de toda a série histórica.

A População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 23,7 milhões de pessoas, cresceu 1,3% na comparação anual. A População Ocupada, por sua vez, somou 22,4 milhões de pessoas com alta interanual de 2,9%.

A População Desocupada foi estimada em 1,2 milhões de pessoas em dezembro de 2010, o que correspondeu a uma queda de -21,4% em relação a dezembro de 2009.

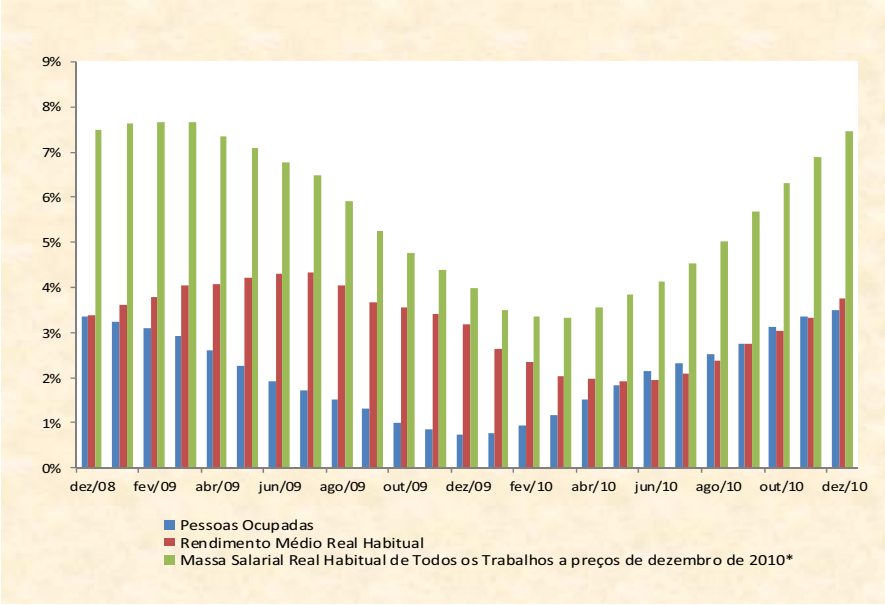
A taxa de formalização, definida como população ocupada com carteira assinada pela população ocupada, atingiu 51,6% em dezembro de 2010, aumento 2,3 p.p em relação a dezembro de 2009.

O rendimento médio real habitual dos ocupados em dezembro de 2010 foi estimado em R$ 1.515,10; houve variação de 5,9%, na comparação interanual.

A massa salarial real efetiva da população ocupada foi estimada em R$ 35,6 bilhões na pesquisa de dezembro (mês de referência novembro), o que representa alta de 5,6% na comparação interanual.

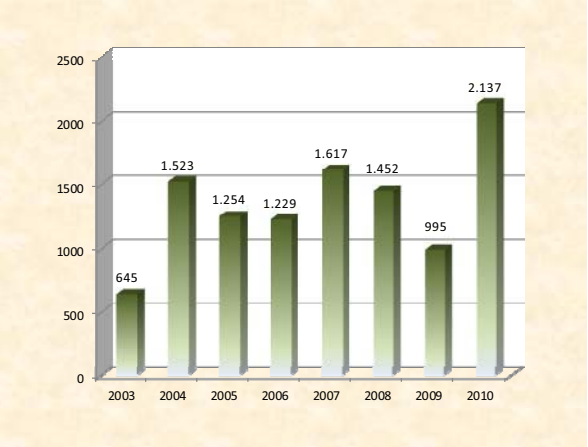
No ano houve a criação líquida de 2,1 milhões de postos de trabalho formais na economia.

**EMPREGO, RENDA E MASSA SALARIAL (var.% acumulada em 12 meses)**




Fonte: IBGE/PME

**EMPREGOS FORMAIS – CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS (em milhares)**




Fonte: MTE / CAGED

### 2.1.5 - Balanço de Pagamentos

Em 2010, o resultado da Conta Corrente apresentou déficit de US$ 47,5 bilhões, o que corresponde a -2,28% do PIB, contra déficit de US$ 24,3 bilhões (1,52% do PIB) em 2009. A Balança Comercial teve superávit de US$ 20,3 bilhões, sendo que o aumento das exportações no ano (32,0%) foi superado pelo aumento ainda maior das importações (42,2%). A Balança de Serviços apresentou déficit de US$ 31,1 bilhões, destacando-se a conta viagens internacionais que apresentou o maior déficit da série histórica, US$10,5 bilhões. O Balanço de Renda apresentou déficit de US$ 39,6 bilhões (com destaque para o déficit em lucros e dividendos de US$ 30,4 bilhões). A conta capital apresentou superávit de US$ 1,1 bilhão, e a conta financeira superávit de US$ 99,0 bilhões, o que em relação a 2009 representou um decréscimo de 0,9% na primeira e um aumento de 41,1% na segunda. No ano de 2010, os ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos - IED (US$ 48,5 bilhões) superaram o déficit de US$ 47,5 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB aproximou-se ainda mais de zero, tendo atingido -0,05%. As reservas internacionais atingiram US$ 288,6 bilhões em dezembro de 2010, contra US$ 238,5 bilhões ao final de dezembro de 2009 (De acordo com o conceito "Liquidez Internacional").

**SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS**
**ACUMULADO NO ANO**

(Acumulado no ano – US$ milhões)

| | 2009 | 2010 | Variação | Variação |
|---|---|---|---|---|
| | dez-09 | dez-10 | em US$ | (%) |
| **1) TRANSAÇÕES CORRENTES** | **-24.302** | **-47.518** | **-23.215** | **-95,5%** |
| **2) CONTA CAPITAL** | **1.129** | **1.119** | **-10** | **-0,9%** |
| **3) CONTA FINANCEIRA** | **70.172** | **98.983** | **28.811** | **41,1%** |
| Investimento Direto | 36.033 | 36.962 | 929 | 2,58% |
| Investimento em Carteira | 50.283 | 64.458 | 14.175 | 28,19% |
| Derivativos (líquido) | 156 | -112 | -268 | -171,78% |
| Outros Investimentos | -16.300 | -2.324 | 13.976 | 85,74% |
| **4) ERROS E OMISSÕES** | **-347** | **-3.484** | **-3.136** | **-902,9%** |
| **BALANÇO DE PAGAMENTOS (1+2+3+4)** | **46.651** | **49.101** | **2.450** | **5,3%** |

**Fonte: BCB**

### 2.1.6 - Desempenho Fiscal

Em 2010 o Governo Central alcançou a meta de superávit primário, apesar das receitas e algumas despesas ainda sofrerem com os efeitos das medidas anticíclicas adotadas nos anos anteriores. Já considerando o setor público consolidado, o resultado ficou um pouco abaixo da meta (sem considerar os abatimentos decorrentes do PAC), refletindo a performance fiscal dos Governos Regionais. O alcance da meta do resultado primário do Governo Central foi auxiliado pela operação de capitalização da Petrobras. Vale destacar também as mudanças qualitativas na composição da

despesa: embora o total dos gastos primários – em percentual do PIB - tenha sofrido alteração quase nula, a comparação em relação 2009 revela redução na despesa de pessoal e um aumento em investimentos.

Em números, observamos que as receitas primárias líquidas atingiram 19,26% do PIB, contra 17,97% das despesas primárias, o que levaria a um resultado primário de 1,29% do PIB do Governo Central.

Considerando, no entanto, que a operação de capitalização da Petrobras, que teve um impacto primário líquido positivo de 0,87% do PIB, esse resultado atinge 2,16% do PIB.

A receita bruta atingiu R$ 844,97 bilhões em 2010 (23,10% do PIB), contra R$ 739,3 bilhões em 2009 (23,21% do PIB), enquanto as despesas primárias, por sua vez, atingiram R$ 657,2 bilhões (17,97% do PIB) contra R$ 572,2 bilhões em 2009 (17,96% do PIB). Do total das receitas 3,85% do PIB foram transferidos aos estados e municípios (contra 4,01% em 2009).

A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu R$ 778,9 bilhões em 2010, o que representou um aumento nominal de 15,98% em relação a 2009. As despesas primárias do Governo Central em relação ao PIB foram repartidas da seguinte forma: pessoal e encargos sociais, 4,55%; custeio, 3,42%; transferências de renda, 8,77%, (incluindo o Bolsa Família) e investimentos, 1,22%.

Em termos de composição: pessoal e encargos sociais responderam por, 25,33% do total, custeio respondeu por 19,04%, as transferências de renda somaram 48,82% (incluindo o Bolsa Família) e, por fim, os investimentos representaram 6,80% do total.

Destaca-se que o saldo previdenciário atingiu -1,2% do PIB, resultado ligeiramente melhor ao de 2009 (-1,3% do PIB). O Bolsa-Família, por sua vez, teve gastos totais de 0,38% do PIB, atingindo 12,78 milhões de famílias. O déficit nominal do setor público em 2010 foi de 2,56% do PIB contra 3,34% do PIB em 2009.

A dívida líquida do setor público caiu de 42,8% do PIB em dezembro de 2009, para 40,4% do PIB em dezembro de 2010.

Esta trajetória recente dos indicadores fiscais tem indicado uma contínua melhora da solvência do setor público, implicando em um superávit primário requerido para estabilizar a dívida recorrentemente inferior ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual, inclusive para 2011.

**NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO**

(números "abaixo da linha"), em % do PIB

| | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| **Resultado Primário** | **-2,03** | **-2,78** |
| Governo Central | -1,33 | -2,15 |
| Estados e Municípios | -0,66 | -0,56 |
| Empresas Estatais | -0,04 | -0,06 |
| **Juros Nominais (sem desvalorização cambial)** | **5,37** | **5,34** |
| Governo Central | 4,70 | 3,40 |
| Estados e Municípios | 0,59 | 1,87 |
| Empresas Estatais | 0,07 | 0,07 |
| Resultado Nominal | 3,34 | 2,56 |
| Governo Central | 3,37 | 1,25 |
| Estados e Municípios | -0,07 | 1,31 |
| Empresas Estatais | 0,03 | 0,00 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Ministério da Fazenda/ SPE.

**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**

(números "acima da linha") em % do PIB

| | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Receita primária bruta | 23,21 | 23,10 |
| Transferências para Estados e Municípios | 4,01 | 3,85 |
| Receita primária líquida | 19,20 | 19,26 |
| | | |
| Despesas primárias | 17,96 | 17,97 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4,76 | 4,55 |
| Transferências de Renda às famílias | 8,88 | 8,77 |
| Benefícios Previdenciários | 7,09 | 6,97 |
| Abono e Seguro Desemprego | 0,85 | 0,82 |
| Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) | 0,59 | 0,61 |
| Bolsa Família | 0,38 | 0,38 |
| Investimentos | 1,01 | 1,22 |
| Demais despesas | 3,31 | 3,42 |
| | | |
| Resultado primário "acima da linha" sem Cessão Onerosa | 1,24 | 1,29 |
| Cessão Onerosa | 0,00 | 0,87 |
| Resultado primário "acima da linha" com Cessão Onerosa | 1,24 | 2,16 |
| Discrepância estatística e ajuste metodológico | 0,09 | -0,01 |
| Resultado primário "abaixo da linha" | 1,33 | 2,15 |
| | | |
| Receitas primárias líquidas excluindo transferências de renda às famílias | 10,32 | 10,48 |

Fonte: Ministério da Fazenda/STN e SIGA/ Senado Federal.
Elaboração: Ministério da Fazenda/ SPE.

**2.1.7 - Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios (Acórdão no 1718/2005-TCU-Plenário)**

O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que a Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subseqüente, o Demonstrativo para compor o Relatório e Parecer Prévio das Contas de Governo da República.

O referido Demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 34 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal são destinados ao financiamento de atividades produtivas e voltados ao desenvolvimento econômico regional e social.

De modo geral, os benefícios são concedidos por meio de equalização de taxas de juros e através dos programas oficiais de crédito que oferecem taxas de juros inferiores ao custo de captação ou oportunidade do Governo Federal.

Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolida as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo anual de benefícios financeiros e creditícios.

A Portaria nº 130 do MF, de 10/03/2009, apresenta a descrição metodológica do cálculo estimado do benefício de cada Fundo e Programa listado no Demonstrativo. De forma simplificada, este cálculo é feito com base na comparação da evolução patrimonial dos Programas/Fundos em relação ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Em 2009, conforme o Ofício no 72/SPE-MF, de 30 de março de 2010, o valor total dos benefícios financeiros e creditícios estimados foi de R$ 15,72 bilhões, sendo que 57% deste valor concentraram-se no setor produtivo; 23% nos programas sociais e 20% nos programas agropecuários, como pode ser visto na tabela a seguir:

**DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2009**

R$ mil

| DISCRIMINAÇÃO | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul | Nacional | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| ***AGROPECUÁRIOS*** | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| AGF e Estoques Estratégicos | | | | | | 150.006 | 150.006 |
| Garantia e Sustentação de Preços | | | | | | 925.646 | 925.646 |
| Custeio Agropecuário | | | | | | 197.961 | 197.961 |
| Operações de Investimento Rural e Agroindustrial | | | | | | (72.318) | (72.318) |
| Empréstimos do Governo Federal - EGF | | | | | | 11.507 | 11.507 |
| PRONAF/PGPAF | | | | | | | |
| Equalização | | | | | | 767.870 | 767.870 |
| Financiamento | | | | | | 136.759 | 136.759 |
| Securitização Agrícola | | | | | | - | - |
| Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP | | | | | | | |
| Equalização (Investimento) | | | | | | 948 | 948 |
| Financiamento | | | | | | 13.629 | 13.629 |
| Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA | | | | | | 247.411 | 247.411 |
| Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei n° 10.823, de 19.12.2003 | 618 | 6.958 | 39.598 | 36.212 | 95.120 | | 178.507 |
| Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ | | | | | | | |
| Equalização | 485 | 1.861 | 302 | 49.228 | 1.075 | | 52.951 |
| Financiamento | 4.219 | 16.178 | 2.625 | 428.039 | 9.350 | | 460.411 |
| Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana | | | | | | | - |
| Equalização | - | 836 | - | - | - | | 836 |
| Financiamento | - | 769 | - | - | - | | 769 |
| ***SETOR PRODUTIVO*** | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND | - | - | - | 64.285 | 331.224 | | 395.509 |
| Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO | 1.066.308 | 3.232.354 | 1.066.100 | - | - | | 5.364.761 |
| Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT) | - | - | 1.097 | - | - | | 1.097 |
| Fundo da Marinha Mercante - FMM | 202 | 1.463 | - | 1.515 | 491 | | 3.671 |
| Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER | | | | | | 2.925.886 | 2.925.886 |
| Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC | (11.640) | - | - | - | - | | (11.640) |
| Fundo de Garantia à Exportação - FGE [5] | | | | | | (3.028) | (3.028) |
| Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza | 60 | 6.393 | 1.476 | 19.579 | 31.165 | | 58.673 |
| Programa de Financiamento às Exportações - PROEX | | | | | | | |
| Equalização | - | - | - | 296 | 99 | | 394 |
| Financiamento | (12) | (7,79) | (152) | (175) | (2) | | (348) |
| Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE | - | 4.866 | - | - | - | | 4.866 |
| Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA | 58.244 | - | - | - | - | | 58.244 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 1.024 | - | - | 116.677 | 102.932 | | 220.633 |
| ***PROGRAMAS SOCIAIS*** | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD | - | 31.625 | 34.906 | 1.185 | | | 67.715 |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT | (203.429) | (150.087) | (81.148) | (300.129) | (122.753) | | (857.546) |
| Fundo de Compensação das Variaçãoes Salariais - FCVS | 2.182 | 128.693 | 36.587 | 342.768 | 183.355 | | 693.585 |
| Subsídio Habitacional - PSH | 11.480 | 60.825 | 59.061 | 18.567 | 43.385 | | 193.318 |
| Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS | - | - | - | - | - | | - |
| Fundo de Terras e da Reforma Agrária - | 8.512 | 31.288 | 19.587 | 9.842 | 66.678 | | 135.907 |

| DISCRIMINAÇÃO | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul | Nacional | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco da Terra | | | | | | | |
| Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES | 79.208 | 379.272 | 163.108 | 678.473 | 354.305 | | 1.654.366 |
| Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002 | - | - | - | - | - | - | - |
| Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002 | 84.604 | 1.020.832 | 86.926 | 351.802 | 175.805 | | 1.719.969 |
| Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997 | 1.344 | 1.879 | - | 6.913 | 11.648 | | 21.785 |
| **TOTAL** | **1.103.409** | **4.775.999** | **1.430.072** | **1.825.077** | **1.283.878** | **5.302.277** | **15.720.711** |

Fonte: Ofício n. 72/SPE-MF, 30 de março de 2010, Nota Técnica n. 15/SPE-MF, 29 de março de 2010, Anexo, tabela 2

A análise comparativa, em relação ao ano de 2010, não pode ainda ser feita, pois somente nos próximos meses a SPE receberá o fechamento dos balancetes patrimoniais referentes ao exercício de 2010.

**2.1.8 - Subsídios Creditícios e Financeiros do PAC (Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário)**

No que tange ao atendimento em 2010 pela SPE do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário relativo ao PAC, o Ofício no 73/SPE-MF, de 30 de março de 2010, em seu anexo incluiu as Notas Técnicas nºs 17 e 18/SPE-MF relativas, respectivamente: à avaliação do impacto na economia dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros implícitos (resposta ao item 9.4.2 do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário); e ao cálculo destes subsídios (resposta ao item 9.4.1 do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário). Posteriormente, em razão de informações adicionais fornecidas pelo TCU, o Ofício no 93/SPE-MF, de 14 de abril de 2010, retificou a Nota Técnica no 18/SPE-MF. Ambas as Notas e Ofícios elaborados em 2010 abrangeram o exercício de 2009.

Com relação ao cálculo dos subsídios creditícios e financeiros implícitos ao PAC – grosso modo o fluxo de juros gerado pela diferença entre a taxa de juros dos financiamentos concedidos aos projetos e o custo de oportunidade do Governo Federal –, em 2010 pela primeira vez a base de dados disponibilizada pelo TCU e utilizada como referência para a estimativa dos subsídios em 2009 incluiu, além dos empréstimos realizados pelas instituições financeiras públicas já consideradas nos anos anteriores, financiamentos a projetos do PAC concedidos pela Eletrobrás. Assim, o cálculo dos subsídios creditícios considerou empréstimos, realizados a partir de fundos públicos e/ou recursos do orçamento fiscal e da seguridade social, concedidos pelas seguintes instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Eletrobrás.

Também pela primeira vez em 2010, conforme deliberação conjunta do corpo técnico da SPE e do TCU (reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010), os valores estimados para o subsídio creditício e financeiro foram apresentados em termos de valor presente. Como os empréstimos subsidiados aos projetos do PAC se estendem ao longo do tempo, com o prazo por vezes superando 5 anos, e o valor do dinheiro no tempo muda, entendeu-se que a apresentação dos resultados a valor presente constituiria um aperfeiçoamento da metodologia de estimação. A taxa de desconto usada para a transformação dos valores correntes encontrados em valores presentes foi a mesma estipulada para o custo de oportunidade do Governo Federal.

Por fim, vale destacar que a estimação dos subsídios seguiu, como em anos anteriores, duas óticas: i) a dos valores desembolsados, que se considera a mais representativa por se basear nos recursos efetivamente mobilizados pelas instituições públicas e disponibilizados aos diferentes tomadores; e ii), conforme solicitação da equipe técnica do TCU, a ótica dos valores contratados, uma aproximação dos potenciais subsídios tendo em vista que esses recursos podem ou não serem disponibilizados ao longo do tempo, a seguir apresenta-se tabela síntese com as estimativas de subsídios classificados por eixo do PAC e região geográfica, tanto para valores de empréstimos desembolsados como contratados ao longo de 2009:

**SUBSÍDIOS* CREDITÍCIOS E FINANCEIROS ASSOCIADOS A PROJETOS E EMPREENDIMENTOS DO PAC EM 2009**

em R$ mil de 2009

| Subsídios calculados por eixos do PAC | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Logística | Energia | Social-urbana | Administração Pública | Total | |
| com base nos valores desembolsados | 994.060 | 16.589.576 | 2.361.405 | 7.482 | **19.952.523** | |
| com base nos valores contratados | 2.406.737 | 19.494.368 | 5.290.808 | 13.830 | **27.205.743** | |
| **Subsídios calculados por região geográfica** | | | | | | |
| | Norte | Nordeste | Centro-oeste | Sudeste | Sul | Total |
| com base nos valores desembolsados | 1.162.592 | 16.344.437 | 870.325 | 1.141.731 | 433.438 | **19.952.523** |
| com base nos valores contratados | 3.142.122 | 5.660.029 | 1.392.645 | 1.565.403 | 15.445.543 | **27.205.742** |

* Envolvem apenas financiamentos originados de fontes de recursos ou fundos públicos.

Elaboração: Secretraria de Política Econômica - SPE/Ministério da Fazenda

Fonte: Ofício n. 093/SPE-MF, 14 de abril de 2010, Anexo I, tabelas IIIb, IIIc, IVb e IVc

Em síntese, o valor estimado para os subsídios por empréstimos desembolsados no âmbito do PAC em 2009 somou R$ 19,95 bilhões a valores de 2009, lembrando que este total abarca o subsídio estimado ao longo de todo o prazo dos financiamentos. Por empréstimos contratados em 2009, o valor estimado dos subsídios somou R$ 27,21 bilhões em R$ de 2009.

Com relação à avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos subsidiados com fundos públicos no âmbito do PAC, por se tratar de conjunto amplo (na casa dos milhares) e heterogêneo de projetos distribuídos por todo o território nacional e comandados por agentes econômicos os mais diversificados (empresas estatais, pequenas e médias empresas privadas, grandes empresas do setor privado), a SPE privilegiou a análise macroeconômica e setorial do conjunto dos empreendimentos.

As conclusões, de acordo com a Nota Técnica no 17/SPE-MF, de 30 de março de 2010, apontaram para a relevância do crescimento dos desembolsos e empréstimos concedidos no âmbito do PAC em 2009 no combate aos efeitos negativos da crise econômica internacional sobre o país.

Em particular, tais empréstimos chancelaram decisões de investimento em setores estratégicos de infra-estrutura que de outro modo poderiam ser revistas, contribuindo assim para: a minimização da queda do investimento privado, a reversão das expectativas pessimistas dos empresários decorrentes da intensidade da crise internacional, e a retomada segura do nível de atividade confirmada ao longo do ano de 2010.

Quanto à comparação dos valores dos subsídios creditícios do PAC calculados em 2009 com valores de 2010, as instituições financeiras responsáveis pelo envio da base primária de dados necessária à estimação só o fazem ao longo do primeiro bimestre do ano; por este motivo, o Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário estabelece a data de 30 de março de cada ano como o prazo para que a SPE apresente os cálculos relativos ao ano anterior. Sendo assim, a insuficiência de informações impede a comparação 2009 e 2010 antes do final de março do ano corrente.

## 2.2 - MOEDA E CRÉDITO

### 2.2.1 - Aspectos Gerais

Os agregados de moeda e crédito observaram trajetórias compatíveis com o nível de atividade econômica, recuperando-se plenamente dos sobressaltos determinados pela recente crise internacional. O comportamento positivo dos indicadores de renda, emprego e expectativas condicionou favoravelmente a expansão tanto dos principais agregados monetários, quanto dos volumes de crédito destinados ao financiamento dos gastos de investimento e de consumo.

A intensificação das contratações de crédito em modalidades nas quais se considerou que o alongamento de prazos ou a ampliação do endividamento das famílias poderiam representar risco à sustentabilidade do sistema financeiro suscitou a adoção de medidas de caráter macroprudencial, destinadas a desestimular operações de prazo mais dilatado. Outras medidas visaram o aperfeiçoamento dos instrumentos de captação de recursos, o que favorecerá a adequação entre ativos e passivos das instituições financeiras no que concerne a prazos. Ao mesmo tempo, oferecerão indispensável suporte às expressivas necessidades de financiamento da economia brasileira nos próximos anos.

### 2.2.2 – Agregados Monetários

O comportamento dos agregados monetários em 2010 refletiu a recuperação do nível de atividade econômica, evidenciando tanto a significativa elevação da demanda por empréstimos no sistema financeiro e a melhoria nas condições de renda e do emprego, quanto o expressivo ingresso de moeda estrangeira. Nesse ambiente, o saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1)[1] situou-se em R$ 279,6 bilhões em dezembro, crescimento de 16,3% no ano, resultante de acréscimos de 15,8% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 16,6% nos depósitos à vista. Em termos reais, deflacionado, pelo IPCA, o M1 cresceu 9,8%. A velocidade renda do M1, definida como a relação entre o PIB a valores correntes e o saldo médio do agregado, manteve-se relativamente estável no decorrer do ano.

De forma semelhante, a base monetária apresentou saldo médio diário de R$ 197,4 bilhões em dezembro, revelando acréscimo de 17,9% no ano. A evolução anual retratou os aumentos de 15,5% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 25,7% na posição de reservas bancárias, cuja variação refletiu, em parte, o efeito da elevação da alíquota do compulsório sobre recursos à vista ocorrida em julho de 2010. Considerando-se os dados de final de período, a base monetária atingiu R$ 206,9 bilhões em 2010, após expansão de R$ 40,8 bilhões no ano. Os resgates líquidos de R$ 249,5 bilhões de títulos do Tesouro Nacional, seguidos pelas compras líquidas de R$ 75,6 bilhões realizadas pelo Banco Central do Brasil - BCB no mercado interbancário de câmbio constituíram os principais fatores de expansão monetária. Em sentido contracionista, destacou-se o fluxo de recolhimentos compulsórios, com impacto de R$ 235,5 bilhões no ano, decorrente, sobretudo, de elevações das alíquotas referentes aos depósitos a prazo e às exigibilidades adicionais sobre recursos à vista e a prazo. No mesmo sentido, a movimentação da conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, determinou contração de R$ 51,2 bilhões, associado, em parte, à arrecadação tributária de R$ 600,7 bilhões. As demais rubricas envolvidas no relacionamento do BCB com o sistema financeiro ocasionaram expansão de R$ 2,4 bilhões.

A base monetária ampliada, que agrega a base restrita, os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do BCB registrados no Selic, atingiu saldo de R$ 2,4 trilhões no final do ano, com crescimento de 16,7% em 2010. A expansão resultou, principalmente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado e das compras realizadas pelo BCB no mercado interbancário de câmbio.

O conceito M2[2] dos meios de pagamento ampliados registrou expansão de 14,7% no ano, comparativamente a 8,8% em 2009. Entre seus componentes, o saldo de títulos privados cresceu 13,8% ante 3,4% em 2009, refletindo captações líquidas de R$ 2,5 bilhões em depósitos a prazo, após resgates líquidos de R$ 38,2 bilhões em 2009. Por sua vez, os depósitos de poupança aumentaram 18,5% em 2010, com captações líquidas de R$ 38,7 bilhões, 27,2% superiores às registradas no ano anterior.

O agregado M3[3] elevou-se 14,5% no ano, impulsionado pelo crescimento de 20,2% nas quotas de fundos de investimento, repetindo desempenho expressivo verificado em 2009. As captações líquidas somaram R$ 89,4 bilhões em 2010, comparativamente a R$ 109,9 bilhões em 2009, após resgates líquidos de R$ 88,5 bilhões em 2008. O M4, que corresponde ao M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, assinalou expansão de 16,9%, totalizando R$ 3 trilhões.

Consistente com o atual regime de política monetária baseada no sistema de metas para a inflação, as projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2010.

[1] M1 definido pela soma de papel moeda em poder do público com os depósitos à vista.

[2] M2 definido por: M1 + depósitos para investimentos + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias.

[3] M3 definido por: M2 + quotas de fundos de investimentos + operações compromissadas registradas no Selic.

### 2.2.3 – Títulos Públicos Federais e Operações do Banco Central no Mercado Aberto

As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R$ 44,3 bilhões, correspondentes aos resgates de R$ 452,6 bilhões e colocações de R$ 408,3 bilhões. As operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, somaram R$ 29,7 bilhões, com resgates antecipados de R$ 5,2 bilhões.

Visando a manutenção da taxa Selic próximo à meta determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a autoridade monetária realizou operações compromissadas cujo saldo médio diário situou-se em R$ 341,7 bilhões em dezembro, volume 23,6% inferior ao alcançado no mesmo período de 2009. Esse resultado refletiu a elevação da alíquota dos compulsórios e a movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional, condicionada, principalmente, pela meta de superávit primário e pelas compras de moeda estrangeira realizadas pelo Banco.

As operações compromissadas tiveram seus prazos estendidos ao longo do ano. A representatividade das operações de duas semanas a três meses recuou de 70% em 2009 para 40% em 2010, enquanto aquelas com prazo de seis meses passaram de 17% para 40%. As operações de curtíssimo prazo finalizaram o ano com participação de 20%.

### 2.2.4 – Operações de Crédito do Sistema Financeiro

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro registrou expansão mais acentuada em 2010, após o arrefecimento decorrente dos efeitos da crise financeira internacional. A manutenção da demanda doméstica em patamares elevados contribuiu decisivamente para a sustentação do nível de atividade econômica e, nesse ambiente, a recuperação do mercado de crédito constituiu-se em importante suporte para o consumo das famílias e para os investimentos do setor produtivo.

A evolução do crédito bancário mostrou-se mais intensa nos financiamentos referenciados em recursos direcionados, favorecida pela atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no provimento de recursos para projetos de infraestrutura e para aquisição de máquinas e equipamentos para pequenas e médias empresas. Adicionalmente, o crédito habitacional manteve expansão acentuada, possibilitada pela consolidação da estabilidade macroeconômica e do arcabouço institucional no qual se insere o segmento imobiliário.

No âmbito do crédito com recursos livres, coube destaque ao desempenho das carteiras de pessoas físicas, em linha com os indicadores positivos do mercado de trabalho, assinalando-se os financiamentos para aquisição de veículos e a continuada expansão dos empréstimos consignados. Os empréstimos a pessoas jurídicas, condicionados pela maior demanda das pequenas e médias empresas, mantiveram crescimento, ainda que menos acentuado, com participação destacada das contratações de capital de giro.

Nesse cenário, o estoque total de crédito do sistema financeiro, computados os recursos livres e direcionados, atingiu R$ 1,704 trilhão ao final de dezembro de 2010, alcançando crescimento de 20,5% no ano, ante expansão de 15,2% em 2009. Como resultado, a relação crédito/PIB elevou-se de 44,4% para 46,6%.

A distribuição do crédito de acordo com o controle de capital das instituições financeiras permaneceu relativamente estável ao longo de 2010, com maior representatividade dos bancos públicos, cuja participação aumentou de 41,5% para 41,9%. As instituições privadas nacionais e estrangeiras atingiram participações respectivas de 40,7% e 17,4%, comparativamente a 40,1% e 18,4%, na ordem, em 2009.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO**

R$ bilhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % (2010/2009) |
|---|---|---|---|---|
| Total | 1227,3 | 1414,3 | 1703,8 | 20,5 |
| Recursos livres | 871,2 | 954,5 | 1117,6 | 17,1 |
| Direcionados | 356,1 | 459,8 | 586,2 | 27,5 |
| Participação % | | | | |
| Total/PIB | 40,4 | 44,4 | 46,6 | |
| Rec. livres/PIB | 28,7 | 30,0 | 30,6 | |
| Rec. direc./PIB | 11,7 | 14,4 | 16,0 | |

Fonte: Banco Central do Brasil

**CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES**

R$ bilhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % (2010/2009) |
|---|---|---|---|---|
| Total | 871,2 | 954,5 | 1117,6 | 17,1% |
| Pessoa jurídica | 476,9 | 484,7 | 559,3 | 15,4% |
| Recursos domésticos | 386,1 | 429,8 | 510,6 | 18,8% |
| Referencial[1/] | 300,7 | 342,9 | 414,3 | 20,8% |
| *Leasing* | 55,3 | 49,1 | 40,0 | -18,7% |
| Rural | 3,8 | 4,0 | 3,2 | -21,5% |
| Outros | 26,3 | 33,7 | 53,2 | 57,9% |
| Recursos externos | 90,8 | 54,9 | 48,7 | -11,4% |
| Pessoa física | 394,3 | 469,9 | 558,3 | 18,8% |
| Referencial[1/] | 277,6 | 323,8 | 418,6 | 29,3% |
| Cooperativas | 16,9 | 21,1 | 25,1 | 18,9% |
| *Leasing* | 56,7 | 63,2 | 48,3 | -23,5% |
| Outros | 43,1 | 61,8 | 66,3 | 7,3% |

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999

**CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS**

R$ bilhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | Variação % (2010/2009) |
|---|---|---|---|---|
| Total | 356,1 | 459,8 | 586,2 | 27,5 |
| BNDES | 209,3 | 283,0 | 355,5 | 25,6 |
| Direto | 107,8 | 158,1 | 178,0 | 12,6 |
| Repasses | 101,5 | 124,9 | 177,5 | 42,1 |
| Rural | 78,3 | 78,7 | 85,6 | 8,8 |
| Bancos e agências | 73,3 | 74,6 | 81,0 | 8,5 |
| Cooperativas | 5,0 | 4,1 | 4,7 | 13,9 |
| Habitação | 59,7 | 87,4 | 131,4 | 50,4 |
| Outros | 8,8 | 10,7 | 13,6 | 27,5 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os empréstimos ao setor privado totalizaram R$ 1,636 trilhão, elevando-se 20,7% no ano. Por atividade econômica, as contratações realizadas com a indústria, refletindo, sobretudo, a demanda dos setores automotivo, alimentício e energético, cresceram 18,5%, somando R$ 361,1 bilhões. Os créditos direcionados ao segmento outros serviços alcançaram R$ 292,5 bilhões, com elevação de 18,1%, destacando-se os ramos de transportes, comunicações e atividade imobiliária. As operações destinadas ao comércio, evidenciando, principalmente, a maior procura dos segmentos vinculados a lojas de departamentos, supermercados e de produtos alimentícios, aumentaram R$ 26,5%, ao atingir R$ 172,5 bilhões.

Os financiamentos para a habitação, que contemplam recursos a pessoas físicas e cooperativas habitacionais, mantiveram ritmo acelerado de expansão, denotando acréscimo de 51% e saldo de R$ 138,7 bilhões. Os desembolsos com recursos da caderneta de poupança, acumulados até novembro de 2010, evoluíram 56,7% no ano, atingindo R$ 29,7 bilhões, dos quais 87,7% concedidos segundo as regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e 12,3% a taxas de juros de mercado. Do total de recursos desembolsados, 58,3% referem-se à aquisição de imóveis novos e usados, cabendo o restante à construção de moradias.

A carteira de crédito rural totalizou R$ 123,8 bilhões em dezembro, após expansão de 10,3% no ano, assinalando-se o crescimento de 12,7% na demanda de recursos para investimentos agrícolas, cuja participação relativa no total de financiamentos rurais aumentou 2,1 p.p., situando-se em 50,3%. As modalidades de custeio e comercialização agrícolas corresponderam, respectivamente, a 40,4% e a 9,3% do total.

As operações de crédito destinadas ao setor público somaram R$67,8 bilhões, representando 4% do total do sistema financeiro. A expansão anual de 15% foi determinada, principalmente, pelo aumento de 27,7% nos saldos relativos aos governos estaduais e municipais, com destaque para as operações com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do BNDES alocadas às áreas de saneamento básico e de infraestrutura de transportes. O crédito referente à esfera federal atingiu R$ 34,6 bilhões, ao elevar-se 4,9%, sustentado por contratações relativas às áreas de gás e petróleo.

O saldo dos financiamentos contratados com recursos livres totalizou R$ 1,1 trilhão em dezembro, após elevação de 17,1% no ano, correspondendo a 65,6% do total do sistema financeiro, comparativamente a 67,5% observados em 2009. A evolução positiva das expectativas dos consumidores e dos indicadores de renda e emprego traduziram-se em incremento anual de 18,8% nas carteiras de pessoas físicas, cujo saldo atingiu R$ 558,3 bilhões. Ressalte-se a participação expressiva dos financiamentos para aquisição de veículos e do crédito pessoal, modalidades que registraram expansões anuais de 49,1% e de 25,2%, respectivamente.

O crédito com recursos livres a pessoas jurídicas alcançou saldo de R$ 559,3 bilhões ao expandir-se 15,4% no ano, destacando-se o crescimento de 23% nos empréstimos de capital de giro. Por sua vez, o saldo dos financiamentos fundamentados em moeda estrangeira situou-se em R$ 48,7 bilhões, ao recuar 11,4%, refletindo o acentuado declínio dos volumes referentes a adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC).

A taxa média de juros das modalidades que constituem o crédito referencial subiu 0,7 p.p. ao longo do ano, situando-se em 35% a.a. em dezembro. A variação foi determinada pelo incremento de 2,4 p.p. no segmento de pessoas jurídicas, com altas mais significativas nas contratações de conta garantida e de desconto de duplicatas. Em sentido oposto, o custo médio dos empréstimos a pessoas físicas recuou 2,1 p.p., posicionando-se em 40,6% a.a. em dezembro, após atingir, em novembro, 39,1% a.a., o patamar mais baixo da série histórica iniciada em 1994.

O *spread* bancário definido no âmbito do crédito referencial para taxa de juros alcançou 23,5% a.a. em dezembro, após acumular declínio de 0,9 p.p. em 2010. Essa evolução resultou da retração de 3,1 p.p. nas operações contratadas com pessoas físicas e da elevação de 0,5 p.p. nas carteiras de pessoas jurídicas, com os spreads respectivos alcançando 28,5 p.p. e 17 p.p.

O prazo médio da carteira de crédito referencial situou-se em 477 dias ao final de 2010, com alongamento de 94 dias em relação ao final do ano anterior. O prazo médio dos contratos relativos a pessoas jurídicas aumentou 114 dias, alcançando 400 dias, observando-se dilatação significativa no prazo das operações de capital de giro. No segmento de pessoas físicas, o prazo médio cresceu 58 dias, atingindo 561 dias, o nível mais elevado da série iniciada em junho de 2000, assinalando-se a evolução das modalidades de financiamento imobiliário e de aquisição de veículos.

A taxa de inadimplência das modalidades que compõem o crédito referencial, consideradas as operações com atrasos superiores a noventa dias, delineou trajetória decrescente desde fevereiro de 2010, situando-se em 4,6% ao final do ano, correspondente à retração anual de 0,9 p.p. O recuo verificou-se tanto no segmento de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas, cujas taxas respectivas atingiram 5,7% e 3,6%, resultante das diminuições em doze meses de 2 p.p. e de 0,2 p.p, nessa ordem.

Os empréstimos concedidos com recursos direcionados apresentaram desempenho semelhante ao observado nos dois últimos anos, com expansão de 27,5% em doze meses, ao totalizar R$ 586,2 bilhões em dezembro. Esse resultado decorreu, principalmente, da evolução das operações de financiamento do BNDES, cujo saldo de R$ 355,5 bilhões correspondeu a 60,7% do total do segmento de crédito direcionado. Os financiamentos habitacionais contribuíram com expansão anual de 50,4%, somando R$ 131,4 bilhões.

Os desembolsos concedidos pelo BNDES entre janeiro e novembro de 2010 somaram R$ 153,6 bilhões, elevando-se 30,8% em relação ao valor registrado em igual período de 2009. Os recursos destinados ao segmento de comércio e serviços cresceram 31,5%, atingindo R$ 71,3 bilhões, ressaltando-se os setores de transporte terrestre e comércio. Os financiamentos para a indústria, impulsionados pela demanda dos ramos de produtos alimentícios e coque, petróleo e combustível, totalizaram R$ 73,2 bilhões, após acréscimo de 28,2%. Ao setor agropecuário foram alocados R$ 9,1 bilhões, com expansão de 48,2%, enquanto os créditos às micro, pequenas e médias empresas, que responderam por 26,8% do total de desembolsos, aumentaram 96% no período. As consultas formuladas ao BNDES, indicador antecedente de novos investimentos do setor produtivo, alcançaram R$238,5 bilhões nos onze primeiros meses do ano, com incremento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, determinado, basicamente, pela variação de 29,3% nas solicitações do segmento de comércio, inclusive serviços.

### 2.2.5 – Sistema Financeiro Nacional

No Sistema Financeiro Nacional (SFN), as operações de intermediação financeira mantiveram-se, como nos anos anteriores, preponderantes em relação às aplicações em tesouraria. Evidenciou-se, adicionalmente, a busca por fontes de financiamento com perfil temporal compatível com o alongamento de prazos observado nas operações ativas. Nesse contexto, foram adotadas medidas de natureza macroprudencial, visando aperfeiçoar os instrumentos de regulação existentes e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema financeiro.

A participação das operações de crédito em relação ao total de ativos do sistema bancário recuou de 35,6%, em dezembro de 2009, para 34,9%, em novembro de 2010. A representatividade das operações de tesouraria apresentou declínio mais acentuado, de 40,5% para 37,5%, a partir de retrações de 21,4% para 20,2% na participação das aplicações em títulos e valores mobiliários e de 19,1% para 17,3% na parcela referente a aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio. Na composição da carteira de títulos e valores mobiliários, a representatividade dos títulos públicos permaneceu decrescente, recuando de 60,2%, para 57,1%.

Ao longo do ano, o crescimento sustentado das operações de crédito determinou expansão significativa das receitas com intermediação financeira. Nesse sentido, a participação das rendas com crédito no resultado da intermediação, após a redução observada no auge da crise financeira, aumentou de 57,4%, no segundo semestre de 2009, para 58,9%, no acumulado entre o final de junho e o final de novembro de 2010. A parcela referente a rendas com títulos, por sua vez, reduziu-se de 40,5%, para 34,9%, na mesma base de comparação.

Em relação à origem de recursos para a intermediação, analogamente ao ocorrido em 2009, diminuiu a representatividade das modalidades tradicionais de captação, com a parcela de depósitos totais – à vista, a prazo e de poupança – reduzindo-se de 33,7%, ao final de 2009, para 31%, em novembro de 2010. Em sentido inverso, as operações cambiais e as captações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas e depósitos interfinanceiros) ampliaram sua participação conjunta nos passivos, passando de 38,8% para 39,7%, nos mesmos períodos.

Com o objetivo de dotar as instituições financeiras de instrumento juridicamente seguro para as captações de médio e longo prazo, a Resolução nº 3.836/2010, publicada em fevereiro, regulamentou a emissão das letras financeiras. Trata-se de título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitido por bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário e companhias hipotecárias, com prazo mínimo de 24 meses, sendo vedado o resgate antecipado, total ou parcial. Em dezembro, o BNDES foi também autorizado a emitir letras financeiras. As letras financeiras favorecem a adequação de prazos entre ativos e passivos da instituição, dado que o pagamento periódico de seus rendimentos deve observar o intervalo mínimo de 180 dias. A captação de recursos por esse instrumento, que alcançou R$ 16,4 bilhões até novembro de 2010, foi adicionalmente estimulada a partir de dezembro, com a isenção do recolhimento compulsório sobre suas emissões.

No tocante à regulamentação prudencial, a Circular nº 3.498/2010, divulgada em junho, alterou o cálculo do requerimento de capital para risco de mercado utilizado na apuração do Índice de Basiléia, visando favorecer a constituição de capital adicional para acomodar perdas em períodos de volatilidade nos mercados financeiros. Essa alteração equivale a acréscimo no patrimônio de referência exigido, que é o denominador do Índice de Basiléia, de modo a proteger os ativos das instituições financeiras contra variações de preços de juros, ações, câmbio e *commodities*. Essa medida está sendo adotada por outros bancos centrais no âmbito do Comitê de Basiléia e entrará em vigor de forma sincronizada a partir de 2012.

Outra medida macroprudencial, a Circular nº 3.515/2010, determinou a majoração do requerimento de capital aplicável a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro destinadas a pessoas físicas, com prazos contratuais superiores a 24 meses. Com esse objetivo, o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de tais operações, contratadas a partir de 6 de dezembro de 2010, passou de 100% para 150%, o que significa que, relativamente àquelas operações, o requerimento de capital será elevado dos atuais 11% para 16,5% do valor da operação, produzindo efeitos a partir de julho de 2011. Essa elevação não se aplica às seguintes operações: i) crédito consignado com prazo contratual de até 36 meses; ii) crédito rural; iii) crédito habitacional; iv) financiamento ou arrendamento mercantil de veículos com prazo entre 24 e 36 meses, desde que o valor contratado não seja superior a 80% do valor do veículos; v) financiamento ou arrendamento mercantil de veículos com prazo entre 36 e 48 meses, desde que o valor contratado não seja superior a 70% do valor do veículo; vi) financiamento ou arrendamento mercantil de veículos com prazo entre 48 e 60 meses, desde que o valor contratado não seja superior a 60% do valor do veículo; vii) financiamento ou arrendamento mercantil de veículos de carga; e viii) financiamento com recursos oriundos de repasses de fundos ou programas especiais do Governo Federal.

## 2.3 - DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

### 2.3.1 - Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior em 2010 caracterizou-se, principalmente, pela mudança na orientação da política comercial vigente no ano anterior, que privilegiou iniciativas voltadas para o financiamento do comércio exterior objetivando minimizar os efeitos adversos impostos às empresas exportadoras em decorrência da crise financeira internacional. Em 5 de maio, o governo anunciou um conjunto de medidas para estimular a competitividade do setor exportador e incentivar a produção da indústria nacional. Entre as principais medidas anunciadas, destacam-se:

i) redução dos prazos de devolução de créditos tributários federais: devolução de 50% dos créditos de PIS/Pasep, Cofins e IPI acumulados na exportação em até 30 dias após a solicitação, para empresas cujas exportações tenham representado, no mínimo, 30% do faturamento nos últimos dois anos. A empresa deve ser exportadora há pelo menos quatro anos, ser tributada pelo lucro real, adotar nota fiscal eletrônica, e possuir histórico de pedidos de ressarcimento indeferidos não superior a 15% do total solicitado nos últimos dois anos. Pela Portaria nº 348/2010, o Ministério da Fazenda instituiu o procedimento de ressarcimento dos créditos apurados a partir de 1º de abril de 2010, e pela Instrução Normativa nº 1.060/2010, a Receita Federal do Brasil (RFB) regulamentou a matéria;

ii) exclusão da receita de exportações do faturamento total para enquadramento no SIMPLES: a isenção passou a ser igual ao limite estabelecido para faturamento no mercado interno, R$ 2,4 milhões por ano. Cabe mencionar que as micro e pequenas empresas respondem por 1,2% do valor exportado e 48,3% do número de empresas exportadoras;

iii) implementação do *drawback* isenção no mercado interno: aquisições realizadas com tributação e com planejamento de utilização na industrialização ou elaboração de produto a ser vendido no mercado interno, que resultem em destinação para o exterior, garantirão o direito de efetuar subsequentes aquisições desoneradas, na mesma medida, de mercadorias equivalentes, ainda que venham a ser empregadas ou consumidas na industrialização ou elaboração de produto com destinação ao mercado interno. É opção adicional para insumos nacionais, mais adequada à produção em série e em setores onde o controle dos insumos é mais complexo. Atualmente, para o mercado interno, já existe o *drawback* suspensão, no qual a empresa precisa provar que o insumo adquirido foi posteriormente incorporado a um produto exportado. Para insumos importados, existe *drawback* suspensão e *drawback* isenção. A Medida Provisória (MP) nº 497/2010, convertida na Lei nº 12.350/2010, implementou a desoneração;

iv) eliminação, em seis meses, do redutor de 40% do Imposto de Importação sobre autopeças: a MP nº 497 fixou aumento de forma escalonada do imposto incidente na importação de partes, peças, componentes, conjuntos e subconjuntos, acabados e semiacabados, e pneumáticos utilizados nos produtos relacionados nos incisos do art. 5º da Lei nº 10.182/2001;

v) criação do Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE): objetiva maior agilidade nas garantias prestadas, com cobertura de riscos comerciais e remuneração em função dos riscos assumidos, cabendo ao BNDES a administração do risco do FGCE, a qual poderá ser transferida à Empresa Brasileira de Seguros;

vi) criação do EXIM Brasil: agência especializada em comércio exterior, subsidiária integral do BNDES, com o objetivo de conferir maior celeridade e efetividade ao apoio às operações de exportação no pós-embarque, transferindo as operações de comércio exterior do BNDES para o EXIM Brasil;

vii) redução do custo de financiamento à exportação de bens de consumo: será estendida a estes produtos a equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional no financiamento às exportações na modalidade pré-embarque, anteriormente restrita a bens de capital. O Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Resolução nº 3.851/2010 , regulamentou a medida, e a Resolução nº 3.910/2010 prorrogou o prazo para contratação de 31 de dezembro de 2010 para 31 de março de 2011. Ao BNDES coube a criação desta linha de financiamento, com dotação de R$ 7 bilhões;

viii) compras governamentais com preferência para bens e serviços nacionais: regra será válida desde que o preço do produto nacional não exceda a 25% o preço do similar importado.

Em julho, o BNDES criou nova linha de crédito, denominada Exim Automático, para operações de pós-embarque, com o objetivo de estimular as exportações brasileiras, especialmente de bens de capital, aumentando sua competitividade. A nova linha, com prazos de três a cinco anos, é destinada ao financiamento de compradores localizados na América do Sul, como os sócios do Mercosul, Colômbia, Peru e Chile. Esses países constituem o principal destino das exportações brasileiras de bens de capital. Os desembolsos são feitos ao exportador, no Brasil, após o embarque, à vista e em reais. A vantagem comercial para os exportadores brasileiros reside na possibilidade de que seus clientes consigam financiar suas compras de bens de capital do Brasil com custo e prazo competitivos.

No ano, os desembolsos vinculados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US$ 11,2 bilhões, ante US $8,3 bilhões em 2009, respondendo por 5,6% das

exportações brasileiras em 2010. Para a indústria, foram desembolsados US$ 9,9 bilhões, relacionados a 1081 operações, destacando-se o setor de materiais de transporte (fabricação e montagem de veículos automotores, embarcações, equipamentos ferroviários e aeronaves), com 310 operações e desembolsos de US$ 3,7 bilhões; seguindo-se o setor mecânico, com 279 operações e desembolsos de US$ 1,8 bilhão. O setor de comércio e serviços absorveu US$ 1,3 bilhão, em 183 operações. Os desembolsos destinados ao setor agropecuário somaram US$ 30 milhões, vinculados a cinco operações. Em relação ao ano anterior, os desembolsos do BNDES registraram crescimento de 34,9%, patamar ligeiramente superior ao incremento de 31,7% das vendas externas.

Com relação ao Programa de Financiamento das Exportações (Proex), foram especificadas 70 atividades do setor de serviços amparadas pelo Programa. O setor já era apoiado pelo Proex, mas não havia clareza na indicação dos serviços e produtos elegíveis. Com a publicação da Portaria nº 20/2010, o MDIC procurou sanar esse problema, o que ampliou a operacionalização do Programa de forma mais eficiente pelo seu agente financeiro.

Em 2010, as operações do Proex atingiram US$ 4 bilhões, dos quais US$ 504,9 milhões referentes à modalidade financiamento e US$ 3,5 bilhões, à equalização das taxas de juros. A modalidade financiamento respondeu por 12,5% do valor exportado cursado pelo Proex, correspondendo a incremento de 58,9% em relação ao ano anterior. Do mesmo modo, os desembolsos registraram aumento de US$278,3 milhões para US$432,4 milhões, acréscimo de 55,4% ante 2009. Entretanto, em 2010, o número de operações e de exportadores foram reduzidos para 1.478 e 371, respectivamente, ante 1.509 e 400 no ano anterior.

Na modalidade equalização, as exportações efetivadas reduziram-se a US$ 3,5 bilhões, ante US$ 4 bilhões em 2009. As emissões de títulos que lastreiam as operações de equalização da taxa de juros somaram US$ 118,3 milhões, correspondendo a redução de 25% ante as emissões de US$157,8 milhões registradas em 2009. Em 2010, foram realizadas 2.657 operações por 31 exportadores, ante as 2.513 registradas, no ano anterior, por 35 empresas.

Em cenário externo marcado pela intervenção no mercado cambial em vários países, a defesa comercial passou a assumir, em momento posterior à divulgação das medidas de incentivo à competitividade, papel relevante no âmbito da política comercial brasileira, cujo escopo de atuação foi ampliado a partir da aprovação, pela Câmara de Comércio Exterior, da Resolução nº 63/2010 [4], complementada pelas Portarias nº 18 e 21/2010 do MDIC. Essas normas tratam da regulamentação de medidas *antidumping* contra práticas elisivas para os casos denominados de triangulação ou *circumvention*.

Outra medida adotada na área de defesa comercial refere-se a aprovação, pela Resolução nº 43/2010 da Câmara de Comércio Exterior, do acordo entre Brasil e EUA, suspendendo a retaliação brasileira em bens e propriedade intelectual até 2012. Até o fim deste prazo serão realizadas consultas e negociações, para se buscar solução mutuamente satisfatória, até a conclusão da nova lei agrícola norte-americana, prevista para 2012. Como parte das compensações negociadas, foi criado fundo de apoio aos cotonicultores nacionais no montante de US$147,3 milhões anuais, gerido por conselho gestor formado por três representantes do setor privado e três do governo brasileiro. A retaliação autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) decorreu do descumprimento pelos EUA das determinações dos painéis do algodão e do órgão de apelação da Organização.

Cumpre registrar que, no âmbito da defesa comercial, contabilizavam-se, ao final de dezembro de 2010, 68 medidas de direitos *antidumping*, uma de compromisso de preço e outra de salvaguarda, relacionadas a 44 produtos de 20 países ou blocos, com destaque para a China, os EUA e a Índia. Nesse ano, foram aplicadas quatro medidas de direito *antidumping* contra a China, sobre calçados, cobertores de fibras sintéticas e canetas esferográficas; e uma sobre os EUA,

Em 28 de dezembro, a Camex, pela Resolução nº 92/2010, elevou, de 20% para 35%, a alíquota do Imposto de Importação para 14 tipos de brinquedos acabados, com vigência até 31 de dezembro de 2011, em atendimento a pleito da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq). Segundo os fabricantes nacionais, os brinquedos importados estão competindo com os nacionais em nichos específicos, além dos produtos de menor valor. A medida alcançou principalmente os brinquedos fabricados na China, origem de quase 80% das importações brasileiras do produto.

Com relação ao Mercosul, em dezembro, por ocasião do encerramento da presidência *pro tempore* brasileira em Foz do Iguaçu, o Conselho do Mercado Comum (CMC) estabeleceu, pela Decisão nº 56/2010, o cronograma de eliminações de exceções às tarifas externas comuns em dez anos, com o objetivo de consolidar o bloco como uma união aduaneira. Outra medida nessa direção, adotada pela Decisão nº 57/2010, refere-se a revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, com entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, para Argentina e Brasil, e a partir de 1º de janeiro de 2015, para Paraguai e Uruguai. O regime de ex-tarifário permite a redução do Imposto de Importação para bens de capital, de informática e de telecomunicações não produzidos

[4] Disciplinou a extensão de medidas antidumping e compensatórias de que trata o art. 10-A da Lei nº 9019, de 1995.

nos países do bloco, o que possibilita a redução no custo dos investimentos.

Em maio de 2010, foram retomadas as negociações do Mercosul com a União Européia, no sentido de alcançar acordo de livre comércio. As negociações iniciaram-se em 1999 e desde 2004 estavam paralisadas, evidenciando a complexidade do processo. Aspectos comerciais associados em especial aos setores agrícola e automotivo, estratégicos para ambas as partes, motivam manifestações dos sócios do Mercosul que requerem definições sobre o tratamento dos subsídios agrícolas europeus, ao passo que agentes da União Européia se concentram em fatores relacionados com a abertura industrial no Mercosul. Oportuno observar que este processo negociador reproduz, de certa maneira, as dificuldades que bloquearam a conclusão da Rodada Doha na OMC desde o final de 2008.

No plano legislativo brasileiro, pelo Decreto nº 7.159/2010 foi promulgado o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007, e pelo Decreto Legislativo nº 217/2010 foi aprovado o texto do Acordo-Quadro entre Mercosul e República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

Entre as medidas de facilitação das operações do comércio exterior, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), pela Portaria nº 10/2010 consolidou normas e procedimentos das operações de comércio exterior. Outra medida nessa área foi a criação do Siscomex Exportação Web (Novoex), em substituição ao módulo do Siscomex Exportação, lançado em 1993. Com a mudança, o Novoex pode ser acessado diretamente na *internet*, sem a necessidade de instalação de programas adicionais nos computadores dos usuários. Pelo sistema, os usuários podem gravar os Registros de Exportação (REs) e os Registros de Crédito (RCs), estes últimos feitos para as exportações financiadas tanto com recursos privados quanto públicos. Com as novas funcionalidades, o Novoex possibilita o aproveitamento de informações de registros anteriores e ainda permite que os usuários possam fazer REs por lotes, o que facilita o trabalho dos operadores, além de reduzir o tempo das operações.

Ressalte-se, ainda, no âmbito das medidas de comércio exterior, que o apoio oficial brasileiro à exportação, seja por meio de financiamento ou refinanciamento, equalização de taxas de juros, seguro de crédito ou qualquer combinação dessas modalidades, foi condionado à assinatura da Declaração de Compromisso do Exportador, em atendimento aos compromissos assumidos pelo Brasil como parte da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, ratificada em 15 de junho de 2000 e promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. A medida atendeu a uma recomendação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização da qual o Brasil participa do comitê de anticorrupção.

O Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) publicou a Resolução nº 8/2010, estabelecendo o procedimento para declarar a caducidade do ato de criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Havia dez ZPEs aprovadas até outubro de 1994, que tinham o prazo até 1º de julho deste ano para comprovar a criação das empresas administradoras e o início das obras de infraestrutura. Em 2010, foi publicado o decreto de criação das seguintes ZPEs: Aracruz (ES), Suape (PE), Macaíba (RN), Assú (RN), Pecém (CE), Fernandópolis (SP), Bataguassu (MS), Boa Vista (RR), Aracruz (ES), Parnaíba (PI), Senador Guiomard (AC), Barra dos Coqueiros (SE).

**2.3.2 - Política Cambial**

O regime cambial de taxas flutuantes, pelo qual a atuação do BCB busca reduzir a volatilidade do mercado cambial sem interferir na tendência da taxa de câmbio, foi mantido em 2010. Em ambiente externo caracterizado pela depreciação da moeda dos Estados Unidos (EUA), assim como pela iniciativa de vários países em frear a valorização de suas moedas, a exemplo da China, buscando manter a competitividade de suas exportações, houve significativa pressão de valorização sobre as moedas dos países emergentes. No ano, o real foi cotado a R$1,7593/US$ pela taxa média de venda, o que representou apreciação de 11,7% em relação à taxa média do ano anterior.

O governo brasileiro adotou medidas que visaram restringir o ingresso de capitais estrangeiros no país cuja característica principal seria a de efetuar arbitragens entre as taxas de juros domésticas e as internacionais, essas mantidas em patamares extremamente reduzidos em função dos efeitos da recessão mundial.

O Decreto nº 7.323/2010 aumentou de 2% para 4% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para ingressos de investimentos estrangeiros em operações de renda fixa negociados no país. Na entrada de recursos externos para aplicações em renda variável foi mantida a alíquota de 2% estabelecida em outubro de 2009. Ressalte-se a magnitude da operação de capitalização da Petrobrás, realizada ao final de setembro, cujos efeitos no mercado de câmbio foram registrados no mesmo mês para as ações negociadas no país, contribuindo para o ingresso líquido de US$8,2 bilhões no mês, e em outubro para os *American Depositary Receipts* (ADR), cujos fluxos líquidos atingiram US$9,6 bilhões no referido período. Adicionalmente, o Decreto nº 7.330/2010, implementou novo aumento, para 6%, da alíquota do IOF para capital estrangeiro aplicado em operações de renda fixa negociadas no país. Além disso, a

alíquota do IOF cobrada sobre a margem de garantia para os investimentos estrangeiros em bolsas de valores, de mercadorias e futuros foi elevada de 0,38% para 6%, exigindo-se a aplicação da medida em todas as operações no mercado futuro. Nesse caso, o fato gerador do IOF é a contratação da operação de câmbio para ingresso do recurso no País, não havendo incidência no caso de recolhimento da margem feito com recursos que já estejam no mercado brasileiro. Ainda com relação à regulamentação do IOF, o Decreto nº 7.412/2010, consolidou o artigo 15 do Decreto nº 6.306/2007, esclarecendo que nas operações mencionadas a alíquota do imposto a ser aplicada seria 2%. No âmbito dessas medidas, extinguiu-se o IOF de curto prazo das operações de renda fixa privada.

Complementarmente, o CMN, pela Resolução nº 3.914/2010, vedou a realização de operações de aluguel, troca e empréstimo de títulos, valores mobiliários e ouro ativo financeiro realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB a investidor não residente, buscando eliminar alternativas de evasão relativa ao pagamento de IOF nas operações de mercado futuro.

Oportuno lembrar que, pelas Resoluções nº 3.912 e 3.915/2010, o CMN determinou a realização de contrato de câmbio em todas as migrações internas de recursos em real oriundas de aplicações em renda variável efetuadas por investidor não residente, realizadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, inclusive recursos destinados à constituição da margem de garantia, inicial ou adicional. Assim, buscou-se eliminar também a possibilidade de o investidor não residente trazer recursos para o mercado de renda variável, com incidência da alíquota de 2% do IOF, e, posteriormente, migrar os mesmos recursos para o mercado de renda fixa, no qual se aplica alíquota maior, 6%.

Outra medida adotada em 2010, que afeta o mercado de câmbio doméstico, refere-se à ampliação, de 750 para 1.500 dias, no prazo máximo entre a contratação do câmbio e sua liquidação nas operações do Tesouro Nacional para o pagamento do serviço da Dívida Pública Federal externa (DPFe), instituída pela Resolução nº 3.911/2010.O Tesouro Nacional manteve a estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para pagamento de juros e principal da DPFe, com liquidações de US$9,3 bilhões em 2010. Ademais, com objetivo de alongar prazos, reduzir custos e incrementar a curva de juros da dívida soberana, o Tesouro Nacional realizou a emissão do bônus Global 21, em abril, no valor de US$ 788 milhões; e sua reabertura, em agosto, captando US$ 825 milhões. Em setembro, foi reaberta a emissão do Global 41, totalizando US$ 550 milhões, e, em outubro, a do BRL 28, perfazendo US$ 655 milhões. Mencione-se, ainda, o anúncio, em 20 de setembro, da autorização para que o Fundo Soberano do Brasil (FSB) passe a adquirir dólares, criando, potencialmente, novo demandante por moeda estrangeira no mercado doméstico de câmbio.

O BCB manteve, durante o ano de 2010, a estratégia de ampliar as reservas internacionais, em observância ao princípio de atuação baseada em condições adequadas de mercado. A manutenção de fluxos cambiais superavitários direcionado ao País permitiu ao BCB do Brasil manter as intervenções de compra no mercado *spot*, que totalizaram US$ 41,4 bilhões, dos quais US$ 14,1 bilhões adquiridos no primeiro semestre e US$ 27,4 bilhões, no segundo semestre. Além disso, houve o retorno das operações de empréstimo em moeda estrangeira no montante de US$ 535 milhões, elevando as compras líquidas da autoridade monetária a US$ 42 bilhões no ano. Em 28 de maio, com a liquidação da última parcela das operações de empréstimo em moeda estrangeira, feitos com base na Lei 11.882/2008, ambos os conceitos de reserva internacional – liquidez e caixa – se igualaram. Essas operações, empréstimos em moeda estrangeira e recompras, foram realizadas para assegurar a liquidez em moeda estrangeira do mercado financeiro doméstico. A ausência de demanda por novos empréstimos a partir do segundo semestre de 2009 e a liquidação antecipada de grande parte dos valores emprestados demonstraram a recuperação da economia brasileira e o retorno do acesso a crédito nos mercados internacionais. Ao final do ano, as reservas totalizaram US$ 288,6 bilhões, correspondendo a aumento de US$ 50,1 bilhões, 21%, em relação a 2009.

No ano, o *spread* medido pelo *EMBI+*, calculado pelo banco *JP Morgan*, apresentou variação entre o intervalo de 162 e 251 pontos, encerrando o período em 189 pontos, patamar ligeiramente inferior ao encerramento de 2009, quando atingiu 192 pontos, refletindo a solidez dos fundamentos econômicos da economia brasileira. Usando dados de final de período, a moeda brasileira registrou valorização nominal de 4,31% ante a cotação de fechamento de 2009, sendo cotada ao final de dezembro a R$1,6662/US$ pela Ptax-venda. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciaram a valorização da moeda brasileira ante a norte-americana de, respectivamente, 11% e 7,7%.

Em relação ao acordo de *swap* de moedas com o Federal Reserve (Fed), instituído pela Resolução CMN nº 3.631/2008, e prorrogado por duas vezes, o BCB, de forma coordenada com outros bancos centrais, comunicou, em 27 de janeiro, o encerramento das referidas linhas a partir de 1º de fevereiro de 2010. Ressalte-se que não foi realizada nenhuma operação de *swap* de moedas entre o BCB e o Fed.

No que se refere às medidas de regulação das operações de derivativos cambiais, a Resolução

CMN nº 3.833/2010, alterou a Resolução nº 3.312/2005, instituindo a obrigatoriedade de registro das operações de proteção (*hedge*) realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras. O registro passou a ser feito por meio de instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB em sistema administrado por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BCB ou pela Comissão de Valores Mobiliários. A instituição responsável pelo registro deverá manter a documentação relativa ao registro e à operação de *hedge*. Devido à necessidade de adequação de sistemas operacionais, tanto das instituições quanto das entidades que efetuam o registro das operações, a norma entrou em vigência a partir de 15 de março de 2010.

Tendo em vista a contínua modernização do mercado de câmbio brasileiro o BCB anunciou nova metodologia de cálculo da taxa PTAX e seu cronograma de implantação, com início da fase de homologação da nova metodologia em 21 de janeiro de 2011 e substituição de metodologia em 1º de julho de 2011. O cálculo da PTAX passa a ser realizado através de quatro consultas diárias a instituições credenciadas como *dealers* de câmbio. Os resultados de cada consulta serão definidos pela média das respectivas cotações, excluídos os dois maiores e os dois menores valores informados. A taxa PTAX diária passará a ser dada pela média aritmética simples das quatro consultas e será divulgada por volta das 13:00 horas.

Com relação à pesquisa Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), o CMN instituiu pela Resolução nº 3.854/2010 a declaração trimestral de CBE, sendo obrigadas a apresentar a nova modalidade de declaração as pessoas físicas e jurídicas que tenham no exterior ativos de valor igual ou superior a US$ 100 milhões. A declaração trimestral terá como referência as seguintes datas: 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano. A obrigatoriedade de entrega da declaração trimestral passará a ser válida somente a partir de 31 de março de 2011. As pessoas físicas e jurídicas que possuam, no dia 31 de dezembro de cada ano, ativos no exterior de valor igual ou maior que US$100 mil continuarão a prestar a declaração anual de CBE.

Assim como nos anos anteriores, foram adotadas medidas no sentido de consolidar e simplificar normativos e procedimentos aplicáveis a capitais internacionais e ao mercado cambial. Essa iniciativa objetiva essencialmente a simplificação e a desburocratização de regras e procedimentos dispersos em vários normativos entre Resoluções, Circulares e Cartas-Circulares. Nesse sentido, foram revogados cerca de 320 normativos. Com as medidas de desburocratização, espera-se redução dos custos de transação, bem como o provimento de maior segurança jurídica às operações. Outro resultado esperado é a redução de custos administrativos, tanto para o setor privado quanto para o setor público.

Pela Resolução nº 3.844/2010, foram consolidadas, em um único normativo, as disposições gerais sobre capital estrangeiro no País, relativas ao registro de fluxos de investimentos diretos, créditos externos, *royalties*, transferências de tecnologia e arrendamentos mercantis externos. O BCB, pela Circular nº 3.491/2010regulamentou a matéria, contemplando aspectos de natureza operacional, simplificando o registro das operações. As disposições das normas aprovadas foram incluídas no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), em título e capítulos próprios, de modo a organizar e sistematizar o arcabouço regulamentar em vigor. As principais inovações adotadas foram as seguintes: i) as transferências financeiras do e para o exterior, em moeda nacional ou estrangeira, relativas aos fluxos de capitais estrangeiros de que trata a Resolução CMN nº 3.844/2010, passam a seguir as regras gerais aplicáveis ao mercado de câmbio brasileiro. Nesse sentido, as transferências devem respeitar os princípios da legalidade, fundamentação econômica e respaldo documental; ii) foi eliminada a necessidade de autorizações específicas ou manifestações prévias do Banco Central do Brasil; e iii) os agentes ficam dispensados de fornecer ao BCB informações que a Instituição pode obter por meio de outras fontes e/ou mecanismos internos.

Além isso, o CMN alterou as regras para alienação de *Depositary Receipts* (DR) no exterior, tendo facultado, pela Resolução CMN nº 3.845/2010, às companhias residentes no país emissoras e/ou ofertantes de DR manter no exterior o produto da sua alienação. Essa faculdade, entretanto, não se aplica a DR de instituições financeiras, que seguem regras próprias. Para fins de atualização do registro no BCB de investimento estrangeiro, o valor obtido com a alienação de DR não ingressado no País no prazo de cinco dias deve ser automaticamente considerado pelo custodiante nacional como mantido no exterior. Caso o investidor estrangeiro opte pelo resgate de DR e registro do montante em nova modalidade de investimento, como, por exemplo, investimento estrangeiro direto (IED) ou renda fixa, a mudança fica condicionada à realização de operação simultânea de câmbio. O Banco Central do Brasil regulamentou esta medida pela Circular nº 3.492, de 24 de março.

Com relação à simplificação das normas cambiais, pela Circular n° 3.493/2010, o BCB atualizou o RMCCI, dando continuidade ao processo de aperfeiçoamento do mercado de câmbio brasileiro que vem sendo conduzido nos últimos anos. Entre as alterações contempladas incluem-se: i) dispensa da exigência de contratos simultâneos de câmbio nos pagamento de prêmios e indenizações vinculadas a resseguro internacional, quando transitados em contas em moeda estrangeira tituladas pelo setor segurador; ii) passa a permitir

que instituições financeiras brasileiras não bancárias e autorizadas a operar com câmbio possam manter mais de uma conta em moeda estrangeira em uma mesma praça no Brasil, ampliando a concorrência nas negociações de transferências internacionais por meio desses agentes, beneficiando os remetentes e recebedores de recursos em moeda estrangeira; iii) exclui da regulação cambial a manutenção de ficha cadastral específica para operações de câmbio, uma vez que as regras gerais que tratam de prevenção e combate a lavagem de dinheiro já requerem tal providência, eliminando-se, assim, regulação sobreposta; iv) permite que postos de câmbio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio possam executar as mesmas operações permitidas às suas agências, ampliando a oferta de serviços bancários; v) cria no RMCCI seção específica sobre uso de ordens de pagamento em reais oriundas do exterior, de forma a deixar claro aos diversos participantes do mercado a existência dessa possibilidade; vi) amplia prazo de liquidação dos contratos celebrados pela Secretaria do Tesouro Nacional de 360 para até 750 dias, a contar da data da contratação, equiparando os prazos das operações do Tesouro aos das operações cambiais efetuadas no mercado interbancário. Esse prazo foi posteriormente ampliado para 1500 dias, conforme Resolução CMN nº 3.911/2010.

Por fim, a Receita Federal do Brasil passou a exigir, com a publicação da Instrução Normativa nº 1.092/2010, o fornecimento, na Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof), dos dados sobre operações cambiais relativas às aquisições de moeda estrangeira; conversões de moeda estrangeira em moeda nacional e transferências de moedas estrangeiras para o exterior.

**2.3.3 - Movimento de Câmbio**

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US$ 24,4 bilhões em 2010, comparativamente a US$ 28,7 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial registrou déficit de US$ 1,7 bilhão, ante superávit de US$ 9,9 bilhões em 2009, recuo decorrente de elevações respectivas de 22,1% e 32,3% nas contratações de exportações e de importações. O segmento financeiro foi responsável pelo superávit cambial, refletindo as condições do crédito externo, tendo apresentado crescimentos de 12,5% nas compras e de 11% nas vendas de moeda estrangeira, perfazendo ingressos líquidos de US$ 26 bilhões, ante US$18,8 bilhões em 2009.

**MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO**

US$ milhões

| Período | | Operações com clientes no País | | | | | | Saldo Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Comercial | | | Financeiro | | | |
| | | Exportações | Importações | Saldo | Compras | Vendas | Saldo | (C) |
| | | | | (A) | | | (B) | (C) = (A) + (B) |
| 2008 | | 187 984 | 140 084 | 47 900 | 421 240 | 470 123 | -48 883 | - 983 |
| 2009 | Jan | 10 261 | 9 729 | 532 | 18 397 | 21 947 | -3 550 | -3 018 |
| | Fev | 10 482 | 7 611 | 2 871 | 16 382 | 18 412 | -2 030 | 841 |
| | Mar | 12 202 | 9 098 | 3 104 | 22 022 | 25 923 | -3 901 | - 797 |
| | Abr | 13 801 | 8 884 | 4 917 | 21 267 | 24 754 | -3 487 | 1 430 |
| | Mai | 12 390 | 10 838 | 1 551 | 27 538 | 25 955 | 1 583 | 3 134 |
| | Jun | 11 975 | 12 123 | - 148 | 34 999 | 33 776 | 1 223 | 1 076 |
| | Jul | 9 886 | 12 719 | -2 833 | 33 881 | 29 778 | 4 103 | 1 270 |
| | Ago | 12 867 | 11 529 | 1 339 | 25 830 | 24 212 | 1 618 | 2 957 |
| | Set | 9 819 | 13 044 | -3 225 | 32 186 | 27 597 | 4 590 | 1 365 |
| | Out | 14 304 | 12 812 | 1 492 | 39 705 | 26 599 | 13 106 | 14 598 |
| | Nov | 13 148 | 11 689 | 1 458 | 24 863 | 22 432 | 2 432 | 3 890 |
| | Dez | 13 532 | 14 666 | -1 135 | 39 186 | 36 065 | 3 120 | 1 986 |
| | Ano | 144 666 | 134 742 | 9 924 | 336 257 | 317 450 | 18 808 | 28 732 |
| 2010 | Jan | 10 723 | 10 863 | - 140 | 23 083 | 21 868 | 1 215 | 1 075 |
| | Fev | 10 085 | 12 371 | -2 285 | 23 765 | 21 879 | 1 886 | - 399 |
| | Mar | 16 221 | 13 826 | 2 394 | 27 829 | 28 109 | - 280 | 2 114 |
| | Abr | 12 750 | 13 389 | - 639 | 27 897 | 25 010 | 2 887 | 2 248 |
| | Mai | 16 301 | 13 631 | 2 671 | 30 494 | 30 560 | - 66 | 2 605 |
| | Jun | 13 961 | 14 749 | - 788 | 24 959 | 28 450 | -3 491 | -4 279 |
| | Jul | 13 984 | 14 762 | - 777 | 28 655 | 27 166 | 1 490 | 712 |
| | Ago | 14 984 | 16 868 | -1 884 | 27 502 | 26 299 | 1 203 | - 680 |
| | Set | 14 741 | 17 730 | -2 989 | 49 171 | 32 456 | 16 716 | 13 726 |
| | Out | 17 195 | 15 418 | 1 777 | 34 550 | 29 409 | 5 141 | 6 917 |
| | Nov | 17 338 | 16 836 | 502 | 27 332 | 25 609 | 1 722 | 2 225 |
| | Dez | 18 306 | 17 797 | 509 | 53 118 | 55 536 | -2 418 | -1 910 |
| | Ano | 176 590 | 178 240 | -1 650 | 378 355 | 352 351 | 26 004 | 24 354 |

Fonte: Banco Central do Brasil

As condições do crédito externo e o comportamento do fluxo cambial motivaram a atuação do BCB no mercado de câmbio à vista (*spot*). Durante 2010, comparativamente a US$ 36,5 bilhões registrados em 2009, as intervenções efetuadas totalizaram compras líquidas de US$ 42 bilhões, dos quais US$ 41,4 bilhões no mercado *spot* de câmbio e US$ 535 milhões relativos a retornos de operações de empréstimo em moedas estrangeiras. A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do BCB, passou de comprada em US$ 3,4 bilhões, ao final de 2009, para vendida em US$ 16,8 bilhões, ao final de dezembro de 2010.

### 2.3.4 - Balanço de Pagamentos

Pelo décimo ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo. Em 2010 foi gerado excedente de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED), de US$ 944 milhões no ano, equivalentes a 0,05% do PIB, ante US$ 1,6 bilhão (0,1% do PIB) em 2009.

## BALANÇO DE PAGAMENTOS

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Balança comercial (FOB) | 13 909 | 11 381 | 25 290 | 7 884 | 12 383 | 20 267 |
| Exportações | 69 952 | 83 043 | 152 995 | 89 187 | 112 728 | 201 915 |
| Importações | 56 043 | 71 662 | 127 705 | 81 303 | 100 345 | 181 649 |
| Serviços | -8 115 | -11 130 | -19 245 | -13 817 | -17 255 | -31 071 |
| Receitas | 12 731 | 14 997 | 27 728 | 14 864 | 16 957 | 31 821 |
| Despesas | 20 846 | 26 128 | 46 974 | 28 681 | 34 212 | 62 892 |
| Rendas | -14 635 | -19 050 | -33 684 | -19 723 | -19 835 | -39 558 |
| Receitas | 4 689 | 4 137 | 8 826 | 3 124 | 4 229 | 7 353 |
| Despesas | 19 324 | 23 186 | 42 510 | 22 847 | 24 064 | 46 911 |
| Transferências unilat. correntes | 1 664 | 1 673 | 3 338 | 1 523 | 1 323 | 2 845 |
| Receitas | 2 303 | 2 432 | 4 736 | 2 355 | 2 357 | 4 712 |
| Despesas | - 639 | - 759 | -1 398 | - 833 | -1 034 | -1 867 |
| Transações correntes | -7 177 | -17 125 | -24 302 | -24 133 | -23 384 | -47 518 |
| Conta capital e financeira | 18 691 | 52 610 | 71 301 | 43 257 | 56 845 | 100 102 |
| Conta capital1/ | 581 | 548 | 1 129 | 494 | 625 | 1 119 |
| Conta financeira | 18 110 | 52 062 | 70 172 | 42 763 | 56 220 | 98 983 |
| Investimento direto (líquido) | 14 464 | 21 569 | 36 033 | 3 255 | 33 707 | 36 962 |
| No exterior | 1 798 | 8 286 | 10 084 | -8 862 | -2 638 | -11 500 |
| Participação no capital | -1 190 | -3 355 | -4 545 | -12 091 | -14 673 | -26 763 |
| Empréstimos intercompanhias. | 2 988 | 11 641 | 14 629 | 3 229 | 12 035 | 15 263 |
| No país | 12 665 | 13 283 | 25 949 | 12 117 | 36 345 | 48 462 |
| Participação no capital | 7 718 | 12 188 | 19 906 | 12 277 | 27 863 | 40 141 |
| Empréstimos intercompanhias. | 4 948 | 1 095 | 6 042 | - 160 | 8 481 | 8 321 |
| Investimentos em carteira | 1 397 | 48 886 | 50 283 | 22 790 | 41 668 | 64 458 |
| Ativos | - 866 | 4 990 | 4 125 | - 375 | -2 962 | -3 337 |
| Ações | - 524 | 3 106 | 2 582 | 896 | 5 315 | 6 211 |
| Títulos de renda fixa | - 342 | 1 884 | 1 542 | -1 271 | -8 277 | -9 548 |
| Passivos | 2 263 | 43 896 | 46 159 | 23 166 | 44 629 | 67 795 |
| Ações | 3 030 | 34 041 | 37 071 | 9 737 | 27 948 | 37 684 |
| Títulos de renda fixa | - 768 | 9 855 | 9 087 | 13 429 | 16 682 | 30 111 |
| Derivativos | 212 | - 56 | 156 | - 17 | - 95 | - 112 |
| Ativos | 294 | 29 | 322 | 74 | 59 | 133 |
| Passivos | - 81 | - 85 | - 166 | - 91 | - 154 | - 245 |
| Outros investimentos2/ | 2 037 | -18 337 | -16 300 | 16 736 | -19 060 | -2 324 |
| Ativos | -12 361 | -18 015 | -30 376 | -16 054 | -35 436 | -51 490 |
| Passivos | 14 399 | - 323 | 14 076 | 32 790 | 16 376 | 49 166 |
| Erros e omissões | - 96 | - 251 | - 347 | -2 458 | -1 026 | -3 484 |
| Resultado do balanço | -11 417 | -35 234 | -46 651 | -16 666 | -32 434 | -49 101 |
| Memo: | | | | | | |
| Transações correntes/PIB | -1,15% | -1,76% | -1,52% | -2,36% | -2,21% | -2,28% |
| Amort. médio e longo prazos3/ | 12 310 | 17 811 | 30 121 | 15 964 | 17 880 | 33 844 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui transferências de patrimônio.

**2/** Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

**3/** Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

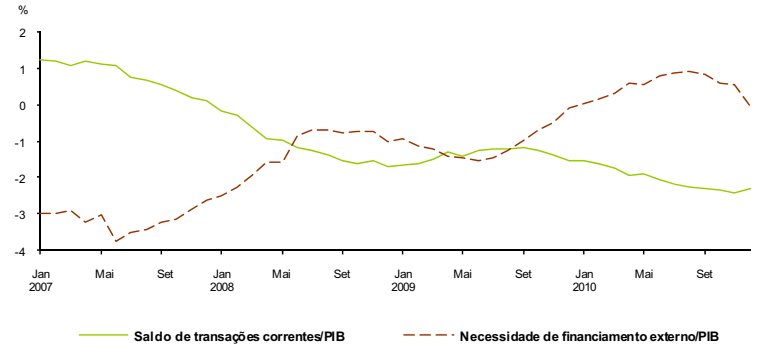
## SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO EXTERNO

US$ milhões

| Período | | Saldo de transações correntes | | | Investimentos estrangeiros diretos | | | Necessidade de financiamento externo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor | | % PIB | Valor | | % PIB | Valor | | % PIB |
| | | Mensal | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses | Mensal | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses | Mensal | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses |
| 2005 | Dez | 530 | 13 985 | 1,58 | 1 406 | 15 066 | 1,71 | -1 936 | -29 051 | -3,29 |
| 2006 | Dez | 438 | 13 643 | 1,27 | 2 457 | 18 822 | 1,76 | -2 896 | -32 465 | -3,03 |
| 2007 | Dez | - 498 | 1 551 | 0,12 | 886 | 34 585 | 2,59 | - 388 | -36 136 | -2,71 |
| 2008 | Dez | -3 119 | -28192 | -1,72 | 8 115 | 45 058 | 2,75 | -4 997 | -16 866 | -1,03 |
| 2009 | Jan | -2766 | -26929 | -1,67 | 1930 | 42162 | 2,62 | 835 | -15233 | -0,94 |
| | Fev | -613 | -25653 | -1,63 | 1968 | 43240 | 2,75 | -1355 | -17587 | -1,12 |
| | Mar | -1559 | -22869 | -1,48 | 1444 | 41601 | 2,7 | 115 | -18732 | -1,22 |
| | Abr | 105 | -19720 | -1,31 | 3409 | 41138 | 2,74 | -3514 | -21418 | -1,42 |
| | Mai | -1770 | -20705 | -1,4 | 2483 | 42308 | 2,86 | -713 | -21603 | -1,46 |
| | Jun | -575 | -18498 | -1,27 | 1431 | 41014 | 2,81 | -857 | -22516 | -1,54 |
| | Jul | -1623 | -17953 | -1,23 | 1287 | 39035 | 2,68 | 336 | -21081 | -1,45 |
| | Ago | -809 | -17679 | -1,21 | 1903 | 36300 | 2,48 | -1094 | -18621 | -1,27 |
| | Set | -2452 | -17369 | -1,17 | 1816 | 31875 | 2,14 | 635 | -14506 | -0,97 |
| | Out | -3018 | -19148 | -1,27 | 1563 | 29525 | 1,95 | 1455 | -10376 | -0,69 |
| | Nov | -3273 | -21471 | -1,39 | 1604 | 28955 | 1,87 | 1669 | -7484 | -0,48 |
| | Dez | -5950 | -24302 | -1,52 | 5109 | 25949 | 1,62 | 841 | -1646 | -0,1 |
| 2010 | Jan | -3821 | -25357 | -1,52 | 600 | 24619 | 1,48 | 3220 | 739 | 0,04 |
| | Fev | -3287 | -28032 | -1,62 | 2849 | 25500 | 1,47 | 438 | 2532 | 0,15 |
| | Mar | -5122 | -31595 | -1,75 | 2083 | 26139 | 1,44 | 3039 | 5456 | 0,3 |
| | Abr | -4615 | -36315 | -1,93 | 2228 | 24958 | 1,33 | 2387 | 11357 | 0,6 |
| | Mai | -2010 | -36555 | -1,88 | 3590 | 26065 | 1,34 | -1580 | 10490 | 0,54 |
| | Jun | -5278 | -41259 | -2,07 | 766 | 25400 | 1,27 | 4512 | 15859 | 0,8 |
| | Jul | -4566 | -44201 | -2,17 | 2635 | 26748 | 1,31 | 1931 | 17453 | 0,86 |
| | Ago | -2933 | -46324 | -2,25 | 2422 | 27266 | 1,32 | 511 | 19058 | 0,92 |
| | Set | -3906 | -47778 | -2,31 | 5404 | 30854 | 1,49 | -1498 | 16924 | 0,82 |
| | Out | -3760 | -48520 | -2,34 | 6788 | 36079 | 1,74 | -3029 | 12441 | 0,6 |
| | Nov | -4728 | -49975 | -2,41 | 3732 | 38207 | 1,84 | 996 | 11768 | 0,57 |
| | Dez | -3493 | -47518 | -2,28 | 15364 | 48462 | 2,33 | -11871 | -944 | -0,05 |

Fonte: Banco Central do Brasil

## INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO




Obs.: Necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto liq.
Acumulados em 12 meses

O déficit em transações correntes, que atingira US$ 24,3 bilhões em 2009 (1,52% do PIB), ampliou-se no decorrer de 2010, acumulando US$ 47,5 bilhões (2,28% do PIB) em ambiente econômico no qual o desempenho da economia brasileira superou largamente o dos países desenvolvidos. Essa trajetória decorreu da redução no saldo da balança comercial e das elevações de US$ 11,8 bilhões e de US$5,9 bilhões, respectivamente, nos déficits das contas de serviços e de rendas. A conta de serviços apresentou déficits de US$ 31,1 bilhões em 2010 e US$ 19,2 bilhões em 2009. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas de viagens internacionais, aluguel de equipamentos, transportes, computação e informação e *royalties* e licenças.

As receitas líquidas relativas a transferências unilaterais decresceram 14,8%, situando-se em US$ 2,8 bilhões, o menor valor desde 2002. As contas capital e financeira foram positivas em US$ 100,1 bilhões no ano. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US$ 49,1 bilhões.

**SERVIÇOS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | -8 115 | -11 130 | -19 245 | -13 817 | -17 255 | -31 071 |
| Receitas | 12 731 | 14 997 | 27 728 | 14 864 | 16 957 | 31 821 |
| Despesas | 20 846 | 26 128 | 46 974 | 28 681 | 34 212 | 62 892 |
| Transportes | -1 708 | -2 218 | -3 926 | -2 980 | -3 424 | -6 404 |
| Receitas | 2 001 | 2 039 | 4 040 | 2 306 | 2 626 | 4 931 |
| Despesas | 3 709 | 4 258 | 7 966 | 5 286 | 6 050 | 11 336 |
| Viagens | -1 887 | -3 706 | -5 594 | -4 118 | -6 385 | -10 503 |
| Receitas | 2 567 | 2 738 | 5 305 | 2 933 | 2 986 | 5 919 |
| Despesas | 4 454 | 6 444 | 10 898 | 7 051 | 9 371 | 16 422 |
| Seguros | - 648 | - 794 | -1 442 | - 565 | - 547 | -1 113 |
| Receitas | 190 | 183 | 373 | 213 | 203 | 416 |
| Despesas | 838 | 977 | 1 815 | 778 | 751 | 1 529 |
| Financeiros | - 112 | 70 | - 42 | 135 | 262 | 396 |
| Receitas | 590 | 980 | 1 570 | 976 | 1 096 | 2 073 |
| Despesas | 702 | 910 | 1 612 | 841 | 835 | 1 676 |
| Computação e informações | -1 259 | -1 327 | -2 586 | -1 628 | -1 667 | -3 296 |
| Receitas | 92 | 117 | 209 | 126 | 84 | 210 |
| Despesas | 1 351 | 1 444 | 2 795 | 1 754 | 1 752 | 3 505 |
| Royalties e licenças | - 866 | -1 212 | -2 078 | -1 196 | -1 257 | -2 453 |
| Receitas | 193 | 241 | 434 | 192 | 205 | 397 |
| Despesas | 1 059 | 1 453 | 2 512 | 1 388 | 1 462 | 2 850 |
| Aluguel de equipamentos | -4 371 | -5 022 | -9 393 | -6 174 | -7 509 | -13 683 |
| Receitas | 25 | 25 | 50 | 27 | 27 | 54 |
| Despesas | 4 396 | 5 047 | 9 442 | 6 201 | 7 536 | 13 737 |
| Serviços governamentais | - 591 | - 825 | -1 416 | -1 117 | - 604 | -1 720 |
| Receitas | 614 | 869 | 1 483 | 618 | 909 | 1 527 |
| Despesas | 1 205 | 1 695 | 2 899 | 1 735 | 1 513 | 3 247 |
| Comunicações | 89 | 97 | 186 | 96 | 68 | 164 |
| Receitas | 170 | 183 | 353 | 214 | 221 | 435 |
| Despesas | - 80 | - 86 | - 166 | - 118 | - 153 | - 271 |
| Construção | 4 | 6 | 11 | 12 | 10 | 22 |
| Receitas | 6 | 9 | 14 | 15 | 13 | 29 |
| Despesas | - 1 | - 3 | - 4 | - 3 | - 4 | - 6 |
| Relativos a comércio | 414 | 201 | 615 | 146 | 154 | 300 |
| Receitas | 772 | 671 | 1 443 | 464 | 663 | 1 128 |
| Despesas | - 358 | - 470 | - 828 | - 318 | - 509 | - 827 |
| Pessoais, culturais e recreação | - 357 | - 520 | - 878 | - 589 | - 575 | -1 163 |
| Receitas | 37 | 44 | 80 | 44 | 64 | 108 |
| Despesas | - 394 | - 564 | - 958 | - 633 | - 639 | -1 271 |
| Empresariais, profissionais e técnicos | 3 178 | 4 119 | 7 297 | 4 160 | 4 221 | 8 381 |
| Receitas | 5 476 | 6 899 | 12 374 | 6 735 | 7 859 | 14 595 |
| Despesas | -2 298 | -2 779 | -5 077 | -2 575 | -3 638 | -6 214 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2010, são os maiores da série histórica, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Essa trajetória foi influenciada tanto pela apreciação cambial quanto pelos ganhos de renda. Foram registradas saídas líquidas de US$ 10,5 bilhões, devido, fundamentalmente, ao crescimento de 50,7% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US$ 16,4 bilhões, ante US$ 10,9 bilhões, em 2009. Os dispêndios de estrangeiros no país, por sua vez, cresceram 11,6%, em 2010, atingindo US$ 5,9 bilhões.

**VIAGENS INTERNACIONAIS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | -1 887 | -3 706 | -5 594 | -4 118 | -6 385 | -10 503 |
| Receita | 2 567 | 2 738 | 5 305 | 2 933 | 2 986 | 5 919 |
| Despesa | -4 454 | -6 444 | -10 898 | -7 051 | -9 371 | -16 422 |
| Cartões de crédito | -1 491 | -1 922 | -3 412 | -2 280 | -3 570 | -5 850 |
| Receita | 1 265 | 1 910 | 3 175 | 2 162 | 2 154 | 4 316 |
| Despesa | -2 755 | -3 832 | -6 587 | -4 442 | -5 724 | -10 166 |
| Serviços turísticos | - 227 | - 360 | - 587 | - 384 | - 589 | - 972 |
| Receita | 181 | 152 | 333 | 194 | 202 | 396 |
| Despesa | - 408 | - 512 | - 920 | - 578 | - 791 | -1 369 |
| Outros | - 169 | -1 425 | -1 594 | -1 454 | -2 227 | -3 680 |
| Receita | 1 121 | 676 | 1 797 | 577 | 630 | 1 207 |
| Despesa | -1 290 | -2 101 | -3 391 | -2 031 | -2 857 | -4 887 |

Fonte: Banco Central do Brasil

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$ 13,7 bilhões em 2010, ante US$ 9,4 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de intensa utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$ 6,4 bilhões, 63,1% acima do resultado de 2009, consistente com o comportamento de viagens internacionais e da corrente de comércio. As despesas com passagens apresentaram aumento de 59,3% em 2010 na comparação com o ano anterior. O desempenho de exportações e de importações de bens acarretou elevação de 50,7% das despesas líquidas com fretes no ano. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram aumentos de 30,7% e 41,4%, respectivamente.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US$ 3,3 bilhões, ante US$ 2,6 bilhões em 2009. As despesas alcançaram US$ 3,5 bilhões, 25,4% acima do resultado do ano anterior, enquanto as receitas mostraram estabilidade, US$ 210 milhões. Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US$ 2,5 bilhões em 2010, com acréscimo de 18% frente ao registrado no ano anterior.

As receitas líquidas com serviços financeiros registraram US$ 393 milhões, comparadas a despesas líquidas de US$ 42 milhões no ano anterior. Esse resultado evidenciou expansão de 32% nas receitas, que atingiram US$ 2,1 bilhões, e de 4% nas despesas, totalizando US$ 1,7 bilhão. Os serviços governamentais registraram despesas líquidas de US$ 1,7 bilhão, em 2010, acréscimo de 21,5%.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US$ 1,1 bilhão, ante US$ 1,4 bilhão, em 2009. As despesas, evidenciando a redução de gastos de operações de seguros diretos, recuaram 15,8% no ano, atingindo US$ 1,5 bilhão, enquanto as receitas ampliaram-se em 11,7%, refletindo a elevação de créditos em seguros diretos e receitas de seguros de fretes, somando US$ 416 milhões.

O item serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US$ 8,4 bilhões, em 2010, ante US$ 7,3 bilhões no ano anterior, expansão de 14,9%, em comparação a 2009. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US$1,2 bilhão, aumento de 32,5% frente ao ano anterior. A conta de comunicações registrou receitas líquidas de US$ 164 milhões em 2010, comparativamente a US$ 186 milhões em 2009, principalmente pela elevação nas despesas, de US$166 milhões para US$271 milhões.

**SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 3 178 | 4 120 | 7 298 | 4 160 | 4 222 | 8 382 |
| Crédito | 5 477 | 6 898 | 12 375 | 6 735 | 7 858 | 14 593 |
| Encomendas postais | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Honorário de profissional liberal | 1 136 | 1 151 | 2 287 | 1 436 | 1 424 | 2 860 |
| Serviços administrativos e aluguel imóveis | 1 678 | 2 072 | 3 750 | 2 374 | 2 855 | 5 229 |
| Participação em feiras e exposições | 23 | 20 | 43 | 21 | 25 | 46 |
| Passe de atleta profissional | 56 | 121 | 177 | 107 | 123 | 230 |
| Publicidade | 168 | 138 | 306 | 176 | 159 | 335 |
| Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos | 2 373 | 3 285 | 5 658 | 2 547 | 3 192 | 5 739 |
| Serviços de projeto técnico-econômico | 38 | 112 | 150 | 67 | 81 | 148 |
| Despesa | 2 299 | 2 779 | 5 078 | 2 575 | 3 639 | 6 214 |
| Encomendas postais | 10 | 11 | 21 | 27 | 41 | 68 |
| Honorário de profissional liberal | 302 | 342 | 644 | 260 | 406 | 666 |
| Serviços administrativos e aluguel imóveis | 428 | 457 | 885 | 399 | 669 | 1 068 |
| Participação em feiras e exposições | 31 | 34 | 65 | 55 | 45 | 100 |
| Passe de atleta profissional | 9 | 12 | 21 | 5 | 26 | 31 |
| Publicidade | 90 | 129 | 219 | 182 | 239 | 421 |
| Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos | 1 427 | 1 793 | 3 220 | 1 646 | 2 210 | 3 856 |
| Serviços de projeto técnico-econômico | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 4 |

Fonte: Banco Central do Brasil

O déficit da conta de rendas apresentou elevação de 17,4% no ano, atingindo US$39,6 bilhões. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US$9,7 bilhões, refletindo redução de 14,9% nas receitas e de 2,6% nas despesas. Ressalte-se que o recuo observado nas receitas é consistente com a redução nas taxas de juros internacionais, com a conseqüente diminuição na remuneração dos ativos de reservas internacionais, principal componente dessa rubrica.

**RENDAS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total de rendas | -14 635 | -19 050 | -33 684 | -19 723 | -19 835 | -39 558 |
| Receitas | 4 689 | 4 137 | 8 826 | 3 124 | 4 229 | 7 353 |
| Despesas | 19 324 | 23 186 | 42 510 | 22 847 | 24 064 | 46 911 |
| Salários e ordenados | 333 | 270 | 603 | 266 | 232 | 498 |
| Receitas | 369 | 296 | 665 | 295 | 270 | 565 |
| Despesas | 36 | 26 | 62 | 29 | 38 | 66 |
| Renda de investimentos | -14 968 | -19 319 | -34 287 | -19 989 | -20 068 | -40 057 |
| Receitas | 4 320 | 3 840 | 8 160 | 2 829 | 3 959 | 6 788 |
| Despesas | 19 288 | 23 160 | 42 448 | 22 818 | 24 027 | 46 845 |
| Renda de investimento direto | -7 958 | -11 784 | -19 742 | -12 011 | -13 493 | -25 504 |
| Receitas | 585 | 701 | 1 287 | 385 | 695 | 1 080 |
| Despesas | 8 544 | 12 485 | 21 029 | 12 397 | 14 188 | 26 584 |
| Lucros e dividendos | -7 213 | -10 552 | -17 765 | -11 206 | -12 385 | -23 591 |
| Receitas | 535 | 652 | 1 186 | 296 | 592 | 888 |
| Despesas | 7 748 | 11 203 | 18 951 | 11 502 | 12 977 | 24 479 |
| Juros de empréstimos intercompanhias | - 745 | -1 232 | -1 977 | - 805 | -1 108 | -1 913 |
| Receitas | 51 | 49 | 100 | 90 | 103 | 193 |
| Despesas | 796 | 1 281 | 2 077 | 895 | 1 211 | 2 106 |
| Renda de investimento em carteira | -4 140 | -5 073 | -9 213 | -5 723 | -4 350 | -10 072 |
| Receitas | 3 192 | 2 636 | 5 827 | 2 045 | 2 802 | 4 847 |
| Despesas | 7 332 | 7 709 | 15 041 | 7 767 | 7 152 | 14 919 |
| Lucros e dividendos | -3 646 | -3 807 | -7 453 | -3 761 | -3 023 | -6 784 |
| Receitas | 20 | 24 | 44 | 0 | 0 | 1 |
| Despesas | 3 666 | 3 831 | 7 497 | 3 762 | 3 023 | 6 785 |
| Juros de títulos de dívida (renda fixa) | - 494 | -1 267 | -1 760 | -1 961 | -1 327 | -3 288 |
| Receitas | 3 172 | 2 611 | 5 783 | 2 044 | 2 802 | 4 846 |
| Despesas | 3 665 | 3 878 | 7 543 | 4 006 | 4 129 | 8 135 |
| Renda de outros investimentos1/ | -2 870 | -2 462 | -5 332 | -2 255 | -2 225 | -4 481 |
| Receitas | 543 | 504 | 1 046 | 399 | 462 | 861 |
| Despesas | 3 413 | 2 966 | 6 378 | 2 654 | 2 687 | 5 341 |
| Memo: | | | | | | |
| Juros | -4 109 | -4 961 | -9 069 | -5 022 | -4 660 | -9 682 |
| Receitas | 3 765 | 3 164 | 6 930 | 2 533 | 3 367 | 5 899 |
| Despesas | 7 874 | 8 125 | 15 999 | 7 555 | 8 027 | 15 581 |
| Lucros e dividendos | -10 859 | -14 358 | -25 218 | -14 967 | -15 408 | -30 375 |
| Receitas | 555 | 676 | 1 231 | 296 | 593 | 889 |
| Despesas | 11 414 | 15 035 | 26 449 | 15 263 | 16 000 | 31 263 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

Ao longo de 2010, pelo quinto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações, sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo. No ano, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 30,4 bilhões, superiores em US$ 5,2 bilhões ao resultado de 2009. A elevação de 20,4% desse saldo está relacionada ao crescimento do estoque de investimentos externos no Brasil e à maior lucratividade das empresas.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US$ 409 milhões, com redução de 17,4% sobre o resultado de 2009.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US$ 25,5 bilhões, aumento de 29,2% na comparação com 2009. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US$ 23,6 bilhões, crescimento

de 32,8%, correlacionado ao maior estoque de investimentos diretos externos. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias sofreram decréscimo de 3,3%, registrando US$ 1,9 bilhão.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$ 10,1 bilhões, elevação de 9,3% em relação a 2009. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, com despesas líquidas de US$ 3,3 bilhões, ante US$ 1,8 bilhão no ano anterior. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US$ 6,8 bilhões, redução de 9% no período. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$ 4,5 bilhões, decréscimo de 16% na mesma base de comparação.

As transferências unilaterais líquidas decresceram 14,8% em 2010. Os ingressos líquidos acumularam US$ 2,8 bilhões, ante US$ 3,3 bilhões do ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 21,5%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US$ 1,2 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 44,1% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 30,5%, e Japão, 16,5%.

**TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 1 664 | 1 673 | 3 338 | 1 523 | 1 323 | 2 845 |
| Receitas | 2 303 | 2 432 | 4 736 | 2 355 | 2 357 | 4 712 |
| Despesas | 639 | 759 | 1 398 | 833 | 1 034 | 1 867 |
| Transferências correntes governamentais | - 73 | - 136 | - 209 | - 123 | - 63 | - 186 |
| Receitas | 41 | 20 | 61 | 19 | 111 | 131 |
| Despesas | 114 | 156 | 270 | 142 | 175 | 317 |
| Transferências correntes privadas | 1 737 | 1 810 | 3 547 | 1 645 | 1 386 | 3 031 |
| Receitas | 2 262 | 2 412 | 4 675 | 2 336 | 2 246 | 4 582 |
| Despesas | 525 | 602 | 1 128 | 691 | 860 | 1 551 |
| Manutenção de residentes | 867 | 688 | 1 555 | 645 | 575 | 1 220 |
| Receitas | 1 136 | 1 088 | 2 224 | 1 037 | 1 039 | 2 076 |
| Estados Unidos | 536 | 359 | 894 | 320 | 314 | 634 |
| Japão | 239 | 185 | 425 | 174 | 167 | 342 |
| Demais países | 361 | 544 | 905 | 543 | 558 | 1 100 |
| Despesas | 269 | 400 | 669 | 391 | 464 | 855 |
| Outras transferências | 870 | 1 122 | 1 992 | 1 000 | 811 | 1 811 |
| Receitas | 1 126 | 1 324 | 2 451 | 1 300 | 1 207 | 2 506 |
| Despesas | 257 | 203 | 459 | 299 | 396 | 695 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram aplicações líquidas de US$ 11,5 bilhões, ante retornos líquidos de US$ 10,1 bilhões em 2009. Em 2010, do total das aplicações líquidas, US$ 26,8 bilhões referiram-se a aumento de participações no capital, comparadas aos US$ 4,5 bilhões registrados em 2009. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram amortizações líquidas de US$ 15,3 bilhões, comparadas a US$ 14,6 bilhões em 2009.

**INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 1 796 | 8 287 | 10 083 | -8 863 | -2 636 | -11 499 |
| Retornos | 9 899 | 15 357 | 25 256 | 8 912 | 14 467 | 23 379 |
| Saídas | 8 103 | 7 070 | 15 173 | 17 775 | 17 103 | 34 878 |
| Participação no capital | -1 191 | -3 356 | -4 547 | -12 091 | -14 672 | -26 763 |
| Retornos | 2 411 | 1 506 | 3 917 | 2 178 | 1 267 | 3 445 |
| Saídas | 3 602 | 4 862 | 8 464 | 14 269 | 15 939 | 30 208 |
| Empréstimos intercompanhias | 2 987 | 11 643 | 14 630 | 3 228 | 12 036 | 15 264 |
| Ingressos | 7 488 | 13 851 | 21 339 | 6 734 | 13 200 | 19 934 |
| Saídas | 4 501 | 2 208 | 6 709 | 3 506 | 1 164 | 4 670 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os fluxos líquidos de IED atingiram US$ 48,5 bilhões, o maior valor da série histórica. O montante representou ingressos líquidos de US$ 22,5 bilhões acima dos observados em 2009, acréscimo de 86,8%. Desse total, a participação no capital de empresas no país somou US$ 40,1 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$ 8,3 bilhões, comparados a US$ 6 bilhões, em 2009.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 12 665 | 13 283 | 25 949 | 12 117 | 36 345 | 48 462 |
| Ingressos | 23 274 | 30 233 | 53 507 | 26 084 | 52 583 | 78 667 |
| Saídas | 10 609 | 16 950 | 27 558 | 13 967 | 16 239 | 30 206 |
| Participação no capital | 7 718 | 12 188 | 19 906 | 12 277 | 27 863 | 40 141 |
| Ingressos | 12 609 | 19 071 | 31 679 | 18 172 | 34 435 | 52 607 |
| Moeda | 11 417 | 15 423 | 26 840 | 16 346 | 31 786 | 48 132 |
| Autônomos | 11 417 | 15 423 | 26 840 | 16 346 | 31 786 | 48 132 |
| Conversões | 1 190 | 3 645 | 4 835 | 1 816 | 2 631 | 4 447 |
| Mercadoria | 2 | 3 | 4 | 11 | 17 | 28 |
| Saídas | 4 891 | 6 882 | 11 773 | 5 895 | 6 572 | 12 467 |
| Empréstimos intercompanhias | 4 948 | 1 095 | 6 042 | - 160 | 8 481 | 8 321 |
| Ingressos | 10 665 | 11 162 | 21 827 | 7 912 | 18 148 | 26 060 |
| Saídas | 5 718 | 10 067 | 15 785 | 8 072 | 9 667 | 17 739 |
| Das quais conversões | 1 006 | 2 683 | 3 689 | 1 320 | 1 099 | 2 419 |
| Memo: | | | | | | |
| Contribuição líquida de conversões p/IED | 185 | 962 | 1 147 | 496 | 1 532 | 2 028 |
| Desembolsos totais via conversões | 1 190 | 3 645 | 4 835 | 1 816 | 2 631 | 4 447 |
| Saídas de conversões de empr. Interc. | 1 006 | 2 683 | 3 689 | 1 320 | 1 099 | 2 419 |

Fonte: Banco Central do Brasil

No ano, o setor industrial foi o maior receptor de IED, US$ 19,3 bilhões, ou 36,8% do total. Esse valor representou elevação de 43,5% na comparação com 2009. Entre os segmentos mais representativos, destacaram-se: produtos químicos; metalurgia; coque, derivados de petróleo e bicombustíveis; produtos de minerais não-metálicos e os alimentícios.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS POR SETOR**

US$ milhões

| Setor | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 12609 | 19071 | 31679 | 18 172 | 34 435 | 52 607 |
| Agricultura, pecuária e extrativa mineral | 1391 | 3206 | 4597 | 2 784 | 15 374 | 18 158 |
| Extração de minerais metálicos | 438 | 865 | 1303 | 1 310 | 5 362 | 6 672 |
| Extração de petróleo e gás natural | 762 | 1895 | 2656 | 1 092 | 8 830 | 9 922 |
| Agricultura, pecuária e serviços relacionados | 97 | 158 | 255 | 83 | 231 | 315 |
| Extração de minerais não-metálicos | 2 | 5 | 7 | 2 | 40 | 42 |
| Produção florestal | 66 | 99 | 165 | 210 | 127 | 337 |
| Atividades de apoio à extração de minerais | 25 | 184 | 209 | 87 | 783 | 870 |
| Demais | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Indústria | 6628 | 6853 | 13481 | 9 629 | 9 717 | 19 346 |
| Veículos automotores, reboques e carrocerias | 1961 | 203 | 2163 | 93 | 363 | 456 |
| Produtos químicos | 834 | 723 | 1557 | 5 125 | 2 286 | 7 411 |
| Metalurgia | 2051 | 1702 | 3754 | 530 | 2 996 | 3 527 |
| Produtos alimentícios | 256 | 195 | 451 | 640 | 460 | 1 101 |
| Bebidas | 26 | 90 | 116 | 466 | 3 | 469 |
| Celulose, papel e produtos do papel | 62 | 709 | 770 | 93 | 65 | 157 |
| Máquinas e equipamentos | 152 | 239 | 390 | 112 | 198 | 310 |
| Máquinas, aparelhos e materiais elétricos | 192 | 165 | 357 | 9 | 52 | 61 |
| Produtos de borracha e de material plástico | 203 | 234 | 437 | 52 | 232 | 284 |
| Produtos de metal | 24 | 105 | 128 | 52 | 330 | 381 |
| Produtos minerais não-metálicos | 1 | 224 | 225 | 51 | 1 155 | 1 207 |
| Edição e edição integrada à impressão | 4 | 200 | 204 | 8 | 24 | 32 |
| Produtos têxteis | 1 | 69 | 70 | 44 | 15 | 59 |
| Produtos diversos | 40 | 38 | 79 | 36 | 50 | 86 |
| Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos | 72 | 253 | 325 | 313 | 374 | 688 |
| Outros equipamentos de transportes | 4 | 69 | 73 | 76 | 55 | 131 |
| Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis | 300 | 1045 | 1344 | 1 700 | 578 | 2 278 |
| Produtos do fumo | 3 | 5 | 8 | 5 | 43 | 49 |
| Reparação e manutenção de equipamentos de informática | 1 | 0 | 1 | 9 | 15 | 24 |
| Produtos farmoquímicos e farmacêuticos | 379 | 309 | 688 | 116 | 292 | 409 |
| Produtos de madeira | 14 | 197 | 211 | 75 | 27 | 102 |
| Outras indústrias | 48 | 80 | 128 | 23 | 101 | 124 |
| Serviços | 4590 | 9012 | 13601 | 5 759 | 9 344 | 15 103 |
| Telecomunicações | 121 | 189 | 310 | 632 | 61 | 693 |
| Comércio, exceto veículos | 832 | 1494 | 2326 | 763 | 1 752 | 2 515 |
| Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas | 66 | 189 | 255 | 93 | 462 | 555 |
| Serviços financeiros e atividades auxiliares | 308 | 2582 | 2891 | 910 | 908 | 1 818 |
| Eletricidade, gás e outras utilidades | 186 | 785 | 970 | 164 | 970 | 1 135 |
| Alojamento | 55 | 207 | 262 | 78 | 123 | 202 |
| Construção de edifícios | 356 | 361 | 717 | 391 | 318 | 709 |
| Serviços de tecnologia da informação | 50 | 808 | 858 | 127 | 462 | 589 |
| Atividades imobiliárias | 296 | 298 | 593 | 556 | 561 | 1 117 |
| Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde | 972 | 348 | 1 320 | 158 | 69 | 228 |
| Transporte | 376 | 135 | 511 | 644 | 210 | 854 |
| Alimentação | 6 | 14 | 20 | 96 | 23 | 118 |

US$ milhões

| Setor | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis | 42 | 148 | 190 | 52 | 188 | 240 |
| Publicidade e pesquisa de mercado | 22 | 33 | 55 | 30 | 132 | 162 |
| Armazenamento e atividades auxiliares de transportes | 75 | 242 | 317 | 56 | 442 | 499 |
| Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas | 49 | 134 | 183 | 54 | 103 | 157 |
| Agências de viagens, operadores turísticos e serviços correlatos | 0 | 0 | 0 | 0 | 410 | 410 |
| Serviços de arquitetura e engenharia | 24 | 67 | 92 | 139 | 168 | 307 |
| Serviços financeiros - holdings não-financeiras | 237 | 152 | 389 | 146 | 718 | 865 |
| Obras de infra-estrutura | 29 | 397 | 426 | 113 | 106 | 219 |
| Comércio e reparação de veículos | 36 | 36 | 73 | 58 | 65 | 123 |
| Captação, tratamento e distribuição de água | 49 | 7 | 56 | 100 | 377 | 477 |
| Outros serviços | 403 | 386 | 789 | 396 | 716 | 1 112 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral apresentou forte elevação, 295% frente a 2009. Os fluxos atingiram US$ 18,2 bilhões, 34,5% do total. O crescimento mostrou-se mais acentuado nas atividades de extração de petróleo e gás natural, que passou a deter a principal posição como receptora de IED, US$ 9,9 bilhões, com participação de 18,9% no total do ingresso dessa modalidade em 2010. Destaque-se, também, o setor de extração de minerais metálicos, cuja participação passou de 4,1% para 12,7%, recebendo US$ 6,7 bilhões em 2010. O setor serviços perdeu a posição de principal receptor de IED, representando 28,7% do total de 2010, totalizando US$ 15,1 bilhões, com acréscimo de 11% na comparação com 2009. Os segmentos de comércio; serviços financeiros; eletricidade, gás e outras utilidades; e atividades imobiliárias foram os que obtiveram maior participação no setor. Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram aplicações líquidas de US$ 3,3 bilhões, comparados a retornos líquidos de US$ 4,1 bilhões em 2009, registrando-se retornos líquidos de US$6,2 bilhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras, ante US$ 2,6 bilhões em 2009. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram aplicações líquidas de US$ 9,5 bilhões, comparados a retornos líquidos de US$ 1,5 bilhão no ano anterior.

**INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | - 866 | 4 990 | 4 125 | - 375 | -2 962 | -3 337 |
| Receitas | 2 629 | 7 845 | 10 473 | 3 278 | 7 644 | 10 922 |
| Despesas | 3 495 | 2 854 | 6 349 | 3 654 | 10 606 | 14 259 |
| Investimentos em ações | - 524 | 3 106 | 2 582 | 896 | 5 315 | 6 211 |
| Receitas | 205 | 3 345 | 3 550 | 1 379 | 6 152 | 7 531 |
| Despesas | 728 | 239 | 968 | 483 | 837 | 1 320 |
| BDR - Brazilian Depositary Receipts | 11 | 0 | 11 | - 13 | 68 | 55 |
| Receitas | 15 | 2 | 17 | 159 | 106 | 264 |
| Despesas | 3 | 2 | 6 | 172 | 38 | 210 |
| Demais | - 535 | 3 106 | 2 571 | 909 | 5 248 | 6 157 |
| Receitas | 190 | 3 343 | 3 533 | 1 220 | 6 046 | 7 266 |
| Despesas | 725 | 237 | 962 | 311 | 799 | 1 110 |
| Títulos de renda fixa | - 342 | 1 884 | 1 542 | -1 271 | -8 277 | -9 548 |
| Receitas | 2 424 | 4 499 | 6 923 | 1 900 | 1 492 | 3 392 |
| Despesas | 2 766 | 2 615 | 5 381 | 3 171 | 9 769 | 12 940 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US$ 67,8 bilhões, ante US$ 46,2 bilhões em 2009. As ações de empresas brasileiras registraram ingressos líquidos de US$ 37,7 bilhões, praticamente estáveis na comparação com 2009. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram expressivo influxo, US$ 14,6 bilhões, com acréscimo de 44,8%. A redução observada nos investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país no segundo semestre do ano deveu-se ao mencionado aumento de alíquota de IOF sobre esses investimentos, a partir de outubro.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 2 263 | 43 896 | 46 159 | 23 166 | 44 629 | 67 795 |
| Receitas | 74 266 | 120 185 | 194 451 | 76 502 | 104 733 | 181 235 |
| Despesas | 72 004 | 76 289 | 148 292 | 53 336 | 60 104 | 113 440 |
| Investimentos em ações | 3 030 | 34 041 | 37 071 | 9 737 | 27 948 | 37 684 |
| Receitas | 55 400 | 94 343 | 149 743 | 47 880 | 72 104 | 119 983 |
| Despesas | 52 370 | 60 302 | 112 671 | 38 143 | 44 156 | 82 299 |
| Negociadas no país | 3 086 | 29 012 | 32 097 | 7 147 | 23 435 | 30 582 |
| Receitas | 55 232 | 89 194 | 144 426 | 44 232 | 62 026 | 106 258 |
| Despesas | 52 146 | 60 182 | 112 328 | 37 085 | 38 591 | 75 676 |
| Negociadas no exterior (ADR) | - 56 | 5 030 | 4 974 | 2 590 | 4 513 | 7 103 |
| Receitas | 168 | 5 149 | 5 317 | 3 648 | 10 078 | 13 725 |
| Despesas | 223 | 119 | 343 | 1 058 | 5 565 | 6 623 |
| Títulos de renda fixa | - 768 | 9 855 | 9 087 | 13 429 | 16 682 | 30 111 |
| Receitas | 18 866 | 25 842 | 44 708 | 28 622 | 32 629 | 61 251 |
| Despesas | 19 634 | 15 987 | 35 621 | 15 193 | 15 947 | 31 141 |
| Negociados no país | 1 086 | 8 990 | 10 077 | 9 306 | 5 282 | 14 588 |
| Médio e longo prazos | 1 404 | 8 274 | 9 678 | 8 292 | 5 088 | 13 380 |
| Receitas | 10 487 | 14 881 | 25 368 | 12 870 | 11 483 | 24 353 |
| Despesas | 9 083 | 6 607 | 15 690 | 4 578 | 6 394 | 10 972 |
| Curto prazo | - 318 | 717 | 399 | 1 013 | 194 | 1 207 |
| Receitas | 1 892 | 1 284 | 3 176 | 1 499 | 572 | 2 071 |
| Despesas | 2 210 | 568 | 2 777 | 485 | 379 | 864 |
| Negociados no exterior | -1 854 | 865 | - 989 | 4 123 | 11 399 | 15 523 |
| Bônus | 692 | - 599 | 94 | -2 168 | -1 396 | -3 564 |
| Privados | 0 | 56 | 56 | - 1 | - 1 | - 2 |
| Desembolsos | 0 | 56 | 56 | 0 | 0 | 0 |
| Amortizações | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Públicos | 692 | - 655 | 38 | -2 167 | -1 395 | -3 561 |
| Desembolsos | 1 775 | 2 325 | 4 100 | 788 | 2 030 | 2 818 |
| Amortizações | 1 083 | 2 980 | 4 062 | 2 954 | 3 425 | 6 379 |
| Valor de face | 994 | 2 586 | 3 580 | 2 601 | 2 798 | 5 399 |
| Descontos | - 88 | - 394 | - 482 | - 353 | - 627 | - 981 |
| Notes e *commercial papers* | - 640 | 124 | - 516 | 5 561 | 8 115 | 13 676 |
| Desembolsos | 3 682 | 4 767 | 8 450 | 10 995 | 12 034 | 23 029 |
| Amortizações | 4 322 | 4 643 | 8 965 | 5 434 | 3 920 | 9 354 |
| Títulos de curto prazo | -1 906 | 1 339 | - 567 | 730 | 4 681 | 5 411 |
| *Desembolsos* | 1 030 | 2 529 | 3 559 | 2 471 | 6 509 | 8 980 |
| Amortizações | 2 937 | 1 189 | 4 126 | 1 741 | 1 828 | 3 569 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Houve amortizações líquidas de bônus soberanos de US$ 3,6 bilhões, em 2010, como conseqüência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida. Do ponto de vista das emissões, US$ 2,8 bilhões, destaquem-se o lançamento e posterior reabertura do Global 21 e a reabertura do Global 41, em dólares; e reabertura do título Global BRL 28, em reais. As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram ingressos líquidos de US$ 13,7 bilhões, ante amortizações líquidas de US$ 516 milhões em 2009. Os títulos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US$ 5,4 bilhões comparativamente a amortizações líquidas de US$ 567 milhões em 2009. Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US$ 51,5 bilhões em 2010, contra US$ 30,4 bilhões em 2009, compreendendo a concessão líquida de empréstimos de curto prazo, US$ 45,4 bilhões no ano; a constituição no exterior de ativos dos demais setores, US$ 6,2 bilhões; e o retorno de depósitos de bancos brasileiros no exterior, US$ 1,3 bilhão. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US$ 1,1 bilhão, dos quais US$ 915 milhões de curto prazo.

**OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | -12 361 | -18 015 | -30 376 | -16 054 | -35 436 | -51 490 |
| Empréstimos | -13 234 | -12 065 | -25 299 | -16 564 | -28 854 | -45 418 |
| Longo prazo | - 59 | - 72 | - 131 | - 23 | - 8 | - 30 |
| Receitas | 37 | 33 | 70 | 42 | 102 | 145 |
| Despesas | 96 | 105 | 201 | 65 | 110 | 175 |
| Curto prazo (líq.) | -13 175 | -11 993 | -25 168 | -16 541 | -28 846 | -45 388 |
| Moeda e depósitos | 854 | -5 820 | -4 966 | 357 | -5 307 | -4 951 |
| Bancos | - 394 | -2 543 | -2 936 | 3 413 | -2 150 | 1 264 |
| Demais setores | 1 248 | -3 277 | -2 029 | -3 057 | -3 158 | -6 214 |
| Demais | 1 248 | -3 277 | -2 029 | -3 057 | -3 158 | -6 214 |
| Outros ativos | 18 | - 130 | - 112 | 153 | -1 275 | -1 122 |
| Longo prazo | 17 | - 3 | 14 | - 134 | - 73 | - 207 |
| Receitas | 82 | 84 | 166 | 71 | 26 | 96 |
| Despesas | 65 | 87 | 152 | 205 | 98 | 303 |
| Curto prazo | 1 | - 126 | - 125 | 287 | -1 202 | - 915 |

Fonte: Banco Central do Brasil

Os outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US$ 49,2 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US$ 7,3 bilhões, ante US$ 4,1 bilhões em 2009. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US$498 milhões, enquanto os de curto prazo, somaram ingressos líquidos de US$ 7,8 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US$ 40,8 bilhões, compostos por desembolsos líquidos de empréstimos diretos, US$ 6,2 bilhões; de compradores, US$ 4,8 bilhões; de organismos, US$ 4,3 bilhões; e de agências, US$ 3,8 bilhões. Os empréstimos de curto prazo alcançaram desembolsos líquidos de US$ 21,7 bilhões, comparativamente às amortizações líquidas de US$ 2,2 bilhões, ocorridas em 2009.

**OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS**

US$ milhões

| Discriminação | 2009 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º sem | 2º sem | Ano | 1º sem | 2º sem | Ano |
| Total | 14 399 | - 323 | 14 076 | 32 790 | 16 376 | 49 166 |
| Crédito comercial (de fornecedores) | 8 010 | -3 909 | 4 100 | 5 725 | 1 586 | 7 311 |
| Longo prazo | - 340 | - 705 | -1 045 | - 436 | - 62 | - 498 |
| Desembolsos | 1 218 | 1 524 | 2 742 | 670 | 1 431 | 2 101 |
| Amortizações | 1 557 | 2 229 | 3 787 | 1 105 | 1 494 | 2 599 |
| Curto prazo (líquido) | 8 350 | -3 205 | 5 145 | 6 161 | 1 648 | 7 808 |
| Empréstimos | 6 286 | -1 360 | 4 926 | 26 716 | 14 056 | 40 772 |
| Autoridade monetária | 0 | 0 | 0 | - 4 | 0 | - 4 |
| Operações de regularização | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros empréstimos de longo prazo | 0 | 0 | 0 | - 4 | 0 | - 4 |
| Desembolsos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Amortizações | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Demais setores | 6 286 | -1 360 | 4 926 | 26 719 | 14 056 | 40 776 |
| Longo prazo | 1 579 | 5 597 | 7 175 | 10 556 | 8 555 | 19 111 |
| Desembolsos | 6 926 | 13 556 | 20 482 | 17 022 | 17 596 | 34 618 |
| Organismos1/ | 1 823 | 2 637 | 4 461 | 2 519 | 5 666 | 8 186 |
| Agências | 806 | 3 770 | 4 577 | 4 631 | 879 | 5 511 |
| Compradores | 3 152 | 5 214 | 8 366 | 4 657 | 5 568 | 10 224 |
| Empréstimos diretos | 1 144 | 1 935 | 3 079 | 5 215 | 5 482 | 10 697 |
| Amortizações | 5 347 | 7 960 | 13 307 | 6 466 | 9 041 | 15 507 |
| Organismos1/ | 1 281 | 2 368 | 3 649 | 1 432 | 2 422 | 3 854 |
| Agências | 411 | 551 | 962 | 1 007 | 699 | 1 707 |
| Compradores | 1 671 | 2 737 | 4 407 | 2 096 | 3 310 | 5 406 |
| Empréstimos diretos | 1 984 | 2 304 | 4 288 | 1 931 | 2 610 | 4 541 |
| Curto prazo | 4 708 | -6 957 | -2 249 | 16 164 | 5 501 | 21 665 |
| Moeda e depósitos | 103 | 989 | 1 092 | 347 | 734 | 1 081 |
| Outros passivos | 0 | 3 958 | 3 958 | 2 | 0 | 2 |
| Longo prazo | 0 | 3 962 | 3 962 | 0 | 0 | 0 |
| Curto prazo | 0 | - 4 | - 4 | 2 | 0 | 2 |

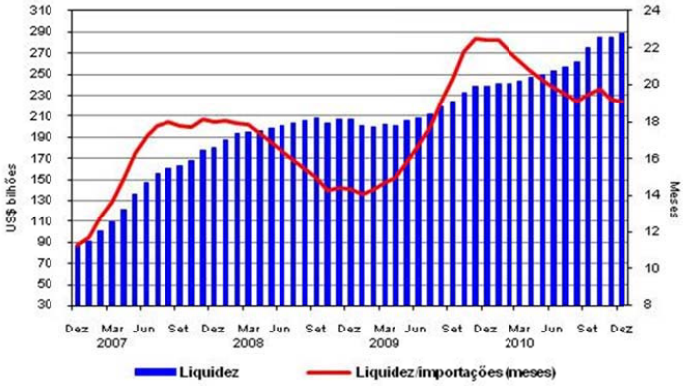
Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

### 2.3.5 - Reservas internacionais

O consistente influxo de recursos externos ao longo de 2010 permitiu ao BCB comprar liquidamente US$ 41,4 bilhões no mercado doméstico de câmbio à vista. Tais compras contribuíram decisivamente para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o recorde de US$ 288,6 bilhões, e crescessem US$ 50,1 bilhões na comparação com o valor apurado no ano anterior. As operações de empréstimo em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou em títulos soberanos do país, que acumulavam saldo de US$ 535 milhões em 2009, foram integralmente liquidadas em maio de 2010. No período, as operações externas do Banco somaram receitas líquidas de US$ 8,1 bilhões. Destacaram-se os desembolsos de bônus, US$ 1,2 bilhão, que incluíram US$ 550 milhões da reabertura do Global 41 e US$ 655 milhões da reabertura do Global BRL 28, além da receita de juros de US$ 4,1 bilhões com a remuneração das reservas. Entre as demais operações, que elevaram o estoque das reservas em US$ 2,8 bilhões, destacam-se os ganhos de US$649 milhões em preços de títulos e de US$ 324 milhões em paridades.

**RESERVAS INTERNACIONAIS**




Fonte: Banco Central do Brasil

**DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS**

US$ milhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|
| I - Posição das reservas (final do ano anterior) | 180 334 | 193 783 | 238 520 |
| 1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções) | - 5 438 | 36 526 | 41 952 |
| Pronto | 7 585 | 24 038 | 41 417 |
| Linhas com recompra | - 8 338 | 8 338 | - |
| Empréstimos em moeda estrangeira | - 4 685 | 4 151 | 535 |
| 2. Operações externas do Banco Central | 18 887 | 8 211 | 8 103 |
| Desembolsos | 1 291 | 1 800 | 1 205 |
| Bônus | 525 | 1 800 | 1 205 |
| Organismos | 766 | - | - |
| Amortizações | - | - | - |
| Bônus e MYDFA | - | - | - |
| Organismos | - | - | - |
| Clube de Paris | - | - | - |
| Juros | 7 176 | 4 755 | 4 070 |
| Bônus e MYDFA | - | - | - |
| Organismos | - 18 | - 2 | - |
| Clube de Paris | - | - | - |
| Remuneração das reservas | 7 193 | 4 757 | 4 070 |
| Demais[1/] | 10 421 | 1 656 | 2 828 |
| II - Total das operações do Banco Central (1+2) | 13 450 | 44 736 | 50 055 |
| III - Posição das reservas - conceito caixa | 193 783 | 238 520 | 288 575 |
| IV - Saldo de linhas com recompra | 8 338 | - | - |
| V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira | 4 685 | 535 | - |
| VI - Posição das reservas - conceito liquidez[2/] | 206 806 | 239 054 | 288 575 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

**2/** Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

**3/** A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do BCB nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

### 2.3.6 - Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2010, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações em mercado somaram US$ 9,3 bilhões, dos quais US$ 5,4 bilhões foram referentes a principal e US$ 3,9 bilhões a juros. Entre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: Global 10 (US$ 413 milhões), Global 10-N (US$ 807 milhões), Global 18/A-Bond (US$ 335 milhões) e Euro 10 (US$ 589 milhões).

**COMPRAS DO TESOURO NACIONAL EM 2010**

US$ milhões

| Período | Perfil de vencimentos | | | Liquidação de vencimentos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Principal | Juros | Total | Mercado | Reservas | Total |
| Jan | 428 | 1 070 | 1 498 | 1 498 | - | 1 498 |
| Fev | 972 | 442 | 1 414 | 1 414 | - | 1 414 |
| Mar | 305 | 119 | 424 | 424 | - | 424 |
| Abr | 552 | 223 | 775 | 775 | - | 775 |
| Mai | 130 | 133 | 263 | 263 | - | 263 |
| Jun | 215 | 103 | 318 | 318 | - | 318 |
| Jul | 305 | 930 | 1 235 | 1 235 | - | 1 235 |
| Ago | 111 | 275 | 385 | 385 | - | 385 |
| Set | 208 | 210 | 418 | 418 | - | 418 |
| Out | 1 194 | 199 | 1 393 | 1 393 | - | 1 393 |
| Nov | 640 | 146 | 786 | 786 | - | 786 |
| Dez | 340 | 52 | 392 | 392 | - | 392 |
| Ano | 5 399 | 3 902 | 9 301 | 9 301 | - | 9 301 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Ainda em 2010, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados US$ 4,3 bilhões no mercado interno, dos quais US$ 3,2 bilhões foram gastos em amortizações, correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa; US$ 76 milhões em juros decorridos e US$ 981 milhões em despesas de ágio.

**RECOMPRAS DO TESOURO NACIONAL EM 2010**

US$ milhões

| Período | Principal | Juros | Ágio/Deságio | Total |
|---|---|---|---|---|
| Jan | 257 | 4 | 41 | 302 |
| Fev | 382 | 7 | 138 | 527 |
| Mar | 289 | 6 | 49 | 345 |
| Abr | 139 | 3 | 36 | 178 |
| Mai | 130 | 4 | 19 | 153 |
| Jun | 215 | 11 | 70 | 295 |
| Jul | 141 | 1 | 39 | 181 |
| Ago | 111 | 2 | 21 | 134 |
| Set | 193 | 3 | 49 | 245 |
| Out | 388 | 7 | 168 | 562 |
| Nov | 640 | 18 | 239 | 896 |
| Dez | 340 | 11 | 111 | 463 |
| Ano | 3 224 | 76 | 981 | 4 281 |

Fonte: Banco Central do Brasil

### 2.3.7 - Dívida Externa

Em setembro de 2010, a dívida externa total alcançou US$ 247,8 bilhões, elevando-se US$ 49,6 bilhões em relação a dezembro de 2009. Neste período, a dívida externa de médio e longo prazos cresceu US$ 22,2 bilhões, passando para US$ 189,4 bilhões; enquanto a de curto prazo aumentou US$ 27,4 bilhões, para US$ 58,4 bilhões. Por último, os empréstimos intercompanhia subiram US$ 6 bilhões, atingindo US$ 85,4 bilhões, dos quais US$ 77,8 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazos.

.

**ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO**

US$ milhões

| Discriminação | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010-Set |
|---|---|---|---|---|---|
| A. Dívida total (B+C) | 172 589 | 193 219 | 198 340 | 198 192 | 247 812 |
| B. Dívida de médio e longo prazos[2/] | 152 266 | 154 318 | 161 896 | 167 220 | 189 420 |
| Programa de assistência financeira | - | - | - | - | - |
| FMI | - | - | - | - | - |
| BIS | - | - | - | - | - |
| BoJ | - | - | - | - | - |
| Demais empréstimos do FMI (Alocações DES) | - | - | - | 4 510 | 4 493 |
| Bônus de dívida reestruturada (*Bradies*) | - | - | - | - | - |
| Demais bônus | 51 968 | 47 195 | 42 687 | 44 953 | 43 706 |
| Financiamentos de importações | 39 983 | 46 758 | 58 977 | 57 468 | 73 432 |
| Organismos internacionais | 25 148 | 26 981 | 30 023 | 28 202 | 32 519 |
| Agências governamentais | 6 259 | 6 482 | 6 854 | 6 826 | 15 041 |
| Outros financiadores | 8 575 | 13 295 | 22 100 | 22 440 | 25 872 |
| Empréstimos em moeda | 60 315 | 60 365 | 60 232 | 60 289 | 67 789 |
| *Notes*[3/] | 40 151 | 45 884 | 42 420 | 41 259 | 48 812 |
| Empréstimos diretos | 20 164 | 14 481 | 17 812 | 19 030 | 18 977 |
| Empréstimos diversos | - | - | - | - | - |
| C. Dívida de curto prazo | 20 323 | 38 901 | 36 444 | 30 972 | 58 392 |
| Linhas de crédito de importação de petróleo | - | - | - | - | - |
| Bancos comerciais | 16 527 | 27 613 | 28 220 | 21 957 | 37 427 |
| Financiamento rural (Resolução 2.483) | - | - | - | - | - |
| Outras operações[4/] | 3 796 | 11 288 | 8 224 | 9 015 | 20 965 |
| Financiamentos | 530 | 305 | 802 | 593 | 915 |
| Empréstimos | 3 266 | 10 983 | 7 421 | 8 422 | 20 051 |
| D. Empréstimos intercompanhias | 26 783 | 47 276 | 64 570 | 79 372 | 85 387 |
| E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D) | 199 372 | 240 495 | 262 910 | 277 563 | 333 199 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

**2/** As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no BCB, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

**3/** Inclui *commercial papers* e *securities*.

**4/** A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. A partir de 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa reduziu-se US$1,3 bilhão, para US$ 43,7 bilhões, dos quais, 97,3% referiam-se a papéis do setor público. Do estoque da dívida externa de médio e longo prazos, apurado em setembro de 2010, 35,8% se referiam a créditos relativos a empréstimos em moeda; 23,1% a bônus; 38,8% a financiamentos de comércio e os restantes 2,4% às alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI). No período em análise, o crescimento de US$7,5 bilhões verificado no estoque de empréstimos em moeda concentrou-se na modalidade de *notes*. Os financiamentos de comércio elevaram-se em US$16 bilhões, com crescimentos de US$8,2 bilhões nos financiamentos de agências governamentais, US$4,3 bilhões nos financiamentos de organismos internacionais e US$3,4 bilhões nas operações de outros financiadores. Ainda no mesmo período, o aumento da dívida de curto prazo foi influenciado, em sua maior parte, pelas operações de bancos comerciais, cujo estoque aumentou US$15,5 bilhões, e de empréstimos, crescimento de US$11,6 bilhões.Em setembro de 2010, considerando-se somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 84,9% da dívida externa total, o setor privado figurava como maior devedor, 53%, acumulando US$91,4 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US$20,1 bilhões em recursos de curto prazo. Os 47% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor público, subdividiam-se entre médio e longo prazos, com US$98 bilhões, e curto prazo, com US$0,9 bilhão. Do endividamento de médio e longo prazos do setor público, 43,4%, ou US$42,5 bilhões, concentrava-se na modalidade bônus. Ainda em setembro de 2010, a dívida externa de médio e longo prazos do setor público não-financeiro totalizou US$82,8 bilhões. Deste total, 64,9% se referiam ao Tesouro Nacional, enquanto 14,4% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, concentrado em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, por sua vez, somava 15,3% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 5,4% do setor público não-financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

**DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA**

US$ milhões

| Devedor | Credor | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Bônus | Organismos[1/] | Bancos | *Notes*[2/] |
| A. Total | 43 706 | 37 038 | 53 157 | 55 488 |
| B. Médio e longo prazos | 43 706 | 37 012 | 39 744 | 48 812 |
| Setor público | 42 526 | 31 213 | 6 428 | 6 608 |
| Setor público não-financeiro | 42 526 | 26 421 | 1 994 | 2 285 |
| Tesouro Nacional | 42 526 | 9 649 | 936 | - |
| Banco Central do Brasil | - | 4 493 | - | - |
| Estatais | - | 1 591 | 316 | 2 285 |
| Estados e municípios | - | 10 689 | 742 | - |
| Setor financeiro | - | 4 792 | 4 434 | 4 323 |
| Setor privado | 1 180 | 5 799 | 33 317 | 42 204 |
| Não-financeiro | 1 054 | 3 348 | 28 016 | 22 071 |
| Financeiro | 126 | 2 451 | 5 301 | 20 133 |
| C. Curto prazo | - | 26 | 13 413 | 6 675 |
| Empréstimos | - | - | 12 721 | - |
| Não-financeiro | - | - | 2 732 | - |
| Financeiro | - | - | 9 989 | - |
| Financiamento de importações | - | 26 | 691 | 6 675 |
| Não-financeiro | - | - | 580 | 794 |
| Financeiro | - | 26 | 112 | 5 882 |
| D. Empréstimos intercompanhias | 251 | - | - | 3 299 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 43 957 | 37 038 | 53 157 | 58 787 |

(continua)

US$ milhões

Posição: 30.9.2010

| Devedor | Credor | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Agências | Fornecedores | Outros | Total |
| A. Total | 15 055 | 3 210 | 2 731 | 210 385 |
| B. Médio e longo prazos | 15 041 | 3 013 | 2 091 | 189 420 |
| Setor público | 11 107 | 126 | - | 98 008 |
| Setor público não-financeiro | 9 425 | 126 | - | 82 778 |
| Tesouro Nacional | 498 | 88 | - | 53 697 |
| Banco Central do Brasil | - | - | - | 4 493 |
| Estatais | 8 456 | 37 | - | 12 685 |
| Estados e municípios | 471 | 0 | - | 11 903 |
| Setor financeiro | 1 682 | - | - | 15 230 |
| Setor privado | 3 934 | 2 887 | 2 091 | 91 412 |
| Não-financeiro | 3 801 | 2 876 | 628 | 61 793 |
| Financeiro | 133 | 11 | 1 463 | 29 618 |
| C. Curto prazo | 15 | 197 | 640 | 20 965 |
| Empréstimos | 15 | - | 640 | 13 375 |
| Não-financeiro | 15 | - | 201 | 2 948 |
| Financeiro | - | - | 439 | 10 428 |
| Financiamento de importações | 0 | 197 | - | 7 590 |
| Não-financeiro | 0 | 197 | - | 1 570 |
| Financeiro | - | - | - | 6 020 |
| D. Empréstimos intercompanhias | - | - | 81 837 | 85 387 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 15 055 | 3 210 | 84 568 | 295 772 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui FMI.
**2/** Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US$24,5 bilhões, em setembro de 2010, dos quais apenas US$1,3 bilhão constituía dívida do setor privado.

**DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA**

US$ milhões

| Discriminação | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010-Set |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Governo federal (contratada diretamente) | 75 161 | 63 942 | 58 991 | 54 373 | 54 779 | 53 697 |
| Estados e municípios | 6 474 | 6 815 | 7 055 | 8 199 | 9 593 | 11 903 |
| Direta | 0 | - | 41 | 27 | 5 | 4 |
| Com aval | 6 474 | 6 815 | 7 013 | 8 172 | 9 588 | 11 899 |
| Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista | 14 953 | 14 777 | 14 700 | 17 147 | 26 850 | 33 260 |
| Direta | 9 447 | 9 041 | 8 619 | 10 946 | 15 474 | 21 965 |
| Com aval | 5 505 | 5 735 | 6 081 | 6 201 | 11 377 | 11 296 |
| Setor privado (com aval do setor público) | 98 | 89 | 436 | 450 | 891 | 1 283 |
| Total geral | 96 686 | 85 622 | 81 182 | 80 169 | 92 113 | 100 143 |
| Direta | 84 608 | 72 983 | 67 652 | 65 346 | 70 258 | 75 666 |
| Com aval | 12 078 | 12 640 | 13 530 | 14 823 | 21 855 | 24 477 |
| Pelo governo federal | 12 034 | 12 597 | 13 454 | 14 688 | 21 234 | 23 370 |
| Pelos estados e municípios | 4 | 3 | 8 | 7 | 5 | 0 |
| Pelas autarquias, empr. públicas e sociedades de economia mista | 40 | 40 | 67 | 127 | 616 | 1 106 |

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de setembro de 2010, revelava concentração de 34,1% de seus vencimentos no período de outubro de 2010 a dezembro de 2013. Nesse período, 24,1% das amortizações previstas concentravam-se no setor público não-financeiro, enquanto a dívida do setor privado somava outros 67,9%.

**DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR DEVEDOR**

US$ milhões

| Discriminação | Estoque | 2010 (Out-Dez) | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Dívida total (B+C) | 210 385 | 20 028 | 28 157 | 19 034 | 18 348 | 9 722 |
| B. Dívida de médio e longo prazos | 189 420 | 5 636 | 21 583 | 19 034 | 18 348 | 9 722 |
| Setor público não-financeiro | 82 778 | 1 559 | 4 840 | 5 451 | 3 748 | 3 048 |
| Governo central | 58 190 | 1 272 | 3 508 | 4 188 | 2 350 | 1 847 |
| Demais | 24 588 | 287 | 1 332 | 1 263 | 1 398 | 1 201 |
| Setor público financeiro | 15 230 | 102 | 2 845 | 660 | 1 513 | 637 |
| Setor privado | 91 412 | 3 976 | 13 898 | 12 923 | 13 087 | 6 038 |
| C. Dívida de curto prazo | 20 965 | 14 391 | 6 574 | - | - | - |
| Setor público não-financeiro | - | - | - | - | - | - |
| Setor público financeiro | 852 | 618 | 234 | - | - | - |
| Setor privado | 20 113 | 13 774 | 6 340 | - | - | - |
| D. Empréstimos intercompanhias | 80 916 | 9 070 | 14 112 | 9 113 | 6 822 | 8 308 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 291 301 | 29 097 | 42 269 | 28 147 | 25 171 | 18 030 |

(continua)

US$ milhões — Posição: 30.9.2010

| Discriminação | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Posteriores e vencidos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Dívida total (B+C) | 17 353 | 11 956 | 12 735 | 7 238 | 12 175 | 53 640 |
| B. Dívida de médio e longo prazos | 17 353 | 11 956 | 12 735 | 7 238 | 12 175 | 53 640 |
| Setor público não-financeiro | 7 195 | 5 544 | 6 174 | 2 855 | 7 008 | 35 355 |
| Governo central | 3 825 | 2 963 | 3 835 | 624 | 3 863 | 29 916 |
| Demais | 3 371 | 2 581 | 2 339 | 2 231 | 3 144 | 5 440 |
| Setor público financeiro | 592 | 538 | 1 514 | 1 481 | 1 439 | 3 910 |
| Setor privado | 9 566 | 5 873 | 5 047 | 2 902 | 3 728 | 14 374 |
| C. Dívida de curto prazo | - | - | - | - | - | - |
| Setor público não-financeiro | - | - | - | - | - | - |
| Setor público financeiro | - | - | - | - | - | - |
| Setor privado | - | - | - | - | - | - |
| D. Empréstimos intercompanhias | 5 967 | 3 834 | 4 238 | 4 324 | 3 702 | 11 426 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 23 321 | 15 789 | 16 973 | 11 562 | 15 877 | 65 066 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui operações de regularização.

Analisando-se o esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, verifica-se que, dos pagamentos de médio e longo prazos previstos paro o período de outubro de 2010 a dezembro de 2013, 49,3% concentravam-se em empréstimos em moeda e bônus, enquanto compradores e organismos internacionais somavam 25,5% e 17%, respectivamente.

**DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR**

US$ milhões

| Discriminação | Estoque | 2010 (Out-Dez) | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Dívida total (B+C) | 210 385 | 20 028 | 28 157 | 19 034 | 18 348 | 9 722 |
| B. Dívida de médio e longo prazos | 189 420 | 5 636 | 21 583 | 19 034 | 18 348 | 9 722 |
| Organismos internacionais | 37 012 | 958 | 3 283 | 3 894 | 2 836 | 2 550 |
| Agências governamentais | 15 041 | 209 | 1 059 | 1 103 | 988 | 873 |
| Compradores | 22 859 | 1 414 | 5 556 | 5 516 | 3 973 | 2 328 |
| Fornecedores | 3 013 | 263 | 670 | 443 | 536 | 190 |
| Empréstimos em moeda | 67 789 | 1 975 | 8 587 | 5 873 | 8 348 | 2 820 |
| *Notes*[2/] | 48 812 | 1 184 | 2 712 | 2 704 | 5 061 | 1 849 |
| Empréstimo diretos | 18 977 | 791 | 5 875 | 3 170 | 3 288 | 971 |
| Bônus | 43 706 | 807 | 2 414 | 2 194 | 1 656 | 951 |
| C. Dívida de curto prazo | 20 965 | 14 391 | 6 574 | - | - | - |
| D. Empréstimos intercompanhias | 85 387 | 6 054 | 15 225 | 11 390 | 7 563 | 8 505 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 295 772 | 26 081 | 43 382 | 30 424 | 25 911 | 18 227 |

(continua)

US$ milhões

Posição: 30.9.2010

| Discriminação | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Posteriores e vencidos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Dívida total (B+C) | 17 353 | 11 956 | 12 735 | 7 238 | 12 175 | 53 640 |
| B. Dívida de médio e longo prazos | 17 353 | 11 956 | 12 735 | 7 238 | 12 175 | 53 640 |
| Organismos internacionais | 2 734 | 2 156 | 1 783 | 1 617 | 1 483 | 13 718 |
| Agências governamentais | 2 217 | 2 109 | 1 991 | 1 904 | 1 747 | 839 |
| Compradores | 1 501 | 1 062 | 488 | 147 | 448 | 427 |
| Fornecedores | 195 | 119 | 108 | 94 | 90 | 304 |
| Empréstimos em moeda | 7 690 | 4 085 | 5 079 | 3 331 | 5 002 | 14 999 |
| *Notes*[2/] | 6 364 | 3 128 | 4 536 | 3 071 | 4 530 | 18 556 |
| Empréstimo diretos | 1 326 | 957 | 543 | 259 | 471 | 1 325 |
| Bônus | 3 008 | 2 416 | 3 278 | 138 | 3 401 | 23 444 |
| C. Dívida de curto prazo | - | - | - | - | - | - |
| D. Empréstimos intercompanhias | 6 519 | 3 938 | 4 348 | 4 705 | 3 826 | 13 315 |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 23 872 | 15 894 | 17 083 | 11 943 | 16 000 | 66 955 |

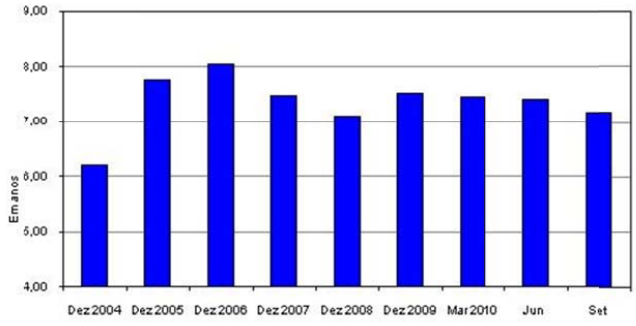
Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui operações de regularização.

**2/** Inclui *commercial papers e securities*.

O prazo médio da divida externa registrada reduziu-se de 7,5 anos, na posição de dezembro de 2009, para 7,2 anos, na de setembro de 2010. A modalidade fornecedores era a que detinha o menor prazo médio, 3 anos, enquanto aquela referente a bônus apresentava o prazo médio mais dilatado, 13,3 anos.

**PRAZO MÉDIO DO ENDIVIDAMENTO REGISTRADO**




Fonte: Banco Central do Brasil

**PRAZO MÉDIO DO ENDIVIDAMENTO REGISTRADO**

US$ milhões

| Discriminação | 2010-Set | Prazo médio (anos) |
|---|---|---|
| A. Total | 208 098 | 7,18 |
| Organismos internacionais | 37 010 | 8,51 |
| Agências governamentais | 14 992 | 6,10 |
| Fornecedores | 22 729 | 3,04 |
| Compradores | 2 885 | 3,68 |
| Empréstimos em moeda + curto prazo | 18 838 | 3,47 |
| *Notes* e *commercial papers* | 48 119 | 7,25 |
| Bônus | 43 706 | 13,33 |
| *BIB* | 93 | 2,25 |
| Global/Euro | 42 433 | 13,65 |
| Outros | 1 180 | 2,71 |
| Curto prazo | 19 819 | 0,52 |
| B. Empréstimos intercompanhias | 83 004 | 5,12 |
| C. Total + intercompanhia | 291 102 | 6,59 |

Fonte: Banco Central do Brasil

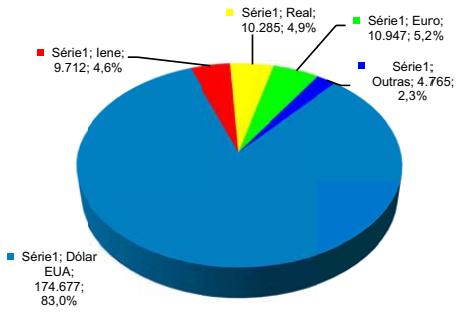
**1/** Exclui vencidos.

Na composição por moedas da dívida externa registrada, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos elevou-se de 79,9%, em dezembro de 2009, para 83%, em setembro de 2010. Neste período, a parcela da dívida registrada em euros atingiu 5,2%, enquanto a em ienes declinou de 6,2% para 4,6%. As denominadas em real reduziram sua participação de 6,1% para 4,9% no período analisado, sendo a terceira moeda de denominação da dívida externa brasileira.

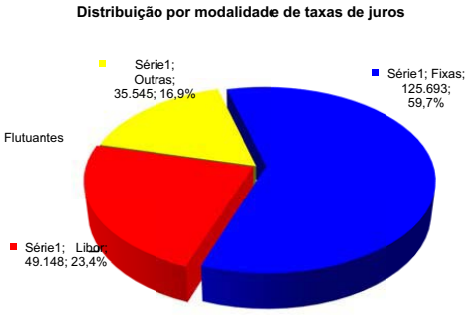
Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou para 40,3% do total, em setembro de 2010, de 39,3% em dezembro de 2009. Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas foi reduzida para 59,7%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, com participação de 58%.

**COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA**

**Distribuição por moeda**



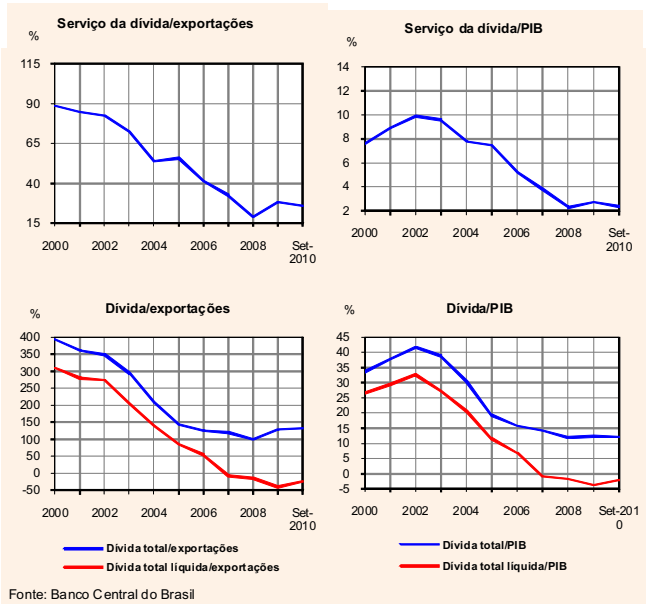

**Distribuição por modalidade de taxas de juros**



### 2.3.8 - Indicadores de Endividamento

Na posição de setembro de 2010, observou-se comportamento ambíguo nos indicadores de endividamento externo, na comparação com dezembro de 2009. Embora tenha ocorrido melhora nos indicadores de serviço da dívida, em geral os indicadores relacionados à dívida externa total bruta e líquida diminuíram no período. No período analisado, enquanto o serviço da dívida cresceu 11%, o valor das exportações elevou-se 21,7%, reduzindo a participação do serviço da dívida nas exportações, de 28,5% para 26%. A dívida externa total em relação ao PIB declinou para 12,2%, de 12,4%, fruto da elevação do PIB em dólares (27,2%), associada ao crescimento de 25% da dívida externa total. A relação entre o serviço da dívida e o PIB diminuiu para 2,4%, de 2,7%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações cresceu para 133%, de 129%. Já a dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2009 tinha posição superavitária de US$61,8 bilhões, e representava -40,4% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, diminuiu essa participação superavitária para -24,1% em setembro de 2008, enquanto, em percentagem do PIB, também reduziu sua participação superavitária de -3,9% para -2,2%, no período analisado.

**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO**




Fonte: Banco Central do Brasil

**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO**

US$ milhões

| Discriminação | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010-Set |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Serviço da dívida[2/] | 66 048 | 56 902 | 52 028 | 37 638 | 43 561 | 48 336 |
| Amortizações[3/] | 51 587 | 42 024 | 36 687 | 22 065 | 29 639 | 35 336 |
| Juros brutos | 14 460 | 14 878 | 15 342 | 15 573 | 13 922 | 13 000 |
| Dívida de médio e longo prazos (A) | 150 674 | 152 266 | 154 318 | 161 896 | 167 220 | 189 420 |
| Dívida de curto prazo (B) | 18 776 | 20 323 | 38 901 | 36 444 | 30 972 | 58 392 |
| Dívida total (C)=(A+B) | 169 450 | 172 589 | 193 219 | 198 340 | 198 192 | 247 812 |
| Reservas internacionais - conceito liquidez (D) | 53 799 | 85 839 | 180 334 | 206 806 | 239 054 | 275 206 |
| Reservas internacionais - conceito caixa | 53 799 | 85 839 | 180 334 | 193 783 | 238 520 | 275 206 |
| Créditos brasileiros no exterior (E)[4/] | 2 778 | 2 939 | 2 894 | 2 657 | 2 435 | 2 226 |
| Haveres de bancos comerciais (F) | 11 790 | 8 990 | 21 938 | 16 560 | 18 474 | 15 296 |
| Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F) | 101 082 | 74 821 | -11 948 | -27 683 | -61 771 | -44 915 |
| Exportações[1/] | 118 308 | 137 807 | 160 649 | 197 942 | 152 995 | 186 127 |
| PIB[1/] | 882 439 | 1088 767 | 1366 544 | 1650 713 | 1598 397 | 2033 462 |
| Indicadores (em percentagem) | | | | | | |
| Serviço da dívida/exportações | 55,8 | 41,3 | 32,4 | 19,0 | 28,5 | 26,0 |
| Serviço da dívida/PIB | 7,5 | 5,2 | 3,8 | 2,3 | 2,7 | 2,4 |
| Dívida total/exportações | 143,2 | 125,2 | 120,3 | 100,2 | 129,5 | 133,1 |
| Dívida total/PIB | 19,2 | 15,9 | 14,1 | 12,0 | 12,4 | 12,2 |
| Dívida total líquida/exportações | 85,4 | 54,3 | - 7,4 | - 14,0 | - 40,4 | - 24,1 |
| Dívida total líquida/PIB | 11,5 | 6,9 | - 0,9 | - 1,7 | - 3,9 | - 2,2 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

**2/** Para setembro de 2009, acumulado em 12meses.

**3/** Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

**4/** Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

### 2.3.9 - Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2010 somou US$ 2,8 bilhões. As captações no mercado internacional ocorreram principalmente no segundo semestre do ano, e foram denominadas em dólares e em reais. No primeiro caso, com o lançamento, e posterior reabertura, do Global 21 e reabertura do Global 41; e, no segundo, com reabertura do título Global BRL 28. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. Os prêmios de risco alcançaram 115 p.b. no lançamento e 150 p.b. na reabertura do Global 21; e 142 p.b. na reabertura do Global 41.

**EMISSÕES DA REPÚBLICA**

| Discriminação | Data de Ingresso | Data de vencimento | Prazo anos | Valor US$ milhões | Cupom % a.a. | Taxa de retorno no lançamento % a.a. | *Spread* sobre *US Treasury*[1/] (p.b.) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Global 21 | 22.04.2010 | 22.01.2021 | 10 | 788 | 4,875 | 5,00 | 115 |
| Global 21 (Reabertura) | 03.08.2010 | 22.01.2021 | 10 | 825 | 4,875 | 4,55 | 150 |
| Global 41 (Reabertura) | 21.09.2010 | 07.01.2041 | 30 | 550 | 5,625 | 5,20 | 142 |
| Global BRL 28 (Reabertura) | 27.10.2010 | 10.01.2028 | 21 | 655 | 10,250 | 8,85 | - |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

**2.3.10 - Posição Internacional de Investimento (PII)**

Entre dezembro de 2009 e setembro de 2010, o passivo líquido da PII aumentou 8,6%, passando de US$ 606 bilhões para US$ 658 bilhões. A elevação da posição devedora da PII foi resultado do crescimento de US$ 126 bilhões de seu passivo, apenas parcialmente compensado pela elevação de US$ 73,9 bilhões de seu ativo.

Os fatores que mais contribuíram para a majoração do passivo externo foram os aumentos nos estoques de investimentos em carteira, US$ 46,7 bilhões; outros investimentos, US$ 42,8 bilhões; e IED, US$ 36,1 bilhões. Relativamente ao investimento em carteira, verificaram-se aumentos nos estoques de títulos de renda fixa, US$ 36,4 bilhões, e ações, US$ 10,3 bilhões. O principal fator para o crescimento observado em outros investimentos foi o aumento de US$ 24,1 bilhões dos empréstimos de curto prazo.

Ainda no mesmo período, o incremento de US$ 73,9 bilhões dos ativos externos foi resultante, principalmente, dos aumentos de US$ 36,7 bilhões das reservas internacionais e de US$ 29,5 bilhões de outros investimentos. Nesta última categoria, destacou-se a elevação de R$ 34,8 bilhões dos créditos comerciais.

**POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS**

US$ milhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010-Set |
|---|---|---|---|
| Posição internacional de investimento (A-B) | - 283 800 | - 605 662 | - 657 601 |
| Ativo (A) | 407 788 | 474 219 | 548 090 |
| Investimento direto brasileiro no exterior | 163 329 | 158 777 | 166 337 |
| Participação no capital[1/] | 121 415 | 125 960 | 142 969 |
| Empréstimos intercompanhia | 41 914 | 32 816 | 23 368 |
| Investimentos em carteira[2/] | 17 321 | 13 257 | 13 500 |
| Investimentos em ações | 4 828 | 2 245 | 287 |
| Títulos de renda fixa | 12 493 | 11 012 | 13 213 |
| Bônus e notas | 7 534 | 6 054 | 8 255 |
| Títulos de curto prazo | 4 959 | 4 958 | 4 958 |
| Derivativos | 609 | 287 | 214 |
| Outros investimentos | 32 746 | 63 379 | 92 835 |
| Crédito comercial (de fornecedores) | 123 | 25 226 | 60 073 |
| Empréstimos | 658 | 853 | 488 |
| Moeda e depósitos | 24 107 | 29 105 | 23 803 |
| Outros ativos | 7 859 | 8 194 | 8 471 |
| Dos quais títulos colaterais (juros) e cotas em organismos internacionais | 1 326 | 1 561 | 1 645 |
| Ativos de reservas | 193 783 | 238 520 | 275 206 |

(continua)

US$ milhões

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010-Set |
|---|---|---|---|
| Passivo (B) | 691 588 | 1 079 881 | 1 205 691 |
| Investimento estrangeiro direto | 287 697 | 400 808 | 436 922 |
| Participação no capital[1/] | 223 127 | 321 436 | 351 535 |
| Empréstimos intercompanhia | 64 570 | 79 372 | 85 387 |
| Investimentos em carteira | 287 533 | 561 848 | 608 511 |
| Investimentos em ações | 149 608 | 376 463 | 386 733 |
| No país | 71 350 | 205 159 | 239 252 |
| No exterior | 78 258 | 171 304 | 147 481 |
| Títulos de renda fixa | 137 925 | 185 385 | 221 777 |
| Bônus e notas | 137 925 | 185 385 | 221 777 |
| No país | 49 289 | 95 802 | 122 584 |
| No exterior | 88 636 | 89 583 | 99 194 |
| Médio e longo prazos | 85 107 | 86 212 | 92 518 |
| Curto prazo | 3 529 | 3 372 | 6 675 |
| Derivativos | 2 450 | 3 413 | 3 647 |
| Outros investimentos | 113 908 | 113 813 | 156 611 |
| Crédito comercial (de fornecedores) | 6 241 | 3 306 | 3 210 |
| Médio e longo prazos | 5 906 | 3 138 | 3 013 |
| Curto prazo | 335 | 167 | 197 |
| Empréstimos | 103 463 | 100 793 | 140 915 |
| Autoridade monetária | 10 | 3 | - |
| Demais setores | 103 454 | 100 790 | 140 915 |
| Médio e longo prazos | 70 873 | 73 357 | 89 396 |
| Organismos | 30 023 | 28 202 | 32 519 |
| Agências | 6 854 | 6 826 | 15 041 |
| Crédito de compradores | 16 194 | 19 302 | 22 859 |
| Empréstimos diretos | 17 802 | 19 027 | 18 977 |
| Curto prazo | 32 580 | 27 433 | 51 519 |
| Moeda e depósitos | 4 204 | 5 205 | 7 993 |
| Autoridade monetária | 104 | 69 | 55 |
| Bancos | 4 101 | 5 135 | 7 938 |
| Outros passivos | - | 4 510 | 4 493 |

Fonte: Banco Central do Brasil

**1/** Inclui lucros reinvestidos.

**2/** Contempla títulos de emissão de residentes.

## 2.4 - ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

### 2.4.1 - Retorno de Haveres originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

**Lei nº 7.976/89 -** Financiamento e refinanciamento, pelo prazo de 20 anos, pela União, de dívidas de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades de suas administrações indiretas, decorrentes de empréstimos-ponte ao amparo do Aviso MF nº 30/83 e sucedâneos, para pagamento de compromissos financeiros externos e de operações de créditos internas com base no disposto nos Votos CMN nº 340/87 e 548/87. Em 31 de dezembro de 2009, venceram as últimas parcelas de principal e juros devidas pelos mutuários. Em janeiro de 2010 foram recebidos valores residuais decorrentes dos vencimentos ocorridos no final do exercício anterior, conforme apresentado na tabela 2.4.1.a.

**TABELA 2.4.1.a**
**LEI Nº 7.976/89 (em R$ mil)**

| LEI Nº 7.976/89 | VALORES RECEBIDOS |
|---|---|
| Voto CMN 340/87 | 965 |
| Voto CMN 548/87 | - |
| Aviso MF 030/83 | 1.847 |
| **TOTAL** | **2.812** |

Fonte: MF/STN

Em relação ao refinanciamento de dívidas estabelecido pela Lei nº 7.976/89, com exceção de apenas um mutuário – cujos débitos foram inscritos em dívida ativa – a União recuperou integralmente os valores refinanciados.

**Lei nº 8.727/93 -** Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos estados e dos municípios junto à União e sua Administração Indireta.

**TABELA 2.4.1.b**
**LEI Nº 8.727/93 (em R$ mil)**

| LEI Nº 8.727/93 | VALORES RECEBIDOS |
|---|---|
| Receitas da União | 3.398.466 |
| Demais Credores | 3.503.681 |
| **TOTAL** | **6.902.147** |

Fonte: MF/STN

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2010 foram recebidos R$ 6.902.147 mil, distribuídos conforme disposto na tabela 2.4.1.b.

**Lei nº 9.496/97 -** Consolidação, Assunção e Refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos estados. Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Medida Provisória nº 2.192-70/2001), integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2010 a União recebeu o total de R$ 20.109.832 mil.

**Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) -** Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2010 a União recebeu R$ 4.715.898 mil como prestações do refinanciamento.

**Medida Provisória nº 2.179-36/2001 -** Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2010 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R$ 1.019.248 mil.

### 2.4.2 - Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. Foram ressarcidos no exercício de 2010 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os montantes apresentados na tabela 2.4.2.a.

**TABELA 2.4.2.a**
**DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA (em R$ mil)**

| DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA | VALORES RECEBIDOS |
|---|---|
| *BRAZIL INVESTMENT BOND EXCHANGE AGREEMENT – BIB* | 16.167 |
| DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP | 813.376 |
| **TOTAL** | **829.543** |

Fonte: MF/STN

### 2.4.3 - Retorno de Haveres originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros -

PNAFE. Ao longo do exercício de 2010, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional pelos devedores os montantes apresentados na tabela 2.4.3.a.

**TABELA 2.4.3.a**
**REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS (em R$ mil)**

| REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS | VALORES RECEBIDOS |
|---|---|
| Acordo Brasil-França | 6.096 |
| Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE | 79.147 |
| **TOTAL** | **85.243** |

Fonte: MF/STN

### 2.4.4 - Retorno de haveres originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Durante o exercício de 2010 foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativamente aos ativos em foco, o montante de R$ 588.091 mil.

### 2.4.5 - Retorno de Haveres originados da aquisição de Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais (royalties) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União.

Ao longo do exercício de 2010 foram transferidos ao Tesouro Nacional R$ 1.852.942 mil, distribuídos conforme disposto na tabela 2.4.5.a.

**TABELA 2.4.5.a**
**CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (em R$ mil)**

| ORIGEM | VALORES RECEBIDOS |
|---|---|
| Espírito Santo | 109.060 |
| Mato Grosso do Sul | 28.434 |
| Paraná | 225.626 |
| Rio de Janeiro | 1.489.822 |
| **TOTAL** | **1.852.942** |

Fonte: MF/STN

### 2.4.6 - Outros Haveres

**BNDES** - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15.12.2015.

**Crédito junto à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN:** Reestruturação de dívidas de médio e longo prazos (DMLP) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União. Pendente de decisão judicial.

**Conta de Resultados a Compensar - CRC:** Débito a ser ressarcido pela CEMIG à União relativo a créditos indevidos realizados na Conta de Resultados a Compensar. Recebimentos dependem de decisão judicial.

**Honra de Garantia – Operação Externa:** Ressarcimento à União de dispêndios referentes à cobertura de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional em operações externas de crédito, mediante a utilização da sistemática prevista no Aviso MF nº 87, de 15.02.1985 e sucedâneos, e em operações de crédito internas. A empresa devedora dos dispêndios em questão – a Rede Ferroviária Nacional S/A – RFFSA – está em processo de inventariança. Não há previsão de recebimentos, pois o Decreto nº 6.018/2007 estabelece que estas obrigações financeiras contraídas pela extinta RFFSA serão transferidas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN (União). Por conseguinte, conforme previsão do referido Decreto, após manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno (CGU) sobre a exatidão dos valores devidos, essa dívida será baixada do Siafi.

**TABELA 2.4.6.a**
**HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2010 – CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES (em R$ mil)**

| PROGRAMAS | RECEBIMENTOS | ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2010 |
|---|---|---|
| AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69 | 6.096 | 40.797 |
| BNDES | - | 1.439.819 |
| *BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB* | 16.147 | 37.560 |
| CARTEIRA DE SANEAMENTO | 588.091 | 2.178.247 |
| CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC | 0 | 413.531 |
| DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP | 813.376 | 5.127.968 |
| OUTROS CRED. ORIGEM EXT. | - | 82.416 |
| EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179 | 1.019.248 | 11.676.524 |
| HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA | - | 203.336 |
| LEI Nº 7.976/89 - MF 030 | 1.847 | - |
| LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87 | 965 | - |
| LEI Nº 7.976/89 - VOTO 548/87 | - | - |
| LEI Nº 8.727/93 | 6.902.147 | 33.877.331 |
| LEI Nº 9.496/97 | 20.109.832 | 350.110.959 |
| MP 2.185 | 4.715.898 | 55.764.308 |
| AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - *ROYALTIES* | 1.852.942 | 10.383.626 |
| PNAFE | 79.147 | 369.058 |
| **TOTAL** | **36.105.737** | **471.705.480** |

Fonte: MF/STN

**GRÁFICO 2.4.6.a**
**ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS**
**JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**
**EXERCÍCIO DE 2010**

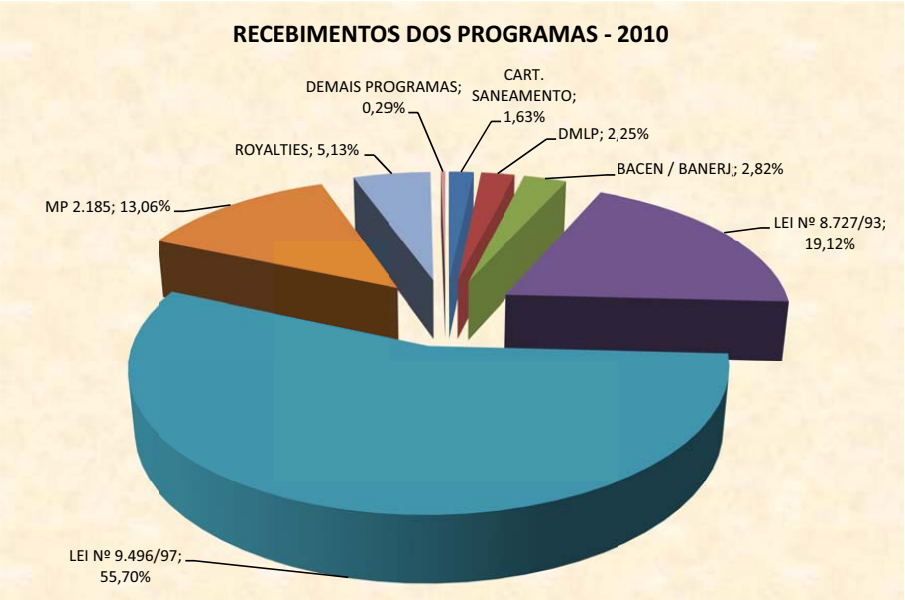
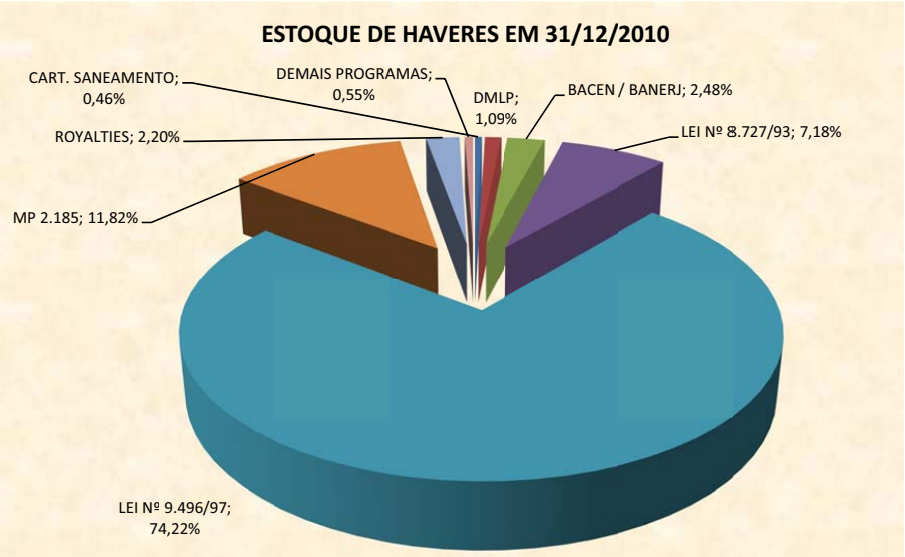



**GRÁFICO 2.4.6.b**
**DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS**
**JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**
**EM 31/12/2010**



## 2.5 - OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

### 2.5.1 - Haveres da União de Natureza Financeira

#### 2.5.1.1 - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O PSH é um programa de subsídio do Governo Federal, operado por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB e pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, cujo objetivo consiste em viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de baixa renda familiar. Está regulamentado pela Lei nº 10.998/2004, pelo Decreto nº 5.247/2004, e pela Portaria Interministerial nº 335/2005, a qual foi alterada pelas Portarias Interministeriais do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades nº 611/2006, e nº 580/2008. Com a edição da Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, instituído o Conselho Gestor do FNHIS e estabelecido que as dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação, deverão constituir o FNHIS. Desta forma, a partir do ano de 2006, a dotação orçamentária do PSH foi definida ao Ministério das Cidades sob a supervisão do FNHIS. No exercício de 2010 foi consignado no orçamento crédito no valor de R$ 5.000.000,00 para a ação 0703 – Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004), relativa ao programa 9991 – Habitação de Interesse Social, o qual não foi executado, tendo em vista que não houve leilão de recursos do PSH no exercício.

#### 2.5.1.2 - Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

A Lei nº 11.786/2008 autorizou a União a participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, no limite global de R$ 1bilhão para a formação de seu patrimônio. A Lei nº 12.058/2009 aumentou esse limite para R$ 5 bilhões. No exercício de 2010 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 663.411,07, para a ação Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Desse total, foi empenhado o valor de R$ 331.706,00. Porém, como até o final do exercício não se fez necessária a integralização de cotas pela União no referido Fundo, a nota de empenho foi anulada e o crédito total de R$ 663.411,07 foi realocado para a ação Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, relativa ao mesmo programa.

#### 2.5.1.3 - Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE

A Medida Provisória nº 450/2008, convertida na Lei nº 11.943/2009, autorizou a União a participar no Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE. No exercício de 2010 foi consignado crédito orçamentário, no valor de R$ 663.411,07, para a ação Integralização de cotas do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE, do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que a criação do referido Fundo não foi concretizada. Dessa forma, o crédito foi realocado para a ação Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, relativa ao mesmo programa.

#### 2.5.1.4 - Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - FGMPE

A Lei nº 12.087/2009 autorizou a União a participar nos Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - FGMPE, no limite global de R$ 4 bilhões para formação de seu patrimônio. No exercício de 2010 foi consignado crédito orçamentário para o FGO, no valor de R$ 442.273,29, sob a ação 00EE – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil, do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Desse total, foi empenhado o valor de R$ 221.137,00. Foi consignado ainda crédito orçamentário para o FGI, no valor de R$ 221.336,16, sob a ação Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - BNDES, relativa ao mesmo programa. Desse total, foi empenhado o valor de R$ 110.668,00. Porém, como no planejamento fiscal decidiu-se que a União não efetuaria integralização de cotas no FGO e no FGI no exercício de 2010, as notas de empenho foram anuladas e os créditos totais de R$ 442.273,29 (FGO) e de R$ 221.336,16 (FGI) foram realocados para a ação Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, relativa ao mesmo programa das demais ações orçamentárias.

### 2.5.2 - Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios

Os haveres financeiros do tesouro nacional, não relacionados a estados e municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2010:

**TABELA 2.5.2**
**HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS**
**SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2010**

| GRUPOS DE HAVERES | SALDO R$ - DEZ/2010 |
|---|---|
| HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS | 5.630.552.463,32 |
| HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS | 51.690.008.532,94 |
| HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES | 7.809.440.744,78 |
| HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA | 273.006.807.279,27 |
| HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL | 14.799.078.596,20 |
| TOTAL | 352.935.887.616,51 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
(1) Referente à última posição (30.11.2010) disponibilizada pela Administradora

**2.5.2.1 - Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029/90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Foram transferidos para controle da Secretaria os ativos provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30.6.2006. Os montantes recebidos em 2010 pela União referente aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial - ECE totalizaram R$ 11.659,12 e R$ 27.310.127,92, respectivamente (posição de Novembro de 2010).

Cabe esclarecer, ainda, que foi formalizado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel o Ofício nº 555/2009/GERAT/COFIS/STN, de 29.01.2009, que tratou das ações judiciais decorrentes da inadimplência e depósitos judiciais efetuados por consumidores de energia elétrica que questionaram a legalidade dos citados encargos.

Relativamente aos haveres provenientes das Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A - Ceasa – AM, extinta por meio do Decreto nº 3./2001, os sete contratos que eram controlados por esta Secretaria findaram durante o ano de 2010.

Por fim, cabe esclarecer que grande parte dos haveres originários de órgãos, entidades e empresas extintas encontram-se ajuizados, sob acompanhamento judicial na Advocacia-Geral da União, e sem previsão de liquidação junto à União.

**2.5.2.2 - Haveres Originários de Operações Estruturadas**

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal. Entre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, bem como créditos a serem pagos pela Itaipu, resultantes dos Contratos nº 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, provenientes dos contratos celebrados entre aquela instituição com diversos Bancos, teve seu vencimento em 2009, que resta não quitado. Esta STN solicitou providências ao INSS, no sentido de regularizar a inadimplência dos referidos contratos, conforme o Ofício nº 82/2009/GERAT/COFIS/SECAD-II/STN/MF-DF. Em 31.12.2010 o saldo dos referidos contratos do INSS totalizaram o valor de R$ 42.647.194.050,48.

Relativamente aos contratos de cessão de crédito celebrados com a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, os valores referentes às suas parcelas não têm sido transferidos em sua integralidade devido a penhoras judiciais trabalhistas. Conforme Nota Interna nº 001/PGU/AGU/DEJUT, encaminhada pela Advocacia-Geral da União – AGU por meio do Ofício nº 858/2007-PGU/AGU, de 18.6.2007, as perspectivas de reversão judicial dos créditos penhorados são mínimas. O volume total recebido referente aos contratos de arrendamento da RFFSA, em 2010, foi de R$ 407.849.512,10 dos quais R$ 362.019.758,57 foram recebidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e os R$ 45.829.753,53 restantes referem-se a outros créditos RFFSA.

Por fim, dos contratos celebrados entre a União e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás, sua situação é de normalidade, inclusive aqueles pagamentos referentes ao Ativo Regulatório

decorrente da retirada do fator de reajuste, autorizado pela Lei nº 11.480/2007.

**2.5.2.3 - Haveres Oriundos de Privatizações**

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND. Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29.12.2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11.07.2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491/97. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Para as citadas operações, o saldo total em 31.12.2010 foi de R$ 7.809.440.744,78 e encontra-se em situação de normalidade.

**2.5.2.4 - Haveres Originários de Legislação Específica**

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica. Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98 e da Lei nº 9.711/98 e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Merecem destaque as operações realizadas com o BNDES, formalizadas por meio dos contratos nº 530/PGFN/CAF, 544/PGFN/CAF, 577/PGFN/CAF, e nº 590/PGFN/CAF, todas baseadas em legislações específicas.

O Contrato nº 530/PGFN/CAF/2010, trata de operação de financiamento no valor de R$ 80 bilhões, formalizado com base na Lei nº 11.948/2009, com suas alterações posteriores, constituindo fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do BNDES. O pagamento da amortização e dos juros remuneratórios ocorre em parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em maio de 2010 e a última em abril de 2050.

O Contrato nº 544/PGFN/CAF, de 30.6.2010, refere-se à liberação de recursos oriundos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, conforme previsto no Contrato de Empréstimo nº 7.660-BR, formalizado entre o governo brasileiro e aquele Banco de Desenvolvimento em 10.6.2010, e autorizado pela Lei nº 11.943/2009, no montante de US$ 800 milhões, em uma primeira *tranche*.

Dessa forma, por meio do Contrato nº 590/PGFN/CAF, de 15.12.2010, a União liberou ao BNDES a segunda *tranche* prevista pelo Contrato de Empréstimo nº 7.660-BR, de 10.6.2010, correspondendo à quantia de US$ 500 milhões, totalizando, assim, o montante de US$ 1,3 bilhões liberado pelo BIRD ao BNDES, no ano de 2010.

Por fim, em setembro de 2010, a União e o BNDES celebraram o Contrato de Financiamento nº 577/PGNF/CAF, de 27.9.2010, concedendo crédito de R$ 24.753.538.073,60, pelo Tesouro Nacional em favor do BNDES, na forma direta de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, nos termos da Medida Provisória nº 505/2010, de modo a fornecer a esse Banco recursos adicionais com vistas à ampliação de seus limites operacionais. Em contrapartida, o BNDES pagará a remuneração devida em 474 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15.11.2010 e a última em 15.4.2050, enquanto que pagará o principal em 240 parcelas, vencendo-se a primeira em 15.5.2030 e a última em 15.4.2050.

**TABELA 2.5.2.4**
**CONTRATOS FIRMADOS COM O BNDES EM 2010**

| CONTRATO Nº | DATA DA CELEBRAÇÃO | BASE LEGAL | VALOR R$ |
|---|---|---|---|
| 530 | 19.4.2010 | Lei nº 11.948, de 16.6.2009 | R$ 79.999.999.248,92 |
| 544 | 30.6.2010 | Lei nº 11.943, de 28.5.2009 | R$ 1.444.800.000,00 |
| 577 | 27.9.2010 | MP nº 505, de 24.9.2010 | R$ 24.753.538.073,60 |
| 590 | 15.12.2010 | Lei nº 11.943, de 28.5.2009 | R$ 852.000.000,00 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, dentro do mesmo escopo, deve-se ressaltar também que, em dezembro de 2010, a União e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB celebraram o Contrato de Mútuo nº 592/PGFN/CAF, no valor de R$ 1 bilhão, sob a forma de colocação direta, com respaldo da Lei nº 12.249/2010, alterada pela Medida Provisória nº 513/2010. Vale frisar que a referida operação ocorreu de modo a enquadrar a dívida em Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

**2.5.2.5 - Haveres Originários do Crédito Rural**

**Securitização** - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R$ 200.000,00 por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

**Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA** - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R$ 200.000,00. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

**Programa de Cooperação Nipo-Brasileira Para o Desenvolvimento dos Cerrados – FASE II - PRODECER II** – consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28.06.2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

**Empréstimos do Governo Federal - Especial - EGF - Especial** - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79/66, na Lei nº 8.427/92, na Lei nº 9.138/95, e na Medida Provisória nº 1.692-28/98, no Decreto nº 1.647/95, no Decreto nº 1.785/96, e no Decreto nº 2.762/98, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79/66, na Lei nº 8.427/92, na Lei nº 9.138/95, e na Medida Provisória nº 1.764-37/99, no Decreto nº 1.647/95, no Decreto nº 1.785/96, e no Decreto nº 2.762/98. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

**2.5.2.6 - Atividades Gerais**

Cabe destacar que em 2010 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados abaixo:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S/A, para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2010 foi de R$ 12.492.801,42, referente ao período de janeiro/2010 a maio/2010.

- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S/A, referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total ressarcido ao Banco do Brasil em 2010 foi de R$ 1.217,00.

- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S/A para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A – BNCC. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2010 foi de R$ 11.623,73.

Adicionalmente, no intuito de oferecer maior transparência aos registros contábeis e demonstrar de forma realista o patrimônio da União, com base nos princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, foi implantada, em outubro de 2006, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD relativamente aos haveres administrados pela STN/COFIS.

A PDD, objeto de recomendação do Acórdão nº 1800/2003 – TCU Plenário, é instrumento constituído para reconhecer a expectativa de perda na realização de um haver. Para tanto, em 2010 foi efetuado lançamento do valor de R$ 59.043.935.417,98 à conta 12.239.0000 – PROVISAO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PATRIMONIAL, de forma a retificar o saldo da conta 12.231.000 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão.

Os haveres que mais contribuíram para tal provisão foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram alto nível de inadimplência, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento.

Os valores do INSS respondem por R$ 41.933.422.740,66, os da RFFSA alcançam o valor de R$ 11.865.216.017,27 e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R$ 4.959.455.164,29 do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e consequente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público. Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

### 2.5.2.7 - Recebimentos de Créditos

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2010 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados na tabela abaixo:

**TABELA 2.5.3**
**HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2010**

| CONTRATO | VALOR RECEBIDO (R$) – Dez/2010 |
|---|---|
| BNCC | 464.949,46 |
| BNDES | 10.437.896.010,53 |
| CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO | 378.576.910,39 |
| CDRJ | 24.595.046,84 |
| EFG-ESPECIAL | 2.106.658,17 |
| ELETROBRÁS | 1.385.815.114,72 |
| RFFSA | 407.849.512,10 |
| SIDERBRÁS | 11.992.611,97 |
| VOTO CMN – ANDE | 11.190.000,00 |
| CBEE | 27.321.787,04 |
| CEASA AMAZONAS | 1.060.940,75 |
| SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – LEI Nº 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL - BB) | 24.665.206,73 |
| SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – MP Nº 2.196/01 (BB) | 78.339.993,25 |
| PESA | 61.142.558,51 |
| **TOTAL** | **12.853.017.300,46** |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.5.3 - Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2010, a União possuía participação societária majoritária em 44 empresas (23 sociedades de economia mista e 21 empresas públicas) e minoritária em 57 empresas, além de participação em uma empresa binacional. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária de 31/12/2010 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2011.

**TABELA 2.5.4.a**
**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

| EMPRESA | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO | | | VALOR INTEGRALIZADO (R$) | % CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE DE AÇÕES | | | | VOTO | TOTAL |
| | ORDINÁRIAS | PREFERENCIAIS | TOTAL | | | |
| BASA | 2.873.357.979 | - | 2.873.357.979 | 1.182.133.137 | 96,92% | 96,92% |
| BB | 1.483.734.063 | - | 1.483.734.063 | 17.156.097.436 | 51,87% | 51,87% |
| BNB | 46.595.279 | 35.373.190 | 81.968.469 | 1.742.969.589 | 96,10% | 94,21% |
| CASEMG | 37.380.952.565 | - | 37.380.952.565 | 24.926.553 | 97,73% | 92,96% |
| CBTU | 10.643.250.980.411 | - | 10.643.250.980.411 | 4.939.639.675 | 100,00% | 100,00% |
| CDC | 2.662.566.506 | 2.662.566.506 | 5.325.133.012 | 72.905.923 | 99,68% | 99,68% |
| CDP | 1.023.893.207 | 1.023.893.206 | 2.047.786.413 | 169.807.095 | 100,00% | 100,00% |
| CDRJ | 436.560.794 | 436.560.793 | 873.121.587 | 1.753.373.240 | 99,99% | 99,99% |
| CEAGESP | 31.735.641 | - | 31.735.641 | 179.542.949 | 99,66% | 99,66% |
| CEASA-MG | 4.994.632 | - | 4.994.632 | 18.072.031 | 99,57% | 99,57% |
| CODEBA | 12.786.932.798 | 12.786.932.798 | 25.573.865.596 | 250.476.423 | 97,95% | 97,95% |
| CODERN | 22.163.651.261 | 22.163.651.261 | 44.327.302.522 | 225.990.893 | 100,00% | 100,00% |
| CODESA | 602.099.358 | - | 602.099.358 | 136.680.355 | 99,45% | 99,45% |
| CODESP | 73.822.955.604 | 73.836.817.218 | 147.659.772.822 | 506.962.370 | 99,96% | 99,97% |
| CODOMAR | 4.827.417.417 | 4.827.417.417 | 9.654.834.834 | 191.740.489 | 99,97% | 99,97% |
| ELETROBRÁS | 470.656.241 | 708 | 470.656.949 | 10.871.809.104 | 52,00% | 41,56% |
| HCR | 2.714.004 | 898.510 | 3.612.514 | 565.653 | 54,28% | 54,74% |
| HF | 4.504.426 | - | 4.504.426 | 352.257 | 50,00% | 45,04% |
| HNSC | 108.511.622 | 4.530.000 | 113.041.622 | 7.446.071 | 100,00% | 100,00% |
| IRB | 500.000 | - | 500.000 | 515.000.000 | 100,00% | 50,00% |
| PETROBRÁS | 3.991.413.128 | 62.327.182 | 4.053.740.310 | 63.875.408.324 | 53,63% | 31,08% |
| TELEBRÁS | 797.188.353.086 | 11.532.134 | 797.199.885.220 | 304.824.456 | 89,88% | 72,67% |
| TRENSURB | 1.387.116.806 | - | 1.387.116.806 | 481.007.274 | 99,39% | 99,39% |

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes.

**TABELA 2.5.4.b**
**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL**

**R$ 1,00**

| EMPRESA | EXPECTATIVA FUTURA DE CAPITAL | | | CAPITAL INTEGRALIZADO E AFAC | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BRASIL | UCRÂNIA | TOTAL | BRASIL | UCRÂNIA | TOTAL |
| ALCÂNTARA CYCLONE | 309.026.700 | 309.026.700 | 618.053.400 | 35.088.281 | 13.147.650 | 48.235.931 |

Fonte: Informações da empresa

**TABELA 2.5.4.c**
**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS**

| EMPRESA | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO | | | | % CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE DE AÇÕES | | | VALOR INTEGRALIZADO (R$) | VOTO | TOTAL |
| | ORDINÁRIAS | PREFERENCIAIS | TOTAL | | | |
| BNDES | 6.273.711.452 | - | 6.273.711.452 | 29.557.414.708 | 100,00% | 100,00% |
| CEF | - | - | - | 14.102.976.907 | 100,00% | 100,00% |
| CEITEC | 4.200 | - | 4.200 | 4.200.000 | 100,00% | 100,00% |
| CMB | - | - | - | 490.633.869 | 100,00% | 100,00% |
| CODEVASF | 40.128.673 | - | 40.128.673 | 40.128.674 | 100,00% | 100,00% |
| CONAB | 1.859.907 | - | 1.859.907 | 223.180.499 | 100,00% | 100,00% |
| CPRM | 2.580.603 | 288.940 | 2.869.543 | 30.147.527 | 98,08% | 97,33% |
| DATAPREV | - | - | - | 66.300.000 | 51,00% | 51,00% |
| EBC | 200.000 | - | 200.000 | 176.859.208 | 100,00% | 100,00% |
| ECT | - | - | - | 2.919.059.875 | 100,00% | 100,00% |
| EMBRAPA | - | - | - | 62.000.001 | 100,00% | 100,00% |
| EMGEA | - | - | - | 20.028.104.127 | 100,00% | 100,00% |
| EMGEPRON | - | - | - | 57.008.258 | 100,00% | 100,00% |
| EPE | - | - | - | 20.544.367 | 100,00% | 100,00% |
| FINEP | 300.000.000 | - | 300.000.000 | 901.551.931 | 100,00% | 100,00% |
| HCPA | - | - | - | 331.330.663 | 100,00% | 100,00% |
| HEMOBRÁS | - | - | - | 198.700.000 | 100,00% | 100,00% |
| IMBEL | - | - | - | 378.460.000 | 100,00% | 100,00% |
| INFRAERO | 7.136.773 | - | 7.136.773 | 947.389.910 | 97,31% | 97,30% |
| SERPRO | - | - | - | 617.354.829 | 100,00% | 100,00% |
| VALEC | 8.090.009 | - | 8.090.009 | 3.680.926.535 | 100,00% | 100,00% |

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes.

**TABELA 2.5.4.d**
**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO(1)**

| EMPRESA | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO | | | VALOR INTEGRALIZADO (R$) | % CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE DE AÇÕES | | | | | |
| | ORDINÁRIAS | PREFERENCIAIS | TOTAL | | VOTO | TOTAL |
| AGESPISA | 595.964 | 1.124.142 | 1.720.106 | 8.104.442 | 0,4084% | 1,1682% |
| BRASAGRO | 1.854.795 | - | 1.854.795 | 1.854.795 | 35,4939% | 35,4939% |
| CAEMA | 1.013.290 | - | 1.013.290 | 1.013.290 | 0,0701% | 0,0701% |
| CAERN | 882.479 | 155.062 | 1.037.541 | 1.037.541 | 0,1879% | 0,2209% |
| CAGECE | - | 17.970 | 17.970 | 181.289 | 0,0000% | 0,0170% |
| CAGEPA | 41.987.615 | 281.445.419 | 323.433.034 | 137.679 | 0,0043% | 0,0328% |
| CASAL | 694.302 | 42.056.682 | 42.750.984 | 108.801 | 0,0005% | 0,0323% |
| CEAL | 154.408 | 116.740 | 271.148 | 167.598 | 0,0445% | 0,0767% |
| CEPASA | - | 1.608 | 1.608 | 110.646 | 0,0000% | 0,0523% |
| CEPISA | 2.663.808 | 11.378.549 | 14.042.357 | 200.844 | 0,0106% | 0,0536% |
| CHESF | - | 193.837 | 193.837 | 21.096.653 | 0,0000% | 0,4647% |
| COPENOR | - | 58.045.040 | 58.045.040 | 984.523 | 0,0000% | 0,8716% |
| DESO | - | 24.312.654 | 24.312.654 | 2.110.338 | 0,0000% | 0,5122% |
| DETEN | - | 562.449.039 | 562.449.039 | 1.254.184 | 0,0000% | 0,5886% |
| ELETROPAULO | 13.342.384 | 258 | 13.342.642 | 84.326.769 | 20,0322% | 7,9730% |
| EMBASA | 33.333 | 336.939 | 370.272 | 2.621.526 | 0,0103% | 0,0742% |
| ENERGISAPB | 364 | 1.435 | 1.799 | 619.822 | 0,0587% | 0,1958% |
| ICC (2) | - | 490 | 490 | 245.003 | 0,0000% | 0,1306% |
| METROBUS | 158.851 | 49.147 | 207.998 | 207.998 | 0,6499% | 0,8492% |
| METRO-RJ (2) | 335.954.609 | 354.333.381 | 690.287.990 | 77.661.367 | 3,2655% | 6,4862% |
| NORSAL | - | 35.370 | 35.370 | 672.611 | 0,0000% | 3,2606% |
| NOVACAP | 219.400 | - | 219.400 | 11.721.698 | 43,8800% | 43,8800% |
| RENAVE | 31.286.746 | - | 31.286.746 | 254.772 | 0,7426% | 0,7426% |
| RIOTRILHOS | 335.954.609 | 354.333.381 | 690.287.990 | 366.689.437 | 3,2655% | 6,4862% |
| SNBP | 4.670.000 | - | 4.670.000 | 862.651 | 10,0000% | 10,0000% |
| TBM | 37.526 | 0 | 37.526 | 2.282.035 | 1,6855% | 1,4003% |
| TERRACAP | 245.000.000 | - | 245.000.000 | 97.933.343 | 49,0000% | 49,0000% |

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes
Notas: (1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo valor do capital integralizado seja superior a R$100 mil. / (2) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme tabelas a seguir.

**TABELA 2.5.4.e**
**PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS**

| FUNDOS | TOTAL | | | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO | | % | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE | VALOR DA QUOTA | VALOR TOTAL | QUANTIDADE | VALOR | | |
| **FINAM** | 1.118.856.032.984 | 0,0001914 | 214.149.044,71 | 14.869.525 | 2.846,03 | 0,0013 | 214.189.754,82 |
| **FINOR** | 214.339.375.282 | 0,00097 | 208.005.185,14 | 5.187.950 | 5.034,63 | 0,0024 | 208.005.185,14 |
| **FND** | 1.912.597.216 | 0,2855 | 546.046.505,17 | 1.260.969.559 | 360.006.808,96 | 65,9 | 1.934.093.442,38 |
| **FGP** | 1.103.675 | 294,72215 | 325.277.524,29 | 1.103.675 | 325.277.524,29 | 100,0 | 325.277.524,29 |
| **FGHAB** | 81.283.380 | 1,497797 | 121.746.016,34 | 60.112.685 | 90.036.609,50 | 100,0 | 121.746.016,34 |
| **FGI** | 580.308.079 | 1,1613 | 673.925.519,56 | 580.308.079 | 673.925.519,56 | 100,0 | 673.925.519,56 |
| **FGCN** | 1.148.210.932 | 1,0000 | 1.148.210.931,80 | 1.148.210.932 | 1.148.210.931,80 | 100,0 | 1.148.210.932 |
| **FGO** | 691.934 | 1.066,656 | 738.055.931,74 | 580.120 | 618.788.952,87 | 83,8 | 738.055.931,74 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.
Notas:
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - posição em DEZ/2010
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - posição em AGO/2010
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento - posição em NOV/2010
FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas posição em JUL/2010
FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - posição em OUT/2010
FGI- Fundo Garantidor para Investimento - posição em SET/2010
FGO- Fundo Garantidor de Operações - posição em OUT/2010
FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval - posição em JUN/2010
FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial

**TABELA 2.5.4.f**
**PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Em US$ milhões

| ÓRGÃO RESPONSÁVEL | INSTITUIÇÃO | DATA DA ADMISSÃO | CAPITAL SUBSCRITO | | | | | PODER DE VOTO DO BRASIL (%) | POSIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | REALIZADO (A) | | | EXIGÍVEL (B) | TOTAL (A + B) | | |
| | | | INTEGRALIZADO | | | | MONTANTE | | |
| | | | PAGO | A PAGAR | TOTAL | | | | |
| MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO | BAD | 24/6/1983 | 14,9 | 17,4 | 32,3 | 406,9 | 439,2 | 0,47 | 31/12/2010 |
| | BAD-fundo | 24/6/1983 | 0,0 | 6,0 | 6,0 | 0,0 | 6,0 | - | 31/12/2010 |
| | BDC | 20/12/2010 | 0,0 | 28,0 | 28,0 | 22,0 | 22,0 | - | 31/12/2010 |
| | BDC-fundo | 20/12/2010 | 0,0 | 5,0 | 5,0 | 0,0 | 5,0 | - | 31/12/2010 |
| | BID | 7/12/1959 | 857,8 | 362,4 | 1.220,2 | 17.693,8 | 18.914,0 | - | 31/12/2010 |
| | -BID-CO | 7/12/1959 | 424,3 | 223,5 | 647,8 | 17.693,8 | 18.341,6 | 10,75 | 31/12/2010 |
| | -BID-FOE | 7/12/1959 | 433,5 | 138,9 | 572,4 | 0,0 | 572,4 | 5,56 | 31/12/2010 |
| | CAF | 23/5/1996 | 418,6 | 339,3 | 757,9 | 126,0 | 883,9 | N.d. | 31/12/2010 |
| | CII | 30/6/1986 | 77,7 | 0,0 | 77,7 | 0,0 | 77,7 | 11,02 | 31/12/2010 |
| | FAD | 23/11/1973 | 198,2 | 31,0 | 229,2 | 0,0 | 229,2 | 0,42 | 31/12/2010 |
| | FIDA (1) | 2/11/1978 | 46,6 | 21,2 | 67,8 | 0,0 | 67,8 | 0,92 | 31/12/2010 |
| | FONPLATA | 25/11/1974 | 116,7 | 0,0 | 116,7 | 13,3 | 130,0 | 20,00 | 31/12/2010 |
| | FUMIN | 23/5/1995 | 20,0 | 8,3 | 28,3 | 0,0 | 28,3 | 2,04 | 31/12/2010 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | BIRD | 14/1/1946 | 245,5 | 0,0 | 245,5 | 3.770,10 | 4.015,6 | 2,07 | 31/12/2010 |
| | AID | 15/3/1963 | 598,5 | 220,1 | 819,2 | 0,00 | 819,2 | 1,52 | 31/12/2010 |
| | CFI | 31/12/1956 | 39,5 | 0,0 | 39,5 | 0,00 | 39,5 | 1,65 | 31/12/2010 |
| | MIGA | 7/1/1993 | 5,4 | 0,00 | 5,4 | 22,84 | 28,2 | 1,30 | 31/12/2010 |
| **TOTAL** | | | **2.639,37** | **1.038,67** | **3.678,60** | **22.054,97** | **25.705,57** | **-** | |

Fonte: MPOG/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais.
Realizado/Integralizado a Pagar – Notas promissórias emitidas.
N.d. – não disponível

### 2.5.3.1 - Principais Variações nas Participações Societárias da União em 2010

**Aumento de capital de empresas**

Foram efetuados, em 2010, aumentos de capital, no montante de R$ 154,35 bilhões, decorrentes, em grande parte, das operações de Ofertas Públicas primária de distribuição de ações da Petrobrás e do Banco do Brasil. Também merece destaque os créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), incorporação de reservas e capitalização mediante a transferência de ações, conforme discriminado no quadro a seguir.

**TABELA 2.5.4.1.a**
**AUMENTO DE CAPITAL EM 2010**

| EMPRESA | VALOR R$ mil | ORIGEM DOS CRÉDITOS |
|---|---|---|
| **SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA** | | |
| BASA | 14.435 | Incorporação de reserva |
| BB | 7.418.360 | Incorporação de reserva |
| BB | 7.049.900 | Oferta Pública |
| BB | 42.815 | Bônus de subscrição série C |
| BNB | 198.000 | Incorporação de reserva |
| CBTU | 84.338 | AFAC |
| CDC | 3.487 | AFAC |
| CDC | 17.500 | AFAC |
| CODEBA | 1.701 | AFAC |
| CODERN | 103.959 | AFAC |
| CODESA | 25.305 | AFAC |
| CODESP | 14.300 | Incorporação de reserva |
| CODESP | 126.972 | AFAC e Minoritários |
| PETROBRÁS | 6.142 | Incorporação de reserva |
| PETROBRÁS | 120.248.559 | Oferta Pública |
| TRENSURB | 215.151 | AFAC |
| **PÚBLICAS** | | |
| BNDES | 4.500.000 | Transferência de ações de emissão da Petrobras |
| BNDES | 2.096.533 | Incorporação de reserva |
| BNDES | 2.700.000 | Cessão de Direitos - AFAC Eletrobrás |
| CEF | 2.426.294 | Transferência de ações de emissão da Petrobras |
| CMB | 244.641 | Incorporação de reserva |
| HCPA | 10.382 | Lucro Líquido apurado em 2009 |
| INFRAERO | 2.858 | AFAC |
| VALEC | 1.037.787 | AFAC |
| **TOTAL** | **148.589.419** | |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

**Redução de Capital**

A Companhia Docas do Ceará S.A – CDC reduziu seu capital social em R$ 6.323.629,10 para compensar prejuízos acumulados, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09/04/2010.

**Permuta de Ações**

O Decreto nº 7.184/ 2010 autorizou a emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal para substituição de 90 milhões de ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A – BB, detidas pelo Fundo de Garantia a Exportação – FGE, como forma de assegurar a manutenção do controle acionário do Tesouro Nacional após oferta pública de ações de emissão do BB, bem como para diversificar a composição dos ativos do FGE, concentrados em renda variável.

O Decreto nº 7.295/2010 autorizou a permutar até 13.948.656 ações ordinárias - ON emitidas pela PETROBRAS, excedentes ao necessário para a manutenção do controle acionário da União, por ações preferenciais - PN da PETROBRAS, detidas pela BNDES Participações S.A. - BNDESPar.

**Resgate de cotas e ações em Fundos**

O Decreto nº 7.184/ 2010 autorizou o aumento da participação da União no Banco do Brasil S.A, em 60 milhões de ações ordinárias, mediante resgate de cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP.

**Constituição de Empresas**

Empresa Brasileira de Legado Esportivo (BRASIL 2016) - Em processo de constituição. A criação da Empresa foi autorizada pela Medida Provisória nº 488/ 2010. A capitalização inicial será de R$ 10 milhões. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEVH) – Autorizada a criação pela Medida Provisória nº 520/ 2010.

**Capitalização de Fundos com ações**

A União transferiu ações para o Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN, nos termos do Decreto nº 7.070/2010 e da Portaria MF nº 171/2010, no valor de R$ 1.345.623.212,35.

**Transferência de cotas e ações para a União**

Foram transferidas para a União, em 12 de julho de 2010, 4.810.191 cotas escriturais do FINOR; e em 19 de julho de 2010, 357 ações ordinárias de emissão da Cia. de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, por sucessão, nos termos da Lei 10.233/2001 e do Decreto 6.018/2007, da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., extinta pela MP 353/2007, convertida na Lei nº 11.483/2007.

**Empresas em liquidação**

Continua em processo de liquidação a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária de 28.03.1994.

**2.5.3.2 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União**

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro nacional, pelo critério de caixa, em 2010, atingiu o montante de R$ 21,8 bilhões, uma redução em relação à arrecadação no exercício de 2009, que foi de R$ 26,2 bilhões.

O valor arrecadado superou o valor previsto na Lei Orçamentária Anual de 2010, estimado em R$ 15,5 bilhões.

Cabe ressaltar que no total arrecadado está incluído R$ 1,4 bilhão referente ao contrato de cessão onerosa, da União ao BNDES, dos direitos a rendimentos decorrentes da participação societária na Eletrobrás. Do total arrecadado pelo Tesouro Nacional, R$ 12,0 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R$ 9,8 bilhões foram pagos em títulos públicos federais.

**TABELA 2.5.4.2.a**
**ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2006 a 2010**

R$ milhões

| Tipo de Empresa | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sociedade de Economia Mista | 4.668,96 | 4.322,30 | 4.311,17 | 8.549,74 | 7.247,58 |
| Empresa Pública | 4.559,98 | 2.238,69 | 8.617,98 | 17.570,55 | 14.365,98 |
| Minoritária | 43,98 | 94,88 | 105,67 | 125,02 | 164,52 |
| FND | 15,21 | 32,17 | 26,77 | 24,88 | 66,03 |
| **TOTAL** | **9.288,14** | **6.688,05** | **13.061,59** | **26.270,18** | **21.844,11** |

Fonte: Siafi

**2.5.3.3 - Recebimento de Prêmio de Debêntures**

Em 2010, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, a importância total de R$ 5.9 milhões.

## 2.6 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

### 2.6.1 - Variação do Estoque da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal – DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou no ano de 2010, crescimento nominal de 12,42%. A dívida interna observou crescimento nominal de 13,38%, sendo que a Dívida Pública Mobiliária Federal interna em Poder do Público - DPMFi [1] , conceito de maior relevância na gestão da dívida pública, obteve, variação nominal de 14,84%. A dívida externa, por sua vez, registrou uma redução de 7,47% no mesmo período. Na tabela a seguir, estão discriminadas mais detalhadamente as variações de cada um dos itens que compõem a Dívida Pública Federal.

**TABELA 2.6.1**
**DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL**
**MAPA ANALÍTICO - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – CONSOLIDADO**

em R$ milhões

| DÍVIDA TOTAL (A + B) | dez/09 | dez/10 | Variação |
|---|---|---|---|
| | **2.151.159** | **2.418.244** | **12,42%** |
| **A. DÍVIDA INTERNA** | **2.052.185** | **2.326.666** | **13,38%** |
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO | 1.410.919 | 1.620.363 | 14,84% |
| I.1 LFT, LTN, NTN e outros | 1.394.345 | 1.607.142 | 15,26% |
| I.2 DÍVIDA SECURITIZADA | 12.058 | 9.096 | -24,56% |
| I.3 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA) | 4.516 | 4.125 | -8,66% |
| II. DÍVIDA COM O BACEN | 641.266 | 706.303 | 10,14% |
| **B. DÍVIDA EXTERNA** | **98.974** | **91.578** | **-7,47%** |
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 78.904 | 70.875 | -10,18% |
| I.1. Bônus de Renegociação | 220 | 158 | -28,18% |
| I.2. Bônus de Captação | 78.684 | 70.717 | -10,13% |
| II. DÍVIDA CONTRATUAL | 20.070 | 20.703 | 3,15% |

Fonte: STN/CODIV/GEEST
Obs.: 1) A divergência entre o estoque informado no "Relatório Anual da Dívida Pública – 2010[1]", publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e a tabela acima decorre da metodologia contábil usada neste relatório, em contraposição à metodologia econômica daquele. / 2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US$/R$ 1,7412 (dez/2009) e 1 US$/R$ 1,6662 (dez/2010).

[1]No âmbito da Dívida Pública Federal, a Dívida Mobiliária Interna em Poder do Público é o instrumento básico de gestão, sendo aquele que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do endividamento do Governo Federal.

**LFT, LTN, NTN e Outros - (Em Poder do Público)**

A parcela do estoque da DPMFi representada pelas LFT, LTN, NTN e outros títulos (item A-I.1 da tabela anterior) aumentou devido à emissão líquida de R$ 41,4 bilhões e à apropriação de juros nominais de R$ 168,0 bilhões.

**TABELA 2.6.1.1**
**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO**
**DO ESTOQUE DA DPMFI (LFT, LTN E OUTROS)**
**EM MERCADO – 2010**

em R$ milhões

| | |
|---|---|
| **Estoque inicial (dez/09)** | **1.394.345** |
| **(+)** Emissões líquidas (A) - (B) | (14.880) |
| (A) Emissões por Oferta Pública | 410.590 |
| (B) Pagamentos | 425.470 |
| - Principal | 346.422 |
| - Encargos | 79.048 |
| **(+)** Emissões por Colocação Direta | 175.890 |
| **( -)** Cancelamentos | 115.287 |
| **(+)** Transferência de Carteira | 0 |
| **( -)** Ajuste de Cálculo | 0 |
| **(+)** Juros Nominais – Competência | 167.074 |
| **Estoque final (dez/10)** | **1.607.142** |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Os cancelamentos totalizaram R$ 115,3 bilhões, sendo que, desse montante, R$ 67,8 bilhões referem-se ao pagamento da cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo de que trata a Lei 12.276/2010 por parte da Petrobrás, R$ 29,1 bilhões referem-se às operações de trocas realizadas nos leilões de NTN-B, LFT e LTN e R$ 18,4 bilhões correspondem a outros cancelamentos.

**Dívida Securitizada - em Poder do Público**

O estoque da Dívida Securitizada em mercado ficou em R$ 9,1 bilhões em 2010, contra R$ 12,1 bilhões de dez/09, significando uma variação nominal negativa de 24,5%. Essa redução no estoque é explicada pelos cancelamentos de R$ 3,7 bilhões, uma vez que a emissão líquida foi 56,7 milhões e a apropriação de juros nominais de R$ 691,0 milhões.

**TABELA 2.6.1.2**
**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO**
**DO ESTOQUE DA DÍVIDA SECURITIZADA-2009**

em R$ milhões

| | |
|---|---|
| **Estoque inicial (dez/09)** | **12.058** |
| (+) Emissões líquidas (A) - (B) | 56 |
| (A) Emissões | 4.715 |
| (B) Pagamentos | 4.659 |
| - Principal | 7.478 |
| - Encargos | -2.819 |
| ( - ) Cancelamentos | 3.709 |
| **(+)** Transferência de Carteira | 0 |
| (+) Juros Nominais – Competência | 691 |
| **Estoque final (dez/10)** | **9.096** |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Os cancelamentos ocorridos foram os seguintes:

- R$ 3,2 bilhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram trocados por NTN-B, NTN-F e LFT com a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, com base na MP 2.196, de 24/08/2001.
- R$ 500,0 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada recebidos como forma de pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal;

**Títulos da Dívida Agrária – TDA**

O estoque em TDA teve uma variação nominal negativa de 8,66%. Houve resgate líquido desses papéis no montante de R$ 458 milhões.

**TABELA 2.6.1.3**
**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO**
**DO ESTOQUE DOS TDA – 2010**

em R$ milhões

| | |
|---|---|
| **Estoque inicial (dez/09)** | **4.516** |
| **(+)** Emissões líquidas (A) - (B) | -458 |
| (A) Emissões | 568 |
| (B) Pagamentos | 1.026 |
| **( - )** Cancelamentos | 178 |
| **( -)** Ajuste de Cálculo | 0 |
| **(+)** Juros Nominais - Competência | 244 |
| **Estoque final (dez/10)** | **4.125** |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

**Emissões Diretas**

As emissões diretas realizadas pelo Tesouro Nacional consistem em emissões não competitivas de títulos em favor de entidades gestoras de políticas públicas e programas oficiais de fomento, atendendo finalidades específicas definidas em lei. Essas emissões não necessariamente implicam contrapartida financeira, bem como podem ocorrer sem causar impacto sobre o estoque da dívida, nos casos em que há permuta de títulos. A título de ilustração, a tabela a seguir apresenta um resumo das emissões ao mercado realizadas em 2010, segundo os respectivos programas e determinações legais:

| PROGRAMA | CARACTERÍSTICAS |
|---|---|
| **PROES** | Refinanciamento de dívidas entre a União e os Estado do Piauí e Pernambuco ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/01 e Lei nº 9.496, de 11/09/1997. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 24,0milhões** |
| **PROEX** | Programa de Equalização das Taxas de Juros dos Financiamentos às Exportações. As instituições financeiras concedem financiamentos aos exportadores pela taxa de juros externa. O TN emite as NTN-I no montante da diferença entre as taxas externa e interna. Lei nº 10.184/2001. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 206,8 milhões** |
| **Reforma Agrária** | Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA para fazer face às indenizações decorrentes das desapropriações e compra de terras rurais, com fins sociais, promovidas no âmbito Programa de Reforma Agrária, realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. MP nº 2.183-56, Decreto nº 578/1992. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 568,1 milhões** |
| **FIES** | Financiamento ao Estudante de Nível Superior. A instituição de ensino que concede o financiamento recebe títulos do Tesouro Nacional (CFT-E) no valor dos financiamentos concedidos. Lei nº 10.260/2001. |
| VALOR EMITIDO | **R$778,5 milhões** |
| **Lei 12.249/10** | Constitui concessão de crédito ao Banco do Nordeste do Brasil S/A-BNB. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 1,0 bilhão** |
| **MP 470/09** | Constitui concessão de crédito para a Caixa Econômica Federal. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 4,0 bilhões** |
| **Securitização** | FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais no amparo da lei nº 10.150/00. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 4,7 bilhões** |
| **Lei 10.179/01** | Emissões realizadas com amparo na Lei nº 10.179/01, com o objetivo de alteração do perfil da carteira, em permuta por outros ativos de responsabilidade do Tesouro Nacional, observada a equivalência econômica dos créditos. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 16,3 bilhões** |
| **MP 2.196/01** | Emissões realizadas com amparo na Medida Provisória nº 2.196/01, em permuta pelos créditos decorrentes de obrigações novadas com base na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, pertencentes as empresas CEF e EMGEA, considerados pelo valor de face. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 3,2 bilhões** |
| **MP 487/10** | Emissão realizada com amparo na Medida Provisória nº 487/10, em substituição de ações de sociedades de economia mista federal detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE, observada a equivalência econômica da operação. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 2,7 bilhões** |
| **Lei 12.276/10** | Subscrição de ações da Petrobrás. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 42,9 bilhões** |
| **Lei 11.948/09 e MP 505/10** | Constitui fontes de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. |
| VALOR EMITIDO | **R$ 104,8 bilhões** |
| **TOTAL GERAL** | **R$ 181,2 bilhões** |

Fonte: STN/CODIV/GEPRE

**Dívida Pública Federal externa - DPFe**

O estoque da Dívida Pública Federal externa encerrou o mês de dezembro de 2010 em US$ 55,0 bilhões, contra US$ 56,8 bilhões em dezembro de 2009, o que representa uma redução de 3,31%, em dólares americanos, neste período. Seguindo as diretrizes do Plano Anual de Financiamento 2010 – PAF 2010, o Tesouro Nacional realizou, em 2010, quatro emissões de bônus no mercado externo, sendo duas do seu novo *benchmark* de 10 anos – o bônus Global 2021, uma do bônus Global 2041 e uma do bônus Global BRL 2028. O volume total emitido nas operações realizadas no período foi de US$ 2,8 bilhões. Com relação ao Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa (*Buyback*), foram recompradas títulos da DPFe com vencimentos até 2040 no montante de US$ 3,2 bilhões em valor de face. O total financeiro desembolsado no período foi de US$ 4,3 bilhões. Além de proporcionar uma redução nos fluxos de pagamento de juros, o programa tem por objetivo fortalecer pontos de referência (*benchmark*) e corrigir distorções na curva de juros brasileira, bem como reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Federal.

**TABELA 2.6.2.a**
**VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA**

| | Dez/09 (US$ mil) | Dez/10 (US$ mil) | Variação (%) |
|---|---|---|---|
| **1) Dívida Mobiliária Externa** | **45.316.262** | **42.536.982** | **-6,13** |
| 1.1) Dívida Reestruturada | 126.502 | 94.930 | **-24,96** |
| 1.2) Captações no Mercado Internacional – Dívida Soberana | 45.189.760 | 42.442.052 | **-6,08** |
| **2) Dívida Contratual Externa** | **11.526.367** | **12.425.272** | **7,80** |
| 2.1) Organismos Multilaterais | 9.680.233 | 10.125.032 | **4,59** |
| 2.2) Credores Privados e Agências Governamentais | 1.846.134 | 2.300.240 | **24,60** |
| **DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA** | **56.842.629** | **54.962.254** | **-3,31** |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

**TABELA 2.6.2.b**
**EMISSÕES SOBERANAS REALIZADAS EM 2010**

| TÍTULO EMITIDO | DATA DE EMISSÃO | MOEDA DE EMISSÃO | VALOR EMITIDO (moeda de origem) | VALOR EMITIDO (em US$) |
|---|---|---|---|---|
| Global 2021 | 22.04.2010 | Dólar | 787.500.000 | 787.500.000 |
| Global 2021 (Reabertura) | 03.08.2010 | Dólar | 825.000.000 | 825.000.000 |
| Global 2041 (Reabertura) | 21.09.2010 | Dólar | 550.000.000 | 550.000.000 |
| Global BRL 2028 (Reabertura) | 27.10.2010 | Real | 1.100.000.000 | 655.464.188 |
| **TOTAL** | | | | **2.817.964.188** |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

### 2.6.2 - Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida

O gerenciamento da Dívida Pública Federal – DPF - busca minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco, e também contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. Para a consecução desses objetivos, o Plano Anual de Financiamento de 2010 (PAF) elencou as seguintes diretrizes: i) aumento do prazo médio do estoque; ii) suavização da estrutura de vencimentos; iii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iv) aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa – DPFe por meio de emissões de títulos com prazo de referência, programa de resgate antecipado e operações estruturadas; v) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e vi) ampliação da base de investidores.

Respeitando essas diretrizes e, ao mesmo tempo, as condições vigentes no mercado de títulos públicos, o PAF também apresentou a estratégia do Tesouro Nacional para a condução da política de financiamento interno e externo, bem como um conjunto de metas para os indicadores da DPF.

A análise desses indicadores, ao final de 2010, revela o alcance de praticamente todas as metas propostas para o ano, especialmente o incremento na participação de títulos prefixados.

**Estratégia e sua Execução**

**Dívida Interna**

A estratégia adotada pelo Tesouro Nacional, ao longo de 2010, foi pautada pelas seguintes diretrizes, enunciadas no PAF 2010:

i. Títulos prefixados: aumento na participação de LTN e NTN-F no estoque da Dívida Pública Federal - DPF; manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de 6, 12 e 24 meses e de NTN-F com vencimentos de 3, 5 e 10 anos, com ênfase nos vencimentos de 3 e 10 anos;
ii. Títulos remunerados a índices de preços: aumento na participação da NTN-B no estoque da DPF e emissão de títulos com prazos de referência de 3, 5, 10, 20, 30 e 40 anos;
iii. Títulos indexados à taxa Selic (LFT): emissões com prazo médio superior ao prazo médio do estoque da DPF.

Em relação às emissões de títulos prefixados, verificou-se um predomínio de títulos de médio e longo prazos em detrimento daqueles com prazo mais curto. As emissões tradicionais das LTN com prazo de referência de 24 meses representaram 80% das colocações totais de LTN em 2010. Comparando este resultado com os de 2008 e 2009, nota-se avanço na estratégia de alongamento dos títulos prefixados, uma vez que, naqueles anos, as proporções das LTN mais longas foram de 51% e de 73%, respectivamente.

Em 2010, o Tesouro Nacional lançou novo *benchmark* de 10 anos, com vencimento em janeiro de 2021, que contou com forte demanda durante todo o ano. Além disso, a instituição retomou os

leilões de NTN-F de 5 anos, sendo que o vencimento escolhido foi janeiro de 2017 . Assim, passaram a ser leiloados, simultaneamente, 3 vencimentos de NTN-F: 3, 5 e 10 anos, cujos volumes de emissão representaram 23% do total de emissões de prefixados no ano.

Quanto às NTN-B, o volume emitido em 2010 superou em 29,2% o volume emitido em 2009. Houve continuidade dos leilões quinzenais, com oferta de até seis diferentes vencimentos, além dos leilões de troca. Adicionalmente, o Tesouro Nacional manteve a realização de leilões mensais de recompra das NTN-B com prazos de 20, 30 e 40 anos, dando aos detentores desses títulos possibilidades adicionais de liquidez em relação ao mercado secundário.

Em relação às LFT, conferiu-se atenção especial ao prazo médio de emissão ao longo de todo o ano de 2010. Nesse sentido, foram emitidos títulos com prazo de emissão médio superior ao da média do estoque da DPF no encerramento do exercício de 2009 que era de 3,5 anos, em consonância com o planejado no PAF 2010. Neste ano, o prazo médio de emissão das LFT foi de 4,79 anos, contra 4,71 anos em 2009.

A análise da estratégia de financiamento por indexadores, incluindo as emissões diretas, indica que:

i. A emissão líquida de títulos prefixados foi de R$ 83,5 bilhões. Foram emitidos R$ 301,9 bilhões, ante um resgate de R$ 218,3 bilhões;
ii. Quanto aos títulos remunerados por índices de preços, foram emitidos R$ 96,3 bilhões e resgatados R$ 104,9 bilhões, provocando um resgate líquido de R$ 8,6 bilhões; e
iii. As emissões de títulos remunerados pela taxa Selic alcançaram R$ 189,4 bilhões. Por sua vez, os resgates alcançaram R$ 216,1 bilhões, levando a um resgate líquido de R$ 26,7 bilhões.

A preocupação do Tesouro Nacional com o bom funcionamento do mercado de títulos norteia a estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação.

Esta estratégia visa à construção de uma estrutura a termo de taxas de juros em reais, o que permite o melhor apreçamento dos títulos emitidos tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada. Para atingir tal objetivo, o Tesouro Nacional se utiliza tanto do mercado doméstico quanto do internacional, aproveitando a complementaridade entre eles.

Desse modo, deu-se prosseguimento à estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação, por meio da concentração dos vencimentos em datas bem definidas, prezando pelo volume e liquidez associados a cada um deles.

**Dívida Externa**

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2010 se apoiou nos seguintes pontos:

I. Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) nas estruturas a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas;
II. Manutenção do programa de resgate antecipado (Buyback Program) para títulos denominados em dólares e euros;
III. Possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;
IV. Manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional; e
V. Monitoramento da Dívida Contratual Externa, buscando alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Em linha com essas diretrizes, o Tesouro Nacional efetuou quatro captações externas, no valor de US$ 2,8 bilhões, sendo três por meio de emissão de títulos em dólares e uma em reais. As emissões em dólares referem-se à emissão e posterior reabertura do benchmark de 10 anos, o Global 2021, e à reabertura do Global 2041. Por sua vez, a emissão em reais realizada foi a reabertura do BRL 2028.

Em abril, passado o período de maior volatilidade no mercado externo decorrente do aumento do risco de solvência de alguns países europeus no primeiro trimestre do ano, o Tesouro realizou a primeira colocação do ano, com o lançamento do Global 2021, o novo *benchmark* de dez anos, no valor de US$ 787,5 milhões, à taxa de 5,0% a.a.. Em meados de junho e início de julho, a taxa de retorno do título atingiu a mínima histórica no mercado secundário. Isso possibilitou ao Tesouro Nacional realizar a sua reabertura, em julho, no valor de US$ 825,0 milhões e à taxa de 4,55% a.a., a menor registrada para uma emissão de títulos em dólares

No mercado de títulos de prazos mais longos, o Tesouro Nacional realizou, em setembro, a reabertura do Global 2041, aproveitando a elevação da demanda dos investidores internacionais por títulos emitidos por países emergentes. A emissão foi concluída com sucesso, registrando a menor taxa de juros historicamente paga por um título brasileiro em dólares com esse prazo, de 5,20% a.a, e um volume de US$ 550,0 milhões, o que elevou seu estoque para US$ 1,825 bilhão.

O ano de 2010 também marcou o retorno do Tesouro Nacional ao mercado de dívida referenciado em reais, de onde esteve ausente desde junho de 2007. Ao longo do ano, a desvalorização do dólar diante das principais moedas e o diferencial de juros entre as economias emergentes e as desenvolvidas contribuíram para a

elevação da demanda por títulos referenciados em moeda local de países emergentes, mercado no qual o Brasil se destaca. Esta conjuntura permitiu, em outubro, que o Tesouro Nacional fizesse a reabertura do BRL 2028, no valor de R$ 1,1 bilhão e à taxa de 8,85% a.a., beneficiando-se da redução nas taxas negociadas desse papel no mercado secundário.

Merece destaque também a atuação do Tesouro Nacional no Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, importante instrumento de gerenciamento do passivo externo, que permite ao Tesouro Nacional, por meio de uma atuação pontual e oportuna, aprimorar a curva de juros externa e direcionar a liquidez do mercado para os títulos *benchmarks*. Conforme citado no item 1.1.5, ao longo do ano foram recomprados em valor de face US$ 2,8 bilhões de títulos denominados em dólares e € 300 milhões de títulos denominados em euros, equivalentes a US$ 4,3 bilhões em valor financeiro. A análise conjunta das emissões, vencimentos e recompras ocorridas ao longo de 2010 permite afirmar que houve na dívida externa resgate líquido, equivalente a um fluxo líquido de saída de dólares de aproximadamente U$ 7,4 bilhões.

Considerando apenas as recompras ocorridas em 2010, a redução do fluxo de juros a serem pagos até 2041, decorrente do Programa de Resgate Antecipado, atingiu US$ 4,8 bilhões em valores correntes. Com o resgate antecipado dos títulos, reduz-se a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, além de produzir melhora no perfil da curva de juros pela retirada dos títulos que possuem alto valor nominal.

Importa destacar, ainda, que o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 3.911/2010, ampliou o prazo para a compra antecipada de moeda estrangeira por parte do Tesouro Nacional de 750 para 1.500 dias. No âmbito da nova Resolução, o Tesouro Nacional tem atuado ativamente, efetuando compras antecipadas de câmbio para pagamento de suas obrigações externas nos próximos anos. O montante em dólares adquirido até dezembro de 2010 é suficiente para pagar 75% de toda a dívida externa a vencer em 2011 e 74% em 2012.

Por fim, não se pode deixar de mencionar a atuação proativa do Tesouro Nacional na gestão da dívida externa contratual. Em 2010, a instituição realizou a 2ª etapa de conversão dos contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que consistiu na conversão das taxas de juros pactuadas nos contratos originais para uma taxa de juros baseada na taxa *Libor* somada a um *spread*. Além disso, nos casos aplicáveis, houve também a conversão do principal referenciado em uma cesta de moedas para dólares dos EUA. Essas operações resultaram em redução considerável nos custos trazidos a valor presente dos contratos vigentes, bem como uma redução de seus riscos de mercado, dando maior previsibilidade e transparência aos empréstimos.

**Resultados alcançados**

**Composição da Dívida**

A dívida prefixada ao final de 2010 representava 36,6% da DPF, proporção próxima à indicada pelo limite superior do PAF 2010, que apontava para uma participação entre 31% e 37%, e maior valor desde 1990. A perspectiva, durante a maior parte do ano, de incremento da demanda, aliada ao aumento da propensão ao risco dos agentes, propiciou a elevação da participação de prefixados. Com isso, foi possível se chegar a um percentual de rolagem dos vencimentos de prefixados de 138%, superior aos percentuais de rolagem alcançados pelos demais títulos da DPF.

A dívida remunerada por índices de preços manteve seu peso relativo na DPF praticamente estável, saindo de 26,7% em 2009 para 26,6% ao final de 2010, em linha com os limites do PAF 2010, que indicavam uma participação na DPF entre 24% e 28% para essa parcela da dívida. Ao somar os percentuais de títulos prefixados e remunerados por índices de preços, chega-se a 63,3%, também o maior valor da série iniciada em 1990, representando um incremento de 4,4 pontos percentuais em relação a 2009. Tal resultado contribui para a redução do risco de mercado.

A principal contrapartida do incremento na participação de prefixados na DPF é a diminuição na proporção de dívida remunerada pela taxa de juros Selic. Essa proporção reduziu-se de 33,4% em 2009 para 30,8% ao final de 2010, ficando próxima ao piso apontado pelo PAF 2010, que sinalizava limites entre 30% e 34% para essa parcela da DPF.

Por último, acompanhando a redução do estoque de DPFe já mencionada anteriormente, também observou-se a diminuição da participação da dívida com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio na DPF. Essa dívida representava 6,6% em 2009 e alcançou 5,1% da DPF ao final de 2010, em linha com os limites do PAF, que apontavam para uma participação entre 5% e 8% para essa parcela da dívida na DPF.

**TABELA 2.6.3.a**
**COMPOSIÇÃO DA DPF EM PODER DO PÚBLICO (%)**

| Título | dez/09 | dez/10 |
|---|---|---|
| Selic | 33,4 | 30,8 |
| Câmbio | 6,6 | 5,1 |
| Prefixados | 32,2 | 36,6 |
| Índice de Preços | 26,7 | 26,6 |
| TR e Outros | 1,1 | 0,8 |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

## Custo Médio

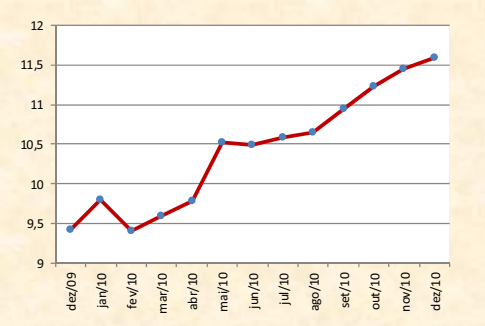
O custo médio acumulado em 12 meses da DPF saiu de 9,42% em dezembro de 2009 para 11,59% no último mês de 2010, devido, principalmente, a maior variação dos índices de preços no decorrer do ano.

**TABELA 2.6.3.b**
**CUSTO MÉDIO ACUMULADO EM 12 MESES**
**DA DPF EM PODER DO PÚBLICO**

| MÊS | Custo Médio (%a.a) |
|---|---|
| Dez-09 | 9,42 |
| Jan-10 | 9,80 |
| Fev-10 | 9,40 |
| Mar-10 | 9,60 |
| Abr-10 | 9,79 |
| Mai-10 | 10,53 |
| Jun-10 | 10,49 |
| Jul-10 | 10,58 |
| Ago-10 | 10,65 |
| Set-10 | 10,94 |
| Out-10 | 11,23 |
| Nov-10 | 11,45 |
| Dez-10 | 11,59 |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

**GRÁFICO 2.6.3.a**
**CUSTO MÉDIO % ACUMULADO EM 12 MESES**
**DA DPF EM PODER DO PÚBLICO**




Fonte: STN/CODIV/GEEST

## Estrutura de Vencimentos

O prazo médio é uma das estatísticas da estrutura de vencimentos da DPF monitoradas por meio de limites indicativos no PAF. Esse indicador ficou em 3,51 anos ao final de 2010, mostrando estabilidade com relação aos 3,53 anos apurados em 2009 e situando-se entre os limites de 3,4 e 3,7 anos estabelecidos no PAF 2010.

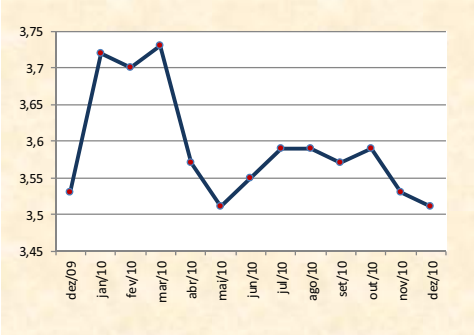
Cabe ressaltar que essa estabilidade já era esperada dentro da estratégia de financiamento para 2010, na medida em que se previa mais espaço para emissão de papéis prefixados. Apesar da extensão do prazo médio desses títulos nos últimos anos, eles ainda têm prazos tradicionalmente mais curtos que os demais tipos de dívida. Assim, o aumento de sua participação relativa na DPF produz efeito estatístico sobre o prazo médio total da DPF, contribuindo para a redução deste indicador. Entretanto, referido efeito não é dominante, na medida em que o Tesouro Nacional tem conseguido balanceá-lo com outras medidas, tais como a estratégia de emissão de LFT com prazos superiores ao da DPF e a manutenção da participação de dívida remunerada por índices de preços na DPF, que tipicamente tem elevado prazo médio.

**TABELA 2.6.3.c**
**PRAZO MÉDIO DA DPF**
**EM PODER DO PÚBLICO**

| MÊS | Prazo Médio (Anos) |
|---|---|
| Dez-09 | 3,53 |
| Jan-10 | 3,72 |
| Fev-10 | 3,70 |
| Mar-10 | 3,73 |
| Abr-10 | 3,57 |
| Mai-10 | 3,51 |
| Jun-10 | 3,55 |
| Jul-10 | 3,59 |
| Ago-10 | 3,59 |
| Set-10 | 3,57 |
| Out-10 | 3,59 |
| Nov-10 | 3,53 |
| Dez-10 | 3,51 |

Fonte: STN/CODIV/GEEST

**GRÁFICO 2.6.3.b**
**PRAZO MÉDIO DA DPF EM PODER DO PÚBLICO, EM ANOS**




Fonte: STN/CODIV/GEEST

Outra medida importante de análise desse tema é a Vida Média, que se diferencia do indicador de Prazo Médio por não levar em consideração os pagamentos de cupons intermediários, mas que tem grande utilidade pelo fato de ser muito usado em comparações internacionais. Em 2010, a Vida Média da DPF foi de 5,51 anos, mostrando estabilidade com relação ao valor apurado em 2009 (5,53 anos).

Complementando a avaliação da estrutura de vencimentos, o percentual vincendo em 12 meses da DPF ficou praticamente estável, saindo de 23,6% em 2009 para 23,9% ao final de 2010, valor menor que o limite inferior do PAF 2010, o qual, portanto, já apontava para um aumento desse percentual.

### 2.6.3 - Tesouro Direto

O Tesouro Direto - TD, programa que permite a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas diretamente pela *internet*, completou em 2010 seu nono ano de funcionamento. Desde sua implantação, em janeiro de 2002, esse Programa, fruto de uma parceria entre o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA, vem apresentando forte demanda por parte dos mais diversos tipos de investidores, atraídos pela possibilidade de aplicação de seus recursos nos títulos públicos de renda fixa com características de prazo e rendimento mais adequadas a seus perfis, menores custos de intermediação e 100% de garantia do Tesouro Nacional.

Em 2010, cerca de 40.000 novos aplicadores se cadastraram no Tesouro Direto, que passou a contar com um total de 214.657 investidores, montante que representa aumento de 22,9% sobre o total acumulado até o fim do ano anterior. Esse aumento consistente no número de investidores cadastrados é reflexo da consolidação do Tesouro Direto como uma eficiente opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade, boa liquidez e segurança.

No ano, as vendas de títulos públicos pelo Tesouro Direto totalizaram R$ 2.235,62 milhões, constituindo o melhor resultado desde o início do programa. Esse valor representou aumento de 43,1% em relação ao volume vendido em 2009. Aqui vale destacar a elevada demanda por títulos prefixados (LTN e NTN-F), cuja participação atingiu 44,9%, seguidos por títulos indexados ao IPCA (NTN-B e NTN-B Principal), que representaram 42,9% das vendas.

Quanto às faixas de aplicação, em 2010, vendas de até R$ 5.000,00 representaram 56,4% das aplicações realizadas. Essa expressiva participação do pequeno e médio investidor demonstra que o Tesouro Direto tem conseguido democratizar o acesso dos cidadãos ao investimento em títulos públicos.

Em relação ao prazo de vencimento, as vendas de títulos com prazo entre 1 e 5 anos corresponderam a 66,6% do total, enquanto os títulos com prazo acima 5 anos representaram 27,6%. Esses dados indicam que o Tesouro Direto está sendo bem sucedido na consecução de estimular a formação de poupança de médio e longo prazo, na medida em que apenas 5,8% das vendas se relacionaram a títulos com até 1 ano de vencimento.

O resultado das operações realizadas durante o ano fez com que o estoque total do Tesouro Direto atingisse R$ 4.653,14 milhões ao final de 2010, o que representa um acréscimo de 42,4% em relação ao estoque ao final do ano anterior, que era de R$ 3.268,38 milhões.

No tocante à composição, os títulos com maior participação são os remunerados por índices de preços (48,9%) seguidos dos prefixados (37,3%), e dos indexados à taxa Selic (13,8%). O título com maior participação individual é a LTN (23,8%). No que se refere ao estoque do Tesouro Direto, segundo o prazo, percebe-se claramente a preferência dos investidores do programa por papéis de mais longo prazo, uma vez que títulos com vencimento superior a 1 ano perfazem 90,0% do total em estoque.

### 2.6.4 - Avanços Institucionais

Em 2010, o Tesouro Nacional manteve seu esforço de aprimoramento da gestão da DPF através de iniciativas destinadas a aperfeiçoar seus próprios mecanismos operacionais e de governança, bem como seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, organismos multilaterais e demais representantes da sociedade. Em relação aos instrumentos, merecem destaque os avanços obtidos no projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida – SID e a implantação do Planejamento Estratégico do Tesouro Nacional. Do ponto de vista do relacionamento institucional, são dignas de nota as participações em eventos para investidores, as visitas de técnicos nacionais e internacionais interessados na experiência brasileira em gestão de dívida pública, o novo formato do Relatório Mensal da Dívida e as iniciativas de caráter educacional.

## 2.7 - AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

### 2.7.1 - Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento. Neste contexto foi editada a Lei nº 9496/1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9496/97 com 24 estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade e ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc, traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real - RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos. Os estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional – STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os estados, desenvolveu em 2010 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2009, conforme detalhamento no quadro a seguir.

**TABELA 2.7.1**
**PRINCIPAIS ATIVDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS**

| UF | PERÍODO DA MISSÃO | DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA | DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA |
|---|---|---|---|
| AC | 26 a 28.05.2010 | 30.11.2010 | Nota nº 834, de 13 de agosto de 2010 |
| AL | 22 e 23.04.2010 | 05.11. 2010 | Nota nº 1.236, de 10 de dezembro de 2010 |
| AM | 26 a 28.04.2010 | 09.06. 2010 | Nota nº 538, de 24 de maio de 2010 / Remissão: Nota nº nº 539, de 24 de maio de 2010 |
| BA | 28 e 29.07.2010 | 07.06.2010 | Nota nº 1.153, 23 de novembro de 2010 |
| CE | 10 e 11.03.2010 | 25.03.2010 | Nota nº 519, de 18 de maio de 2010. Remissão: Nota nº 526, de 20 de maio de 2010. |
| DF | 23 e 24.06.2010 | 24.12.2010 | Nota nº 840, de 17 de agosto de 2010 Remissão: Nota nº 841, de 17 de agosto de 2010 |
| ES | 17 e 18.06.2010 | 29.10.2010 | Nota nº 1080, de 25 de outubro de 2010 |
| GO | 19 e 20.05.2010 | 18.08.2010 | Nota nº 1.265, de 20 de dezembro de 2010 |
| MA | 16 e 17.06.2010 | 24.06.2010 | Nota nº 642, de 21 de junho de 2010. Remissão: Nota nº 649, de 22 de junho de 2010. |
| MG | 03 e 04.03.2010 | 29.03.2010 | Nota nº 736, de 19 de julho de 2010 |
| MS | 30 e 31.03.2010 | 20.05.2010 | Nota nº 455, de 3 de maio de 2010 Remissão: Nota nº 460, de 05 de maio de 2010 |
| MT | 25 e 26.03.2010 | 25.03.2010 | Nota nº 513, de 18 de maio de 2010 Remissão: Nota nº 530, de 21 de maio de 2010 |
| PA | 18 e 19.03.2010 | 09.06.2010 | Nota nº 835, de 13 de agosto de 2010 |
| PB | 21 e 22.06.2010 | Não revisou em 2010 | Nota nº 1.176, de 30 de novembro de 2010. |
| PE | 13 e 14.07.2010 | 09.06.2010 | Nota nº 1.098, de 29 de outubro de 2010. |
| PI | 15 e 16.03.2010 | 17.06.2010 | Nota n° 569, de 31 de maio de 2010 Remissão: Nota n° 579, de 2 de junho de 2010 |
| PR | 08 e 09.06.2010 | Não revisou em 2010 | Nota nº 777, de 02 de agosto de 2010 |
| RJ | 16 e 17.03.2010 | 15.04.2010 | Nota nº 1.218, de 09 de dezembro de 2010 |

| UF | PERÍODO DA MISSÃO | DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA | DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA |
|---|---|---|---|
| RN | 20 e 21.05.2010 | 16.12.2010 | Nota nº 593, de 09 de junho de 2010.<br>Remissão: Nota nº 605, de 11 de junho de 2010. |
| RO | 9 a 11.08.2010 | 27.10.2010 | Nota nº 906, de 1 de setembro de 2010<br>Remissão: Nota nº 1.096, de 28 de outubro de 2010 |
| RR | 12 a 14.05.2010 | 04.08.2010 | Nota nº 598, de 10 de junho de 2010<br>Remissão: Nota nº 599, de 10 de junho de 2010 |
| RS | 29 e 30.04.2010 | 30.12.2010 | Nota nº 1054, de 11 de outubro de 2010 |
| SC | 06 e 07.05.2010 | 24.12.2010 | Nota nº 1253, de 16 de dezembro de 2010 |
| SE | 13 e 14.07.2010 | 29.10.2010 | Nota nº 1.270, de 21 de dezembro de 2010 |
| SP | 15 e 16.04.2010 | 01.04.2010 | Nota n° 456, de 03 de maio de 2010<br>Remissão: Nota n° 461, de 5 de maio de 2010 |

**2.7.2 - Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP nº 2185-35/2001)**

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811/2001, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração direta municipal previamente assumida pelos municípios. Da mesma forma que para os estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 municípios pertencentes a 17 estados, aí incluídas novas capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348/2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693/ 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da MP nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória.

**2.7.3 - Estoque das Dívidas**

A relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real (RLR) constitui meta do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de acordo com o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9496/97. Em função disto, a STN realizou em 2010 acompanhamentos trimestrais deste indicador, com base nos cálculos da RLR e nos demonstrativos de saldos e cronogramas de desembolso enviados trimestralmente pelos estados e pelo DF, nos termos da Portaria nº 89, de 24 de abril de 1997.

**2.7.4 - Cálculo da Receita Líquida Real – RLR**

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos estados e dos municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004, e desta forma foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na *Internet* na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

**2.7.5 - Cálculos dos Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02**

Em 2010, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos estados, Distrito Federal e municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº115/02. Como resultado, foram transferidos os valores a seguir detalhados por estado (incluindo a cota parte dos municípios).

**TABELA 2.7.5**
**LEI COMPLEMENTAR Nº115/02**
**VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2010**

em R$1,00

| UF | TOTAL | ESTADOS (75%) | MUNICÍPIOS (25%) |
|---|---|---|---|
| AC | 1.775.280,00 | 1.331.460,00 | 443.820,00 |
| AL | 16.384.290,00 | 12.288.217,56 | 4.096.072,44 |
| AM | 19.653.660,00 | 14.740.245,00 | 4.913.415,00 |
| AP | 7.926.360,00 | 5.944.770,00 | 1.981.590,00 |
| BA | 72.474.870,00 | 54.356.152,56 | 18.118.717,44 |
| CE | 31.761.795,00 | 23.821.346,28 | 7.940.448,72 |
| DF | 15.790.125,00 | 15.790.125,00 | 0,00 |
| ES | 83.134.740,00 | 62.351.055,00 | 20.783.685,00 |
| GO | 26.027.040,00 | 19.520.280,00 | 6.506.760,00 |
| MA | 32.736.600,00 | 24.552.450,00 | 8.184.150,00 |
| MG | 251.630.730,00 | 188.723.047,56 | 62.907.682,44 |
| MS | 24.075.675,00 | 18.056.756,28 | 6.018.918,72 |
| MT | 37.846.965,00 | 28.385.223,72 | 9.461.741,28 |
| PA | 85.092.345,00 | 63.819.258,72 | 21.273.086,28 |
| PB | 5.606.250,00 | 4.204.687,56 | 1.401.562,44 |
| PE | 28.970.175,00 | 21.727.631,28 | 7.242.543,72 |
| PI | 5.882.175,00 | 4.411.631,28 | 1.470.543,72 |
| PR | 196.609.920,00 | 147.457.440,00 | 49.152.480,00 |
| RJ | 114.368.085,00 | 85.776.063,72 | 28.592.021,28 |
| RN | 7.061.730,00 | 5.296.297,56 | 1.765.432,44 |
| RO | 4.863.105,00 | 3.647.328,72 | 1.215.776,28 |
| RR | 745.680,00 | 559.260,00 | 186.420,00 |
| RS | 195.866.970,00 | 146.900.227,56 | 48.966.742,44 |
| SC | 70.030.545,00 | 52.522.908,72 | 17.507.636,28 |
| SE | 4.884.555,00 | 3.663.416,28 | 1.221.138,72 |
| SP | 607.265.100,00 | 455.448.825,00 | 151.816.275,00 |
| TO | 1.535.235,00 | 1.151.426,28 | 383.808,72 |
| **TOTAL** | **1.950.000.000,00** | **1.466.447.531,64** | **483.552.468,36** |

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na *Internet*.

### 2.7.6 - Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

A Medida Provisória Nº 501/2010, autorizou o repasse de R$ 1,95 bilhão aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no ano de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do país. A Secretaria do Tesouro Nacional foi responsável pela apuração dos cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos estados, Distrito Federal e municípios cuja distribuição anual foi a seguinte:

**TABELA 2.7.6**
**AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS EXPORTADORES**
**VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2010**

em R$1,00

| UF | TOTAL | ESTADOS (75%) | MUNICÍPIOS (25%) |
|---|---|---|---|
| AC | 1.233.375,00 | 925.031,25 | 308.343,75 |
| AL | 16.514.160,00 | 12.385.620,00 | 4.128.540,00 |
| AM | 27.664.455,00 | 20.748.341,25 | 6.916.113,75 |
| AP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| BA | 88.549.695,00 | 66.412.271,25 | 22.137.423,75 |
| CE | 10.114.650,00 | 7.585.987,50 | 2.528.662,50 |
| DF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ES | 140.457.915,00 | 105.343.436,25 | 35.114.478,75 |
| GO | 123.996.795,00 | 92.997.596,25 | 30.999.198,75 |
| MA | 52.938.015,00 | 39.703.511,25 | 13.234.503,75 |
| MG | 355.434.690,00 | 266.576.017,50 | 88.858.672,50 |
| MS | 38.292.345,00 | 28.719.258,75 | 9.573.086,25 |
| MT | 315.201.900,00 | 236.401.425,00 | 78.800.475,00 |
| PA | 161.464.875,00 | 121.098.656,25 | 40.366.218,75 |
| PB | 5.434.845,00 | 4.076.133,75 | 1.358.711,25 |
| PE | 8.758.425,00 | 6.568.818,75 | 2.189.606,25 |
| PI | 5.804.175,00 | 4.353.131,25 | 1.451.043,75 |
| PR | 113.582.820,00 | 85.187.115,00 | 28.395.705,00 |
| RJ | 88.528.830,00 | 66.396.622,50 | 22.132.207,50 |
| RN | 13.572.000,00 | 10.179.000,00 | 3.393.000,00 |
| RO | 15.588.300,00 | 11.691.225,00 | 3.897.075,00 |
| RR | 713.310,00 | 534.982,50 | 178.327,50 |
| RS | 156.775.905,00 | 117.581.928,75 | 39.193.976,25 |
| SC | 58.143.930,00 | 43.607.947,50 | 14.535.982,50 |
| SE | 5.772.585,00 | 4.329.438,75 | 1.443.146,25 |
| SP | 128.850.540,00 | 96.637.905,00 | 32.212.635,00 |
| TO | 16.611.465,00 | 12.458.598,75 | 4.152.866,25 |
| **TOTAL** | **1.950.000.000,00** | **1.462.500.000,00** | **487.500.000,00** |

### 2.7.7 - Prestação de Apoio Financeiro aos Entes Federados que Recebem Recursos do Fundo de Participação dos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal

Por intermédio da Lei nº 12.058/2009, o Governo Federal criou o Apoio Financeiro aos Entes Federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios, com a finalidade de complementar as entregas visando à superação das dificuldades emergenciais de recursos, em função da crise financeira internacional. Foram efetuadas quatro entregas de recursos no ano de 2009, e a quinta e última ocorreu no ano de 2010, por intermédio da Portaria nº 71/ 2010, no montante de R$ 516.609.664,89.

Outrossim, por meio da Lei nº 12.306/2010, o Governo Federal criou o Apoio Financeiro aos Estados e Distrito Federal, para o ano de 2010, transferindo a estes entes o montante de R$ 800 milhões, cujos valores individuais foram distribuídos mediante a aplicação dos coeficientes individuais de participação no Fundo de Participação dos Estados.

### 2.7.8 - Cálculo da Capacidade de Pagamento

No período em questão foram feitas 74 análises de capacidade de pagamento, sendo 48 de municípios e 26 de Estados. Segue a listagem dos estados e dos municípios que tiveram analisadas suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

**TABELA 2.7.8.a**
**ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS ESTADOS**

| UF | NOME DO PROJETO | AGÊNCIA FINANCIAD. | NOTA Nº |
|---|---|---|---|
| **AM** | Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM III)<br>e<br>Programa de Saneamento de Maués | BID | 1.188, de 3 de dezembro de 2010 |
| **BA** | Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II | BNDES | 669, de 25 de junho de 2010 |
| **CE** | Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR | BID | 389, de 20 de abril de 2010 |
| **CE** | Programa Emergencial de Financiamento – PEF II | BNDES | 329, de 07 de abril de 2010 |
| **ES** | Programa Emergencial de Financiamento (PEF II) | BNDES | 345, de 12 de abril de 2010 |
| **MA** | Programa Emergencial de Financiamento – PEF II | BNDES | 667, de 24 de junho de 2010 |
| **MG** | Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II | BNDES | 447, de 30 de abril de 2010 |
| **MS** | Programa de Transportes e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Mato Grosso do Sul – PDE - MS | BIRD | 554, de 27 de maio de 2010 |
| **MT** | PROFISCO | BID | 813, de 09 de agosto de 2010 |
| **PA** | Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II | BNDES | 688, de 1 de julho de 2010 |
| **PB** | Programa Emergencial de Financiamento – PEF II | BNDES | 788, de 04 de agosto de 2010 |
| **PE** | Programa Nacional de Turismo - PRODETUR | BID | 112, de 08 de fevereiro de 2010 |
| **PE** | Programa para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais – PROAPL | BID | 616, de 14 de junho de 2010 |
| **PR** | PROAPL - Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – e PROTERRITÓRIO/PRODESUS - Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Territorial | BID / BIRD | 847, de 19 de agosto de 2010 |
| **RJ** | Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ GESTÃO | BIRD | 551, de 27 de maio de 2010 |
| **RJ** | Programa de Infraestrutura PAC – Mobilidade | CAIXA | 626, de 16 de junho de 2010 |
| **RJ** | Programa de Desenvolvimento ao Turismo - PRODETUR | BID | 647, de 22 de junho de 2010 |
| **RS** | Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal – PROFISCO | BID | 418, de 23 de abril de 2010 |
| **RS** | Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal – PROFISCO | BID | 819, de 11 de agosto de 2010 |
| **SC** | Programa Santa Catarina Rural – MICROBACIAS 3 | BIRD | 826, de 12 de agosto de 2010 |
| **SE** | PROFISCO | BID | 1.172, de 30 de novembro de 2010 |
| **SE** | Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II | BNDES | 155, de 19 de fevereiro de 2010 |
| **SP** | Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II e Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaicos da Mata Atlântica – BID Serra do Mar | BNDES e BID | 659, de 23 de junho de 2010 |
| **TO** | Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins - PRODOESTE | BID | 876, de 26 de agosto de 2010 |

**TABELA 2.7.8.b**
**ANÁLISES DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS DOS MUNICÍPIOS**

| UF | NOME DO PROJETO | AGÊNCIA FINANCIAD. | NOTA Nº |
|---|---|---|---|
| Alagoinhas/BA | Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e de Promoção Social de Alagoinhas | CAF | 1228/2010 |
| Aracaju/SE | Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - Aracaju de Todos | BID | 770/2010 |
| Araucária/PR | Programa de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Araucária – PR | BID | 342/2010 |
| Belém/PA | Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Município de Belém | CAF | 875/2010 |
| Belo Horizonte/MG | Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL | BID | 972/2010 |
| Blumenau/SC | Programa de Recuperação e Estruturação do Sistema Viário Básico da Cidade de Blumenau | BID | 500/2010 e 698/2010 |
| Cachoeiro do Itapemirim/ES | Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social | BID | 169/2010 |
| Campo Grande/MS | Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande - Viva Campo Grande - 2ª etapa | BID | 347/2010 |
| Cascavel/PR | Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI | BID | 884/2010 |
| Colatina/ES | Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina | BID | 1227/2010 |
| Contagem/MG | Programa de Ampliação de Sistema Viário no Município de Contagem | CAF | 143/2010 |
| Cubatão/SP | Programa de Gestão Ambiental e Renovação Urbana de Cubatão | BIRD | 886/2010 |
| Curitiba/PR | Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Município de Curitiba | BID | 882/2010 |

| UF | NOME DO PROJETO | AGÊNCIA FINANCIAD. | NOTA Nº |
|---|---|---|---|
| Curitiba/PR | Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte | AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento | 656/2010 |
| Duque de Caxias/RJ | Programa de Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Duque de Caxias | BID | 883/2010 |
| Florianópolis/SC | Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional | FONPLATA | 1295/2010 |
| Fortaleza/CE | Programa Aldeia da Praia - Fortaleza | CAF | 955/2010 |
| Fortaleza/CE | Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB | CAF | 1231/2010 |
| Goiânia/GO | Programa de Transporte do Município de Goiânia e Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo - Prodetur Nacional Goiânia | BID | 590/2010 |
| Guarulhos/SP | Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê | BIRD | 866/2010 |
| Guarulhos/SP | Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional Guarulhos | CAF | 1229/2010 |
| Hortolândia/SP | Programa de Infra-Estrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia/SP | CAF | 490/2010 |
| Hortolândia/SP | Programa de Infra-estrutura e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia/SP | CAF | 1164/2010 |
| Itajaí/SC | Programa de Transporte e Mobilidade Urbana - Viva Cidade | BID | 1003/2010 |
| Itu/SP | Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Itu | BID | 122/2010 e 1226/2010 |
| Jundiaí/SP | Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Jundiaí - 1ª Fase | BID | 1233/2010 |
| Limeira/SP | Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Limeira - Programa Acelera Limeira | FONPLATA | 236/2010 e 1293/2010 |
| Linhares/ES | Programa de Desenvolvimento Sustentável do Município de Linhares - ES | CAF | 344/2010 |
| Londrina/PR | Programa de Mobilidade Ambiental e Infra-Estrutura Social - 1ª Fase | BID | 350/2010 |
| Mossoró/RN | Programa de Infra-Estrutura Municipal - PIM/MOSSORÓ-RN | CAF | 869/2010 |
| Novo Hamburgo/RS | Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo | BID | 1232/2010 |
| Paranaguá/PR | Programa Integrado de Desenvolvimento Social e urbano - Paranaguá Rumo Certo | BID | 121/2010 e 1225/2010 |
| Recife/PE | PROCIDADES | BID | 804/2010 |
| Rio de Janeiro/RJ | Reestruturação e recomposição da dívida do principal da dívida negociada com a União | BIRD | 715/2010 |
| São Bernardo do Campo/SP | Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê | BIRD | 885/2010 |
| São Bernardo do Campo/SP | Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo - Etapa II | BID | 1230/2010 |
| São Bernardo do Campo/SP | Programa de Modernização e Humanização da Saúde | BID | 494/2010 e 1169/2010 |
| São Luís/MA | Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís - MA - 1ª Fase | BID | 877/2010 |
| Serra/ES | Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano do Município de Serra/ES. | BID | 1234/2010 |
| Sumaré/SP | Programa de Infra-Estrutura Urbana de Sumaré-Sistema Viário, Saneamento, Iluminação e Ambiental | CAF | 887/2010 |
| Teresina/PI | Programa de Desenvolvimento do Turismo na Cidade de Teresina | CAF | 871/2010 |
| Vila Velha/ES | Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Município de Vila Velha | FONPLATA | 710/2010 |
| Vitória/ES | Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória | CAF | 954/2010 |

### 2.7.9 - Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios

O artigo nº 51 da Lei Complementar nº 101/200, estabelece que, até o dia 30 de junho, o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. A STN efetuou a consolidação integral dos balanços dos 26 estados e do Distrito Federal em 2010. No caso dos municípios, foram consolidados 4.768, que representam 85,70% dos municípios brasileiros. A coleta das informações dos entes federativos é realizada pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação do Tesouro Nacional – SISTN.

## 2.8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### 2.8.1 - Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito - OOC aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

No exercício de 2010, as ações orçamentárias no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional – COPEC, foram contempladas pela Lei nº 12.214/ 2010 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010), com o montante de R$ 8.537.194 mil, dos quais R$ 1.979.500 mil destinados à concessão de empréstimos e R$ 6.557.694 mil à equalização de preços e taxas.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R$ 2.583.861 mil, sendo R$ 1.786.293 mil em equalização de preços e taxas e R$ 848.767 mil em operações de financiamento. O valor inscrito em Restos a Pagar/2007/2008/2009, foi de R$ 2.424.087 mil, dos quais R$ 963.917 mil foram executados. Foram inscritos R$ 5.230.817 mil em Restos a Pagar/2010, englobando saldos remanescentes desde 2007, com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12.2010. Durante o período de 2010, as Operações Oficiais de Crédito registraram R$ 2.503.291 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento, além de receita de alienação de estoques públicos.

Além disso, em 2010, foi aportado o montante de R$ 620 milhões, nos Encargos Financeiros da União – EFU – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, sendo R$ 400 milhões em Equalização de taxas de juros nas operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica (MP n° 465, de 2009); R$ 200 milhões para a ação de Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991) e R$ 20 milhões em Equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de financiamento para infraestrutura em projetos de habitação popular (Lei n° 11.977, de 2009) – Programa Minha Casa, Minha Vida. Foram inscritos R$ 600 milhões em Restos a pagar/2010 referentes a operações do EFU.

### 2.8.2 - Financiamento

#### 2.8.2.1 - Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar, voltada às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural.

Em 2010, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 930 milhões, além de R$ 24.196 mil de Restos a Pagar/2009. Foram executados financeiramente R$ 157.516 mil e R$ 6.192 mil de Restos a Pagar/2009. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R$ 21.501 mil. Relativamente aos Restos a Pagar/2009 foram prorrogados R$ 4 mil, com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12.2010 e cancelados R$ 18 milhões. Os reembolsos registrados nesta ação foram de R$ 613.786 mil.

#### 2.8.2.2 - Financiamento para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184/ 2001)

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2010, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R$ 1.049.500 mil. As despesas pagas totalizaram R$ 691.251 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2009 R$ 179.168 mil, dos quais R$ 115.709 mil foram cancelados e executados R$ 63.459 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 o montante de R$ 358.248 mil, os reembolsos no período foram de R$ 1.038.662 mil.

**2.8.3 - Equalização**

**2.8.3.1 - Equalização de Taxas de Juros**

**Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427/92)**

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.224.500 mil, além de R$ 617.600 mil de Restos a Pagar/2009 e de R$ 68.119 mil de Restos a Pagar/2008. Foram executados financeiramente R$ 44.270 mil, além de R$ 68.119 mil de Restos a Pagar/2008 e R$ 376.451 mil de Restos a Pagar/2009. Foram inscritos R$ 1.076.767 mil em Restos a Pagar/2010 e prorrogados R$ 241.149 mil referentes a Restos a Pagar/2009, com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12.2010.

**Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF (Lei nº 8.247/92)**

Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros aos produtores rurais e suas cooperativas, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem a interferência de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Esta ação contou com dotação orçamentária de R$ 150.694 mil, além de R$ 68.930 mil de Restos a Pagar/2009 e de R$ 14.598 mil de Restos a Pagar/2008. Foram executados financeiramente R$ 5.154 mil, além de R$ 14.598 mil de Restos a Pagar/2008 e R$ 68.930 mil de Restos a Pagar/2009. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 o montante de R$ 110.675 mil.

**Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.247/92)**

A modalidade de subvenção econômica do PRONAF abrange a equalização de taxas de juros – definida como a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito - os rebates sob a forma de bônus de adimplência sobre o principal e/ou juros, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do PRONAF com recursos do Orçamento Geral da União (PRONAF/OGU).

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.046.500 mil, além de R$ 505.393 mil de Restos a Pagar/2009 e de R$ 199.241 mil de Restos a Pagar/2008. Desses valores, foram executados financeiramente R$ 215.614 mil, além de R$ 96.338 mil de Restos a Pagar/2009 e R$ 10.378 mil de Restos a Pagar/2008.

Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R$ 830.886 mil. Foram prorrogados R$ 409.055 mil referentes a Restos a Pagar/2009 e de R$ 188.863 mil referentes aos Restos a Pagar/2008, com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12.2010.

Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial. Os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. estão no âmbito do Programa de Geração Emprego e Renda - PROGER, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

- PRODUSA – Programa de Produção Sustentável do Agronegócio
- MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras;
- MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite;
- MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem;
- PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas;

- PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária;
- PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura;
- PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;
- PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura–Pecuária.
- PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 278.300 mil, além de R$ 56.310 mil de Restos a Pagar/2009, R$ 152.275 mil de Restos a Pagar/2008 e R$ 140.141 mil de Restos a Pagar/2007. Foram cancelados recursos da ordem de R$ 6.367 mil de Restos a Pagar/2008. Foram executados financeiramente R$ 17.535 mil, sendo R$ 14.531 mil em operações de investimento junto ao Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e R$ 3.004 mil para pagamento dos descontos concedidos com base no artigo 5° da Lei n° 11.775/2008 e Resolução CMN n° 3.799/2009, no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP.

Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R$ 237.750 mil, bem como prorrogados R$ 56.310 mil referentes a Restos a Pagar/2009, R$ 145.909 mil de Restos a Pagar/2008 e R$ 140.141 mil de Restos a Pagar/2007 com base no Decreto nº 7.418/2010, de 31.12.2010.

**Equalização de Juros decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural (Lei nº 9.866/99)**

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de 2% a.a. ou de 5% a.a., conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis n$^{os.}$ 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2010, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 248.700 mil, dos quais foram executados financeiramente R$ 98.154 mil e em Restos a Pagar/2009 o montante de R$ 1.277 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 o valor de R$ 150.546 mil.

**Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126/95 e nº 10.186/ 2001)**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960/2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345/2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/2002. A Lei nº 11.775/2008, alterada pelas Leis nº 11.922/2009 e n° 12.058/2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138/95.

No orçamento de 2010, foram previstos recursos da ordem de R$ 2 milhões, além de R$ 17.661 mil provenientes de Restos a Pagar/2009, para atender a equalizações de juros. A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações. A totalidade dos recursos previstos no exercício foi inscrita em Restos a Pagar/2010.

**Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX – (Lei nº 10.184/2001)**

O PROEX – Programa de Financiamento às Exportações também equaliza taxa de juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação, concedidos pelas instituições financeiras, compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 0,5% a 2,5% a.a., em função do prazo de financiamento.

No exercício de 2010, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 360 milhões para Equalização e R$ 40 milhões para remuneração do agente financeiro, totalizando R$ 400 milhões. As despesas pagas totalizaram R$ 101.466 mil, sendo R$ 78.399 mil para Equalização e R$ 23.067 mil para a remuneração do agente financeiro, além de R$ 132.599 mil de Restos a Pagar/2009, sendo R$

127.149 mil de equalização e R$ 5.450 mil para remuneração do agente financeiro.

Além disso, foram inscritos em Restos a Pagar/2010 o valor de R$ 289.100 mil, sendo R$ 281.600 mil para Equalização R$ 7.500 mil referentes à remuneração do agente financeiro. Houve ainda a prorrogação da inscrição em Restos a Pagar/2009 de Equalização no montante de R$ 360.500 mil.

**Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529/ 2007)**

A Lei nº 11.529/2007 autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, frutas - *in natura* e processadas, cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação e bens de capital (exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias). Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do estado de Santa Catarina atingidos pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos meses de 2008.

No exercício de 2010, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 100 milhões, além de R$ 74.460 mil provenientes de Restos a Pagar/2009, estes valores não foram executados durante o exercício. O Orçamento anual foi integralmente inscrito em Restos a Pagar/2010, assim como foi prorrogado o valor referente a 2009, com base no Decreto nº 7.418/2010.

**Equalização de juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei nº 11.524/ 2007).**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos para a liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei. Em 2010, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 5 milhões. No entanto, devido à ausência de demanda por essas operações, esses recursos não foram utilizados.

**2.8.3.2 - Equalização de Preços**

**Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247/92)**

O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla:

- os repasses, realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM (abordado no item 2.8.4 – Outras Atividades Desenvolvidas); e
- o pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da CONAB.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do programa AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R$ 300 milhões, dos quais foram executados financeiramente R$ 145.083 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R$ 155 milhões, além de terem sido prorrogados R$ 38 milhões de Restos a Pagar 2009. Os reembolsos no período totalizaram R$ 536.521 mil, referentes à alienação de estoques reguladores e estratégicos.

**Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Lei nº 8.247/92)**

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) e Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO).

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da Conab, leiloa contratos que preveem a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a Conab realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio Equalizador pago ao Produtor (Pepro) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão.

Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionista e mais voltada para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

Em 2010 o programa contou com dotação orçamentária inicial de R$ 2.802 milhões. Foram executados financeiramente R$ 1.107.818 mil e inscritos R$ 860 milhões em Restos a Pagar/2010.

**2.8.4 - Outras Atividades Desenvolvidas**

**2.8.4.1 - Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF**

No exercício de 2009, foi criada ação para Aquisição de Operações de Pronaf, com valor orçamentário de R$ 10 milhões, para atender ao disposto no artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, que autorizou a União adquirir operações do Grupo A/C do Pronaf, contratadas pelo Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., com risco dessas instituições. O montante não foi utilizado naquele exercício, sendo inscrito em Restos a Pagar/2009. Em 2010, foram executados financeiramente R$ 1.525 mil de Restos a pagar/2009 e prorrogados R$ 8.475 mil, com base no Decreto nº 7.418/2010.

**2.8.4.2 - Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Decreto Nº 175/91)**

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969/73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei n° 8.171/91) ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do Proagro, conforme disposto na MP nº 2.162-72/2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - Bacen, na condição de gestor do programa.

No exercício de 2010, foram alocados R$ 200 milhões para a complementação das despesas do Proagro, não executados durante o exercício e integralmente inscritos em Restos a Pagar/2010, com previsão de execução ao longo do exercício de 2011.

**2.8.4.3 - Repasses Concedidos à CONAB para a execução do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

A Secretaria do Tesouro Nacional repassa recursos financeiros à Conab para atender a duas finalidades básicas: formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela PGPM, incluindo as despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação destes estoques (Despesas Gerais da PGPM); e a garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural.

Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além da garantia do abastecimento em épocas de escassez.

No que tange ao repasse de recursos à Conab, no ano de 2010, o programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 2.300 milhões. O valor das transferências concedidas foi de R$ 1.120.911 mil. Houve, ainda, a execução de R$ 386.146 mil de Restos a Pagar/2009.

**2.8.4.4 - Encargos Financeiros da União - Equalização de taxas de juros nas operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica (MP n° 465/ 2009)**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica e à inovação tecnológica.

A União foi originalmente autorizada a conceder a referida subvenção econômica por meio da MP nº 465/2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.096/2009, que, entre outros dispositivos, ratificou o limite de até R$ 44 bilhões, nas operações de financiamento contratadas até 31.12.2009. No decorrer do exercício de 2010, o texto da referida Lei foi alterado e complementado em virtude de evoluções havidas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, instituído pelo BNDES para fins de concessão dos financiamentos amparados pela Lei nº 12.096/2009. A MP nº 501/2010 ampliou o prazo para operações de financiamento contratadas até 31.3.2011 e o limite em R$ 90 bilhões, o qual passou a R$ 134 bilhões.

A MP nº 513/2010 tratou da equalização de taxas de juros para operações de financiamento contratadas até 31.5.2011, destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro-empreendedores individuais localizados em municípios dos estados de Alagoas e Pernambuco e que tiverem decretado estado de emergência ou calamidade pública (desastres naturais - excesso de chuvas na região).

Em 2010, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 400 milhões, não executados durante o exercício e integralmente inscritos em Restos a Pagar/2010, com previsão de execução ao longo do exercício de 2011.

**2.8.4.5 - Encargos Financeiros da União - Equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de financiamento para infraestrutura em projetos de habitação popular (Lei n° 11.977/ 2009) – Programa Minha Casa, Minha Vida.**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2010, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 20 milhões, os quais não foram descentralizados para empenho da Unidade Gestora em razão de adiamentos na implementação do Programa, sobretudo relacionados à assinatura do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (nº 10.2.1894.1), firmado somente em 26.11.2010 entre o BNDES e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de beneficiária do crédito e agente financeiro do Programa.

Com isso, e tendo em vista a carência de até 18 meses para o início do pagamento da equalização ao BNDES (mediante solicitação do Agente Financeiro àquele Banco), estabelecida nos termos das Resoluções CMN nº 3.710/2009 e nº 3.758/2009, as despesas de equalização relacionadas à ação deverão ter seus pagamentos iniciados somente no exercício de 2012.

**2.8.5 - Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação**

**2.8.5.1 - Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos**

No âmbito da análise fiscal de estados, Distrito Federal e municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs. 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente, sob a competência do Ministério da Fazenda, coube à STN, a execução dessas atribuições, anteriormente desempenhadas pelo BCB, tendo sido então adotadas as providências com vistas à criação de nova Coordenação, no caso a Copem, cujas atividades tiveram início quando da publicação da Portaria nº 4/ 2002, revogada pela Portaria n.º 115/ 2008, revogada pela Portaria nº 396/2009. Vale ressaltar que esta coordenação não possui nenhuma ação inscrita no plano plurianual.

**2.8.5.2 - Beneficiários**

A STN analisou entre janeiro e dezembro de 2010, 1.443 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 249 pleitos foram arquivados, cinco foram indeferidos, 40 encaminhados para a análise de Concessão de Garantia da União e em 1.149 pleitos foi verificado o cumprimento dos limites fiscais para a contratação.

O valor das operações de crédito consideradas no período para as quais o ente cumpriu os limites determinados na LRF totalizou R$ 16.804.219.747,23. Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites definidos pelo Senado Federal.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subseqüente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Resolução n.º 3.751, de 30/06/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos Entes Federativos.

A partir daquela data, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar n.º 101/ 2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito aprovadas pela Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas.

Foi mantida, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de estados e municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação, detalhando características como prazos, taxas de juros, etc.

A STN, por meio de sua área fim, trabalhou no aperfeiçoamento e manutenção do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de estados e municípios.

## 2.9 - RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

### 2.9.1 - Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2010, duas operações de crédito externo no valor total de US$ 1.315 milhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

**TABELA 2.9.1.a**
**FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2010**

| CONTRATO | DATA DE ASSINATURA | CREDOR | PROJETOS / PROGRAMAS | VALOR (US$) |
|---|---|---|---|---|
| 7660 | 10/6/2010 | BIRD | Primeiro Empréstimo Programático para Políticas da Gestão Ambiental Sustentável - MMA / BNDES | 1.300.000.000,00 |
| 2229 | 17/6/2010 | BID | Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) | 15.000.000,00 |
| **TOTAL** | | | | **1.315.000.000,00** |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010

O demonstrativo seguinte demonstra a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2003 até 2010, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

**TABELA 2.9.2.b**
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2010**

em US$ milhões

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Financiamento de Projetos | 1.117,46 | 1.189,58 | 2.347,00 | 1.298,82 | 732 | 5 | 3.125,08 | 1.315,00 |
| Doações | 0,5 | 1,39 | 8,76 | 11,56 | 0,44 | 3,44 | 0,38 | 0 |
| **TOTAL** | **1.117,96** | **1.190,97** | **2.355,76** | **1.310,38** | **732,44** | **8,44** | **3.125,46** | **1.315,00** |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010

### 2.9.2 - Concessão de Garantias Externas

No ano de 2010 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 7.401,63 milhões, sendo que, desse valor, 14,32% foram destinadas a entidades federais e 85,68% destinadas aos estados, municípios e entidades controladas.

**TABELA 2.9.2.a**
**CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 a 2010**

em US$ Milhões

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **GARANTIAS CONCEDIDAS** | **313,50** | **882,21** | **1.334,86** | **969,46** | **1.254,64** | **3.970,05** | **4.085,01** | **7.401,63** |
| - Garantias a entidades federais | 150,00 | - | 1.060,00 | - | 1.000,00 | - | 1.018,47 | 1.060,00 |
| - Garantias a estados, municípios e entidades controladas | 163,50 | 882,21 | 274,86 | 969,46 | 254,64 | 3.970,05 | 3.066,54 | 6.341,63 |

Fonte:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

A seguir a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2010, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

**TABELA 2.9.2.b**
**CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2010**

| BANCO | CONTRATO | MUTUÁRIO | DATA DE ASSINATURA | VALOR CONTRATADO (US$) | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| BID | 2200 | Estado de Minas Gerais | 26/2/2010 | 10.000.000,00 | Programa de Eletrificação Rural – PRONOROESTE |
| BID | 2232 | Estado de Minas Gerais | 26/2/2010 | 40.000.000,00 | Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Minas Gerais |
| BIRD | 7682-0 | Município de Rio Grande | 25/2/2010 | 8.100.000,00 | Programa Rio Grande 2010 – Uma Visão do Futuro |
| BIRD | 7778-0 | Estado de Pernambuco | 18/3/2010 | 190.000.000,00 | Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco – PSHPE |
| BIRD | 7807-0 | Município de Santos | 8/2/2010 | 44.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros - Santos Novos |
| BIRD | 7827-0 | Estado do Rio de Janeiro | 22/3/2010 | 485.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - PRODESF |
| BIRD | 7648-0 | Município de Santa Maria | 4/3/2010 | 13.950.000,00 | Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria - RS |
| BID | 2171 | Estado de Santa Catarina | 9/4/2010 | 50.000.000,00 | Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa V |
| JICA | BZ-P16 | Estado de Santa Catarina | 31/3/2010 | 177.441.574,42 | Programa Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN |
| CAF | s/nº | Estado da Paraíba | 26/4/2010 | 100.000.000,00 | Programa de Pavimentação de Rodovias do Estado da Paraíba |
| BIRD | 7628 | Estado da Paraíba | 28/4/2010 | 20.900.000,00 | Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado da Paraíba - PRP/COOPERAR |
| BID | 2307 | Estado do Rio de Janeiro | 10/5/2010 | 19.759.050,00 | Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ |
| BID | 2267 | Município de Manaus | 28/5/2010 | 50.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento e Inclusão Socioambiental de Manaus - PROURBIS |
| BID | 2306 | Estado de Minas Gerais | 8/7/2010 | 137.000.000,00 | Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III |
| BIRD | 7871 | Estado de Minas Gerais | 9/7/2010 | 461.000.000,00 | Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II - Financiamento Adicional |
| BID | 2320 | Município de Passo Fundo | 16/7/2010 | 9.800.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo |
| BID | 2151 | Estado de Pernambuco | 16/7/2010 | 15.000.000,00 | Projeto de Apoio à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO |
| BIRD | 7942 | Município do Rio de Janeiro | 20/8/2010 | 1.045.000.000,00 | Projeto de Política de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro |
| CAF | PIR/SC | Estado de Santa Catarina | 31/8/2010 | 32.558.000,00 | Programa de Integração Regional de Santa Catarina – PIR/SC |
| BID | 2172 | Estado de Santa Catarina | 1/9/2010 | 30.000.000,00 | Programa de Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina – PROFISCO |
| BID | 2221 | Município de Fortaleza | 3/9/2010 | 59.400.000,00 | Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social-PREURBIS |
| BID | 2207 | Município de Fortaleza | 3/9/2010 | 33.066.000,00 | Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza |
| BID | 2202 | Estado de São Paulo | 3/9/2010 | 600.000.000,00 | Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III – SABESP |
| BID | 2305 | Estado de São Paulo | 3/9/2010 | 480.958.000,00 | Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo |
| BID | 2246 | Município de Curitiba | 10/9/2010 | 50.000.000,00 | Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Curitiba-PR |
| BIRD | 7872 | Estado do Mato Grosso do Sul | 16/9/2010 | 300.000.000,00 | Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul |
| BID | 2054 | Município de Ponta Grossa | 17/9/2010 | 7.500.000,00 | Programa de Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana do Município de Ponta Grossa |
| BID | 2121 | Município de Maringá | 22/9/2010 | 13.000.000,00 | Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá |
| BIRD | 7855 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 650.400.000,00 | Programa Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô |
| BIRD | 7837 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 326.775.000,00 | Programa de Recuperação de Estradas Vicinais de SP |
| BIRD | 7661 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 4.000.000,00 | Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê |
| BIRD | 7869 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 130.000.000,00 | Empreendimento Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo |

| BANCO | CONTRATO | MUTUÁRIO | DATA DE ASSINATURA | VALOR CONTRATADO (US$) | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| BIRD | 7908 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 78.000.000,00 | Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS II |
| BIRD | 7870 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 64.496.000,00 | Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas – REÁGUA |
| BID | 2331 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 120.000.000,00 | Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO |
| BID | 2304 | Estado do Maranhão | 29/9/2010 | 13.200.000,00 | Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - PROFIS |
| BIRD | 7952 | Estado de Santa Catarina | 30/9/2010 | 90.000.000,00 | Programa Santa Catarina Rural – MICROBACIAS 3 |
| BID | 2281 | Estado de Minas Gerais | 30/9/2010 | 50.000.000,00 | Programa de Acesso ao Município – PROACESSO II – MINAS GERAIS |
| NIB | NIB III | BNDES | 13/10/2010 | 60.000.000,00 | Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos |
| JICA | s/nº | SABESP | 14/10/2010 | 76.359.163,59 | Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Mananciais da Represa Billings – Pró-Billings – SABESP |
| BIRD | 7820 | Estado de São Paulo | 18/10/2010 | 112.910.000,00 | Projeto de Modernização da Linha 11 – Coral da CPTM |
| BID | 2327 | Estado do Mato Grosso do Sul | 29/10/2010 | 12.000.000,00 | Programa de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial do Estado de Mato Grosso do Sul |
| BID | 2245 | Estado do Espírito Santo | 5/11/2010 | 21.992.000,00 | Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária – PROFAZ – Espírito Santo |
| JBIC | s/nº | Estado de São Paulo | 15/11/2010 | 179.889.298,89 | Empreendimento Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo |
| BID | 2308 | Estado do Piauí | 22/10/2010 | 16.951.000,00 | Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PROFISCO PI |
| BIRD | 7955 | Estado do Rio de Janeiro | 22/11/2010 | 18.673.000,00 | Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRO-GESTÃO |
| BID | 2321 | Estado do Ceará | 25/11/2010 | 150.000.000,00 | Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL - CEARÁ |
| BID | 2409 | Estado de Pernambuco | 2/12/2010 | 75.000.000,00 | Programa Nacional do Turismo - PRODETUR NACIONAL |
| BID | 2376 | Estado de São Paulo | 8/12/2010 | 470.163.000,00 | Programa Recupareção Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica |
| BIRD | 7732 | Estado da Bahia | 9/12/2010 | 30.000.000,00 | Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural - Produzir III |
| BID | 2236 | BNDES | 13/12/2010 | 1.000.000.000,00 | Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - CCLIP II |
| BID | 2268 | Município de Catanduva | 21/12/2010 | 8.439.000,00 | Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva |
| **TOTAL** | | | | **7.401.630.086,90** | |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

### 2.9.3 - Concessão de Garantias Internas

Em 2010, foram concedidas (formalizadas) garantias internas no montante de R$ 2.168,91 milhões, sendo que, desse valor, 100% foram destinados a estados.

**TABELA 2.9.3.a**
**CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2010**

| CONTRATO | MUTUÁRIO / EXECUTOR | DATA DE ASSINATURA | CREDOR | VALOR (R$) | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 528/PGFN/CAF | Estado de Sergipe | 29/3/2010 | BNDES | 249.318.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 542/PGFN/CAF | Estado do Amapá | 24/6/2010 | BNDES | 204.720.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 545/PGFN/CAF | Estado do Maranhão | 30/6/2010 | BNDES | 433.092.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 550/PGFN/CAF | Estado do Ceará | 21/7/2010 | BNDES | 440.214.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 552/PGFN/CAF | Estado do Rio Grande do Norte | 21/7/2010 | BNDES | 250.674.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 554/PGFN/CAF | Estado de Minas Gerais | 21/7/2010 | BNDES | 267.270.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 599/PGFN/CAF | Estado da Bahia | 29/12/2010 | BNDES | 323.629.000,00 | Demolição e Reconstrução do Estádio Otávio Mangabeira |
| **TOTAL** | | | | **2.168.917.000,00** | |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN / Posição: dezembro/2010

Informamos que as garantias a seguir relacionadas foram formalizadas no final do ano de 2009 e por isso não tiveram tempo hábil para publicação naquele ano, razão pela qual estamos demonstrando-as nesse momento.

**TABELA 2.9.3.b**
**CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2009**

| CONTRATO | MUTUÁRIO / EXECUTOR | DATA DE ASSINATURA | CREDOR | VALOR (R$) | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 519 / PGFN / CAF | Estado do Piauí | 23/12/2009 | BNDES | 259.200.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| 526 / PGFN / CAF | Estado do Amazonas | 30/12/2009 | BNDES | 167.424.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado |
| **TOTAL** | | | | **426.624.000,00** | |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN / Posição: dezembro/2010

### 2.9.4 - Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no terceiro quadrimestre de 2010, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB. Os saldos das garantias abaixo se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente.

**TABELA 2.9.4.a**
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS**

| GARANTIA | SALDO (R$) - ATÉ O 3º TRIMESTRE/2010 |
|---|---|
| **1 - Externa** | **28.107.548.519,72** |
| **1.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **28.107.548.519,72** |
| **Agências Governamentais** | **2.965.945.523,90** |
| Empresas Privatizadas | 7.193.789,32 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 1.930.494.769,15 |
| Estatais Federais | 1.028.256.965,42 |
| **Bancos Privados** | **204.716.912,90** |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 162.097.987,96 |
| Estatais Federais | 42.618.924,94 |
| **Organismos Multilaterais** | **24.920.224.082,93** |
| Empresas Privatizadas | 1.190.142,88 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 16.223.527.776,83 |
| Estatais Federais | 8.695.506.163,21 |
| **Outros Credores** | **16.662.000,00** |
| Empresas Privatizadas | 16.662.000,00 |
| | |
| **2 - Interna** | **59.308.984.260,24** |
| **2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **27.374.448.939,64** |
| **Banco Federal** | **4.185.781.982,33** |
| Banco Federal | |
| BNDES - BANCO DO BRASIL | 2.541.201.000,00 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | |
| Bancos Estatais - Estados/Municip/Enti.Control | 1.644.580.982,33 |
| **Estatais Federais** | **23.188.666.957,31** |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | |
| Bancos Estatais - Estados/Municip/Enti.Control | 303.976.075,32 |
| Itaipu Binacional | |
| Eletrobrás - Garantia a Itaipu Binacional (Mútuo) | 10.683.242.387,66 |
| FGTS/BNDES | 5.474.292.534,01 |
| FI/FGTS - BNDES | 6.727.155.960,32 |
| | |
| **2.2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF** | **31.934.535.320,59** |
| **Estatais Federais** | **12.122.342.696,20** |
| EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 | 12.122.342.696,20 |
| **Exportadores** | **12.897.541.796,45** |
| Estatais Federais | |
| Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB | 483.933.002,08 |
| Fundos Devedores | |
| Fundo de Garantia à Exportação - FGE - BNDES | 12.413.608.794,37 |
| **Fundos Devedores** | **1.696.194.862,98** |
| Fundo de Aval p/Geração de Emprego e Renda | 1.428.279.820,90 |
| Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC | 221.330.956,60 |
| Garantia de Ativ. Agropecuária (Proagro) - BACEN | 46.584.085,48 |
| **Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no ambito da Lei nº 8.036/90** | **3.080.214.006,53** |
| Lei nº. 8.036/90 - Risco de Operações Ativas | 3.080.214.006,53 |
| **Seguros Garantias** | **500.171.000,00** |
| Prog. Fort. Agric. Familiar (Pronaf) - BB | 211.421.000,00 |
| Prog. Recuperação Lavoura Cacaueira - BB | 288.750.000,00 |
| **Outros Países** | **1.638.070.958,44** |
| Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond) | |
| Garantia de Execução Contrato/Devolução Sinal | 1.638.070.958,44 |
| **Seguro Garantia** | **-** |
| Estatais Federais | - |
| Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB | - |
| **TOTAL GERAL** | **87.416.532.779,95** |

**TABELA 2.9.4.b**
**DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS**

| GARANTIA | SALDO (R$) - ATÉ O 3º TRIMESTRE/2010 |
|---|---|
| **1 - Externa** | **20.109.634.771,49** |
| **1.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **20.109.634.771,49** |
| **Agências Governamentais** | **2.563.833.501,88** |
| Empresas Privatizadas | 7.193.789,32 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 1.930.494.769,15 |
| Estatais Federais | 626.144.943,40 |
| **Bancos Privados** | **204.716.912,90** |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 162.097.987,96 |
| Estatais Federais | 42.618.924,94 |
| **Organismos Multilaterais** | **17.324.422.356,72** |
| Empresas Privatizadas | 1.190.142,88 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | 16.223.527.776,83 |
| Estatais Federais | 1.099.704.437,00 |
| **Outros Credores** | **16.662.000,00** |
| Empresas Privatizadas | 16.662.000,00 |

| | |
|---|---|
| **2 - Interna** | **22.041.067.187,78** |
| **2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **15.173.000.445,31** |
| **Banco Federal** | **4.185.781.982,33** |
| Banco Federal | |
| BNDES - BANCO DO BRASIL | 2.541.201.000,00 |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | |
| Bancos Estatais - Estados/Municip/Enti.Control | 1.644.580.982,33 |
| **Estatais Federais** | **10.987.218.462,98** |
| Estados e Municipios e Entidades Controladas | |
| Bancos Estatais - Estados/Municip/Enti.Control | 303.976.075,32 |
| Itaipu Binacional | |
| Eletrobrás - Garantia a Itaipu Binacional (Mútuo) | 10.683.242.387,66 |
| FGTS/BNDES | |
| FI/FGTS - BNDES | |
| | |
| **2.2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF** | **6.868.066.742,47** |
| **Estatais Federais** | **-** |
| EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 | |
| **Exportadores** | **-** |
| Estatais Federais | |
| Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB | |
| Fundos Devedores | |
| Fundo de Garantia à Exportação - FGE - BNDES | |
| **Fundos Devedores** | **1.649.610.777,50** |
| Fundo de Aval p/Geração de Emprego e Renda | 1.428.279.820,90 |
| Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC | 221.330.956,60 |
| Garantia de Ativ. Agropecuária (Proagro) - BACEN | |
| **Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no ambito da Lei nº 8.036/90** | **3.080.214.006,53** |
| Lei nº. 8.036/90 - Risco de Operações Ativas | 3.080.214.006,53 |
| **Seguros Garantias** | **500.171.000,00** |
| Prog. Fort. Agric. Familiar (Pronaf) - BB | 211.421.000,00 |
| Prog. Recuperação Lavoura Cacaueira - BB | 288.750.000,00 |
| **Outros Países** | **1.638.070.958,44** |
| Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond) | |
| Garantia de Execução Contrato/Devolução Sinal | 1.638.070.958,44 |
| **Seguro Garantia** | **-** |
| Estatais Federais | - |
| Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB | - |
| **TOTAL GERAL** | **42.150.701.959,27** |

### 2.9.5 - Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2010, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos seis anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

### 2.9.6 - Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como demonstra a tabela 2.9.6, a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

**TABELA 2.9.6**
**DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL**

| ORIGEM | POSIÇÃO EM 31/12/2009 | | POSIÇÃO EM 31/12/2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ MILHÕES | % | R$ MILHÕES | % |
| **LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO** | **4.432,84** | **4,49** | **5.087,52** | **4,77** |
| **DÍVIDA DIRETA** | **5.287,13** | **5,35** | **5.958,25** | **5,59** |
| DIVERSOS | 2.084,86 | 2,11 | 2.410,51 | 2,26 |
| VAF3 | 1.334,45 | 1,35 | 1.344,11 | 1,26 |
| CRIAÇÃO ESTADOS | 1.867,83 | 1,89 | 2.203,63 | 2,07 |
| **SUBSÍDIOS CONCEDIDOS** | **89.112,33** | **90,17** | **95.571,59** | **89,64** |
| NOVAÇÃO FCVS | 81.153,12 | 82,11 | 87.141,89 | 81,73 |
| VAF4 | 7.959,21 | 8,05 | 8.429,70 | 7,91 |
| **TOTAL** | **98.832,29** | **100,00** | **106.617,36** | **100,00** |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota 1: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.
Nota 2: Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores da tabela correspondem a **previsões** que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados pelo IGP-DI da FGV, do mês anterior, acrescidos de juros de 6% a.a.;

- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no SISBACEN;

- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa, na qualidade de Administradora do FCVS. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2010 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

A diferença verificada entre o total da dívida estimada ao final dos dois últimos exercícios deve-se, principalmente, à avaliação atuarial das obrigações do FCVS realizada nos dois momentos.

Contribuíram, ainda, para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2010.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos entes/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Caixa Econômica Federal, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

Cumpriram esse rito, e foram concluídos, no exercício de 2010, trinta e sete processos de securitização, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, no valor de R$ 6.500,3 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como “VAF3”, “Novação FCVS” e “VAF4”, na tabela 2.9.6.

## 2.10 - FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

### 2.10.1 - Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil teve projetos em execução no ano de 2010 foram:

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
- IFC - Corporação Financeira Internacional;
- GEF - *Global Environment Facility;*
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- FUMIN - Fundo Multilateral de Investimento;
- CAF - Corporação Andina de Fomento;
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura;
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata;
- KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão);
- Deutsche Bank (Banco Alemão);
- Comunidade Européia; e
- AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento

### 2.10.2 - Projetos em Execução

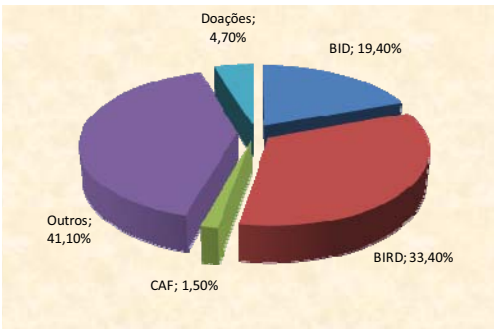
Estiveram em execução no ano de 2010, nos âmbitos federal, estadual e municipal 268 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

**PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2010 - POR ORGANISMO**

| Organismo | Participação em Número de Projetos | Participação no Volume de Recursos |
|---|---|---|
| BID | 26,9% | 19,40% |
| BIRD | 23,10% | 33,40% |
| CAF | 3,00% | 1,50% |
| Outros | 9,70% | 41,10% |
| Doações | 37,30% | 4,70% |
| **TOTAL** | **100%** | **100%** |

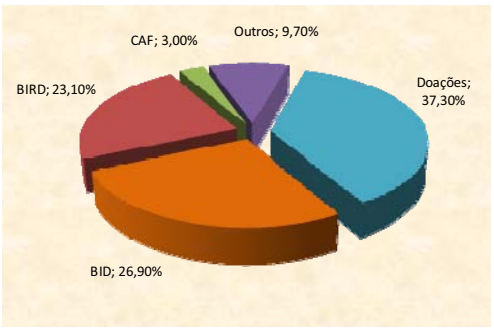
Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP)

**CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2010**
(Em Volume de Recursos – US$)




Fonte: SEAIN/MP

**CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2010**
(Em Número de Projetos)




Fonte: SEAIN/MP

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, tem-se as seguintes participações relativas:

**PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2010 - POR ORGANISMO**

| Ente Federativo | Participação em Número de Projetos (%) | Participação no Volume de Recursos (%) |
|---|---|---|
| Municipal | 19,00% | 8,00% |
| Estadual | 52,00% | 41,00% |
| Federal | 29,00% | 51,00% |
| **TOTAL** | **100%** | **100%** |

Fonte: SEAIN/MP

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP) em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 268 projetos em execução, existem 46 projetos em análise da COFIEX, 166 em preparação, 17 em negociação de contrato e 38 aguardando assinatura do contrato, totalizando 535 projetos.

### 2.10.3 - Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2010, 312 projetos em execução.

**COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR FONTE EXTERNA (2010)**

| Organismo Internacional | Nº de Projetos | Percentual |
|---|---|---|
| PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | 90 | 28,846% |
| BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento | 69 | 22,115% |
| UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância | 42 | 13,462% |
| UNESCO - Organizacao das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura | 42 | 13,462% |
| IICA - Instituto Intermericano de Cooperação para a Agricultura | 20 | 6,41% |
| OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura | 14 | 4,487% |
| UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime | 6 | 1,923% |
| FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação | 6 | 1,923% |
| ITTO - *International Tropical Timber Organization* | 5 | 1,603% |
| UE - Uniao Européia | 4 | 1,282% |
| OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica | 3 | 0,962% |
| OEA - Organizacao dos Estados Americanos | 2 | 0,641% |
| OPAS - Organização Panamericana da Saúde | 2 | 0,641% |
| UNDESA - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais | 1 | 0,321% |
| UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher | 1 | 0,321% |
| FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas | 1 | 0,321% |
| UNITAR - Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa | 1 | 0,321% |
| OACI - Organização de Aviação Civil Internacional | 1 | 0,321% |
| OIT - Organizacao Internacional do Trabalho | 1 | 0,321% |
| UIT - Uniãoo Internacional de Telecomunicações | 1 | 0,321% |
| **TOTAL** | **312** | **100%** |

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral (CTI) é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil.

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos.

Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços.

O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções.

Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

**CARTEIRA DE PROJETOS CTI POR SETOR – 2010**

| Setor | Nº de Projetos | (%) |
|---|---|---|
| Administração Pública | 28 | 8,98% |
| Administração, Planejamento e Finanças | 19 | 6,09% |
| Agricultura | 3 | 0,96% |
| Agricultura, Pecuária e Pesca | 5 | 1,60% |
| Aquicultura e Pesca | 1 | 0,32% |
| Assistência Social | 11 | 3,53% |
| Ciência e Tecnologia | 4 | 1,28% |
| Comércio e Serviços | 4 | 1,28% |
| Comunicações | 1 | 0,32% |
| Cultura | 3 | 0,96% |
| Desenvolvimento Social | 89 | 28,53% |
| Educação | 18 | 5,77% |
| Energia | 2 | 0,64% |
| Esporte | 2 | 0,64% |
| Indústria | 1 | 0,32% |
| Infra-Estrutura | 19 | 6,09% |

| Setor | Nº de Projetos | (%) |
|---|---|---|
| Judiciário | 1 | 0,32% |
| Justiça | 2 | 0,64% |
| Meio Ambiente | 66 | 21,15% |
| Pecuária | 4 | 1,28% |
| Saúde | 18 | 5,77% |
| Segurança Pública | 8 | 2,56% |
| Transportes | 3 | 0,96% |
| **TOTAL** | **312** | **100%** |

Fonte: ABC (MRE)

### 2.10.4 - Auditoria Sobre as Captações Externas e Dispêndios

A auditoria realizada pela SFC/CGU em 2010, na movimentação de capitais externos contratados, engloba tanto o início da execução das operações de crédito captadas em 2009, quanto o acompanhamento das novas contratações realizadas durante o exercício, quanto o acompanhamento de operações ativas contratadas em exercícios anteriores. O acompanhamento da execução dos projetos federais assinados em 2010 passarão a fazer parte da carteira de projetos auditados pela SFC/CGU em 2011 e nos anos subsequentes, dependendo da data em que começarem a ser executados financeiramente.

### 2.10.5 - Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente Pela União em 2010

A União contratou, durante o exercício de 2010, duas operações de crédito externo no valor de US$ 1.315 milhões, firmadas com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2010**

| Contrato | Data de Assinatura | Credor | Projetos Programas | Valor (US$) |
|---|---|---|---|---|
| 7660 | 10/06/2010 | BIRD | Primeiro Empréstimo Programático para Políticas da Gestão Ambiental Sustentável – MMA/BNDES | 1.300.000.000,00 |
| 2229 | 17/06/2010 | BID | Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) | 15.000.000,00 |
| **TOTAL** | | | | **1.315.000.000,00** |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

O demonstrativo seguinte apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2003 até 2010, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2010**
**(US$ milhões)**

| Operações de Crédito Externo | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Financiamento de Projetos | 1.117,46 | 1.189,58 | 2.347,00 | 1.298,82 | 732 | 5 | 3.125,08 | 1.315,00 |
| Doações | 0,5 | 1,39 | 8,76 | 11,56 | 0,44 | 3,44 | 0,38 | 0 |
| **TOTAL** | **1.117,96** | **1.190,97** | **2.355,76** | **1.310,38** | **732,44** | **8,44** | **3.125,46** | **1.315,00** |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

### 2.10.6 - Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Em 2010 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 7.401,63 milhões, sendo que, desse valor, 14,32% foram destinadas a Entidades Federais e 85,68% destinadas aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

**CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 A 2010**
**(US$ milhões)**

| Operações de Crédito Externo | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Garantias Condedidas | **313,50** | **882,21** | **1.334,86** | **969,46** | **1.254,64** | **3.970,05** | **4.085,01** | **7.401,63** |
| - Garantias a Entidades Federais | 150,00 | - | 1.060,00 | - | 1.000,00 | - | 1.018,47 | 1.060,00 |
| - Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas | 163,50 | 882,21 | 274,86 | 969,46 | 254,64 | 3.970,05 | 3.066,54 | 6.341,63 |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

O demonstrativo seguinte retrata a discriminação de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2010, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

**CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2010**

| Banco | Contrato | Mutuário | Data de Assinatura | Valor Contratado (US$) | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|
| BID | 2200 | Estado de Minas Gerais | 26/2/2010 | 10.000.000,00 | Programa de Eletrificação Rural – PRONOROESTE |
| BID | 2232 | Estado de Minas Gerais | 26/2/2010 | 40.000.000,00 | Programa de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Minas Gerais |
| BIRD | 7682-0 | Município de Rio Grande | 25/2/2010 | 8.100.000,00 | Programa Rio Grande 2010 – Uma visão de futuro |
| BIRD | 7778-0 | Estado de Pernambuco | 18/3/2010 | 190.000.000,00 | Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernanbuco (PSHPE) |
| BIRD | 7807-0 | Município de Santos | 8/2/2010 | 44.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros – Santos Novos Tempos. |
| BIRD | 7827-0 | Estado do Rio de Janeiro | 22/3/2010 | 485.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - PRODESF |
| BIRD | 7648-0 | Município de Santa Maria | 4/3/2010 | 13.950.000,00 | Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria – RS. |
| BID | 2171 | Estado de Santa Catarina | 9/4/2010 | 50.000.000,00 | Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa V |
| JICA | BZ-P16 | Estado de Santa Catarina | 31/3/2010 | 177.441.574,42 | Programa Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN |
| CAF | s/nº | Estado da Paraíba | 26/4/2010 | 100.000.000,00 | Programa de Pavimentação de Rodovias do Estado da Paraíba |
| BIRD | 7628 | Estado da Paraíba | 28/4/2010 | 20.900.000,00 | Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado da Paríba – PRP/COOPERAR |
| BID | 2307 | Estado do Rio de Janeiro | 10/5/2010 | 19.759.050,00 | Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ |
| BID | 2267 | Município de Manaus | 28/5/2010 | 50.000.000,00 | Programa de Desenvolvimento e Inclusão Socioambiental de Manus – PROURBIS |
| BID | 2306 | Estado de Minas Gerais | 8/7/2010 | 137.000.000,00 | Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III |
| BIRD | 7871 | Estado de Minas Gerais | 9/7/2010 | 461.000.000,00 | Programa de Parceria para o Dsensvolvimento de Minas Gerais II – Financimaento Adicional. |
| BID | 2320 | Munícipio de Passo Fundo | 16/7/2010 | 9.800.000,00 | Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo |
| BID | 2151 | Estado de Pernambuco | 16/7/2010 | 15.000.000,00 | Projeto de Apoio à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO |
| BIRD | 7942 | Município do Rio de Janeiro | 20/8/2010 | 1.045.000.000,00 | Projeto de Política de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro |
| CAF | PIR/SC | Estado de Santa Catarina | 31/8/2010 | 32.558.000,00 | Programa de Integração Regional de Santa Catarina – PIR/SC |
| BID | 2172 | Estado de Santa Catarina | 1/9/2010 | 30.000.000,00 | Programa de Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - PROFISCO |
| BID | 2221 | Município de Fortaleza | 3/9/2010 | 59.400.000,00 | Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS |
| BID | 2207 | Município de Fortaleza | 3/9/2010 | 33.066.000,00 | Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza |
| BID | 2202 | Estado de Sâo Paulo | 3/9/2010 | 600.000.000,00 | Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III – SABESP |
| BID | 2305 | Estado de São Paulo | 3/9/2010 | 480.958.000,00 | Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo |
| BID | 2246 | Município de Curitiba | 10/09/2010 | 50.000.000,00 | Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Curitiba-PR |
| BIRD | 7872 | Estado do Mato Grosso do Sul | 16/09/2010 | 300.000.000,00 | Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul. |
| BID | 2054 | Município de Ponta Grossa | 17/9/2010 | 7.500.000,00 | Programa de Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana do Município de Ponta Grossa |
| BID | 2121 | Município de Maringá | 22/9/2010 | 13.000.000,00 | Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá |
| BIRD | 7855 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 650.400.000,00 | Programa Exapansão da Linha 5 – Lilás do Metrô |

| Banco | Contrato | Mutuário | Data de Assinatura | Valor Contratado (US$) | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|
| BIRD | 7837 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 326.775.000,00 | Programa de Recuperação de Estradas Vicinais de SP |
| BIRD | 7661 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 4.000.000,00 | Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê |
| BIRD | 7869 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 130.000.000,00 | Empreendimento Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo |
| BIRD | 7908 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 78.000.000,00 | Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS II |
| BIRD | 7870 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 64.496.000,00 | Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas – REÁGUA |
| BID | 2331 | Estado de São Paulo | 27/9/2010 | 120.000.000,00 | Progara de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO |
| BID | 2304 | Estado do Maranhão | 29/9/2010 | 13.200.000,00 | Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFIS |
| BIRD | 7952 | Estado de Santa Catarina | 30/9/2010 | 90.000.000,00 | Programa Santa Catarina Rural – MICROBACIAS 3 |
| BID | 2281 | Estado de Minas Gerais | 30/9/2010 | 50.000.000,00 | Programa de Acesso ao Municìpio – PROACESSO II – MINAS GERAIS |
| NIB | NIB III | BNDES | 13/10/2010 | 60.000.000,00 | Programa Multissetorial NIB III – Linha de Crédito – Países Nórdicos |
| JICA | s/nº | SABESP | 14/10/2010 | 76.359.163.59 | Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Manaciais da Represa Bilings – Pró-Bilings – SABESP |
| BIRD | 7820 | Estado de São Paulo | 18/10/2010 | 112.910.000,00 | Projeto de Modernização da Linha 11 – Coral da CPTM |
| BID | 2327 | Estado do Mato Grosso do Sul | 29/10/2010 | 12.000.000,00 | Programa de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial do Estado de Mato Grosso do Sul |
| BID | 2245 | Estado do Espírito Santo | 5/11/2010 | 21.992.000,00 | Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária – PROFAZ – Espírito Santo |
| JBIC | s/nº | Estado de São Paulo | 15/11/2010 | 179.889.298,89 | Empreendimento Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo |
| BID | 2308 | Estado do Piauí | 22/10/2010 | 16.951.000,00 | Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO PIAUÍ |
| BIRD | 7955 | Estado do Rio de Janeiro | 22/11/2010 | 18.673.000,00 | Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO |
| BID | 2321 | Estado do Ceará | 25/11/2010 | 150.000.000,00 | Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL CEARÁ |
| BID | 2409 | Estado de Pernambuco | 2/12/2010 | 75.000.000,00 | Programa Nacional do Turismo – PRODETUR NACIONAL |
| BID | 2376 | Estado de São Paulo | 8/12/2010 | 470.163.000,00 | Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica |
| BIRD | 7732 | Estado da Bahia | 9/12/2010 | 30.000.000,00 | Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Produzir III |
| BID | 2236 | BNDES | 13/12/2010 | 1.000.000.000,00 | Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – CCLIP II |
| BID | 2268 | Município de Catanduva | 21/12/2010 | 8.439.000,00 | Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva |
| | | | **TOTAL** | **7.401.630.086,90** | |

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2010.

### 2.10.7 - Garantias Honradas Pela União em Operações de Crédito

Em 2010, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos seis anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

### 2.10.8 - Projetos de Financiamento Externo Apresentados Para Aprovação em 2010

Em relação aos projetos com financiamento externo/doação apresentados para aprovação em 2010, a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX efetuou recomendações favoráveis para o início da preparação de operações vinculadas a 61 cartas-consulta, representando US$ 9,4 bilhões (US$ 5,1 bilhões referentes a recursos externos e US$ 4,3 bilhões referentes a contrapartida) em projetos que se encontram em execução ou em fase de preparação/negociação/assinatura com os respectivos organismos financiadores. No total de

cartas-consulta aprovadas, a esfera estadual destacou-se com 28 cartas-consulta aprovadas (46% do total). No exercício de 2010 a COFIEX recebeu um total de 67 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por ente federativo:

**DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2010 POR ENTE FEDERATIVO**

| Ente Federativo | Número de Projetos | Volume de Recursos (US$) |
|---|---|---|
| Municipal | 19 | 860.915.975 |
| Estadual | 32 | 4.007.569.732 |
| Federal | 16 | 2.925.231.413 |
| **TOTAL** | **67** | **7.793.717.120** |

Fonte: SEAIN/MP

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, que exerce o papel de Secretaria-Executiva da COFIEX, um dos fatores que explica a prevalência dos pleitos estaduais é a melhoria nas condições financeiras e fiscais dos Estados, devido, principalmente, à implementação de programas de ajustes e aumentos na arrecadação tributária.

No caso da União, o menor número de solicitações de financiamento se deve à condição do País de credor externo líquido, à implementação de grandes programas governamentais voltados às áreas sociais e de infra-estrutura, além do princípio da "não-adicionalidade" no orçamento federal, que tem restringido, substancialmente, a demanda por financiamentos externos.

**DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2010 POR FONTE DE FINANCIAMENTO**

| Fonte Resumida | Número de Projetos | Volume de Recursos (US$) |
|---|---|---|
| BID | 33 | 2.744.497.252 |
| BIRD | 10 | 1.323.212.150 |
| CAF | 12 | 608.524.200 |
| Outros | 12 | 3.117.483.518 |
| **TOTAL** | **67** | **7.793.717.120** |

Fonte: SEAIN/MP

Na distribuição das Cartas-Consulta apresentadas em 2010, por fonte de financiamento, a presença do BID apresenta expressiva participação nas propostas de financiamento a projetos e programas do setor público, com 35% do volume de recursos.

### 2.10.9 - Operações de Crédito Externo Recomendadas Para Negociação em 2010

As operações de financiamento/doação referentes a projetos federais recomendadas pela COFIEX para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2010, encontram-se discriminadas no demonstrativo:

**RECOMENDAÇÃO COFIEX 2010 - PROJETOS FEDERAIS**
**(Em US$ 1,00)**

| Projeto | Beneficiário | Fonte | Empréstimo / Doação | Contrapartida |
|---|---|---|---|---|
| Programa Iniciativa Cerrado Sustentável | Ministério do Meio Ambiente - MMA | GEF/BIRD | 13.000.000,00 | 29.690.000 |
| Doação - Desenvolvimento e Implantação de Sistematização, Gerenciamento e Qualificação das Informações Disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (SICONV) | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | BID/PRODEV | 360.000,00 | |
| Doação - Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas de Informação da FINEP | Doação - Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas de Informação da FINEP | BID/PRODEV | 500.000,00 | 4.900.000 |
| Mitigation options of greenhouse gas emissions in key sectors in Brazil | Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT | GEF | 4.650.000,00 | |
| Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira | Presidência da República - PR | BID | 18.000.000,00 | 12.000.000 |
| Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano Nacional - MONUMENTA II | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN | BID | 80.000.000,00 | 120.000.000 |
| Fortalecimento da Auditoria Financeira do TCU Sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Governo do Brasil | Tribunal de Contas da União - TCU | BIRD | 248.994,00 | |
| Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás - Tranche III | Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS | KfW | 40.953.015,53 | 71.218.459 |
| Financiamento de Investimentos das Empresas subsidiárias do Sistema | Centrais Elétricas Brasileiras S/A - | AFD | 149.875.604,05 | |

| Projeto | Beneficiário | Fonte | Empréstimo / Doação | Contrapartida |
|---|---|---|---|---|
| Eletrobrás | ELETROBRÁS | | | |
| Apoio à Gestão do Projeto do Trem de Alta Velocidade - TAV - Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas | Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT | BID | 50.000.000,00 | 33.500.000 |
| Doação - Projeto Resíduos Sólidos - Iniciativa de Inclusão Social dos Catadores | Caixa Econômica Federal | BIRD/JSDF | 2.729.900,00 | |
| Projeto Dom Helder Câmara | Ministério do Desenvolvimento Agrário | FIDA | 18.000.000,00 | 42.000.000 |
| Doação - Apoio à Formação de Recursos Humanos em Clima e Eventos Climatológicos Extermos provocados por Mudanças Globais do Clima | Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT | BID/SECCI | 400.000,00 | 100.000 |
| Doação - Projeto Institucionalização e Avaliação da Política de Promoção das Pequenas e Médias Empresas (MPEs) nas Licitações Públicas | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretária de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI | BID/FUMIN | 274.372,00 | 250.000 |
| DOAÇÃO - Projeto MEGAWATT SOLAR / ELETROSUL | ELETROSUL Centrais Elétricas S.A | KfW | 3.757.039,90 | 1.636.996 |
| Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome | BID | 61.800.000,00 | 38.200.000 |
| Projeto de Assistência Técnica do Setor de Energia e Mineração - ESTAL II | Ministério de Minas e Energia | BIRD | 99.208.255,62 | 6.944.578 |
| BEI/Mitigação de Alterações Climáticas | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | BEI | 759.500.033,86 | 759.500.034 |
| **TOTAL** | **-** | **-** | **1.303.257.214,96** | **1.119.940.067,27** |

Fonte: SEAIN/MP

O demonstrativo a seguir discrimina as operações de financiamento/doação referentes a projetos estaduais e municpais recomendadas pela COFIEX, ao longo do exercício de 2010.

**RECOMENDAÇÃO COFIEX 2010 - PROJETOS ESTADUAIS/MUNICIPAIS (Em US$ 1,00)**

| Projeto | Beneficiário | Fonte | Empréstimo / Doação | Contrapartida |
|---|---|---|---|---|
| Doação - Projeto Mobilidade RMBH: Otimização e Melhoria da Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte | Município de Belo Horizonte - MG | BID/INFRAFUND | 400.000,00 | 1.450.000 |
| Doação - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal | Estado de Minas Gerais | BID/PRODEV | 1.000.000,00 | 150.000 |
| Doação - Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas - ICID 2010 | Estado do Ceará | BID | 166.000,00 | 31.500 |
| Doação - Fortalecimento da Gestão de Investimentos e Serviços do Estado do Rio de Janeiro | Estado do Rio de Janeiro | BID/PRODEV | 700.000,00 | 300.000 |
| Projeto de Apoio à Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Acre | Estado do Acre | BID | 7.000.000,00 | 700.000 |
| Acquário Ceará | Estado do Ceará | Ex-Im BANK - EUA | 105.000.000,00 | 45.000.000 |
| Pernambuco Rural Sustentável | Estado de Pernambuco | BIRD | 100.000.000,00 | 35.250.000 |
| Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina | Estado de Santa Catarina | CAF | 50.000.000,00 | 33.804.000 |
| Programa de Valorização da Infra-estrutura Turística do Litoral Oeste - Ceará | Estado do Ceará | CAF | 112.000.000,00 | 48.000.000 |
| Projeto de Sustentabilidade Fiscal do Município de Contagem | Município de Contagem - MG | CAF | 25.000.000,00 | |
| Doação - Programa de Cooperação para Melhoria da Gestão Operacional e Comercial da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão | Estado do Maranhão | BID | 1.000.000,00 | 250.000 |
| Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba | Estado de Minas Gerais | KfW | 141.735.408,06 | 28.347.082 |
| Doação - Projeto de Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco - PERNAMBUCO RURAL | Estado de Pernambuco | BIRD/SFLAC | 250.000,00 | |

| Projeto | Beneficiário | Fonte | Empréstimo / Doação | Contrapartida |
|---|---|---|---|---|
| SUSTENTÁVEL | | | | |
| Doação - Apoio à Estruturação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade do Rio de Janeiro | Município do Rio de Janeiro - RJ | BID/SECCI | 1.000.000,00 | 200.000 |
| Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE - DISTRIBUIÇÃO | Estado do Rio Grande do Sul | BID | 119.260.880,00 | 79.507.260 |
| Doação - Projeto para Elaboração do Plano Metropolitano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos para a RMBH e Colar Metropolitano | Estado de Minas Gerais | BID | 700.000,00 | |
| Programa de Recuperação e Estruturação do Sistema Viário Básico da Cidade de Blumenau | Município de Blumenau - SC | BID | 59.000.000,00 | 59.000.000 |
| Programa de Desenvolvimento do Turismo na Cidade de Teresina - PI | Município de Teresina - PI | CAF | 30.000.000,00 | 30.000.000 |
| Programa de Infra-Estrutura Municipal - PIM/MOSSORÓ-RN | Município de Mossoró - RN | CAF | 15.000.000,00 | 15.000.000 |
| Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI | Município de Cascavel - PR | BID | 28.750.000,00 | 28.750.000 |
| Doação - Programa Integrado para a Melhoria da Qualidade e Cobertura dos Serviços Sociais no Município do Rio de Janeiro | Município do Rio de Janeiro - RJ | BID/JSF | 350.000,00 | 87.500 |
| Programa Aldeia da Praia - Fortaleza/CE | Município de Fortaleza - CE | CAF | 83.250.000,00 | 83.250.000 |
| Redesenho do processo de aquisições de bens e serviços do Estado de Alagoas | Estado de Alagoas | BIRD | 500.000,00 | |
| Programa de Valorização da Infra-estrutura Turística do Litoral Oeste | Estado do Ceará | CAF | 755.555,00 | |
| Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Estado de Pernambuco | Estado de Pernambuco | BID | 51.000.000,00 | 34.000.000 |
| Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III | Estado do Amazonas | BID | 280.000.000,00 | 120.000.000 |
| Programa de Saneamento de Maués | Município de Maués - AM | BID | 24.500.000,00 | 10.500.000 |
| Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Minas Gerais | Estado de Minas Gerais | BID | 18.000.000,00 | 12.000.000 |
| Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte | Estado de São Paulo | BID | 1.148.633.000,00 | 1.866.600.000 |
| Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo na Bahia | Estado da Bahia | BID | 50.822.905,00 | 33.881.936 |
| Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM | Estado do Rio de Janeiro | BID | 200.000.000,00 | 187.570.000 |
| Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável | Estado do Rio de Janeiro | BIRD | 485.000.000,00 | |
| Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III | Estado do Ceará | BIRD | 200.000.000,00 | 100.000.000 |
| Projeto de Apoio a Geração de Emprego e Renda - PI | Estado do Piauí | BIRD | 74.900.000,00 | 32.100.000 |
| Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Estado do Tocantins | Estado do Tocantins | CAF | 72.000.000,00 | 48.000.000 |
| Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - MA | Estado do Maranhão | CAF | 24.000.000,00 | 16.000.000 |
| Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo - ETAPA II | Município de São Bernardo do Campo - SP | BID | 125.000.000,00 | 125.000.000 |
| Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - GUARULHOS-SP | Município de Guarulhos - SP | CAF | 25.000.000,00 | 25.000.000 |
| Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional | Município de Porto Alegre - RS | CAF | 36.500.000,00 | 36.500.000 |
| Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo | Município de Florianópolis - SC | CAF | 26.000.000,00 | 26.000.000 |
| Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas | Município de Alagoinhas - BA | CAF | 11.500.000,00 | 11.500.000 |
| Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano Integrado | Município de Ponta Grossa - PR | CAF | 40.000.000,00 | 40.000.000 |
| Doação - Sistema Integrado de Transporte de Juiz de Fora | Município de Juiz de Fora - MG | BID | 783.000,00 | 87.000 |
| **TOTAL** | **-** | **-** | **3.776.456.748,06** | **3.213.816.277,61** |

Fonte: SEAIN (MPOG)

### 2.10.10 - Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

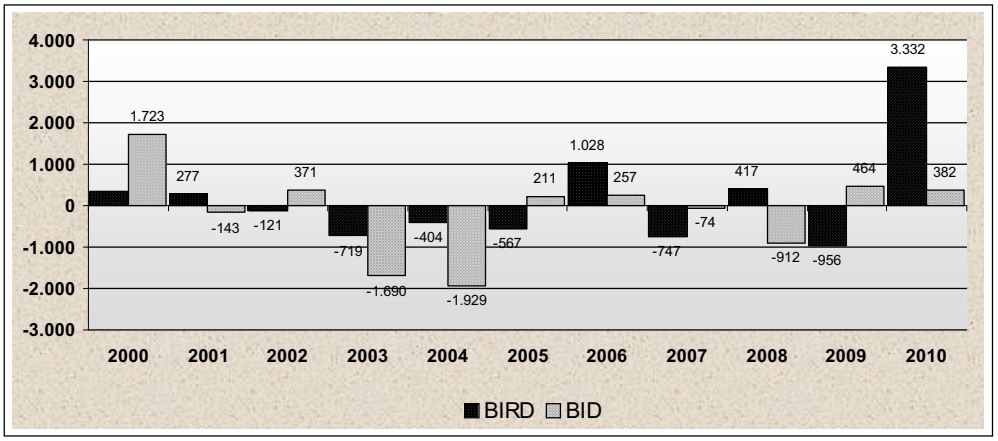
Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a SFC/CGU acompanha a execução das despesas e a consecução da metas previstas nos acordos. Em 2010, foram despendidos no Brasil recursos da ordem de US$ 6.345 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

**BANCO MUNDIAL E BID (EM US$ milhões)**

| Ano | Fluxo Finaneiro – Ano Calendário | | | | Aprovações e Contratações | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Desembolso (A) | Amortização (B) | Juros e Comissões (C) | Transf. Líquida [A-(B+C)] | Aprovação | Contratação |
| 1997 | 2.793 | 1.376 | 677 | 740 | 3.324,6 | 3.428,4 |
| 1998 | 2.972 | 1.308 | 747 | 916 | 2.572,0 | 2.271,0 |
| 1999 | 4.470 | 1.246 | 934 | 2.290 | 6.019,0 | 6.925,6 |
| 2000 | 4.542 | 1.205 | 1.271 | 2.065 | 2.037,7 | 2.166,9 |
| 2001 | 2.662 | 1.156 | 1.372 | 134 | 3.507,2 | 2.223,7 |
| 2002 | 3.585 | 2.166 | 1.170 | 250 | 2.109,0 | 3.901,4 |
| 2003 | 2.383 | 3.665 | 1.126 | (2.408) | 1.399,4 | 1.305,1 |
| 2004 | 1.928 | 3.423 | 839 | (2.333) | 3.155,0 | 1.699,8 |
| 2005 | 2.203 | 1.760 | 799 | (356) | 1.844,8 | 2.895,6 |
| 2006 | 3.744 | 1.505 | 954 | 1.286 | 1.721,1 | 1.976,1 |
| 2007 | 1.956 | 1.634 | 1.142 | (821) | 1.847,0 | 2.811,6 |
| 2008 | 2.299 | 1.708 | 1.087 | (496) | 5.491,7 | 3.432,9 |
| 2009 | 3.209 | 2.816 | 885 | (492) | 5.408,3 | 3.988,4 |
| 2010* | 6.345 | 1.972 | 659 | 3.713 | 6.802,9 | 8.690,2 |

*Até Dez/10
Fonte: SISPRO/SEAIN (MPOG)

**FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID**
**(em US$ milhões)**




*Até Dez/10.
Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

A situação do fluxo líquido negativo foi invertida durante o exercício de 2006, voltando ao fluxo negativo em 2007, 2008 e 2009, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na implementação dos projetos financiados.

Em 2010, houve nova inversão do fluxo, em virtude do alto volume de desembolso frente aos volumes de pagamento de amortização, juros e comissões.

### 2.10.11 - Agentes de Governo e Ciclo de Aprovação de Acordos Internacionais

Conhecer as fases do "ciclo" de vida dos projetos facilita a identificação das responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas, bem como a identificação dos trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases desse "ciclo" são:

**1ª fase:** Identificação - Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;

**2ª fase:** Preparação - Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;
**3ª fase:** Avaliação Prévia **-** (*Appraisal* no BIRD e Informe Inicial no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (*Staff Appraisal Report* ou Informe Inicial);
**4ª fase:** Negociação - Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);
**5ª fase:** Execução ou Implementação - O Tomador executa as atividades do projeto;
**6ª fase:** Avaliação Posterior **-** Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a consecução das mesmas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da COFIEX;
3. Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto;
4. Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento;
6. Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
14. Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

As licitações e os processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

### 2.10.12 - Resultados Alcançados Pelo Controle

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Nos últimos anos houve um esforço da CGU em buscar a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nos últimos seis anos, 950 projetos foram acompanhados, com a realização de 2.022 auditorias (realizadas a cada ano, tendo como escopo principalmente a execução dos projetos no exercício anterior), conforme destacado a seguir:

**ATUAÇÃO DA CGU NOS PROJETOS FEDERAIS DE RECURSOS EXTERNOS**

| ASSUNTO/ANO | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº de Projetos Federais Auditados | 198 | 202 | 175 | 153 | 131 | 91 |
| Nº de Auditorias Realizadas | 401 | 432 | 440 | 301 | 264 | 184 |

Fonte: CGU-PR

Conforme demonstrado acima, em 2010 foram acompanhados um total de 91 projetos, com a realização de 184 auditorias.

Existe uma diferença entre o número de projetos componentes da carteira e as auditorias efetivamente realizadas, uma vez que existem projetos que demandam a realização de auditorias descentralizadas.

Além disso, um projeto pode ser auditado mais de uma vez por exercício, como é o caso, por exemplo, de alguns projetos do BID que demandam, além da auditoria anual, as revisões "ex-post".

As auditorias realizadas em 2010 resultaram nos seguintes apontamentos mais recorrentes nos relatórios:

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES – 24 RELATÓRIOS DE PROJETOS BID**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas nos processos de seleção/contratação de fornecedores | 52 |
| Falhas na execução/gerenciamento de contratos | 28 |
| Deficiências no controle/gerenciamento de bens patrimoniais | 28 |

Fonte: CGU-PR

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES – 24 RELATÓRIOS DE PROJETOS BIRD**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas nos processos de seleção/contratação de fornecedores | 16 |
| Deficiências no controle/gerenciamento de bens patrimoniais | 12 |
| Falhas na execução/gerenciamento de contratos | 11 |
| Ausência/inadequação dos controles sobre a execução do projeto | 11 |

Fonte: CGU-PR

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES – 4 RELATÓRIOS DE PROJETOS KfW**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas na contratação/gerenciamento/PC de Convênios/Cartas de Acordo | 3 |
| Falhas na execução/gerenciamento de contratos | 2 |

Fonte: CGU-PR

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES – 44 RELATÓRIOS DE PROJETOS PNUD**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas na concessão/utilização de diárias, passagens e reembolso de viagens | 40 |
| Falhas em processos de seleção/contratação de consultores | 31 |
| Falhas na contratação/gerenciamento/PC de Convênios/Cartas de Acordo | 13 |

Fonte: CGU-PR

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES – 4 RELATÓRIOS DE PROJETOS UNODC**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas na concessão/utilização de diárias, passagens e reembolso de viagens | 4 |
| Execução em desconformidade com o Acórdão TCU 1339/2009 | 3 |
| Falhas no Planejamento das Aquisições | 3 |
| Aquisição de bens/serviços para atividades estranhas ao projeto | 3 |

Fonte: CGU-PR

**TIPOS DE CONSTATAÇÕES MAIS FREQUENTES - RESUMO GERAL BID, BIRD, KFW, PNUD E UNODC**

| Tipo de Constatação mais Frequente | Nº de Ocorrências |
|---|---|
| Falhas nos processos de seleção/contratação de fornecedores | 80 |
| Falhas na concessão/utilização de diárias, passagens e reembolso de viagens | 69 |
| Falhas em processos de seleção/contratação de consultores | 48 |
| Falhas na execução/gerenciamento de contratos | 47 |

Fonte: CGU-PR

As recomendações formuladas pela CGU foram focadas na necessidade de implementação de melhorias na gestão dos projetos, com destaque para os seguintes aspectos:

a) Aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, focando o atingimento dos objetivos e metas finalísticos;
b) Construção e apresentação dos relatórios de progresso, com enfoque nos resultados e na efetividade das atividades implementadas pelos projetos;
c) Readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto;
d) Aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os produtos entregues, de modo a garantir que estejam conformes às necessidades identificadas e que não estejam relacionados à realização de atividades típicas do Órgão Executor;
e) Reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o Projeto.

## 2.11 - ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

### 2.11.1 - Comportamento Global da Arrecadação

A arrecadação dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu o montante de R$ 778.201 milhões, no período de janeiro a dezembro de 2010. O desempenho da arrecadação administrada pela RFB, nesse período, em relação a igual período de 2009, ocorreu conforme demonstrado a seguir, encerrando o período com uma variação nominal acumulada de +15,98%, e uma variação real acumulada, com atualização pelo IPCA, de +10,40%. Salienta-se que, a partir de agosto de 2010, a Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor Público (CPSS), passou a ser administrada pela RFB; mas, de forma a permitir comparações em mesma base, a referida contribuição não se encontra demonstrada nos quadros comparativos.

**DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB**
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2010/2009**

em R$ milhões

| MÊS | ARRECADAÇÃO (A PREÇOS CORRENTES) | | VARIAÇÃO (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 [A] | 2009 [B] | NOMINAL [A]/[B] | REAL (IPCA) [A]/[B] | |
| | | | | MÊS | ACUM. |
| JAN | 69.041 | 58.794 | 17,43 | 12,27 | 12,27 |
| FEV | 52.053 | 44.347 | 17,38 | 11,97 | 12,14 |
| MAR | 57.911 | 52.486 | 10,34 | 4,91 | 9,71 |
| ABR | 66.858 | 55.475 | 20,52 | 14,50 | 10,96 |
| MAI | 59.249 | 48.934 | 21,08 | 15,07 | 11,73 |
| JUN | 60.211 | 52.860 | 13,91 | 8,65 | 11,21 |
| JUL | 64.213 | 55.727 | 15,23 | 10,16 | 11,06 |
| AGO | 61.222 | 51.046 | 19,93 | 14,78 | 11,50 |
| SET | 62.234 | 50.203 | 23,97 | 18,39 | 12,23 |
| OUT | 70.978 | 64.949 | 9,28 | 3,88 | 11,23 |
| NOV | 65.509 | 66.697 | (1,78) | (7,02) | 9,24 |
| DEZ | 89.471 | 70.094 | 27,64 | 20,52 | 10,40 |
| **TOTAL** | **778.949** | **671.614** | **15,98** | **-** | **10,40** |

Fonte: Coget/RFB. / (*) Não inclui a CPSS.

### 2.11.2 - Análise do Comportamento da Arrecadação de 2010

O crescimento da arrecadação, em 2010, decorreu fundamentalmente da recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos. De acordo com índices divulgados pelo IBGE, a produção industrial, a venda de bens e a massa salarial, fatores que influenciam respectivamente a arrecadação do IPI, do PIS/Cofins e da Contribuição Previdenciária, apresentaram forte crescimento, conforme demonstrativo a seguir.

**INDICADORES MACROECONÔMICOS**
**VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR**

| INDICADOR | DEZ/09-NOV/10 |
|---|---|
| Produção Industrial (PIM/IBGE) | 11,71% |
| Volume Geral De Vendas (PMC/IBGE) | 14,43% |
| MASSA SALARIAL | 13,23% |

Além disto, destaca-se o crescimento do volume de operações de crédito e o aumento do volume em dólar das importações tributadas, no período. O demonstrativo a seguir destaca os tributos que mais concorreram para o resultado geral da arrecadação administrada pela RFB.

**ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB**
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2010/2009**
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/10 - IPCA)**

em R$ milhões

| RECEITAS | 2010 [A] | 2009 [B] | DIFERENÇAS | | PART. % NO TOTAL DA DIFERENÇA |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | [A]-[B] | [A]/[B]% | |
| COFINS / PIS-PASEP | 184.711 | 161.096 | 23.614 | 14,66 | 31,40 |
| IOF | 27.266 | 20.715 | 6.551 | 31,62 | 8,71 |
| IPI (Exceto Vinculado) | 29.372 | 24.045 | 5.328 | 22,16 | 7,09 |
| CIDE-COMBUSTÍVEIS | 7.940 | 5.173 | 2.768 | 53,51 | 3,68 |
| IRPJ /CSLL | 138.677 | 138.877 | (200) | (0,14) | (0,27) |
| Demais Receitas Administradas pela RFB | 171.278 | 157.338 | 13.940 | 8,86 | 18,54 |
| **SUBTOTAL [A]** | **559.245** | **507.244** | **52.000** | **10,25** | **69,15** |
| **RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]** | **239.294** | **216.097** | **23.197** | **10,73** | **30,85** |
| **TOTAL [A]+[B]** | **798.539** | **723.341** | **75.197** | **10,40** | **100,00** |

Fonte: Coget/RFB.

**2.11.3 - Análise dos Tributos que mais contribuíram para o Resultado**

**IPI-Outros** (R$ 16.873 milhões/+9,38%): conforme nota divulgada pelo IBGE, a produção industrial apresentou crescimento de 11,71% no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010, em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009. Também afetaram a arrecadação desse tributo as desonerações tributárias, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos;

**Cofins** (R$ 139.690 milhões/+12,87%) e **PIS/Pasep** (R$ 40.548 milhões/+21,30%): os fatores mais relevantes para esse resultado foram: a) o crescimento de 14,43% do volume de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009 (PMC - IBGE); b) acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações;

**CIDE-Combustíveis** (R$ 7.738 milhões/+53,51%): aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/09) e compensações realizadas em 2009;

**IOF** (R$ 26.601 milhões/+31,62%): aumento da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro para aplicação no mercado financeiro e de capitais e crescimento de 16,91% no volume de operações de crédito;

**IRPJ** (R$ 89.101 milhões/+0,38%) e **CSLL** (R$ 45.928 milhões/-1,15%): desempenho explicado principalmente pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e que reflete o desempenho da economia do ano de 2009;

**Receita Previdenciária** (R$ 233.609 milhões/+10,73%): a Receita Própria apresentou crescimentos reais de +10,80%/+9,85% e as Demais cresceram +10,22%/+9,93%. As receitas que mais contribuíram para o resultado acumulado em 2010 foram: empresas optantes pelo Simples (+20,42%), empresas em geral (+18,74%), retenção de 11% (+18,68%), órgãos do Poder Público (+14,27%) e arrecadação de pessoa física (+11,76%).

**ARRECADAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA**
**PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2010/2009**
**(A PREÇOS DE DEZEMBRO/10 - IPCA)**

em R$ milhões

| RECEITA PREVIDENCIÁRIA | ARRECADAÇÃO | | DIFERENÇAS | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 [A] | 2009 [B] | [A]-[B] | [A]/[B]% |
| Própria | 212.064 | 182.128 | 29.936 | 10,79 |
| Demais | 21.544 | 18.609 | 2.935 | 10,22 |
| **TOTAL** | **239.609** | **200.737** | **32.872** | **10,73** |

Fonte: Coget/RFB.

O resultado global da receita previdenciária decorreu, fundamentalmente, da massa salarial habitual, do período de dezembro de 2009 a novembro de 2010, que apresentou crescimento nominal de +13,23%, em relação a igual período do ano anterior (IPCA +7,90%).

### 2.11.4 - Análise da Arrecadação em relação à Previsão

O comparativo entre os valores estimados pela RFB para a arrecadação líquida de restituições em relação àqueles efetivamente arrecadados, por tipo de receita, encontra-se ilustrado no demonstrativo a seguir inclusive contemplando a previsão originalmente feita e a contida na Lei Orçamentária Anual – LOA, de 2010. O demonstrativo apresenta, adicionalmente, os decretos da programação financeira, de 2010, que serviram para a execução orçamentária.

**ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010**
**RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES (em R$ milhões)**

| RECEITAS | [A] | REESTIMATIVA | | | | | [G] | DIFERENÇAS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | [B] | [C] | [D] | [E] | [F] | | [G]-[A] | [G]-[B] | [G]-[C] | [G]-[D] | [G]-[E] | [G]-[F] |
| IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO | 17.186 | 19.495 | 19.758 | 20.104 | 20.419 | 21.040 | 21.093 | 3.907 | 1.599 | 1.335 | 989 | 675 | 53 |
| IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO | 24 | 35 | 35 | 44 | 43 | 42 | 44 | 20 | 9 | 9 | (0) | 0 | 2 |
| IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | 39.723 | 39.597 | 39.659 | 39.344 | 38.892 | 37.716 | 37.554 | 2.169) | (2.043) | (2.105) | (1.790) | (1.338) | (163) |
| I.P.I. - FUMO | 3.746 | 3.651 | 3.680 | 3.737 | 3.725 | 3.742 | 3.705 | (41) | 54 | 25 | (31) | (19) | (36) |
| I.P.I. - BEBIDAS | 2.887 | 2.727 | 2.645 | 2.589 | 2.520 | 2.468 | 2.430 | (457) | (296) | (215) | (159) | (90) | (38) |
| I.P.I. - AUTOMÓVEIS | 5.162 | 5.654 | 5.534 | 5.624 | 5.630 | 5.815 | 5.786 | 624 | 133 | 252 | 162 | 156 | (28) |
| I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO | 9.042 | 9.814 | 10.037 | 10.348 | 10.565 | 11.120 | 11.259 | 2.217 | 1.444 | 1.222 | 911 | 694 | 139 |
| I.P.I. - OUTROS | 18.886 | 17.751 | 17.763 | 17.046 | 16.452 | 14.572 | 14.373 | (4.513) | (3.378) | (3.390) | (2.673) | (2.079) | (199) |
| IMPOSTO SOBRE A RENDA | 207.636 | 194.755 | 193.008 | 191.233 | 189.848 | 188.932 | 194.672 | (12.964) | (83) | 1.664 | 3.439 | 4.825 | 5.741 |
| I.R. - PESSOA FÍSICA | 14.541 | 16.603 | 16.836 | 16.549 | 16.545 | 16.991 | 17.309 | 2.768 | 707 | 473 | 760 | 764 | 319 |
| I.R. - PESSOA JURÍDICA | 93.081 | 90.038 | 87.769 | 85.648 | 84.416 | 81.902 | 84.874 | (8.207) | (5.164) | (2.895) | (774) | 458 | 2.972 |
| I.R. - RETIDO NA FONTE | 100.014 | 88.114 | 88.403 | 89.036 | 88.887 | 90.039 | 92.489 | (7.525) | 4.374 | 4.086 | 3.453 | 3.602 | 2.450 |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO | 45.236 | 46.834 | 46.792 | 46.603 | 46.709 | 47.572 | 49.144 | 3.908 | 2.311 | 2.353 | 2.541 | 2.435 | 1.573 |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL | 30.489 | 23.744 | 23.971 | 23.752 | 23.828 | 24.325 | 25.169 | (5.320) | 1.425 | 1.199 | 1.418 | 1.341 | 844 |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR | 12.779 | 11.149 | 11.250 | 12.196 | 11.879 | 11.613 | 11.594 | (1.185) | 445 | 343 | (602) | (285) | (19) |
| I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS | 11.510 | 6.387 | 6.389 | 6.485 | 6.470 | 6.529 | 6.581 | (4.929) | 194 | 191 | 96 | 111 | 52 |
| I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 27.596 | 26.093 | 26.024 | 25.981 | 25.940 | 26.550 | 26.576 | (1.020) | 483 | 552 | 595 | 636 | 26 |
| I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | 508 | 475 | 467 | 461 | 456 | 510 | 523 | 15 | 47 | 55 | 62 | 66 | 13 |
| CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA | - | (36) | (55) | (49) | (21) | 12 | 24 | 24 | 60 | 78 | 73 | 45 | 11 |
| COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL | 152.066 | 139.208 | 138.927 | 139.897 | 139.446 | 140.914 | 141.232 | (10.834) | 2.025 | 2.305 | 1.335 | 1.787 | 318 |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP | 38.347 | 36.627 | 36.485 | 36.541 | 36.493 | 36.684 | 40.794 | 2.447 | 4.167 | 4.309 | 4.253 | 4.302 | 4.110 |
| CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO | 56.226 | 47.842 | 47.204 | 46.882 | 46.430 | 45.325 | 46.370 | (9.856) | (1.471) | (834) | (512) | (60) | 1.046 |
| CIDE - COMBUSTÍVEIS | 7.306 | 7.638 | 7.814 | 7.723 | 7.778 | 7.781 | 7.759 | 453 | 121 | (55) | 36 | (18) | (22) |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF | 315 | 349 | 369 | 382 | 391 | 399 | 429 | 114 | 80 | 60 | 47 | 38 | 30 |
| OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS | 10.703 | 17.591 | 17.070 | 17.291 | 15.831 | 16.196 | 14.136 | 3.433 | (3.455) | (2.934) | (3.155) | (1.695) | (2.060) |
| RECEITAS DE LOTERIAS | 2.292 | 2.429 | 2.566 | 2.659 | 2.706 | 3.049 | 3.139 | 847 | 710 | 573 | 480 | 434 | 90 |
| CIDE-APOIO TECNOLÓGICO | 1.057 | 1.131 | 1.179 | 1.205 | 1.211 | 1.198 | 1.218 | 161 | 87 | 39 | 13 | 7 | 20 |
| DEMAIS | 7.354 | 14.031 | 13.325 | 13.427 | 11.914 | 11.948 | 9.778 | 2.424 | (4.253) | (3.546) | (3.648) | (2.136) | (2.170) |
| **SUBTOTAL** | **557.636** | **529.668** | **526.766** | **525.835** | **521.944** | **522.101** | **531.206** | **(26.430)** | **1.538** | **4.440** | **5.371** | **9.262** | **9.105** |
| **RECEITA PREVIDENCIÁRIA** | **204.338** | **204.974** | **206.666** | **208.469** | **210.664** | **210.629** | **211.968** | **7.630** | **6.995** | **5.303** | **3.500** | **1.304** | **1.340** |
| **RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB** | **761.974** | **734.642** | **733.432** | **734.304** | **732.609** | **732.729** | **743.174** | **(18.800)** | **8.532** | **9.742** | **8.870** | **10.566** | **10.445** |

Fonte: Coget/RFB.
LEGENDA:

| | |
|---|---|
| [A] LOA | LOA: Arrecadação prevista de janeiro a dezembro. |
| [B] DEC. Nº 7.144/10 / PAR. 15/03/10 | Dec. nº 7.144/10: Arrecadação realizada de janeiro a fevereiro e prevista de março a dezembro. |
| [C] DEC. Nº 7.189/10 / PAR. 15/03/10 | Dec. nº 7.189/10: Arrecadação realizada de janeiro a abril e prevista de maio a dezembro. |
| [D] DEC. Nº 7.247/10 / PAR. 15/03/10 | Dec. nº 7.247/10: Arrecadação realizada de janeiro a junho e prevista de julho a dezembro. |
| [E] DEC. Nº 7.321/10 / PAR. 15/03/10 | Dec. nº 7.321/10: Arrecadação realizada de janeiro a agosto e prevista de setembro a dezembro. |
| [F] DEC. Nº 7.368/10 / PAR. 15/03/10 | Dec. nº 7.368/10: Arrecadação realizada de janeiro a novembro e prevista em dezembro. |
| [G] REALIZADA | |

| RECEITAS | PREVISTA | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Bim. | 2º Bim. | 3º Bim. | 4º Bim. | 5º Bim. | 6º Bim. | |
| IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO | 1.953 | 2.460 | 2.781 | 3.517 | 3.104 | 3.371 | **17.186** |
| IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO | 8 | 5 | 4 | 2 | 2 | 3 | **24** |
| IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | 4.136 | 4.894 | 6.589 | 7.257 | 7.986 | 8.862 | **39.723** |
| I.P.I. - FUMO | 570 | 558 | 630 | 629 | 696 | 664 | **3.746** |
| I.P.I. - BEBIDAS | 503 | 416 | 453 | 520 | 513 | 482 | **2.887** |
| I.P.I. - AUTOMÓVEIS | 372 | 491 | 952 | 963 | 1.080 | 1.305 | **5.162** |
| I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO | 1.015 | 1.246 | 1.422 | 1.735 | 1.665 | 1.959 | **9.042** |
| I.P.I. - OUTROS | 1.676 | 2.183 | 3.133 | 3.410 | 4.032 | 4.452 | **18.886** |
| IMPOSTO SOBRE A RENDA | 34.726 | 36.623 | 29.356 | 33.350 | 34.770 | 38.812 | **207.637** |
| I.R. - PESSOA FÍSICA | 1.343 | 4.091 | 2.615 | 2.431 | 2.289 | 1.772 | **14.541** |
| I.R. - PESSOA JURÍDICA | 17.497 | 17.509 | 9.969 | 16.708 | 17.096 | 14.303 | **93.081** |
| I.R. - RETIDO NA FONTE | 15.887 | 15.022 | 16.773 | 14.211 | 15.385 | 22.737 | **100.015** |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO | 8.847 | 9.374 | 6.953 | 5.922 | 6.105 | 8.035 | **45.236** |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL | 3.764 | 2.462 | 6.618 | 4.056 | 4.660 | 8.929 | **30.489** |
| I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR | 1.578 | 1.496 | 1.562 | 2.189 | 2.539 | 3.414 | **12.779** |
| I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS | 1.698 | 1.690 | 1.639 | 2.045 | 2.080 | 2.358 | **11.510** |
| I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 4.156 | 3.966 | 4.469 | 5.000 | 4.894 | 5.111 | **27.596** |
| I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | 15 | 20 | 17 | 24 | 354 | 78 | **508** |
| COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL | 20.467 | 21.170 | 23.719 | 27.652 | 30.316 | 28.742 | **152.066** |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP | 5.652 | 5.684 | 6.005 | 6.710 | 7.318 | 6.979 | **38.347** |
| CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO | 9.312 | 8.879 | 6.966 | 10.547 | 10.885 | 9.636 | **56.226** |
| CIDE - COMBUSTÍVEIS | 1.532 | 1.131 | 1.128 | 1.217 | 1.216 | 1.082 | **7.306** |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF | 45 | 60 | 60 | 42 | 55 | 54 | **315** |
| OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS | 2.863 | 2.912 | 1.018 | 1.177 | 1.272 | 1.460 | **10.703** |
| RECEITAS DE LOTERIAS | 382 | 382 | 382 | 382 | 382 | 382 | **2.292** |
| CIDE-APOIO TECNOLÓGICO | 181 | 148 | 165 | 164 | 180 | 220 | **1.057** |
| DEMAIS | 2.300 | 2.383 | 471 | 631 | 710 | 859 | **7.354** |
| **RECEITA ADMINISTRADA** | **84.864** | **87.804** | **82.112** | **96.495** | **102.172** | **104.190** | **557.638** |
| **RECEITA PREVIDENCIÁRIA** | | | | | | | **204.338** |

Em relação à LOA 2010, a arrecadação ficou 2,46% abaixo do esperado. No entanto, o valor da arrecadação administrada pela RFB foi superior a todas as revisões do decreto de programação financeira. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho da arrecadação da receita previdenciária, cuja arrecadação cresceu mais do que a massa salarial, e da contribuição ao PIS/Cofins, cujo crescimento foi influenciado por receitas extraordinárias no período. Em contrapartida, o IRPJ e a CSLL tiveram desempenho inferior ao estimado, em parte, devido ao resultado aquém do esperado do ajuste de IRPJ/CSLL que é pago no período de janeiro a março do ano e reflete o desempenho da economia do ano anterior.

**2.11.5 - Fiscalização das Receitas**

No ano de 2010, a RFB, por intermédio de suas projeções vinculadas à Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), concluiu 531.773 ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrente das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou a cifra de R$ 89,8 bilhões.

As ações de fiscalização foram intensificadas em alguns segmentos importantes, tais como: comercio, prestação de serviço, indústria e proprietários e dirigentes de empresas.

No que se refere ao aprimoramento da estratégia de combate à sonegação fiscal e aos crimes contra a ordem tributária e à lavagem de dinheiro, foram criadas as Delegacias de Maiores Contribuintes (Demac), nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sendo que esta última é especializada no combate aos planejamentos tributários abusivos de contribuintes diferenciados Pessoa Física e as duas outras no combate aos planejamentos tributários abusivos de Pessoas Jurídicas. Essas delegacias manterão controle permanente sobre os maiores contribuintes, ou seja, as 12 mil maiores empresas, que respondem por 75% da arrecadação de tributos e contribuições federais, e as cinco mil pessoas físicas de mais alta renda.

Em 2010, o esforço de cobrança decorrente de análises de compensação, de ações judiciais e de distorções ocorridas na arrecadação deste tipo de

contribuinte, desenvolvido sob a Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac), também vinculada à Sufis, resultou na recuperação de créditos tributários da ordem de R$ 8 bilhões.

Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, mediante a ampliação das verificações automatizadas das informações declaradas, a inclusão de novas informações do contribuinte e a melhoria dos aplicativos de suporte ao trabalho fiscal. Nessa mesma área, foi criada a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed), com a finalidade de automatizar a verificação da legalidade da dedução das despesas médicas pleiteadas nas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Dentre os aperfeiçoamentos mais representativos na área de tratamento das declarações retidas em Malha Fiscal, foi instituída em 2010, além da Dmed, a possibilidade de agendar, por meio da Internet, o atendimento dos contribuintes cuja declaração tenha ficado retida em malha fiscal, medida esta inserida na Carta de Serviços da RFB.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), projeto integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010). O Sped substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais feitos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia das medidas de combate à evasão fiscal, implementadas pelos fiscos federal, estadual e municipal.

O Sped, desde o início de sua implementação, possibilitou a participação dos contribuintes na definição dos meios de atendimento às obrigações tributárias acessórias. Esta participação tem contribuído para o aprimoramento desses mecanismos, conferindo a eles maior grau de legitimidade social. Este novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade, representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

Em prosseguimento à implantação do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (Sicobe), concluiu-se, em 2010, a instalação do sistema em 116 fábricas de bebidas, totalizando 218 estabelecimentos controlados. De janeiro a dezembro de 2010, o Sicobe controlou a produção de 12.825.307.078 de unidades de cerveja e de 15.023.847.931 de unidades de refrigerantes.

O Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) está instalado em 100% dos estabelecimentos autorizados a fabricar cigarros. No ano de 2010, o Scorpios controlou a produção de 4.860.072.153 carteiras de cigarros.

**2.11.6 - Controle Aduaneiro**

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões meramente fiscais, tendo reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população.

Em 2010, as empresas brasileiras exportaram US$ 202,9 bilhões e importaram US$ 181,6 bilhões, valores que representam crescimento, para ambas as operações, de 32,81% e 42,23%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A Balança Comercial brasileira registrou um superávit de US$ 21,3 bilhões, 15,19% inferior ao saldo de 2009. A corrente de comércio somou US$ 384,5bilhões, um aumento de 37,1% comparativamente a 2009. O crescimento das operações de comércio exterior indica a recuperação da economia nacional em 2010, após a crise de 2009, com a retomada das vendas externas, apesar de estas terem crescido num ritmo menor do que o das importações.

Apesar do aumento de atividades relacionadas ao comércio exterior, ressalta-se que as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos. Os tempos médios de despacho se mantiveram dentro dos parâmetros estabelecidos e foram de 12 horas e 28 minutos (0,52 dias) na exportação e 2 dias, 5 horas e 16 minutos (2,22 dias) na importação, representando um aumento de eficiência de, respectivamente,16% e 15%, quando comparados aos tempos médios de despacho de 2009.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2010 com 1.134 ações fiscais realizadas, o que representou um aumento de cerca de 9% em relação ao período de 2009, com lançamentos da ordem de R$ 4,9 bilhões, um incremento de 33% em relação aos créditos de tributos incidentes sobre o comércio exterior lançados no período anterior

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização, repressão e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1,271 bilhões, em 2010. Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao impedir que tais produtos ingressassem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potencias riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

No âmbito dos Projetos Estratégicos da RFB, destacam-se: o Controle de Remessa Expressa - em fase de implantação; e, em andamento - os Projetos de Modernização das Plataformas do Siscomex Exportação e Importação, o Sistema de Controle do Regime de Tributação Unificada e Melhoria da Seleção Fiscal Aduaneira através do Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina.

**2.11.7 - Combate à Sonegação**

Por sua vez, no que concerne ao combate ao crime organizado, a RFB, por intermédio de sua Coordenação-Geral Pesquisa e Investigação (Copei), promoveu, em 2010, 19 operações que resultaram no cumprimento de 434 mandados de busca e apreensão e 110 mandados de prisão, dentre os quais cabe destacar:

(i) Parceria: esquema de malversação de recursos públicos por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

(ii) Província: desvio de recursos e lavagem de dinheiro envolvendo agentes públicos;

(iii) Piratas SA: falsificação e contrafação de roupas e acessórias e corrupção de agentes públicos que acobertavam as fraudes;

(iv) Clone: constituição e utilização de empresas "laranjas" com anuência de servidores públicos;

(v) Pilantropia: combate a desvio e comercialização de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e doadas a órgãos públicos e entidades filantrópicas;

(vi) Mãos Limpas: esquema de fraudes em licitações estaduais e de desvio de recursos públicos de programas sociais em benefício de servidores públicos;

(vii) Trem Fantasma: operação que desmontou esquema de fraudes na importação de mercadorias, que contava com o envolvimento e colaboração de servidores públicos;

(viii) Podium: combateu a lavagem de valores e evasão de divisas que objetivava a corrupção de agentes públicos ligados à licitação de obras públicas;

(ix) Charqueadas: operação de combate à fraude e à sonegação fiscal em empresas de abate e comercialização de gado; e

(x) Cáften: esquema de interposição fraudulenta de pessoas no quadro societário de empresas, visando excluir empresários da responsabilidade por obrigações tributárias e bancárias. Muitas destas ações foram realizadas de forma integrada com outros Órgãos da Administração Pública e, de modo geral, resultaram em subsídios para a atuação das demais áreas da Receita Federal, seja na constituição de créditos tributários, seja no aperfeiçoamento da legislação tributária vigente.

Além disso, pode-se também enfatizar a participação da Copei na produção de conhecimento para as ações de repressão ao contrabando, descaminho, pirataria, além de tráfico de drogas, nas diversas Regiões Fiscais. Em 2010, a Copei participou de nove grandes operações de repressão que resultaram na apreensão de mercadorias, tais como cigarros, produtos eletrônicos de informática, equipamentos hospitalares, cosméticos e brinquedos.

Faz-se importante mencionar a participação da RFB, representada pela Copei, no fórum nacional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), composto por mais de 60 representantes dos três poderes e que tem por objetivo definir ações com vistas a implementar e ampliar ambiente propício à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. A 8ª edição, foi realizada de 23 a 26 de novembro de 2010, na cidade de Florianópolis/SC.

**2.11.8 - Renúncias Tributárias**

Encontram-se discriminados a seguir os demonstrativos elaborados pela Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise (Coget) da RFB, contendo todos os gastos tributários vigentes em 2009 e 2010, constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), detalhados por: modalidade, legislação de regência, objetivo sócio-econômico, contrapartida exigida, Políticas Públicas ou Programa de Governo e órgão gestor.

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO | VALOR (PREVISÃO PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| **I. IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO** | 3.624.692.860 | 2.732.263.288 | (892.429.572) | -25% |
| **II. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA** | 36.171.416.019 | 45.659.175.053 | 9.487.759.033 | 26% |
| II.1 IR - Pessoa Física | 11.135.204.664 | 11.956.846.031 | 821.641.367 | 7% |
| II.2 IR - Pessoa Jurídica | 24.885.551.078 | 33.086.389.751 | 8.200.838.673 | 33% |
| II.3 IR - Retido na Fonte | 150.660.277 | 615.939.271 | 465.278.994 | 309% |
| **III. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS** | 19.832.085.174 | 15.457.084.561 | (4.375.000.612) | -22% |
| III.1 Operações Internas | 17.030.143.347 | 13.723.662.068 | (3.306.481.279) | -19% |
| III.2 Vinculado à Importação | 2.801.941.827 | 1.733.422.493 | (1.068.519.333) | -38% |
| **IV. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** | 1.144.431.702 | 823.589.918 | (320.841.784) | -28% |
| **V. IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL** | 27.204.648 | 31.037.437 | 3.832.788 | 14% |
| **VI. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP** | 5.651.385.134 | 6.955.174.846 | 1.303.789.711 | 23% |
| **VII. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO** | 6.086.730.904 | 8.333.310.185 | 2.246.579.281 | 37% |
| **VIII. CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL** | 29.418.538.714 | 33.883.379.073 | 4.464.840.359 | 15% |
| **IX. CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO** | 11.628 | 414.253 | 402.625 | 3462% |
| **X. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL** | 17.905.484.470 | 18.183.825.585 | 278.341.115 | 2% |

Fonte: RFB/COGET

**ANEXO DA NOTA RFB/AUDIT/DIAEX Nº 005/2011, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2011**
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PLOA 2009 E 2010**

## I. IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 3.624.692.860 | 2.732.263.288 | (892.429.572) | -25% |
| Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Isenção, Redução | D.L. 288/67, art. 3º, § 1º; D.L. 356/68, art. 1º; Lei 8.032/90, art. 4º; Lei 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal, ADCT, art. 40. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Suframa | 2.256.801.567 | 1.462.111.310 | (794.690.257) | -35% |
| Áreas de Livre Comércio | Isenção | Lei 7.965/89, art. 3º; Lei 8.210/91, art. 4º; Lei 8.256/91, art. 4º e art. 14; Lei 8.387/91, art.11, § 2º; Lei 9065/95, art. 19. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Suframa | 6.080.254 | 8.378.861 | 2.298.607 | 38% |
| Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq | Isenção | Lei 8.010/90, art. 1º; Lei 8.032/90, art. 2º, I, "e" e "f"; Lei nº 10.964/04, art. 1º. | Desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica. | Autorização importação pelo CNPq. | Desenvolvimento Científico e Tecnológico | MCT CNPQ | 169.288.000 | 257.706.000 | 88.418.000 | 52% |
| Embarcações e Aeronaves | Isenção | Lei 8.032/90, art. 2º, II, "j"; Lei 8.402/92, art. 1.º, IV ; Lei nº 9.493/1997, art. 11. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações e aeronaves | | Transporte | * | 213.011.172 | 128.266.731 | (84.744.442) | -40% |
| Empresas Montadoras | Redução do tributo | Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, art. 5º, § 1º. | Setor Automotivo | Habilitação específica no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX. Solicitada à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. | Desenvolvimento Industrial e Comercial | MDIC | 725.804.360 | 644.646.036 | (81.158.324) | -11% |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Desenvolvimento Tecnológico Industrial | MCT | ni | ni | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Desenvolvimento Tecnológico Industrial | MCT | ni | ni | | |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Isenção | Lei nº 11.488/2007, art. 38. | Apoio a Evento Esportivo, Cultural e Científico | | Desenvolvimento do Esporte, Cultura e Ciência e Tecnologia | * | 52.017.507 | 13.034.710 | (38.982.796) | -75% |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | Lei nº 11.033/04, art. 13 a 15; Decreto nº 5.281/04; Lei nº 11.726/2008; Lei nº 11.774/2008. | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | 201.690.000 | 218.119.641 | 16.429.641 | 8% |

## II. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

### II.1 IR - Pessoa Física

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 11.135.204.664 | 11.956.846.031 | 821.641.367 | 7% |
| Declarantes com 65 anos ou mais | Isenção | Leis 7.713/88; 8.036/90; 11.311/06; 11.052/04; 8.981/95; e 11.482/2007. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 1.328.714.663 | 1.423.549.191 | 94.834.528 | 7% |
| Pecúlio por morte ou invalidez | Isenção | Leis 7.713/88; 8.036/90; 11.311/06; 11.052/04; 8.981/95; e 11.482/2007. | Trabalho | | Trabalho | * | 224.854.517 | 240.903.089 | 16.048.571 | 7% |
| Aposentadoria p/ moléstia grave ou acidente de trabalho | Isenção | Leis 7.713/88; 8.036/90; 11.311/06; 11.052/04; 8.981/95; e 11.482/2007. | Trabalho | | Trabalho | * | 2.041.003.739 | 2.186.676.570 | 145.672.831 | 7% |
| Caderneta de poupança | Isenção | Leis 7.713/88; 8.036/90; 11.311/06; 11.052/04; 8.981/95; e 11.482/2007. | Habitação | | Habitação | * | 910.634.093 | 975.628.901 | 64.994.808 | 7% |
| Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura | Isenção | Lei nº 11.478/07, art. 2º § 3º. | Obras de infra-estrutura: transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação | | Transporte, Energia e Saneamento | * | - | - | - | |
| Deduções do Rendimento Tributável | | | | | | | 4.411.355.019 | 4.726.207.247 | 314.852.228 | 7% |
| Despesas Médicas | Modificação da base de cálculo | Lei 9.250/95, art. 8º. | Saúde | Apresentação de comprovantes das despesas na declaração de ajuste anual do imposto de renda. | Saúde | * | 3.103.810.898 | 3.325.339.605 | 221.528.707 | 7% |
| Despesas com Educação | Modificação da base de cálculo | Lei 9.250/95, art. 8º; Lei 11.311/2006, art. 3º; Lei nº 11.482/2007. | Educação | Apresentação de comprovantes das despesas na declaração de ajuste anual do imposto de renda. | Educação | * | 1.307.544.122 | 1.400.867.642 | 93.323.520 | 7% |
| Deduções do Imposto Devido | | | | | | | 298.790.148 | 347.002.663 | 48.212.515 | 16% |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura | Redução do tributo | Lei 8.313/91, art. 18, 26; Lei 9.250/95, art. 12º, II; Lei 9.532/97, art. 22; Lei 9.874/99, art. 1º, 53; Decreto nº 5.761/06, art. 28 e 29; MP.2.228/2001, art 39,§ 6º e inciso X. | Apoio a Projeto Cultural | Doações e patrocínios em favor de projetos aprovados. | Cultura | MinC | 3.861.619 | 4.137.235 | 275.616 | 7% |
| Atividade Audiovisual | Redução do tributo | Lei 8.685/93, art. 1º-A e § 4º; Lei 9.532/97, art. 22; Lei 9.250/95, art. 12º, III; MP 2.228, de 6 de setembro de 2001, art. 50; Lei 11.329, de 25 de julho de 2006; Lei nº 11.437/06, art. 9º; MP nº 2.228/2001, art. 39, § 6º. | Apoio à Atividade Audiovisual | Doações e patrocínios em favor de projetos aprovados. | Cultura | MinC ANCINE | 974.710 | 1.044.278 | 69.568 | 7% |
| Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente | Redução do tributo | Lei 8.069/90, art. 260, I; Lei 8.242/91, art. 10; Lei 8.383/91, art. 11, III e § 3º; Lei 9.250/95, art. 12º, I; e Lei 9.532/97, art 22. | Assistência Social - Criança e Adolescente. | Doações em favor de projetos aprovados. | Direitos da Cidadania | CONANDA (federal / Presidência da República) | 48.041.044 | 51.469.884 | 3.428.840 | 7% |
| Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico | Redução do tributo | Lei nº 11.324, de 2006, art. 1º; Lei nº 9.250, de 1995. | Trabalho - Incentivo à formalização do emprego doméstico. | Apresentação de comprovantes das despesas na Declaração de Ajuste Anual. | Trabalho | * | 221.405.999 | 237.208.439 | 15.802.440 | 7% |
| Incentivo ao Desporto | Redução do tributo | Lei nº 11.438, de 2006, art. 1º; Lei nº 11.472, de 2007; Decreto nº 6.180/07. | Apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos. | Apresentação de comprovantes das despesas na Declaração de Ajuste Anual. Aprovação de projetos. | Desporto e Lazer | ME | 24.506.775 | 53.142.826 | 28.636.051 | 117% |

## II. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

### II.2 IR - Pessoa Jurídica

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 24.885.551.078 | 33.086.389.751 | 8.200.838.673 | 33% |
| Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Isenção | D.L. 288/67, art. 4º, art. 9º, § 1º; Lei 8.387/91, art. 1º; D.L. 356/68, art. 1º; D.L. 1.435/75, art. 6º; Emenda Constitucional nº 42. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 10.562.111.201 | 7.384.918.945 | (3.177.192.256) | -30% |
| Áreas de Livre Comércio | Isenção | Lei 7.965/89, art. 4º, art. 6º e art. 13; Lei 8.210/91, art. 6º e art. 13; Lei 8.256/91, art. 7ºe art. 14; Lei 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei 8.857/94, art. 7º; Lei 8.981/95, art. 108, art. 109 e art. 110. | Desenvolvimento de Áreas de Livre Comércio definidas na legislação. | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 167.556.176 | 139.298.570 | (28.257.606) | -17% |
| Embarcações | Isenção, Alteração de alíquotas | D.L. 2.433/88, art. 17, § 2º; D.L. 2.451/88, art. 1º; Lei 8.402/92, art. 1º, XV; Decreto 4.544/2002, art. 51, XXII; Lei nº 9.493/1997, art. 10; Lei nº 11.774/2008, art. 15. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações | | Transporte | * | ni | ni | | |
| PDTI/PDTA | Alteração das alíquotas | Lei 8.661/93, art. 4º, II; Lei 9.532/97, art. 43 e 76; 11.196/05, benefícios mantidos para os projetos aprovados. | Estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais - PDTI e PDTA | Aprovação de projeto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Investimento em ciência e tecnologia | Ciência e Tecnologia | MCT | 303.917 | 321.494 | 17.578 | 6% |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 1.476.707.063 | 1.524.275.416 | 47.568.352 | 3% |
| Empreendimentos Industriais nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM. | Crédito presumido | Lei 9.826, de 23/08/99; Decreto nº 4.544/2002, art. 110. | Setor automotivo - SUDAM, SUDENE, Centro-Oeste | Aprovação de projetos junto ao MDIC | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC | 299.935.700 | 350.153.820 | 50.218.120 | 17% |
| Montadoras e Fabricantes de veículos automotores instalados nas regiões NO, NE e CO. | Crédito presumido | Lei 9.440, de 14 de março de 1997, art. 1º; Decreto nº 5.710, de 24 de fevereiro de 2006. | Setor automotivo - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste | Aprovação de projetos junto ao MDIC | Indústria | MDIC | 1.057.321.000 | 896.372.200 | (160.948.800) | -15% |

**II.2 IR - Pessoa Jurídica (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| Transporte Autônomo - TAXI | Isenção | Lei n º 8.989, de 24/02/95; Lei n º 10.182, de 12/02/01; Decreto nº 4.544/2002, art. 52; Lei nº 10.690, de 16/06/03; Lei nº 11.196, de 21/11/05, art 69. | Transporte autônomo de passageiros (TÁXI) | | Transporte | * | 169.814.436 | 122.582.359 | (47.232.077) | -28% |
| Automóveis para Portadores de Deficiência Física | Isenção | Lei n º 8.989, de 24/02/95; Lei n º 10.182/2001, art. 1º, § 2; Decreto nº 4.544/2002, art. 52; Lei nº 10.690, de 16/06/03; Lei nº 11.196, de 21/11/05, art 69. | Automóveis adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física | | Assistência Social | * | 27.445.674 | 24.031.677 | (3.413.997) | -12% |
| Informática | Isenção, Redução do tributo | Lei nº 8.248/1991; Lei nº 11.077, de 30/12/ 2004; Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, inciso II. | Bens e serviços de informática e automação | Investimento em pesquisa e desenvolvimento da tecnologia da informação | Indústria | MCT | 3.268.811.198 | 3.281.346.001 | 12.534.803 | 0% |
| Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos. | Redução do tributo | Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26 | Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos | Investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. | Ciência e Teconologia | MCT | 136.982 | 361.586 | 224.604 | 164% |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º; | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Teconologia | MCT | n.i | n.i | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Teconologia | MCT | n.i | n.i | | |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | n.i | n.i | | |

## II. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

### II.3 IR - Retido na Fonte

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 150.660.277 | 615.939.271 | 465.278.994 | 309% |
| PDTI/PDTA | Crédito do tributo | Lei 8.661/93, art. 4º, V; Lei 9.532/97, art. 2.º, I e § 2º e art. 5º; Decreto 3.000/99; MP nº 2.199-14/2001, art. 3º; Lei nº 11.196 de 2005 - benefício mantidos para os projetos aprovados. | Estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais - PDTI e PDTA | Aprovação de projeto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Investimento em ciência e tecnologia | Ciência e Tecnologia | MCT | 12.311.950 | 15.066.913 | 2.754.963 | 22% |
| Atividade Audiovisual | Redução do tributo | Lei 8.685/93, art. 3º - A; IN 56/94, art. 7º; IN 62/95, art. 1º, 2º e 3º; Lei 10.454/2002, art. 2º; | Incentivo à atividade audiovisual. | Aprovação prévia dos projetos pela Ancine. | Cultura | MinC ANCINE | 84.599.563 | 85.822.405 | 1.222.841 | 1% |
| Associações de Poupança e Empréstimo | Modificação da base de cálculo | Lei 9.430/96, art. 57. | Desenvolvimento habitacional | | Habitação | * | 7.635.147 | 6.120.901 | (1.514.247) | -20% |
| Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos. | Crédito do tributo e Alteração das alíquotas | Lei nº 11.196, art. 17, inciso V, § 5º. e Lei nº 11.196, art. 17, inciso VI. | Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos | Pagamentos ao exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares e contratos de transferência de tecnologia. | Ciência e Tecnologia | MCT | 4.273.616 | 31.485.020 | 27.211.403 | 637% |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros | Alteração das alíquotas | Lei nº 9.481/1997, art. 1º, III e XII; MP nº 2.159/01, art. 9º; Lei nº 11.774/2008, art. 9º; | Promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiro no exterior | | Desenvolvimento Industrial e Comercial | MDIC | 41.840.000 | 46.742.705 | 4.902.705 | 12% |
| Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura | Isenção | Lei nº 11.478/07, art. 2º § 3º. | Obras de infra-estrutura: transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação | | Transportes, Energia e Saneamento | * | - | - | - | |
| Leasing de Aeronaves | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.371/06, art.16 | Modernização da frota de aeronaves | | Transportes | | nc | 430.701.327 | | |

## III. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

### III.1 Operações Internas

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 17.030.143.347 | 13.723.662.068 | (3.306.481.279) | -19% |
| Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Isenção | D.L. 288/67, art. 4º, art. 9º, § 1º; Lei 8.387/91, art. 1º; D.L. 356/68, art. 1º; D.L. 1.435/75, art. 6º; Emenda Constitucional nº 42. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 10.562.111.201 | 7.384.918.945 | (3.177.192.256) | -30% |
| Áreas de Livre Comércio | Isenção | Lei 7.965/89, art. 4º, art. 6º e art. 13; Lei 8.210/91, art. 6º e art. 13; Lei 8.256/91, art. 7ºe art. 14; Lei 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei 8.857/94, art. 7º; Lei 8.981/95, art. 108, art. 109 e art. 110. | Desenvolvimento de Áreas de Livre Comércio definidas na legislação. | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 167.556.176 | 139.298.570 | (28.257.606) | -17% |
| Embarcações | Isenção, Alteração de alíquotas | D.L. 2.433/88, art. 17, § 2º; D.L. 2.451/88, art. 1º; Lei 8.402/92, art. 1º, XV; Decreto 4.544/2002, art. 51, XXII; Lei nº 9.493/1997, art. 10; Lei nº 11.774/2008, art. 15. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações | | Transporte | * | ni | ni | | |
| PDTI/PDTA | Alteração das alíquotas | Lei 8.661/93, art. 4º, II; Lei 9.532/97, art. 43 e 76; 11.196/05, benefícios mantidos para os projetos aprovados. | Estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais - PDTI e PDTA | Aprovação de projeto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Investimento em ciência e tecnologia | Ciência e Tecnologia | MCT | 303.917 | 321.494 | 17.578 | 6% |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 1.476.707.063 | 1.524.275.416 | 47.568.352 | 3% |
| Empreendimentos Industriais nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM. | Crédito presumido | Lei 9.826, de 23/08/99; Decreto nº 4.544/2002, art. 110. | Setor automotivo - SUDAM, SUDENE, Centro-Oeste | Aprovação de projetos junto ao MDIC | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC | 299.935.700 | 350.153.820 | 50.218.120 | 17% |
| Montadoras e Fabricantes de veículos automotores instalados nas regiões NO, NE e CO. | Crédito presumido | Lei 9.440, de 14 de março de 1997, art. 1º; Decreto nº 5.710, de 24 de fevereiro de 2006. | Setor automotivo - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste | Aprovação de projetos junto ao MDIC | Indústria | MDIC | 1.057.321.000 | 896.372.200 | (160.948.800) | -15% |

**III.1 Operações Internas (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| Transporte Autônomo – TAXI | Isenção | Lei n ° 8.989, de 24/02/95; Lei n ° 10.182, de 12/02/01; Decreto nº 4.544/2002, art. 52; Lei nº 10.690, de 16/06/03; Lei nº 11.196, de 21/11/05, art 69. | Transporte autônomo de passageiros (TÁXI) | | Transporte | * | 169.814.436 | 122.582.359 | (47.232.077) | -28% |
| Automóveis para Portadores de Deficiência Física | Isenção | Lei n ° 8.989, de 24/02/95; Lei n ° 10.182/2001, art. 1º, § 2; Decreto nº 4.544/2002, art. 52; Lei nº 10.690, de 16/06/03; Lei nº 11.196, de 21/11/05, art 69. | Automóveis adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física | | Assistência Social | * | 27.445.674 | 24.031.677 | (3.413.997) | -12% |
| Informática | Isenção, Redução do tributo | Lei nº 8.248/1991; Lei nº 11.077, de 30/12/ 2004; Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, inciso II. | Bens e serviços de informática e automação | Investimento em pesquisa e desenvolvimento da tecnologia da informação | Indústria | MCT | 3.268.811.198 | 3.281.346.001 | 12.534.803 | 0% |
| Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos. | Redução do tributo | Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26 | Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos | Investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. | Ciência e Teconologia | MCT | 136.982 | 361.586 | 224.604 | 164% |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º; | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Teconologia | MCT | n.i | n.i | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Teconologia | MCT | n.i | n.i | | |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | Lei nº 11.033/03, art. 13 a 15; Decreto nº 5.281/04; Lei nº 11.726/2008; Lei nº 11.774/2008. | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | n.i | n.i | | |

**III. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

**III.2 Vinculado à Importação**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 2.801.941.827 | 1.733.422.493 | (1.068.519.333) | -38% |
| Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Isenção, Redução do tributo | D.L. 288/67, art. 3º, § 1º; D.L. 356/68, art. 1º; Lei 8.032/90, art. 4º; Lei 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal, ADCT, art. 40. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 2.444.288.939 | 1.472.584.887 | (971.704.052) | -40% |
| Áreas de Livre Comércio | Isenção | Lei 7.965/89, art. 3º; Lei 8.210/91, art. 4º; Lei 8.256/91, art. 4º e art. 14; Lei 8.387/91, art.11, § 2º; Lei 9065/95, art. 19. | Desenvolvimento de Áreas de Livre Comércio definidas na legislação. | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 4.944.102 | 8.378.861 | 3.434.759 | 69% |
| Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq | Isenção | Lei 8.010/90, art. 1º; Lei 8.032/90, art. 2º, I, "e" e "f"; Lei nº 10.964/04, art. 1º. | Desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica. | Autorização importação pelo CNPq. | Ciência e Tecnologia | MCT CNPQ | 88.289.000 | 133.944.000 | 45.655.000 | 52% |
| Embarcações e Aeronaves | Isenção | Lei 8.032/90, art. 2º, II, "j" e art. 3º; Lei 8.402/92, art. 1.º, IV ; Lei nº 9.493/1997, art. 11. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações e aeronaves | | Transporte | * | 240.380.620 | 112.986.935 | (127.393.684) | -53% |
| PDTI/PDTA | Alteração das alíquotas | Lei 8.661/93, art. 4º, II; Lei 9.532/97, art. 43 e 76; 11.196/05, benefícios mantidos para os projetos aprovados. | Estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais - PDTI e PDTA | Aprovação de projeto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Investimento em ciência e tecnologia | Ciência e Tecnologia | MCT | - | - | - | |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | n.i | n.i | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Redução a Zero | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | n.i | n.i | | |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Isenção | Lei nº 11.488/2007, art. 38. | Apoio a Evento Esportivo, Cultural e Científico | | Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia | * | 24.039.166 | 5.527.810 | (18.511.356) | -77% |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | Lei nº 11.033/03, art. 13 a 15; Decreto nº 5.281/04; Lei nº 11.726/2008; Lei nº 11.774/2008. | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | n.i | n.i | | |

## IV. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 1.144.431.702 | 823.589.918 | (320.841.784) | -28% |
| PDTI/PDTA | Alteração das alíquotas | Lei 8.661/93, art. 4º, V; Decreto 949/93,art. 13, V; Decreto 2.219/97, art. 17; Lei 9.532/97, art. 59; Decreto 3.000/99. | Estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais - PDTI e PDTA | Aprovação de projeto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Investimento em ciência e tecnologia | Ciência e Tecnologia | MCT | - | - | - | |
| Operações de crédito com fins habitacionais | Isenção | Decreto-Lei n º 2.407/88; Decreto 6.306/2007, art. 9º, I. | Fins habitacionais, inclusive a destinada à infra-estrutura e saneamento básico | | Habitação | * | 773.756.466 | 451.421.432 | (322.335.035) | -42% |
| Operações crédito recursos Fundos Constitucionais | Isenção | Lei 7.827/89, art. 8 º; Decreto 6.306/2007, art. 9º, III. | Fundos Constitucionais - FNO, FNE, FCO | | Indústria e Agricultura | MI | 321.798.176 | 205.452.599 | (116.345.578) | -36% |
| Operações crédito aquisição automóveis destinados: | | | | | | | | 166.715.888 | | |
| Transporte autônomo de passageiros - (TAXI) | Isenção | Lei 8.383/91, art. 72; Decreto 6.306/2007, art. 9º, VI. | Transporte autônomo de passageiros (TÁXI) | | Transporte | * | 40.589.485 | 16.261.041 | (24.328.444) | -60% |
| Pessoas portadoras de deficiência física | Isenção | Lei 8.383/91, art. 72. IV; Decreto 6.306/2007, art. 9º, VI. | Automóveis adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física | | Assistência Social | * | 8.287.574 | 3.211.545 | (5.076.029) | -61% |
| Motocicleta | Alteração das alíquotas | Decreto 6.306/ 2007, art. 8 XXVI; Decreto 6.655/ 2008, art. 1º | Facilidade de financiamento para aquisição de motocicletas pelas pessoas físicas | | Transporte | | nc | 147.243.301 | | |
| Desenvolvimento Regional | Isenção | Lei 9.808/99, art. 4º, II; Decreto 6.306/2007, art. 16º, IV. | Desenvolvimento Regional | | Agricultura, Indústria e Serviços | MI SUDAM, SUDENE | ni | ni | | |
| Seguro Rural | Isenção | Decreto-Lei nº 73/66, art. 19; Decreto 6.306/2007, art. 23, III. | Seguro Rural | | Agricultura | * | ni | ni | | |

## V. IMPOSTO S/PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| Imposto s/ Propriedade Territorial Rural | Isenção | Lei 9.393/96, art. 3º, I e II | Imóvel Rural | O imóvel rural que atenda os requisitos definidos em lei. | Agricultura | MDA | 27.204.648 | 31.037.437 | 3.832.788 | 14% |

## VI. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 5.651.385.134 | 6.955.174.846 | 1.303.789.711 | 23% |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 2.444.414.291 | 2.850.263.716 | 405.849.425 | 17% |
| Embarcações e Aeronaves | Isenção, Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 8º, § 12, VI e VII, art. 28, IV; Lei nº 11.727/2008, art. 26; MP 2.158-35/2001, art. 14, VI e § 1º; Lei nº 11.774/08, art. 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, I e art. 28, X. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações e de aeronaves | | Transporte | * | 5.974.578 | 424.734.972 | 418.760.394 | 7009% |
| Medicamentos | Crédito presumido | Lei n.º 10.147, de 21 de dezembro de 2000; Lei n.º 10.548, de 13 de novembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. | Medicamentos | Compromisso de ajustamento de conduta | Saúde | MS Anvisa / CMED | 883.364.653 | 438.764.549 | (444.600.103) | -50% |
| Termoeletricidade | Alteração das alíquotas | Lei 10.312, de 27 de novembro de 2001, arts. 1º e 2º. | Termoeletricidade | | Energia | MME | 44.269.540 | 52.904.813 | 8.635.274 | 20% |
| PROUNI | Isenção | Lei n° 11.096, de 13/01/05. | Oportunidade de ensino universitário a alunos de baixa renda - Programa Universidade para Todos - PROUNI | Cumprir obrigações previstas no termo de adesão ao Prouni definidas pelo Ministério da Educação. | Educação | MEC | 47.840.424 | 56.649.141 | 8.808.717 | 18% |
| Agricultura e Agroindústria | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.925, de 23/07/04; Lei nº 11.196, de 21/11/05; Lei nº 11.051, de 29/12/04;Lei nº 10.865, de 30/04/04. | Agricultura e Agroindústria | | Agricultura | * | 1.215.699.675 | 1.308.417.940 | 92.718.265 | 8% |
| Livros Técnicos e Científicos | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.033, de 21/12/2004, art. 6º. | Livros Técnicos e Científicos | | Educação | * | 26.088.523 | 62.488.366 | 36.399.843 | 140% |
| Informática-Programa de Inclusão Digital "Computador para Todos" | Alteração das alíquotas | Lei 11.196, de 21/11/05; Decreto nº 5.602, de 02/12/2005; Decreto nº 6.023, de 22/01/2007. | Programa de Inclusão Digital | | | MCT | 239.665.581 | np | | |
| Biodiesel | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.116, de 18/05/2005, arts. 1º ao 13; Decreto nº 5.297/2004, art. 3º , § único; Decreto nº 5.457/2005, art. 1º. | Biodiesel | | | MME | ni | 6.395.193 | | |

**VI. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| Bens Novos Destinados ao Ativo Imobilizado de PJ Importadora Estabelecida na Zona Franca de Manaus | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.196, de 2005, art. 50; Lei no 10.865, de 2004, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691, de 2006 | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 1.600.666 | 7.645.202 | 6.044.536 | 378% |
| Extensão do RECAP aos Estaleiros | Suspensão / Isenção | Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.196, de 21/11/2005, art. 13, § 3º, II; Lei 11.196/2005, art. 13 e o § 2º. | Extensão do RECAP aos Estaleiros | | Transportes | * | ni | 1.126.336 | | |
| Mercadorias - Zona Franca de Manaus | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.996, de 2004, art. 2º; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 101.983.360 | 146.873.701 | 44.890.342 | 44% |
| Importação de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem - Zona Franca de Manaus | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 14-A; Lei nº 10.925, 2004. art. 5º; Lei nº 10.637/2002, art. 5ºA; Lei nº 10.865/2004, art. 37; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | ni | 416.735.809 | | |
| Matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 14-A; Lei nº 10.925, 2004. art. 5º; Lei nº 10.637/2002, art. 5ºA; Lei nº 10.865/2004, art. 37; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | ni | ni | | |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |

**VI. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| REID – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 11.488/2007, arts. 1º a 5º; Lei nº 11.727/2008, art. 4º. | Obras de infra-estrutura: transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação | Aprovação de projetos junto aos ministérios setoriais. | Transportes, Energia e Saneamento | MT<br>MME<br>MI<br>MCidades | 272.219.093 | 298.232.797 | 26.013.704 | 10% |
| Petroquímica | Alteração das alíquotas, Crédito presumido | Lei nº 11.196, de 21/11/2005, art. 56 e 57. | Petroquímica. | | Indústria | * | 85.230.653 | 91.730.975 | 6.500.321 | 8% |
| Alíquotas Diferenciadas - ZFM | Alteração das alíquotas, Crédito presumido | Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC<br>SUFRAMA | 251.098.190 | 290.034.059 | 38.935.869 | 16% |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Isenção | Lei nº 11.488/2007, art. 38. | Apoio a Evento Esportivo, Cultural e Científico | | Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia | * | 1.288.720 | 995.337 | (293.383) | -23% |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.637/08, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08. | Produtos Químicos e Farmacêuticos | | Saúde | * | ni | 169.276.381 | | |
| Transporte Escolar | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 28, VIII e IX; Lei nº 11.727/2008, art. 6º; Decreto nº 6.644/2008. | Transporte Escolar | | Educação | MEC | ni | 13.950.452 | | |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | Lei nº 11.033/03, art. 13 a 15; Decreto nº 5.281/04; Lei nº 11.726/2008; Lei nº 11.774/2008. | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | 30.647.189 | 36.625.270 | 5.978.080 | 20% |
| Papel - Jornais e Periódicos | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/2008, art. 18. | Papel destinado à jornais e periódicos. | | Comunicações | * | ni | 19.281.931 | | |
| Prorrogação da Cumulatividade do PIS/COFINS na Construção | | | Desenvolvimento habitacional | | Habitação | | e | 242.355.897 | | |
| Cadeira de Rodas | Alteração das alíquotas | Lei 10.865/ 2004, art. 28 XIV; Lei 11.774/ 2008, art. 3 | Facilitar acesso as pessoas poratadoras de deficiência | | Assistência Social | | nc | 1.443.799 | | |
| GNL - Gás Natural Liquefeito | Alteração das alíquotas | Lei 10.865/ 2004, art. 8º § 12 XVI; Lei 11.727/ 2008, art. 26 | | | Energia | | nc | ni | | |
| Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq | Isenção | Lei 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, "h" | Incentivo a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico | | Ciência e Tecnologia | | nc | 18.248.211 | | |

## VII. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | **6.086.730.904** | **8.333.310.185** | **2.246.579.281** | **37%** |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa | Modificação da base de cálculo | Lei nº 9.249/95, art. 13, § 2º II . | Apoio a Instituições de Ensino e Pesquisa | Doação a Instituições de Ensino e Pesquisa | Educação | * | 4.678.504 | 6.464.987 | 1.786.482 | 38% |
| Doações a Entidades Civis sem fins Lucrativos | Modificação da base de cálculo | Lei nº 9.249/1995, art. 13, § 2º, III, b. | Apoio a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos | Doação a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos | Assistência Social | * | 42.135.175 | 58.224.451 | 16.089.275 | 38% |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 3.967.174.152 | 5.261.474.647 | 1.294.300.495 | 33% |
| Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos. | Modificação da base de cálculo | Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26 | Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos | Investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. | Ciência e Tecnologia | MCT | 87.146.185 | 365.775.245 | 278.629.060 | 320% |
| Entidades Sem Fins Lucrativos | | | | Colocar o serviço à disposição da população em geral,em caráter complementar às atividades do Estado,sem fins lucrativos e atender os requisitos estabelecidos em lei. | | | 1.899.575.008 | 2.522.501.606 | 622.926.598 | 33% |
| **Imunes** | | | | | | | **785.184.098** | **1.085.005.873** | **299.821.776** | **38%** |
| Educação | Imunidade | CF/1988, art. 150, VI, "c", e art. 203; Lei 9.532/97, art. 12; Lei nº 9.718/98, art. 10; Decreto nº 3.048/99, art. 206. | Educação | | Educação | * | 393.868.009 | 544.266.121 | 150.398.112 | 38% |
| Assistência Social | Imunidade | CF/1988, art. 150, VI, "c", e art. 203; Lei 9.532/97, art. 12; Lei nº 9.718/98, art. 10; Decreto nº 3.048/99, art. 206. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 391.316.088 | 540.739.752 | 149.423.664 | 38% |

**VII. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| **Isentas** | | | | | | | **1.114.390.910** | **1.437.495.732** | **323.104.822** | **29%** |
| Associação Civil | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 280.566.149 | 387.700.058 | 107.133.908 | 38% |
| Cultural | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Cultura | | Cultura | * | 23.436.369 | 32.385.523 | 8.949.154 | 38% |
| Previdência Privada Fechada | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Trabalho | | Trabalho | * | 547.364.822 | 653.951.291 | 106.586.468 | 19% |
| Filantrópica | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 192.092.814 | 265.443.266 | 73.350.452 | 38% |
| Recreativa | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Desporto e Lazer | | Desporto e Lazer | * | 42.295.230 | 58.445.623 | 16.150.392 | 38% |
| Científica | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Ciência e Tecnologia | | Ciência e Tecnologia | * | 28.635.525 | 39.569.972 | 10.934.447 | 38% |
| PROUNI | Isenção | Lei n° 11.096, de 13/01/05, art 8º; Lei nº 11.128, de 28/06/05. | Oportunidade de ensino universitário a alunos de baixa renda - Programa Universidade para Todos - PROUNI | Cumprir obrigações previstas no termo de adesão ao Prouni definidas pelo Ministério da Educação. | Educação | MEC | 86.021.879 | 118.869.249 | 32.847.370 | 38% |

## VIII. CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | **29.418.538.714** | **33.883.379.073** | **4.464.840.359** | **15%** |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 10.055.628.408 | 11.657.209.371 | 1.601.580.963 | 16% |
| Embarcações e Aeronaves | Isenção, Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 8º, § 12, VI e VII, art. 28, IV; Lei nº 11.727/2008, art. 26; MP 2.158-35/2001, art. 14, VI e § 1º; Lei nº 11.774/08, art. 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, I e art. 28, X. | Construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações e de aeronaves | | Transporte | * | 36.624.870 | 160.929.785 | 124.304.915 | 339% |
| Medicamentos | Crédito presumido | Lei n.º 10.147, de 21 de dezembro de 2000; Lei n.º 10.548, de 13 de novembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. | Medicamentos | Compromisso de ajustamento de conduta | Saúde | MS Anvisa / CMED | 4.174.652.815 | 2.068.461.446 | (2.106.191.370) | -50% |
| Termoeletricidade | Alteração das alíquotas | Lei 10.312, de 27 de novembro de 2001, arts. 1º e 2º. | Termoeletricidade | | Energia | MME | 203.908.182 | 245.336.180 | 41.427.998 | 20% |
| Entidades Sem Fins Lucrativos | | | | Colocar o serviço à disposição da população em geral,em caráter complementar às atividades do Estado,sem fins lucrativos e atender os requisitos estabelecidos em lei. | | | 4.721.036.612 | 5.495.110.686 | 774.074.074 | 16% |
| **Imunes** | | | | | | | **2.006.158.805** | **2.376.337.232** | **370.178.427** | **18%** |
| Educação | Imunidade | CF/1988, art. 150, VI, "c", e art. 203; Lei 9.532/97, art. 12; Lei nº 9.718/98, art. 10; Decreto nº 3.048/99, art. 206. | Educação | | Educação | * | 1.006.339.503 | 1.192.030.274 | 185.690.771 | 18% |
| Assistência Social | Imunidade | CF/1988, art. 150, VI, "c", e art. 203; Lei 9.532/97, art. 12; Lei nº 9.718/98, art. 10; Decreto nº 3.048/99, art. 206. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 999.819.302 | 1.184.306.958 | 184.487.657 | 18% |

**VIII. CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| **Isentas** | | | | | | | **2.714.877.807** | **3.118.773.454** | **403.895.646** | **15%** |
| Associação Civil | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 716.851.312 | 849.125.433 | 132.274.121 | 18% |
| Cultural | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Cultura | | Cultura | * | 59.880.323 | 70.929.500 | 11.049.177 | 18% |
| Previdência Privada Fechada | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Trabalho | | Trabalho | * | 1.266.116.451 | 1.402.685.204 | 136.568.753 | 11% |
| Filantrópica | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Assistência Social | | Assistência Social | * | 490.800.427 | 581.363.412 | 90.562.985 | 18% |
| Recreativa | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Desporto e Lazer | | Desporto e Lazer | * | 108.065.037 | 128.005.306 | 19.940.269 | 18% |
| Científica | Isenção | Lei 9.532/97, art. 15; Decreto nº 3.048/99, art. 206; Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º. | Ciência e Tecnologia | | Ciência e Tecnologia | * | 73.164.256 | 86.664.598 | 13.500.342 | 18% |
| PROUNI | Isenção | Lei n° 11.096, de 13/01/05. | Oportunidade de ensino universitário a alunos de baixa renda - Programa Universidade para Todos - PROUNI | Cumprir obrigações previstas no termo de adesão ao Prouni definidas pelo Ministério da Educação. | Educação | Ministério da Educação MEC | 219.787.374 | 260.342.760 | 40.555.386 | 18% |
| Agricultura e Agroindústria | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.925, de 23/07/04; Lei nº 11.196, de 21/11/05; Lei nº 11.051, de 29/12/04;Lei nº 10.865, de 30/04/04. | Agricultura e Agroindústria | | Agricultura | * | 5.364.962.326 | 5.735.439.457 | 370.477.131 | 7% |
| Livros Técnicos e Científicos | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.033, de 21/12/2004, art. 6º. | Livros Técnicos e Científicos | | Educação | * | 120.660.642 | 286.654.468 | 165.993.826 | 138% |
| Informática-Programa de Inclusão Digital "Computador para Todos" | Alteração das alíquotas | Lei 11.196, de 21/11/05; Decreto nº 5.602, de 02/12/2005; Decreto nº 6.023, de 22/01/2007. | Programa de Inclusão Digital | | Ciência e Tecnologia | Ministério da Ciência e Tecnologia MCT | 1.098.841.720 | np | | |

**VIII. CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| Biodiesel | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.116, de 18/05/2005, arts. 1º ao 13; Decreto nº 5.297/2004, art. 3º , § único; Decreto nº 5.457/2005, art. 1º. | Biodiesel | | Energia | Ministério de Minas e Energia MME ANP | ni | 29.656.511 | | |
| Bens Novos Destinados ao Ativo Imobilizado de PJ Importadora Estabelecida na Zona Franca de Manaus | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.196, de 2005, art. 50; Lei no 10.865, de 2004, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691, de 2006 | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | SUFRAMA | 7.338.886 | 34.938.003 | 27.599.118 | 376% |
| Extensão do RECAP aos Estaleiros | Suspensão / Isenção | Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.196, de 21/11/2005, art. 13, § 3º, II; Lei 11.196/2005, art. 13 e o § 2º. | Extensão do RECAP aos Estaleiros | | Transporte | * | ni | 5.147.245 | | |
| Mercadorias - Zona Franca de Manaus | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.996, de 2004, art. 2º; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA | 471.847.502 | 670.241.931 | 198.394.430 | 42% |
| Importação de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem - Zona Franca de Manaus | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 14-A; Lei nº 10.925, 2004. art. 5º; Lei nº 10.637/2002, art. 5ºA; Lei nº 10.865/2004, art. 37; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA | ni | 1.907.383.015 | | |
| Matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 14-A; Lei nº 10.925, 2004. art. 5º; Lei nº 10.637/2002, art. 5ºA; Lei nº 10.865/2004, art. 37; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA | ni | ni | | |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |

**VIII. CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (cont.)**

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |
| REID – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura | Suspensão / Alteração das alíquotas | Lei nº 11.488/2007, arts. 1º a 5º; Lei nº 11.727/2008, art. 4º. | Obras de infra-estrutura: transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação | Aprovação de projetos junto aos ministérios setoriais. | Transportes, Energia e Saneamento | MT, MME, MI MCidades | 1.248.228.309 | 1.362.894.905 | 114.666.596 | 9% |
| Petroquímica | Alteração das alíquotas, Crédito presumido | Lei nº 11.196, de 21/11/2005, art. 56 e 57. | Petroquímica. | | Indústria | * | 391.564.706 | 418.604.182 | 27.039.476 | 7% |
| Alíquotas Diferenciadas - ZFM | Alteração das alíquotas, Crédito presumido | Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04. | Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus | Aprovação de projetos junto a SUFRAMA . | Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC SUFRAMA | 1.156.372.945 | 1.281.104.292 | 124.731.348 | 11% |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Isenção | Lei nº 11.488/2007, art. 38. | Apoio a Evento Esportivo, Cultural e Científico | | Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia | * | 5.920.607 | 4.548.593 | (1.372.013) | -23% |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.637/08, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08. | Produtos Químicos e Farmacêuticos | | Saúde | * | ni | 782.160.036 | | |
| Transporte Escolar | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 28, VIII e IX; Lei nº 11.727/2008, art. 6º; Decreto nº 6.644/2008. | Transporte Escolar | | Educação | MEC | ni | 64.692.615 | | |
| REPORTO | Suspensão / Isenção | Lei nº 11.033/03, art. 13 a 15; Decreto nº 5.281/04; Lei nº 11.726/2008; Lei nº 11.774/2008. | Desenvolvimento portuário do país (Reporto). | | Transporte | * | 141.162.811 | 169.842.840 | 28.680.029 | 20% |
| Papel - Jornais e Periódicos | Alteração das alíquotas | Lei nº 10.865/2004, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/2008, art. 18. | Papel destinado à jornais e periódicos. | | Comunicações | * | ni | 78.734.041 | | |
| Prorrogação da Cumulatividade do PIS/COFINS na Construção | | | Desenvolvimento habitacional | | Habitação | | e | 1.073.319.036 | | |
| Cadeira de Rodas | Alteração das alíquotas | Lei 10.865/ 2004, art. 28 XIV; Lei 11.774/ 2008, art. 3 | Facilitar acesso as pessoas poratadoras de deficiência | | Assistência Social | | nc | 6.575.309 | | |
| GNL - Gás Natural Liquefeito | Alteração das alíquotas | Lei 10.865/ 2004, art. 8º § 12 XVI; Lei 11.727/ 2008, art. 26 | | | Energia | | nc | ni | | |
| Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq | Isenção | Lei 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, "h" | Incentivo a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico | | Ciência e Tecnologia | | nc | 84.052.365 | | |

## IX. CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 11.628 | 414.253 | 402.625 | 3462% |
| PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11; Lei nº 11.774/2008, art. 6º. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |
| PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. | Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD. | Investimento em pesquisa e desenvolvimento | Ciência e Tecnologia | MCT | ni | ni | | |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Isenção | Lei nº 11.488/2007, art. 38. | Apoio a Evento Esportivo, Cultural e Científico | | Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia | * | 11.628 | 414.253 | 402.625 | 3462% |

## X. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

| Tributo / Gasto Tributário | Modalidade | Legislação | Objetivos Sócio-Econômicos | Contrapartida Exigida | Políticas Públicas ou Progamas de Governo | Gestor | Valor (Previsão PLOA) - R$ 1,00 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | 2009 [A] | 2010 [B] | [B] - [A] | [B] / [A] |
| | | | | | | | 17.905.484.470 | 18.183.825.585 | 278.341.115 | 2% |
| Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional | Modificação da base de cálculo, Alteração das alíquotas | Lei Complementar nº 123, de 14/12/06; Lei Complementar nº 127, de 14/08/07. | Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Ser optante pelo Simples Nacional. | Indústria, Comércio e Serviços | MDIC Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | 9.617.037.697 | 8.902.888.161 | (714.149.536) | -7% |
| Entidades Sem Fins Lucrativos - Filantrópicas | Isenção | Lei nº 8.212/91, art. 55; Leis nº 9.528/97; 9.732/98 e MP 2.187-13/2001. | Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópicas | Colocar o serviço à disposição da população em geral,em caráter complementar às atividades do Estado,sem fins lucrativos e atender os requisitos estabelecidos em lei. | Assistência Social | * | 5.832.077.824 | 5.991.560.523 | 159.482.699 | 3% |
| Exportação Agroindústria | Não incidência | Constituição Federal, art. 149, § 2º, I; Lei nº 8.870/94, art 25. | Exportação da produção agrícola. | | Agricultura | * | 2.432.368.950 | 3.251.216.463 | 818.847.513 | 34% |
| Tecnologia de Informação - TI e Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC | Alteração das alíquotas | Lei nº 11.774/2008, art. 14. | Exportação de serviços de tecnologia da informação. | | Ciência e Tecnologia | MPS | 24.000.000 | 38.160.439 | 14.160.439 | 59% |

Os valores constantes do referido demonstrativo, inclusive os previdenciários, são aqueles estimados para compor o PLOA.

Por uma questão temporal, a RFB não dispõe dos valores efetivos relativos ao exercício de 2010. Cabe esclarecer que as renúncias são calculadas, principalmente, com base em dados extraídos de sistemas informatizados alimentados pelas declarações de informações fiscais dos contribuintes (DIPJ, DIRPF). Estas declarações são anuais e sua recepção se dá, tradicionalmente, na metade do ano subseqüente àquele em que os fatos ocorreram. Após a recepção das declarações, os dados são tratados e processados para então serem disponibilizados para consulta nos sistemas informatizados da RFB, que dão suporte à atividade do cálculo das renúncias. Por esta razão, as informações para cálculo dos valores efetivos ainda não estão disponíveis e nas tabelas em anexo constam somente os valores estimados.

As variações observadas entre as estimativas de valores dos gastos tributários constantes do PLOA 2009 e 2010 são o resultado final da combinação de mudanças nos seguintes fatores: a) Fonte de informação utilizada; b)Metodologia de cálculo adotada; c) Ano disponível das fontes de informação; e d) Índice de projeção utilizado.

Os fatores "a" e "b" respondem por poucas das variações observadas, visto que a fonte de informação e respectiva metodologia tendem a não sofrer alteração ao longo dos anos. Os casos em que esses fatores estiveram presentes estão discriminados nos demonstrativos a seguir.

**VARIAÇÕES PLOA 2009 / 2010**
**ALTERAÇÕES – ITEM "A" – FONTE DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS**

| GASTO TRIBUTÁRIO | TRIBUTOS | FONTE INFORMAÇÃO | | JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|---|---|
| | | PLOA 2009 | PLOA 2010 | |
| Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos | IRPJ, IRRF, IPI, CSLL | DIPJ ac 2006 | Relatório Ministério da Ciência e Tecnologia ac 2007 | A nova fonte apresenta dados mais atuais. |
| Embarcações e Aeronaves | PIS/COFINS | Somente havia informação sobre a isenção no mercado interno da receita dos estaleiros (Dacon) | Além da isenção no mercado interno (Dacon), foi obtida informação sobre a isenção de partes e peças (Siscomex) | A nova fonte foi agregada à antiga, assim a estimativa tornou-se mais abrangente. |
| Bens Novos Destinados ao Ativo Imobilizado de PJ Importadora Estabelecida na Zona Franca de Manaus | PIS/COFINS | Valor das importações de bens de capital no Estado do Amazonas | Apuração das importações por fundamento legal PIS/COFINS | A nova fonte reflete a utilização desse gasto tributário com mais precisão. |

**VARIAÇÕES PLOA 2009 / 2010**
**ALTERAÇÕES – ITEM "B" – METODOLOGIA DE CÁLCULO ADOTADA**

| GASTO TRIBUTÁRIO | TRIBUTOS | FONTE INFORMAÇÃO | | JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|---|---|
| | | PLOA 2009 | PLOA 2010 | |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | Imposto de Importação, IPI-V, PIS/COFINS | Hipótese que a renúncia seria 20% do potencial (tributos calculados com base no valor de importação de cesta de itens) | Hipótese que a renúncia seria 5% do potencial (tributos calculados com base no valor de importação de cesta de itens) | A mudança na hipótese utilizada ocorreu para ajustar a expectativa de utilização deste gasto tributário. . |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico | CIDE | Hipótese que a renúncia seria 20% do potencial (tributos calculados com base no valor de importação de cesta de itens) | Hipótese que a renúncia seria 1% do potencial (tributos calculados com base no valor de importação de cesta de itens) | |
| Livros Técnicos e Científicos | PIS/COFINS | Foi considerada na estimativa somente uma CNAE (Edição de livros) | Foram consideradas na estimativa duas CNAE (Edição de livros e Edição integrada à Impressão de livros) | Considerando duas CNAE a metodologia se tornou mais representativa |

A maior parte destas variações deve-se aos fatores "c" e/ou "d", conforme explicitado a seguir.

**2.11.9 - Ano disponível das informações da fonte**

Este pode ser considerado o principal fator que explica as variações. As estimativas são produzidas utilizando-se o ano mais atual disponível das fontes de informação. De um ano para o outro, é comum acontecer essa atualização, que reflete a trajetória de utilização do gasto tributário, sua evolução ao longo do tempo. Por sua vez, tal evolução é influenciada por diversos fatores, dentre eles destacamos: Alterações na legislação instituidora; Desempenho da economia; e Decisões pessoais dos contribuintes.

**2.11.10 - Índice de projeção utilizado**

Este é o outro fator que mais influencia na formação dos valores do PLOA. Após as estimativas de gasto tributário serem calculadas, elas são projetadas para o ano a que se refere o PLOA, aplicando-se um índice de correção. Esse índice reflete os parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica (SPE).Por sua vez, esse fator é influenciado pela expectativa do governo quanto ao despenho da economia no futuro, isto é valor dos juros, da taxa de cambio, do PIB, da massa salarial, etc.

Os demonstrativos a seguir contém a relação das renúncias tributárias instituídas, respectivamente, nos exercícios de 2009 e 2010, acompanhadas dos valores estimados para o exercício e para os dois exercícios subseqüentes, bem como informações sobre as medidas de compensação (quando for o caso). Cabe esclarecer que os valores informados são anuais, representam a estimativa de perda de arrecadação gerada pela renúncia no exercício e levam em consideração a data de início de vigência da medida. Assim, as estimativas de renúncia, relativas às medidas implementadas no curso do exercício, refletem apenas o período em que a mesma esteve vigente naquele ano.

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2009

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2009 | 2010 | 2011 | | |
| 8/1/2009 | Lei 11.898 | 24 e 25 | PIS, COFINS | Crédito sobre vale-transporte, vale-refeição/alimentação, uniforme fornecidos por PJ prestadora de serviços de limpeza, conservação e manutenção | | ni | ni | ni | * | * |
| 8/1/2009 | Lei 11.898 | 26 e 27 | IPI | Isenção de IPI sobre produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio, destinados a consumo interno ou comercialização para outros pontos do território nacional | | ni | ni | ni | * | * |
| 15/1/2009 | Decreto 6.743 | | IPI | Redução alíquota sobre jipes | até abril de 2009 | efeito considerado juntamente com a desoneração de IPI sobre automóveis | | | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 3/3/2009 | Lei nº 11.908 | 11 | IRPJ | Exclusão do Lucro Líquido para efeitos de apuração do Lucro Real, os custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software), das empresas de Tecnologia da Informação - TI e Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC | | ni | 72 | 80 | * | * |
| 30/3/2009 | MP 460 Lei 12.024 | 1 e 2 | IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS | RET - Redução da alíquota de 7% para 1%, no caso de imóveis até R$ 65 mil, e de 7% para 6% nos demais casos. | 31/12/2013 | 248 | 857 | 948 | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |
| 30/3/2009 | MP 460 Lei 12.024 | 3 | IRPF | Dedução da base de cálculo do IRPF dos investimentos com informatização - cartórios de registro de imóveis | 2013 | 14 | 22 | 24 | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |
| 30/3/2009 | MP 460 Lei 12.024 | 4 | COFINS | Redução a zero da alíquota da COFINS sobre venda de motocicletas até 150 cm3 | de abril a junho de 2009 | 70 | - | - | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |
| 30/3/2009 | Decreto 6.809 | 1 e 3 | IPI | Prorrogação da incidência reduzida do IPI Veículos para o período de abril-junho/2009. | de abril a junho de 2009 | 848 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 30/3/2009 | Decreto 6.809 | 1 e 3 | IPI | Prorrogação da redução do IPI sobre caminhões | de abril a junho de 2009 | 198 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 30/3/2009 | Decreto 6.809 | 2 e 4 | IPI | Redução do IPI sobre materiais de construção | de abril a junho de 2009 | 293 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 30/3/2009 | Decreto 6.810 | | IRPJ | Inclusão de novos setores como prioritários para fins de redução do IRPJ na SUDAM | | 28 | 43 | 47 | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |

**DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2009 (cont.)**

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16/4/2009 | Decreto 6.823 | | IPI | Redução do IPI sobre materiais de construção (lista adicional) | de 16 de abril a 16 de julho de 2009 | 90 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 17/4/2009 | Decreto 6.825 e 6.826 | | IPI | Redução de IPI para eletrodomésticos (Linha Branca) | de 16 de abril a 16 de julho de 2009 | 177 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2009 | MP 465 Lei 12.096 | 2 | PIS, COFINS | Prorrogação por 2 anos e meio para PIS/Cofins reduzida a zero de farinha de trigo e pão comum | até 31 de dezembro de 2011 | 160 | 429 | 475 | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |
| 29/6/2009 | MP 465 Lei 12.096 | 5 | COFINS | Prorrogação da redução a zero da alíquota da COFINS sobre venda de motocicletas até 150 cm3 | de julho a setembro de 2009 | 54 | - | - | Sim. | MP 460, art. 5º e Decreto 6.809. Aumento da PIS, COFINS e IPI sobre cigarros. |
| 29/6/2009 | Decreto 6.890 | 4 e 6 | IPI | Prorrogação por 3 meses para IPI reduzido de veículos com recomposição gradual em três meses | de julho a setembro de 2009; recomp. de outubro a dez 2009 | 1.310 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2009 | Decreto 6.890 | 4 | IPI | Prorrogação por 6 meses para IPI reduzido de caminhões | de julho até 31 de dezembro de 2009 | 323 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2009 | Decreto 6.890 | 4 e 5 | IPI | Prorrogação da redução de IPI para eletrodomésticos (Linha Branca) | de julho a outubro de 2009 | 203 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2009 | Decreto 6.890 | 1 a 3 | IPI | Desoneração do IPI sobre de bens de capital | até 31 de dezembro de 2009 | 345 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2009 | Decreto 6.890 | 1 a 3 | IPI | Prorrogação por 6 meses para IPI reduzido da construção civil e inclusão de vergalhões de cobre | de julho até 31 de dezembro de 2009 | 569 | - | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 13/10/2009 | Lei 12.058 | 42 | PIS, COFINS | Alíquota zero mercado interno ou importação de artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas ou próteses e almofadas antiescarras e importação de cadeira de rodas. | indeterminado | - | ni | ni | * | * |

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2009 (cont.)

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13/10/2009 | MP 470 ** | 4 | IRPJ | Depreciação acelerada sobre vagões, locomotivas, locotratores e tênderes, adquiridos entre 1º de out e 31 dez de 2009. | | ni | ni | ni | * | * |
| 30/10/2009 | Decreto 6.996 | | IPI | Prorrogação da redução de IPI para eletrodomésticos (Linha Branca) | 31/1/2010 | 46 | 108 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 20/11/2009 | MP 471 Lei 12.218 | | IPI | Prorrogação do Crédito Presumido de IPI para as montadoras de veículos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. | 2015 | - | - | 1.309 | Não. Vigencia a partir de 2011. Inclusão na LOA 2011. | |
| 26/11/2009 | Decreto 7.016 | | IPI | Redução a zero do IPI incidente sobre fabricação de móveis | 31/mar/10 | - | 225 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 26/11/2009 | Decreto 7.017 | | IPI | Prorrogação da incidencia reduzida de IPI sobre caminhões | 31/jun/10 | - | 443 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 26/11/2009 | Decreto 7.017 | | IPI | Prorrogação da incidencia reduzida de IPI sobre automóveis | 31/mar/10 | - | 509 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 14/12/2009 | Decreto 7.032 | | IPI | Prorrogação da incidencia reduzida de IPI sobre Bens de Capital | 31/jun/10 | - | 469 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 14/12/2009 | Decreto 7.032 e 7.060 | | IPI | Prorrogação, por mais 6 meses, do IPI reduzido da construção civil | 31/jun/10 | - | 803 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 15/12/2009 | MP 472 Lei 12.249 | 1 a 5 | II, IPI, IPI-V, PIS, COFINS | REPENEC - suspenção/isenção dos tributos na aquisição no mercado interno ou importação de bens, insumos e serviços destinados às obras de infra-estrutura. | aprovação 31 dez 2010, uso após 5 anos | - | 1.063 | 1.661 | Sim. | Decreto 6.983. Aumento de IOF. |
| 15/12/2009 | MP 472 Lei 12.249 | 6 a 14 | II, IPI, IPI-V, PIS, COFINS, CIDE | PROUCA/RECOMPE - suspenção/isenção dos tributos na aquisição no mercado interno ou importação de insumos e serviços destinados a fabricação dos equipamentos. E isenção de IPI na venda dos equipamentos. | indeterminado | - | 150 | 150 | Sim. | Decreto 6.983. Aumento de IOF. |
| 15/12/2009 | MP 472 Lei 12.249 | 17 | PIS, COFINS | Prorrogação do Programa de Inclusão Digital. Alíquota zero PIS/COFINS na venda de computadores. | 31/dez/14 | - | 1.568 | 1.728 | Sim. | Decreto 6.983. Aumento de IOF. |

**DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2009 (cont.)**

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15/12/2009 | MP 472 Lei 12.249 | 18 e 19 | IRRF, CIDE, PIS, COFINS | Desoneração das remessas ao exterior para pagamento de serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade, metrologia, normalização, inspeção sanitária e fitossanitária. | indeterminado | - | 270 | 270 | Sim. | Decreto 6.983. Aumento de IOF. |
| 15/12/2009 | MP 472 Lei 12.249 | 30 a 34 | IPI, PIS, COFINS | RETAERO - suspensão/isenção dos tributos na aquisição no mercado interno ou importação de insumos, partes e peças e serviços destinados a fabricação de aeronaves. | aprovação indeterminado, uso após 5 anos | - | 418 | 418 | Sim. | Decreto 6.983. Aumento de IOF. |
| 23/12/2009 | MP 476 *** | 1 | IPI | Crédito Presumido de IPI sobre aquisição de resíduos sólidos (material de reciclagem) | 31/dez/14 | - | 108 | 108 | Sim. | Decreto 7.011. |
| 23/12/2009 | MP 476 *** | 3 | COFINS | Prorrogação da redução a zero da alíquota da COFINS sobre venda de motocicletas até 150 cm3 | de janeiro a março de 2010 | - | 54 | - | Sim. | Decreto 7.011. |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | **4.976** | **7.610** | **7.066** | | |

Fonte: RFB/COGET
ni = valor não identificado. Não há informações disponíveis suficientes para produzir estimativa de perda de receita de qualidade satisfatória.
* = não há informação sobre a necessidade de compensação e/ou das medidas de compensação adotadas
** A MP 470 teve o prazo de vigência encerrado em 23/03/2010
*** A MP 476 teve o prazo de vigência encerrado em 01/07/2010

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2010

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 20/1/2010 | Lei 12.213 | | IRPJ, IRPF | Dedução do IR Devido das doações aos Fundos do Idoso. Limites - PF = 6% IRD (coletivo) e PJ = 1% IRD (junto com o FCA). (validade para 2011) | indeterminado | - | 71 | 78 | Não. Vigencia a partir de 2011. Inclusão na LOA 2011. | |
| 4/2/2010 | Decreto 7.095 | | CIDE | Redução da alíquota específica da cide sobre gasolina e suas correntes (de R$ 230 para R$ 150 por metro cúbico) | 30/4/2010 | 354 | | | * | * |
| 30/3/2010 | Decreto 7.145 | | IPI | Redução à 5% das alíquotas praticadas para o setor moveleiro. | indeterminado | 288 | 431 | 476 | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 11/6/2010 | Lei 12.249 | 60 | IRRF | Isenção do Imposto de Renda na fonte dos pagamentos relativos à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior | 31/12/2015 | - | 5 | 5 | * | * |
| 23/6/2010 | MP 491 ** | 6 | II, IPI-V, IPI, PIS/COFINS, PIS/COFINS-Importação | RECINE - Suspensão dos tributos nas importações e aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição, bem como de materiais para sua construção | por 5 anos (LDO 2010) | 18 | 18 | 18 | * | * |
| 23/6/2010 | MP 491 ** | 8 | PIS/COFINS | Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre receita da venda de ingressos e publicidade, auferida pelo beneficiário habilitado no Programa Cinema Perto de Você. | indeterminado | 10 | 10 | 10 | * | * |
| 23/6/2010 | MP 491 ** | 10 | PIS/COFINS | Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, e suas partes e acessórios. | indeterminado | 0 | 0 | 0 | * | * |
| 29/6/2010 | Decreto 7.222 | | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre Bens de Capital (anexo I) | de julho a dezembro de 2010 | 390 | | | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2010 | Decreto 7.222 | | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre Caminhões e Comerciais Leves (anexo V) | de julho a dezembro de 2010 | 385 | | | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 29/6/2010 | Decreto 7.222 | | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre materiais de Construção Civil (anexo VIII) | de julho a dezembro de 2010 | 723 | | | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2010 (cnt.)

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 27/7/2010 | MP 497 (Convertida na Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010)*** | 17 a 21 | II, IPI-V, IPI, PIS, COFINS | RECOPA - Desoneração para a construção, ampliação, reforma ou modernização dos estádios de futebol | até 30 junho 2014 | 35 | 70 | 140 | Sim. | Diminuição do redutor das alíquotas do Imposto de Importação para peças automotivas (Item 4 da EM da MP 497, art. 42 Lei 12.350/2010) |
| 27/7/2010 | MP 497 (Convertida na Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010)*** | 30 | IRPJ, CSLL, PIS, COFINS | Desoneração das subvenções econômicas governamentais para pesquisa e desenvolvimento | indeterminado | 68 | 135 | 135 | Sim. | Diminuição do redutor das alíquotas do Imposto de Importação para peças automotivas (Item 4 da EM da MP 497, art. 42 Lei 12.350/2010) |
| 27/7/2010 | MP 497 (Convertida na Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010)*** | 50 | PIS, COFINS | Crédito Presumido para charque | indeterminado | 9 | 19 | 19 | Sim. | Exclusão couros |
| 27/7/2010 | MP 497 (Convertida na Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010)*** | 51 | PIS, COFINS | Alíquota Zero para serviço de transporte em Trens de Alta Velocidade - TAV | indeterminado | - | - | - | Não implica em renúncia fiscal pois não há esse tipo de serviço operando no país (Citação item 66 da EM da MP 512/10). | - |
| 27/7/2010 | MP 497 (Convertida na Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010)*** | 52 e 53 | IRPJ, CSLL, PIS, COFINS | Ampliação do limite (60 para 75 mil) do valor do imóvel enquadrado no programa Minha Casa, Minha Vida | até 2014 | 20 | 61 | 61 | Sim. | Diminuição do redutor das alíquotas do Imposto de Importação para peças automotivas (Item 4 da EM da MP 497, art. 42 Lei 12.350/2010) |

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2010 (cnt.)

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 28/10/2010 | MP 510 | 3 | CIDE | Desoneração das remessas ao exterior quando o contratante for órgão da administração pública | indeterminado | - | 5 | 5 | * | * |
| 28/10/2010 | MP 510 | 4 | IRRF | Desoneração das remessas ao exterior quando o contratante for órgão da administração pública | indeterminado | - | 8 | 8 | * | * |
| 25/11/2010 | MP 512 | | IPI | Crédito Presumido Montadoras para NOVOS Projetos | por 5 anos, até 2020 | - | - | - | Não. Impacto somente a partir de 2014 (prazo para o investimento). | Item 12 da EM da MP 512 |
| 15/12/2010 | Decreto 7.394 | 1 | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre Bens de Capital (anexo I) | até 31/dez/2011 | - | 1.047 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 15/12/2010 | Decreto 7.394 | 1 | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre Caminhões e Comerciais Leves (anexo V) | até 31/dez/2011 | - | 915 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 15/12/2010 | Decreto 7.394 | 1 | IPI | Prorrogação da desoneração de IPI sobre materiais de Construção Civil (anexo VIII) | até 31/dez/2011 | - | 1.771 | - | Não. Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 20/12/2010 | Lei 12.350 | 2 a 15 | IRPJ, IRRF, IOF, IPI, IPI-V, CSLL, PIS, PIS-Importação, COFINS, COFINS-Importação, CIDE, Contribuição Previdenciária Patronal, Contribuições de Terceiros | Desonerações relativas a organização e operacionalização de atividades necessárias a realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil | até 31/dez/2015 | - | 24 | 24 | * | * |
| 20/12/2010 | Lei 12.350 | 54 a 56 | PIS, COFINS | Suspensão de PIS/Cofins sobre receitas de vendas de insumos, rações e animais vivos relacionados a produção de carne suína e de galináceos; Crédito Presumido PIS/Cofins (30%) na exportação de carne de suínos e galináceos; Crédito Presumido PIS/Cofins (12%) nas vendas no mercado interno de carne suína e de galináceos | indeterminado | - | - | - | * | * |

## DESONERAÇÕES INSTITUÍDAS EM 2010 (cnt.)

R$ milhões

| Data | Legislação | Artigo | Tributo | Descrição | Prazo | Estimativa | | | Necessidade de Compensação (art. 14 LRF) | Medida de Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 30/12/2010 | MP 517 | 1 a 8 | IRPJ, IRPF, IRRF | Redução de alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de títulos privados de longo prazo quando adquiridos por investidor não residente no país. Redução de alíquota de imposto sobre a renda sobre rendimentos de debêntures emitidas para o financiamento de projetos de infra-estrutura. | indeterminado | - | 486 | 486 | Sim. | Aumento de alíquotas de IOF, incidente, sobre operações de câmbio (investidor estrangeiro) - Decreto 7.412/10 Inciso XII **** |
| 30/12/2010 | MP 517 | 10 a 13 | IPI, IPI-V, II | RENUCLEAR - Suspensão de IPI, IPI-V e II para máquinas, materiais de construção e equipamentos a serem utilizados em obras de infraestrutura no setor de geração de energia elétrica de origem nuclear. | 5 anos a partir da data de publicação da MP | - | 155 | 166 | Sim. | Aumento de alíquotas de IOF, incidente, sobre operações de câmbio (investidor estrangeiro) - Decreto 7.412/10 Inciso XII **** |
| 30/12/2010 | MP 517 | 14 | PIS, COFINS | Redução a zero das alíquotas de Pis/Cofins incidentes sobre as vendas de modens | indeterminado | - | 123 | 193 | Sim. | Aumento de alíquotas de IOF, incidente, sobre operações de câmbio (investidor estrangeiro) - Decreto 7.412/10 Inciso XII **** |
| 30/12/2010 | MP 517 | 15 | IPI | Redução do imposto devido aplicada aos bens de informática e automação desenvolvidos no país. | até 31/dez/2019 | - | 88 | 96 | Sim. | Aumento de alíquotas de IOF, incidente, sobre operações de câmbio (investidor estrangeiro) - Decreto 7.412/10 Inciso XII **** |
| 30/12/2010 | Decreto 7.412 | 1 | IOF | Redução de alíquota do IOF nas operações de câmbio e com títulos mobiliários que especifica | indeterminado | - | ni | ni | Não. Alteração de alíquota do IOF - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF. | |
| 30/12/2010 | Lei 12.375 | 5 | IPI | Constituição de Crédito Presumido na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na produção industrial | até 31/dez/2014 | - | 108 | 108 | * | * |
| 30/12/2010 | Lei 12.375 | 8 | PIS, COFINS | Manutenção das receitas de obras de construção civil no regime cumulativo do PIS/Cofins | até 31/dez/2015 | - | 1.621 | 1.772 | * | * |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | **2.300** | **7.171** | **3.801** | | |

Fonte:
RFB/COGET
ni = valor não identificado. Não há informações disponíveis suficientes para produzir estimativa de perda de receita de qualidade satisfatória.

* = não há informação sobre a necessidade de compensação e/ou das medidas de compensação adotadas

** MP 491 teve o prazo de vigência encerrado em 03/11/2010

*** A Numeração dos artigos corresponde a apresentada na Lei 12.350/10
**** Aumento de alíquota IOF para investimentos no mercado financeiro e de capitais, anteriormente prevista nos Decretos 7.323 e 7.330 de 2010

### 2.11.11 - Programas de Parcelamento de Créditos

O parcelamento de créditos fazendários e previdenciários bem como a inscrição e posterior cobrança de créditos da dívida ativa, constituem importantes instrumentos de que dispõe a União para a recuperação de suas receitas. A análise do desempenho de parcelamentos de créditos fazendários e previdenciários não inscritos em dívida ativa leva em consideração o montante em estoque, variável indicativa do potencial de arrecadação, o percentual de realização da receita decorrente dos parcelamentos e a variação dos valores em relação ao exercício anterior.

No que tange aos parcelamentos, aborda-se questões relativas à contabilização, classificação e distribuição dos recursos arrecadados no âmbito dos Parcelamentos Convencionais (Leis nº 8.212/1991 e 10.522/2002), Parcelamento Especial (Paes - Lei nº 10.684/2003), Parcelamento Excepcional (Paex - Medida Provisória nº 303/2006), Parcelamentos destinados aos Órgãos do Poder Público (OPP), Programa de Recuperação Fiscal (Refis - Lei nº 9.964/2000), Simples Nacional (Leis Complementares nº 123/2006 e 128/2008), Timemania (Lei nº 11.345/2006) e os demais parcelamentos menos expressivos.

### 2.11.12 - Parcelamentos

Os parcelamentos são instrumentos de cobrança amigável dos créditos fazendários e previdenciários e podem ser classificados de acordo com a natureza dos créditos que os compõem, podendo ser fazendários (não-previdenciários), previdenciários ou mistos. É possível, ainda, classificar os parcelamentos de acordo com a entidade responsável pela administração dos créditos. Neste caso, há duas categorias: créditos sob a administração da RFB (tributários e previdenciários) e créditos administrados pela PGFN (oriundos da dívida ativa). Aqui, trata-se apenas e tão somente dos parcelamentos administrativos, isto é, aqueles que ainda se encontram no âmbito da RFB e que ainda não foram inscritos na Divida Ativa da União. Os demonstrativos a seguir apresentam os dados de arrecadação e estoque de acordo com a natureza dos parcelamentos, bem como a distribuições dos estoques de parcelamentos de acordo com a origem (previdenciários e fazendários).

**ESTOQUE DE PARCELAMENTOS POR MODALIDADE**

em R$ milhões

| MODALIDADE | | CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA | | | FUNDAMENTAÇÃO LEGAL | ORIGEM |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2009 (1) | 2010 (2) | Variação(2/1) | | |
| *Convencional* | *Arrecadação* | 3.975,01 | 3.224,07 | **(18,89%)** | Leis 8.212/91 e 10.522/02 | Faz. e Prev. |
| | Estoque | 7.706,06 | 16.234,64 | **110,67%** | | |
| REFIS | Arrecadação | 499,64 | 319,00 | **(18,89%)** | Lei 9.964/2000. | Faz. e Prev |
| | Estoque | 12.695,40 | 19.608,85 | **54,46%** | | |
| PAEX | Arrecadação | 747,88 | 201,52 | **(36,15%)** | MP 303/2006 | Faz. e Prev |
| | Estoque | 3.401,08 | 2.680,70 | **(21,18%)** | | |
| PAES | Arrecadação | 1.700,84 | 813,79 | **(52,15%)** | Lei 10.684/03 | Faz. e Prev |
| | Estoque | 12.101,51 | 11.222,02 | **(7,27%)** | | |
| Timemania | Arrecadação | 2,16 | 4,52 | **109,78** | Lei 11.345/06 | Faz. e Prev |
| | Estoque | 772,64 | 835,54 | **8,14%** | | |
| Simples Nacional | Arrecadação | 269,72 | 147,43 | **(45,34%)** | Lcp nº 123/06 e 128/08 | Faz. e Prev |
| | Estoque | 3.444,81 | 3.475,51 | **8,91%** | | |
| OPP (*) | Arrecadação | 1.488,64 | 945,68 | **(36,47%)** | Diversas | Faz. e Prev |
| | Estoque | 13.260,80 | 12.837,66 | **(3,19%)** | | |
| Outros (**) | Arrecadação | 3.670,01 | 5.550,43 | **51,24%** | Diversas | Prev. |
| | Estoque | 861,72 | 755,57 | **(12,32%)** | | |
| **Total** | **Arrecadação** | **10.865,31** | **10.260,75** | **(5,56%)** | | |
| | **Estoque** | **54.244,02** | **67.650,50** | **24,72%** | | |

(*) Não foram contabilizados os parcelamentos das Leis nº 11.960/09 e 12.058/10, e MP nº 457/2009, pois os sistemas de consolidação ainda não foram implementados.
(**) Os parcelamentos da Lei nº 11.941/2009, MP nº 449/2008 e MP nº 470/2009 foram contabilizados na arrecadação, mas não foram no estoque pois os sistemas de consolidação estão em construção.
Fontes: Sistema INFORMAR (Parcelamentos Previdenciários) e Sistemas SINCOR, REFIS, PAES e PAEX (Parcelamentos Fazendários e Mistos).

**ESTOQUE DE PARCELAMENTOS POR ORIGEM**

Em R$ milhões

| MODALIDADE | ORIGEM | CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA | | VARIAÇÃO (2/1) | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2009 (1) | 2010 (2) | | 2009 | 2010 |
| **Convencional** | Prev. | 4.346,27 | 3.988,08 | **(8,24%)** | **14,21%** | **24,00%** |
| | Faz. | 3.359,79 | 12.246,55 | **264,50%** | | |
| | Total | 7.706,06 | 16.234,63 | **110,67%** | | |
| **REFIS** | Faz. | 12.695,40 | 19.608,85 | **54,46%** | **23,40%** | **28,99%** |
| **PAEX** | Prev. | 1.328,48 | 926,60 | **(30,25%)** | **6,27%** | **3,96%** |
| | Faz. | 2.072,60 | 1.754,10 | **(15,37%)** | | |
| | Total | 3.401,08 | 2.680,70 | **(21,18%)** | | |
| **PAES** | Prev. | 4.137,69 | 3.562,99 | **(13,89%)** | **22,31%** | **16,59%** |
| | Faz. | 7.963,82 | 7.659,03 | **(3,83%)** | | |
| | Total | 12.101,51 | 11.222,02 | **(7,27%)** | | |
| **Timemania** | Prev. | 466,91 | 502,55 | **7,63%** | **1,42%** | **1,24%** |
| | Faz. | 305,73 | 332,99 | **8,92%** | | |
| | Total | 772,64 | 835,54 | **8,14%** | | |
| **Simples Nacional** | Prev. | 1,04 | 26,33 | **2.431,73%** | **6,35%** | **5,14%** |
| | Faz. | 3.443,77 | 3.449,18 | **0,16%** | | |
| | Total | 3.444,81 | 3.475,51 | **8,41%** | | |
| **Órgãos do Poder Público** | Prev. | 13.260,80 | 12.837,66 | **(3,19%)** | **24,45%** | **18,98%** |
| **Outros** | Prev. | 861,71 | 676,33 | **(21,51%)** | **1,59%** | **1,12%** |
| | Faz. | Não informado | 79,25 | **-** | | |
| | Total | 861,71 | 755,58 | **(12,31%)** | | |
| **Total** | **Prev.** | **24.402,91** | **22.520,53** | **(7,71%)** | **44,99%** | **33,29%** |
| | **Faz.** | **29.841,11** | **45.129,97** | **51,23 %** | **55,01%** | **66,71%** |
| | **Total** | **54.244,02** | **67.650,50** | **24,72 %** | **100,00%** | **100,00%** |

Fontes: Sistema INFORMAR (Parcelamentos Previdenciários) e Sistemas SINCOR, REFIS, PAES e PAEX (Parcelamentos Fazendários).

O primeiro demonstrativo apresenta um aumento no estoque de parcelamentos entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010. O referido estoque passou de R$ 54.244,02 milhões para R$ 67.650,50 milhões, isto é, houve um aumento de aproximadamente 25 % (vinte e cinco por cento).

O mesmo demonstrativo também indica que os parcelamentos das modalidades Paex, Paes e Órgãos do Poder Público sofreram redução entre os anos de 2009 e 2010. Essa redução é atribuída à migração dos contribuintes dessas modalidades para as modalidades previstas nas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.960/2009. Adiante, serão apresentadas as perspectivas para a consolidação desses dois parcelamentos.

No que diz respeito à Timemania e aos parcelamentos para ingresso no Simples Nacional, a variação do estoque entre 2009 e 2010 foi positiva e se situou em torno de 8% (oito por cento). Tal variação se deveu, basicamente, aos efeitos da taxa SELIC sobre os saldos dos parcelamentos e à disponibilização para trabalho das unidades da RFB do sistema de consolidação da modalidade previdenciária referente ao Simples Nacional 2007.

O estoque de parcelamentos das modalidades Convencionais e REFIS, por sua vez destoaram dos demais e tiveram variações bastante expressivas. A totalidade das modalidades convencionais aumentou de R$ 7.706,06 em 2009 para R$ 12.234,64 em 2010, enquanto que o REFIS cresceu de R$ 12.695,40 para R$ 19.608,85.

Esclarece-se que estão agregadas na modalidade Convencional as seguintes modalidades: antigo Convencional Previdenciário (Lei nº 8.212/91 revogada pela Lei nº 11.941/09); o antigo Convencional e Simplificado Fazendários (Lei nº 10.522/02 com redação anterior à Lei nº 11.941/2009); e atuais parcelamentos Ordinários e Simplificados fazendários e previdenciários (Lei nº 10.522 alterada pela Lei nº 11.941/2009). Diferentemente dos parcelamentos especiais ou excepcionais, os parcelamentos convencionais podem ser solicitados a qualquer tempo desde que atendidas as exigências legais.

O aumento da quantidade de parcelamentos da modalidade Convencional se deveu ao incremento nos parcelamentos de origem fazendária que, conforme mostra o segundo demonstrativo, saltou de R$ 3.359,79 milhões para R$ 12.126,55 milhões e que representa um aumento percentual de 264,50%. Os parcelamentos convencionais de origem previdenciária, por sua vez caíram de R$ 4.346,27 milhões para R$ 3.988,08 milhões. Para a

área previdenciária, também não foi implementado o sistema de consolidação referente aos parcelamentos Ordinário e Simplificado.

O aumento no estoque dos parcelamentos é creditado, além de outros motivos, à edição e publicação da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009 (alterada posteriormente pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 29 de abril de 2010), que regulamentou os novos parcelamentos Ordinário e Simplificado.

Referida Portaria, além de estabelecer novas facilidades para os parcelamentos Ordinário e Simplificado, tal como o incremento de R$ 100.000,00 para R$ 500.000,00 o limite mínimo para a concessão de parcelamento Simplificado, também regulamentou o reparcelamento previsto no art. 14a, da Lei nº 10.522/2002. A figura do reparcelamento, ou seja, possibilidade de novo parcelamento de débitos anteriormente parcelados, não existia no antigo parcelamento convencional fazendário.

Para os exercícios em que não houve parcelamento especial para ingresso no Simples Nacional, como o ano de 2010, as empresas só poderiam aderir caso não tivessem débitos exigíveis perante a RFB e demais entes. Portanto, essas empresas recorreram aos parcelamentos Ordinário e Simplificado para procederem à adesão ao Simples Nacional. No final de 2009, havia 3.368.255 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil e duzentos e cinqüenta e cinco) empresas participando do programa Simples Nacional, enquanto que no final de 2010 esta quantidade era de 4.469.137 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e cento e trinta e sete) empresas.

Observou-se, inclusive, que uma quantidade expressiva de contribuintes optantes pelas modalidades de parcelamento da Lei nº 11.941/2009 recorreram aos parcelamentos Ordinário e Simplificado para sanarem as pendências junto a RFB de débitos não abrangidos nas modalidades da Lei nº 11.941/2009 (vencimentos posteriores a novembro de 2008).

Com relação ao Refis, o crescimento do estoque deveu-se a reinclusão por determinação judicial de grandes contribuintes durante o ano de 2010. Haja vista que o pagamento mensal do Refis corresponde a um percentual da receita bruta do contribuinte, constata-se também inúmeras empresas cujo pagamento mensal não é suficiente para amortizar o juros da dívida e, em conseqüência, não há redução no principal, resultando assim incremento na dívida total.

## 2.12 – DÍVIDA ATIVA

### 2.12.1 - Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN**

**Defesa Judicial da União**

Representando judicialmente e extrajudicialmente a União em matéria fiscal, a PGFN conseguiu reverter e consagrar, no ano de 2010, diversas teses jurídicas, consolidando os excelentes resultados obtidos nos anos anteriores, com destaque para a atuação contenciosa no âmbito dos Tribunais Superiores e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A definição de controvérsias em matéria tributária, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional, resulta especialmente na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplidos e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultante de condenações impostas à Fazenda Pública, o que permite a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas de investimentos e sociais do governo federal.

Assim, no ano de 2010 o STF julgou favoravelmente à União a questão relativa à incidência da CSLL e da CPMF incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações (RREE 564413 e 474132), cuja estimativa de impacto financeiro era da ordem de R$ 36 bilhões para o período de 1996 a 2008. Outro importante julgamento concluído favoravelmente à União diz respeito à impossibilidade de creditamento, pelas empresas, do IPI na aquisição de produtos isentos (RE 566819), confirmando o que já restava jurisprudencialmente consolidado quanto a créditos presumidos na aquisição de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero.

Já no âmbito do CARF**,** onde a PGFN representa a União na defesa do crédito tributário, vale frisar que em 2010 a PGFN atuou em diversos processos de relevância, e obteve importantes vitórias, principalmente em casos que envolviam planejamentos tributários ilícitos. Houve a ampliação do número de procuradores dedicados à atuação dos processos relevantes (atualmente 12) e também uma maior inserção da PGFN nos debates acadêmicos e na imprensa, em função da maior cobertura jornalística dos assuntos julgados pelo CARF.

Com relação à atuação judicial da PGFN no âmbito dos Tribunais Superiores, cabe ressaltar diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça, como: o reconhecimento da ilegitimidade do Contribuinte de Fato para pleitear a repetição de indébito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (RESP 903.394/AL); a possibilidade de alteração do valor constante na Certidão de Dívida Ativa, quando configurado o excesso de execução (em razão de declaração de inconstitucionalidade parcial de tributo), desde que a operação importe meros cálculos aritméticos, sem que seja necessária a extinção da execução fiscal (RESP 1.115.501/SP); reconhecimento de que a alienação de bens pelo devedor já configura fraude à execução após a mera inscrição em Dívida Ativa (Art. 185 do CTN) do crédito tributário (RESP 1.141.990/PR), dentre outros.

**Gerenciamento da Dívida Ativa da União**

Os créditos que são recebidos dos órgãos de origem, após o exame de regularidade, certeza e liquidez que determina a legislação regente, são inscritos em Dívida Ativa da União - DAU. Após a inscrição em DAU inicia-se a fase dita “amigável da cobrança executiva” em que é encaminhada notificação, que oportuniza ao contribuinte efetuar o pagamento ou parcelar os créditos da União com desconto de 10% sobre um encargo legal de 20% que incide sobre os créditos inscritos. Nesta fase é que se acha a cobrança dos créditos não ajuizados.

Terminada a fase de cobrança amigável, inicia-se o encaminhamento dos créditos para ajuizamento. Nesse momento, que em regra se dá 45 dias após a notificação, incide o percentual dito cheio do encargo legal que é 20%. Terminado o preparo para o ajuizamento, após as iniciais da execução fiscal serem protocolizados no Judiciário, passa-se a tratar da cobrança dos créditos ajuizados, que normalmente permanecem nessa fase até a extinção do crédito, se não houver algum motivo excepcional que lhes tire a condição de ajuizados.

Atualmente, conforme seja o tipo de crédito previdenciário, não previdenciário e créditos do FGTS são utilizados respectivamente três sistemas para a administração e controle dos créditos inscritos, o sistema Dívida Previdenciário, o sistema CIDA - Cadastro Integrado da Dívida Ativa e o sistema FGE - Fundo de Garantia das Empresas.

Quanto à cobrança pela via dos parcelamentos, normalmente é oferecido aos contribuintes o parcelamento ordinário, conforme previsto na Lei n.º 10.522/2002 , em que o débito pode ser parcelado em até 60 meses. Dependendo do valor do crédito, até 500 mil, temos o parcelamento ordinário simplificado em que o contribuinte pode efetuar o parcelamento pela internet, visto que não há exigência de garantia. O sistema está preparado para efetuadas as verificações de praxe validar o requerimento efetuado após o recebimento do pagamento da primeira parcela, quando então se dá a adesão ao parcelamento simplificado. Quando o valor do crédito é superior a 500 mil, sucede o parcelamento ordinário convencional, que normalmente exige garantia para o seu deferimento. Na hipótese, o contribuinte se dirige a uma das unidades da Procuradoria e efetua seu pedido de parcelamento, em que é analisado o enquadramento

do pedido e a garantia oferecida. Após tais verificações o pedido de parcelamento poderá ser deferido ou indeferido. Para os vários tipos de parcelamentos especiais de acordo com a lei que o estipulou são aplicadas pela PGFN as regras da para sua concessão, efetuadas as análises pertinentes, inclusive de garantias se a lei regente assim o exigir.

Não havendo solicitação de parcelamento pelo contribuinte, esgotado o prazo da cobrança amigável, os créditos são ajuizados e o devedor é citado para pagar ou nomear bens a penhora caso pretenda embargar a execução fiscal proposta. No caso dos créditos ajuizados os Procuradores da Fazenda Nacional atuam no processo, acompanhando a citação do contribuinte e encaminhando dados complementares na hipótese do devedor não ser encontrado, para viabilizar a sua localização.

Efetua-se manifestação sobre os bens eventualmente oferecidos, sobre a sua suficiência e idoneidade para garantir o crédito em cobrança, ou encaminha-se dados sobre outros bens, caso o contribuinte, encontrado ou não, não tenha oferecido bens a penhora. Os procuradores apresentam impugnação aos embargos, e, uma vez que sejam decididos a favor da Fazenda Pública, prosseguem no acompanhamento da execução fiscal até sua extinção por pagamento pelo devedor ou pela alienação ou adjudicação do bem para a satisfação do crédito.

**Arrecadação e Estoque da Dívida Ativa**

Em relação à Dívida Ativa da União – DAU – sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN , em 2010, a arrecadação apresentou o montante de R$ 5.429.420.504,74), enquanto o estoque apresentou o valor de R$ 880.596.409.092,74 distribuídos da seguinte forma, somando-se os créditos ajuizados e os não ajuizados:

a) Quanto aos créditos tributários não-previdenciários parcelados, o estoque, em 2010, atingiu o valor de R$ 124.938.389.176,48, enquanto a arrecadação fechou o ano de 2010 no montante de R$ 3.553.581.236,36. Houve um crescimento do estoque de 799% e um decréscimo de 9,13**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

b) No que diz respeito aos créditos tributários não-previdenciários não parcelados, tem-se o estoque, em 2010, de R$ 508.341.864.155,48, enquanto a arrecadação fechou o ano de 2010 no montante de R$ 557.322.075,66. Dessa forma, houve um decréscimo do estoque de 10,61**%** e um decréscimo de 82,35**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

c) No que tange aos créditos tributários previdenciários parcelados, o estoque, em 2010, de R$ 6.505.551.781,68, enquanto a arrecadação fechou o ano de 2010 no montante de R$ 264.946.769,52. Extrai-se da tabela que houve um decréscimo do estoque de 14,03**%** e um decréscimo de 77,78**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

d) Sobre os créditos tributários previdenciários não parcelados, temos o estoque, em 2010, de R$ 181.583.378.584,18, enquanto a arrecadação fechou o ano de 2010 no montante de R$ 317.098.960,75. Extrai-se da tabela que houve um crescimento do estoque de 24,95**%** e um decréscimo de 3,65**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

e) Já no que toca aos créditos não-tributários parcelados, em 2010, o estoque alcançou R$ 6.629.645.339,90, enquanto o ano de 2010 se encerrou com uma arrecadação no montante de R$ 431.572.591,44. Bem assim, extrai-se da tabela que houve um crescimento do estoque de 1.318,20**%** e um decréscimo de 5,85**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

f) No que se refere aos créditos não-tributários não parcelados, o estoque, em 2010, atingiu R$ 52.597.580.055,02, enquanto o ano de 2010 se encerrou com uma arrecadação no montante de R$ 304.898.871,02 . Ou seja, infere-se que houve um crescimento do estoque de 1,05**%** e um decréscimo de 33,17**%** na arrecadação em relação ao ano anterior.

g) Os depósitos judiciais da União referentes aos créditos tributários (previdenciários ou não) e não tributários, alcançaram o valor de R$ 10.791.590.000,00, o que resultou em acréscimo de 7,58**%** em relação ao ano anterior.

Por fim, infere-se que a arrecadação geral encerrou o ano de 2010 com um decréscimo de 42,42**%** em relação ao ano anterior. Tal decréscimo é reflexo da Lei 11.941/2009, que concedeu diversos benefícios ao pagamento à vista durante o ano de 2009, o que não foi mais possível em 2010. O estoque geral dos créditos inscritos encerrou o ano de 2010 com 5,95**%** a mais que o ano anterior.

Verifica-se, portanto, que em 2010 o percentual da arrecadação da dívida em relação ao seu montante em estoque atingiu 0,62%, refletindo uma diminuição em relação ao índice de 2009, 1,13%.

Quanto à diferença entre os valores de Estoque e Arrecadação da Dívida Ativa da União evidenciados nos quadros a seguir e os registrados no SIAFI, por meio de Nota Técnica, a PGFN informa que, juntamente com o Ministério da Fazenda, está realizando um trabalhando de verificação e análise das contas relativas à Dívida Ativa da União os valores contabilizados no SIAFI.

Segundo a PGFN, foram constatadas, em consultas ao SIAFI, a existência de ausências/divergências de parâmetros sobre a estrutura das informações dos números da dívida, relativas às contas contabilizadas. Estas ausências/divergências referem-se aos valores do CIDA em batimento com os valores registrados no SIAFI, o que inviabiliza a prestação da informação, de forma segura.

Acrescenta ainda que:

" [...] as incongruências traduzem-se da seguinte forma:

- Os créditos não tributários, em função da metodologia utilizada na automatização do registro da dívida, estão contabilizados conjuntamente com os créditos tributários (Não Previdenciários). Esses créditos estão inscritos na conta 122110301, conta corrente PF0170995 – Série Diversas Origens;
- Não existe conta específica e/ou não estão sendo alimentadas as contas no SIAFI dos Créditos Tributários - Não Previdenciários/ Previdenciários e Créditos Não-Tributários no que diz respeito aos créditos parcelados e não parcelados, bem como em ajuizados e não ajuizados (termos retirados da solicitação do anexo B, do Ofício nº 36.475/2010/SE/CGU/PR, de 08/11/10);
- No SIAFI, consta que Órgão Superior da Administração Direta é o Ministério da Fazenda. No caso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é responsável pela arrecadação e estoque da Dívida Ativa da União, não incluindo nestes registros a SUSEP e a CVM;
- Todos os valores constantes de saldos relativos à Dívida Ativa da União derivam do MAPA TCU, fita alimentada mensalmente, com dados extraídos do Sistema SIDA. As regras de negócio, com todas as informações que derivam os registros automatizados foram elaborados pela CDA/PGFN, CCONT e TCU);
- A única gestão da PGFN e de suas unidades descentralizadas é a GESTÃO TESOURO."

**DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – 2010**

| CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS | | 2009 | | | | TOTAL 2009 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | |
| | | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | |
| CRÉDITOS NÃO-PREVIDENCIÁRIOS | ARRECADAÇÃO | 3.519.484.935,21 | 391.053.881,69 | 2.842.099.625,77 | 315.788.847,31 | 7.068.427.289,98 |
| | ESTOQUE | 12.011.992.169,61 | 1.886.845.602,75 | 546.586.982.807,99 | 22.070.033.300,14 | 582.555.853.880,49 |
| CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS | ARRECADAÇÃO | 119.216.357,90 | 1.072.947.221,06 | 25.378.852,33 | 228.409.670,93 | 1.445.952.102,22 |
| | ESTOQUE | 5.513.212.801,06 | 2.054.012.653,34 | 164.906.169.913,72 | 23.558.110.925,76 | 196.031.506.293,88 |
| **TOTAL** | **ARRECADAÇÃO** | **3.638.701.293,11** | **1.464.001.102,75** | **2.867.478.478,09** | **544.198.518,24** | **8.514.379.392,20** |
| | **ESTOQUE** | **17.525.204.970,67** | **3.940.858.256,09** | **711.493.152.721,71** | **45.628.144.225,90** | **778.587.360.174,37** |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS** | | **2010** | | | | **TOTAL 2010** |
| | | **PARCELADOS** | | **NÃO PARCELADOS** | | |
| | | **AJUIZADOS** | **NÃO AJUIZADOS** | **AJUIZADOS** | **NÃO AJUIZADOS** | |
| CRÉDITOS NÃO-PREVIDENCIÁRIOS | ARRECADAÇÃO | 3.198.223.112,72 | 355.358.123,64 | 501.589.868,09 | 55.732.207,57 | 4.110.903.312,02 |
| | ESTOQUE | 112.237.387.664,87 | 12.701.001.511,61 | 476.529.637.394,70 | 31.812.226.760,78 | 633.280.253.331,96 |
| CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS | ARRECADAÇÃO | 238.452.092,57 | 26.494.676,95 | 285.389.064,68 | 31.709.896,08 | 582.045.730,27 |
| | ESTOQUE | 4.191.104.323,89 | 2.314.447.457,79 | 155.746.633.809,75 | 25.836.744.774,43 | 188.088.930.365,86 |
| **TOTAL** | **ARRECADAÇÃO** | **3.436.675.205,29** | **381.852.800,59** | **786.978.932,77** | **87.442.103,64** | **4.692.949.042,29** |
| | **ESTOQUE** | **116.428.491.988,76** | **15.015.448.969,40** | **632.276.271.204,45** | **57.648.971.535,21** | **821.369.183.697,82** |

Fonte: PGFN

| CRÉDITOS NÃO-TRIBUTÁRIOS | 2009 | | | | TOTAL 2009 |
|---|---|---|---|---|---|
| | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | |
| | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | |
| ARRECADAÇÃO | 412.562.336,57 | 45.840.259,62 | 410.635.614,33 | 45.626.179,37 | 914.664.389,89 |
| ESTOQUE | 375.438.952,62 | 92.031.023,07 | 48.774.316.248,09 | 3.276.246.103,39 | 52.518.032.327,17 |
| **CRÉDITOS NÃO-TRIBUTÁRIOS** | **2010** | | | | **TOTAL 2010** |
| | **PARCELADOS** | | **NÃO PARCELADOS** | | |
| | **AJUIZADOS** | **NÃO AJUIZADOS** | **AJUIZADOS** | **NÃO AJUIZADOS** | |
| ARRECADAÇÃO | 388.415.332,29 | 43.157.259,14 | 274.408.983,91 | 30.489.887,10 | 736.471.462,45 |
| ESTOQUE | 5.895.384.692,65 | 734.260.647,25 | 47.515.213.027,09 | 5.082.367.027,93 | 59.227.225.394,92 |

Fonte: PGFN

| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (TRIBUTÁRIOS + NÃO-TRIBUTÁRIOS) | 2009 | | | | TOTAL 2009 |
|---|---|---|---|---|---|
| | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | |
| | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | |
| ARRECADAÇÃO | 4.051.263.629,69 | 1.509.841.362,37 | 3.278.114.092,42 | 589.824.697,61 | 9.429.043.782,09 |
| ESTOQUE | 17.900.643.923,29 | 4.032.889.279,16 | 760.267.468.969,80 | 48.904.390.329,29 | 831.105.392.501,54 |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (TRIBUTÁRIOS + NÃO-TRIBUTÁRIOS) | 2010 | | | | TOTAL 2010 |
| | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | |
| | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | |
| ARRECADAÇÃO | 3.825.090.537,58 | 425.010.059,73 | 1.061.387.916,68 | 117.931.990,74 | 5.429.420.504,74 |
| ESTOQUE | 122.323.876.681,41 | 15.749.709.616,65 | 679.791.484.231,54 | 62.731.338.563,14 | 880.596.409.092,74 |

Fonte: PGFN

| DEPÓSITOS JUDICIAIS DAU (CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS + NÃO-TRIBUTÁRIOS) | |
|---|---|
| 2009 | 10.030.924.945,02 |
| 2010 | 10.791.590.000,00 |

Fonte: PGFN

| ANÁLISES | 2009 | 2010 | VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|
| ARRECADAÇÃO | 9.429.043.782,09 | 5.429.420.504,74 | -42,42% |
| ESTOQUE | 831.105.392.501,54 | 880.596.409.092,74 | 5,95% |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS | 10.030.924.945,02 | 10.791.590.000,00 | 7,58% |
| ARRECADAÇÃO X ESTOQUE | 1,13% | 0,62% | |

Fonte: PGFN

**Contabilização da Dívida Ativa**

Considerando os esclarecimentos anteriores, as informações apresentadas pela PGFN têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a Coordenação Geral Contabilidade – CCONT/STN/FAZENDA procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

• Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;

• Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dividido em Dívida Ativa não Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) e Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) em 31 de dezembro de 2009;

• Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);

• Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e não tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00) e a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00);

• Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00) por meio das contas contábeis 5.1.3.1.2.03.00, 5.1.3.1.2.11.01, 5.1.3.1.2.11.02, 5.1.3.1.2.11.03, 5.1.3.1.2.11.04, 5.1.3.1.2.12.00 e 5.1.3.1.2.02.00, que registram a baixa da dívida devido a recebimento;

• Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2010 (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.10.33, 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01 e 5.2.3.1.9.04);

• Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (conta contábil 6.2.3.1.7.11.04) e Não Tributária (conta contábil 6.2.3.2.3.04.01 e 6.2.3.2.3.05.09);

• Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.2.02.00 e 5.2.3.8.2.02.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.7.10.09);

• Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.31, 5.2.3.1.7.01.32, 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13);

• Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00); e

• Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2010, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00)

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS**

em R$ mil

| ÓRGÃO SUPERIOR | SALDO ANTERIOR | INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1) (2) | RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (3) (13) | VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (3) (4) (5) | CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (6) (7) | ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (8) (9) (10) | AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (11) (12) (14) | ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS | ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA | SALDO ATUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JUSTICA ELEITORAL | 15 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 108 | 17 | 0 | 0 | 0 | 25 | 0 | 0 | 0 | 149 |
| MINISTERIO DO PLANEJ., ORCAMENTO E GESTAO | 282 | 363 | 0 | 21 | 0 | 53 | 0 | 0 | 0 | 677 |
| MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 0 | 0 | 21 | (21) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 831.033.293 | 83.214.603 | 2.600.516 | 1.549.801 | 49.563.020 | 53.802.316 | (18.294.431) | 787.692 | 359.354 | 894.895.398 |
| MINISTERIO DA EDUCACAO | 523.260 | 10.605 | 0 | 0 | 0 | 38.771 | 0 | 0 | 0 | 572.636 |
| MINISTERIO DO DESENV,IND. E COM. EXTERIOR | 250.469 | 32.041 | 19.605 | (19.547) | 10 | 0 | 0 | 1 | 0 | 282.440 |
| MINISTERIO DA JUSTICA | 0 | 1.573 | 653 | (653) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.573 |
| MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 138.234 | 114.145 | 8.423 | (6.049) | 241 | 1.165 | 0 | 0 | 0 | 250.930 |
| MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 1.223.203 | 70.830 | 1.359.131 | (1.357.006) | 8.869 | 30.111 | (22.087) | 0 | 0 | 1.291.062 |
| MINISTERIO DA SAUDE | 78.684 | 21.179 | 147 | (102) | 0 | 52.608 | 0 | 0 | 0 | 152.427 |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 7.271 | 306 | 0 | 101 | 0 | 2.043 | 0 | 0 | 0 | 9.518 |
| MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 24.850 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24.850 |
| MINISTERIO DA CULTURA | 285 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 285 |
| MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 1.796.608 | 266.921 | 2 | 7.277 | 30.003 | 0 | (2) | 0 | 0 | 2.026.244 |
| MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 0 | 16.138 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16.138 |
| MINISTERIO DA DEFESA | 522 | 6.227 | 917 | (165) | 2 | 1.807 | 0 | 0 | 0 | 7.802 |
| TOTAL | 835.077.083 | 83.754.947 | 3.989.415 | 173.659 | 49.602.145 | 53.928.902 | (18.316.520) | 787.692 | 359.354 | 899.532.147 |

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) o valor foi ajustado em R$ 1.923,63 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(2) o valor foi ajustado em R$ 1.210,43 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 32000 - Ministério de Minas e Energia;
(3) foram considerados os valores líquidos de deduções;
(4) o valor foi ajustado em R$ 164,16 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(5) o valor foi ajustado em R$ 1.485,05 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 44000 - Ministério do Meio Ambiente;
(6) o valor foi ajustado em R$ 158.594,56 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(7) o valor foi ajustado em R$ 37.941,40 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 15000 - Justiça do Trabalho;
(8) o valor foi ajustado em R$ 5.712,53 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 12000 - Justiça Federal;
(9) o valor foi ajustado em R$ 10.461,82 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 14000 - Justiça Eleitoral;
(10) o valor foi ajustado em R$ 11.965.225,98 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
(11) o valor foi ajustado em R$ 1.977.451,48 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 24000 - Ministério de Ciência e Tecnologia;
(12) o valor foi ajustado em R$ 22.536.214,07 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURO**

em R$ mil

| ÓRGÃO SUPERIOR | SALDO ANTERIOR | INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1) | RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (2) (6) | VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (2) | CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (3) | ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) | AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (7) | ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS | ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA | SALDO ATUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JUSTICA ELEITORAL | 15 | - | - | 1 | - | 4 | - | - | - | 18 |
| MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | - | - | 19 | (19) | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 829.193.405 | 83.165.598 | 2.586.810 | 1.560.996 | 49.546.169 | 53.762.875 | (18.316.968) | 786.875 | 359.354 | 892.964.707 |
| MINISTERIO DA JUSTICA | - | - | 653 | (653) | - | - | - | - | - | - |
| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| MINISTERIO DA SAUDE | - | - | 147 | (147) | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | - | - | 0 | (0) | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 829.193.420 | 83.165.599 | 2.587.629 | 1.560.177 | 49.546.169 | 53.762.878 | (18.316.968) | 786.875 | 359.354 | 892.964.726 |

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) o valor foi ajustado em R$ 1.210,43 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 32000 - Ministério de Minas e Energia;
(2) foram considerados os valores líquidos de deduções;
(3) o valor foi ajustado em R$ 37.941,40 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 15000 - Justiça do Trabalho;
(4) o valor foi ajustado em R$ 5.712,53 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 12000 - Justiça Federal;
(5) o valor foi ajustado em R$ 10.461,82 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 14000 - Justiça Eleitoral;
(6) Apesar das contas 42.550.00.00 e 42.560.00.00 serem contas que representem recebimento da Dívida Ativa, essas não foram acrescentadas à coluna por não apresentarem saldos condizentes com recebimento da Dívida Ativa;
(7) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FED ERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS**

em R$ mil

| UF | SALDO ANTERIOR | INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1) (2) | RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (3) (13) | VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (3) (4) (5) | CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (6) (7) | ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (8) (9) (10) | AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (11) (12) (14) | ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS | ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA | SALDO ATUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 1.051.176 | 52.824 | 787 | 2.551 | 5.070 | 56.783 | (113.876) | 0 | 583 | 1.037.914 |
| AL | 7.135.656 | 279.766 | 17.047 | 4.016 | 72.167 | 396.801 | (287.044) | 7.110 | 258 | 7.424.581 |
| AM | 9.817.227 | 1.074.765 | 5.265 | 29.364 | 348.421 | 684.946 | (534.466) | 4.278 | 66.625 | 10.588.518 |
| AP | 1.018.668 | 127.731 | 292 | 9.898 | 2.501 | 92.605 | (2.715) | 0 | 510 | 1.223.090 |
| BA | 27.247.341 | 2.111.276 | 32.864 | 123.549 | 224.994 | 1.930.040 | (615.673) | 62.483 | 6.051 | 30.223.043 |
| CE | 14.962.650 | 871.036 | 13.107 | 37.954 | 105.209 | 798.101 | (278.153) | 7.911 | 123 | 16.189.329 |
| DF | 16.135.114 | 1.099.973 | 3.216.083 | (3.153.055) | 102.380 | 2.418.552 | (1.004.237) | 15.267 | 3.307 | 18.465.419 |
| ES | 12.987.818 | 953.548 | 15.837 | 49.757 | 349.876 | 816.570 | (152.874) | 27.109 | 9.350 | 14.153.134 |
| GO | 16.058.640 | 1.417.331 | 55.902 | 2.098 | 60.879 | 1.368.510 | (265.603) | 5.588 | 7.690 | 18.446.720 |
| MA | 6.136.811 | 525.025 | 10.540 | 13.650 | 101.021 | 445.967 | (69.253) | 1.006 | 605 | 6.911.727 |
| MG | 42.431.838 | 3.060.622 | 34.486 | 130.578 | 1.104.248 | 2.817.683 | (739.659) | 33.571 | 3.831 | 46.263.769 |
| MS | 6.150.098 | 777.972 | 10.817 | 20.726 | 31.516 | 523.155 | (109.039) | 5.503 | 1.290 | 7.272.336 |
| MT | 9.353.434 | 1.355.204 | 9.491 | 48.064 | 39.588 | 848.512 | (1.106.405) | 4.918 | 8.116 | 10.340.568 |
| PA | 11.493.938 | 888.561 | 8.015 | 24.078 | 104.923 | 855.701 | (327.339) | 3.672 | 4.376 | 12.765.796 |
| PB | 4.945.706 | 408.972 | 10.712 | 19.020 | 22.694 | 361.799 | (21.918) | 13.340 | 5.743 | 5.623.051 |
| PE | 22.443.320 | 1.447.579 | 17.337 | 41.982 | 329.238 | 1.535.579 | 123.741 | 37.990 | 4.597 | 25.119.076 |
| PI | 2.882.418 | 238.276 | 26.451 | (9.991) | 35.849 | 236.697 | (80.969) | 1.610 | 1.400 | 3.221.103 |
| PR | 35.209.277 | 1.869.792 | 32.368 | 91.089 | 314.008 | 2.427.114 | (1.167.765) | 36.820 | 59.648 | 37.804.484 |
| RJ | 101.407.223 | 7.160.203 | 118.759 | 1.852.560 | 1.473.369 | 6.414.852 | (2.146.384) | 40.420 | 5.911 | 109.344.874 |
| RN | 4.674.879 | 353.533 | 9.911 | 30.079 | 46.326 | 306.252 | (202.397) | 13.348 | 5.554 | 5.027.048 |
| RO | 3.706.102 | 184.248 | 5.850 | 4.796 | 23.498 | 209.058 | (75.615) | 15.184 | 59 | 3.974.405 |
| RR | 1.155.601 | 92.010 | 20.939 | (16.568) | 40.032 | 66.661 | (36.547) | 0 | 127 | 1.233.195 |
| RS | 42.974.590 | 1.716.855 | 59.394 | 84.840 | 304.159 | 2.170.775 | (1.213.103) | 79.167 | 83.517 | 45.038.040 |
| SC | 22.429.739 | 1.302.571 | 38.648 | 31.236 | 525.217 | 1.616.298 | (855.988) | 52.242 | 29.818 | 23.815.460 |
| SE | 3.029.793 | 206.855 | 9.187 | 3.862 | 22.033 | 217.636 | (106.128) | 1.487 | 4.528 | 3.307.059 |
| SP | 405.809.005 | 54.035.626 | 206.704 | 690.358 | 43.793.605 | 23.898.945 | (6.664.206) | 317.521 | 45.448 | 432.025.733 |
| TO | 2.429.023 | 142.793 | 2.623 | 7.168 | 19.323 | 413.313 | (262.904) | 146 | 289 | 2.692.676 |
| **TOTAL** | **835.077.083** | **83.754.947** | **3.989.415** | **173.659** | **49.602.145** | **53.928.902** | **(18.316.520)** | **787.692** | **359.354** | **899.532.147** |

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) o valor foi ajustado em R$ 1.923,63 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(2) o valor foi ajustado em R$ 1.210,43 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 32000 - Ministério de Minas e Energia;
(3) foram considerados os valores líquidos de deduções;
(4) o valor foi ajustado em R$ 164,16 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(5) o valor foi ajustado em R$ 1.485,05 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 44000 - Ministério do Meio Ambiente;
(6) o valor foi ajustado em R$ 158.594,56 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 26000 - Ministério da Educação;
(7) o valor foi ajustado em R$ 37.941,40 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 15000 - Justiça do Trabalho;
(8) o valor foi ajustado em R$ 5.712,53 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 12000 - Justiça Federal;
(9) o valor foi ajustado em R$ 10.461,82 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 14000 - Justiça Eleitoral;
(10) o valor foi ajustado em R$ 11.965.225,98 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
(11) o valor foi ajustado em R$ 1.977.451,48 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 24000 - Ministério de Ciência e Tecnologia;
(12) o valor foi ajustado em R$ 22.536.214,07 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;
(13) Apesar das contas 42.550.00.00 e 42.560.00.00 serem contas que representem recebimento da Dívida Ativa, essas não foram acrescentadas à coluna por não apresentarem saldos condizentes com recebimento da Dívida Ativa;
(14) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOURO**

em R$ mil

| UF | SALDO ANTERIOR | INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1) | RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (2) | VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (2) | CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (3) | ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) | AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (7) | ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS | ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA | SALDO ATUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 1.014.083 | 44.450 | 0 | 3.230 | 4.817 | 56.783 | -113.876 | 0 | 583 | 992.809 |
| AL | 7.132.541 | 279.766 | 0 | 21.045 | 72.167 | 396.755 | -287.025 | 7.110 | 258 | 7.421.457 |
| AM | 9.667.338 | 989.147 | 0 | 34.454 | 330.206 | 684.760 | -534.373 | 4.277 | 66.625 | 10.371.310 |
| AP | 973.587 | 124.833 | 0 | 10.186 | 2.490 | 92.593 | -2.708 | 0 | 510 | 1.175.119 |
| BA | 27.159.500 | 2.095.379 | 0 | 156.181 | 224.720 | 1.929.706 | -615.453 | 62.483 | 6.051 | 30.119.697 |
| CE | 14.415.226 | 865.797 | 0 | 50.638 | 104.863 | 790.462 | -273.116 | 7.911 | 123 | 15.634.834 |
| DF | 15.400.738 | 960.339 | 2.587.610 | -2.528.012 | 102.115 | 2.374.417 | -1.003.674 | 15.267 | 3.307 | 17.551.533 |
| ES | 12.960.495 | 938.190 | 0 | 65.248 | 348.720 | 816.078 | -152.797 | 27.109 | 9.350 | 14.111.538 |
| GO | 15.980.801 | 1.397.929 | 0 | 56.980 | 60.479 | 1.368.098 | -265.290 | 5.588 | 7.690 | 18.350.801 |
| MA | 6.031.019 | 500.284 | 0 | 24.092 | 101.021 | 445.902 | -69.209 | 1.006 | 605 | 6.781.273 |
| MG | 42.213.272 | 3.020.839 | 0 | 164.420 | 1.101.482 | 2.816.156 | -738.641 | 33.571 | 3.831 | 46.008.322 |
| MS | 6.094.303 | 767.851 | 0 | 30.438 | 31.472 | 523.059 | -108.996 | 5.503 | 1.290 | 7.207.516 |
| MT | 9.174.404 | 1.345.688 | 0 | 56.009 | 39.588 | 848.442 | -1.106.366 | 4.918 | 8.116 | 10.153.537 |
| PA | 11.267.563 | 887.886 | 0 | 31.929 | 103.134 | 855.516 | -327.220 | 3.672 | 4.376 | 12.540.634 |
| PB | 4.898.842 | 405.176 | 0 | 29.497 | 22.229 | 361.663 | -21.086 | 13.340 | 5.743 | 5.573.785 |
| PE | 22.414.314 | 1.446.650 | 0 | 59.219 | 329.167 | 1.535.392 | 124.033 | 37.990 | 4.597 | 25.089.417 |
| PI | 2.872.343 | 226.078 | 0 | 16.375 | 35.849 | 236.649 | -80.952 | 1.610 | 1.400 | 3.198.884 |
| PR | 35.085.270 | 1.847.325 | 0 | 122.788 | 313.050 | 2.426.621 | -1.167.427 | 36.820 | 59.648 | 37.659.482 |
| RJ | 98.899.263 | 7.066.508 | 19 | 1.968.662 | 1.454.904 | 6.313.930 | -2.160.003 | 39.604 | 5.911 | 106.650.599 |
| RN | 4.651.819 | 346.178 | 0 | 39.770 | 46.156 | 305.910 | -202.333 | 13.348 | 5.554 | 4.996.746 |
| RO | 3.411.689 | 172.906 | 0 | 10.231 | 23.326 | 208.741 | -75.400 | 15.184 | 59 | 3.669.135 |
| RR | 1.133.700 | 83.014 | 0 | 4.332 | 40.027 | 66.658 | -36.546 | 0 | 127 | 1.202.341 |
| RS | 42.894.593 | 1.712.444 | 0 | 143.860 | 300.995 | 2.169.651 | -1.212.481 | 79.167 | 83.517 | 44.956.668 |
| SC | 22.361.213 | 1.286.578 | 0 | 69.783 | 523.050 | 1.616.005 | -855.418 | 52.242 | 29.818 | 23.733.484 |
| SE | 3.021.410 | 200.300 | 0 | 12.957 | 21.782 | 217.262 | -106.052 | 1.487 | 4.528 | 3.292.166 |
| SP | 405.647.964 | 54.011.297 | 0 | 896.420 | 43.789.047 | 23.892.538 | -6.661.676 | 317.521 | 45.448 | 431.841.688 |
| TO | 2.416.130 | 142.765 | 0 | 9.443 | 19.314 | 413.130 | -262.883 | 146 | 289 | 2.679.951 |
| TOTAL | 829.193.420 | 83.165.599 | 2.587.629 | 1.560.177 | 49.546.169 | 53.762.878 | -18.316.968 | 786.875 | 359.354 | 892.964.726 |

Fonte: SIAFI Gerencial
(1) o valor foi ajustado em R$ 1.210,43 devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 32000 - Ministério de Minas e Energia;
(2) foram considerados os valores líquidos de deduções;
(3) o valor foi ajustado em R$ 37.941,40 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 15000 - Justiça do Trabalho;
(4) o valor foi ajustado em R$ 5.712,53 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 12000 - Justiça Federal;
(5) o valor foi ajustado em R$ 10.461,82 devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 14000 - Justiça Eleitoral;
(6) Apesar das contas 42.550.00.00 e 42.560.00.00 serem contas que representem recebimento da Dívida Ativa, essas não foram acrescentadas à coluna por não apresentarem saldos condizentes com recebimento da Dívida Ativa;
(7) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

**2.12.2 - Dívida Ativa - Autarquias e Fundações**

**Procuradoria-Geral Federal – PGF**

A partir da promulgação da Lei nº 11.457/07, quando a PGF iniciou as atividades de centralização da cobrança dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, algumas medidas vêm sendo tomadas para o incremento da atividade de cobrança e recuperação dos créditos, destacando-se as seguintes:

**Realização de Grupos de Trabalho de inscrições em Dívida Ativa por todo o país**

No ano de 2008 foi constituído o GT - IBAMA, composto por quatro procuradores federais, no intuito de efetivar a cobrança de 15 bilhões de reais em créditos existentes e ainda não cobrados. Houve efetiva atuação dos procuradores federais nas cidades de Santarém, Marabá e Belém, nas quais foram analisados aproximadamente 2.000 processos (sendo cerca de 1.200 processos analisados em Santarém e Marabá e 800 processos em Belém). Desses quase 2.000 processos analisados, houve o ajuizamento de 855 execuções fiscais. Com o sucesso do GT, a Procuradoria Federal no estado do Mato Grosso ajuizou cerca de mil execuções para a cobrança de R$ 8,7 milhões de reais em créditos do IBAMA no mesmo período. No ano de 2009, foi constituído novo GT, composto por seis procuradores federais que, com a colaboração das entidades envolvidas, examinaram cerca de 1.200 processos administrativos do IBAMA/PA, 432 da ANAC/RJ, 135 da ANEEL/DF, 972 da ANATEL/MG. 1.000 da ANATEL/RS e 798 do DNIT/DF. Em seguida, constituiu-se um GT DNIT permanente, para análise dos 700 mil processos existentes em estoque, correspondente a R$ 208.552.369,87.

**Desenvolvimento do Sistema Único de Dívida Ativa (SISDAT)**

Dos créditos relativos às 156 autarquias e fundações públicas federais, os módulos de pré-inscrição e inscrição já estão finalizados, estando em pleno desenvolvimento pela GTI/AGU o módulo de pagamento, restando apenas efetivar as celebrações de convênios para apropriação do dinheiro por cada entidade credora.

**Realização de treinamento aos Procuradores e de Projeto Piloto com FUNASA, DNIT e ANP**

Os Procuradores, que serão multiplicadores do SISDAT nos estados, participaram de treinamento em 23 de setembro de 2010, bem como foi implementado Projeto Piloto com FUNASA, DENIT e ANP em novembro de 2010. Espera-se conseguir colocar em efetiva produção o SISDAT até o final deste ano. Com isso, haverá um incremento na atividade de arrecadação, pois as entidades alimentarão o módulo de pré-inscrição do SISDAT, competindo aos membros da PGF a análise das informações ali colocadas e a atividade efetiva de inscrição do crédito em dívida ativa, com geração automática de TDA, CDA, petição inicial e assinatura eletrônica.

**Definição de ações prioritárias proativas no âmbito da PGF**

Edição da Portaria PGF n° 14, de 12 de janeiro de 2010, determinando a exclusividade de ao menos um procurador federal nas capitais do país, para atender de forma prioritária as seguintes ações: ações de cobrança e recuperação de créditos acima de um milhão de reais; ações regressivas acidentárias; ações de ressarcimento ao erário decorrentes de Tomada de Contas Especiais ou improbidade administrativa; e execuções de decisões proferidas pelo TCU.

**Monitoramento dos grandes devedores ambientais**

Instituição de Grupo de Trabalho, em parceria com a Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA, para análise dos 500 maiores devedores ambientais – GT 500 do IBAMA. Em razão dos altos valores das execuções, decidiu-se priorizar os créditos acima de dois milhões de reais, diferente do previsto na Portaria PGF 14/2010, ficando a cargo do IBAMA a atuação nos processos administrativos e à PGF o ajuizamento das ações judiciais.

**Protesto das Certidões de Dívida Ativa**

Tendo em vista experiência do Inmetro em sete estados (RS, SC, SP, PE, TO, AM e RJ), que já fazem uso do protesto para a recuperação dos créditos da entidade, foi feito estudo pela PGF a fim de possibilitar que ao invés de se prosseguir com as execuções fiscais de pequeno valor (inferiores a R$ 10.000,00), recuperem-se esses créditos por meio do protesto extrajudicial da CDA. Por exemplo: no estado do Rio Grande do Sul, 56,08% dos débitos são saldados com o protesto. Isso significa que dos R$ 136.238,15 cobrados, R$ 76.402,08 foram efetivamente recuperados, já descontados os valores referentes a emolumentos. O referido estudo redundou na assinatura do convênio entre PGF e IEPTB, no dia 16 de agosto de 2010, possibilitando o protesto de CDAs de valores inferiores a 10 mil reais, independentemente de pagamento de despesas prévias, nos termos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Com isso, realizamos um projeto-piloto iniciado em outubro e finalizado em dezembro de 2010 com três autarquias (DNIT, ANP e INMETRO), em duas unidades (Procuradoria-Regional Federal da 2ª e da 3ª Região), alcançando um resultado bem expressivo, visto que foram recuperados aproximadamente 30% dos títulos encaminhados a protesto.

**Realização de treinamento dos servidores administrativos das autarquias e fundações públicas federais.**

A importância do curso para os servidores que lidam com a constituição do processo administrativo fiscal é orientá-los quanto aos aspectos legais e jurídicos relacionados com a cobrança dos respectivos créditos, uma vez que a melhora do procedimento implicará uma melhora da própria arrecadação, pois os processos chegarão à procuradoria com maiores informações e melhor instruídos, possibilitando a imediata recuperação dos créditos das entidades por meios dos executivos fiscais e outros instrumentos.

Além dessas medidas, iniciou-se em 2010 as tratativas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o lançamento de um projeto-piloto que versará sobre conciliações prévias em execuções fiscais. Tal projeto prevê a possibilidade da própria Justiça encaminhar notificações aos devedores das autarquias e fundações, logo após a distribuição das iniciais de execução fiscal, a fim de se tentar uma conciliação prévia e evitar a continuidade do processo judicial, proporcionando, além da redução das demandas encaminhadas ao Judiciário, um incremento considerável na recuperação e ressarcimento dos valores devidos a tais entidades.

## DÍVIDA ATIVA GERIDA POR AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

| ORGÃO | AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | 2009 | | | | 2010 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | |
| | | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS |
| PREVIC | ARRECADAÇÃO | | | | 983.001,05 | | | | 824.850,57 |
| | ESTOQUE | | | | 1.098.650,00 | | | | 665.500,00 |
| IPEA | ARRECADAÇÃO | | | - | - | | | - | - |
| | ESTOQUE | | | 46.200,00 | - | | | 46.200,00 | 27.043,64 |
| ANTT | ARRECADAÇÃO | - | 269.338,71 | 111.422,76 | 3.598,91 | - | 458.050,72 | 50.036,91 | 48.731,45 |
| | ESTOQUE | - | 747.718,70 | 5.603.498,97 | 11.019.096,90 | - | 670.588,20 | 7.370.524,30 | 16.328.614,11 |
| IBGE | ARRECADAÇÃO | 39.597,23 | 96.574,12 | 125.850,74 | 40.032,38 | | 448,64 | 161.752,49 | 94.758,95 |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| CAPES | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| INSS | ARRECADAÇÃO | | 1.162.337,91 | | 7.578.180,80 | | 922.582,68 | | 2.171.443,09 |
| | ESTOQUE | - | 5.499.338,93 | 1.148.803.821,96 | 165.084.890,63 | - | 7.871.341,16 | 5.935.752.896,70 | 570.683.538,41 |
| CVM | ARRECADAÇÃO | 11.916,80 | 9.295,16 | - | 31.760,19 | 36.403,97 | - | 41.823,61 | 438.167,06 |
| | ESTOQUE | 38.472,52 | 94.158,78 | 79.558.800,33 | 7.322.281,63 | 3.069.885,40 | 3.464.408,26 | 26.354.569,59 | 238.116.441,31 |
| CADE | ARRECADAÇÃO | 378.174,01 | 9.114.832,93 | 32.169.712,39 | 4.363.387,09 | | | 243.604,82 | 94.249,23 |
| | ESTOQUE | | 103.068.180,00 | 379.342.506,24 | | | | 176.945.272,85 | 1.290.271,52 |
| ANP | ARRECADAÇÃO | | | 25.964.445,88 | | | | 48.402.985,61 | |
| | ESTOQUE | | | 76.720.000,00 | | | | 100.249.092,81 | |
| UFT | ARRECADAÇÃO | | | | | | 1.905,04 | | 94.975,90 |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| ANAC | ARRECADAÇÃO | 465.587,50 | 186.835,81 | 1.885.403,72 | 1.298.742,67 | 323.880,91 | 418.125,56 | 2.260.142,38 | 1.185.814,47 |
| | ESTOQUE | | 4.202.018,60 | | 17.636.763,37 | | 118.000,00 | | 19.536.905,78 |
| IFSUL | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| UFES | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| CNPQ | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| INMETRO | ARRECADAÇÃO | 8.426.865,81 | 3.461.793,74 | 2.727.679,20 | 4.106.403,77 | 10.186.991,40 | 2.671.364,61 | 4.305.336,58 | 1.909.554,77 |
| | ESTOQUE | 1.123.012,48 | 1.161.008,30 | 7.332.463,53 | 23.872.031,66 | 1.174.863,22 | 610.405,68 | 10.171.730,46 | 7.895.004,87 |
| FNDE | ARRECADAÇÃO | 193.561,26 | | 84.767.111,59 | | 446.568,56 | | 48.846.471,74 | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |

Cont.

| ORGÃO | AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | 2009 | | | | 2010 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | | PARCELADOS | | NÃO PARCELADOS | |
| | | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS | AJUIZADOS | NÃO AJUIZADOS |
| ANVISA | ARRECADAÇÃO | 1.052,24 | 12.381,96 | | 5.913,73 | 2.495,90 | 174.931,48 | - | 69.565,63 |
| | ESTOQUE | 1.521,64 | 121.832,56 | 387.035,42 | 1.159.721,56 | 34.889,86 | 192.945,90 | 1.226.409,65 | 8.355.042,88 |
| DNPM | ARRECADAÇÃO | | 2.549.908,12 | | 1.594.971,23 | | 1.201.383,87 | | 2.492.561,87 |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| ANA | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | 623.552,80 | 17.775,00 | 93.989,46 | 5.964,56 | | | 150.023,58 | 22.614,84 |
| UFC | ARRECADAÇÃO | | | 209.826,80 | | | | 69.902,69 | 281.813,29 |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| FUNDAJ | ARRECADAÇÃO | | | | | | | | |
| | ESTOQUE | | | | | | | | |
| UFRGS | ARRECADAÇÃO | 119,00 | | 2.971,00 | | | | | |
| | ESTOQUE | | | 2.348.558,88 | 191.250,41 | | | 2.635.656,95 | 142.822,91 |
| IBAMA | ARRECADAÇÃO | 60.319.254,00 | 4.721.898,75 | 169.236.488,46 | 2.524.068,09 | 52.671.216,52 | 4.786.582,79 | 141.068.578,25 | 2.611.894,76 |
| | ESTOQUE | 4.454.795,03 | 10.519.782,11 | 850.317.474,18 | 1.149.556.819,44 | 12.316.900,65 | 17.845.194,44 | 1.300.219.551,45 | 1.821.322.626,60 |
| ANATEL | ARRECADAÇÃO | - | 812.371,78 | 1.167.852,65 | 1.508.120,36 | 667,52 | 812.641,70 | 768.883,60 | 561.347,77 |
| | ESTOQUE | 1.061.319,06 | 4.874.794,23 | 129.335.312,79 | 296.092.700,44 | 1.317.176,09 | 4.905.100,28 | 196.389.588,71 | 358.521.630,79 |
| | | | | | | | | | |
| **TOTAL** | **ARRECADAÇÃO** | **70.998.465,76** | **21.235.231,08** | **325.946.945,99** | **16.459.999,47** | **64.590.807,46** | **10.525.434,41** | **248.390.961,77** | **10.708.285,72** |
| | **ESTOQUE** | **7.302.673,53** | **130.306.607,21** | **2.679.889.661,76** | **1.673.040.170,60** | **17.913.715,22** | **35.677.983,92** | **7.757.511.517,05** | **3.042.908.057,66** |

*Como não foi possível a distinção entre os valores arrecadados do INSS entre ajuizados e não ajuizados, para fins de totalização, estes foram incluídos dentre os ajuizados.
FONTE: Autarquias e Fundações

**PARTE III**

# ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

# PARTE III – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## 3.1 – ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e dos arts. 6º, 7º e 54 da Lei nº 12.017/2009, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, o Orçamento-Geral da União se divide em:

- **Orçamento Fiscal**: incluídos os Poderes da União, os Órgãos e Entidades, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as Empresas Estatais Dependentes, ou seja, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento;

- **Orçamento da Seguridade Social**: incluídos todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Inclui, também, os demais projetos ou atividades não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, mas que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social; e

- **Orçamento de Investimento**: representado pelo Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social representam, portanto, a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo os respectivos Fundos da Administração Direta) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos vinculados à Administração Indireta, Empresas Estatais Dependentes) que integram o Orçamento-Geral da União.

O Orçamento Geral da União, referente ao exercício financeiro de 2010, teve seus valores consignados pela Lei nº 12.214/2010, com as receitas estimadas no montante de R$ 1.860.428.516.577,00 (um trilhão, oitocentos e sessenta bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e dezesseis mil e quinhentos e setenta e sete reais), e as despesas fixadas em igual valor.

Das receitas consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, (99,5%) referem-se a Recursos do Tesouro Nacional, R$ 1.757.223.216.422,00, e R$ 8.798.577.930,00 (0,5%) a Recursos de Outras Fontes, que se referem às Entidades da Administração Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Dos Recursos do Tesouro Nacional previstos, R$ 596.235.115.957,00 são destinados ao refinanciamento da dívida pública federal interna, perfazendo um percentual de (33,9%) em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, registradas na categoria econômica Receitas de Capital, origem Operações de Crédito. Deduzidas essas receitas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem o total de R$ 1.160.988.100.465,00, (66,1%) do total dos orçamentos.

Por outro lado, dos recursos do Tesouro Nacional destinados ao pagamento das despesas, R$ 882.406.171.956,00 referem-se a despesas correntes e 757.157.889.356,00 referem-se a amortização da dívida, perfazendo, juntas, um percentual de (93,3%) em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Deduzidas essas despesas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem R$ 117.659.155.110,00, (6,7%) do total dos orçamentos.

**TABELA 3.1-1 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA RECEITA – 2010**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

R$ milhares

| RECEITAS | RECURSOS DO TESOURO (1) | RECURSOS DE OUT. FONTES (2) | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES** | **900.009.538** | **8.460.908** | **908.470.447** |
| Receita Tributária | 293.540.988 | 0 | 293.540.988 |
| Receita de Contribuições | 479.505.946 | 0 | 479.505.946 |
| Receita Patrimonial | 53.294.572 | 1.482.770 | 54.777.341 |
| Receita Agropecuária | 542 | 23.835 | 24.376 |
| Receita Industrial | 46.194 | 649.631 | 695.825 |
| Receita de Serviços | 30.710.875 | 3.724.212 | 34.435.087 |
| Transferências Correntes | 184.236 | 278.299 | 462.535 |
| Outras Receitas Correntes | 42.726.186 | 2.302.163 | 45.028.349 |
| | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **843.880.674** | **289.419** | **844.170.093** |
| Operações de Crédito | 774.554.609 | 880 | 774.555.489 |
| Alienação de Bens | 4.768.662 | 106.285 | 4.874.948 |
| Amortização de Empréstimos | 24.186.915 | 111.905 | 24.298.820 |
| Transferências de Capital | 247.786 | 67.137 | 314.924 |
| Outras Receitas de Capital | 40.122.702 | 3.211 | 40.125.913 |
| | | | |
| **RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA** | **13.333.004** | **48.251** | **13.381.255** |
| Receita Corrente Intra-orçamentária | 124 | 0 | 124 |
| Receita de Contribuição Intra-orçamentária | 13.085.664 | 0 | 13.085.664 |
| Receita Patrimonial Intra-orçamentária | 206 | 2.050 | 2.256 |
| Receita Industrial Intra-orçamentária | 126.185 | 16.121 | 142.306 |
| Receita de Serviços Intra-orçamentária | 120.792 | 29.813 | 150.606 |
| Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias | 32 | 267 | 299 |
| **TOTAL** | **1.757.223.216** | **8.798.578** | **1.766.021.794** |

Fonte: Lei n.º 12.214/2010
(1) - Orçamento Fiscal: R$ 1.332.109.677 milhares / Seguridade Social: R$ 425.113.539 milhares
(2) - Orçamento Fiscal: R$ 8.391.689 milhares / Seguridade Social: R$ 406.889 milhares
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**TABELA 3.1-2 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA RECEITA – 2010**
**ORÇAMENTO FISCAL**

R$ milhares

| RECEITAS | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES** | **488.173.370** | **8.062.215** | **496.235.585** |
| Receita Tributária | 293.199.919 | 0 | 293.199.919 |
| Receita de Contribuições | 88.190.022 | 0 | 88.190.022 |
| Receita Patrimonial | 48.713.331 | 1.468.670 | 50.182.001 |
| Receita Agropecuária | 542 | 23.759 | 24.300 |
| Receita Industrial | 46.194 | 647.212 | 693.406 |
| Receita de Serviços | 25.219.314 | 3.500.771 | 28.720.085 |
| Transferências Correntes | 113.575 | 243.701 | 357.276 |
| Outras Receitas Correntes | 32.690.474 | 2.178.102 | 34.868.576 |
| | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **843.806.283** | **284.939** | **844.091.222** |
| Operações de Crédito | 774.480.218 | 0 | 774.480.218 |
| Alienação de Bens | 4.768.662 | 106.285 | 4.874.948 |
| Amortização de Empréstimos | 24.186.915 | 111.905 | 24.298.820 |
| Transferências de Capital | 247.786 | 63.538 | 311.324 |
| Outras Receitas de Capital | 40.122.702 | 3.211 | 40.125.913 |
| | | | |
| **RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA** | **130.024** | **44.535** | **174.559** |
| Receita Corrente Intra-orçamentária | 124 | 0 | 124 |
| Receita Patrimonial Intra-orçamentária | 206 | 2.050 | 2.256 |
| Receita Industrial Intra-orçamentária | 126.185 | 16.121 | 142.306 |
| Receita de Serviços Intra-orçamentária | 3.476 | 26.098 | 29.574 |
| Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias | 32 | 267 | 299 |
| **TOTAL** | **1.332.109.677** | **8.391.689** | **1.340.501.366** |

Fonte : Lei n.º 12.214/2010
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**TABELA 3.1-3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA RECEITA – 2010**
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

R$ milhares

| RECEITAS | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES** | **411.836.168** | **398.694** | **412.234.862** |
| Receita Tributária | 341.069 | 0 | 341.069 |
| Receita de Contribuições | 391.315.924 | 0 | 391.315.924 |
| Receita Patrimonial | 4.581.241 | 14.100 | 4.595.340 |
| Receita Agropecuária | 0 | 76 | 76 |
| Receita Industrial | 0 | 2.419 | 2.419 |
| Receita de Serviços | 5.491.561 | 223.441 | 5.715.002 |
| Transferências Correntes | 70.661 | 34.598 | 105.259 |
| Outras Receitas Correntes | 10.035.712 | 124.061 | 10.159.773 |
| | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **74.391** | **4.480** | **78.871** |
| Operações de Crédito | 74.391 | 880 | 75.271 |
| Transferência de Capital | 0 | 3.600 | 3.600 |
| | | | |
| **RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA** | **13.202.980** | **3.716** | **13.206.696** |
| Receita de Contribuição Intra-orçamentária | 13.085.664 | 0 | 13.085.664 |
| Receita de Serviços Intra-orçamentária | 117.316 | 3.716 | 121.032 |
| **TOTAL** | **425.113.539** | **406.889** | **425.520.428** |

Fonte: Lei n.º 12.214/2010
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**TABELA 3.1-4 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA DESPESA – 2010**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

R$ milhares

| DESPESAS | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **882.406.172** | **6.073.582** | **888.479.754** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 183.367.475 | 782.744 | 184.150.220 |
| Juros e Encargos da Dívida | 110.398.665 | 165 | 110.398.830 |
| Outras Despesas Correntes | 588.640.032 | 5.290.672 | 593.930.704 |
| | | | |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **853.819.354** | **2.538.642** | **856.357.996** |
| Investimentos | 56.168.562 | 1.939.701 | 58.108.264 |
| Inversões Financeiras | 40.492.903 | 598.454 | 41.091.357 |
| Amortização da Dívida | 757.157.889 | 486 | 757.158.375 |
| | | | |
| **RESERVAS** | **20.997.690** | **186.354** | **21.184.045** |
| Contingência | 5.026.615 | 0 | 5.026.615 |
| Outras | 15.971.075 | 186.354 | 16.157.429 |
| **TOTAL** | **1.757.223.216** | **8.798.578** | **1.766.021.794** |

Fonte: Lei n.º 12.214/2010
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**TABELA 3.1-5 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES**
**RESUMO GERAL DA DESPESA – 2010**
**ORÇAMENTO FISCAL**

R$ milhares

| DESPESAS | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **430.295.732** | **4.165.885** | **434.461.617** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 98.486.273 | 126.571 | 98.612.844 |
| Juros e Encargos da Dívida | 110.366.735 | 0 | 110.366.735 |
| Outras Despesas Correntes | 221.442.724 | 4.039.314 | 225.482.038 |
| | | | |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **846.414.567** | **2.455.132** | **848.869.699** |
| Investimentos | 48.944.369 | 1.856.678 | 50.801.047 |
| Inversões Financeiras | 40.356.308 | 598.454 | 40.954.762 |
| Amortização da Dívida | 757.113.890 | 0 | 757.113.890 |
| | | | |
| **RESERVAS** | **16.617.488** | **186.354** | **16.803.843** |
| Contingência | 5.026.615 | 0 | 5.026.615 |
| Outras | 11.590.873 | 186.354 | 11.777.227 |
| **TOTAL** | **1.293.327.787** | **6.807.371** | **1.300.135.159** |

Fonte: Lei n.º 12.214/2010
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**TABELA 3.1-6 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES**
**RESUMO GERAL DA DESPESA – 2010**
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

R$ milhares

| DESPESAS | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **452.110.440** | **1.907.697** | **454.018.137** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 84.881.202 | 656.174 | 85.537.376 |
| Juros e Encargos da Dívida | 31.930 | 165 | 32.095 |
| Outras Despesas Correntes | 367.197.308 | 1.251.358 | 368.448.666 |
| | | | |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **7.404.787** | **83.510** | **7.488.297** |
| Investimentos | 7.224.193 | 83.024 | 7.307.217 |
| Inversões Financeiras | 136.595 | 0 | 136.595 |
| Amortização da Dívida | 43.999 | 486 | 44.485 |
| | | | |
| **RESERVAS** | **4.380.202** | **0** | **4.380.202** |
| Outras | 4.380.202 | 0 | 4.380.202 |
| **TOTAL** | **463.895.429** | **1.991.206** | **465.886.636** |

Fonte: Lei n.º 12.214/2010
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## 3.2 – EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### 3.2.1 – Análise da Execução Orçamentária da Receita

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público conceitua a receita orçamentária *como todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e para operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias*. De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária. Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa n° 4, de 30 de agosto de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Visão Geral**

A Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – alcançou o montante de R$ 1.482.729 milhões, com uma redução nominal de 2,88% em relação ao montante verificado em 2009. É importante ressaltar que esse valor, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 1964, contempla as operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública federal, como será evidenciado mais adiante. A arrecadação da receita ficou aquém da previsão orçamentária atualizada, como se pode inferir da Tabela 3.2-1, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

**TABELA 3.2-1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO**
**DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE DEDUÇÕES – 2010**

em R$ milhões

| RECEITAS | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITAS | PREVISÃO | REALIZAÇÃO | DIFERENÇA |
| **RECEITAS CORRENTES** | **908.470** | **890.137** | **18.333** |
| Receita Tributária | 293.541 | 281.815 | 11.726 |
| Receita de Contribuições | 479.506 | 475.432 | 4.074 |
| Receita Patrimonial | 54.777 | 65.241 | -10.464 |
| Receita Agropecuária | 24 | 20 | 4 |
| Receita Industrial | 696 | 604 | 92 |
| Receita de Serviços | 34.435 | 40.446 | -6.011 |
| Transferências Correntes | 463 | 269 | 193 |
| Outras Receitas Correntes | 45.028 | 26.310 | 18.718 |
| **RECEITAS CORRENTES (Intra-orçamentárias)** | **13.381** | **12.424** | **957** |
| Receita Tributária | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Contribuições | 13.086 | 12.223 | 862 |
| Receita Patrimonial | 2 | 3 | -1 |
| Receita Industrial | 142 | 134 | 8 |
| Receita de Serviços | 151 | 53 | 97 |
| Outras Receitas Correntes | 0 | 11 | -10 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **247.935** | **208.373** | **39.562** |
| Operações de Crédito | 178.320 | 130.494 | 47.826 |
| Alienação de Bens | 4.875 | 798 | 4.077 |
| Amortização de Empréstimos | 24.299 | 24.799 | -500 |
| Transferências de Capital | 315 | 101 | 214 |
| Outras Receitas de Capital | 40.126 | 52.180 | -12.055 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (Intra-orçamentárias)** | **0** | **264** | **-264** |
| Operações de Crédito | 0 | 264 | -264 |
| **REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA** | **596.235** | **371.530** | **224.705** |
| Operações de Crédito | 596.235 | 371.530 | 224.705 |
| **TOTAL** | **1.766.022** | **1.482.729** | **283.293** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional FONTE – Valores líquidos
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Na Tabela 3.2-1, estão destacados os valores das Receitas Correntes e de Capital Intraorçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, estão destacadas das

Receitas de Capital as receitas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R$ 371.530 milhões.

A tabela 3.2-2 apresenta a discriminação das receitas arrecadadas bruta e líquida.

**TABELA 3.2-2 – DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS BRUTA E LÍQUIDA– 2010 e 2009**

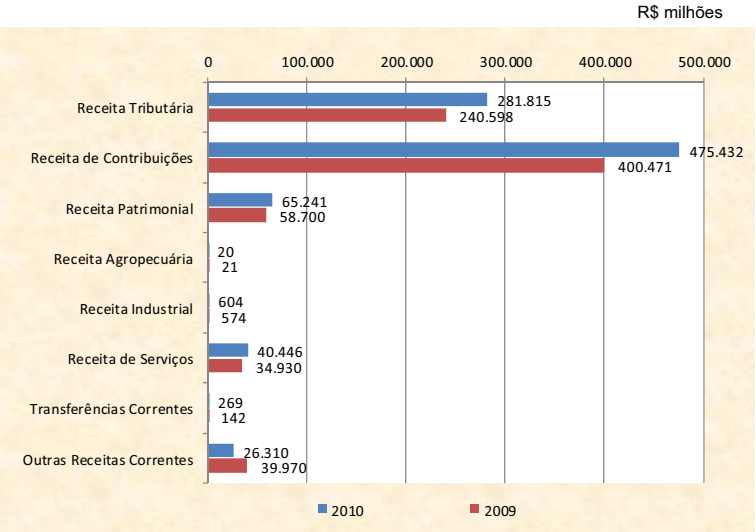
em R$ milhões

| RECEITAS | | |
|---|---|---|
| RECEITAS | 2010 | 2009 |
| **RECEITAS CORRENTES (VALORES BRUTOS)** | **924.694** | **802.928** |
| RECEITA TRIBUTARIA | 296.708 | 252.939 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 474.666 | 399.288 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 65.269 | 60.056 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 21 | 22 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 604 | 575 |
| RECEITA DE SERVICOS | 40.658 | 35.042 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 277 | 168 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 34.005 | 43.702 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO | 12.485 | 11.138 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 1 | 1 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12.271 | 10.923 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4 | 7 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 139 | 143 |
| RECEITA DE SERVICOS | 55 | 47 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 15 | 16 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (VALORES BRUTOS)** | **580.602** | **740.423** |
| OPERACOES DE CREDITO | 502.024 | 497.744 |
| ALIENACAO DE BENS | 947 | 478 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 25.032 | 25.985 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 107 | 89 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 52.180 | 216.128 |
| RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 312 | 0 |
| OPERACOES DE CREDITO | 312 | 0 |
| **DEDUCOES DA RECEITA** | **-22.567** | **-16.721** |
| **RECEITA BRUTA** | **1.505.296** | **1.543.352** |
| **RECEITA LÍQUIDA** | **1.482.729** | **1.526.631** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

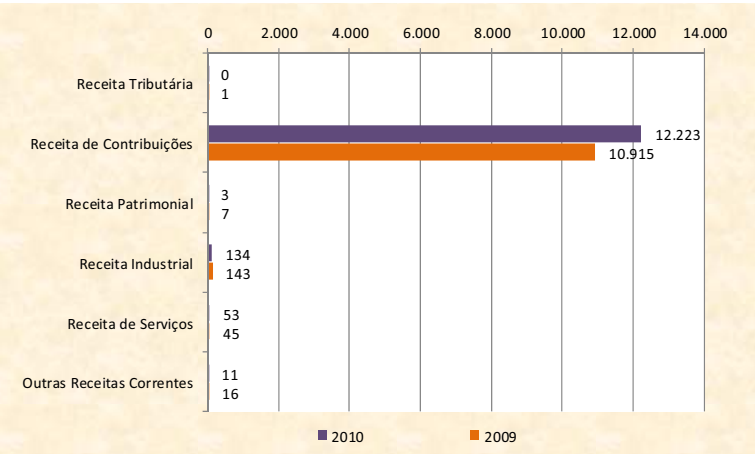
As figuras a seguir comparam os montantes da arrecadação das receitas orçamentárias nos exercícios de 2010 e 2009.

**FIGURA 3.2-1 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**
**RECEITAS CORRENTES 2010 e 2009**



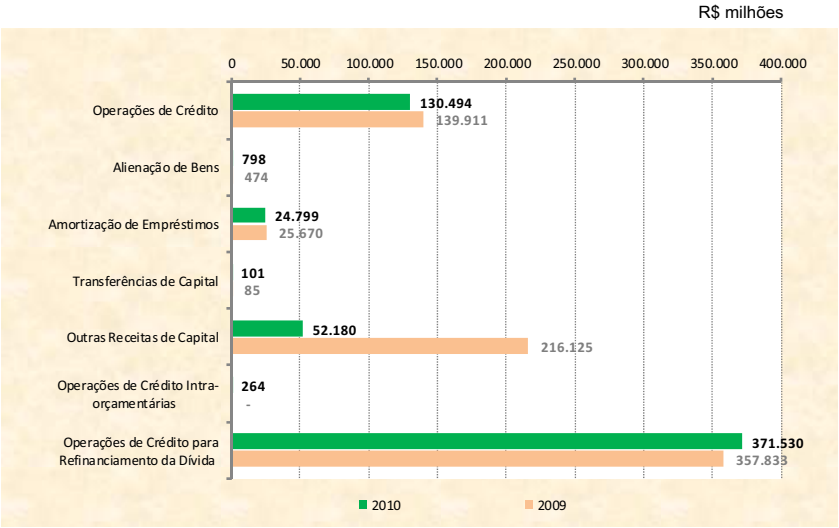

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos
Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**FIGURA 3.2-2 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**
**RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS 2010 e 2009**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

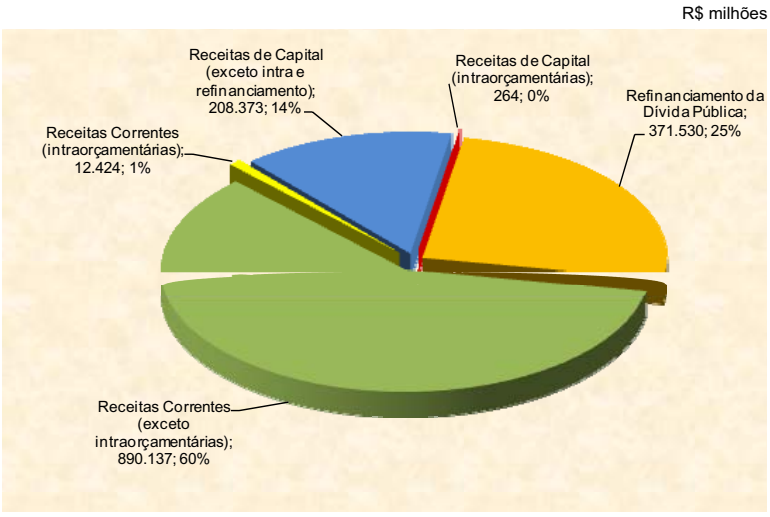
**FIGURA 3.2-3 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**
**RECEITAS DE CAPITAL 2010 e 2009**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Novamente deve-se ressaltar, que as Receitas Orçamentárias foram analisadas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R$ 22.567 milhões, ou 1,50% do valor bruto arrecadado. A Figura 3.2-4 ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intraorçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

**FIGURA 3.2-4 – DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

### 3.2.1.1 - Receita Corrente

A Tabela 3.2-3 demonstra a arrecadação comparativa nos exercícios de 2010 e 2009 das Receitas Correntes, evidenciando também a participação percentual de cada origem no total. Observe-se que os valores das receitas intraorçamentárias estão incluídos nas respectivas origens. A Figura 3.2-5 ilustra essa informação.

**TABELA 3.2-3 – DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2010 E 2009**

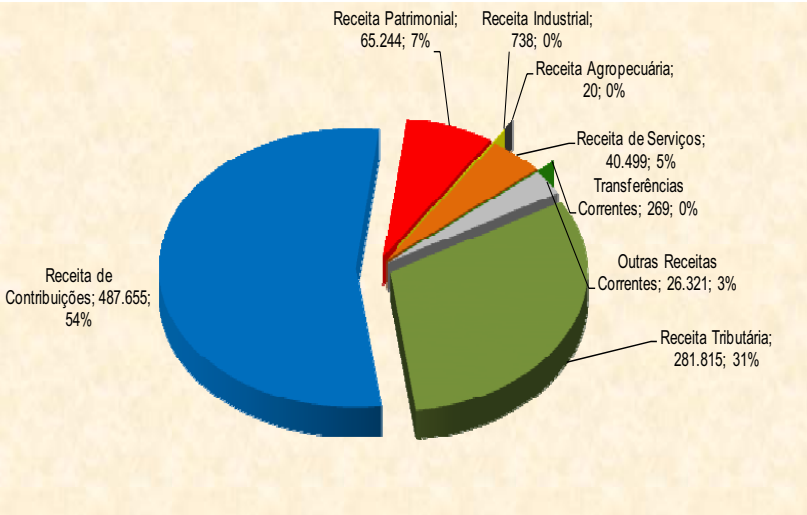
R$ milhões

| RECEITAS CORRENTES | VALOR | | % DO TOTAL | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Receita Tributária | 281.815 | 240.599 | 31,2 | 30,59 |
| Receita de Contribuições | 487.655 | 411.385 | 54,0 | 52,30 |
| Receita Patrimonial | 65.244 | 58.707 | 7,2 | 7,46 |
| Receita Agropecuária | 20 | 21 | 0,0 | 0,00 |
| Receita Industrial | 738 | 717 | 0,1 | 0,09 |
| Receita de Serviços | 40.499 | 34.975 | 4,5 | 4,45 |
| Transferências Correntes | 269 | 142 | 0,0 | 0,02 |
| Outras Receitas Correntes | 26.321 | 39.986 | 2,9 | 5,08 |
| **TOTAL** | **902.561** | **786.533** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**FIGURA 3.2-5 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

A seguir analisam-se cada uma das origens que compõem a categoria econômica das receitas correntes.

### 3.2.1.1.1 - Receita Tributária

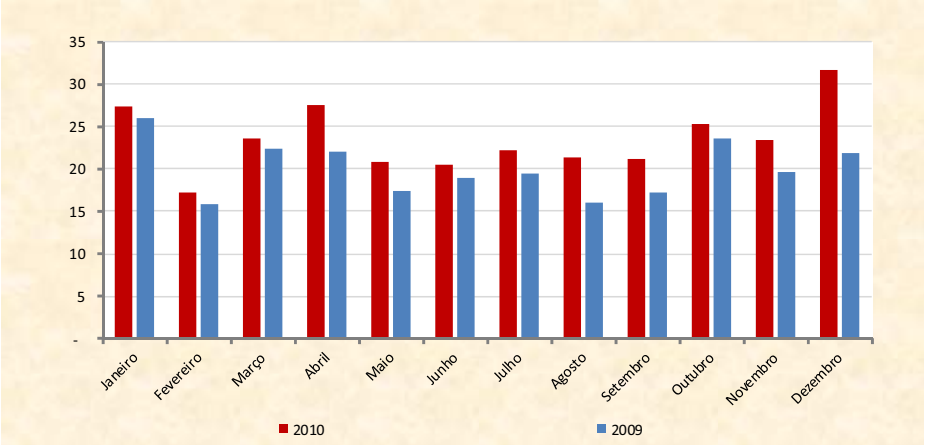
A Receita Tributária – que, no conceito da Lei 4.320, de 1964, não inclui as contribuições, a despeito de essas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto, incluindo os valores das receitas intraorçamentárias, atingiu R$ 296.709 milhões.

Como visto anteriormente, a Receita Tributária representou 31,66% da arrecadação de Receitas Correntes no exercício de 2010. A arrecadação líquida dessas receitas permaneceu acima do patamar de R$ 200 bilhões (atingido pela primeira vez no exercício de 2008), e o seu valor líquido, R$ 281.815 milhões, foi 17,13% superior ao do exercício anterior. Verificou-se arrecadação de receitas intraorçamentárias no valor de R$ 193 mil nessa origem – especialmente referentes a taxas de fiscalização pagas por unidades da Administração Pública Federal (APF) a outras unidades da APF. A Figura 3.2-6 ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas tributárias em 2010 e 2009.

Do total da Receita Tributária 98% correspondem a impostos e apenas 2% a taxas. A Figura 3.2-7 compara os valores arrecadados referentes a cada um dos impostos e tipos de taxas em 2010 e 2009.

**FIGURA 3.2-6 – ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2010 E 2009**

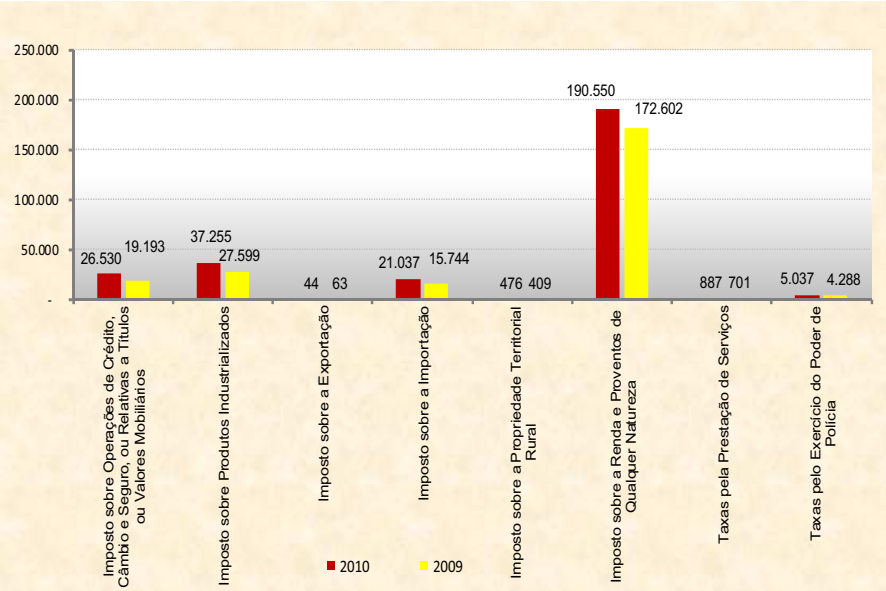
R$ bilhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**FIGURA 3.2-7 – RECEITA TRIBUTÁRIA POR IMPOSTO E TIPO DE TAXAS – 2010 E 2009**

R$ milhões



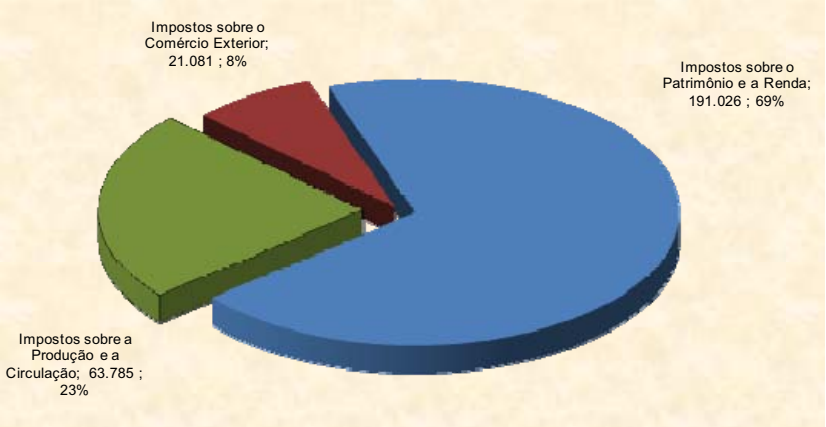

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

## Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2010 somaram R$ 275.891 milhões, correspondendo a 98% da Receita Líquida Tributária, demonstrando um acréscimo nominal de 17,10% em relação ao ano anterior. A Figura 3.2-8 demonstra a participação de cada rubrica na composição da arrecadação de impostos. A Tabela 3.2-4 apresenta essas informações de forma mais detalhada, além de trazer os respectivos valores do exercício de 2009.

**FIGURA 3.2-8 – ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**TABELA 3.2-4 – IMPOSTOS – UNIÃO – 2010 E 2009**

R$ milhões

| RECEITAS | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| **Impostos sobre o Comércio Exterior** | **21.081** | **15.807** | **7,6** | **6,7** |
| Imposto de Importação | 21.037 | 15.744 | 7,6 | 6,7 |
| Imposto de Exportação | 44 | 63 | 0,0 | 0,0 |
| **Impostos sobre o Patrimônio e a Renda** | **191.026** | **173.011** | **69,2** | **73,4** |
| Imposto s/ Propriedade Territorial Rural | 476 | 409 | 0,2 | 0,2 |
| Impostos s/Renda e Prov. Qualquer Natureza | 190.550 | 172.602 | 69,1 | 73,3 |
| Pessoas Físicas | 16.174 | 13.469 | 5,9 | 5,7 |
| Pessoas Jurídicas | 82.430 | 77.167 | 29,9 | 32,8 |
| Retido na Fonte | 91.946 | 81.965 | 33,3 | 34,8 |
| **Impostos sobre a Produção e a Circulação** | **63.785** | **46.792** | **23,1** | **19,9** |
| Impostos s/Produtos Industrializados | 37.255 | 27.599 | 13,5 | 11,7 |
| IPI – Fumo | 3.705 | 3.314 | 1,3 | 1,4 |
| IPI – Veículos | 5.786 | 2.097 | 2,1 | 0,9 |
| IPI – Bebidas | 2.430 | 2.304 | 0,9 | 1,0 |
| IPI – Vinculados à Importação | 11.259 | 8.384 | 4,1 | 3,6 |
| IPI – Simples Nacional e Federal | 218 | | 0,1 | 0,0 |
| IPI – Outros Produtos | 13.833 | 11.440 | 5,0 | 4,9 |
| IPI – REFIS e PAES | 23 | 59 | 0,0 | 0,0 |
| Imp. s/ Operações Créd. Camb. Seguro | 26.530 | 19.193 | 9,6 | 8,1 |
| Comercialização do Ouro | 5 | 5 | 0,0 | 0,0 |
| Demais Operações | 26.524 | 19.179 | 9,6 | 8,1 |
| REFIS e PAES | 1 | 9 | 0,0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **275.891** | **235.610** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Notas: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

Pela tabela 3.2-4, observa-se um acréscimo na arrecadação das três espécies de impostos federais. Houve decréscimo de arrecadação apenas no imposto de exportação, não tão significativo, que apresentou uma redução de R$ 19,44 milhões. Explicações mais detalhadas sobre as variações na arrecadação podem ser encontradas na Parte 2 desta Prestação de Contas no Item referente à Administração Tributária.

Como em 2009 houve uma política de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como medida de incentivo ao consumo com o intuito de mitigar os efeitos da crise financeira mundial no país, em

2010 a participação desse imposto na composição da Receita de Impostos, naturalmente, apresentou crescimento em relação ao ano anterior. Assim, o aumento da arrecadação líquida do IPI em 2010 foi de R$ 9,656 bilhões, ou 35%, superior à de 2009. A rubrica “IPI sobre veículos” apresentou um aumento de 176% em relação a 2009.

A arrecadação do Imposto de Renda ficou 10,4% superior em relação a 2009. Observa-se, mais uma vez, a grande importância desse imposto para o financiamento dos gastos federais, uma vez que sua arrecadação representou 69% das Receitas de Impostos e 21,11% de todas as Receitas Correntes da União em 2010.

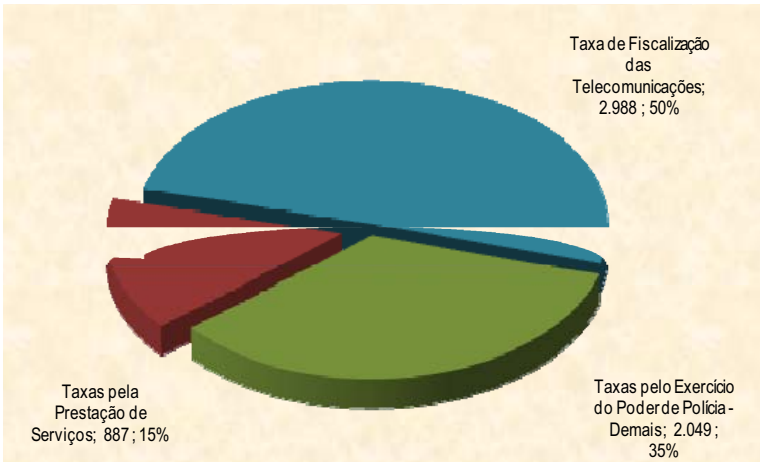
**Taxas**

As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

A arrecadação das taxas apresentou crescimento em relação aos valores de 2009, tendo apresentado variação nominal de 18,73%. O montante arrecadado nessa origem totalizou R$ 5.924 milhões – o que representa 2% da Receita Tributária. A arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações correspondeu a 50% de toda a arrecadação de taxas, e, por essa razão, essa rubrica encontra-se destacada na Figura 3.2-9.

**FIGURA 3.2-9 – ARRECADAÇÃO DE TAXAS– 2010**

R$ milhões



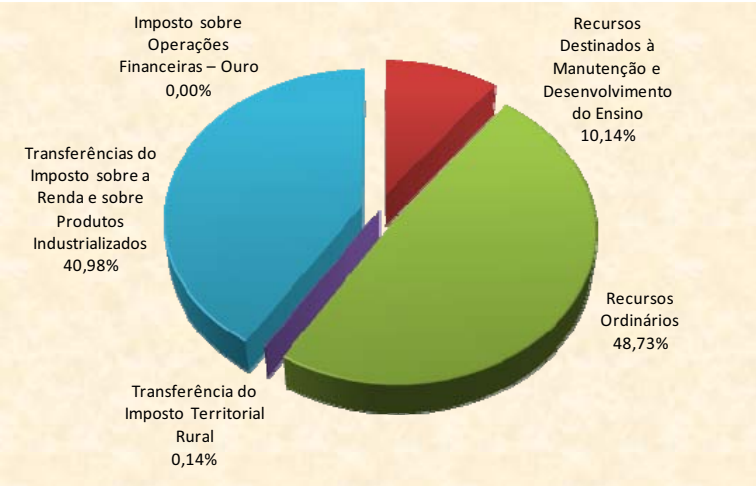

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**Destinação das Receitas Tributárias**

As Figuras 3.2-10 e 3.2-11 demonstram a destinação dos recursos arrecadados a título de Receitas Tributárias. Da Figura 3.2-10, em especial, observa-se que, apesar de ser vedada a vinculação das receitas de impostos a despesas específicas, as várias exceções estabelecidas na legislação vinculam aproximadamente a metade de todos os recursos oriundos da arrecadação de impostos. Esses recursos são destinados em sua maior parte a transferências obrigatórias para outras unidades da federação.

**FIGURA 3.2-10 – DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – IMPOSTOS – 2010**

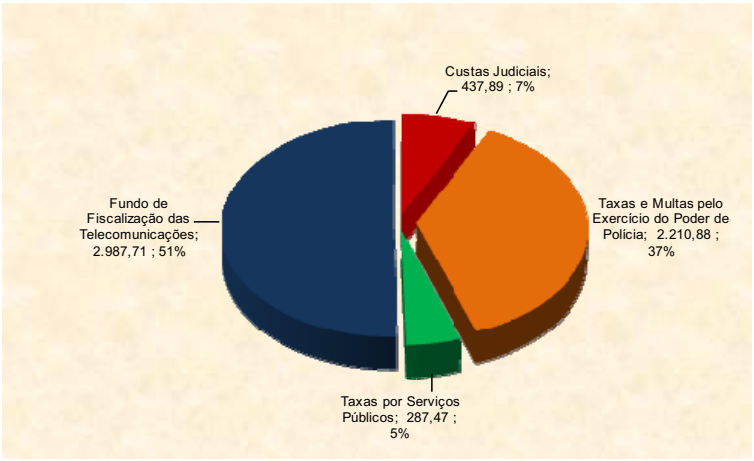
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**FIGURA 3.2-11 – DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – TAXAS – 2010**

R$ milhões



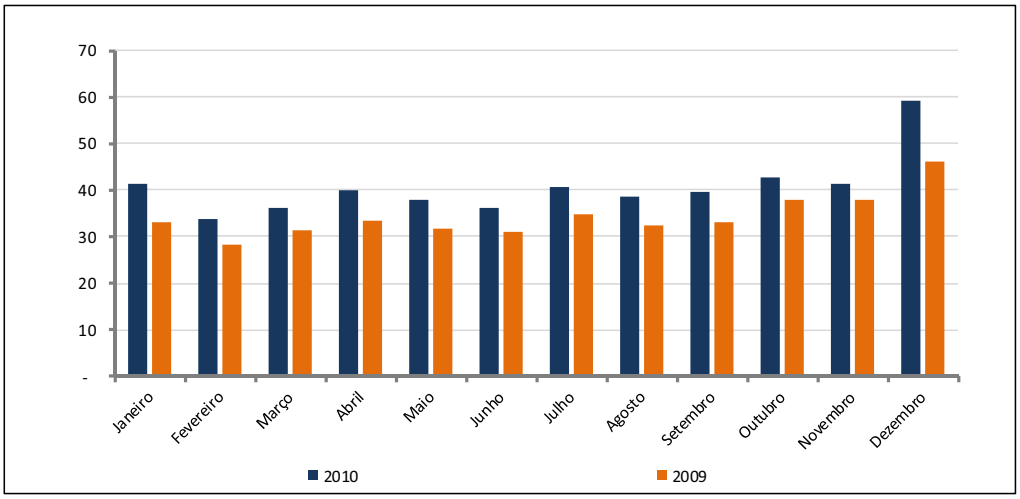

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

### 3.2.1.1.2 - Receita de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições líquidas respondeu pelo ingresso de R$ 487.655 milhões (incluindo as receitas intraorçamentárias), equivalendo a 54% das Receitas Correntes e 44% de todas as receitas arrecadadas pela União em 2010, excetuando-se as operações de crédito para refinanciamento da dívida pública. Assim, essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União e sua arrecadação apresentou crescimento de 18,54% em relação ao exercício anterior. A Figura 3.2-12 ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas contribuições em 2010 e 2009.

**FIGURA 3.2-12 – ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – 2010 E 2009**

R$ bilhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

As Receitas de Contribuições estruturam-se em duas grandes espécies: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir. A tabela também evidencia as receitas intraorçamentárias com Contribuições Sociais, em que se inserem os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Essa natureza da receita representou 96% de todas as receitas intraorçamentárias arrecadadas em 2010. As discriminações da Receita de Contribuições podem ser verificadas na tabela 3.2-5.

**TABELA 3.2-5 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2010**

R$ milhões

| RECEITA | VALOR LÍQUIDO | % DO TOTAL |
|---|---|---|
| **Contribuições Sociais** | **461.902** | **94,7** |
| Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social | 209.478 | 43,0 |
| Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social | 138.636 | 28,4 |
| Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas | 45.200 | 9,3 |
| Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP | 40.008 | 8,2 |
| Contribuição Social do Salário-Educação | 11.049 | 2,3 |
| Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público | 8.601 | 1,8 |
| Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos | 3.147 | 0,6 |
| Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador | 2.406 | 0,5 |
| Contribuição para Custeio das Pensões Militares | 1.869 | 0,4 |
| Contribuições Rurais | 926 | 0,2 |
| Cota-Parte da Contribuição Sindical | 367 | 0,1 |
| Contribuição para o Ensino Aeroviário | 105 | 0,0 |
| Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo | 84 | 0,0 |
| Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa | 67 | 0,0 |
| Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira | -45 | 0,0 |
| Demais Contribuições Sociais* | 5 | 0,0 |
| **Contribuições Sociais – Intraorçamentárias** | **12.223** | **2,5** |
| Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público | 12.223 | 2,5 |
| Demais Contribuições Sociais - Receitas Intra-orçamentárias** | 0 | 0,0 |
| **Contribuições Econômicas** | **13.530** | **2,8** |
| Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante | 7.758 | 1,6 |
| Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante | 2.348 | 0,5 |
| Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia | 1.211 | 0,2 |
| Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações | 1.186 | 0,2 |
| Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica | 656 | 0,1 |
| Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização | 212 | 0,0 |
| Contribuição Empresas de Informática Instaladas na Amazônia | 20 | 0,0 |
| Contribuição Empresas de Informática Instaladas em Outras Regiões | 79 | 0,0 |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional | 49 | 0,0 |
| Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública | 4 | 0,0 |
| Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN | 3 | 0,0 |
| Demais Contribuições Econômicas*** | 2 | 0,0 |
| **TOTAL DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES** | **487.655** | **100,0** |

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

* Inclui: Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas, Outras Contribuições Sociais, Contribuição sobre Jogos de Bingo e Contribuições para o Fundo De Saúde - PMDF/BMDF

** Inclui: Receitas intraorçamentárias com Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP

*** Inclui: Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas, Outras Contribuições Econômicas, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – Intraorçamentária e Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA

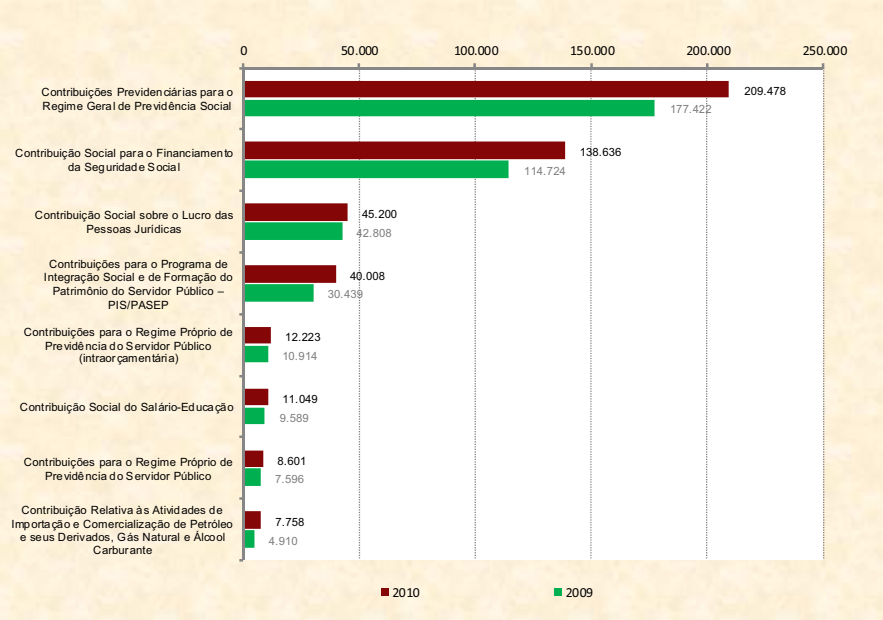
Note-se que o valor negativo na rubrica “Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira” decorre da ocorrência de restituições dessas receitas, as quais se configuram como “deduções da receitas”, cujo montante é subtraído da arrecadação bruta no exercício para se obter a arrecadação líquida.

Uma vez que as Contribuições Sociais representam (considerando as receitas intraorçamentárias) 97,23% do total dessa origem, o seu incremento de 18,12% foi essencialmente responsável pelo crescimento das receitas de contribuições. Por outro lado, as Contribuições Econômicas, que apresentaram decréscimo em 2008 e 2009, aumentaram em 35,4% em 2010.

Cabe observar ainda que a soma dos valores arrecadados apenas com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e com as Contribuições Previdenciárias para o RGPS é 18,59% superior ao total arrecadado em todas as Receitas Tributárias. A Figura 3.2-13 seguinte evidencia os montantes arrecadados das principais contribuições, em 2010 e 2009.

**FIGURA 3.2-13 – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES – 2010 E 2009**

R$ milhões



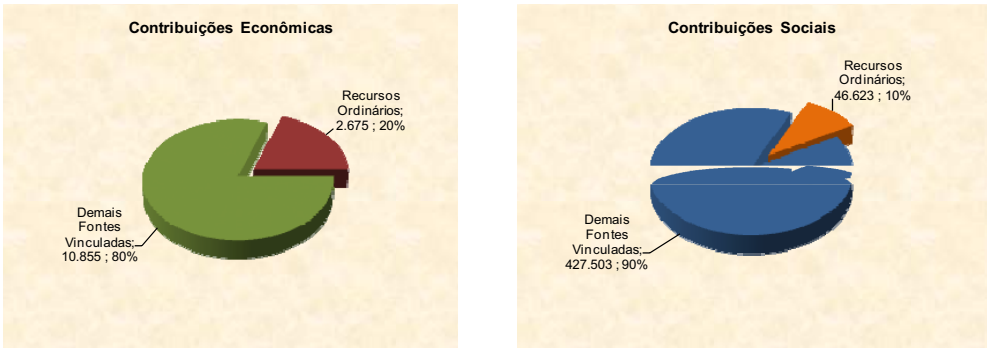

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

## Destinação das Receitas de Contribuições

Ao contrário dos impostos, a arrecadação das receitas de contribuições é plenamente vinculada a fim específico. No entanto, com o advento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), uma parcela de 20% da arrecadação de algumas contribuições é desvinculada. A figura 3.2-14 ilustra a destinação dos recursos arrecadados nessa origem de receitas.

**FIGURA 3.2-14 – DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – 2010**

R$ milhões

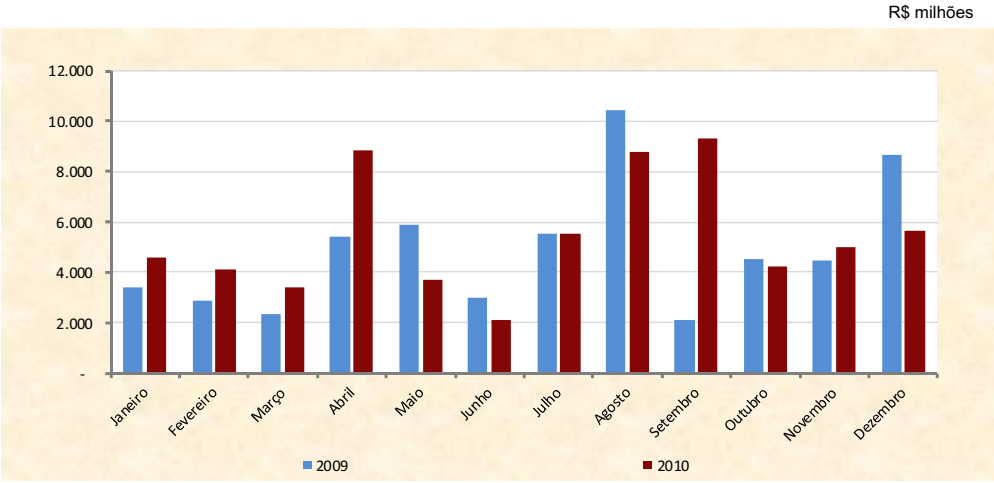



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

### 3.2.1.1.3 - Receitas Patrimoniais

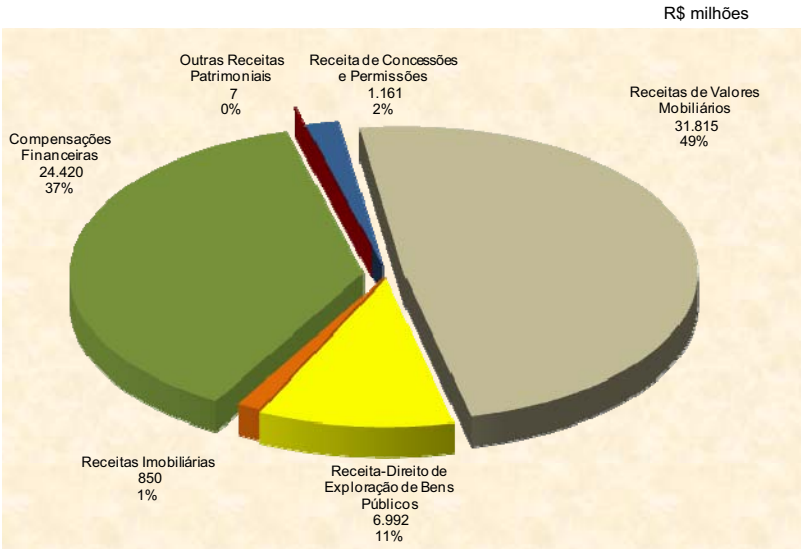
As Receitas Patrimoniais somaram R$ 65.244 milhões e participaram com 7% das Receitas Correntes (incluindo receitas intraorçamentárias). A arrecadação dessas receitas cresceu 11% em 2010. A comparação entre as arrecadações mensais em 2009 e 2010 dessa receita pode ser visualizada na figura 3.2-15 e a Figura 3.2-16 ilustra a composição dessas receitas.

**FIGURA 3.2-15 – ARRECADAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2010 E 2009**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

**FIGURA 3.2-16 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

A variação das Receitas Patrimoniais foi devida principalmente a diminuição de 62,3% nas Receitas de Concessões e Permissões e de 10,5% nas Receitas de Valores Mobiliários. As Receitas de Concessões e Permissões em 2009 foram de R$ 3.077 milhões e em 2010 foram de R$ 1.161 milhões, totalizando uma

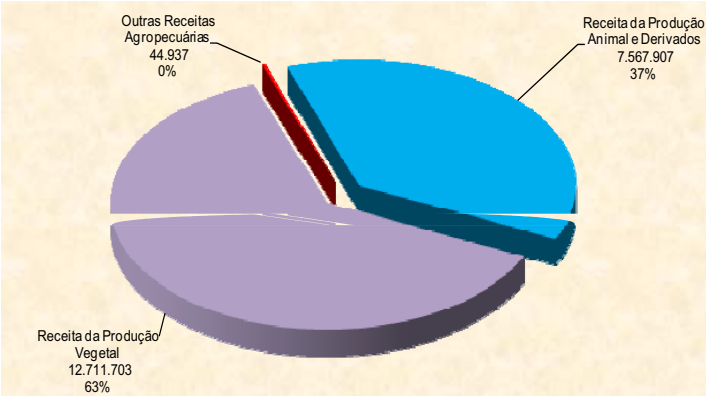
diminuição de R$ 1.917 milhões e as Receitas de Valores Mobiliários em 2010 foram de R$ 31.815 milhões e em 2009 foram de R$ 35.535 milhões, totalizando uma diminuição de R$ 3.720 milhões.
Com um montante arrecadado de R$ 22.406 milhões, os Dividendos corresponderam a 34,34% das Receitas Patrimoniais, integrando a espécie "Receitas de Valores Mobiliários". Também são relevantes nessa espécie os valores referentes a "Remuneração de Depósitos Bancários", num valor de R$ 6.684 milhões. Entre as "Compensações Financeiras", a "Compensação Financeira com Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural", contribuiu com uma arrecadação de R$ 11.418 milhões. Em 2010, a Portaria SOF nº 132 criou a espécie Receitas Decorrentes do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público, que foi responsável por 10,72% das Receitas Patrimoniais em 2010, num total de 6.991 milhões.

### 3.2.1.1.4 - Receitas Agropecuárias

As Receitas Agropecuárias somaram R$ 20.324 mil, valor 2,7% inferior à arrecadação do exercício anterior. Sua participação percentual no montante das receitas correntes é desprezível. Esses valores foram arrecadados em sua maior parte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por universidades e escolas agrotécnicas do Ministério da Educação. Todos os recursos arrecadados foram destinados à fonte 50 – "Recursos Próprios não-Financeiros". A Figura 3.2-17 ilustra a composição dessas receitas.

**FIGURA 3.2-17 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS – 2010**

R$ milhares




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

### 3.2.1.1.5 - Receitas Industriais

As Receitas Industriais somaram uma arrecadação de R$ 737,6 milhões, integralmente classificados na espécie "Receitas da Indústria de Transformação". Seu detalhamento pode ser visualizado na Tabela 3.2-6.

**TABELA 3.2-6 – RECEITAS INDUSTRIAIS – UNIÃO – 2010**

R$ 1,00

| RECEITAS INDUSTRIAIS | VALOR LÍQUIDO | % do Total |
|---|---|---|
| Receita da Indústria de Transformação | **603.607.880** | **81,8** |
| Receita da Indústria Mecânica | 445.508.955 | 60,4 |
| Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários | 77.228.912 | 10,5 |
| Receita da Indústria Editorial e Gráfica | 43.485.447 | 5,9 |
| Receita da Indústria Química | 32.605.854 | 4,4 |
| Receita da Indústria de Produtos Alimentares | 2.056.180 | 0,3 |
| Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos | 1.392.759 | 0,2 |
| Receita da Indústria de Bebidas e Destilados | 253.062 | 0,0 |
| Outras Receitas da Indústria de Transformação | 1.076.711 | 0,1 |
| | | |
| Receita da Indústria de Transformação - Intraorçamentárias | **134.018.473** | **18,2** |
| Receita da Indústria Editorial e Gráfica | 109.355.677 | 14,8 |
| Receita da Indústria Mecânica | 19.734.407 | 2,7 |
| Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários | 3.854.583 | 0,5 |
| Outras Receitas da Indústria de Transformação | 1.061.057 | 0,1 |
| Receita da Indústria Química | - | - |
| Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos | 12.750 | 0,0 |
| **TOTAL** | **737.626.354** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

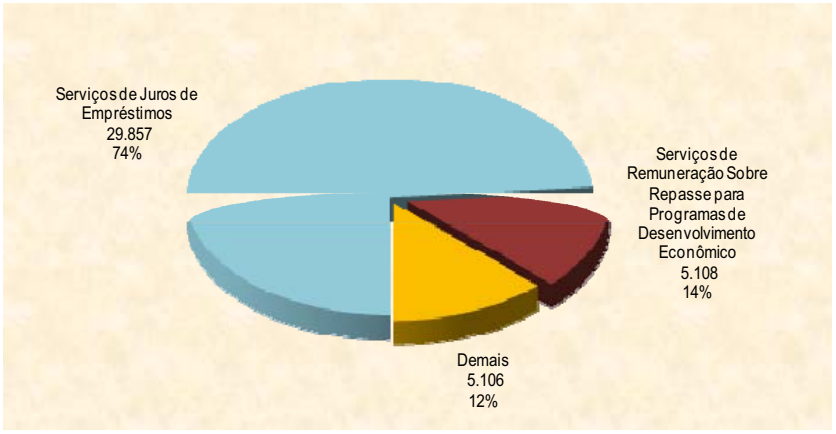
Nota-se a importante participação das receitas intraorçamentárias no total das Receitas Industriais (18,2%). A maior parte desses valores se refere a receitas da "Indústria Editorial e Gráfica", arrecadadas pela Imprensa Nacional e pela Gráfica do Senado Federal.

### 3.2.1.1.6 - Receitas de Serviços

Com R$ 40.499 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4% nas Receitas Correntes líquidas de deduções – as Receitas de Serviços cresceram 15,8% em relação a 2009. Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 73,72% (R$ 29.857 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, registra "*o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras".* A composição dessa receita em 2010 é descrita na figura 3.2-18.

**FIGURA 3.2-18 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

### 3.2.1.1.7 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes somaram R$ 269 milhões, valor 89% superior ao do exercício anterior, especialmente em razão do aumento em Transferências de Convênios. A Tabela 3.2-7 detalha os valores arrecadados nessa origem.

**TABELA 3.2-7 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – UNIÃO – 2010**

R$ milhares

| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | VALOR LÍQUIDO | % do Total |
|---|---|---|
| Transferências Intergovernamentais | 662 | 0,2 |
| Transferências de Instituições Privadas | 16.357 | 6,1 |
| Transferências do Exterior | 19.970 | 7,4 |
| Transferências de Pessoas | 581 | 0,2 |
| Transferências de Convênios | 231.224 | 85,9 |
| Transferências para o Combate à Fome | 396 | 0,1 |
| **TOTAL** | **269.190** | **100,0** |

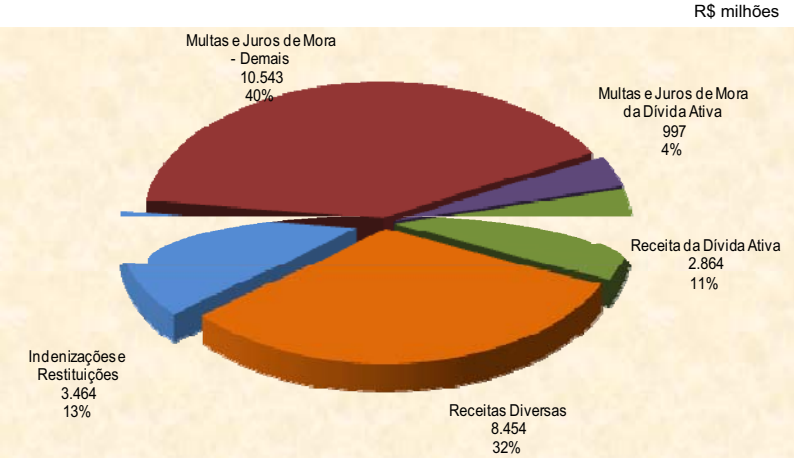
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

### 3.2.1.1.8 - Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R$ 26.321 milhões, valor 34% inferior ao de 2009. Essa origem representou 3% do total das Receitas Correntes. A maior redução observada ocorreu em "Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa", que apresentou queda de 65% em relação a 2009. A composição encontra-se na figura 3.2-19.

**FIGURA 3.2-19 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

### 3.2.1.2 - Receita de Capital

O total das Receitas de Capital respondeu por 39,13% das receitas orçamentárias líquidas contabilizadas em 2010. Essa participação percentual é significativamente inferior à observada em 2009, com redução de 21,61%. Essa redução pode ser explicada pela queda de "Outras Receitas de Capital", que passou de R$ 216.125 milhões em 2009 para R$ 52.180 milhões em 2010, ou seja, queda de 75,86%. A receita de Alienação de Bens, que havia tido queda de 54,7% em 2009, apresentou crescimento de 62,8% em 2010. A Tabela 3.2-8 e a Figura 3.2-20 ilustram a distribuição da arrecadação nessa categoria econômica.

**TABELA 3.2-8 – DESEMPENHO DAS RECEITAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2010 E 2009**

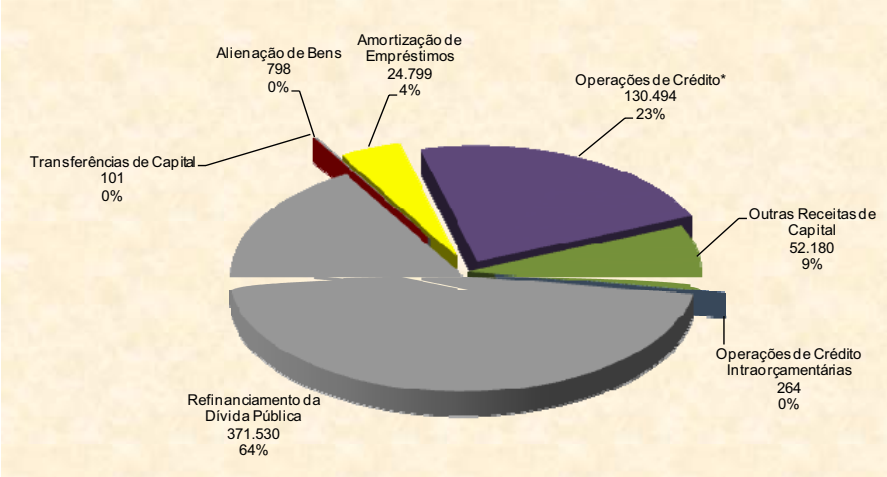
R$ milhões

| RECEITAS DE CAPITAL | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Transferências de Capital | 101 | 85 | 0,0 | 0,0 |
| Alienação de Bens | 798 | 474 | 0,1 | 0,1 |
| Amortização de Empréstimos | 24.799 | 25.670 | 4,3 | 3,5 |
| Operações de Crédito* | 130.494 | 139.911 | 22,5 | 18,9 |
| Outras Receitas de Capital | 52.180 | 216.125 | 9,0 | 29,2 |
| Operações de Crédito Intraorçamentárias | 264 | - | 0,0 | - |
| Refinanciamento da Dívida Pública | 371.530 | 357.833 | 64,0 | 48,3 |
| **TOTAL** | **580.167** | **740.098** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
* Exceto as operações de Refinanciamento da Dívida Pública e Intraorçamentárias

**FIGURA 3.2-20 – RECEITAS DE CAPITAL – 2010**

R$ milhões



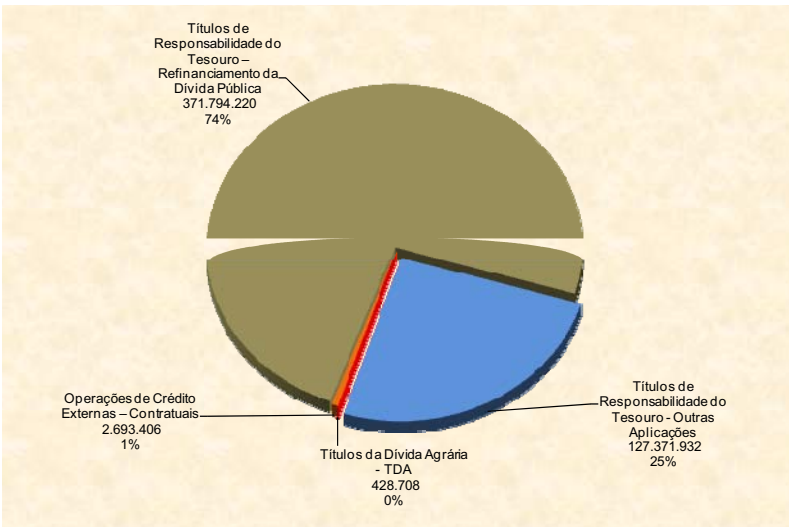

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
* Exceto as operações de Refinanciamento da Dívida Pública e operações intraorçamentárias

### 3.2.1.2.1 - Operações de Crédito

O valor total das operações de crédito sofreu um acréscimo de 0,91% em relação a 2009. A Figura 3.2-21 demonstra a composição das receitas de operações de crédito em 2010. A participação das operações externas correspondeu a 1,6% do total das operações de crédito.

**FIGURA 3.2-21 – RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

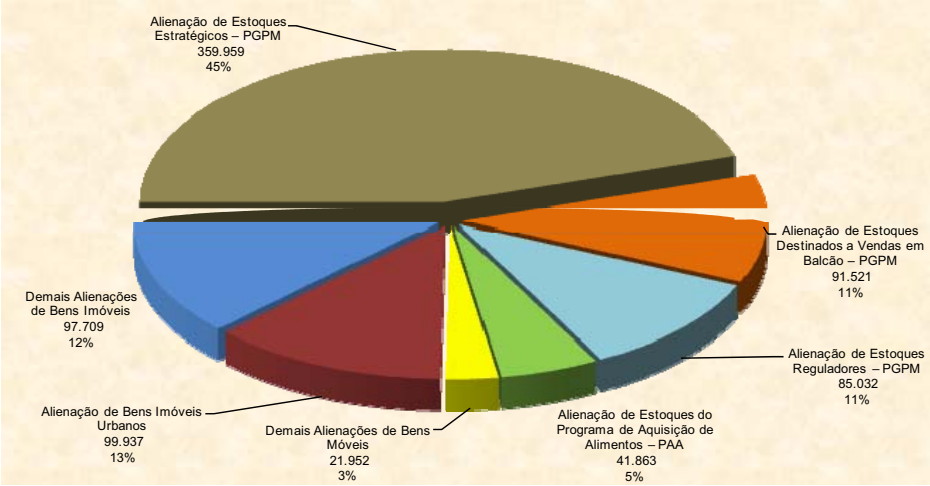
### 3.2.1.2.2 - Alienação de Bens

As Receitas de Alienações de Bens somaram R$ 798 milhões, o que representa um aumento de 68,24% em relação a 2009, com participação percentual de apenas 0,1% no total das Receitas de Capital. Observou-se um crescimento grande da participação das alienações de Bens Móveis, em decorrência,

principalmente, de alienações de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, que registrou crescimento de mais de 100%. Do valor total arrecadado nessa origem, as alienações de bens móveis representaram 75,2%. A Figura 3.2-22 e a Tabela 3.2-9 demonstram a composição das receitas de alienação de bens em 2010.

**FIGURA 3.2-22 – RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2010**

R$ milhares




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

**TABELA 3.2-9 – ALIENAÇÕES DE BENS – UNIÃO – 2010**

R$ milhares

| ALIENAÇÕES DE BENS | VALOR LÍQUIDO | % do Total |
|---|---|---|
| **Alienação de Bens Móveis** | **600.327** | **75,2** |
| *Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM* | *536.512* | *67,2* |
| *Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM* | *91.521* | *11,5* |
| *Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM* | *359.959* | *45,1* |
| *Alienação de Estoques Reguladores – PGPM* | *85.032* | *10,7* |
| Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA | 41.863 | 5,2 |
| Alienação de Veículos | 9.191 | 1,2 |
| Alienação de Outros Bens Móveis | 4.809 | 0,6 |
| Alienação de Equipamentos | 1.829 | 0,2 |
| Alienação de Móveis e Utensílios | 1.951 | 0,2 |
| Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes | 2.103 | 0,3 |
| Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ | 55 | 0,0 |
| Alienação de Títulos Mobiliários | 2.013 | 0,3 |
| Alienação de Estoques Comerciais e Sociais – Comercialização | | - |
| **Alienação de Bens Imóveis** | **197.646** | **24,8** |
| Alienação de Imóveis Urbanos | 99.937 | 12,5 |
| Alienação de Imóveis de Domínio da União | 70.542 | 8,8 |
| Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária | 24.183 | 3,0 |
| Alienação de Imóveis Rurais | 3.017 | 0,4 |
| Alienação de Outros Bens Imóveis | -32 | 0,00 |
| **TOTAL** | **797.974** | **100,0** |

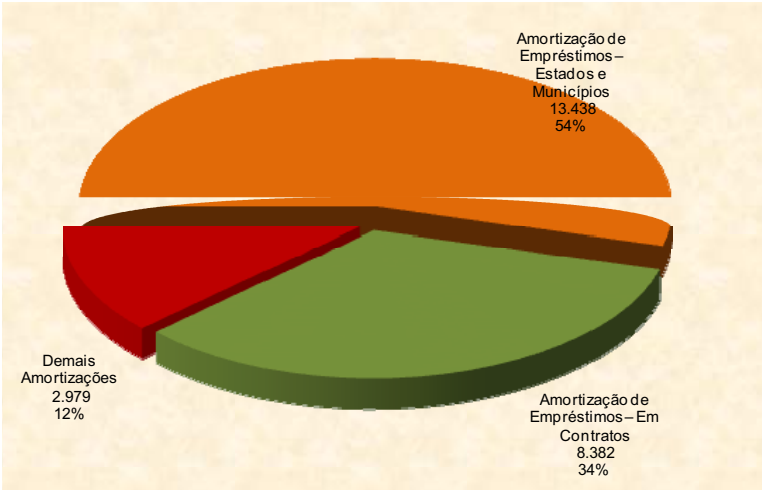
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

### 3.2.1.2.3 - Amortização de Empréstimos / Financiamentos

Nessa origem estão incluídos os recebimentos decorrentes das operações de refinanciamento das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Tais recebimentos foram registrados na natureza de receita "Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios", que respondeu por 54% dos valores arrecadados nessa origem no exercício de 2010, conforme Figura 3.2-23.

**FIGURA 3.2-23 – RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

### 3.2.1.2.4 - Transferências de Capital

As Transferências de Capital somaram apenas R$ 101,4 milhões em 2010, valor 18,7% superior ao de 2009. A Tabela 3.2-10 demonstra a composição dessas transferências.

**TABELA 3.2-10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2010**

R$ milhares

| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | VALOR LÍQUIDO | % do Total |
|---|---|---|
| **Transferências de Convênios** | **96.391** | **95,0** |
| Transferência de Convênios da União e de suas Entidades | 74.280 | 73,2 |
| Transferências de Convênios de Instituições Privadas | 17.006 | 16,8 |
| Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades | 4.371 | 4,3 |
| Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 734 | 0,7 |
| **Transferência de Outras Instituições Públicas** | **4.977** | **4,9** |
| **Transferências de Pessoas** | **44** | **0,0** |
| **TOTAL** | **101.412** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

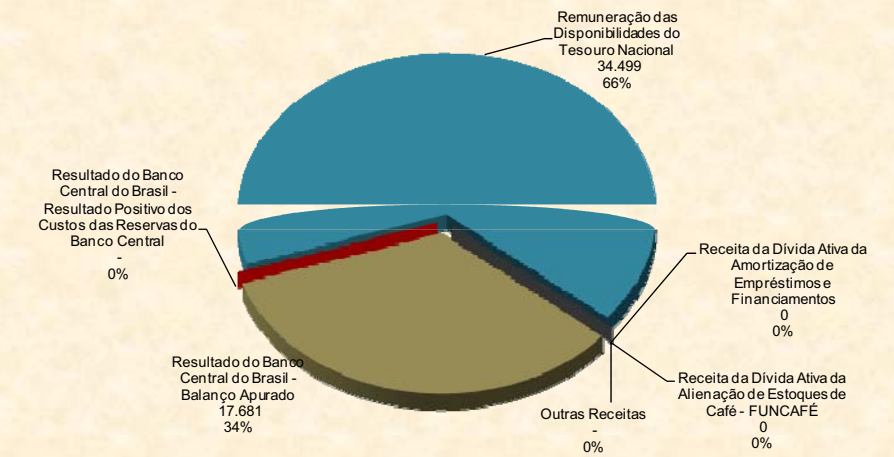
O valor das Transferências de Pessoas foi integralmente arrecadado por uma única unidade gestora, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

### 3.2.1.2.5 - Outras Receitas de Capital

Como mostrado na Tabela 3.2-8 e na Figura 3.2-20, as Outras Receitas de Capital apresentaram a maior redução na participação das Receitas de Capital, com 9% em 2010, ante 29,2% no exercício anterior. Essa diferença se deve ao fato de, em 2009, ter ocorrido um incremento de mais de R$ 185 bilhões, ou 598% em relação a 2008, decorrente da arrecadação com “Resultado do Banco Central”. A partir de 2009, essa rubrica, passou a contemplar o resultado do Banco Central propriamente dito, a partir do balanço apurado, e o reconhecimento como receita orçamentária do resultado positivo do custo das reservas do Banco Central. Como em 2010 não houve essa arrecadação, a espécie apresentou queda de 76% em relação ao ano anterior.

**FIGURA 3.2-24 – OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

ANEXOS DA REALIZAÇÃO DA RECEITA - OFSS

# Realização da Receita por Fontes de Recursos
# Realização da Receita por Natureza da Receita
# Realização da Receita Regionalizada por Origem - Corrente
# Realização da Receita Regionalizada por Origem - Capital

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 00 - RECURSOS ORDINARIOS | 212.604.163.638,00 | 206.649.537.589,20 | -14.863.123.917,43 | 191.786.413.671,77 | 20.817.749.966,23 |
| 01 - IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | 122.686.275.979,00 | 121.912.306.936,15 | -6.841.789.338,11 | 115.070.517.598,04 | 7.615.758.380,96 |
| 02 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | 254.091.337,00 | 422.524.755,22 | -911.140,25 | 421.613.614,97 | -167.522.277,97 |
| 11 - CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE | 5.838.220.106,00 | 6.206.155.528,69 | 511.607,00 | 6.206.667.135,69 | -368.447.029,69 |
| 12 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO | 28.780.370.719,00 | 29.580.713.349,46 | -1.210.882.682,79 | 28.369.830.666,67 | 410.540.052,33 |
| 13 - CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | 10.867.986.261,00 | 11.160.329.650,68 | -111.130.573,64 | 11.049.199.077,04 | -181.212.816,04 |
| 15 - CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA | 31.070.299,00 | 4.379.160,63 | | 4.379.160,63 | 26.691.138,37 |
| 16 - REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA | 64.509.557,00 | 38.599.992,95 | | 38.599.992,95 | 25.909.564,05 |
| 17 - REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL | | 2.132.487,34 | -964,70 | 2.131.522,64 | -2.131.522,64 |
| 18 - CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 1.833.879.257,00 | 2.518.963.055,25 | -169.731,87 | 2.518.793.323,38 | -684.914.066,38 |
| 19 - IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO | 4.756.079,00 | 5.321.840,89 | | 5.321.840,89 | -565.761,89 |
| 20 - CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS | 773.366,00 | 3.417.541,36 | | 3.417.541,36 | -2.644.175,36 |
| 23 - CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES | 1.458.007.510,00 | 1.495.217.105,06 | -318,71 | 1.495.216.786,35 | -37.209.276,35 |
| 27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO | 368.283.322,00 | 450.252.720,42 | -11.127.387,24 | 439.125.333,18 | -70.842.011,18 |
| 29 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 1.748.212.150,00 | 1.119.849.632,67 | -53.547,18 | 1.119.796.085,49 | 628.416.064,51 |
| 30 - CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL | 36.065.219,00 | 39.654.816,63 | -67.961,62 | 39.586.855,01 | -3.521.636,01 |
| 31 - SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF | 220.840.500,00 | 193.656.621,59 | -19.773.877,30 | 173.882.744,29 | 46.957.755,71 |
| 32 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF | 4.716.393.006,00 | 2.110.101.553,70 | 252.584.383,80 | 2.362.685.937,50 | 2.353.707.068,50 |
| 33 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO | 20.627.058,00 | 26.938.400,87 | 461.627,87 | 27.400.028,74 | -6.772.970,74 |
| 34 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 2.035.042.186,00 | 1.887.270.834,23 | -119.707,07 | 1.887.151.127,16 | 147.891.058,84 |
| 35 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE | 1.324.944.754,00 | 1.879.506.740,39 | 1.266.822,38 | 1.880.773.562,77 | -555.828.808,77 |
| 39 - ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS | 51.592.603,00 | 214.864.634,94 | -285.852,28 | 214.578.782,66 | -162.986.179,66 |
| 40 - CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP | 30.179.359.219,00 | 32.123.863.644,57 | 174.014.768,09 | 32.297.878.412,66 | -2.118.519.193,66 |
| 41 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS | 1.020.000.000,00 | 1.084.627.334,37 | -747,00 | 1.084.626.587,37 | -64.626.587,37 |
| 42 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | 25.361.058.710,00 | 21.448.593.160,12 | 297.459,92 | 21.448.890.620,04 | 3.912.168.089,96 |
| 43 - REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL | 596.235.115.957,00 | 372.081.001.226,97 | | 372.081.001.226,97 | 224.154.114.730,03 |
| 44 - TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL | 175.463.716.669,00 | 127.371.931.847,17 | | 127.371.931.847,17 | 48.091.784.821,83 |
| 48 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA | 1.645.423.139,00 | 1.638.129.511,67 | -16,00 | 1.638.129.495,67 | 7.293.643,33 |
| 49 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS | 765.052.945,00 | 1.055.276.624,95 | | 1.055.276.624,95 | -290.223.679,95 |
| 50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 12.239.302.410,00 | 12.463.269.265,08 | -200.840.762,38 | 12.262.428.502,70 | -23.126.092,70 |
| 51 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 43.803.284.414,00 | 36.257.471.968,84 | 345.577.639,15 | 36.603.049.607,99 | 7.200.234.806,01 |
| 52 - RESULTADO DO BACEN | 18.141.000.000,00 | 17.680.808.826,78 | | 17.680.808.826,78 | 460.191.173,22 |
| 53 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL | 119.839.221.512,00 | 110.610.654.428,50 | 1.406.623.711,24 | 112.017.278.139,74 | 7.821.943.372,26 |
| 54 - CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL | 203.780.416.970,00 | 212.990.949.268,66 | -788.873.263,60 | 212.202.076.005,06 | -8.421.659.035,06 |
| 55 - CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | 43.995.857,06 | -59.034.238,06 | -15.038.381,00 | 15.038.381,00 |
| 56 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR | 9.184.003.993,00 | 8.581.552.038,58 | -7.930.087,45 | 8.573.621.951,13 | 610.382.041,87 |
| 57 - RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | 1.230.421.448,00 | 347.807.504,76 | 30.999.189,09 | 378.806.693,85 | 851.614.754,15 |
| 58 - MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF | 915.641.567,00 | 1.008.423.558,48 | 38.075.907,66 | 1.046.499.466,14 | -130.857.899,14 |
| 59 - REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS | 12.924.645.424,00 | 19.145.841.987,81 | -146.382.944,21 | 18.999.459.043,60 | -6.074.813.619,60 |
| 60 - RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | 3.583.301.332,00 | 2.265.433.626,55 | | 2.265.433.626,55 | 1.317.867.705,45 |
| 62 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS | 1.124.255.104,00 | 21.109.911,65 | -232.593,23 | 20.877.318,42 | 1.103.377.785,58 |
| 64 - TITULOS DA DIVIDA AGRARIA | 450.000.000,00 | 428.707.551,14 | | 428.707.551,14 | 21.292.448,86 |
| 67 - NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE | | 47.486.073,21 | -47.486.073,21 | | 0,00 |
| 69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. | 13.701.947.858,00 | 12.299.300.589,57 | -47.933.139,95 | 12.251.367.449,62 | 1.450.580.408,38 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 71 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB | 1.091.357.605,00 | 855.811.149,47 | -26.287.662,78 | 829.523.486,69 | 261.834.118,31 |
| 72 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | 2.430.406.311,00 | 2.554.211.693,28 | 8.474.822,85 | 2.562.686.516,13 | -132.280.205,13 |
| 73 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN. | 28.553.396.671,00 | 29.401.726.288,86 | -70.119.604,13 | 29.331.606.684,73 | -778.210.013,73 |
| 74 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 3.214.917.832,00 | 3.312.260.976,15 | -41.980.045,89 | 3.270.280.930,26 | -55.363.098,26 |
| 75 - TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS | 218.755.468,00 | 303.866.595,03 | -150.052,20 | 303.716.542,83 | -84.961.074,83 |
| 76 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | 1.245.642.088,00 | 1.217.810.330,69 | -40.429.905,74 | 1.177.380.424,95 | 68.261.663,05 |
| 78 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 4.111.749.014,00 | 2.989.203.519,89 | -26.660,87 | 2.989.176.859,02 | 1.122.572.154,98 |
| 79 - FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA | | 14.665.285,34 | -19.678.079,32 | -5.012.793,98 | 5.012.793,98 |
| 80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 17.459.440.186,00 | 18.784.850.424,61 | -204.457.207,64 | 18.580.393.216,97 | -1.120.953.030,97 |
| 81 - RECURSOS DE CONVENIOS | 638.284.256,00 | 341.111.357,89 | -13.114.577,62 | 327.996.780,27 | 310.287.475,73 |
| 82 - RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 546.776.752,00 | 600.347.038,15 | -44.979.549,95 | 555.367.488,20 | -8.590.736,20 |
| 84 - CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS | 1.802.653.589,00 | 1.960.064.445,81 | | 1.960.064.445,81 | -157.410.856,81 |
| 86 - OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS | 442.964.130,00 | 7.515.864.971,91 | -962.663,05 | 7.514.902.308,86 | -7.071.938.178,86 |
| 87 - ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS | | 3.153.174,79 | -2.054.539,96 | 1.098.634,83 | -1.098.634,83 |
| 88 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 21.981.344.087,00 | 34.499.268.958,28 | | 34.499.268.958,28 | -12.517.924.871,28 |
| 90 - RECURSOS DIVERSOS | | -193.307,17 | 90.129,57 | -103.177,60 | 103.177,60 |
| 93 - PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC. | 131.167.308,00 | 133.168.091,02 | | 133.168.091,02 | -2.000.783,02 |
| 94 - DOACOES PARA COMBATE A FOME | 40.000.000,00 | 395.590,02 | | 395.590,02 | 39.604.409,98 |
| 95 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS | 57.760.651,00 | 19.964.586,47 | | 19.964.586,47 | 37.796.064,53 |
| 96 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 31.127.000,00 | 16.420.517,54 | | 16.420.517,54 | 14.706.482,46 |
| 97 - DIVIDENDOS UNIAO | 15.490.777.827,00 | 21.853.875.042,71 | -3.792.596,25 | 21.850.082.446,46 | -6.359.304.619,46 |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.505.295.777.485,55 | -22.567.205.942,06 | 1.482.728.571.543,49 | 283.293.222.808,51 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT. | 17.097.813.305,00 | 21.061.326.283,04 | -25.779.197,50 | 21.035.547.085,54 | -3.937.733.780,54 |
| 1111.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTACAO | | 1.319.651,84 | | 1.319.651,84 | -1.319.651,84 |
| 1111.02.01 REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTACAO | 22.440.786,00 | 17.038.406,41 | 26.856.838,77 | 43.895.245,18 | -21.454.459,18 |
| 1111.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTACAO | | -22.973,60 | | -22.973,60 | 22.973,60 |
| 1112.01.01 ITR - MUNICIPIOS CONVENIADOS | | 301.972.195,11 | 4.204,50 | 301.976.399,61 | -301.976.399,61 |
| 1112.01.02 ITR - MUNICIPIOS NAO-CONVENIADOS | 454.622.399,00 | 177.038.751,26 | -3.027.604,28 | 174.011.146,98 | 280.611.252,02 |
| 1112.04.10 PESSOAS FISICAS | 20.075.876.431,00 | 16.185.536.724,18 | -24.420.496,53 | 16.161.116.227,65 | 3.914.760.203,35 |
| 1112.04.11 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF | | 12.865.957,39 | | 12.865.957,39 | -12.865.957,39 |
| 1112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS | 90.017.065.605,00 | 84.473.194.475,66 | -3.273.899.345,73 | 81.199.295.129,93 | 8.817.770.475,07 |
| 1112.04.22 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ | | 80.683.727,44 | | 80.683.727,44 | -80.683.727,44 |
| 1112.04.23 IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL | | 1.149.317.161,42 | 228.555,14 | 1.149.545.716,56 | -1.149.545.716,56 |
| 1112.04.31 RETIDO NAS FONTES - TRABALHO | 43.878.940.058,00 | 60.132.823.158,61 | -10.667.697.933,44 | 49.465.125.225,17 | -5.586.185.167,17 |
| 1112.04.32 RETIDO NAS FONTES - CAPITAL | 29.574.701.236,00 | 23.913.602.033,00 | 969.272.058,19 | 24.882.874.091,19 | 4.691.827.144,81 |
| 1112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR | 12.395.958.277,00 | 11.214.816.693,76 | 320.310.464,95 | 11.535.127.158,71 | 860.831.118,29 |
| 1112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS | 6.841.664.644,00 | 6.131.141.263,06 | -81.391.651,08 | 6.049.749.611,98 | 791.915.032,02 |
| 1112.04.35 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF | | 13.492.265,15 | | 13.492.265,15 | -13.492.265,15 |
| 1113.01.01 IPI - PRODUTOS DO FUMO | 4.825.410.224,00 | 3.704.643.702,94 | 783.223,74 | 3.705.426.926,68 | 1.119.983.297,32 |
| 1113.01.02 IPI - BEBIDAS | 2.511.377.310,00 | 2.417.310.583,24 | 12.760.230,75 | 2.430.070.813,99 | 81.306.496,01 |
| 1113.01.03 IPI - VEICULOS | 5.781.207.866,00 | 5.672.145.320,61 | 114.198.222,39 | 5.786.343.543,00 | -5.135.677,00 |
| 1113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO | 9.263.724.871,00 | 11.320.905.892,10 | -62.016.367,79 | 11.258.889.524,31 | -1.995.164.653,31 |
| 1113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS | 16.796.044.548,00 | 15.990.901.686,34 | -2.157.399.072,17 | 13.833.502.614,17 | 2.962.541.933,83 |
| 1113.01.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI | | 22.706.051,71 | | 22.706.051,71 | -22.706.051,71 |
| 1113.01.11 IPI - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL | | 218.077.271,94 | 3.087,48 | 218.080.359,42 | -218.080.359,42 |
| 1113.03.01 IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO | 4.756.079,00 | 4.502.677,70 | | 4.502.677,70 | 253.401,30 |
| 1113.03.09 IOF - DEMAIS OPERACOES | 27.536.957.773,00 | 26.548.936.048,80 | -24.840.884,81 | 26.524.095.163,99 | 1.012.862.609,01 |
| 1113.03.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IOF | | 976.746,00 | | 976.746,00 | -976.746,00 |
| 1121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO | 664.915.160,00 | 804.061.124,39 | -17.053,72 | 804.044.070,67 | -139.128.910,67 |
| 1121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO | 3.269.433.754,00 | 2.183.538.988,47 | -6.172,85 | 2.183.532.815,62 | 1.085.900.938,38 |
| 1121.03.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS | 20.935.519,00 | 20.646.358,67 | -212.574,23 | 20.433.784,44 | 501.734,56 |
| 1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | 40.335.477,00 | 46.362.894,89 | -274.950,22 | 46.087.944,67 | -5.752.467,67 |
| 1121.05.00 TAXAS DE MIGRACAO | 228.882.159,00 | 312.461.429,33 | -1.326.521,20 | 311.134.908,13 | -82.252.749,13 |
| 1121.10.00 TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL | 4.841.434,00 | 5.112.292,75 | -3.814,00 | 5.108.478,75 | -267.044,75 |
| 1121.11.00 TX.FISCALIZ. E CONTR. DA PREV.COMPL - TAFIC | | 25.268.388,43 | -71.816,24 | 25.196.572,19 | -25.196.572,19 |
| 1121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO | 18.890.572,00 | 15.358.773,29 | -45.463,06 | 15.313.310,23 | 3.577.261,77 |
| 1121.14.00 TAXA FISCAL.MERC.TITULOS E VAL. MOBILIARIOS | 175.729.834,00 | 176.960.707,39 | -380.917,65 | 176.579.789,74 | -849.955,74 |
| 1121.15.00 TAXA FISCAL.MERC.SEG.CAP.PREVID.PRIV.ABERTA | 52.743.098,00 | 115.793.809,29 | -452.492,17 | 115.341.317,12 | -62.598.219,12 |
| 1121.16.00 TAXA FISCAL. DOS SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA | 439.879.497,00 | 385.760.447,34 | -356.616,21 | 385.403.831,13 | 54.475.665,87 |
| 1121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA | 270.109.081,00 | 327.311.264,03 | -588.599,19 | 326.722.664,84 | -56.613.583,84 |
| 1121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE | 67.426.877,00 | 66.591.815,89 | -8.516,21 | 66.583.299,68 | 843.577,32 |
| 1121.20.02 TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO | 1.706.626,00 | 2.412.599,87 | | 2.412.599,87 | -705.973,87 |
| 1121.20.03 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO | 762.600,00 | 2.029.466,03 | -8.950,00 | 2.020.516,03 | -1.257.916,03 |
| 1121.20.04 TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA | 83.491,00 | 109.000,00 | | 109.000,00 | -25.509,00 |
| 1121.20.05 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA | 272.592,00 | 263.599,90 | | 263.599,90 | 8.992,10 |
| 1121.20.06 TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PENCUNIAR | 707.548,00 | 553.338,73 | -3.500,00 | 549.838,73 | 157.709,27 |
| 1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL | 188.539.270,00 | 160.687.905,90 | -2.024.687,30 | 158.663.218,60 | 29.876.051,40 |
| 1121.22.00 TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - TSA | 308.720.732,00 | 384.935.395,38 | -12.272,32 | 384.923.123,06 | -76.202.391,06 |
| 1121.24.00 TX DE FISCALIZ.S/ DISTRIB. GRAT.PREM. SORTEIO | 3.922.955,00 | 6.274.034,14 | -164.827,40 | 6.109.206,74 | -2.186.251,74 |
| 1122.01.00 EMOLUMENTOS CONSULARES | 135.967.427,00 | 156.143.099,85 | -89,71 | 156.143.010,14 | -20.175.583,14 |
| 1122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO | 808.068,00 | 1.060.467,71 | | 1.060.467,71 | -252.399,71 |
| 1122.03.00 TX SIST.CONTR. ARREC.ADIC.FRETE REN.MAR.MERC. | 17.116.059,00 | 20.102.248,55 | | 20.102.248,55 | -2.986.189,55 |
| 1122.04.00 TAXA DE AVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR | 34.588.808,00 | 26.971.392,00 | -115.980,17 | 26.855.411,83 | 7.733.396,17 |
| 1122.06.00 TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DISTR. FEDERAL | | 2.308.042,68 | | 2.308.042,68 | -2.308.042,68 |
| 1122.07.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTICA DO DF | 17.937.192,00 | 17.311.998,58 | -8.950,71 | 17.303.047,87 | 634.144,13 |
| 1122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS | 348.459.291,00 | 429.602.235,05 | -11.327.784,84 | 418.274.450,21 | -69.815.159,21 |
| 1122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX | 105.252.876,00 | 130.753.316,83 | -523,22 | 130.752.793,61 | -25.499.917,61 |
| 1122.12.01 EMOLUMENTOS/CUSTAS APRECIACAO ATOS E CONTRATO | 23.004.218,00 | 31.765.119,00 | -89,00 | 31.765.030,00 | -8.760.812,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1122.15.00 TAXA MILITAR | 2.382.544,00 | 5.665.040,73 | | 5.665.040,73 | -3.282.496,73 |
| 1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS | 3.181.791,00 | 3.188.647,99 | | 3.188.647,99 | -6.856,99 |
| 1122.21.00 TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS | 4.123.680,00 | 39.378.148,62 | | 39.378.148,62 | -35.254.468,62 |
| 1122.22.00 TAXA DE SERVICOS AQUICOLAS | 1.543.708,00 | 5.692.959,93 | -1.206,00 | 5.691.753,93 | -4.148.045,93 |
| 1122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | 9.222.272,00 | 28.703.014,43 | -68,24 | 28.702.946,19 | -19.480.674,19 |
| 1210.01.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P FIN. SEG. SOCIAL | 148.407.875.583,00 | 137.025.561.144,68 | 1.401.610.245,82 | 138.427.171.390,50 | 9.980.704.192,50 |
| 1210.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS | | 208.832.550,18 | | 208.832.550,18 | -208.832.550,18 |
| 1210.02.00 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | 10.866.690.528,00 | 11.160.329.650,68 | -111.130.573,64 | 11.049.199.077,04 | -182.508.549,04 |
| 1210.04.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL | 354.919.461,00 | 367.175.067,08 | | 367.175.067,08 | -12.255.606,08 |
| 1210.05.00 CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO | 94.709.160,00 | 108.779.652,18 | -3.807.287,83 | 104.972.364,35 | -10.263.204,35 |
| 1210.06.00 CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO | 93.337.623,00 | 86.646.986,20 | -3.032.644,51 | 83.614.341,69 | 9.723.281,31 |
| 1210.09.00 CONTRIBUICAO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS | 966.703,00 | 4.271.926,69 | | 4.271.926,69 | -3.305.223,69 |
| 1210.13.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA | | 33.361.885,03 | -96.025.277,07 | -62.663.392,04 | 62.663.392,04 |
| 1210.13.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CPMF | | 17.410.365,40 | | 17.410.365,40 | -17.410.365,40 |
| 1210.15.00 CONTRIB.PARA CUSTEIO DAS PENSOES MILITARES | 1.822.509.381,00 | 1.869.021.367,48 | -398,38 | 1.869.020.969,10 | -46.511.588,10 |
| 1210.17.00 CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR. | 123.709,00 | 233.434,93 | -90,00 | 233.344,93 | -109.635,93 |
| 1210.18.01 CONTRIBUICAO S/RECEITA DA LOTERIAL FEDERAL | 49.759.884,00 | 52.594.147,98 | | 52.594.147,98 | -2.834.263,98 |
| 1210.18.02 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA | 20.042.988,00 | 24.637.203,04 | | 24.637.203,04 | -4.594.215,04 |
| 1210.18.04 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIAS DE NUMEROS | 2.048.944.428,00 | 2.845.286.751,50 | | 2.845.286.751,50 | -796.342.323,50 |
| 1210.18.05 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA | 33.289.056,00 | 44.899.805,97 | | 44.899.805,97 | -11.610.749,97 |
| 1210.18.06 PREMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS | 128.605.992,00 | 160.361.960,82 | | 160.361.960,82 | -31.755.968,82 |
| 1210.18.08 CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE | 11.583.036,00 | 11.709.529,27 | -6.708,63 | 11.702.820,64 | -119.784,64 |
| 1210.18.09 OUTROS PREMIOS PRESCRITOS | | 7.886.145,38 | -193.696,00 | 7.692.449,38 | -7.692.449,38 |
| 1210.29.01 CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR AT.CIVIL - RPPS | | 28.180.126,13 | -75.943,72 | 28.104.182,41 | -28.104.182,41 |
| 1210.29.07 CONTR.DO SERV. ATIVO CIVIL P/ REGIME PROPRIO | 6.542.832.142,00 | 6.464.475.288,13 | -7.064.390,79 | 6.457.410.897,34 | 85.421.244,66 |
| 1210.29.09 CONTRIBUICAO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS | 1.656.657.788,00 | 1.550.225.179,62 | -661.874,16 | 1.549.563.305,46 | 107.094.482,54 |
| 1210.29.11 CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS | 555.514.671,00 | 516.873.147,97 | -75.253,74 | 516.797.894,23 | 38.716.776,77 |
| 1210.29.16 CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENÇAS JUDICIAIS | 616.283.575,00 | | | | 616.283.575,00 |
| 1210.29.17 CONTR.SERV.ATIVO CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS | 213.555.500,00 | 28.198.522,64 | -109.914,84 | 28.088.607,80 | 185.466.892,20 |
| 1210.29.18 CONTR.SERV.INAT.CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS | 213.555.500,00 | 16.084.260,67 | -10.951,57 | 16.073.309,10 | 197.482.190,90 |
| 1210.29.19 CONTR.PENSIONISTA CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS | | 4.654.643,90 | -5.702,69 | 4.648.941,21 | -4.648.941,21 |
| 1210.30.01 CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. -CONTR. INDIV. | 3.352.329.753,00 | 3.175.478.497,85 | -22.408.168,61 | 3.153.070.329,24 | 199.259.423,76 |
| 1210.30.02 CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO | 40.439.172.088,00 | 42.327.845.509,81 | -24.065.672,61 | 42.303.779.837,20 | -1.864.607.749,20 |
| 1210.30.03 CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS | 79.571.221.342,00 | 82.172.057.617,89 | -175.999.682,15 | 81.996.057.935,74 | -2.424.836.593,74 |
| 1210.30.04 SIMPLES | 13.264.642.096,00 | 17.654.625.048,89 | -1.433.100,82 | 17.653.191.948,07 | -4.388.549.852,07 |
| 1210.30.05 EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS | 54.659.912,00 | 55.428.798,74 | | 55.428.798,74 | -768.886,74 |
| 1210.30.06 CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL | 3.143.106.162,00 | 2.604.396.377,64 | -46.641.744,40 | 2.557.754.633,24 | 585.351.528,76 |
| 1210.30.07 CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS | 2.521.599.763,00 | 3.595.683.673,42 | -17.026.480,88 | 3.578.657.192,54 | -1.057.057.429,54 |
| 1210.30.08 SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO | 9.399.483.429,00 | 12.825.455.637,15 | -1.578.723,44 | 12.823.876.913,71 | -3.424.393.484,71 |
| 1210.30.09 RECLAMATORIA TRABALHISTA | 1.928.633.589,00 | 1.741.601.583,46 | -4.180.900,10 | 1.737.420.683,36 | 191.212.905,64 |
| 1210.30.10 CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS | | 11.942.877,52 | -11.942.877,52 | | 0,00 |
| 1210.30.11 CONTRIBUICAO PREVID.SEGURADO OBRIG.-EMPRESAR. | | 252.650,22 | -248.079,63 | 4.570,59 | -4.570,59 |
| 1210.30.12 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO | 811.451.173,00 | 728.590.003,42 | -1.908.130,53 | 726.681.872,89 | 84.769.300,11 |
| 1210.30.13 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL | 7.167.337,00 | 6.942.620,14 | -12.322,92 | 6.930.297,22 | 237.039,78 |
| 1210.30.14 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST | 2.321.586.629,00 | 2.263.111.084,96 | -437.039,63 | 2.262.674.045,33 | 58.912.583,67 |
| 1210.30.15 CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO | 17.535.473.555,00 | 18.103.293.231,27 | -9.813.953,84 | 18.093.479.277,43 | -558.005.722,43 |
| 1210.30.16 CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS | 1.998.205.987,00 | 1.943.978.953,00 | -365.424,04 | 1.943.613.528,96 | 54.592.458,04 |
| 1210.30.17 CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGACAO | 16.469.228.989,00 | 16.845.027.427,30 | -93.085.390,54 | 16.751.942.036,76 | -282.713.047,76 |
| 1210.30.18 ARRECADACAO FIES-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC. | 851.646.202,00 | 546.962.114,59 | | 546.962.114,59 | 304.684.087,41 |
| 1210.30.21 CONTR.PREV.NA FORMA DE DEP.JUD.,REC. E CUSTAS | 1.795.381.926,00 | 1.970.593.058,62 | -312.013.762,01 | 1.658.579.296,61 | 136.802.629,39 |
| 1210.30.22 CONTRIB.PREVID. DAS COOP.TRAB. DESC.COOPERADO | | 22.269,69 | | 22.269,69 | -22.269,69 |
| 1210.30.23 RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL | 3.775.777.677,00 | 1.635.994.118,45 | -8.493.262,89 | 1.627.500.855,56 | 2.148.276.821,44 |
| 1210.30.99 OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS | | 57.206.096,30 | -57.206.096,30 | | 0,00 |
| 1210.31.01 CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF | | | -1.132,29 | -1.132,29 | 1.132,29 |
| 1210.32.01 CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL | 208.954.360,00 | 191.931.748,30 | -6.717.611,27 | 185.214.137,03 | 23.740.222,97 |
| 1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA | 805.133.742,00 | 767.727.730,02 | -26.870.444,65 | 740.857.285,37 | 64.276.456,63 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP | 37.043.039.066,00 | 39.837.541.794,51 | 129.173.938,70 | 39.966.715.733,21 | -2.923.676.667,21 |
| 1210.37.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP | | 41.103.159,65 | -311.436,74 | 40.791.722,91 | -40.791.722,91 |
| 1210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ | 53.956.642.952,00 | 44.892.335.548,54 | 269.475.650,57 | 45.161.811.199,11 | 8.794.831.752,89 |
| 1210.38.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CSSL PJ | | 37.804.323,59 | | 37.804.323,59 | -37.804.323,59 |
| 1210.45.00 CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO | | | -2.396,85 | -2.396,85 | 2.396,85 |
| 1210.47.00 CONTR.REL.A DESPED.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA | 2.237.268.984,00 | 67.462.012,01 | | 67.462.012,01 | 2.169.806.971,99 |
| 1210.48.00 CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH. | | 2.405.950.420,50 | | 2.405.950.420,50 | -2.405.950.420,50 |
| 1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | | 792.556,68 | -546,19 | 792.010,49 | -792.010,49 |
| 1220.01.00 CONTRIBUICAO PARA O PIN | 23.302.720,00 | 2.627.495,93 | | 2.627.495,93 | 20.675.224,07 |
| 1220.02.00 CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA | 15.535.142,00 | 1.751.664,70 | | 1.751.664,70 | 13.783.477,30 |
| 1220.03.01 SELO ESPECIAL DE CONTROLE | 190.328.283,00 | 46.418.097,02 | 768,50 | 46.418.865,52 | 143.909.417,48 |
| 1220.03.02 LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS | 85.722.334,00 | 165.925.953,72 | 37.975,47 | 165.963.929,19 | -80.241.595,19 |
| 1220.05.00 CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS | 576.467,00 | 658.337,50 | | 658.337,50 | -81.870,50 |
| 1220.06.01 CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. -REMESSAS | 634.414,00 | 923.824,82 | -3.801,04 | 920.023,78 | -285.609,78 |
| 1220.06.02 CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. - TITULOS | 43.261.223,00 | 48.417.559,25 | -80.546,28 | 48.337.012,97 | -5.075.789,97 |
| 1220.16.00 ADICIONAL S/TARIFAS DE PASS.AEREAS DOMESTICAS | | 5.191,65 | -5.191,65 | | 0,00 |
| 1220.18.00 COTA-PARTE ADIC.FRETE P/ RENOV.MARIN.MERCANTE | 1.654.947.851,00 | 2.348.406.329,92 | | 2.348.406.329,92 | -693.458.478,92 |
| 1220.24.00 CONTRIBUIÇÃO S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET | 501.332.870,00 | 655.572.562,83 | -0,01 | 655.572.562,82 | -154.239.692,82 |
| 1220.25.00 CONTRIBUIÇÃO P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSF.TECN. | 1.057.354.991,00 | 1.200.877.049,72 | 10.617.568,01 | 1.211.494.617,73 | -154.139.626,73 |
| 1220.26.01 CON. S/REC.OPER.BRUTA DECOR.PRES.SERV.TELECOM | 770.605.702,00 | 764.596.865,78 | -90.243,15 | 764.506.622,63 | 6.099.079,37 |
| 1220.26.02 CON. S/REC.OPER.BRUTA EMPR.PREST.SERV.TELECOM | 426.166.927,00 | 421.083.446,06 | 1.356,94 | 421.084.803,00 | 5.082.124,00 |
| 1220.27.01 CONTR. DAS EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA | 23.839.702,00 | | | | 23.839.702,00 |
| 1220.27.02 CONTR. EMPRESAS INSTALADAS NAS DEMAIS REGIOES | 75.370.096,00 | | | | 75.370.096,00 |
| 1220.28.01 CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB | 1.227.375.490,00 | 850.603.932,15 | 697.742,03 | 851.301.674,18 | 376.073.815,82 |
| 1220.28.02 CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB | 6.066.028.380,00 | 6.906.647.493,71 | -174,49 | 6.906.647.319,22 | -840.618.939,22 |
| 1220.28.03 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEL | | 201.962,13 | | 201.962,13 | -201.962,13 |
| 1220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB | 120.000.000,00 | 4.322.654,19 | -4.603,85 | 4.318.050,34 | 115.681.949,66 |
| 1220.41.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PRINCIPAL | | 18.073.559,11 | -72,01 | 18.073.487,10 | -18.073.487,10 |
| 1220.41.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - EXCEDENTE | | 356.318,05 | | 356.318,05 | -356.318,05 |
| 1220.41.03 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - RESIDUAL | | 1.701.270,80 | | 1.701.270,80 | -1.701.270,80 |
| 1220.41.04 CONTR-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA-PARCELAMENTO | | 248.007,98 | | 248.007,98 | -248.007,98 |
| 1220.42.01 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL | | 68.218.763,07 | | 68.218.763,07 | -68.218.763,07 |
| 1220.42.02 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE | | 1.045,36 | | 1.045,36 | -1.045,36 |
| 1220.42.03 CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-RESIDUAL | | 5.927.643,35 | | 5.927.643,35 | -5.927.643,35 |
| 1220.42.04 CONTR-EMP.INSTAL.DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO | | 5.142.673,08 | | 5.142.673,08 | -5.142.673,08 |
| 1220.99.01 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | | 39.182,90 | | 39.182,90 | -39.182,90 |
| 1311.00.00 ALUGUEIS | 84.835.335,00 | 83.111.048,98 | -752.594,41 | 82.358.454,57 | 2.476.880,43 |
| 1312.00.00 ARRENDAMENTOS | 123.258.476,00 | 146.204.380,55 | -11.008.015,26 | 135.196.365,29 | -11.937.889,29 |
| 1313.00.00 FOROS | 61.220.441,00 | 66.236.572,48 | 10.732,59 | 66.247.305,07 | -5.026.864,07 |
| 1314.00.00 LAUDEMIOS | 166.068.192,00 | 223.774.929,05 | 39.628,92 | 223.814.557,97 | -57.746.365,97 |
| 1315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO | 17.205,00 | 17.828,26 | | 17.828,26 | -623,26 |
| 1315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID. | 47.287.552,00 | 20.089.725,44 | -1.320,53 | 20.088.404,91 | 27.199.147,09 |
| 1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS | 161.613.144,00 | 248.146.202,38 | -3.072.164,35 | 245.074.038,03 | -83.460.894,03 |
| 1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS | 26.426.429,00 | 76.690.025,77 | -138.072,69 | 76.551.953,08 | -50.125.524,08 |
| 1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA | 25.932.509,00 | 165.705.568,45 | | 165.705.568,45 | -139.773.059,45 |
| 1322.00.00 DIVIDENDOS | 16.117.262.560,00 | 22.410.615.657,25 | -3.793.994,66 | 22.406.821.662,59 | -6.289.559.102,59 |
| 1323.00.00 PARTICIPACOES | 247.008,00 | 5.974.703,52 | | 5.974.703,52 | -5.727.695,52 |
| 1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS | 5.050.405.309,00 | 6.693.524.282,71 | -9.302.388,94 | 6.684.221.893,77 | -1.633.816.584,77 |
| 1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS | 2.221.600.000,00 | 2.383.753.379,12 | | 2.383.753.379,12 | -162.153.379,12 |
| 1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS | 156.092.888,00 | 166.774.626,44 | | 166.774.626,44 | -10.681.738,44 |
| 1331.01.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV. | 1.273.767.509,00 | 477.824.028,93 | -740,00 | 477.823.288,93 | 795.944.220,07 |
| 1331.01.02 REC.OUT.SERV.TRANSP.ROD.INTEREST.INTERNAC.PAS | | 20,00 | -20,00 | | 0,00 |
| 1331.02.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO | 302.991.360,00 | 278.722.754,70 | | 278.722.754,70 | 24.268.605,30 |
| 1331.02.02 REC.OUT.SERV.RADIODIFUSAO SONORA SONS IMAGENS | 25.000.000,00 | | | | 25.000.000,00 |
| 1331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA | 22.314.564,00 | 73.550.414,66 | -27.563,32 | 73.522.851,34 | -51.208.287,34 |
| 1331.02.04 REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ | | 800.780,56 | | 800.780,56 | -800.780,56 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1331.02.05 REC.TRANSF.CONC/PERM/AUTOR-RODOVIAS OU OBRAS | | 893.224,06 | | 893.224,06 | -893.224,06 |
| 1331.02.06 RECEITA OUTORGA UTILIZAÇÃO POSIÇÕES ORBITAIS | | 385.456,59 | | 385.456,59 | -385.456,59 |
| 1331.02.99 OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC | 4.699.229,00 | 9.312.726,48 | -13.330,60 | 9.299.395,88 | -4.600.166,88 |
| 1332.01.01 BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO | | 4.390.750,00 | | 4.390.750,00 | -4.390.750,00 |
| 1332.01.02 PAGAMENTO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD | 165.692.000,00 | 167.823.510,38 | | 167.823.510,38 | -2.131.510,38 |
| 1332.02.00 REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR. | 64.509.557,00 | 38.544.592,40 | | 38.544.592,40 | 25.964.964,60 |
| 1332.03.00 REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER | 106.121.161,00 | 102.791.699,27 | | 102.791.699,27 | 3.329.461,73 |
| 1332.04.01 REC. CONCESS. FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MIN | | 555.765,77 | | 555.765,77 | -555.765,77 |
| 1332.04.02 REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR | | 24.815,77 | | 24.815,77 | -24.815,77 |
| 1332.04.05 REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL | | 55.046,77 | | 55.046,77 | -55.046,77 |
| 1332.04.06 REC. CONTRATOS TRANSICAO CONCESSAO FLORESTAL | 1.800.000,00 | 529.561,18 | -2.028,10 | 527.533,08 | 1.272.466,92 |
| 1333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC | 4.212.631,00 | 2.905.721,14 | -96.345,28 | 2.809.375,86 | 1.403.255,14 |
| 1333.04.00 PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO | | 1.016.178,61 | -52.876,50 | 963.302,11 | -963.302,11 |
| 1333.05.00 RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO | | 433.202,03 | -9.086,92 | 424.115,11 | -424.115,11 |
| 1340.01.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAIPU | 512.135.186,00 | 372.377.018,73 | | 372.377.018,73 | 139.758.167,27 |
| 1340.02.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS | 1.522.907.000,00 | 1.514.848.391,72 | -119.707,07 | 1.514.728.684,65 | 8.178.315,35 |
| 1340.03.00 EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS | 1.020.000.000,00 | 1.083.667.420,56 | -747,00 | 1.083.666.673,56 | -63.666.673,56 |
| 1340.04.00 ROYALTIES PRODUCAO PETROLEO GAS.NAT.-EM TERRA | 681.424.256,00 | 489.541.564,16 | 163,58 | 489.541.727,74 | 191.882.528,26 |
| 1340.05.00 ROYALTIES PROD. PETR. GAS.NAT.-EM PLATAFORMA | 5.335.861.340,00 | 4.588.129.479,22 | -910,66 | 4.588.128.568,56 | 747.732.771,44 |
| 1340.06.00 ROYALT.EXCED.PROD.PETR.OU GAS.NAT.-EM TERRA | 605.999.308,00 | 442.013.306,72 | 1.028,71 | 442.014.335,43 | 163.984.972,57 |
| 1340.07.00 ROYALTIES EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.-PLATAFORMA | 5.223.626.878,00 | 4.510.235.317,95 | 65.720,26 | 4.510.301.038,21 | 713.325.839,79 |
| 1340.08.00 PARTICIP.ESPEC.PROD.PETROLEO OU GAS NATURAL | 13.514.146.928,00 | 11.418.673.492,07 | 231.458,03 | 11.418.904.950,10 | 2.095.241.977,90 |
| 1352.00.00 REC OUTORGA TIT ONEROSO ATIV PESQ/LAVRA-PETRO | | 6.991.694.757,49 | | 6.991.694.757,49 | -6.991.694.757,49 |
| 1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS | 147.865.346,00 | 6.970.734,03 | -278.069,50 | 6.692.664,53 | 141.172.681,47 |
| 1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL | 13.703.931,00 | 13.437.531,98 | -725.829,00 | 12.711.702,98 | 992.228,02 |
| 1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS | 10.640.379,00 | 7.705.648,50 | -137.741,74 | 7.567.906,76 | 3.072.472,24 |
| 1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS | 32.010,00 | 68.696,26 | -23.759,44 | 44.936,82 | -12.926,82 |
| 1520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA | 520.779.005,00 | 445.588.352,22 | -79.397,25 | 445.508.954,97 | 75.270.050,03 |
| 1520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA | 35.214.688,00 | 32.610.037,47 | -4.183,05 | 32.605.854,42 | 2.608.833,58 |
| 1520.21.01 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS | 88.830.969,00 | 77.194.768,10 | -3.879,23 | 77.190.888,87 | 11.640.080,13 |
| 1520.21.02 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS VETERINÁRIOS | 797,00 | 38.023,58 | | 38.023,58 | -37.226,58 |
| 1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMOQUIMICOS | 469.761,00 | 1.404.642,69 | -11.883,58 | 1.392.759,11 | -922.998,11 |
| 1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES | 2.685.382,00 | 2.065.814,98 | -9.634,50 | 2.056.180,48 | 629.201,52 |
| 1520.27.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS | 360.186,00 | 310.877,73 | -57.816,05 | 253.061,68 | 107.124,32 |
| 1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA | 47.192.705,00 | 43.498.632,06 | -13.185,40 | 43.485.446,66 | 3.707.258,34 |
| 1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO | 291.704,00 | 1.076.710,65 | | 1.076.710,65 | -785.006,65 |
| 1600.01.01 SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS | 3.525.626,00 | 3.841.221,87 | | 3.841.221,87 | -315.595,87 |
| 1600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID. | 17.508.665,00 | 13.521.939,63 | -53.974,25 | 13.467.965,38 | 4.040.699,62 |
| 1600.01.03 SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC. | 218.667,00 | 314.019,12 | -67.992,00 | 246.027,12 | -27.360,12 |
| 1600.01.06 SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI | 39.464.882,00 | 53.973.531,16 | -2.689.454,74 | 51.284.076,42 | -11.819.194,42 |
| 1600.01.10 RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARDAMENTOS | | 7.046.561,09 | -13.104,33 | 7.033.456,76 | -7.033.456,76 |
| 1600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS | 21.120.337,00 | 7.899.126,23 | -76.400,01 | 7.822.726,22 | 13.297.610,78 |
| 1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS | 24.168.645.703,00 | 29.919.216.520,64 | -62.495.972,03 | 29.856.720.548,61 | -5.688.074.845,61 |
| 1600.02.03 SERV.FINANC.DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS | 501.811,00 | 456.410,65 | | 456.410,65 | 45.400,35 |
| 1600.02.05 OPERACOES DE AUTORIDADE MONETARIA | 4.448.000,00 | | | | 4.448.000,00 |
| 1600.02.06 SERVICOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES.ECONOM. | 5.489.163.920,00 | 5.536.326.759,07 | | 5.536.326.759,07 | -47.162.839,07 |
| 1600.02.99 OUTROS SERVICOS FINANCEIROS | 8.038.446,00 | 5.943.494,77 | | 5.943.494,77 | 2.094.951,23 |
| 1600.03.01 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO | 264.282,00 | 283.451,43 | -100,30 | 283.351,13 | -19.069,13 |
| 1600.03.02 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO | 168.240.110,00 | 187.110.196,38 | -4.333.776,98 | 182.776.419,40 | -14.536.309,40 |
| 1600.03.03 SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO | 17.816,00 | 7.770,03 | | 7.770,03 | 10.045,97 |
| 1600.03.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO | 3.437.727,00 | 2.944.056,33 | -195,00 | 2.943.861,33 | 493.865,67 |
| 1600.04.01 SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL | 23.306.940,00 | 21.760.371,61 | | 21.760.371,61 | 1.546.568,39 |
| 1600.04.02 SERVICOS DE RADIODIFUSAO | 8.445.660,00 | 14.848.004,69 | | 14.848.004,69 | -6.402.344,69 |
| 1600.04.03 OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO | 19.355,00 | 50.915,28 | | 50.915,28 | -31.560,28 |
| 1600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES | 89.874.970,00 | 101.931.493,16 | -8.208.185,94 | 93.723.307,22 | -3.848.337,22 |
| 1600.05.03 SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS | 1.266.517,00 | 2.116.012,44 | -691.963,50 | 1.424.048,94 | -157.531,94 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1600.05.05 SERV ASSIST SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL | 21.795.245,00 | 22.646.051,75 | | 22.646.051,75 | -850.806,75 |
| 1600.05.99 OUTROS SERVICOS DE SAUDE | 307.627,00 | 18.533,17 | -44,00 | 18.489,17 | 289.137,83 |
| 1600.06.00 SERVICOS PORTUARIOS | 206.544,00 | 256.539,48 | -105,78 | 256.433,70 | -49.889,70 |
| 1600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM | 37.546.231,00 | 25.379.146,61 | -88.074,53 | 25.291.072,08 | 12.255.158,92 |
| 1600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 61.376.743,00 | 73.663.288,33 | -19.088.122,88 | 54.575.165,45 | 6.801.577,55 |
| 1600.09.00 SERVICOS DE SOCORRO MARITIMO | 2.108,00 | 138.640,00 | | 138.640,00 | -136.532,00 |
| 1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA | 212.516.317,00 | 305.422.027,61 | -109.676,97 | 305.312.350,64 | -92.796.033,64 |
| 1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL | 2.163.944,00 | 2.155.952,26 | -6.481,01 | 2.149.471,25 | 14.472,75 |
| 1600.11.03 METROLOGIA LEGAL | 6.465.588,00 | 4.792.951,26 | -12.188,04 | 4.780.763,22 | 1.684.824,78 |
| 1600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS | 25.104.609,00 | 25.722.622,25 | -57.829,95 | 25.664.792,30 | -560.183,30 |
| 1600.11.05 INFORMACAO TECNOLOGICA | 262.475,00 | 66.023,99 | -100,00 | 65.923,99 | 196.551,01 |
| 1600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA | 10.242.335,00 | 8.973.443,75 | -81.720,72 | 8.891.723,03 | 1.350.611,97 |
| 1600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS | 1.169.919.450,00 | 785.902.206,34 | -18.988.473,55 | 766.913.732,79 | 403.005.717,21 |
| 1600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO | 117.294.156,00 | 115.657.907,23 | -965.482,84 | 114.692.424,39 | 2.601.731,61 |
| 1600.15.00 SERVICOS DE METEOROLOGIA | 254.228,00 | 281.897,98 | -30,00 | 281.867,98 | -27.639,98 |
| 1600.16.00 SERVICOS EDUCACIONAIS | 175.336.321,00 | 203.669.452,64 | -1.338.250,44 | 202.331.202,20 | -26.994.881,20 |
| 1600.17.00 SERVICOS AGROPECUARIOS | 5.791.559,00 | 5.969.835,69 | -12.359,57 | 5.957.476,12 | -165.917,12 |
| 1600.18.00 SERVICOS DE REPARACAO,MANUTENCAO E INSTALACAO | 829.340,00 | 60.830,67 | -471,29 | 60.359,38 | 768.980,62 |
| 1600.19.00 SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS | 27.708.502,00 | 30.160.516,23 | -113.031,26 | 30.047.484,97 | -2.338.982,97 |
| 1600.20.01 SERV.CONS,ASS.TEC.E AN.PROJ-APLICAÇÕES LIVRES | 29.320.751,00 | 60.013.542,99 | -81.694,37 | 59.931.848,62 | -30.611.097,62 |
| 1600.21.00 SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO | 37.927.990,00 | 36.838.545,68 | -67.917,06 | 36.770.628,62 | 1.157.361,38 |
| 1600.22.00 SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS | 83.099.016,00 | 91.520.398,91 | -1.145.871,01 | 90.374.527,90 | -7.275.511,90 |
| 1600.23.01 SERVICOS DE PATENTES | 74.244.187,00 | 90.042.777,27 | | 90.042.777,27 | -15.798.590,27 |
| 1600.23.02 SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS | 103.682.064,00 | 96.790.611,40 | | 96.790.611,40 | 6.891.452,60 |
| 1600.23.03 SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA | 23.673.652,00 | 21.037.619,79 | -621.222,87 | 20.416.396,92 | 3.257.255,08 |
| 1600.23.04 SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS | 14.784,00 | 21.580,00 | | 21.580,00 | -6.796,00 |
| 1600.23.05 SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR | 282.576,00 | 315.021,00 | | 315.021,00 | -32.445,00 |
| 1600.24.00 SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO | 9.104.249,00 | 36.486.552,65 | -97.759,77 | 36.388.792,88 | -27.284.543,88 |
| 1600.25.00 SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG | 67.712.781,00 | 89.730.088,51 | -3.369.008,00 | 86.361.080,51 | -18.648.299,51 |
| 1600.26.00 SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA | 6.192.448,00 | 4.382.345,32 | -8,28 | 4.382.337,04 | 1.810.110,96 |
| 1600.27.00 SERVICOS DE PERFURACAO E INSTALACAO DE POCOS | | 165,00 | | 165,00 | -165,00 |
| 1600.28.00 SERVICOS DE GEOPROCESSAMENTO | 1.082.223,00 | 2.437.643,64 | -3.025,73 | 2.434.617,91 | -1.352.394,91 |
| 1600.30.00 TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS | 83.692.819,00 | 79.508.739,09 | -287.589,18 | 79.221.149,91 | 4.471.669,09 |
| 1600.31.01 TARIFA AEROPORTUARIA | 77.976,00 | 84.367,38 | -10.723,13 | 73.644,25 | 4.331,75 |
| 1600.31.02 ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA | 469.283.275,00 | 573.079.071,80 | -74.584.728,62 | 498.494.343,18 | -29.211.068,18 |
| 1600.31.03 PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL | 218.649.938,00 | 253.679.951,12 | | 253.679.951,12 | -35.030.013,12 |
| 1600.32.00 SERVICOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL | 22.255.112,00 | 12.669.379,88 | | 12.669.379,88 | 9.585.732,12 |
| 1600.33.01 TARIF USO COMUN E AUX.NAVEGACAO AEREA EM ROTA | 401.079.437,00 | 461.146.105,38 | -4.417.798,02 | 456.728.307,36 | -55.648.870,36 |
| 1600.33.02 ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA | 337.136.382,00 | 382.530.536,62 | -4.228.238,52 | 378.302.298,10 | -41.165.916,10 |
| 1600.35.00 SERVICO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS | 23.480.253,00 | 123.116.154,64 | | 123.116.154,64 | -99.635.901,64 |
| 1600.36.01 TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM.DO BACEN | 125.665.837,00 | 142.365.308,21 | | 142.365.308,21 | -16.699.471,21 |
| 1600.36.02 TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN | 10.280.392,00 | 14.540.675,10 | | 14.540.675,10 | -4.260.283,10 |
| 1600.37.02 CONCESSAO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA | 50.594.340,00 | 62.083.219,41 | | 62.083.219,41 | -11.488.879,41 |
| 1600.37.03 COMISSOES PELA PRESTACAO DE GARANTIA | | 14.377,90 | | 14.377,90 | -14.377,90 |
| 1600.37.05 RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTACAO | 307.344.000,00 | 211.979.256,03 | | 211.979.256,03 | 95.364.743,97 |
| 1600.38.00 CREDENCIAMENTO EMP.PREST.SERVICOS DE VISTORIA | 2.516.200,00 | 2.853.804,00 | -25.536,00 | 2.828.268,00 | -312.068,00 |
| 1600.39.00 SERVICOS VETERINARIOS | 358.147,00 | | | | 358.147,00 |
| 1600.40.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM. | 1.653.640,00 | 1.386.274,00 | | 1.386.274,00 | 267.366,00 |
| 1600.50.00 TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS | | 286.973.073,89 | -2.550.460,08 | 284.422.613,81 | -284.422.613,81 |
| 1600.56.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL | 3.665.627,00 | 3.422.135,16 | -451.184,71 | 2.970.950,45 | 694.676,55 |
| 1600.99.00 OUTROS RECEITAS DE SERVICOS | 18.384.023,00 | 26.464.994,36 | -810.426,02 | 25.654.568,34 | -7.270.545,34 |
| 1722.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS | 26.541.000,00 | 661.836,29 | | 661.836,29 | 25.879.163,71 |
| 1730.00.00 TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS | 30.661.000,00 | 16.356.692,76 | -72,00 | 16.356.620,76 | 14.304.379,24 |
| 1740.00.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR | 57.760.651,00 | 19.970.304,56 | | 19.970.304,56 | 37.790.346,44 |
| 1750.00.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS | 466.000,00 | 581.012,54 | | 581.012,54 | -115.012,54 |
| 1761.00.00 TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES | 99.867.727,00 | 131.672.013,01 | -360.855,41 | 131.311.157,60 | -31.443.430,60 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1762.00.00 TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES | 114.534.628,00 | 26.715.321,91 | -1.896.295,25 | 24.819.026,66 | 89.715.601,34 |
| 1763.00.00 TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADEDES | 41.480.003,00 | 31.494.384,52 | -684.709,99 | 30.809.674,53 | 10.670.328,47 |
| 1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS | 51.223.659,00 | 49.054.272,88 | -4.769.654,93 | 44.284.617,95 | 6.939.041,05 |
| 1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS | 20.000.000,00 | 189.010,60 | | 189.010,60 | 19.810.989,40 |
| 1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS | 20.000.000,00 | 23.688,79 | | 23.688,79 | 19.976.311,21 |
| 1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS | | 182.890,63 | | 182.890,63 | -182.890,63 |
| 1911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO | 78.448.851,00 | 47.668.346,26 | -339.079,00 | 47.329.267,26 | 31.119.583,74 |
| 1911.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP | | 3.421.425,78 | | 3.421.425,78 | -3.421.425,78 |
| 1911.02.01 MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF | 1.047.764.948,00 | 874.317.614,81 | 48.071.288,82 | 922.388.903,63 | 125.376.044,37 |
| 1911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ | 1.824.398.439,00 | 1.286.141.403,38 | 246.208.324,10 | 1.532.349.727,48 | 292.048.711,52 |
| 1911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF | 428.298.834,00 | 314.540.213,05 | 100.223.934,17 | 414.764.147,22 | 13.534.686,78 |
| 1911.02.04 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPJ | 375.623.008,00 | 161.302.027,36 | -2.185,30 | 161.299.842,06 | 214.323.165,94 |
| 1911.02.05 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE | 70.537.036,00 | 23.883.756,26 | | 23.883.756,26 | 46.653.279,74 |
| 1911.02.06 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPF | 39.516.591,00 | 20.581.653,52 | | 20.581.653,52 | 18.934.937,48 |
| 1911.02.07 MULTA E JUROS DE MORA SIMPLES FED. E NAC-IRPJ | | 23.028.551,26 | 14.408,80 | 23.042.960,06 | -23.042.960,06 |
| 1911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI | 386.534.591,00 | 183.489.677,04 | 8.047.178,34 | 191.536.855,38 | 194.997.735,62 |
| 1911.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI | | 41.332.683,38 | | 41.332.683,38 | -41.332.683,38 |
| 1911.03.03 MULTA E JUROS DE MORA-SIMPLES FED. E NAC.-IPI | | 5.699.435,94 | 740,13 | 5.700.176,07 | -5.700.176,07 |
| 1911.04.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF | 51.901.241,00 | 43.065.188,44 | 1.492.718,56 | 44.557.907,00 | 7.343.334,00 |
| 1911.04.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF | | 1.326.495,93 | | 1.326.495,93 | -1.326.495,93 |
| 1911.07.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO | 381.072,00 | 131.918,71 | -323.638,77 | -191.720,06 | 572.792,06 |
| 1911.07.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP | | -44.007,89 | | -44.007,89 | 44.007,89 |
| 1911.08.01 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE | | 17.983.381,91 | 1.763,07 | 17.985.144,98 | -17.985.144,98 |
| 1911.08.02 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV | 33.458.770,00 | 16.598.311,16 | 2.560,90 | 16.600.872,06 | 16.857.897,94 |
| 1911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO | 831.284,00 | 1.456.409,10 | | 1.456.409,10 | -625.125,10 |
| 1911.32.00 MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX | 96.749,00 | 120.409,64 | | 120.409,64 | -23.660,64 |
| 1911.34.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER | 135.286,00 | 135.636,52 | | 135.636,52 | -350,52 |
| 1911.36.00 MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR | 147.383,00 | 438.585,57 | | 438.585,57 | -291.202,57 |
| 1911.37.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBILI. | 29.825,00 | 9.280,46 | | 9.280,46 | 20.544,54 |
| 1911.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS | 1.370.596,00 | 221.159,17 | -97.350,91 | 123.808,26 | 1.246.787,74 |
| 1911.99.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB | | 2.341.777,32 | | 2.341.777,32 | -2.341.777,32 |
| 1912.01.01 MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC.PREV. - COFINS | 798.158.383,00 | 812.977.020,84 | 105.170.105,27 | 918.147.126,11 | -119.988.743,11 |
| 1912.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS | 94.061.591,00 | 27.666.944,75 | | 27.666.944,75 | 66.394.646,25 |
| 1912.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT.SALARIO-EDUCACAO | 1.295.733,00 | | | | 1.295.733,00 |
| 1912.03.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL | 12.866.101,00 | 824.388,60 | -195.359,40 | 629.029,20 | 12.237.071,80 |
| 1912.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE | | 277.470,79 | | 277.470,79 | -277.470,79 |
| 1912.07.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF | | 9.575.498,41 | 936.629,42 | 10.512.127,83 | -10.512.127,83 |
| 1912.07.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF | | 1.735.976,43 | | 1.735.976,43 | -1.735.976,43 |
| 1912.10.00 MULTAS/JUROS DAS CONTRIB. S/ SERV. TELECOMUN. | | 943.018,98 | | 943.018,98 | -943.018,98 |
| 1912.29.01 MULTAS/JUROS CONTR.PATRONAL REGIME PROP.PREV | | 38.007,64 | | 38.007,64 | -38.007,64 |
| 1912.29.02 MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV | | 1.199.408,83 | -1.726,60 | 1.197.682,23 | -1.197.682,23 |
| 1912.30.01 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C.INDIV. | 80.865.008,00 | 37.479.373,11 | | 37.479.373,11 | 43.385.634,89 |
| 1912.30.02 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO | 375.382.558,00 | 312.550.002,33 | | 312.550.002,33 | 62.832.555,67 |
| 1912.30.03 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG.ASSAL. | 442.820.372,00 | 365.672.865,75 | | 365.672.865,75 | 77.147.506,25 |
| 1912.30.05 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPET. DESPORTIVO | 255.814,00 | 195.597,68 | | 195.597,68 | 60.216,32 |
| 1912.30.06 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL | 15.487.765,00 | 16.763.517,46 | | 16.763.517,46 | -1.275.752,46 |
| 1912.30.07 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB. | 502.748.527,00 | 104.617.174,95 | | 104.617.174,95 | 398.131.352,05 |
| 1912.30.08 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB. | 52.911.672,00 | 55.486.975,17 | | 55.486.975,17 | -2.575.303,17 |
| 1912.30.09 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH. | 50.317.641,00 | 48.413.862,72 | | 48.413.862,72 | 1.903.778,28 |
| 1912.30.12 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO | 4.739.914,00 | 4.198.991,85 | | 4.198.991,85 | 540.922,15 |
| 1912.30.13 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL | 85.809,00 | 129.762,63 | | 129.762,63 | -43.953,63 |
| 1912.30.14 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPR.DOM | 47.892.522,00 | 42.563.292,04 | | 42.563.292,04 | 5.329.229,96 |
| 1912.30.15 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL. | 143.179.153,00 | 154.584.880,44 | | 154.584.880,44 | -11.405.727,44 |
| 1912.30.16 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR. | 22.123.927,00 | 20.323.199,71 | | 20.323.199,71 | 1.800.727,29 |
| 1912.30.17 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGACAO | 142.523.456,00 | 135.848.939,46 | -11.318,45 | 135.837.621,01 | 6.685.834,99 |
| 1912.30.18 MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOURO | 2.979.533,00 | | | | 2.979.533,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1912.30.21 MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST | 5.468,00 | 9.838,38 | | 9.838,38 | -4.370,38 |
| 1912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP | 275.858.824,00 | 217.881.842,34 | 27.840.700,85 | 245.722.543,19 | 30.136.280,81 |
| 1912.31.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP | 21.958.563,00 | 5.107.605,87 | | 5.107.605,87 | 16.850.957,13 |
| 1912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ | 519.922.667,00 | 316.866.755,47 | 63.992.532,37 | 380.859.287,84 | 139.063.379,16 |
| 1912.32.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLPJ | 28.891.460,00 | 6.496.261,41 | | 6.496.261,41 | 22.395.198,59 |
| 1912.33.07 MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE OUT.CONC.PROG | | 247.562,97 | -442,50 | 247.120,47 | -247.120,47 |
| 1912.34.00 MUL.JUR.MORA CONT.REC.CONCES.ENERGIA ELETRICA | | 5.930.797,49 | | 5.930.797,49 | -5.930.797,49 |
| 1912.35.00 MUL.JUR.MORA DA COTA-PARTE DA CONTR.SINDICAL | | 1.725,90 | | 1.725,90 | -1.725,90 |
| 1912.36.00 MUL.JUR.MORA CONTR.S/REC.SORTEIOS ENT.FILANTR | | 54.720,35 | -10.681,50 | 44.038,85 | -44.038,85 |
| 1912.52.00 MUL.JU.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE | 104.985,00 | | | | 104.985,00 |
| 1912.53.00 MULT. J.MORA CONTR.REL.DESP.EMP. S/ J.CAUSA | 16.047.996,00 | 32.364.295,97 | | 32.364.295,97 | -16.316.299,97 |
| 1912.54.00 MULT. J.MORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB. | | 17.760.401,40 | | 17.760.401,40 | -17.760.401,40 |
| 1912.55.01 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. FIN. SEG.SOCIAL | 1.047.798.935,00 | 658.047.215,19 | 104.090.703,77 | 762.137.918,96 | 285.661.016,04 |
| 1912.55.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS | 778.548.277,00 | 282.410.629,65 | | 282.410.629,65 | 496.137.647,35 |
| 1912.55.03 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.S/ MOVIM. FINANC | | 17.645.638,03 | 1.545.786,74 | 19.191.424,77 | -19.191.424,77 |
| 1912.55.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM DA CPMF | | 20.770.538,10 | | 20.770.538,10 | -20.770.538,10 |
| 1912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP | 505.976.208,00 | 277.884.833,76 | 28.856.120,20 | 306.740.953,96 | 199.235.254,04 |
| 1912.55.06 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM PIS/PASEP | 185.798.815,00 | 60.576.981,71 | -3.682,41 | 60.573.299,30 | 125.225.515,70 |
| 1912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ | 987.692.216,00 | 390.155.784,00 | 85.970.154,66 | 476.125.938,66 | 511.566.277,34 |
| 1912.55.08 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENTO CSLL | 219.951.150,00 | 60.330.128,13 | | 60.330.128,13 | 159.621.021,87 |
| 1912.56.00 MULTA/JUROS DE COMPENS. FINANCEIRAS RG/RPPS | | 18.050,36 | | 18.050,36 | -18.050,36 |
| 1912.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIBUICOES | 23.139.457,00 | 5.964.124,20 | 783.871,01 | 6.747.995,21 | 16.391.461,79 |
| 1912.99.02 PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB | | 9.537,56 | | 9.537,56 | -9.537,56 |
| 1913.01.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/IMPORTACAO. | 7.022.548,00 | 2.069.256,82 | 119.373,06 | 2.188.629,88 | 4.833.918,12 |
| 1913.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA II | | 1.285.356,05 | | 1.285.356,05 | -1.285.356,05 |
| 1913.02.01 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA FISICA | 216.551.605,00 | 67.502.848,68 | 28.958.911,38 | 96.461.760,06 | 120.089.844,94 |
| 1913.02.02 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA JURIDICA | 207.101.643,00 | 86.181.952,21 | 12.918.709,07 | 99.100.661,28 | 108.000.981,72 |
| 1913.02.03 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-RETIDO NA FONTE | 63.407.890,00 | 21.292.609,92 | 17.649.496,20 | 38.942.106,12 | 24.465.783,88 |
| 1913.02.04 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPJ | 76.463.018,00 | 31.436.082,52 | | 31.436.082,52 | 45.026.935,48 |
| 1913.02.05 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRRF | 8.401.452,00 | 2.251.836,56 | | 2.251.836,56 | 6.149.615,44 |
| 1913.02.06 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPF | 21.334.921,00 | 4.822.499,74 | | 4.822.499,74 | 16.512.421,26 |
| 1913.03.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/PROD INDUS-IPI | 86.149.898,00 | 9.565.613,49 | 5.303.865,66 | 14.869.479,15 | 71.280.418,85 |
| 1913.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IPI | | 16.448.287,88 | | 16.448.287,88 | -16.448.287,88 |
| 1913.04.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IOF | 2.270.481,00 | 137.228,61 | 259.768,07 | 396.996,68 | 1.873.484,32 |
| 1913.04.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IOF | | 7.166,78 | | 7.166,78 | -7.166,78 |
| 1913.07.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IE | 851.195,00 | 799,54 | | 799,54 | 850.395,46 |
| 1913.07.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IE | | -1.820,06 | | -1.820,06 | 1.820,06 |
| 1913.08.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP.PROP.TER.RURAL | 18.781.715,00 | 7.181.136,45 | | 7.181.136,45 | 11.600.578,55 |
| 1913.09.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.TELECOMUN. | 95.822,00 | 7.713,32 | 138,51 | 7.851,83 | 87.970,17 |
| 1913.99.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS | 24.600.249,00 | 4.012.846,23 | 1.425,30 | 4.014.271,53 | 20.585.977,47 |
| 1914.01.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL | 79.276.612,00 | 27.491.802,88 | 10.034.610,88 | 37.526.413,76 | 41.750.198,24 |
| 1914.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATIVA COFINS | 15.043.476,00 | 4.332.607,48 | -3.482,61 | 4.329.124,87 | 10.714.351,13 |
| 1914.03.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. S/ MOV. FINANC | | 1.432.782,15 | 18.974,33 | 1.451.756,48 | -1.451.756,48 |
| 1914.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CPMF | | 2.347,95 | | 2.347,95 | -2.347,95 |
| 1914.04.01 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I. | 1.234.691,00 | 431.350,43 | | 431.350,43 | 803.340,57 |
| 1914.04.02 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ASSALAR | 74.695.570,00 | 29.370.936,91 | | 29.370.936,91 | 45.324.633,09 |
| 1914.04.03 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS | 189.023.798,00 | 58.869.940,18 | | 58.869.940,18 | 130.153.857,82 |
| 1914.04.04 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR-SIMPLE | | 2.556,27 | | 2.556,27 | -2.556,27 |
| 1914.04.05 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.ESPET.DESPO | 55.406,00 | 104.041,31 | | 104.041,31 | -48.635,31 |
| 1914.04.07 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.REG.PARC.DE | 46.245,00 | 7.690,68 | | 7.690,68 | 38.554,32 |
| 1914.04.08 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRA | 25.085.664,00 | 10.096.107,70 | | 10.096.107,70 | 14.989.556,30 |
| 1914.04.11 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP | 374.918,00 | 72.086,07 | | 72.086,07 | 302.831,93 |
| 1914.04.13 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA | 638.264,00 | 96.220,77 | | 96.220,77 | 542.043,23 |
| 1914.04.14 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.-EMP.DOM | 162.873,00 | 79.343,94 | | 79.343,94 | 83.529,06 |
| 1914.04.15 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD.PUBL | 39.488.974,00 | 13.640.331,97 | | 13.640.331,97 | 25.848.642,03 |
| 1914.05.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. P/ PIS/PASEP | 25.075.337,00 | 6.634.790,42 | 3.018.406,74 | 9.653.197,16 | 15.422.139,84 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1914.05.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATI PIS/PASEP | 5.334.957,00 | 1.260.408,01 | | 1.260.408,01 | 4.074.548,99 |
| 1914.06.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ | 45.743.967,00 | 10.972.283,05 | 735.628,15 | 11.707.911,20 | 34.036.055,80 |
| 1914.06.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CSLL | 4.960.161,00 | 1.252.430,28 | | 1.252.430,28 | 3.707.730,72 |
| 1914.10.00 MULT.J.MORA DIV.AT.COTA ADIC.FR.MARINHA MERC. | 460.528,00 | 524.354,30 | 786.088,66 | 1.310.442,96 | -849.914,96 |
| 1914.11.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL | | 5.009,03 | -4.843,36 | 165,67 | -165,67 |
| 1914.12.01 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA COFINS | 305.688.940,00 | 105.160.709,49 | 11.792.257,87 | 116.952.967,36 | 188.735.972,64 |
| 1914.12.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV AT COFINS | 135.189.682,00 | 49.231.350,89 | | 49.231.350,89 | 85.958.331,11 |
| 1914.12.03 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA CPMF | | 7.704.987,49 | 65.418,48 | 7.770.405,97 | -7.770.405,97 |
| 1914.12.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV ATIV CPMF | | 15.213,36 | | 15.213,36 | -15.213,36 |
| 1914.12.05 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA PIS/PASEP | 110.145.437,00 | 32.073.918,97 | 4.574.088,72 | 36.648.007,69 | 73.497.429,31 |
| 1914.12.06 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV AT PIS/PASEP | 44.362.231,00 | 18.115.905,92 | | 18.115.905,92 | 26.246.325,08 |
| 1914.12.07 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA CSLL | 201.162.808,00 | 53.664.602,60 | 3.541.244,49 | 57.205.847,09 | 143.956.960,91 |
| 1914.12.08 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV ATIV DA CSLL | 62.937.671,00 | 22.800.181,06 | | 22.800.181,06 | 40.137.489,94 |
| 1914.99.01 MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV.OUTRAS CONTRIB. | 7.281.897,00 | 173.170,20 | 71.417,32 | 244.587,52 | 7.037.309,48 |
| 1914.99.02 PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR | | 98.614,94 | | 98.614,94 | -98.614,94 |
| 1915.01.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB. | | 2.259.503,91 | | 2.259.503,91 | -2.259.503,91 |
| 1915.02.00 MULT.J.MORA DIV.AT. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS | | 945,79 | | 945,79 | -945,79 |
| 1915.03.00 MULT.J.MORA DIV.AT.OUTOR.DIR.EXPL.E PESQ.MIN. | | 2.037,12 | | 2.037,12 | -2.037,12 |
| 1915.04.00 MULT.J.MORA DIV.AT.MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA | | 4.144,02 | | 4.144,02 | -4.144,02 |
| 1915.05.00 MULT.J.MORA DIV.AT.SERVI.INSP.FISC.ATIV.MINER | | 283,50 | | 283,50 | -283,50 |
| 1915.08.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.COD.BRAS.AERONAUTICA | | 2.992,23 | | 2.992,23 | -2.992,23 |
| 1915.18.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.-LEGISL.LUBR/COMBUST | | 878.820,60 | -1.064,10 | 877.756,50 | -877.756,50 |
| 1915.19.00 MULTA/JUROS DIV.ATIVA COMPENS.FINANC.RG/RPPS | | 39,49 | | 39,49 | -39,49 |
| 1915.99.01 OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS | 11.586.355,00 | 252.017.976,50 | -71.641.357,01 | 180.376.619,49 | -168.790.264,49 |
| 1915.99.02 PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC | 16.298.456,00 | 3.299.615,74 | | 3.299.615,74 | 12.998.840,26 |
| 1918.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS | 166.996,00 | 199.174,86 | -375,92 | 198.798,94 | -31.802,94 |
| 1918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS | 150.182,00 | 690.349,56 | -145.686,94 | 544.662,62 | -394.480,62 |
| 1918.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS | 761.225,00 | 1.102.747,23 | -33.306,51 | 1.069.440,72 | -308.215,72 |
| 1918.04.00 MULTAS JUR.MORA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM. UNIAO | 20.287,00 | 369.797,73 | -84.221,34 | 285.576,39 | -265.289,39 |
| 1918.05.00 MUL.JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS | 118.285,00 | 118.537,64 | -3.303,00 | 115.234,64 | 3.050,36 |
| 1918.06.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO | | 50.734,20 | -84.427,03 | -33.692,83 | 33.692,83 |
| 1918.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS | 2.806.167,00 | 3.783.321,17 | -8.516,41 | 3.774.804,76 | -968.637,76 |
| 1918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO | 5.362.987,00 | 8.651.120,49 | -2.954,95 | 8.648.165,54 | -3.285.178,54 |
| 1918.09.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS | | | -21,00 | -21,00 | 21,00 |
| 1918.11.00 MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP | 806.569,00 | 852.888,51 | -7.766,35 | 845.122,16 | -38.553,16 |
| 1918.12.00 MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENDIDOS | 12.404,00 | 216.632,63 | -1.499,86 | 215.132,77 | -202.728,77 |
| 1918.14.00 MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS | | 4.986,84 | | 4.986,84 | -4.986,84 |
| 1918.15.00 MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL | | 342,77 | | 342,77 | -342,77 |
| 1918.17.01 MULTA MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO | | 46,98 | | 46,98 | -46,98 |
| 1918.17.02 JUROS MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO | | 72,37 | | 72,37 | -72,37 |
| 1918.18.01 MULTA INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO | | 108,59 | | 108,59 | -108,59 |
| 1918.18.02 JUROS INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO | | 369,18 | | 369,18 | -369,18 |
| 1918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA | 109.237.872,00 | 83.368.941,00 | -1.855.231,39 | 81.513.709,61 | 27.724.162,39 |
| 1919.01.00 MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA | 67.445.926,00 | 95.933.849,12 | -45.371,89 | 95.888.477,23 | -28.442.551,23 |
| 1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO | 6.796.812,00 | 4.447.486,03 | -2.130,00 | 4.445.356,03 | 2.351.455,97 |
| 1919.03.00 MULTA DE POLUICAO DE AGUAS | 18.641,00 | 30.236,34 | | 30.236,34 | -11.595,34 |
| 1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS | 25.355.565,00 | 24.659.109,23 | -187.950,57 | 24.471.158,66 | 884.406,34 |
| 1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR | 3.000.789,00 | 5.164.815,44 | | 5.164.815,44 | -2.164.026,44 |
| 1919.09.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN. | 61.923.228,00 | 56.800.486,60 | -63.388,66 | 56.737.097,94 | 5.186.130,06 |
| 1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA | 14.797.784,00 | 19.075.140,31 | -755.422,52 | 18.319.717,79 | -3.521.933,79 |
| 1919.12.00 MULTAS PREVISTAS LEGIS.DE REGISTRO COMERCIO | | 63,50 | | 63,50 | -63,50 |
| 1919.13.00 MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS | 21.551.315,00 | 52.814.110,93 | -8.482.724,62 | 44.331.386,31 | -22.780.071,31 |
| 1919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA | 59.161.344,00 | 144.966.477,21 | -1.013.051,00 | 143.953.426,21 | -84.792.082,21 |
| 1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAC. DE TRANSITO | 466.774.732,00 | 500.888.383,62 | -20.642.641,28 | 480.245.742,34 | -13.471.010,34 |
| 1919.16.00 MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR. | 20.501.953,00 | 23.312.584,93 | -358.866,55 | 22.953.718,38 | -2.451.765,38 |
| 1919.26.01 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS TRABALHIST | 67.985,00 | 129.407,21 | | 129.407,21 | -61.422,21 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1919.26.02 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS - OUTROS | 27.460.355,00 | 30.529.108,86 | -1.016,70 | 30.528.092,16 | -3.067.737,16 |
| 1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS | 12.768.050,00 | 41.968.438,75 | -3.813.923,18 | 38.154.515,57 | -25.386.465,57 |
| 1919.28.00 MULTAS DEC.OP.TRANSP.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS | 403.642.057,00 | 14.368.197,89 | -361.872,38 | 14.006.325,51 | 389.635.731,49 |
| 1919.29.00 MUL.PREVISTAS POR.INFR.LEGIS.TRANSP. FERROV. | | 240,00 | -240,00 | | 0,00 |
| 1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS. DE AERONAUTICA | 3.171.358,00 | 16.525.959,59 | -3.607,62 | 16.522.351,97 | -13.350.993,97 |
| 1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGIO | 30.368.540,00 | 2.928.905,25 | -2.913,46 | 2.925.991,79 | 27.442.548,21 |
| 1919.32.00 MULTA DECOR.DE SENT.PENAL CONDENATORIA | 3.275.832,00 | 5.326.515,69 | -1.401,17 | 5.325.114,52 | -2.049.282,52 |
| 1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANCA | 237.127,00 | 281.469,74 | | 281.469,74 | -44.342,74 |
| 1919.35.00 MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE | 47.865.084,00 | 50.190.961,85 | -879.172,03 | 49.311.789,82 | -1.446.705,82 |
| 1919.36.00 MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA | 5.203.831,00 | 9.221.644,38 | -360.641,21 | 8.861.003,17 | -3.657.172,17 |
| 1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERC JURISDICAO | | 44.705,90 | | 44.705,90 | -44.705,90 |
| 1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA | | 143.083,69 | | 143.083,69 | -143.083,69 |
| 1919.48.00 MUL.APLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS | | 2.087.535,38 | -19.645,69 | 2.067.889,69 | -2.067.889,69 |
| 1919.49.00 MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM. | 29.130,00 | 80.968,37 | | 80.968,37 | -51.838,37 |
| 1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO | 64.963.674,00 | 101.782.336,58 | -4.384.876,50 | 97.397.460,08 | -32.433.786,08 |
| 1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA | 12.818.549,00 | 10.706.766,86 | | 10.706.766,86 | 2.111.782,14 |
| 1919.99.00 OUTRAS MULTAS | 2.762.109.960,00 | 869.355.637,10 | -16.705.584,15 | 852.650.052,95 | 1.909.459.907,05 |
| 1921.06.00 INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO | 1.848.907,00 | 6.634.837,23 | -74.047,97 | 6.560.789,26 | -4.711.882,26 |
| 1921.07.00 INDENIZ. POSSE OU OCUPAÇÃO ILIC. BENS UNIAO | | 262.855,85 | -187.365,28 | 75.490,57 | -75.490,57 |
| 1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES | 26.092.220,00 | 79.018.505,63 | -3.019.973,54 | 75.998.532,09 | -49.906.312,09 |
| 1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS | 523.960.871,00 | 1.032.865.657,12 | -71.749.996,47 | 961.115.660,65 | -437.154.789,65 |
| 1922.02.00 RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS | 383.405.487,00 | 470.328.127,63 | -3.386,76 | 470.324.740,87 | -86.919.253,87 |
| 1922.03.00 RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES | 741.481.703,00 | 634.158.004,58 | | 634.158.004,58 | 107.323.698,42 |
| 1922.05.00 RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE | 4.338.067,00 | 654.535,51 | | 654.535,51 | 3.683.531,49 |
| 1922.06.00 RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO | 102.243.165,00 | 107.499.776,98 | -41.750,00 | 107.458.026,98 | -5.214.861,98 |
| 1922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES | 503.593.630,00 | 752.673.414,39 | -16.324.717,24 | 736.348.697,15 | -232.755.067,15 |
| 1922.08.00 RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS | 18.704.208,00 | 13.084.483,78 | -90.109,65 | 12.994.374,13 | 5.709.833,87 |
| 1922.09.00 RESSAR DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS | 19.075.152,00 | 16.247.183,60 | -33.391,55 | 16.213.792,05 | 2.861.359,95 |
| 1922.10.01 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE O RG/RPPS-PRINCIPAL | | 700.625,06 | | 700.625,06 | -700.625,06 |
| 1922.10.02 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE RG/RPPS-PARCELAMENTO | | 1.028,08 | | 1.028,08 | -1.028,08 |
| 1922.11.00 RESTIT.PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM | | 19.655,70 | | 19.655,70 | -19.655,70 |
| 1922.20.00 RECUPERACAO DE SINISTROS | | 2.636.478,59 | -278.544,26 | 2.357.934,33 | -2.357.934,33 |
| 1922.21.00 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTAÇÃO | | 19.379,80 | | 19.379,80 | -19.379,80 |
| 1922.22.00 RESSARCIMENTO DE AÇÕES REGRESSIVAS TRABALHO | | 15.252,24 | | 15.252,24 | -15.252,24 |
| 1922.30.00 DEV.RECURSOS DE RESTITUICOES/INCENTIVOS DO IR | | 147.767.635,86 | -24.178.088,44 | 123.589.547,42 | -123.589.547,42 |
| 1922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES | 418.418.220,00 | 335.901.289,63 | -28.350.627,79 | 307.550.661,84 | 110.867.558,16 |
| 1931.01.01 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA | 127.933.578,00 | 54.843.509,51 | 24.267.686,91 | 79.111.196,42 | 48.822.381,58 |
| 1931.01.02 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS.JURIDICA | 216.706.259,00 | 82.546.848,81 | 70.861.358,80 | 153.408.207,61 | 63.298.051,39 |
| 1931.01.03 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE | 89.639.366,00 | 17.641.724,35 | 44.168.485,78 | 61.810.210,13 | 27.829.155,87 |
| 1931.01.04 RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ | | 11.410.515,87 | | 11.410.515,87 | -11.410.515,87 |
| 1931.01.05 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF | | 629.420,54 | | 629.420,54 | -629.420,54 |
| 1931.01.06 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRPF | | 1.563.952,21 | | 1.563.952,21 | -1.563.952,21 |
| 1931.02.01 REC.PROG.RECUP.FIS.PAR-DIV ATIV-IPI/PRINCIPAL | 72.466.860,00 | 6.570.822,12 | 16.666.034,35 | 23.236.856,47 | 49.230.003,53 |
| 1931.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI | | 5.983.603,48 | | 5.983.603,48 | -5.983.603,48 |
| 1931.03.01 REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL | 523.693,00 | 99.851,58 | 120.569,83 | 220.421,41 | 303.271,59 |
| 1931.03.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF | | 61.264,79 | | 61.264,79 | -61.264,79 |
| 1931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR | 1.319.748,00 | 2.610.862,31 | 1.073.853,88 | 3.684.716,19 | -2.364.968,19 |
| 1931.05.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL | 2.898.647,00 | 835.724,52 | 1.024.461,20 | 1.860.185,72 | 1.038.461,28 |
| 1931.05.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO II | | 392.752,57 | | 392.752,57 | -392.752,57 |
| 1931.06.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL | 351.780,00 | 157,63 | | 157,63 | 351.622,37 |
| 1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS | 1.886.839,00 | 1.011.910,39 | 215.669,63 | 1.227.580,02 | 659.258,98 |
| 1931.08.00 RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM. | 6.917,00 | 1.893,89 | 41,32 | 1.935,21 | 4.981,79 |
| 1931.99.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS | 1.996.455.698,00 | 1.030.700.077,27 | -846.770.315,01 | 183.929.762,26 | 1.812.525.935,74 |
| 1932.01.01 REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA | 578.640,00 | 214.228,20 | | 214.228,20 | 364.411,80 |
| 1932.01.02 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO | 124.191.010,00 | 101.620.937,96 | | 101.620.937,96 | 22.570.072,04 |
| 1932.01.03 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD | 259.819.004,00 | 176.799.417,30 | | 176.799.417,30 | 83.019.586,70 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1932.01.04 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.OPTANTE-SIMPLES | | 8.267,99 | | 8.267,99 | -8.267,99 |
| 1932.01.05 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT. | 27.367,00 | 157.916,58 | | 157.916,58 | -130.549,58 |
| 1932.01.07 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS | 35.476.940,00 | 16.221,89 | | 16.221,89 | 35.460.718,11 |
| 1932.01.08 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB. | 34.421.670,00 | 23.338.885,00 | | 23.338.885,00 | 11.082.785,00 |
| 1932.01.11 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES | 157.211,00 | 26.463,23 | | 26.463,23 | 130.747,77 |
| 1932.01.13 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGURADO ESPECIAL | 384.067,00 | 48.532,00 | | 48.532,00 | 335.535,00 |
| 1932.01.14 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM. | 79.746,00 | 56.242,60 | | 56.242,60 | 23.503,40 |
| 1932.01.15 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGAOS DO PODER PUBL. | 29.522.691,00 | 10.131.873,07 | | 10.131.873,07 | 19.390.817,93 |
| 1932.01.21 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.-DEP.JUD,REC.E C.JUD. | | 3.261.142,90 | | 3.261.142,90 | -3.261.142,90 |
| 1932.01.22 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS | 1.641.016.300,00 | 930.675.628,17 | | 930.675.628,17 | 710.340.671,83 |
| 1932.02.01 REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL | 404.611.218,00 | 128.608.935,25 | 242.907.967,64 | 371.516.902,89 | 33.094.315,11 |
| 1932.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIV DA COFINS | | 27.771.806,80 | | 27.771.806,80 | -27.771.806,80 |
| 1932.04.01 REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL | | 6.130.882,09 | 1.651.565,17 | 7.782.447,26 | -7.782.447,26 |
| 1932.04.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CPMF | | 10.374,15 | -52.775,75 | -42.401,60 | 42.401,60 |
| 1932.05.01 REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E PASEP | 129.682.264,00 | 35.613.786,06 | 57.797.419,15 | 93.411.205,21 | 36.271.058,79 |
| 1932.05.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV ATIV DO PIS/PASEP | | 9.149.915,75 | | 9.149.915,75 | -9.149.915,75 |
| 1932.06.01 REC. DIV. ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS | 197.944.281,00 | 47.493.567,98 | 97.834.131,73 | 145.327.699,71 | 52.616.581,29 |
| 1932.06.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CSLL | | 8.458.247,23 | | 8.458.247,23 | -8.458.247,23 |
| 1932.08.00 REC. DA DIV.AT. MULT.COD.ELEIT. E LEIS CONEX. | 15.147.019,00 | 9.987.168,30 | 1.561.800,58 | 11.548.968,88 | 3.598.050,12 |
| 1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR.P/REN MAR. MERC. | 667.586,00 | 402.792,75 | 797.439,32 | 1.200.232,07 | -532.646,07 |
| 1932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES | 3.581.324,00 | 244.667,69 | 200.425,29 | 445.092,98 | 3.136.231,02 |
| 1932.16.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV AT OUTRAS CONTRIB | 2.544,00 | 10.178,63 | | 10.178,63 | -7.634,63 |
| 1932.17.00 REC.DA DIV.AT.DAS MULTAS P/INFR.A LEG.TRAB. | 178.612.263,00 | 104.338.336,67 | 3.249.616,17 | 107.587.952,84 | 71.024.310,16 |
| 1932.20.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CIDE | | 497,51 | | 497,51 | -497,51 |
| 1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS | | 953.981,18 | | 953.981,18 | -953.981,18 |
| 1932.21.02 REC.DIV.ATIV.OUTORG.DIREIT.EXPL.PESQ.MINERAL | | 1.705.303,04 | -9.565,13 | 1.695.737,91 | -1.695.737,91 |
| 1932.21.04 REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS.MINERARIA | | 1.758.936,91 | -10.026,75 | 1.748.910,16 | -1.748.910,16 |
| 1932.21.05 REC.DIV.ATIV.SERVIC.INSP.FISC.ATIV.MINERAL | 27.783,00 | 40.348,30 | | 40.348,30 | -12.565,30 |
| 1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A. | | 913.556,02 | -9.368,95 | 904.187,07 | -904.187,07 |
| 1932.34.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA PREV. LEG. LUB. E COMBUST | | 3.098.759,48 | -36.219,09 | 3.062.540,39 | -3.062.540,39 |
| 1932.35.00 REC. DIVIDA ATIVA DE COMPENS. FINANC. RG/RPPS | | 4.786,34 | | 4.786,34 | -4.786,34 |
| 1932.99.01 REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS REC | 228.683.132,00 | 169.867.547,79 | 125.019.131,23 | 294.886.679,02 | -66.203.547,02 |
| 1932.99.02 PARCELAMENTOS - DIV ATIV NAO TRIB OUTRAS REC | 5.966.868,00 | 1.203.993,47 | | 1.203.993,47 | 4.762.874,53 |
| 1990.01.00 RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS | | 954.886,74 | | 954.886,74 | -954.886,74 |
| 1990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | 1.160.001.106,00 | 284.371.316,73 | 30.725.279,22 | 315.096.595,95 | 844.904.510,05 |
| 1990.02.02 RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA | 103.255.640,00 | 104.987.675,80 | -1.318.790,05 | 103.668.885,75 | -413.245,75 |
| 1990.03.01 REC. DE LEILOES DE MERCADORIAS APREENDIDAS | 38.920.955,00 | 213.850.547,60 | -256.552,58 | 213.593.995,02 | -174.673.040,02 |
| 1990.03.02 REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS | 8.338.283,00 | 6.319.190,20 | -58.063,99 | 6.261.126,21 | 2.077.156,79 |
| 1990.03.04 REC.ALIEN.BENS APREE.TRAF.ILIC.ENT.DROG.AFINS | 10.706.100,00 | 3.272.276,31 | -91.416,00 | 3.180.860,31 | 7.525.239,69 |
| 1990.04.00 PRODUTO DEP.ABANDONADO(DINHEIRO/OBJETO VALOR) | 2.299.295,00 | 1.039.325,47 | -8.856,70 | 1.030.468,77 | 1.268.826,23 |
| 1990.05.00 REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO | 434.993,00 | 537.294,08 | | 537.294,08 | -102.301,08 |
| 1990.06.00 REC.DECOR.NAO APLIC.INC.FIS.PROJ.CULT.IND.CIN | 1.155.703,00 | 2.844.982,12 | | 2.844.982,12 | -1.689.279,12 |
| 1990.07.00 REC DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT | 170.314.192,00 | 255.673.233,45 | -954.896,70 | 254.718.336,75 | -84.404.144,75 |
| 1990.16.00 RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST.NAC. TRANSITO | 2.734.761.253,00 | 2.830.427.349,70 | -58,51 | 2.830.427.291,19 | -95.666.038,19 |
| 1990.18.00 RESERVA GLOBAL DE REVERSAO | 48.303.972,00 | 48.152.431,37 | | 48.152.431,37 | 151.540,63 |
| 1990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILITAR | 861.504.189,00 | 868.366.138,73 | -11.966,07 | 868.354.172,66 | -6.849.983,66 |
| 1990.20.00 CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL | 1.888.392,00 | 2.132.487,34 | -964,70 | 2.131.522,64 | -243.130,64 |
| 1990.21.00 REC.SEGUROS DECOR. INDENIZAÇÃO POR SINISTRO | | 6.492.332,29 | -1.672,33 | 6.490.659,96 | -6.490.659,96 |
| 1990.22.00 TERCEIRIZACAO DA FOPAG DOS AGENTES PUBLICOS | 3.774.025.000,00 | | | | 3.774.025.000,00 |
| 1990.23.00 REC. LEILAO PARA PAGAM.DA FOLHA DE BENEFÍCIOS | 500.000.000,00 | 20.011.826,89 | -245.011,75 | 19.766.815,14 | 480.233.184,86 |
| 1990.24.00 RECEITA DE LEILAO DE COTAS DE IMPORTACAO | | 13.396.623,40 | | 13.396.623,40 | -13.396.623,40 |
| 1990.25.00 REC.RECOL E TRANSF.DEP.JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL | | 1.324.276.435,69 | -733.272.974,61 | 591.003.461,08 | -591.003.461,08 |
| 1990.26.01 PRESTAÇÃO DE CONTAS - FONTES VEDADAS | | 671.520,50 | | 671.520,50 | -671.520,50 |
| 1990.26.02 PRESTAÇÃO DE CONTAS-FONTES NÃO IDENTIFICADAS | | 169.499,99 | | 169.499,99 | -169.499,99 |
| 1990.96.00 VARIACAO CAMBIAL | | 14.099.612,13 | | 14.099.612,13 | -14.099.612,13 |
| 1990.98.00 OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS | | 742.865,98 | | 742.865,98 | -742.865,98 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1990.99.00 OUTRAS RECEITAS | 8.951.482.644,00 | 10.629.583.844,69 | -7.477.956.454,72 | 3.151.627.389,97 | 5.799.855.254,03 |
| 2111.01.00 TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL | 596.235.115.957,00 | 367.493.734.735,14 | | 367.493.734.735,14 | 228.741.381.221,86 |
| 2111.02.00 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA | 450.000.000,00 | 428.707.551,14 | | 428.707.551,14 | 21.292.448,86 |
| 2111.03.00 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES | 175.463.716.669,00 | 126.227.888.640,45 | | 126.227.888.640,45 | 49.235.828.028,55 |
| 2122.01.00 TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL | | 4.036.220.334,59 | | 4.036.220.334,59 | -4.036.220.334,59 |
| 2122.02.00 TITULOS TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES | | 1.144.043.206,72 | | 1.144.043.206,72 | -1.144.043.206,72 |
| 2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS | 2.406.656.084,00 | 2.693.406.136,62 | -16,00 | 2.693.406.120,62 | -286.750.036,62 |
| 2211.00.00 ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS | | 146.322.367,14 | -144.309.202,31 | 2.013.164,83 | -2.013.164,83 |
| 2212.01.01 ALIENACAO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM | 2.300.000.000,00 | 85.032.286,57 | | 85.032.286,57 | 2.214.967.713,43 |
| 2212.01.02 ALIENACAO DE ESTOQUES ESTRATEGICOS - PGPM | | 359.958.992,59 | | 359.958.992,59 | -359.958.992,59 |
| 2212.01.03 ALIENACAO DE ESTOQ. DEST. VENDA BALCAO - PGPM | | 91.521.063,48 | | 91.521.063,48 | -91.521.063,48 |
| 2212.03.01 ALIENACAO ESTOQ.DEST.PROG.SOC.INST.-COMERCIAL | 103.128,00 | | | | 103.128,00 |
| 2212.03.02 ALIENACAO ESTOQUES P/ ATACADO - COMERCIALIAZA | 19.704,00 | | | | 19.704,00 |
| 2212.07.02 ALIENACAO ESTOQUES ADQUIR. AGRICUL. FAMILIAR | 31.070.091,00 | 41.864.350,42 | -1.262,62 | 41.863.087,80 | -10.792.996,80 |
| 2212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE | | 55.376,10 | | 55.376,10 | -55.376,10 |
| 2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES | 1.317.245,00 | 2.110.879,36 | -7.567,06 | 2.103.312,30 | -786.067,30 |
| 2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS | 1.274.546,00 | 9.533.639,05 | -342.337,92 | 9.191.301,13 | -7.916.755,13 |
| 2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS | 27.836,00 | 1.951.333,97 | | 1.951.333,97 | -1.923.497,97 |
| 2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS | 364.822,00 | 1.828.500,15 | | 1.828.500,15 | -1.463.678,15 |
| 2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS | 9.789.600,00 | 5.761.599,43 | -952.526,49 | 4.809.072,94 | 4.980.527,06 |
| 2221.00.00 ALIENACAO IMOV.RURAIS P/ COLON. E REF.AGRARIA | 26.443.302,00 | 24.400.432,36 | -217.230,43 | 24.183.201,93 | 2.260.100,07 |
| 2222.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS DE DOMINIO DA UNIAO | 1.300.000.000,00 | 70.797.152,91 | -255.525,48 | 70.541.627,43 | 1.229.458.372,57 |
| 2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS | 1.277.291,00 | 3.016.515,19 | | 3.016.515,19 | -1.739.224,19 |
| 2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS | 62.537.111,00 | 102.366.647,77 | -2.429.680,02 | 99.936.967,75 | -37.399.856,75 |
| 2229.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS | 1.140.723.196,00 | 29.336,41 | -61.562,35 | -32.225,94 | 1.140.755.421,94 |
| 2300.10.00 BEA/BIB | 15.077.363,00 | 13.167.160,67 | -20.000,00 | 13.147.160,67 | 1.930.202,33 |
| 2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS | 14.952.237.295,00 | 13.468.754.792,05 | -30.289.035,05 | 13.438.465.757,00 | 1.513.771.538,00 |
| 2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP | 655.135.141,00 | 575.586.121,99 | -19.653.531,63 | 555.932.590,36 | 99.202.550,64 |
| 2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | 1.139.497.000,00 | 1.764.248.809,48 | | 1.764.248.809,48 | -624.751.809,48 |
| 2300.70.02 AMORTIZACOES DE CONTRATOS | 2.518.239.367,00 | 8.564.983.588,28 | -183.159.031,27 | 8.381.824.557,01 | -5.863.585.190,01 |
| 2300.80.01 AMORTIZACOES DE BENS | 681.182.894,00 | 520.900.008,16 | | 520.900.008,16 | 160.282.885,84 |
| 2300.80.02 AMORTIZACOES DE PROJETOS | 50.838.127,00 | 120.407.861,22 | | 120.407.861,22 | -69.569.734,22 |
| 2300.99.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS | 4.286.612.500,00 | 4.117.678,39 | | 4.117.678,39 | 4.282.494.821,61 |
| 2450.00.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS | | 43.500,00 | | 43.500,00 | -43.500,00 |
| 2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS | 10.286.381,00 | 5.278.856,05 | -302.178,09 | 4.976.677,96 | 5.309.703,04 |
| 2471.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES | 204.287.515,00 | 74.280.496,82 | -60,00 | 74.280.436,82 | 130.007.078,18 |
| 2472.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS ESTADOS,DF E S/ENTIDADES | 95.500.000,00 | 1.081.385,00 | -347.000,00 | 734.385,00 | 94.765.615,00 |
| 2473.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES | 4.849.724,00 | 9.426.351,94 | -5.055.802,04 | 4.370.549,90 | 479.174,10 |
| 2474.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS | | 17.006.186,62 | -200,00 | 17.005.986,62 | -17.005.986,62 |
| 2530.10.00 RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS | 18.141.000.000,00 | | | | 18.141.000.000,00 |
| 2530.20.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL-DEMAIS OPERAÇÕES | | 17.680.808.826,78 | | 17.680.808.826,78 | -17.680.808.826,78 |
| 2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL | 21.981.344.087,00 | 34.499.268.958,28 | | 34.499.268.958,28 | -12.517.924.871,28 |
| 2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPREST.FINANC. | | 170.027,52 | | 170.027,52 | -170.027,52 |
| 2560.00.00 RECEITA DIV ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE | 187.452,00 | 205.185,18 | 5.195,09 | 210.380,27 | -22.928,27 |
| 2590.00.00 OUTRAS RECEITAS | 3.381.387,00 | 42,40 | -42,40 | | 3.381.387,00 |
| 7111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT. | | 25.309,50 | -24.190,52 | 1.118,98 | -1.118,98 |
| 7112.01.02 ITR MUNICIPIOS NAO CONV - OPERACAO INTRA | | | -322,14 | -322,14 | 322,14 |
| 7112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS | | 170,82 | | 170,82 | -170,82 |
| 7112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR | | 42.313,26 | -68.976,81 | -26.663,55 | 26.663,55 |
| 7112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS | | 9.493,33 | -2.201,92 | 7.291,41 | -7.291,41 |
| 7113.01.02 IPI - BEBIDAS | | 20.614,44 | -20.614,44 | | 0,00 |
| 7113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO | | 560.705,84 | -563.283,12 | -2.577,28 | 2.577,28 |
| 7113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS | | 34,36 | -6.181,86 | -6.147,50 | 6.147,50 |
| 7121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO | 124.234,00 | 9.671,74 | -2.067,62 | 7.604,12 | 116.629,88 |
| 7121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO | | 128.859,35 | -1.546,51 | 127.312,84 | -127.312,84 |
| 7121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | | 19.140,00 | | 19.140,00 | -19.140,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 7121.10.00 TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL | | 3.570,00 | | 3.570,00 | -3.570,00 |
| 7121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO | | 28.400,00 | | 28.400,00 | -28.400,00 |
| 7121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA | | 11.819,84 | -439,84 | 11.380,00 | -11.380,00 |
| 7121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE | | 38.433,08 | -15.125,38 | 23.307,70 | -23.307,70 |
| 7210.29.01 CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL | 13.085.664.283,00 | 12.254.850.747,71 | -47.856.859,66 | 12.206.993.888,05 | 878.670.394,95 |
| 7210.29.16 CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENCAS JUDICIAIS | | 16.212.726,05 | -336,57 | 16.212.389,48 | -16.212.389,48 |
| 7210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP | | 38.598,59 | -568,50 | 38.030,09 | -38.030,09 |
| 7210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ | | 159.484,21 | -63.259,74 | 96.224,47 | -96.224,47 |
| 7220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB | | 34.405,04 | -1.773,65 | 32.631,39 | -32.631,39 |
| 7311.00.00 ALUGUEIS | 473.580,00 | 594.977,97 | -31.849,83 | 563.128,14 | -89.548,14 |
| 7312.00.00 ARRENDAMENTOS | 6.540,00 | 166.903,80 | -2.185,60 | 164.718,20 | -158.178,20 |
| 7315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS | 1.686.241,00 | 1.221.967,21 | -1.130.477,18 | 91.490,03 | 1.594.750,97 |
| 7322.00.00 DIVIDENDOS | | 1.892.165,39 | | 1.892.165,39 | -1.892.165,39 |
| 7331.02.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO | | 3.156,08 | | 3.156,08 | -3.156,08 |
| 7331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA | | 12.354,17 | -300,03 | 12.054,14 | -12.054,14 |
| 7331.02.04 REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.RADIOF.INTRA | | 40,00 | | 40,00 | -40,00 |
| 7333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC | 89.687,00 | 171.732,85 | -16.900,25 | 154.832,60 | -65.145,60 |
| 7520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA | 11.438.580,00 | 21.161.641,09 | -1.427.234,38 | 19.734.406,71 | -8.295.826,71 |
| 7520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA | 1.962.099,00 | | | | 1.962.099,00 |
| 7520.21.01 RECEITA DA INDÚST. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS | 2.496.181,00 | 3.859.009,99 | -4.427,38 | 3.854.582,61 | -1.358.401,61 |
| 7520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD.FARMOQUIMICOS | | 12.750,00 | | 12.750,00 | -12.750,00 |
| 7520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA | 126.184.643,00 | 112.948.721,48 | -3.593.044,57 | 109.355.676,91 | 16.828.966,09 |
| 7520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO | 224.062,00 | 1.061.056,90 | | 1.061.056,90 | -836.994,90 |
| 7600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID. | 1.839.515,00 | 199.106,36 | | 199.106,36 | 1.640.408,64 |
| 7600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS | 1.172.259,00 | 57.346,59 | | 57.346,59 | 1.114.912,41 |
| 7600.03.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO | | 78.794,36 | | 78.794,36 | -78.794,36 |
| 7600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES | 120.130.950,00 | 28.056.984,08 | -639.755,86 | 27.417.228,22 | 92.713.721,78 |
| 7600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM | 2.976,00 | 199.915,22 | -729,78 | 199.185,44 | -196.209,44 |
| 7600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 3.324,00 | 6.576,74 | | 6.576,74 | -3.252,74 |
| 7600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA | 141.735,00 | 289.074,37 | -1.218,00 | 287.856,37 | -146.121,37 |
| 7600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL | 86.264,00 | 118.966,70 | -7.939,50 | 111.027,20 | -24.763,20 |
| 7600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS | 40.570,00 | 99.754,26 | -64.723,60 | 35.030,66 | 5.539,34 |
| 7600.11.05 INFORMACAO TECNOLOGICA | 300.072,00 | 52.270,00 | -2.040,00 | 50.230,00 | 249.842,00 |
| 7600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA | 80.488,00 | 264.040,44 | -544,62 | 263.495,82 | -183.007,82 |
| 7600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS | 10.687.468,00 | 6.488.779,47 | -390.748,22 | 6.098.031,25 | 4.589.436,75 |
| 7600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO | 57.011,00 | 9.135,48 | | 9.135,48 | 47.875,52 |
| 7600.16.00 SERVICOS EDUCACIONAIS | 10.935.058,00 | 7.110.616,33 | -246.668,97 | 6.863.947,36 | 4.071.110,64 |
| 7600.17.00 SERVICOS AGROPECUARIOS | 110.022,00 | 183.110,28 | | 183.110,28 | -73.088,28 |
| 7600.20.00 SERV. CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJ.-INTRA | 652,00 | 2.700,00 | | 2.700,00 | -2.048,00 |
| 7600.21.00 SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO | 14.040,00 | 115.923,58 | -50.896,65 | 65.026,93 | -50.986,93 |
| 7600.22.00 SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS | 4.720.680,00 | 6.788.539,86 | -326.314,26 | 6.462.225,60 | -1.741.545,60 |
| 7600.23.01 SERVICOS DE PATENTES | 270.756,00 | 225.971,37 | | 225.971,37 | 44.784,63 |
| 7600.23.02 SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS | 2.688,00 | 27.506,40 | | 27.506,40 | -24.818,40 |
| 7600.23.03 SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA | | 12.000,00 | | 12.000,00 | -12.000,00 |
| 7600.23.05 SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR | 1.608,00 | 1.000,00 | -120,00 | 880,00 | 728,00 |
| 7600.23.06 SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL | | 240,00 | | 240,00 | -240,00 |
| 7600.25.00 SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG | | 5.268,00 | | 5.268,00 | -5.268,00 |
| 7600.32.00 SERV. DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL-INTRA | | 50,00 | | 50,00 | -50,00 |
| 7600.50.00 TAR.INSCR.CONCURSOS E PROC. SELETIVOS - INTRA | | 4.684.031,50 | | 4.684.031,50 | -4.684.031,50 |
| 7600.99.00 OUTRAS RECEITAS DE SERVICOS | 7.400,00 | 10.047,67 | -2.266,00 | 7.781,67 | -381,67 |
| 7911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO | | 93.760,00 | -92.699,87 | 1.060,13 | -1.060,13 |
| 7911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ | | 2.752,36 | -2.203,78 | 548,58 | -548,58 |
| 7911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF | | 106.768,55 | -94.325,40 | 12.443,15 | -12.443,15 |
| 7911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI | | 11.763,31 | -13,12 | 11.750,19 | -11.750,19 |
| 7911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO | | 1.135,26 | | 1.135,26 | -1.135,26 |
| 7912.29.01 MULTAS/JUROS CONTR.PATRONAL REGIME PROP.PREV | | 49.929,79 | | 49.929,79 | -49.929,79 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO ATUALIZADA | ARRECADAÇÃO BRUTA | DEDUÇÕES | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA |
|---|---|---|---|---|---|
| 7912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP | | 472.950,48 | | 472.950,48 | -472.950,48 |
| 7912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ | | 1.056,44 | -2.634,72 | -1.578,28 | 1.578,28 |
| 7912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP | | 1.856,18 | -1.844,31 | 11,87 | -11,87 |
| 7912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ | | 3.599,35 | -1.306,06 | 2.293,29 | -2.293,29 |
| 7918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA | | 6.992,56 | | 6.992,56 | -6.992,56 |
| 7919.09.00 MULTAS ANATEL - RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS | | 12.730,61 | | 12.730,61 | -12.730,61 |
| 7919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA | | 73.472,20 | | 73.472,20 | -73.472,20 |
| 7919.99.00 OUTRAS MULTAS | | 234.293,17 | -2.532.109,01 | -2.297.815,84 | 2.297.815,84 |
| 7921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES | | 2.894,64 | | 2.894,64 | -2.894,64 |
| 7922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS | 81.272,00 | 2.278.273,15 | | 2.278.273,15 | -2.197.001,15 |
| 7922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES | 10.919,00 | 1.108.284,02 | | 1.108.284,02 | -1.097.365,02 |
| 7922.08.00 RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS | | 61.290,44 | -956,76 | 60.333,68 | -60.333,68 |
| 7922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES | 206.528,00 | 5.303.326,31 | -1.273.001,17 | 4.030.325,14 | -3.823.797,14 |
| 7932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES | | 272,74 | | 272,74 | -272,74 |
| 7990.99.00 OUTRAS RECEITAS | 542,00 | 5.033.362,78 | -294.942,81 | 4.738.419,97 | -4.737.877,97 |
| 8111.01.00 TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL | | 311.751.060,12 | -47.486.073,21 | 264.264.986,91 | -264.264.986,91 |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.505.295.777.485,55 | -22.567.205.942,06 | 1.482.728.571.543,49 | 283.293.222.808,51 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM |
| SUBTITULO | RECEITAS CORRENTES |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITA TRIBUTÁRIA | RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | RECEITA PATRIMONIAL | RECEITA AGROPECUÁRIA | RECEITA INDUSTRIAL | RECEITA DE SERVICOS | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | SOMA DAS RECEITAS CORRENTES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 281.041.093.914,16 | 484.788.314.358,21 | 62.048.488.991,28 | 14.878.286,62 | 214.479.433,80 | 38.834.048.998,55 | 226.370.142,48 | 25.626.941.473,08 | 892.794.615.598,18 |
| DISTRITO FEDERAL | 281.041.093.914,16 | 484.788.314.358,21 | 62.047.305.448,00 | 14.317.331,69 | 214.466.130,83 | 38.808.406.420,02 | 209.249.668,08 | 25.626.109.325,85 | 892.749.262.596,84 |
| GOIÁS | - | | 631.706,91 | 494.928,74 | 13.302,97 | 12.606.514,62 | 50.000,00 | 417.234,69 | 14.213.687,93 |
| MATO GROSSO DO SUL | | | 50.455,45 | - | | 4.887.532,49 | 17.070.474,40 | 315.296,70 | 22.323.759,04 |
| MATO GROSSO | | | 501.380,92 | 66.026,19 | - | 8.148.531,42 | | 99.615,84 | 8.815.554,37 |
| NORDESTE | - | | 17.694.925,80 | 1.416.972,31 | 112.062,89 | 139.296.270,21 | 1.934.524,42 | 27.047.596,90 | 187.502.352,53 |
| ALAGOAS | | | 302.996,49 | 27.681,21 | | 5.379.342,02 | | 364.013,50 | 6.074.033,22 |
| BAHIA | - | | 3.029.347,28 | 480.890,20 | 95.698,07 | 17.558.391,77 | 706.615,32 | 1.903.179,90 | 23.774.122,54 |
| CEARÁ | - | | 2.309.688,26 | 305.207,64 | 13.862,82 | 12.890.186,85 | 173.257,43 | 10.301.418,31 | 25.993.621,31 |
| MARANHÃO | | | 836.841,49 | 103.782,47 | - | 7.667.107,79 | | 1.670.480,50 | 10.278.212,25 |
| PARAÍBA | | | 1.032.221,79 | 59.381,20 | - | 5.668.377,22 | - | 1.239.578,10 | 7.999.558,31 |
| PERNAMBUCO | - | | 5.150.460,20 | 402.760,22 | 2.502,00 | 63.672.287,88 | 1.054.560,67 | 9.421.082,38 | 79.703.653,35 |
| PIAUÍ | | | 198.527,32 | - | - | 7.957.109,95 | | 1.342.832,56 | 9.498.469,83 |
| RIO GRANDE DO NORTE | | | 4.419.272,41 | 23.559,58 | | 15.346.475,64 | | 201.024,43 | 19.990.332,06 |
| SERGIPE | | | 415.570,56 | 13.709,79 | | 3.156.991,09 | 91,00 | 603.987,22 | 4.190.349,66 |
| NORTE | 384.923.123,06 | | 3.890.296,71 | 185.567,37 | 55.557,75 | 35.827.236,19 | 2.432.262,73 | 29.038.216,95 | 456.352.260,76 |
| ACRE | | | 61.585,26 | 5.647,00 | | 1.584.984,33 | | 4.473.765,48 | 6.125.982,07 |
| AMAZONAS | 384.923.123,06 | | 3.093.662,89 | 9.187,00 | - | 4.750.575,11 | - | 22.075.857,08 | 414.852.405,14 |
| AMAPÁ | | | 202.001,10 | - | | 553.675,93 | 11.440,00 | 221.210,82 | 988.327,85 |
| PARÁ | - | | 313.453,26 | 20.440,86 | 38.023,58 | 24.465.179,92 | 2.227.882,73 | 1.160.251,34 | 28.225.231,69 |
| RONDÔNIA | | | 74.894,62 | 86.861,69 | | 1.813.332,35 | 192.940,00 | 231.224,52 | 2.399.253,18 |
| RORAIMA | | | 97.221,84 | | | 1.452.752,88 | | 51.853,77 | 1.601.828,49 |
| TOCANTINS | | | 47.477,74 | 63.430,82 | 17.534,17 | 1.206.735,67 | | 824.053,94 | 2.159.232,34 |
| SUDESTE | 389.097.566,07 | 2.867.102.502,87 | 3.149.920.151,65 | 3.005.172,91 | 522.687.011,07 | 1.312.737.566,50 | 23.234.810,63 | 626.842.950,98 | 8.894.627.732,68 |
| ESPIRÍTO SANTO | | | 4.447.520,85 | 659.664,51 | 533.607,62 | 16.115.613,58 | 2.489.126,52 | 2.696.305,09 | 26.941.838,17 |
| MINAS GERAIS | - | | 15.151.152,75 | 1.988.228,07 | 2.298.720,53 | 125.423.527,71 | 13.231.147,69 | 16.704.470,09 | 174.797.246,84 |
| RIO DE JANEIRO | 389.097.566,07 | 2.867.102.502,87 | 3.125.752.554,30 | 357.280,33 | 519.854.682,92 | 1.160.625.137,63 | 7.489.221,47 | 605.756.304,07 | 8.676.035.249,66 |
| SÃO PAULO | | | 4.568.923,75 | - | - | 10.573.287,58 | 25.314,95 | 1.685.871,73 | 16.853.398,01 |
| SUL | | | 23.896.637,79 | 838.547,35 | 292.288,04 | 177.240.997,82 | 15.218.100,65 | 10.833.722,46 | 228.320.294,11 |
| PARANÁ | | | 3.410.733,71 | 78.649,17 | - | 27.327.425,53 | 9.128.274,05 | 1.337.032,07 | 41.282.114,53 |
| RIO GRANDE DO SUL | | | 18.617.296,40 | 636.158,24 | 292.288,04 | 130.087.412,80 | 1.284.136,17 | 8.076.785,36 | 158.994.077,01 |
| SANTA CATARINA | | | 1.868.607,68 | 123.739,94 | | 19.826.159,49 | 4.805.690,43 | 1.419.905,03 | 28.044.102,57 |
| TOTAL | 281.815.114.603,29 | 487.655.416.861,08 | 65.243.891.003,23 | 20.324.546,56 | 737.626.353,55 | 40.499.151.069,27 | 269.189.840,91 | 26.320.703.960,37 | 902.561.418.238,26 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM |
| SUBTITULO | RECEITAS DE CAPITAL |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2009 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2009 | |

| ESPECIFICAÇÃO | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | ALIENAÇÃO DE BENS | AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 501.916.591.327,89 | 788.170.759,85 | 24.215.986.489,89 | 96.585.684,02 | 52.180.458.192,85 | 579.197.792.454,50 |
| DISTRITO FEDERAL | 501.916.591.327,89 | 788.165.894,85 | 24.215.986.489,89 | 96.585.684,02 | 52.180.458.192,85 | 579.197.787.589,50 |
| GOIÁS | | 4.865,00 | | | | 4.865,00 |
| MATO GROSSO DO SUL | | - | | | | - |
| MATO GROSSO | | - | | | | - |
| NORDESTE | - | 5.152.893,78 | 24.646.844,57 | | - | 29.799.738,35 |
| BAHIA | | 17.000,00 | | | | 17.000,00 |
| CEARÁ | | 4.925.111,78 | | | | 4.925.111,78 |
| PARAÍBA | | 32,00 | | | | 32,00 |
| PERNAMBUCO | | 48.850,00 | 24.646.844,57 | | - | 24.695.694,57 |
| PIAUÍ | - | | | | | - |
| RIO GRANDE DO NORTE | | 161.900,00 | | | | 161.900,00 |
| NORTE | | 485.686,67 | 35.436.394,62 | | - | 35.922.081,29 |
| ACRE | | - | | | | - |
| AMAZONAS | | 469.966,67 | | | | 469.966,67 |
| PARÁ | | 3.000,00 | 35.436.394,62 | | - | 35.439.394,62 |
| RONDÔNIA | | 200,00 | | | | 200,00 |
| RORAIMA | | - | | | | - |
| TOCANTINS | | 12.520,00 | | | | 12.520,00 |
| SUDESTE | 371.674.247,68 | 4.034.402,88 | 522.974.693,21 | 4.825.852,28 | | 903.509.196,05 |
| ESPIRÍTO SANTO | | - | | 411.802,38 | | 411.802,38 |
| MINAS GERAIS | | 243.374,25 | | 4.414.049,90 | | 4.657.424,15 |
| RIO DE JANEIRO | 371.674.247,68 | 3.784.028,63 | 522.974.693,21 | - | | 898.432.969,52 |
| SÃO PAULO | | 7.000,00 | | | | 7.000,00 |
| SUL | - | 129.835,04 | | - | | 129.835,04 |
| PARANÁ | | 27.610,00 | | | | 27.610,00 |
| RIO GRANDE DO SUL | - | 94.123,04 | | - | | 94.123,04 |
| SANTA CATARINA | | 8.102,00 | | | | 8.102,00 |
| TOTAL | 502.288.265.575,57 | 797.973.578,22 | 24.799.044.422,29 | 101.411.536,30 | 52.180.458.192,85 | 580.167.153.305,23 |

### 3.2.2 – Execução da Despesa Orçamentária

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R$ 1.504.951,17 milhões, representando 81,4% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual inferior ao de 2009 (83,1%). O valor total executado teve um crescimento nominal de 6,25% em relação a 2009. Nesse total executado estão incluídas as despesas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa que totalizaram R$ 636.463, o que representou 42,3% das despesas da União em 2010 – percentual próximo ao verificado em 2009. Esse valor é 0,9% inferior ao do exercício anterior. O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado na tabela 3.2-11.

**TABELA 3.2-11 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2010 E 2009**

R$ milhões

| CRÉDITOS | 2010 | | | 2009 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO | EXECUÇÃO | % EXECUTADO | DOTAÇÃO | EXECUÇÃO | % EXECUTADO |
| Iniciais e Suplementares | 1.826.704 | 1.489.185 | 81,5 | 1.678.014 | 1.398.209 | 83,3 |
| Especiais | 8.621 | 4.370 | 50,7 | 18.968 | 10.896 | 57,4 |
| Extraordinários | 12.875 | 11.397 | 88,5 | 8.192 | 7.267 | 88,7 |
| **TOTAL** | **1.848.200** | **1.504.951** | **81,4** | **1.705.174** | **1.416.371** | **83,1** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A Tabela 3.2-12 demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não-processados do exercício, ao contrário da despesa efetivamente liquidada. Destacamos que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

**TABELA 3.2-12 – DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2010**

R$ milhões

| ÓRGÃO SUPERIOR | DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a) | DESPESA EXECUTADA TOTAL (b) | % (a) / (b) | (b) % do total |
|---|---|---|---|---|
| Câmara dos Deputados | 3.276 | 3.537 | 92,6 | 0,2 |
| Senado Federal | 2.946 | 3.015 | 97,7 | 0,2 |
| Tribunal de Contas da União | 1.247 | 1.325 | 94,1 | 0,1 |
| Supremo Tribunal Federal | 428 | 478 | 89,6 | 0,0 |
| Superior Tribunal De Justiça | 884 | 931 | 94,9 | 0,1 |
| Justiça Federal | 18.895 | 19.467 | 97,1 | 1,3 |
| Justiça Militar da União | 332 | 341 | 97,4 | 0,0 |
| Justiça Eleitoral | 4.487 | 5.028 | 89,2 | 0,3 |
| Justiça do Trabalho | 12.186 | 12.578 | 96,9 | 0,8 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 1.518 | 1.578 | 96,2 | 0,1 |
| Conselho Nacional de Justiça | 68 | 145 | 46,8 | 0,0 |
| Presidência da República | 5.663 | 7.074 | 80,1 | 0,5 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 4.943 | 5.451 | 90,7 | 0,4 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 8.889 | 10.272 | 86,5 | 0,7 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 5.994 | 7.745 | 77,4 | 0,5 |
| Ministério da Fazenda | 776.589 | 790.198 | 98,3 | 52,5 |
| Ministério da Educação | 57.057 | 64.376 | 88,6 | 4,3 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio | 1.165 | 1.276 | 91,3 | 0,1 |
| Ministério da Justiça | 8.876 | 9.731 | 91,2 | 0,6 |
| Ministério de Minas e Energia | 16.600 | 17.534 | 94,7 | 1,2 |
| Ministério da Previdência Social | 282.286 | 282.848 | 99,8 | 18,8 |
| Ministério Público da União | 3.305 | 3.541 | 93,3 | 0,2 |
| Ministério das Relações Exteriores | 2.111 | 2.148 | 98,3 | 0,1 |
| Ministério da Saúde | 59.824 | 65.687 | 91,1 | 4,4 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 46.008 | 46.791 | 98,3 | 3,1 |
| Ministério dos Transportes | 13.637 | 21.098 | 64,6 | 1,4 |
| Ministério das Comunicações | 1.460 | 1.882 | 77,6 | 0,1 |
| Ministério da Cultura | 984 | 1.489 | 66,1 | 0,1 |
| Ministério do Meio Ambiente | 1.770 | 1.919 | 92,2 | 0,1 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2.575 | 4.506 | 57,1 | 0,3 |

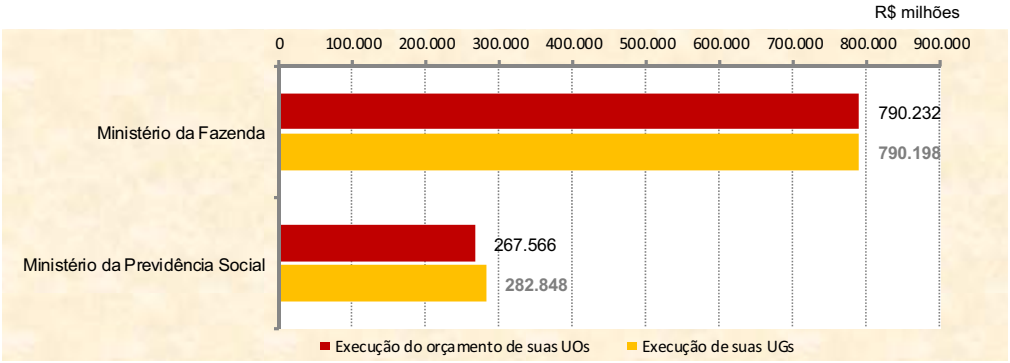
Cont.

| ÓRGÃO SUPERIOR | DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a) | DESPESA EXECUTADA TOTAL (b) | % (a) / (b) | (b) % do total |
|---|---|---|---|---|
| Ministério do Esporte | 352 | 1.151 | 30,6 | 0,1 |
| Ministério da Defesa | 56.244 | 61.050 | 92,1 | 4,1 |
| Ministério da Integração Nacional | 10.358 | 16.478 | 62,9 | 1,1 |
| Ministério do Turismo | 683 | 2.389 | 28,6 | 0,2 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 16.146 | 16.456 | 98,1 | 1,1 |
| Ministério das Cidades | 2.625 | 13.118 | 20,0 | 0,9 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 162 | 290 | 55,9 | 0,0 |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 22 | 28 | 78,4 | 0,0 |
| **TOTAL** | **1.432.595** | **1.504.951** | **95,2** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública

Cabe destacar que no Siafi, a expressão “despesas por órgão” pode dar origem a duas informações distintas. Sob a ótica do consignatário do orçamento, as despesas executadas se referem à execução do orçamento daquele órgão, incluindo as parcelas executadas por unidades de outro órgão, que tenham recebido créditos orçamentários do órgão consignatário da dotação original (visão do “órgão da unidade orçamentária”); e sob a ótica do Órgão Executor, que evidencia o total das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras de determinado órgão, sejam as despesas originadas de orçamento próprio ou de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (visão do “órgão da unidade executora”). As Figuras 3.2-25.1, 3.2-25.2, 3.2-25.3 e 3.2-25.4 (segregadas para fins de apresentação) a seguir demonstram os valores executados segundo os dois critérios.

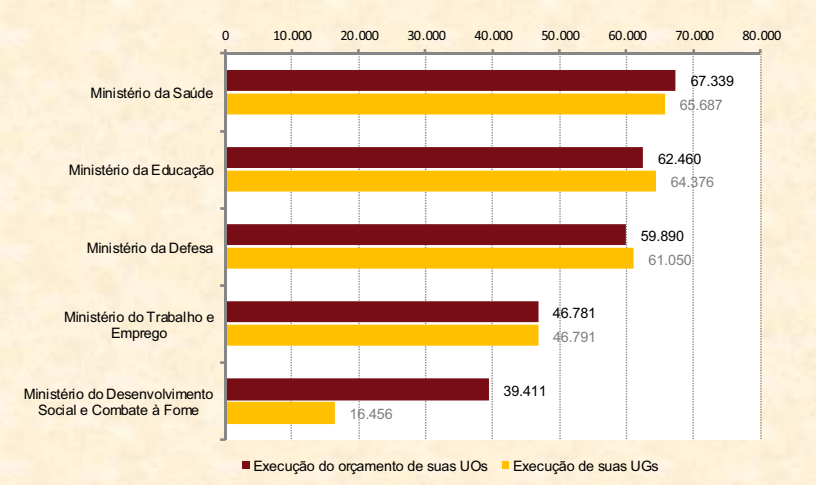
**FIGURA 3.2-25.1 – DESPESAS EXECUTADAS**
**ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública

**FIGURA 3.2-25.2 – DESPESAS EXECUTADAS**
**ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2010**

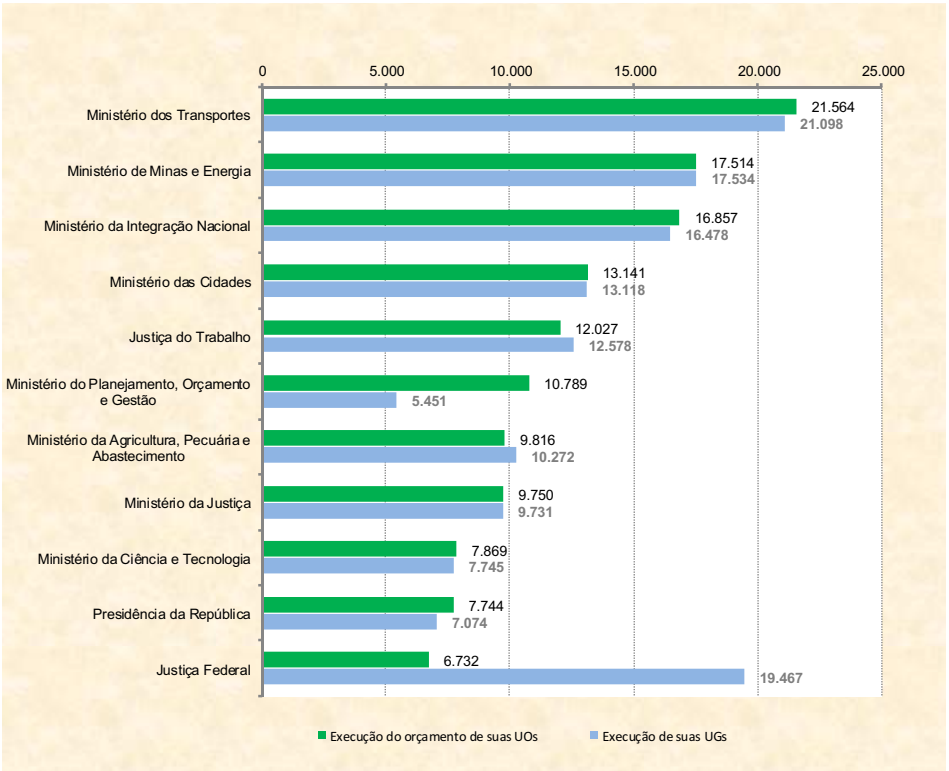
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**FIGURA 3.2-25.3 – DESPESAS EXECUTADAS**
**ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2010**

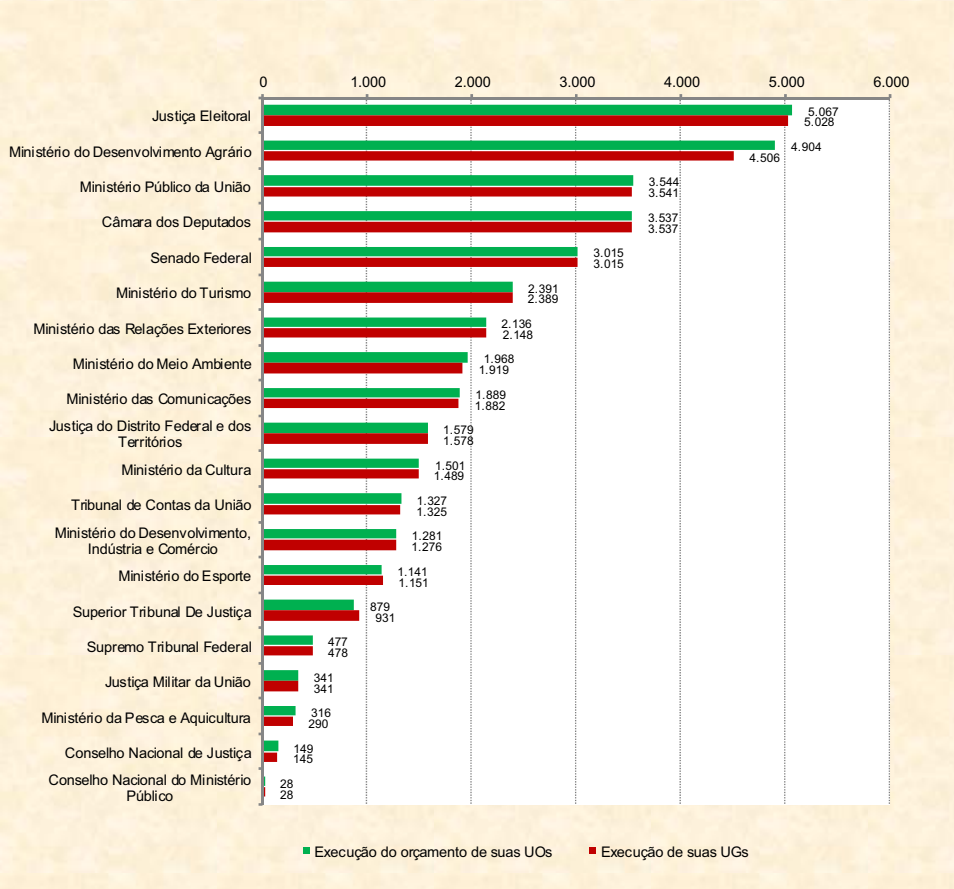
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**FIGURA 3.2-25.4 – DESPESAS EXECUTADAS**
**ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública

Na tabela 3.2-13, pode-se analisar a estrutura da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

**TABELA 3.2-13 – DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2010 E 2009**

R$ milhões

| DESPESAS POR PODER | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| **LEGISLATIVO** | 7.876 | 7.089 | 0,5 | 0,5 |
| **JUDICIÁRIO** | 40.546 | 38.277 | 2,7 | 2,7 |
| **EXECUTIVO** | 1.456.529 | 1.371.005 | 96,8 | 96,8 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 143.065 | 127.581 | 9,5 | 9,0 |
| Juros e Encargos da Dívida | 122.421 | 124.608 | 8,1 | 8,8 |
| Amortização da Dívida | 140.603 | 252.247 | 9,3 | 17,8 |
| Refinanciamento da Dívida Pública | 373.435 | 265.662 | 24,8 | 18,8 |
| Transferências Constitucionais | 196.803 | 176.839 | 13,1 | 12,5 |
| Benefícios Previdenciários | 246.168 | 218.660 | 16,4 | 15,4 |
| Demais Despesas | 234.034 | 205.409 | 15,6 | 14,5 |
| **TOTAL** | **1.504.951** | **1.416.371** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Notas: nas Transferências Constitucionais também estão sendo consideradas as transferências voluntárias

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, o grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais somaram R$ 33.136 milhões, registrando um crescimento de 2,22%. Essas despesas, representaram 68,4% da despesa desses Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 28,3% das despesas. Em relação às Outras Despesas Correntes, no Judiciário, ressaltam-se as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 68,9% e 12,3% do total do grupo, respectivamente. No Legislativo, foram relevantes as despesas com indenizações e restituições (R$ 166,7 milhões, ou 14,5%), auxílio-alimentação (R$ 196 milhões, ou 17%), locação de mão-de-obra (R$ 221 milhões, ou 19,2%) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (R$ 332,1 milhões, ou 28,97%).

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R$ 234.034 milhões. Destacaram-se as Concessões de Empréstimos, no valor de R$ 32.645 milhões, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com R$ 21.856 milhões, e Outros Benefícios de Natureza Social com R$ 29.204 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação por categoria econômica.

**Modalidade de Aplicação – União 2010**

Outra forma de observar os gastos do Governo Federal é por meio da Modalidade de Aplicação, que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo governo ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser feita por meio da tabela 3.2-14.

**TABELA 3.2-14 – DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO**

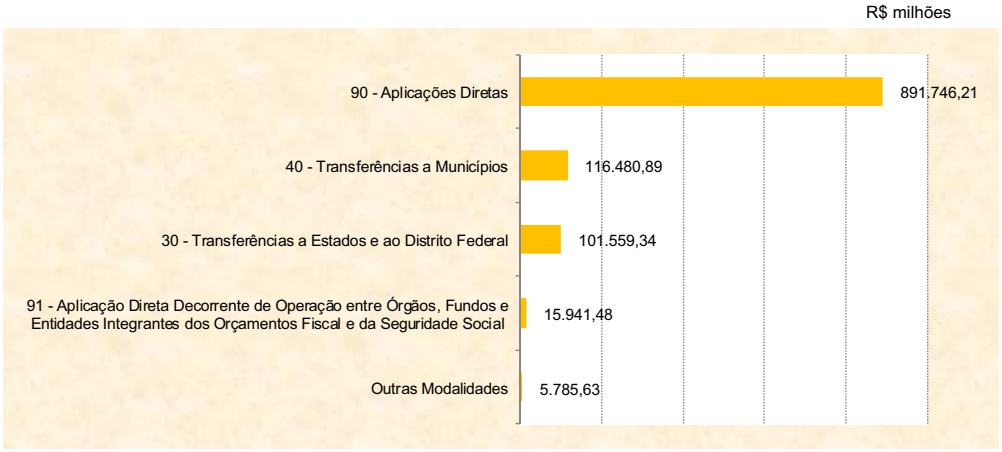
R$ milhões

| MODALIDADES | DESPESA EXECUTADA | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | 19 | 55 | 0,002 | 0,005 |
| 71 - Transferências a Consórcios Públicos | 22 | - | 0,002 | - |
| 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | 516 | 235 | 0,05 | 0,02 |
| 80 - Transferências ao Exterior | 1.204 | 1.022 | 0,1 | 0,1 |
| 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 4.024 | 3.249 | 0,4 | 0,3 |
| 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 15.941 | 13.854 | 1,4 | 1,2 |
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 101.559 | 90.963 | 9,0 | 7,9 |
| 40 - Transferências a Municípios | 116.481 | 107.162 | 10,3 | 9,3 |
| 90 - Aplicações Diretas | 891.746 | 934.169 | 78,8 | 81,2 |
| **Total Geral** | **1.131.514** | **1.150.709** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

Observa-se que no ano de 2010 os valores diretamente gastos pelo governo federal atingiram 78,8% do orçamento. Na figura 3.2-26 observa-se que dos gastos realizados indiretamente a grande parte foi destinada aos municípios e aos estados.

**FIGURA 3.2-26 – DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

## Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2010, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca "*responder basicamente à indagação em que área de ação governamental a despesa será realizada*". A Tabela 3.2-15 demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Não estão incluídos os valores referentes ao refinanciamento da dívida. Mais adiante, as Figuras 3.2-27.1 e 3.2-27.2 (segregadas para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

**TABELA 3.2-15 – DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2010 e 2009**

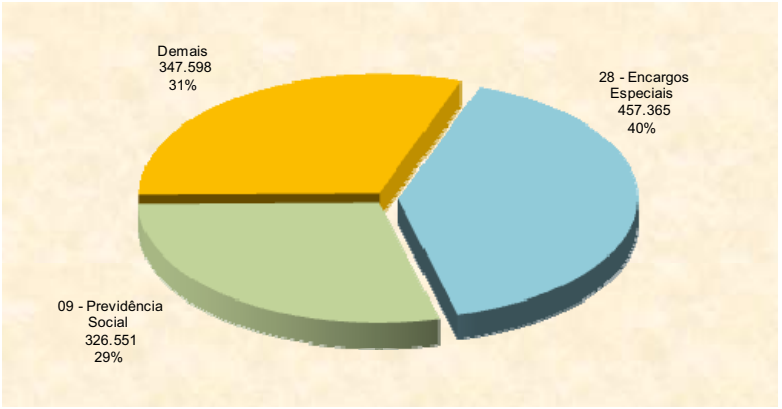
R$ milhões

| FUNÇÃO | 2010 | | 2009 | | 2010 | 2009 | Variação 2010/2009 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESA EXECUTADA | % do total | DESPESA EXECUTADA | % do total | Posição de gasto | | Posição da Variação | % |
| 28 - Encargos Especiais | 457.365 | 40,42 | 553.424 | 48,09 | 1 | 1 | 26 | -17,36 |
| 09 - Previdência Social | 326.551 | 28,86 | 291.079 | 25,30 | 2 | 2 | 13 | 12,19 |
| 10 - Saúde | 61.874 | 5,47 | 58.149 | 5,05 | 3 | 3 | 18 | 6,41 |
| 12 - Educação | 48.502 | 4,29 | 36.680 | 3,19 | 4 | 4 | 2 | 32,23 |
| 08 - Assistência Social | 39.112 | 3,46 | 33.336 | 2,90 | 5 | 5 | 9 | 17,33 |
| 05 - Defesa Nacional | 32.282 | 2,85 | 26.147 | 2,27 | 6 | 7 | 5 | 23,46 |
| 11 - Trabalho | 31.449 | 2,78 | 29.301 | 2,55 | 7 | 6 | 17 | 7,33 |
| 02 - Judiciária | 22.410 | 1,98 | 20.464 | 1,78 | 8 | 8 | 16 | 9,51 |
| 26 - Transporte | 20.628 | 1,82 | 16.505 | 1,43 | 9 | 10 | 3 | 24,98 |
| 04 - Administração | 19.988 | 1,77 | 17.078 | 1,48 | 10 | 9 | 10 | 17,04 |
| 20 - Agricultura | 14.725 | 1,30 | 14.723 | 1,28 | 11 | 11 | 22 | 0,02 |
| 06 - Segurança Pública | 9.728 | 0,86 | 7.991 | 0,69 | 12 | 12 | 8 | 21,74 |
| 19 - Ciência e Tecnologia | 7.545 | 0,67 | 6.190 | 0,54 | 13 | 13 | 7 | 21,89 |
| 01 - Legislativa | 5.661 | 0,50 | 5.164 | 0,45 | 14 | 14 | 15 | 9,63 |
| 03 - Essencial à Justiça | 5.481 | 0,48 | 4.995 | 0,43 | 15 | 15 | 14 | 9,73 |
| 15 - Urbanismo | 4.867 | 0,43 | 4.711 | 0,41 | 16 | 17 | 20 | 3,32 |
| 21 - Organização Agrária | 4.270 | 0,38 | 4.845 | 0,42 | 17 | 16 | 24 | -11,87 |
| 23 - Comércio e Serviços | 3.844 | 0,34 | 4.036 | 0,35 | 18 | 18 | 23 | -4,76 |
| 18 - Gestão Ambiental | 3.713 | 0,33 | 3.697 | 0,32 | 19 | 19 | 21 | 0,42 |
| 07 - Relações Exteriores | 1.897 | 0,17 | 1.549 | 0,13 | 20 | 23 | 6 | 22,46 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 1.831 | 0,16 | 1.569 | 0,14 | 21 | 22 | 11 | 16,67 |
| 22 - Indústria | 1.804 | 0,16 | 1.602 | 0,14 | 22 | 21 | 12 | 12,66 |
| 17 - Saneamento | 1.745 | 0,15 | 3.019 | 0,26 | 23 | 20 | 27 | -42,19 |
| 13 - Cultura | 1.385 | 0,12 | 1.120 | 0,10 | 24 | 24 | 4 | 23,72 |
| 27 - Desporto e Lazer | 1.036 | 0,09 | 982 | 0,09 | 25 | 26 | 19 | 5,50 |
| 24 - Comunicações | 971 | 0,09 | 534 | 0,05 | 26 | 28 | 1 | 81,69 |
| 25 - Energia | 675 | 0,06 | 810 | 0,07 | 27 | 27 | 25 | -16,61 |
| 16 - Habitação | 175 | 0,02 | 1.011 | 0,09 | 28 | 25 | 28 | -82,64 |
| **TOTAL** | **1.131.514** | **100,00** | **1.150.709** | **100,00** | **-** | **-** | **-** | **-1,67** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

**FIGURA 3.2-27.1 – PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2010**

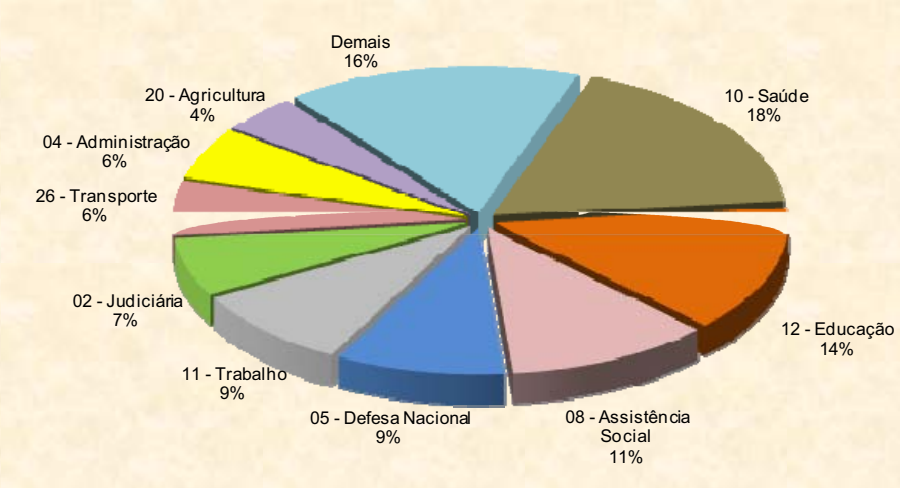
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida
(classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

**FIGURA 3.2-27.2 – DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2010**
**(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES 28 – ENCARGOS ESPECIAIS E 09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL)**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2010 esclarece:

> *"Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.*
> *[...]*
> *Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação."*

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional.

Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta do MTO 2010:

> *"A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas na Portaria no 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção."*

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas subfunções típicas, o que revela de fato o quanto foi gasto em cada atuação governamental.

A Tabela 3.2-16 revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

**TABELA 3.2-16 – DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2010**

R$ milhões

| FUNÇÃO | EXECUÇÃO NA FUNÇÃO | EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS | DIFERENÇA (FUNÇÃO - SUBFUNÇÃO) |
|---|---|---|---|
| 16 - Habitação | 175 | 166 | 9 |
| 25 - Energia | 675 | 287 | 389 |
| 24 - Comunicações | 971 | 444 | 527 |
| 27 - Desporto e Lazer | 1.036 | 1.420 | -384 |
| 13 - Cultura | 1.385 | 1.011 | 374 |
| 17 - Saneamento | 1.745 | 3.122 | -1.376 |
| 22 - Indústria | 1.804 | 4.175 | -2.370 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 1.831 | 1.275 | 556 |
| 07 - Relações Exteriores | 1.897 | 2.625 | -728 |
| 18 - Gestão Ambiental | 3.713 | 2.317 | 1.396 |
| 23 - Comércio e Serviços | 3.844 | 4.332 | -488 |
| 21 - Organização Agrária | 4.270 | 2.096 | 2.174 |
| 15 - Urbanismo | 4.867 | 4.406 | 461 |
| 03 - Essencial à Justiça | 5.481 | 81 | 5.400 |
| 01 - Legislativa | 5.661 | 4.702 | 959 |
| 19 - Ciência e Tecnologia | 7.545 | 6.427 | 1.117 |
| 06 - Segurança Pública | 9.728 | 4.033 | 5.695 |
| 20 - Agricultura | 14.725 | 10.941 | 3.784 |
| 04 - Administração | 19.988 | 85.739 | -65.751 |
| 26 - Transporte | 20.628 | 16.047 | 4.582 |
| 02 - Judiciária | 22.410 | 17.109 | 5.300 |
| 11 - Trabalho | 31.449 | 41.820 | -10.371 |
| 05 - Defesa Nacional | 32.282 | 9.602 | 22.680 |
| 08 - Assistência Social | 39.112 | 38.842 | 271 |
| 12 - Educação | 48.502 | 26.222 | 22.280 |
| 10 - Saúde | 61.874 | 63.696 | -1.822 |
| 09 - Previdência Social | 326.551 | 321.300 | 5.251 |
| 28 - Encargos Especiais | 457.365 | 457.279 | 86 |
| **TOTAL** | **1.131.514** | **1.131.514** | **-** |

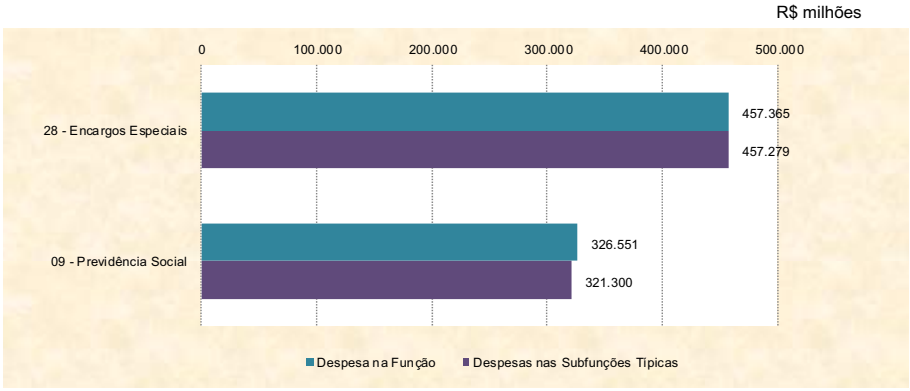
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Essas informações sugerem que, com algumas exceções, em geral as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

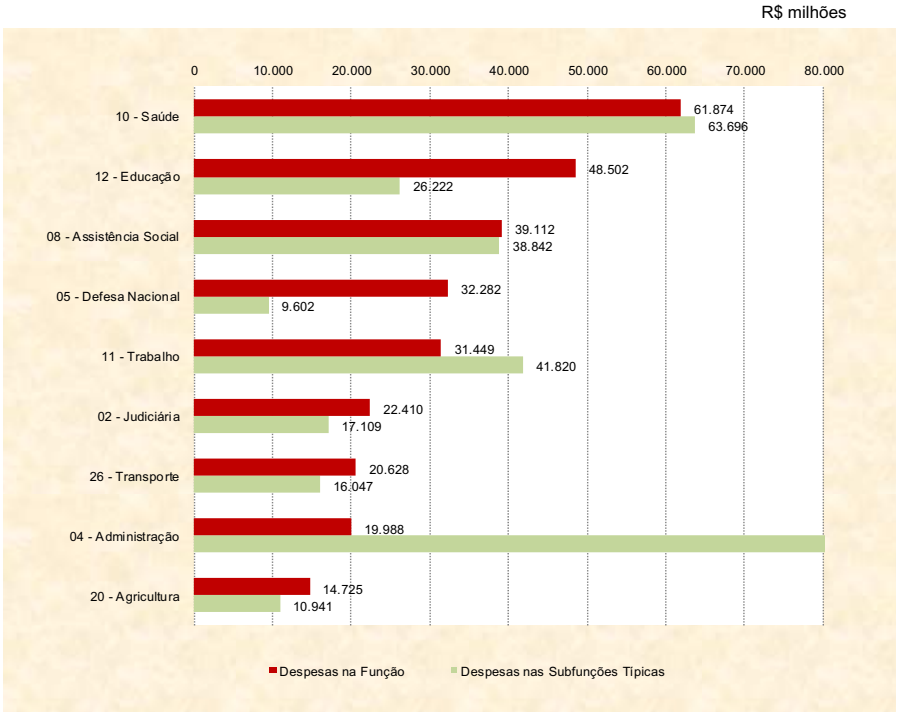
As Figuras 3.2-28.1, 3.2-28.2 e 3.2-28.3 (segregadas para fins de apresentação) abaixo demonstram melhor essa característica do orçamento federal. Observa-se que o total dos gastos nas subfunções típicas da "Administração" é superior aos gastos das funções Saúde e Educação. Em outras palavras, isso significa que as ações das subfunções típicas da função "Administração" estão presentes em todos os gastos das demais funções.

**FIGURA 3.2-28.1 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**



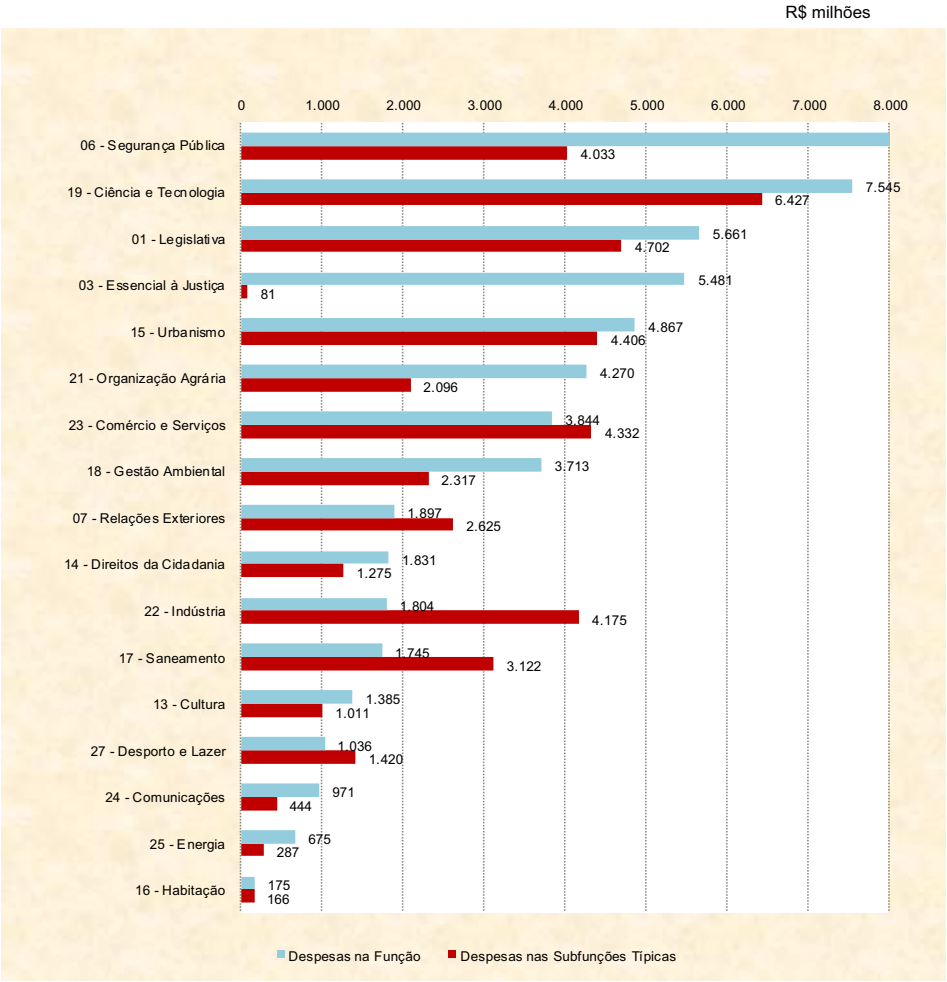

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

**FIGURA 3.2-28.2 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-28.3 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

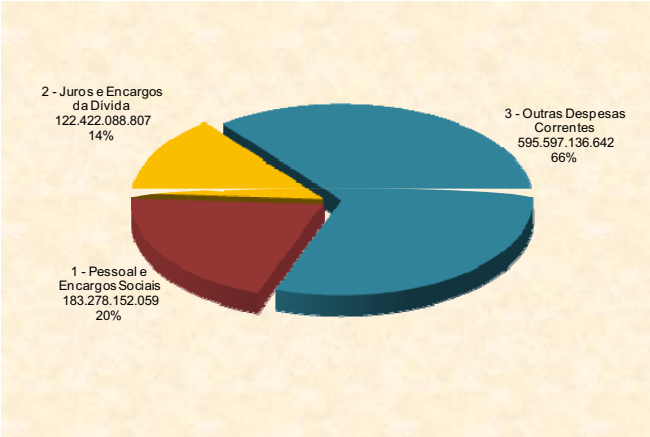
### 3.2.2.1 - Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com Salários, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e com o custeio básico da União, também denominado Outras Despesas Correntes. As Transferências a Estados, DF e Municípios somaram R$ 178.151 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), IOF, outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundeb, e também a transferências voluntárias.

Na figura 3.2-29, demonstra-se a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa. A Tabela 3.2-17 detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

**FIGURA 3.2-29 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**TABELA 3.2-17 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2010 E 2009**

R$ milhões

| DESPESAS CORRENTES | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| **PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** | | | | |
| Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 42 | 65 | 0,00 | 0,01 |
| Aplicações Diretas | 169.452 | 154.860 | 18,80 | 18,92 |
| Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 13.784 | 12.141 | 1,53 | 1,48 |
| **Subtotal** | **183.278** | **167.066** | **20,33** | **20,41** |
| **JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA** | | | - | - |
| Aplicações Diretas | 122.422 | 124.609 | 13,58 | 15,22 |
| **Subtotal** | **122.422** | **124.609** | **13,58** | **15,22** |
| **OUTRAS DESPESAS CORRENTES** | | | - | - |
| Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 93.374 | 82.662 | 10,36 | 10,10 |
| Transferências a Municípios | 104.734 | 95.424 | 11,62 | 11,66 |
| Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 3.082 | 2.471 | 0,34 | 0,30 |
| Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | 516 | 231 | 0,06 | 0,03 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | 0 | 2 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos | 2 | - | 0,00 | - |
| Transferências ao Exterior | 1.145 | 1.019 | 0,13 | 0,12 |
| Aplicações Diretas | 391.930 | 344.364 | 43,49 | 42,07 |
| Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 814 | 610 | 0,09 | 0,07 |
| **Subtotal** | **595.597** | **526.781** | **66,08** | **64,36** |
| **TOTAL** | **901.297** | **818.457** | **100,00** | **100,00** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.2.1.1 - Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

*Despesas de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores e*

*empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1o, da Lei Complementar no 101, de 2000.*

As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 9,7% em relação a 2009. Esse crescimento, e a redução das despesas de juros, fizeram com que as despesas com pessoal se tornassem o segundo maior grupo de despesas correntes em 2010. A Tabela 3.2-18 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-30 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-18 – DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

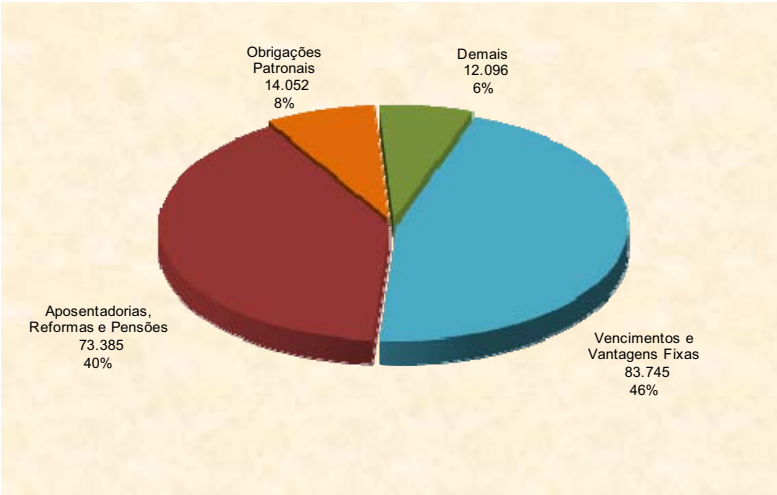
R$ milhões

| DESPESAS DE PESSOAL | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 68.758 | 62.039 | 37,52 | 37,13 |
| 01 - Aposentadorias e Reformas | 46.496 | 41.823 | 25,37 | 25,03 |
| 03 - Pensões | 26.889 | 24.468 | 14,67 | 14,65 |
| 12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | 14.987 | 13.504 | 8,18 | 8,08 |
| 13 - Obrigações Patronais | 14.052 | 12.427 | 7,67 | 7,44 |
| 91 - Sentenças Judiciais | 6.061 | 7.620 | 3,31 | 4,56 |
| 92 - Despesas de Exercícios Anteriores | 2.419 | 1.863 | 1,32 | 1,12 |
| 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar | 1.222 | 1.201 | 0,67 | 0,72 |
| 16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 905 | 648 | 0,49 | 0,39 |
| 04 - Contratação por Tempo Determinado | 560 | 532 | 0,31 | 0,32 |
| 96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | 446 | 415 | 0,24 | 0,25 |
| 07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência | 172 | 155 | 0,09 | 0,09 |
| 08 - Outros Benefícios Assistenciais | 142 | 126 | 0,08 | 0,08 |
| 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | 64 | 152 | 0,04 | 0,09 |
| 67 - Depósitos Compulsórios | 59 | 25 | 0,03 | 0,02 |
| 41 - Contribuições | 42 | 65 | 0,02 | 0,04 |
| 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização | 2 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| 09 - Salário-Família | 1 | 1 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | **183.278,15** | **167.066** | **100** | **100** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-30 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões



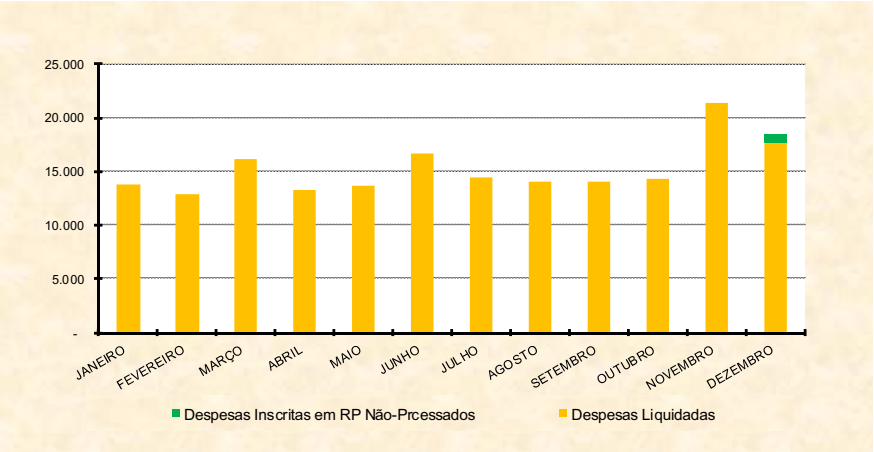

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320, de 1964, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública.

Tais despesas, consideradas executadas, mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada na Figura 3.2-31, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-31 – DESPESAS DE PESSOAL LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

R$ milhões

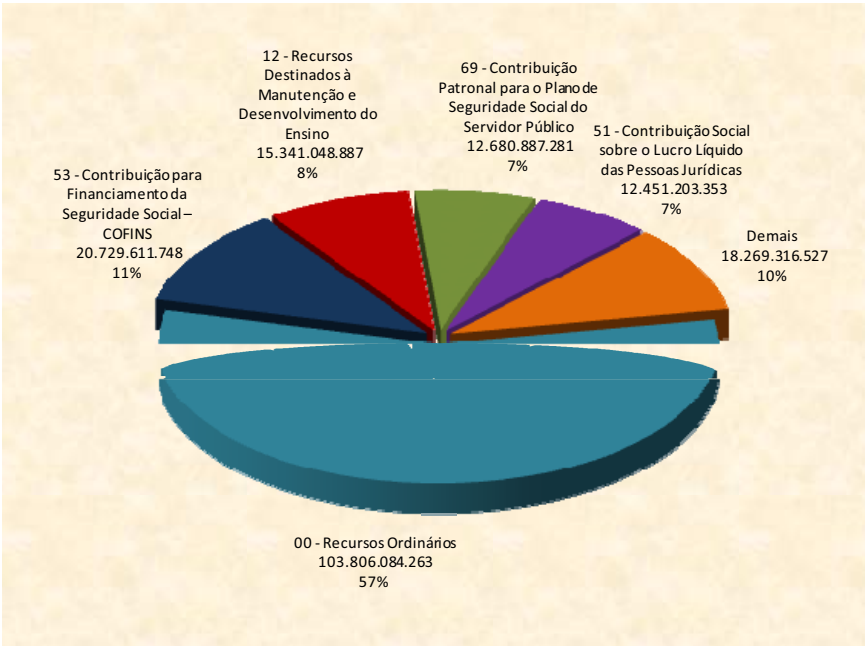



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.2-32 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de pessoal.

**FIGURA 3.2-32 – DESPESAS DE PESSOAL – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.2.1.2 - Juros e Encargos da Dívida

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

> *Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 122.422 milhões, o que representa 13,6% das despesas correntes da União. Esse valor é 1,76% inferior ao de 2009. A Tabela 3.2-19 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-33 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-19 – DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

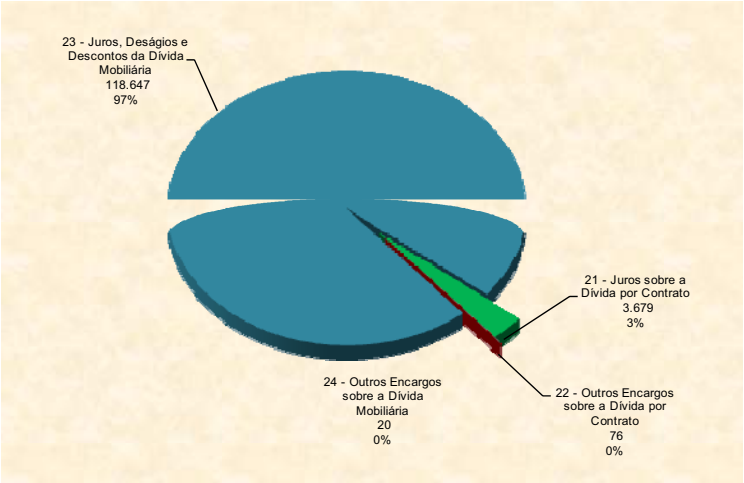
R$ milhões

| DESPESAS DE JUROS | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária | 118.647 | 118.150 | 96,92 | 94,82 |
| 21 - Juros sobre a Dívida por Contrato | 3.679 | 6.108 | 3,01 | 4,90 |
| 22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato | 76 | 305 | 0,06 | 0,24 |
| 24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária | 20 | 47 | 0,02 | 0,04 |
| **TOTAL** | **122.422** | **124.609** | **100** | **100** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-33 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões

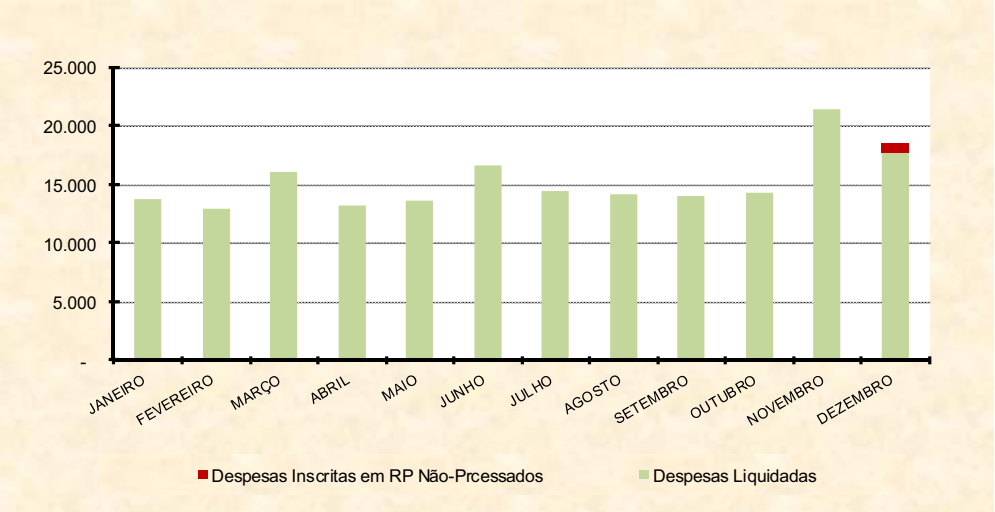



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada na Figura 3.2-34, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-34 – DESPESAS DE JUROS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

R$ milhões

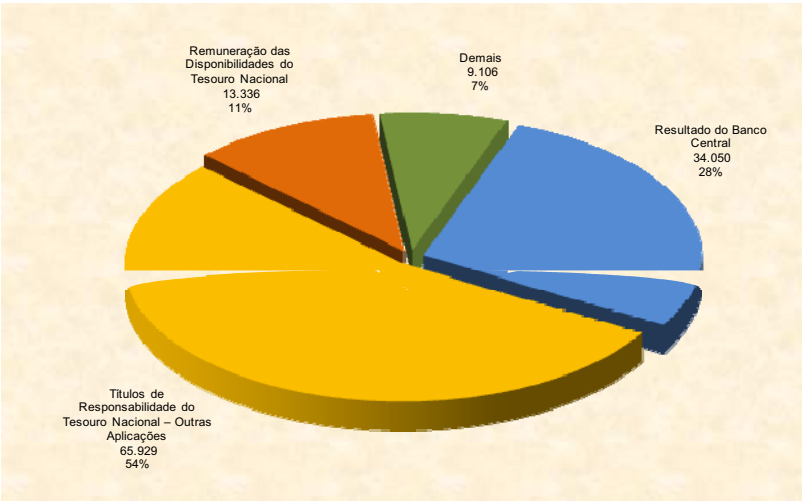



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a Figura 3.2-35 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

**FIGURA 3.2-35 – DESPESAS DE JUROS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.2.1.3 - Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

> *Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 595.597 milhões, o que representa 66,08% das despesas correntes da União. Esse valor foi 13,06% superior ao de 2009. A Tabela 3.2-20 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-36 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-20 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

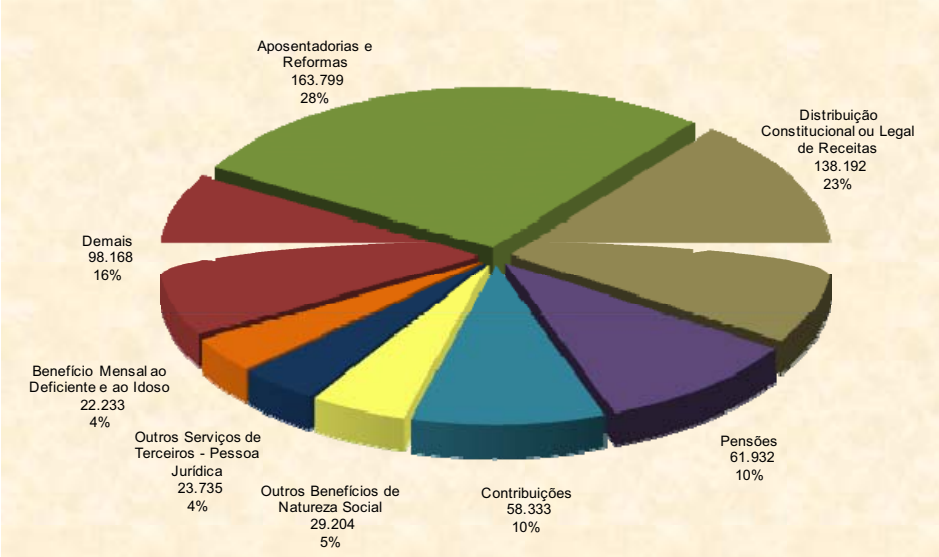
R$ milhões

| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 01 - Aposentadorias e Reformas | 163.799 | 146.114 | 27,5 | 27,7 |
| 81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | 138.192 | 125.980 | 23,2 | 23,9 |
| 03 - Pensões | 61.932 | 54.765 | 10,4 | 10,4 |
| 41 - Contribuições | 58.333 | 51.271 | 9,8 | 9,7 |
| 10 - Outros Benefícios de Natureza Social | 29.204 | 27.127 | 4,9 | 5,1 |
| 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 23.735 | 21.850 | 4,0 | 4,1 |
| 06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso | 22.233 | 18.711 | 3,7 | 3,6 |
| 05 - Outros Benefícios Previdenciários | 20.785 | 17.815 | 3,5 | 3,4 |
| 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | 15.863 | 13.382 | 2,7 | 2,5 |
| 45 - Equalização de Preços e Taxas | 13.406 | 10.786 | 2,3 | 2,0 |
| 30 - Material de Consumo | 9.598 | 9.227 | 1,6 | 1,8 |
| 91 - Sentenças Judiciais | 9.441 | 7.946 | 1,6 | 1,5 |
| 93 - Indenizações e Restituições | 6.508 | 5.761 | 1,1 | 1,1 |
| 37 - Locação de Mão-de-Obra | 3.896 | 3.292 | 0,7 | 0,6 |
| 92 - Despesas de Exercícios Anteriores | 3.343 | 1.771 | 0,6 | 0,3 |
| 46 - Auxílio-Alimentação | 3.159 | 1.926 | 0,5 | 0,4 |
| 18 - Auxílio Financeiro a Estudantes | 2.551 | 1.950 | 0,4 | 0,4 |
| 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 1.664 | 1.498 | 0,3 | 0,3 |
| 32 - Material de Distribuição Gratuita | 1.497 | 1.113 | 0,3 | 0,2 |
| 04 - Contratação por Tempo Determinado | 1.196 | 360 | 0,2 | 0,1 |
| 33 - Passagens e Despesas com Locomoção | 1.093 | 886 | 0,2 | 0,2 |
| 14 - Diárias - Civil | 1.051 | 747 | 0,2 | 0,1 |
| 20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | 733 | 576 | 0,1 | 0,1 |
| 49 - Auxílio-Transporte | 721 | 643 | 0,1 | 0,1 |
| 47 - Obrigações Tributárias e Contributivas | 418 | 371 | 0,1 | 0,1 |
| 08 - Outros Benefícios Assistenciais | 268 | 238 | 0,0 | 0,0 |
| 35 - Serviços de Consultoria | 256 | 196 | 0,0 | 0,0 |
| 15 - Diárias - Militar | 221 | 157 | 0,0 | 0,0 |
| 43 - Subvenções Sociais | 198 | 186 | 0,0 | 0,0 |
| 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras | 148 | 72 | 0,0 | 0,0 |
| 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos | 93 | - | 0,0 | - |
| 19 - Auxílio-Fardamento | 33 | 29 | 0,0 | 0,0 |
| 95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo | 11 | 6 | 0,0 | 0,0 |
| 67 - Depósitos Compulsórios | 10 | 10 | 0,0 | 0,0 |
| 28 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos | 8 | 9 | 0,0 | 0,0 |
| 38 - Arrendamento Mercantil | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares | - | 7 | - | 0,0 |
| **TOTAL** | **595.597** | **526.781** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

**FIGURA 3.2-36 – COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões

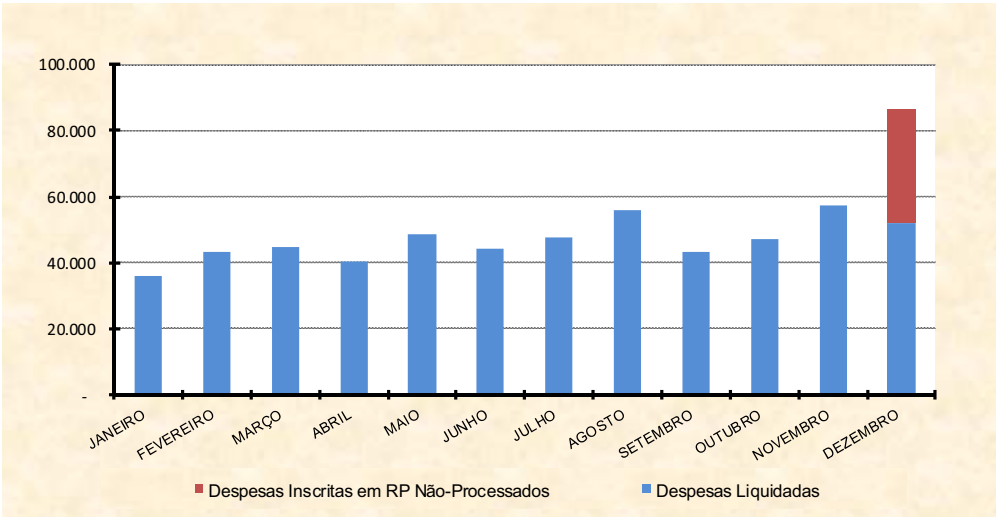



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada na Figura 3.2-37, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-37 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

R$ milhões

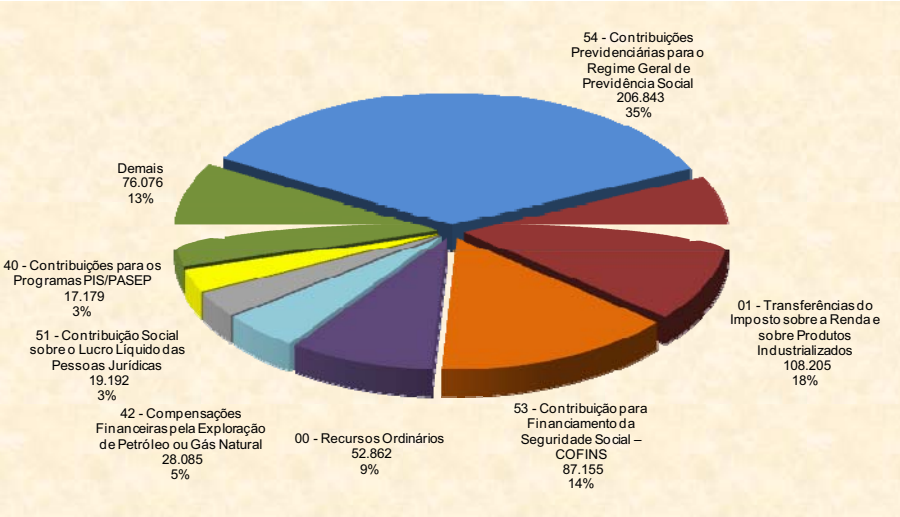



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.2-38 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das outras despesas correntes.

**FIGURA 3.2-38 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**

R$ milhões



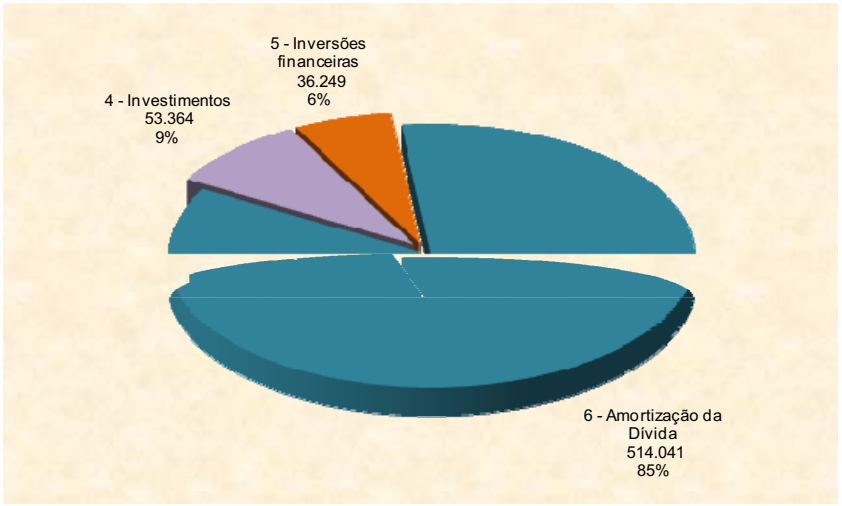

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.2.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 40,11% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Na figura 3.2-39, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos diversos grupos de despesa. A Tabela 3.2-21 detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

**FIGURA 3.2-39 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Nas tabelas a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em seus respectivos elementos de despesa e modalidades, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

**TABELA 3.2-21 – DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2010 E 2009**

R$ milhões

| DESPESAS DE CAPITAL | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Investimentos | | | | |
| Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8.131 | 8.233 | 1,3 | 1,38 |
| Transferências a Municípios | 11.747 | 11.739 | 1,9 | 1,96 |
| Transferências a Instituições Privadas | 942 | 781 | 0,2 | 0,13 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | 19 | 53 | 0,0 | 0,01 |
| Transferências a Consórcios Públicos | 20 | 0 | 0,0 | - |
| Transferências ao Exterior | 59 | 3 | 0,0 | 0,00 |
| Aplicações Diretas | 32.387 | 25.003 | 5,4 | 4,18 |
| Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias | 58 | 38 | 0,0 | 0,01 |
| **Subtotal** | 53.364 | 45.849 | 8,8 | 7,67 |
| Inversões Financeiras | | | | |
| Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 12 | 4 | 0,0 | 0,01 |
| Aplicações Diretas | 34.952 | 33.084 | 5,8 | 5,5 |
| Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias | 1.285 | 1.066 | 0,2 | 0,2 |
| **Subtotal** | 36.249 | 34.154 | 6,0 | 5,7 |
| Amortização da Dívida | | | | |
| Aplicações Diretas | 514.041 | 517.912 | 85,2 | 86,6 |
| **Subtotal** | 514.041 | 517.912 | 85,2 | 86,6 |
| **TOTAL** | **603.654** | **597.915** | **100** | **100** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.2.2.1 - Investimentos

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Investimentos são:

> *Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 53.364 milhões, o que representa 8,8% das despesas de capital da União. Esse valor foi 16,4% superior ao de 2009. A Tabela 3.2-22 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-40 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-22 – INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

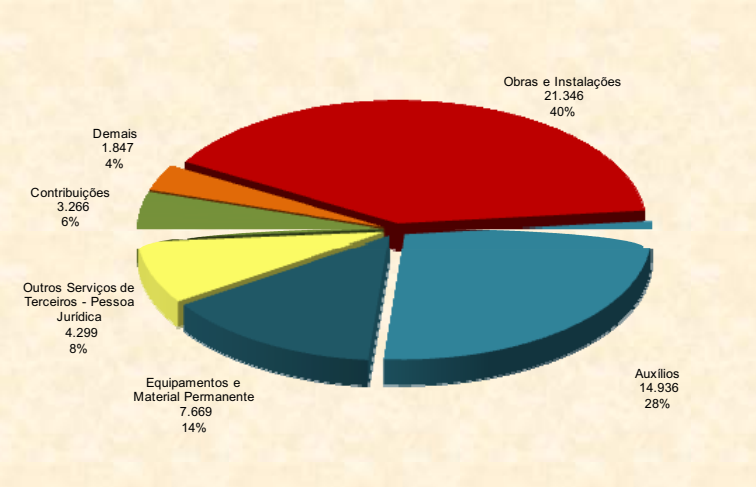
R$ milhões

| INVESTIMENTOS | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 51 - Obras e Instalações | 21.346 | 18.428 | 40,0 | 40,2 |
| 42 - Auxílios | 14.936 | 15.061 | 28,0 | 32,8 |
| 52 - Equipamentos e Material Permanente | 7.669 | 6.197 | 14,4 | 13,5 |
| 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 4.299 | 1.542 | 8,1 | 3,4 |
| 41 - Contribuições | 3.266 | 3.272 | 6,1 | 7,1 |
| 30 - Material de Consumo | 903 | 545 | 1,7 | 1,2 |
| 35 - Serviços de Consultoria | 327 | 254 | 0,6 | 0,6 |
| 20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | 239 | 240 | 0,4 | 0,5 |
| 61 - Aquisição de Imóveis | 185 | 145 | 0,3 | 0,3 |
| 93 - Indenizações e Restituições | 48 | 60 | 0,1 | 0,1 |
| 04 - Contratação por Tempo Determinado | 44 | 30 | 0,1 | 0,1 |
| 92 - Despesas de Exercícios Anteriores | 42 | 43 | 0,1 | 0,1 |
| 47 - Obrigações Tributárias e Contributivas | 26 | 13 | 0,0 | 0,0 |
| 33 - Passagens e Despesas com Locomoção | 12 | 9 | 0,0 | 0,0 |
| 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 8 | 2 | 0,0 | 0,0 |
| 37 - Locação de Mão-de-Obra | 6 | 3 | 0,0 | 0,0 |
| 15 - Diárias - Militar | 4 | 1 | 0,0 | 0,0 |
| 14 - Diárias - Civil | 3 | 4 | 0,0 | 0,0 |
| 18 - Auxílio Financeiro a Estudantes | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 91 - Sentenças Judiciais | - | 0 | - | 0,0 |
| **TOTAL** | **53.364** | **45.849** | **100** | **100** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-40 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões

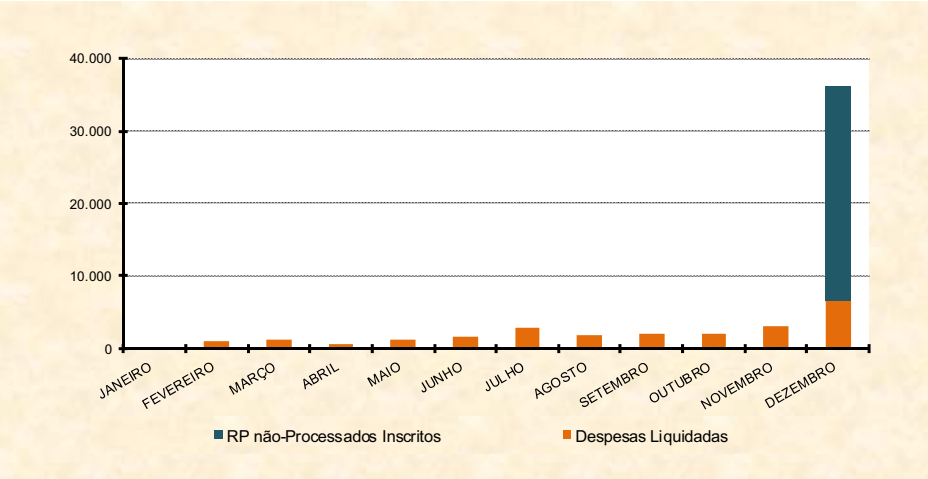



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada na Figura 3.2-41, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto grau de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-41 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

R$ milhões

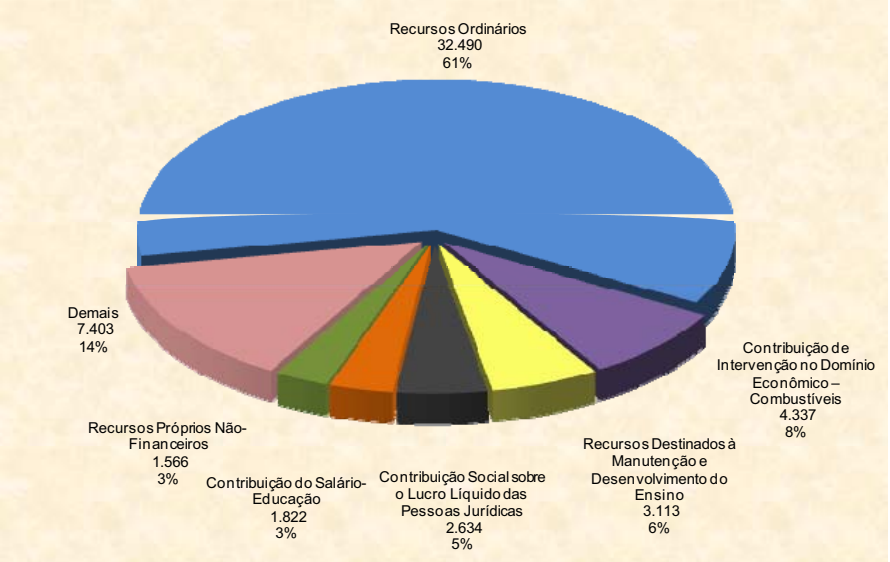



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.2-42 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução dos investimentos.

**FIGURA 3.2-42 – INVESTIMENTOS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

### 3.2.2.2.2 - Inversões Financeiras

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Inversões Financeiras são:

> *Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 36.249 milhões, o que representa 6,0% das despesas de capital da União. Esse valor foi 6,13% superior ao de 2009. A Tabela 3.2-23 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-43 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-23 – INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

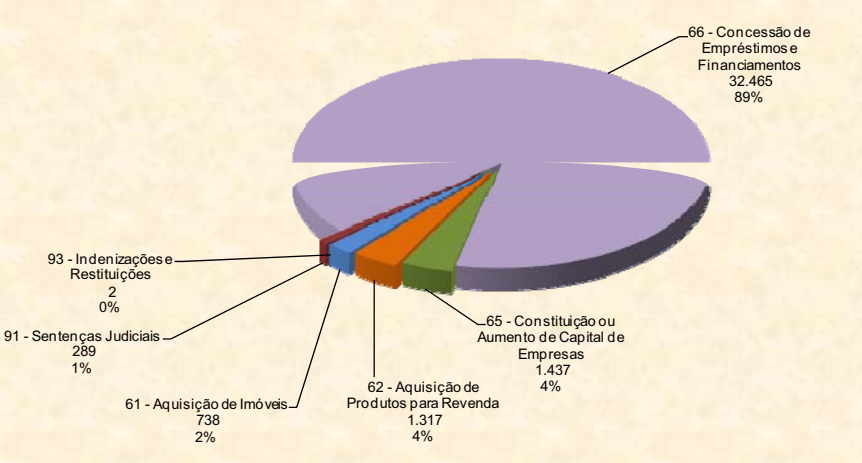
R$ milhões

| NVERSÕES FINANCEIRAS | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos | 32.465 | 28.119 | 89,6 | 82,3 |
| 65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas | 1.437 | 1.888 | 4,0 | 5,5 |
| 62 - Aquisição de Produtos para Revenda | 1.317 | 2.972 | 3,6 | 8,7 |
| 61 - Aquisição de Imóveis | 738 | 919 | 2,0 | 2,7 |
| 91 - Sentenças Judiciais | 289 | 242 | 0,8 | 0,7 |
| 93 - Indenizações e Restituições | 2 | | | |
| 63 - Aquisição de Títulos de Crédito | | 10 | 0,0 | 0,0 |
| 41 - Contribuições | | 4 | 0,0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **36.249** | **34.154** | **100,0** | **100,0** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-43 – COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões

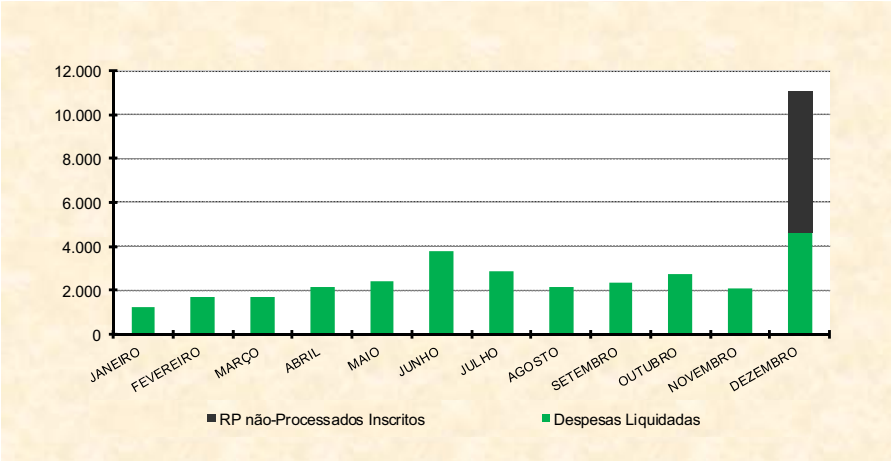



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada na Figura 3.2-44, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-44 – DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

R$ milhões

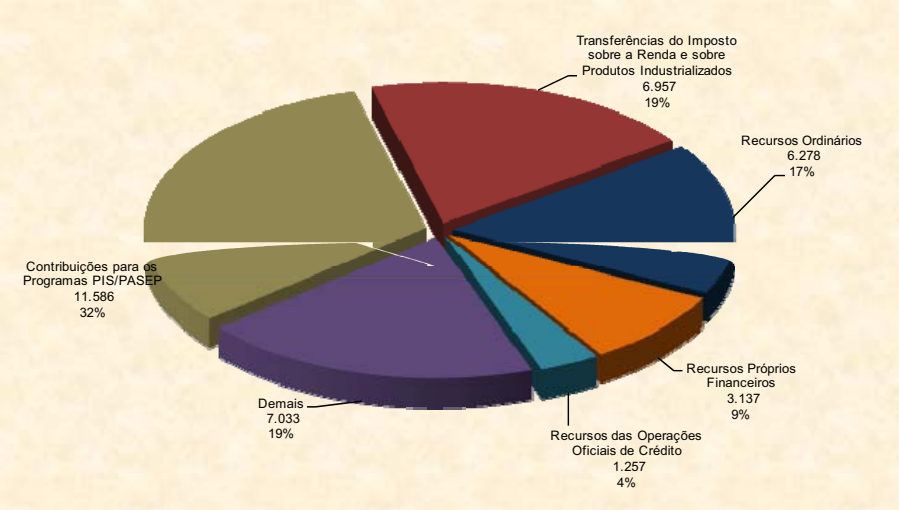



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.2-45 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

**FIGURA 3.2-45 – INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

### 3.2.2.2.3 - Amortização da Dívida

Conforme definição do MTO 2010, as despesas com Amortização da Dívida são:

> *Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.*

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 514.041 milhões, o que representa 85,2% das despesas de capital da União. Esse valor foi 0,75% inferior ao de 2009.

A amortização da dívida interna vem, ao longo dos anos, sendo o mais expressivo grupo das Despesas de Capital, em função da rolagem da dívida interna e externa. No exercício em análise as despesas com refinanciamento somaram R$ 373.438 milhões.

A Tabela 3.2-24 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.2-46 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**TABELA 3.2-24 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2010 E 2009**

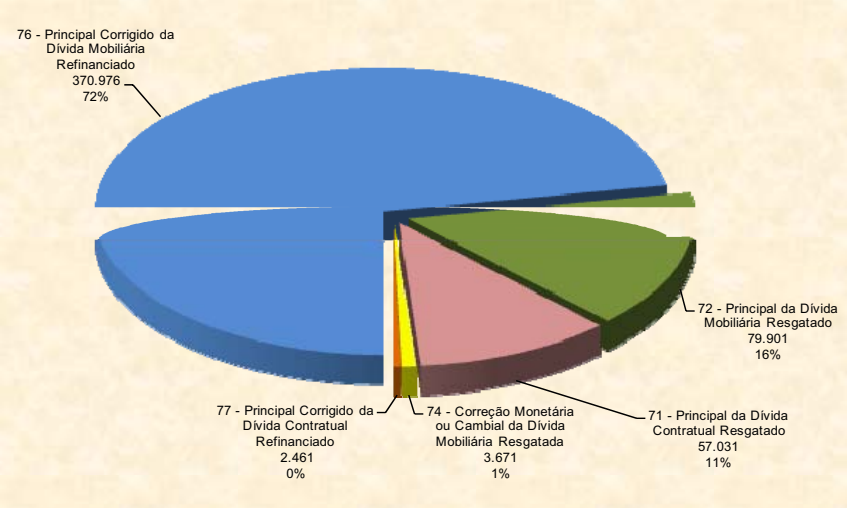
R$ milhões

| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | VALOR | | % | |
|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| 76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado | 370.976 | 261.610 | 72,2 | 50,5 |
| 72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado | 79.901 | 136.783 | 15,5 | 26,4 |
| 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 57.031 | 97.462 | 11,1 | 18,8 |
| 74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada | 3.671 | 18.006 | 0,7 | 3,5 |
| 77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado | 2.461 | 4.052 | 0,5 | 0,8 |
| **TOTAL** | **514.041** | **517.912** | **100** | **100** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-46 – COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2010**

R$ milhões

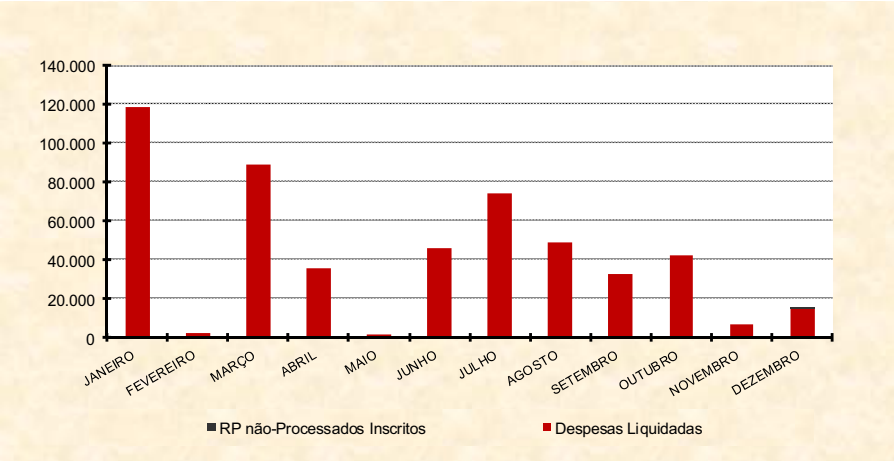



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada na Figura 3.2-47, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**FIGURA 3.2-47 – DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2010**

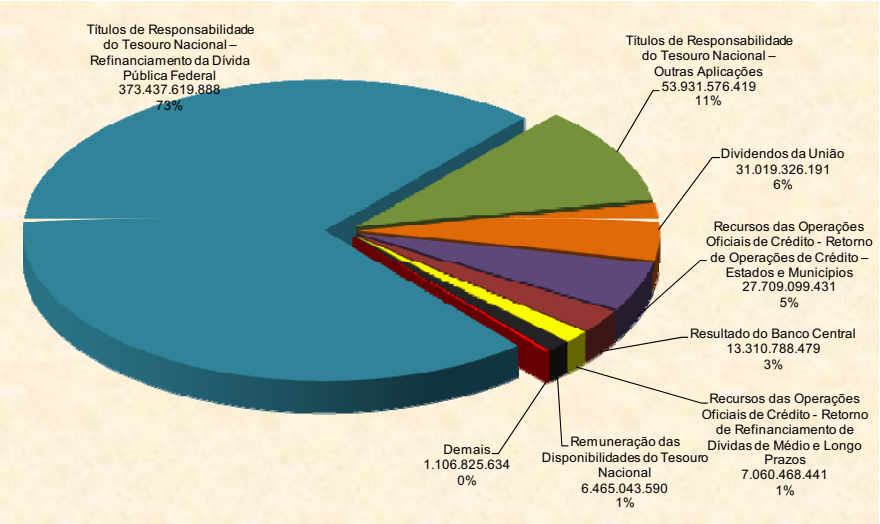
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a Figura 3.2-48 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

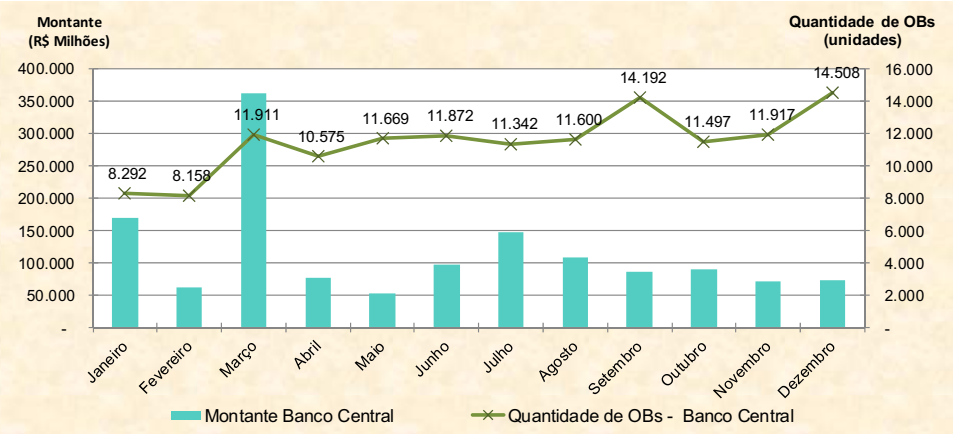
**FIGURA 3.2-48 – AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGENS DOS RECURSOS – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda no que se refere às despesas da União, apresenta-se as Figuras 3.2-49.1, 3.2-49.2, 3.2-49.3 e 3.2-49.4 (segregadas para fins de apresentação) abaixo com o objetivo de evidenciar os pagamentos por agente financeiro, demonstrando as quantidades e os valores movimentados por ordens bancárias do Banco do Brasil e do Banco Central.

**FIGURA 3.2-49.1 – MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2010**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-49.2 – MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2010**

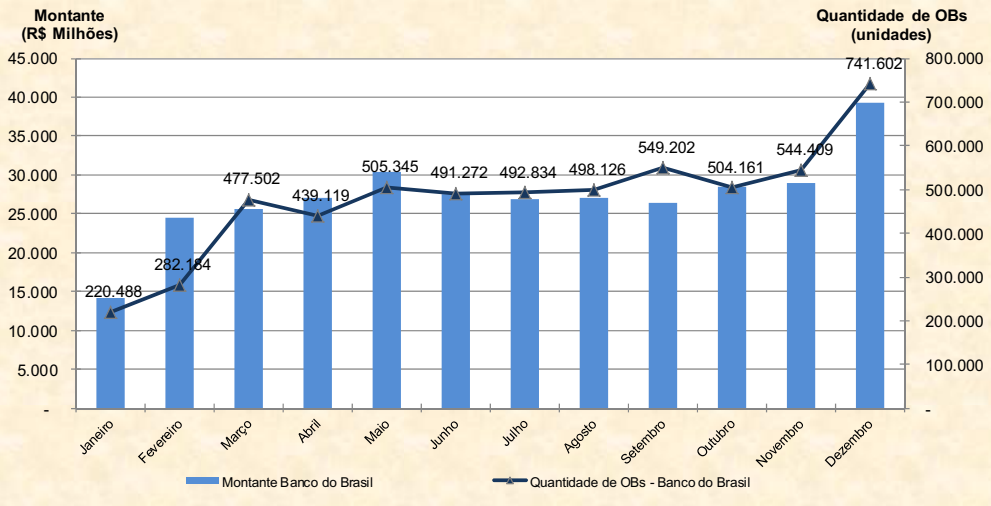



**FIGURA 3.2-49.3 – RELAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2010**

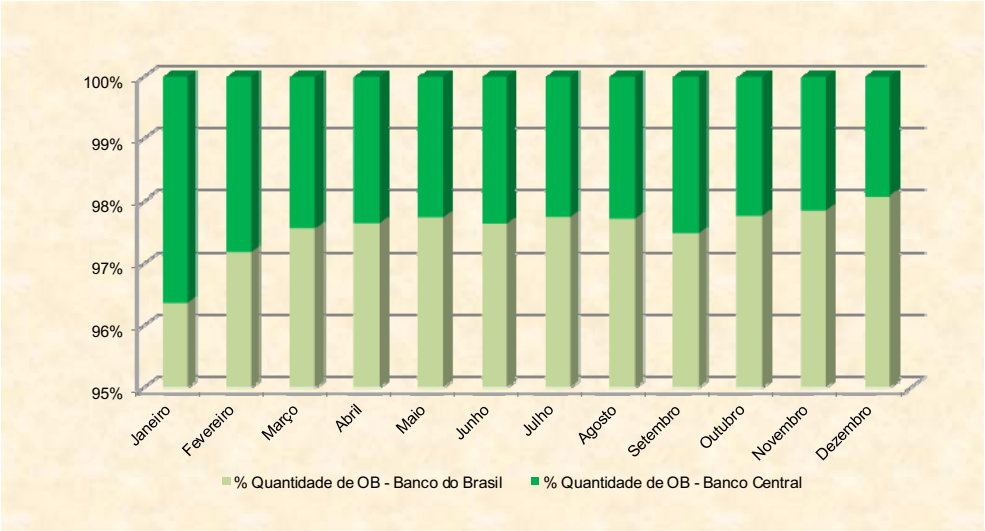
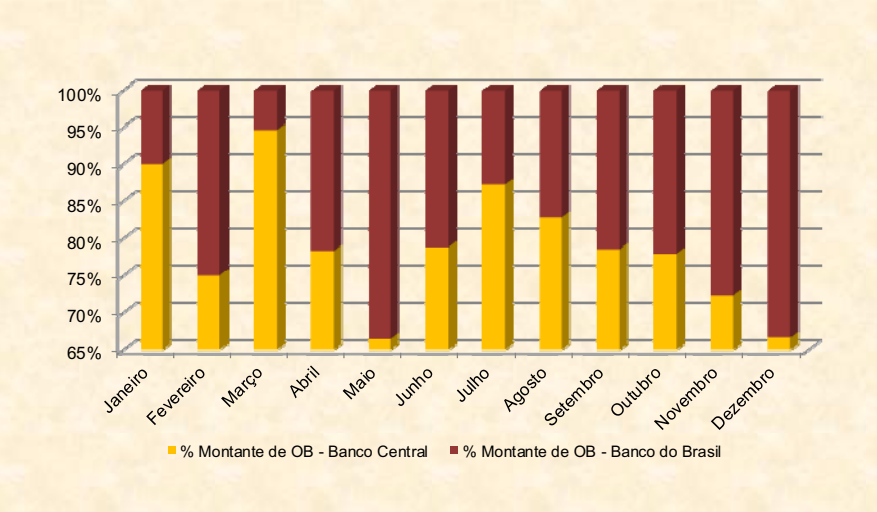


FIGURA 3.2-49.4 – RELAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2010




### 3.2.3 – Resultado Orçamentário

TABELA 3.2-25 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2010

R$ milhões

| CATEGORIA ECONÔMICA | PREV./DOT. ATUALIZ. | REALIZ./ EXEC. | EXCESSO/INSUF. |
|---|---|---|---|
| **I – RECEITAS** | **1.766.022** | **1.482.729** | **283.293** |
| Receitas Correntes | 921.852 | 902.561 | 19.290 |
| Receitas de Capital | 844.170 | 580.167 | 264.003 |
| **II – DESPESAS** | **1.834.612** | **1.504.951** | **329.661** |
| Despesas Correntes | 939.708 | 901.297 | 38.410 |
| Despesas de Capital | 894.905 | 603.654 | 291.251 |
| **III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **13.588** | **0** | **21.184** |
| IV – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE | | 1.264 | |
| V – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL | | -23.487 | |
| **VI – DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II)** | | **-22.223** | |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Conforme a tabela anterior, o total da dotação atualizada das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício.

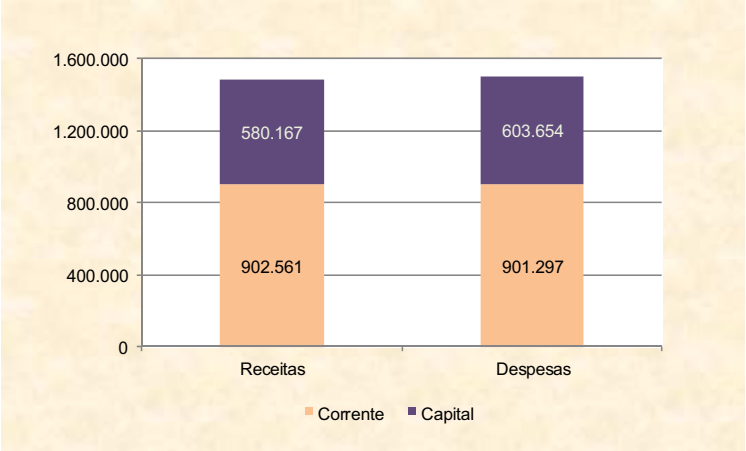
Em 2010, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R$ 283.293 milhões e uma economia na execução da despesa de R$ 329.661 milhões.

A análise demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi superior à execução das Despesas Correntes gerando um superávit corrente de R$ 1.264 milhões, enquanto as Receitas de Capital não superaram as Despesas de Capital, gerando déficit de capital de R$ 23.487 milhões.

No cômputo global da execução orçamentária, houve um déficit orçamentário de R$ 22.223 milhões.

**FIGURA 3.2-50 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.4 - Execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores e da inscrição de restos a pagar do exercício

#### 3.2.4.1 - Execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores

No encerramento do exercício de 2009, um total de R$ 92,088 bilhões (saldos atualizados, tendo por referência dezembro de 2010) de despesas empenhadas, mas não liquidadas, foram inscritos em restos a pagar não-processados. Desse total, R$ 23,961 bilhões se referiam a empenhos emitidos em exercícios anteriores a 2009. Além disso, um montante de R$ 22,9 bilhões, referente a despesas liquidadas, mas ainda não pagas até o encerramento do exercício de 2009, foi inscrito em restos a pagar processados.

No exercício de 2010, apesar dos pagamentos e cancelamentos realizados, permaneceram despesas para pagamento em 2011. As tabelas 3.2-26 a 3.2-29 demonstram a situação da execução dos restos a pagar processados e não processados por Poder e Órgão, e por Grupo de Despesa, ao final do exercício de 2010.

**TABELA 3.2-26 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – UNIÃO – SALDOS DE DEZEMBRO DE 2010**

R$ milhares

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| LEGISLATIVO | 13.041 | - | 13.028 | 13 |
| Câmara dos Deputados | 838 | - | 826 | 13 |
| Senado Federal | 99 | - | 99 | - |
| Tribunal de Contas da União | 12.104 | - | 12.104 | - |
| JUDICIÁRIO | 74.245 | 13.346 | 43.350 | 17.550 |
| Supremo Tribunal Federal | 245 | - | 245 | - |
| Superior Tribunal de Justiça | 232 | - | 232 | - |
| Justiça Federal | 20.656 | 12.418 | 6.052 | 2.186 |
| Justiça Militar | 58 | - | 33 | 25 |
| Justiça Eleitoral | 17.048 | 553 | 14.568 | 1.927 |
| Justiça do Trabalho | 30.625 | 372 | 16.845 | 13.408 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 5.275 | 2 | 5.270 | 3 |
| Conselho Nacional de Justiça | 105 | - | 105 | - |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 2.174 | 431 | 1.559 | 184 |
| EXECUTIVO | 22.817.222 | 1.388.107 | 17.708.144 | 3.720.971 |
| Presidência da República | 72.843 | 6.956 | 55.255 | 10.633 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 2.671 | 37 | 2.634 | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 326.302 | 3.814 | 315.340 | 7.148 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 329.272 | 29.623 | 201.318 | 98.332 |
| Ministério da Fazenda | 225.381 | 2.457 | 222.005 | 920 |
| Ministério da Educação | 2.168.103 | 570.279 | 1.249.443 | 348.380 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 568.084 | 553.303 | 14.479 | 302 |
| Ministério da Justiça | 36.666 | 1.710 | 28.755 | 6.202 |
| Ministério de Minas e Energia | 15.660 | 488 | 14.846 | 327 |
| Ministério Previdência Social | 13.272.811 | 5.063 | 13.264.158 | 3.590 |
| Ministério das Relações Exteriores | 2.549 | 2.224 | 260 | 65 |
| Ministério da Saúde | 3.587.305 | 111.872 | 693.928 | 2.781.505 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 13.885 | 73 | 13.796 | 15 |
| Ministério dos Transportes | 389.626 | 3.774 | 354.232 | 31.620 |
| Ministério das Comunicações | 752 | 741 | 0 | 11 |
| Ministério da Cultura | 10.031 | 343 | 5.576 | 4.112 |
| Ministério do Meio Ambiente | 1.020 | 180 | 815 | 25 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 28.044 | 4.823 | 21.721 | 1.500 |
| Ministério do Esporte | 2.967 | 948 | 1.391 | 628 |
| Ministério da Defesa | 501.172 | 47.425 | 424.303 | 29.445 |
| Ministério da Integração Nacional | 229.826 | 24.341 | 80.220 | 125.264 |
| Ministério do Turismo | 12.285 | - | 12.285 | - |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 436.212 | 10.306 | 168.018 | 257.888 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 3 | 3 | - | - |
| Ministério das Cidades | 583.751 | 7.326 | 563.367 | 13.058 |
| **TOTAL** | **22.906.683** | **1.401.884** | **17.766.081** | **3.738.718** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui despesas intraorçamentárias.

**TABELA 3.2-27 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS – UNIÃO – SALDOS DE DEZEMBRO DE 2010**

R$ milhares

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2009 | | | |
| LEGISLATIVO | 321.839 | 416.816 | 106.463 | 242.630 | 389.562 |
| Câmara dos Deputados | 236.691 | 194.334 | 13.886 | 124.326 | 292.812 |
| Senado Federal | 24.676 | 123.869 | 69.062 | 77.793 | 1.690 |
| Tribunal de Contas da União | 60.473 | 98.613 | 23.515 | 40.511 | 95.059 |
| JUDICIÁRIO | 142.254 | 1.543.334 | 122.618 | 1.312.250 | 250.720 |
| Supremo Tribunal Federal | 18.207 | 43.994 | 12.278 | 49.201 | 722 |
| Superior Tribunal de Justiça | 27.678 | 60.763 | 6.367 | 46.810 | 35.263 |
| Justiça Federal | 30.333 | 516.449 | 19.269 | 428.734 | 98.779 |
| Justiça Militar | 48 | 8.978 | 1.114 | 7.554 | 358 |
| Justiça Eleitoral | 20.177 | 493.937 | 32.435 | 454.714 | 26.966 |
| Justiça do Trabalho | 44.928 | 305.059 | 44.209 | 221.882 | 83.897 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 846 | 55.532 | 511 | 51.827 | 4.040 |
| Conselho Nacional de Justiça | 38 | 58.621 | 6.435 | 51.528 | 695 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 56.329 | 191.492 | 10.709 | 152.800 | 84.312 |
| EXECUTIVO | 23.441.256 | 65.975.346 | 13.194.414 | 42.468.858 | 33.753.330 |
| Presidência da República | 141.480 | 1.548.255 | 61.351 | 1.092.603 | 535.781 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 380.093 | 498.696 | 363.464 | 333.715 | 181.609 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 101.530 | 1.250.983 | 166.086 | 764.862 | 421.565 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 267.848 | 954.747 | 128.792 | 655.952 | 437.851 |
| Ministério da Fazenda | 3.108.071 | 9.599.610 | 2.799.323 | 6.377.165 | 3.531.193 |
| Ministério da Educação | 1.251.348 | 6.288.579 | 971.889 | 4.633.624 | 1.934.413 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 37.705 | 138.279 | 14.624 | 82.924 | 78.436 |
| Ministério da Justiça | 281.942 | 848.532 | 79.596 | 687.862 | 363.015 |
| Ministério de Minas e Energia | 1.563.510 | 2.859.508 | 4.204.893 | 184.333 | 33.792 |
| Ministério Previdência Social | 186.732 | 653.855 | 227.488 | 472.035 | 141.064 |
| Ministério das Relações Exteriores | 683 | 21.950 | 3.555 | 17.849 | 1.229 |
| Ministério da Saúde | 1.076.835 | 8.249.737 | 336.914 | 5.524.051 | 3.465.606 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 388.269 | 708.782 | 86.792 | 895.476 | 114.782 |
| Ministério dos Transportes | 3.380.804 | 6.825.510 | 717.666 | 6.210.403 | 3.278.244 |
| Ministério das Comunicações | 51.551 | 128.817 | 40.991 | 107.997 | 31.380 |
| Ministério da Cultura | 69.449 | 408.638 | 58.641 | 269.572 | 149.875 |
| Ministério do Meio Ambiente | 31.805 | 148.366 | 56.000 | 94.145 | 30.026 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 836.261 | 2.275.575 | 225.057 | 1.285.788 | 1.600.990 |
| Ministério do Esporte | 722.415 | 856.781 | 193.545 | 449.764 | 935.887 |
| Ministério da Defesa | 463.876 | 3.533.412 | 211.006 | 3.054.086 | 732.196 |
| Ministério da Integração Nacional | 3.109.829 | 7.087.665 | 1.367.048 | 4.436.918 | 4.393.528 |
| Ministério do Turismo | 1.469.918 | 1.921.936 | 269.062 | 805.307 | 2.317.486 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 19.804 | 167.783 | 26.177 | 117.175 | 44.235 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 18.073 | 130.788 | 12.750 | 80.740 | 55.371 |
| Ministério das Cidades | 4.481.427 | 8.868.562 | 571.703 | 3.834.511 | 8.943.774 |
| **TOTAL** | **23.961.679** | **68.126.988** | **13.434.205** | **44.176.538** | **34.477.924** |

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui despesas intraorçamentárias.

**TABELA 3.2-28 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO**
**SALDOS DE DEZEMBRO DE 2010**

R$ milhares

| GRUPO DE DESPESA | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Pagos | | | |
| | Inscritos (a) | Cancelados (b) | Valor (c) | % (c/total c) | % (c) / (a-b) | A Pagar (d) |
| Pessoal e Encargos Sociais | 644.883 | 140.195 | 483.194 | 2,7 | 95,7 | 21.494 |
| Juros e Encargos da Dívida | 217.081 | 42.618 | 174.463 | 1,0 | 100,0 | 0 |
| Outras Despesas Correntes | 15.977.197 | 513.113 | 14.950.695 | 84,2 | 96,7 | 513.389 |
| Investimentos | 5.189.863 | 151.644 | 1.841.194 | 10,4 | 36,5 | 3.197.025 |
| Inversões Financeiras | 826.500 | 554.313 | 265.376 | 1,5 | 97,5 | 6.811 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | 51.160 | 0 | 51.160 | 0,3 | 100,0 | 0 |
| **TOTAL** | **22.906.683** | **1.401.884** | **17.766.081** | **100,0** | **82,6** | **3.738.718** |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui despesas intraorçamentárias.

**TABELA 3.2-29 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO**
**SALDOS DE DEZEMBRO DE 2010**

R$ milhares

| GRUPO DE DESPESA | RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Pagos | | | |
| | Inscritos (a) | Cancelados (b) | Valor (c) | % (c/total c) | % (c) / (a-b) | A Pagar (d) |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.849.978 | 385.179 | 871.376 | 2,0 | 59,5 | 593.424 |
| Juros e Encargos da Dívida | 429.278 | 428.998 | 0 | - | - | 280 |
| Outras Despesas Correntes | 35.409.605 | 8.359.156 | 18.865.192 | 42,7 | 69,7 | 8.185.256 |
| Investimentos | 45.626.446 | 2.353.167 | 21.327.944 | 48,3 | 49,3 | 21.945.335 |
| Inversões Financeiras | 8.591.450 | 1.725.976 | 3.112.026 | 7,0 | 45,3 | 3.753.448 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | 181.909 | 181.728 | 0 | - | - | 181 |
| **TOTAL** | **92.088.667** | **13.434.205** | **44.176.538** | **100,0** | **56,2** | **34.477.924** |

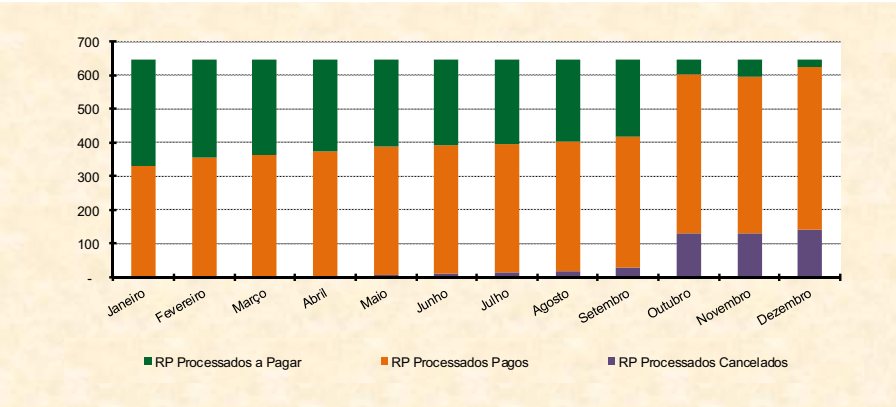
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.4.1.1 - Pessoal e Encargos Sociais

Como apresentado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 645 milhões referentes a despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Ao final do exercício de 2010, restavam ainda R$ 21,5 milhões a pagar, conforme ilustrado na Figura 3.2.51 abaixo. Da mesma forma, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 1.850 milhões referentes a despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Esses valores foram executados ao longo do de 2010, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 593,4 milhões ao final do exercício, consoante a Figura 3.2-51 e 3.2-52.

**FIGURA 3.2-51 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – UNIÃO**
**SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

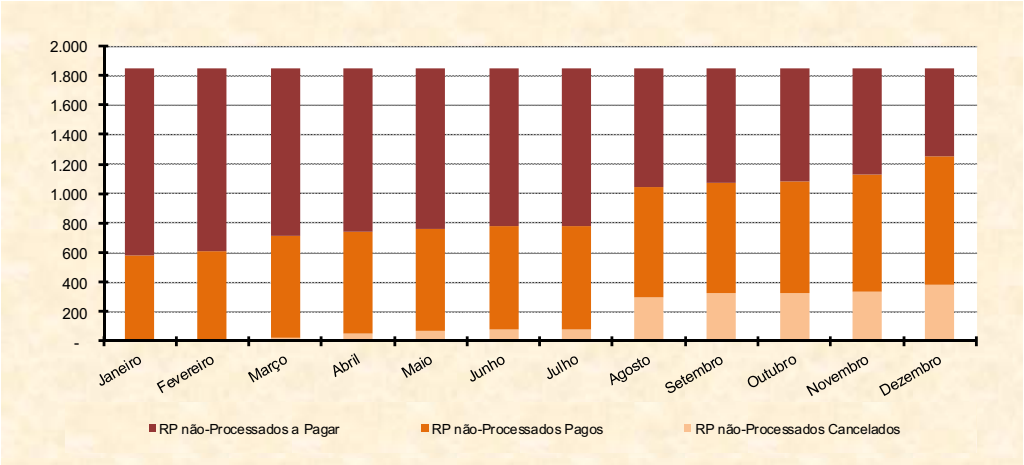
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-52 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

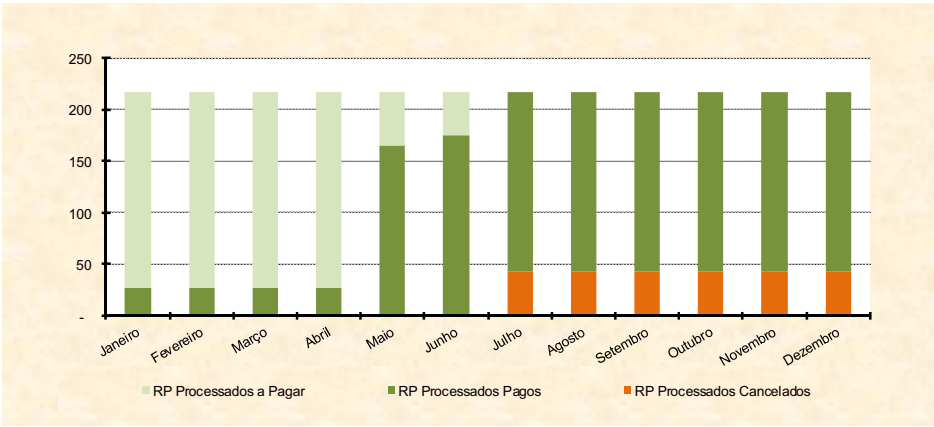
### 3.2.4.1.2 - Juros e Encargos da Dívida

Como ilustrado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 217 milhões referentes a despesas com Juros e Encargos da Dívida, sendo que foram pagos R$ 174,5 milhões até o mês de junho e o restante cancelado em julho, não restando saldo a pagar.

Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 429 milhões referentes a despesas com Juros e Encargos da Dívida. Não houve pagamento de nenhum valor ao longo do exercício de 2010, e ao final, R$ 429 milhões já estavam cancelados, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de apenas R$ 280 mil ao final do exercício. As figuras 3.2-53 e 3.2-54 evidenciam a execução dos restos a pagar relacionados a esse grupo de despesa durante o exercício de 2010.

**FIGURA 3.2-53 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA – UNIÃO SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

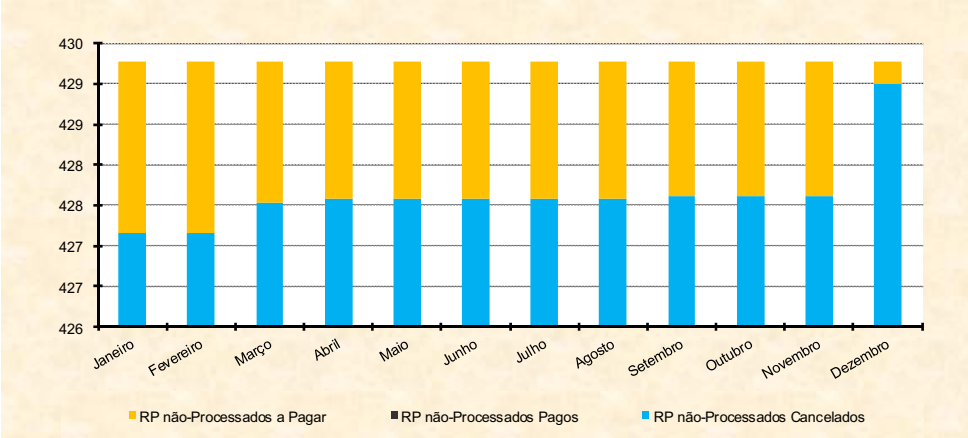
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-54 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS**
**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

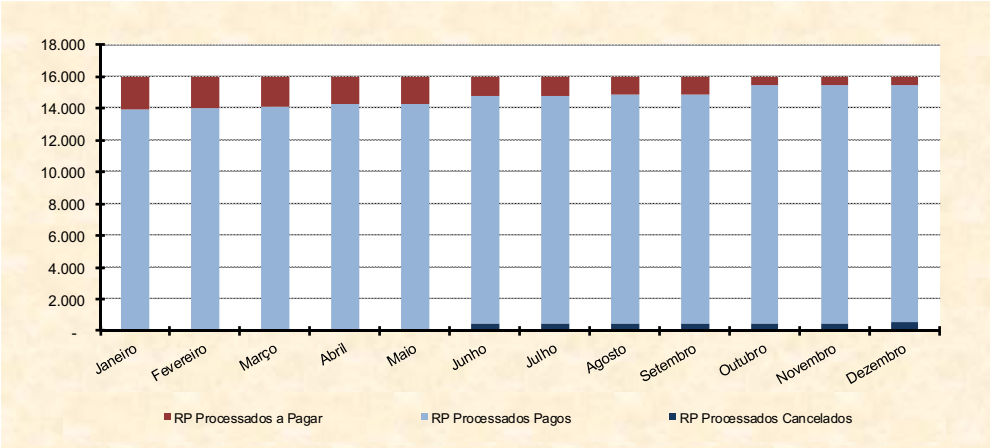
### 3.2.4.1.3 - Outras Despesas Correntes

Como ilustrado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 16.977 milhões referentes a despesas com Outras Despesas Correntes. Ao final do exercício de 2009, restavam ainda R$ 513 milhões a pagar.

Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 35.410 milhões referentes a despesas com Outras Despesas Correntes. Esses valores foram executados ao longo do de 2010, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 8.185 milhões ao final do exercício. As figuras 3.2-55 e 3.2-56 evidenciam a execução dos restos a pagar relacionados a esse grupo de despesa durante o exercício de 2010.

**FIGURA 3.2-55 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

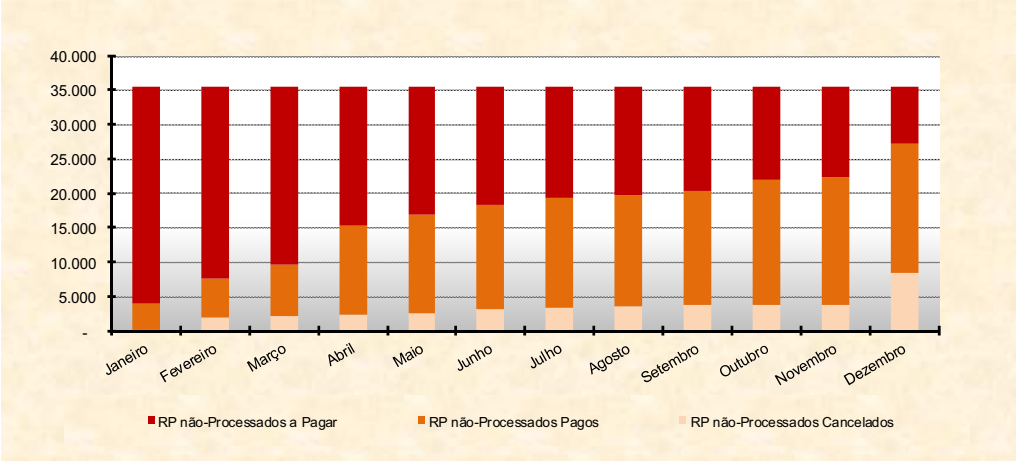
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-56 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS**
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

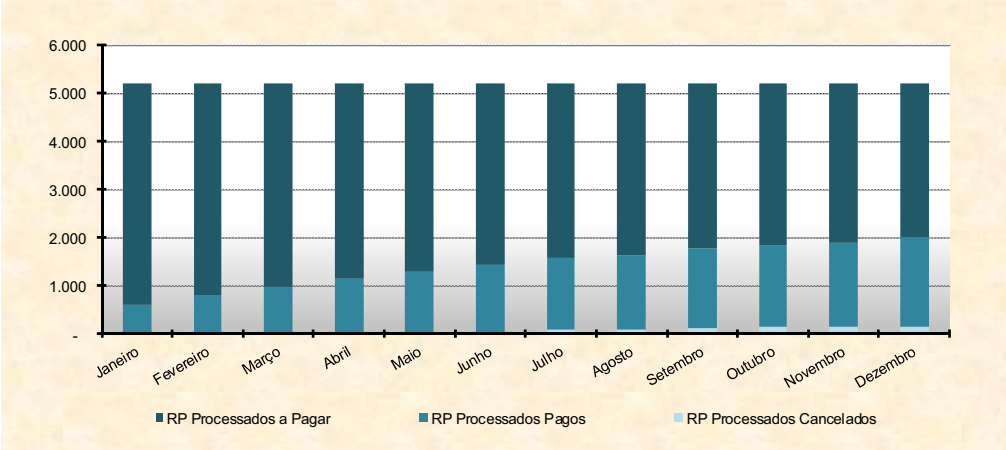
### 3.2.4.1.4 - Investimentos

Como ilustrado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 5.189 milhões referentes a despesas com Investimentos. Ao final do exercício de 2010, restavam ainda R$ 3.197 milhões a pagar.

Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 45.626 milhões referentes a despesas com Investimentos. Esses valores foram executados ao longo do de 2010, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 21.945 milhões ao final do exercício. As figuras 3.2-57 e 3.2-58 evidenciam a execução dos restos a pagar relacionados a esse grupo de despesa durante o exercício de 2010.

**FIGURA 3.2-57 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – INVESTIMENTOS – UNIÃO**
**SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

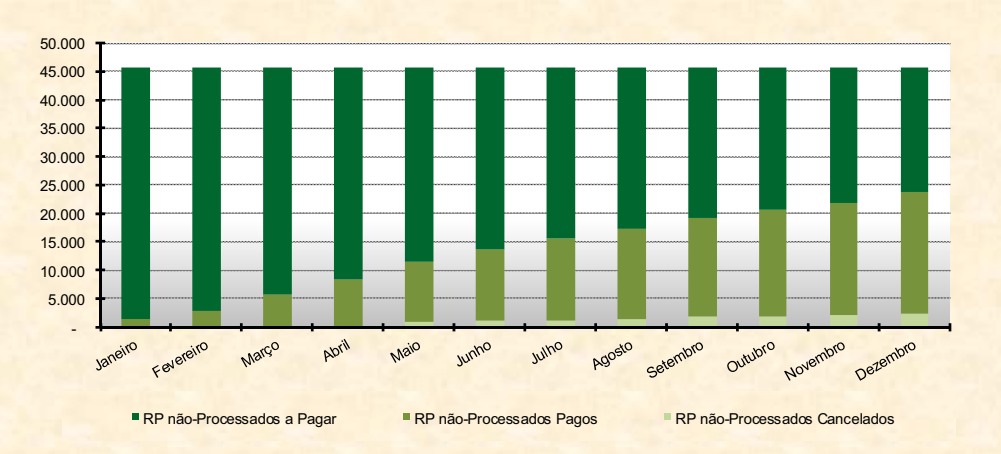
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-58 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS – INVESTIMENTOS – UNIÃO**
**SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões

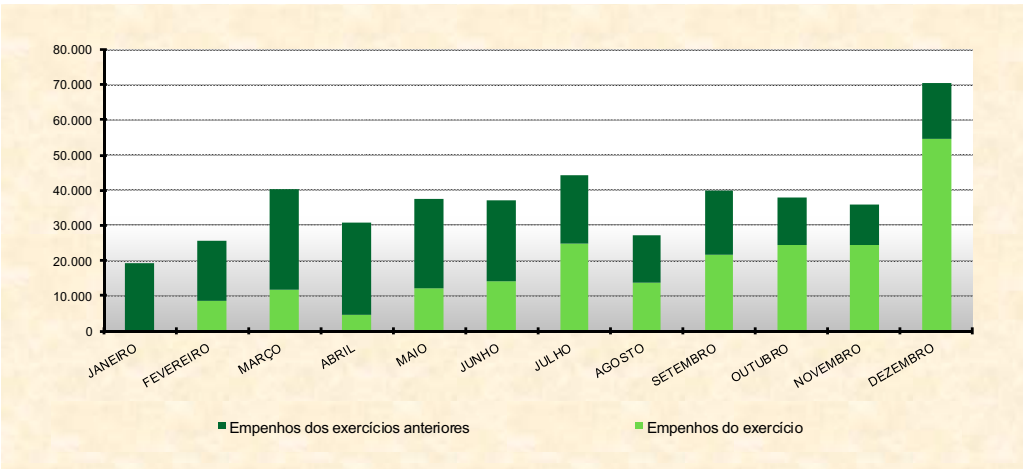



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os investimentos representaram 22,7% e 49,6% das despesas inscritas em restos a pagar processados e não-processados, respectivamente, no encerramento do exercício de 2009, embora sua participação no total de despesas orçamentárias represente aproximadamente de 3,55%. Isso reflete o alto grau de inscrição em restos a pagar nesse grupo de despesa. Assim, é interessante observar o comportamento da execução financeira (valores pagos) ao longo do exercício de 2010 nesse grupo de despesa, destacando-se os pagamentos referentes a despesas do exercício e a restos a pagar. A figura 3.2-59 ilustra essas informações, de onde se percebe a predominância da execução financeira relacionada aos empenhos de exercícios anteriores (restos a pagar, portanto).

**FIGURA 3.2-59 – PAGAMENTOS TOTAIS POR ANO DO EMPENHO – INVESTIMENTOS – UNIÃO – MOVIMENTO MENSAL 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

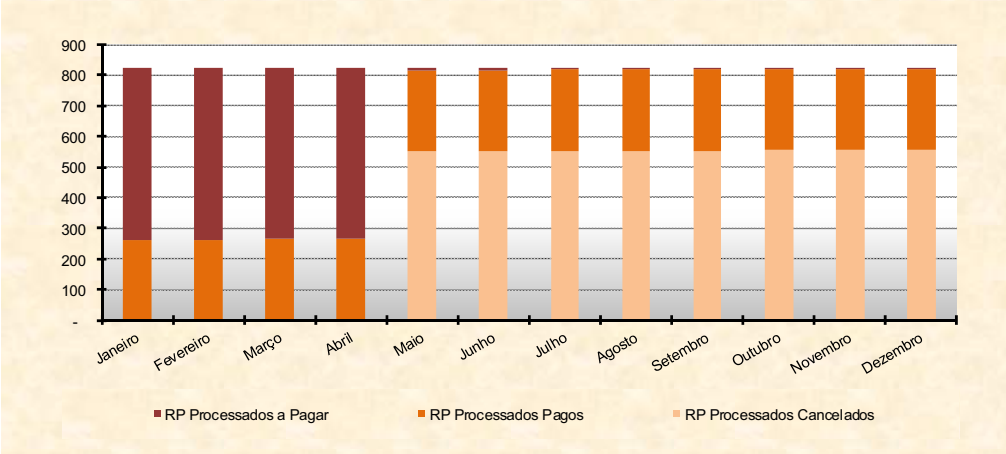
### 3.2.4.1.5 - Inversões Financeiras

Como demonstrado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 826,5 milhões referentes a despesas com Inversões Financeiras. Ao final do exercício de 2010, restavam ainda R$ 6,8 milhões a pagar. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 8.591 milhões referentes a despesas com Inversões Financeiras. Esses valores foram executados ao longo do de 2010, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados “a liquidar” quanto

"liquidados a pagar") de R$ 3.753 milhões ao final do exercício. As figuras 3.2-60 e 3.2-61 evidenciam a execução dos restos a pagar relacionados a esse grupo de despesa durante o exercício de 2010.

**FIGURA 3.2-60 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – INVERSÕES FINANCEIRAS – UNIÃO SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

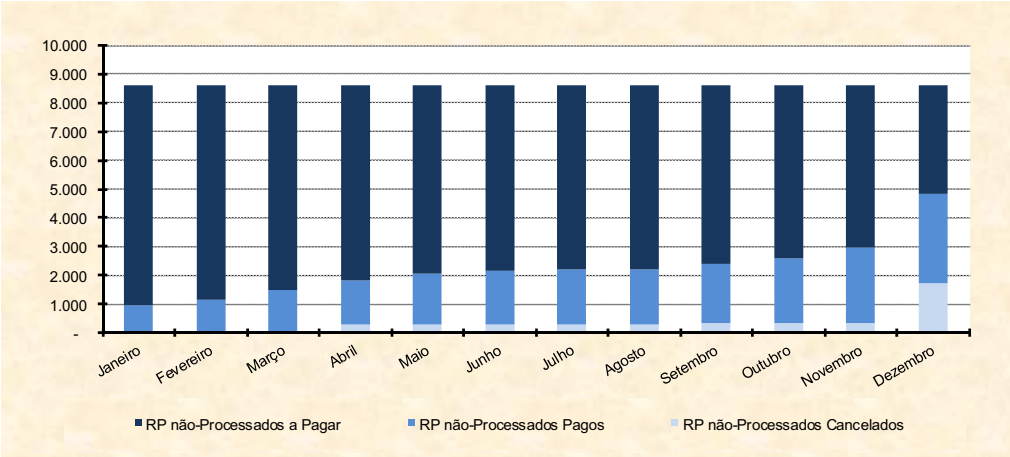
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-61 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS – INVERSÕES FINANCEIRAS – UNIÃO SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

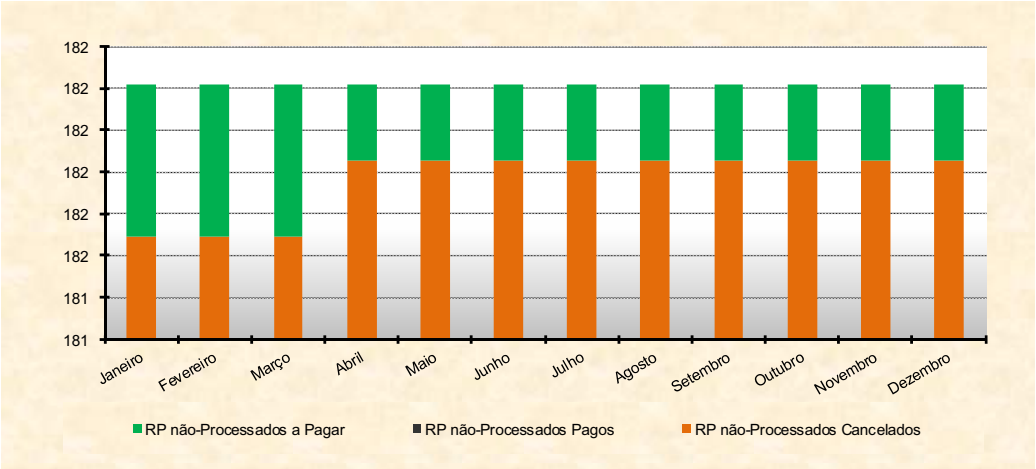
### 3.2.4.1.6 - Amortização da Dívida

Como apresentado na Tabela 3.2-28, em 2009, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 51 milhões referentes a despesas com Amortização da Dívida, pagos integralmente no mês de janeiro de 2010.

Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2009, R$ 182 milhões referentes a despesas com Amortização da Dívida. Esses valores foram praticamente integralmente cancelados ao longo do exercício de 2010, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de apenas R$ 181 mil ao final do exercício. As figuras 3.2-62 e 3.2-63 evidenciam a execução dos restos a pagar relacionados a esse grupo de despesa durante o exercício de 2010.

**FIGURA 3.2-62 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – UNIÃO**
**SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.2.4.2 - Da inscrição de restos a pagar do exercício

A tabela 3.2-30 demonstra a inscrição de restos a pagar no encerramento do exercício de 2010, segregando os restos a pagar processados dos não-processados, e, ainda, evidenciando os valores inscritos e os reinscritos.

**TABELA 3.2-30 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO – 2010**

R$ milhões

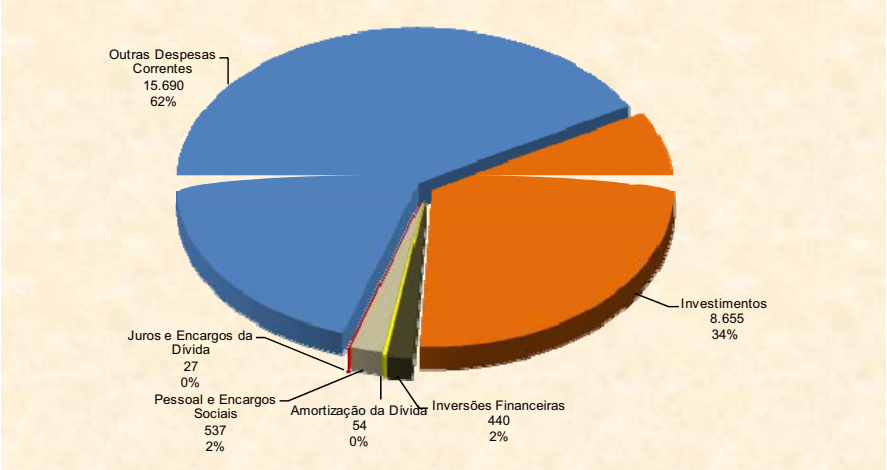
| Grupo de Despesa | Liquidados e Não Pagos (Processados) | Empenhados e Não Liquidados (Não Processados) | |
|---|---|---|---|
| | Do Exercício | Exercícios Anteriores | Do Exercício |
| Pessoal e Encargos Sociais | 537 | 585 | 761 |
| Juros e Encargos da Dívida | 27 | 0 | 403 |
| Outras Despesas Correntes | 15.690 | 7.851 | 34.446 |
| Investimentos | 8.655 | 18.755 | 29.585 |
| Inversões Financeiras | 440 | 3.734 | 6.457 |
| Amortização da Dívida | 54 | 0 | 704 |
| **Total** | **25.403** | **30.926** | **72.356** |

Fonte – siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As figuras a seguir ilustram a participação de cada grupo de despesa.

**FIGURA 3.2-63 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EMPENHOS DE 2010 – UNIÃO – 2010**

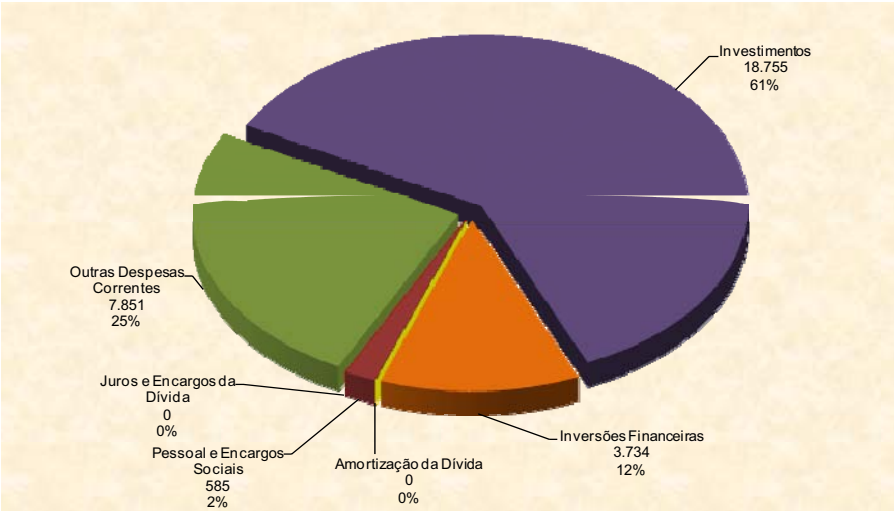
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-64 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EMPENHOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2010 – UNIÃO – 2010**

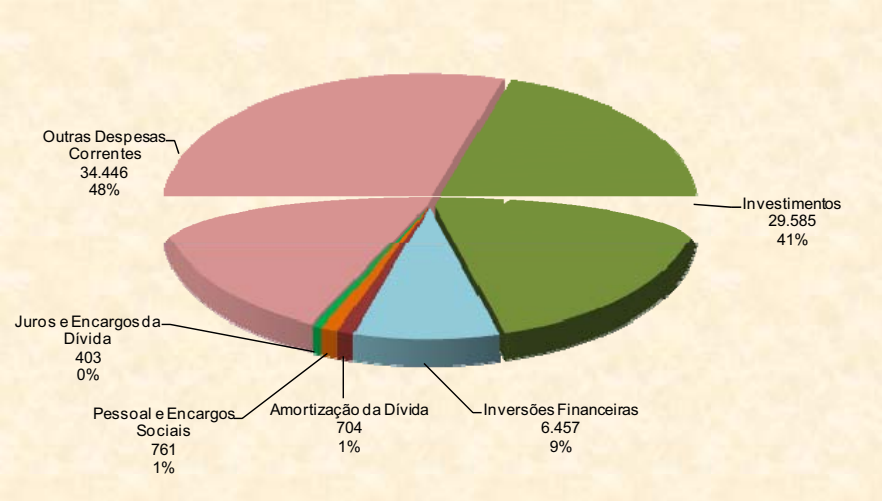
R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**FIGURA 3.2-65 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EMPENHOS DE 2010 – UNIÃO – 2010**

R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Das figuras, especialmente as que tratam dos restos a pagar não-processados, percebe a grande participação das despesas com investimentos. Como se sabe, a participação desse grupo no total de despesas executadas no exercício é bem mais modesta.

ANEXOS DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA - OFSS

Dotação da Despesa por Órgão Superior
Dotação da Despesa por Poder e Órgão
Dotação da Despesa por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Função e Subfunção
Dotação da Despesa por Programa Regionalizado
Execução da Despesa por Poder e Órgão
Execução da Despesa por Fonte de Recursos
Execução da Despesa por Função e Subfunção
Execução da Despesa por Programa Regionalizado

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS | 3.746.405.357,00 | -2.301.500,00 | 2.001.500,00 | | 3.746.105.357,00 |
| 01901 - FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 79.166.008,00 | | | | 79.166.008,00 |
| 02101 - SENADO FEDERAL | 2.954.143.006,00 | 80.000.000,00 | | | 3.034.143.006,00 |
| 02103 - SEC. ESP. DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL | 55.478.682,00 | -450.000,00 | 450.000,00 | | 55.478.682,00 |
| 02104 - SECRETARIA ESPEC. DE EDITORACAO E PUBLICACAO | 35.372.975,00 | | | | 35.372.975,00 |
| 02901 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL | 2.017.342,00 | | | | 2.017.342,00 |
| 02903 - FUNDO DE INFOR.E PROC.DE DADOS DO SEN.FEDERAL | 293.663,00 | | | | 293.663,00 |
| 02904 - FUNDO DA SEC.ESPEC.DE EDITORACAO E PUBLICACAO | 4.867.777,00 | | | | 4.867.777,00 |
| 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 1.334.097.924,00 | | | | 1.334.097.924,00 |
| 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 510.935.728,00 | 8.000.000,00 | | | 518.935.728,00 |
| 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | 886.662.747,00 | 3.868.421,00 | | | 890.531.168,00 |
| 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU | 5.239.137.692,00 | -33.878.406,00 | 25.413.831,00 | | 5.230.673.117,00 |
| 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO | 390.892.920,00 | 16.646.099,00 | | | 407.539.019,00 |
| 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO | 271.584.953,00 | 9.656.946,00 | | | 281.241.899,00 |
| 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO | 443.752.856,00 | 4.957.334,00 | 20.011.228,00 | | 468.721.418,00 |
| 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO | 256.131.877,00 | 8.916.356,00 | | | 265.048.233,00 |
| 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO | 176.613.699,00 | -726.257,00 | 6.900.000,00 | | 182.787.442,00 |
| 13101 - JUSTICA MILITAR | 349.488.205,00 | 789.474,00 | | | 350.277.679,00 |
| 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL | 1.714.493.540,00 | -317.770.377,00 | | | 1.396.723.163,00 |
| 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE | 32.384.617,00 | 1.736.805,00 | | | 34.121.422,00 |
| 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS | 63.616.912,00 | 6.663.125,00 | 102.000,00 | | 70.382.037,00 |
| 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS | 67.514.088,00 | 10.475.469,00 | | | 77.989.557,00 |
| 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA | 204.664.271,00 | 16.316.848,00 | 752.460,00 | | 221.733.579,00 |
| 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA | 143.490.028,00 | 361.611,00 | | | 143.851.639,00 |
| 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DIST. FEDERAL | 76.872.591,00 | 11.305.285,00 | 19.296,00 | | 88.197.172,00 |
| 14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO | 74.576.754,00 | 5.581.300,00 | | | 80.158.054,00 |
| 14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS | 103.280.921,00 | 16.205.813,00 | 454.000,00 | | 119.940.734,00 |
| 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO | 99.968.834,00 | 13.198.046,00 | | | 113.166.880,00 |
| 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO | 67.854.588,00 | 11.422.053,00 | | | 79.276.641,00 |
| 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL | 63.380.334,00 | 9.896.267,00 | 1.979.188,00 | | 75.255.789,00 |
| 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS | 333.663.382,00 | 14.265.047,00 | 6.282.000,00 | | 354.210.429,00 |
| 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA | 108.638.469,00 | 15.856.372,00 | | | 124.494.841,00 |
| 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA | 90.314.000,00 | 11.383.920,00 | 54.978,00 | | 101.752.898,00 |
| 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA | 177.883.404,00 | 16.912.907,00 | 300.000,00 | | 195.096.311,00 |
| 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO | 162.290.303,00 | 9.353.560,00 | 2.025.730,00 | | 173.669.593,00 |
| 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI | 87.529.833,00 | 16.028.812,00 | 35.961,00 | | 103.594.606,00 |
| 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO | 331.466.336,00 | 22.032.771,00 | | | 353.499.107,00 |
| 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE | 89.122.149,00 | 3.110.181,00 | 110.392,00 | | 92.342.722,00 |
| 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL | 168.220.954,00 | 10.565.972,00 | | | 178.786.926,00 |
| 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA | 49.041.921,00 | 2.387.400,00 | 1.080.000,00 | | 52.509.321,00 |
| 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA | 114.332.132,00 | 10.669.835,00 | | | 125.001.967,00 |
| 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO | 406.573.981,00 | 68.862.240,00 | | | 475.436.221,00 |
| 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE | 55.442.078,00 | 4.916.672,00 | 44.000,00 | | 60.402.750,00 |
| 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS | 56.359.516,00 | 1.938.595,00 | 1.150.000,00 | | 59.448.111,00 |
| 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA | 30.552.321,00 | 2.688.919,00 | | | 33.241.240,00 |
| 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA | 31.147.808,00 | 1.681.987,00 | | | 32.829.795,00 |
| 14901 - FUNDO PARTIDARIO | 200.928.233,00 | 485.673,00 | | | 201.413.906,00 |
| 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO | 1.719.162.178,00 | -959.780.229,00 | | | 759.381.949,00 |
| 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO | 1.146.301.199,00 | 102.207.539,00 | | 15.000,00 | 1.248.523.738,00 |
| 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO | 1.241.580.901,00 | 182.058.191,00 | | | 1.423.639.092,00 |
| 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO | 1.050.801.818,00 | 124.636.304,00 | | | 1.175.438.122,00 |
| 15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO | 909.048.774,00 | 116.917.086,00 | | | 1.025.965.860,00 |
| 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO | 626.817.861,00 | 82.224.404,00 | | | 709.042.265,00 |
| 15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO | 483.866.865,00 | 35.321.319,00 | 2.300.000,00 | | 521.488.184,00 |
| 15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO | 218.541.928,00 | 27.733.368,00 | | | 246.275.296,00 |
| 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO | 329.980.889,00 | 40.083.003,00 | | | 370.063.892,00 |
| 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO | 521.434.605,00 | 101.029.105,00 | | | 622.463.710,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIAO | 357.211.368,00 | 27.579.338,00 | | | 384.790.706,00 |
| 15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO | 295.710.727,00 | 16.584.945,00 | 4.467.577,00 | | 316.763.249,00 |
| 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO | 430.688.479,00 | 35.237.429,00 | | | 465.925.908,00 |
| 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO | 259.872.771,00 | 21.777.243,00 | | | 281.650.014,00 |
| 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIAO | 203.337.509,00 | 21.894.416,00 | | | 225.231.925,00 |
| 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO | 861.867.846,00 | 103.328.256,00 | | | 965.196.102,00 |
| 15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO | 113.667.193,00 | 19.816.089,00 | | | 133.483.282,00 |
| 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO | 153.002.444,00 | 29.416.906,00 | | | 182.419.350,00 |
| 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO | 217.516.234,00 | 38.614.188,00 | | | 256.130.422,00 |
| 15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO | 121.367.224,00 | 11.092.214,00 | | | 132.459.438,00 |
| 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO | 99.813.867,00 | 12.912.228,00 | | | 112.726.095,00 |
| 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO | 144.079.481,00 | 9.265.303,00 | | | 153.344.784,00 |
| 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO | 82.554.736,00 | 8.405.432,00 | | | 90.960.168,00 |
| 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO | 143.007.419,00 | 9.822.023,00 | | | 152.829.442,00 |
| 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO | 141.377.502,00 | 17.936.302,00 | | | 159.313.804,00 |
| 16101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL | 1.551.770.460,00 | 23.030.800,00 | | | 1.574.801.260,00 |
| 16103 - JUSTICA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE | 6.474.000,00 | 150.000,00 | | | 6.624.000,00 |
| 17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 193.065.544,00 | -33.242.761,00 | | | 159.822.783,00 |
| 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 1.397.184.597,00 | 21.186.907,00 | 3.950.000,00 | 144.845.467,00 | 1.567.166.971,00 |
| 20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 7.395.016,00 | 263.219,00 | | | 7.658.235,00 |
| 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO | 2.144.325.303,00 | 225.498.854,00 | | | 2.369.824.157,00 |
| 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN | 390.520.078,00 | 34.591.311,00 | | | 425.111.389,00 |
| 20120 - ARQUIVO NACIONAL | 59.493.008,00 | 9.814.682,00 | | | 69.307.690,00 |
| 20121 - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS | 226.617.584,00 | 8.452.533,00 | 4.128.080,00 | 96.000,00 | 239.294.197,00 |
| 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS P/MULHERES | 88.312.429,00 | 1.403.207,00 | | | 89.715.636,00 |
| 20125 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO | 600.820.492,00 | 96.013.451,00 | | | 696.833.943,00 |
| 20126 - SECRETRIA ESP. POL. PROM DA IGUALDADE RACIAL | 68.676.102,00 | 1.149.569,00 | | | 69.825.671,00 |
| 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR | 1.305.613.722,00 | 6.100.000,00 | 262.971.120,00 | 232.995.546,00 | 1.807.680.388,00 |
| 20204 - INST.NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI | 16.883.020,00 | 456.972,00 | | | 17.339.992,00 |
| 20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA | 253.107.900,00 | 44.666.040,00 | | 723.000,00 | 298.496.940,00 |
| 20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO | 453.911.395,00 | 34.299.004,00 | | | 488.210.399,00 |
| 20926 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD | 36.578.667,00 | | | 100.000.000,00 | 136.578.667,00 |
| 20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL | 254.378.521,00 | 76.519.928,00 | | | 330.898.449,00 |
| 20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E ADOLESCENTE | 47.261.000,00 | | | | 47.261.000,00 |
| 22101 - MINISTERIO DA AGRIC.PECUARIA E ABASTECIMENTO | 4.289.408.453,00 | 475.355.168,00 | | 70.000.000,00 | 4.834.763.621,00 |
| 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA | 1.855.782.832,00 | 44.323.966,00 | | | 1.900.106.798,00 |
| 22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO | 2.807.704.680,00 | 109.048.574,00 | | | 2.916.753.254,00 |
| 22906 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA | 42.360.778,00 | | | | 42.360.778,00 |
| 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 2.032.610.508,00 | 57.920.990,00 | | | 2.090.531.498,00 |
| 24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLOGICO | 1.086.753.564,00 | 70.090.724,00 | | 19.025.574,00 | 1.175.869.862,00 |
| 24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN | 633.908.701,00 | 98.392.548,00 | | | 732.301.249,00 |
| 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB | 293.251.764,00 | -6.067.033,00 | | | 287.184.731,00 |
| 24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB | 533.335.384,00 | 12.230.127,00 | | | 545.565.511,00 |
| 24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP | 193.394.510,00 | 40.857.776,00 | | | 234.252.286,00 |
| 24209 - CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A | 79.279.999,00 | -14.000.000,00 | 3.529.685,00 | | 68.809.684,00 |
| 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO | 2.751.103.740,00 | -7.431.288,00 | | | 2.743.672.452,00 |
| 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA | 5.861.961.163,00 | 771.522.951,00 | | 415.000.000,00 | 7.048.484.114,00 |
| 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL | 7.348.340.013,00 | 389.577.085,00 | | 59.916.816,00 | 7.797.833.914,00 |
| 25104 - PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL | 1.230.421.448,00 | 48.500.000,00 | | 16.914.967,00 | 1.295.836.415,00 |
| 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL | 2.205.494.705,00 | 253.227.278,00 | | 7.750.948,00 | 2.466.472.931,00 |
| 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS | 191.240.503,00 | 23.389.812,00 | | | 214.630.315,00 |
| 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS | 126.011.437,00 | 24.058.692,00 | | | 150.070.129,00 |
| 25903 - FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS | 584.561.426,00 | | | | 584.561.426,00 |
| 25904 - FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL | 114.003.313,00 | | | | 114.003.313,00 |
| 25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAM. E DESENVOLVIMENTO | 38.423.235,00 | | | | 38.423.235,00 |
| 25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE | 1.416.412.050,00 | | | | 1.416.412.050,00 |
| 26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | 4.771.961.115,00 | -2.204.528.898,00 | 1.426.000,00 | | 2.568.858.217,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS | 70.681.290,00 | 9.665.100,00 | | | 80.346.390,00 |
| 26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT | 43.921.688,00 | 5.396.108,00 | | | 49.317.796,00 |
| 26201 - COLEGIO PEDRO II | 295.231.046,00 | 40.552.063,00 | | | 335.783.109,00 |
| 26230 - FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO | 64.290.844,00 | 13.480.244,00 | | | 77.771.088,00 |
| 26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | 342.386.412,00 | 53.804.331,00 | | | 396.190.743,00 |
| 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | 738.164.500,00 | 128.807.318,00 | | | 866.971.818,00 |
| 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA | 770.806.385,00 | 129.589.469,00 | 1.500.000,00 | | 901.895.854,00 |
| 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO | 405.833.349,00 | 91.280.839,00 | | | 497.114.188,00 |
| 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS | 520.276.258,00 | 109.213.492,00 | | | 629.489.750,00 |
| 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | 878.987.852,00 | 197.455.894,00 | 6.744.912,00 | | 1.083.188.658,00 |
| 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA | 380.397.322,00 | 96.589.737,00 | | | 476.987.059,00 |
| 26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS | 959.745.695,00 | 156.807.433,00 | | | 1.116.553.128,00 |
| 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA | 591.219.382,00 | 111.320.647,00 | | | 702.540.029,00 |
| 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA | 673.060.125,00 | 132.744.768,00 | | | 805.804.893,00 |
| 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA | 725.297.211,00 | 100.642.744,00 | | | 825.939.955,00 |
| 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | 661.115.849,00 | 118.189.504,00 | | | 779.305.353,00 |
| 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 671.507.694,00 | 149.397.402,00 | | | 820.905.096,00 |
| 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | 869.278.558,00 | 141.421.485,00 | | | 1.010.700.043,00 |
| 26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | 1.507.839.847,00 | 235.394.906,00 | | | 1.743.234.753,00 |
| 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | 770.063.790,00 | 117.162.647,00 | | | 887.226.437,00 |
| 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 524.236.169,00 | 96.627.126,00 | | | 620.863.295,00 |
| 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | 250.163.617,00 | 46.712.604,00 | | | 296.876.221,00 |
| 26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | 275.797.207,00 | 74.709.682,00 | | | 350.506.889,00 |
| 26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA | 76.257.245,00 | 15.526.405,00 | | | 91.783.650,00 |
| 26251 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS | 130.489.789,00 | 26.640.544,00 | | | 157.130.333,00 |
| 26252 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE | 279.761.267,00 | 58.692.656,00 | | | 338.453.923,00 |
| 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA | 77.192.476,00 | 16.163.864,00 | | | 93.356.340,00 |
| 26254 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO | 88.838.835,00 | 35.761.510,00 | | | 124.600.345,00 |
| 26255 - UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI | 66.346.496,00 | 22.231.689,00 | | | 88.578.185,00 |
| 26256 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA | 150.961.651,00 | 23.705.927,00 | | | 174.667.578,00 |
| 26257 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE MINAS GERAIS | 164.782.872,00 | 31.306.923,00 | | | 196.089.795,00 |
| 26258 - UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA | 295.096.624,00 | 71.515.536,00 | | | 366.612.160,00 |
| 26260 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | 76.901.120,00 | 18.316.215,00 | | | 95.217.335,00 |
| 26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG | 95.011.685,00 | 24.182.096,00 | | | 119.193.781,00 |
| 26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO | 458.537.080,00 | 191.185.976,00 | | | 649.723.056,00 |
| 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS | 153.318.592,00 | 30.425.674,00 | | | 183.744.266,00 |
| 26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO | 95.305.164,00 | 17.843.025,00 | | | 113.148.189,00 |
| 26266 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | 84.342.848,00 | 29.947.888,00 | | | 114.290.736,00 |
| 26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA | 118.416.714,00 | 23.962.003,00 | | | 142.378.717,00 |
| 26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO | 169.417.832,00 | 35.619.841,00 | | | 205.037.673,00 |
| 26270 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS | 274.474.563,00 | 63.845.664,00 | | | 338.320.227,00 |
| 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA | 978.455.409,00 | 235.753.270,00 | | | 1.214.208.679,00 |
| 26272 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO | 370.219.166,00 | 48.918.686,00 | | | 419.137.852,00 |
| 26273 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS | 264.288.533,00 | 29.418.796,00 | | | 293.707.329,00 |
| 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA | 466.739.853,00 | 62.751.956,00 | | | 529.491.809,00 |
| 26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | 178.035.786,00 | 10.523.172,00 | | | 188.558.958,00 |
| 26276 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | 393.410.572,00 | 57.332.875,00 | | | 450.743.447,00 |
| 26277 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO | 172.878.391,00 | 46.957.858,00 | | | 219.836.249,00 |
| 26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | 326.782.979,00 | 60.274.395,00 | | | 387.057.374,00 |
| 26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI | 318.759.292,00 | 61.676.231,00 | | | 380.435.523,00 |
| 26280 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS | 272.146.705,00 | 48.404.941,00 | | | 320.551.646,00 |
| 26281 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | 285.090.042,00 | 54.812.013,00 | | | 339.902.055,00 |
| 26282 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA | 404.175.516,00 | 90.559.441,00 | | | 494.734.957,00 |
| 26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FED.DE MATO GROS.DO SUL | 280.638.575,00 | 42.838.546,00 | | | 323.477.121,00 |
| 26284 - FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE | 47.215.407,00 | 10.891.184,00 | | | 58.106.591,00 |
| 26285 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI | 117.664.081,00 | 37.203.373,00 | | | 154.867.454,00 |
| 26286 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA | 45.925.144,00 | 10.765.096,00 | | | 56.690.240,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26290 - INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS | 534.123.010,00 | -6.186.524,00 | 46.000.000,00 | | 573.936.486,00 |
| 26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 2.663.298.074,00 | -89.314.064,00 | 17.954.200,00 | | 2.591.938.210,00 |
| 26292 - FUNDACAO JOAQUIM NABUCO | 91.794.596,00 | 9.435.967,00 | | | 101.230.563,00 |
| 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE | 375.175.479,00 | 60.542.972,00 | | | 435.718.451,00 |
| 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 15.814.058.949,00 | 1.079.533.965,00 | | 2.381.477.298,00 | 19.275.070.212,00 |
| 26350 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS | 75.778.709,00 | 19.933.499,00 | | | 95.712.208,00 |
| 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA | 90.304.271,00 | 36.875.144,00 | | | 127.179.415,00 |
| 26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC | 113.563.106,00 | 25.244.517,00 | | | 138.807.623,00 |
| 26358 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALBERTO NUNES | 45.285.340,00 | 24.483.756,00 | | | 69.769.096,00 |
| 26359 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA | 83.998.314,00 | 36.839.596,00 | | | 120.837.910,00 |
| 26362 - HOSPITAL UNIVERSITARIO VALTER CANTIDIO | 60.462.212,00 | 29.465.499,00 | | | 89.927.711,00 |
| 26363 - MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN | 3.434.523,00 | -27.964,00 | | | 3.406.559,00 |
| 26364 - HOSPITAL UNIVERSIT. CASSIANO ANTONIO MORAIS | 87.647.265,00 | -7.673.691,00 | | | 79.973.574,00 |
| 26365 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO | 67.298.903,00 | 27.447.866,00 | | | 94.746.769,00 |
| 26366 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO | 113.019.771,00 | 58.727.562,00 | | | 171.747.333,00 |
| 26367 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF | 27.444.421,00 | 12.143.036,00 | | | 39.587.457,00 |
| 26368 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFMG | 132.876.441,00 | 49.774.998,00 | | | 182.651.439,00 |
| 26369 - HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO | 35.369.215,00 | 21.930.476,00 | | | 57.299.691,00 |
| 26370 - HOSPITAL UNIVERSITARIO BETINA FERRO SOUZA | 5.852.787,00 | 3.242.242,00 | | | 9.095.029,00 |
| 26371 - HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY | 82.205.601,00 | 44.866.200,00 | | | 127.071.801,00 |
| 26372 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR | 110.084.389,00 | 56.398.000,00 | | | 166.482.389,00 |
| 26373 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPE | 92.950.427,00 | 48.999.469,00 | | | 141.949.896,00 |
| 26374 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRN | 70.821.481,00 | 41.123.037,00 | | | 111.944.518,00 |
| 26378 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRJ | 272.133.615,00 | 92.874.478,00 | | | 365.008.093,00 |
| 26385 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFGD | 38.231.881,00 | 10.986.667,00 | | | 49.218.548,00 |
| 26386 - HOSPITAL UNIVER.POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO | 81.020.517,00 | 39.024.845,00 | | | 120.045.362,00 |
| 26387 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSM | 82.319.942,00 | 35.926.514,00 | | | 118.246.456,00 |
| 26388 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO | 20.454.697,00 | 21.732.047,00 | | | 42.186.744,00 |
| 26389 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFTM | 68.888.248,00 | 33.417.102,00 | | | 102.305.350,00 |
| 26391 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE | 39.343.392,00 | 14.094.006,00 | | | 53.437.398,00 |
| 26392 - HOSPITAL GETULIO VARGAS | 58.965.674,00 | 17.382.185,00 | | | 76.347.859,00 |
| 26393 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA | 44.327.412,00 | 17.368.386,00 | | | 61.695.798,00 |
| 26394 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUMA | 41.936.022,00 | 29.804.485,00 | | | 71.740.507,00 |
| 26395 - HOSPITAL UNIVERSITARIO MIGUEL RIET JUNIOR | 27.414.010,00 | 14.557.900,00 | | | 41.971.910,00 |
| 26396 - HOSP.DAS CLINICAS DA UNIV.FED.DE UBERLANDIA | 101.101.048,00 | 71.579.750,00 | | | 172.680.798,00 |
| 26397 - HOSPITAL JULIO MULLER | 66.428.455,00 | 11.170.816,00 | | | 77.599.271,00 |
| 26398 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL | 19.079.270,00 | 11.767.369,00 | | | 30.846.639,00 |
| 26399 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFPI | 5.530.603,00 | 1.573.505,00 | | | 7.104.108,00 |
| 26400 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFSE | 24.762.080,00 | 13.298.998,00 | | | 38.061.078,00 |
| 26401 - HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA PEDROSSIAN | 57.415.203,00 | 23.400.899,00 | | | 80.816.102,00 |
| 26402 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS | 120.690.554,00 | 21.693.805,00 | | | 142.384.359,00 |
| 26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS | 118.769.174,00 | 21.676.980,00 | | | 140.446.154,00 |
| 26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO | 58.386.688,00 | 20.528.028,00 | | | 78.914.716,00 |
| 26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA | 166.008.605,00 | 36.340.977,00 | | | 202.349.582,00 |
| 26406 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO | 211.302.099,00 | 36.354.219,00 | | | 247.656.318,00 |
| 26407 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO | 69.952.767,00 | 15.608.774,00 | | | 85.561.541,00 |
| 26408 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO | 178.795.706,00 | 26.189.205,00 | | | 204.984.911,00 |
| 26409 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS | 105.571.922,00 | 23.029.995,00 | | | 128.601.917,00 |
| 26410 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG | 49.990.279,00 | 15.847.038,00 | | | 65.837.317,00 |
| 26411 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG | 69.273.678,00 | 31.290.681,00 | | | 100.564.359,00 |
| 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG | 67.040.864,00 | 15.058.020,00 | | | 82.098.884,00 |
| 26413 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO | 51.050.505,00 | 17.393.380,00 | | | 68.443.885,00 |
| 26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO | 109.650.074,00 | 22.263.927,00 | | | 131.914.001,00 |
| 26415 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL | 35.501.010,00 | 851.128,00 | | | 36.352.138,00 |
| 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA | 128.936.253,00 | 25.446.668,00 | | | 154.382.921,00 |
| 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | 130.001.487,00 | 29.172.491,00 | | | 159.173.978,00 |
| 26418 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO | 168.134.193,00 | 33.415.276,00 | | | 201.549.469,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS | 76.625.867,00 | 33.923.698,00 | | | 110.549.565,00 |
| 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA | 56.834.741,00 | 23.146.032,00 | | | 79.980.773,00 |
| 26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA | 37.136.871,00 | 7.798.414,00 | | | 44.935.285,00 |
| 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE | 57.102.921,00 | 34.382.379,00 | | | 91.485.300,00 |
| 26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE | 96.164.532,00 | 7.205.775,00 | | | 103.370.307,00 |
| 26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS | 49.127.293,00 | 14.739.506,00 | | | 63.866.799,00 |
| 26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE | 19.503.838,00 | 2.704.224,00 | | | 22.208.062,00 |
| 26426 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA | 11.924.088,00 | 2.304.712,00 | | | 14.228.800,00 |
| 26427 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA | 150.846.031,00 | 30.772.078,00 | | | 181.618.109,00 |
| 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA | 64.644.212,00 | 16.544.257,00 | | | 81.188.469,00 |
| 26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS | 99.061.456,00 | 23.744.968,00 | | | 122.806.424,00 |
| 26430 - INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO | 44.986.241,00 | 13.897.947,00 | | | 58.884.188,00 |
| 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI | 64.420.711,00 | 52.455.942,00 | | | 116.876.653,00 |
| 26432 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARANA-IFPR | 76.862.435,00 | 1.841.450,00 | | | 78.703.885,00 |
| 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 104.082.022,00 | 33.620.719,00 | | | 137.702.741,00 |
| 26434 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE | 116.397.383,00 | 30.453.843,00 | | | 146.851.226,00 |
| 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN | 139.573.281,00 | 41.175.790,00 | | | 180.749.071,00 |
| 26436 - INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE | 106.128.505,00 | 22.728.950,00 | | | 128.857.455,00 |
| 26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA | 37.062.839,00 | 7.436.390,00 | | | 44.499.229,00 |
| 26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA | 134.772.712,00 | 25.857.328,00 | | | 160.630.040,00 |
| 26439 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO | 155.076.118,00 | 29.259.418,00 | | | 184.335.536,00 |
| 26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA | | 11.766.083,00 | | | 11.766.083,00 |
| 28101 - MINIST.DO DESENVOLVIMENTO, INDUST. E COMERCIO | 335.059.397,00 | 21.102.509,00 | 2.145.293,00 | | 358.307.199,00 |
| 28202 - INST.NAC.DE METR.,NORMAL.E QUALID.INDUSTRIAL | 500.396.276,00 | 41.387.704,00 | | 84.367.315,00 | 626.151.295,00 |
| 28203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 244.219.514,00 | 8.477.357,00 | | | 252.696.871,00 |
| 28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS | 466.723.249,00 | -8.721.055,00 | 100.516.167,00 | | 558.518.361,00 |
| 28904 - FUNDO DE GAR.P/PROMOC.DA COMPETITIVIDADE-FGPC | 81.596.719,00 | | | | 81.596.719,00 |
| 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA | 1.988.942.984,00 | -4.938.217,00 | 118.000.000,00 | 247.000.000,00 | 2.349.004.767,00 |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL | 2.244.826.071,00 | 331.888.399,00 | | | 2.576.714.470,00 |
| 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | 3.987.508.712,00 | 136.018.800,00 | | | 4.123.527.512,00 |
| 30109 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO | 171.162.157,00 | 25.358.510,00 | 800.000,00 | | 197.320.667,00 |
| 30202 - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO | 423.100.443,00 | 58.633.196,00 | | | 481.733.639,00 |
| 30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA | 11.852.876,00 | 100.437,00 | | | 11.953.313,00 |
| 30905 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS | 33.376.258,00 | | | | 33.376.258,00 |
| 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN | 254.580.305,00 | -1.731.714,00 | | | 252.848.591,00 |
| 30909 - FUNDO P/APAR. E OPERAC. ATIV.-FIM POL.FEDERAL | 506.376.989,00 | -5.912.926,00 | 51.430.000,00 | 70.000.000,00 | 621.894.063,00 |
| 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP | 436.015.526,00 | -36.084.375,00 | 5.000.000,00 | | 404.931.151,00 |
| 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 1.263.235.743,00 | 34.369.750,00 | | | 1.297.605.493,00 |
| 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS | 967.649.161,00 | 73.473.483,00 | 10.000.000,00 | | 1.051.122.644,00 |
| 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL | 328.954.376,00 | 33.315.842,00 | 15.500.000,00 | | 377.770.218,00 |
| 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP | 4.076.767.183,00 | 23.967.525,00 | | | 4.100.734.708,00 |
| 32266 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL | 433.179.497,00 | 9.364.618,00 | | | 442.544.115,00 |
| 32314 - EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE | 115.367.656,00 | -7.896.128,00 | | | 107.471.528,00 |
| 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 341.146.615,00 | 26.078.862,00 | | | 367.225.477,00 |
| 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL | 10.435.224.712,00 | 2.255.512.539,00 | 19.998.000,00 | | 12.710.735.251,00 |
| 33206 - SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR | | 15.130.016,00 | | | 15.130.016,00 |
| 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL | 247.632.326.803,00 | 7.628.639.501,00 | | | 255.260.966.304,00 |
| 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL | 2.279.755.012,00 | -205.552.095,00 | 4.500.000,00 | | 2.078.702.917,00 |
| 34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR | 140.942.016,00 | 18.066.497,00 | 1.500.000,00 | | 160.508.513,00 |
| 34103 - MINISTERIO PUB.DO DIST.FEDERAL E DOS TERRIT. | 365.540.795,00 | 79.437.531,00 | | | 444.978.326,00 |
| 34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO | 808.822.940,00 | 104.128.067,00 | 1.850.000,00 | | 914.801.007,00 |
| 34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO | 8.611.000,00 | -330.000,00 | | | 8.281.000,00 |
| 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 2.127.772.731,00 | 100.128.296,00 | 77.000.000,00 | 130.300.000,00 | 2.435.201.027,00 |
| 35201 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO | 18.097.885,00 | 1.576.654,00 | | | 19.674.539,00 |
| 36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ | 1.566.853.257,00 | 199.155.238,00 | | | 1.766.008.495,00 |
| 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A | 100.071.828,00 | 15.927.792,00 | | | 115.999.620,00 |
| 36209 - HOSPITAL FEMINA S/A | 51.137.948,00 | 11.221.200,00 | | | 62.359.148,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A | 387.028.074,00 | 74.592.062,00 | | | 461.620.136,00 |
| 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE | 4.972.761.648,00 | -49.866.239,00 | | | 4.922.895.409,00 |
| 36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA | 566.950.869,00 | 73.645.169,00 | | 2.851.316,00 | 643.447.354,00 |
| 36213 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR | 172.413.582,00 | 18.436.364,00 | | | 190.849.946,00 |
| 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE | 58.886.049.141,00 | 822.012.142,00 | 12.069.897,00 | 1.907.637.027,00 | 61.627.768.207,00 |
| 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO | 4.884.623.545,00 | 673.768.429,00 | | 13.000.000,00 | 5.571.391.974,00 |
| 38201 - FUND.JORGE DUPRAT FIG.DE SEG.E MED.DO TRAB. | 70.491.309,00 | 7.882.584,00 | | | 78.373.893,00 |
| 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR | 41.568.475.729,00 | 431.470.029,00 | | | 41.999.945.758,00 |
| 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 2.753.023.492,00 | 169.689.250,00 | 14.300.000,00 | 700.000,00 | 2.937.712.742,00 |
| 39207 - VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A | 2.630.623.854,00 | 67.745.126,00 | 184.078.294,00 | | 2.882.447.274,00 |
| 39250 - AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES ANTT | 761.346.729,00 | -54.940.866,00 | 115.984.000,00 | 2.600.000,00 | 824.989.863,00 |
| 39251 - AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS-ANTAQ | 103.959.654,00 | -16.896.685,00 | | 1.300.000,00 | 88.362.969,00 |
| 39252 - DEPTO.NAC.DE INFRA ESTRUT.DE TRANSPORTES-DNIT | 11.210.167.875,00 | 2.484.997.063,00 | 221.731.806,00 | 410.450.000,00 | 14.327.346.744,00 |
| 39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE | 189.061.816,00 | | | | 189.061.816,00 |
| 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 1.128.305.240,00 | 50.323.540,00 | | 300.000.000,00 | 1.478.628.780,00 |
| 41231 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES | 738.643.747,00 | 36.287.470,00 | | | 774.931.217,00 |
| 41902 - FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV.DE TELECOMUN. FUST | 815.767.538,00 | | | | 815.767.538,00 |
| 41903 - FUNDO P/O DESENV.TECNOL.DAS TELECOM.-FUNTTEL | 327.445.005,00 | 8.000.000,00 | | | 335.445.005,00 |
| 42101 - MINISTERIO DA CULTURA | 535.416.329,00 | 9.584.362,00 | | 5.166.774,00 | 550.167.465,00 |
| 42201 - FUNDACAO CASA RUI BARBOSA | 28.099.658,00 | 3.503.173,00 | | | 31.602.831,00 |
| 42202 - BIBLIOTECA NACIONAL | 84.348.311,00 | 5.180.660,00 | | | 89.528.971,00 |
| 42203 - FUNDACAO CULTURAL PALMARES | 22.245.900,00 | -179.736,00 | | | 22.066.164,00 |
| 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | 327.733.288,00 | 33.996.159,00 | 2.000.000,00 | 10.000.000,00 | 373.729.447,00 |
| 42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES | 136.843.616,00 | 4.071.096,00 | | | 140.914.712,00 |
| 42206 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE | 81.180.690,00 | 3.135.319,00 | | | 84.316.009,00 |
| 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS | 116.049.255,00 | -2.615.630,00 | 500.000,00 | | 113.933.625,00 |
| 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 900.168.255,00 | -14.272.338,00 | | | 885.895.917,00 |
| 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 1.679.686.567,00 | -1.088.227,00 | | | 1.678.598.340,00 |
| 44102 - SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB | 42.580.362,00 | 2.041.573,00 | | | 44.621.935,00 |
| 44201 - INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS | 987.757.563,00 | 125.355.383,00 | | | 1.113.112.946,00 |
| 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA | 357.746.916,00 | -18.310.429,00 | | 2.000.000,00 | 341.436.487,00 |
| 44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ | 43.065.865,00 | 4.508.171,00 | | | 47.574.036,00 |
| 44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE | 395.791.754,00 | 80.066.111,00 | 150.000.000,00 | | 625.857.865,00 |
| 44901 - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE | 15.079.442,00 | | | | 15.079.442,00 |
| 44902 - FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA - FNMC | | | 5.200.000,00 | | 5.200.000,00 |
| 47101 - MINISTERIO DO ORCAMENTO E GESTAO | 15.814.548.044,00 | -12.873.695.622,00 | 6.050.000,00 | | 2.946.902.422,00 |
| 47205 - FUNDACAO INST.BRAS.DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA | 2.811.375.464,00 | 146.821.300,00 | | | 2.958.196.764,00 |
| 47210 - ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP | 34.438.117,00 | 3.395.478,00 | | 4.122.000,00 | 41.955.595,00 |
| 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 1.355.076.862,00 | 57.112.534,00 | | 238.000.000,00 | 1.650.189.396,00 |
| 49201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA | 3.184.461.303,00 | 247.125.418,00 | | 27.000.000,00 | 3.458.586.721,00 |
| 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE | 1.518.571.709,00 | -43.237.047,00 | 583.930.000,00 | 20.000.000,00 | 2.079.264.662,00 |
| 52101 - MINISTERIO DA DEFESA | 1.568.375.839,00 | -244.978.164,00 | | 794.055.138,00 | 2.117.452.813,00 |
| 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA | 13.776.539.706,00 | 432.806.378,00 | 10.100.000,00 | 100.000.000,00 | 14.319.446.084,00 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 24.546.429.222,00 | 480.539.524,00 | 9.719.340,00 | 481.000.000,00 | 25.517.688.086,00 |
| 52131 - COMANDO DA MARINHA | 14.767.783.181,00 | 597.484.344,00 | 1.499.774.706,00 | 5.461.000,00 | 16.870.503.231,00 |
| 52133 - SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR | 20.333.559,00 | | | | 20.333.559,00 |
| 52201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL | 354.141.366,00 | 75.581.412,00 | | | 429.722.778,00 |
| 52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA | 8.035.414,00 | -284.787,00 | | | 7.750.627,00 |
| 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL-IMBEL | 220.665.473,00 | 15.044.701,00 | | | 235.710.174,00 |
| 52222 - FUNDACAO OSORIO | 11.114.781,00 | 381.935,00 | | | 11.496.716,00 |
| 52232 - CAIXA DE CONST.DE CASAS DO PESSOAL DA MARINHA | 16.262.745,00 | -1.223.455,00 | | | 15.039.290,00 |
| 52901 - FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA | 2.452.538,00 | | | | 2.452.538,00 |
| 52902 - FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS | 183.547.973,00 | 1.143.498,00 | | | 184.691.471,00 |
| 52903 - FUNDO DO SERVICO MILITAR | 6.524.773,00 | 4.633.161,00 | | | 11.157.934,00 |
| 52911 - FUNDO AERONAUTICO | 2.165.226.637,00 | 34.349.891,00 | | | 2.199.576.528,00 |
| 52921 - FUNDO DO EXERCITO | 813.083.091,00 | 47.170.000,00 | | | 860.253.091,00 |
| 52931 - FUNDO NAVAL | 430.807.166,00 | 21.500.000,00 | | | 452.307.166,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 52932 - FUNDO DE DESENV.DO ENS.PROFISSIONAL MARITIMO | 115.572.338,00 | | | | 115.572.338,00 |
| 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 3.868.217.611,00 | -483.763.303,00 | 2.000.000,00 | 3.388.727.787,00 | 6.775.182.095,00 |
| 53201 - COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO | 1.030.906.523,00 | 129.902.225,00 | 13.089.802,00 | | 1.173.898.550,00 |
| 53202 - SUPERINTEND.DO DESENVOLV.DA AMAZONIA-SUDAM | 43.559.376,00 | 4.328.526,00 | 450.000,00 | | 48.337.902,00 |
| 53203 - SUPERINT. DO DESENVOLV. DO NORDESTE - SUDENE | 81.162.519,00 | -2.127.073,00 | | | 79.035.446,00 |
| 53204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS | 1.033.028.036,00 | 76.615.369,00 | 20.000,00 | | 1.109.663.405,00 |
| 54101 - MINISTERIO DO TURISMO | 4.042.128.569,00 | -17.990.104,00 | | | 4.024.138.465,00 |
| 54201 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO | 196.673.099,00 | 3.412.785,00 | | | 200.085.884,00 |
| 55101 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 14.922.285.296,00 | 484.037.973,00 | | 15.876.696,00 | 15.422.199.965,00 |
| 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 24.004.001.722,00 | 164.767.749,00 | | 147.148.145,00 | 24.315.917.616,00 |
| 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES | 12.932.835.199,00 | 686.317.213,00 | | 160.000.000,00 | 13.779.152.412,00 |
| 56201 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A | 345.248.904,00 | 157.171.440,00 | | | 502.420.344,00 |
| 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | 780.872.277,00 | 239.600.057,00 | | 15.200.000,00 | 1.035.672.334,00 |
| 56901 - FUNDO NACIONAL DE SEG. E EDUCACAO DO TRANSITO | 581.444.499,00 | -6.796.700,00 | | | 574.647.799,00 |
| 56902 - FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHIS | 721.331.095,00 | -412.892.000,00 | | | 308.439.095,00 |
| 58101 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA | 803.680.483,00 | -41.331.229,00 | 11.536.511,00 | | 773.885.765,00 |
| 59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO-CNMP | 29.099.351,00 | 3.039.540,00 | | | 32.138.891,00 |
| 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - EFU | 282.800.681.220,00 | 48.068.137.620,00 | 4.987.500.000,00 | | 335.856.318.840,00 |
| 71102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MPOG | 548.070.000,00 | -620.000,00 | 923.518,00 | | 548.373.518,00 |
| 71103 - ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS | 5.572.257.804,00 | 84.862.096,00 | | | 5.657.119.900,00 |
| 71901 - FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA | 54.000.000,00 | | | | 54.000.000,00 |
| 71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL | 10.001.000,00 | | | | 10.001.000,00 |
| 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - TRF.MF | 6.438.180.319,00 | 46.392.723,00 | | 1.184.107.000,00 | 7.668.680.042,00 |
| 73104 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MME-TR.EST.DF MUN. | 17.988.417.339,00 | 3.500.000,00 | | | 17.991.917.339,00 |
| 73107 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC | 6.520.791.758,00 | | | | 6.520.791.758,00 |
| 73108 - TRANSF.CONSTITUCIONAIS-REC.SOB SUP. M.FAZENDA | 117.610.554.512,00 | 330.461.460,00 | | | 117.941.015.972,00 |
| 73109 - RECURSOS SOB SUPERV.MIN.DO ESPORTE E TURISMO | 70.210.032,00 | 32.994.997,00 | | | 103.205.029,00 |
| 73111 - RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DO MEIO AMBIENTE | 518.040,00 | | | | 518.040,00 |
| 73901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL-FCDF | 7.686.171.324,00 | | | | 7.686.171.324,00 |
| 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - OOC/MF | 8.686.094.000,00 | | | | 8.686.094.000,00 |
| 74102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINIST.DA FAZENDA | 130.000.000,00 | | | | 130.000.000,00 |
| 74201 - RECURSOS SOB SUPER.DA SUP.DE SEGUROS PRIVADOS | 3.404.066,00 | | | | 3.404.066,00 |
| 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA ANS | 11.500.000,00 | | | | 11.500.000,00 |
| 74203 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO INCRA/MDA | 900.000.000,00 | | | | 900.000.000,00 |
| 74204 - REC.S/SUP. CAIXA CONST.CASAS P/PESSOAL DA MB | | | 70.000.000,00 | | 70.000.000,00 |
| 74901 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNCAFE/MAPA | 2.803.506.513,00 | | | | 2.803.506.513,00 |
| 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FIES | 1.724.852.453,00 | 800.000.000,00 | | | 2.524.852.453,00 |
| 74903 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FND/MDIC | 555.670.979,00 | | | | 555.670.979,00 |
| 74904 - REC.SOB SUPERV.DO FUNDO DA MAR.MERCANTE/MT | 4.713.838.168,00 | | | | 4.713.838.168,00 |
| 74905 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNTTEL | 25.000.000,00 | 25.000.000,00 | | | 50.000.000,00 |
| 74906 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO BANCO DA TERRA/MDA | 300.000.000,00 | | | | 300.000.000,00 |
| 74907 - RECURSOS SOB SUPERV.DO MIN.DA INTEG.NACIONAL | 2.581.506.847,00 | | | | 2.581.506.847,00 |
| 74908 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNGETUR/MTUR | 23.702.837,00 | | | | 23.702.837,00 |
| 74910 - REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.DES.CIENT.E TEC.-FNDCT | 350.000.000,00 | 56.500.000,00 | | | 406.500.000,00 |
| 74911 - REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.HAB.DE INT.SOC.-FNHIS | 5.000.000,00 | | | | 5.000.000,00 |
| 74912 - RECURSOS SOB SUPERV. DO FUNDO NAC. DE CULTURA | 19.318.001,00 | | | | 19.318.001,00 |
| 74913 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FNO | 1.483.924.628,00 | | | | 1.483.924.628,00 |
| 74914 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FCO | 1.483.924.628,00 | | | | 1.483.924.628,00 |
| 74915 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FNE | 4.451.774.260,00 | | | | 4.451.774.260,00 |
| 75101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINIST. DA FAZENDA | 584.095.195.818,00 | | | | 584.095.195.818,00 |
| 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA | 5.026.615.306,00 | -3.192.237.875,00 | | | 1.834.377.431,00 |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 60.227.921.868,00 | 8.733.335.472,00 | 13.216.830.814,00 | 1.848.199.882.506,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| Poder Legislativo | 8.211.842.734,00 | 77.248.500,00 | 2.451.500,00 | - | 8.291.542.734,00 |
| 01000 CAMARA DOS DEPUTADOS | 3.825.571.365,00 | (2.301.500,00) | 2.001.500,00 | - | 3.825.271.365,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.746.405.357,00 | (2.301.500,00) | 2.001.500,00 | - | 3.746.105.357,00 |
| 01000 CAMARA DOS DEPUTADOS | 3.746.405.357,00 | (2.301.500,00) | 2.001.500,00 | - | 3.746.105.357,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 79.166.008,00 | - | - | - | 79.166.008,00 |
| 01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 79.166.008,00 | - | - | - | 79.166.008,00 |
| 02000 SENADO FEDERAL | 3.052.173.445,00 | 79.550.000,00 | 450.000,00 | - | 3.132.173.445,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.044.994.663,00 | 79.550.000,00 | 450.000,00 | - | 3.124.994.663,00 |
| 02000 SENADO FEDERAL | 3.044.994.663,00 | 79.550.000,00 | 450.000,00 | - | 3.124.994.663,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 7.178.782,00 | - | - | - | 7.178.782,00 |
| 02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL | 2.017.342,00 | - | - | - | 2.017.342,00 |
| 02002 SENADO FEDERAL/FUNSEEP | 4.867.777,00 | - | - | - | 4.867.777,00 |
| 02003 FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA | 293.663,00 | - | - | - | 293.663,00 |
| 03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 1.334.097.924,00 | - | - | - | 1.334.097.924,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.334.097.924,00 | - | - | - | 1.334.097.924,00 |
| 03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 1.334.097.924,00 | - | - | - | 1.334.097.924,00 |
| Poder Judiciário | 27.354.726.797,00 | 242.813.516,00 | 73.482.641,00 | 15.000,00 | 27.671.037.954,00 |
| 10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 510.935.728,00 | 8.000.000,00 | - | - | 518.935.728,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 510.935.728,00 | 8.000.000,00 | - | - | 518.935.728,00 |
| 10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 510.935.728,00 | 8.000.000,00 | - | - | 518.935.728,00 |
| 11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | 886.662.747,00 | 3.868.421,00 | - | - | 890.531.168,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 886.662.747,00 | 3.868.421,00 | - | - | 890.531.168,00 |
| 11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | 886.662.747,00 | 3.868.421,00 | - | - | 890.531.168,00 |
| 12000 JUSTICA FEDERAL | 6.778.113.997,00 | 5.572.072,00 | 52.325.059,00 | - | 6.836.011.128,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 6.778.113.997,00 | 5.572.072,00 | 52.325.059,00 | - | 6.836.011.128,00 |
| 12000 JUSTICA FEDERAL | 6.778.113.997,00 | 5.572.072,00 | 52.325.059,00 | - | 6.836.011.128,00 |
| 13000 JUSTICA MILITAR | 349.488.205,00 | 789.474,00 | - | - | 350.277.679,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 349.488.205,00 | 789.474,00 | - | - | 350.277.679,00 |
| 13000 JUSTICA MILITAR | 349.488.205,00 | 789.474,00 | - | - | 350.277.679,00 |
| 14000 JUSTICA ELEITORAL | 5.205.604.298,00 | (1.466.892,00) | 14.390.005,00 | - | 5.218.527.411,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 5.205.604.298,00 | (1.466.892,00) | 14.390.005,00 | - | 5.218.527.411,00 |
| 14000 JUSTICA ELEITORAL | 5.205.604.298,00 | (1.466.892,00) | 14.390.005,00 | - | 5.218.527.411,00 |
| 15000 JUSTICA DO TRABALHO | 11.872.611.818,00 | 236.112.402,00 | 6.767.577,00 | 15.000,00 | 12.115.506.797,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 11.872.611.818,00 | 236.112.402,00 | 6.767.577,00 | 15.000,00 | 12.115.506.797,00 |
| 15000 JUSTICA DO TRABALHO | 11.872.611.818,00 | 236.112.402,00 | 6.767.577,00 | 15.000,00 | 12.115.506.797,00 |
| 16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS | 1.558.244.460,00 | 23.180.800,00 | - | - | 1.581.425.260,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.558.244.460,00 | 23.180.800,00 | - | - | 1.581.425.260,00 |
| 16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS | 1.558.244.460,00 | 23.180.800,00 | - | - | 1.581.425.260,00 |
| 17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 193.065.544,00 | (33.242.761,00) | - | - | 159.822.783,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 193.065.544,00 | (33.242.761,00) | - | - | 159.822.783,00 |
| 17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 193.065.544,00 | (33.242.761,00) | - | - | 159.822.783,00 |
| Ministério Público da União | 3.632.771.114,00 | (1.210.460,00) | 7.850.000,00 | - | 3.639.410.654,00 |
| 34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO | 3.603.671.763,00 | (4.250.000,00) | 7.850.000,00 | - | 3.607.271.763,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.603.671.763,00 | (4.250.000,00) | 7.850.000,00 | - | 3.607.271.763,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO | 3.603.671.763,00 | (4.250.000,00) | 7.850.000,00 | - | 3.607.271.763,00 |
| 59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO | 29.099.351,00 | 3.039.540,00 | - | - | 32.138.891,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 29.099.351,00 | 3.039.540,00 | - | - | 32.138.891,00 |
| 59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO | 29.099.351,00 | 3.039.540,00 | - | - | 32.138.891,00 |
| Poder Executivo | 1.726.822.453.707,00 | 59.909.070.312,00 | 8.649.551.331,00 | 13.216.815.814,00 | 1.808.597.891.164,00 |
| 20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 7.351.078.834,00 | 560.415.677,00 | 271.049.200,00 | 478.660.013,00 | 8.661.203.724,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 7.351.078.834,00 | 560.415.677,00 | 271.049.200,00 | 478.660.013,00 | 8.661.203.724,00 |
| 20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 5.199.358.515,00 | 334.653.604,00 | 271.049.200,00 | 478.660.013,00 | 6.283.721.332,00 |
| 20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 7.395.016,00 | 263.219,00 | - | - | 7.658.235,00 |
| 20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO | 2.144.325.303,00 | 225.498.854,00 | - | - | 2.369.824.157,00 |
| 20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO | 24.780.689.429,00 | (12.639.236.748,00) | 6.973.518,00 | 4.122.000,00 | 12.152.548.199,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 21.934.875.848,00 | (12.789.453.526,00) | 6.973.518,00 | - | 9.152.395.840,00 |
| 20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO | 21.934.875.848,00 | (12.789.453.526,00) | 6.973.518,00 | - | 9.152.395.840,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 2.845.813.581,00 | 150.216.778,00 | - | 4.122.000,00 | 3.000.152.359,00 |
| 20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA | 34.438.117,00 | 3.395.478,00 | - | 4.122.000,00 | 41.955.595,00 |
| 25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA | 2.811.375.464,00 | 146.821.300,00 | - | - | 2.958.196.764,00 |
| 22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 11.798.763.256,00 | 628.727.708,00 | - | 70.000.000,00 | 12.497.490.964,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 4.289.408.453,00 | 475.355.168,00 | - | 70.000.000,00 | 4.834.763.621,00 |
| 22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 4.289.408.453,00 | 475.355.168,00 | - | 70.000.000,00 | 4.834.763.621,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 7.509.354.803,00 | 153.372.540,00 | - | - | 7.662.727.343,00 |
| 22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA | 1.855.782.832,00 | 44.323.966,00 | - | - | 1.900.106.798,00 |
| 22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO | 2.807.704.680,00 | 109.048.574,00 | - | - | 2.916.753.254,00 |
| 22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA | 2.845.867.291,00 | - | - | - | 2.845.867.291,00 |
| 24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 7.953.638.170,00 | 308.493.844,00 | 3.529.685,00 | 19.025.574,00 | 8.284.687.273,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.032.610.508,00 | 57.920.990,00 | - | - | 2.090.531.498,00 |
| 24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 2.032.610.508,00 | 57.920.990,00 | - | - | 2.090.531.498,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 5.921.027.662,00 | 250.572.854,00 | 3.529.685,00 | 19.025.574,00 | 6.194.155.775,00 |
| 20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR | 633.908.701,00 | 98.392.548,00 | - | - | 732.301.249,00 |
| 20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A | 193.394.510,00 | 40.857.776,00 | - | - | 234.252.286,00 |
| 20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A | 533.335.384,00 | 12.230.127,00 | - | - | 545.565.511,00 |
| 20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB | 293.251.764,00 | (6.067.033,00) | - | - | 287.184.731,00 |
| 20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO | 1.086.753.564,00 | 70.090.724,00 | - | 19.025.574,00 | 1.175.869.862,00 |
| 24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A | 79.279.999,00 | (14.000.000,00) | 3.529.685,00 | - | 68.809.684,00 |
| 24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 3.101.103.740,00 | 49.068.712,00 | - | - | 3.150.172.452,00 |
| 25000 MINISTERIO DA FAZENDA | 1.031.657.766.858,00 | 46.763.029.746,00 | 4.987.500.000,00 | 1.683.689.731,00 | 1.085.091.986.335,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.019.330.468.034,00 | 46.462.353.964,00 | 4.987.500.000,00 | 1.675.938.783,00 | 1.072.456.260.781,00 |
| 25000 MINISTERIO DA FAZENDA | 1.014.303.852.728,00 | 49.654.591.839,00 | 4.987.500.000,00 | 1.675.938.783,00 | 1.070.621.883.350,00 |
| 90000 RESERVA DE CONTINGENCIA | 5.026.615.306,00 | (3.192.237.875,00) | - | - | 1.834.377.431,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 12.327.298.824,00 | 300.675.782,00 | - | 7.750.948,00 | 12.635.725.554,00 |
| 25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL | 2.205.494.705,00 | 253.227.278,00 | - | 7.750.948,00 | 2.466.472.931,00 |
| 25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS | 191.240.503,00 | 23.389.812,00 | - | - | 214.630.315,00 |
| 25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS | 129.415.503,00 | 24.058.692,00 | - | - | 153.474.195,00 |
| 25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS | 584.561.426,00 | - | - | - | 584.561.426,00 |
| 25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL | 114.003.313,00 | - | - | - | 114.003.313,00 |
| 25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO | 1.416.412.050,00 | - | - | - | 1.416.412.050,00 |
| 25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL | 7.686.171.324,00 | - | - | - | 7.686.171.324,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26000 MINISTERIO DA EDUCACAO | 59.149.375.028,00 | 5.502.077.919,00 | 73.625.112,00 | 2.381.477.298,00 | 67.106.555.357,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 6.611.416.546,00 | (1.389.467.690,00) | 1.426.000,00 | - | 5.223.374.856,00 |
| 26000 MINISTERIO DA EDUCACAO | 6.611.416.546,00 | (1.389.467.690,00) | 1.426.000,00 | - | 5.223.374.856,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 52.537.958.482,00 | 6.891.545.609,00 | 72.199.112,00 | 2.381.477.298,00 | 61.883.180.501,00 |
| 26201 COLEGIO PEDRO II | 295.231.046,00 | 40.552.063,00 | - | - | 335.783.109,00 |
| 26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO | 64.290.844,00 | 13.480.244,00 | - | - | 77.771.088,00 |
| 26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | 387.671.752,00 | 78.288.087,00 | - | - | 465.959.839,00 |
| 26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | 822.162.814,00 | 165.646.914,00 | - | - | 987.809.728,00 |
| 26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA | 834.703.120,00 | 159.027.004,00 | 1.500.000,00 | - | 995.230.124,00 |
| 26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO | 493.480.614,00 | 83.607.148,00 | - | - | 577.087.762,00 |
| 26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS | 587.575.161,00 | 136.661.358,00 | - | - | 724.236.519,00 |
| 26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | 992.007.623,00 | 256.183.456,00 | 6.744.912,00 | - | 1.254.935.991,00 |
| 26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA | 407.841.743,00 | 108.732.773,00 | - | - | 516.574.516,00 |
| 26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS | 1.092.622.136,00 | 206.582.431,00 | - | - | 1.299.204.567,00 |
| 26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA | 632.441.384,00 | 136.493.365,00 | - | - | 768.934.749,00 |
| 26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA | 755.265.726,00 | 177.610.968,00 | - | - | 932.876.694,00 |
| 26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA | 835.381.600,00 | 157.040.744,00 | - | - | 992.422.344,00 |
| 26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | 754.066.276,00 | 167.188.973,00 | - | - | 921.255.249,00 |
| 26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 742.329.175,00 | 190.520.439,00 | - | - | 932.849.614,00 |
| 26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | 869.278.558,00 | 141.421.485,00 | - | - | 1.010.700.043,00 |
| 26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | 1.779.973.462,00 | 328.269.384,00 | - | - | 2.108.242.846,00 |
| 26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | 851.084.307,00 | 156.187.492,00 | - | - | 1.007.271.799,00 |
| 26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 606.556.111,00 | 132.553.640,00 | - | - | 739.109.751,00 |
| 26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | 250.163.617,00 | 46.712.604,00 | - | - | 296.876.221,00 |
| 26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | 275.797.207,00 | 74.709.682,00 | - | - | 350.506.889,00 |
| 26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA | 76.257.245,00 | 15.526.405,00 | - | - | 91.783.650,00 |
| 26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | 130.489.789,00 | 26.640.544,00 | - | - | 157.130.333,00 |
| 26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE | 300.215.964,00 | 80.424.703,00 | - | - | 380.640.667,00 |
| 26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA | 77.192.476,00 | 16.163.864,00 | - | - | 93.356.340,00 |
| 26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO | 157.727.083,00 | 69.178.612,00 | - | - | 226.905.695,00 |
| 26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI | 66.346.496,00 | 22.231.689,00 | - | - | 88.578.185,00 |
| 26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA | 150.961.651,00 | 23.705.927,00 | - | - | 174.667.578,00 |
| 26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG | 164.782.872,00 | 31.306.923,00 | - | - | 196.089.795,00 |
| 26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA | 295.096.624,00 | 71.515.536,00 | - | - | 366.612.160,00 |
| 26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | 76.901.120,00 | 18.316.215,00 | - | - | 95.217.335,00 |
| 26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA | 95.011.685,00 | 24.182.096,00 | - | - | 119.193.781,00 |
| 26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO | 458.537.080,00 | 191.185.976,00 | - | - | 649.723.056,00 |
| 26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS | 153.318.592,00 | 30.425.674,00 | - | - | 183.744.266,00 |
| 26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN | 95.305.164,00 | 17.843.025,00 | - | - | 113.148.189,00 |
| 26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | 84.342.848,00 | 29.947.888,00 | - | - | 114.290.736,00 |
| 26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA | 118.416.714,00 | 23.962.003,00 | - | - | 142.378.717,00 |
| 26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO | 208.761.224,00 | 49.713.847,00 | - | - | 258.475.071,00 |
| 26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS | 333.440.237,00 | 81.227.849,00 | - | - | 414.668.086,00 |
| 26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA | 1.022.782.821,00 | 253.121.656,00 | - | - | 1.275.904.477,00 |
| 26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO | 412.155.188,00 | 78.723.171,00 | - | - | 490.878.359,00 |
| 26273 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS | 291.702.543,00 | 43.976.696,00 | - | - | 335.679.239,00 |
| 26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA | 567.840.901,00 | 134.331.706,00 | - | - | 702.172.607,00 |
| 26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | 178.035.786,00 | 10.523.172,00 | - | - | 188.558.958,00 |
| 26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | 459.839.027,00 | 68.503.691,00 | - | - | 528.342.718,00 |
| 26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO | 172.878.391,00 | 46.957.858,00 | - | - | 219.836.249,00 |
| 26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | 345.862.249,00 | 72.041.764,00 | - | - | 417.904.013,00 |
| 26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI | 324.289.895,00 | 63.249.736,00 | - | - | 387.539.631,00 |
| 26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS | 272.146.705,00 | 48.404.941,00 | - | - | 320.551.646,00 |
| 26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | 309.852.122,00 | 68.111.011,00 | - | - | 377.963.133,00 |
| 26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA | 404.175.516,00 | 90.559.441,00 | - | - | 494.734.957,00 |
| 26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL | 338.053.778,00 | 66.239.445,00 | - | - | 404.293.223,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE | 47.215.407,00 | 10.891.184,00 | - | - | 58.106.591,00 |
| 26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI | 117.664.081,00 | 37.203.373,00 | - | - | 154.867.454,00 |
| 26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA | 45.925.144,00 | 10.765.096,00 | - | - | 56.690.240,00 |
| 26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS | 534.123.010,00 | (6.186.524,00) | 46.000.000,00 | - | 573.936.486,00 |
| 26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 2.663.298.074,00 | (89.314.064,00) | 17.954.200,00 | - | 2.591.938.210,00 |
| 26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO | 91.794.596,00 | 9.435.967,00 | - | - | 101.230.563,00 |
| 26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE | 375.175.479,00 | 60.542.972,00 | - | - | 435.718.451,00 |
| 26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 22.334.850.707,00 | 1.079.533.965,00 | - | 2.381.477.298,00 | 25.795.861.970,00 |
| 26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS | 114.010.590,00 | 30.920.166,00 | - | - | 144.930.756,00 |
| 26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA | 90.304.271,00 | 36.875.144,00 | - | - | 127.179.415,00 |
| 26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC | 113.563.106,00 | 25.244.517,00 | - | - | 138.807.623,00 |
| 26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS | 120.690.554,00 | 21.693.805,00 | - | - | 142.384.359,00 |
| 26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS | 118.769.174,00 | 21.676.980,00 | - | - | 140.446.154,00 |
| 26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO | 58.386.688,00 | 20.528.028,00 | - | - | 78.914.716,00 |
| 26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA | 166.008.605,00 | 36.340.977,00 | - | - | 202.349.582,00 |
| 26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO | 211.302.099,00 | 36.354.219,00 | - | - | 247.656.318,00 |
| 26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO | 69.952.767,00 | 15.608.774,00 | - | - | 85.561.541,00 |
| 26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO | 178.795.706,00 | 26.189.205,00 | - | - | 204.984.911,00 |
| 26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS | 105.571.922,00 | 23.029.995,00 | - | - | 128.601.917,00 |
| 26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG | 49.990.279,00 | 15.847.038,00 | - | - | 65.837.317,00 |
| 26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG | 69.273.678,00 | 31.290.681,00 | - | - | 100.564.359,00 |
| 26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG | 67.040.864,00 | 15.058.020,00 | - | - | 82.098.884,00 |
| 26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO | 51.050.505,00 | 17.393.380,00 | - | - | 68.443.885,00 |
| 26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO | 109.650.074,00 | 22.263.927,00 | - | - | 131.914.001,00 |
| 26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL | 35.501.010,00 | 851.128,00 | - | - | 36.352.138,00 |
| 26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA | 128.936.253,00 | 25.446.668,00 | - | - | 154.382.921,00 |
| 26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | 130.001.487,00 | 29.172.491,00 | - | - | 159.173.978,00 |
| 26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO | 168.134.193,00 | 33.415.276,00 | - | - | 201.549.469,00 |
| 26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS | 76.625.867,00 | 33.923.698,00 | - | - | 110.549.565,00 |
| 26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA | 56.834.741,00 | 23.146.032,00 | - | - | 79.980.773,00 |
| 26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA | 37.136.871,00 | 7.798.414,00 | - | - | 44.935.285,00 |
| 26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE | 57.102.921,00 | 34.382.379,00 | - | - | 91.485.300,00 |
| 26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE | 96.164.532,00 | 7.205.775,00 | - | - | 103.370.307,00 |
| 26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS | 49.127.293,00 | 14.739.506,00 | - | - | 63.866.799,00 |
| 26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE | 19.503.838,00 | 2.704.224,00 | - | - | 22.208.062,00 |
| 26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA | 11.924.088,00 | 2.304.712,00 | - | - | 14.228.800,00 |
| 26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA | 150.846.031,00 | 30.772.078,00 | - | - | 181.618.109,00 |
| 26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA | 64.644.212,00 | 16.544.257,00 | - | - | 81.188.469,00 |
| 26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS | 99.061.456,00 | 23.744.968,00 | - | - | 122.806.424,00 |
| 26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO | 44.986.241,00 | 13.897.947,00 | - | - | 58.884.188,00 |
| 26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI | 64.420.711,00 | 52.455.942,00 | - | - | 116.876.653,00 |
| 26432 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARANA | 76.862.435,00 | 1.841.450,00 | - | - | 78.703.885,00 |
| 26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 104.082.022,00 | 33.620.719,00 | - | - | 137.702.741,00 |
| 26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE | 116.397.383,00 | 30.453.843,00 | - | - | 146.851.226,00 |
| 26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN | 139.573.281,00 | 41.175.790,00 | - | - | 180.749.071,00 |
| 26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE | 106.128.505,00 | 22.728.950,00 | - | - | 128.857.455,00 |
| 26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA | 37.062.839,00 | 7.436.390,00 | - | - | 44.499.229,00 |
| 26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA | 134.772.712,00 | 25.857.328,00 | - | - | 160.630.040,00 |
| 26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO | 155.076.118,00 | 29.259.418,00 | - | - | 184.335.536,00 |
| 26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA | - | 11.766.083,00 | - | - | 11.766.083,00 |
| 28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR | 2.183.666.134,00 | 62.246.515,00 | 102.661.460,00 | 84.367.315,00 | 2.432.941.424,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 335.059.397,00 | 21.102.509,00 | 2.145.293,00 | - | 358.307.199,00 |
| 28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR | 335.059.397,00 | 21.102.509,00 | 2.145.293,00 | - | 358.307.199,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.848.606.737,00 | 41.144.006,00 | 100.516.167,00 | 84.367.315,00 | 2.074.634.225,00 |
| 20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS | 466.723.249,00 | (8.721.055,00) | 100.516.167,00 | - | 558.518.361,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | 555.670.979,00 | - | - | - | 555.670.979,00 |
| 28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE | 81.596.719,00 | - | - | - | 81.596.719,00 |
| 30203 INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL.E QUAL.IND. | 500.396.276,00 | 41.387.704,00 | - | 84.367.315,00 | 626.151.295,00 |
| 30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 244.219.514,00 | 8.477.357,00 | - | - | 252.696.871,00 |
| 30000 MINISTERIO DA JUSTICA | 10.057.742.321,00 | 503.332.110,00 | 175.230.000,00 | 317.000.000,00 | 11.053.304.431,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 8.392.439.924,00 | 488.327.492,00 | 118.800.000,00 | 247.000.000,00 | 9.246.567.416,00 |
| 30000 MINISTERIO DA JUSTICA | 2.160.105.141,00 | 20.420.293,00 | 118.800.000,00 | 247.000.000,00 | 2.546.325.434,00 |
| 30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | 3.987.508.712,00 | 136.018.800,00 | - | - | 4.123.527.512,00 |
| 30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ | 2.244.826.071,00 | 331.888.399,00 | - | - | 2.576.714.470,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.665.302.397,00 | 15.004.618,00 | 56.430.000,00 | 70.000.000,00 | 1.806.737.015,00 |
| 30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO | 423.100.443,00 | 58.633.196,00 | - | - | 481.733.639,00 |
| 30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA | 11.852.876,00 | 100.437,00 | - | - | 11.953.313,00 |
| 30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO | 33.376.258,00 | - | - | - | 33.376.258,00 |
| 30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL | 254.580.305,00 | (1.731.714,00) | - | - | 252.848.591,00 |
| 30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL | 506.376.989,00 | (5.912.926,00) | 51.430.000,00 | 70.000.000,00 | 621.894.063,00 |
| 30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA | 436.015.526,00 | (36.084.375,00) | 5.000.000,00 | - | 404.931.151,00 |
| 32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 25.173.570.955,00 | 170.095.090,00 | 25.500.000,00 | - | 25.369.166.045,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 19.251.653.082,00 | 37.869.750,00 | - | - | 19.289.522.832,00 |
| 32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 19.251.653.082,00 | 37.869.750,00 | - | - | 19.289.522.832,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 5.921.917.873,00 | 132.225.340,00 | 25.500.000,00 | - | 6.079.643.213,00 |
| 29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS | 967.649.161,00 | 73.473.483,00 | 10.000.000,00 | - | 1.051.122.644,00 |
| 32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO | 4.076.767.183,00 | 23.967.525,00 | - | - | 4.100.734.708,00 |
| 32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA | 433.179.497,00 | 9.364.618,00 | - | - | 442.544.115,00 |
| 32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL | 328.954.376,00 | 33.315.842,00 | 15.500.000,00 | - | 377.770.218,00 |
| 32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA | 115.367.656,00 | (7.896.128,00) | - | - | 107.471.528,00 |
| 33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 258.408.698.130,00 | 9.925.360.918,00 | 19.998.000,00 | - | 268.354.057.048,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 341.146.615,00 | 26.078.862,00 | - | - | 367.225.477,00 |
| 33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 341.146.615,00 | 26.078.862,00 | - | - | 367.225.477,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 258.067.551.515,00 | 9.899.282.056,00 | 19.998.000,00 | - | 267.986.831.571,00 |
| 33206 SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR | - | 15.130.016,00 | - | - | 15.130.016,00 |
| 37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL | 258.067.551.515,00 | 9.884.152.040,00 | 19.998.000,00 | - | 267.971.701.555,00 |
| 35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 2.145.870.616,00 | 101.704.950,00 | 77.000.000,00 | 130.300.000,00 | 2.454.875.566,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.127.772.731,00 | 100.128.296,00 | 77.000.000,00 | 130.300.000,00 | 2.435.201.027,00 |
| 35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 2.127.772.731,00 | 100.128.296,00 | 77.000.000,00 | 130.300.000,00 | 2.435.201.027,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 18.097.885,00 | 1.576.654,00 | - | - | 19.674.539,00 |
| 35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO | 18.097.885,00 | 1.576.654,00 | - | - | 19.674.539,00 |
| 36000 MINISTERIO DA SAUDE | 66.714.766.347,00 | 1.165.123.728,00 | 12.069.897,00 | 1.910.488.343,00 | 69.802.448.315,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 58.886.049.141,00 | 822.012.142,00 | 12.069.897,00 | 1.907.637.027,00 | 61.627.768.207,00 |
| 36000 MINISTERIO DA SAUDE | 58.886.049.141,00 | 822.012.142,00 | 12.069.897,00 | 1.907.637.027,00 | 61.627.768.207,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 7.828.717.206,00 | 343.111.586,00 | - | 2.851.316,00 | 8.174.680.108,00 |
| 36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ | 1.566.853.257,00 | 199.155.238,00 | - | - | 1.766.008.495,00 |
| 36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A | 100.071.828,00 | 15.927.792,00 | - | - | 115.999.620,00 |
| 36209 HOSPITAL FEMINA S/A | 51.137.948,00 | 11.221.200,00 | - | - | 62.359.148,00 |
| 36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A | 387.028.074,00 | 74.592.062,00 | - | - | 461.620.136,00 |
| 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE | 4.972.761.648,00 | (49.866.239,00) | - | - | 4.922.895.409,00 |
| 36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA | 566.950.869,00 | 73.645.169,00 | - | 2.851.316,00 | 643.447.354,00 |
| 36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR | 183.913.582,00 | 18.436.364,00 | - | - | 202.349.946,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO | 46.523.590.583,00 | 1.113.121.042,00 | - | 13.000.000,00 | 47.649.711.625,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 4.884.623.545,00 | 673.768.429,00 | - | 13.000.000,00 | 5.571.391.974,00 |
| 38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO | 4.884.623.545,00 | 673.768.429,00 | - | 13.000.000,00 | 5.571.391.974,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 41.638.967.038,00 | 439.352.613,00 | - | - | 42.078.319.651,00 |
| 37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. | 70.491.309,00 | 7.882.584,00 | - | - | 78.373.893,00 |
| 38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR | 41.568.475.729,00 | 431.470.029,00 | - | - | 41.999.945.758,00 |
| 39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 22.362.021.588,00 | 2.650.593.888,00 | 536.094.100,00 | 415.050.000,00 | 25.963.759.576,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.753.023.492,00 | 169.689.250,00 | 14.300.000,00 | 700.000,00 | 2.937.712.742,00 |
| 39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 2.753.023.492,00 | 169.689.250,00 | 14.300.000,00 | 700.000,00 | 2.937.712.742,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 19.608.998.096,00 | 2.480.904.638,00 | 521.794.100,00 | 414.350.000,00 | 23.026.046.834,00 |
| 29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A | 2.630.623.854,00 | 67.745.126,00 | 184.078.294,00 | - | 2.882.447.274,00 |
| 39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES | 761.346.729,00 | (54.940.866,00) | 115.984.000,00 | 2.600.000,00 | 824.989.863,00 |
| 39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 103.959.654,00 | (16.896.685,00) | - | 1.300.000,00 | 88.362.969,00 |
| 39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES | 11.210.167.875,00 | 2.484.997.063,00 | 221.731.806,00 | 410.450.000,00 | 14.327.346.744,00 |
| 49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE | 4.902.899.984,00 | - | - | - | 4.902.899.984,00 |
| 41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 3.035.161.530,00 | 119.611.010,00 | - | 300.000.000,00 | 3.454.772.540,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.128.305.240,00 | 50.323.540,00 | - | 300.000.000,00 | 1.478.628.780,00 |
| 41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 1.128.305.240,00 | 50.323.540,00 | - | 300.000.000,00 | 1.478.628.780,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.906.856.290,00 | 69.287.470,00 | - | - | 1.976.143.760,00 |
| 41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES | 1.554.411.285,00 | 36.287.470,00 | - | - | 1.590.698.755,00 |
| 41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES | 352.445.005,00 | 33.000.000,00 | - | - | 385.445.005,00 |
| 42000 MINISTERIO DA CULTURA | 2.251.403.303,00 | 42.403.065,00 | 2.500.000,00 | 15.166.774,00 | 2.311.473.142,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 535.416.329,00 | 9.584.362,00 | - | 5.166.774,00 | 550.167.465,00 |
| 42000 MINISTERIO DA CULTURA | 535.416.329,00 | 9.584.362,00 | - | 5.166.774,00 | 550.167.465,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.715.986.974,00 | 32.818.703,00 | 2.500.000,00 | 10.000.000,00 | 1.761.305.677,00 |
| 20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA | 81.180.690,00 | 3.135.319,00 | - | - | 84.316.009,00 |
| 20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA | 28.099.658,00 | 3.503.173,00 | - | - | 31.602.831,00 |
| 20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL | 84.348.311,00 | 5.180.660,00 | - | - | 89.528.971,00 |
| 20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES | 22.245.900,00 | (179.736,00) | - | - | 22.066.164,00 |
| 20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | 327.733.288,00 | 33.996.159,00 | 2.000.000,00 | 10.000.000,00 | 373.729.447,00 |
| 20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES | 136.843.616,00 | 4.071.096,00 | - | - | 140.914.712,00 |
| 34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 919.486.256,00 | (14.272.338,00) | - | - | 905.213.918,00 |
| 42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS | 116.049.255,00 | (2.615.630,00) | 500.000,00 | - | 113.933.625,00 |
| 44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 3.522.226.509,00 | 192.572.582,00 | 155.200.000,00 | 2.000.000,00 | 3.871.999.091,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.722.784.969,00 | 953.346,00 | - | - | 1.723.738.315,00 |
| 44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 1.680.204.607,00 | (1.088.227,00) | - | - | 1.679.116.380,00 |
| 44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO | 42.580.362,00 | 2.041.573,00 | - | - | 44.621.935,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.799.441.540,00 | 191.619.236,00 | 155.200.000,00 | 2.000.000,00 | 2.148.260.776,00 |
| 20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV. | 987.757.563,00 | 125.355.383,00 | - | - | 1.113.112.946,00 |
| 44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE | 15.079.442,00 | - | - | - | 15.079.442,00 |
| 44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS | 357.746.916,00 | (18.310.429,00) | - | 2.000.000,00 | 341.436.487,00 |
| 44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ | 43.065.865,00 | 4.508.171,00 | - | - | 47.574.036,00 |
| 44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE | 395.791.754,00 | 80.066.111,00 | 150.000.000,00 | - | 625.857.865,00 |
| 44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA | - | - | 5.200.000,00 | - | 5.200.000,00 |
| 49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 5.739.538.165,00 | 304.237.952,00 | - | 265.000.000,00 | 6.308.776.117,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.655.076.862,00 | 57.112.534,00 | - | 238.000.000,00 | 1.950.189.396,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 1.655.076.862,00 | 57.112.534,00 | - | 238.000.000,00 | 1.950.189.396,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 4.084.461.303,00 | 247.125.418,00 | - | 27.000.000,00 | 4.358.586.721,00 |
| 22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA | 4.084.461.303,00 | 247.125.418,00 | - | 27.000.000,00 | 4.358.586.721,00 |
| 51000 MINISTERIO DO ESPORTE | 1.588.781.741,00 | (10.242.050,00) | 583.930.000,00 | 20.000.000,00 | 2.182.469.691,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.588.781.741,00 | (10.242.050,00) | 583.930.000,00 | 20.000.000,00 | 2.182.469.691,00 |
| 51000 MINISTERIO DO ESPORTE | 1.588.781.741,00 | (10.242.050,00) | 583.930.000,00 | 20.000.000,00 | 2.182.469.691,00 |
| 52000 MINISTERIO DA DEFESA | 59.006.895.802,00 | 1.464.148.438,00 | 1.589.594.046,00 | 1.380.516.138,00 | 63.441.154.424,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 58.652.754.436,00 | 1.388.567.026,00 | 1.589.594.046,00 | 1.380.516.138,00 | 63.011.431.646,00 |
| 52000 MINISTERIO DA DEFESA | 1.760.901.123,00 | (239.201.505,00) | - | 794.055.138,00 | 2.315.754.756,00 |
| 52111 COMANDO DA AERONAUTICA | 15.949.801.757,00 | 466.871.482,00 | 10.100.000,00 | 100.000.000,00 | 16.526.773.239,00 |
| 52121 COMANDO DO EXERCITO | 25.591.292.567,00 | 543.136.160,00 | 9.719.340,00 | 481.000.000,00 | 26.625.148.067,00 |
| 52131 COMANDO DA MARINHA | 15.350.758.989,00 | 617.760.889,00 | 1.569.774.706,00 | 5.461.000,00 | 17.543.755.584,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 354.141.366,00 | 75.581.412,00 | - | - | 429.722.778,00 |
| 52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL | 354.141.366,00 | 75.581.412,00 | - | - | 429.722.778,00 |
| 53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 16.058.004.428,00 | (275.044.256,00) | 15.559.802,00 | 3.388.727.787,00 | 19.187.247.761,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 6.449.724.458,00 | (483.763.303,00) | 2.000.000,00 | 3.388.727.787,00 | 9.356.688.942,00 |
| 53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 6.449.724.458,00 | (483.763.303,00) | 2.000.000,00 | 3.388.727.787,00 | 9.356.688.942,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 9.608.279.970,00 | 208.719.047,00 | 13.559.802,00 | - | 9.830.558.819,00 |
| 22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO | 1.030.906.523,00 | 129.902.225,00 | 13.089.802,00 | - | 1.173.898.550,00 |
| 22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS | 1.033.028.036,00 | 76.615.369,00 | 20.000,00 | - | 1.109.663.405,00 |
| 53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA | 43.559.376,00 | 4.328.526,00 | 450.000,00 | - | 48.337.902,00 |
| 53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE | 81.162.519,00 | (2.127.073,00) | - | - | 79.035.446,00 |
| 53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE | 1.483.924.628,00 | - | - | - | 1.483.924.628,00 |
| 53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE | 1.483.924.628,00 | - | - | - | 1.483.924.628,00 |
| 53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE | 4.451.774.260,00 | - | - | - | 4.451.774.260,00 |
| 54000 MINISTERIO DO TURISMO | 4.262.504.505,00 | (14.577.319,00) | - | - | 4.247.927.186,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 4.042.128.569,00 | (17.990.104,00) | - | - | 4.024.138.465,00 |
| 54000 MINISTERIO DO TURISMO | 4.042.128.569,00 | (17.990.104,00) | - | - | 4.024.138.465,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 220.375.936,00 | 3.412.785,00 | - | - | 223.788.721,00 |
| 20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO | 196.673.099,00 | 3.412.785,00 | - | - | 200.085.884,00 |
| 54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR | 23.702.837,00 | - | - | - | 23.702.837,00 |
| 55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 38.926.287.018,00 | 648.805.722,00 | - | 163.024.841,00 | 39.738.117.581,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 14.922.285.296,00 | 484.037.973,00 | - | 15.876.696,00 | 15.422.199.965,00 |
| 55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 14.922.285.296,00 | 484.037.973,00 | - | 15.876.696,00 | 15.422.199.965,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 24.004.001.722,00 | 164.767.749,00 | - | 147.148.145,00 | 24.315.917.616,00 |
| 55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL | 24.004.001.722,00 | 164.767.749,00 | - | 147.148.145,00 | 24.315.917.616,00 |
| 56000 MINISTERIO DAS CIDADES | 15.366.731.974,00 | 663.400.010,00 | - | 175.200.000,00 | 16.205.331.984,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 12.932.835.199,00 | 686.317.213,00 | - | 160.000.000,00 | 13.779.152.412,00 |
| 56000 MINISTERIO DAS CIDADES | 12.932.835.199,00 | 686.317.213,00 | - | 160.000.000,00 | 13.779.152.412,00 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 2.433.896.775,00 | (22.917.203,00) | - | 15.200.000,00 | 2.426.179.572,00 |
| 29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A | 345.248.904,00 | 157.171.440,00 | - | - | 502.420.344,00 |
| 29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | 780.872.277,00 | 239.600.057,00 | - | 15.200.000,00 | 1.035.672.334,00 |
| 56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO | 581.444.499,00 | (6.796.700,00) | - | - | 574.647.799,00 |
| 56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL | 726.331.095,00 | (412.892.000,00) | - | - | 313.439.095,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA | 803.680.483,00 | (41.331.229,00) | 11.536.511,00 | - | 773.885.765,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 803.680.483,00 | (41.331.229,00) | 11.536.511,00 | - | 773.885.765,00 |
| 58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA | 803.680.483,00 | (41.331.229,00) | 11.536.511,00 | - | 773.885.765,00 |
| Total geral | 1.766.021.794.352,00 | 60.227.921.868,00 | 8.733.335.472,00 | 13.216.830.814,00 | 1.848.199.882.506,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0100 RECURSOS ORDINARIOS | 212.548.013.049,00 | -5.892.120.325,00 | 443.907.670,00 | 1.606.269.155,00 | 208.706.069.549,00 |
| 0101 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | 122.686.275.979,00 | | | | 122.686.275.979,00 |
| 0102 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | 254.091.337,00 | 220.794.306,00 | | | 474.885.643,00 |
| 0111 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE | 5.838.220.106,00 | 91.338.843,00 | 17.988.980,00 | | 5.947.547.929,00 |
| 0112 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO | 28.780.370.719,00 | -11.000.000,00 | 11.000.000,00 | | 28.780.370.719,00 |
| 0113 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | 10.867.986.261,00 | | | | 10.867.986.261,00 |
| 0115 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA | 31.070.299,00 | | | | 31.070.299,00 |
| 0116 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA | 64.509.557,00 | | | | 64.509.557,00 |
| 0117 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL | | 1.888.392,00 | | | 1.888.392,00 |
| 0118 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 1.833.879.257,00 | 32.994.997,00 | | | 1.866.874.254,00 |
| 0119 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO | 4.756.079,00 | 339.331,00 | | | 5.095.410,00 |
| 0120 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS | 773.366,00 | | | | 773.366,00 |
| 0123 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES | 1.458.007.510,00 | | | | 1.458.007.510,00 |
| 0127 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO | 368.283.322,00 | | | | 368.283.322,00 |
| 0129 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 1.748.212.150,00 | -562.520.000,00 | 15.500.000,00 | | 1.201.192.150,00 |
| 0130 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL | 36.065.219,00 | | | | 36.065.219,00 |
| 0131 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF | 220.840.500,00 | | | | 220.840.500,00 |
| 0132 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF | 4.716.393.006,00 | -80.616.816,00 | | 59.916.816,00 | 4.695.693.006,00 |
| 0133 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO | 20.627.058,00 | | | | 20.627.058,00 |
| 0134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 2.034.042.186,00 | -6.808.774,00 | | | 2.027.233.412,00 |
| 0135 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE | 1.324.944.754,00 | 6.903.221,00 | | | 1.331.847.975,00 |
| 0139 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS | 51.592.603,00 | -6.623.561,00 | | 9.631.556,00 | 54.600.598,00 |
| 0140 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP | 30.179.359.219,00 | -1.000.000.000,00 | | | 29.179.359.219,00 |
| 0141 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS | 1.020.000.000,00 | 3.351.031,00 | | | 1.023.351.031,00 |
| 0142 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | 25.361.058.710,00 | -296.959.153,00 | 5.200.000,00 | | 25.069.299.557,00 |
| 0143 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL | 596.235.115.957,00 | -175.315.361.285,00 | | | 420.919.754.672,00 |
| 0144 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL | 175.463.716.669,00 | -17.007.715,00 | | | 175.446.708.954,00 |
| 0148 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA | 1.645.423.139,00 | 13.546.215,00 | 4.987.500.000,00 | | 6.646.469.354,00 |
| 0149 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS | 764.172.940,00 | 1.266.606.674,00 | 50.000.000,00 | 50.000.000,00 | 2.130.779.614,00 |
| 0150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 5.397.300.315,00 | -191.641.410,00 | 4.467.577,00 | | 5.210.126.482,00 |
| 0151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 43.705.801.754,00 | -8.167.777.272,00 | | 35.620.769,00 | 35.573.645.251,00 |
| 0152 RESULTADO DO BACEN | 18.141.000.000,00 | | | | 18.141.000.000,00 |
| 0153 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL | 119.839.221.512,00 | -10.574.233.652,00 | 1.000.000,00 | 20.487.934,00 | 109.286.475.794,00 |
| 0154 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL | 203.780.416.970,00 | 3.143.320.838,00 | | | 206.923.737.808,00 |
| 0156 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR | 9.184.003.993,00 | -670.309.392,00 | | | 8.513.694.601,00 |
| 0157 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | 1.230.421.448,00 | | | | 1.230.421.448,00 |
| 0158 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF | 915.641.567,00 | | | | 915.641.567,00 |
| 0159 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS | 12.924.645.424,00 | | | | 12.924.645.424,00 |
| 0160 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | 3.583.301.332,00 | | | | 3.583.301.332,00 |
| 0162 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS | 1.124.255.104,00 | -258.065.552,00 | | | 866.189.552,00 |
| 0164 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA | 450.000.000,00 | 333.605.136,00 | | | 783.605.136,00 |
| 0169 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. | 13.701.947.858,00 | -1.010.500.000,00 | | | 12.691.447.858,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0171 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB | 1.091.357.605,00 | | | | 1.091.357.605,00 |
| 0172 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | 2.430.406.311,00 | -112.750.000,00 | | | 2.317.656.311,00 |
| 0173 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN. | 28.553.396.671,00 | | | | 28.553.396.671,00 |
| 0174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 3.214.510.113,00 | -34.760.879,00 | 515.000,00 | | 3.180.264.234,00 |
| 0175 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS | 218.755.468,00 | 2.857.489,00 | | | 221.612.957,00 |
| 0176 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | 1.245.642.088,00 | -6.903.221,00 | | | 1.238.738.867,00 |
| 0178 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 4.111.749.014,00 | -472.525.574,00 | 3.500.000,00 | 469.025.574,00 | 4.111.749.014,00 |
| 0180 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 16.219.898.886,00 | -127.207.672,00 | | | 16.092.691.214,00 |
| 0181 RECURSOS DE CONVENIOS | 293.314.000,00 | 19.277.938,00 | | | 312.591.938,00 |
| 0182 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 307.225.786,00 | 6.052.237,00 | | | 313.278.023,00 |
| 0184 CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS | 1.802.653.589,00 | 312.593.617,00 | | | 2.115.247.206,00 |
| 0186 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS | 442.964.130,00 | | | | 442.964.130,00 |
| 0188 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 21.981.344.087,00 | | | | 21.981.344.087,00 |
| 0194 DOACOES PARA COMBATE A FOME | 40.000.000,00 | -9.391.867,00 | | | 30.608.133,00 |
| 0195 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS | 57.760.651,00 | 3.918.460,00 | | | 61.679.111,00 |
| 0196 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 30.661.000,00 | -12.006.144,00 | | | 18.654.856,00 |
| 0197 DIVIDENDOS UNIAO | 15.490.777.827,00 | | | | 15.490.777.827,00 |
| 0249 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS | 880.005,00 | | | | 880.005,00 |
| 0250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 6.837.862.095,00 | 149.699.618,00 | | 92.118.263,00 | 7.079.679.976,00 |
| 0280 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 1.239.541.300,00 | 1.723.241,00 | 70.000.000,00 | | 1.311.264.541,00 |
| 0281 RECURSOS DE CONVENIOS | 344.970.256,00 | 26.715.480,00 | | | 371.685.736,00 |
| 0282 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 239.550.966,00 | 4.347.747,00 | | | 243.898.713,00 |
| 0293 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC. | 131.167.308,00 | | | | 131.167.308,00 |
| 0296 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 466.000,00 | 59.318,00 | | | 525.318,00 |
| 0300 RECURSOS ORDINARIOS | | 2.393.731.033,00 | 1.758.302.599,00 | 4.595.607.471,00 | 8.747.641.103,00 |
| 0311 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE | | 546.229.000,00 | 39.320.000,00 | | 585.549.000,00 |
| 0312 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO | | -45.138.455,00 | 33.492.497,00 | 11.645.958,00 | |
| 0313 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | | 417.720.469,00 | | 211.645.958,00 | 629.366.427,00 |
| 0315 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA | | 4.272.000,00 | | | 4.272.000,00 |
| 0318 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | | 433.939.000,00 | | | 433.939.000,00 |
| 0329 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | | 1.306.577.000,00 | 159.119.340,00 | 3.578.448.870,00 | 5.044.145.210,00 |
| 0332 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF | | 2.892.350.813,00 | | 210.000.000,00 | 3.102.350.813,00 |
| 0333 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO | | 49.815.000,00 | | | 49.815.000,00 |
| 0334 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | | | | 5.178.335,00 | 5.178.335,00 |
| 0335 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE | | 1.975.147.000,00 | | | 1.975.147.000,00 |
| 0342 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | | 10.949.878.273,00 | 982.209.000,00 | 1.674.782.177,00 | 13.606.869.450,00 |
| 0343 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL | | 168.021.151.000,00 | | | 168.021.151.000,00 |
| 0350 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | | 285.152.380,00 | 1.500.000,00 | | 286.652.380,00 |
| 0351 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | | -502.212.319,00 | 31.067.897,00 | 471.144.422,00 | |
| 0352 RESULTADO DO BACEN | | 33.863.668.000,00 | | | 33.863.668.000,00 |
| 0355 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | 231.042.444,00 | | 42.257.556,00 | 273.300.000,00 |
| 0357 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | | 676.960.000,00 | | | 676.960.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0358 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF | | 667.481.000,00 | | | 667.481.000,00 |
| 0359 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS | | 914.146.000,00 | | | 914.146.000,00 |
| 0360 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | | 2.122.073.800,00 | | | 2.122.073.800,00 |
| 0372 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | | 2.697.641.560,00 | | | 2.697.641.560,00 |
| 0373 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN. | | 1.953.366.000,00 | | | 1.953.366.000,00 |
| 0374 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | | 5.852.895.673,00 | 100.000.000,00 | 70.000.000,00 | 6.022.895.673,00 |
| 0376 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | | 25.000.000,00 | | | 25.000.000,00 |
| 0379 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA | | 17.444.000,00 | | | 17.444.000,00 |
| 0380 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | | 2.282.674.679,00 | | | 2.282.674.679,00 |
| 0382 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | | 8.355.867,00 | | | 8.355.867,00 |
| 0386 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS | | 195.397.000,00 | 500.000,00 | | 195.897.000,00 |
| 0388 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | | 1.806.457.000,00 | | | 1.806.457.000,00 |
| 0394 DOACOES PARA COMBATE A FOME | | 1.036.000,00 | | | 1.036.000,00 |
| 0396 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | | 12.667.979,00 | | | 12.667.979,00 |
| 0397 DIVIDENDOS UNIAO | | 16.598.680.000,00 | | | 16.598.680.000,00 |
| 0650 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | | 771.208.813,00 | 10.500.000,00 | 3.050.000,00 | 784.758.813,00 |
| 0680 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | | 51.973.201,00 | | | 51.973.201,00 |
| 0681 RECURSOS DE CONVENIOS | | 1.000.424,00 | 6.744.912,00 | | 7.745.336,00 |
| 1100 RECURSOS ORDINARIOS | 21.328.312,00 | -700.537,00 | | | 20.627.775,00 |
| 1134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | | 35.200,00 | | | 35.200,00 |
| 1151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 72.871.200,00 | -47.132.097,00 | | | 25.739.103,00 |
| 2100 RECURSOS ORDINARIOS | 18.155.407,00 | 9.955.203,00 | | | 28.110.610,00 |
| 2151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 3.194.400,00 | -3.194.400,00 | | | |
| 2250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 4.140.000,00 | | | | 4.140.000,00 |
| 3151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 21.417.060,00 | -19.917.000,00 | | | 1.500.060,00 |
| 4100 RECURSOS ORDINARIOS | 9.100.000,00 | | | | 9.100.000,00 |
| 4300 RECURSOS ORDINARIOS | | 4.250.000,00 | | | 4.250.000,00 |
| 5100 RECURSOS ORDINARIOS | 7.566.870,00 | | | | 7.566.870,00 |
| 5134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 1.000.000,00 | | | | 1.000.000,00 |
| 5174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 407.719,00 | | | | 407.719,00 |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 60.227.921.868,00 | 8.733.335.472,00 | 13.216.830.814,00 | 1.848.199.882.506,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 LEGISLATIVA | 6.117.050.845,00 | -150.055.500,00 | 2.450.000,00 | 0,00 | 5.969.445.345,00 |
| 01 031 ACAO LEGISLATIVA | 4.224.173.742,00 | -189.098.342,00 | | | 4.035.075.400,00 |
| 01 032 CONTROLE EXTERNO | 704.812.547,00 | 364.289,00 | | | 705.176.836,00 |
| 01 122 ADMINISTRACAO GERAL | 749.831.724,00 | | 2.450.000,00 | | 752.281.724,00 |
| 01 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 61.820.180,00 | -450.000,00 | | | 61.370.180,00 |
| 01 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 11.090.000,00 | | | | 11.090.000,00 |
| 01 131 COMUNICACAO SOCIAL | 400.000,00 | | | | 400.000,00 |
| 01 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 7.500,00 | | | | 7.500,00 |
| 01 301 ATENCAO BASICA | 150.443.866,00 | 36.278.553,00 | | | 186.722.419,00 |
| 01 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 196.492.168,00 | 2.750.000,00 | | | 199.242.168,00 |
| 01 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.048.394,00 | | | | 2.048.394,00 |
| 01 365 EDUCACAO INFANTIL | 14.938.153,00 | 100.000,00 | | | 15.038.153,00 |
| 01 722 TELECOMUNICACOES | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| 01 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 892.571,00 | | | | 892.571,00 |
| 02 JUDICIARIA | 22.401.298.031,00 | 347.025.689,00 | 73.482.641,00 | 0,00 | 22.821.806.361,00 |
| 02 031 ACAO LEGISLATIVA | 636.895.059,00 | -590.006.842,00 | | | 46.888.217,00 |
| 02 032 CONTROLE EXTERNO | 48.155.872,00 | -4.122.237,00 | | | 44.033.635,00 |
| 02 061 ACAO JUDICIARIA | 13.990.449.019,00 | 748.866.382,00 | | | 14.739.315.401,00 |
| 02 122 ADMINISTRACAO GERAL | 5.860.567.383,00 | 165.422.855,00 | 73.482.641,00 | | 6.099.472.879,00 |
| 02 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 639.335.333,00 | -31.422.053,00 | | | 607.913.280,00 |
| 02 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 61.962.529,00 | -2.619.909,00 | | | 59.342.620,00 |
| 02 131 COMUNICACAO SOCIAL | 73.446.000,00 | -6.344.036,00 | | | 67.101.964,00 |
| 02 301 ATENCAO BASICA | 325.828.543,00 | 40.725.821,00 | | | 366.554.364,00 |
| 02 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 651.419.117,00 | 22.018.443,00 | | | 673.437.560,00 |
| 02 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 14.416.357,00 | 115.772,00 | | | 14.532.129,00 |
| 02 365 EDUCACAO INFANTIL | 82.158.819,00 | 5.980.043,00 | | | 88.138.862,00 |
| 02 722 TELECOMUNICACOES | 16.664.000,00 | -1.588.550,00 | | | 15.075.450,00 |
| 03 ESSENCIAL A JUSTICA | 5.280.788.915,00 | 309.747.441,00 | 8.650.000,00 | 0,00 | 5.599.186.356,00 |
| 03 031 ACAO LEGISLATIVA | 1.149.279,00 | -1.149.279,00 | | | |
| 03 062 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO | 2.360.438.076,00 | 122.786.683,00 | | | 2.483.224.759,00 |
| 03 091 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | 20.816.000,00 | | | | 20.816.000,00 |
| 03 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 33.821.611,00 | 5.000.000,00 | | | 38.821.611,00 |
| 03 122 ADMINISTRACAO GERAL | 2.559.778.175,00 | 168.462.788,00 | 7.850.000,00 | | 2.736.090.963,00 |
| 03 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 10.900.000,00 | -3.130.000,00 | | | 7.770.000,00 |
| 03 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 72.962.698,00 | | | | 72.962.698,00 |
| 03 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 15.679.000,00 | -850.583,00 | | | 14.828.417,00 |
| 03 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.500.000,00 | | | | 12.500.000,00 |
| 03 301 ATENCAO BASICA | 33.083.730,00 | 4.428.784,00 | | | 37.512.514,00 |
| 03 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 111.884.014,00 | 19.309.094,00 | | | 131.193.108,00 |
| 03 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 5.173.792,00 | -228.767,00 | | | 4.945.025,00 |
| 03 365 EDUCACAO INFANTIL | 10.818.492,00 | 2.148.721,00 | | | 12.967.213,00 |
| 03 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 31.484.048,00 | -7.000.000,00 | 800.000,00 | | 25.284.048,00 |
| 03 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 300.000,00 | -30.000,00 | | | 270.000,00 |
| 04 ADMINISTRACAO | 27.713.589.578,00 | -6.743.248.003,00 | 10.000.000,00 | 355.027.731,00 | 21.335.369.306,00 |
| 04 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 3.749.160,00 | | | | 3.749.160,00 |
| 04 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 1.418.503.121,00 | -12.279.540,00 | | | 1.406.223.581,00 |
| 04 122 ADMINISTRACAO GERAL | 19.728.033.984,00 | -4.915.186.101,00 | 3.950.000,00 | 41.866.816,00 | 14.858.664.699,00 |
| 04 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 63.213.166,00 | -2.200.000,00 | | | 61.013.166,00 |
| 04 124 CONTROLE INTERNO | 26.907.000,00 | 1.958.260,00 | | | 28.865.260,00 |
| 04 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 302.878.085,00 | -108.925.183,00 | | | 193.952.902,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 1.854.067.188,00 | -340.377.936,00 | | | 1.513.689.252,00 |
| 04 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 6.157.713,00 | -60.000,00 | | | 6.097.713,00 |
| 04 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 64.645.872,00 | | | 4.122.000,00 | 68.767.872,00 |
| 04 129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS | 129.301.490,00 | 1.754.410,00 | | 13.064.967,00 | 144.120.867,00 |
| 04 131 COMUNICACAO SOCIAL | 238.900.100,00 | 3.200.000,00 | | | 242.100.100,00 |
| 04 182 DEFESA CIVIL | 1.450.000,00 | | | | 1.450.000,00 |
| 04 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 7.320.931,00 | -776.000,00 | | | 6.544.931,00 |
| 04 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 452.563.200,00 | -5.060.445,00 | | 165.000.000,00 | 612.502.755,00 |
| 04 301 ATENCAO BASICA | 174.846.759,00 | 44.836.660,00 | | 7.750.948,00 | 227.434.367,00 |
| 04 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 1.115.529.696,00 | -795.874.897,00 | | | 319.654.799,00 |
| 04 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 40.497.087,00 | -1.598.857,00 | 6.050.000,00 | | 44.948.230,00 |
| 04 364 ENSINO SUPERIOR | 36.038.034,00 | | | | 36.038.034,00 |
| 04 365 EDUCACAO INFANTIL | 9.794.315,00 | 796.898,00 | | | 10.591.213,00 |
| 04 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 612.102,00 | | | | 612.102,00 |
| 04 392 DIFUSAO CULTURAL | 581.036,00 | -62.000,00 | | | 519.036,00 |
| 04 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 20.580.818,00 | | | 100.000.000,00 | 120.580.818,00 |
| 04 542 CONTROLE AMBIENTAL | 57.120.000,00 | -900.000,00 | | | 56.220.000,00 |
| 04 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 35.211.710,00 | 530.000,00 | | 723.000,00 | 36.464.710,00 |
| 04 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 4.700.000,00 | | | | 4.700.000,00 |
| 04 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 19.695.917,00 | 500.000,00 | | | 20.195.917,00 |
| 04 694 SERVICOS FINANCEIROS | 366.873.975,00 | 10.500.000,00 | | 22.500.000,00 | 399.873.975,00 |
| 04 722 TELECOMUNICACOES | 334.244.568,00 | | | | 334.244.568,00 |
| 04 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 1.199.572.551,00 | -624.023.272,00 | | | 575.549.279,00 |
| 05 DEFESA NACIONAL | 30.653.087.895,00 | 857.773.438,00 | 1.589.594.046,00 | 1.380.516.138,00 | 34.480.971.517,00 |
| 05 122 ADMINISTRACAO GERAL | 17.624.702.241,00 | 665.523.226,00 | | | 18.290.225.467,00 |
| 05 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 83.354.008,00 | | | | 83.354.008,00 |
| 05 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 90.488.350,00 | 150.000,00 | | | 90.638.350,00 |
| 05 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 103.877.534,00 | -1.470.997,00 | | | 102.406.537,00 |
| 05 131 COMUNICACAO SOCIAL | 6.671.510,00 | -2.982.876,00 | | | 3.688.634,00 |
| 05 151 DEFESA AEREA | 3.680.502.299,00 | 102.730.008,00 | | 100.000.000,00 | 3.883.232.307,00 |
| 05 152 DEFESA NAVAL | 3.521.935.672,00 | -4.734.236,00 | 1.499.474.706,00 | | 5.016.676.142,00 |
| 05 153 DEFESA TERRESTRE | 1.510.604.795,00 | 177.974.302,00 | | 486.461.000,00 | 2.175.040.097,00 |
| 05 182 DEFESA CIVIL | | | | 212.000.000,00 | 212.000.000,00 |
| 05 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 5.938.709,00 | -70.693,00 | | | 5.868.016,00 |
| 05 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 142.169.000,00 | | | 542.055.138,00 | 684.224.138,00 |
| 05 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 565.172.689,00 | -8.337.831,00 | | | 556.834.858,00 |
| 05 301 ATENCAO BASICA | 56.202.635,00 | 18.803.604,00 | | | 75.006.239,00 |
| 05 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 1.237.257.566,00 | 144.575.909,00 | 1.000.000,00 | | 1.382.833.475,00 |
| 05 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 5.282.122,00 | | | | 5.282.122,00 |
| 05 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 237.804.257,00 | 66.713.163,00 | | | 304.517.420,00 |
| 05 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 380.889.874,00 | -44.458.352,00 | | | 336.431.522,00 |
| 05 333 EMPREGABILIDADE | 12.000.000,00 | | | | 12.000.000,00 |
| 05 361 ENSINO FUNDAMENTAL | 3.206.552,00 | 59.318,00 | | | 3.265.870,00 |
| 05 362 ENSINO MEDIO | 3.107.000,00 | | | | 3.107.000,00 |
| 05 363 ENSINO PROFISSIONAL | 42.532.648,00 | | | | 42.532.648,00 |
| 05 364 ENSINO SUPERIOR | 8.363.000,00 | | | | 8.363.000,00 |
| 05 365 EDUCACAO INFANTIL | 66.586.855,00 | -5.060.975,00 | | | 61.525.880,00 |
| 05 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 5.000.000,00 | | | | 5.000.000,00 |
| 05 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 7.052.532,00 | -1.704.575,00 | | | 5.347.957,00 |
| 05 482 HABITACAO URBANA | 800.000,00 | | 70.000.000,00 | | 70.800.000,00 |
| 05 545 METEOROLOGIA | 2.671.066,00 | | | | 2.671.066,00 |
| 05 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 34.018.559,00 | | | | 34.018.559,00 |
| 05 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 164.634.269,00 | 29.000.000,00 | 10.000.000,00 | | 203.634.269,00 |
| 05 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 750.000,00 | | | | 750.000,00 |
| 05 722 TELECOMUNICACOES | 32.979.856,00 | | | | 32.979.856,00 |

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 752 ENERGIA ELETRICA | 983.695,00 | -98.369,00 | | | 885.326,00 |
| 05 781 TRANSPORTE AEREO | 486.859.550,00 | -278.642.739,00 | | | 208.216.811,00 |
| 05 782 TRANSPORTE RODOVIARIO | 1.944.498,00 | -194.449,00 | | | 1.750.049,00 |
| 05 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 28.814.806,00 | | | | 28.814.806,00 |
| 05 811 DESPORTO DE RENDIMENTO | 497.708.597,00 | | | 40.000.000,00 | 537.708.597,00 |
| 05 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 221.151,00 | | 9.119.340,00 | | 9.340.491,00 |
| 06 SEGURANCA PUBLICA | 7.108.062.942,00 | -76.894.899,00 | 144.430.000,00 | 3.705.727.787,00 | 10.881.325.830,00 |
| 06 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.450.215.439,00 | 174.359.083,00 | 880.000,00 | | 4.625.454.522,00 |
| 06 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 24.095.000,00 | -2.000.000,00 | | | 22.095.000,00 |
| 06 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 26.625.000,00 | -13.673.235,00 | | | 12.951.765,00 |
| 06 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 824.255.037,00 | -27.912.926,00 | 88.550.000,00 | 127.000.000,00 | 1.011.892.111,00 |
| 06 131 COMUNICACAO SOCIAL | 1.250.000,00 | | | | 1.250.000,00 |
| 06 181 POLICIAMENTO | 1.075.672.053,00 | 107.797.860,00 | 5.000.000,00 | | 1.188.469.913,00 |
| 06 182 DEFESA CIVIL | 165.358.718,00 | -347.508.115,00 | | 3.388.727.787,00 | 3.206.578.390,00 |
| 06 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 110.899.078,00 | 2.340.000,00 | 50.000.000,00 | 70.000.000,00 | 233.239.078,00 |
| 06 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 600.000,00 | | | | 600.000,00 |
| 06 301 ATENCAO BASICA | 46.183.874,00 | -1.924.060,00 | | | 44.259.814,00 |
| 06 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 45.965.785,00 | 48.125.223,00 | | | 94.091.008,00 |
| 06 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 5.093.878,00 | -758.729,00 | | | 4.335.149,00 |
| 06 365 EDUCACAO INFANTIL | 6.394.080,00 | -300.000,00 | | | 6.094.080,00 |
| 06 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL | 21.000.000,00 | -18.100.000,00 | | | 2.900.000,00 |
| 06 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 292.900.000,00 | 1.600.000,00 | | 120.000.000,00 | 414.500.000,00 |
| 06 452 SERVICOS URBANOS | 755.000,00 | 150.000,00 | | | 905.000,00 |
| 06 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 1.700.000,00 | | | | 1.700.000,00 |
| 06 722 TELECOMUNICACOES | 9.100.000,00 | 910.000,00 | | | 10.010.000,00 |
| 07 RELACOES EXTERIORES | 1.945.570.081,00 | 62.624.950,00 | 77.000.000,00 | 130.300.000,00 | 2.215.495.031,00 |
| 07 122 ADMINISTRACAO GERAL | 913.436.663,00 | 61.640.000,00 | | | 975.076.663,00 |
| 07 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 2.000.000,00 | | | | 2.000.000,00 |
| 07 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 8.220.000,00 | | | | 8.220.000,00 |
| 07 211 RELACOES DIPLOMATICAS | 782.285.000,00 | | 77.000.000,00 | | 859.285.000,00 |
| 07 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 107.562.628,00 | | | 130.300.000,00 | 237.862.628,00 |
| 07 301 ATENCAO BASICA | 54.606.480,00 | -2.226.639,00 | | | 52.379.841,00 |
| 07 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 3.358.764,00 | 3.210.589,00 | | | 6.569.353,00 |
| 07 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 665.789,00 | 1.000,00 | | | 666.789,00 |
| 07 365 EDUCACAO INFANTIL | 114.757,00 | | | | 114.757,00 |
| 07 392 DIFUSAO CULTURAL | 35.620.000,00 | | | | 35.620.000,00 |
| 07 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 12.700.000,00 | | | | 12.700.000,00 |
| 07 691 PROMOCAO COMERCIAL | 25.000.000,00 | | | | 25.000.000,00 |
| 08 ASSISTENCIA SOCIAL | 38.629.489.810,00 | 635.434.292,00 | 0,00 | 163.024.841,00 | 39.427.948.943,00 |
| 08 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.650.486,00 | | | | 4.650.486,00 |
| 08 122 ADMINISTRACAO GERAL | 165.988.227,00 | 14.995.000,00 | | | 180.983.227,00 |
| 08 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 12.978.000,00 | | | | 12.978.000,00 |
| 08 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 43.101.069,00 | -2.000.000,00 | | | 41.101.069,00 |
| 08 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 3.760.000,00 | | | | 3.760.000,00 |
| 08 131 COMUNICACAO SOCIAL | 13.500.000,00 | | | | 13.500.000,00 |
| 08 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 1.315.804,00 | | | | 1.315.804,00 |
| 08 241 ASSISTENCIA AO IDOSO | 10.337.197.529,00 | 28.389.933,00 | | | 10.365.587.462,00 |
| 08 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 11.730.964.666,00 | 137.851.536,00 | | | 11.868.816.202,00 |
| 08 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 748.909.048,00 | -16.195.150,00 | | 33.318.745,00 | 766.032.643,00 |
| 08 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 14.716.551.547,00 | 400.000.000,00 | | 129.706.096,00 | 15.246.257.643,00 |
| 08 301 ATENCAO BASICA | 595.624,00 | 132.992,00 | | | 728.616,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 686.330.093,00 | 59.224.221,00 | | | 745.554.314,00 |
| 08 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 403.018,00 | | | | 403.018,00 |
| 08 365 EDUCACAO INFANTIL | 97.783,00 | | | | 97.783,00 |
| 08 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 500.000,00 | | | | 500.000,00 |
| 08 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 147.246.916,00 | 11.495.760,00 | | | 158.742.676,00 |
| 08 605 ABASTECIMENTO | 15.400.000,00 | 1.540.000,00 | | | 16.940.000,00 |
| 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 313.168.686.731,00 | 14.208.553.948,00 | 19.998.000,00 | 0,00 | 327.397.238.679,00 |
| 09 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 24.000.000,00 | 2.000.000,00 | | | 26.000.000,00 |
| 09 122 ADMINISTRACAO GERAL | 3.325.130.997,00 | 1.038.554.380,00 | | | 4.363.685.377,00 |
| 09 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 5.100.001,00 | | | | 5.100.001,00 |
| 09 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 541.426.472,00 | 30.500.000,00 | | | 571.926.472,00 |
| 09 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 32.970.751,00 | 15.952,00 | | | 32.986.703,00 |
| 09 131 COMUNICACAO SOCIAL | 18.511.279,00 | | | | 18.511.279,00 |
| 09 271 PREVIDENCIA BASICA | 237.397.142.229,00 | 11.360.945.141,00 | 19.998.000,00 | | 248.778.085.370,00 |
| 09 272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO | 69.599.943.007,00 | 1.289.736.848,00 | | | 70.889.679.855,00 |
| 09 274 PREVIDENCIA ESPECIAL | 1.963.629.058,00 | 408.645.850,00 | | | 2.372.274.908,00 |
| 09 301 ATENCAO BASICA | 132.163.769,00 | 1.833.055,00 | | | 133.996.824,00 |
| 09 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 65.744.004,00 | 75.422.804,00 | | | 141.166.808,00 |
| 09 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 35.612.613,00 | 773.488,00 | | | 36.386.101,00 |
| 09 365 EDUCACAO INFANTIL | 3.562.551,00 | 126.430,00 | | | 3.688.981,00 |
| 09 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 1.600.000,00 | | | | 1.600.000,00 |
| 09 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 22.000.000,00 | | | | 22.000.000,00 |
| 09 845 TRANSFERENCIAS | 150.000,00 | | | | 150.000,00 |
| 10 SAUDE | 61.616.920.571,00 | 769.609.421,00 | 11.069.897,00 | 1.910.488.343,00 | 64.308.088.232,00 |
| 10 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 49.020.289,00 | -13.842.393,00 | | | 35.177.896,00 |
| 10 122 ADMINISTRACAO GERAL | 8.072.537.459,00 | -134.715.142,00 | | 10.000.000,00 | 7.947.822.317,00 |
| 10 124 CONTROLE INTERNO | 15.532.587,00 | 1.362.000,00 | | | 16.894.587,00 |
| 10 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 48.695.701,00 | | | | 48.695.701,00 |
| 10 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 211.199.961,00 | | | | 211.199.961,00 |
| 10 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 262.320.347,00 | 180.590,00 | | | 262.500.937,00 |
| 10 131 COMUNICACAO SOCIAL | 128.016.251,00 | 12.547.585,00 | | | 140.563.836,00 |
| 10 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 48.172.685,00 | | | | 48.172.685,00 |
| 10 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | | | | 135.000.000,00 | 135.000.000,00 |
| 10 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 2.300.000,00 | | | | 2.300.000,00 |
| 10 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 16.300.000,00 | | | | 16.300.000,00 |
| 10 301 ATENCAO BASICA | 10.595.026.158,00 | 8.173.131,00 | | | 10.603.199.289,00 |
| 10 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 31.507.215.915,00 | 460.639.055,00 | 11.069.897,00 | 715.406.663,00 | 32.694.331.530,00 |
| 10 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 5.605.041.659,00 | 122.986.000,00 | | 472.403.100,00 | 6.200.430.759,00 |
| 10 304 VIGILANCIA SANITARIA | 300.006.133,00 | 4.126.515,00 | | 2.851.316,00 | 306.983.964,00 |
| 10 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA | 2.454.746.108,00 | 101.534.316,00 | | 574.827.264,00 | 3.131.107.688,00 |
| 10 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 209.436.411,00 | 182.277.100,00 | | | 391.713.511,00 |
| 10 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 77.039.796,00 | 5.733.528,00 | | | 82.773.324,00 |
| 10 364 ENSINO SUPERIOR | 172.245.837,00 | | | | 172.245.837,00 |
| 10 365 EDUCACAO INFANTIL | 9.343.179,00 | 665.318,00 | | | 10.008.497,00 |
| 10 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 66.763.960,00 | 4.799.500,00 | | | 71.563.460,00 |
| 10 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS | 308.967.765,00 | 21.824.800,00 | | | 330.792.565,00 |
| 10 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 185.521.787,00 | -3.270.706,00 | | | 182.251.081,00 |
| 10 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 996.004.506,00 | -7.586.776,00 | | | 988.417.730,00 |
| 10 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 3.500.000,00 | | | | 3.500.000,00 |
| 10 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 231.379.667,00 | 5.295.000,00 | | | 236.674.667,00 |
| 10 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 16.463.750,00 | | | | 16.463.750,00 |
| 10 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 24.122.660,00 | -3.120.000,00 | | | 21.002.660,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 11 TRABALHO | 31.316.761.728,00 | 579.995.049,00 | 0,00 | 13.000.000,00 | 31.909.756.777,00 |
| 11 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.320.584.647,00 | 129.104.168,00 | | | 1.449.688.815,00 |
| 11 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 63.424.097,00 | | | | 63.424.097,00 |
| 11 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 32.377.000,00 | | | | 32.377.000,00 |
| 11 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 62.880.434,00 | | | | 62.880.434,00 |
| 11 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 2.828.000,00 | 204.000,00 | | | 3.032.000,00 |
| 11 131 COMUNICACAO SOCIAL | 26.692.000,00 | | | | 26.692.000,00 |
| 11 301 ATENCAO BASICA | 24.580.978,00 | 2.858.000,00 | | | 27.438.978,00 |
| 11 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 14.836.304,00 | 17.516.657,00 | | | 32.352.961,00 |
| 11 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 28.848.654.209,00 | 424.807.092,00 | | | 29.273.461.301,00 |
| 11 332 RELACOES DE TRABALHO | 22.455.000,00 | -48.000,00 | | | 22.407.000,00 |
| 11 333 EMPREGABILIDADE | 343.339.862,00 | 6.263.132,00 | | | 349.602.994,00 |
| 11 334 FOMENTO AO TRABALHO | 75.233.277,00 | -210.000,00 | | | 75.023.277,00 |
| 11 365 EDUCACAO INFANTIL | 900.663,00 | | | | 900.663,00 |
| 11 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 457.600.550,00 | | | 13.000.000,00 | 470.600.550,00 |
| 11 392 DIFUSAO CULTURAL | 500.000,00 | | | | 500.000,00 |
| 11 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 210.000,00 | | | | 210.000,00 |
| 11 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 12.750.000,00 | | | | 12.750.000,00 |
| 11 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 1.906.707,00 | | | | 1.906.707,00 |
| 11 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 5.000.000,00 | -500.000,00 | | | 4.500.000,00 |
| 11 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 8.000,00 | | | | 8.000,00 |
| 12 EDUCACAO | 45.905.927.877,00 | 4.691.006.093,00 | 73.625.112,00 | 2.381.477.298,00 | 53.052.036.380,00 |
| 12 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.791.217.819,00 | -1.072.834.184,00 | 47.400.000,00 | | 3.765.783.635,00 |
| 12 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 116.506.459,00 | | | | 116.506.459,00 |
| 12 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 407.314.741,00 | 2.250.000,00 | | | 409.564.741,00 |
| 12 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 1.310.682.609,00 | -106.374.279,00 | 16.980.200,00 | | 1.221.288.530,00 |
| 12 131 COMUNICACAO SOCIAL | 27.000.000,00 | | | | 27.000.000,00 |
| 12 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 140.524.839,00 | 500.000,00 | | | 141.024.839,00 |
| 12 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 8.235.500,00 | | | | 8.235.500,00 |
| 12 301 ATENCAO BASICA | 393.866.714,00 | -54.330.662,00 | | | 339.536.052,00 |
| 12 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 2.257.890.957,00 | 942.165.572,00 | | | 3.200.056.529,00 |
| 12 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 647.000,00 | | | | 647.000,00 |
| 12 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 2.449.638.719,00 | 558.498.693,00 | | 774.185.382,00 | 3.782.322.794,00 |
| 12 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 121.645.482,00 | 17.783.956,00 | | | 139.429.438,00 |
| 12 361 ENSINO FUNDAMENTAL | 974.408.016,00 | 178.554.620,00 | | | 1.152.962.636,00 |
| 12 362 ENSINO MEDIO | 487.081.893,00 | 2.440.281,00 | | 800.000.000,00 | 1.289.522.174,00 |
| 12 363 ENSINO PROFISSIONAL | 3.376.027.632,00 | 559.177.269,00 | | | 3.935.204.901,00 |
| 12 364 ENSINO SUPERIOR | 17.039.437.249,00 | 2.800.533.564,00 | 9.244.912,00 | | 19.849.215.725,00 |
| 12 365 EDUCACAO INFANTIL | 94.415.718,00 | -2.011.304,00 | | | 92.404.414,00 |
| 12 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 704.490.759,00 | 47.860.493,00 | | 140.000.000,00 | 892.351.252,00 |
| 12 367 EDUCACAO ESPECIAL | 140.630.790,00 | 4.812.600,00 | | | 145.443.390,00 |
| 12 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 1.476.412,00 | | | | 1.476.412,00 |
| 12 392 DIFUSAO CULTURAL | 140.009.744,00 | 36.002.565,00 | | | 176.012.309,00 |
| 12 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 40.450.000,00 | 4.045.000,00 | | | 44.495.000,00 |
| 12 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 182.304.948,00 | 52.196.374,00 | | | 234.501.322,00 |
| 12 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 213.334.832,00 | 19.403.728,00 | | | 232.738.560,00 |
| 12 847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA | 10.486.689.045,00 | 700.331.807,00 | | 667.291.916,00 | 11.854.312.768,00 |
| 13 CULTURA | 2.145.266.563,00 | 27.216.381,00 | 2.500.000,00 | 15.166.774,00 | 2.190.149.718,00 |
| 13 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 9.000.000,00 | -960.000,00 | | | 8.040.000,00 |
| 13 122 ADMINISTRACAO GERAL | 451.276.381,00 | 37.254.994,00 | | | 488.531.375,00 |
| 13 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 1.860.737,00 | | | | 1.860.737,00 |
| 13 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 3.200.000,00 | 250.000,00 | | | 3.450.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 13 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 1.700.000,00 | | | | 1.700.000,00 |
| 13 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 18.772.755,00 | -724.000,00 | | | 18.048.755,00 |
| 13 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.000.000,00 | | | | 12.000.000,00 |
| 13 301 ATENCAO BASICA | 8.626.489,00 | | | | 8.626.489,00 |
| 13 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 6.440.728,00 | 5.773.310,00 | | | 12.214.038,00 |
| 13 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 3.325.487,00 | 752.178,00 | | | 4.077.665,00 |
| 13 365 EDUCACAO INFANTIL | 247.458,00 | 32.045,00 | | | 279.503,00 |
| 13 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 262.511.264,00 | -4.591.481,00 | 2.500.000,00 | 10.000.000,00 | 270.419.783,00 |
| 13 392 DIFUSAO CULTURAL | 1.288.038.294,00 | -10.563.345,00 | | 5.166.774,00 | 1.282.641.723,00 |
| 13 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 2.273.000,00 | | | | 2.273.000,00 |
| 13 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 2.500.000,00 | | | | 2.500.000,00 |
| 13 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 9.360.143,00 | | | | 9.360.143,00 |
| 13 691 PROMOCAO COMERCIAL | 64.133.827,00 | -7.320,00 | | | 64.126.507,00 |
| 14 DIREITOS DA CIDADANIA | 2.038.584.817,00 | 40.674.348,00 | 34.128.080,00 | 144.245.467,00 | 2.257.632.712,00 |
| 14 031 ACAO LEGISLATIVA | 1.500.000,00 | | | | 1.500.000,00 |
| 14 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 245.000,00 | | | | 245.000,00 |
| 14 122 ADMINISTRACAO GERAL | 599.001.675,00 | 62.217.702,00 | | | 661.219.377,00 |
| 14 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 5.137.572,00 | -487.572,00 | | | 4.650.000,00 |
| 14 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 527.000,00 | | | | 527.000,00 |
| 14 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 10.077.757,00 | -30.000,00 | | | 10.047.757,00 |
| 14 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 93.497.920,00 | -670.110,00 | | 8.953.510,00 | 101.781.320,00 |
| 14 131 COMUNICACAO SOCIAL | 30.315.555,00 | -10.654.000,00 | | | 19.661.555,00 |
| 14 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 11.450.000,00 | -1.935.000,00 | | | 9.515.000,00 |
| 14 241 ASSISTENCIA AO IDOSO | 900.000,00 | | | | 900.000,00 |
| 14 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 1.450.000,00 | | | | 1.450.000,00 |
| 14 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 102.559.130,00 | | 4.128.080,00 | | 106.687.210,00 |
| 14 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| 14 301 ATENCAO BASICA | 10.803.230,00 | -711.161,00 | | | 10.092.069,00 |
| 14 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 8.766.398,00 | 9.115.716,00 | | | 17.882.114,00 |
| 14 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 3.644.385,00 | -614.092,00 | | | 3.030.293,00 |
| 14 334 FOMENTO AO TRABALHO | 517.642,00 | | | | 517.642,00 |
| 14 365 EDUCACAO INFANTIL | 747.681,00 | 1.171,00 | | | 748.852,00 |
| 14 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 561.019.704,00 | | | 135.291.957,00 | 696.311.661,00 |
| 14 392 DIFUSAO CULTURAL | 3.200.000,00 | | | | 3.200.000,00 |
| 14 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL | 263.485.774,00 | -4.866.604,00 | | | 258.619.170,00 |
| 14 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 220.652.196,00 | 1.808.298,00 | 30.000.000,00 | | 252.460.494,00 |
| 14 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS | 83.847.406,00 | -11.500.000,00 | | | 72.347.406,00 |
| 14 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 18.600.000,00 | -1.000.000,00 | | | 17.600.000,00 |
| 14 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 2.419.055,00 | | | | 2.419.055,00 |
| 14 812 DESPORTO COMUNITARIO | 3.919.737,00 | | | | 3.919.737,00 |
| 14 845 TRANSFERENCIAS | 200.000,00 | | | | 200.000,00 |
| 15 URBANISMO | 6.549.366.691,00 | 677.500.327,00 | 2.245.924,00 | 175.200.000,00 | 7.404.312.942,00 |
| 15 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 6.950.000,00 | 75.000,00 | | | 7.025.000,00 |
| 15 122 ADMINISTRACAO GERAL | 74.039.943,00 | 4.409.200,00 | | 10.000.000,00 | 88.449.143,00 |
| 15 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 114.955.000,00 | | | | 114.955.000,00 |
| 15 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 10.373.984,00 | -775.000,00 | | | 9.598.984,00 |
| 15 131 COMUNICACAO SOCIAL | 124.950.000,00 | | | | 124.950.000,00 |
| 15 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 662.504.216,00 | -67.024.394,00 | 2.245.924,00 | | 597.725.746,00 |
| 15 301 ATENCAO BASICA | 12.202.988,00 | -1.300.000,00 | | | 10.902.988,00 |
| 15 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 24.215.111,00 | 704.843,00 | | | 24.919.954,00 |
| 15 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 3.201.303,00 | -523.573,00 | | | 2.677.730,00 |
| 15 365 EDUCACAO INFANTIL | 962.811,00 | 24.724,00 | | | 987.535,00 |
| 15 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 3.996.646.300,00 | 414.662.821,00 | | 150.000.000,00 | 4.561.309.121,00 |

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 15 452 SERVICOS URBANOS | 239.721.127,00 | -7.330.000,00 | | | 232.391.127,00 |
| 15 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS | 1.221.640.578,00 | 336.538.706,00 | | 15.200.000,00 | 1.573.379.284,00 |
| 15 482 HABITACAO URBANA | 36.583.330,00 | | | | 36.583.330,00 |
| 15 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 19.620.000,00 | -1.962.000,00 | | | 17.658.000,00 |
| 15 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 800.000,00 | | | | 800.000,00 |
| 16 HABITACAO | 726.331.095,00 | -412.892.000,00 | 0,00 | 0,00 | 313.439.095,00 |
| 16 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 514.244.393,00 | -410.000.000,00 | | | 104.244.393,00 |
| 16 482 HABITACAO URBANA | 212.086.702,00 | -2.892.000,00 | | | 209.194.702,00 |
| 17 SANEAMENTO | 2.140.693.545,00 | 223.807.525,00 | 0,00 | 0,00 | 2.364.501.070,00 |
| 17 122 ADMINISTRACAO GERAL | 2.000.000,00 | | | | 2.000.000,00 |
| 17 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 2.138.693.545,00 | 223.807.525,00 | | | 2.362.501.070,00 |
| 18 GESTAO AMBIENTAL | 4.551.170.877,00 | 149.091.760,00 | 173.477.449,00 | 2.000.000,00 | 4.875.740.086,00 |
| 18 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.900.000,00 | | | | 4.900.000,00 |
| 18 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.082.207.021,00 | 130.957.358,00 | | | 1.213.164.379,00 |
| 18 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 68.365.904,00 | 4.730.000,00 | | | 73.095.904,00 |
| 18 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 21.160.000,00 | | | | 21.160.000,00 |
| 18 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 5.258.658,00 | | | | 5.258.658,00 |
| 18 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 49.696.896,00 | -862.900,00 | | | 48.833.996,00 |
| 18 131 COMUNICACAO SOCIAL | 210.116,00 | | | | 210.116,00 |
| 18 301 ATENCAO BASICA | 20.773.111,00 | -726.959,00 | | | 20.046.152,00 |
| 18 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 14.678.285,00 | 17.182.971,00 | | | 31.861.256,00 |
| 18 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 3.803.269,00 | -878.346,00 | | | 2.924.923,00 |
| 18 365 EDUCACAO INFANTIL | 1.661.856,00 | 18.423,00 | | | 1.680.279,00 |
| 18 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 128.158.657,00 | 41.696.215,00 | | | 169.854.872,00 |
| 18 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 38.906.920,00 | -20.000.000,00 | | | 18.906.920,00 |
| 18 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 226.709.783,00 | 3.555.379,00 | 155.000.000,00 | | 385.265.162,00 |
| 18 542 CONTROLE AMBIENTAL | 99.108.244,00 | 4.185.132,00 | | | 103.293.376,00 |
| 18 543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS | 12.202.754,00 | | 10.000.000,00 | | 22.202.754,00 |
| 18 544 RECURSOS HIDRICOS | 2.735.326.216,00 | -30.765.513,00 | 8.277.449,00 | 2.000.000,00 | 2.714.838.152,00 |
| 18 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 2.630.000,00 | | | | 2.630.000,00 |
| 18 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| 18 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 1.204.669,00 | | | | 1.204.669,00 |
| 18 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 2.804.456,00 | | | | 2.804.456,00 |
| 18 694 SERVICOS FINANCEIROS | | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 18 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 31.304.062,00 | | | | 31.304.062,00 |
| 19 CIENCIA E TECNOLOGIA | 7.840.624.145,00 | 210.717.886,00 | 5.479.685,00 | 19.025.574,00 | 8.075.847.290,00 |
| 19 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 28.850.000,00 | -200.000,00 | | | 28.650.000,00 |
| 19 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.443.364.844,00 | 165.967.881,00 | 1.624.732,00 | | 1.610.957.457,00 |
| 19 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 10.978.153,00 | | | | 10.978.153,00 |
| 19 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 351.483.331,00 | -17.550.337,00 | 904.953,00 | | 334.837.947,00 |
| 19 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 9.763.121,00 | | | | 9.763.121,00 |
| 19 131 COMUNICACAO SOCIAL | 500.000,00 | | | | 500.000,00 |
| 19 182 DEFESA CIVIL | 400.000,00 | | | | 400.000,00 |
| 19 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 5.469.176,00 | | | | 5.469.176,00 |
| 19 301 ATENCAO BASICA | 27.059.193,00 | 752.353,00 | | | 27.811.546,00 |
| 19 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 20.616.457,00 | 14.171.764,00 | | | 34.788.221,00 |
| 19 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 16.057.002,00 | 2.910.528,00 | | | 18.967.530,00 |
| 19 365 EDUCACAO INFANTIL | 1.138.045,00 | 53.126,00 | | | 1.191.171,00 |
| 19 542 CONTROLE AMBIENTAL | 6.750.000,00 | | | | 6.750.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 19 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 1.210.819.572,00 | 34.253.477,00 | | 19.025.574,00 | 1.264.098.623,00 |
| 19 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 3.751.880.491,00 | 35.473.764,00 | 1.000.000,00 | | 3.788.354.255,00 |
| 19 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 143.769.308,00 | -1.854.738,00 | | | 141.914.570,00 |
| 19 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 462.719.552,00 | | | | 462.719.552,00 |
| 19 663 MINERACAO | 12.208.790,00 | | | | 12.208.790,00 |
| 19 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 5.000.000,00 | | | | 5.000.000,00 |
| 19 691 PROMOCAO COMERCIAL | 204.297.110,00 | -23.259.932,00 | 1.950.000,00 | | 182.987.178,00 |
| 19 753 PETROLEO | 122.000.000,00 | | | | 122.000.000,00 |
| 19 754 ALCOOL | 5.500.000,00 | | | | 5.500.000,00 |
| 20 AGRICULTURA | 19.287.876.864,00 | 423.747.796,00 | 14.622.940,00 | 70.000.000,00 | 19.796.247.600,00 |
| 20 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 24.105.057,00 | | | | 24.105.057,00 |
| 20 122 ADMINISTRACAO GERAL | 3.250.411.871,00 | 304.475.940,00 | | | 3.554.887.811,00 |
| 20 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 93.041.454,00 | | | | 93.041.454,00 |
| 20 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 41.404.101,00 | | | | 41.404.101,00 |
| 20 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 31.867.967,00 | 1.421.700,00 | | | 33.289.667,00 |
| 20 131 COMUNICACAO SOCIAL | 31.606.502,00 | | | | 31.606.502,00 |
| 20 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 525.800,00 | | | | 525.800,00 |
| 20 301 ATENCAO BASICA | 58.406.436,00 | 11.447.575,00 | | | 69.854.011,00 |
| 20 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 77.391.393,00 | 35.718.163,00 | | | 113.109.556,00 |
| 20 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 14.852.371,00 | 261.936,00 | | | 15.114.307,00 |
| 20 363 ENSINO PROFISSIONAL | 6.736.796,00 | -101.673,00 | | | 6.635.123,00 |
| 20 365 EDUCACAO INFANTIL | 9.558.538,00 | 704.752,00 | | | 10.263.290,00 |
| 20 367 EDUCACAO ESPECIAL | 900.000,00 | | | | 900.000,00 |
| 20 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 1.750.000,00 | | | | 1.750.000,00 |
| 20 545 METEOROLOGIA | 18.462.026,00 | | | | 18.462.026,00 |
| 20 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 521.974.355,00 | -7.670.507,00 | | | 514.303.848,00 |
| 20 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 80.070.446,00 | -900.000,00 | | | 79.170.446,00 |
| 20 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 5.039.837.183,00 | 89.764.533,00 | | | 5.129.601.716,00 |
| 20 602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL | 587.690.706,00 | -37.066.539,00 | 11.536.511,00 | | 562.160.678,00 |
| 20 603 DEFESA SANITARIA VEGETAL | 123.986.566,00 | -1.000.000,00 | | | 122.986.566,00 |
| 20 604 DEFESA SANITARIA ANIMAL | 166.835.481,00 | | | | 166.835.481,00 |
| 20 605 ABASTECIMENTO | 8.343.517.279,00 | -11.036.896,00 | | 70.000.000,00 | 8.402.480.383,00 |
| 20 606 EXTENSAO RURAL | 92.778.603,00 | 310.600,00 | | | 93.089.203,00 |
| 20 607 IRRIGACAO | 635.344.249,00 | 37.638.712,00 | 3.086.429,00 | | 676.069.390,00 |
| 20 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 8.870.000,00 | | | | 8.870.000,00 |
| 20 691 PROMOCAO COMERCIAL | 10.405.000,00 | -220.500,00 | | | 10.184.500,00 |
| 20 692 COMERCIALIZACAO | 300.000,00 | | | | 300.000,00 |
| 20 694 SERVICOS FINANCEIROS | 200.000,00 | | | | 200.000,00 |
| 20 752 ENERGIA ELETRICA | 689.430,00 | | | | 689.430,00 |
| 20 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 14.357.254,00 | | | | 14.357.254,00 |
| 21 ORGANIZACAO AGRARIA | 4.978.489.554,00 | 414.168.188,00 | 0,00 | 265.000.000,00 | 5.657.657.742,00 |
| 21 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 19.000.000,00 | 550.000,00 | | | 19.550.000,00 |
| 21 122 ADMINISTRACAO GERAL | 785.540.793,00 | 35.371.000,00 | | | 820.911.793,00 |
| 21 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 12.000.000,00 | | | | 12.000.000,00 |
| 21 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 15.500.000,00 | | | | 15.500.000,00 |
| 21 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 667.365.549,00 | -19.364.036,00 | | | 648.001.513,00 |
| 21 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 47.486.000,00 | 750.000,00 | | | 48.236.000,00 |
| 21 131 COMUNICACAO SOCIAL | 7.000.000,00 | | | | 7.000.000,00 |
| 21 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 700.000,00 | | | | 700.000,00 |
| 21 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 100.058.750,00 | 10.000.000,00 | | 55.000.000,00 | 165.058.750,00 |
| 21 301 ATENCAO BASICA | 20.434.034,00 | 375.000,00 | | | 20.809.034,00 |
| 21 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 11.186.650,00 | 12.986.878,00 | | | 24.173.528,00 |
| 21 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 4.849.664,00 | 34.685,00 | | | 4.884.349,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 21 363 ENSINO PROFISSIONAL | 51.000.000,00 | -32.000.000,00 | | | 19.000.000,00 |
| 21 365 EDUCACAO INFANTIL | 777.576,00 | | | | 777.576,00 |
| 21 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 16.300.000,00 | -11.000.000,00 | | | 5.300.000,00 |
| 21 392 DIFUSAO CULTURAL | 354.912,00 | | | | 354.912,00 |
| 21 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 37.198.567,00 | | | | 37.198.567,00 |
| 21 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 1.250.000,00 | | | | 1.250.000,00 |
| 21 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 7.000.000,00 | | | | 7.000.000,00 |
| 21 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 23.206.750,00 | | | | 23.206.750,00 |
| 21 605 ABASTECIMENTO | 99.330.450,00 | | | | 99.330.450,00 |
| 21 606 EXTENSAO RURAL | 625.567.804,00 | 10.000.000,00 | | | 635.567.804,00 |
| 21 631 REFORMA AGRARIA | 2.394.985.864,00 | 407.464.661,00 | | | 2.802.450.525,00 |
| 21 691 PROMOCAO COMERCIAL | 30.396.191,00 | -1.000.000,00 | | | 29.396.191,00 |
| 21 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | 210.000.000,00 | 210.000.000,00 |
| 22 INDUSTRIA | 2.419.320.389,00 | 154.168.423,00 | 116.015.000,00 | 84.367.315,00 | 2.773.871.127,00 |
| 22 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.041.932.908,00 | 115.926.000,00 | 15.500.000,00 | | 1.173.358.908,00 |
| 22 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 4.249.485,00 | | | | 4.249.485,00 |
| 22 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 26.930.380,00 | 9.951.001,00 | | | 36.881.381,00 |
| 22 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 3.470.000,00 | 1.487.500,00 | | | 4.957.500,00 |
| 22 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 10.778.204,00 | | | | 10.778.204,00 |
| 22 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 2.746.541,00 | | | | 2.746.541,00 |
| 22 131 COMUNICACAO SOCIAL | 300.000,00 | | | | 300.000,00 |
| 22 301 ATENCAO BASICA | 13.602.764,00 | 1.644.026,00 | | | 15.246.790,00 |
| 22 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 14.275.356,00 | 10.186.542,00 | | | 24.461.898,00 |
| 22 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.607.964,00 | 224.805,00 | | | 2.832.769,00 |
| 22 333 EMPREGABILIDADE | 26.772.704,00 | | | | 26.772.704,00 |
| 22 365 EDUCACAO INFANTIL | 892.334,00 | 297.521,00 | | | 1.189.855,00 |
| 22 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| 22 544 RECURSOS HIDRICOS | 11.862.000,00 | 800.000,00 | | | 12.662.000,00 |
| 22 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 120.000.000,00 | | | | 120.000.000,00 |
| 22 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 5.000.000,00 | | | | 5.000.000,00 |
| 22 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 5.556.000,00 | | | | 5.556.000,00 |
| 22 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 472.978.060,00 | -6.357.611,00 | 515.000,00 | | 467.135.449,00 |
| 22 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 7.410.759,00 | | | | 7.410.759,00 |
| 22 663 MINERACAO | 81.002.600,00 | 6.665.536,00 | | | 87.668.136,00 |
| 22 664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 16.240.819,00 | | | | 16.240.819,00 |
| 22 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 278.603.281,00 | 24.260.000,00 | | 84.367.315,00 | 387.230.596,00 |
| 22 691 PROMOCAO COMERCIAL | 10.279.752,00 | 645.000,00 | | | 10.924.752,00 |
| 22 693 COMERCIO EXTERIOR | 100.000.000,00 | | | | 100.000.000,00 |
| 22 694 SERVICOS FINANCEIROS | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| 22 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 161.628.478,00 | -11.561.897,00 | 100.000.000,00 | | 250.066.581,00 |
| 23 COMERCIO E SERVICOS | 5.768.886.778,00 | -18.115.122,00 | 2.145.293,00 | 0,00 | 5.752.916.949,00 |
| 23 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 6.290.000,00 | | | | 6.290.000,00 |
| 23 122 ADMINISTRACAO GERAL | 116.953.148,00 | 8.721.000,00 | | | 125.674.148,00 |
| 23 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 3.000.000,00 | | | | 3.000.000,00 |
| 23 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 18.100.000,00 | 535.000,00 | | | 18.635.000,00 |
| 23 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 139.715.315,00 | | | | 139.715.315,00 |
| 23 131 COMUNICACAO SOCIAL | 8.300.000,00 | | | | 8.300.000,00 |
| 23 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 600.000,00 | | | | 600.000,00 |
| 23 301 ATENCAO BASICA | 562.121,00 | 192.764,00 | | | 754.885,00 |
| 23 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 858.177,00 | 822.091,00 | | | 1.680.268,00 |
| 23 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 289.423,00 | | | | 289.423,00 |
| 23 365 EDUCACAO INFANTIL | 58.368,00 | 3.563,00 | | | 61.931,00 |
| 23 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 10.000.000,00 | | | | 10.000.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 23 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 7.000.000,00 | | | | 7.000.000,00 |
| 23 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 617.459,00 | | | | 617.459,00 |
| 23 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 5.500.000,00 | -55.000,00 | | | 5.445.000,00 |
| 23 691 PROMOCAO COMERCIAL | 11.925.280,00 | 650.000,00 | 1.645.293,00 | | 14.220.573,00 |
| 23 692 COMERCIALIZACAO | 2.356.000,00 | | | | 2.356.000,00 |
| 23 693 COMERCIO EXTERIOR | 1.491.159.850,00 | -2.910.000,00 | 500.000,00 | | 1.488.749.850,00 |
| 23 695 TURISMO | 3.945.601.637,00 | -26.074.540,00 | | | 3.919.527.097,00 |
| 24 COMUNICACOES | 800.517.813,00 | 85.905.010,00 | 0,00 | 300.000.000,00 | 1.186.422.823,00 |
| 24 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.700.000,00 | | | | 4.700.000,00 |
| 24 122 ADMINISTRACAO GERAL | 436.476.605,00 | 48.165.000,00 | | | 484.641.605,00 |
| 24 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 79.988.058,00 | -1.485.902,00 | | | 78.502.156,00 |
| 24 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 24.459.800,00 | | | | 24.459.800,00 |
| 24 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 13.732.757,00 | 7.000.000,00 | | | 20.732.757,00 |
| 24 131 COMUNICACAO SOCIAL | 2.010.000,00 | | | | 2.010.000,00 |
| 24 301 ATENCAO BASICA | 33.260.664,00 | -19.843.021,00 | | | 13.417.643,00 |
| 24 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 3.762.536,00 | 5.049.088,00 | | | 8.811.624,00 |
| 24 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 1.304.856,00 | 19.845,00 | | | 1.324.701,00 |
| 24 365 EDUCACAO INFANTIL | 320.475,00 | | | | 320.475,00 |
| 24 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 35.104.188,00 | | | | 35.104.188,00 |
| 24 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 46.063.107,00 | 30.000.000,00 | | | 76.063.107,00 |
| 24 694 SERVICOS FINANCEIROS | 4.396.893,00 | | | | 4.396.893,00 |
| 24 722 TELECOMUNICACOES | 114.937.874,00 | 17.000.000,00 | | | 131.937.874,00 |
| 24 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | 300.000.000,00 | 300.000.000,00 |
| 25 ENERGIA | 1.098.079.479,00 | 14.133.959,00 | 0,00 | 0,00 | 1.112.213.438,00 |
| 25 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 51.995.446,00 | -10.110.045,00 | | | 41.885.401,00 |
| 25 122 ADMINISTRACAO GERAL | 379.596.485,00 | 37.370.520,00 | | | 416.967.005,00 |
| 25 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 88.769.504,00 | | | | 88.769.504,00 |
| 25 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 9.670.000,00 | | | | 9.670.000,00 |
| 25 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 25.163.117,00 | -1.388.778,00 | | | 23.774.339,00 |
| 25 131 COMUNICACAO SOCIAL | 3.800.000,00 | -90.000,00 | | | 3.710.000,00 |
| 25 301 ATENCAO BASICA | 2.921.821,00 | | | | 2.921.821,00 |
| 25 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 4.454.030,00 | 2.961.646,00 | | | 7.415.676,00 |
| 25 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 433.216,00 | | | | 433.216,00 |
| 25 365 EDUCACAO INFANTIL | 271.885,00 | 48.239,00 | | | 320.124,00 |
| 25 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 3.190.000,00 | | | | 3.190.000,00 |
| 25 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 8.722.060,00 | | | | 8.722.060,00 |
| 25 751 CONSERVACAO DE ENERGIA | 1.110.000,00 | | | | 1.110.000,00 |
| 25 752 ENERGIA ELETRICA | 163.957.021,00 | -14.657.623,00 | | | 149.299.398,00 |
| 25 753 PETROLEO | 354.024.894,00 | | | | 354.024.894,00 |
| 26 TRANSPORTE | 21.149.615.884,00 | 2.377.604.889,00 | 789.765.220,00 | 648.045.546,00 | 24.965.031.539,00 |
| 26 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 457.718.908,00 | 71.808.000,00 | 33.984.000,00 | | 563.510.908,00 |
| 26 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.046.311.464,00 | 308.103.200,00 | | 5.050.000,00 | 1.359.464.664,00 |
| 26 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 113.006.499,00 | | | | 113.006.499,00 |
| 26 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 5.301.000,00 | 342.000,00 | | | 5.643.000,00 |
| 26 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 2.476.836,00 | | | | 2.476.836,00 |
| 26 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.550.000,00 | | | | 12.550.000,00 |
| 26 301 ATENCAO BASICA | 41.090.060,00 | 1.290.244,00 | | | 42.380.304,00 |
| 26 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 11.283.348,00 | 13.507.157,00 | | | 24.790.505,00 |
| 26 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 6.655.239,00 | 2.141.727,00 | | | 8.796.966,00 |
| 26 365 EDUCACAO INFANTIL | 858.632,00 | 52.367,00 | | | 910.999,00 |
| 26 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 300.000,00 | | | | 300.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 26 542 CONTROLE AMBIENTAL | 3.000.000,00 | 3.800.000,00 | | | 6.800.000,00 |
| 26 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 12.597.800,00 | -10.000.000,00 | | | 2.597.800,00 |
| 26 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 4.730.781.264,00 | | | | 4.730.781.264,00 |
| 26 694 SERVICOS FINANCEIROS | 6.370.000,00 | | | | 6.370.000,00 |
| 26 782 TRANSPORTE RODOVIARIO | 10.112.374.914,00 | 2.292.863.076,00 | 237.358.241,00 | 402.000.000,00 | 13.044.596.231,00 |
| 26 783 TRANSPORTE FERROVIARIO | 2.829.788.759,00 | -257.855.384,00 | 314.536.294,00 | | 2.886.469.669,00 |
| 26 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 1.757.151.161,00 | -48.447.498,00 | 203.886.685,00 | 240.995.546,00 | 2.153.585.894,00 |
| 27 DESPORTO E LAZER | 1.517.034.989,00 | -43.477.047,00 | 583.930.000,00 | 20.000.000,00 | 2.077.487.942,00 |
| 27 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 11.257.141,00 | 1.100.000,00 | | | 12.357.141,00 |
| 27 122 ADMINISTRACAO GERAL | 70.731.068,00 | 8.915.500,00 | 48.000.000,00 | | 127.646.568,00 |
| 27 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 4.248.352,00 | | | | 4.248.352,00 |
| 27 131 COMUNICACAO SOCIAL | 6.250.000,00 | | | | 6.250.000,00 |
| 27 301 ATENCAO BASICA | 488.574,00 | | | | 488.574,00 |
| 27 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 589.032,00 | 521.733,00 | | | 1.110.765,00 |
| 27 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 245.142,00 | | | | 245.142,00 |
| 27 365 EDUCACAO INFANTIL | 54.540,00 | | | | 54.540,00 |
| 27 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 375.370,00 | | | | 375.370,00 |
| 27 811 DESPORTO DE RENDIMENTO | 125.614.401,00 | -1.213.000,00 | 524.930.000,00 | 20.000.000,00 | 669.331.401,00 |
| 27 812 DESPORTO COMUNITARIO | 1.294.551.369,00 | -52.801.280,00 | 1.000.000,00 | | 1.242.750.089,00 |
| 27 813 LAZER | 2.630.000,00 | | | | 2.630.000,00 |
| 27 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | 10.000.000,00 | | 10.000.000,00 |
| 28 ENCARGOS ESPECIAIS | 1.069.968.655.247,00 | 48.008.556.891,00 | 4.998.726.185,00 | 1.434.218.000,00 | 1.124.410.156.323,00 |
| 28 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 548.717.900,00 | -616.000,00 | 925.018,00 | | 549.026.918,00 |
| 28 334 FOMENTO AO TRABALHO | 12.000.303.683,00 | | | | 12.000.303.683,00 |
| 28 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 20.000.000,00 | | | | 20.000.000,00 |
| 28 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 200.000.000,00 | | | | 200.000.000,00 |
| 28 607 IRRIGACAO | 2.966.635,00 | | | | 2.966.635,00 |
| 28 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 400.000.000,00 | | | | 400.000.000,00 |
| 28 694 SERVICOS FINANCEIROS | 103.218.565,00 | | | | 103.218.565,00 |
| 28 752 ENERGIA ELETRICA | 1.167.137,00 | | | | 1.167.137,00 |
| 28 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 1.167.137,00 | | | | 1.167.137,00 |
| 28 841 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA | 574.725.503.678,00 | | | | 574.725.503.678,00 |
| 28 842 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA | 9.369.692.140,00 | | | | 9.369.692.140,00 |
| 28 843 SERVICO DA DIVIDA INTERNA | 165.073.772.740,00 | 48.040.809.000,00 | | | 213.114.581.740,00 |
| 28 844 SERVICO DA DIVIDA EXTERNA | 18.078.236.635,00 | -7.813.000,00 | | | 18.070.423.635,00 |
| 28 845 TRANSFERENCIAS | 128.791.667.771,00 | 206.953.189,00 | | 1.184.107.000,00 | 130.182.727.960,00 |
| 28 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 131.131.942.312,00 | -274.935.160,00 | 4.997.801.167,00 | 250.111.000,00 | 136.104.919.319,00 |
| 28 847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA | 29.520.298.914,00 | 44.158.862,00 | | | 29.564.457.776,00 |
| 99 RESERVA DE CONTINGENCIA | 21.184.044.618,00 | -7.596.459.265,00 | 0,00 | 0,00 | 13.587.585.353,00 |
| 99 999 RESERVA DE CONTINGENCIA | 21.184.044.618,00 | -7.596.459.265,00 | | | 13.587.585.353,00 |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 60.227.921.868,00 | 8.733.335.472,00 | 13.216.830.814,00 | 1.848.199.882.506,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 23.658.660.437,00 | 863.524.478,00 | 69.988.584,00 | - | 24.592.173.499,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 39.509.160,00 | (1.080.500,00) | - | - | 38.428.660,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 9.483.200,00 | (158.500,00) | - | - | 9.324.700,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 900.000,00 | - | - | - | 900.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.174.021.049,00 | (133.607.310,00) | - | - | 1.040.413.739,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 22.649.355,00 | (5.306.700,00) | - | - | 17.342.655,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 1.750.000,00 | - | - | - | 1.750.000,00 |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 16.200.000,00 | - | - | - | 16.200.000,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 84.867.925,00 | 7.258.193,00 | - | - | 92.126.118,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 4.170.558,00 | - | - | - | 4.170.558,00 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 10.600.000,00 | (100.000,00) | - | - | 10.500.000,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 1.150.000,00 | - | - | - | 1.150.000,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 448.000,00 | - | - | - | 448.000,00 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 3.398.000,00 | - | - | - | 3.398.000,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 170.493.976,00 | 2.262.400,00 | - | - | 172.756.376,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 136.888.914,00 | (2.300.000,00) | - | - | 134.588.914,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 15.116.949,00 | (4.884.278,00) | - | - | 10.232.671,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 7.950.000,00 | - | - | - | 7.950.000,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 8.770.000,00 | - | - | - | 8.770.000,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 4.570.000,00 | (1.000.000,00) | - | - | 3.570.000,00 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 40.000.000,00 | - | - | - | 40.000.000,00 |
| 0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL | 8.820.000,00 | - | 450.000,00 | - | 9.270.000,00 |
| 0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | 123.894.760,00 | - | 2.000.000,00 | - | 125.894.760,00 |
| 0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 14.000.000,00 | - | - | - | 14.000.000,00 |
| 0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL | 1.094.306.931,00 | 5.069.210,00 | - | - | 1.099.376.141,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 110.578.004,00 | (2.067.330,00) | 17.000,00 | - | 108.527.674,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 180.941.018,00 | 24.279.328,00 | 1.208.484,00 | - | 206.428.830,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 134.067.419,00 | 13.983.216,00 | - | - | 148.050.635,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 2.900.000,00 | (2.900.000,00) | - | - | - |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 293.255.873,00 | 54.613.593,00 | - | - | 347.869.466,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 39.550.000,00 | - | - | - | 39.550.000,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 2.022.150,00 | - | - | - | 2.022.150,00 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 610.000,00 | - | - | - | 610.000,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 21.300.000,00 | (20.700.000,00) | - | - | 600.000,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 496.820.506,00 | 156.665.183,00 | - | - | 653.485.689,00 |
| 0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO | 1.000.000,00 | 100.000,00 | - | - | 1.100.000,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 16.122.019,00 | (438.686,00) | - | - | 15.683.333,00 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 1.483.934.628,00 | - | - | - | 1.483.934.628,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 36.547.431,00 | - | - | - | 36.547.431,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 178.254.591,00 | (7.332.858,00) | - | - | 170.921.733,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 1.550.000,00 | - | - | - | 1.550.000,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 226.889.696,00 | 18.498.901,00 | - | - | 245.388.597,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 307.356.591,00 | 51.057.688,00 | - | - | 358.414.279,00 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 12.864.734,00 | - | 1.426.000,00 | - | 14.290.734,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 1.820.644.590,00 | 321.699.794,00 | - | - | 2.142.344.384,00 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 1.800.000,00 | - | - | - | 1.800.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1102 AGENDA 21 | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 2.200.000,00 | - | - | - | 2.200.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 57.024.246,00 | (15.935.913,00) | - | - | 41.088.333,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 117.303.510,00 | (19.143.237,00) | - | - | 98.160.273,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 750.000,00 | - | - | - | 750.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 109.998.882,00 | (21.077.534,00) | 2.000.000,00 | - | 90.921.348,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 14.700.000,00 | - | - | - | 14.700.000,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 253.418.402,00 | (34.556.259,00) | - | - | 218.862.143,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 660.968.254,00 | - | - | - | 660.968.254,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 2.118.481.039,00 | (22.914.792,00) | - | - | 2.095.566.247,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 118.548.462,00 | (20.157.850,00) | 850.000,00 | - | 99.240.612,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 2.598.005,00 | - | - | - | 2.598.005,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 151.435.413,00 | 19.667.000,00 | - | - | 171.102.413,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 44.595.739,00 | (8.413.511,00) | - | - | 36.182.228,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 798.425.751,00 | - | - | - | 798.425.751,00 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 21.899.613,00 | (5.992.501,00) | - | - | 15.907.112,00 |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 5.950.000,00 | - | 1.430.000,00 | - | 7.380.000,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 850.000,00 | - | - | - | 850.000,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 45.684.278,00 | 1.000.000,00 | 1.400.000,00 | - | 48.084.278,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 36.569.472,00 | - | - | - | 36.569.472,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 13.764.003,00 | (60.000,00) | - | - | 13.704.003,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 400.000,00 | - | - | - | 400.000,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 202.329.963,00 | (23.259.932,00) | - | - | 179.070.031,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 400.000,00 | - | - | - | 400.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 80.811.369,00 | 2.850.000,00 | - | - | 83.661.369,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 36.895.257,00 | 2.500.000,00 | - | - | 39.395.257,00 |
| 1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÓES EDUCACIONAIS | 86.225.290,00 | 8.367.216,00 | 46.000.000,00 | - | 140.592.506,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 1.150.000,00 | - | - | - | 1.150.000,00 |
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 311.893.407,00 | 182.000.000,00 | - | - | 493.893.407,00 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 359.020.000,00 | 103.396.784,00 | - | - | 462.416.784,00 |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 563.025.001,00 | 256.800.000,00 | 1.000.000,00 | - | 820.825.001,00 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 1.161.682.511,00 | (2.614.270,00) | 12.207.100,00 | - | 1.171.275.341,00 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 27.786.552,00 | (9.300.000,00) | - | - | 18.486.552,00 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 78.762.544,00 | 600.000,00 | - | - | 79.362.544,00 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÓES | 35.268.800,00 | - | - | - | 35.268.800,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 1.270.000,00 | - | - | - | 1.270.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 2.100.000,00 | - | - | - | 2.100.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 15.602.625,00 | 147.944,00 | - | - | 15.750.569,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 10.676.314,00 | (3.608.511,00) | - | - | 7.067.803,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 33.728.818,00 | (394.000,00) | - | - | 33.334.818,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 1.678.512,00 | - | - | - | 1.678.512,00 |
| 0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL | 1.500.000,00 | - | - | - | 1.500.000,00 |
| 0903 OPERAÇÓES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃ | 7.686.171.324,00 | - | - | - | 7.686.171.324,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 3.600.000,00 | - | - | - | 3.600.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 11.239.054,00 | 12.500,00 | - | - | 11.251.554,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 1.260.000,00 | - | - | - | 1.260.000,00 |
| NORDESTE | 43.526.686.984,00 | 1.953.570.048,00 | 233.527.271,00 | 81.995.546,00 | 45.795.779.849,00 |
| 0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE | 130.000,00 | - | - | - | 130.000,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 400.000,00 | - | - | - | 400.000,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 152.952.180,00 | 593.000,00 | - | - | 153.545.180,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 21.042.800,00 | (318.800,00) | - | - | 20.724.000,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 21.800.000,00 | - | 19.998.000,00 | - | 41.798.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.722.506.650,00 | 470.553.300,00 | - | - | 2.193.059.950,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 3.200.000,00 | (10.000,00) | - | - | 3.190.000,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 1.220.000,00 | - | - | - | 1.220.000,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 386.132.961,00 | 103.472.114,00 | - | - | 489.605.075,00 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 2.300.000,00 | - | - | - | 2.300.000,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 1.848.000,00 | - | - | - | 1.848.000,00 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 900.000,00 | - | - | - | 900.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 3.485.500,00 | - | - | - | 3.485.500,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 6.811.572,00 | - | - | - | 6.811.572,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 3.338.892,00 | - | - | - | 3.338.892,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 3.310.000,00 | - | - | - | 3.310.000,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 1.530.000,00 | - | - | - | 1.530.000,00 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 830.000,00 | - | - | - | 830.000,00 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 23.752.770,00 | (5.000.000,00) | - | - | 18.752.770,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 589.862.701,00 | 5.183.832,00 | - | - | 595.046.533,00 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÓES PRODUTORAS DE CACAU | 2.100.000,00 | - | - | - | 2.100.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 455.371.680,00 | 42.069.723,00 | - | - | 497.441.403,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 13.350.000,00 | (1.473.333,00) | - | - | 11.876.667,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 10.323.000,00 | (510.000,00) | - | - | 9.813.000,00 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 39.000.000,00 | (3.900.000,00) | - | - | 35.100.000,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 128.498.845,00 | (13.811.269,00) | - | - | 114.687.576,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 713.142,00 | (60.000,00) | - | - | 653.142,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 828.407.759,00 | 16.105.805,00 | - | - | 844.513.564,00 |
| 0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR | 2.000.000,00 | (600.000,00) | - | - | 1.400.000,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 55.662.273,00 | (38.874.800,00) | - | - | 16.787.473,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 111.239.572,00 | 5.700.600,00 | 3.023.521,00 | - | 119.963.693,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 256.531.444,00 | 29.313.544,00 | - | - | 285.844.988,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 3.510.000,00 | (3.510.000,00) | - | - | - |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 32.923.982,00 | (435.000,00) | - | - | 32.488.982,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 1.897.000,00 | - | - | - | 1.897.000,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 60.107.776,00 | (33.136.508,00) | - | - | 26.971.268,00 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 768.000,00 | - | - | - | 768.000,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 3.600.000,00 | - | - | - | 3.600.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 282.593.081,00 | 95.521.855,00 | - | - | 378.114.936,00 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 2.703.953,00 | - | - | - | 2.703.953,00 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 6.026.400,00 | - | - | - | 6.026.400,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 63.522.716,00 | (776.059,00) | - | - | 62.746.657,00 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 4.451.774.260,00 | - | - | - | 4.451.774.260,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 184.241.835,00 | (12.184.260,00) | - | - | 172.057.575,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 113.852.686,00 | (4.497.192,00) | - | - | 109.355.494,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 173.542.521,00 | (9.394.742,00) | - | - | 164.147.779,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 100.070.804,00 | (17.508.115,00) | - | - | 82.562.689,00 |
| 1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 1.338.999.203,00 | (89.479.631,00) | - | - | 1.249.519.572,00 |
| 1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER | 14.282.900,00 | - | - | - | 14.282.900,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 5.200.000,00 | - | - | - | 5.200.000,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 1.010.067.276,00 | 72.781.971,00 | - | - | 1.082.849.247,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 971.743.744,00 | 198.018.447,00 | - | - | 1.169.762.191,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 12.911.440,00 | (325.000,00) | - | - | 12.586.440,00 |
| 1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 3.915.494.442,00 | 687.450.628,00 | 1.500.000,00 | - | 4.604.445.070,00 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 710.000,00 | - | - | - | 710.000,00 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 480.000,00 | - | - | - | 480.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 17.823.417,00 | 1.000.000,00 | - | - | 18.823.417,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 538.895.187,00 | (169.217.521,00) | - | - | 369.677.666,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 9.200.000,00 | - | - | - | 9.200.000,00 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS | 18.208.463,00 | (5.883.145,00) | - | - | 12.325.318,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 199.185.094,00 | 12.256.065,00 | - | - | 211.441.159,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 31.950.852,00 | - | - | - | 31.950.852,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 1.550.260.025,00 | (198.883.126,00) | - | - | 1.351.376.899,00 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 4.000,00 | - | - | - | 4.000,00 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 363.000,00 | - | - | - | 363.000,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 3.539.069.745,00 | - | - | - | 3.539.069.745,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 7.633.267.545,00 | 29.045.148,00 | - | - | 7.662.312.693,00 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 308.515.818,00 | (4.520.013,00) | 150.000,00 | - | 304.145.805,00 |
| 1287 SANEAMENTO RURAL | 1.100.000,00 | - | - | - | 1.100.000,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 8.702.058,00 | - | - | - | 8.702.058,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 490.785.009,00 | 51.853.000,00 | - | - | 542.638.009,00 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 241.469.568,00 | 166.027.958,00 | - | - | 407.497.526,00 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 113.217.996,00 | 500.000,00 | - | - | 113.717.996,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 6.130.876.735,00 | 347.000.000,00 | - | - | 6.477.876.735,00 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 750.000,00 | - | - | - | 750.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 46.260.875,00 | (799.709,00) | 386.336,00 | - | 45.847.502,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 7.180.326,00 | (9.500,00) | - | - | 7.170.826,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 250.000,00 | - | - | - | 250.000,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 950.000,00 | - | - | - | 950.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 720.000,00 | - | - | - | 720.000,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 23.810.278,00 | (118.730,00) | - | - | 23.691.548,00 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 1.094.875,00 | - | - | - | 1.094.875,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 179.127.669,00 | - | - | - | 179.127.669,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 41.022.860,00 | (506.300,00) | - | - | 40.516.560,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.600.000,00 | - | - | - | 2.600.000,00 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 6.790.339,00 | - | - | - | 6.790.339,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 4.200.000,00 | - | - | - | 4.200.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 276.253.276,00 | 8.144.000,00 | - | - | 284.397.276,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 58.618.386,00 | 200.000,00 | - | - | 58.818.386,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 361.571.479,00 | 249.310.526,00 | 2.500.000,00 | - | 613.382.005,00 |
| 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 1.681.201.034,00 | 192.529.445,00 | 153.791.120,00 | 81.995.546,00 | 2.109.517.145,00 |
| 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL | 1.749.337.808,00 | (221.151.408,00) | 52.178.294,00 | - | 1.580.364.694,00 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 145.769.194,00 | 977.719,00 | - | - | 146.746.913,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 1.400.000,00 | - | - | - | 1.400.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 3.950.000,00 | - | - | - | 3.950.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 190.666.475,00 | 6.853.257,00 | - | - | 197.519.732,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 137.617.943,00 | (4.771.743,00) | - | - | 132.846.200,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 23.873.193,00 | 3.000.000,00 | - | - | 26.873.193,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 27.278.145,00 | 294.015,00 | - | - | 27.572.160,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 24.904.216,00 | - | - | - | 24.904.216,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 40.296.182,00 | (520.000,00) | - | - | 39.776.182,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 47.322.159,00 | - | - | - | 47.322.159,00 |
| NORTE | 16.417.498.852,00 | 456.771.333,00 | 128.832.363,00 | - | 17.003.102.548,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 900.000,00 | - | - | - | 900.000,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 32.102.940,00 | (50.000,00) | - | - | 32.052.940,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 8.096.400,00 | 64.200,00 | - | - | 8.160.600,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.258.784.307,00 | 160.025.349,00 | - | - | 1.418.809.656,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 1.850.000,00 | - | - | - | 1.850.000,00 |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 116.537.684,00 | (20.787.472,00) | - | - | 95.750.212,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 347.000.324,00 | (94.230.424,00) | - | - | 252.769.900,00 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 23.000.000,00 | - | - | - | 23.000.000,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 4.527.200,00 | - | - | - | 4.527.200,00 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 6.778.161,00 | - | - | - | 6.778.161,00 |
| 0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 2.600.000,00 | - | - | - | 2.600.000,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.350.000,00 | - | - | - | 1.350.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 238.000,00 | - | - | - | 238.000,00 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 17.484.171,00 | - | - | - | 17.484.171,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 343.399.794,00 | (20.774.669,00) | - | - | 322.625.125,00 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 3.650.000,00 | - | - | - | 3.650.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 2.100.000,00 | 9.493.529,00 | - | - | 11.593.529,00 |
| 0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS | 58.183.246,00 | (1.555.000,00) | - | - | 56.628.246,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 27.662.000,00 | - | - | - | 27.662.000,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 24.784.171,00 | - | - | - | 24.784.171,00 |
| 0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER | 420.000,00 | - | - | - | 420.000,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 2.342.990,00 | - | - | - | 2.342.990,00 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 954.669,00 | - | - | - | 954.669,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 2.750.000,00 | - | - | - | 2.750.000,00 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 4.000.000,00 | - | - | - | 4.000.000,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 17.832.770,00 | (1.096.831,00) | - | - | 16.735.939,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 42.284.584,00 | 1.243.175,00 | 1.000.000,00 | - | 44.527.759,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 117.084.844,00 | 2.861.609,00 | 4.467.577,00 | - | 124.414.030,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 1.800.000,00 | (1.800.000,00) | - | - | - |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 11.290.734,00 | 600.000,00 | - | - | 11.890.734,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 42.339.846,00 | (8.498.307,00) | - | - | 33.841.539,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 43.611.931,00 | (31.163.851,00) | - | - | 12.448.080,00 |
| 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 430.000,00 | - | - | - | 430.000,00 |
| 0643 CALHA NORTE | 371.975.616,00 | (14.608.921,00) | - | - | 357.366.695,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 1.600.000,00 | - | - | - | 1.600.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 1.138.111.842,00 | 104.741.415,00 | - | - | 1.242.853.257,00 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 38.075.956,00 | (188.932,00) | - | - | 37.887.024,00 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 1.483.924.628,00 | - | - | - | 1.483.924.628,00 |
| 0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS | 161.377.040,00 | (115.844.406,00) | - | - | 45.532.634,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 91.025.000,00 | (9.589.904,00) | - | - | 81.435.096,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 38.881.893,00 | (5.350.446,00) | - | - | 33.531.447,00 |
| 1016 ARTESANATO BRASILEIRO | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 1020 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRAMA | 159.607.898,00 | (11.561.897,00) | 100.515.000,00 | - | 248.561.001,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 111.439.580,00 | (29.509.322,00) | - | - | 81.930.258,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 4.237.914,00 | - | - | - | 4.237.914,00 |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 9.400.000,00 | - | - | - | 9.400.000,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 386.942.366,00 | 9.094.269,00 | - | - | 396.036.635,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 317.694.353,00 | 54.456.091,00 | - | - | 372.150.444,00 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 4.280.856,00 | - | - | - | 4.280.856,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 1.180.302.167,00 | 188.582.155,00 | - | - | 1.368.884.322,00 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 2.790.000,00 | - | - | - | 2.790.000,00 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 3.791.000,00 | 352.000,00 | - | - | 4.143.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 50.158.852,00 | (3.306.497,00) | - | - | 46.852.355,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 167.975.080,00 | (25.121.305,00) | - | - | 142.853.775,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 534.000,00 | - | - | - | 534.000,00 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 33.451.449,00 | 6.256.605,00 | - | - | 39.708.054,00 |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 30.956.324,00 | - | - | - | 30.956.324,00 |
| 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 287.253.838,00 | (40.051.678,00) | - | - | 247.202.160,00 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 4.000,00 | - | - | - | 4.000,00 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 451.440,00 | - | - | - | 451.440,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 891.409.257,00 | (7.422.545,00) | - | - | 883.986.712,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 2.116.992.949,00 | (113.377.237,00) | - | - | 2.003.615.712,00 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 187.071.082,00 | (19.385.970,00) | - | - | 167.685.112,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 4.260.506,00 | - | - | - | 4.260.506,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 102.020.649,00 | 15.376.000,00 | - | - | 117.396.649,00 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 77.046.751,00 | - | - | - | 77.046.751,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 1.298.404.594,00 | - | - | - | 1.298.404.594,00 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 1.800.000,00 | - | - | - | 1.800.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 129.166.280,00 | (10.532.360,00) | - | - | 118.633.920,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÐICULTURA | 3.750.000,00 | - | - | - | 3.750.000,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 28.203.863,00 | (2.000.000,00) | - | - | 26.203.863,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 2.900.000,00 | - | - | - | 2.900.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 2.600.000,00 | - | - | - | 2.600.000,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 10.398.338,00 | - | - | - | 10.398.338,00 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE | 1.500.000,00 | - | - | - | 1.500.000,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 45.646.137,00 | - | - | - | 45.646.137,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 13.334.491,00 | (179.100,00) | - | - | 13.155.391,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 3.850.000,00 | - | - | - | 3.850.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 4.700.000,00 | - | - | - | 4.700.000,00 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 6.173.172,00 | - | - | - | 6.173.172,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 2.150.000,00 | - | - | - | 2.150.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 1.200.000,00 | - | - | - | 1.200.000,00 |
| 1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 1.500.000,00 | - | - | - | 1.500.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 131.959.481,00 | 7.518.000,00 | - | - | 139.477.481,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 89.050.775,00 | (14.925.268,00) | - | - | 74.125.507,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 900.000,00 | - | - | - | 900.000,00 |
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 1.723.648.332,00 | 248.275.140,00 | 17.721.706,00 | - | 1.989.645.178,00 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 504.135.913,00 | 268.732.828,00 | 1.000.000,00 | - | 773.868.741,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 172.319.433,00 | (3.350.447,00) | - | - | 168.968.986,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 19.115.343,00 | (5.497.648,00) | - | - | 13.617.695,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 1.550.000,00 | - | - | - | 1.550.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 35.726.250,00 | (2.822.105,00) | - | - | 32.904.145,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 47.048.810,00 | (7.150.490,00) | - | - | 39.898.320,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 54.376.919,00 | (498.000,00) | - | - | 53.878.919,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 7.644.720,00 | - | 4.128.080,00 | - | 11.772.800,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 1.740.000,00 | - | - | - | 1.740.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 13.219.185,00 | 1.330.000,00 | - | - | 14.549.185,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 700.000,00 | - | - | - | 700.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 24.871.764,00 | - | - | - | 24.871.764,00 |
| SUDESTE | 42.506.859.100,00 | 3.047.776.076,00 | 149.946.984,00 | - | 45.704.582.160,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 3.543.000,00 | - | - | - | 3.543.000,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 37.763.880,00 | 537.500,00 | - | - | 38.301.380,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 16.566.400,00 | 413.100,00 | - | - | 16.979.500,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 650.000,00 | - | - | - | 650.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 2.765.976.115,00 | 546.940.000,00 | - | - | 3.312.916.115,00 |
| 0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA | 3.000.000,00 | - | - | - | 3.000.000,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 13.500.000,00 | - | - | - | 13.500.000,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 225.695.298,00 | 44.645.114,00 | - | - | 270.340.412,00 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 1.980.000,00 | - | - | - | 1.980.000,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 3.473.027,00 | - | - | - | 3.473.027,00 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 5.373.000,00 | - | - | - | 5.373.000,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.070.000,00 | - | - | - | 1.070.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 10.121.973,00 | - | - | - | 10.121.973,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 9.003.000,00 | (3.448,00) | - | - | 8.999.552,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 10.754.670,00 | - | - | - | 10.754.670,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 3.853.077,00 | - | - | - | 3.853.077,00 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 1.370.000,00 | - | - | - | 1.370.000,00 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 1.400.000,00 | - | 300.000,00 | - | 1.700.000,00 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |
| 0273 LUZ PARA TODOS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 718.344.277,00 | 24.725.329,00 | - | - | 743.069.606,00 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 250.000,00 | - | - | - | 250.000,00 |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | 13.400.000,00 | - | - | - | 13.400.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 3.376.535,00 | 3.000.000,00 | - | - | 6.376.535,00 |
| 0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 650.000,00 | - | - | - | 650.000,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 1.745.000,00 | - | - | - | 1.745.000,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 26.060.712,00 | - | - | - | 26.060.712,00 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 3.400.000,00 | - | - | - | 3.400.000,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 32.429.037,00 | - | - | - | 32.429.037,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 2.030.000,00 | - | - | - | 2.030.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 1.040.000,00 | - | - | - | 1.040.000,00 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 120.000,00 | - | - | - | 120.000,00 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 108.972.445,00 | (17.337.208,00) | 4.000.000,00 | - | 95.635.237,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 41.818.690,00 | (13.160.428,00) | - | - | 28.658.262,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 106.537.654,00 | 3.136.104,00 | 6.282.000,00 | - | 115.955.758,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 469.914.934,00 | 54.390.818,00 | - | - | 524.305.752,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 4.985.000,00 | (4.370.000,00) | - | - | 615.000,00 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 20.697.519,00 | 4.786.771,00 | 600.000,00 | - | 26.084.290,00 |
| 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 1.790.000,00 | - | - | - | 1.790.000,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 8.956.133,00 | - | - | - | 8.956.133,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 6.335.000,00 | - | - | - | 6.335.000,00 |
| 0647 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO | 51.700.000,00 | - | - | - | 51.700.000,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 2.500.000,00 | - | - | - | 2.500.000,00 |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 8.011.814,00 | (1.731.714,00) | - | - | 6.280.100,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 1.430.000,00 | - | - | - | 1.430.000,00 |
| 0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA | - | - | 30.000.000,00 | - | 30.000.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 963.875.363,00 | 263.232.228,00 | - | - | 1.227.107.591,00 |
| 0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 12.000,00 | - | - | - | 12.000,00 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 9.039.600,00 | - | - | - | 9.039.600,00 |
| 0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 2.500.000,00 | - | - | - | 2.500.000,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 54.484.456,00 | (948.603,00) | - | - | 53.535.853,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 150.643.720,00 | (36.000.000,00) | 9.300.000,00 | - | 123.943.720,00 |
| 0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 105.340,00 | 16.628,00 | - | - | 121.968,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.830.000,00 | - | - | - | 1.830.000,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 120.558.581,00 | (5.467.461,00) | - | - | 115.091.120,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 31.233.156,00 | - | - | - | 31.233.156,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 6.300.000,00 | - | - | - | 6.300.000,00 |
| 1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER | 2.718.400,00 | - | - | - | 2.718.400,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 1.430.000,00 | - | - | - | 1.430.000,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 1.171.229.953,00 | 92.412.764,00 | - | - | 1.263.642.717,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 868.749.242,00 | 177.722.475,00 | - | - | 1.046.471.717,00 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 13.563.393,00 | 50.400,00 | - | - | 13.613.793,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 5.204.738.168,00 | 1.023.448.909,00 | 6.744.912,00 | - | 6.234.931.989,00 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 2.350.000,00 | - | - | - | 2.350.000,00 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 43.964.508,00 | - | - | - | 43.964.508,00 |
| 1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES | 33.000.000,00 | - | - | - | 33.000.000,00 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 47.248.417,00 | (7.754.388,00) | - | - | 39.494.029,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 31.875.971,00 | (6.041.965,00) | - | - | 25.834.006,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 1.157.404.208,00 | 300.006.093,00 | - | - | 1.457.410.301,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 5.220.000,00 | - | - | - | 5.220.000,00 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 398.113.590,00 | (10.147.289,00) | - | - | 387.966.301,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 92.999.683,00 | (13.855.152,00) | - | - | 79.144.531,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 579.705.576,00 | (138.623.010,00) | - | - | 441.082.566,00 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 22.312.030,00 | - | - | - | 22.312.030,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 3.243.580.706,00 | (42.157.176,00) | - | - | 3.201.423.530,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 13.324.840.724,00 | 355.842.958,00 | 1.069.897,00 | - | 13.681.753.579,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 294.007.089,00 | (7.245.947,00) | - | - | 286.761.142,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 7.724.490,00 | - | - | - | 7.724.490,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 1.428.606.959,00 | 108.569.000,00 | - | - | 1.537.175.959,00 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 34.411.314,00 | (10.174.403,00) | - | - | 24.236.911,00 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 780.000,00 | - | - | - | 780.000,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 59.381.165,00 | 2.900.000,00 | - | - | 62.281.165,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 3.604.629.414,00 | - | - | - | 3.604.629.414,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 98.917.356,00 | (15.139.670,00) | 11.150.175,00 | - | 94.927.861,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 1.260.683,00 | - | - | - | 1.260.683,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 750.000,00 | - | - | - | 750.000,00 |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 16.200.000,00 | (6.000.000,00) | - | - | 10.200.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 68.557.040,00 | 4.812.600,00 | - | - | 73.369.640,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 88.337.584,00 | 5.832.089,00 | - | - | 94.169.673,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 146.324.454,00 | 47.435,00 | - | - | 146.371.889,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 118.159.443,00 | 698.465,00 | - | - | 118.857.908,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 7.479.146,00 | - | - | - | 7.479.146,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.230.000,00 | - | - | - | 2.230.000,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 14.290.000,00 | - | - | - | 14.290.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 4.980.000,00 | - | - | - | 4.980.000,00 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 800.000,00 | - | - | - | 800.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 360.020.372,00 | 9.717.000,00 | - | - | 369.737.372,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 53.179.723,00 | 2.306.775,00 | - | - | 55.486.498,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 124.795.037,00 | (88.000.000,00) | - | - | 36.795.037,00 |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 2.323.325.512,00 | 537.087.498,00 | 77.500.000,00 | - | 2.937.913.010,00 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 568.378.253,00 | (12.947.516,00) | 3.000.000,00 | - | 558.430.737,00 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 328.308.649,00 | (18.637.099,00) | - | - | 309.671.550,00 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÓES | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 6.680.000,00 | - | - | - | 6.680.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 8.300.000,00 | - | - | - | 8.300.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 99.704.700,00 | (22.703.108,00) | - | - | 77.001.592,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 179.939.326,00 | (34.592.997,00) | - | - | 145.346.329,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 31.097.027,00 | (5.000.000,00) | - | - | 26.097.027,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 13.056.624,00 | (543.395,00) | - | - | 12.513.229,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 60.427.835,00 | (920.000,00) | - | - | 59.507.835,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 8.504.930,00 | - | - | - | 8.504.930,00 |
| SUL | 17.928.869.299,00 | 1.494.309.907,00 | 91.100.000,00 | 23.291.916,00 | 19.537.571.122,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 28.763.760,00 | - | - | - | 28.763.760,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 9.539.600,00 | - | - | - | 9.539.600,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 400.000,00 | - | - | - | 400.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.015.223.648,00 | 248.707.000,00 | - | - | 1.263.930.648,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 42.974.437,00 | - | - | - | 42.974.437,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 71.111.525,00 | 39.157.242,00 | - | - | 110.268.767,00 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 250.000,00 | - | - | - | 250.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.050.000,00 | - | - | - | 1.050.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 3.300.000,00 | - | - | - | 3.300.000,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 9.048.542,00 | - | - | - | 9.048.542,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 8.848.285,00 | - | - | - | 8.848.285,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 650.000,00 | - | - | - | 650.000,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 322.151.253,00 | (6.448.858,00) | - | - | 315.702.395,00 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 33.950.000,00 | (13.750.440,00) | - | - | 20.199.560,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 2.900.000,00 | - | - | - | 2.900.000,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 9.850.000,00 | - | - | - | 9.850.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 34.748.760,00 | 26.503.011,00 | - | - | 61.251.771,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 28.064.506,00 | (2.960.000,00) | - | - | 25.104.506,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 48.950.207,00 | 1.064.145,00 | 300.000,00 | - | 50.314.352,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 221.909.270,00 | 29.001.157,00 | - | - | 250.910.427,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 5.150.000,00 | (5.150.000,00) | - | - | - |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 10.100.000,00 | 1.200.000,00 | - | - | 11.300.000,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 350.000,00 | - | - | - | 350.000,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 26.295.553,00 | (9.087.173,00) | - | - | 17.208.380,00 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 800.000,00 | - | - | - | 800.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 158.901.782,00 | 66.781.330,00 | - | - | 225.683.112,00 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 9.039.600,00 | - | - | - | 9.039.600,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 161.582.742,00 | 950.719,00 | - | - | 162.533.461,00 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES) | 651.081,00 | - | - | - | 651.081,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.200.000,00 | - | - | - | 1.200.000,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 4.690.000,00 | - | - | - | 4.690.000,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 12.303.851,00 | - | - | - | 12.303.851,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 3.650.000,00 | - | - | - | 3.650.000,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 380.000,00 | - | - | - | 380.000,00 |
| 1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 369.607.213,00 | 18.161.038,00 | - | 23.291.916,00 | 411.060.167,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 418.184.956,00 | 104.079.568,00 | - | - | 522.264.524,00 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 3.220.043,00 | - | - | - | 3.220.043,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 2.984.248.386,00 | 477.327.950,00 | - | - | 3.461.576.336,00 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 400.000,00 | - | - | - | 400.000,00 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 4.400.000,00 | - | - | - | 4.400.000,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 185.210.131,00 | (64.329.456,00) | - | - | 120.880.675,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 6.520.000,00 | - | - | - | 6.520.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 138.209.531,00 | 43.375.878,00 | - | - | 181.585.409,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 14.085.000,00 | - | - | - | 14.085.000,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 328.978.901,00 | (41.195.066,00) | - | - | 287.783.835,00 |
| 1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM | 500.000,00 | - | - | - | 500.000,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 1.255.257.826,00 | - | - | - | 1.255.257.826,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 5.214.424.618,00 | 228.980.449,00 | - | - | 5.443.405.067,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 74.480.000,00 | 3.100.000,00 | - | - | 77.580.000,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 3.433.924,00 | - | - | - | 3.433.924,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 391.756.261,00 | 45.471.000,00 | - | - | 437.227.261,00 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 329.609.138,00 | 151.480.991,00 | - | - | 481.090.129,00 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 41.930.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | 42.930.000,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 1.277.663.506,00 | - | - | - | 1.277.663.506,00 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 39.971.318,00 | (3.692.799,00) | - | - | 36.278.519,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 300.000,00 | - | - | - | 300.000,00 |
| 1346 QUALIDADE AMBIENTAL | 213.204,00 | - | 10.000.000,00 | - | 10.213.204,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 3.060.000,00 | - | - | - | 3.060.000,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 26.460.399,00 | - | - | - | 26.460.399,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 59.648.294,00 | 100.000,00 | - | - | 59.748.294,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 52.421.918,00 | (100.500,00) | - | - | 52.321.418,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 15.583.177,00 | (5.034.917,00) | - | - | 10.548.260,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.300.000,00 | - | - | - | 2.300.000,00 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 2.400.000,00 | - | - | - | 2.400.000,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 600.000,00 | - | - | - | 600.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 109.507.104,00 | 1.771.000,00 | - | - | 111.278.104,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 65.428.218,00 | (3.127.933,00) | - | - | 62.300.285,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 150.000,00 | - | - | - | 150.000,00 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 252.058.634,00 | 91.054.283,00 | 13.500.000,00 | - | 356.612.917,00 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 1.612.259.763,00 | 64.081.421,00 | 67.300.000,00 | - | 1.743.641.184,00 |
| 1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE | 665.376,00 | - | - | - | 665.376,00 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 206.948.934,00 | 4.872.931,00 | - | - | 211.821.865,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 3.650.000,00 | - | - | - | 3.650.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 4.285.000,00 | - | - | - | 4.285.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 14.833.800,00 | 965.936,00 | - | - | 15.799.736,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 2.700.000,00 | - | - | - | 2.700.000,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 17.610.745,00 | - | - | - | 17.610.745,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 9.751.632,00 | - | - | - | 9.751.632,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 2.000.000,00 | - | - | - | 2.000.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 23.000.237,00 | - | - | - | 23.000.237,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 200.000,00 | - | - | - | 200.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 65.563.710,00 | - | - | - | 65.563.710,00 |
| NACIONAL | 1.621.973.032.736,00 | 52.412.090.026,00 | 8.059.940.270,00 | 12.846.243.352,00 | 1.695.291.306.384,00 |
| 0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE | 611.985.485,00 | 10.726.803,00 | - | - | 622.712.288,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 10.796.952,00 | (1.200.000,00) | - | - | 9.596.952,00 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 18.507.080,00 | - | - | - | 18.507.080,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 36.682.356,00 | - | - | - | 36.682.356,00 |
| 0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA | 237.781.015.166,00 | 11.383.915.141,00 | - | - | 249.164.930.307,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 267.029.731,00 | 9.530.000,00 | - | - | 276.559.731,00 |
| 0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 6.112.123,00 | 129.952,00 | - | - | 6.242.075,00 |
| 0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | 66.515.758,00 | 903.304,00 | - | - | 67.419.062,00 |
| 0088 INDENIZAÇÓES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DAUNIÃO | 1.026.178.117,00 | 348.535.850,00 | - | - | 1.374.713.967,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 61.742.082.038,00 | (9.116.411,00) | - | - | 61.732.965.627,00 |
| 0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA | 28.185.163.960,00 | 153.827.071,00 | - | - | 28.338.991.031,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 186.833.718,00 | 12.600.000,00 | - | - | 199.433.718,00 |
| 0102 REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO | 26.801.000,00 | - | - | - | 26.801.000,00 |
| 0103 CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA | 4.625.000,00 | - | - | - | 4.625.000,00 |
| 0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS | 953.647.892,00 | 271.773.520,00 | - | - | 1.225.421.412,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 198.072.000,00 | 620.000,00 | - | - | 198.692.000,00 |
| 0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO | 13.204.658,00 | (3.073.862,00) | - | - | 10.130.796,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 842.909.246,00 | 19.480.089,00 | - | - | 862.389.335,00 |
| 0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS | 561.000.000,00 | 481.000.000,00 | - | - | 1.042.000.000,00 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 1.413.973.852,00 | (57.044.339,00) | - | 27.000.000,00 | 1.383.929.513,00 |
| 0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS | 332.774.420,00 | (85.350.525,00) | - | - | 247.423.895,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 27.500.000,00 | 800.000,00 | - | - | 28.300.000,00 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 723.737.489,00 | 71.021.905,00 | - | - | 794.759.394,00 |
| 0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 30.385.919,00 | - | - | - | 30.385.919,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 20.904.396,00 | - | - | - | 20.904.396,00 |
| 0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS | 10.937.757,00 | - | - | - | 10.937.757,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 36.050.000,00 | 980.000,00 | - | - | 37.030.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 51.244.912,00 | 1.725.425,00 | 2.000.000,00 | 10.000.000,00 | 64.970.337,00 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 186.392.404,00 | 3.448,00 | - | 5.166.774,00 | 191.562.626,00 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 318.746.258,00 | 3.385.319,00 | - | - | 322.131.577,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 45.629.723,00 | 800.000,00 | 500.000,00 | - | 46.929.723,00 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 16.458.484,00 | (116.736,00) | - | - | 16.341.748,00 |
| 0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA | 91.269.481,00 | (2.352.186,00) | - | - | 88.917.295,00 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 684.394.183,00 | (213.000,00) | 572.630.000,00 | 60.000.000,00 | 1.316.811.183,00 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 620.647.195,00 | 27.278.800,00 | 117.484.000,00 | 5.050.000,00 | 770.459.995,00 |
| 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÓES | 7.300.326,00 | - | - | - | 7.300.326,00 |
| 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 195.649.677,00 | 9.321.618,00 | - | - | 204.971.295,00 |
| 0273 LUZ PARA TODOS | 63.678.632,00 | (2.868.622,00) | - | - | 60.810.010,00 |
| 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA | 104.095.446,00 | (9.900.045,00) | - | - | 94.195.401,00 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 137.200.000,00 | 10.625.000,00 | - | 160.000.000,00 | 307.825.000,00 |
| 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA | 2.845.867.291,00 | - | - | - | 2.845.867.291,00 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 2.231.967.184,00 | 10.000.000,00 | - | 210.000.000,00 | 2.451.967.184,00 |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | 7.796.657.175,00 | 89.580.810,00 | - | - | 7.886.237.985,00 |
| 0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÓES | 25.300.000,00 | - | - | - | 25.300.000,00 |
| 0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS | 77.492.789,00 | - | - | - | 77.492.789,00 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 241.394.468,00 | - | - | - | 241.394.468,00 |
| 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA | 89.202.205,00 | - | - | - | 89.202.205,00 |
| 0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÓES PRODUTORAS DE CACAU | 28.928.581,00 | 337.140,00 | - | - | 29.265.721,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0365 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO | 307.872.795,00 | 90.000.000,00 | - | - | 397.872.795,00 |
| 0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS | 23.830.000,00 | - | - | - | 23.830.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 101.530.874,00 | (563.500,00) | 3.086.429,00 | - | 104.053.803,00 |
| 0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE | 464.846.092,00 | 39.712.793,00 | - | 84.367.315,00 | 588.926.200,00 |
| 0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 200.380.659,00 | 26.876.270,00 | 15.500.000,00 | - | 242.756.929,00 |
| 0393 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | 212.056.574,00 | 5.463.628,00 | - | - | 217.520.202,00 |
| 0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS | 21.048.001,00 | (595.000,00) | - | - | 20.453.001,00 |
| 0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA | 1.537.839.619,00 | (1.630.000,00) | 2.145.293,00 | - | 1.538.354.912,00 |
| 0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER | 14.505.493,00 | 1.100.000,00 | - | - | 15.605.493,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 24.677.652,00 | (500.000,00) | - | - | 24.177.652,00 |
| 0460 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 807.242.264,00 | 39.854.054,00 | - | 19.025.574,00 | 866.121.892,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 707.040.165,00 | 8.300.000,00 | - | - | 715.340.165,00 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 309.547.251,00 | (2.179.033,00) | - | - | 307.368.218,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 127.401.530,00 | (4.885.732,00) | - | - | 122.515.798,00 |
| 0472 PROANTAR | 18.392.700,00 | - | - | - | 18.392.700,00 |
| 0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 54.127.400,00 | (200.000,00) | - | - | 53.927.400,00 |
| 0474 RECURSOS DO MAR | 4.540.859,00 | - | - | - | 4.540.859,00 |
| 0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA | 8.190.000,00 | - | - | - | 8.190.000,00 |
| 0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | 99.920.000,00 | 2.644.185,00 | - | - | 102.564.185,00 |
| 0497 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS | 4.772.421,00 | - | - | - | 4.772.421,00 |
| 0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER | 90.280.000,00 | 8.783.000,00 | - | - | 99.063.000,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 52.142.092,00 | 1.536.000,00 | - | - | 53.678.092,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 36.637.659,00 | 1.357.821,00 | - | - | 37.995.480,00 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 87.967.734,00 | 3.124.450,00 | - | - | 91.092.184,00 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 10.437.348,00 | - | - | - | 10.437.348,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 46.073.459,00 | (6.205.459,00) | 2.277.449,00 | - | 42.145.449,00 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 913.155.304,00 | (26.804.000,00) | - | - | 886.351.304,00 |
| 0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL | 2.229.013.155,00 | (50.450.000,00) | - | - | 2.178.563.155,00 |
| 0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | 2.798.060.126,00 | (72.801.500,00) | - | - | 2.725.258.626,00 |
| 0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 405.305.883,00 | (11.000.000,00) | - | - | 394.305.883,00 |
| 0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR | 187.316.868,00 | (2.899.526,00) | - | - | 184.417.342,00 |
| 0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL | 216.834.251,00 | 394.800,00 | - | - | 217.229.051,00 |
| 0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 709.799.486,00 | (10.187.799,00) | - | - | 699.611.687,00 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 5.835.225.053,00 | 57.910.586,00 | 52.308.059,00 | - | 5.945.443.698,00 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 3.871.312.590,00 | (34.880.211,00) | 2.576.000,00 | - | 3.839.008.379,00 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 7.817.258.624,00 | 381.102.695,00 | 2.300.000,00 | - | 8.200.661.319,00 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 2.034.178.206,00 | 182.528.854,00 | - | - | 2.216.707.060,00 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 2.774.345.753,00 | (51.140.899,00) | 7.250.000,00 | - | 2.730.454.854,00 |
| 0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE | 946.927.312,00 | 107.324.370,00 | - | 283.000.000,00 | 1.337.251.682,00 |
| 0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA | 939.750.341,00 | (35.121.781,00) | - | - | 904.628.560,00 |
| 0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL | 809.389.383,00 | 5.593.881,00 | - | - | 814.983.264,00 |
| 0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO | 999.215.819,00 | - | - | - | 999.215.819,00 |
| 0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL | 31.692.630,00 | (2.982.876,00) | - | - | 28.709.754,00 |
| 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL | 2.793.460.106,00 | 12.391.141,00 | 1.499.474.706,00 | - | 4.305.325.953,00 |
| 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL | 196.480.000,00 | (79.056.788,00) | 10.000.000,00 | - | 127.423.212,00 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 368.584.240,00 | 84.712.500,00 | - | - | 453.296.740,00 |
| 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL | 122.100.769,00 | 60.000.000,00 | - | - | 182.100.769,00 |
| 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL | 329.745.513,00 | 64.401.412,00 | - | - | 394.146.925,00 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 399.371.790,00 | 2.526.278,00 | - | - | 401.898.068,00 |
| 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA | 1.350.256.001,00 | 214.883.610,00 | - | 100.000.000,00 | 1.665.139.611,00 |
| 0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA | 37.647.534,00 | (2.320.623,00) | - | - | 35.326.911,00 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 1.337.917.804,00 | 134.999.407,00 | 1.000.000,00 | - | 1.473.917.211,00 |
| 0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO | 37.400.000,00 | 849.626,00 | - | - | 38.249.626,00 |
| 0639 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA | 142.688.433,00 | - | - | - | 142.688.433,00 |
| 0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA | 24.560.000,00 | - | - | - | 24.560.000,00 |
| 0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL | 316.657.886,00 | 24.091.311,00 | - | 600.000,00 | 341.349.197,00 |
| 0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE | 134.650.000,00 | 150.000,00 | - | - | 134.800.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 0643 CALHA NORTE | 1.377.176,00 | - | - | - | 1.377.176,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 495.093.127,00 | (6.796.700,00) | - | - | 488.296.427,00 |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 157.647.880,00 | 20.700.000,00 | - | - | 178.347.880,00 |
| 0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE | 268.895.000,00 | (4.512.926,00) | 50.000.000,00 | 70.000.000,00 | 384.382.074,00 |
| 0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS | 326.344.554,00 | (26.521.000,00) | - | 402.000.000,00 | 701.823.554,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 16.500.000,00 | - | - | 100.000.000,00 | 116.500.000,00 |
| 0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS | 34.739.054,00 | - | - | - | 34.739.054,00 |
| 0682 DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR | 40.000.000,00 | - | - | - | 40.000.000,00 |
| 0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA | 140.267.628,00 | - | - | - | 140.267.628,00 |
| 0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO | 5.120.000,00 | - | - | - | 5.120.000,00 |
| 0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA | 13.744.181,00 | 49.437,00 | - | - | 13.793.618,00 |
| 0697 DEFESA DO CONSUMIDOR | 17.962.000,00 | - | - | - | 17.962.000,00 |
| 0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA | 36.880.000,00 | 1.228.000,00 | - | - | 38.108.000,00 |
| 0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA | 162.201.460,00 | 23.868.510,00 | 800.000,00 | - | 186.869.970,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 49.348.252.595,00 | (130.129.914,00) | 11.649.025,00 | - | 49.229.771.706,00 |
| 0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO | 184.000.000,00 | - | - | - | 184.000.000,00 |
| 0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA | 72.576.098,00 | 4.501.928,00 | - | - | 77.078.026,00 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 39.062.325,00 | 243.452,00 | - | - | 39.305.777,00 |
| 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA | 7.335.050.683,00 | 389.577.085,00 | - | 59.916.816,00 | 7.784.544.584,00 |
| 0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO | 19.754.873,00 | - | - | - | 19.754.873,00 |
| 0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO | 249.987.163,00 | (22.965.000,00) | - | - | 227.022.163,00 |
| 0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL | 433.403.575,00 | 48.500.000,00 | - | 16.914.967,00 | 498.818.542,00 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 1.423.443.563,00 | 112.504.530,00 | - | 7.750.948,00 | 1.543.699.041,00 |
| 0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICASE ÁREAS AFINS | 38.423.235,00 | - | - | - | 38.423.235,00 |
| 0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 121.802.598,00 | 17.895.839,00 | - | - | 139.698.437,00 |
| 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS | 4.489.182,00 | - | - | - | 4.489.182,00 |
| 0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO | 56.490.371,00 | - | - | - | 56.490.371,00 |
| 0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS | 2.318.001.744,00 | 82.462.184,00 | - | - | 2.400.463.928,00 |
| 0797 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 164.483.425,00 | 23.867.906,00 | - | 723.000,00 | 189.074.331,00 |
| 0798 COMPRAS GOVERNAMENTAIS | 57.227.508,00 | - | - | - | 57.227.508,00 |
| 0801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA | 32.043.857,00 | 2.910.523,00 | - | 4.122.000,00 | 39.076.380,00 |
| 0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO | 35.963.000,00 | 180.000,00 | - | - | 36.143.000,00 |
| 0810 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H | 1.000.000,00 | - | - | - | 1.000.000,00 |
| 0812 COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS | 4.129.055,00 | - | - | - | 4.129.055,00 |
| 0813 MONUMENTA | 150.000.000,00 | (6.710.000,00) | - | - | 143.290.000,00 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 15.383.149.011,00 | (734.748.092,00) | 1.001.167,00 | 111.000,00 | 14.649.513.086,00 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 15.248.471.509,00 | - | 70.000.000,00 | - | 15.318.471.509,00 |
| 0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES) | 165.073.772.740,00 | 48.040.809.000,00 | - | - | 213.114.581.740,00 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES) | 18.077.558.610,00 | (7.813.000,00) | - | - | 18.069.745.610,00 |
| 0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA | 574.725.503.678,00 | - | - | - | 574.725.503.678,00 |
| 0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA | 9.369.692.140,00 | - | - | - | 9.369.692.140,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 111.604.689.681,00 | 234.231.693,00 | 5.048.500.000,00 | 700.000.000,00 | 117.587.421.374,00 |
| 0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 584.420.060,00 | (132.628,00) | 925.018,00 | - | 585.212.450,00 |
| 0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 21.184.044.618,00 | (7.596.459.265,00) | - | - | 13.587.585.353,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 32.547.465,00 | - | - | - | 32.547.465,00 |
| 1003 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO | 33.900.000,00 | 2.000.000,00 | - | - | 35.900.000,00 |
| 1004 GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 47.648.498,00 | - | 3.950.000,00 | - | 51.598.498,00 |
| 1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATEÀ FOME | 75.588.487,00 | (1.350.000,00) | - | - | 74.238.487,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 142.269.934,00 | (2.235.238,00) | - | - | 140.034.696,00 |
| 1016 ARTESANATO BRASILEIRO | 985.408,00 | - | - | - | 985.408,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 25.374.267,00 | - | 2.245.924,00 | - | 27.620.191,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 52.200.000,00 | - | - | 274.500.000,00 | 326.700.000,00 |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | - | (330.000.000,00) | - | 3.374.299.483,00 | 3.044.299.483,00 |
| 1030 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL | 56.440.526,00 | 8.859.682,00 | - | - | 65.300.208,00 |
| 1032 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL | 512.511.395,00 | 22.964.419,00 | - | - | 535.475.814,00 |
| 1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 20.815.591,00 | (2.874.129,00) | - | - | 17.941.462,00 |
| 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | 1.110.000,00 | - | - | - | 1.110.000,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 941.843.330,00 | 71.327.462,00 | - | - | 1.013.170.792,00 |
| 1057 COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS | 32.513.552,00 | - | - | - | 32.513.552,00 |
| 1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 621.427.771,00 | 59.250.000,00 | - | 140.000.000,00 | 820.677.771,00 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 9.772.172.576,00 | 637.526.152,00 | - | 2.218.185.382,00 | 12.627.884.110,00 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 757.493.097,00 | 98.501.327,00 | - | - | 855.994.424,00 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 2.047.567.143,00 | (1.943.491.184,00) | - | - | 104.075.959,00 |
| 1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 5.744.000,00 | (150.000,00) | - | - | 5.594.000,00 |
| 1069 GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL | 6.000.000,00 | - | - | - | 6.000.000,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 4.482.698.084,00 | 1.773.517.982,00 | - | - | 6.256.216.066,00 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 21.239.664,00 | - | - | - | 21.239.664,00 |
| 1079 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 2.500.000,00 | - | - | - | 2.500.000,00 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 4.745.000,00 | - | - | - | 4.745.000,00 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 3.500.000,00 | - | - | - | 3.500.000,00 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 8.990.696,00 | - | - | - | 8.990.696,00 |
| 1088 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA | 54.550.000,00 | 1.369.000,00 | - | - | 55.919.000,00 |
| 1102 AGENDA 21 | 1.220.687,00 | - | - | - | 1.220.687,00 |
| 1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 90.799.575,00 | - | - | 2.000.000,00 | 92.799.575,00 |
| 1109 MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL | 16.883.020,00 | 456.972,00 | - | - | 17.339.992,00 |
| 1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES | 1.201.497.154,00 | 117.155.359,00 | - | - | 1.318.652.513,00 |
| 1115 GEOLOGIA DO BRASIL | 276.937.561,00 | 72.284.278,00 | - | - | 349.221.839,00 |
| 1116 CRÉDITO FUNDIÁRIO | 420.745.524,00 | - | - | - | 420.745.524,00 |
| 1120 PAZ NO CAMPO | 15.695.550,00 | - | - | - | 15.695.550,00 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 63.823.623,00 | - | - | - | 63.823.623,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 303.385.160,00 | (11.800.000,00) | 5.000.000,00 | - | 296.585.160,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 125.705.538,00 | 85.650.000,00 | - | - | 211.355.538,00 |
| 1132 DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO | 3.000.000,00 | - | - | - | 3.000.000,00 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 86.730.000,00 | - | - | - | 86.730.000,00 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 52.515.053,00 | (501.224,00) | - | - | 52.013.829,00 |
| 1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS | 1.400.000,00 | - | - | - | 1.400.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 123.698.817,00 | (23.720.906,00) | - | - | 99.977.911,00 |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 214.704.705,00 | (10.847.000,00) | - | - | 203.857.705,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 429.186.156,00 | 11.200.000,00 | - | - | 440.386.156,00 |
| 1143 PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA | 450.000,00 | - | - | - | 450.000,00 |
| 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS | 12.200.500,00 | 200.000,00 | - | - | 12.400.500,00 |
| 1157 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES | 121.900.928,00 | 1.514.098,00 | - | - | 123.415.026,00 |
| 1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL | 62.906.551,00 | - | - | - | 62.906.551,00 |
| 1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL | 173.491.030,00 | 854.982,00 | - | - | 174.346.012,00 |
| 1164 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO | 3.428.000,00 | - | - | - | 3.428.000,00 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 1.021.685.449,00 | 435.319.035,00 | - | - | 1.457.004.484,00 |
| 1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM | 140.000.000,00 | - | - | - | 140.000.000,00 |
| 1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO | 578.787.865,00 | 81.263.451,00 | - | - | 660.051.316,00 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 60.410.655,00 | 6.358.611,00 | - | - | 66.769.266,00 |
| 1185 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR | 183.819.043,00 | 17.985.364,00 | - | - | 201.804.407,00 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 312.161.352,00 | 2.175.000,00 | - | 212.084,00 | 314.548.436,00 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 762.370.439,00 | 38.551.652,00 | - | - | 800.922.091,00 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 878.942.217,00 | (4.745.271,00) | 10.000.000,00 | 725.406.663,00 | 1.609.603.609,00 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 17.765.265,00 | - | - | - | 17.765.265,00 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 70.933.670,00 | 2.870.500,00 | - | - | 73.804.170,00 |
| 1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR | 673.080.000,00 | - | 77.000.000,00 | - | 750.080.000,00 |
| 1266 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA | 4.742.774,00 | - | - | - | 4.742.774,00 |
| 1279 ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA | 17.848.584,00 | 1.396.654,00 | - | - | 19.245.238,00 |
| 1287 SANEAMENTO RURAL | 206.521.787,00 | (3.270.706,00) | - | - | 203.251.081,00 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 381.993.282,00 | (29.291.700,00) | - | - | 352.701.582,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 2.456.620.490,00 | (87.950.000,00) | - | 472.191.016,00 | 2.840.861.506,00 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 363.078.825,00 | 72.201.294,00 | - | 15.200.000,00 | 450.480.119,00 |
| 1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE | 66.274.460,00 | 939.200,00 | - | - | 67.213.660,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 94.972.274,00 | 5.855.458,00 | 150.000.000,00 | - | 250.827.732,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 129.150.684,00 | 70.000.000,00 | - | 28.000.000,00 | 227.150.684,00 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 571.025.000,00 | 51.000.000,00 | - | - | 622.025.000,00 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 80.860.371,00 | (10.641.000,00) | - | - | 70.219.371,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 177.281.243,00 | (900.000,00) | - | - | 176.381.243,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 43.308.963,00 | - | - | - | 43.308.963,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 116.968.594,00 | - | - | - | 116.968.594,00 |
| 1346 QUALIDADE AMBIENTAL | 33.457.643,00 | (119.768,00) | 5.200.000,00 | - | 38.537.875,00 |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 70.354.912,00 | (43.000.000,00) | - | - | 27.354.912,00 |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 149.400.000,00 | 6.600.000,00 | - | - | 156.000.000,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 7.638.720,00 | - | - | - | 7.638.720,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 75.408.701,00 | 1.258.588,00 | - | - | 76.667.289,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 1.580.488.481,00 | 10.879.733,00 | - | - | 1.591.368.214,00 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 149.752.592,00 | 425.731,00 | - | - | 150.178.323,00 |
| 1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE | 283.000.000,00 | - | - | 203.461.000,00 | 486.461.000,00 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 22.236.408.280,00 | 166.241.469,00 | - | 33.728.500,00 | 22.436.378.249,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 30.527.000,00 | - | - | 47.905.900,00 | 78.432.900,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 52.345.000,00 | 12.250.000,00 | - | - | 64.595.000,00 |
| 1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO | 4.300.000,00 | - | - | - | 4.300.000,00 |
| 1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO | 193.065.544,00 | (33.242.761,00) | - | - | 159.822.783,00 |
| 1391 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC | 25.748.811,00 | - | - | - | 25.748.811,00 |
| 1401 REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS | 855.556.927,00 | 65.510.000,00 | - | - | 921.066.927,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 23.060.000,00 | - | - | - | 23.060.000,00 |
| 1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA | 11.500.000,00 | - | - | - | 11.500.000,00 |
| 1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA | 72.285.944,00 | (235.467,00) | - | - | 72.050.477,00 |
| 1413 PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA | 23.725.000,00 | 400.000,00 | - | - | 24.125.000,00 |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 31.910.000,00 | (2.075.595,00) | - | - | 29.834.405,00 |
| 1426 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE | 23.627.620,00 | - | - | - | 23.627.620,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 612.852.120,00 | - | - | - | 612.852.120,00 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 453.914,00 | - | 1.950.000,00 | - | 2.403.914,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 22.974.000,00 | - | - | - | 22.974.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 60.691.700,00 | (830.000,00) | - | - | 59.861.700,00 |
| 1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE | 426.610.621,00 | 180.590,00 | - | - | 426.791.211,00 |
| 1437 DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL | 6.100.000,00 | - | - | - | 6.100.000,00 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 19.045.000,00 | - | - | - | 19.045.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 1.730.563.351,00 | 78.991.516,00 | - | 574.827.264,00 | 2.384.382.131,00 |
| 1446 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE | 39.351.120,00 | 780.000,00 | - | - | 40.131.120,00 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 2.619.020.042,00 | 86.158.258,00 | 16.554.200,00 | - | 2.721.732.500,00 |
| 1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS | 447.177.761,00 | (14.866.740,00) | - | - | 432.311.021,00 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 1.400.350.000,00 | 60.000.000,00 | 88.000.000,00 | 247.000.000,00 | 1.795.350.000,00 |
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 49.775.631,00 | (8.348.658,00) | 11.525.000,00 | 8.000.000,00 | 60.951.973,00 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 568.462.001,00 | 397.388.971,00 | - | - | 965.850.972,00 |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 13.685.000,00 | 7.000.000,00 | 11.458.000,00 | - | 32.143.000,00 |
| 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 4.881.000,00 | 9.000.000,00 | 164.600.000,00 | - | 178.481.000,00 |
| 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL | 4.081.000,00 | - | 1.000.000,00 | - | 5.081.000,00 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 10.978.850,00 | (2.516.850,00) | - | - | 8.462.000,00 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 4.081.000,00 | - | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 6.081.000,00 |
| 1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE | 284.817.959,00 | (165.000.000,00) | - | - | 119.817.959,00 |
| 1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA | 58.888.000,00 | 4.000.000,00 | 30.000.000,00 | - | 92.888.000,00 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 81.268.000,00 | 4.500.000,00 | - | 70.000.000,00 | 155.768.000,00 |
| 8002 GOVERNO ELETRÔNICO | 13.440.445,00 | - | - | - | 13.440.445,00 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES | 19.000.000,00 | - | - | - | 19.000.000,00 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 118.880.219,00 | 6.000.000,00 | - | - | 124.880.219,00 |
| 8010 EDUCAÇÃO FISCAL | 535.500,00 | - | - | - | 535.500,00 |
| 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES | 77.000.000,00 | 58.000.000,00 | - | - | 135.000.000,00 |
| 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL | 6.798.043,00 | 4.633.161,00 | - | - | 11.431.204,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 219.807.897,00 | (7.096.500,00) | - | - | 212.711.397,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2010 | PAGINA:

| ESPECIFICAÇÃO | INICIAL | SUPLEMENTAÇÃO | ESPECIAL | EXTRAORDINÁRIA | AUTORIZADA |
|---|---|---|---|---|---|
| 8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS | 177.898.977,00 | (1.000.000,00) | - | 542.055.138,00 | 718.954.115,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 1.231.951.571,00 | (24.050.893,00) | - | 172.198.612,00 | 1.380.099.290,00 |
| 8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL | 4.902.899.984,00 | - | - | - | 4.902.899.984,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 31.200.000,00 | (747.500,00) | - | - | 30.452.500,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 51.400.000,00 | - | - | - | 51.400.000,00 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 25.851.091,00 | 249.380,00 | - | 18.365.600,00 | 44.466.071,00 |
| 0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL | 582.306.705,00 | 22.696.995,00 | - | - | 605.003.700,00 |
| 0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃ | 145.701.418.321,00 | 366.956.457,00 | - | 1.184.107.000,00 | 147.252.481.778,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 405.953.590,00 | (8.670.507,00) | - | - | 397.283.083,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 155.578.691,00 | 3.097.500,00 | - | 2.851.316,00 | 161.527.507,00 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 419.816.727,00 | 51.565.146,00 | - | - | 471.381.873,00 |
| 0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITA | 86.219.499,00 | 15.793.015,00 | - | - | 102.012.514,00 |
| 0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIO | 509.708.700,00 | (17.679.000,00) | - | 165.000.000,00 | 657.029.700,00 |
| 1009 REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DI | 15.794.630,00 | 1.399.463,00 | - | - | 17.194.093,00 |
| 1054 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚB | 4.521.369.586,00 | (4.425.983.691,00) | 6.050.000,00 | - | 101.435.895,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 2.784.595.428,00 | 58.203.433,00 | 1.000.000,00 | - | 2.843.798.861,00 |
| EXTERIOR | 10.186.944,00 | (120.000,00) | - | 265.300.000,00 | 275.366.944,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 800.000,00 | (120.000,00) | - | - | 680.000,00 |
| 0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA | 2.950.000,00 | - | - | - | 2.950.000,00 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES) | 26.944,00 | - | - | - | 26.944,00 |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | 100.000,00 | - | - | - | 100.000,00 |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 1.210.000,00 | - | - | - | 1.210.000,00 |
| 1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL | 5.100.000,00 | - | - | - | 5.100.000,00 |
| 1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR | - | - | - | 130.300.000,00 | 130.300.000,00 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | - | - | - | 135.000.000,00 | 135.000.000,00 |
| Total geral | 1.766.021.794.352,00 | 60.227.921.868,00 | 8.733.335.472,00 | 13.216.830.814,00 | 1.848.199.882.506,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| Poder Legislativo | 8.291.542.734,00 | (2.069.325,24) | 7.876.070.161,73 | 406.915.969,38 |
| 01000 CAMARA DOS DEPUTADOS | 3.825.271.365,00 | - | 3.536.956.900,05 | 260.942.520,27 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.746.105.357,00 | - | 3.533.371.498,36 | 260.527.917,70 |
| 01000 CAMARA DOS DEPUTADOS | 3.746.105.357,00 | - | 3.533.371.498,36 | 260.527.917,70 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 79.166.008,00 | - | 3.585.401,69 | 414.602,57 |
| 01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 79.166.008,00 | - | 3.585.401,69 | 414.602,57 |
| 02000 SENADO FEDERAL | 3.132.173.445,00 | - | 3.014.521.510,36 | 68.029.929,35 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.124.994.663,00 | - | 3.013.810.551,36 | 68.029.929,35 |
| 02000 SENADO FEDERAL | 3.124.994.663,00 | - | 3.013.810.551,36 | 68.029.929,35 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 7.178.782,00 | - | 710.959,00 | - |
| 02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL | 2.017.342,00 | 4.660.301,00 | 209.820,00 | - |
| 02002 SENADO FEDERAL/FUNSEEP | 4.867.777,00 | (4.366.638,00) | 501.139,00 | - |
| 02003 FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA | 293.663,00 | (293.663,00) | - | - |
| 03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 1.334.097.924,00 | (2.069.325,24) | 1.324.591.751,32 | 77.943.519,76 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.334.097.924,00 | (2.069.325,24) | 1.324.591.751,32 | 77.943.519,76 |
| 03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 1.334.097.924,00 | (2.069.325,24) | 1.324.591.751,32 | 77.943.519,76 |
| Poder Judiciário | 27.671.037.954,00 | 13.902.484.080,41 | 40.545.882.411,96 | 1.748.246.593,85 |
| 10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 518.935.728,00 | 899.817,20 | 478.273.222,99 | 49.970.043,35 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 518.935.728,00 | 899.817,20 | 478.273.222,99 | 49.970.043,35 |
| 10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 518.935.728,00 | 899.817,20 | 478.273.222,99 | 49.970.043,35 |
| 11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | 890.531.168,00 | 52.695.417,99 | 931.405.277,93 | 47.860.419,40 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 890.531.168,00 | 52.695.417,99 | 931.405.277,93 | 47.860.419,40 |
| 11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | 890.531.168,00 | 52.695.417,99 | 931.405.277,93 | 47.860.419,40 |
| 12000 JUSTICA FEDERAL | 6.836.011.128,00 | 13.328.584.500,68 | 19.466.670.788,02 | 571.636.505,05 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 6.836.011.128,00 | 13.328.584.500,68 | 19.466.670.788,02 | 571.636.505,05 |
| 12000 JUSTICA FEDERAL | 6.836.011.128,00 | 13.328.584.500,68 | 19.466.670.788,02 | 571.636.505,05 |
| 13000 JUSTICA MILITAR | 350.277.679,00 | - | 341.010.041,03 | 8.802.733,87 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 350.277.679,00 | - | 341.010.041,03 | 8.802.733,87 |
| 13000 JUSTICA MILITAR | 350.277.679,00 | - | 341.010.041,03 | 8.802.733,87 |
| 14000 JUSTICA ELEITORAL | 5.218.527.411,00 | (39.578.559,41) | 5.027.624.582,58 | 541.009.260,96 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 5.218.527.411,00 | (39.578.559,41) | 5.027.624.582,58 | 541.009.260,96 |
| 14000 JUSTICA ELEITORAL | 5.218.527.411,00 | (39.578.559,41) | 5.027.624.582,58 | 541.009.260,96 |
| 15000 JUSTICA DO TRABALHO | 12.115.506.797,00 | 564.069.983,37 | 12.577.789.400,74 | 391.718.287,67 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 12.115.506.797,00 | 564.069.983,37 | 12.577.789.400,74 | 391.718.287,67 |
| 15000 JUSTICA DO TRABALHO | 12.115.506.797,00 | 564.069.983,37 | 12.577.789.400,74 | 391.718.287,67 |
| 16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS | 1.581.425.260,00 | (373.410,00) | 1.578.409.178,00 | 60.201.784,98 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.581.425.260,00 | (373.410,00) | 1.578.409.178,00 | 60.201.784,98 |
| 16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS | 1.581.425.260,00 | (373.410,00) | 1.578.409.178,00 | 60.201.784,98 |
| 17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 159.822.783,00 | (3.813.669,42) | 144.699.920,67 | 77.047.558,57 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 159.822.783,00 | (3.813.669,42) | 144.699.920,67 | 77.047.558,57 |
| 17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 159.822.783,00 | (3.813.669,42) | 144.699.920,67 | 77.047.558,57 |
| Ministério Público da União | 3.639.410.654,00 | (4.228.897,50) | 3.568.834.006,31 | 241.826.951,53 |
| 34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO | 3.607.271.763,00 | (3.552.451,41) | 3.541.007.363,48 | 235.818.401,03 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 3.607.271.763,00 | (3.552.451,41) | 3.541.007.363,48 | 235.818.401,03 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO | 3.607.271.763,00 | (3.552.451,41) | 3.541.007.363,48 | 235.818.401,03 |
| 59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO | 32.138.891,00 | (676.446,09) | 27.826.642,83 | 6.008.550,50 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 32.138.891,00 | (676.446,09) | 27.826.642,83 | 6.008.550,50 |
| 59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO | 32.138.891,00 | (676.446,09) | 27.826.642,83 | 6.008.550,50 |
| Poder Executivo | 1.808.597.891.164,00 | (13.896.185.857,67) | 1.452.960.379.058,64 | 69.959.372.693,90 |
| 20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 8.661.203.724,00 | (689.435.204,66) | 7.074.159.052,05 | 1.410.948.209,74 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 8.661.203.724,00 | (689.435.204,66) | 7.074.159.052,05 | 1.410.948.209,74 |
| 20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 6.283.721.332,00 | (690.714.218,29) | 4.738.199.094,42 | 1.376.649.367,67 |
| 20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 7.658.235,00 | (300.464,63) | 6.303.950,76 | 146.852,41 |
| 20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO | 2.369.824.157,00 | 1.579.478,26 | 2.329.656.006,87 | 34.151.989,66 |
| 20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO | 12.152.548.199,00 | (5.772.852.502,22) | 5.451.422.610,20 | 508.111.151,91 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 9.152.395.840,00 | (5.748.929.896,82) | 2.635.750.294,54 | 378.796.276,60 |
| 20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO | 9.152.395.840,00 | (5.748.929.896,82) | 2.635.750.294,54 | 378.796.276,60 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 3.000.152.359,00 | (23.922.605,40) | 2.815.672.315,66 | 129.314.875,31 |
| 20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA | 41.955.595,00 | 2.484.544,84 | 39.985.007,74 | 1.201.060,88 |
| 25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA | 2.958.196.764,00 | (26.407.150,24) | 2.775.687.307,92 | 128.113.814,43 |
| 22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 12.497.490.964,00 | 457.096.604,54 | 10.272.465.617,16 | 1.383.544.500,00 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 4.834.763.621,00 | (23.404.452,37) | 4.275.222.555,60 | 789.741.464,40 |
| 22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 4.834.763.621,00 | (23.404.452,37) | 4.275.222.555,60 | 789.741.464,40 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 7.662.727.343,00 | 480.501.056,91 | 5.997.243.061,56 | 593.803.035,60 |
| 22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA | 1.900.106.798,00 | 38.305.705,72 | 1.903.546.525,45 | 292.609.479,08 |
| 22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO | 2.916.753.254,00 | 449.779.682,28 | 2.292.682.564,36 | 110.336.366,88 |
| 22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA | 2.845.867.291,00 | (7.584.331,09) | 1.801.013.971,75 | 190.857.189,64 |
| 24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 8.284.687.273,00 | (128.137.273,27) | 7.744.962.234,32 | 1.751.069.543,11 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.090.531.498,00 | 180.828.464,08 | 1.972.327.763,76 | 469.783.852,12 |
| 24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 2.090.531.498,00 | 180.828.464,08 | 1.972.327.763,76 | 469.783.852,12 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 6.194.155.775,00 | (308.965.737,35) | 5.772.634.470,56 | 1.281.285.690,99 |
| 20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR | 732.301.249,00 | (7.585.881,08) | 710.823.765,78 | 41.047.992,67 |
| 20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A | 234.252.286,00 | 1.290.867,00 | 235.450.388,83 | - |
| 20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A | 545.565.511,00 | (28.063.923,52) | 499.013.181,95 | 91.983.111,65 |
| 20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB | 287.184.731,00 | (223.823.507,43) | 45.246.620,30 | 28.082.950,52 |
| 20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO | 1.175.869.862,00 | 853.063.953,38 | 2.024.960.887,52 | 343.086.385,57 |
| 24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A | 68.809.684,00 | 30.233.094,71 | 81.347.396,63 | 18.738.437,07 |
| 24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 3.150.172.452,00 | (934.080.340,41) | 2.175.792.229,55 | 758.346.813,51 |
| 25000 MINISTERIO DA FAZENDA | 1.085.091.986.335,00 | (30.086.706,18) | 790.198.167.599,43 | 13.608.732.239,77 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.072.456.260.781,00 | 17.607.985,57 | 779.222.484.039,80 | 12.899.834.454,17 |
| 25000 MINISTERIO DA FAZENDA | 1.070.621.883.350,00 | 17.607.985,57 | 779.222.484.039,80 | 12.899.834.454,17 |
| 90000 RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.834.377.431,00 | - | - | - |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 12.635.725.554,00 | (47.694.691,75) | 10.975.683.559,63 | 708.897.785,60 |
| 25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL | 2.466.472.931,00 | (52.173.935,67) | 2.368.128.424,33 | - |
| 25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS | 214.630.315,00 | 268.545,65 | 157.007.495,33 | 8.299.889,59 |
| 25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS | 153.474.195,00 | (2.672.588,73) | 142.094.297,23 | 3.979.457,15 |
| 25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS | 584.561.426,00 | - | 584.561.426,00 | 481.209.952,27 |
| 25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL | 114.003.313,00 | - | 16.276.349,80 | 905,19 |
| 25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO | 1.416.412.050,00 | - | 15.353.908,01 | 1.904.561,88 |
| 25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL | 7.686.171.324,00 | - | 7.685.378.371,93 | 206.838.337,89 |
| 25916 FUNDO CONTIGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP. | - | 6.883.287,00 | 6.883.287,00 | 6.664.681,63 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 26000 MINISTERIO DA EDUCACAO | 67.106.555.357,00 | 1.910.503.463,70 | 64.375.685.211,17 | 7.318.715.170,54 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 5.223.374.856,00 | (2.206.567.587,61) | 1.419.833.494,25 | 119.686.472,49 |
| 26000 MINISTERIO DA EDUCACAO | 5.223.374.856,00 | (2.206.567.587,61) | 1.419.833.494,25 | 119.686.472,49 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 61.883.180.501,00 | 4.117.071.051,31 | 62.955.851.716,92 | 7.199.028.698,05 |
| 26201 COLEGIO PEDRO II | 335.783.109,00 | 9.892.803,43 | 343.431.433,42 | 25.011.838,30 |
| 26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO | 77.771.088,00 | 14.138.142,90 | 90.990.339,02 | 24.102.258,90 |
| 26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | 465.959.839,00 | 27.068.646,63 | 485.264.332,14 | 26.413.547,31 |
| 26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | 987.809.728,00 | 147.501.543,01 | 1.106.066.642,60 | 106.533.067,31 |
| 26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA | 995.230.124,00 | 97.269.862,30 | 1.064.676.488,07 | 73.926.246,98 |
| 26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO | 577.087.762,00 | 82.378.065,58 | 609.232.551,46 | 60.429.915,67 |
| 26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS | 724.236.519,00 | 81.929.949,80 | 788.869.080,25 | 65.475.187,17 |
| 26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | 1.254.935.991,00 | 82.283.008,56 | 1.268.208.173,78 | 78.207.320,54 |
| 26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA | 516.574.516,00 | 60.816.112,91 | 546.157.766,36 | 82.071.137,26 |
| 26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS | 1.299.204.567,00 | 138.884.232,59 | 1.417.124.768,52 | 94.034.232,51 |
| 26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA | 768.934.749,00 | 68.362.317,98 | 821.432.990,12 | 59.835.259,59 |
| 26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA | 932.876.694,00 | 56.207.901,83 | 980.550.226,86 | 67.782.844,27 |
| 26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA | 992.422.344,00 | 145.969.824,34 | 1.092.325.893,17 | 61.890.799,61 |
| 26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | 921.255.249,00 | 74.574.878,63 | 956.392.439,09 | 72.434.824,89 |
| 26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 932.849.614,00 | 103.810.810,27 | 1.031.325.626,91 | 99.587.967,02 |
| 26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | 1.010.700.043,00 | 38.925.254,67 | 1.034.301.097,59 | 50.624.376,68 |
| 26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | 2.108.242.846,00 | 148.103.540,72 | 2.229.441.298,43 | 57.395.931,13 |
| 26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | 1.007.271.799,00 | 123.118.714,08 | 1.093.276.005,38 | 155.688.325,79 |
| 26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 739.109.751,00 | 33.870.254,80 | 765.833.450,52 | 52.373.437,72 |
| 26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | 296.876.221,00 | 28.713.232,20 | 314.072.464,41 | 34.416.801,73 |
| 26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | 350.506.889,00 | 9.015.127,91 | 351.542.676,65 | 25.293.602,23 |
| 26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA | 91.783.650,00 | 13.043.851,67 | 101.108.744,19 | 22.149.406,22 |
| 26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | 157.130.333,00 | 14.735.247,64 | 170.292.417,54 | 51.339.660,93 |
| 26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE | 380.640.667,00 | 16.257.711,17 | 390.842.891,60 | 26.912.750,02 |
| 26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA | 93.356.340,00 | 12.112.582,93 | 104.212.397,86 | 10.902.512,56 |
| 26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO | 226.905.695,00 | 70.892.913,40 | 292.335.082,89 | 29.392.297,44 |
| 26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI | 88.578.185,00 | 54.098.183,69 | 141.283.431,17 | 54.243.464,09 |
| 26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA | 174.667.578,00 | (176.322,45) | 164.232.633,99 | 13.065.568,31 |
| 26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG | 196.089.795,00 | 1.544.855,73 | 194.810.825,68 | 6.377.387,98 |
| 26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA | 366.612.160,00 | 28.112.055,69 | 388.147.460,66 | 65.516.216,43 |
| 26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | 95.217.335,00 | 6.498.998,48 | 98.933.164,76 | 14.491.757,96 |
| 26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA | 119.193.781,00 | 12.419.457,32 | 118.496.790,29 | 26.477.212,33 |
| 26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO | 649.723.056,00 | 204.495.892,92 | 838.993.460,53 | 59.950.067,58 |
| 26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS | 183.744.266,00 | (2.119.092,74) | 179.325.641,26 | 22.679.401,87 |
| 26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN | 113.148.189,00 | 2.930.319,22 | 114.496.593,81 | 21.215.369,08 |
| 26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | 114.290.736,00 | 13.550.804,92 | 126.071.430,80 | 41.657.544,98 |
| 26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA | 142.378.717,00 | 6.990.839,11 | 139.915.552,93 | 27.821.752,57 |
| 26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO | 258.475.071,00 | 41.793.877,25 | 293.399.258,45 | 44.472.937,39 |
| 26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS | 414.668.086,00 | 51.036.061,77 | 431.086.311,86 | 42.102.228,18 |
| 26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA | 1.275.904.477,00 | 127.774.538,95 | 1.342.181.719,94 | 158.369.992,94 |
| 26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO | 490.878.359,00 | 94.206.020,08 | 577.338.814,30 | 75.646.559,97 |
| 26273 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS | 335.679.239,00 | 10.172.071,95 | 340.337.656,19 | 52.730.387,35 |
| 26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA | 702.172.607,00 | 83.165.614,70 | 769.630.886,57 | 49.599.506,33 |
| 26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | 188.558.958,00 | (7.219.771,26) | 171.673.759,82 | 21.808.182,27 |
| 26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO | 528.342.718,00 | 28.986.122,44 | 502.922.169,16 | 33.424.692,81 |
| 26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO | 219.836.249,00 | 24.963.826,35 | 242.864.845,22 | 16.197.773,36 |
| 26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | 417.904.013,00 | 21.721.225,97 | 430.565.517,63 | 15.419.381,45 |
| 26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI | 387.539.631,00 | 50.891.349,15 | 433.681.723,58 | 27.955.596,42 |
| 26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS | 320.551.646,00 | 245.384,48 | 318.367.241,30 | 27.340.920,74 |
| 26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | 377.963.133,00 | 10.884.966,03 | 352.708.923,65 | 42.937.033,13 |
| 26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA | 494.734.957,00 | 23.350.189,49 | 515.270.942,84 | 52.944.603,54 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL | 404.293.223,00 | 43.317.808,18 | 431.051.831,47 | 31.881.929,91 |
| 26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE | 58.106.591,00 | 10.078.950,84 | 67.112.037,04 | 14.959.813,23 |
| 26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI | 154.867.454,00 | (1.979.548,21) | 150.211.968,80 | 27.900.140,55 |
| 26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA | 56.690.240,00 | 2.398.035,30 | 55.552.727,41 | 10.890.759,56 |
| 26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS | 573.936.486,00 | (29.482.103,35) | 413.742.760,60 | 110.029.597,32 |
| 26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 2.591.938.210,00 | (482.503.452,37) | 1.517.145.361,24 | 245.585.054,29 |
| 26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO | 101.230.563,00 | (52.390,68) | 95.299.604,15 | 4.893.017,80 |
| 26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE | 435.718.451,00 | 156.433.140,74 | 585.068.075,51 | 42.662.243,00 |
| 26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 25.795.861.970,00 | 1.467.786.538,90 | 26.070.533.770,05 | 3.400.867.284,87 |
| 26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS | 144.930.756,00 | 22.626.637,19 | 150.189.938,93 | 38.817.477,46 |
| 26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA | 127.179.415,00 | 2.304.350,84 | 123.707.427,39 | 30.673.187,87 |
| 26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC | 138.807.623,00 | 32.986.326,15 | 164.615.952,40 | 69.118.050,58 |
| 26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS | 142.384.359,00 | 1.367.522,87 | 138.481.645,38 | 19.251.183,42 |
| 26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS | 140.446.154,00 | 3.916.520,25 | 128.304.956,56 | 9.680.934,59 |
| 26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO | 78.914.716,00 | 3.007.760,53 | 79.954.472,96 | 12.797.123,64 |
| 26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA | 202.349.582,00 | 4.511.865,63 | 199.631.779,26 | 26.172.933,76 |
| 26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO | 247.656.318,00 | 14.818.492,92 | 247.113.409,47 | 16.673.412,98 |
| 26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO | 85.561.541,00 | 5.711.153,30 | 89.580.084,14 | 16.706.636,07 |
| 26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO | 204.984.911,00 | 10.293.456,90 | 193.114.075,95 | 30.229.174,84 |
| 26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS | 128.601.917,00 | 7.314.612,63 | 133.203.340,47 | 15.904.077,05 |
| 26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG | 65.837.317,00 | 2.929.792,58 | 63.932.947,66 | 11.653.466,74 |
| 26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG | 100.564.359,00 | 6.185.518,31 | 103.510.735,64 | 11.870.696,10 |
| 26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG | 82.098.884,00 | 9.132.007,15 | 89.283.838,78 | 11.364.920,78 |
| 26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO | 68.443.885,00 | 9.452.045,37 | 76.801.891,56 | 17.284.824,24 |
| 26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO | 131.914.001,00 | 2.926.230,45 | 130.390.012,48 | 18.843.340,23 |
| 26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL | 36.352.138,00 | 7.186.745,25 | 41.899.538,03 | 19.971.878,27 |
| 26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA | 154.382.921,00 | 8.346.246,35 | 159.798.644,31 | 22.322.758,40 |
| 26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | 159.173.978,00 | 2.489.865,23 | 158.736.998,89 | 23.444.558,08 |
| 26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO | 201.549.469,00 | 1.485.494,24 | 183.769.207,74 | 18.308.805,37 |
| 26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS | 110.549.565,00 | 7.872.276,35 | 116.298.843,60 | 15.186.691,52 |
| 26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA | 79.980.773,00 | 5.812.259,25 | 84.586.897,51 | 11.085.846,08 |
| 26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA | 44.935.285,00 | 3.800.055,73 | 34.408.243,25 | 5.543.665,92 |
| 26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE | 91.485.300,00 | 7.796.657,43 | 96.950.660,13 | 16.280.708,77 |
| 26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE | 103.370.307,00 | (862.256,51) | 86.545.076,22 | 11.793.292,69 |
| 26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS | 63.866.799,00 | 1.138.941,05 | 63.189.504,69 | 11.889.292,39 |
| 26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE | 22.208.062,00 | (1.017.060,60) | 17.044.882,86 | 8.792.326,61 |
| 26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA | 14.228.800,00 | (6.902.899,81) | 6.099.780,80 | 2.977.299,48 |
| 26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA | 181.618.109,00 | 2.829.041,38 | 173.565.975,13 | 13.538.703,57 |
| 26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA | 81.188.469,00 | (24.950.580,27) | 50.776.396,97 | 18.953.117,73 |
| 26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS | 122.806.424,00 | 40.223.166,97 | 162.452.414,27 | 9.321.228,48 |
| 26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO | 58.884.188,00 | 548.992,32 | 54.435.063,61 | 7.878.403,45 |
| 26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI | 116.876.653,00 | 1.641.075,12 | 109.537.141,76 | 9.694.834,08 |
| 26432 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARANA | 78.703.885,00 | 27.905.136,87 | 76.805.332,58 | 13.877.202,47 |
| 26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO | 137.702.741,00 | 12.014.874,22 | 147.904.332,32 | 16.424.255,09 |
| 26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE | 146.851.226,00 | 6.909.201,84 | 151.384.144,30 | 14.761.490,58 |
| 26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN | 180.749.071,00 | 16.743.333,57 | 193.830.808,94 | 30.809.232,38 |
| 26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE | 128.857.455,00 | 10.265.664,87 | 137.291.403,44 | 14.123.352,48 |
| 26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA | 44.499.229,00 | 7.365.076,47 | 50.179.281,61 | 10.107.116,81 |
| 26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA | 160.630.040,00 | 11.853.701,30 | 170.682.932,08 | 12.051.368,72 |
| 26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO | 184.335.536,00 | 12.266.095,38 | 191.674.742,19 | 40.555.235,86 |
| 26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL | - | 46.794.388,78 | 41.484.203,06 | 34.474.718,62 |
| 26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA | 11.766.083,00 | 11.840.284,92 | 20.940.586,11 | 9.478.944,43 |
| 28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR | 2.432.941.424,00 | (5.454.418,07) | 1.276.121.046,43 | 111.423.488,03 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 358.307.199,00 | (4.062.502,44) | 203.766.312,64 | 30.337.037,13 |
| 28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR | 358.307.199,00 | (4.062.502,44) | 203.766.312,64 | 30.337.037,13 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 2.074.634.225,00 | (1.391.915,63) | 1.072.354.733,79 | 81.086.450,90 |
| 20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS | 558.518.361,00 | 514.862,05 | 205.452.687,85 | 35.117.830,64 |
| 20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | 555.670.979,00 | - | 8.107.200,76 | - |
| 28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE | 81.596.719,00 | - | 10.015.000,00 | 3.367.330,68 |
| 28501 FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO | - | 218.396,35 | 218.396,35 | - |
| 30203 INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL.E QUAL.IND. | 626.151.295,00 | 1.170.372,17 | 616.755.357,18 | 31.316.664,33 |
| 30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 252.696.871,00 | (3.295.546,20) | 231.806.091,65 | 11.284.625,25 |
| 30000 MINISTERIO DA JUSTICA | 11.053.304.431,00 | (11.282.623,84) | 9.731.379.126,69 | 855.021.559,84 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 9.246.567.416,00 | 43.370.831,39 | 8.650.811.630,13 | 526.111.343,05 |
| 30000 MINISTERIO DA JUSTICA | 2.546.325.434,00 | (43.538.168,89) | 2.044.552.767,32 | 376.916.614,44 |
| 30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL | 4.123.527.512,00 | 32.216.774,01 | 4.099.340.536,27 | 64.783.524,95 |
| 30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ | 2.576.714.470,00 | 54.692.226,27 | 2.506.918.326,54 | 84.411.203,66 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.806.737.015,00 | (54.653.455,23) | 1.080.567.496,56 | 328.910.216,79 |
| 30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO | 481.733.639,00 | 4.301.189,64 | 437.003.132,21 | 41.740.729,80 |
| 30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA | 11.953.313,00 | 115.242,58 | 10.433.037,69 | 667.685,71 |
| 30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO | 33.376.258,00 | (1.180.066,32) | 6.814.729,94 | 270.000,00 |
| 30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL | 252.848.591,00 | 20.192.233,69 | 110.684.357,68 | 87.156.024,49 |
| 30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL | 621.894.063,00 | 2.434.848,75 | 388.820.845,60 | 124.614.406,92 |
| 30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA | 404.931.151,00 | (80.516.903,57) | 126.811.393,44 | 74.461.369,87 |
| 32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 25.369.166.045,00 | 21.141.158,71 | 17.534.161.580,30 | 934.657.738,68 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 19.289.522.832,00 | (32.505.328,08) | 16.280.729.316,08 | 729.455.366,59 |
| 32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 19.289.522.832,00 | (32.505.328,08) | 16.280.729.316,08 | 729.455.366,59 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 6.079.643.213,00 | 53.646.486,79 | 1.253.432.264,22 | 205.202.372,09 |
| 29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS | 1.051.122.644,00 | 36.786.432,21 | 379.005.404,84 | 59.489.423,38 |
| 32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO | 4.100.734.708,00 | 17.131.449,32 | 428.810.772,83 | 122.567.970,62 |
| 32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA | 442.544.115,00 | (195.001,84) | 167.290.463,34 | 13.433.681,96 |
| 32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL | 377.770.218,00 | (76.392,90) | 190.518.807,42 | 6.489.390,11 |
| 32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA | 107.471.528,00 | - | 87.806.815,79 | 3.221.906,02 |
| 33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 268.354.057.048,00 | 15.165.861.427,83 | 282.848.390.319,64 | 562.685.016,07 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 367.225.477,00 | (7.403.857,08) | 310.683.696,92 | 20.967.411,95 |
| 33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | 367.225.477,00 | (7.403.857,08) | 310.683.696,92 | 20.967.411,95 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 267.986.831.571,00 | 15.173.265.284,91 | 282.537.706.622,72 | 541.717.604,12 |
| 33206 SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR | 15.130.016,00 | 5.039.215,26 | 16.407.803,73 | 615.715,84 |
| 37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL | 267.971.701.555,00 | 15.168.226.069,65 | 282.521.298.818,99 | 541.101.888,28 |
| 35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 2.454.875.566,00 | 13.833.032,71 | 2.147.832.055,32 | 36.399.387,20 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.435.201.027,00 | 13.773.032,71 | 2.128.786.413,67 | 33.666.954,95 |
| 35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 2.435.201.027,00 | 13.773.032,71 | 2.128.786.413,67 | 33.666.954,95 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 19.674.539,00 | 60.000,00 | 19.045.641,65 | 2.732.432,25 |
| 35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO | 19.674.539,00 | 60.000,00 | 19.045.641,65 | 2.732.432,25 |
| 36000 MINISTERIO DA SAUDE | 69.802.448.315,00 | (1.665.264.466,38) | 65.687.327.268,64 | 5.863.188.023,27 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 61.627.768.207,00 | (2.230.469.025,49) | 57.275.104.815,93 | 3.981.664.255,25 |
| 36000 MINISTERIO DA SAUDE | 61.627.768.207,00 | (2.230.469.025,49) | 57.275.104.815,93 | 3.981.664.255,25 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 8.174.680.108,00 | 565.204.559,11 | 8.412.222.452,71 | 1.881.523.768,02 |
| 36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ | 1.766.008.495,00 | 536.837.215,69 | 2.211.670.129,31 | 574.586.655,35 |
| 36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A | 115.999.620,00 | 20.513.818,30 | 132.364.344,34 | 5.630.531,49 |
| 36209 HOSPITAL FEMINA S/A | 62.359.148,00 | 16.932.417,45 | 74.979.786,34 | 5.224.106,84 |
| 36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A | 461.620.136,00 | 102.129.723,21 | 545.562.750,73 | 18.304.992,85 |

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE | 4.922.895.409,00 | (42.553.700,25) | 4.712.511.847,05 | 1.209.399.952,64 |
| 36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA | 643.447.354,00 | (68.654.915,29) | 539.477.127,39 | 49.581.976,73 |
| 36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR | 202.349.946,00 | - | 195.656.467,55 | 18.795.552,12 |
| 38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO | 47.649.711.625,00 | 10.187.220,98 | 46.791.110.457,62 | 782.612.583,59 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 5.571.391.974,00 | 15.817.667,13 | 5.380.091.054,53 | 542.649.391,37 |
| 38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO | 5.571.391.974,00 | 15.817.667,13 | 5.380.091.054,53 | 542.649.391,37 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 42.078.319.651,00 | (5.630.446,15) | 41.411.019.403,09 | 239.963.192,22 |
| 37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. | 78.373.893,00 | 1.864.181,81 | 77.189.182,11 | 1.276.684,14 |
| 38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR | 41.999.945.758,00 | (7.494.627,96) | 41.333.830.220,98 | 238.686.508,08 |
| 39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 25.963.759.576,00 | (470.916.229,79) | 21.098.330.740,26 | 7.461.794.388,31 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.937.712.742,00 | (299.674.114,29) | 2.589.107.142,70 | 17.509.997,50 |
| 39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 2.937.712.742,00 | (299.674.114,29) | 2.589.107.142,70 | 17.509.997,50 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 23.026.046.834,00 | (171.242.115,50) | 18.509.223.597,56 | 7.444.284.390,81 |
| 29201 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM | - | 15.098.864,85 | 15.098.864,85 | - |
| 29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A | 2.882.447.274,00 | - | 2.642.688.087,57 | 981.183.021,39 |
| 39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES | 824.989.863,00 | (26.805.013,58) | 316.348.747,35 | 56.622.231,24 |
| 39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 88.362.969,00 | (2.254.822,35) | 79.619.747,21 | 4.358.145,26 |
| 39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES | 14.327.346.744,00 | (157.156.393,79) | 12.534.857.419,64 | 6.084.818.811,27 |
| 49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE | 4.902.899.984,00 | (124.750,63) | 2.920.610.730,94 | 317.302.181,65 |
| 41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 3.454.772.540,00 | (9.301.454,02) | 1.881.894.078,81 | 422.275.299,89 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.478.628.780,00 | (9.226.254,02) | 1.390.892.204,97 | 362.309.373,69 |
| 41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 1.478.628.780,00 | (9.226.254,02) | 1.390.892.204,97 | 362.309.373,69 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.976.143.760,00 | (75.200,00) | 491.001.873,84 | 59.965.926,20 |
| 41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES | 1.590.698.755,00 | (75.200,00) | 390.297.649,23 | 33.770.293,07 |
| 41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES | 385.445.005,00 | - | 100.704.224,61 | 26.195.633,13 |
| 42000 MINISTERIO DA CULTURA | 2.311.473.142,00 | (10.147.245,16) | 1.489.369.842,41 | 505.537.791,28 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 550.167.465,00 | (14.559.420,06) | 330.733.709,40 | 115.113.486,94 |
| 42000 MINISTERIO DA CULTURA | 550.167.465,00 | (14.559.420,06) | 330.733.709,40 | 115.113.486,94 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 1.761.305.677,00 | 4.412.174,90 | 1.158.636.133,01 | 390.424.304,34 |
| 20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA | 84.316.009,00 | 59.641.099,00 | 136.795.294,42 | 69.287.652,15 |
| 20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA | 31.602.831,00 | 122.188,10 | 30.917.412,43 | 1.068.069,22 |
| 20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL | 89.528.971,00 | 11.759.415,12 | 85.099.816,09 | 8.783.785,37 |
| 20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES | 22.066.164,00 | 17.665.115,87 | 31.981.171,19 | 8.482.940,88 |
| 20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | 373.729.447,00 | 59.900.766,00 | 330.188.238,34 | 94.108.680,73 |
| 20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES | 140.914.712,00 | 8.713.450,52 | 141.238.060,37 | 22.834.470,55 |
| 34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 905.213.918,00 | (91.384.680,02) | 376.284.836,81 | 180.243.460,65 |
| 42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS | 113.933.625,00 | (62.005.179,69) | 26.131.303,36 | 5.615.244,79 |
| 44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 3.871.999.091,00 | (55.456.392,89) | 1.918.756.919,06 | 148.713.969,89 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.723.738.315,00 | 1.865.565,39 | 184.333.443,09 | 24.526.951,10 |
| 44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 1.679.116.380,00 | 25.488.975,52 | 176.104.110,35 | 22.389.995,96 |
| 44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO | 44.621.935,00 | (23.623.410,13) | 8.229.332,74 | 2.136.955,14 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 2.148.260.776,00 | (57.321.958,28) | 1.734.423.475,97 | 124.187.018,79 |
| 20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV. | 1.113.112.946,00 | (72.516.441,64) | 1.021.466.497,65 | 11.418.547,98 |
| 44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE | 15.079.442,00 | (2.781.467,70) | 2.674.089,72 | 1.427.748,59 |
| 44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS | 341.436.487,00 | (13.528.272,71) | 170.703.277,29 | 49.045.966,73 |
| 44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ | 47.574.036,00 | 572.641,07 | 47.492.615,30 | 4.834.583,91 |
| 44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE | 625.857.865,00 | 30.931.582,70 | 492.086.996,01 | 57.460.171,58 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA | 5.200.000,00 | - | - | - |
| 49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 6.308.776.117,00 | (407.892.080,19) | 4.506.489.066,76 | 1.931.274.334,28 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 1.950.189.396,00 | (410.975.491,50) | 1.105.623.347,48 | 490.037.354,25 |
| 49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 1.950.189.396,00 | (410.975.491,50) | 1.105.623.347,48 | 490.037.354,25 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 4.358.586.721,00 | 3.083.411,31 | 3.400.865.719,28 | 1.441.236.980,03 |
| 22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA | 4.358.586.721,00 | (296.916.588,69) | 3.100.865.719,28 | 1.161.236.980,03 |
| 49001 FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA | - | 300.000.000,00 | 300.000.000,00 | 280.000.000,00 |
| 51000 MINISTERIO DO ESPORTE | 2.182.469.691,00 | 8.910.705,47 | 1.150.998.138,70 | 799.318.767,11 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 2.182.469.691,00 | 8.910.705,47 | 1.150.998.138,70 | 799.318.767,11 |
| 51000 MINISTERIO DO ESPORTE | 2.182.469.691,00 | 8.910.705,47 | 1.150.998.138,70 | 799.318.767,11 |
| 52000 MINISTERIO DA DEFESA | 63.441.154.424,00 | 1.175.535.613,65 | 61.050.098.078,01 | 4.806.527.153,69 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 63.011.431.646,00 | 1.178.083.530,95 | 60.685.310.530,17 | 4.784.815.421,93 |
| 52000 MINISTERIO DA DEFESA | 2.315.754.756,00 | (1.588.209.189,69) | 450.787.709,92 | 165.665.887,23 |
| 52111 COMANDO DA AERONAUTICA | 16.526.773.239,00 | 501.540.939,93 | 15.356.685.031,38 | 1.899.265.090,14 |
| 52121 COMANDO DO EXERCITO | 26.625.148.067,00 | 1.804.828.020,05 | 27.789.325.699,84 | 1.972.052.120,59 |
| 52131 COMANDO DA MARINHA | 17.543.755.584,00 | 459.923.760,66 | 17.088.512.089,03 | 747.832.323,97 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 429.722.778,00 | (2.547.917,30) | 364.787.547,84 | 21.711.731,76 |
| 52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL | 429.722.778,00 | (2.547.917,30) | 364.787.547,84 | 21.711.731,76 |
| 53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 19.187.247.761,00 | (390.944.430,01) | 16.478.298.473,02 | 6.120.794.281,02 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 9.356.688.942,00 | (3.057.860.075,21) | 4.864.195.619,85 | 2.427.052.945,95 |
| 53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 9.356.688.942,00 | (3.057.860.075,21) | 4.864.195.619,85 | 2.427.052.945,95 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 9.830.558.819,00 | 2.666.915.645,20 | 11.614.102.853,17 | 3.693.741.335,07 |
| 22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO | 1.173.898.550,00 | 57.209.834,98 | 1.098.513.570,08 | 530.650.368,58 |
| 22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS | 1.109.663.405,00 | 45.531.436,13 | 950.185.036,80 | 229.826.233,90 |
| 53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA | 48.337.902,00 | 1.014.352.477,97 | 1.045.831.976,45 | 1.023.400.772,78 |
| 53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE | 79.035.446,00 | 1.549.821.896,12 | 1.562.196.350,82 | 1.534.863.959,81 |
| 53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE | 1.483.924.628,00 | - | 1.391.475.178,70 | 75.000.000,00 |
| 53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE | 1.483.924.628,00 | - | 1.391.475.178,70 | 75.000.000,00 |
| 53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE | 4.451.774.260,00 | - | 4.174.425.561,62 | 225.000.000,00 |
| 54000 MINISTERIO DO TURISMO | 4.247.927.186,00 | (3.213.205,41) | 2.389.306.002,42 | 1.706.156.483,43 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 4.024.138.465,00 | (5.028.024,00) | 2.186.948.786,18 | 1.660.113.288,87 |
| 54000 MINISTERIO DO TURISMO | 4.024.138.465,00 | (5.028.024,00) | 2.186.948.786,18 | 1.660.113.288,87 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 223.788.721,00 | 1.814.818,59 | 202.357.216,24 | 46.043.194,56 |
| 20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO | 200.085.884,00 | 1.814.818,59 | 178.654.379,24 | 22.340.357,56 |
| 54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR | 23.702.837,00 | - | 23.702.837,00 | 23.702.837,00 |
| 55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 39.738.117.581,00 | (22.959.345.858,02) | 16.455.714.104,65 | 309.318.309,63 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 15.422.199.965,00 | (630.518.326,75) | 14.636.924.680,42 | 189.522.849,53 |
| 55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 15.422.199.965,00 | (630.518.326,75) | 14.636.924.680,42 | 189.522.849,53 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 24.315.917.616,00 | (22.328.827.531,27) | 1.818.789.424,23 | 119.795.460,10 |
| 55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL | 24.315.917.616,00 | (22.328.827.531,27) | 1.818.789.424,23 | 119.795.460,10 |
| 56000 MINISTERIO DAS CIDADES | 16.205.331.984,00 | (23.596.542,90) | 13.117.777.662,47 | 10.492.562.144,77 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 13.779.152.412,00 | 249.007.375,74 | 11.482.460.107,48 | 10.007.648.911,68 |
| 56000 MINISTERIO DAS CIDADES | 13.779.152.412,00 | 249.007.375,74 | 11.482.460.107,48 | 10.007.648.911,68 |
| ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 2.426.179.572,00 | (272.603.918,64) | 1.635.317.554,99 | 484.913.233,09 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A | 502.420.344,00 | 3.000.000,00 | 476.305.753,34 | 70.620.521,45 |
| 29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | 1.035.672.334,00 | (6.120,00) | 928.476.709,09 | 262.293.597,56 |
| 56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO | 574.647.799,00 | (273.092.173,06) | 57.583.495,45 | 406.878,63 |
| 56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL | 313.439.095,00 | (2.505.625,58) | 172.951.597,11 | 151.592.235,45 |
| 58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA | 773.885.765,00 | (25.928.452,25) | 290.161.773,10 | 127.991.158,85 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 773.885.765,00 | (25.928.452,25) | 290.161.773,10 | 127.991.158,85 |
| 58000 MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA | 773.885.765,00 | (25.928.452,25) | 290.161.773,10 | 127.991.158,85 |
| Total geral | 1.848.199.882.506,00 | (0,00) | 1.504.951.165.638,64 | 72.356.362.208,66 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0100 RECURSOS ORDINARIOS | 208.706.069.549,00 | | 187.740.481.615,01 | 33.931.795.920,81 |
| 0101 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | 122.686.275.979,00 | | 115.162.136.408,09 | 6.323.035.951,07 |
| 0102 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | 474.885.643,00 | | 474.885.643,00 | 85.210.495,28 |
| 0111 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE | 5.947.547.929,00 | | 5.574.625.078,86 | 2.150.653.218,69 |
| 0112 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO | 28.780.370.719,00 | | 27.183.022.890,99 | 3.079.443.399,78 |
| 0113 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | 10.867.986.261,00 | | 10.654.382.915,10 | 1.105.716.497,47 |
| 0115 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA | 31.070.299,00 | | 12.287.578,23 | 8.863.478,66 |
| 0116 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA | 64.509.557,00 | | 64.509.557,00 | 34.580.331,38 |
| 0117 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL | 1.888.392,00 | | | |
| 0118 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 1.866.874.254,00 | | 1.649.741.726,03 | 140.485.770,65 |
| 0119 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO | 5.095.410,00 | | 5.095.410,00 | 1.127.571,39 |
| 0120 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS | 773.366,00 | | 677.589,71 | |
| 0123 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES | 1.458.007.510,00 | | 1.457.690.190,80 | |
| 0127 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO | 368.283.322,00 | | 357.800.057,79 | 76.618.385,48 |
| 0129 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 1.201.192.150,00 | | 250.995.344,46 | 30.368.012,81 |
| 0130 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL | 36.065.219,00 | | 34.265.219,00 | 30.765.219,00 |
| 0131 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF | 220.840.500,00 | | 220.840.500,00 | |
| 0132 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF | 4.695.693.006,00 | | 4.675.269.636,18 | 329.138.475,50 |
| 0133 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO | 20.627.058,00 | | 17.758.974,31 | 5.585.941,26 |
| 0134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 2.027.233.412,00 | | 1.683.855.528,37 | 51.899.504,82 |
| 0135 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE | 1.331.847.975,00 | | 1.169.564.298,11 | 19.404.348,58 |
| 0139 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS | 54.600.598,00 | | 37.951.716,28 | 15.629.653,47 |
| 0140 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP | 29.179.359.219,00 | | 28.765.139.305,63 | |
| 0141 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS | 1.023.351.031,00 | | 927.075.535,04 | 3.748.743,63 |
| 0142 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | 25.069.299.557,00 | | 16.945.866.949,27 | 1.436.995.979,79 |
| 0143 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL | 420.919.754.672,00 | | 205.416.468.888,22 | |
| 0144 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL | 175.446.708.954,00 | | 120.220.378.177,00 | 288.037.468,67 |
| 0148 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA | 6.646.469.354,00 | | 3.080.247.757,17 | 82.308.063,73 |
| 0149 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS | 2.130.779.614,00 | | 1.393.311.790,27 | 451.027.197,01 |
| 0150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 5.210.126.482,00 | | 3.537.825.443,30 | 296.613.746,91 |
| 0151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 35.573.645.251,00 | | 34.385.732.860,41 | 4.021.649.456,24 |
| 0152 RESULTADO DO BACEN | 18.141.000.000,00 | | 17.680.808.826,78 | |
| 0153 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL | 109.286.475.794,00 | | 108.425.532.202,53 | 1.063.955.171,28 |
| 0154 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL | 206.923.737.808,00 | | 206.842.965.387,09 | 184.186.734,47 |
| 0156 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR | 8.513.694.601,00 | | 8.457.891.016,79 | 740.730,82 |
| 0157 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | 1.230.421.448,00 | | 424.334.921,41 | 32.527.681,93 |
| 0158 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF | 915.641.567,00 | | 915.021.524,84 | |
| 0159 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS | 12.924.645.424,00 | | 12.924.645.424,00 | 77.529.913,74 |
| 0160 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | 3.583.301.332,00 | | 2.445.042.790,44 | 993.553.714,17 |
| 0162 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS | 866.189.552,00 | | 24.255.104,00 | |
| 0164 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA | 783.605.136,00 | | 428.728.009,64 | |
| 0169 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. | 12.691.447.858,00 | | 12.680.887.280,74 | 12.542.201,02 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0171 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB | 1.091.357.605,00 | | 823.191.704,00 | |
| 0172 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | 2.317.656.311,00 | | 1.278.859.884,88 | 561.961.534,68 |
| 0173 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN. | 28.553.396.671,00 | | 27.269.401.179,87 | 1.023.381.788,56 |
| 0174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 3.180.264.234,00 | | 1.849.735.051,06 | 230.580.201,28 |
| 0175 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS | 221.612.957,00 | | 198.197.691,55 | 13.455.109,58 |
| 0176 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | 1.238.738.867,00 | | 739.023.003,98 | 261.289.147,29 |
| 0178 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 4.111.749.014,00 | | 3.053.590.191,88 | 1.056.446.015,61 |
| 0180 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 16.092.691.214,00 | | 13.564.933.198,50 | 1.740.571.695,43 |
| 0181 RECURSOS DE CONVENIOS | 312.591.938,00 | | 150.495.843,49 | 82.276.845,35 |
| 0182 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 313.278.023,00 | | 272.037.797,06 | 25.306.220,23 |
| 0184 CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS | 2.115.247.206,00 | | 2.115.247.206,00 | 336.506.445,78 |
| 0186 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS | 442.964.130,00 | | 292.099.854,98 | 10.061.763,74 |
| 0188 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 21.981.344.087,00 | | 21.495.037.974,73 | 3.500.000.000,00 |
| 0194 DOACOES PARA COMBATE A FOME | 30.608.133,00 | | 530.000,00 | 30.000,00 |
| 0195 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS | 61.679.111,00 | | 15.152.049,06 | 8.471.326,17 |
| 0196 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 18.654.856,00 | | 11.505.144,32 | 9.894.086,78 |
| 0197 DIVIDENDOS UNIAO | 15.490.777.827,00 | | 14.420.646.190,50 | |
| 0249 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS | 880.005,00 | | | |
| 0250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 7.079.679.976,00 | | 6.287.961.433,79 | 1.150.041.873,96 |
| 0280 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 1.311.264.541,00 | | 584.584.257,42 | 143.132.388,53 |
| 0281 RECURSOS DE CONVENIOS | 371.685.736,00 | | 185.172.201,81 | 45.276.392,66 |
| 0282 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 243.898.713,00 | | 139.996.850,12 | 31.808.746,44 |
| 0293 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC. | 131.167.308,00 | | 124.118.507,88 | 1.312.497,00 |
| 0296 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 525.318,00 | | 525.318,00 | 143.658,93 |
| 0300 RECURSOS ORDINARIOS | 8.747.641.103,00 | | 7.704.811.605,98 | 3.132.399.257,56 |
| 0311 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE | 585.549.000,00 | | 578.197.233,61 | 179.906.458,57 |
| 0313 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO | 629.366.427,00 | | 591.429.188,56 | 140.949.873,67 |
| 0315 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA | 4.272.000,00 | | 4.271.965,20 | 4.271.965,20 |
| 0318 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS | 433.939.000,00 | | | |
| 0329 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 5.044.145.210,00 | | 4.597.300.267,46 | 916.725.829,76 |
| 0332 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF | 3.102.350.813,00 | | 3.102.350.813,00 | 179.509.237,08 |
| 0333 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO | 49.815.000,00 | | 49.815.000,00 | |
| 0334 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 5.178.335,00 | | 4.494.202,74 | 4.494.202,74 |
| 0335 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE | 1.975.147.000,00 | | 1.581.073.111,25 | 159.022.401,14 |
| 0342 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | 13.606.869.450,00 | | 13.405.454.048,32 | 577.706.354,25 |
| 0343 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL | 168.021.151.000,00 | | 168.021.151.000,00 | |
| 0350 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 286.652.380,00 | | 274.990.975,81 | 2.110.596,48 |
| 0352 RESULTADO DO BACEN | 33.863.668.000,00 | | 29.680.446.305,87 | |
| 0355 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA | 273.300.000,00 | | 273.299.999,56 | 18.245.839,90 |
| 0357 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS | 676.960.000,00 | | 663.363.444,86 | |
| 0358 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF | 667.481.000,00 | | 667.481.000,00 | |
| 0359 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS | 914.146.000,00 | | 914.146.000,00 | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0360 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO | 2.122.073.800,00 | | 2.122.073.800,00 | |
| 0372 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS | 2.697.641.560,00 | | 2.697.641.560,00 | |
| 0373 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN. | 1.953.366.000,00 | | 1.953.366.000,00 | |
| 0374 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 6.022.895.673,00 | | 5.837.309.791,48 | 11.073.019,33 |
| 0376 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS | 25.000.000,00 | | 22.718.734,77 | 10.809.950,00 |
| 0379 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA | 17.444.000,00 | | 17.444.000,00 | |
| 0380 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 2.282.674.679,00 | | 1.578.698.861,22 | 25.511.334,03 |
| 0382 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES | 8.355.867,00 | | 8.355.867,00 | |
| 0386 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS | 195.897.000,00 | | 195.397.000,00 | |
| 0388 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 1.806.457.000,00 | | 1.806.457.000,00 | |
| 0394 DOACOES PARA COMBATE A FOME | 1.036.000,00 | | 1.036.000,00 | 1.036.000,00 |
| 0396 DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC | 12.667.979,00 | | 11.413.793,54 | 8.348.331,39 |
| 0397 DIVIDENDOS UNIAO | 16.598.680.000,00 | | 16.598.680.000,00 | |
| 0650 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 784.758.813,00 | | 691.606.905,09 | 351.358.876,99 |
| 0680 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 51.973.201,00 | | 17.241.115,89 | 14.549.684,72 |
| 0681 RECURSOS DE CONVENIOS | 7.745.336,00 | | 952.437,84 | 931.381,79 |
| 1100 RECURSOS ORDINARIOS | 20.627.775,00 | | 11.886.704,55 | 2.322.595,62 |
| 1134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 35.200,00 | | 23.220,00 | |
| 1151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 25.739.103,00 | | 10.848.790,24 | 9.011.716,00 |
| 2100 RECURSOS ORDINARIOS | 28.110.610,00 | | 9.950.585,05 | 5.885.380,58 |
| 2151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | | | 32.446,34 | |
| 2250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS | 4.140.000,00 | | 4.139.037,02 | 1.829.075,08 |
| 3151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS | 1.500.060,00 | | | |
| 4100 RECURSOS ORDINARIOS | 9.100.000,00 | | 9.100.000,00 | 27.969,31 |
| 4300 RECURSOS ORDINARIOS | 4.250.000,00 | | 4.250.000,00 | |
| 5100 RECURSOS ORDINARIOS | 7.566.870,00 | | 4.018.500,62 | 230.440,96 |
| 5134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS | 1.000.000,00 | | | |
| 5174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 407.719,00 | | 407.719,00 | 407.719,00 |
| TOTAL | 1.848.199.882.506,00 | | 1.504.951.165.638,64 | 72.356.362.208,66 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 01 LEGISLATIVA | 5.969.445.345,00 | 0,00 | 5.660.917.498,51 | 353.199.680,27 |
| 01 031 ACAO LEGISLATIVA | 4.035.075.400,00 | | 3.914.204.374,55 | 215.826.111,26 |
| 01 032 CONTROLE EXTERNO | 705.176.836,00 | | 700.503.249,39 | 30.473.520,11 |
| 01 122 ADMINISTRACAO GERAL | 752.281.724,00 | | 604.329.307,94 | 81.745.488,71 |
| 01 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 61.370.180,00 | | 39.168.928,19 | 13.958.088,39 |
| 01 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 11.090.000,00 | | 8.111.031,08 | 1.219.614,85 |
| 01 131 COMUNICACAO SOCIAL | 400.000,00 | | | |
| 01 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 7.500,00 | | | |
| 01 301 ATENCAO BASICA | 186.722.419,00 | | 181.965.750,55 | 9.677.331,78 |
| 01 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 199.242.168,00 | | 197.089.540,47 | 256.116,45 |
| 01 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.048.394,00 | | 1.224.248,60 | 534,80 |
| 01 365 EDUCACAO INFANTIL | 15.038.153,00 | | 14.321.067,74 | 42.873,92 |
| 01 722 TELECOMUNICACOES | 100.000,00 | | | |
| 01 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 892.571,00 | | | |
| 02 JUDICIARIA | 22.821.806.361,00 | -0,06 | 22.409.590.849,23 | 1.468.224.452,59 |
| 02 031 ACAO LEGISLATIVA | 46.888.217,00 | | 46.888.217,00 | |
| 02 032 CONTROLE EXTERNO | 44.033.635,00 | | 38.443.165,16 | 3.972.497,90 |
| 02 061 ACAO JUDICIARIA | 14.739.315.401,00 | -0,01 | 14.657.678.768,05 | 425.553.151,99 |
| 02 122 ADMINISTRACAO GERAL | 6.099.472.879,00 | -0,05 | 5.855.593.011,33 | 678.162.128,98 |
| 02 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 607.913.280,00 | | 564.717.458,73 | 322.202.295,88 |
| 02 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 59.342.620,00 | | 54.476.455,60 | 7.814.279,74 |
| 02 131 COMUNICACAO SOCIAL | 67.101.964,00 | | 39.951.913,71 | 9.648.577,00 |
| 02 301 ATENCAO BASICA | 366.554.364,00 | | 364.847.550,30 | 16.915.568,67 |
| 02 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 673.437.560,00 | | 671.701.599,43 | 788.256,87 |
| 02 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 14.532.129,00 | | 14.058.490,35 | 539.941,55 |
| 02 365 EDUCACAO INFANTIL | 88.138.862,00 | | 86.831.142,77 | 361.714,67 |
| 02 722 TELECOMUNICACOES | 15.075.450,00 | | 14.403.076,80 | 2.266.039,34 |
| 03 ESSENCIAL A JUSTICA | 5.599.186.356,00 | -0,01 | 5.480.593.168,15 | 295.643.715,02 |
| 03 062 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO | 2.483.224.759,00 | -0,01 | 2.451.743.958,70 | 120.951.014,90 |
| 03 091 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | 20.816.000,00 | | 20.020.002,03 | 1.440.767,03 |
| 03 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 38.821.611,00 | | 31.286.701,43 | 4.218.520,49 |
| 03 122 ADMINISTRACAO GERAL | 2.736.090.963,00 | | 2.671.212.842,63 | 135.156.921,12 |
| 03 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 7.770.000,00 | | 7.394.055,39 | 5.928.594,10 |
| 03 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 72.962.698,00 | | 62.675.293,97 | 10.098.468,53 |
| 03 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 14.828.417,00 | | 12.431.011,81 | 1.653.918,08 |
| 03 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.500.000,00 | | 12.500.000,00 | 4.021.577,63 |
| 03 301 ATENCAO BASICA | 37.512.514,00 | | 37.507.493,55 | 3.999.704,46 |
| 03 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 131.193.108,00 | | 131.047.430,45 | 269.075,91 |
| 03 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 4.945.025,00 | | 4.856.229,70 | 383.918,01 |
| 03 365 EDUCACAO INFANTIL | 12.967.213,00 | | 12.875.165,51 | 327.427,98 |
| 03 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 25.284.048,00 | | 24.990.998,54 | 7.157.006,78 |
| 03 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 270.000,00 | | 51.984,44 | 36.800,00 |
| 04 ADMINISTRACAO | 21.335.369.306,00 | -0,15 | 19.988.026.996,82 | 1.811.820.696,57 |
| 04 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 3.749.160,00 | | 3.373.525,99 | 97.303,29 |
| 04 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 1.406.223.581,00 | -0,01 | 1.255.843.278,86 | 116.005.088,76 |
| 04 122 ADMINISTRACAO GERAL | 14.858.664.699,00 | -0,09 | 14.239.631.200,49 | 396.892.462,05 |
| 04 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 61.013.166,00 | | 30.710.909,72 | 3.438.809,23 |
| 04 124 CONTROLE INTERNO | 28.865.260,00 | -0,01 | 23.207.450,76 | 1.609.503,90 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 04 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 193.952.902,00 | | 161.108.770,17 | 64.995.031,28 |
| 04 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 1.513.689.252,00 | | 1.463.052.505,83 | 224.153.298,33 |
| 04 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 6.097.713,00 | | 5.515.038,06 | 1.576.309,65 |
| 04 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 68.767.872,00 | | 50.017.066,27 | 9.198.684,96 |
| 04 129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS | 144.120.867,00 | | 136.037.523,13 | 20.909.083,11 |
| 04 131 COMUNICACAO SOCIAL | 242.100.100,00 | | 233.036.927,40 | 53.328.066,11 |
| 04 182 DEFESA CIVIL | 1.450.000,00 | | 870.388,44 | 360.445,90 |
| 04 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 6.544.931,00 | | 4.382.406,57 | 2.589.999,07 |
| 04 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 612.502.755,00 | | 393.746.326,25 | 216.257.821,06 |
| 04 301 ATENCAO BASICA | 227.434.367,00 | | 218.660.124,58 | 2.176.336,36 |
| 04 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 319.654.799,00 | | 310.438.208,39 | 611.902,12 |
| 04 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 44.948.230,00 | | 33.220.604,27 | 3.754.879,31 |
| 04 364 ENSINO SUPERIOR | 36.038.034,00 | | 30.999.060,68 | 98.753,60 |
| 04 365 EDUCACAO INFANTIL | 10.591.213,00 | | 8.699.916,83 | 7.536,26 |
| 04 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 612.102,00 | | 562.631,05 | 389.750,34 |
| 04 392 DIFUSAO CULTURAL | 519.036,00 | | 429.927,18 | 273.052,19 |
| 04 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 120.580.818,00 | | 88.209.507,52 | 82.253.566,26 |
| 04 542 CONTROLE AMBIENTAL | 56.220.000,00 | -0,04 | 45.685.561,74 | 25.650.195,52 |
| 04 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 36.464.710,00 | | 28.915.778,74 | 2.998.666,66 |
| 04 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 4.700.000,00 | | 4.641.318,11 | 1.345.400,03 |
| 04 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 20.195.917,00 | | 18.140.507,27 | 3.978.518,43 |
| 04 694 SERVICOS FINANCEIROS | 399.873.975,00 | | 399.873.975,00 | 44.530.202,97 |
| 04 722 TELECOMUNICACOES | 334.244.568,00 | | 291.363.965,71 | 71.254.813,45 |
| 04 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 575.549.279,00 | | 507.652.591,81 | 461.085.216,37 |
| 05 DEFESA NACIONAL | 34.480.971.517,00 | -0,45 | 32.281.830.987,10 | 4.200.911.141,16 |
| 05 122 ADMINISTRACAO GERAL | 18.290.225.467,00 | 1,69 | 18.203.055.782,96 | 386.299.797,53 |
| 05 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 83.354.008,00 | | 63.156.802,28 | 6.270.898,56 |
| 05 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 90.638.350,00 | -0,11 | 76.496.718,88 | 34.045.189,93 |
| 05 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 102.406.537,00 | -0,09 | 98.195.898,35 | 14.042.719,32 |
| 05 131 COMUNICACAO SOCIAL | 3.688.634,00 | | 2.247.487,54 | 5.559,55 |
| 05 151 DEFESA AEREA | 3.883.232.307,00 | -0,57 | 3.602.627.440,39 | 1.405.368.717,37 |
| 05 152 DEFESA NAVAL | 5.016.676.142,00 | -0,12 | 4.268.167.478,59 | 477.770.687,49 |
| 05 153 DEFESA TERRESTRE | 2.175.040.097,00 | -1,19 | 1.731.324.234,43 | 845.034.787,45 |
| 05 182 DEFESA CIVIL | 212.000.000,00 | | 209.830.163,35 | 88.259.325,71 |
| 05 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 5.868.016,00 | | 5.742.563,03 | 235.891,59 |
| 05 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 684.224.138,00 | 1,02 | 675.939.184,31 | 180.988.971,97 |
| 05 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 556.834.858,00 | -0,03 | 263.514.715,41 | 205.611.709,69 |
| 05 301 ATENCAO BASICA | 75.006.239,00 | | 74.587.285,98 | 3.273.947,30 |
| 05 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 1.382.833.475,00 | | 1.380.506.764,50 | 161.469.906,78 |
| 05 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 5.282.122,00 | | 5.282.121,57 | 1.316.791,59 |
| 05 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 304.517.420,00 | -0,02 | 303.569.169,04 | 22.807.495,88 |
| 05 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 336.431.522,00 | | 335.757.841,90 | 2.175.151,52 |
| 05 333 EMPREGABILIDADE | 12.000.000,00 | | 10.582.252,82 | 1.497.793,17 |
| 05 361 ENSINO FUNDAMENTAL | 3.265.870,00 | | 3.199.980,43 | 231.846,66 |
| 05 362 ENSINO MEDIO | 3.107.000,00 | | 3.061.595,86 | 137.397,19 |
| 05 363 ENSINO PROFISSIONAL | 42.532.648,00 | 0,02 | 42.642.604,85 | 2.243.949,79 |
| 05 364 ENSINO SUPERIOR | 8.363.000,00 | -0,13 | 6.844.408,91 | 3.186.127,82 |
| 05 365 EDUCACAO INFANTIL | 61.525.880,00 | | 60.882.516,24 | 501.888,43 |
| 05 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 5.000.000,00 | | 4.940.432,51 | 1.013.818,57 |
| 05 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 5.347.957,00 | | 5.347.328,67 | 1.347.696,39 |
| 05 482 HABITACAO URBANA | 70.800.000,00 | | 70.800.000,00 | |
| 05 545 METEOROLOGIA | 2.671.066,00 | | 2.579.826,43 | 305.057,69 |
| 05 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 34.018.559,00 | -0,03 | 33.929.525,47 | 2.429.258,32 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 05 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 203.634.269,00 | -0,39 | 135.207.685,03 | 79.083.331,44 |
| 05 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 750.000,00 | | 669.207,15 | 359.656,00 |
| 05 722 TELECOMUNICACOES | 32.979.856,00 | -0,19 | 20.833.407,64 | 3.979.296,67 |
| 05 752 ENERGIA ELETRICA | 885.326,00 | | 509.334,54 | 311.662,56 |
| 05 781 TRANSPORTE AEREO | 208.216.811,00 | | 47.260.598,49 | 35.585.988,68 |
| 05 782 TRANSPORTE RODOVIARIO | 1.750.049,00 | | 1.096.625,10 | 142.212,23 |
| 05 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 28.814.806,00 | | 28.886.546,97 | 3.552.337,47 |
| 05 811 DESPORTO DE RENDIMENTO | 537.708.597,00 | -0,31 | 493.215.306,48 | 229.894.649,18 |
| 05 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 9.340.491,00 | | 9.340.151,00 | 129.623,67 |
| 06 SEGURANCA PUBLICA | 10.881.325.830,00 | 0,02 | 9.728.282.480,80 | 1.716.986.146,29 |
| 06 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.625.454.522,00 | | 4.546.058.491,47 | 109.074.019,88 |
| 06 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 22.095.000,00 | | 12.353.552,80 | 3.555.234,99 |
| 06 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 12.951.765,00 | | 9.753.156,63 | 8.708.832,67 |
| 06 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 1.011.892.111,00 | | 876.652.140,64 | 94.661.966,04 |
| 06 131 COMUNICACAO SOCIAL | 1.250.000,00 | | | |
| 06 181 POLICIAMENTO | 1.188.469.913,00 | 0,02 | 721.398.317,59 | 262.917.442,63 |
| 06 182 DEFESA CIVIL | 3.206.578.390,00 | | 2.919.900.338,92 | 985.887.321,07 |
| 06 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 233.239.078,00 | | 138.040.060,15 | 47.303.092,00 |
| 06 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 600.000,00 | | 487.250,03 | 28.480,86 |
| 06 301 ATENCAO BASICA | 44.259.814,00 | | 43.890.560,00 | 1.722.902,30 |
| 06 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 94.091.008,00 | | 93.765.548,82 | 550.091,78 |
| 06 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 4.335.149,00 | | 4.052.478,65 | 373.917,81 |
| 06 365 EDUCACAO INFANTIL | 6.094.080,00 | | 5.753.741,72 | 371.143,00 |
| 06 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL | 2.900.000,00 | | | |
| 06 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 414.500.000,00 | | 346.984.889,15 | 199.599.067,64 |
| 06 452 SERVICOS URBANOS | 905.000,00 | | 664.283,08 | 140.405,39 |
| 06 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 1.700.000,00 | | 1.385.587,23 | 19.987,50 |
| 06 722 TELECOMUNICACOES | 10.010.000,00 | | 7.142.083,92 | 2.072.240,73 |
| 07 RELACOES EXTERIORES | 2.215.495.031,00 | 0,89 | 1.896.692.970,57 | 43.372.550,98 |
| 07 122 ADMINISTRACAO GERAL | 975.076.663,00 | -0,23 | 894.823.456,10 | 16.154.136,75 |
| 07 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 2.000.000,00 | -0,11 | 1.208.793,24 | 92.055,55 |
| 07 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 8.220.000,00 | -0,07 | 7.059.538,57 | 2.190.415,54 |
| 07 211 RELACOES DIPLOMATICAS | 859.285.000,00 | 3,11 | 697.354.167,57 | 19.369.510,36 |
| 07 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 237.862.628,00 | -0,25 | 190.232.240,52 | 1.448.611,58 |
| 07 301 ATENCAO BASICA | 52.379.841,00 | | 47.883.604,29 | 28.873,00 |
| 07 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 6.569.353,00 | | 6.436.594,62 | |
| 07 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 666.789,00 | | 418.670,88 | |
| 07 365 EDUCACAO INFANTIL | 114.757,00 | | 100.604,51 | |
| 07 392 DIFUSAO CULTURAL | 35.620.000,00 | -1,10 | 24.633.128,57 | 1.296.708,10 |
| 07 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 12.700.000,00 | | 12.570.852,40 | 2.184.671,26 |
| 07 691 PROMOCAO COMERCIAL | 25.000.000,00 | -0,46 | 13.971.319,30 | 607.568,84 |
| 08 ASSISTENCIA SOCIAL | 39.427.948.943,00 | 0,00 | 39.112.121.093,81 | 328.776.000,05 |
| 08 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.650.486,00 | | 3.550.486,00 | 2.252.178,05 |
| 08 122 ADMINISTRACAO GERAL | 180.983.227,00 | | 169.306.050,95 | 13.444.472,74 |
| 08 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 12.978.000,00 | | 12.978.000,00 | 721.856,21 |
| 08 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 41.101.069,00 | | 40.950.852,88 | 5.802.527,46 |
| 08 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 3.760.000,00 | | 3.751.840,77 | 3.434.290,00 |
| 08 131 COMUNICACAO SOCIAL | 13.500.000,00 | | 10.000.000,00 | 280.045,58 |
| 08 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 1.315.804,00 | | 432.760,00 | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 08 241 ASSISTENCIA AO IDOSO | 10.365.587.462,00 | | 10.365.325.802,79 | 500,00 |
| 08 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 11.868.816.202,00 | | 11.868.814.085,50 | 241,53 |
| 08 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 766.032.643,00 | | 703.200.652,25 | 34.412.091,50 |
| 08 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 15.246.257.643,00 | | 15.086.589.816,19 | 224.043.771,93 |
| 08 301 ATENCAO BASICA | 728.616,00 | | 600.899,91 | 10.001,00 |
| 08 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 745.554.314,00 | | 671.854.332,94 | 38.835.184,93 |
| 08 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 403.018,00 | | 333.849,07 | |
| 08 365 EDUCACAO INFANTIL | 97.783,00 | | 88.858,15 | |
| 08 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 500.000,00 | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 08 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 158.742.676,00 | | 158.583.625,25 | 2.470.011,91 |
| 08 605 ABASTECIMENTO | 16.940.000,00 | | 15.259.181,16 | 2.568.827,21 |
| 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 327.397.238.679,00 | 0,00 | 326.550.560.033,99 | 657.303.407,23 |
| 09 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL | 26.000.000,00 | | 25.897.301,35 | 142.624,48 |
| 09 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.363.685.377,00 | | 4.311.128.908,10 | 27.256.058,22 |
| 09 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 5.100.001,00 | | 2.510.390,34 | 211.660,64 |
| 09 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 571.926.472,00 | | 548.454.251,09 | 82.489.962,84 |
| 09 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 32.986.703,00 | | 23.584.773,09 | 1.768.412,06 |
| 09 131 COMUNICACAO SOCIAL | 18.511.279,00 | | 9.500.000,00 | 9.500.000,00 |
| 09 271 PREVIDENCIA BASICA | 248.778.085.370,00 | | 248.340.922.779,26 | 318.983.532,52 |
| 09 272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO | 70.889.679.855,00 | | 70.741.057.110,95 | 143.223.825,97 |
| 09 274 PREVIDENCIA ESPECIAL | 2.372.274.908,00 | | 2.217.648.078,85 | 73.333.544,71 |
| 09 301 ATENCAO BASICA | 133.996.824,00 | | 132.270.930,36 | 160.165,42 |
| 09 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 141.166.808,00 | | 140.443.894,41 | 2.437,38 |
| 09 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 36.386.101,00 | | 35.746.806,13 | 68,00 |
| 09 365 EDUCACAO INFANTIL | 3.688.981,00 | | 3.644.875,66 | |
| 09 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 1.600.000,00 | | 189.014,00 | 49.470,00 |
| 09 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 22.000.000,00 | | 17.560.920,40 | 181.644,99 |
| 09 845 TRANSFERENCIAS | 150.000,00 | | | |
| 10 SAUDE | 64.308.088.232,00 | 0,00 | 61.873.700.098,05 | 6.086.961.337,76 |
| 10 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 35.177.896,00 | | 27.130.729,83 | 17.962.590,25 |
| 10 122 ADMINISTRACAO GERAL | 7.947.822.317,00 | | 7.789.397.033,26 | 273.241.484,81 |
| 10 124 CONTROLE INTERNO | 16.894.587,00 | | 14.802.905,92 | 1.141.814,56 |
| 10 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 48.695.701,00 | | 48.272.071,19 | 6.671.404,75 |
| 10 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 211.199.961,00 | | 185.330.473,62 | 40.702.397,58 |
| 10 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 262.500.937,00 | | 240.545.980,64 | 84.937.042,11 |
| 10 131 COMUNICACAO SOCIAL | 140.563.836,00 | | 115.211.210,64 | 17.564.886,95 |
| 10 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 48.172.685,00 | | 31.669.394,61 | 10.947.170,56 |
| 10 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 135.000.000,00 | | 123.684.233,87 | 113.579.809,30 |
| 10 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 2.300.000,00 | | 1.912.310,26 | 1.589.746,06 |
| 10 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 16.300.000,00 | | 12.080.207,93 | 6.362.868,97 |
| 10 301 ATENCAO BASICA | 10.603.199.289,00 | | 10.349.114.893,23 | 599.273.714,45 |
| 10 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 32.694.331.530,00 | | 31.265.968.753,89 | 1.748.551.298,02 |
| 10 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 6.200.430.759,00 | | 6.062.911.312,53 | 1.209.513.691,84 |
| 10 304 VIGILANCIA SANITARIA | 306.983.964,00 | | 282.195.141,06 | 31.537.262,73 |
| 10 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA | 3.131.107.688,00 | | 2.994.544.537,32 | 664.139.062,92 |
| 10 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 391.713.511,00 | | 387.746.349,60 | 9.003.367,16 |
| 10 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 82.773.324,00 | | 82.158.000,58 | 1.075.584,10 |
| 10 364 ENSINO SUPERIOR | 172.245.837,00 | | 153.620.550,27 | 53.713.888,12 |
| 10 365 EDUCACAO INFANTIL | 10.008.497,00 | | 9.241.399,02 | 48.864,62 |
| 10 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 71.563.460,00 | | 61.341.812,25 | 13.225.872,25 |
| 10 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS | 330.792.565,00 | | 327.023.250,45 | 100.509.726,69 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 10 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 182.251.081,00 | | 182.251.080,00 | 178.894.833,38 |
| 10 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 988.417.730,00 | | 860.661.427,95 | 828.860.802,19 |
| 10 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 3.500.000,00 | | 723.084,25 | 27.535,90 |
| 10 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 236.674.667,00 | | 229.294.540,56 | 71.311.361,15 |
| 10 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 16.463.750,00 | | 14.666.060,00 | |
| 10 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 21.002.660,00 | | 20.201.353,32 | 2.573.256,34 |
| 11 TRABALHO | 31.909.756.777,00 | 0,00 | 31.449.069.870,34 | 365.743.878,13 |
| 11 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.449.688.815,00 | | 1.411.231.395,23 | 36.896.630,19 |
| 11 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 63.424.097,00 | | 42.103.666,26 | 13.529.289,70 |
| 11 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 32.377.000,00 | | 25.371.023,71 | 1.015.009,04 |
| 11 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 62.880.434,00 | | 58.450.213,99 | 6.944.903,74 |
| 11 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 3.032.000,00 | | 1.906.355,96 | 295.691,09 |
| 11 131 COMUNICACAO SOCIAL | 26.692.000,00 | | 22.367.585,18 | 7.982.200,91 |
| 11 301 ATENCAO BASICA | 27.438.978,00 | | 26.224.557,20 | |
| 11 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 32.352.961,00 | | 32.097.937,88 | |
| 11 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 29.273.461.301,00 | | 29.235.925.133,81 | 21.364.836,59 |
| 11 332 RELACOES DE TRABALHO | 22.407.000,00 | | 7.694.561,13 | 958.404,60 |
| 11 333 EMPREGABILIDADE | 349.602.994,00 | | 220.547.219,78 | 156.768.222,38 |
| 11 334 FOMENTO AO TRABALHO | 75.023.277,00 | | 47.920.646,86 | 38.620.203,49 |
| 11 365 EDUCACAO INFANTIL | 900.663,00 | | 788.182,93 | |
| 11 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 470.600.550,00 | | 305.856.326,21 | 77.224.268,24 |
| 11 392 DIFUSAO CULTURAL | 500.000,00 | | 335.577,00 | 48.854,88 |
| 11 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 210.000,00 | | 9.862,94 | |
| 11 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 12.750.000,00 | | 8.422.389,27 | 4.017.745,60 |
| 11 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 1.906.707,00 | | 1.817.235,00 | 77.617,68 |
| 11 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 4.500.000,00 | | | |
| 11 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 8.000,00 | | | |
| 12 EDUCACAO | 53.052.036.380,00 | 0,00 | 48.501.831.189,45 | 6.391.553.652,72 |
| 12 122 ADMINISTRACAO GERAL | 3.765.783.635,00 | | 3.477.327.969,69 | 105.454.732,13 |
| 12 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 116.506.459,00 | | 116.422.377,14 | 54.115.083,10 |
| 12 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 409.564.741,00 | | 282.798.956,81 | 117.611.583,52 |
| 12 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 1.221.288.530,00 | | 772.397.268,22 | 153.691.757,17 |
| 12 131 COMUNICACAO SOCIAL | 27.000.000,00 | | 23.019.425,06 | 1.358.735,86 |
| 12 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 141.024.839,00 | | 115.081.480,85 | 12.847.153,19 |
| 12 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 8.235.500,00 | | 2.355.451,71 | 1.312.076,08 |
| 12 301 ATENCAO BASICA | 339.536.052,00 | | 301.587.352,61 | 21.498.537,68 |
| 12 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 3.200.056.529,00 | | 2.671.834.377,51 | 81.276.975,35 |
| 12 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 647.000,00 | | 646.967,08 | 646.967,08 |
| 12 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 3.782.322.794,00 | | 3.755.911.192,58 | 4.996.263,36 |
| 12 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 139.429.438,00 | | 126.551.706,14 | 2.394.326,50 |
| 12 361 ENSINO FUNDAMENTAL | 1.152.962.636,00 | | 1.003.244.874,80 | 341.969.894,88 |
| 12 362 ENSINO MEDIO | 1.289.522.174,00 | | 1.216.401.195,89 | 117.672.660,53 |
| 12 363 ENSINO PROFISSIONAL | 3.935.204.901,00 | | 3.649.601.205,01 | 623.488.450,94 |
| 12 364 ENSINO SUPERIOR | 19.849.215.725,00 | | 18.117.066.663,21 | 2.985.095.141,38 |
| 12 365 EDUCACAO INFANTIL | 92.404.414,00 | | 53.927.829,93 | 6.506.058,76 |
| 12 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 892.351.252,00 | | 642.459.232,85 | 12.380.803,45 |
| 12 367 EDUCACAO ESPECIAL | 145.443.390,00 | | 119.256.846,91 | 32.352.527,41 |
| 12 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 1.476.412,00 | | 684.056,43 | 385.187,60 |
| 12 392 DIFUSAO CULTURAL | 176.012.309,00 | | 144.857.010,88 | 87.480.145,13 |
| 12 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 44.495.000,00 | | 36.717.364,59 | 12.569.319,87 |
| 12 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 234.501.322,00 | | 166.601.772,19 | 78.090.403,15 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 12 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 232.738.560,00 | | 189.103.706,12 | 68.095.218,77 |
| 12 847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA | 11.854.312.768,00 | | 11.515.974.905,24 | 1.468.263.649,83 |
| 13 CULTURA | 2.190.149.718,00 | -0,02 | 1.385.121.728,66 | 508.802.599,53 |
| 13 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 8.040.000,00 | | 4.119.143,74 | 2.060.283,31 |
| 13 122 ADMINISTRACAO GERAL | 488.531.375,00 | | 441.557.894,60 | 47.374.967,77 |
| 13 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 1.860.737,00 | | 1.112.736,00 | 1.112.736,00 |
| 13 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 3.450.000,00 | | 2.250.540,53 | 874.966,67 |
| 13 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 1.700.000,00 | | 1.300.000,00 | |
| 13 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 18.048.755,00 | | 12.863.360,51 | 5.068.086,54 |
| 13 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.000.000,00 | | 4.000.000,00 | 1.666.584,68 |
| 13 301 ATENCAO BASICA | 8.626.489,00 | | 7.101.459,05 | 1.295.477,88 |
| 13 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 12.214.038,00 | | 11.382.856,44 | 20.577,34 |
| 13 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 4.077.665,00 | | 3.194.781,29 | 39.459,85 |
| 13 365 EDUCACAO INFANTIL | 279.503,00 | | 197.024,27 | 3.595,80 |
| 13 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 270.419.783,00 | -0,01 | 139.728.234,85 | 77.443.915,49 |
| 13 392 DIFUSAO CULTURAL | 1.282.641.723,00 | -0,01 | 683.877.110,88 | 310.626.879,97 |
| 13 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 2.273.000,00 | | 1.374.141,45 | 212.673,47 |
| 13 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 2.500.000,00 | | 2.500.000,00 | |
| 13 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 9.360.143,00 | | 9.024.298,45 | 4.489.737,19 |
| 13 691 PROMOCAO COMERCIAL | 64.126.507,00 | | 59.538.146,60 | 56.512.657,57 |
| 14 DIREITOS DA CIDADANIA | 2.257.632.712,00 | -0,14 | 1.830.807.276,24 | 393.989.094,93 |
| 14 031 ACAO LEGISLATIVA | 1.500.000,00 | | 1.500.000,00 | |
| 14 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 245.000,00 | | 6.600,00 | 6.600,00 |
| 14 122 ADMINISTRACAO GERAL | 661.219.377,00 | -0,07 | 616.586.648,26 | 44.416.630,43 |
| 14 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 4.650.000,00 | | 4.649.984,13 | 1.847.666,27 |
| 14 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 527.000,00 | | 227.108,89 | 111.977,74 |
| 14 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 10.047.757,00 | | 5.726.219,00 | 4.634.483,57 |
| 14 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 101.781.320,00 | | 61.757.576,71 | 22.339.973,23 |
| 14 131 COMUNICACAO SOCIAL | 19.661.555,00 | | 18.305.911,37 | 1.349.567,89 |
| 14 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 9.515.000,00 | | | |
| 14 241 ASSISTENCIA AO IDOSO | 900.000,00 | | 853.696,86 | 555.354,16 |
| 14 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA | 1.450.000,00 | | 1.296.800,00 | 1.096.800,00 |
| 14 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 106.687.210,00 | | 87.118.733,59 | 48.808.272,85 |
| 14 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 100.000,00 | | 92.369,47 | 26.838,41 |
| 14 301 ATENCAO BASICA | 10.092.069,00 | | 9.434.684,46 | 152.731,79 |
| 14 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 17.882.114,00 | | 17.547.179,63 | |
| 14 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 3.030.293,00 | | 2.451.886,46 | |
| 14 334 FOMENTO AO TRABALHO | 517.642,00 | | 30.855,00 | 30.855,00 |
| 14 365 EDUCACAO INFANTIL | 748.852,00 | | 502.031,65 | |
| 14 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 696.311.661,00 | | 633.807.364,78 | 88.068.450,22 |
| 14 392 DIFUSAO CULTURAL | 3.200.000,00 | | 2.384.139,70 | 1.409.384,41 |
| 14 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL | 258.619.170,00 | | 112.970.174,22 | 86.171.366,59 |
| 14 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 252.460.494,00 | -0,07 | 182.720.880,48 | 66.125.326,88 |
| 14 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS | 72.347.406,00 | | 54.952.200,34 | 22.546.545,99 |
| 14 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 17.600.000,00 | | 13.709.090,96 | 3.232.984,22 |
| 14 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 2.419.055,00 | | 2.075.140,28 | 962.129,68 |
| 14 812 DESPORTO COMUNITARIO | 3.919.737,00 | | | |
| 14 845 TRANSFERENCIAS | 200.000,00 | | 100.000,00 | 95.155,60 |
| 15 URBANISMO | 7.404.312.942,00 | 0,00 | 4.867.323.965,49 | 2.953.035.571,45 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 15 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 7.025.000,00 | | 1.709.006,22 | 253.948,78 |
| 15 122 ADMINISTRACAO GERAL | 88.449.143,00 | | 68.864.195,31 | 12.438.335,04 |
| 15 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 114.955.000,00 | | 62.635.275,00 | 1.658.387,98 |
| 15 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 9.598.984,00 | | 8.992.679,62 | 1.350.450,86 |
| 15 131 COMUNICACAO SOCIAL | 124.950.000,00 | | 73.561.189,22 | 19.823.172,78 |
| 15 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 597.725.746,00 | | 288.307.541,75 | 232.691.954,73 |
| 15 301 ATENCAO BASICA | 10.902.988,00 | | 9.940.467,42 | 961.777,40 |
| 15 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 24.919.954,00 | | 24.778.001,15 | 185.205,60 |
| 15 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.677.730,00 | | 2.162.945,89 | 178.345,98 |
| 15 365 EDUCACAO INFANTIL | 987.535,00 | | 934.122,38 | 4.330,46 |
| 15 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 4.561.309.121,00 | | 2.883.857.333,89 | 2.134.749.806,45 |
| 15 452 SERVICOS URBANOS | 232.391.127,00 | | 185.532.530,90 | 177.413.938,82 |
| 15 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS | 1.573.379.284,00 | | 1.252.139.906,05 | 369.840.398,92 |
| 15 482 HABITACAO URBANA | 36.583.330,00 | | 3.782.540,69 | 1.434.217,65 |
| 15 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 17.658.000,00 | | 126.230,00 | 51.300,00 |
| 15 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 800.000,00 | | | |
| 16 HABITACAO | 313.439.095,00 | 0,00 | 175.457.222,69 | 154.097.861,03 |
| 16 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 104.244.393,00 | | 83.899.647,47 | 77.503.831,97 |
| 16 482 HABITACAO URBANA | 209.194.702,00 | | 91.557.575,22 | 76.594.029,06 |
| 17 SANEAMENTO | 2.364.501.070,00 | 0,00 | 1.745.341.124,47 | 1.229.247.747,94 |
| 17 122 ADMINISTRACAO GERAL | 2.000.000,00 | | 1.261.275,91 | 20.453,94 |
| 17 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 2.362.501.070,00 | | 1.744.079.848,56 | 1.229.227.294,00 |
| 18 GESTAO AMBIENTAL | 4.875.740.086,00 | -0,02 | 3.713.043.303,43 | 1.610.816.177,19 |
| 18 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.900.000,00 | | 1.734.946,95 | 192.766,33 |
| 18 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.213.164.379,00 | -0,02 | 1.154.689.151,79 | 39.838.633,45 |
| 18 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 73.095.904,00 | | 70.594.996,60 | 5.575.544,14 |
| 18 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 21.160.000,00 | | 11.253.191,25 | 4.664.867,26 |
| 18 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 5.258.658,00 | | 2.174.555,68 | 225.704,51 |
| 18 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 48.833.996,00 | | 16.178.797,42 | 4.133.034,86 |
| 18 131 COMUNICACAO SOCIAL | 210.116,00 | | | |
| 18 301 ATENCAO BASICA | 20.046.152,00 | | 16.842.216,38 | 1.337.897,92 |
| 18 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 31.861.256,00 | | 30.957.074,08 | |
| 18 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.924.923,00 | | 1.998.654,46 | |
| 18 365 EDUCACAO INFANTIL | 1.680.279,00 | | 1.267.421,75 | |
| 18 511 SANEAMENTO BASICO RURAL | 169.854.872,00 | | 169.672.034,83 | 120.449.202,47 |
| 18 512 SANEAMENTO BASICO URBANO | 18.906.920,00 | | 6.474.815,61 | 4.098.769,05 |
| 18 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 385.265.162,00 | | 141.432.167,41 | 33.989.570,12 |
| 18 542 CONTROLE AMBIENTAL | 103.293.376,00 | | 84.189.412,68 | 6.131.203,20 |
| 18 543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS | 22.202.754,00 | | 5.794.857,89 | 2.164.014,89 |
| 18 544 RECURSOS HIDRICOS | 2.714.838.152,00 | | 1.978.945.519,74 | 1.372.228.396,78 |
| 18 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 2.630.000,00 | | 2.215.587,16 | 1.302.276,10 |
| 18 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 100.000,00 | | | |
| 18 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 1.204.669,00 | | 727,24 | |
| 18 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 2.804.456,00 | | 541.651,12 | 233.893,00 |
| 18 694 SERVICOS FINANCEIROS | 200.000,00 | | | |
| 18 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 31.304.062,00 | | 16.085.523,39 | 14.250.403,11 |
| 19 CIENCIA E TECNOLOGIA | 8.075.847.290,00 | -0,50 | 7.544.768.419,84 | 1.990.085.842,49 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 19 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 28.650.000,00 | | 26.704.367,88 | 1.725.223,20 |
| 19 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.610.957.457,00 | | 1.584.405.897,76 | 53.909.821,04 |
| 19 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 10.978.153,00 | | 9.665.122,00 | 4.579.176,81 |
| 19 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 334.837.947,00 | | 220.876.081,41 | 187.687.192,32 |
| 19 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 9.763.121,00 | | 7.387.243,37 | 595.913,73 |
| 19 131 COMUNICACAO SOCIAL | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 19 182 DEFESA CIVIL | 400.000,00 | | 251.358,11 | 210.710,63 |
| 19 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 5.469.176,00 | -0,01 | 2.079.814,23 | 451.939,30 |
| 19 301 ATENCAO BASICA | 27.811.546,00 | | 26.459.390,39 | 1.783.697,92 |
| 19 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 34.788.221,00 | | 34.579.551,64 | 542.767,61 |
| 19 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 18.967.530,00 | | 18.749.193,65 | 809.518,21 |
| 19 365 EDUCACAO INFANTIL | 1.191.171,00 | | 955.617,13 | |
| 19 542 CONTROLE AMBIENTAL | 6.750.000,00 | | 6.476.213,66 | 1.963.530,39 |
| 19 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 1.264.098.623,00 | | 1.215.696.657,50 | 184.556.339,12 |
| 19 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 3.788.354.255,00 | -0,47 | 3.654.053.710,03 | 1.302.469.594,49 |
| 19 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 141.914.570,00 | | 83.364.674,66 | 53.476.048,20 |
| 19 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 462.719.552,00 | | 447.545.568,48 | 79.629.711,61 |
| 19 663 MINERACAO | 12.208.790,00 | | 9.607.727,44 | 3.328.053,12 |
| 19 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 5.000.000,00 | -0,02 | 3.309.202,26 | 2.256.086,40 |
| 19 691 PROMOCAO COMERCIAL | 182.987.178,00 | | 68.065.290,02 | 62.538.282,67 |
| 19 753 PETROLEO | 122.000.000,00 | | 118.995.749,07 | 46.247.934,12 |
| 19 754 ALCOOL | 5.500.000,00 | | 5.039.989,15 | 1.324.301,60 |
| 20 AGRICULTURA | 19.796.247.600,00 | -0,13 | 14.725.094.753,95 | 5.305.228.202,25 |
| 20 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 24.105.057,00 | | 13.504.911,63 | 7.676.501,00 |
| 20 122 ADMINISTRACAO GERAL | 3.554.887.811,00 | -0,08 | 3.481.652.664,16 | 75.587.898,88 |
| 20 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 93.041.454,00 | | 61.976.718,59 | 21.094.110,80 |
| 20 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 41.404.101,00 | | 38.991.088,96 | 11.590.187,93 |
| 20 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 33.289.667,00 | | 19.818.147,63 | 4.912.193,49 |
| 20 131 COMUNICACAO SOCIAL | 31.606.502,00 | | 17.140.756,27 | 5.164.867,45 |
| 20 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 525.800,00 | -0,01 | 103.663,94 | 4.841,73 |
| 20 301 ATENCAO BASICA | 69.854.011,00 | | 68.869.702,27 | 310.863,40 |
| 20 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 113.109.556,00 | | 112.863.440,01 | 1.433.686,12 |
| 20 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 15.114.307,00 | | 14.181.283,25 | 109.986,54 |
| 20 363 ENSINO PROFISSIONAL | 6.635.123,00 | | 1.300.815,29 | 1.209.528,97 |
| 20 365 EDUCACAO INFANTIL | 10.263.290,00 | | 10.157.233,32 | |
| 20 367 EDUCACAO ESPECIAL | 900.000,00 | | 322.712,78 | 300.000,00 |
| 20 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 1.750.000,00 | | 795.444,19 | 291.308,11 |
| 20 545 METEOROLOGIA | 18.462.026,00 | | 18.289.893,35 | 4.144.146,18 |
| 20 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 514.303.848,00 | | 504.212.129,11 | 251.872.562,05 |
| 20 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 79.170.446,00 | | 42.707.948,74 | 15.174.666,99 |
| 20 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 5.129.601.716,00 | | 3.330.484.068,72 | 1.085.839.566,90 |
| 20 602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL | 562.160.678,00 | | 184.392.764,26 | 103.798.140,85 |
| 20 603 DEFESA SANITARIA VEGETAL | 122.986.566,00 | | 103.593.813,06 | 46.521.140,11 |
| 20 604 DEFESA SANITARIA ANIMAL | 166.835.481,00 | | 143.179.140,41 | 64.159.140,42 |
| 20 605 ABASTECIMENTO | 8.402.480.383,00 | | 5.949.993.874,90 | 3.233.169.907,51 |
| 20 606 EXTENSAO RURAL | 93.089.203,00 | | 84.743.152,29 | 20.229.931,99 |
| 20 607 IRRIGACAO | 676.069.390,00 | | 503.785.798,22 | 345.776.445,05 |
| 20 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 8.870.000,00 | | 7.858.161,30 | 2.199.764,44 |
| 20 691 PROMOCAO COMERCIAL | 10.184.500,00 | -0,04 | 7.016.662,96 | 37.794,65 |
| 20 692 COMERCIALIZACAO | 300.000,00 | | 120.061,27 | 580,00 |
| 20 694 SERVICOS FINANCEIROS | 200.000,00 | | | |
| 20 752 ENERGIA ELETRICA | 689.430,00 | | 255.427,32 | 250.148,32 |
| 20 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 14.357.254,00 | | 2.783.275,75 | 2.368.292,37 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 21 ORGANIZACAO AGRARIA | 5.657.657.742,00 | -0,01 | 4.269.665.682,57 | 1.965.103.244,16 |
| 21 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 19.550.000,00 | | 18.549.009,56 | 1.032.083,02 |
| 21 122 ADMINISTRACAO GERAL | 820.911.793,00 | -0,01 | 754.577.962,94 | 49.209.513,10 |
| 21 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 12.000.000,00 | | 5.530.763,92 | 1.137.849,13 |
| 21 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 15.500.000,00 | | 10.640.792,91 | 7.914.367,54 |
| 21 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 648.001.513,00 | | 437.421.406,25 | 343.827.594,50 |
| 21 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 48.236.000,00 | | 36.927.358,73 | 8.320.027,34 |
| 21 131 COMUNICACAO SOCIAL | 7.000.000,00 | | 5.409.000,00 | 2.306.341,23 |
| 21 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA | 700.000,00 | | 564.991,39 | 11.081,77 |
| 21 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA | 165.058.750,00 | | 160.120.135,95 | 51.397.549,09 |
| 21 301 ATENCAO BASICA | 20.809.034,00 | | 19.680.111,11 | 58.245,38 |
| 21 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 24.173.528,00 | | 23.637.809,99 | |
| 21 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 4.884.349,00 | | 4.429.539,61 | |
| 21 363 ENSINO PROFISSIONAL | 19.000.000,00 | | 11.764.254,98 | 5.692.061,33 |
| 21 365 EDUCACAO INFANTIL | 777.576,00 | | 697.023,75 | |
| 21 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS | 5.300.000,00 | | 781.389,86 | 537.389,86 |
| 21 392 DIFUSAO CULTURAL | 354.912,00 | | 205.479,52 | 762,00 |
| 21 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 37.198.567,00 | | 21.543.761,22 | 15.742.150,35 |
| 21 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 1.250.000,00 | | 344.456,60 | 344.456,60 |
| 21 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 7.000.000,00 | | 6.041.681,42 | 3.092.403,89 |
| 21 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 23.206.750,00 | | 20.572.841,58 | 11.586.590,63 |
| 21 605 ABASTECIMENTO | 99.330.450,00 | | 57.247.407,16 | 2.355.118,72 |
| 21 606 EXTENSAO RURAL | 635.567.804,00 | | 347.577.110,13 | 253.572.922,17 |
| 21 631 REFORMA AGRARIA | 2.802.450.525,00 | | 2.096.134.230,31 | 1.200.527.991,52 |
| 21 691 PROMOCAO COMERCIAL | 29.396.191,00 | | 19.267.163,68 | 6.436.744,99 |
| 21 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 210.000.000,00 | | 210.000.000,00 | |
| 22 INDUSTRIA | 2.773.871.127,00 | -0,01 | 1.804.474.400,98 | 298.557.810,23 |
| 22 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.173.358.908,00 | -0,01 | 1.043.498.799,13 | 48.933.915,77 |
| 22 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 4.249.485,00 | | 3.722.605,95 | 74.948,38 |
| 22 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 36.881.381,00 | | 34.364.592,99 | 9.926.352,88 |
| 22 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL | 4.957.500,00 | | 4.842.334,74 | 1.765.218,55 |
| 22 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 10.778.204,00 | | 5.546.457,93 | 933.206,78 |
| 22 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 2.746.541,00 | | 2.095.947,00 | 887.893,41 |
| 22 131 COMUNICACAO SOCIAL | 300.000,00 | | 280.000,00 | |
| 22 301 ATENCAO BASICA | 15.246.790,00 | | 14.545.533,57 | 397.457,64 |
| 22 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 24.461.898,00 | | 24.246.957,33 | 54.516,26 |
| 22 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 2.832.769,00 | | 2.370.488,50 | 64.117,41 |
| 22 333 EMPREGABILIDADE | 26.772.704,00 | | 13.983.356,44 | 12.038.160,20 |
| 22 365 EDUCACAO INFANTIL | 1.189.855,00 | | 1.078.047,89 | 9.576,02 |
| 22 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 100.000,00 | | 46.578,74 | |
| 22 544 RECURSOS HIDRICOS | 12.662.000,00 | | 11.619.308,04 | 7.434.863,50 |
| 22 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 120.000.000,00 | | | |
| 22 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 5.000.000,00 | | 4.038.301,86 | 803.132,82 |
| 22 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 5.556.000,00 | | 2.981.118,76 | 324.773,38 |
| 22 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 467.135.449,00 | | 22.244.430,72 | 18.444.146,53 |
| 22 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 7.410.759,00 | | 5.615.529,02 | 5.295.700,00 |
| 22 663 MINERACAO | 87.668.136,00 | | 77.239.726,44 | 28.620.405,38 |
| 22 664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 16.240.819,00 | | 10.179.429,51 | 4.131.602,79 |
| 22 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 387.230.596,00 | | 381.259.098,42 | 29.493.363,01 |
| 22 691 PROMOCAO COMERCIAL | 10.924.752,00 | | 4.181.758,00 | 1.196.758,00 |
| 22 693 COMERCIO EXTERIOR | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 | 100.000.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 22 694 SERVICOS FINANCEIROS | 100.000,00 | | 60.000,00 | 10.370,84 |
| 22 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 250.066.581,00 | | 34.434.000,00 | 27.717.330,68 |
| 23 COMERCIO E SERVICOS | 5.752.916.949,00 | -0,37 | 3.843.617.545,59 | 2.361.673.561,18 |
| 23 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 6.290.000,00 | | 5.561.206,60 | 1.298.337,97 |
| 23 122 ADMINISTRACAO GERAL | 125.674.148,00 | -0,14 | 111.234.709,01 | 13.748.380,80 |
| 23 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 3.000.000,00 | | 1.867.390,35 | 545.257,90 |
| 23 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 18.635.000,00 | | 14.134.888,00 | 1.072.448,62 |
| 23 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 139.715.315,00 | | 93.199.726,78 | 47.680.006,84 |
| 23 131 COMUNICACAO SOCIAL | 8.300.000,00 | | 4.875.121,51 | 2.880.253,27 |
| 23 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 600.000,00 | -0,02 | 372.850,55 | 1.650,68 |
| 23 301 ATENCAO BASICA | 754.885,00 | | 633.896,72 | |
| 23 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 1.680.268,00 | | 1.611.051,46 | |
| 23 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 289.423,00 | | 226.156,34 | |
| 23 365 EDUCACAO INFANTIL | 61.931,00 | | 57.432,55 | |
| 23 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 10.000.000,00 | | 7.410.000,00 | 7.410.000,00 |
| 23 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO | 7.000.000,00 | | 5.981.211,48 | 1.232.589,00 |
| 23 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 617.459,00 | | 612.082,88 | 61.000,00 |
| 23 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 5.445.000,00 | | 4.048.489,72 | 3.133.879,85 |
| 23 691 PROMOCAO COMERCIAL | 14.220.573,00 | -0,01 | 10.585.788,07 | 2.372.196,40 |
| 23 692 COMERCIALIZACAO | 2.356.000,00 | | 1.533.446,80 | 1.533.446,80 |
| 23 693 COMERCIO EXTERIOR | 1.488.749.850,00 | | 1.447.062.891,54 | 650.084.139,36 |
| 23 695 TURISMO | 3.919.527.097,00 | -0,20 | 2.132.609.205,23 | 1.628.619.973,69 |
| 24 COMUNICACOES | 1.186.422.823,00 | -0,01 | 970.764.011,39 | 421.965.221,78 |
| 24 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 4.700.000,00 | | | |
| 24 122 ADMINISTRACAO GERAL | 484.641.605,00 | -0,01 | 424.076.269,56 | 33.430.703,06 |
| 24 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 78.502.156,00 | | 35.530.640,59 | 11.563.770,87 |
| 24 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 24.459.800,00 | | 6.658.089,33 | 672.146,25 |
| 24 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 20.732.757,00 | | 6.102.160,09 | 537.286,82 |
| 24 131 COMUNICACAO SOCIAL | 2.010.000,00 | | | |
| 24 301 ATENCAO BASICA | 13.417.643,00 | | 12.767.858,62 | 178.632,93 |
| 24 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 8.811.624,00 | | 7.812.408,91 | |
| 24 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 1.324.701,00 | | 974.505,87 | |
| 24 365 EDUCACAO INFANTIL | 320.475,00 | | 280.306,61 | |
| 24 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 35.104.188,00 | | 16.200.120,75 | 2.465.265,21 |
| 24 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 76.063.107,00 | | 50.211.238,79 | 25.900.675,71 |
| 24 694 SERVICOS FINANCEIROS | 4.396.893,00 | | | |
| 24 722 TELECOMUNICACOES | 131.937.874,00 | | 110.150.412,27 | 47.216.740,93 |
| 24 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 300.000.000,00 | | 300.000.000,00 | 300.000.000,00 |
| 25 ENERGIA | 1.112.213.438,00 | 0,00 | 675.468.306,50 | 141.155.583,83 |
| 25 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 41.885.401,00 | | 21.716.537,44 | 2.027.030,66 |
| 25 122 ADMINISTRACAO GERAL | 416.967.005,00 | | 382.983.811,13 | 13.605.225,50 |
| 25 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 88.769.504,00 | | 67.002.710,65 | 3.540.082,69 |
| 25 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 9.670.000,00 | | 6.654.503,20 | 654.477,95 |
| 25 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 23.774.339,00 | | 15.065.535,80 | 700.680,06 |
| 25 131 COMUNICACAO SOCIAL | 3.710.000,00 | | 3.527.903,70 | |
| 25 301 ATENCAO BASICA | 2.921.821,00 | | 2.389.599,45 | 137.715,65 |
| 25 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 7.415.676,00 | | 6.641.331,20 | 56.360,14 |
| 25 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 433.216,00 | | 392.270,72 | 125.793,41 |
| 25 365 EDUCACAO INFANTIL | 320.124,00 | | 276.488,87 | 7.633,95 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 25 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 3.190.000,00 | | 1.100.000,00 | |
| 25 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE | 8.722.060,00 | | 5.803.011,96 | 1.991.230,37 |
| 25 751 CONSERVACAO DE ENERGIA | 1.110.000,00 | | | |
| 25 752 ENERGIA ELETRICA | 149.299.398,00 | | 15.751.943,78 | 2.947.346,75 |
| 25 753 PETROLEO | 354.024.894,00 | | 146.162.658,60 | 115.362.006,70 |
| 26 TRANSPORTE | 24.965.031.539,00 | 1,02 | 20.628.269.500,74 | 8.654.490.780,61 |
| 26 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 563.510.908,00 | | 444.416.582,17 | 318.862.638,00 |
| 26 122 ADMINISTRACAO GERAL | 1.359.464.664,00 | | 1.319.886.707,74 | 177.141.080,57 |
| 26 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO | 113.006.499,00 | | 60.921.652,94 | 25.010.676,61 |
| 26 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 5.643.000,00 | | 3.834.826,28 | 1.040.431,86 |
| 26 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES | 2.476.836,00 | | 1.864.122,89 | 174.342,48 |
| 26 131 COMUNICACAO SOCIAL | 12.550.000,00 | | 4.775.000,00 | 573.620,21 |
| 26 301 ATENCAO BASICA | 42.380.304,00 | | 40.349.349,05 | 2.472.248,69 |
| 26 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 24.790.505,00 | | 24.077.965,32 | 335.631,56 |
| 26 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 8.796.966,00 | | 7.186.390,07 | 109.269,75 |
| 26 365 EDUCACAO INFANTIL | 910.999,00 | | 733.525,52 | 41.409,86 |
| 26 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | 300.000,00 | | 300.000,00 | |
| 26 542 CONTROLE AMBIENTAL | 6.800.000,00 | | 6.529.135,97 | 4.490.776,50 |
| 26 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA | 2.597.800,00 | | 2.597.691,01 | 2.529.568,65 |
| 26 661 PROMOCAO INDUSTRIAL | 4.730.781.264,00 | | 2.753.904.445,88 | 174.022.401,14 |
| 26 694 SERVICOS FINANCEIROS | 6.370.000,00 | | 6.370.000,00 | |
| 26 782 TRANSPORTE RODOVIARIO | 13.044.596.231,00 | 1,04 | 11.613.881.499,77 | 5.728.011.249,18 |
| 26 783 TRANSPORTE FERROVIARIO | 2.886.469.669,00 | | 2.558.112.227,78 | 1.021.961.792,70 |
| 26 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 2.153.585.894,00 | -0,02 | 1.778.528.378,35 | 1.197.713.642,85 |
| 27 DESPORTO E LAZER | 2.077.487.942,00 | -0,05 | 1.036.279.595,09 | 778.999.920,85 |
| 27 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | 12.357.141,00 | | 12.356.587,16 | 186.170,88 |
| 27 122 ADMINISTRACAO GERAL | 127.646.568,00 | -0,05 | 77.619.567,06 | 6.223.038,58 |
| 27 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS | 4.248.352,00 | | 2.900.290,84 | 39.447,10 |
| 27 131 COMUNICACAO SOCIAL | 6.250.000,00 | | 4.285.000,00 | 679.888,17 |
| 27 301 ATENCAO BASICA | 488.574,00 | | 415.840,81 | 121.675,00 |
| 27 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO | 1.110.765,00 | | 1.068.371,07 | |
| 27 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 245.142,00 | | 219.911,58 | |
| 27 365 EDUCACAO INFANTIL | 54.540,00 | | 32.415,67 | |
| 27 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO | 375.370,00 | | 370.782,76 | 1.342,61 |
| 27 811 DESPORTO DE RENDIMENTO | 669.331.401,00 | | 205.895.461,43 | 139.783.077,14 |
| 27 812 DESPORTO COMUNITARIO | 1.242.750.089,00 | | 718.794.395,51 | 630.221.128,95 |
| 27 813 LAZER | 2.630.000,00 | | 2.320.971,20 | 1.744.152,42 |
| 27 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 10.000.000,00 | | 10.000.000,00 | |
| 28 ENCARGOS ESPECIAIS | 1.124.410.156.323,00 | 0,00 | 830.802.451.564,19 | 19.868.616.330,44 |
| 28 212 COOPERACAO INTERNACIONAL | 549.026.918,00 | | 425.687.707,81 | 54.989.387,90 |
| 28 334 FOMENTO AO TRABALHO | 12.000.303.683,00 | | 11.586.083.769,63 | |
| 28 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | 20.000.000,00 | | | |
| 28 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL | 200.000.000,00 | | 200.000.000,00 | 200.000.000,00 |
| 28 607 IRRIGACAO | 2.966.635,00 | | | |
| 28 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 400.000.000,00 | | 400.000.000,00 | 400.000.000,00 |
| 28 694 SERVICOS FINANCEIROS | 103.218.565,00 | | 61.303.981,07 | 21.835.823,36 |
| 28 752 ENERGIA ELETRICA | 1.167.137,00 | | | |
| 28 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 1.167.137,00 | | | |
| 28 841 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA | 574.725.503.678,00 | | 361.818.269.108,06 | |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 28 842 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA | 9.369.692.140,00 | | 9.145.415.058,34 | |
| 28 843 SERVICO DA DIVIDA INTERNA | 213.114.581.740,00 | | 197.096.198.720,56 | 1.100.911.702,30 |
| 28 844 SERVICO DA DIVIDA EXTERNA | 18.070.423.635,00 | | 13.069.212.873,90 | 6.445.370,75 |
| 28 845 TRANSFERENCIAS | 130.182.727.960,00 | | 122.542.655.733,49 | 10.901.485.303,42 |
| 28 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 136.104.919.319,00 | | 86.255.912.946,96 | 5.524.780.963,29 |
| 28 847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA | 29.564.457.776,00 | | 28.201.711.664,37 | 1.658.167.779,42 |
| 99 RESERVA DE CONTINGENCIA | 13.587.585.353,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99 999 RESERVA DE CONTINGENCIA | 13.587.585.353,00 | | | |
| TOTAL | 1.848.199.882.506,00 | 0,00 | 1.504.951.165.638,64 | 72.356.362.208,66 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 24.592.173.499,00 | 1,06 | 22.857.070.805,79 | 3.069.667.497,67 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 38.428.660,00 | - | 33.438.955,00 | 348.295,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 9.324.700,00 | - | 8.201.400,00 | 599.300,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 900.000,00 | - | - | - |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.040.413.739,00 | - | 1.027.945.598,02 | 16.024.901,32 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 17.342.655,00 | - | 5.656.372,00 | 5.656.372,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 1.750.000,00 | - | 485.194,53 | 134.774,71 |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 16.200.000,00 | - | 14.400.000,00 | 14.400.000,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 92.126.118,00 | - | 76.200.428,00 | 74.867.349,51 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 4.170.558,00 | - | 3.004.510,57 | 494.504,95 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 600.000,00 | - | 564.355,51 | 524.698,82 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 1.678.512,00 | - | 1.139.632,00 | - |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 150.000,00 | - | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 10.500.000,00 | - | 1.679.273,51 | 1.306.300,49 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 1.150.000,00 | - | - | - |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 448.000,00 | - | - | - |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 500.000,00 | - | - | - |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 200.000,00 | - | - | - |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 100.000,00 | - | - | - |
| 0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL | 1.500.000,00 | - | 254.549,92 | 110.635,97 |
| 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 3.398.000,00 | - | 1.581.801,98 | 1.047.761,06 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 172.756.376,00 | - | 107.214.980,00 | 107.214.980,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 134.588.914,00 | - | 96.898.022,78 | 96.898.022,78 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 10.232.671,00 | - | 8.819.240,00 | 8.819.240,00 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 7.950.000,00 | - | 5.666.495,54 | 1.021.539,23 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 100.000,00 | - | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 300.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 8.770.000,00 | - | 6.199.343,41 | 3.250.077,61 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 3.570.000,00 | - | 1.870.000,00 | 1.870.000,00 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 40.000.000,00 | - | 40.000.000,00 | 22.751.051,26 |
| 0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL | 9.270.000,00 | - | 4.697.845,36 | 4.144.031,77 |
| 0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | 125.894.760,00 | - | 39.041.803,27 | 29.692.605,98 |
| 0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 14.000.000,00 | - | 11.194.530,46 | 9.959.457,52 |
| 0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL | 1.099.376.141,00 | - | 1.096.852.863,83 | 59.699.527,89 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 108.527.674,00 | - | 98.602.815,38 | 97.044.000,57 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 206.428.830,00 | - | 196.650.690,78 | 88.479.878,82 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 148.050.635,00 | - | 142.836.882,23 | 31.664.803,88 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 347.869.466,00 | - | 341.039.275,40 | 15.226.614,47 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 39.550.000,00 | - | 39.549.859,29 | 39.217.375,09 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 2.022.150,00 | - | - | - |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 610.000,00 | - | 609.945,48 | 372.041,08 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 200.000,00 | - | - | - |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 600.000,00 | - | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 200.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 653.485.689,00 | - | 571.728.549,13 | 62.019.872,48 |
| 0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO | 1.100.000,00 | - | 612.000,00 | 319.856,66 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 15.683.333,00 | - | 15.678.363,13 | - |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 1.483.934.628,00 | - | 1.391.476.460,38 | 75.000.000,00 |
| 0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃ | 7.686.171.324,00 | - | 7.685.378.371,93 | 206.838.337,89 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 300.000,00 | - | - | - |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 36.547.431,00 | - | 20.875.000,00 | 20.875.000,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 170.921.733,00 | - | 69.149.599,94 | 64.619.599,94 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 1.550.000,00 | - | - | - |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 245.388.597,00 | - | 244.151.404,49 | 5.759.684,61 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 358.414.279,00 | - | 352.877.883,45 | 69.155.118,17 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 14.290.734,00 | - | 6.063.378,88 | 1.176.029,99 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 2.142.344.384,00 | - | 2.002.476.171,58 | 197.683.428,12 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 1.800.000,00 | - | 800.000,00 | 800.000,00 |
| 1102 AGENDA 21 | 150.000,00 | - | - | - |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 2.200.000,00 | - | 2.200.000,00 | 1.380.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 41.088.333,00 | - | 690.864,57 | 690.864,57 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 98.160.273,00 | - | 76.357.416,83 | 38.670.035,26 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 750.000,00 | - | 600.000,00 | 450.000,00 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 90.921.348,00 | - | 14.000.000,00 | 13.000.000,00 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 14.700.000,00 | - | 6.970.337,46 | 1.501.800,00 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 3.600.000,00 | - | 3.600.000,00 | 3.577.491,20 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 218.862.143,00 | - | 89.806.021,50 | 62.446.385,50 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 660.968.254,00 | - | 655.380.761,47 | 17.441.980,81 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 2.095.566.247,00 | - | 2.005.761.381,34 | 133.371.383,27 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 99.240.612,00 | - | 26.770.000,00 | 26.570.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 11.251.554,00 | - | 11.024.054,00 | 555.828,03 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 2.598.005,00 | - | 2.408.265,00 | 2.408.265,00 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 171.102.413,00 | - | 170.852.413,00 | 18.015.910,03 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 1.260.000,00 | - | 662.735,26 | 662.735,26 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 36.182.228,00 | - | 18.805.093,00 | 18.013.865,50 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 798.425.751,00 | - | 798.425.751,00 | - |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 350.000,00 | - | 300.000,00 | 300.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 300.000,00 | - | 280.000,00 | 280.000,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 15.907.112,00 | - | - | - |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 7.380.000,00 | - | 4.802.775,57 | 2.603.171,61 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 300.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 850.000,00 | - | - | - |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 48.084.278,00 | - | 13.794.282,98 | 2.673.670,64 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 36.569.472,00 | - | 35.251.739,00 | 5.690.500,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 13.704.003,00 | - | 11.013.002,84 | 1.625.000,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 400.000,00 | - | - | - |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 200.000,00 | - | - | - |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 100.000,00 | - | 78.358,93 | 13.200,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 179.070.031,00 | - | 67.433.389,17 | 61.430.492,65 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 400.000,00 | - | - | - |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 83.661.369,00 | - | 83.536.794,38 | 8.102.141,86 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 39.395.257,00 | - | 30.370.469,92 | 29.722.411,45 |
| 1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS | 140.592.506,00 | - | 75.380.454,50 | 19.570.649,79 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 1.150.000,00 | - | - | - |
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 493.893.407,00 | - | 457.228.433,28 | 205.571.910,40 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 462.416.784,00 | - | 448.902.204,08 | 289.693.454,43 |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 820.825.001,00 | 1,06 | 814.815.840,58 | 122.144.294,91 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 1.171.275.341,00 | - | 1.066.407.905,55 | 482.005.365,44 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 18.486.552,00 | - | - | - |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 79.362.544,00 | - | 53.903.539,73 | 50.217.925,23 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES | 35.268.800,00 | - | 11.481.880,93 | 4.268.711,43 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 1.270.000,00 | - | 770.000,00 | 770.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 2.100.000,00 | - | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 15.750.569,00 | - | 15.053.643,75 | 7.537,50 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 7.067.803,00 | - | - | - |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 33.334.818,00 | - | 5.437.149,01 | 4.183.446,26 |
| NORDESTE | 45.795.779.849,00 | (0,02) | 41.312.934.408,30 | 7.527.525.149,60 |
| 0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE | 130.000,00 | - | 130.000,00 | 130.000,00 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 400.000,00 | - | - | - |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 153.545.180,00 | - | 150.659.965,00 | 3.307.245,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 20.724.000,00 | - | 18.287.000,00 | 1.292.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 41.798.000,00 | - | 27.558.680,63 | 19.778.915,58 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 2.193.059.950,00 | - | 2.182.180.605,52 | 4.486,24 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 3.190.000,00 | - | 1.451.185,96 | 1.096.564,64 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 1.220.000,00 | - | 585.796,79 | 585.796,79 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 489.605.075,00 | - | 401.941.708,86 | 275.613.705,02 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 2.300.000,00 | - | 1.199.998,40 | 199.998,40 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 1.848.000,00 | - | 780.220,61 | 765.236,11 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 900.000,00 | - | 579.104,79 | 376.842,79 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 27.572.160,00 | - | 21.575.096,00 | 15.000.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 3.485.500,00 | - | 2.438.200,23 | 233.913,45 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 600.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 6.811.572,00 | - | 1.339.496,43 | 648.587,60 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 3.338.892,00 | - | 1.523.833,23 | 1.106.297,08 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 3.310.000,00 | - | 200.000,00 | - |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 1.530.000,00 | - | - | - |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 830.000,00 | - | - | - |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 200.000,00 | - | - | - |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 18.752.770,00 | - | - | - |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 595.046.533,00 | - | 229.980.080,05 | 228.750.983,06 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 150.000,00 | - | - | - |
| 0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÓES PRODUTORAS DE CACAU | 2.100.000,00 | - | 2.099.830,86 | 2.097.030,86 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 497.441.403,00 | - | 381.244.902,07 | 225.617.231,43 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 11.876.667,00 | - | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 9.813.000,00 | - | 4.679.696,78 | 1.893.657,42 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 35.100.000,00 | - | 33.700.322,57 | 31.587.468,93 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 114.687.576,00 | - | 86.238.695,00 | 75.798.696,07 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 100.000,00 | - | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 100.000,00 | - | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 653.142,00 | - | 416.030,00 | 416.030,00 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 844.513.564,00 | - | 580.361.695,21 | 278.364.127,82 |
| 0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR | 1.400.000,00 | - | - | - |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 16.787.473,00 | - | 14.901.362,56 | 11.796.035,21 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 119.963.693,00 | - | 116.053.353,63 | 16.876.407,93 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 285.844.988,00 | - | 272.208.989,39 | 17.094.709,71 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 32.488.982,00 | - | 27.939.241,14 | 26.063.293,36 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 1.897.000,00 | - | 1.796.652,18 | 1.244.757,31 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 26.971.268,00 | - | - | - |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 768.000,00 | - | 765.139,31 | 149.137,62 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 200.000,00 | - | - | - |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 3.600.000,00 | - | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 378.114.936,00 | - | 361.931.333,87 | 5.758.329,40 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 2.703.953,00 | - | 310.813,19 | 50.817,67 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 6.026.400,00 | - | 1.100.590,78 | - |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 62.746.657,00 | - | 58.562.872,79 | 1.234.413,45 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 4.451.774.260,00 | - | 4.174.425.561,62 | 225.000.000,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 172.057.575,00 | - | 145.901.280,00 | 41.243.064,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 109.355.494,00 | - | 96.796.484,03 | 81.505.279,63 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 164.147.779,00 | - | 92.606.784,93 | 71.483.987,32 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 82.562.689,00 | - | 21.393.404,85 | 21.393.404,85 |
| 1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 1.249.519.572,00 | - | 996.126.836,95 | 817.431.273,14 |
| 1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER | 14.282.900,00 | - | 9.826.806,73 | 9.150.921,02 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 5.200.000,00 | - | 3.781.017,35 | 1.797.432,22 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 1.082.849.247,00 | - | 1.070.945.756,09 | 8.839.538,77 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 1.169.762.191,00 | - | 1.080.012.774,97 | 174.182.652,67 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 12.586.440,00 | - | 8.655.282,71 | 1.107.295,95 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 200.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 4.604.445.070,00 | - | 4.400.236.899,88 | 485.233.762,12 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 710.000,00 | - | 196.400,00 | 196.400,00 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 480.000,00 | - | 480.000,00 | 280.000,00 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 18.823.417,00 | - | 1.927.081,46 | - |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 369.677.666,00 | - | 294.291.046,75 | 259.003.728,76 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 9.200.000,00 | - | 3.600.000,00 | 3.400.000,00 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 100.000,00 | - | - | - |
| 1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS | 12.325.318,00 | - | - | - |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 211.441.159,00 | - | 139.303.919,77 | 124.574.471,12 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 31.950.852,00 | - | 11.229.978,03 | 7.107.871,41 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 24.904.216,00 | - | 24.901.689,21 | 13.578.791,28 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 1.351.376.899,00 | - | 524.078.368,65 | 446.796.187,26 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 4.000,00 | - | - | - |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 363.000,00 | - | 362.065,12 | 291.931,27 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 3.539.069.745,00 | - | 3.510.712.258,56 | 34.786.029,89 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 7.662.312.693,00 | - | 7.348.738.188,92 | 348.885.811,61 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 300.000,00 | - | 300.000,00 | - |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 304.145.805,00 | - | 196.506.915,71 | 193.698.790,71 |
| 1287 SANEAMENTO RURAL | 1.100.000,00 | - | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 39.776.182,00 | - | 39.776.182,00 | 1.413.682,69 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 8.702.058,00 | - | 7.768.446,79 | 7.768.446,79 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 542.638.009,00 | - | 535.697.014,02 | 63.488.818,63 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 407.497.526,00 | - | 399.410.759,82 | 204.167.232,54 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 700.000,00 | - | - | - |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 700.000,00 | - | - | - |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 113.717.996,00 | - | 102.112.031,18 | 73.090.971,24 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 6.477.876.735,00 | - | 6.477.876.735,00 | - |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 750.000,00 | - | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 45.847.502,00 | - | 19.077.432,83 | 10.164.261,92 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 7.170.826,00 | - | 6.121.311,78 | 1.672.659,73 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 250.000,00 | - | 250.000,00 | 250.000,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 950.000,00 | - | 238.000,00 | 5.000,00 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 720.000,00 | - | - | - |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 23.691.548,00 | - | 15.516.403,84 | 4.383.707,95 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 1.094.875,00 | - | 811.237,02 | 21.852,10 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 179.127.669,00 | - | 171.233.154,00 | 5.718.476,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 40.516.560,00 | - | 31.849.458,72 | 2.504.500,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 450.000,00 | - | - | - |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 47.322.159,00 | - | 46.922.159,00 | 36.922.159,00 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 200.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.600.000,00 | - | 1.200.000,00 | 300.362,70 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 6.790.339,00 | - | 2.326.623,10 | 2.310.963,10 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 4.200.000,00 | - | 2.295.000,00 | 2.295.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 600.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 100.000,00 | - | 100.000,00 | - |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 284.397.276,00 | - | 284.280.950,59 | 30.990.504,28 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 58.818.386,00 | - | 27.481.595,33 | 21.684.822,85 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 700.000,00 | - | - | - |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 613.382.005,00 | - | 553.209.846,69 | 206.363.767,95 |
| 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 2.109.517.145,00 | (0,02) | 1.749.811.538,16 | 1.145.642.078,42 |
| 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL | 1.580.364.694,00 | - | 1.387.657.620,67 | 966.646.609,97 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 146.746.913,00 | - | 73.534.450,88 | 72.199.192,40 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 1.400.000,00 | - | 1.300.000,00 | 1.300.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 3.950.000,00 | - | 3.400.000,00 | 3.400.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 197.519.732,00 | - | 183.150.623,25 | 5.955.881,25 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 132.846.200,00 | - | 19.778.600,00 | 19.778.600,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 26.873.193,00 | - | 19.582.937,51 | 16.079.257,14 |
| NORTE | 17.003.102.548,00 | (0,03) | 14.300.059.933,82 | 2.878.064.200,30 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 900.000,00 | - | - | - |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 32.052.940,00 | - | 28.278.140,00 | 1.801.700,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 8.160.600,00 | - | 7.561.000,00 | 1.326.200,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.418.809.656,00 | - | 1.414.338.376,49 | 6.387,38 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 1.850.000,00 | - | 999.312,00 | 999.312,00 |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 95.750.212,00 | - | 36.060.417,60 | 34.505.417,60 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 252.769.900,00 | - | 108.142.912,33 | 95.456.492,38 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 23.000.000,00 | - | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 4.527.200,00 | - | 3.849.085,07 | 3.695.691,78 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 6.778.161,00 | - | 1.260.179,92 | 1.184.122,06 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 11.772.800,00 | - | 11.171.636,00 | 3.000.000,00 |
| 0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 1.000.000,00 | - | 1.000.000,00 | 941.413,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 2.600.000,00 | - | 1.100.000,00 | - |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.350.000,00 | - | 99.000,00 | 99.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 700.000,00 | - | - | - |
| 0168 LIVRO ABERTO | 200.000,00 | - | - | - |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 500.000,00 | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 238.000,00 | - | - | - |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 200.000,00 | - | - | - |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 17.484.171,00 | - | 250.000,00 | - |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 322.625.125,00 | - | 94.543.740,31 | 94.251.240,31 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 3.650.000,00 | - | 3.650.000,00 | 3.650.000,00 |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 11.593.529,00 | - | 11.428.529,00 | 11.428.529,00 |
| 0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS | 56.628.246,00 | - | 48.441.723,89 | 5.696.357,60 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 27.662.000,00 | - | 27.126.371,27 | 3.982.398,65 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 24.784.171,00 | - | 18.323.549,56 | 16.645.232,65 |
| 0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER | 420.000,00 | - | - | - |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 2.342.990,00 | - | 380.910,25 | 188.704,79 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 954.669,00 | - | - | - |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 2.750.000,00 | - | - | - |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 4.000.000,00 | - | 3.009.000,00 | 2.905.019,93 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 16.735.939,00 | - | 16.735.485,16 | 7.735.486,46 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 44.527.759,00 | - | 42.693.945,51 | 4.386.222,37 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 124.414.030,00 | - | 101.708.374,97 | 7.138.461,70 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 11.890.734,00 | - | 9.017.913,13 | 1.699.609,44 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 33.841.539,00 | - | 33.641.515,53 | 33.471.298,03 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 12.448.080,00 | - | 888.718,61 | 24.955,00 |
| 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA | 350.000,00 | - | 349.979,33 | 53.307,30 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 430.000,00 | - | 430.000,00 | 100.042,64 |
| 0643 CALHA NORTE | 357.366.695,00 | (0,03) | 192.976.610,91 | 168.663.902,19 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 700.000,00 | - | - | - |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 1.600.000,00 | - | 400.000,00 | 400.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 1.242.853.257,00 | - | 1.209.739.034,40 | 1.689.060,52 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 100.000,00 | - | - | - |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 37.887.024,00 | - | 37.470.975,30 | 2.937.253,22 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 1.483.924.628,00 | - | 1.391.475.178,70 | 75.000.000,00 |
| 0904 OPERACOES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS | 45.532.634,00 | - | - | - |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 81.435.096,00 | - | 25.425.000,00 | - |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 33.531.447,00 | - | 12.254.205,00 | 12.254.205,00 |
| 1016 ARTESANATO BRASILEIRO | 150.000,00 | - | - | - |
| 1020 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRAMA | 248.561.001,00 | - | 30.922.893,93 | 25.844.551,32 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 81.930.258,00 | - | 47.632.488,00 | 22.222.488,00 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 4.237.914,00 | - | 4.036.950,00 | 4.036.950,00 |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | 1.000.000,00 | - | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 9.400.000,00 | - | 6.387.345,20 | 587.345,20 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 396.036.635,00 | - | 391.130.574,14 | 4.695.121,49 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 372.150.444,00 | - | 335.669.956,37 | 59.428.579,26 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 4.280.856,00 | - | 3.927.984,89 | 678.277,99 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 1.368.884.322,00 | - | 1.256.689.617,79 | 163.087.149,84 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 2.790.000,00 | - | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 200.000,00 | - | 200.000,00 | - |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 4.143.000,00 | - | 4.143.000,00 | - |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 46.852.355,00 | - | 15.482.450,66 | 5.839.027,77 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 142.853.775,00 | - | 121.430.687,37 | 103.228.178,69 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 534.000,00 | - | - | - |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 350.000,00 | - | - | - |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 39.708.054,00 | - | 19.388.251,00 | 11.653.558,66 |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 200.000,00 | - | - | - |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 30.956.324,00 | - | 4.619.040,00 | 3.408.040,00 |
| 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS | 350.000,00 | - | - | - |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 1.740.000,00 | - | 1.740.000,00 | 1.690.419,01 |
| 1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL | 600.000,00 | - | 600.000,00 | 88.965,67 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 247.202.160,00 | - | 72.417.330,00 | 62.612.700,00 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 4.000,00 | - | - | - |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 451.440,00 | - | - | - |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 883.986.712,00 | - | 859.973.740,77 | 18.518.827,20 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 2.003.615.712,00 | - | 1.819.190.570,32 | 96.345.449,84 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 200.000,00 | - | - | - |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 167.685.112,00 | - | 75.387.347,69 | 75.387.347,69 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 14.549.185,00 | - | 14.549.185,00 | 1.749.617,54 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 4.260.506,00 | - | 3.603.446,45 | 3.603.446,45 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 117.396.649,00 | - | 116.889.725,90 | 25.693.332,78 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 700.000,00 | - | - | - |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 150.000,00 | - | - | - |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 77.046.751,00 | - | 48.457.601,59 | 40.709.221,11 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 1.298.404.594,00 | - | 1.298.404.594,00 | - |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 1.800.000,00 | - | 1.100.000,00 | 800.000,00 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 118.633.920,00 | - | 5.331.119,81 | 5.331.119,81 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÐICULTURA | 3.750.000,00 | - | 3.717.000,00 | 3.224.025,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 350.000,00 | - | - | - |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 500.000,00 | - | - | - |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 26.203.863,00 | - | 15.000.000,00 | 15.000.000,00 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 2.900.000,00 | - | - | - |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 2.600.000,00 | - | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 10.398.338,00 | - | 5.322.704,95 | 1.546.332,82 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 100.000,00 | - | - | - |
| 1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE | 1.500.000,00 | - | 1.499.998,98 | 358.291,19 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 45.646.137,00 | - | 42.678.818,75 | 4.582.161,72 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 13.155.391,00 | - | 9.314.989,24 | 1.608.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 24.871.764,00 | - | 16.661.888,47 | 5.554.858,94 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 100.000,00 | - | - | - |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 3.850.000,00 | - | 3.844.376,02 | 945.981,68 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 4.700.000,00 | - | - | - |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 6.173.172,00 | - | 4.036.742,02 | 4.036.742,02 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 2.150.000,00 | - | 1.150.000,00 | 450.000,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 1.200.000,00 | - | 239.400,00 | 239.400,00 |
| 1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 1.500.000,00 | - | 1.093.156,35 | 153.261,35 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 139.477.481,00 | - | 139.448.000,81 | 13.235.875,03 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 74.125.507,00 | - | 18.048.485,96 | 11.984.616,02 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 900.000,00 | - | - | - |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 1.989.645.178,00 | - | 1.783.368.122,04 | 1.035.675.791,18 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 773.868.741,00 | - | 666.545.111,39 | 349.603.722,44 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 168.968.986,00 | - | 75.980.242,02 | 71.736.997,84 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 13.617.695,00 | - | 2.100.000,00 | 2.100.000,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 1.550.000,00 | - | 1.450.000,00 | 1.450.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 32.904.145,00 | - | 31.776.843,75 | 1.300.218,75 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 39.898.320,00 | - | 3.909.200,00 | 3.909.200,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 53.878.919,00 | - | 11.923.131,95 | 9.386.986,00 |
| SUDESTE | 45.704.582.160,00 | (0,10) | 42.191.302.283,36 | 5.015.176.601,57 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 3.543.000,00 | - | 102.567,58 | 55.761,89 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 38.301.380,00 | - | 32.801.475,00 | 985.810,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 16.979.500,00 | - | 16.022.900,00 | 1.177.900,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 650.000,00 | - | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 3.312.916.115,00 | - | 3.281.480.059,52 | 282.648,01 |
| 0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA | 3.000.000,00 | - | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 13.500.000,00 | - | 7.918.108,44 | 6.240.461,79 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 270.340.412,00 | - | 145.439.503,14 | 116.546.263,99 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 1.980.000,00 | - | - | - |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 3.473.027,00 | - | 979.899,01 | 965.029,01 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 100.000,00 | - | 83.421,90 | 83.421,90 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 12.513.229,00 | - | 6.741.280,00 | 300.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 5.373.000,00 | - | 2.782.340,00 | 2.782.340,00 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.070.000,00 | - | 200.000,00 | 100.000,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 10.121.973,00 | - | 2.596.295,08 | 2.141.678,16 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 8.999.552,00 | - | 1.223.728,97 | 341.074,74 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 10.754.670,00 | - | 6.801.310,50 | 1.619.288,13 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 3.853.077,00 | - | 1.328.775,45 | 401.372,58 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 1.370.000,00 | - | - | - |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 1.700.000,00 | - | 1.200.000,00 | 242.992,63 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 450.000,00 | - | - | - |
| 0273 LUZ PARA TODOS | 200.000,00 | - | - | - |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 743.069.606,00 | - | 281.052.285,61 | 281.052.285,61 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 250.000,00 | - | 199.918,40 | 199.918,40 |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | 13.400.000,00 | - | 10.369.220,00 | - |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 6.376.535,00 | - | 5.244.486,47 | 3.292.397,74 |
| 0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE | 1.000.000,00 | - | - | - |
| 0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 650.000,00 | - | - | - |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 1.745.000,00 | - | 645.000,00 | 645.000,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 26.060.712,00 | - | 26.060.712,00 | 1.000.000,00 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 3.400.000,00 | (0,02) | 1.785.326,39 | 1.325.617,32 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 32.429.037,00 | - | 4.944.000,00 | 2.644.000,00 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 2.030.000,00 | - | 1.310.500,00 | 1.310.500,00 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 1.040.000,00 | - | 1.038.223,95 | 661.815,21 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 120.000,00 | - | 120.000,00 | 26.041,69 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 100.000,00 | - | - | - |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 95.635.237,00 | - | 7.671.263,38 | 7.589.552,79 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 28.658.262,00 | - | 26.760.968,24 | 15.526.058,80 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 115.955.758,00 | - | 115.387.818,82 | 2.454.360,19 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 524.305.752,00 | - | 514.627.594,53 | 28.257.167,96 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 615.000,00 | - | - | - |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 26.084.290,00 | - | 23.269.169,34 | 16.471.618,29 |
| 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL | 600.000,00 | - | 600.000,00 | - |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 1.790.000,00 | - | 1.780.080,81 | 1.511.285,93 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 8.956.133,00 | - | - | - |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 6.335.000,00 | - | 6.331.016,55 | 1.475.647,50 |
| 0647 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO | 51.700.000,00 | - | 27.392.970,49 | 19.114.780,78 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 2.500.000,00 | - | - | - |
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 6.280.100,00 | - | 5.280.176,00 | 5.280.176,00 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 1.430.000,00 | - | 720.921,48 | 720.921,48 |
| 0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA | 30.000.000,00 | - | 30.000.000,00 | - |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 1.227.107.591,00 | - | 1.194.123.107,53 | 15.658.385,63 |
| 0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO | 200.000,00 | - | - | - |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 12.000,00 | - | - | - |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 9.039.600,00 | - | 44.452,53 | - |
| 0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 2.500.000,00 | - | - | - |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 53.535.853,00 | - | 53.206.114,57 | 130.366,00 |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 123.943.720,00 | - | 108.143.719,56 | 11.975.193,76 |
| 0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 121.968,00 | - | 121.705,45 | 120.487,00 |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.830.000,00 | - | 1.830.000,00 | 871.715,00 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 115.091.120,00 | - | 62.728.471,18 | 60.629.465,81 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 31.233.156,00 | - | 16.752.806,63 | 15.125.840,05 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 6.300.000,00 | - | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| 1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER | 2.718.400,00 | - | 1.516.163,44 | 1.216.163,44 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 1.430.000,00 | - | 775.081,93 | 775.081,93 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 1.263.642.717,00 | - | 1.258.638.021,12 | 26.623.712,63 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 1.046.471.717,00 | - | 1.025.885.472,40 | 112.650.270,51 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 13.613.793,00 | - | 12.312.927,41 | 1.565.470,44 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 6.234.931.989,00 | - | 6.007.641.310,78 | 510.147.407,58 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 2.350.000,00 | - | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 200.000,00 | - | 200.000,00 | 50.000,00 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 500.000,00 | - | - | - |
| 1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 43.964.508,00 | - | 43.964.508,00 | 15.802.797,71 |
| 1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES | 33.000.000,00 | (0,08) | 32.885.910,43 | 13.698.391,21 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 39.494.029,00 | - | 22.541.356,31 | 22.323.300,84 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 25.834.006,00 | - | 1.000.000,00 | 550.000,00 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 1.457.410.301,00 | - | 1.332.821.292,78 | 672.071.442,64 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 5.220.000,00 | - | 2.602.110,40 | 2.292.110,40 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 200.000,00 | - | - | - |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 387.966.301,00 | - | 246.168.783,00 | 157.063.048,52 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 79.144.531,00 | - | 15.713.597,00 | 11.849.691,52 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 600.000,00 | - | 600.000,00 | 443.691,72 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 441.082.566,00 | - | 211.206.675,82 | 172.097.046,10 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 22.312.030,00 | - | 19.869.765,49 | 5.203.705,49 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 3.201.423.530,00 | - | 3.072.597.036,44 | 142.782.296,40 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 13.681.753.579,00 | - | 13.339.723.673,71 | 505.670.181,30 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 286.761.142,00 | - | 120.145.168,49 | 114.249.168,49 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 59.507.835,00 | - | 59.407.835,00 | 416.093,24 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 7.724.490,00 | - | 6.360.100,78 | 6.131.572,34 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 1.537.175.959,00 | - | 1.529.831.553,46 | 27.906.307,43 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 24.236.911,00 | - | - | - |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 1.000.000,00 | - | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 780.000,00 | - | 280.000,00 | 280.000,00 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 62.281.165,00 | - | 24.203.413,64 | 21.305.633,24 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 3.604.629.414,00 | - | 3.604.629.414,00 | - |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 94.927.861,00 | - | 1.496.850,00 | 1.496.850,00 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 1.260.683,00 | - | 849.156,07 | 447.662,99 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 750.000,00 | - | 750.000,00 | 500.000,00 |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 300.000,00 | - | - | - |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 10.200.000,00 | - | 7.034.632,21 | 775.455,02 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 73.369.640,00 | - | 60.068.412,43 | 10.077.406,95 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 94.169.673,00 | - | 53.358.645,30 | 10.500.132,12 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 146.371.889,00 | - | 130.730.436,00 | 21.184.510,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 118.857.908,00 | - | 96.871.466,80 | 14.854.250,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 7.479.146,00 | - | - | - |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 8.504.930,00 | - | 8.504.929,98 | 8.504.929,98 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 500.000,00 | - | 400.000,00 | 200.000,00 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.230.000,00 | - | 1.230.000,00 | 999.000,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 14.290.000,00 | - | 9.749.579,99 | 7.165.700,00 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 4.980.000,00 | - | 3.051.045,75 | 846.415,60 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 800.000,00 | - | - | - |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 369.737.372,00 | - | 365.725.366,45 | 26.231.676,84 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 55.486.498,00 | - | 21.472.177,30 | 17.620.515,80 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 36.795.037,00 | - | - | - |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 2.937.913.010,00 | - | 2.600.067.143,21 | 1.320.106.445,49 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 558.430.737,00 | - | 479.712.511,61 | 160.724.178,92 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 309.671.550,00 | - | 200.526.374,80 | 183.375.874,80 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES | 150.000,00 | - | - | - |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 6.680.000,00 | - | 5.995.300,00 | 5.995.300,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 8.300.000,00 | - | 1.070.000,00 | 1.070.000,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 77.001.592,00 | - | 60.479.643,75 | 38.943,75 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 145.346.329,00 | - | 24.521.600,00 | 24.521.600,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 26.097.027,00 | - | 18.722.145,38 | 15.288.526,42 |
| SUL | 19.537.571.122,00 | - | 18.060.893.381,02 | 2.786.772.257,55 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 300.000,00 | - | - | - |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 28.763.760,00 | - | 24.070.170,00 | 204.675,00 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 9.539.600,00 | - | 9.439.600,00 | 411.200,00 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 400.000,00 | - | 400.000,00 | 400.000,00 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 1.263.930.648,00 | - | 1.258.173.286,75 | 5.100.865,00 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 1.000.000,00 | - | 698.472,00 | 698.472,00 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 500.000,00 | - | - | - |
| 0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA | 42.974.437,00 | - | 18.216.100,00 | 17.016.100,00 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 110.268.767,00 | - | 93.634.280,35 | 43.527.063,59 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 250.000,00 | - | - | - |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 9.751.632,00 | - | 8.725.700,00 | 6.000.000,00 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 450.000,00 | - | - | - |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 1.050.000,00 | - | 849.900,00 | 356.850,00 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 3.300.000,00 | - | - | - |
| 0168 LIVRO ABERTO | 9.048.542,00 | - | - | - |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 8.848.285,00 | - | 2.300.000,00 | 300.000,00 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 650.000,00 | - | - | - |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 315.702.395,00 | - | 153.320.316,31 | 153.320.316,31 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 100.000,00 | - | - | - |
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 20.199.560,00 | - | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 2.900.000,00 | - | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 100.000,00 | - | - | - |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 9.850.000,00 | - | 2.899.690,09 | 2.899.690,09 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 200.000,00 | - | - | - |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 61.251.771,00 | - | 58.208.011,00 | 56.176.347,24 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 25.104.506,00 | - | 19.358.550,92 | 9.893.537,81 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 50.314.352,00 | - | 49.537.804,87 | 5.213.047,71 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 250.910.427,00 | - | 233.331.820,55 | 7.605.399,77 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 11.300.000,00 | - | 8.161.296,21 | 8.010.973,57 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 350.000,00 | - | 349.982,66 | 288.892,66 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 17.208.380,00 | - | 6.428.928,56 | 1.377.265,64 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 300.000,00 | - | 299.989,58 | 107.000,00 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 150.000,00 | - | - | - |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 800.000,00 | - | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 225.683.112,00 | - | 217.145.726,32 | 3.344.575,82 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 9.039.600,00 | - | 10.866,94 | - |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 162.533.461,00 | - | 161.160.308,29 | 59.739,55 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES) | 651.081,00 | - | 538.416,13 | - |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 1.200.000,00 | - | - | - |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 4.690.000,00 | - | 2.972.525,00 | 2.372.525,00 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 12.303.851,00 | - | 6.091.856,84 | 5.241.856,84 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 3.650.000,00 | - | 2.300.000,00 | 2.300.000,00 |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 380.000,00 | - | 380.000,00 | 380.000,00 |
| 1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 100.000,00 | - | - | - |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 411.060.167,00 | - | 397.566.990,05 | 10.646.996,66 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 522.264.524,00 | - | 487.177.454,68 | 57.295.371,73 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 3.220.043,00 | - | 2.487.210,69 | 451.785,10 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 3.461.576.336,00 | - | 3.337.781.957,05 | 340.127.454,27 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 400.000,00 | - | 100.000,00 | 501,55 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 300.000,00 | - | - | - |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 4.400.000,00 | - | - | - |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 120.880.675,00 | - | 99.319.604,71 | 79.172.227,17 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 6.520.000,00 | - | 3.027.269,58 | 2.677.269,58 |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 181.585.409,00 | - | 125.028.099,00 | 96.287.056,07 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 14.085.000,00 | - | 5.115.194,00 | 3.643.020,33 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 2.000.000,00 | - | 1.999.995,00 | 1.855.708,18 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 287.783.835,00 | - | 98.128.857,00 | 85.065.278,00 |
| 1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM | 500.000,00 | - | - | - |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 1.255.257.826,00 | - | 1.229.751.084,38 | 39.319.378,02 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 5.443.405.067,00 | - | 5.263.864.506,56 | 293.799.929,06 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 77.580.000,00 | - | 52.812.000,00 | 52.472.000,00 |
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 23.000.237,00 | - | 23.000.237,00 | 232.714,13 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 3.433.924,00 | - | 3.376.208,80 | 3.376.208,80 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 437.227.261,00 | - | 430.331.420,31 | 43.912.923,36 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 481.090.129,00 | - | 451.984.453,12 | 70.354.738,29 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 200.000,00 | - | - | - |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 200.000,00 | - | - | - |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 42.930.000,00 | - | 38.287.349,73 | 33.138.008,33 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 1.277.663.506,00 | - | 1.277.663.506,00 | - |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 100.000,00 | - | - | - |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 36.278.519,00 | - | 20.063.897,00 | 12.876.997,00 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÐÍCOLA E PESQUEIRA | 300.000,00 | - | 300.000,00 | 300.000,00 |
| 1346 QUALIDADE AMBIENTAL | 10.213.204,00 | - | - | - |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 3.060.000,00 | - | 847.705,37 | 847.705,37 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 26.460.399,00 | - | 18.026.154,98 | 3.215.513,51 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 59.748.294,00 | - | 55.448.529,00 | 11.008.660,00 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 52.321.418,00 | - | 44.783.567,92 | 9.935.550,00 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 10.548.260,00 | - | 10.500.000,00 | 10.500.000,00 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 65.563.710,00 | - | 52.108.907,80 | 33.361.321,76 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 150.000,00 | - | - | - |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 2.300.000,00 | - | - | - |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 2.400.000,00 | - | - | - |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 450.000,00 | - | 100.000,00 | - |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 600.000,00 | - | 400.000,00 | 173.847,14 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 111.278.104,00 | - | 111.247.674,95 | 10.786.964,85 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 62.300.285,00 | - | 24.099.661,71 | 21.820.705,02 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 150.000,00 | - | - | - |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 356.612.917,00 | - | 289.937.616,79 | 185.337.258,89 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 1.743.641.184,00 | - | 1.603.128.603,60 | 822.768.511,19 |
| 1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE | 665.376,00 | - | - | - |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 211.821.865,00 | - | 116.680.981,25 | 91.250.444,25 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 3.650.000,00 | - | 3.626.600,00 | 3.626.600,00 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 4.285.000,00 | - | 1.955.000,00 | 1.955.000,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 15.799.736,00 | - | 15.048.772,25 | 15.075,00 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 2.700.000,00 | - | 98.200,00 | 98.200,00 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 17.610.745,00 | - | 15.184.511,37 | 10.958.941,34 |
| NACIONAL | 1.695.291.306.384,00 | (0,90) | 1.365.977.975.959,22 | 50.965.230.342,77 |
| 0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE | 622.712.288,00 | - | 490.423.681,26 | 157.609.972,51 |
| 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS | 9.596.952,00 | - | 2.923.187,96 | 707.417,28 |
| 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 18.507.080,00 | - | 13.921.336,52 | 6.872.544,53 |
| 0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 36.682.356,00 | - | 17.951.576,87 | 9.738.179,89 |
| 0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA | 249.164.930.307,00 | - | 248.701.201.048,61 | 278.044.120,10 |
| 0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS | 276.559.731,00 | - | 247.542.856,67 | 103.858.925,01 |
| 0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 6.242.075,00 | - | 2.597.202,89 | 210.160,36 |
| 0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | 67.419.062,00 | - | 46.133.835,83 | 17.103.532,93 |
| 0088 INDENIZAÇÓES E PENSÓES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DAUNIÃO | 1.374.713.967,00 | - | 1.264.823.888,73 | 65.137.567,85 |
| 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO | 61.732.965.627,00 | - | 61.649.499.586,71 | 120.551.163,04 |
| 0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHOE RENDA | 28.338.991.031,00 | - | 28.240.165.298,88 | 103.516.525,84 |
| 0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL | 199.433.718,00 | - | 134.480.181,16 | 84.381.308,56 |
| 0102 REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO | 26.801.000,00 | - | 24.387.147,09 | 1.173.778,77 |
| 0103 CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA | 4.625.000,00 | - | 382.208,73 | 273.515,29 |
| 0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS | 1.225.421.412,00 | - | 1.195.200.910,93 | 738.993,81 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 198.692.000,00 | - | 169.759.160,81 | 32.237.407,91 |
| 0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO | 10.130.796,00 | - | 8.057.004,54 | 1.725.796,74 |
| 0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO | 862.389.335,00 | - | 837.236.877,80 | 706.983.988,44 |
| 0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS | 1.042.000.000,00 | - | 525.443.198,26 | 21.751.516,51 |
| 0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO | 1.383.929.513,00 | - | 1.263.388.249,76 | 883.686.641,87 |
| 0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS | 247.423.895,00 | - | 174.553.008,67 | 127.754.962,79 |
| 0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | 28.300.000,00 | - | 25.063.445,04 | 1.530.520,78 |
| 0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS | 794.759.394,00 | (0,02) | 742.888.236,10 | 175.138.922,17 |
| 0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A L | 44.466.071,00 | - | 40.083.244,13 | 9.830.377,55 |
| 0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 30.385.919,00 | - | 22.414.048,60 | 14.102.944,77 |
| 0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS | 20.904.396,00 | - | 8.149.142,53 | 5.432.859,98 |
| 0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS | 10.937.757,00 | - | 6.677.612,60 | 5.494.548,79 |
| 0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 37.030.000,00 | - | 33.794.744,11 | 12.099.269,89 |
| 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | 64.970.337,00 | (0,01) | 41.044.232,43 | 19.106.211,68 |
| 0168 LIVRO ABERTO | 191.562.626,00 | - | 54.143.188,76 | 22.620.222,90 |
| 0169 BRASIL, SOM E IMAGEM | 322.131.577,00 | - | 237.568.384,21 | 97.185.164,80 |
| 0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA | 46.929.723,00 | - | 34.750.612,67 | 4.800.243,38 |
| 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA | 16.341.748,00 | - | 13.244.050,07 | 2.138.073,11 |
| 0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA | 88.917.295,00 | - | 49.392.208,30 | 13.080.262,08 |
| 0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO | 1.316.811.183,00 | (0,36) | 771.041.056,87 | 424.873.338,05 |
| 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES | 770.459.995,00 | - | 648.940.455,03 | 377.263.816,58 |
| 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÓES | 7.300.326,00 | - | 25.749,71 | 15.807,98 |
| 0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL | 605.003.700,00 | - | 407.818.939,79 | 122.485.171,78 |
| 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 204.971.295,00 | - | 165.656.257,67 | 12.385.920,90 |
| 0273 LUZ PARA TODOS | 60.810.010,00 | - | 4.352.131,02 | 1.801.410,08 |
| 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA | 94.195.401,00 | - | 22.225.700,10 | 2.065.715,50 |
| 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 307.825.000,00 | - | 218.844.613,30 | 198.247.457,39 |
| 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA | 2.845.867.291,00 | - | 1.808.588.196,69 | 194.513.425,13 |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | 2.451.967.184,00 | - | 1.650.644.302,40 | 879.863.423,20 |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | 7.886.237.985,00 | - | 5.815.552.703,79 | 2.690.812.121,26 |
| 0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÓES | 25.300.000,00 | (0,47) | 14.256.950,30 | 607.568,84 |
| 0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS | 77.492.789,00 | - | 74.384.658,77 | 14.935.658,36 |
| 0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA | 241.394.468,00 | - | 199.365.802,31 | 101.251.449,56 |
| 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA | 89.202.205,00 | - | 68.642.101,57 | 16.634.962,83 |
| 0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÓES PRODUTORAS DE CACAU | 29.265.721,00 | - | 24.166.636,74 | 6.231.284,92 |
| 0365 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO | 397.872.795,00 | - | 357.220.494,85 | 47.416.815,55 |
| 0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS | 23.830.000,00 | - | 20.624.654,65 | 6.259.469,73 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA | 104.053.803,00 | - | 88.509.975,51 | 24.830.871,02 |
| 0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE | 588.926.200,00 | - | 579.749.996,61 | 30.958.653,21 |
| 0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 242.756.929,00 | - | 169.949.882,33 | 6.489.390,11 |
| 0393 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | 217.520.202,00 | - | 199.579.341,53 | 13.015.082,39 |
| 0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS | 20.453.001,00 | (0,01) | 8.948.372,88 | 625.808,67 |
| 0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA | 1.538.354.912,00 | - | 1.477.906.831,39 | 652.649.643,99 |
| 0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER | 15.605.493,00 | - | 14.563.335,05 | 252.406,10 |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOE MÉDIO PORTE | 24.177.652,00 | - | 13.656.919,67 | 6.508.185,73 |
| 0460 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 866.121.892,00 | - | 864.721.580,16 | 58.703.045,01 |
| 0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO | 715.340.165,00 | - | 703.564.464,80 | 304.496.349,08 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | 307.368.218,00 | (0,19) | 290.965.287,64 | 126.012.252,86 |
| 0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 122.515.798,00 | - | 80.013.662,92 | 33.997.315,22 |
| 0472 PROANTAR | 18.392.700,00 | (0,03) | 17.480.531,18 | 1.514.531,99 |
| 0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 53.927.400,00 | (0,01) | 46.756.384,49 | 3.542.028,40 |
| 0474 RECURSOS DO MAR | 4.540.859,00 | - | 4.517.291,93 | 447.623,66 |
| 0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA | 8.190.000,00 | - | 1.100.000,00 | - |
| 0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | 102.564.185,00 | (0,04) | 85.332.051,37 | 44.841.305,49 |
| 0497 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS | 4.772.421,00 | - | 1.189.544,09 | 70.092,25 |
| 0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER | 99.063.000,00 | - | 95.706.126,38 | 3.356.647,97 |
| 0506 NACIONAL DE FLORESTAS | 53.678.092,00 | - | 37.008.111,62 | 2.564.809,82 |
| 0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS | 37.995.480,00 | - | 23.970.112,83 | 8.566.240,62 |
| 0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE | 91.092.184,00 | (0,02) | 52.209.122,98 | 8.921.871,78 |
| 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO | 10.437.348,00 | - | 1.452.158,87 | 314.507,25 |
| 0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 42.145.449,00 | - | 14.131.195,89 | 5.863.397,43 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | 886.351.304,00 | - | 880.592.528,98 | 48.794.603,44 |
| 0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL | 2.178.563.155,00 | - | 2.069.053.354,52 | 63.885.897,58 |
| 0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | 2.725.258.626,00 | - | 2.624.522.966,38 | 181.026.470,31 |
| 0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 394.305.883,00 | (0,03) | 355.535.463,10 | 39.702.679,27 |
| 0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR | 184.417.342,00 | - | 178.410.968,26 | 8.802.733,87 |
| 0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL | 217.229.051,00 | - | 217.109.653,92 | - |
| 0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 699.611.687,00 | - | 688.150.765,80 | 42.556.445,70 |
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL | 5.945.443.698,00 | - | 5.861.354.050,21 | 247.699.896,77 |
| 0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL | 3.839.008.379,00 | (0,03) | 3.709.500.842,79 | 422.800.377,49 |
| 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA | 8.200.661.319,00 | - | 8.181.571.706,18 | 208.222.373,71 |
| 0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO | 2.216.707.060,00 | - | 2.175.860.559,20 | 34.145.229,64 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 2.730.454.854,00 | (0,01) | 2.685.893.732,36 | 173.327.582,75 |
| 0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE | 1.337.251.682,00 | (0,66) | 1.105.898.334,01 | 493.853.261,04 |
| 0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA | 904.628.560,00 | (0,57) | 878.880.804,82 | 288.991.451,32 |
| 0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL | 814.983.264,00 | (0,17) | 817.370.408,20 | 110.940.851,06 |
| 0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO | 999.215.819,00 | - | 986.993.649,62 | 513.663.680,90 |
| 0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL | 28.709.754,00 | (0,22) | 14.611.045,93 | 1.068.449,92 |
| 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL | 4.305.325.953,00 | 0,03 | 3.555.051.472,61 | 366.638.558,44 |
| 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL | 127.423.212,00 | - | 120.275.217,03 | 9.901.779,31 |
| 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 453.296.740,00 | (0,47) | 397.427.252,44 | 169.440.312,01 |
| 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL | 182.100.769,00 | (0,02) | 122.974.065,41 | 68.509.873,37 |
| 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL | 394.146.925,00 | - | 332.213.291,15 | 22.058.379,99 |
| 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA | 401.898.068,00 | - | 307.958.729,47 | 199.546.061,41 |
| 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA | 1.665.139.611,00 | - | 1.447.959.512,22 | 456.335.513,35 |
| 0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA | 35.326.911,00 | - | 35.387.426,52 | 5.217.920,36 |
| 0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS | 1.473.917.211,00 | - | 1.468.059.838,15 | 155.117.926,82 |
| 0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO | 38.249.626,00 | - | 38.247.288,68 | 2.755.203,98 |
| 0639 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA | 142.688.433,00 | - | 142.881.233,62 | 12.830.160,92 |
| 0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA | 24.560.000,00 | (0,07) | 23.045.686,56 | 7.422.481,03 |
| 0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL | 341.349.197,00 | 0,02 | 321.835.770,94 | 15.792.217,75 |
| 0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE | 134.800.000,00 | (0,69) | 117.599.009,52 | 43.346.852,21 |
| 0643 CALHA NORTE | 1.377.176,00 | - | 1.070.812,59 | 223.987,63 |
| 0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | 488.296.427,00 | - | 327.289.750,37 | 196.905.531,21 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL | 178.347.880,00 | - | 84.558.987,53 | 59.953.396,48 |
| 0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE | 384.382.074,00 | - | 271.015.308,45 | 52.488.159,45 |
| 0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS | 701.823.554,00 | - | 581.417.087,86 | 203.915.643,96 |
| 0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS | 116.500.000,00 | - | 86.096.197,00 | 79.499.616,07 |
| 0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS | 34.739.054,00 | - | 32.054.963,84 | 11.234.770,61 |
| 0682 DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR | 40.000.000,00 | (1,10) | 29.012.966,12 | 1.329.974,70 |
| 0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA | 140.267.628,00 | (0,39) | 72.110.007,24 | 9.056.817,80 |
| 0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO | 5.120.000,00 | (0,03) | 4.864.321,15 | 1.656.590,18 |
| 0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA | 13.793.618,00 | - | 11.533.489,23 | 945.136,76 |
| 0697 DEFESA DO CONSUMIDOR | 17.962.000,00 | - | 12.995.893,16 | 3.530.073,08 |
| 0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA | 38.108.000,00 | (0,06) | 30.336.279,69 | 10.151.252,17 |
| 0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA | 186.869.970,00 | - | 176.734.865,06 | 16.617.616,67 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | 49.229.771.706,00 | 1,04 | 48.420.741.042,44 | 1.019.861.975,99 |
| 0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO | 184.000.000,00 | - | 180.188.182,92 | 46.902.949,68 |
| 0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA | 77.078.026,00 | - | 70.724.202,48 | 6.841.182,34 |
| 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL | 39.305.777,00 | - | 26.356.725,75 | 10.016.198,13 |
| 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA | 7.784.544.584,00 | - | 7.755.670.576,62 | 352.949.829,04 |
| 0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO | 19.754.873,00 | - | 15.053.413,35 | - |
| 0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO | 227.022.163,00 | - | 195.037.477,20 | 2.026.289,52 |
| 0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL | 498.818.542,00 | - | 470.767.824,07 | 41.660.176,70 |
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 1.543.699.041,00 | - | 1.525.741.740,63 | 21.548,47 |
| 0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICASE ÁREAS AFINS | 38.423.235,00 | - | 28.437.613,17 | 2.049.193,47 |
| 0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 139.698.437,00 | - | 127.782.964,71 | 7.678.889,59 |
| 0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITA | 102.012.514,00 | - | 93.384.206,54 | 3.907.384,88 |
| 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS | 4.489.182,00 | - | 3.147.239,55 | 48.769,81 |
| 0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO | 56.490.371,00 | - | 49.081.203,20 | 19.853.177,63 |
| 0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS | 2.400.463.928,00 | - | 2.246.587.734,85 | 128.515.644,39 |
| 0797 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 189.074.331,00 | - | 177.270.178,88 | 5.738.364,59 |
| 0798 COMPRAS GOVERNAMENTAIS | 57.227.508,00 | - | 52.534.994,92 | 16.871.544,61 |
| 0801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA | 39.076.380,00 | - | 34.738.211,61 | 1.097.410,88 |
| 0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO | 36.143.000,00 | - | 21.485.739,31 | 8.132.581,43 |
| 0810 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H | 1.000.000,00 | - | 199.516,68 | - |
| 0812 COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS | 4.129.055,00 | - | 3.033.327,58 | 2.059.331,71 |
| 0813 MONUMENTA | 143.290.000,00 | - | 72.384.369,62 | 56.102.871,85 |
| 0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 14.649.513.086,00 | - | 14.020.111.548,18 | 309.208.651,30 |
| 0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | 15.318.471.509,00 | - | 14.291.320.855,09 | 2.635.237.085,46 |
| 0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃ | 147.252.481.778,00 | - | 138.295.989.025,93 | 7.689.814.744,95 |
| 0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES) | 213.114.581.740,00 | - | 197.096.198.720,56 | 1.100.911.702,30 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES) | 18.069.745.610,00 | - | 13.068.655.001,96 | 6.445.370,75 |
| 0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA | 574.725.503.678,00 | - | 361.818.269.108,06 | - |
| 0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA | 9.369.692.140,00 | - | 9.145.415.058,34 | - |
| 0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 117.587.421.374,00 | - | 68.955.274.855,43 | 8.633.929.867,88 |
| 0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 585.212.450,00 | - | 455.566.002,36 | 54.868.900,90 |
| 0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIO | 657.029.700,00 | - | 393.746.326,25 | 216.257.821,06 |
| 0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 13.587.585.353,00 | - | - | - |
| 1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO | 32.547.465,00 | (0,02) | 24.794.788,40 | 2.381.448,17 |
| 1003 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO | 35.900.000,00 | (0,01) | 30.288.844,90 | 5.713.823,61 |
| 1004 GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 51.598.498,00 | (0,01) | 20.044.350,35 | 5.221.804,40 |
| 1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATEÀ FOME | 74.238.487,00 | - | 55.642.599,32 | 21.081.570,82 |
| 1008 INCLUSÃO DIGITAL | 140.034.696,00 | - | 106.399.312,29 | 68.609.147,79 |
| 1009 REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DI | 17.194.093,00 | - | 13.970.065,82 | 4.848.994,92 |
| 1016 ARTESANATO BRASILEIRO | 985.408,00 | - | 905.027,89 | 195.511,86 |
| 1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO | 27.620.191,00 | - | 14.821.147,07 | 12.528.262,67 |
| 1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES | 326.700.000,00 | - | 249.626.654,56 | 224.556.711,09 |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | 3.044.299.483,00 | - | 2.895.440.064,83 | 827.940.320,52 |
| 1030 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL | 65.300.208,00 | - | 63.365.117,65 | 4.953.613,67 |
| 1032 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL | 535.475.814,00 | - | 488.539.127,72 | 74.156.771,89 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 17.941.462,00 | - | 17.420.649,49 | 11.804.743,51 |
| 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL | 450.000,00 | - | - | - |
| 1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | 1.110.000,00 | - | - | - |
| 1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO | 1.013.170.792,00 | - | 936.250.858,60 | 57.514.538,25 |
| 1054 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÓES DE TRABALHO NO SETOR PÚB | 101.435.895,00 | - | 79.037.169,33 | 22.907.264,62 |
| 1057 COMUNICAÇÓES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS | 32.513.552,00 | (0,15) | 19.125.526,38 | 1.834.617,72 |
| 1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 820.677.771,00 | - | 628.252.823,53 | 13.340.539,40 |
| 1061 BRASIL ESCOLARIZADO | 12.627.884.110,00 | - | 11.883.079.994,25 | 1.527.171.335,60 |
| 1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 855.994.424,00 | - | 736.565.667,48 | 152.113.137,06 |
| 1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO | 104.075.959,00 | - | 86.256.646,41 | 10.243.564,70 |
| 1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 5.594.000,00 | - | 4.654.390,62 | 227.595,42 |
| 1069 GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL | 6.000.000,00 | - | 656.402,47 | 32.349,16 |
| 1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO | 6.256.216.066,00 | - | 4.922.024.881,30 | 1.232.134.178,82 |
| 1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE | 21.239.664,00 | - | 20.202.715,07 | 17.830.325,32 |
| 1079 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA | 2.500.000,00 | - | 1.778.458,47 | 291.475,05 |
| 1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO | 4.745.000,00 | - | 1.132.212,76 | 496.451,14 |
| 1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO | 3.500.000,00 | - | 3.424.397,46 | 158.435,30 |
| 1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 8.990.696,00 | - | 3.667.861,58 | 1.655.296,16 |
| 1088 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA | 55.919.000,00 | - | 38.266.011,01 | 23.790.957,04 |
| 1102 AGENDA 21 | 1.220.687,00 | - | 757.966,76 | 2.609,81 |
| 1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS | 92.799.575,00 | - | 54.157.857,41 | 26.813.025,59 |
| 1109 MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL | 17.339.992,00 | - | 15.801.366,19 | 1.886.240,29 |
| 1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES | 1.318.652.513,00 | (0,20) | 1.286.412.697,77 | 129.772.948,44 |
| 1115 GEOLOGIA DO BRASIL | 349.221.839,00 | - | 339.804.586,83 | 48.281.503,44 |
| 1116 CRÉDITO FUNDIÁRIO | 420.745.524,00 | - | 367.469.955,11 | 306.791.727,44 |
| 1120 PAZ NO CAMPO | 15.695.550,00 | - | 8.345.703,14 | 1.472.617,14 |
| 1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS | 63.823.623,00 | - | 62.811.975,79 | 27.611.208,20 |
| 1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP | 296.585.160,00 | 0,02 | 206.747.358,64 | 126.947.256,19 |
| 1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 211.355.538,00 | - | 199.468.199,65 | 143.991.470,39 |
| 1132 DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÓES DE TRABALHO | 3.000.000,00 | - | 2.283.182,18 | 970.512,59 |
| 1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO | 86.730.000,00 | - | 50.154.203,79 | 41.522.557,49 |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA | 52.013.829,00 | - | 16.725.667,64 | 13.808.239,98 |
| 1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS | 1.400.000,00 | - | 278.713,16 | - |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL | 99.977.911,00 | - | 80.695.775,35 | 58.206.743,60 |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 203.857.705,00 | - | 107.876.527,62 | 73.424.866,92 |
| 1142 ENGENHO DAS ARTES | 440.386.156,00 | - | 343.551.795,54 | 150.639.865,77 |
| 1143 PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA | 450.000,00 | - | 294.610,70 | 118.196,53 |
| 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS | 12.400.500,00 | - | 2.937.180,50 | 1.022.673,56 |
| 1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓC | 397.283.083,00 | - | 397.272.280,72 | 202.590.977,53 |
| 1157 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÓES | 123.415.026,00 | - | 56.341.453,61 | 14.533.692,61 |
| 1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL | 62.906.551,00 | - | 30.757.897,93 | 11.578.402,35 |
| 1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL | 174.346.012,00 | (0,20) | 155.891.352,51 | 22.343.847,78 |
| 1164 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO | 3.428.000,00 | - | 2.291.162,09 | 880.887,82 |
| 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO | 1.457.004.484,00 | (0,14) | 1.187.713.707,93 | 849.322.462,93 |
| 1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM | 140.000.000,00 | - | 67.978.810,55 | 12.362.709,76 |
| 1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO | 660.051.316,00 | (0,01) | 630.941.328,92 | 12.929.194,11 |
| 1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | 66.769.266,00 | - | 64.160.559,36 | 1.446.541,85 |
| 1185 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR | 201.804.407,00 | - | 195.215.682,46 | 18.795.552,12 |
| 1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE | 314.548.436,00 | - | 293.938.436,62 | 103.861.686,01 |
| 1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 800.922.091,00 | - | 756.664.564,57 | 329.834.097,50 |
| 1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA | 1.609.603.609,00 | - | 1.297.533.674,96 | 326.841.989,78 |
| 1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE | 17.765.265,00 | - | 17.331.190,33 | 10.785.559,27 |
| 1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE | 73.804.170,00 | - | 67.744.861,59 | 56.673.694,41 |
| 1264 RELAÇÓES E NEGOCIAÇÓES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR | 750.080.000,00 | 3,52 | 589.419.831,11 | 10.279.930,57 |
| 1266 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA | 4.742.774,00 | - | 3.950.191,99 | 627.272,16 |
| 1279 ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA | 19.245.238,00 | - | 18.578.193,46 | 2.703.648,28 |
| 1287 SANEAMENTO RURAL | 203.251.081,00 | - | 201.415.140,07 | 184.530.027,99 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E S | 161.527.507,00 | - | 134.437.648,06 | 27.169.327,10 |
| 1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS | 352.701.582,00 | - | 311.672.999,44 | 94.978.338,43 |
| 1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 2.840.861.506,00 | - | 2.778.992.514,91 | 759.520.970,58 |
| 1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS | 450.480.119,00 | - | 425.185.117,74 | 47.775.847,88 |
| 1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO | 471.381.873,00 | - | 411.367.166,94 | 288.929.012,58 |
| 1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE | 67.213.660,00 | - | 54.683.175,12 | 23.516.049,40 |
| 1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS | 250.827.732,00 | - | 121.209.787,53 | 20.929.487,89 |
| 1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 227.150.684,00 | - | 153.614.719,13 | 70.622.087,96 |
| 1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA | 622.025.000,00 | - | 616.804.208,69 | 53.736.127,63 |
| 1336 BRASIL QUILOMBOLA | 70.219.371,00 | - | 41.778.361,80 | 18.392.508,24 |
| 1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA | 176.381.243,00 | - | 95.787.859,24 | 45.125.534,68 |
| 1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA | 43.308.963,00 | - | 29.790.255,86 | 22.392.526,68 |
| 1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQDÍCOLA E PESQUEIRA | 116.968.594,00 | - | 41.629.515,93 | 25.308.055,59 |
| 1346 QUALIDADE AMBIENTAL | 38.537.875,00 | - | 20.871.048,15 | 4.074.885,38 |
| 1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA) | 27.354.912,00 | - | 15.414.318,51 | 6.301.292,54 |
| 1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL | 156.000.000,00 | - | 90.833.006,40 | 54.408.187,58 |
| 1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL | 7.638.720,00 | - | 7.270.246,50 | 4.131.756,38 |
| 1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 76.667.289,00 | - | 67.967.863,79 | 21.970.907,11 |
| 1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 1.591.368.214,00 | - | 1.430.522.620,35 | 257.766.511,78 |
| 1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA | 150.178.323,00 | - | 103.728.631,48 | 45.400.563,67 |
| 1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE | 486.461.000,00 | - | 206.904.230,81 | 134.324.828,16 |
| 1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 22.436.378.249,00 | - | 22.418.638.332,50 | 20.174.960,58 |
| 1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 78.432.900,00 | - | 61.305.226,25 | 13.672.426,25 |
| 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | 64.595.000,00 | - | 53.636.054,68 | 16.128.923,09 |
| 1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO | 4.300.000,00 | - | 1.835.446,25 | 1.794.782,39 |
| 1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉR | 2.843.798.861,00 | - | 2.669.096.165,22 | 758.023.001,75 |
| 1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO | 159.822.783,00 | - | 148.513.547,14 | 77.615.381,48 |
| 1391 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC | 25.748.811,00 | - | 5.421.945,60 | 2.452.840,57 |
| 1401 REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS | 921.066.927,00 | - | 873.533.794,45 | 8.922.746,52 |
| 1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 23.060.000,00 | - | 21.719.885,62 | 10.770.445,55 |
| 1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA | 11.500.000,00 | - | 1.447.545,85 | 674.249,70 |
| 1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA | 72.050.477,00 | (0,01) | 67.770.143,35 | 23.482.317,73 |
| 1413 PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA | 24.125.000,00 | (0,01) | 21.847.332,35 | 1.639.182,29 |
| 1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 29.834.405,00 | - | 29.410.283,49 | 8.532.334,13 |
| 1426 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE | 23.627.620,00 | - | 8.298.803,62 | 3.196.777,82 |
| 1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR | 612.852.120,00 | - | 337.173.814,01 | 256.039.305,93 |
| 1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL | 2.403.914,00 | - | 265.000,00 | 230.000,00 |
| 1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL | 22.974.000,00 | - | 10.031.503,89 | 3.868.211,16 |
| 1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES | 59.861.700,00 | - | 41.490.479,69 | 23.435.401,52 |
| 1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE | 426.791.211,00 | - | 386.088.175,19 | 138.413.353,78 |
| 1437 DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL | 6.100.000,00 | (0,11) | 5.209.792,29 | 756.721,51 |
| 1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO | 19.045.000,00 | - | 7.102.920,97 | 1.641.399,34 |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 2.384.382.131,00 | - | 2.245.056.716,48 | 600.379.523,18 |
| 1446 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE | 40.131.120,00 | - | 31.709.338,46 | 11.281.020,04 |
| 1448 QUALIDADE NA ESCOLA | 2.721.732.500,00 | - | 2.471.649.213,13 | 562.742.166,14 |
| 1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS | 432.311.021,00 | - | 366.746.110,29 | 94.933.375,84 |
| 1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI | 1.795.350.000,00 | - | 1.425.745.793,89 | 385.376.124,39 |
| 1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO | 60.951.973,00 | - | 9.881.000,00 | 4.559.875,29 |
| 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE | 965.850.972,00 | - | 949.262.001,00 | 103.693.956,64 |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE | 32.143.000,00 | - | 13.685.000,00 | 6.416.888,44 |
| 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL | 178.481.000,00 | - | 10.187.229,14 | 8.502.252,95 |
| 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL | 5.081.000,00 | - | 4.081.000,00 | 2.555.073,86 |
| 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE | 8.462.000,00 | (0,02) | 8.409.579,83 | 1.380.483,94 |
| 1462 VETOR LOGÍSTICO SUL | 6.081.000,00 | - | 4.081.000,00 | 4.081.000,00 |
| 1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE | 119.817.959,00 | - | 62.785.775,83 | 25.185.019,09 |
| 1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA | 92.888.000,00 | - | 68.720.861,24 | 38.949.060,51 |
| 6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO | 155.768.000,00 | - | 147.785.516,72 | 96.630.706,32 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA |
| SUBTITULO | |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA | ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 31/12/2010 | |

| ESPECIFICAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS | DESPESAS REALIZADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|
| 8002 GOVERNO ELETRÔNICO | 13.440.445,00 | - | 10.114.007,70 | 3.830.395,97 |
| 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÓES | 19.000.000,00 | - | 4.118.672,46 | 3.936.108,33 |
| 8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | 124.880.219,00 | - | 101.748.468,44 | 99.401.421,69 |
| 8010 EDUCAÇÃO FISCAL | 535.500,00 | - | 302.048,00 | 143.833,49 |
| 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÓES | 135.000.000,00 | - | 100.704.224,61 | 26.195.633,13 |
| 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL | 11.431.204,00 | (0,01) | 7.123.005,50 | 962.727,68 |
| 8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO | 212.711.397,00 | - | 165.975.717,43 | 94.200.744,69 |
| 8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS | 718.954.115,00 | 1,05 | 708.919.616,73 | 191.165.461,00 |
| 8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM | 1.380.099.290,00 | - | 1.071.821.724,98 | 197.951.984,92 |
| 8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL | 4.902.899.984,00 | - | 2.920.735.481,57 | 317.302.181,65 |
| 9989 MOBILIDADE URBANA | 30.452.500,00 | - | 29.437.423,40 | 28.857.886,08 |
| 9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 51.400.000,00 | - | 20.707.700,00 | 20.696.871,90 |
| EXTERIOR | 275.366.944,00 | (0,01) | 250.928.867,13 | 113.926.159,20 |
| 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 680.000,00 | - | 469.076,38 | - |
| 0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA | 2.950.000,00 | (0,01) | 2.612.814,65 | 346.349,90 |
| 0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÓES) | 26.944,00 | - | 19.455,81 | - |
| 1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO | 100.000,00 | - | - | - |
| 1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | 1.210.000,00 | - | - | - |
| 1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL | 5.100.000,00 | - | - | - |
| 1264 RELAÇÓES E NEGOCIAÇÓES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR | 130.300.000,00 | - | 124.143.286,42 | - |
| 1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS | 135.000.000,00 | - | 123.684.233,87 | 113.579.809,30 |
| Total geral | 1.848.199.882.506,00 | 0,00 | 1.504.951.165.638,64 | 72.356.362.208,66 |

### 3.3 - ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

#### 3.3.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

**Recursos Aplicados**

No exercício de 2010, a União executou o montante de R$ 30.941 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos. Essa arrecadação atingiu o montante de R$ 280.141 milhões. Esse valor é um pouco superior ao divulgado no item "Receita Tributária" deste relatório, pois no montante das receitas de impostos considerado para fins de cálculo do limite mínimo de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) inclui-se a arrecadação das multas, juros de mora e dívida ativa dos impostos. Desse valor, foram deduzidos R$ 120.599 milhões, referentes às receitas desvinculadas e às transferências constitucionais a estados, municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R$ 159.543 milhões. Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 19,4%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. O demonstrativo a seguir apresenta as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2010**

em R$ milhões

| RECEITAS DE IMPOSTOS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até Dezembro (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1 - RECEITA DE IMPOSTOS | 292.636 | 292.636 | 280.141 | 95,73 |
| 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II | 17.186 | 17.186 | 21.093 | 122,73 |
| Imposto sobre Importação - II | 17.098 | 17.098 | 21.063 | 123,19 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II | 78 | 78 | 51 | 65,24 |
| Dívida Ativa do II | 3 | 3 | 1 | 42,38 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II | 7 | 7 | 3 | 47,77 |
| (-) Deduções da Receita do II | 0 | 0 | -25 | |
| 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE | 24 | 24 | 44 | 181,63 |
| Imposto sobre Exportação - IE | 22 | 22 | 17 | 75,82 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE | 0 | 0 | 0 | 23,07 |
| Dívida Ativa do IE | 0 | 0 | 0 | 0,05 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE | 1 | 1 | -0 | -0,12 |
| (-) Deduções da Receita do IE | 0 | 0 | 27 | |
| 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR | 207.598 | 207.598 | 194.353 | 93,62 |
| Imposto sobre Rendas - IR | 202.784 | 202.784 | 203.308 | 100,26 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR | 3.786 | 3.786 | 2.704 | 71,42 |
| Dívida Ativa do IR | 434 | 434 | 169 | 38,83 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR | 593 | 593 | 213 | 35,99 |
| (-) Deduções da Receita do IR | 0 | 0 | -12.041 | |
| 1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR | 508 | 508 | 521 | 102,61 |
| Imposto Territorial Rural - ITR | 455 | 455 | 479 | 105,36 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | 33 | 33 | 35 | 103,36 |
| Dívida Ativa do ITR | 1 | 1 | 3 | 197,83 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | 19 | 19 | 7 | 38,23 |
| (-) Deduções da Receita do ITR | 0 | 0 | -2 | |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 39.723 | 39.723 | 37.554 | 94,54 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 39.178 | 39.178 | 39.347 | 100,43 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI | 387 | 387 | 231 | 59,73 |
| Dívida Ativa do IPI | 72 | 72 | 13 | 17,32 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI | 86 | 86 | 26 | 30,20 |
| (-) Deduções da Receita do IPI | 0 | 0 | -2.063 | |
| 1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | 27.592 | 27.592 | 26.571 | 96,30 |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | 27.537 | 27.537 | 26.550 | 96,42 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF | 52 | 52 | 44 | 83,95 |
| Dívida Ativa do IOF | 1 | 1 | 0 | 30,76 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF | 2 | 2 | 0 | 6,36 |
| (-) Deduções da Receita do IOF | 0 | 0 | -23 | |
| 1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro | 5 | 5 | 5 | 111,90 |
| Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro | 5 | 5 | 5 | 94,67 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro | 0 | 0 | 1 | - |

| RECEITAS DE IMPOSTOS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até Dezembro (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| Dívida Ativa do IOF-Ouro | 0 | 0 | 0 | - |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro | 0 | 0 | 0 | - |
| (-) Deduções da Receita do IOF-Ouro | 0 | 0 | 0 | - |

| DESVINCULAÇÃO E DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Dezembro (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 2 - DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO (5% de 1) | 14.632 | 14.632 | 14.007 | 95,73 |
| 3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5)) | 53.174 | 53.174 | 39.024 | 73,39 |
| 4 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS[1] (23,5% de (1.3 + 1.5)) | 58.120 | 58.120 | 43.069 | 74,10 |
| 5 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5) | 3.972 | 3.972 | 2.948 | 74,22 |
| 5A - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB | 0 | 0 | 21.184 | 0 |
| 6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS[2] (1.7) | 5 | 5 | 4 | 89,59 |
| 7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4) | 254 | 254 | 363 | 142,68 |
| 8 - TOTAL DA DESVINCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7) | 130.157 | 130.157 | 120.599 | 92,66 |
| 9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8) | 162.478 | 162.478 | 159.543 | 98,19 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2010**
**CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

em R$ milhões

| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | ATÉ DEZEMBRO (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9) | 29.246 | 29.246 | 28.718 | 98,19 |

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS LIQUIDADAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | LIQUIDADAS Até Dezembro (e) | INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (f) | % (g)= ((e+f)/d)x100 |
| 15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE | 1.842 | 1.842 | 1.680 | 162 | 100,00 |
| 16 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 9 | 4 | 0 | 2 | 72,34 |
| 17 - ENSINO FUNDAMENTAL | 134 | 219 | 127 | 15 | 64,98 |
| 18 - ENSINO MÉDIO | 282 | 273 | 195 | 35 | 84,46 |
| 19 - ENSINO SUPERIOR | 14.086 | 15.910 | 13.467 | 1.898 | 96,57 |
| 20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 3.244 | 3.788 | 2.933 | 605 | 93,39 |
| 21 - OUTRAS | 11.687 | 11.514 | 8.845 | 977 | 85,30 |
| 22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21) | 31.284 | 33.549 | 30.941 | | 92,23 |
| MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(22)/(9)]x100% | | | | | 19,39 |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
[1] CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".
[2] CF, art. 153 §5º.
Notas:
i) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

**Aplicação por Programas**

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no programa "Brasil Universitário" que obteve 61,5% de todos os recursos aplicados, seguidos dos programas "Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica", com 12,6% e "Brasil Escolarizado", com 9,6%. O demonstrativo a seguir apresenta os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

**DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2010**

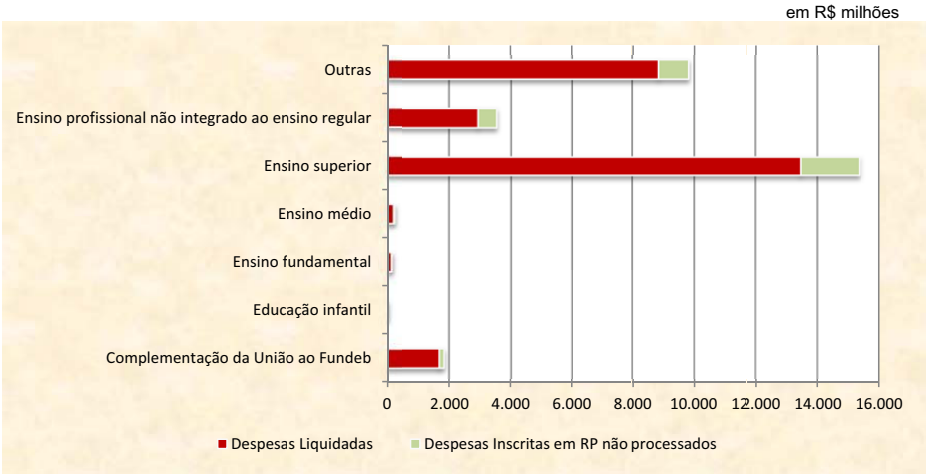
em R$ milhões

| PROGRAMA | VALOR | % |
|---|---|---|
| 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas | 8 | 0,02 |
| 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 14 | 0,04 |
| 0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social | 12 | 0,04 |
| 0638 Ensino Profissional do Exército | 5 | 0,02 |
| 0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica | 535 | 1,73 |
| 1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos | 628 | 2,03 |
| 1061 Brasil Escolarizado | 2.957 | 9,56 |
| 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | 3.903 | 12,61 |
| 1067 Gestão da Política de Educação | 112 | 0,36 |
| 1073 Brasil Universitário | 19.036 | 61,52 |
| 1142 Engenho das Artes | 1 | 0,00 |
| 1336 Brasil Quilombola | 1 | 0,00 |
| 1350 Educação do Campo (PRONERA) | 4 | 0,01 |
| 1374 Desenvolvimento da Educação Especial | 129 | 0,42 |
| 1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa Científica | 1.473 | 4,76 |
| 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania | 60 | 0,19 |
| 1448 Qualidade na Escola | 763 | 2,46 |
| 1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais | 299 | 0,97 |
| 8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem | 1.001 | 3,23 |
| **TOTAL** | **30.941** | **100** |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

O gráfico a seguir demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não-processados.

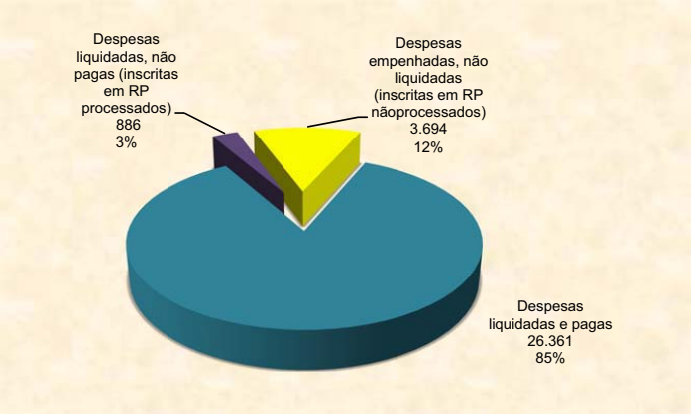
em R$ milhões




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A figura a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.

em R$ milhões




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**Execução dos Restos a Pagar inscritos em 2009 e contabilizados para fins do cumprimento do limite com MDE nesse exercício**

Em 2009, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R$ 3.219 milhões, que foram inscritas, portanto, em Restos a Pagar Não-Processados. Enfatiza-se que na data de encerramento dos balanços, após conversão de moedas estrangeiras para o Real, o valor dessa inscrição alcançou R$ 3.214 milhões. Desse total, R$ 108 milhões foram cancelados em 2010. Entre os RP não-processados inscritos em exercícios anteriores a 2009, cancelaram-se R$ 104 milhões.

A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2009 está prevista no Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. No entanto, em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado mensalmente pela STN. A execução desses Restos a Pagar encontra-se demonstrada na Tabela abaixo.

**EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2009 E CONTABILIZADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO**

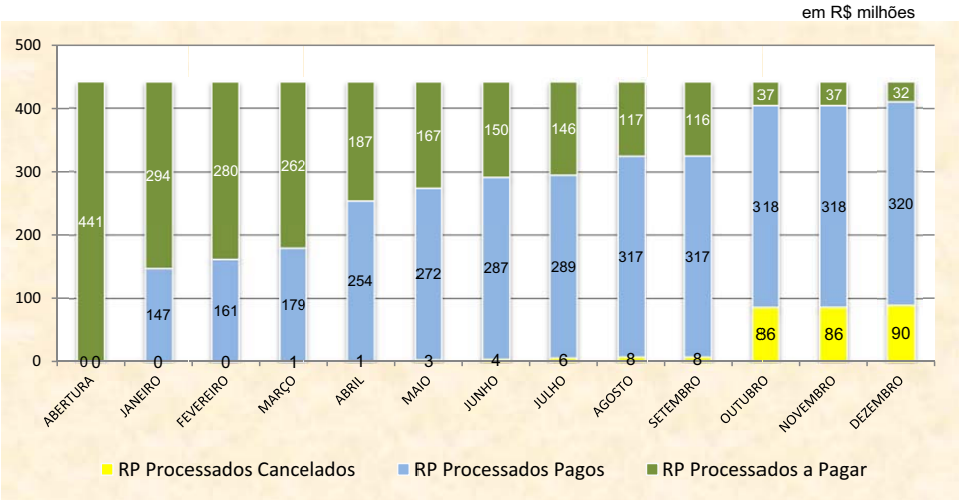
em R$ milhões

| RESTOS A PAGAR | VALOR | % |
|---|---|---|
| **RP Processados Inscritos** | **843** | **100** |
| RP Processados Cancelados | 230 | 27,3 |
| RP Processados Pagos | 512 | 60,8 |
| RP Processados a Pagar | 100 | 11,9 |
| **RP não-Processados Inscritos** | **3.214** | **100** |
| RP não-Processados Reinscritos | 641 | 20,0 |
| RP não-Processados Cancelados | 213 | 6,6 |
| RP Não-Processados Pagos | 2.652 | 82,5 |
| RP não-Processados a Pagar | 991 | 30,8 |

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2009 DOS RP PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2008 – SALDOS ACUMULADOS**

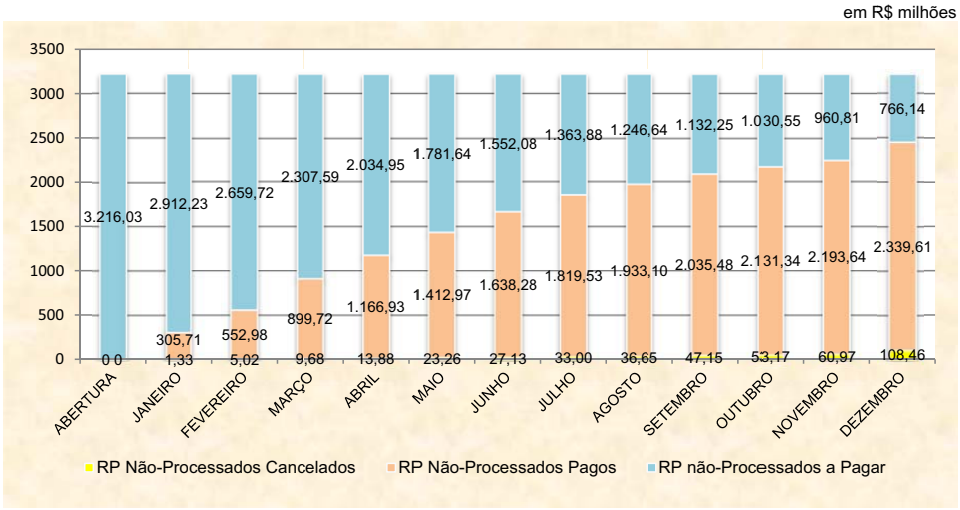
em R$ milhões




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

**EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2009 DOS RP NÃO-PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2008 – SALDOS ACUMULADOS**

em R$ milhões




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.3.2 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, para vigorar por 14 anos com o objetivo de assegurar recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A Medida Provisória nº 339/2006, convertida na Lei nº 11.494/2007, e o Decreto nº 6.253/2007, regulamentaram o Fundeb. As Portarias Interministeriais nº s 538-A/2010, e 577/2010, divulgaram os parâmetros anuais de operacionalização do Fundeb, fixaram o valor anual mínimo nacional por aluno para 2010 em R$ 1.414,85 e a diferenciação do custo anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, bem como o cronograma mensal de repasse da complementação da União no montante de R$ 7.623.455.744,80, considerando o valor de R$ 762.345.574,48 - 10%, conforme artigo 4º da Lei nº 11.738/2008 e também o montante de 15% a ser distribuído em janeiro de 2011.

**TABELA 1.3.5.a - ORIGENS DOS VALORES DO FUNDEB**

R$ milhares

| RECEITAS | VALOR |
|---|---|
| 1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE (20,0%) | 9.756.024 |
| 2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-FPM (20,0%) | 10.209.791 |
| 3. IPI-EXPORTAÇÃO (20,0%) | 737.102 |
| 4. RECURSOS - LEI KANDIR (20,0%) | 390.000 |
| 5. ITR (20,0%) | 90.631 |
| 6. ICMS (20,0%) | 52.348.254 |
| 7. IPVA (20,0%) | 4.198.357 |
| 8. ITCMD (20,0%) | 532.384 |
| **SUBTOTAL** | **78.262.543** |
| 9. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO[1] | 5.353.310 |
| **TOTAL** | **83.615.853** |

Fonte: Siafi

[1] Valor não considera a parcela da Complementação da União (COUN), relativa ao mês de dezembro de 2010, de R$ 478.633.551,14 que foi repassada ao Banco do Brasil em 30/12/2010 e aos Estados e Municípios no dia 4/1/2011.

**TABELA 1.3.5.b – VALORES DO FUNDEB, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS**

R$ milhares

| UF | ORIGEM DOS RECURSOS | | | | | | | | | TOTAL | Destino dos recursos | | Origem dos recursos | | Distrib. entre as UF |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | FPE | FPM | IPI | COUN | LC 8796 | ITR | ICMS | IPVA | ITCMD | | Estado | Municípios | Transf. da União | Tributos Estaduais | |
| AC | 333.754 | 50.325 | 76 | | 355 | 50 | 114.572 | 6.016 | 155 | **505.303** | 64% | 36% | 76% | 24% | 0,6% |
| AL | 405.860 | 242.587 | 1.988 | 223.671 | 3.277 | 196 | 407.607 | 22.688 | 796 | **1.308.670** | 31% | 69% | 67% | 33% | 1,6% |
| AM | 272.232 | 150.531 | 7.947 | 159.769 | 3.931 | 163 | 1.118.462 | 34.720 | 526 | **1.748.280** | 46% | 54% | 34% | 66% | 2,1% |
| AP | 332.876 | 36.014 | 778 | | 1.585 | 118 | 97.355 | 7.320 | 48 | **476.094** | 72% | 28% | 78% | 22% | 0,6% |
| BA | 916.696 | 927.105 | 38.047 | 1.360.343 | 14.495 | 3.934 | 2.184.826 | 114.561 | 5.383 | **5.565.389** | 33% | 67% | 59% | 41% | 6,7% |
| CE | 715.790 | 532.108 | 6.093 | 683.610 | 6.352 | 276 | 1.168.610 | 65.868 | 5.154 | **3.183.861** | 26% | 74% | 61% | 39% | 3,8% |
| DF | 67.336 | 16.953 | 953 | | 3.158 | 84 | | | | **88.485** | 100% | 0% | 100% | 0% | 0,1% |
| ES | 146.340 | 175.676 | 35.218 | | 16.627 | 610 | 1.269.438 | 62.681 | 4.180 | **1.710.770** | 38% | 62% | 22% | 78% | 2,0% |
| GO | 277.374 | 372.651 | 11.502 | | 5.205 | 7.889 | 1.579.024 | 106.481 | 9.505 | **2.369.631** | 50% | 50% | 28% | 72% | 2,8% |
| MA | 704.209 | 424.887 | 7.631 | 1.088.858 | 6.547 | 611 | 570.962 | 34.811 | 895 | **2.839.412** | 27% | 73% | 79% | 21% | 3,4% |
| MG | 434.582 | 1.338.360 | 97.545 | | 50.326 | 11.653 | 5.437.896 | 475.111 | 53.953 | **7.899.425** | 56% | 44% | 24% | 76% | 9,4% |
| MS | 129.950 | 155.287 | 7.009 | | 4.815 | 14.511 | 876.766 | 41.586 | 9.596 | **1.239.521** | 47% | 53% | 25% | 75% | 1,5% |
| MT | 225.159 | 188.422 | 9.115 | | 7.569 | 7.423 | 900.357 | 53.331 | 4.602 | **1.395.979** | 55% | 45% | 31% | 69% | 1,7% |
| PA | 596.288 | 371.551 | 40.221 | 1.103.886 | 17.018 | 1.380 | 1.159.064 | 48.597 | 4.953 | **3.342.958** | 32% | 68% | 64% | 36% | 4,0% |
| PB | 467.206 | 329.545 | 1.316 | 108.789 | 1.121 | 179 | 515.910 | 23.760 | 1.447 | **1.449.274** | 42% | 58% | 63% | 37% | 1,7% |
| PE | 673.185 | 512.534 | 4.350 | 355.661 | 5.794 | 404 | 1.648.133 | 83.630 | 8.721 | **3.292.413** | 42% | 58% | 47% | 53% | 3,9% |
| PI | 421.597 | 270.215 | 255 | 268.724 | 1.176 | 393 | 370.269 | 20.463 | 860 | **1.353.952** | 35% | 65% | 71% | 29% | 1,6% |
| PR | 281.286 | 692.553 | 64.948 | | 39.322 | 8.869 | 2.788.734 | 283.259 | 30.541 | **4.189.512** | 57% | 43% | 26% | 74% | 5,0% |
| RJ | 149.043 | 308.644 | 116.307 | | 22.874 | 974 | 4.558.442 | 288.006 | 92.836 | **5.537.124** | 40% | 60% | 11% | 89% | 6,6% |
| RN | 407.597 | 257.104 | 1.072 | | 1.412 | 176 | 550.406 | 30.195 | 1.818 | **1.249.780** | 43% | 57% | 53% | 47% | 1,5% |
| RO | 274.691 | 89.577 | 1.418 | | 973 | 398 | 432.861 | 16.886 | 14.055 | **830.857** | 56% | 44% | 44% | 56% | 1,0% |
| RR | 242.018 | 38.267 | 49 | | 149 | 88 | 81.019 | 1.474 | 91 | **363.154** | 68% | 32% | 77% | 23% | 0,4% |
| RS | 229.735 | 692.106 | 88.004 | | 39.173 | 10.084 | 3.573.660 | 298.662 | 55.520 | **4.986.944** | 54% | 46% | 21% | 79% | 6,0% |
| SC | 124.858 | 396.109 | 47.262 | | 14.006 | 1.491 | 2.092.907 | 175.726 | 14.687 | **2.867.045** | 51% | 49% | 20% | 80% | 3,4% |
| SE | 405.392 | 148.270 | 367 | | 977 | 171 | 368.438 | 16.435 | 1.451 | **941.501** | 42% | 58% | 59% | 41% | 1,1% |
| SP | 97.560 | 1.349.203 | 147.420 | | 121.453 | 17.418 | 18.272.913 | 1.870.975 | 210.017 | **22.086.959** | 55% | 45% | 8% | 92% | 26,4% |
| TO | 423.411 | 143.209 | 211 | | 307 | 1.088 | 209.622 | 15.116 | 595 | **793.558** | 58% | 42% | 72% | 28% | 0,9% |
| **TOTAIS** | **9.756.024** | **10.209.791** | **737.102** | **5.353.310**[2] | **390.000** | **90.631** | **52.348.254** | **4.198.357** | **532.384** | **83.615.852** | **47%** | **53%** | **32%** | **68%** | **100%** |
| **Particip.** | **11,7%** | **12,2%** | **0,9%** | **6,4%** | **0,5%** | **0,1%** | **62,6%** | **5,0%** | **0,6%** | **100,0%** | | | | | |

[2] Valor não considera a parcela da Complementação da União (COUN), relativa ao mês de dezembro de 2010, de R$ 478.633.551,14 que foi repassada ao Banco do Brasil em 30/12/2010 e aos Estados e Municípios no dia 4/1/2011.

### 3.3.3 - Erradicação do Analfabetismo

A Emenda Constitucional nº 53/2006, revogou o § 6º do art. 60 das ADCT, que estabelecia um percentual mínimo dos recursos para a educação a serem aplicados na erradicação do analfabetismo. Em conseqüência, durante o exercício de 2009, verifica-se que foram gastos R$ 63 milhões no programa "Brasil Alfabetizado". Dentro do montante de recursos utilizados na Educação, esse valor representou 0,3% do total. Como foi verificado, existe uma grande concentração de gastos da União em ensino superior. Seria interessante verificar os montantes de recursos dos estados e municípios aplicados na erradicação do analfabetismo, no entanto, não são números disponíveis nos bancos de dados do Ministério.

### 3.3.4 - Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198 da Constituição Federal e do artigo 77 do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29/2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 12.017/2009 (LDO 2010), em seu artigo 51, §1º, define o conceito de "ações e serviços públicos":

> *Art. 51 [...]*
>
> *§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, transferência de renda a famílias e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, da Constituição.*

Na Tabela seguinte estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R$ 61,9 bilhões no ano de 2010.

**DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
**JANEIRO A DEZEMBRO – 2010**

em R$ milhões

| PROGRAMA | VALOR | % |
|---|---|---|
| 0016 Gestão da Política de Saúde | 491 | 0,8 |
| 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto | 790 | 1,3 |
| 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas | 386 | 0,6 |
| 0750 Apoio Administrativo | 8.088 | 13,0 |
| 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | 103 | 0,2 |
| 0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 120 | 0,2 |
| 1036 Integração de Bacias Hidrográficas | 10 | 0,0 |
| 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial | 16 | 0,0 |
| 1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar | 195 | 0,3 |
| 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde | 314 | 0,5 |
| 1214 Atenção Básica em Saúde | 10.085 | 16,3 |
| 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada | 31.075 | 50,1 |
| 1287 Saneamento Rural | 203 | 0,3 |
| 1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços | 282 | 0,5 |
| 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados | 335 | 0,5 |
| 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos | 5.557 | 9,0 |
| 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção À Saúde | 55 | 0,1 |
| 1336 Brasil Quilombola | 1 | 0,0 |
| 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde | 386 | 0,6 |
| 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos | 3.353 | 5,4 |
| 1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde | 32 | 0,1 |
| 8007 Resíduos Sólidos Urbanos | 102 | 0,2 |
| **TOTAL** | **61.977** | **100** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

### 3.3.5 – Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação

Em 2010, por meio do Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, cujo objetivo é aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando à geração de empregos e distribuição de rendas, a União empenhou créditos orçamentários no montante de R$ 503,78 milhões (Subfunção 607 – "Irrigação"). Desse valor, R$ 503,41 milhões foram executados pelo Ministério da Integração Nacional e R$ 0,37 milhão pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cabe ressaltar, que segundo o Plano Plurianual vigente, é o Ministério da Integração Nacional órgão responsável pela implementação do Programa. A tabela e as figuras a seguir demonstram os valores autorizados e executados em cada região.

**TABELA – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM IRRIGAÇÃO – UNIÃO – 2010**

em R$ Milhões

| DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 - IRRIGAÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO AUTORIZADA (A) | DESPESAS EXECUTADAS (B) | % (B)/(A) | % (B)/(TOTAL A) |
|---|---|---|---|---|---|
| Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada | 638 | 679 | 504 | 74,2 | 74,2 |
| Ações na Região Nordeste | 455 | 497 | 382 | 76,8 | 56,3 |
| Ações na Região Centro-Oeste | 137 | 135 | 97 | 72,4 | 14,3 |
| Ações na Região Sul | 34 | 20 | 7 | 34,8 | 1,0 |
| Ações na Região Norte | 2 | 12 | 12 | 104,6 | 1,8 |
| Ações Nacionais | 7 | 9 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Ações na Região Sudeste | 3 | 6 | 5 | 82,2 | 0,8 |
| **TOTAL** | **638** | **679** | **504** | **74,2** | **74,2** |

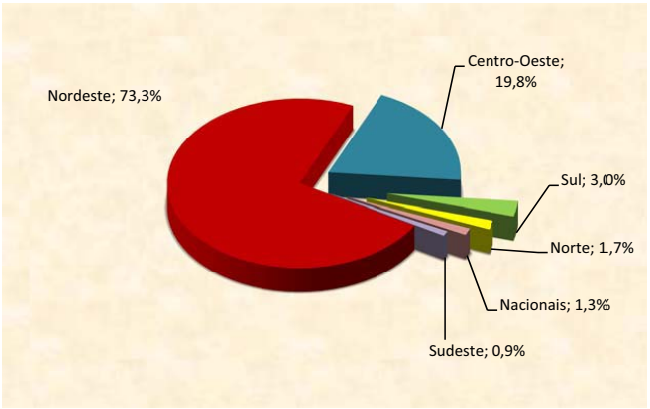
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Para se compreender os números dispostos na tabela acima, é necessário ter ciência de que a segregação espacial em regiões geográficas nas colunas de execução foi formada a partir de critérios que consideram a Unidade da Federação beneficiada com o gasto. Dessa maneira, com maior propriedade, reconhece-se a apuração dos limites de execução orçamentária estabelecidos pelo art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

> *Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 15.4.2004)*
> *I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;*
> *II - cinqüenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.*

Da observação da última coluna, depreende-se que foram aplicados 56,3% dos recursos destinados à Irrigação na Região Nordeste e 14,3% na Região Centro-Oeste, fato que comprova obediência parcial aos ditames constitucionais. Caso se lance olhar sobre a tabela acima e sobre o gráfico seguinte, nota-se que desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual e respectivos Créditos Adicionais, já se projetava uma aplicação inferior a 20% na Região Centro-Oeste.

**DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 – IRRIGAÇÃO**
**EM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DOTAÇÃO AUTORIZADA**



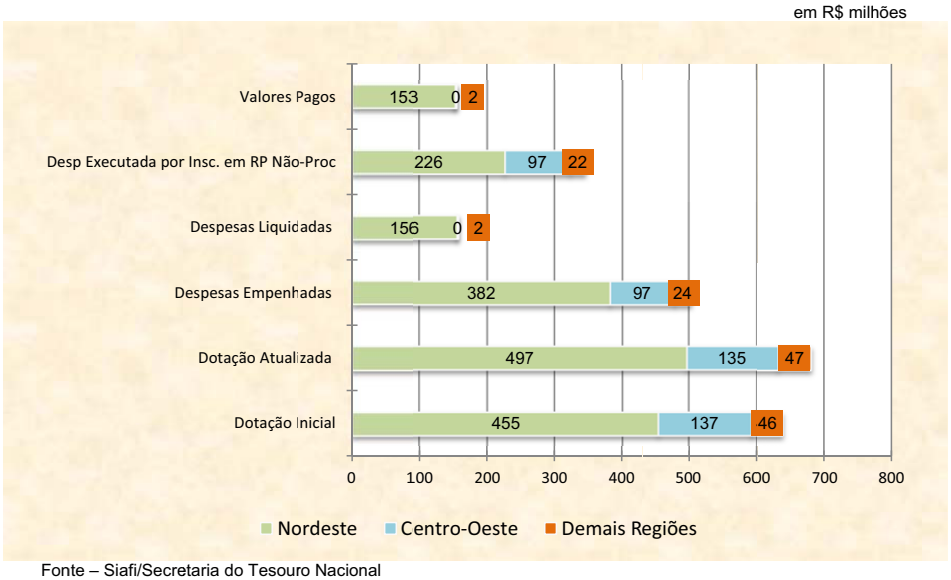

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A coluna da execução, na tabela, apresenta um fato aparentemente incorreto. Trata-se da linha onde são aludidos os gastos com Ações na Região Norte. Pela leitura, executou-se mais do que o limite da autorização orçamentária. Ocorre que na aprovação das leis de orçamento, os créditos do Programa de Trabalho Resumido 022825 – R$700.000,00, alocados em "Ações Nacionais", foram integralmente executados por UG beneficiária da Região Norte.

Além disso, à exceção da Região Sul, cujo montante de empenhos perfez aproximadamente 35% dos créditos autorizado, assinala-se que os percentuais de execução das demais regiões alcançaram marcas acima dos 70%.

A figura abaixo demonstra os valores autorizados, liquidados, executados, pagos e inscritos em restos a pagar não-processados das ações nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Demais Regiões. Uma ocorrência que chama especial atenção consiste em que a maior parte da despesa considerada executada se refere a montantes inscritos em RP não-processados, casos de produtos ou serviços ainda não entregues aos beneficiários.

**DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 – IRRIGAÇÃO**
**EM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DESPESA EXECUTADA**




Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

## 3.4 – ANÁLISE DOS LIMITES

### 3.4.1 - Despesas com Pessoal da União

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

em R$ milhares

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS Jan/2009 a Dez/2009 | DESPESAS EXECUTADAS Jan/2010 a Dez/2010 | 2010/2009 |
|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 125.007.644 | 143.459.495 | 14,76% |
| Pessoal Ativo | 66.618.863 | 78.669.220 | 18,09% |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 58.388.780 | 64.766.985 | 10,92% |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | 23.289 | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 18.577.495 | 22.405.113 | 20,60% |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 119.087 | 29.448 | -75,27% |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 2.393.398 | 5.242.568 | 119,04% |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 485.114 | 389.597 | -19,69% |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 15.579.897 | 16.743.499 | 7,47% |
| REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) | - | - | - |
| Contribuições Patronais | - | - | - |
| TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III) | 106.430.148 | 121.054.382 | 13,74% |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 437.199.421 | 499.866.613 | 14,33% |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100] | 24,34% | 24,22% | -0,50% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%[1] | 165.698.581 | 189.449.446 | 14,33% |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01% | 157.435.512 | 180.001.967 | 14,33% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010 e de 2009/STN

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2010. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu uma pequena queda em 2010 comparado com 2009, passando de 24,34% para 24,22%. Esse decréscimo pode ser explicado pelo incremento nominal da despesas de pessoal (13,74%) ter sido menor que o aumento da RCL (14,33%).

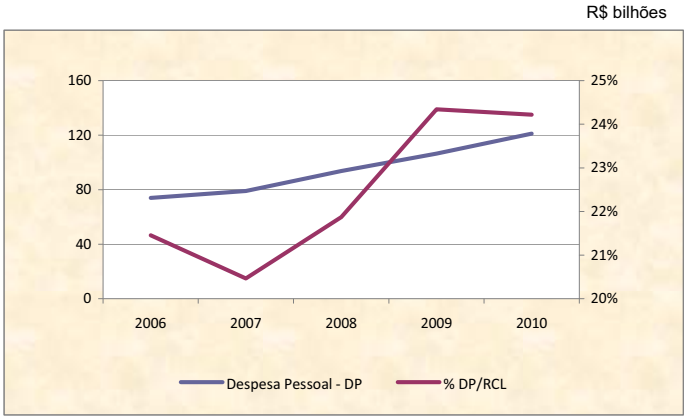
**COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2010)**

em R$ milhares

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Despesa Pessoal - DP | 73.958.766 | 79.128.842 | 93.730.272 | 106.430.148 | 121.054.382 |
| % DP/RCL | 21,45% | 20,46% | 21,87% | 24,34% | 24,22% |
| Limite permitido | 37,90% | 37,90% | 37,90% | 37,90% | 37,90% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

**EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2010)**




Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010

### 3.4.2 - Dívida Consolidada Líquida

**UNIÃO**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010**

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 2.179.091.992 | 2.291.019.122 | 2.330.649.497 | 2.475.696.960 |
| Dívida Mobiliária | 2.087.639.820 | 2.218.690.480 | 2.256.294.780 | 2.368.029.688 |
| Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08) | 52.211.888 | 12.544.263 | 14.934.116 | 48.529.720 |
| Dívida Contratual | 19.203.574 | 41.236.658 | 43.282.793 | 44.128.274 |
| Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive) | 144.695 | 1.528.880 | 110.651 | 74.585 |
| Outras Dívidas | 19.892.016 | 17.018.841 | 16.027.157 | 14.934.693 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.207.223.067 | 1.348.186.760 | 1.337.099.174 | 1.460.152.571 |
| Ativo Disponível | 407.029.516 | 369.864.933 | 337.215.000 | 405.585.450 |
| Haveres Financeiros | 800.193.551 | 995.202.795 | 1.021.279.453 | 1.079.963.064 |
| (-) Restos a Pagar Processados* | - | (16.880.969) | (21.395.280) | (25.395.944) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II) | 971.868.925 | 942.832.362 | 993.550.324 | 1.015.544.388 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 437.199.421 | 468.699.862 | 479.816.372 | 499.866.613 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) | 498,42% | 488,80% | 485,74% | 495,27% |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) | 222,29% | 201,16% | 207,07% | 203,16% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[1] | - | - | - | - |

FONTE: GEINC/SIAFI

[1] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre/2010.

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2010 em R$ 1.015,5 bilhões, contra R$ 971,9 bilhões observados no exercício anterior. Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve redução no período, passando de 222,29% em 2009 para 203,16% em 2010. Essa redução se justifica pelo maior crescimento percentual da Receita Corrente Líquida em relação ao da Dívida Consolidada Líquida no período.

No entanto, deve-se ressaltar que a partir de 2010 houve uma importante alteração metodológica na elaboração desse demonstrativo, uma vez que sua apuração passou a ser feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, a partir dos dados do Siafi, em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara. Desse modo, os dados até 2009 têm por fonte o Banco Central do Brasil; a partir de 2010, o Siafi.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem nº 154/2000 e Aviso nº 1.354 - Casa Civil, de 2000.

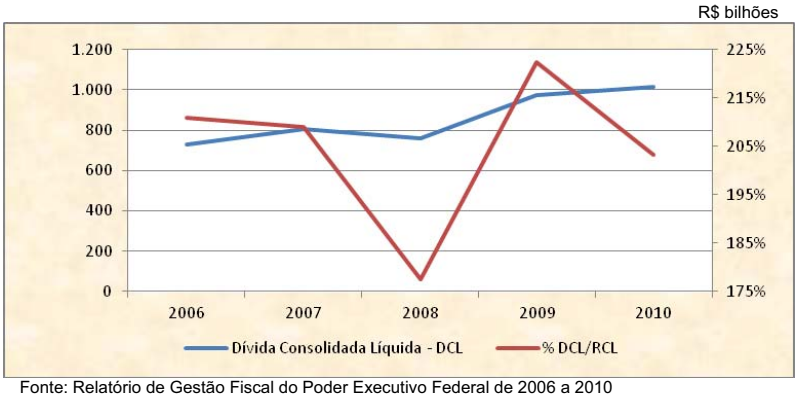
**COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2010)**

R$ milhares

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida - DCL | 727.320.544 | 808.097.114 | 760.312.587 | 971.868.925 | 1.015.544.388 |
| % DCL/RCL | 210,98% | 208,98% | 177,41% | 222,29% | 203,16% |
| Limite permitido | - | - | - | - | - |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

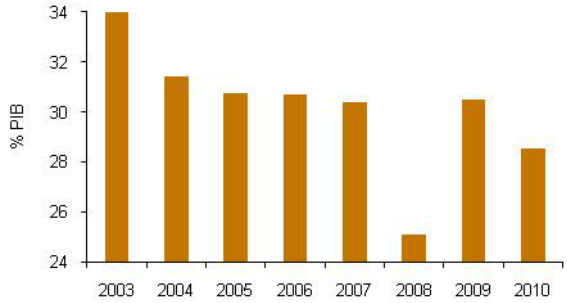
**EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2010)**




Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010

Com este resultado, a dívida líquida do Governo Federal alcançou 28,6% do PIB em 2010, reduzindo-se 1,9 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. A dívida mobiliária federal em mercado, componente mais importante da dívida líquida, alcançou 43,4% do PIB, mantendo-se estável no período. Destaque-se, por outro lado, o aumento dos créditos concedidos às instituições financeiras federais, que cresceram 2,5 p.p. do PIB no período, e a redução da dívida externa líquida do Governo Federal, que passou de 3% do PIB em 2009 para 2,4% em 2010. A redução do endividamento externo decorreu tanto do menor endividamento em dólares, quanto da valorização cambial registrada em 2010.

**DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL**

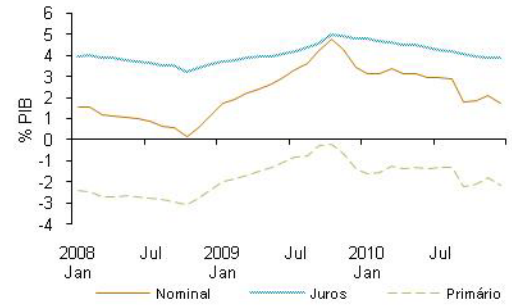


O déficit nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, também registrou redução em 2010, atingindo 2,56% do PIB, 0,77 p.p. do PIB abaixo do registrado em 2009. Destaque-se que as perspectivas para o médio e longo prazo continuam favoráveis, indicando a redução dos níveis de déficit e endividamento.

No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o resultado nominal deficitário reduziu-se de R$109,4 bilhões em 2009 para R$63 bilhões em 2010. Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 1,72% em 2010, reduzindo-se 1,71 p.p. do PIB no período. Contribuiu para essa redução o aumento de 0,81 p.p. no superávit primário e a redução de 0,90 p.p. nos juros nominais apropriados.

O financiamento do déficit nominal do Governo Federal em 2010 ocorreu, sobretudo, mediante expansão de R$201,2 bilhões na dívida mobiliária, contrabalançada, parcialmente, pela redução de R$156,3 bilhões na dívida bancária líquida.

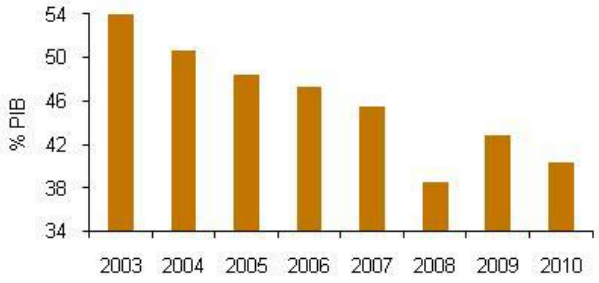
**NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**




(+) Déficit (-) Superávit
Fluxos acumulados em doze meses

A Dívida Líquida do Setor Público Brasileiro reduziu-se em 2,4 p.p. do PIB na comparação com o ano anterior, alcançando 40,4% do PIB ao final de 2010. Contribuíram favoravelmente para essa evolução o superávit primário e o crescimento do PIB, mais do que compensando os juros nominais apropriados e o impacto da valorização cambial de 2,9% sobre a DLSP, cuja parcela atrelada ao câmbio registra posição credora líquida. Houve redução do endividamento líquido em todos os segmentos do setor público.

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO**




Fonte: Banco Central

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA SETOR PUBLICO: FATORES CONDICIONANTES**

| DISCRIMINAÇÃO | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB |
| Dívida líquida total – Saldo | 1168 238 | 38,5 | 1362 711 | 42,8 | 1475 820 | 40,4 |
| **Fluxos** | **Acumulados no ano** | | | | | |
| Var. DLSP | -43 524 | -7,0 | 194 472 | 4,3 | 113 109 | -2,4 |
| Fatores | -43 524 | -1,4 | 194 472 | 6,1 | 113 109 | 3,1 |
| NFSP | 61 927 | 2,0 | 106 242 | 3,3 | 93 673 | 2,6 |
| Primário | -103 584 | -3,4 | -64 769 | -2,0 | -101 696 | -2,8 |
| Juros | 165 511 | 5,5 | 171 011 | 5,4 | 195 369 | 5,3 |
| Ajuste cambial | -78 426 | -2,6 | 80 886 | 2,5 | 17 677 | 0,5 |
| Div. interna[1/] | 3 180 | 0,1 | -3 414 | -0,1 | 1 513 | 0,0 |
| Div. externa | -81 606 | -2,7 | 84 300 | 2,6 | 16 163 | 0,4 |
| Outros[2/] | -26 394 | -0,9 | 10 907 | 0,3 | 1 533 | 0,0 |
| Reconhecimento de dívidas | 135 | 0,0 | - 345 | 0,0 | 2 969 | 0,1 |
| Privatizações | -767 | 0,0 | -3217 | -0,1 | -2 742 | -0,1 |
| Efeito crescimento PIB | | -5,6 | | -1,9 | | -5,5 |

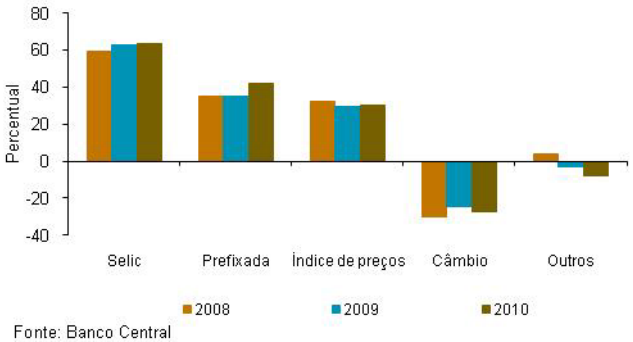
Fonte: Banco Central

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

A composição da DLSP alterou-se em 2010, com destaque para o aumento da parcela credora vinculada à TJLP, em função do aumento dos ativos da União junto ao BNDES, mediante emissão de títulos públicos federais. A parcela credora da DLSP vinculada ao câmbio também registrou crescimento em 2010, a despeito da valorização cambial ocorrida no período, tendo contribuído para esse crescimento o aumento das reservas internacionais. A existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP, sobretudo em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. O aumento das parcelas credoras vinculadas ao câmbio e à TJLP foi compensado pelo crescimento das participações da dívida pré-fixada, da vinculada a índices de preços e da parcela atrelada à taxa Selic. Além de mudança na composição, registrou-se, ainda, redução do prazo médio dos títulos emitidos.

**DLSP: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES**




Fonte: Banco Central

### 3.4.3 - Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

**LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS**

R$ milhares

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 87.335.930 | 86.633.282 | 90.371.002 | 87.416.533 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 437.199.421 | 468.699.862 | 479.816.372 | 499.866.613 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV) | 19,98% | 18,48% | 18,83% | 17,49% |
| LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60% | 262.319.653 | 281.219.917 | 287.889.823 | 299.919.968 |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010/STN

O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2010 apresentou acréscimo de cerca de R$ 80,60 milhões em relação ao exercício de 2009. Quando comparado o total das garantias com a RCL, nota-se um decréscimo em relação ao exercício anterior, justificado pelo aumento da RCL ter sido maior do que o aumento das garantias em 2010. Importante observar ainda que não houve garantia honrada pela União no exercício de 2010, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo.

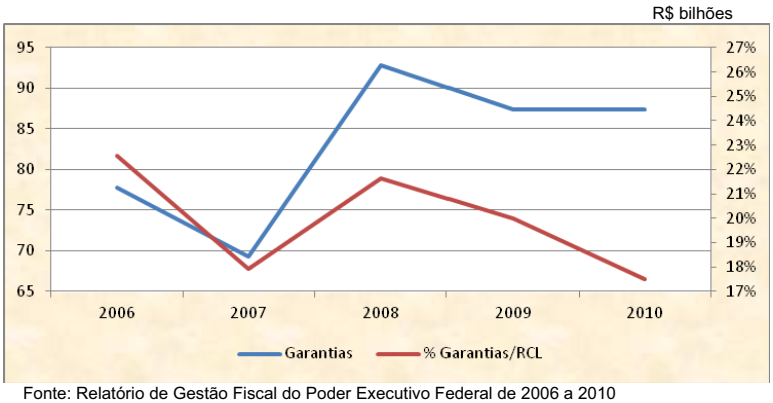
**COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2010)**

R$ milhares

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Garantias | 77.753.042 | 69.331.565 | 92.786.846 | 87.335.930 | 87.416.533 |
| % Garantias/RCL | 22,55% | 17,93% | 21,65% | 19,98% | 17,49% |
| Limite permitido | - | - | 60,00% | 60,00% | 60,00% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

**EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2010)**




Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010

### 3.4.4 - Operações de Crédito

**DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

R$ milhares

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR<br>Até o 3º Quadrimestre |
|---|---|
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) | 711.989.925 |
| TOTAL DA AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO (II) | 514.040.748 |
| OUTRAS DEDUÇÕES (III) | 48.329.600 |
| (-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas | 48.329.600 |
| (-) Aporte Bacen MP 435/2008 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 499.866.613 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V) = (I) - (II) - (III) | 29,93% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 60% | 299.919.968 |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010/STN

Em 2010, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R$ 711,98 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2009. Além dissso, a Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

a) ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;

b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco 'Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

c) a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 29,93% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

**COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2006-2010)**

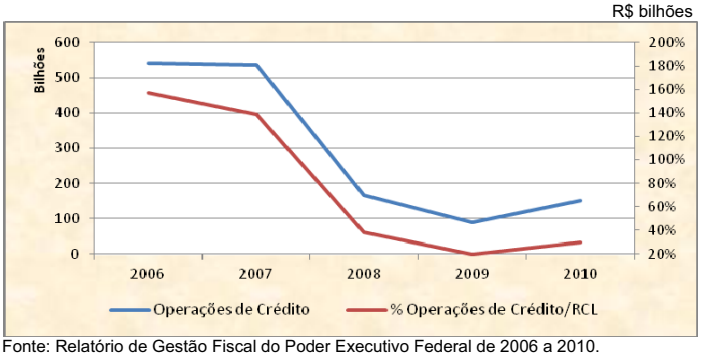
R$ milhares

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Operações de Crédito | 542.168.242 | 535.239.592 | 165.781.175 | 88.522.719 | 149.619.577 |
| % Operações de Crédito/RCL | 157,27% | 138,42% | 38,68% | 20,25% | 29,93% |
| Limite permitido | - | - | 60,00% | 60,00% | 60,00% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

**EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
**VALORES CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE (2006-2010)**

R$ bilhões




Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

### 3.4.5 - Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Os demonstrativos publicados pelo Poder Executivo Federal no RGF do 3º quadrimestre de 2010 estão demonstrados a seguir.

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

em R$ milhares

| ATIVO | VALOR | PASSIVO | VALOR |
|---|---|---|---|
| **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA** | **455.379.092** | **OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS** | **30.380.805** |
| Caixa | 7.915 | Depósitos | 1.663.303 |
| Bancos | 390.912.552 | Restos a Pagar Processados | 11.613.631 |
| Conta Movimento | 229.670.630 | Do Exercicio | 4.669.547 |
| Contas Vinculadas | 161.241.921 | De Exercícios Anteriores | 6.944.084 |
| Aplicações Financeiras | 64.458.625 | Outras Obrigações Financeiras | 17.103.872 |
| Outras Disponibilidades Financeiras | - | Recursos Vinculados a Liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União | 7.347.775 |
| | | Diversas Obrigações | 9.756.097 |
| SUBTOTAL | 455.379.092 | SUBTOTAL | 30.380.805 |
| INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I) | - | SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II) | 424.998.287 |
| TOTAL | 455.379.092 | TOTAL | 455.379.092 |
| INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III) | | | 99.511.591 |
| SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III) | | | 325.486.696 |

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | **VALOR** | **PASSIVO** | **VALOR** |
| DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO | 14.162.709 | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO | 16.363.743 |
| Caixa | - | Depósitos | 3.399.683 |
| Bancos | 6.353.498 | Restos a Pagar Processados | 12.872.606 |
| Conta Movimento | 4.025 | Do Exercicio | 12.857.377 |
| Contas Vinculadas | 6.349.473 | De Exercícios Anteriores | 15.229 |
| Aplicações Financeiras | - | Outras Obrigações Financeiras | 91.453 |
| Outras Disponibilidades Financeiras | 7.809.211 | | |
| INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V) | 2.201.034 | SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI) | 0 |
| TOTAL | 16.363.743 | TOTAL | 16.363.743 |
| INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII) | | | 673.810 |
| SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII) | | | - |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010/STN

Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa, existentes em 31.12.2010, segregadas em regime geral e previdênciário e as exigibilidades de curto prazo.

**COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2010)**

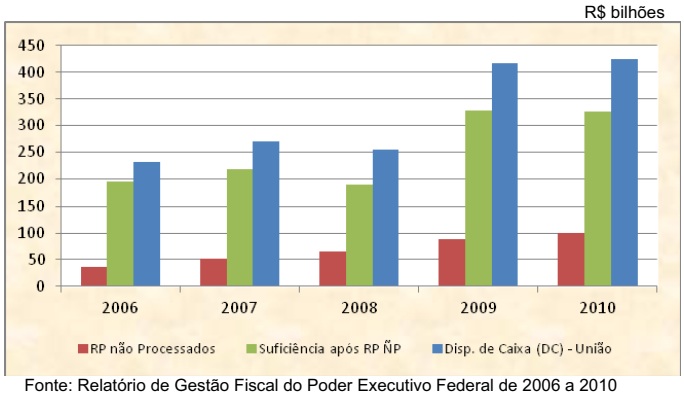
R$ milhares

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Disp. de Caixa (DC) - União | 231.918.016 | 270.623.944 | 254.428.768 | 416.032.420 | 424.998.287 |
| RP não Processados | 36.731.067 | 52.322.709 | 64.954.529 | 88.622.517 | 99.511.591 |
| Suficiência após RP ÑP | 195.186.949 | 218.301.235 | 189.474.239 | 327.409.903 | 325.486.696 |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

**EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2010)**

R$ bilhões




Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

R$ milhares

| ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR INSCRITOS | | | | EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA |
|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidados e Não Pagos (Processados) | | Empenhados e Não Liquidados (Não Processados) | | |
| | Exercícios Anteriores | Do Exercício | Exercícios Anteriores | Do Exercício | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | **2.520.154** | **1.370.875** | **18.797.726** | **42.622.979** | **22.225** |
| Presidência da República | 44.255 | 184.080 | 447.434 | 1.276.392 | 2.231 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 2 | 0 | 179.845 | 378.796 | 0 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 155.756 | 267.811 | 213.358 | 789.741 | 3 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 43.402 | 129.736 | 112.600 | 469.784 | 50 |
| Ministério da Fazenda | 72.157 | 192.012 | 2.549.056 | 12.899.834 | 56 |
| Ministério da Educação | 4.916 | 24 | 537.359 | 119.686 | 0 |
| Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior | 5.289 | 0 | 13.204 | 30.337 | 0 |
| Ministério da Justiça | 3.370 | 15.071 | 62.123 | 526.111 | 453 |
| Ministério de Minas e Energia | 13 | 8 | 50 | 729.455 | 0 |
| Ministério da Previdência Social | 0 | 6.641 | 3.138 | 20.967 | 0 |
| Ministério das Relações Exteriores | 52 | 315 | 1.157 | 33.667 | 0 |
| Ministério da Saúde | 952.606 | 97.435 | 1.289.654 | 3.981.664 | 22 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 4 | 1.635 | 35.272 | 542.649 | 0 |
| Ministério dos Transportes | 0 | 0 | 142.417 | 17.510 | 0 |
| Ministério das Comunicações | 9 | 0 | 4.880 | 362.309 | 18.000 |
| Ministério da Cultura | 2.299 | 7.624 | 56.296 | 115.113 | 0 |
| Ministério do Meio Ambiente | 198 | 1 | 8.109 | 24.527 | 0 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 1.777 | 1.940 | 307.884 | 490.037 | 0 |
| Ministério do Esporte | 2.501 | 377 | 933.922 | 799.319 | 0 |
| Ministério da Defesa | 276.123 | 328.337 | 475.920 | 4.602.747 | 1.411 |
| Ministério da Integração Nacional | 664.200 | 35.348 | 1.690.349 | 2.427.053 | 0 |
| Ministério do Turismo | 3.737 | 43.389 | 2.313.471 | 1.660.113 | 0 |
| Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome | 10.124 | 50.953 | 22.269 | 189.523 | 0 |
| Ministério das Cidades | 276.830 | 3.331 | 7.343.129 | 10.007.649 | 0 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 534 | 4.808 | 54.829 | 127.991 | 0 |
| **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** | **4.439.159** | **16.156.049** | **11.428.302** | **27.336.394** | **3.681** |
| Presidência da República | 11.321 | 22.714 | 36.056 | 134.556 | 0 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 27 | 5.720 | 1.733 | 129.315 | 0 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 22.015 | 75.914 | 37.104 | 593.803 | 63 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 135.228 | 130.123 | 244.959 | 1.281.286 | 14 |
| Ministério da Fazenda | 322 | 261.610 | 910.289 | 708.898 | 0 |
| Ministério da Educação | 400.873 | 1.510.490 | 1.307.104 | 7.199.029 | 1.816 |
| Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior | 9.967 | 6.070 | 50.283 | 81.086 | 0 |
| Ministério da Justiça | 10.387 | 29.335 | 293.905 | 328.910 | 25 |
| Ministério de Minas e Energia | 6.174 | 48.914 | 27.286 | 205.202 | 431 |
| Ministério da Previdência Social | 15.229 | 12.859.739 | 132.708 | 541.718 | 0 |

| ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR INSCRITOS | | | | EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA |
|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidados e Não Pagos (Processados) | | Empenhados e Não Liquidados (Não Processados) | | |
| | Exercícios Anteriores | Do Exercício | Exercícios Anteriores | Do Exercício | |
| Ministério das Relações Exteriores | 0 | 1 | 55 | 2.732 | 0 |
| Ministério da Saúde | 3.039.007 | 88.258 | 720.068 | 1.881.524 | 807 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 9 | 4.788 | 79.510 | 239.963 | 23 |
| Ministério dos Transportes | 341.073 | 844.249 | 2.824.948 | 7.444.284 | 5 |
| Ministério das Comunicações | 2 | 2.847 | 26.500 | 59.966 | 20 |
| Ministério da Cultura | 14.907 | 57.432 | 80.488 | 390.424 | 3 |
| Ministério do Meio Ambiente | 2.683 | 114 | 19.020 | 124.187 | 47 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 3.159 | 6.518 | 1.275.461 | 1.441.237 | 20 |
| Ministério da Defesa | 10.739 | 22.782 | 7.601 | 203.780 | 156 |
| Ministério da Integração Nacional | 150.196 | 71.239 | 2.013.042 | 3.693.741 | 250 |
| Ministério do Turismo | 0 | 78 | 278 | 46.043 | 0 |
| Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome | 250.665 | 13.521 | 19.024 | 119.795 | 0 |
| Ministério das Cidades | 15.177 | 93.592 | 1.320.880 | 484.913 | 0 |
| Outras disponibilidades do Poder não comprometidas com RP | - | - | - | - | 0 |
| **TOTAL** | **6.959.314** | **17.526.923** | **30.226.028** | **69.959.373** | **25.906** |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010.

O demonstrativo evidencia os valores relativos à inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício de 2010.

Em 2010, os semonstrativos Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar ainda seguem os modelos de demonstrativos vigentes no exercício anterior em razão da Secretaria do Tesouro Nacional não julgar prudente a elaboração dos demonstrativos conforme os novos modelos, que prevêem a discriminação das disponibilidades e obrigações por “destinação de recursos”. Observe-se que não há atualmente controle dos ativos e passivos financeiros segundo critério de destinação de recursos.

Embora seja possível alcançar valores aproximados para as disponibilidades e obrigações segundo o critério de fontes de recursos – a partir de controles contábeis paralelos existentes apenas para parte dessas operações, quando se considera a União ou o Poder Executivo como um todo –, ainda há que se ressaltar que o conceito de fonte de recurso não se coaduna inteiramente com o de destinação ou vinculação de recurso do Manual de Demonstrativos Fiscais.

Na verdade, a análise da tabela de fontes de recursos do Governo Federal revela que o conceito de fonte de recurso não é uniforme, denotando a existência de critérios bastantes distintos em sua composição. Percebe-se que a maior parte das fontes de recursos indicam apenas a origem da arrecadação, e não a vinculação de seus recursos. Dessa forma, torna-se necessária uma classificação que agrupe, sempre que possível, as fontes de recursos em vinculações, além de um estudo mais detalhado a respeito das destinações dos recursos de fontes em que essa informação não está identificada.

### 3.4.6 – Resultado Primário

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, estabelecida na Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2010), que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2010, foi fixada em 3,30% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2010, conforme disposto no Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais. Na oportunidade, a meta de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o exercício de 2010 foi estabelecida em 2,15% do PIB, o equivalente, à época, a R$ 72,6 bilhões. A meta para as Empresas Estatais Federais, por sua vez, foi estabelecida em 0,20% do PIB (R$ 6,8 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2010 (Governo Central mais Empresas Estatais Federais) estava traduzido em um superávit primário de 2,35% do PIB, o equivalente a R$ 79,4 bilhões.

Cabe destacar que o art. 3º da LDO-2010 previa a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R$ 22,5 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adicionalmente, nos termos dos incisos I e II, § 1o, deste artigo, poderiam ser acrescidos os pagamentos de restos a pagar do programa inscritos em exercícios anteriores e o excesso de meta de superávit primário apurado no exercício de 2009, para fins de abatimento da meta de resultado. Posteriormente, a Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009, ampliou o limite de pagamentos no âmbito do PAC para R$ 29,8 bilhões, citado no caput do art. 3º. Após a primeira avaliação bimestral, o Decreto nº 7.144, de 30 de março de 2010, considerou o valor de R$ 3,8 bilhões referente aos créditos extraordinários do PAC abertos em exercícios anteriores. Desse modo, este montante foi acrescido às despesas do PAC (R$ 29,8 bi) para fins de abatimento da meta fiscal de 2010.

Em novembro de 2010 o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 647, de 18 de novembro de 2010, Projeto de Lei (PLN nº 86, de 2010, convertido posteriormente na Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010) contemplando a alteração do art. 2º e do Anexo IV da LDO-2010, que implicou a retirada das empresas do Grupo Eletrobras da apuração da meta de resultado primário das Empresas Estatais Federais e na manutenção do equilíbrio fiscal das demais empresas do setor público. Dessa forma, as novas metas de resultado primário do Governo Central e das Empresas Estatais Federais foram definidas em 2,15% e 0,00% do PIB, respectivamente. Consequentemente, as metas do Governo Federal e do setor público consolidado passaram a ser de 2,15% e 3,10% do PIB.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em decorrência das reavaliações das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, bem como reprojeções dos parâmetros macroeconômicos, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2010 foi atualizado. O Decreto no 7.368, de 26 de novembro de 2010, estabeleceu a meta de superávit primário para o Governo Federal em R$ 76,3 bilhões, esforço integralmente concentrado no âmbito do Governo Central. Considerando-se a realização de despesas no âmbito do PAC no montante de R$ 22,1 bilhões, resulta que o valor da meta de superávit primário do Governo Federal para fins de cumprimento do dispositivo legal foi de R$ 54,2 bilhões. Por sua vez, o superávit realizado, segundo a metodologia "abaixo da linha" foi de R$ 78,1 bilhões, superando em R$ 23,9 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Esta diferença foi suficiente para garantir o cumprimento do superávit primário do setor público consolidado.

Com esses resultados, evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no parágrafo único do art. 2o da LDO-2010, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as Empresas Estatais Federais não-financeiras.

**METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2010**

| ABRANGÊNCIA | LDO 2010 | | Dec. 7.368/10 | | Realizado 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ bi | % PIB | R$ bi | % PIB | R$ bi | % PIB |
| **SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO** | **111,4** | **3,30** | **110,0** | **3,10** | **101,7** | **2,78** |
| **Governo Federal** | 79,4 | 2,35 | 76,3 | 2,15 | 78,1 | 2,14 |
| - Governo Central | 72,6 | 2,15 | 76,3 | 2,15 | 78,7 | 2,15 |
| - Estatais Federais | 6,8 | 0,20 | 0,0 | 0,00 | -0,6 | -0,02 |
| | | | | | | |
| PAC conforme Decretos de Programação/1 | 29,8 | 0,88 | 33,6 | 0,95 | 22,1 | 0,60 |
| Meta e Resultado para fins de cumprimento da LDO 2010/2 | 57,3 | 1,70 | 54,2 | 1,53 | 78,1 | 2,14 |
| **PIB Nominal (R$ milhões)**/3 | | 3.377.232 | | 3.548.663 | | 3.657.366 |

Elaboração: STN/MF /1 Ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO-2010, e alteração introduzida pela Lei nº. 12.182, de 2009. Posteriormente, foi adicionada a estimativa de pagamento de restos a pagar de despesas do PAC inscritas em anos anteriores, conforme previsto no inciso I, § 1º do art. 3º da LDO-2010. /2 Meta considerando a possibilidade de abatimento do PAC a critério do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º da LDO-2010. Realizado pelo conceito "abaixo-da-linha", divulgado pelo Banco Central. /3 PIB realizado em 2010 é estimativa do Banco Central.

Tendo em vista o superávit primário efetivamente alcançado, de 2,78% do PIB, foram utilizados R$11,7 bilhões (0,32% do PIB) de despesas do PAC para desconto da meta.

***NECESSIDADE DE FINANCIMANTO DO SETOR PUBLICO CONSOLIDADO: RESULTADO PRIMÁRIO***

| Segmento | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | % PIB | R$ bilhões | % PIB | R$ bilhões | % PIB |
| Governo Central | -71,3 | -2,4 | -42,4 | -1,3 | -78,7 | -2,2 |
| Governos regionais | -30,6 | -1,0 | -21,0 | -0,7 | -20,6 | -0,6 |
| Empr. estatais | -1,7 | -0,1 | -1,3 | 0,0 | -2,3 | -0,1 |
| **Total** | **-103,6** | **-3,4** | **-64,8** | **-2,0** | **-101,7** | **-2,8** |

Fonte: Banco Central

A melhora no superávit primário do setor público consolidado foi influenciada pelo crescimento da arrecadação do governo, alavancado pelo desempenho dos tributos associados mais diretamente ao comportamento do setor produtivo, favorecidos pela recuperação da atividade econômica. Também contribuiu para o crescimento da arrecadação o fim de medidas transitórias de desoneração fiscal, adotadas para mitigar os efeitos da crise mundial iniciada em 2008, bem como o recebimento de recursos provenientes da cessão onerosa do pré-sal, pagos pela Petrobras ao Governo Federal.

No âmbito do Governo Central, assinale-se a redução no déficit da Previdência Social, em proporção do PIB, para 1,17% em 2010, de 1,35% do PIB em 2009. Destaque-se que, nessa base de comparação, é o menor déficit registrado na Previdência Social desde 2002. Esse resultado refletiu o crescimento maior das receitas relativamente às despesas com benefícios, em linha com o aumento da massa salarial e do emprego formal.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro alcançaram 5,34% do PIB em 2010, reduzindo-se em 0,03 p.p. em relação ao total apropriado no ano anterior. Esse comportamento foi influenciado pela redução da taxa Selic acumulada, de 9,93% em 2009, para 9,78% em 2010.

No caso do Governo Central, houve redução dos juros nominais apropriados, que passaram de 4,70% do PIB em 2009 para 3,40% em 2010. O comportamento foi influenciado pela maior receita de juros apropriados sobre os ativos da União junto aos governos regionais. Esses ativos, que são a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultam dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990. Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou aumento de 11,31% em 2010, ante deflação de 1,44% em 2009, contribuindo para aumentar os juros apropriados dos governos regionais, e reduzir os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal encerraram o ano de 2010 registrando déficit de 2,56% do PIB, inferior em 0,77 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior. O aumento do superávit primário foi o principal responsável por essa queda. No caso do Governo Central, houve redução do déficit nominal equivalente a 2,12 p.p. do PIB. Nos governos regionais, o resultado nominal passou de um superávit de 0,07% do PIB em 2009 para déficit de 1,31% em 2010, desempenho que refletiu o aumento dos juros nominais apropriados. No segmento da empresas estatais, o resultado deficitário manteve-se praticamente estável no período.

O déficit nominal do setor público em 2010 foi financiado com expansões de R$100,9 bilhões na dívida bancária líquida, de R$35,2 bilhões na dívida mobiliária e de R$42,5 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pela redução de R$84,9 bilhões no financiamento externo líquido.

***NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO***

| Discriminação | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | % PIB | R$ bilhões | % PIB |
| Usos | 106,2 | 3,3 | 93,7 | 2,6 |
| Primário | -64,8 | -2,0 | -101,7 | -2,8 |
| Juros | 171,0 | 5,4 | 195,4 | 5,3 |
| Fontes | 106,2 | 3,3 | 93,7 | 2,6 |
| Financiamento interno | 161,5 | 5,1 | 178,5 | 4,9 |
| Dívida mobiliária | 265,5 | 8,3 | 35,2 | 1,0 |
| Dívida bancária | -123,2 | -3,9 | 100,9 | 2,8 |
| Outros | 19,3 | 0,6 | 42,5 | 1,2 |
| Financiamento externo | -55,3 | -1,7 | -84,9 | -2,3 |

Fonte: Banco Central

Considerando a Metodologia “acima da linha” apurada no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Resultado Primário da União totalizou R$ 79,0 bilhões em 2010, contra R$ 39,4 bilhões observados no exercício anterior. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R$ 122,4 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social – RGPS (R$ 42,9 bilhões) e do Banco Central (R$ 519,9 milhões).

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO[1]**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO**

RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

| RECEITAS | RECEITAS REALIZADAS | | |
|---|---|---|---|
| | No bimestre | Jan a Dez/2010 | Jan a Dez/2009 |
| **RECEITA TOTAL** | 169.010.690 | 919.773.320 | 739.304.486 |
| RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I) | 119.954.177 | 705.297.430 | 555.053.817 |
| **Receita Bruta** | 121.706.177 | 719.530.925 | 569.845.995 |
| Receitas de Impostos | 56.558.175 | 296.455.356 | 258.170.268 |
| Impostos s/ Comércio Exterior | 3.999.409 | 21.135.995 | 16.103.348 |
| Impostos s/ Patrimônio e Renda | 39.552.927 | 208.727.656 | 192.071.065 |
| Impostos s/ Produção e Circulação | 13.005.839 | 66.591.705 | 49.995.854 |
| Receitas de Contribuições | 48.273.864 | 249.829.509 | 212.514.001 |
| Demais Receitas | 16.874.138 | 173.246.061 | 99.161.727 |
| Cessão Onerosa Exploração Petróleo | 0 | 74.807.616 | 0 |
| Concessões de Serviços Públicos | 608.104 | 1.158.396 | 3.091.417 |
| Participações e Dividendos | 5.603.357 | 22.414.450 | 26.683.036 |
| Outras | 10.662.678 | 74.865.598 | 69.387.274 |
| **(-) Restituições** | (1.752.000) | (14.134.899) | (14.737.373) |
| **(-) Incentivos Fiscais** | 0 | (98.597) | (54.805) |
| RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II) | 48.443.846 | 211.968.378 | 182.008.444 |
| RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III) | 612.667 | 2.507.511 | 2.242.225 |
| **TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)** | 29.352.665 | 140.678.320 | 127.683.782 |
| **RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I +II+III - IV)** | **139.658.026** | **779.095.000** | **611.620.704** |
| **DESPESAS** | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | |
| | **No bimestre** | **Jan a Dez/2010** | **Jan a Dez/2009** |
| **DESPESA TOTAL** | 124.188.620 | 700.128.698 | 572.184.285 |
| **DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)** | 74.183.337 | 442.242.741 | 344.436.106 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 33.698.257 | 166.486.428 | 151.652.813 |
| Custeio e de Capital | 40.239.865 | 274.514.363 | 191.603.752 |
| Despesa do FAT | 5.125.547 | 30.310.653 | 27.433.038 |
| Subsídios e Subvenções Econômicas | 341.254 | 7.845.529 | 5.189.847 |
| Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) | 3.802.873 | 22.234.212 | 18.945.995 |
| Capitalização da Petrobrás | 0 | 42.927.848 | 0 |
| Outras Despesas de Custeio e de Capital | 30.970.191 | 171.196.120 | 140.034.872 |
| Transferências ao Banco Central | 245.215 | 1.241.950 | 1.179.540 |
| **DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)** | 49.393.495 | 254.858.554 | 224.876.366 |
| **DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)** | 611.788 | 3.027.402 | 2.871.813 |
| **FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB2 (IX)** | 0 | 0 | 0 |
| **RESULTADO PRIMÁRIO3** | **PERÍODO** | | |
| | **No bimestre** | **Jan a Dez/2010** | **Jan a Dez/2009** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (X) = (V-(VI+VII+VIII)-IX)** | 15.469.406 | 78.966.302 | 39.436.419 |
| Tesouro Nacional (XI) = (I-IV-VI-IX) | 16.418.176 | 122.376.369 | 82.933.930 |
| Previdência Social - RGPS4 (XII) = (II-VII) | (949.649) | (42.890.176) | (42.867.922) |
| Banco Central5 (XIII) = (III) - (VIII) | 879 | (519.891) | (629.589) |

FONTE: STN/CESEF / 1 Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central. / 2 Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme prewisto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. / 3 Os valores entre parênteses correspondem a déficit. / 4 Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários. / 5 Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

## 3.5 – EXECUÇÃO DO OFSS PELAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO

### 3.5.1 - Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil, como agente de políticas públicas, apóia o agronegócio, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior brasileiros, tanto por meio da execução de programas federais como pelo desenvolvimento de soluções que buscam simplificar as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia. Tem como foco a realização de negócios orientados à geração de resultados sustentáveis e desempenho compatível com suas lideranças de mercado.

**Agronegócios**

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do país. Ocupa posição de destaque no âmbito global e tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico por ser um setor dinâmico e pela capacidade de impulsionar outras áreas.

O Banco do Brasil, no seu papel de agente de políticas públicas, é o principal fomentador do agronegócio, atuando como o seu maior financiador em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais. Financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. São desenvolvidas ações como: monitoramento do mercado; parcerias com o governo, empresas, cooperativas e entidades do mercado; formalização de convênios de integração rural, viabilizando o aumento do número de propostas; patrocínio e participação em feiras e eventos agropecuários; estímulo à utilização de mecanismos de mitigadores de riscos de preço e produção; melhoria do processo de crédito.

Com o objetivo de otimizar a sua atuação no mercado de agronegócios, o BB mantém parceria com cooperativas agropecuárias e de crédito rural, ampliando o acesso ao crédito a produtores rurais cooperados por meio de convênios e operações de repasse.

Tais iniciativas, além de incrementarem a aplicação de recursos do crédito rural, promovem o desenvolvimento das localidades mais distantes do país, contribuindo para o aumento da produção, da produtividade, das exportações e dos investimentos em novas tecnologias, bem como para manutenção e geração de novos postos de trabalho, aumento da renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais.

**Crédito Para Micro e Pequenas Empresas**

No atendimento às micro e pequenas empresas (MPE), o Banco do Brasil mantém-se como principal parceiro do segmento. O crédito de longo prazo utilizado para os investimentos favorece a adequação do fluxo de caixa das empresas no decorrer do período, contribui para a ampliação e manutenção do empreendimento, geração de emprego e renda de forma sustentável, além de fortalecer a capacidade produtiva do país. Ao longo de 2010, a Instituição também apoiou às MPEs domiciliadas nos municípios atingidos pelas enchentes, notadamente nos estados de Pernambuco e Alagoas, por meio de ações emergenciais que permitiram a prorrogação das parcelas dos empréstimos contratados junto ao BB, sem ônus para as empresas.

**Comércio Exterior**

A inserção de micro e pequenas empresas no comércio exterior contribui diretamente para ampliação da base exportadora brasileira, melhora a capacidade competitiva interna e eleva o patamar de qualidade dos produtos e serviços gerados por essas empresas. Outro aspecto fundamental é a maior diversificação de produtos e serviços exportáveis pelo país, criando oportunidades de novos mercados. O Banco do Brasil colabora para a diversificação da pauta nacional exportável, a geração e manutenção de postos de trabalho, o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida de empresários e empregados dessas empresas, com reflexos no aumento da produção nacional e no volume da balança comercial.

**Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)**

Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. É nesse contexto que se enquadram as ações como apoio a atividades produtivas para o desenvolvimento rural sustentável em assentamentos, biblioteca comunitária, construção de cisternas na região do semi-árido, entre várias outras.

**Cultura**

Os investimentos em cultura fazem parte do compromisso social da Empresa em contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural da sociedade brasileira, de modo a promover a multiplicidade cultural e proporcionar acesso a uma programação de qualidade aos diversos segmentos da sociedade.

**Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos do Orçamento Fiscal**

O Banco do Brasil realiza financiamentos de interesse governamental e executa programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO; Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé; Fundo de Terras e de Reforma Agrária (Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT; Consolidação da Agricultura Familiar - CAF; Banco da Terra; e Combate à Pobreza Rural/Nossa Primeira Terra - CPR/NPT); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional – Pronaf/TN (os valores provenientes do FCO Pronaf estão inseridos no FCO). Destacamos abaixo os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal.

Para elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

a) saldo anterior: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2009;
b) saldo atual: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2010;
c) valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União para o fundo/programa em 2010;
d) valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos (clientes BB) em 2010;
e) encargos apropriados: total de juros e correção monetária devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2010. É a remuneração que o devedor pagará ao BB pelo capital que lhe foi emprestado (encargos financeiros);
f) valores devidos: valores de parcelas de capital devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2010. Contempla os valores recebidos (pagos) e não recebidos (em atraso);
g) valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos (clientes BB) em 2010 (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc); e
h) inadimplência: saldo devedor, em 31/12/2010, das operações de crédito com parcelas devidas e não recebidas pelo BB.

**VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | BRASIL | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|
| FCO | - | 1.390,42 | **1.390,42** |
| FUNCAFÉ | 276,91 | - | **276,91** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 160,00 | - | **160,00** |
| PRONAF – TN | 168,60 | - | **168,60** |
| **TOTAL** | **605,51** | **1.390,42** | **1.995,93** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Obs.: os recursos concedidos não possuem destinação por região, exceto FCO que é exclusivo da região Centro-Oeste.

**VALORES APLICADOS POR REGIÃO EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 4.253,62 | **4.253,62** |
| FUNCAFÉ | 1,64 | 4,12 | 10,13 | 194,73 | 0,24 | **210,86** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 5,15 | 43,59 | 1,49 | 7,69 | 21,83 | **79,75** |
| PRONAF – TN | 7,81 | 63,75 | 24,81 | 44,26 | 0,46 | **141,09** |
| **TOTAL** | **14,60** | **111,46** | **36,43** | **246,68** | **4.276,15** | **4.685,32** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios
Obs.: os valores aplicados estão limitados a disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

**SALDO ANTERIOR POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2009**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 10.896,69 | **10.896,69** |
| FUNCAFÉ | 9,92 | 102,17 | 67,14 | 1.531,80 | 3,38 | **1.714,41** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 106,70 | 1.351,50 | 39,85 | 312,92 | 471,91 | **2.282,88** |
| PRONAF – TN | 405,36 | 1.005,28 | 407,70 | 414,56 | 295,45 | **2.528,35** |
| **TOTAL** | **521,98** | **2.458,95** | **514,69** | **2.259,28** | **11.667,43** | **17.422,33** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**SALDO ATUAL POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 13.155,97 | **13.155,97** |
| FUNCAFÉ | 2,38 | 68,99 | 55,53 | 1.088,47 | 2,15 | **1.217,52** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 119,30 | 1.416,04 | 41,39 | 341,14 | 537,61 | **2.455,48** |
| PRONAF – TN | 366,12 | 955,07 | 339,03 | 387,93 | 243,58 | **2.291,73** |
| **TOTAL** | **487,80** | **2.440,10** | **435,95** | **1.817,54** | **13.939,31** | **19.120,70** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 338,80 | **338,80** |
| FUNCAFÉ | 0,40 | 2,47 | 3,03 | 58,44 | 0,10 | **64,44** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 5,49 | 60,09 | 0,94 | 19,83 | 29,89 | **116,24** |
| PRONAF – TN | 35,76 | 17,42 | 5,07 | 32,15 | 61,68 | **152,08** |
| **TOTAL** | **41,65** | **79,98** | **9,04** | **110,42** | **430,47** | **671,56** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**VALORES DEVIDOS POR REGIÃO EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 2.037,59 | **2.037,59** |
| FUNCAFÉ | 8,70 | 27,56 | 21,29 | 540,45 | 1,22 | **599,22** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 4,42 | 60,20 | 2,53 | 11,16 | 17,47 | **95,78** |
| PRONAF – TN | 51,36 | 97,73 | 89,17 | 45,49 | 18,48 | **302,23** |
| **TOTAL** | **64,48** | **185,49** | **112,99** | **597,10** | **2.074,76** | **3.034,82** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 1.655,54 | **1.655,54** |
| FUNCAFÉ | 9,58 | 43,51 | 26,21 | 748,90 | 1,64 | **829,84** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 0,16 | 74,35 | 1,68 | 4,33 | 3,96 | **84,48** |
| PRONAF – TN | 85,19 | 134,05 | 97,26 | 88,00 | 77,00 | **481,50** |
| **TOTAL** | **94,93** | **251,91** | **125,15** | **841,23** | **1.738,14** | **3.051,36** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | NORTE | SUL | NORDESTE | SUDESTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FCO | - | - | - | - | 382,05 | **382,05** |
| FUNCAFÉ | 0,58 | 32,32 | 34,98 | 420,92 | 1,07 | **489,87** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 77,67 | 445,01 | 20,37 | 256,06 | 355,69 | **1.154,80** |
| PRONAF – TN | 191,84 | 254,70 | 199,93 | 166,45 | 208,04 | **1.020,96** |
| **TOTAL** | **270,09** | **732,03** | **255,28** | **843,43** | **946,85** | **3.047,68** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**VALORES CONCEDIDOS POR SETOR EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 615,95 | - | - | 774,47 | **1.390,42** |
| FUNCAFÉ | 161,26 | 115,65 | - | - | **276,91** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 160,00 | - | - | - | **160,00** |
| PRONAF – TN | 168,60 | - | - | - | **168,60** |
| **TOTAL** | **1.105,81** | **115,65** | **-** | **774,47** | **1.995,93** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo

**VALORES APLICADOS POR SETOR EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 1.982,62 | 993,27 | 922,61 | 355,12 | **4.253,62** |
| FUNCAFÉ | 210,86 | - | - | - | **210,86** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 79,75 | - | - | - | **79,75** |
| PRONAF – TN | 141,09 | - | - | - | **141,09** |
| **TOTAL** | **2.414,32** | **993,27** | **922,61** | **355,12** | **4.685,32** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios
Obs.: os valores aplicados estão limitados a disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

**SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2009**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 7.554,14 | 1.511,65 | 1.280,62 | 550,28 | **10.896,69** |
| FUNCAFÉ | 1.714,41 | - | - | - | **1.714,41** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 2.282,88 | - | - | - | **2.282,88** |
| PRONAF – TN | 2.528,35 | - | - | - | **2.528,35** |
| **TOTAL** | **14.079,78** | **1.511,65** | **1.280,62** | **550,28** | **17.422,33** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 8.746,74 | 2.077,81 | 1.579,98 | 751,44 | **13.155,97** |
| FUNCAFÉ | 1.217,52 | - | - | - | **1.217,52** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 2.455,48 | - | - | - | **2.455,48** |
| PRONAF – TN | 2.291,73 | - | - | - | **2.291,73** |
| **TOTAL** | **14.711,47** | **2.077,81** | **1.579,98** | **751,44** | **19.120,70** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 115,01 | 115,15 | 100,74 | 7,90 | **338,80** |
| FUNCAFÉ | 64,44 | - | - | - | **64,44** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 116,24 | - | - | - | **116,24** |
| PRONAF – TN | 152,08 | - | - | - | **152,08** |
| **TOTAL** | **447,77** | **115,15** | **100,74** | **7,90** | **671,56** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**VALORES DEVIDOS POR SETOR EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 1.027,44 | 326,57 | 534,70 | 148,88 | **2.037,59** |
| FUNCAFÉ | 599,22 | - | - | - | **599,22** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 95,78 | - | - | - | **95,78** |
| PRONAF – TN | 302,23 | - | - | - | **302,23** |
| **TOTAL** | **2.024,67** | **326,57** | **534,70** | **148,88** | **3.034,82** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**VALORES RECEBIDOS POR SETOR EM 2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 675,00 | 311,97 | 522,50 | 146,07 | **1.655,54** |
| FUNCAFÉ | 829,84 | - | - | - | **829,84** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 84,48 | - | - | - | **84,48** |
| PRONAF – TN | 481,50 | - | - | - | **481,50** |
| **TOTAL** | **2.070,82** | **311,97** | **522,50** | **146,07** | **3.051,36** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2010**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | RURAL | INDÚSTRIA | COMÉRCIO E SERVIÇOS | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 352,43 | 14,61 | 12,20 | 2,81 | **382,05** |
| FUNCAFÉ | 489,87 | - | - | - | **489,87** |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 1.154,80 | - | - | - | **1.154,80** |
| PRONAF – TN | 1.020,96 | - | - | - | **1.020,96** |
| **TOTAL** | **3.018,06** | **14,61** | **12,20** | **2,81** | **3.047,68** |

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**Impacto Fiscal**

A relação entre inadimplência e saldo atual apresenta os seguintes percentuais:

**ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA**

| FUNDOS E PROGRAMAS | INADIMPLÊNCIA/ SALDO ATUAL |
|---|---|
| FCO | 2,90% |
| FUNCAFÉ | 40,23% |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 47,03% |
| PRONAF – TN | 44,55% |

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Com a edição da Medida Provisória nº 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, a comissão cobrada pela prestação da garantia do agente financeiro ficou reduzida a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

a) operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
b) operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
c) operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
d) operações contratadas no PAPRA (Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária) – risco 100% Procera (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

**SALDO ATUAL POR RISCO**

R$ milhões

| RISCO | VINCENDA | VENCIDA | TOTAL |
|---|---|---|---|
| RISCO FCO | 1.175,70 | 302,97 | 1.478,67 |
| RISCO BANCO DO BRASIL | 11.513,02 | 75,53 | 11.588,55 |
| RISCO COMPARTILHADO | 65,46 | 0,77 | 66,23 |
| RISCO PROCERA | 19,74 | 2,77 | 22,51 |
| **TOTAL** | **12.773,92** | **382,04** | **13.155,96** |

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo

**Funcafé**

A linha Funcafé Responsabilidade do Fundo estoque de operações recebidas pela União em dação em pagamento, conforme MP nº 2.155, de 22/06/2001, representa 68,13% do saldo total de operações existentes com recursos e as operações vencidas dessa linha são responsáveis por 96,22% do saldo total vencido no Fundo. O valor contratado com recursos do Funcafé em 2010 foi 55,39% menor do que em 2009. Nada obstante, a necessidade creditícia do segmento cafeicultor continuou sendo assistida pelo Banco do Brasil com recursos de conta própria.

**Fundo de Terras e da Reforma Agrária**

As operações em atraso do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) representam 47,03% das operações existentes. Desse montante, 75,51% está nessa condição há mais de 360 dias. Os procedimentos para inscrição dessas operações em Dívida Ativa da União ainda não foram definidos, o que

afetou o resultado. Além disso, as contratações com o recurso em 2010 foram 51,72% inferiores a 2009, interferindo, sobremaneira, no índice de inadimplência apresentado.

**Pronaf - TN**

O índice de inadimplência apresentado encontra-se dentro do comportamento histórico das linhas, por se tratar de crédito estruturante direcionado à agricultura familiar.

**COMPARATIVO SALDO**

R$ milhões

| FUNDOS E PROGRAMAS | SALDO 2009 | SALDO 2010 |
|---|---|---|
| FUNCAFÉ | 1.714,41 | 1.217,53 |
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 2.282,86 | 2.455,49 |
| PRONAF – TN | 2.528,35 | 2.291,72 |
| **TOTAL** | **6.525,62** | **5.964,74** |

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

**RELAÇÃO ENTRE RISCO E SALDOS APLICADOS**

| FUNDOS E PROGRAMAS | RISCO BANCO DO BRASIL | RISCO TESOURO NACIONAL |
|---|---|---|
| FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA | 0% | 100% |
| PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN) | 33,83 | 66,17 |
| PRONAF REFORMA AGRÁRIA | 0% | 100% |
| PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL | 0% | 100% |

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

### 3.5.2 - Caixa Econômica Federal

É o principal agente de políticas públicas do Governo Federal, e nesta condição administra fundos governamentais e as loterias federais, opera os programas sociais de transferência de renda e de benefícios ao trabalhador, bem como atua no financiamento e repasses de recursos para obras de infraestrutura, saneamento e habitação de interesse público.

Somente para o programa Bolsa Família, pagou mais de 138 milhões de benefícios em 2010, levando uma melhor distribuição de renda para todos os cantos do País, o que contribuiu para a redução das desigualdades regionais e da pobreza.

O trabalhador também é foco de atuação da CAIXA. Entre pagamentos do seguro-desemprego, quotas e rendimentos do PIS, abono salarial e benefícios do INSS, são mais de 12 milhões de trabalhadores atendidos por mês. Na administração do FGTS, a movimentação chegou a aproximadamente 93 milhões de contas.

Na área de infraestrutrura urbana, participa da execução do PAC desde 2007 como o principal agente financeiro e já beneficiou mais de 135 milhões de pessoas com obras de habitação, abastecimento, esgoto, drenagem, pavimentação, transportes entre outros, ajudando a criar mais de 23 milhões de empregos. Essas obras somaram contratos acima de R$ 165 bilhões.

Participa de forma efetiva na diminuição do déficit habitacional, por intermédio da execução do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, proporcionando moradias dignas à população de baixa renda.

Como administradora do FCVS, a CAIXA novou 162 mil contratos no ano de 2010, representando um valor superior a R$ 7 bilhões. No caso do FGHab, cerca de 259 mil brasileiros tiveram seus contratos habitacionais, no âmbito do PMCMV, garantidos pela cobertura desse fundo, no valor total de R$ 14,9 bilhões.

Em 2010, a Caixa se destacou entre os bancos oficiais que apóiam o setor de turismo, respondendo por mais de 60% dos recursos aplicados no ano e permanecendo no primeiro lugar do *ranking* do Ministério do Turismo, resultado do trabalho iniciado em 2003, quando o banco definiu a Cadeia Produtiva do Turismo como um de seus nichos estratégicos.

**Estratégias de Atuação**

Como banco público, formula sua estratégia alinhada às diretrizes do Plano Plurianual e em consonância com os interesses da sociedade brasileira. Tem como missão atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro. Para isto, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

- Consolidar-se como principal agente de políticas públicas do Governo Federal;
- Ampliar a participação no mercado de crédito e na captação de recursos;
- Ser referência de excelência no atendimento e ampliar a capacidade e as alternativas de distribuição;
- Ser reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar;
- Adequar e racionalizar processos e integrar áreas da empresa;
- Implementar soluções integradas de tecnologia da informação; e
- Ser referencial como banco focado na Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e no apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

**Colaboradores**

Em 31 de dezembro de 2010, a CAIXA contava com 83,2 mil empregados concursados e 15,5 mil estagiários e aprendizes. Por meio do Programa de Aprendizagem e Estágio, a CAIXA capacita adolescentes e jovens, que estejam em condição de vulnerabilidade social, para atuarem em serviços administrativos e financeiros, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, assinou a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

**CAIXA – COLABORADORES**

| CATEGORIA | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Empregados | 81.306 | 83.185 |
| Adolescente Aprendiz | 3.835 | 3.683 |
| Jovem Aprendiz | - | 685 |
| Estagiário | 13.056 | 11.176 |
| **TOTAL** | **98.197** | **98.729** |

Quantidades em unidades
Fonte: Caixa Econômica Federal

**Clientes**

A CAIXA é a escolha de 52,5 milhões de clientes bancários, entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda, que realizaram aproximadamente 4,1 bilhões de transações nos diversos canais, incluindo o *internet banking*. Para garantir a qualidade do atendimento, a Instituição concluiu, em 2010, a implantação de um novo modelo que prevê alterações nos processos de atendimento e na remodelagem física das suas unidades. Um dos instrumentos criados foi o Gerenciador de Atendimento, que permitiu diminuir o tempo de espera para atendimento no guichê de caixas e demais ambientes. Na mesma linha, foi implantado o Atendimento Móvel CAIXA, uma solução tecnológica composta de um equipamento

portátil, semelhante às máquinas de pagamento com cartões de crédito e débito, que pode ser utilizado não só dentro das agências, mas principalmente fora delas e até em localidades remotas. Este equipamento possui as mesmas funcionalidades de uma máquina de autoatendimento, exceto transações financeiras diretas com numerário.

**Rede de Atendimento**

A CAIXA possui uma rede de 40 mil pontos de atendimento. São 6,9 mil unidades próprias, entre agências, postos e salas de autoatendimento e cerca de 33 mil correspondentes, sendo 10,7 mil lotéricos. No ano de 2010 destacamos a inauguração da Agência Alemão, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro e a Agência Chico Mendes, primeira agência barco, baseada nos princípios da sustentabilidade, para atender comunidades ribeirinhas dos municípios da Bacia Amazônia. Espalhados pelo país, os mais de 22 mil Correspondentes CAIXA Aqui levam os serviços e produtos da Empresa até mesmo aos locais de difícil acesso, onde não existem agências bancárias. Os pontos de atendimento são conectados em tempo real com a Instituição. Possui cerca de 20 mil equipamentos de autoatendimento instalados em todo o País, além de disponibilizar serviços bancários pelo *Internet Banking* CAIXA para 4,6 milhões de clientes.

Para sustentar esta estrutura de atendimento, a CAIXA investiu R$ 380 milhões em tecnologia da informação e R$ 71 milhões em infraestrutura e segurança dos imóveis, além de manter contratos de conservação, serviços de concessionárias públicas e manutenção de bens no valor de R$ 1,5 bilhão ao ano.

**CAIXA – MANUTENÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO**

| DESPESAS MANUTENÇÃO | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Instalações | 1.322.569 | 1.479.803 |
| Comunicações e processamento de dados | 1.258.397 | 1.305.705 |
| Segurança | 421.546 | 464.296 |
| **TOTAL** | **3.002.512** | **3.249.805** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**Loterias**

Na administração das loterias, durante 2010, foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais R$ 3,2 bilhões para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança, e R$ 814 milhões foram recolhidos à Receita Federal a título de Imposto de Renda.

**CAIXA – LOTERIAS**

| DESTINAÇÃO SOCIAL DAS LOTERIAS | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Destinação Social | 2.671.668 | 3.204.172 |
| Previdência Social | 1.240.638 | 1.490.172 |
| Educação | 518.019 | 624.768 |
| Esporte | 481.882 | 572.629 |
| Outros | 431.129 | 517.067 |
| Prêmios | 2.549.520 | 3.093.149 |
| Tributos | 718.357 | 813.943 |
| Manutenção | 1.419.581 | 1.702.244 |
| **ARRECADAÇÃO TOTAL** | **7.359.126** | **8.813.972** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**Modernização da Gestão Pública**

A CAIXA atua junto aos governos estaduais e municipais para provê-los de recursos para investimentos na melhoria da qualidade dos seus instrumentos de gestão. Destacam-se os seguintes programas:

Programa Nacional de Apoio à Gestão e Administração Fiscal dos Municípios - PNAFM, programa com recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a finalidade da melhoria no atendimento ao cidadão e gestão fiscal. Até 2010, foram contratados R$ 558,2 milhões pelo programa, beneficiando 90 municípios. As liberações totais já atingiram R$ 299,3, dos quais R$ 48,6 milhões referem-se ao ano de 2010.

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF – PNAGE, também viabilizado com recursos do BID, visa apoiar os processos de modernização da gestão, cujo valor foi estabelecido em US$ 155 milhões. Deste valor, já foram liberados, em moeda nacional, cerca de R$ 116,3 milhões, dos quais R$ 5,8 milhões no exercício de 2010.

Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, onde a CAIXA celebrou junto ao BNDES, em agosto de 2007, contrato de prestação de serviços para atuar como sua mandatária. Foram contratados R$ 15,4 milhões até 2010, cujos recursos são direcionados à execução de projetos voltados à melhoria da gestão municipal. O PMAT teve suas contrações suspensas pelo BNDES, em dezembro de 2010, tendo em vista a reformulação do Programa por aquele Banco e disponibilização do PMAT Automático em fase final de formatação.

Monumenta – Imóveis Privados, que utiliza recursos do BID para financiamento a pessoas físicas e jurídicas de projetos de recuperação de imóveis privados considerados de especial interesse histórico. Foram realizados até 2010, 433 contratos, no valor total de R$ 20,9 milhões. Deste total, 76 contratos foram efetuados em 2010, cujas liberações atingiram R$ 3,5 milhões.

**Meio Ambiente**

A CAIXA tem por premissa gerir seus negócios com base em princípios e valores que a consolidem como empresa socialmente responsável, por meio de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nas operações de crédito com valores iguais ou superiores a R$ 10 milhões, é realizada análise socioambiental do cliente pessoa jurídica e, se forem identificados riscos ambientais, a CAIXA faz o acompanhamento do cumprimento de determinadas cláusulas, cujo objetivo é levantar os riscos e recomendar medidas mitigadoras e/ou compensatórias. Desde que foi implantada, a análise socioambiental já avaliou 186 empresas e contratou, até 2010, R$ 25,1 bilhões. A licença ambiental é a primeira condição para todos os financiamentos a atividades ou empreendimentos que sejam potenciais poluidores ou que utilizam recursos naturais no processo produtivo.

**Acessibilidade**

No intuito de oferecer acessibilidade aos seus clientes e empregados com necessidades especiais, em 2010, a CAIXA iniciou a emissão de extrato em braile e adaptou o *internet banking* às pessoas com deficiência visual, bem como atendimento telefônico para deficientes auditivos. Outro foco foi a capacitação de empregados para atendimento em libras e adaptação das salas e dos equipamentos de autoatendimento.

**Inclusão Digital**

Atuando em prol da inclusão digital, a Instituição dá prioridade aos órgãos, entidades e instituições reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal. Desde 2004, foram doados 33.511 microcomputadores ao Programa de Inclusão Digital do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**Apoio ao Esporte**

A CAIXA patrocinou eventos esportivos como competições de atletismo de rua e os jogos dos povos indígenas. No ano, liberou R$ 40,7 milhões para patrocínio da Confederação Brasileira de Atletismo, da Confederação Brasileira de Lutas Associadas e da Confederação Brasileira de Ginástica e, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro, foram desembolsados R$ 10,5 milhões.

**Incentivo à Cultura**

A CAIXA Cultural surgiu em 1980 e atualmente conta com sete espaços em cinco cidades - Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Os espaços têm proporcionado estímulo à produção de artistas brasileiros e ao intercâmbio internacional de idéias e experiências. Em 2010, o total de investimento em patrocínios culturais foi de R$ 39,1 milhões.

**Principais realizações em 2010**

Os depósitos apresentaram saldo de R$ 215,2 bilhões, um incremento de 19,1% em relação a 2009. Os depósitos em Poupança totalizaram saldo de R$ 129,4 bilhões, 19,1% de aumento em relação ao ano anterior. A Conta CAIXA Fácil foi responsável pela inclusão de mais de 1 milhão de brasileiros no sistema bancário. Em dezembro eram mantidas 7,4 milhões de contas ativas nessa modalidade.

**CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS**

| DEPÓSITOS | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| À vista | 16.709.449 | 19.624.688 |
| Poupança | 108.709.642 | 129.429.635 |
| A prazo | 43.788.754 | 54.214.043 |
| CDB/RDB | 22.945.395 | 30.429.777 |
| Judiciais | 20.843.358 | 23.784.266 |
| Depósitos especiais e de fundos e programas | 11.312.425 | 10.594.286 |
| Outros | 149.451 | 1.326.350 |
| **TOTAL** | **180.669.721** | **215.189.002** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

O Banco manteve posição de destaque como gestor de fundos de investimentos em 2010, encerrando o ano com a captação líquida de R$ 6,2 bilhões O patrimônio total administrado evoluiu 10,9%, passando para R$ 290,2 bilhões em 2010. A receita com a administração destes fundos alcançou R$ 1,1 bilhão. O saldo das operações de crédito atingiu R$ 175,8 bilhões, com 41,3% de crescimento em relação a 2009. Destaque para a evolução de 53,6% no saldo de operações de crédito para habitação, que fechou o ano com R$ 108,3 bilhões.

**CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SALDO**

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | SALDO | |
|---|---|---|
| | 2009 | 2010 |
| Comercial | 44.932.925 | 55.440.858 |
| *PF* | *21.400.937* | *26.908.473* |
| *PJ* | *23.531.989* | *28.532.385* |
| Habitacional | 70.520.637 | 108.330.025 |
| Saneamento e Infraestrutura | 8.273.198 | 11.441.134 |
| Outros | 644.201 | 571.659 |
| **TOTAL** | **124.370.961** | **175.783.676** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

O volume das contratações de crédito totalizou R$ 203,1 bilhões em 2010, as operações de crédito comercial totalizaram R$ 102,2 bilhões. Foram destaques as operações comerciais com pessoas jurídicas, com evolução de 17,5%. Já os recursos concedidos a pessoas físicas apresentaram um crescimento de 14,0%. Neste segmento merece destaque o financiamento de materiais de construção pelo Construcard, o Financiamento de Veículos e o Crédito Consignado. As contratações

em habitação apresentaram crescimento de 57,2%, se comparadas ao mesmo período de 2009. Foram R$ 60,0 bilhões em financiamentos, R$ 6,3 bilhões em subsídios do FGTS, R$ 10,6 bilhões em arrendamentos e R$ 670,8 milhões em consórcios. As operações de saneamento e infraestrutura registraram o valor de R$ 14,3 bilhões, sendo R$ 12,4 bilhões, em financiamentos e R$ 1,9 bilhão em repasses. Essas operações alcançaram, ao fim de 2010, o saldo de R$ 11,4 bilhões, 38,3% maior do que no ano anterior. Os recursos destinados a educação e desporto, agricultura, saúde e apoio a gestão publica, registraram evolução de 44,0% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 8,8 bilhões em 2010, considerando financiamentos e repasses.

**CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONTRATAÇÃO**

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | CONTRATAÇÃO | |
|---|---|---|
| | 2009 | 2010 |
| Comercial | 88.177.399 | 102.154.824 |
| *PF* | 41.336.130 | 47.115.746 |
| *PJ* | 46.841.269 | 55.039.078 |
| Habitacional | 49.483.472 | 77.782.458 |
| Saneamento | 3.957.570 | 3.372.078 |
| Infraestrutura | 6.870.849 | 10.974.448 |
| Saúde | 4.665.155 | 7.901.263 |
| Agricultura | 818.508 | 584.530 |
| Educação e Desporto | 615.094 | 293.704 |
| **TOTAL** | **154.588.047** | **203.063.306** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATAÇÃO POR REGIÃO**

| REGIÕES | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 15.045.926 | 22.413.377 |
| NORDESTE | 25.969.309 | 34.373.151 |
| NORTE | 8.255.645 | 8.032.988 |
| SUDESTE | 73.195.516 | 99.543.614 |
| SUL | 32.121.651 | 38.700.000 |
| **TOTAL** | **154.588.047** | **203.063.129** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

Das unidades financiadas em 2010, desconsiderados os consórcios, repasses e o programa Pró-Moradia, cerca de 53% foram destinadas a pessoas na faixa de renda de até seis salários mínimos, no qual se encontra o maior déficit habitacional.

**CAIXA - FAIXAS DE RENDA PARA FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS EM 2010**

| SALÁRIO MÍNIMO | QUANT. | VALOR | % QUANT. | % VALOR |
|---|---|---|---|---|
| Até 3 | 418.136 | 19.862.411 | 34,0 | 26,2 |
| Entre 3 e 6 | 231.608 | 18.203.673 | 18,8 | 24,0 |
| Entre 6 e 10 | 75.570 | 6.226.426 | 6,1 | 8,2 |
| Acima de 10 | 506.195 | 31.636.898 | 41,1 | 41,7 |
| **TOTAL** | **1.231.509** | **75.929.408** | **100** | **100** |

Quantidades em unidades, Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

A CAIXA atua na transferência de recursos vinculados aos programas dos Ministérios da Saúde – MS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Em 2010, foram transferidos R$ 5,7 bilhões para entidades públicas e privadas, um crescimento de 32,2% em relação a 2009.

**CAIXA - TRANSFERÊNCIAS PARA SAÚDE E COMBATE À FOME**

| TRANSFERÊNCIAS | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Transferências Legais, modalidade "Fundo a Fundo" | 3.649.613 | 5.493.628 |
| Convênios do Fundo Nacional de Saúde – FNS | 418.984 | 38.339 |
| Fundação Nacional de Saúde – FUNASA | 42.204 | 53.702 |
| Programa Farmácia Popular – FARPOP | 138.290 | 133.076 |
| Programa de Aquisição de Alimento – PAA | 78.136 | - |
| **TOTAL** | **4.327.227** | **5.718.745** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**CAIXA - TRANSFERÊNCIAS PARA SAÚDE E COMBATE À FOME POR REGIÃO**

| REGIÕES | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 122.673 | 464.629 |
| NORDESTE | 1.558.983 | 1.627.440 |
| NORTE | 92.681 | 163.195 |
| SUDESTE | 1.862.927 | 2.447.363 |
| SUL | 689.962 | 1.016.118 |
| **TOTAL** | **4.327.226** | **5.718.745** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

A Empresa administra, por delegação do Governo Federal, o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS e o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, além do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH (incorporado ao FCVS, em Jan/10, pela MP 478/09), tendo como o maior patrimônio administrado o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

**CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO – VALOR DOS ATIVOS**

| FUNDOS | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| FGTS | 235.065 | 260.279 |
| PIS | 28.169 | 28.477 |
| FAR | 13.021 | 13.526 |
| FCVS | 7.966 | 8.529 |
| SH | 1.879 | 0 |
| FAS | 32 | 31 |
| FIEL | 54 | 0 |
| FDS | 1.113 | 1.338 |
| FGS | 179 | 50 |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

Em 2010, a arrecadação total do FGTS, incluindo dos demais bancos, foi de R$ 61,8 bilhões, um crescimento de 12,9%. Foram efetuados saques no valor de R$ 50,6 bilhões por mais de 31 milhões de trabalhadores.

**CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS**

| FGTS | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Arrecadação | 54.725.948 | 61.797.213 |
| Saques Efetuados | 48.720.497 | 50.597.363 |
| Saldo das Contas | 168.712.663 | 188.348.361 |
| Contas Ativas - Quantidade | 78.669 | 89.098 |
| Contas Inativas - Quantidade | 7.279. | 4.632 |

Valores em R$ mil, Quantidade em mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

Como agente operador dos programas de transferências de renda do Governo Federal, a CAIXA realizou 147,5 milhões de pagamentos de benefícios no ano. O volume de recursos distribuídos totalizou R$ 15,0 bilhões, representando um incremento de 20,4% em relação a 2009.

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

| PROGRAMAS | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | QUANT. | VALOR | QUANT. | VALOR |
| Ação Griô | 4 | 1.428 | 3 | 1.215 |
| Agente Jovem | 0 | 21 | - | - |
| Auxilio Gás | 93 | 699 | - | - |
| Bolsa Alimentação | - | - | - | - |
| Bolsa Atleta | 34 | 34.392 | 27 | 46.849 |
| Bolsa Escola | 1 | 14 | - | - |
| Bolsa Família | 128.203 | 11.511.614 | 138.940 | 13.367.960 |
| Bolsa Carioca | - | - | - | - |
| Chapéu de Palha | 134 | 29.694 | 206 | 40.598 |
| De Volta Para Casa | 40 | 12.799 | 43 | 13.859 |
| Escola de Fábrica | - | - | - | - |
| Fome Zero | 133 | 6.659 | 85 | 4.262 |
| Garantia Safra | 1.202 | 132.257 | 3.719 | 486.491 |
| Mulheres da Paz | 31 | 5.900 | 74 | 14.040 |
| Operação Reconstrução | - | - | 5 | 2.113 |
| PETI | 479 | 21.135 | 407 | 17.304 |
| Projovem | 4 | 414 | - | - |
| Pro Jovem Urbano | 1.313 | 131.311 | 1.845 | 184.517 |
| Pronasci – Bolsa Formação | 1.493 | 597.272 | 2.078 | 855.333 |
| Protejo | 44 | 4.433 | 45 | 4.469 |
| **TOTAL** | **133.210** | **12.490.042** | **147.477** | **15.039.011** |

Quantidades em mil; Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO**

| REGIÕES | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| CENTRO-OESTE | 544.344 | 645.794 |
| NORDESTE | 6.714.812 | 8.223.456 |
| NORTE | 1.412.950 | 1.731.327 |
| SUDESTE | 2.881.813 | 3.334.570 |
| SUL | 936.123 | 1.103.864 |
| **TOTAL** | **12.490.042** | **15.039.011** |

Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

No ano de 2010, foram pagos 118,0 milhões de benefícios a título de Abono Salarial, PIS Quotas e Rendimentos, Seguro-Desemprego e Previdência Social, representando R$ 72,5 bilhões.

**CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR**

| PROGRAMAS | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE | VALOR | QUANTIDADE | VALOR |
| Previdência Social | 56.366 | 39.050.749 | 57.218 | 43.204.082 |
| Seguro-Desemprego | 32.990 | 19.212.720 | 32.083 | 20.300.984 |
| PIS Rendimentos | 14.159 | 618.112 | 12.650 | 585.943 |
| PIS Quotas | 556 | 625.406 | 571 | 649.473 |
| Abono Salarial | 13.739 | 6.249.519 | 15.515 | 7.784.540 |
| **TOTAL** | **117.810** | **65.756.507** | **118.037** | **72.525.022** |

Quantidades em mil; Valores em R$ mil
Fonte: Caixa Econômica Federal

**Programas e Ações – Participação no PPA 2008-2011**

No Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal, a CAIXA participa em diversos programas estratégicos e gerencia o programa Banco para Todos, que integra as ações de bancarização e microcrédito dos bancos públicos federais, com vistas à inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários e à concessão de crédito ao microempreendedor, para suprir suas necessidades de capital de giro ou aquisição de equipamentos. Para os 11 programas do PPA, em que participa, foram disponibilizados, na execução de 20 ações, R$ 12,7 bilhões, complementando o orçamento do Governo Federal.

**Orçamento de Investimentos**

A CAIXA executa sete ações que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R$ 355,3 milhões em 2010.

**CAIXA - INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO**

| PROJETOS/ATIVIDADES | REALIZADO | |
|---|---|---|
| | QUANT. | VALOR |
| Instalação de Pontos de Atendimento Bancários | 191 | 3.578 |
| Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento | N/A | 212.324 |
| Instalação de Bens Imóveis | 0 | 4.393 |
| Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB/Caixa (DF) | 0 | 895 |
| Manutenção e Adequação de Bens Imóveis | N/A | 5.762 |
| Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos | N/A | 16.533 |
| Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento | N/A | 111.776 |
| **TOTAL** | **191** | **355.261** |

Quantidades em unidades; Valores em R$ mil
Fonte: Ministério do Planejamento (SIGPLAN)
N/A - Não se aplica

**Ações no PPA (excluindo as referentes ao programa Banco para Todos)**

No ano de 2010, a CAIXA disponibilizou para as ações, excluindo as do programa Banco para Todos, R$ 10,5 bilhões em 844,8 mil operações, sendo R$ 3,7 bilhões para as Micro, Pequenas e Médias Empresas; Microempreendedores e CAIXA Hospitais.

Para as referentes à difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural foram disponibilizados R$ 39,1 milhões e para antecipação de recebíveis imobiliários, financiamento de materiais de construção e índices da construção civil foram disponibilizados R$ 6,8 bilhões em 775,2 mil contratos.

**Programa Banco Para Todos**

O programa é composto de 10 ações e conta com a participação do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, além da própria CAIXA. Em 2010, movimentou recursos da ordem de R$ 5,42 bilhões, com 8,5 milhões de operações. Foram abertas 1,3 milhão de contas simplificadas e, à população de baixa renda, foram concedidos R$ 1,4 bilhão em créditos através de 1,8 milhão de contratos.

**CAIXA – ATUAÇÃO NO PROGRAMA BANCO PARA TODOS**

| AÇÃO | REALIZADO | |
|---|---|---|
| | QUANT. | VALOR |
| Conta Simplificada | 1.066.488 | 10.665 |
| Concessão de Crédito à População de Baixa Renda | 898.950 | 324.800 |
| Micropenhor | 3.408.399 | 1.458.359 |
| **TOTAL** | **5.373.837** | **1.793.824** |

Quantidades em unidades; Valores em R$ mil
Fonte: Ministério do Planejamento

A Conta Simplificada proporcionou a inclusão bancária para mais de 1 milhão de brasileiros, e dentro de uma perspectiva de ampliação contínua de acesso ao crédito bancário e comercial por pessoas de baixa renda, foram realizadas quase 900 mil operações no valor total de R$ 324,8 milhões.

O Micropenhor, forma de crédito não orientado, caracterizado pela praticidade e taxas acessíveis, concedeu cerca de R$ 1,5 bilhão referentes a 3,4 milhões de contratos.

**Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado**

A atuação da CAIXA como banco que atua efetivamente na execução das políticas públicas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que oferece serviços bancários a todos os segmentos da sociedade, gerou números expressivos no ano de 2010, seja na captação e aplicação de recursos e na prestação de serviços diversos.

A preocupação em executar a sua missão observando os princípios de eficiência e eficácia e diante dos novos desafios que lhe são apresentados, tem feito a Empresa atuar de forma contínua sobre os seus processos para garantir o seu equilíbrio e sustentabilidade econômico-financeiros. Dessa forma, a CAIXA registrou lucro líquido de R$ 3,8 bilhões em 2010, 25,5% superior ao registrado em 2009, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 26,3%, índice de eficiência de 70,1% e índice de cobertura de despesas de pessoal de 105,3%.

**CAIXA - INDICADORES DE DESEMPENHO**

| INDICADORES | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Retorno Sobre Ativo Médio | 0,9% | 1,0% |
| Índice de Basiléia | 17,5% | 15,4% |
| Endividamento Setor Público | 30,8% | 30,4% |
| Provisão Sem Operações de Créditos | 7,1% | 6,3% |
| Cobertura de Despesas Administrativas | 60,1% | 65,4% |
| Cobertura de Despesa de Pessoal | 95,9% | 105,3% |
| Retorno PL Médio | 23,2% | 26,3% |
| Índice de Eficiência | 71,5% | 70,1% |

Fonte: Caixa Econômica Federal

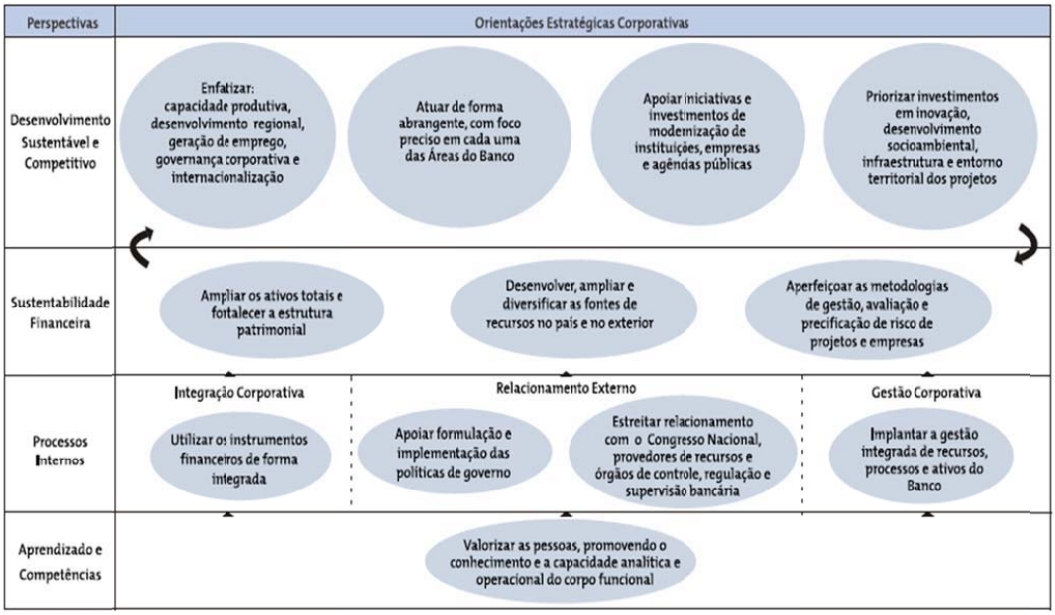
Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios, juntamente com juros sobre capital próprio, somaram R$ 4,3 bilhões.

### 3.5.3 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**Estratégias de Atuação**

No ano de 2010, o BNDES realizou o acompanhamento do SGE – Sistema de Gestão da Estratégia, desenvolvido e implementado em 2009. Para isso, foram estruturadas planilhas de acompanhamento de indicadores para as áreas do Banco que, de acordo com a periodicidade adequada, analisaram o resultado da estratégia planejada. Os indicadores já acompanhados em 2009 continuaram sendo avaliados trimestralmente no âmbito do Comitê de Planejamento. Esse Comitê, integrado pelos diretores e superintendentes, é o responsável pelo acompanhamento e validação de todas as ações relativas ao Planejamento Corporativo do BNDES. Destaque-se que todos os indicadores estão atrelados aos objetivos estratégicos do BNDES, sendo distribuídos pelas perspectivas do Mapa Estratégico Corporativo:

- Desenvolvimento Sustentável e Competitivo;
- Sustentabilidade Financeira;
- Processos Internos;
- Aprendizado e Competências.




Além de indicadores, o SGE é composto por uma carteira de 18 (dezoito) Projetos Estratégicos Corporativos que contribuem para a execução da estratégia do BNDES. Essa carteira foi validada também no âmbito do Comitê de Planejamento. O primeiro passo para a estruturação dos projetos foi elaborar sua descrição, definindo os seguintes aspectos:

- Objetivos do Projeto;
- Diretrizes do Projeto;
- Produtos (entregáveis) e
- Responsáveis.

O segundo passo foi desdobrar os produtos (entregáveis) do projeto em atividades com data início, término e responsável. Assim, foi possível acompanhar, ao longo do ano, a evolução de cada um dos projetos, permitindo que correções a eventuais desvios e pequenas reestruturações fossem efetuados sem prejudicar o andamento das atividades principais.

**Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Os demonstrativos a seguir trazem as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do BNDES em 2010.

**CONTRATAÇÕES**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | | 304.962.843 | 278.776.290 | 26.323.000 | 59.451.522 | 669.513.655 |
| Indústria | 423.449.894 | 3.005.408.435 | 39.901.565.462 | 1.747.901.068 | 1.021.627.317 | 46.099.952.176 |
| Comércio | 24.057.000 | 117.358.738 | 1.277.117.608 | 49.228.289 | 42.485.000 | 1.510.246.635 |
| Outros Serviços | 3.629.955.159 | 6.790.398.432 | 21.061.321.161 | 1.403.565.951 | 5.334.499.344 | 38.219.740.047 |
| Indireto | 4.256.737.761 | 10.626.363.039 | 48.579.852.994 | 28.963.719.958 | 8.955.204.264 | 101.381.878.016 |
| **TOTAL** | **8.334.199.814** | **20.844.491.487** | **111.098.633.515** | **32.190.738.266** | **15.413.267.447** | **187.881.330.529** |

**LIBERAÇÕES**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | | 127.836.230 | 87.795.615 | 24.635.800 | 64.396.972 | 304.664.617 |
| Indústria | 537.033.875 | 2.607.027.011 | 39.435.770.344 | 1.804.857.436 | 1.120.132.242 | 45.504.820.908 |
| Comércio | 486.000 | 178.561.446 | 1.217.731.423 | 37.309.967 | 52.430.019 | 1.486.518.855 |
| Outros Serviços | 5.529.840.988 | 5.333.971.586 | 12.816.536.239 | 1.430.122.391 | 2.256.678.224 | 27.367.149.428 |
| Indireto | 5.680.876.270 | 8.963.411.030 | 44.413.650.713 | 26.828.826.737 | 7.872.935.338 | 93.759.700.088 |
| **TOTAL** | **11.748.237.133** | **17.210.807.303** | **97.971.484.334** | **30.125.752.331** | **11.366.572.795** | **168.422.853.896** |

**SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | INTER-ESTADUAL | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 531.825 | 1.134.884 | 178.723.089 | 1.687.201 | 0 | 220.633.736 | 402.710.735 |
| Indústria | 978.818.190 | 4.102.926.216 | 9.785.922.115 | 1.160.026.835 | 1.123.876.116 | 5.649.044.509 | 22.800.613.981 |
| Comércio | 0 | 256.010 | 90.477.039 | 3.598.461 | 0 | 582.476.054 | 676.807.564 |
| Outros Serviços | 4.132.832.753 | 5.836.007.255 | 27.214.247.640 | 2.909.704.692 | 2.289.632.383 | 8.312.162.391 | 50.694.587.114 |
| Indireto | 3.688.694.716 | 2.467.446.413 | 10.761.720.660 | 6.000.638.727 | 2.138.161.995 | 212.247.204 | 25.268.909.715 |
| **TOTAL** | **8.800.877.484** | **12.407.770.778** | **48.031.090.543** | **10.075.655.916** | **5.551.670.494** | **14.976.563.894** | **99.843.629.109** |

Os seguintes demonstrativos trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (exclui operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

**SALDO DE CARTEIRA 2009**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 3.536.101.131 | 237.096.435 | 1.182.660.510 | 71.350.646 | 452.016.096 | 416.057.966 | 5.895.282.784 |
| Indústria | 2.503.902.384 | 19.910.447.424 | 51.497.428.301 | 7.972.787.582 | 6.656.562.417 | 12.168.672.444 | 100.709.800.552 |
| Comércio | 39.702.661 | 711.375.600 | 1.934.828.718 | 208.368.280 | 284.277.030 | 1.319.170.428 | 4.497.722.717 |
| Outros Serviços | 34.591.132.985 | 28.779.503.350 | 58.687.085.912 | 18.017.936.345 | 18.785.757.096 | 11.720.938.146 | 170.582.353.833 |
| Indireto | 7.944.287.403 | 14.309.587.030 | 58.691.009.750 | 52.227.878.516 | 18.941.145.174 | 1.217.668.686 | 153.331.576.560 |
| **TOTAL** | **48.615.126.564** | **63.948.009.840** | **171.993.013.191** | **78.498.321.369** | **45.119.757.812** | **26.842.507.670** | **435.016.736.446** |

**SALDO DE CARTEIRA 2010**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 4.004.386.023 | 248.770.118 | 1.318.924.471 | 58.708.822 | 476.306.548 | 447.701.472 | 6.554.797.453 |
| Indústria | 2.674.931.799 | 20.504.942.333 | 54.545.303.409 | 8.649.767.222 | 7.148.506.682 | 12.950.413.580 | 106.473.865.025 |
| Comércio | 883.298.457 | 1.859.669.706 | 3.278.172.910 | 887.294.179 | 1.074.780.551 | 1.853.243.990 | 9.836.459.792 |
| Outros Serviços | 48.475.073.474 | 47.161.545.014 | 69.133.550.621 | 23.711.677.929 | 22.799.005.889 | 8.264.221.052 | 219.545.073.979 |
| Indireto | 12.077.381.600 | 19.798.363.598 | 83.532.341.835 | 67.633.999.531 | 22.415.693.334 | 1.535.820.586 | 206.993.600.484 |
| **TOTAL** | **68.115.071.352** | **89.573.290.768** | **211.808.293.245** | **100.941.447.682** | **53.914.293.004** | **25.051.400.681** | **549.403.796.732** |

**VARIAÇÃO DE CARTEIRA 2009/2010**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 468.284.892 | 11.673.683 | 136.263.961 | -12.641.825 | 24.290.452 | 31.643.506 | 659.514.669 |
| Indústria | 171.029.414 | 594.494.909 | 3.047.875.108 | 676.979.641 | 491.944.265 | 781.741.137 | 5.764.064.473 |
| Comércio | 843.595.796 | 1.148.294.106 | 1.343.344.191 | 678.925.899 | 790.503.522 | 534.073.562 | 5.338.737.075 |
| Outros Serviços | 13.883.940.489 | 18.382.041.664 | 10.446.464.709 | 5.693.741.584 | 4.013.248.794 | -3.456.717.093 | 48.962.720.146 |
| Indireto | 4.133.094.197 | 5.488.776.569 | 24.841.332.084 | 15.406.121.014 | 3.474.548.159 | 318.151.900 | 53.662.023.924 |
| **TOTAL** | **19.499.944.788** | **25.625.280.929** | **39.815.280.054** | **22.443.126.313** | **8.794.535.191** | **-1.791.106.989** | **114.387.060.287** |

Os demonstrativos a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (exclui operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

**AMORTIZAÇÃO 2010**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 29.260.396 | 13.094.138 | 16.586.658 | 14.131.664 | 28.432.954 | 93.476.581 | 194.982.392 |
| Indústria | 320.023.424 | 1.291.607.089 | 4.881.621.983 | 1.036.428.435 | 596.503.597 | 969.474.403 | 9.095.658.930 |
| Comércio | | 26.463.116 | 119.641.525 | 5.372.616 | 3.432.933 | 399.509.524 | 554.419.715 |
| Outros Serviços | 526.987.542 | 755.684.695 | 11.125.660.824 | 1.584.018.204 | 2.001.729.318 | 2.083.059.149 | 18.077.139.732 |
| Indireto | 1.922.541.110 | 3.683.007.257 | 19.250.813.818 | 11.584.209.360 | 4.030.985.430 | 389.818.365 | 40.861.375.339 |
| **TOTAL** | **2.798.812.472** | **5.769.856.295** | **35.394.324.807** | **14.224.160.279** | **6.661.084.232** | **3.935.338.023** | **68.783.576.108** |

**JUROS 2010**

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 16.637.404 | 1.649.257 | 11.635.794 | 3.412.373 | 13.644.195 | 34.311.689 | 81.290.712 |
| Indústria | 111.783.463 | 1.236.596.123 | 1.835.936.561 | 432.326.792 | 452.665.903 | 1.018.770.763 | 5.088.079.606 |
| Comércio | | 6.285.269 | 76.325.172 | 819.656 | 1.501.773 | 127.192.812 | 212.124.683 |
| Outros Serviços | 394.783.266 | 573.103.073 | 2.764.911.960 | 579.603.715 | 561.537.852 | 1.382.339.181 | 6.256.279.046 |
| Indireto | 337.678.727 | 646.043.348 | 3.393.820.532 | 1.966.879.114 | 841.859.243 | 101.393.068 | 7.287.674.032 |
| **TOTAL** | **860.882.860** | **2.463.677.071** | **8.082.630.018** | **2.983.041.650** | **1.871.208.966** | **2.664.007.514** | **18.925.448.079** |

**OUTROS EVENTOS 2010***

| | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL | CENTRO-OESTE | NÃO DEFINIDO | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 378.642 | 3.359 | 33.414 | 9.208 | 45.093 | 95.130 | 564.846 |
| Indústria | 770.518 | 5.301.739 | 8.833.849 | 5.277.651 | 2.311.665 | 1.295.705 | 23.791.127 |
| Comércio | | 16.195 | 48.093 | | | 35.734 | 100.022 |
| Outros Serviços | 7.572.355 | 262.737 | 382.241.193 | 29.276.480 | 2.841.285 | 2.603.720 | 424.797.769 |
| Indireto | 472.677 | 1.693.699 | 18.636.933 | 4.443.759 | 1.965.840 | 828.935 | 28.041.843 |
| **TOTAL** | **9.194.191** | **7.277.730** | **409.793.481** | **39.007.097** | **7.163.883** | **4.859.224** | **477.295.607** |

* multas, juros de mora etc

**Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades Executadas no Exercício de 2010, em Especial o Risco para o Tesouro Nacional de Tais Operações.**

Com o intuito de permitir a comparação dos dados apresentados a seguir com o relatório emitido em 2010, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2009, foram mantidos os mesmos preceitos e a mesma estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade, sintetizados a seguir:

- Os valores especificados, correspondentes às atividades do Sistema BNDES no exercício de 2010, foram extraídos da contabilidade do Banco.

- Conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE, as agências oficiais de fomento são tratadas de forma análoga a instituições do setor privado, não integrando a contabilidade pública nas contas nacionais. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2010 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao Tesouro Nacional, como tambéma todos os demais entes da administração federal autárquica, fundações, fundos e empresas estatais não-financeiras e ao mesmo universo institucional das administrações públicas dos estados, Distrito Federal e municípios.

- Foram consideradas as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, foram identificadas as transações do BNDES que: a) geram receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração "abaixo da linha"), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais). As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como tendo impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição no curto prazo.

Reitera-se o registro constante nas avaliações relativas aos anos anteriores de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras. O levantamento compreende as maiores transações. Não estão incluídas determinadas operações de pequeno valor, como por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio, e outros), ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações "acima da linha"), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração "abaixo da linha").

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2010, sendo cerca de R$ 5.797 milhões em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (Cofins e Pasep) e lucro (CSLL) e CPMF.

A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram nos cofres do Tesouro cerca de R$ 8.725 milhões, incluindo a antecipação de resultados de exercícios futuros no valor de R$ 707,6 milhões. Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS cerca de R$ 153,2 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R$ 4.829 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

Em resumo, no cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de R$ 14.681 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais. Tal valor representa um aumento de 13,4% sobre os pagamentos realizados em 2009 (R$ 12.950 milhões). As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como "abaixo da linha" nas apurações dos resultados fiscais, apresentaram resultados substancialmente expressivos para a redução do endividamento público líquido. Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2010 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de

R$ 9.021 milhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R$ 12.231 milhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas a exercícios anteriores, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do Governo Federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas.

Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro. Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND não direcionou nem recebeu recursos do BNDES no ano de 2010; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R$ 2.664 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R$ 758 milhões; o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, por sua vez, direcionou R$ 591 mil para o BNDES.

Ainda em 2010, o BNDES transferiu ao Fundo Garantidor dos Investimentos R$ 126,3 milhões relativos à aquisição de cotas. Por sua vez, o Fundo transferiu ao BNDES R$ 8,3 milhões referentes ao pagamento de comissões.

Em resumo, o total de créditos do FAT, FGI, FGE e FMM contra o BNDES, considerados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, somaram R$ 14.902 milhões, significando contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Quanto ao PIS-Pasep, um fundo de natureza social, pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2010, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R$ 1.440 milhões, aproximadamente 8,7 % dos pagamentos efetuados ao FAT. Deste fundo foram aportados recursos ao BNDES no valor de R$ 10.649 mil.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/Pasep, somando mais de R$ 10.461 milhões, constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, e através dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro no exercício de 2010 o BNDES liberou um montante de R$ 7.871 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R$ 1.531 milhões.

Houve ainda, a devolução R$ 2.406 milhões dos recursos liberados no período. Em termos de estoque, houve um aumento na dívida da administração pública junto ao BNDES, de um saldo devedor contábil de cerca de R$ 37.153 milhões em 31.12.2009 para R$ 40.153 milhões ao final de 2010.

Durante o exercício de 2010 foi realizado empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R$ 107.644 milhões, tornando possível a execução do orçamento de financiamentos para o exercício. Esses recursos ingressaram no BNDES sob a forma de títulos públicos, implicando na aquisição de um ativo pelo Tesouro Nacional (crédito junto ao BNDES) na medida em que os emitia. Dessa forma, para fins de apuração do resultado do setor público não-financeiro, tal empréstimo não resultou em qualquer impacto sobre seu endividamento líquido.

Em virtude do aumento das operações de crédito realizadas pelo BNDES nos exercícios de 2009 e 2010, foram necessários aportes do Tesouro Nacional para elevar a capital do Banco. Para tanto, no exercício de 2010 o Tesouro Nacional realizou a cessão de ações da Petrobrás em valor equivalente a R$ 4.500 milhões e transferiu direitos de recebimentos de dividendo do grupo Eletrobrás no valor de R$ 2.700 milhões. Tais operações são contabilizadas como ativos patrimoniais e direitos a créditos futuros e, portanto não têm impacto direto na apuração do resultado pelo critério “abaixo da linha”. Desta forma, a capitalização do BNDES foi neutra para fins de contabilização da dívida pública bruta ou líquida.

Em resumo, em 2010 o resultado das operações do BNDES com o setor público resultou em um expressivo impacto negativo sobre o endividamento líquido.

O resultado líquido composto pela transferência de recursos dos fundos ao BNDES, pagamentos de tributos e variação no saldo devedor das operações de crédito do Banco com o setor público, montou R$ 15.249 milhões. São apresentados, a seguir, demonstrativos que resumem os números evidenciados acima.

**TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUROS PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE 2010**

| PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*) | R$ MIL |
|---|---|
| Ao Tesouro Nacional (impostos e contrib.) | 5.797.681 |
| Imposto de Renda | 3.238.261 |
| Contribuição s/ Lucro Líquido | 1.707.049 |
| PASEP | 136.411 |
| COFINS | 706.211 |
| IOF | 8.646 |
| CIDE | 1.104 |
| Ao TN (dividendos e juros s / capital próprio) | 8.725.276 |
| À Previdência Social (contrib. patron. INSS) | 153.231 |
| Ao Tesouro Municipal (RJ) – ISS | 4.829 |
| **TOTAL RECOLHIDO ÀS ADM. DIRETAS** | **14.681.016** |

Fonte: BNDES
* Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros. Os impostos retidos sobre os rendimentos das empresas do Sistema BNDES são considerados como pagos no momento de sua compensação.

**TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2010**

| Fundos | Recebimentos (R$ mil) [1] | Pagamentos (R$ mil) [2] | Líquido (R$ mil) |
|---|---|---|---|
| FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT | 12.230.461 | 8.953.143 | **3.277.318** |
| FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO – FGE | 591 | 0 | **591** |
| FUNDO DE GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI | 8.340 | 126.305 | **-117.965** |
| FUNDO DA MARINHA MERCANTE – FMM | 2.663.546 | 758.142 | **1.905.404** |
| FUNDO PIS/PASEP | 10.649 | 1.440.000 | **-1.429.351** |

Fonte: BNDES
[1] FAT: transferência de recursos constitucionais e depósitos especiais; FND: empréstimos; FGE: indenizações e PIS-PASEP: comissões sobre recursos transferidos ao BNDES até 1982;
[2] FAT: pagamento de juros sobre recursos constitucionais, pagamentos de amortização e juros sobre depósitos especiais e pagamento de dívidas relativas aos programas PROEMPREGO I e II; FND: pagamentos de amortização e juros sobre empréstimos contratados; PIS-PASEP: devolução de recursos ao Fundo para pagamento de rendimentos e saques dos participantes.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2010**

| | Descrição | Valores em R$ mil |
|---|---|---|
| **1) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2009 (REGISTRADO NO CADIP)** | | **37.152.764,72** |
| **2) MOVIMENTAÇÕES REGISTRADAS DURANTE O ANO DE 2010** | | **3.000.267,28** |
| 1 | (+) LIBERAÇÕES | 7.870.702,26 |
| 2 | (-) AMORTIZAÇÕES | 1.531.105,49 |
| 3 | (-) DEVOLUÇÕES DE LIBERAÇÃO | 2.405.646,04 |
| 4 | (+) JUROS PROVISIONADOS | 2.951.700,87 |
| 5 | (-) JUROS COMPENSATÓRIOS | 2.976.039,61 |
| 6 | (+) OUTROS | (909.344,71) |
| **3) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2010 (REGISTRADO NO CADIP)** | | **40.153.032,00** |

Fonte: BNDES

**Captação de Recursos Externos: Ingressos Oriundos de Organismos Internacionais**

Em 2010, o ingresso de recursos tendo como origem organismos multilaterais e agências governamentais totalizou US$ 1.116 milhões. Desse montante, US$ 1 bilhão foram captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US$ 60 milhões junto ao *Nordic Investment Bank* (NIB) e US$ 56 milhões junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW).

**Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Em sua atuação junto a organismos internacionais, é de destaque o relacionamento entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cuja parceria se iniciou em dezembro de 1964.

Tendo em vista o excelente desempenho verificado nos três programas executados no âmbito do Primeiro Convênio de Linha de Crédito Condicional - CCLIP, BNDES e BID negociaram ao longo de 2010 uma nova linha de crédito condicional (2º CCLIP) com os mesmos objetivos em termos da aplicação dos recursos.

Da mesma forma, o 2º CCLIP contemplará três programas de crédito multissetorial de apoio às micro, pequenas e médias empresas, cada um no valor total de US$ 2 bilhões, sendo US$ 1 bilhão em recursos do BID e US$ 1 bilhão referentes à contrapartida local . O 2° CCLIP e o Contrato 2236/OC-BR (1° Programa no âmbito do 2° CCLIP) foram firmados em 13/12/2010. O referido contrato possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo (BID): US$ 1 bilhão
- Contrapartida Financeira: US$ 1 bilhão
- Desembolso: 4 anos
- Amortização: 20 anos

Cumpre destacar que o valor do contrato foi totalmente desembolsado em 22/12/2010. Na execução do contrato, foram aplicados US$ 2.054 milhões no total, sendo US$ 1.970 milhões em financiamentos (96%) – US$ 1 bilhão em recursos do BID e US$ 969 milhões do BNDES – e US$ 84 milhões (4%) com recursos próprios das empresas, como segue:

| PORTE | Nº de Operações | % | Aplicação Total (US$ milhão) | % | Financiamento (US$ milhão) | % | Financiamento Médio (US$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MICRO | 167.213 | 78,20% | 1.287 | 62,60% | 1.234 | 62,60% | 7.831 |
| PEQUENA | 34.869 | 16,30% | 522 | 25,40% | 500 | 25,40% | 14.350 |
| MÉDIA | 11.191 | 5,20% | 230 | 11,20% | 222 | 11,20% | 19.815 |
| PESSOA FÍSICA | 478 | 0,20% | 15 | 0,80% | 14 | 0,80% | 26.698 |
| **TOTAL** | **213.751** | **100,00%** | **2.054** | **100,00%** | **1.970** | **100,00%** | |

Registre-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam por 30% dos desembolsos. Em termos setoriais, foi mantida a predominância do Setor de Serviços, cuja participação foi de 81% do total do financiamento.

***Nordic Investment Bank (NIB)***

O relacionamento entre o BNDES e o NIB teve início em 2002 quando, no âmbito do Programa de Crédito Multissetorial, um primeiro empréstimo de US$ 100 milhões foi firmado. Um segundo empréstimo, o Programa de Crédito Multissetorial II, no valor de US$ 60 milhões, foi contratado em 2006. O contrato que formalizou o terceiro programa, no valor de US$ 60 milhões, foi assinado em Estocolmo no dia 13/10/2010. Os recursos referentes ao terceiro programa foram totalmente desembolsados em 29/11/2010.

O objetivo de todos os programas firmados foi apoiar projetos de investimento de empresas privadas no Brasil, uma vez configurado o interesse mútuo do Brasil e dos Países Nórdicos (Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia e Islândia).

O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o NIB possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo: US$ 60 milhões
- Contrapartida: US$ 60 milhões
- Prazo para Utilização: 2 anos a partir da data da assinatura
- Prazo Total do Empréstimo: 122 meses

***Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)***

Em 10/12/2010, o BNDES assinou contrato de empréstimo com o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), no montante de US$ 68.359.200,00. O objetivo deste empréstimo é apoiar investimentos em projetos de implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Brasil realizados por empresas privadas brasileiras.

O KfW é um banco controlado 80% pela República Federal da Alemanha e 20% por seus estados federados. A parceria com o BNDES se iniciou na década de 60 e, desde então, foram contratadas 12 operações de empréstimo, incluindo a operação em referência. Ressalte-se que esta operação está inserida em um contexto de cooperação entre os Governos do Brasil e da Alemanha para o setor energético, com foco em energia renovável e eficiência energética.

O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o KfW possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo: US$ 68.359.200,00
- Prazo para Utilização: até 31/12/2012
- Prazo Total do Empréstimo: 12 anos.

### 3.5.4 - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

**Estratégias de Atuação**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB cumpriu em 2010, a exemplo dos últimos anos, seu papel de banco de desenvolvimento regional, perfeitamente integrado à política econômica do país, tendo sido um instrumento do Governo Federal na região para execução de políticas públicas, tais como: microcrédito produtivo; apoio à agricultura familiar e às micro e pequenas empresas; e financiamento à infraestrutura, envolvendo projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Durante o ano realizou 2,6 milhões de operações em todos os setores da economia, no valor total de R$ 21,4 bilhões. Entre as fontes de recursos utilizadas, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, hoje presente em todos os 1.989 municípios de sua área de atuação, foi responsável por R$ 10,8 bilhões dos financiamentos concedidos – o que demonstra a sua importância para o desenvolvimento do Nordeste.

Na área de microcrédito o BNB aplicou no ano o valor de R$ 2,7 bilhões (37,1% a mais do que em 2009), sendo R$ 2,1 bilhões em microcrédito urbano por meio do Crediamigo e R$ 595,8 milhões com o Agroamigo – seu programa de microcrédito rural. As micro e pequenas empresas – MPEs contrataram R$ 2,3 bilhões com crescimento de 26,7%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, R$ 1,1 bilhão com 24,2% de crescimento.

O setor de infraestrutura, fundamental para o crescimento sustentável, recebeu financiamentos da ordem de R$ 2,5 bilhões, um aumento de 31,4% com relação ao ano anterior, com destaque para a área de energia. Desse montante, o valor de R$ 1,3 bilhão refere-se a financiamentos de projetos inseridos no PAC.

O BNB apresentou na sua carteira de crédito, englobando os recursos do FNE, um saldo de R$ 40,8 bilhões ao final de 2010, situando-se em oitavo lugar no *ranking* dos maiores bancos no país. A carteira de crédito rural apresentou um saldo de R$ 17,4 bilhões, correspondendo à maior carteira rural depois do Banco do Brasil, com operações realizadas todas na região cuja área total contém 62% de seu território no semiárido.

O Banco continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde atua – região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 65,5% do total. No saldo de curto prazo a participação do BNB é de 6,3% e no crédito rural essa participação alcança 72,3%.

O apoio à cultura continua sendo um dos fortes pilares de atuação do BNB, a partir do Programa BNB de Cultura e da atuação integrada dos Centros Culturais. Em 2010, o Banco ampliou o alcance da sua atuação cultural, estando em fase de implantação dois novos Centros Culturais situados em Teresina (PI) e Vitória da Conquista (BA). Ainda sobre cultura, agora de maneira aliada ao negócio, é importante mencionar o Projeto Espaço Nordeste, que contempla o espaço sociocultural e de negócios, cujo objetivo é promover a descentralização do acesso à cultura, a inclusão social e a bancarização nos municípios onde há carência de agências bancárias.

Como consequência das mudanças pelas quais o BNB passou nos últimos anos, em especial o aumento do volume de aplicações e a diversidade de produtos e serviços ofertados, o Banco lançou uma nova identidade visual objetivando fortalecer sua imagem, reposicionando-o no mercado onde atua como banco público, expansivo e próximo de seus clientes. O novo posicionamento preconiza um banco múltiplo e parceiro, apoiado no tripé desenvolvimento, cultura e negócios.

O apoio à ciência e à tecnologia se fez presente por meio dos três fundos que o Banco administra, o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci, o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – Fase e o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR. Esses fundos promotores de pesquisa na região disponibilizaram R$ 43,0 milhões no ano, apoiando 781 projetos de pesquisa nas áreas de pecuária, agroindústria, agricultura, química fina, indústria, meio ambiente, economia solidária e desenvolvimento local dentre outras.

**Integração de Políticas Públicas**

Em 2010 o BNB continuou sua atuação na Política Nacional da Habitação, por meio da operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, ação em conjunto com os Ministérios das Cidades e da Fazenda, os governos dos estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e os movimentos sociais. Essa ação envolve recursos financeiros no montante de R$ 13,8 milhões, viabilizando a construção de 1.283 unidades habitacionais nas áreas rurais desses estados, distribuídas em 32 municípios. No 1º semestre de 2010 foram iniciadas as liberações, envolvendo, até o final do ano, o montante de R$ 5,5 milhões liberados para a construção de 498 unidades habitacionais.

Outra importante ação do BNB foi o apoio à produção de biodiesel por meio da assinatura, em junho de 2010, de acordo de cooperação entre o Banco e a Petrobrás Biocombustível para a execução de Programa Integrado de Produção de Oleaginosas por agricultores familiares. O acordo envolve financiamento pelo BNB para a produção de oleaginosas por agricultores familiares e o apoio a estudos e pesquisas sobre a atividade, bem como a

compra garantida da produção pela Petrobras, a qual fornecerá também assistência técnica, dentre outras ações de inclusão e sustentabilidade.

A partir de setembro de 2010 o BNB realizou o FNE Itinerante, série de eventos voltados para a promoção e divulgação do FNE junto ao público das mini e pequenas empresas – MPEs, priorizando cidades do interior dos estados da região caracterizados por menor renda e maior concentração de micro e pequenas empresas.

A iniciativa foi realizada em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com parcerias importantes em nível local com o Sebrae, prefeituras municipais, CDL e associações comerciais. Ao final do ano foram realizados 11 eventos, um em cada estado da área de atuação do BNB, com informações e serviços de atendimento a mais de 1.200 mini e pequenos empresários. Diante do sucesso da iniciativa na promoção do acesso ao crédito, em 2011 deverão ser realizados novos eventos, desconcentrando o crédito e contribuindo assim para a interiorização da ação de desenvolvimento.

Desde o seu lançamento em 2008, o BNB apoia o programa Territórios da Cidadania do Governo Federal em 1.076 municípios de 65 Territórios localizados na região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Para a execução dessa política, o Banco estabeleceu meta de contratação, em 2010, de R$ 2,4 bilhões com recursos do FNE (excetuando aplicações do Pronaf). Foram atingidos 92% dessa meta, com contratações em torno de R$ 2,2 bilhões em quase 15 mil operações.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**

As contratações de financiamentos em 2010 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R$ 10,8 bilhões, com crescimento de 17,7% em relação ao montante verificado em 2009. Entre os setores, o maior crescimento no ano, de 411,6%, foi verificado no setor de turismo que aplicou R$ 447,2 milhões, já contemplando financiamento de projetos voltados para a Copa 2014.

O setor Rural, que apresentou variação em valor de 27,5% em 2010, recebeu R$ 3,7 bilhões correspondentes a 34,0% do valor total contratado. Outro setor com expressivo crescimento foi o industrial que, com contratações de R$ 2,4 bilhões, aumentou 37,9% em relação ao ano anterior.

O desempenho desses setores pode ser entendido pelo aquecimento da economia e, por conseguinte, do aumento da demanda interna por bens e serviços em geral, o que repercute na procura por financiamentos a partir das empresas.

Com recursos do FNE o setor de infraestrutura teve financiamentos no valor total de R$ 2,0 bilhões, o que representou crescimento de 5,3%. O montante de R$ 1,3 bilhão desse valor foi para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO**

em R$ milhões

| SETOR | 2009 | 2010 | % VAR. |
|---|---|---|---|
| Rural | 2.867,9 | 3.657,3 | 27,5 |
| Agroindustrial | 366,9 | 220,6 | -39,9 |
| Industrial | 1.754,8 | 2.419,2 | 37,9 |
| Infraestrutura | 1.918,8 | 2.020,5 | 5,3 |
| Turismo | 87,4 | 447,2 | 411,6 |
| Comércio/Serviços | 2.138,3 | 1.990,4 | -6,9 |
| **Total** | **9.134,1** | **10.755,2** | **17,7** |

Fonte: BNB

A normalização em 2010 da disponibilidade de linhas externas no mercado financeiro pós-crise financeira teve como consequência a queda na demanda do programa Nordeste Exportação – NExport pelas empresas agroindustriais, ocasionando redução de 39,9% nas contratações desse setor agroindustrial em 2010 com recursos do FNE.

Embora tenha havido pequena redução de 6,9% nas contratações do setor Comércio/Serviços com operações de longo prazo utilizando o FNE, o Banco expandiu suas aplicações totais nesse setor em 2,8% em função da expansão do crédito de curto prazo com outras fontes de recursos.

Os valores contratados de FNE nos anos de 2009 e 2010 por região são mostrados no quadro a seguir.

**FNE – VALOR CONTRATADO POR REGIÃO**

| REGIÃO | 2009 | 2010 | % VAR. |
|---|---|---|---|
| NORDESTE | 8.737,4 | 10.146,4 | 16,1 |
| SUDESTE (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo) | 396,7 | 608,8 | 53,5 |
| **TOTAL** | **9.134,1** | **10.755,2** | **17,7** |

Fonte: BNB

Os financiamentos voltados para os mini e pequenos produtores rurais (aqueles com receita agropecuária bruta anual até R$ 300 mil) e para as micro e pequenas empresas (com receita operacional bruta anual até R$ 2,4 milhões) somaram R$ 2,8 bilhões e cresceram 23,3% em 2010 em relação ao ano anterior. Os valores e expansões das operações do FNE nos diversos portes estão mostrados no quadro adiante.

**FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE EM 2010**

| PORTE | 2009 | 2010 | % VAR. |
|---|---|---|---|
| Mini/Micro/Pequeno (1) | 2.253,3 | 2.778,6 | 23,3 |
| Médio (1) | 1.343,8 | 1.579,0 | 17,5 |
| Grande (1) | 3.618,2 | 4.377,1 | 21,0 |
| Mini até Grande | 7.215,3 | 8.734,7 | 21,1 |
| Infraestrutura | 1.918,8 | 2.020,5 | 5,3 |
| **TOTAL** | **9.134,1** | **10.755,2** | **17,7** |

Fonte: BNB

(1) Classificação dos beneficiários (setor rural) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita agropecuária bruta anual: Mini – até R$ 150 mil; Pequeno – acima de R$ 150 mil e até R$ 300 mil; Médio – acima de R$ 300 mil e até R$ 1,9 milhão; Grande – acima de R$ 1,9 milhão. Classificação dos beneficiários (demais setores) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita operacional bruta anual: Micro – até R$ 240 mil; Pequeno – acima de R$ 240 mil e até R$ 2,4 milhões; Médio – acima de R$ 2,4 milhões até R$ 35 milhões; Grande – acima de R$ 35 milhões.

**Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE**

O FDNE tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudene, gestora do Fundo.

A Sudene já encaminhou para o BNB 14 projetos de investimento, contemplando empresas dos setores de energia, transporte, mineral não metálico, agricultura irrigada e turismo. Desses projetos, seis foram aprovados pelo colegiado daquela autarquia, demandando recursos do FDNE na ordem de R$ 3,3 bilhões. Os desembolsos acumulados somaram R$ 1,6 bilhão, com destaque para o Projeto Nova Transnordestina, cujo repasse de recursos do FDNE deu-se na ordem de R$ 1,0 bilhão. urante o ano de 2010 o BNB realizou diversas ações na operacionalização do FDNE, com destaque para:

- Formatação e realização do curso Operacionalização do FDNE, capacitando 80 participantes de Ambientes, Agências, Superintendências Estaduais e Sudene;
- Publicação dos marcos regulatórios do FDNE e divulgação às unidades do Banco da Direção Geral, agências, centrais de apoio operacional, centrais de retaguarda, canais de atendimento, Diretoria, Conselho Fiscal e outras;
- Divulgação de informações do FDNE nos sites do Banco (intranet e internet) e no Dianet;
- Revisão dos normativos do FDNE;
- Participação na elaboração de contratos e aditivos das operações com recursos do FDNE;
- Promoção de reuniões sistemáticas com a equipe da Sudene para avaliação e acompanhamento dos projetos em análise e das operações contratadas; e
- Realização de palestra sobre o FDNE para todos os gestores das Centrais de Apoio Operacional.

**Segmentos de Negócios de Crédito**

**Microcrédito**

Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Em 2010 as 1.961.587 operações de microcrédito somaram R$ 2,7 bilhões, representando crescimento de 37,1% em comparação a 2009, conforme evidencia o quadro adiante.

**MICROCRÉDITO NO BNB**

em R$ milhões

| MICROCRÉDITO | 2009 | | 2010 | | % VAR. (VALOR) |
|---|---|---|---|---|---|
| | QUANTIDADE | VALOR | QUANTIDADE | VALOR | |
| Urbano (programa Crediamigo) | 1.259.594 | 1.499,2 | 1.632.482 | 2.066,3 | 37,8 |
| Rural (programa Agroamigo) | 286.175 | 443,1 | 329.105 | 595,8 | 34,5 |
| **TOTAL** | **1.545.769** | **1.942,3** | **1.961.587** | **2.662,1** | **37,1** |

Fonte: BNB

Estima-se que aproximadamente 30% dos clientes dos programas de microcrédito do BNB são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os programas oferecem pequenos empréstimos a microempreendedores para o desenvolvimento de suas atividades. Atuam em sintonia com a estratégia do Governo Federal de redução da pobreza e inclusão social viabilizada por meio de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Estima-se que os financiamentos do Crediamigo e Agroamigo no Nordeste, em 2010, geraram impactos médios no valor bruto da produção da ordem de R$ 4,20 por cada real contratado.

**Microfinança Urbana**

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Em 2010, o valor total dos empréstimos desembolsados por meio do Crediamigo foi de R$ 2,1 bilhões, representando um crescimento de 37,8% em relação ao ano de 2009. A quantidade de empréstimos desembolsados evidencia, também, significativo crescimento de 29,6%. Foram realizadas no ano 1.632.482 operações contra 1.259.594 operações contratadas no período anterior. O crescimento da carteira ativa

em 2010 foi de 48%, chegando ao final do ano com saldo de R$ 742,6 milhões. A quantidade de clientes ativos cresceu 39,5%, passando de 528,7 mil para 737,8 mil.

Desde o ano de criação do programa, em 1998, os empréstimos acumulados somam valores da ordem de R$ 8 bilhões em aproximadamente 7,9 milhões de operações. Com esse desempenho, o Crediamigo do BNB consolida-se como o maior programa de microcrédito do Brasil e o segundo maior da América Latina e Caribe.

Ao final de 2010, a inadimplência dos financiamentos ficou em 0,72%, representando uma redução de 38,2% em relação ao final de 2009. A inadimplência representa a média ponderada dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à Carteira Ativa. No mesmo período, a carteira ativa teve um crescimento de 48%, o que significa que a qualidade da carteira vem se mantendo estável mesmo com o aumento expressivo do volume de crédito.

Direcionado ao público de mais baixa renda atendido pelo Crediamigo, o produto Crediamigo Comunidade finalizou o ano de 2010 com valor ativo médio de R$ 462,42 por operação, com 6.099 bancos comunitários formados, representando 108.309 clientes ativos. Baseada nos *Village Banks*, a metodologia, fundamentada na organização informal de pessoas que recebem crédito para atividades produtivas e cujo manejo de recursos fica a seu cargo, trabalha fortemente o caráter e o empoderamento dos seus beneficiários.

De acordo com a análise de indicadores de eficiência, alcance e transparência, o Crediamigo foi reconhecido como a melhor Instituição de Microfinanças da América Latina e Caribe, na edição 2010 da revista *Microfinanzas Americas*. No ano foram trabalhadas ações integradas com o Bolsa Família, principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, em parceria com representantes dos governos estaduais e municipais, no sentido de fortalecer o microcrédito como uma ação complementar a esse programa de transferência de renda do Governo Federal.

O Crediamigo avançou também em 2010 na estratégia de oferecer orientação empresarial e ambiental aos clientes. Neste sentido, foram repassadas ao público atendido cerca de 850 mil cartilhas, sem custos para os clientes, nas quais são abordados temas de foco negocial, como planejamento, vendas, custos, cuidados ambientais, uso do crédito e importância do associativismo. Outra modalidade de capacitação aplicada aos clientes é o curso Aprender a Empreender, formatado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania – Inec, Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Sebrae. No ano foram realizadas 70 turmas, beneficiando 1.921 clientes na modalidade presencial.

O programa encerrou 2010 com uma rede de atendimento com 314 pontos, sendo 171 Unidades (estruturas físicas responsáveis pelo atendimento de clientes do Programa e localizadas anexas às agências do BNB) e 143 Postos de atendimento. Outros 38 Postos estão em processo de abertura.

**Agricultura Familiar**

**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**

O Pronaf é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar, que no Nordeste do Brasil representa 89,1% dos estabelecimentos rurais da região, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares. Estão ocupadas no Nordeste nesse segmento econômico 6,4 milhões de pessoas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa, ao final de 2010, no valor de R$ 4,8 bilhões, correspondentes a 1,4 milhão de operações. Durante o ano de 2010, o Banco contratou 367.151 operações envolvendo recursos da ordem de R$ 1,1 bilhão. As aplicações no ano cresceram 24% em relação ao período anterior. A linha Mais Alimentos cresceu 157,5%, resultante da prioridade dispensada pelo Banco a esse programa, em sintonia com as orientações do Governo Federal de aumentar a oferta de alimentos básicos. Em termos de valores aplicados em 2010, e com acréscimo de 22% cada, destacam-se os Grupos A e B do Pronaf, segmentos que contribuem para um largo resultado social na Região em função do apoio à reforma agrária e ao financiamento do microcrédito rural, respectivamente.

Alguns grupos e linhas do programa tiveram redução no valor aplicado em 2010. No caso do Grupo Agricultores Familiares – Pronaf-Comum, a redução é explicada, sobretudo, pelo atendimento de suas necessidades de financiamento por meio do Pronaf Mais Alimentos que dispõe de melhores condições para o agricultor. A redução no Pronaf Mulher é explicada pelo fato de este grupo ser indissociável do Agroamigo (programa de microcrédito rural do BNB), que teve amplo crescimento da participação feminina chegando a constituir 48% das contratações. O Grupo A/C, destinado ao financiamento das necessidades de custeio agropecuário de agricultores assentados pela Reforma Agrária e beneficiários dos programas de Crédito Fundiário, teve redução devido a problemas de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e à limitação de três operações por cliente. No quadro a seguir é mostrado o número de operações e o valor contratado nas linhas e grupos do Pronaf em 2010 em comparação com o exercício anterior.

**CONTRATAÇÕES DO PRONAF POR MODALIDADE**

| LINHA/GRUPO | QUANTIDADE | | | VALOR CONTRATADO (R$ MILHÕES) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | % VAR. | 2009 | 2010 | % VAR. |
| Pronaf Grupo B | 316.244 | 330.888 | 4,6 | 490,6 | 599,0 | 22,1 |
| Pronaf Mais Alimentos | 5.005 | 11.926 | 138,3 | 93,9 | 241,9 | 157,5 |
| Pronaf Grupo A | 6.145 | 7.302 | 18,8 | 110,0 | 134,2 | 22,0 |
| Pronaf Comum | 19.256 | 12.122 | -37,0 | 147,8 | 95,9 | -35,1 |
| Pronaf Semiárido | 3.612 | 2.939 | -18,6 | 22,6 | 21,7 | -3,6 |
| Pronaf Mulher | 1.518 | 664 | -56,3 | 12,0 | 5,8 | -52,1 |
| Pronaf Grupo A/C | 1.549 | 959 | -38,1 | 5,2 | 3,6 | -31,5 |
| Pronaf Eco | 74 | 125 | 68,9 | 0,8 | 1,9 | 127,9 |
| Outras linhas | 3.424 | 226 | -93,4 | 7,2 | 1,1 | -84,1 |
| **TOTAL** | **356.827** | **367.151** | **2,9** | **890,1** | **1.105,1** | **24,2** |

Fonte: BNB

Os valores contratados do Pronaf em 2009 e 2010 por região são mostrados no quadro a seguir.

**PRONAF – VALOR CONTRATADO POR REGIÃO (R$ MILHÕES)**

| REGIÃO | 2009 | 2010 | % VAR. |
|---|---|---|---|
| NORDESTE | 795,1 | 997,6 | 25,5 |
| SUDESTE (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo) | 95,0 | 107,5 | 13,2 |
| **TOTAL** | **890,1** | **1.105,1** | **24,2** |

Fonte: BNB.

Em 2010 o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento do gerenciamento do Pronaf e o atendimento de Clientes, dentre as quais destacam-se:

- Lançamento do Guia de Orientação para Gestão das Carteiras para os segmentos Agroamigo, Pronaf e Mini/Pequeno Produtores Rurais;
- Implantação de programa de treinamento presencial para os Gerentes de Negócios Pronaf, alcançando 210 colaboradores;
- Disponibilização do curso Agricultura Familiar e Pronaf na Comunidade Virtual de Aprendizagem (CVA) destinado a Analistas Bancários, com 412 colaboradores treinados;
- Firmatura de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA para ampliação e qualificação do acesso ao crédito das trabalhadoras rurais, assentadas da reforma agrária, quilombolas, extrativistas, pescadoras artesanais, indígenas e ribeirinhas na área de atuação do BNB;
- Participação na comissão de revisão das condições operacionais do Pronaf para o Plano Safra 2010/2011;
- Realização de reunião com todas as Unidades Técnicas Estaduais - UTE do Programa de Crédito Fundiário para definição de metas de contratação do Pronaf Grupo A;
- Realização de 66 eventos Dia da Agricultura Familiar, com a participação de 44 mil agricultores familiares, em municípios dos nove Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, objetivando atendimentos diversos aos agricultores familiares;
- Realização de encontro estadual dos Gerentes de Negócios Pronaf;
- Implementação e acompanhamento do plano de promoção de financiamento de custeio agropecuário no âmbito do Pronaf; e
- Realização do Acordo de Cooperação com a Petrobras objetivando o financiamento aos agricultores familiares para produção de biocombustível.

**Microcrédito Rural – Agroamigo**

O Agroamigo é o programa de microcrédito rural do BNB que tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que visa expandir o atendimento rápido e desburocratizado mediante a concessão de microcrédito rural direcionado às famílias de menor nível de renda no meio rural. Em 2010, foram realizadas 329.105 operações em toda área de atuação do Banco, envolvendo recursos no montante de R$ 595,8 milhões, com valor médio de R$ 1.810,35 por operação. Quase metade das operações (48%) do Agroamigo foi contratada com mulheres. Foi escolhido dentre as dez melhores experiências em Inovação na Gestão Pública Federal, eleito por meio de concurso promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.
Desde o início da sua operacionalização, em 2005, até dezembro de 2010 foram contratadas 1,1 milhão de operações no montante de R$ 1,7 bilhão. Em 2010, as realizações do BNB no Agroamigo buscaram consolidar a sua imagem institucional e o aperfeiçoamento gerencial, destacando-se:

- Criação das Gerências Estaduais de Microfinanças do Agroamigo em 11 regionais;
- Realização de evento comemorativo aos 5 anos do Agroamigo, com a participação do Presidente Lula, Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras autoridades. Realizado em sistema de videoconferência participaram da comemoração cerca de 4.000 pessoas, sendo 2.600 em Fortaleza, sede do evento;

- Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para celebração de convênio objetivando aquisição de 200 motocicletas para utilização pelos assessores de crédito rural no atendimento aos clientes;
- Lançamento de cartilha sobre meio ambiente para distribuição com os clientes;
- Apresentação do Agroamigo na Assembleia Geral da Alide – Asociacion Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo;
- Realização do I Encontro de Coordenadores do Agroamigo;
- Criação do prêmio Assessor de Sucesso com o objetivo de reconhecer os profissionais que obtiveram o melhor desempenho no Agroamigo; e
- Reconhecimento dos melhores clientes do Agroamigo por meio do Prêmio BNB de Microcrédito.

**Crédito Fundiário**

O BNB financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários e minifundiários, com acesso precário à terra, por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural – CPR e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras – SAT, que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários – SIC, que financia de forma não-reembolsável os investimentos comunitários complementares. Por sua vez, CAF financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

No ano de 2010, o Subprojeto de Aquisição de Terras contratou 302 operações no valor de R$ 17,8 milhões, beneficiando 1.643 famílias em uma área de 35,4 mil hectares, onde 72% dessas propriedades adquiridas estão localizadas na região semiárida.

O Subprojeto de Investimentos Comunitários contratou 165 operações no valor de R$ 40,5 milhões. No CAF foram contratadas 972 operações no valor de R$ 34,3 milhões, atendendo 1.014 famílias em uma área de 32,7 mil hectares, com 76% dos financiamentos localizados no semiárido nordestino.

**Mini e Pequenos Produtores Rurais**

O BNB atua com os mini e pequenos produtores rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Em 2010 o Banco contratou 9.760 operações que somaram R$ 434,8 milhões com esse segmento, exceto o público enquadrado no Pronaf. A carteira ativa ao final do ano ficou no valor de R$ 4,4 bilhões, correspondendo a 266,4 mil operações.

**Negócios com Micro e Pequenas Empresas – MPEs**

Em 2010 o BNB colocou à disposição das MPEs linhas de crédito para longo e curto prazos no valor total de R$ 2,9 bilhões. No mesmo período o Banco contratou operações que somaram R$ 2,3 bilhões, significando evolução de 27,5% em relação ao montante de 2009. Esse valor atendeu a 23.774 micro e pequenas empresas com 98.550 operações de crédito em 2010. Dentre as ações que contribuíram para o resultado obtido no ano, merecem destaque: expansão dos negócios com franquias; divulgação da marca Banco do Nordeste no mercado, apresentando produtos e suas condições por meio da veiculação da versão 2010 de campanha publicitária dirigida às micro e pequenas empresas; parcerias existentes entre o Banco e importantes entidades que atuam em setores considerados estratégicos; maior agilidade do processo de concessão de créditos às MPEs; e programas de treinamento e atualização de Gerentes de Negócios.

**Negócios com Médios e Grandes Clientes**

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem o segmento os clientes produtores rurais com faturamento anual superior a R$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R$ 2,4 milhões e R$ 200 milhões. O segmento de negócios corporate gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R$ 200,0 milhões. O BNB conta com espaço próprio e equipe especializada para prestar atendimento diferenciado nas Plataformas Corporate existentes em cada um dos Estados da área de atuação do BNB. Nesse segmento corporate foram contratados R$ 4,7 bilhões em financiamentos no ano de 2010.

**Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do PAC, viabilizando investimentos totais da ordem de R$ 13,8 bilhões em 25 projetos dos setores de energia e transporte no período de 2005 a 2010, inclusive com a utilização de recursos do FNE, cujo volume contratado é da ordem de R$ 3,4 bilhões, sendo R$ 1,3 bilhão somente no ano de 2010.

**Negócios com Governo**

O BNB tem expandido seus negócios com o Segmento Governo alcançando um valor total de R$ 2,8 bilhões, sendo R$ 1,3 bilhão em negócios

realizados por meio da contratação de operações de crédito e R$ 1,5 bilhão na captação de recursos.

**Negócios de Crédito Comercial**

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor – CDC, Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas, somaram R$ 5,7 bilhões em 2010 representando crescimento de 16,4% em relação ao ano anterior.

**Negócios de Comércio Exterior e Câmbio**

Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o BNB mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais. No ano de 2010, foram alocados mais de R$ 1,3 bilhão pelas diversas fontes de financiamento ao comércio exterior operacionalizadas pelo Banco. Os produtos de crédito ofertados e que atendem às necessidades de financiamento e emissão de garantias são: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC/ACE, Financiamento à Importação – Finimp e garantias internacionais. No apoio às exportações, além das operações tradicionais de comércio exterior, como o ACC e o ACE, o Banco disponibiliza aos exportadores nordestinos a linha Nordeste Exportação. Essa linha visa fomentar a produção industrial e agroindustrial e as atividades comercial e de prestação de serviços das empresas instaladas em qualquer município da área de atuação do Banco. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2010, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, atingiu a cifra de R$ 5,3 bilhões.

**Negócios com Pessoas Físicas**

No segmento de Pessoa Física foram desenvolvidas atividades com o objetivo de ampliar a base de clientes e negócios, com destaque para:

- Proposição de criação de Pacote de Tarifas especifico para Pessoa Física e ajuste de valores na tabela de tarifas;
- Elaboração de Pesquisa de Satisfação de Clientes atendidos nos Postos de Atendimento Bancários (PAB CAPGV, Sudene, Chesf e BNB Clube);
- Apoio na implantação do Cartão de Débito Visa Electron Banco do Nordeste;
- Proposição de ampliação do público-alvo dos programas CDC Veículos e BNB Cooperfat;
- Ampliação no volume de contratações com recursos do FAT, totalizando o montante de R$ 9,0 milhões com 303 operações, no âmbito da linha de crédito BNB - Cooperfat;
- Revisão dos critérios de formação e avaliação das Carteiras Pessoa Física das Agências;
- Desenvolvimento de folders com os produtos e serviços para pessoa física;
- Divulgação mensal de orientações e estratégias de negócios com objetivo de incrementar o volume de negócios dos clientes vinculados às empresas clientes do Banco;
- Participação na estruturação de negócios que tenham as pessoas físicas como público-alvo, a exemplo da formatação de Acordos de Cooperação; e
- Realização de Acordos de Cooperação nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco para apoio à renovação da frota de taxi, utilizando recursos do FAT.

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene**

O BNB, por meio do seu Etene, deu continuidade em 2010 à avaliação de programas e subprogramas de financiamentos. Publicou a Metodologia de Avaliação do FNE, versão revisada da definida em 2005, incorporando melhorias identificadas ao longo do processo. Também foi publicada a Avaliação de Resultados e Impactos do FNE - Proatur, realizada junto aos empreendedores das principais atividades turísticas. Foi concluída ainda a Avaliação de Resultados e Impactos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da região Nordeste – FNE-Proinfra) no período de 2004 a 2009. A avaliação do FNE-Rural encontra-se em sua fase final. O Etene publicou ainda a Avaliação do Pronaf B no BNB.

**Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento**

Nos três fundos administrados de apoio à pesquisa – o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci, o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – Fase e o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR – o BNB aplicou R$ 43,0 milhões em 2010 em 781 projetos.

**Impacto Fiscal das Atividades do BNB**

Os valores a seguir apresentados, relacionados ao impacto fiscal do BNB nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade do Banco e consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o BNB e o Tesouro Nacional durante o exercício. Em 2010 representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seu imposto de renda – IRPJ e das contribuições sobre receitas – Cofins e Pasep, além da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, o Tesouro Nacional recebeu os maiores pagamentos realizados pelo BNB no exercício de 2010, totalizando R$ 704,4 milhões.

Deste total, o valor de R$ 404,5 milhões representa receitas tributárias, considerando o recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), Contribuições sobre o Faturamento (Pasep e Cofins). Ademais, o valor de R$ 1,0 milhão refere-se a receitas de encargos sobre tributos. A título de juros sobre capital próprio e dividendos foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R$ 298,9 milhões.

**RECOLHIMENTOS REALIZADOS PELO BNB PARA O TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2010**

em R$ mil

| PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS | VALOR(*) |
|---|---|
| IRPJ | 156.161,2 |
| COFINS | 131.083,7 |
| PASEP | 21.272,9 |
| CSLL | 95.935,2 |
| Outras (multas e juros) | 1.023,1 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 298.992,6 |
| **TOTAL** | **704.468,7** |

Fonte: BNB.
(*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, juros, dividendos e outros).

Com relação ao FNE, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2010**

em R$ mil

| SALDO EM 31.12.2009 | ENTRADAS (*) | SAÍDAS (**) | SALDO EM 31.12.2010 |
|---|---|---|---|
| 29.454.927,9 | 6.702.449,4 | (2.830.746,1) | 33.326.631,2 |

Fonte: BNB.
(*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, repasses, remuneração das disponibilidades e recuperação de crédito;
(**) Principais saídas: taxa de administração, remuneração sobre Pronaf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei 11.322).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o BNB mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

**MOVIMENTAÇÕES DO BNB COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNE, NO EXERCÍCIO DE 2010**

em R$ mil

| FUNDOS | SALDO EM 2009 | INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO | PGTOS.(*) | SALDO EM 2010 |
|---|---|---|---|---|
| FAT | 395.252,6 | 382.882,4 | (91.344,2) | 686.790,8 |
| FMM | 50.159,3 | 6.362,0 | (2.946,1) | 53.575,2 |
| STN Prodecer | 70.157,3 | 5.341,6 | (14.623,8) | 60.875,1 |
| STN Recoop | 1.163,4 | 106,8 | (184,4) | 1.085,8 |
| STN – Inst. Híbrido de Capital e Dívida | 0,00 | 1.004.165,8 | 0,0 | 1.004.165,8 |

Fonte: BNB
(*) Envolve principal e juros.

**3.5.5 - Banco da Amazônia S. A.**

O Banco da Amazônia – BASA, como principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a região amazônica, atua estrategicamente focado em uma nova dimensão que passa do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências. Por meio desses alinhamentos a Instituição espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, consequentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de aceitação dos produtos.

Assim, o desempenho apresentado pelo Banco da Amazônia, em 2010, esteve pautado no compromisso estratégico da Instituição com o Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, buscando inserir sua economia nos mercados nacional e internacional, mediante: incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar; apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Essa forma de atuar é fundamentada no reconhecimento de que o processo de desenvolvimento integrado e sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia depende, necessariamente, da incorporação de mecanismos de gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento, pois a mesma se adéqua ao ambiente regional, já que a forma de atuação convencional das Instituições, com a execução de ações isoladas, se sobrepõem ou deixam lacunas, coloca-se em prática a integração e focalização de ações, de maneira sinérgica e complementar, potencializando os resultados a serem alcançados.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos internalizados em prol das populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Banco da Amazônia incorporou à sua política de financiamento os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais. Trata-se de um modelo de financiamento que tenha como foco os negócios sustentáveis e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia propõe orientar o relacionamento com os clientes seguindo três linhas de ação: indução, salvaguardas e exclusão. A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, priorizando e promovendo, de forma pró-ativa, projetos que sejam precursores, multiplicadores, demonstrativos ou exemplares em termos socioambientais, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e seu efeito demonstrativo incentivador para outros projetos. As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo BASA para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, procurando compatibilizar essas práticas com melhoramento de rentabilidade para o cliente. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades. Mediante a exclusão, o Banco escolhe não apoiar atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

O Banco da Amazônia apoia a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais atuando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do BASA contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais (APL) selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia.

Durante o exercício de 2010, a Instituição realizou o monitoramento das potencialidades econômicas em nível local, visando à estruturação e fortalecimento dos APL prioritários para a região, viabilizando a formatação de projetos que valorizem o uso racional de matérias-primas locais e que, ao mesmo tempo, contribuam para o aumento do valor agregado regional. Buscou, também, implantar novas oportunidades de negócios voltadas para os segmentos sustentáveis, consolidando sua presença

como instituição indutora do desenvolvimento regional. Essas iniciativas estiveram focadas no propósito de compatibilizar as ações creditícias do Banco em consonância com os objetivos do Governo Federal, constantes no PPA 2008-2011.

Em 2010 a Instituição elaborou estudos sobre o setor florestal e fruticultura objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos estados que apresentam menores índices de aplicação de recursos. Realiza também estudos produtivos da região que contam com seu apoio financeiro, esses estudos contemplam análise de conjuntura de mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócio que podem surgir no curto e longo prazo, configura-se em importante instrumento para apoiar as decisões do BASA no atendimento das demandas por crédito.

Em suas estratégias de ação, o Banco tem como prioridade a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional, resultando na geração de significativos impactos sociais e econômicos, tais como: fixação do homem amazônida no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, mediante integração intra e inter-regional; apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; integração da economia regional aos mercados; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural amazônica.

**Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Artigo 49 da LRF)**

Foi estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como meta de aplicação para o Banco da Amazônia S.A. (Plano Safra 2009/2010 - julho/2009 a junho/2010) o montante de recursos na ordem de R$ 518,0 milhões, meta superada, tendo sido investido o montante de R$ 536,8 milhões.

Com recursos do Fundo Constitucional do Norte - FNO, Orçamento Geral da União - OGU e Recursos Próprios, o Banco da Amazônia financiou, em 2010, aproximadamente, 42.654 operações do PRONAF, no total de R$ 498,2 milhões. Desde 2003 até dezembro/2010 foram efetuadas 320 mil operações no montante de R$ 2,7 bilhões, gerando aproximadamente 1.280 mil ocupações de mão-de-obra na região.

A operação Arco Verde inaugurou nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia. O Banco da Amazônia, em cumprimento aos compromissos assumidos durante a realização dos Mutirões da Operação Arco Verde, realizou um total de contratações financeiras (excetuando PRONAF), no valor aproximado de R$ 1,35 bilhões, sendo R$ 1.301,97 milhões no setor industrial, comércio e serviços e R$ 44,67 milhões no setor rural. Deste total, foram aplicados em manutenção e recuperação da biodiversidade amazônica (Programa FNO Biodiversidade), R$ 15,6 milhões. Quanto à aplicação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foram beneficiadas 8.811 famílias de agricultores familiares com crédito no valor de R$ 144,6 milhões.

O apoio a Assistência Técnica e Extensão Rural na Região Norte, desde o seu início, abrangeu a contratação de R$ 2,3 milhões, tendo sido firmados convênios com os órgãos oficiais dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Em 2010, estavam vigentes os convênios com os estados do Amazonas e Rondônia cujos valores contratados foram de R$ 421 mil e R$ 368 mil respectivamente.

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional continua sendo uma marca do Banco da Amazônia. Em 2010 os créditos destinados às atividades de base agropecuária e agroindustrial, exceto PRONAF - todas as fontes, atingiram o montante de R$ 587,3 milhões, equivalentes a 2.621 operações contratadas, cobrindo um amplo espectro de atores do meio rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários rurais e agroindustriais de médio e grande porte. São financiamentos que estão permitindo a consolidação de diversas cadeias produtivas do agronegócio na região e de inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

O Banco da Amazônia participa do Programa de Inclusão Bancária do Governo Federal (Banco para Todos), que possibilita ampliar o acesso ao sistema bancário da população excluída, em especial os

trabalhadores informais e de baixa renda. Desde a criação do Programa, em 2003, até dezembro de 2010, o BASA possibilitou a abertura de 41.982 contas simplificadas. No exercício de 2010, foram abertas 1.648 novas contas simplificadas. No âmbito do Programa Banco Para Todos, concedeu crédito à população de baixa renda, através de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura. De 2003 até dezembro de 2010, foram atendidos 57.390 clientes, no total de R$ 32,4 milhões. Em 2010, o total de financiamentos atingiu R$ 319,1 mil, envolvendo 494 clientes atendidos.

No âmbito do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, foi criado o Programa "Amazônia Florescer" baseado em uma filosofia de "finanças de proximidade", implantando diversas Unidades de Microfinanças (UMF). Desde dezembro/2007 até dezembro/2010, o Banco já viabilizou crédito para 15.659 pequenos empreendedores desenvolverem seus negócios, no valor de R$ 12,7 milhões, com média de R$ 813,76 por cliente. No exercício de 2010, aproximadamente 6.762 clientes foram atendidos pelo Programa, envolvendo recursos de cerca de R$ 5,9 milhões.

O Banco da Amazônia possui relevante atuação no apoio à Ciência & Tecnologia Regional, financiando diversos projetos de pesquisas de modo a incentivar a realização de pesquisas científicas de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, parcerias são firmadas com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região, visando à execução de pesquisas de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, entre outros temas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia.

O Banco é parceiro de 40 instituições, entre institutos, universidades e outras sediadas na região.

Entre as pesquisas apoiadas, destacam-se: "Tijolos vegetais", com o objetivo de desenvolver inovação tecnológica para aproveitamento de resíduos vegetais; "Geração de Renda, Inclusão Social e Recomposição de Matas Ciliares por Comunidades Ribeirinhas na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense", visando a produção de mudas das espécies vegetais locais nos lagos daquela região, para o desenvolvimento de um programa de recomposição vegetal, com geração de renda para as comunidades envolvidas; e "Extrativismo de Áreas Protegidas do Acre", para possibilitar às comunidades extrativas mecanismos de defesa de seu patrimônio biológico, evitando o depauperamento do estoque ambiental e florestal, de forma a garantir a manutenção da diversidade biológica.

Como forma de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, participa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e desenvolve parceria com o SEBRAE, com o qual mantém convênio de cooperação geral, visando implementar ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores que atuam na Amazônia. Para esse segmento, no período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, considerando todas as fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco da Amazônia, foram contratadas 6.495 operações de crédito, correspondendo ao montante de recursos da ordem de R$ 921,7 milhões. Em 2010, o número de contratações destinadas aos micros e pequenos empresários atingiu 2.268 operações contratadas, no valor de R$ 229,0 milhões. Nesse período, do total de operações contratadas no setor industrial, 87% foram voltadas ao apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em retomar a capacidade orientadora do estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco, no âmbito do PAC, contemplam setores estratégicos da economia como saneamento básico, matriz energética e produção de biodiesel.

Do ano de 2003 até dezembro de 2010, o Banco aprovou a contratação de 44 projetos, no total de R$ 5,1 bilhão, com recursos do FNO, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O total de recursos disponibilizados pelo Banco somente no exercício de 2010, em projetos infraestruturantes na Amazônia Legal, foi de R$ 3.200 milhões.

Em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o BASA publica, anualmente, o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, que tem como propósito nortear as ações da Instituição no que diz respeito ao fomento do turismo sustentável na Região. Além disso, disponibiliza recursos do FNO, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e BNDES para aplicação em empreendimentos que atendem a toda a cadeia do turismo na Região.

No exercício de 2010, contratou 140 operações de crédito, totalizando R$ 62,4 milhões. Considerando o período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, contratou 459 operações, no valor de R$ 383,4 milhões.

Atuando alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa "Amazônia Mais Cultura", cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos.

Por meio desse Programa, está prospectando, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do segmento cultural. Uma das ações do programa é a Capacitação em Projetos Culturais, tendo como realizador o Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o Banco, o Serviço Social da Indústria (SESI) e as Secretarias de Cultura dos estados da região amazônica.

O curso tem como meta capacitar, informar e instruir gestores empreendedores e agentes da área, subsidiando-os na gestão de projetos culturais e no relacionamento com as fontes de financiamento, entre as quais se enquadra o Banco. Em 2010, o total de investimentos na cultura regional atingiu o montante de R$ 5,4 milhões, em 59 operações de crédito contratadas. No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, foram contratadas 243 operações, totalizando R$ 108,3 milhões.

O BASA realiza estudos dos setores produtivos da região que contam com seu apoio financeiro, objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos estados que apresentam menores índices de aplicação de recursos.

Esses estudos contemplam análises de conjuntura do mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócios que podem surgir no curto e longo prazo, configurando-se em importante instrumento para apoiar as suas decisões no atendimento das demandas por crédito. Em 2010 foram concluídos os estudos Florestal e sobre Fruticultura, sendo que este está em fase de atualização de dados.

Quanto à capilaridade, o Banco da Amazônia tem utilizado o critério de maximização da expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, de modo a transferir para a comunidade os benefícios da ampliação do seu atendimento. Nos últimos oito anos, o Banco expandiu a sua capilaridade em 72%, passando de 101 pontos de atendimentos ao final de 2002 para 174 unidades ao final de 2010.

**Ações Componentes de Programas de Governo (PPA 2008-2011) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

O PRONAF visa fortalecer a Agricultura Familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

A partir da linha de financiamento do Banco da Amazônia, é prestado apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Beneficia agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no Manual de Crédito Rural - MCR-10, mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; e aquicultores.

Dentre as contribuições decorrentes da execução do programa, destacam-se: a democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda; o apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributária, por meio da diversificação da estrutura produtiva; a promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais mediante integração intra e inter-regional; a viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e a integração da economia regional aos mercados.

Por meio do PRONAF, o Banco da Amazônia auxilia o Governo Federal na execução da Política de Reforma Agrária com financiamento de atividades produtivas na Região Amazônica, desenvolvidas em áreas de colonização.

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PRONAF EM 2010 – FNO**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 31.190 | 277.593.360,00 | 38.753 | 490.447.755,12 |

Fonte: Banco da Amazônia

**EFETIVADO POR FONTE DE RECURSO – PRONAF 2010**

| ESTADO | OGU | | FNO | |
|---|---|---|---|---|
| | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR |
| Acre | 0 | 0 | 3.021 | 35.794.068 |
| Amazonas | 0 | 0 | 5.196 | 70.337.739 |
| Amapá | 0 | 0 | 889 | 15.805.780 |
| Pará | 0 | 0 | 20.059 | 215.123.616 |
| Rondônia | 0 | 0 | 5.311 | 101.109.753 |
| Roraima | 0 | 0 | 136 | 2.896.631 |
| Tocantins | 0 | 0 | 4.141 | 49.380.169 |
| Maranhão | 2.593 | 5.115.262 | 0 | 0 |
| Mato Grosso | 1.308 | 2.616.000 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **3.901** | **7.731.262** | **38.753** | **490.447.756** |

Fonte: Banco da Amazônia

Como se verifica, os recursos do OGU foram aplicados nos estados do Maranhão e Mato Grosso, os quais não são contemplados como área de abrangência do FNO, que se restringe a região Norte, o que explica a maior demanda pelos recursos do FNO em relação aos recursos do OGU.

Além do apoio do crédito direto, a agricultura familiar regional também passa a ter o apoio do Banco da Amazônia para a prestação do serviço de assistência técnica, disponibilizando recursos do seu próprio orçamento para fortalecer e melhorar o desempenho dos Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos mini e pequenos produtores rurais da Região Norte. Trata-se de uma parceria pioneira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visa eliminar um problema que há muitos anos aflige o pequeno produtor rural da região: a falta de apoio técnico para o cultivo e a comercialização da safra. Com isso, o Banco espera melhorar os resultados de sua política de crédito e proporcionar maior retorno financeiro para a agricultura familiar, que se constitui num importante segmento da economia rural amazônica.

**Desenvolvimento Macrorregional Sustentável Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia**

O programa tem por finalidade apoiar, com recursos não reembolsáveis (renúncia fiscal), a elaboração e execução de projetos de pesquisa (custeio) que se voltem aos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia. O foco é o financiamento de pesquisas científicas de universidades, institutos de pesquisa e outras entidades que, técnica e legalmente habilitadas, satisfaçam os requisitos exigidos. Dentre as contribuições decorrentes da execução do programa, destacam-se: o desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias; a identificação de novas oportunidades de investimento; a ampliação do estoque de conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia; o desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, promovendo a exploração sustentável das vocações e potencialidades regionais; a contribuição à manutenção e ao fortalecimento da comunidade científica regional; e, a difusão das questões amazônicas. Em 2010, o Banco da Amazônia desembolsou R$ 546.452,00 em 12 projetos de pesquisa, conforme a seguir:

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2010**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 61 | 4.235.000,00 | 12 | 546.452,00 |

Fonte: Banco da Amazônia

No apoio à pesquisa científica e tecnológica, o BASA procura convergir iniciativas que priorizem as vocações socioeconômicas regionais, sempre tendo em vista a preservação da identidade cultural da sociedade amazônica. Assim, foram concluídas pesquisas, publicados trabalhos e celebradas parcerias para proporcionar apoio ao processo decisório de novos investimentos, que passaram a se constituir ferramentas de suporte importantes para planejar o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a deficiência de infra-estrutura na área de Ciência e Tecnologia na Amazônia, como falta de laboratórios, centros de excelência e pequeno número de pesquisadores, se refletem na quantidade e qualidade dos projetos apresentados, dificultando a aplicação dos recursos em sua totalidade.

**Programa Banco Para Todos Conta Simplificada**

Para atender esta ação, o Banco da Amazônia criou a Conta Sinal Verde, que é um conjunto de contas simplificadas destinado exclusivamente às pessoas físicas, individualmente, com o objetivo de proporcionar acesso às facilidades bancárias e creditícias de forma mais ágil e simplificada. Podem ser beneficiários do programa todas as pessoas físicas que não possuem conta corrente ou poupança em qualquer banco. O Banco da Amazônia oferece três opções diferenciadas de atendimento: a Conta Amazônia Jovem, para estudantes de nível médio, técnico e superior; a Conta Amazônia Cidadão, para aposentados e

pensionistas; e a Conta Amazônia Fácil, para autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, donas de casa, microempreendedores da economia informal, dentre outros.

O beneficiário pode consultar saldo e extrato, efetuar depósitos e saques e pagar contas, por meio de cartão magnético; fazer compras em lojas credenciadas da rede 24 horas; e obter empréstimo na linha do microcrédito junto ao Banco.

A abertura dessa conta é totalmente gratuita e sem burocracia. Em 2010, foram abertas 1.648 novas contas simplificadas no Banco da Amazônia, ao passo que, desde 2003, quando o Programa foi criado, o total de contas abertas chega a 41.982.

**RESULTADOS FÍSICOS DA CONTA SINAL VERDE EM 2010**

| PROGRAMADO | EFETIVADO |
|---|---|
| 4.167 | 1.648 |

Fonte: Banco da Amazônia

**Concessão de Crédito à População de Baixa Renda**

Para executar esta ação, o Banco da Amazônia criou uma modalidade de empréstimo chamada Amazônia Microcrédito, destinado à população de baixa renda, aposentados e pensionistas, microempreendedores da economia informal e microempresários, para suprir as necessidades de crédito de curto prazo, cuja taxa efetiva de juros é de 2% ao mês. Os empréstimos não têm destinação específica.

Podem ser beneficiados pelo programa pessoas físicas detentoras de conta simplificada, titulares de conta corrente ou de poupança que, em conjunto com as demais aplicações financeiras do BASA, não apresentem saldo médio mensal superior a mil reais e que tenham renda de até dois salários mínimos; microempreendedores (autônomos, donas de casa, profissionais liberais, etc.) que possuem empreendimento de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, que atuam no mercado informal; aposentados e pensionistas do INSS, que recebam até dois salários mínimos de aposentadoria ou pensão pelo Banco da Amazônia; e microempresas, desde que o valor da operação para essa linha somado ao saldo de outras operações de crédito que tenham em qualquer instituição financeira não ultrapasse dez mil reais.

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO AMAZÔNIA MICROCRÉDITO EM 2010**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 18.943 | 10.627.000,00 | 494 | 319.141,00 |

Fonte: Banco da Amazônia

**Abastecimento Agroalimentar**

O programa visa contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo. Busca também formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar da população brasileira, além de financiar o custeio e comercialização da produção agropecuária, bem como investimentos no setor. Podem ser beneficiários: produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamentos, movimentos sociais, comunidades carentes, governos e segmento varejista. Dentre as contribuições decorrentes da execução do programa, destacam-se: a formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários; a regularização do abastecimento interno; o fortalecimento do comércio internacional; a melhoria da renda dos produtores; e a inclusão social.

Em 2010, o Banco da Amazônia contratou 6.374 operações de crédito para a atividade agropecuária da Região, desembolsando recursos da ordem de R$ 577,7 milhões, contra o programado para o exercício no total de 5.054 operações e recursos no valor de R$ 535,7 milhões, oriundos do FNO, BNDES, OGU e da Poupança Rural.

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2010**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 5.054 | 535.755.185,00 | 6.374 | 577.693.459,00 |

Fonte: Banco da Amazônia

**Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte**

O objetivo do Programa é aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. Financia as atividades produtivas, nas modalidades investimento e capital de giro, das microempresas e empresas de pequeno e médio porte dos setores não-rurais (agroindústria, indústria, turismo, infra-estrutura, comércio e prestação de serviços). Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de

Pessoas Jurídicas, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06, de 14.12.2006, poderão ser beneficiadas pelo programa.

Entre as contribuições decorrentes da execução do programa, destacam-se: a migração da informalidade para legalização das empresas; a maior arrecadação de tributos; a geração de emprego e renda e estímulo a exportação; o incremento de novas cooperativas; o ganho na produção das atividades da Região; e a qualificação no setor de comércio exterior, buscando maior competitividade.

Em 2010, o Banco da Amazônia contratou 2.504 operações de crédito para as Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio porte, no valor de R$ 452,8 milhões, usando recursos do FNO, FAT e BNDES.

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2010**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 1494 | 469.132.778,00 | 2.504 | 452.766.963,00 |

Fonte: Banco da Amazônia

**Microcrédito Produtivo Orientado**

Visa a ampliar o acesso ao crédito, bem como apoiar e estimular o segmento das instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local. Esta ação é fomentada pela concessão de financiamento a empreendedores de baixa renda ou populares, por meio de metodologias próprias do microcrédito produtivo orientado. Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60.000,00, determinada pelo Decreto n.º 5.288/2004, podem ser beneficiadas pelo programa.

Entre as contribuições decorrentes da execução do programa, destacam-se: a legalização de microempreendedores que atuam no segmento informal da economia; o acesso a serviços financeiros (abertura de conta corrente e de poupança); o acesso ao crédito bancário; e a geração de trabalho e renda e inclusão social.

Durante o exercício de 2010, o Banco da Amazônia, desembolsou R$ 5.859.701,00 para 6.762 clientes, com recursos provenientes dos saldos dos depósitos à vista de seus clientes, com média de R$ 866,56 por cliente, conforme a seguir:

**RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2010**

| PROGRAMADO | | EFETIVADO | |
|---|---|---|---|
| DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) | DADOS FÍSICOS | DADOS FINANCEIROS (R$) |
| 31.900 | 17.866.000,00 | 6.762 | 5.859.701,00 |

Fonte: Banco da Amazônia

A conciliação de todas as ações acima possibilitou ao Banco, no ano de 2010, contratar 47.801 operações, no montante de R$ 5.310.027.764, conforme demonstrativo a seguir, o qual contempla as aplicações por região (estado) e setor de atividade (rural / industrial).

| ESTADO | FNO | | | | | | DEMAIS FONTES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RURAL | | INDUSTRIAL | | TOTAL | | RURAL | | INDUSTRIAL | | TOTAL | |
| | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR | QDE. | VALOR |
| Acre | 3.077 | 59.969 | 336 | 138.105 | 3.413 | 198.075 | - | - | - | - | - | - |
| Amazonas | 5.414 | 83.155 | 354 | 324.683 | 5.768 | 407.838 | - | - | - | - | - | - |
| Amapá | 892 | 49.658 | 84 | 163.682 | 976 | 213.340 | - | - | 1 | 569.568 | 1 | 569.568 |
| Pará | 20.315 | 294.789 | 946 | 706.875 | 1.261 | 1.001.664 | 1 | 7 | 3 | 1.049.171 | 4 | 1.049.177 |
| Rondônia | 5.658 | 168.424 | 385 | 121.706 | 6.043 | 290.130 | 1 | 104 | 3 | 655.728 | 4 | 655.832 |
| Roraima | 154 | 7.596 | 45 | 9.451 | 199 | 17.047 | - | - | - | - | - | - |
| Tocantins | 5.197 | 295.043 | 387 | 145.548 | 5.584 | 440.591 | - | - | 1 | 30 | 1 | 30 |
| Maranhão | - | - | - | - | - | - | 3.059 | 48.368 | 44 | 353.134 | 3.103 | 401.502 |
| Mato Grosso | - | - | - | - | - | - | 1.420 | 62.438 | 24 | 2.795 | 1.444 | 65.234 |
| **TOTAL** | **40.707** | **958.636** | **2.537** | **1.610.049** | **43.244** | **2.568.685** | **4.481** | **110.917** | **76** | **2.630.426** | **4.557** | **2.741.343** |

OBS.: Demais fontes: BNDES, FAT, OGU, Recursos próprios, FDA, Poupança rural
Fonte: Banco da Amazônia

**Impacto fiscal das atividades executadas no exercício de 2010, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações.**

No exercício de 2010, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a seu Imposto de Renda (IRPJ), às contribuições sobre receitas (PIS/PASEP e COFINS), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como aos pagamentos a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Os valores apresentados no resumo a seguir, relacionados ao impacto fiscal do Banco da Amazônia nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade e dos documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e consubstanciam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício de 2010. O Banco da Amazônia, no exercício de 2010, recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R$ 237.644 mil.

**RECOLHIMENTO REALIZADO EM 2010**

| PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS | VALOR (R$) |
|---|---|
| IRPJ | 71.740 |
| COFINS | 44.713 |
| PIS/PASEP | 7.270 |
| CSLL | 42.628 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 70.990 |
| Juros | 303 |
| **TOTAL DE RECOLHIMENTOS** | **237.644** |

Fonte: Banco da Amazônia

Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do FUNDO.

| SALDO EM 2009 | ENTRADAS | SAÍDAS | SALDO EM 2010 |
|---|---|---|---|
| 10.146.258.035,43 | 6.475.144.260,35 | 5.115.550.388,57 | 11.505.851.907,21 |

Fonte: Banco da Amazônia

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresentamos a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

**MOVIMENTAÇÕES COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO, NO EXERCÍCIO DE 2010.**

em R$ mil

| FUNDOS | SALDO EM 2009 | INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO | PGTOS | SALDO EM 2010 |
|---|---|---|---|---|
| FAT | 27.953,50 | 10.846,50 | 7.577,80 | 31.222,20 |
| FMM | 47.281,60 | 415,00 | - | 47.696,60 |
| STN- Ogu | 41.673,58 | 6.032,56 | 3.711,77 | 43.994,37 |
| STN Recoop | 58,72 | 4,06 | 14,04 | 48,74 |

Fonte: Banco da Amazônia

PARTE IV

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - EMPRESAS ESTATAIS

# PARTE IV – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

## 4.1 – ASPECTOS GERAIS

Os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, são descritos no Orçamento de Investimento, conforme previsto no art. 165, § 5º, II da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 (Lei nº 12.017, de 12.8.2009 – LDO/2010), restringe a previsão constitucional, ao prever, em seu art. 6º, que as empresas que recebam recursos do Tesouro Nacional terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, conforme art. 6º, § 1º, III da LDO/2010, aquelas empresas que recebam recursos da União apenas em virtude de: a) participação acionária; b) fornecimento de bens ou prestação de serviços; c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e d) transferência para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, e de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", e 239, § 1º, da Constituição.

Assim, o Orçamento de Investimento compreende todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 54, *caput* e § 5º da LDO/2010. São considerados investimentos, nos termos do Art. 54, § 1º da LDO, as despesas com: I – aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou destinados a terceiros; e II – benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2010 foi aprovado pela Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 – Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 27.10.2010, com uma dotação inicial de R$ 94.406.722.225,00, englobando as programações de 75 empresas estatais federais. Após uma série de alterações, discriminadas no demonstrativo a seguir, houve um acréscimo de R$ 7.704.176.145,00 ao valor inicialmente previsto, resultando em uma dotação final de R$ 102.110.898.370,00 e programações de 78 empresas estatais federais.

**CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010**

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa) | CRÉDITOS | | MOVIMENTO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|
| | Suplementação | Cancelamento | |
| **Dotação Inicial (Lei nº 12.214, de 26.01.2010)** | | | **94.406.722.225** |
| **Decreto de 27.01.2010** | **134.784.998** | **0** | **134.784.998** |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 7.315.209 | 0 | 7.315.209 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 18.512.371 | 0 | 18.512.371 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 371.926 | 0 | 371.926 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 89.796.338 | 0 | 89.796.338 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 4.874.446 | 0 | 4.874.446 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 9.768.341 | 0 | 9.768.341 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 3.046.367 | 0 | 3.046.367 |
| ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. | 1.100.000 | 0 | 1.100.000 |
| **Decreto de 11.05.2010** | **250.653.945** | **0** | **250.653.945** |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 5.482.763 | 0 | 5.482.763 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 26.674.867 | 0 | 26.674.867 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 8.633.839 | 0 | 8.633.839 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 77.503.296 | 0 | 77.503.296 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 29.143.376 | 0 | 29.143.376 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 19.162.875 | 0 | 19.162.875 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 84.052.929 | 0 | 84.052.929 |

Cont.

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa) | CRÉDITOS | | MOVIMENTO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|
| | Suplementação | Cancelamento | |
| **Decreto de 11.05.2010** | **15.500.000** | **1.100.000** | **14.400.000** |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 1.100.000 | 1.100.000 | 0 |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 14.400.000 | 0 | 14.400.000 |
| **Decreto de 30.06.2010** | **103.105.824** | **0** | **103.105.824** |
| Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO | 103.105.824 | 0 | 103.105.824 |
| **Decreto de 05.08.2010** | **132.814.275** | **132.814.275** | **0** |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 23.790.000 | 23.790.000 | 0 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 109.024.275 | 109.024.275 | 0 |
| **Decreto de 14.09.2010** | **7.650.000** | **7.650.000** | **0** |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 750.000 | 750.000 | 0 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 900.000 | 900.000 | 0 |
| Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **Decreto de 27.10.2010** | **16.900.000** | **16.900.000** | **0** |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 16.900.000 | 16.900.000 | 0 |
| **Decreto de 28.10.2010** | **6.466.659** | **6.466.659** | **0** |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 520.000 | 520.000 | 0 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 411.556 | 411.556 | 0 |
| Casa da Moeda do Brasil - CMB | 5.535.103 | 5.535.103 | 0 |
| **Decreto de 13.12.2010** | **2.324.423.407** | **2.324.423.407** | **0** |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 2.162.246.190 | 2.162.246.190 | 0 |
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR | 23.307.219 | 23.307.219 | 0 |
| Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG | 3.834.600 | 3.834.600 | 0 |
| Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 96.184.200 | 96.184.200 | 0 |
| Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 37.251.198 | 37.251.198 | 0 |
| Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS | 1.600.000 | 1.600.000 | 0 |
| **MP nº 515 de 28.12.2010** | **23.352.596.999** | **16.197.365.621** | **7.155.231.378** |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 6.924.477 | 3.220.000 | 3.704.477 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 10.641.854 | 46.606.854 | -35.965.000 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 8.605.413 | 8.028.413 | 577.000 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 757.000 | 722.000 | 35.000 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 55.800.944 | 5.486.457 | 50.314.487 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 3.551.969 | 2.774.969 | 777.000 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 444.200 | 200.000 | 244.200 |
| Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS | 2.671.166 | 0 | 2.671.166 |
| Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG | 490.980 | 1.290.200 | -799.220 |
| CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo | 3.334.493 | 0 | 3.334.493 |
| Banco da Amazônia S.A. - BASA | 34.163.573 | 2.187.123 | 31.976.450 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB | 2.122.032 | 32.076.244 | -29.954.212 |
| IRB - Brasil Resseguros S.A. | 0 | 17.326.088 | -17.326.088 |
| Caixa Econômica Federal - CAIXA | 146.477.548 | 389.055.294 | -242.577.746 |
| COBRA Tecnologia S.A. | 23.812.833 | 2.858.046 | 20.954.787 |
| BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO | 0 | 1.600.000 | -1.600.000 |
| ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| Banco Nossa Caixa S.A. - BNC | 0 | 100.000.000 | -100.000.000 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | 2.186.503 | 108.814.485 | -106.627.982 |
| Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR | 0 | 70.827.427 | -70.827.427 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS | 64.002.386 | 23.003.581 | 40.998.805 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 22.710.000 | 438.710.000 | -416.000.000 |
| ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. | 272.117.657 | 65.638.162 | 206.479.495 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 80.000.000 | 80.000.000 | 0 |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 532.953.657 | 47.409.891 | 485.543.766 |

Cont.

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa) | CRÉDITOS | | MOVIMENTO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|
| | Suplementação | Cancelamento | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 12.565.105.000 | 7.180.493.000 | 5.384.612.000 |
| Braspetro Oil Services Company - BRASOIL | 0 | 16.757.000 | -16.757.000 |
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR | 201.708.000 | 29.521.000 | 172.187.000 |
| Petrobras Química S.A. - PETROQUISA | 42.811.000 | 433.000 | 42.378.000 |
| Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE | 62.989.889 | 17.940.126 | 45.049.763 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 7.500.000 | 68.867.880 | -61.367.880 |
| Companhia Energética do Piauí - CEPISA | 10.587.592 | 127.177.829 | -116.590.237 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON | 1.871.410 | 78.500.025 | -76.628.615 |
| Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG | 84.116.000 | 11.046.000 | 73.070.000 |
| Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA | 16.125.619 | 9.446.518 | 6.679.101 |
| Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE | 158.462.690 | 452.021.619 | -293.558.929 |
| Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 285.205.000 | 5.892.000 | 279.313.000 |
| Fronape International Company - FIC | 524.000 | 0 | 524.000 |
| Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE | 167.463.730 | 0 | 167.463.730 |
| Alberto Pasqualini - REFAP S.A. | 0 | 46.464.000 | -46.464.000 |
| Petrobras Netherlands B.V. - PNBV | 4.008.908.136 | 2.112.605.000 | 1.896.303.136 |
| Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV | 1.552.501.000 | 7.710.000 | 1.544.791.000 |
| Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 1.331.509.000 | 170.362.000 | 1.161.147.000 |
| Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS | 84.100.000 | 0 | 84.100.000 |
| SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda. | 0 | 3.319.000 | -3.319.000 |
| Termorio S.A. | 1.290.000 | 0 | 1.290.000 |
| Fafen Energia S.A. | 0 | 10.293.000 | -10.293.000 |
| Termoceará Ltda. | 0 | 10.250.000 | -10.250.000 |
| Termomacaé Ltda. | 434.000 | 985.000 | -551.000 |
| Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST | 0 | 983.946.000 | -983.946.000 |
| Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF | 0 | 1.106.000 | -1.106.000 |
| Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA | 506.000 | 360.000 | 146.000 |
| Petrobrás Biocombustível S.A. - PBIO | 48.571.000 | 94.187.000 | -45.616.000 |
| Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - CPRJBAS | 400.000 | 1.729.874.000 | -1.729.474.000 |
| Comperj Estirenicos S.A. - CPRJEST | 100.000 | 119.491.000 | -119.391.000 |
| Comperj Meg S.A. - CPRJMEG | 100.000 | 136.990.000 | -136.890.000 |
| Comperj Participações S.A. - CPRJPAR | 100.000 | 0 | 100.000 |
| Comperj Pet S.A. - CPRJPET | 0 | 248.013.000 | -248.013.000 |
| Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL | 85.402.000 | 0 | 85.402.000 |
| Companhia Integrada Textil de Pernambuco - CITEPE | 85.306.000 | 0 | 85.306.000 |
| Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE | 212.365.000 | 0 | 212.365.000 |
| Breitener Energética S.A. - BREITENER | 292.046.000 | 0 | 292.046.000 |
| Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUESECO 2 | 32.807.000 | 0 | 32.807.000 |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 86.749.797 | 0 | 86.749.797 |
| Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT | 0 | 259.790.000 | -259.790.000 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 316.493.454 | 0 | 316.493.454 |
| Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO | 330.169.997 | 815.689.390 | -485.519.393 |
| **Lei nº 12.356 de 29.12.2010** | **31.252.000** | **31.252.000** | **0** |
| Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO | 31.252.000 | 31.252.000 | 0 |
| **Lei nº 12.362 de 29.12.2010** | **8.351.313** | **8.351.313** | **0** |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 8.351.313 | 8.351.313 | 0 |
| **Lei nº 12.370 de 29.12.2010** | **46.000.000** | **0** | **46.000.000** |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 15.000.000 | 0 | 15.000.000 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **Resumo dos Créditos** | **26.430.499.420** | **18.726.323.275** | **7.704.176.145** |
| **DOTAÇÃO FINAL** | | | **102.110.898.370** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento investiram R$ 83.975.903.254,00, correspondentes a 82,2% do valor autorizado. Em comparação ao exercício anterior, os investimentos realizados pelas empresas estatais cresceram 18,0%. A execução do Orçamento de

Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema de Informações das Estatais (Siest), por força do § 8º do art. 54 da LDO/2010.

### 4.2 – ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 36 programas do Plano Plurianual 2008/2011, sendo que 79,2% dos valores dispendidos em 2010 estiveram concentrados em cinco programas, todos relacionados ao setor de energia, em especial às áreas de petróleo e gás natural. O desempenho médio da realização dos investimentos ficou em 82,2%, impulsionado especialmente por quatro dos cinco programas com maior volume de recursos gastos, sendo que 28 programas registraram desempenho inferior à média, e sete programas executaram menos da metade dos valores disponibilizados.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2010 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA**

R$ mil

| PROGRAMA | Dotação Inicial (a) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Realizado Anual (d) | Desemp. % (d/c) |
|---|---|---|---|---|---|
| Oferta de Petróleo e Gás Natural | 36.695.018 | 3.440.325 | 40.135.343 | 35.567.672 | 88,6 |
| Refino de Petróleo | 19.011.731 | 2.907.456 | 21.919.187 | 18.581.354 | 84,8 |
| Atuação Internacional na Área de Petróleo | 4.672.253 | 1.545.878 | 6.218.131 | 4.700.972 | 75,6 |
| Brasil com Todo Gás | 3.150.513 | 1.193.314 | 4.343.827 | 4.075.611 | 93,8 |
| Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis | 3.754.347 | 533.988 | 4.288.335 | 3.596.051 | 83,9 |
| Indústria Petroquímica | 6.855.782 | -2.021.535 | 4.834.247 | 3.445.565 | 71,3 |
| Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio | 4.423.025 | -521.252 | 3.901.773 | 3.015.925 | 77,3 |
| Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste | 2.491.539 | 703.737 | 3.195.276 | 2.075.714 | 65,0 |
| Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural | 2.141.322 | -82.482 | 2.058.840 | 1.786.896 | 86,8 |
| Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais | 1.655.908 | 97.273 | 1.753.181 | 1.254.855 | 71,6 |
| Energia na Região Sul | 1.001.813 | 209.318 | 1.211.131 | 1.061.038 | 87,6 |
| Energia na Região Nordeste | 1.411.121 | -85.847 | 1.325.274 | 921.399 | 69,5 |
| Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis | 558.891 | 243.110 | 802.001 | 799.076 | 99,6 |
| Luz para Todos | 1.311.947 | 37.882 | 1.349.828 | 633.547 | 46,9 |
| Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária | 1.390.543 | -454.045 | 936.498 | 529.943 | 56,6 |
| Energia na Região Norte | 750.928 | -148.854 | 602.074 | 422.601 | 70,2 |
| Energia nos Sistemas Isolados | 1.105.288 | -433.540 | 671.748 | 368.366 | 54,8 |
| Produção de Moeda e Documentos de Segurança | 349.861 | 0 | 349.861 | 244.279 | 69,8 |
| Aprimoramento dos Serviços Postais | 458.310 | -164.178 | 294.132 | 183.170 | 62,3 |
| Vetor Logístico Centro-Sudeste | 79.861 | 182.335 | 262.196 | 130.352 | 49,7 |
| Eficiência Energética | 194.559 | -38.234 | 156.325 | 109.466 | 70,0 |
| Vetor Logístico Nordeste Setentrional | 95.762 | 103.637 | 199.399 | 103.885 | 52,1 |
| Gestão da Política de Previdência Social | 48.000 | 93.150 | 141.150 | 96.130 | 68,1 |
| Desenvolvimento da Agroenergia | 168.158 | -63.339 | 104.819 | 68.377 | 65,2 |
| Gestão da Política de Energia | 82.340 | -13.954 | 68.386 | 52.638 | 77,0 |
| Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia | 55.996 | -5.004 | 50.992 | 28.950 | 56,8 |
| Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro | 41.900 | 12.181 | 54.081 | 28.556 | 52,8 |
| Vetor Logístico Centro-Norte | 34.450 | 78.112 | 112.562 | 23.712 | 21,1 |
| Energia Alternativa Renovável | 65.300 | -26.913 | 38.387 | 23.237 | 60,5 |
| Vetor Logístico Leste | 82.750 | 69.930 | 152.680 | 20.051 | 13,1 |
| Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados | 221.708 | 0 | 221.708 | 13.649 | 6,2 |
| Vetor Logístico Nordeste Meridional | 37.446 | 9.583 | 47.029 | 6.030 | 12,8 |
| Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde | 4.705 | 0 | 4.705 | 2.735 | 58,1 |
| Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários | 2.050 | 72 | 2.122 | 2.078 | 97,9 |
| Vetor Logístico Amazônico | 1.600 | 2.073 | 3.673 | 2.023 | 55,1 |
| Inclusão Digital | 0 | 300.000 | 300.000 | 0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **94.406.722** | **7.704.176** | **102.110.898** | **83.975.903** | **82,2** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando a série histórica entre os anos 2006 e 2010, em valores nominais, os investimentos das empresas estatais federais cresceram 155,9%. O programa Indústria Petroquímica registrou o maior crescimento proporcional no período, de 59.656,6%, seguido pelos programas Transporte de Petróleo,

Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis, que cresceu 9.002,1%, e Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, que ampliou os investimentos 5.063,8%. Quando considerados os programas com investimentos realizados em todos os anos do período analisado, apenas 2 registraram redução nos valores aplicados, Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária e Atuação Internacional na Área de Petróleo, com quedas de 8,4% e 20,9%, respectivamente.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2006 / 2010 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PROGRAMA**

R$ mil

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Oferta de Petróleo e Gás Natural | 14.917.056 | 18.147.045 | 24.290.491 | 29.720.965 | 35.567.672 |
| Refino de Petróleo | 3.041.323 | 4.717.090 | 8.221.007 | 12.485.803 | 18.581.354 |
| Atuação Internacional na Área de Petróleo | 5.945.327 | 6.551.439 | 5.797.612 | 4.730.895 | 4.700.972 |
| Brasil com Todo Gás | 455.536 | 691.502 | 2.629.235 | 5.387.535 | 4.075.611 |
| Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis | 39.508 | 202.644 | 1.792.694 | 2.929.863 | 3.596.051 |
| Indústria Petroquímica | 5.766 | 12.405 | 158.701 | 2.119.264 | 3.445.565 |
| Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio | 1.584.532 | 2.043.573 | 2.294.253 | 2.893.508 | 3.015.925 |
| Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste | 1.189.771 | 1.237.191 | 1.771.176 | 2.734.039 | 2.075.714 |
| Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural | 949.558 | 1.044.706 | 1.555.813 | 2.012.953 | 1.786.896 |
| Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais | 565.255 | 572.461 | 878.697 | 987.793 | 1.254.855 |
| Energia na Região Sul | 346.311 | 482.447 | 849.207 | 1.001.493 | 1.061.038 |
| Energia na Região Nordeste | 645.988 | 584.138 | 741.024 | 1.018.689 | 921.399 |
| Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis | 594.740 | 502.608 | 498.732 | 587.880 | 799.076 |
| Luz para Todos | 252.976 | 224.829 | 208.528 | 336.180 | 633.547 |
| Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária | 578.667 | 514.645 | 351.257 | 359.562 | 529.943 |
| Energia na Região Norte | 319.980 | 274.296 | 219.529 | 273.260 | 422.601 |
| Energia nos Sistemas Isolados | 356.195 | 304.729 | 396.418 | 506.331 | 368.366 |
| Produção de Moeda e Documentos de Segurança | 34.149 | 37.996 | 39.495 | 225.224 | 244.279 |
| Aprimoramento dos Serviços Postais | 166.127 | 141.865 | 124.065 | 179.756 | 183.170 |
| Vetor Logístico Centro-Sudeste | 0 | 0 | 60.063 | 52.746 | 130.352 |
| Eficiência Energética | 33.545 | 55.948 | 101.092 | 79.206 | 109.466 |
| Vetor Logístico Nordeste Setentrional | 0 | 0 | 17.774 | 43.856 | 103.885 |
| Gestão da Política de Previdência Social | 9.690 | 7.347 | 23.306 | 98.635 | 96.130 |
| Desenvolvimento da Agroenergia | 0 | 0 | 256.717 | 203.442 | 68.377 |
| Gestão da Política de Energia | 32.753 | 39.785 | 32.229 | 47.211 | 52.638 |
| Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia | 19.505 | 22.857 | 40.094 | 25.452 | 28.950 |
| Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro | 553 | 1.568 | 7.812 | 9.603 | 28.556 |
| Vetor Logístico Centro-Norte | 0 | 0 | 7.398 | 27.606 | 23.712 |
| Energia Alternativa Renovável | 3.832 | 50.286 | 1.786 | 2.218 | 23.237 |
| Vetor Logístico Leste | 0 | 0 | 72.240 | 43.316 | 20.051 |
| Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados | 0 | 360 | 6.096 | 6.724 | 13.649 |
| Vetor Logístico Nordeste Meridional | 0 | 0 | 14.451 | 12.285 | 6.030 |
| Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde | 0 | 0 | 362 | 775 | 2.735 |
| Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários | 0 | 2.789 | 2.134 | 1.648 | 2.078 |
| Vetor Logístico Amazônico | 0 | 0 | 147 | 451 | 2.023 |
| Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados | 632.599 | 1.206.632 | 0 | 0 | 0 |
| Produção de Material Bélico | 1.550 | 4.473 | 360 | 0 | 0 |
| Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 5.736 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Gestão da Política dos Transportes | 393 | 4.114 | 0 | 0 | 0 |
| Corredor Leste | 41.973 | 24.562 | 0 | 0 | 0 |
| Corredor Araguaia-Tocantins | 514 | 637 | 0 | 0 | 0 |

Cont.

R$ mil

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Corredor Transmetropolitano | 8.315 | 17.525 | 0 | 0 | 0 |
| Corredor São Francisco | 13.302 | 24.400 | 0 | 0 | 0 |
| Corredor Oeste-Norte | 43 | 30 | 0 | 0 | 0 |
| Corredor Nordeste | 28.078 | 29.241 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **32.821.142** | **39.780.166** | **53.461.994** | **71.146.164** | **83.975.903** |

Fonte: MP/DEST/Siest

O Ministério de Minas e Energia, responsável pela supervisão dos Grupos Petrobras e Eletrobrás, respondeu, sozinho, por 95,1% dos investimentos realizados no exercício. Apenas a *holding* Petrobras foi responsável por 56,4% dos valores executados no Orçamento de Investimento. Em seguida, ficou o Ministério da Fazenda, com participação de 3,3% nos investimentos, com destaque para o Banco do Brasil S.A., com participação de 2,1% no total de investimentos das empresas estatais federais em 2010.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2010 - DADOS CONSOLIDADOS DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE**

R$ mil

| Órgão / Unidade | Dotação Final (a) | Realizado Anual (b) | Compos. % (b/Tb) | Desemp. % (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** | **804.527** | **294.808** | **0,4** | **36,6** |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 52.836 | 6.673 | 0,0 | 12,6 |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 35.602 | 14.691 | 0,0 | 41,3 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 71.774 | 8.528 | 0,0 | 11,9 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 269.196 | 131.831 | 0,2 | 49,0 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 123.382 | 29.006 | 0,0 | 23,5 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 86.406 | 14.344 | 0,0 | 16,6 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 165.330 | 89.736 | 0,1 | 54,3 |
| **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO** | **10.732** | **7.167** | **0,0** | **66,8** |
| Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS | 5.321 | 3.026 | 0,0 | 56,9 |
| Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG | 1.576 | 685 | 0,0 | 43,5 |
| CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo | 3.834 | 3.457 | 0,0 | 90,1 |
| **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA** | **8.150** | **1.163** | **0,0** | **14,3** |
| Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP | 8.150 | 1.163 | 0,0 | 14,3 |
| **MINISTÉRIO DA FAZENDA** | **3.628.110** | **2.773.135** | **3,3** | **76,4** |
| ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros | 1.792 | 33 | 0,0 | 1,8 |
| Banco da Amazônia S.A. - BASA | 82.435 | 19.353 | 0,0 | 23,5 |
| Banco do Brasil S.A. - BB | 2.134.000 | 1.770.674 | 2,1 | 83,0 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB | 33.192 | 21.142 | 0,0 | 63,7 |
| Banco Nossa Caixa S.A. - BNC(*) | 0 | 0 | 0,0 | |
| BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO | 1.400 | 1.025 | 0,0 | 73,2 |
| Caixa Econômica Federal - CAIXA | 853.913 | 584.621 | 0,7 | 68,5 |
| Casa da Moeda do Brasil - CMB | 349.861 | 244.279 | 0,3 | 69,8 |
| COBRA Tecnologia S.A. | 28.155 | 7.354 | 0,0 | 26,1 |
| Empresa Gestora de Ativos - EMGEA | 1.136 | 585 | 0,0 | 51,5 |
| IRB - Brasil Resseguros S.A. | 12.226 | 13.134 | 0,0 | 107,4 |
| Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO | 130.000 | 110.935 | 0,1 | 85,3 |
| **MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR** | **118.595** | **52.873** | **0,1** | **44,6** |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | 118.595 | 52.873 | 0,1 | 44,6 |
| **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA** | **95.341.451** | **79.831.452** | **95,1** | **83,7** |
| ***GRUPO ELETROBRAS*** | ***8.049.134*** | ***5.279.352*** | ***6,3*** | ***65,6*** |
| Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE | 895.910 | 489.909 | 0,6 | 54,7 |
| Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA | *46.574* | *10.266* | *0,0* | *22,0* |
| Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON | 253.248 | 144.881 | 0,2 | 57,2 |

Cont.

R$ mil

| Órgão / Unidade | Dotação Final (a) | Realizado Anual (b) | Compos. % (b/Tb) | Desemp. % (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 567.538 | 418.341 | 0,5 | 73,7 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS | 141.331 | 95.545 | 0,1 | 67,6 |
| Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL | 33.141 | 16.115 | 0,0 | 48,6 |
| Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE | 193.266 | 58.112 | 0,1 | 30,1 |
| Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE | 477.542 | 438.159 | 0,5 | 91,8 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 223.195 | 138.032 | 0,2 | 61,8 |
| Companhia Energética do Piauí - CEPISA | 719.363 | 275.916 | 0,3 | 38,4 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 1.078.275 | 789.568 | 0,9 | 73,2 |
| Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR | 16 | 18 | 0,0 | 112,1 |
| Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR | 1.094.375 | 531.331 | 0,6 | 48,6 |
| ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. | 717.917 | 627.868 | 0,7 | 87,5 |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 1.607.443 | 1.245.290 | 1,5 | 77,5 |
| ***GRUPO PETROBRAS*** | ***87.292.317*** | ***74.552.101*** | ***88,8*** | ***85,4*** |
| Alberto Pasqualini - REFAP S.A. | 650.760 | 618.229 | 0,7 | 95,0 |
| *Braspetro Oil Services Company - BRASOIL* | *16.105* | *5.563* | *0,0* | *34,5* |
| Breitener Energética S.A. - BREITENER | 292.046 | 199.084 | 0,2 | 68,2 |
| Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE | 910.433 | 904.874 | 1,1 | 99,4 |
| Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE | 819.410 | 814.624 | 1,0 | 99,4 |
| Comperj Estirenicos S.A. - CPRJEST | 73.395 | 41.270 | 0,0 | 56,2 |
| Comperj Meg S.A. - CPRJMEG | 101.595 | 33.869 | 0,0 | 33,3 |
| Comperj Participações S.A. - CPRJPAR | 100 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Comperj Pet S.A. - CPRJPET | 202.306 | 130.198 | 0,2 | 64,4 |
| Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - CPRJBAS | 1.926.121 | 1.188.392 | 1,4 | 61,7 |
| Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL | 579.683 | 160.768 | 0,2 | 27,7 |
| Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUE SECO 2 | 32.807 | 21.628 | 0,0 | 65,9 |
| Fafen Energia S.A. | 3.202 | 3.322 | 0,0 | 103,8 |
| Fronape International Company - FIC | 10.637 | 7.928 | 0,0 | 74,5 |
| Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA | 2.247 | 1.792 | 0,0 | 79,8 |
| Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS | 174.300 | 173.341 | 0,2 | 99,4 |
| Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO | 128.698 | 70.271 | 0,1 | 54,6 |
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR | 675.091 | 672.732 | 0,8 | 99,7 |
| Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV | 6.207.494 | 4.693.044 | 5,6 | 75,6 |
| Petrobras International Finance Company - PIFCo | 1.968 | 199 | 0,0 | 10,1 |
| Petrobras Netherlands B.V. - PNBV | 13.200.795 | 9.389.548 | 11,2 | 71,1 |
| Petrobras Química S.A. - PETROQUISA | 42.844 | 42.973 | 0,1 | 100,3 |
| Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 1.447.546 | 1.081.674 | 1,3 | 74,7 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 50.553.395 | 47.382.143 | 56,4 | 93,7 |
| Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST | 5.138.842 | 3.075.113 | 3,7 | 59,8 |
| SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda. | 6.726 | 2.163 | 0,0 | 32,2 |
| Termoceará Ltda. | 3.265 | 400 | 0,0 | 12,3 |
| Termomacaé Ltda. | 2.234 | 488 | 0,0 | 21,9 |
| Termorio S.A. | 12.987 | 1.893 | 0,0 | 14,6 |
| Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 3.889.677 | 3.657.968 | 4,4 | 94,0 |
| Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG | 184.421 | 176.034 | 0,2 | 95,5 |
| Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF | 1.187 | 573 | 0,0 | 48,3 |
| **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** | **181.150** | **101.441** | **0,1** | **56,0** |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 181.150 | 101.441 | 0,1 | 56,0 |
| **MINISTÉRIO DA SAÚDE** | **228.250** | **17.124** | **0,0** | **7,5** |
| Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS | 228.250 | 17.124 | 0,0 | 7,5 |
| **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES** | **40** | **0** | **0,0** | **0,0** |
| Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR | 40 | 0 | 0,0 | 0,0 |

Cont.

R$ mil

| Órgão / Unidade | Dotação Final (a) | Realizado Anual (b) | Compos. % (b/Tb) | Desemp. % (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES** | **696.900** | **245.930** | **0,3** | **35,3** |
| Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT | 380.000 | 242.047 | 0,3 | 63,7 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 316.900 | 3.883 | 0,0 | 1,2 |
| **MINISTÉRIO DA DEFESA** | **1.092.993** | **650.809** | **0,8** | **59,5** |
| Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO | 1.085.493 | 643.621 | 0,8 | 59,3 |
| Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON | 7.500 | 7.188 | 0,0 | 95,8 |
| **TOTAL** | **102.110.898** | **83.975.903** | **100,0** | **82,2** |

(*) BNC foi incorporado pelo BB, por decisão da AGE realizada em 30/11/2009, posteriormente pela MP 515 de 28/12/2010 teve sua dotação global integralmente cancelada.
Fonte: MP/DEST/Siest

Dentre os investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2010, 93,0% pertencem à função "Energia", com destaque para a subfunção "Combustíveis Minerais", que respondeu por 74,5% do realizado.

"Defesa Nacional", "Indústria" e "Energia" foram as funções com melhor desempenho, com realização de 95,8%, 94,0% e 83,5% sobre os valores previstos, respectivamente.

Das 10 funções com realização no período, 4 tiveram desempenho abaixo de 50%, "Transporte", "Comunicações", "Saúde" e "Administração" sendo que essas 2 últimas tiveram os menores índices de realização, respectivamente, 7,5% e 0,2% sobre o disponível.

Com relação às subfunções, além da já citada "Combustíveis Minerais", destacam-se os investimentos nas seguintes rubricas: "Transportes Especiais", com 8,4%, "Energia Elétrica", com 6,6%, e "Tecnologia da Informação", com 2,6%.

Registraram desempenho superior a 90% as seguintes subfunções: Irrigação (99,7%), Comercialização (99,7%), Mineração (97,9%), Produção Industrial (94,8%) e Transportes Especiais (91,4%).

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010**
**INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**

R$ mil

| Função e Subfunção | Dotação Inicial (a) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Realizado Anual (d) | Compos. % (d/Td) | Desemp. % (d/c) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Administração** | **16** | **8.000** | **8.016** | **18** | **0,0** | **0,2** |
| Administração Geral * | 16 | 0 | 16 | 18 | 0,0 | 112,1 |
| Planejamento e Orçamento | 0 | 8.000 | 8.000 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| **Agricultura** | **5.526** | **5.206** | **10.732** | **7.167** | **0,0** | **66,8** |
| Administração Geral | 5.026 | 3.179 | 8.204 | 5.513 | 0,0 | 67,2 |
| Tecnologia da Informação | 500 | 2.028 | 2.528 | 1.654 | 0,0 | 65,4 |
| **Comércio e Serviços** | **3.848.649** | **-443.655** | **3.404.995** | **2.582.893** | **3,1** | **75,9** |
| Serviços Financeiros * | 1.655.908 | 97.273 | 1.753.181 | 1.254.855 | 1,5 | 71,6 |
| Administração Geral | 744.698 | -209.534 | 535.164 | 346.816 | 0,4 | 64,8 |
| Tecnologia da Informação | 1.448.044 | -331.394 | 1.116.650 | 981.222 | 1,2 | 87,9 |
| **Comunicações** | **640.197** | **43.703** | **683.900** | **243.998** | **0,3** | **35,7** |
| Comunicações Postais * | 458.310 | -164.178 | 294.132 | 183.170 | 0,2 | 62,3 |
| Administração Geral | 59.480 | -29.554 | 29.926 | 27.344 | 0,0 | 91,4 |
| Tecnologia da Informação | 122.407 | -62.564 | 59.842 | 33.484 | 0,0 | 56,0 |
| Telecomunicações | 0 | 300.000 | 300.000 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| **Defesa Nacional** | **7.500** | **0** | **7.500** | **7.188** | **0,0** | **95,8** |
| Administração Geral | 7.500 | 0 | 7.500 | 7.188 | 0,0 | 95,8 |

Cont.

R$ mil

| Função e Subfunção | Dotação Inicial (a) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Realizado Anual (d) | Compos. % (d/Td) | Desemp. % (d/c) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Energia** | **85.846.555** | **7.725.961** | **93.572.516** | **78.102.233** | **93,0** | **83,5** |
| Biocombustíveis * | 263.312 | -114.039 | 149.273 | 96.283 | 0,1 | 64,5 |
| Combustíveis Minerais * | 67.903.796 | 5.699.376 | 73.603.172 | 62.554.834 | 74,5 | 85,0 |
| Conservação de Energia * | 194.559 | -38.234 | 156.325 | 109.466 | 0,1 | 70,0 |
| Energia Elétrica * | 8.170.188 | 276.761 | 8.446.950 | 5.519.483 | 6,6 | 65,3 |
| Administração Geral | 549.032 | 13.514 | 562.546 | 411.557 | 0,5 | 73,2 |
| Comercialização | 474.317 | 161.025 | 635.342 | 633.347 | 0,8 | 99,7 |
| Irrigação | 109.918 | 32.828 | 142.746 | 142.299 | 0,2 | 99,7 |
| Tecnologia da Informação | 1.374.077 | -57.961 | 1.316.117 | 1.025.034 | 1,2 | 77,9 |
| Transporte Hidroviário | 837.193 | 29.575 | 866.768 | 561.344 | 0,7 | 64,8 |
| Transportes Especiais | 5.970.162 | 1.723.116 | 7.693.278 | 7.048.584 | 8,4 | 91,6 |
| **Indústria** | **1.784.083** | **307.743** | **2.091.826** | **1.965.856** | **2,3** | **94,0** |
| Mineração * | 2.050 | 72 | 2.122 | 2.078 | 0,0 | 97,9 |
| Produção Industrial * | 1.763.582 | 292.136 | 2.055.718 | 1.948.731 | 2,3 | 94,8 |
| Administração Geral | 18.450 | 5.535 | 23.985 | 15.047 | 0,0 | 62,7 |
| Transporte Hidroviário | 0 | 10.000 | 10.000 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| **Previdência Social** | **80.000** | **93.150** | **173.150** | **101.441** | **0,1** | **58,6** |
| Administração Geral | 32.000 | 0 | 32.000 | 5.311 | 0,0 | 16,6 |
| Tecnologia da Informação | 48.000 | 93.150 | 141.150 | 96.130 | 0,1 | 68,1 |
| **Saúde** | **228.250** | **0** | **228.250** | **17.124** | **0,0** | **7,5** |
| Suporte Profilático e Terapêutico * | 221.708 | 0 | 221.708 | 13.649 | 0,0 | 6,2 |
| Administração Geral | 571 | 0 | 571 | 18 | 0,0 | 3,2 |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 4.705 | 0 | 4.705 | 2.735 | 0,0 | 58,1 |
| Tecnologia da Informação | 1.266 | 0 | 1.266 | 722 | 0,0 | 57,0 |
| **Transporte** | **1.965.948** | **-35.932** | **1.930.015** | **947.986** | **1,1** | **49,1** |
| Transporte Aéreo * | 1.432.443 | -441.865 | 990.578 | 558.499 | 0,7 | 56,4 |
| Transporte Hidroviário * | 330.969 | 442.877 | 773.846 | 285.753 | 0,3 | 36,9 |
| Transportes Especiais * | 143.500 | -116.545 | 26.955 | 7.625 | 0,0 | 28,3 |
| Administração Geral | 28.168 | 34.193 | 62.361 | 37.576 | 0,0 | 60,3 |
| Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueo | 600 | 50 | 650 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Tecnologia da Informação | 29.967 | 42.615 | 72.582 | 58.233 | 0,1 | 80,2 |
| Vigilância Epidemiológica | 300 | 2.742 | 3.042 | 300 | 0,0 | 9,9 |
| **TOTAL** | **94.406.722** | **7.704.176** | **102.110.898** | **83.975.903** | **100,0** | **82,2** |

* Subfunção típica

Fonte: MP/DEST/Siest

O demonstrativo a seguir apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2006 e 2010, por função e subfunção, em valores nominais. O crescimento médio dos valores investidos no período foi de 155,9%, um pouco acima do crescimento verificado na função “Energia”, responsável pela maior parte dos investimentos das empresas estatais, que ficou em 154,5%.

Considerando apenas as funções com investimentos em todos os anos da série, os maiores crescimentos foram verificados nas funções “Indústria” (4.993,9%) e Previdência Social” (784,0%), e os menores nas funções “Comunicações” (9,8%) e “Agricultura” (30,5%).

Com relação às subfunções, considerando também apenas aquelas com valores em todos os anos da série histórica analisada, os maiores crescimentos foram verificados em “Comercialização” (64.202,6%), “Administração Geral” (458.474,8%), “Produção Industrial” (5.325,0%), “Transporte Hidroviário” (763,5%) e “Transportes Especiais” (520,5%).

As subfunções “Comunicações Postais“ e “Transporte Aéreo“ registraram recuo nos investimentos realizados, de 0,2% e 3,9%, respectivamente.

**VALORES EXECUTADOS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO NO PERÍODO 2006 / 2010**

R$ mil

| FUNÇÃO / Subfunção | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| **FUNÇÃO: ENERGIA** | **30.687.849** | **37.611.366** | **50.808.877** | **67.190.770** | **78.102.233** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **28.891.292** | **34.898.240** | **45.880.465** | **57.493.697** | **68.280.067** |
| Combustíveis Minerais | 25.615.585 | 31.607.308 | 41.396.752 | 51.412.057 | 62.554.834 |
| Energia Elétrica | 3.275.707 | 3.290.931 | 4.125.904 | 5.798.992 | 5.519.483 |
| Conservação de Energia | 0 | 0 | 101.092 | 79.206 | 109.466 |
| Biocombustíveis | 0 | 0 | 256.717 | 203.442 | 96.283 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **1.796.557** | **2.713.126** | **4.928.412** | **9.697.073** | **9.822.165** |
| Transportes Especiais | 1.119.616 | 1.645.522 | 2.989.822 | 7.095.843 | 7.048.584 |
| Tecnologia da Informação | 676.657 | 1.037.561 | 971.003 | 1.303.574 | 1.025.034 |
| Comercialização | 0 | 479 | 379.287 | 475.643 | 633.347 |
| Transporte Hidroviário | 0 | 0 | 171.755 | 464.186 | 561.344 |
| Administração Geral | 163 | 29.518 | 282.459 | 212.062 | 411.557 |
| Irrigação | 0 | 0 | 134.086 | 145.766 | 142.299 |
| Produção Industrial | 122 | 46 | 0 | 0 | 0 |
| **FUNÇÃO: COMÉRCIO E SERVIÇOS** | **1.139.920** | **1.246.619** | **1.796.693** | **2.150.681** | **2.582.893** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **722.016** | **753.704** | **878.697** | **987.793** | **1.254.855** |
| Serviços Financeiros | 720.905 | 750.575 | 878.697 | 987.793 | 1.254.855 |
| Turismo | 125 | 58 | 0 | 0 | 0 |
| Comercialização | 985 | 3.071 | 0 | 0 | 0 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **417.904** | **492.915** | **917.996** | **1.162.888** | **1.328.038** |
| Tecnologia da Informação | 417.880 | 492.617 | 645.869 | 732.235 | 981.222 |
| Administração Geral | 24 | 298 | 272.128 | 430.653 | 346.816 |
| **FUNÇÃO: INDÚSTRIA** | **38.592** | **53.965** | **50.809** | **751.813** | **1.965.856** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **35.799** | **45.459** | **35.371** | **733.923** | **1.950.809** |
| Produção Industrial | 35.799 | 42.669 | 33.237 | 732.275 | 1.948.731 |
| Mineração | 0 | 2.789 | 2.134 | 1.648 | 2.078 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **2.793** | **8.506** | **15.439** | **17.890** | **15.047** |
| Administração Geral | 0 | 0 | 13.871 | 17.521 | 15.047 |
| Tecnologia da Informação | 50 | 100 | 1.568 | 368 | 0 |
| Combustíveis Minerais | 2.743 | 8.406 | 0 | 0 | 0 |
| **FUNÇÃO: TRANSPORTE** | **709.774** | **647.725** | **554.064** | **611.241** | **947.986** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **696.684** | **638.486** | **531.143** | **552.406** | **851.878** |
| Transporte Aéreo | 580.951 | 518.311 | 359.069 | 369.165 | 558.499 |
| Transporte Hidroviário | 98.099 | 102.991 | 172.074 | 180.260 | 285.753 |
| Transportes Especiais | 17.635 | 17.184 | 0 | 2.981 | 7.625 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **13.090** | **9.239** | **22.921** | **58.835** | **96.108** |
| Tecnologia da Informação | 13.090 | 9.239 | 17.406 | 49.767 | 58.233 |
| Administração Geral | 0 | 0 | 5.515 | 9.068 | 37.576 |
| Vigilância Epidemiológica | 0 | 0 | 0 | 0 | 300 |
| **FUNÇÃO: COMUNICAÇÕES** | **222.306** | **207.225** | **214.253** | **234.805** | **243.998** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **183.623** | **170.488** | **124.065** | **179.756** | **183.170** |
| Comunicações Postais | 183.623 | 170.488 | 124.065 | 179.756 | 183.170 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **38.683** | **36.737** | **90.188** | **55.049** | **60.828** |
| Tecnologia da Informação | 38.683 | 36.737 | 56.470 | 30.856 | 33.484 |
| Administração Geral | 0 | 0 | 33.718 | 24.193 | 27.344 |
| **FUNÇÃO: PREVIDÊNCIA SOCIAL** | **11.475** | **8.204** | **25.399** | **111.277** | **101.441** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **11.475** | **8.204** | **25.399** | **111.277** | **101.441** |
| Tecnologia da Informação | 11.475 | 8.204 | 23.306 | 98.635 | 96.130 |
| Administração Geral | 0 | 0 | 2.093 | 12.641 | 5.311 |

Cont.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **FUNÇÃO: SAÚDE** | **0** | **468** | **6.954** | **7.812** | **17.124** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **0** | **360** | **6.096** | **6.724** | **13.649** |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0 | 360 | 6.096 | 6.724 | 13.649 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **0** | **107** | **858** | **1.089** | **3.475** |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0 | 0 | 362 | 775 | 2.735 |
| Tecnologia da Informação | 0 | 17 | 369 | 236 | 722 |
| Administração Geral | 0 | 90 | 127 | 78 | 18 |
| **FUNÇÃO: DEFESA NACIONAL** | **5.736** | **0** | **0** | **8.495** | **7.188** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **5.736** | **0** | **0** | **8.495** | **7.188** |
| Administração Geral | 0 | 0 | 0 | 8.495 | 7.188 |
| Outros Encargos Especiais | 5.736 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **FUNÇÃO: AGRICULTURA** | **5.490** | **4.595** | **4.916** | **6.918** | **7.167** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **4.688** | **4.392** | **0** | **0** | **0** |
| Abastecimento | 4.688 | 4.392 | 0 | 0 | 0 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **802** | **203** | **4.916** | **6.918** | **7.167** |
| Administração Geral | 0 | 0 | 4.745 | 6.848 | 5.513 |
| Tecnologia da Informação | 802 | 203 | 172 | 70 | 1.654 |
| **FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO** | **0** | **0** | **28** | **72.352** | **18** |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **0** | **0** | **28** | **72.352** | **18** |
| Administração Geral | 0 | 0 | 28 | 72.352 | 18 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **TOTAL** | **32.821.142** | **39.780.166** | **53.461.994** | **71.146.164** | **83.975.903** |

Fonte: MP/DEST/SIEST

Os recursos próprios não só constituíram a principal fonte de financiamento do Orçamento de Investimento; 73,4% dos investimentos foram financiados com geração própria de recursos pelas empresas estatais; como também tiveram o melhor desempenho, sendo efetivamente gastos 89,1% dos valores previstos. A captação de recursos de longo prazo, exclusive em instituições financeiras, também foi importante em 2010, representando 18,7% do total das fontes utilizadas, com um desempenho de 73,1% em relação à dotação prevista.

**FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - 2010**

R$ mil

| Fontes de Financiamento | Dotação Inicial (a) | Compos. % (a/Ta) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Compos. % (c/Tc) | Realizado Anual (d) | Compos. % (d/Td) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Recursos Próprios** | **62.609.333** | **66,3** | **6.599.727** | **69.209.060** | **67,8** | **61.634.558** | **73,4** |
| Geração Própria | 62.609.333 | 66,3 | 6.599.727 | 69.209.060 | 67,8 | 61.634.558 | 73,4 |
| **Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido** | **8.169.814** | **8,7** | **-1.984.157** | **6.185.657** | **6,1** | **3.833.220** | **4,6** |
| Tesouro | 861.434 | 0,9 | 377.946 | 1.239.379 | 1,2 | 350.893 | 0,4 |
| Direto | 635.234 | 0,7 | 13.837 | 649.071 | 0,6 | 86.377 | 0,1 |
| Saldos de Exercícios Anteriores | 226.200 | 0,2 | 364.108 | 590.308 | 0,6 | 264.516 | 0,3 |
| Controladora | 7.308.380 | 7,7 | -2.365.971 | 4.942.409 | 4,8 | 3.479.458 | 4,1 |
| Outras Estatais | 0 | 0,0 | 3.868 | 3.868 | 0,0 | 2.870 | 0,0 |
| **Operações de Crédito de Longo Prazo** | **6.322.308** | **6,7** | **-1.058.624** | **5.263.684** | **5,2** | **2.816.851** | **3,4** |
| Internas | 4.393.084 | 4,7 | 356.388 | 4.749.472 | 4,7 | 2.816.851 | 3,4 |
| Externas | 1.929.224 | 2,0 | -1.415.012 | 514.212 | 0,5 | 0 | 0,0 |
| **Outros Recursos de Longo Prazo** | **17.305.268** | **18,3** | **4.147.231** | **21.452.498** | **21,0** | **15.691.273** | **18,7** |
| Controladora | 2.587.211 | 2,7 | -417.960 | 2.169.251 | 2,1 | 1.397.339 | 1,7 |
| Outras Fontes | 14.718.057 | 15,6 | 4.565.190 | 19.283.247 | 18,9 | 14.293.935 | 17,0 |
| **TOTAL** | **94.406.722** | **100,0** | **7.704.176** | **102.110.898** | **100,0** | **83.975.903** | **100,0** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Ao analisar o comportamento das fontes de financiamento entre os anos de 2006 a 2010, verifica-se, no ano de 2009, uma evidente quebra de padrão, que pode ser associada aos impactos da crise financeira internacional. Nesse ano, os recursos próprios responderam por apenas 47,9% dos investimentos, e houve uma grande participação das operações de crédito de longo prazo (32,1%).

Outro ponto que merece destaque é o crescimento da participação dos recursos para aumento do patrimônio líquido provenientes da empresa controladora, que passou de 0,5% em 2006 para 4,1% nos anos de 2009 e 2010.

**FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - 2006 / 2010**

R$ mil

| FONTES DE FINANCIAMENTO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Recursos Próprios** | **26.773.601** | **29.799.533** | **43.883.987** | **34.056.687** | **61.634.558** |
| Geração Própria | 26.773.601 | 29.799.533 | 43.883.987 | 34.056.687 | 61.634.558 |
| **Recursos p/ aumento do Patrimônio Líquido** | **355.548** | **457.907** | **2.163.048** | **3.185.844** | **3.833.220** |
| Tesouro | 190.603 | 193.439 | 303.111 | 235.721 | 350.893 |
| Direto | 62.334 | 148.409 | 205.759 | 160.302 | 86.377 |
| Saldos de Exercícios Anteriores | 128.269 | 45.030 | 97.352 | 75.419 | 264.516 |
| Controladora | 164.945 | 264.468 | 1.859.937 | 2.950.123 | 3.479.458 |
| Outras Estatais | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.870 |
| **Operações de Crédito de Longo Prazo** | **136.322** | **1.560.716** | **1.377.998** | **22.835.567** | **2.816.851** |
| Internas | 136.322 | 123.527 | 66.305 | 16.673.811 | 2.816.851 |
| Externas | 0 | 1.437.189 | 1.311.693 | 6.161.755 | 0 |
| **Outros Recursos de Longo Prazo** | **5.555.672** | **7.962.010** | **6.036.962** | **11.068.067** | **15.691.273** |
| Controladora | 250.841 | 230.331 | 3.955.421 | 1.152.524 | 1.397.339 |
| Outras Estatais | 5.079.790 | 7.597.512 | 1.983.318 | 9.778.578 | 0 |
| Outras Fontes | 225.040 | 134.168 | 98.223 | 136.965 | 14.293.935 |
| **TOTAL** | **32.821.142** | **39.780.166** | **53.461.994** | **71.146.164** | **83.975.903** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Das 78 empresas com programações no Orçamento de Investimento, 8 pertenciam ao setor financeiro e 70 ao setor produtivo. No setor produtivo, 32 empresas pertenciam ao Grupo Petrobras, 15 ao Grupo Eletrobras e 23 ao Grupo das Demais Empresas que não dependem de recursos do Tesouro Nacional, sendo: três, na área de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas; oito, na área de administração portuária; uma, na área de serviços postais; uma, na área de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo; três, na área industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e sete, na área de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR**

R$ mil

| Setor / Grupo | Dotação Inicial (a) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Realizado Anual (d) | Compos. % (d/Td) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Setor Produtivo Estatal** | **90.699.701** | **8.168.686** | **98.868.387** | **81.512.943** | **97,1** |
| Grupo Petrobras | 79.296.500 | 7.995.817 | 87.292.317 | 74.552.101 | 88,8 |
| Grupo Eletrobrás e Federalizadas | 8.127.793 | -78.658 | 8.049.134 | 5.279.352 | 6,3 |
| Demais Empresas do Setor Produtivo | 3.275.409 | 251.527 | 3.526.936 | 1.681.491 | 2,0 |
| **Setor Financeiro** | **3.707.021** | **-464.510** | **3.242.512** | **2.462.960** | **2,9** |
| **TOTAL** | **94.406.722** | **7.704.176** | **102.110.898** | **83.975.903** | **100,0** |

Fonte: MP/DEST/Siest

A participação do Setor Produtivo Estatal – SPE cresceu 156,4% entre os anos de 2006 e 2010, um pouco mais do que a média de todas as empresas, que ficou em 155,9%. Os investimentos do Grupo Petrobras foram os que mais cresceram no período (171,1%), de forma que a sua participação sobre os investimentos totais passou de 83,8%, em 2006, para 88,8%, em 2010.

Apesar dos outros grupos terem registrado aumento nos investimentos, todos tiveram queda na participação total em função do crescimento do Grupo Petrobras. O Grupo Eletrobras passou de uma participação de 9,8%, em 2006, para 6,3% em 2010, as Demais Empresas passaram de 3,3% em 2006, para 2,0%, em 2010, e o setor financeiro, de 3,1%, em 2006 para 2,9%, em 2010.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2006 / 2010**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR SETOR / GRUPO**

R$ mil

| SETOR / GRUPO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Setor Produtivo Estatal** | **31.787.509** | **38.665.889** | **51.771.269** | **69.131.188** | **81.512.943** |
| Grupo Petrobras | 27.503.986 | 34.533.894 | 46.941.437 | 62.530.070 | 74.552.101 |
| Grupo Eletrobrás e Federalizadas | 3.203.825 | 3.104.278 | 3.878.140 | 5.190.283 | 5.279.352 |
| Demais Empresas do Setor Produtivo | 1.079.698 | 1.027.717 | 951.691 | 1.410.835 | 1.681.491 |
| **Setor Financeiro** | **1.033.633** | **1.114.277** | **1.690.726** | **2.014.977** | **2.462.960** |
| **TOTAL** | **32.821.142** | **39.780.166** | **53.461.994** | **71.146.164** | **83.975.903** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Seguem demonstrativos com a execução dos investimentos e a participação no total, por grupo e empresa, no período de 2006 a 2010, em valores nominais.

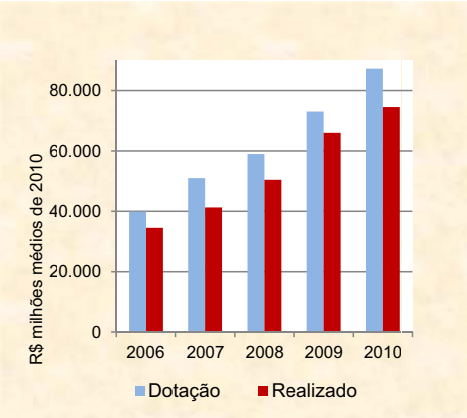
**GRUPO PETROBRAS**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADO POR EMPRESA - 2006 / 2010**

R$ mil

| Empresa | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Petrobras | 16.520.247 | 60,1 | 22.310.443 | 64,6 | 33.196.188 | 70,7 | 41.818.998 | 66,9 | 47.382.143 | 63,6 |
| PNBV | 3.362.604 | 12,2 | 3.806.336 | 11,0 | 4.873.827 | 10,4 | 6.942.181 | 11,1 | 9.389.548 | 12,6 |
| PIB BV | 5.932.132 | 21,6 | 6.551.439 | 19,0 | 5.789.357 | 12,3 | 4.716.098 | 7,5 | 4.693.044 | 6,3 |
| TAG | 2.604 | 0,0 | 7.033 | 0,0 | 1.385.277 | 3,0 | 4.258.009 | 6,8 | 3.657.968 | 4,9 |
| Rnest | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 473.960 | 1,0 | 946.703 | 1,5 | 3.075.113 | 4,1 |
| CPRJBAS | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.011.001 | 1,6 | 1.188.392 | 1,6 |
| Transpetro | 54.283 | 0,2 | 366.834 | 1,1 | 323.643 | 0,7 | 776.304 | 1,2 | 1.081.674 | 1,5 |
| Citepe | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 70.026 | 0,1 | 904.874 | 1,2 |
| Petroquimicasuape | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 454.152 | 0,7 | 814.624 | 1,1 |
| BR | 568.349 | 2,1 | 401.184 | 1,2 | 409.568 | 0,9 | 508.781 | 0,8 | 672.732 | 0,9 |
| Refap | 495.898 | 1,8 | 263.030 | 0,8 | 169.659 | 0,4 | 256.308 | 0,4 | 618.229 | 0,8 |
| Breitener | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 199.084 | 0,3 |
| TBG | 88.025 | 0,3 | 135.576 | 0,4 | 142.460 | 0,3 | 273.943 | 0,4 | 176.034 | 0,2 |
| Liquigás | 76.135 | 0,3 | 132.706 | 0,4 | 126.040 | 0,3 | 117.644 | 0,2 | 173.341 | 0,2 |
| CPRJPOL | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 136.691 | 0,2 | 160.768 | 0,2 |
| CPRJPET | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 129.617 | 0,2 | 130.198 | 0,2 |
| Pbio | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.771 | 0,0 | 70.271 | 0,1 |
| Petroquisa | 316 | 0,0 | 151 | 0,0 | 24 | 0,0 | 1 | 0,0 | 42.973 | 0,1 |
| CPRJEST | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 31.932 | 0,1 | 41.270 | 0,1 |
| CPRJMEG | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 39.932 | 0,1 | 33.869 | 0,0 |
| Mangue Seco 2 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 21.628 | 0,0 |
| FIC | 13.196 | 0,0 | 0 | 0,0 | 8.255 | 0,0 | 14.797 | 0,0 | 7.928 | 0,0 |
| Brasoil | 141.226 | 0,5 | 104.748 | 0,3 | 3.400 | 0,0 | 10.009 | 0,0 | 5.563 | 0,0 |
| Fafen Energia | 144 | 0,0 | 68 | 0,0 | 30 | 0,0 | 4.875 | 0,0 | 3.322 | 0,0 |
| SFE | 2.107 | 0,0 | 368 | 0,0 | 92 | 0,0 | 440 | 0,0 | 2.163 | 0,0 |
| Termorio | 70.370 | 0,3 | 29.526 | 0,1 | 6.894 | 0,0 | 1.028 | 0,0 | 1.893 | 0,0 |
| Iasa | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 849 | 0,0 | 966 | 0,0 | 1.792 | 0,0 |
| Utejf | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 73 | 0,0 | 573 | 0,0 |
| TermomacaÌ | 2.732 | 0,0 | 0 | 0,0 | 72 | 0,0 | 39 | 0,0 | 488 | 0,0 |
| Termoceará | 737 | 0,0 | 237 | 0,0 | 164 | 0,0 | 936 | 0,0 | 400 | 0,0 |
| PIFCo | 734 | 0,0 | 1.251 | 0,0 | 2.338 | 0,0 | 653 | 0,0 | 199 | 0,0 |
| Termobahia | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 2.270 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Gaspetro | 194 | 0,0 | 161.692 | 0,5 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Alvo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 5.398 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Triunfo | 3.413 | 0,0 | 4.441 | 0,0 | 8.538 | 0,0 | 763 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| TNS | 28.449 | 0,1 | 186.415 | 0,5 | 17.832 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| TCG | 136.435 | 0,5 | 66.746 | 0,2 | 700 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Dataflux | 3.658 | 0,0 | 3.668 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Petrorio | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| **Total** | **27.503.986** | **100,0** | **34.533.894** | **100,0** | **46.941.437** | **100,0** | **62.530.070** | **100,0** | **74.552.101** | **100,0** |

Alvo Incorporada pela BR em 31/10/2009 / Triunfo Privatizada em 05/05/2009 / TNS Incorporada pela TAG em 30/01/2008 / TCG Incorporada pela TAG em 30/01/2008 / Dataflux Incorporada pela Gaspetro em 28/03/2008 / Petrorio Incorprada pela Petroquisa em 31/10/2006
Fonte: MP/DEST/Siest

**GRUPO PETROBRAS – INVESTIMENTOS REALIZADOS - 2006 / 2010**



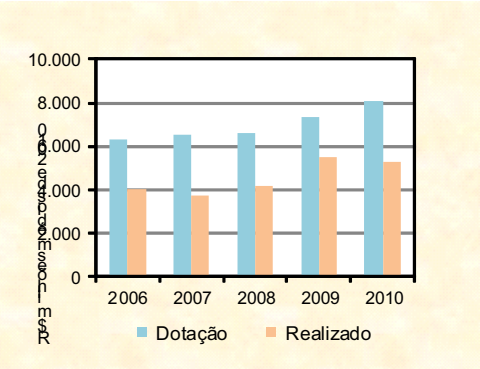

**GRUPO ELETROBRÁS**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADO POR EMPRESA - 2006 / 2010**

R$ mil

| Empresa | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Furnas | 876.856 | 27,4 | 822.539 | 26,5 | 1.087.215 | 28,0 | 1.433.258 | 27,6 | 1.245.290 | 23,6 |
| Chesf | 543.558 | 17,0 | 524.603 | 16,9 | 589.820 | 15,2 | 749.310 | 14,4 | 789.568 | 15,0 |
| Eletrosul | 298.708 | 9,3 | 298.465 | 9,6 | 412.434 | 10,6 | 552.738 | 10,6 | 627.868 | 11,9 |
| Eletronuclear | 255.943 | 8,0 | 307.586 | 9,9 | 299.048 | 7,7 | 545.455 | 10,5 | 531.331 | 10,1 |
| AmE | 94.284 | 2,9 | 59.530 | 1,9 | 231.917 | 6,0 | 311.332 | 6,0 | 489.909 | 9,3 |
| CGTEE | 63.537 | 2,0 | 142.763 | 4,6 | 422.101 | 10,9 | 422.700 | 8,1 | 438.159 | 8,3 |
| Eletronorte | 659.217 | 20,6 | 572.919 | 18,5 | 423.793 | 10,9 | 491.258 | 9,5 | 418.341 | 7,9 |
| Cepisa(*) | 119.209 | 3,7 | 70.419 | 2,3 | 86.977 | 2,2 | 144.154 | 2,8 | 275.916 | 5,2 |
| Ceron(*) | 81.831 | 2,6 | 63.387 | 2,0 | 68.556 | 1,8 | 148.611 | 2,9 | 144.881 | 2,7 |
| Ceal(*) | 84.900 | 2,6 | 88.993 | 2,9 | 89.388 | 2,3 | 132.999 | 2,6 | 138.032 | 2,6 |
| Eletrobrás | 5.799 | 0,2 | 8.114 | 0,3 | 31.294 | 0,8 | 54.030 | 1,0 | 95.545 | 1,8 |
| Eletroacre(*) | 38.426 | 1,2 | 67.113 | 2,2 | 52.064 | 1,3 | 176.613 | 3,4 | 58.112 | 1,1 |
| Cepel | 13.179 | 0,4 | 18.044 | 0,6 | 28.134 | 0,7 | 17.921 | 0,3 | 16.115 | 0,3 |
| BVenergia | 10.534 | 0,3 | 9.895 | 0,3 | 51.302 | 1,3 | 9.893 | 0,2 | 10.266 | 0,2 |
| Eletropar | 22 | 0,0 | 5 | 0,0 | 28 | 0,0 | 14 | 0,0 | 18 | 0,0 |
| Ceam(*) | 57.823 | 1,8 | 49.902 | 1,6 | 4.071 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| **Total** | **3.203.825** | **100,0** | **3.104.278** | **100,0** | **3.878.140** | **100,0** | **5.190.283** | **100,0** | **5.279.352** | **100,0** |

(*) Empresas federalizadas
Ceam incorporada pela Manaus Energia em 28/03/2008
Fonte: MP/DEST/Siest

**GRUPO ELETROBRAS – INVESTIMENTOS REALIZADOS - 2006 / 2010**



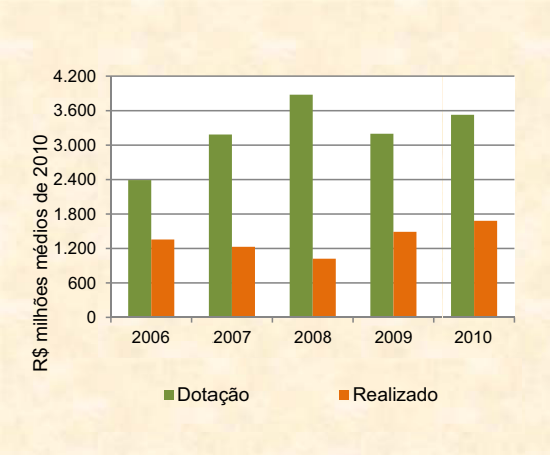

**DEMAIS EMPRESAS DO SPE**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADO POR EMPRESA - 2006 / 2010**

R$ mil

| Empresa | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Infraero | 592.364 | 54,9 | 524.339 | 51,0 | 376.218 | 39,5 | 421.257 | 29,9 | 643.621 | 38,3 |
| CMB | 34.149 | 3,2 | 37.996 | 3,7 | 39.495 | 4,2 | 225.224 | 16,0 | 244.279 | 14,5 |
| ECT | 222.306 | 20,6 | 206.924 | 20,1 | 214.253 | 22,5 | 234.805 | 16,6 | 242.047 | 14,4 |
| Codesp | 11.936 | 1,1 | 20.522 | 2,0 | 61.181 | 6,4 | 55.198 | 3,9 | 131.831 | 7,8 |
| Serpro | 98.728 | 9,1 | 121.944 | 11,9 | 98.660 | 10,4 | 131.320 | 9,3 | 110.935 | 6,6 |
| Dataprev | 11.475 | 1,1 | 8.204 | 0,8 | 25.399 | 2,7 | 183.615 | 13,0 | 101.441 | 6,0 |
| Codern | 10.346 | 1,0 | 26.009 | 2,5 | 16.894 | 1,8 | 38.849 | 2,8 | 89.736 | 5,3 |
| CDP | 1.042 | 0,1 | 1.439 | 0,1 | 10.167 | 1,1 | 30.327 | 2,1 | 29.006 | 1,7 |
| Hemobrás | 0 | 0,0 | 468 | 0,0 | 6.954 | 0,7 | 7.812 | 0,6 | 17.124 | 1,0 |
| CDC | 18.821 | 1,7 | 4.315 | 0,4 | 1.970 | 0,2 | 5.644 | 0,4 | 14.691 | 0,9 |
| CDRJ | 32.995 | 3,1 | 20.623 | 2,0 | 70.484 | 7,4 | 43.404 | 3,1 | 14.344 | 0,9 |
| Codesa | 10.735 | 1,0 | 7.305 | 0,7 | 2.565 | 0,3 | 886 | 0,1 | 8.528 | 0,5 |
| Cobra | 6.247 | 0,6 | 9.322 | 0,9 | 5.002 | 0,5 | 2.992 | 0,2 | 7.354 | 0,4 |
| Emgepron | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 8.495 | 0,6 | 7.188 | 0,4 |
| Codeba | 13.766 | 1,3 | 25.965 | 2,5 | 14.574 | 1,5 | 12.690 | 0,9 | 6.673 | 0,4 |
| Telebrás | 0 | 0,0 | 301 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 3.883 | 0,2 |
| Ceagesp | 1.438 | 0,1 | 2.345 | 0,2 | 3.371 | 0,4 | 568 | 0,0 | 3.457 | 0,2 |
| Ceasaminas | 2.965 | 0,3 | 1.807 | 0,2 | 827 | 0,1 | 6.248 | 0,4 | 3.026 | 0,2 |
| BB Turismo | 678 | 0,1 | 242 | 0,0 | 1.517 | 0,2 | 542 | 0,0 | 1.025 | 0,1 |
| Casemg | 1.087 | 0,1 | 443 | 0,0 | 718 | 0,1 | 101 | 0,0 | 685 | 0,0 |
| Emgea | 624 | 0,1 | 728 | 0,1 | 664 | 0,1 | 802 | 0,1 | 585 | 0,0 |
| Ativos S.A. | 10 | 0,0 | 105 | 0,0 | 125 | 0,0 | 49 | 0,0 | 33 | 0,0 |
| Codomar | 135 | 0,0 | 24 | 0,0 | 10 | 0,0 | 6 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Imbel | 7.436 | 0,7 | 4.773 | 0,5 | 642 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| EPE | 416 | 0,0 | 1.574 | 0,2 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **1.079.698** | **100,0** | **1.027.717** | **100,0** | **951.692** | **100,0** | **1.410.835** | **100,0** | **1.681.491** | **100,0** |

Imbel passou para o Grupo das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional a partir de 2009
EPE passou para o Grupo das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional a partir de 2008
Fonte: MP/DEST/Siest

**DEMAIS EMPRESAS DO SPE – INVESTIMENTOS REALIZADOS - 2006 / 2010**



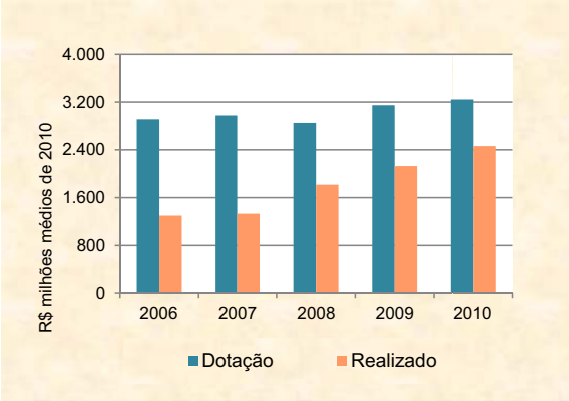

**SETOR FINANCEIRO**
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADO POR EMPRESA - 2006 / 2010**

R$ mil

| Empresa | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| BB | 442.160 | 42,8 | 688.574 | 61,8 | 1.148.253 | 67,9 | 1.349.439 | 67,0 | 1.770.674 | 71,9 |
| Caixa | 458.360 | 44,3 | 337.594 | 30,3 | 438.023 | 25,9 | 462.342 | 22,9 | 584.621 | 23,7 |
| BNDES | 9.455 | 0,9 | 7.967 | 0,7 | 37.816 | 2,2 | 17.408 | 0,9 | 52.873 | 2,1 |
| BNB | 33.331 | 3,2 | 32.090 | 2,9 | 14.356 | 0,8 | 37.471 | 1,9 | 21.142 | 0,9 |
| Basa | 70.377 | 6,8 | 25.959 | 2,3 | 15.184 | 0,9 | 5.589 | 0,3 | 19.353 | 0,8 |
| IRB-Brasil Re | 9.152 | 0,9 | 7.404 | 0,7 | 11.908 | 0,7 | 5.269 | 0,3 | 13.134 | 0,5 |
| Finep | 140 | 0,0 | 466 | 0,0 | 337 | 0,0 | 6.847 | 0,3 | 1.163 | 0,0 |
| BNC | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 130.611 | 6,5 | 0 | 0,0 |
| Besc | 9.088 | 0,9 | 13.762 | 1,2 | 24.508 | 1,4 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| BEP | 1.570 | 0,2 | 460 | 0,0 | 342 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **1.033.633** | **100,0** | **1.114.277** | **100,0** | **1.690.726** | **100,0** | **2.014.977** | **100,0** | **2.462.960** | **100,0** |

BNC incorporado em 30/11/2009
Besc Incorprado em 30/09/2008
BEP Incorporado em 28/11/2008
Fonte: MP/DEST/Siest

**SETOR FINANCEIRO – INVESTIMENTOS REALIZADOS - 2006 / 2010**



A Região Sudeste concentrou 39,9% dos dispêndios realizados por meio do Orçamento de Investimentos em 2010, e quando descontados os investimentos sob as rubricas “Nacional” e “Exterior”, sua participação passa para 62,8%.

A participação apenas do estado de São Paulo (7,4%) superou a verificada nos Regiões Sul (6,4%), Norte (2,4%) e Centro-Oeste (0,5%), em grande medida, em razão de investimentos da Petrobras nas Refinarias do Vale do Paraíba (Revap), de Paulínia (Replan) e de Capuava (Recap), nas cidades de São José dos Campos, Paulínia e Mauá, respectivamente.

No demonstrativo seguinte, informações sobre a programação e realização do Orçamento de Investimento em 2010, por região e Unidade Federada:

**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2010**

R$ mil

| MACRO REGIÃO Região / Estado | Dotação Inicial (a) | Crédito Líquido (b) | Dotação Final (c=a+b) | Compos. % (c/Tc) | Realizado Anual (d) | Compos. % (d/Td) | Desemp. % (d/c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nacional** | **24.643.955** | **-2.294.163** | **22.349.791** | **21,9** | **19.260.296** | **22,9** | **86,2** |
| **Exterior** | **16.011.083** | **202.281** | **16.213.364** | **15,9** | **11.340.703** | **13,5** | **69,9** |
| **Região Norte** | **3.007.276** | **215.801** | **3.223.077** | **3,2** | **1.991.285** | **2,4** | **61,8** |
| Região Norte | 914.197 | -208.766 | 705.430 | 0,7 | 585.510 | 0,7 | 83,0 |
| Acre | 156.517 | 42.842 | 199.359 | 0,2 | 62.200 | 0,1 | 31,2 |
| Amapá | 28.775 | -10.375 | 18.400 | 0,0 | 10.588 | 0,0 | 57,5 |
| Amazonas | 1.339.715 | 460.156 | 1.799.871 | 1,8 | 1.117.318 | 1,3 | 62,1 |
| Pará | 107.355 | 66.685 | 174.040 | 0,2 | 54.016 | 0,1 | 31,0 |
| Rondônia | 336.754 | -74.202 | 262.552 | 0,3 | 147.630 | 0,2 | 56,2 |
| Roraima | 114.052 | -60.354 | 53.698 | 0,1 | 12.275 | 0,0 | 22,9 |
| Tocantins | 9.911 | -186 | 9.726 | 0,0 | 1.749 | 0,0 | 18,0 |
| **Região Nordeste** | **17.279.518** | **-1.160.309** | **16.119.209** | **15,8** | **12.057.875** | **14,4** | **74,8** |
| Região Nordeste | 4.216.332 | 277.960 | 4.494.291 | 4,4 | 4.089.666 | 4,9 | 91,0 |
| Alagoas | 290.195 | -63.156 | 227.039 | 0,2 | 140.169 | 0,2 | 61,7 |
| Bahia | 2.086.873 | 136.324 | 2.223.197 | 2,2 | 2.036.558 | 2,4 | 91,6 |
| Ceará | 577.159 | -443.503 | 133.656 | 0,1 | 75.572 | 0,1 | 56,5 |
| Maranhão | 916.898 | -330.407 | 586.491 | 0,6 | 230.626 | 0,3 | 39,3 |
| Paraíba | 5.912 | 1.513 | 7.425 | 0,0 | 1.650 | 0,0 | 22,2 |
| Pernambuco | 7.892.055 | -660.819 | 7.231.236 | 7,1 | 4.875.183 | 5,8 | 67,4 |
| Piauí | 859.962 | -125.743 | 734.219 | 0,7 | 279.356 | 0,3 | 38,0 |
| Rio Grande do Norte | 396.812 | 55.147 | 451.960 | 0,4 | 312.961 | 0,4 | 69,2 |
| Sergipe | 37.320 | -7.625 | 29.694 | 0,0 | 16.135 | 0,0 | 54,3 |
| **Região Sudeste** | **29.263.361** | **8.616.123** | **37.879.483** | **37,1** | **33.496.013** | **39,9** | **88,4** |
| Região Sudeste | 11.358.464 | 9.804.242 | 21.162.706 | 20,7 | 20.345.204 | 24,2 | 96,1 |
| Espírito Santo | 3.090.237 | -2.152.889 | 937.348 | 0,9 | 796.700 | 0,9 | 85,0 |
| Minas Gerais | 678.495 | 140.657 | 819.151 | 0,8 | 764.335 | 0,9 | 93,3 |
| Rio de Janeiro | 8.500.591 | -551.317 | 7.949.273 | 7,8 | 5.384.395 | 6,4 | 67,7 |
| São Paulo | 5.635.574 | 1.375.430 | 7.011.004 | 6,9 | 6.205.379 | 7,4 | 88,5 |
| **Região Sul** | **3.562.989** | **2.140.655** | **5.703.644** | **5,6** | **5.391.884** | **6,4** | **94,5** |
| Região Sul | 256.450 | 9.445 | 265.895 | 0,3 | 170.559 | 0,2 | 64,1 |
| Paraná | 1.961.906 | 2.162.257 | 4.124.163 | 4,0 | 4.009.396 | 4,8 | 97,2 |
| Rio Grande do Sul | 1.311.816 | -16.946 | 1.294.870 | 1,3 | 1.206.539 | 1,4 | 93,2 |
| Santa Catarina | 32.816 | -14.101 | 18.715 | 0,0 | 5.390 | 0,0 | 28,8 |
| **Região Centro-Oeste** | **638.541** | **-16.211** | **622.330** | **0,6** | **437.846** | **0,5** | **70,4** |
| Região Centro-Oeste | 106.969 | 54.080 | 161.048 | 0,2 | 110.038 | 0,1 | 68,3 |
| Distrito Federal | 119.446 | -44.834 | 74.612 | 0,1 | 32.907 | 0,0 | 44,1 |
| Goiás | 35.501 | -11.824 | 23.677 | 0,0 | 8.593 | 0,0 | 36,3 |
| Mato Grosso | 9.042 | -2.907 | 6.136 | 0,0 | 2.813 | 0,0 | 45,8 |
| Mato Grosso do Sul | 367.582 | -10.726 | 356.856 | 0,3 | 283.495 | 0,3 | 79,4 |
| **TOTAL** | **94.406.722** | **7.704.176** | **102.110.898** | **100,0** | **83.975.903** | **100,0** | **82,2** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando a série histórica entre os anos de 2006 e 2010, o estado do Mato Grosso do Sul foi o que registrou maior crescimento proporcional nos investimentos, 124.239,9%, em valores nominais, seguido dos

estados de Pernambuco (48.121,4%), Paraná (4.476,5%), Rio Grande do Norte (1.092,6%), São Paulo (876,0%) e Bahia (839,0%).

No período analisado, os investimentos realizados pelas empresas estatais federais registraram queda, em valores nominais, em 8 estados: Mato Grosso (94,4%), Paraíba (83,5%), Pará (81,9%), Amapá (76,3%), Goiás (72,9%), Roraima (55,2%), Distrito Federal (12,3%) e Tocantins (9,4%).

Os investimentos nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste cresceram mais do que a média dos investimentos, com conseqüente aumento da participação dessas regiões nos investimentos totais.

Tiveram crescimento inferior à media, portanto, registraram queda na participação total as seguintes regionalizações: Norte, Nacional, Centro-Oeste e Exterior.

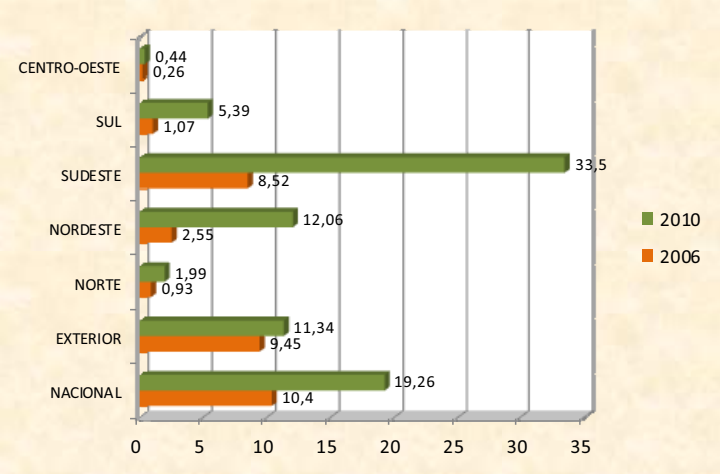
**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2006 / 2010**

R$ mil

| MACRO REGIÃO | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Região / Estado | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| **Nacional** | **10.041.474** | **30,6** | **12.347.538** | **31,0** | **16.011.277** | **29,9** | **17.485.295** | **24,6** | **19.260.296** | **22,9** |
| **Exterior** | **9.449.891** | **28,8** | **10.463.774** | **26,3** | **10.677.177** | **20,0** | **11.683.738** | **16,4** | **11.340.703** | **13,5** |
| **Região Norte** | **934.571** | **2,8** | **953.566** | **2,4** | **1.004.881** | **1,9** | **1.472.962** | **2,1** | **1.991.285** | **2,4** |
| Região Norte | 266.842 | **0,8** | 435.498 | **1,1** | 471.022 | **0,9** | 568.942 | **0,8** | 585.510 | **0,7** |
| Acre | 39.854 | **0,1** | 78.316 | **0,2** | 59.361 | **0,1** | 177.325 | **0,2** | 62.200 | **0,1** |
| Amapá | 44.710 | **0,1** | 31.164 | **0,1** | 7.507 | **0,0** | 4.142 | **0,0** | 10.588 | **0,0** |
| Amazonas | 172.044 | **0,5** | 124.517 | **0,3** | 273.686 | **0,5** | 498.335 | **0,7** | 1.117.318 | **1,3** |
| Pará | 298.763 | **0,9** | 159.535 | **0,4** | 63.234 | **0,1** | 61.922 | **0,1** | 54.016 | **0,1** |
| Rondônia | 83.012 | **0,3** | 64.728 | **0,2** | 69.074 | **0,1** | 149.170 | **0,2** | 147.630 | **0,2** |
| Roraima | 27.414 | **0,1** | 57.358 | **0,1** | 59.652 | **0,1** | 12.058 | **0,0** | 12.275 | **0,0** |
| Tocantins | 1.931 | **0,0** | 2.451 | **0,0** | 1.346 | **0,0** | 1.068 | **0,0** | 1.749 | **0,0** |
| **Região Nordeste** | **2.552.017** | **7,8** | **2.966.908** | **7,5** | **4.822.161** | **9,0** | **8.553.510** | **12,0** | **12.057.875** | **14,4** |
| Região Nordeste | 1.955.798 | **6,0** | 2.368.369 | **6,0** | 3.157.684 | **5,9** | 4.649.166 | **6,5** | 4.089.666 | **4,9** |
| Alagoas | 94.649 | **0,3** | 91.336 | **0,2** | 90.341 | **0,2** | 134.660 | **0,2** | 140.169 | **0,2** |
| Bahia | 216.890 | **0,7** | 220.782 | **0,6** | 532.733 | **1,0** | 1.612.161 | **2,3** | 2.036.558 | **2,4** |
| Ceará | 36.082 | **0,1** | 60.627 | **0,2** | 380.181 | **0,7** | 237.616 | **0,3** | 75.572 | **0,1** |
| Maranhão | 77.184 | **0,2** | 66.272 | **0,2** | 59.284 | **0,1** | 155.004 | **0,2** | 230.626 | **0,3** |
| Paraíba | 9.980 | **0,0** | 21.080 | **0,1** | 501 | **0,0** | 771 | **0,0** | 1.650 | **0,0** |
| Pernambuco | 10.110 | **0,0** | 4.177 | **0,0** | 481.802 | **0,9** | 1.530.970 | **2,2** | 4.875.183 | **5,8** |
| Piauí | 122.526 | **0,4** | 73.969 | **0,2** | 93.112 | **0,2** | 157.374 | **0,2** | 279.356 | **0,3** |
| Rio Grande do Norte | 26.243 | **0,1** | 56.355 | **0,1** | 22.592 | **0,0** | 58.912 | **0,1** | 312.961 | **0,4** |
| Sergipe | 2.555 | **0,0** | 3.940 | **0,0** | 3.931 | **0,0** | 16.875 | **0,0** | 16.135 | **0,0** |
| **Região Sudeste** | **8.515.347** | **25,9** | **11.602.891** | **29,2** | **18.696.981** | **35,0** | **28.250.238** | **39,7** | **33.496.013** | **39,9** |
| Região Sudeste | 4.609.971 | **14,0** | 7.636.068 | **19,2** | 10.175.508 | **19,0** | 14.321.984 | **20,1** | 20.345.204 | **24,2** |
| Espírito Santo | 411.312 | **1,3** | 118.713 | **0,3** | 936.417 | **1,8** | 1.722.467 | **2,4** | 796.700 | **0,9** |
| Minas Gerais | 324.865 | **1,0** | 337.172 | **0,8** | 566.728 | **1,1** | 761.583 | **1,1** | 764.335 | **0,9** |
| Rio de Janeiro | 2.533.375 | **7,7** | 1.778.736 | **4,5** | 3.680.652 | **6,9** | 6.018.606 | **8,5** | 5.384.395 | **6,4** |
| São Paulo | 635.823 | **1,9** | 1.732.201 | **4,4** | 3.337.675 | **6,2** | 5.425.598 | **7,6** | 6.205.379 | **7,4** |
| **Região Sul** | **1.069.105** | **3,3** | **1.241.771** | **3,1** | **2.091.324** | **3,9** | **3.516.661** | **4,9** | **5.391.884** | **6,4** |
| Região Sul | 371.257 | **1,1** | 257.549 | **0,6** | 263.417 | **0,5** | 285.376 | **0,4** | 170.559 | **0,2** |
| Paraná | 87.609 | **0,3** | 334.558 | **0,8** | 1.001.088 | **1,9** | 2.368.850 | **3,3** | 4.009.396 | **4,8** |
| Rio Grande do Sul | 608.705 | **1,9** | 647.469 | **1,6** | 822.646 | **1,5** | 859.351 | **1,2** | 1.206.539 | **1,4** |
| Santa Catarina | 1.535 | **0,0** | 2.194 | **0,0** | 4.174 | **0,0** | 3.084 | **0,0** | 5.390 | **0,0** |
| **Região Centro-Oeste** | **258.737** | **0,8** | **203.717** | **0,5** | **158.193** | **0,3** | **183.760** | **0,3** | **437.846** | **0,5** |
| Região Centro-Oeste | 138.888 | **0,4** | 119.183 | **0,3** | 41.003 | **0,1** | 63.295 | **0,1** | 110.038 | **0,1** |
| Distrito Federal | 37.514 | **0,1** | 16.748 | **0,0** | 92.295 | **0,2** | 69.943 | **0,1** | 32.907 | **0,0** |
| Goiás | 31.696 | **0,1** | 31.201 | **0,1** | 2.350 | **0,0** | 3.080 | **0,0** | 8.593 | **0,0** |
| Mato Grosso | 50.411 | **0,2** | 33.559 | **0,1** | 6.261 | **0,0** | 2.065 | **0,0** | 2.813 | **0,0** |
| Mato Grosso do Sul | 228 | **0,0** | 3.026 | **0,0** | 16.284 | **0,0** | 45.378 | **0,1** | 283.495 | **0,3** |
| **TOTAL** | **32.821.142** | **100,0** | **39.780.166** | **100,0** | **53.461.994** | **100,0** | **71.146.164** | **100,0** | **83.975.903** | **100,0** |

Fonte: MP/DEST/Siest

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2006 e 2010**
**(valores em R$ bilhões correntes)**




Em 2010, 19 ações tiveram realização superior à dotação aprovada no Orçamento de Investimento, conforme discriminado no demonstrativo:

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010**
**PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA**

R$ mil

| Empresa / Código de ação | Título / localizador de gasto | Dotação Final (a) | Realizado no ano (b) | Excesso % (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| **Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB** | | | | |
| 4103 0001 | Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional | 5.918 | 6.617 | 11,8 |
| **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES** | | | | |
| 3286 0026 | Instalação de Bens Imóveis - No Estado de Pernambuco | 1.200 | 1.208 | 0,7 |
| **Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP** | | | | |
| 10ZQ 0035 | Implantação de Sistema Autônomo de Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável e Tratamento de Esgotos no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo | 6.967 | 6.967 | 0 |
| **Companhia Energética do Piauí - CEPISA** | | | | |
| 8777 0022 | Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí - No Estado do Piauí | 5.486 | 5.494 | 0,2 |
| **Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR** | | | | |
| 4101 0033 | Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro | 16 | 18 | 12,1 |
| **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT** | | | | |
| 4101 0001 | Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional | 21.206 | 23.325 | 10 |
| **Fafen Energia S.A.** | | | | |
| 1C58 0029 | Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Rômulo Almeida (Fafen) , com 151 MW - (BA) - No Estado da Bahia | 3.202 | 3.322 | 3,8 |
| **IRB - Brasil Resseguros S.A.** | | | | |
| 4103 0001 | Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional | 9.653 | 11.065 | 14,6 |

Cont.

| Empresa / Código de ação | Título / localizador de gasto | Dotação Final (a) | Realizado no ano (b) | Excesso % (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| **Petrobras Netherlands B.V. - PNBV** | | | | |
| 12PH 0030 | Aquisição de unidades FPSO e equipamentos de produção e coleta para os campos de Barracuda e Caratinga - Na Região Sudeste | 2.755.143 | 2.755.528 | 0 |
| **Petrobras Química S.A. - PETROQUISA** | | | | |
| 12O4 0033 | Incorporação de Ativos da Petrorio pela Petroquisa - No Estado do Rio de Janeiro | 42.811 | 42.958 | 0,3 |
| **Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** | | | | |
| 103M 0023 | Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, no Porto de Pecém (CE), com Capacidade de aproximadamente 7 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto Associado - No Estado do Ceará | 7.681 | 9.025 | 17,5 |
| 20DH 0020 | Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste - Na Região Nordeste | 100 | 334 | 233,9 |
| 4237 0001 | Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional | 248.578 | 250.252 | 0,7 |
| 4393 0001 | Exploração de Petróleo e Gás Natural - Nacional | 7.115.429 | 7.124.098 | 0,1 |
| 5159 0030 | Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobras) - Na Região Sudeste | 48.999 | 71.989 | 46,9 |
| 6556 0020 | Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Nordeste | 952 | 1.651 | 73,4 |
| 7048 0001 | Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste - Imobilizações Petrobras - Nacional | 1.100 | 1.584 | 44 |
| **Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG** | | | | |
| 4867 0001 | Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional | 45.280 | 45.372 | 0,2 |
| 8020 0001 | Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil - Nacional | 17.935 | 18.914 | 5,5 |

Fonte: MP/DEST/Siest

Dessas 19 ações, 15 excederam o programado em menos de 18%, sendo que 8 excederam em menos de 1%. As outras 4 ações tiveram excesso acima de 40%. Considerando o conjunto acima, foram gastos R$ 42,1 milhões além do programado, um excesso de cerca de 0,5% do total autorizado para essas ações, sendo R$ 36,1 milhões apenas em ações sob responsabilidade da Petrobras.

### 4.3 – POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2010, 43,3% foram destinados a microempresas ou pessoas físicas, 39,1% a grandes empresas, 10,4% a pequenas empresas e 7,1% a empresas de porte médio.

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2010**
**POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Operações Realizadas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Porte do Tomador | | | |
| | | | Micro | Pequeno | Médio | Grande |
| Região Norte | 44.478 | 37.896 | 13.007 | 3.723 | 2.740 | 18.425 |
| Região Nordeste | 118.079 | 87.682 | 43.026 | 12.546 | 8.418 | 23.692 |
| Região Sudeste | 413.467 | 362.357 | 130.113 | 32.368 | 22.011 | 177.865 |
| Região Sul | 136.563 | 118.160 | 63.769 | 14.315 | 10.727 | 29.349 |
| Região Centro-Oeste | 68.091 | 61.504 | 39.360 | 6.609 | 3.799 | 11.736 |
| **TOTAL** | **780.678** | **667.598** | **289.275** | **69.560** | **47.695** | **261.068** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, “Intermediações Financeiras” e “Outros Serviços” tiveram participação de 19,7% do total cada, em seguida ficou o setor industrial, com 17,6%. Na seqüência, com 16,4%, ficou “Outros”, seguida de “Comércio” (11,9%), “Habitação” (9,7%), e, por último, o setor rural, com participação de 5,0% sobre o valor total.

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2010**
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R$ milhões

| Região Geográfica | Program. Anual | Operações Realizadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Setor de Atividade | | | | | | |
| | | | Rural | Industrial | Comércio | Intermed. Financ. | Outros Serviços | Habitação | Outros |
| Região Norte | 44.478 | 37.896 | 1.962 | 5.360 | 4.235 | 6.429 | 11.960 | 1.941 | 6.007 |
| Região Nordeste | 118.079 | 87.682 | 3.140 | 13.070 | 16.202 | 8.243 | 18.475 | 8.234 | 20.318 |
| Região Sudeste | 413.467 | 362.357 | 10.512 | 77.413 | 38.148 | 83.169 | 71.025 | 32.689 | 49.402 |
| Região Sul | 136.563 | 118.160 | 11.422 | 16.375 | 13.752 | 25.850 | 17.830 | 13.229 | 19.701 |
| Região Centro-Oeste | 68.091 | 61.504 | 6.452 | 5.334 | 7.040 | 7.859 | 12.183 | 8.662 | 13.974 |
| **TOTAL** | **780.678** | **667.598** | **33.489** | **117.551** | **79.378** | **131.550** | **131.473** | **64.755** | **109.402** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por recursos próprios (58,4%). A participação de recursos do Tesouro Nacional foi de 17,5%, e os outros 24,1% foram financiados por outras fontes.

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2010**
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Origem dos Recursos Realizados | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Próprio | Tesouro Nacional | Outras Fontes |
| Região Norte | 44.478 | 37.896 | 19.436 | 12.205 | 6.254 |
| Região Nordeste | 118.079 | 87.682 | 54.459 | 14.238 | 18.984 |
| Região Sudeste | 413.467 | 362.357 | 213.315 | 74.697 | 74.345 |
| Região Sul | 136.563 | 118.160 | 75.693 | 8.687 | 33.780 |
| Região Centro-Oeste | 68.091 | 61.504 | 26.869 | 7.101 | 27.535 |
| **TOTAL** | **780.678** | **667.598** | **389.771** | **116.928** | **160.899** |

Fonte: MP/DEST/Siest

A Região Sudeste recebeu 54,3% do valor total concedido, seguida pelas Regiões Sul (17,7%), Nordeste (13,1%), Centro-Oeste (9,2%) e Norte (5,7%). Considerando os valores disponíveis para empréstimos e financiamentos, 85,5% foram efetivamente realizados e a Região Centro-Oeste registrou o melhor desempenho, com 90,3%. Do total dos recebimentos em 2010, 44,9% foram provenientes de microempresas ou pessoas físicas, 34,2% de grandes empresas, 13,0% de pequenas empresas e 7,9% de empresas de porte médio.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS – RECEBIMENTOS - 2010**
**POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Operações Realizadas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Porte do Tomador | | | |
| | | | Micro | Pequeno | Médio | Grande |
| Região Norte | 25.929 | 24.034 | 10.498 | 2.945 | 1.896 | 8.695 |
| Região Nordeste | 80.241 | 66.107 | 33.445 | 10.275 | 6.393 | 15.994 |
| Região Sudeste | 274.682 | 223.260 | 78.072 | 27.667 | 16.117 | 101.404 |
| Região Sul | 99.242 | 89.179 | 48.806 | 11.918 | 8.300 | 20.155 |
| Região Centro-Oeste | 53.033 | 47.484 | 31.040 | 5.578 | 3.063 | 7.803 |
| **TOTAL** | **533.127** | **450.064** | **201.860** | **58.384** | **35.768** | **154.051** |
| **- amortizacoes** | **433.875** | **342.709** | **151.082** | **43.951** | **26.677** | **120.998** |
| **- encargos** | **99.252** | **107.355** | **50.778** | **14.433** | **9.091** | **33.053** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de “Outros Serviços”, com 23,9%, seguido pelo setor industrial, com 17,6%. Na seqüência, com 17,4%, ficou “Outros”, seguida de “Comércio” (15,9%), “Intermediação Financeira” (12,0%), “Rural” (7,3%), e, por último, “Habitação”, com participação de 6,0% sobre o valor total de recebimentos no período.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS – RECEBIMENTOS - 2010**
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R$ milhões

| Região Geográfica | Program. Anual | Operações Realizadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Setor de Atividade | | | | | | |
| | | | Rural | Industrial | Comércio | Intermed. Financ. | Outros Serviços | Habitação | Outros |
| Região Norte | 25.929 | 24.034 | 1.869 | 5.009 | 3.705 | 2.573 | 5.105 | 867 | 4.905 |
| Região Nordeste | 80.241 | 66.107 | 3.013 | 12.752 | 15.382 | 3.239 | 12.135 | 2.974 | 16.611 |
| Região Sudeste | 274.682 | 223.260 | 8.882 | 44.732 | 33.075 | 31.245 | 62.345 | 13.360 | 29.621 |
| Região Sul | 99.242 | 89.179 | 11.596 | 11.670 | 12.947 | 12.592 | 17.732 | 5.354 | 17.289 |
| Região Centro-Oeste | 53.033 | 47.484 | 7.502 | 5.029 | 6.465 | 4.137 | 10.276 | 4.390 | 9.686 |
| **Total** | **533.127** | **450.064** | **32.862** | **79.192** | **71.573** | **53.786** | **107.593** | **26.945** | **78.112** |
| **- amortizacoes** | **433.875** | **342.709** | **25.504** | **60.473** | **53.247** | **43.837** | **83.396** | **18.862** | **57.391** |
| **- encargos** | **99.252** | **107.355** | **7.359** | **18.719** | **18.327** | **9.950** | **24.196** | **8.084** | **20.721** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Dos recebimentos registrados em 2010, 76,1% foram destinados a amortizações e os outros 23,9% para fazer frente a encargos. Desses recursos, 59,0% foram provenientes de operações de crédito financiadas com recursos próprios, 12,7% com recursos do Tesouro Nacional e 28,3% com outras fontes.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS – RECEBIMENTOS - 2010**
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Origem dos Recursos Realizados | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Próprio | Tesouro Nacional | Outras Fontes |
| Região Norte | 25.929 | 24.034 | 12.539 | 7.791 | 3.704 |
| Região Nordeste | 80.241 | 66.107 | 43.180 | 10.703 | 12.224 |
| Região Sudeste | 274.682 | 223.260 | 135.772 | 25.072 | 62.416 |
| Região Sul | 99.242 | 89.179 | 57.185 | 6.711 | 25.283 |
| Região Centro-Oeste | 53.033 | 47.484 | 16.905 | 6.790 | 23.789 |
| **Total** | **533.127** | **450.064** | **265.581** | **57.068** | **127.415** |
| **- amortizacoes** | **433.875** | **342.709** | **201.217** | **44.765** | **96.727** |
| **- encargos** | **99.252** | **107.355** | **64.364** | **12.303** | **30.688** |

Fonte: MP/DEST/Siest

A Região Sudeste respondeu por 49,6% dos recebimentos no período, seguida pelas Regiões Sul (19,8%), Nordeste (14,7%), Centro-Oeste (10,6%) e Norte (5,3%). Considerando os valores previstos de recebimentos, 84,4% foram efetivamente realizados e a Região Norte registrou o melhor desempenho, com 92,7%. Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em

2010, 49,2% do valor total do fluxo das aplicações foram provenientes de operações com grandes empresas, 40,2% com microempresas ou pessoas físicas, 5,5% com empresas de porte médio e 5,1% com pequenas empresas.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2010**
**POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Operações Realizadas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Porte do Tomador | | | |
| | | | Micro | Pequeno | Médio | Grande |
| Região Norte | 18.549 | 13.862 | 2.509 | 778 | 844 | 9.730 |
| Região Nordeste | 37.838 | 21.575 | 9.581 | 2.270 | 2.025 | 7.699 |
| Região Sudeste | 138.785 | 139.096 | 52.042 | 4.701 | 5.893 | 76.461 |
| Região Sul | 37.322 | 28.981 | 14.963 | 2.397 | 2.427 | 9.194 |
| Região Centro-Oeste | 15.058 | 14.021 | 8.320 | 1.031 | 736 | 3.933 |
| **TOTAL** | **247.551** | **217.534** | **87.414** | **11.176** | **11.927** | **107.017** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando fluxo por setor de atividade, 35,7% do total apurado foram provenientes de “Intermediações Financeiras” e 17,6% do setor industrial. Na seqüência, com 17,4%, ficou “Habitação”, seguida de “Outros” (14,4%), “Outros Serviços” (11,0%), “Comércio” (3,6%) e, por último, o setor rural, com participação de 0,3% sobre o fluxo total.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2010**
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Operações Realizadas | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Setor de Atividade | | | | | | |
| | | | Rural | Industrial | Comércio | Intermed. Financ. | Outros Serviços | Habitação | Outros |
| Região Norte | 18.549 | 13.862 | 93 | 351 | 530 | 3.856 | 6.855 | 1.074 | 1.102 |
| Região Nordeste | 37.838 | 21.575 | 127 | 317 | 820 | 5.004 | 6.340 | 5.260 | 3.707 |
| Região Sudeste | 138.785 | 139.096 | 1.630 | 32.680 | 5.073 | 51.924 | 8.681 | 19.329 | 19.781 |
| Região Sul | 37.322 | 28.981 | -173 | 4.705 | 805 | 13.258 | 99 | 7.875 | 2.412 |
| Região Centro-Oeste | 15.058 | 14.021 | -1.049 | 305 | 576 | 3.722 | 1.907 | 4.272 | 4.288 |
| **TOTAL** | **247.551** | **217.534** | **627** | **38.359** | **7.804** | **77.764** | **23.881** | **37.809** | **31.290** |

Fonte: MP/DEST/Siest

Do fluxo total, 57,1% foram provenientes de operações financiadas com recursos próprios, 27,5% com recursos do Tesouro Nacional e 15,4% com recursos de outras fontes.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2010**
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R$ milhões

| Região Geográfica | Programação Anual | Origem dos Recursos Realizados | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Próprio | Tesouro Nacional | Outras Fontes |
| Região Norte | 18.549 | 13.862 | 6.897 | 4.414 | 2.550 |
| Região Nordeste | 37.838 | 21.575 | 11.279 | 3.536 | 6.761 |
| Região Sudeste | 138.785 | 139.096 | 77.543 | 49.624 | 11.929 |
| Região Sul | 37.322 | 28.981 | 18.508 | 1.975 | 8.498 |
| Região Centro-Oeste | 15.058 | 14.021 | 9.964 | 310 | 3.747 |
| **TOTAL** | **247.551** | **217.534** | **124.190** | **59.860** | **33.484** |

Fonte: MP/DEST/Siest

A Região Sudeste respondeu por 63,9% do total do fluxo das aplicações, seguida pelas Regiões Sul (13,3%), Nordeste (9,9%), Centro-Oeste e Norte, ambas com 6,4% cada. Considerando os valores previstos, 87,9% foram efetivamente realizados e a Região Sudeste registrou fluxo maior do que o previsto (100,2%).

## 4.4 – FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS é a responsável pela gestão de recursos dos seguintes fundos setoriais, que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico:

- Reserva Global de Reversão – RGR, que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e o Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros,
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada, e
- Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do país.

A seguir, demonstrativo com a programação e desempenho dos fundos setoriais do setor elétrico em 2010:

**FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS – 2010**

R$ mil

| Discriminação | Fonte de Recursos | | | Uso dos Recursos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Previsto | Realizado | Desempenho | Previsto | Realizado | Desempenho |
| | ( a ) | ( b ) | ( c = b/a ) | ( d ) | ( e ) | ( f= e/d ) |
| RGR | 3.288.000,0 | 3.126.439,2 | 95,1 | 1.521.221,1 | 1.633.924,4 | 107,4 |
| CDE | 3.927.900,0 | 3.975.677,2 | 101,2 | 4.094.627,6 | 3.846.491,0 | 93,9 |
| CCC | 4.878.739,0 | 4.004.239,7 | 82,1 | 4.878.739,0 | 3.562.328,5 | 73,0 |
| **TOTAL** | **12.094.639,0** | **11.106.356,2** | **91,8** | **10.494.587,7** | **9.042.743,9** | **86,2** |

Fonte: ELETROBRÁS

Os três fundos são decorrentes de leis específicas e sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de encargos financeiros pagos pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica. No exercício de 2010, o fluxo financeiro das receitas e das aplicações de cada um dos respectivos fundos registrou saldos de: R$ 1.492,5 milhões para a RGR; R$ 129,2 milhões para a CDE; e, de R$ 441,9 milhões para a CCC.

**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS– 2010**

R$ mil

| Discriminação Fundos | Macro-Regiões | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | Total |
| RGR | 319.751,0 | 166.033,4 | 177.249,2 | 248.233,0 | 137.768,8 | **1.049.035,4** |
| CDE | 736.186,8 | 1.752.789,1 | 410.642,2 | 750.546,1 | 196.301,5 | **3.846.465,6** |
| CCC | 3.562.328,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | **3.562.328,5** |
| **TOTAL** | **4.618.266,3** | **1.918.822,5** | **587.891,3** | **998.779,0** | **334.070,3** | **8.457.829,5** |

Fonte: ELETROBRÁS

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 54,6% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 22,7%, a Região Sul com 11,8 %, a Região Sudeste com 7,0% e a Região Centro-Oeste com 3,9%.

### 4.4.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A RGR foi criada pelo Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. A Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, definiu que a RGR seria extinta em 1/12/2002, entretanto, a Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, estendeu sua vigência até 2010. No dia 30 de dezembro de 2010, a Medida Provisória n° 517 de acordo com seu Art. 16 altera o Art. 8° da Lei n° 9.648 que passa a ter a seguinte redação:

> "*Art. 8° - A cota anual da Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2035, devendo a ANEEL proceder à revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo*."

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual. A Quota de RGR, sua principal fonte de recursos, fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica às Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

**RGR – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2010**

R$ mil

| Fontes de Financiamento | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| Arrecadação de Quotas | 1.668.000,0 | 1.590.227,6 | 50,9 | 95,3 | (77.772,4) |
| Juros de Reversão | 11.500,0 | 11.595,2 | 0,4 | 100,8 | 95,2 |
| Parcelamentos | 11.500,0 | 12.371,1 | 0,4 | 107,6 | 871,1 |
| Amortizações Efetuadas pela ELETROBRÁS | 997.000,0 | 864.871,4 | 27,7 | 86,7 | (132.128,6) |
| Rendimento das Aplicações Financeiras | 600.000,0 | 646.095,1 | 20,7 | 107,7 | 46.095,1 |
| Outras | 0,0 | 1.278,8 | 0,0 | 0,0 | 1.278,8 |
| **TOTAL** | **3.288.000,0** | **3.126.439,2** | **100,0** | **95,1** | **(161.560,8)** |

Fonte: ELETROBRÁS

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a ELETROBRÁS aplicou, no exercício financeiro de 2010, o montante de R$ 1.663,9 milhões. Nos demonstrativos seguintes, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global (Tabela 04) e regional (Tabela 05) da RGR em 2010.

**RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2010**

R$ mil

| Aplicação dos Recursos | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos** | **1.083.221,1** | **1.049.035,4** | **64,2** | **96,8** | **(34.185,7)** |
| Programa LUZ PARA TODOS | 452.007,1 | 453.654,1 | 27,8 | 100,4 | 1.646,9 |
| Programa RELUZ | 52.017,5 | 45.511,9 | 2,8 | 87,5 | (6.505,6) |
| Obras em Geração de Energia | 176.360,5 | 184.048,4 | 11,3 | 104,4 | 7.688,0 |
| Obras em Transmissão de Energia | 302.670,8 | 278.669,0 | 17,1 | 92,1 | (24.001,8) |
| Obras em Distribuição de Energia | 72.915,0 | 71.940,2 | 4,4 | 98,7 | (974,8) |
| Recuperação de Parques Térmicos | 27.250,1 | 15.211,7 | 0,9 | 55,8 | (12.038,4) |
| Repotencialização | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 | 0,0 |
| **Repasses - ANEEL** | **0,0** | **48.152,4** | **2,9** | **0,0** | **48.152,4** |
| **Transferência para CDE - Subvenção Econômica - Programa LUZ PARA TODOS** | **438.000,0** | **529.989,6** | **32,4** | **121,0** | **91.989,6** |
| **Outras Aplicações** | **0,0** | **6.747,0** | **0,4** | **0,0** | **6.747,0** |
| **TOTAL** | **1.521.221,1** | **1.633.924,4** | **100,0** | **107,4** | **112.703,3** |

Fonte: ELETROBRÁS

Dentro das aplicações da RGR, destaque para os recursos transferidos para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, equivalente a 32,4% do realizado, seguidos dos Financiamentos de Obras em Transmissão de Energia e para o Programa LUZ PARA TODOS que realizaram, respectivamente, 17,1 e 27,8% dos recursos aplicados no exercício.

**RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2010**

R$ mil

| Aplicação dos Recursos | Macro-Regiões | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| **Financiamentos** | **319.751,0** | **166.033,4** | **177.249,2** | **248.233,0** | **137.768,8** | **1.049.035,4** |
| Programa LUZ PARA TODOS | 62.519,1 | 91.051,3 | 81.724,6 | 103.657,1 | 114.702,0 | 453.654,1 |
| Programa RELUZ | 18.545,1 | 4.365,7 | 14.474,4 | 8.126,6 | 0,0 | 45.511,9 |
| Obras em Geração de Energia | 62.071,4 | 0,0 | 48.288,7 | 73.688,3 | 0,0 | 184.048,4 |
| Obras em Transmissão de Energia | 136.456,4 | 42.779,0 | 32.761,5 | 56.070,6 | 10.601,5 | 278.669,0 |
| Obras em Distribuição de Energia | 24.947,2 | 27.837,4 | 0,0 | 6.690,3 | 12.465,3 | 71.940,2 |
| Recuperação de Parques Térmicos | 15.211,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 15.211,7 |
| Repotencialização | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| **TOTAL** | **319.751,0** | **166.033,4** | **177.249,2** | **248.233,0** | **137.768,8** | **1.049.035,4** |

Fonte: ELETROBRÁS

A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações da RGR, 30,5% dos recursos, com ênfase nos financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia, Obras em Geração de Energia e para o Programa LUZ PARA TODOS. Em seguida, encontra-se a Região Sul, com 23,7% do total dos recursos aplicados, sendo: 41,8% no Programa LUZ PARA TODOS, 29,7% no programa de Obras em Geração de Energia e 22,6% em Obras de Transmissão de Energia.

### 4.4.2 - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A CDE foi criada pela Lei nº. 10.438/2002, cujo valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de prover recursos para:

i) o desenvolvimento energético dos estados;
ii) garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados;
iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias a Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

Foram arrecadados R$ 3.975,7 milhões em 2010, 101,2% da previsão para o exercício, com destaque para a Arrecadação de Quotas, que representa 72,4% desse montante, vindo em segundo lugar as Subvenções para o Programa LUZ PARA TODOS oriundas da RGR, com 13,3% do previsto, seguidos das quotas da UBP, com 6,2%.

**CDE – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2010**

R$ mil

| Fontes de Financiamento | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| Arrecadação de Quotas | 3.182.900,0 | 2.879.342,0 | 72,4 | 90,5 | (303.558,0) |
| Quotas da UBP | 234.000,0 | 247.886,1 | 6,2 | 105,9 | 13.886,1 |
| Multas da ANEEL | 41.000,0 | 115.253,9 | 2,9 | 281,1 | 74.253,9 |
| Parcelamentos | 32.000,0 | 158.147,8 | 4,0 | 494,2 | 126.147,8 |
| Transferência da RGR - Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS | 438.000,0 | 529.989,6 | 13,3 | 121,0 | 91.989,6 |
| Rendimento das Aplicações Financeiras | 0,0 | 34.026,3 | 0,9 | 0,0 | 34.026,3 |
| Outras fontes | 0,0 | 11.031,5 | 0,3 | 0,0 | 11.031,5 |
| **TOTAL** | **3.927.900,0** | **3.975.677,2** | **100,0** | **101,2** | **47.777,2** |

Fonte: Eletrobrás

Em 2010 foram liberados R$ 3.846,5 milhões, sendo R$ 1.679,4 milhões para as concessionárias de energia elétrica de todo o país, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda; R$ 1.568,3 milhões para universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS e R$ 598,7 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

**CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2010**

R$ mil

| Aplicação dos Recursos | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| Subvenção para o Programa de BAIXA RENDA | 2.019.000,0 | 1.679.402,4 | 43,7 | 83,2 | (339.597,6) |
| Carvão Mineral | 688.627,6 | 598.727,0 | 15,6 | 86,9 | (89.900,6) |
| Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS | 1.387.000,0 | 1.568.336,2 | 40,8 | 113,1 | 181.336,2 |
| Outras Fontes | 0,0 | 25,4 | 0,0 | 0,0 | 25,4 |
| **TOTAL** | **4.094.627,6** | **3.846.491,0** | **100,0** | **93,9** | **(248.136,6)** |

Fonte: ELETROBRÁS

Dos R$ 1.568,3 milhões aplicados como subvenção econômica do Programa LUZ PARA TODOS, o equivalente a 33,8% são oriundos das transferências realizadas da Reserva Global de Reversão – RGR e o restante de recursos arrecadados da CDE. Atendendo a uma das suas finalidades, a de promover a universalização do serviço de energia elétrica, a aplicação atingiu 93,9% dos recursos previstos, sendo 83,2% referente à aplicação no Programa de BAIXA RENDA e 113,1% no Programa LUZ PARA TODOS. O restante dos recursos foi aplicado na aquisição de carvão mineral a fim de garantir a competitividade da energia produzida a partir dessa fonte de energia nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados.

**CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2010**

R$ mil

| Aplicação dos Recursos | Macro-Regiões | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| Subvenção para o Programa de BAIXA RENDA | 98.123,1 | 1.078.774,9 | 338.543,1 | 131.557,2 | 32.404,1 | 1.679.402 |
| Carvão Mineral | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 598.727,0 | 0,0 | 598.727 |
| Subvenção Econômica - Programa LUZ PARA TODOS | 638.063,7 | 674.014,1 | 72.099,1 | 20.261,9 | 163.897,3 | 1.568.336,2 |
| **TOTAL** | **736.186,8** | **1.752.789,1** | **410.642,2** | **750.546,1** | **196.301,5** | **3.846.465,6** |

Fonte: ELETROBRÁS

A aplicação dos recursos da CDE atendeu com maior ênfase a Região Nordeste, com 45,6% dos recursos, vindo, em seguida, a Região Sul com 19,5% e a Região Norte com 19,1%.

### 4.4.3 - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A CCC foi criada pelo Decreto nº. 73.102, de 07 de novembro de 1973. Refere-se ao rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral.

A geração termoelétrica se faz necessária quando as condições de geração de energia hidroelétrica nos Sistemas Interligados são insuficientes para o atendimento ao mercado. Além disso, a geração termoelétrica também se faz necessária nas regiões do país localizadas fora da área de atendimento pelo sistema interligado, como na região Norte, nos denominados sistemas isolados.

Os custos da geração termoelétrica nos Sistemas Isolados são rateados por todos os consumidores do país, mediante a fixação de valores anuais para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade maior ou menor do uso das usinas termoelétricas.

A Lei nº. 9.648/98 e a Resolução ANEEL n.º 261, de 13 de agosto, estabeleceram a extinção a partir de 1º de janeiro de 2006, da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados.

A Lei nº. 9.648/2002 e, posteriormente, a Lei n.º 10.438/2002, mantiveram até 2022 a sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL com base nas informações prestadas pela Eletrobrás com relação às condições previstas de hidraulicidade, à taxa esperada de crescimento do consumo para o ano corrente e aos preços esperados dos combustíveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº. 751, de 16 de dezembro de 2008, fixou os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, para crédito na CCC. A Quota da CCC fixada

anualmente é recolhida mensalmente pelas concessionárias à Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

**CCC – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2010**

R$ mil

| Fontes de Financiamento | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| Arrecadação de Quotas | 4.878.739,0 | 3.871.504,0 | 96,7 | 79,4 | (1.007.235,0) |
| Parcelamento | 0,0 | 73.162,6 | 1,8 | 0,0 | 73.162,6 |
| Rendimento das Aplicações Financeiras | 0,0 | 30.957,3 | 0,8 | 0,0 | 30.957,3 |
| Outras Fontes | 0,0 | 28.615,9 | 0,7 | 0,0 | 28.615,9 |
| **TOTAL** | **4.878.739,0** | **4.004.239,7** | **100,0** | **82,1** | **(874.499,3)** |

Fonte: Eletrobrás

As receitas apresentaram realização de 82,1% da previsão orçamentária para o exercício de 2010, onde a principal fonte de receita da CCC foi a Arrecadação de Quotas, com participação de 96,7% dos recursos realizados, seguida do Parcelamento, com percentual de 1,8%. Cabe destacar que durante o exercício de 2010 houve aplicação nas demais fontes, embora as mesmas não apresentassem previsão orçamentária.

**CCC – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2010**

R$ mil

| Aplicação dos Recursos | Previsão ( a ) | Realização ( b ) | Participação % ( c ) | Desempenho % ( d=b/a ) | Diferença ( e =b-a ) |
|---|---|---|---|---|---|
| Combustíveis | 4.878.739,0 | 3.039.565,2 | 85,3 | 62,3 | (1.839.173,8) |
| Subrogações | 0,0 | 120.903,3 | 3,4 | 0,0 | 120.903,3 |
| Outras Aplicações | 0,0 | 401.860,1 | 11,3 | 0,0 | 401.860,1 |
| **TOTAL** | **4.878.739,0** | **3.562.328,5** | **100,0** | **73,0** | **(1.316.410,5)** |

Fonte: Eletrobrás

ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI

Demonstrativo Consolidado por Função
Demonstrativo Consolidado por Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Função/Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Programa
Demonstrativo Consolidado por Órgão
Demonstrativo Consolidado da Estimativa e Execução das Fontes de Financiamento

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 04 | Administração | 15.675 | 0 | 8.000.000 | 8.015.675 | 51.03 | 17.577 | 0 | 7.998.098 | 100 |
| 05 | Defesa Nacional | 7.500.000 | 0 | 0 | 7.500.000 | 0 | 7.187.774 | 96 | 312.226 | 4 |
| 09 | Previdência Social | 80.000.000 | 14.400.000 | 78.749.797 | 173.149.797 | 116 | 101.440.776 | 59 | 71.709.021 | 41 |
| 10 | Saúde | 228.250.000 | 0 | 0 | 228.250.000 | 0 | 17.124.465 | 8 | 211.125.535 | 92 |
| 20 | Agricultura | 5.525.500 | 0 | 5.206.439 | 10.731.939 | 94 | 7.167.444 | 67 | 3.564.495 | 33 |
| 22 | Indústria | 1.784.082.580 | 0 | 307.743.000 | 2.091.825.580 | 17 | 1.965.855.994 | 94 | 125.969.586 | 6 |
| 23 | Comércio e Serviços | 3.848.649.381 | 0 | -443.654.791 | 3.404.994.590 | -12 | 2.582.892.598 | 76 | 822.101.992 | 24 |
| 24 | Comunicações | 640.196.546 | 0 | 43.703.454 | 683.900.000 | 7 | 243.997.972 | 36 | 439.902.028 | 64 |
| 25 | Energia | 85.846.554.860 | 0 | 7.725.960.708 | 93.572.515.568 | 9 | 78.102.232.604 | 83 | 15.470.282.964 | 17 |
| 26 | Transporte | 1.965.947.683 | 353.759.769 | -389.692.231 | 1.930.015.221 | -2 | 947.986.050 | 49 | 982.029.171 | 51 |
| | **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
**SECRETARIA EXECUTIVA**
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 121 | Planejamento e Orçamento | 0 | 0 | 8.000.000 | 8.000.000 | | 0 | 0 | 8.000.000 | 100 |
| 122 | Administração Geral | 1.444.940.356 | 17.931.988 | -200.598.421 | 1.262.273.923 | -13 | 856.388.357 | 68 | 405.885.566 | 32 |
| 126 | Tecnologia da Informação | 3.024.261.368 | 624.969 | -314.752.025 | 2.710.134.312 | -10 | 2.196.478.539 | 81 | 513.655.773 | 19 |
| 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 221.708.100 | 0 | 0 | 221.708.100 | 0 | 13.648.997 | 6 | 208.059.103 | 94 |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | 300.000 | 0 | 2.741.982 | 3.041.982 | 914 | 299.741 | 10 | 2.742.241 | 90 |
| 391 | Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 600.000 | 50.000 | 0 | 650.000 | 8 | 0 | 0 | 650.000 | 100 |
| 572 | Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 4.705.000 | 0 | 0 | 4.705.000 | 0 | 2.735.214 | 58 | 1.969.786 | 42 |
| 607 | Irrigação | 109.918.343 | 32.827.836 | 0 | 142.746.179 | 30 | 142.298.821 | 100 | 447.358 | 0 |
| 662 | Produção Industrial | 1.763.582.233 | -5.535.103 | 297.671.000 | 2.055.718.130 | 17 | 1.948.731.011 | 95 | 106.987.119 | 5 |
| 663 | Mineração | 2.050.000 | 0 | 72.000 | 2.122.000 | 4 | 2.078.426 | 98 | 43.574 | 2 |
| 692 | Comercialização | 474.317.000 | -450.000 | 161.475.000 | 635.342.000 | 34 | 633.346.817 | 100 | 1.995.183 | 0 |
| 694 | Serviços Financeiros | 1.655.907.511 | 0 | 97.273.393 | 1.753.180.904 | 6 | 1.254.854.981 | 72 | 498.325.923 | 28 |
| 721 | Comunicações Postais | 458.310.000 | 0 | -164.178.494 | 294.131.506 | -36 | 183.169.722 | 62 | 110.961.784 | 38 |
| 722 | Telecomunicações | 0 | 0 | 300.000.000 | 300.000.000 | | 0 | 0 | 300.000.000 | 100 |
| 751 | Conservação de Energia | 194.559.000 | -20.236.460 | -17.998.000 | 156.324.540 | -20 | 109.466.219 | 70 | 46.858.321 | 30 |
| 752 | Energia Elétrica | 8.170.188.215 | -42.475.352 | 319.236.850 | 8.446.949.713 | 3 | 5.519.483.446 | 65 | 2.927.466.267 | 35 |
| 753 | Combustíveis Minerais | 67.903.796.000 | -49.407.161 | 5.748.783.136 | 73.603.171.975 | 8 | 62.554.834.279 | 85 | 11.048.337.696 | 15 |
| 754 | Biocombustíveis | 263.312.000 | -28.546.200 | -85.493.000 | 149.272.800 | -43 | 96.283.298 | 65 | 52.989.502 | 35 |
| 781 | Transporte Aéreo | 1.432.442.961 | 103.105.824 | -544.970.387 | 990.578.398 | -31 | 558.499.384 | 56 | 432.079.014 | 44 |
| 784 | Transporte Hidroviário | 1.168.162.138 | 154.219.745 | 328.232.342 | 1.650.614.225 | 41 | 847.096.793 | 51 | 803.517.432 | 49 |
| 785 | Transportes Especiais | 6.113.662.000 | 206.049.683 | 1.400.521.000 | 7.720.232.683 | 26 | 7.056.209.209 | 91 | 664.023.474 | 9 |
| | **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
**SECRETARIA EXECUTIVA**
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
**Gestão :**

Valores em R$ 1,00

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | var % (d/a) | | % (e/d) | | % (f/d) |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | | (e) | | (f = d-e) | |
| **04 Administração** | **15.675** | **0** | **8.000.000** | **8.015.675** | **51.037** | **17.577** | **0** | **7.998.098** | **100** |
| 121 Planejamento e Orçamento | 0 | 0 | 8.000.000 | 8.000.000 | | 0 | 0 | 8.000.000 | 100 |
| 122 Administração Geral | 15.675 | 0 | 0 | 15.675 | 0 | 17.577 | 112 | -1.902 | -12 |
| **05 Defesa Nacional** | **7.500.000** | **0** | **0** | **7.500.000** | **0** | **7.187.774** | **96** | **312.226** | **4** |
| 122 Administração Geral | 7.500.000 | 0 | 0 | 7.500.000 | 0 | 7.187.774 | 96 | 312.226 | 4 |
| **09 Previdência Social** | **80.000.000** | **14.400.000** | **78.749.797** | **173.149.797** | **116** | **101.440.776** | **59** | **71.709.021** | **41** |
| 122 Administração Geral | 32.000.000 | 0 | 0 | 32.000.000 | 0 | 5.311.112 | 17 | 26.688.888 | 83 |
| 126 Tecnologia da Informação | 48.000.000 | 14.400.000 | 78.749.797 | 141.149.797 | 194 | 96.129.664 | 68 | 45.020.133 | 32 |
| **10 Saúde** | **228.250.000** | **0** | **0** | **228.250.000** | **0** | **17.124.465** | **8** | **211.125.535** | **92** |
| 122 Administração Geral | 570.900 | 0 | 0 | 570.900 | 0 | 18.236 | 3 | 552.664 | 97 |
| 126 Tecnologia da Informação | 1.266.000 | 0 | 0 | 1.266.000 | 0 | 722.018 | 57 | 543.982 | 43 |
| 303 Suporte Profilático e Terapêutico | 221.708.100 | 0 | 0 | 221.708.100 | 0 | 13.648.997 | 6 | 208.059.103 | 94 |
| 572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 4.705.000 | 0 | 0 | 4.705.000 | 0 | 2.735.214 | 58 | 1.969.786 | 42 |
| **20 Agricultura** | **5.525.500** | **0** | **5.206.439** | **10.731.939** | **94** | **7.167.444** | **67** | **3.564.495** | **33** |
| 122 Administração Geral | 5.025.500 | 0 | 3.178.586 | 8.204.086 | 63 | 5.513.026 | 67 | 2.691.060 | 33 |
| 126 Tecnologia da Informação | 500.000 | 0 | 2.027.853 | 2.527.853 | 406 | 1.654.418 | 65 | 873.435 | 35 |
| **22 Indústria** | **1.784.082.580** | **0** | **307.743.000** | **2.091.825.580** | **17** | **1.965.855.994** | **94** | **125.969.586** | **6** |
| 122 Administração Geral | 18.450.347 | 5.535.103 | 0 | 23.985.450 | 30 | 15.046.557 | 63 | 8.938.893 | 37 |
| 662 Produção Industrial | 1.763.582.233 | -5.535.103 | 297.671.000 | 2.055.718.130 | 17 | 1.948.731.011 | 95 | 106.987.119 | 5 |
| 663 Mineração | 2.050.000 | 0 | 72.000 | 2.122.000 | 4 | 2.078.426 | 98 | 43.574 | 2 |
| 784 Transporte Hidroviário | 0 | 0 | 10.000.000 | 10.000.000 | | 0 | 0 | 10.000.000 | 100 |
| **23 Comércio e Serviços** | **3.848.649.381** | **0** | **-443.654.791** | **3.404.994.590** | **-12** | **2.582.892.598** | **76** | **822.101.992** | **24** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
**SECRETARIA EXECUTIVA**
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2010

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
**Gestão :**

Valores em R$ 1,00

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | var % (d/a) | | % (e/d) | | % (f/d) |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | | (e) | | (f = d-e) | |
| 122 Administração Geral | 744.697.871 | 6.000.000 | -215.533.706 | 535.164.165 | -28 | 346.816.057 | 65 | 188.348.108 | 35 |
| 126 Tecnologia da Informação | 1.448.043.999 | -6.000.000 | -325.394.478 | 1.116.649.521 | -23 | 981.221.560 | 88 | 135.427.961 | 12 |
| 694 Serviços Financeiros | 1.655.907.511 | 0 | 97.273.393 | 1.753.180.904 | 6 | 1.254.854.981 | 72 | 498.325.923 | 28 |
| **24 Comunicações** | **640.196.546** | **0** | **43.703.454** | **683.900.000** | **7** | **243.997.972** | **36** | **439.902.028** | **64** |
| 122 Administração Geral | 59.480.000 | 0 | -29.553.642 | 29.926.358 | -50 | 27.344.466 | 91 | 2.581.892 | 9 |
| 126 Tecnologia da Informação | 122.406.546 | 0 | -62.564.410 | 59.842.136 | -51 | 33.483.784 | 56 | 26.358.352 | 44 |
| 721 Comunicações Postais | 458.310.000 | 0 | -164.178.494 | 294.131.506 | -36 | 183.169.722 | 62 | 110.961.784 | 38 |
| 722 Telecomunicações | 0 | 0 | 300.000.000 | 300.000.000 | | 0 | 0 | 300.000.000 | 100 |
| **25 Energia** | **85.846.554.860** | **0** | **7.725.960.708** | **93.572.515.568** | **9** | **78.102.232.604** | **83** | **15.470.282.964** | **17** |
| 122 Administração Geral | 549.031.874 | 6.096.885 | 7.417.544 | 562.546.303 | 2 | 411.557.467 | 73 | 150.988.836 | 27 |
| 126 Tecnologia da Informação | 1.374.077.428 | -7.675.031 | -50.285.822 | 1.316.116.575 | -4 | 1.025.034.425 | 78 | 291.082.150 | 22 |
| 607 Irrigação | 109.918.343 | 32.827.836 | 0 | 142.746.179 | 30 | 142.298.821 | 100 | 447.358 | 0 |
| 692 Comercialização | 474.317.000 | -450.000 | 161.475.000 | 635.342.000 | 34 | 633.346.817 | 100 | 1.995.183 | 0 |
| 751 Conservação de Energia | 194.559.000 | -20.236.460 | -17.998.000 | 156.324.540 | -20 | 109.466.219 | 70 | 46.858.321 | 30 |
| 752 Energia Elétrica | 8.170.188.215 | -42.475.352 | 319.236.850 | 8.446.949.713 | 3 | 5.519.483.446 | 65 | 2.927.466.267 | 35 |
| 753 Combustíveis Minerais | 67.903.796.000 | -49.407.161 | 5.748.783.136 | 73.603.171.975 | 8 | 62.554.834.279 | 85 | 11.048.337.696 | 15 |
| 754 Biocombustíveis | 263.312.000 | -28.546.200 | -85.493.000 | 149.272.800 | -43 | 96.283.298 | 65 | 52.989.502 | 35 |
| 784 Transporte Hidroviário | 837.193.000 | -96.184.200 | 125.759.000 | 866.767.800 | 4 | 561.343.740 | 65 | 305.424.060 | 35 |
| 785 Transportes Especiais | 5.970.162.000 | 206.049.683 | 1.517.066.000 | 7.693.277.683 | 29 | 7.048.584.092 | 92 | 644.693.591 | 8 |
| **26 Transporte** | **1.965.947.683** | **353.759.769** | **-389.692.231** | **1.930.015.221** | **-2** | **947.986.050** | **49** | **982.029.171** | **51** |
| 122 Administração Geral | 28.168.189 | 300.000 | 33.892.797 | 62.360.986 | 121 | 37.576.085 | 60 | 24.784.901 | 40 |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
**SECRETARIA EXECUTIVA**
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em
31/12/2010

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 126 Tecnologia da Informação | 29.967.395 | -100.000 | 42.715.035 | 72.582.430 | 142 | 58.232.670 | 80 | 14.349.760 | 20 |
| 305 Vigilância Epidemiológica | 300.000 | 0 | 2.741.982 | 3.041.982 | 914 | 299.741 | 10 | 2.742.241 | 90 |
| 391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 600.000 | 50.000 | 0 | 650.000 | 8 | 0 | 0 | 650.000 | 100 |
| 781 Transporte Aéreo | 1.432.442.961 | 103.105.824 | -544.970.387 | 990.578.398 | -31 | 558.499.384 | 56 | 432.079.014 | 44 |
| 784 Transporte Hidroviário | 330.969.138 | 250.403.945 | 192.473.342 | 773.846.425 | 134 | 285.753.053 | 37 | 488.093.372 | 63 |
| 785 Transportes Especiais | 143.500.000 | 0 | -116.545.000 | 26.955.000 | -81 | 7.625.117 | 28 | 19.329.883 | 72 |
| **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 0087 Gestão da Política de Previdência Social | 48.000.000 | 14.400.000 | 78.749.797 | 141.149.797 | 194 | 96.129.664 | 68 | 45.020.133 | 32 |
| 0256 Aprimoramento dos Serviços Postais | 458.310.000 | 0 | -164.178.494 | 294.131.506 | -36 | 183.169.722 | 62 | 110.961.784 | 38 |
| 0273 Luz para Todos | 1.311.946.532 | 0 | 37.881.584 | 1.349.828.116 | 3 | 633.546.979 | 47 | 716.281.137 | 53 |
| 0276 Gestão da Política de Energia | 82.339.624 | 9.000.000 | -22.954.024 | 68.385.600 | -17 | 52.637.611 | 77 | 15.747.989 | 23 |
| 0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo | 4.672.253.000 | 0 | 1.545.878.000 | 6.218.131.000 | 33 | 4.700.972.155 | 76 | 1.517.158.845 | 24 |
| 0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis | 558.891.000 | 450.000 | 242.660.000 | 802.001.000 | 43 | 799.075.716 | 100 | 2.925.284 | 0 |
| 0285 Indústria Petroquímica | 6.855.782.000 | 20.000.000 | -2.041.535.000 | 4.834.247.000 | -29 | 3.445.564.823 | 71 | 1.388.682.177 | 29 |
| 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural | 36.695.018.000 | 104.085.915 | 3.336.239.136 | 40.135.343.051 | 9 | 35.567.672.252 | 89 | 4.567.670.799 | 11 |
| 0288 Refino de Petróleo | 19.011.731.000 | -166.431.376 | 3.073.887.000 | 21.919.186.624 | 15 | 18.581.353.933 | 85 | 3.337.832.691 | 15 |
| 0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis | 3.754.347.000 | 73.128.383 | 460.860.000 | 4.288.335.383 | 14 | 3.596.050.599 | 84 | 692.284.784 | 16 |
| 0294 Energia na Região Nordeste | 1.411.120.789 | 5.135.224 | -90.981.917 | 1.325.274.096 | -6 | 921.398.946 | 70 | 403.875.150 | 30 |
| 0295 Energia na Região Sul | 1.001.812.741 | 0 | 209.318.102 | 1.211.130.843 | 21 | 1.061.038.241 | 88 | 150.092.602 | 12 |
| 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste | 2.491.539.223 | 0 | 703.737.028 | 3.195.276.251 | 28 | 2.075.713.844 | 65 | 1.119.562.407 | 35 |
| 0297 Energia na Região Norte | 750.927.724 | -23.790.000 | -125.064.000 | 602.073.724 | -20 | 422.601.393 | 70 | 179.472.331 | 30 |
| 0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários | 2.050.000 | 0 | 72.000 | 2.122.000 | 4 | 2.078.426 | 98 | 43.574 | 2 |
| 0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia | 55.995.996 | 0 | -5.004.000 | 50.991.996 | -9 | 28.950.362 | 57 | 22.041.634 | 43 |
| 0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural | 2.141.322.000 | 0 | -82.482.000 | 2.058.840.000 | -4 | 1.786.895.882 | 87 | 271.944.118 | 13 |
| 0623 Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro | 41.900.000 | 0 | 12.180.639 | 54.080.639 | 29 | 28.555.985 | 53 | 25.524.654 | 47 |
| 0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária | 1.390.542.961 | 103.105.824 | -557.151.026 | 936.497.759 | -33 | 529.943.399 | 57 | 406.554.360 | 43 |
| 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança | 349.860.580 | 0 | 0 | 349.860.580 | 0 | 244.278.868 | 70 | 105.581.712 | 30 |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais | 1.655.907.511 | 0 | 97.273.393 | 1.753.180.904 | 6 | 1.254.854.981 | 72 | 498.325.923 | 28 |
| 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio | 4.423.024.748 | -1.378.146 | -519.873.614 | 3.901.772.988 | -12 | 3.015.925.218 | 77 | 885.847.770 | 23 |
| 1008 Inclusão Digital | 0 | 0 | 300.000.000 | 300.000.000 | | 0 | 0 | 300.000.000 | 100 |
| 1042 Energia nos Sistemas Isolados | 1.105.287.558 | 0 | -433.539.552 | 671.748.006 | -39 | 368.366.197 | 55 | 303.381.809 | 45 |
| 1044 Energia Alternativa Renovável | 65.300.000 | 7.260 | -26.920.000 | 38.387.260 | -41 | 23.237.151 | 61 | 15.150.109 | 39 |
| 1045 Brasil com Todo Gás | 3.150.513.000 | 229.200 | 1.193.085.000 | 4.343.827.200 | 38 | 4.075.610.845 | 94 | 268.216.355 | 6 |
| 1046 Eficiência Energética | 194.559.000 | -20.236.460 | -17.998.000 | 156.324.540 | -20 | 109.466.219 | 70 | 46.858.321 | 30 |
| 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde | 4.705.000 | 0 | 0 | 4.705.000 | 0 | 2.735.214 | 58 | 1.969.786 | 42 |
| 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados | 221.708.100 | 0 | 0 | 221.708.100 | 0 | 13.648.997 | 6 | 208.059.103 | 94 |
| 1409 Desenvolvimento da Agroenergia | 168.158.000 | 0 | -63.339.000 | 104.819.000 | -38 | 68.376.838 | 65 | 36.442.162 | 35 |
| 1456 Vetor Logístico Amazônico | 1.600.000 | 50.000 | 2.022.926 | 3.672.926 | 130 | 2.022.926 | 55 | 1.650.000 | 45 |
| 1457 Vetor Logístico Centro-Norte | 34.450.000 | 28.893.376 | 49.218.369 | 112.561.745 | 227 | 23.711.540 | 21 | 88.850.205 | 79 |
| 1458 Vetor Logístico Leste | 82.749.720 | 45.837.742 | 24.092.712 | 152.680.174 | 85 | 20.051.418 | 13 | 132.628.756 | 87 |
| 1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional | 95.762.138 | 89.535.692 | 14.101.053 | 199.398.883 | 108 | 103.885.164 | 52 | 95.513.719 | 48 |
| 1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional | 37.446.280 | 8.633.839 | 948.926 | 47.029.045 | 26 | 6.029.736 | 13 | 40.999.309 | 87 |
| 1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste | 79.861.000 | 77.503.296 | 104.831.338 | 262.195.634 | 228 | 130.352.010 | 50 | 131.843.624 | 50 |
| **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO
**Gestão :**

Valores em R$ 1,00

| DISCRIMINAÇÃO | APROVADA INICIAL | CRÉDITO | | APROVADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Suplementar | Especial | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | var % (d/a) | (e) | % (e/d) | (f = d-e) | % (f/d) |
| 20000 Presidência da República | 354.501.128 | 250.653.945 | 199.372.162 | 804.527.235 | 127 | 294.808.152 | 37 | 509.719.083 | 63 |
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 5.525.500 | 0 | 5.206.439 | 10.731.939 | 94 | 7.167.444 | 67 | 3.564.495 | 33 |
| 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia | 8.150.000 | 0 | 0 | 8.150.000 | 0 | 1.163.073 | 14 | 6.986.927 | 86 |
| 25000 Ministério da Fazenda | 3.965.136.561 | 0 | -337.026.809 | 3.628.109.752 | -8 | 2.773.135.224 | 76 | 854.974.528 | 24 |
| 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 225.223.400 | 0 | -106.627.982 | 118.595.418 | -47 | 52.873.169 | 45 | 65.722.249 | 55 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 87.424.292.535 | 0 | 7.917.158.708 | 95.341.451.243 | 9 | 79.831.452.424 | 84 | 15.509.998.819 | 16 |
| 33000 Ministério da Previdência Social | 80.000.000 | 14.400.000 | 86.749.797 | 181.149.797 | 126 | 101.440.776 | 56 | 79.709.021 | 44 |
| 36000 Ministério da Saúde | 228.250.000 | 0 | 0 | 228.250.000 | 0 | 17.124.465 | 8 | 211.125.535 | 92 |
| 39000 Ministério dos Transportes | 40.000 | 0 | 0 | 40.000 | 0 | 0 | 0 | 40.000 | 100 |
| 41000 Ministério das Comunicações | 640.196.546 | 0 | 56.703.454 | 696.900.000 | 9 | 245.929.539 | 35 | 450.970.461 | 65 |
| 52000 Ministério da Defesa | 1.475.406.555 | 103.105.824 | -485.519.393 | 1.092.992.986 | -26 | 650.808.988 | 60 | 442.183.998 | 40 |
| **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2010

# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010

**Título :** ESTIMATIVA E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS
**Subtítulo :** DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO
**Gestão :**

**Valores em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | | ESTIMADA INICIAL | CRÉDITO | | ESTIMADA FINAL | | REALIZADA | | MARGEM /EXCESSO (-) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Suplementar | Especial | | var % (d/a) | | % (e/d) | | % (f/d) |
| | | (a) | (b) | (c) | (d = a+b+c) | | (e) | | (f = d-e) | |
| **6.1.0.0.0.0.0.0** | **Recursos Próprios** | **62.609.332.636** | **14.400.000** | **6.535.584.794** | **69.209.059.566** | **11** | **61.634.557.913** | **89** | **7.524.759.517** | **11** |
| 6.1.1.0.0.0.0.0 | Geração Própria | 62.609.332.636 | 14.400.000 | 6.535.584.794 | 69.209.059.566 | 11 | 61.634.557.913 | 89 | 7.524.759.517 | 11 |
| **6.2.0.0.0.0.0.0** | **Recursos para aumento do Patrimônio Líquido** | **8.169.813.693** | **353.759.769** | **-2.337.852.754** | **6.185.656.708** | **-24** | **3.833.220.432** | **62** | **2.352.500.276** | **38** |
| 6.2.1.0.0.0.0.0 | Tesouro | 861.433.693 | 353.759.769 | 24.249.885 | 1.239.379.347 | 44 | 350.892.631 | 28 | 888.550.716 | 72 |
| 6.2.1.1.0.0.0.0 | Direto | 635.233.693 | 6.416.895 | 7.420.203 | 649.070.871 | 2 | 86.376.684 | 13 | 562.694.107 | 87 |
| 6.2.1.3.0.0.0.0 | Saldos de Exercícios Anteriores | 226.200.000 | 347.342.874 | 16.829.682 | 590.308.476 | 161 | 264.515.947 | 45 | 325.856.609 | 55 |
| 6.2.2.0.0.0.0.0 | Controladora | 7.308.380.000 | 0 | -2.365.970.764 | 4.942.409.236 | -32 | 3.479.457.585 | 70 | 1.462.951.651 | 30 |
| 6.2.3.0.0.0.0.0 | Outras Estatais | 0 | 0 | 3.868.125 | 3.868.125 | | 2.870.216 | 74 | 997.909 | 26 |
| **6.3.0.0.0.0.0.0** | **Operações de Crédito de Longo Prazo** | **6.322.308.153** | **0** | **-1.058.624.353** | **5.263.683.800** | **-17** | **2.816.851.423** | **54** | **2.446.832.377** | **46** |
| 6.3.1.0.0.0.0.0 | Internas | 4.393.084.153 | 0 | 356.387.647 | 4.749.471.800 | 8 | 2.816.851.423 | 59 | 1.932.620.377 | 41 |
| 6.3.2.0.0.0.0.0 | Externas | 1.929.224.000 | 0 | -1.415.012.000 | 514.212.000 | -73 | 0 | 0 | 514.212.000 | 100 |
| **6.9.0.0.0.0.0.0** | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **17.305.267.743** | **0** | **4.196.908.689** | **21.452.498.296** | **24** | **15.691.273.486** | **73** | **5.810.902.946** | **27** |
| 6.9.2.0.0.0.0.0 | Controladora | 2.587.210.743 | 0 | -417.959.867 | 2.169.250.876 | -16 | 1.397.338.647 | 64 | 771.912.229 | 36 |
| 6.9.9.0.0.0.0.0 | Outras Fontes | 14.718.057.000 | 0 | 4.614.868.556 | 19.283.247.420 | 31 | 14.293.934.839 | 74 | 5.038.990.717 | 26 |
| | **TOTAIS** | **94.406.722.225** | **368.159.769** | **7.336.016.376** | **102.110.898.370** | **8** | **83.975.903.254** | **82** | **18.134.995.116** | **18** |

**PARTE V**

# ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

# PARTE V – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

## 5.1 – AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

### 5.1.1 – Presidência Da República

No âmbito da Presidência da República há uma concentração de interesses em diversos setores de atuação governamental, onde se destacam as funções Essencial a Justiça, Administração e Transporte, com o maior volume de despesas executadas, seguidas da subfunções Segurança Pública e Direitos da Cidadania.

**DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM 2010**

| FUNÇÃO | DESPESAS EXECUTADAS | % |
|---|---|---|
| Essencial à Justiça | 2.173.364.231 | 60,06% |
| Administração | 592.125.218 | 16,36% |
| Seguranca Pública | 315.461.675 | 8,72% |
| Direitos da Cidadania | 524.119.033 | 14,48% |
| Transporte | 13.323.375 | 0,37% |
| **TOTAL** | 3.618.393.532 | 100,00% |

Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

Nos últimos cinco exercícios verifica-se que as despesas executadas foram crescentes em todas as funções com exceção dos gastos com transporte, que decresceram no período 2009-2010, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL, 2006 - 2010**



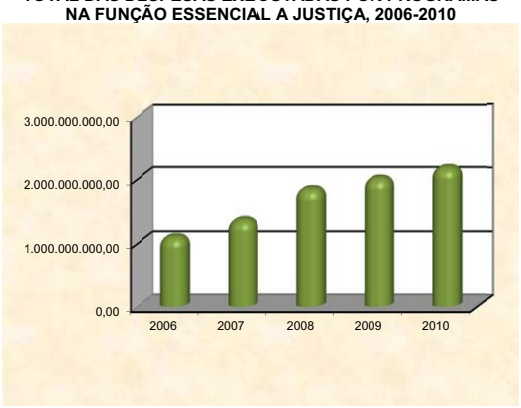

Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

A seguir são apresentadas as análises dos resultados da atuação da Presidência da República, com destaque para os principais programas executados por função governamental e também outras ações relevantes desenvolvidas em 2010.

**Função Essencial à Justiça**

A função Essencial à Justiça tem como único programa de governo executado, no âmbito da Presidência da República, a Defesa Jurídica da União, cujas despesas em 2010, foram da ordem de R$ 2.173.364.230,90, apresentando crescimento nos últimos cinco exercícios, conforme demonstrado no gráfico:

**TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS NA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA, 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

**Defesa Jurídica da União**

O programa busca o fortalecimento da democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Tem como objetivo proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja

demandada, assegurando a defesa dos seus direitos. O programa está sob a gerência da Advocacia-Geral da União - AGU, à qual compete representar a União, judicial e extrajudicialmente, e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

Em 2010, a AGU evitou o desembolso dos cofres da União de cerca de R$ 2.026 trilhões, mediante providências adotadas, haja vista a necessidade de acompanhamento e pela peculiaridade das ações judiciais que merecem ser executadas ou exauridas em todas as instâncias judiciais. Outras providências tomadas foram preventivas, buscando resolver as dificuldades administrativas no seu nascedouro, viabilizando programas estratégicos de governo, como as obras do PAC e os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas 2016.

Foram realizadas 31.142 (trinta e uma mil, cento e quarenta e duas) execuções fiscais ajuizadas relativas às autarquias e fundações públicas federais, com ressarcimento de R$ 24,3 milhões aos cofres públicos. Do total de 1.292 ações de ressarcimento ajuizadas, o destaque são os 436 processos decorrentes de fraudes ao INSS e as 379 ações propostas contra empresas que não cumprem normas de segurança no trabalho.

A arrecadação de contribuições sociais na Justiça do Trabalho foi de R$ 1,5 bilhão e R$ 13,4 bilhões de valores inscritos em Dívida Ativa da União (até outubro de 2010). Quanto às ações civis públicas, incluindo ações de improbidade administrativa (ajuizamento ou intervenção), foi proposto um total de 1.062. Houve o bloqueio de R$ 582 milhões desviados por suspeita de corrupção e monitoramento de 3,7 mil processos dessa natureza. Destaca-se a vitória na maior ação judicial da história da AGU e na América do Sul, que evitou o pagamento de R$ 2 trilhões pelos cofres públicos, como indenização à Construtora Mendes Júnior.

O somatório de outras ações diversas proporcionou economia de R$ 11 bilhões, de janeiro a novembro, pela Procuradoria-Geral Federal - PGF, com 2.147 execuções apenas de decisões do TCU.

As 683 ações do PAC e empreendimentos estratégicos foram acompanhadas diariamente, associadas também as 32 ações referentes à Copa do Mundo. No Supremo Tribunal Federal - STF, releve-se a atuação em 135 seções da Corte, a apresentação de 1.688 manifestações e 1.006 Informações Presidenciais, além da análise de 6.590 ações envolvendo a União. Ainda perante o STF vale destacar a defesa das cotas raciais, a reserva de vagas para alunos do ensino público nas universidades federais e a defesa da constitucionalidade das normas que facultam o ensino religioso, de qualquer credo, nas escolas públicas brasileiras.

Quanto aos pareceres editados pela Advocacia-Geral da União, no exercício de sua competência consultiva, aponta-se, dentre outros, o parecer que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros e a publicação de parecer que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários.

Nas questões ambientais e desenvolvimentistas, ficou demonstrada a legalidade do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica - UHE de Belo Monte e a viabilização do leilão para concessão da exploração, a emissão de licença de operação e funcionamento e geração de energia elétrica na UHE de Foz do Chapecó, a atuação do Ibama como órgão licenciador, sendo demonstrada a higidez do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau e realizados diversos plantões para garantir a realização de audiências públicas do Ibama e a continuidade do processo ambiental nos casos da UHE Tele Pires, UHE Couto Magalhães, dentre outras.

**Função Administração**

A função Administração abrange diferentes programas nas mais diversas áreas de atuação governamental. De acordo com o volume de despesas se destacam a Gestão da Política de Comunicação de Governo e a Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas, com 60,35% do total gasto em 2010, conforme demonstrado:

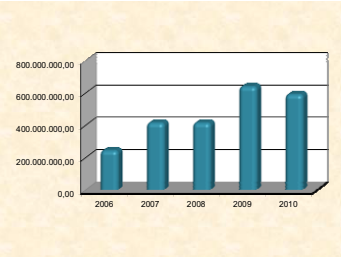
**DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS DE GOVERNO NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, EM 2010**

| PROGRAMA | DESPESAS EXECUTADAS | % |
|---|---|---|
| Informações Integradas para Proteção da Amazônia | 38.184.839,57 | 6,45% |
| Gestão da Política Nacional Sobre Drogas | 47.426.628,25 | 8,01% |
| Gestão da Política de Comunicação de Governo | 180.188.182,92 | 30,43% |
| Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica | 70.724.202,48 | 11,94% |
| Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas | 177.140.178,88 | 29,92% |
| Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental | 63.343.457,65 | 10,70% |
| Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil | 14.864.694,39 | 2,51% |
| Promoção da Ética Pública | 253.033,60 | 0,04% |
| **TOTAL** | **592.125.217,74** | **100,00%** |

Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

Nos últimos cinco exercícios verifica-se que as despesas executadas na função Administração apresentaram comportamento crescente com ligeira queda no período 2009-2010, conforme demonstrado no gráfico:

**TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

**Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental**

O programa visa cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" e a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos.

O Programa de Democratização do uso da informação arquivística governamental é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade da atuação do Arquivo Nacional como agente fundamental no processo de modernização administrativa do estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos públicos, implica a dispersão e perda do patrimônio documental do país, limitação do acesso à informação e comprometimento da eficácia da própria máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros. Tem como objetivo garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural.

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, tem por missão constitucional e legal a implementação de programas de gestão de documentos para órgãos e entidade do poder Executivo Federal, através da organização, da guarda, da preservação, do acesso e da divulgação do patrimônio documental do Governo Federal, a serviço do Estado em suas funções administrativas e da defesa dos direitos do cidadão. A seguir são apresentadas as principais realizações em 2010:

- Política Nacional de Arquivos: destacam-se a aprovação pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq dos encaminhamentos: aos governadores e secretários de estado, de proposta de decreto visando à adoção de política de acesso universal e comum aos arquivos integrantes da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas - Memórias Reveladas, com vistas a estimular os governos estaduais a criarem mecanismos de abertura à consulta de documentos do período do regime militar pelos cidadãos; e ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ de Projeto de Lei para Gestão de Documentos do Judiciário, que dispõe sobre a avaliação e a destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, a ser enviado ao Congresso Nacional. Dentre os temas objeto de estudos e acompanhamento do Conarq, que podem causar impacto nos arquivos públicos, registre-se: a digitalização registrada em cartórios, a lei de direitos autorais, a utilização de papel reciclado, a digitalização de documentos arquivísticos permanentes e a gestão documental do Foro Extrajudicial (cartórios).

- Política Internacional de Arquivos: deu-se continuidade ao Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal, para a área dos arquivos, com a realização no Arquivo Nacional da X Reunião da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - Coluso, na qual além de se continuar a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes, foi também apresentado o projeto Encontros e Desencontros: Movimentos Migratórios da Lusofonia. No âmbito do acordo de cooperação com o Arquivo Nacional da Holanda, foi realizada reunião com a participação da equipe técnica brasileira nos Estados Unidos, para a definição dos padrões do portal de divulgação do acervo documental comum em países com herança cultural holandesa, parceiros do Programa de Herança Cultural Comum - MCH, que será inaugurado em 2011. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência

Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de três missões técnicas em Moçambique, quando foram capacitados nas modernas técnicas de gestão de arquivos servidores do governo moçambicano para disseminarem os conhecimentos adquiridos e estruturarem um Sistema de Informações Arquivísticas Moçambicano. Por fim, a prorrogação da vigência do Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro (ABC-MRE e Casa Civil da PR) e a Unesco - Projeto 914BRA5000 - foi um importante passo para a continuação da implementação do programa de modernização do Arquivo Nacional.

- Gestão de Documentos Federais, que tem como objetivo principal garantir que os documentos sejam localizados com rapidez e sem dificuldades, assegurando ao governo e ao cidadão acesso pleno às informações primordiais para a defesa e garantia de seus direitos, foram empreendidas atividades, em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Departamento de Governo Eletrônico (e-gov), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para definir os padrões para a Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade, o que permitirá ao cidadão acompanhar as movimentações dos documentos de seu interesse, nos diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Além da revisão do Código de Classificação e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo referentes às Atividades-Meio da Administração Pública e da orientação técnica a, aproximadamente, cento e trinta e quatro órgãos e entidades da Administração Pública Federal no que diz respeito à análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo referentes às atividades-fim de órgãos e entidades, tais como: Ministério da Defesa - MD, Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, Receita Federal do Brasil - RFB e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; à aprovação de Listagens de Eliminação de Documentos de órgãos e entidades, tais como: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Casa Civil da Presidência da República - CC/PR e Ministério da Integração Nacional - MI; o tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgão e entidades extintos, tais como a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA e o III Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA e do III Seminário A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal, realizados no período de 21 a 24 de junho de 2010, em Brasília. Ademais, continuou-se o trabalho de elaboração de procedimentos e treinamento de servidores da administração federal na área de gestão e preservação de documentos digitais; assim como o estabelecimento do Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional - AN Digital, que visa dotar o Arquivo Nacional da infraestrutura necessária para preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais sob sua custódia.

- Preservação do Acervo Nacional: foram desenvolvidos projetos de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão com ênfase em duas vertentes: a continuidade do Projeto Memórias Reveladas - do qual destaca-se a geração de cerca de 90.000 representantes digitais dos acervos relativos ao projeto, somente de janeiro a setembro; e a temática da imigração, com a continuidade a projetos realizados em parceria com a Secretaria Nacional e a Sociedade Genealógica de Utah, que resultaram, respectivamente, no controle dos processos de naturalização do Ministério da Justiça - MJ para viabilização do serviço e-certidão, disponível no portal do MJ, e na digitalização de cerca de 1.700.000 fichas consulares do fundo Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Concluiu-se, ainda, a primeira fase do projeto "Entrada de Estrangeiros no Brasil: As relações de passageiros desembarcados no porto do Rio de Janeiro", patrocinado pelo BNDES, que teve por objetivo a preservação do acervo e a construção de um banco de dados que possibilita a consulta online, no portal do Arquivo Nacional, às informações relativas à entrada no Brasil de 227.247 estrangeiros no período de 1885 a 1891. No bojo destas atividades, tem-se recebido contatos de várias entidades nacionais e internacionais com vistas ao estabelecimento de uma rede de cooperação para recuperação e disseminação de conteúdos informativos relevantes para a temática dos movimentos migratórios entre meados do século XVIII e o final do século XX.

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, hoje com 54 parceiros e do Banco de Dados Memórias Reveladas que possui, atualmente, 403.518 registros de informações. Nos estados brasileiros, ações do Memórias Reveladas patrocinadas na modalidade de mecenato da Lei Rouanet beneficiaram um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos dos Departamentos de Ordem Política e Social - DOPS. Em 2010 foram concluídas as ações em desenvolvimento nos estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Alagoas. Também realizou-se em 2010: o Seminário "Arquivos da Ditadura e Democracia: a questão do acesso", em maio, e o "I Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos", em novembro.

**Informações Integradas para Proteção da Amazônia**

A Amazônia representa o mais rico patrimônio natural do planeta, reunindo uma enorme diversidade de fauna e flora, e possui a maior bacia de água doce do mundo. Em virtude de sua grande extensão territorial, refletindo grandes distâncias, acessos precários e temporários e do acompanhamento insuficiente do antropismo, da educação, da cultura, da saúde e da cidadania, o Estado brasileiro deu início, em 1995, ao Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), atualmente presente nos níveis federal, estadual, municipal e não-governamental, sendo uma organização sistemática de coleta e distribuição de informações, que inclui uma base tecnológica complexa e uma rede institucional integrada para geração de conhecimentos, buscando viabilizar a efetiva integração da região amazônica, a proteção e preservação dos seus atributos naturais, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região. Tem como objetivo integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região.

O Sipam é parceiro do programa Terra Legal, atuando no georreferenciamento (medição de acordo com coordenadas geográficas) das glebas passíveis de regularização fundiária, sendo, no ano de 2010, desenvolvido o Sistema de Informações Geográficas da Amazônia (SIG Amazônia). O sistema simboliza uma inovação no processo de regularização fundiária, integrando informações sobre terras públicas federais geradas pelo programa Terra Legal a demais bases de dados geoespaciais (Unidades de Conservação, Projetos de Assentamento, Reservas Indígenas, etc) e a dados do desmatamento divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.

Foram também ampliadas as ações de apoio ao desenvolvimento sustentável dos 43 municípios integrantes da Operação Arco Verde, na região mais afetada pelo desmatamento na Amazônia Legal. Além de iniciar o processo de implantação de 80 telecentros para a inclusão digital, que oferecerão acesso gratuito à internet à população local, o Sipam avança na capacitação de gestores e técnicos das prefeituras que poderão utilizar as informações produzidas para amenizar problemas sociais, econômicos e estruturais dos habitantes da região.

**Promoção da Ética Pública**

O programa busca estabelecer as condições básicas para maior efetividade do padrão ético nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Há uma baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos, o que compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia. Tem como objetivo aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e como principais funções supervisionar e assegurar o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal – CCAAF.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Ética Pública não se restringe apenas à efetivação de suas competências legalmente instituídas, mas envolve uma constante revisão de suas ações, formação de base de dados para utilização futura, realização de balanço das atuações realizadas e análise comparativa visando ao estudo de conformidade do ambiente institucional brasileiro com a Convenção Interamericana Contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Inserindo-se no sistema internacional de troca de experiências e capital, com diversos estados comprometeu-se em evidenciar o seu pacto com a ética, considerando os graves impactos da corrupção sobre a sociedade e a economia. O intercâmbio internacional no campo da ética veio acelerar o processo de sua promoção e, conseqüentemente, recrudescer o combate à referida mazela social. Como o espectro de ações nesta seara é muito diversificado, surgindo em cada país experiências inovadoras e específicas às suas realidades, torna-se imprescindível a existência de uma saudável discussão, firmando-se uma cooperação contínua que possa elevar os Estados Democráticos a um novo patamar ético na gestão pública federal.

**Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural**

O programa busca estabelecer uma interação comunicativa com a sociedade brasileira promovendo a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública, expandindo, dessa forma, a cidadania e fortalecendo a democracia. Tem como objetivo ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania. Criada em 2007 com base na Medida Provisória nº 398, posteriormente convertida na Lei nº. 11.652 de 2008, a Empresa Brasil de Comunicação - EBC é a gestora do programa e vem realizando, dentre outros, a implantação e a gestão do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, previsto no artigo 223 da Constituição Federal como complementar aos sistemas estatal e privado de radiodifusão.

A implantação do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, a partir dos poucos canais e das estruturas então precárias sob responsabilidade da União (Radiobrás e emissoras TVE/RJ e TVE/MA), só foi possível graças a investimentos continuados e intensivos nos três primeiros anos de existência da empresa nas áreas de produção, transmissão, tecnologia da informação e logística. Esses investimentos foram da ordem de R$ 122 milhões em 2008; R$ 95,2 milhões em 2009; e R$ 98,9 milhões em 2010.

Merece destaque a consolidação da Rede Pública de Televisão, formalizada em 2010 e integrada pela TV Brasil e 19 emissoras educativas e universitárias estaduais, que passaram a transmitir de quatro a seis horas simultâneas a partir de maio. Trata-se de iniciativa desenvolvida ainda no ambiente analógico, sendo uma contínua preocupação da EBC a migração dessas e de outras emissoras públicas para o ambiente digital. Nesse sentido, a EBC avançou, em 2010, no desenvolvimento do projeto de operador de rede para todos os canais digitais que formarão a Rede Nacional de Comunicação Pública prevista no Decreto nº 5820/2008. Essa infra-estrutura, a ser financiada por recursos orçamentários oriundos do Governo Federal, permitirá a distribuição de canais públicos nas cidades brasileiras de grande e médio porte, havendo desdobramentos posteriores para que esse sinal alcance o restante do país.

Outra ação no âmbito do programa Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural foi a implantação da TV Brasil Internacional, canal destinado a divulgar informações e conteúdos culturais sobre o país, atendendo também aos mais de três milhões de brasileiros emigrados. Lançado em maio de 2010, o canal passou a ser distribuído imediatamente, na modalidade por assinatura - sem que fossem aumentados os custos dos pacotes de cada assinante -, em 49 dos 55 países africanos. Até dezembro, o canal passou a ser distribuído, também, nos Estados Unidos, em Portugal e em treze países latino-americanos - Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. Em 2011, espera-se ampliar ainda mais o número de países nos quais a TV Brasil Internacional é distribuída.

Também cabe destacar a Prestação de Serviços de Comunicação, mormente voltados, até aqui, ao atendimento de parceiros no âmbito do Governo Federal. Eles compreendem, dentre outros, a cobertura e a transmissão das atividades oficiais do Presidente da República; a programação do canal de TV por Assinatura NBr sobre o Poder Executivo; a gravação dos programas de rádio "Café com o Presidente" e "Bom dia, Ministro" e da "Voz do Brasil" (notícias do Poder Executivo). Esses programas atingem, por meio de outras emissoras, um número muito significativo de cidades. Segundo levantamento da EBC, as 39 edições de 2010 do programa "Café com o Presidente" (suspenso durante o período eleitoral) foram retransmitidas voluntariamente por mais de 1.300 emissoras de rádio. Já as 51 edições do "Bom Dia, Ministro" foram veiculadas por cerca de 156 emissoras. Em 2010, cabe destacar, também, o grande número de transmissões e coberturas de atos do Poder Executivo, como, por exemplo, a transmissão, ao vivo, de mais de 618 horas de eventos com a participação do Presidente da República; a cobertura de 122 viagens por ele realizadas; a transmissão de 844 horas de atividades de órgãos da administração pública federal; e a transmissão de 587 horas de telejornais.

**Gestão da Política Nacional sobre Drogas**

A redução da demanda e oferta de drogas lícitas e ilícitas constitui atualmente uma questão de Estado, que afeta de maneira onerosa a sociedade, envolvendo questões de segurança, saúde, educação, trabalho, previdência social, bem-estar individual, familiar e, até mesmo, alguns aspectos da soberania nacional. Esse tema é intersetorial, perpassa diversas áreas governamentais e setores sociais, caracterizando-se pelo alto grau de interdependência. Ações isoladas, pontuais e desalinhadas não resolvem os problemas associados às drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Por isso, o governo brasileiro precisa trabalhar a partir de políticas públicas integradas, que viabilizem ações conjuntas, envolvendo os setores públicos e a sociedade civil, levando-os a compartilhar a responsabilidade pela redução da demanda e da oferta de drogas, além de capacitá-los a lidar com diferentes problemas decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. O objetivo é ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas.

Para a implementação do programa Gestão da Política Nacional sobre Drogas, destacam-se em 2010 a execução das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.179, de 20 de maio de 2010, Apoio a Projetos, Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, Gestão e Administração do Programa, além do estabelecimento de parcerias com a comunidade científica, organizações da sociedade civil e da ampliação e fortalecimento da cooperação internacional. Neste ano, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad, órgão responsável pela execução do programa, atuou nos seguintes eixos estratégicos:

- Execução das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com destaque para os editais de financiamento a projetos de ampliação da rede de saúde e assistência social e para capacitação profissional, objetivando o tratamento e a reinserção social de usuários de crack.

- Por meio de estudos de abrangência nacional, a Senad deu continuidade à realização de diagnóstico situacional sobre o consumo de drogas e seu impacto nos diversos domínios da vida de populações específicas que vivem sob maior vulnerabilidade para o consumo de drogas.

- Realização de cursos de capacitação voltados aos diferentes atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas e também de multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social.

- Implantação de projetos estratégicos de alcance nacional, que ampliaram o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade na área de drogas.

- Socialização do conhecimento através da distribuição, em todo o território nacional, de material informativo para públicos específicos, com enfoque na educação e mobilização comunitária, além da realização de concursos nacionais de cartazes, fotografias, jingles e monografias sobre a prevenção do uso de drogas, mobilizando, por meio da arte, a participação de crianças, adolescentes, jovens e sociedade geral.

- No cenário internacional, participação nos principais fóruns de discussão, fomento à cooperação internacional por meio de acordos com organismos internacionais e com países das Américas, Europa e África, como o Programa Regional de Especialização de Pesquisa On-Line para Profissionais de Saúde e Áreas Correlatas que forma quadros de profissionais especializados para atuarem e liderarem programas e ações de redução da demanda de drogas.

- Descentralização das ações de regularização e alienação de bens e valores, por meio de Leilões de bens apreendidos do narcotráfico, cujo recurso obtido foi incorporado ao Fundo Nacional Antidrogas- Funad.

**Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica**

O objetivo principal do programa é propiciar a transparência nas ações de governo por meio da divulgação dos atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

No ano de 2010 a Imprensa Nacional deu continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica buscando a melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira. Com a edição do Decreto nº 6.482, de 12 de junho de 2008, e do Decreto nº 7.187, de 27 de maio de 2010, foram retomadas as atividades de produção gráfica, extintas pelo Decreto nº 4.260, de 6 de junho de 2002, e definidas algumas publicações com calendário próprio. Entre estes trabalhos, destacam-se Balanços Quadrimestrais e os livretos das Ações Regionalizadas por Estado do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; o caderno Destaques - ações e programas do Governo Federal, com periodicidade bimestral, em português, espanhol e inglês; o informativo diário Em Questão, bem como folhetos, cartazes e impressos diversos.

O lançamento da Separata de Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo (leis, medidas provisórias, decretos numerados e decretos não numerados) com periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União, é uma iniciativa que tem como objetivo maior, propiciar à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do governo, facilitando ações cidadãs e pluralizando o papel da Imprensa Nacional. Estes instrumentos legais possibilitaram, ainda, a impressão e acabamento gráfico dos livros de transição governamental dos Ministérios e Secretarias, fundamentais para subsidiar os trabalhos da equipe de Transição e dos novos titulares das Pastas.

Ressalta-se, também, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Imprensa Nacional e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, para editoração, impressão e distribuição do suplemento semanal ao Diário Oficial da União, que tem como objetivo notificar sobre infração em vias rodoviárias federais e informar sobre a decisão em recurso impetrado contra a aplicação de penalidade de trânsito.

A implantação da sistemática para compra e aproveitamento de créditos para publicações futuras propiciou maior flexibilidade na comprovação de pagamentos de matérias de terceiros, que por determinação legal devem ser publicadas nos jornais oficias, além de agregar controle do crédito restituído ao cliente, em caso de matérias sustadas ou devolvidas. A implantação desta nova regra de negócio representa um marco na história da IN, que passa a dispor de um modelo de arrecadação moderno, pluralizando as modalidades de pagamento e permitindo ao cliente a gestão sobre as operações de crédito adquirido ou restituído.

Com a otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais foi alcançada substancial redução no horário de fechamento das edições e, consequentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais. O resultado foi um reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entrega cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.

**Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil**

A intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação, em especial da Internet, pelas sociedades globalizadas neste século XXI, tem demonstrado e comprovado vantagens de natureza técnica, econômica e social em relação aos meios tradicionais físicos (papel), que não podem mais ser desconsideradas. A desmaterialização de processos, representada pela elaboração, tramitação, manipulação e armazenamento de informações e documentos essencialmente por meios eletrônicos, proporciona maior disseminação do conhecimento, principal ativo da Sociedade da Informação em que vivemos, ao romper fronteiras territoriais, barreiras culturais e mesmo discriminações de qualquer natureza. A Certificação Digital ICP-Brasil, instituída pela Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, permitirá resolver tais problemas, uma vez que,

dadas suas propriedades técnicas derivadas da matemática avançada, garante às informações e documentos eletrônicos autenticidade, integridade, não-repúdio e confidencialidade, além de validade jurídica. Desta forma, através da certificação digital ICP-Brasil, estarão dadas as condições técnicas e jurídicas para o pleno desenvolvimento das transações eletrônicas na sociedade brasileira, uma vez que será possível identificar com segurança as partes envolvidas e também garantir que a manifestação de suas vontades, por meio dos contratos eletrônicos, ou outros instrumentos quaisquer, tenha plena segurança e eficácia jurídica.

Ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI compete executar as políticas de certificação e normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, assim como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria nas entidades credenciadas, muitas delas administradas por diversos órgãos do setor público, tais como: AC JUS - Justiça, AC Serpro, AC RFB - Receita Federal, dentre outros.

Nesse âmbito, o programa de Massificação da Certificação Digital atingiu maturidade e elevou o Brasil a um patamar de destaque na adoção da certificação digital em larga escala, tanto do ponto de vista da capilaridade como da quantidade aplicações e certificados emitidos, os quais ultrapassaram a marca de 1.300 mil no ano de 2010, representando um crescimento anual de 300%.

As principais ações que propiciaram o crescimento são as iniciativas da Receita Federal, como a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Em 2010, o número de pessoas jurídicas que utilizam a NF-e superou a marca de 450 mil e a tendência é de franco crescimento para 2011. Os ganhos dessas aplicações são significativos, haja vista a economia de papel e armazenagem, padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. Em 2009 foram emitidas 682 milhões de NF-e com um valor total de R$ 9 trilhões, ao passo que em 2010 foram emitidas 1.966 milhões de NF-e com um valor total de R$ 76 trilhões, representando um crescimento de 190% em relação ao ano anterior.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justifica o aumento das emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a União, cujo objetivo foi dar transparência e combater possíveis fraudes, são um aspecto que merece destaque. Outro está relacionado com a importância do uso profissional que a certificação assumiu para determinadas categorias, como por exemplo, para contadores, médicos e advogados. No caso desse último grupo, a adoção em praticamente todo o judiciário de processos eletrônicos, que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente pelo meio virtual, foi muito relevante para a certificação digital.

É importante destacar que o número de certificados nem sempre reflete a amplitude do uso da ferramenta, por exemplo, no segmento bancário em média cinco mil certificados dão suporte a todas as transações interbancárias realizadas por meio do SPB - Sistema e Pagamentos Brasileiro.

O aumento da capilaridade da ICP - Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também foi significativo. Atualmente, existem 861 pontos de atendimento, onde o cidadão e empresas podem obter seu certificado, distribuídos por 250 municípios. Ainda há muito que crescer, inclusive para atender projetos como o RIC - Registro de Identidade Civil, mas os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP - Brasil.

A missão para 2011 é a construção e acompanhamento do projeto do Registro de Identidade Civil - RIC. A perspectiva é de emissão de dois milhões de RIC ainda em 2011 e que até 2019 todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.

A estratégia para Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil foi desenvolvida em 2010 por meio de quatro eixos principais:

- Sensibilização e Capacitação: Em 2010, o ITI organizou a oitava edição do Fórum de Certificação Digital - 8º CertForum, o qual teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O Instituto também deu continuidade às ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades. Destacando-se o trabalho desenvolvido em colaboração com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar para criação do padrão de assinaturas digitais da ICP-Brasil. O padrão criado propicia a garantia de validade e interoperabilidade de assinaturas digitais postadas em documentos e transações eletrônicas a longo prazo, fato de extrema relevância, na medida que, cada dia, mais e mais documentos e transações eletrônicas são assinadas digitalmente no País.

- Fomento a Aplicações: Do ponto de vista de novas aplicações da Certificação Digital, o destaque em 2010 ficou por conta do novo Registro de Identidade Civil - RIC. O ITI participou ativamente dos trabalhos com órgãos dos setores público e privado para o desenvolvimento da parte eletrônica do registro de identidade civil. Emitido sob o formato de *smart card*, o RIC possui a mais avançada tecnologia de identificação, segurança dos dados pessoais do cidadão e certificado digital, colocando um ponto final ao anonimato na rede mundial de computadores. Trata-se de projeto

de alcance nacional que beneficiará todos os cidadãos brasileiros. O RIC passará por etapas graduais de implantação no país. Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como o COD - Certificado de Origem Digital/MDIC e a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

- Operação: Em 2010, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira esteve consolidada em 39 Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas; 319 Autoridades de Registro (AR) credenciadas e 11 Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados, registrando crescimento de 11% em ACs e 55% em ARs em relação ao ano anterior.

- Evolução: O ano de 2010 foi determinante para a implantação de novas tecnologias para o fortalecimento da estrutura de chaves públicas, tais como: a implementação de novos algoritmos criptográficos na Raiz da ICP-Brasil, que garantem longevidade da segurança da informação e permitem a emissão de novas raízes para maior proteção de dados nas transações bancárias e do judiciário; a implantação do Carimbo de Tempo, tecnologia que permite o registro com precisão do momento em que a transação é realizada; a disponibilização de artefatos para o desenvolvimento de aplicativos que façam uso da certificação digital. Os artefatos estabelecem a utilização padronizada da assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil e são vitais para a credibilidade do processo de criação e validação de assinaturas eletrônicas. Além disso, simplificam o desenvolvimento de soluções que respeitem as políticas de assinaturas da ICP-Brasil e asseguram a interoperabilidade, a legitimidade e a integridade dos documentos assinados com certificados digitais; e a implantação da fiscalização eletrônica remota e segura das entidades credenciadas no âmbito da ICP-Brasil

**Gestão da Política de Comunicação de Governo**

Tornar as mudanças promovidas pelas políticas de governo perceptíveis pela população e informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo, ampliando a transparência e a prestação de contas do estado é o principal objetivo do programa, que se justifica pela necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação.

O ano marcou a consolidação de processo iniciado em 2007 que se apoiou no princípio da comunicação integrada. Com base nele, superou-se a fragmentação da comunicação da Presidência da República integrando-se as atividades das três unidades que exercem atribuições de comunicação. Com isso o Executivo Federal capacitou-se a passar mensagens unificadas para a sociedade, bem como a planejar, acompanhar e avaliar de forma integrada suas ações de comunicação. A comunicação integrada abriu caminho para a criação de ambiente de entendimento, sinergia e otimização de ações e recursos.

A comunicação deu-se, sobretudo, via imprensa, sem ignorar outros mecanismos que permitem ouvir e falar com a sociedade. A relação diária com a imprensa foi a organizadora do conjunto das atividades de comunicação, que buscou fazê-lo de forma eficiente, ágil e direta, pautado pela transparência e pela igualdade de acesso às informações. Utilizou-se a publicidade para reforçar e potencializar a comunicação via imprensa, sem prevalecer sobre ela e sem a substituir.

Outro princípio foi o de trabalhar com a diversidade da imprensa, que apresenta necessidades e demandas diferentes, que devem ser entendidas e atendidas de forma diferenciada. A imprensa das capitais fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília, a do interior, a popular, as rádios e televisões locais e a internet nos portais dos grandes grupos e na blogosfera passaram a ser atendidas com os jornais e revistas de circulação nacional, as principais redes de televisão e rádios de maior alcance. Assim, buscou-se visão capaz de abarcar a complexidade e a heterogeneidade da imprensa.

Essa compreensão levou o Executivo a adotar iniciativas e instrumentos que lidassem de forma diferente com as diferentes imprensas. Foram implementadas as entrevistas exclusivas do Presidente para jornais estaduais e do interior, as entrevistas para comunicadores de rádio de todo o país, a produção de materiais específicos para jornais populares e regionais, a coluna “O presidente responde" e o “Blog do Planalto". A resposta dada pelos órgãos de comunicação às iniciativas mostra que elas captaram necessidade real e foram ao encontro das inquietações de boa parte da imprensa, até então não contemplada na política de comunicação. E a imprensa internacional passou a receber tratamento direto e especializado, com apoio específico aos correspondentes, rodadas de conversações com ministros e autoridades e realização de entrevistas exclusivas do Presidente com jornais, revistas e televisões.

A compreensão de que existem muitas imprensas também orientou a política na área da publicidade. O Executivo precisa comunicar-se com os brasileiros de todas as regiões e classes socioeconômicas, de todos os graus de instrução e das diferentes faixas etárias. Assim, faz todo o sentido a desconcentração de investimentos publicitários que privilegiavam grandes centros urbanos do Sudeste e o Distrito Federal e poucas redes de televisão, jornais e emissoras de rádio. Para atingir o maior número de brasileiros, ao menor custo, o caminho é descentralizar, regionalizar e diversificar os investimentos. Consolidou-se também a aplicação do critério de mídia técnica, em que o

percentual do investimento em cada veículo corresponde à sua audiência ou circulação. Tal critério, claro, objetivo e transparente, evita privilégios e distorções. Para que a regionalização tivesse seu potencial explorado, os conteúdos das mensagens passaram a respeitar a realidade e peculiaridades regionais. Foram produzidas peças por região e, em alguns casos, por estado e ou cidades, utilizando personagens, figurinos e locações reais com trilhas sonoras características. A comunicação do Executivo passou a ter maior proximidade com a população, gerando maior identificação com os conteúdos apresentados.

Outro princípio a nortear os trabalhos é o de que as informações públicas devem estar ao alcance do público. Foram ampliadas, consolidadas e criadas ferramentas para simplificar e agilizar o acesso às informações, especialmente via portais na internet. Com isso, as agendas, a íntegra dos textos e dos áudios e, muitas vezes, os vídeos dos discursos do Presidente foram colocados à disposição da imprensa e dos brasileiros quase em tempo real. O mesmo se deu com as fotos e entrevistas coletivas. O lançamento do Portal Brasil demarca importante mudança na comunicação pública, baseada na percepção da importância da comunicação digital na internet, para a aproximação do estado com o cidadão e para ampliar o acesso a serviços e informações pelos públicos do Brasil e do exterior.

A comunicação destinada a promover o Brasil internacionalmente recebeu atenção especial por meio de projeto de divulgação do Brasil, tarefa de longo prazo que se realiza em parceria com órgãos e entidades do Executivo Federal e com o apoio de empresa especializada na prestação de assessoria de imprensa e relações públicas.

Busca-se reforçar a noção de que o país mudou de patamar no cenário internacional, fortalecer sua imagem e reputação como país que apóia o desenvolvimento sustentável, difundir informações e promover o entendimento em relação aos principais atributos do Brasil e neutralizar e contextualizar com credibilidade as percepções negativas.

O trabalho de construção da Lei nº 12.232/2010 é a principal contribuição a ser deixada para as administrações futuras, na área de comunicação do Poder Executivo Federal, por ser diploma legal que reconhece e consolida as melhores práticas desenvolvidas ao longo de vários anos.

Na ausência de disciplina específica, as licitações se realizavam com a aplicação parcial da Lei nº 8.666/1993 e com base em construção administrativa suportada na sistemática de contratação de serviços de publicidade com amparo na Lei nº 4.680/1965, que contém norma de direito privado disciplinadora das atividades das agências de propaganda.

Ante a receptividade do seu autor quanto à alteração de pontos que mereciam adequação, a área de comunicação da Presidência da República estabeleceu consultas a entidades do mercado publicitário para avaliar a receptividade da proposta e colher subsídios para sugerir a elaboração de substitutivo ao texto original. Em seguida, acompanhou a tramitação do PL no Congresso, interagindo com parlamentares e interessados até a sanção presidencial.

**Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas**

O programa visa subsidiar a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental. Busca ainda a melhoria da qualidade e consistência dos processos de decisão e de execução do governo, fornecendo subsídios efetivos à definição e implementação de estratégias governamentais, ofertando à sociedade elementos para o debate sobre o desenvolvimento nacional. Tem como objetivo contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos.

Os trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea foram definidos em um conjunto de metas compostas por 300 projetos que abrangem os mais variados temas da vida econômica e social do país. O resultado é a participação do Instituto em uma quantidade maior de redes de pesquisa e a produção de estudos mais abrangentes sobre o país, garantindo referências para as principais decisões públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento do Brasil.

Um dos principais projetos, o Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, envolveu mais de 230 pesquisadores - metade deles técnicos de seis diretorias do Ipea e os demais de 50 instituições, como universidades, centros de pesquisa, órgãos de governo e agências internacionais - numa maratona de seminários, debates e produção de estudos que teve por objetivo recolocar no centro do debate nacional a questão da necessidade de se planejar o desenvolvimento.

Com o objetivo de qualificar o debate sobre desenvolvimento no país e envolver o leque mais amplo possível de setores sociais, o Ipea vem promovendo, além dos seminários, uma série de cursos, com diferentes perfis e níveis de profundidade. Destaca-se a realização da 1ª Conferência do Desenvolvimento - Code, com o objetivo de criar um espaço nacional de debates no momento em que o país volta a discutir planejamento e estratégias de desenvolvimento.

As exposições foram norteadas pelos sete eixos temáticos do desenvolvimento previstos no

planejamento estratégico: inserção internacional soberana; macroeconomia para o desenvolvimento; fortalecimento do estado, das instituições e da democracia; estrutura tecnoprodutiva integrada e regionalmente articulada; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental.

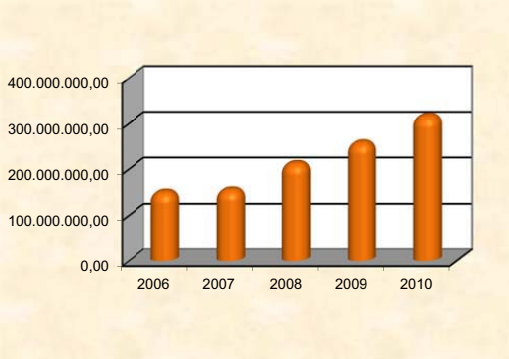
Novas soluções e instrumentos de apoio às pesquisas foram implantados por meio da instituição de quatro programas que compõem o Sistema de Apoio à Pesquisa - SAP: Programa de Cooperação Internacional - Procin, Programa de Apoio a Eventos Técnicos-Científicos - Proev, Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - Promob e Programa de Incentivo as Novas Gerações em Estudo e Pesquisa - Proing.

Foram produzidos indicadores que anteciparam o comportamento do setor produtivo. Entre eles, cabe destacar o Sensor Econômico - que tem por objetivo captar as expectativas empresariais acerca do comportamento da economia brasileira -, o Indicador de Produção Industrial - que antecipa a produção industrial do mês analisado -, o Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD) - procura captar a qualidade do desenvolvimento econômico e social, a sustentabilidade do crescimento, a evolução do nível de bem-estar e o tipo de inserção externa que o Brasil vivencia em relação ao resto do mundo -, e um novo índice, lançado em agosto, o Índice de Expectativas das Famílias (IEF) - que aborda os temas situação econômica nacional; condição financeira passada e futura; decisões de consumo; endividamento e condições de quitação de dívidas e contas atrasadas; e mercado de trabalho, especialmente nos quesitos segurança na ocupação e sentimento futuro de melhoria profissional.

**Função Segurança Pública**

A função Segurança Pública tem como único programa de governo executado no âmbito da Presidência da República a Inteligência Federal, cujas despesas executadas em 2010 foram da ordem de R$ 315.461.675,46, com crescimento no período 2006-2010, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

**TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA, 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

**Inteligência Federal**

O programa tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de inteligência e de segurança da informação no interesse do estado e da sociedade, buscando fornecer subsídios ao Presidente da República em assuntos de interesse nacional.

Em 2010, o Gabinete de Segurança Institucional - GSI exerceu a função de Gabinete de Crises da Presidência da República, atuando de forma quase permanente para lidar com a ajuda humanitária às vítimas dos terremotos no Haiti e no Chile, bem como no sentido de auxiliar na articulação das ações governamentais de apoio aos atingidos pelas enchentes nos estados de Alagoas e Pernambuco.

Como Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo - Creden, o GSI apoiou reuniões realizadas em março e em julho de 2010 acerca da criação de Grupos de Trabalho para tratar dos temas "Empresas Estratégicas" e "Observatório de Alerta sobre Desastres Naturais".

No que se refere à sua função de Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN), analisou 3.715 demandas encaminhadas para assentimento/anuência prévios, em que se destaca a questão da aquisição indireta de imóveis rurais por empresas estrangeiras, o reconhecimento de territórios quilombolas, a mineração e a radiodifusão. Em 2010, foram concedidos 1.733 atos de assentimento prévio e expedidas 1.652 notas técnicas.

Também em 2010, dois sistemas atingiram a maturidade: o GEOPR, que centraliza dados georreferenciados de dezenas de órgãos federais e de alguns estados e municípios para agregá-los, promover seu intercâmbio e gerar mapas temáticos para subsidiar a tomada de decisão; e o Monitora, que realiza o acompanhamento de temas sensíveis com potencial de crise e avisa assinantes pré-definidos de

fatos ou problemas que podem demandar ação governamental.

No tocante a elaboração da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIEC), foi aprovada pela Creden e enviada para apreciação pela Presidenta. Conjuntamente foi elaborado o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas no qual constam as responsabilidades, gestão de riscos, parcerias, e diretrizes para os Ministérios elaborarem os seus Planos Setoriais de Segurança de Infraestruturas Críticas.

Na área do Sistema de Proteção Nuclear Brasileiro foram realizadas campanhas de esclarecimento, planejadas e promovidas de forma contínua, para esclarecer o público sobre os planejamentos e as medidas de proteção à população e ao meio ambiente. Foi realizado o Exercício Parcial de Resposta a Emergência Nuclear para garantir a capacidade de pronta resposta do Sistema em situações de emergência nuclear com a verificação do desencadeamento de ações planejadas.

Em 2010, as ações da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN foram direcionadas para o aprimoramento do planejamento, da produção e dos controles sobre a atividade de Inteligência.

Em cumprimento a sua missão institucional de fornecer subsídio ao processo decisório nacional, 934 Relatórios de Inteligência sobre conjuntura nacional e internacional foram produzidos em 2010, bem como foram intensificadas as trocas de documentos sigilosos com serviços estrangeiros.

Na área de tecnologia da informação, atuou fortemente para a segurança das comunicações, contribuindo com soluções criptográficas para a garantia do processo eleitoral e desenvolvendo o Telefone Seguro Governamental Móvel (TSG-M), que está em fase de homologação. A essas medidas, somam-se outras igualmente relevantes vinculadas à proteção de conhecimentos sensíveis, particularmente nos segmentos científico-tecnológico, nuclear, petrolífero, hidroelétrico e agropecuário, e na orientação a empresas, centros de pesquisa e instituições de ensino quanto ao cumprimento de determinações internacionais sobre desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa.

**Função Direitos da Cidadania**

A função Direitos da Cidadania abrange diferentes programas, nas mais diversas áreas de atuação governamental. De acordo com o volume de despesas executadas se destacam o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Pró-Sinase, com 64,53% do total gasto executado em 2010, conforme demonstrado a seguir:

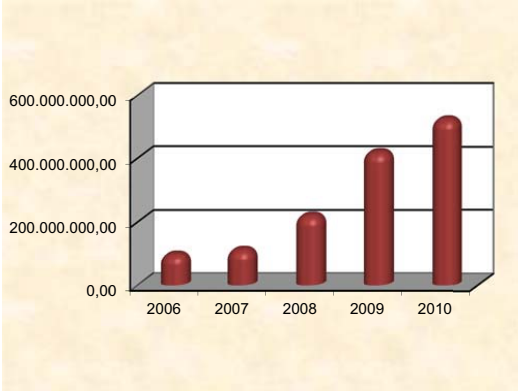
**DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS DE GOVERNO NA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA, EM 2010**

| PROGRAMA | DESPESAS EXECUTADAS | % |
|---|---|---|
| Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes | 10.825.151,00 | 2,07% |
| Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Pró-Sinase | 53.585.738,70 | 10,22% |
| Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | 18.023.026,87 | 3,44% |
| Garantia e Acesso a Direitos | 9.973.051,95 | 1,90% |
| Gestão da Política de Direitos Humanos | 2.838.259,00 | 0,54% |
| Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres | 35.041.828,11 | 6,69% |
| Proteção a Pessoas Ameaçadas | 31.275.289,04 | 5,97% |
| Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência | 3.011.885,33 | 0,57% |
| Brasil Quilombola | 9.379.710,94 | 1,79% |
| Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos | 919.833,00 | 0,18% |
| Educação em Direitos Humanos | 20.697.451,19 | 3,95% |
| Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa | 1.039.509,90 | 0,20% |
| Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial | 21.916.021,38 | 4,18% |
| Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres | 20.919.935,06 | 3,99% |
| Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem | 284.672.341,34 | 54,31% |
| **TOTAL** | **524.119.032,81** | **100,00%** |

Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

Nos últimos cinco exercícios verifica-se que as despesas executadas na função Direitos da Cidadania apresentaram comportamento crescente, conforme demonstrado no gráfico:

**TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS POR PROGRAMAS NA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA, 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

**Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**

O programa de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes teve como destaque o Disque Denúncia Nacional - DDN, que registrou em 2010 um total de 160.933 mil atendimentos, dos quais 30.543 se converteram em denúncias encaminhadas. Foi iniciada a descentralização do software livre do Disque 100 e de sua metodologia, a qual foi disseminada para 15 municípios de fronteira do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai. O DDN foi incorporado ao Disque Direitos Humanos em dezembro de 2010. Foram firmadas parcerias de responsabilidade social com a adesão de 24 grandes empresas estatais e privadas ao Termo de Compromisso Corporativo para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Outros destaques foram a atualização do mapeamento da Matriz Intersetorial de enfrentamento da exploração sexual, em parceria com a UnB, e a formalização de acordos de cooperação internacional com o Togo e El Salvador.

**Sistema Nacional de Atendimento SócioEducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Pró-Sinase**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase, que tem por foco a substituição do modelo Febem, financiou, em 2010, oito novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase. Teve início um programa de ensino à distância, com quatro mil vagas e parceria com a UnB, bem como a implantação de um novo sistema de informação, o Sipia Sinase. Também foi ampliado, pelo MDS, o cofinanciamento de CREAS para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, com adesão nesse ano de municípios de menor porte, resultando em mais de 900 municípios cofinanciados e capacidade de acompanhamento de mais de 74 mil adolescentes. Foram realizados seminários regionais, envolvendo 1.300 gestores do sistema socioeducativo e 165 juízes. Foi lançada campanha nacional contra a redução da maioridade penal, com a CNBB, "Dê oportunidades: medidas socioeducativas responsabilizam, mudam vidas".

**Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Dentro do objetivo de consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente, destaca-se a I Pesquisa Censitária sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em municípios com mais de 300 mil habitantes - foram financiadas pelo programa Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ainda possibilitou a realização de eventos estratégicos, como seminários regionais e nacional sobre políticas de atendimento a crianças e adolescentes indígenas e também o Seminário Internacional sobre Subtração de Crianças e Adolescentes, com participação dos Tribunais de Justiça das 27 Unidades da Federação e embaixadas de 28 países. Em 2010, com 19 Escolas de Conselho criadas, foi ultrapassada em 72% a meta projetada na Agenda Social Criança e Adolescente. Foi implantado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, em parceria com o Ministério da Justiça, com base de dados sobre desaparecimento de crianças e adolescentes. Iniciou-se a implantação, nas capitais brasileiras, de versão *web* do módulo vinculado a Conselhos Tutelares do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sipia, que, em 2011, será expandida para os demais municípios. Como avanços legislativos, ressalte-se o envio pelo Presidente ao Congresso Nacional, para discussão, do Projeto de Lei 7.672/2010, sobre a proibição de castigos corporais e a aprovação da Lei nº 12.318/2010, que trata da alienação parental.

**Educação em Direitos Humanos**

A garantia dos direitos humanos é função do estado e da sociedade. Contudo, ela somente será alcançada na sua plenitude, no momento em que toda a sociedade brasileira assimilar em seu cotidiano o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, faz-se necessário que o Governo Federal incentive o debate e a reflexão sobre o tema e proponha a implementação de ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de governo, com vistas à construção de uma cultura de paz, tolerância e de valorização da diversidade.

É por isso que se pode afirmar a importância de serem formados cidadãos mais conscientes de suas

responsabilidades e de seus direitos, dos meios para a sua proteção e daqueles voltados ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito e da cultura de paz. Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, etária, de gênero e de crenças religiosas. Nessa mesma linha, a Educação em Direitos Humanos é entendida como um processo contínuo de aquisição de determinados conhecimentos, habilidades e valores necessários para conhecer, compreender, afirmar e reivindicar os próprios diretos, tendo como base as normas contidas nos distintos instrumentos internacionais em conexão com a normativa interna, fortalecendo a cultura cívica no Brasil.

Nesse entendimento, o processo de construção da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, assim como da materialidade das normas e pactos que os regulamentam, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Nesse processo, a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade. A educação ganha maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano, às suas potencialidades e à elevação da auto-estima dos grupos socialmente excluídos, de modo a efetivar a cidadania plena, voltada à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de valores, crenças e atitudes em favor dos direitos humanos, da defesa do meio ambiente e da justiça social. Há que se garantir o direito a ter direitos. Ou seja, é necessário dotar cada cidadão de conhecimentos sobre seus direitos humanos.

No âmbito da Educação em Direitos Humanos - que engloba políticas que buscam despertar a consciência e a atitude cidadãs para o reconhecimento dos próprios direitos e a assimilação de valores de solidariedade, tolerância e igualdade -, destacam-se as seguintes realizações: 5ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (realizada em 20 capitais, quatro a mais que em 2009); 5ª edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte (5 a 12/12), e uma edição extra da Semana em Fortaleza (3 a 7/11); 16ª edição do Prêmio Direitos Humanos; e lançamento das 5ª, 6ª e 7ª edições da Revista Direitos Humanos. Foram estruturados comitês de educação em Direitos Humanos nos estados e municípios (22 instalados até 2010) e capacitadas cerca de 165 mil pessoas, entre 2008 e 2010, com destaque para 50 mil lideranças comunitárias beneficiadas pela Rede de Educação Cidadã e Mobilização Social - Talher Nacional.

**Garantia e Acesso a Direitos**

Com o intuito de promover e garantir direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o governo assumiu o compromisso de incentivar a transversalidade da política de direitos humanos. Na qualidade de garantidor dos direitos da população, cabe ao Estado Brasileiro disponibilizar à sociedade mecanismos adequados para que os direitos humanos sejam plenamente exercidos. Para tanto, o país deve assegurar a todos os nascidos em seu território a nacionalidade brasileira e dispor de meios para garantir o acesso a mecanismos de efetivação dos direitos humanos, seja a partir de serviços do estado, seja pela formação de capacidades no seio da própria sociedade para prevenção de violações e promoção dos direitos.

Com vistas à consolidação da democracia, o estado também deve assegurar o direito à verdade e à memória de seu povo, prevenindo a intercorrência de problemas vivenciados ao longo da história. Caberá à SEDH dar prosseguimento aos trabalhos sobre Direito à Verdade e à Memória e reparação oficial aos mortos e desaparecidos políticos, articulando a troca de experiências e de informações em nível regional (Mercosul) e internacional.

O programa Garantia e Acesso a Direitos congrega ações relacionadas a diferentes temáticas, inclusive a Agenda Social Registro Civil de Nascimento. Em 2010, no âmbito dessa Agenda, foram implantadas 58 Unidades Interligadas (UI"s) - que possibilitam o registro de recém-nascidos ainda nas maternidades - em estabelecimentos de saúde do Nordeste e da Amazônia Legal que realizam mais de 300 partos/ano.

No último ano da Agenda Social, o índice de sub-registro (percentual das crianças nascidas que não foram registradas naquele ano e até os três meses do ano subseqüente) caiu novamente: de 8,9%, em 2008, para 8,2%, em 2009. Além disso, segundo o IBGE, houve aumento significativo no total de registros extemporâneos (aqueles realizados quando a criança já tem mais de 15 meses de idade), o que demonstra a efetividade da estratégia de realização de mutirões e diminuição do tempo entre o nascimento e o Registro que, em sua maioria, está sendo realizado até 90 dias após o nascimento. Cabe também ressaltar que o modelo de gestão da Agenda Social RCN, por meio dos Comitês Gestores nacional e estaduais e envolvendo diversos órgãos e instituições estatais e não-estatais, foi uma das 10 iniciativas premiadas na 15ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Ainda no âmbito do programa Garantia e Acesso a Direitos, as ações voltadas à promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tiveram como marco a realização do I Seminário de Gestores Públicos LGBT e do Encontro Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores no Combate à Homofobia. Em agosto de 2010, foi

concluída a primeira avaliação a respeito da execução das ações previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, mostrando como resultados, por exemplo, a instituição do Dia Nacional de Combate a Homofobia (17 de maio), o reconhecimento de casais homoafetivos para efeitos de declaração conjunta do imposto de renda e da previdência pública e privada e a autorização a servidores públicos federais transexuais e travestis de usarem o nome social. Também cabe destaque à implantação do módulo LGBT no Disque Direitos Humanos e a publicação do decreto instituindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.

**Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**

Com o acelerado processo de envelhecimento da população brasileira, torna-se ainda mais grave e crescente a incidência de violações de direitos da pessoa idosa. O programa busca assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade. Em 2010 foram realizadas quatro videoconferências temáticas, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e com a implantação de 18 Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra Pessoas Idosas. Três estados e cinco municípios aderiram ao Projeto Piloto do Plano Técnico de Articulação da Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa - Plantar. E houve a implementação do módulo Idoso no Disque Direitos Humanos.

**Proteção a Pessoas Ameaçadas**

A proteção e assistência a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte constitui atividade estratégica da Secretaria de Direitos Humanos - SEDH, condição indispensável para o combate à impunidade no país. O programa busca garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes e congrega atividades de proteção realizadas em três frentes, as quais compõem o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. O Programa de Proteção a Testemunhas está presente em 19 estados e protegeu 940 pessoas, às quais se somam outras 100 protegidas pelo programa federal, que contempla estados que ainda não fazem parte do Sistema. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH atendeu, em 2010, cerca de 250 pessoas em todo o Brasil, sendo incluídas no programa cerca de 120 defensores, além de seus núcleos familiares. O PPDDH atua diretamente em seis estados (PE, PA, ES, BA, RJ e MG) e, em 2010, incluiu os estados do CE e RS. Além disso, conta com uma Equipe Técnica Federal baseada em Brasília, que presta atendimento a estados que não possuem equipe própria para a proteção de defensores de direitos humanos.

**Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**

A promulgação da Lei nº 7.853/89 promoveu mudanças de paradigmas quanto ao tema, possibilitando que uma visão assistencialista e paternalista desse lugar a outra, garantidora de direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.

A prevenção de deficiência não se confunde com o conjunto das ações preventivas, nem se esgotam nas atividades necessárias à sua realização. O avanço do conhecimento científico tornou possível prevenir a incidência de algumas deficiências com medidas simples e de custo reduzido. A despeito desses avanços, as ações orientadas para a prevenção de deficiência tem sido pouco expressivas no Brasil e constata-se que a incidência de deficiências permanece elevada.

O programa Nacional de Acessibilidade e o de Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência impulsionam a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, importante fator de redução de desigualdades. Foi publicado o livro e lançado o documentário da História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, produtos disponibilizados em três idiomas e com recursos de acessibilidade, como legenda, audiodescrição e intérprete de libras. Foi realizado estudo sobre tecnologia assistiva no país, com a publicação do livro intitulado Tecnologia Assistiva. Também foi lançado o projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos, com os objetivos de divulgar, incentivar e dar visibilidade às ações de acessibilidade das cidades participantes, para que sejam referência a outros municípios.

Merece destaque, ainda, o encontro ocorrido em agosto de 2010, entre o Presidente da República e pessoas atingidas pela hanseníase, que defenderam a necessidade de o estado também indenizar os filhos segregados compulsoriamente dos pais, quando internados em hospitais-colônia. Desde 2007, foram analisados mais de 11.000 requerimentos de pensão especial, dos quais 6.020 foram aprovados, com o pagamento mensal de indenizações.

**Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos**

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, muito se avançou na construção de um arcabouço normativo e de uma configuração institucional, destinados a possibilitar a garantia e a proteção dos direitos humanos a todos os brasileiros e brasileiras. Por outro lado, parte significativa desses avanços ainda não se traduziu sob a forma de efetivas garantias para a maioria da população, especialmente para aquela parcela vitimada pela miséria e pela exclusão social, que se encontra à

margem da possibilidade de recorrer ao estado para reclamar a garantia de seus direitos.

O ambiente democrático deve ser permeado pelo desenvolvimento de relações baseadas na eqüidade, sem preconceitos de gênero, raça e etnia, com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social. O fortalecimento democrático de uma nação também não admite qualquer discriminação aos portadores de necessidades especiais, aos homossexuais, aos jovens, aos idosos, aos migrantes ou a qualquer outro grupo social.

A promoção do acesso efetivo à Justiça continua a ser um desafio para o país, principalmente para os segmentos de menor renda da população. É responsabilidade de o Governo Federal adotar, em conjunto com a sociedade e os demais níveis de governo, medidas que garantam a todos o respeito aos direitos humanos, propiciando a igualdade de tratamento e fortalecendo a cidadania e a democracia no país. A atuação do estado no campo dos direitos humanos deve estar baseada tanto no aprimoramento das instituições públicas como no fortalecimento do diálogo com a sociedade. É preciso mobilizar todas as instituições nacionais para atuarem no sentido de promover a cultura da paz, denunciar preconceitos e difundir a valorização da liberdade, da solidariedade e do respeito ao próximo. O fortalecimento da cidadania também requer a construção e consolidação de canais de veiculação das demandas por direito, que devem ser norteadores das políticas públicas, tornando a sociedade atuante para o objetivo de reversão do quadro de iniqüidades.

O maior destaque do programa de Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos, em 2010, foi a implantação do Disque Direitos Humanos - Disque 100, o qual, desde o dia 06 de dezembro de 2010, recebe chamadas nos módulos para Pessoas Idosas, População LGBT, População em Situação de Rua, Crianças e Adolescentes e outros assuntos de Direitos Humanos. Em 2011, será implantado o módulo para Pessoas com Deficiência. Nas ações de Combate à Tortura, o ano de 2010 marcou a adesão de 16 estados ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (PAICT): AC, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, GO, DF, ES, RJ, PR e RS. Desses, nove contam com Comitê de Prevenção e Combate à Tortura (AC, MA, PI, PE, AL, BA, ES, RJ e PR). Também foi realizado o I Encontro dos Comitês Estaduais de Combate e Prevenção à Tortura - Região Nordeste e Acre.

Incluído pela primeira vez em um programa nacional de direitos humanos, o tema Direito à Memória e à Verdade, também parte do programa de Reparação o envio ao Legislativo do Projeto de Lei nº 7.376, de 13 de maio de 2010, prevendo a criação da Comissão Nacional da Verdade. Foram realizadas oito expedições à região do Araguaia e outras nove a outras localidades, para buscas de corpos de desaparecidos políticos. Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre a SDH/PR, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o Departamento de Polícia Federal e o MJ, com o objetivo de assegurar os meios para realizar expedições e identificar restos mortais.

Em 2010, foi lançado o livro "Luta, Substantivo Feminino" (que conta a história de 45 mulheres mortas ou desaparecidas durante a ditadura e traz depoimentos de outras 27 que sobreviveram, apesar de terem sido presas e torturadas) e inaugurados diversos memoriais "Pessoas Imprescindíveis", em homenagem a pessoas que perderam suas vidas lutando pela democracia no país. A exposição fotográfica itinerante "A ditadura no Brasil 1964-1985" percorreu nove cidades e teve público estimado em 100.000 pessoas.

**Gestão da Política de Direitos Humanos**

O programa tem como objetivo fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos e também promover a inserção da temática dos direitos humanos de forma transversal nas políticas públicas.

Pode-se destacar como resultado importante a produção de dados e informações por meio do Censo realizado pelo IBGE em 2010 o qual adicionou duas questões referentes a Direitos Humanos: uma sobre pessoas que vivem relações homoafetivas - pela primeira vez, o país terá um número oficial de casais do mesmo sexo, e a outra sobre o Registro de Nascimento.

Ainda não refletida no PPA, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, assumida recentemente pela SDH/PR, foi marcada pela instalação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional e pela criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, além da implementação de módulo específico para violações de direitos desse segmento no Disque Direitos Humanos. No âmbito dos Direitos Humanos e Saúde Mental, foi realizada a 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que consolidou a perspectiva de que saúde é um Direito Humano e de que a luta pela Reforma Psiquiátrica é parte indissociável da promoção dos Direitos Humanos. Foi reativado o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Saúde, para encaminhar denúncias e produzir conhecimento sobre o tema, em parceria com instituições de ensino superior brasileiras.

Visando a combater o trabalho escravo, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizou o Encontro Nacional sobre Trabalho Escravo. Em parceria com a Associação dos Magistrados do Brasil, foi realizado curso para 150 juízes e procuradores federais e do trabalho. Ocorreram também oficinas de capacitação em oito Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando cerca

de 500 juízes e procuradores. Por fim, a SDH lançou o livro "Uma história de resistência e luta pelos Direitos Humanos no Brasil", sobre a trajetória do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH desde a sua criação, em 1964.

**Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial**

O Brasil é, atualmente, a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria. Não obstante os avanços importantes no combate às desigualdades raciais, o quadro atual ainda revela o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta não só a população negra, mas também outros grupos étnicos, como indígenas e ciganos. No país, a pobreza prevalece entre a população de cor preta ou parda.

Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas, também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. As conseqüências da persistência de desigualdades raciais são perversas. De um lado, a continuidade das desigualdades raciais ao longo do tempo caracteriza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros, à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve ser oferecida a todos os brasileiros. De outro lado, o processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Nesse sentido, combater as desigualdades raciais significa combater um problema que afeta a sociedade brasileira como um todo, buscando reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e a obtenção de melhores condições de vida. A seguir são apresentadas as principais realizações nas áreas de educação, trabalho e desenvolvimento econômico, segurança pública e justiça, internacional e juventude.

*Área de Educação*

A Seppir lançou o Selo de Educação para Igualdade Racial - chamada pública convidando Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Unidades Escolares de Educação Básica a divulgarem as ações implementadas entre 2009 e 2010, por meio de inscrições para recebimento do Selo de Educação para Igualdade Racial, a fim de obterem o reconhecimento público da Seppir e conseqüentemente da sociedade.

Foi realizado o I Simpósio "A população Negra na Ciência e Tecnologia" - parceria com a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP - Campus de Pirassununga, em abril de 2010. Participaram 400 pesquisadores relacionados com a temática da população negra. Foram apresentados 120 pôsteres de trabalhos científicos, desenvolvidos por estudantes de graduação e pós-graduação e oferecidas 06 menções honrosas pela Seppir e USP.

5º Prêmio Educar para Igualdade Racial – A Seppir firmou convênio com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – Ceert para premiação de práticas de combate ao racismo no ambiente escolar realizadas por professores e unidades escolares da Educação Básica em 2010. Foram 785 inscrições nas categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ciclo), Ensino Fundamental (2º ciclo), Ensino Médio - nas modalidades Professor e Escola e premiadas 16 inscrições, duas em cada categoria nas modalidades Professor e Escola.

*Área de Trabalho e Desenvolvimento Econômico*

O Plano Setorial de Qualificação de Trabalhadores Domésticos (Planseq TDC) tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de trabalho, realizando qualificação social e profissional articulada à elevação de escolaridade, além de trabalhar direitos e cidadania e o fortalecimento da categoria. Em 2010, por meio de Edital de Chamada Pública de Parcerias para a realização do Planseq TDC, foram qualificadas 2,1 mil trabalhadoras domésticas em 13 capitais.

O Plano Setorial de Qualificação (Planseq Nacional Comércio e Serviços para Profissionais Afro-Descendentes) lançou edital de Chamada Pública da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/MTE para atender a 25 mil profissionais visando à capacitação profissional de jovens e adultos negros e afro-descendentes, por meio dos cursos de Empreendedor Individual em 14 áreas do comércio e serviços, além de Cuidador de Pessoas com Doença Falciforme.

No âmbito do programa Febraban de Valorização da Diversidade, a Seppir e a Federação Brasileira de Bancos assinaram Protocolo de Intenções com vistas ao aumento da presença étnico-racial nos sistemas bancário e financeiro, seja nos quadros funcionais, seja nas relações de correntistas, criando oportunidades de inserção no mercado de trabalho para negros oriundos do Prouni e jovens de maior vulnerabilidade social. Aborda, também, a participação das mulheres negras no que diz respeito a diferenças salariais em relação aos homens e participação em cargos de chefia, bem como a elaboração de *hot site* Valorização da Diversidade,.

*Área de Segurança Pública e Justiça*

Projeto Farol Oportunidade em Ação, parceria entre Seppir e MJ, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, para ampliação e apoio a ações e atividades voltadas à ressocialização e reintegração de jovens negros em situação de vulnerabilidade social e segregação

familiar, estímulo à construção e implementação de trabalhos comunitários, articulados com ações do poder público, que promovam a redução de homicídio, uso e tráfico de drogas, gravidez precoce e prostituição infanto-juvenil. Foram investidos R$ 3,3 milhões para a execução do Projeto, visando atender a 4,2 mil jovens e adolescentes.

*Área da Juventude*

O ano de 2010 foi considerado o Ano Internacional da Juventude, cujo objetivo foi estimular o diálogo entre gerações e incentivar os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas Metas de Desenvolvimento do Milênio. Foi concedido apoio à participação de lideranças de juventude negra no Seminário de Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial e à participação no II Seminário Ibero-Americano de Jovens Líderes Indígenas e Afro-descendentes (cerca de 40 jovens). Encontra-se em processo de instalação o GT Juventude Negra, com representações nacionais de lideranças ativistas de juventude negra e governo, para elaborar ações afirmativas étnico-raciais. A Seppir realizou o Seminário Internacional de Jovens Lideranças Africanas e Afro-brasileiras, que envolveu países da África lusófona (novembro de 2010, Rio de Janeiro) e uma oficina de combate à mortalidade da juventude negra, para elaborar diretrizes para o plano de ação de Combate à Mortalidade da Juventude Negra, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e apoio da Fundação Friedrich Ebert – FES.

**Brasil Quilombola**

As comunidades remanescentes de quilombos, objeto do programa Brasil Quilombola, configuram núcleos com diferentes históricos de formação, abrigando, na sua origem, a população negra escravizada, historicamente desprovida de qualquer acesso a políticas públicas e impossibilitada de manifestar sua cidadania. O programa busca assegurar a tais comunidades a propriedade de suas terras, condições de desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, assim como capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas. De acordo com o modelo de gestão descentralizada, as ações são executadas pelos 23 ministérios que compõem o programa. Os resultados apresentados e principais ações desenvolvidas estão agregadas de acordo com os eixos da Agenda Social Quilombola (eixo infraestrutura e qualidade de vida, eixo acesso a terra, eixo desenvolvimento local e inclusão produtiva e eixo direitos e cidadania).

*Eixo Infraestrutura e Qualidade de Vida*

Neste eixo podem ser destacadas as ações de saneamento básico, viabilização de acessos com a construção de pontes e estradas e construção de unidades habitacionais. Na área da saúde, além da ampliação dos atendimentos com as equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal, foi implantado o Observatório de Saúde Quilombola. Na área de educação, foram construídas salas de aula e ampliados os atendimentos com fornecimento de merenda escolar e investimentos nas ações de formação de professores e distribuição de material didático. No programa Bolsa Família, foi ampliado o número de famílias quilombolas atendidas, como também o de famílias beneficiadas com cestas básicas. Mediante Termo de Cooperação entre o MDS e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 2010, foram entregues minibibliotecas sobre a temática da produção sustentável para comunidades quilombolas, nos estados de AL, AM, AP, CE, ES, GO, MS, MT, PB, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO. Com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, nos estados de AM, PA, MG, BA, MA, PI e CE foram aplicados R$ 2.832.500,00 nas capacitações para implementação de oito APLs quilombolas e dois indígenas, beneficiando cerca de três mil famílias entre indígenas e quilombolas. Foi dada continuidade a Projetos de Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais, com investimentos de R$ 458.489,00 para comunidades quilombolas no Pará, R$ 222 mil no Maranhão e R$ 437.222,74 em Minas Gerais.

*Eixo Acesso à Terra*

Foram expedidas certificações de comunidades quilombolas e abertos processos em todas as superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), exceto em Roraima, Marabá (PA) e Acre. Mediante o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), foram realizados 117 editais de RTIDs, totalizando 1.409.789 ha em benefício de 15.312 famílias. Houve a publicação de 53 Portarias de Reconhecimento do Território, somando 248.959 ha em benefício de 4.520 famílias e de 31 Decretos de Desapropriação por Interesse Social, desapropriando 358.767 ha em benefício de 3.980 famílias. Foram emitidos ao todo, 113 títulos, regularizando 971.297ha em benefício de 104 territórios, 183 comunidades e 11.506 famílias quilombolas.

*Eixo Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva*

Foram realizados investimentos em ações de desenvolvimento local e inclusão produtiva, com recursos da Seppir/PR, do MDA, da Caixa Econômica Federal (Caixa), das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e da Fundação Banco do Brasil. Em 2010, a Seppir/PR aprovou o projeto de estruturação da rede de empreendimentos quilombolas, que previu, inicialmente, a articulação entre empreendimentos de 16 estados, a partir da realização de dez oficinas e com aporte de R$ 120 mil.

*Eixo Direitos e Cidadania*

Foi realizada a avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas tituladas nos seguintes estados: PA, AP, PE, MA, PI, BA, SE, GO, MS, MT, RJ, MG, SP e RS. Nessas localidades, foram beneficiadas 173 comunidades tituladas de 55 municípios, com estimativa de atendimento a 11.070 famílias. Foram levados até as comunidades quilombolas os Balcões de direitos fixos ou itinerantes, a fim de oferecer serviços essenciais, como a erradicação do subregistro e a mediação de conflitos. Essa ação totalizou R$ 210.976,04 para atender comunidades de MG, PB, ES, AP MA, SE e PE, com ações voltadas à orientação, mediação e assistência jurídica, acesso à documentação civil e capacitação em direitos humanos.

**Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Mulheres**

A violência doméstica e sexual constitui-se em um fenômeno que atinge, cotidianamente, um contingente bastante expressivo de mulheres em todo o país. Vítimas, na grande parte das vezes, da ação de seus companheiros, estas mulheres sofrem com uma variedade de formas pela qual a violência encontra caminhos para se manifestar: física, moral, psíquica, sexual, patrimonial, institucional e ainda o tráfico para exploração sexual.

O programa tem como objetivo prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz e nesse sentido, foram celebrados convênios destinados principalmente à implantação de Centros de Referência para o Atendimento à Mulher em situação de violência e ao reaparelhamento de Delegacias Especializadas, e em menor grau, a constituição de Ouvidorias da Mulher, de Casas Abrigo e de mecanismos de gênero locais.

O fortalecimento desses serviços concorre diretamente para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha. A Rede de serviços especializados proporciona acolhimento físico e psicológico, assim como o encaminhamento da mulher agredida aos serviços públicos de apoio e atendimento. Também contribuem para averiguar e responsabilizar os agressores. Ao disponibilizar esses serviços de atendimento, objetiva-se assegurar a prevenção da violência, a assistência e a garantia dos direitos das mulheres.

A capacitação de profissionais da rede de enfrentamento às mulheres se constitui em um dos maiores desafios para o enfrentamento à violência. Assim, em 2010 a SPM financiou seminários, cursos, eventos de sensibilização e parcerias com universidades públicas, com o objetivo de modificar atitudes, incorporar novos valores à prática profissional cotidiana e desenvolver uma escuta qualificada. Tendo em vista que as mulheres em situação de violência sofrem com o constrangimento da denúncia e com a dificuldade dos órgãos de responder de forma célere e correta aos seus problemas, a promoção da melhoria no atendimento visa a reduzir o desconforto sofrido pelas denunciantes e dessa forma, diminuir o número de situações de violência não registradas.

Outra ação da SPM nessa direção é a manutenção da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Trata-se de um serviço telefônico gratuito destinado a atender e orientar as mulheres em situação de violência de todo o país. A Central efetuou em 2010 mais de 700.000 atendimentos, recebendo denúncias de violência e encaminhando as mulheres para o serviço de atendimento especializado mais próximo da vítima. O serviço telefônico estimula a denúncia de violência contra as mulheres porque facilita o contato com os órgãos de proteção e, pelo caráter sigiloso, eliminar grande parte do constrangimento da vítima.

O combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres igualmente recebeu em 2010 atenção especial da SPM. Complementarmente à função dos centros de referência no combate ao tráfico, a instalação de núcleos nas áreas de fronteira foi incentivada e respondem pelo acolhimento e orientação aos migrantes, especialmente mulheres e adolescentes.

Ademais, partindo da premissa de que a erradicação da violência deve ser um compromisso de toda a sociedade, a SPM age para promover uma mudança cultural, para passar do machismo ao respeito à diversidade e a promoção da equidade. Assim, a SPM ao longo de 2010 incentivou a realização de eventos em todo o território nacional com o objetivo de informar pessoas sobre os direitos das mulheres, para a divulgação da Lei Maria da Penha e a fim de sensibilizar a população a não tolerar qualquer forma de violência contra as mulheres. Complementarmente, foram ainda estimulados eventos dedicados à promoção da auto-estima, à formação de redes sociais de proteção mútua e de multiplicadores na cultura de equidade e paz.

Acrescente-se entre as conquistas do trabalho de articulação da SPM com os demais entes federativos a assinatura em 2010 do Pacto pelo Distrito Federal, elevando a 26 o número de unidades da federação adeptas.

**Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres**

As mulheres, ao longo das últimas décadas, vêm se inserindo, cada vez mais, nos diferentes espaços da vida social. Já são maioria nos bancos escolares e sua participação no mercado de trabalho é também crescente. Reduzir as desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação

e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo é objetivo do programa. A SPM apoiou, principalmente, projetos dirigidos à autonomia econômica das mulheres e a igualdade de gênero no mercado de trabalho; ao aumento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e ao combate do racismo, sexismo e lesbofobia.

Dessa forma, foram celebrados convênios com estados, municípios e entidades não governamentais para a constituição de organismos municipais de defesa da mulher, para a elaboração de planos estaduais de políticas para as mulheres e para a capacitação de profissionais para a execução dessas tarefas. Adicionalmente, foram incentivados cursos de capacitação para o trabalho e para o empreendedorismo, dos quais se destacam os de culinária, artesanato, construção civil, informática e moda.

Com o objetivo de contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego por meio do incentivo a mudanças na cultura organizacional e na gestão de pessoas das organizações, o programa Pró-Equidade de Gênero certificou 58 empresas. As organizações foram premiadas pelos esforços para a implementação em seu cotidiano de práticas dirigidas à consecução da equidade de gênero no trabalho. O programa registrou a inscrição de 88 organizações, sendo que 71 efetivamente participaram.

Cumpre salientar que a SPM continuou a desenvolver e a incentivar os estudos e pesquisas na área de gênero. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, lançado em março de 2009, manteve, ao longo do ano de 2010, ações voltadas à produção de estudos e à construção de indicadores na área dos direitos das mulheres e da promoção da igualdade de gênero. Trabalhou na construção e monitoramento de indicadores de gênero úteis para a formulação e a implementação de políticas públicas, que fortalece a participação social e que aprofunda o diálogo regional para a promoção da igualdade de gênero.

Cabe ainda ressaltar que em parceria com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, a SPM organizou um dos mais importantes encontros multilaterais sobre a mulher, a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, demonstrando assim a importante função de articulação exercida pela SPM em benefício das mulheres. Durante quatro dias, 900 participantes discutiram o estado, os diferentes modelos e padrões de desenvolvimento e medidas para alcançar a igualdade de gênero.

Também relevante foi o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres 2010, organizado pela SPM, que discutiu os avanços e desafios relativos à institucionalização da temática de gênero e a importância de avançar no processo de construção e consolidação dos organismos governamentais para a proteção e garantia dos direitos das mulheres. Participam do evento as gestoras municipais e estaduais de políticas para as mulheres.

Com o Ministério da Saúde a SPM desenvolveu o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia do HIV/Aids e DSTs. A intenção é reduzir as vulnerabilidades das mulheres em relação ao HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis.

**Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem**

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, o desemprego é maior entre os jovens mais pobres em seis regiões metropolitanas do Brasil. Assim, a questão da juventude entrou na agenda tanto das políticas públicas quanto dos estudos populacionais a partir do diagnóstico da magnitude do problema, que tende a se potencializar caso alguma medida efetiva não seja adotada. Do ponto de vista das políticas públicas, a juventude somente era considerada até os 18 anos, em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A partir daí, os jovens eram inseridos no grupo dos adultos que teriam, em tese, assegurados seus direitos universais, como o acesso à saúde e à educação, deixando de compreender que a juventude é um público heterogêneo, com particularidades e demandas específicas.

O acirramento da violência nas grandes cidades, o elevado índice de desemprego e a ausência de perspectivas de grandes mudanças sociais em curto prazo têm levado a sociedade a enxergar a juventude como sinônimo de problema e preocupação em relação ao futuro do país. O programa busca promover a reintegração do jovem ao processo educacional, a sua qualificação profissional e o seu desenvolvimento humano por meio da Política Nacional de Juventude, instituída pela Lei nº 11.129, de 2005, a qual atribui à Secretaria Nacional da Juventude, órgão da Secretaria-Geral da Presidência da República, a missão de aprofundar a articulação entre as ações de governo com foco ou incidência na vida dos cidadãos brasileiros jovens. A Lei criou ainda o Conselho Nacional de Juventude, Conjuve, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem.

O ProJovem Integrado, instituído pela Lei nº 11.692, de 10/06/2008, compreende as seguintes modalidades: ProJovem Adolescente; ProJovem Urbano; ProJovem Campo – Saberes da Terra e ProJovem Trabalhador.

O ProJovem, em sua modalidade Urbano – PJU, é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e tem gestão compartilhada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como um dos eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude, o programa reafirma o compromisso do

Governo Federal para com os jovens brasileiros que mais sofrem com a negligência do poder público em relação a seus direitos sociais, entre os quais a educação e o trabalho. O PJU trabalha na perspectiva de contribuir com a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental. Regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de Novembro de 2008, instituído pela Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008, o PJU não modifica o paradigma de educação do ProJovem Original e mantém os fundamentos do Projeto Pedagógico Integrado – PPI original com os objetivos de proporcionar formação integral ao jovem.

O ProJovem Urbano foi ampliado para possibilitar o atendimento dos jovens em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais, por meio de parcerias com o Ministério da Justiça, um diferencial que sinaliza o compromisso do governo com esse público excluído socialmente.

O ProJovem Urbano Prisional abrange jovens nas mesmas condições etárias e educacionais (de 18 aos 29 anos, que saibam ler e escrever), que estejam em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, em penitenciárias estaduais.

Destaca-se que houve adequação do Projeto Pedagógico Integrado – PPI para atendimento das especificidades da implementação do programa nas unidades prisionais. Entre elas, podemos citar: organização do tempo escolar; carga horária do professor, da formação inicial e continuada, além da carga horária diferenciada do curso; forma do pagamento do auxílio financeiro; apresentação física do Material Didático; módulo específico para formação dos educadores, em parceria com a Escola de Gestão Penitenciária.

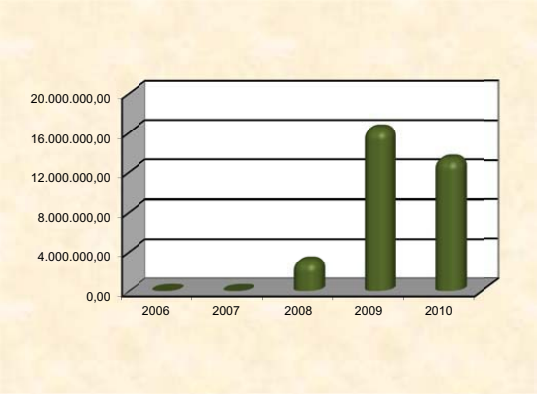
O ProJovem Urbano Prisional foi implementado no âmbito das ações do Pronasci - Programa Nacional de Segurança com Cidadania, por meio de Termo de Cooperação com a Secretaria-Geral da Presidência da República, em caráter experimental, em agosto de 2009, nos estados do Rio de Janeiro e Acre e, em outubro do mesmo ano, no estado do Pará, atendendo 560 jovens em cumprimento de pena privativa de liberdade nos estabelecimentos penais.

O projeto pedagógico do ProJovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã - o que impõe um novo paradigma de educação para gestores e educadores. O programa pressupõe a interrelação dessas três dimensões, num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão, o que exige mudanças tanto na gestão quanto na atuação em sala de aula.

**Função Transporte**

A função Transporte tem como único programa de governo executado no âmbito da Presidência da República, a partir de 2008, a Gestão da Política Portuária, tendo despesas executadas em 2010 na ordem de R$ 13.321.365,48.

**TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS NA FUNÇÃO TRANSPORTE, 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro 2011
Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício 2010

**Gestão da Política Portuária**

O programa tem como objetivo implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional, bem como aumentar a capacidade de movimentação de cargas nos portos brasileiros. Em 2010, foi dada continuidade ao projeto Porto sem Papel, onde foram priorizadas as ações de implantação dos sistemas Concentrador de Dados e o Portal de Informações Portuárias nos portos de Santos e de Vitória, assim como o início da implementação no porto do Rio de Janeiro. Esse projeto tem a finalidade de desenvolver sistemas inteligentes que permitam a troca eletrônica de dados entre os intervenientes por meio de uma janela única, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que vai processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor.

Concomitantemente, foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, que tem por objetivo dotar o sistema portuário brasileiro de um instrumento de planejamento estratégico que defina diretrizes para o subsetor portuário, pensando no curto, médio e longo prazos; bem como elaborar planos-mestre para os 12 principais portos brasileiros considerados de importância estratégica nacional. O Plano envolve ações voltadas à expansão e à adequação da capacidade portuária nacional, à clara definição das atribuições e dos papéis institucionais

dos entes envolvidos nas atividades portuárias e à melhoria da eficiência da gestão dos portos nacionais. O PNLP trará o diagnóstico atual do setor portuário, elaborará prognósticos (projeções e tendências) para avaliação de cenários e apresentará um conjunto de ações que permitirão a tomada de decisões fundamentadas em seis principais áreas temáticas: infraestrutura; superestrutura e operações; logística e hinterlândia; economia e finanças; gestão; e meio ambiente.

Todas as ações de gestão e logística portuária visam à otimização da movimentação de navios, veículos e cargas nos portos, a redução dos tempos de espera, a melhoria dos tempos de atendimento e das taxas portuárias. A implantação de tais medidas possibilitará o melhor aproveitamento da infraestrutura de berços e equipamentos de movimentação existentes, ampliando, assim, a capacidade portuária brasileira. Importante mencionar que a adoção de processos modernos de gestão permitirá a elevação da confiabilidade e da produtividade dos serviços logísticos portuários a níveis internacionais, reduzindo custos e atraindo novos clientes para os portos, além de viabilizar o crescimento projetado para a economia do país. Portanto, pretende-se que o setor portuário público passe a adotar uma postura mais empreendedora, voltada para o cidadão como cliente, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência.

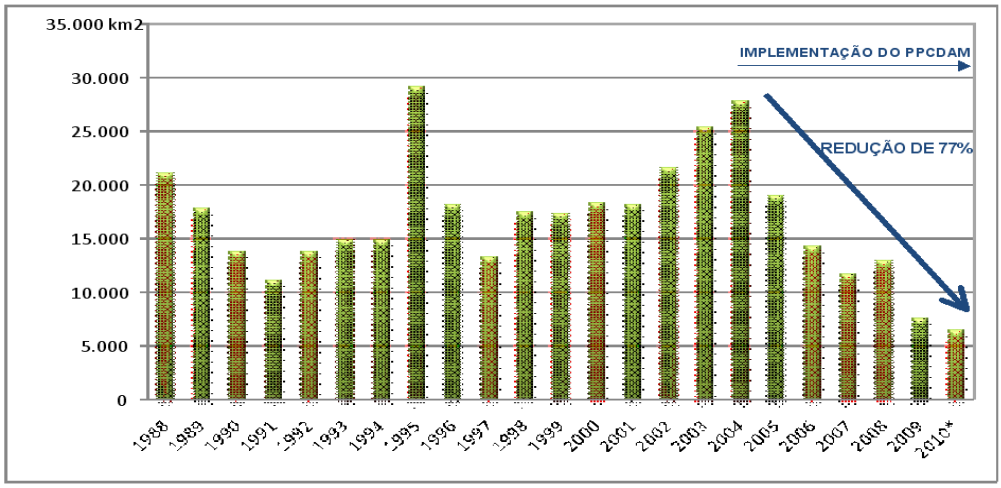
**Outras Ações Relevantes Desenvolvidas no Âmbito da Presidência da República**

**Casa Civil**

A Casa Civil, órgão essencial da Presidência da República, tem como principal competência, a assistência e assessoramento direto e imediato ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e na integração das ações do governo. Dentre as ações desenvolvidas em 2010, merecem destaque:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm

A Casa Civil coordena Grupo Permanente de Trabalho Interministerial – GPTI com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros. O principal resultado alcançado é a redução da taxa de desmatamento de 27,8 mil km$^2$ por ano (agosto de 2003 a julho de 2004) para cerca de 6,5 mil km$^2$ por ano (agosto de 2009 a julho de 2010), menor taxa de desmatamento já registrada pela série histórica do INPE iniciada em 1988.



Fonte: PRODES, (INPE/MCT)

Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima

A Casa Civil coordena o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM (Decreto n° 6.263, de 2007). Em decorrência à elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008) e da edição da Lei n° 12.187 (2009), que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, em 2010 foram adequados ou elaborados cinco planos setoriais correspondentes aos compromissos brasileiros assumidos na Conferência de Copenhague (2009) – Redução do Desmatamento na Amazônia, Redução do Desmatamento no Cerrado, Energia, Agricultura e Substituição do Carvão de Desmatamento - e editado o Decreto n° 7.390, de 9 de dezembro, o qual regulamentou os artigos 6°, 11 e 12 da mencionada lei.

Planos de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Em 2010 foi concluído, sob coordenação da Casa Civil, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu para a área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esse plano, instituído por meio do Decreto n° 7.340, de 21 de outubro, constitui-se em compromisso para a ampliação da oferta de políticas públicas na região que receberá os impactos da obra de Belo Monte, em adição às medidas determinadas pelo processo de licenciamento ambiental.

Fortalecimento da Capacidade Institucional em Regulação

O fortalecimento institucional das agências reguladoras e a criação de mecanismos que assegurem a melhoria da qualidade da regulação e da gestão do sistema regulatório — que inclua maior eficiência, transparência e legitimidade — é um imperativo decorrente do compromisso do governo em promover o desenvolvimento econômico do país, fortalecer a livre iniciativa e ampliar a democracia, conferindo ao estado maior capacidade de gestão e transparência.

Para alcançar os objetivos propostos, foi instituído em 2007 o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, pelo Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007. O PRO-REG tem por finalidade contribuir para a melhoria do sistema regulatório, coordenando as ações entre as instituições que participam do processo regulatório no âmbito federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados.

Dando continuidade às ações empreendidas desde 2008, as ações em 2010 focaram, em especial, a implementação da AIR. Para tanto têm sido realizadas apresentações de sensibilização junto ao corpo dirigente das agências reguladoras. Foi constituído um grupo de técnicos — composto por, aproximadamente, 90 servidores de agências reguladoras e ministérios — para os quais foi ofertada capacitação em pontos chave da AIR.

Centro de Estudos da Presidência da República

Em 2010 foi desenvolvido o novo sítio eletrônico do Portal da Legislação, com *layout* moderno e estrutura que facilita a navegação, oferecendo diversas formas de pesquisa de atos normativos. A Revista Jurídica da Presidência igualmente passou por processo de reformulação, com foco na avaliação de artigos, adotando-se o sistema do duplo cego e a emissão de pareceres por professores doutores, a partir de acordos de cooperação firmados com universidades (quinze já assinados e dezesseis em processo de celebração).

**Secretaria de Assuntos Estratégicos**

A Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE tem como competências elaborar o planejamento de longo prazo e sugerir ações do governo em áreas estratégicas, e conta com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, para desempenhá-las. Essas competências inseridas no âmbito da gestão de políticas na Presidência da República estão situadas de forma adequada no mais elevado órgão do Poder Executivo Federal. No Brasil, o planejamento da ação do estado se torna essencial por cinco motivos:

- prever a alocação estratégica de recursos para remover os gargalos do sistema produtivo e para estimular a melhor organização territorial da economia e da sociedade brasileiras;
- alocar recursos, crescentes e estáveis, para um plano de desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de ponta, base da evolução autônoma da economia em uma sociedade internacional muito competitiva e restritiva;
- a necessidade de alocar recursos para programas que visem à criação de um mercado de massas, com a integração dos enormes contingentes populacionais, hoje excluídos, em uma economia altamente produtiva, sustentável e justa;
- definir metas estratégicas a serem atingidas, a exemplo dos Objetivos do Milênio, e que, ao serem definidas, permitam avaliar a trajetória do Brasil rumo ao estágio de economia desenvolvida;
- definir objetivos de crescimento no contexto de um plano de longo prazo é, em si mesma, indutora dos investimentos privados, internos e externos, e contribui fortemente para determinar sua localização geográfica e seu volume.

A SAE tem procurado desempenhar esta tarefa de planejamento tanto no passado como no presente, com uma diferença que é a preocupação, hoje, de elaborar um plano de longo prazo com a ativa participação de todos os setores do estado, que estariam eventualmente envolvidos em sua implementação, e da sociedade em geral. Por outro lado, quanto à sua segunda competência, ela é semelhante à que se verifica em países altamente desenvolvidos: procurar identificar em cada setor da economia e da sociedade ações estratégicas de grande relevância e contribuir para torná-las realidade.

Também foram desenvolvidos estudos e a elaboração de sugestões de ação do estado em temas de grande relevância tais como nanotecnologia, biocombustíveis, banda larga, regularização fundiária na Amazônia, aviação regional e na formulação da Estratégia Nacional de Defesa, e em 2010 foi dada continuidade ao processo de elaboração de estudos para identificar tais ações estratégicas, em especial nas áreas espacial, de tecnologia da informação e nuclear, mas também em áreas como saúde, educação e infraestrutura, em estreita colaboração com os Ministérios e outras agências, nos termos daquelas metas, já definidas pelos Ministérios.

**Secretaria de Relações Institucionais**

A combinação entre uma sociedade civil organizada e ativa e um governo que se abriu à participação e busca do diálogo, produziu, entre tantos resultados, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES. Criado em 2003 pela Lei nº 10.683, o CDES se fortaleceu e se constituiu, nos últimos oito anos, em um processo exitoso de aprendizagem para a igualdade política, o debate de idéias e a pactuação.

O CDES realizou, ao longo do ano de 2010, 74 atividades, entre reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho (GT), seminários, colóquios, missões internacionais, em uma média mensal de seis atividades, com a participação ativa dos conselheiros e conselheiras, de ministros e altos dirigentes da administração pública, de lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

O grande destaque do trabalho realizado pelo CDES em 2010 foi a elaboração e a divulgação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - ANC. A partir do reconhecimento de um conjunto de mudanças econômicas e sociais, resultados alcançados e perspectivas que configuram o ciclo do desenvolvimento em curso no país, os conselheiros e as conselheiras propõem, na Agenda, desafios para ampliar as dinâmicas e dar continuidade a esse processo.

Conforme prática do Conselho, a ANC não é um produto acabado, mas uma contribuição para o diálogo, para a ampliação de consensos e a construção de viabilidade em torno de questões fundamentais para o país. Conselheiros e conselheiras de todas as regiões mobilizaram-se para constituir espaços, envolver outras lideranças no debate e agregar a perspectiva regional à Agenda, em um total de 13 reuniões, realizadas em várias cidades brasileiras. A valorização do diálogo social aparece também como resultado desses encontros, disseminando a disposição para constituição de conselhos econômicos e sociais nos diversos estados.

Iniciou-se no ano de 2010 o debate em torno dos seguintes temas ligados à ANC: Desenvolvimento Rural Sustentável; Acesso a Banda Larga; Educação e Inovação; Financiamento para o Desenvolvimento - Balanço de Pagamentos e Transações Correntes e Financiamento de Longo Prazo; e Cadeia Produtiva do Pré-sal. Foi criado o GT Grandes Eventos Esportivos, cujo objetivo é acompanhar, de maneira ampla, todos os aspectos envolvidos na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O Observatório da Equidade - OE, projeto que tem por finalidade ampliar o conhecimento da sociedade civil sobre situações de desigualdade existentes no país, produziu, em 2010, análises sobre os temas As Desigualdades na Escolarização no Brasil e Sistema Tributário Nacional, cujos relatórios foram atualizados a partir de informações elaboradas pelas equipes técnicas de cada um dos temas e do Conselho Diretor do OE, e, ainda, a partir de dados gerados por intermédio de seminários e colóquios temáticos.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES realizou, em parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu - CESE, a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Européia, em janeiro, em Belém/PA, sobre o tema Mudança Climática e Matriz Energética Mundial. A 3ª Mesa Redonda ocorreu em Bruxelas, Bélgica, em setembro, e teve como tema Dimensão Participativa e Equidade Social e Segurança Alimentar e Nutriciona". Também foi realizada a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, no mês de maio, em Brasília/DF, cujo tema foi O Papel do BRIC como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, e de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes. Em relação às atividades bilaterais, o CDES promoveu ainda uma reunião conjunta com o Conselho Econômico e Social da Espanha durante sua participação no 6º Encontro da Sociedade Civil União Européia - América Latina.

No âmbito da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - Aicesis, destaca-se a participação do CDES nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, bem como em sua Assembléia Geral, realizada em julho, em Nova Iorque, EUA. O CDES foi relator do principal tema de trabalho da atual presidência da Aicesis - "O papel dos conselhos econômicos e sociais e de instituições similares no novo modelo econômico, social e ambiental de governança global". Com o intuito de trazer mais subsídios ao tema, o Conselho promoveu, ainda, em parceria com a entidade, o Seminário Internacional sobre Governança Global, no mês de setembro, na capital federal.

Articulação com o Poder Legislativo

O diálogo com os partidos políticos e com o Congresso Nacional marca o esforço para a consolidação do desenvolvimento brasileiro. Os resultados desse esforço de articulação democrática e diálogo institucional são expressivos: a produção legislativa em 2010 alcançou considerável intensidade, com a conversão de 22 medidas provisórias em lei; a aprovação de 39 projetos de lei de autoria do Poder Executivo, de 34 projetos de natureza orçamentária, de 70 Acordos Internacionais e a confirmação congressual de 68 indicações de autoridades para agências, tribunais e embaixadas. O valor real dessa produção normativa, entretanto, deve ser compreendido por meio de uma análise específica de alguns dos marcos legislativos aprovados.

Uma série de medidas legislativas visando ao desenvolvimento econômico nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2010. Destaca-se a abrangente Medida Provisória nº 472, de 2009,

convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - Repenec, criou o programa Um Computador por Aluno (Prouca) e instituiu o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (Recompe). Imprescindível citar a MP nº 495, de 2010, convertida na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que estabeleceu margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, priorizando bens e serviços produzidos no país.

O Congresso Nacional também aprovou matérias relacionadas à preparação do país para a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas 2016, sendo as mais importantes a MP nº 497, de 2010, convertida na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que instituiu o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), e a MP nº 496, de 2010, transformada na Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

No ano de 2010, a legislação sobre o Pré-Sal avançou significativamente por meio das seguintes iniciativas: a aprovação do novo marco regulatório do Pré-Sal, que definiu a capitalização da Petrobras, pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pela Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 5.940, de 2009, convertido na Lei n° 12.351, de 23 de dezembro de 2010, que instituiu o Fundo Social, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, e da sustentabilidade ambiental; e o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 8.051, de 2010, com o objetivo de disciplinar a distribuição de *royalties* advindos da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

No campo da educação e cultura, destaca-se a aprovação dos projetos de lei que estabeleceram: a criação das Universidades da Integração Latino Americana (Unila) e da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) - Leis nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, e nº 12.289, de 20 de julho de 2010, respectivamente; a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC) - Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010; e o reconhecimento da responsabilidade do Estado Brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o estabelecimento de reparações - Lei nº 12.260, de 21 de junho de 2010.

Na área de agricultura, houve impactos positivos decorrentes da aprovação do projeto de lei complementar (PLP) que criou mecanismos de aperfeiçoamento para o seguro rural, convertido na Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, e do PL convertido na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater e Pronater). Destaca-se também a criação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), a partir da conversão da MP nº 494, de 2010, na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Alguns dos projetos de lei aprovados em 2010 tiveram ampla repercussão na mídia e na sociedade civil, como a Lei Complementar nº 135, de junho de 2010 - a lei da Ficha Limpa; a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também foram aprovadas duas alterações constitucionais de grande relevância: a Emenda Constitucional - EC nº 66, de 13 de julho de 2010 - conhecida como Proposta de Emenda à Constituição - PEC do Divórcio; e a EC nº 65, de 13 de julho de 2010 - denominada PEC da Juventude (PEC 42, de 2008).

Articulação Federativa

O Governo Federal inaugurou, nos últimos anos, uma nova relação com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Uma relação republicana que foi capaz de qualificar as relações intergovernamentais e pactuar políticas públicas de forma institucional, considerando o conjunto dos entes federados como parceiros estratégicos do desenvolvimento do país.

Em 2010, buscou-se aprofundar essa relação por meio da criação de instâncias permanentes de pactuação e articulação federativa. Principal exemplo desse processo foi o encaminhamento do Projeto de Lei nº 7.388, de 2010, que institui o Comitê de Articulação Federativa - CAF como órgão de assessoramento do Presidente da República, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais. Criado em 2003, por meio de um protocolo de cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e as entidades representativas dos municípios - Associação Brasileira de Municípios - ABM, Confederação Nacional de Municípios - CNM e Frente Nacional de Prefeitos - FNP -, o CAF veio gradualmente se fortalecendo, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, como instância consultiva a que compete a articulação entre o Governo Federal e os municípios brasileiros. Além do CAF, houve o fortalecimento de outras instâncias de diálogo federativo como as comissões gestoras tripartites dos sistemas federativos, as mesas tripartites de gestão e monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e os comitês de articulação estadual do Programa Territórios da Cidadania - PTC.

Resultado desse diálogo federativo foi a aprovação de novos marcos legais que fortaleceram institucionalmente o Estado brasileiro, nos diversos níveis de governo, e favoreceram os investimentos públicos e privados nos territórios, como o Plano Nacional de Banda Larga, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, mais recentemente, o Plano Nacional de Cultura.

Necessário destacar também, no último ano, as ações de cooperação federativa com as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e, ainda, a formação do primeiro consórcio público, entre a União, o estado e o município do Rio de Janeiro, que se constitui na Autoridade Pública Olímpica - APO, responsável pela gestão da infraestrutura necessária para a realização das Olimpíadas em 2016.

O processo de fortalecimento institucional e de estímulo à autonomia financeira dos municípios foi ampliado a partir da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal. Tendo como base suas ações, em 2010, foi possível um incremento dos processos de articulação dos programas do Governo Federal de capacitação e assistência técnica aos municípios; de ampliação do acesso dos municípios à tecnologia da informação; de reformulação e simplificação do acesso aos programas federais; e de fortalecimento da participação e controle sociais sobre as políticas públicas descentralizadas. Destaca-se, nesse processo, o apoio à formação de onze consórcios públicos intermunicipais em Territórios da Cidadania.

Durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, tradicional manifestação do movimento municipalista, realizada em maio de 2010, foram divulgadas medidas para aprofundar o processo de aperfeiçoamento do pacto federativo a partir do fortalecimento dos executivos municipais. No encontro, foi ainda anunciado o envio ao Congresso Nacional do PLP nº 589, de 2010, que estabelece a equalização do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, protegendo-o de oscilações negativas. Também durante a marcha, com o objetivo de esclarecer os gestores municipais a respeito dos principais programas federais com os quais os municípios têm parceria, foi distribuída a publicação Brasil Forte, Cidades Melhores, com o balanço dos ganhos e avanços desses entes ao longo dos últimos anos.

Com os estados, estabeleceu-se o monitoramento das agendas regionais propostas a partir dos fóruns de governadores do Nordeste, da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul. Com base nas sistemáticas reuniões realizadas em 2010, tais instâncias contribuíram para a promoção do diálogo e da concertação de uma agenda política regional entre os governadores. Merece destaque o acompanhamento dos compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, que obtiveram significativos avanços na proposta de redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e de ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar.

No processo de seleção dos projetos a serem contemplados na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, foram realizadas reuniões locais, em Brasília, objetivando esclarecer os mecanismos de seleção para o programa. Com a medida, garantiu-se a apresentação de projetos em melhores condições técnicas que em processos semelhantes realizados em anos anteriores, evidenciando que ações de apoio à gestão municipal têm impacto direto na qualidade das políticas públicas desenvolvidas em parceria com os entes federados.

Ainda no âmbito do PAC 2, no eixo de infraestrutura urbana e social, foi definida a extinção da exigência de contrapartidas financeiras de estados e municípios para os projetos, tendo em vista que as finanças desses entes subnacionais ainda se recuperam dos efeitos da crise econômica internacional, que chegou a seu ponto mais agudo em 2009. Tal medida facilitou o ingresso dos municípios, sobretudo os menores, no programa. Para os localizados em áreas rurais, contemplados com equipamentos para construção e manutenção de estradas vicinais, foi ofertada a proporção de 50% dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União - até então, o financiamento era integralmente a cargo das municipalidades.

A integração do olhar federativo entre todos os órgãos do Poder Executivo Federal foi mantida por meio do Sistema de Assessoramento Federativo - SASF, que, coordenado pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais, integra os agentes públicos que possuem relação direta com os entes federados. Em 2010, foram realizadas oito reuniões, cujas pautas de maior destaque foram o PAC 2, a proposta de criação de uma Lei de Responsabilidade Social e o Plano Nacional de Banda Larga.

Do ponto de vista internacional, houve forte estímulo à cooperação interfederativa, manifestada por meio de diversas iniciativas, tais como: a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul FCCR como espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura institucional do bloco; a criação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; a construção da Agenda de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, com metas e estratégias para as fronteiras brasileiras; a criação do Fórum de Governança Local Índia, Brasil e África do Sul - IBAS; o acompanhamento de acordo entre as cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo FIFA 2014 e as sul-africanas que receberam os jogos em 2010, a fim de promover cooperação técnica e intercâmbio de experiências; o envolvimento de municípios brasileiros no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto de janeiro de 2010; e o estímulo a parcerias entre cidades e estados

brasileiros e regiões européias (França, Itália e Espanha).

**Secretaria de Administração**

Os acervos e as edificações da Presidência da República são parte do patrimônio histórico nacional e se revestem de importância política, cultural, histórica e arquitetônica.

Como parte do acervo arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Palácio do Planalto foi inaugurado em abril de 1960, juntamente com a nova Capital Federal, e não havia passado ainda por qualquer processo de restauração de suas já desgastadas instalações e dos obsoletos sistemas hidráulicos, elétricos e eletrônicos. Assim, o projeto de restauração e modernização do Palácio do Planalto, cuja execução iniciou-se em maio de 2009, teve por objetivo atualizar tecnologicamente, reformular o espaço funcional, adequá-lo às normas ambientais e de segurança em vigor e, ainda, avaliar a sua estrutura de quase meio século de construção.

Ressalta-se, entre as principais adequações tecnológicas, a unificação das redes de voz e dados, com recursos de segurança e sigilo, como a criptografia, permitindo maior confiabilidade aos protocolos de comunicação da Presidência da República. Destaca-se também a instalação do sistema de ar condicionado VRF - Fluxo de Refrigerante Variável, cujo projeto prima pela otimização operacional, na medida em que permite ajustes individuais de consumo proporcionais à demanda de climatização dos ambientes, resultando em maior eficiência energética. O Sistema de Automação Predial possibilita a comunicação geral, numa visão de atualidade que contempla a integração atual e futura dos diversos sistemas operacionais isolados, como o de circuito fechado de televisão e o de prevenção e combate a incêndio, entre outros.

A modernização incluiu a substituição das instalações hidráulicas e elétricas, e hoje o prédio conta com um sistema de automação e supervisão com controle remoto de, dentre outros, iluminação, irrigação, detecção de níveis de gás carbônico nas garagens e hidrometrização monitorada. O sistema de energia elétrica conta com uma rede estabilizada que permite a correção do fator de potência, e também, recurso próprio de geração de energia, concebido para atender a demanda de carga de luz e força e parte do sistema de condicionamento de ar, no caso de falha no fornecimento de energia. Enfim, todas essas especificações de projeto conferiram ao sistema de energia elétrica do Palácio as características de eficiência e otimização dos custos de faturamento, de confiabilidade, de segurança e de atuação total em situações de emergência. Destaca-se, ainda, a adequação do empreendimento a pelo menos dois importantes aspectos da vida atual. Um deles é a preocupação com a preservação do meio ambiente, com recurso de aproveitamento das águas servidas e de chuva, que, ao passarem por um tratamento biológico e ultravioleta, retornam ao sistema em perfeitas condições de reutilização para o espelho d'água, os sanitários e o sistema de irrigação.

Outro aspecto relevante é o respeito ao portador de deficiência e ao idoso - o Palácio conta hoje com banheiros adaptados, vagas especiais no estacionamento, rampas de acesso e áreas internas de circulação ampliadas, entre outros itens, em ampla observância às normas técnicas de acessibilidade. O Palácio, que não dispunha de garagem subterrânea, dispõe agora de dois pavimentos com capacidade para aproximadamente 500 veículos. Uma torre externa foi criada para a instalação da escada de emergência em atendimento às normas de segurança, na qual se encontra instalada uma copa central em cada andar, com respectiva interligação com a cozinha localizada no primeiro subsolo, para promover mais dinamismo à logística deste atendimento. Por último, um túnel de acesso foi criado entre o Palácio e seus anexos, para facilitar o trânsito dos servidores e visitantes entre as duas edificações.

**Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea**

Ao longo de 2010, foram realizadas seis reuniões plenárias do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea. Em cumprimento à sua função de aconselhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Conselho elaborou 11 Recomendações, duas Resoluções e 14 Exposições de Motivos relativas às diversas políticas do Governo Federal afetas à segurança alimentar e nutricional. Além disso, o Consea organizou e também participou de diversos eventos nacionais e internacionais e como principais ações desenvolvidas em 2010, pode-se destacar:

- Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 047 de 2003 que torna a alimentação um direito social. Iniciada em 2009 a Campanha Alimentação: direitos de todos, promovida pelo Consea e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom, com abrangência nacional, em prol da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 047/2003, foi realizada com o objetivo de incluir o direito à alimentação de forma explícita entre os direitos sociais constantes do Art. 6º da Constituição Federal Brasileira. Como conseqüência desta mobilização, a PEC 047/2003 foi aprovada no dia 03 de fevereiro de 2010 pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em segundo turno, e a alimentação se tornou um direito constitucional. Foram 376 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções.

- Publicação do Decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan. - Um marco importante na consolidação do Sisan foi a assinatura do Decreto n° 7.272, pelo Presidente da República, durante a reunião plenária do Consea do dia 25 de agosto de 2010.

Este Decreto regulamentou a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Losan e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, definindo diretrizes e objetivos da PNSAN e dispondo sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento e monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan.

- Publicação do Relatório A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada – Indicadores e Monitoramento – da Constituição de 1988 aos dias atuais - Desde o início de 2010, o GT Indicadores e Monitoramento do Consea iniciou a elaboração do relatório sobre a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, o qual foi publicado em novembro. O relatório fez uma análise da evolução dos indicadores e das políticas relacionadas ao tema, desde a Constituição Federal de 1988 até os momentos atuais, apresentando os principais avanços, retrocessos ou desafios que ocorreram no período ou que ainda persistem. Os resultados foram debatidos no Seminário realizado em 11 e 12 de agosto e na plenária de 22 e 23 de novembro de 2010. Para o Consea, este relatório é um marco na construção do Sistema de Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.

- Convocação pelo Presidente da República da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN a ser realizada em 2011 - Foi instituído um grupo de trabalho para iniciar o planejamento da Conferência, o qual encerrou suas atividades em outubro. Neste mês foi instituída a Comissão Organizadora da IV CNSAN. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República convocou, por meio do Decreto de 1° de dezembro de 2010, a realização da IV Conferência para os dias 7 a 10 de novembro de 2011, em Salvador-BA. A Resolução n° 002/2010 do CONSEA aprovou o Regimento Interno da IV Conferência.

- Promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Além de existir uma Comissão Permanente do Conselho específica para este tema, esta é uma das pautas prioritárias do Consea. Na plenária de 1° de julho de 2010, houve a discussão e o Consea fez proposições relativas aos resultados do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas e às políticas de segurança alimentar e nutricional destinadas a esses povos. Como resultado, foi elaborada a Exposição de Motivos N° 008/2010, com 21 propostas envolvendo ações da competência de órgãos do Governo Federal. O Relatório sobre o Monitoramento da SAN e do DHAA no país, elaborado pelo Consea, também levantou os principais desafios relacionados aos povos indígenas.

- Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional, com ênfase na participação da sociedade civil - A atuação internacional do Consea visa promover a segurança alimentar e nutricional com ênfase na participação da sociedade civil, no direito humano à alimentação adequada e na soberania alimentar dos povos, bem como sugerir orientações para o posicionamento do Governo Brasileiro em âmbito global. A partir de orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Consea divulga a experiência brasileira de participação social na formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse sentido, o Consea realizou em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional - FNDE o I Encontro de Conselhos de Segurança Alimentar da América Latina, visando promover a troca de experiências para a implementação de instâncias de participação da sociedade civil nos países da região. Os eixos de ação internacional do CONSEA são: a) Integração regional, com foco no Mercado Comum do Sul - Mercosul; b) Regimes internacionais; e c) Cooperação horizontal e atuação junto aos organismos multilaterais.

- Apoio à Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde - O Consea encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Presidente a Exposição de Motivos N° 002/2010 com 12 propostas para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Uma das propostas é aumentar o financiamento do setor de alimentação e nutrição do Sistema Único de Saúde - SUS na Lei do Orçamento Anual, passando de R$ 38 milhões para R$ 150 milhões. O Consea defende a institucionalização da área de alimentação e nutrição não apenas no âmbito do Ministério da Saúde, como também nas secretarias estaduais e municipais. O monitoramento da qualidade nutricional de alimentos no país é outra preocupação do conselho.

- Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - O PAA foi criado em 2003, a partir de articulação do Consea no âmbito do Governo Federal, como uma ação estruturante da estratégia Fome Zero. De um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares; de outro, distribui-se os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. Com objetivo de discutir avanços e desafios do programa, o Consea debateu este tema na plenária de 25 de agosto de 2010 e apoiou a realização do III Seminário Nacional do PAA.

- Debate sobre a Redução da Pobreza e da Extrema Pobreza e a Segurança Alimentar e Nutricional - O tema foi debatido na Plenária do CONSEA realizada no dia 06 de outubro, com a presença do

MDS e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, explanando sobre O papel do Estado no combate à pobreza e extrema pobreza no Brasil. Nesta plenária o Conselho debateu e aprovou a Carta Aberta aos Candidatos e à Sociedade Brasileira. No documento, o órgão conclama candidatos a aderirem à causa da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação.

- Debate sobre as Mudanças Climáticas e a Segurança Alimentar e Nutricional - O Consea e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC realizaram, nos dias 11 e 12 de novembro, em Brasília, o Seminário Mudanças Climáticas: Adaptação e Vulnerabilidade. O encontro buscou sensibilizar e discutir sobre as mudanças climáticas, fragilidades, adaptação e segurança alimentar e nutricional. Também teve por objetivo incluir o tema na agenda pública de governos e sociedade civil. O seminário teve a participação dos Integrantes do Grupo de Trabalho Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdade do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Integrantes do Consea; e Rede de Mobilizadores Sociais - COEP de todos os estados.

**VALORES LIQUIDADOS DE 2006 A 2010 POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL**

**VALORES LIQUIDADOS DO ORÇAMENTO DO PRÓPRIO EXERCÍCIO + RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

| FUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL GERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.124,43 | 19.124,43 |
| Judiciaria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 189.432,04 | 189.432,04 |
| Essencial a Justiça | 1.112.580.403,95 | 1.374.229.810,28 | 1.786.766.519,83 | 2.036.821.561,16 | 2.175.560.801,94 | 8.485.959.097,16 |
| Administração | 1.473.319.835,63 | 827.560.427,81 | 1.245.673.792,17 | 1.728.138.585,41 | 1.951.954.814,12 | 7.226.647.455,14 |
| Defesa Nacional | 1.343.650,82 | 193.814,15 | 0,00 | 50.773,80 | 6.800,80 | 1.595.039,57 |
| Segurança Pública | 163.545.245,09 | 182.328.048,43 | 219.612.852,97 | 273.320.263,81 | 320.058.452,54 | 1.158.864.862,84 |
| Relações Exteriores | 1.617.600,00 | 808.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.426.400,00 |
| Assistência Social | 305.193,90 | 1.800.000,00 | 4.408.830,50 | 2.000.000,00 | 0,00 | 8.514.024,40 |
| Previdência Social | 263.758.057,02 | 278.171.906,89 | 328.796.554,11 | 432.933.990,62 | 558.179.020,78 | 1.861.839.529,42 |
| Saúde | 0,00 | 17.500,00 | 63.925,41 | 337.579,50 | 228.659,42 | 647.664,33 |
| Trabalho | 1.827.060,05 | 1.949.984,79 | 685.369,44 | 12.526,50 | 9.589,44 | 4.484.530,22 |
| Educação | 508.061,26 | 497.000,00 | 352.024,00 | 259.428,50 | 2.294.950,19 | 3.911.463,95 |
| Cultura | 0,00 | 761.329,79 | 820.699,70 | 959.281,32 | 2.170.627,03 | 4.711.937,84 |
| Direitos da Cidadania | 163.272.023,33 | 139.719.941,50 | 180.980.078,21 | 327.765.583,27 | 505.938.283,02 | 1.317.675.909,33 |
| Urbanismo | 5.882.984,60 | 1.885.635,70 | 11.792.163,41 | 3.670.993,99 | 19.894,34 | 23.251.672,04 |
| Gestão Ambiental | 3.400,00 | 1.545.000,00 | 107.700,00 | 12.526,50 | 482.383,94 | 2.151.010,44 |
| Ciência e Tecnologia | 9.010.666,46 | 1.775.602,43 | 8.830,50 | 850.030,00 | 419.124,43 | 12.064.253,82 |
| Agricultura | 93.194.353,35 | 109.087.944,15 | 103.105.537,10 | 176.102.722,00 | 751.481,05 | 482.242.037,65 |
| Organização Agrária | 100.898,66 | 43.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | 1.233.793,51 | 1.527.692,17 |
| Indústria | 49.075,20 | 0,00 | 0,00 | 32.370,50 | 0,00 | 81.445,70 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 532.533,23 | 80.000,00 | 0,00 | 397.176,32 | 1.009.709,55 |
| Comunicações | 0,00 | 20.000.000,00 | 0,00 | 12.526,50 | 0,00 | 20.012.526,50 |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 147.334,00 | 147.334,00 |
| Transporte | 0,00 | 476.071.444,93 | 444.406.090,67 | 807.702.567,64 | 1.282.265.648,43 | 3.010.445.751,67 |
| Desporto e Lazer | 150.088,20 | 6.015.380,65 | 100.178,33 | 0,00 | 0,00 | 6.265.647,18 |
| Encargos Especiais | 4.086.664,18 | 6.924.396,95 | 2.582.759,47 | 3.515.241,41 | 5.777.287,56 | 22.886.349,57 |
| | **3.294.555.261,70** | **3.431.919.501,68** | **4.330.493.905,82** | **5.794.498.552,43** | **6.808.104.679,33** | **23.659.571.900,96** |

Fonte: Siafi Gerencial

**VARIAÇÕES PERCENTUAIS DOS VALORES REALIZADOS POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL - 2006/2010**
**VALORES LIQUIDADOS DO ORÇAMENTO DO PRÓPRIO EXERCÍCIO + RESTOS A PAGAR**
**NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

| FUNÇÃO | 2007/2006 | 2008/2007 | 2009/2008 | 2010/2009 |
|---|---|---|---|---|
| Legislativa | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Judiciaria | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Essencial a Justiça | 123,52% | 130,02% | 113,99% | 106,81% |
| Administração | 56,17% | 150,52% | 138,73% | 112,95% |
| Defesa Nacional | 14,42% | 0,00% | 0,00% | 13,39% |
| Segurança Pública | 111,48% | 120,45% | 124,46% | 117,10% |
| Relações Exteriores | 50,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Assistência Social | 589,79% | 244,94% | 45,36% | 0,00% |
| Previdência Social | 105,46% | 118,20% | 131,67% | 128,93% |
| Saúde | 0,00% | 365,29% | 528,08% | 67,73% |
| Trabalho | 106,73% | 35,15% | 1,83% | 76,55% |
| Educação | 97,82% | 70,83% | 73,70% | 884,62% |
| Cultura | 0,00% | 107,80% | 116,89% | 226,28% |
| Direitos da Cidadania | 85,57% | 129,53% | 181,11% | 154,36% |
| Urbanismo | 32,05% | 625,37% | 31,13% | 0,54% |
| Gestão Ambiental | 45441,18% | 6,97% | 11,63% | 3850,91% |
| Ciência e Tecnologia | 19,71% | 0,50% | 9626,07% | 49,31% |
| Agricultura | 117,05% | 94,52% | 170,80% | 0,43% |
| Organização Agrária | 42,62% | 348,84% | 0,00% | 0,00% |
| Indústria | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Comércio e Serviços | 0,00% | 15,02% | 0,00% | 0,00% |
| Comunicações | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Energia | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Transporte | 0,00% | 93,35% | 181,75% | 158,75% |
| Desporto e Lazer | 4007,90% | 1,67% | 0,00% | 0,00% |
| Encargos Especiais | 169,44% | 37,30% | 136,10% | 164,35% |
| | **104,17%** | **126,18%** | **133,81%** | **117,49%** |

Fonte: Siafi Gerencial
Nota: As variações ocorridas nos campos grifados ocorreram devido a Destaques recebidos de outros órgãos pela Presidência da República.

### 5.1.2 - Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual um único programa de governo: Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, o qual está inserido na Função de Governo Administração, sendo que a maior concentração de recursos ocorre na subfunção Administração Geral, como se pode observar no demonstrativo que segue. Salienta-se que a totalidade dos recursos estão consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

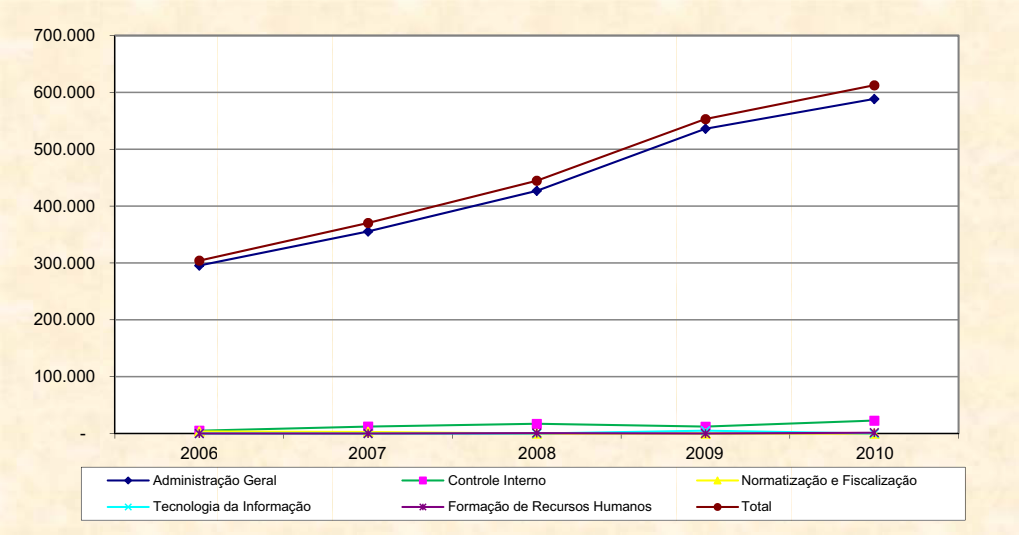
**DADOS GERAIS DO PROGRAMA CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO**

| | |
|---|---|
| **TIPO DE PROGRAMA** | Serviços ao Estado – Apoio às Políticas |
| **OBJETIVO GERAL** | Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública. |
| **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** | Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública. |

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR SUBFUNÇÃO**

R$ mil

| SUBFUNÇÃO | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Administração Geral | 295.484 | 97,1 | 355.420 | 96,0 | 426.841 | 96,0 | 536.104 | 96,9 | 588.440 | 96,1 |
| Controle Interno | 4.990 | 1,6 | 12.204 | 3,3 | 17.061 | 3,8 | 12.089 | 2,2 | 22.732 | 3,7 |
| Normatização e Fiscalização | 3.706 | 1,2 | 2.747 | 0,7 | | | | | | |
| Tecnologia da Informação | | | | | | | 4.887 | 0,9 | | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 747 | 0,2 | | | 1.421 | 0,2 |
| **Total** | **304.180** | **100** | **370.371** | **100** | **444.649** | **100** | **553.080** | **100** | **612.593** | **100** |




Observa-se a evolução dos valores liquidados, entre 2006 e 2010, com uma variação positiva superior a 201%, reflexo do fortalecimento institucional da CGU, por meio do ingresso de novos servidores; apoio para construção, reforma e readaptação das instalações físicas na Sede e Regionais; incremento na gestão de recursos logísticos e de informática; e aparelhamento das atividades-fim. Ressalta-se que cerca de 80,42% dos valores empenhados em 2010, na forma do demonstrativo acima, são relativos a despesas com pessoal, no montante de R$ R$ 492.677 mil.

A estratégia de gestão adotada pela Controladoria-Geral da União (CGU) no ano de 2010, com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos para o programa de governo a seu cargo, procurou sedimentar e fortalecer as ações já existentes. Os principais projetos e programas foram mantidos, entretanto, procurou-se maximizar seu alcance e efetividade. Seu norte de atuação visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou-se a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público. Além disso, a CGU, quando necessário, procurou aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

Nos últimos cinco anos, os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado (CGU, Polícia Federal, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, entre outras) não passam despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional, realizada em maio de 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de 75% dos entrevistados reconhece que cresceu neste governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”. No âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45% dos entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.

O esforço que o Brasil vem fazendo para aumentar a transparência pública tem sido reconhecido nacional e internacionalmente. Desde o seu lançamento, pela CCU, em novembro de 2004, o Portal da Transparência tem conquistado diversos prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais. O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo Federal, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público. Em 2010, o Portal recebeu quase 3 milhões de visitas e possibilitou o acesso público às informações de aplicação de recursos públicos no montante de R$ 7,7 trilhões.

Pesquisa feita pelo *International Budget Partnership* (IBP), em 2010, classificou o Brasil em 9º lugar em um ranking de 94 países que tiveram o seu grau de transparência do orçamento público analisado pelo IBP. Nesse mesmo ano, o Portal foi considerado o melhor site de transparência pela ONG Contas Abertas, que criou um Índice de Transparência (IT) para comparar sites dos Governos federal, estaduais e municipais. Para medir a diferença no grau de transparência entre os países, o instituto criou o *Open Budget Index*, que vai de 0 a 100%. No ranking da IBP, o Governo Federal brasileiro atingiu 74%, ficando à frente de Alemanha (64%), Índia (60%) e Rússia (68%). O relatório aponta que os dados fornecidos aos brasileiros quanto aos gastos públicos são "satisfatórios", elogiando o compromisso do Brasil em divulgar seus dados e a possibilidade da população de acompanhar os gastos e planos anuais de governo.

Quantos aos avanços do Portal em 2010, é importante destacar a publicação de informações diárias sobre a execução financeira (receitas e despesas) do Governo Federal. Tal funcionalidade foi desenvolvida para atender os ditames da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que determina a necessidade de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes federados. Destaca-se ainda a criação dos Portais Copa 2014 e Jogos Rio 2016. Neles, o cidadão encontra a previsão de investimentos e a fonte dos recursos de cada obra prevista para a realização destes eventos esportivos.

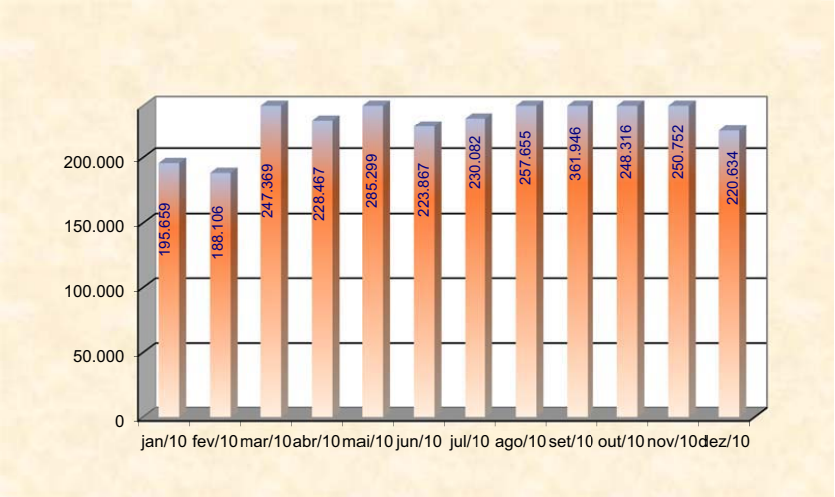
Os demonstrativos a seguir indicam a evolução, nos últimos cinco anos, relativa ao montante de recursos da execução financeira do Governo Federal registrados no Portal, assim como da quantidade de visitas.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**
**EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE RECURSOS REGISTRADOS**
**DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL**




Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA / QUANTIDADE DE VISITAS**




Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

A CGU iniciou, em 2010, projeto de parceria com a Unesco objetivando realizar estudos e desenvolver mecanismos institucionais e organizacionais que permitam à administração pública brasileira promover, proteger e assegurar o acesso a informações públicas como um direito fundamental do indivíduo. Em abril de 2010, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e dá outras providências. Espera-se, em 2011, a aprovação desse projeto pelo Poder Legislativo.

Visando ao monitoramento sistemático de gastos públicos, a CGU mantém o Observatório da Despesa Pública (ODP) que já recebeu três prêmios que ressaltam sua característica inovadora e seu grande potencial como ferramenta de apoio a gestão pública e ao controle interno do Governo Federal.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo ODP, desde então, destacam-se as análises de: (i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para

identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal; (ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal; (iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; (iv) beneficiários do programa Bolsa Família; (v) aquisição de passagens e concessão de diárias; e (vi) ONGs.

Em 2010, buscou-se fortalecer o papel do ODP como ferramenta de apoio à gestão pública. Nesse sentido, a CGU enviou documentos para os gestores federais apresentando uma versão panorâmica sobre a gestão referente à aquisição de passagens aéreas e sobre os gastos com diárias de viagem. Os relatórios enviados foram de caráter preventivo, para possibilitar uma análise e reflexão sobre a qualidade dos gastos, com foco na eficiência de órgãos e entidades federais.

Ainda no mesmo ano, os estudos do ODP resultaram na descoberta de um esquema de criação e venda de organizações não-governamentais sem fins lucrativos. O trabalho mostrou que uma única pessoa na cidade de Alto Paraíso (Goiás) era ou tinha sido dirigente de, pelo menos, 45 dessas entidades.

Descobriu-se ainda um site especializado em criar e colocar à venda Organizações Não-Governamentais. O site oferecia ONG registrada, com CNPJ, publicação feita no Diário Oficial da União, e certificada pelo Ministério da Justiça a diferentes preços.

Com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública e de intensificar o controle preventivo, a CGU está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades. A partir das experiências bem sucedidas de orientação e capacitação de gestores em palestras, encontros, cursos de curta duração, presenciais ou a distância e com o objetivo de potencializar o efeito benéfico dessas ações, foi instituído, por meio da Portaria CGU nº 1.965/2010, o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais - Capacita. Seu objetivo é prover gestores de orientação e capacitação em busca de uma gestão pública federal eficiente e eficaz. Nos últimos dois anos foram capacitados cerca de 15 mil servidores públicos federais em diversas áreas e temas, com destaque para aprimoramento dos controles internos administrativos, convênios, licitações e contratos. Em 2010 foram realizados 87 eventos, na linha de Orientação e Apoio à Gestão envolvendo aproximadamente 7.700 servidores públicos federais.

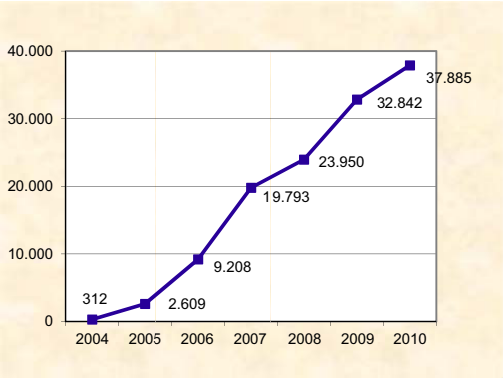
Na área de Direito Disciplinar, com a finalidade de dotar a Administração Pública de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes e de fortalecer o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a CGU ministrou curso que, de 2006 a 2010, capacitou servidores em todos os 26 estados da Federação, totalizando treinamento especializado a 6.929 profissionais, 1.928 somente no ano de 2010.

Para ampliar o alcance dessas ações, a CGU vem investindo progressivamente, desde 2007, na utilização de técnicas de educação à distância (EaD). Mais de 12 mil alunos já foram capacitados em cursos de EaD sobre temas afetos à prevenção da corrupção desde 2007, sendo 1.863 em 2010. O Programa de Capacitação em Projetos de Cooperação Técnica Internacional, desenvolvido em parceria com o PNUD, beneficiou, em 2010, mais de 80 participantes que atuam diretamente nos projetos.

No contexto da implementação de ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público já beneficiou, desde a sua criação em 2004, 1.639 municípios brasileiros com a capacitação de mais de 37 mil cidadãos.

Isso promove a crescente conscientização da sociedade, por meio de conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos, sobre a importância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais para boa gestão dos recursos públicos.

**PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO**
**QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS**

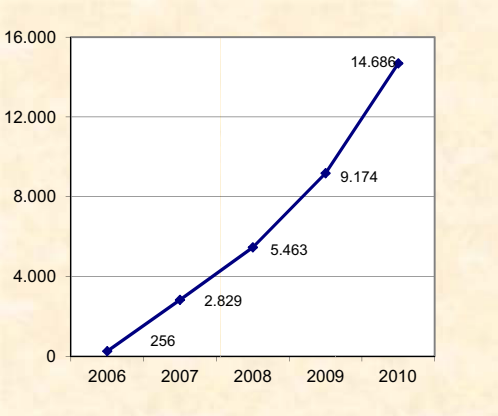



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

No âmbito do programa Fortalecimento da Gestão Pública, até dezembro de 2010, 1.868 municípios foram atendidos, com capacitações realizadas para mais de 14 mil servidores públicos, considerando tanto as capacitações presenciais a partir de sorteios públicos, quanto as capacitações presenciais de apoio a controles internos. Tal programa foi instituído em 2006 e objetiva aprimorar

a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros.

**PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA**
**QUANTIDADE DE AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS**




Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

A CGU reforçou, em 2010, suas parcerias para a execução das ações prevenção e combate à corrupção, abordagem já utilizada em anos anteriores. Isso permitiu a agregação de conhecimentos e recursos, bem como a viabilização de articulações políticas, com vistas ao fortalecimento e ampliação da atuação da CGU na área de prevenção e combate à corrupção. Dentre as instituições parceiras no ano de 2010, destacam-se: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco; Universidade de Brasília - UNB; Universidade Católica de Brasília - UCB; Fundação Getúlio Vargas - FGV; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - Instituto Ethos; Instituto Cultural Maurício de Sousa; A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

As articulações com organismos internacionais para prevenção e combate à corrupção também foram prioridades. A CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE. A atuação da CGU nessa área prevê, entre outras ações, a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para viabilizar a aderência do país às recomendações internacionais, bem como, o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção visando à mútua cooperação e integração.

Em 2010, o Brasil submeteu-se voluntariamente à avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE sobre o Sistema de Integridade da administração pública federal. Tal iniciativa objetivou auxiliar o país na construção de uma estrutura sólida de integridade, a partir do mapeamento dos riscos de ocorrência de má gestão do recurso público e de boas práticas que poderiam ser replicadas internamente; identificar se os elementos fundamentais da estrutura de integridade do nosso sistema estão compatíveis com as boas práticas internacionais; e aperfeiçoar as medidas de integridade já implementadas. A CGU participou ativamente do processo de avaliação e coordenou a revisão do relatório gerado pela OCDE.

Ainda em 2010, o Brasil sediou a Terceira Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana Contra a Corrupção - Mesicic, presidido por representante da CGU. O Mesicic é um organismo de caráter intergovernamental criado no âmbito da OEA para apoiar os Estados Partes na implementação das disposições da Convenção, mediante um processo de avaliações recíprocas.

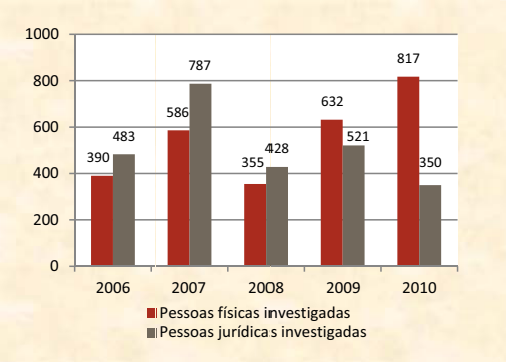
Adicionalmente, a CGU desenvolveu diversas ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil, buscando a formação de cidadãos éticos e conscientes, que futuramente poderão contribuir para o controle social dos gastos públicos. Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se: (i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; (ii) Concurso(s) de Desenho e Redação, conduzidos desde 2007; (iii) Concursos Culturais do Olho Vivo nos Estados; (iv) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e em alguns estados; (v) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela Ética e Cidadania”, iniciado em 2009. Tais ações já envolveram mais de 990 mil alunos e 31 mil professores, sendo 266.924 alunos e 8.362 professores em 2010.

Com o intuito de dialogar com empresas nacionais sobre seu papel na consolidação de um ambiente íntegro e de combate à corrupção no setor privado, a CGU ampliou significativamente sua atuação em relação ao fomento e à adoção de práticas de ética e integridade por parte deste setor. Entre tais medidas, ressalta-se, para o ano de 2010: (i) realização da Conferência Latino-Americana sobre Responsabilidade Corporativa na Promoção da Integridade e no Combate à Corrupção, em parceria com a OCDE e o Instituto Ethos; (ii) criação da ação Conversa com Empresas, realizada em todos os estados, que visa a sistematizar a discussão sobre temas afetos à promoção da integridade e prevenção da corrupção no setor privado; (iii) o lançamento do cadastro Empresa Pró-Ética, em parceria com o Instituto Ethos, que objetiva destacar empresas que investem na ética e na integridade,

implementando medidas de governança corporativa e de prevenção da corrupção; (iv) a criação do curso de educação à distância "Promovendo a integridade e combatendo a corrupção nas PMEs"; e (v) a criação do site na Internet dedicado à conscientização do empresariado sobre o seu papel e sua responsabilidade na luta anticorrupção.

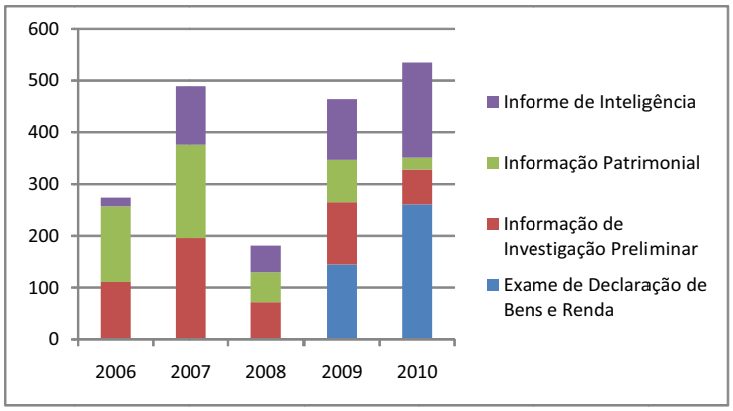
A CGU atua, ainda, na produção de informações estratégicas para combate ao enriquecimento ilícito. Até o ano de 2008 as análises patrimoniais tinham origem apenas em denúncias ou representações recebidas, muitas vezes pela comunicação pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF de operações financeiras atípicas realizadas por servidores públicos federais. Em 2009 foi iniciado o processo de exame sistemático da evolução patrimonial dos servidores públicos por meio da análise das declarações de bens e rendas. Entre 2006 e 2010, investigou 2.780 pessoas físicas (CPFs) diretamente relacionadas aos casos e 2.569 pessoas jurídicas (CNPJs).

**PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INVESTIGADAS**




Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**DOCUMENTOS PRODUZIDOS**



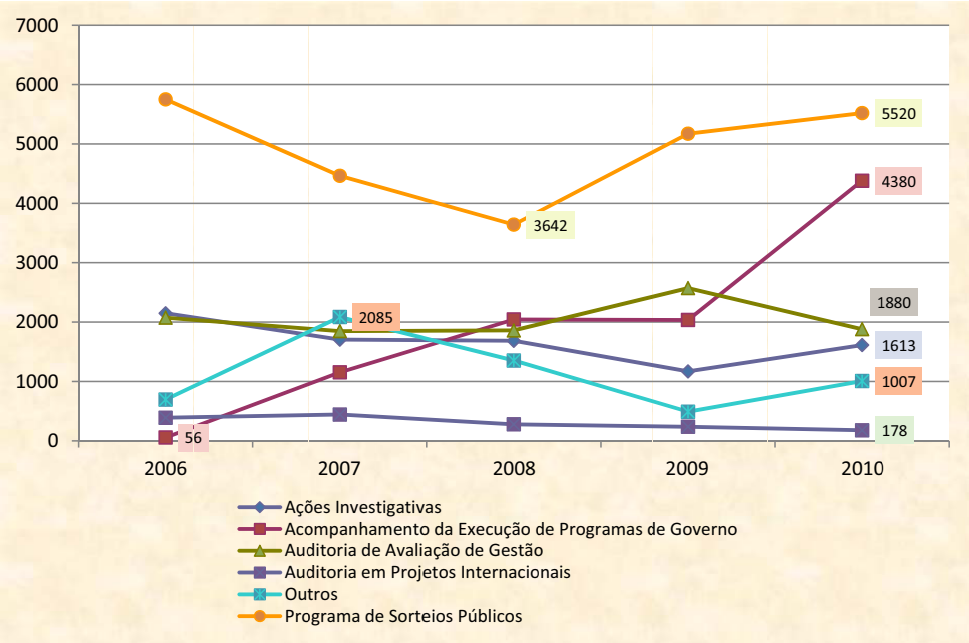

A promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção é também competência institucional da CGU. Nesse contexto, o órgão atua em quatro principais frentes: (i) desenvolvimento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção, que reúne, até o momento aproximadamente 1.100 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema; (ii) promoção do Concurso Nacional de Monografias sobre Prevenção e Combate à Corrupção, realizado desde 2005, cujo objetivo é estimular a participação do cidadão no controle da administração pública e a discussão sobre ética entre os jovens; (iii) promoção de Debates Acadêmicos, envolvendo mais de 13.000 participantes desde 2008, com o objetivo de despertar o interesse pelo tema de Prevenção e Combate à Corrupção no ambiente universitário, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema; e (iv) Revista da CGU, editada e publicada desde 2006, divulgando trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção.

A CGU atuou fortemente para o aperfeiçoamento do marco legal e normativo brasileiro em sua área de atuação, participando ativamente das proposições de projetos de lei e outros normativos relacionados à prevenção e combate à corrupção, com destaque para: PL 5363/2005: Criminalização do Enriquecimento Ilícito; PL 7528/2006: Conflito de Interesses; PL 5228/2009: Acesso à Informação; PL 6616/2009: Caracterização dos delitos de corrupção como crimes hediondos; PL 6826/2010: Responsabilização Civil e Administrativa de Pessoas Jurídicas.

A Controladoria-Geral da União (CGU) exerce, ainda, a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, para atingir seus objetivos, atua em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, na realização das auditorias anuais de contas, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Em 2010, foram realizadas 14.578 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais programas de governo. A figura a seguir apresenta a distribuição das ações de controle concluídas ao longo dos últimos cinco anos e distribuídas nas principais linhas de atuação da CGU.

**AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2006 A 2010**



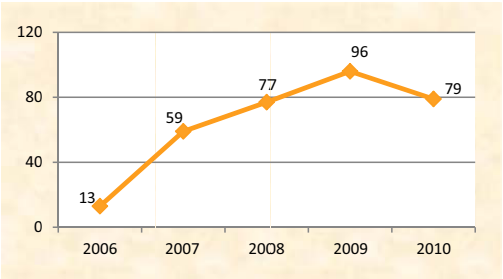

Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

No mesmo exercício, alinhado à sua atribuição constitucional, foram concluídas 4.380 ações de controle para o acompanhamento da execução dos programas de governo, abrangendo 79 ações governamentais.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas nessa linha de atuação ao longo dos últimos exercícios.

Os resultados da atuação da CGU foram encaminhados às autoridades nos ministérios responsáveis com vistas ao aprimoramento e maximização dos resultados das ações de governo conforme será apresentado adiante.

**AÇÕES ACOMPANHADAS**

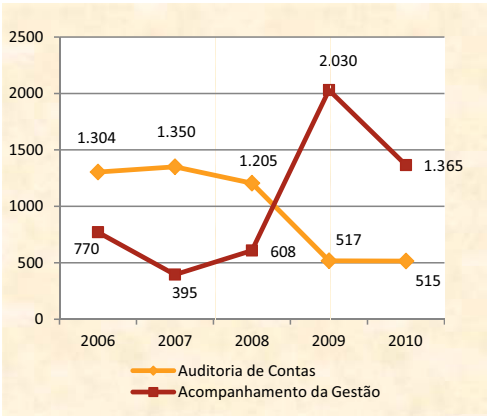



Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

Cabe ao Controle Interno, por competência constitucional, a avaliação da gestão dos gestores públicos federais. Essa atribuição tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da gestão a partir da identificação de questões que impactaram os resultados do exercício. Em 2010 foram realizadas 1.880 auditorias nessa linha de atuação, sendo 515 Auditorias Anuais de Contas do exercício anterior e 1.365 Auditorias de Acompanhamento Permanente dos Gastos do exercício de 2010, das quais 954 de monitoramento da gestão e 411 de aprofundamento, cujas recomendações foram acordadas com os gestores e visaram a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos primários.

Nos últimos cinco anos a CGU intensificou seus trabalhos junto aos gestores, adotando uma postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do Acompanhamento Permanente dos Gastos. Assim, as verificações são discutidas e tratadas tempestivamente, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas.

**AUDITORIAS REALIZADAS – 2006 A 2010**




Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

Desde 2003 a CGU mantém o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. O foco da fiscalização é a aplicação de recursos públicos federais em pequenos e médios municípios. Em 2010 foram realizados três eventos de Sorteio e fiscalizados 180 municípios. Atualmente, o programa se encontra em sua 33ª edição regular, tendo fiscalizado 1.931 municípios, cerca de 34,7% dos municípios brasileiros, e atingindo em torno de R$ 16,8 bilhões fiscalizados.

As atividades da CGU, no campo das ações investigativas, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção. Na implementação dessas ações, foram desenvolvidos processos e procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para a execução de trabalhos com enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas para a advertência, de caráter preventivo, dos gestores.

Durante o exercício de 2010, foi objeto de análise na CGU um total de 3.033 denúncias e representações e foram concluídas 1.613 ações de controle, realizadas em 256 municípios. Os relatórios são encaminhados aos ministérios gestores, aos demandantes e ao Tribunal de Contas da União; dependendo da gravidade das situações identificadas são também enviados à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Em 2010, importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado foram desenvolvidos, dos quais podem ser realçados:

- Operação Parceria/PR – desarticulação de esquema de desvio de recursos públicos federais praticados por meio de OSCIP estabelecida no Paraná. Cerca de R$ 300 milhões teriam sido desviados para pessoas e empresas ligadas à entidade.
- Operação Mão Dupla/CE – desarticulação de esquema relacionado à prática de fraude em procedimentos licitatórios, superfaturamento, desvio de verbas e pagamentos indevidos em obras de infraestrutura rodoviária realizadas pelo DNIT/CE.
- Operação Uragano/MS – direcionamento de licitações por meio de corrupção de servidores públicos e agentes políticos no município de Dourados/MS, com o pagamento de comissões entre 10 e 25% dos valores dos contratos firmados entre a Prefeitura e diversas empresas contratadas por meio de licitações direcionadas.
- Operação Mãos Limpas/AP – desarticulação de organização criminosa composta por servidores públicos, agentes políticos e empresários que praticava desvio de recursos públicos do estado do Amapá e da União.
- Operação Via Ápia/RN – desarticulação de uma quadrilha ligada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT-RN que promovia o desvio de recursos públicos destinados à duplicação da BR-101, no trecho entre a cidade de Arês/RN até a divisa com a Paraíba.

Operação Atlântida/MT – desarticulação de uma organização criminosa envolvida em esquema de fraudes em licitações e desvio de verbas federais em municípios da região do Vale do Araguaia, no estado do Mato Grosso.

Operação Vide Bula/PA – desarticulação da ação de um grupo de empresas fornecedoras de medicamentos que, em conluio com a administração

de alguns municípios do estado do Pará, negociava medicamentos sem qualquer procedimento licitatório, utilizando-se inclusive de quatro empresas "fantasmas" do município de Castanhal/PA.

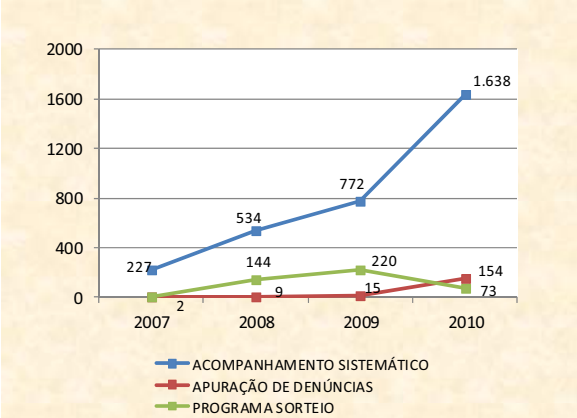
Operação Caixa de Pandora – auditoria especial nos recursos federais transferidos ao Distrito Federal no Período de 2006 a 2009. Considerando a relevância e a prioridade atribuída ao Programa de Aceleração do Crescimento, foi definida linha de ação específica para as ações de controle relacionadas a obras do PAC. A atuação da CGU tem por objetivo permitir o acompanhamento das obras do PAC de forma sistemática tendo por base a tempestividade da ação de controle, possibilitando a correção de problemas no andamento da obra e propiciando o controle preventivo dessas ações. Para tanto são solicitados, periodicamente, projetos de engenharia, cronogramas e boletins de medição que ao serem analisados possibilitam visualizar pontos críticos em relação aos serviços que estão sendo executados e possibilitam a interação junto aos gestores para correção de possíveis impropriedades e fragilidades identificadas. Em 2010 foram realizadas 1.865 ações de controle relacionadas a obras do PAC.

O demonstrativo e o gráfico a seguir apresentados contemplam a evolução das ações de controle executadas no âmbito do PAC:

**AÇÕES DE CONTROLE EM PROJETOS DO PAC**

| AÇÕES DE CONTROLE PAC | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Acompanhamento Sistemático | 227 | 534 | 772 | 1.638 | 3.171 |
| Apuração de denúncias | 2 | 9 | 15 | 154 | 180 |
| Programa Sorteio | 0 | 144 | 220 | 73 | 437 |
| **TOTAL** | **229** | **687** | **1007** | **1.865** | **3.788** |

Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011



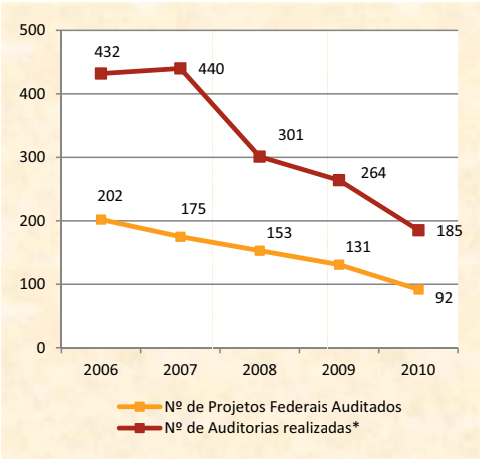

Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

A CGU promoveu também em 2010 ações para a transparência e o controle dos investimentos públicos federais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Nesse sentido a Controladoria vem participando das reuniões das Câmaras Temáticas do Grupo Executivo Copa 2014 do Governo Federal. Estas câmaras têm como objetivo a definição das ações do Plano Estratégico do Governo Brasileiro para o evento Copa 2014. Destaque para a Câmara Temática de Transparência Pública, cuja relevância está relacionada à reunião de esforços para a divulgação para a sociedade em geral, dos gastos com a Copa do Mundo. Nos últimos dois anos, a CGU acompanhou as providências do Ministério do Esporte para o monitoramento dos gastos com a Copa do Mundo, inclusive no que tange aos gastos no âmbito dos estados e municípios, e, por fim, as providências para a instalação das câmaras temáticas específicas. No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos e acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. O demonstrativo e o gráfico apresentados na sequência registram o quantitativo de projetos federais auditados e de auditorias de recursos externos realizadas no período de 2006 a 2010.

**PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMO E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL**

| ASSUNTO/ANO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº de Projetos Federais Auditados | 202 | 175 | 153 | 131 | 92 |
| Nº de Auditorias realizadas | 432 | 440 | 301 | 264 | 185 |

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno




Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

A análise horizontal dos dados evidencia redução da quantidade de projetos de recursos externos avaliados ao longo dos últimos anos. Esta tendência é explicada pela diminuição gradativa de projetos de recursos externos, no âmbito do Governo Federal.

No caso da Cooperação Técnica Internacional, esta redução deriva dos ajustes realizados ao longo da última década, quando, por força da edição do Decreto 5.151/2004, os projetos de cooperação passaram a ser mais rigorosamente focados em atividades de efetiva assistência técnica. No caso de projetos de financiamento externo, os últimos anos apontam para um menor número de solicitações de financiamentos pela União (incluindo empresas estatais). Esta condição deriva da situação do país como credor externo líquido, conforto que de certa forma reflete na redução da demanda por financiamentos externos.

No demonstrativo a seguir está apresentada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais no período de 2006 a 2010. No exercício de 2010 foram auditados 1.481 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais 1.106 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - representando retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 1,7 bilhão - e 375 foram devolvidos aos órgãos e entidades instauradores para revisão ou complementação de dados.

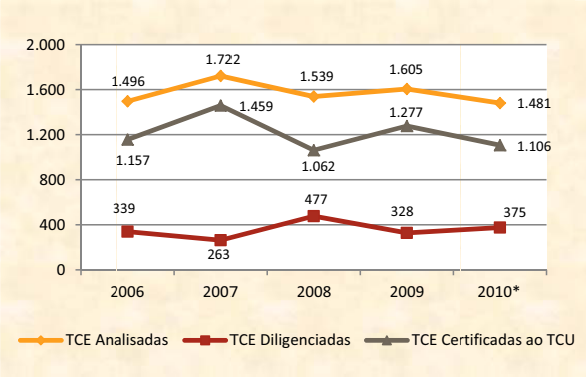
**EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS DE 2006 A 2010**

| TOMADA DE CONTAS ESPECIAL | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010* | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TCE Analisadas | 1.496 | 1.722 | 1.539 | 1.605 | 1.481 | 7.843 |
| TCE Diligenciadas | 339 | 263 | 477 | 328 | 375 | 1.782 |
| TCE Certificadas ao TCU | 1.157 | 1.459 | 1.062 | 1.277 | 1.106 | 6.061 |
| **Retorno Potencial (milhões R$)** | **656,0** | **659,6** | **642,3** | **702,7** | **1.685,3** | **4.345,9** |

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

O gráfico a seguir contempla a evolução do número de processos de TCE analisados, diligenciados e certificados:

**EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS DE 2006 A 2010**



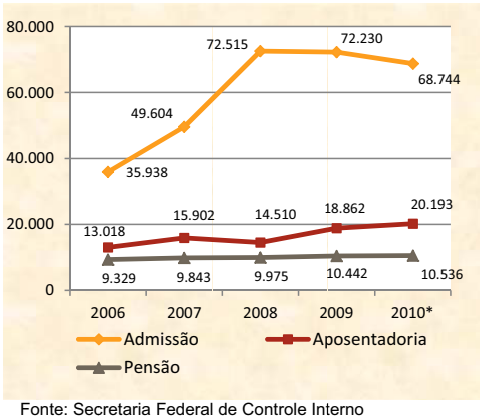

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na área de auditoria de pessoal destacam-se como principais resultados das ações de controle a criação de 53 novas trilhas eletrônicas de auditoria. No demonstrativo e gráfico a seguir está apresentada a evolução das análises dos atos de pessoal no período de 2006 a 2010, sendo que em 2010 foram analisados 99.473 atos de pessoal envolvendo R$ 647,7 milhões.

**EVOLUÇÃO DAS ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO DE 2006 A 2010**

| Análise de Atos de Pessoal | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Admissão | 35.938 | 49.604 | 72.515 | 72.230 | 68.744 | 299.031 |
| Aposentadoria | 13.018 | 15.902 | 14.510 | 18.862 | 20.193 | 82.485 |
| Pensão | 9.329 | 9.843 | 9.975 | 10.442 | 10.536 | 50.125 |
| Valores Envolvidos (milhões R$) | 239,0 | 354,4 | 514,2 | 651,3 | 647,7 | 2.406,6 |

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno




Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

O principal resultado das ações de controle e ações de capacitação promovidas pela CGU reflete-se no aprimoramento da gestão dos Recursos Públicos e podem ser verificados em vários órgãos da Administração Pública. A seguir cita-se alguns desses resultados que demonstraram maiores impactos estruturais ou materiais na Gestão:

- aprimoramento do marco regulatório do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, no sentido de definir as atividades culturais passíveis de incentivo e de preencher lacunas regimentais imprescindíveis na aprovação de projetos, além de corrigir vulnerabilidades na concessão de incentivo.

- atuação, em conjunto com o Ministério da Educação, para a inclusão de tópicos específicos relacionados ao controle da gestão no Decreto nº 7.084/2010, que dispõe sobre os programas de material didático.

- ratificação, pelo TCU (Acórdão 7706/2010-TCU - 1ª Câmara), do entendimento da CGU sobre a suspensão do início de novos projetos com recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil - REDI-BC até que suas despesas sejam executadas no Orçamento-Geral da União.

- realização de ajustes tempestivos em obras atinentes ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, seja em serviços de engenharia ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais, antecipando soluções, inclusive no que se refere à exigência de atuação mais efetiva das empresas contratadas, seja para gerenciamento e supervisão das obras.

- auxílio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, junto aos Gabinetes de Crise nos estados de Alagoas e Pernambuco, criados para gerenciar a alocação dos recursos destinados às ações emergenciais.

- revisão na execução dos contratos provocando economia de mais de 4,8 milhões de reais e determinando a devolução de mais de 1,2 milhões aos cofres públicos pelas empresas contratadas.

- cancelamento de registros irregulares de beneficiários para a prática da atividade de pescador artesanal. A partir de recentes anotações desta CGU sobre a existência de fragilidades nos registros, foram intensificados os esforços para o controle preventivo, tendo resultado na edição de regulamento que suspende a emissão de novas carteiras e exige melhoria nos controles de comprovação da atividade.

- alteração do modelo de descentralização na Implantação de Telecentros do programa Inclusão Digital, que propiciaram melhorias nos resultados da ação governamental, estas destacam-se: padronização dos projetos, supressão de falhas em processos licitatórios e crescimento no índice de telecentros com conetividade de 10% para 79%.

- reorganização e reestruturação da atenção à saúde dos povos indígenas, culminando com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, órgão da administração direta do MS que assumiu as atribuições outrora de competência da Funasa.

- celebração de termos aditivos dos contratos de acesso banda larga no âmbito da Operação do Sistema de Acesso à Banda Larga – Gesac. Estes Termos contemplam a ampliação do atendimento dos atuais 11.919 Pontos de Presença, para mais 1.460 laboratórios de informática e telecentros, bem como o incremento das atuais velocidades em 6.708 pontos.

- exclusão de 2.346 servidores públicos federais do cadastro de beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária decorrente da instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e a realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais dos beneficiários do programa.

- Implementação de melhorias quanto à confiabilidade da base de dados sócio-econômicas (renda, dados do empreendimento familiar e outras) que subsidia a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf) com destaque para o intercâmbio de dados com outros órgãos do Governo Federal, que está sendo implementado com o apoio desta CGU e já contando com a formalização de Termo de Cooperação Técnica, com esse fim, entre o MDA, o MPS e o INSS.

- racionalização do processo para a contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que culminou com a publicação da Lei nº 12.188/2010, que institui a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Pnater e com a publicação do Decreto nº 7.215/2010, que regulamenta a nova Lei. Utilização, pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Sistema de Convênios e Finanças - Sicofin, que, complementarmente ao Siconv, possibilita o acompanhamento dos convênios celebrados por aquela Secretaria desde a contratação até a Prestação de Contas Final, agregando maior confiabilidade no controle sistemático dos recursos transferidos pela Unidade.

- aprimoramento dos controles internos para Concessão de Licença de Importação no âmbito do Departamento de Operações de Comércio Exterior – Decex, especialmente quanto à implantação de rotinas automáticas no Sistema de Comércio Exterior – Siscomex e edição de normativos visando a dar maior segurança e transparência ao processo de concessão de licença de importações, notadamente quanto ao controle de cotas de importação, importação de materiais usados, prazo para concessão, preços referenciais e acesso aos sistemas.

- geração de indicadores que abrangem desde dados relativos aos indivíduos do Grupo Familiar beneficiários do programa Bolsa Família (PBF, à evolução social das famílias beneficiadas, bem como constatar indícios de impropriedades na concessão de benefícios do PBF. Quanto às impropriedades identificadas, o MDS informou que estão sendo avaliadas e, em fevereiro de 2011, será publicada Instrução Operacional, contendo orientações aos municípios para que promovam a averiguação dessas impropriedades, incluindo prazos para atualização cadastral.

- elaboração pelo MDS do Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Caderno de Orientações Técnicas - Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS para apoio na gestão do PETI.

- aprovação da proposta de integração dos sistemas envolvidos na gestão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

atividade, contemplando as etapas de cadastro, cobrança e inscrição em dívida ativa.

- revisão e edição, pelo Ministério do Turismo, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país (Portarias MTur n.º 73, de 30/09/2010, e n.º 88, de 10/12/2010), oportunidade em que foram incorporados regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenentes.

- melhoria na direção e gerenciamento e controle das ações relativas a obras de manutenção, adequação e construção rodoviárias, o que se reflete no estado atual das rodovias.

- recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios previdenciários no importe de R$ 45 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS.

- cessação de 95.038 benefícios previdenciários considerados irregulares no processo de acompanhamento sistemático, e que foram efetivamente regularizadas no período, resultando em uma economia anual efetiva de cerca de R$ 851 milhões.

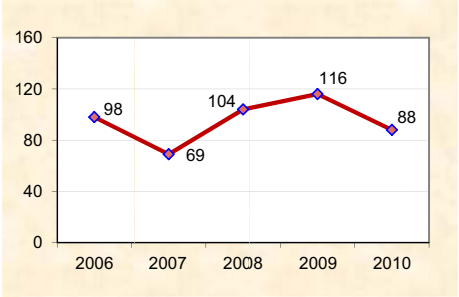
- implementação efetiva da inversão do ônus da prova acerca das informações sobre vínculos, remunerações e contribuições dos trabalhadores para o reconhecimento automático de direitos previdenciários.

- regulamentação da dedução, no encontro de contas da compensação previdenciária, das contribuições devidas aos RGPS pelos entes federativos, bem como do processo de seleção e deferimento dos requerimentos de compensação previdenciária, com valor estimado de economia de cerca de R$ 180 milhões.

No contexto das ações relacionadas ao combate à impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, em 2010, a CGU buscou intensificar as suas ações por meio da adoção das seguintes políticas: (i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social; (ii) melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal; (iii) fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR) por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares; (iv) modernização do conjunto normativo disciplinar; e (v) ampliação do campo de atuação da CRG.

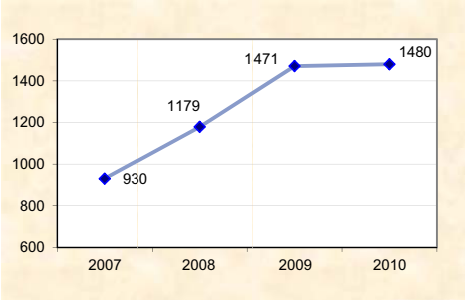
De 2006 até 2010, foram instaurados diretamente pela CGU 475 procedimentos disciplinares (88 deles somente neste ano). No exercício de 2010, foram instaurados diretamente pela CGU, 61 processos administrativos disciplinares *stricto sensu*, 13 sindicâncias patrimoniais, 12 sindicâncias investigativas, 01 sindicância punitiva e 01 procedimento disciplinar de celetista, além da condução de 1.480 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações. A seguir encontra-se a série histórica referente à promoção de ações disciplinares e investigações preliminares pela CGU:

**PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS**




Fonte: Corregedoria-Geral da União

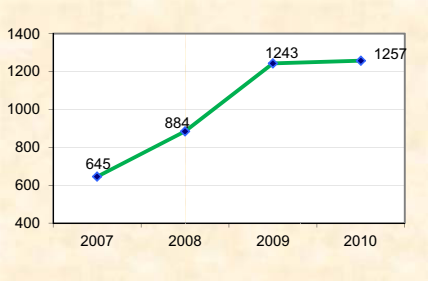
**INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES**




Fonte: Corregedoria-Geral da União

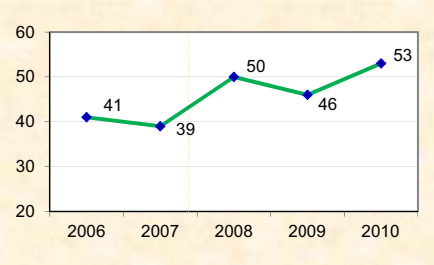
A melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou, em números válidos de 2007 a 2010, o acompanhamento e a verificação da regularidade de 4.029 procedimentos disciplinares (1.257 somente neste ano), dentre os mais de 21 mil instaurados por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal neste mesmo período, e a recomendação de instauração de 1.306 processos disciplinares. Além disso, no período de 2006 a 2010, foram realizadas 229 inspeções *in loco* de unidades componentes do SisCOR:

**PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS**




Fonte: Corregedoria-Geral da União

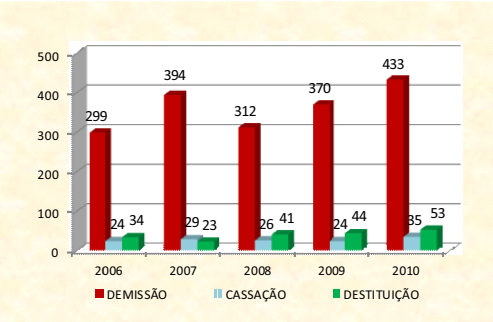
**INSPEÇÕES CORRECIONAIS REALIZADAS**




Fonte: Corregedoria-Geral da União

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das demais ações, em curso no âmbito do Poder Executivo Federal, apresentam-se os dados a seguir, que evidenciam, como resultado da atuação da CGU, o crescente número de punições expulsivas (demissões, destituições de cargos e funções comissionadas, e cassações de aposentadoria ou disponibilidade) aplicadas a servidores, as quais, em relação a componentes do regime estatutário, totalizam 2.141, de 2006 a 2010. Em 2010 foram aplicadas 521 apenações expulsivas: 433 demissões, 53 destituições e 35 cassações.

**PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**




Fonte: Corregedoria-Geral da União

No tocante às apenações de cunho não-expulsivo, em números válidos de 2007 até 2010, foram computadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, 1.857 suspensões e 1.907 advertências a servidores públicos estatutários. Em 2010, no período de janeiro a dezembro, foram aplicadas 447 suspensões e 393 advertências. Dentro do regime celetista, com dados válidos a partir de 2006 até o ano de 2010, foram arbitradas 3.497 punições expulsivas, 595 delas somente no ano de 2010.

A ampliação do campo de atuação na área de Correição se verifica pela atuação da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores - CPAF e do gerenciamento do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

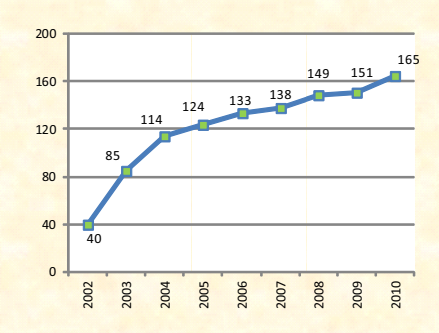
A CPAF, vinculada diretamente à CRG, já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas desde a sua instituição em dezembro de 2007. Até o presente momento, todas as punições aplicadas pela CGU que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram por ele confirmadas. Atualmente, estão em curso na CPAF várias investigações relacionadas a irregularidades em licitações identificadas pela CGU em operações realizadas em conjunto com o Departamento de Polícia Federal.

Em relação ao Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS, que consolida a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas, o quantitativo de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008, para 3.757 em dezembro de 2010. Em 2010, o CEIS passou a apresentar informações com as penalidades de impedimento de contratar e licitar com a administração pública, aplicadas a pessoas físicas e jurídicas condenadas em ação judicial de improbidade administrativa. Em dezembro de 2010, estes registros representaram 1.468 penalidades, o equivalente a 39% do Cadastro.

A respeito dos resultados advindos das ações da CGU relacionadas à Ouvidoria, cabe destacar os relativos à agregação e análise das manifestações recebidas, os quais servem de base para dois procedimentos importantes: informar o corpo gerencial dos entes governamentais sobre a incidência de problemas e indicar mudanças estruturais. Além de buscar soluções extrajudiciais de conflito, a Ouvidoria atua como mediadora eficaz, acelera a solução dos litígios, desonera a administração e incorpora a lógica da pacificação social na Administração Pública. Sua ferramenta principal é o diálogo, fazendo uso da persuasão racional para resolver os problemas. Apoia a definição das políticas públicas, quando manifesta a vontade popular na execução da ação governamental, já que sua matéria-prima envolve questões referentes a cidadania e o fortalecimento de seus conceitos. É certo que as ouvidorias têm proporcionado contato direto do cidadão com a estrutura administrativa. Desde 2003, o segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal experimentou

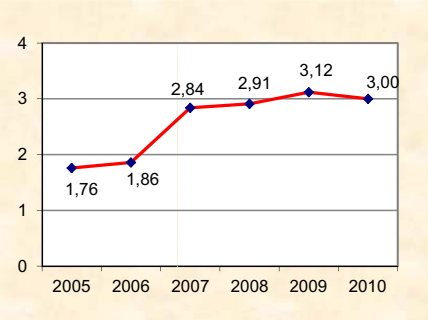
expressivo incremento no quantitativo de unidades especializadas, atingindo, em 2010, o total de 165 unidades de ouvidoria em operação, responsáveis pelo encaminhamento de soluções de mais de três milhões de manifestações de cidadãos ao ano.

**EVOLUÇÃO NO QUANTITATIVO DE UNIDADES DE OUVIDORIA**




Fonte: OGU/CGU-PR

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELAS OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (em milhões)**




* quantitativo projetado – unidade em milhões de manifestações
Fonte: OGU/CGU-PR

A CGU tem concentrado seus esforços, nos últimos oito anos, no incentivo à participação de todos os Ouvidores Públicos para o fortalecimento da cidadania. No que toca a mobilização do segmento de ouvidorias públicas, foram realizadas diversas atividades, nesse período, como: Fóruns Nacionais, em 2003 e 2004, Encontros Regionais em 2004, 2005 e 2007 e cursos gratuitos de aperfeiçoamento para Ouvidores e servidores de unidades de Ouvidorias no Brasil. Os cursos gratuitos já foram realizados em 19 capitais do país e tem por objetivo a qualificação dos servidores em exercício nas unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, franqueada a participação de servidores de estados e municípios. Nesse período já participaram dos nossos cursos mais de dois mil ouvidores e servidores públicos. Em 2010 foram realizados onze eventos, entre os quais se destacam: a 2ª Oficina de Trabalho dos Ouvidores do Poder Executivo Federal, 5ª edição do curso de aperfeiçoamento para Ouvidores e o 1º Fórum das Américas de Ouvidorias, Defensores del Pueblo e Ombudsman.

No plano internacional, a CGU procurou intensificar os contatos com instituições similares em outros países como França, Canadá, China, Cuba, Polônia, Itália e países lusófonos com o objetivo de estreitar relações para o intercâmbio de práticas e conhecimentos e o reconhecimento da Ouvidoria perante seus congêneres Ombudsman, Provedor de Justiça, Defensor del Pueblo e Mediateur. Com esse propósito, promoveu o 1º Colóquio na cidade de Manaus em 2008 e a 1ª e 2ª Oficinas de Trabalho em 2009 e 2010, na cidade de Fortaleza e Brasília. Com Portugal, países da África, Timor Leste e Macau foram realizadas visitas técnicas em 2009 e o 1º Fórum Internacional de Ouvidorias, na capital Federal, com a representação de 15 países dos cinco continentes, que também serviu de palco para externalizar o desejo de que as nações que representam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP instituíssem o Ombudsman.

**5.1.3 - Função Agricultura**

A agricultura brasileira avançou em 2010, com novos recordes na produção de alimentos e nas exportações. Para a safra 2010/2011, estima-se que serão colhidas 149 milhões de toneladas de grãos e cereais.

O setor tem aproveitado as boas oportunidades geradas pelo crescente mercado interno e conquistado novos mercados no exterior. Atualmente, a produção brasileira de alimentos e de outros produtos agrícolas já chega ao mercado consumidor de 214 países.

Em 2010 as exportações do agronegócio alcançaram US$ 76,4 bilhões. Tal resultado é fruto dos investimentos e do trabalho obstinado dos produtores rurais, apoiados por políticas e ações consistentes do Governo Federal, que têm promovido o crescimento econômico do setor, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Nos últimos anos, além da elevação dos investimentos públicos em pesquisa e tecnologia - essenciais para a manutenção e o avanço da competitividade e da sustentabilidade da agropecuária nacional - destaca-se também: a significativa ampliação dos recursos disponibilizados para o crédito rural oficial e para o apoio à comercialização; a melhoria das políticas de gestão de risco rural; o aperfeiçoamento da defesa agropecuária e o fortalecimento e integração das cadeias produtivas.

O apoio governamental à produção agropecuária tem sido decisiva. Em oito anos, o volume de recursos destinados à agricultura empresarial cresceu 187%, evoluindo de R$ 24,7 bilhões em 2003, para R$ 100 bilhões em 2010.

Ao mesmo tempo em que fomenta a pesquisa científica e amplia o crédito disponível ao agricultor, o Governo Federal aperfeiçoa e fortalece os instrumentos de gestão de risco à produção, especialmente o seguro rural.

Em agosto de 2010, foi sancionada a Lei Complementar nº 137, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural - o "Fundo de Catástrofe do Seguro Rural".

Quando da regulamentação da Lei, prevista para 2011, será editado Decreto autorizando a União a participar como cotista do fundo, com investimentos da ordem de R$ 4 bilhões, dos quais R$2 bilhões imediatamente após a autorização governamental.

Para facilitar o aproveitamento das crescentes oportunidades que se abrem ao setor agropecuário nos mercados interno e externo, as ações governamentais voltam-se cada vez mais para o atendimento das crescentes exigências do consumidor relativas à práticas sustentáveis de produção.

Neste sentido, destaca-se o lançamento, em 2010, do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que tem por objetivo fomentar a utilização de boas práticas de produção agropecuária, promover a recuperação de áreas degradadas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

**Indicadores Utilizados na Avaliação**

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no PPA 2008-2011, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico[1] da Instituição:

- Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos;
- Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do país por meio do Agronegócio.

Estes Objetivos Estratégicos representam os resultados que o MAPA espera entregar para a Sociedade. Para isso, são desenvolvidos processos e projetos diversos em todas as áreas de atuação do Ministério, como política agrícola, defesa agropecuária, fomento e pesquisa agropecuária.

**Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos**

Todos os produtos que compõem o índice da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos apresentaram variação positiva entre 2009 e 2010, em função, principalmente, da forte alta nos preços.

O algodão seguido da borracha natural foram os produtos que mais colaboraram para o incremento no índice. No período 2007 / 2010 foram aferidos os índices a seguir especificados:

| INDICADOR | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|
| Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos | 121 | 139 | 120 | 161 |

Fonte: IBGE

[1] O Mapa Estratégico é a representação gráfica do Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura. Pela metodologia Balanced Scorecard, o mapa estratégico é composto por perspectivas. As ações do Mapa são desenvolvidas por meio de projetos e processos, contidos na Perspectiva de Processos Internos e na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

**Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética**

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira tem trajetória ascendente desde 2003, impulsionada por um conjunto de fatores, merecendo destaque: o lançamento dos veículos flex-fuel, que revitalizou o mercado doméstico de etanol hidratado; o aumento da eficiência energética de diversas usinas de açúcar e etanol, permitindo que ingressassem no mercado de energia elétrica; e, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que já atingiu a meta de mistura obrigatória de 5% do biodiesel ao diesel mineral em janeiro de 2010.

A frota flex-fuel já ultrapassou 12 milhões de veículos, permitindo que o consumo de etanol combustível atingisse mais de 24 bilhões de litros em 2010. Da mesma forma, com o aumento da capacidade instalada para a produção de biodiesel, as metas de mistura obrigatória foram antecipadas pelo Conselho Nacional de Política Energética e o consumo desse biocombustível atingiu 2,4 bilhões de litros no ano passado. Os valores do indicador de desempenho no período de 2007 a 2010 foram:

| INDICADOR | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|
| Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira* (%) | 31,1 | 31,5 | 32,0 | 32,0 ** |

Fonte: Balanço Energético Nacional 2010-EPE
* Inclui outras fontes renováveis, onde há uma pequena participação de energia solar e eólica.
** Estimativa. Dados oficiais da EPE deverão ser divulgados em abril/2011.

**Garantir a Segurança Alimentar**

Com relação às ações estratégicas de inspeção de produtos de origem vegetal, no ano de 2010 foram capacitados 80% dos Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) envolvidos com Inspeção Vegetal em Normas ISO 9000 e 22000 que tratam de sistemas de gestão em segurança de alimentos.

O objetivo é capacitar os FFAs em sistemas de auditoria que busquem verificar a segurança dos alimentos ofertados ao consumidor. Outras ações relevantes foram: a elaboração do Manual de Procedimentos de amostragem e investigação para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal e a finalização da elaboração do Projeto de Lei da Inspeção Vegetal, assim denominado de Segurança e Qualidade de Produtos de Origem Vegetal, tendo em vista regulamentar de forma objetiva e simples a produção e o controle de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva – "do campo à mesa" - com qualidade, segurança e inocuidade.

Visando reduzir a produção e a comercialização de produtos de origem animal que não possuam alguma forma de inspeção oficial, o Ministério da Agricultura, em parceria com outros órgãos como Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério Público Federal, empreendeu uma série de ações de fiscalização, capacitações e reuniões técnicas com foco em educação sanitária.

Foram também realizadas alterações no modo de operação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a verificação das ferramentas de autocontrole utilizadas pelas empresas fiscalizadas. Em decorrência os indicadores de desempenho demonstraram a seguintes variações:

| INDICADOR | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|
| Volume de Produção Agropecuária per Capita | 968 kg per capita | 1.026 kg per capita | 963 kg per capita | 989 kg per capita* |
| Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal | 0,76 | 0,73 | 0,82 | 0,71** |

Fonte: SPA e SDA/MAPA
* Dados estimativo
**Dados até terceiro trimestre de 2010

**Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio**

O governo decidiu ampliar as ações para a promoção do agronegócio brasileiro com o objetivo de expandir a pauta de exportação.

A exportação de produtos de maior valor específico (preço/kg) ou de maior valor agregado (manufaturados) requereu um trabalho mais intenso de promoção comercial, incluindo a identificação das exigências de cada mercado e das preferências dos consumidores.

Exigiu ainda esforços específicos em termos de melhoria de imagem externa e de divulgação de indicações geográficas e de marcas nacionais.

Não obstante tal esforço, 77% das exportações do agronegócio são dos setores: complexo soja (22,4%), complexo sucroalcooleiro (18,0%), carnes (17,8%), produtos florestais (12,2%) e café (7,54%).

Em decorrência disso, a promoção internacional do agronegócio tem buscado mostrar ao exportador de menor porte as oportunidades do mercado externo, além de tentar identificar e estimular o potencial exportador de produtos de menor presença na pauta exportadora brasileira e de maior valor agregado.

O PIB do agronegócio, estimado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea), da Esalq/USP, com o apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apresentou crescimento de 0,79% em outubro de 2010, ampliando para 4,67% a taxa acumulada no ano.

Com isso, mesmo com dados até outubro, já se percebe a recuperação do setor frente à perda acumulada em 2009, que ficou em torno de 5%.

A produção em alta e a recuperação dos preços continuam melhorando a rentabilidade dos segmentos. A Indústria se mantém na liderança e, até outubro, acumulou crescimento de 6,55%. Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: A Variação do PIB do Agronegócio e Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio, cujos valores são:

| INDICADOR | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|
| Variação do PIB do Agronegócio | 7,89% | 6,77% | -5,18%* | 4,67%** |
| Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio | 18,2 % | 22,9 % | -9,8% | 18% |

Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP / * Dados estimativos ** Dados até outubro de 2010

## Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

**VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO AGRICULTURA - 2006/2010**

em R$ milhões

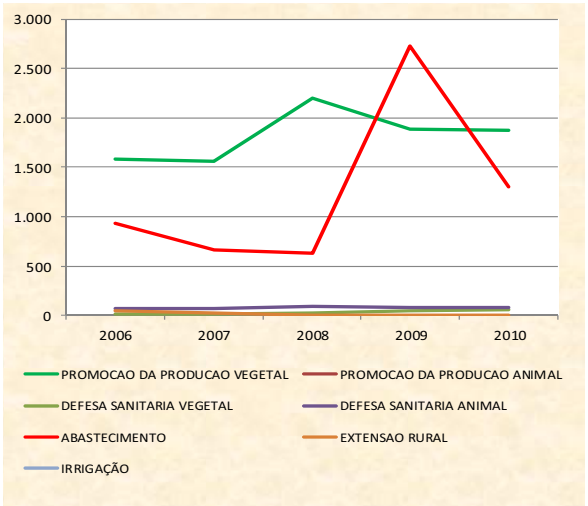
| AGRICULTURA | EMPENHADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| ORCAMENTO FISCAL * | 4.929 | 5.110 | 6.276 | 8.831 | 8.001 | **33.147** |
| ORCAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL * | 61 | 71 | 81 | 84 | 71 | **368** |
| **TOTAL** | **4.990** | **5.181** | **6.357** | **8.915** | **8.072** | **33.515** |

* valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e os restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2006/2010**

em R$ milhões

| AGRICULTURA | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO "AGRICULTURA" POR SUBFUNÇÃO | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "AGRICULTURA" EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "AGRICULTURA" | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | |
| Promoção da Produção Vegetal | 9.095 | 28,94 | 0 | 0,00 | 9.095 | 28,93 |
| Promoção da Produção Animal | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Defesa Sanitária Vegetal | 159 | 0,51 | 0 | 0,00 | 159 | 0,51 |
| Defesa Sanitária Animal | 392 | 1,25 | 0 | 0,00 | 392 | 1,25 |
| Abastecimento | 6.237 | 19,85 | 11 | 100,00 | 6.248 | 19,88 |
| Extensão Rural | 79 | 0,25 | 0 | 0,00 | 79 | 0,25 |
| Irrigação | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Outras Subfunções | 15.463 | 49,21 | 0 | 0,00 | 15.463 | 49,19 |
| **TOTAL** | 31.425 | 100,00 | 11 | 100,00 | 31.436 | 100,00 |



Das variações ocorridas, a subfunção Abastecimento, apresentada no demonstrativo, é constituída em 91,45% pela ação orçamentária "Formação de Estoques Públicos – Política de Garantia de Preço Mínimo/PGPM". Em 2010, em que pese à considerável melhora dos preços praticados no mercado agrícola, alguns produtos ainda ficaram com valores inferiores aos mínimos estabelecidos, o que levou o governo a intervir no mercado com maior intensidade, visando manter os preços mínimos definidos no Plano Agrícola.

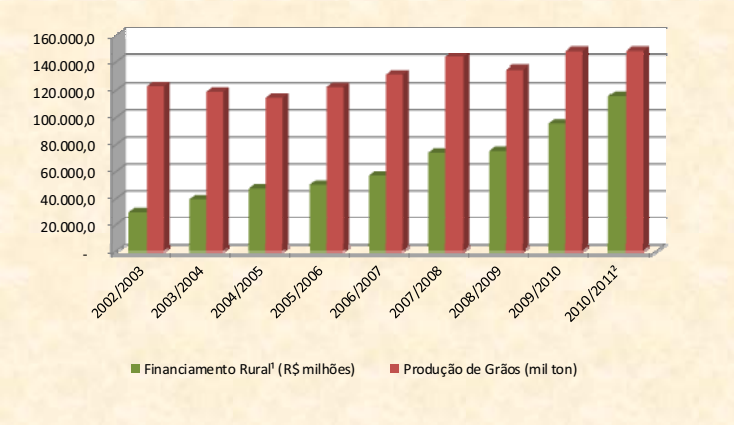
**Análise de Programas Estruturantes**

**Abastecimento Agroalimentar**

O Programa contribui para a sustentabilidade da atividade agropecuária, por meio da implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio, financiamento, crédito rural e garantia da produção, de preços e renda ao produtor rural, da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar à população. Trata-se de um programa multissetorial, cuja execução das ações envolve vários órgãos como: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF e os Bancos do Brasil - BB, do Nordeste - BNB e da Amazônia - BASA.

Os instrumentos de política governamental de apoio à comercialização têm proporcionado maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural. Em 2010 foram concedidos créditos da ordem de R$ 55,95 bilhões, contemplando 1.388.523 contratos, sendo: por intermédio do Banco do Brasil (51,27 bi), Banco da Amazônia (0,58 bi) e Banco do Nordeste (4,10 bi). Além destes financiamentos, o Banco do Brasil, fortaleceu o sistema cooperativista, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R$ 4,73 bilhões, distribuídos em 3.583 contratos.

**BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL [1] E PRODUÇÃO DE GRÃOS**
**SAFRAS 2002/2003 A 2010/2011**




Fonte: GACR/MAPA e Conab
1 – Inclui Pronaf
2 – Recursos programados e estimativa de grãos

A Conab utilizando os instrumentos de política agrícola destinados ao setor, visando a garantia de preços mínimos, adquiriu 1,03 milhões de toneladas de produtos (trigo, milho, café, feijão, sisal) objetivando a formação de estoques públicos, mediante Aquisições do Governo Federal - AGF e Contratos de Opção de Venda, com a aplicação de R$1,19 bilhão. Os estoques públicos adquiridos, utilizando-se dos instrumentos de Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM alcançaram 7,2 milhões de toneladas.

No setor de armazenagem, a Conab, nos termos do Decreto nº 3.855/2001, Instrução Normativa/MAPA Nº 03, de 08/01/2010, atua na certificação das Unidades Armazenadoras, com o estabelecimento de critérios de qualidade e segurança alimentar para o serviço de armazenagem de produtos agrícolas. No período foram cadastrados, dentro das normas estabelecidas, 6.650 estabelecimentos, com vistas à obtenção de certificação nacional.

Para implementação das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos orçamentários da ordem de R$ 7,90 bilhões, dos quais foram empenhados R$ 5,83 bilhões e liquidados R$ 3,14 bilhões. Para apoio a comercialização, em linhas de crédito, foram aplicados R$ 61,79 bilhões.

Para a avaliação dos programas, o MAPA utiliza os indicadores a seguir:

a) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma – explicita a relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referencia. No exercício o índice aferido alcançou 16%;

b) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca – estabelece a relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência. Em 2010, o índice aferido correspondeu a 11%;

c) Margem de Disponibilidade de Milho – indica a relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência. Ao se aferir o resultado, o índice alcançou 24%, superior aos 17% previsto no PPA;

d) Margem de Disponibilidade de Trigo – estabelece a relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência. Em 2010, o índice aferido representou 24%, bem superior aos 3% previsto;

e) Produção Nacional de Grãos – a safra alcançou 149 milhões de toneladas;

f) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários – a safra foi contemplada com recursos na ordem de R$ 3,40 bilhões;

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos – foi aplicado no período o montante de R$ 55,84 bilhões.

**Segurança da Sanidade na Agropecuária**

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar, no que diz respeito à qualidade e inocuidade dos alimentos comercializados no mercado interno e externo, mantendo o país em posição condizente com as novas oportunidades e desafios do comércio internacional.

A globalização e as mudanças climáticas contribuem para a emergência e ressurgência de doenças dos animais e pragas dos vegetais que afetam a segurança alimentar, a biodiversidade, o comércio e a saúde e o bem-estar dos animais e das pessoas.

A capacidade do setor agrícola de reagir contra as ameaças contemporâneas de doenças dos animais e pragas dos vegetais é mais complexa e desafiadora agora do que no passado, criando vulnerabilidade ainda maior para o setor e requerendo uma maior consciência dos governantes para apoiar adequadamente as ações sanitárias e fitossanitárias.

Foram ampliadas as garantias de monitoramento de resíduos de produtos veterinários/agrotóxicos/contaminantes em produtos de origem animal e vegetal. Todas estas ações tiveram como objetivo assegurar a inocuidade dos alimentos ofertados a população brasileira e proporcionar condições de ampliação do agronegócio internacional destes produtos.

Os serviços de fiscalização e de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal são realizados de forma sistêmica em todas as cadeias produtivas. Pragas e doenças prejudiciais à produção animal ou vegetal são controladas e asseguradas à conformidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial.

Dentre os resultados alcançados na área animal, destacam-se:

- A manutenção do status de livre de febre aftosa com vacinação em 15 Unidades da Federação, dois municípios do Amazonas e 46 municípios do Pará, além de uma Unidade da Federação livre sem vacinação, todos reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE);

- Fortalecimento dos serviços veterinários oficiais nas regiões Norte e Nordeste e realização de ações específicas em áreas de difícil atuação ou com maior risco de manter reservatórios do vírus da Febre Aftosa (região da calha do rio Amazonas – 2008/2010, no Amapá – 2009/2010 e nas terras indígenas de Roraima – 2010);

- Apoio técnico e operacional a países vizinhos e fortalecimento da vigilância nas áreas de fronteira, como a criação da Zona de Alta Vigilância na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, ações de vigilância e vacinações oficiais na fronteira do Mato Grosso e Rondônia com a Bolívia e na fronteira com a Venezuela em Roraima, prevenindo a reintrodução do agente infeccioso no Brasil;

- Intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da Influenza Aviária e da doença de Newcastle, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais;

- Ampliação da zona brasileira livre de Peste Suína Clássica – PSC, com a inclusão do estado de Rondônia, contemplando cerca de 50% do território nacional, 54% das propriedades com suínos, 81% do rebanho nacional, 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos no Brasil;

- Implantação do programa de certificação em massa de propriedades livres de brucelose e tuberculose bovina e bubalina, abrangendo, com

projetos piloto, os municípios de Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Bréscia, Travesseiro e Pouso Novo no Rio Grande do Sul/RS;

- Restabelecimento da Estação Quarentenária de Cananéia – EQC, resultando em significativa melhoria das garantias sanitárias para importação e exportação de animais, o que permitiu a importação de suínos do Canadá e de embriões bovinos da Índia.

As ações na área da sanidade vegetal tem por objetivo proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira. O Brasil é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco, comercializados internacionalmente.

Foram intensificadas as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais, dentre as quais sobressaem:

i) Mosca da carambola: manutenção das ações de controle no estado do Amapá e iniciadas ações emergenciais para erradicação de foco no estado de Roraima. O estabelecimento da praga no Brasil levaria a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US$ 150 milhões anuais no setor da fruticultura.

ii) Cancro cítrico: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas. Atualmente encontra-se em análise proposta para criação de sistema de manejo de risco, a ser implantado em áreas onde as ações de erradicação não sejam viáveis.

iii) Greening: a praga permanece restrita aos estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Tem se intensificado as campanhas de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas sadias.

iv) Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, permitiram a quase total erradicação da Cydia Pomonella no país, preservando o agronegócio da maçã que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos.

v) Sigatoka negra: manutenção do sistema de manejo de risco e áreas livres, propiciando o acesso de dezenove unidades federativas ao mercado interno e internacional da banana. Foi realizada auditoria para expansão da área livre de sigatoka negra no Estado do Mato Grosso do Sul.

vi) Moko da bananeira: estão sendo realizados levantamentos, pelos órgãos de defesa agropecuária estaduais, nos termos da Instrução Normativa/MAPA nº 17/2009, com vistas a comprovação da não ocorrência da praga.

vii) Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Atualmente encontra-se em análise a possibilidade do reconhecimento de novas áreas livres nos estados da Bahia e Piauí. O sistema de manejo de risco em operação nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo possibilita a exportação para Argentina e Uruguai.

A vigilância agropecuária internacional foi intensificada, destacando-se o fortalecimento das ações de fiscalização do trânsito internacional, em portos, aeroportos e fronteiras, com a modernização dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de animais vivos, produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários, com objetivo de prevenir o ingresso de pragas vegetais e agentes etiológicos de doenças.

Neste contexto, ressalta-se, ainda, a implementação do Sistema de Informações Gerenciais da Vigilância Agropecuária Internacional – SIGVIG, cujo objetivo é informatizar os procedimentos técnicos e operacionais, permitindo maior agilidade no tratamento das importações e exportações de insumos e produtos agropecuários.

Em 2010 foi alocado para o programa o montante de R$ 241,64 milhões, dos quais foram empenhados R$ 199,37 milhões e liquidados R$ 98,11 milhões.

Para a avaliação dos programas o MAPA utiliza os indicadores a seguir:

a) Área com Plantéis Avícolas Certificadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola - em 2010 foi apurado um total de 1.537 estabelecimentos certificados;

b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - foi apurado no exercício o total de 4.944.883,46 $km^2$;

c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação - 95.346,00 $km^2$;

d) Incidência Controlada da Mosca da Carambola - existência de nove municípios controlados;

e) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina - em 2010, foram certificados 129 estabelecimentos;

f) Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica - detectados em 2010, 19 casos de peste suína no país;

g) Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca – não foram identificadas ocorrências dessa doença, no país;

h) Número de Ocorrências de Raiva Bovina - foram constatadas 1.327 ocorrências, em 2010;

i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - que tem por objetivo relacionar o percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades. Em 2010, o índice aferido alcançou 94%;

j) Área livre de Sigatoka Negra – em 2010, 2.494 municípios foram considerados livres dessa praga;

k) Incidência da Praga Cydia Pomonella - em 2010, foram constatadas ocorrências em dois municípios;

l) Taxa de Incidência da Doença Cancro Cítrico – tem por objetivo quantificar a relação percentual entre o número de plantas erradicadas com a doença, em relação ao número de plantas inspecionadas. Em 2010, o índice aferido correspondeu 0,20%.

**Minimização de Riscos no Agronegócio**

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais. O Programa "Minimização de Riscos no Agronegócio" visa mitigar esses fatores de riscos, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: a geração e a difusão de informações agro-climáticas, a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático. Dentre os resultados alcançados destacam-se:

i) instituição do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, autorizado pela Lei Complementar Nº 137, de 26/08/2010, antiga reivindicação do setor securitário. Após a sua regulamentação, que se dará mediante Decreto Presidencial a ser editado, as seguradoras e resseguradores poderão adquirir coberturas suplementar para as suas carteiras de seguro rural, a ser utilizada no pagamento de indenizações decorrentes de ampliação da oferta de modalidades de seguro rural no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios;

ii) contratação pelas empresas seguradoras de 92 mil apólices, amparadas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, beneficiando 72 mil produtores rurais, garantindo capitais da ordem de R$ 12,3 bilhões;

iii) divulgação de 12,6 mil boletins meteorológicos em parceria com os serviços de meteorologia da Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa e com o apoio da Organização Meteorológica Mundial, da Agência Estatal de Meteorologia da Espanha e do Meteo France, que tem propiciado ações coordenadas entre os países que estão submetidos aos mesmos fenômenos meteorológicos adversos e climáticos, permitindo melhorias na qualidade das previsões e o aprimoramento do monitoramento desses fenômenos, com maior articulação e ação mais eficaz das suas instituições de Defesa Civil;

iv) realização de 377 estudos de Zoneamento Agropecuário de Risco Climático, sendo publicadas 459 portarias, contemplando um total de 40 culturas, sendo 15 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, canola, ceveda, feijão, phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, milheto, milho, soja, sorgo e trigo) e 25 culturas permanentes (açaí, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, eucalipto, maça, mamão, mamona, mandioca, maracujá, nectarina, palma forrageira, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, pinus, pupunha e uva), além do zoneamento para o consórcio entre milho e braquiária. Em 2010, pela primeira vez foram divulgados os zoneamentos para as culturas de açaí, citros, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino e pupunha.

Para execução das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos orçamentários no montante de R$ 397,87 milhões, dos quais foram empenhados R$ 357,22 milhões e liquidados R$ 309,80 milhões.

Para a avaliação dos programas o MAPA utiliza os indicadores a seguir:

a) Percentual de área assegurada - indica o percentual entre a área plantada segurada e a área plantada total. No período o índice apurado alcançou 12,6%;

b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo com um alcance nacional de 87%;

c) Taxa de Adesão ao PROAGRO – estabelece a relação percentual entre o número de contratos de custeio agrícola com adesão do Proagro e o número de contratos de custeio agrícola. Em 2010, o índice correspondeu a 68,25%;

d) Taxa de ocorrência de perdas por eventos climáticos dos empreendimentos enquadrados no PROAGRO 1%.

**Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio**

O sucesso alcançado pela agricultura brasileira tem como um dos fatores a geração de conhecimentos e tecnologias, nos quais se destacam práticas adequadas de correção e adubação dos solos, aliadas ao desenvolvimento de variedades tropicais

de culturas, permitindo a incorporação de milhões de hectares de terras na fronteira agrícola, antes tidas como improdutivas à produção nacional. Variedades de pastagens melhoradas e progressos na genética animal aumentaram substancialmente as taxas de lotação de gado nas fazendas e melhoraram a qualidade da carne.

Para que a agricultura brasileira possa continuar respondendo aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, à preservação ambiental e às mudanças climáticas, necessita contar com crescente oferta de tecnologias. O programa, por intermédio da execução de ações estruturantes, transdisciplinares e multinstitucionais, tem propiciado a oferta de conhecimentos necessários de forma sustentável, para o desenvolvimento técnico e para a competitividade e sustentabilidade das cadeias do agronegócio brasileiro.

Atualmente, a pesquisa agropecuária mantém uma carteira de aproximadamente 1.300 projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, concluídos ou em execução.

Dentre os resultados alcançados destacam-se:

i)) Desenvolvimento de um inoculante (biofertilizante) para a cultura do milho, testado durante três anos consecutivos com bons resultados em diferentes regiões brasileiras, cujos testes apontam para uma redução de 50% da dose de fertilizantes aplicado à cultura, sem redução de produtividade;

ii) Lançamento de cultivares de milho: BRS 1060 – híbrido de milho com resistência às principais doenças e nematóides que atacam a cultura, podendo ser cultivado nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e estado do Paraná (norte, noroeste e oeste), para plantios em safra e safrinha, sem restrição de altitudes; BRS 3025 – para lavouras de médio e alto investimento. A cultivar reúne bons níveis de produtividade e boa resistência à cercosporiose, à ferrugem comum e à ferrugem polissora. Seu plantio é recomendado para as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Paraná (norte, noroeste e oeste do estado) e BRS 3040 – atende às necessidades dos agricultores que empregam alta ou média tecnologia na produção de milho e tem moderada resistência a algumas doenças. Pode ser cultivado nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e estado do Paraná (norte, noroeste e oeste do estado), para plantios em safra e safrinha, sem restrição de altitude.

iii) Três cultivares de feijão: BRS 9435 Cometa, BRS Estilo (ambas grupos do carioca) e a BRS Esplendor (grupo do preto) têm como principais características alto potencial produtivo e arquitetura de planta ereta, o que proporciona colheita direta com colhedoras automotrizes, com a conseqüente redução dos custos com mão-de-obra na propriedade rural;

iv) Modelagem do Seqüestro de Carbono em Sistema Integração Lavoura-Pecuária que permite o plantio direto, associado ao sistema integrado lavoura-pecuária, com rotação a cada quatro anos, tornando-se alternativa mais eficaz para o controle da emissão de gases poluentes pela agricultura, como o dióxido de carbono, o grande vilão do aquecimento global;

v) Assinatura do contrato de transferência da tecnologia para a produção e comercialização de um protótipo do Analisador de Alimentos, com exploração da patente por dez anos. Este é um equipamento que pode detectar o teor de impurezas no pó de café, torrado e moído, em segundos, indicando, assim, fraudes e adulterações.

vi) Como resultados da execução do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa, deu-se continuidade a implantação dos cinco novos centros de pesquisa no país, sendo três destinados ampliar e fortalecer a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I nos estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, e outros dois, voltados para a agroenergia e estudos estratégicos e capacitação, localizados em Brasília e em funcionamento.

Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa com a criação de Laboratórios Virtuais (Labex) no Reino Unido e Coréia. Na vertente de parcerias para Transferência de Tecnologias - TT o destaque é para os escritórios de negócios e projetos em Moçambique, Mali, Senegal, Venezuela, e mais recentemente, Panamá, com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios. Ainda com recursos oriundos do PAC, foram incorporados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D projetos em temas estratégicos como: aqüicultura, eficiência no uso de insumos agrícolas, defesa animal e vegetal, compostos poliméricos, agregação de valor aos produtos de sistemas naturais, entre outros. No componente de inovação dos sistemas de produção, as ações de TT contemplaram novas cultivares biofortificadas de feijão, cenoura e mandioca, manejo e controle da qualidade da água em regiões árida, zoneamentos agroclimáticos, sistemas agroecológicos, boas práticas agrícolas e ações para mitigação das atividades antrópicas nas diferentes regiões agrícolas e de extrativismo. Os avanços tecnológicos refletidos por incubação de empresas e os lançamentos de cultivares e licenciamentos de patentes também são resultados dos recursos investidos nessa fase.

Para execução das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos orçamentários no montante de R$ 430,12 milhões, dos quais foram empenhados R$ 430,11 milhões e liquidados R$ 206,38 milhões.

Para a avaliação dos programas o MAPA utiliza os indicadores a seguir:

a) Índice Médio de Impacto Ambiental de Tecnologias Geradas e Avaliadas no ano – indica a relação entre a soma dos índices de impacto ambiental das tecnologias e o número de tecnologias avaliadas. Em 2010, o índice aferido correspondeu a 1,09;

b) Número de Tecnologias, produtos e Serviços Desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio – em 2010, foram geradas 2.209 tecnologias;

c) Participação de Sementes/Cultivares da Embrapa no Mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) – em 2010, alcançou o percentual de 21% de participação no mercado;

d) Valor do Retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado - em 2010, a cada real aplicado, houve o retorno de R$ 13,55 para a sociedade brasileira.

**Desenvolvimento da Agroenergia**

O programa visa promover o aumento da participação da agroenergia na matriz energética nacional, um dos objetivos estratégicos do Governo Federal, com foco no fortalecimento da pesquisa, na transferência de tecnologia, no apoio à organização produtiva e na cooperação internacional.

Dentro da sua concepção, o programa se divide em dois grupos de ações. O primeiro está voltado para o público interno e consiste em: identificação das matérias-primas com maior potencial para a produção de biocombustíveis; intensificação das pesquisas com vistas ao aumento da produtividade; estudos regionais para identificar as potencialidades locais; fortalecimento das ações de apoio à organização produtiva (associativismo e cooperativismo) e transferência de tecnologia e o segundo, voltado para o plano externo, que tem por propósito transformar os biocombustíveis em commodities internacionais. Neste contexto, além de promover articulações com os países desenvolvidos (principais consumidores de combustíveis), o Governo Federal vem fortalecendo a cooperação com os países em desenvolvimento, uma vez que vários deles poderão ter na produção e uso de biocombustíveis um vetor de desenvolvimento econômico e social.

O setor sucroenergético conta com 440 usinas, que produzirão, na safra 2010/11, 28,4 bilhões de litros de etanol e 38 milhões de toneladas de açúcar, um crescimento da produção de 10% e 15%, respectivamente. Foi mantida a política de estocagem de etanol, que é um importante instrumento de regulação desse combustível renovável, além de evitar oscilações bruscas nos preços aos consumidores. Para a implementação desta política, os recursos disponibilizados, a título de crédito, foram ampliados para R$ 2,4 bilhões e os juros reduzidos para 9% ao ano.

Dentro da estratégia de transformar o biodiesel em commodities, sobressaíram:

i) apoio as ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas, como o II Circuito Nacional de Dias de Campo sobre a espécie do Pinhão-Manso;

ii) realização do "IV Congresso Brasileiro de Mamona e do 1º Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e a realização do II Roundtable On Sustainable Palm Oil - RSPO Latin America Conference", com a participação de todos os membros da RSPO, quando foram abordados os critérios internacionais de sustentabilidade para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação;

iii) apoio da Embrapa Cerrados, com vista à avaliação agronômica, econômica e estabelecimento de parâmetros de manejo de água na irrigação de dendezeiros cultivados em áreas do estado do Tocantins e do Distrito Federal;

iv) Implantação pela Embrapa Agroenergia de cinco unidades de observação de pinhão manso nos estados ES, PI, TO, MS e SP, onde serão analisados os diferentes sistemas de cultivo, materiais genéticos e arranjos para a produção de biodiesel, que irão contribuir para a definição de um sistema sustentável, identificando variedades de alta produtividade adaptadas as diversas regiões do país;

v) lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, com o objetivo de expandir a produção de modo social e ambientalmente sustentável. Na oportunidade, foi instituída a Câmara Setorial da Palma de Óleo, que tem como foco buscar soluções para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação. Neste contexto, o suporte de PD&I é fundamental à cadeia produtiva do biodiesel para a sua consolidação, por ser o Brasil um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e que utiliza, desde janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).

Para execução das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos orçamentários no montante de R$ 240,21 milhões, dos quais foram empenhados R$ 67,77 milhões e liquidados R$ 108,89 milhões (dos quais R$ 64,18 milhões, oriundos do orçamento de investimento das estatais), que não requer empenho.

O indicador utilizado para a avaliação do programa é "Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional", elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, cujo índice tem uma expectativa de alcançar 32%.

### 5.1.4 - Função Ciência e Tecnologia

**Principais resultados**

Nos últimos anos, a ciência brasileira tem conquistado avanços importantes e se torna cada vez mais um componente relevante para o desenvolvimento sustentável do país. Um dos principais instrumentos neste processo é o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI 2007-2010), resultado de uma forte articulação do Governo Federal com estados e municípios, comunidade científica, empresários e diversas organizações da sociedade.

O Governo Federal estabeleceu um avanço significativo nas políticas públicas para a ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) no Brasil. Elemento vital para o desenvolvimento econômico e social e para a soberania científica do país diante da sociedade global do conhecimento, o mundo da ciência tornou-se importante eixo de crescimento do Estado brasileiro. Isto pode ser comprovado pelo aumento expressivo dos recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo orçamento teve um aumento substancial. De R$ 5,22 bilhões em 2006 para R$ 8,63 bilhões em 2011. Destaca-se o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que vem crescendo a cada ano, o qual, incluindo recursos sob sua supervisão, saltou de R$ 1,09 bilhão em 2006, para R$ 3,33 bilhões em 2011 (incluindo Reserva de Contingência).

**Principais Indicadores Nacionais de C&T**

Os principais indicadores nacionais de C&T refletem os avanços no setor e podem ser evidenciados, por exemplo, pela evolução do dispêndio Nacional em P&D com relação ao PIB nestes últimos sete anos, que é significativa. Enquanto que, em 2003, o dispêndio representava 0,96% do PIB Nacional, em 2009 este indicador atingiu 1,24% do PIB e 1,25% em 2010.

Em relação à inovação, os dados também são expressivos, já que o Governo Federal vem desenvolvendo políticas públicas sólidas e consistentes e introduzindo medidas legais, para acelerar os processos inovativos na economia brasileira. A Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec 2008), divulgada em novembro de 2010, reforçou essa constatação, uma vez que, em 2003, existiam 28.036 empresas industriais inovadoras e, em 2008, esse número atingiu 38.299, um aumento de 38,6%. A participação das empresas inovadoras no total das empresas industriais também cresceu de 33,3% para 38,1% entre 2003 e 2008. Os dados sobre gastos com atividade interna de P&D revelam crescimento real de 50,2% no período. Em termos de empresas que fazem uso de incentivos fiscais da Lei do Bem, o número saltou de 130, em 2006, para 542, em 2009. Para o ano de 2010, esse valor ainda está sendo apurado.

Outro indicador a ser citado diz respeito ao avanço do país no cenário nacional e internacional, tornando-se um agente científico e tecnológico respeitado mundialmente. A produção científica do Brasil, medida pelo número de artigos indexados na base de dados internacional *Thomson Reuters* (ISI), cresceu 64% em 2009, em relação a 2007. O país passou da 15ª para a 13ª colocação no *ranking* mundial, ultrapassando países com longa tradição científica, como Rússia e Holanda. O salto foi bastante expressivo, quando se observa que, em 2003, o Brasil produzia apenas 14,3 mil artigos científicos por ano e, em 2009, a produção foi de mais de 32 mil. Em relação ao ano de 2010, os dados ainda não foram consolidados e disponibilizados.

Estas conquistas foram possíveis porque o avanço do Brasil na área de C,T&I mobiliza todos os setores da sociedade brasileira, envolvendo o Governo Federal, os governos estaduais, o Conselho Nacional dos Secretários para Assuntos de C,T&I (Consecti), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Mobilização Empresarial pela Inovação. Todos estes atores estão conscientes de que o crescimento dos dispêndios em ciência, tecnologia e inovação é uma forma de impulsionar a economia brasileira.

**Valores liquidados de 2006 a 2010 por Função e Subfunção**

O orçamento da função C&T foi classificado nas subfunções típicas: Desenvolvimento Científico; Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; e Difusão do Conhecimento, bem como em subfunções atípicas, como Administração Geral, Produção Industrial, Encargos Especiais, etc. Em 2010, das subfunções típicas, que correspondem a 60,0% dos valores empenhados, merece destaque a subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, responsável por 42,2%. Entre as subfunções atípicas, responsáveis por 40,0% dos empenhos, as que possuem maiores dotações são Administração Geral e Produção Industrial. Os demonstrativos a seguir, detalham a execução do orçamento do MCT por função e subfunção.

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 2006** | 2007** | 2008** | 2009** | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 4.098,43 | 3.897,98 | 4.868,15 | 5.775,99 | 6.411,30 | 25.051,85 |
| OI | 914,32 | 906,41 | 1.108,11 | 1.250,38 | 1.666,36 | 5.845,58 |
| Gasto Tributário | | | | | | |
| **TOTAL** | **5.012,75** | **4.804,39** | **5.976,26** | **7.026,38** | **8.077,66** | **30.897,43** |

* valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.
** Devido a mudanças nas regras de elaboração da PCPR, os valores apresentados neste demonstrativo são diferentes dos inseridos na Prestação de Contas referente ao ano de 2009

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2010 NAS SUBFUNÇÕES**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | Execução da Função CIÊNCIA E TECNOLOGIA por Subfunções | | Execução das Subfunções da Função CIÊNCIA E TECNOLOGIA em Outras Funções | | Total da Execução das Subfunções da Função CIÊNCIA E TECNOLOGIA | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidado | % | Liquidado | % | Liquidado | % |
| Subfunções Típicas | 4.087,28 | 78,8% | 0 | 0% | 4.087,28 | 78,8% |
| *Desenvolvimento Científico* | *1.118,92* | 88,6% | *0* | 0% | 1.118,92 | 88,6% |
| *Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia* | *2.874,72* | 75,9% | *0* | 0% | 2.874,72 | 75,9% |
| *Difusão do Conhecimento* | *93,64* | 68,8% | *0* | 0% | 93,64 | 68,8% |
| Outras Subfunções | 2.324,02 | 75,8% | 396,24 | 99,1% | 2.720,25 | 78,5% |
| **TOTAL** | **6.411,30** | **77,7%** | **396,24** | **99,1%** | **6.807,54** | **82,5%** |

**EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES NO PERÍODO 2006 – 2010**

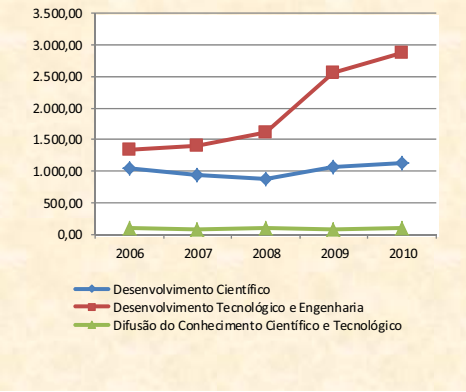
em R$ milhões

| SUBFUNÇÕES | 2006* | 2007* | 2008* | 2009* | 2010 | 2006* / 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Desenvolvimento Científico | 1.040,75 | 944,90 | 877,50 | 1.061,53 | 1.118,92 | 108% |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 1.327,96 | 1.399,76 | 1.620,27 | 2.554,96 | 2.874,72 | 216% |
| Administração Geral | 875,31 | 887,01 | 1.122,67 | 1.387,65 | 1.557,20 | 178% |
| Produção Industrial | 284,79 | 246,16 | 350,07 | 346,87 | 446,29 | 157% |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 98,39 | 65,37 | 95,22 | 73,42 | 93,64 | 95% |

Fonte: Siafi
* Devido às mudanças nas regras de elaboração da PCPR, os valores apresentados neste demonstrativo são diferentes dos inseridos na Prestação de Contas referente ao ano de 2009

Destaca-se a redução do orçamento da subfunção Difusão do Conhecimento, composta, principalmente, por emendas parlamentares. Em 2009, parcela expressiva de sua dotação foi cancelada. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores empenhados nas subfunções típicas de C&T nos últimos cinco anos.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE C&T**
**(valores liquidados em R$ milhões)**




Fonte: Siafi

Considerações sobre os dados apresentados:

a) Quando da elaboração do PPA 2008-2011, a classificação funcional programática de várias ações foi alterada. Este fato contribuiu para as oscilações observadas na execução orçamentária por subfunção;

b) Subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia - parte do crescimento entre 2008 e 2010, deve-se a inclusão da ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT, tendo em vista que até 2008 a ação era classificada na subfunção atípica Encargos Especiais;

c) Subfunção Difusão do Conhecimento – em 2009 o decréscimo se deu pelo fato de parte do orçamento previsto para a ação Apoio a Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) ter sido cancelado.

**Desempenho dos Programas**

Em 2010 houve continuidade das iniciativas do MCT na busca de expandir a base científica e tecnológica nacional, criar um ambiente empresarial favorável à inovação, incentivar a produção de conhecimento em áreas estratégicas e usar a ciência como instrumento de inclusão social.

No período em análise ocorreram avanços importantes em cada uma das Prioridades Estratégicas do PACTI 2007-2010, em torno das quais o Plano está estruturado, ou seja: I. Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; II. Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; III. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e IV. C,T&I para o Desenvolvimento Social. Os programas finalísticos e de apoio às políticas públicas e áreas especiais do MCT, conceitualmente vinculados às Prioridades Estratégicas do PACTI, apresentaram, em 2010, execução orçamentária conforme demonstrativo a seguir.

**EXECUÇÃO DE 2010 POR PROGRAMAS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS**

em R$ milhões

| Prioridade Estratégica | PROGRAMAS | Lei + Créditos (A) | Limite de empenho (B) | Liquidado (C) | % C/A | % C/B |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Expandir e Consolidar o sistema nacional de C,T&I | Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I | 866,12 | 865,84 | 806,02 | 93% | 93% |
| | Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 774,78 | 772,75 | 446,26 | 58% | 58% |
| | Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação | 53,93 | 51,03 | 43,21 | 80% | 85% |
| Promover a inovação tecnológica nas empresas | C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) | 2.862,96 | 2.800,12 | 1.947,69 | 68% | 70% |
| Incentivar a P,D&I em áreas estratégicas | Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) (*) | 341,08 | 333,27 | 164,43 | 48% | 49% |
| | Nacional de Atividades Nucleares (*) | 1.350,20 | 1.340,76 | 1.175,32 | 87% | 88% |
| | C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais | 109,66 | 109,66 | 40,38 | 37% | 37% |
| | Meteorologia e Mudanças Climáticas | 33,78 | 33,78 | 23,84 | 71% | 71% |
| Promover a C,T&I para o Desenvol-vimento Social | C,T&I p/ a Inclusão e Desenvolvimento Social | 312,12 | 227,30 | 65,08 | 21% | 29% |
| **TOTAL DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO MCT** | | **6.705** | **6.535** | **4.712** | **70%** | **72%** |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT)
(*) Inclui gastos com pessoal e encargos sociais

**Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I**

A expansão e a consolidação do Sistema Nacional de C,T&I são viabilizadas, principalmente, por meio de três programas estruturantes: i) Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I; ii) Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, iii): Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I**

O fortalecimento do Sistema Nacional de C,T&I decorre do incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o país. Em 2010, o Brasil alcançou o total de 83.855 bolsas concedidas pelo CNPq, sendo 83.423 aqui e 432 no exterior, um aumento de 12% em relação a 2009. Somente em 2010, o CNPq implementou 19.293 bolsas de mestrado e doutorado, 3% a mais que no ano

anterior. Considerando-se também as bolsas de Doutorado-Sanduíche no exterior, o número total chegou a 19.477 bolsas.

O CNPq tem sido, desta forma, agente decisivo na formação de recursos humanos para C,T&I. Além das bolsas de mestrado e doutorado implementadas no país, foram disponibilizadas outras 7.000 quotas de bolsas de iniciação científica júnior, sendo 4.000 destinadas às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e 3.000 à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep).

No que concerne à destinação de recursos financeiros, por meio de editais, para a concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, em áreas ou setores estratégicos do PACTI em 2010, os investimentos alocados em dois editais, um relacionado ao Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e outro ao Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), alcançaram, em conjunto, o valor de R$ 53,2 milhões.

Em 2010, o número de bolsas de Produtividade em Pesquisa implementadas teve um incremento de 10% e a de bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora aproximou-se de 400 bolsas, praticamente dobrando o número de bolsas vigentes em relação a 2009.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2010, 58.632 bolsas implementadas no país, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 18,4% relativamente ao número do ano anterior (49.524).

A política de Formação de Recursos Humanos pelo CNPq vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas (implementadas no país e no exterior), evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca o crescimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 15%, 16% e 19%, respectivamente.

**Indicador:** Taxa de bolsistas de Doutorado do programa que titularam - Em 2008, 64% dos bolsistas do programa obtiveram título de doutor. Considerando o período que vai até 2009, o índice alcançado foi de 71,23%. Os dados de titulados do ano de 2010 ainda não foram divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

Os investimentos deste programa cumprem a função de integrar, modernizar e colaborar para consolidar o Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional. A ele compete o papel de fortalecer a infraestrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao MCT, o fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, e o apoio às Unidades de Pesquisa (UPs).

Expressiva parte dos avanços obtidos no adensamento e qualificação da produção científica deve-se ao investimento na infraestrutura de pesquisa, por meio de editais operacionalizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à intensificação e à estabilidade dos investimentos em pesquisa realizados mediante editais de fomento voltados para as diferentes áreas do conhecimento, conforme instrumentos utilizados pelo CNPq, com destaque para o Edital Universal, Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

O Edital Universal é um dos maiores mecanismos de fomento do CNPq para atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Desde 2006, o CNPq tem lançado um edital por ano. O edital lançado em 2010, envolve recursos de R$ 120 milhões que serão aplicados no desenvolvimento de 3.557 propostas aprovadas, o que representa um acréscimo de 31% em relação ao número de projetos aprovados em 2009.

O Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) é destinado ao apoio a núcleos de pesquisa formados por grupos de reconhecida competência, sediados nos estados parceiros via entidades estaduais de fomento à pesquisa. Desde 2003 o programa é executado em parceria com os estados e, em 2010 foram contratados os projetos selecionados pelos editais lançados ao final de 2009 – Rede Dengue e Rede Malária.

Iniciativa importante de fomento à pesquisa foi o estabelecimento dos novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), lançados pelo CNPq como uma evolução dos Institutos do Milênio.

A tônica do programa é a organização de grupos de P&D em rede, coordenados por instituições de excelência em pesquisa e na formação de recursos humanos. Vale frisar que as fontes de recursos são diversificadas e que o importante processo de articulação do MCT com as secretarias estaduais de C&T resultou na contribuição de R$ 214,7 milhões, por meio de FAPs. A adesão de outros parceiros (BNDES, Petrobras, MS, MEC/Capes) possibilitou um aumento expressivo nos recursos, em comparação com os Institutos do Milênio,

alcançando um total de R$ 607 milhões disponibilizados para a contratação de 122 INCTs.

Decorrente do especificado no Edital que selecionou os projetos dos INCTs, a 1ª reunião de acompanhamento e avaliação do Programa foi realizada em Brasília, nos dias 23 e 24 de novembro de 2010, com a presença dos Coordenadores dos 122 INCTs, pesquisadores, avaliadores e consultores, totalizando mais de 500 participantes. Os resultados parciais indicam o fortalecimento da cooperação entre os diversos grupos de pesquisa em todo o país, a internacionalização das redes de pesquisa, o envolvimento de empresas, mesmo que ainda de forma modesta, e a divulgação dos resultados para a sociedade, respondendo aos objetivos do programa.

Em se tratando de infraestrutura de pesquisa, cabe citar que em dezembro de 2010 a Finep lançou a chamada MCT/Finep/CT-Infra/Proinfra - que destina R$ 360 milhões para projetos de implantação, modernização e recuperação de infraestrutura física de pesquisa em Instituições Públicas de Ensino Superior ou de Pesquisa, cujos projetos serão selecionados e implementados em 2011.

Outro destaque que também converge para o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa é a Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que expande o alcance da atual rede, abrangendo todo o país e integrando, em alta velocidade, mais de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O *backbone* nacional Multigigabit (conexões interestaduais de alta velocidade e desempenho), que alcançou 10 estados em 2005, totalizou a implantação em 24 estados em 2010, com capacidades de até 10 Gbps. Também integrou diretamente a Argentina e o Paraguai e interligará outras universidades no Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura. A expansão e a conexão das redes físicas de comunicação de dados em todas as capitais e em vários pólos do interior constituirão um grande patrimônio para a educação e pesquisa nos próximos 20 anos, pois permitirá o crescimento da velocidade de forma virtualmente ilimitada a custo bastante reduzido. Essa infraestrutura exclusiva e moderna contribui diretamente para a formação de professores para as escolas, por meio da Universidade Aberta do Brasil; e para a geração e uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação, seja na educação tecnológica. Até 2010, a RNP já integrou 288 *campi* de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs) como suporte à interiorização do sistema de educação superior brasileiro.

Na área da saúde, foram interligados 57 hospitais universitários com Núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (Rute) e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação, em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde. No universo da Cultura, a nova RNP está interligando as principais instituições do setor no Rio de Janeiro e em São Paulo em altíssima velocidade, para digitalização e distribuição de seus acervos, como a Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira.

Outra importante vertente do Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico trata do apoio às Unidades de Pesquisa (UPs) vinculadas ao MCT. Nesse sentido, o ano de 2010 encerrou um ciclo de metas estabelecidas em 2004 para as UPs, aqui incluindo as Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo Ministério.

Dos cinco grandes problemas comuns detectados em 2001 pela Comissão de Alto Nível, composta de 76 especialistas do Brasil e do exterior, em seu Relatório de Avaliação dos Institutos de Pesquisa do MCT, quatro foram plenamente solucionados para as 13 UPs e quatro OSs: recuperação e expansão da infraestrutura física e laboratorial; recomposição orçamentária; implantação de sistemas efetivos de gestão; promoção da interação e integração interna, externa com outras instituições de pesquisa de desenvolvimento tecnológico do país, por meio da realização de projetos conjuntos e em redes, com apoio da Finep e CNPq e outras agências de fomento estaduais. A recomposição dos quadros de pessoal continua como objetivo a ser solucionado nos próximos dois anos, pois afeta especialmente as UPs, embora este problema tenha sido minimizado com a admissão de novos servidores concursados e com o aumento de bolsas concedidas no âmbito do Programa de Capacitação Institucional (PCI), mantido pelo MCT para seus Institutos, através do CNPq.

Com os grandes problemas resolvidos no que tange à infraestrutura básica e ao orçamento, e com o sistema de gestão implantado, os institutos puderam, nesses últimos anos, e particularmente em 2010, desenvolver suas pesquisas científicas e tecnológicas e promover a inovação com o registro de mais de duas dezenas de patentes e pedidos de privilégio de propriedade intelectual, e com atenção especial às pesquisas de interesse imediato da sociedade, como as realizadas nas áreas de educação e saúde, sem esquecer o assunto que afeta a todos: clima e previsão de tempo.

Na área científica, trabalhos com a biodiversidade levaram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) à descoberta de plantas e ao desenvolvimento de importantes aplicações etnomedicinais na cicatrização de cortes profundos, picadas de cobra e ferradas de arraia; prevenção e tratamento de diabetes, prisão de ventre, câncer do colo do útero, alto colesterol e obesidade; identificação de microbactérias da tuberculose a partir do uso de fungos que aceleram o crescimento dos bacilos de *Koch*, reduzindo o tempo de diagnóstico da tuberculose de dois meses para até

uma semana; utilização de inseticida a partir de espécie de flor de crisântemo para uso em mosquiteiros, contribuindo para a diminuição da incidência de malária.

Ainda no campo do desenvolvimento tecnológico voltado para a área de saúde, foram destaques: o desenvolvimento de nanopartículas de ácido láctico para encapsulação de fármacos para tratamento da tuberculose e de biocerâmicos nanoestruturados para uso clínico em regeneração óssea; a fabricação de protótipo de colete para deficientes, capaz de sustentar a coluna vertebral de crianças com paralisia cerebral e esclerose acentuada, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT); o desenvolvimento de alternativas ao uso da hidroxiapatia cerâmica em procedimentos de regeneração óssea para emprego pelo SUS e estabelecimento de sistemas normatizados para caracterização de nanobiomateriais para a medicina regenerativa e seu impacto na viabilidade celular e tecidual, pelos pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

O Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa) deu início ao projeto Farmácia Viva, objetivando o levantamento de informações junto às comunidades da Região, para a formação de um horto com plantas medicinais locais e estudos de propriedades fitoterapêuticas de espécies pouco estudadas, e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), entre outros, teve um grande avanço na área da genômica com mais de 30 milhões de sequências genômicas desenvolvidas em 2010, no âmbito do Projeto Genoma Brasil.

A tecnologia de ponta esteve contemplada em vários projetos do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), na área de circuitos integrados, especialmente os voltados para cartões magnéticos, telefones sem fio, e de reguladores de tensão, assim como no desenvolvimento de nanoestruturas para serem utilizadas em sensores de ultravioleta ou em células solares sensibilizadas por corante, e de tabletes para carteiras e lousas digitais e estudos neurológicos.

Tecnologia avançada também esteve presente no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e Observatório Nacional (ON), na construção ou participação na construção de equipamentos sensíveis para telescópios internacionais, como o SOAR (Chile) e J-PAS (Espanha); no Programa Espacial Brasileiro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vem promovendo, não só a construção de satélites em colaboração com outros países (China, em destaque), como distribuindo, gratuitamente, imagens no Brasil e no exterior a partir dos Satélites CBERS e *Landsat* (este, americano), com instalações de recepção na Àfrica e Ásia; e no Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), nos estudos de aproveitamento de resíduos de pedreiras e serrarias, motivo de poluição ambiental.

São do Inpe, também, os principais trabalhos desenvolvidos, com sucesso desde há muito relacionados ao Programa de Monitoramento Ambiental da Amazônia, o qual, em 2010, concluiu o levantamento detalhado do desmatamento por corte raso para toda a Amazônia Legal no período de agosto/2008 a julho/2009, detectando, naquele período, uma redução de 42% em relação ao mesmo período anterior, a menor taxa anual desde que o Instituto iniciou o monitoramento sistemático da Região por satélite.

No campo da educação, merecem registro as iniciativas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e ON com a capacitação de professores e alunos de cursos médios, presenciais ou a distância, além da melhoria dos cursos de Pós-Graduação do CBPF, Inpa, Inpe, MPEG, ON e Ibict. Este último ocupa posição de destaque em nível nacional e internacional por seus projetos voltados ao movimento de acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que possui um arquivo de mais de 150 mil teses e dissertações provenientes de 95 instituições de ensino superior e o disponibiliza gratuitamente na internet.

Finalmente, há que se ressaltar a instalação do Centro de Tecnologia do Bioetanol (CTBE), ligado à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), Organização Social localizada em Campinas/SP, que é uma iniciativa dedicada à pesquisa de fontes renováveis de energia e insumos para a indústria química. Pesquisas em bionergia também tiveram um grande salto em 2010, tanto no INT, quanto em sua Coordenação Regional no Nordeste, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), além de cooperações do ON, INT, LNCC com projetos da Petrobras ligados à pesquisa e aproveitamento do denominado depósito petrolífero do “pré-sal”.

**Indicador:** Número de instituições usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) - Em meados de 2007, apenas 306 instituições eram usuárias da RNP. Atualmente, 625 instituições são usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. O Número apurado contempla também as unidades descentralizadas das instituições primárias (unidades sedes e demais campi).

**Programa Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Destaca-se a realização, em Brasília, da 4ª Conferência Nacional de C,T&I (CNCTI), em maio de 2010, cujos resultados serão subsídios para a construção de uma Política de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação num horizonte amplo de dez anos. Com o título “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao

Desenvolvimento Sustentável", foi uma importante oportunidade para reflexão de acadêmicos, governo, empresários e organizações não governamentais sobre as medidas para que, nos próximos 10 anos, o Brasil alcance o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente democrático.

Também no âmbito do programa vale destacar as iniciativas relevantes e atendimento às demandas cada vez mais intensas nas atividades, hoje estratégicas, de cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação nas áreas da bioenergia, biotecnologia, biodiversidade, saúde, agricultura, segurança alimentar, nanotecnologia, novos materiais, tecnologias da informação e comunicação (TICs), metrologia, mudanças climáticas, atividades espaciais, matemática, física, química, ciências sociais, entre outras. Fortaleceram-se os laços da colaboração Sul-Sul, em especial com Mercosul, América do Sul e América Latina. Foram ampliados os contatos e programas no âmbito da cooperação América do Sul-Países Árabes (ASPA) e com países africanos, em particular com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, inclusive através do ProÁfrica, especialmente na formação de recursos humanos e cooperação na construção de infraestrutura de pesquisa. O Fórum IBAS e as relações com seus países (Índia, Brasil e África do Sul) avançaram consideravelmente, com a diversificação dos programas de trabalho. A cooperação com a China, além do bem-sucedido programa espacial, mobilizou novas áreas. Intensificou-se o trabalho conjunto com os países desenvolvidos, com destaque para Alemanha, França, União Européia, Estados Unidos, Reino Unido, Finlândia, Suíça, além de outros, em programas essenciais de mútuo interesse. No PPA não estão previstos indicadores para este programa.

**Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas**

A promoção da inovação tecnológica nas empresas envolve o apoio financeiro a atividades de P,D&I, a inserção de pesquisadores nas empresas, a cooperação entre empresas e ICTs, a capacitação de recursos humanos para a inovação e a implementação de centros de P,D&I empresariais. É expressiva a contribuição do Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior para a prioridade definida no PACTI: Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas.

**Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**

No contexto do programa, os incentivos fiscais proporcionados pela Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) possibilitaram a utilização de recursos públicos diretamente por empresas, inclusive recursos orçamentários, além de infraestrutura, pessoal, laboratórios e equipamentos, representando um passo fundamental para a construção de uma cultura de inovação no País.

A Lei do Bem (Lei nº 11.196/05), decorrente da Lei de Inovação, incentiva as empresas a desenvolverem internamente inovações tecnológicas, quer na concepção de novos produtos, como no processo de fabricação e agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo. Cabe à pessoa jurídica beneficiária dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.798, de 07.06.2006, prestar ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em meio eletrônico, conforme instruções por este estabelecidas, informações sobre seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica até 31 de julho de cada ano. O MCT remete à Secretaria da Receita Federal "Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais" contendo informações dos valores consolidados e opinativo quanto às informações prestadas. Segundo a legislação em vigor, cabe à Secretaria da Receita Federal (RFB) realizar as fiscalizações nas empresas *in loco* e, na qualidade de órgão responsável pelas questões tributárias no Governo Federal, aprovar ou não a concessão dos incentivos fiscais pleiteados pelas empresas. Os resultados já alcançados evidenciam uma crescente incorporação do conceito de inovação no meio empresarial, cujo cenário permite concluir que a Lei do Bem tem se tornado um instrumento importante para a contribuição do aumento do percentual de investimentos em inovação e, por consequência, para o alcance da meta de 1,5% do Produto Interno Bruto nas áreas de C,T&I.

**INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS BENEFICIADAS PELA LEI DO BEM NAS ÁREAS DE P&D EM RELAÇÃO AO PIB BRASIL (R$ BILHÃO)**

| ANO | EMPRESAS HABILITADAS | RENÚNCIA FISCAL | INVESTIMENTO (C) | PIB (D) | (%) (C/D) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2006 | 130 | 0,230 | 2,19([1]) | 2.433,0 ([2]) | 0,09 |
| 2007 | 300 | 0,883 | 5,10([1]) | 2.558,8 ([2]) | 0,19 |
| 2008 | 460 | 1,58 | 8,80([1]) | 2.889,7 ([2]) | 0,30 |
| 2009 | 542 | 1,38 | 8,33 | 3.143,0 ([2]) | 0,27 |

(1) Valores corrigidos e revisados / (2)Dados do IBGE / (3) Dados de 2010 ainda estão sendo apurados

Outra lei que permite a utilização de incentivos fiscais é a Lei de Informática (Lei nº 11.077/2004) cuja evolução, a partir de suas alterações desde 2004, propiciou um aumento considerável tanto no número de empresas estrangeiras a se instalarem no país, quanto no de empresas locais, que procuraram os incentivos como forma de desenvolver seus negócios. Desta forma, os investimentos em P&D de contrapartida aumentaram consideravelmente. De 352 empresas beneficiadas em 2007, passou-se a 519 em 2009, ou seja, um aumento de 147% nos últimos três anos. Nesse período, os investimentos em projetos de P&D totalizaram R$ 2,2 bilhões e, desse total, R$ 830 milhões foram aplicados em convênios com instituições de ensino e pesquisa ou centros de P&D. O faturamento global dessas empresas reunidas vem crescendo, embora se perceba uma diminuição em 2009, muito provavelmente devido à crise econômica mundial. O MCT conta com aproximadamente 180 instituições credenciadas, qualificadas a receber recursos das empresas beneficiárias por meio de convênios, na execução de projetos. Anualmente, são executados mais de 3.000 projetos, apresentando um alto grau de inovação tecnológica nas indústrias e novos produtos (inclusive de software) nos projetos conveniados. Os dados de 2010 estarão disponíveis a partir de junho/2011, em função do que estabelece a legislação.

No sentido de promover a inovação tecnológica como elemento fundamental para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas brasileiras, o MCT concedeu apoio financeiro expressivo às atividades de P&D das empresas brasileiras. Um dos mecanismos usados foi o programa de Subvenção Econômica, operacionalizado pela Finep, e criado para promover a inovação por meio da aplicação de recursos públicos não-reembolsáveis em programas de pesquisa. De 2006 a 2010, a subvenção econômica beneficiou cerca de 825 projetos com mais de R$ 1,5 bilhão. O edital 2010 foi lançado no segundo semestre, cujo processo seletivo se encerra em 2011, com previsão de apoio até R$ 500 milhões a projetos de inovação a serem desenvolvidos nas áreas de TICs, energia, biotecnologia, saúde, defesa e desenvolvimento social. Também em 2010, foi realizado o segundo seminário de avaliação do programa de subvenção econômica com a participação de 39 empresas responsáveis por 43 projetos, cujos resultados estão em fase de consolidação.

O edital do Programa de Subvenção à Pesquisa em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - PAPPE Integração foi lançado em março de 2010 com o objetivo, entre outros, de garantir que 30% dos recursos do FNDCT sejam destinados a estas regiões. Foram destinados cerca de R$ 90 milhões em recursos de Subvenção Econômica para apoiar em torno de 500 empreendimentos num período de três anos. Foram contempladas por esta chamada os seguintes estados por região: Centro-Oeste: DF, GO,MS, MT; Norte: PA, AC, AM, RO, TO; Nordeste: PE, PI, CE, BA, PB, SE, RN, MA e AL.

Por meio do Inova Brasil e Juro Zero, a Finep oferta financiamento reembolsável a juros reduzidos, mediante equalização, para o desenvolvimento de projetos de P, D &I nas empresas. O total desembolsado em 2010 para 207 projetos reembolsáveis foi de R$ 1,15 bilhão.

As atividades do Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação - Pró-Inova estão direcionadas para estimular o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação no país. As ações de divulgação utilizam o Manual Prático da Inovação para Empresas, elaborado com o objetivo de ser uma referência para o acesso a benefícios, recursos e gestão da inovação (http://proinova.isat.com.br/Home.htm). O Manual apresenta o Simulador Financeiro de Incentivos Fiscais da Lei do Bem (Lei n.º 11.196, de 21.11.05), que permite que a empresa simule os benefícios que poderá auferir utilizando os incentivos fiscais. Em 2010, foi lançado Edital de Eventos no valor de R$ 8 milhões que permitiu a realização de 300 eventos e cursos para promover a cultura da inovação nas empresas. Outro Edital, de R$ 7 milhões apoiou o fortalecimento de 20 Entidades Setoriais de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em todas as regiões do país. O Pró-Inova passa também a apoiar o Reconhecimento Nacional à Gestão da Inovação coordenado pelo Movimento Brasil Competitivo, que visa reconhecer empresas que adotam a inovação como estratégia de crescimento para aumentar o grau de competitividade no mercado.

A partir do lançamento da MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação, em 2009, atividade coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as ações do Pró-Inova passaram a ser executadas em parceria entre MCT/Setec/Finep/CNPq/BNDES e CNI. No âmbito da MEI, foi lançado Edital no valor de R$ 50 milhões para apoiar Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação (NAGI), visando à elaboração de Planos e Projetos de Gestão da Inovação nas empresas brasileiras.

Além da subvenção e dos incentivos fiscais, também com o objetivo de elevar a competitividade do setor empresarial brasileiro, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) tem contribuído no sentido de apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras. Implantado para fomentar a imprescindível interação universidade-empresa, o sistema contou com investimentos do FNDCT, dispondo atualmente de 56 redes de grupos e núcleos de P&D articuladas nacionalmente, sendo 14 redes de centros de inovação, 20 de serviços tecnológicos, e 22 de extensão, estas organizadas estadualmente. O Sibratec é coordenado pelo MCT, mas tem a participação ativa de vários ministérios e

entidades federais como Finep, BNDES e Inmetro. As redes de extensão têm a missão primordial de apoiar a inovação nas micro e pequenas empresas, e por isso mesmo têm uma articulação crescente com o Sebrae. As redes de serviços tecnológicos fazem com que a metrologia de qualidade e laboratórios de análise de conformidade de produtos e processos dêem suporte à produção no complexo campo das disputas comerciais.

Considerando o processo de incubação como um dos mais eficazes mecanismos de formação de empresas sólidas, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI) busca fortalecer os esforços institucionais e financeiros de suporte a empreendimentos residentes nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Desde 2007, foram apoiados 26 projetos de incubadoras e parques tecnológicos, no valor total de R$ 37,2 milhões. Em 2009, contabilizou-se 8000 empresas inovadoras, instaladas em 400 incubadoras de empresas localizadas em 25 estados da federação, que geraram 35 mil empregos com faturamento por empresas de cerca de R$ 3,5 bilhões. Além disso, existiam 74 iniciativas de parques tecnológicos, sendo 25 em operação, 17 em implantação e 32 em projeto.

Em 2010 foram contratados 10 projetos referentes à Chamada Pública MCT/ Finep/ Ação Transversal PNI 09/2009, no valor aproximado de R$ 9 milhões. Essa chamada teve como objetivo consolidar as incubadoras coordenadoras de base tecnológica, promovendo o aumento da taxa de sucesso das empresas incubadas, atuando em rede com incubadoras de menor experiência, complementarmente a chamada de 09/2006. O foco foi incluir no movimento de incubadoras estados não contemplados em 2006, sendo estes: Tocantins, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e Paraná.

Dando continuidade ao PNI foi lançada carta convite MCT/Finep/Ação Transversal - PNI/Incubadoras 12/2010 no valor de R$ 10 milhões, permitindo agregar novas incubadoras afiliadas e aumentar seu espectro de atuação, além de permitir a associação entre estas de forma a estruturar novas redes regionais com atuações mais integradas.

Na área de parques tecnológicos, foi lançada em 2010, a chamada pública MCT/Finep/Ação Transversal - PNI/Parques Tecnológicos 11/2010, no valor de R$ 40 milhões com o objetivo de dar apoio à aceleração de empreendimentos de Parques Tecnológicos que se encontram em adiantado estágio de implantação ou que necessitem de expansão de novos empreendimentos inovadores. Para 2011, observando as demandas existentes nas últimas chamadas de incubadoras e parques, estima-se a realização de dois novos editais.

Na capacitação de recursos humanos, parte fundamental no processo de desenvolvimento e inovação tecnológica, foram desenvolvidas atividades de estímulo à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, disponibilizando instrumentos específicos que tratam da capacitação de empresários e gerentes para a inovação e à inserção de pesquisadores nas empresas. Em 2010, foram realizados cursos de capacitação de empresários e gerentes para a inovação em 11 estados brasileiros. Também foi aprovada a inserção de mestres e doutores em 182 empresas que tiveram projetos de desenvolvimento tecnológico contemplados no Edital RHAE-Pesquisador na Empresa.

No âmbito da nanotecnologia houve consideráveis avanços nos últimos oito anos. Considerada estratégia mundial de vanguarda da inovação, esta multidisciplina se firma em diversos ramos de atividade industrial. Hoje, o Brasil conta com aproximadamente 170 empresas atuantes no setor, mais de 1.400 pesquisadores que se somam a mais de 2.000 alunos com apoio do Governo Federal, além daqueles apoiados por meio dos governos estaduais em todo o país. Com relação à pesquisa básica, foram apoiados 175 projetos de pesquisa até 2010. Em termos de formação e capacitação de recursos humanos, destaca-se também a existência de 376 alunos de pós-graduação, no Brasil, com projetos na área de nanotecnologia.

Na área de Biotecnologia destacam-se os investimentos realizados na infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Das 10 plataformas tecnológicas previstas no PACTI para Biotecnologia, oito foram implantadas e em 2010 foi realizado um investimento da ordem de R$ 8 milhões para biotérios e pesquisa em leveduras. Adicionalmente, foram disponibilizados R$ 90 milhões para apoiar, por meio do edital de subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores em Biotecnologia por empresas brasileiras.

Destacam-se, ainda, a Rede Nacional de Proteoma (Genoprot) e a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) com abordagens estratégicas para o desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, e meio ambiente. O Genoprot, voltado para o fortalecimento de grupos de pesquisa consorciados a nível nacional, apoiou 50 projetos em 2010, e o Renorbio, a nível regional, já desenvolveu caprinos transgênicos que expressam a proteína antitrombina hG-CSF (fator estimulante de granulócitos humanos) para serem utilizados em pacientes imunodeprimidos e está desenvolvendo vacinas, profilática e terapêutica, contra a papilomavírus bovino. Como consequência das ações do Renorbio, rede que reúne 28 instituições do Nordeste, foram realizadas 25 defesas de tese e o depósito de 12 patentes em 2010.

**Indicador**: Mestres e Doutores em atividades de P&D no total de pessoal em P&D das empresas - Em 2008, o valor inicial estimado foi de 13,4%, baseado ainda na PINTEC que apurou dados até 2005. Em 2010, com a realização de nova PINTEC, que cobriu o período até 2008, as estimativas foram refeitas e o valor para 2008 seria de 14,0%, enquanto para 2010 é de 15,1%, com a previsão de alcançar 15,6% em 2011.

**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas**

O PACTI prioriza o fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas estratégicas para o país. Concentra atenção especial aos setores intensivos em tecnologia que apresentam transversalidade setorial, multidisciplinaridade técnico-cientifica e grande potencial inovador e dinamizador da economia. Considera, também as áreas sensíveis à soberania e à segurança do país. Para esta prioridade estratégica concorrem, principalmente, os programas: Nacional de Atividades Espaciais, Nacional de Atividades Nucleares, C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais e Meteorologia e Mudanças Climáticas.

**Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)**

Em 2010, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) apresentou importantes avanços na consolidação da Política Espacial Brasileira. Entre eles, a conclusão da Torre Móvel de Integração do Veículo Lançador de Satélites (VLS) permitindo a retomada, em breve, dos voos de qualificação do lançador de satélites nacional. As estações de controle dos Centros de Lançamentos de Alcântara e da Barreira do Inferno foram modernizadas e as infraestruturas estão sendo atualizadas para servirem aos lançamentos nacionais e aos relativos às atividades da empresa Alcântara *Cyclone Space* (ACS), fruto do Tratado entre Brasil e Ucrânia. As equipes desses centros têm sido treinadas por meio da operação com foguetes de treinamento contratados na indústria nacional, garantindo, assim, a confiabilidade e segurança das operações de lançamento de foguetes.

Está em fase de conclusão o desenvolvimento do sistema de controle da Plataforma Multimissão, permitindo, ao Brasil o domínio de uma das tecnologias mais críticas e essenciais para o desenvolvimento de atividades espaciais de forma autônoma. Está em fase final de testes o satélite CBERS-3, que, quando lançado, permitirá uma melhor capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, monitoramento agrícola e vigilância das fronteiras e do território marítimo.

Pela primeira vez, foram lançados editais expressivos que proporcionaram apoio para capacitação de pesquisadores e técnicos do Programa Espacial Brasileiro. Ademais, foram criados cursos de formação em engenharia espacial no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na Universidade de Brasília (UnB). Por fim, a participação da indústria nacional nos programas de desenvolvimento de tecnologias e sistemas espaciais tem sido buscada constantemente nos programas de veículos lançadores e satélites, bem como a cooperação internacional.

**Indicador:** Grau de domínio tecnológico nacional na área espacial (GDTEC) - índice preliminar apurado para 2010 - 20,00%. Apesar de vários projetos terem avançado no exercício em análise, o índice apurado em 2010 se manteve igual ao do ano de 2009 e abaixo do previsto. Isso se deve ao fato de projetos que foram finalizados ou que estão em via de término ainda não terem sido "qualificados/testados", desta forma, permanecem no estágio "em desenvolvimento". O índice é apurado a partir de uma relação de produtos ou processos tecnológicos considerados críticos e estratégicos para o programa espacial. A cada uma dessas tecnologias é atribuído um peso, segundo o seu grau de interesse ou relevância, bem como valores relativos ao seu grau de desenvolvimento. O cálculo é feito a partir da média ponderada desses atributos.

**Programa Nacional de Atividades Nucleares**

As principais realizações do setor nuclear ao longo de 2010 possibilitaram a consolidação das bases tecnológicas e industriais necessárias à implementação do novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB). No segmento do ciclo do combustível, deu-se continuidade aos projetos para ampliação da produção de concentrado de urânio no país, visando o atendimento integral das demandas de Angra I, II e, futuramente, III. Também foi concluída a planta piloto de conversão, etapa da fabricação do elemento combustível ainda hoje realizada no exterior, e que possibilitará o desenvolvimento da planta industrial de conversão, a ser instalada até o ano de 2014, no complexo industrial de Resende, Rio de Janeiro. Encontra-se em andamento a complementação da planta de enriquecimento, tendo sido concluído o módulo I e iniciada a montagem do módulo II, dentre os 4 módulos previstos para implantação até 2015.

No segmento de aplicações da tecnologia nuclear deve-se destacar o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009 e encontra-se na fase de contratação dos serviços de engenharia para elaboração do projeto básico e, posteriormente, do projeto detalhado para implementação do empreendimento. Trata-se de uma nova instalação de pesquisa, desenvolvimento e produção, que possibilitará ao país a eliminação da dependência externa referente ao fornecimento

de radiofármacos para a área médica, além da prestação de serviços de irradiação e de testes de materiais necessários para o desenvolvimento de componentes para atendimento do setor nuclear.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no país. Em 2010 houve continuidade das ações para projetar e construir um repositório nacional de rejeitos, tendo sido realizadas prospecções de locais adequados para abrigar o repositório, além de missões técnicas ao exterior visando a cooperação técnica junto a outros países. Também em 2010, foi iniciado o projeto para mapeamento da cadeia de suprimento do setor nuclear brasileiro, cuja finalidade é identificar e implementar mecanismos para a mobilização da indústria nacional para atendimento das necessidades do PNB, possibilitando o aumento do conteúdo local nos empreendimentos do setor e, consequentemente, a geração de empregos e o desenvolvimento da industrial nacional.

**Indicador:** Taxa do ciclo combustível nuclear com processo de produção nuclear – Esse indicador passou de 60,8% apurado ao final de 2007, para 63,60% em 2010. Essa taxa é representada pela relação percentual entre a parcela em valor da participação nacional relativamente ao total despendido no ciclo de produção nuclear. O domínio industrial da tecnologia representa 100% da nacionalização associada a cada etapa do ciclo de produção. Note-se que em se mantendo a atual configuração de investimentos no ciclo do combustível nuclear, a Taxa do Ciclo do Combustível Nuclear atingirá no máximo 95%, pois ainda não há recursos voltados para a implantação da fábrica de conversão de urânio, ou seja, mantendo-se os atuais padrões de investimento, os 5% correspondentes a essa etapa do ciclo continuarão sendo executados no exterior. Esse indicador representa, portanto, uma medida da nacionalização na produção industrial do combustível nuclear. A autonomia nacional neste setor é de importância estratégica para o País.

**Programa C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais**

Os recursos deste programa cumprem o objetivo de ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando a inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, o Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), contratou por meio de edital, as seguintes redes de pesquisa: na Amazônia Ocidental, com oito projetos de pesquisa e seis instituições (Inpa, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); na Amazônia Oriental, com seis projetos e cinco instituições (MPEG, UFOPA, UEMA, UNEMAT e UFT); e no Semiárido, com oito projetos e quatro instituições (UEFS, UESC, UFS e UFRN). Os valores envolvidos, de R$ 9,5 milhões para o período de 2010-2011, têm como objetivo fortalecer o programa por meio de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira.

Em 2010, teve início o Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), visando contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da formação de recursos humanos, de forma a estimular e desenvolver a capacidade taxonômica instalada do país. O programa envolveu recursos no valor de R$ 12 milhões do CNPq e mais R$ 7 milhões da Capes, a serem distribuídos entre 103 projetos selecionados.

Foi aprovado o Projeto "Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade", orçado em US$ 28 milhões, com financiamento do Fundo para o Meio Ambiente Global (*Global Environmental Facility* – GEF) e do MCT.

Outro destaque foi o início do processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) e apresentação do Plano Científico para esse Instituto, além da manutenção da parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R$ 2,8 milhões.

O PACTI consolidou um aumento expressivo dos investimentos na Amazônia legal, especialmente, os destinados a bolsas e fomento para P,D&I, o que contribuiu substantivamente para o aumento de 257% no número de pesquisadores, de 366% no número de pesquisadores doutores e de 210% na quantidade de grupos de pesquisa, entre os anos de 2000 e 2008. Em 2010 foi divulgado resultado do Edital de implementação da Rede Bionorte, com 19 redes aprovadas com participação de grupos de pesquisa dos nove estados da Amazônia Legal, propondo reduzir assimetrias estaduais na região Norte. Os recursos são da ordem de R$ 19,3 milhões, sendo R$ 14,5 milhões do FNDCT e cerca de R$ 4,8 milhões resultantes das parcerias com as FAPs e Secretarias de Estado de C&T da região Norte.

Destaca-se, ainda, a contratação de seis projetos referentes ao Edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R$ 3,26 milhões. Houve continuidade do projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima, encomendado pela Finep no valor de R$ 4 milhões.

Cabe citar a Rede Especializada de Monitoramento de gases de efeito estufa na Amazônia, com recursos da Finep em parceria com o Ministério da Ciência e Educação da Alemanha (BMBF), no valor de R$ 21,6 milhões. No âmbito dessa Rede serão

implementadas nove novas estações de monitoramento, inclusive o Observatório da Torre Alta - torre com 300 metros de altura.

Em Ciência do Mar foi lançado o Edital MCT/CNPq/FNDCT nº 71/2010 – INCT em Ciências do Mar, no valor global de R$ 30 milhões. O foco é a Plataforma Continental Brasileira de Norte a Sul, em temas que abordem P,D&I de valorização dos recursos vivos; conhecimento dos fundos marinhos e grandes equipamentos e infraestrutura.

Cabe citar alguns marcos legais de 2010, tais como a Portaria Interministerial nº 218/2010, visando institucionalizar e regulamentar o emprego do navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul como embarcação de apoio a expedições científicas; a instituição de Comitê Científico por meio da Portaria MCT nº 610/2010 e um Comitê Gestor por meio da Portaria MCT nº 677/2010. Em 2010 cinco projetos foram aceitos para receber apoio do navio: 1. Atlantic Carbon Experiment (ACEx), 2. Camadas Finas Oceânicas ao largo do Nordeste do Brasil, 3. Dinâmica das frentes da Plataforma e Talude Superior no Sul e Sudeste do Brasil e sua influência nos fluxos de Carbono entre oceano e atmosfera, 4. Estudo da diversidade biológica associada à Elevação do Rio Grande, Atlântico Sul-Ocidental e 5. Oceano-Rio: levantamentos oceanográficos integrados ao largo do estado do Rio de Janeiro.

Destaca-se, ainda a aquisição do navio Aspirante Moura para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), da Marinha do Brasil, em Arraial do Cabo (RJ). Este navio será de uso compartilhado, tendo previsto o apoio à comunidade científica com 50 dias de mar e 7 pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior (IES) embarcados a cada cruzeiro marítimo, com a formalização de práticas de trabalho conjunto entre o MCT e o IEAPM, funcionando, então, como Laboratório Nacional Embarcado II.

A P,D&I em Aquicultura e Pesca tem se consolidado mediante lançamento de editais conjuntos de demanda induzida em temas estratégicos, priorizando a formação de redes multidisciplinares e multi-institucionais. Em 2010, contabilizou apoio financeiro da ordem de R$ 25 milhões, com lançamento de editais conjuntos MCT e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA): Edital MCT/CNPq/ CT-Agronegócio/ MPA Nº 25/2010 – Formação de Recursos Humanos em Pesca e Aquicultura e o Edital MCT/CNPq/CT-Hidro/MPA nº 018/2010, cujo objetivo é apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem ao ordenamento sustentável da aquicultura em águas sob o domínio da União.

As Ciências Antárticas avançaram com o lançamento do Edital Proantar 23/2009 - MCT/CNPq, com recursos da Frente Parlamentar de Apoio ao Proantar, no valor global de R$ 14 milhões de reais, tendo sido aprovadas 19 propostas. Destes projetos, 18 fazem cooperação com 6 países sul-americanos (Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Peru e Venezuela). 15 projetos têm cooperação com a Argentina (24 pesquisadores envolvidos); 10 com o Chile (22 pesquisadores envolvidos); 03 com o Equador (08 pesquisadores envolvidos); 02 com o Uruguai (01 pesquisador envolvido), 02 com o Peru (03 pesquisadores envolvidos) e 01 projeto com a Venezuela (02 pesquisadores envolvidos). Além destes, outros 13 países estão envolvidos na cooperação internacional com os projetos brasileiros na Antártica, resultado do Edital 23/2009, a saber: Estados Unidos (06 projetos), Reino Unido (04), Alemanha (04), Espanha (02), Portugal (01), Suécia (01), Rússia (01), França (01), Itália (01), Bélgica (01), Japão (02) e Nova Zelândia (02).

**Indicador:** Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Integrados - Quando o PPA 2008-2011 foi elaborado não havia nenhum Núcleo de Biogeoinformática Institucional Integrado. O ano de 2010 contou com três núcleos integrados.

**Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas**

Com relação às Mudanças Climáticas, destaca-se a atuação ativa da Delegação do governo brasileiro nas negociações sobre o futuro do regime internacional sobre mudança do clima. Essa atuação ocorreu nos dois trilhos de negociação, quais sejam: os compromissos de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I, no que se refere aos períodos subsequentes ao primeiro período de compromissos do Protocolo de Quioto (AWG-KP, na abreviação em inglês) e as Ações de Cooperação de Longo Prazo no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima (AWG-LCA, na abreviação em inglês). Além disso, a atuação brasileira também ocorreu no âmbito dos órgãos subsidiários tradicionais da Convenção (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA), na abreviação em inglês e Órgão Subsidiário de Implementação (SBI), na abreviação em inglês).

O Brasil desempenha papel de destaque no cenário nacional e internacional em relação à implementação da Convenção sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto. No âmbito da Convenção, o país trabalhou na elaboração de sua Segunda Comunicação Nacional submetida ao Secretariado da Convenção em 29 de novembro de 2010, com o envolvimento de 600 instituições e 1200 especialistas. Participou ativamente da COP 15, em Copenhaguen, Dinamarca e da COP 16, em Cancun, México.

No que diz respeito à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o Brasil tem se destacado como um dos países mais organizados e estruturados. Destaca-se a aprovação, até 30/11/2010, de 256 atividades de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto,

pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; até o dia 30/11/2010, o Brasil ocupava o terceiro lugar quanto ao número de projetos MDL em desenvolvimento, com 475 atividades de projeto no sistema do Mecanismo, o que representava cerca de 7% do total mundial de projetos e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de mais de 399 milhões de tCO2e. Entre os países com maiores reduções anuais de emissões de gases de efeito estufa, o Brasil também figura na terceira posição, com uma redução de 50,5 milhões de tCO2e/ano, o que é igual a 5% do total mundial.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo já constitui uma fonte de apoio importante para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, principalmente, no setor energético. Por exemplo, 50% dos projetos brasileiros estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 4.032 MW de potência instalada. Há outros exemplos não exaustivos: a redução de emissões alcançada pelos 25 projetos brasileiros do escopo de aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo correspondem a 47% das emissões nacionais de aterro sanitário em 1994. Da mesma maneira, apenas 5 projetos brasileiros de redução de N2O no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais deste setor.

Embora a elaboração do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa seja de grande complexidade, uma vez que depende de um conjunto de ações que envolvem atores diversos, em especial setores da indústria, ao final de 2010 já foram apresentados relatórios finais referentes aos trabalhos executados para os setores de energia, agricultura, indústria e uso de solventes, uso da terra, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos. Outro avanço foi a implantação da Rede Nacional de Inventário de Gases de Efeito Estufa do setor de resíduos e efluentes. Estes farão parte do relatório sobre as Circunstâncias Nacionais, que deve compor a parte 1, e da Descrição das Medidas Tomadas ou Previstas para Implementar a Convenção no Brasil, que deve compor a parte 3 da Segunda Comunicação Nacional brasileira.

No contexto do Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas cabe citar a Rede Clima, instituída pela Portaria MCT nº 728, de 03.12 2007, cuja missão é expandir a capacidade de P&D do Brasil em Mudanças Climáticas Globais, para identificar impactos e subsidiar políticas públicas de adaptação e mitigação, foi implantada a partir de 2009, com investimentos iniciais de R$ 10 milhões e foco na formação de 10 sub-redes temáticas: biodiversidade, recursos hídricos, agricultura, saúde, zonas costeiras, energias renováveis, cidades, economia, desenvolvimento regional e modelagem climática. Esta Rede envolve 136 grupos de pesquisa de 76 instituições de todo o país.

Para aprimorar a qualidade das previsões meteorológicas e o desenvolvimento de cenários climáticos futuros globais e regionais, foi inaugurado em dezembro de 2010 o novo supercomputador do Inpe. Batizado de Tupã, o supercomputador é um modelo XT6 da Cray capaz de realizar 258 trilhões de cálculos por segundo. Adquirido com recursos do MCT e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Tupã está entre os mais poderosos supercomputadores do mundo para previsão de tempo e estudos em mudanças climáticas. Entrará em plena operação no início de 2011 e permitirá ao Inpe gerar previsões de tempo mais confiáveis, com maior prazo de antecedência e de melhor qualidade, ampliando o nível de detalhamento para 5 km na América do Sul e 20 km para todo o globo. Será possível prever ainda eventos extremos com boa confiabilidade, como chuvas intensas, secas, geadas, ondas de calor, entre outros. As previsões ambientais e de qualidade do ar também serão beneficiadas, gerando prognósticos de maior resolução, de 15 quilômetros, com até seis dias de antecedência.

**Indicador**: Taxa de acerto da previsão numérica de Tempo sobre o Brasil – Esse indicador que vinha se mantendo constante de 2006 a 2009 com índice de 89%, em 2010 alcançou 92% de acerto sobre o Brasil para 72 horas do modelo Global, visto o aumento da capacidade computacional e reforço da infraestrutura. Com a diminuição de horas, o índice tende a aumentar ainda mais.

**Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

O MCT tem investido em um conjunto substantivo de ações para a área social, uma das vertentes mais importantes das atuais políticas do Governo Federal. Sob esse aspecto, o Plano de Ação 2007-2010 do MCT definiu a C,T&I para o Desenvolvimento Social como um dos eixos prioritários de ação. Desse modo, o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social cumpre o papel da promoção da popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social.

**Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social**

Em outubro de 2010, foi realizada a 7ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que promoveu, em todo o país, cerca de 14.000 atividades em 450 municípios, envolvendo 721 instituições de ensino e pesquisa e entidades diversas.

A SNCT 2010 teve por tema principal “Ciência para o Desenvolvimento Sustentável”, consolidando-se como um acontecimento importante na agenda da sociedade brasileira, na condição de maior evento de popularização da ciência do país.

Também realizada, em 2010, a 6ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), que bateu recorde de alunos e escolas participantes: foram 19,7 milhões de estudantes, em 45 mil escolas distribuídas por mais 99% dos municípios brasileiros.

Foram concedidas três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2010 e prêmios foram direcionados também às escolas e aos municípios nos quais os alunos se destacaram; professores receberam cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Foi dada continuidade ao programa de iniciação científica e mestrado, iniciado em 2009, para os alunos universitários medalhistas da Obmep, com bolsas do CNPq e da Capes.

Por meio de edital, o CNPq/MCT e o MEC apoiaram também olimpíadas em outras áreas da ciência, como física, astronomia e química, envolvendo mais de um milhão e quinhentos mil estudantes.

O MCT liberou, ainda, R$ 4 milhões para atividades comemorativas do Ano Internacional da Química 2011, apoiando projetos especiais e um Edital (que subsidiará 45 projetos).

O Portal do Professor, também merece destaque. A parceria entre MEC e MCT proporciona apoio aos professores da educação básica com recursos educacionais multimídia, que atingiu, em 2010, R$ 4,6 milhões de acessos (quatro vezes mais que em 2009).

Com o intuito de promover a popularização da ciência, o MCT tem um programa de apoio a centros e museus de C&T. Em 2010 foram apoiados projetos para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes em instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências.

Destaca-se o apoio a sete projetos de Ciência Móvel (veículos de ciência itinerante) para as Unidades de Pesquisa do MCT. Com recursos provenientes de emenda parlamentar, foi apoiado o Parque Científico e Cultural de Jequiá, no Recife (Pátio de Exposições de Astronomia), no valor de R$ 25,7 milhões.

Com relação às tecnologias para o desenvolvimento social, o MCT totalizou 471 projetos de apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), entre 2003 e 2010.

Os CVTs são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação visando à melhoria dos processos produtivos locais.

Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metal-mecânico, tecnologia da informação, entre outros. Os recursos investidos nos últimos seis anos na implementação e modernização de CVTs por todo o país foram de R$ 284,9 milhões.

O Governo também incrementou o desenvolvimento regional e local ao apoiar iniciativas de inovação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Parcerias entre institutos de pesquisa e desenvolvimento, universidades e produtores promoveram 196 projetos entre 2003 e 2010, sendo 17 apoiados em 2010. Na região de Franca/SP, por exemplo, foram beneficiados os APLs de couro, calçados, confecções e alimentos. Em Limoeiro do Norte/CE, a parceria do APL metalmecânico com o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Ceará contribuiu para consolidar e expandir a industrialização da região.

No âmbito da Inclusão Digital, o Governo apoiou de 2004 a 2010, 1.773 projetos, sendo 313 projetos em 2010, com a instalação e manutenção de equipamentos, colocando em funcionamento, em todas as regiões do país, Telecentros, Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social (CATIS), Cidade Digital e Casa Brasil.

**Indicador:** Número de municípios participantes da Semana Nacional de C&T - Em 2010, a Semana Nacional com o tema "Ciência para o Desenvolvimento Sustentável", teve a participação de 450 municípios, um pouco abaixo do número alcançado em 2009 que foi de 472 municípios. Apesar dessa queda, a Semana de 2010 foi mais intensa em atividades do que as anteriores (exibição de filmes, palestras, exposições, excursões científicas e ações que integram ciência, cultura e arte).

### 5.1.5 - Função Cultura

**Execução Orçamentária**

Em 2010, o Poder Executivo manteve sua estratégia de atuação iniciada em 2003, de ampliar o acesso público aos benefícios da Cultura como forma de reduzir a desigualdade social decorrente da má distribuição das riquezas do país. No referido exercício, a função Cultura obteve liquidação de despesas da ordem de R$ 1,17 bilhões, sendo R$ 876 milhões provenientes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social de 2010, e R$ 295 milhões referentes à liquidação de despesas provenientes de Restos a Pagar não-processados de exercícios anteriores. Ao todo, ações de 16 programas (incluído o Apoio Administrativo) foram executadas por meio dos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça. É importante registrar que nesses montantes são considerados todos os tipos de despesas, inclusive as de pessoal e financeiras.

Nesse contexto, no âmbito do Sistema MinC foram executadas ações de 15 programas gerenciados pelo próprio Sistema, sendo 1 de Gestão da Política de Cultura, 1 de Apoio Administrativo, 10 programas finalísticos gerenciados pelo próprio Sistema e 3 outros gerenciados pelos seguintes Ministérios: das Cidades, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente. No Ministério da Integração Nacional a referida função foi desempenhada por intermédio da ação Funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido, do Programa Brasil Patrimônio Cultural e no Ministério da Justiça, pela ação Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas, do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

O quadro a seguir apresenta os valores liquidados na função Cultura nos últimos 5 anos. Destaca-se que o volume de recursos orçamentários liquidados (incluído Restos a Pagar Não-Processados) aumentou cerca de 118%, em termos nominais, no período 2006-2010.

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO CULTURA 2006-2010**

| FUNÇÃO CULTURA | LIQUIDADO (R$ MILHÕES) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| OFSS ( * ) | 537 | 567 | 787 | 983 | 1.171 | 4.045 |
| OI | | | | | | |
| GASTO TRIBUTÁRIO - MINC (**) | 853 | 988 | 959 | 977 | 1.084 | 4.861 |
| GASTO TRIBUTÁRIO - ANCINE (***) | 171,9 | 153,7 | 151,4 | 102,2 | 141,8 | 721 |
| **TOTAL** | **1.561,9** | **1.708,7** | **1.897,4** | **2.062,2** | **2.396,8** | **9.627** |

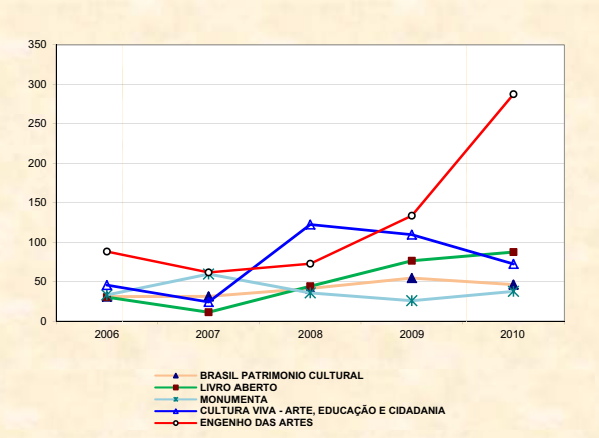
(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano. Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011.
(**) Fonte: Salicweb – consulta em 25/01/2011.
(***): Fonte: Salic - Ancine.
Dados de 2006 foram consolidados pela base Salic congelada em 03/01/2011, primeiro dia útil após 31/12/2010; dados de 2007 e 2008 consolidados em 15/02/2009; dados de 2009 foram consolidados pela base Salic congelada em 08/01/2010, data mais próxima a 31/12/2009, uma vez que os demais arquivos de backup estavam corrompidos; dados de 2010 foram consolidados pela base Salic congelada em 03/01/2011, primeiro dia útil após 31/12/2010.

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também os provenientes de incentivo fiscal, por meio de mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23/12/91, conhecida como Lei Rouanet, na Lei nº 8.685, de 20/07/93 - Lei do Audiovisual - e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais. Estes recursos estão agregados no item Gasto Tributário, constante do quadro acima, visto que, no caso do Ministério da Cultura, os recursos de incentivo fiscal são os únicos que se enquadram na citada categoria.

Por oportuno, convém salientar, que dado o funcionamento dos mecanismos de incentivo fiscal previstos na legislação acima mencionada, os valores informados representam, em última instância, expectativa de incentivo fiscal. Ou seja, somente após as declarações anuais de rendimentos efetuadas por patrocinadores de projetos culturais, pessoas físicas e jurídicas, junto à Secretaria da Receita do Brasil, é que tais valores constituirão, de fato, incentivos fiscais. Importante por fim informar, que os valores constantes do item supramencionado referem-se ao saldo no último dia do mês de valores captados pelos proponentes dos projetos culturais patrocinados e dado que a contabilização desses valores é efetuada em regime de competência, poderá este saldo variar no tempo, pela existência de uma lacuna temporal entre o recebimento dos recursos pelo proponente e a informação ao MinC para efetivo registro em seus sistemas de controle. Esta situação entretanto, é transitória, visto que se encontra em fase de testes uma nova sistemática que em breve permitirá a eliminação dessa lacuna. Os valores do quadro acima não foram totalizados porque constituem informações de naturezas diferentes. Enquanto o item "Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS" se refere aos valores efetivamente liquidados, aqueles referentes ao gasto tributário representam expectativas de incentivos fiscais. O gráfico seguinte apresenta, para o período em análise, a evolução dos valores liquidados dos

programas Engenho das Artes, Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, Monumenta, Livro Aberto e Brasil Patrimônio Cultural, todos gerenciados pelo Sistema MinC e considerados estruturantes do setor. Observa-se que, em 2010, a execução (valores liquidados) do programa Engenho das Artes teve uma variação positiva de 115% quando comparada à execução de 2009, em função das novas prioridades de investimentos nas artes e cultura traçadas pelo Ministério.

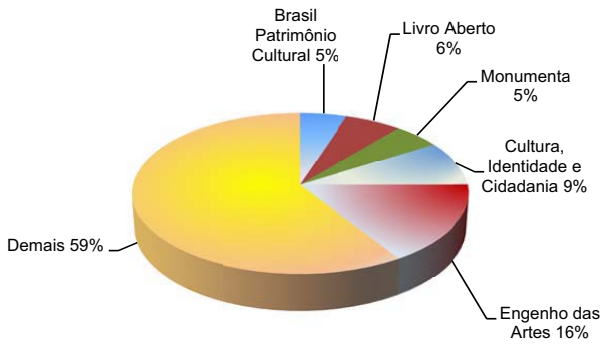
**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO CULTURA – PERÍODO DE 2006 A 2010**
**(em R$ milhões)**




Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011
Obs: Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos valores liquidados acumulados (referentes ao orçamento do próprio exercício e restos a pagar liquidados no decorrer de cada ano) no período 2006-2010, na função Cultura, considerando as realizações nas ações constantes em 15 programas. Observa-se que os programas considerados estruturantes do setor Cultura foram responsáveis por 41% dos valores liquidados, ficando os demais programas e ações com 59%, sendo que nestes estão incluídas as despesas do programa de Apoio Administrativo e as de programas de outros ministérios.

**VALORES LIQUIDADOS ACUMULADOS NA FUNÇÃO CULTURA**
**PERÍODO 2006-2010**




Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011.

Em relação à execução por subfunção, são apresentadas aqui duas abordagens analíticas. A primeira, constante do quadro **VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2006-2010**, considera a execução de todas as subfunções vinculadas à função Cultura, tanto as típicas (391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e 392 – Difusão Cultural) como as demais. Nesse contexto, verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 53% do total liquidado (R$ 2,23 bilhões, de um total de R$ 4,2 bilhões), com destaque para a Difusão Cultural, cuja execução representa 40% de toda a função Cultura no período 2006-2010.

**VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2006-2010**

R$ milhões

| SUBFUNÇÕES | 2006 | | | 2007 | | | 2008 | | | 2009 | | | 2010 | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | OFSS | RAP | Total | OFSS | RAP | Total | OFSS | RAP | Total | OFSS | RAP | Total | OFSS | RAP | Total | |
| **Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico** | 49,40 | 28,09 | 77,49 | 53,92 | 54,02 | 107,95 | 49,86 | 53,06 | 102,92 | 42,30 | 58,74 | 101,03 | 62,28 | 56,98 | 119,26 | 508,65 |
| **Difusão Cultural** | 120,86 | 81,16 | 202,01 | 77,13 | 57,01 | 134,14 | 127,36 | 160,99 | 288,35 | 195,94 | 185,28 | 381,22 | 373,25 | 197,43 | 570,68 | 1.576,40 |
| **Demais** | 249,24 | 9,14 | 258,38 | 311,95 | 13,08 | 325,02 | 370,58 | 24,48 | 395,06 | 459,89 | 40,61 | 500,51 | 440,78 | 40,28 | 481,06 | 1.960,03 |
| **Total** | **419,49** | **118,38** | **537,87** | **443,00** | **124,11** | **567,11** | **547,81** | **238,52** | **786,33** | **698,13** | **284,63** | **982,76** | **876,32** | **294,69** | **1.171,01** | **4.045,08** |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011

A segunda abordagem, conforme o quadro **VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2010**, considera a liquidação da despesa em 2010 nas subfunções típicas e demais, vinculadas à função Cultura**,** bem como a execução das subfunções típicas vinculadas a outras funções de governo. Com relação às subfunções típicas, o MinC destaca-se na execução de sua quase totalidade (99,6%). No somatório da execução total, ou seja, considerando todas as funções, as duas subfunções típicas representam 58,9% do total liquidado.

**VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2010**

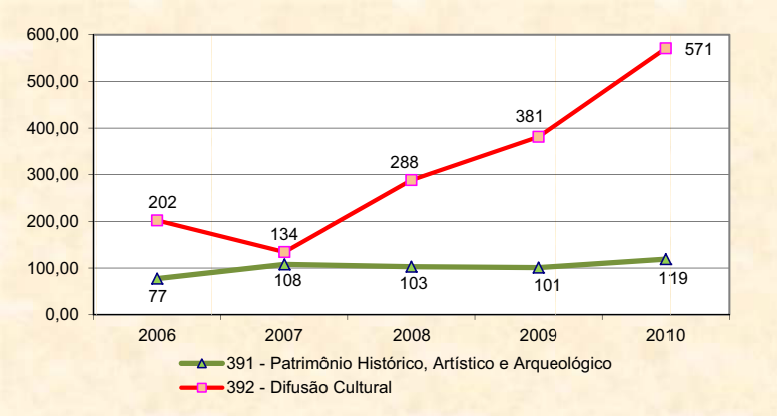
R$ milhões

| Subfunção | Execução da Função Cultura por Subfunção no MinC (A) | | Execução das Subfunções Típicas da Função Cultura em Outras Funções - *outros órgãos* (B) | | Total da Execução das Subfunções da Função Cultura (A + B) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidado (LOA + RAP não processados de Exercícios Anteriores) | % | Liquidado (LOA + RAP não processados de Exercícios Anteriores) | % | Liquidado (LOA + RAP não processados de Exercícios Anteriores) | % |
| **Subfunções Típicas de Cultura** | | | | | | |
| **Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico** | R$ 116,87 | 10,0% | R$ 2,39 | 95,5% | R$ 119,26 | 10,2% |
| **Difusão Cultural** | R$ 570,57 | 48,8% | R$ 0,11 | 4,5% | R$ 570,68 | 48,7% |
| **Outras Subfunções** | R$ 481,06 | 41,2% | | | R$ 481,06 | 41,1% |
| **Total** | R$ 1.168,51 | **100%** | R$ 2,50 | **100%** | R$ 1.171,01 | **100%** |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011.
Obs: Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer do referido ano.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de valores liquidados nas subfunções típicas da Cultura nos últimos cinco anos, com valores históricos (portanto, sem correção monetária). Observa-se que, enquanto a subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico manteve-se estável a partir de 2007, a subfunção Difusão Cultural obteve expressivo incremento de valores liquidados, a partir desse mesmo período, alcançando em 2010 a marca de R$ 570 milhões, resultado 97% superior ao obtido em 2006. Isto pode ser explicado pela estratégia adotada pelo Governo Federal no sentido de ampliar o acesso da população, principalmente a de baixa renda, aos benefícios da cultura.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LIQUIDAÇÃO)**
**NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS / PERÍODO 2006-2010**
**(valores em R$ milhões)**




Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2011.
Obs: Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

**Programas Estruturantes**

Os investimentos governamentais do Setor Cultura foram executados por intermédio de um conjunto de ações constantes de 16 programas executado pelos órgãos do Sistema MinC, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Justiça. Com relação aos programas finalísticos gerenciados pelo Sistema MinC, todos são considerados estruturantes e abrangem ações direcionadas, conceitualmente, para a preservação da memória e do patrimônio cultural, o fomento a projetos artísticos e culturais, a difusão cultural e a fiscalização e regulação do mercado. Essas ações são voltadas a investimentos específicos em projetos para determinadas áreas culturais, com impactos em diversos segmentos, tais como: patrimônio histórico e cultural (material, imaterial, museológico); humanidades (bibliotecas, livros, literatura); artes cênicas (teatro, dança, circo); artes visuais (artes plásticas, fotografia); música (erudita, instrumental, popular); audiovisual (produção cinematográfica, televisiva); e diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais, festas populares), dentre outros.

A Lei Orçamentária de 2010 contemplou a função "Cultura" por intermédio dos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça. Ocorreram ações transversais nessa função, como no Ministério da Integração Nacional, executada por intermédio do programa Brasil Patrimônio Cultural, de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, entidade vinculada ao MinC, e no Ministério da Justiça, do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

É importante salientar que, com relação à execução orçamentária e financeira, para melhor traduzir as realizações do Sistema MinC são tratados neste relatório os valores referentes às despesas contempladas pelo Decreto nº 7.094, de 03/02/10, e alterações posteriores, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2010 do Poder Executivo Federal. O conceito de "investimentos" adotado neste relatório se refere às despesas finalísticas dos órgãos e foram excluídas desse cálculo, portanto, as despesas com pessoal e encargos sociais, sentenças judiciais, serviço da dívida e despesas financeiras. A adoção dessa metodologia tem como finalidade apresentar a real capacidade de execução de ações em políticas públicas de artes e cultura do Ministério, uma vez que parcela dos recursos finalísticos foi contingenciada pelo referido Decreto.

O próximo quadro apresenta a execução orçamentária dos programas associados à função "Cultura" em 2010. De forma geral, pode-se afirmar que a execução orçamentária da função Cultura alcançou um desempenho bastante satisfatório no ano. No Sistema MinC, a média de execução foi de 95,2%, quando comparada ao limite de empenho, e de 57,6 % em relação à dotação autorizada. No que tange à liquidação, houve 57,3% de execução em relação ao total empenhado. Observa-se também um volume expressivo de liquidação proveniente de Restos a Pagar Não-Processados, reflexo da atuação de acordo com o art. 5º da Lei 8.666, de 21/06/1993, que visa cumprir a estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades das obrigações contratadas. Nos demais ministérios o percentual de execução atingiu 92,2% da dotação autorizada.

É importante esclarecer que os Programas Brasil, Som e Imagem e Cultura Afro-Brasileira incluem as despesas administrativas e as relativas aos benefícios do servidor público das unidades orçamentárias Agência Nacional do Cinema – Ancine e Fundação Cultural Palmares - FCP. Dessa forma, visando evitar uma análise equivocada desses programas tanto em relação ao montante das despesas finalísticas quanto em relação ao nível da execução orçamentária, o quadro supracitado detalhou, para estes programas, as respectivas despesas de manutenção dos órgãos e as finalísticas da Cultura.

Ainda em relação ao programa Brasil, Som e Imagem, deve-se ressaltar que R$ 59,7 milhões, ou cerca de 23,6% de sua dotação na Lei Orçamentária de 2010 (posição "Lei + Créditos"), destina-se ao Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, que compõe o Fundo Nacional da Cultura - FNC. Entretanto, R$ 54 milhões, referente à ação "Estímulo ao Setor Audiovisual, mediante Participação em Empresas e Projetos (006A)", não foram considerados no quadro seguinte, por tratar-se de despesas financeiras.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS**

| Código | Programa | Órgãos do Sistema MinC | | | | | | | Demais Ministérios | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Dotação Autorizada (A) | Limite Empenho (B) | Empenho (C) | % (C/B) | Despesas Liquidadas (D) | A Pagar Não Processados Liquidados (E) | Total Liquidado (D+E) | Dotação Autorizada (F) | Empenho (G) | % (G/F) |
| 0150 | Proteção e Promoção dos Povos Indígenas | | | | | | | | 3.000.000 | 2.829.143 | 94,3 |
| 0167 | Brasil Patrimônio Cultural | 87.019.853 | 39.277.865 | 38.154.207 | 97,1 | 18.391.355 | 27.752.118 | 46.143.473 | 229.160 | 149.440 | 65,2 |
| 0168 | Livro Aberto | 212.260.720 | 60.263.447 | 55.466.918 | 92,0 | 32.505.620 | 55.001.920 | 87.507.540 | | | |
| 0169 | Brasil, Som e Imagem | 253.263.416 | 158.543.964 | 153.790.177 | 97,0 | 108.615.541 | 20.873.724 | 129.489.264 | | | |
| | . Despesas de Manutenção | | | 25.795.825 | | 20.026.657 | 4.155.842 | 24.182.499 | | | |
| | . Despesas Finalísticas | | | 127.994.352 | | 88.588.884 | 16.717.881 | 105.306.765 | | | |
| 0171 | Museu Memória e Cidadania | 53.648.800 | 37.698.437 | 36.079.388 | 95,7 | 30.877.772 | 10.840.159 | 41.717.931 | | | |
| 0172 | Cultura Afro-Brasileira | 15.018.208 | 10.081.740 | 9.502.637 | 94,3 | 7.364.564 | 4.184.603 | 11.549.168 | | | |
| | . Despesas de Manutenção | | | 4.823.291 | | 3.032.300 | 575.147 | 3.607.446 | | | |
| | . Despesas Finalísticas | | | 4.679.346 | | 4.332.265 | 3.609.457 | 7.941.721 | | | |
| 0461 | Promoção da Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 4.200.000 | 4.091.588 | 3.800.000 | 92,9 | 3.800.000 | 509.550 | 4.309.550 | | | |
| 0173 | Gestão da Política de Cultura | 91.867.295 | 56.827.010 | 52.005.023 | 91,5 | 38.578.411 | 16.617.363 | 55.195.774 | | | |
| 0750 | Apoio Administrativo | 146.358.277 | 142.608.679 | 133.859.743 | 93,9 | 103.632.858 | 12.389.476 | 116.022.334 | | | |
| 0813 | Monumenta | 143.290.000 | 74.533.842 | 72.384.370 | 97,1 | 16.281.498 | 21.325.128 | 37.606.626 | | | |
| 1137 | Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais | 100.000 | 90.000 | | 0,0 | | 120.233 | 120.233 | | | |
| 1141 | Cultura Viva- Arte, Educação e Cidadania | 205.267.705 | 119.015.442 | 107.876.528 | 90,6 | 34.451.661 | 37.858.028 | 72.309.689 | | | |
| 1142 | Engenho das Artes | 609.552.011 | 398.498.653 | 386.035.528 | 96,9 | 208.247.737 | 79.365.515 | 287.613.252 | | | |
| 1305 | Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental | 213.534 | 107.143 | 102.000 | 95,2 | | 270.000 | 270.000 | | | |
| 1355 | Identidade e Diversidade Cultural | 11.788.720 | 7.996.881 | 7.708.247 | 96,4 | 3.371.490 | 4.443.747 | 7.815.237 | | | |
| 1391 | Desenvolvimento da Economia da Cultura - Prodec | 10.000.810 | 6.105.309 | 5.421.946 | 88,8 | 2.969.105 | 2.078.271 | 5.047.376 | | | |
| **Total** | | **1.843.849.349** | **1.115.740.000** | **1.062.186.711** | **95,2** | **609.087.611** | **293.629.836** | **902.717.448** | **3.229.160** | **2.978.583** | **92,2** |

Fonte: Siafi Gerencial - Data-Base: 12/01/2011.

Para efeito do presente relatório foram selecionados cinco, entre os dez programas estruturantes para o setor "Cultura": Brasil Patrimônio Cultural, Livro Aberto, Monumenta, Engenho das Artes, Cultura Viva – Arte e Educação e Cidadania.

As ações do programa Brasil Patrimônio Cultural são extensivas a todo o território nacional, abrangendo as diversas dimensões da preservação do patrimônio cultural, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial. A atuação governamental por meio desse programa reveste-se de grande importância, tendo em vista que o Brasil é um país de riquíssimo patrimônio cultural, marcado pela diversidade, expressividade e abrangência. Esses bens são materiais e imateriais, encontrados nos mais longínquos recantos geográficos do território nacional e em comunidades diversas, abrangendo todas as categorias sociais. Contudo, esse patrimônio requer a implementação de políticas de investimentos e medidas de gestão voltadas ao seu inventário, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de ofertas turísticas, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população para sua fruição.

Em 2010, para o referido programa, foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 87 milhões e limite de empenho de R$ 39,2 milhões, dos quais foram empenhados 97% e liquidados 48,2%. Ainda foram liquidados R$ 27,7 milhões de restos a pagar não-processados, resultando num valor total liquidado de R$ 46,1 milhões. A sua principal ação, que concentrou o maior montante de recursos, é a de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, com R$ 8,29 milhões liquidados.

No que concerne, ainda, ao patrimônio material ressalta-se o Monumenta, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro. Esse programa traz um conceito inovador que conjuga recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento social, tendo como objetivos conservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população sobre a importância desse patrimônio e estimular sua utilização econômica, cultural e social das áreas recuperadas.

De um total de recursos orçamentários autorizados de R$ 143,29 milhões, ao programa Monumenta concedeu-se um limite para empenho de R$ 74,5 milhões, dos quais foram empenhados 97,1% e liquidados 22,49 %. Ainda foram liquidados R$ 21,3 milhões de restos a pagar não-processados, resultando num total de R$ 37,6 milhões liquidados. Os níveis de liquidação e pagamento são baixos devido à natureza dos serviços contratados e ao tempo necessário para execução dos projetos, que geralmente ultrapassa o ano fiscal, constituindo uma situação real onde os eventos da dinâmica orçamentária e da execução física são bastante dispersos no tempo.

Outro aspecto relevante sobre o programa Monumenta são as ações integrantes do "PAC das Cidades Históricas", iniciativa intergovernamental articulada com a sociedade, com obras de requalificação urbanística, infra-estrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, recuperação e uso de monumentos, fomento a atividades produtivas tradicionais e promoções do patrimônio cultural. O "PAC das Cidades Históricas" envolve ações na esfera de atuação de vários órgãos federais, como os Ministérios da Cultura, do Turismo e da Educação, bancos federais e empresas estatais. Os investimentos aprovados para ações em todos os estados da federação e em 166 municípios chegam a R$ 164 milhões, sendo que foram efetivamente liberados em 2010, R$ 69,2 milhões para 24 estados e 76 municípios. Para 2011 e 2012, a previsão de investimentos é de R$ 250 milhões anuais.

O programa Engenho das Artes tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no país, mais notadamente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e circo. A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas. Entende-se que o crescimento do acesso popular às artes e cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Mediante as ações desse programa, os segmentos de artes integradas, audiovisual, artes visuais não-cinematográficas e música foram beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R$ 609,5 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R$ 398,4 milhões, dos quais 96,9% foram empenhados e em torno de 53,9% liquidados. Ainda foram liquidados R$ 79,3 milhões de restos a pagar não-processados, resultando num total de R$ 287,6 milhões liquidados. Tais recursos se destinaram a diversas iniciativas, dentre as quais ressaltam-se: apoio a 274 projetos de artes cênicas, como montagem e circulação de espetáculos, abrangendo todas as regiões do País, concessão de incentivos à execução de 36 projetos de artes visuais, visando a difundir a reflexão e a produção artística no campo da fotografia, e premiação de 24 projetos de criação musical clássica e popular que resultaram na realização de diversos espetáculos em todo o território nacional.

Outro programa importante para o desenvolvimento cultural do país é o Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, cuja principal ação se concentra no apoio a Pontos de Cultura, um conceito que envolve o reconhecimento governamental de comunidades carentes que já desenvolvem atividades culturais. Os Pontos de Cultura são hoje considerados componentes-chave no eixo integrador de todas as demais ações do Governo Federal nas artes e na cultura e são distribuídos, geograficamente, em todas as regiões do país. As comunidades reconhecidas como Pontos de Cultura podem ser associações de moradores, quilombolas, organizações não-governamentais, escolas de samba, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais, etc, tendo como características o protagonismo cultural, o trabalho compartilhado e a autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Em suma, são entidades culturais da sociedade civil que recebem apoio para desenvolver projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura entre as populações excluídas.

Atualmente, os Pontos de Cultura são concebidos como uma rede de criação e gestão cultural, de modo a dar vazão às iniciativas e vontades criadoras, tornando-se uma alavanca para um novo processo de evolução social e cultural. Até 2010, o Governo Federal contribuiu para o apoio a projetos e o funcionamento de 3.109 Pontos de Cultura em todo o território nacional, mediante o conjunto de ações do programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, que atenderam aos segmentos de artes integradas, audiovisual e patrimônio cultural, dentre outros, beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R$ 205,2 milhões. O limite para empenho autorizado somou R$ 119 milhões, dos quais foram empenhados 90,6 % e liquidados 31,9% . Ainda foram liquidados R$ 37,8 milhões de restos a pagar não-processados, resultando num total liquidado de R$ 72,3 milhões. A estratégia de execução das ações do programa tem se concentrado, atualmente, em parcerias com as demais esferas de governo, principalmente com os estados, que estão adotando o conceito de Redes de Pontos de Cultura, algo reconhecido como o caminho evolutivo natural do conceito original de Ponto de Cultura.

Outro programa estruturante para as políticas de desenvolvimento cultural no país é o Livro Aberto, que objetiva valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro. Em 2010, para o referido programa foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 212,2 milhões, com limite de empenho de R$ 60,2 milhões, dos quais foram empenhados 92% e liquidados 58,6%. Ainda foram liquidados R$ 55 milhões de restos a pagar não-processados, resultando num total liquidado de R$ 87,5 milhões. Dentre as iniciativas relevantes do referido programa, destacam-se os investimentos na instalação e modernização de bibliotecas públicas que estão sendo realizados pelo Governo Federal em todo o país, com o objetivo de formar leitores e difundir informação e conhecimento na sociedade de um modo geral. Cabe ressaltar o processo logístico complexo de aquisição de kits de livros para posterior distribuição em todo o território nacional, bem como a execução de obras de modernização de bibliotecas já existentes. Devido à longa duração de tais procedimentos, muitas vezes os cronogramas físico/financeiros ultrapassam o exercício fiscal.

Em 2010, foi alcançada a meta estipulada para o programa. No caso, dotar com pelo menos uma biblioteca pública todos os municípios da federação, identificados pelo Censo Nacional de Bibliotecas Públicas realizado pelo MinC/FGV, que mapeou os municípios que ainda não dispunham desse equipamento cultural, bem como a situação de funcionamento das bibliotecas existentes. Após o atingimento da meta, pretende-se, atualmente, dar continuidade à iniciativa, com a aquisição de kits e instalação de novas bibliotecas. O programa deverá se estender, nos próximos anos, também para distritos de municípios com comunidades carentes desse indispensável equipamento cultural, além de distritos em zonas rurais e centros urbanos com grande densidade populacional.

O quadro seguinte apresenta o desempenho de diversos indicadores associados ao desempenho de programas do MinC para o período 2008-2010, além de alguns valores estimados desses indicadores para o ano de 2011, último ano do PPA ora em execução. Como é possível observar, a maioria dos indicadores apresentam tendência de crescimento consistente ao longo do período, o que demonstra o esforço desenvolvido pelo MinC nesse período visando a organização e o desenvolvimento sustentável dos diversos segmentos culturais, atentando sempre para os aspectos da preservação da identidade e da diversidade de nossa cultura, além da preocupação com a redução das desigualdades culturais regionais e o apoio à geração de renda e emprego. Cabe, entretanto, esclarecer que alguns desses indicadores estão em fase de modificação e adaptação visando o próximo PPA.

Assim, utilizando-se a conhecida Metodologia do Marco Lógico desenvolvida pelo *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Econômica e Social* – ILPES, conforme a metodologia de elaboração de programas adotada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão sendo desenvolvidos no MinC estudos para o estabelecimento de novos indicadores de desempenho dos programas da cultura para composição do Projeto-de-Lei do PPA do período 2012-2015. Esse conjunto de novos indicadores juntamente com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, criado pela Lei Nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, constituirão poderosos instrumentos de gestão e de

transparência, possibilitando não só que agentes culturais disponham de conjunto de dados necessários ao aprimoramento de suas atividades, mas também representarão importante meio de controle social das políticas públicas na área de cultura, além, é claro, de fundamentais guias para a gestão interna e estratégica do MinC.

**DESEMPENHO DOS INDICADORES DE PROGRAMAS DO MINC NO PERÍODO 2008-2011***

| PROGRAMA | INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL | Índice de preservação de acervos bibliográficos e documentais da Biblioteca Nacional | % | 112,41% | 111,00% | 77,78% | 100,00% |
| | Índice de desempenho de ações de fomento | % | 38,00% | 54,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Índice de desempenho de ações de fiscalização | % | 108,00% | 90,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Índice de desempenho de ações de identificação | % | 73,00% | 127,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Índice de desempenho de ações de acautelamento | % | 39,00% | 98,00% | 100,00% | 100,00% |
| LIVRO ABERTO | Indicador de desenvolvimento do fomento à pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional | % | 166,67% | 83,33% | 94,44% | 194,44% |
| | Indicador de captação de acervos bibliográficos e documentais na Biblioteca Nacional | % | 100,97% | 101,89% | 105,56% | 100,00% |
| | Indicador da dinâmica de capacitação de recursos humanos na área do livro e da leitura | % | 183,98% | 111,47% | 118,06% | 108,23% |
| ENGENHO DAS ARTES | Número de espetáculos apoiados por região | Un. | 78 | 91 | 140 | |
| | Número médio de expectadores em espetáculos promovidos pela FUNARTE | Un. | 2555 | 2750 | 3000 | |
| CULTURA AFRO-BRASILEIRA | Número de comunidades quilombolas certificadas | Un. | 127 | 133 | 166 | |
| BRASIL SOM E IMAGEM | Participação da produção nacional no mercado cinematográfico no Brasil | % | 10,16 | 14,28 | 11,2 | 11,76 |
| CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA | Índice de acesso à cultura via pontos de cultura | % | 0,46 | 0,53 | 0,73 | 0,92 |
| IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL | Número de projetos de diversidade cultural apoiados | % | 380 | 331 | 927 | 400 |
| DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA | Volume de negócios produzido pelas empresas apoiadas | Reais | 6.500.000,00 | 1.561.000,00 | 2.135.000,00 | 25.000.000,00 |

Fonte: Sistema MinC

* OBS: O valor dos indicadores para os anos de 2010 e 2011 constituem previsões.

**5.1.6 - Função Defesa**

**Análise dos resultados da atuação governamental na Função Defesa**

O Ministério da Defesa (MD), órgão executor da direção superior das Forças Armadas, constituídas pelo Comando da Marinha, Comando do Exército e Comando da Aeronáutica, tem como missão principal a preparação e a execução da Política de Defesa Nacional. Assim sendo, detém sob sua responsabilidade a preparação das operações militares combinadas, o orçamento de defesa, a política e estratégia militares, a logística militar, a mobilização nacional, o serviço militar e o desenvolvimento científico e tecnológico da área de defesa, dentre outros não relacionados diretamente com sua missão principal.

Do ponto de vista da classificação orçamentária, o MD é o responsável pela execução da Função *Defesa Nacional*, nela compreendidas todas as ações relacionadas à Estratégia Nacional de Defesa, Defesa Terrestre, Defesa Naval, Defesa Aérea, Ciência, Tecnologia e Inovação, Ação Combinada ou Conjunta das Forças Armadas, Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, Desenvolvimento da Aviação Civil e Ações de Apoio à Sociedade Civil, comentadas a seguir.

**A Estratégia Nacional de Defesa**

Para direcionar a atuação do governo na questão da soberania nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, foi pautada em ações estratégicas de médio e longo prazo. A END tem como objetivo a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Em 2010, deu-se início à efetiva implantação das ações decorrentes da END. Na oportunidade, foram apresentadas diversas propostas de mudança da legislação pertinente ao tema Defesa Nacional, envolvendo, dentre outras matérias: Projeto de Lei que define a articulação e o equipamento das Forças; a atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional; Projeto de Lei da Nova Estrutura Militar de Defesa e Decreto de reorganização da estrutura do Ministério da Defesa.

**Defesa Terrestre**

Em 2010, o Exército Brasileiro (EB) iniciou a efetiva implantação das ações decorrentes da END, no que se refere à reorganização institucional e à política de composição dos seus efetivos. Nesse sentido, o EB deu continuidade à execução dos programas previstos no seu Plano de Articulação - desenvolvido por meio dos programas *Amazônia Protegida* e *Sentinela da Pátria* – que preveem a distribuição espacial das organizações militares do Exército por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica.

O programa *Amazônia Protegida* abrange um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar na Região Amazônica, tendo como um dos aspectos mais importantes o aumento da vigilância e o monitoramento das fronteiras. O programa *Sentinela da Pátria* tem como escopo a reorganização e a modernização das brigadas e das unidades básicas de emprego da força terrestre. Nesse contexto, prosseguiu-se com a instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a da região amazônica, já priorizada pelo programa *Amazônia Protegida*.

O Plano de Equipamento compreende os programas *Mobilidade Estratégica* e *Combatente Brasileiro*. O primeiro destina-se a viabilizar o completamento e a modernização dos equipamentos e as dotações de suprimentos do Exército, para que se tenham reais condições de atuar em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no mais curto prazo. No âmbito desse Plano, prosseguiu-se com a renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais e a estrutura de forças de paz.

O programa *Combatente Brasileiro* teve suas principais ações voltadas para pesquisa, desenvolvimento, produção e aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente. Esse programa contempla projetos de ciência e tecnologia direcionados para a indústria nacional de material de defesa. Constituem-se objetos desse programa: a nova família de blindados sobre rodas; os meios de defesa antiaérea de artilharia, engenharia, combate e construção e de comando e controle.

No que tange à ciência e à tecnologia, foi criado, com a edição da Portaria Comandante nº 666, de 14/08/2010, o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), com a finalidade de defender o Estado brasileiro de possíveis ameaças às redes virtuais e sistemas de tecnologia da informação. Nesse contexto, foi criado, dentro da Estratégia Braço Forte, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). A efetiva implantação dessa ferramenta promoverá a independência do país na obtenção de produtos de defesa com alta complexidade e também no tocante à tecnologia negada por outros países, além de gerar empregos diretos e indiretos.

Esse Sistema contribuirá para o combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, de modo a facilitar ações conjuntas das Forças Armadas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Defesa Civil e Polícia Federal, em áreas estratégicas

do país. O Sisfron será integrado aos Sistemas de Vigilância da Amazônia, de Gerenciamento da Amazônia Azul, de Defesa Aeroespacial Brasileiro e ao Projeto de Modernização Técnica da Polícia Federal, tendo como base a infraestrutura de telecomunicações nacional.

O Exército Brasileiro, por intermédio de seu Departamento de Engenharia e Construção, operou e colaborou com ações de infraestrutura, especialmente a de transportes, com a realização de obras de grande envergadura em hidrovias (Rio São Francisco), aeroportos (Guarulhos, Goiânia, Porto Alegre, Vitória, São Luiz, dentre outros), portos (Imbituba e São Francisco do Sul), rodovias (duplicação da BR 101 NE, BR 163, BR 319, dentre muitas outras) e da integração de bacias do Rio São Francisco. Essa atuação revestiu-se de importância dual, pois propiciou o desenvolvimento nacional e o adestramento das tropas, com o uso otimizado dos recursos. Houve, ainda, ação conjunta do EB com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), por meio de batalhões de engenharia, na modernização de aeroportos nacionais de grande porte e em áreas remotas, e gerou ainda adestramento para a tropa e economia para os cofres públicos.

O governo brasileiro empregou no exercício de 2010 recursos na modernização da infraestrutura operacional e administrativa da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para que aquela empresa pública, de natureza estratégica para o setor de defesa, recupere a sua capacidade produtiva, tendo em vista a necessidade de fabricação de produtos da indústria de material bélico para uso das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

**Defesa Naval**

No que se refere à Defesa Naval, a Marinha do Brasil (MB) realizou várias manobras militares pelas unidades da esquadra, com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Nesse intuito, foram realizadas diversas comissões, algumas contando com a participação de marinhas estrangeiras.

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação, com a salvaguarda da vida humana no mar e hidrovias interiores e com a prevenção da poluição ambiental, causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou diversos eventos para o atendimento de acordos internacionais, além de outros relacionados à inclusão social, à repressão aos ilícitos transnacionais e à segurança da população.

Nesse sentido, foram empreendidas mais de 100 mil ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistoria, representando incremento da ordem de 56%, se tomarmos por base a previsão inicial. Tal fato representa um esforço continuado no controle e fiscalização das embarcações, com reflexos diretos no aumento da mentalidade de segurança da população. Merecem destaque as campanhas realizadas visando à repressão aos eixos descobertos das embarcações, causadores dos acidentes denominados "escalpelamento", principalmente na região amazônica, e ao uso de equipamentos de salvatagem.

Realizaram-se, no exercício, diversas ações de Patrulha Naval e Fluvial nas águas jurisdicionais brasileiras, com o propósito de interceptação, parada, inspeção e apresamento de embarcações envolvidas na prática de atos ilícitos, e posterior encaminhamento à autoridade judiciária competente. Também, foram realizadas diversas ações de cooperação com outros órgãos federais, tais como: Exército, Ibama, Polícia Federal e Ministério da Pesca e Aquicultura.

Ainda no que tange à Segurança da Navegação, com reflexos diretos no custo dos seguros marítimos, a MB mantém mais de 7.000 sinais náuticos sob sua responsabilidade utilizando, também, sistemas de sensoriamento remoto. Estas ações contribuem diretamente para a redução do "Custo Brasil" e o fomento de nossas exportações, propiciando maior inserção da nação brasileira no contexto internacional.

Em consonância com as normas estabelecidas pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI), a MB vem produzindo cartas náuticas eletrônicas, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), com previsão de obter todo o portfólio das águas jurisdicionais brasileiras nos próximos exercícios. Atualmente, já se encontram disponíveis para distribuição, no Centro Internacional de Cartas Náuticas Eletrônicas, cerca de 100 dessas cartas.

As operações navais contribuem para a política externa brasileira, visto que o Poder Naval constitui-se em um forte instrumento militar da diplomacia. Assim, em 2010, a MB realizou 12 exercícios/operações em conjunto com as seguintes Marinhas: Argentina, Uruguai, Paraguai, Canadá, EUA, África do Sul, Espanha, Portugal, Colômbia e Peru. Nesses eventos, foram realizados adestramentos de unidades da Esquadra e dos Distritos Navais, ações de presença e estreitamento de laços de amizade em portos das nações amigas, participações em comemorações alusivas a datas significativas, adestramentos dos meios de fuzileiros navais e reconhecimentos de áreas operativas em áreas fronteiriças.

**Defesa Aérea**

No que concerne à defesa aérea, foram adotadas ações voltadas para o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), o que propiciou o

aprimoramento tático-operacional e administrativo do seu efetivo militar e civil, tendo por resultado o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego. Vale registrar a realização de operações aéreas para treinamento de pilotos e pessoal da área de logística da FAB, em conjunto com Marinha e Exército Brasileiro, assim também com Forças Aéreas de nações amigas, a exemplo dos Estados Unidos da América, Argentina, Uruguai, Chile e França, visando ao preparo conjunto das Forças e ao fortalecimento da integração e dos vínculos de amizade com aqueles países.

Visando ao adestramento técnico-operacional e administrativo do efetivo da FAB, para operação de equipamentos e aeronaves brasileiras adquiridas no exterior, foram realizados, no âmbito do Plano de Missões de Ensino, treinamentos em simuladores de voo, por meio do intercâmbio com países estrangeiros.

Quanto à Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, deu-se continuidade à modernização e à revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Essas iniciativas visaram a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, além de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo. Foi concluída a implantação do sistema de vigilância e comunicações, baseado em tecnologias satelitais (ADS-C/CPDLC), para utilização na área oceânica de responsabilidade do Brasil. Noutra via, ocorreu também a substituição, a implantação e a ampliação de equipamentos e sistemas de comunicação e vigilância, em todas as regiões do território nacional, e de equipamentos e sistemas de precisão, para aproximação e pouso em oito importantes áreas terminais, notadamente nos Aeroportos de Congonhas e Brasília.

Vale destacar, ainda, que há necessidade de continuar a implementação da moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos de Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM), elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil, em todo o mundo, e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

**Ciência, Tecnologia e Inovação**

Na área de ciência, tecnologia e inovação, o país vem desenvolvendo novas tecnologias e vencendo cerceamentos tecnológicos impostos por outros países. Já dispomos de resultados inovadores concretos e muito positivos, como o desenvolvimento dos projetos Radar SABER M60, Viatura Blindada, Válvulas TWT, Sistemas Inerciais, Fibras de Carbono, Simuladores para Sistemas Navais, Míssil A-DARTER, Veículos Aéreos Não Tripulados e Turbina a gás. Em quase todos os casos, as tecnologias desenvolvidas e utilizadas são de aplicação “dual”, ou seja, podem ser aplicadas tanto para fins militares, como civis. Outros projetos, igualmente inovadores, encontram-se em desenvolvimento e deverão ser concluídos nos próximos anos.

O programa Combatente Brasileiro do Exército teve suas principais ações voltadas para a pesquisa, desenvolvimento, produção e aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente, por meio de projetos de ciência e tecnologia, privilegiando a indústria nacional de material de defesa. A Nova Família de Blindados sobre Rodas, os meios de Defesa Antiaérea, de Artilharia, de Engenharia de Combate e Construção e de Comando e Controle são alguns dos objetos desse programa.

O Exército manteve a prioridade para o desenvolvimento de projetos de materiais de emprego militar e, com maior destaque, a modernização da Indústria de Material Bélico (Imbel), empresa pública de natureza estratégica, integrante da Base Industrial Mínima de Defesa, que exerce papel importante no desenvolvimento do parque de material bélico nacional com reflexos para a economia brasileira.

Na área de aeronáutica, concretizaram-se a montagem da turbina aeronáutica para aplicação em escoamentos hipersônicos no Instituto de Estudos Avançados (IEAv); o projeto e construção da câmara de combustão do modelo do veículo 14-X, para propulsão de veículo hipersônico; o I e o II Workshop sobre Offset do Projeto KC-390, realizados no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP), sob a coordenação do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI). Foi negociado com a FINEP/MCT o projeto de um modelo de engenharia de um turbomotor aeronáutico nacional, bem como dos laboratórios e bancos de ensaios afins e outros que poderão ser desenvolvidos em alinhamento com o documento Rota Tecnológica (Roadmap) de Desenvolvimento de Turbomotores do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Quanto à tecnologia de uso aeroespacial, está em fase de conclusão o estudo de definição do Veículo Lançador de Satélites – VLM-1 e sua carga útil experimental de entrada hipersônica (SHEFEX-III). Participam do projeto o Instituto Aeroespacial da Aeronáutica, o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e as empresas brasileiras Mectron, Avibrás, Cenic e empresas européias.

Em março de 2010, foi negociada com a estatal sueca *Swedish Space Corporation* a compra de novos foguetes de sondagem VSB-30, já utilizados em onze lançamentos de experimentos científicos e tecnológicos apoiados pela Agência Espacial Européia. O desenvolvimento desse foguete foi

realizado com o investimento de cerca de R$ 5 milhões, com a participação do DLR com 40% desse valor.

Em outubro de 2010, foi concluída a negociação com a Agência Espacial Européia e o Centro Espacial da Guiana (CSG), em Kouru – Guiana Francesa, com vistas à revisão do protocolo existente entre os dois países, que prevê a continuidade do rastreio dos Foguetes ARIANE (França/Europa) pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), bem como dos foguetes SOYUZ (Rússia) e Vega (Itália), lançados do CSG.

Encontra-se em fase de conclusão, em conjunto com a Rússia, os trabalhos de modernização e aprimoramento do Veículo Lançador de Satélites VLS-1 e o anteprojeto do VLS-1B com motor a combustível líquido no terceiro estágio.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi o responsável pelo lançamento de oito foguetes em 2010, que envolveu veículos de treinamento para o Centro e de sondagem e experimentos de microgravidade. Foram construídas e reformadas, no CLA, diversas instalações.

Concluiu-se a construção da torre móvel de integração, localizada no Centro de Lançamento de Alcântara. Há a expectativa de realização dos diversos testes de adequação dos sistemas dessa torre e do Veículo Lançador de Satélites (VLS), para utilização em 2011. A meta para o próximo exercício é dar continuidade aos procedimentos necessários à modernização do Centro, para o lançamento dos foguetes VLS e Cyclone-4, com o aprimoramento de sua infraestrutura operacional, técnica e de apoio.

O governo brasileiro continuou empenhado na condução de atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), investiu-se na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de diversas pesquisas científicas no mar e na Antártica. Além disso, o governo tem realizado ações de divulgação dessa atividade, visando ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul, para o desenvolvimento do país.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) tem alcançado muitas conquistas, ao longo dos 28 anos de operação no Continente Gelado. O Brasil realiza pesquisa científica de qualidade, de modo a manter seu status de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, o que lhe confere direito a voto em todas as decisões a serem tomadas sobre o futuro do continente. No último verão antártico, o programa contou com o recém-incorporado Navio Polar Almirante Maximiano, além do navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, o que representou um avanço em termos logísticos e de pesquisa científica na região.

A Operação Antártica (Operantar) XXVIII foi realizada em 2010, ano em que também ocorreram o 8º, 9º e 10º voos de apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), nos meses de maio, julho e setembro, respectivamente. Ainda nesse exercício, ocorreu a primeira fase do treinamento e seleção do grupo-base que ficará responsável pela manutenção da EACF, no período de 2011 a 2012, assim como a capacitação de duzentos pesquisadores que participarão da Operantar XXIX.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foi concluída a construção da Estação Científica naquela ilha, com a utilização de material plástico de fácil manuseio, resistente à corrosão e apropriado para locais de difícil acesso. A Estação dispõe de dois laboratórios e tem capacidade para acomodar até oito pesquisadores. No Protrindade serão conduzidas pesquisas nas áreas de oceanografia, botânica e geociências, entre outras. Além da construção da Estação, a Marinha e o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), retomaram as negociações relativas à cooperação em geração de energia, a partir de fontes eólicas e fotovoltaicas.

Com relação ao Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Prorea), o Navio-Hidrográfico Sirius prosseguiu com o levantamento batimétrico além das duzentas milhas náuticas, na elevação do Rio Grande. Esse programa tem importância política e estratégica, pois contribui para ampliar a presença brasileira no Atlântico Sul, na medida em que desenvolve tecnologia e qualifica recursos humanos, o que possibilitará ao Brasil reivindicar perante a autoridade internacional dos fundos marinhos áreas oceânicas para futura exploração.

Foi concluída a fase de aquisição de dados, do trabalho relativo ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Leplac), cujo objetivo é elaborar outra proposta de limite exterior da margem continental brasileira além das 200 milhas. Dois navios de pesquisas contratados efetuaram levantamentos geofísicos e batimétricos e coletaram amostras de rochas frescas, em pontos escolhidos, de modo a melhorar o embasamento de nossa proposta revisada.

O Programa Nuclear da Marinha continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível. No Ciclo do Combustível Nuclear, destaca-se que a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio encontra-se em fase final de montagem e foram iniciados os primeiros testes pré-operacionais.

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra, do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) avançam em ritmo acelerado. Estão sendo construídos sete prédios do complexo. A montagem eletromecânica da subestação elétrica foi iniciada e os contratos para a fabricação dos últimos componentes principais foram assinados. Também foram concluídas a fabricação e a montagem das Torres de Resfriamento do Labgene e do gerador elétrico auxiliar.

Na parceria desenvolvida entre a MB e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ressalta-se a conclusão e entrega da terceira cascata de enriquecimento isotópico de urânio em Resende-RJ, necessária à produção dos elementos combustíveis para utilização nas usinas nucleares de Angra dos Reis-RJ, reafirmando a posição do Brasil dentre o seleto grupo de países que detêm a tecnologia de obtenção de combustível nuclear.

**Ação Combinada e Conjunta das Forças Armadas**

Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, o Ministério da Defesa realiza, sob a coordenação do Estado-Maior Combinado de Defesa (EMCFA), exercícios de operações conjuntas, visando ao adestramento das Forças, com o objetivo de mantê-las preparadas, de maneira que estejam em condições de, a qualquer tempo e quando acionadas, promover a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem em nosso país, com atuação integrada.

As Operações Conjuntas têm por objetivo estratégico, além do treinamento e da integração das Forças Armadas Brasileiras, demonstrar a capacidade e o poder dissuasório nas diversas áreas de interesse estratégico do país. O EMCFA coordenou duas operações de grande porte, denominadas Atlântico II e Amazônia. A primeira ocorreu no mar territorial e faixa litorânea, com operações em Fernando de Noronha e no Arquipélago São Pedro e São Paulo, e a segunda na região Norte. As duas operações simularam múltiplos aspectos de uma situação real.

Realizaram-se 81 operações de intensificação da presença das Forças Armadas na faixa de fronteira. Dessas, 73 foram patrulhas de reconhecimento e oito operações de grande vulto, com destaque para as Operações Fronteira Sul, Cadeado e Curare, executadas, principalmente, na região amazônica. Além de aumentar a presença do Estado nas faixas de fronteira da Região Norte, Sul e Centro-Oeste, essas operações visaram ao combate do tráfego ilegal de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, do narcotráfico e dos ilícitos transnacionais.

No contexto das ações conjuntas, relacionadas a Missões de Paz, destaca-se a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti, onde a Marinha e o Exército, com apoio logístico da Força Aérea, participaram do esforço internacional conjunto de trazer a paz e o desenvolvimento para aquele país.

De forma a viabilizar o trabalho das Forças Armadas na realização de operações combinadas, missões humanitárias e de manutenção da paz, foi criado o Sistema de Comunicações Militares via Satélite (Siscomis), que se constitui em valiosa ferramenta de telecomunicação do Sistema Militar de Comando e Controle. Tendo em vista a importância estratégica para a defesa nacional, foram empregados recursos em sua manutenção e ampliação.

No exercício, tiveram continuidade as ações de modernização do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED), responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. O país avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o conceito de Rádio Definido por Software (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares.

**Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária**

De modo a atender à crescente demanda do Setor de Aviação Civil, O Ministério da Defesa, por intermédio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vem investindo na ampliação e na modernização dos 67 aeroportos de sua responsabilidade, a fim de adequá-los à atual necessidade do país.

Para garantir a operacionalidade e a segurança nos aeroportos do país e adequar a infraestrutura aeroportuária ao crescente aumento da demanda do setor, a Infraero vem concentrando esforços no provimento de obras que visam à manutenção e à adequação da infraestrutura aeroportuária, com prioridade para aquelas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem assim aquelas demandadas pelos aeroportos localizados nas cidades selecionadas para fins na condição de sede da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016.

Para que se promova a melhoria da infraestrutura aeroportuária brasileira, faz-se necessária a promoção de maiores investimentos no setor, inclusive com a participação da iniciativa privada. Assim, foi dado importante passo no processo de concessão de aeroportos à iniciativa privada, com a publicação do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que atenderá a região metropolitana de Natal, RN.

Continuaram os investimentos públicos na infraestrutura aeroportuária em aeródromos de interesse regional, de baixa e média densidade de tráfego, realizados por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa). O governo vem trabalhando na atualização da metodologia de execução desse programa, na revisão dos critérios

técnicos de aplicação dos recursos financeiros e na adequação à legislação vigente.

**Aviação Civil**

A aviação civil brasileira, em face da política adotada pelo governo brasileiro a partir do ano de 2008, relativa à implantação gradual da liberdade tarifária para voos nacionais e na América do Sul, manteve, no exercício de 2010, o comportamento da tendência de crescimento, concernente à procura por transporte aéreo. No período de janeiro a dezembro de 2010, a demanda por transporte aéreo cresceu 18,62% para os voos domésticos e 17,66% no segmento internacional, em relação ao mesmo período do ano anterior. O gráfico a seguir demonstra a evolução ocorrida de 2006 a 2010, do número de passageiros transportados.

**RPK CONSILIDADO BRASIL**




Fonte: Anuário Estatístico da ANAC

No tocante ao aumento de passageiros transportados, especialmente no ano de 2010, explica-se, em parte, pela redução de preço das passagens aéreas para voos internacionais, em face da ampliação da política de liberdade tarifária, ocorrida com a edição da Resolução nº 83, de 22/04/2009. Essa iniciativa permitiu a ampliação da concorrência e favoreceu a queda de preços nas passagens aéreas, que até então tinham de obedecer à política de valor mínimo, inibindo a realização de promoções, contrariando, por consequência, o disposto no artigo 49 da Lei nº 11.182/2005, relativa à criação da Anac, bem como a Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

No que se refere ao preço das passagens aéreas internacionais, é importante salientar que, desde abril de 2010, vigora o regime de liberdade tarifária nos voos regulares com origem no Brasil, em virtude do disposto na Resolução da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) nº 83, de 22 de abril de 2009. Tal medida contribuirá, igualmente, para o crescimento da demanda nesse segmento do transporte aéreo.

Houve também ampliação nos acordos aéreos bilaterais, firmados entre Brasil e outros países, o que ampliou as oportunidades de surgimento de novos voos internacionais e para diversas cidades do país, o que criou mais opções de rotas e diminuiu o tempo de conexão. Atualmente, mais de mil voos partem todas as semanas, com destino a 78 países.

No conjunto de negociações mais recentes, a Anac priorizou o extremo oriente e o Oriente Médio, buscando maior conectividade com os países árabes e principalmente com a Ásia. Ainda, a Resolução Conac nº 001/2010 definiu as diretrizes relativas ao transporte aéreo brasileiro no mercado internacional com o continente africano, objetivando promover a expansão do transporte entre o Brasil e os países da região.

Foram firmadas novas bases para as relações aéreas do Brasil com a Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong, Emirados Árabes e Catar e novos acordos foram firmados com Omã e Bahrein. Além desses países, a Anac também negociou recentemente acordo de transporte aéreo com o Kuwait, Zimbabwe, Etiópia, Nigéria, Gana e Quênia, encerrando o ciclo de negociações com todos os principais mercados da região. Finalmente, em novembro de 2010, foi finalizada nova negociação com os Estados Unidos, que resultará em ampliação de frequências e rotas entre os dois países.

Buscando resguardar os direitos dos passageiros, em especial em casos de voos atrasados ou cancelados, além das situações de preterição, foi editada a Resolução nº 141, que definiu obrigações e procedimentos que as empresas aéreas devem observar. Tal regulamentação foi aprovada após amplo processo de discussão pública e traz inovações quanto aos direitos dos passageiros do transporte aéreo. Dentre elas, estão: a redução do prazo em que a empresa deve prestar assistência ao passageiro; a ampliação do direito à informação e a obrigação de reacomodação imediata nos casos de voos cancelados, interrompidos e para os passageiros preteridos de embarcar em voos com reserva confirmada. Pela norma anterior, a companhia aérea podia esperar até quatro horas antes de começar a providenciar a reacomodação em outro voo, o reembolso do valor pago ou mesmo facilidades de comunicação e alimentação para o passageiro prejudicado. Com a nova regulamentação, grande parte dessas providências passa a ser imediata.

**Ações de Apoio à Sociedade Civil**

No âmbito interno da atuação subsidiária, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Defesa, tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país, tais como aquelas desenvolvidas na esfera do programa Calha Norte, do Projeto Rondon e do Projeto Soldado Cidadão; isso sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

O desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional brasileira. Apesar de ser estratégica

para a integração sul-americana, a região, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, e historicamente abandonada, em decorrência da falta de coesão social, por problemas de segurança pública e de precárias condições de cidadania e de dignidade humana, ainda ostenta a condição de pouco desenvolvida economicamente.

Nesse sentido, o Programa Calha Norte celebrou, em 2010, com entes municipais e estaduais localizados em seis estados incluídos em sua área de atuação, 319 convênios, no montante de R$ 145.793.150,38, destinados ao apoio direto à sociedade, visando ao desenvolvimento regional por meio da inclusão social dos cidadãos em municípios distantes dos grandes centros e carentes de apoio estatal. Todavia, os recursos desses convênios não foram transferidos aos convenentes no exercício. Ressalte-se, contudo, que ocorreu a liberação de R$ 123.184,046,74, relativos a convênios firmados em exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar.

Dentre os resultados alcançados no exercício com Programa Calha Norte, destacam-se: a construção, reforma e ampliação de áreas de lazer; pavimentação de vias urbanas; a aquisição de ônibus escolares e ambulâncias; a construção de terminais rodoviários e aeroportuários, assim como a de estádios de futebol, piscinas e ginásios poliesportivos; a implantação de sistema de abastecimento de água; a aquisição de equipamentos agrícolas; a construção de centros de convivência de idosos e centros de reabilitação; a reforma de mercados municipais e hospitais; a construção de postos de saúde e de escola e biblioteca municipal; e a assistência médica e odontológica prestadas às comunidades carentes por meio de ações cívico-sociais realizadas pelas Forças Armadas.

O Projeto Rondon é realizado com a parceria entre diversos ministérios e as Forças Armadas, que fornecem o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta ainda com a colaboração de governos estaduais, de prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil. As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios da região Norte e Nordeste, e já beneficiaram 652 municípios, com o envolvimento de 9.812 rondonistas, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Os rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e AIDS; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Foram realizadas sete operações do Projeto Rondon em diversos municípios, com a participação de 2.416 estudantes e professores, de faculdades e universidades de todo o país, conforme tabela a seguir.

**OPERAÇÕES DO PROJETO RONDON EM 2010**

| OPERAÇÃO | UF | Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS | Nº DE IES PARTICIPANTES | Nº DE RONDONISTAS PARTICIPANTES |
|---|---|---|---|---|
| Centro/Nordeste | TO | 18 | 36 | 288 |
| Centro/Nordeste | AL | 20 | 40 | 320 |
| Centro/Nordeste | GO | 18 | 36 | 288 |
| Centro/Nordeste | BA | 20 | 40 | 320 |
| Catarina/São Luis | MA | 22 | 44 | 440 |
| Mamoré/Porto Velho | RO | 16 | 32 | 320 |
| Rei do Baião/Petrolina | PE | 22 | 44 | 440 |
| **TOTAL** | | | | **2416** |

Fonte: Selom/MD

O Projeto Soldado Cidadão tem por finalidade oferecer aos jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, oportunidades de formação complementar que possibilitarão o ingresso no mercado de trabalho, após a saída do serviço militar. Estima-se a qualificação profissional de 13.000 jovens egressos do serviço militar no exercício, atingindo cerca de 147.000 cidadãos beneficiados com a atuação do Projeto, desde o seu lançamento, ocorrido no ano de 2003.

Ainda na área social, cabe destacar a atuação do MD na manutenção do Programa Forças no Esporte e também na organização dos V Jogos Mundiais Militares.

**Programa Forças no Esporte**

O programa Forças no Esporte é uma atividade realizada pelo Governo Federal, por meio da utilização da infraestrutura das Unidades Militares das Forças Armadas, para ministrar atividades de

reforço escolar e prática esportiva a crianças na faixa etária dos sete aos 17 anos. A título de principais resultados desse programa cite-se o aumento no rendimento escolar e a melhoria da qualidade de vida de seu público-alvo, proporcionada pelas práticas de esporte e cidadania. Destaque-se, ainda, a possibilidade de que os participantes do programa sejam acolhidos pelas Forças, para prestação do Serviço Militar. Participaram do citado programa 68 unidades militares, com o atendimento de aproximadamente 10.000 crianças. Seus principais resultados foram a redução dos índices de violência familiar; a melhoria da saúde, da higiene, do rendimento escolar, da preservação do meio ambiente da população atendida; e o aumento da participação da comunidade em modalidades esportivas.

**V Jogos Mundiais Militares**

Sobre esse tema, coube ao MD a atribuição de promover a preparação dos V Jogos Mundiais Militares, Jogos Mundiais da Paz. Trata-se de evento, a acontecer na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2011, devendo contar com cerca de 6.000 atletas, advindo de mais de 100 países filiados ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). Há expectativa da chegada ao país de cerca de 7.000 pessoas, entre atletas e membros de comissões técnicas e turistas, podendo contribuir significativamente para com a economia local, na geração de empregos diretos e indiretos, e, ainda, imprimir maior dinâmica ao turismo na cidade. Tiveram continuidade as ações de preparação para a realização dos V Jogos Mundiais Militares.

Atenção especial foi dispensada às tarefas de implementação da estrutura organizacional; construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação, de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

**Ações de Apoio à Sociedade**

O MD também contribui com a sociedade na prestação de apoio e a assistência à população em casos de desastres e calamidades, campanhas de vacinação e enfrentamento de endemias, reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte, atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, tais como as comunidades ribeirinhas da Amazônia, e, sobretudo, mais recentemente, em ações de colaboração com os governos estaduais para manutenção da lei e da ordem.

Nessa linha de atuação, durante o Curso de Instrução e Adaptação à Aeronáutica, os oficiais alunos médicos, farmacêuticos e dentistas da FAB realizaram uma ação cívico-social na cidade de Belo Horizonte (MG), que objetivou o treinamento e a formação de saúde em campanha, característica peculiar dos profissionais de saúde militares, assim como a interação com a sociedade civil. Nessa missão, foram realizados 2.794 atendimentos, perfazendo um total de 44.970 atendimentos no presente ano. Merece também destaque a operação de socorro às vítimas das enchentes no estado de Pernambuco (Missão Barreiros), onde foram realizados 17.873 atendimentos médico-hospitalares pela Força Aérea Brasileira.

O apoio das Forças Armadas foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população do Rio de Janeiro na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro. A Marinha participou da operação com o envio de carros de combate, fundamentais para a entrada em locais de difícil acesso.

Por sua vez, a Aeronáutica também prestou apoio aéreo às operações. Por fim, efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais participaram diretamente na retomada do território, até então ocupado pelas organizações criminosas que ali atuavam. Tendo em vista o clamor da população - que apoiou maciçamente a ação governamental - vislumbra-se a possibilidade de o Exército permanecer nas áreas retomadas até que se atinja um nível razoável de segurança, que proporcione aos moradores daquelas comunidades o retorno às suas atividades cotidianas, com a tranquilidade desejada.

Destaca-se, ainda, o apoio das Forças Armadas nas seguintes ações governamentais:

**Eleições Presidenciais/2010 e Municipais Suplementares/2008**

O Ministério da Defesa prestou apoio ao Tribunal Superior Eleitoral, quando da realização das eleições gerais de 2010. Ao todo, 14 estados da federação foram beneficiados, sendo que 110 municípios receberam apoio logístico e, em 276, as Forças Armadas participaram das ações realizadas para a manutenção da Garantia da Lei e da Ordem. As Forças Armadas também estiveram presentes em algumas localidades onde ocorreram, no exercício, eleições municipais suplementares ao pleito de 2008, por decisão da Justiça Eleitoral.

**Exame Nacional do Ensino Médio – Enem**

O Ministério da Defesa, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas apoiou, com a participação do Exército, Marinha e Aeronáutica, nos dias 6 e 7 de novembro, a realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. Coube às Forças Armadas a guarda

e segurança das provas e a posterior entrega à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Ao Exército coube armazenar e guardar, em várias Organizações Militares, os paletes contendo as provas, até a entrega aos pontos de distribuição e locais de realização do Exame, em 72 municípios localizados em todos os estados. A Marinha, por sua vez, transportou em Navios-Patrulha e lanchas, para vinte municípios de difícil acesso, nos estados do Pará e Maranhão, as provas e os funcionários envolvidos no processo. A Força Aérea realizou o transporte, utilizando-se de seus meios aéreos, tanto de asa fixa quanto de asa rotativa, a dezesseis localidades, nos estados do Amapá, Pará e Acre.

**Operação Enchente**

Por convocação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e da Secretaria Nacional de Defesa Civil, o MD participou, no período de 19 de junho a 4 de agosto, dos esforços conjuntos para a mitigação do sofrimento e socorro às vítimas das enchentes ocorridas no Vale do Rio Mundaú, na divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas, as quais atingiram diretamente cerca de 45 mil e indiretamente cerca 150 mil pessoas. No socorro às vítimas da enchente, as Forças Armadas desdobraram Hospitais de Campanha da Aeronáutica e do Exército Brasileiro, bem como distribuíram gêneros alimentícios e de primeira necessidade em toda a região. As Forças Armadas participaram, ainda, dos trabalhos de recuperação do cenário afetado na região dos municípios que tiveram suas infraestruturas destruídas, realizando trabalhos de remoção de escombros, recuperação de pontes e desobstrução de vias de circulação.

**Operação de Apoio ao Combate aos Incêndios Florestais**

O Ministério da Defesa, no período de 19 de agosto a 2 de outubro de 2010, coordenou a participação do Comando do Exército Brasileiro e do Comando da Aeronáutica na Operação de Apoio ao Combate aos Incêndios Florestais, cujo propósito era garantir a atuação efetiva do Ibama e do Prevfogo nos municípios atingidos pelos incêndios ocorridos ao longo do arco de fogo na Amazônia. Nesse evento, as FA contribuíram com recursos humanos, apoio logístico e meios aéreos em apoio aos brigadistas que atuaram nos municípios afetados e de difícil acesso.

**Combate à Dengue no Distrito Federal**

As Forças Armadas, sob a coordenação do MD, atuaram no combate à epidemia de dengue no Distrito Federal, nos meses de março e novembro de 2010, em ações de duas naturezas: combate ao vetor e identificação dos locais com a presença do mosquito, além do emprego de equipes médicas. Estas ações permitiram reduzir a incidência da doença, bem assim possibilitaram o atendimento médico à população exposta ao vetor, o que contribuiu para minimizar os problemas de saúde pública provocados pela dengue.

**Operação de Apoio ao Combate à Seca no Estado do Amazonas**

O Ministério da Defesa, por intermédio do EMCFA, no período de 8 de outubro a 7 de novembro de 2010, coordenou a participação do Comando da Força Aérea Brasileira (FAB), por meio do 7º Comando Aéreo Regional, na Operação de Apoio ao Combate à Seca no estado do Amazonas, cujo propósito era garantir a distribuição de donativos nos 39 municípios em estado de emergência atingidos pela seca ocorrida ao longo das calhas dos rios daquele ente da Federação. A participação da FAB no evento se deu por intermédio da disponibilização de recursos humanos e da ativação da Força Aérea Numerada 772 (FAN 772), a qual contou com 2 aeronaves C-130, 2 aeronaves C-105 e 1 aeronave C-98. A FAN 772 transportou 612,27 toneladas de material, com um total de 355 horas voadas.

**Ajuda Humanitária Internacional**

Atendendo solicitação do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais no Haiti e no Chile.

Após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, o Governo brasileiro enviou medicamentos e gêneros de primeira necessidade. Nessa operação a Força Aérea Brasileira praticou 3.300 horas de voo.

Os navios da Marinha do Brasil foram mantidos por 122 dias de mar para transportar 1.180 toneladas de doações. Na mesma oportunidade, foram realizados 24.303 atendimentos médico-hospitalares.

Por sua vez, o Chile foi apoiado com o envio do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil, que realizou 12.869 atendimentos às vítimas e 635 cirurgias. A Força Aérea Brasileira também realizou 24.303 atendimentos, incluindo-se cirurgias complexas.

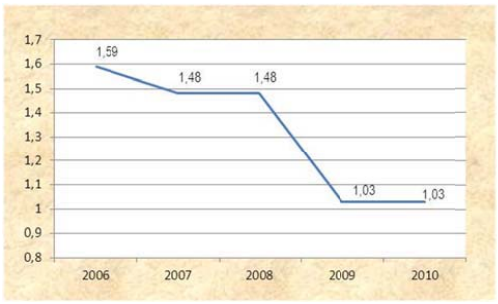
Foram deslocadas duas aeronaves de asa rotativa do Exército para atuar no resgate das vítimas e na distribuição de alimentos e medicamentos.

O Ministério da Defesa, por meio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em atendimento à solicitação do Governo da Colômbia e da Cruz Vermelha Internacional, participou do resgate dos reféns libertados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, com o envio de duas aeronaves de asa rotativa do Exército Brasileiro, no período de 1 a 4 de abril de 2010, na região da Villa Vincencio.

**INDICADORES**

**Aviação Civil**

Indicador: Média Móvel de Acidentes ocorridos no Brasil com Fatalidades. O gráfico subsequente mostra o declínio da média móvel do número de acidentes da aviação civil brasileira com fatalidades.




Fonte: ANAC

De acordo com os dados contidos no gráfico anterior, nos últimos cinco anos, a taxa de acidentes com fatalidades diminuiu aproximadamente 35%. Continuar investindo na diminuição dessa meta reflete a preocupação do Ministério da Defesa com o nível de segurança operacional e também sua convicção de que a taxa de acidentes aeronáuticos é a variável direta que melhor representa os anseios sociais sobre a segurança operacional. Vale observar que a aviação civil brasileira caminha para a menor taxa dos últimos 10 anos, índice esse condizente com os níveis de segurança mundiais.

**Defesa Naval**

- Indicador: Coeficiente de Acidentes Náuticos
- Base de cálculo: número de Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) pelo número de embarcações inscritas.
- Índice previsto para 2010: 1,6
- Índice alcançado em 2010: 1,31

O Coeficiente de Acidentes Náuticos é o indicador utilizado para mensurar o desempenho do programa Segurança da Navegação Aquaviária. O quadro a seguir apresenta a evolução do indicador nos últimos exercícios:

**EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS**

| COMPONENTES DA FÓRMULA DE CÁLCULO | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 PREVISÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IAFN | 640 | 651 | 613 | 732 | 742 | 907 | 850 | 922 |
| EMBARCAÇÕES INSCRITAS | 522.198,00 | 543.485,00 | 563.439,00 | 585.352,00 | 609.158,00 | 630.470,00 | 646.093 | 667.154,00 |
| COEFICIENTE | 1,23 | 1,19 | 1,09 | 1,25 | 1,21 | 1,43 | 1,32 | 1,38 |

Fonte: Comando da Marinha

Os dados do gráfico anterior mostram que o Coeficiente de Acidentes Náuticos ficou abaixo da meta de 1,6, previsto para o final do PPA 2008-2011. Ressalta-se que, apesar do aumento crescente do número de embarcações registradas no decorrer dos anos, o aumento de IAFN foi percentualmente menor no período considerado, em virtude das medidas adotadas pela MB.

**Calha Norte**

a) Cobertura de atendimento aos municípios do Programa Calha Norte (PCN): Base de Cálculo: Relação entre o número de municípios atendidos no ano pelas Ações do PCN (MA) e o número de municípios existentes (ME) na área de atuação do PCN / Índice previsto para 2010: 90% / Índice alcançado em 2010: 87,11%. O índice apurado comportou-se ligeiramente abaixo do previsto. A situação se justifica pela inexistência de emendas parlamentares, na vertente civil, para a realização de obras em alguns municípios, ou pela falta de estabelecimento de convênios entre o Programa e algumas unidades da federação ou, ainda, pela não ocorrência de ações de caráter cívico-sociais, pelas Forças Armadas nos municípios não atendidos pelo PCN.

b) Extensão de fronteira por núcleo de povoamento integrado à pequena Unidade Militar: Base de Cálculo: Comprimento médio da faixa de fronteira defendido por um Pelotão Especial de Fronteira / Índice previsto para 2010: 285 km / Índice alcançado em 2010: 350 km

**Valores liquidados na Função Defesa Nacional**

No período de 2006 a 2010, os valores liquidados pelo Ministério da Defesa na Função Defesa Nacional deram-se na forma apresentada na tabela a seguir.

**VALORES LIQUIDADOS PELO MD NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL - 2006 A 2010**

| Descrição | Valores Liquidados (R$ milhões) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
| | Liquidados de 2006 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2007 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2008 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2009 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2010 | RP não Proc. liquidado |
| **Defesa Nacional MD** | 16.806,09 | 956,13 | 17.497,84 | 978,76 | 20.186,79 | 1.942,14 | 23,263,44 | 1.947,47 | 28.010,93 | 2.694,53 |
| **Defesa Nacional OOC (*)** | | | | | | | | | 70,00 | |
| **Defesa Nacional** | 16.806,09 | 956,13 | 17.497,84 | 978,76 | 20.186,79 | 1.942,14 | 23,263,44 | 1.947,47 | 28.080,93 | 2.694,53 |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 17.1.2010.
(*) Operações Oficias de Créditos - Recursos sob Supervisão da Caixa De Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

Na tabela anterior verifica-se um crescimento acentuado, nos últimos exercícios, dos valores liquidados na função Defesa Nacional. A situação pode ser explicada pela expansão dos gastos com a defesa aérea, aquisições de médio porte, emprego geral e recomposição da remuneração militar, além de implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e das despesas com os V Jogos Mundiais Militares. Além desses, outros fatores impactaram a execução dessa função, tais como: o desenvolvimento de ações das Forças Armadas no Haiti, em decorrência do terremoto ocorrido naquele país, as ações para atendimento às populações atingidas por enchentes no país e a operação realizada para a manutenção da garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro.

**Execução orçamentária nas subfunções**

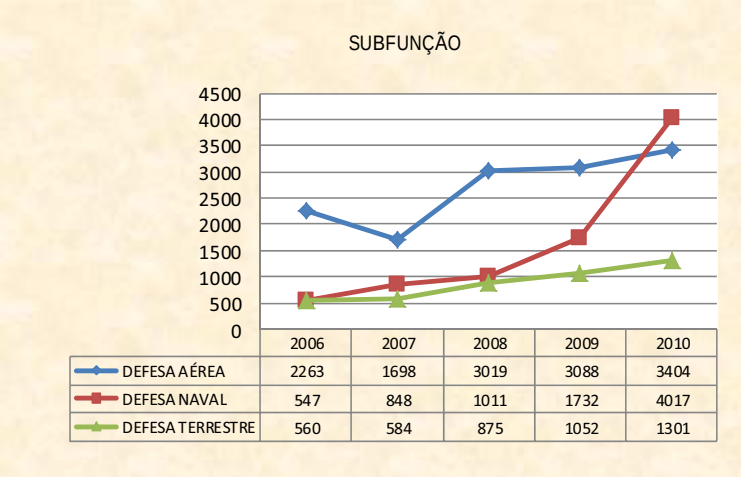
O quadro a seguir apresenta o detalhamento, por subfunções, dos valores liquidados na função Defesa Nacional, discriminando-se, em especial, as de natureza típicas (aérea, naval e terrestre), além daquelas com expressivos valores individuais de execução: Administração Geral e Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL POR SUBFUNÇÃO - 2006 A 2010**

| Subfunções da Função Defesa Nacional | Valores Liquidados (R$ milhões) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
| | Liquidados de 2006 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2007 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2008 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2009 | RP não Proc. liquidado | Liquidados de 2010 | RP não Proc. liquidado |
| Defesa Aérea | 1.759,74 | 503,25 | 1.310,24 | 388,14 | 1.849,21 | 1.169,55 | 2.077,11 | 1.010,67 | 2.197,26 | 1.206,33 |
| Defesa Naval | 533,56 | 13,24 | 831,74 | 15,92 | 966,99 | 44,01 | 1.634,20 | 97,93 | 3.790,40 | 226,14 |
| Defesa Terrestre | 477,73 | 82,50 | 434,10 | 150,07 | 742,31 | 132,84 | 793,41 | 258,24 | 886,29 | 414,98 |
| Administração Geral | 11.656,26 | 103,43 | 12.299,63 | 88,46 | 14.362,83 | 202,02 | 16.070,87 | 196,47 | 17.816,76 | 221,89 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 810,74 | 19,12 | 837,80 | 33,36 | 952,55 | 47,88 | 1.067,02 | 70,55 | 1.219,04 | 84,92 |
| Outras Subfunções (*) | 1.568,06 | 234,59 | 1.784,33 | 302,81 | 1.312,90 | 345,84 | 1.620,83 | 313,61 | 2.171,18 | 540,27 |
| **Total** | **16.806,09** | **956,13** | **17.497,84** | **978,76** | **20.186,79** | **1.942,14** | **23.263,44** | **1.947,47** | **28.080,93** | **2.694,53** |

Fonte: Siafi Gerencial - Base 17.1.2010
(*) Inclui R$ 70 milhões relativos às Operações Oficiais de Créditos – Recursos sob supervisão da Caixa de Construção da Marinha - CCPM

O gráfico a seguir apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, dos valores empenhados nas subfunções típicas da Função Defesa.




| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| DEFESA AÉREA | 2263 | 1698 | 3019 | 3088 | 3404 |
| DEFESA NAVAL | 547 | 848 | 1011 | 1732 | 4017 |
| DEFESA TERRESTRE | 560 | 584 | 875 | 1052 | 1301 |

Fonte: DIORÇ/DEORF/SEORI/MD

Observa-se que as despesas correspondentes à subfunção Defesa Aérea, até o exercício de 2009, apresentavam-se invariavelmente superiores às demais, em vista das ações destinadas à aquisição e modernização de aeronaves e à logística de aviação, além daquelas voltadas ao controle do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária, estas duas últimas custeadas por receitas próprias.

A partir do exercício de 2009, com a implementação do Programa Prosub da Marinha do Brasil, as despesas correspondentes à subfunção Defesa Naval ultrapassaram de forma representativa os gastos com a Defesa Aérea, visto que, nos dois últimos anos, tal Programa foi contemplado com recursos da ordem de R$ 4,4 bilhões.

**Desempenho dos Programas Estruturantes da Função Defesa**

Não obstante a importância de todos os Programas e Ações do Ministério da Defesa constantes do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011 para a consecução de seus objetivos, os programas relacionados ao reaparelhamento do Exército, Marinha e Aeronáutica, aliados ao Programa de Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas e ao Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, constituem-se nos cinco programas estruturantes das atividades do MD.

**Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro**

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro (PRAEB) tem por objetivo reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa terrestre da Nação, tudo em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa - END.

Nesse contexto, o EB promoveu a adequação e instalação de organizações militares com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas Áreas Estratégicas. Cita-se, como exemplo, a continuidade das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças próximas ao Quartel-General do Exército, situado no Setor Militar Urbano, em Brasília-DF.

Na área estratégica da Amazônia, o EB deu continuidade ao Projeto da 2ª Brigada de Infantaria de Selva - São Gabriel da Cachoeira - AM, com os trabalhos de construção de infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS) - Barcelos - AM e de Próprios Nacionais Residenciais em São Gabriel da Cachoeira - AM. Nesse sentido, ocorreu a primeira incorporação no 3º BIS e representou a oportunidade de emprego e educação a mais de 100 jovens da região, além do estímulo à economia local.

Da mesma forma, tiveram continuidade as obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós - PA e Tunuí - AM e a construção do PEF de Marechal Thaumaturgo - AC, além dos trabalhos de manutenção dos demais pelotões. Os PEF são, em muitas comunidades, a única presença do Estado, atuando como agente das políticas sociais.

No auxílio do apoio logístico aos PEF, o Exército continuou adequando a infraestrutura de todos os Batalhões de Infantaria de Selva enquadrantes daqueles importantes Pelotões da Região Amazônica.

Na área estratégica da Bacia do Prata, teve continuidade o processo de adequação e instalação de organizações militares com o prosseguimento das obras de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa – PR, e a adaptação de instalações militares em Curitiba e Rio Negro - PR, bem como Santa Maria, Alegrete, São Gabriel e Rosário - RS, com o objetivo de reestruturar as forças blindadas e o recebimento dos novos veículos blindados de combate (VBC) LEOPARD 1A5, contribuindo assim, para a dissuasão e a maior projeção de poder no contexto internacional.

Na área estratégica do Pantanal, em 2010, prosseguiram as ações para a transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército de Taubaté - SP para Campo Grande - MS, com a construção do pavilhão administrativo, alojamento e hangar, tudo com o intuito de permitir o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste.

Na área estratégica do Planalto Central, prosseguiu-se na implantação da Brigada de Operações Especiais, peça fundamental da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército Brasileiro e imprescindível vetor de pronta-resposta e de projeção do Poder Nacional. Dentre as ações, destacaram-se a construção e adequação de instalações, bem como a obtenção de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares integrantes da Brigada.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), acrescida de créditos adicionais (LOA + CRÉDITO), previu recursos no valor de R$ 539.223.586,00 para as diversas ações do PRAEB, conforme consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan); em consequência do contingenciamento de R$ 8.498.307,00 da Emenda Parlamentar para o 28ª Circunscrição de Serviço Militar (CSM) de Belém – PA, o "CRÉDITO AUTORIZADO" ficou restrito ao valor de R$ 530.725.279,00.

Apesar de uma substancial elevação em alguns créditos orçamentários, a dotação para a execução ficou aquém das reais necessidades de investimentos.

A insuficiência de recursos disponíveis não permitiu a consecução integral da modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo-se em fator preponderante de limitação ao atendimento das metas estabelecidas pelo programa.

**Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**

O Programa de Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil (MB) está vinculado ao Objetivo de Governo nº 7 – "Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração Sulamericana" e contribui para o alcance do Objetivo Setorial nº 1 da Defesa – "Modernizar e adequar as Forças Armadas".

No conjunto das principais ações realizadas no âmbito do Programa, está a prontificação da Corveta "Barroso", construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e já entregue ao setor operativo. Com relação aos Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas, foi entregue à MB o primeiro lote composto dos NPa "Macaé" e "Macau", construídos no Estaleiro Inace, no estado do Ceará. O segundo lote, composto por quatro NPa, será construído pelo Estaleiro EISA no Rio de Janeiro, sendo que o primeiro – NPa "Maracanã" está em construção e foi realizado o batimento da quilha do segundo – NPa "Matinhos". Também foi incorporado à MB, em setembro, o Aviso de Patrulha "Albacora", construído no Estaleiro Inace.

Ao amparo de Termo de Cooperação firmado entre a Marinha e o Ministério da Educação, no escopo do Programa Caminho da Escola, foi iniciada a construção de 600 lanchas-escola (LE), em Bases Navais da MB, com o cronograma de entrega em três anos.

Foram priorizadas as metas de construção de cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) e três Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG). Atualmente, encontra-se em andamento a construção da primeira EDVM no AMRJ. As outras quatro EDVM serão entregues nos anos de 2011 e 2012, assim como a primeira do tipo EDCG.

Quanto aos meios aéreos, foram adquiridos quatro Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) S-70B *Sea Hawk*, dos EUA, com previsão de recebimento em 2012. Os Helicópteros EC-725 *Super Cougar*, de origem francesa, referentes ao Projeto H-XBR, conduzido em parceria com FAB, teve sua primeira unidade entregue à Marinha.

No tocante aos meios do Corpo de Fuzileiros Navais, foram adquiridas na Suécia, trinta Viaturas Blindadas Especiais sobre Rodas PIRANHA III C, para serem empregadas em Missão de Paz e na tarefa de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Das doze já recebidas, sete operam atualmente no Haiti. Até 2014, chegarão as dezoito viaturas restantes.

Encontra-se em andamento a modernização de trinta Viaturas Blindadas para Transporte de Pessoal (VBTP) M-113A1, com previsão de término em 2013.

Foi dado prosseguimento às modernizações dos Navio-Aeródromo São Paulo, Corveta Júlio de Noronha, Navios-Balizadores, Aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A e Helicópteros Super Lynx.

Prosseguiram-se também com as modernizações do Navio-Aeródromo São Paulo, Corveta Júlio de Noronha Navios-Balizadores, Aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A e Helicópteros Super Lynx. Ainda nesse ano, foram adquiridos o Navio de Pesquisa Oceanográfico Aspirante Moura, incorporado à Armada e transferido para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, em Arraial do Cabo - RJ e o Navio de Assistência Hospitalar Soares de Meirelles, incorporado e sediado no Comando do 9º Distrito Naval, em Manaus-AM. Também foi iniciado o processo de obtenção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais e do Navio Hidroceanográfico Fluvial, a serem construídos em estaleiro nacional.

Quanto aos meios aéreos navais, a primeira unidade de helicópteros do tipo EC-725 *Super Cougar*, referentes ao Projeto H-XBR, conduzido em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB), foi entregue à Marinha. Foram, também, adquiridos quatro helicópteros de multi-emprego S-70B *Sea Hawk* da Empresa Sikorsky, dos EUA, cujo recebimento está previsto para 2012.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) foi definitivamente implantado, com a execução dos contratos comerciais. Em maio foi iniciada na França a construção do primeiro da série de quatro submarinos convencionais (S-BR), mediante os trabalhos de corte e de solda das chapas que estão sendo utilizadas na confecção da seção de proa do submarino, com a participação efetiva dos operários do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. No mesmo mês, começaram as obras civis do Estaleiro e da Base Naval em Itaguaí-RJ, com os trabalhos de terraplenagem da área localizada na Empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, onde está sendo construída a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas, destinada à montagem das seções de casco dos submarinos.

As equipes incumbidas da absorção das tecnologias de projeto e de construção encontram-se na França, na Escola de Projeto de Submarinos, realizando os cursos e estágios destinados a capacitá-los a projetar e construir submarinos no Brasil.

O Prosub, juntamente com a finalização do Programa Nuclear da Marinha (PNM), satisfazem uma necessidade inadiável de defesa, principalmente neste momento alvissareiro para o Brasil, em que estão sendo descobertas grandes reservas de petróleo e gás natural em nossa "Amazônia Azul".

O programa foi contemplado com R$ 4,3 bilhões no exercício, dos quais foram executados 82,6%, o equivalente a R$ 3,6 bilhões. A execução satisfatória se deve principalmente à implementação, iniciada em 2009, mediante a abertura de crédito especial no valor de R$ 2,1 bilhão do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). No presente exercício o Prosub contou com R$ 3,8 bilhões, dos quais R$ 1,5 bilhão oriundos da reabertura do crédito especial e o restante, no valor de R$ 2,3 bilhões alocados na Lei Orçamentária. Deste valor, R$ 3,08 bilhões foram executados, o que representa 80,78% do total da dotação disponível.

**Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira**

No que concerne ao Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, dentre os principais resultados alcançados ressaltam-se a aquisição e modernização de aeronaves e equipamentos, além da manutenção das instalações militares e de sua infraestrutura. Foram adquiridas as seguintes aeronaves: quatro CH-60 Helicópteros *Black Hawk*, seis AL-X Super Tucano, três C-98 Caravan, seis AH-X Sabre e três HX-BR *Super Cougar*. Foram modernizadas e revitalizadas uma aeronave K/C-130 Hércules, três C-130 Hércules, um C-95 Bandeirante e seis F5-BR *Tiger*, bem como as atividades afetas aos dois protótipos dos A-1 (AM-X) modernizados, além do desenvolvimento do KC-390, cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas.

Quanto às três aeronaves HX-BR (EC-725) *Super Cougar*, fazem parte do projeto de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral para as Forças Armadas e foram recebidas na Base Aérea de Brasília, em dezembro de 2010, para utilização dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Essas aquisições fazem parte do contrato firmado entre o Governo Brasileiro e o Consórcio Helibrás/Eurocopter. O projeto prevê transferência gradual de tecnologia e permite que a produção venha a ocorrer nas linhas da fábrica da Helibrás, em Itajubá, Minas Gerais. Os resultados obtidos possibilitaram à Força Aérea continuar o processo de recuperação da sua capacidade operacional, proporcionando meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Para a manutenção da operacionalidade da FAB, além da variada gama de missões de treinamento, no solo e em voo, também foram realizadas missões do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), com vistas à interação operativa com equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior.

No que tange à manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes, bem como à manutenção e suprimento de material aeronáutico, os recursos disponibilizados suportaram a capacidade operativa da aviação militar, o que faculta o desempenho das atividades aéreas previstas, tendo sido atingida a marca aproximada de 180.000 horas de esforço aéreo anual.

Os recursos do programa são oriundos do Tesouro Nacional, de financiamentos externos e outros diretamente arrecadados pelo Fundo Aeronáutico. O montante da dotação autorizada foi da ordem de R$ 1.665,49 milhões. Desse valor, 49,5% foram destinados para a ação Aquisição de Aeronaves.

**Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas**

A principal finalidade deste programa é proporcionar um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, por meio da atuação conjunta das Forças Armadas. Para tanto, é necessário realizar, frequentemente, exercícios de adestramento, em diversos ambientes operacionais, com a participação das três Forças, com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar a capacidade de atuação integrada e a doutrina desenvolvida. No rol das ações do programa foram realizadas diversas atividades para a preparação de contingentes e para a manutenção das missões de paz das Nações Unidas, destacando-se a Missão de Paz no Haiti.

Outras iniciativas também merecem destaque, tais como os estágios de preparação e os jogos de simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; a melhoria dos centros de preparo de missão de paz, conforme orientação da nova Estratégia Nacional de Defesa e o atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio para o Haiti. Essas atividades possibilitaram às Forças Armadas prosseguirem no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de suas tropas, quando da realização de Operações de Paz.

A execução financeira do programa atingiu 98,58% da dotação autorizada, ou seja, de R$ 718,95 milhões destinados ao Programa, foram executados R$ 708,74 milhões, conforme dados do Siafi. As principais atividades desenvolvidas no âmbito do programa estão detalhadas a seguir:

**Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah**

Desde 2004, o Brasil mantém um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah. A tropa brasileira está constituída em quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2), uma Companhia de Engenharia (BRAENGCOY) e um Grupamento de Fuzileiros Navais. É o maior efetivo dentre os países que participam da missão.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos, inclusive para presidente. A eficiência da missão da ONU foi a grande responsável pelas conquistas alcanças naquele país. A Minustah permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico e foi reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Além da Minustah, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também contribuem com 96 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU, que participam como observadores ou integrantes de Estado-Maiores. Eles atuam nos seguintes países/regiões: Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Líbano, Guiné Bissau, África Ocidental, Saara Ocidental e no próprio Haiti. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Para colaborar com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil participa de duas missões de desminagem, com 4 militares: a MARMINAS, no Equador e no Peru; e o GMIMAOEA/P-NDC, na Colômbia.

**Operações Conjuntas**

Foram realizadas as seguintes Operações Conjuntas e atividades ligadas ao emprego conjunto das Forças Armadas, sob a coordenação do EMCFA:

- **Operação Atlântico II**

Realizada no período de 19 a 30 de julho, visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações conjuntas, com ênfase na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos ao mar territorial e à faixa litorânea, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região.

Foram empregados cerca de quatro mil e quinhentos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte e desdobramento de tropas especiais. Além de reforçar a presença do Estado brasileiro na Amazônia Azul, a Operação Atlântico teve por objetivos treinar os Comandos e Estados-Maiores sob o cenário de um conflito armado convencional nos ambientes marítimo e litorâneo; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, estabelecendo complexa estrutura logística e explorando os aspectos de comando e controle e de inteligência necessários ao exercício; realizar treinamento conjunto, nos níveis operacionais e táticos, em situações específicas, visando à interoperabilidade das Forças Navais, Terrestres e Aéreas; e efetivar ações que envolvam o combate convencional, tais como operações navais, aeromóveis e aeroterrestres, controle de área marítima, patrulha em águas jurisdicionais do país, coordenação do espaço aéreo e interdição do apoio externo.

- **Operação Amazônia 2010**

Realizada no período de 13 a 24 de setembro, na Região Norte, a Operação Amazônia 2010 decorre de um complexo planejamento realizado por um Estado-Maior Conjunto, sendo executada no terreno por material e pessoal das três Forças Armadas. Nessa área operacional, foram realizadas, dentre outras, as seguintes ações: controle de tráfego fluvial, pela Marinha; proteção de infraestruturas críticas, apoio logístico, operações ofensivas e defensivas, lançamento de paraquedistas, defesa antiaérea e defesa de infraestruturas de valor econômico, pelo Exército; e coordenação do espaço aéreo, tarefas de interdição e de sustentação do combate, pela Força Aérea.

Nas ações do controle do tráfego fluvial foram inspecionadas, nas proximidades do porto de Santana (AP), um total 319 embarcações em três dias de operação, das quais 53 foram apreendidas por violação às normas da Segurança ao Tráfego Aquaviário. Essa operação teve o emprego de mais de seis mil militares, treze navios, quinze aeronaves e cerca de cinquenta veículos terrestres.

- **Operações CURARE I a V**

As operações CURARE I a V foram realizadas ao longo do ano pelo Comando Militar da Amazônia e contou com tropas regionais das três Forças Armadas, para intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transfronteiriços, conforme preceituam as Leis Complementares nºs 97, 117 e 136. Foram realizadas na linha de fronteira Norte, com os países do Arco Amazônico, e delas participaram, além das Forças Armadas, os órgãos de segurança pública das esferas federal, estadual e municipal, a Receita Federal, o Ibama e a Vigilância Sanitária. Durante as operações, foi intensificada a vigilância na faixa de fronteira, por meio de patrulhamentos terrestres, aéreos e fluviais. Também foram estabelecidos postos de bloqueio e controle nas estradas e nas calhas dos rios para a realização de revistas em viaturas e embarcações, reprimindo os delitos transfronteiriços e ambientais.

Concomitante às ações de patrulhamento e fiscalização, desenvolveram-se Ações de Caráter Cívico-Social (Aciso), com destaque para o atendimento médico e odontológico aos residentes na área de operações, bem como a apresentação de bandas de música militares, atividades lúdicas para as crianças, palestras nas escolas, expedição de documentos do Serviço Militar, entre outras.

- **Operação Bigorna 2010**

Essa Operação ocorreu no período de 16 a 25 de novembro de 2010, na região amazônica da tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, como resultado de memorando de entendimento entre os países durante a reunião tripartite dos Chefes de Estado-Maior de Defesa das Forças Armadas.

A Operação buscou empregar recursos humanos e materiais por parte dos países participantes, com a finalidade de complementar e integrar o esforço na intensificação da presença do Estado na faixa de fronteira e o combate aos ilícitos transnacionais e ao narcotráfico, com base no que preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136, de 25 de agosto de 2010.

- **Operação Fronteira do Sul 2010**

A Operação Fronteira do Sul 2010 foi realizada ao longo de todo o ano e coordenada pelo Comando de Operações Terrestres, contando com recursos humanos e materiais do Comando Militar da Sul. Teve a finalidade de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

- **Operação Cadeado 2010**

Executada na região Centro-Oeste, a Operação foi realizada ao longo de todo o ano e coordenada pelo Comando de Operações Terrestres. A Operação contou com recursos humanos e materiais do Comando Militar do Oeste e sua finalidade foi a de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

**Exercícios de Simulação**

Os exercícios de simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta. O Ministério da Defesa participou durante o ano, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de exercícios de simulação dos Cursos de Comando e Estado-Maior. O AZUVER 2010 - jogo de guerra onde os participantes integram os grandes comandos combinados e forças componentes - foi desenvolvido no período de 08 a 18 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas: Escola de Guerra Naval (EGN); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). Esse exercício reuniu aproximadamente 400 Oficiais Superiores, contando, ainda, com a participação de instrutores da Escola Superior de Guerra e de Oficiais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

**Cooperação Militar com Países Amigos**

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação, no âmbito internacional, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas realizou reuniões bilaterais com os

Estados-Maiores das Forças Armadas dos seguintes países amigos: Alemanha; Argentina; Colômbia; Estados Unidos da América; Peru; e Venezuela. Tais reuniões proporcionaram intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional, houve o fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes.

**Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira**

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira, aumentando a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Observando essa realidade foram realizadas operações nas áreas de fronteira, como, por exemplo: a Operação Amazônia; reconhecimentos de fronteira (REFRON); combate aos ilícitos transfronteiriços; e a proteção ao meio ambiente.

**Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária**

O programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária tem como objetivo aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infraestrutura aeroportuária brasileira, de suma importância para ações relacionadas ao desenvolvimento do Brasil.

Como principais destaques do programa podemos citar os investimentos em infraestrutura, como a recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátios e a reforma das pistas de táxi do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão; a ampliação do estacionamento de veículos, em mais de 1.500 vagas, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins; a ampliação e reforço da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Parnaíba; as obras de pavimentação da pista de São Gonçalo do Amarante; a cobertura do terminal de passageiros de Macapá; a primeira etapa da obra do conector de embarque e desembarque de Recife, além do projeto do novo terminal de passageiros de Santarém. Destacam-se, ainda, a revitalização dos terminais de passageiros de Brasília e de Porto Alegre, bem como a conclusão da instalação do módulo operacional provisório – MOP no Aeroporto Internacional de Brasília e de Florianópolis, além de outros investimentos que se encontram em andamento.

Os editais referentes à primeira fase da obra de revitalização Aeroportuária de Brasília; dos projetos do terminal de passageiros de Cuiabá; do sistema de pátio de Macapá; da torre de controle e do edifício da seção de combate a incêndios de Vitória foram publicados, bem assim o atinente à licitação para fins de reforma e ampliação do terminal de passageiros de Confins, que compõem o conjunto das grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Está prevista para o início de 2011 a emissão da ordem de serviços de terraplenagem para construção de terminal de passageiros três de Guarulhos, o maior empreendimento da Infraero.

Quanto aos equipamentos, podemos destacar a aquisição de 29 ambulâncias, trinta micro-ônibus, 54 ônibus, 100 veículos operacionais, além de 13 mil carrinhos de bagagem e longarinas para diversos aeroportos, para proporcionar melhor conforto e segurança dos usuários.

No tocante à logística de carga, destaca-se a melhoria do sistema de transelevadores e os investimentos na área de importação no Aeroporto Internacional de Guarulhos – SP, com a realização de obras de atualização tecnológica e ampliação do sistema de transelevadores do terminal de logística de carga, o que permitiu a eliminação de curvas; a disponibilização de mais de 580 novas posições para armazenagem e o envio da carga da área de recebimento, até a área de liberação, de forma totalmente automatizada, o que proporciona maior segurança, controle e agilidade ao processo.

No setor de recebimento da importação foi montada a nova estrutura espacial, com a ampliação da área coberta em 10%. No terminal de cargas II do Aeroporto Internacional de Guararapes em Recife foram realizadas melhorias, tais como a revitalização da central de ar-condicionado, reforma de vestiários e sanitários, bem como a execução das obras no complexo frigorífico para a ativação de câmaras, que vão proporcionar o acondicionamento adequado das cargas que necessitam de refrigeração.

No Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em Manaus – AM - foi construído o armazém estruturado para cargas. Essa área – com capacidade para 800 toneladas – concretiza mais uma das ações adotadas para o devido tratamento das cargas importadas pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM.

Cabe destacar também a automatização da pesagem de carga, com a implantação do sistema de controle automático de pesagem – Coap, em Manaus, Guarulhos, Galeão, Campinas e Curitiba, assim como a aquisição de novas empilhadeiras para os terminais de logística de carga da rede Infraero nos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Porto Alegre, Recife, Salvador, Petrolina, Fortaleza, Goiânia e Vitória, totalizando 39 novas unidades.

Os equipamentos têm capacidade de operação de cargas de duas até quatro toneladas e visam melhorar o atendimento e garantir a modernização e ampliação do parque de empilhadeiras dos terminais de cargas da rede, o que resulta em ganhos de produtividade, agilidade, segurança das cargas nas

operações logísticas e menor custo de manutenção. Permitirá, ainda, significativos ganhos aos clientes da Infraero, que poderão dispor de seus insumos e produtos com maior rapidez e preservação de suas cargas.

A tecnologia da informação teve desempenho significativo no exercício, com destaque para a atualização tecnológica e expansividade das centrais telefônicas; melhor qualidade nos serviços de voz para os usuários; ampliação da disponibilização de serviços de telefonia, especialmente nos aeroportos de São Luís e de Ilhéus; aumento da cobertura de rádio-comunicação do sítio aeroportuário, atingindo áreas até então descobertas; aumento da segurança e qualidade das comunicações dentro do complexo aeroportuário, em atendimento às necessidades operacionais da Infraero, empresas aéreas e prestadoras de serviços e exibição de informações aos usuários do transporte aéreo.

Dentre os principais resultados alcançados pelo programa, vale destacar as aquisições, reformas e modernizações de equipamentos de segurança, utilizados nas áreas imprescindíveis à segurança aeroportuária.

Nesse exercício foram adquiridos equipamentos para melhorar os sistemas de vigilância; para proteção perimetral aeroportuária, para uso em atendimentos médicos de emergência; para a melhoria das instalações das seções contra-incêndio; bem como veículos de apoio ao corpo voluntário de emergência dos aeroportos. Além disso, a Infraero investiu na modernização dos equipamentos utilizados para proteção contra atos ilícitos.

Cabe destacar, ainda, os investimentos em ações de reforma, ampliação, adequação e modernização dos módulos de segurança aeroportuária tais como reforma e revitalização de guaritas, cercas e muros, o que permitiu melhorias no sistema de proteção perimetral dos aeroportos; reforma dos Postos de Primeiros Socorros - PPS, com vistas à melhoria no atendimento médico de emergência; reforma dos componentes para a melhoria das instalações dos serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndio nos aeroportos e a modernização dos sistemas de vigilância, bem assim a aquisição de sessenta veículos de apoio ao corpo voluntário de emergência para diversos aeroportos da rede.

O indicador utilizado para mensuração do desempenho do programa é o Grau de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária.

A meta prevista era de 80%, entretanto, ao final do exercício esse índice atingiu o percentual de 60%.

As maiores dificuldades para o não atingimento do índice previsto foram: a ocorrência de licitações desertas ou fracassadas; a demora no processo de licitações em decorrência de impugnações de editais; os recursos administrativos e judiciais e as revisões administrativas orientadas pelos órgãos de controle interno e externo; os atrasos na entrega de projetos por empresas contratadas; a necessidade de aditamentos nos contratos de obras por interferências não previstas durante a fase de projetos; as revisões, na fase de planejamento da contratação, na elaboração de planos de trabalhos pelo Exército, em algumas obras que foram demandas para realização por meio de Acordo de Cooperação; os processos de desapropriação que impactaram na elaboração de projetos, com consequente retardo no início de algumas obras; dentre outras.

### 5.1.7 - Função Educação

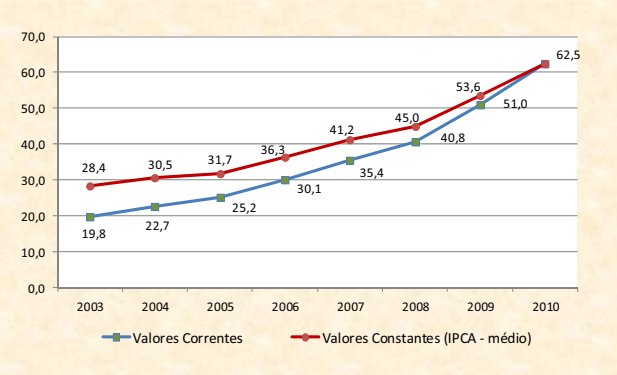
A construção de uma efetiva agenda social para o país requer a definição de estratégias políticas que contemplem o setor da educação nas suas diversas dimensões e níveis. Em face do contexto de crescimento econômico, é imprescindível para o Brasil o investimento nessa área, mediante ações que promovam a integração nacional, com respeito às culturas e hábitos locais; explorem as potencialidades territoriais em consonância com um crescimento sustentável e permitam o pleno exercício da cidadania por todos, contribuindo, assim, para a diminuição da pobreza e da exclusão social.

As iniciativas de políticas públicas que regulam a oferta do acesso e da obrigatoriedade na educação pública, apesar de essenciais, não se constituem no fim em si mesmas, pois são estratégias da responsabilização do Estado brasileiro, no processo de democratização de oportunidades ao saber sistematizado. Nos últimos anos, a oferta de uma educação de qualidade para todos vem representando um dos principais compromissos assumidos pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, as políticas educacionais ganharam visibilidade na agenda pública e foram reorientadas, produzindo avanços nos marcos regulatórios para a educação básica, profissional e tecnológica e educação superior.

As ações desenvolvidas pelo MEC apontam um caminho para se alcançar um patamar de políticas e investimentos necessários à consolidação de uma educação que, para além do acesso e da obrigatoriedade, combine quantidade – atendimento a todos e em todos os níveis – com qualidade. O financiamento adequado das políticas educacionais constitui fator imprescindível para o alcance de avanços significativos na área educacional nos últimos anos.

O aumento dos investimentos, especialmente a partir de 2005, tem sido direcionado a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade, com vistas à garantia das condições de oferta de educação com qualidade a toda população.

**ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E FIES (VALORES LIQUIDADOS EM R$ BILHOES)**




Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

A série histórica acima mostra a evolução dos investimentos públicos em educação realizados pelo MEC, incluindo a cota-parte dos estados e municípios no Salário Educação. A taxa média de crescimento anual, em valores constantes, foi de 12,05%. A comparação com o orçamento federal para o MEC mostra que entre os anos de 2009 e 2010 houve incremento de 16,63% dos gastos públicos com educação, e o montante orçamentário investido foi da ordem de 62,5 bilhões de reais. Em linhas gerais, a educação tem sido entendida como um processo de desenvolvimento humano, valorizando as diferentes fases de aprendizagem, articulando as transições e diversificando os percursos individuais. O maior desafio brasileiro está na aprendizagem escolar, pois os alunos ainda aprendem muito pouco ao longo de todo o percurso educacional. Como proposta para reverter esse quadro, foi enviado ao Congresso Nacional, em 2010, o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020), o qual sintonizado com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem como principal diretriz a universalização de uma educação de qualidade e democrática. Visa formalizar e executar ações articuladas, cumprindo as metas de qualidade estabelecidas para a educação e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços, ao apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à

melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Com foco na valorização do magistério, o documento sintetiza 20 metas e indica 170 estratégias para o avanço da educação brasileira e reforça a visão sistêmica da educação. Aponta como prioridades a equiparação do salário do professor ao dos outros profissionais de nível superior; a universalização do atendimento desde a educação infantil até o ensino médio para alunos de quatro a 17 anos; a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até três anos; a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; e, a duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta. O PNE prevê o aumento proporcional dos recursos aplicados pela União na educação. A meta é que, até 2020, sejam investidos pelo menos 7% do PIB.

Essa busca pela qualidade da educação se reflete, igualmente, no PDE, lançado em 2007, tendo como prioridades promover a educação básica de qualidade para todos com a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); expandir a educação profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dotar as Universidades Federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

Ao abarcar uma visão sistêmica, o PDE passou a tratar a educação como uma unidade, objetivando reduzir desigualdades sociais e regionais na educação em todos os níveis, etapas e modalidades, da creche à pós-graduação. O Plano ainda oferece acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino, em busca de melhorar a educação no país; a inclusão das metas de qualidade para a educação básica, no sentido de contribuir para que escolas e secretarias de educação se organizem no atendimento aos alunos e, conseqüentemente, criem uma base sobre a qual as famílias possam se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade.

Organizado em torno de quatro eixos norteadores e articulados entre si: Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico; e Educação Superior; o PDE oferece aos estados e municípios uma variedade de ações e programas, que englobam todos os níveis e etapas da educação, e visam a intervir nos processos educacionais, de modo a melhorar a qualidade do ensino e, consequentemente, seus resultados. Nestes eixos, merecem destaque as subfunções típicas da educação – Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial –, e as subfunções atípicas – Alimentação e Nutrição, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Transferências para a Educação Básica, Formação de Recursos Humanos, entre outras –, que são implementadas mediante a execução de diversos programas e ações a elas vinculadas.

**Análise por Função e Subfunção**

A função Educação detém recursos orçamentários apenas no Ministério da Educação e no órgão Operações Oficiais de Crédito, sob supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), não obstante o fato de que haja também despesas em subfuncões típicas da educação alocadas matricialmente em outras funções, próprias de outros órgãos federais.

O demonstrativo a seguir apresenta um crescimento robusto de 158% em aplicações na função Educação entre 2006 e 2010, percentual que suplanta, em muito, o crescimento nominal de aproximadamente 50% para PIB brasileiro no mesmo período, o que explicita a importância que lhe vem sendo atribuída pelo governo e pela sociedade. Entre os fatores relevantes que levaram a esse crescente investimento federal em educação, podem-se enumerar os projetos de expansão e reestruturação das redes federais de Educação Superior e Educação Profissional e o aumento das transferências para estados e municípios, em ações de suporte técnico e financeiro para a Educação Básica.

O principal aumento se deve à Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), programado para crescer progressivamente, desde 2008 até 2011, quando alcançará 10% do Fundo.

Em 2007, no último ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a Complementação da União se limitou a R$ 448 milhões, mas, com o Fundeb, já atingiu R$ 6,7 bilhões em 2010, valor 13 vezes maior.

Para garantir a permanência desse nível mais alto de atividade educacional, houve o reforço da principal fonte de financiamento da educação, com a reposição da integralidade do mínimo de 18% de impostos, em razão da Emenda Constitucional número 59, aprovada em 2009, que determinou a eliminação progressiva, em três anos, da Desvinculação das Receitas da União (DRU), no caso da educação. As desvinculações de impostos, sob diversos nomes, representaram, desde 1997, um corte de 20% na receita tributária reservada à educação. A nova norma garantiu um ganho no valor mínimo de recursos constitucionais de financiamento educacional de R$ 3,3 bilhões em 2009 e de R$ 7,4 bilhões para 2010, com previsão de R$ 12,5 bilhões para 2011.

**VALORES REALIZADOS (*) NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR ÓRGÃO - 2006 a 2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO EDUCAÇÃO / ÓRGÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ministério da Educação (*) | 17.314 | 21.957 | 25.929 | 33.471 | 45.146 | 143.817 |
| Operações Oficiais Crédito - Fies (*) | 566 | 774 | 888 | 976 | 952 | 4.157 |
| Educação Total | 17.880 | 22.731 | 26.817 | 34.447 | 46.098 | 147.973 |

Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

* valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos Restos a Pagar não processados liquidados no decorrer e cada ano.

A evolução das despesas por subfunções dentro da função Educação, entre 2006 e 2010, mostra dois grandes grupos: o primeiro, com as subfuncões típicas da Educação, individualizando os diversos níveis, etapas e modalidades educacionais, que quase duplicou (cresceu 85% no período e 28% apenas de 2009 para 2010); o segundo grupo, com as outras subfuncões, que mais que quadruplicou (aumentou em 330%, 40% entre 2009 e 2010).

A principal razão do maior crescimento deste último grupo foi a criação, em 2008, da subfunção Transferências para a Educação Básica, que reporta recursos direcionados, indistintamente, a qualquer etapa/modalidade da educação básica (como os recursos de Apoio ao Transporte Escolar, para o Programa Dinheiro Direto na Escola e para a Complementação da União ao Fundeb).

Houve também a contribuição do crescimento de ações voltadas, originalmente, apenas ao ensino fundamental e que se disseminaram progressivamente para as outras etapas e modalidades da educação básica (ensino médio, ensino profissional e outras) como é o caso da alimentação escolar, na subfunção Alimentação e Nutrição, que mais que duplicada no período, com 62% só de 2009 para 2010.

Há que se considerar, ainda, os aumentos reais concedidos, no período, aos valores *per capita* da alimentação escolar.

O grande aporte de recursos nessas ações de transferência para a educação básica reflete a política do MEC e o apoio do Governo Federal para um tratamento sistêmico a toda a educação. Traduz, também, o papel constitucional da União de exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva mediante assistência aos estados, Distrito Federal e municípios.

Todas essas transferências e reclassificações na educação básica explicam, e mais que compensam, a aparente queda no orçamento da subfunção Ensino Fundamental, a partir de 2008, ano em que começou a vigência e um maior aporte de recursos para o Fundeb, que passa a beneficiar toda a educação básica, em substituição ao Fundef, restrito ao ensino fundamental.

No caso do ensino médio, mesmo que grande parte de suas aplicações também estejam alocadas na subfunção de Transferências para a Educação Básica, a execução orçamentária no ano de 2010 apresenta um grande aumento.

Tal efeito foi devido, principalmente, à ação Apoio ao Fortalecimento do Ensino Médio, no valor de R$ 800 milhões, fruto de emenda parlamentar, com decidido apoio do MEC. Seu objetivo é prestar a assistência financeira, em caráter suplementar, ao ensino médio das redes estaduais, com ênfase nos estados das regiões Norte e Nordeste, cujo valor anual por aluno do ensino médio seja inferior à média nacional.

Essa ação traduz, de certa forma, a necessidade de suprir uma demanda reprimida por melhores instalações, a ampliação das matrículas e melhoria dos indicadores de qualidade no ensino médio da rede estadual, que passou a receber maior pressão de demanda com a retificação do fluxo escolar na etapa anterior, o ensino fundamental.

As subfuncões Ensino Profissional e Ensino Superior, somadas, representam 88% das despesas das subfuncões típicas, pois são as que garantem a manutenção das respectivas redes federais. O aumento expressivo, em ambas, no período analisado, representa o esforço do governo federal em suprir recursos para a expansão e reestruturação em curso de ambas as redes.

Outro crescimento orçamentário relevante aparece na subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial, devido, principalmente, a uma reclassificação contábil, a partir da criação, em 2009, de unidades orçamentárias próprias para cada Hospital Universitário (HU), distintas da unidade orçamentária da Universidade-mãe.

Com essa reorganização, muitas despesas, principalmente os pagamentos ao pessoal estatutário dos Hospitais Universitários (médicos, enfermeiras e técnicos em geral), antes englobadas no orçamento das Universidades Federais, e contabilizadas como subfunção Ensino Superior, agora podem ser visualizadas em cada hospital, na subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial, que aumentou mais de seis vezes entre 2006 e 2010 (33% entre 2009 e 2010).

**VALORES REALIZADOS (*) NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES - 2006 a 2010**

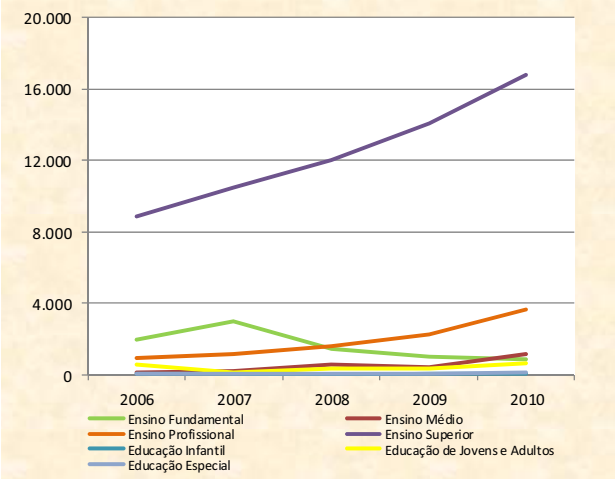
em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Subfunções Típicas da Educação** | **12.594** | **15.210** | **15.984** | **18.201** | **23.326** |
| *Ensino Fundamental* | 1.938 | 3.005 | 1.434 | 990 | 897 |
| *Ensino Médio* | 147 | 220 | 548 | 437 | 1.147 |
| *Ensino Profissional* | 954 | 1.199 | 1.588 | 2.265 | 3.631 |
| *Ensino Superior* | 8.864 | 10.516 | 11.990 | 14.064 | 16.823 |
| *Educação Infantil* | 35 | 70 | 25 | 31 | 67 |
| *Educação de Jovens e Adultos* | 593 | 136 | 327 | 334 | 638 |
| *Educação Especial* | 62 | 64 | 73 | 79 | 124 |
| **Outras Subfunções** | **5.286** | **7.521** | **10.833** | **16.246** | **22.772** |
| *Alimentação e Nutrição* | 1.741 | 1.786 | 1.761 | 2.304 | 3.751 |
| *Assistência Hospitalar e Ambulatorial* | 386 | 412 | 460 | 1.994 | 2.647 |
| *Desenvolvimento Científico* | 45 | 54 | 72 | 117 | 151 |
| *Transferências para a Educação Básica* | 0 | 0 | 4.503 | 7.443 | 10.650 |
| *Demais* | 3.114 | 5.269 | 4.038 | 4.387 | 5.572 |
| **TOTAL** | **17.880** | **22.731** | **26.817** | **34.447** | **46.098** |

Fonte: Siafi/STN - Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

* Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS**
**(VALORES LIQUIDADOS EM R$ MILHÕES)**




Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

Quanto à disposição matricial das subfunções com as funções do orçamento, o quadro seguinte fornece uma idéia do gasto de governo:

- com as subfuncões típicas da educação, relativas aos níveis, etapas e modalidades de ensino, e com as subfuncões não típicas da educação (exemplos: Transferências para a Educação Básica, Administração, Assistência Hospitalar) dentro da função Educação, mostradas na primeira coluna;

- das subfunções típicas da educação executadas dentro de outras funções, fora do MEC. É o caso do gasto educacional em outros órgãos, podendo-se citar, como exemplo, as despesas com ensino fundamental e ensino médio nos Colégios Militares, executadas dentro da função defesa (segunda coluna); e

- o total das despesas com as subfunções típicas da educação no MEC, na função Educação, e fora do MEC em outras funções.

Observa-se, também, que se a classificação total fosse por nível de ensino (existem apenas dois: nível básico e nível superior), o nível superior teria executado R$ 17.016 milhões. Considerando-se como próprias do nível básico os R$ 10.650 milhões das *Transferências para a Educação Básica* e o

saldo da terceira coluna, R$ 7.668, o nível básico totalizaria R$ 18.318 milhões na área federal, superando o nível superior, mesmo sem considerar as transferências das Cotas-parte do Salário-Educação para estados e municípios que não se encaixam nesse quadro.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA* POR SUBFUNÇÕES - 2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| **Subfunções Típicas** | **23.326** | **50,60** | **1.358** | **100,00** | **24.684** | **100,00** |
| *Subfunção Ensino Fundamental* | 897 | 1,95 | 3 | 0,23 | 900 | 3,65 |
| *Subfunção Ensino Médio* | 1.147 | 2,49 | 3 | 0,22 | 1.150 | 4,66 |
| *Subfunção Ensino Profissional* | 3.631 | 7,88 | 56 | 4,12 | 3.686 | 14,93 |
| *Subfunção Ensino Superior* | 16.823 | 36,49 | 193 | 14,22 | 17.016 | 68,94 |
| *Subfunção Educação Infantil* | 67 | 0,14 | 221 | 16,28 | 288 | 1,17 |
| *Subfunção Educação de Jovens e Adultos* | 638 | 1,38 | 882 | 64,94 | 1.520 | 6,16 |
| *Subfunção Educação Especial* | 124 | 0,27 | 0 | 0,00 | 124 | 0,50 |
| **Outras Subfunções** | **22.772** | **49,40** | - | - | - | - |
| *Transferência da Educação Básica* | 10.650 | 23,10 | - | - | - | - |
| *Demais* | 12.122 | 26,30 | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **46.098** | **100** | **1.358** | **100** | **24.684** | **100** |

Fonte: Siafi/STN Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

* valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

**Sobre os indicadores da Função Educação**

Os programas de governo são construídos para enfrentar problemas e demandas da sociedade. Nesse contexto, o indicador de programa constitui instrumento capaz de medir o seu desempenho e deve ser passível de aferição; coerente com o objetivo estabelecido; ser sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. Cada programa finalístico do PPA contém um ou mais indicadores capazes de expressar os resultados da sua execução.

No que se refere ao MEC, os indicadores propostos para o PPA 2008-2011 e seus respectivos índices apurados entre 2006 e 2009 estão apresentados nos Demonstrativos de Evolução de Indicadores que antecedem a análise sobre os programas educacionais no âmbito do PPA.

Indicadores que não fazem parte oficial do PPA também foram incluídos: na Educação Básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), apurado pelo Inep, a Taxa de Frequência Bruta no Ensino Fundamental (7 a 14 anos) e a Taxa de Frequência Bruta na Pré-Escola (4 a 6 anos); na Educação Superior, a Taxa de Escolarização Líquida na Faixa Etária de 18 a 24 Anos de Idade e o número de Bolsas Ocupadas no ProUni (milhares).

Para 2010, todos os indicadores que dependam de dados populacionais, de escolaridade ou outras informações sociais levantadas pelo Censo Escolar do Inep ou da PNAD/IBGE estão como indisponíveis, visto que a apuração desses dados normalmente é publicada apenas em meados do ano seguinte, no caso 2011, exceto as matrículas do Censo Escolar, já publicadas em dezembro de 2010.

Ressalta-se, que no decorrer da vigência do PPA 2008-2011, por não haver períodos de revisão, o necessário reajuste de metas ficou prejudicado. Nesse sentido, foi detectada a impossibilidade de apuração e alcance de diversos índices previstos para os indicadores dos programas finalísticos do MEC, inclusive muitos desses com a previsão superestimada para o final do PPA.

Também, não foi possível inclusão de novos indicadores e tampouco a exclusão de outros. Com isso, alguns indicadores de programas efetivamente utilizados pelo MEC não se encontram descritos no PPA e outros, que já não estão mais sendo aferidos, ainda permanecem no Plano. Além disso, o Sistema de Planejamento e Informações Gerenciais (SIGPlan), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não permite que os indicadores sejam revisados retroativamente, o que impossibilita quaisquer correções, inclusive as decorrentes da retificação dos dados amostrais quando da realização do Censo 2010.

Esta constatação foi repassada e justificada ao órgão competente para as providências cabíveis de alteração dos dados existentes e, também, correção do alcance do índice previsto para o final do PPA 2011. Entretanto, as mesmas não resultaram em correções, tendo em vista a ausência de revisão do PPA 2008-2011.

## Educação Básica

No tocante a este nível de ensino, nos últimos anos, o MEC vem adotando estratégias diferenciadas, que resultaram em maior dinâmica e eficiência nas áreas de gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, além de fomentar a participação da sociedade nas decisões da escola por meio de ações de formação de conselheiros.

O PDE define para a educação básica um rol de 28 diretrizes e adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos estados, municípios e Distrito Federal, a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o qual permite traçar execuções de qualidade para os sistemas de ensino. Dos 5.563 municípios que possuem rede municipal de ensino, apenas dezessete não iniciaram a elaboração do PAR e quarenta e quatro estão elaborando. Os demais municípios já encaminharam o seu Plano para a análise, e apenas sete ainda não tiveram essa análise finalizada. Todos os 1.827 municípios priorizados pelo Ideb 2005 e 2007 elaboraram o seu PAR e já estão sendo atendidos por ações do MEC.

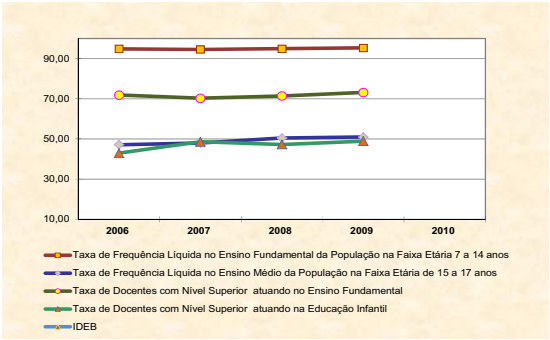
Em 2010, no âmbito do PAR foram empenhados, aproximadamente, R$ 284,9 milhões e celebrados 547 convênios, representando um crescimento de 650% em relação ao ano anterior, face à ampliação do atendimento aos municípios priorizados, o que possibilitou uma maior cobertura em relação aos municípios mais carentes, localizados nas regiões Norte e Nordeste.

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

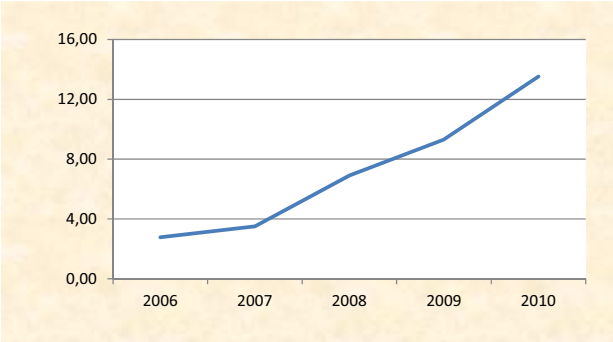
| EDUCAÇÃO BÁSICA * | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos | 15,46 | 17,14 | 18,11 | 18,39 | |
| Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos | 94,84 | 94,56 | 94,91 | 95,31 | |
| Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos | 47,13 | 48,01 | 50,41 | 50,92 | |
| Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental | 71,80 | 70,25 | 71,40 | 73,10 | |
| Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio | 95,40 | 93,38 | 92,00 | 91,90 | |
| Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil | 42,90 | 48,57 | 47,22 | 48,90 | |
| IDEB | 4,00 | 4,20 | 4,40 | 4,60 | |
| Execução Orçamentária da Educação Básica (em R$ bilhões) | 2,78 | 3,50 | 6,91 | 9,32 | 13,52 |

*Sufunções típicas da educação básica (ensino fundamental, ensino médio, educação infantil, educação de jovens e adultos e educação especial) + transferência da educação básica. / **IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.
Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**INDICADORES EDUCAÇÃO BÁSICA (%)**



**ORÇAMENTO EDUCAÇÃO BÁSICA (R$ bilhões)**




**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

| EDUCAÇÃO SUPERIOR | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior | 15,22 | 15,49 | 15,39 | 15,01 | |
| Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial | 44,26 | 47,32 | 48,78 | 52,68 | |
| Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial | 29,40 | 25,76 | 25,17 | 21,63 | |
| Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES - Graduação | 26,32 | 26,93 | 26,03 | 25,62 | |
| Execução Orçamentária da Educação Superior (em R$ bilhões) | 8,86 | 10,52 | 11,99 | 14,06 | 16,82 |

Não estão no PPA:

| INDICADOR | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bolsas Ocupadas no PROUNI (milhares) | 204,6 | 310,2 | 434,8 | 596,1 | 704,6 |
| Taxa de Escolarização Líquida Ens. Sup. (faixa 18 a 24 anos) | 12,7 | 13,2 | 13,9 | 14,6 | |

Fontes: INEP e PNAD/IBGE

Dentre os programas e ações desenvolvidos no âmbito da Educação Básica, destacaram-se em 2010:

### Programa Brasil Escolarizado

É considerado um programa estruturante da política educacional brasileira e objetiva contribuir para a universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos às suas diversas etapas e modalidades. É por meio de suas ações, que vão desde o financiamento da alimentação escolar, até o apoio à reestruturação da rede física pública, que os quatro eixos norteadores do PDE são atendidos diretamente e indiretamente.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO**

| 1061 | BRASIL ESCOLARIZADO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2925 | Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos | 15,46 | 17,14 | 18,11 | 18,40 | n/d | 54,40 |
| 2990 | Taxa de Frequência Bruta no Ensino Médio | 82,18 | 82,56 | 85,45 | 83,00 | n/d | 91,90 |
| 2988 | Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos | 94,84 | 94,56 | 94,91 | 95,30 | n/d | 97,50 |
| 2991 | Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos | 47,13 | 48,01 | 50,41 | 50,92 | n/d | 52,80 |
| 2926 | Taxa de Frequência Líquida na Pré-Escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos | 64,80 | 47,17 | 47,11 | 39,50 | n/d | 87,50 |
| - | Taxa de Frequência Bruta no Ensino Fundamental (7 a 14 anos) | 116,19 | 115,95 | 115,73 | 117,29 | n/d | n/d |
| - | Taxa de Frequência Bruta na Pré-Escola (4 a 6 anos) | 70,19 | 49,35 | 48,52 | 40,64 | n/d | n/d |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 2.705,51 | 3.693,25 | 7.465,42 | 10.309,54 | 15.244,45 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

Durante o período de vigência do atual PPA, o MEC constatou que alguns dos seus programas finalísticos, dentre os quais, o Brasil Escolarizado, apresentava superestimação das metas e impossibilidade de alcance dos índices previstos para 2011, fato este agravado pela ausência de revisão do PPA 2008-2011, que inviabilizou as adequações necessárias para retratar o real desempenho do programa.

Com relação ao índice previsto para o indicador 2925 - Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos, este tinha como referência a meta estabelecida pelo PNE 2001-2010 de alcançar, até o final de 2010, o atendimento em creches de 50% das crianças de 0 a 3 anos. Com base neste documento, foram estabelecidos os índices constantes no PPA, inclusive a previsão de 54,40% para o ano de 2011.

Já a queda do índice do indicador 2926 deve-se à ampliação do ensino fundamental para nove anos, que transferiu as crianças de seis anos da Pré-Escola para o ensino fundamental. Faz-se necessário, portanto, revisão das faixas etárias e reestimativa dos parâmetros do indicador.

Para atingir os objetivos do Programa Brasil Escolarizado, destaca-se:

A ação Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb tem como finalidade assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundo, de forma a garantir, no âmbito dos Estados, o alcance do valor mínimo nacional, para redução das desigualdades educacionais existentes entre os entes federados. Em 2010, foram contemplados 44,6 milhões de alunos da educação básica de todos os estados e Distrito Federal. O aporte de recursos da União ao Fundo totalizou R$ 6,7 bilhões, sendo destinado aos estados do Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí, beneficiando um contingente de 16,2 milhões de alunos.

A Complementação da União, transferida para as contas específicas do Fundeb dos nove estados e seus respectivos municípios que tiveram o valor médio ponderado por aluno inferior ao mínimo definido nacionalmente, representou 9% do valor total das contribuições ao Fundo por parte de todos os estados e municípios do Brasil, em 2010, devendo completar, até 31 de janeiro de 2011, a previsão legal de 10%. Esse percentual é mais que dez vezes superior aos 0,9% transferidos como complementação pela União em 2006, no último ano do Fundef, o que demonstra o grande incremento, progressivo em quatro anos, dessa contribuição, para maior equidade no financiamento educacional público.

A Complementação da União ao Fundeb é o principal reforço a um dos objetivos do Programa Brasil Escolarizado, o de promover a equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos às diversas etapas e modalidades da Educação Básica. A Complementação da União, para 2010, deve atingir, em média, 42% a mais sobre as contribuições apenas dos nove estados beneficiados e seus municípios, mas o Maranhão, por exemplo, que tem valor por aluno muito baixo, recebe, em 2010, 80% de incremento sobre seus recursos do Fundo antes da Complementação, o que comprova a equidade promovida pela União entre Unidades da Federação.

A equidade intrafederativa é promovida pelo mecanismo de repartição dentro de cada estado, segundo o número de matrículas nas respectivas redes estaduais e municipais, da totalidade dos recursos arrecadados para o Fundeb, oriundos de repartição de impostos federais, estaduais, municipais, transferências de impostos e Complementação da União, quando couber.

As informações supracitadas contêm elementos que permitem correlacionar indiretamente os recursos aplicados pela União, a título de complementação ao Fundeb, com os objetivos do Programa Brasil Escolarizado, uma vez que essa complementação equaliza as condições de acesso e permanência dos alunos dos estados com valor aluno/ano abaixo do mínimo definido nacionalmente para a educação básica, contribuindo, ainda, para a redução das desigualdades educacionais existentes entre os entes federados.

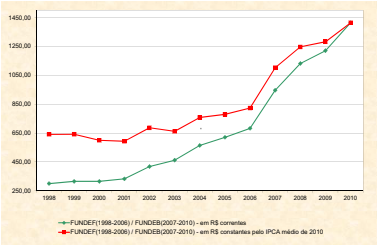
Outra boa indicação da equidade promovida pela complementação da União, desde o início do Fundef, em 1998, até o Fundeb, em 2010, pode ser conferida pela evolução do valor mínimo por aluno, o qual mais que quadruplicado nominalmente, no período total, ou duplicado, em termos reais, descontada a inflação, como atestam o demonstrativo e o gráfico seguintes:

**VALOR MÍNIMO POR ALUNO NO FUNDEF E FUNDEB (1° CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL URBANO)**

(Em R$/aluno)

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FUN F<br>FUN B | 300,00 | 315,00 | 315,00 | 333,00 | 418,00 | 462,00 | 564,63 | 620,56 | 682,60 | 947,24 | 1.132,34 | 1.221,34 | 1.414,85 |
| FUN F<br>FUN B | 641,01 | 641,88 | 599,64 | 593,32 | 686,74 | 661,66 | 758,60 | 780,15 | 823,68 | 1.102,86 | 1.247,53 | 1.282,88 | 1.414,85 |

Fonte: FNDE - Portarias Interministeriais
Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC




Cabe destacar, ainda, que a ação Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb é classificada, orçamentariamente, no grupo "Operações Especiais", que não resultam em produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Segundo o Manual Técnico de Orçamento (SOF/MP), no que se refere ao orçamento da União, identifica-se uma operação especial quando o seu gestor não combina fator de produção, nem se responsabiliza pela geração do produto, que se materializa em outro ciclo orçamentário (estado, município, por exemplo). Logo, não há produtos, metas físicas ou outros indicadores delineados no orçamento federal, relacionados à ação de complementação da União ao Fundeb.

Os cálculos e estimativas de toda essa troca inter e intrafederativa de contribuições e repartições das receitas do Fundeb são efetuados pela STN/MF e pelo FNDE/MEC, o qual também, segundo art. 30, da Lei 11.494/07, dá apoio técnico aos entes federativos e às instâncias de acompanhamento, fiscalização e controle interno e externo e capacitação aos membros dos conselhos do Fundeb. O monitoramento das aplicações é realizado por meio de sistemas de informações orçamentárias e financeiras (principalmente pelo Sistema de Informações de Orçamento Público em Educação - SIOPE/FNDE/MEC) e de cooperação com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e Distrito Federal. O FNDE/MEC é, também, responsável pela realização de avaliações dos resultados de aplicação da lei com vistas à adoção de medidas operacionais e político-educacionais corretivas.

A criação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), em 2009, tem por objetivo dar visibilidade aos recursos públicos da educação e mostrar à sociedade o quanto as esferas do governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – investem efetivamente na área. O sistema contém dados consolidados das receitas totais e das despesas realizadas por todas as esferas do governo, além de mostrar os recursos vinculados à educação organizados segundo o nível de ensino e natureza. Desse modo, o Siope é um importante instrumento de garantia da transparência e de acompanhamento e controle social dos gastos realizados na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

De acordo com o art. 24 da Lei 11.494/2007, a fiscalização dos recursos do Fundeb é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e, quando há recursos federais na composição do Fundo em um determinado Estado, o Tribunal de

Contas da União e a Controladoria-Geral da União também atuam nessa fiscalização. Trata-se de um trabalho diferente daquele realizado pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, visto que estas instâncias têm a prerrogativa legal de examinar e aplicar penalidades, na hipótese de irregularidades.

É importante destacar que o Ministério Público, mesmo não sendo uma instância de fiscalização de forma específica, tem a relevante atribuição de zelar pelo efetivo e pleno cumprimento da lei. Nesse aspecto, desempenha uma função que, em relação a eventuais irregularidades detectadas e apontadas pelos Tribunais de Contas, complementa a atuação destes, tomando providências formais na órbita do Poder Judiciário.

Por fim, cabe ressaltar que após a publicação do Acórdão 2876/2010 – Plenário, citado pela Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 3327/2010 – 1ª Camara, no Voto do Ministro Relator, definiu a competência da fiscalização da aplicação e exame de contas do Fundeb aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Conforme item 6 do referido Acórdão: "Por outro lado, ao deixarem esses recursos de pertencer ao patrimônio federal após sua transferência, a fiscalização de sua aplicação e o exame de suas respectivas contas passa para a alçada dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, conforme o ente governamental beneficiado, de acordo como o contido nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e no inciso II do art. 26 da Lei nº 11.494, de 20/6/2007, que regulamenta o Fundeb."

Outras ações também merecem destaque no Programa Brasil Escolarizado:

A ação Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica – PDDE tem como objetivo prover as escolas de educação básica com recursos financeiros, de forma suplementar, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, contribuindo para a permanência do aluno na escola e elevação do seu desempenho escolar. Em 2010, foram beneficiadas 137.640 escolas, com recursos da ordem de R$ 1,45 milhão.

A ação Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares, dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano –, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública, residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar, tendo como base o quantitativo de alunos da Educação Básica pública. No exercício de 2010, foram beneficiados mais de quatro milhões de alunos da zona rural, totalizando R$ 596,5 milhões de recursos investidos.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – PNLD tem por finalidade prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do Ensino Fundamental, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos países do Mercosul. Vale destacar a aquisição, pela primeira vez em 2010, de livros didáticos de língua estrangeira (inglês ou espanhol) para uso dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no ano letivo de 2011, complementando a distribuição de livros dos componentes curriculares para esse segmento. Visando incrementar a aprendizagem no ciclo de alfabetização, foram adquiridas, também pela primeira vez, Obras Complementares para os alunos de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

A partir de 2011, passarão a ser atendidos apenas os municípios que aderirem ao PNLD, no prazo estabelecido, evitando, assim, a compra e o envio de livros didáticos para municípios e estados que optem por utilizar outros tipos de material didático, como os sistemas apostilados. Em 2010 foram adquiridos 120,5 milhões de livros para serem distribuídos no ano letivo de 2011, totalizando um investimento de R$ 893,0 milhões para beneficiar 29,4 milhões de alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, em 129,8 mil escolas.

Convém destacar, que Decreto 7.084, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os programas de material didático, trouxe outra novidade: a partir de 2011, passam a ser atendidos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático apenas os municípios que aderirem ao programa, mediante documento específico disponibilizado pelo FNDE, no prazo estabelecido. A medida visa evitar a compra e o envio de livros didáticos para municípios e estados

que optem por utilizar outros tipos de material didático, como os sistemas apostilados.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio – PNLEM provê de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do ensino médio, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino público brasileiro. Quando possível, livros e materiais didáticos também são distribuídos aos alunos e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos Países do Mercosul. Em 2010, foram adquiridos mais de 17,0 milhões de livros e investidos R$ 136,8 milhões no PNLD-EM, sendo que grande parte destes recursos, ou seja, cerca de R$ 125 milhões, foram utilizados na compra e distribuição de livros de português, matemática, biologia, história, química, física e geografia, a serem utilizados pelos alunos em 2011. Serão atendidos 7,7 milhões alunos, em 17,6 mil escolas.

A ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE é conhecida como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e objetiva atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. No exercício de 2010, foram empenhados recursos da ordem de R$ 3,04 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de alunos da educação básica pública.

Em 2010, foram realizadas 19 visitas a municípios nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Sergipe, e duas visitas a Secretarias de Estado de Educação nos estados de Pernambuco e Bahia pela equipe de monitoramento do PNAE. O monitoramento/acompanhamento visa orientar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vista ao aprimoramento de sua operacionalização. Ainda, em 2010, foram realizados diversos encontros/formações com o objetivo de aprimorar a gestão local e fomentar as ações e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE (Controle Social do PNAE). Também, foram realizados Encontros Regionais de Nutricionistas da Alimentação Escolar nas regiões Norte e Nordeste. O evento contou com a participação de nutricionistas e representantes dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes) das universidades federais de Pernambuco, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Brasília, bem como os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas) dos estados de Alagoas, Ceará e Maranhão e os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRNs) das regiões. A programação contou com pesquisadores e especialistas na área de alimentação escolar, bem como com a equipe técnica do próprio PNAE e de outros ministérios, e apresentou como proposta de discussão a nova legislação do PNAE e suas principais novidades.

A ação Capacitação e Formação Inicial e Continuada a Distância beneficia professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, bem como profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas, nas modalidades a distância, semipresencial e presencial. A ação é implantada em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins.

Merecem destaque nesta ação:

- Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população com dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância, com prioridade para os professores que atuam na educação básica, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. Atualmente, 92 Instituições de Ensino Superior (IES) são vinculadas ao Sistema UAB, sendo 50 Universidades Federais, 27 Universidades Estaduais e 15 Institutos Federais de Educação Tecnológica, responsáveis pela oferta de cursos em 587 pólos de apoio presencial (ativos), vinculados ao Sistema UAB

- Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, que visa formar profissionais capazes de tematizar e refletir criticamente a respeito da própria prática e do papel desempenhado pela tecnologia na criação de um novo ambiente educacional, conta com a participação de 32 Instituições de Ensino Superior, totalizando 34.678 cursistas concluintes.

- Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado), objetiva proporcionar a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, e a dinamização e a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de promoção do desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos, alcançou, em 2010, a formação de mais de 320 mil professores e gestores escolares.

- Projeto UCA - Um Computador por Aluno tem a finalidade de promover a inclusão digital pedagógica, mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis, denominados laptops educacionais, em escolas públicas, numa escala de um Piloto, de teste e avaliação. O UCA integra o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) do MEC, bem como planos, programas e projetos educacionais, de tecnologia e inclusão

digital , ampliando e enriquecendo o uso pedagógico das tecnologias nas escolas públicas. Nessa perspectiva e com o objetivo de promover a implantação do Projeto, foram desenvolvidas as seguintes ações em 2010:
- implantação de redes sem-fio em 300 escolas;
- distribuição de 150 mil laptops para 367 escolas públicas estaduais e municipais divididas nos 27 estados da federação;
- estruturação e preparo das equipes de 31 universidades, aproximadamente 350 profissionais, para atuarem como formadores.
- formação inicial de 550 multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional dos estados e municípios;
- formação inicial de, aproximadamente, 7300 professores, 1100 gestores educacionais das escolas públicas envolvidas; e
- estruturação e implantação de um comitê de avaliação composto por 20 especialistas das várias áreas de conhecimento, 27 comissões de avaliação e 27 equipes de aplicadores, totalizando 182 profissionais dedicados a avaliação do projeto. Estes profissionais são vinculados as universidades federais.

A ação Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para Educação Básica constitui mais uma iniciativa direcionada para a formação de professores, a qual atende diretamente aos eixos Educação Básica, Educação Superior e Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade. Visa capacitar profissionais do magistério da educação básica, com destaque de atuação na formação inicial e continuada de professores da educação básica. Em 2010, foram pagas mais de 140 mil bolsas, totalizando um investimento de R$ 395,3 milhões.

A ação Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica tem por finalidade prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência as escolas públicas da Educação Básica das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Em 2010, foram adquiridos R$ 10,1 milhões de livros. No mesmo período, foram investidos R$ 175,9 milhões no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

Também em 2010, foi desenvolvido o PNBE do Professor, com o objetivo de prover os docentes das escolas públicas de ensino fundamental e médio com obras de apoio pedagógico de natureza teórico-metodológica, sendo investidos R$ 59 milhões para a aquisição de quase sete mil obras. Ressalta-se, também, a execução do PNBE Periódicos, com aquisição de, aproximadamente, 19,2 milhões de periódicos e um investimento de R$ 60,2 milhões.

A ação Produção e veiculação de Programas, Materiais Pedagógicos e dos Conteúdos Multimídia para a Educação Pública visa à elaboração, produção, distribuição, aquisição e veiculação de programas e materiais multimídias de apoio à educação a distância e presencial que utilizam as tecnologias da informação e comunicação no âmbito dos programas de formação inicial e continuada, além da aquisição de acervo televisivo e em outras mídias, nacional e internacional, contribuindo para a disseminação de conhecimentos múltiplos para diversos públicos alvos. Foram aplicados recursos no montante de R$ 30,5 milhões.

Outras iniciativas desta ação também merecem destaque:

- A Política Nacional do Ensino Médio, que a partir da aprovação do Fundeb, teve fortalecidas ações estruturantes, das quais se destacam o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, o do Transporte Escolar e o da Alimentação Escolar, anteriormente destinados apenas ao ensino fundamental. No conjunto, essas políticas vêm contribuindo para considerável aumento da matrícula e em uma melhoria da qualidade nessa etapa de ensino.

- Portal do Professor com mais de 118 mil professores cadastrados, produzindo aulas e interagindo nos 20 fóruns ativos. Há, também, mais de 10 mil aulas publicadas por professores de várias regiões do país, de diferentes áreas e níveis de ensino; mais de 7 mil recursos; 6.300 links para portais educacionais, museus e bibliotecas virtuais e outros. Desde o seu lançamento foram registrados 7.117.055 milhões de acessos, dos quais mais de cinco milhões de acessos únicos. Ressalta-se que o Portal é acessado por 151 países, além dos estados brasileiros.

- TV Escola. O programa que completará 15 anos em 2011 constitui importante instrumento de promoção da democratização da educação pública no Brasil. Tem como principal objetivo a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio da produção e veiculação dos conteúdos educativos em formato de televisão. Além de debater a educação, o canal apresenta documentários e animações educativas, organizados de acordo com as disciplinas básicas curriculares. É produzido, programado, operado e transmitido pela EBC – ACERP, sob coordenação direta do MEC.

**Programa Desenvolvimento da Educação Especial**

Apóia, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, mediante oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade. A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial passa a ser definida como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, e os alunos

público-alvo da educação especial passam a ser aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Os programas, ações e iniciativas desenvolvidas visam apoiar os sistemas de ensino na organização da rede pública para garantia do pleno acesso, participação e aprendizagem destes educandos. Dessa forma, são implementadas ações voltadas à promoção da formação continuada de professores, da acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações.

Conforme indicadores do Censo Escolar, em 2003, o índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino era de 28,8% e em 2009 este percentual é de 61%. A educação especial registrou em 2010, mais de 702 mil matrículas, um aumento de 10% com relação a 2009. Esse aumento deu-se, principalmente, em função do processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas regulares, iniciado em 2007. Com a expansão de alunos especiais nas escolas regulares, caíram as matrículas nas escolas exclusivas.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

| 1374 | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2345 | Índice de Acesso a Educação Básica | 39,00 | 27,50 | 38,00 | 27,00 | n/d | 97,00 |
| 2530 | Índice de Atendimento Educacional Especializado | 100,00 | 107,00 | 139,60 | 53,00 | n/d | 160,00 |
| 2346 | Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino[1] | 59,70 | n/d | 69,00 | 64,60 | n/d | 100,00 |
| 2343 | Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física | 9,34 | 10,75 | 13,28 | 14,68 | n/d | 25,00 |
| 2140 | Taxa de Matrícula de Alunos com Nec. Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Ed. Básica[2] | 46,40 | 46,76 | 54,00 | 60,50 | n/d | 68,00 |
| 2344 | Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial | 89,00 | 94,77 | 96,00 | 97,30 | n/d | 97,00 |
| 2111 | Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros | 57,54 | 60,00 | 65,40 | 72,60 | n/d | 72,00 |
| 2112 | Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica [3] | 2,10 | 2,80 | 3,60 | 3,70 | n/d | 5,50 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa( R$ milhões) | 78,12 | 79,10 | 105,13 | 115,10 | 128,98 | |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

[1] Foi solicitada alteração, junto ao SIGPlan, para "Índice de Matrícula de alunos público alvo da Educação Especial na rede pública de ensino"
[2] Foi solicitada alteração, junto ao SIGPlan, para "Taxa de Matrícula de aluno público alvo da Educação Especial em classes comuns de escolas regulares na educação básica"
[3] Foi solicitado alteração, junto ao SIGPlan, para "Taxa de Qualificação Docente para atendimento educacional especializado".

Justifica-se a baixa probabilidade de alcance da meta prevista para o final do PPA dos indicadores 2345 e 2530 devido ao fato de que a matrícula de alunos público alvo da educação especial no Atendimento Educacional Especializado – AEE ocorreu de forma concomitante à matrícula na classe comum de ensino regular. Considerando a queda de matrícula substitutiva na educação especial e que o pleno acesso ao ensino regular é decorrência da eliminação do sistema paralelo de ensino, o alcance dessas metas depende de um amplo processo de mudanças que deverá acontecer no decorrer da próxima década. Além disso, em 2009, também houve mudança nos instrumentos de coleta de dados do Censo, que passou a ser mais detalhado e a fazer cruzamento dos dados, possibilitando maior exatidão das informações. Especificamente quanto ao indicador 2530, vinha considerando, de forma equivocada, a matrícula substitutiva nas escolas e classes especiais como oferta de AEE, o que foi corrigido em 2009, quando passam a ser contabilizadas apenas as matrículas no AEE concomitantes ao ensino regular. Ressalte-se, ainda, a baixa probabilidade de alcance da meta prevista para 2011 dos indicadores: 2345 - Índice de acesso a Educação Básica (o correto seria 55%) e 2530 - Índice de Atendimento Educacional Especializado (o correto seria 140%), se deve, principalmente, à ausência de revisão do PPA e, portanto, da possibilidade de adequação da meta, já solicitado ao SIGPlan.

Dentre as ações voltadas para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, destacaram-se em 2010:

A ação Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial tem como objetivo apoiar os sistemas de ensino para a organização de salas de recursos multifuncionais na perspectiva da educação inclusiva. Em 2010, foram atendidas 3.750 escolas com um montante de R$ 31,4 milhões para a aquisição de mobiliários e equipamentos.

A ação Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar objetiva criar, implantar e implementar ações de apoio à estruturação do sistema educacional para a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e para a oferta do atendimento educacional especializado complementar à escolarização, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Foram atendidas 4.375 escolas com um montante superior a R$ 4,1 milhões.

A ação Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial tem como finalidade promover a formação continuada de professores dos sistemas públicos de ensino, objetivando efetivar a implementação da política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com vistas ao acesso, à participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular. Foram beneficiados mais de 46 mil profissionais, tendo totalizado recursos na ordem de R$ 19,06 milhões.

A ação Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência à Educação Profissional objetiva apoiar o desenvolvimento de cursos de formação de professores que atuam na educação profissional para a garantia do acesso e participação de alunos com deficiência nas turmas comuns de educação profissional. Foram apoiadas 38 instituições com um montante de aproximadamente R$ 3,9 milhões.

No âmbito do Programa Desenvolvimento da Educação Especial destacam-se algumas iniciativas do PDE, quais sejam:

- Programa Escola Acessível: visa proporcionar condições de acessibilidade dos alunos público alvo da educação especial nas escolas comuns de ensino regular da rede pública, por meio de ações de apoio aos sistemas de ensino para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações e informações que impedem seu acesso e participação. Os recursos às escolas são descentralizados via Programa Dinheiro Direto na Escola. Em 2010, foram atendidas 3.845 escolas públicas com investimento de R$ 65 milhões.

- Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: tem como finalidade garantir a oferta do AEE e complementar à escolarização básica, disponibilizando equipamentos, mobiliários, materiais didático/pedagógicos e recursos de acessibilidade para a organização de espaços para a oferta do atendimento educacional aos alunos público-alvo da educação especial, matriculados no ensino regular. Em 2010, foram contempladas 3.785 mil escolas, com investimentos de R$ 32,3 milhões.

- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade: apóia a formação de gestores e educadores para a educação inclusiva, envolvendo a participação de todos os municípios brasileiros. Para sua implementação, em 2010, foram investidos R$ 14,5 milhões, destinados a 151 municípios-pólo que atuam na multiplicação da formação na sua área abrangência, beneficiando aproximadamente 22 mil professores.

- Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial: oferta cursos, à distância, para professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais e nas salas de aula comum. Em 2010, foram disponibilizadas, por meio da Plataforma Paulo Freire, 24 mil vagas para professores das redes públicas, em cursos de aperfeiçoamento, desenvolvidos por uma rede de instituições públicas de educação superior, no âmbito da UAB, com recursos da ordem de R$ 3,7 milhões.

Também foram disponibilizados recursos para

implementação de cursos presenciais na área da educação especial em 11 estados, contemplando as práticas educacionais inclusivas em sala de aula, o AEE, tecnologia assistiva, Sistema Braille, Ensino de Libras, Língua Portuguesa para alunos surdos, Comunicação Aumentativa/Alternativa, Orientação e Mobilidade e Altas Habilidades/Superdotação, com vistas à formação de 5.366 professores das redes estaduais de ensino, com um investimento em torno de R$ 5 milhões.

- Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial (RENAFOR): em 2010, foram aprovados projetos de seis instituições de ensino superior para a oferta, em 2011 de 1.060 vagas, nos cursos de Gestão da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, AEE, e Inclusão Digital e os Recursos de Tecnologia Assistiva, com investimentos de aproximadamente R$ 791 mil.

**Programa Qualidade na Escola**

Com o objetivo de expandir e melhorar a qualidade da educação básica, suas ações são desenvolvidas de forma coordenada, contemplando vários aspectos: os pedagógicos, no que diz respeito ao conteúdo; a qualificação docente e os de infraestrutura, relacionados às condições de permanência dos alunos na escola. O programa vem suprir a necessidade de adoção de ações espacialmente focalizadas e específicas para a superação de problemas relacionados à evasão, abandono e defasagem escolar na educação básica.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA QUALIDADE NA ESCOLA**

| 1448 | QUALIDADE NA ESCOLA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2993 | Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos | 0,80 | 0,80 | 0,81 | 0,81 | n/d | 0,93 |
| 2994 | Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos | 4,18 | 4,12 | 4,12 | 4,10 | n/d | 5,40 |
| 2995 | Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 18 a 35 anos | 8,54 | 8,70 | 8,90 | 8,90 | n/d | 9,10 |
| 2996 | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil | 42,90 | 48,57 | 47,22 | 48,90 | n/d | 70,00 |
| 2997 | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental | 71,80 | 70,25 | 71,40 | 73,10 | n/d | 85,80 |
| 2998 | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio | 95,40 | 93,38 | 92,00 | 91,90 | n/d | 100 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | n/d | n/d | 1.334,80 | 1.674,23 | 2.593,12 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do programa, destacaram-se:

A ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - Proinfância tem por objetivo reestruturar as redes físicas municipais de educação infantil, prestando assistência financeira suplementar aos municípios e ao Distrito Federal para construção de creches e pré-escolas a crianças de zero a seis anos de idade. São repassados recursos para construção das escolas de educação infantil, que devem seguir projetos arquitetônicos padronizados elaborados com base no conceito de padrão construtivo mínimo. As unidades são beneficiadas também com o mobiliário e equipamento qualificado, garantindo a qualidade das atividades pedagógicas inerentes ao espaço educativo.

Em 2010, foram construídas 628 unidades escolares do Proinfância, bem como foram aditados 365 convênios celebrados nos exercícios anteriores, 2007 e 2008, com a mesma finalidade, totalizando investimentos de R$ 882,3 milhões, em função das reformulações no projeto básico. Para os convênios de Proinfância pactuados nos exercícios 2009 e 2010, a liberação das parcelas complementares pactuadas estava vinculada ao avanço físico da obra. Com isso, foi necessário empenhar as parcelas complementares de alguns convênios. Com a meta de executar 1.500 unidades escolares do Proinfância, a partir do exercício 2011, pretende-se prestar assistência financeira suplementar aos municípios e ao DF por meio de "termo de compromisso", no âmbito do PAC 2. Tal procedimento visa dar agilidade aos procedimentos administrativos, em substituição ao convênio, instrumento utilizado, até então, para fins de repasse de recursos para construção de escolas. A análise técnica dos projetos é realizada via Simec e não mais "em papel". Sobre o atendimento em 2010, estima-se que aproximadamente 110.000 alunos de zero a seis anos serão beneficiados pelo Programa Proinfância.

A ação Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola tem por objetivo renovar a frota de veículos escolares das redes municipal e estadual de educação básica na zona rural; garantir a qualidade e segurança do transporte escolar na zona rural, por meio da padronização e inspeção dos veículos disponibilizados pelo Programa Caminho da Escola; garantir o acesso e a permanência dos estudantes moradores da zona rural nas escolas da educação básica; reduzir a evasão escolar, em observância às metas do Plano Nacional de Educação; e reduzir o preço de aquisição dos veículos necessários ao

transporte escolar na zona rural.

Os recursos financeiros aplicados no Programa Caminho da Escola são provenientes de recursos próprios e recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo MEC. Em 2010, o Programa Caminho da Escola, totalizou investimentos da ordem de R$ 791,4 milhões, sendo adquiridos 6,7 mil ônibus, sendo 1,1 mil com recursos próprios, 747 por meio de financiamento e 4,4 mil por meio de convênios firmados com o MEC. Para 2011, está prevista a aquisição de dois mil veículos e um investimento de R$ 380 milhões.

Ação Disseminação de Tecnologias Educacionais - tem como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras que apresentem condições de subsidiar a promoção da qualidade da educação básica em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e médio) e modalidades. Em 2010, foram beneficiados mais de 500 mil alunos por meio das tecnologias educacionais de correção de fluxo e com a realização de Feiras e Eventos Educacionais. A ação totalizou recursos da ordem de mais de R$ 46 milhões.

A ação Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino contempla a realização de duas grandes olimpíadas escolares que já integram o calendário das escolas públicas nos diversos campos do conhecimento e contam com a participação de sociedades científicas, instituições acadêmicas, Secretarias de Educação e da iniciativa privada. Tanto a Olimpíada de Língua Portuguesa quanto a Olimpíada de Matemática, vêm ano a ano ampliando consideravelmente seu público-alvo e conseqüentemente suas atividades.

- Olimpíada de Língua Portuguesa: Em 2010, participaram da 2ª edição da Olimpíada mais de 141 professores de 60.123 escolas em 5.498 municípios, envolvendo mais de sete milhões de alunos.

- Olimpíada de Matemática: Realizou sua 6ª edição em 2010, com aproximadamente 20 milhões de alunos de 44,7 mil escolas inscritos. Para a execução da ação foram investidos mais de R$ 25 milhões.

A ação Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica contempla um conjunto de atividades que objetivam ampliar a oferta de capacitação, formação inicial e continuada, na modalidade presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas públicas da educação infantil, que em 2010 atenderam mais de 168 mil cursistas com investimentos da ordem de R$ 49, 5 milhões.

Com relação ao desempenho das atividades de formação, se destacaram em 2010:

- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores: tem o grande mérito de ter conseguido institucionalizar a oferta de materiais didáticos e cursos de formação de professores, por meio das Instituições de Ensino Superior. Em 2009, o atendimento realizado a partir das demandas do PAR pelos estados e municípios beneficiou cerca de 34.610, cuja formação se estende para o ano de 2010, elevando o atendimento nesse ano a 53.119 professores. Ainda em 2010, a Chamada Pública para a Rede Nacional de Formação Continuada ampliou para 82 o número de universidades parceiras e estará formando, em 2011, aproximadamente 50.000 professores.

- Pró-Letramento: implantado no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, em 2010, em continuidade a cursos iniciados em anos anteriores, aproximadamente 67 mil professores foram atendidos. No segundo semestre de 2010 novas turmas foram iniciadas em vários estados com mais 17 mil professores inscritos.

- Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II: é um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial, destinado à capacitação de professores dos anos/séries finais do ensino fundamental, da rede pública, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Iniciado em 2008, a demanda atendida em 2010 foi de 468 municípios, em 22 estados, num total de 1.158 professores tutores e 25.935 professores cursistas.

- Especialização em Educação Infantil: trata-se de um curso de especialização para professores que atuam na educação infantil. Foi criado em 2010 e constitui uma inovação implementada pelo MEC em cooperação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e as universidades que dispõem de centros e pesquisas em educação infantil. A primeira oferta deste Curso possibilitou o atendimento, em 2010, a 2.985 professores em 55 pólos presenciais de 13 universidades em 13 estados.

A ação Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino conta com a parceria de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Undime para a realização da formação presencial, o que assegura o bom desempenho do conjunto de atividades de fortalecimento da gestão: Escola de Gestores, Pradime, Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Pró-Conselho e PNE, cujo atendimento total realizado no ano de 2010 foi superior a 47 mil profissionais da educação, sendo que destes 21.403 iniciaram formação em 2010. Os demais beneficiados tiveram suas formações iniciada em anos anteriores.

Dentre as atividades de formação desta ação, destacaram-se em 2010:

- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME): o Programa busca fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação frente à gestão pública nos aspectos estratégico, administrativo, pedagógico, financeiro/orçamentário e de recursos humanos. Em 2010, houve a continuidade do Curso de Extensão PRADIME - EAD, desenvolvido pela UFPE e implementado pelas Universidades Federais da Bahia e Pernambuco (UFBA e UFPE), com a participação de 1.160 dirigentes da região Nordeste. Também em 2010, outros 3.235 dirigentes municipais de educação das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul foram beneficiados. Para 2011, está previsto o atendimento a todos os dirigentes municipais, em encontros presenciais e por meio de cursos de extensão à distância, no total de 5.564.

- Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica: tem por objetivo formar, em nível de especialização, gestores educacionais efetivos das escolas públicas da Educação Básica, incluídos aqueles de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional. Em 2010, 2.395 cursistas concluíram o Curso de Especialização em Gestão Escolar e também foi iniciado o atendimento a outros 8.820 cursistas nos cursos de Gestão Escolar, nos níveis de aperfeiçoamento e especialização.

- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: tem por objetivo o desenvolvimento de ações que visam ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola, garantindo a gestão democrática do ensino e o controle social da educação. Em 2010, foram descentralizados recursos destinados a ofertar 3.300 vagas no Curso de Extensão a Distância para a formação de técnicos de secretarias e conselheiros escolares. Na modalidade presencial, foram atendidos 3.308 participantes de 7 encontros presenciais para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e conselheiros escolares.

- Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho: atua na elaboração e distribuição de material didático e na realização de formação continuada, com vistas à qualificação de conselheiros municipais de educação. Em 2010, foram ofertadas 1.600 vagas no Curso de Extensão a Distância Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, por meio da Universidade Federal do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Piauí, além da realização de vários Encontros Nacionais dos Conselhos de Educação, com a participação de 354 conselheiros, bem como ofertou curso de Formação de Conselheiros Municipais de Educação, com participação de 81 pessoas.

Ação Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica**.** No que se refere à formação e profissionalização dos trabalhadores da Educação que atuam fora da sala de aula, o MEC disponibiliza o Programa ProFuncionário, que titula em nível médio, com habilitação nas áreas Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar, os funcionários dos sistemas de ensino da educação básica pública. Em 2010, foram atendidos 11.654 profissionais, com investimentos de R$ 2,4 milhões. Atualmente, estão sendo desenvolvidos estudos para que sejam implementados cursos regulares presenciais em Institutos Federais, assim como a ampliação do atendimento da formação para os sistemas municipais com o apoio do sistema e-Tec e a possibilidade de Escolas Técnicas Estaduais assumirem a formação dos profissionais da educação funcionários de escola.

**Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais**

Para viabilizar a coleta, análise e disseminação de informações com vistas a subsidiar a implantação de políticas públicas e de programas educacionais, o MEC realiza avaliações que auxiliarão na definição de prioridades e na melhoria do desempenho da educação brasileira. O programa Estatísticas e Avaliações Educacionais abrange o desenvolvimento de sistemas estatísticos e avaliações exclusivas, subsidiando diretamente a consecução dos vários programas de governo na função educação, pelo fornecimento de dados e indicadores quantitativos e qualitativos da educação brasileira, a partir da evolução e melhoria no trato da informação educacional. Anualmente, são realizados o Censo da Educação Básica e o Censo da Educação Superior, mediante coleta de informações sobre matrículas, sobre docência e sobre condições de oferta.

Outra fonte de informações para as estatísticas da educação brasileira são as avaliações educacionais, destacando-se a Provinha Brasil (anual), Prova Brasil (bienal – destinado aos alunos de 4ª e 8ª séries, com o objetivo de medir a proficiência dos alunos em leitura e matemática), o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem (anual) e o Exame Nacional de Avaliação de Estudantes - Enade (anual). Com base nestas informações, é calculado, bienalmente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para cada escola, por rede, por UF e Brasil, bem como são traçadas metas que têm como objetivo atingir, em 2021, a média dos países desenvolvidos. No Ensino Superior, a partir do Enade e do Censo, calcula-se os indicadores do ensino superior, destacando-se o Conceito Preliminar do Curso e o Índice Geral de Cursos, de cada uma das instituições de ensino superior brasileiras. Os resultados obtidos no âmbito do Programa apontam avanços na sua consolidação, tanto em termos qualitativos como quantitativos, demonstrando o aumento da eficiência e da eficácia de sua gestão. Estes resultados também explicam a significativa credibilidade alcançada nas áreas de avaliação, estatísticas e de indicadores

educacionais, possibilitando a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. Dentre as ações do Programa, merecem destaque as ações a seguir detalhadas.

A ação Avaliação da Educação Básica engloba as avaliações: Prova Brasil e Provinha Brasil. A Prova Brasil é um exame realizado por todos os alunos da 4ª a 8 ª séries (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, da rede pública de ensino. A Provinha Brasil é um instrumento de aferição do desempenho escolar com o objetivo de subsidiar o professor em relação ao processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, além de contribuir para o diagnóstico do quadro da realidade educacional brasileira e para a definição de prioridades em projetos e programas a serem implementados para a melhoria dos sistemas de ensino. Em 2010, essa ação contou com o investimento de aproximadamente R$ 8,2 milhões.

A ação Avaliações Internacionais de Alunos composta pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) constitui um exame amostral, realizado a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avalia o conhecimento de estudantes de 15 anos de idade em matemática, leitura e ciências e tem por objetivo principal fornecer aos países participantes os indicadores comparativos internacionais, a fim de subsidiar políticas de melhoria da educação. No resultado da edição 2009, divulgado pela OCDE no final de 2010, observa-se que o Brasil cresceu, sobretudo, em matemática, onde passou de 334 pontos no ano 2000, para 386 pontos em 2009; em ciências passou de 375 para 405 e em leitura, de 396 para 412. A média do Brasil, considerando as três disciplinas, foi de 401 pontos, contra 368 pontos no ano 2000. A meta do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) era de atingir pelo menos 395 pontos de média nas três matérias. Os dados divulgados mostram, ainda, que na rede federal de educação básica a média é bastante superior: 528 pontos. É mais do que a meta estabelecida para que o país alcance até 2021 e acima da média dos países da OCDE. Essas escolas são geralmente ligadas às universidades federais e funcionam como laboratórios de novas práticas pedagógicas para os cursos de formação de professores. Foram investidos mais de R$ 600 milhões nessa ação.

Ação Exames Nacionais de Habilidades e Competências inclui o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que em 2010 registrou 4,6 milhões de inscritos, dos quais 3,2 milhões estiveram presentes e realizaram a prova. Outro exame nesta ação é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que teve o processo de inscrição em 2010 e será realizado em março de 2011. Abrange, ainda, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), que em 2010, foi realizado por mais de cinco mil pessoas. Em 2010, foram investidos recursos superiores a R$ 200 milhões na ação.

A ação Censo Escolar da Educação Básica abrange todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, compondo um quadro detalhado de dados sobre alunos, docentes, escolas e turmas, os quais são fundamentais para a formulação de políticas educacionais nas três esferas de governo e para elaboração de novos diagnósticos sobre a educação no Brasil. O Censo Escolar 2010 aponta que o Brasil tem 51,5 milhões de estudantes matriculados na educação básica pública e privada – creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação profissional, especial e de jovens e adultos. Desse total, 43,9 milhões estudam nas redes públicas (85,4%) e 7,5 milhões em escolas particulares (14,6%). Atendem estudantes da educação básica 194.939 estabelecimentos de ensino. Segundo os dados do Censo, as matrículas na educação profissional cresceram 74,9% entre 2002 e 2010. Em 2010, o país tem 1,1 milhão de jovens na educação profissional, enquanto em 2002 eles somavam cerca de 652 mil educandos.

Além do ensino profissional, a creche é a etapa com maior crescimento no número de matrículas da educação básica. As matrículas de crianças com até três anos de idade apresentaram um aumento de 9%, o que corresponde a aproximadamente 168 mil novas matrículas. Em 2010, as matrículas somaram mais de 2 milhões, enquanto em 2009, o censo registrou 1,9 milhões. Comparando com o início dos anos 2000, o crescimento ultrapassa 79%.

Com a reorganização da pré-escola, que atende crianças de quatro e cinco anos, e a implantação do ensino fundamental de nove anos, foram registradas no Censo 4,7 milhões de matrículas em classes de pré-escola. A queda de 3,6% com relação a 2009 é atribuída à implantação do ensino fundamental de nove anos. Em 2009, a pré-escola totalizou 4,9 milhões de alunos. Também no ensino médio houve aumento de 0,2% nas matrículas, com mais de 20 mil novos alunos. No total, o ensino médio registra 8,36 milhões de alunos. Em 2009, eram 8,34 milhões. Como nos anos anteriores, a rede estadual é responsável por 85,9% das matrículas, enquanto a rede privada tem 11,8%.

No ensino fundamental – da primeira à nona série regular e a educação de jovens e adultos - estão matriculados 31 milhões de alunos, sendo 16,7 milhões nos anos iniciais e 14,2 milhões nos anos finais. A educação de jovens e adultos tem 4,3 milhões de matrículas; a educação indígena, cerca de 247 mil; e nas áreas remanescente de quilombos, mais de 210 mil estudantes estão matriculados.

Em 2009, o censo registrou 52,5 milhões de alunos na educação básica. A queda de cerca de um milhão de matrículas da educação básica pública em 2010,

comparada a 2009, tem duas explicações: a melhora do fluxo escolar com redução de crianças repetindo a série combinada com o aumento do rigor técnico na coleta de informações do censo, uma vez que atualmente é realizada a checagem de dados para evitar matrículas duplas. Em 2010, foram investidos R$ 11,5 milhões na ação.

A ação Estudos e Pesquisas Educacionais objetiva promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da educação e sua disseminação, como forma de se avançar o conhecimento sobre área. Em 2010, foram investidos recursos de aproximadamente R$ 8 milhões, para a realização das atividades:

- Observatório da Educação: fomenta pesquisas nas temáticas educacionais, via financiamento de bolsas de estudo a alunos de mestrado e doutorado, pertencentes a programas de pós-graduação, sendo privilegiados projetos de pesquisa que contemplem o uso de dados educacionais.

- Núcleos de Estudo: contribui para criação e manutenção de núcleos de estudos que visam subsidiar gestores educacionais no processo decisório para o estabelecimento de políticas educacionais, nas universidades e institutos de pesquisa.

A ação Censo da Educação Superior proporciona, anualmente, diagnósticos sobre a educação superior no Brasil e subsidia a formulação de políticas para este nível de ensino, além de propiciar o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de educação superior. Em sete anos, o Brasil dobrou o número de concluintes na educação superior. Esse número, que foi de 467 mil em 2002, passou para 959 mil em 2009, segundo dados do Censo. O número de matrículas na educação superior brasileira aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões nesses sete anos, evidenciando que a educação superior no Brasil está mais acessível. Dos seis milhões de estudantes matriculados em 28.671 cursos de graduação presencial e a distância, mais de dois milhões são ingressantes e aproximadamente 840 mil estão em instituições federais de ensino superior. A região Sudeste concentra o maior número de matrículas — superior a dois milhões, que representam 49,2% do total. Em seguida, vem o Nordeste, com cerca de 966 mil matrículas (18,9%). Na região, 31,8% das matrículas são ofertadas em instituições federais e 31,4% em estaduais, enquanto no Sudeste a maior parte dos alunos (55,3%) está em instituições particulares.

O Censo de 2009 registrou, ainda, 2.314 instituições de educação superior — 245 públicas e 2.069 particulares. No período de um ano, houve crescimento de 3,8% no número de instituições públicas e 2,6% no de particulares. O levantamento registra 186 universidades, 127 centros universitários e 1.966 faculdades. Além disso, 35 instituições federais públicas de educação profissional e tecnológica oferecem cursos superiores. Em 2010, foram investidos recursos acima de R$ 3,8 milhões.

Ação Avaliação da Educação Superior. Nessa ação duas atividades se destacam: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), além das visitas in loco para verificação das características das Instituições de Ensino Superior.

O Enade tem por finalidade avaliar o desempenho dos alunos ingressantes e concluintes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, e em 2010, avaliou 20 áreas, envolvendo mais de 400 mil estudantes.

Os relatórios das visitas in loco subsidiam os processos de regulação e supervisão da educação superior, cujo objetivo é induzir o aumento da qualidade das instituições superiores no Brasil, por meio de avaliação das instalações físicas, do projeto pedagógico, do corpo docente dos cursos, da avaliação do plano de desenvolvimento institucional, missão, sutentabilidade financeira, entre outros aspectos que são indispensáveis para a verifiicação da qualidade deste nível de ensino. Os conceitos atribuídos à instituição, podem variar de 1 a 5. A partir desse conceito, a Secretaria competente (SESu, SEED, SETEC) expede os atos autorizativos: autorização, autorização em EAD, reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento, credenciamento, credenciamento em EAD e recredenciamento. Em 2010 foram realizadas 4100 visitas in loco a Instituições de Educação Superior e cursos de graduação. Nessa ação foram investidos, em 2010, mais de R$ 68 milhões.

**Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade**

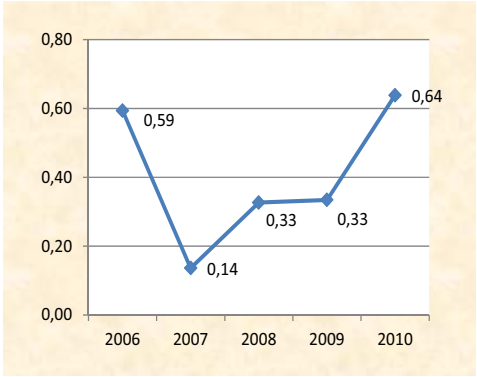
A função Educação, a fim de promover um desenvolvimento inclusivo e que incorpore os aspectos sociais, ambientais e culturais, implementa políticas no sentido de reconhecer, entender e valorizar a diversidade. Trata-se de implementar programas e ações para atender ao objetivo de Governo de propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com eqüidade, qualidade e valorização da diversidade. Fazer com que a política educacional se direcione para a produção de uma sociedade verdadeiramente democrática assentada na cidadania e no respeito à diversidade (educação ambiental, educação de direitos humanos, educação e corte étnico racial etc). Assim, para atender a esses objetivos, a política educacional caracterizou-se por desenvolver ações voltadas ao fomento da igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os programas e ações previstos

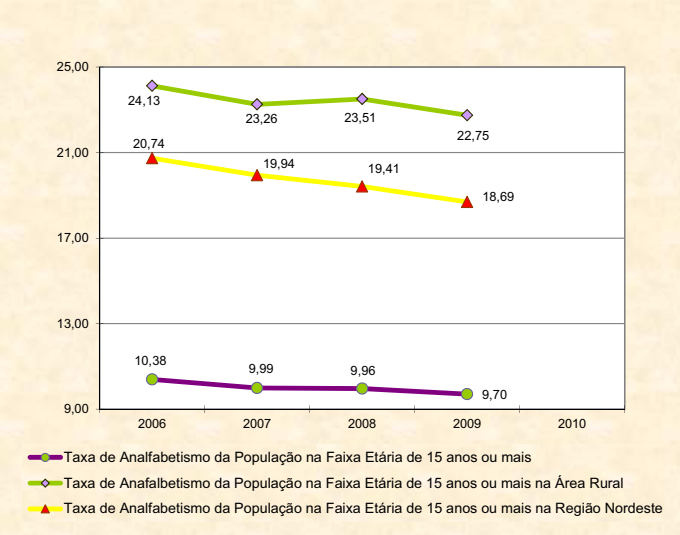
nesse eixo de atuação contemplaram: o fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre os entes federados e a sociedade; o fomento à construção e implementação de tecnologias educacionais e sociais que, tendo como base territorial o município, buscaram promover educação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de educação básica, por meio da integração de políticas públicas e práticas sociais - educacionais, culturais, assistenciais, esportivas e ambientais; do estímulo ao convívio dos diversos grupos em tais atividades de educação formal e não-formal; da criação de redes sociais em torno da escola; de ações pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens integradas a processos de formação de educadores (professores, gestores, monitores); entre outros.

A lógica dessa atuação se estrutura, principalmente, por meio da execução de dois programas: Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; e Educação para a Diversidade e Cidadania. Cabe destacar que, devido às características e objetivos desses programas e ações, sua execução acontece de maneira intersetorial e articulada com ações e iniciativas de outros programas do Ministério da Educação, bem como de outros órgãos governamentais das três esferas da União.

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**




**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA TAXA DE ANALFABETISMO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**




Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN / elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos**

Tem como objetivo elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, não alfabetizados. Em 2009, acordo dos governos estaduais com o Governo Federal ampliou o atendimento a analfabetos na Amazônia Legal e no Nordeste naquele ano e em 2010, contribuindo para a melhoria dos resultados na área rural, principalmente. Atualmente, são 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. O acordo prevê o atendimento a 4,5 milhões de analfabetos (3,9 milhões no Nordeste e 0,6 milhões na Amazônia Legal) e enfatiza a continuidade dos estudos, o que implica ampliação da oferta de vagas em educação de jovens e adultos. O programa Brasil Alfabetizado atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades, aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu 3.890 municípios brasileiros.

O ano de 2010 marca uma retomada dos valores investidos na alfabetização e educação de jovens e adultos. Para esse ciclo do programa Brasil Alfabetizado e para outras iniciativas em EJA, empenhavam-se, entre 2005 e 2006, valores superiores aos R$ 600 milhões. Entre 2007 e 2008, devido ao redesenho do PBA, os valores previstos e empenhados caíram para cifras inferiores a R$ 300 milhões (R$ 143 milhões, em 2007, e cerca de R$ 290 milhões, em 2008 e 2009). Em 2010, retomou-se, com empenhos na ordem de R$ 629 milhões e um orçamento autorizado de R$ 651,00 milhões, a escala anterior às reformulações do programa. Como pode ser observado no demonstrativo a seguir, isso se deu pela constatação de que maiores quedas na taxa de analfabetismo estavam associadas, entre outros fatores, à maior abrangência de turmas de alfabetização ou a uma maior escala ou atendimento do programa.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

| 1060 | BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3011 | Percentual da Pop. na Faixa Etária de 15 anos ou mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série | 22,40 | 21,90 | 21,10 | 20,40 | n/d | 15,72 |
| 8085 | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 anos | 3,20 | 2,90 | 2,80 | 2,50 | n/d | 2,09 |
| 3010 | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais | 10,50 | 10,10 | 10,00 | 9,70 | n/d | 6,19 |
| 8084 | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural | 24,30 | 23,40 | 23,50 | 22,80 | n/d | 14,00 |
| 8083 | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste | 20,70 | 19,90 | 19,40 | 18,70 | n/d | 12,28 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 604,82 | 143,04 | 290,46 | 290,52 | 629,01 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

Na gestão do Programa Brasil Alfabetizado também são utilizados os indicadores a seguir listados, todos pertencentes ao Painel de Indicadores do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (Simec):

**OUTROS INDICADORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

| NOME | REGIONALIZ. | AUTARQUIA/ SEC. EXECUTORA | AÇÃO | UNIDADE DE MEDIÇÃO | OBJETIVO |
|---|---|---|---|---|---|
| Alfabetizandos em atendimento no mês | Municipal | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Mensurar a quantidade de alunos em turmas de alfabetização no Programa Brasil Alfabetizado funcionando no mês, por ciclo do Programa e tipo de parceria |
| Livros do PNLA distribuídos | Municipal | FNDE | PNLA | Número inteiro | Averiguar o alcance do atendimento do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA. |
| Turmas em execução no mês | Municipal | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Averiguar a quantidade mensal de turmas em execução no Programa Brasil Alfabetizado por ciclo e tipo de parceria |
| Quantidade de alfabetizadores bolsistas de turmas em execução | Municipal | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Mensurar número de alfabetizadores de turmas em execução por ciclo e tipo de parceria. |
| Alfabetizandos beneficiados por ano | Municipal | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Mensurar a quantidade de alfabetizandos já beneficiados pelo programa por ano, município, ciclo do Programa e tipo de parceria |
| Valor de apoio | Municipal | SECAD | Brasil | Moeda | Mensurar o montante do valor de apoio |

| NOME | REGIONALIZ. | AUTARQUIA/ SEC. EXECUTORA | AÇÃO | UNIDADE DE MEDIÇÃO | OBJETIVO |
|---|---|---|---|---|---|
| repassado aos municípios | | | Alfabetizado | | repassado aos municípios parceiros do Programa Brasil Alfabetizado. |
| Valor de apoio repassado aos estados | Estado | SECAD | Brasil Alfabetizado | Moeda | Mensurar o montante do valor de apoio repassado aos estados parceiros do Programa Brasil Alfabetizado. |
| Quantidade de coordenadores bolsistas de turmas em execução | Municipal | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Mensurar a quantidade de coordenadores de turmas que estão em execução no mês |
| Alfabetizandos atendidos por ciclo | Brasil | SECAD | Brasil Alfabetizado | Número inteiro | Série Histórica do atendimento por ciclo do Programa Brasil Alfabetizado. |

Fonte: Simec

Como estratégia de atuação para o fortalecimento da EJA e da alfabetização como forma de acesso à continuidade dos estudos na educação de jovens e adultos, merece destaque, ainda, o fortalecimento da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, ação conjunta do poder público e da sociedade civil. Em 2010, foram criadas 16 comissões estaduais da referida Agenda, alcançando um total de 26 comissões. Os estados e o DF foram envolvidos na discussão da implementação das políticas de integração da alfabetização e EJA, e na elaboração de Planos Estratégicos, promovendo, assim a intersetorialidade.

Durante a realização da III e da IV Oficinas da Agenda Territorial, em 2010, as articulações junto às Comissões Estaduais, Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), Fóruns EJA Brasil, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Undime, Casa Civil da Presidência da República, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE), Secretarias do MEC e diversos Ministérios e Secretarias Especiais do Governo fortaleceram-se, criando uma sinergia para a construção coletiva e participativa, necessária para a institucionalização da EJA como política de Estado.

Em 2010, destaca-se, também, a realização do Seminário Internacional "Educação em Prisões: Convergências e Perspectivas", promovido pelos Ministérios da Educação e da Justiça, com o apoio da Unesco e da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), que teve como objetivo promover maior articulação entre os atores dos campos da Segurança Pública e Educação – favorecendo o diálogo e articulação das redes nacionais e internacionais –, buscar convergências, fortalecer conquistas e introduzir inovações no campo da Educação em Prisões, à luz das Diretrizes Nacionais, para a oferta de educação, nas penitenciárias brasileiras, a jovens e adultos em situação de privação de liberdade nestes estabelecimentos.

A ação Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos disponibiliza apoio financeiro, calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores previstos pelos estados, Distrito Federal e municípios nos respectivos Planos Plurianuais de Alfabetização (PPAlfa). O apoio financeiro suporta o custeio das seguintes ações:

- formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, incluindo-se capacitação para a aplicação de teste de acuidade visual do Programa Olhar Brasil;
- aquisição de material escolar, incluindo-se a reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos;
- aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alfabetizandos;
- transporte para os alfabetizandos; e
- aquisição de material pedagógico, didático ou literário, para uso nas turmas.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos tem como objetivo a seleção, produção e distribuição de materiais didáticos para jovens e adultos, mediante:
implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado;
implementação do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA); e
apoio à produção de materiais didáticos desenvolvidos na própria entidade parceira do Programa Brasil Alfabetizado ou aquisição de materiais não comerciais.

A criação do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA) tem como objetivo prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado e as escolas públicas de ensino fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) federais ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, com livros didáticos adequados ao público pretendido pela educação de jovens e adultos. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. O montante de investimentos realizados chega a R$ 21,8 milhões. Com a criação do PNLD-EJA/2010, que incorporou ao programa os livros de ensino fundamental, em 2011 serão

atendidos 4,6 milhões de alfabetizandos e alunos de EJA Fundamental com a distribuição de 13,2 milhões de livros. Isso representa um investimento de, aproximadamente, R$ 133 milhões de reais. Também foram distribuídas 57.600 cartilhas "Registro Civil" e 57.600 cartilhas "Escravo Nem Pensar", na perspectiva intersetorial de fortalecimento da cidadania por meio da EJA.

**Programa Educação para a Diversidade e Cidadania**

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania implementa políticas para uma educação integral e integrada, significando uma educação que, de um lado, visa ao desenvolvimento pleno de estudantes como seres humanos e cidadãos e, de outro, articula as diferentes áreas do agir humano, em ações socioeducativas que ampliem os currículos, tempos e espaços escolares. Contribui de forma fundamental para reduzir as desigualdades, na medida em que não apenas atende a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, como também leva a temática da diversidade para o maior número de escolas possíveis, com vistas à superação de preconceitos e discriminações. Atua também no fortalecimento das redes públicas pela ampliação da jornada escolar com a adoção da educação integral nas escolas com menores resultados de aprendizado (Ideb).

Funciona de maneira integrada com outros programas e ações sob responsabilidade do MEC e de outros ministérios, tendo em vista a necessidade de resoluções de problemas complexos que interagem com os problemas relacionados a outros programas e ações, além do ganho de eficiência relacionado à utilização de ferramentas e instrumentos únicos pelo Ministério da Educação. Além disso, o PDE tem a diretriz de integração entre ações e programas.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA**

| 1377 | EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* | 2010 | 2011** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2538 | Índice de Igualdade da Educação de Campo | 0,493 | 0,515 | 0,552 | 0,598 | n/d | 0,77 |
| 2539 | Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena | 0,459 | 0,553 | 0,499 | 0,513 | n/d | 0,51 |
| 2537 | Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares | 0,604 | 0,597 | 0,648 | 0,664 | n/d | 0,90 |
| 2540 | Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais | 0,825 | 0,817 | 0,862 | 0,878 | n/d | 0,93 |
| 2541 | Índice de Igualdade de Gênero para Mulheres | 1,051 | 1,055 | 1,052 | 1,052 | n/d | 1,00 |
| 2541 | Índice de Igualdade de Gênero para Homens | 0,948 | 0,945 | 0,949 | 0,950 | n/d | 1,00 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 59,10 | 23,82 | 35,02 | 80,62 | 107,3 | n/d |

Fonte: IBGE/PNAD; Secad/MEC / Nota: * Dados projetados a partir dos anos anteriores / **Previsão PPA em 2011

É preciso atentar que esses indicadores são calculados, basicamente, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD, em função da contagem da população de 2007, em 2008, mudou a ponderação de sua amostra, o que afetou toda a série dos indicadores.

Mesmo assim é possível identificar, de maneira geral, as melhorias na equidade alcançadas. Vale destacar que os indicadores foram construídos de maneira a que o valor numérico 1 (um) identifica a igualdade entre o grupo focado e toda a população nas condições de acesso, permanência e sucesso na educação formal. Ou seja, quanto mais próximo de um estiver o indicador, menor é a desigualdade (ou a desvantagem) educacional do grupo ao qual ele se refere em relação à população brasileira como um todo.

Dessa forma, como os indicadores vêm se aproximando de um de 2006 a 2009, o que está ocorrendo é uma convergência nas condições de educação desses grupos tradicionalmente menos favorecidos. Os cortes para os quais há indicadores são: Campo e cidade, no indicador 2538 - Índice de Igualdade da Educação de Campo; indígenas não indígenas, no indicador 2539 - Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena; pobres (pertencentes à famílias abaixo da linha de pobreza definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e não pobres, no indicador 2537 - Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares; negros e não negros, no indicador 2540 - Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais; e, finalmente, homem e mulher, no indicador 2541- Índice de Igualdade de Gênero para Mulheres e Índice de Igualdade de Gênero para Homens.

Entre as ações específicas, orçamentárias e não orçamentárias que se desenvolveram em 2010 para os públicos da diversidade e sua promoção, destacam-se a realização e definição dos territórios etnoeducacionais indígenas; a publicação do Decreto nº 7352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera; a implementação do "Programa Escola Ativa", voltado para escolas multisseriadas do campo; o Mais Educação, voltado para a promoção da educação integral nas escolas públicas e a Rede de formação de educação para a diversidade.

Os destaques em 2010 foram:

• Ampliação do programa Mais Educação, que visa aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio do financiamento de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica;

• Ampliação da Rede de Educação para a Diversidade é uma iniciativa cujo objetivo é a formação de professores da educação básica, com vistas ao reconhecimento e valorização das diversas dimensões da diversidade brasileira. A Rede oferece cursos em parceria com instituições de educação superior, de distintas durações, da extensão à especialização, tratando de temas como os relativos à cultura afro-brasileira e indígena, em cumprimento as Leis nºs 10.639 e 11.645; questões de gênero e diversidade nas escolas; educação ambiental; educação para os direitos humanos; educação e ambiente escolar, entre outros. No seu edital de seleção de cursos em 2008, ofertou um total de 28.015 vagas nas diferentes regiões (2.410 na região Norte, 3.995 na região Nordeste, 4.770 na região Centro-Oeste, 11.550 no Sudeste e 5.290 na Região Sul). Em 2009 a oferta foi 34.345 vagas (4.895 na região Norte, 14.590 na região Nordeste, 4.115 na região Centro-Oeste, 8.350 no Sudeste e 2.395 na Região Sul). Corroborando para a sua ampliação, em 2010, a Rede ofertou 37.640 vagas ( 5.425 na região Norte, 17.915 na região Nordeste, 4.205 na região Centro-Oeste e 4.515 no Sudeste e 5.580 na Região Sul).

• Em 2010 o projeto Escola Ativa foi implementado em 3.109 municípios, beneficiando, aproximadamente, 39 mil escolas, 66 mil turmas e 1,3 milhões de alunos. Mais de sete milhões de livros didáticos, especificamente desenvolvidos na metodologia do programa, foram distribuídos juntamente com mais de 30 mil kits pedagógicos.

• Os Territórios Etnoeducacionais têm mobilizado um conjunto de atores para dar foco e eficácia aos direitos educacionais dos povos indígenas, sob o princípio da territorialidade dos povos indígenas e da ação articulada entre os entes federados – Secretarias de Educação – buscando a qualidade da educação escolar indígena. Essa nova forma de gestão compartilhada e com forte protagonismo indígena visa superar os indicadores de desigualdades educacionais com a baixa oferta da educação básica nas aldeias indígenas. Além disso, democratiza as relações entre Estado e os povos indígenas a partir da sua participação informada nas políticas que lhes dizem respeito, tendo por norte o que dispõe a Convenção 169/OIT, da qual o Brasil é signatário. Com essa ação pretende-se melhorar as condições educacionais de 205.871 estudantes indígenas, matriculados em 2.698 escolas. São as seguintes as ações priorizadas nos Planos de Ação: formação inicial de professores indígenas no magistério intercultural e nas Licenciaturas Interculturais, formação continuada, produção e distribuição de materiais didáticos indígenas, construção de escolas, gestão dos programas de merenda e transporte escolar.

**Ensino Profissional e Tecnológico**

Apesar da Educação Profissional e Tecnológica continuar vivenciando a maior expansão de sua história, seus números ainda apontam para a necessidade de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do país. Seu papel é de fundamental relevância no que tange à retomada do crescimento econômico do Brasil, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho. Faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa. Neste contexto, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao articular as políticas públicas do MEC, apontou para a necessidade de reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com o objetivo de contribuir com o progresso socioeconômico local e regional e atender ao desenvolvimento sustentável. Além da expansão de vagas em nível médio integrado, graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação, a política também foi direcionada à elevação de escolaridade, com formação inicial e continuada para jovens e adultos.

Para dar andamento à nova política, foi necessária a reestruturação do arcabouço legal, de forma a explicitar as formas de organização dos cursos da educação profissional e tecnológica e de sua articulação com diferentes níveis e modalidades educacionais.

Dentre as principais realizações, destaca-se a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e uma nova organização da oferta da educação profissional que consolida, em uma única institucionalidade, a verticalização do ensino, ou seja, a oferta de formação inicial e continuada, técnicos, tecnólogos e licenciatura até a pós-graduação, na perspectiva da construção de um itinerário formativo. Além da expansão de vagas em nível médio integrado, graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação, a política também foi direcionada à elevação de escolaridade, com formação inicial e continuada para jovens e adultos.

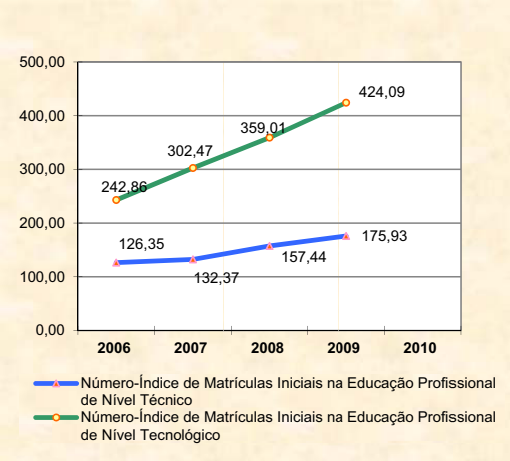
Diferentemente do que ocorria, foi desenvolvida política de apoio à oferta de ensino médio na forma integrada à educação profissional técnica, com matrícula única e projeto pedagógico integrado.

Nessa mesma linha, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

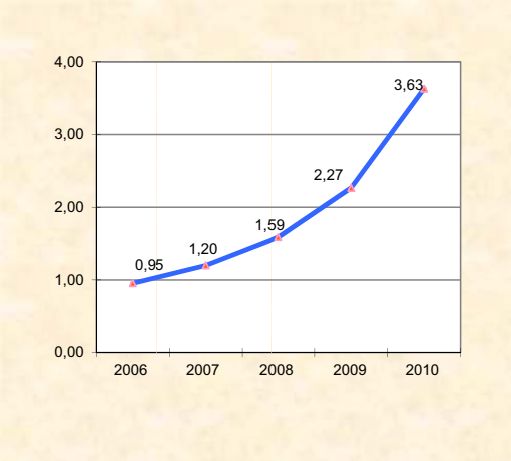
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) alia a elevação de escolaridade e a profissionalização deste segmento da população.

Para subsidiar diagnósticos e possibilitar a consolidação de indicadores, foi criado o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), que disponibiliza informações sobre cursos técnicos de nível médio, escolas e alunos das redes públicas e privada. Ressalta-se, também, a reforma do Sistema S, que aumentou a quantidade de vagas em cursos técnicos e a gratuidade dos serviços de educação ofertados pelo sistema.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**




**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**




Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC.

Em 2010 os recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica foram de R$ 4,4 bilhões, e dentre os programas e ações desenvolvidos nesse segmento, destacam-se:

**Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica**

O programa tem como objetivo a ampliação da oferta da educação profissional aos jovens e adultos trabalhadores, mediante articulação com os demais níveis e modalidades de ensino. Compõe-se de ações diretas e descentralizadas de formação profissional, técnica e superior tecnológica, as quais são implementadas pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, ONGs representativas da sociedade civil organizada, Sistema 'S', além de outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior, de modo a consolidar a inclusão do público almejado. No tocante à política de fortalecimento da inclusão de camadas desassistidas da escola regular, o programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica busca, dentre outros aspectos, otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades da sociedade civil, com vistas à oferecer educação profissional de nível básico e técnico articulada para a elevação da escolaridade e fortalecimento de ações que apontem para geração de trabalho e renda nos mais distantes espaços geográficos, fortalecendo, assim, a política de inclusão social.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

| 1062 | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1513 | Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico | 126,35 | 132,37 | 157,44 | 175,93 | 172,8 | 224,64 |
| 1804 | Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico | 242,86 | 302,47 | 359,01 | 424,09 | 172,8 | 224,64 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 1.242,85 | 1.471,61 | 2.027,29 | 2.812,73 | 4.018,05 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

As ações mais relevantes do programa em 2010 foram:

Ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: tem como objetivo ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No âmbito da expansão, a criação, em 2010, de 214 novas unidades federais possibilitará, ao término da expansão, 500 mil matrículas em toda a rede. Estas, somadas às 140 pré-existentes, eleva para 354 escolas técnicas distribuídas em todo o território nacional, interiorizando o acesso da educação pública. Em 2010, foram investidos mais de R$ 430,5 milhões na ação.

O total de matrículas realizadas nas unidades contempladas no plano de expansão (Fases I e II) foi de 89.552 alunos, significando um incremento de 42.319 matrículas em relação a 2009, vez que neste ano o total de alunos matriculados somente nas novas unidades da expansão atingiu 47.233 alunos. Em relação às unidades inauguradas em 2010, estas totalizaram 18.386 alunos matriculados foi 18.386. Ressalte-se que foram inaugurados ou entraram em funcionamento em 2010, 125 estabelecimentos, dos quais 24 funcionando em instalações provisórias e 101 em instalações definitivas. Em 2010, foram autorizadas pelo MEC 10.078 vagas para o ingresso de novos servidores nos Institutos federais.

No que se refere à Nota Técnica nº 3054 /DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR, de 16 de dezembro de 2010, a mesma encontra-se em fase de análise pela SETEC, com vistas à criação de medidas a serem implementadas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), objetivando o atendimento das recomendações e saneamento dos apontamentos da CGU.

Ação Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: visa à ampliação da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino e a modernização e reorganização da rede, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas, técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da educação profissional. Nesse sentido, os institutos federais apresentam um novo modelo de educação profissional, oferecendo cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados, com recursos superiores a R$ 351 milhões.

A ação Educação Profissional e Tecnológica a Distância – e-Tec Brasil objetiva ampliar, democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino técnico de nível médio a distância público gratuito, especialmente para o interior do país e para a periferia das áreas metropolitanas, por meio de programas de educação a distância, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio e possibilitando sua inclusão no mercado de trabalho. Em 2010, foram beneficiadas 41 instituições, sendo 32 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 11 Secretarias Estaduais, com o propósito de atender 48 cursos vinculados a 10 Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de cursos técnicos, em 291 pólos, com o público superior a 28 mil alunos matriculados no ano de 2010. Nessa ação, foram investidos mais de R$ 41 milhões.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica algumas iniciativas mereceram destaque em 2010:

• O Programa Brasil Profissionalizado, que presta assistência técnica e financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica nas redes públicas estaduais de ensino, possibilitou o desenvolvimento de 24 redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com investimento de R$ 1,5 bilhão. Cerca de 183 escolas novas estão sendo construídas e mais de 500 estão sendo ampliadas e reformadas. Os investimentos em equipamentos, mobiliários e laboratórios chegam a R$ 85 milhões. Outros R$ 56 milhões estão sendo utilizados na compra de livros para os cursos técnicos, além de cerca R$ 20 milhões para formação e capacitação de profissionais da educação.

• Acordo Sistema "S": trata-se de protocolos de compromisso celebrados entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE), da Fazenda (MF), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), cuja finalidade é destinar, os recursos recebidos pelas referidas entidades para matrículas gratuitas de cursos técnicos ou de qualificação profissional. Em 2010, o SENAI ofereceu aproximadamente 154 mil e o SENAC, 80 mil vagas.

Destaca-se que em 2010 foi celebrado acordo de cooperação técnica entre o MEC e a Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de possibilitar o desenvolvimento de ações de fortalecimento dos controles internos administrativos no âmbito do MEC, possibilitando a fiscalização dos dados informados pelo Sistema "S".

• Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific): avalia e reconhece a qualificação de trabalhadores que adquiriram conhecimento na prática profissional, sem formação específica. Em 2010, pescadores, músicos, pedreiros, eletricistas e profissionais de turismo se inscreveram na rede Certific em 14 estados e no Distrito Federal. Na primeira fase de

implantação, participaram 19 institutos em cinco programas nas áreas de construção civil, pesca e aquicultura, eletroeletrônica, turismo e hospitalidade e musica, sendo que mais 5 mil pessoas se inscreveram para participar da iniciativa.

• Programa Mulheres Mil, constitui-se em uma ação colaborativa entre o Brasil e o Canadá, com a visão estratégica de atendimento dos compromissos e das diretrizes das políticas públicas do governo brasileiro e dos acordos internacionais assumidos pelos dois países. Em 2010, Até março de 2010, o projeto proporcionou o acesso de 922 mulheres a 13 Institutos Federais participantes, incluindo 380 já formadas e 542 participando de formações. Atualmente, 77 das 380 mulheres já formadas foram identificadas com empregos formais.

• Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (Sistec) disponibiliza, mensalmente, informações sobre escolas públicas e privadas que ofertem cursos técnicos de nível médio, suas respectivas escolas e alunos. Atualmente, há 4.793 unidades de ensino ofertantes de cursos técnicos cadastradas e mais de cinco milhões de matrículas em cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada.

**Educação Superior**

No que se refere à educação superior, constatava-se a necessidade de expansão do acesso e de reestruturação física, acadêmica e pedagógica das universidades federais. Era preciso torná-las aptas a responder à demanda de uma nova sociedade da informação e do conhecimento e favorecer a inclusão de parcela da população que ainda não cursava o ensino superior em razão de condições socioeconômicas. Levar educação superior a uma parcela maior da população constituía fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que fomenta a inclusão social, e proporciona geração de trabalho e renda. Nesse sentido, o Governo Federal vem adotando uma série de medidas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos *campi* universitários, à redefinição das formas de ingresso, à democratização do acesso, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, à reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como à ampliação da pós-graduação. Programas de bolsas e financiamento foram previstos, com o objetivo de incluir alunos de baixa renda também em instituições privadas de ensino.

O financiamento estudantil era outra questão a ser enfrentada. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), desde 1999, possibilita o ingresso de jovens de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Desde sua criação o Fies já atendeu a cerca de 620 mil estudantes. Trata-se de um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria. No entanto, exigia reformulação para possibilitar o atendimento a um número maior de estudantes. Em 2010, novos aprimoramentos foram incorporados ao programa como a disponibilização do Fies a fluxo contínuo, permitindo aos estudantes contratar o financiamento a qualquer tempo e em prazo máximo de vinte dias, a carência foi ampliada para dezoito meses e o prazo para pagamento dilatado para três vezes o tempo de utilização do financiamento, dentre outras medidas que facilitaram o acesso e a credibilidade do financiamento. Foram beneficiados mais de 71 mil estudantes, com investimento superior a R$ 1,6 bilhão.

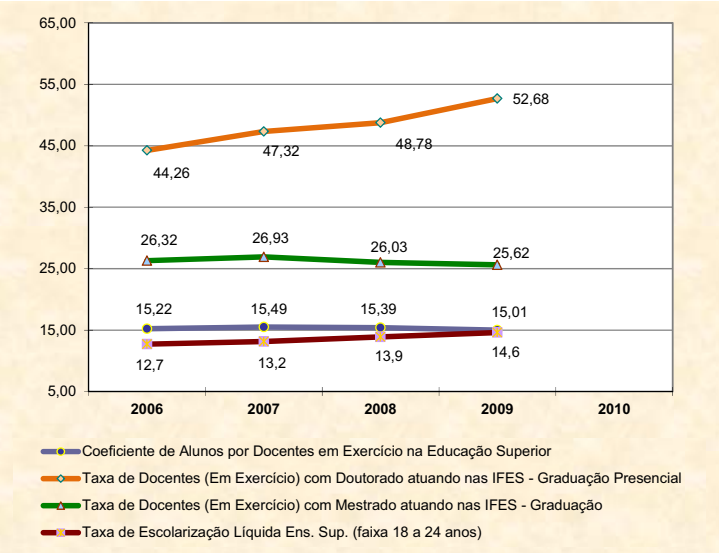
Outra ação voltada para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior é a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), que integra o conjunto de ações do MEC destinadas ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2001-2010 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Mantém, ainda, ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, no valor de até R$ 300,00 – em 2010 concedeu, aproximadamente, cinco mil bolsas -, convênios de estágio MEC/Caixa e MEC/Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a articulação com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O ProUni beneficiou, desde sua criação até o processo seletivo referente ao segundo semestre de 2010, 748 mil estudantes, sendo 69% com bolsas integrais. Desse total, 48% são afrodescendentes. O Programa possui, atualmente, 462 mil bolsas em utilização e 116 mil estudantes com a graduação concluída como bolsistas do ProUni. Em 2010 foram concedidas 241.273 bolsas.

O Fies e o ProUni são ações que, em conjunto, já atenderam cerca de 1,3 milhão de estudantes, o que revela significativo impacto positivo sobre seu público.

Cabe ressaltar em 2010 a criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é um sistema de seleção de estudantes, por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para as vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior participantes. Na sua primeira edição o SiSU contou com 51 instituições participantes e 47.913 vagas ofertadas. Para o processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2011, houve um crescimento de 62% em relação ao número de instituições participantes e de 73% em relação ao número de vagas ofertadas em relação

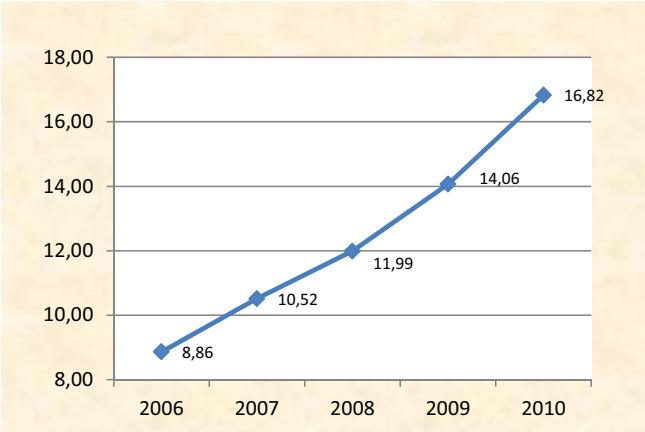
ao mesmo período de 2010. Além da expansão e manutenção das universidades federais e do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior, o MEC vem trabalhando, também, na supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**




Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (em R$ bilhões)**



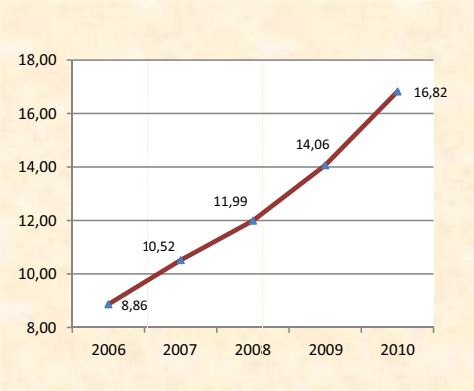

Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN /
Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**BOLSAS OCUPADAS NO PROUNI**
**(em milhares)**




Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN
Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**
**(em R$ bilhões)**




Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN
Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

No âmbito da Educação Superior podemos destacar os seguintes programas e ações em 2010:

**Programa Brasil Universitário**

Objetivando implementar ações integrantes do PDE, o Governo Federal adotou uma série de medidas que tem como propósito retomar o crescimento do ensino superior público. Nesse contexto, o Programa Brasil Universitário tem como objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1073 – BRASIL UNIVERSITÁRIO**

| 1073 | BRASIL UNIVERSITÁRIO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1830 | Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior | 15,22 | 15,49 | 15,39 | 15,01 | n/d | 16,34 |
| 1826 | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial | 44,26 | 47,32 | 48,78 | 52,68 | n/d | 56,90 |
| 1828 | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial | 29,40 | 25,76 | 25,17 | 21,63 | n/d | 22,74 |
| 1827 | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES – Graduação | 26,32 | 26,93 | 26,03 | 25,62 | n/d | 20,36 |
| 1831 | Taxa de Matrícula de Alunos em IFES - Graduação Presencial no Turno Noturno | 25,38 | 25,33 | 25,55 | 25,90 | n/d | 64,09 |
| 3009 | Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno | 60,13 | 60,89 | 61,67 | 62,59 | n/d | 40,09 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 11.476,87 | 13.431,61 | 14.730,62 | 18.492,30 | 20.201,46 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

Dentre as ações que compõem o Programa Brasil Universitário destacam-se:

A ação Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni consiste na promoção da expansão sustentada das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) a fim de aumentar o número de vagas e a inovação pedagógica na formação superior, em consonância com as estratégias governamentais para o desenvolvimento do país. No âmbito do Reuni/Expansão estão estimadas 222.427 vagas em cursos presenciais, das quais, 75.373 em cursos noturnos. Em 2010, foram investidos, aproximadamente, R$ 749,8 milhões no Programa.

A ação Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior abrange o Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente doutor, organizados a partir de cursos de graduação das (Ifes). O PET concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Em 2010 foram beneficiados, 9.360 alunos, com investimento superior a de R$ 36 milhões.

A ação Funcionamento dos Hospitais de Ensino objetiva a manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração / modernização das edificações /

instalações, com vistas a um adequado atendimento. Em 2010 foram investidos mais de R$ 2,5 bilhões nessa ação.

A ação Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federal auxilia no funcionamento dos Hospitais de Ensino, melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas Ifes, além de garantir os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade através do Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa ação foi investido, em 2010, um montante superior a R$ 80 milhões.

Em 2010, foi também criado o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), destinado à reestruturação e revitalização dos hospitais das universidades federais, integrados ao Sistema Único de Saúde. O REHUF tem como objetivo criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde.

A ação Apoio à Residência Multifuncional tem como objetivo proporcionar melhor qualificação, em diferentes especialidades e áreas de atuação, a médicos e demais profissionais de saúde recém formados, por meio de treinamento em serviço, visando à melhoria no atendimento em saúde à população. Em 2010, investiu-se mais de R$ 161 milhões no pagamento de bolsas, o que permitiu a ampliação do número de benefícios mensais pagos este ano em relação ao ano anterior de 5.166 para 6.343.

**Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica**

O Programa tem como objetivo promover a formação de recursos humanos de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o necessário aporte de recursos financeiros para as atividades dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, nos quais atuam com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Em 2010, a Pós-graduação continuou tendo atenção especial do Governo Federal, o que permitiu a expansão das ações de apoio e fomento à pós-graduação *stricto sensu*, bem como uma maior atuação na formação inicial e na qualificação de docentes para a educação básica. Destaca-se, ainda, a ampliação das concessões de bolsas de estudos para alunos matriculados em programas de Pós-graduação.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA**

| 1375 | Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2137 | Índice de Doutores Titulados no País | 4,81 | 5,10 | 5,65 | 6,19 | 5,88 | 6,28 |
| 2135 | Índice de Mestres Titulados no País | 16,46 | 17,50 | 17,59 | 20,93 | 19,37 | 20,44 |
| 2139 | Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional | 4,21 | 4,10 | 4,10 | 4,21 | 4,34 | 4,38 |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões) | 752,64 | 802,88 | 1.038,92 | 1.286,29 | 1.535,93 | n/d |

Fonte: Inep / Siafi / * Previsão PPA em 2011

Com relação ao indicador Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional, foi solicitada a exclusão deste indicador na avaliação de 2009 e ele já não consta mais do PLOA 2011.

Em linhas gerais, o indicador não está refletindo a evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação, em termos de desempenho e qualidade dos cursos. Ocorre que no cálculo podem-se observar diversas impropriedades, tais como considerar os cursos ingressantes na mesma conta que os já consolidados. Isso porque quando um determinado curso é recomendado e inicia suas atividades não pode alcançar os conceitos de excelência (6 e 7), devido às restrições normativas e não ao seu desempenho propriamente dito. Assim, o indicador, sendo mensurado anualmente, fica totalmente distorcido. Por exemplo, a meta para 2008 era de 4,25 e o índice ficou em 4,10, decaindo em relação ao ano anterior. Provavelmente, essa queda explica-se pela nota dos cursos novos que entraram naquele ano.

Vale ressaltar que a Avaliação Trienal é uma atividade que procura captar a situação do SNPG em determinado triênio, sendo que, à medida que são aperfeiçoados e atualizados os parâmetros e critérios, imprime-se nível de exigência específico aos programas de pós-graduação, enquadrando-os nos estratos de notas que variam de 1 a 7. Portanto, nos parece impróprio qualquer cálculo que atrele esse resultado obtido trienalmente às notas atribuídas por ocasião da avaliação realizada anualmente dos novos cursos, cujo objetivo é analisar o nível de qualidade necessário ao curso que almeja o ingresso no Sistema. Além disso, há outras inconsistências com relação aos conceitos obtidos pelos cursos de mestrado profissional, os quais também trazem limitações normativas de nota.

Diante dessas observações, a opção correta é a exclusão do indicador e substituição por outro. Todavia, essa substituição significa uma tarefa de média complexidade, pois, para criarmos um indicador mais sólido e consistente, certamente teremos que desdobrá-lo em duas vertentes: uma que represente o desempenho da entrada anual de novos cursos e outra que represente a permanência destes cursos no sistema, que é realizada a cada três anos. Isso exigirá um tempo um pouco maior para que possamos discutir internamente e apresentarmos uma proposta de aperfeiçoamento.

Algumas ações merecem destaque em 2010:

Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País. Foram concedidas 31.039 bolsas de mestrado, 18.414 de doutorado e 793 de pós-doutorado, sendo que 5.924 bolsas foram destinadas ao Programa "Bolsas para Todos", direcionado a alunos de mestrado e doutorado das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Destaca-se em 2010, a concessão de 75 bolsas pelo Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS) para atender as instituições participantes do Reuni. Ressalta-se, ainda, como marcos inovadores as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde, Ciências do Mar, Nanobiotecnologia e Comércio Exterior. Em 2010, foram investidos, aproximadamente, R$ 842 milhões.

Ação Fomento à Pós-graduação (4019). Em 2010 foram executados os Programas Pró-Equipamentos Institucional mediante apoio a 98 projetos de Instituições de Ensino Superior (IES) e o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que subsidiou a realização de mais de mil eventos científicos, totalizando investimentos da ordem de R$ 128 milhões.

Ação Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, ao qual beneficiou em 2010, 124 IES e 1.267 escolas. Em outubro de 2010 foi lançado o edital PIBID - Diversidade para licenciaturas interculturais indígenas e do campo. Foram investidos mais de R$ 80 milhões na concessão de 15.840 bolsas.

### 5.1.8 - Ministério da Fazenda

Na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, o Ministério da Fazenda (MF) é o órgão responsável pela formulação e execução da política econômica. No transcorrer de 2010, direcionou sua atuação com vistas a debelar os efeitos remanescentes da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, ao tempo em que manteve foco permanente na responsabilidade e no comprometimento com os objetivos e metas de governo.

A política fiscal do Governo Federal no exercício de 2010 foi conduzida em ambiente pós-crise financeira internacional e marcada pela retomada do crescimento econômico. Os indicadores de atividade econômica apontam para uma forte recuperação do crescimento do PIB em 2010, com variação esperada de até 7,5%.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2010) estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de 3,30% do PIB. Em novembro de 2010, esse mesmo parâmetro foi alterado para 3,10% do PIB, sendo 2,15% para o Governo Central.

As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) fecharam 2010 com superávit de 2,15% do PIB, o equivalente a R$ 78,723 bilhões. Em dezembro, houve um superávit primário de R$ 15,404 bilhões (R$ 11,777 bilhões do Tesouro Nacional; R$ 153 milhões do Banco Central e R$ 3,475 bilhões do INSS).

Dados do Banco Central informam que a dívida líquida do setor público encerrou 2010 em R$ 1,476 trilhão, equivalendo a 40,4% do Produto Interno Bruto (PIB), com trajetória declinante. Em dezembro de 2009, este indicador somava R$ 1,363 trilhão, o equivalente a 42,8% do PIB. Para 2011, o Ministério da Fazenda (MF) prevê que a dívida líquida fique abaixo de 38% do PIB.

A política monetária anticíclica reduziu a taxa Selic para 8,75% a.a., no início de 2010. Com a recuperação econômica, a taxa foi elevada a partir de abril de 2010 num total de dois pontos percentuais (200 pontos básicos), até 10,75% a.a., em julho de 2010, tendo sido mantida constante até o final do ano com o objetivo de evitar o sobreaquecimento da economia.

Na área externa, as reservas internacionais alcançaram cerca US$ 288,6 bilhões ao final de dezembro/2010. Desde o exercício de 2007, a redução da dívida externa bruta e as altas reservas ajudaram a dívida externa líquida a permanecer negativa.

No acumulado de 12 meses até novembro/2010, as exportações atingiram aproximadamente US$ 181 bilhões, o que representou aumento de 31,23% sobre o resultado de 2009. No mesmo período, as importações aumentaram quase 44%, de modo que o saldo comercial diminuiu.

A ampliação dos investimentos e a expansão das conquistas sociais são pilares essenciais na manutenção desse novo modelo de crescimento econômico. Nesse sentido, a política macroeconômica deverá mostrar-se compatível com equilíbrio fiscal, controle inflacionário e fortalecimento do mercado interno. Esse cenário requer estímulo à produção nacional e à exportação, além da adoção de políticas minimizadoras das disparidades regionais.

Agindo no campo de regulação do sistema financeiro, o Banco Central do Brasil alterou e consolidou as normas que disciplinam a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras. Ressalta-se a regulamentação da cobrança de tarifas relacionadas à prestação de serviços de cartão de crédito. A mudança teve por finalidade facilitar a comparação de preços e a escolha do tipo de cartão mais adequado ao cliente. Foi instituída a obrigatoriedade de oferta de cartão básico. Adicionalmente, visando a incentivar o uso racional do cartão de crédito e a contribuir para a redução do endividamento dos clientes das instituições emissoras de cartão de crédito, foram estabelecidas regras sobre o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.

Alinhando-se com a política do Governo Federal, o MF está empenhado na discussão e formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores, a exemplo da reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas nas províncias do pré-sal, e no aprimoramento do arcabouço regulatório dos biocombustíveis, de forma a contemplar as particularidades dos combustíveis renováveis, bem como na elaboração do decreto que regulamentará a Lei nº 11.909/2009, que trata da exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural.

No caso deste MF, é importante destacar que a execução orçamentária comporta duas funções governamentais: Encargos Especiais e Administração. A primeira contempla todas as subfunções vinculadas à gestão da dívida pública - uma das áreas finalísticas relevantes no âmbito da Pasta. A segunda abrange as chamadas “atividades-meio” que sustentam operacionalmente a atuação do Ministério.

**VALORES LIQUIDADOS 2006/2010**

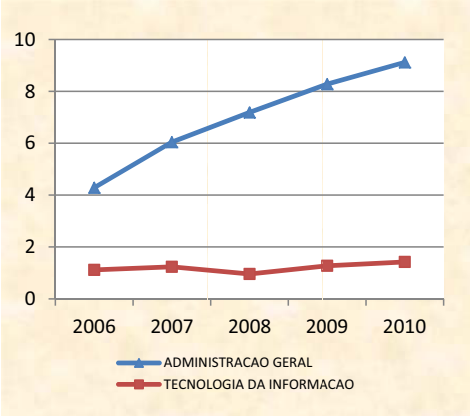
em R$ milhões

| DESCRIÇÃO SUBFUNÇÃO | 2006 | % | 2007 | % | 2008 | % | 2009 | % | 2010 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **6.055,21** | 85,92 | **7.821,79** | 93,29 | **8.515,18** | 92,50 | **9.804,42** | 92,56 | **10.804,57** | 91,11 |
| Planejamento e Orçamento | 21,33 | 0,30 | 13,79 | 0,16 | 6,13 | 0,07 | 6,91 | 0,07 | 10,69 | 0,09 |
| Administração Geral | 4.287,98 | 60,84 | 6.043,06 | 72,08 | 7.187,09 | 78,07 | 8.281,92 | 78,19 | 9.117,84 | 76,89 |
| Administração Financeira | 23,20 | 0,33 | 14,84 | 0,18 | 19,55 | 0,21 | 18,97 | 0,18 | 20,92 | 0,18 |
| Normatização e Fiscalização | 493,41 | 7,00 | 405,02 | 4,83 | 191,84 | 2,08 | 88,17 | 0,83 | 88,53 | 0,75 |
| Tecnologia da Informação | 1.117,77 | 15,86 | 1.237,06 | 14,75 | 960,20 | 10,43 | 1.272,17 | 12,01 | 1.422,61 | 12,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 25,99 | 0,37 | 14,08 | 0,17 | 17,37 | 0,19 | 32,94 | 0,31 | 25,58 | 0,22 |
| Administração de Receitas | 84,11 | 1,19 | 93,06 | 1,11 | 132,43 | 1,44 | 102,77 | 0,97 | 117,86 | 0,99 |
| Comunicação Social | 1,3 | 0,02 | 0,84 | 0,01 | 0,53 | 0,01 | 0,53 | 0,01 | 0,51 | 0,00 |
| **OUTRAS SUBFUNÇÕES** | **992,19** | 14,08 | **562,59** | 6,71 | **690,21** | 7,50 | **787,73** | 7,44 | **1.054,40** | 8,89 |
| **TOTAL** | **7.047,41** | 100,00 | **8.384,38** | 100,00 | **9.205,39** | 100,00 | **10.592,15** | 100,00 | **11.858,97** | 100,00 |

Fonte: Siafi Gerencial 2010

Em 2010, foram liquidados R$ 11,8 bilhões na função Administração, dos quais R$ 9,1 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral, e cerca de R$ 1,4 bilhão na subfunção Tecnologia da Informação. Somadas, as referidas subfunções representam aproximadamente 88,9% do montante líquido executado nessa função de governo. Destaca-se que, do total dos gastos nas referidas subfunções, quase 67,6% correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB). Fazendo um comparativo das subfunções de 2010 em relação ao exercício de 2006, verifica-se crescimento nominal de 68,2%. Em relação a 2009, o aumento foi de 28,8%. Tais variações, em grande parte, podem ser atribuídas ao comportamento verificado na execução ocorrida na subfunção Administração Geral. O gráfico a seguir mostra a evolução das duas principais subfunções integrantes da função.

**VALORES REALIZADOS 2006/2010**
**(em R$ bilhões)**




Fonte: Siafi Gerencial/2010

Em 2010 as despesas liquidadas na subfunção Administração Geral cresceram 112,6% em relação a 2006, enquanto os recursos alocados na subfunção Tecnologia da Informação apresentaram um aumento de aproximadamente 27,2%, no mesmo período.

Registra-se que grande parte da despesa liquidada na subfunção Administração Geral foi alocada na Receita Federal do Brasil (RFB), que aumentou de forma significativa, a partir do exercício de 2007, em razão do processo de unificação da RFB com a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP).

Já a função Encargos Especiais espelha a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo MF. O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), em 2010, foi guiado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF). Respeitando essas diretrizes e, ao mesmo tempo, as condições vigentes no mercado de títulos públicos, o PAF apresentou a estratégia do Tesouro Nacional para a condução da política de financiamento interno e externo, bem como um conjunto de metas para os indicadores da DPF.

A análise desses indicadores, ao final de 2010, revela o alcance das metas propostas para o ano.
Os demonstrativos a seguir apresentam, respectivamente, os valores executados nas subfunções que representam a dívida pública e o percentual de participação dessas subfunções em relação às demais subfunções integrantes da função Encargos Especiais. Cabe destacar a subfunção Outros Encargos Especiais na qual são alocados recursos para a cobertura do Resultado Negativo do Banco Central sendo este o valor mais significativo da subfunção:

**FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS**
**SUBFUNÇÕES – DÍVIDA PÚBLICA**

R$ 1,00

| SUBFUNÇÃO | DESPESAS LIQUIDADAS | | Δ% |
|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 256.638.105.312,11 | 361.818.269.108,06 | 41,0 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 4.952.406.888,89 | 9.145.415.058,34 | 84,7 |
| Serviço da Dívida Interna | 266.103.821.847,89 | 195.995.287.018,26 | -26,3 |
| Serviço da Dívida Externa | 16.093.089.022,47 | 13.062.767.503,15 | -18,8 |
| **TOTAL** | **543.787.423.071,36** | **580.021.738.687,81** | **6,7** |

Fonte: Siafi

**FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS / DESPESAS LIQUIDADAS EM 2010**

R$ 1,00

| SUBFUNÇÃO | DESPESAS LIQUIDADAS | PARTICIPAÇÃO % |
|---|---|---|
| Refinanciamento da Dívida Interna | 361.818.269.108,06 | 44,62 |
| Serviço da Dívida Interna | 195.995.287.018,26 | 24,17 |
| Transferências | 111.641.170.430,07 | 13,77 |
| Outros Encargos Especiais | 80.731.131.983,67 | 9,96 |
| Transferências Para a Educação Básica | 26.543.543.884,95 | 3,27 |
| Serviço da Dívida Externa | 13.062.767.503,15 | 1,61 |
| Fomento ao Trabalho | 11.586.083.769,63 | 1,43 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 9.145.415.058,34 | 1,13 |
| Cooperação Internacional | 370.698.319,91 | 0,05 |
| Serviços Financeiros | 39.468.157,71 | 0,00 |
| Promoção da Produção Vegetal | | 0,00 |
| **TOTAL** | **810.933.835.233,75** | **100,00** |

Fonte: Siafi

Em 2010 cerca de 70% dos valores empenhados liquidados na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Pública Federal Interna, sendo em torno de 45% relativos ao Refinanciamento da Dívida Interna e 24% ao Serviço da Dívida Interna. O Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna aumentou R$ 105 bilhões em relação ao ano anterior e o Serviço da Dívida Interna reduziu em R$ 70 bilhões. A redução da disponibilidade de outras fontes destinadas para pagamento da dívida pública em 2010, que são registradas na subfunção Serviço da Dívida Interna, é um dos fatores significativos que explica estas variações, considerando que em 2009, o ingresso do resultado positivo do Banco Central apurado no 2º semestre de 2008 no montante de R$ 181 bilhões provocou um aumento de recursos no Serviço da Dívida Interna e uma redução na necessidade de financiamento, fato que não ocorreu nas apurações do resultado do Bacen em 2009 e 2010.

Com referência à Dívida Externa, os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 1,13% do total de Encargos Especiais. O refinanciamento aumentou em 2010 R$ 4 bilhões em relação ao período anterior, ocasionado principalmente pelo maior volume de recompras de títulos públicos federais externos.

**Gestão da Política Econômica (MF/SPE)**

O programa tem por finalidade apoiar as políticas públicas e acompanhar e analisar indicadores macroeconômicos gerais da economia, com objetivo específico de promover o desenvolvimento sócio-econômico ambientalmente sustentável, com inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda, tendo como público-alvo (beneficiários) a sociedade em geral e o governo. O valor da execução orçamentário-financeira, em 2010, foi de R$ 1.397.301,26.

No exercício de 2010 a atuação do MF foi marcada pela formulação e execução de políticas com vistas a consolidar a rápida retomada do crescimento econômico pós-crise financeira internacional de 2008/2009 e, principalmente, com vistas a fortalecer os requisitos para a sustentabilidade do crescimento ao longo dos próximos anos.

Nesse sentido, cabe destacar a participação da MF no lançamento da 2ª fase do Programa e Aceleração do Crescimento (PAC 2). A exemplo da primeira etapa, o principal objetivo do PAC 2 é aumentar o ritmo de crescimento da economia, combinado com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social.

No PAC 2, os projetos de infra-estrutura estão divididos em 6 eixos: (i) PAC Cidade Melhor, que busca enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida; (ii) PAC Comunidade Cidadã, que visa assegurar a presença do Estado nos bairros populares, aumentando a cobertura de serviços; (iii) PAC Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo é a redução do déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda; (iv) PAC Água e Luz para Todos, com a meta de

universalização do acesso à água e à energia elétrica; (v) PAC Transportes, com vistas a consolidar e a ampliar a rede logística, interligando os diversos modais, garantindo qualidade e segurança; e (vi) PAC Energia, que objetiva garantir a segurança do suprimento a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas, além de desenvolver as descobertas no Pré-Sal, ampliando a produção.

O MF também participou da formulação de diversas políticas para ampliar o financiamento ao setor agrícola e à inclusão financeira, além de adotar medidas para incentivar as exportações, bem como para buscar a ampliação dos prazos para os financiamentos na economia brasileira.

Também é importante destacar a atuação do MF nas discussões do novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. A Lei nº 12.351/ 2010 instituiu o regime de partilha de produção e criou o Fundo Social, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente, e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Ainda sobre o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, cabe ressaltar a participação do MF no processo de cessão onerosa de barris para Petrobrás, capitalizada com vistas a ampliar as sua possibilidades de investimentos ao longo dos próximos anos.

Os resultados da gestão da política econômica foram bastante positivos, pois a economia brasileira cresceu mais de 7% neste ano, influenciado pela significativa expansão dos investimentos. A taxa de desemprego foi reduzida para o menor valor da série histórica (6,7% na média do ano), refletindo a força do mercado doméstico. Por fim, a inflação de 2010 ficou acima da verificada no ano passado, essencialmente, pela maior pressão dos preços dos alimentos, mas ainda assim ficou dentro do intervalo das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

**Administração Tributária e Aduaneira (MF/RFB)**

A atuação do MF na arrecadação tributária está a cargo da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão responsável por 65% da arrecadação nacional, por intermédio de suas 573 Unidades Administrativas distribuídas em todo o território nacional, as quais congregam, aproximadamente, 32 mil servidores.

No exercício de 2010 foi executado 99,63% da dotação orçamentária autorizada para a RFB gerir o Programa, expresso em gastos da seguinte natureza: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (99,95%), as Outras Despesas Correntes (99,40%) e as Despesas de Capital (91,75%), abaixo detalhado.

| DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS |
|---|---|---|---|---|
| 7.784.544,58 | 7.755.670,57 | 7.396.920,39 | 7.266.176,55 | 358.750,18 |

Fonte: Siafi Gerencial /2010

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB atingiu a cifra de R$ 778,9 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2010. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2009, apresentou variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de +10,40%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 14,43% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação ao período de dezembro de 2008 a novembro de 2009; (ii) decréscimo da base de arrecadação 2009 em virtude de compensações de Cofins, PIS e Cide, nos primeiros meses do ano, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamentos a maior; (iii) aumento das alíquotas do IOF para 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais; (iv) crescimento de 11,71% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009; e (v) aumento nominal de 13,23% na massa salarial de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009 - (PME/IBGE).

Em relação às medidas de desoneração tributárias estabelecidas e incidentes no ano de 2010 convém destacar: (i) dedução do imposto de renda devido referente às doações aos Fundos do Idoso; (ii) redução da alíquota específica da CIDE sobre gasolina; (iii) redução da alíquota do IPI incidente sobre móveis; (iv) prorrogação da desoneração de IPI sobre Bens de Capital, Caminhões, Veículos Comerciais Leves e Materiais de Construção; (v) desoneração das subvenções governamentais direcionadas às atividades de pesquisa tecnológica; (vi) desoneração das atividades de construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol (RECOM); (vii) desconto do crédito presumido de PIS/Cofins para os produtores de carne e couro; (viii) alíquota zero para o PIS/Cofins incidente sobre serviço de transporte de trens de alta velocidade; e (ix) ampliação do limite máximo do

valor do imóvel com possibilidade de aquisição através do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No exercício de 2010, o MF, por intermédio das projeções regionais da RFB, concluiu 531.773 ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou a cifra de R$ 89,8 bilhões. As ações de fiscalização foram intensificadas em alguns segmentos importantes, tais como: comércio, prestação de serviço, indústria e proprietários e dirigentes de empresas.

Na área de estudos, visando subsidiar o planejamento e atuação da fiscalização, foram abordados relevantes temas, como: indícios de planejamento tributário abusivo em grandes operações de reorganização societária, operações envolvendo emissão de debêntures, otimização de lançamentos de contribuições previdenciárias e irregularidade em distribuição de lucros, alteração na Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira, para maior controle das operações de câmbio.

No que se refere ao aprimoramento da estratégia de combate à sonegação fiscal e aos crimes contra a ordem tributária e à lavagem de dinheiro, entre outras, foram criadas três Delegacias de Maiores Contribuintes (Demac): nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, as duas primeiras para o combate aos planejamentos tributários abusivos de pessoas jurídicas e a terceira especializada em pessoas físicas. Estas delegacias manterão controle permanente sobre os maiores contribuintes, ou seja, doze mil maiores empresas, que respondem por 75% da arrecadação dos tributos federais, e cinco mil pessoas físicas de alta renda. Em 2010, o esforço de cobrança decorrente de análises de compensação, de ações judiciais e de distorções ocorridas na arrecadação deste tipo de contribuinte, resultou na recuperação de créditos tributários da ordem de R$ 8,0 bilhões.

Na área de revisão de declarações, destaca-se: o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, com a ampliação das verificações automatizadas das informações declaradas, a inclusão de novas informações do contribuinte e a melhoria dos aplicativos de suporte ao trabalho fiscal; a criação da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed) para automatizar a verificação da legalidade da dedução das despesas médicas pleiteadas nas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física; e a opção de agendamento, por meio da Internet, do atendimento aos contribuintes cuja declaração tenha ficado retida em malha fiscal, medida esta inserida na Carta de Serviços da RFB.

No âmbito dos Projetos Especiais foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010). O Sped substitui a emissão em papel, de livros e documentos contábeis e fiscais, por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo a autoria, integridade e validade jurídica, além de reduzir custos com o cumprimento de obrigações tributárias acessórias e aumentar a eficiência e eficácia das medidas de combate à evasão fiscal.

Em 2010, foi concluída a instalação do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (Sicobe) em 116 fábricas de bebidas, totalizando 218 estabelecimentos controlados, o que tornou possível o controle da produção de mais de 12,8 bilhões de unidades de cerveja e de 15 bilhões de unidades de refrigerante, neste exercício. Por sua vez, o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) encontra-se instalado em 100% dos estabelecimentos autorizados a fabricar cigarros, controlando, em 2010, a produção de cerca de 4,8 bilhões de unidades de carteiras de cigarros.

Ainda em 2010, a RFB promoveu 19 operações de combate ao crime organizado, que resultaram no cumprimento de 434 mandados de busca e apreensão e 110 mandados de prisão, dentre os quais cabe destacar: (i) Parceria: esquema de malversação de recursos públicos por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; (ii) Província: desvio de recursos e lavagem de dinheiro envolvendo agentes públicos; (iii) Piratas SA: falsificação e contrafação de roupas e acessórias e corrupção de agentes públicos que acobertavam as fraudes; (iv) Clone: constituição e utilização de empresas "laranjas" com anuência de servidores públicos; (v) Pilantropia: combate a desvio e comercialização de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e doadas a órgãos públicos e entidades filantrópicas; (vi) Mãos Limpas: esquema de fraudes em licitações estaduais e de desvio de recursos públicos de programas sociais em benefício de servidores públicos; (vii) Trem Fantasma: operação que desmontou esquema de fraudes na importação de mercadorias, que contava com o envolvimento e colaboração de servidores públicos; (viii) *Podium:* combateu a lavagem de valores e evasão de divisas que objetivava a corrupção de agentes públicos ligados à licitação de obras públicas; (ix) Charqueadas: operação de combate à fraude e à sonegação fiscal em empresas de abate e comercialização de gado; e (x) Cáften: esquema de interposição fraudulenta de pessoas no quadro societário de empresas, visando excluir empresários da responsabilidade por obrigações tributárias e bancárias. Muitas destas ações foram realizadas de forma integrada com outros órgãos da administração pública e, de modo geral, resultaram em subsídios para a atuação das demais áreas da Receita Federal, seja na constituição de créditos tributários, seja no aperfeiçoamento da legislação tributária vigente.

A atuação da RFB, em 2010, na repressão ao contrabando, descaminho, pirataria, além de tráfico de drogas, deu origem, entre outras, a nove grandes operações que resultaram na apreensão de mercadorias, tais como cigarros, produtos eletrônicos de informática, equipamentos hospitalares, cosméticos e brinquedos.

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões meramente fiscais, tendo reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população. No que tange às atividades aduaneiras, em 2010, a RFB registrou que as empresas brasileiras exportaram US$ 202,9 bilhões e importaram US$ 181,6 bilhões, valores que representam crescimento, para ambas as operações, de 32,81% e 42,23%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A Balança Comercial brasileira registrou um superávit de US$ 21,3 bilhões, 15,19% inferior ao saldo de 2009. A corrente de comércio somou US$ 384,5 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 37,1% comparativamente a 2009. O crescimento das operações de comércio exterior indica a recuperação da economia nacional em 2010, após a crise de 2009, com a retomada das vendas externas, apesar de estas terem crescido num ritmo menor do que o das importações.
A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2010 com 1.134 ações fiscais realizadas, o que representou aumento de cerca de 9% em relação ao período de 2009, com lançamentos da ordem de R$ 4,9 bilhões, um incremento de 33% em relação aos créditos de tributos incidentes sobre o comércio exterior lançados no período anterior.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização, repressão e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1.271 bilhões, em 2010.

**Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União (MF/STN)**

O ano de 2010 foi marcado por avanços importantes no processo de resgate e fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O processo de assunção de passivos reais e contingentes como decorrência do papel interventor assumido pelos governos nacionais em resposta à crise financeira mundial impôs uma maior transparência e *accountability* por parte do setor público. Assim, ganhou força, desde 2008, a necessidade de adoção de padrões internacionais de contabilidade por parte do setor público no sentido de definir as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os valores executados no âmbito do programa encontram-se detalhados a seguir:

**GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO**

em R$ 1.000,00

| PROGRAMA | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS |
|---|---|---|---|---|
| Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União | 227.022,16 | 195.037,47 | 193.011,18 | 186.065,72 |

Fonte: Siafi

Em 2010 deu-se continuidade aos trabalhos de aplicação dos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que visa à convergência da Contabilidade Pública com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Tendo finalizado o desenvolvimento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o 7º nível e iniciado o desenvolvimento das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Essas novas estruturas da Contabilidade do Setor Público contribuem para informação orçamentária e patrimonial mais completa e útil, ocupando as lacunas de informação dos fenômenos econômicos.

Além disso, foram implementadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) as transações que automatizarão a produção dos Demonstrativos do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001), com o objetivo de promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais, possibilitando a completa integração de fluxos de estoques, bem como a determinação do impacto das políticas fiscais na evolução temporal do Patrimônio Líquido do país.

Em atendimento ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 16.9, que trata de Depreciação, Amortização e Exaustão, foram desenvolvidas rotinas, elaboradas orientações normativas e realizados cursos de capacitação para que a Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações comecem a aplicar tais procedimentos no exercício contábil de 2010. A aplicação dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão é de fundamental importância para a correta evidenciação do Patrimônio das entidades contábeis, evidenciado a capacidade de geração de benefícios sociais adequados.

Também em 2010 foi implantado e disponibilizado o Sistema de Informações de Custos para a Administração Pública Federal (SIC), com o intuito

de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública. O Sistema de Informação de Custos é um *datawarehouse* (armazém de informações) que contém dados do Siafi, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Durante o exercício de 2010 foi realizado o I Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público que aconteceu entre os dias 31 de agosto e 02 de setembro, na Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), em Brasília, contando com mais de 800 participantes. Também foram realizados seminários e diversos treinamentos de capacitação para os usuários do SIC, envolvendo órgãos da Administração Direta de todos os poderes, os quais são representados por Comitês de Avaliação e Análise, que serão responsáveis pela validação das informações de cada Órgão.

Ainda em 2010, em atendimento a LC nº 131/09, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/00) acrescentando o art. 48-A, foram implementadas no Siafi rotinas de registro dos créditos tributários a receber e lançados na contabilidade estes créditos. O reconhecimento por competência dos créditos a receber é de fundamental importância para a correta apresentação do patrimônio das unidades contábeis, além de assegurar a disponibilização dos dados, conforme propõe a LC nº 131/2009.

Em 2010 o MF envidou esforços no sentido de desenvolver um novo Siafi alinhado com os procedimentos de fortalecimento patrimonial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e alicerçado em nova plataforma tecnológica.

**Desenvolvimento do**
**Sistema Financeiro Nacional (MF/BCB)**

A solidez e a maior eficiência do sistema financeiro conferem segurança aos aplicadores em geral quanto à preservação dos valores poupados e favorecem a expansão das operações de crédito e financiamento indispensáveis à expansão dos investimentos, condições impulsionadoras do crescimento e do desenvolvimento econômico do país. Não existindo um sistema financeiro sólido, não há como assegurar a estabilidade econômica. Assim, o programa visa promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

O Banco Central do Brasil, no desempenho da missão de assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), vem se alinhando às melhores práticas internacionais para a realização de uma supervisão eficaz. Assim, as ações de supervisão relativas a bancos e conglomerados bancários tiveram como diretrizes a ótica dos riscos incorridos, com ênfase nas instituições e conglomerados que suscitaram maior preocupação em termos de liquidez durante a crise de 2008; o cumprimento de normas; as ações necessárias à implementação do Acordo de Basiléia II e a convergência às normas internacionais de contabilidade e de auditoria.

Relativamente ao processo de supervisão de cooperativas e de instituições não-bancárias, as ferramentas de supervisão do segmento foram aprimoradas, passando a incorporar informações de governança e de apoio a negócios nos serviços prestados pelas cooperativas centrais, para fins de cumprimento das atribuições especiais previstas nas normas vigentes.

Em relação ao monitoramento do SFN, passaram a ser disponibilizadas em bases diárias, e com defasagem de apenas um dia, as informações da situação do risco de liquidez e da exposição ao risco de mercado das instituições financeiras, bem como as posições das suas principais carteiras ativas e passivas.

No que se refere à regulação do SFN, foram editados normativos que disciplinam as operações de crédito rural, criam e redefinem linhas especiais de crédito e de garantias para a agroindústria, a agricultura familiar, a habitação, a educação, ao estímulo, à produção e ao consumo de bens de capital, bem como linhas de crédito emergencial destinadas a regiões afetadas por secas, inundações e queimadas sem controle.

No tocante à regulação prudencial, foram editados normativos no âmbito de projetos estratégicos em curso na área normativa do BC que visam aprimorar o arcabouço regulatório do crédito imobiliário, harmonizar as normas contábeis das instituições financeiras brasileiras com as práticas internacionais (projeto convergência) e implementar os princípios de regulação constantes do Acordo de Basileia II no Brasil. Nesse sentido, foi editada regulamentação que diferencia a alocação de capital para cooperativas de crédito, facultado a esse tipo de instituição, que tenham operações pouco complexas e menor exposição a riscos, o cálculo simplificado do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O novo disciplinamento regulamentar foi ajustado com o objetivo de viabilizar o crescimento saudável e sustentável dessas instituições, além de assegurar uma adequada mensuração e controle do risco, porém sem obrigar as cooperativas a um grau de sofisticação gerencial incompatível com o seu negócio e com os seus objetivos econômicos e sociais.

Cabe destaque, ainda, as resoluções que vieram consolidar a base normativa que dispõe sobre componente de ouvidoria, cobrança de tarifas pelas instituições financeiras e direcionamento dos recursos de depósitos de poupança.

**Desenvolvimento do**
**Mercado de Valores Mobiliários (MF/CVM)**

As despesas liquidadas, no âmbito do programa, atingiram no exercício R$ 154.154.776,33, das quais R$ 146.888.459,89 referem-se a despesas do próprio exercício, contra a dotação de R$ 214.630.315,00.

O processo de supervisão baseada em risco do mercado de valores mobiliários foi consolidado em 2010 através da realização, em seu segundo ano, das ações preventivas estabelecidas pelo Plano Bienal divulgado pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) no final de 2008. Com base nesse modelo de supervisão, a CVM passou a destinar maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.427, de 22/12/2006.

A CVM participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (OICV) com vistas à atualização dos princípios de regulação do mercado de valores mobiliários, em resposta à recente crise financeira. Os novos princípios cobrem áreas importantes para o funcionamento dos mercados de capitais, tais como as agências de classificação de riscos e os auditores independentes; o estabelecimento de padrões de transparência que devem guiar o funcionamento dos *hedge funds* e dos emissores de produtos financeiros complexos; o reconhecimento do papel dos reguladores do mercado de valores mobiliários com relação ao risco sistêmico; e o estabelecimento de monitoramento contínuo do perímetro regulatório.

Por meio da CVM, o Brasil é o único país a representar a América Latina no Comitê Executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), entidade reúne as principais autoridades reguladoras de mercados do mundo e tem a função de supervisionar as operações e tomar as decisões necessárias para que os objetivos da IOSCO sejam alcançados.

A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, com destaque para as seguintes Instruções da CVM: (i) nº 482/2010, que alterou as regras sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários; (ii) nº 483/2010, que aprimorou as regras sobre o exercício da atividade de análise de valores mobiliários; e (iii) nº 487/2010 que promoveu alterações significativas nas normas que estabelecem o procedimento aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta.

Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº 11.638/2007, o ano de 2010 encerrou com a emissão de 14 atos normativos e aprovação de três novos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e 16 alterações e aprimoramentos de normas emitidas no período 2008 a 2009.

Merece destaque, no exercício 2010, a adoção da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº. 7.397/ 2010, a qual tem como finalidade fortalecer a cidadania, a eficiência e a solidez do SFN.

A ENEF é uma iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) constituído por BCB, CVM, Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os projetos e as ações coordenadas, no âmbito da ENEF, visam aperfeiçoar a compreensão dos consumidores a respeito dos conceitos e dos produtos financeiros, promovendo maior segurança no processo de tomada de decisões. Com isso, espera-se que a sociedade desenvolva habilidades financeiras que ajudem na identificação dos riscos e oportunidades envolvidos nas decisões econômicas.

O Decreto nº 7.397/2010 cria ainda o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que além dos membros do COREMEC, conta com a participação dos secretários-executivos dos Ministérios da Educação, Fazenda, Justiça e Previdência Social. O CONEF será responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos e ações da ENEF.

### 5.1.9 - Ministério da Integração Nacional

Para o cumprimento de suas competências legais, as ações do Ministério da Integração Nacional – MI estão organizadas nos temas Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e Infra-Estrutura Hídrica. Ressalta-se que não há destinação de uma função governamental associada à missão institucional do Ministério: "Ser um agente indutor da inserção das regiões menos dinâmicas no contexto do desenvolvimento do País". Em função disso, os programas sob a responsabilidade do MI são associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Para a análise dos resultados da atuação do MI, foram apontados como programas estruturantes do setor, dentre os onze sob a responsabilidade do Ministério, os programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, Infra-Estrutura Hídrica, Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, Prevenção e Preparação para Desastres, Resposta aos Desastres e Reconstrução, Integração de Bacias Hidrográficas, cujas ações estão preponderantemente associadas às seguintes funções governamentais: Segurança Pública, Trabalho, Urbanismo, Gestão Ambiental; Agricultura e Indústria.

Além desses programas, tratou-se também dos resultados da gestão dos programas Gestão da Política de Integração Nacional, assim como da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, de Desenvolvimento e de Investimentos, inseridos nas funções Administração e Encargos Especiais.

**Função Administração**
**sob a responsabilidade do MI**

Nesta função, é executado, dentre outros, o programa Gestão da Política de Integração Nacional, o qual objetiva a coordenação do planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial para o MI. Em 2010, os recursos para esse programa destinaram-se a ações de gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), capacitação em desenvolvimento regional e articulação intra e intergovernamental voltada à redução das desigualdades regionais. Ressalta-se, ainda, a elaboração da proposta para a PNDR Fase II, a ser enviada como projeto de lei para elevar a política de Governo à política de Estado e a continuidade dada à agenda de cooperação com a União Européia e à parceria com o ILPES/CEPAL.

Por meio das ações do programa, foram realizadas, ainda, quatro edições do Curso em Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local e publicada a obra técnica "Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional", tendo sido dada continuidade à publicação do Boletim Regional – Informativo da PNDR, que se encontra na sua décima primeira edição. Além disso, o Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Regional está em seus últimos estágios de montagem para implementação, tendo sido já lançada a Integraregio – Comunidade Virtual de Desenvolvimento Regional. Relevantes também foram as ações de divulgação e promoção do debate da questão regional, com a realização do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional 2010 – Homenagem a Celso Furtado, envolvendo instituições acadêmicas e outras organizações da sociedade civil, o que resultou na publicação de um livro que traz o resumo das propostas.

**Função Segurança Pública**
**sob a responsabilidade do MI**

Segundo o art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal, "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Assim, ao MI compete promover um ambiente social e pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, no que tange à segurança da população em situações de desastres. Para tanto, desenvolve ações preventivas, bem como de atendimento aos afetados por desastres, mediante ações de assistência humanitária ou de reconstrução, por meio dos Programas governamentais Prevenção e Preparação para Desastres e Resposta aos Desastres e Reconstrução, classificados, exclusivamente, na Função Segurança Pública.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL / OFSS/RAP(*) LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006/ 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Formação de Recursos Humanos | 0,93 | 0,48 | (48,38) | 1,81 | 277,24 | 0,73 | (59,44) | 2,97 | 304,91 | 219,83 |
| Defesa Civil | 310,32 | 436,80 | 40,76 | 554,12 | 26,86 | 1.321,70 | 138,52 | 2.411,56 | 82,46 | 677,13 |
| **TOTAL** | **311,25** | **437,28** | **40,49** | **555,92** | **27,13** | **1.322,43** | **137,88** | **2.414,53** | **82,58** | **675,76** |

Fonte: Siafi – 18.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não Processados liquidados no decorrer de cada ano.

Com relação ao demonstrativo apresentado, cabe salientar que os recursos aplicados na subfunção Formação de Recursos Humanos atenderam a ações de prevenção e preparação para desastres, com uma variação positiva de 304,91% entre 2009 e 2010

Em 2010, os recursos alocados na ação Capacitação de Agentes e Comunidades em Defesa Civil, do programa Prevenção e Preparação para Desastres, na subfunção foram transferidos, por meio de destaque orçamentário à Universidade Federal de Santa Catarina, para a realização dos eventos "Promoção da Cultura de Riscos de Desastres - PCRD" e "PEQUIM Internacional" assim como para realização do curso de Assistência e Proteção nas Respostas às Emergências Químicas e do Programa de formação continuada em Defesa Civil.

Importa destacar que a evolução da aplicação dos recursos na Subfunção Defesa Civil também foi relevante, correspondendo a uma variação positiva de 82,46% (2009-2010), utilizados tanto nas ações de prevenção e preparação contra desastres, quanto nas intervenções de resposta aos desastres e de reconstrução, com ênfase para esta última. O crescimento observado em 2010 ocorreu em razão da melhor aplicabilidade dos Termos de Compromisso (ou Transferências Obrigatórias) criados a partir de 2008 com alteração das normas que regem o setor. A cada ano a adaptabilidade dos municípios e dos estados sobre as novas regras vem aumentando, o que tem otimizado as liberações de recursos para as regiões afetadas por desastres, em atendimento aos pedidos de socorro e reconstrução.

Na subfunção Defesa Civil, com a finalidade de promover a prevenção e a preparação para desastres, foram efetivadas transferências voluntárias a estados e municípios, utilizando recursos da ação Apoio a Obras Preventivas de Desastres do programa Prevenção e Preparação para Desastres, que viabilizaram sete obras de drenagem, uma construção de ponte e uma construção de galeria de drenagem pluvial, nos estados da Bahia e de Santa Catarina. Além disso, por meio da ação Coordenação e Fortalecimento do Sistema de Defesa Civil, também do programa, foi realizada, com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina, a I Conferência Nacional de Defesa Civil,

Ainda nessa subfunção, com o objetivo de promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, em 2010, mediante execução direta dos recursos alocados na ação Socorro e Assistência às Pessoas atingidas por Desastres do Programa Resposta aos Desastres e Reconstrução, foram adquiridas 4.459 barracas de abrigamento para atender ao estado de Pernambuco, ao Governo da Venezuela e ao estoque estratégico, bem como distribuídas, aproximadamente, 165.555 cestas básicas de alimentos para Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Também, foi realizado destaque orçamentário ao Ministério da Defesa, beneficiando cerca de 790 municípios do Semiárido Nordestino pela Operação Carro-Pipa.

Os recursos alocados na ação Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, também foram utilizados, mediante transferência, para auxílio a municípios afetados, com o objetivo de implementar ações de socorro, adquirir material de construção, cestas básicas e medicamentos, desobstruir canais de águas pluviais, recuperar pontes, viadutos e unidades habitacionais, limpar vias urbanas, córregos e rios, realizar abastecimento de água, conceder auxílio moradia, abrir cacimbas, contratar brigadistas, dentre outras ações. Além disso, por meio de transferências a estados e municípios, os recursos da ação Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres do Programa Resposta aos Desastres e Reconstrução foram utilizados para a geração de 461 produtos, dentre os quais destacam-se: recuperação de infraestrutura urbana, estradas e rodovias; drenagem; reconstrução de prédios públicos e casas populares, pontilhões, pontes; obras de contenção; construção de dissipador de energia; desobstrução e desassoreamento de leitos de rios; serviços de limpeza de canal; ações de desapropriação; aquisição de materiais de construção; locação de máquinas e equipamentos.

**FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA / OFSS/RAP(*) (LIQUIDADO)**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2008/2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Prev e Prep. para Desastres | 14,86 | 68,11 | 358,28 | 109,90 | 61,36 | 130,44 | 18,69 | 226,91 | 73,95 | 1.426,72 |
| Resposta aos Desastres e Reconstrução | 59,77 | 257,73 | 331,18 | 285,42 | 10,75 | 1.008,91 | 253,48 | 1.942,98 | 92,58 | 3.150,60 |
| **TOTAL** | **74,64** | **325,84** | **336,57** | **395,33** | **21,33** | **1.139,35** | **188,20** | **2.169,89** | **90,45** | **2.807,32** |

Fonte: Siafi – 28.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Com relação ao desempenho dos programas nesta função, nota-se, no demonstrativo anterior, que a evolução dos recursos liquidados foi maior no programa Resposta aos Desastres e Reconstrução, correspondente a 3.150,6% no período de 2006 a 2010, do que a observada no programa Prevenção e Preparação para Desastres, que equivaleu a um crescimento de 1.426,72% no mesmo período, o que permite concluir que ano a ano o programa Respostas aos Desastres e Reconstrução vem utilizando uma fatia cada vez maior dos recursos destinados ao Setor. Cabe salientar que a importância para o setor do Programa de Prevenção e Preparação para Desastres está relacionada com a sua capacidade de prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos, com redução da vulnerabilidade das comunidades urbanas e rurais. Por sua vez, a relevância do Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução, está associada ao seu papel de promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o que tem viabilizado o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados em infraestruturas

**Função Trabalho sob a responsabilidade do MI**

A execução orçamentária na Função Trabalho, considerados os programas estruturantes para o MI, foi realizada somente por meio do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, nas Subfunções Formação de Recursos Humanos e Fomento ao Trabalho.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO TRABALHO POR SUBFUNÇÃO**
**SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL / OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006 /2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Formação de Recursos Humanos (Pertence à função Administração e não à função Trabalho) | 4,18 | 0,51 | -87,86 | 2,20 | 332,87 | 0,25 | -88,63 | 0,40 | 60,00 | -90,44 |
| Fomento ao Trabalho | 0,37 | 0,69 | 85,14 | 9,07 | 1.224,53 | 8,22 | -9,43 | 15,48 | 88,32 | 4.084,59 |
| TOTAL | 4,55 | 1,19 | -73,80 | 11,27 | 844,84 | 8,47 | -24,88 | 15,88 | 87,59 | 248,85 |

Fonte: Siafi – 18.1.2011
* Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Os recursos liquidados na subfunção Fomento ao Trabalho tiveram uma variação positiva de 88,32% em relação a 2009. Contudo cabe ressaltar que a variação positiva deveu-se à execução dos demais programas executados nesta subfunção, uma vez que a execução do PROMESO sofreu redução no período. No decorrer de 2010, foram formalizados cinco convênios e uma descentralização, os quais somaram, aproximadamente, R$ 1,8 mil. Desses convênios, 80% são referentes à recuperação de estradas vicinais, que permitiram a recuperação de cerca de 80 km de estradas. Além disso, com esses recursos, foi apoiada a Implantação do Centro de Inovação e Design de Móveis em Chapecó/RS e foi assinado um Termo de cooperação para apoio financeiro para a realização do Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário em Florianópolis/SC. Com relação ao desempenho do PROMESO, observa-se, a seguir, que houve um acréscimo de 5,39% nos valores liquidados em 2010 em relação ao ano de 2009.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**FUNÇÃO TRABALHO / OFSS/RAP(*) LIQUIDADO**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006/2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Promoção da Sustent. de Espacos Sub-regionais - PROMESO | 6,54 | 8,06 | 23,16 | 13,50 | 67,63 | 4,58 | -66,09 | 6,89 | 50,52 | 5,39 |

Fonte: Siafi – 28.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

A importância do Programa PROMESO para o Setor deve-se ao fato de as intervenções promovidas pelo Programa contribuírem para a superação das deficiências do capital humano necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento e a estruturação e a dinamização da base produtiva regional, incluindo a absorção e a difusão de informação e tecnologia. Isto se dá por meio da oferta de capacitação para agentes públicos que atuem na organização social, nas atividades econômicas e produtivas ou mediante a promoção do processo de desenvolvimento territorial e mediante a realização de Eventos de Organização Produtiva - EOP para a capacitação e a organização

produtiva de comunidades em empreendimentos produtivos coletivos.

**Função Urbanismo**
**sob a responsabilidade do MI**

Nesta função, evidencia-se a execução do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, cujas ações são executadas na subfunção Assistência Comunitária, com concentração de um grande volume de emendas parlamentares, o que leva a grandes variações nas despesas liquidadas em cada ano. Em 2010, foram celebrados aproximadamente 90 convênios que somam R$ 37 milhões. Os projetos executados nesta função são de caráter essencial para a dinamização da economia local, com destaque para a construção de centros sociais, a pavimentação de estradas e a construção de pontes e passagem molhada. Salienta-se ainda a contribuição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que celebrou 13 convênios com ênfase em Pavimentação e Drenagem.

No demonstrativo a seguir, observa-se que os recursos liquidados na subfunção tiveram um crescimento no período de 2009 a 2010 correspondente a 213,1 % , em função do volume de despesas de exercícios anteriores pagas no ano de 2010.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO**
**POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**
**OFSS/RAP(*) LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2008 /2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Assistência Comunitária | | | | 2,27 | 0,0 | 71,57 | 3.053,0 | 224,11 | 213,1 | 9.772,68% |

Fonte: Siafi – 18.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

A importância do PROMESO para o Setor Urbanismo está relacionada com a sua atuação na implantação de projetos de infraestrutura de apoio à produção e à logística, incluindo-se a construção de equipamentos urbanos/rurais e de obras civis que articulam regionalmente os municípios nos espaços sub-regionais. Nesta função, destacam-se as ações Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais, incorporada ao PROMESO no ano de 2008 a fim de agilizar o processo de desenvolvimento local e a ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, que integra o Anexo I – Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA FUNÇÃO URBANISMO**
**OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2008/2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Prom. da Sustent. de Espacos Sub-regionais – PROMESO | | | | 2,27 | | 56,84 | 2.403,78 | 163,40 | 187,46 | 7.097,27 |

Fonte: Siafi – 28.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Com relação ao desempenho do PROMESO nesta função, observa-se que houve um crescimento dos recursos liquidados de 187,47% em relação ao exercício anterior em função do volume de restos a pagar pagos em 2010.

**Função Gestão Ambiental**
**sob a responsabilidade do MI**

Na função Gestão Ambiental são executadas as ações do Programa Infraestrutura Hídrica e Integração de Bacias Hidrográficas, classificadas na Subfunção Recursos Hídricos.

No Programa Infraestrutura Hídrica, foi contemplada a implantação de empreendimentos focados no armazenamento de recursos hídricos, por meio da construção de barragens, canais e adutoras para a adução de água. Com esse objetivo, em 2010, 158 km de canais foram construídos e 397 milhões de m³ de água foram reservados, com a conclusão dos projetos Barragem Peão (MG), Barragem Gasparino (BA), Barragem Taquara (CE), Adutora Acauã (PB) e Adutora Ibaretama (CE), que propiciarão benefícios a aproximadamente 260 mil habitantes. Ademais, estão em andamento os seguintes projetos: Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais(MG), Sistema de Abastecimento do

Seridó e Sistema Adutor de Alto Oeste (RN), Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite(GO), Canal de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza – Trechos IV e V(CE), Canal do Sertão Alagoano (AL), Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina(PE), Jaguari e Taquarembó no Rio Grande do Sul, dentre outros.

No âmbito do programa Integração de Bacias Hidrográficas, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco, o qual se divide em dois grandes eixos: o Leste, com 220 km; e o Norte com 402 km, que percorrem os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que deverão beneficiar 12 milhões de pessoas, quando for concluída a obra.

As obras do Eixo Leste, nos estados de Pernambuco e Paraíba, contam com avanço de 70% e deverão ser concluídas em 2012. Já o Eixo Norte, com 47% de execução, envolve os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte e está estimado para ser concluído em 2014. Ainda, no contexto do Projeto, podem ser citadas as Barragens Tucutu e Areias com previsão de conclusão para 2011.

Em 2010 foram construídas 118 casas em comunidades indígenas e 179 casas em comunidades quilombolas. Além disso, das 18 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pelas obras, cinco estão construídas – Captação, Junco, Negreiros, Uri e Pilões, com benefício para 196 famílias. Ressalta-se que 115 famílias estarão sendo atendidas, com a conclusão de mais quatro vilas – Salão, Queimada Grande, Malícia e Descanso (1ª Etapa). No demonstrativo a seguir, observa-se que a execução dos recursos na função Gestão Ambiental teve um crescimento de 43,74% (2009-2010).

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA "FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL" POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006 /2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Recursos Hídricos | 737,41 | 654,84 | -11,20 | 912,66 | 39,37 | 1.735,18 | 90,12 | 2.494,17 | 43,74 | 238,24 |

Fonte: Siafi – 18.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

No demonstrativo a seguir, nota-se que nesta função, no período de 2009 a 2010, os recursos liquidados no programa Infra-Estrutura Hídrica, cresceu 53,87%, o que deveu-se, principalmente, ao aumento do volume de emendas apresentadas para o programa no ano de 2010. Por sua vez, no mesmo período, no programa Integração de Bacias Hidrográficas, observa-se um crescimento de 20,34% em relação ao valores liquidados, em função do volume de recursos inscritos em Restos a Pagar no ano anterior.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006 / 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Infra-Estrutura Hídrica | 151,61 | 366,91 | 142,01 | 691,30 | 88,41 | 756,44 | 9,42 | 1.163,90 | 53,87 | 667,68 |
| Integração de Bacias Hidrográficas | 74,38 | 251,59 | 238,25 | 118,33 | -52,97 | 818,76 | 591,95 | 985,28 | 20,34 | 1.224,66 |
| **TOTAL** | **225,99** | **618,50** | **173,68** | **809,62** | **30,90** | **1.575,20** | **94,56** | **2.149,18** | **36,44** | **851,00** |

Fonte: Siafi – 28.1.2011 / * Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

A importância do programa Infraestrutura Hídrica para o setor relaciona-se com a sua capacidade de expandir a oferta de água, para minimizar os efeitos da carência de água de boa qualidade, principalmente para consumo humano, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades nos espaços geográficos, onde a disponibilidade desse recurso é reduzida. Possui os indicadores: i) Somatório da capacidade de adução de água bruta disponibilizada nas adutoras concluídas no ano e ii) Somatório da capacidade de acumulação de água nos projetos de barragens e açudes concluídos no ano. Em função de estudos para a reformulação desses indicadores, não houve apuração do primeiro indicador no exercício de 2010. Quanto ao segundo indicador do programa, o valores apurados da acumulação de água em 2010 foi de 403 milhões de m³ de água, o que corresponde a aproximadamente 25% do índice de referência de 2003.

A relevância do programa Integração de Bacias Hidrográficas para o setor está inserida na sua proposição de viabilizar o desenvolvimento sustentável, especialmente às regiões semi-áridas do país, por meio da garantia hídrica às

comunidades ribeirinhas, aos pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, aos centros industriais e à população urbana. Possui o indicador Vazão média de água nas bacias beneficiadas pela integração das águas por segundo, o qual não foi apurado, em 2010, em função de o projeto ainda se encontrar em execução.

**Função Agricultura**
**sob a responsabilidade do MI**

Nesta função se inserem as ações do programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, classificadas nas subfunções Extensão Rural e Irrigação, tendo como foco a expansão das áreas irrigáveis para uso comum, por meio da execução de obras de infraestrutura, com o objetivo de propiciar o processo de desenvolvimento regional. Os recursos liquidados na subfunção Extensao Rural tiveram uma grande variação, resultado da ênfase nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, no intuito de utilizar tecnologias mais eficientes, bem como qualificar os irrigantes familiares quanto às técnicas de produção e gerenciamento do negócio, dando, assim, melhor aproveitamento aos investimentos já realizados, com o objetivo de dar sustentabilidade à emancipação dos perímetros.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO AGRICULTURA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006 /2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Extensão Rural | 1,03 | 0,40 | -60,99 | 0,25 | -36,97 | 0,03 | -90,16 | 59,15 | 236.492 | 5.625,85 |
| Irrigação | 304,72 | 220,80 | -27,54 | 566,34 | 156,49 | 597,60 | 5,52 | 517,94 | -13,33 | 69,97 |
| TOTAL | 305,75 | 221,20 | (27,65) | 566,60 | 156,14 | 597,62 | 5,48 | 577,09 | -3,44 | 88,75 |

Fonte: Siafi – 18.1.2011
Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Em 2010, buscou-se promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, com a implantação de 11.943 ha, relativos aos Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Jacaré Curituba (SE), Salitre (BA) e Marituba (AL). Deu-se continuidade a execução dos Perímetros Várzeas de Sousa (PB), Luis Alves do Araguaia (GO), Baixo Acaraú (CE), Tabuleiros de Russas (CE), Rio Formoso (TO), Pontal (PE), Baixio de Irecê (BA), dentre outros. Além disso, ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias foram direcionadas aos perímetros de irrigação que se encontram em operação.

Além disso, foram realizadas ações com vistas à consolidação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada, além de terem sido concluídos os estudos para subsidiar os Programas Nacionais em Agricultura Irrigada, voltados para capacitação, pesquisa e assistência técnica, e terem sido sistematizadas as estatísticas do Subsetor.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL FUNÇÃO AGRICULTURA - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2006/2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Desenv. da Agricultura Irrigada | 19,09 | 169,03 | 785,45 | 515,41 | 204,92 | 587,10 | 13,91 | 579,36 | -1,32 | 2.934,91 |

Fonte: SIAFI – 28.1.2011
* Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

A relevância do programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada para o setor está associada ao fato de ser uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e de promoção à distribuição de renda, mediante a geração de empregos com baixos custos e a elevação da oferta de alimentos a preços menores, na medida em que aumenta a produtividade dos fatores terra e trabalho.

Os indicadores do programa são: i) Somatório da área de perímetros públicos incorporados pelo programa no ano; ii) Consumo anual de água em m³ por hectare em perímetros públicos de irrigação; iii)

Consumo anual de água em m³ por hectare nas áreas irrigadas fora dos perímetros públicos e iv) Relação percentual entre o número de perímetros públicos de irrigação com a gestão transferida e o número total de perímetros públicos de irrigação. Contudo, apenas o primeiro indicador teve o seu índice avaliado, sendo que a área incorporada no exercício de 2010 foi de 13.893ha, que corresponde a aproximadamente 10% do índice de referência de 2002.

**Função Indústria sob a responsabilidade do MI**

Na Função Indústria, executou-se no âmbito do Programa PROMESO a ação prioritária Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais na Subfunção Empregabilidade. Essa ação vem, ao longo dos anos, concentrando um grande volume de emendas parlamentares, equivalente a 45% dos recursos.

Em 2010, a Administração Direta realizou mais de 100 fomentos na estruturação de arranjos produtivos locais nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Entre os diversos Arranjos Produtivos Locais - APL apoiados os que mais se destacam são os de apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, fruticultura, piscicultura e movelaria, em virtude de serem as vocações principais das regiões de atuação do programa, efetivados por mais de 100 convênios, dos quais 54% referentes a emendas, e dois por meio de descentralizações. A maior parte desses projetos objetivou apoiar agroindústrias locais, tanto na aquisição de equipamentos quanto na aquisição de veículos para impulsionar a economia local. Nesta função, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM efetivou sete convênios, dos quais dois referentes a emendas, que foram firmados com cinco prefeituras no Pará; um convênio com o Governo do Estado do Acre e um com o Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia – IDATAM, todos com o objetivo de desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias locais, regional e nacional. Para tanto, foram implantadas estruturas físicas, adquiridos equipamentos e promovidas ações de apoio técnico para o fortalecimento de empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO INDÚSTRIA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2008/ 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Empregabilidade | | | | 2,03 | | 14,66 | 620,70 | 15,14 | 3,26 | 645,81 |

Fonte: SIAFI – 18.1.2011

* Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

A importância do PROMESO, no âmbito da função Indústria está associada ao seu papel de estruturar e aprimorar processos produtivos e os sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado, com a finalidade de desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional. Conforme evidenciado no demonstrativo a seguir, em 2010 o programa, por meio da ação Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Subregionais, recebeu dotação orçamentária de 26,77 milhões, dos quais 52,23% foram empenhados e 55,44% liquidados.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL FUNÇÃO INDÚSTRIA - OFSS/RAP(*) / LIQUIDADO**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2008/2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VALOR | VAR % | VAR % |
| Prom. da Sustent. de Espacos Sub-regionais - PROMESO | | | | 2,03 | | 14,57 | 616,34 | 14,84 | 1,85 | 629,56 |

Fonte: SIAFI – 28.1.2011

* Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

**Função Encargos Especiais**
**Sob a Responsabilidade do MI**

Nesta Função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, bem como os recursos sob supervisão do Ministério, referentes aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste – FDNE, que são os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Conforme demonstrativo, a seguir, por meio dos Fundos Constitucionais, foram contratados, até novembro de 2010, financiamentos da ordem de R$13,5 bilhões, o que representou um crescimento de 10,7% em relação a idêntico período de 2009 (R$12,2 bilhões). Na região Centro-Oeste, por meio do FCO, foram aplicados R$3,5 bilhões em 63,49 mil operações de financiamento. Na região Nordeste, por meio do FNE, foram aplicados R$ 8,3 bilhões em 354,47 mil operações e na Região Norte, por meio do FNO, foram investidos R$ 1,7 bilhões em 37,88 mil operações.

**VALORES CONTRATADOS - ATÉ NOVEMBRO (2009 E 2010)**
**FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS**

em R$ bilhão

| Fundo/ Ano | FCO | | | FNO | | | FNE | | | Total | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % |
| Total | 2,8 | 3,5 | 26,3 | 2,1 | 1,6 | -22,2 | 7,3 | 8,3 | 14,9 | 12,2 | 13,5 | 10,7 |

**QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS**
**(em unidades)**

| Fundo/Ano | FCO | | | FNO | | | FNE | | | Total | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % | 2009 (a) | 2010 (b) | (b)/(a) % |
| Total | 56.115 | 63.490 | 13,1 | 40.170 | 37.875 | -5,7 | 329.129 | 354.472 | 7,7 | 425.414 | 455.837 | 7,2 |

As regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia – com destaque para investimentos em energia e transporte. As cartas-consulta e os projetos aprovados em 2010 perfazem o montante de R$ 3,7 bilhões em demanda de recursos para o FDA e de R$ 1,3 bilhão para o FDNE.

**Recursos Não-Orçamentários**
**Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - FINAM e FINOR**

Os Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste – FINAM e FINOR, desde a sua criação, em 1974, foram e continuam sendo importantes instrumentos de desenvolvimento econômico-social para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os recursos oriundos da renúncia fiscal das empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas estimularam e vêm estimulando a instalação de empresas nessas regiões, o que contribuiu para diminuir as desigualdades históricas existentes entre as regiões Norte e Nordeste e as demais regiões do país.

Na análise de gestão e resultados dos Fundos Fiscais de Investimentos, consideram-se como elementos do processo a emissão de Certificados de Empreendimentos Implantados – CEI, as liberações de recursos desses Fundos e as instaurações de apuratórios. O CEI é recebido pela empresa após o cumprimento de alguns requisitos estabelecidos pela legislação específica e se formaliza por meio de uma Portaria publicada no Diário Oficial da União. A partir de então, o projeto é declarado concluído, restando apenas à Administração o gerenciamento de títulos, constantes nas Carteiras dos Fundos, a cargo dos respectivos Bancos Operadores competentes: Banco da Amazônia S.A., no caso do FINAM, e Banco do Nordeste do Brasil S.A., no caso do FINOR. No ano de 2010, dos projetos do FINAM, que preencheram os requisitos para recebimento do CEI, oito foram contemplados com a emissão do Certificado, enquanto que no FINOR cinco projetos receberam o Certificado.

Os recursos dos Fundos disponíveis para aplicação são liberados pelos bancos operadores, com autorização do Ministério da Integração Nacional, em favor das empresas beneficiárias que comprovem aporte de recursos próprios em seus projetos. Em 2010, foram efetivadas oito autorizações de liberações de recursos para empresas beneficiárias do FINOR, totalizando um montante de R$ 164.846.315,00, representando um crescimento de 200,0% em relação ao período de 2009 (R$ 54,96 milhões). Já para o FINAM não houve autorizações de liberações de recursos no ano de 2010.

Nesse contexto, observa-se que, no ano de 2010, o FINAM e o FINOR permaneceram fortalecendo o desenvolvimento econômico e social, bem como auxiliando na redução das desigualdades inter-

regionais, seguindo diretrizes e prioridades definidas na execução das políticas públicas.

**Recursos Não-Orçamentários**
**Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES**

O Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES foi criado pelo Decret0-Lei nº 880/69, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento estadual, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Integração Nacional, e operacionalizado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES.

O FUNRES é um Fundo misto de investimento, cujos recursos são decorrentes de renúncia fiscal de IRPJ e ICMS de contribuintes domiciliados exclusivamente no estado do Espírito Santo, para implantação, expansão e modernização de atividades produtivas no estado. Por tal especificidade, o FUNRES opera por intermédio da modalidade de subscrição de debêntures para os empreendimentos constituídos sob a forma de sociedade anônima e de operação de crédito, para as micro, pequenas e médias empresas, com recursos exclusivos do ICMS.

No ano de 2010, foram aplicados R$ 4,7 milhões na modalidade de subscrição de debêntures, e R$7,5 milhões na de operação de crédito, por meio de 98 operações efetivamente contratadas. Foram aprovadas, ainda, três cartas consultas, das empresas Klaier Comercial, Brametal e Cervejaria Coroa, importantes empreendimentos que trarão empregos, renda e tributos quando de sua efetiva implantação.

No âmbito operacional foram aprovados os projetos de reformulação, conclusão e respectiva emissão do CEI das empresas Fiesa, Solesa, Capri Logística e Uniaves. Cabe destacar a desistência de contratação de recursos do FUNRES da empresa Açotec S/A, no valor de R$ 5,4 milhões, impactando na redução dos recursos aplicados durante o exercício de 2010. Além disso, promoveu-se um Procedimento Administrativo na fase de implantação da empresa UNIAVES S.A.

No âmbito normativo, foram aprovadas resoluções, com destaque para "Procedimento prévio de notificação de empresa beneficiária de recursos do FUNRES para cumprimento de providências relacionadas ao andamento das renegocições de débito junto ao BANDES" e "Normativo sobre financiamento através de emissão de debêntures em terreno alugado", este último resultante de um estudo especial realizado pela Secretaria Executiva do GERES, por recomendação da CGU/ES.

Destaque especial foi dado ao Protocolo de Intenções assinado entre o GERES e o Instituto Jones dos Santos Neves/ES, que permitirá a realização de estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento estadual e o estabelecimento de prioridades na alocação de recursos do FUNRES com eficiência eficácia e efetividade.

Com relação aos aspectos de promoção do FUNRES foram criadas novas peças promocionais mais condizentes com a realidade estadual, sob a forma de banner, folder e anúncios veiculados nos mais diferenciados meios de comunicação estadual.

Por último, cabe mencionar o apoio institucional e financeiro do GERES/FUNRES à realização do Seminário e Mostra Institucional da Região Expandida Sul, em Anchieta (ES), que, juntamente com o Ministério da Integração Nacional e a Prefeitura de Anchieta, permitiu a concretização da assinatura do Protocolo CONDESUL - Consórcio Público para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul, que é o primeiro Consórcio Multissetorial do Estado do Espírito Santo, em consonância com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, formulada e implementada pelo Ministério da Integração Nacional.

**Recursos Não-Orçamentários**
**Incentivos Especiais**

Ainda com o fim de estimular investimentos das regiões Norte e Nordeste, foram concedidos ao setor produtivo incentivos e benefícios fiscais de redução do imposto de renda, cujo montante foi estimado para o ano de 2010 em R$ 3,3 bilhões na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e R$ 3,2 bilhões na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

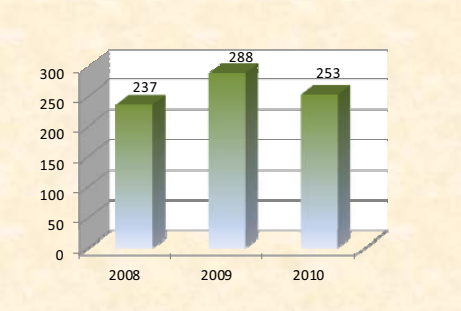
### 5.1.10 - Função Segurança Pública

Desde 2003, as instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária são alvo permanente de ações de fortalecimento, conduzidas de forma integrada pelas secretarias do Ministério da Justiça - MJ, a fim de reduzir os altos índices de criminalidade e garantir efetiva segurança para o cidadão.

Em 2010, o Governo Federal atingiu o maior patamar de investimentos nessa área. No ano de 2000, por exemplo, os recursos do MJ para o setor somaram R$ 714 milhões, contra R$ 3,3 bilhões em 2010. Esse incremento se refletiu no aumento significativo de resultados.

Na subfunção Policiamento, destaca-se a atuação da Polícia Federal - PF ao longo de 2010, que participou de diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais e de suas atribuições constitucionais. Assim, seja na sua área finalística, referente à sua atuação como polícia judiciária da União, seja no campo da gestão pública, no da cooperação com outros órgãos, no do atendimento ao público, bem como no da capacitação, foram diversas as ações relevantes realizadas pela Instituição. Em 2010 foram deflagradas cerca de 253 operações visando o combate aos mais diversos ilícitos, que resultaram em 2.643 prisões.

**NÚMERO DE OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL**




Ainda no âmbito da subfunção Policiamento, cabe destacar a participação da Polícia Rodoviária Federal – PRF, que alinhada às diretrizes estratégicas do governo, tem fortalecido seu caráter de polícia preventiva e cidadã, qualificando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente ao roubo de veículos e cargas, assalto a ônibus e tráfico de drogas e armas. Assim, sua presença ostensiva nas rodovias federais é ponto de referência e de percepção de segurança para o cidadão.

Em 2010, a PRF efetuou 29.160 prisões, apreendeu 1,1 tonelada de crack, 4,7 toneladas de cocaína e 88,7 toneladas de maconha. Foram apreendidas no mesmo período 1.227 armas de fogo e 138.953 cartuchos (munição de diversos calibres).

O enfrentamento ao contrabando e ao descaminho resultou, no mesmo período, na apreensão de 9,12 milhões de itens, entre eles: cigarro, produtos de informática e mídia eletrônicas. O combate aos crimes ambientais atingiu o patamar de 48,2 mil m³ de madeira apreendidas. Os esforços para proteger a saúde pública resultaram na apreensão de 17,98 milhões de medicamentos irregulares.

As apreensões de produtos piratas, por sua vez, tiveram um aumento significativo no decorrer do período entre 2004 e 2010, conforme a tabela a seguir. Dentre os produtos apreendidos estão: CDs, DVDs, cigarros, combustíveis, materiais de informática, eletrônicos, medicamentos e bebidas.

**APREENSÕES DA PRF 2004/2010**

| PERÍODO | QUANTIDADE DE PRODUTOS APREENDIDOS |
|---|---|
| 2004 | 1.342.758 |
| 2005 | 3.859.585 |
| 2006 | 11.341.964 |
| 2007 | 10.392.955 |
| 2008 | 10.025.423 |
| 2009 | 16.264.397 |
| 2010 | 27.071.464 |
| **TOTAL** | **80.298.546** |

As apreensões de 10.878 armas e de 759.984 unidades de munições no período de 2003 a outubro de 2010 também merecem destaque.

Por meio do Projeto Unaci (Unidade de Atendimento ao Cidadão), integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, a PRF, de forma preventiva e fazendo uso do conceito "álcool zero", introduzido pela Lei nº 11.705/98 – conhecida por Lei Seca, realizou mais de dois milhões de testes com etilômetros em 2010.

Também na subfunção Policiamento, destaca-se a Força Nacional de Segurança Pública – FNSP. Criada em 2004, a FNSP é uma ação de cooperação federativa, com participação de todas as polícias estaduais, com atuação de caráter episódico e planejado. A Força Nacional atua em suplementação às forças policiais estaduais no gerenciamento de crises na área de segurança pública e somente mediante pedido direto de Governador ao Ministro de Estado da Justiça. Excepcionalmente a Força realiza operações de apoio à Polícia Federal.

O efetivo da Força é composto por policiais e bombeiros cedidos temporariamente pelos grupos de elite dos estados, que passam por um rigoroso treinamento na Academia Nacional de Polícia sob a responsabilidade do MJ. Para atender situações que demandam mobilização imediata, a Força Nacional conta com o Batalhão Escola de Pronto-Emprego - BEPE, que possui um efetivo de 584 militares

treinados para agirem imediatamente em casos de desastres, ações emergenciais de polícia ostensiva e preservação do meio ambiente.

Quando retornam a seus estados, os policiais que estiveram no BEPE, além da sua capacitação, levam todos os equipamentos que utilizaram durante sua estada na Força Nacional. Isto possibilita aos estados, disporem, a custo zero, de uma tropa treinada e bem equipada ao cabo de um ano. Em 2010 foram capacitados 4.202 profissionais de segurança pública, dentre eles 3.881 Policiais Militares, 148 Bombeiros, 146 Policiais Civis e 27 Peritos.

Além disso, entre os anos de 2009 e 2010, a Força Nacional realizou cursos, estágios e eventos acadêmicos em que foram capacitados 8.046 profissionais de segurança pública dentre policiais militares, bombeiros e policiais civis.

As operações da Força Nacional em 2010 obtiveram os seguintes resultados em apreensões: 66 armas de fogo, 22.187 munições, 40 explosivos, 34.798 kg de maconha, 105 kg de crack, 31 kg de cocaína, 512 kg de outras drogas, além de 883 toneladas de produtos contrabandeados e 648 veículos apreendidos.

Atualmente, 754 militares estão mobilizados nas operações do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, distribuídos em 18 Operações em 12 estados. Deste total mobilizado, 374 pertencem ao efetivo do BEPE realizando os módulos de prática operacional externa, em escala rotativa, de forma que ao final de um ano todos os efetivos passam por capacitação e mesmo preparo técnico.

Desde a sua criação, a FNSP já deflagrou 53 operações. Em 2010, foram 18 operações, com destaque para as operações Arco de Fogo e Sentinela, em apoio ao Departamento de Polícia Federal no combate a crimes ambientais na Amazônia e ao tráfico de drogas nas fronteiras.

A Força Nacional já atuou em 16 estados (AL, MA, PR, MT, MS, PA, RO, BA, RJ, RR, GO, SC, ES, AM e AC), empregando cerca de 5.119 profissionais. Hoje a Força Nacional atua em 12 estados (AL, MA, PR, MT, MS, PA, RO, BA, RR, SC, AM e AC) em operações de apoio ao Departamento de Polícia Federal, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e aos estados solicitantes.

Já na subfunção Informação e Inteligência, o enfrentamento ao crime organizado no Brasil teve como foco ações de definição das tipologias de atividade das facções, ou seja, a forma como o crime organizado se infiltra no país e como lavam o dinheiro em parceria com agentes públicos corruptos. Nessa seara, pretendeu-se também combater a atuação das milícias em regiões do Rio de Janeiro e em outros estados.

Atendendo suas atribuições de articulador institucional e com a experiência adquirida pela sua atuação internacional, o MJ protagonizou proposta de aprimoramento da efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, foro nacional composto por mais de 60 órgãos dos três Poderes e do Ministério Público (pertencentes tanto à esfera federal, estadual e municipal), além de instituições privadas. O planejamento prévio das ações futuras da Estratégia e o enxugamento de sua estrutura decisória foram aprovados na reunião plenária, ocorrida em novembro de 2010.

Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são os laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro - LAB-LD. Desenvolvido com metodologia genuinamente brasileira, o LAB-LD constitui um instrumento pioneiro capaz de analisar grandes volumes de informações e tornar mais ágil e eficiente o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. Em 2010, houve a inauguração de dois Laboratórios, o da Polícia Civil do RJ e da Polícia Civil de SP e a celebração de três novos Acordos de Cooperação para implantação de Laboratórios nos Ministérios Públicos do Paraná e do Espírito Santo e na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, este compartilhado com o Ministério Público do mesmo estado.

Seguem demonstrativos com a execução orçamentária da função Segurança Pública, bem como a execução nas suas subfunções típicas:

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO SEGURANCA PUBLICA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 3705,40 | 4519,94 | 5202,27 | 5684,46 | 6317,96 | 25430,03 |

*valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano. Não houve execução no Orçamento de Investimentos e nem gasto tributário nos exercícios analisados.

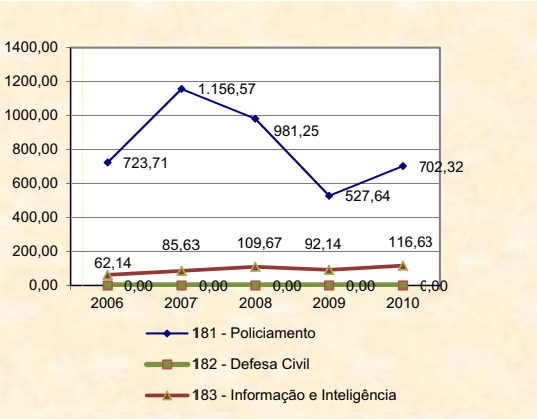
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANCA PUBLICA POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO SEGURANCA PUBLICA EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO SEGURANCA PUBLICA | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas: | 818,95 | 12,96% | 1,66 | 100,00% | 820,61 | 12,99% |
| Policiamento | 702,32 | 11,12% | 0,00 | 0,00% | 702,32 | 11,11% |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Informação e Inteligência | 116,63 | 1,85% | 1,66 | 100,00% | 118,29 | 1,87% |
| Outras Subfunções | 5499,00 | 87,04% | 0,00 | 0,00% | 5499,00 | 87,01% |
| **TOTAL** | **6317,95** | **100,00%** | **1,66** | **100,00%** | **6319,61** | **100,00%** |

Fonte: Siafi

**VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006 – 2010**
**(em R$ milhões)**




Entre as subfunções atípicas executadas na área de segurança pública, destacam-se as seguintes: cooperação internacional; defesa da ordem jurídica; e direitos individuais, coletivos e difusos.

Em 2010, na área de cooperação internacional, em matéria penal e de repatriação de ativos, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça registrou 3.382 instruções, diligências e análises de cumprimento de cartas rogatórias e pedidos de auxílio direto, destacando-se a execução de quebras de sigilos e bloqueios de ativos no estrangeiro, como nos casos Satiagraha, Fiocruz, Propinoduto e, especialmente, a recuperação de obras de arte de ex-diretor de banco, com repatriação de aproximadamente R$ 7 milhões aos cofres públicos.

Na subfunção Defesa da Ordem Jurídica, o protagonismo brasileiro se refletiu na realização, em abril de 2010, do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em Salvador/BA. O evento reuniu mais de seis mil pessoas, que representaram mais de 120 países na discussão do tema "Estratégias Globais para Desafios Globais: A Prevenção do Crime e o Desenvolvimento dos Sistemas de Justiça Criminal em um Mundo em Transformação". Foi a primeira vez que o Brasil sediou o encontro, considerado o maior evento relacionado a estes temas, que ocorre a cada cinco anos. Registre-se que após 30 anos esse Congresso voltou a ser sediado na América Latina, resultado da reconhecida atuação brasileira na área de cooperação jurídica internacional.

Além disso, ressalta-se que o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado em 13 de abril de 2009 pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclui a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, cujo objetivo é desenvolver e acompanhar as ações pactuadas e incrementar medidas que assegurem maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, à mediação e à conciliação, entre outros.

Dos Projetos de Leis objetos do II Pacto apresentados ao Congresso Nacional, 10 já foram aprovados, dos quais três priorizaram a proteção de Direitos Humanos e Fundamentais, quatro abrangem a agilidade e efetividade da prestação jurisdicional e três focam na ampliação do acesso à justiça.

A Defensoria Pública da União - DPU, por sua vez, ampliou a assistência jurídica, integral e gratuita, à população necessitada. Encontra-se em efetiva implantação vinte e duas novas Unidades de atuação, as quais ficarão responsáveis por prestar assistência a mais de 20 milhões de pessoas que não podem pagar pelos serviços de advocacia.

Foram intensificados os Projetos da DPU-Comunidade, DPU-Itinerante e DPU nas Escolas, pelos quais os Defensores Federais se deslocam até os grandes aglomerados urbanos, localidades de difícil acesso e escolas públicas para levar noções de cidadania, prestar esclarecimentos sobre direitos e deveres dos cidadãos e garantir o acesso à Justiça.

Em 2010, foi celebrado convênio com a Defensoria Pública de Minas Gerais, contemplando a criação de núcleos especializados que irão atender aos presos e familiares de todas as unidades prisionais do estado. Considerando este convênio, já são 18 estados contemplados nesta ação, com investimento total de R$ 15.000.000,00.

Foram investidos também R$ 600.000,00 para viabilizar ações da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar Defensores Públicos de todo o país, em caráter voluntário, excepcional e solidário para atuar nos estados em que forem requisitados. A Força já percorreu os estados de Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina, beneficiando 5.066 presos.

Seguem demonstrativos da execução orçamentária da função Essencial à Justiça, bem como a execução nas suas subfunções típicas:

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 41,8 | 66,12 | 98,11 | 142,93 | 201,55 | 550,51 |

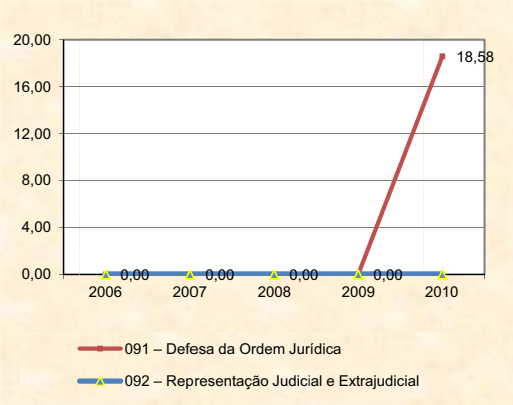
*valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano. Não houve execução no Orçamento de Investimentos e nem gasto tributário nos exercícios analisados.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES**

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas: | 18,58 | 9,22% | 0,00 | 0,00% | 18,58 | 9,22% |
| Defesa da Ordem Jurídica | 18,58 | 9,22% | 0,00 | 0,00% | 18,58 | 9,22% |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Outras Subfunções | 182,97 | 90,78% | 0,00 | 0,00% | 182,97 | 90,78% |
| **TOTAL** | **201,55** | **100,00%** | **0,00** | **0,00%** | **201,55** | **100,00%** |

Fonte: Siafi

**VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006-2010**
**(em R$ milhões)**



Ainda na função Essencial à Justiça, por meio da subfunção Direitos Individuais Coletivos e Difusos, vale destacar a ação de assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública da União - DPU, que visa fortalecer a infraestrutura do atendimento prestado ao preso e fomentar a adoção de diretrizes que o tornem mais eficaz. Para tanto, o Ministério da Justiça investirá R$ 50 milhões até 2011.

No que diz respeito à execução da função Direitos da Cidadania, no âmbito da subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a atuação do Ministério da Justiça voltou-se ao reforço do direito básico do consumidor à informação e à proteção contra publicidade enganosa e abusiva, bem como a ação articulada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, no que tange a proteção à saúde e à segurança contra os riscos provocados por produtos colocados no mercado de consumo.

A partir da vigência do Decreto nº 6.523, de 31 de julho 2008, que regulamentou o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, foram lavrados 12 Autos de Constatação que deram causa à instauração de sete processos administrativos em face das empresas do setor de telefonia – o mais reclamado pelos consumidores.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec foi implantado em 23 estados e no Distrito Federal, alcançando mais de 150 municípios. Ao longo de 2010 foram publicados diversos estudos importantes: o Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010, a versão 2010 do Estudo sobre o Setor de Telecomunicações no Brasil, o Estudo sobre o Mercado de Cartões de Crédito no Brasil, o Barômetro Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor sobre Aparelhos de Telefone Celular e o Balanço dos Problemas sobre os Serviços de Atendimento ao Consumidor - SAC, à luz do Decreto nº 6.523/2008.

Outro trabalho relevante para a defesa do consumidor resultante da atividade de inteligência da informação conduzida pelo Sindec foi o Projeto Indicadores Públicos. No início de 2010, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor convocou os fornecedores mais reclamados dos segmentos destacados no Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010 (telecomunicações, assuntos financeiros e supermercados) para apresentarem propostas de melhoria no atendimento aos seus consumidores.

Ao todo, 15 fornecedores aderiram ao Projeto (sete bancos, cinco do segmento de supermercados e varejo e três operadoras de telefonia). Os resultados finais da apuração dos indicadores estão em fase de conclusão, mas já é possível avaliar que houve avanços significativos nos segmentos de telefonia e de bancos.

No ano de 2010, foi registrada a comunicação de 58 novas campanhas de chamamento (*recall*), tendo sido aplicada multa em desfavor de empresa automobilística, em razão de não realização de *recall* de produto defeituoso colocado no mercado.

Foram celebrados acordos de cooperação que permitirão uma atuação mais eficaz, difusa e capilarizada na prevenção e repressão a acidentes de consumo. Nesse sentido, destacam-se os Termo de Cooperação assinados com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, o Departamento Nacional de Trânsito - Denatran, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e o Banco Central do Brasil - Bacen.

No campo da defesa econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE envidou maior rigor no combate aos cartéis, o que é demonstrado pela aplicação da maior multa da história do CADE, no valor total de R$ 2,5 bilhões às empresas envolvidas no Cartel dos Gases Medicinais e Industriais (AGA S.A., Linde Gases Ltda., *Air Liquide* Brasil Ltda., *Air Products* Brasil Ltda., Indústria Brasileira de Gases Ltda. e *White* Martins Gases Industriais Ltda., além de sete pessoas físicas ligadas às empresas).

Também no escopo dessa subfunção, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos tem como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Os recursos do Fundo provêm de condenações judiciais na área de meio ambiente (ações civis públicas) e de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Direito Econômico - SDE.

Para tanto, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos - CFDD, criado para gerir os recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, já apoiou, entre os anos de 1999 e 2010, mais de 270 projetos, aplicando um montante que supera os 55 milhões de reais, atingindo uma parte substancial da população, inclusive em regiões distantes dos grandes centros.

Também na subfunção de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, destacam-se as ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi aprovada pelo Decreto nº 5.948/2006, e o PNETP, por meio do Decreto nº 6.347/2008, o qual apresentou metas concretas para o cumprimento dos princípios, diretrizes e ações de

prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas.

No decorrer dos anos de 2007 a 2010, o Governo Federal firmou articulações com os entes federativos e com organismos internacionais para ações mais efetivas de combate ao tráfico de pessoas. Essa política pública foi inserida no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.

Dentre as metas do PNETP executadas até o ano de 2010, citam-se: a realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos sobre o tema; o monitoramento, avaliação e disseminação do PNETP, realizado pelo Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação, destacando-se que as ações do Plano, a cargo de cada órgão público, foram condensadas em um Relatório, lançado durante o I Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado em Belo Horizonte/MG, no período de 08 a 10 de novembro de 2010, com a presença de representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de representantes da sociedade civil. Com o Encontro, governo e sociedade avaliaram o I Plano, bem como, discutiram a elaboração de diretrizes para o II Plano. Nesse Relatório foram apresentadas as metas concluídas, a exemplo, da criação do Grupo de Trabalho sobre Legislação e Tráfico de Pessoas, onde se discutiu projetos de lei sobre a temática; capacitação de mais de 30 mil atores envolvidos, direta ou indiretamente, com o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Ainda nesse escopo, em 2009, conforme previsto foram informatizados os registros de naturalização com a disponibilização na Internet do serviço de emissão de certidões negativas de naturalização. Dando continuidade ao projeto, em 2010, o Departamento de Estrangeiros contratou por meio de adesão à ata de preços empresa que está realizando trabalho de indexação das imagens dos registros de naturalização ao banco de dados já criado. O trabalho de criação de bancos de dados com informações dos processos de deportação, expulsão e extradição, bem assim, transferência de pessoas condenadas foi iniciado.

Acrescenta-se ainda que no ano de 2010, por meio do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça foram iniciadas negociações bilaterais com Polônia e Japão em matéria de transferência de pessoas condenadas. Foram finalizadas negociações de acordos bilaterais em matéria de extradição com Áustria e Argélia. No âmbito multilateral foi assinado o Acordo de Extradição Simplificada entre Brasil, Argentina, Portugal e Espanha.

Ainda inserida na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, ressalta-se a atuação da Comissão de Anistia, contribuindo com a Justiça de Transição e, consequentemente, com a segurança cidadã. No ano de 2010, merecem destaque as seguintes realizações: aceleração da apreciação administrativa dos mais de 67 mil requerimentos de anistia autuados, bem como a diminuição da média das indenizações concedidas aos anistiados, ajustando-as à realidade brasileira; realização de 47 Caravanas da Anistia com sessões públicas de julgamento nos locais onde ocorreram as perseguições; realização do Projeto "Marcas da Memória – História Oral da Anistia no Brasil" que aponta a construção de ações gerais de preservação da memória histórica dos perseguidos e torturados; Chamada Pública nº 1 que envolve parcerias com a sociedade civil para realização de Projetos de Preservação, Divulgação e Formação Relativos à Memória da Anistia Política e do Processo de Justiça Transacional no Brasil; realização de Audiências Públicas dando a oportunidade à sociedade de conhecer parte da história até então desconhecida; criação e publicação da Revista Anistia, bem como a publicação do livro "Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro" (em parceria com a Universidade de Coimbra em Portugal e do Catálogo de Fotos dos 30 anos da Anistia; promoção de diversos seminários e cursos no Brasil e exterior; implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil em Belo Horizonte/MG como forma de reconhecimento do direito de resistir, de pedido de desculpas e de preservação da memória política do Brasil, e por fim sua atuação pela aprovação do Projeto de Lei de Acesso à Informação (PL n° 5.228/2009) e da criação da Comissão Nacional da Verdade (PL n° 7.376/2010).

Seguem demonstrativos da execução orçamentária da função Direitos da Cidadania, bem como a execução nas suas subfunções típicas:

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 717,88 | 597,35 | 550,33 | 759,86 | 796,09 | 3421,51 |

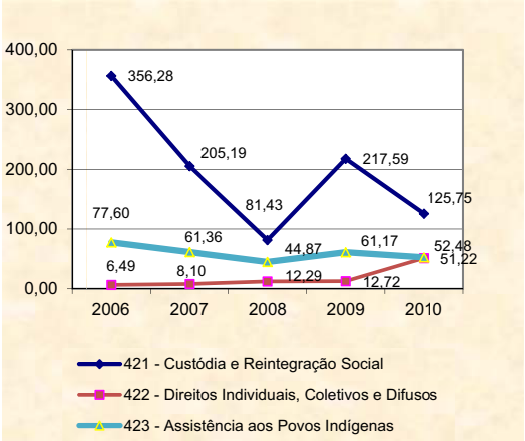
*valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano. Não houve execução no Orçamento de Investimentos e nem gasto tributário nos exercícios analisados.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES**

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas: | 229,45 | 28,82% | 260,06 | 100,00% | 489,51 | 46,35% |
| Custódia e Reintegração Social | 125,75 | 15,80% | 3,84 | 1,48% | 129,59 | 12,27% |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 51,22 | 6,43% | 256,22 | 98,52% | 307,44 | 29,11% |
| Assistência aos Povos Indígenas | 52,48 | 6,59% | 0,00 | 0,00% | 52,48 | 4,97% |
| Outras Subfunções | 566,64 | 71,18% | 0,00 | 0,00% | 566,64 | 53,65% |
| **TOTAL** | **796,09** | **100,00%** | **260,06** | **100,00%** | **1056,15** | **100,00%** |

Fonte: Siafi

**VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006-2010**
**(em R$ milhões)**




No âmbito da subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, cabe destacar o reforço no controle de armas e a execução da Campanha de Regularização e de Desarmamento. No âmbito da Campanha do Desarmamento vale frisar que a hipótese de entrega de armas de fogo mediante indenização tornou-se permanente, sendo seu pressuposto a espontaneidade do possuidor em entregar a arma à Polícia Federal ou demais instituições por ela credenciadas para o recebimento da indenização. No ano de 2010 foram entregues espontaneamente, com pagamento de indenização, aproximadamente, 14.240 armas.

Destaca-se ainda a atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Industrial – CNCP, presidido pelo MJ e composto por representantes da sociedade civil, iniciativa privada e do governo federal. O órgão além de atuar com ações de repressão, promove campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira decorrentes da pirataria.

Guiado pelo Plano Nacional de Combate à Pirataria, o CNCP dedicou sua atenção à articulação com municípios para a implementação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e Feira Legal, tendo como fruto os planos de trabalho para viabilizar os acordos assinados com as prefeituras de São Paulo e Curitiba. Promoveu também a assinatura de um novo acordo com o Distrito Federal, sendo realizado o 1° Seminário de Capacitação para o Combate à Pirataria, alcançando cerca de 380 agentes públicos.

Em dezembro de 2010, o CNCP promoveu ainda o lançamento da campanha "Brasil Original Compre Essa Atitude", uma campanha pelo que é direito, em parceria com a Agência Nacional do Cinema - Ancine, além de outras entidades que atuam na produção e exibição do cinema brasileiro.

A seguir, quadro dos valores liquidados de 2006 a 2010:

| ITEM | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Despesas Liquidadas | 5.095.267.543,04 | 6.350.987.244,66 | 7.336.255.753,99 | 7.984.590.415,74 | 8.881.585.032,84 |
| RAP Não Processado Liquidado | 270.785.454,52 | 501.937.677,89 | 411.701.049,69 | 688.616.461,22 | 696.948.324,73 |

**Programas Estruturantes**

**Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci**

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci consolidou-se na superestrutura dos estados por meio das seguintes ações: Modernização das Instituições de Segurança Pública e do Sistema Prisional; Valorização dos profissionais de Segurança Pública e do Sistema Prisional e Enfrentamento ao Crime Organizado e à Corrupção Policial. Essas três ações têm contribuído sobremaneira para a construção de um novo modelo de atuação das nossas polícias, bem como da mudança de comportamento dos policiais. Trata-se de uma nova polícia que busca se comportar como protetora da sociedade, em particular daqueles que residem nas periferias das cidades onde estão localizados os territórios predispostos à violência e a criminalidade.

O Pronasci possibilitou ao Governo Federal atingir o maior patamar já visto de investimentos na área de segurança e combate à violência. São mais de 90 ações que integram União, estados, municípios e diversos setores da sociedade.

O Pronasci não mais se restringiu às grandes capitais e suas regiões metropolitanas. Tais inovações derivaram na capilarização do programa pelo país inteiro. No momento, são 174 municípios e quatro consórcios públicos signatários, distribuídos em 25 estados e no Distrito Federal.

Além das chamadas ações estruturais, o Pronasci conta com um programa local chamado "Território de Paz". É na implementação desse programa que o Pronasci verdadeiramente é apresentado às comunidades, por meio de um conjunto de medidas de segurança articuladas com ações sociais que vão desde abordagens culturais até a empreendimentos solidários que envolvem a comunidade e principalmente os jovens que são público-alvo do programa.

Até o momento foram instalados Territórios de Paz nas seguintes localidades: Santo Amaro - Recife/PE, Complexo do Alemão - Rio de Janeiro/RJ, Cidade de Deus – Rio de Janeiro/RJ, Zona de Atendimento Prioritário 5 - Rio Branco/AC, Itapoã – Brasília/DF, São Pedro – Vitória/ES, Benedito Bentes – Maceió/AL, Bom Jesus - Porto Alegre/RS, Tancredo Neves – Salvador/BA, Guajuviras – Canoas/RS e Guamá e Terra Firme – Belém/PA, Fortaleza/CE, Cachoeirinha/RS, Esteio/RS, Sapucaia do Sul/RS, Alvorada/RS, Guaíba/RS, São Leopoldo/RS, Novo Hamburgo/RS. Em 2010, foram implementados os Territórios de Paz de São Bernardo do Campo/ SP no bairro de Alvarenga e em São José dos Pinhais/ PR nos bairros Jardim Ipê/ Guatupê.

**TERRITÓRIOS DE PAZ IMPLANTADOS E LANÇADOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

| ESTADO | MUNICÍPIO | LOCALIDADE | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | Rio Branco | ZAP V | 876.174,00 | 240.000,00 | 647.479,30 | **1.763.653,30** |
| AL | Maceió | Benedito Bentes | 2.773.254,61 | 2.973.200,00 | 2.627.449,00 | **8.373.903,61** |
| BA | Salvador | Tancredo Neves/Beiru | 1.362.356,54 | 5.266.000,00 | 6.904.685,91 | **13.533.042,45** |
| CE | Fortaleza | Bom Jardim | 6.998.763,09 | 6.044.000,00 | 6.476.144,20 | **19.518.907,29** |
| DF | Brasília | Itapuã | 45.953.818,97 | 7.158.888,89 | 323.000,00 | **53.435.707,86** |
| ES | Vitória | São Pedro | 3.810.718,79 | 1.640.800,00 | 1.706.413,46 | **7.157.932,25** |
| PA | Belém | Terra Firme | 2.221.909,98 | 56.400,00 | 4.908.663,67 | **7.186.973,65** |
| PE | Recife | Santo Amaro | 8.163.833,46 | 3.280.788,00 | 4.068.175,00 | **15.512.796,46** |
| RJ | Rio de Janeiro | Complexo do Alemão | 9.355.693,65 | 71.200.618,49 | 20.432.091,00 | **100.988.403,14** |
| RJ | Rio de Janeiro | Cidade de Deus | | | | |
| RS | Alvorada | Umbú | 1.677.404,76 | 2.449.252,09 | 906.285,30 | **5.032.942,15** |
| RS | Cachoeirinha | Vila Anair | 1.280.023,07 | 1.925.515,00 | 2.657.844,78 | **5.863.382,85** |
| RS | Canoas | Guajuviras | 1.422.483,64 | 7.341.026,00 | 1.888.109,00 | **10.651.618,64** |
| RS | Esteio | Parque Primavera | 2.693.680,78 | 1.386.067,50 | 474.124,47 | **4.553.872,75** |
| RS | Guaíba | COHAB | 1.131.006,69 | 2.245.707,96 | 1.056.555,35 | **4.433.270,00** |
| RS | Novo Hamburgo | Santo Afonso | 1.199.392,13 | 4.349.406,18 | 704.042,00 | **6.252.840,31** |
| RS | Porto Alegre | Bom Jesus | 3.816.157,81 | 5.781.307,14 | 1.914.910,00 | **11.512.374,95** |
| RS | São Leopoldo | Vicentina | 3.204.495,92 | 5.055.997,50 | 2.271.752,58 | **10.532.246,00** |
| RS | Sapucaia do Sul | Grande Vargas | 1.085.660,12 | 3.338.275,64 | 11.587,00 | **4.435.522,76** |
| SP | São Bernardo | Alvarenga | 3.294.784,44 | 6.398.728,70 | 2.948.740,31 | **12.642.253,45** |
| PR | S. José dos Pinhais | Jardim Ipê / Guatupê | 164.844,20 | 1.105.680,27 | 5.301.787,52 | **6.572.311,99** |
| **TOTAL** | | | **102.488.464,65** | **139.239.668,36** | **68.231.849,85** | **309.953.955,86** |

Fonte: Secretaria Executiva

O envolvimento da sociedade civil no Pronasci desdobra-se também com a participação da comunidade na implantação de políticas públicas.

A política pública baseada na parceria da polícia com a comunidade, por meio da prevenção primária, tem surtido efeitos positivos na busca pela redução da criminalidade. Mediante parcerias entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, e os estados brasileiros, foram realizados, em 2010, 259 cursos presenciais da doutrina de polícia comunitária, denominados de Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária e Curso Nacional de Multiplicador em Polícia Comunitária.

Ao todo, foram capacitadas mais de 14.000 pessoas, com grande mobilização social. Por exemplo, no Pará o curso de formação de soldados foi acompanhado por lideranças comunitárias de várias cidades.

Em 2010 o projeto Mulheres da Paz envolveu 7.535 lideranças. Tais mulheres recebem uma bolsa de R$ 190,00 mensais e são capacitadas em temas como Direitos Humanos, Lei Maria da Penha, Acesso à Justiça e Mediação de Conflitos, e tem como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade.

Outra importante ação social do Pronasci é o Projeto para Jovens em Território Vulnerável - Protejo. Desde o início do projeto já foram atendidos 15.233 jovens de 15 a 24 anos. Em 2010, foram atendidos 3.837. Cada jovem recebe uma bolsa de R$ 100,00 por mês durante um ano.

O Projeto Bolsa Formação visa uma nova formação para o profissional de segurança pública, com foco em Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Uso Progressivo da Força, entre outros temas.

A participação é estimulada pelo recebimento da Bolsa Formação, que oferece complemento de R$ 443,00 na renda dos profissionais que ganham até R$ 1.700,00. O policial, por sua vez, deve realizar ao menos um curso, por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública com Cidadania. Em 2010, foram investidos cerca de R$ 788 milhões no projeto, alcançando em média 150.000 profissionais.

No sentido de promover e ampliar o acesso à justiça para todos os brasileiros, o Pronasci com a articulação da Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ do Ministério da Justiça propõe a modernização e fortalecimento da gestão do judiciário. Dessa forma, em 2010, a SRJ firmou convênio no valor de R$ 1.918.442,00 com o estado de Minas Gerais para assegurar a Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares.

Para os Projetos de Efetivação da Lei Maria da Penha, que tem como objetivo integrar a atuação dos serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher e consequente efetivação da Lei nº 11.340/2006, foram investidos em 2010 cerca de R$ 7,4 milhões destinados aos Tribunais de Justiça do AP, SP e PE, Ministério Público de RN, AP, AC, CE, PB, SP e TO, e Defensoria Pública do Pará.

No âmbito da ação Justiça Comunitária, cujo objetivo é desenvolver meios alternativos de resolução de conflitos através da mediação comunitária.

Foram firmados no ano de 2010 convênios com as Prefeituras de São José dos Pinhais/PR, Cachoeirinha/RS, São Bernardo do Campo/SP, Esteio/RS e Alvorada/RS, além do governo do Rio de Janeiro e Bahia, e Defensoria Pública de Tocantins, totalizando cerca de R$ 3 milhões.

**Aprimoramento da Execução Penal**

O Departamento Penitenciário Nacional - Depen, órgão responsável pelo aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional, utilizou, no ano de 2010, cerca de 100 milhões de reais em recursos aos estados para a construção, reforma e aparelhamento/reaparelhamento de estabelecimentos prisionais, reintegração social dos presos, penas e medidas alternativas, aparelhamento de ouvidorias do sistema penitenciário, integração ao Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – InfoPen e manutenção do Sistema Penitenciário Federal. Com relação à geração de vagas nos sistemas penitenciários dos estados, em 2010 foram repassados 30 milhões de reais para geração de 1.200 vagas.

Em 2010, foi disponibilizado o terreno para a construção da Escola Penitenciária Nacional, local este que será destinado a aprimorar a capacitação e qualificação de profissionais que atuam no sistema penitenciário.

As ações ligadas à aplicação de penas e medidas alternativas, com foco na redução do ingresso de presos de menor potencial ofensivo no sistema prisional, tiveram continuidade através do fomento à criação e apoio às Centrais e Núcleos de Acompanhamento e Varas Judiciais Especializadas. Em 2010 foram analisadas 23 propostas apresentadas pelas Unidades da Federação. Destas, foram aprovadas 17, que totalizam cerca de R$ 7 milhões.

No tocante à modernização dos estabelecimentos penais, foram implementadas ações para aquisição de equipamentos de segurança, 88 viaturas, 57 ambulâncias além da continuidade na implantação do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – InfoPen. Ao todo, serão 108 unidades penais contempladas e 15,7 milhões de reais em recursos.

Como combate à criminalidade, a implementação do Sistema Penitenciário Federal resultou numa redução significativa das rebeliões nas

penitenciárias estaduais. Hodiernamente, quatro Penitenciárias Federais localizadas nos estados de RO, RN, MS e PR estão em funcionamento com 832 vagas.

O sistema prisional também contará com novas vagas, visando implementar um novo modelo de gestão penitenciária que promova efetivamente a reintegração social da pessoa presa e combata a reincidência criminal no país.

Em 2010 foram aportados recursos para complementação dos contratos de repasse para Construção da Penitenciária Jovens Adultos firmados em 2008 e 2009, totalizando R$ 37.017.386,42, para os seguintes estados: AL, GO, MG, MT, RO, CE, GO e TO.

**Modernização da Polícia Federal**

No que se refere à Modernização da Polícia Federal, se destaca, além da implantação de unidades descentralizadas (aquisição, construção, ampliação e reformas de unidades do DPF), a manutenção e atualização do Projeto PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, que tem por objetivo efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal e modernizar as unidades operacionais e técnico-científico com meios de telecomunicações, perícia criminal, sistemas de inteligência, viabilizados por acordos de créditos com banco estrangeiros.

O Projeto adquiriu equipamentos e sistemas nas mais diversificadas áreas, totalizando um montante gasto de R$ 360 milhões de dólares desde 2002 até a presente data. As aquisições tiveram por escopo as seguintes áreas de: Telecomunicações, Identificação, Sistemas/Informática, Transporte e Criminalística e geraram grande evolução nos meios policiais.

No ano de 2010 foram adquiridas torres para continuidade da instalação do Tetrapol (sistema de radiocomunicação segura), novos aparelhos AFIS e mais unidades de equipamentos táticos de interceptação RF – rádio frequência, notebooks robustecidos, softwares de sustentação e prova de conceito para o Cintepol – Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica, bem como equipamentos discretos, serviços de assistência técnica, servidores e equipamentos de rede, perfazendo uma execução de US$ 15,3 milhões.

**Proteção e Promoção dos Povos Indígenas**

No que se refere à Proteção Social dos Povos Indígenas, em 2010 foram atendidos cerca de 450 mil índios, com ações relacionadas ao acolhimento e orientação em articulação social, à expedição de registros administrativos de nascimentos, expedição de documentação básica, apoio à concessão de benefícios previdenciários, apoio ao atendimento emergencial à insegurança alimentar, reforço da infraestrutura física comunitária, promoções de ações vinculadas às mulheres, jovens e crianças indígenas tomadas em suas especificidades, bem como a viabilização de eventos e afins relacionados a estes temas.

No exercício de 2010, destacamos ainda o expressivo aumento do número de indígenas atendidos comparado aos exercícios anteriores, particularmente na viabilização do acesso aos seus direitos sociais e previdenciários, conseguido com discreto incremento orçamentário.

Quanto ao fomento e valorização dos processos educativos tendo por finalidade a promoção de políticas de educação direcionadas aos povos indígenas, de maneira a garantir seus direitos à cidadania, entre os principais resultados alcançados em 2010 destacamos a parceria com o Ministério da Educação - MEC para implementação dos 36 Territórios Etnoeducacionais previstos até outubro de 2010: 14 foram pactuados, seis se encontram em fase de implantação e 16 estão em processo de consulta.

Esta é uma política estratégica para aprofundar e qualificar o tratamento da sociodiversidade indígena nas políticas educacionais e na gestão pública, fundamentadas na territorialidade dos povos indígenas e suas relações interétnicas, em que mobiliza e articula as Secretarias Estaduais e Municipais, MEC, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Universidades, Institutos Federais, Fundação Nacional do Índio - Funai, organizações indígenas, Sociedade Civil e demais instâncias com protagonismo na educação escolar indígena.

Outro ponto de destaque refere-se ao apoio na formação de 3.858 indígenas, sendo 1.517 nos cursos regulares, 1.189 nas licenciaturas interculturais e 1.152 nos cursos de magistério e outros, atingindo um total de 322 comunidades indígenas beneficiadas, assim como a avaliação das 21 metas do capítulo da educação escolar indígena do Plano Nacional de Educação - PNE, que envolve 24 estados da Federação e o Distrito Federal.

Em 2010 foram realizadas ações referentes ao Apoio às Frentes de Proteção Etnoambiental: por meio de apoios técnico e administrativo e de descentralização de recursos financeiros para realização de suas atividades; acompanhamento de licenciamentos ambientais: LT 600 KV Coletora Porto Velho/Araraquara 2 e 1, em Rondônia; UHEs Santo Antônio e Jirau, BR 429; Gasoduto Juruá Urucu, BR 230 e UHEs São Manoel, Teles Pires e Foz do Apiacás, LT Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde; proteção dos direitos indígenas frente a interferência em terras e povos indígenas isolados e recém contatados.

Foram realizadas ações referentes a Terras sob Restrição de Uso com a proteção de terras e índios isolados e recém contatados, por meio de prorrogação de portarias de restrição de uso das terras indígenas em TI Piripkura e TI Jacareúba/Katawaixi.

As seis Frentes de Proteção Etnoambiental existentes desenvolveram atividades de manutenção da Frente, fiscalização das Terras Indígenas, localização geográfica e monitoramento de índios isolados e de recente contato, apoio à saúde de índios de recente contato e a participação de seus técnicos em eventos.

No que se refere à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas, que tem por finalidade promover a autonomia produtiva das comunidades indígenas, orientando-se pela noção de Etnodesenvolvimento e fundamentando-se em consultas às comunidades, por meio de planejamento participativo e da execução de atividades sustentáveis, foram apoiados 732 projetos advindos das Unidades descentralizadas da Funai, com o montante de R$ 6.924.831,28 em 2010.

Quanto à demarcação e regularização de terras indígenas, no exercício de 2010 foram realizados estudos de fundamentação da posse tradicional indígena e estudos antropológicos de identificação e delimitação em 40 terras indígenas; a publicação de resumo circunstanciado de duas terras indígenas; por ato do Ministro da Justiça outras sete foram declaradas de posse tradicional de diversos grupos indígenas, com a superfície de aproximadamente 273.300 hectares; 2 terras homologadas por decreto presidencial; registro cartorial e no patrimônio da união de oito terras indígenas, correspondendo a cerca de 6 milhões de hectares.

Na regularização fundiária foram constituídos seis grupos técnicos para estudos fundiários e avaliação de benfeitorias construídas por não índios em terras indígenas, nos estados de SC, AC, CE, PB, MT e RS. No processo de indenização das benfeitorias consideradas de boa fé, foram constituídas 11 comissões de pagamento para oito terras indígenas, aplicando-se recursos em cerca de R$ 1,6 milhão.

### 5.1.11 - Função Previdência Social

A Previdência Social contribui com a visão de longo prazo do Governo Federal para que o trabalhador e sua família possam obter proteção solidária, inclusiva e sustentável. Está focada em três objetivos setoriais: implementar uma política previdenciária justa e sustentável; melhorar a qualidade do atendimento e reconhecer direitos e promover a inclusão no sistema. Para cada um desses objetivos foram definidas ações que alavancam os resultados institucionais, são elas: continuidade do processo de inclusão previdenciária; melhoria de atendimento aos cidadãos; sustentabilidade financeira e atuarial; e inversão da lógica de indenização para a lógica de prevenção das doenças e acidentes do trabalho e avanços adicionais no âmbito dos Acordos Internacionais de Previdência, fundamentais para garantir a proteção dos trabalhadores brasileiros em tempos de globalização e aperfeiçoamento do combate às fraudes.

O Ministério da Previdência Social - MPS tem seu orçamento vinculado quase que na sua totalidade à função Previdência Social e à função Encargos Especiais. O valor empenhado, que em 2006 era de R$ 169.854 bilhões, atingiu em 2010 o valor de R$ 259.813 bilhões, representando um crescimento de 52,9%, no valor de R$ 89,9 bilhões.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, os resultados de 2010 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao aumento do pagamento de benefícios previdenciários. A arrecadação líquida acumulada no ano de 2010 atingiu o patamar de R$ 211,9 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal de 16,46% em relação ao acumulado de 2009, e a despesa com benefícios previdenciários acumulada, por sua vez, foi de R$ 254,8 bilhões, representando um crescimento nominal de 13,33% frente ao ano de 2009. Dessa forma, a necessidade de financiamento para o ano de 2010 foi de R$ 42,8 bilhões, semelhante ao resultado obtido no ano anterior.

Um conjunto de medidas implementadas pelo INSS ao longo dos últimos anos, proporcionou o desaparecimento das filas nas portas das Agências da Previdência Social - APS, a redução do tempo de espera para o atendimento e, mais recentemente, o reconhecimento automático dos direitos previdenciários.

O direcionamento do atendimento das Agências da Previdência Social para os Canais Remotos, Internet e Central 135, garantiu comodidade ao cidadão e maior qualidade na prestação dos serviços. Atualmente, o segurado pode agendar o seu atendimento com hora marcada e pode escolher a Agência da Previdência Social de sua preferência. Em 2009, foram registradas mais de 5,4 milhões de ligações/mês para a Central 135, passando para mais de 5,6 milhões de ligações mensais em 2010. O reconhecimento automático de direitos foi apenas o início de um grande processo de mudança.

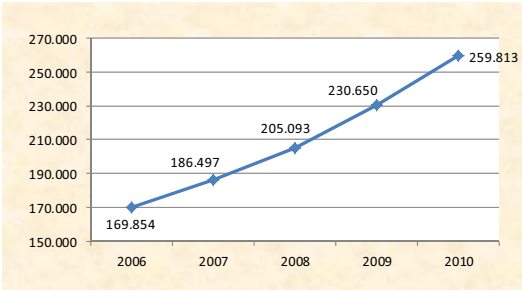
**VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS (*) | 169.854 | 186.497 | 205.093 | 230.650 | 259.813 | **1.051.907** |

Fonte: Siafi /2011

(*) valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.




A função Previdência Social abrange o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e o Regime de Previdência Complementar - RPC. O RPPS abrange o regime próprio de servidores e o regime próprio dos militares. O regime próprio dos servidores está previsto no art. 40 da Constituição Federal e é regulado pela Lei nº 9.717/98, e pela Lei nº 10.887/2004. O fundamento constitucional do regime próprio dos militares está no art. 142, inciso X, da Constituição Federal e é regulamentado pela Lei nº 6.880/80.

O RPC é composto pelo regime complementar ao RGPS e pelo regime complementar ao RPPS. Aquele é previsto no art. 202 da Constituição Federal e possui natureza privada, cabendo à União somente a fiscalização e a regulamentação, razão pela qual não há recursos alocados para esse regime. O regime complementar ao RPPS, de natureza pública, está previsto nos parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e ainda não foi instituído na União.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal, o RGPS tem por base o caráter contributivo, a filiação obrigatória e o equilíbrio financeiro e atuarial. São características da previdência social: a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade e à gestante; a proteção do trabalhador em face de desemprego involuntário; a garantia de salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de baixa renda; e a pensão por morte do segurado.

O financiamento da previdência social compete a toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio de recursos dos orçamentos de todos os entes, das contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos, conforme disposto no art. 195 da Constituição Federal.

Conforme demonstrado no orçamento sob responsabilidade do MPS, 96% estão alocados na subfunção Previdência Básica que tem por objetivo garantir o pagamento dos benefícios do RGPS.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO AS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | 253.353 | 98% | - | | 253.353 | 98% |
| *Previdência Básica* | 248.350 | 98% | - | | 248.350 | 98% |
| *Previdência do Regime Estatutário* | 5.003 | 2% | - | | 5.003 | 2% |
| Outras Subfunções | 6.460 | 2% | - | | 259.813 | |
| **TOTAL** | **259.813** | | **-** | | **259.813** | |

Fonte: Siafi /2011

O demonstrativo a seguir apresenta síntese da execução orçamentária dos programas associados à função Previdência Social.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS**

| PROGRAMA | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHO | LIQUIDAÇÃO | PAGAMENTO + RAP |
|---|---|---|---|---|
| Previdência Social Básica | 1.266.266.691 | 1.197.069.122 | 1.103.956.601 | 1.184.297.304 |
| Qualidade dos Serviços Previdenciários | 320.307.731 | 275.651.537 | 151.463.697 | 496.635.818 |
| Previdência Complementar | 6.242.075 | 2.597.203 | 2.387.043 | 2.903.434 |
| Gestão da Política de Previdência Social | 67.419.062 | 46.133.836 | 29.030.303 | 39.295.034 |
| Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União | 1.025.986 | 783.501 | 710.887 | 784.408 |
| Apoio Administrativo | 464.145.572 | 434.321.765 | 419.028.593 | 417.904.068 |
| Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal | 17.194.093 | 13.970.066 | 9.121.071 | 9.169.035 |
| Educação Previdenciária | 2.500.000 | 1.778.458 | 1.486.983 | 1.572.484 |
| **Total** | **2.145.101.210** | **1.972.305.488** | **1.717.185.178** | **2.152.561.586** |

Fonte: Siafi Gerencial - Despesas discricionárias

A seguir evolução dos principais Indicadores dos programas no âmbito da Previdência Social nos anos de 2009 e 2010.

**PRINCIPAIS INDICADORES**

| PROGRAMA | INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|
| Educação Previdenciária | Taxa de Cobertura Social | Percentual | 65,90 | 67,00 |
| Previdência Complementar | Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) | Percentual | 15,96 | 16,35 |
| Previdência Social Básica | Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência | Percentual | 84,16 | 89,41 |
| | Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho | Percentual | 60,20 | 55,32 |
| | Taxa de Solução de Demandas | Percentual | 54,38 | 96,16 |
| | Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social | Percentual | 67,73 | 76,00 |
| Qualidade Dos Serviços Previdenciários | Pesquisa de Satisfação do Usuário | Nota média de 1/10 | - | - |
| | Tempo Médio de Concessão (TMC) | Dia | 24,00 | 25,00 |
| | Tempo Médio de Espera (TME) | Minuto | 27,45 | 35,23 |
| | Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA) | Dia | - | 15,00 |
| Regimes De Previdência Dos Servidores Públicos Da União, Estados, Municípios E Distrito Federal | Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência | Percentual | 2,26 | 2,50 |

Fonte: Sigplan /2011

**Programas Estruturantes**

Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os oito programas de governo, cinco considerados estruturantes para o setor Previdência Social: Previdência Social Básica; Qualidade dos Serviços Previdenciários; Previdência Complementar; Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e Programa de Educação Previdenciária.

**Previdência Social Básica**

O Programa Previdência Social Básica abrange todas as despesas do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, além das demais despesas com a manutenção e tem por objetivo garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

A Previdência Social possui relevantes papéis na sociedade, principalmente no tocante a perspectiva da universalidade e da equidade, que reflete diretamente na área social, econômica e política:

**Social**: oferece proteção e dignidade, com a redução da pobreza, protegendo o trabalhador durante sua vida laboral e depois, quando já não pode mais trabalhar, garantindo seu sustento e de seus dependentes;

**Econômico**: com os recursos injetados pela Previdência Social na economia nacional, em mais de 61% dos municípios brasileiros. Esses recursos representam valores superiores aos disponibilizados pelo Fundo de Participação dos Municípios e garantem a movimentação do comércio e serviços nessas localidades;

**Político**: promove a paz social, respeitando os direitos individuais.

A execução do programa no exercício de 2010 teve o aporte de recursos no montante de R$ 249,1 milhões, dos quais foram executados R$ 248,4 milhões, o que representa 99,70% do orçamento.

Em dezembro de 2010, a Previdência Social alcançou 28,1 milhões de benefícios previdenciários emitidos, e foram concedidos 4,3 mil benefícios previdenciários e acidentários. Desse total, 51,84% referentes ao auxílio-doença, 33,93% referentes às aposentadorias e pensões e 14,23% representam outros tipos de benefícios. Por oportuno, é importante esclarecer que os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social não estão representados nesses percentuais, por integrar outra função governamental.

No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, dos 107.889 benefícios analisados, 17.155 mostraram-se irregulares e 1.770 foram considerados passíveis de revisão nos procedimentos de concessão ou manutenção do direito. Essas constatações de irregularidade (parciais ou totais) resultaram num total de R$ 305.732.110,19 a serem devolvidos ao INSS. Em relação às ações ajuizadas contra o INSS, foram realizados cerca de 153.920 acordos no ano de 2010.

Foi realizado em março concurso público para peritos médicos, resultando na nomeação de 738 profissionais, dos quais apenas 497 permaneceram em exercício, aumentando assim o grande número

de exonerações e aposentadorias de peritos médicos do INSS nos últimos anos. Apesar do reforço do quadro de servidores, o movimento grevista que ocorreu no 2º semestre resultou em um elevado represamento de perícias, o que levou o Ministério Público Federal a determinar, por meio de Ação Civil Pública, que o INSS realizasse a contratação temporária de peritos médicos. Essa contratação foi feita para suprir a demanda nas agências com tempo de espera acima de 15 dias para a realização de perícias.

Foi promovida a integração dos trabalhos das áreas de Reabilitação Profissional, Perícia Médica e Serviço Social, com incremento no quadro de servidores com formação em Serviço Social no atendimento das demandas da Reabilitação Profissional. O serviço de Reabilitação Profissional registrou atendimento de 58.354 segurados, elegendo 31.740 para cumprir programa de Reabilitação Profissional e reabilitou 17.561, que representa 55,32% dos segurados eleitos para o programa.

Após o encerramento do Censo Previdenciário, em 31/12/2007, realizado pelas instituições financeiras, foram registrados 1.428.730 benefícios que estão pendentes de regularização, sendo que tais informações estão sendo depuradas com a validação em outros bancos de dados governamentais e verificações complementares a serem realizadas pelas Agências da Previdência Social - APS e Dataprev.

Foram realizadas ainda 5.832 Pesquisas Externas - PE que resultou na convocação por edital de 755 segurados/beneficiários não localizados; a realização de Censo Previdenciário nas Agências da Previdência Social; a identificação de 12.592 casos para reavaliação pelas APS; e o processamento pela Dataprev de 387 mil casos do acervo de benefícios em crítica de CPF já regularizado. Estas atividades promoveram uma economia mensal estimada de R$ 147 mil e anual de R$ 1,8 milhão. Totalizado estoque do exercício em 1.245.772 casos.

**BENEFÍCIOS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO**

| AÇÃO | 12/2009 | 12/2010 | ATENDIDAS |
|---|---|---|---|
| Pesquisas a responder | 12.500 | 2.327 | 10.173 |
| NB em crítica com CPF | 710.258 | 635.620 | 74.638 |
| NB em crítica de óbito no CNIS | 6.910 | 3.543 | 3.367 |
| NB em crítica de faixa crítica no CNIS | 42.786 | 38.470 | 4.316 |
| NB em crítica de direito ao benefício | 192.099 | 122.993 | 69.106 |
| NB com divergência de dados cadastrais | 464.177 | 442.819 | 21.358 |
| **Total** | **1.428.730** | **1.245.772** | **182.958** |

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social

Compondo o Programa Previdência Social Básica, a Ação Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS trouxe como resultado para o exercício a alienação de 74 imóveis, arrecadando a quantia de R$ 43.257.052,17 para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

**Indicadores do Programa**

**Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela previdência**

O índice apurado em 2010 para esse indicador foi de 89,41%, resultado acima do previsto para o período (77%) e superior ao alcançado em 2009, que foi de 84,16**%.** O acesso da população aos canais remotos de atendimento e a adoção de ações que facilitam o acesso ao direito tem permitido o atendimento a toda demanda dessa clientela que busca seu direito junto à Previdência Social**.**

**Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho**

O resultado do indicador obtido no ano de 2010 foi 55,32%, valor inferior ao previsto para o período (69%) e representa um decréscimo em relação ao resultado de 2009, que foi 60,20%. Dentre os fatores que dificultaram o alcance da meta prevista, destaca-se a greve dos peritos médicos, ocorrida de junho a setembro, que dificultou os agendamentos de avaliação conjunta de Reabilitação Profissional - RP, uma vez que é feita pelo perito médico e pelo responsável pela orientação profissional.

**Taxa de Solução de Demandas**

O índice obtido em 2010 foi de 96,16%, resultado acima da previsão estabelecida para o período (76%), e superior ao resultado obtido em 2009, que foi de 54,38%. As ações adotadas, aliadas às demais medidas incluídas no Plano de Ação do INSS para o exercício, permitiu o alcance de resultados positivos e possibilitou que fosse superada a meta estabelecida.

**Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social**

O índice apurado no ano de 2010 para esse indicador foi 76%, resultado inferior ao esperado para o período (80%), porém representa uma melhora em relação ao valor obtido em 2009, de 67,73%. Tal como ocorreu no exercício anterior, a insuficiência de servidores médicos peritos para atender à demanda de processos impediu o alcance

da meta, situação agravada pela greve desses profissionais. Foi verificado, ainda, que algumas juntas deixaram de receber o volume de processos que lhes seriam destinados, o que levou à necessidade de remanejamento de processos entre as juntas, resultando em morosidade na resolutividade desses processos.

**Qualidade dos Serviços Previdenciários**

A qualidade do atendimento vem sendo amplamente demandada pela sociedade, meta perseguida pela Previdência Social. O Programa de Qualidade dos Serviços Previdenciários objetiva melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Dessa forma, as ações desse programa visam promover investimentos que enfoquem, principalmente, tecnologia da informação, melhorias de infraestrutura, reestruturação de processos e política de desenvolvimento de pessoal, visando dar celeridade aos processos finalísticos para melhorar a qualidade dos serviços prestados nas unidades.

Dentre as ações do programa, destacam-se: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e outras obras de modernização, ampliação e reforma das atuais unidades, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade de pessoas com deficiência; Gestão da Melhoria Contínua, que visa promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários, por meio de atendimento programado, seletivo e resolutivo; e Previdência Eletrônica, que visa fornecer ao usuário prestação de informações e serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de Teleatendimento 135, buscando oferecer agilidade e comodidade aos cidadãos-usuários.

No Programa de Expansão da Rede de Atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social foi programada a construção de novas agências em municípios de todas as regiões, assim como a recuperação das unidades de atendimento do INSS com obras de reforma e construção de novos prédios para transferir agências que funcionavam em prédios alugados. Em 2010, foram entregues 162 obras, das quais 57 referem-se a novas unidades do PEX, 81 são reformas e adaptações em unidades existentes e 24 construções extra PEX, algumas dessas direcionadas para a substituição de unidades locadas ou cedidas. A execução financeira do programa teve maior representatividade pela ação Previdência Eletrônica. A dotação orçamentária aprovada para esta ação foi de R$ 117,6 milhões. Desse valor, R$ 97,9 milhões foram empenhados (83,3%) e R$ 87,1 milhões pagos (74%).

A execução do programa no exercício teve o aporte de recursos no montante de R$ 320,3 milhões, dos quais foram executados R$ 151,4 milhões. Dessa forma, a execução financeira do programa ficou em torno de 47,29% do orçamento, resultado este impactado pelas obras de engenharia, que foram executadas com recursos financeiros de Restos a Pagar de 2009, bem como o limite da capacidade operacional, em especial em função da escassez de engenheiros e demais especialistas.

A execução físico-orçamentária ficou abaixo da estimativa até a metade do ano de 2010, em razão de atrasos nas licitações que foram feitas para expandir a capacidade de atendimento, motivo pelo qual a quantidade de atendimentos e os gastos inicialmente estimados ficaram abaixo do esperado.

Em relação à Gestão da Melhoria Contínua, foi realizada a avaliação em 1.200 agências de previdência social, que representa 100% da meta prevista. Com isso, foi possível promover o alinhamento de procedimentos, além de avaliação das ações realizadas em 2010 e perspectivas e projetos para 2011.

Foram atendidos em todo Brasil 47 milhões de cidadãos, de forma presencial, e 67 milhões pela Central de Teleatendimento 135. Em setembro deu-se a conclusão do processo de implantação de uma nova central, localizada em Belo Horizonte, ampliando a capacidade de atendimento.

O Serviço de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social é outra importante ação desse programa, com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação entre a Instituição e o cidadão, pois assegura o direito de o cidadão manifestar-se sobre a atuação da Previdência Social e de orientar-se a respeito de demandas e processos, ampliando o controle social.

Apesar do aumento da prestação dos serviços previdenciários por meio do Projeto de Expansão da Rede - PEX e, um aumento de 12,8% de atendimentos nas APS em 2010, houve uma redução das reclamações na Ouvidoria.

Do período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2010 foram cadastradas 1.963.302 manifestações. Nos três últimos anos a Ouvidoria-Geral da Previdência Social recebeu um total de 561.956 novas manifestações dos cidadãos: 203.019 em 2008, 190.753 em 2009 e 168.184 em 2010. A maior demanda, quando identificada por assunto, refere-se a processos de benefícios, totalizando 44% das manifestações registradas em 2008, 40% dos registros de 2009 e 37% em 2010.

Neste ano, 53% das manifestações foram cadastradas pela internet e 45% pelas centrais de atendimento, demonstrando o crescente potencial da internet para o atendimento do público previdenciário, e em relação ao atendimento foram

19.751 no total, sendo 996 presenciais, 16.071 por telefone e 2.684 por ofícios, memorandos e outros.

**Indicadores do Programa**

**Tempo Médio de Concessão (TMC)** - O indicador finalizou o exercício em 25 dias, valor acima da meta prevista (20 dias), sendo impactado pelo processo de migração de sistemas corporativos e greve de peritos médicos, mas o resultado foi próximo ao registrado em 2009, que foi de 24 dias.

**Tempo Médio de Espera (TME)** - O resultado do índice em 2010 foi de 35,23 minutos, um aumento de 30% em relação ao tempo registrado em 2009. O valor previsto para 2010 era de 15 minutos. A meta estipulada não foi alcançada, entretanto, já se encontram em andamento medidas para reduzir o elevado número de atendimentos espontâneos realizados nas Agências, mediante a sua inclusão no agendamento prévio, e por meio da oferta de mais serviços pelos canais remotos de atendimento e pela parceria com outros órgãos e entidades, reduzindo a quantidade de pessoas dentro das agências, e conseqüentemente agilizando o atendimento.

**Tempo Médio de Espera de Atendimento Agendado (TMEA)** - O indicador registrado em 2010 foi de 15 dias, superando as expectativas previstas para o exercício, uma vez que era esperado um resultado de 30 dias.

**Previdência Complementar**

A Previdência Complementar oferece um mecanismo adicional de proteção social aos trabalhadores, contribuindo de forma decisiva para o aumento do poder aquisitivo das famílias. Do ponto de vista social, as famílias dotadas de renda adicional fornecida pela previdência complementar dependem menos de auxílio direto do estado, por meio de programas sociais, permitindo que recursos públicos sejam direcionados para setores da população mais carentes.

Com as alterações ocorridas em 2009, por meio da Lei nº 12.154 e edição dos Decretos nºs 7075, 7078 e 7123, todos de 2010, o programa passou a ser executado em duas frentes principais: uma relativa a políticas de previdência complementar, a cargo da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC; e outra de supervisão, sob a responsabilidade da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Cabe destacar a celebração, entre o Ministério da Previdência Social e a Previc, do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho, obrigatório para o funcionamento da autarquia.

A Previc definiu como principais eixos estratégicos: a estruturação administrativa, onde se destacam a realização de concurso público e a operacionalização da arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - Tafic; autorização e licenciamento, conferindo agilidade no atendimento às demandas; a consolidação da supervisão baseada em risco, desenvolvendo melhorias no modelo atual de fiscalização; e educação financeira e previdenciária. Destacam-se ainda, a adoção das práticas mais modernas utilizadas na Administração Pública mediante a: instituição do o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, a ser celebrado em decorrência de atividades de fiscalização e de processo administrativo que tenha dado causa à irregularidade, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, o órgão fiscalizador entender que o ajustamento de conduta atende aos interesses protegidos por lei; a transparência de suas ações, possibilitando à sociedade o direito de manifestação sobre os atos normativos que pretende emitir, mediante a utilização de Consultas e Audiências Públicas, tendo sido realizadas duas em 2010; instituição da súmula vinculante administrativa (Súmula Previc), com a finalidade de uniformizar entendimentos e procedimentos internos e de orientar o sistema de previdência complementar fechada; Instalação da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - CMCA.

Preparou-se um estudo com o objetivo de estimar o impacto da criação de um Fundo de Pensão para os servidores públicos, objeto do Projeto de Lei nº 1992, de 2007, bem como o de oferecer subsídios a sua implementação, em articulação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e outros colaboradores.

Outra atividade que envolveu os esforços foi a instalação dos dois colegiados do Regime de Previdência Complementar: Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e Câmara de Recursos de Previdência Complementar - CRPC.

A partir da instalação desses colegiados foram realizadas 30 reuniões, sendo duas ordinárias e quatro extraordinárias do CNPC e 12 ordinárias e 12 extraordinárias da CRPC. O CNPC em suas seis reuniões tratou da análise do cenário do Regime de Previdência Complementar para definição de prioridades de regulação, de acordo com as visões dos entes representados no Colegiado, as entidades, os patrocinadores e instituidores, os participantes e assistidos e o governo (as pastas da Previdência, da Fazenda e do Planejamento e da Casa Civil). Os dados seguintes demonstram a importância do sistema de previdência complementar fechado para o desenvolvimento econômico e social do país:

**PERFIL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADO**

| CARACTERÍSTICA | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| EFPC | 370 | 368 |
| Patrocinadores ativos | 2.712 | 2.728 |
| Planos Previdenciais ativos | 1.037 | 1.072 |
| Planos Assistenciais | 48 | 48 |
| Ativos totais | 502 bilhões (dez/2009) | 546,3 bilhões (out/2010) |
| Participantes ativos e assistidos | 2,53 milhões | 2,74 milhões |

Fonte: Previc/MPS

Observando-se os dados da tabela é possível perceber que o crescimento da previdência complementar fechada tem se realizado por meio da criação de novos planos de benefícios previdenciais administrados por EFPC já existente.

Comparando-se os ativos totais dos fundos de pensão, O Brasil é o 8º sistema de previdência complementar fechado no ranking mundial. A participação dos ativos da previdência complementar fechada em relação ao PIB alcançou, em outubro de 2010, 16,35%1

Cabe ressaltar o crescimento da previdência associativa, instituída pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e implantada a partir de 2003. Nessa modalidade de previdência complementar as entidades representantes de classes profissionais, sindicatos e associações podem criar planos para seus membros, permitindo acesso aos fundos de pensão de diferentes grupos de profissionais: engenheiros, arquitetos, agrônomos, advogados, dentistas, administradores, médicos, profissionais da cultura (músicos, artistas e técnicos em espetáculos de diversão, atores) atuários, comerciários, servidores militares, policiais civis, servidores da educação, jogadores de futebol, entre outros.

Na área de fiscalização, a Previc tem desenvolvido, de forma prioritária, juntamente com o Banco Mundial, um modelo de Supervisão Baseada em Risco - SBR. A transição do processo de fiscalização conjugará a recepção e tratamento de dados contábeis, atuariais e de investimentos (fiscalização indireta) e a utilização intensa de tecnologia da informação e de relatórios, abrangendo todo o universo de planos de benefícios operados pelas EFPC, podendo gerar ação de fiscalização direta e lavratura de auto de infração.

Em maio de 2010, deu-se início a arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), representando no exercício um montante de R$ 25 milhões contribuindo para o custeio das ações da previdência complementar.

O ano de 2010 foi caracterizado pela reestruturação do sistema de Previdência Complementar Fechado. Observa-se que a execução orçamentária do programa chegou a 38,2% do crédito autorizado, em virtude de óbices decorrentes da fase de implantação deste novo arranjo organizacional.

Na Gestão e Administração do Programa foram desenvolvidas ações com objetivo de dar suporte ao mesmo. No exercício de 2010, a ação teve desempenho da ordem de 69,4% do que fora programado. Execução essa que representou 21% aplicados no desenvolvimento de projetos e materiais de informática, 32% com o pagamento de diárias e passagens de servidores em serviço; e 47% com indenizações, como por exemplo, ajuda de custo, indenização de transporte e auxílio moradia. Ainda em relação à ação, houve frustração de despesa na contratação de pessoa jurídica para realizar apoio logístico aos eventos que estavam programados para o exercício. Em face da não aprovação de créditos encaminhados nos Projetos de Lei Orçamentária, não foi possível maior utilização dos créditos disponibilizados.

No âmbito do desenvolvimento de Pessoas foi elaborado Programa de Capacitação anual com o objetivo de promover o desenvolvimento permanente do servidor público e o incentivo e apoio às iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais. O Plano de Capacitação é constituído por diretrizes e ações que orientam o processo de capacitação dos servidores, objetivando potencializar esforços, buscando mecanismos de autorealização e melhoria das condições de trabalho.

Com relação à execução de capacitação de servidores da área de Previdência Complementar, cabe destacar que a meta física era de capacitação de 50 servidores, tendo sido concluídas 212 ações de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos dessa área, representando um percentual de execução de 324% cima do planejado.

1 O dado do PIB 2010 é uma estimativa utilizando o PIB 2009 corrigido pela expectativa de crescimento do índice publicada pelo Banco Central do Brasil em seu relatório Focus. O valor dos recursos garantidores de dezembro de 2010 foi obtida por estimativa, partindo do valor de recursos garantidores de julho de 2010, atualizado e carregado pela taxa SELIC do Banco Central do Brasil até o final do ano.

**Indicador do Programa**

**Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)**

A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória). Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

**EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC E DO PIB**

| EXERCÍCIO | RESULTADO DO INDICADOR EM % | ATIVOS DA EFPC (REAIS) | PIB A PREÇOS CORRENTES (MILHÕES) |
|---|---|---|---|
| 2006 | 15,93 | 377.526.213.326,94 | 2.369.484,0000 |
| 2007 | 17,20 | 457.702.963.475,84 | 2.661.344,0000 |
| 2008 | 14,79 | 444.494.047.149,99 | 3.004.881,0500 |
| 2009 | 16,38 | 514.917.920.000,00 | 3.143.014,0000 |
| 2010 (*) | 16,35 | 552.810.120.000,00 | 3.381.883,0600 |

Fonte: SIGPLAN, DERIN/SPC e Banco Central do Brasil
(*) O dado do PIB 2010 é uma estimativa utilizando o PIB 2009 corrigido pela expectativa de crescimento do índice publicada pelo Banco Central do Brasil em seu relatório Focus. O valor dos recursos garantidores de dezembro de 2010 foi obtida por estimativa, partindo do valor de recursos garantidores de julho de 2010, atualizado e carregado pela taxa SELIC do Banco Central do Brasil até o final do ano.

Observa-se recuperação relativa do indicador nos últimos dois anos, porém, é importante ressaltar que o crescimento do PIB para o ano de 2010, de acordo com estudos do Banco Central, descritos no relatório de inflação de dezembro de 2010, é de 7,3%. Os ativos das EFPC cresceram, até outubro de 2010, 6,1%. Desta forma, a relação dos ativos pelo PIB deve se alterar quando comparados valores dos ativos e PIB referentes a dezembro de 2010, que estarão disponíveis apenas em abril de 2011.

**Regime de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal**

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos tem sido prioridade na agenda política dos governantes brasileiros especialmente em razão do desequilíbrio estrutural que vem causando nas contas públicas. O gasto com a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores públicos vinculados a Regimes Próprios, via de regra, tem significativo peso no orçamento público dos entes federativos, implicando negativamente na sustentabilidade do próprio sistema, além do comprometimento da possibilidade de alocação de recursos para o suprimento de demandas sociais.

O principal objetivo do Programa de Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal é zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, estados, municípios e Distrito Federal.

Foram realizadas 402 auditorias diretas no ano de 2010, para exercer a função de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no País.

Neste ano, foi implementado o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, que atesta o cumprimento das regras de organização e funcionamento dos regimes próprios em cada ente federativo.

Outros resultados relevantes em 2010 foram: o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS), desenvolvimento da aplicação com previsão de entrada em produção até dezembro de 2010; o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão do RPPS), desenvolvimento de aplicação que permite cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados; e a Aplicação de Extração de Relatórios Gerenciais (INFORME-CNIS/RPPS), além de gerar relatórios gerenciais sobre os dados de cada ente federativo possibilitará que estes tenham informações decorrentes de cruzamento com os dados cadastrais, de benefício, de vínculo e de óbitos do Cadastro do Regime Geral (CNIS/RGPS).

**Indicador do Programa**

**Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência**

Considerando que os estados concederam aumentos significativos aos seus servidores e que a regra de reajuste dos benefícios dos inativos é a da paridade, isto fez com que a despesa de inativos tivesse um incremento significativo em 2010 e o índice apurado atingiu o previsto para 2010, com um pequeno incremento em relação ao ano anterior.

**Educação Previdenciária**

No Brasil, há mais de 56,58 milhões de trabalhadores amparados pela Previdência Social, por outro lado, existem 27,81 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social. Dessa forma, a Previdência Social vem realizando ações educativas que visam a sensibilização, a conscientização e a disseminação de informações à sociedade brasileira, com o intuito de atrair mais trabalhadores para a formalização de inscrição e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

O principal objetivo do programa é informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

Dentre as principais ações do programa, destacam-se a formação de disseminadores externos de informações previdenciárias e a promoção de ações de conscientização e informação previdenciária.

Em continuidade ao incremento dos cursos de formação de disseminadores com a utilização das ferramentas de ensino a distância, foi realizado o piloto do projeto Educação Previdenciária nas escolas em parceria com a Secretaria de Educação do estado de Goiás, com intuito de ampliar a rede de disseminadores junto às instituições de ensino formal e profissionalizante. Nesse mesmo sentido, iniciou-se o desenvolvimento do curso de Educação Previdência para empresas, que pretende fortalecer a relação junto às empresas e empregadores.

Em 2010, as ações foram direcionadas aos trabalhadores domésticos, empreendedores individuais e trabalhadores da construção civil, em razão de serem as ocupações com maior nível de não proteção, além dos trabalhadores rurais, com objetivo de divulgar o Cadastro do Segurado Especial.

Foram atendidos 636.855 cidadãos nos eventos de orientação e informação e foram formados 13.715 disseminadores externos das informações previdenciárias.

Com objetivo de ampliar a atuação do Programa foram celebradas parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR),, a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial - Presidência da República (Programa Brasil Quilombolas, Comunidades Ciganas e Matrizes Africanas), a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia e o Ministério do Trabalho e Emprego (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO), além das parcerias com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário.

**Indicador do Programa**

**Cobertura Social**

O índice apurado para o indicador de Cobertura Social foi de 67%, que superou o valor previsto para 2010, de 65%, e também foi superior ao índice apurado em 2009, de 65,9%. Assim, o aumento de Cobertura Social foi de 1,1% em relação ao ano anterior.

### 5.1.12 - Função Saúde

A integralidade constitui-se em princípio e diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) que fundamenta os objetivos da atuação governamental por meio da função Saúde, que em 2010 atuou em todos os níveis de atenção voltados a promover, proteger e recuperar a saúde da população.

O alcance das metas de cobertura populacional propostas contribuirá significativamente para a qualidade de vida do cidadão.

Para respaldar essa atenção integral, o setor conta com a regulação de campos específicos de interesse para a saúde pública.

A complexidade da operacionalização do modelo descentralizado, diante da diversidade de realidades regionais que caracterizam o Brasil, exige racionalizações que implicam a necessidade de aprimoramento da gestão como meio de adequação das disponibilidades de recursos à expansão da demanda.

A partir dessa constatação, surgiu a necessidade de operacionalização de um modelo de gestão federal, voltado para resultados em que o desempenho setorial é monitorado por indicadores gerenciais com o propósito de avaliar o seu desempenho.

Nesse cenário, em 2010 os principais indicadores da atuação setorial apontam importantes avanços obtidos. A função teve o seu aporte de recursos orçamentários que correspondeu a um montante de R$ 69,8 bilhões, destinados à cobertura da execução de 13 programas executados sob a gestão do Ministério da Saúde (MS) e entidades vinculadas. Deste valor, foram empenhados R$ 67,3 bilhões o que equivale a 96,47%.

Com relação ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, foram executados R$ 17 milhões pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, vinculada ao MS.

Convém frisar que nesses quantitativos estão incluídas as despesas com pessoal e encargos financeiros.

O demonstrativo a seguir apresenta a execução orçamentária (valores efetivamente líquidos) sob o ângulo da classificação funcional, no período de 2006 a 2010, executados pela função Saúde. Observa-se evolução positiva da alocação de recursos originárias do Orçamento da Seguridade Social.

Convém frisar, que a execução no Orçamento de Investimento diz respeito às atividades da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, responsável pelo suprimento de sangue e hemoderivados para o SUS.

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO SAÚDE - 2006/2010**

| FUNÇÃO SAÚDE | LIQUIDADO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| OFSS | 36.483 | 40.577 | 45.723 | 50.139 | 58.147 | 61.874 | 292.943 |
| OI | - | - | - | 7 | 7 | 17 | 31 |
| **TOTAL** | **36.483** | **40.577** | **45.723** | **50.146** | **58.154** | **61891** | **292.974** |

Fonte: Siafi Gerencial, posição em 27/01/2011 e Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás

O demonstrativo apresentado a seguir refere-se à execução da função Saúde, nos exercícios de 2006 a 2010, executados segundo as suas subfunções típicas e demais funções.

Observa-se que houve um crescimento nos valores das despesas efetivamente liquidas equivalente a 38,0% no período de 2006 a 2010. Entre as subfunções observa-se maior destaque para a evolução da subfunção Alimentação e Nutrição, com crescimento de 108,9% no mesmo período.

No entanto, essa subfunção representou em 2010 apenas 4,3% do total das despesas liquidadas na função Saúde. As demais subfunções tiveram variações diversificadas. Enquanto a subfunção Vigilância Sanitária permaneceu estável, a subfunção Atenção Hospitalar e Ambulatorial teve o expressivo crescimento de 46,9%.

Em 2010 a subfunção com execução mais representativa foi Assistência Hospitalar e Ambulatorial com uma despesa liquidada equivalente a 52,9% da função Saúde como um todo. Com relação aos valores liquidados em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores observa-se um crescimento linear no período para a função Saúde equivalente a mais de seis vezes entre 2006 e 2010.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO SAÚDE - VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**
**EVOLUÇÃO DE 2006 A 2010**

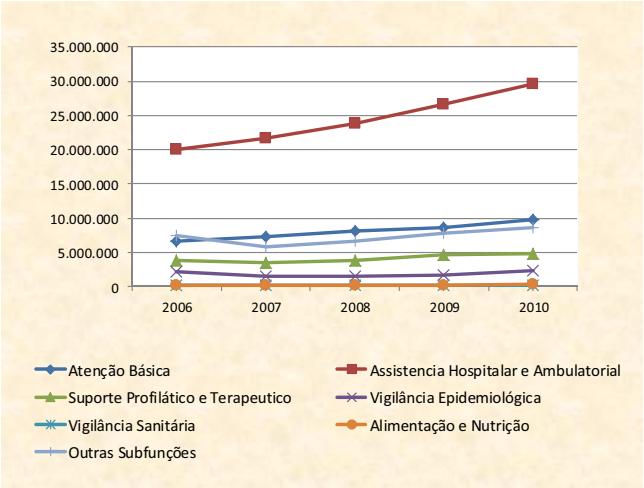
em R$ mil

| SUBFUNÇÕES | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Atenção Básica | 6.649.891 | 7.320.868 | 8.205.943 | 8.560.264 | 9.749.841 |
| Assistencia Hospitalar e Ambulatorial | 20.088.769 | 21.613.215 | 23.773.196 | 26.555.327 | 29.517.417 |
| Suporte Profilático e Terapeutico | 3.787.850 | 3.568.750 | 3.877.759 | 4.645.913 | 4.853.398 |
| Vigilância Epidemiológica | 2.217.748 | 1.473.243 | 1.606.989 | 1.703.786 | 2.330.405 |
| Vigilância Sanitária | 258.075 | 166.631 | 223.036 | 237.077 | 250.658 |
| Alimentação e Nutrição | 181.224 | 176.817 | 195.610 | 179.033 | 378.743 |
| Outras Subfunções | 7.393.666 | 5.895.771 | 6.670.015 | 7.851.759 | 8.706.276 |
| **TOTAL** | **40.577.223** | **40.215.296** | **44.552.548** | **49.733.159** | **55.786.739** |

Fonte: Siafi Gerencial, 27/01/2011

O demonstrativo anterior apresenta evolução positiva na disponibilização de recursos para a função Saúde, bem como para as subfunções típicas do setor que dão cobertura aos programas estruturantes. Essa evolução pode ser visualizada no gráfico:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**(VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO)**
**DESPESAS EXECUTADAS (2006-2010), EM R$ MIL**




Fonte: Siafi Gerencial, 27/01/2011

O desempenho da função Saúde é a seguir apresentado por meio da demonstração dos resultados obtidos pela política de saúde que conta com cinco programas estruturantes para a sua operacionalização. Esses programas, respaldados pelas demais linhas de atuação programáticas a seguir sintetizadas, são os principais responsáveis pela atenção integral prestada pelo SUS: Atenção Básica em Saúde; Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada; Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos; Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos; e Promoção da Capacidade Resolutiva e Humanização na Atenção à Saúde.

**Atenção Básica em Saúde**

A atuação no âmbito do programa Atenção Básica em Saúde concretizou-se, principalmente, por meio da estratégia do Saúde da Família, que em 2010 desempenhou importante papel como primeiro contato da população com o SUS. Buscou-se na ampliação da oferta de serviços de atenção básica uma forma de indução da população para a preservação da saúde pública antecipando a detecção de questões de forma a evitar a atuação do poder público em segmentos mais complexos. Com essa finalidade, foi ampliado o número de Equipes do Saúde da Família e expandido o seu raio de atuação para além das comunidades atuando também em escolas, penitenciárias, aldeias indígenas e outras localidade com populações vulneráveis como ribeirinhos e quilombolas.

A cobertura populacional atualmente abrange 52,2% da população brasileira, com 31.660 Equipes de Saúde da Família (ESF) e 244.883 agentes comunitários atuando no país. O crescimento dessa cobertura deve-se, entre outras razões, ao aumento de 80% do Piso da Atenção Básica (PAB), que passou de R$10,00, em 2002, para R$18,00 a partir de julho de 2009 como também possibilitou o aumento do PAB variável.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (2006-2010)**
**(% DA POPULAÇÃO COBERTA)**




Complementando essa estratégia, procurou-se intensificar os cuidados com a saúde bucal por meio da ampliação do número de consultórios odontológicos, unidades odontológicas móveis e laboratórios de prótese dentária.

O Programa Brasil Sorridente teve sua atuação básica em 2010 com o quantitativo de 20,4 mil Equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas, integradas à Estratégia Saúde da Família. Essas equipes estão presentes em 86,8% dos municípios e beneficiam mais de 90 milhões de pessoas. Além disso, foram adquiridas 51 Unidades Odontológicas Móveis, visando oferecer Saúde Bucal às populações com dificuldade de acesso aos serviços, como é o caso dos habitantes do meio rural. O atendimento está sendo ampliado em 15 estados.

Ainda em relação a Saúde Bucal, destacamos a duplicação da produção de próteses dentárias, em decorrência do aumento de laboratórios de Prótese Dentária, que passou de 327, em 2009, para 780 em 2010.

Para dar sustentabilidade a essa atuação em atenção primária, ações de alimentação adequada e saudável, de vigilância nutricional e controle de deficiências nutricionais foram empreendidas por meio da disseminação de informação e da conscientização da população para as boas práticas alimentares. Em 2010, foram promovidas boas práticas de alimentação adequada e saudável, de vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais sobre o processo saúde/doença que tiveram um caráter de disseminação de informação e de conscientização da população sobre as propriedades alimentares saudáveis. Destacaram-se implantação da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpacs); o apoio à realização de pesquisas populacionais sobre a situação de nutrição; a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; e a expansão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional eletrônico (Sisvan – Web), permitindo a cobertura de 9,4 milhões de pessoas com acompanhamento do estado nutricional.

O combate aos agravos com maior incidência na população com mais de 65 anos como a hipertensão arterial e a diabetes mellitus foram focos de intervenções em atenção básica no SUS por meio da prevenção, do diagnóstico, do tratamento, do controle e do acompanhamento, com vinculação com a rede básica de saúde com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças.

A rede de atenção à saúde mental vem sendo ampliada e qualificada no sentido de proporcionar respostas adequadas, intersetoriais, sensíveis ao ambiente cultural, aos direitos humanos e às peculiaridades da complexidade clínica dos efeitos do álcool e de outras drogas. Entre as principais iniciativas na área destacam-se: Programa de Volta para Casa e implantação de Residências Terapêuticas; para aqueles que não possuem vínculos familiares e egressos de longas internações; criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF 3) específicos para tratar as questões de saúde mental, álcool e outras drogas; apoio especializado às equipes de Saúde da Família para a atenção aos problemas de saúde mental; e intensificação e diversificação das ações de prevenção, promoção da saúde e tratamento dos riscos e danos associados ao uso de drogas, principalmente por crianças e adolescentes, com destaque para a atuação direcionada aos usuários de crack.

No campo de atuação em saúde da mulher foram envidados esforços no fortalecimento da assistência ao pré-natal, parto e puerpério na região da Amazônia Legal e do Nordeste com objetivo de melhorar as práticas e condutas hospitalares para a adoção de procedimentos que beneficiem as gestantes evitando os riscos à sua saúde e à do bebê. Além disso, vários projetos para a adequação da ambiência ao parto e ao nascimento foram implementados em maternidades com atendimento pelo SUS. Foram também feitos investimentos para a ampliação de serviços especializados no atendimento às mulheres e aos adolescentes vítimas de violência sexual.

As ações relativas à saúde da criança foram desenvolvidas em 2010 no sentido de promover, proteger e apoiar o aleitamento materno; incentivar a qualificação do acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento da criança; atender à saúde do recém-nascido; e prevenir a população infantil de violências por meio da promoção da cultura de paz.

Em 2010, a população idosa teve atenção específica na educação e conscientização sobre as suas peculiaridades vitais desse ciclo de vida por meio de cursos na modalidade à distância; distribuição de material didático; oficinas de prevenção da osteoporose e quedas sofridas por pessoas idosas e capacitação de profissionais de saúde da rede SUS.

O Programa Saúde na Escola, outra ação importante no âmbito da Atenção Básica, já está implantado em 1.252 municípios, principalmente na região Nordeste, e envolve 36.892 escolas e 7.891 ESF, beneficiando 6.209.549 estudantes em todo o Brasil.

A atuação do governo na atenção básica cobriu também a população portadora de deficiência. Nesse sentido promoveu a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do SUS, com o propósito de: proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a capacidade funcional e desempenho humano dessa população-alvo, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

**Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada**

A atenção especializada de média e alta complexidade alcançou resultados positivos por meio da humanização e da qualificação e diversificação das linhas de atuação. O poder público investiu na ampliação da rede por meio da implantação e da habilitação de novas unidades de saúde com atendimento especializado voltado para a satisfação das demandas da população.

Foram também intensificadas a racionalização e a ordenação do fluxo interestadual de pacientes com necessidades de procedimentos especializados com objetivo de ampliar o acesso da população demandante. Em 2010, a operacionalização dessas diretrizes ocorreu por meio das realizações que se seguem.

Com relação à saúde auditiva, em 2010, foi ampliada a rede de atenção especializada voltada para atendimento integral, possibilitando a triagem e monitoramento da audição de neonatos, pré-escolares e escolares; diagnóstico de perda auditiva de crianças, de jovens e de adultos - trabalhadores e idosos -; tratamento clínico em otorrinolaringologia; e concessão da prótese aparelho destinado à amplificação sonora (AASI).

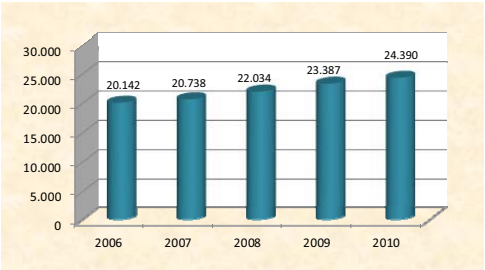
Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, até o final de 2010 foram habilitados 651 serviços de nefrologia.

A rede hospitalar de ensino foi objeto de esforços no sentido de aperfeiçoar a relação entre os hospitais componentes e o SUS, visando a melhoria da resolubilidade e da integralidade dos serviços ofertados à população. Em 2010, foi registrada uma totalidade de 235 unidades quanto à certificação, sendo 167 unidades certificadas, e destas, 138 contratualizadas.

A parceria com os hospitais filantrópicos foi intensificada visando o desenvolvimento de políticas específicas para este segmento estratégico. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o Brasil conta com 3.594 hospitais filantrópicos, que representam um total de 41% de unidades hospitalares do SUS (8.592), disponibilizando mais de 121 mil leitos para o SUS, ou seja, 32,9% dos 366.877 de leitos SUS existentes no país.

Com finalidade de ampliar a oferta de leitos na modalidade terapia intensiva foi priorizado o credenciamento de novos leitos e a reclassificação de leitos antes considerados de menor complexidade. Este processo, promovido com a participação dos gestores estaduais e municipais de saúde, em 2010 credenciou 801 novos leitos de terapia intensiva destinados ao usuário do SUS, totalizando 6.623 leitos desse tipo e reclassificou 62 leitos do Tipo I para Tipo II ou III que apresentam maior exigência técnica. Até novembro de 2010, o SUS disponibilizou aos usuários 24.390 leitos de todas as modalidades de terapia intensiva em todo o território nacional.

**EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (2006-2010)**

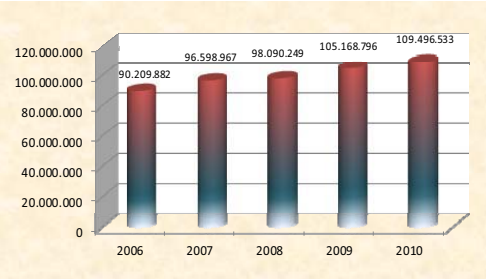



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Até dezembro de 2010, o SAMU 192 contava com 157 Centrais de Regulação Médica e disponibilizava o serviço para 2.730 municípios, cobrindo cerca de 110 milhões de habitantes, 57,5% da população do país. Além disso, foram habilitadas em 2010, 468 UPAs em todo território brasileiro, beneficiando 386 municípios.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR UNIDADES DE SAMU IMPLANTADAS (2006-2010)**




Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS

No ano de 2010, os investimentos realizados na área de transplantes resultaram no aumento 17,7% dos transplantes realizados no primeiro semestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009. Números parciais referentes a 2010 registraram 21.780 transplantes realizados, o que representa um crescimento de 8,79% em relação ao ano anterior. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) consignou 414.896 novos doadores inscritos em 2010, perfazendo um total de 1.856.252 doadores, ou seja, sete vezes mais que em 2003. Foram também criadas 100 vagas de residência médica em transplantes e a captação de órgãos recebeu reforço em suas estruturas com a criação de 45 organizações de procura de órgãos.

Foram habilitadas oito unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e um centro de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade. Na área de assistência cardiovascular a rede passou a contar com um total de 244 estabelecimentos de saúde habilitados, dos quais 203 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são Centros de Referência. Ademais, foi estabelecido incentivo financeiro destinado a unidades que executam cirurgia cardiovascular pediátrica.

Com finalidade de conferir qualidade ao sangue e hemoderivados utilizados como possibilidade terapêutica, destacam-se em 2010: a certificação, pela Norma ISO 9001, de processos Gestão de Convênios, ampliação da triagem neonatal para a doença Falciforme; a criação de um centro de referência em lesões ósseas e de tecido em doença Falciforme para região Nordeste; e o lançamento de campanha nacional inédita, em comemoração aos 100 anos do primeiro relato científico da doença Falciforme.

Registre-se ainda: o aumento na aquisição de fatores de coagulação para tratamento de hemofilias; o treinamento em centros para diagnóstico das hemofilias e inibidores, e para diagnóstico da doença de vonWillebrand; além da publicação do Manual de Reabilitação; e a disponibilização em consulta pública do Manual de Laboratórios de Hemostasia.

As ações em oncologia tiveram, em 2010, ampla abrangência envolvendo a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO) foi indispensável para o enfrentamento das ocorrências específicas.

A defasagem na oferta de assistência oncológica no Brasil foi reduzida em 2010 por meio da estratégia de implantação dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Essa iniciativa, vinculada ao SUS, é portadora de características físicas, tecnológicas operadas por recursos humanos capacitados para apresentação de assistência especializada de alta complexidade, para o diagnóstico definitivo e para o tratamento de todos os tipos de câncer. Em 2010, mais dois CACONs estão em fase final de implantação, totalizando 12 unidades implantadas em diversas regiões do país.

Na área de transplante de medula óssea observa-se destaque na expansão dos Registros Nacionais de Doadores e Receptores de Medula Óssea e na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas. Essas iniciativas convergem para os resultados satisfatórios verificados.

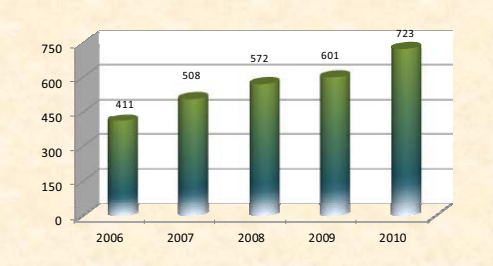
Com relação ao controle do câncer cérvico-uterino, foi intensificado o rastreamento organizado na atenção primária com medidas no âmbito da gestão descentralizada do programa de rastreamento. Foram também realizados investimentos na melhoria da qualidade do exame citopatológico e garantido o tratamento adequado das lesões precursoras. Por haver uma incidência proporcionalmente maior na região Norte, foram intensificadas as ações de controle do câncer de colo do útero e avaliadas as alternativas de ações para o controle do câncer de colo em todos os estados daquela região.

Por apresentar ações em todas as áreas-chave para o controle do tabagismo, tais como economia, agricultura, educação e saúde, o Brasil será o primeiro país em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) aplicará metodologia que servirá de modelo a outros países abrangendo o diagnóstico da situação e recomendações para o avanço de programa de controle do tabagismo. Em 2010, o Ministério da Saúde divulgou os dados da Pesquisa Especial de Tabagismo em pessoas de 15 ou mais anos de idade, com análise de informações oficiais sobre o uso dos produtos derivados do tabaco, as tentativas de cessação do hábito de fumar, a exposição à fumaça do tabaco, o acesso às campanhas de conscientização sobre os riscos do tabagismo e a percepção das pessoas sobre esses riscos, além dos aspectos relacionados à compra de cigarros industrializados.

O programa Brasil Sorridente teve sua operacionalização em atenção odontológica

especializada com a implantação de 853 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) até 2010, em 723 municípios brasileiros.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM CENTROS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS (2006-2010)**




Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS

**Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos**

Em 2010, em resposta à atuação pública em vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos os registros epidemiológicos mostram tendência de queda em doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, malária e meningite; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, desde o ano 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro; além de tendências de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

A prioridade no controle da tuberculose aponta que houve uma redução no número de casos desta doença. Dados mais recentes apontam declínio de 80 mil em 2003 para 73.405 em 2009. A incidência passou de 44/100.000 habitantes para 38,3/100.000 habitantes no mesmo período, refletindo uma redução de 13%. Essa redução é fruto, principalmente, da descentralização das ações de controle de tuberculose para a Atenção Básica e da consequente expansão cobertura da estratégia do tratamento diretamente observado, que consiste no acompanhamento direto do paciente durante os seis meses de tratamento. Em 2010, com a introdução, em todo país, de uma quarta droga no esquema terapêutico para o tratamento da tuberculose e a adoção de uma apresentação farmacêutica em dose fixa combinada, todas, em um único comprimido, espera-se aumentar a adesão e reduzir a taxa de abandono de tratamento de 9% para 5%, alcançando o parâmetro recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

Por sua vez, o coeficiente geral de hanseníase passou de 29,37 para 19,64/100.000 habitantes de 2003 a 2009, segundo aferições mais recentes. Na transmissão entre menores de 15 anos de idade, o coeficiente de detecção baixou de 6,22, em 2006, para 5,43/100.000 habitantes em 2009, contribuindo para a superação da meta prevista para 2011. Como estratégias para obtenção desses resultados destacam-se o aumento da descentralização do diagnóstico, do tratamento e da vigilância de contatos na atenção primária; a prevenção e reabilitação das incapacidades; e a intensificação da mobilização social, tendo como suporte a ampliação das redes de cuidado integral. Essa atuação descentralizada e integrada resultou no aumento de 175% no número de serviços de saúde com pacientes em tratamento da hanseníase de 2000 a 2010, passando de 3.327 para 9.155, sendo que 90% correspondem a serviços de atenção primária, responsáveis por 74% dos pacientes em tratamento de hanseníase.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na Região Amazônica. A redução de ocorrências pode estar relacionada aos seguintes fatores: aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade; expansão da rede de diagnóstico para a atenção básica; melhor oportunidade de acesso ao tratamento; mudança do tratamento para *P. falciparum*; e ao sistemático monitoramento da situação epidemiológica. Em 2010, houve uma redução de 42,17% no número de casos de malária, passando de 549.314, em 2006, para 317.677 em 2010 e a incidência passou de 26,6/1.000 habitantes, em 2006, para 12,6/1.000 habitantes, em 2010, correspondente a uma redução de 52,6 % o que se reflete na redução de 59 % nas internações por malária.

Com relação à prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST) foi ampliado o acesso a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais distribuídos na rede pública. Dados epidemiológicos mostram que, na população geral, a maior parte dos casos de Aids está entre os homens e, entre eles, a principal forma de transmissão é a sexual. Já na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as mulheres. A incidência geral de Aids foi de 20,1/100.000 habitantes, em 2009, e a incidência de casos de Aids em menores de cinco anos de idade apresentou redução de 6,2, em 2002, para 3,0 por 100 mil habitantes, em 2009, indicando a redução da transmissão vertical do HIV.

Para prevenir as DST, o poder público incentiva o uso do preservativo. Com essa finalidade foram distribuídos 465,2 milhões de unidades de preservativos masculinos no ano de 2009 e, em 2010, foram adquiridos 788 milhões de unidades para a distribuição na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Em 2010, foram imunizados 89 milhões de brasileiros como resposta à Influenza Pandêmica (H1N1) em 2009. O total de pessoas imunizadas corresponde a mais de 47% da população brasileira. O dado coloca o Brasil na condição de país que mais vacinou mundialmente, em termos percentuais da população total. O êxito na estratégia de vacinação da influenza pandêmica H1N1 contribuiu para a redução de mais

de 95% na ocorrência de casos graves e óbitos pela doença em 2010.

A produção pública de vacinas também foi incrementada atingindo um total de 80 milhões de doses. Desse quantitativo, apenas contra a febre amarela foram produzidas em 2010 um total de 28 milhões de doses, o que proporcionou uma cobertura de 50,79% da população com menos de um ano de idade. As vacinas pneumocócicas conjugadas, proteção eficaz contra a pneumonia, meningite por pneumococo, otite média e as formas de bronquite e de sinusites, causadas pela bactéria pneumococo, tiveram sua produção disponibilizada de mais de 13 milhões de doses para aplicação na rede pública. Os recursos destinados a essa finalidade foram alocados do Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

Em relação ao controle da dengue, o número de casos registrados no período de janeiro a dezembro de 2010 aumentou 189,8% em relação ao mesmo período de 2009. O aumento foi observado em 22 estados e no Distrito Federal. Para combater essa situação, foram estimuladas ações emergenciais nos 16 estados que concentram, no momento, o maior risco de epidemia.

A atuação federal na promoção da saúde do trabalhador em 2010 foi operacionalizada por meio de 190 centros de referência. Outro importante avanço foi a garantia de financiamento sistemático para as ações de saúde do trabalhador repassado aos estados e municípios.

No âmbito do controle de doenças, a assistência farmacêutica concentrou-se nos medicamentos e insumos voltados para a atenção básica. Nessa ótica, houve um significativo aumento nos recursos descentralizados com o repasse financeiro do Governo Federal para as demais esferas de gestão destinados à aquisição local de medicamentos básicos, com finalidade de ampliar o acesso da população.

O componente especializado da assistência farmacêutica objetiva garantir a integralidade dos tratamentos com especificações farmacotécnicas, em nível ambulatorial, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente complementa a possibilidade de uma oferta integral dos medicamentos, cobrindo do nível assistencial básico até os mais complexos.

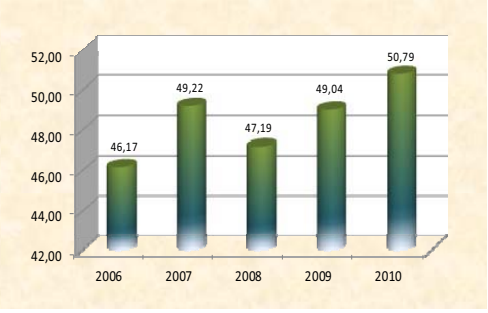
A produção pública de fármacos propiciou o fornecimento de importantes medicamentos. Como exemplo, pode ser citado um componente do coquetel antiaids utilizado no SUS. A aquisição pública possibilitou a distribuição de insulina no decorrer de 2010. Foram também produzidos, na esfera pública, biofármacos empregados na composição de medicamentos para o tratamento de anemias, hepatites, controle da rejeição de transplantes, cânceres, doenças auto-imunes e algumas doenças do metabolismo. A produção pública de vacinas, no mesmo ano, também foi incrementada com a disponibilização de vacinas pneumocócicas conjugadas, proteção eficaz contra a pneumonia, meningite por pneumococo, otite média e as formas de bronquite e de sinusites, causadas pela bactéria pneumococo voltadas para a aplicação na rede pública.

Ainda na esfera produtiva de insumos, destacaram-se os conjuntos de reativos para diagnósticos em testes rápidos para HIV, Sífilis e Leishmaniose; a produção de conjuntos diagnósticos detectores de doenças infecciosas e o aperfeiçoamento do diagnóstico laboratorial do vírus influenza A (H1N1), hoje fornecidos pela OMS. Tal iniciativa visa a substituição por similares nacionais com maior qualidade e sensibilidade.

Foi também incentivado o uso de prescrições medicamentosas originárias de plantas medicinais e fitoterápicas, ampliando o acesso a esses tratamentos por meio de iniciativas de conscientização da população e dos profissionais de saúde.

Com relação às populações com menor poder aquisitivo, foram ampliadas as ações de acesso por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil, com atuação governamental em dois segmentos: A rede própria, em parceria com estados e municípios e em parceria com o setor privado.

**EVOLUÇÃO DA COBERTURA VACINAL CONTRA FEBRE AMARELA (2006-2010)**
**% DA POPULAÇÃO COBERTA**




Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde/MS

**Programa Promoção da Capacidade Resolutiva e Humanização na Atenção á Saúde**

Com o objetivo de promover a capacidade resolutiva e a humanização da atenção à saúde da população, o poder público federal investiu, em 2010, no desenvolvimento e na disseminação de novos conhecimentos e tecnologias, fomentando estudos e redes de pesquisas em áreas prioritárias de interesse da saúde pública. Um exemplo significativo do resultado desse investimento foi o lançamento do kit nacional para diagnóstico da influenza H1N1, tecnologia desenvolvida no Brasil que se mostrou

mais eficiente e 55%, mais barata do que os insumos importados utilizados até então.

Também foi desenvolvido, no mesmo ano, um conjunto de ações que contribuíram para a resolutividade e humanização da atenção em saúde, utilizando-se de uma estratégia de capacitação de profissionais de saúde em atuação em diversas especialidades e níveis de atenção.

Para a obtenção dos resultados no exercício 2010, concorreram outros segmentos da atuação governamental em saúde, com importantes resultados que são a seguir descrito com a quantificação dos seus principais resultados.

A gestão descentralizada foi fortalecida em todo território nacional, por meio da capacitação e da qualificação de gestores e profissionais que atuam em áreas remotas e por meio da promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento.

No mesmo ano, a atuação da ouvidoria resultou no apoio a 47 entes federados, acumulando 228 entes federados entre 2008 e 2010. Também em 2010 foram prestadas 9,9 milhões de informações à população sobre questões relativas ao setor.

No que tange às auditorias no SUS, foram concluídas 1.562 trabalhos no ano, distribuídos em 200 áreas de estados e municípios estratégicos.

Foram também implantados 192 componentes descentralizados de monitoramento e avaliação da gestão do SUS em parceria com Estados e Municípios atingindo em 100% a meta programada para 2010.

Uma das principais estratégias para a ampliação da participação popular nas deliberações do SUS constitui-se na capacitação contínua de conselheiros e de lideranças sociais na temática da Saúde em todo o Brasil. Em 2010, foram capacitadas, de forma descentralizada, 50.147 pessoas, ou seja, foi alcançado 107% da meta anual estabelecida.

Foram também realizados 48 eventos populares visando o fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS. Outro foco desta atuação específica foi a introdução de fóruns de discussão para a promoção da equidade em Saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. Foram implantadas, em 2010, 21 instâncias estaduais de promoção da equidade.

A intensificação de ações de inclusão das populações remanescentes dos quilombolas na atuação do SUS se deu por meio da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a Saúde Bucal. Em 2010, foram atendidas 44.693 pessoas por meio da realização de atividades de sensibilização das lideranças para facilitar a indução e o acesso dessas populações.

Na perspectiva de dotar os conselhos de saúde de infraestrutura e apoio logístico, foram adquiridos e distribuídos computadores para 5.591 Conselhos Municipais de Saúde, 26 Conselhos Estaduais de Saúde e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal e laptops a todos os conselheiros nacionais do Conselho Nacional de Saúde.

Outras iniciativas de destaque em 2010 para a promoção da participação social foram: a capacitação de 4.712 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em Saúde inerentes à cidadania; a capacitação de 1.500 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em Saúde para populações em condições de vulnerabilidade, além de apoio a 731 municípios estratégicos para a implantação das políticas de promoção da equidade; e o desenvolvimento de sistema informatizado para a construção do relatório anual de gestão para auxiliar os gestores na elaboração em tempo hábil desse instrumento de gestão de forma a atender aos prazos estabelecidos nas normas que o instituem e regulamentam.

No campo da regulação de produtos, ambientes e serviços de interesse da saúde pública, foram empreendidas ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de saúde. Entre outras, destacam-se: a concessão e renovações de autorização de funcionamento de mais de 43 mil empresas; a inspeção de 251 plantas de indústrias de medicamentos; a certificação de boas práticas de fabricação em 369 empresas e 681 medicamentos; a realização de mais de 70 mil inspeções sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados; e a tramitação de mais de 200 mil pedidos de licenças de importação. É imprescindível destacar as ações de enfrentamento e controle do H1N1.

Até dezembro de 2010 foram concedidos, ainda, 492 registros para a área de medicamentos, sendo: 71 medicamentos novos; 174 medicamentos genéricos; 60 medicamentos fitoterápicos e homeopáticos; e 123 medicamentos similares.

O Brasil tem hoje 3.054 medicamentos genéricos registrados, com um total de 16.930 apresentações comerciais reguladas pelo poder público.

Com relação à propaganda de produtos e serviços que interferem nas questões de saúde pública, foram emitidos autos de infração por irregularidade sanitária a 1.283 veiculações e a suspensão de 30 desses produtos, além de analisados 223 processos com sentenças deferidas.

No campo da regulação da saúde suplementar buscou-se garantia da qualidade e continuidade da atenção à saúde, além de proporcionar maior poder de escolha aos beneficiários. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: i) o programa de acreditação de operadoras, incluindo a qualificação dos prestadores, com o objetivo de promover uma melhoria continuada na qualidade assistencial da Saúde Suplementar; ii) a realização de consulta pública acerca da portabilidade de carências, com a proposta de ampliação e flexibilização das regras existentes; iii) a instituição de grupos de trabalho para o debate acerca da remuneração dos hospitais e sobre honorários médicos; iv) instituição de programa de monitoramento, acompanhamento e avaliação pró-ativa dos contratos firmados entre as operadoras de planos de saúde e a sua rede de prestadores de serviços; v) revisão das diretrizes do Programa Olho Vivo, que realiza fiscalizações preventivas, para abranger um maior número de operadoras, refletir uma representatividade maior das operadoras em número de beneficiários e implementar a regionalização da execução das operações de fiscalização; vi) e publicação da versão eletrônica da Carta de Serviços da ANS na rede mundial de computadores, com o objetivo de informar aos cidadãos os serviços prestados por ela, como acessá-los e solicitá-los, quais os padrões de qualidade estabelecidos para esta prestação de serviços, além dos compromissos com o atendimento aos beneficiários e às operadoras de planos de saúde.

A intermediação cada vez mais efetiva nos conflitos entre operadoras e beneficiários buscando soluções mesmo antes da instauração de um processo administrativo sancionador, por meio do instituto da reparação voluntária e eficaz, foi potencializada pelo projeto piloto de Notificação de Investigação Preliminar e sua posterior consulta pública e normatização, com 90% de resolutividade.

A atuação em atenção à saúde da mulher objetivou, principalmente, o fortalecimento da assistência ao pré-natal, parto e puerpério na Região da Amazônia Legal e do Nordeste possibilitando, em 2010, a qualificação de 611 profissionais de saúde, em 26 maternidades que atendem a 252 municípios, objetivando melhorar as práticas e condutas hospitalares para a adoção de procedimentos que beneficiem as gestantes evitando os riscos à sua saúde e à do bebê. Além disso, vários projetos para a adequação da ambiência ao parto e ao nascimento foram implementados em 45 maternidades de 22 estados. Foram feitos investimentos para a ampliação de 67 novos serviços especializados no atendimento às mulheres e aos adolescentes vítimas de violência sexual, fortalecendo as redes estaduais e locais. Encontram-se hoje prestando essa modalidade de atenção à Saúde 509 hospitais em todas as regiões do país. Na atenção a saúde reprodutiva, foi disponibilizada na rede SUS, um total de 55,14 milhões de insumos que beneficiaram 11,64 milhões de mulheres em todos os municípios brasileiros em intervenções de controle da natalidade.

Em 2010, as ações relativas à saúde da criança, estão relacionadas ao compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; incentivo e qualificação do acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; atenção à saúde do recém-nascido; e prevenção de violências e promoção da cultura de paz.

Na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, destacaram-se a expansão e consolidação da Rede Amamenta Brasil, com a realização de 58 oficinas estaduais para a formação de 1.407 tutores, incluindo 34 profissionais de países vizinhos (Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru), com o envolvimento de 1.072 unidades básicas de saúde e 17.159 profissionais. Merece também destaque a expansão e consolidação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, com a aquisição de equipamentos para 16 Bancos de Leite e para 11 Postos de Coleta de Leite Humano para os estados do Nordeste e Amazônia Legal, além da realização de oficinas estaduais sobre processamento e controle de qualidade do leite humano e realização de oficinas para readequação das políticas estaduais.

Na Qualificação da Atenção Obstétrica e Neonatal em maternidades da Região Nordeste e Amazônia Legal, foram realizados encontros de supervisão com os 21 apoiadores das 26 maternidades prioritárias dos 17 Estados; elaboração dos planos de trabalho por 26 maternidades cadastradas; e inclusão das 26 maternidades prioritárias na Rede de Informações em Neonatologia. Houve, ainda, o fortalecimento e ampliação da atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso - Método Canguru (MC), com capacitação de 542 tutores no MC e definição dos centros de referência estaduais para esse método; qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido no parto, com capacitação de 131 parteiras tradicionais em reanimação neonatal nos estados AP, AM, AC, RR e PA; e qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido na comunidade, com capacitação de 22 facilitadores nos 17 estados do Nordeste e na Amazônia Legal.

A população adolescente e jovem é prioridade na perspectiva de ações intersetoriais e interdisciplinares de saúde. Nesse sentido, em 2010, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, e foi dada continuidade à produção e distribuição de cinco milhões de Cadernetas de Saúde de Adolescentes em 500 municípios de todas as unidades da federação. Os Ministérios da Saúde e da Educação acordaram a inclusão desse instrumento no kit a distribuído nas escolas participantes, beneficiando a partir do próximo ano letivo mais de 4,7 milhões de adolescentes de 10 a 16 anos.

A estratégia ainda aperfeiçoa o Programa Saúde na Escola (PSE) e outras ações intra e intersetoriais voltadas às pessoas jovens. Além disso, ampliou-se a adesão para sete estados e 20 municípios às ações da Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em privação de liberdade.

As principais ações realizadas no sentido de concretizar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em 2010 foram: operacionalização do curso de Gestão em Saúde do Idoso e Envelhecimento, na modalidade à distância; elaboração do livro "Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento"; distribuição de dois milhões e quinhentos mil exemplares de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa e 70 mil Cadernos de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde, para os estados e municípios; e a realização de 28 oficinas de prevenção da osteoporose e quedas em pessoas idosas nos estados, Distrito Federal e no município do Rio de Janeiro, objetivando sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde da rede SUS na atenção ao evento quedas e alcançar a meta de redução em 2% de internação por fratura de fêmur em pessoas idosas.

Dentre as principais iniciativas em saúde mental destacam-se: Programa de Volta para Casa e implantação de Residências Terapêuticas, para aqueles que não possuem vínculos familiares e egressos de longas internações. Em 2010, foram 3.639 beneficiários do "De Volta para Casa" e 568 Residências em todo o país, beneficiando cerca de 3.100 pessoas com transtornos mentais. Além disso, cita-se a política de incentivo à ampliação dos leitos em hospitais gerais. Hoje são 3.371 em todo o país.

Destaca-se ainda, a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF 3) específicos para tratar as questões de saúde mental, álcool e outras drogas. Estas equipes darão apoio especializado às equipes de Saúde da Família para a atenção a essa população e estão em processo de implementação.

Foram também destaque em 2010 a implementação de: 70 Consultórios de Rua em grandes cidades, 50 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas, com leitos para internação, ampliação leitos em hospitais gerais e comunidades terapêuticas, além de casas de acolhimento transitório para essa população. Além dessas iniciativas foram criados diversos cursos para formação em álcool e drogas para a rede de atenção em Saúde Mental. O Plano Crack investiu R$ 90 milhões apenas para as ações de saúde, totalizando R$ 410 milhões destinados para ações intersetoriais.

A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Saúde e da Justiça. Seu principal objetivo é organizar o acesso da população penitenciária às ações e serviços do Sistema Único de Saúde, com a implantação de unidades de saúde de atenção básica nas prisões e organização das referências para os serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.

Em 2010, como parte da Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, 18 estados foram habilitados segundo as diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, o que resultou na atuação de 239 equipes de Saúde cadastradas, distribuídas em 212 unidades de saúde em estabelecimentos prisionais. Foi realizado o Censo Nacional sobre Implantação e Funcionamento das Equipes de Saúde no Sistema Penitenciário, que apresenta também o 1º levantamento sobre agravos prevalentes na população privada de liberdade, bem como os grupos populacionais (mulher, criança, idoso, portador de deficiência) prevalentes nas unidades onde as Equipes de Saúde estão atuando.

A rede de atenção básica e as equipes de Saúde da Família foram definidas como principal forma de acesso à Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem. O principal objetivo é a melhoria das condições de saúde da população masculina, baseado no diagnóstico epidemiológico realizado em 2009 que identificou os principais agravos e enfermidades desse público, facilitando e ampliando o acesso às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, contribuindo para a redução da morbidade e da mortalidade dos homens.

Até o ano de 2010, as diretrizes da Política foram efetivamente implantadas por parte das secretarias de Saúde de todas as 27 unidades da federação e de 80 municípios, com uma cobertura potencial de 15 milhões de homens, o que representa cerca de 30% da população masculina brasileira entre 20 e 59 anos de idade. A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens nessa idade devem buscar atendimento médico.

A atenção à saúde da pessoa com deficiência vem sendo desenvolvida por meio da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, que opera em vários campos de atuação. Com relação à reabilitação, o número de unidades de saúde para atenção especializada passou de 1.198, em 2009, para 1.354, em 2010, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de oficinas ortopédicas.

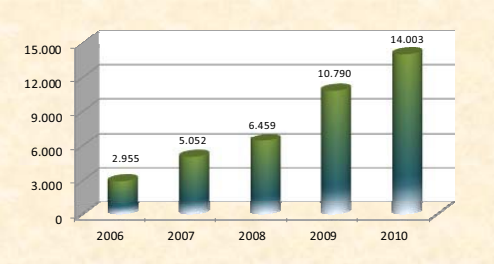
A criação de incentivo financeiro para implantação das redes estaduais de serviços de reabilitação para pessoas com deficiência e o fortalecimento da rede estadual de atenção à pessoa com deficiência visual com a implantação de novos serviços de reabilitação

visual e o credenciamento de serviços de atenção à pessoa ostomizada, também foram destaques em 2010.

**Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**

A atuação governamental no fornecimento de medicamentos à população teve foco em 2010 na assistência farmacêutica voltada para a atenção básica com a ampliação do acesso da população com níveis de renda menos expressivos. Nesse sentido, foram expandidas as ações relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil. A rede própria, em parceria com estados e municípios, beneficia mais de 950 mil pessoas por mês com suas 546 unidades em funcionamento em mais de 400 localidades. Já no sistema de co-pagamento, em parceria com o setor privado, 14.014 farmácias foram cadastradas em quase 25 mil municípios em todo o Brasil sendo responsáveis por uma média de 1,1 milhão de atendimentos por mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2010. No mesmo ano, também foi ampliado o elenco de medicamentos dessa parceria, passando a contar com 24 itens para tratamento de hipertensão, doença de Parkinson, asma, rinite, osteoporose, glaucoma, diabetes e contraceptivos, além da fralda geriátrica.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FARMÁCIAS POPULAR CADASTRADAS (2006-2010)**




Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS

A assistência farmacêutica voltada para a atenção básica disponibilizada pela Rede SUS teve um significativo aumento nos recursos descentralizados com o repasse financeiro do Governo Federal para as demais esferas de gestão, passando de R$ 1,00 para R$ 5,10 per capita/ano entre 1999 e 2010. O valor global repassado destina-se à aquisição local de medicamentos básicos, com finalidade de ampliar o acesso da população. O componente especializado da assistência farmacêutica objetiva garantir a integralidade dos tratamentos com especificações farmacotécnicas, em nível ambulatorial, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente complementa a possibilidade de uma oferta integral dos medicamentos, tanto em nível assistencial básico quanto nos mais complexos.

Atualmente a compra de medicamentos estratégicos, centralizada em nível federal, compreende 80 fármacos em 121 apresentações comerciais. Em 2010 destacou-se a inclusão da etravirina 100 mg (inibidor da transcriptase reversa não-nucleósido – ITRNN) no elenco dos medicamentos usados no tratamento dos portadores de HIV/Aids.

A produção pública de fármacos propiciou o fornecimento de 57 milhões de unidades do medicamento Efavirenz 600mg que compõe o coquetel antiaids utilizado no SUS. A aquisição pública também possibilitou a distribuição de cerca de 14,7 milhões de frascos de insulina no decorrer de 2010. Até o final desse ano, foram produzidos, na esfera pública, para atender a demanda do SUS, mais de 8,5 milhões de unidades de biofármacos, elementos componentes de medicamentos para o tratamento de anemias, hepatites, controle da rejeição de transplantes, cânceres, doenças auto-imunes e algumas doenças do metabolismo.

Ainda na esfera produtiva, o poder público possibilitou o fornecimento de mais de sete milhões de conjuntos de reativos para diagnósticos em testes rápidos para HIV, Sífilis e Leishmaniose. Visando a produção de conjuntos diagnósticos detectores de doenças infecciosas, foram desenvolvidas pesquisas de interesse setorial para aperfeiçoar o diagnóstico laboratorial do vírus influenza A (H1N1), hoje fornecidos pela OMS. Tal iniciativa visa à substituição por similares nacionais com maior qualidade e sensibilidade.

A Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, têm seus objetivos, diretrizes e ações monitorados por representantes do governo e da sociedade civil no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Para ampliar o acesso de plantas medicinais e fitoterápicos pela população, em 2010 foi instituída a Farmácia Viva no âmbito do SUS. Também foi instituída a Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (COMAFITO). Foram publicados 10 editais, com recursos do Probio, cujo objeto é a elaboração de monografias de espécies vegetais da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (Renisus). Foram capacitados 70 gestores municipais e estaduais, para a estruturação de projetos de assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos no SUS e 440 farmacêuticos para a Gestão da Assistência Farmacêutica, também em Fitoterapia e Homeopatia. A perspectiva para 2011 é capacitar 2000 farmacêuticos, 300 médicos e profissionais de equipes de Saúde da Família e NASF das 27 UFs.

**5.1.13 - Função Comunicações**

O Governo Federal, em 2010, realizou importantes avanços na área de Comunicações, com destaque para ações na telefonia, banda larga, regulação e inovação do setor de telecomunicações, TV digital, serviços postais, radiodifusão e inclusão digital.

Foi elaborada a proposta do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que vigorará de 2011 a 2015, com os objetivos de aumentar progressivamente a universalização de acessos individualizados e coletivos, e de ampliar a capacidade da infraestrutura de rede para conexão em banda larga, de forma a reduzir as desigualdades regionais e as barreiras de atendimento à população.

No âmbito da telefonia fixa, foram propostas novas metas para ampliação do atendimento obrigatório de mais de 90.000 Telefones de Uso Público (TUP), contemplando todas as escolas e postos de saúde rurais do país, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, postos da Polícia Rodoviária Federal, assentamentos de trabalhadores rurais, unidades de conservação ambiental de uso sustentável e organizações militares.

Em relação à infraestrutura que permite conexão em banda larga (*backhaul* ou enlaces de entroncamento) chegou-se à cobertura de todos os municípios brasileiros, decorrente da troca de obrigações de universalização dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), constantes do segundo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), pela extensão da infraestrutura de banda larga de maior velocidade. Já na disseminação da tecnologia de Terceira Geração (3G) da telefonia móvel, destinadas a conexão de dados por meio do Serviço Móvel Pessoal – SMP, a cobertura atingiu no ano de 2010 a marca de 1.163 municípios já atendidos. Ademais, destaca-se que a telefonia móvel, independentemente da tecnologia utilizada para sua prestação, atingiu a cobertura de 5.529 municípios também em 2010.

Já na disseminação da Banda Larga, foi elaborada a proposta do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que vigorará de 2011 a 2015, com os objetivos de aumentar progressivamente a universalização de acessos individualizados e coletivos, e de ampliar a capacidade da infraestrutura de rede para conexão em banda larga, de forma a reduzir as desigualdades regionais e as barreiras de atendimento à população.

Cabe destaque para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, buscando não só massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do governo, entidades da sociedade civil e empresas, mas também melhorar a infraestrutura de rede do governo, contribuir para acelerar o desenvolvimento socioeconômico, aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras, e promover a inclusão digital. O desafio do PNBL é o desenvolvimento da infraestrutura nacional e uma maior oferta do serviço, a preços mais baixos. Para isso, concentrará suas ações nos próximos anos no incentivo à competição e no estabelecimento de normas que induzam à expansão da infraestrutura de redes de telecomunicações; em incentivos fiscais e financeiros à prestação do serviço de acesso em banda larga, com o objetivo de colaborar para o barateamento do custo à população; em uma política produtiva e tecnológica capaz de atender adequadamente à demanda gerada pelo PNBL; e em uma rede de telecomunicações nacional gerido pela Telebrás, com foco de atuação no atacado, neutra e disponível para qualquer prestadora que queira prestar o serviço de acesso em banda larga.

As ações para o desenvolvimento da regulação do setor de telecomunicações no ano de 2010 foram balizadas pelo Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), com especial atenção aos projetos associados aos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga.

Para o setor de TV por Assinatura, foi publicado em 2010 o novo Planejamento do Serviço de TV a Cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que abrange todo o território nacional e elimina limitações ao número de outorgas do Serviço de TV a Cabo e do Serviço MMDS, salvo em caso de indisponibilidade de radiofrequência.

Ainda no âmbito da regulação, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) emitiu Resoluções com importante impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados, envolvendo desde a Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, passando pela Remuneração pelo Uso de Redes do Serviço Móvel Pessoal e a avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências, e a alteração nas Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 2,5 GHz e de 3,5 GHz.

O fomento à pesquisa e a inovação e desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações, objetivos do Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), concretizaram-se em 2010 pelo apoio a diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em Instituições Científicas e Tecnológicas e empresas em todas as regiões do país. Em 2011, o Funttel terá seu orçamento ampliado para R$ 200 milhões em recursos não reembolsáveis, e mais R$ 50 milhões para a ação reembolsável, mas espera-se a conclusão do processo de elaboração de nova regulamentação para o Fundo, com vistas a estabelecer um mecanismo mais efetivo para operacionalizar as transferências legais à Fundação CPqD e conferir maior autonomia decisória aos agentes financeiros do Funttel na gestão dos recursos reembolsáveis.

As transmissões da TV Digital brasileira, em 2010, já atingem mais de 89,5 milhões de brasileiros, em 425 municípios.

Por medida do Governo Federal, a partir de 2010, todos os televisores de *Liquid-Crystal Display* (LCD) ou de plasma, com diagonal de tela igual ou superior a 32 polegadas deverão ter o receptor para os sinais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) integrados.

A partir de 2011, a medida atingirá, também, os televisores com diagonal de tela maior que 26 polegadas e em 2012 todos os aparelhos de TV com essas tecnologias deverão ser capazes de sintonizar sinais da TV Digital. Cabe destaque neste ano para especificação e padronização completa do middleware de interatividade da TV brasileira, o GINGA.

No provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), durante o ano de 2010, deu continuidade ao aumento no quantitativo de Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.257 localidades. A ECT conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos municípios e, até dezembro de 2010, atendeu à demanda por serviços postais distribuindo mais de 8 bilhões de objetos nos 55 milhões de domicílios do Brasil, com atendimento de distribuição.

No âmbito da universalização dos serviços de radiodifusão, durante o exercício de 2010, foram concedidas 305 outorgas para Rádio Comunitárias, 18 outorgas para emissoras de rádio e TVs Educativas e 153 para emissoras de rádio e TV comercial, bem como foram autorizadas 321 entidades a executar o Serviço Retransmissão de Televisão. Na consignação digital, 37 canais para TVD e 26 canais para RTV-D foram consignados durante o ano de 2010.

Nas ações de Inclusão Digital, o fornecimento gratuito de conexão de internet banda larga via satélite ou terrestre, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social, contava em 2010 com 10.934 pontos de presença em operação, distribuídos em cerca de 5.000 municípios do país, e outras 985 unidades em remanejamento, totalizando 11.919 conexões. Vislumbra-se a ampliação da rede em mais de 1.460 pontos durante 2011. Já na implantação de Telecentros Comunitários, que atingira 98,25% dos municípios brasileiros em 2009, chegou em 2010 ao marco de quase 7.000 Telecentros Comunitários implantados em todo o território brasileiro.

**Execução Orçamentária na Função Comunicações e Subfunções Típicas / 2006 a 2010**

A função Comunicações apresentou uma execução de R$ 3,38 bilhões entre 2006 e 2010, sendo a média anual do período de R$ 677 milhões. Os valores da série que mais destoam da média encontram-se no ano de 2008, R$ 620 milhões, explicado pela diminuição da execução no Orçamento Fiscal e no ano de 2010, R$ 792 milhões, influenciado pela forte elevação da execução no Orçamento Fiscal.

O comportamento, entre 2006 e 2010, da execução do OFSS na função Comunicações caracteriza-se pela elevação do patamar entre 2006 e 2007, devido, primeiro, ao aumento de recursos para contratação de serviços de apoio à fiscalização, despesas com manutenção das unidades descentralizadas e da Central de Atendimento da Anatel e, segundo, aos pagamentos de parcelas de convênios firmados entre o Funttel e a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD e os repasses para a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, para a execução de convênios, projetos reembolsáveis e remuneração da própria Finep na condição de agente financeiro do Funttel.

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES – 2006 a 2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO COMUNICAÇÕES | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS | 430,97 | 470,76 | 406,74 | 405,44 | 548,79 | 2.262,70 |
| OI | 222,31 | 207,22 | 214,25 | 234,81 | 244,00 | 1.122,59 |
| **TOTAL** | **653,28** | **677,98** | **620,99** | **640,25** | **792,79** | **3.385,29** |

Fonte: Siafi e Siest

Em 2008 e 2009, a execução do OFSS cai para o patamar de R$ 405 milhões, em decorrência da ausência de convênios a executar com o Funttel e do contingenciamento de recursos aplicado aos gastos do Ministério das Comunicações. Já em 2010, a execução do OFSS apresenta uma forte elevação, chegando ao patamar de R$ 548 milhões, devido à retomada da execução dos programas do Funttel e a contratação de novos servidores para compor o quadro da Anatel. No que tange ao Orçamento de Investimento – OI, a elevação da execução em 2009 e 2010 decorreu da ampliação da frota de veículos e das melhorias na infraestrutura de unidades de atendimento, produção e distribuição existentes da ECT.

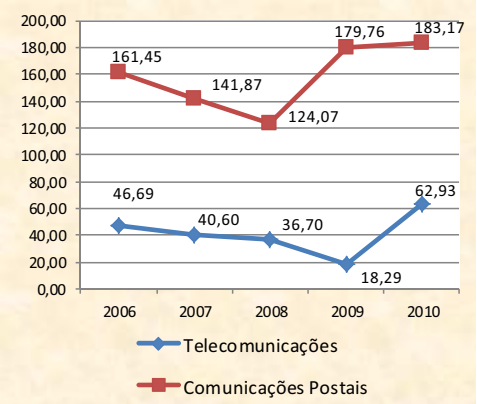
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | |
| *Telecomunicações* | 62,93 | 7,94% | 254,17 | 100% | 317,10 | 63,39% |
| *Comunicações Postais* | 183,17 | 23,10% | - | - | 183,17 | 36,61% |
| Outras Subfunções | 546,69 | 68,96% | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **792,79** | **100,00%** | **254,17** | **100%** | **500,27** | **100,00%** |

Fonte: Siafi e Siest

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010 (em R$ milhões)**




Fonte: Siafi e Siest

A execução da subfunção Telecomunicações dentro da função Comunicações apresentou valores decrescentes entre 2006 e 2009, influenciados pelo contingenciamento de recursos no âmbito do programa Oferta dos Serviços de Telecomunicações, e pela adoção da modalidade de licitação Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços, a qual permitiu reduzir o preço unitário dos bens necessários para a formação dos Telecentros Comunitários. Já a elevação observada em 2010 deveu-se ao repasse de R$ 50 milhões, no âmbito do programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações, para a Finep, destinados aos projetos da carteira do Funttel destinados à pesquisa e inovações tecnológicas em telecomunicações.

A subfunção Comunicações Postais respondeu por uma média anual de 75% da execução do Orçamento de Investimento no período de 2006 a 2010. A trajetória decrescente da subfunção entre 2006 e 2008, dentro da função Comunicações, foi influenciada pelos projetos de Ampliação e Renovação da Frota da ECT, os quais não concluíram o processo de aquisição de veículos previstos em 2007 e especialmente em 2008, voltando à normalidade em 2009 e 2010. Nestes dois últimos anos, o aumento da execução é influenciado também pelo crescimento dos gastos com melhorias de infraestrutura em unidades existentes da ECT.

**Desempenho dos Programas Estruturantes do Setor**

**Inovação Tecnológica em Telecomunicações**

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação, TICs, é um dos mais dinâmicos da economia contemporânea, tanto por conta da velocidade com que avanços tecnológicos e inovações lhe são incorporados, como pela sua utilização cada vez mais difundida em praticamente todas as atividades humanas. Tais tecnologias contribuem diretamente para a produtividade e o crescimento do setor empresarial. Desta forma, o domínio tecnológico de áreas de TICs é fundamental para qualquer país que pretenda impulsionar seu desenvolvimento econômico e industrial.

O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), criado em 2000, é hoje o único mecanismo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico específico para o setor de telecomunicações. Desde a sua criação, o Funttel já investiu mais de R$ 820 milhões em projetos nas áreas de TV Digital, comunicações ópticas, plataformas baseadas na conectividade IP, comunicações digitais sem fio, plataformas para gerência e operação de sistemas de telecomunicações e plataformas para produção, gerenciamento e difusão de conteúdos digitais.

Cumpre destacar que faz parte da estratégia do Funttel privilegiar projetos cooperativos entre empresas brasileiras e entidades de pesquisa, já que favorece a aproximação entre o setor produtivo e a academia e eleva significativamente o grau de transferência tecnológica.

Em 2009, o Funttel, por meio da Finep, lançou duas Chamadas Públicas. De um total de 244 propostas, foram selecionados 31 projetos, para os quais, até 2012 serão repassados recursos da ordem de R$ 110 milhões. Ainda em 2009, o Fundo repassou cerca de R$ 40 milhões para apoiar projetos oriundos do Plano de Aplicação de Recursos 2009-2011 da Fundação

CPqD e para parte dos projetos selecionados nas Chamadas Públicas.

Ao longo de 2010, a Finep, atuando como agente financeiro do Fundo, contratou e repassou cerca de R$ 46 milhões para mais de 30 projetos oriundos das Chamadas Públicas Funttel/Finep e do Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD. Adicionalmente, o Funttel repassou à Finep R$ 50 milhões para ações reembolsáveis, cujo objetivo é financiar a estratégia de inovação de empresas do setor de telecomunicações.

Em 2011, o Funttel deverá ter seu orçamento ampliado para R$ 200 milhões, em recursos não reembolsáveis, e mais R$ 50 milhões para a ação reembolsável. Com isso, a capacidade de investimento do Fundo será significativamente ampliada e possibilitará resultados ainda mais expressivos.

**TV Digital**

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), instituído pelo Decreto n.º 4.901 de 26 de novembro de 2003, proporciona maior qualidade de som e imagem para os usuários, a recepção do sinal de televisão por aparelhos móveis e a possibilidade de utilização de mais uma ferramenta para a inclusão digital.

A escolha do padrão a ser utilizado para a TV Digital brasileira foi orientada, em grande medida, por resultados de projetos de 22 consórcios que estudaram e desenvolveram diversas tecnologias associadas à TV Digital, apoiados desde 2005 com recursos do Funttel. Dentre estas tecnologias, destaca-se a proposta de aperfeiçoamento do padrão japonês por meio da utilização da tecnologia de compressão de vídeo H.264.

As transmissões da TV Digital brasileira foram iniciadas em 2 de dezembro de 2007, em São Paulo e desde então vêm se espalhando pelo país. Em dezembro de 2010, sinais do SBTVD já atingiam mais de 89,5 milhões de brasileiros, em 425 municípios. Para promover o acesso da população a televisores compatíveis com o sinal digital, o governo alterou os Processos Produtivos Básicos (PPB) dos televisores de forma que, a partir de 2010, todos os televisores de LCD ou plasma, com diagonal de tela igual ou superior a 32 polegadas deverão ter o receptor para os sinais do SBTVD integrados. A partir de 2011 o PPB elege os televisores com diagonal de tela maior que 26 polegadas e em 2012 todos os aparelhos de TV com essas tecnologias deverão ser capazes de sintonizar sinais da TV Digital.

Atualmente, o maior desafio para o SBTVD é utilizar o sistema como ferramenta para a inclusão digital. Em 2010 foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT a última norma do *software* que permite a interatividade no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre: o middleware GINGA. Parte deste middleware já tinha sido estabelecido em 2009 pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) como o padrão internacional para interatividade em IPTV, o primeiro padrão brasileiro a ser reconhecido como padrão mundial por um organismo internacional.

Agora as normas restantes já estão tramitando na UIT para tornarem-se também padrão internacional. Para que a população brasileira possa desfrutar da interatividade na TV Digital Terrestre, é necessário que os televisores tenham o GINGA instalado. Nesse sentido, o Ministério das Comunicações já iniciou os procedimentos para alterar novamente o Processos Produtivos Básicos (PPB) dos televisores, de forma que se torne obrigatória a instalação do GINGA em todos os televisores que tenham receptores do sinal digital.

Paralelamente ao esforço para levar os sinais de TV Digital interativa a todo o território nacional, o Ministério das Comunicações tem se empenhado em uma campanha diplomática coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores para difundir o padrão no mundo.

Até o fim de 2010, 12 nações já haviam se decidido oficialmente pela utilização desta tecnologia como seu padrão de televisão digital: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Filipinas, Japão, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Com isso, os sinais do padrão nipo-brasileiro de TV Digital serão irradiados sobre uma população de mais de 550 milhões de habitantes. Os esforços de difusão externa do padrão brasileiro continuam com ações, sobretudo, na África e América Central.

**Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**

O objetivo do programa é garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade. No âmbito da Relação com os Usuários, a Anatel publicou em 2010 a Portaria n.º 1.160, de 04/11/2010, que estabelece o Plano de Ação Pró-Usuários.

O Plano consolida em um único documento os diversos esforços que vinham sendo desenvolvidos na Agência, confere mais clareza às ações destinadas à proteção dos direitos do consumidor de telecomunicações, promovendo a internalização da importância da proteção aos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações no âmbito da própria Anatel, e contempla mecanismos de participação social nas atividades regulatórias, tanto para facilitar o acesso dos interessados ao processo regulatório, quanto para aperfeiçoar o acompanhamento e a capacidade de análise desses atores sobre o processo.

Para a formulação do Plano, a Agência partiu do reconhecimento de que o usuário é o polo mais fraco entre os diversos entes envolvidos na regulação

setorial e, por isso, é necessário fortalecer e ampliar sua participação no processo regulatório.

Além disso, será intensificada a atuação da Anatel junto às prestadoras com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações na visão do consumidor e serão promovidas parcerias com os órgãos oficiais de defesa do consumidor, tais como Ministério Público, Ministério da Justiça, Procons e entidades representativas da sociedade organizada, bem como com os órgãos oficiais de defesa da concorrência.

Na regulação dos Serviços Públicos e Privados, a Agência aprovou, em 2010, a alteração do Regulamento de Numeração do Serviço Móvel Pessoal - SMP e do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, por meio da Resolução n.º 553, de 14/12/2010, permitindo o acréscimo do nono dígito aos números dos telefones móveis da Área de Registro 11. Essa medida elevará a capacidade de numeração na região metropolitana de São Paulo para 370 milhões, eliminando definitivamente o problema de escassez de numeração nessa área.

No início de 2010, a Agência também aperfeiçoou as condições de prestação dos serviços envolvidos nas campanhas de intenção de doação que utilizam os serviços de telecomunicações, notadamente o código 0500. O grande alcance social das campanhas realizadas por Instituições de Utilidade Pública motivaram o aprimoramento da regulamentação.

No intuito de harmonizar os novos condicionamentos associados à renovação dos Contratos de Concessão para prestação do Serviço de Telefonia Fixa ao PGMU, sua assinatura foi prorrogada para maio de 2011. Os contratos de concessão estabelecem os direitos e os deveres das concessionárias de telefonia fixa, outorgando-lhes o direito de explorar a concessão do serviço, mediante condicionamentos e dentro do regime de competição estabelecido na Lei n.º 9.472/97 e no Plano Geral de Outorgas. A revisão quinquenal dos contratos é prevista na cláusula 3.2 e abrange as modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI).

Especificamente para os Serviços Privados, foram realizadas numerosas atividades concernentes a propostas de novos instrumentos normativos e de alterações em regulamentos e normas em vigor, entre eles o lançamento do Edital e Licitação da subfaixa H, sobras de radiofrequência e subfaixas de extensão para prestação do SMP. Além disso, foi aprovado o Regulamento sobre Exploração do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), que regulamenta novos modelos de negócio, normatizando a oferta de Serviço Móvel Pessoal - SMP por entidades que não possuem rede própria nem Autorização para Uso de Radiofrequências, mas que utiliza a rede de outras operadoras para ofertar o SMP.

Em 2010 o SMP registrou 28,98 milhões de novas habilitações e alcançou 202,94 milhões de acessos ao serviço de telefonia móvel (crescimento de 16,66% em relação a 2009), com teledensidade correspondente a 104 acessos por 100 habitantes (crescimento de 15,6% em comparação com o ano anterior). Ao final de 2010, dezesseis estados já possuíam mais de um celular por habitante.

No segmento de TV por assinatura, observou-se em 2010 a evolução de 30,7% da base de assinantes, alcançando 9.768.993 domicílios ao final do mês de dezembro, com crescimento fortemente alavancado pelo serviço DTH, que oferece TV paga por meio de satélite. A Agência publicou, em dezembro de 2010, o novo Planejamento do Serviço de TV a Cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que abrange todo o território nacional e elimina limitações ao número de outorgas, salvo em caso de indisponibilidade de radiofrequência. Com a publicação do Planejamento, será retomado o processo de outorga para a prestação do serviço de TV a Cabo e estima-se que haverá importante avanço desse serviço em todos os municípios brasileiros.

No segmento da radiodifusão, destaca-se em 2010 a publicação da Resolução n.º 546, de 01/09/2010, que aprova a Alteração do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em FM, de modo a introduzir correções decorrentes da adoção da Recomendação UIT-R 1546, e incorporando critérios de prevenção de interferências mútuas com o serviço de Radiodifusão Comunitária.

Em 2010 foram realizadas mais de 21 mil ações de fiscalização orientadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos, em todas as regiões do país, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado.

Vale destacar que, desse total, 90% dos recursos disponíveis foram direcionados para atividades de interesse coletivo. Em 2010 foram recebidas 9,2 mil denúncias envolvendo casos de interferência ou uso não autorizado do espectro, dos quais cerca de 89% foram solucionados.

A Agência está finalizando atividade de fiscalização nos sistemas de tarifação e faturamento de uma das concessionárias do STFC, o que envolveu a análise de quase 18 bilhões de registros de chamadas locais de fixo para fixo realizadas a partir da conversão pulso/minuto, no período de junho de 2007 a dezembro de 2009.

O volume de informações analisadas corresponde à totalidade de chamadas locais entre telefones fixos efetuadas por todos os assinantes, de toda área de concessão de uma determinada concessionária de telefonia, num período de 30 meses. Esse trabalho representa um novo marco nas atividades de

fiscalização, pois confirma a qualidade técnica e a capacidade de aprimoramento das técnicas investigativas da Agência.

Na Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações, durante 2010, foram homologados 4.470 produtos, total 30% acima do previsto inicialmente. O principal motivo foi o aumento, verificado no segundo semestre, na demanda pela certificação de novos produtos, impulsionada principalmente pelos produtos de radiação restrita de aplicação na área de acesso Banda Larga sem fio (como roteadores, dispositivos *WiFi* e *Bluetooth*).

A gestão de Recursos de Numeração, Espectro e Órbita, composta por atividades relacionadas à emissão de condições de uso, compartilhamento de faixas de frequências e outros atos associados, têm sido realizados de forma a dotar o uso do espectro da aplicação de tecnologias convergentes. Assim tem atuado a Agência com o objetivo de garantir a otimização do uso do espectro radioelétrico, exigindo permanente adequação das atribuições, destinações e distribuições de faixas de frequência, em consonância com a evolução tecnológica do setor. Cabe ressaltar o esforço desenvolvido em 2010 no sentido de concluir a regulamentação do uso da faixa de 450 MHz a 470 MHz para cumprimento dos objetivos instituídos pelo Ministério das Comunicações no Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, cuja finalidade é permitir à população localizada em áreas rurais e remotas o acesso a serviços de telefonia e de dados em Banda Larga.

Em consonância com a otimização do uso do espectro e com aplicação de tecnologias convergentes, foi proposta a republicação das condições de uso das faixas de 2,5 GHz e 3,5 GHz, com sua destinação ao Serviço Móvel Pessoal, decorrente das recomendações estabelecidas no âmbito dos fóruns internacionais e motivada pelo crescimento acelerado da demanda por serviços de Banda Larga móvel e pela evolução tecnológica promovida pelos sistemas de quarta geração (4G). Neste mesmo sentido, também cabe ressaltar a conclusão do regulamento que trata da Avaliação da Eficiência do Uso do Espectro de Radiofrequências, que estabelece metodologia, com critérios objetivos, para a avaliação técnica do uso do espectro, e sanções para os casos de descumprimento das condições.

Relativamente a autorizações de uso de radiofrequências, foi realizada a Licitação referente à subfaixa H, sobras de radiofrequências e subfaixas de extensão para prestação do SMP, com o objetivo de disponibilizar radiofrequência para massificação dos acessos em Banda Larga e imprimir maior competição na prestação dos serviços.

Por fim, o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil consolidou as alterações de atribuição e de destinação, além de incorporar as modificações pertinentes, estabelecendo o marco referencial para o uso do espectro radioelétrico no Brasil. Com a possibilidade de acesso por meio da página da Anatel na Internet, seu sistema interativo encontra-se em fase de modernização, de modo a oferecer novas formas de consulta, uma vez que constitui referência na obtenção de dados relativos ao uso do espectro.

**Inclusão Digital**

O programa Inclusão Digital, apoiado nas Tecnologias de Informação e Comunicação, vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, a diminuição das desigualdades regionais, e a geração de emprego e renda. O avanço dessas tecnologias e a convergência digital facilitaram o acesso a informações e serviços de governo pelos cidadãos, mostrando-se um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

A execução orçamentária do Programa Inclusão Digital a cargo do Ministério das Comunicações no exercício de 2010 foi feita conforme demonstração a seguir:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL – ANO DE 2010**

Em R$

| PROJETO ATIVIDADE | DOTAÇÃO INICIAL | LEI+CRÉDITOS AUTORIZADOS | EMPENHADO | PAGOS | % DE EXECUÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| Implantação de Telecentros para Acesso a serviços Públicos | 5.012.000,00 | 5.012.000,00 | 34.943.684,80 | 0,00 | 0,00 |
| Operação do Sistema de Acesso a Banda Larga - GESAC | 74.620.000,00 | 74.620.000,00 | 24.151.020,00 | 12.665.572,00 | 16,97 |

Fonte: Siafi

Em 2010, a implantação de Telecentros não evoluiu como o desejado, uma vez que a aprovação dos recursos ocorreu somente ao final do ano, ficando para o exercício de 2011 a expansão do programa com a implantação de pelo menos 3.600 Telecentros Comunitários em Municípios, Órgãos e Entidades filantrópicas localizadas em todos os estados da federação.

**EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS**

| ANO | N.º TELECENTROS IMPLANTADOS |
|---|---|
| 2008 | 3.055 |
| 2009 | 2.366 |
| 2010 | 445 |
| 2011* | 3.616 |

* Previsão resultante da soma dos 334 Telecentros previstos para 2011 no Pregão Eletrônico 25/20007 e de 3.282 Telecentros previstos para o mesmo ano no Pregão Eletrônico 27/2009
Fonte: Ministério das Comunicações

Cabe destaque ainda para o esforço conjunto entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Comunicações no Programa Territórios Digitais, focado na inclusão digital da população rural, que disponibiliza acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação para aprimoramento dos processos de gestão da produção; controle social das políticas públicas; acesso à informação e formação de rede para troca de experiências.

A definição das localidades em que serão instaladas as Casas Digitais fica a cargo de deliberação do Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania (composto de forma paritária pela sociedade civil e governo) e em alguns casos, o Estado divide com o colegiado as indicações.

O programa oferece os equipamentos, mobiliário, impressora, *data show*, conexão banda larga e capta recursos para a realização de capacitações, geralmente proporcionadas pelos governos estaduais. O município fica responsável pela adequação, manutenção e segurança da Casa Digital. A comunidade, na condição de gestora da Casa Digital, é responsável pela organização e regimento. Em 2010 foram implantadas 34 Casa Digitais.

A operação do Sistema de Acesso a Banda Larga - GESAC busca fornecer gratuitamente conexão de internet banda larga a todos os municípios brasileiros, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social. O objetivo do GESAC é permitir a conectividade internet em regiões carentes de infraestrutura de telecomunicações, de forma a favorecer a diminuição de desigualdades regionais e permitir serviços em educação presencial e a distância, saúde e previdência social, entre outros.

Em dezembro de 2010, a rede GESAC contava com 10.934 pontos de presença em operação, distribuídos em cerca de 5.000 municípios, em tecnologia via satélite ou terrestre, e com outras 985 unidades em remanejamento, totalizando 11.919 conexões contratadas. O aditivo contratual assinado no citado mês vislumbra a ampliação da rede GESAC em mais de 1.460 pontos em 2011, passando o total para 13.379.

Para 2011, o edital da nova contratação do GESAC, lançado à consulta pública em novembro de 2010, prevê a expansão da rede em 13.000 pontos de presença, totalizando mais de 26.000 Pontos de presença, de forma a atender os mais abrangentes projetos de inclusão digital do governo brasileiro. A nova licitação contempla uma plataforma que permitirá usar a rede GESAC para aplicações de videoconferência, tele-educação, telessaúde e telemedicina.

**Aprimoramento dos Serviços Postais**

O objetivo do programa Aprimoramento dos Serviços Postais é garantir o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população. Para tanto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT segue os parâmetros estabelecidos pela Portaria Ministerial n.º 310/1998, da Portaria Ministerial n.º 311/1998 e da Instrução Normativa MC n.º 2/2001, visando:

(i) a prestação de serviços postais básicos, em nível mínimo de distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes;
(ii) o acesso aos serviços oferecidos em produtos pré-selados e ao envio de objetos postais sem registro em cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes, dentro de um raio máximo de dois quilômetros;
(iii) a implantação de Agência de Correio Comunitária – AGC, em substituição à Agência de Correios Satélite – ACS e ao Posto de Correios – PC e
(iv) e a regulamentação da distribuição postal de objetos dos serviços de carta, de telegrama, de impresso e de encomenda não urgente.

A ECT utiliza como estratégias de implementação do programa as parcerias com entidades públicas e privadas para a instalação e operação de unidades de atendimento e de distribuição postal e instituições públicas e privadas com vistas à ampliação da prestação dos serviços sociais; instalação de unidades próprias para atendimento, tratamento e distribuição postal e a reestruturação da Empresa, visando garantir melhores condições para ampliar o acesso da sociedade aos serviços prestados.

Em 2010, o atendimento ao objetivo do programa se fez presente com uma rede de atendimento composta por: Agência Própria e Terceirizada; Unidade Terceirizada (Posto de Venda de Produtos – PVP) e Caixa de Coleta – CC distribuída em todas as unidades da federação.

Cabe ressaltar, que há 118 agências próprias inauguradas nesse exercício, de um total previsto de 184 unidades. E, uma rede de produção e distribuição composta por: Centro de Tratamento de Cartas – CTC, Centro de Tratamento de Encomendas – CTE, Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas – CTCE, Centro de Tratamento de Correio Internacional – CTCI, Centro de Distribuição Domiciliária – CDD, Centro de Entrega de Encomendas – CEE, Centro de Serviços Telemáticos – CST, Centro de Logística Integrada – CLI, Centro de Transporte Operacional – CTO e Terminal de Carga – TECA (Aérea e de Superfície).

Com o intuito de atender às metas governamentais e atingir os valores previstos no PPA 2008-2011, a ECT proporcionou em 2010 o atendimento dos serviços postais básicos a 36 distritos até então desprovidos, além de alcançar o objetivo do programa, por meio da realização dos investimentos previstos, que totalizaram R$ 242,0 milhões, em 2010.

As realizações foram destinadas principalmente às atividades de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento – Correios e Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição que compõem o programa Aprimoramento dos Serviços Postais:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2010**

em R$ mil

| PROGRAMA/AÇÃO | DOTAÇÃO | EXECUÇÃO | VAR% |
|---|---|---|---|
| **Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)** | **109.974** | **80.496** | **73,2** |
| Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição | 42.403 | 29.703 | 70,0 |
| Manutenção da Infraestrutura de Atendimento – Correios | 67.571 | 50.793 | 75,2 |
| **Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)** | **184.158** | **102.673** | **55.8** |
| Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição | 157.450 | 90.002 | 57,2 |
| Adequação da Infraestrutura de Atendimento – Correios | 26.708 | 12.671 | 47,4 |
| **TOTAL** | **294.132** | **183.169** | **62,3** |

Fonte: ERP/ECT – DEZEMBRO/10

A manutenção da qualidade no atendimento ao público foi assegurada pela execução orçamentária alcançada nas atividades de Reforma e adaptação das Unidades de Correios Próprias, que compõe a ação Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios. Esta ação alcançou percentual, em relação à dotação total aprovada no valor de R$ 67,6 mil, de 75,2%. A ECT deu continuidade à atividade de Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição, investindo 70,0% da dotação disponibilizada para o ano de 2010, no valor total de R$ 42,4 mil, objetivando a manutenção do serviço e assegurando o indicador de qualidade operacional – IQO de 95,82%, até novembro/10. Em relação aos quatro anos anteriores a 2010, a ECT verificou variações significativas na execução orçamentária total do programa Aprimoramento dos Serviços Postais, conforme demonstra a tabela a seguir:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2006/ 2010**

em R$ mil

| PROGRAMA/AÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)** | **32.513** | **53.645** | **79.256** | **89.729** | **80.496** | **335.639** |
| Manutenção da Infra-Estrut. Produção e Distribuição | 13.938 | 21.030 | 45.645 | 30.861 | 29.703 | 141.177 |
| Manutenção da Infra-Estrut. Atendimento – Correios | 18.575 | 32.615 | 33.611 | 58.868 | 50.793 | 194.462 |
| **Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)** | **128.932** | **88.220** | **44.809** | **90.027** | **102.673** | **454.661** |
| Adequação da Infra-Estrut. Produção e Distribuição | 109.802 | 68.992 | 27.031 | 65.597 | 90.002 | 361.424 |
| Adequação da Infra-Estrut. Atendimento – Correios | 19.130 | 19.228 | 17.778 | 24.430 | 12.671 | 93.237 |
| **TOTAL** | **161.445** | **141.865** | **124.065** | **179.756** | **183.169** | **790.300** |

Fonte: ERP/ECT – 2006 a 2010

Os valores realizados nos últimos cinco anos para a ação de Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição oscilaram entre R$ 109,8 milhões, em 2006, e R$ 27,0 milhões, em 2008.

A variação anual se deve a execuções referentes aos projetos de Ampliação e Renovação da Frota que compõem esta ação, nos valores: de R$ 8,8 milhões e R$ 65,5 milhões, em 2006; e aos valores bastante inferiores nos três anos seguintes, especialmente em 2008, que atingiram R$ 351 mil e R$ 134 mil, respectivamente, em razão da não conclusão de processo de aquisição de veículos previstos à época.

Em 2010, verificou-se a realização de R$ 25,1 milhões destinada ao projeto de Ampliação da Frota, que representa 94,5% da dotação aprovada de R$ 26,6 milhões.

Por outro lado, as ações de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento, Produção e Distribuição têm demonstrado o crescimento dos valores executados nos últimos anos, em razão da necessidade de melhorias em unidades existentes e do atendimento das recomendações do Termo de Ajustamento de Conduta (TCAC) n.º 038/2007 e

aditivos, firmados entre a ECT e o Ministério Público do Trabalho.

Verifica-se que estas atividades possuem uma execução de R$ 37,4 milhões, em 2005, e de R$ 89,7 milhões, no encerramento do exercício de 2009. Em 2010, verificou-se a realização de 80,5 milhões em razão da utilização de 73,2% da dotação aprovada para estas ações de R$ 110,0 milhões.

**Outorga de Serviços de Radiodifusão**

O objetivo principal do programa Outorga de Serviços de Radiodifusão é universalização dos serviços de radiodifusão, por meio de políticas públicas de comunicações voltadas para a democratização dos meios de comunicação, a difusão da cultura e da educação, o aperfeiçoamento da cidadania, a transparência nas ações governamentais e a plena inclusão social.

Além da publicação dos diversos Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, em 2010 foram concedidas 305 outorgas para Radiodifusão Comunitária, totalizando, até o momento, 4.210 entidades autorizadas a executar o Serviço em todo o país, observando-se que, entre elas, mais de 3.100 entidades já possuem a Licença provisória e/ou Definitiva emitidas.

Nos serviços de radiodifusão comercial e educativa, atualmente, existem 4.978 entidades autorizadas a executar os serviços de radiodifusão sonora comercial e educativa (rádio), 512 canais de geradoras de televisão e mais de 10.900 autorizações para retransmissão de televisão (RTV).

No ano de 2010, foram concedidas 18 outorgas para emissoras de rádio e TVs educativas e 153 para emissoras de rádio e TV comercial, bem como foram autorizadas 321 entidades a executar o Serviço Retransmissão de Televisão.

No âmbito do sistema de transmissão, foram consignados 37 canais para de televisão digital (TVD) e 26 canais para Retransmissoras de Televisão Digital (RTV-D) em 2010, totalizando concedidas 189 consignações para TVD e mais de 35 consignações para RTV-D.

O quadro seguinte mostra a evolução da concessão de outorgas nos últimos sete anos, evidenciando o comprometimento com a universalização do acesso à informação, cultura e educação, proporcionada pelo maior acesso dos cidadãos aos meios de produção e de transmissão dos serviços de radiodifusão.

**QUADRO DE OUTORGAS E DE CONSIGNAÇÕES DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**
**EVOLUÇÃO - 2003 A 2010**

| SERVIÇOS | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rádio FM | 110 | 39 | 58 | 256 | 70 | 55 | 131 | 150 | 869 |
| Rádio FM Educativa | 12 | 24 | 42 | 5 | 6 | 6 | 5 | 15 | 115 |
| Rádio Ondas Médias | - | 1 | 1 | 1 | 5 | - | 14 | 3 | 25 |
| Rádio Ondas Curtas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rádio Ondas Tropicais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rádio Comunitária | 345 | 161 | 212 | 304 | 416 | 372 | 411 | 305 | 2.526 |
| Retransmissora de Televisão | 34 | 117 | 50 | 135 | 44 | 81 | 153 | 321 | 935 |
| Retransmissora de Televisão Digital | - | - | - | - | - | - | 10 | 26 | 36 |
| Televisão | 3 | - | 5 | - | - | - | 2 | - | 10 |
| Televisão Educativa | 3 | 4 | 18 | 8 | 2 | 2 | 1 | 3 | 41 |
| Televisão Digital | - | - | - | - | 17 | 42 | 93 | 37 | 189 |
| **TOTAL** | **507** | **346** | **386** | **709** | **560** | **558** | **820** | **860** | **4.746** |

Fonte: SCE/Ministério das Comunicações

### 5.1.14 - Função Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores tem por missão institucional auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução, manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses nacionais, articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES**
**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES - 2006/2010***

em R$ milhões

| FUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| RELAÇÕES EXTERIORES | 1.465,58 | 1.484,61 | 1.904,73 | 1.531,95 | 1.859,10 |

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - MRE - Base: 31/12/2010.
* Valores referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

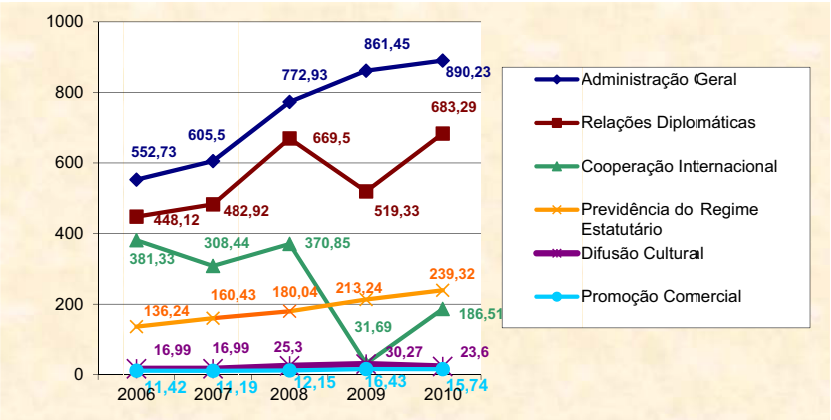
Os valores liquidados na função Relações Exteriores, entre os anos de 2006 e 2010, não variaram significativamente. Em 2010, o montante liquidado, no total de R$ 1.859.101.835,06, foi superior à média dos valores liquidados nesses cinco anos, que é de R$ 1.649.194.000,00.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES* - 2006/2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÕES | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Geral | 552,73 | 605,50 | 772,93 | 861,45 | 890,23 |
| Relações Diplomáticas | 448,12 | 482,92 | 669,5 | 519,33 | 683,29 |
| Cooperação Internacional | 381,33 | 308,44 | 370,85 | 31,69 | 186,51 |
| Previdência do Regime Estatutário | 136,24 | 160,43 | 180,04 | 213,24 | 239,32 |
| Difusão Cultural | 16,99 | 16,99 | 25,30 | 30,27 | 23,60 |
| Promoção Comercial | 11,42 | 11,19 | 12,15 | 16,43 | 15,74 |
| Outras Subfunções | 63,38 | 65,13 | 60,11 | 79,6 | 90,6 |
| **TOTAL** | **1.610,21** | **1.650,6** | **2.090,88** | **1.752,01** | **2.129,29** |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/11.
* Valores referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.



A execução na subfunção Relações Diplomáticas manteve-se ascendente entre os anos 2006 e 2008, com notável queda no valor empenhado em 2009. Os números de 2010 demonstram que a execução retomou a trajetória ascendente, aproximando-se dos patamares de antes da crise financeira mundial. A subfunção Cooperação Internacional apresentou curva de execução descendente entre 2006 e 2007, tendência que se inverteu em 2008, somente para retornar de forma mais acentuada no exercício de 2009. Dados de 2010 indicam retorno gradual à normalidade, embora os valores executados permaneçam bem abaixo dos níveis pré-crise. Os valores executados na subfunção Difusão Cultural foram quase duplicados entre 2006 e 2009, apresentando queda em 2010. A subfunção Promoção Comercial, por sua vez, apresenta trajetória moderadamente ascendente nos quatro anos anteriores, com pequena variação negativa em 2010. No âmbito das subfunções Administração Geral e Previdência do Regime Estatutário, houve, no período em exame, aumento gradativo dos valores executados.

**Programas Estruturantes**

em R$

| PROGRAMA | LOA+ CRÉDITOS | LIMITE PARA EMPENHO* | DISPONÍVEL | LIQUIDADO + DESTAQUES | % LIQUIDADO EM RELAÇÃO AO LIMITE |
|---|---|---|---|---|---|
| Promoção das Exportações | 25.000.000,00 | 14.601.461,23 | 10.399.600,09 | 13.978.908,26 | 96% |
| Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior | 40.000.000,00 | 30.168.635,59 | 9.831.364,41 | 29.012.966,44 | 96% |
| Gestão da Política Externa | 140.267.628,00 | 74.046.951,16 | 66.220.676,84 | 72.144.058,80 | 97% |
| Ensino Profissional Diplomático | 5.120.000,00 | 4.865.740,37 | 254.259,63 | 4.864.322,06 | 100% |
| Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular | 880.380.000,00 | 745.996.823,02 | 134.383.176,98 | 712.864.349,78 | 96% |
| **TOTAL** | **1.090.767.628,00** | **869.679.611,37** | **221.089.077,95** | **832.864.605,34** | **96%** |

Fonte: Siafi Operacional. Consulta ">CONORC", Órgão Superior = 3500 (em 31/12/2010).
* Conforme Decreto 7.409, de 28/12/2010.

Este demonstrativo indica que os cinco programas estruturantes do Itamaraty, considerados os limites para empenho estabelecidos pelo Decreto nº 7.409 e os destaques concedidos, apresentaram uma realização média de aproximadamente 96%. O programa Promoção das Exportações liquidou 96% do total passível de empenho, mesmo percentual de realização alcançado pelo programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior. Foram liquidados aproximadamente 97% do limite estabelecido para o programa Gestão da Política Externa. O programa Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular liquidou 96% dos recursos e o programa Ensino Profissional Diplomático, 100%. A diferença entre o limite para empenho e o valor liquidado refere-se à variação cambial, considerada no SIAFI.

As ações desenvolvidas no âmbito desses e de outros programas, a seguir resumidas, compõem o quadro de realizações da política externa brasileira ao longo do exercício de 2010.

**Política Internacional e Relações Diplomáticas**

**Relações Bilaterais**

**América do Sul, América Central e Caribe**

O balanço dos resultados alcançados pela política externa do Brasil na América do Sul, na América Central e no Caribe, em 2010, registra importantes avanços. No campo do comércio, observou-se a retomada do dinamismo e do crescimento. A crise de 2009 vai sendo superada: crescimento médio do PIB de 5,7% na região. O comércio segue em recuperação: +35% de crescimento na corrente de comércio brasileira; +43% com a América do Sul[1]. Pela primeira vez, a América do Sul representou 16,4% do comércio realizado com o mundo, ultrapassando o volume de comércio com os EUA. O Brasil registra superávit com todos os países da região, salvo a Bolívia (que fornece gás ao Brasil). A América do Sul mostrou sua importância para a balança comercial do Brasil: nos oito primeiros meses de 2010, o comércio com a Venezuela gerou superávit de US$ 1,6 bi; com a Argentina, de US$ 1,4 bi, e com o Paraguai, de US$ 1 bi. Projeções indicam que o comércio com a Argentina baterá, em 2010, o recorde de US$ 30 bilhões.

Com relação à integração sul-americana, fortaleceu-se a União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Realizaram-se reuniões ministeriais e técnicas em todos os órgãos – nas áreas de infra-estrutura e planejamento; drogas; defesa; educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação; energia; desenvolvimento social; e saúde. Foram lançadas propostas de contínua expansão institucional, como nas áreas de economia e meio ambiente. A UNASUL impulsionou iniciativas políticas de projeção internacional, como a coordenação da assistência ao Haiti, tendo o Brasil feito contribuição de US$ 40 milhões (Programa Brasil-UNASUL).

No tocante à integração comercial, relançou-se o MERCOSUL. A Cúpula de San Juan (Argentina)

[1] Projeções baseadas nos oito primeiros meses de 2010.

encerrou negociações de quase sete anos, com a aprovação de programa para eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Igualmente significativa foi a aprovação do Código Aduaneiro, que uniformiza normas e procedimentos e dará maior segurança jurídica aos operadores de comércio. O Fundo de Convergência do MERCOSUL (FOCEM) ganhou novo perfil, com a aprovação de projetos em montantes sem precedentes. Em San Juan, foram aprovados nove projetos, que perfazem a cifra de US$ 795 milhões, com US$ 650 milhões financiados pelo Fundo (linhas de transmissão elétrica, rodovias, apoio a pequenas e médias empresas, reforma de escolas públicas e saneamento básico).

O diálogo político intensificou-se por meio da agenda de visitas bilaterais na América do Sul, Central e Caribe. Em 2010, o Presidente da República realizou 13 viagens na região, e visitaram o Brasil nove Presidentes de países vizinhos. Ademais, dez Chefes de Estado ou de Governo compareceram à Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília para promover a aproximação com o Caribe.

Com relação à Argentina, foi adotada Declaração Nuclear que traz nova moldura para a coordenação em matéria de política nuclear e cooperação tecnológica, o que já permitiu evolução favorável na construção conjunta de dois reatores de pesquisa a partir de projeto argentino. Avançou-se na criação de fundo de US$ 100 milhões para promover a integração produtiva e apoiar setores avançados naquele país.

Iniciou-se a implementação, por meio do FOCEM, do compromisso de construção da linha de transmissão entre Itaipu e Villa Hayes (Assunção, Paraguai). O projeto foi aprovado e o Presidente do Brasil compareceu à inauguração das obras. Foi assinado, também, o Acordo de Navegação da Hidrovia Uruguai-Brasil. No tocante ao Peru, destacam-se a inauguração da Rodovia Interoceânica Sul e o trecho rodoviário do Eixo Multimodal IIRSA Norte. Iniciaram-se, igualmente, negociações de um Acordo Estratégico de Integração Econômica com o México, que visa a resolver a contradição entre a grandeza das duas economias (as maiores da região) e o limitado intercâmbio comercial e financeiro.

O Brasil posicionou-se, ainda, como um dos grandes parceiros do Haiti no pós-terremoto: mobilizou intensa assistência humanitária, aumentou seu contingente na MINUSTAH, anunciou doações de US$ 172 milhões, com programa significativo em saúde, entre muitos outros projetos de cooperação técnica. Ao lado dos EUA, França, UE e outras potências ocidentais tradicionais, o Brasil integrou a Comissão Interina, criada pelo Governo haitiano para aprovar os programas da reconstrução.

**Ásia e Oceania**

Com vistas a colocar em prática a vocação universalista de nossa política externa, altos representantes do governo brasileiro visitaram países da Ásia e Oceania, e receberam visitas de autoridades desses continentes. Merecem destaque a visita de Estado do Presidente da China ao Brasil (abril), quando foi firmado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, bem como a visita do Ministro da Defesa daquele país a Brasília (setembro). O Primeiro-Ministro da Índia foi recebido em visita oficial e organizou-se a II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia. Em 2010, realizou-se também visita oficial à Índia por parte do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

O Presidente da República visitou o Irã, ocasião em que foram assinados memorando de entendimento nas áreas de: Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral; Cooperação Industrial; Agricultura; Cooperação Esportiva; Meio Ambiente; e abertura de linhas de crédito. Também foram assinados memorando de entendimento com a Apex-Brasil, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o INMETRO.

Realizaram-se a II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Japão, em Tóquio, e a III e a IV Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de Promoção Comercial e Investimentos, em Brasília e Tóquio, respectivamente. Tiveram lugar, ainda em 2010, a VII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Coréia do Sul, em Seul, e a V Reunião do Fórum Brasil-Coreia, em Fortaleza. Com relação à Coréia do Norte, foi organizada a II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Coréia do Norte, em Brasília. O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país realizou visita ao Brasil, em setembro. Também se realizou visita de missão da Embrapa/Agência Brasileira de Cooperação a Pionguiangue.

O Brasil doou US$ 1,2 milhão para assistência humanitária às vítimas das enchentes no Paquistão, país com o qual também se realizou reunião de consultas políticas, em Brasília. Missão técnica da Agência Brasileira de Cooperação - ABC foi enviada ao Afeganistão para explorar formas de cooperação em agricultura, mineralogia e produção de pedras preciosas. Foram doados 200.000 dólares em assistência humanitária à República Quirguiz, para vítimas de deslocamento político, e o Brasil participou como Observador Internacional das eleições parlamentares do país.

Foi assinado Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Parceria Reforçada com a Austrália e estabeleceram-se relações diplomáticas com as Ilhas Marshall. Foram criadas Embaixadas em: Suva (Fiji), Yaren (Nauru) e Honiara (Ilhas Salomão), cumulativas com a Embaixada em Camberra; Funafuti (Tuvalu) e Apia (Samoa), cumulativas com a Embaixada em Wellington; e

Malequeoque (Palau), cumulativa com a Embaixada em Manila.

Realizaram-se, em 2010, a I Reunião de Consultas Políticas, em Manila, nas Filipinas e a V Reunião de Consultas Bilaterais entre Brasil e Indonésia, em Jacarta. O Secretário-Executivo do MDIC empreendeu visita a Jacarta e a Kuala Lumpur, na Malásia, acompanhado por missão empresarial. O Brasil participou, ainda, da Reunião de Parceiros de Desenvolvimento, em Díli, no Timor-Leste, onde foram efetivadas a Terceira Fase do programa de instrução militar e a assinatura de Acordo de Cooperação Militar. Houve, ainda, visita parlamentar vietnamita a Brasília, e realizou-se a V Reunião de Consultas Políticas com aquele país.

Por fim, foram abertas Embaixadas do Brasil em Yangon, no Myanmar, e em Daca, Bangladesh. Foi criada a Embaixada do Brasil em Timphu, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nova Delhi, e transferiu-se a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Male (Maldivas), da Embaixada do Brasil em Nova Delhi para a Embaixada do Brasil em Colombo. Os trabalhos para abertura da Embaixada do Brasil em Katmandu foram iniciados.

**África**

Em 2010, foram empreendidas várias ações no sentido de aprofundar a cooperação entre o Brasil e os países africanos. Ressalte-se, em particular, a realização do Diálogo Brasil – África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, no qual estiveram presentes 45 delegações africanas, sendo 39 delas chefiadas por seus Ministros da Agricultura. Efetuaram-se também sessões de diversas Comissões Mistas com, entre outros, África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Moçambique e Senegal. O Presidente da República fez duas viagens ao continente. Em julho, participou da I Cúpula Brasil – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em Cabo Verde, e em seguida visitou África do Sul, Guiné-Equatorial, Quênia, Tanzânia e Zâmbia. Em novembro, o Presidente foi a Moçambique visitar a fábrica de antirretrovirais, a ser inaugurada em Maputo com recursos da cooperação brasileira. Visitaram o Brasil os Presidentes dos seguintes países africanos: África do Sul, Angola, Camarões, Guiné-Bissau, Libéria, Mali e Zâmbia. Assinaram-se, ainda, as Parcerias Estratégicas com África do Sul e Angola.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou: África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné-Equatorial, Quênia, Líbia, Moçambique, República Democrática do Congo, Tanzânia e Zâmbia. Ao Brasil vieram os Ministros das Relações Exteriores de Angola, Camarões, Congo, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Quênia, Senegal, Sudão, Tanzânia e Zimbábue. O Brasil recebeu, ainda, o Secretário-Executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Diretor-Executivo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Deve-se ressaltar que Ministros de Estado brasileiros, entre os quais os da Saúde, dos Esportes, das Relações Institucionais, da Promoção da Igualdade Racial e da Previdência, também visitaram o continente africano.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacou-se a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa, em Brasília, na qual se discutiram a valorização da língua e sua projeção internacional. Realizou-se também a VIII Cúpula da CPLP, em Luanda, com a participação do Ministro de Estado, como chefe da delegação brasileira.

**Oriente Médio**

Ao longo do ano de 2010, foi realizada visita do Presidente da República a Israel, aos Territórios Palestinos Ocupados, à Jordânia, e ao Estado do Catar. Visitaram o Brasil diversas autoridades de países do Oriente Médio: Emir do Estado do Catar, Presidente da República Libanesa, Presidente da República Síria, e Primeiro-Ministro do Estado do Kuaite.

O Ministro das Relações Exteriores esteve na Síria duas vezes: na seqüência da visita presidencial, em março, e novamente em julho, em viagem que incluiu, ainda, Israel e Territórios Palestinos Ocupados. No Brasil, o Ministro de Estado recebeu o Secretário-Geral da Organização da Conferência Islâmica. Verificaram-se ainda diferentes viagens, em alto nível, de demais Ministros de Estado brasileiros à região, entre eles o Ministro da Defesa (Israel), o Ministro da Ciência e Tecnologia (Jordânia) e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Líbano, Omã, Kuiate, Catar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Síria).

Foram realizadas, em 2010, a II Reunião de Consultas Políticas entre o Brasil e a Autoridade Nacional Palestina e a V Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Israel. Teve lugar, ainda, no Rio de Janeiro, Mesa-Redonda sobre Geopolítica do Oriente Médio, com a participação de especialistas de diversos países. Outros marcos importantes nas relações com a região foram a entrada em vigor, em âmbito bilateral, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, e a doação adicional, em julho, de US$ 500 mil à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), para a reconstrução do campo de refugiados palestinos de Nahr El-Bared, no Líbano.

**Europa, Estados Unidos e Canadá**

No tocante às relações com a Europa, o Senhor Presidente da República realizou visitas oficiais a Portugal e à Rússia e participou da IV Cúpula Brasil-União Europeia (UE), da VI Cúpula América Latina e Caribe-UE e da XX Cúpula Ibero-americana.

Visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários da Alemanha, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegóvina, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estônia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia e Turquia, bem como o Presidente do Conselho Europeu da UE e o Secretário-Geral Ibero-Americano. Realizaram-se reuniões de consultas políticas e/ou cooperação econômica com Alemanha, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegóvina, Croácia, França, Geórgia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suíça, Turquia e Ucrânia. Foram criadas Embaixadas residentes em Albânia, Belarus, Bósnia e Herzegóvina, Chipre, Estônia, Geórgia e Embaixada cumulativa em Mônaco

Durante a visita da Secretária de Estado norte-americana, ao Brasil, foi instituído o Diálogo de Parceria Global Brasil-Estados Unidos e foram assinados três Memorandos de Entendimento: Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países; Cooperação em Mudança do Clima; e Cooperação para o Avanço da Condição da Mulher. Foram celebrados, ainda, com os Estados Unidos, o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, o Acordo sobre Segurança de Informação Militar e o Acordo para Redução de Dívida em Apoio à Conservação de Florestas Tropicais. Realizaram-se diversas reuniões Brasil-EUA para cooperação comercial. Em relação ao Canadá, a Missão do Secretário-Geral das Relações Exteriores àquele país resultou na criação de três novos mecanismos de cooperação: o Diálogo de Parceria Estratégica; o Foro de Altos Executivos; e o Diálogo Político-Militar. Foram realizadas a 5ª Reunião do Conselho Conjunto Econômico-Comercial (Ottawa, setembro); a primeira reunião do Diálogo Político-Militar (Brasília, setembro); e a Reunião de Consultas Políticas Brasil-Canadá (Brasília, outubro).

**Cúpulas e Foros de Cooperação**

Em 2010, foi organizada a II Cúpula do BRIC (Brasília, 15 de abril), agrupamento que reúne Brasil, Rússia, Índia e China. Realizaram-se dois encontros de altos funcionários desses países, responsáveis por temas de segurança, reunião de cooperativas, seminário acadêmico, reunião de bancos de desenvolvimento e publicação estatística.

Foi organizada, ainda, em Brasília, a IV Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com a assinatura de memorando de entendimento em energia solar e em ciência e tecnologia) e a adoção de documentos de referência (áreas de agricultura e de desenvolvimento social). Foi concluído projeto na área de agricultura em Guiné-Bissau e elevado paraoito o número de projetos em andamento. O Fundo IBAS foi agraciado com o prestigioso "MDG Award", em reconhecimento à abordagem inovadora e bem-sucedida dos três países no compartilhamento de experiências de combate à pobreza e à fome com outros países em desenvolvimento.

No âmbito da Cúpula América do Sul-Países Árabes - ASPA, o país esteve presente na Reunião de Altos Funcionários, em Quito, na VII Reunião de Altos Funcionários, em Cairo, e na VIII Reunião de Altos Funcionários, em Lima, com vistas a organizar a III Cúpula ASPA a realizar-se em Lima. Foi organizada a II Reunião de Ministros de Assuntos Sociais, em Brasília, ocasião em que foi aprovado o Plano de Ação de Assuntos Sociais.

No tocante à Cúpula América do Sul-África - ASA, o Brasil participou da Reunião de Inauguração de Mesa Presidencial, em Caracas, e da II Reunião de Altos Funcionários, em Adis Abeba, com vistas à preparação do Plano de Implementação da ASA. Deu-se continuidade a projetos de capacitação no âmbito do mecanismo, como o Curso de Regulação Econômica na Área de Gás e Petróleo, oferecido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (Rio de Janeiro, de 5 a 12/11).

O Brasil participou também da XIV Cúpula do G-15, realizada em Teerã, em 17 de maio, e das discussões realizadas em Genebra e Colombo com vistas à revitalização do Grupo; e da XI Reunião de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste - Focalal, bem como das Reuniões de Grupos de Trabalho em Bali.

**Atuação Multilateral**

O Brasil assumiu, pela 10ª vez, assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Com o aumento do efetivo militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), o Brasil passou a contribuir com 2.187 militares. O país sediou, ainda, o III Fórum da Aliança de Civilizações (Rio de Janeiro). Após reunião ministerial do G-4 em setembro, a Assembléia-Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre a reforma do CSNU. O Brasil participou da 1ª Conferência de Revisão do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (Uganda) e organizou o Seminário "Um Novo Horizonte para a Manutenção da Paz da ONU: Perspectivas do Sul" (Rio de Janeiro). Foi realizada, em Brasília, mesa redonda sobre a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Foram iniciados os trâmites internos para que o Brasil integre a Força-Tarefa Naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

No campo do desarmamento e da não-proliferação, o Brasil participou da Cúpula de Segurança Nuclear, em Washington, presidiu a Conferência do Desarmamento e apresentou proposta referente ao tratado de proibição da produção de materiais físseis para fins explosivos. Em maio, o Brasil participou da II Reunião das Zonas Livres de Armas Nucleares e

contribuiu ativamente para o êxito da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Em conjunto com a Argentina, trabalhou para o fortalecimento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Participou dos trabalhos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Grupo de Supridores Nucleares (NSG). Exerceu a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR).

Em matéria de direitos humanos e temas sociais, o Brasil participou da Cúpula de Revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em Nova York, e defendeu avanços sobretudo nas áreas de: combate à fome e à pobreza extrema; promoção da saúde materno-infantil; enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS e malária. Durante a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, realizada na Haia, o Brasil defendeu políticas de combate ao flagelo e comprometeu-se a sediar o próximo evento. O Brasil exerceu a presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contribuiu para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho. O país foi eleito para integrar a Junta Executiva da ONU-Mulheres e sediou a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Durante a 13ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil patrocinou a Resolução "Um Mundo de Esportes Livre do Racismo, da Discriminação Racial, da Xenofobia e das Formas Correlatas de Intolerância".

No tocante ao meio ambiente, em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, foram adotados, em Nagóia, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), dois instrumentos multilaterais vinculantes: o Protocolo de Nagóia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Eqüitativa de Benefícios Decorrentes de sua Utilização e o Protocolo de Nagóia-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade Compensação, Suplementar ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Finalizada, em maio, a fase de coleta de dados do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira. Foi lançada, por Brasil e Ucrânia, em setembro, a pedra fundamental das obras do sítio de lançamentos do foguete Cyclone-4, em Alcântara, Maranhão. O desenvolvimento do Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos teve início em abril, com o anúncio da liberação de recursos para a execução da fase inicial do projeto. O Brasil participou da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16) e da 6ª Sessão da Conferência das Partes Atuando como Partes do Protocolo de Quioto (CMP 6), em Cancun. A delegação brasileira envidou todos os seus esforços para que o "pacote" de Cancun incluísse financiamento de início rápido ("fast-start"), moldura para redução de emissão por desmatamento e degradação florestal (REDD+), arquitetura para adaptação, mecanismo de transferência de tecnologia e orientações sobre mensuração, comunicação e verificação, referente a financiamento oferecido por países desenvolvidos para ações de países em desenvolvimento. No que se refere ao Protocolo de Quioto, a Delegação trabalha para que sejam definidas novas metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

No campo do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil sediou o XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal. Participou da 19º Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Penal e da 51ª sessão da Comissão de Entorpecentes. Acompanhou as comissões interamericanas sobre tráfico de entorpecentes, armas e contra-terrorismo. Participou das negociações do Plano de Ação da nova Estratégia Hemisférica da Organização dos Estados Americanos (OEA). Negociou, ademais, o Estatuto e o Plano de Ação do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas. Conduziu Comissões Mistas sobre Drogas com Moçambique, Paraguai, México e Peru, ademais de estratégia de cooperação policial com Bolívia, Peru, Paraguai e Colômbia e cooperação em matéria de lavagem de dinheiro com o Paraguai.

No âmbito dos mecanismos financeiros inovadores, o Brasil participou de reuniões do Conselho Executivo da UNITAID. Foi lançada, em março, a iniciativa "Contribuição Voluntária Solidária", pela qual, ao adquirir passagens aéreas, o comprador tem a opção de efetuar contribuição financeira para o combate à AIDS, malária e tuberculose. O Brasil participou da primeira Reunião da Força Tarefa para discutir Mecanismos Financeiros Inovadores para a Educação, no âmbito de Grupo-Piloto de Mecanismos Financeiros Inovadores para o Desenvolvimento, e de reunião da Força-Tarefa sobre Taxação de Operações Financeiras Internacionais para o Desenvolvimento, para discutir a possibilidade de aplicação de taxa sobre transações financeiras internacionais para financiar o desenvolvimento.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil desempenhou papel de relevo no tratamento das principais questões interamericanas, como a suspensão de Honduras da OEA, após a ruptura da ordem democrática naquele país, a tentativa de golpe de estado no Equador, em setembro, e a busca por uma solução negociada entre Costa Rica e Nicarágua. O país participou ativamente da XL Assembléia Geral da OEA, em Lima, cujo tema central foi Paz, Segurança e Cooperação. O país foi eleito para presidir o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Social, com mandato de dois anos.

**Temas Econômicos e Financeiros**

Em 2010, empreenderam-se ações destinadas a impulsionar negociações relevantes tanto do ponto de vista da governança econômica global como da manutenção e abertura de mercados. Em maio, em reunião de Cúpula em Madri, foram retomadas as negociações de acordo de livre comércio Mercosul-UE, suspensas desde 2004. Realizaram-se três Rodadas Negociadoras e três outras estão agendadas para o primeiro semestre de 2011. Em agosto, foi assinado Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, o segundo dessa natureza a ser concluído pelo bloco com parceiro extrarregional. Em abril, entrou em vigor para o Brasil o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, assinado em 2007. O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral), assinado em 2009. Durante a presidência pro tempore brasileira do Mercosul, foram promovidas negociações com a Jordânia, Síria e Autoridade Nacional Palestina.

Houve, igualmente, atuação ativa na Organização Mundial do Comércio (OMC), em particular quanto às negociações da Rodada Doha. Foram também destacadas as ações : a conclusão das negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC); a realização, no Brasil, em junho de 2010, do 33º Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) ; o diálogo econômico com a OCDE, destacando-se a revisão do Acordo do Setor Aeronáutico (ASU), instrumento decisivo para a manutenção da igualdade de condições de competição da indústria nacional frente a seus competidores desenvolvidos; e a participação na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e na Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Registram-se, de igual modo, o acordo com os EUA sobre algodão e a negociação com a Rússia de concessões no mercado de carnes, no contexto da acessão daquele país à OMC. Em coordenação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), utilizaram-se instrumentos legais para superar problemas sanitários e, assim, conquistar novas oportunidades, como a que se apresenta na abertura do mercado norte-americano à carne suína produzida em Santa Catarina.

Na esfera do G-20, o Brasil exerceu papel ativo em prol de mudanças e contribuiu para importantes resultados nas Cúpulas de Toronto e Seul, quais sejam: acordo para aumentar o poder dos países em desenvolvimento no FMI; abertura em foros importantes como o Comitê de Basiléia sobre bancos para a participação dos países emergentes e início de maior cooperação em políticas macroeconômicas para gerenciar coletivamente a economia mundial no século XXI. De modo similar, atuou na esfera dos organismos internacionais ONU, FMI, Banco Mundial, BID e Banco Asiático de Desenvolvimento. No plano bilateral, como credor, o Brasil renegociou as dívidas de Suriname e Cabo Verde, bem como iniciou negociação de um acordo sobre investimentos com o Chile.

**Energia e Alta Tecnologia**

Ao longo de 2010, o Ministério das Relações Exteriores dedicou-se à divulgação internacional do padrão de TV Digital ISDB-T - Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre com inovações brasileiras. A partir da realização de diversas missões de delegações técnicas brasileiras ao exterior, e do recebimento de missões técnicas estrangeiras no Brasil, os seguintes países aderiram ao referido padrão no ano de 2010: Bolívia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Paraguai e Venezuela, a que se somam Argentina, Brasil, Chile, Japão e Peru. Juntos, esses países abarcam população superior a 550 milhões de habitantes, e PIB de US$ 7,7 trilhões, o que confere ao padrão de TV digital adotado pelo Brasil escala de mercado internacional. Foi instituído oficialmente o Fórum Internacional do ISDB-T, entidade técnica harmonizadora desse sistema, constituída por todos os países que o adotaram e presidida, até março de 2011, pelo Brasil.

Prosperaram, igualmente, as atividades e ações consubstanciadas na estratégia da "diplomacia de inovação", que consiste em promover a participação dos setores produtivos e de serviços de países com os quais o Brasil coopera na área de ciência e tecnologia em programas e projetos no campo da inovação. Como exemplo dessas ações, mencionem-se os encontros com dezenas de brasileiros da área de C,T & I radicados nos Estados Unidos, para incorporá-los a programas de inovação; a negociação de transferência de tecnologia japonesa para a exploração sustentável de recursos marinhos no Brasil; e a negociação para investimentos britânicos no setor de biotecnologia e biomedicina, notadamente por meio de pequenas e médias empresas instaladas em incubadoras e parques científicos.

No âmbito do "Ano da Ciência, Tecnologia e Inovação", foram realizadas diversas atividades acadêmicas, de pesquisa e de cooperação com a Alemanha. Entre as atividades realizadas, destacam-se as no campo da popularização, divulgação e educação para a ciência; os seminários na área de tecnologia industrial e engenharia de produção; o intercâmbio de informações, práticas e programas de fomento à inovação; e a realização da XXVII Comissão Mista Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação, em Munique, no mês de junho. O "Ano Brasil-Alemanha" deverá ser oficialmente encerrado em abril de 2011.

A cooperação com a França na área de computação de alto desempenho teve avanço significativo em 2010. A partir das diretrizes estabelecidas em seminário no Laboratório Nacional de Computação

Científica - LNCC, em Petrópolis, em dezembro de 2009, Brasil e França adotaram modelo de gestão que envolverá o Grand Equipément Nacional de Calcul Intensif - GENCI, da França, e o Sistema Nacional de Computação de Alto Desempenho - SINAPAD, do Brasil. A iniciativa conta com o apoio dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Defesa, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, além do Itamaraty. A cooperação prevê transferência de tecnologia industrial, formação e treinamento de engenheiros e cessão de softwares para o sistema brasileiro.

Em 2010, o Brasil participou de diversas reuniões internacionais sobre regimes globais de governança da internet. Foi divulgada, no âmbito do IBAS, declaração conjunta em prol da criação de mecanismos para tornar o atual regime mais democrático. Divulgaram-se, outrossim, os "Dez princípios da Governança e Uso da Internet no Brasil", que contribuíram para o debate nacional sobre a matéria. O princípio do multilateralismo foi afirmado na 10ª Conferência Plenipotenciária da UIT, em consonância com o discurso defendido pelo Brasil internamente e em outros foros internacionais.

No plano bilateral, promoveu-se, em coordenação com o Plano Nacional de Banda Larga -PNBL, a aproximação de empresas públicas e privadas brasileiras com suas congêneres argentinas para a interligação dos dois países por fibra ótica, com perspectivas de impacto na redução do custo de acesso à Internet. No plano regional, o Brasil foi eleito membro da mesa diretora do processo regional de diálogo sobre a Sociedade da Informação "eLAC 2015". Em paralelo ao último encontro do eLAC, em Lima, discutiu-se a interligação por fibra ótica dos países da América do Sul, no âmbito da Cepal.

**Cooperação, Cultura e Promoção Comercial**

O programa Promoção das Exportações está assentado sobre duas ações principais: Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais e Sistema BrazilTradeNet.

**Missões Comerciais e Feiras Setoriais e Multissetoriais**

A ação visa apoiar a participação de empresários brasileiros, em particular pequenos e médios, em missões comerciais e feiras setoriais e multissetoriais voltadas à promoção de exportações, à substituição competitiva de importações, à promoção de investimentos estrangeiros no Brasil e à internacionalização de empresas brasileiras.

O Ministério das Relações Exteriores, por meio do seu Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR, realizou, em 2010, missões comerciais, feiras, rodadas de negócio e seminários. Foram abertos trinta e quatro Setores de Promoção Comercial - Secom no exterior - reabertos 17 e inaugurados 17 adicionais -, de modo a alcançar uma cobertura de 100 Secoms em 78 países.

Com relação à atração de investimentos e apoio à internacionalização de empresas brasileiras, as principais atividades realizadas foram: missão empresarial a Cuba por ocasião de visita do Senhor Presidente da República; reunião do Grupo de Trabalho Permanente Brasil-Países Baixos para cooperação no setor portuário; missão do setor portuário à Rússia e a Alemanha, liderada pelo Secretário Especial de Portos; missão empresarial à Rússia, ao Catar e ao Irã, por ocasião de visita presidencial aos três países; missão à Alemanha e ao Reino Unido, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para divulgação do Fundo Amazônia e atração de investimentos para projetos elaborados no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL do Protocolo de Kyoto; participação na organização do Espaço Brasil, no âmbito da COP-16, em coordenação com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No que se refere ao segmento de feiras e turismo, foram organizados 95 eventos, dentre os quais cabe destacar as seguintes feiras: turismo, MATKA (Helsinque); alimentação, SIAL (Montreal) e Américas Food and Beverage (Miami); construção, EDIFICA-EXPOCONSTRUCCIÓN (Santiago); feiras gerais, Feira Internacional (Dar es Salaam) e FACIM (Maputo); moda, PROJECT (Las Vegas); comércio justo, Aid and International Development Forum (Washington). Em diversas feiras, a participação brasileira tem sido coordenada em parceria com outros órgãos, tais como o MAPA, o Ministério dos Transportes, a Embratur, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin).

O DPR realizou, ainda, 20 missões empresariais durante visitas presidenciais e prestou apoio de organização e logística para outras 13 missões empresariais chefiadas por representantes de outros Ministérios.

**BrazilTradeNet**

Durante o ano de 2010, foram atendidas, nas áreas de informação e de inteligência comercial destinadas ao suporte da rede BrazilTradeNet, 1.814 consultas comerciais e 16 reclamações comerciais e 100 licitações internacionais foram divulgadas. Elaboraram-se, ademais, 909 estudos e atualizações estatísticas sobre o comércio e a economia de diversos países para subsidiar a organização de missões comerciais, além de 35 pesquisas de mercado. No que se refere aos programas especiais do DPR, foram organizados, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações, os seminários "Como Exportar para o

Brasil" nas cidades Peruanas de Tacna, Cuzco, Arequipa e Puno, bem como em Ponta-Porã, no Mato Grosso do Sul. Merecem menção, ademais, a organização de reunião do Grupo Executivo de Trabalho Brasil-Paraguai (Ponta Porá) do seminário "Como Fazer Negócios com a ONU" (Rio de Janeiro), da 34ª Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (Porto Alegre) e do seminário Brasil-China 2010 e Adiante (Xangai).

**Cooperação**

**Cooperação Técnica Internacional**

No âmbito do programa Gestão da Política Externa, a ação visa coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de cooperação técnica internacional, prestada e/ou recebida, firmados pelo Brasil com países parceiros e com organismos internacionais. No ano de 2010, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC coordenou 958 iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul, conforme demonstrativo:

**INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

| 2010 | PROJETOS | ATIVIDADES ISOLADAS | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Concluídos | 112 | 28 | 140 |
| Em execução | 431 | 354 | 785 |
| Em negociação | 33 | - | 33 |
| **TOTAL** | **576** | **382** | **958** |

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação/MRE

Os projetos e atividades isoladas atenderam a 81 países de todos os continentes, com predominância para a África (52% dos recursos aplicados), seguida da América Latina e Caribe (40%) e Ásia (8%, principalmente o Timor-Leste). Em linha com a política externa brasileira, foram priorizados os países em que o Brasil tem buscado um protagonismo mais acentuado, a exemplo do Haiti, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa Palop, Timor-Leste e Paraguai. Os setores com maior volume de operações foram: agricultura (21,86%), saúde (16,28%), educação (12,12%), meio-ambiente (7,43%), segurança pública (6,28%) e administração pública (5,84%). O volume total de recursos comprometidos em projetos já assinados pela ABC monta a US$ 115 milhões. A execução financeira dos projetos de cooperação técnica Sul-Sul indica a cifra estimada de US$ 35 milhões ao final de 2010, o que corresponde a um salto de 182% em relação a 2009 e 514% frente a 2008.

**Cultura**

A atuação na área cultural em fóruns multilaterais possibilitou a inclusão, em 2010, da Praça de São Francisco, em São Cristovão-SE, na Lista do Patrimônio Mundial. A decisão foi tomada durante a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília. Na mesma ocasião, foi assinado acordo entre o Governo brasileiro e a Unesco de criação do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, com sede no Rio de Janeiro. Em nível regional, foi aprovada, na Reunião de Ministros da Cultura, a criação do Fundo Mercosul Cultural, que será submetida ao Conselho do Mercado Comum - CMC. O Fundo visa o financiamento de projetos que fomentem a criação, circulação, promoção, proteção e difusão dos bens, serviços e da diversidade das expressões culturais que contribuam para o processo de integração do bloco.

O programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior logrou alcançar importantes resultados, distribuídos entre as três ações finalísticas que o compõem.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA**

em R$ milhões

| PROGRAMA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior | 20,24 | 21,21 | 29,23 | 33,63 | 29,01 | 133,32 |

Fonte: SIGPlan em 31/12/2010.

**Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior**

Deu-se continuidade, em 2010, à expansão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior - RBEx, de modo a atender ao crescente interesse pela língua e pela cultura brasileiras no exterior. Foram abertos cursos de Português no interior do Uruguai, na Líbia e no Líbano, e iniciadas a criação dos Centros Culturais em Beirute e Guatemala, bem como a ampliação do Centro Cultural em Pretória. A RBEx é formada, hoje, por 21 Centros Culturais e cinco cursos de Português, além de sete Institutos Culturais conveniados, três escolas públicas que contam com o apoio do MRE e 3 Núcleos de Estudos Brasileiros. Foram registradas cerca de 27.000 matrículas de alunos nos cursos de língua portuguesa oferecidos pela RBEx. Concluíram-se cinco etapas do Programa de Formação Intensiva Continuada de Professores, para docentes dos Centros Culturais Brasileiros na América do Sul, América Central e Caribe, além da Europa. Foram criados 12 Leitorados, elevando para 64 o número de Leitores junto a instituições de nível superior em todo mundo, com ênfase na Ásia, no Oriente Médio, na África, na América do Sul, na América Central e no Caribe.

No tocante à promoção do audiovisual brasileiro no exterior, foram realizadas mostras de cinema brasileiro em diversos países, entre os quais: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Chile, Estados Unidos, Alemanha e Espanha. Buscou-se também apoiar a participação do audiovisual brasileiro nos principais eventos de cinema e publicidade no exterior, como os festivais de Cinema de Berlim, de Cannes de Publicidade e o American Film Market. Realizou-se, ainda, o V Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro na 34ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. Ao longo do ano, houve cerca de 180 iniciativas de promoção do audiovisual brasileiro no exterior.

**Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior**

Ao longo do exercício, buscou-se atender os Programas de Difusão Cultural - PDCs, propostas de programação cultural elaboradas por 137 Embaixadas e Consulados, com prioridade para aqueles na América do Sul e na África. Dentre os principais eventos realizados, merecem destaque o "Festival Bissau Canta Brasil", em Bissau; a participação brasileira no "Festival SIAO 2010", em Uagadugu; o "III Festival de Cultura Brasileira de Varna", Bulgária; a participação brasileira na "12ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza"; itinerância do pianista Artur Moreira Lima por Dublin, Paris e Varsóvia; apresentações musicais na "Expo Xangai 2010"; e seminários em homenagem ao centenário de morte de Joaquim Nabuco em Nova York, Londres e Roma. Ao todo foram realizados aproximadamente 600 eventos culturais.

Em parceria com o Ministério da Cultura, realizou-se o "Dia da Amizade Brasil-Cabo Verde"; o projeto "Embaixada do Teatro", que divulgou o teatro brasileiro em países da América Latina e África, além de EUA e Portugal; e a participação brasileira no "III Festival Mundial de Artes Negras" em Dacar, Senegal. No Palácio Itamaraty, foram realizados os eventos da agenda cultural da "I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa"; a cerimônia de promoção post mortem do Embaixador Vinicius de Moraes; e a exposição do artista contemporâneo Alex Flemming. Em conjunto com o BNDES, viabilizou-se a remoção dos painéis "Guerra e Paz", de Cândido Portinari, da sede da ONU, para serem restaurados e expostos no Brasil e em outros países. Foram assinados mais de 15 atos internacionais na área cultural com outros países, sendo 11 deles com países africanos e latino-americanos.

Deu-se continuidade ao Programa Formadores de Opinião - PFO, que consiste em patrocinar a vinda ao Brasil de personalidades estrangeiras, com vistas a divulgar a realidade brasileira, as instituições nacionais e os projetos bem sucedidos em diversas áreas. Foram realizadas duas edições do Programa, com formadores de opinião de Pequim e Xangai. Iniciou-se a itinerância da exposição "Cartas d´África", relativa ao fenômeno dos retornados, além da continuidade das itinerâncias das exposições Oscar Niemeyer e "AMRIK – A presença árabe na América do Sul". Quanto às publicações, foi lançado, no Carnegie Hall, o Box Villa-Lobos, contendo CD, DVD e encarte sobre vida e obra do autor, assim como editaram-se as publicações Textos do Brasil n° 16 (Teatro) e n° 17 (Futebol) e o Anuário do Departamento Cultural. Além dessas atividades, foram realizadas traduções da Revista Textos do Brasil para outros idiomas e deu-se continuidade ao patrocínio de programas de rádio sobre a realidade brasileira em emissoras estrangeiras. Foram distribuídos para os Postos no exterior aproximadamente 18.000 exemplares de livros, CDs e DVDs.

**Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros.**

Na área da cooperação educacional prestada pelo Brasil em 2010, destacam-se a expansão e o aprimoramento dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G e de Pós-Graduação - PEC-PG, por meio do aperfeiçoamento dos operadores dos Programas nos Postos, do aumento do número de bolsas de estudo e da negociação de nova base legal. Buscou-se a ampliação do número de países participantes mediante a assinatura de novos acordos em educação com países em desenvolvimento de regiões prioritárias para a Política Externa Brasileira. Ampliou-se o protagonismo brasileiro nas discussões em fóruns dos principais organismos internacionais e de integração regional com ações na área educacional, tais como a Unesco, o Mercosul, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI e a Unasul. O Departamento Cultural apoiou o processo de estabelecimento das universidades voltadas à integração regional e internacional, Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila, que em 2010 recebeu seus primeiros alunos, e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, que terá as aulas iniciadas em 2011. A situação de emergência no Haiti foi objeto de iniciativa conjunta entre o MRE e a Capes, destinada a proporcionar a jovens estudantes haitianos a possibilidade de continuar seus estudos universitários no Brasil. Também em coordenação com a Capes, professores do Timor-Leste vêm recebendo capacitação técnica de profissionais brasileiros.

**Ensino Profissional Diplomático**

**Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas**

No âmbito da ação Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, foi realizado o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010. O concurso consistiu de quatro fases e foi realizado entre os meses de janeiro e junho, compreendendo 8.768 candidatos,

os quais realizaram provas em 18 capitais estaduais. Foram selecionados 108 novos diplomatas ao fim do processo. Participaram do Curso de Formação para Diplomatas do Instituto Rio Branco - IRBr 217 alunos, 109 dos quais concluíram o curso durante o corrente exercício. Foram formados, ainda, 7 alunos estrangeiros da CPLP e 2 argentinos.

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD contou, no corrente exercício, com 53 participantes. Parte integrante do sistema de treinamento e qualificação contínuos da Carreira de Diplomata, o CAD tem por objetivo aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos jovens diplomatas. Trata-se de requisito obrigatório para a promoção de Segundo a Primeiro Secretário.

Foram aprovadas, este ano, em primeira etapa, 10 teses do Curso de Altos Estudos - CAE, contra 8 em 2009. Aprovaram-se, em segunda etapa, 23 teses, aumento de 10% em comparação a 2009.

**Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira Diplomática**

Foram concedidas 66 bolsas advindas de recursos orçamentários do IRBr, cada qual com o valor de R$ 25.000,00, pago parceladamente entre março e dezembro de 2010. No ano anterior, haviam sido concedidas 39 bolsas.

**Pesquisa e Divulgação**

Em 2010, a Fundação Alexandre de Gusmão - Funag pôs em prática atividades culturais, pedagógicas, de estudos e pesquisas, em consonância com as suas competências institucionais e no âmbito do Programa Análise e Difusão da Política Externa Brasileira, sob a sua gerência, tendo superado as metas físicas previstas a cada ano, nos últimos cinco anos, referentes à ação finalística Atividades de Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil. As metas finalísticas alcançadas no mencionado programa atingiram mais de 440%, tendo superado a previsão inicial em mais de 340%.

Ao longo do ano, foram realizados e apoiados 43 eventos nacionais e internacionais, abrangendo encontros, palestras, seminários, cursos e conferências, com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e internacionais, formadores de opinião e pessoas da sociedade civil. Destacam-se os Seminários Preparatórios e a V Conferência Nacional de Política Externa e de Política Internacional; a III Conferência de Comunidades Brasileiras no Exterior; o VI e o VII Seminário sobre Desenvolvimento Econômico; o VIII Curso para Diplomatas Sul-Americanos e o I Encontro de Professores e Ex-alunos Sul-Americanos, que reuniu mais de duzentos alunos dos Países da Região; o Seminário sobre Governança Global; o evento “O Embaixador do Brasil: Vinicius de Moraes”, por ocasião da sua promoção pos mortem; o I Encontro de Juristas da América Latina e Caribe; o Curso para Diplomatas Africanos, que reuniu diplomatas de trinta e um Países Africanos; e Seminário sobre Oriente Médio, entre outros. Os eventos realizados pela Fundação são gravados e editados em DVDs, distribuídos para televisões abertas e comunitárias, abrangendo mais de 83 canais e um público acima de 70.000 pessoas, além de Universidades.

Em 2010, foram editados 131 novos títulos de publicações e reimpressas 85 obras, em um total de 216 livros, dentre eles a coleção "Livro na Rua - Diplomacia ao Alcance de Todos", que contempla personalidades da política externa, temas relevantes e, mais recentemente, países.

Com vistas a uma maior difusão e divulgação dos temas da política externa e internacional foram utilizadas diversas ferramentas de comunicação, incluindo a manutenção e atualização da mala direta pela qual são divulgadas as atividades e notícias da Fundação, assim como do site www.funag.gov.br, e da sua Biblioteca Digital, cujo acesso é gratuito, na qual são disponibilizadas as publicações editadas e os materiais acadêmicos e de apoio produzidos para os eventos realizados pela Funag. Em 2010, foram doados e entregues, pela Funag, mais de 426.000 livros para todo o País e mais de 16.000 livros para 117 países no exterior.

**Atendimento a Comunidades Brasileiras no Exterior**

**Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular**

O MRE deu prosseguimento, em 2010, à implementação do amplo programa de regularização migratória dos brasileiros no Paraguai, em parceria com órgãos do Governo daquele país – algo que se tornou possível após a entrada em vigor do Acordo de Residência do Mercosul. Também houve continuação dos programas de reassentamento no Brasil e na Bolívia, em parceria com o INCRA e seu congênere boliviano, dos brasileiros que vivem em área fronteiriça com a Bolívia; e da análise, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, de iniciativas capazes de assegurar melhor inserção no mercado de trabalho nacional aos garimpeiros brasileiros na Fronteira Norte.

Foram realizadas reuniões de consulta bilateral sobre questões consulares ou migratórias com Espanha, Reino Unido, Portugal, França – com ênfase para a situação dos garimpeiros brasileiros na Guiana Francesa -, México, EUA e Japão. Nesses grupos, além de discutirem os temas mais importantes do relacionamento bilateral no que se refere a assuntos de natureza consular e migratória, foram trocadas experiências sobre o diálogo entre Governo e respectivas comunidades expatriadas.

O MRE coordenou, em 2010, missões interministeriais à Europa, encarregadas de verificar a realidade de brasileiros submetidos a redes de tráfico e exploração e propor ações em seu auxílio. Com base nessas experiências, o Ministério está organizando cursos de capacitação de seus agentes consulares para o atendimento a brasileiros vítimas dessas redes. Parcerias com estados da Federação, com especial interesse no assunto, como o estado de Goiás, foram estabelecidas. Foi publicado um "Guia do Retorno ao Brasil", diante da constatada necessidade de informar a esses cidadãos sobre as políticas sociais de que poderiam se beneficiar no Brasil. Mediante parceria com a Defensoria Pública, o Itamaraty organizou um projeto-piloto de assistência jurídica a brasileiros residentes na Alemanha.

Merece destaque, ainda, a abertura, em caráter experimental, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hammamatsu, no âmbito das comemorações oficiais do vigésimo aniversário da emigração brasileira no Japão. As realizações incluíram, igualmente, a assinatura de acordo de cooperação na área de previdência social, o oferecimento pelos Consulados brasileiros no Japão – como fruto de convênio celebrado entre o Itamaraty e a Caixa Econômica Federal – de serviço de encaminhamento de pedidos de saque e de contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e a organização, entre julho e agosto, em diversas cidades daquele país, de seminários acadêmicos, jornadas de orientação trabalhista e do "Dia dos Brasileiros no Japão".

Em parceria com o Denatran, o Itamaraty firmou o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação com Moçambique. Atualmente, negocia-se instrumento idêntico com a Itália e tem-se a expectativa de abertura de conversações com Japão, Reino Unido e Marrocos. O MRE firmou, também, em parceria com o Ministério da Previdência Social, acordos de Cooperação em Previdência Social com o Japão e a Alemanha. Instrumentos idênticos estão em negociação com 12 países, incluindo França e Reino Unido.

Consolidou-se o funcionamento da Ouvidoria Consular, unidade que recolhe queixas e reivindicações dos usuários da rede consular brasileira e as responde. Após mais de dez anos, procedeu-se à atualização do Manual de Serviço Consular e Jurídico - MSCJ, documento básico que regula a prestação de serviços consulares por nossos Consulados e Embaixadas. Foi editado o Decreto nº 7.214,de 2010, que estabeleceu diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, estimulou a assistência consular de segunda geração (educação, trabalho, previdência e saúde) e criou o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE, eleito por votação eletrônica realizada no início de novembro.

O exitoso processo consultivo via internet para a formação do CRBE contou com quase 300 candidatos. Cerca de 18.500 votos válidos foram computados. Ao final, elegeu-se um Conselho de 16 membros titulares e 16 suplentes, representando as comunidades brasileiras em todos os continentes. A III Conferência Brasileiros no Mundo, realizada entre 02 e 03 de dezembro no Rio de Janeiro, durante a qual o Senhor Presidente da República deu posse ao CRBE, fechou um ciclo de realizações que teve início com a "Carta aos Brasileiros que vivem longe de casa.

### 5.1.15 - Função Energia

O Ministério de Minas e Energia tem sua atuação em duas funções governamentais: Indústria, na qual é executada a Política Mineral e Função Energia, que engloba os investimentos em energia elétrica, combustíveis minerais, eficiência energética e biocombustíveis.

**Principais Resultados**

**Função Indústria - Subfunção Mineração**

As ações de infraestrutura realizadas pelo Ministério de Minas e Energia voltadas ao setor mineral receberam, em 2010, aporte de R$ 127 milhões para as prioritárias inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e concernentes à ampliação do conhecimento geológico, envolvendo mapeamentos, levantamentos aerogeofísicos, avaliação de recursos minerais, entre outras atividades que irão atender necessidades da indústria mineral, da gestão territorial e da prevenção de riscos e acidentes naturais.

Também vinculados ao PAC, os projetos realizados na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e em águas internacionais, contemplando o projeto denominado ÁREA, visam ampliar o conhecimento brasileiro dessas regiões. Os estudos tem como foco a amostragem de áreas específicas para análise de potencialidades minerais, dentre os quais destacam-se os agrominerais, insumos amplamente importados pelo país para a fabricação de fertilizantes. Ainda visando à diminuição das importações dessas *comoditties*, especificamente em relação ao fosfato, encontram-se em fase final os estudos de avaliação de possíveis depósitos localizados em 14 estados brasileiros.

Assim como em anos anteriores, a assistência técnica a pequenos produtores minerais e a busca pela formalização da atividade minerária fizeram parte das ações prioritárias do MME. Em 2010 o Projeto Extensionismo Mineral contou com mais de 800 capacitações. As ações de formalização estiveram ligadas ao Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral e permitiram a regularização de títulos minerários e de licenças ambientais em regiões do Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Além do aspecto jurídico, o Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor) fomentou a organização social por meio de cooperativas e permitiu a capacitação técnica e gerencial de pequenos produtores, possibilitando uma mineração sustentável.

em R$ milhões

| FUNÇÃO INDÚSTRIA | VALORES LIQUIDADOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| Subfunção Mineração | 39,1 | 60,2 | 51,0 | 72,4 | 78,9 | 301,6 |
| Outras Subfunções Atípicas | 252,9 | 265,2 | 265,9 | 337,2 | 427,1 | 1.548,3 |
| **TOTAL** | **292,0** | **325,3** | **316,9** | **409,6** | **506,0** | **1.849,9** |

Fonte: CGOF (MME), Siafi

**Função Energia**

A Função Energia, bem como todas as ações nela executadas são essenciais para a economia brasileira. A maioria das funções governamentais, econômicas ou não, depende de um bom funcionamento da área energética. Além de essencial, é intensiva em capital. As quantias investidas para manter e expandir a oferta de petróleo e gás natural, ou geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, são avaliadas em bilhões de reais (energia elétrica) ou dezenas de bilhões de reais (petróleo e gás). No demonstrativo a seguir, apresenta-se a execução orçamentária da função Energia no últimos cinco anos. Observa-se para o período um crescimento de aproximadamente 154% no valor executado.

em R$ milhões

| FUNÇÃO ENERGIA | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Orçamento Fiscal e Seguridade Social | 480 | 608 | 556 | 672 | 626 |
| Orçamento de Investimento das Empresas Estatais | 30.852 | 37.750 | 50.945 | 67.699 | 78.879 |
| **TOTAL** | **31.332** | **38.358** | **51.501** | **68.371** | **79.505** |

Fonte: CGOF (MME), Siafi

O quadro a seguir demonstra os valores liquidados por subfunção, distribuídos em subfunções típicas e atípicas. As subfunções típicas representam 83% do total executado na função em 2010.

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Conservação de Energia | 34 | 56 | 101 | 79 | 110 | 380 |
| Energia Elétrica | 3.191 | 3.266 | 4.281 | 5.992 | 6.015 | 22.744 |
| Combustíveis Minerais | 24.950 | 30.814 | 41.489 | 51.549 | 62.338 | .211.140 |
| Biocombustíveis | | | 257 | 203 | 98 | 558 |
| Outras Subfunções (Atípicas) | 3.157 | 4.222 | 5.372 | 10.547 | 10,945 | 34.244 |
| **TOTAL** | **31.332** | **38.358** | **51.501** | **68.370** | **79.506** | **269.066** |

Fontes: Petrobras, Eletrobras, Siest, Siafi, CGOF/MME

Nas subfunções atípicas destaca-se a de Transportes Especiais, em que são executados os investimentos em transporte dutoviário de gás e derivados de petróleo que saltou de R$ 1,1 bilhão para R$ 7 bilhões, um aumento de 537% no valor investido.

**Principais Resultados**

**Geração e Transmissão**

Em relação à geração de energia elétrica, as usinas em implantação permitiram, até dezembro de 2010, um incremento de 6.149 MW de capacidade instalada sendo 1.965 MW de fonte hidráulica, 3.727 MW de fonte térmica e 457 MW de usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa. No que tange à transmissão, as obras executadas em 2010 resultaram na incorporação ao sistema de 2.561 km de linhas e 7.364 MVA de transformação.

Dos empreendimentos concluídos em 2010, destacam-se a Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó (855 MW), localizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as UHE's de Goiás: Serra do Facão (212,6 MW), Salto (108 MW), Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Salto do Rio Verdinho (93 MW) e Foz do Rio Claro (68,4 MW), a Usina Termelétrica (UTE) Candiota III (350 MW), no Rio Grande do Sul, as UTE's Global I e Global II (297,3MW) na Bahia e UTE Bonfim (111 MW) em São Paulo

Outro ponto relevante das realizações de 2010 foi o leilão da UHE Belo Monte, com 11.233 MW de potência instalada, realizado em 20 de abril, e que atualmente encontra-se em fase de licenciamento ambiental para instalação.

O sistema de transmissão de energia elétrica alcançou a extensão de 99.910 km. No ano de 2010 foram energizados 2.561 km de linhas de transmissão.

Entre as linhas de transmissão construídas em 2010, destaca-se a construção de trechos das seguintes LTs: i) LT Presidente Médici / Santa Cruz - 230 kV, com 233 km de extensão, promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Candiota; ii) LT Paraíso / Açu – 230 kV, com 135 km de extensão promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Jesus Soares Pereira; e iii) as LTs Colinas / Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí - 500 kV, com 720 km, e São João do Piauí / Milagres, 500 kV, com 400 km de extensão.

**Programa Luz para Todos – LPT**

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o Luz para Todos foi prorrogado para 2010, com o objetivo de atender novas demandas surgidas nestes seis anos de execução. Em outubro deste ano, o LPT foi novamente prorrogado para possibilitar que as obras contratadas ou em fase de contratação até 30 de outubro de 2010 sejam concluídas até dezembro de 2011. Essas ligações estão localizadas, majoritariamente, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, operacionalizado pela Eletrobrás e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais. Até dezembro de 2010 foram executadas 2.654.536 ligações, beneficiando cerca de 13,2 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, conforme detalhamento a seguir:

| ACUMULADO – ATENDIMENTO | | |
|---|---|---|
| **REGIÃO** | **FAMÍLIAS** | **PESSOAS** |
| **Norte** | 504.990 | 2.524.950 |
| **Nordeste** | 1.317.035 | 6.585.175 |
| **Sudeste** | 445.802 | 2.229.010 |
| **Sul** | 202.307 | 1.011.535 |
| **Centro-Oeste** | 184.402 | 922.010 |
| **TOTAL** | **2.654.536** | **13.272.680** |

Fonte: LpT/MME

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o país totalizaram R$ 13,5 bilhões, sendo liberados 9,8 bilhões para a execução das obras.

As obras do Programa Luz para Todos também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 6,6 milhões de postes já foram instalados, 978 mil transformadores, 1,2 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 398 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados. Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do Programa LPT notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas. O surgimento desse

nicho de mercado tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

Destaca-se também o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT, nas comunidades, tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo MME, no início de 2009, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2.568.913 famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 2 milhões de aparelhos de TV, 1,8 milhão de geladeiras e mais de 619 mil bombas d'água.

Em 2010 o LPT beneficiou aproximadamente 2.096.020 pessoas com a realização de 419.204 ligações. Atendeu mais de 33% de sua meta inicial de 2,0 milhões de ligações e 89% da meta estabelecida até 2011que corresponde a 2,9 milhões de ligações.

**LIGAÇÕES EFETUADAS E VALORES APLICADOS**

| ANO | LIGAÇÕES EFETUADAS | VALOR (em R$) |
|---|---|---|
| 2005 | 378.046 | 700.082.497 |
| 2006 | 590.013 | 1.805.893.456 |
| 2007 | 397.877 | 1.904.741.679 |
| 2008 | 441.427 | 1.679.675.413 |
| 2009 | 357.970 | 1.279.220.819 |
| 2010 | 419.204 | 1.810.947.377 |

Fonte: SIGPlan

**Petróleo, Gás e Biocombustíveis**

**Programa Oferta de Petróleo e Gás Natural**

No programa Oferta de Petróleo e Gás Natural estão agrupados os projetos e atividades que objetivam a pesquisa, localização, identificação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de petróleo e gás natural, em terra e no mar.

As descobertas do pré-sal, o aumento dos investimentos, a expansão internacional, recordes de produção de óleo e gás, aumento das reservas nacionais provadas, essas ações não só ratificaram o compromisso da Petrobras de respeito e preservação do meio ambiente, de responsabilidade social como também promovem o fortalecimento da economia nacional.

Em 2010 foi consolidado o sucesso da atividade exploratória nas seções Pré-Sal e Pós-sal das bacias sedimentares brasileiras do Sul e do Sudeste, e foi desbravada uma nova fronteira petrolífera na costa de Sergipe, fortalecendo os alicerces para que a produção de petróleo brasileira continue a sua trajetória de crescimento com sustentabilidade para as próximas décadas.

**Cessão Onerosa**

Em 30 de junho de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.276, que autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos em áreas não concedidas do Pré-Sal, limitando-se à produção de 5 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE). Foram cedidos os seguintes volumes na área do Pré-Sal da Bacia de Santos:

| ÁREA DO CONTRATO (CAMPOS) | VOLUME DA CESSÃO ONEROSA (MIL BOE) | VALOR DO BARRIL (US$/BOE) | VALORAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA (US$ MIL) |
|---|---|---|---|
| Florim | 466.968 | 9,01 | 4.207.382 |
| Franco | 3.058.000 | 9,04 | 27.644.320 |
| Iara | 599.560 | 5,82 | 3.489.439 |
| Lula (ex-Tupi NE) | 427.784 | 8,54 | 3.653.275 |
| Guará Sul | 319.107 | 7,94 | 2.533.710 |
| Lula (ex-Tupi Sul) | 128.051 | 7,85 | 1.005.200 |
| Peroba (contingente) | - | - | - |
| **TOTAL** | **4.999.470** | | **42.533.326** |

**Produção**

Foi iniciado, em março de 2010, o Teste de Longa Duração (TLD) das áreas de Tiro e Sidon, com a instalação da plataforma semissubmersível SS-11 Atlantic Zephyr, cuja capacidade de produção de óleo é de 20 mil barris por dia (bpd) e tratamento de gás de 475.720 $m^3$/dia. As jazidas estão localizadas na região sul da Bacia de Santos, a cerca de 210 km da costa.

Em maio, foi iniciada a produção da Unidade Flutuante de Produção e Armazenamento (FPSO – sigla do original em inglês) Capixaba no campo de Cachalote. Em julho, o FPSO foi conectado também ao campo de Baleia Franca, ambos no Parque das Baleias no litoral sul do Espírito Santo na Bacia de Campos. O FPSO tem capacidade para processar 100 mil bpd de óleo e 3,2 milhões de m³/dia de gás.

Além do início da produção do campo de Baleia Franca, no segundo semestre de 2010, foram iniciadas as operações de quatro novas plataformas. Em julho, entrou em produção o FPSO Cidade de Santos para o desenvolvimento dos campos de Uruguá e Tambaú. Trata-se do primeiro FPSO instalado para o desenvolvimento definitivo de dois campos de petróleo e gás da Bacia de Santos. O navio está ancorado a 160 km da costa de São Paulo, com lâmina d'água de 1.300 m e tem capacidade para produzir 10 milhões de m³/dia de gás natural e 35 mil bpd de óleo.

Em outubro, foi iniciada a operação do navio-plataforma Cidade de Angra dos Reis, a primeira unidade programada para produzir em escala comercial no Pré-Sal da Bacia de Santos na área de Lula. Este sistema piloto complementará os dados

técnicos colhidos pelo TLD iniciado em 2009, com informações relevantes sobre o reservatório e a produção, indispensáveis à concepção das futuras unidades que irão operar no Pré-Sal. A área de Lula é operada pela Petrobras (65%), em parceria com as empresas BG Group (25%) e Galp Energia (10%).

Em dezembro, a Petrobras iniciou a produção no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, com a plataforma P-57, a 80 km da costa do Espírito Santo. A plataforma está ancorada em lâmina d'água de 1.260 m e tem capacidade para processar 180 mil bpd de óleo e 2 milhões de m³/dia de gás. Essa unidade inaugura uma nova geração de plataformas, concebidas a partir do conceito de engenharia que privilegia a simplificação de projetos e a padronização de equipamentos.

No mesmo mês, foi iniciado o TLD de Guará, no bloco exploratório BM-S-9 da Bacia de Santos, a cerca de 310 km da costa de São Paulo e a 55 km a sudoeste do campo de Lula. A plataforma Dynamic Producer foi instalada em lâmina d'água de 2.140 m. A Petrobras é a operadora (45%), em parceria com as empresas BG Group (30%) e Repsol (25%).

Esses projetos, aliados ao aumento de produção após a interligação de novos poços em diversas plataformas (P-53, P-51, P-34, FPSO Cidade de Vitória, FPSO Espírito Santo e FPSO Frade), compensaram o declínio natural da produção e ainda garantiram à companhia um aumento de 1,7% na produção nacional de óleo e Líquido de Gás Natural (LGN), que atingiu 2.004 mil bpd.

**Produção de gás natural**

A produção de gás natural em 2010 totalizou 56,6 milhões de m³/dia, um incremento de 3 milhões m³/dia em relação ao ano anterior decorrente do aumento da demanda, principalmente no segundo semestre.

A oferta no Brasil cresceu em relação a 2009, devido principalmente à entrada em operação de novos projetos previstos no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), como a antecipação da produção de gás do campo de Canapu e o aumento da produção do campo de Camarupim no Espírito Santo. Além disso, o início das operações de processamento na Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba permitiu o escoamento da produção proveniente do Parque das Baleias, assim como o término da adequação da Unidade de Processamento de Gás da Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão (RPBC) possibilitou o incremento da produção do campo de Lagosta na Bacia de Santos.

**Pré-Sal**

As descobertas na camada Pré-Sal localizam-se nos campos de Lula e Cernambi e nas áreas de Guará, Iara, Júpiter, Parati, Bem-te-vi, Caramba, Carioca, Franco, Marlim, Albacora Leste e Caratinga e no Parque das Baleias (Jubarte, Cachalote e Baleia Franca). Caso sejam confirmados os volumes recuperáveis entre 10,6 bilhões e 16 bilhões de boe (referentes à parcela da Petrobras e dos parceiros) para os campos de Lula e para as áreas de Guará, Iara e Parque das Baleias, as reservas provadas do Brasil poderão ser duplicadas.

**Programa Refino de Petróleo**

A atividade de Refino vem acompanhando de perto as transformações com vistas à adequação ao novo modelo de mercado do setor petrólifero no Brasil. O desafio de processar a crescente produção de óleo pesado brasileiro, permitindo a conversão para derivados médios e leves, vem sendo vencido com investimentos e grandes avanços tecnológicos.

Os empreendimentos para ampliação e modernização das Refinarias da Petrobras visam a aumentar a carga e elevar o volume de petróleo nacional processado.

Envolvendo obras em todas as Refinarias, tais empreendimentos têm, também, o objetivo de aprimorar a qualidade dos combustíveis, tornando-os mais adequados às necessidades da sociedade no que diz respeito à emissão de poluentes, com importante efeito sócio-ambiental.

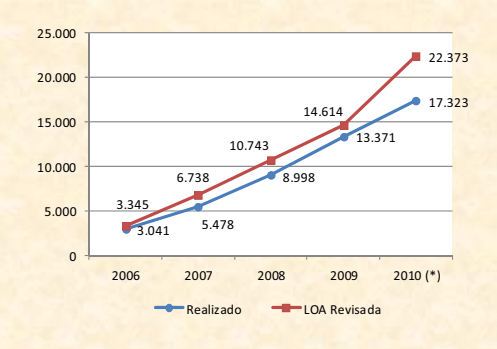
Hoje, a maioria dos investimentos do Refino se encontra em Fase de Construção e Montagem. Alinhada com a política de desenvolvimento nacional, a área de Refino mantém em seus contratos a predominância do conteúdo nacional, de forma a trazer o desenvolvimento à indústria brasileira de bens e serviços.

A qualificação da mão de obra terceirizada, que é uma das molas propulsoras de suas atividades, também vem sendo incentivada através de ações específicas no âmbito do PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural).

Em 2010 o programa foi formado por 20 ações distribuídas entre três empresas do Sistema Petrobras: a Petróleo Brasileiro S.A., em todas as regiões do território Nacional, a Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., no Rio Grande do Sul e a empresa Abreu e Lima em Pernambuco, além de uma empresa de Sociedade para fins Específicos, com uma ação não orçamentária.

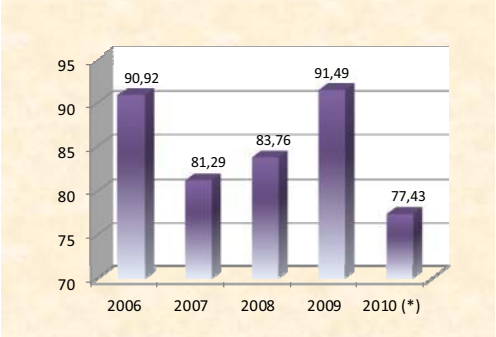
O investimento no Brasil, considerando até o mês de novembro, foi da ordem de R$ 17,4 bilhões, representando cerca de 77% da previsão na Lei Orçamentária Anual e suas revisões.

**REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL (R$ MILHÕES)**




Fonte: SIGPlan / (*) Realizado até novembro

**REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL (%)**




Fonte: SIGPlan

Até novembro/2010, a realização orçamentária do programa para 2010 era de 77,43%, sendo que o desvio causado em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve-se, principalmente, na Refinaria Abreu e Lima, a um prazo acima do previsto para a contratação de alguns serviços de Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e no índice pluviométrico acima do normal ao longo do ano e, na Refinaria Premium I, ao atraso na contratação da terraplenagem e dos projetos básicos e no pré-detalhamento necessário para o orçamento do empreendimento (FEED).

**Principais realizações em 2010**

No segmento do REFINO, em 2010, foram concluídas as obras de construção e montagem dos projetos:

- Unidade de Recuperação de Enxofre, Unidade de Tratamento de Hidrocarbonetos Leves de Refinaria, Estação de Tratamento de Água, Novo Sistema de Tocha, Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Nova Unidade de Geração de Hidrogênio, Unidade de Coque, Sistemas da nova Estação de Tratamento de Despejos Industriais, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Recuperação de Enxofre e Tail Gas da Refinaria do Vale do Paraíba – REVAP, localizada no Estado de São Paulo.
- Unidade de Recuperação de Enxofre, Tail Gas e PLANGAS da Refinaria Presidente Bernades de Cubatão – RPBC em São Paulo.
- Unidade de Geração de Hidrogênio da Refinaria Gabriel Passos - REGAP em Minas Gerais.
- Caldeiras da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe – RLAM na Bahia.

Além da conclusão dos projetos de Modernização dos Fornos na Refinaria do Vale do Paraíba – REVAP em São Paulo, REVAMP (renovação, reconstrução) da Unidade - 1910 da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, localizada no Rio de Janeiro e da REVAMP da Unidade - 200/2010 na Refinaria de Paulínia – REPLAN, em São Paulo.

Em andamento a etapa de construção e montagem da Carteira de Melhoria da Qualidade de Gasolina e Diesel, que está sendo desenvolvida em quase todas as refinarias existentes da Petrobras.

Na implantação da Refinaria Abreu e Lima, foram concluídos os serviços de terraplenagem no mês de dezembro de 2010 e o início da execução das obras dos principais contratos (Unidade de Destilação Atmosférica, Unidade de Hidrorrefino e Unidade de Coqueamento Retardado). Também se encontra em andamento a construção da CAFOR (Casa de Força), Tubovias de Interligações, ETDI (Estação de Tratamento de Despejos Industriais), ETA (Estação de Tratamento de Água), Tanques e Infraestrutura civil.

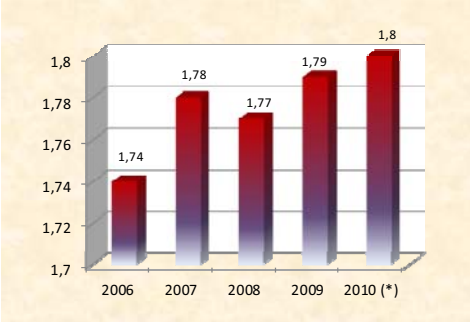
Na implantação da Refinaria Premium I, os projetos básicos e FEED foram contratados e encontram-se em elaboração. A Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) de infraestrutura já foram obtidas e a terraplenagem do terreno está em fase de execução. A implantação Refinaria Premium II concluiu a primeira campanha de sondagem do terreno e iniciou a segunda campanha de sondagem.

**Indicadores utilizados pelo Programa**

Para avaliar o desempenho do programa, visando medir o alcance do objetivo principal proposto, três indicadores constantes do PPA e extraídos de uma cesta de indicadores que mede o desempenho das empresas no segmento do Abastecimento foram selecionados, com base nos seguintes critérios técnicos:

a) Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total – Representa a quantidade de petróleo total processada no ano, incluindo petróleo nacional e importado, em milhões de barris por dia.

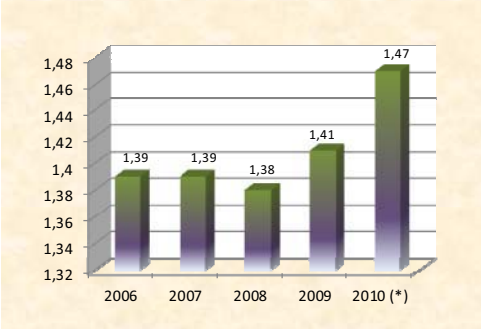
**CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL / Milhão (BPD)**




Fonte: SIGPlan

b) Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional – Representa o somatório da quantidade média diária de petróleo nacional processada no ano, em milhões de barris por dia.

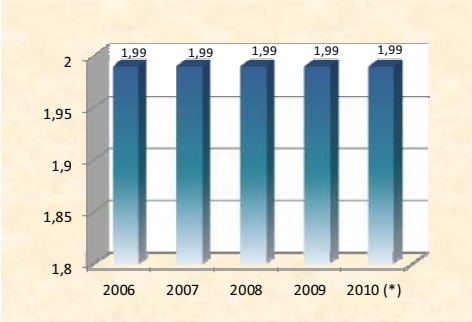
**CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL / Milhão (BPD)**




Fonte: SIGPlan

c) Capacidade de Refino Instalada – Representa a capacidade potencial total anual de processamento, em milhões de barris, dividida pelo número de dias do ano.

**CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA / Milhão (BPD)**




Fonte: SIGPlan

Baseando-se nos resultados dos indicadores de desempenho do programa, ao longo dos últimos anos, demonstra-se que, de um modo geral, os objetivos do programa estão sendo alcançados dentro das tolerâncias esperadas em função do volume e da complexidade dos projetos. Os resultados obtidos pelo programa Refino de Petróleo refletem a política de disciplina de capital e governança corporativa que vêm norteando os investimentos da Petrobras.

**Programa Brasil com Todo Gás**

O programa Brasil Com Todo Gás tem sua maior importância no desenvolvimento e implantação de uma malha integrada de gasodutos, fomentando a inserção do Gás Natural na matriz energética nacional. Desta forma, além de fomentar a utilização de uma matriz energética mais limpa, tendo em vista que o gás natural contém baixo índice de compostos de enxofre e os gases resultantes de sua combustão podem entrar em contato direto com produtos e processos sem contaminá-los, também mitiga o risco de desabastecimento de energia elétrica, ao garantir o suprimento de combustível para as usinas termelétricas. Outro aspecto de grande importância foi a diversificação do modal de importação com o implemento das plantas de GNL – Gás Natural Liquefeito, diversificando as fontes de importação e inserindo o País neste mercado.

**Principais realizações de 2010**

O programa projeta uma realização da ordem de quatro bilhões de reais, focados em investimentos na integração e consolidação da malha de gasodutos, com o incremento de mais 1.643 km gasodutos em 2010, o que representa um acréscimo de aproximadamente 21%, além de construções de estações de compressão e pontos de distribuição. Neste conjunto de obras, destacam-se as seguintes Ações de Investimentos com as conclusões e realizações ao longo do ano:

**Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste** – os seguintes projetos são destaque desta ação, cuja realização em 2010 foi de ordem de R$ 2.029 milhões:

• GASDUC III - gasoduto interligando o Hub Cabiúnas – Macaé/RJ ao Hub Caxias – Duque Caxias/RJ, totalizando 181 km de extensão foi inaugurado em fevereiro. Tem como objetivo aumentar a flexibilidade e confiabilidade no atendimento ao mercado da região Sudeste com o gás natural oriundo das bacias de Campos e Espírito Santo.

• GASBEL II - gasoduto direcionado a ampliar a oferta de gás natural na região metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Aço. Além do mercado industrial, amplia o suprimento para as usinas termelétricas Aureliano Chaves e Juiz de Fora. Totaliza 269 km de extensão e foi inaugurado em fevereiro.

• Gasoduto Paulínia - Jacutinga - gasoduto interligando o Hub de Paulínia/SP ao PE (ponto de entrega) de Jacutinga/MG. Visa garantir o atendimento à demanda de gás natural da região sul do estado de Minas Gerais e teve seu início de operação em janeiro de 2010, com extensão de 93 km.

Além destes investimentos concluídos em 2010, aproximadamente mais R$ 1 bilhão foi investido nos seguintes projetos:

• Implantação de Trecho do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (AM), com 417 km – com início de operação comercial no final de 2010, o gasoduto interliga o pólo de Araras ao município de Manaus/AM. Foram realizados investimentos da ordem de R$ 295 milhões, distribuídos entre as estações de compressão (Juaruna e Coari) onde foram gastos aproximadamente R$ 180 milhões, na linha tronco do gasoduto de GN, cerca de R$ 90 milhões e no GLP Duto, aproximadamente R$ 18 milhões.

• Manutenção de Infraestrutura e Segurança, Meio-Ambiente e Saúde (SMS) da Malha de Gasodutos – investimentos com ações de manutenção de caráter preventivo e corretivo totalizaram aproximadamente R$ 170 milhões.

• Ampliação da Malha de Gasodutos da região Sudeste – Investimentos na ordem de R$ 50 milhões com gestão de terras e liberação de faixas (projeto do Gasoduto Japeri–Reduc), como também a parcela Petrobras na construção dos acessos ao túnel, parte integrante do projeto (shafts) do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté.

• Ampliação da Capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil, no Trecho Paulínia (SP) - Araucária (PR), de 7,4 milhões de m³/dia para 12,6 milhões de m³/dia – aumentar a capacidade de escoamento de gás natural através da instalação de turbo compressor no município de Paulínia e instalação de ECOMP (Estação de Compressão) em Capão Bonito/SP. Ambos os projetos entraram em operação neste exercício.

Por fim, entre as principais concretizações, a conclusão do projeto GASENE (Gasoduto interligando as Regiões Sudeste e Nordeste) – trecho Cacimbas/ES – Catu/BA, com 954 km de extensão, interliga as malhas de gasodutos do Sudeste com o Nordeste, permitindo o aumento da oferta de gás natural ao nordeste, com início de operação em março e investimentos realizados através de SPE – Sociedade de Propósito Específico.

No demonstrativo a seguir são apresentados os resultados e análise dos indicadores que compõem o programa:

| INDICADOR | 2010 | 2009 |
|---|---|---|
| Capacidade da rede de dutos para transporte de gás natural | 60 | 44 |
| Extensão da malha de gasodutos da Petrobras | 9.719 | 7.476 |
| Volume de vendas de gás natural no Brasil | 49,5 | 36,6 |

Fonte: Petrobras

Com o término do trecho Cacimbas-Catu do projeto Gasene, a integração das malhas de gasodutos, Nordeste e Sudeste foi concluída. Em paralelo também foram concluídos os seguintes projetos de gasodutos na região sudeste, Paulínia-Jacutinga e Gasbel II, ambos abastecendo o estado de Minas Gerais. Na região nordeste, além do Cacimbas - Catu, o projeto do gasoduto Pilar - Ipojuca foi concluído. Estes empreendimentos são responsáveis pelo acréscimo em aproximadamente 35% da capacidade da rede de dutos para transporte de gás natural em relação ao ano anterior.

**Programa Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural**

A permanente necessidade de busca por novas reservas de petróleo conduz as empresas a pesquisas em águas profundas e ultra-profundas e à produção de petróleos mais pesados e viscosos. A tecnologia para isso não necessariamente encontra-se disponível, sendo imprescindível o investimento no desenvolvimento de novas técnicas e materiais.

As características do petróleo nacional – em geral, pesado e viscoso e encontrado em lâminas d´água cada vez mais profundas – trazem sempre novos desafios e fizeram com que a Petrobras se destacasse no cenário internacional pelo desenvolvimento de tecnologias inovadoras. As crescentes exigências ambientais, a demanda por energias renováveis, os desafios relativos ao petróleo do Pré-sal e a crescente expansão internacional do Brasil, através da Petrobras, são outros fatores que tornam imprescindível a priorização dos projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, que vêm sendo encarados e geridos de maneira integrada dentro deste Programa

**Principais Realizações Físicas do Programa:**

Em 2010, a Petrobras investiu em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) cerca de R$ 1,8 bilhão. As realizações da Companhia nessa área contribuem para o avanço tecnológico da indústria nacional na área de petróleo, gás e energia, e também impulsiona o desenvolvimento científico, nessa área, nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras.

**INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (R$ MIL)**

| OAI | PERÍODO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| 4863 - P&D - DESENV. SUSTENTÁVEL | 55.295 | 88.380 | 166.720 | 188.058 | 151.900 |
| 4862 - P&D - EXPLORAÇAO | 80.269 | 118.580 | 112.194 | 141.843 | 166.901 |
| 4115 - P&D - OUTRAS ATIVIDADES | 294.831 | 92.972 | 20.834 | 17.355 | 3.289 |
| 4113 - P&D - REFINO | 131.277 | 165.767 | 179.825 | 214.699 | 272.057 |
| 4112 - P&D - DESENV. DA PRODUÇÃO | 326.299 | 400.611 | 545.633 | 602.077 | 609.139 |
| 2D83 - Manutenção do CENPES | | | 59.888 | 33.570 | 54.535 |
| 2763 - P&D - GÁS NATURAL | 32.257 | 29.117 | 22.210 | 38.632 | 116.485 |
| 2005 - P&D - TRANSPORTE | 29.703 | 38.258 | 41.193 | 72.346 | 56.332 |
| 1O29 - Ampliação do CENPES | | 111.285 | 164.583 | 680.968 | 310.249 |
| 117U - Subestação do CENPES | | | | 24.863 | 27.599 |
| 124U – NEPE (MG) | | | | | 650 |
| 20CZ – P&D - BIOCOMBUSTÍVEIS | | | | | 25.216 |
| **TOTAL** | **949.931** | **1.044.970** | **1.313.080** | **2.014.411** | **1.794.352** |

Fonte: Petrobras

O crescimento constante dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis é reflexo da expansão das atividades da Petrobras e da implantação de um programa para criação de infraestrutura laboratorial nas instituições de pesquisa nacionais. Aproximadamente R$ 500 milhões foram destinados a projetos de pesquisa e de implantação de infraestrutura laboratorial em universidades e institutos de Ciência e Tecnologia nacionais.

A Petrobras hoje coordena 50 redes de pesquisa, que reúnem cerca de 80 instituições em todo o país, em temas nas áreas em que a empresa atua. Em 2010, foram inaugurados diversos laboratórios fruto destes investimentos contribuindo para a formação, no Brasil, de um dos mais avançados parques tecnológicos do mundo na área de energia.

A expansão das atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) pode ser observada também dentro da Petrobras. Foram inauguradas em 7 de outubro de 2010 as novas instalações do seu Centro de Pesquisas & Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes).

Com a ampliação, o espaço físico do Cenpes foi duplicado, tornando-se um dos maiores complexos de pesquisa aplicada do mundo. São diversos laboratórios destinados a atender melhor às demandas tecnológicas da Petrobras, com destaque para os modernos laboratórios dedicados ao Pré-Sal.

No ano de 2010, foram encerrados 107 projetos de pesquisa. A visão de projetos de pesquisa de longo prazo e do investimento na construção de infraestrutura laboratorial torna o número de projetos encerrados menor do que o previsto, porém sem deixar de atingir os resultados tecnológicos esperados para o período.

A seguir, um breve resumo dos principais resultados gerados por estes projetos.

**P&D Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural**

DESTAQUES - Tecnologias validadas em bancada, protótipo ou unidades piloto:

- Sequestro de Carbono Bacia do Paraná – Desenvolvida a caracterização do carvão mineral do Sul Catarinense do Brasil visando avaliar seu potencial de armazenamento de $CO_2$ e recuperação de metano decorrente do processo de seqüestro de carbono.

- Inteligência Sócio-Ambiental Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia Central Desenvolvida caracterização socioambiental da área de atuação da Petrobras no Estado do Amazonas (planícies aluviais do trecho Urucu-Coari-Manaus), por meio da construção de séries históricas e da geração de dados e informações georreferenciadas, avaliando possíveis alterações sócio-ambientais decorrentes das atividades de exploração, produção, transporte e distribuição de petróleo, derivados e gás natural, com o objetivo de desenvolver estratégias de uso sustentável e seguro dos recursos naturais amazônicos.

**P&D Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção**

DESTAQUES - Tecnologias validadas em bancada, protótipo ou unidades piloto:

- Otimização das operações de perfuração de poços: Foi concluída com sucesso a primeira fase do teste de perfuração direcional em formações salinas. A tecnologia em desenvolvimento permitirá maximizar a drenagem do reservatório e minimizar quantidade de poços no Pré-Sal. Durante o estudo, os pesquisadores desenvolveram um fluido, 100% sintético, criado para garantir a integridade do

poço nas formações salinas durante a fase de perfuração.

• Recuperação de petróleo: Testes de injeção de CO2, utilizado como fluido de recuperação no campo de Iracema, no pólo pré-sal da Bacia de Santos, comprovaram a viabilidade de implementação desta técnica em áreas produtivas nesta localidade, o que irá facilitar o escoamento do óleo e aumentar a recuperação avançada do petróleo

Tecnologias disponíveis para uso:

*Instalações Submarinas de Produção*

- Foi desenvolvida uma nova concepção de estaca torpedo, o T-120, com 120 toneladas de peso, que viabilizou a ancoragem do FPSO Cidade de Angra dos Reis, no campo de Lula. O novo modelo atende às especificidades da região do Pré-Sal, como altos carregamentos de ancoragem e perfis de solo de baixa resistência. O T-120 é a maior estaca torpedo em peso e dimensões no mundo.

- Foi desenvolvida a Bóia de Sustentação de Risers (BSR), cujo protótipo foi instalado com sucesso este ano no campo de Congro, na Bacia de Campos. Esta solução tecnológica consiste em fixar os risers em bóias situadas a 100m abaixo do nível do mar, diminuindo os esforços nos risers rígidos, aumentando sua vida útil.

- Reservatórios do Pré-sal: Foi descoberta uma nova espécie de microfóssil, que contribuiu para um conhecimento mais preciso sobre o posicionamento dos reservatórios em diferentes profundidades no Pré-Sal das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Além disso, testes de injeção de CO2 como fluido de recuperação no campo de Cernambi na Bacia de Santos, comprovaram a viabilidade de implementação desta técnica naquela localidade, o que facilitará o escoamento do óleo e aumentará o fator de recuperação.

**P&D Tecnológico nas Atividades de Exploração**

DESTAQUES - Tecnologias disponíveis para uso:

- Simulador 3D de Bacias: Disponibilizado o programa que permite a simulação dos processos de geração, migração e acumulação de petróleo nas bacias sedimentares, contribuindo para uma estimativa mais acurada do risco exploratório. A modelagem de bacias e de seus sistemas petrolíferos é considerada uma das tecnologias mais críticas a serem incorporadas ao processo exploratório pelas maiores companhias de petróleo do mundo.

- Desenvolvimento de Métodos de Análise de Velocidades para Meios Geologicamente Complexos: Desenvolvido o modelo de velocidades de extrema importância no mapeamento sísmico, principalmente no que diz respeito à migração sísmica em profundidade. Com o conhecimento preciso do modelo de velocidade pode se definir os rumos da exploração numa área. Neste projeto, propõem-se a avaliação dos métodos de análise de velocidade existentes e o desenvolvimento de novos algoritmos que possam melhorar a obtenção destes modelos.

**P&D Tecnológico nas Atividades de Gás Natural**

DESTAQUES - Tecnologias disponíveis para uso:

Transporte de Gás Natural

- Foram obtidos significativos avanços, em 2010, na busca de soluções tecnológicas para viabilizar o transporte do gás natural do Pré-Sal. Um exemplo é a tecnologia GTL (*gas to liquids*), pela qual o gás natural é processado e transformado em óleo sintético, facilitando seu transporte e aproveitamento. Realizar esse processamento em embarcações é um desafio e, para superá-lo, foi concluída a construção de uma planta-piloto de GTL embarcado, que permitirá realizar, em 2011, os testes de qualificação dessa tecnologia.

- A liquefação do gás natural é outra alternativa para o transporte offshore de gás; a Petrobras está desenvolvendo, juntamente com grandes empresas internacionais de engenharia, projetos básicos de unidades flutuantes de gás natural liquefeito (FLNG - *Floating Liquefied Natural Gas*), com tecnologia inédita no cenário mundial, que poderão receber e tratar gás das unidades de produção. Em 2010 foi concluída a fase conceitual do projeto básico.

**Biocombustíveis**

O ano de 2010 foi importante para os biocombustíveis no Brasil. Avançou-se na consolidação do biodiesel no mercado interno, antecipando a meta estabelecida em Lei que determinava a mistura B5 (5% de biodiesel no diesel) apenas a partir de 2013.

Houve também relevante progresso no etanol, em especial com a retomada dos investimentos em novas unidades produtivas e o início da construção do sistema dutoviário que interligará a produção do interior do país aos principais portos exportadores no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Igualmente importantes foram as ações no âmbito internacional. Os biocombustíveis foram divulgados em posicionamento crítico e construtivo e foi apresentado para induzir a produção e o uso de combustíveis renováveis em outros países, observando-se os interesses e as vocações do Brasil nesta temática.

Deu-se prosseguimento, também, às atividades relativas aos biocombustíveis em acordos multilaterais de cooperação. Podem ser destacados parcerias e avanços nas discussões no Mercosul, com a União Européia, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e com o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Além disso, foram enfatizadas as cooperações bilaterais, com países como Estados Unidos, Paraguai, Suécia, Holanda e Moçambique, dentre outros.

**Biodiesel**

Há diversos indicadores que confirmam o avanço do biodiesel. No quesito produção, os dados mostram que saltou de 70 milhões de litros em 2006, 403 em 2007, 1.126 em 2008 e, finalmente, 1.607 em 2009. Em 2010, deverá atingir 2,4 bilhões de litros, com crescimento de quase 50% em relação ao ano anterior.

Com isso, o Brasil entrou rapidamente no rol dos principais produtores mundiais, ultrapassando países que há muito mais tempo produziam biodiesel. Atualmente, é o terceiro maior mercado mundial, superado somente pela Alemanha e a França.

Outro indicador é a capacidade produtiva. Foram instaladas 55 usinas até o final de 2010, com capacidade 5,2 bilhões de litros por ano. Este valor é aproximadamente o dobro da demanda no mercado interno.

Por um lado é positivo, seja porque os investimentos foram realizados velozmente, ou seja porque existe excedente potencial para o Brasil ingressar na exportação de biodiesel. Por outro, trata-se de um interessante desafio promover e estimular o melhor equilíbrio entre capacidade produtiva e demanda.

No campo social, destaca-se o apoio à agricultura familiar por meio dos benefícios concedidos aos detentores do Selo Combustível Social. Em 2009, foram mais de 51 mil famílias de pequenos produtores rurais diretamente envolvidas e integradas na cadeia produtiva do biodiesel. Em 2010, a estimativa é alcançar 109 mil famílias.

Outro indicador neste campo é o valor das aquisições de matérias-primas oriundas de pequenos agricultores. Para cada litro de biodiesel produzido e comercializado no Brasil, cerca de 24 centavos de real foram repassados para a agricultura familiar no ano de 2008.

No ano seguinte, passou para 42 centavos de real. Em 2010, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deverá atingir 50 centavos de real. Isso mostra que os repasses para a agricultura familiar tem crescido proporcionalmente num ritmo mais acelerado do que a própria produção de biodiesel.

Ainda merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva que gerou e multiplicou renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços, quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel.

As matérias-primas oleaginosas produzidas no Brasil têm, ao longo dos anos, melhorado seu valor agregado. Antes do biodiesel, inexistia a possibilidade de aproveitamento da soja para outros mercados, fazendo com que o excedente fosse exportado basicamente *in natura*. Agora, boa parte recebe a agregação de valor no Brasil.

Em 2010, ressalta-se a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo cujo objetivo é disciplinar e estimular a expansão do óleo de palma, que atualmente é o principal óleo utilizado no mundo, embora a participação brasileira seja muito modesta.

A ampliação da oferta deste óleo vegetal beneficiará a produção de biodiesel, por ser uma matéria-prima bastante competitiva e rica em termos de densidade energética.

Essa ampliação beneficiará, também, as indústrias alimentícias, de cosméticos, de produtos farmacêuticos, químicos e industriais. No âmbito deste programa, já foi realizado o Zoneamento Agroecológico da Palma, que indica as áreas aptas para plantios, observadas as restrições ambientais, sociais e edafoclimáticas.

O resultado será a expansão em base sustentáveis, preservando a natureza, sem desmatamento e, estimulando a recuperação de áreas degradadas na região amazônica.

O programa também já criou mecanismos de crédito para financiar a produção, associado a uma política de inclusão social, junto com um espaço sistemático de discussão permanente que busca reunir todos os atores envolvidos, públicos e privados.

No que concerne à comercialização de biodiesel para atendimento à mistura compulsória por lei, o Ministério de Minas e Energia continuou com o estabelecimento de diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos de biodiesel.

Trata-se de um mecanismo transparente de comercialização e que proporciona igualdade de acesso entre os fornecedores.

Assegura, ainda, a participação da agricultura familiar, haja vista a existência de um volume preferencial (80% do total leiloado) destinado às usinas detentoras do Selo Combustível Social. Até o final de 2010, serão realizados 20 leilões públicos.

A expansão da Petrobras Biocombustíveis (PBIO) foi também importante, principalmente em 2010, quanto ao aumento da capacidade das suas três unidades de biodiesel, localizadas em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG) e ingressou na parceria com sócio privado na unidade instalada em Marialva (PA).

Desenvolve, também, um projeto para uma nova usina com capacidade de 120 milhões de litros ano, a partir de óleo de palma, no estado Pará, em parceria com a GALP Energia (empresa portuguesa de petróleo).

Por outro lado, o desenvolvimento do mercado impõe novos desafios para 2011 e anos seguintes. O principal deles, no curto prazo, é o melhor equilíbrio entre demanda e oferta de biodiesel, haja vista o quadro atual com excesso de capacidade industrial instalada. Certamente, o equacionamento dessas questões poderá ser facilitado com o ingresso do Brasil nas exportações de biodiesel para outros países.

No médio prazo, podem ser destacados dois desafios. O primeiro é a diversificação das matérias-primas, reduzindo-se a participação relativa da soja e ampliando-se o uso de oleaginosas que, no momento, ainda não possuem escala produtiva compatível com a enorme dimensão da escala energética.

São exemplos a canola, o girassol, a palma de óleo, a mamona, entre outras. O segundo desafio de médio-prazo é consolidar a competitividade da agricultura familiar de maneira mais efetiva, sem a necessidade de mercados preferenciais, ou sem a necessidade de benefício tributário.

### 5.1.16 - Função Organização Agrária

A atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pode ser dividida em várias vertentes: agricultura familiar, desenvolvimento territorial, crédito fundiário e reforma agrária.

Entre 2006 e 2010 observa-se redução dos valores liquidados na função Organização Agrária de R$ 4.936 milhões em 2006 para R$ 3.406 milhões em 2008, e, no ano de 2009, um acréscimo de R$ 364 milhões.

Apesar da redução de dotação disponível em relação ao ano da crise financeira mundial, durante o ano de 2010 houve desempenhos favoráveis em todos os setores de atuação do Ministério. O volume de recursos emprestados nas linhas de crédito do Pronaf, no ano safra de 2009/2010, foi ampliado em R$ 2,21 bilhões em relação ao ano safra 2008/2009, um crescimento da ordem de 20,48%. No âmbito do desenvolvimento territorial, foram destinados R$ 19 milhões para a capacitação de 56.204 agentes de desenvolvimento e foram contratados 1.019 planos de trabalho de projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais.

Em 2010 foram assentadas 39.111 famílias. No período, também foram criados 203 projetos de assentamentos e 14.675 novas vagas para assentamentos de famílias. Outros 130 imóveis, totalizando 1,8 milhões de hectares, foram incorporados à reforma agrária. No período entre 2003 e 2010, cerca de R$ 1,8 bilhão foram destinados a ações de infra-estrutura, como abastecimento de água para consumo humano e construção de estradas de acesso, passando de pouco mais de R$ 61,4 milhões em 2003 para 275,2 milhões em 2010. Esse aporte de recursos possibilitou a implantação, em 2010, de 993 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 217 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros) além da construção e recuperação de 7.765 quilômetros de estradas. A assistência técnica para assentados fechou 2010 com 295.811 famílias atendidas e 195 projetos de desenvolvimento e recuperação de assentamentos concluídos, envolvendo 15.114 famílias.

No caso do crédito fundiário, desde 2003 houve crescimento significativo, alcançando, em 2010, 35 mil contratos assinados, correspondendo ao atendimento de mais de 81 mil famílias de trabalhadores rurais e obtenção de cerca de 1,3 milhões de hectares, com investimento superior a R$ 2,1 bilhões.

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO ORGANIZACAO AGRÁRIA 2006/2010**

| ORGANIZACAO AGRÁRIA | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| OFSS | 4.936.426.510 | 4.515.795.888 | 3.406.730.128 | 3.770.579.369 | 3.645.922.142 |
| OI | - | - | - | - | - |
| Gasto Tributário | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **4.936.426.510** | **4.515.795.888** | **3.406.730.128** | **3.770.579.369** | **3.645.922.142** |

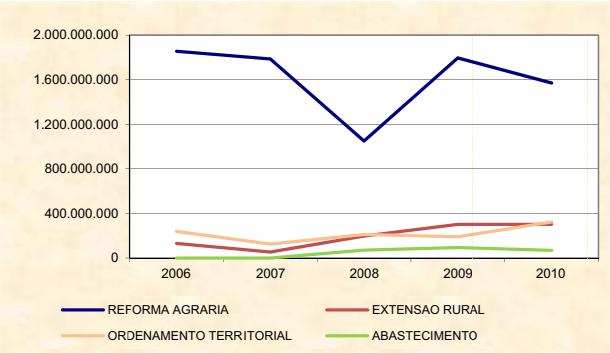
Fonte: SIAFI Gerencial

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E SUAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010**

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Reforma Agrária | 1.855.417.967 | 1.785.475.034 | 1.049.762.782 | 1.795.005.789 | 1.570.232.844 |
| Extensão Rural | 131.289.901 | 53.801.327 | 197.726.566 | 301.754.538 | 302.544.387 |
| Ordenamento Territorial | 238.532.922 | 125.262.352 | 211.649.219 | 190.764.719 | 323.710.637 |
| Abastecimento | 0 | 0 | 70.682.670 | 94.315.239 | 68.322.085 |
| Outras Subfunções | 2.711.185.721 | 2.551.257.175 | 1.876.908.891 | 1.388.739.083 | 1.381.112.189 |
| **TOTAL FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA** | **4.936.426.510** | **4.515.795.888** | **3.406.730.128** | **3.770.579.369** | **3.645.922.142** |

Fonte: Siafi Gerencial

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 2006/2010**



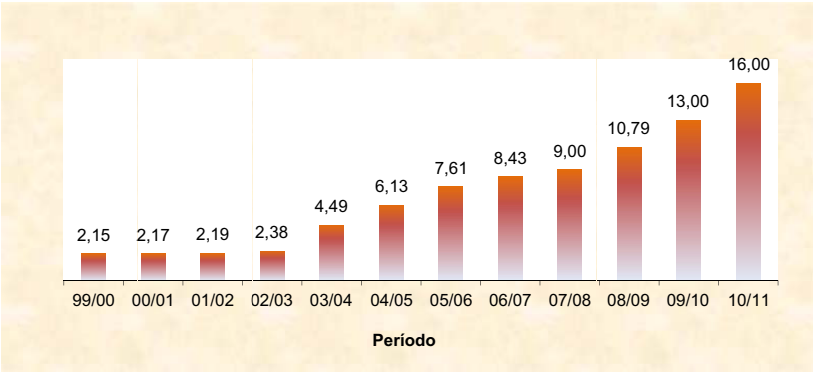

De 2009 para 2010, a execução orçamentária (incluindo restos a pagar) do MDA registrou queda de cerca de R$ 125 milhões. Os maiores decréscimos foram na subfunção Reforma Agrária, especificamente nas ações: Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – R$ 296 milhões, e Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – R$ 300 milhões. Em 2010 também foram registradas reduções no limite financeiro disponibilizado nas demais subfunções típicas da função Organização Agrária, acarretando reduções nos valores liquidados. Assim, na subfunção Reforma Agrária, o montante liquidado passou de R$1.795 milhões para R$1.570 milhões, e em Abastecimento, o valor variou de R$ 94 milhões em 2009 para R$ 68 milhões em 2010. Em sentido inverso, a subfunção Ordenamento Territorial cresceu de R$ 190 milhões em 2009 para R$ 323 milhões. No ano, os seguintes programas tiveram execução superior a 90% do orçamento disponibilizado, conforme demonstrativo:

| PROGRAMA | ORÇAMENTO 2010 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DISPONIBILZADO | EMPENHADO | % EMP/DISP | LIQUIDADO | % LIQ/DISP | VALORES PAGOS |
| PRONAF | 475.367.184,00 | 430.310.917,79 | 424.976.976,27 | 99% | 424.976.976,27 | 99% | 393.424.719,29 |
| PRONATER | 296.862.120,00 | 195.794.383,61 | 184.230.770,86 | 94% | 184.230.770,86 | 94% | 19.046.377,45 |
| **TOTAL** | **772.229.304,00** | **626.105.301,40** | **609.207.747,13** | **97%** | **609.207.747,13** | **97%** | **412.471.096,74** |

Fonte: Siafi

O volume de recursos emprestados nas linhas de crédito do Pronaf, no ano safra de 2009/2010, foi ampliado em R$ 2,21 bilhões em relação ao aplicado na safra 2008/2009, um crescimento da ordem de 20,48%. Uma das ações que impulsionaram os desembolsos foi a linha de crédito Pronaf Mais Alimentos, direcionada à modernização da infraestrutura produtiva das propriedades familiares, criada pelo MDA na safra 2008/2009. Nas safras 2008/2009 e 2009/2010, o Pronaf Mais Alimentos financiou R$ 3,8 bilhões, atendendo mais de 85 mil agricultores.

**UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF PELOS AGRICULTORES FAMILIARES VALORES NOMINAIS (R$ - BILHÕES)**




Fonte: SAF/MDA

O aumento da liberação de recursos entre as safras 2008/2009 e 2009/2010 foi acompanhado pelo crescimento dos contratos de crédito rural firmados via Pronaf nos dois períodos, de 1.449.685 para 1.558.930. Uma das ações que impulsionou esta retomada foi o Agroamigo, programa de microcrédito desenvolvido na região Nordeste pelo Banco do Nordeste.

**CONTRATOS DO CRÉDITO RURAL - PRONAF**

| ANO | CONTRATOS | MONTANTE (R$) |
|---|---|---|
| 2004 | 1.611.463 | 5.761.475.996,11 |
| 2005 | 1.671.183 | 6.404.190.129,32 |
| 2006 | 1.858.048 | 8.101.543.699,88 |
| 2007 | 1.719.296 | 9.300.473.779,87 |
| 2008 | 1.464.187 | 9.894.974.962,65 |
| 2009 | 1.406.118 | 10.974.360.848,73 |
| 2010 | 1.038.417 | 8.946.633.506,73 |

Fonte: SAF/MDA

No programa Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares, houve redução de 31% nos recursos empenhados entre 2009 e 2010. A destinação de recursos recuou de R$ 243,9 milhões para R$ 165,2 milhões. Os valores empenhados em 2010 correspondem a cerca de 96% do orçamento disponibilizado. O contingenciamento dos recursos foi a principal razão para a baixa execução orçamentária**.** Nos dois períodos também foi registrada uma diminuição superior a 70% do número de agricultores familiares atendidos, de 1.878.825 em 2009 para 444.025 em 2010. Em parte, este quadro se deve à ampliação do custo por beneficiário, de R$ 129,83 em 2009, para R$ 377,71 em 2010. Outra explicação é a nova forma de contratação dos serviços estabelecida pela Lei nº 12.188/2010, e pelo Decreto nº 7.215/2010, que dispõem sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). As instituições ou organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que prestam serviços de ATER passaram a ser selecionadas por meio de chamada pública.

**VALOR EXECUTADO E AGRICULTOR FAMILIAR ASSISTIDO DA AÇÃO FOMENTO ATER**

| EXERCÍCIO | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor Executado (R$ - milhões) | 54,95 | 107.74 | 164,48 | 148,80 | 243,93 | 165,21 |
| Agricultor Familiar Assistido | 749.691 | 1.305.932 | 1.232.001 | 803.228 | 1.878.825 | 444.025 |

Fonte: SAF

O Pronaf e a ATER são importantes ferramentas de redução das desigualdades regionais. São reforçadas por instrumentos como o programa Garantia-Safra, um seguro de renda que atende agricultores familiares do Semiárido que perdem sua produção devido à estiagem ou excesso hídrico. A adesão ao Garantia-Safra cresceu de 553.225 agricultores familiares na safra 2008/2009 para 661.802 na safra 2009/2010. No período, o número de municípios que aderiram a este seguro de clima nos estados do Nordeste e da região semiárida de Minas Gerais passou de 714 para 859. Em 2010, 798.198 agricultores familiares receberam o benefício, dos quais 221.782 aderiram ao Programa na safra 2008-2009 e 576.416 na safra 2009-2010.

Desde sua implantação, em 2003, o Garantia-Safra registra forte adesão de municípios e agricultores familiares. Durante o período 2003/2010, 3.142.530 adesões foram feitas, e o Fundo Garantia-Safra atendeu 1.976.387 agricultores que tiveram perda comprovada de pelo menos 50% da produção nas lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e algodão. O desembolso por agricultor, em 2010, foi de R$ 640,00. Com 3.142.530 adesões ao programa contabilizadas no período 2003-2010, o Fundo Garantia-Safra atendeu, no período, 2.004.452 agricultores familiares. Na safra 2010/2011 foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação no programa.

**MUNICÍPIOS PARTICIPANTES**

| ESTADO | 2002-2003 | 2003-2004 | 2004-2005 | 2005-2006 | 2006-2007 | 2007-2008 | 2008-2009 | 2009-2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | 1 | 13 | 19 | 19 | 0 | 12 | 11 | 24 |
| BA | 0 | 20 | 39 | 35 | 22 | 54 | 87 | 151 |
| CE | 160 | 74 | 146 | 161 | 152 | 167 | 161 | 172 |
| MA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 40 | 28 |
| MG | 0 | 52 | 18 | 22 | 8 | 9 | 26 | 35 |
| PB | 78 | 102 | 109 | 129 | 124 | 148 | 151 | 162 |
| PE | 26 | 49 | 44 | 48 | 46 | 57 | 57 | 60 |
| PI | 44 | 28 | 47 | 83 | 74 | 121 | 95 | 126 |
| RN | 0 | 7 | 26 | 35 | 33 | 52 | 69 | 87 |
| SE | 24 | 22 | 17 | 11 | 12 | 13 | 17 | 14 |
| **TOTAL** | **333** | **367** | **465** | **543** | **471** | **635** | **714** | **859** |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra/SAF

**ADESÕES DE AGRICULTORES**

| ESTADO | 2002 – 2003 | 2003 - 2004 | 2004 - 2005 | 2005 - 2006 | 2006 - 2007 | 2007 - 2008 | 2008 - 2009 | 2009-2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | 189 | 6.988 | 11.051 | 11.479 | 0 | 5.730 | 3.032 | 10.881 |
| BA | 0 | 7.000 | 8.907 | 9.148 | 6.063 | 15.176 | 22.645 | 64.879 |
| CE | 108.950 | 36.106 | 128.663 | 160.012 | 172.931 | 285.363 | 260.687 | 290.105 |
| MA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 118 | 6.036 | 5.153 |
| MG | 0 | 26.577 | 8.563 | 7.102 | 812 | 4.326 | 9.783 | 10.942 |
| PB | 29.972 | 37.562 | 49.755 | 54.791 | 59.310 | 74.345 | 83.329 | 82.205 |
| PE | 27.696 | 28.879 | 31.908 | 46.264 | 52.899 | 78.275 | 78.216 | 90.528 |
| PI | 18.761 | 12.602 | 23.543 | 38.206 | 34.210 | 63.286 | 55.848 | 68.316 |
| RN | 0 | 3.155 | 8.613 | 12.005 | 8.461 | 14.087 | 16.707 | 25.298 |
| SE | 14.724 | 18.970 | 16.858 | 17.577 | 11.635 | 17.900 | 16.942 | 13.495 |
| **TOTAL** | **200.292** | **177.839** | **287.861** | **356.584** | **346.321** | **558.606** | **553.225** | **661.802** |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra/SAF

**AGRICULTORES ADERIDOS QUE RECEBERAM O BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA**

| SAFRA | AGRICULTORES ADERIDOS | AGRICULTORES PAGOS | % |
|---|---|---|---|
| 2002-2003 | 200.292 | 85.056 | 42,47 |
| 2003-2004 | 177.839 | 75.810 | 42,63 |
| 2004-2005 | 287.861 | 211.339 | 73,42 |
| 2005-2006 | 356.584 | 106.081 | 29,75 |
| 2006-2007 | 346.321 | 316.000 | 91,24 |
| 2007-2008 | 558.606 | 182.147 | 32,61 |
| 2008-2009 | 553.225 | 423.538 | 76,56 |
| 2009-2010 | 661.802 | 604.481 | 91,34 |
| **TOTAL** | **3.142.530** | **2.004.452** | **63,78** |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação no programa. Vale destacar que as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, prefeituras municipais e governos estaduais.

Outra ação do MDA que promove distribuição de renda e inclusão social é o incentivo à participação da agricultura familiar na cadeia do Biodiesel por meio do Programa Nacional Produção de Biodiesel (PNPB), ação orçamentária interministerial que prioriza as regiões Norte e Nordeste. Um dos reflexos desta atuação é o crescimento da aquisição de matéria-prima.

Até 2010, o PNPB promoveu a criação de 63 Polos de Biodiesel no Brasil, que abrangem 1.091 municípios. O número de empresas que operam com o Selo Combustível Social chegou à 33, beneficiando diretamente a produção de oleaginosas por cerca de 100 mil famílias organizadas em 60 cooperativas de agricultores familiares. Destas, 40 mil são produtoras da região Nordeste, onde movimentam cerca de R$ 50 milhões.

Também foram firmadas parcerias no valor de R$ 10 milhões para implantar projetos de fomento das áreas de difusão e transferência de tecnologia, pesquisa, sementes, cooperativismo.

Outra importante ferramenta de acesso aos mercados para produtos da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação orçamentária que em 2010, destinou cerca de R$ 60 milhões para compras nas duas modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques. Estes recursos beneficiaram cerca de 11 mil agricultores familiares. Esse número cresce para 213 mil famílias quando incluídas as modalidades do PAA operadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com aquisições de alimentos superiores a 500 mil toneladas.

No período, os dois ministérios destinaram mais de R$ 800 milhões para compras de produtos da agricultura familiar por meio do PAA.

Nos sete anos do PAA, o MDA e o MDS destinaram mais de R$ 3,5 bilhões para a aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos produzidos, em média, por 160 mil agricultores familiares em 2.300 municípios. Os alimentos adquiridos contribuem para o abastecimento anual, em média, de 25 mil entidades, que atendem a cerca de 15 milhões de pessoas.

**EXECUÇÃO GLOBAL DO PAA (ORÇAMENTOS DO MDS E MDA) - 2003 A 2010**

| | MDS | | | MDA | | | TOTAL MDS E MDA | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Recursos Aplicados R$ (milhões) | Agricultores Familiares Participantes (mil) | Aquisição Alimentos (Ton) (mil) | Recursos Aplicados R$ (milhões) | Agricultores Familiares Participantes (mil) | Aquisição Alimentos (Ton) (mil) | Recursos Aplicados R$ (milhões) | Agricultores Familiares Participantes (mil) | Aquisição Alimentos (Ton) (mil) |
| 2003 | 144,92 | 42,07 | 135,86 | - | - | - | 144,92 | 42,07 | 135,86 |
| 2004 | 180 | 68,57 | 339,92 | - | - | - | 180 | 68,57 | 339,92 |
| 2005 | 333,06 | 87,29 | 341,75 | - | - | - | 333,06 | 87,29 | 341,75 |
| 2006 | 418,40 | 120,14 | 366,88 | 73,68 | 27,34 | 99,45 | 492,09 | 147,48 | 466,33 |
| 2007 | 396,47 | 122,68 | 378,32 | 64,58 | 16,21 | 62,51 | 461,06 | 138,90 | 440,83 |
| 2008 | 423,27 | 142,92 | 346,11 | 86,19 | 25,62 | 57,04 | 509,47 | 168,54 | 403,15 |
| 2009 | 501,39 | 116,32 | 396,16 | 89,63 | 20,85 | 113,79 | 591,03 | 137,18 | 509,95 |
| 2010 | 750,03 | 202,53 | 509,31 | 57,09 | 10,57 | 30,40 | 807,13 | 213,11 | 538,72 |
| **Total** | **3.147,56** | **902,56** | **2.814,34** | **371,19** | **100,61** | **363,20** | **3.518,760** | **1.003,18** | **3.177,55** |

Fonte: MDS/MDA/Conab
Dados estimados, referentes à 2010
OBS: O MDA passou a ter dotação orçamentária própria a parti de 2005

Os programas desenvolvidos pelo MDA que promovem distribuição de renda e inclusão social têm como suporte a estratégia de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial. Dentre esses programas, cabe ressaltar o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTRS). Integrante da Subfunção Ordenamento Territorial, o PDSTRS difunde - em parceria com estados, municípios e a sociedade civil organizada - o planejamento e a auto-gestão, estimula o fortalecimento das organizações sociais (sindicatos e associações) e financia obras e serviços destinados às comunidades rurais. Em 2010, o PDSTRS apoiou 164 territórios nas 27 unidades da federação, dos quais 120 fazem parte da ação Territórios da Cidadania. Os recursos totais aplicados foram da ordem de R$ 322,9 milhões. Os 164 Territórios abrangem 2.500 municípios, que ocupam uma área de 5.046.045,5 km2 (58,49 % da área total do país) e onde vivem cerca de 52,2 milhões de brasileiros (28,51% do total). Nestes territórios concentram-se 60,86 % dos beneficiários diretos das ações do MDA.

**DADOS FÍSICOS DO PROGRAMA EM 2010**

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | INDICADOR NO PPA | META 2010 (QTD) | REALIZADO (QTD) | % |
|---|---|---|---|---|
| Capacitação de Agentes de Desenvolvimento | Agentes capacitados | 25.000 | 56204 | 224,81 |
| Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS | PTDRS elaborados (1) | 20 | 18 | 90,00 |
| Apoio à Gestão dos PTDRS | n.º de Colegiados Territoriais consolidados | 40 | 36 | 90,00 |
| Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais | Territórios Rurais apoiados | 164 | 163 | 99,39 |
| Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária | Empreendimentos apoiados | 150 | 240 | 160,00 |
| Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara | Famílias Beneficiadas | 15.000 | 15.050 | 100,30 |

Fonte: SDT/MDA (em 12/01/2011) e Sigplan ((em 12/01/2011)
Observação: (1) Número de novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS a serem elaborados (Meta) e elaborados (Realizado) em 2010..

Em 2010, o PDSTRS destinou R$ 19 milhões à capacitação de 56.204 agentes de desenvolvimento, com a realização de 3.665 eventos formativos. Também foram concluídos 18 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elevando para 134 territórios atendidos por essa ferramenta de planejamento e gestão. Também foram destinados recursos da ordem de R$ 32 milhões no apoio à gestão dos PTDRS e fortalecimento dos colegiados e da gestão social nos territórios apoiados. Dos 116 planos territoriais elaborados nos exercícios anteriores, 67 concluíram, em 2010, o processo de revisão/qualificação.

Para o Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, em 2010 foram contratados 1.019 Planos de Trabalho, com investimentos da ordem de R$ 191,9 milhões. Esses planos beneficiaram 2.466 municípios em 163 territórios, sendo 702 apoiados diretamente e outros 1.764 indiretamente[1].

[1] Parte dos municípios apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços em 2010 está localizada fora dos 164 Territórios Rurais e da Cidadania apoiados pelo Programa. Isto se deu, principalmente, a operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados.

Por meio do Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), operacionalizado com recursos da ação orçamentária Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária, o PDSTRS destinou, em 2010, R$ 56,7 milhões para o apoio a 240 empreendimentos associativos/cooperativos, destacando-se as seguintes ações:

a) R$ 3,05 milhões à capacitação de 1.760 dirigentes de cooperativas e cooperados;

b) R$ 5,08 milhões em ações de apoio a 70 Bases de Serviços Técnicos[2];

c) R$ 1,37 milhão para a elaboração de 72 Planos de Negócios de Empreendimentos[3];

d) R$ 1,3 milhão para a elaboração de 56 Planos Territoriais de Cadeias Produtivas[4]; e

e) R$ 11,1 milhões para apoio a redes, elaboração de estudos, desenvolvimento de produtos, à participação ou realização de feiras, eventos e ações de apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos.

Outra ação envolveu o apoio à negociações entre cooperativas de crédito e agentes financeiros para facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural e ao micro-crédito. Isto contribuiu na ampliação da aplicação de crédito, de R$ 540 milhões na safra 2008/2009 para R$ 1.155 milhão na safra 2009/2010.

Com recursos da ação orçamentária Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste, o Projeto Dom Hélder Câmara destinou, em 2010, R$ 21,4 milhões para fortalecer processos locais, participativos e solidários de famílias agricultoras em oito territórios localizados no Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns); Rio Grande do Norte (Sertão do Apodi); Paraíba (Sertão do Cariri); Pernambuco (Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe); Sergipe (Sertão Sergipano); e Piauí (Sertão de São João do Piauí).

Estas ações beneficiaram 15.050 famílias com assistência técnica permanente e resultaram em ações como apoio a 21 feiras de agricultura familiar; 12 mil alunos beneficiados com educação do campo e convivência com o Semiárido; manutenção de nove fundos rotativos de micro-finanças rurais; e implantação de trinta Unidades Demonstrativas de Consórcios Agroecológicos de produção de alimentos com algodão, em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria.

[2] Bases de Serviços Técnicos (BST): entidades que prestam serviços dirigidos à dinamização econômica da agricultura familiar.

[3] Plano de Negócios de Empreendimentos (PNE): Instrumento de planejamento microeconômico, ligado à política pública de dinamização econômica nos territórios rurais..

[4] Plano Territorial de Cadeias Produtivas (PTCP): Instrumento ligado à política pública de dinamização econômica nos territórios rurais que aplica o ferramental metodológico de cadeias produtivas a produtos priorizados pelos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

**DADOS FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2010**

| Ação Orçamentária | META 2010 (1) (A) | REALIZADO (2) (B) | VALORES PAGOS (3) (C) | RAP PAGOS (4) | % (B/A) | % (C/A) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capacitação de Agentes de Desenvolvimento | 19.600.000 | 17.634.662 | 17.634.662 | 1.392.660 | 89,97 | 89,97 |
| Elaboração de PTDRS | 2.980.000 | 0 | 0 | 123.500 | 0 | 0 |
| Apoio à Gestão dos PTDRS | 27.000.000 | 23.345.047 | 21.416.757 | 8.739.675 | 86,46 | 79,32 |
| Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais | 362.666.655 **(5)** | 37.114.726 **(5)** | 37.112.100 **(5)** | 154.802.626 **(5)** | 10,23 | 10,23 |
| Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária | 32.115.684 | 27.472.150 | 27.472.150 | 29.260.115 | 85,54 | 85,54 |
| Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara | 22.199.996 | 21.368.693 | 21.368.693 | 19.746 | 96,26 | 96,26 |
| Gestão e Administração do Programa | 3.160.000 | 1.665.143 | 1.665.143 | 24.548 | 52,69 | 52,69 |

Fonte: Sigplan (em 12/01/2011)
(1) Com base nos valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais (LOA 2010 + Créditos).
(2) Com base nos valores de empenhos liquidados.
(3) Valores pagos até 31/12/2010
(4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2010
(5) Inclusive Emendas Parlamentares.

As ações do PDSTRS em 2010 alcançaram pelo menos 90% da meta do período, com destaque para a Capacitação de Agentes de Desenvolvimento (224,814%) e fomento ao cooperativismo (160%), potencializados por parcerias estabelecidas e a implementação, no exercício, de projetos contratados com recursos orçamentários de exercícios anteriores e de Restos a Pagar - RAP 2009 pagos em 2010. Com relação ao resultado financeiro, considerando-se os valores de empenhos liquidados em relação à meta do exercício, ressalva-se o desempenho das ações de Elaboração de Planos Territoriais (0%) e Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços (10,23%). No primeiro caso, os valores de Restos a Pagar 2009 pagos no exercício, somados aos valores liquidados do orçamento de 2010, contribuíram para melhorar o desempenho financeiro da ação e o alcance dos resultados físicos (163 territórios apoiados). Para ambas as ações, os valores empenhados no exercício (respectivamente R$ 2.980.000,00 e R$ 258.397.046,00) correspondem a 100% e 71,3% da meta anual do exercício.

Na ação de elaboração de planos territoriais, o orçamento de 2010 foi totalmente empenhado, porém, não houve a liquidação e pagamento em função de indisponibilidade de financeiro no final do exercício. Isso levou à inclusão desses valores em RAP 2010. Esses recursos serão utilizados na elaboração de novos planos territoriais para os restantes 30 territórios já incorporados ao programa e aos que deverão ser incorporados em 2011. O desempenho da ação de apoio a projetos de infra-estrutura e serviços foi afetado pelo fato de a legislação impedir a celebração de contratos durante o período eleitoral e a indisponibilidade de recurso financeiro para liquidação e pagamento dos projetos no final do exercício. Com relação aos Indicadores do Programa definidos para o PPA 2008/2011, o demonstrativo a seguir apresenta informações referentes aos índices previstos (no PPA 2007-2011) e alcançados no exercício de 2010.

**INDÍCES PREVISTOS E APURADOS EM 2010 PARA OS INDICARDORES DO PROGRAMA NO PPA 2008-2011**

| INDICADOR NO PPA 2007-2011 | DESCRIÇÃO | ÍNDICE 2010 | |
|---|---|---|---|
| | | PREVISTO NO PPA | APURADO EM 2010 |
| Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS | Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com PTDRS elaborado e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450) | 51,00 | 29,78 |
| Taxa de Atendimento em Infraestrutura | Relação percentual entre nº de Territórios Rurais com projetos de apoio à infraestrutura implementados e o número do total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450) | 53,33 | 36,22 |
| Taxa de Consolidação de Colegiados territoriais | Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com Colegiados Territoriais consolidados e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450) | 44,00 | 33,11 |

Fonte: SDT/MDA (em 12/01/2011) e Sigplan (em 12/01/2011)

As ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para promover distribuição de renda e inclusão social também abrangem políticas de reordenamento agrário, nas quais se destacam mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário, desenvolvimento e integração de assentamentos rurais e regularização fundiária. Uma dessas ações é o Programa Nacional de Crédito

Fundiário - PNCF, que possibilita o acesso à terra a trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados, diaristas, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc.) por meio de financiamento para aquisição de terras e investimentos em infra-estrutura.

Em 2010, mais de 5 mil famílias de trabalhadores rurais conquistaram a propriedade da terra, com a aquisição de 90 mil hectares, acesso à moradia, água, energia elétrica e assistência técnica. O investimento nestas ações foi da ordem de R$ 191,1 milhões, dos quais 36,5 milhões destinados a ações de combate à pobreza rural como recursos não reembolsáveis.

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO**

| INDICADORES | 2009 | 2010 |
|---|---|---|
| Operações | 5.160 | 3.382 |
| Famílias atendidas | 6.100 | 5.548 |
| Área adquirida | 94.467 | 90.031 |
| Valores investidos | 230.825.236 | 191.101.104 |

Fonte: Painel de Indicadores de 03-01-2011

O desempenho do PNCF no exercício de 2010 foi inferior ao de 2009, destacando-se a redução de 9% no número de famílias atendidas. Isso ocorreu, principalmente, devido a necessidade de adequação às resoluções CMN nº 3.861/2.010, e nº 3869/2010, que estabelecem a prorrogação das operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e novas condições de financiamentos para os beneficiários do PNCF.

Essa adequação também afetou a ação Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos – Fundo de Terras, que registrou, em 2010, 49% de execução física da meta de aprovação e contratação de propostas para o período. Outra ação afetada por essa adequação foi Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural. Com 2.169 famílias beneficiadas em 2010, esta ação alcançou 27 % da meta estipulada para período.

Nas demais ações do PNCF, os resultados superaram as metas estipuladas para 2010. A de Consolidação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária, beneficiou 18,1 mil famílias de trabalhadores rurais, 201% da meta prevista para o exercício. A de Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário, realizada por meio de convênios com entidades parceiras, atingiu 123% da meta prevista para 2010. A ação Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário atingiu 100% do previsto com a celebração de três contratos com os agentes financeiros: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal para a gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados à concessão de financiamentos referentes aos recursos do fundo de terras e da reforma agrária.

**PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO**

| Ação | Unidade De Medida | Previsto 2009 | Realizado 2009 | % De Execução Física 2009 | Previsto 2010 | Realizado 2010 | % De Execução Física 2010 | Meta Física 2011 (PLOA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário | Pessoa capacitada | 2.500 | 2.800 | 112% | 3.000 | 3.680 | 123% | 1.298 |
| Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras | Família beneficiada | 20.000 | 5.872 | 29% | 11.000 | 5.437 | 49% | 11.000 |
| Consolidação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária | Família beneficiada | 2.431 | 400 | 16% | 9.000 | 18.100 | 201% | 10.059 |
| Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural | Família beneficiada | 9.645 | 1.122 | 12% | 8.000 | 2.169 | 27% | 3.563 |
| Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário | Contrato mantido | 3 | 3 | 100% | 3 | 3 | 100% | 6 |

Fonte: Sigplan em 03-01-2011 e PLOA 2011

Outras ações de cadastro e regularização estão vinculadas ao programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, constante do Plano Plurianual 2008-2011. São elas: Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, que apóia os estados para implementação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, e Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária. Em 2010, a ação Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil possibilitou o cadastramento de 13.116 imóveis, o georreferenciamento de 12.470 e a titulação de 3.370. Levando-se em consideração o número de imóveis titulados como indicador final, a ação alcançou 37% da meta prevista para o período, o que se deve, principalmente, ao atraso nas atividades de cadastro, georreferenciamento e titulação. Esta é a razão para a não execução física de ações de Ação Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária em 2010.

**PROGRAMA GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS**

| Ação | Unidade De Medida | Previsto 2009 | Realizado 2009 | % De Execução Física 2009 | Previsto 2010 | Realizado 2010 | % De Execução Física 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil | Imóvel regularizado | 10.000 | 10.000 | 100% | 9.000 | 3.370 | 37% |
| Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária | Pessoa capacitada | 750 | 750 | 100% | 750 | 0 | 0% |

Fonte: Sigplan em 03-01-2011 e PLOA 2011

Desde 2003, a execução do PNCF vem tendo um crescimento significativo, alcançando, em 2010, 35 mil contratos assinados, atendimento a mais de 81 mil famílias de trabalhadores rurais e obtenção de cerca de 1,3 milhões de hectares, com investimento superior a R$ 2,1 bilhões. O programa oferece duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural (CPR), voltada a agricultores com renda familiar inferior a R$ 9 mil e patrimônio inferior a R$ 15 mil, e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), voltada para agricultores com renda familiar inferior a R$ 15 mil e patrimônio inferior a R$ 30 mil. O indicador do Crédito Fundiário está definido no PPA 2008-2011 como Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária. O índice inicial estabelecido em 2003 foi de 4,5%, com a previsão de atingir 13,76% até o final do PPA 2008-2011. O resultado da apuração do índice acumulado até 2010 foi de 11,62%.

**TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NA REFORMA AGRÁRIA NO PPA 2008-2011**

| INDICADOR DO PPA | REFERÊNCIA | | | ÍNDICE PREVISTO NO EXERCÍCIO | ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|---|---|
| | DATA | ÍNDICE INICIAL | ÍNDICE FINAL | | |
| Taxa de participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%) | 31/12/2003 | 4,5 | 13,76 | 10,98 | 11,62% |

Fórmula de Cálculo do Índice:
Relação percentual entre o nº de famílias atendidas com crédito fundiário e o nº de famílias cadastradas e famílias acampadas, identificadas, sem dupla contagem, medida em 2003 segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1.011 mil famílias (171 mil acampadas e 840 mil cadastradas).

O PNCF, desenvolvido em parceria com estados, municípios e organizações dos movimentos sociais, é uma política complementar à reforma agrária. Em 2010, em ação do Programa Assentamentos para Trabalhadores Rurais, o Incra assentou 39.111 famílias. No período, também foram criados 203 projetos de assentamentos e 14.675 novas vagas para assentamentos de famílias. Outros 130 imóveis, totalizando 1,8 milhões de hectares, foram incorporados à reforma agrária. Também, de 2003 a 2010, os recursos destinados à ação de obtenção (onerosa) foram cerca de R$ 7,5 bilhões, sendo que somente em 2010 foram efetivamente liquidados aproximadamente R$ 481,4 milhões para a obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. Essas áreas só serão contabilizadas como incorporadas à Reforma Agrária após a criação do projeto de assentamento. Em relação a 2009, houve uma redução no custo de hectare obtido, de R$ 1.620,55 para R$ 1.399,00. Ao longo de 2010, por meio da ação de Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis, foram vistoriados 2,8 milhões de hectares. Estas ações têm como objetivo a promoção, identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção para reforma agrária.

A execução física desta atividade demandou R$ 12,9 milhões no período, com a realização de perícias judiciais em 92 imóveis (195,2 mil hectares), 90 imissão de posses (171,8 mil hectares), notificação a 864 proprietários rurais e levantamento de registros cartoriais e de cadeia dominial de 882 imóveis.

| INDICADOR (UNIDADE MEDIDA) | PREVISTO NO EXERCÍCIO | ATINGIDO NO EXERCÍCIO |
|---|---|---|
| Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária | 110,00 | 112,88 |

Fonte: Incra

Atualmente existem 8.763 projetos de assentamento no país implantados pelo Incra, numa área de aproximadamente 85,8 milhões de hectares, onde residem cerca de 924,2 mil famílias. Destas, 613.720 foram assentadas entre 2003 e 2010.

**FAMÍLIAS ASSENTADAS, PROJETOS E ÁREAS – 2003 A 2010**

| UNIDADE | PERÍODO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | ATÉ 2002 | (%) | 2003 A 2010 | (%) | TOTAL |
| Projetos | 5.212 | 59,5% | 3.551 | 40,5% | 8.763 |
| Área (ha) | 37.458.163 | 43,7% | 48.335.366 | 56,3% | 85.793.529 |

Fonte: SIPRA/INCRA/Incra.

No exercício 2010, por meio da ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, inserida no programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, foram cadastradas 17.895 famílias. Esta ação tem como objetivo identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, procedimentos estes que são controlados através do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA/INCRA. Tal ação executou R$ 5,6 milhões em 2010. Uma das explicações para a taxa de cadastramento, obtida frente ao índice proposto, foi o fato de ocorrer eleições em 2010, situação que influenciou o cadastramento de novas famílias.

| INDICADOR (UNIDADE MEDIDA) | PREVISTO NO EXERCÍCIO | ATINGIDO NO EXERCÍCIO |
|---|---|---|
| Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA/INCRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária | 11,00 | 46,33 |

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária SIPRA/INCRA

Não foi registrada, em 2010, a consolidação de assentamentos. Para que isso ocorra é necessário cumprir pré-requisitos como: demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quando existentes; concessão do Crédito Apoio à Instalação; habitação para as famílias assentadas (oriundas do crédito habitação ou não); infra-estrutura básica concluída (estradas de acesso, abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural); e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas. Também são avaliadas as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas, ações que exigem a atuação articulada de diversos setores.

Em 2010, as ações implementadas com vistas a atender pré-requisitos para a consolidação de assentamentos resultaram na regularização fundiária e titulação de 62.605 imóveis, ou 55,64% da meta pactuada (112.521 imóveis, sendo 24.356 do Programa Terra Legal e 88.165 da DF/INCRA). O percentual sobre a meta pactuada avançou em relação a 2009, quando alcançou 30,79%.

No exercício também houve um incremento da ação Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária. Junto aos órgãos ambientais estaduais foram protocoladas 838 licenças Prévias (LP) e de Instalação e Operação (LIO e similares), o que corresponde a 210,55% da meta estabelecida. No período foram emitidas 398 licenças (28,86% da meta). Houve um avanço percentual em relação à meta de assentamentos licenciados de 2009, quando alcançou 25,1%.

Em 2010, foram liquidados aproximadamente R$ 12 milhões nessa ação, dos quais R$ 5,9 milhões foram efetivamente pagos. Até o final do exercício foram licenciados 1.942 projetos, em um universo de 6.729 projetos sobre os quais tem responsabilidade pelo licenciamento ambiental. Excluem-se deste total novos projetos, que, por lei, devem ser previamente licenciados. Essa ação está inserida no Plano Plurianual – PPA 2008/2011, visando viabilizar e agilizar a realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento dos projetos de assentamento; a obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio e de instalação e operação; bem como o pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações e pagamento de taxas relativas à averbação da Reserva Legal (RL). No período de 2003 a 2010, 5.443 licenças foram protocoladas. Deste total, 2.936 licenças foram expedidas, incluindo também as renovações de licenças.

**PROJETOS DE ASSENTAMENTOS COM LICENÇA AMBIENTAL EM VIGOR**

| DESCRIÇÃO | RESULTADO 2009 (%) | RESULTADO 2010 (%) |
|---|---|---|
| Projeto de Assentamento com licença ambiental em vigor | 25,1 | 28,86 |

Fonte: SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente

Além da ação de licenciamento ambiental, a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais de assentamentos estão contemplados por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente, de forma especial para a conservação ou recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), recuperação de áreas degradadas. O objetivo é cumprir as exigências estabelecidas pelos Órgãos Ambientais de Meio Ambiente durante o processo de licenciamento ambiental.

Para esta ação, foram disponibilizados, em 2010, R$ 11,7 milhões, dos quais R$ 5,7 milhões foram efetivamente pagos, beneficiando 3.550 famílias em 112 assentamentos. Outros 231 projetos de manejo encontram-se em execução, envolvendo 402 assentamentos e 23,5 mil famílias.

No período de 2003 a 2010, mais de 86% da área incorporada à reforma agrária (41,9 milhões de hectares) foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Os Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados contemplam Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto Agro-Extrativista (PAE), Reservas Agro-Extrativistas (RESEX) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), entre outros.

Outra linha de ação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento é desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária. A ação de Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento tem como objetivo prover ou recuperar os projetos rurais de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável mediante ações como implantação ou recuperações de estradas vicinais, redes elétricas, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água.

No período entre 2003 e 2010, cerca de R$ 1,8 bilhão foram destinados a ações de infra-estrutura, passando de pouco mais de R$ 61,4 milhões em 2003 para 275,2 milhões em 2010, dos quais R$ 55,5 milhões foram efetivamente pagos, correspondente a 20,17% do total liquidado.

No exercício 2010, a ação acesso à moradia nos assentamentos atendeu cerca de 28 mil famílias, que tiveram recursos depositados nas contas das associações dos assentamentos para a construção ou recuperação de casas. Além disso, foram realizadas 31,2 mil operações envolvendo as demais modalidades do Crédito Implantação, totalizando o atendimento a mais de 59,2 mil famílias, ou seja, 93,98% da meta originalmente prevista de 63 mil famílias. Do executado em 2010, parte se deu com recursos do orçamento do ano (23,7 mil famílias) e parte com o orçamento de exercícios anteriores (35,5 mil famílias). Outras 21,5 mil famílias foram beneficiadas mediante complementação de crédito, nas modalidades que sofreram reajuste de valor, e que não foram somadas à meta executada, tendo em vista que pode se tratar das mesmas famílias já contabilizadas.

Do ponto de vista orçamentário, foi autorizado em 2010 o montante de R$ 881,3 milhões para atender as famílias assentadas através das modalidades previstas para o Crédito Instalação. Apenas 18,38% (R$ 161,9 milhões) foram efetivamente pagos, o que provocou a inscrição do restante inscrito em restos a pagar. Desse total, 65,1% destinaram-se às famílias das regiões Norte e Nordeste.

O exercício 2010 também mostra uma elevação no cumprimento das metas de atendimento do acesso à água para consumo doméstico. O resultado foi de 57,2%, acima dos 25,9% de 2009. No exercício 2010, foram implantados 993 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 217 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros).

O crescimento também se registra nas ações de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso para o escoamento da produção, que alcançou 123,41% da meta pactuada para 2010 e 92,9% em 2009. No exercício 2010 foram construídos e recuperados 7.765 quilômetros de estradas. Destaca-se que estas famílias foram beneficiadas tanto com orçamento de 2010, como de restos a pagar de outros exercícios. As famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

No período de 2003 a 2010 ocorreu uma evolução das famílias efetivamente beneficiadas com ações de infraestrutura. No quantitativo de famílias beneficiadas, ela é acentuada até 2005. Depois há sucessivas reduções, até o ano de 2009. Em 2010, verifica-se novo aumento no número de famílias beneficiadas. Entre as parcerias estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, destaca-se a com o Ministério de Minas e Energia (MME) que, através do Programa Luz para Todos, proporcionou acesso à energia elétrica a mais de 218 mil famílias entre 2003 e 2010.

Outra evolução em relação a 2009 foi registrada no percentual de atendimento de famílias assentadas com serviços de Assistência Técnica e Social aos

Assentados – ATES , de 29,83% para 31,98% em 2010. Mesmo com os ajustes nos marcos legais desta ação em 2009 e 2010, que provocaram atraso no lançamento dos editais de contratação, a ATES fechou 2010 atendendo 295.811 famílias.

Também foram concluídos 195 planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e de Recuperação de Assentamentos (PRA), que envolveu 15.114 famílias. Atualmente, os serviços de assistência técnica para assentados são prestados por cerca de 70 entidades, com mais de 3 mil técnicos.

Outra atividade estruturante, incluída no programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, é a de fomento à agroindustrialização e à comercialização.

A ação conhecida como "Terra Sol" viabiliza o incremento de renda dos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis e valoriza características regionais, experiências e potencialidades locais. Nessa ação foram disponibilizados, em 2010, R$ 9,8 milhões, dos quais R$ 6,3 milhões foram efetivamente pagos, beneficiando 16.126 famílias. Outras 27.922 famílias estão envolvidas em projetos atualmente em execução (ou em vias de se iniciar).

Outra ação é a Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, que desenvolve nos assentamentos serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, o que inclui levantamento de potencialidades do solo, suas adversidades naturais e a identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Essas ações atenderam, em 2010, 67.389 famílias, com a liquidação de R$ 14,2 milhões, dos quais R$ 4,2 foram efetivamente pagos. A maioria das famílias atendidas (57,3 mil famílias) foi atendida mediante recursos originários de restos a pagar de exercícios anteriores.

Ainda no âmbito do programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, destaca-se a ação Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, que, em caráter provisório ou definitivo, transfere o domínio de imóveis rurais em áreas de assentamentos para beneficiários da reforma agrária e entidades públicas ou privadas.

Em 2010, esta ação executou R$ 2,9 milhões, com a concessão de 48.021 títulos (248,68% da meta originalmente prevista de 19.310 títulos). Destes, 98% (47.335) foram de títulos de concessão de uso e 2% (824), de títulos de domínio.

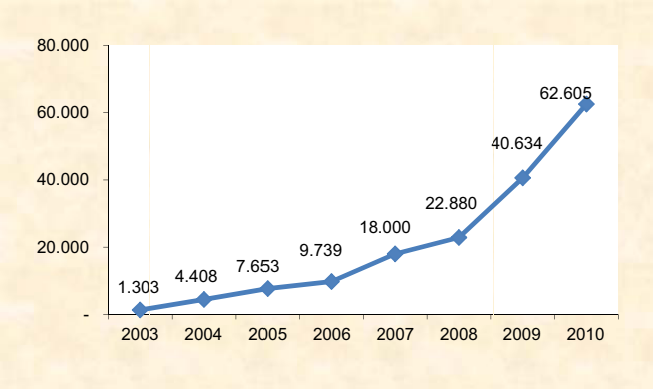
No tocante à execução orçamentário-financeira da ação de Regularização Fundiária, no período de 2003 a 2010, fica evidente o incremento desta execução ocorrida nos últimos anos, apesar da relativa queda dos recursos aplicados em 2010, onde foram disponibilizados R$ 12,6 milhões, dos quais cerca de 30% (R$ 4,6 milhões) foram efetivamente liquidados e pagos no exercício.

Destaca-se que neste ano, devido à readequação da regularização fundiária na Amazônia Legal e dos recursos inscritos em restos a pagar, essa ação teve um contingenciamento de aproximadamente R$ 13,1 milhões de reais e suplementação negativa de R$ 32,9 milhões, o que não chegou a afetar de forma significativa o número de títulos efetivamente entregues aos beneficiários, tendo em vista valores de restos a pagar de exercícios anteriores.

A execução física final no ano de 2010 proporcionou a regularização de uma área de 717.804,93 ha, obtida por meio da emissão de 62.605 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal, elevando em cerca de 55% a execução verificada no ano anterior.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução do número de títulos emitidos entre os anos de 2003 e 2010, o que indica o expressivo aumento desta atividade nos últimos anos.

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (IMÓVEIS REGULARIZADOS)**




Fonte: Relatório de Gestão - DF/SRFA/INCRA

Também integra o programa a ação Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, que visa regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. A execução física em 2010 proporcionou regularizar uma área de 717.804,93 hectares por meio da emissão de 62.605 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal, elevando em cerca de 55% a execução verificada em 2009. O maior volume de área e imóveis regularizados aparece no final da execução dos convênios, uma vez que se trata de uma ação dependente de outras para sua completa conclusão (em especial o georreferenciamento).

Observa-se ainda que a regularização fundiária na Amazônia inicia-se pelo cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada nos exercícios de 2009 e 2010, a qual cadastrou mais de 60 mil ocupações, com uma área aproximada de seis milhões de hectares. Em 2010 foram entregues 40 títulos de doação em 23 municípios do Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso.

A ação Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural também faz parte do programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, e tem por finalidade auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais públicos e particulares, com vistas à melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária; bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Ainda figura como objetivo desta ação modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos (SGBD), para permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Em 2010, foram emitidos 4.295.214 certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), dos quais 26,9% via internet. Foram também realizadas 407.393 atualizações cadastrais.

Uma das ações estruturantes do processo de Regularização Fundiária é o Georreferenciamento da Malha Nacional. Em 2010, o MDA/Incra georreferenciou 79.580 imóveis em todo o país, o que corresponde a aproximadamente 4,5 milhões de hectares e certificou 7.814 imóveis particulares. Na Amazônia Legal foram realizados quatro pregões para georreferenciar 11 milhões de hectares, com aproximadamente 70 mil ocupações e mais de mil quilômetros de perímetros de áreas urbanas consolidadas.

**5.1.17 - Função Indústria**

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) tem como atribuições o desenvolvimento: da indústria; do comércio e serviços; da propriedade intelectual e transferência de tecnologia; da metrologia, normalização e qualidade industrial; e das políticas de comércio exterior. A atuação do MDIC tem forte ressonância no desenvolvimento industrial e econômico do país, haja vista as áreas influenciadas pelas iniciativas do Órgão.

As áreas que congregam a atuação do MDIC e a expertise desenvolvida pelo seu corpo técnico vêm consolidando o Ministério como o Coordenador da Política Industrial brasileira em âmbito de governo. A Política Industrial é um instrumento de governo promissor para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico, tendo em vista que trabalha principalmente com a integração setorial. Esse instrumento entende que o manejo das variáveis macroeconômicas, por mais adequado que seja, é insuficiente para conduzir o país ao desenvolvimento sustentável e à capacitação industrial e tecnológica de que os brasileiros necessitam.

Perante o desafio histórico de promover o desenvolvimento econômico brasileiro, o Governo Federal lançou, em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A Coordenação Geral da Política foi atribuída ao MDIC e a função de Secretaria-Executiva, à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério da Fazenda (MF). A estrutura de governança da Política destaca a iniciativa de articulação governamental dos atores estratégicos.

As diretrizes dessa Política Industrial têm como norte a promoção da competitividade de longo prazo da economia, a consolidação da confiança na capacidade de crescimento da economia, a integração dos instrumentos de políticas existentes, o fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e o aprofundamento da articulação com o setor produtivo privado. Na coordenação da PDP, o MDIC, em parceria com outros órgãos de governo e com o setor produtivo, busca contribuir para a consolidação de um Brasil mais competitivo, mais justo e rico em oportunidades.

A crise financeira internacional que abalou o mundo em meados de 2008 e seus desdobramentos trouxeram novas preocupações ao governo brasileiro, tendo em vista que ela afetou principalmente os países mais ricos e influentes na economia mundial. Entretanto, diversas iniciativas estruturais, tomadas antes da eclosão da crise e mantidas desde então, ajudaram o Brasil na superação das restrições provocadas pela redução das taxas de crescimento das economias centrais. Dentre essas iniciativas, destacam-se o aumento da proteção social, a expansão dos investimentos públicos, principalmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações tributárias, a ampliação do financiamento e melhorias de condições de crédito ao setor empresarial, associadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Em 2010, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo continuaram a focar principalmente: no fortalecimento do mercado interno, visando mitigar os efeitos da crise internacional; na ampliação e diversificação dos mercados e destino das exportações do país; na internacionalização de empresas de capital brasileiro; nos instrumentos de defesa comercial, metrologia e qualidade industrial e de propriedade intelectual, além das negociações de acordos internacionais de comércio.

Ao término de 2010, vários indicadores da economia brasileira já mostram que o Brasil se saiu muito bem no desafio da crise. A abordagem de enfrentamento do governo foi importante para que a crise não se aprofundasse. As políticas adotadas – visando aumentar a oferta de crédito pelos bancos públicos, manter os investimentos dos programas sociais e do PAC e desonerar tributariamente setores estratégicos da economia – incentivaram empresários e trabalhadores a produzir e a consumir, a fim de que não se formasse um círculo vicioso decorrente da postergação dos investimentos e do consumo, o que implicaria em desemprego e estagnação econômica.

Apesar dos avanços e conquistas dos últimos anos que alçaram o Brasil a padrões de governança coorporativos semelhantes aos exigidos internacionalmente, os desafios para os próximos anos continuarão a exigir articulação ainda maior com o setor privado, para consolidar e aumentar o número de empresas exportadoras, agregar valor aos produtos nacionais e aumentar o esforço de inovação tecnológica das empresas para incentivar a produtividade e a competitividade dos bens e serviços brasileiros em um cenário não muito promissor, em virtude de políticas adversas, restritivas e protecionistas, que vêm sendo adotadas no mundo pós-crise.

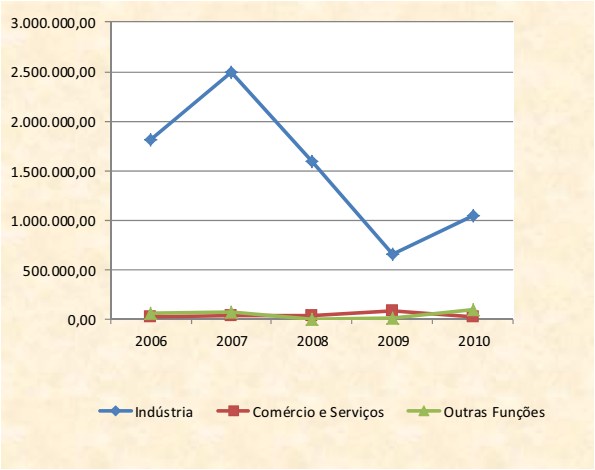
A missão institucional do MDIC está relacionada, sobretudo, a duas funções de governo: Indústria e Comércio e Serviços. Nessas duas áreas de atuação do setor público, foram destinados, em 2010, 91,7% dos recursos públicos executados no âmbito do Ministério. Do valor total empenhado líquido, que foi da ordem de R$ 1,0 bilhão, o montante de R$ 1,03 bilhão (89,5%) foi executado na função Indústria e a quantia de R$ 25,4 milhões (2,2%), na função Comércio e Serviços. O demonstrativo a seguir apresenta os valores empenhados líquidos no período 2006-2010.

**VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR FUNÇÃO**
**PERÍODO 2006-2010**

R$ mil

| FUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Indústria | 1.811.260,9 | 2.492.118,4 | 1.595.986,1 | 657.277,7 | 1.039.213,8 |
| Comércio e Serviços | 22.349,7 | 37.670,8 | 39.344,3 | 79.792,0 | 25.435,2 |
| Outras Funções | 55.646,9 | 71.807,2 | 3.162,0 | 12.028,1 | 95.238,1 |
| **TOTAL** | **1.889.257,6** | **2.601.596,5** | **1.638.492,5** | **749.097,9** | **1.159.887,3** |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 31/01/2011




Fonte: Siafi Gerencial - 31/01/2011

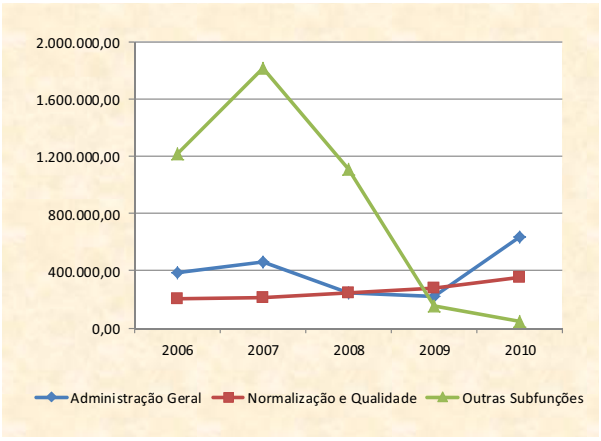
Em relação à função Indústria, os valores liquidados em 2010 se concentraram nas subfunções Administração Geral e Normalização e Qualidade, conforme demonstrado a seguir.

**VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO**
**FUNÇÃO INDÚSTRIA (2006-2010)**

R$ mil

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Geral | 387.142,3 | 463.754,0 | 243.994,8 | 219.222,9 | 639.740,4 |
| Normalização e Qualidade | 203.197,0 | 210.161,8 | 242.870,8 | 279.996,1 | 351.765,7 |
| Outras Subfunções | 1.220.921,4 | 1.818.202,5 | 1.109.120,4 | 158.058,6 | 47.707,6 |
| **TOTAL** | **1.811.260,9** | **2.492.118,4** | **1.595.986,1** | **657.277,7** | **1.039.213,8** |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 31/01/2011




Fonte: Siafi Gerencial – 31/01/2011

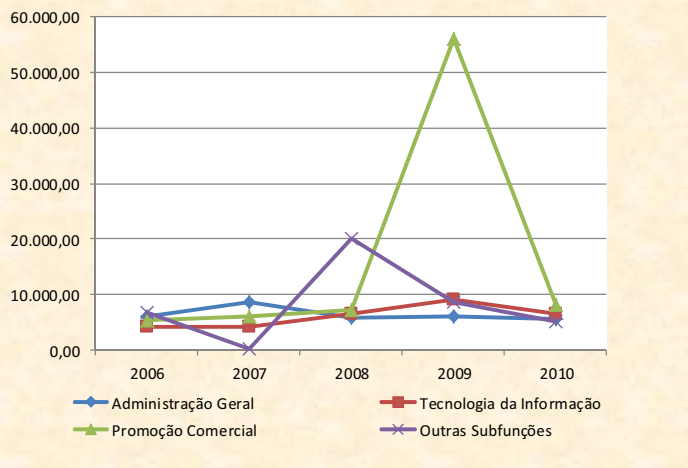
No que tange às políticas de comércio e serviços, que tem como objetivo a formulação e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do país nesses setores de alta relevância, os principais resultados de 2010 ocorreram nas subfunções Administração Geral, Tecnologia da Informação e Promoção Comercial.

**VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO**
**FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS (2006-2010)**

R$ mil

| SUBFUNÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Geral | 6.067,7 | 8.617,5 | 5.783,9 | 6.028,0 | 5.646,8 |
| Tecnologia da Informação | 4.040,0 | 4.191,5 | 6.457,4 | 9.147,2 | 6.571,1 |
| Promoção Comercial | 5.410,5 | 6.100,6 | 7.112,4 | 56.015,6 | 8.213,5 |
| Outras Subfunções | 6.831,4 | 156,0 | 19.990,4 | 8.601,1 | 5.003,6 |
| **TOTAL** | **22.349,7** | **37.670,8** | **39.344,3** | **79.792,0** | **25.435,2** |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 21/01/2011



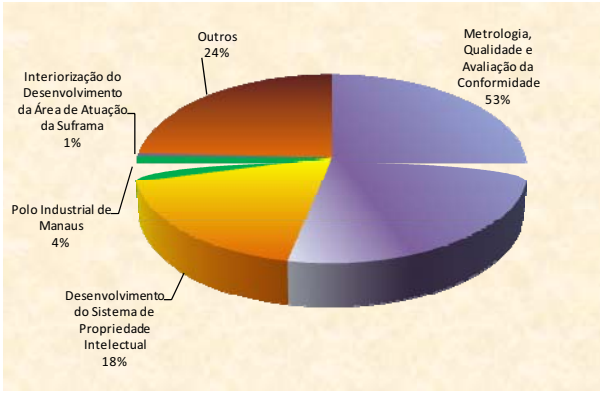

Fonte: Siafi Gerencial – 31/01/2011

A seguir, serão apresentados os principais resultados deste MDIC, por função governamental, obtidos pelos programas finalísticos que contribuíram sobremaneira para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ao longo de 2010.

**Função Indústria**

Em 2010, os principais programas finalísticos de governo que apresentaram execução orçamentária na área de ação governamental Indústria foram: Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade, com valor empenhado líquido equivalente a R$ 548,7 milhões, correspondente a 53,1% do total executado pelo MDIC nessa função de governo; Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual, no qual foi executado o montante de R$ 186,3 milhões, correspondente a 18,0% do total na função; Polo Industrial de Manaus, que apresentou execução de R$ 42,7 milhões, equivalente a 4,1% do total na função; e Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa, com execução de R$ 5,0 milhões, que representam 0,4 % do total da função.

**FUNÇÃO INDÚSTRIA POR PROGRAMAS**




Fonte: Siafi Gerencial – 20/01/2011

No programa Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade, a estimativa é que o indicador "Taxa de Credibilidade do Inmetro Junto à População" obtenha o índice de 90,0 em 2010, bem próximo da meta do indicador para o final do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que é um índice de 93,0. No caso do indicador "Taxa de Reconhecimento do Inmetro", a estimativa é que ele obtenha o índice de 49,0, próximo também da sua meta para o final do PPA, que é um índice de 51,0. A apuração oficial desses indicadores somente ocorrerá em março de 2011.

O programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual, de responsabilidade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), possui seis indicadores. Os de "Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial" e de "Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia" alcançaram 100% de suas metas. Nos indicadores que refletem o acesso das empresas brasileiras ao sistema de propriedade intelectual, denominados "Volume de Depósitos de Patente de Invenção - Prioridade BR" e "Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade - Prioridade BR", o alcance foi de, respectivamente, 50% e 49% da meta. Em ambos os casos, não é possível uma avaliação adequada dos índices obtidos, uma vez que os depósitos de patentes dependem da dinâmica da economia e não apenas das ações do INPI que visam trazer mais atores para o sistema de propriedade intelectual no país.

O indicador "Prazo de Concessão de Patentes" caiu no ano de 2010 para 8,3 anos, em consequência das mudanças internas realizadas na Diretoria de Patentes, tais como o aumento de pessoal, criação de mecanismos para processamento eletrônico e aperfeiçoamentos nos procedimentos administrativos. A expectativa é de redução continuada deste indicador, em consonância com a Diretriz Estratégica de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a 4 anos a partir do depósito do pedido de patente.

O indicador "Prazo de Concessão de Registro de Marca" atingiu 2,53 anos, quando o previsto era 0,8 ano. Um fato que afetou negativamente o indicador foi a diminuição do ritmo de produção no primeiro semestre de 2010 devido ao processamento quase exclusivo de pedidos com oposição, atividade que demanda, em geral, mais tempo do que o exame de pedidos sem oposição.

A missão institucional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é desempenhada por meio de dois programas finalísticos de governo: programa "Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa" e "Polo Industrial de Manaus".

A importância do programa Polo Industrial de Manaus se justifica pela contribuição para redução das diferenças econômicas e sociais frente às regiões mais desenvolvidas do país. Em 2010, o Indicador de "Mão-de-Obra no Polo Industrial de Manaus" apresentou aumento de 11% (10.219 novos postos de trabalho) em relação a 2009 (92.670), com previsão de superar o recorde de 2008 (106.893).

O indicador "Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus" exprime a relação das exportações e importações, demonstrando que as exportações corresponderam a 9,95% do montante importado. As exportações do PIM atingiram US$ 966,94 milhões no balanço de janeiro a novembro, o que representa um crescimento de 23,85% em relação ao mesmo período de 2009 (US$ 780,67 milhões).

A Taxa de Agregação de Valor Local obteve o índice de 3,60% em 2010, com incremento de 31,38% em relação ao Índice de 2009 (2,74), superando as perspectivas previstas para o ano de 2010 (2,95). A Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal, relativa ao acumulado até outubro de 2010, foi de 60,58%, abaixo da meta prevista para o exercício (64%). Todavia, com

incremento de 1,68 pontos percentuais superior ao índice de 2009.

O MDIC, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), busca incentivar o crescimento e a inovação tecnológica, promover a competitividade e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento científico e industrial do País, mediante a avaliação da conformidade, da metrologia e da qualidade.

O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) objetiva promover padrões de eficiência energética aos eletrodomésticos brasileiros. Até 2010, o PBE desenvolveu 30 programas, tornando o Brasil o país com o maior programa de etiquetagem do mundo, desde a linha branca de eletrodomésticos até as energias renováveis, a energia elétrica e outros combustíveis utilizados em fogões e aquecedores a gás, bem como automóveis e, mais recentemente, edificações. Em 2010 foi concluído estudo de avaliação dos impactos do PBE em refrigeradores. O resultado indicou economia da ordem de R$ 11,1 bilhões nas contas de energia elétrica dos consumidores desde sua implantação, em 1984.

Em convênio com o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Inmetro continuou o trabalho de inspeção dos ônibus ao saírem da fábrica, objetivando garantir segurança e qualidade no transporte dos estudantes da educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais, inclusive de cadeirantes. Desde o seu lançamento em 2007, 2.700 municípios aderiram ao programa e efetuaram a compra de mais de 6.000 ônibus escolares (4.800 inspecionados pelo Inmetro). Estima-se que mais de 220.000 alunos foram beneficiados com essa prática.

Com o objetivo de equipar os laboratórios de informática de todas as escolas públicas do Brasil, o Inmetro, em convênio com o MEC e FNDE, realizou ensaios em amostras cedidas pela empresa vencedora de edital do FNDE, a fim de verificar a aderência delas aos requisitos técnicos e de segurança previstos pelo termo de referência do Projeto ”Um Computador por Aluno – UCA”.

Na área de biocombustíveis, o Brasil tem liderança mundial em metrologia. Foi concluído o Projeto Biorema, que adotou padrões de medição de bioetanol e biodiesel (soja e gordura animal), e possibilitou, ainda, o desenvolvimento de Material de Referência Certificado (MRC) de biodiesel de colza por parte da União Européia. Esses materiais servem de ferramenta para facilitar a comercialização do biocombustível no mundo e eliminar eventuais barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foram inaugurados dois laboratórios. O Laboratório de Vazão de Líquidos e o Laboratório de Velocidade de Fluidos irão garantir maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e gás no abastecimento doméstico, na produção de bebidas e fármacos, nos estudos oceânicos e nas plataformas de petróleo do pré-sal.

O Inmetro iniciou a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), em parceria com o INPI, que constituir-se-á num conjunto de laboratórios para a manutenção de linhagens de micro-organismos (bactérias, fungos filamentosos e leveduras) e de células animais e que deverá funcionar como uma instituição para o depósito de material biológico para fins de patentes. Em 2010, no Laboratório de Biotecnologia, foi estudado o processo de produção do etanol a partir do bagaço de cana-de-açúcar e do uso de novos micro-organismos isolados de sistemas biológicos eficientes na degradação. Foi desenvolvido o padrão de bagaço de cana-de-açúcar para celulases, que está em fase de patenteamento.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é o responsável pelo programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual, cuja importância está ligada à promoção do uso estratégico e à redução da vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual, de modo a estimular a inovação, promover a competitividade e favorecer o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Dentre as realizações do Instituto em 2010, o uso de ferramentas de tecnologia da informação já mostrou seus resultados na área de marcas. Ao completar quatro anos, o sistema e-Marcas, que permite o depósito via Internet, chegou a cerca de 70% do total de solicitações de marcas no período, e deverá continuar crescendo. A área de patentes permite a apreciação dos resultados já alcançados. Após a contratação de examinadores qualificados, que passaram de 112 examinadores em 2005 para 253 examinadores em 2010, as concessões de patentes aumentaram de 1.855 para 3.153 em 2009, alcançando 3.620 concessões ao fim do ano de 2010.

O sistema e-Patentes, para depósito e processamento dos pedidos em meio eletrônico, foi desenvolvido a partir de software do Escritório Europeu de Patentes (EPO, na sigla em Inglês). Dispensando completamente a movimentação de papel, o sistema, que entrou em teste em dezembro de 2010, estará totalmente implantado até o terceiro trimestre de 2011. Ele facilitará tanto a ação do usuário, que poderá fazer as solicitações e acompanhar o andamento do processo via Internet, como também otimizará o fluxo do trabalho de exame dentro do INPI.

No ano de 2010, o INPI consolidou os processos de trabalho necessários para operar, em escala, os serviços de autoridade internacional do sistema de

patentes. Tais serviços incluem busca internacional e exame preliminar da viabilidade de patentes para envio às demais autoridades nacionais ou regionais responsáveis pela concessão de patentes no mundo. O sistema alcança não apenas brasileiros, mas também cidadãos e empresas de países de língua inglesa ou espanhola, ou que aceitem documentos grafados nesses idiomas em seus procedimentos patentários.

No que se refere ao trabalho de ensino da propriedade intelectual, o INPI teve um papel fundamental em 2010, pois capacitou 2.581 pessoas provenientes de todas as regiões do Brasil. Entre os participantes da capacitação estão os gestores de tecnologia em empresas e instituições de pesquisa e universidades, que possuem Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

No campo internacional, o INPI vem atuando fortemente na cooperação Sul-Sul, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), para desenvolver um sistema de propriedade intelectual que permita o desenvolvimento de todas as nações e facilite a inserção competitiva de cidadãos em todas as nações. Tais propostas se materializaram na Agenda do Desenvolvimento, assumida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e foram desenvolvidas diversas ações durante o ano de 2010.

Em 2010, a promoção da proteção da inovação brasileira no mercado norte-americano foi objeto de grande atenção. Foram realizados encontros em parceria com o Escritório Americano de Patentes e Marcas (USPTO, na sigla em Inglês), contribuindo para ampliar os direitos de PI obtidos por brasileiros naquele país, que saltaram de menos de 200, em 2005, para mais de 500, em 2010.

Mediante atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o Ministério desempenha importante papel para assegurar viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais. A Superintendência, no âmbito do Polo Industrial de Manaus (PIM), tem contribuído para o alcance das macrometas estabelecidas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Em 2010, houve ampliação de investimento fixo para US$ 9,27 bilhões (17,49%), superior ao ano anterior (US$ 7,89 bilhões); ampliação das exportações para US$ 966 milhões, 12,71% superior ao ano anterior (US$ 857 milhões); e geração de recursos local (no PIM), oriundos da Lei de Informática, direcionados à P&D para R$ 224,2 milhões, 31,03% superior ao ano anterior (R$ 171,08 milhões).

Em 2010, o faturamento do PIM foi de US$ 32,27 bilhões, configurando um recorde para o período. O resultado é 36,96% superior ao alcançado no mesmo período de 2009 (US$ 23,56 bilhões), com expectativa até o final do ano, de alcançar o patamar de US$ 35 bilhões, registrando o melhor resultado de faturamento da sua história.

Os investimentos totais realizados pelas indústrias incentivadas localizadas no PIM perfizeram, em 2010, o montante de US$ 9,27 bilhões, superando em 17,49% o índice registrado no ano de 2009 (US$7,89 bilhões). Esses investimentos privados (nacional e estrangeiro) demonstram o fortalecimento do modelo ZFM e a confiança dos empresários na política industrial implementada pelo governo federal na região.

Os tributos federais arrecadados em 2010 totalizaram R$ 9,5 bilhões com crescimento de 6,02% em relação a 2009 (R$ 8,96 bilhões). Os tributos totais arrecadados em 2010 perfizeram um total de R$ 16,9 bilhões, superando todas as expectativas. Registrou-se recorde histórico, superando em 9,95% o valor registrado em 2009 (R$ 15,37 bilhões).

O programa Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa é importante pela alta capacidade de irradiar a riqueza gerada pelo modelo econômico instalado na cidade de Manaus. Essa área compreende 153 municípios que possuem uma infraestrutura industrial insuficiente e são atendidos por meio de financiamento de projetos sustentáveis voltados ao apoio a infraestrutura, ampliação da produção, capacitação de recursos humanos e promoção de investimentos vinculados às potencialidades regionais.

No Polo Industrial de Manaus, em relação à análise e controle de projetos beneficiados com incentivos fiscais, em 2010 foram aprovados 311 projetos, sendo 256 industriais e de serviços e 55 agropecuários. Dos 256 projetos industriais aprovados, 104 foram de implantação e 152 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 6.452 empregos em nível de 3º ano de implantação dos projetos de implantação, investimento total de US$ 4,500 milhões e expectativa de exportação de US$ 196 milhões, em nível de 3º ano de operação dos projetos.

No âmbito do MDIC, o programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte visa aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (MPEs) nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e microcrédito e infraestrutura, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Com relação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, as capacitações junto ao empresariado de MPEs alcançaram, até dezembro de 2010, aproximadamente, 1.379 pessoas, mediante as seguintes parcerias: no âmbito do Convênio MDIC e INEC, foram capacitados 956

alunos pelo curso "Aprendendo a Empreender", realizado em 33 cidades. A Secretaria Técnica do Fórum, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Fóruns Regionais das MPEs e Sebrae, realizou capacitações para 423 empresários de MPEs/gestores públicos em temas e procedimentos sobre a aplicação de tratamento favorecido e diferenciado para MPEs em compras governamentais.

O Fórum Permanente tem como atribuições institucionais, dentre outras, articular e promover a regulamentação necessária ao cumprimento dos aspectos não-tributários relativos às microempresas e empresas de pequeno porte, formular e acompanhar a implementação de políticas governamentais de apoio e fomento, além de incentivar e apoiar a criação de Fóruns Regionais. Nesse contexto em 2010, o Fórum realizou diversas ações a seguir destacadas:

- Apoio, junto aos estados e municípios, à implantação de seus Fóruns Regionais das MPEs, em atendimento ao artigo 76 da Lei Complementar nº 123/2006, com vistas, inclusive, à disseminação dessa lei nos estados e municípios. Já foram instalados vinte e três Fóruns Regionais nas unidades da federação e alguns Fóruns Municipais em 2010;
- Credenciamento de 34 novas entidades nacionais representativas das MPEs por meio de publicação de edital de habilitação;
- Disseminação das informações sobre a importância da tecnologia e da inovação para MPEs; divulgação de novas oportunidades para MPEs - como Copa do Mundo, Olimpíada, Pré-Sal, Amazônia Azul e aquífero Guarani - bem como na promoção de maior integração entre as políticas públicas de apoio à tecnologia e à inovação, adaptando-as às reais necessidades das MPEs;
- Busca da ampliação da participação de MPEs em pregões e licitações públicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, bem como acesso às linhas de crédito para essas operações;
- Elaboração de documento com levantamento dos principais mecanismos de apoio às exportações; e
- Articulação, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para alinhamento dos termos da Portaria nº 1.510/2009, que visa disciplinar o Registro Eletrônico de Ponto e a utilização de seu sistema (SREP).

As ações desenvolvidas pelo MDIC destinadas ao setor produtivo – sejam apoiadas pelo programa Competitividade das Cadeias Produtivas, sejam no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), cujo objetivo é fortalecer a capacidade de competição das empresas brasileiras, consistindo em um instrumento de promoção da competitividade de médio e longo prazo com capacidade de aumentar a confiança de crescimento do país – resultaram em impactos tangíveis e intangíveis ao segmento. Dentre os resultados tangíveis alcançados em 2010, podem ser citados os seguintes:

- Para a cadeia produtiva da Construção Civil, foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a Norma Técnica NBR-ISO 12006 que define um padrão nacional e o seu respectivo sistema de classificação de componentes da construção;
- Para o setor de eletroeletrônica de consumo, foi elaborado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Iluminação, com vistas a estimular a produção nacional de lâmpadas fluorescentes compactas e de LED e OLED;
- No Complexo Automotivo, visando a ampliação e a consolidação do setor de autopeças, foram estabelecidos: o fim do redutor de 40% que incidia sobre o Imposto de Importação (II) de autopeças destinadas à produção; e a redução, em nível de Mercosul, para 2% do II em 116 itens do segmento;
- Instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) com a Lei nº 12.305, de agosto de 2010, cujo objetivo é regular a reciclagem e disciplinar o manejo dos resíduos visando ao Desenvolvimento Limpo; e
- Início da construção do Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em Arranjos Produtivos Locais (APLs), que permitirá o monitoramento e a gestão das informações sobre APLs, além de promover a interação entre os atores produtivos e institucionais, sendo assim, um importante instrumento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Dentre os resultados intangíveis em 2010, podem ser citados os seguintes:

- Articulação público-privada, fundamentada no aumento da capacidade de diagnóstico de desafios setoriais e temáticos, no fortalecimento de espaços de negociação para formulação de propostas de ações públicas ou privadas;
- Coordenação entre agências de governo que resultou no fortalecimento da capacidade de gestão – geração de informações, monitoramento, identificação e avaliação de ações;
- Articulação com outras políticas públicas, permitindo o compartilhamento de metas e objetivos com programas como o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Minha Casa, Minha Vida, da Casa Civil, dentre outros; e
- Superação da crise econômica mundial de 2008/2009, por meio da coordenação de medidas anticíclicas.

No que tange a infraestrutura tecnológica, o MDIC acompanha as atividades do Conselho Nacional de

Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), em especial no âmbito do Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR) e do Comitê Brasileiro de Normalização (CBN).

Com o objetivo de atrair centros de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (PDI), o MDIC tem auxiliado as filiais brasileiras de multinacionais a montarem uma "Proposta Brasil" e, assim, competirem com outros países na atração desses centros para o país. Em 2010, nove estados apresentaram suas propostas de atração para instalação de centros da IBM, Dupont, Ericsson e Whirlpool.

O Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital, no qual o MDIC tem assento, além de debater o processo de normatização técnica e os desdobramentos da implantação do sistema *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* (ISDB-t) no Brasil, coordena a expansão internacional do sistema nipo-brasileiro, que proporcionou a adesão de diversos países latino-americanos: Peru, Argentina, Chile, Venezuela, Equador, Costa Rica, Paraguai e Bolívia, além das Filipinas.

Com o intuito de transformar o bioetanol em *commodity* e criar um mercado internacional, o MDIC tem participado de diversos fóruns, bem como realizado atividades de promoção da produção e do uso desse biocombustível em diversos países. Destaque para as atividades realizadas junto aos países africanos, não só para incentivar sua produção de bioetanol, com o obejtivo de criar um mercado fornecedor robusto a nível mundial, mas também para promover a indústria brasileira como fornecedora de equipamentos nas áreas agrícolas e de processamento do bioetanol.

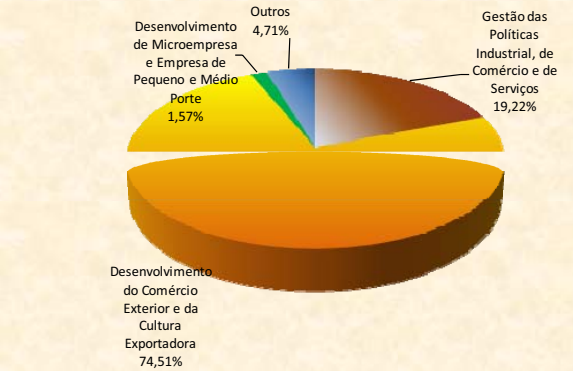
Em relação à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB), houve a participação do setor privado e do governo na divulgação da Biotecnologia no maior evento do segmento, BIO2010 em Chicago/EUA, bem como uma missão a Cingapura, com o propósito de avaliar o sistema de inovação e os desenvolvimentos tecnológicos em Biotecnologia da Saúde Humana. Além disso, pode-se destacar a realização do II Encontro Nacional de Inovação Tecnológica em Biotecnologia - II Enconit-Biotec, que contou com a participação de aproximadamente 150 empresários do setor durante os três dias de evento.

Ao longo de 2010, o Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, que reúne empresas e entidades empresariais, órgãos do governo e pesquisadores, produziu uma proposta de algoritmo para marco regulatório, e um diagnóstico do setor do ponto de vista do mercado. O principal resultado das deliberações do Fórum foi a realização de um *worshop* sobre as expectativas da indústria brasileira em relação à nanotecnologia. Trata-se do primeiro evento sobre esse tópico que ocorreu no Brasil, que teve por objetivo a formulação de propostas de políticas públicas a serem encaminhadas às instâncias governamentais em nível federal e estadual.

**Função Comércio e Serviços**

Os principais programas de governo com execução orçamentária na área de ação governamental Comércio e Serviço", em 2010, são: Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, com valor empenhado líquido equivalente a R$ 4,9 milhões, correspondente a 19 % do total executado pelo MDIC nessa função de governo; Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora, no qual foi executado o valor de R$ 19,0 milhões, correspondente a quase 75 % do total na função; e Desenvolvimento de Microempresa e Empresa de Pequeno e Médio Porte, que apresentou execução de R$ 0,4 milhão, equivalente a 1,6% do total na Função.

**FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS POR PROGRAMAS**




Fonte: Siafi Gerencial – 20/01/2011

A atuação do MDIC por meio do programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora vincula-se ao objetivo setorial de aumento das exportações e agregação de valor aos produtos exportados, visando reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira pela ampliação do saldo da Balança Comercial e das transações correntes do Balanço de Pagamentos.

Esse programa é de crescente importância, na medida em que busca a simplificação normativa e operacional do comércio exterior brasileiro, a disponibilização de mecanismos de incentivo às exportações, o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas operacionais informatizados, a elaboração e divulgação de estatísticas e de informações estratégicas sobre o comércio exterior brasileiro e mundial, bem como a expansão da pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes do mercado internacional e defesa da indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacional.

Um dos indicadores que afere o desempenho das exportações brasileiras é a participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como Índice de Concentração de Hanna & Kay. No ano de 2006, esse indicador foi de 18,1 e, em 2009, passou para 20,7. Já em 2010, apresentou uma retração para 18,4, interrompendo a tendência de desconcentração. Esse comportamento é explicado substancialmente por dois fatores. O primeiro deles foi a ampliação de 76,5% frente a 2009 das exportações à China, maior mercado comprador de produtos brasileiros, puxada pela forte demanda de *commodities* minerais e agrícolas, como minério de ferro, petróleo, soja e açúcar, e potencializada pela consequente elevação das cotações internacionais desses produtos. O segundo fator foi a retomada das exportações para o mercado argentino, especialmente por conta de produtos manufaturados, com expansão de 45% em relação a 2009.

A taxa de participação de produtos de maior valor agregado no valor total das exportações brasileiras também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do programa. De 2006 a 2010, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 54% para 39%, em grande parte motivada pelo aumento das cotações internacionais de *commodities*, que ampliou significativamente a receita de exportação desses produtos, e, por outro lado, pela maior concorrência externa de países produtores de bens manufaturados.

A taxa de variação das exportações brasileiras busca aferir o percentual de variação das exportações nacionais em relação ao ano anterior, refletindo o desempenho das vendas externas do país. Tal indicador apresentou melhora contínua de 2006 a 2008. Já o desempenho de 2009 foi fortemente afetado pela crise econômica internacional e houve retração de 23% na taxa de variação das exportações nacionais. Diminuídos os efeitos da crise, as vendas externas brasileiras demonstraram sua força ao crescer 32% e atingir o seu maior valor histórico, de US$ 202 bilhões em 2010.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA PERÍODO 2006-2010**

| INDICADORES | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Participação em Mercados de Destino Relevantes | 18,10 | 19,70 | 20,36 | 20,65 | 18,38 |
| Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações Brasileiras (%) | 54,44 | 52,25 | 46,82 | 44,02 | 39,40 |
| Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (%) | 16,26 | 16,58 | 23,21 | -22,71 | 31,98 |

Fonte: SECEX/MDIC

Em 2010, o comércio exterior brasileiro obteve avanços significativos, haja vista o novo recorde de vendas externas alcançadas. As exportações brasileiras atingiram US$ 202 bilhões, com crescimento de 32,03% em relação a 2009. As importações somaram US$ 182 bilhões, com crescimento de 42,19% em relação a 2009. O saldo comercial apresentou superávit de US$ 20 bilhões, valor abaixo do de 2009, quando o saldo ficou em US$ 25 bilhões. As vendas externas brasileiras em 2010 foram impulsionadas pelo início da retomada econômica de alguns países no pós-crise e pela estratégia de diversificação dos destinos das exportações adotadas pelo governo brasileiro. O saldo comercial 20% menor que o obtido em 2009 pode ser atribuído ao alto crescimento da economia brasileira e também à desvalorização cambial que incentiva as importações. A tabela a seguir apresenta a evolução dos indicadores do comércio exterior brasileiro entre 2006 e 2010.

**EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**
**PERÍODO 2006-2010**

| INDICADORES | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| PIB do Brasil (US$ bilhões) | 1.089 | 1.367 | 1.651 | 1.598 | 2.033 (*) |
| Exportações Brasileiras (US$ bilhões) | 138 | 161 | 198 | 153 | 202 |
| Exportações de Manufaturados (US$ bilhões) | 75 | 84 | 93 | 67 | 80 |
| Importações Brasileiras (US$ bilhões) | 91 | 121 | 173 | 128 | 182 |
| Corrente de Comércio (US$ bilhões) | 229 | 282 | 371 | 281 | 384 |
| Exportações Mundiais (US$ bilhões) | 11.811 | 13.661 | 15.743 | 12.146 | 14.669 (**) |
| Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%) | 54,44 | 52,25 | 46,82 | 44,02 | 39,40 |
| Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%) | 1,17 | 1,18 | 1,26 | 1,26 | 1,38 (***) |
| Grau de Abertura da Economia Brasileira (%) | 21,04 | 20,58 | 22,47 | 17,56 | 18,86 (****) |

(*) Projeção: BACEN, extraído da relação Transações Correntes sobre o PIB do relatório Setor Externo de dezembro/2010; (**) Projeção: FMI; (***) Estimativa Secex, com base na projeção das exportações mundiais do FMI; (****) Estimativa Secex, com base na projeção Bacen.
Fonte: SECEX/MDIC, BACEN, FMI e OMC

Em relação à execução do programa, aos resultados alcançados e ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior e desenvolvimento da cultura exportadora no exercício de 2010, destacam-se:

- Realização de três Encontros de Comércio Exterior (Encomex), sendo duas edições regionais, em Manaus (abril) e Recife (julho), contando com 711 e 819 participantes, respectivamente. O Encomex Mercosul, segundo evento de formato internacional, ocorreu em Porto Alegre (agosto/setembro) com a presença de representantes de 11 países, com um público de cerca de 1.500 pessoas e a realização de mais de 900 rodadas de negócios;
- Nas atividades da série "Aprendendo a Exportar", foram realizadas as seguintes ações: conclusão e lançamento do "Aprendendo a Exportar Pescado", desenvolvimento do publicador de conteúdo da série "Aprendendo a Exportar" e produção do "Aprendendo a Exportar Cooperativas" junto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), bem como revisão, atualização e inclusão de novos dados nos produtos "Aprendendo a Exportar Versão 2", "Aprendendo a Exportar Artesanato", "Aprendendo a Exportar Calçados" e "Aprendendo a Exportar Flores e Plantas Ornamentais";
- Ampliação da atuação do Projeto Primeira Exportação, de três Estados (Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Norte) para nove Estados, com a inclusão de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Bahia;
- Registro de 1.028.434 acessos ao Portal do Exportador, que possui uma ampla e diversificada fonte de informações sobre comércio exterior voltada principalmente para micro, pequenos e médios empresários; em 2010, o Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu a 2.078 consultas, totalizando 28.088 solicitações de informação desde o seu lançamento, em novembro de 2001, provenientes de 1.342 municípios brasileiros de todas as Unidades da Federação e de 152 países, com tempo médio de resposta de dois dias;
- O Sistema ALICEWEB, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, alcançou no ano de 2010 o número de 134.663 novos usuários, com 2.340.382 visitas, desde sua disponibilização;
- O Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, teve média mensal de 1.470 acessos em 2010, com 60.949 usuários cadastrados;
- Em relação à Defesa Comercial, foram iniciadas 40 investigações e encerradas 15, das quais 13 com a aplicação de medidas de defesa comercial e duas investigações encerradas sem medidas. Ao final de dezembro, havia 44 investigações em curso, três das quais revisões de procedimentos anteriores. Ao longo de 2010, foram realizadas 36 investigações *in loco* no âmbito dos procedimentos em curso. No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 19 setores cujas exportações foram alvo de investigações relativas a dumping, subsídios e salvaguardas em terceiros países;
- Nas Negociações Internacionais, destaca-se a conclusão das negociações da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), com a assinatura, em 15 de dezembro de 2010, do Protocolo que prevê a concessão de preferências mútuas para o comércio de bens entre seus signatários;
- A conclusão, em 2 de agosto de 2010, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, que prevê a redução de tarifas a zero em um prazo de 10 anos, sendo os produtos divididos em cinco cronogramas com diferentes prazos;
- Em 2010, por iniciativa do MDIC, pela primeira vez em relação a Offsets e financiamentos, logrou-se a redação de uma "cláusula de Offset" a ser inserida nos acordos entre o governo brasileiro e os países africanos contemplados no "Programa Mais Alimentos África", o que

beneficiará as empresas exportadoras brasileiras, que poderão aproveitar os créditos de Offset gerados por financiamentos; e

- No início de 2010, foi iniciado o processo de homologação do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior (Siscomex), módulo de exportação - Novoex. O objetivo é permitir que os exportadores efetuem testes no Novoex em produção e possam se adaptar ao novo Sistema até que eles estejam habituados para que o antigo sistema seja definitivamente substituído.

Em 2010, o MDIC realizou duas missões comerciais de grande porte (100 participantes) e três missões médias (de 10 a 30 participantes). As missões comerciais de grande porte cumpriram o objetivo definido pela Presidência da República de promover produtos e serviços brasileiros em mercados não-tradicionais, além de facilitar o contato de empresários nacionais com compradores e autoridades locais. Ademais, a última missão de 2010, ao Oriente Médio, inovou ao incluir uma vertente de atração de investimentos árabes ao mercado brasileiro, sendo iniciativa pioneira dentro do MDIC. As missões empresariais de médio porte foram, em sua maioria, solicitadas pela Presidência da República como forma de, além de realizar a promoção comercial clássica, explorar as possibilidades de cooperação entre os setores produtivos e atender a demandas políticas do país visitado pelo MDIC.

A Missão Comercial ao Oriente Médio visitou Irã, Egito e Líbano no período de 11 a 17 de abril de 2010 e contou com 106 participantes, dentre os quais estavam funcionários de governo e empresários (85) dos setores de alimentos e bebidas, casa e construção, máquinas e equipamentos, veículos automotores e aeronáutico. Durante a missão, foram realizados 1.495 contatos com compradores locais e realizados negócios de cerca de R$ 15 milhões. Ao serem questionadas sobre a expectativa de negócios para os próximos 12 meses, as empresas participantes relataram um total de R$ 195,6 milhões.

A Missão Comercial à Síria, Kuaite, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos visitou esses países no período de 28 de novembro a 6 de dezembro de 2010 e teve a participação de 75 empresários e 28 representantes de governo. Os setores contemplados pela iniciativa foram Infraestrutura, Agronegócio, Casa e Construção e Defesa, os quais participaram de três diferentes atividades: rodadas de negócios, evento de atração de investimentos e agenda política do Ministro.

Entre 2009 e 2010, as exportações brasileiras de serviços tiveram um crescimento em torno de 14%, entretanto as importações aumentaram mais de 34%. O Governo Federal, ciente da necessidade de reduzir o quadro deficitário da Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos, conduziu em 2010 diversas iniciativas para o aumento das exportações de serviços brasileiros, dentre as quais duas com resultados imediatos:

- Lançamento do módulo Serviço do Sistema de Promoção Comercial (Sisprom): por meio desse sistema eletrônico, as despesas com promoção comercial de serviços decorrentes da participação no exterior em feiras, exposições e eventos semelhantes, propaganda realizada no âmbito desses eventos, bem como a realização de pesquisa de mercado no exterior são beneficiadas com redução a zero da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); e
- Definição dos serviços elegíveis ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e os seus respectivos prazos: publicação da Portaria MDIC nº 208, de 20 de outubro de 2010, que especificou 70 (setenta) modalidades de serviços amparados pelo Proex, com o objetivo de tornar os serviços brasileiros mais competitivos no exterior.

Buscando contribuir para o fomento ao setor produtivo e para a divulgação dos produtos e serviços brasileiros, o MDIC publica anualmente o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras, apresentando o perfil das principais feiras comerciais e industriais realizadas no Brasil. Desde 2008, a publicação passou a ser feita em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o que potencializou a divulgação dos eventos no Brasil e no exterior. Esta edição conta com 317 eventos dos mais diversos setores, realizados em todo o território nacional.

Em 2010, no que se refere às atividades de suporte à supervisão, à orientação, à coordenação, à normatização, à fiscalização jurídica, e ao apoio técnico e financeiro para a execução dos serviços de registro mercantil no País, o movimento de empresas e negócios nas juntas Comerciais abrangeu 1.377.861 constituições em todo o país, sendo 617.836 empresários, sociedades, cooperativas e demais tipos jurídicos e 760.025 Empreendedores Individuais; 1.490.854 alterações; e 215.024 extinções; totalizando 3.083.739 atos cadastrados em 2010.

Até janeiro de 2010, a inscrição do Empreendedor Individual (EI) por meio do Portal do Empreendedor implicava a impressão de documentos gerados a partir do sistema informatizado, com posterior remessa às Juntas Comerciais. Com o intuito de aprofundar ainda mais a redução de burocracia, foi editada a Resolução nº 16, de 17/12/2009, que prevê a inserção de apenas sete informações pelo usuário, em tela única, bem como a finalização do procedimento sem envio de documentação, viabilizando a formalização do EI por meio integralmente virtual.

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) objetiva fortalecer a competitividade do produto artesanal e

sua inserção no mercado nacional e internacional, contribuindo para a geração de trabalho, renda e a inclusão social. Implantado em 2007, o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) reúne, em único ambiente, dados de artesãos e de suas organizações em todo o país. Atualmente estão nele cadastrados cerca de 65 mil artesãos. Além disso, para apoiar a definição de políticas públicas e o planejamento de ações de fomento para o setor artesanal, foi publicado em 05/10/2010 o Glossário do Programa do Artesanato Brasileiro - a base conceitual do artesanato.

Entre as ações desenvolvidas pelo PAB instituiu-se o Plano Nacional de Capacitação (PNC) que contempla a capacitação de coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor artesanal, nas áreas de maior concentração da produção artesanal.

Por conseguinte, foram promovidas oficinas e palestras durante as feiras apoiadas pelo PAB em parceria com as Coordenações Estaduais do Artesanato e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, bem como realizada a capacitação de multiplicadores, na metodologia do PNC, e capacitadas oito turmas de artesãos.

Como estratégia de aproximação dos artesãos com o mercado consumidor, o MDIC apóia a realização de feiras e eventos, tendo sido instituído o sistema de apuração de resultados das vendas. Foram realizadas sete feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, nos quais os artesãos comercializaram 239.391 peças, resultando em um faturamento de cerca de R$ 4 milhões.

O projeto Apoio à Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras auxiliou 33 projetos de internacionalização de empresas, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultou de modo direto em ações voltadas à internacionalização de mais de 2.500 pequenas e médias empresas.

O programa das “Zonas de Processamento de Exportação” (ZPE) foi implantado no Brasil pelo Decreto-Lei nº 2.452, de julho de 1988. Sob essa legislação foram criadas dezessete ZPEs. Posteriormente, a Lei nº 11.508, de 2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.732, de 2008, revogou o Decreto-Lei nº 2.452 e recriou o regime das ZPEs. A nova Lei dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs e reativou o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), órgão colegiado que integra a estrutura regimental do MDIC e tem competência para analisar as propostas de criação de ZPEs e submetê-las à decisão do Presidente da República, analisar e aprovar os projetos industriais e autorizar a instalação de empresas em ZPE.

No ano de 2010 foram realizadas as seguintes atividades com a participação da Secretaria Executiva do CZPE: realização de quatro reuniões do CZPE; realização de onze visitas técnicas; elaboração e publicação de quinze resoluções do CZPE; e criação de onze novas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Entretanto, até o momento nenhuma ZPE encontra-se em funcionamento.

### 5.1.18 - Função Desporto e Lazer

A Política Nacional do Esporte considera que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano e poderoso instrumento de inclusão social. Com isso o Ministério do Esporte - ME busca garantir à população brasileira o acesso ao conhecimento e à prática esportiva, o que possibilita a elevação do nível da cultura esportiva e da qualidade de vida. Com os programas sociais implantados pela pasta foi concedida a oportunidade da população brasileira ter acesso ao esporte.

No ano de 2010, o ME conseguiu ampliar a infraestrutura esportiva do país e diminuir o déficit de instalações. O investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um movimento de fortalecimento do esporte no país, que culmina com a realização de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer. Dessa forma, o ME empenha-se em qualificar seus programas e ações, garantir infraestrutura adequada, financiamento e a constante participação e controle social, bem como produzir conhecimento e condições favoráveis para tornar o esporte fator de desenvolvimento humano.

Foram efetuados 193 convênios para a construção de Praças da Juventude nas cinco regiões do país, tendo sido inauguradas as duas primeiras Praças da Juventude em Aracaju (SE) e Mogi Guaçu (SP), com mais de 50 mil atendimentos. A Praça da Juventude é um projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer que alia saúde, bem estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. É uma área de, no mínimo, sete mil m² com um grande ginásio poliesportivo, além de diversas outras instalações esportivas.

No que concerne ao investimento na inclusão social, o ME tem pautado o esporte educacional, a intersetorialidade, a formação, a pesquisa, a produção de conhecimento, atividades recreativas e de lazer e a produção de material esportivo, considerando a diversidade cultural, as especificidades etárias e as necessidades especiais presentes na população atendida.

O quadro a seguir registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, no período de 2006 a 2010, cujo montante totaliza R$ 3,4 bilhões no período considerado, compreendendo as despesas da competência de cada exercício, bem como valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores.

**VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 2006/2010**

em R$ milhões

| DESPORTO E LAZER | LIQUIDADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| OFSS(*) | 492,2 | 1.201,5 | 572,0 | 481,6 | 696,7 | 3.444,0 |
| OI | - | - | - | - | - | - |
| Gasto Tributário | - | 50,9 | 82.2 | 110,9 | 96,6 | 340,6 |
| **TOTAL** | 492,2 | 1.252,40 | 654,20 | 592,50 | 793,30 | 3.784,60 |

Fonte; Siafi

*Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados executados no decorrer de cada ano.

Importa destacar que os números apurados indicam evolução do investimento no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na captação de eventos internacionais de grande magnitude, como a realização dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007, Copa Fifa 2014 e jogos olímpicos Rio 2016. Em razão disso, percebe-se que no exercício de 2007 os gastos na função Desporto e Lazer atingiram o seu ápice com o valor liquidado de 1,2 bilhões, compreendendo despesas do próprio exercício e o pagamento de restos a pagar não processados de outros anos. O impacto da parcela de restos a pagar executados no período considerado, para cada exercício, fica discriminado no quadro a seguir. O quadro a seguir registra os valores liquidados referentes ao orçamento do ME em 2010, adicionados aos resultantes de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, executados naquele exercício, para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, que tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a Subfunção Lazer. O quadro discrimina além da execução nas subfunções típicas, valores relativos às demais subfunções no âmbito da programação do ME.

**EXERCÍCIO 2010 - VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER" EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER" | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXECUTADO | % | EXECUTADO | % | EXECUTADO | % |
| **Subfunções Típicas** | **577,3** | **82,7%** | | | **577,3** | **82,7%** |
| *Desporto de Rendimento* | 113,8 | 16,3% | | | 113,8 | 16,3% |
| *Desporto Comunitário* | 462,0 | 66,1% | | | 462,0 | 66,1% |
| *Lazer* | 1,5 | 0,2% | | | 1,5 | 0,2% |
| **Outras Subfunções** | **121,2** | **17,3%** | | | **121,2** | **17,3%** |
| **TOTAL** | **698,5** | **100** | | | **698,5** | **100** |

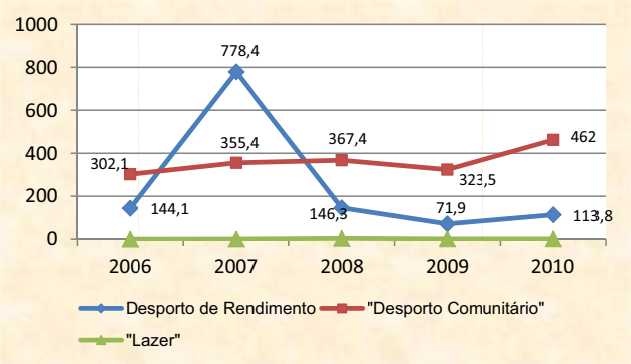
Fonte: Siafi

Outro registro importante é a evolução da execução orçamentária nas subfunções típicas para o período de 2006 à 2010, ou seja, os valores liquidados pelo ME a conta de dotações alocadas para as Subfunçãoes Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

em R$ milhões

| SUBFUNÇÕES TÍPICAS | LIQUIDADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| Desporto de Rendimento | 144,1 | 778,4 | 146,3 | 71,9 | 113,8 | 1.256,9 |
| Desporto Comunitário | 302,1 | 355,4 | 367,4 | 323,5 | 462,0 | 1.811,7 |
| Lazer | 0,0 | 0,7 | 3,4 | 1,4 | 1,5 | 6,9 |
| **Total** | **909,5** | **1.134,6** | **517,0** | **396,7** | **577,3** | **3.535,2** |

Fonte: Siafi




A representação gráfica da execução orçamentária por subfunções típicas indica que a Subfunção Desporto de Rendimento, relacionada com os gastos voltados para custeio da participação de equipes brasileiras em eventos nacionais e internacionais, bem como para a realização de eventos para este segmento evoluiu de forma acentuada até 2007, ano de realização dos XV Jogos Pan-americanos - Rio 2007. Posteriormente verifica-se um declínio para os exercícios de 2008 e 2009 período no qual ocorreram apenas eventos de menor expressão no tocante ao gasto público. Entretanto, já é perceptível a tendência de elevação dos gastos no Desporto de Rendimento a partir de 2010 em virtude da movimentação orçamentária referente à implantação de infraestrutura (Cidades Esportivas), apoio a participação de equipes brasileiras em eventos esportivos e preparação para realização dos eventos Copa Fifa 2014 e jogos olímpicos Rio 2016. Por outro lado, a execução na Subfunção Desporto Comunitário indica uma tendência evolutiva, ressaltando que nesta subfução estão alocados os gastos direcionados para a inclusão social pelo esporte, funcionamento de núcleos de esporte educacional, bem como a implantação e modernização de instalações esportivas tendo como foco comunidades em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME, excluindo-se as despesas administrativas, com Pessoal e Encargos Sociais e as Transferências Legais aos estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 (Lei Pelé), bem como Inciso IV do art. 2º, da Lei no 11.345/06 (Timemania).

**EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

R$ 1,00

| PROGRAMAS FINALÍSTICOS | LEI + CRÉDITOS | EMPENHADO | VALORES PAGOS |
|---|---|---|---|
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão | 726.067.854,00 | 211.262.494,45 | 70.604.656,55 |
| Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer | 15.605.493,00 | 14.563.335,05 | 14.310.928,95 |
| Inclusão Social pelo Esporte | 18.265.265,00 | 17.631.190,33 | 6.845.631,06 |
| Esporte e Lazer da Cidade | 1.009.216.841,00 | 539.366.293,48 | 19.884.067,44 |
| Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo | 228.976.660,00 | 175.350.717,43 | 71.568.628,80 |
| **TOTAL** | **1.998.132.113,00** | **958.174.030,74** | **183.213.912,80** |

Fonte: Siafi

Com relação à execução orçamentária dos programas finalísticos, vale registrar que não foi possível promover à execução da totalidade das dotações autorizadas (lei + créditos), devido à insuficiência de limite orçamentário, o que ocasionou um montante de crédito não utilizado da ordem de R$ 1.039,9 milhões.

Quanto à diferença entre empenhos emitidos e valores pagos, cerca de R$ 774,9 milhões, deve-se principalmente à situação diferenciada que ocorre com o empenho de dotações das ações de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, especialmente nos programas Esporte e Lazer da Cidade e Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, cujos pagamentos ocorrem em função do andamento da execução física das operações contratadas. Complementarmente, também contribuiu o grande número de convênios para funcionamento de núcleos de esportes educacional e esporte recreativo e lazer, formalizados no final do exercício, cujo impacto financeiro, em função do cronograma estabelecido, deverá ocorrer a partir de 2011.

**Programa Segundo Tempo**

O Segundo Tempo (PST) é um programa estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral da criança, adolescente e jovem, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. O programa se viabiliza por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2010, ele funcionou em mais de 1.400 municípios, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram ativas 293 parcerias, sendo dois com o Governo Federal (MEC e MD), 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, nove com outros órgãos públicos e 38 com entidades do terceiro setor, com 1,4 milhões de atendimentos a crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores.

Merecem destaque os seguintes resultados:

- A inserção do Programa Segundo Tempo no Mais Educação, através da parceria firmada entre o ME e o MEC, que visa integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. O início das atividades por meio da referida parceria ocorreu em 2010, com 329.659 atendimentos a crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em aproximadamente de 1.200 escolas de 87 municípios;

- A realização do Projeto Recreio nas Férias, com 159.900 atendimentos a crianças, adolescentes e jovens, em aproximadamente 288 municípios de 16 Unidades Federativas, em todas as regiões do país;

- Capacitação e qualificação de 1.819 gestores, professores e monitores, por meio de capacitação presencial ou videoconferência, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do programa em todas as suas vertentes;

- Acompanhamento pedagógico e administrativo dos Convênios, oferecendo suporte imprescindível aos avanços do programa, com contatos virtuais e visitas presenciais em 100% dos convênios e, no mínimo, 20% dos Núcleos de Esporte Educacional, totalizando 70 convênios e 1.239 núcleos visitados desde 2010;

- Desenvolvimento de propostas de projetos para públicos diferenciados, tais como os pilotos voltados ao universitário, à pessoa com deficiência, às questões de gênero, e aos Institutos Tecnológicos. Houve a execução de 04 pilotos universitários com 1200 atendimentos, 01 piloto para pessoa com deficiência atendendo a 100 beneficiados e 01 piloto aeróbica atendendo a 220 beneficiados, cujos resultados foram à validação do modelo proposto, com ajustes para execução, o desenvolvimento de estudos e pesquisa em relação à execução realizada e o

aumento da demanda de solicitações para públicos diversificados;

- Continuidade da parceria com o Ministério da Defesa, no projeto Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, com 10.000 atendimentos em 2010;

- O estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o Esporte Educacional, totalizando cinco publicações;

- Fomento à realização de 12 eventos de esporte educacional, com mais de 9.827 atendimentos, por meio da celebração de convênios com entidades esportivas estudantis como – CBDE, CBDU, Centro de Estudos e Memória da Juventude e demais; e

- A parceria entre o Ministério do Esporte e o *British Council*, visando troca de experiências e o desenvolvimento de materiais pedagógicos de apoio a professores e monitores do PST. Apresentando como resultado final um *KIT* de cartões de recursos pedagógicos (CRPs) que foram introduzidos no Programa Mais Educação/PST e gradativamente a todos os núcleos do PST.

A meta física estimada corrigida no SIGPlan/LOA corresponde a 612.335 atendimentos referentes a ações orçamentárias Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional , Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais , e Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais e 18 eventos da ação Promoção de Eventos de Esporte Educacional , com previsão de recursos no montante de R$ 200.730.000,00.

No entanto, considerando que o recurso liberado foi de R$ 158.182.200,00, correspondendo a 79% do orçamento corrigido, a meta física deve ser adequada ao orçamento liberado. Assim, a meta física relativa ao recurso liberado equivale a 484.184 atendimentos e 14 eventos, ou seja, 79% da meta física inicial.

O índice apurado com base nos empenhos emitidos corresponde a 100% da meta física. Porém o índice apurado no SIGPlan corresponde a 31%, considerando a metodologia do referido sistema, o qual apresenta como meta alcançada apenas as despesas pagas.

Vale esclarecer que a baixa execução da meta física está associada às dificuldades enfrentadas no decorrer do segundo semestre de 2010, no qual não houve liberação de recursos financeiros às parcerias celebradas.

O PST possui os seguintes indicadores:

**a) Indicador: Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens**

Fórmula de Cálculo: Nº de crianças, adolescentes e jovens beneficiados no programa / N° de crianças, adolescentes e jovens. Fontes: Variável X: SNEED. Variável Y: INEP. O índice previsto para 2010 é de 1,5%. No Âmbito do SIGPlan que considera os pagamentos liquidados, o índice apurado é de 0,53%. A meta, no entanto, será ultrapassada, atingindo 1,74% quando da liquidação dos pagamentos já empenhados. Se forem considerados os beneficiados pelo Programa Mais Educação, o índice subirá para 4,16%.

**b) Indicador: Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros**

Fórmula de Cálculo: Nº de municípios beneficiados pelo programa / N° de municípios brasileiros. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE/PNAD. Para 2010, a meta prevista é de 8%, sendo que o índice apurado, considerando-se os pagamentos liquidados é de 5,9%. Com a liquidação dos pagamentos já empenhados, será atingido o índice de 9,99%.

**c) Indicador: Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas**

Fórmula de Cálculo: Nº de municípios beneficiados pelo programa / Nº de municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE. Para 2010, a meta prevista é de 9,5%, sendo que o índice apurado, considerando-se os pagamentos liquidados é de 20,21%. Com a liquidação dos pagamentos já empenhados, será atingido o índice de 47,34%.

**d) Indicador: Nível de Atendimento de participantes do sexo feminino**

Fórmula de Cálculo: Nº de beneficiados cadastrados no sistema/ N° de beneficiados do sexo feminino cadastrados no sistema. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: SNEED. Para 2010, a meta prevista é de 38%, sendo que o índice apurado,é de 39,54%.

**e) Indicador: Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados**

Fórmula de Cálculo: Nº de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados / Total de beneficiados atendidos do ano. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE/PNAD. Para 2010, a meta prevista é de 85%, sendo que o índice apurado é de 96,88%. Os beneficiados do programa por meio do Mais Educação, foram considerados apenas nos indicadores Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros e Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com

mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas, devido as atuais limitações processuais.

**Programa Esporte e Lazer da Cidade**

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) desenvolve ações em parceria com os governos estaduais, municipais, Instituições de Ensino Superior e organizações da sociedade civil, que visam garantir o acesso a estes direitos sociais, através do funcionamento de núcleos, de realização e difusão de pesquisas e da formação. A proposta central do PELC é contribuir para que os gestores dos estados, municípios e organizações não governamentais despertem para a necessidade do desenvolvimento de programas locais que garantam o direito ao esporte e ao lazer. Ele contempla ações como o PELC Funcionamento de Núcleos (todas as idades), Pronasci (jovens de 15 a 24 anos) e Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos), que, na sua essência, visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais; e o PELC Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer) direcionado para o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas à qualificação das políticas de esporte e de lazer de inclusão social.

O PELC procura considerar, em todos os momentos possíveis, a participação e o controle social como ferramentas de gestão, com vistas a aproximar o cidadão da política pública, colocando-o no papel de sujeito das ações. Todas as suas ações são descentralizadas, sendo sua execução de responsabilidade dos parceiros (municípios, governos estaduais, organizações da sociedade civil e Instituições de Ensino Superior), com acompanhamento direto e avaliação do Ministério do Esporte. A intersetorialidade é parte da matriz conceitual do programa, especialmente com vistas a colocar o esporte e o lazer como temas transversais nas políticas sociais.

Em 2010, os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, por meio de 141 convênios, proporcionaram cerca de 1,5 milhão de atendimentos a cidadãos brasileiros. O Ministério investiu na qualificação do monitoramento e avaliação dos convênios, desenvolvendo instrumentos, rotinas e metodologias específicas. Foram realizadas 85 visitas técnicas de monitoramento, orientação e fiscalização aos convênios vigentes. Os recursos empenhados em 2010 para o funcionamento de núcleos geraram 2.639 postos de trabalhos para atuação de agentes sociais de esporte e de lazer, durante a vigência dos convênios. Em relação à formação, foram realizadas 174 capacitações, divididas em módulo introdutório e de avaliação, para 5.537 agentes sociais e gestores. Além desta carga horária de curso, os mesmos participam de ações de formação continuada, organizadas pelas convenentes.

A Rede CEDES reúne 59 Instituições de Ensino Superior, de todas regiões brasileiras, 21 estados e o Distrito Federal. São 145 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo 103 grupos de estudos cadastrados no CNPq, 150 pesquisadores coordenadores, 372 pesquisadores participantes, 319 postos de estágios criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação. A socialização das pesquisas financiadas pela Rede CEDES é feita pelo *Site* do Ministério do Esporte, por intermédio do Repositório da Rede CEDES (coordenado pelo LaboMidia – Laboratório e Grupo de estudos em Mídia Esportiva da UFSC) e de publicações impressas e digitais distribuídas aos gestores, universidades do país e outros parceiros do Programa. Em 2010 foram publicados 15 livros e distribuídos 12.846 exemplares.

O Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social teve sua segunda edição em 2010, com 222 trabalhos cadastrados e 182 aprovados. Foram premiados 52 autores, de 54 trabalhos, em cinco categorias.

O Indicador do programa é a "Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social", tendo por fórmula "Número de pessoas atendidas-beneficiadas no programa / n° de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem renda", cuja apuração, em 2010, resultou em 4,9%, diante de uma previsão de 8%. Referido valor, tem como explicação o fato do programa não limitar a participação a famílias com renda de até ½ salário mínimo *per capta* e sem rendimento, conforme a estabelecido no Plano Plurianual, mas atende prioritariamente regiões com índices de maior vulnerabilidade social. Cabe salientar que o indicador utilizado para o programa está em fase de reestruturação, com apoio de uma Consultoria.

**Programa Inclusão Social pelo Esporte**

O Programa Inclusão Social pelo Esporte busca a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social, bem como procura suprir a demanda por materiais esportivos de programas administrados pelo ME. O programa, no ano de 2010, obteve produção de 275 mil itens esportivos diversos, com cerca de cinco milhões de atendimentos a pessoas vinculadas aos programas sociais esportivos e escolas públicas.

**Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão**

No que se refere ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, o Governo tem procurado garantir investimentos em infraestrutura; ofertar condições adequadas de participação e desenvolvimento da

prática das diversas modalidades esportivas; além de aperfeiçoar a gestão das entidades, a estrutura de clubes, a segurança e o conforto nos espaços de competições esportivas.

O programa Brasil Campeão, atua no segmento esportivo de alto rendimento, possibilitando ao atleta que se dedica ao esporte competitivo melhores condições para o acesso, desenvolvimento e conquista de resultados, de modo complementar às iniciativas de outras instituições que compõem o Sistema Nacional de Desporto (SND). Essa atuação tem como principal objetivo diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, melhorar o desempenho do atleta brasileiro de rendimento e promover a imagem do país no exterior.

Destaca-se o programa Bolsa-Atleta, que possibilita a atletas de modalidades esportivas diversas obter apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, ofertando condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e às competições, o que leva a melhora dos resultados, e eleva as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade no país. Em 2010, foram concedidas 2.958 bolsas atletas e paraatletas.

Este Ministério, no ano de 2010 deu continuidade as ações que visam implementar uma política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionadas ao futebol, objetivando a melhoria do espetáculo do futebol como um todo e conforto e segurança dos torcedores. A lei n° 12.299/2010, surgiu da proposta elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério da Justiça, Ministério do Esporte, Ministério Público de São Paulo e da Confederação Brasileira de Futebol com a finalidade de estudar a adoção de medidas legislativas voltadas à garantia de segurança pública em apresentações e eventos esportivos e, em especial, medidas para alterar o Estatuto do Torcedor (lei n° 10.671/2003).

Entre as principais alterações no Estatuto do Torcedor, destacam-se: a) a definição das entidades responsáveis pela prevenção da violência no esporte; b) a indicação do conceito de torcida organizada e a delimitação de suas obrigações; c) a alteração dos prazos de divulgação de informações sobre as partidas; d) a redistribuição de obrigações das entidades envolvidas na organização das competições; e) determinação das obrigações do torcedor no recinto esportivo. Também com foco no desenvolvimento do futebol nacional, foi elaborado estudo sobre a mensuração socioeconômica e financeira dos Clubes de Futebol Profissional Brasileiro focado em quatro pontos: a) estimação da importância socioeconômica do futebol profissional na economia brasileira; b) levantamento do perfil econômico-financeiro dos Clubes de Futebol profissional; c) reestruturação do calendário do futebol profissional brasileiro; e d) recomendações para a reestruturação do futebol profissional brasileiro. Este estudo irá subsidiar o Ministério do Esporte na elaboração de um programa de desenvolvimento dos clubes de futebol profissional.

O ME, por meio do programa, coordenará as ações prioritárias para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no que tange às responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a Empresa Brasileira de Legado Esportivo – Brasil 2016, para a Autoridade Pública Olímpica (APO), e para a implementação da Autoridade Brasileira de Combate da Dopagem (ABCD). Apoiará também a preparação e a realização dos V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, bem como a participação dos atletas nos Jogos Pan e Parapan Americanos de Guadalajara, México em 2011.

Para a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014, uma das principais ações realizadas no ano de 2010 foi o estabelecimento da Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as atribuições da União, estados, Distrito Federal e municípios, com vistas à execução de medidas conjuntas e projetos de infraestrutura imprescindíveis para a realização dos eventos nas 12 cidades-sedes. Outra ação de grande importância foi a sanção da Lei nº 12.350/2010, que institui medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações Fifa 2013 e Copa do Mundo Fifa 2014. Tais medidas versam sobre Direitos Alfandegários e Impostos; e Isenção Geral de Impostos para a Fifa e se fazem necessárias para a efetivação de compromissos assumidos pelo Governo Federal junto à Fifa, quando da escolha do país como sede desses eventos. Além disso, a lei também institui o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), destinado aos estádios que serão utilizados nas partidas oficiais dos referidos eventos, nos termos estabelecidos por esta lei

O programa possui dois indicadores: Taxa de acesso ao Esporte de Alto rendimento: T1= nº novos atletas X 100/nº total de atletas ingressados no ano anterior; Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial: T2 = esportes ranqueados até a 10ª posição x 100/total de esportes olímpicos com ranqueamento.

Os indicadores relacionados acima, apesar de retratarem o objetivo do Programa, que é "democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do país no exterior", não são passíveis de mensuração tendo em vista que não existe um controle ou uma garantia do número de atletas que entram a cada ano no sistema esportivo de alto rendimento. A simples detecção que um indivíduo tem talento para o esporte não garante que o mesmo passe a fazer parte do setor esportivo.

Também, no indicador T2, existe incompatibilidade na base de cálculo que forma o indicador, pois algumas modalidades esportivas fazem ranqueamento por prova e não pela modalidade propriamente dita, ou seja, o Brasil pode ter um atleta ranqueado em primeiro lugar na prova de 100 metros livre na natação, mas não quer dizer que o Brasil está ranqueado em primeiro lugar na modalidade de natação.

**Programa Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer**

As mudanças significativas pelas quais o Brasil passa requer nova forma de atuação do Estado. As atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. Acompanhar e avaliar as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no nível nacional, estadual e municipal, bem como monitorar o desempenho dos programas do ME, de modo a intensificar a realização de seus projetos e atividades, e ainda a coordenação de estudos e pesquisas sobre a estrutura nacional do esporte e lazer são fundamentais para a gestão. Nessa perspectiva, o diálogo entre governo e sociedade civil tem contribuído para a racionalidade das políticas públicas e tem tido como principal arena as conferências nacionais. A partir das ideias, sugestões, diretrizes, objetivos, fruto dos debates próprios da democracia participativa, foram definidas as linhas mestras de atuação do governo. As conferências estão aproximando a participação popular na elaboração e no controle social de políticas públicas que, nesse momento, envolve a comunidade esportiva e os movimentos sociais e populares de todo o Brasil.

No contexto deste programa, a III Conferência Nacional do Esporte (CNE) foi realizada em junho de 2010. As conferências são sazonais e ocorrem nos momentos importantes de avaliação e diálogo necessário entre a sociedade civil e o governo. Os princípios e diretrizes que orientaram o debate foram provenientes das discussões da I e da II CNE e permitiram a definição de 10 linhas estratégicas que organizaram o debate das ações e metas do Plano Decenal de Esporte e Lazer. Antes da etapa nacional, foram realizadas as etapas municipais, regionais e estaduais, nas quais se discutiu previamente as propostas e foram eleitos os delegados. Este processo buscou a ampla representatividade dos mais variados setores do esporte. Na III CNE os 1.030 delegados eleitos representaram 220.470 mil pessoas de 3.112 municípios. Entre os dias 3 e 6 do mês de junho de 2010, 2.027 pessoas participaram como convidadas e delegadas na votação das propostas que as 27 unidades da federação enviaram à etapa nacional da conferência. De janeiro a maio de 2010, a sociedade brasileira foi mobilizada no processo de discussão das idéias apresentadas pelo Ministério do Esporte em conjunto com as 25 entidades que compõem a Comissão Organizadora Nacional. As resoluções da III CNE foram publicadas no mês de outubro na forma de Documento Final, porém seu processo de distribuição nacional iniciou a partir de novembro de 2010, respeitando o período eleitoral. Todas as etapas, informações e documentos estão disponíveis na página oficial do *website*: http://www.esporte.gov.br/conferencianacional. O livro com o registro dos anais da III CNE que foi produzido será distribuído em fevereiro de 2011.

Na avaliação de todo o processo de debates foi apurada uma adesão em torno de 90% às propostas apresentadas, o que pôde confirmar a sintonia das políticas públicas em curso com as necessidades da sociedade. Destaca-se, no campo Institucional, a aprovação da criação da lei do Sistema Nacional do Esporte e a Política Nacional de Formação Continuada e Permanente de Esporte e Lazer, a realização do Diagnóstico Nacional do Esporte, bem como o orçamento da União vinculado em 2% para o esporte. No que diz respeito à inclusão social, a aprovação da ampliação e qualificação das ações intersetoriais, a manutenção e ampliação dos programas Segundo Tempo com o Mais Educação e Esporte e Lazer da Cidade com o Ministério da Saúde, a garantia da acessibilidade e criação de programas que atendam o esporte, o paradesporto e o desporto de surdo. No Futebol, a política nacional de segurança e prevenção da violência nos estádios com a fiscalização da aplicação do Estatuto do Torcedor e o desenvolvimento do futebol feminino. No Alto Rendimento, a criação e implantação de um Plano de Alto Rendimento que articule uma rede de treinamento, a modernização do Bolsa Atleta e o programa Cidade Esportiva. A aprovação das resoluções que comporão a Lei do Plano Decenal do Esporte e Lazer caminha no sentido de fornecer consistência à Política Nacional de Esporte definindo seus princípios, suas diretrizes, bem como as linhas estratégicas, as ações e metas para o desenvolvimento do Esporte e Lazer, considerando que é preciso preparar o país para realizar a Copa FIFA 2014 e Olimpíadas Rio 2016 visando aos legados delas provenientes, conforme previsão dos compromissos postos nas candidaturas. O foco manteve-se na universalização do acesso, na inclusão social e na convicção de que o esporte e lazer são fatores de desenvolvimento humano por contribuir com a formação integral e qualidade de vida dos cidadãos, o que visa à consolidação como direito e política de Estado.

**5.1.19 - Função Gestão Ambiental**

Em 2010, a gestão ambiental avançou em várias frentes, destacando-se: a aprovação e a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei n° 12.305/2010, após cerca de 20 anos de tramitação no Congresso Nacional; a elaboração do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, lançado em setembro de 2010; e o encerramento da execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia.

O desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, foi de 6.451 mil quilômetros quadrados, segundo dados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe. A taxa de desmatamento de 2009/2010 indica uma redução de 13,6% em relação ao período anterior. Trata-se da menor taxa medida pelo Inpe desde 1988, quando o instituto iniciou a série de levantamentos anuais do desmatamento. Em relação à taxa de desmatamento de 2003/2004, o desmatamento em 2009/2010 caiu aproximadamente 77%. A redução ao longo dos últimos seis anos totaliza 95.319 km² de florestas que deixaram de ser cortadas, uma área correspondente a 9,5 milhões de campos de futebol.

Uma das estratégias para o alcance desse resultado foi a centralização de esforços das ações nos 43 municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento na nova fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Assim, 38 desses municípios tiveram suas taxas reduzidas significativamente. Cabe destacar, entre eles, o município de Paragominas/PA que, por atingir os critérios exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente, foi excluído da lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia.

As ações de fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Força Nacional, Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, também contribuíram para a queda na taxa de desmatamento. No período de análise do Inpe (2009-2010) foram aplicadas 5.386 multas (totalizando R$ 1,827 bilhões), 170 mil hectares foram embargados e apreendidos 86 mil metros cúbicos de madeira e apreendidos 104 tratores.

A iniciativa de monitoramento do desmatamento foi estendida a outros biomas. Em setembro de 2010, foi instituído por Decreto o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, composto por 16 ministérios, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República.

Iniciativa que também merece ser ressaltada é a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Em 2010, seis unidades de conservação federais foram criadas e outras seis foram ampliadas totalizando uma expansão do SNUC em 669 mil hectares. A área de ampliação do Sistema nesse ano protege importantes áreas nos Biomas Amazônia, Mata Atlântica e em área marinha por meio de Unidades de Conservação - UC que, além de promoverem a proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Em um período de oito anos a área do SNUC foi ampliada em 27,4 milhões de hectares, representando uma expansão de 58,2% na área do Sistema. Esses dados demonstram o compromisso e o empenho do Governo Federal com a área ambiental, e confirma o protagonismo brasileiro para a proteção e conservação de recursos naturais.

Em continuidade à política de gestão dos resíduos sólidos urbanos, destacaram-se, no exercício de 2010, o apoio para a elaboração de Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos e a aquisição de equipamentos destinados a municípios do estado do Rio Grande do Sul e ao Consórcio Público Ecotres, do estado de Minas Gerais, buscando promover a regionalização dos serviços e a articulação e cooperação intermunicipal e interfederativa para a prestação sustentável dos serviços públicos de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos. No mesmo sentido, apoiou-se a realização do 9º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, e a Reviravolta Expocatadores 2010, no estado de São Paulo, objetivando propiciar espaços de intercâmbio e debates em torno do desenvolvimento sustentável, do multiculturalismo, do empreendedorismo e da educação ambiental, na busca de dinâmicas inovadoras de transformação social a partir do mercado da reciclagem e da profissionalização do catador, com inclusão social e dignidade humana. O apoio à 40ª Assembléia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, que ocorreu em Uberaba (MG), possibilitou a construção de espaço de convergência social para a formulação de uma agenda nacional de saneamento básico, visando o estabelecimento de uma política de desenvolvimento territorial sustentável.

Outra iniciativa relevante do governo na área ambiental foi o encerramento da execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos estados da região e ainda produziu cartas para os vazios cartográficos, ampliando a capacidade de gestão ambiental da Amazônia.

No setor de recursos hídricos, entre as atividades desenvolvidas em 2010, destacam-se: o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos e de

um modelo de equilíbrio geral; o desenvolvimento de estudos e estratégias para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; o planejamento estratégico do Sistema e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH; o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH; e a realização de estudos sobre Água e Mudanças Climáticas.

No âmbito das iniciativas relacionadas a povos e comunidades tradicionais, mais especificamente do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, foi consolidada, em 2010, a inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 10 produtos da sociobiodiversidade, viabilizando a subvenção da ordem de R$ 24 milhões para 1.800 famílias extrativistas.

Além da inclusão econômica, outro avanço em 2010 foi a regularização fundiária de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, com a entrega, pelo Governo Federal, das Concessões de Direito Real de Uso (CDRU), beneficiando 30 mil famílias em uma área de 1,4 milhão de hectares. Além disso, outros 5,6 milhões de hectares foram entregues pelo Governo Federal para regularização de outras UCs, o que também beneficiará assentamentos da reforma agrária, na forma de compensação ambiental para o efetivo licenciamento ambiental desses assentamentos.

Na esfera internacional, o Brasil foi um dos principais protagonistas na Conferência de Nagoya da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, quando foi adotado Protocolo para Acesso e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. Esse protagonismo é fruto do engajamento do setor privado, da sociedade civil e de parlamentares nos temas relacionados à implementação da Convenção, o que resultou na elaboração dos seguintes documentos: Carta Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, com cerca de 50 assinaturas de empresas líderes em setores como energia, alimentação, higiene, mineração, varejo, celulose, hotelaria e telecomunicações declarando voluntariamente uma série de compromissos em favor da biodiversidade brasileira; Posição da Sociedade Civil Sobre o Plano Estratégico da Convenção Sobre Diversidade Biológica para o Período 2011–2020 com mais de 60 assinaturas de líderes dos setores privado, organizações não-governamentais, movimentos sociais e imprensa destacando suas propostas ao governo para que fossem levadas à 10ª Conferência das Partes da CDB (COP-10) e para que fossem implementadas internamente; e Recomendações dos Movimentos e Organizações Sociais em que cerca de 40 instituições formularam propostas para subsidiar as negociações na COP-10 e no 5º encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-05). Como comprovação do grande avanço na gestão ambiental, dois indicadores devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à taxa de desmatamento, que apresentou grande redução, conforme o demonstrativo:

**ÁREA DESMATADA (KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2009**

| ANO | ÁREA DESMATADA ($KM^2$) | ANO | ÁREA DESMATADA ($KM^2$) |
|---|---|---|---|
| 1988 | 21.050 | 2000 | 18.226 |
| 1989 | 17.770 | 2001 | 18.165 |
| 1990 | 13.730 | 2002 | 21.651 |
| 1991 | 11.030 | 2003 | 25.396 |
| 1992 | 13.786 | 2004 | 27.772 |
| 1993 | 14.896 | 2005 | 19.014 |
| 1994 | 14.896 | 2006 | 14.286 |
| 1995 | 29.059 | 2007 | 11.651 |
| 1996 | 18.161 | 2008 | 12.911 |
| 1997 | 13.227 | 2009 | 7.464 |
| 1998 | 17.383 | **2010*** | 6.451 |
| 1999 | 17.259 | | |

Fonte: PRODES/Inpe ( * )Taxa estimada

O segundo refere-se à ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como pode ser observado a seguir:

**UC FEDERAIS**

| ANO CRIAÇÃO OU AMPLIAÇÃO | ÁREA ($km^2$) | N° DE UC CRIADA | N° DE UC AMPLIADA |
|---|---|---|---|
| Até 2002 | 471.930,63 | 235 | 12 |
| 2003 | 534,82 | 3 | 0 |
| 2004 | 29.423,43 | 8 | 3 |
| 2005 | 61.876,44 | 20 | 1 |
| 2006 | 112.757,96 | 22 | 3 |
| 2007 | 1.256,76 | 5 | 2 |
| 2008 | 58.564,87 | 7 | 2 |
| 2009 | 3.688,41 | 4 | 0 |
| 2010 | 6.695,21 | 6 | 6 |
| **Total** | **746.728,52** | **310** | **29** |

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 21/12/2010. / a área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelo ICMBio no CNUC.

**UC ESTADUAIS**

| ANO CRIAÇÃO | ÁREA (km²) | Nº DE UC CRIADA |
|---|---|---|
| Até 2002 | 253.262,88 | 309 |
| 2003 | 46.727,46 | 20 |
| 2004 | 11.545,31 | 13 |
| 2005 | 33.069,59 | 18 |
| 2006 | 195.682,92 | 28 |
| 2007 | 3.913,16 | 12 |
| 2008 | 1.497,61 | 6 |
| 2009 | 34 | 1 |
| 2010 | 91 | 1 |
| **Total** | **545.823,93** | **408** |

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 21/12/2010. A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelos órgãos gestores estaduais que finalizaram o processo de cadastramento no CNUC.

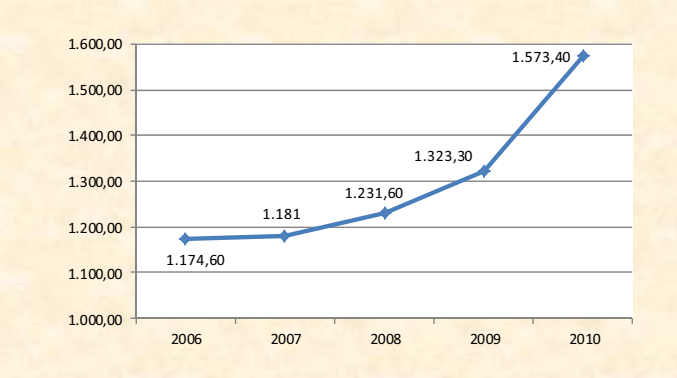
No exercício de 2010, a função Gestão Ambiental apresentou despesas efetivamente liquidadas no valor R$ 1.573,4 milhões, sendo que R$ 1.490,7 refere-se à liquidação de despesas do exercício e R$ 82,7, à liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores liquidados na referida função, durante o período de 2006 a 2010, apontam para um crescimento de aproximadamente 34%, demonstrando a crescente preocupação com a questão ambiental ao longo dos últimos cinco anos, conforme indicado nos demonstrativos a seguir:

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL - 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 1.174,6 | 1.181 | 1.231,6 | 1.323,3 | 1.573,4 | 6.483,9 |
| **TOTAL** | **1.174,6** | **1.181** | **1.231,6** | **1.323,3** | **1.573,4** | **6.483,9** |

Fonte: Siafi Gerencial




**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES**

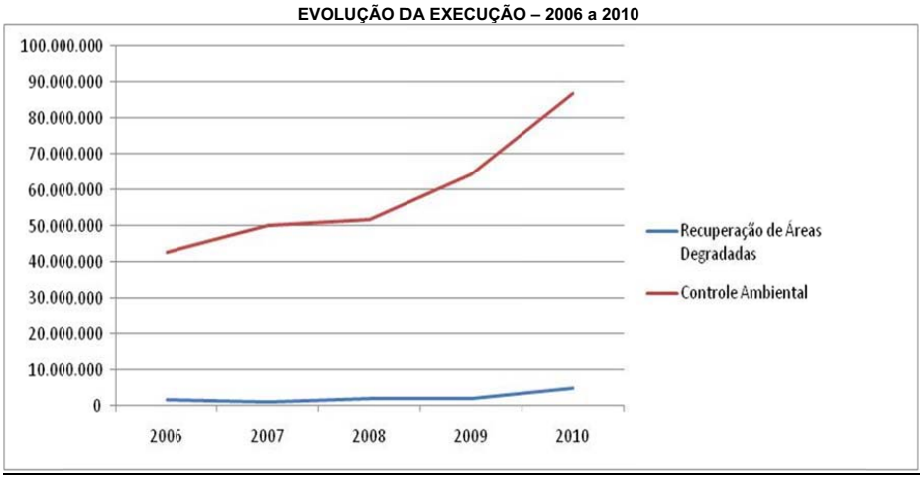
em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | 287,5 | 18,3 | - | - | 287,5 | 18,3 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 124,9 | 8 | - | - | 124,9 | 8 |
| Controle Ambiental | 86,8 | 5,5 | - | - | 86,8 | 5,5 |
| Recursos Hídricos | 4,9 | 0,3 | - | - | 4,9 | 0,3 |
| Meteorologia | 70,9 | 4,5 | - | - | 70,9 | 4,5 |
| Outras Subfunções | 1.285,8 | 81,7 | - | - | 1.285,8 | 81,7 |
| **TOTAL** | **1.573,4** | **100** | **-** | **-** | **1,573,4** | **100** |

Fonte: Siafi Gerencial

As subfunções vinculadas à função Gestão Ambiental que obtiveram crescimento significativo em 2010, comparadas ao exercício de 2006, foram: Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Ambiental, conforme demonstra o gráfico a seguir. Esse crescimento deve-se ao fato de serem subfunções típicas do Ministério do Meio Ambiente que comportam as ações finalísticas do Órgão, sendo priorizadas no momento da execução.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO – 2006 a 2010**




Em relação às outras subfunções, merecem destaque: Normatização e Fiscalização; e Ordenamento Territorial, uma vez que possuem grande relevância nos trabalhos realizados pelo Ministério. Observa-se que o crescimento dessas ações foi da ordem de 146%, o que já era esperado, tendo em vista que o meio ambiente vem ganhando evidência por parte do Governo Federal, acompanhando o paradigma mundial.

Para a consecução dos objetivos setoriais da gestão ambiental, o MMA possui 17 programas, dentre os quais se destacam: Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; Qualidade Ambiental; Nacional de Florestas; Conservação e Uso Sustentávelda da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer e Comunidades Tradicionais. São apresentados, a seguir, a execução orçamentária e os principais resultados desses programas.

**Probacias**
**Conservação de Bacias Hidrográficas**

O programa tem como objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas de domínio da União, e, nesse sentido, busca promover o equilíbrio entre a oferta e o acesso aos recursos hídricos, bem como assegurar os usos múltiplos da água no âmbito das bacias hidrográficas.

O Probacias tem contribuído para os objetivos de governo relacionados à redução das desigualdades regionais, dadas as ações voltadas para minimizar os efeitos das secas, proporcionando o acesso à água em regiões de escassez, a partir das potencialidades locais do território nacional. Concorre também para o cumprimento do Objetivo Setorial definido para o meio ambiente, na medida em que visa promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos hídricos, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias.

Tem como objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas de domínio da União, e, nesse sentido, busca promover o equilíbrio entre a oferta e o acesso aos recursos hídricos, bem como assegurar os usos múltiplos da água no âmbito das bacias hidrográficas.

Os instrumentos e mecanismos para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos estão expressos nas ações em que se desdobra o programa, tendo como destaque:

a) A elaboração de Planos de Recursos Hídricos, instrumento que orienta o gerenciamento dos recursos hídricos na bacia, contempla o diagnóstico da situação e as medidas a serem tomadas bem como as intervenções a serem promovidas, além das prioridades para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Em 2010, teve destaque a conclusão dos planos das bacias hidrográficas do rio Doce, rio Verde Grande, Margem direta do rio Amazonas, além do início da elaboração do plano do rio Paranaíba. Os Planos contemplam ainda a proposta de enquadramento dos corpos d'água, representando um importante instrumento para assegurar a qualidade adequada das águas

segundo os seus usos preponderantes.

b) A Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso a esse bem em corpos d'água de domínio da união, por intermédio da autorização do direito de uso de recursos hídricos e, ainda, de emissão das Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica para licitar a concessão ou autorizar os usos de potenciais de energia hidráulica. Registram-se nessa ação os esforços no sentido de aprimorar a integração de procedimentos com o processo de licenciamento ambiental com vistas a proporcionar maior agilidade processual na análise das solicitações de outorga e a estruturação das equipes para cumprir as novas atribuições relacionadas à regulação da concessão dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta, definidas pela Lei nº 12.334/2010.

c) A Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos, que passou a gerar receitas que são aplicadas em ações de recuperação e conservação das águas das bacias hidrográficas de domínio da União. Em 2010, a bacia do Rio São Francisco passou a ser beneficiada com recursos da cobrança, englobando como usuários as empresas de saneamento das cidades ribeirinhas, indústrias, fazendas e o Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Pisf. A aprovação da cobrança pelo uso da água na bacia do rio São Francisco representa um marco na implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pois esta bacia é uma das maiores e mais complexas do Brasil, já que envolve regiões bastante diferentes em termos hídricos e socioeconômicos, além de englobar mais de 500 municípios distribuídos no estados em seis estados e o Distrito Federal, abrangendo uma área de 637 mil km².

d) A ação Prevenção de Eventos Críticos Hidrológicos tem a responsabilidade de promover o monitoramento de cheias e inundações, possibilitando indicar, com antecedência, a probabilidade de ocorrência destes eventos. A sala de situação que opera como um centro de gestão de situações críticas, inaugurada em novembro de 2009, proporcionou a produção em 2010 da publicação mensal de boletins de acompanhamento de bacias em sistemas prioritários e a publicação de boletins diários sobre os reservatórios do sistema Cantareira e do Sistema Interligado Nacional (SIN), entre outros.

Também merecem destaque as ações de Modernização e Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional e a implantação do Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos - SNIRH, que têm como objetivos levantar e monitorar informações nas cerca de 4.500 estações do país, possibilitando o conhecimento das características quantitativas e qualitativas dos corpos hídricos e dos regimes de chuvas no território brasileiro, bem como dar suporte ao gerenciamento integrado dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2010, foi ampliada a estrutura da rede hidrometeorológica com aquisição de equipamentos mais eficientes, que possibilitarão a ampliação do número de medições e transmissão de dados em tempo real, fatores que contribuirão para a maior efetividade da sala de situação quanto aos alertas sobre ocorrência de cheias e inundações no país.

O programa registrou, em 2010, índices de alcance de seus dois indicadores correspondentes a 97,7% e 86%, respectivamente, o que demonstra o avanço da Política Nacional de Recursos Hídricos no país.

O primeiro indicador, "Área do território brasileiro com implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, excluída a bacia amazônica", expresso em percentual, avançou de 1,58% para 16,58%, correspondendo ao alcance integral do indicador para o exercício e 97,7% do índice previsto para o período do atual Plano Plurianual (PPA). O segundo, "População brasileira beneficiada com a implementação de projetos decorrentes da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos", expresso em percentual, passou de 5,93% para 12,23%, 100% do previsto para o exercício e 86% do previsto para o período 2008/2011.

O avanço do alcance dos indicadores do Programa decorre da implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco no exercício de 2010.

**Qualidade Ambiental**

Em 2010, o programa continuou com a estratégia de articulação entre os entes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama e órgãos setoriais, visando o estabelecimento de uma agenda nacional para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Dessa forma, o MMA vem trabalhando no sentido de propor medidas para a modernização do licenciamento de empreendimentos como os parques eólicos e as pequenas centrais hidrelétricas, além de ter iniciado o debate sobre o licenciamento ambiental de postos de combustíveis.

No âmbito do licenciamento ambiental federal, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, foram feitas articulações com importantes setores do governo, com vistas à modernização dos procedimentos de licenciamento e à regularização ambiental de infraestruturas nacionais em operação, ressaltando-se a elaboração de propostas para os seguimentos de portos, rodovias, hidrovias, linhas de transmissão e petróleo e gás.

Outra importante linha de ação foi o desenvolvimento de um documento de Diretrizes e de um Guia Metodológico para Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, instrumento relevante no processo de melhoria da eficácia do licenciamento ambiental.

Com relação à estratégia de implementação das Convenções Internacionais, destacam-se, quanto à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs, a realização, em março, do Seminário para a discussão do projeto de desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo no Brasil e, em julho, do estabelecimento de cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz com vistas a apoiar a avaliação da eficácia da Convenção de Estocolmo por meio de estudos investigatórios da presença de POPs em leite humano no Brasil. Nesse mesmo contexto, em 2010 iniciou-se a execução do projeto sobre Gerenciamento de Bifenilas Policloradas - PCB BRA 08/G/32 em parceria com o GEF/ PNUD. Realizaram-se, ainda: a contratação de estudos para levantamento da legislação internacional, federal e estadual existente sobre o tema e a elaboração de proposta de harmonização visando garantir a manutenção do inventário, a realização de testes laboratoriais para identificação de produtos passíveis de contaminação, a rotulagem e as diretrizes para a adequada destinação dos resíduos. Além disso, providenciou-se a elaboração de estudo sobre gerenciamento do PCB e a elaboração da proposta do plano de gerenciamento, incluindo avaliação dos sistemas de disposição de PCBs. Também é importante ressaltar a realização da oficina sobre gerenciamento de PCBs, em novembro de 2010, dando continuidade à integração do grupo de trabalho formado por autoridades do setor público, setor privado, pesquisadores e membros de ONGs, para promover a discussão sobre a proposta de Plano de Ação para a elaboração e implementação do Plano Nacional de PCB.

No que se refere às emergências ambientais decorrentes de produtos perigosos, tem-se investido no mapeamento de áreas de risco de acidentes com tais produtos através de convênios com os estados de Pernambuco, Paraíba, Tocantins e Mato Grosso do Sul, assim como foi realizado, em agosto, o *workshop* sobre Planos de Ação de Emergência – PAEs, com o objetivo de apresentar a metodologia de elaboração de PAEs desenvolvida até aquele momento e colher subsídios dos 158 profissionais participantes, provenientes tanto de órgãos públicos, como de empresas especializadas, para a melhoria dessa metodologia.

Em continuidade à implementação do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que compreende a caracterização das áreas costeiras e marinhas sensíveis a derrames de óleo, foram elaboradas as Cartas de Sensibilidade Ambiental para as bacias do Espírito Santo; Sergipe/Alagoas-Pernambuco/Paraíba; e do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu-Almada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Mucuri). Tais Cartas subsidiam a avaliação ambiental estratégica e análise prévia da viabilidade dos empreendimentos de petróleo, o licenciamento e o planejamento e gestão ambiental de outras atividades desenvolvidas no mar.

Entre os avanços alcançados em 2010, destacam-se, ainda, as estratégias de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REDD. No âmbito internacional, aprovou-se o regime de REDD durante a 16ª Conferência das Partes (COP-16) da UNFCCC, em dezembro, em cujas negociações o Ministério foi participante ativo. O MMA também participou de diversas iniciativas internacionais que buscam viabilizar o REDD, tendo inclusive organizado, ao custo total de R$ 48.371,56, o primeiro encontro da Interim REDD+ *Partnership*, a qual presidirá até julho de 2011, ao lado da França. Em âmbito nacional, promoveu-se uma série de debates em Grupos de Trabalho envolvendo os governos federal e estadual e diversos segmentos da sociedade civil, que culminou em recomendações para uma estratégia nacional para o REDD.

Na área de qualidade do ar, foi lançado o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas de Veículos Automotores Rodoviários, relevante subsídio para o conhecimento da realidade brasileira em termos de poluentes e, consequentemente, importante ferramenta para a elaboração das políticas públicas do Governo Federal e também dos Governos Estaduais, tais como o Proconve e os Programas de Inspeção Veicular. Ademais, implementou-se a Nota Verde, classificação dos veículos em função de suas emissões, disponível para os consumidores na *internet*, e foi elaborada a regulamentação do produto Agente Redutor Líquido Automotivo - ARLA32, que será usado na fase P7 do Proconve. Por fim, foi instalada a Comissão de Acompanhamento do Proconve - CAP, com o intuito de acompanhar todas as medidas dos agentes públicos privados para a perfeita consecução das próximas fases do programa, principalmente em relação às entidades reguladoras e às indústrias automotiva e de combustíveis.

O desempenho do programa pode ser analisado por meio dos seguintes indicadores apurados em 2010: número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação e número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3), ambos com apuração realizada em janeiro, apresentando índices de 52 e 379 unidades, respectivamente; Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs), alcançando 46,9; e Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs), com 1415,5, expressos em toneladas e apurados em abril.

O aumento do número de violações do padrão primário de material particulado inalável (PM10) pode ser atribuído aos dados fornecidos pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ para a Baixada Fluminense, notadamente as estações de monitoramento de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento, localizadas próximas a polos industriais. A redução quase pela metade do número de violações para o ozônio estratosférico no indicador, em parte pode ser explicada pela ausência dos dados para a região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Em que pese a ausência dos dados em questão, chama-se a atenção para o número elevado de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo, o que atinge mais de 10 % da população brasileira.

Os dados finais do Consumo de Clorofluorcarbono - CFCs e Hidrofluorcarbono - HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal - CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao Ibama o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente.

Ressalta-se que a apuração dos indicadores: Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação e Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3), é efetuada durante o mês de janeiro, posterior ao exercício ocorrido.

**Programa Nacional de Florestas**

O Programa Nacional de Florestas tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores, de modo a ampliar o mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

Em 2010, o programa articulou-se com diversas unidades da Embrapa e com entidades de financiamento, para a difusão de sistemas agroflorestais no âmbito da Operação Arco Verde, como estratégia de adequação ambiental e indução de uma economia de base florestal sustentável nos 43 municípios com elevados índices de desmatamento na Amazônia Legal, contemplados pelas ações da Operação. Fruto de articulação com outros ministérios e entidades financeiras, os sistemas agroflorestais passarão a contar com mecanismos e possibilidades específicas de crédito junto ao Registro Comum de Operações Rurais – Recor, do Banco Central.

Da mesma forma, foram ampliadas as ações no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, como a criação de três Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CR-ad's), voltados para a realização de atividades de mobilização e de capacitação técnica; de implantação de experimentos florestais (modelos demonstrativos de recuperação da cobertura vegetal dos biomas), em Serra Talhada, Janaúba e Barreiras. Visando a troca e ao aperfeiçoamento de experiências, foi realizado, em Paracatu (MG), o primeiro encontro dos CR-ad's, com a participação de mais de 80 técnicos e pesquisadores de oito Centros de Referência.

No âmbito da parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, foi promovido o encontro dos executores de projetos apoiados pelo Edital de Recuperação de Nascentes e Margens dos Cursos D'Água, quando foram apresentadas diversas experiências modelo em recuperação de áreas degradadas, em todas as regiões brasileiras. Desse encontro, resultou uma publicação sobre as experiências bem sucedidas, com todas as espécies empregadas por bioma, assim como a normatização federal para o tema.

Destacam-se, também, os avanços na formulação de protocolos de boas práticas para o manejo de espécies florestais de diversos biomas, que visam a obtenção de produtos não madeireiros. Nesse sentido, o programa promoveu articulação com setores internos do MMA, e com outros órgãos/entidades, para a elaboração de protocolos para 20 espécies florestais, tradicionalmente manejadas e de reconhecido valor econômico. Além das articulações por meio de correspondências, foram realizadas oficinas de trabalho, com a presença das instituições parceiras, para a elaboração dos protocolos de manejo da copaíba, da andiroba, da castanha-do-Brasil e do babaçu.

Merecem destaque, ainda, os trabalhos voltados à geração de subsídios para um regime nacional de REDD+.Cumpre também destacar a coordenação no processo de aperfeiçoamento da normatização florestal, notadamente na elaboração do texto-base de resolução sobre metodologia de recuperação de Áreas de Preservação Permanente - APP, aprovado durante a 99ª Reunião Ordinária do Conama, bem como no aperfeiçoamento da Resolução 303/2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Em relação às concessões florestais, foram realizados diversos estudos sociais, ambientais, econômicos e comerciais para a realização de consultas públicas de cinco editais de concessão florestal. No total, foi mais de um milhão de hectares de florestas disponibilizadas para o manejo florestal, com potencial para dinamizar as economias de diversos Municípios amazônicos, gerar aproximadamente 12 mil postos de trabalho e

movimentar uma economia de aproximadamente R$ 500 milhões por ano. O ano de 2010 também marcou o início do processo produtivo, com a extração das primeiras árvores oriundas da concessão da Floresta Nacional do Jamari, no Estado de Rondônia.

Vale destacar que o Cadastro Nacional de Florestas Públicas totalizou 290 milhões de hectares de florestas cadastradas. Além disso, foi publicado o quarto Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2011), que indica a existência de 5,1 milhões de hectares de florestas federais passíveis de processos de concessão florestal.

Foi disponibilizada a primeira versão do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, que permite maior acesso às informações do setor florestal no País.

Destaca-se, também, a implementação do primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 no âmbito do MMA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, destinado a fortalecer a atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais. Em 2010, foram realizadas ações de fortalecimento das organizações comunitárias, capacitação em gestão e manejo florestal, disponibilização de crédito, fornecimento de assistência técnica e extensão florestal e apoio à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais oriundos do manejo comunitário e familiar.

No âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, foram apoiadas 21 iniciativas, localizadas nas regiões Norte e Nordeste, contemplando três biomas: Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica. O apoio envolve assistência técnica e capacitação para o manejo florestal comunitário e familiar e para a produção de sementes e mudas de espécies. O FNDF tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor.

**Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos**

O programa tem por objetivo promover a conservação e a recuperação da diversidade biológica e dos recursos genéticos, a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso desses recursos do conhecimento tradicional associado. Alcançou em 2010 os seguintes resultados: divulgação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, a qual foi aprovada pela Comissão Nacional da Biodiversidade – Conabio, por meio da Resolução CONABIO nº 5, e a elaboração de minuta de Decreto para que essa estratégia seja também publicada por meio de Decreto da Presidência da República. Outra importante medida foi a elaboração de Decreto que visa regulamentar o art. 57-A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que pretende fixar faixas limites para o plantio de organismos geneticamente modificados - OGMs nas áreas que circundam as Unidades de Conservação. Caso editado, esse Decreto revogará o Decreto nº 5.950, de 31 de outubro de 2006. No âmbito das ações referentes às informações em biodiversidade, foram definidas as bases para um Banco de Dados direcionado ao levantamento das espécies exóticas invasoras, dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas no país e das espécies ameaçadas de extinção que ocorrem nas Unidades de Conservação, com ênfase para UCs de Proteção Integral. A publicação do livro "Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil", que inclui ações de organização e revisão dos resultados do I Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras foi finalizada, bem como a elaboração de *CD-ROM* interativo contendo *hotsite* e *e-book* do livro “Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras em Ambiente Marinho”.

O programa também prevê ações que tratam de biossegurança para Organismos Geneticamente Modificados. Para tanto, em 2010, foi definida estratégia, em parceria com movimentos sociais e organizações não-governamentais, para a criação de "Zonas Livres de Transgênicos” ou "Zonas de Proteção da Agrobiodiversidade", com vistas a minimizar os impactos às variedades crioulas e aos parentes silvestres decorrentes da liberação no meio ambiente de variedades geneticamente modificadas (OGMs), tanto no âmbito da agricultura familiar quanto em relação à agricultura orgânica. Foram realizadas atividades de apoio ao “Plano de ação e monitoramento do cultivo do milho geneticamente modificado em Santa Catarina, que incluem métodos para amostragem, detecção, opinião dos agricultores e análise dos dados”, com vistas a verificar nas lavouras dessa região o nível de contaminação das variedades de milho convencionais (incluindo as variedades crioulas tradicionais e as orgânicas) por variedades de milho geneticamente modificadas liberadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. As atividades desenvolvidas no âmbito do programa possibilitaram a participação em eventos internacionais relativos à biossegurança de organismos geneticamente modificados na Argentina e no Brasil.

O indicador de desempenho do programa é a Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas. Considera-se que os esforços para a conservação da biodiversidade brasileira podem ser avaliados na medida em que mais e mais espécies ameaçadas de extinção são manejadas, o que possibilita a redução da quantidade dessas espécies no rol das espécies sob ameaça de extinção. Esse indicador aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para sua recuperação.

Assim, as ações previstas no programa voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

Um dos grandes incentivos para que as metas contidas nesse indicador sejam atingidas consiste no Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II, que tem por objetivo a inserção do tema biodiversidade dentro das políticas de outros setores governamentais como saúde, agricultura, florestas, entre outros, além do setor privado. No total, 11 instituições estão envolvidas no Projeto (MMA, JBRJ, ICMBio, Fiocruz, Ministério da Saúde, MAPA, Embrapa, MCT, Funbio, Caixa Econômica Federal e Banco Mundial). O ICMBio tem como um dos pilares de suas ações a conservação de espécies ameaçadas de extinção. Assim, no segundo semestre de 2010, foram realizadas cinco oficinas de planos de ação (lepidópteras, cactáceas, papagaios da Mata Atlântica, tartarugas-marinhas, mamíferos da Mata Atlântica Central), três reuniões para consolidar três planos de ação (onça pintada, lobo-guará e região do Rio Paraíba do Sul) abrangendo 40 espécies ameaçadas, culminando com a publicação de portarias aprovando 19 planos de ação, representando 23% de espécies ameaçadas com planos de ação (lembrando-se que há 627 espécies da fauna ameaçadas de extinção) e publicado o plano de ação da toninha, sumário do plano de ação do muriqui e do plano de ação da ariranha.

Em outubro de 2010, foi realizada reunião para discussão de roteiro metodológico para elaboração de plano de ação de espécies ameaçadas; consolidação do plano de aves de pastizales, com a participação de representantes do Paraguai, Uruguai e Bolívia; treinamento de três técnicos para operacionalização do sistema de implementação de planos de ação e, ainda, seleção de 20 projetos para elaboração de planos de ação para 94 espécies ameaçadas em 2011. No que diz respeito à atualização da lista de espécies ameaçadas, foram realizadas 11 oficinas de avaliação, abrangendo 15 grupos taxonômicos, totalizando 630 espécies avaliadas.

A taxa de desempenho do programa apresenta-se abaixo do esperado em razão de alguns fatores. O principal deles foi a disparidade entre as taxas de 2009 e de 2010, uma diferença de 44,7 pontos percentuais, que corresponde a mais que o dobro da taxa aferida para o ano anterior. A dificuldade para o atingimento da meta estipulada fica ampliada na medida em que o número de espécies ameaçadas de extinção aumentou desde o início da execução do programa, em razão da revisão da lista oficial da flora ameaçada de extinção, lançada em 2008, que aumentou o número de 108 para 472. Ressalta-se também que os recursos destinados à realização desse programa são constantemente contingenciados, impedindo que haja um apoio mais eficaz das políticas de conservação das espécies ameaçadas.

**Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer**

O Programa tem o objetivo de promover a queda contínua e consistente do desmatamento ilegal, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, prevenindo e combatendo o desmatamento ilegal, queimadas predatórias e incêndios florestais. As metas propostas para as suas ações foram atingidas por meio do monitoramento das áreas susceptíveis a desmatamento e incêndios florestais, associado às ações de fiscalização em campo nas áreas identificadas. Na ação de Fiscalização de Atividades de Desmatamento, houve mudança na metodologia de atuação, com maior efetivo e estrutura e maior permanência nas áreas mais críticas. Tem-se investido em ações de maior impacto regional e até nacional, utilizando-se de apreensões e retirada de bens de infratores como forma de dissuasão a outros possíveis infratores.

Com base nos resultados de redução de áreas desmatadas na Amazônia Legal, poderão ser construídas novas metodologias para as operações de fiscalização a serem aplicadas nos demais biomas, respeitando-se as suas peculiaridades.

O índice previsto de área anual desmatada na Amazônia era de 8.595,000 km². Foi apurado no exercício de 2010 o índice de 6.451 km², superando o esperado. As ações de monitoramento e de fiscalização ambiental tiveram como resultado o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos anos. O Ibama, no ano de 2009, aprimorou a metodologia de monitoramento e alterou a metodologia aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental, com a ampliação da capacidade logística e a contratação de empresas que disponibilizaram viaturas e aeronaves.

Na Amazônia Legal, foram substituídas ações pulverizadas com pequenos efetivos em sua maioria por ações mais robustas, com uma quantidade maior de servidores do quadro e de autarquias parceiras, concentrando-se nos municípios prioritários, que foram responsáveis por mais de 50% da área desmatada. Associado a esses fatores, a fiscalização do Ibama atuou estrategicamente com o intuito de descapitalizar os infratores, pela destinação/alienação dos bens apreendidos, o que potencializa o efeito pedagógico da fiscalização e reduz a sensação de impunidade, em um ambiente de dissuasão.

Entre as operações de fiscalização realizadas em 2010 destacam-se: Operação Corcel Negro, realizada em vários estados de forma simultânea, com o objetivo de combater a cadeia ilegal do carvão; Operações Soja e Boi Pirata, visando à apreensão e alienação de produtos produzidos em

áreas embargadas; e Operação Portal da Amazônia, em Rondônia, visando coibir o transporte ilegal de madeira. Outro destaque foram as ações realizadas pela Operação Arco de Fogo, nos Estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, no período de janeiro a dezembro de 2010, em conjunto com a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública.

Para 2010, o número de focos de calor previsto era de 85.359. Entretanto, o ano foi atípico em relação a esse índice. Foram registrados, segundo dados de satélite consultados junto ao Inpe, cerca de 133.149 focos de calor.

Esse número elevado ocorreu, principalmente, pelas seguintes razões: seca acentuada em várias regiões do país, considerada anormal; acúmulo excessivo de matéria orgânica oriunda de anos anteriores onde os índices de queimadas foram bem inferiores; e o uso do fogo na atividade agropecuária, conforme dados dos relatórios de ocorrências de incêncios (ROI) emitidos pelas brigadas municipais contratadas pelo Ibama, por meio do Centro Especializado PREVFOGO, que mostram uma altíssima incidência dessa prática.

O programa é importante para viabilizar atividades de participação em combates a incêndios ampliados em todo o país; treinamento, contratação e acompanhamento de Brigadas de Combate e Prevenção a Incêndios Florestais nos municípios críticos; promoção e articulação de programas e projetos de alternativas ao uso do fogo buscando a substituição de seu uso no meio rural; pesquisas e estudos experimentais que envolvam tecnologias de prevenção, monitoramento e pesquisa aplicada aos incêndios florestais, assim como em áreas afetadas por queima, quanto à avaliação dos efeitos na fauna e na vegetação atingida; e execução do Programa de Informação e de Educação Ambiental, com foco nas causas, conseqüências, alternativas de soluções e contribuições efetivas ao agravamento dos cenários da mudança climática global.

**Comunidades Tradicionais**

O programa tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio da dinamização das atividades produtivas e do incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais dessas comunidades, contribuindo, assim, para a valorização da cultura e das formas de organização social. Conta com ações de apoio às organizações e capacitação de comunidades tradicionais, gestão ambiental em terras quilombolas, assistência à comercialização de produtos extrativistas na Amazônia e fomento a projetos de desenvolvimento sustentável.

Em 2010, foram alcançados os seguintes resultados:

I - Apoio a seis projetos de organizações de Comunidades Tradicionais: Promoção da cadeia de valor do Pinhão no Território da Rota do Pinhão - Início da organização do APL do pinhão da BR-376, FUPEF; Empoderamento Econômico das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso às Políticas Públicas de Promoção Produtiva; Estratégias de valorização e promoção da cadeia de produtos extrativistas nas comunidades tradicionais; Produtos da Sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares: Melhorando a Alimentação Escolar no Nordeste; Mapeamento de dados para formação de uma articulação nacional de povos e comunidades tradicionais; e Acesso à Política de Garantia de Preço Mínimo aos Produtos da Sociobiodiversidade.

II) Apoio a capacitações de metodologia Value Links B e de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além dos seminários: Empreendimentos do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), realizado na ExpoSustentat 2010, em São Paulo, e Seminário de Extrativismo, realizado na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA, em Brasília.

III) Realização das seguintes atividades, por meio da ação de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais: Apoio à criação e constituição da Câmara Estadual dos Produtos da Sociobiodiversidade e do Grupo de Trabalho para a Cadeia de Valor do Coco Babaçu no estado do Tocantins; e à criação e constituição do Grupo de Trabalho para a Cadeia de Valor do Coco Babaçu nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí; Realização de reuniões bilaterais com os estados do Pará, Amapá e Amazonas para institucionalização das Câmaras Estaduais dos Produtos da Sociobiodiversidade e dos Grupos de Trabalho para a Cadeia de Valor da Castanha do Brasil nesses estados; Oficina participativa da Cadeia de Valor da Piaçaba em Barcelos - AM, Painel sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) do Açaí, na ilha de Marajó, e sobre o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade no encontro sobre fortalecimento da cadeia produtiva Marajoara, em Marajó-PA; Apoio ao Seminário sobre a Cadeia Produtiva do Açaí na Região de Integração do Tocantins, em Belém-PA; Fortalecimento APL do açaí no Pará; Apoio ao Seminário de Óleos Vegetais do Oeste Paraense, em Santarém-PA; Apoio ao Seminário Final do 2° Ciclo de Debates Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável de Cadeias Produtivas do Oeste Paraense, em Santarém-PA; Apoio ao workshop sobre negócios e biodiversidade em São Paulo; Articulações com os pontos focais indicados pelos governadores dos estados prioritários do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) - AM, AC, PA, AP, MT, RO, MA, TO, PI e CE, para tratar do Plano de Ação Prioritário para 2010, do balanço das atividades de 2009 e da estrutura de gestão atual do PNPSB; Assessoramento à realização de reuniões do Núcleo Gestor da cadeia produtiva do Pequi no norte de Minas Gerais, em Montes Claros, trabalho fruto de

ações desenvolvidas pela Gerência de Agroextrativismo por meio do Plano Nacional da Sociobiodiversidade; Articulação de reuniões para fortalecimento do APL da Carnaúba no Estado do Ceará; Articulação para fomento dos APLs da sociobiodiversidade de governos estaduais com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para estabelecer 3 convênios: (MG, MA e PA); Participação na Reunião na Alemanha – Biofach (feira de produtos orgânicos); Apoio na capacitação de 110 profissionais da assistência técnica florestal em políticas públicas relacionadas ao plano nacional da sociobiodiversidade; Apoio e participação na elaboração das Diretrizes de Manejo Florestal para 04 produtos da sociobiodiversidade (castanha-do-brasil, andiroba/copaíba, açaí e babaçu). Esse material está em fase de conclusão; Elaboração de estudo sobre marco fiscal para a cadeia produtiva da castanha-do-brasil, em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse documento está concluído para análise e encaminhamentos.

IV) Apoio à realização das 13ª, 14ª e 15ª Reuniões Ordinárias da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto de 13 de julho de 2006, cuja secretaria-executiva está a cargo do Ministério do Meio Ambiente.

Por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o programa celebrou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com 15 Unidades de Conservação; realizou oficinas de planejamento de produção sustentável com quatro Reservas Extrativistas no Maranhão; desenvolveu ações de Capacitação e Planejamento de Manejo Florestal constantes no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2009-2010, além de ações correlatas na Reserva Extrativista Ituxi, Município de Lábrea; organizou Comunidades Tradicionais de 29 Unidades de Conservação para recepção de Telecentros Comunitários, bem como Relação de Extrativista Beneficiário em 08 Unidades de Conservação - Portaria MDA 62/2009.

O indicador do programa - Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção - mede em percentual a proporção de organizações de comunidades tradicionais extrativistas que têm seus produtos inseridos em processos produtivos, tendo como universo amostral as entidades que encaminham projetos ao Departamento de Extrativismo. No ano de 2010, foi apurado um índice de 49,31, que ultrapassou o previsto correspondente a 42,290.

### 5.1.20 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) tem entre suas competências: a coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e de pessoal civil; as ações de organização e modernização do Estado; a administração de recursos da informação, de informática e serviços gerais; a gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; a administração patrimonial; a coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; a coordenação da gestão de parcerias público-privadas e das negociações, o acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais. A execução orçamentária do MP é realizada por três unidades orçamentárias: MP - Administração Direta, IBGE e ENAP, e ainda pelos recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dos Encargos Financeiros da União. Em 2010, a execução orçamentária foi da ordem de R$ 5.374,32 milhões, dividida em três funções: Administração (64,97%), Previdência Social (27,65%) e Encargos Especiais (7,38%), conforme apresentado a seguir.

**VALORES LIQUIDADOS POR FUNÇÃO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**PERÍODO 2006 - 2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO | LIQUIDADO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Administração | 1.648,39 | 2.042,29 | 2.123,01 | 1.958,96 | 3.491,58 |
| Previdência Social | 593,67 | 1.144,91 | 1.135,34 | 1.373,98 | 1.485,93 |
| Encargos Especiais | 17,77 | 17,60 | 11,15 | 388,81 | 396,82 |
| **TOTAL** | **2.259,84** | **3.204,79** | **3.269,50** | **3721,75** | **5374,32** |

Fonte: Siafi 18/01/2011

Na atuação do MP como coordenador e gestor dos sistemas de planejamento e orçamento federal, e cumprindo as normas que estruturam o processo orçamentário, foram elaborados o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o Cadastro de Ações, o Manual Técnico Orçamentário (MTO), os cenários fiscais, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira e as alterações na Lei Orçamentária Anual (LOA), que originaram a análise de mais de 1.500 solicitações de créditos adicionais, das quais 1.027 com cancelamento de dotação. O valor das solicitações totalizou R$ 327,4 bilhões, sendo R$ 231,8 bilhões com cancelamento. A aprovação de créditos somou R$ 164,6 bilhões, dos quais R$ 148,9 bilhões por Decreto, R$ 5,6 bilhões por Lei e R$ 10,1 bilhões por Medida Provisória.

No sentido de estimular o exercício da cidadania e dar mais transparência ao Orçamento Geral da União, foi implementado o Orçamento Síntese - documento denominado Orçamento ao Alcance de Todos, como uma nova forma de apresentação do Orçamento Federal, em linguagem mais acessível ao cidadão, visando maior compreensão dos dados orçamentários por todas as pessoas que, apesar de não estarem envolvidas no processo de elaboração, tramitação ou execução do orçamento, tem interesse em saber onde o Governo Federal aplica os recursos recolhidos na forma de impostos, taxas e contribuições. Em 2010, foram distribuídos 1.200 exemplares do referido documento e 20 mil exemplares da Cartilha “Sofinha e sua Turma”.

Para melhorar a qualidade do gasto público e otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos, foi implementado o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG) em 53 organizações, sendo 35 Institutos de Ensino Superior, 15 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (SAA/MEC). A mensuração de resultados, no exercício anterior, apontou para uma economia, decorrente do aumento da eficiência do gasto público, no valor de R$ 109.051.075,00. Os resultados de 2010 ainda não foram contabilizados.

No âmbito da gestão do Plano Plurianual (PPA) foram elaborados o Relatório de Avaliação Anual do PPA, ano base 2009, e a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA, ano base 2009, que analisa a situação das três agendas prioritárias do governo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Agenda Social.

No que tange ao monitoramento, foi publicado o Guia Metodológico para a Construção de Indicadores de Programas, visando orientar a Administração Pública, em todas as esferas, na construção e utilização de medidas de desempenho e objetivando aperfeiçoar a qualidade das informações no Plano. Foram investigadas a qualidade dos indicadores em 210 programas finalísticos e 27 programas de apoio. Os resultados demonstraram que os 760 indicadores existentes apresentam um total de 683 inconsistências de preenchimento de atributos. Entre essas inconsistências, 206 (31%) se referem à falta de previsão de índices para 2010 e 2011, 195 (28%) a não apuração dos índices de 2008 e 2009 e 157 (23%) a não existência de índices de referência.

Após a identificação das inconsistências, foram excluídos 53 indicadores a partir da avaliação dos Ministérios. Em seguida, foi montada uma agenda de trabalho para preenchimento dos atributos faltantes. O intuito do trabalho é permitir que, em 2011, o PPA traga medidas de desempenho de programas mais válidas, confiáveis e apuráveis.

Na questão normativa, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei de alteração específica do PPA, a fim de manter o ritmo dos investimentos de forma planejada e orientada para a redução das desigualdades. Com a aprovação do PL, o PPA foi alterado para viabilizar a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), incorporando ao Plano um conjunto de iniciativas direcionadas não apenas para grandes obras estruturantes, mas também para a melhoria dos serviços ofertados pelo setor público que afetam diretamente as condições de vida da população.

Especificamente no que se refere à agenda prioritária PAC, destaca-se a participação ativa no monitoramento dos empreendimentos integrantes do Programa como membro permanente das Salas de Situação e do Grupo Executivo do PAC. Além disso, o MP também gerencia o Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC) que, em 2010, contou com a evolução dos seguintes módulos e funções: integração do SisPAC à base de dados do orçamento para leitura de saldos de funcionais; leitura de marcação de ações específicas do PAC da base de dados do orçamento; módulo de monitoramento; e novos relatórios de monitoramento.

No intuito de induzir o desenvolvimento econômico e social e reduzir as desigualdades sociais, foi desenvolvido estudo sobre os principais entraves à execução de obras públicas, em especial as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com ênfase nos setores de saneamento, habitação e rodovias que apontou a necessidade de reelaboração da disciplina para a contratação de obras públicas, que culminou no artigo 127 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2011, que trata do custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos do Orçamento da União.

Em 2010, foram analisados dez projetos de grande vulto e realizadas três reuniões da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto (CTPGV), com deliberação sobre importantes empreendimentos, tais como a Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). O estudo demonstrou, também, a necessidade da realização de concurso para analistas de infraestrutura e elaboração de pré - projeto de lei para criação de empresa de estudos prévios para a contratação de projetos de obras públicas. Assim, foi realizado o concurso para analistas de infraestrutura, com alocação de 300 servidores para atendimento aos projetos prioritários (PAC 1 e 2), os quais foram selecionados e divididos em cinco especialidades – civil, energia, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e transportes.

Ainda sobre o PAC, foi coordenado o trabalho de classificação dos municípios brasileiros em três grupos, conforme porte populacional, para efeito de elaboração de carteiras em infraestrutura urbana e social do PAC 2. Tais grupos refletem concentrações de *déficits* e passivos urbanos e sociais, que nortearam a elaboração das carteiras. A carteira nos eixos citados é composta por: saneamento, habitação, pavimentação, mobilidade urbana, prevenção em áreas de risco, construção de creches e pré-escolas, unidades de pronto-atendimento, unidades básicas de saúde, postos de policiamento comunitário, praças do PAC, quadras esportivas nas escolas e coberturas para as quadras.

No que se refere às Praças do PAC, uma das iniciativas que compõem o eixo Comunidade Cidadã, da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), e que consiste na implantação de equipamento que integra atividades de esporte, lazer, cultura, serviços socioassistenciais etc, o MP tem contribuído, em parceria com outros órgãos do Poder Executivo Federal, para as atividades ligadas ao planejamento e à implementação da proposta, como a formulação preliminar dessa política pública e a realização do processo de seleção dos municípios a serem beneficiados com a implantação das Praças. Outro resultado importante foi a capacitação de 41 servidores da 1ª turma piloto do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos, uma parceira com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que adaptou o curso anteriormente ministrado pelo ILPES/CEPAL às peculiaridades brasileiras.

As ações de organização e a modernização do Estado tiveram dois eixos de atuação: o de “estudos” - relativo à formulação de diretrizes e geração de conhecimento em gestão pública, destinado a otimizar a gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal ou mesmo em outras esferas de Governo, e o de “aplicações” - relacionado ao fomento à melhoria da gestão, destinado ao atendimento direto de demandas de órgãos e entidades públicos, para melhoria de sua capacidade institucional e da gestão orientada para resultados, por meio de apoio técnico e financeiro.

Nos estudos relacionados à formulação de diretrizes e geração de conhecimento em gestão Pública, os resultados mais relevantes foram as análises das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal (APF), a proposição de instrumentos de aperfeiçoamento do marco legal e normativo e a formulação de propostas de políticas e diretrizes para a reorganização dos formatos jurídico institucionais e para a implementação de processo

de contratualização de desempenho institucional da APF. Além disso, foi elaborado o estudo taxonômico das formas jurídico-institucionais de organização da Administração Pública e dos formatos de cooperação entre o Estado e entidades civis sem fins lucrativos, com sistematização em diferentes graus da influência dos princípios do direito público e do direito privado em cada forma, disponível no site do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) (http://www.gespública.gov.br).

Entre as realizações, destacaram-se, também, o compartilhamento de experiências e boas práticas de gestão pública com o governo espanhol e o fortalecimento do diálogo setorial entre o Brasil e a União Europeia em desenvolvimento regional, em desenvolvimento sustentável e mudança como monitoramento da biodiversidade, gestão de recursos hídricos e manejo florestal.

O segundo eixo de atuação, baseado no fomento à melhoria da gestão, disponibilizou ferramentas e apoio para realização de avaliações continuadas da qualidade do sistema de gestão das organizações públicas, por intermédio do GESPÚBLICA, bem como destinou recursos para premiação de organizações que comprovaram alta qualidade em gestão, por meio do Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF). Na premiação do ciclo 2010, participaram 34 organizações, com a premiação de duas entidades com o TROFÉU E FAIXA OURO, sendo o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Instituto Estadual de Hematologia (Hemorio). A premiação deste ano incluiu homenagem às 23 instituições públicas que implantaram Cartas de Serviços em suas áreas de atendimento ao cidadão.

Outros avanços neste eixo foram a ampliação da Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP), com seminários internacionais, visando ao aprimoramento e ao intercâmbio do modelo de excelência em gestão pública e a implantação do Portal do Projeto Brasil Municípios na Internet (www.projetobrasilmunicipios.gov.br), como espaço de articulação e compartilhamento de experiências entre os municípios participantes.

Há que se ressaltar a realização de 16 oficinas de reestruturação do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), com a participação de aproximadamente 130 representantes dos órgãos setoriais e seccionais, nas quais foram discutidos, entre outros temas: a gestão do espaço virtual; a revitalização da rede SIORG; o planejamento, organização e funcionamento do sistema; o estabelecimento de indicadores de desempenho institucional; a ferramenta do sistema; e a elaboração de manual de estruturas no âmbito do Poder Executivo Federal.

Em relação à recomposição da força de trabalho, foram autorizadas 17.683 vagas para concursos públicos, permitindo a abertura de novas universidades federais e a expansão das universidades já existentes (neste último caso, no âmbito do Projeto REUNI), bem como a criação de novas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), todas instituições ligadas ao Ministério da Educação. Além dessas vagas, foram autorizadas mais 1.304 para substituir mão-de-obra terceirizada por servidores públicos.

Foi concluída a primeira etapa do projeto de compartilhamento de base de dados cadastrais de Recursos Humanos, com o cruzamento da base de dados do cadastro do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e dos cadastros de recursos humanos dos Estados e dos servidores civis do Poder Executivo da União. Resultado de acordo entre os Ministérios do Planejamento e da Previdência Social e o Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração (CONSAD), o cruzamento de dados contou com a adesão de 13 estados: Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Com o intuito de viabilizar a conclusão dos projetos de fortalecimento das estruturas organizacionais e o trabalho de elaboração das Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro, foram prorrogados os contratos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) e do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), para maio e setembro de 2013, respectivamente. Entre as realizações mais importantes do PROMOEX, apresentam-se o aperfeiçoamento do Portal Nacional dos Tribunais de Contas (TCs), visando à disponibilização de informações sobre a gestão fiscal dos estados e municípios, a formação de uma cultura de auditorias operacionais de resultados e o aumento da transparência com o Portal Nacional dos TCs (www.controlepublico.org.br). Também houve avanços na implementação do banco de dados único de gestão fiscal, previsto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas à consolidação nacional das contas dos entes da federação.

O Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV), que promoveu o acompanhamento da implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal, firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação João Pinheiro, deu continuidade à checagem dos cadastros de recursos humanos dos Estados e apoiou o desenvolvimento do Projeto de Registro Único de Identidade Civil (RIC), entre outras iniciativas.

A política de gestão de pessoal da Administração Pública Federal teve como foco a democratização das relações de trabalho, as carreiras, a gestão por competência e a avaliação de desempenho, sistemas e processos de gestão de pessoas e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal.

Como forma de garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, foi mantida a Mesa de Negociação Permanente e instituída a nova sistemática de Avaliação de Desempenho no Serviço Público Federal, cujas diretrizes estão definidas na Lei Nº 11.784/2008, regulamentada pelo Decreto Nº 7.133/2010.

A nova sistemática de Avaliação de Desempenho apresenta instrumentos de diálogo na relação de trabalho entre os servidores e a Administração e promove a melhoria da qualidade dos serviços públicos, tais como a pactuação de metas por equipe de trabalho, a autoavaliação combinada com a avaliação dos servidores pelos membros da sua equipe de trabalho, a participação de representantes dos servidores na Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho e a criação de um Comitê Gestor da Política de Avaliação de Desempenho, com representação da Administração Pública, das entidades sindicais e da sociedade organizada.

Em relação à política de atenção à saúde do Servidor Público Federal, o benefício da assistência médico-odontológica foi universalizado para todos os servidores federais, e transformado em despesa orçamentária obrigatória, recuperado o valor do "per capita" e tornado isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

Visando à eficiência e à gestão da folha de pagamento, foram realizadas auditorias priorizando os assuntos com maior volume de despesas e com maior capacidade de materialidade e de reversão em economia e, com a implantação dessa sistemática, espera-se auditar 70% da folha de pagamento (atualmente audita-se menos de 1,5% da folha). Como resultado das 49 auditorias realizadas, foram ressarcidos R$ 682,7 milhões aos cofres públicos.

No âmbito da gestão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), merece destaque o lançamento da versão 2011 do documento de referência da arquitetura *e-PING*, que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Governo Federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de Governo e com a sociedade em geral. As áreas cobertas pela *e-PING* estão segmentadas em: Interconexão; Segurança; Meios de Acesso; Organização e Intercâmbio de Informações; e Áreas de Integração para Governo Eletrônico.

Para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na Internet, a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número possível de pessoas, foi revisado e colocado em consulta pública, sob a versão 3.0, o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), adequando-se ao *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG 2.0), do consórcio internacional de padrões para internet W3C.

No Portal Governo Eletrônico, foram realizadas 23 consultas públicas, entre elas: Revisão da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04; minuta de Instrução Normativa do Software Público; Padrões Brasil e-GOV - Cartilha de Usabilidade; Padrões Brasil e-GOV - Cartilha de Redação Web; Proposta de Padrões de Switch; Solução de Tecnologia de Informação em Gestão de Recursos Humanos; e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - versão 2011; Especificação de Referência – Videoconferência; Instrução Normativa Bases de Dados Oficiais; Instrução Normativa Procedimentos de Acesso Bases Oficiais; Padrões de equipamentos de infraestrutura de redes sem fio, controladoras de redes sem fio (*switch wi-fi*) e pontos de acesso (*acess point*).

O Portal Governo foi desativado e seus dados foram migrados para o Portal das Comunidades Virtuais do Setor Publico (CATIR), uma vez que esse último apresenta mais recursos de Web 2.0.

Ademais, o redesenho do Portal do *Software* Livre do Governo Federal (www.softwarelivre.gov.br) possibilitou a adoção de tecnologias web mais modernas e a opção de acrescentar conteúdos relacionados aos casos de sucesso, da agenda de eventos, do espaço de interação da comunidade de Governo, bem como descentralizar a gestão do conteúdo do portal. O ambiente passou a centralizar todas as informações do Comitê Técnico para Implantação do Software Livre do Governo eletrônico brasileiro, se tornou referência para acompanhamento, controle e difusão do software livre na sociedade e passou a disseminar a agenda de eventos técnicos do Governo Federal.

A expansão da Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia) ganhou novos contornos e desafios com o lançamento e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a reformulação da estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras). Atualmente, existem 125 pontos de conexão à internet em 90 edifícios de Brasília e a telefonia interliga 25 entidades, com 38 pontos instalados. Este projeto desonera o Governo de gastos com empresas telefônicas e traz mais segurança para as informações governamentais que trafegam nas redes, pois estão em circuito fechado.

O Governo Federal executa e apoia ações de inclusão digital por meio de diversos órgãos, destacando a estruturação da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital, mediante parceria com oito universidades e entidades da sociedade civil, atuantes como Polos Regionais para a realização de atividades de educação à distância e presencial para jovens bolsistas do Programa Telecentros. Na primeira seleção pública de parcerias para seleção dos Polos, foram inscritas 1.071 propostas, e, destas, 58 foram celebradas, totalizando 9.494 telecentros a serem apoiados até o final de 2011.

No contexto do projeto Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), foram consolidados dados de mais de 10.703 espaços públicos e comunitários de uso das tecnologias da informação e comunicação (telecentros), apoiados ou não pelo Governo Federal. As bases de dados do ONID foram utilizadas no processo seletivo, avaliação de propostas e organização de atendimento dos telecentros do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR).

Foram implantados sete centros de recondicionamento de computadores, distribuídos pelas cinco regiões do país, nos quais 430 jovens de baixa renda foram formados no processo de recuperação de equipamentos usados, doados pela administração pública federal e parceiros privados, para posterior doação a escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital.

O demonstrativo seguinte apresenta alguns indicadores utilizados no processo de avaliação dos resultados da atuação do Ministério.

| INDICADOR/UNIDADE DE MEDIDA | ALCANÇADO 2009 | ALCANÇADO 2010 |
|---|---|---|
| Percentual das Coordenações Gerais de Recursos Humanos que têm ouvidoria "on line" instalada e em funcionamento (percentagem) | - | 50 |
| Percentual de órgãos e entidades que já possuem resultados relativos ao processo de avaliação de desempenho institucional e individual, com base no Dec.nº 7.133, de 19 de março de 2010 (percentagem) | - | 48,15 |
| Percentual de órgãos e entidades que já elaboraram a portaria que estabelece os critérios e procedimentos específicos da avaliação de desempenho Dec.nº 7.133, de 19 de março de 2010 (percentagem) | - | 74,7 |
| Percentual de multiplicadores capacitados ativos (percentagem) | - | 42 |
| Percentual de processos com as melhorias previstas implementadas e regulamentados (percentagem) | - | 100 |
| Edital do módulo 2 (CLT e regimes específicos) e Base de Dados do Sistema de Gestão de Recursos Humanos publicado (unidade) | - | - |
| Edital dos módulos 1 (Servidor ativo – Regime Jurídico – Lei 8112) e 3 (Aposentados e Pensionistas) do Sistema de Gestão de Recursos Humanos publicado (unidade) | - | - |
| Percentual dos órgãos e entidades do SIPEC com o sistema informatizado SIAPE- Saúde implantado (percentagem) | - | 55 |
| Percentual dos órgãos e entidades cobertos (atendidos) por Unidades de Referência do SIASS (percentagem) | - | 30 |
| Percentual dos órgãos que realizaram a avaliação do ambiente de trabalho (percentagem) | - | Não possui |
| Percentual da folha de pagamento auditado (percentagem) | - | 1,43 |
| Avaliação Externa do Processo de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA (unidade) | 7,68 | 7,21 |
| Avaliação Interna do Processo de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA (unidade) | 7,46 | 7,38 |
| Desempenho Orçamentário da SOF (percentagem) | 87,20 | 86,6 |
| Auto-avaliação da Gestão da SOF (unidade) | 293 | - |
| Número de certificados digitais emitidos no ano (unidade) | 8.903 | 7.349 |
| Número de notícias publicadas no site e intranet (unidade) | 212 | 299 |
| Número de projetos concluídos (unidade). | 7 | 9 |
| Número de experiências inscritas no concurso Inovação(unidade) | 156 | 139 |
| Publicação da revista do serviço público(unidade) | 4 | 4 |
| Tempo médio de análise de processos relacionados a empresas estatais (dia) | 45 | 41,8 |

Observa-se que alguns indicadores, por terem sido elaborados no 2º semestre de 2010, a partir de estudos desenvolvidos por meio de consultoria, não apresentam os valores alcançados em 2009. Além disso, os indicadores relativos à publicação dos editais dos módulos 1, 2 e 3 do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que também foram criados no 2º semestre de 2010, não tiveram sua apuração no mesmo ano, em razão da grande complexidade do projeto e sua evolução, dado que inicialmente foi pensado com seis subprojetos e passou para 11 subprojetos.

No que diz respeito ao "Percentual dos órgãos que realizaram a avaliação do ambiente de trabalho", não foi possível a realização desse indicador devido ao não desenvolvimento do módulo de Avaliação de ambientes de trabalho do SIAPE SAÚDE (Subsistema que organiza as informações de saúde dos órgãos do SIPEC), em consequência do tempo

demandado para a renovação do contrato com a prestadora de serviços.

O demonstrativo a seguir apresenta uma série histórica com valores liquidados da função Administração, no período 2006-2010, por subfunção. Cabe ressaltar que a análise doravante apresentada versará sobre as variações significativas referentes ao exercício de 2010 da função Administração.

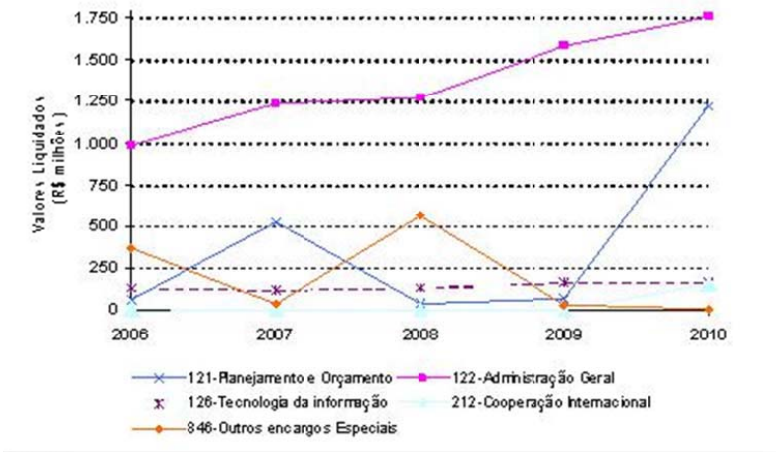
**FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO – VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO – PERÍODO 2006 – 2010**

(em R$ milhões)

| SUBFUNÇÃO | LIQUIDADO | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| **SUBFUNÇÕES TÍPICAS** | **1.191,63** | **72,29** | **1.908,02** | **93,43** | **1.463,73** | **68,95** | **1.843,41** | **94,10** | **3.206,78** | **91,84** |
| Planejamento e Orçamento | 61,22 | 3,71 | 522,83 | 25,60 | 35,41 | 1,67 | 69,49 | 3,55 | 1.221,25 | 34,98 |
| Administração Geral | 986,34 | 59,84 | 1.236,91 | 60,57 | 1.277,03 | 60,15 | 1.586,12 | 80,97 | 1.760,79 | 50,43 |
| Normatização e Fiscalização | 0,52 | 0,03 | 0,07 | 0 | 0,53 | 0,03 | 1,81 | 0,09 | 1,67 | 0,05 |
| Tecnologia da Informação | 131,73 | 7,99 | 120,81 | 5,92 | 136,54 | 6,43 | 165,04 | 8,42 | 166,47 | 4,77 |
| Ordenamento Territorial | 0,95 | 0,06 | 1,15 | 0,06 | 1,97 | 0,09 | 3,86 | 0,20 | 4,45 | 0,13 |
| Formação de Recursos Humanos | 7,93 | 0,48 | 7,22 | 0,35 | 9,13 | 0,43 | 12,95 | 0,66 | 13,71 | 0,39 |
| Administração de Receitas | 2,93 | 0,18 | 4,65 | 0,23 | 2,46 | 0,12 | 1,85 | 0,09 | 1,61 | 0,05 |
| Comunicação Social | 0 | 0 | 14,4 | 0,7 | 0,64 | 0,03 | 2,28 | 0,12 | 36,83 | 1,05 |
| **Outras Subfunções (Atípicas)** | **456,76** | **27,71** | **134,26** | **6,57** | **659,28** | **31,05** | **115,56** | **5,90** | **284,80** | **8,16** |
| **TOTAL** | **1.648,39** | **100** | **2.042,29** | **100** | **2.123,01** | **100** | **1.958,96** | **100** | **3.491,58** | **100** |

Obs.: Não existe execução das subfunções típicas da função Administração em outras funções. Fonte: SIAFI 18/01/2011.

Observa-se que do valor total liquidado no período de 2006 a 2010, 85% dos gastos relativos à função Administração estão concentrados nas subfunções típicas. Além disso, em 2010, a função Administração apresentou um incremento de aproximadamente 60%, passando de R$ 1.958,96, em 2009, para R$ 3.491,58, destacando-se a subfunção Administração Geral, responsável, em média, por 62% dos valores liquidados na função, ao longo do período em análise. Em 2010, essa subfunção realizou R$ 1.760,79 milhões, sendo que 88% desse montante foram destinados ao pagamento de despesas de pessoal. As principais variações da função Administração ocorreram nas subfunções Planejamento e Orçamento, Comunicação Social, Cooperação Internacional, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, bem como o decréscimo da subfunção Outros Encargos Especiais. O gráfico a seguir apresenta as subfunções mais significativas em razão do montante de recursos executados, no período de 2006/2010.




No que diz respeito à subfunção Planejamento e Orçamento, o incremento apresentado no gráfico ocorreu devido à realização do Censo Demográfico de 2010. Para sua consecução, diversas atividades preparatórias foram desenvolvidas durante o período, como a realização de provas piloto - que testaram os novos itens do conteúdo do questionário e formas diferenciadas de indagar novos e antigos itens, e a realização de dois Censos Experimentais – Rio Claro e Ipeúna – para a testagem e desenvolvimento de todos os procedimentos e ferramentas que foram utilizados na coleta de dados do Censo Demográfico 2010.

A rapidez da coleta de informações e do acesso aos resultados ocorreu devido ao investimento

tecnológico adotado – uso de PDAs na coleta (computadores de mão, facilmente transportáveis, e que dispensaram os antigos questionários em papel), acompanhamento da coleta e supervisão on-line, mapas digitais georreferenciados, metodologias e ferramentas digitais, entre outros.

Além disso, foi realizado o programa de capacitação das equipes internas com um forte incremento do sistema de treinamento baseado em plataforma de ensino a distância (EAD).

Foi também desenvolvido e executado o Programa de Treinamento para a Coleta de Dados, abrangendo, em cinco cadeias sucessivas de treinamento, mais de 260.000 pessoas, entre servidores do IBGE e contratados temporários de todas as funções técnicas, administrativas e de informática. Concomitantemente a todas essas importantes etapas, foram realizados os trabalhos de atualização da Base Territorial com a realização de atualizações de mapas com base em imagens de satélite, ortofotos e outros insumos, complementadas com trabalho de campo, para elaboração de mapas, por meio de *tracking*, em centenas de povoados, distritos e localidades – urbanas e rurais de todo o país.

Em relação à subfunção Cooperação Internacional, o incremento em 2010 se deu pelo pagamento, com recursos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores, da terceira cota da Corporação Andina de Fomento (CAF), pelo pagamento, com recursos de 2010 e de restos a pagar de exercícios anteriores, da quarta parcela devida ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), e da parcela de 2010, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), que eram executadas na subfunção Outros Encargos Especiais.

O decréscimo da subfunção Outros Encargos Especiais ocorreu visto que, em 2009, os valores liquidados relativos aos restos a pagar das ações Apoio a Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX) e Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) são superiores aos valores executados em 2010. Ademais, em 2010, as ações Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) foram executadas na subfunção Cooperação Internacional.

Em relação à subfunção Comunicação Social, no exercício de 2010, houve uma variação significativa em relação aos anos anteriores,(tabela acima) onde foram realizadas ações de divulgação dos processos seletivos para contratação de recenseadores, com a criação e produção de peças audiovisuais – spots, cartazes, filipetas e painéis.

A criação e aprovação de todas as peças publicitárias e a gestão do contrato ficaram sob responsabilidade do IBGE, bem como todos os trâmites de aprovação da campanha junto à Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM).

Ainda para divulgação do Censo, foram produzidos vídeos institucionais sobre o Censo 2010, uma exposição que relatava a história dos Censos desde 1920 e a reedição completa do Projeto Vamos Contar (Censo nas escolas) e da revista Vou te Contar, que durante este ano tiveram seis edições. Para veiculação da campanha de divulgação do Censo 2010, houve processo licitatório para escolha e contratação de uma agência de publicidade. As informações do Censo 2010 nas redes sociais são atualizadas diariamente nos canais *Twitter, Facebook e YouTube.*

Além disso, ao longo de 2010, o IBGE organizou e sediou eventos e participou de feiras e congressos, com a exposição de *stands*. Foi dado, também, andamento aos demais trabalhos, como a criação das peças promocionais para os lançamentos das publicações, elaboração de material para apoio à coleta, criação de peças para campanhas internas, desenvolvimento de diversos materiais promocionais, entre outros.

No que diz respeito às subfunções atípicas, conforme representado no demonstrativo anterior, destaca-se a subfunção Atenção Básica que, em 2010, teve um acréscimo de cerca de 30% em relação a 2009, devido à execução da ação Fomento a Projetos de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, na qual foram aplicados recursos para a realização de oficinas, de fóruns de Perícia em Saúde e o de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor, do III Encontro Nacional de Atenção à Saúde, a elaboração de Manual de Perícia Oficial em Saúde e a Implantação do módulo da Perícia Oficial em Saúde - SIAPE Saúde.

Ainda em relação às subfunções atípicas, a subfunção Alimentação e Nutrição, que em 2009 teve R$ 24,46 milhões dos seus recursos liquidados, em 2010, teve R$ 53,63 milhões, devido ao reajuste do Auxílio Alimentação, no valor de R$ 304,00, per capita a partir de 1º/02/2010, conforme Portaria nº42/GM/MP/2010. Soma-se a isso, o acréscimo no número de servidores beneficiados em virtude de novas nomeações decorrentes de concursos públicos.

O programa Gestão da Política na Área de Planejamento, cujo objetivo é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública, destacou-se na área de análise

macroeconômica, proposição de políticas públicas e agenda microeconômica, aprimorando os modelos econométricos e matemáticos para análise e projeção de indicadores econômicos, como o das transações correntes, o das receitas e despesas primárias do Governo Federal, o da dívida líquida do setor público, o do resultado primário, o do equilíbrio do Regime de Previdência Social do Servidor Público e o do PIB. Foram sistematizadas as formas de acompanhamento das políticas públicas consolidadas nas Metas do Milênio e no programa Territórios da Cidadania por meio de indicadores da PNAD. Participação na regulamentação do Fundo Garantidor das Micros, Pequenas e Médias Empresas, do Fundo Garantidor dos Empreendimentos em Energia Elétrica, do Fundo Garantidor da Construção Civil e do Fundo Garantidor da Habitação. Foi estruturada, ainda, proposta de Medida Provisória para a recriação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e outras medidas de atuação nos casos de atendimento de populações em áreas em estado de calamidade pública ou em situação de emergência.

No que concerne às Parcerias Público-Privadas (PPP), foi assinado na modalidade de concessão administrativa, o primeiro projeto de PPP da esfera federal - Projeto do Consórcio Datacenter, com o objetivo de disponibilização e gerenciamento de Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de "*co-location*" por 15 anos, na cidade de Brasília (DF), formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). O Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina (PE), teve o resultado final da concorrência publicado em dezembro e, em novembro, foi publicado no Diário Oficial da União aviso de solicitação de projetos à iniciativa privada para estruturação da Parceria Público-Privada Esplanada Sustentável com o objetivo da reforma do Bloco K, da construção do edifício anexo e da manutenção de infraestruturas. Trata-se de projeto-piloto da Esplanada Sustentável, adotando técnicas ambientalmente corretas, com vistas a diminuir o gasto de energia, reduzir desperdícios e promover o reaproveitamento de água. Projeto-piloto que depois de aprovado poderá ser estendido aos demais ministérios.

No âmbito dos Governos estaduais, foram assinados Acordos de Cooperação Técnica com o Estado da Paraíba e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o Estado de Alagoas e o BNB e com o Ministério da Defesa e foram elaborados estudos para implementação do Projeto Rodoviário Transcerrados, do Estado do Piauí, do Projeto Plataforma Logística, do Estado da Bahia, e do Projeto Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB).

Com o objetivo de compartilhar conhecimentos, lições aprendidas e melhores práticas para promover o acesso a serviços básicos e infraestrutura sob esquemas de PPP, foram realizados o Seminário Internacional PPPAMÉRICAS2010 "As Parcerias Público-Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas" e o Seminário Internacional PPP SAÚDE 2010, cujo objetivo foi apresentar estudos de caso de PPP no setor de saúde (notadamente hospitais).

Com relação à atuação do Estado enquanto acionista controlador das empresas estatais federais, o MP coordenou a elaboração do orçamento de investimento das empresas estatais para 2011, compatibilizando-o com as metas de resultado primário constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (LDO/2011), acompanhou periodicamente a execução orçamentária de 2010 e as metas de resultado primário das estatais do setor produtivo, para subsidiar a elaboração de relatórios das metas fiscais, bem como divulgou dados relativos à execução bimestral do orçamento de investimento e do plano de aplicação de recursos das instituições financeiras de fomento. Foram analisados 106 pleitos relativos ao setor de pessoal e acordo coletivo de trabalho, 51 propostas de Programas de Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados e 12 projetos de leis relacionados com a política salarial e de benefícios das empresas estatais federais.

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento, foram recomendadas, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), a preparação de 36 novas operações de financiamento externo (de caráter reembolsável e não-reembolsável), representando cerca de US$ 1,3 bilhões de novos financiamentos, gerando projetos com custo total de aproximadamente US$ 2,0 bilhões, e contratadas com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), 51 operações de financiamento externo equivalentes a US$ 7,7 bilhões, nos três níveis de Governo.

O governo brasileiro continuou com a política de fortalecimento das relações com os organismos financeiros internacionais e participou da nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), da 12ª recomposição de capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), da quinta recomposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e da negociação do acordo de cooperação sul-sul, com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

No tocante ao comércio internacional, ganharam relevo as negociações comerciais envolvendo o Brasil e o Mercosul, com a criação de um grupo técnico interministerial para elaborar proposta de negociação do tema de contratações públicas, subsidiando as decisões do governo brasileiro nas negociações com o México, do Mercosul e deste bloco com a União Européia. Só no segundo

semestre, após sua formalização, ocorreram 12 reuniões ordinárias e seis reuniões de negociação com os parceiros supra citados.

Visando a melhoria continuada dos processos de trabalho e dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foram capacitados 648 servidores em diversas áreas, destacando-se aquelas ligadas ao planejamento, orçamento e gestão pública, legislação de pessoal civil e gestão da segurança da informação e comunicações.

O programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública tem como propósito aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas. Nesse contexto, foi desenvolvido, em articulação com diversas escolas de governo, o Sistema Mapa da Oferta de Capacitação da Rede Nacional de Escolas de Governo, que conta com 136 dirigentes públicos e cerca de quatro mil cursos já cadastrados, permitindo que os gestores públicos conheçam a oferta de capacitação de servidores públicos em nível nacional.

Visando o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, foram realizadas 25.035 capacitações em cursos à distância e formados 90 Facilitadores de Aprendizagem de instituições parceiras, a fim de consolidar as redes sociais que permitem aprendizagem em conjunto. Em relação à oferta de capacitação em território nacional, destacaram-se, ainda, atividades de capacitação para 33 reitores e 179 diretores no Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e de 90 técnicos e gestores municipais na área de aquisições e contratações, no âmbito do Projeto Brasil Municípios, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Foram realizados cursos de formação inicial para 102 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), 198 Analistas de Infraestrutura, 489 Analistas de Tecnologia da Informação e capacitados 863 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças, além de 2.361 ocupantes de cargos de DAS, nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional.

Ademais, foram realizadas 26 certificações no curso de Especialização em Gestão Pública (reconhecido pelo MEC), para servidores que atuam com processo orçamentário, e ofertados cursos para cerca de 180 servidores públicos na área de avaliação econômica de projetos sociais, com o objetivo de preparar gestores para mensurar o impacto e o retorno econômico de ações sociais nas comunidades relacionadas aos projetos. Além disso, foi iniciado curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, para 35 servidores públicos.

Em consonância com a política externa brasileira, foi firmada parceria com o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), que permitirá a instalação de escritório do Instituto no Brasil, e que tem por objeto implementar ações de cooperação na área de políticas públicas, com foco em capacitação de servidores públicos e desenvolvimento de pesquisas.

O demonstrativo a seguir apresenta os indicadores do Programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública constantes do PPA 2008-2011.

| INDICADOR/UNIDADE DE MEDIDA | ÍNDICE INÍCIO PPA | ALCANÇADO 2010 |
|---|---|---|
| Número de Capacitações Realizadas (unidade) | 20.379 | 36.755 |
| Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaques Orçamentários (unidade) | 2.230 | 2.342 |
| Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP (unidade) | 101.896 | 226.000 |
| Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora) | 576.047 | 1.039.036 |

O programa Compras Governamentais visa o aperfeiçoamento das normas, procedimentos e sistemas de informação que suportam a operacionalização das compras e contratações governamentais, no que se destaca o aumento constante da utilização do Pregão Eletrônico, com impacto expressivo na redução de custos e a transparência com vistas ao controle social.

As aquisições de bens e serviços comuns realizadas pelo Governo Federal somaram, até outubro de 2010, R$ 27,2 bilhões[1], beneficiando empresários de todo o país. Sendo que 60,5% desse montante foi adquirido por meio da aplicação da modalidade de licitação do tipo Pregão Eletrônico, proporcionando ao Governo Federal atingir uma economia de R$ 4,2 bilhões, considerando-se a diferença de 21,2% entre os valores de referência[2] e os valores homologados.

Os principais sistemas estruturantes são o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), o qual já conta com cerca de 80% das funcionalidades disponíveis, e o Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPRASNET).

No âmbito do SICONV, o valor global das transferências voluntárias assinadas pelo Governo Federal, foi de aproximadamente R$ 7.443.365.993,00, distribuídos pelas modalidades de convênio (53,56%), Contrato de Repasse (43,60%) e Termo de Parceria (2,84%).

1 Excluídas as seguintes modalidades: Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação, Tomada de Preços e Concorrência por Técnica e Preço.

2 Valor de referência é o valor máximo que o Governo está disposto a pagar na aquisição de um bem e/ou contratação de um serviço.

Com relação ao aperfeiçoamento do arcabouço legal sobre compras governamentais, foram editadas duas Instruções Normativas SLTI/MP nº 01/2010, e SLTI/MP nº 02/2010, que estabelecem, respectivamente, os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Foram editadas, também, 14 Portarias estabelecendo procedimentos e critérios em diversos assuntos no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

No que tange à informatização de processos administrativos e do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), destacou-se a continuidade da implementação de ações de melhoria contínua do SIASG/COMPRASNET, do SICONV e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), com o desenvolvimento de diversas novas funcionalidades e migração de plataforma de alguns módulos operacionais, com uso de tecnologias mais eficientes e atualizadas.

Ademais, foram capacitados 11.075 usuários para utilização dos sistemas de compras eletrônicas e de módulos operacionais do SIASG/COMPRASNET, SCDP e SICONV/Portal de Convênios, em diversas Unidades da Federação.

O programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União busca identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União. Nesse sentido, as ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social se destacaram pelas transferências de catorze núcleos urbanos aos municípios da Amazônia; de 465 hectares de área urbana ao Município de Porto Velho/RO, beneficiando cinco mil famílias de baixa renda; de sede urbana ao Município de Belterra/PA, beneficiando três mil famílias de baixa renda, que vivem em área de 1.700 hectares.

Foram tituladas 6.911 famílias em Municípios dos Estados do Pará, Tocantins, Ceará, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso, e destinadas áreas para regularização fundiária, que beneficiaram cerca de 33.000 famílias de baixa renda e, em apoio à reforma agrária, foram realizadas seis transferências de áreas ao Incra, com área total de 54.143.897,68 m², sendo beneficiadas 102 famílias, em municípios dos Estados do Paraná, Pará e Goiás.

Em apoio ao combate das desigualdades regionais, foram regularizadas áreas de reservas extrativistas federais, beneficiando mais de 36 mil famílias que fazem o manejo sustentável de cerca de 430 mil hectares de áreas da União, em ambientes costeiros e marinhos, e, visando dar suporte à política para o meio ambiente, foram entregues 18 áreas destinadas às Unidades de Conservação, nos estados da Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Foram intensificadas as ações de destinação de áreas da União em apoio à provisão habitacional, com ênfase no programa habitacional "Minha Casa Minha Vida" e realizada oferta de imóveis com vocação para Habitação de Interesse Social (HIS), por meio do levantamento de imóveis disponíveis ou passíveis de disponibilidade, incorporação de imóveis da administração indireta e de órgãos extintos e reversão de imóveis da Administração Militar. Foram declarados 118 imóveis da União para provisão de habitação de interesse social, beneficiando cerca de 12.000 famílias, dos quais 37 propriedades, que representam cerca de 2.638.589,90 m² de áreas da União, já foram destinadas a Municípios dos Estados da Bahia, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No campo das destinações de imóveis incorporados, foram realizadas 37 cessões provisórias de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em especial para apoiar políticas governamentais de cultura, transporte, habitação, urbanismo e funcionamento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Para o projeto de revitalização de portos, que visa à melhoria da infraestrutura urbana, para recepção dos grandes eventos internacionais previstos para a próxima década, foram destinadas duas áreas da RFFSA, "Praia Formosa" e "Pátio da Marítima", na região portuária do Rio de Janeiro.

Em relação à arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais, com o objetivo de se unificar o processo de arrecadação e cobrança de todas as receitas administradas, foi iniciado o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Receitas Patrimoniais, que permitirá a padronização dos procedimentos do lançamento, da arrecadação e cobrança, garantindo maior segurança e controle dos processos relativos à área de receita. Ademais, foi desenvolvida funcionalidade no Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA), que permite a gestão e o acompanhamento das notificações por Aviso de Recebimento (AR), por Superintendência do Patrimônio da União, de todos os lotes enviados.

As ações de cobrança e evoluções nos processos de notificação de devedores, parcelamento de dívidas, inscrição de devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e na Dívida Ativa da União (DAU), orientaram-se no sentido de evitar a prescrição dos créditos patrimoniais inadimplidos. Como resultado de cobrança de receitas patrimoniais, o volume de recursos monta em R$ 424,3 milhões, 34,51% maior em relação ao mesmo período de 2009.

O demonstrativo a seguir apresenta os indicadores

do Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União constantes do PPA 2008-2011.

| INDICADOR / UNIDADE DE MEDIDA | ÍNDICE INÍCIO PPA | ALCANÇADO 2010 |
|---|---|---|
| Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (percentagem) | 100 | 243,09 |

O programa Informações Estatísticas e Geocientíficas tem como objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica, contribuindo para retratar o Brasil com informações para o conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades e ao exercício da cidadania.

Com a gama de informações disponibilizadas, é possível definir e priorizar diversas políticas governamentais e analisar os resultados alcançados. A realização do XII Censo Demográfico do Brasil, CENSO 2010, que envolveu o uso massivo da tecnologia de informação e um grau inédito de detalhamento geoespacial, representou um dos principais eventos. Seus resultados permitirão variados cruzamentos dos microdados para aplicações nas políticas públicas, para a formulação de estratégias empresariais e estudos acadêmicos, permitindo analisar as mudanças estruturais do país nessa década e, a partir daí, identificar novas ações estratégicas para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades sociais e regionais, tendo como base informações demográficas e socioeconômicas disponíveis para todos os municípios brasileiros e até para detalhamentos espaciais menores.

A atividade do Censo propiciou a instalação de 6.823 postos de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, a contratação de pessoal temporário, os treinamentos para a qualificação de toda equipe, a coleta de dados nos 314.018 setores censitários e a divulgação dos primeiros resultados de população para informação ao Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas ao estabelecimento das cotas de Fundo de Participação dos Municípios brasileiros.

No que concerne aos resultados das pesquisas conjunturais e estruturais de natureza estatística nas áreas econômica e sociodemográfica, destacaram-se: a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC 2008), Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), Pesquisa de Emprego e Salário (PIMES), o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), além das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) revelaram a variação dos preços na economia, merecendo menção nessa área, ainda, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil (SINAPI).

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do país, foram disponibilizados resultados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS); da Pesquisa Anual do Comércio (PAC); da Pesquisa Industrial Anual (PIA/Empresa e PIA/Produto); da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM); da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); e da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Ademais, no âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais do Brasil e as Contas Regionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, dos Estados e Municípios.

Na área sociodemográfica, foram divulgados os resultados do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e seus suplementos, e lançado o volume "Brasil 2009", que apresenta um conjunto de informações sobre a população brasileira. Foi dada continuidade ao projeto de construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que visa produzir indicadores socioeconômicos e demográficos, tendo como fundamentos a PNAD Contínua e a Pesquisa de Orçamentos Familiares Contínua (POF contínua).

Ademais, foram divulgados os resultados da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS 2009), para revelar o perfil da capacidade instalada e da oferta de serviços de saúde no Brasil, os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009), realizada com os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, para conhecer e dimensionar os diversos fatores de risco e de proteção à saúde desse grupo, bem como os resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008), que investigou as condições de saneamento básico de todos os municípios brasileiros.

Foi publicada a "Pesquisa de Orçamentos Familiares - Despesas, Rendimentos e Condições de Vida: Brasil e Grandes Regiões 2008-2009" e divulgados três volumes "Pesquisa de Orçamentos Familiares - Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil"; "Pesquisa de Orçamentos Familiares – Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil"; e "Pesquisa de Orçamentos Familiares – Aquisição alimentar domiciliar *per capita* – Brasil e Grandes Regiões".

Quanto às informações geocientíficas, ressaltou-se a assinatura da ata de lançamento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que marcou a inauguração do Portal SIGBrasil, um dos resultados práticos da implantação da INDE e que já contém os dados da Base Cartográfica Contínua (BCIM), dados de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e dados do Ministério do Meio

Ambiente (MMA). A iniciativa do Governo Federal visa catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos ou mantidos por instituições do Governo brasileiro, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente com acesso à Internet.

Na área da geografia, destacaram-se as implicações no Uso do Conceito de Aglomerado Subnormal nas Operações Censitárias; o Atlas Geográfico Escolar das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil, a ser lançado em 2011; a preparação das análises do entorno dos domicílios e do deslocamento para o estudo e deslocamento para o trabalho, ambas atividades relacionadas ao Censo 2010.

No âmbito das geociências, mereceram destaque o lançamento da nova edição da publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 (IDS 2010), que reúne um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, de forma a mostrar em que ponto o Brasil está e para onde sua trajetória aponta, caminhando rumo ao desenvolvimento sustentável; a segunda edição do Manual Técnico de Geomorfologia, utilizado como referência para mapear o relevo brasileiro, com informações e conceitos que orientam o trabalho em todas as regiões do Brasil; e o Relatório Técnico de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul e o Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul, resultado do projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra, que tem como objetivos gerais, o recobrimento do país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental.

Além disso, foram disponibilizadas 2.100 novas imagens de satélite da Amazônia Legal e da região Nordeste, correspondendo a 74% do território nacional, a nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal (MPGEO2010) e inauguradas novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo GNSS (sistema de localização composto atualmente pelo americano Sistema de Posicionamento Global-GPS).

Quanto ao levantamento sobre recursos naturais, foram atualizadas, no banco de dados, as informações referentes as "Unidades de Conservação" e as "Terras Indígenas", além de terem sido preenchidos e divulgados os metadados sobre os mapas murais da fauna ameaçada de extinção. Foram coletados 1.355 exemplares de plantas em Tocantins, Goiás e Distrito Federal, assim como a identificação de 4.317 plantas e a incorporação ao acervo do herbário de 2.872 exsicatas. Foram feitas 53 coletas de águas subterrâneas, visando à determinação das características físico-químicas, em locais previamente selecionados, em função da malha de amostragem já disponível.

O Sistema Geodésico Brasileiro foi outra atividade que obteve avanços tanto na Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG) quanto na Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC), com o número de estações em operação e a quantidade de arquivos disponibilizados na internet. Destacou-se, ainda, a disponibilização dos serviços *online* gratuitos de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP); e para *download* gratuito *ProGriD*, com expectativa de lançamento, em 2011 de sua versão *web*. O demonstrativo a seguir apresenta os indicadores do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas constantes do PPA 2008-2011.

| INDICADOR / UNIDADE DE MEDIDA | ÍNDICE INÍCIO PPA | ALCANÇADO 2010 |
|---|---|---|
| Taxa de Satisfação do Usuário. (percentagem) | 117,63 | 116,14 |

### 5.1.21 - Função Trabalho

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem seu orçamento vinculado quase que na sua totalidade à Função Trabalho, para a qual, ao longo do período de 2006 a 2010, o valor empenhado cresceu R$ 15,05 bilhões, correspondendo a uma variação de 52,5%. Considerando que 93,24% da execução verificada na função Trabalho correspondem à subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador, responsável pelo pagamento de benefícios: seguro-desemprego e abono salarial, o aumento verificado deve-se, principalmente, aos reajustes anuais do salário mínimo ocorridos no período. Ressalta-se que, no mesmo período, o valor do salário mínimo aumentou 68,6%, de R$ 350,00 para R$ 510,00.

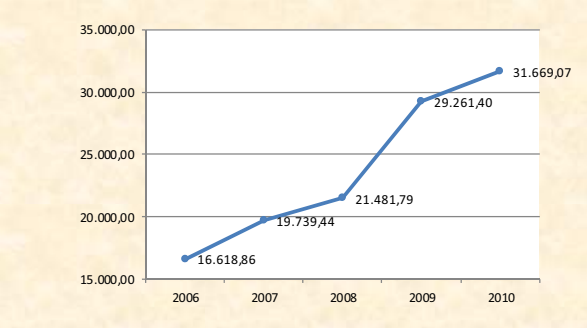
**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO TRABALHO - 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO TRABALHO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS (*) | 16.618,86 | 19.739,44 | 21.481,79 | 29.261,40 | 31.669,07 | **118.770,56** |

Atualização: 27.01.2011 - Fonte: Siafi Gerencial

(*) valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.




**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO TRABALHO POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO TRABALHO EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO TRABALHO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| **Subfunções Típicas** | **29.736,53** | **91,85%** | **711,01** | **2,18%** | **30.447,54** | **94,03%** |
| *Proteção e Benefícios ao Trabalhador* | *29.507,30* | *91,13%* | *686,34* | *2,11%* | ***30.193,64*** | ***93,24%*** |
| *Relações de Trabalho* | *8,67* | *0,03%* | *-* | *-* | ***8,67*** | ***0,03%*** |
| *Empregabilidade* | *202,72* | *0,63%* | *24,57* | *0,07%* | ***227,29*** | ***0,70%*** |
| *Fomento ao Trabalho* | *17,84* | *0,06%* | *0,10* | *0,00%* | ***17,94*** | ***0,06%*** |
| **Outras Subfunções** | **1.932,54** | **5,97%** | **-** | **-** | **1.932,54** | **5,97%** |
| **TOTAL** | **31.669,07** | **97,82%** | **711,01** | **2,18%** | **32.380,08** | **100,00%** |

Fonte: Siafi Gerencial / Atualização: 27.01.2011

Na subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador, vale destacar os benefícios Seguro-Desemprego (modalidade trabalhador formal) e o Abono Salarial. Visando proteger temporária e financeiramente o trabalhador demitido sem justa causa, em 2010 foram pagos R$ 19,2 bilhões de benefícios do seguro-desemprego, o que equivale a aproximadamente 6,7 milhões de trabalhadores beneficiados. Já o Abono Salarial, alcançou cerca de 17,86 milhões de benefícios pagos, ultrapassando a meta física prevista para o ano de 2010.

Na subfunção Relação de Trabalho, o MTE alcançou avanço significativo na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), considerada pelo Ministério documento de suma importância para o trabalhador, haja vista registrar seu histórico profissional e possibilitar acesso a vários benefícios oferecidos pelo Governo Federal. Apenas um estado ainda não conta com a emissão da carteira informatizada e, no ano de 2010, chegou-se a ultrapassar a meta física de emissão de carteiras. Outro avanço nessa subfunção se refere ao Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT). O cartão magnético passa a integrar a CTPS informatizada, visando modernizar e agregar fatores de segurança, combatendo fraudes e adulterações.

Cabe destacar que para a melhoria da execução das ações relativas à subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador bem como à subfunção Empregabilidade, o MTE está implantando sistema com novo desenho das aplicações e propiciando modernização tecnológica, por ser concebido em arquitetura web, possibilitando que sejam operados pela internet e intranet, alcançando localidades até então sem circuitos de dados. Esse sistema foi desenvolvido em plataformas tecnológicas abertas e portáveis. Por se tratar de um sistema mais completo, recebeu o nome de Portal MTE Mais Emprego, sendo elaborado para garantir agilidade e interatividade entre os diversos Programas do MTE ofertados aos cidadãos. No Portal existe uma base única de trabalhadores e de empregadores que integra as ações de Intermediação de Emprego, Qualificação Profissional e Seguro-Desemprego. Permite, portanto, a integração das ações por meio das unidades de atendimento do Sine e o acesso do empregador e do trabalhador pelos novos canais tecnológicos, por meio da internet, mensagens eletrônicas e encaminhamento de mensagens SMS.

Ainda sobre a subfunção Empregabilidade, foram capacitados 150.978 mil trabalhadores dos convênios contratados no âmbito de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQ) e Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQ), com destaque para os setores da construção civil, turismo, comércio, carnaval, economia solidária, motofrete, telemarketing, tecnologia da informação, serviços, vestuário e têxtil.

Foram lançados 19 Editais de Chamada Pública de Parceria, dos quais são 64 convênios de PlanSeQ beneficiando 59.038 trabalhadores, 83 de PlanTeQ qualificando 66.013 pessoas e 22 convênios decorrentes de emendas parlamentares, beneficiando 25.927 trabalhadores. Contudo o valor executado do PNQ na base de gestão é de 107.511 trabalhadores.

No que concerne à subfunção Relações de Trabalho, foram alcançados grandes avanços no ano de 2010. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Programa Democratização das Relações do Trabalho, possui ações que visam o fortalecimento dos atores sociais para a negociação coletiva e modernização da legislação trabalhista e sindical. Por meio da ação Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), são desenvolvidos bancos de dados das relações do trabalho, da organização sindical e da negociação coletiva.

O Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), disponível no sítio eletrônico do MTE, apresenta, a qualquer interessado, a possibilidade de consulta das entidades sindicais existentes, com dados atualizados sobre denominação, localização e representação. O sistema Mediador, por outro lado, congrega todos os instrumentos coletivos celebrados, permitindo ampla consulta quanto às partes acordantes, a abrangência do instrumento e o conteúdo acordado. Em 2010, foi criado o sistema Homologne t, que possui a funcionalidade de calcular as verbas devidas ao término da relação de emprego, bem como emitir o termo de rescisão de contrato de trabalho de acordo com os normativos vigentes. A utilização do Homologne t é facultativa, e apenas para as rescisões de contratos de trabalho superiores a um ano, do trabalhador sem representação sindical, quando é devida a assistência e homologação previstas no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no âmbito do MTE. Por outro lado, a mediação coletiva favorece as relações de trabalho, uma vez que promove o entendimento entre as partes, alcançando acordos em situações em que não ocorreriam sem a presença do mediador, que é uma figura imparcial e facilitadora do diálogo. Trata-se da presença do servidor do MTE em uma mesa redonda com o fito de buscar soluções entre as partes em conflito, que vem sendo desenvolvida, de forma cada vez mais consoante as necessidades das partes envolvidas.

Outro avanço de suma importância para a subfunção Relações de Trabalho ocorreu com a criação, por meio da Portaria nº 2.093, de 2010, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Com natureza orientadora, o CRT tem a finalidade de promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social.

O CRT é composto pelas confederações patronais e pelas centrais sindicais, e será um fórum tripartite e permanente, no âmbito do MTE, para a busca de soluções e consensos na área de relações do trabalho e organização sindical.

Em 2010 avançou-se na consolidação das políticas públicas de economia solidária a partir da execução de diversas ações na subfunção Fomento ao Trabalho, possibilitando o fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização.

A subfunção Normatização e Fiscalização compreende várias ações que visam materializar a missão do MTE de assegurar condições de trabalho dignas. Mais de 500 mil trabalhadores ingressaram no mercado formal de trabalho por força da intervenção fiscal do MTE, passando a receber os direitos estabelecidos na legislação trabalhista.

A fiscalização do cumprimento da cota que as empresas são obrigadas a preencher com a contratação de aprendizes atingiu marca histórica em 2010, propiciando maior participação de jovens no mercado de trabalho. O resultado de 2010 é 29% superior ao de 2009, com a inserção de 87.823 aprendizes. A fiscalização para a erradicação do trabalho escravo é outro exemplo. As operações fiscais do MTE propiciaram, em 2010, a retirada de 2.617 de trabalhadores de condições que violavam sua dignidade e o pagamento de verbas rescisórias às vítimas no montante de R$ 8.770.879,81.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES REALIZADOS NA FUNÇÃO TRABALHO - 2006/2010**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÕES TÍPICAS | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 14.968,35 | 18.026,63 | 20.027,69 | 27.282,64 | 29.507,30 | **109.812,61** |
| Relações de Trabalho | 11,56 | 15,68 | 13,64 | 11,13 | 8,67 | **60,68** |
| Empregabilidade | 330,05 | 271,70 | 219,34 | 183,70 | 202,72 | **1.207,51** |
| Fomento ao Trabalho | 13,85 | 16,94 | 13,70 | 16,61 | 17,84 | **78,94** |
| **TOTAL** | **15.323,81** | **18.330,95** | **20.274,37** | **27.494,08** | **29.736,53** | **111.159,74** |

Fonte: Siafi Gerencial / 27.01.2011

**Programas Estruturantes**

Foram selecionados para análise, dentre os programas de governo, cinco considerados estruturantes para a Função Trabalho: Integração das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda; Rede de Proteção ao Trabalho; Erradicação do Trabalho Escravo; Democratização das Relações de Trabalho; Economia Solidária em Desenvolvimento.

**Integração das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda**

O programa destina-se, precipuamente, a atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, ou ainda aqueles à procura de postos de trabalho. Visa a consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada das ações, a fim de: elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine); reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal. Quanto à execução global do programa, pode-se considerar que seus objetivos foram atingidos. De fato, a execução financeira foi de 99,28%, influenciada principalmente pelo volume de recursos alocados e pagos nas ações Pagamento do Seguro-Desemprego e Pagamento do Benefício Abono Salarial.

**INDICADORES DO PROGRAMA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA**

| INDICADOR | ÍNDICE APURADO | | ÍNDICE PREVISTO |
|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Taxa de Aproveitamento de Vagas | 39,31% | 32,37% | 44,57% |
| Taxa de Captação de Vagas | 16,91% | 18,04% | 14,83% |
| Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal | 6,65% | 5,84% | 7,00% |
| Taxa de Cobertura do Abono Salarial | 92,56% | 96,80% | 97,78% |
| Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego | 80,06% | 78,12% | 81,92% |

Fontes: SIGPlan; Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE; CAGED/MTE; Caixa;RAIS/MTE; Base de Gestão do SD/CGSAP/DES/SPPE/MTE.
Atualização: Todas as taxas, são parciais, haja vista que até a data de emissão deste relatório, os números do SINE e do Seguro-Desemprego, relativos a 2010, ainda podem sofre alteração, pois a apuração pode ocorrer ainda nos meses seguintes.

Os três primeiros indicadores referem-se à ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra, executada por meio do Sine. A Taxa de Aproveitamento de Vagas é calculada pela relação percentual entre o número de trabalhadores colocados e o número de vagas captadas pelo Sine. A Taxa de Captação de Vagas compara as oportunidades de emprego ofertadas ao Sine pelas empresas com as admissões registradas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Quanto à Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re) Inserção no Mercado de Trabalho Formal, é obtida pela comparação entre o número de trabalhadores recolocados no mercado de trabalho pelo Sine e os admitidos segundo registros do Caged. Assim, esse indicador depende de um crescimento da capacidade de colocação do Sine, e o resultado, portanto, demonstra que houve um bom desempenho das colocações de trabalhadores

realizadas pelo Sine. Sobre a Taxa de Cobertura do Abono Salarial, esta compara o número de trabalhadores beneficiados com o número de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) com direito ao benefício. Por seu turno, a Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego, é calculada pela comparação dos beneficiários com a quantidade de demitidos sem justa causa conforme registros do Caged. Entre as ações do programa, destacam-se: Pagamento do Seguro-Desemprego (modalidade trabalhador formal) e Pagamento do Benefício Abono Salarial. Com o intuito de proteger temporariamente e financeiramente o trabalhador demitido sem justa causa, em 2010, foram pagos R$ 19,2 bilhões de benefícios do seguro-desemprego modalidade trabalhador formal, o que representa cerca de 6,7 milhões de trabalhadores beneficiados (dados parciais). A execução orçamentária da ação foi de R$ 19.234.646.511 no ano, 100% dos recursos disponíveis. Por sua vez, o Abono Salarial, que nos últimos anos apresentou crescimento no número de benefícios, pagou um total de 17,86 milhões de benefícios, ultrapassando o previsto para o ano de 2010, com um dispêndio de R$ 8,76 bilhões de reais. Esse aumento é fruto do aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, da melhoria na qualidade da informação e do crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos (média de salarial mensal requerida para ser beneficiário).

O Caged constitui-se um importante registro administrativo com a finalidade de acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, para subsidiar o pagamento do seguro-desemprego e manter atualizada a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho.

Em 2010, pela primeira vez, o número de empregos formais celetistas gerados no ano ultrapassou a marca de dois milhões de empregos. De acordo com o Caged, nesse ano, verificou-se a criação de 2.524.678 postos de trabalho, oriundos da geração de 2.136.947 empregos declarados no prazo, acrescidos de 387.731 postos de trabalho, que correspondem aos vínculos empregatícios declarados mensalmente fora do prazo de entrega da declaração e os acertos de movimentações, no período de janeiro a novembro, sendo estes passíveis de ajustes mensais. Com esse resultado, mais de 15 milhões de empregos (15.048.311 postos) foram gerados no período de 2003 a dezembro de 2010. Esse aumento foi obtido a partir dos dados da Rais (Celetistas e Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais), acrescidos do saldo acumulado do Caged no ano de 2010, acima mencionado. A execução financeira alcançou R$ 14.548.330, ou 65,73% da LOA. Este desempenho está abaixo do esperado, tendo em vista que ainda não foram computadas integralmente as despesas relativas aos serviços prestados pela empresa Dataprev.

A Rais processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando a identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A Rais 2009, divulgada em agosto de 2010, registrou 61,127 milhões de vínculos empregatícios declarados até o dia 02/06/2010, por 7,433 milhões de estabelecimentos, sendo que 3,224 milhões continham vínculos empregatícios, registrando um aumento de 4,47% no que se refere ao ano de 2008. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,7 milhão de postos de trabalho formais, tomando como referência os meses de dezembro de 2008 e 2009. A execução financeira da ação alcançou R$ 11.073.340, ou 82,67% da LOA 2010.

A ação Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é de grande valia para o trabalhador, pois retrata a vida profissional e garante acesso a vários benefícios oferecidos pelo Governo Federal. Atualmente são emitidos dois modelos de CTPS: um manual e outro informatizado. O modelo informatizado, lançado em 2008, contém código de barras com o número do PIS/PASEP além de propiciar maior segurança, por ser emitida via sistema informatizado. Esse modelo já está implementado em 26 UF's, faltando somente o estado de São Paulo, cuja implantação está prevista para 2011. Em 2010 foram emitidas 3,8 milhões de CTPS do modelo manual e 2,14 milhões do modelo informatizado, correspondendo a mais de 100% da meta física prevista para o ano.

Outro avanço obtido na subfunção Relação de Trabalho diz respeito ao Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT). Este, na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo Federal pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos. A iniciativa esteve em fase piloto no Distrito Federal e, até o momento, foram emitidos 3.768 Cartões do Trabalhador. Em 2010, foi expandido para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas, com o treinamento ministrado e onde a quantidade de arquivos enviados à Caixa Econômica Federal para confecção foram respectivamente de 58.000, 69.121 e 10.775.

Ainda como um importante resultado para a melhoria da execução das ações relativas à função Trabalho, vale destacar o lançamento do livro "Políticas Públicas de Emprego no Brasil: avaliação externa do Programa Seguro-desemprego" produto

da Avaliação Externa do Programa do Seguro-Desemprego. Referida Avaliação foi realizada pela Universidade de Brasília no decorrer de 2008 e 2009 com o intuito de possibilitar o aprimoramento das políticas públicas de emprego no âmbito do Programa Seguro-desemprego (criado pela Lei n° 7.998/2010, cujo tripé básico consiste na concessão do benefício financeiro em si, nas ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra e na qualificação profissional).

Também em 2010 foi realizada oficina para debater os resultados da avaliação externa com participação de técnicos do MTE, membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e representantes dos órgãos de controle e entidades da sociedade em geral, visando colher proposições pertinentes para subsidiar resoluções e demais iniciativas no âmbito do Conselho e do MTE.

**Rede de Proteção ao Trabalhador**

O programa é um dos instrumentos por meio dos quais o MTE contribui para articular crescimento econômico e desenvolvimento humano. Atua na promoção da observância da legislação trabalhista, com a realização de fiscalizações nos ambientes de trabalho. Ao incluir trabalhadores no mercado de trabalho formal e ao sanear irregularidades trabalhistas, o MTE expressa que, além de fomentar a geração de postos de trabalho, zela pela qualidade dos empregos criados. O programa reitera, assim, o compromisso do Governo Federal com o trabalho decente, nos termos propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que pode ser entendido como emprego seguro e saudável, que respeite os direitos do trabalho, e que garanta proteção social quando não pode ser exercido (situações de desemprego, acidentes etc.) e que assegure renda para a aposentadoria.

**INDICADOR DO PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR**

| INDICADOR | ÍNDICE APURADO | | ÍNDICE PREVISTO |
|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados | 81,43% | 77,66% | 82,75% |

Fontes: SFIT/SIT/TEM / Atualização: até dezembro de 2010

Inscrito no Plano Plurianual (PPA), o indicador do programa *Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados* é a relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista regularizados na ação fiscal e o número de itens da legislação trabalhista encontrados pela fiscalização em situação irregular que foram objeto de autuação ou de regularização. Em 2010 o índice apurado foi 77,66%. Em 2010, a meta para o indicador era de 82,5%. Com a publicação da Lei nº. 11.890, em 24 de dezembro de 2008, o foco da auditoria trabalhista passou a ser empresas de médio e grande porte com indícios de irregularidades trabalhistas. Com o aumento do número de itens encontrados pela fiscalização em situação irregular e a estabilização do número de itens regularizados no curso da ação fiscal, o índice sofreu retração em 2010, quando comparado a 2009 e se situou em nível inferior à meta. Cabe o observar que esse é o indicador empregado para avaliar o programa.

A ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS concentra a maior parte dos recursos alocados. No âmbito da ação são realizadas fiscalizações que resultaram na inserção de 515.376 trabalhadores no mercado de trabalho. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados. A auditoria trabalhista empreende esforços para coibir a inadimplência e a sonegação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuindo para ampliar a arrecadação ao Fundo. Entre janeiro e dezembro, o MTE inspecionou o recolhimento ao FGTS em 171.243 empresas. As fiscalizações resultaram em R$ 1.179.302.014,00 em valores notificados e recolhidos sob ação fiscal (até novembro). O número de notificações de débito emitidas foi de 11.745. A ação se consolida como uma das principais ferramentas de proteção do patrimônio do trabalhador.

A ação Fiscalização do Trabalho no Campo consiste na execução de ações fiscais específicas para o meio rural, dirigidas prioritariamente à proteção de trabalhadores safristas, sincronizadas com o cronograma e a sazonalidade da produção agrícola, com a finalidade de verificar o cumprimento, por parte dos empregadores rurais, dos direitos trabalhistas: registro do trabalhador, jornada de trabalho, descansos, salários e conexos. As fiscalizações resultaram na formalização do vínculo de emprego de 78.218 trabalhadores rurais em 2010, reduzindo a informalidade no setor, que historicamente apresenta os índices mais elevados de trabalhadores laborando sem carteira de trabalho e previdência social assinada.

O programa propiciou em 2010 o aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho. Por meio da ação Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho, o MTE fiscaliza o cumprimento das cotas para aprendizes a que empresas são legalmente obrigadas a preencher. De janeiro a dezembro, 87.823 aprendizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho. A participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho também foi favorecida com a execução do programa em 2010. A ação Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho possibilitou

que 28.752 pessoas com deficiência fossem contratadas no mercado de trabalho formal, mediante o cumprimento da cota legal reservada para esse segmento em empresas com mais de 100 empregados.

**Erradicação do Trabalho Escravo**

A erradicação do trabalho escravo é um dos temas centrais das agendas de promoção dos direitos humanos e do trabalho decente. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) exerce importante papel no combate a esse crime, tipificado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, ao coordenar o programa Erradicação do Trabalho Escravo. Integrante do Plano Plurianual 2008 – 2011, o programa aloca recursos do orçamento federal para ações de repressão ao crime e reinserção social das vítimas. A linha repressiva se materializa pela execução da ação Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo. No âmbito dessa ação, o MTE, por meio do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), executa operações fiscais com o objetivo de resgatar trabalhadores de condição análoga a de escravo. As fiscalizações têm impacto direto sobre o fenômeno. O indicador do programa (inscrito no PPA) – nº de trabalhadores libertados – registra o resgate de 2.617 trabalhadores em 2010, fruto da realização de 142 operações fiscais, que alcançaram 305 fazendas. As indenizações pagas aos trabalhadores (compreendem saldo de salários, férias, gratificação natalina, entre outros) somaram R$ 8.770.879,81. O total de trabalhadores resgatados é de 39.273 desde a criação do grupo móvel, em 1995.

**INDICADOR DO PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

| INDICADOR | ÍNDICE APURADO | | ÍNDICE PREVISTO |
|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Número de Trabalhadores Libertados | 3.769 | 2.617 | 3.000 |

Fontes: SFIT/SIT/TEM / Atualização: até dezembro de 2010

À ação do Grupo Móvel se soma a atuação dos grupos especiais de fiscalização rural das SRTE. Em todas as regionais em cuja circunscrição a atividade rural apresenta expressão econômica foi criado grupo de fiscalização rural. Total de 146 auditores fiscais do trabalho (AFT) compõe os grupos das superintendências. A iniciativa reforçou a presença fiscal no campo. A maior presença da auditoria trabalhista no campo estimula o cumprimento voluntário da legislação e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga à de escravo. O número de trabalhadores rurais registrados (cuja CTPS foi assinada por força da ação fiscal) era de 66.763, até outubro de 2010. Essa atividade planejada, portanto, pode ser considerada uma política de prevenção, pois evita a degradação da atividade laboral no campo.

A ação Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo é um dos principais instrumentos de reintegração social das vítimas. Previsto no segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, o benefício proporciona três parcelas, no valor de um salário mínimo, aos resgatados. Dos libertados, 1.412 trabalhadores se tornaram segurados em 2010, o que representa 52% do total. Importante observar que o seguro-desemprego dificilmente compreenderá a totalidade dos resgatados por haver trabalhadores com direito a outros benefícios, ou porque estes não atendem aos pré-requisitos da lei, ou, ainda, por terem encontrado uma nova ocupação. Importa ainda observar que formulários de seguro-desemprego emitidos no último trimestre de 2010 ainda estão em fase de processamento. Concluído esse processo, o número de segurados libertados do trabalho escravo deve ampliar.

Outra medida que favorece a reinserção social dos trabalhadores resgatados é a inclusão prioritária desse segmento no programa Bolsa Família. A ação é fruto de um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), firmado em 2005. Em 2010, o MTE encaminhou ao MDS uma lista com dados de 4.273 trabalhadores resgatados.

Na linha da repressão econômica, um dos eixos do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o MTE manteve ativo o cadastro de empregadores infratores. O instrumento relaciona os empregadores flagrados pela inspeção na prática de submeter trabalhadores à condição análoga à de escravo. A presença no cadastro causa repercussões econômicas ao empregador infrator, que tem o acesso ao crédito rural vedado nos termos da resolução nº 3.876 do Conselho Monetário Nacional, publicada em junho deste ano. Em sua última atualização, em novembro, constam no cadastro 148 nomes de pessoas físicas e jurídicas.

O projeto Marco Zero de Intermediação de Mão-de-obra Rural é outra iniciativa do MTE, em parceria com os governos dos estados de Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí, que embora esteja em fase piloto, apresenta impacto sobre o fenômeno das formas contemporâneas de escravidão no Brasil. Também identificado no segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a medida incide sobre o aliciamento, momento chave da cadeia de eventos que conduz ao trabalho escravo. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autorizou o MTE a alocar recursos para financiar a execução da medida por meio da Resolução nº. 635, de 25 de março de 2010.

**Democratização das Relações de Trabalho**

A importância do Programa Democratização das Relações do Trabalho se deve à necessidade de que a sociedade se autorregule para o crescimento atrelado à justiça social. Neste sentido, é imprescindível o ajuste entre trabalhadores e empresas para a garantia de ganhos econômicos com avanços sociais. Este é o objetivo do programa citado, que, pela via democrática, tem conseguido melhorar as relações entre trabalhadores e empregadores. Neste contexto, ocorreu a criação de dois importantes grupos de trabalho dentro da Ação Fórum Nacional do Trabalho.

O primeiro, criado pela Portaria nº 2.093, de 2010, objetiva realizar estudos e elaborar proposta de legislação que trate sobre organização sindical, negociação coletiva, direito de greve e licença do dirigente sindical para exercício de mandato sindical no setor público – GT Setor Público. Integrado por representantes do MTE e das centrais sindicais, este grupo construiu diretrizes que guiarão a elaboração de projeto de lei para a regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As diretrizes construídas foram apresentadas, nas cinco regiões do país, às entidades sindicais de servidores públicos, para contribuições. Em 2011, o grupo de trabalho elaborará, com base nas diretrizes consolidadas, o projeto de lei sobre organização sindical, negociação coletiva, greve e afastamento de dirigente no setor público para encaminhamento à Casa Civil.

O segundo grupo de trabalho, criado pela Portaria nº 2.002, de 2010, visa realizar estudos na legislação que trata da inclusão de pessoas portadoras de deficiência física, ou reabilitadas, no mercado de trabalho, e é composto por servidores do MTE. Em decorrência da criação deste grupo de trabalho, diversos órgãos e entidades representativos dos portadores de deficiência, bem como representantes do setor empresarial, mostraram-se disponíveis para colaborar com o grupo de trabalho. Em decorrência disso, no ano de 2011 serão feitos encontros com estes órgãos e entidades, com o fito de colher subsídios para o estudo a ser concluído pelo grupo de trabalho.

Outra ação com impacto na melhoria das relações de trabalho é a mediação coletiva. Trata-se da presença do servidor do MTE em uma mesa redonda com o objetivo de buscar soluções entre as partes em conflito. As mediações coletivas tratam de temas como negociação de acordos ou convenções coletivas de trabalho, descumprimento da legislação trabalhista e conflitos de representação. No ano de 2010, foram realizadas mais de oito mil mediações coletivas. Destas, mais de seis mil obtiveram acordo, e em 1,8 mil não se chegou a acordo.

A ação Mediação de Conflitos possui um indicador de eficiência, a Taxa de Resolução de Conflitos, pela qual se verifica o percentual de mediações que resultaram em acordo em relação ao total de mediações realizadas. O índice previsto para o ano de 2010 é de 75%. Em 2010, a meta prevista foi superada, com o resultado de 77% de resolução de conflitos.

Por fim, na execução da ação Capacitação de Técnicos Especializados foram capacitados além de servidores, público externo (sindicalistas, empresários e contadores, em sua maioria) sobre temas relativos às relações de trabalho. A capacitação promove o aumento do conhecimento aos atores sociais para a efetivação das negociações e ações que lhes são próprias. Em 2010, foram capacitadas mais de sete mil pessoas, sendo cerca de mil do público interno e mais de seis mil do público externo. Os temas abordados envolvem organização sindical, negociação coletiva, mediação coletiva e os sistemas informatizados da SRT/MTE.

**INDICADORES DO PROGRAMA DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

| INDICADOR | ÍNDICE APURADO | | ÍNDICE PREVISTO |
|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| Taxa de Eficácia das Mediações | 55,00%(*) | 76,54% | 70,69% |
| Taxa de Resolução de Conflitos | 70,12% | 74,67% | 75,00% |

Fontes: Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE e Dados enviados pelas DRT e CGRT.
Atualização: até dezembro de 2010. / (*): Informação interna não registrada no SIGPlan em 2009, pois, o indicador existia desde o PPA anterior e como resultado da Oficina de Modelo Lógico realizada em 2008 (3 e 4/06) foi excluído durante a elaboração da PLOA 2009. No momento da PLOA 2010 a Gerencia do programa reinseri-o novamente.

No que se refere à taxa de eficácia das mediações em 2010, verificou-se que esta foi a melhor já alcançada, desde o início de sua apuração. Quanto à taxa de resolução de conflitos, o valor alcançado foi exatamente o previsto.

Ao final de 2010, a Secretaria de Relações do Trabalho promoveu um curso para mediadores, no intuito de aperfeiçoar as habilidades para o alcance de acordos na mediação. Para 2011 estão previstos novos cursos, de maneira que, com o desenvolvimento dos servidores, haverá maiores possibilidades de se alcançar o índice previsto para 2011.

**Economia Solidária em Desenvolvimento**

O programa destina-se ao apoio e fomento de iniciativas econômicas de base coletiva e autogestionária, em áreas urbanas e rurais, englobando atividades de produção, prestação de serviços, finanças, comercialização e consumo, fomentando assim a geração de trabalho e renda para milhões de trabalhadoras e trabalhadores.

No campo da economia solidária foram formadas cerca de 25 mil pessoas, seja mediante ações de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária seja a partir dos seis Centros de Formação em Economia Solidária, que abrangem todo o território nacional.

Houve a continuidade da ação Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária que beneficiou diretamente mais de 110 mil pessoas em comunidades pobres do meio rural e nos grandes centros urbanos, em milhares de empreendimentos econômicos solidários que foram fomentados e assessorados. O programa capacitou mais de 1.500 agentes comunitários que apóiam e fomentam iniciativas econômicas solidárias.

Por meio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), o Governo Federal apoiou 82 incubadoras universitárias em 2010, com o objetivo de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização no fomento e criação de aproximadamente 700 Empreendimentos Econômicos Solidários, com mais de 10 mil trabalhadores associados.

O ano de 2010 também significou a institucionalização deste programa a partir da assinatura do Decreto N° 7.357, de 17 de novembro de 2010.

Destaca-se também o apoio dado a mais de 10 mil catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo Federal.

Na promoção da comercialização direta dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários foram apoiadas mais de 30 trinta feiras (internacionais, nacionais, estaduais e territoriais) de economia solidária, beneficiando diretamente 5,5 mil empreendimentos econômicos solidários. Alem disso, em 2010, foi assinado o Decreto n° 7.358, de 17 de novembro de 2010 instituindo o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS.

No apoio ao desenvolvimento das Finanças Solidárias, destaca-se o apoio às iniciativas de fomento aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e aos Fundos Rotativos Solidários que foram disseminados e multiplicados em várias regiões do país, levando financiamento solidário a milhares de pessoas na promoção do desenvolvimento comunitário. Neste sentido, estão sendo apoiados 150 bancos comunitários e 300 Fundos Rotativos solidários que viabilizam ações produtivas associativas e sustentáveis nestas 450 comunidades brasileiras.

Em 2010, deu-se continuidade ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária para atualização e ampliando a base de dados. Estão sendo pesquisadas e registradas informações de 30 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, 1.200 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento e mais 300 políticas públicas de economia solidária.

Além da execução orçamentária, foram considerados importantes para o setor a II Conferência Nacional de Economia Solidária, que ocorreu durante o 1° semestre de 2010, e teve por tema *O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento.* A etapa nacional da II Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em junho de 2010.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias territoriais ou regionais e estaduais, além de Conferências Temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 Conferências Regionais ou Territoriais abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes.

Entre os meses de março e abril de 2010, foram realizadas 27 Conferências Estaduais de Economia Solidária, com a participação de 4.659 pessoas. Foram realizadas também 05 Conferências Temáticas que abordaram os temas das finanças solidárias, do comércio justo, da formação, do cooperativismo solidário, do etnodesenvolvimento e das cooperativas sociais.

A II Conferencia Nacional de Economia Solidária faz parte de uma estratégia mais ampla de consolidação e institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Desta maneira ela serviu de

subsídio para a elaboração de marcos regulatórios elaborados em 2010, como a lei que institucionaliza a política pública de economia solidária, que está em tramitação no Governo Federal para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, e os Decretos que institucionalizam o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares e o Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário, ambos assinados em novembro de 2010.

No que tange a indicadores considerados e efetivamente utilizados para avaliação dos resultados, cabe destacar que na formulação do Plano Plurianual 2008 - 2011, a SENAES definiu três indicadores para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento relacionados à efetividade do programa:

- número de trabalhadores inseridos social e economicamente por meio de empreendimentos econômicos solidários;
- percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de 01 (um) salário mínimo; e
- taxa de participação da economia solidária no PIB.

Cabe destacar que esses indicadores são verificados no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e que os dados são coletados a cada triênio, conforme estabelece a Portaria Ministerial 30/2006, estando em andamento uma nova coleta de informações que será concluída no ano de 2011.

Com base nos dados coletados pelo SIES em 2007 e disponibilizados em 2008, relativos a 52% dos municípios brasileiros, pode-se considerar que os resultados esperados deverão ser alcançados em 2011, sobretudo os relativos ao aumento no número de trabalhadores incluídos por meio da economia solidaria e quanto à redução do percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de 01 (um) salário mínimo.

Contudo, temos que considerar também que apesar dos avanços em termos da execução das ações, ainda não se conseguiu atacar plenamente o problema da fragilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários, fazendo que sua participação no PIB nacional esteja abaixo do esperado.

### 5.1.22 - Função Transporte

O compromisso de fazer o setor transporte crescer de forma sustentada e acelerada tem se concretizado, nos últimos anos, em razão dos elevados níveis de investimentos realizados. Nesse sentido, inúmeras iniciativas foram empreendidas em 2010. No modal rodoviário foram realizados investimentos na manutenção, pavimentação e adequação dos eixos estratégicos consolidados. No modal hidroviário foram concluídas eclusas, realizadas obras de derrocamento e manutenção de hidrovias. No modal ferroviário foram construídos novos trechos, feita adequação da malha e construídos contornos e travessias em áreas urbanas.

Os investimentos realizados foram norteados pelo Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, estruturado em vetores logísticos, que, entre outros fatores, leva em conta as diferenças regionais. O PNLT é um plano multimodal, de caráter nacional e engloba as principais necessidades e aspirações de todas as unidades federativas, busca a racionalização do sistema nacional de transportes e incentiva o uso dos modais de menor custo, sobretudo, quando podem apresentar maior rendimento energético, como o hidroviário e o ferroviário. Esse instrumento retomou o planejamento de médio e longo prazo, organizando um portfólio de projetos necessários para o bom funcionamento dos planos de ação do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. As ações estão sendo realizadas cuidadosamente para minorar prejuízos ao meio ambiente. A gestão ambiental é um grande instrumento de engenharia e tem garantido proteção ao rico ecossistema brasileiro. O diálogo entre os executores de obras e os órgãos ambientais tem sido constante e contribuído para a qualidade das discussões e das decisões.

A indústria naval foi fomentada com a expansão da economia, com o crescimento do transporte fluvial e marítimo e devido à exploração dos reservatórios da camada pré-sal, significando a criação de milhares de empregos e a geração de oportunidades para a cadeia de fornecedores da construção naval.

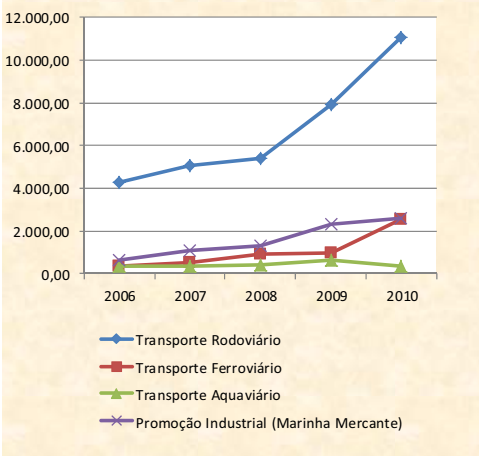
Na área de normatização e fiscalização, as agências reguladoras buscaram aumentar a fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias e operadoras de transporte terrestre e aquaviário.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2006-2010 (em R$ milhões)**

| SUBFUNÇÕES | VALORES LIQUIDADOS (*) NAS SUBFUNÇÕES 2006/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| Transporte Rodoviário | 4.272,2 | 5.044,8 | 5.381,1 | 7.941,2 | 11.069,1 | **33.708,4** |
| Transporte Ferroviário | 333,9 | 519,2 | 918,6 | 998,4 | 2.544,6 | **5.314,6** |
| Transporte Aquaviário | 333,4 | 364,9 | 416,6 | 665,4 | 347,4 | **2.127,7** |
| Promoção Industrial (Marinha Mercante) | 636,1 | 1.099,3 | 1.320,4 | 2.344,8 | 2.579,9 | **7.980,5** |
| Outras Subfunções Típicas (**) | 715,9 | 997,3 | 1.073,5 | 1.336,2 | 1.643,0 | 5.321,2 |
| **TOTAL** | **6.291,4** | **8.025,5** | **9.110,3** | **13.286,0** | **18.184,0** | **54.897,1** |

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano. / (**) Valores referentes às subfunções: Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos, Administração de Concessões, Comunicação Social, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Proteção e Benefícios ao Trabalhador, Educação Infantil, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, Controle Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Promoção Industrial, Serviços Financeiros, e outros encargos especiais. / (***)Valores referentes a todos os grupos de despesa.

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006-2010 (em R$ milhões)**




Comparando-se a execução orçamentária de 2010 em relação à 2009, percebe-se que a função transportes teve um acréscimo de investimentos de 36,9%, destacando-se as subfunções ferroviária e rodoviária, com incremento de 154% e 39,4%, respectivamente. Vale ressaltar que a subfunção hidroviária apresentou um decréscimo de investimento, tendo em vista que a maior parte dos recursos referentes à construção das Eclusas de Tucuruí foi consumida no exercício de 2009.

#### Transporte Rodoviário

No transporte rodoviário o Ministério tem priorizado os investimentos destinados à duplicação dos eixos consolidados, à construção e pavimentação de eixos estratégicos e à manutenção tradicional de rodovias. Destacam-se ainda, os esforços desenvolvidos para o aperfeiçoamento da cobertura do programa de manutenção de rodovias na modalidade CREMA - Contrato de Restauração e Manutenção, o estabelecimento de programa de segurança, a

redução de conflitos rodoviários em ambientes urbanos e a reformulação do modelo de concessões de exploração.

Em 2010, foram executadas obras de conservação tradicional em 19.800 km de rodovias, recuperação em 3.245 km, pelo Programa Integrado de Revitalização - PIR-IV, restauração e conservação em 320 km por meio do CREMA, 25.230 km nos contratos de dois anos no Programa CREMA 1ª etapa, que prevêem obras de recuperação no primeiro ano e manutenção da rodovia no segundo ano e restauração tradicional de pavimento em 4.900 km, tendo sido aplicados, nestas modalidades, mais de R$ 5,3 bilhões. Destaca-se ainda a contratação de 32.000 km de manutenção de rodovias na modalidade CREMA 2ª Etapa, com contratos de cinco anos, prevendo a recuperação funcional e da estrutura dos pavimentos com soluções de projetos com vida útil de 10 anos e serviço de manutenção de pistas, acostamentos e faixa de domínio.

Na área de segurança rodoviária foram executados serviços de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança em 26.000 km de rodovias existentes. Por meio do Programa de Sinalização de Rodovias Federais – ProSinal foram assinados 11 de um total de 12 contratos de controle de velocidade para implantação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade assim distribuídos: 1.130 barreiras eletrônicas (lombadas eletrônicas), 1.100 radares fixos em áreas rurais do tipo discreto e 466 equipamentos para controle do avanço de sinal vermelho e parada sobre faixa de pedestre, com previsão de aplicação de recursos da ordem de R$ 780 milhões. Com o intuito de coibir o sobrepeso em veículos, evitando a deterioração prematura do pavimento, foram instalados 70 postos de pesagem em diversas regiões.

Os empreendimentos rodoviários visaram promover a adequação e construção de rodovias em áreas produtivas consolidadas, onde já existiam sinais de saturação. A expansão da malha rodoviária em zonas de desenvolvimento do agronegócio e de exploração mineral e em áreas de fronteira teve o objetivo de eliminar gargalos operacionais. A realização de investimentos com o propósito de reduzir desigualdades regionais, tem na construção e na adequação de rodovias o elemento indutor do desenvolvimento, vez que a rodovia atrai investimentos e muda a fisionomia das regiões.

Pode-se destacar a duplicação/restauração da BR-101 nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a conclusão do trecho entre Ventania e Alto do Amparo, na BR-153/PR, a conclusão do trecho sul do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, a conclusão do anel rodoviário de Uberlândia (BR-365/050/MG), a duplicação do trecho entre Santa Cruz e Mangaratiba, incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí, na BR-101/RJ, a duplicação do trecho entre Aparecida de Goiânia e a Divisa GO/MG, na BR-153/GO, a conclusão da travessia de Dourados, na BR-163/MS, a conclusão do contorno de Corumbá, na BR-262/MS, a construção do trecho entre o entroncamento da BR-163 e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS, a conclusão do trecho entre Mundo Novo e Sapezal, na BR-364/MT, a construção do trecho entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-359/MT, a duplicação/restauração da BR-101, nos estados no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, a duplicação do acesso ao Porto de Itaqui, na BR-135/MA, a conclusão da Ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhado e Carinhanha, na BR-030/BA, a conclusão do trecho entre Jerumenha e Bertolinea, na BR-135/PI, a construção da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, na BR-156/AP e a construção do trecho entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM.

A 3ª Etapa de concessões dos serviços e da exploração da infraestrutura rodoviária, iniciada em 2009 e que na sua Fase I abrangeu a BR 040/DF/GO/MG, BR 381/MG e BR 116/MG, foi analisada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que recomendou alterações. As alterações realizadas foram submetidas àquele Tribunal, para reexame, o que condiciona a abertura da licitação. Já a Fase II da 3ª etapa, que prevê a concessão na BR 101/ES/BA, foi objeto de audiências públicas em 2010 para colher contribuições relativas às minutas de edital e contrato.

**Transporte Ferroviário**

A atuação do governo no modal ferroviário em 2010 buscou a ampliação do sistema ferroviário em bitola larga e de alta capacidade, a eliminação de pontos críticos e a recuperação de trechos defasados, complementando a malha de bitola estreita.

O setor ferroviário tem recebido atenção especial do Governo Federal. Os números atuais comprovam a expansão da malha, permitindo a articulação da malha ferroviária de alta capacidade do Norte do país com a do Sul-Sudeste brasileiro, possibilitando várias alternativas de escoamento da produção. Dentre as principais ações destacam-se, na Ferrovia Norte-Sul, a conclusão do trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, a execução do trecho entre Palmas/TO e Anápolis/GO e a contratação dos trechos entre Ouro Verde/GO e Estrela d'Oeste/SP e Santa Vitória/MG e Iturama/MG. Foram contratadas as obras para construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA. Foi providenciada a desapropriação da faixa de domínio da Ferrovia Nova Transnordestina, nos estados de Pernambuco (96,4%), Piauí (69,0%) e Ceará (36,6%).

Além da expansão na malha de bitola larga foram feitos investimentos direcionados à rede de bitola estreita. Estão em andamento as obras do contorno de Joinville/SC (30,0%), contorno de São Francisco do Sul/SC (40,0%), contorno e pátio ferroviário de

Tutóia em Araraquara/SP, tendo sido executados 80,0% do contorno e 40,0% do pátio e o rebaixamento da linha férrea em Maringá/PR (96,0%). Foram contratados o contorno de Divinópolis/MG, o contorno de Três Lagoas/MS, a ligação ferroviária entre o Pólo Petroquímico de Camaçari/BA (EF-431) e o Porto de Aratu/BA e a adequação da linha férrea e construção do pátio Anísio Braz, em Barra Mansa/RJ.

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – Prosefer objetiva diagnosticar os principais pontos críticos da malha ferroviária e estabelecer uma programação de inserção das obras no Plano Plurianual – PPA. Até 2010 foram avaliados 13.501 km de um total de 14.948 km de ferrovias selecionadas.

Destaca-se ainda, o estabelecimento das condições técnicas e jurídicas necessárias para a publicação em 14/07/2010, do edital de licitação que viabilizará a implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV para o transporte de passageiros, conectando as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, foi aprovada a celebração de convênio de cooperação técnica de Apoio à Gestão do Projeto do TAV com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o financiamento externo no montante de US$ 83,5 milhões, sendo US$ 50,0 milhões oriundos do BID e US$ 33,5 milhões em contrapartida do governo brasileiro, contemplando estudos técnicos e ambientais.

**Transporte Hidroviário**

Dentro da política de interiorização dos transportes, traçada pelo Governo Federal, é prioridade a exploração da potencialidade do transporte hidroviário, dada a disponibilidade de vasta extensão de vias navegáveis no Brasil. Além de suas características de transporte para grandes volumes e distâncias, o subsetor hidroviário apresenta custos inferiores aos demais modais e contribui para a preservação ambiental.

No ano de 2010 foram concluídas as obras de construção de 13 terminais fluviais no Estado do Amazonas, nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Tabatinga, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro, em Manaus.

A conclusão das obras das Eclusas de Tucuruí possibilitou a navegação comercial de Belém a Marabá garantindo à região sudeste do Pará um meio eficiente de escoamento de sua produção.

Foram executadas obras de manutenção da profundidade em canais de navegação, sinalização hidroviária nos trechos, destocamentos e retiradas de obstáculos em vias navegáveis nos principais rios federais.

Em relação à atividade de planejamento do setor, foi publicado o documento "Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário", que estabelece as diretrizes gerais para o fomento à navegação interior no Brasil, em consonância com os preceitos de garantia dos usos múltiplos das águas e planejamento integrado dos recursos hídricos. A meta é elevar a participação do modal hidroviário na matriz de transportes brasileira, possibilitando ao Brasil contar com os benefícios econômicos, ambientais e sociais desta modalidade de transporte.

**Normatização e Fiscalização**

No exercício de 2010 as agências reguladoras buscaram o fortalecimento da sua capacidade regulatória e de fiscalização da infraestrutura e dos serviços de transporte afetos a sua competência legal.

Foram realizados esforços para ampliar a participação ferroviária no transporte de cargas, promoveu-se a reestruturação das concessionárias, fixaram-se novas metas de desempenho e incentivou-se a reconstrução da malha. Essas medidas fortaleceram o setor e aumentaram a confiança dos usuários, permitindo maior captação de investimentos.

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - Propass Brasil foi criado para propor uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância. Em 2009 foi concluída a primeira fase do projeto, identificando-se a necessidade de levantamento de dados sobre a prestação desses serviços. Em 2010, realizou-se o citado levantamento, segunda fase do projeto, que serviu de insumo para a elaboração do Plano de Outorga e Projetos Básicos dos serviços de longa distância. Ainda na segunda fase, ocorreu uma ampliação do escopo do Projeto, que passou a abranger os serviços de transporte rodoviário interestadual semi-urbano e internacional de passageiros.

Relativamente à regulamentação ou normatização, na área da navegação interior foram editadas resoluções disciplinando a outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte - IP4 e o afretamento de embarcações para operação na navegação interior. Na área da navegação marítima e de apoio foram editadas normas disciplinando as atividades executadas nos portos e terminais aquaviários por empresas brasileiras autorizadas a operar na navegação de apoio portuário, bem como definidos os critérios para comprovação da operação comercial de embarcações por empresa brasileira de navegação. Com respeito à exploração da infraestrutura portuária, foram submetidas à consulta pública normas para a regulamentação da prestação de serviços de retirada de resíduos sólidos de embarcações, procedimentos para trânsito seguro

de produtos perigosos por instalações portuárias nos portos organizados e editada norma de outorga de autorização para a construção, a exploração e a ampliação de terminal portuário de uso privativo.

Foram realizadas ações de fiscalização em veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros, nas rodovias federais e nas garagens das empresas de prestação de serviços.

Em relação à navegação interior, foram realizadas ações de fiscalização buscando regularizar a situação das empresas que fazem transporte de passageiro e misto, na região amazônica.

Com vistas a assegurar o cumprimento dos termos de outorga, a defesa dos interesses dos usuários e a busca da maior eficiência na prestação dos serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária foram realizadas, ao longo de 2010, ações de fiscalização que resultaram, entre outros procedimentos, na celebração de Termos de Ajustes de Conduta - TAC com operadores portuários.

**Promoção Industrial**
**(Fundo da Marinha Mercante)**

As ações de promoção industrial desenvolvidas no âmbito do Ministério dos Transportes são de financiamento à construção e reforma de embarcações e estaleiros.

A ação de Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante tem como objetivo aumentar a participação da bandeira brasileira nas navegações de longo curso e de apoio marítimo, aumentar a participação da navegação de cabotagem e interior no transporte de carga geral e agrogranéis na matriz de transportes brasileira, substituir as embarcações de casco singelo por embarcações de casco duplo e as de casco de madeira por casco de aço na navegação interior fluvial. A ação visa ainda reduzir a idade média da frota de rebocadores portuários e das embarcações utilizadas no transporte de passageiros na navegação interior de travessia.

Já a ação de Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante tem como objetivo viabilizar a construção de embarcações especiais, aumentar a capacidade e a qualidade de produção dos estaleiros, reduzindo o custo final do produto, com vistas a atingir o mercado externo, gerando emprego e renda e fomentando o desenvolvimento tecnológico da indústria naval.

Em 2010, foram apresentados para análise projetos para construção de embarcações com valor potencial de financiamento da ordem de R$ 8,9 bilhões.

**Indicadores**

A implementação da "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes" destina-se a permitir a avaliação de desempenho dos programas de transportes constantes dos Planos Plurianuais – PPA. Os indicadores tornarão possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados ou dos efeitos que ocorrem com a execução dos empreendimentos, servindo como instrumento de auxílio à gestão da política do setor.

Com foco nos resultados esperados: mobilidade, eficácia e eficiência do transporte, 24 indicadores foram selecionados para utilização numa primeira fase. A coleta direta e indireta dos dados, o armazenamento provisório e o tratamento primário das informações estão sendo realizados por empresa especializada em pesquisas estatísticas, encontrando-se na etapa de validação dos indicadores. A estruturação do banco de dados e da ferramenta de análise e visualização dos indicadores está na etapa de teste piloto para subsidiar a realização de licitação para o desenvolvimento da melhor solução de tecnologia da informação.

**Programas Estruturantes do Setor**

**Programa Vetor Logístico Amazônico**

Objetiva promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia e oeste dos estados do Pará e Mato Grosso. As ações executadas buscam reduzir as desigualdades regionais em áreas deprimidas e, considerando ainda as características ambientais da região, incrementar o desenvolvimento socioeconômico e as perspectivas de integração interregional e de fronteiras.

No modal hidroviário destacam-se: conclusão de 13 terminais fluviais no estado do Amazonas nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Tabatinga, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro em Manaus; construção de seis terminais fluviais no estado do Amazonas nas seguintes localidades: Benjamin Constant (80%), Fonte Boa (70%), Novo Aripuanã (64%), Santa Isabel do Rio Negro (87%), São Paulo de Olivença (74%) e Tonantins (72%); construção do terminal fluvial Cai N'água (65%), no município de Porto Velho em Rondônia; início do processo de licitação para a obra de derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins, que garantirá a navegação contínua em uma extensão de 500 km de sua foz até a cidade de Marabá – PA; e execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – AHIMOC: serviços de escavação e dragagem para aprofundamento e alargamento do furo do Pucu, que

interliga os rios Paraná do Ramos e Andirá, no município de Barreirinha/AM; reparos nas embarcações do parque de dragagem na cidade de Humaitá/AM; gerenciamento dos portos nas cidades de Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Manaquiri e Humaitá, no Amazonas e levantamento do fluxo de carga que transitou na hidrovia do Madeira.

Grande parte dos municípios da região amazônica tem sua infraestrutura de transportes sedimentada em hidrovias que necessariamente são complementadas por uma rede portuária constituída por uma multiplicidade de precários cais flutuantes de madeira, escadas e rampas de aterro espalhados por toda a orla, sem dispor de uma centralização e gerenciamento. Portanto, a ênfase deste programa está na manutenção da rede hidroviária e na implantação de infraestrutura portuária e fluvial mínima para impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida da população.

Além das ações de cunho social que foram a principal preocupação na região amazônica, também foram intensificadas as ações na área de infraestrutura rodoviária do Vetor Logístico Amazônico, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, garantindo condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, promovendo a redução dos custos de transporte, proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.

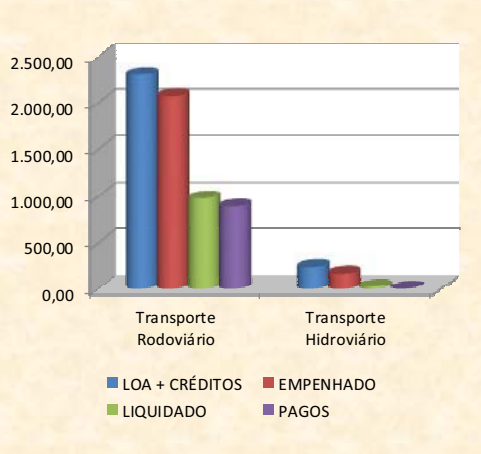
Merecem destaque ainda, no modal rodoviário, as seguintes ações: pavimentação de: 33,3 km entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM; 64,5 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, na BR-364/AC; e de 101,7 km entre Divisa MT/PA e Santarém, na BR-163/PA e de 16,8 km entre o Km 656 e Porto Velho, na BR-319/AM/RO; conclusão: da travessia urbana de Novo Progresso/PA, na BR-163/PA; da duplicação de 15,0 km próxima ao município de Alvorada do Oeste, na BR-429/RO; da nova ponte sobre o rio Candeias, no município de Candeias do Jamari, na BR-364/RO; e da ponte sobre o rio Papagaio (Km 1.030,4) no trecho entre Mundo Novo e Sapezal, na BR-364/MT; e manutenção de 7.400 km de rodovias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO | LIQUIDADO | PAGOS | % EXECUÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Rodoviário | 2.299,29 | 2.072,07 | 979,79 | 892,51 | 42,61% |
| Transporte Hidroviário | 245,20 | 178,41 | 24,88 | 5,32 | 10,15% |
| **VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO** | **2.544,49** | **2.250,48** | **1.004,67** | **897,83** | **39,48%** |

Fonte: Siafi

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO**
**(em R$ milhões)**




**Programa Vetor Logístico Centro-Norte**

Objetiva promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Amapá, Maranhão, Tocantins e leste dos estados do Pará e Mato Grosso.

As ações implementadas buscam reduzir as desigualdades sociais e incrementar o desenvolvimento socioeconômico da região, expandindo o acesso a áreas de fronteiras e a integração regional.

Na modalidade da infraestrutura aquaviária destacam-se: conclusão das Eclusas de Tucuruí que possibilitou além da navegação numa extensão de 780 km, um meio eficiente de escoamento da produção do Pará; execução das seguintes atividades pela Administração da Hidrovia da Amazônia Oriental – AHIMOR: manutenção do Porto de São Francisco em Barcarena/PA e das hidrovias Guamá-Capim e Tocantins, além da análise do projeto executivo da ponte ferroviária sobre o rio Itacaunas; e execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR: manutenção da sinalização de margem e flutuante, monitoramento ambiental e

operacional e manutenção de embarcações e equipamentos portuários dos rios sob sua jurisdição.

Entre as ações implementadas no modal ferroviário, merecem destaque as seguintes obras na Ferrovia Norte-Sul: conclusão do tramo Norte no trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, com execução de 148,0 km; e execução do tramo Central no trecho entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, com execução de 117,0 km.

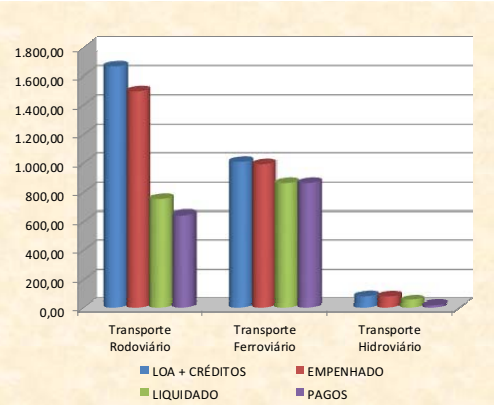
Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações: construção de 73,7 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-158/MT; construção de 37,0 km entre o Entroncamento da BR-158 (Ribeirão Cascalheira) e Sorriso, na BR-242/MT; conclusão do trecho entre Querência e o entroncamento com a BR-158/MT, na BR-242/MT; conclusão da duplicação do acesso ao Porto de Itaqui, na BR-135/MA; e manutenção de 11.989 km de rodovias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Rodoviário | 1.663,32 | 1.494,87 | 752,54 | 643,07 | 45,24% |
| Transporte Ferroviário | 1.005,89 | 989,30 | 864,30 | 864,30 | 85,92% |
| Transporte Hidroviário | 82,31 | 80,81 | 51,72 | 15,95 | 62,84% |
| **VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE** | **2.751,52** | **2.564,98** | **1.668,56** | **1.523,32** | **60,64%** |

Fonte: Siafi – 10/01/2011

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE**
**(em R$ milhões)**




**Programa Vetor Logístico Nordeste Setentrional**

Objetiva promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. As ações executadas visam disponibilizar transporte seguro a preços competitivos, facilitando a distribuição de cargas e a movimentação de pessoas, favorecendo o desenvolvimento econômico e incrementando o turismo na região.

No modal aquaviário, destacam-se as seguintes ações: desobstrução de 1.101 km do leito e conservação das margens dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú; desobstrução de 441 km do leito e conservação das margens da bacia do rio Parnaíba (rios e igarapés da região do delta do Parnaíba), baixo Parnaíba, alto Parnaíba e rio Balsas; implantação/manutenção de 630 m de espigões/guias nos rios Mearim e Pindaré; implantação de 541,80 $m^2$ de atracadouros hidroviários flutuantes nos portos dos municípios de Araioses, Vitória do Mearim e Ilha Grande, nos estados do Maranhão e Piauí; e recuperação de 3.146,80 $m^2$ de atracadouros hidroviários flutuantes e fixos nos municípios de Barreirinhas, Pinheiro, Água Doce, Araioses, Tutóia, Cururupu, Porto Rico, Guimarães, Penalva, Turiaçu, Palmeirandia, Bequimão, Urucuí e Ilha Grande nos estados do Maranhão e Piauí.

Quanto ao modal ferroviário destaca-se a desapropriação da faixa de domínio ao longo da ferrovia Nova Transnordestina, de: 621 km, equivalente a 96,43% da extensão da ferrovia no Estado de Pernambuco; 268,12 km, equivalente a 69% da extensão da ferrovia no Estado do Piauí; e 192,63 km, equivalente a 36,58% da extensão da ferrovia no Estado do Ceará.

Com o intuito de incentivar o turismo da região abrangida por esse vetor, foram executadas ações que favoreceram o seu desenvolvimento econômico e diminuíram as desigualdades regionais.

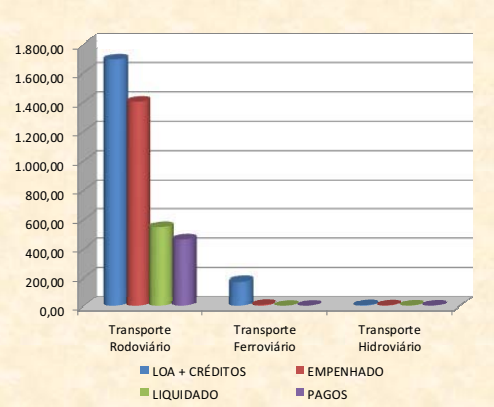
Nesse sentido o modal rodoviário desenvolveu as seguintes ações: duplicação de: 47,7 km do trecho entre Natal e a Divisa RN/PB, na BR-101/RN; 114,6 km do trecho entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, na BR-101/PB; e 10,0 km do trecho entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, na BR-101/PE; e manutenção de 9.938 km de rodovias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Rodoviário | 1.691,23 | 1.401,00 | 547,50 | 460,46 | 32,37% |
| Transporte Ferroviário | 175,30 | 7,01 | | | |
| Transporte Hidroviário | 4,68 | 3,18 | 1,68 | 1,68 | 35,90% |
| **VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL** | **1.871,21** | **1.411,19** | **549,18** | **462,14** | **29,35%** |

Fonte: Siafi - 10/01/2011

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL**
**(em R$ milhões)**




### Vetor Logístico Centro Sudeste

Objetiva promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e sudoeste do Estado de Goiás. As obras executadas nesse programa demonstram a consolidação de projetos voltados a incrementar a eficiência no abastecimento de insumos e no escoamento da produção e o aumento da capacidade produtiva da região.

No modal hidroviário destacam-se as ações: execução das seguintes atividades pela Administração da Hidrovia do Paraguai – AHIPAR: dragagem de manutenção no tramo norte do rio Paraguai entre a cidade de Cáceres-MT e a localidade de Castelo de Areia/MT; implantação e manutenção da sinalização do rio Paraguai no trecho entre Corumbá/MS e Cáceres/MT e sinalização e manutenção da Ponte do Morrinho/MS; e execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Paraná – AHRANA: manutenção preventiva e corretiva da sinalização de toda a via e estudos preliminares de afluentes importantes que poderão proporcionar a expansão da via.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, o maior desafio neste vetor é eliminar os conflitos urbanos ocasionados entre a malha férrea, sistema viário urbano e comunidade lindeira. Dentre as ações do modal ferroviário destacam-se: prolongamento de trechos de rebaixamento de linhas férreas, no município de Maringá/PR, com 96% executado; e construção do contorno e pátio ferroviário de Tutóia, no município de Araraquara/SP, executado 80% do contorno e 40% do pátio.

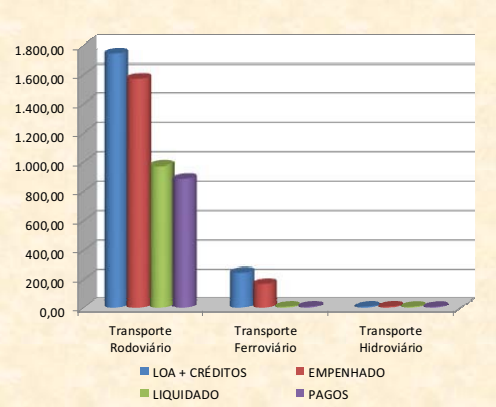
Com relação ao modal rodoviário é importante ressaltar que as regiões atendidas por esse vetor apresentam uma rede bem desenvolvida, composta de rodovias federais, estaduais e municipais. Embora constatada a boa qualidade da rede rodoviária, foram necessárias algumas ações visando à adequação de capacidade, assegurando a melhoria da segurança e eliminação de pontos críticos. Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações: adequação de 34,7 km do Rodoanel Metropolitano de São Paulo no trecho entre Mauá e Embu; construção de 72,4 km entre o entroncamento da BR-163/MS e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS; construção de 36,5 km entre Nova Iguaçu de Goiás e Luis Alves, na BR-080/GO; conclusão da duplicação da travessia de Dourados, na BR-163/MS; conclusão do trecho entre Ventania/PR e Alto do Amparo/PR, na BR-153/PR; e manutenção de 7.312 km de rodovias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Rodoviário | 1.740,49 | 1.570,42 | 974,01 | 887,45 | 55,96% |
| Transporte Ferroviário | 245,77 | 167,87 | 7,79 | 7,79 | 3,17% |
| Transporte Hidroviário | 8,46 | 8,41 | 7,03 | 6,99 | 83,10% |
| **VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE** | **1.994,72** | **1.746,70** | **988,83** | **902,23** | **49,57%** |

Fonte: Siafi - 10/01/2011

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE**
**(em R$ milhões)**




### Programa Vetor Logístico Sul

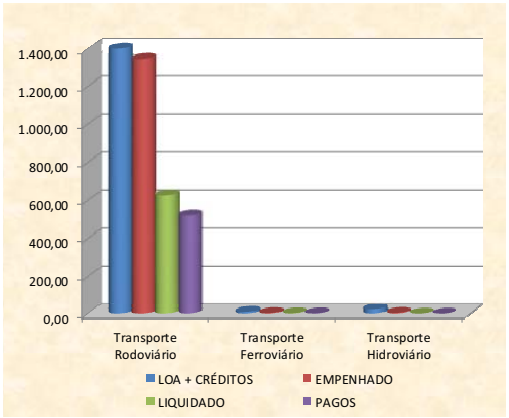
Objetiva promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As ações executadas priorizaram corredores de escoamento da produção para o Mercosul, possibilitando uma adequada articulação da estrutura sócioprodutiva, permitindo a realização de trocas comerciais e intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.

Dentre as ações no modal hidroviário, merece destaque a execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Sul – AHSUL: manutenção da navegabilidade dos cursos d´água; execução de dragagens ao longo do rio Taquari e a manutenção do balizamento da hidrovia; manutenção e operação de quatro barragens eclusadas (três no Jacui e uma no Taquari) e recuperação de dez alças da Barragem de Amarópolis. Foram priorizadas no modal ferroviário as seguintes ações: construção do Contorno Ferroviário no município de Joinville/SC, com 30% de execução física; e construção do Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul/SC, com 40% de execução física. Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações: duplicação de 163,5 km do trecho entre Palhoça e a Divisa SC/RS, na BR-101/SC; duplicação de 36,6 km do trecho entre a Divisa de SC/RS e Osório/RS, destacando-se a conclusão dos túneis do Morro Alto, na BR-101/RS; construção do viaduto Unisinos (61,0%); alargamento da Ponte sobre o Rio Gravataí (38%) e construção do viaduto do Rincão, em Novo Hamburgo, (49,0%), na BR-116/RS; construção de viaduto no entroncamento da BR-386/RS com a BR-116/RS (35%); conclusão do trecho entre Bom Jesus e São José dos Ausentes, na BR-285/RS; conclusão do trecho entre São Miguel D'Oeste e Paraíso, na BR-282/SC; e manutenção de 5.261 km de rodovias.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Rodoviário | 1.399,10 | 1.344,14 | 627,14 | 523,64 | 44,82% |
| Transporte Ferroviário | 9,49 | 3,00 | 1,80 | 1,80 | 18,97% |
| Transporte Hidroviário | 23,87 | 4,08 | | | |
| **VETOR LOGÍSTICO SUL** | **1.432,46** | **1.351,22** | **628,94** | **525,44** | **43,91%** |

Fonte: Siafi - 10/01/2011



**Programa Qualidade dos Serviços de Transporte**

Objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes. As ações do Programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Em 2010 foram fiscalizados 396.416 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP, o que corresponde a um aumento na ordem de 23% do resultado obtido no mesmo período do ano de 2009. Do total de fiscalizações do TRIIP no referido período, 368.777 veículos foram fiscalizados nos terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros, 24.698 em comandos nas rodovias, 1.702 nas garagens das empresas prestadoras de serviço – fiscalizações técnico-operacionais e 1.239 veículos em atendimento a ordens de serviço. Ressalte-se, ainda, que houve a lavratura de 25.712 autos de infração, número superior em 95% ao quantitativo de autos lavrados durante todo o ano de 2009. Esse incremento do número de ações de fiscalização evidencia a ampliação da atuação da Agência, com resultado positivo e melhor prestação de serviços para a população. Foram transportados cerca de 131 milhões de passageiros - 1,1 milhão a mais do que em 2009 - em aproximadamente 2.666 serviços regulares ativos, operados por 255 empresas. A frota cadastrada na ANTT disponível para atendimento é de aproximadamente 16.200 ônibus. Quanto ao transporte fretado de passageiros, em 2010, foram transportados cerca de 9,3 milhões de passageiros, em 22.529 ônibus pertencentes a 3.582 empresas credenciadas junto à ANTT. Para a realização de viagens foram emitidas 256.000 autorizações.

Relativamente ao transporte ferroviário de passageiros, houve um incremento de 10% em relação a 2009, com cerca de 1,4 milhão de passageiros transportados em 2010 pelas linhas regulares das estradas de ferro Vitória-Minas e Carajás, operados por uma única empresa, e mais de 1,0 milhão de passageiros pelos trens turísticos e comemorativos operados em todo o país por 13 empresas autorizadas.

A Fase II da 2ª Etapa de concessões rodoviárias federais, que abrange 680,6 km da BR-116/324/BA, cujo leilão, realizado em 2009, resultou na previsão de investimentos da ordem de R$ 1,9 bilhão (a preços de 2005) para o período de 25 anos (prazo da concessão), teve a vistoria dos trabalhos iniciais aceita em novembro de 2010, possibilitando o início da cobrança de pedágio das praças P3 – P4, localizadas na BR-116/BA, em dezembro de 2010.

Em 2010 foram investidos nas rodovias federais, pelas concessionárias, R$ 1,22 bilhões, contra R$ 308,77 milhões em 2009, correspondendo um incremento de 395%.

No que tange ao Transporte Rodoviário de Cargas – TRC, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, iniciado em 2004, foi alterado legalmente em 2007, a fim de exigir a comprovação de experiência como exigência adicional para os transportadores autônomos e a necessidade de responsáveis técnicos para empresas e cooperativas. Para atender estes dispositivos, a ANTT, mediante parcerias, promoveu o registro de 1,25 milhão de transportadores e 2,0 milhões de veículos (base agosto/2010), assegurando as condições previstas na legislação.

Até o fim do exercício, houve 12.499.644 fiscalizações, quantitativo este 53% maior que o resultado da fiscalização em todo o ano de 2009. Do total de fiscalizações realizadas, 12.302.576 referem-se à modalidade excesso de peso, 122.331 a veículos em que foram encontradas irregularidades no RNTRC, 33.058 no que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório e 41.679 referentes ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC. Foram também lavrados 145.064 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

Com vistas a assegurar o cumprimento dos termos de outorga, a defesa dos interesses dos usuários e a busca da maior eficiência na prestação dos serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária foram realizadas ao longo de 2010 cerca de 700 ações de fiscalização, que resultaram, entre outros procedimentos, na celebração de 26 Termos de Ajustes de Conduta - TAC com operadores portuários. As ações de fiscalização efetivadas representaram um incremento de 23,89% em relação ao exercício anterior.

Com relação à navegação interior, foi implementado o Plano de Interdição para o Transporte de Passageiros e Misto na região amazônica, cujas ações repressivas resultaram, ao longo de 2010, na interdição de 31 embarcações operadas por 29 empresas/empresários e, em consequência, na regularização e retorno ao tráfego de 10 dessas empresas/empresários.

Na área de outorgas, envolvendo os serviços de transporte marítimo e de apoio, a navegação interior e a exploração da infraestrutura portuária, foram emitidos 104 Termos de Autorização, que representaram uma realização de 74,3% em relação à meta de 140 outorgas previstas.

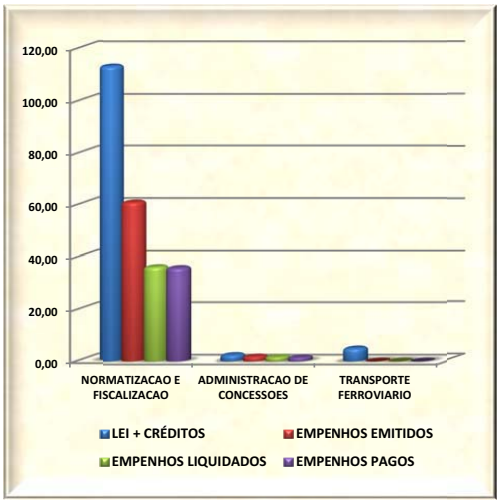
Destaca-se ainda a conclusão das análises de cinco propostas de arrendamentos nos portos de Itaqui, Suape, Maceió, Vitória e Recife, assim como a emissão de quatro outorgas para Terminais de Uso Privativo: LLX Açu Operações Portuárias (São João da Barra/RJ), LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda (Itaguaí/RJ), Poly Terminais S.A. (Itajaí/SC) e Cargil Agrícola S.A. (Três Lagoas/MS). Essas autorizações e arrendamentos implicarão investimentos no montante de R$ 3,5 bilhões, com um acréscimo mínimo de oferta de infraestrutura portuária para movimentação de 130,0 milhões de toneladas.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte Ferroviário | 5,00 | | | | |
| Outras Subfunções | 115,49 | 62,78 | 37,60 | 37,05 | 32,56% |
| **QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES** | **120,49** | **62,78** | **37,60** | **37,05** | **31,21%** |

Fonte: Siafi – 10/01/2011

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE**
**(em R$ milhões)**




**Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval**

Objetiva renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no país para o transporte marítimo e de navegação interior.

Em 2010, foram repassados recursos para a construção/jumborização de 113 embarcações, sendo que foram entregues 20: Ceará (1), Pará (3), Rio de Janeiro (5), Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (5) e São Paulo (5), totalizando US$ 506 milhões, e estão em construção 93: Amazonas (1), Bahia (2), Ceará (11), Pará (25), Pernambuco (10), Rio de Janeiro (22), Santa Catarina (6) e São Paulo (16), totalizando US$ 3,0 bilhões.

Foi contratada também, no exercício, a execução de 80 embarcações, ainda não iniciadas, cujos recursos totalizam US$ 2,8 bilhões, nos seguintes Estados: Amazonas (14), Pará (3), Pernambuco (5), Rio de Janeiro (23), Santa Catarina (18), São Paulo (13) e Sergipe (4).

Destaca-se que os recursos efetivamente aplicados no financiamento para construção de embarcações foram de R$ 2,3 bilhões. É importante observar que, mesmo com a crise financeira mundial de 2009, a demanda por recursos aumentou 47,0% em 2010.

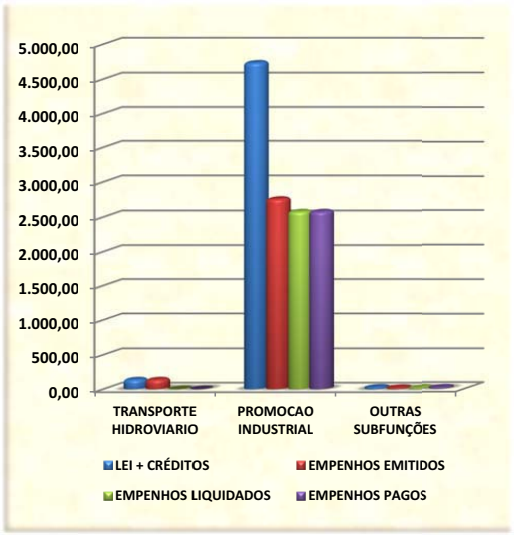
Para financiamento da construção do Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, modernização do Estaleiro Aliança, no Rio de Janeiro e suplementação do Estaleiro Navship, em Santa Catarina, foram desembolsados R$ 315 milhões.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 (em R$ milhões)**

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO | LOA + CRÉDITOS (a) | EMPENHADO (b) | LIQUIDADO (c) | PAGOS (d) | % EXECUÇÃO E=C/A |
|---|---|---|---|---|---|
| Promoção Industrial | 4.730,78 | 2.753,90 | 2.579,88 | 2.579,88 | 74,5% |
| Outras Subfunções | 171,62 | 166,84 | 23,56 | 23,55 | 54,5% |
| **FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL** | **4.902,40** | **2.920,74** | **2.603,44** | **2.603,43** | **53,1%** |

Fonte: Siafi – 10/01/2011

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL**
**(em R$ milhões)**



### 5.1.23 - Função Assistência Social

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi verificada uma forte mudança no paradigma das políticas sociais no Brasil, que passaram a ser estruturadas sob o patamar de políticas públicas de caráter continuado e permanente.

Na perspectiva de construção das bases materiais de um Estado de Bem Estar Social, no entendimento de um Estado a serviço do interesse público, a CF/88 alargou o espectro dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no tocante ao desenho das políticas, seu financiamento, seleção de beneficiários e benefícios.

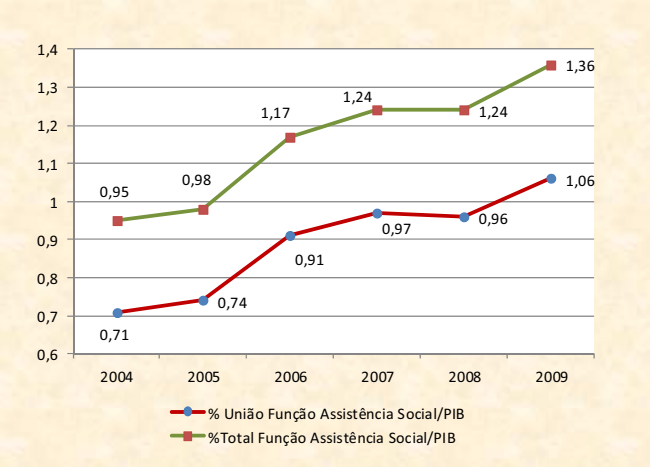
Assim, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para dar cumprimento às determinações constitucionais de universalização das políticas sociais, descentralização e participação social, implementou dois grandes Sistemas Públicos: o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2007. Por meio desses sistemas descentralizados e participativos e da articulação federativa que propiciam, o governo fez chegar aos cidadãos brasileiros serviços, programas e benefícios que contribuem para que o país cumpra as diretrizes de erradicação da extrema pobreza, de redução da desigualdade, de garantia de segurança alimentar e nutricional e de acesso às ações de assistência social.

Quanto ao volume de recursos, a institucionalização da política de proteção e promoção social trouxe uma clara expansão dos recursos da Função Orçamentária Assistência Social, principalmente no nível federal, e um incremento em relação ao orçamento da Seguridade Social, ao orçamento total e ao produto interno bruto (PIB).

Os recursos investidos em tal política aumentaram nominalmente 132,6% no período 2004-2009 e em relação ao PIB evoluíram de 0,95% em 2004 para 1,36% em 2009, conforme evidencia o gráfico a seguir.

A ampliação de recursos demonstrada ilustra a opção por uma política social de estado concebida com foco nos mais pobres e uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a agenda social.

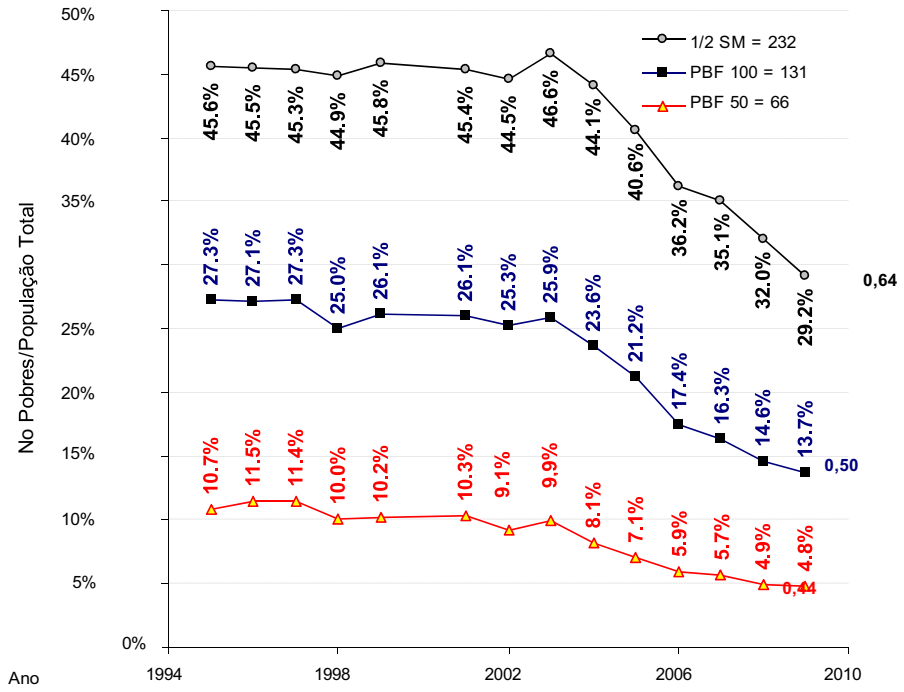
**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DA FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO PIB, EM TERMOS NOMINAIS (2002-2009)**




Fonte: CGPA/SPO/SE/MDS com base em dados do SIAFI, SISTN/STN e IBGE. Os dados vão até o ano de 2009, pois os de 2010 ainda não tinham sido disponibilizados quando da elaboração do presente relatório.

A relevância das escolhas políticas realizadas nas últimas duas décadas pode ser bem avaliada com a lembrança de que, anteriormente, praticamente um em cada quatro brasileiros estava sujeito à insegurança alimentar e vivia um cotidiano marcado pela fome e pelo não reconhecimento de direitos sociais básicos. De fato, em 2003, 23% da população brasileira (39,3 milhões de pessoas) sobreviviam com renda inferior a ¼ do salário mínimo atual. Hoje, oito anos depois, milhares de brasileiros tiveram a oportunidade de incluírem-se em uma rede de proteção social que possibilitou ao Brasil retirar 27,9 milhões de brasileiros da pobreza entre 2003 e 2009. Tal cenário pode ser comprovado pela análise da proporção de pobres, segundo três linhas de pobreza diferentes: a de meio salário mínimo de 2009 per capita (uma linha de valor relativamente alto), a linha de pobreza do Programa Bolsa Família (PBF) quando de sua criação (R$ 100 per capita em 2004), e a linha de pobreza extrema do mesmo PBF, também quando de sua criação (R$ 50 per capita em 2004), uma linha cujo valor é relativamente baixo. Qualquer que seja a linha considerada se comprova que a proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003, embora esta queda se apresente mais acentuadamente nas linhas mais baixas. Conforme o gráfico a seguir, usando-se a linha de meio salário mínimo de 2009, a pobreza caiu a 64% do seu valor de 1995. Já de acordo com a linha de R$ 50 de 2004, a pobreza caiu a 44% em relação ao valor de 1995. Dessa forma, pode-se dizer que não apenas há menos pessoas pobres no país, como as pessoas que ainda o são, estão menos pobres.

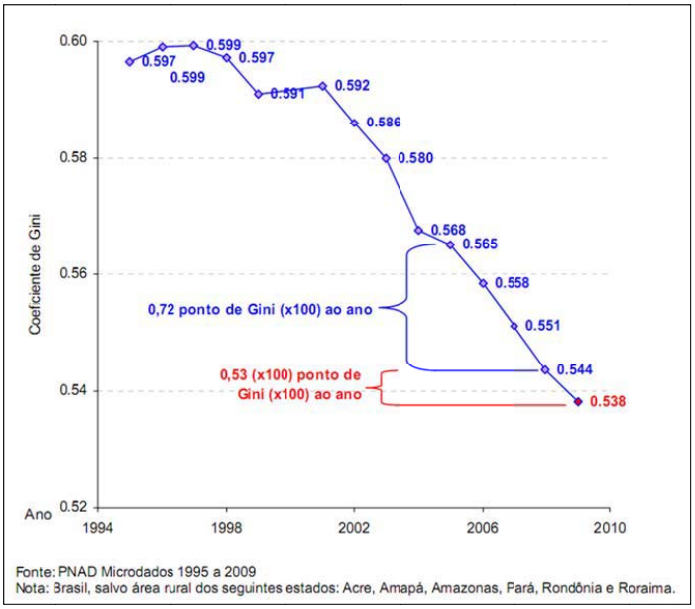
**PROPORÇÃO DE POBRES SEGUNDO TRÊS LINHAS**




Fonte: PNAD Microdados 1995 a 2009
Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

A queda da pobreza no Brasil pode ser explicada, entre outras razões, pela tendência de uma distribuição de renda cada vez mais igualitária. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi mantida no Brasil a tendência de queda da concentração de renda observada nos últimos anos: o índice de Gini foi de 0,521 (2008) para 0,518 (2009)[1], demonstrando uma diminuição na concentração de renda. Vale lembrar que, em 2007, este índice foi de 0,528 e, em 2006, de 0,541, o que confirma uma tendência de contínuo progresso social, com a desigualdade de renda declinando de forma sistemática. A redução contínua do Índice de Gini pode ser explicada pelo aumento dos rendimentos de trabalho e do rendimento médio mensal real de todas as fontes em todas as classes, especialmente nas de rendimentos mais baixos. A despeito da crise econômica de 2008, a desigualdade seguiu decrescendo entre 2008 e 2009, embora a um ritmo pouco menor do que entre 2005 e 2008, conforme se observa no gráfico a seguir.

**EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI ENTRE 1995 E 2009.**




Fonte: Comunicado IPEA nº 63, 2010.

[1] O dado de 2009 foi obtido na publicação da PNAD 2009, publicada em setembro de 2010. O dado de 2010 ainda não estava disponível quando da elaboração deste relatório.

Além disso, clara está a influência das transferências da previdência e assistência social brasileira na renda dos domicílios, impactando de forma positiva sobre a redução da pobreza e desigualdade nos últimos 20 anos, conforme destaca o Comunicado oficial do IPEA "Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados". Tais transferências sofreram expansão e consolidação nas duas últimas décadas, influenciadas pela instituição da seguridade social, pela política de valorização do salário mínimo e pela maior importância concedida às políticas sociais. Hoje as transferências previdenciárias e da assistência social representam quase 20% da renda das famílias brasileiras, em todas as regiões, sobretudo para os estratos mais empobrecidos da população.

Sendo assim, as iniciativas adotadas no âmbito da assistência social contribuíram para que o Brasil atingisse, já em 2007, a meta de redução da extrema pobreza que havia sido proposta no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A meta proposta pela ONU era a de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015 – mas o Brasil se propôs a reduzir a extrema pobreza a ¼ do que era no início do período, alcançando-a, portanto, antes do período proposto. Em 1990, 25,6% dos brasileiros tinham renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza extrema; em 2007, a extrema pobreza havia caído a 6,1% e o país alcançava a meta; em 2008, o percentual de brasileiros abaixo da linha da extrema pobreza recuou para 4,8%, ou seja, menos de um quinto (1/5) do verificado em 1990. Outros indicadores demonstram o avanço das políticas sociais no Brasil como a redução da desnutrição infantil em 62% entre 2003 e 2008, caindo de 12,5% (2003) para 4,8% (2008), estando próxima de ser zerada em 2010, e a diminuição da taxa de ocupação de crianças de 5 a 17 anos (trabalho infantil) em quase 15% de 2006 para 2009.

De fato, o progressivo aprimoramento das políticas sob a responsabilidade do MDS e a consolidação do SUAS e do SISAN tem efetivamente possibilitado um expressivo conjunto de avanços. Além dos já citados, cabe lembrar a maior permanência de crianças e adolescentes na escola, queda dos indicadores de desnutrição e mortalidade na infância e maior autonomia das mulheres, todos impactos do Programa Bolsa Família (PBF) aferidos por estudos de caráter avaliativo. Devem ainda ser lembradas as iniciativas destinadas a famílias, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, além de populações indígenas e quilombolas, e assentados da Reforma Agrária. Desdobrando-se em programas implantados com gestão democrática descentralizada, tais iniciativas têm contribuído efetivamente para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Ao priorizar o enfrentamento à pobreza e à fome e promover amplos investimentos em ações e políticas de promoção e inclusão social, o governo deu visibilidade aos problemas sociais do país e garantiu melhores condições de vida a milhões de brasileiros. A prioridade dada ao tema fez com que o País se mobilizasse no sentido de estruturar uma rede de serviços e benefícios, envolvendo milhares de cidadãos, de gestores e de técnicos em torno do trabalho de estruturação das Políticas Nacionais de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional, efetivando as bases de um novo ciclo de desenvolvimento social do país.

Com o intuito de apoiar a gestão das ações da função Assistência Social, o MDS desenvolve pesquisas de avaliação e processo de monitoramento dos programas e ações executados ou financiados pelo Governo Federal. Um exemplo é o Censo SUAS que tem como objetivo produzir informações para monitorar a implementação do SUAS nos estados e municípios, contribuindo decisivamente para o planejamento de intervenções que promovam aumento da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados aos cidadãos. Em 2010 o censo foi composto por um conjunto de seis questionários, obtendo informações sobre 27 gestões estaduais/DF, 27 conselhos estaduais/DF, 5.488 gestões municipais, 5.247 conselhos municipais, 6.801 unidades Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em 4.719 municípios e 1.596 unidades Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) em 1.463 municípios.

No que se refere à execução orçamentária na Função Assistência Social podemos afirmar, conforme demonstrado a seguir, que houve um incremento de 21,55 bilhões de reais em 2006 para 38,78 bilhões em 2010, configurando um aumento de 79,95% no montante investido na referida Função.

**VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2006/2010**

em R$ milhões

| ASSISTÊNCIA SOCIAL | LIQUIDADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| Orçamento Fiscal e Seguridade | 21.554,6 | 24.713,6 | 28.660,7 | 33.116,1 | 38.783,3 | 146.828,3 |
| **TOTAL** | **21.554,6** | **24.713,6** | **28.660,7** | **33.116,1** | **38.783,3** | **146.828,3** |

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPA/SPO/SE/MDS (Dados:Siafi)

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR SUBFUNÇÃO GOVERNAMENTAL**
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2010**

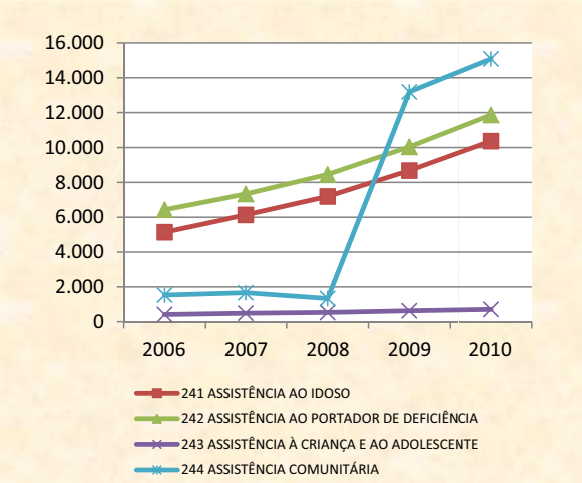
em R$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | |
| *Assistência ao Idoso* | 10.365,33 | 100,0 | 0,30 | 33,2 | 10.365,62 | 100,0 |
| *Assistência ao Portador de Deficiência* | 11.868,81 | 100,0 | 0,52 | 13,9 | 11.869,34 | 100,0 |
| *Assistência à Criança e ao Adolescente* | 668,79 | 87,3 | 45,01 | 34,3 | 713,80 | 79,6 |
| *Assistência Comunitária* | 14.862,55 | 97,5 | 222,31 | 16,8 | 15.084,85 | 91,1 |
| Outras Subfunções | 1.017,87 | 86,2 | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **38.783,35** | **98,4** | **268,14** | **18,4** | **38.033,67** | **95,8** |

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPA/SPO/SE/MDS (Dados: Siafi)

Em relação à execução nas Subfunções, nota-se que houve uma variação significativa na Subfunção Assistência Comunitária entre os exercícios de 2008 e 2009, o que decorreu da agregação dos recursos do Programa Bolsa Família provenientes da Subfunção Transferências.

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010 (em R$ milhões)**




**Ampliação dos Serviços Socioassistenciais**

A política pública de assistência social foi organizada, a partir de 2005, em um novo modelo de gestão descentralizada e participativa, o SUAS, que visa à regulação e organização, em todo o território nacional, dos projetos, programas, benefícios e serviços socioassistenciais, fundamentado na complexidade dos serviços em níveis de proteção social básica e especial, na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento partilhado pelas três esferas de governo.

Ao final de 2010, 99,4% dos municípios brasileiros (5.530) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS, sendo 578 municípios (10,4%) em gestão inicial, 4.565 municípios (82%) em gestão básica e 387 (7%) em gestão plena, restando apenas 34 municípios (0,6%) não habilitados ao sistema.

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS HABILITADOS AO SUAS, SEGUNDO NÍVEL DE GESTÃO - 2005 A 2010**

| TIPO DE HABILITAÇÃO | PERÍODO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Não Habilitados | 417 | 231 | 124 | 98 | 57 | 34 |
| Gestão Inicial | 1625 | 1286 | 1262 | 1170 | 940 | 578 |
| Gestão Básica | 3206 | 3690 | 3813 | 3921 | 4182 | 4565 |
| Gestão Plena | 312 | 356 | 364 | 374 | 385 | 387 |
| **Total** | 5560 | 5563 | 5563 | 5563 | 5564 | 5564 |

Fonte: Demonstrativo de Habilitação - MDS

O nível crescente de adesão ao SUAS desde a sua implantação (2005) e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, conforme observado no quadro acima, demonstram a consolidação desse modelo de gestão compartilhada.

Como estratégia fundamental para a consolidação do SUAS, investiu-se em 2010 na capacitação dos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF), de forma a aprimorar sua capacidade institucional e contribuir para a efetividade do controle social. Esse projeto capacitou até o final de 2010 aproximadamente 7,5 mil pessoas, em 2.456 municípios.

Em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o MDS realizou Encontros dos Trabalhadores da Assistência Social, nas cinco regiões do país, visando subsidiar a regulamentação de quais categorias profissionais de nível superior deverão integrar as equipes de referência das unidades de serviço da assistência social. A regulamentação deverá impactar o processo de certificação profissional e acreditação de competências profissionais/institucionais; adequações na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações e na formação técnica e especialização para os trabalhadores da área; e a instituição de uma agenda para a Mesa Nacional de Negociação do SUAS.

Como instrumento de informação e disseminação de conhecimentos para os operadores da política de assistência social, foram lançadas em 2010 novas publicações, entre cadernos de estudos e catálogos, e reimpressas 13 publicações, totalizando 613 mil exemplares, dos quais foram distribuídos aproximadamente 595 mil. Entre os temas abordados estão: orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; experiências municipais do Programa BPC na Escola; orientações técnicas para o CRAS; melhoria da estrutura física e dos serviços do CRAS; guia prático para gestores e projetistas municipais; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Lei Orgânica da Assistência Social Anotada.

**Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família - PBF visa a contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper a reprodução do ciclo de pobreza entre as gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.
No que se refere à cobertura do programa, em dezembro de 2010 havia 12.778.220 famílias beneficiárias, quantitativo equivalente a 98,33% do número potencial, fixado pelo PPA 2008-2011 em 12,995 milhões de famílias. O benefício médio em dezembro de 2010 foi de R$ 96,97.

Em 2010, a execução orçamentária do PBF foi de R$ 14,0 bilhões, abrangendo pagamento de benefícios e despesas operacionais.

O incremento na execução de benefícios financeiros (R$ 1,6 bilhões), ou 13,62% a mais que em 2009, se deveu à ampliação no número de famílias beneficiárias, bem como à atualização monetária no valor dos benefícios financeiros. Assim, ao mesmo tempo em que a meta de atendimento de famílias pobres foi ampliada de 11,1 milhões para 12,995 milhões, o maior valor do benefício, que vigorou apenas em quatro meses em 2009, foi aplicado ao longo de todo o ano de 2010.

A execução do PBF migrou, a partir de 2009, da subfunção "Transferências" para a subfunção "Assistência Comunitária". Os valores executados nas subfunções da Função 08 – "Assistência Social" – de 2006 a 2010 encontram-se demonstrados a seguir:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 1335 POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO – 2006/2010 – (em R$ Milhões)**

| Função 08 - Assistência Social | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Subfunção | Descrição | | | | | |
| 122 | Administração Geral | 1,67 | 2,87 | 2,42 | 2,43 | 2,54 |
| 126 | Tecnologia da Informação | 16,82 | 21,13 | 19,02 | 7,83 | 12,13 |
| 244 | Assistência Comunitária | 574,48 | 428,27 | 518,58 | 12.295,15 | 14.005,39 |
| 845 | Transferências | 7.638,05 | 8.755,56 | 10.522,09 | - | - |
| **TOTAL** | | **8.231,02** | **9.207,82** | **11.062,10** | **12.305,41** | **14.020,07** |

Fonte: Siafi

O acompanhamento das condicionalidades do PBF alcançou, na área de educação, uma cobertura de informação da frequência escolar de 88,55% dos beneficiários com perfil para acompanhamento (idade de 6 a 17 anos), o que corresponde a 15,5 milhões de alunos no último período do ano (outubro/novembro). Em relação ao final de 2009, quando o resultado foi de 88,40%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 0,15 pontos percentuais. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento registrado chegou a 89,56%, representando 14,1 milhões de alunos. Para os alunos com idade de 16 e 17 anos, o percentual foi de 79,54%, o que representa 1,4 milhão de jovens acompanhados.

A similaridade com o desempenho do ano anterior parece indicar que o limite no registro por parte dos municípios foi alcançado, principalmente tendo em vista que nenhum município ficou abaixo dos 20% de acompanhamento no último período de 2010. Para ampliação do percentual de acompanhamento acredita-se ser fundamental manter uma sistemática de cruzamento das bases de dados com o Censo Escolar, o que permitiria identificar a mudança de escola dos alunos das famílias beneficiárias. Esse processo vem sendo aperfeiçoado pelo esforço comum realizado pelo MDS, o Ministério da Educação - MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

Quanto às condicionalidades da área de saúde, o exercício de 2010 foi encerrado com 68,42% das famílias que possuem integrantes no perfil para acompanhamento de saúde (7,3 milhões de unidades familiares) efetivamente acompanhadas no 2º semestre do ano. Em relação ao final de 2009, quando o resultado foi de 64,5%, o crescimento na taxa foi de 3,92 pontos percentuais no exercício. Apesar desse aumento, o índice não alcançou a meta estabelecida, tendo atingido um patamar no qual um crescimento mais expressivo se torna mais difícil para os municípios, ente responsável pelos acompanhamentos. Atualmente o MS organiza o acompanhamento das condicionalidades em torno da área de Alimentação e Nutrição, fato que dificulta a mobilização da área de atenção básica nos municípios.

Os números de cobertura do programa e de acompanhamento das condicionalidades se refletem nos indicadores de gestão utilizados para monitoramento e avaliação do PBF e do Cadastro Único. O demonstrativo a seguir apresenta o resultado do monitoramento dos indicadores contidos no Plano Plurianual:

**INDICADORES PBF – 2009 e 2010 (em %)**

| INDICADOR | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO | RESULTADO | PREVISÃO | RESULTADO |
| Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação | 85,00 | 88,40 | 90,00 | 88,55 |
| Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde | 70,00 | 64,50 | 75,00 | 68,42 |
| Taxa de Atendimento às Famílias Pobres | 100,00 | 95,20 | 100,00 | 98,33 |

Fonte: SIGPlan

Foi realizada, em março de 2010, em Brasília, a reunião do Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Condicionalidades do PBF. No encontro, que serviu para aprofundar aspectos relacionados à gestão intersetorial das condicionalidades do Programa, também foi definida a promoção de sete Seminários Regionais Intersetoriais nas cinco regiões do País, os quais foram realizados, em parceria com o MEC e o MS, contando com a participação de 243 municípios de todos os estados e o Distrito Federal. Além de aperfeiçoar o acompanhamento das condicionalidades e de articular ações complementares junto a outras políticas a serem ofertadas às famílias, os Seminários tiveram como principal objetivo disseminar o tema do Acompanhamento Familiar, em especial do módulo desenvolvido com essa finalidade fim no Sistema de Condicionalidades (Sicon). No final de 2009, o Sicon passou a permitir, a partir da identificação das famílias em descumprimento de condicionalidades, o registro em detalhes de situações de vulnerabilidade das famílias, das atividades socioassistenciais realizadas junto às mesmas e da avaliação da

trajetória da família em resposta ao apoio prestado. Ao final de 2010, cerca de 15 mil famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social estavam incluídas no Acompanhamento Familiar no Sicon.

O Projeto de Inclusão Bancária, regulamentado pelo Decreto nº 7.013/ 2009, tem o objetivo de ampliar a inclusão social das famílias atendidas pelo PBF, na medida em que viabiliza o acesso ao sistema financeiro formal e que pode facilitar a oferta de instrumentos financeiros à população de baixa renda, como poupança, microcrédito e microsseguros. O número de famílias atendidas passou de 2.468.620, em dezembro de 2009, para 2.872.199, em novembro de 2010, o que representa um aumento de 16,35%.

No que se refere à oferta de programas complementares ao PBF, o Programa CREDIAMIGO, principal linha de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), tinha concedido R$ 372 milhões a 214 mil pessoas inscritas no Cadastro Único, em julho de 2010. Por sua vez, 151,7 mil beneficiários do PBF eram clientes do programa, com empréstimos totalizando R$ 253,4 milhões.

O PBF participa do Programa Territórios da Cidadania, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da transferência de renda para beneficiários e de recursos para apoio à gestão descentralizada. Até 31 de outubro de 2010, 4,6 milhões de beneficiários, residentes em áreas abrangidas pelo Programa, haviam recebido R$ 4,6 bilhões em transferências.

No Programa Próximo Passo, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), até o início de outubro de 2010, foram qualificados 50.578 beneficiários do PBF por meio de execução direta do Governo Federal (número equivalente a 56% de execução em relação à meta pactuada até o fim de 2011), e 24.419 trabalhadores mediante convênios com estados e municípios, valor que corresponde a 41% da meta dos convênios fixada para o fim de 2011.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é uma política do MEC voltada à alfabetização de jovens e adultos. Entre 2006 e 2008, mais de 940 mil pessoas inscritas no Cadastro Único foram alfabetizadas, dentre elas 647,1 mil beneficiários do PBF. Apenas em 2008 (data das últimas informações disponíveis) foram 403,7 mil inscritas no Cadastro, sendo 267,6 mil beneficiárias do PBF.

No âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou em 2008 um edital para selecionar propostas de entidades interessadas em ofertar esta modalidade de microcrédito para beneficiários do PBF. Até agosto de 2010, haviam sido contratadas por esse público 4,5 mil operações de microcrédito.

Em 2010, o PBF aperfeiçoou mecanismos de gestão, controle, e de apoio federativo. Foi publicado o Decreto n° 7.332, de 19 de outubro de 2010, trazendo para o regulamento do programa (o Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004) as alterações relativas ao Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGD), instrumento por meio do qual são transferidos recursos financeiros aos entes federados, com propósito de assegurar melhoria do desempenho da gestão descentralizada do programa; às condicionalidades do PBF, reforçando a responsabilidade de o Poder Público oferecer os serviços públicos que são classificados como contrapartidas familiares; e ao aprimoramento dos procedimentos de cooperação entre a União e os estados, municípios e Distrito Federal. Em decorrência do referido Decreto, foram publicadas as Portarias n° 256, de 19 de março de 2010, e n° 754, de 20 de outubro de 2010, que tratam das normas, critérios e procedimentos para o apoio financeiro respectivamente à gestão estadual e municipal do Programa. Nessas normas se destacam os elementos operacionais do IGD, assim como os procedimentos de prestação de contas da aplicação dos recursos transferidos a título de apoio financeiro aos entes federados. Em 2010, foram transferidos aos municípios R$ 262,78 milhões, e aos estados, entre abril e dezembro, R$ 9,5 milhões.

O Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, contava em outubro de 2010 com cerca de 20,11 milhões de famílias identificadas na sua base de dados, totalizando cerca de 71,8 milhões de pessoas. Destas, 42.211 famílias estão identificadas como quilombolas, sendo aproximadamente 33.678 beneficiárias do PBF, e 83.369 famílias identificadas como indígenas, sendo 67.310 delas beneficiárias do Programa.

Em setembro de 2010, a Versão 7 do Cadastro Único, que permite aos municípios realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias por meio de aplicação on-line, baseada em tecnologia *web* e de *software* livre, foi disponibilizada a seis municípios participantes do Projeto Piloto do Projeto Cadastro Único 7. Em dezembro, iniciou-se a implantação nacional. Para tanto, foi desenhada capacitação para os operadores do Sistema nos municípios, contando com a parceria da Caixa e das coordenações estaduais. Entre outubro e dezembro de 2010, funcionários de mais de mil municípios foram capacitados.

Simultaneamente, o processo de capacitação para implantação do novo formulário de cadastramento formou, em 2010, 126 multiplicadores, entre técnicos estaduais e municipais ligados à gestão do Cadastro Único. Os 561 multiplicadores certificados pelo MDS e pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) entre 2009 e 2010 estão atuando

como instrutores na capacitação de cerca de 22 mil entrevistadores que utilizarão os novos formulários, a partir dos planos de capacitação elaborados em cada coordenação estadual. O material instrucional, distribuído a estados e municípios, tem o objetivo de assegurar que o preenchimento do novo formulário seja realizado com homogeneidade pelos entrevistadores, de forma a garantir a qualidade e ampliar a fidedignidade dos dados do Cadastro Único. Até o fim de 2010, mais de 12.000 entrevistadores já estavam capacitados.

Para assegurar a qualidade das informações do Cadastro Único, foi dada continuidade à estratégia de revisão cadastral, que é a mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração de seus registros. Ao longo de 2010, foram selecionadas aproximadamente 1,168 milhão de famílias para este processo, as quais deviam comparecer aos postos de atendimento das prefeituras. Destas famílias, cerca de 780 mil atualizaram seus cadastros até o início de novembro. A partir de então, foram bloqueados 387 mil benefícios, que serão cancelados em janeiro de 2011 em caso de não atualização dos dados.

Em 2010, dando continuidade à qualificação das informações declaradas no Cadastro Único pelas famílias integrantes do PBF, por meio de comparações com informações contidas em outras bases de dados, foi finalizado o processo de atualização cadastral iniciado em 2009. O cruzamento das informações do Cadastro Único com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2007) identificou 575.223 famílias beneficiárias do PBF com indícios de subdeclaração de renda. Destas, 279.425 (48,58%) tiveram seus benefícios do PBF liberados em razão de atualização cadastral com confirmação do perfil para o Programa, e outras 295.808 famílias tiveram seus benefícios cancelados. Neste último grupo, 82.774 tiveram seus benefícios cancelados devido à alteração na renda per capita familiar mensal para valores superiores ao critério de atendimento do PBF, e os demais por falta de atualização dos cadastros.

Foi também finalizada a averiguação dos indícios de inconsistências nas informações cadastrais baseada em comparações entre as bases de dados do Cadastro Único e aquelas do Sistema de Informatizado Óbitos (SISOBI), do registro de políticos e suplentes do Tribunal Superior Eleitoral, do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e dos registros de contribuintes e beneficiários da Previdência Social. Foram identificadas também pessoas marcadas como Responsável pela Unidade Familiar (RF) sem o preenchimento de CPF e Título de Eleitor no Cadastro Único, informações obrigatórias para o cadastramento da família. Observou-se que 59% das 2.347.767 famílias em averiguação tiveram seus cadastros atualizados. Das famílias que não tiveram atualização cadastral no período de monitoramento, apenas 131.056 eram famílias beneficiárias do PBF, o que representa 5,58% do total de famílias em averiguação, e tiveram seus benefícios cancelados. Além dessas, foram cancelados benefícios de 58.598 famílias que, embora tenham realizado a devida atualização cadastral, tiveram alteração na renda per capita familiar mensal acima do critério de elegibilidade do PBF. Assim, houve 194.869 benefícios cancelados em decorrência dos desdobramentos dos trabalhos realizados.

Em 2010, além das iniciativas que utilizam o Cadastro Único como instrumento de identificação de beneficiários (Carteira do Idoso, Isenção da Taxa de Inscrição em Concursos Públicos, ProJovem Adolescente e Programa Cisternas), outros três programas passaram a selecionar e acompanhar seu público com base nas informações do Cadastro Único: Programa Minha Casa, Minha Vida; Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); e Benefício de Prestação Continuada (BPC). A aprovação da Lei nº 12.212, de 2010, determinou a obrigatoriedade de que a TSEE, que estabelece descontos na conta de energia elétrica a determinadas unidades consumidoras, utilize o Cadastro Único. Conforme resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o início da implantação do novo modelo da TSEE ocorrerá a partir de abril de 2011. A respeito do BPC, a Portaria MDS n° 706, de 2010, determinou a utilização do Cadastro Único como ferramenta de revisão de seus benefícios e de acompanhamento de seu público.

Com o objetivo de aperfeiçoar e integrar os processos relacionados à gestão do PBF, do Cadastro Único e dos programas complementares, foi iniciado em 2010 o desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Esse sistema é uma aplicação *online* que provê uma entrada de dados única, segura e identificada e que possibilitará a convergência de esforços entre as esferas federal, estadual e municipal na gestão das ações a ele relacionadas. O SIGPBF é constituído pelos seguintes módulos: Gestão do Cadastro Único, Gestão de Benefícios, Gestão Financeira, Controle e Fiscalização, Programas Complementares, Relação com Estados e Municípios, Transmissão de Arquivos e Dados, Controle de Acesso e Trilha de Auditoria.

**Proteção Social Básica**

O Programa Proteção Social Básica reúne um conjunto de benefícios, serviços e projetos voltados para o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As ações prioritárias do programa são os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e os serviços do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) desenvolvidos na rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e

a pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ do salário mínimo. Trata-se de um benefício individual, intransferível, de natureza não-contributiva, cuja concessão é desvinculada de contribuições prévias. Em 2010, houve no BPC um investimento de R$ 10,5 bilhões no atendimento a 1,77 milhão de pessoas com deficiência (PcD) e de R$ 9,8 bilhões no atendimento a 1,62 milhão de pessoas idosas. Ao mesmo tempo, a Renda Mensal Vitalícia - RMV demandou investimentos de R$ 1,36 bilhão para os beneficiários por invalidez e R$ 489 milhões destinados aos benefícios por idade. Em síntese, o conjunto de benefícios da proteção básica do SUAS beneficiou em 2010 mais de 3,72 milhões de pessoas, demandando recursos da ordem de R$ 22,2 bilhões. Entre 2006 e 2010 o BPC apresentou um crescimento de 37,4% no número de beneficiários por deficiência e 37,1% em relação às pessoas idosas. No caso da RMV, como se trata de um benefício em extinção, a execução física apresenta uma trajetória declinante. Com efeito, entre janeiro de 2006 e janeiro de 2010 ocorreu uma redução de 35,4% no universo de seus beneficiários, sendo 30,4% entre as pessoas com invalidez e 46,2% entre os idosos.

**BENEFÍCIOS BPC/RMV - EXECUÇÃO FÍSICA (2006 A 2010)**

| AÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| BPC PcD | 1.293.645 | 1.385.107 | 1.510.682 | 1.625.625 | 1.778.345 (*) |
| BPC Idosos | 1.183.840 | 1.295.716 | 1.423.790 | 1.541.220 | 1.623.196 (*) |
| Sub-total | 2.477.485 | 2.680.823 | 2.934.472 | 3.166.845 | 3.401.541 (*) |
| RMV Invalidez | 338.242 | 308.517 | 282.320 | 259.088 | 235.278(**) |
| RMV Idosos | 155.998 | 133.871 | 114.821 | 99.627 | 83.856(**) |
| Sub-total | 494.240 | 442.388 | 397.141 | 358.715 | 319.134(**) |
| **Total** | **2.971.725** | **3.123.211** | **3.331.613** | **3.525.560** | **3.720.675** |

Fonte: Dataprev/Síntese
(*) Dados de dezembro de 2010.
(**) Dados de janeiro de 2010 (O comparativo da execução física do RMV ao longo dos anos utiliza como parâmetro o mês de janeiro de cada ano)

Em 2007, por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH nº 18/2007, foi instituído o Programa BPC na Escola, visando ampliar o acesso dos beneficiários por deficiência (PcD) às diversas políticas públicas. O objetivo do BPC na Escola é garantir o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos, contribuindo para a elevação de sua qualidade de vida e dignidade. A adesão de todas as unidades federadas e 2.622 municípios tem possibilitado o atendimento de 232 mil crianças e adolescentes. Em 2010, foram transferidos recursos, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) a esses Municípios, da ordem de R$ 3,8 milhões.

Nessa mesma direção, em 2009 o MDS celebrou acordo de cooperação com a Federação Nacional das Associações para Valorização e Promoção dos Excepcionais (Fenavape), com o objetivo de promover o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, com idade prioritariamente entre 16 e 45 anos. Em 2010 foi realizado um conjunto de atividades visando implementar o projeto piloto do BPC Trabalho, nos municípios de São Paulo e Santo André (SP).

No campo da regulação, em 2010 foi instituído, por meio da Portaria Conjunta MDS/MPS/INSS nº 01/2010, o Comitê de Gerenciamento Integrado do BPC, composto por membros do MDS e do INSS, com a finalidade de ampliar a capacidade de gestão dos benefícios, incluindo o acompanhamento e avaliação dos procedimentos de reconhecimento do direito ao benefício. Além disso, a Portaria MDS nº 706/2010 dispôs sobre o cadastramento dos beneficiários do BPC e de suas famílias no CadÚnico.

O principal serviço de proteção básica é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O PAIF é ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), consistindo no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, constituindo-se também como uma estratégia privilegiada para oferta de serviços aos beneficiários dos programas de transferência de renda.

Em 2010 foi dado um passo significativo em direção à universalização da proteção básica, prevista na Política Nacional de Assistência Social. Com o redirecionamento dos recursos do extinto Piso Básico de Transição (PBT) e em decorrência do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, tornou-se possível que o cofinanciamento federal do PAIF atingisse quase a totalidade dos municípios brasileiros.

Até a realização do Censo SUAS 2010, encontravam-se em funcionamento 6.801 unidades CRAS, em 4.719 municípios, significando um crescimento superior a 17% em relação ao número de unidades existentes no Censo 2009. Em dezembro, o cofinanciamento federal atingiu 7.038

CRAS, que referenciam cerca de 24 milhões de famílias, em 5.417 municípios, o que demandou, no exercício, uma execução orçamentária de R$ 390,7 milhões.

Desde 2008, mediante pactuação nacional com municípios e estados, foi instituído um processo de expansão qualificada do cofinanciamento do PAIF, com o intuito de garantir, dentre outros, que os novos CRAS cofinanciados pelo MDS cumpram os requisitos e normativas do SUAS, que se constituem em compromissos dos municípios e DF quando aceitam o cofinanciamento federal.

Em 2009 foi criado o Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS), um indicador sintético que expressa o grau de desenvolvimento dos CRAS, em quatro dimensões (Recursos Humanos, Estrutura Física, Atividades Realizadas e Horário de Funcionamento), classificando os CRAS em 04 estágios de desenvolvimento: Insuficiente, Regular, Suficiente ou Superior.

Com a pactuação materializada na Resolução CIT nº 05/2010, foram instituídas as "Metas de Desenvolvimento dos CRAS por Período Anual", sendo definidos os parâmetros vigentes até 2013, induzindo a melhoria da capacidade de planejamento dos demais entes federativos, bem como a consolidação das ações de acompanhamento e assessoria técnica dos estados aos municípios; do MDS ao DF e estados e dos municípios à sua rede.

Nesse sentido, uma ação prioritária, ao longo de 2010, foi o aprimoramento de estratégias e metodologias de acompanhamento aos serviços de proteção social básica, com centralidade no PAIF, tendo como foco o acompanhamento proativo e preventivo, do MDS aos estados e DF, bem como dos estados aos municípios, combinando para isto, dados do Censo SUAS com os dados qualitativos das visitas in loco. Além disso, está sendo finalizado o caderno de orientações técnicas sobre o PAIF, cuja elaboração foi fundamentada em evidências obtidas por meio de pesquisas, além das discussões realizadas em oficinas e seminários.

Já os serviços específicos de proteção social básica têm por objetivo atender a demandas e necessidades específicas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades complementares às ações do PAIF, estruturadas de acordo com o ciclo de vida (crianças de até 6 anos de idade e idosos). Têm um caráter preventivo e proativo, visando fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Esses Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) podem ser ofertados no CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS.

O serviço voltado às crianças (0-6 anos) visa fortalecer vínculos e prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil. Com as crianças são desenvolvidas atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização, ao mesmo tempo em que suas famílias são orientadas sobre os cuidados com as crianças.

No caso de famílias de crianças com deficiência, são também apontados os direitos das pessoas com deficiência, os potenciais das crianças e possibilidades de ações inclusivas. O serviço para idosos visa contribuir para um processo de envelhecimento saudável e autônomo, favorecendo a convivência familiar e comunitária por meio de espaço de encontro entre idosos e intergeracionais, detectando necessidades e motivações e desenvolvendo potencialidades e capacidades.

**SCFV - PARTICIPAÇÃO DE IDOSOS E CRIANÇAS (2010)**

| REGIÃO | IDOSOS (N) | % | CRIANÇAS (N) | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Norte | 45.389 | 60,3% | 29.863 | 39,7% | 75.252 |
| Nordeste | 165.247 | 59,3% | 113.600 | 40,7% | 278.847 |
| Sudeste | 143.857 | 67,0% | 70.885 | 33,0% | 214.742 |
| Sul | 162.272 | 69,1% | 72.461 | 30,9% | 234.733 |
| Centro-Oeste | 63.737 | 73,1% | 23.455 | 26,9% | 87.192 |
| Brasil | 580.502 | 65,2% | 310.264 | 34,8% | 890.766 |

Fonte: Módulo de Demonstração da Execução dos Serviços pelos municípios/DF

Com a extinção do Piso Básico de Transição, os recursos possibilitaram a expansão da oferta desses serviços, que beneficiaram aproximadamente 890 mil usuários, sendo 580 mil idosos e 310 mil crianças. Para a execução desses serviços, o MDS alocou em 2010, recursos da ordem de R$ 94,5 milhões.

**Proteção Social Especial**

No âmbito da Proteção Social Especial, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) constitui-se numa unidade pública estatal que coordena, articula e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados, numa estreita interface com a rede de serviços socioassistenciais e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Presta

atendimento psicossocial a nível individual e grupal por meio de equipe interprofissional, visando contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a preservação e restauração da integridade dos usuários, o rompimento de padrões violadores no âmbito das relações familiares e sociais e para a prevenção de reincidência de violações de direitos.

Os CREAS têm abrangência municipal ou regional e sua implantação considera os indicadores de situações de violação de direitos nos territórios. Quando estruturado no âmbito regional, além do município sede, garante cobertura de atendimento a um grupo de municípios circunvizinhos, de acordo com pactuação entre os respectivos gestores municipais e o gestor estadual. O Censo SUAS 2010 registrou o funcionamento de mais de 1.500 unidades, o que representa um crescimento superior a 25% em relação a 2009. O Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas proporcionou o avanço substancial do número de unidades, chegando ao final de 2010 a mais de 2.100 CREAS cofinanciados, em aproximadamente 2.000 municípios. O trabalho conjunto realizado pelo MDS, Secretaria Nacional Antidrogas e Ministério da Saúde já é uma realidade nos municípios: de acordo com o Censo SUAS 2010, 663 unidades CREAS atendem usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, sendo que em 574 CREAS o trabalho é realizado em parceria com a rede da saúde.

Outra inovação importante também decorrente do Plano de Combate ao Crack e outras Drogas, foi o início do cofinanciamento para a oferta, em unidade pública e estatal específica, do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Em 2010, 88 municípios realizaram o aceite para 101 unidades, que deverão iniciar a oferta do serviço até março de 2011. O serviço deve promover orientação individual e grupal, além do acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação civil, proporcionando, sobretudo, endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Também é ofertado o serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e idosas, que visa desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e vida prática, aquisição de habilidades, desenvolvimento de possibilidades, estímulo de capacidades de comunicação e socialização, locomoção independente e oportunidades de convivência, de modo a assegurar a conquista de maior grau de independência individual e social. O cofinanciamento federal a esse serviço atinge 1.551 municípios, sete estados e o Distrito Federal.

A Proteção Social Especial também oferta Serviços de Alta Complexidade que garantem o atendimento a famílias e a indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos que necessitam de acolhimento provisório, em função de fragilidades ou rompimento dos vínculos familiares ou comunitários. Esses serviços proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. No caso de crianças e adolescentes, esgotadas a possibilidades de reinserção familiar, promove-se o encaminhamento para família substituta. Para atender as especificidades e singularidades dos diversos públicos as ações são organizadas em: Serviço de Acolhimento Institucional (abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva); Serviço de Acolhimento em República e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
O MDS cofinancia a manutenção de tais serviços mediante transferência fundo-a-fundo, de maneira regular e automática, por meio dos Pisos de Alta Complexidade: PAC I - voltado à garantia de acolhimento para idosos, crianças e adolescentes, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência; e PAC II - destinado ao acolhimento de indivíduos e famílias em situação de rua. Atualmente, 847 municípios e o DF recebem o PAC I e 93 municípios e o DF recebem o PAC II.

Em 2010, o MDS prestou, ainda, apoio técnico e financeiro a 58 municípios de Alagoas e Pernambuco, para as ações da assistência social no apoio ao enfrentamento da situação de calamidade e/ou de emergência, em decorrência das enchentes ocorridas em junho.

Em 2010, os investimentos na Subfunção Assistência Comunitária para os serviços de proteção social especial somaram R$ 210,9 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento de 324.512 pessoas.

Os Serviços de Proteção Social Especial desenvolvidos na Subfunção de assistência à criança e ao adolescente incluem o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), também ofertados nos CREAS.

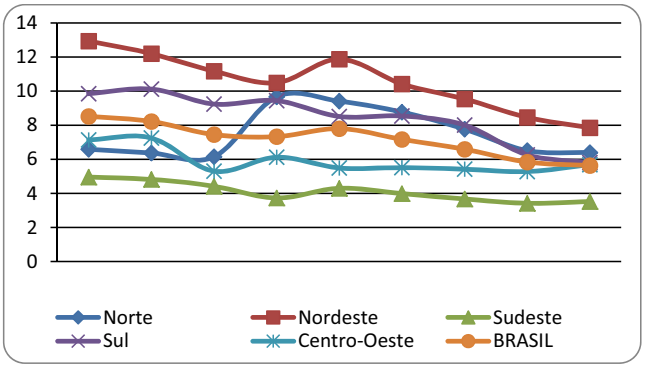
As ações para o atendimento deste segmento nos CREAS tem como referência a interface do SUAS com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, sendo ofertadas em cerca de 1.500 unidades CREAS (Censo SUAS 2010).

Além disso, o cofinanciamento foi estendido a todos os municípios onde foi identificada, em 2009, demanda pelo serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (MSE). Esse acompanhamento especializado é realizado de forma sistemática por equipe interprofissional, tendo

como objetivo promover a inserção dos adolescentes em serviços e programas de promoção e proteção social. Atualmente, mais de mil municípios ofertam esse Serviço (Censo SUAS 2010), o que representa uma capacidade de atendimento a 73 mil adolescentes, consolidando o processo de municipalização das medidas em meio aberto.

Na assistência à criança e ao adolescente, também se destacam as ações relacionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que no âmbito da política de assistência social, compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. Com efeito, ao longo da década, a PNAD (IBGE) tem constatado significativa redução do trabalho infantil no país, de 8,52% (2001) para 5,63% (2009).

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRABALHO INFANTIL (06-15ANOS) (*)**
**BRASIL E REGIÕES, 2001-2009**




Fonte: PNAD/IBGE
(*) No período 2001 a 2003, a PNAD não abrangia a área rural da Região Norte.

Em 2010 o PETI atendeu, mensalmente, cerca de 835,6 mil crianças e adolescentes, em 3.543 municípios. A frequência ao serviço, além de ser um dos pilares fundantes do PETI, é condicionalidade para o recebimento da transferência de renda. A gestão do programa foi favorecida com a implantação de uma nova versão do SISPETI (sistema de acompanhamento do PETI), que disponibiliza informações mais detalhadas sobre os usuários, orientadores sociais, estrutura física disponível e atividades realizadas pelos núcleos e o motivo de desvinculação das crianças e adolescentes, dentre outras funcionalidades.

Em relação à transferência de renda, além dos beneficiários que atendem aos requisitos do Programa Bolsa Família, há ainda cerca de 69 mil benefícios pagos diretamente por meio do PETI, visando universalizar a transferência de renda a todas as crianças retiradas do trabalho infantil. Além disso, 1.212 unidades CREAS realizam o acompanhamento de famílias com descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI (Censo SUAS 2010).

Em 2010 os investimentos na Subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente, para cofinanciamento dos serviços de proteção social especial, somaram cerca de R$ 356 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento a 1.036.092 pessoas, com destaque para o PETI, que atendeu cerca de 835,6 mil crianças e adolescentes e investiu aproximadamente R$ 250 milhões. Foram investidos, ainda, R$ 18 milhões em transferência de renda para os beneficiários do PETI e que não estão dentro dos critérios do Programa Bolsa Família.

**Projovem Adolescente**

O Projovem Adolescente é uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), dirigida exclusivamente a jovens de 15 a 17 anos. Possui caráter essencialmente preventivo, tendo por objetivos gerais complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Em 2010 houve, pela primeira vez, coletivos (grupos de participantes, compostos por 15 a 30 jovens) que concluíram o ciclo completo de atividades do Projovem Adolescente, sendo sucedidos por novos coletivos, dando continuidade à oferta do serviço socioeducativo. De um total de 14.776 coletivos que encerraram suas atividades em 2009, 86,5% foram

sucedidos por novos coletivos, consolidando a metodologia adotada. Para 2011, aproximadamente 1.270 municípios poderão substituir 5.303 coletivos encerrados ao final de 2010.

Durante o ano ocorreram dois processos de expansão da oferta de vagas do Projovem Adolescente. Na etapa de adesão denominada "Oferta 2010", foram aceitos 6.498 coletivos em 1.442 municípios e com o redirecionamento dos recursos do extinto Piso Básico de Transição (PBT), outros 1.523 coletivos passaram a ser cofinanciados. Desse modo, os mais de 26 mil coletivos cofinanciados pelo MDS apresentam capacidade de atender a aproximadamente 660 mil jovens, se considerado o número preferencial de 25 jovens que devem compor cada coletivo.

Em dezembro foi concluída a implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente (Sisjovem), que ampliará significativamente a capacidade de gestão do programa. Com isso, encontram-se consolidadas diversas ações estruturantes relacionadas à implantação do serviço, como o marco regulatório (Lei, Decreto e Portaria), a proposta metodológica, amplamente difundida junto aos demais entes federativos por meio da produção e distribuição de material de orientação e apoio, além de uma já considerável cobertura do público alvo.

Durante o exercício de 2010, foram aportados pelo MDS recursos da ordem de R$ 305 milhões, suficientes para ofertar 572,4 mil vagas. No mês de dezembro, encontravam-se registrados no Sisjovem mais de 470 mil jovens, em cerca de 3.500 municípios brasileiros.

No final de 2010 foi concluído o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, realizado pelo MDS em parceria com a Fiocruz, visando um levantamento censitário dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes, pesquisando as condições e características da oferta dos serviços e delineando o perfil das crianças e adolescentes acolhidos e dos motivos de acolhimento.

Os resultados do estudo apontam para a existência de aproximadamente 38 mil crianças e adolescentes acolhidos em aproximadamente 2.500 serviços de acolhimento institucional. A partir das informações trazidas pelo levantamento, serão traçadas estratégias de ação a serem implementadas a partir do próximo ano.

Também foi definido o Prontuário da Família, documento modelo com parâmetros nacionais para o registro de informações das famílias acompanhadas pelos CRAS e CREAS, abrangendo dados sobre situação socioeconômica, vulnerabilidades e incidências de violações de direitos. O documento resultou de estudos quali-quantitativos realizados pelo MDS e a Fiocruz em 20 municípios das cinco regiões brasileiras.

**Programa Acesso à Alimentação**

O Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito a uma alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. A ação prioritária do programa é a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

A ação de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, para abastecimento da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, para recomposição dos estoques públicos e para comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Em 2010, o orçamento aprovado na LOA e créditos adicionais para essa ação totalizaram cerca de R$ 686,6 milhões. Deste montante foram executados R$ 598,9 milhões em parceria com Governos Estaduais (Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite), com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e Compra Direta) e com os Municípios (Compra com Doação Simultânea).

Em 2010 em celebração de cooperação entre o MDS e a Conab, foram executados R$ 287,7 milhões, beneficiando aproximadamente 125.000 agricultores familiares, com a aquisição de 276.192 toneladas de alimentos e atendimento a 30.000 entidades assistenciais.

Os convênios firmados com os estados, em 2008 e 2009, renovados em 2010, por meio de Edital de Justificativa, atenderam a aproximadamente 19 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 24,5 mil toneladas de alimentos, os quais vem sendo doados a 1,3 milhões de pessoas. Em 2010 foi executado o montante de R$ 41,6 milhões.

Nas parcerias firmadas com os municípios, a ação selecionou, por meio de edital, 76 municípios, manteve a parceria com 66 municípios, cujos convênios foram formalizados em 2009, os quais receberam em 2010 a segunda parcela do convênio. Além disso, 4 municípios foram atendidos com Emenda Parlamentar. No total o Programa executado por meio de parcerias com Governos Municipais atendeu 24,5 mil agricultores com a aquisição de cerca de 28,5 toneladas de alimentos, beneficiando 1.248 entidades assistenciais (aproximadamente 409 mil pessoas). Em 2010 foi executado o montante de R$ 56,1 milhões.

Na modalidade do PPA Leite (Incentivo a produção e consumo de leite), ação que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 186,7 milhões de litros de leite em 2010, entregues diariamente a 681,3 mil famílias (cerca de 2,7 milhões de pessoas), beneficiando 22 mil agricultores em municípios da região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais. Em 2010 foram executados o correspondente a R$ 213,5 milhões.

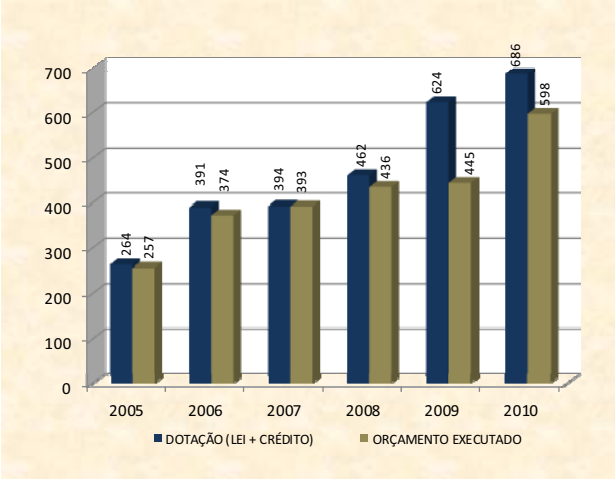
**BALANÇO DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM 2010**

| ATUAÇÃO DO PAA | AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS | TONELADA DE ALIMENTOS/LITROS | ENTIDADES ASSISTENCIAIS OU PESSOAS ATENDIDAS | RECURSOS EXECUTADOS (R$ MILHÕES) |
|---|---|---|---|---|
| FEDERAL | 125.000 | 276.192 | 30.000 entidades | 287,7 |
| ESTADUAL | 19.000 | 24.500 | 1.300.000 pessoas | 41,6 |
| MUNICIPAL | 24.500 | 28.500 | 1.248 entidades<br>409.000 pessoas | 56,1 |
| LEITE | 22.000 | 186.684 | 2,7 milhões de pessoas | 213,5 |
| **TOTAL** | **190.500** | | | **598,9** |

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab

Em 2010, todas as modalidades e executores do PAA proporcionaram a aquisição de alimentos de 190.500 agricultores familiares em mais de 2.300 municípios brasileiros. Os alimentos adquiridos contribuíram para o abastecimento de mais de 30 mil entidades que atenderam a cerca 18,8 milhões de pessoas. Nos municípios integrantes dos "Territórios da Cidadania" as ações de segurança alimentar e nutricional alcançaram os seguintes resultados: o Programa de Aquisição de Alimentos atendeu a mais de 106 Territórios, com a aquisição e distribuição de cerca de 73 mil toneladas de alimentos e investimento de cerca de R$ 121,7 milhões. Para 2011 a expectativa do Programa Acesso à Alimentação é de avançar na garantia do direito humano à alimentação adequada nos territórios mais pobres, destinando cerca de R$ 975 milhões por meio do acesso à alimentação. Ademais, espera-se adquirir 442,6 mil toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com um investimento de R$ 640 milhões. É importante ressaltar os grandes avanços obtidos no cumprimento do dever de promover a realização do direito humano à alimentação das famílias rurais e urbanas em territórios pobres de todas as regiões do país, principalmente a partir de 2005. Os resultados atingidos pelo programa estão diretamente relacionados à evolução de recursos destinados, conforme gráfico seguinte.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAA (2005/2010), em R$ Milhões**



Outra atividade importante realizada neste ano foi o III Seminário Nacional do PAA. O evento reuniu mais de 900 pessoas de todos os Estados brasileiros, envolvendo gestores ligados a execução do programa das três esferas de governo, agricultores familiares e representantes da rede de proteção e promoção social que recebe os alimentos. O encontro aprovou uma carta que apresenta os principais pontos reconhecidos como avanços e elencou os principais desafios para o próximo período.

O PAA exerce também importante papel no desenvolvimento e no fortalecimento da agricultura familiar, camponesa, povos indígenas e de terreiro, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais na diversa realidade brasileira[2].

Suas distintas modalidades e seu caráter intersetorial foram capazes de:

- Estimular a produção diversificada da agricultura familiar, camponesa, povos e comunidades tradicionais, criando condições para o escoamento de sua produção com melhores preços como forma de garantia de renda;
- Fortalecer as organizações, redes de cooperação e comercialização da agricultura familiar, camponesa, dos povos indígenas e de terreiro, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, as instâncias de controle social de políticas e promoveu relações entre o rural e o urbano;
- Possibilitar a formação de estoques de alimentos para o atendimento de situações emergenciais.
- Melhorar a alimentação das crianças, enriquecendo a alimentação escolar e propiciando melhores condições de aprendizagem;
- Visibilizar e valorizar a produção das mulheres rurais e contribuir na promoção de sua autonomia econômica.
- Proporcionar uma alimentação mais adequada e saudável para os segmentos atendidos pela rede de entidades socioassistenciais;
- Possibilitar o abastecimento dos equipamentos da rede pública de alimentação, como os restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, dentre outros voltados para a segurança alimentar e nutricional da população pobre;

Ao longo de sua trajetória o PAA foram incorporados às políticas públicas de SAN elementos importantes

[2] As referencias contidas na carta às comunidades tradicionais incluem também, dentre outras, as seguintes: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, geraizeiros, varjeiros, caatingueiros, comunidades de fundo de pasto.

O PAA é reconhecido como um dos mais inovadores programas implantados pelo Governo Federal. Desde a sua concepção em 2003, no âmbito da Estratégia Fome Zero, com a participação das organizações da sociedade civil representadas no Consea, o programa vem concretizando um objetivo estratégico previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN e na Constituição Brasileira (EC – 64/2010) que é a realização do direito à alimentação saudável.

de soberania alimentar e da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Além disso, a operacionalização do PAA constituiu-se (para gestores governamentais, agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais e suas organizações) em um aprendizado para a comercialização da sua produção. Criou, inclusive, condições para a abertura de novos mercados institucionais, como o da alimentação escolar.

A atual cobertura do PAA é limitada, situando-se em 3,3% do total de agricultores familiares. Em termos regionais, a região Norte apresenta uma cobertura de apenas 2% dos agricultores familiares e na região Centroeste, é pouco superior a este patamar. Note-se ainda que em relação à participação de mulheres, assentados, pescadores artesanais, extrativistas, povos indígenas e de terreiro, comunidades quilombolas o programa ainda apresenta atuação bastante limitada.

### 5.1.24 - Funções Urbanismo, Saneamento e Habitação

**Função Urbanismo**

Os investimentos realizados na função Urbanismo incluem aporte de recursos para diversas políticas públicas como: regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrôs, trens urbanos, mobilidade urbana, formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de habitação e de saneamento, capacitação de agentes sociais, dentre outras. O demonstrativo e o gráfico seguintes apresentam o crescimento constante na liquidação dos investimentos realizados pelo Ministério das Cidades, entre os anos de 2006 e 2010. Importante destacar que os dados referem-se aos valores totais de liquidação ocorridas tanto no orçamento corrente quanto nos restos a pagar.

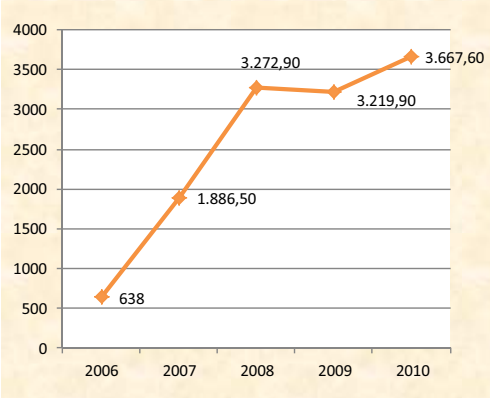
**FUNÇÃO URBANISMO – EXECUÇÃO 2006-2010**

em milhões

| FUNÇÃO URBANISMO | VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
| Orçamento Fiscal e Seguridade | 638 | 1.886,5 | 3.272,9 | 3.219,9 | 3.667,6 | 12.684,9 |

Fonte: Siafi Gerencial

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**FUNÇÃO URBANISMO / 2006-2010**
**(em R$ milhões)**




Fonte: Siafi Gerencial

O volume de investimentos liquidados aumentou significativamente se comparado ao ano de 2006. A razão disto deve-se à liquidação dos investimentos contratados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC em 2007.

Na função Urbanismo, a proporção de recursos liquidados oriundos do exercício corrente e de restos a pagar é de aproximadamente meio a meio. Analisando os valores de 2008 a 2010 – anos em que houve aumento no volume de recursos liquidados – em média 44,5% (1,5 bi) são liquidações do exercício e 55,5% (1,8 bi) de restos a pagar. Na função, o Ministério possui pouco mais de 80 ações orçamentárias. Porém, analisando o 1º decil estatístico, os investimentos estiveram concentrados em algumas políticas públicas, haja vista que o volume de investimentos nas oito ações com maior volume de recursos corresponde a 83,4% de toda a liquidação do exercício de 2010.

Da análise das ações governamentais com maior volume de liquidação, verificou-se que estão vinculadas principalmente a três investimentos: nos sistemas de trens urbanos, em emendas parlamentares e em urbanização de assentamentos precários. Assim, os investimentos realizados nesses três setores serão analisados em tópicos específicos. Já os demais resultados da função Urbanismo serão apresentados em tópico único agregado.

Outra área de atuação do Ministério das Cidades enquadrada nessa função tem por objetivo a promoção da cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito. Assim, no âmbito da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, todas as realizações visam melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, viabilizando a transferência de sua gestão para os governos locais, tornando possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano, específicos de cada região.

Para viabilizar as transferências dos sistemas, o Governo Federal vem realizando investimentos para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas, propiciando melhoria na eficiência, na qualidade dos serviços e na qualidade da mobilidade às populações urbanas.

O programa Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros possui indicadores para acompanhar a demanda transportada em cada um dos sistemas operados pela CBTU, e quantificar a transferência da gestão dos sistemas aos governos locais (taxa ponderada de transferência da gestão dos sistemas de trens urbanos).

**INDICADORES CONSIDERADOS**

| NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **SISTEMA** | **ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2007)** | **ÍNDICE PREVISTO PARA 2010** | **ÍNDICE MEDIDO EM 2010** | **ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA** |
| **SALVADOR** | 3.606.000 | 23.100.000 | 2.712.000 | 60.060.000 |
| **FORTALEZA** | 6.271.000 | 7.800.000 | 3.600.000 | 8.200.000 |
| **NATAL** | 2.794.000 | 2.555.000 | 2.250.099 | 2.683.000 |
| **JOÃO PESSOA** | 2.874.000 | 3.460.000 | 2.591.602 | 3.632.000 |
| **BELO HORIZONTE** | 39.490.000 | 50.000.000 | 50.555.704 | 70.500.000 |
| **RECIFE** | 56.615.000 | 69.300.000 | 68.122.365 | 80.080.000 |
| **MACEIÓ** | 1.654.000 | 1.916.000 | 1.265.579 | 3.080.000 |
| **TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO (%)** | | | | |
| | 75,4 | 75,4 | 75,4 | 75,4 |

Fonte: Sistema SIGPlan e Banco de Dados Operacionais da CBTU

A variação verificada entre a demanda prevista e a transportada, no sistema de Salvador é decorrente do atraso na execução das obras de construção do tramo I do metrô (trecho Lapa - Acesso Norte), bem como à interrupção parcial da operação do trem de subúrbio (Calçada - Paripe), para recuperação da ponte São João, fatos estes que afetaram o número de passageiros transportados.

Já nos sistema de Porto Alegre, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb está investindo na expansão e melhoria da malha metroviária.

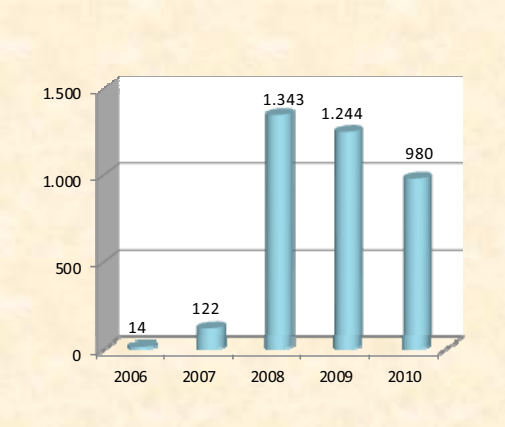
Destaca-se dos investimentos a expansão da linha São Leopoldo - Novo Hamburgo, haja vista que a obra tem se caracterizado por um ritmo notável, conforme destacado nos balanços periódicos do PAC.

Esta obra tem extensão de 9,3 km e quatro novas estações. O trecho elevado encontra-se com 84% executado, 94% da ponte metroviária realizada e 95% da ponte rodoviária concluída.

A Trensurb ainda tem realizado importantes investimentos em modernização dos sistemas, implantação do projeto de eficiência energética, adequação dos sistemas à acessibilidade universal e implantação do Sistema APM Aeromóvel para Conexão da Estação Aeroporto.

Os investimentos em urbanização têm como objetivo melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Diversas comunidades carentes brasileiras estão recebendo benfeitorias como: pavimentação, drenagem, contenção de encostas, saneamento entre outros.




Fonte: Siafi Gerencial

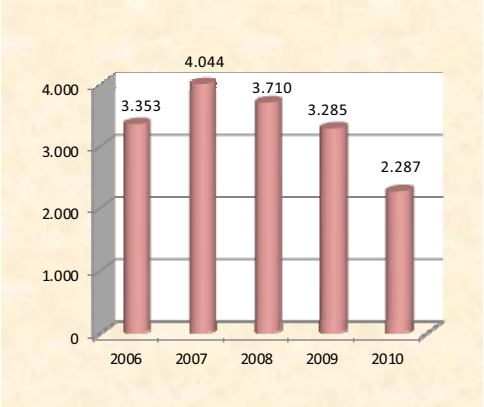
Os investimentos de urbanização em assentamentos precários tiveram grande impulso com o PAC em 2007. Ao comparar os valores liquidados em 2006 (antes do PAC) e 2008 (após PAC) verifica-se um aumento de 9.492% nos valores liquidados.

Tais investimentos são oriundos principalmente de duas ações governamentais: Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários. De acordo com os dados do 11º Balanço do PAC, há 523 contratos em urbanização e que totalizam um montante de recursos de investimentos na ordem de R$ 11,9 bilhões, com contrapartida de R$ 2,8 bilhões.

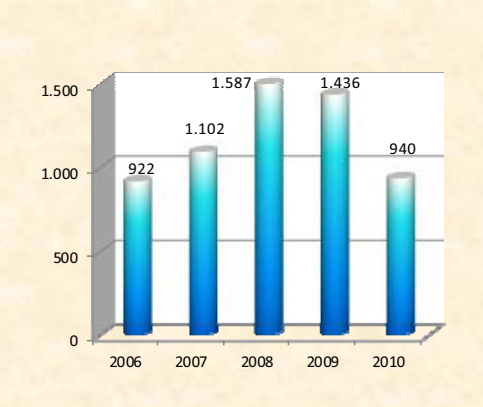
Por fim, destaca-se que a política deve ser analisada de forma integral, uma vez que a conclusão dos projetos leva em média alguns exercícios para a sua conclusão, haja vista a complexidade dos problemas enfrentados na maioria das intervenções.

Os investimentos realizados em infraestrutura urbana são oriundos de dotações nominalmente identificadas no Orçamento Geral da União (emendas parlamentares) e buscam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população a ser atendida. O código desta ação orçamentária variou ao longo do tempo. Atualmente, estas despesas ocorrem na ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ao longo destes últimos cinco anos foram apoiados milhares de projetos para as mais diversas finalidades: urbanização, pavimentação, construção de casas, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, calçamento, etc. Todavia, a maioria dos recursos alocados pelo parlamento brasileiro nas ações de infraestrutura urbana visa apoiar estados e municípios na realização de obras de pavimentação ou calçamento de vias públicas. Ademais, é importante destacar que a definição dos investimentos em infraestrutura urbana depende de fatores exógenos ao Ministério das Cidades, tendo em vista que o aporte de recursos nas Leis Orçamentárias Anuais ocorre via Congresso Nacional e a liberação dos recursos ocorre via Presidência de República. Ou seja, ao Ministério das Cidades cabe a operacionalização dos investimentos junto ao Ente beneficiado e à Mandatária (Caixa Econômica Federal).

**QUANTIDADE DE PROJETOS APÓIADOS**




**TOTAL DE REPASSE (EMPENHOS)**




Fonte: Caixa Econômica Federal e Siafi Gerencial

A série histórica de quantidade de projetos apoiados via emendas parlamentares demonstra que nos últimos exercícios houve uma redução dos projetos apoiados, tendo atingido o valor máximo em 2007. Comportamento semelhante ocorre no volume de recursos repassados, com a diferença no ano de pico, 2008. Porém, houve uma diferença na magnitude das variações e isto acarretou em uma mudança no perfil dos contratos de repasse oriundos dessas emendas. O valor médio que era de 247 mil/por contrato, em 2006, subiu ao longo dos anos, chegando em 410 mil/por contrato em 2010.

Em 2010, a ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano apresentou execução inferior a 50% da dotação, decorrente de um fluxo incontínuo e irregular de liberação de créditos orçamentários e de recursos financeiros, com ampliação de limites orçamentários somente ao final do exercício.

Por fim, apesar da redução na quantidade de projetos apoiados, bem como do volume de repasse em 2010, esta ação continua tendo considerável relevância no orçamento do Ministério das Cidades, o que pode ser constatado pelo fato da ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano representar aproximadamente 1/4 do total empenhado na função no exercício de 2010.

Na área da mobilidade urbana, destacam-se os financiamentos para o PAC da COPA FIFA 2014 e para o PAC 2. Os recursos onerosos passaram de R$ 1 bilhão, em 2009, para R$ 8 bilhões, em 2010, no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte, ou seja, um aumento de 700%. Dos 54 projetos selecionados na área de mobilidade urbana, associados à COPA FIFA 2014, 37 contratos de financiamento foram assinados através do Pró-transporte. Também foram aprovados R$ 3 bilhões para o PAC 2, eixo Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, já tendo selecionado 386 projetos, com recursos de financiamento do Pró-Transporte, dando prioridade às regiões de baixa renda, densamente ocupadas e com carência de infraestrutura urbana.

Em 2010, o Governo Federal realizou ações estruturantes visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Realizou o "X Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito" e o "III Seminário de Educação e Segurança para o Trânsito", o DENATRAN participou da "II Feira de Inclusão, Reabilitação,

Acessibilidade e Tecnologia – II Feira Integrar". Foram celebrados 590 contratos de repasse por intermédio da Caixa Econômica Federal, beneficiando 501 municípios em 24 estados da federação. Esses repasses referem-se a projetos de engenharia de tráfego voltados à redução da mortalidade, gravidade e número de acidentes de trânsito no território nacional.

Referente à regulação, foram encaminhadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) 32 propostas de resoluções. Quanto à segurança veicular, foram emitidos 3.700 Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT e credenciadas 1.094 Empresas de Vistoria Veicular – ECVs.

A modalidade de Contenção de Encostas foi incorporada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 com recursos de 1 bilhão de reais distribuídos em quatro anos. O resultado da 1ª fase de seleção envolve a execução de 385 obras de contenção em 41 municípios, a elaboração de 1.306 projetos básicos de engenharia e 40 planos de redução de riscos (elaboração/revisão), dos quais 20 contratos envolvendo todas as modalidades serão empenhados ainda no ano de 2010.

Buscou-se dar continuidade ao trabalho de identificação e destinação de imóveis não operacionais do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS para programas habitacionais do Governo Federal, iniciado em 2005. Foi preparada a documentação para compra de 25 imóveis com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual da ordem de R$ 22 milhões. Foi realizada em 2010 a Oficina sobre Operações Urbanas e Outorga Onerosa em parceria com o *Lincoln Institute of Land Policy*, com vistas a elaboração de dois Cadernos Técnicos para Implementação de Operações Urbanas e Outorga Onerosa e a elaboração do Guia de Implementação dos Planos de Reabilitação em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacioanal – Iphan em 2010.

No Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC foram capacitados mais de 10.000 agentes públicos e sociais. Dentre as atividades de capacitação desenvolvidas pelo PNCC merece destaque o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT - MEC/Cidades, que, por meio da parceria com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), atuou na qualificação de técnicos de 964 municípios distribuídos em todas as regiões brasileiras, com o objetivo de implementar o Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC e as Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros.

No que se refere ao Conselho das Cidades, no período de 19 a 23 de junho de 2010, o Ministério das Cidades organizou e promoveu a 4ª Conferência Nacional das Cidades, com o lema "Cidade para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social".

Foram realizadas também quatro reuniões do Plenário do Conselho das Cidades nas quais foram aprovadas resoluções relativas a diversos temas, como: critérios de seleção de investimentos, Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional, realização de consultas públicas, criação de Comissões, Comitês e Grupo de Trabalho, entre outras.

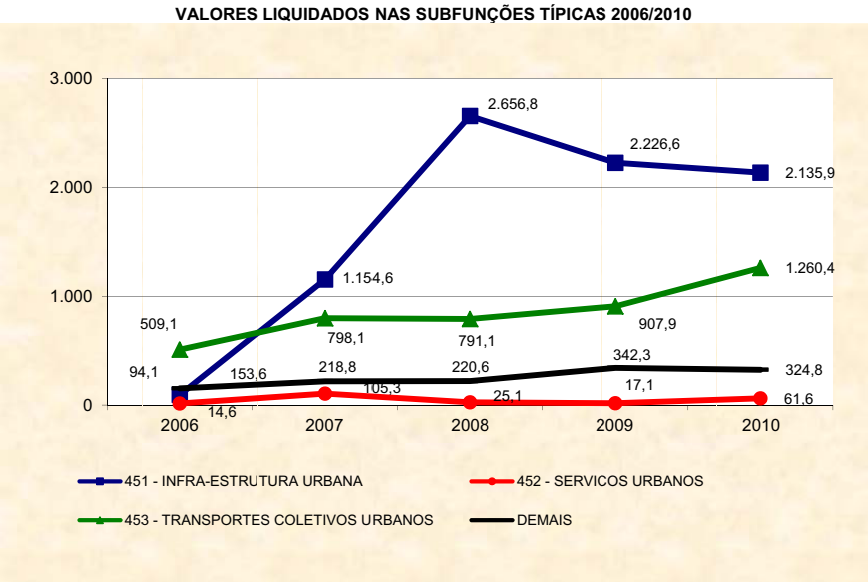
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LIQUIDADO) NAS SUBFUNÇÕES 2006/2010**

em milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO URBANISMO EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO URBANISMO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidado | % | Liquidado | % | Liquidado | % |
| SUBFUNÇÕES TÍPICAS | | | | | | |
| *Infra-Estrutura Urbana* | 7.001,88 | 55% | 1.266,11 | 100% | 8.267,99 | 59% |
| *Servicos Urbanos* | 223,74 | 2% | 0,00 | 0% | 223,74 | 2% |
| *Transportes Coletivos Urbanos* | 4.266,56 | 33% | 0,00 | 0% | 4.266,56 | 30% |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES | 1.259,98 | 10% | 0,00 | 0% | 1.259,98 | 9% |
| **TOTAL** | **12.752,16** | 100% | **1.266,11** | 100% | **14.018,27** | 100% |

Fonte: Siafi Gerencial

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010**




Fonte: Siafi Gerencial

Conforme demonstrado nos tópicos anteriores, as principais variações na função Urbanismo são oriundas dos investimentos em urbanização de assentamentos precários, emendas parlamentares e sistemas de trens urbanos. Na subfunção Infra-estrutura Urbana, a liquidação ocorrida em urbanização de assentamentos precários (PAC) e nas emendas parlamentares representou em média 90% do total liquidado na subfunção. Assim, a curvatura da subfunção apresentou o mesmo comportamento destes dois investimentos, aumento no período de 2006/2008 e depois leve queda nos anos de 2009/2010. Na subfunção Transportes Coletivos Urbanos, a inclusão dos investimentos nos Sistemas de Trens Urbanos no PAC explica o crescimento constante das liquidações nos cinco anos da série. A aceleração verificada entre 2009 e 2010 é resultado do ótimo ritmo das obras de expansão do trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo (Sistema de Porto Alegre).

**Função Saneamento**

O saneamento básico é definido na Lei nº 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas que visem à melhoria das suas condições. Assim sendo, vários são os agentes atuantes no setor, envolvendo os diversos entes da federação.

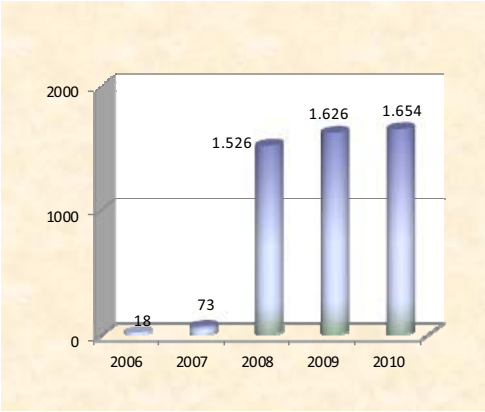
Destaca-se que os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos onerosos e não-onerosos. Os recursos de fontes não onerosas são oriundos da Lei Orçamentária Anual – LOA. Os recursos onerosos são provenientes de financiamento, por meio de fontes como o FGTS e o FAT, tratando-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico. Em termos de recursos não onerosos, a execução dos últimos anos é apresentada a seguir:

**SANEAMENTO SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO**

em milhões

| FUNÇÃO SANEAMENTO | VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO - 2006/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
| Orçamento Fiscal e Seguridade (*) | 18 | 73 | 1.526 | 1.626 | 1.654 | 4.974 |

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do exercício e de restos a pagar.
Fonte: Siafi Gerencial




Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se dos dados um aumento bastante expressivo nos valores liquidados. Comparando 2010 a 2006, o aumento é superior a 9.000%. Tal incremento deve-se a liquidação dos investimentos selecionados no PAC em 2007.

Em termos de recursos não onerosos, no âmbito do Ministério das Cidades, em 2010 foi autorizada a dotação de R$ 2,36 bilhões para a função Saneamento, tendo sido liquidado aproximadamente R$ 1,65 bilhão, o que corresponde a 69,9% do montante autorizado. Do total liquidado destacam-se R$ 573,33 milhões em saneamento integrado, R$ 492,57 milhões em esgotamento sanitário, R$ 251,57 milhões em abastecimento de água e R$ 236,44 milhões em drenagem urbana.

Quanto ao desembolso efetivado, foram pagos R$ 515,90 milhões do total empenhado no exercício, além de outro R$ 1,11 bilhão de restos a pagar de exercícios anteriores. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União, foram firmados 135 novos contratos, totalizando R$ 6.224,56 milhões. Foram desembolsados (pagos) R$ 2.425,55 milhões (envolvendo contratos firmados no exercício e contratos firmados em anos anteriores).

**CONTRATAÇÃO E DESEMBOLSO EM 2010 POR MODALIDADE – Recursos Onerosos**

**em R$ milhões**

| MODALIDADE | CONTRATOS FIRMADOS EM 2010 | INVESTIMENTO RELATIVO AOS CONTRATOS 2010 | DESEMBOLSOS EM 2010 - TODOS OS CONTRATOS EM CURSO |
|---|---|---|---|
| Abastecimento de Água | 30 | 1.120,45 | 732,13 |
| Esgotamento Sanitário | 44 | 2.842,77 | 1.230,67 |
| Manejo de Águas Pluviais | 56 | 1.746,84 | 222,70 |
| Saneamento Integrado | - | 0,00 | 78,49 |
| Manejo de Resíduos Sólidos | 2 | 40,35 | 19,68 |
| Estudos e Projetos | - | 0,00 | 16,03 |
| Desenvolvimento Institucional | 3 | 474,15 | 125,85 |
| **TOTAL** | **135** | **6.224,56** | **2.425,55** |

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA

No contexto legal/institucional, o ano de 2010 trouxe significativo avanço na consolidação de uma política nacional de saneamento. O Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, veio esclarecer dúvidas e uniformizar o entendimento quanto a aspectos que precisavam ser melhor elucidados, com vistas a orientar a plena implementação da Lei.

Complementarmente, foi sancionada a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa Lei trouxe entre as suas principais inovações a introdução do ciclo de prioridades para a gestão dos resíduos sólidos, o qual compreende "a não geração, a redução, o reuso, a reciclagem, o tratamento e a destinação final". Resulta deste princípio a elaboração de planos de resíduos sólidos em várias esferas do poder público e do setor privado, a estruturação de cadeias de logística reversa (que visam retornar produtos e embalagens ao setor produtivo após o seu ciclo de vida, tal como hoje já ocorre com pilhas e pneus), o direcionamento para a ampliação da cobertura da coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos.

Paralelamente, o governo vem trabalhando na elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico que conterá as metas e diretrizes para os próximos 20 anos.

No que tange aos indicadores, cabe salientar que a característica plurianual das iniciativas de saneamento dificulta o processo de avaliação dos resultados da atuação governamental no setor num único exercício. Entretanto, cabe comentar os avanços registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cuja versão com dados de 2009 foi divulgada em setembro de 2010. Tal pesquisa revela um incremento do acesso aos serviços de abastecimento de água no país nos últimos anos. Em 2002, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 81,9% e em 2009 passou para 84,4%. Em termos absolutos, foi identificado o real

incremento de 10,5 milhões de domicílios atendidos por este serviço, passando de 38,9 milhões, em 2002, para 49,4 milhões de domicílios abastecidos, em 2009.

Avanços também foram representativos em relação aos serviços de esgotamento sanitário. Em 2002, existiam 32,4 milhões de domicílios no país cobertos por rede coletora e fossa séptica, o que representava 68,1% do total de domicílios. Em 2009, este número subiu para 42,4 milhões de domicílios, representando 72,3% do total. O crescimento dos indicadores de acesso aos serviços de esgotamento sanitário nos últimos anos reflete, em grande parte, a retomada dos investimentos federais em saneamento, além da inversão na prioridade dada a esses serviços a partir de 2007, cujos investimentos superaram os valores alocados em abastecimento de água, contrariando a tendência historicamente registrada.

Com relação à coleta de resíduos, em 2002, 36,7 milhões de domicílios eram atendidos por este serviço, o que representava 77,3% do total. Já em 2009, o total de domicílios atendidos foi de 51,9 milhões, representando 88,6% do total. O crescimento absoluto foi de 15,2 milhões de domicílios.

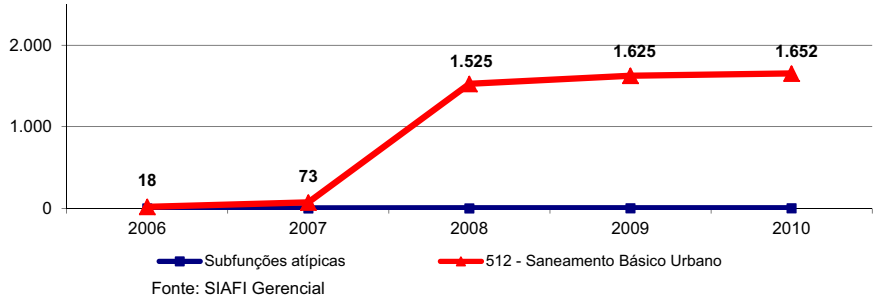
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LIQUIDADO) NAS SUBFUNÇÕES 2006/2010**

**em R$ milhões**

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO SANEAMENTO EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO SANEAMENTO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Liquidado | % | Liquidado | % | Liquidado | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | |
| *Saneamento Básico Rural* | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% |
| *Saneamento Básico Urbano* | 4.893,32 | 99,9% | 0,00 | 0% | 4.893,32 | 99,9% |
| Outras Subfunções | 2,98 | 0,1% | 0,00 | 0% | 2,98 | 0,1% |
| **TOTAL** | **4.896,30** | 100% | **0,00** | 0% | **4.896,30** | 100% |

Fonte: Siafi Gerencial

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010**




Fonte: SIAFI Gerencial

Os valores liquidados na função Saneamento ocorrem majoritariamente na subfunção Saneamento Básico Urbano, representando 99,9%. Assim, a análise da subfunção Saneamento Urbano é a mesma da própria função Saneamento. Importante destacar que a ausência de investimento em saneamento nas áreas rurais deve-se ao fato desta política estar sob a responsabilidade do Ministério da Saúde (mais especificamente a Funasa), cabendo ao Ministério das Cidades o saneamento no meio urbano.

**Função Habitação**

O déficit habitacional aponta para uma dívida social acumulada de quase 6,3 milhões de novos domicílios, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica, concentrado, sobretudo, nos estratos de mais baixa renda da população. Esse quadro torna necessária uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazo, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

Os recursos alocados na função Habitação visam à ampliação do acesso à moradia digna e possui quatro linhas principais de atuação: melhoria das condições de habitabilidade; elaboração de planos habitacionais; subsídios para habitação de interesse social; e construção de moradias com recursos não onerosos. Outro importante investimento realizado ocorre no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV que, embora integre a função de governo Encargos Especiais, desempenha atividades típicas da função Habitação. Este programa tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas

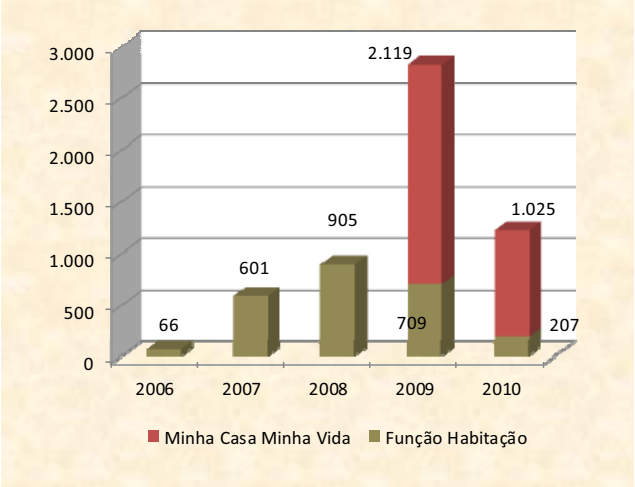
famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros. Assim, a análise desta função incluirá os aportes de recursos realizados tanto na própria função Habitação quanto no PMCMV.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO**

**em R$ milhões**

| HABITAÇÃO | VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO EM HABITAÇÃO 2006/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
| Orçamento Fiscal e da Seguridade Social | 66 | 601 | 905 | 2.827 | 1.232 | **7.016** |

Fonte: SIAFI Gerencial -- Obs: Inclui valores em Habitação (Função 16) e PMCMV (Função 28 – Encargos Especiais)




Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se que os investimentos em habitação tiveram grande incremento com o advindo do PAC, inerente à função Habitação, e do Programa Minha Casa Minha Vida. A conjugação destes recursos elevou o aporte no setor habitacional em 4.340%, entre 2006 e 2009.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC-Habitação da ordem de R$ 106,3 bilhões. Até o término de 2010, foram contratados no PAC-Habitação recursos da ordem de R$ 215,6 bilhões, sendo R$ 17,8 do Orçamento Geral da União e Financiamento ao Setor Público e R$ 197,8 bilhões de Financiamento a Pessoa Física (Sistema Brasileiro Poupança e Empréstimo – SBPE), superando a meta estabelecida.

Até o momento, são 180 obras contratadas no programa PAC-PPI, no valor total de R$ 9,1 bilhões, representando quase 99,5% de contratação das propostas selecionadas. Entre as obras contratadas, 98% iniciaram suas atividades, ou seja, praticamente todos os contratos firmados estão em andamento.

Já no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS são 2.795 contratos referentes às seleções de 2007 e 2008, em 1.757 municípios em todas as unidades da federação, num valor total de R$ 2,4 bilhões, o que significa 100% de contratação. Da seleção FNHIS 2009/2010 já foram também contratadas 767 ações, de 1.011 selecionadas, num valor de R$ 1,56 bilhão.

Mas o PAC não financia somente obras. Até dezembro de 2010, foram beneficiados mais de 2.000 municípios nos 26 estados e o Distrito Federal, com investimento de cerca de R$ 174,2 milhões para desenvolvimento institucional, sendo R$ 82,6 milhões para serviços de Assistência Técnica e R$ 91,6 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação para 1.503 municípios, 23 estados e o Distrito Federal.

Das ações inseridas no PAC, liquidadas no exercício de 2010, merecem destaque as de Melhoria das Condições de Habitabilidade e Subsídio a Habitação de Interesse Social, cujos valores somados perfazem 90,19% do montante total. Cabe ressaltar que embora a ação de Planos Habitacionais tenha um valor proporcionalmente inferior às ações já destacadas, o montante de R$ 10,75 milhões

investidos no exercício em comento foi de suma importância para uma melhor qualificação dos projetos habitacionais apresentados pelos diversos entes ao Ministério das Cidades.

O Programa Minha Casa Minha Vida tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O PMCMV tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anti-cíclica à crise econômica de 2009, criou a condição que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. O segundo parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda. Assim, com a criação do PMCMV, foram estabelecidas as condições para a ampliação de um mercado popular de habitação.

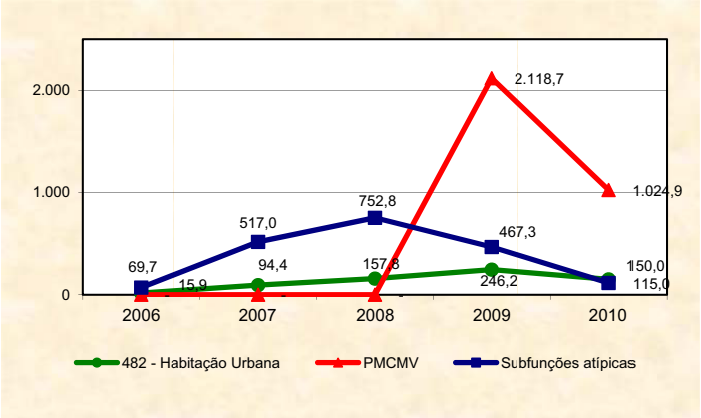
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LIQUIDADO) NAS SUBFUNÇÕES 2006/2010**

em milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO HABITAÇÃO POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO HABITAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DA EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO HABITAÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | |
| *Habitação Rural* | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% |
| *Habitação Urbana* | 628,29 | 11% | 35,96 | 100% | 664,25 | 12% |
| *PMCMV* | 3.143,66 | 55% | 0,00 | 0% | 3.143,66 | 55% |
| Subfunções atípicas | 1.921,79 | 34% | 0,00 | 0% | 1.921,79 | 34% |
| **TOTAL** | **5.693,74** | 100% | **35,96** | 100% | **5.729,70** | 100% |

Fonte: Siafi Gerencial

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2006/2010**




Fonte: Siafi Gerencial

A totalidade dos investimentos realizados nas subfunções atípicas são oriundos dos investimentos em Infraestrutura Urbana, mais especificamente nas ações governamentais de Melhoria das Condições de Habitabilidade. Já os investimentos em Habitação Urbana correspondem aos investimentos em construção de moradias e elaboração dos planos habitacionais. Todos estes investimentos integram o PAC. Por fim, destaca-se o incremento ocorrido no setor após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009.

**Programas Estruturantes**

**Serviços Urbanos de Água e Esgoto**

O programa objetiva ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Contempla iniciativas relacionadas à elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental; financiamento a estados e municípios e concessionárias estaduais e municipais para

projetos de saneamento ambiental integrado; planejamento, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; implantação de melhorias sanitárias domiciliares; apoio técnico com vistas à sustentabilidade dos sistemas implantados; apoio técnico e financeiro ao controle da qualidade da água para consumo humano; fomento à "Educação Ambiental e em Saúde" voltada para o saneamento; remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas; além de estudos e projetos demonstrativos direcionados ao controle da poluição hídrica.

Compreende ações viabilizadas a partir de recursos onerosos e não onerosos, sendo a maior parte delas gerenciadas no âmbito do Ministério das Cidades. Algumas são implementadas pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS e Agência Nacional de Águas – ANA/MMA.

Em 2010, em termos de recursos do Orçamento da União via MCidades, para o programa, foi autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA + Créditos) a dotação de R$ 1,15 bilhão, tendo sido efetivamente liquidado o montante de R$ 803,58 milhões, correspondendo a 69,69% da dotação atualizada (LOA+Créditos). Considerando os valores empenhados, os valores passam para R$ 872,94 milhões, com a execução de 75,70% sobre a dotação atualizada. Foram pagos R$ 276,22 milhões do montante empenhado no ano, além de outros R$ 524,63 milhões em restos a pagar de exercícios anteriores.

Ao final de 2010, 417 obras se encontravam em andamento, envolvendo investimentos da ordem de R$ 6,29 bilhões. Destas, 29 obras foram iniciadas no exercício, abrangendo recursos de R$ 269,27 milhões, sendo que as demais tiveram seu início em anos anteriores. Foram assinados seis novos contratos no ano, totalizando investimentos de aproximadamente R$ 83,90 milhões e concluídos 14 empreendimentos, que juntos perfazem o montante de R$ 80,25 milhões.

No tocante aos recursos onerosos, durante o ano de 2010 foram firmados 77 novos contratos na esfera do programa, equivalentes a R$ 4.437,36 milhões. Ao final do exercício, havia 1.276 contratos em curso (tanto os iniciados em 2010, quanto em anos anteriores), envolvendo investimentos da ordem de R$ 24.576,12 milhões. No ano foram iniciados 120 empreendimentos, no valor total de R$ 1.746,65 milhões e concluídos outros 85, correspondendo ao montante de R$ 845,40 milhões.

Dos empreendimentos em andamento a partir de recursos do OGU, merecem destaque, seja por se tratarem de obras de grande porte, seja pelo potencial benefício em termos de preservação ambiental: i) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO (Etapas 1 e 2) – R$ 428,20 milhões; ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto Velho/RO – R$ 115,65 milhões; iii) Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos de Cuiabá/MT (preservação do Pantanal, mediante elevação do nível de coleta e tratamento para 60%) – R$ 125,80 milhões; iv) Ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de Água do Entorno Sul do Distrito Federal/GO (Sistema Corumbá IV) – R$ 118,16 milhões; v) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de São Luís/MA – R$ 112,01 milhões; vi) Implantação da Adutora de Água Tratada Santa Cruz para abastecimento da cidade de Mossoró/RN – R$ 110,99 milhões; vii) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alvorada/RS – R$ 108,10 milhões; viii) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Esteio/RS – R$ 106,76 milhões; dentre outros.

Com relação aos empreendimentos viabilizados por meio de recursos onerosos destacam-se: i) Ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Santos, Cubatão, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Peruípe, Mongaguá, Itanhaém e Bertioga/SP – R$ 661,92 milhões; ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Belo Horizonte e municípios do interior de Minas Gerais – R$ 421,62 milhões; iii) Ampliação do Sistema Produtor Alto Tietê, na Região Metropolitana de São Paulo - R$ 396,58 milhões; iv) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio das Ostras / RJ – R$ 375,94 milhões; v) Ampliação e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Belo Horizonte e municípios do interior – R$ 287,10 milhões; vi) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Manaus/AM – R$ 282,59 milhões; vii) Implantação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe / Esgotamento Sanitário de Salvador/BA – R$ 259,19 milhões; dentre outros.

Os indicadores adotados no Plano Plurianual para o monitoramento do Programa são:

- Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - Relação percentual entre a população urbana atendida pelos serviços adequados de abastecimento de água e a população urbana total – Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD;

- Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - Relação percentual entre a população urbana atendida pelos serviços adequados de coleta de esgoto e a população urbana total – Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD;

- Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida - Relação percentual entre o volume de esgotos urbanos tratados e o volume de água consumida abatido o volume de água exportada – Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Quanto à cobertura urbana de água, a PNAD 2009 informa um índice de 93,5%, enquanto a previsão constante no Sistema SIGPlan para o final de 2010 era de 86,0%. Este resultado supera, portanto, a previsão inicial. A PNAD 2009 informa um índice de cobertura da coleta urbana de esgotos por meio de redes igual a 60,7%, enquanto no SIGPlan consta a previsão de 55% para o final de 2010. Também este indicador demonstra que os resultados alcançados superaram a expectativa inicial.

No que concerne ao índice de esgoto tratado em relação à água consumida, o SNIS 2005, tomado como referência, informa um índice de 25,4%, enquanto que o SNIS 2008 informa 34,6%, revelando um resultado também positivo. Observa-se aqui um equívoco na informação constante atualmente no SIGPlan, onde o Índice de Referência apresentado é de 35,3 % (relativo a 31/12/2005), o índice previsto ao final do PPA é de 43,960 % e o índice previsto para o final de 2010 é igual a 41,62%.

**Segurança e Educação no Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos**

Este programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país. De uma dotação autorizada na lei orçamentária anual - LOA de R$ 499,64 milhões, valor reduzido no exercício para R$ 492,84 milhões, a despesa efetivamente liquidada atingiu a casa dos R$ 219,80 milhões correspondendo a uma execução de 44,59% da dotação atualizada (LOA+Créditos). Considerando os valores empenhados, o resultado passa a ser de R$ 327,28 milhões, perfazendo uma execução de 66,40% sobre a dotação atualizada (LOA+Créditos).

O Denatran, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foram capacitados 4.662 técnicos municipais envolvidos na área de trânsito de todas as UF's em cursos de educação, gestão e legislação de trânsito, requalificação didática de instrutores de trânsito e análise de recursos de infrações. Foram também realizados cursos para atualização profissional para 300 policiais militares do Distrito Federal.

Foram produzidos, em 2010, sete filmes, seis spots e 91 tipos diferentes de produções de mídias para internet, vias de trânsito, shoppings, jornais, revistas, displays, entre outros, sob os *slogans* "Que lembranças você quer levar do carnaval", "Sou legal no trânsito - motorista legal é motorista consciente - cadeirinha", "Sou legal no trânsito - motorista legal é motorista consciente - tire férias, não tire vidas", "Cinto de Segurança e Cadeirinha – Segurança no banco de trás evita acidentes fatais".

O volume de informações mantidas pelo Denatran por meio dos sistemas RENAVAM/RENACH/SISCSV e RENAINF apresentou crescimento exponencial no período de 2003 a 2010. Atualmente, o sistema RENAVAM controla uma frota de 66,7 milhões de veículos ante uma frota de 36,7 milhões em 2003, representando um crescimento de 82%. O sistema RENACH por sua vez, apresenta 54,7 milhões de condutores cadastrados atualmente ante 34,7 milhões em 2003. Ademais, o sistema RENAINF, iniciado em 2004, apresentou naquele ano um volume de 500 mil multas interestaduais e em 2010 este montante já alcança 25,5 milhões.

No exercício de 2010, foram empenhadas despesas no valor de R$ 176,8 milhões destinados a celebração de contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal, beneficiando 501 municípios em 24 UF's para realização de projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.

No que se refere à atuação governamental visando a garantir a segurança veicular, com fulcro na Portaria Denatran nº 190/2010, que estabelece o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, foram emitidos 3.700 Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT. Foram credenciadas 1.094 Empresas de Vistoria Veicular – ECVs, conforme Portaria Denatran nº 131/2008, que estabelece os requisitos técnicos e procedimentos para credenciamento de empresas prestadoras de serviço de vistoria em veículos automotores.

A seguir os indicadores do Programa definidos no Plano Plurianual 2008-2011.

**ÍNDICE DE ACIDENTES COM VÍTIMAS POR 10 MIL VEÍCULOS**

| | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISTO | APURADO | PREVISTO | APURADO | PREVISTO | APURADO |
| | 91,1 | 75,3 | 91,1 | 75,2 | 91,1 | 67,2 |
| **Frota Registrada** | | 49.644.025 | | 54.159.864 | | 59.361.642 |
| **Data Apuração** | | Dez/2007 | | Dez/2008 | | Dez/2009 |

Fonte: Denatran/Departamentos Estaduais de Trânsito/Órgãos Municipais de Trânsito

**ÍNDICE DE ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAIS POR 10 MIL VEÍCULOS**

| | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISTO | APURADO | PREVISTO | APURADO | PREVISTO | APURADO |
| | 6,3 | 6,8 | 6,3 | 6,5 | 6,3 | 6,7 |
| **Frota Registrada** | | 49.644.025 | | 54.159.864 | | 59.361.642 |
| **Data Apuração** | | Dez/2007 | | Nov/2008 | | Dez/2008 |

Fonte: Ministério da Saúde/Denatran

As informações sobre vítimas fatais em acidentes de trânsito são obtidos a partir levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde. O índice referente a 2010 considera informações de 2008 (Saúde Brasil 2009, da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS, publicado em 2010). O índice apurado em 2010 é superior ao apurado em 2009. Justifica-se esse aumento em virtude de serem preliminares os dados utilizados no cálculo do índice apurado em 2009. Na comparação dos índices apurados em 2010 e 2008, apesar de superiores ao previsto, pode-se considerar tendência de queda quando considerado o aumento da frota em cerca de 10%.

**Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**

O objetivo do programa é melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais. Com o PAC, as ações de investimentos em sistemas de metrôs e trens urbanos ganharam um novo ritmo.

Dos seis sistemas sob administração federal, cinco são operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

No exercício de 2010, para a CBTU foi aprovado na lei orçamentária anual – LOA + Créditos o total de 882,07 milhões, tendo sido liquidado o montante de R$ 836,69 milhões, correspondendo a 94,85% da dotação atualizada (LOA+Créditos). Considerando os valores empenhados, os valores de execução passam para R$ 824,45 milhões.

No Sistema de Recife entrou em operação comercial o trecho reformado e eletrificado Recife - Cajueiro Seco, na Linha Sul. Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos Terminais Integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do Terminal Aeroporto na Linha Sul.

Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do Trecho Cajueiro Seco – Cabo e foram lançadas as licitações para as obras civis. A concorrência internacional para aquisição de 15 Trens de Unidade Elétrica - TUEs para operação nas Linhas Centro e Sul se configura na realização de maior destaque em 2010, uma vez que permitirá atender uma demanda esperada de 374 mil passageiros/dia útil. Destaca-se, também, a conclusão da reforma e climatização dos 25 TUEs da frota atual e a continuação da fabricação e montagem dos sete VLTs que irão operar no Trecho Cajueiro Seco - Cabo.

Em Belo Horizonte foi dada continuidade às intervenções previstas no PAC, com a conclusão dos serviços e fornecimentos do sistema de sinalização do Trecho São Gabriel – Vilarinho e Pátio de São Gabriel, modernização do CCO e a complementação do vídeo-wall para tele-supervisão da movimentação nas estações. As obras do pátio de estacionamento de Vilarinho estão em ritmo lento. O projeto de engenharia das Linhas 2 (Calafate – Hospitais) e 3 (Pampulha – Savassi) encontra-se paralisado em função de dificuldades encontradas na retomada do contrato. Ainda assim, verificou-se aumento de demanda diária de passageiros transportados acima de 15% em relação ao ano de 2009, com a demanda diária atingindo recorde de 219.416 passageiros no mês de novembro.

Em Salvador, a implantação do Metrô (Trecho Lapa – Pirajá) teve como principais marcos, em 2010, a conclusão das obras civis de quatro estações, do túnel e elevados no Trecho Lapa-Acesso Norte.

Foram implantados seis quilômetros de via permanente e iniciadas as obras de construção do pátio auxiliar de manutenção. Destaca-se, também, a energização da subestação alimentadora e a continuidade do fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Foram entregues à Prefeitura de Salvador seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia. No projeto de modernização do trem de subúrbio (Trecho Calçada – Paripe) o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação, e na contratação da recuperação de mais três TUEs e

duas locomotivas. Com relação às obras civis, merece destaque a conclusão da reforma/recuperação de sete estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração. Com a assinatura de novo convênio entre a CBTU e a CTS, viabilizou-se a aplicação de R$ 48,8 milhões para conclusão da recuperação total da ponte São João.

Nos investimentos para o sistema de Trens Urbanos de Fortaleza, que conta com um total de R$ 738 milhões em recursos da União, já foram aplicados, até 2010, R$ 410 milhões na implantação do metrô da Linha Sul. Prevê-se a entrega de nove das 13 estações de superfície, do prédio administrativo do Centro de Manutenção, assim como a conclusão da escavação dos 3,9 km de túnel, até o final do exercício. Em dezembro serão realizados os testes com o primeiro TUE entregue. Estão sendo envidados esforços visando operacionalizar 19 km do Sistema, entre as estações de Vila das Flores e Parangaba, no primeiro semestre de 2011. Na modernização da Linha Oeste já foram disponibilizados os R$ 70 milhões previstos para a ação. Até o final do exercício de 2010 serão entregues nove estações, sete passagens de nível, além da remodelação dos 20 km da Via Permanente e a entrega do segundo VLT. Como principais marcos em 2010, ressalta-se a conclusão do viaduto de Caucaia, em junho, e a entrega do primeiro VLT, em setembro. A implantação do sistema de VLT em Sobral, no norte do Estado do Ceará, com parte dos recursos disponibilizados pela União, teve, como principal marco em 2010 a abertura da licitação para as obras civis.

No Sistema de Maceió, prosseguem as obras de recuperação do prédio da Estação Central e deu-se início à retirada da Feira do Passarinho, permitindo a contratação da remodelação da via permanente entre as ruas Dias Cabral e Melo de Moraes, para operação com VLT, cuja primeira composição foi entregue no mês de dezembro/2010 e as demais ao longo de 2011. Adicionalmente, com o objetivo de recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no estado de Alagoas, que implicaram a interrupção de parte da operação em Maceió, prejudicando sobremaneira o desempenho daquele Sistema, a liberação de crédito extraordinário no valor de R$ 15,20 milhões, em outubro, possibilitou a realização de Concorrência Pública para recuperação no trecho atingido, incluindo a reconstrução das Estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque.

Em Natal e João Pessoa, o baixo valor do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual permitiu apenas a execução de serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se que no Sistema de João Pessoa foram substituídos todos os dormentes de madeira por dormentes de concreto ao longo de toda a via, além de terem sido recuperadas três pontes.

Considerando todos os sistemas sob gestão da CBTU, no ano de 2010 os resultados apurados até outubro projetam uma demanda de mais de 120 milhões de passageiros transportados, superando em 11% o resultado alcançado em 2009. A média diária atingiu 408,8 mil passageiros transportados, valor este 12% maior que o apurado no exercício anterior. Os dois maiores Sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada em relação ao ano de 2009, de 11% e 12%, respectivamente, superando todas as expectativas. Como conseqüência destes resultados extremamente promissores, a receita auferida pelos cinco Sistemas operados pela CBTU superou os R$ 110 milhões, valor 7% superior ao de 2009.

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb opera o sistema na capital gaúcha. No ano de 2010 foi disponibilizado para a Trensurb na Lei Orçamentária Anual – LOA+Créditos o montante de R$ 481,23 milhões, tendo sido liquidado o montante de R$ 469,42 milhões, correspondendo a 97,54% da dotação atualizada (LOA+Créditos). Considerando os valores empenhados, a execução foi de R$ 452,12 milhões.

Foram transportados pela Trensurb, em 2010, 48.685.321 passageiros. Em comparação com o ano de 2009, apresentou um aumento de 9,64%. A média de passageiros transportados nos dias úteis em 2010 foi de 160.946.

A Trensurb é responsável pela ação de Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS. Com início de execução efetivo em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, a obra tem se caracterizado por um ritmo notável. Toda em elevado, a obra tem extensão de 9,3 km e quatro novas estações. Beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1226 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em R$ 752,16 milhões de reais.

A Trensurb encerra 2010 com a conclusão de mais de 70% das obras de extensão a Novo Hamburgo. Embora os trabalhos estejam distribuídos nos 9,3 km da obra, concentram-se, prioritariamente, na primeira etapa de construção que contempla a implantação de 4,46 km de via completa, englobando duas estações: Rio dos Sinos em São Leopoldo e Liberdade em Novo Hamburgo. A conclusão deste trecho deverá ocorrer até o final de julho de 2011, momento em que terá início a operação experimental.

O trecho elevado encontra-se com 84,5% executado, 94% da ponte metroviária e 95,5% da ponte rodoviária concluídas. Uma nova frente de avanço de via permanente foi iniciada no Trecho 4, no sentido norte – sul, junto à Estação Liberdade. A

Estação Rio dos Sinos tem 75,8% concluído e a Estação Liberdade 89,39%. Estão em execução o fechamento da cobertura e os fechamentos laterais translúcidos, acabamentos internos e instalações. Foram instalados todos os postes da rede aérea na Via 2 dos Trechos 1, 2, 3 e 4, Estação Rio dos Sinos e Estação Liberdade.

Para execução da obra do metrô (via elevada e viário), o Governo Federal também está fazendo importantes investimentos sociais, tendo já concretizado o reassentamento de 189 famílias, distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no município de São Leopoldo. O reassentamento contempla, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. Para a transferência de mais 540 famílias para o Loteamento Pe. Orestes foi firmado um termo de compromisso com a Prefeitura de São Leopoldo, no valor de R$ 30 milhões.

A ação de implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS envolve cinco contratos, que fazem parte do Programa de Eficientização Energética da Trensurb, sendo que até dezembro de 2010 correspondem a 39,80% da execução física.

A implantação do Aeromóvel entre a estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho trata-se de construção inédita no Brasil, de um Sistema APM (Automate People Mover) que irá ligar o novo terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre à Estação Aeroporto da Trensurb, com objetivo de facilitar o acesso às dependências do sítio aeroportuário e incentivar a redução do uso de veículos automotores. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Este é um projeto-piloto que poderá ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e também servir de modelo para outros sistemas do país para incrementar a mobilidade urbana em condições similares.

O investimento está orçado em, aproximadamente, R$ 29,9 milhões, tendo sua liberação aprovada pelo Governo Federal. Ressalte-se que já foram obtidas as licenças necessárias para a execução da obra, tanto municipais, como estaduais e federais, e em 2010 foram assinados o contrato e a ordem de serviço e publicado o edital da via elevada. A previsão de execução da obra é de 12 meses.

Na ação de Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS destacam-se o fornecimento e implantação de um sistema microprocessado de freio nas unidades que integram a frota. Do total de 25 trens, 21 TUE's (Trens Unidades Elétricas) já estão com os freios microprocessado, até o final de 2010. Além disso, no 2º semestre de 2010 teve início a interoperabilidade entre os Sistemas TRI (Transporte Integrado) de Porto Alegre e o Sistema SIM (Sistema Integrado Metropolitano), o usuário idoso irá portar um único cartão para ter acesso gratuito ao transporte por ônibus em Porto Alegre e por trem na Região Metropolitana.

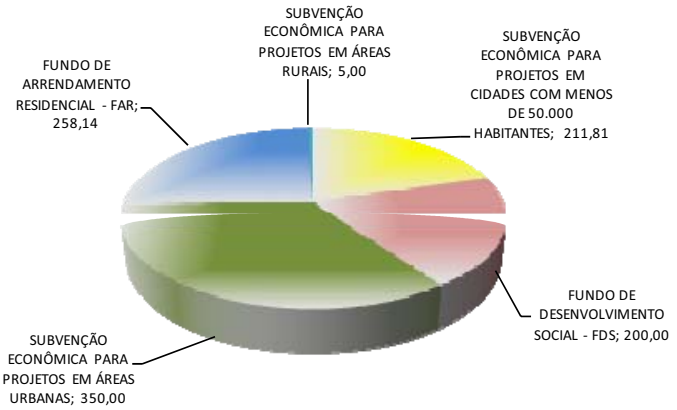
**Operações Especiais:**
**Outros Encargos Especiais**

No âmbito da Função Encargos Especiais destaca-se o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, contendo as seguintes atividades:

- Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (ação 00AF),
- Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (ação 00CW),
- Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (ação 00CX),
- Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 habitantes (ação 0E64) e
- Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (ação 00CY).

Para o exercício de 2010, na lei orçamentária anual – LOA+Créditos constavam recursos de R$ R$ 6,68 bilhões. Dos recursos previstos, o programa empenhou 100%. Ainda nesse período, foi liquidado R$ 1,02 bilhão, distribuídos conforme gráfico abaixo:

**PMCMV – VALORES LIQUIDADOS (**em R$ milhões)




Fonte: Siafi Gerencial

Desde o início das operações do PMCMV em 2009, até o dia 31 de dezembro de 2010, foram contratadas 1.004.000 unidades, no montante de R$ 53,16 bilhões, ultrapassando a meta de um milhão de unidades habitacionais. As unidades habitacionais foram contratadas nas seguintes faixas de renda:

**UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS NO PMCMV**

| RENDA FAMILIAR | UNIDADES HABITACIONAIS |
|---|---|
| Até R$ 1.395,00 | 482.877 |
| De R$ 1.396,00 a 2.790,00 | 372.873 |
| De R$ 2.791,00 a 4.650,00 | 148.265 |
| **TOTAL** | **1.004.015** |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação / MCidades

As operações foram realizadas pela Caixa Econômica Federal e demais agentes e instituições financeiras do sistema financeiro de habitação. A continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida visa a construção de mais 2 milhões de moradias, devendo 1,2 milhão de unidades (60% recursos) ser destinado à habitação para famílias com renda até R$ 1.395,00. Para o período 2011-2014, serão destinados R$ 71,7 bilhões ao programa, sendo R$ 62,2 bilhões do Orçamento Geral da União - OGU e R$ 9,5 bilhões de subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

**Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários**

O programa objetiva melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade. No ano de 2010, em termos de recursos do Orçamento da União, para o Programa 1128 foi autorizada na Lei Orçamentária Anual – LOA+Créditos a dotação de R$ 2,40 bilhões, tendo sido liquidado o montante de R$ 1,69 bilhão, correspondendo a 70,54% da dotação atualizada (LOA+Créditos). Os valores empenhados passam para R$ 2,12 bilhões com a execução de 88,47% sobre dotação atualizada.

Os indicadores utilizados no PPA para o programa de urbanização são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza micro dados do censo demográfico 2000, com atualização anual baseada nas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios – PNAD. A dificuldade de utilização de outros indicadores é causada pelo fato de outras variáveis influenciarem nas condições habitacionais da população, como por exemplo, a disponibilidade de crédito para a produção habitacional, que é afetada, inclusive, pela conjuntura econômica.

Com isto, a Política Nacional de habitação deve ser analisada de forma integral, uma vez que, a conclusão dos projetos habitacionais leva, em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade e atender plenamente as necessidades das famílias beneficiadas; dada a complexidade dos problemas enfrentados na maioria das intervenções.

O programa tem como instituição avaliadora a Casa Civil, sendo seu principal mecanismo o Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o qual é realizado quadrimestralmente, no qual são avaliados o desempenho das operações em termos de início e andamento de obra, assim como os principais gargalos a serem superados para melhorar desempenho destas.

Nos últimos anos pode-se observar uma tendência de melhoria das condições de vida da população. Em termos proporcionais, o déficit habitacional relativo (nº de domicílios que compõem o déficit / total de domicílios do país) vem diminuindo ano a ano, conforme especificado a seguir:

**DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO**
**% EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS**

| 1991 | 2000 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15,4% | 16,1% | 15,1% | 14,9% | 14,5% | 10,8% | 9,7% |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades

A partir de 2007, verifica-se também uma tendência de redução do déficit habitacional em termos absolutos desde 2007: o número de domicílios do déficit caiu de 6,0 milhões em 2007 para 5,5 milhões de domicílios em 2008.

**EVOLUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL**

| 2000 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 (comparação) | 2007 metodologia nova | 2008 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7.222.645 | 7.804.619 | 7.902.699 | 7.934.719 | 7.287.551 | 6.020.434 | 5.572.313 |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades
Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) VÁRIOS ANOS
(1) Para 2000, 2004, 3005, 2006 e 2007 (comparação): Déficit habitacional calculado segundo a metodologia que inclui o total das famílias conviventes e exclui os domicílios alugados com adensamento excessivo.
(2) Para 2007 e 2008: No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

De acordo com os dados do 11º Balanço do PAC, o Programa possui uma carteira de 523 contratos de repasse ativos, englobados nas ações Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários que totalizam um montante de recursos de investimentos na ordem de R$ 11,86 bilhões, com contrapartida de R$ 2,79 bilhões.

Deste valor de carteira já foram realizadas aproximadamente 34% do total das intervenções previstas, contudo estão concluídas apenas cinco operações, com aplicação de R$ 17 milhões.

Uma das referências em 2010 do Programa é o Projeto Billings-Guarapiranga, uma realização em parceria com o Governo do Estado de São Paulo.

O projeto visa à urbanização integrada de favelas nas represas *Billings* e Guarapiranga, em 45 áreas, com recuperação ambiental dos mananciais; implantação de sistema de esgotamento sanitário elevatórias e coletores-tronco, bem como construção de 5.340 habitações e melhorias em 44.343 unidades habitacionais.

**PROJETO BILLINGS-GUARAPIRANGA**

| Meta → | 44,9 mil famílias beneficiadas | |
|---|---|---|
| Ente | Investimento | Execução Global |
| Estado | 873,8 milhões | 51% |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação das Cidades

Dando continuidade aos esforços desenvolvidos em 2009, o Projeto do Complexo do Alemão, no estado do Rio de Janeiro, conta com uma execução global de 76%, com 728 unidades habitacionais concluídas.

A Prefeitura executou 85% do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, sistema de drenagem, iluminação pública, equipamentos comunitários – Clínica da Família, Espaço de Desenvolvimento Infantil, praças e obras de contenção nas favelas Nova Brasília e Joaquim de Queiroz.

O estado executou 75% da drenagem, infraestrutura e instalações prediais de suporte ao teleférico do Morro do Adeus, Baiana, Alemão, Itacaré e Fazendinha, construção de unidades habitacionais e Centro de Integração e Atenção à Saúde. Além disso, concluíram-se a quadra de esportes do bairro Nova Brasília em 31/08/2010 e Escola de Ensino Médio da Poesi em 24/06/2010.

Também integra o programa a ação Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil habitantes.

Em 2010 foram contratadas duas operações no valor total de R$ 52,5 milhões de Orçamento da União em complemento aos empreendimentos de Vila Barraginha em Contagem/MG e da Bacia do Rio Maranguapinho em Fortaleza/CE.

Foram iniciadas duas obras, no valor total de R$ 109,6 milhões, nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo em São Paulo, que irão beneficiar 6.500 famílias.

**5.1.25 - Função Comércio e Serviços**

Ao Ministério do Turismo e seus órgãos vinculados cabem investimentos relacionados às funções Comércio e Serviços e Encargos Especiais. Quanto às subfunções vinculadas, a subfunção Turismo representa a quase totalidade da dotação prevista para o Ministério.

**Análise dos Resultados**

**Lei Geral do Turismo** - No ano de 2010 foi aprovado o Decreto nº 7.381/2010, que regulamentou a referida Lei. A norma definiu as atribuições das instâncias responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor, bem como as regras para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Trouxe ainda dispositivos que tratam da relação de consumo entre turistas e empresas, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor. Disciplinou as atividades de meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos e acampamentos turísticos. Para estas atividades, segundo o Decreto, o cadastro no Sistema Cadastur do Ministério do Turismo é obrigatório.

**Classificação hoteleira no país** - Outra relevante normatização apresentada em 2010 foi a elaboração da nova metodologia de classificação hoteleira no país. O modelo prevê sete tipos de meios de hospedagem – hotel, pousada, hotel-fazenda, hotel histórico, cama & café, flat e resort. O sistema foi construído após uma análise da experiência de 24 países e de forma participativa, durante oficinas que contaram com a participação de empresários, acadêmicos e sociedade civil. Os meios de hospedagem classificados serão identificados por estrelas e deverão atender a itens mandatários (obrigatórios) ou eletivos (flexíveis). Será um importante instrumento de comunicação, entre o turista e o mercado, sobre a qualidade dos empreendimentos hoteleiros brasileiros.

**Regionalização do Turismo -** Várias ações tiveram continuidade em 2010, dentre elas: criação ou fortalecimento das Instâncias de Governança das Regiões; inventariação da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; capacitação dos gestores locais; etc.

**Os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico** - Em 2010, foi desenvolvida a 3ª Edição do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico, fundamental para a gestão da regionalização permitindo estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, para planejar ações e investimentos e para monitorar, ano a ano, os resultados obtidos.

Os resultados permitem uma análise comparativa da evolução do desenvolvimento turístico, em 13 dimensões: Infraestrutura Geral; Acesso; Serviços e Equipamentos Turísticos; Marketing; Política Pública; Cooperação Regional; Monitoramento; Economia Local; Capacidade Empresarial; Aspectos Sociais; Econômicos; e, Culturais. Como resultados principais, tivemos a evolução do índice geral para o país. Nesta 3ª edição do Estudo, o Brasil atingiu a média geral de 56 pontos, em uma escala de 1 a 100, superando os 52,1 registrados em 2008, na 1ª edição do estudo. Considerando apenas as capitais, o índice subiu de 59,5 (2008) para 64,1 (2010). Quanto às não-capitais, a variação foi de 46,9 (2008) para 50,3 (2010). Em relação às dimensões estudadas, a maior pontuação foi obtida em Infraestrutura Geral (65,8) e a menor em Monitoramento (35,3).

**Segmentos Turísticos** - Em relação aos segmentos turísticos (Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, e Turismo Social), assim como em anos anteriores, continuou-se priorizando as ações dos oito principais segmentos como método de priorização para desenvolver "destinos referência" para cada um destes segmentos. Em 2010, no contexto do levantamento de experiências de *benchmarking*, foi realizado, por meio do programa *Benchmarking* em Turismo, o seminário "Inovações em Políticas Públicas de Turismo: avanços e desafios". O evento apresentou 514 experiências de sucesso em destinos nacionais e internacionais. Entre os empresários que participaram, 58% relataram a intenção de implementar algumas das boas práticas observadas, em suas empresas.

**Salão do Turismo** - As regiões, roteiros, segmentos, e destinos desenvolvidos pelo Programa de Regionalização são apresentados anualmente no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil – uma importante estratégia de mobilização, promoção e comercialização. O evento está estruturado em seis grandes módulos: Feira de Roteiros Turísticos; Vitrine Brasil (Área de Gastronomia, Lojas de Artesanato, Manifestações Artísticas, Espaço Saber Fazer; Exposição de Jóias, Mercado da Agricultura Familiar); Rodada de Negócios; Área de Comercialização; Missões Promocionais (*Press Trip* e Caravana Brasil) e Núcleo de Conhecimento. O público-alvo é constituído por gestores públicos; micro e pequenos empreendedores; profissionais do setor; operadores e agentes de viagem; profissionais da imprensa; pesquisadores; professores; estudantes; e público em geral.

Em 2010, a 5ª edição (26-30 maio de 2010) do evento o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil

consolidou-se como o maior evento de turismo da América Latina, voltado para o público final. Os principais resultados foram: visita de 109,2 mil pessoas; apresentação de 295 roteiros, sendo 20 deles inéditos, em 119 regiões turísticas em 695 municípios; R$ 7,9 milhões vendidos, na Área de Comercialização, em produtos e serviços turísticos nos cinco dias do evento, reunindo 350 expositores/cooperados; 238,4 mil em produtos comercializados no Mercado da Agricultura Familiar; Negócios estimados em até R$ 36,3 milhões nos próximos 12 meses, na Rodada de Negócios, sendo 111 fornecedores e 32 operadores; e R$ 6,6 milhões foram gerados em mídia espontânea do evento, em razão das ações programadas.

**Infraestrutura Turística** - As ações de infraestrutura turística no exercício de 2010 foram direcionadas principalmente para implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura de mais de 1.900 municípios, com ações direcionadas ao saneamento básico, à reurbanização de orlas marítimas e fluviais, à melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, a recuperação de mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de artesanato, convenções e eventos e centros de informações turísticas, bem como para escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria e gastronomia.

**Prodetur** - Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, mediante prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias, são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda. O Prodetur Nacional tem o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, gerar novos empregos e diminuir as desigualdades regionais. Atualmente os Programas Prodetur são restritos ao Prodetur NE II (em fase final de execução) e Prodetur Nacional e as ações executadas em 2010 são: Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional e Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II

Os Programas Prodetur são executados por meio de cofinanciamento de três fontes distintas: financiamento externo (do Banco Interamericano de Desenvolvimento e, desde 2009, da Corporação Andina de Fomento); contrapartida federal (alocada pelo Ministério do Turismo a partir de recursos do Orçamento Geral da União) e contrapartida local aportada pelos estados e municípios participantes.

A partir da execução do Prodetur NE II e da preparação do Prodetur Sul, o Ministério do Turismo iniciou a preparação do Programa Prodetur Nacional. Considerando a necessidade dos estados e municípios elegíveis, segundo o regulamento operacional, para operações de crédito, o Ministério do Turismo decidiu contratar uma primeira pequena operação de forma a garantir que os potenciais mutuários do Prodetur Nacional contassem com apoio técnico, além dos recursos de contrapartida federal, para a preparação, negociação e, posteriormente, execução de suas propostas. Assim foi apresentada proposta de financiamento no valor de US$ 15 milhões para a execução de ações de fortalecimento institucional do próprio Ministério e apoio aos estados e municípios interessados em participar do Prodetur Nacional a referida proposta foi firmada em julho de 2010 estando atualmente em fase inicial de execução.

No tocante às propostas estaduais e municipais, o Prodetur Nacional conta com a adesão de 20 estados e 12 municípios, totalizando mais de US$ 931 milhões, em propostas de financiamento aprovadas pela COFIEX, e outros US$ 723 milhões aguardando aprovação. Dessas propostas cabe destacar as dos estados de Pernambuco e do Ceará. Os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e o município de Fortaleza finalizaram os processos de preparação e devem assinar seus respectivos contratos no início de 2011.

As dotações orçamentárias autorizadas para os programas Prodetur vêm experimentando crescimento desde 2006, potencializado a partir de 2007, quando a execução orçamentária manteve-se em patamar superior a 95% levando-se em consideração a relação entre os valores autorizados e os empenhados. Com a assinatura dos empréstimos para os estados e municípios participantes, o Prodetur Nacional deverá ter um salto nos investimentos realizados para o fomento da atividade turística nas áreas turísticas priorizadas, uma vez que complementarão os investimentos já alocados pelo Ministério do Turismo.

No ano de 2010 foram aportados mais de R$ 195 milhões em ações de infraestrutura voltados para a execução de obras de saneamento básico, construção de estradas e acessos, reforma de patrimônio histórico, urbanização e qualificação de áreas turísticas entre outras. Por se tratar de programas multidisciplinares de investimentos, pode-se ainda destacar as ações de qualificação profissional, marketing e divulgação, fortalecimento institucional e elaboração de planos regionais de turismo. Tais ações são de suma importância para preparação da população e das instituições locais para que o turismo torne-se uma real ferramenta de geração de emprego e renda e inclusão social.

**Qualificação e Certificação em Turismo** - A qualificação dos profissionais de toda a cadeia

produtiva do turismo nos diversos níveis consiste em um dos focos de atuação do Ministério do Turismo, para promover a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro. A qualidade do produto turístico, mais do que uma vantagem competitiva, é pressuposto fundamental para o sucesso dos destinos turísticos. Em face desta premissa, optou-se por priorizar a qualificação dos profissionais, dos gestores e dos destinos turísticos como estratégia para a elevação da qualidade da oferta turística nacional e para tornar o país mais competitivo internacionalmente.

Nesse programa, inclui-se um conjunto de ações que desenvolvem metodologias, conteúdos, ferramentas tecnológicas e pedagógicas para melhor aprimorar as competências profissionais. Fomenta-se, também, a oferta de cursos de aperfeiçoamento, em diferentes áreas do conhecimento, voltados aos profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo, bem como priorizam-se as ações de sensibilização e mobilização de diferentes segmentos sociais no tocante à importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social do país.

As ações de qualificação são essenciais à estruturação da oferta turística e efetivamente necessárias para a qualidade dos serviços prestados aos turistas. No exercício de 2010, os investimentos realizados foram de aproximadamente R$ 60 milhões sendo beneficiados para a oferta de 85 mil oportunidades de qualificação profissional. Destaca-se ainda a iniciativa do MTur de implementar Programa Bem Receber Copa, para a qualificação de profissionais da cadeia produtiva do turismo de nos diversos destinos. Este programa, que é executado em parceria com as entidades de classe integrantes do Conselho Nacional de Turismo – CNTur, tem como meta qualificar mais de 300 mil profissionais de turismo para a Copa do Mundo de 2014. Neste momento, a ação do programa prioriza os profissionais do setor de turismo (meios de hospedagem, alimentação fora do lar, agências de viagem e turismo receptivo, locadoras de automóveis, ecoturismo e turismo de aventura, transporte aéreo regional, ente outros) que estão atuando na linha de frente (profissionais que terão contato direto com o turista durante o mundial) e os profissionais da gerência média do turismo, atuantes nos 65 destinos priorizados pelo MTur. Entre as principais ações em execução destacam-se os cursos ofertados nos segmentos de meios de hospedagem, alimentação fora do lar e ecoturismo e turismo de aventura. Os investimentos realizados no Programa Bem Receber são de aproximadamente R$ 46 milhões.

**Produção Associada ao Turismo** - Com o objetivo de agregar valor, o MTur fomenta e promove a produção local que detenha atributos naturais ou culturais para, associada ao turismo, diversificar a oferta e incrementar o diferencial competitivo dos destinos e roteiros turísticos. As ações de fomento e promoção da produção iniciadas em 2004 resultaram em: 38 projetos apoiados com foco na estruturação e melhoria dos produtos associados ao turismo, abrangendo cerca de 300 municípios; qualificação de mais de 78 mil pessoas ligadas aos setores produtivos, em especial aos setores de artesanato e gastronomia; apoio a 250 feiras, eventos e ações promocionais de âmbitos regional, nacional e internacional, associando a imagem dos destinos aos produtos associados ao turismo; participação nas cinco edições do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil com o módulo "Vitrine Brasil", estratégia para promoção e comercialização de produtos de setores que agregam valor à oferta turística incrementando o diferencial competitivo dos destinos brasileiros. Nessas cinco edições foram comercializados R$ 3.250.981,36 de produtos da agricultura familiar, artesanato, jóias, moda, entre outros; participação no XV Jogos Pan-americanos – Rio 2007 para promoção do Brasil e de sua culinária regional; promoção da gastronomia brasileira por meio de apoio à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL na realização de cinco Festivais Gastronômicos de âmbito nacional, beneficiando mais de sete mil estabelecimentos; participação em três edições da Feira das Américas realizadas pela Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV, para consolidar o conceito de que a promoção do turismo atrelada a sua produção local amplia a atratividade do destino e apoio à produção de 50 publicações com foco na promoção de destinos turísticos e de seus produtos associados dos setores: gastronomia, artesanato, moda, jóias e calçados.

No exercício de 2010, os esforços foram concentrados para consolidar a estratégia de apoio à comercialização dos destinos brasileiros com investimentos que somam cerca de R$ 6,2 milhões, em ações para o fomento à integração de produtos associados ao processo de comercialização do turismo e o desenvolvimento e promoção de novas atividades turísticas a partir de produtos associados.

**Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária** - A ação de fomento ao Desenvolvimento Turístico Local, como estratégia de diversificar a oferta turística e gerar trabalho e renda para as comunidades, fortaleceu o turismo de base comunitária, promovendo a dinamização econômica, por meio do apoio, formulação e implementação de projetos para o incremento das atividades vinculadas ao turismo, de modo a integrar a população local na oferta de produtos e serviços para a cadeia produtiva do turismo com qualidade.

Para cumprir os objetivos desta ação, são realizadas atividades de: fomento a projetos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na cadeia produtiva do turismo; fortalecimento das atividades de turismo comunitário que promovam inserção dos produtos e serviços turísticos de base local no

mercado; e realização de planos e projetos para o desenvolvimento sustentável do turismo com dinamização da economia e incremento do capital social para o uso sustentável das riquezas naturais, matérias e patrimoniais.

No que se refere ao Turismo de base comunitária destacamos que entre os principais resultados obtidos entre 2009 e 2010 temos: a estruturação, melhoria e promoção de destinos, serviços e produtos turísticos de base comunitária, por meio do apoio a 43 projetos, que abrangem 143 municípios, 18 unidades da federação e as cinco macrorregiões brasileiras; beneficiamento de cerca de nove mil pessoas com ações de planejamento estratégico do turismo, qualificação profissional e promoção dos destinos, produtos e serviços de base comunitária; promoção dos projetos de Turismo de Base Comunitária e maior integração destes com o *trade* turístico, por meio da realização de duas Mostras, nos anos de 2009 e 2010, cada uma replicada 3 vezes, em alguns dos principais eventos do turismo brasileiro; Melhoria de produtos e serviços turísticos de base comunitária nos segmentos de turismo da cultural, rural e de ecoturismo.

Em 2010, para consolidar produtos e serviços turísticos de base comunitária, foram formalizados 18 convênios (conforme registros no SICONV) para executar ações de qualificação, promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos de base comunitária. O conjunto destas atividades de fortalecimento de TBC representou um investimento de aproximadamente R$ 7,5 milhões.

**Promoção de Investimento, Financiamento e Fungetur** - Com o objetivo de promover a expansão das atividades turísticas do setor privado e, com isso, contribuir para geração de emprego e renda no país, o Plano Nacional do Turismo – PNT instituiu o macroprograma Fomento à Iniciativa Privada (PNT 2007-2010), que tem como eixos de sua atuação o Programa de Atração de Investimentos, Programa de Financiamento para o Turismo e o Fundo Geral do Turismo - FUNGETur. No exercício, as ações de fomento e mobilização da iniciativa privada apresentaram resultados que evidenciam o dinamismo da atividade econômica do turismo no Brasil.

Na execução do Programa de Atração de Investimentos, o Ministério promoveu a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, coordenando ações de prospecção e de divulgação de oportunidades no turismo brasileiro. Os trabalhos desenvolvidos permitiram identificar a existência de 328 projetos em andamento no país, relativamente a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros em todo o território nacional. Tais investimentos projetam a inclusão de 75,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hospedeira, com previsão de geração de 151,6 mil novos empregos ligados ao turismo. Estima-se que o total de investimentos privados alcance a soma de R$ 18,5 bilhões, correspondente aos projetos de meios de hospedagem previstos para execução e instalação no período de 2010 a 2017.

No âmbito do Programa de Financiamento para o Turismo, merece destaque a criação do programa BNDES ProCopa Turismo, que oferece condições especiais de financiamento, em termos de prazos de pagamento e custos financeiros, como forma de promover a modernização e ampliação dos meios de hospedagem, em face da Copa do Mundo de 2014. O programa conta com uma dotação inicial de R$ 1 bilhão, com prazo de contratação de operações até 31 de dezembro de 2012.

Ainda no contexto dos preparativos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, o Ministério atuou junto aos gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em busca de melhorias nas condições dos financiamentos para o setor. Além do aumento de recursos para o turismo na programação financeira dos Fundos, vale citar também, entre os benefícios alcançados, a ampliação do prazo de pagamento para projetos de meios de hospedagem, que passou a ser de até 20 anos, incluído o período de carência de até cinco anos. A medida visa incentivar a revitalização e ampliação do parque hoteleiro das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego, foi lançada no exercício a linha de crédito especial FAT Giro Setorial, destinada a financiar capital de giro isolado para micro e pequenas empresas do segmento de bares e restaurantes registradas no Sistema de Cadastro Oficial dos Empreendimentos, Equipamentos e Profissionais do Setor do Turismo no Brasil – Cadastur. Para operacionalidade da linha, foram alocados R$ 100 milhões, provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Em 2010, as ações de fortalecimento ao crédito para as atividades turísticas apresentaram resultados expressivos. Os bancos públicos federais, parceiros do Ministério do Turismo na execução de programas de financiamento para o setor, desembolsaram cerca de R$ 6,5 bilhões para os projetos das empresas que atuam na cadeia produtiva do turismo, em operações de investimento e capital de giro. O montante observado corresponde a um incremento de 16,4% em relação ao volume realizado no exercício anterior (R$ 5,6 bilhões).

A programação orçamentária e financeira estabeleceu, para o exercício, uma dotação de R$ 7 milhões para implementação do macroprograma Fomento à Iniciativa Privada, ao abrigo da ação “Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimento no Âmbito do Ativo Turístico Brasileiro”, sendo R$ 6 milhões do orçamento do Ministério e R$ 1 milhão provenientes de emenda parlamentar.

Da dotação total, foram realizados R$ 4 milhões, o que corresponde a uma execução da ordem de 57,1% dos recursos previstos para o exercício.

Ao amparo do Fundo Geral do Turismo – FUNGETur, as atividades se desenvolveram na direção do fomento à iniciativa privada, no intuito de estimular o aprimoramento dos instrumentos e das condições de concessão de crédito e financiamento, de modo a garantir que empresários do setor possam ter acesso ao crédito público colocado à sua disposição em instituições financeiras oficiais. O FUNGETur desempenhou, ao longo de 2010, seu papel de instrumento de política de investimentos, voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base financeira para dinamizar a vocação turística das regiões.

As operações de financiamento representaram a retomada efetiva das transações com recursos próprios do Fundo, lastreadas na forma estabelecida pela Portaria nº 92, de 29 de maio de 2009, marco regulamentar para a consecução das operações de crédito, que sintetiza as suas condições de operação e funcionamento, de forma que se ajustem às normas aprovadas nesse ato normativo.

O Ministério do Turismo e a Caixa Econômica Federal – Caixa celebraram novo Contrato Administrativo tendo por objeto contratual a prestação de serviços pela Caixa, na condição de agente financeiro do FUNGETur, relacionada a operações de financiamento utilizando recursos oriundos do fundo.

A linha de crédito com recursos do Fundo inaugurou em 2007 suas operações com a contratação de financiamento da ordem de R$ 4,8 milhões. No ano seguinte, foram contemplados seis empreendimentos, no montante de R$ 16,0 milhões. Mantida a busca da maior eficiência alocativa de recursos, nos anos de 2009 e 2010 (até maio), foram concedidos oito financiamentos, totalizando R$ 17,4 milhões. Somam-se 15 operações de financiamento.

O FUNGETur destinou ao agente financeiro o montante de R$ 97,3 milhões. Desse total, a Caixa efetivamente contratou empréstimos da ordem de R$ 38,2 milhões. Por conseguinte, permanecem nessa Instituição recursos que somam R$ 59,1 milhões, aguardando novas destinações. Os resultados, ao longo do período 2003-2009, podem ser resumidos da seguinte maneira: o patrimônio/capital partiu de R$ 150,8 milhões e atingiu R$ 253,5 milhões; o patrimônio liquido saltou de R$ 154,5 milhões para R$ 285,6 milhões; e, por fim, o lucro acumulado somou R$ 134,8 milhões neste período.

O Ministério do Turismo busca uma solução estrutural para prover recursos ao FUNGETur, que sirva de instrumento de acesso ao crédito no financiamento de projetos ou programas de longo prazo, julgados de interesse para o desenvolvimento do setor turístico. Os resultados alcançados confirmaram o bem-sucedido processo de reorganização institucional do FUNGETur e reafirmam, ainda, todos os compromissos assumidos, permitindo vislumbrar novas oportunidades de consolidação e expansão das atribuições e competências do Fundo Geral de Turismo.

**Indicador:** Ingresso de Divisas no Brasil – 2003-2010. O Brasil mais que dobrou a entrada de divisas geradas por turistas internacionais de 2003 a 2009, registrando um crescimento de 114% no período, enquanto o crescimento da entrada de divisas no mundo, segundo a O.M.T.- Organização Mundial de Turismo, nesse mesmo período foi de 62,6%. Esse resultado evidencia o sucesso da estratégia de buscar turistas que fiquem mais tempo, visitem mais cidades e gastem mais em sua estada no Brasil (Fonte: Banco Central). De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, o ano de 2010 registrou a entrada recorde de dólares no Brasil por meio dos gastos de turistas estrangeiros: 5.919 bilhões de dólares em divisas. O valor é 11,58% superior ao registrado em 2009, quando 5.305 bilhões ingressaram no país pelo turismo internacional. Em dezembro, com o ingresso de 607 milhões de dólares, a variação foi de 17,64% em relação ao mesmo mês de 2009, quando entraram US$ 516 milhões em gastos de estrangeiros – dezembro de 2010 obteve o melhor resultado registrado até hoje. Os números confirmam o bom desempenho da entrada de divisas no Brasil e a recuperação do turismo internacional em relação ao ano de 2009 por meio de gastos de turistas estrangeiros na economia nacional em 2010.

**Indicador:** Desembarques Internacionais no Brasil 2003-2010 – O número de desembarques internacionais em vôos regulares no Brasil entre 2004 e 2009 mostrou, de acordo com dados da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, uma tendência de estabilidade com números um pouco acima da casa dos 6 milhões de passageiros. Já em 2010 o número de desembarques internacionais registrou um aumento recorde. De acordo com dados divulgados pela Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), o total de desembarques internacionais no ano de 2010 foi de 7,8 milhões de passageiros, sendo 20,9% superior aos 6,5 milhões de desembarques verificados em 2009. O resultado ultrapassou o último recorde da série histórica, registrado em 2005, com o número de 6,7 milhões de passageiros internacionais. O número de desembarques no mês de dezembro foi de 689.879, o que significa um aumento de 16,23% para o mesmo período do ano anterior, quando o Brasil recebeu 593.521 passageiros em aeroportos vindos de vôos internacionais.Os dados levam em consideração os estrangeiros que entram no Brasil e brasileiros que retornam ao país.

**Indicador:** Posição de Destaque em Turismo de Eventos - Como resultado de uma política de ação destinada a apoiar a captação e promoção de eventos internacionais iniciada em 2003, o Brasil ingressou a partir de 2006 na lista dos 10 países que mais realizam eventos internacionais no mundo, de acordo com critérios da *ICCA - International Congress and Convention Association,* a mais importante entidade mundial do segmento de turismo de eventos. Atendem aos critérios ICCA os eventos de caráter internacional que sejam itinerantes, com periodicidade fixa e no mínimo 50 participantes. Em 2009, foram realizados 293 eventos internacionais no Brasil, 39 a mais do que em 2008. O país subiu 12 posições no *ranking ICCA* desde 2003, quando ocupava o 19 º lugar, com 62 eventos realizados, e atualmente ocupa o 7º lugar nesse *ranking*. É a melhor classificação entre os países da América Latina e a segunda posição no continente americano, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, o país tem ampliado o número de cidades brasileiras representadas no *ranking ICCA*. Em 2009, 48 cidades brasileiras sediaram eventos internacionais, contra 22 cidades em 2003.

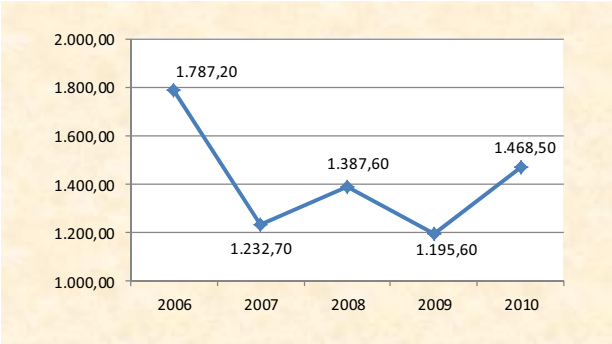
**Valores liquidados de 2006 a 2010**

O Ministério do Turismo não possui subfunções típicas dentro de funções finalísticas. A principal atividade do MTur é exercida na subfunção Turismo, como explicitado no quadro a seguir. A Subfunção Turismo representou de 80 a 90 pontos percentuais do total da execução orçamentária do Ministério no período de 2006 a 2010. As demais subfunções são pouco representativas no montante global, em 2010, mereceram destaques as subfunções Administração Geral e Formação de Recursos Humanos em razão dos aperfeiçoamentos institucional e formação de quadros técnicos do Ministério.

**VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS 2006/2010**

em R$ milhões

| FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OFSS(*) | 1.787,2 | 1.232,7 | 1.387,6 | 1.195,6 | 1.468,5 | **7.071,6** |
| **TOTAL** | **1.787,2** | **1.232,7** | **1.387,6** | **1.195,6** | **1.468,5** | **7.071,6** |




A principal função executada pelo Ministério do Turismo é a Comércio e Serviços e a principal subfunção é Turismo. Na subfunção Turismo foram executados, em termos médios, 85% do orçamento da função principal. No ano de 2006, na subfunção turismo foram executados 90,5% da função Comércio e Serviços, sendo este o maior percentual durante o período 2006 a 2010; o menor percentual, 79,5%, ocorreu em 2009. As variações que ocorreram entre os anos dentro do período 2006 a 2010 se deram em razão dos limites orçamentários disponibilizados. A aparente desconformidade ocorrida para o ano de 2006, atípico entre os demais, se deu em razão de créditos extraordinários abertos pela Medida Provisória nº 299, de 27 de junho de 2006, no montante de R$ 350 milhões, para atendimento do Convênio nº 310/2006, assinado com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero para a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇO NAS SUBFUNÇÕES**

em R$ milhões

| SUBFUNÇÕES | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % | LIQUIDADO | % |
| Subfunções Típicas | | | | | | | | | | |
| *Turismo* | *1.618,1* | *90,5* | *996,4* | *80,8* | *1.204,7* | *86,8* | *951,1* | 79,5 | *1.468,5* | *84,4* |
| Outras Subfunções | *169,1* | *9,5* | *236,3* | *19,2* | *182,9* | *13,2* | *244,5* | *20,5* | *229,7* | *15,6* |
| **TOTAL*** | **1.787,2** | **100,0** | **1.232,7** | **100,0** | **1.387,6** | **100,0** | **1.195,6** | **100,0** | **1.698,2** | **100,0** |

Execução das Subfunções da Função "23" em Outras Funções = Não há * Valores constituidos por: Crédito Empenhado Liquidado + Restos a Pagar Pagos + RP Liquidados no Exercício

**Desempenho dos Programas do Setor**

**Programas Planejamento e Gestão, e Regionalização do Turismo**

O agrupamento das ações orçamentárias no PPA é estabelecido sobretudo pela lógica da atuação geográfica. Sendo assim, o Ministério do Turismo e a Embratur contam com um programa com foco nacional (Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão), um programa com foco internacional (Brasil: Destino Turístico Internacional) e, um último, programa "Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais" (Gestão da Política de Turismo).

Já o Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010, principal documento de planejamento do Ministério do Turismo e da Embratur, propõe outro modelo de agrupamento para as ações: um agrupamento temático, por macroprogramas e programas, que orienta, engloba e estrutura todos os eixos de ação dos dois órgãos. Neste sentido, todas as ações orçamentárias constantes no PPA constam também no PNT, abrangidos por um de seus macroprogramas e programas. Sendo assim, e por entender que o agrupamento temático é mais adequado ao intuito de apresentar os principais resultados do ano de 2010, os programas descritos a seguir seguem a lógica de agrupamento estabelecida pelo PNT 2007/2010.

Os programas Planejamento e Gestão e Regionalização do Turismo, PNT 2007/2010, justificam suas importâncias pelo fato do desenvolvimento da atividade turística impor uma permanente articulação entre os diversos setores (público, privado, e terceiro setor), no sentido de compartilhar decisões, agilizar soluções, eliminar entraves burocráticos e facilitar a participação dos envolvidos no processo de crescimento do setor.

Além disso, por meio da estratégia da regionalização, este modelo de gestão se fortalece, quando propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país, bem como a priorização de destinos turísticos indutores. Sendo assim e, no contexto destes programas, o PNT 2007/2010 Uma Viagem de Inclusão –, em seu último ano de vigência, contribuiu para a expansão e o fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase à função social do turismo. Além disso, consolidou o Brasil, internacionalmente, como destino turístico competitivo. Em 2010, foi elaborado o Documento Referencial "Turismo no Brasil 2011-2014", que servirá de base para a próxima edição do PNT (2011-2014).

Ainda em relação à gestão descentralizada e compartilhada do turismo no país, nos últimos anos, o governo tem desenvolvido uma ação permanente de fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo e suas Câmaras Temáticas, objetivando ampliar o processo de discussão, reflexão e avaliação da Política Nacional de Turismo, de forma integrada, no âmbito nacional e estadual, nas regiões turísticas e nos municípios, articulando o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

A confirmação do Brasil como país sede da Copa do Mundo 2014 também tem mobilizado o Governo Federal para a adoção do planejamento turístico para sua realização. Em virtude disso, em 2010, um conjunto de ações foi desenvolvido visando à preparação do país para o evento: encontros com entidades parceiras do Programa Bem Receber Copa (projetos qualificação profissional); ações promocionais; ações de prevenção à exploração sexual nas cidades-sede; e as atividades da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, que se insere no Grupo Gestor da Copa, composto por 20 ministérios, com a finalidade de identificar as ações e intervenções necessárias nos atrativos turísticos das cidades-sede. Estas iniciativas têm etapas previstas para os anos seguintes, de 2011 a 2014.

O programa Planejamento, Gestão e Regionalização do Turismo consiste no agrupamento temático dos localizadores nacionais, das seguintes ações orçamentárias: Formulação e Acompanhamento da Política Nacional do Turismo; Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do Plano Nacional de Turismo; e Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas.

Já o programa Promoção Nacional do Turismo e Apoio à Comercialização Nacional engloba as ações: Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional; Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno; Salão Brasileiro do Turismo - Roteiros do Brasil; e Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno.

Neste sentido, a execução orçamentária dos citados programas é a seguinte:

| PROGRAMAS | DOTAÇÃO (R$ milhões) | EXECUÇÃO (R$ milhões) | % |
|---|---|---|---|
| Planejamento, Gestão e Regionalização do Turismo | *5,9* | *5,3* | *89,8* |
| Promoção Nacional do Turismo e Apoio à Comercialização Nacional | *221,0* | *143,5* | *64,9* |

Fonte: Sigplan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Os indicadores destes programas são os mesmos estabelecidos no PPA, tendo em vista que o agrupamento temático proposto comporta as mesmas ações orçamentárias da LOA/PPA. Os resultados para os indicadores PPA com apuração encerrada para 2010 foram os seguintes:

- Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional: 60,0 (Previsto); 56,0 (Realizado) - Refere-se ao Estudo de competividade dos destinos indutores de desenvolvimento turístico regional, realizado anualmente. O resultado traduz a nota do agregado Brasil, de 0 a 100, e considera 13 dimensões de competitividade (Infraestrutura geral; Acesso; Serviços e equipamentos turísticos; Atrativos turísticos; Marketing; Políticas públicas; Cooperação regional; Monitoramento; Economia local; Capacidade empresarial; Aspectos sociais; Aspectos ambientais; e Aspectos culturais).

- Fluxo de Turistas Domésticos: 217,00 milhões (Previsto); 186,05 milhões (Realizado) - Refere-se ao número de viagens domésticas realizadas por pessoa, mesmo em grupos, dentro do território nacional, com no mínimo um pernoite.

Em relação ao indicador Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo, sua apuração para 2010 ainda não foi encerrada, tendo em vista que depende dos dados finais da RAIS e CAGED, estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

**Promoção Nacional do Turismo e Apoio à Comercialização Nacional –** Estes programas comportam as ações de *marketing* (publicidade, ações promocionais e de relações públicas), que visam consolidar a imagem do Brasil, como um país moderno, com credibilidade, hospitaleiro e capaz de proporcionar lazer de qualidade e novas experiências aos visitantes. Além disso, os programas citados são de extrema importância, pois inserem novos grupos de consumidores do turismo, seja por meio de propostas de programas sociais e de oferta de produtos a custos acessíveis.

Neste sentido, desde a criação do Ministério do Turismo, o Governo Federal tem investido cada vez mais no financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar pelo Brasil. Foram realizadas diversas campanhas para promoção do turismo no mercado doméstico com linguagem publicitária unificada, valorizando não apenas os momentos de lazer e a experiência que uma viagem proporciona, mas também o aprendizado com relação à história, às riquezas naturais e à cultura nacional. As principais campanhas veiculadas em 2010 foram: "Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil"; Campanha de incentivo ao turismo interno nos aeroportos brasileiros; Campanha "Viaja Mais - Melhor Idade"; Campanha de divulgação do 5° Salão do Turismo; além do fomento ao turismo interno por meio de redes sociais na internet (*Twitter*, *Facebook*, *Orkut* e *Youtube*).

Instrumento importante de articulação com a iniciativa privada, o programa Viaja Mais – Melhor Idade visa promover a inclusão dos idosos, aposentados e pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística. Além de passagens aéreas com desconto, o Viaja Mais - Melhor Idade oferece, durante a baixa ocupação, desconto de 50% nas diárias de mais de dois mil meios de hospedagem em todo o país. Por meio do programa, são oferecidos, ainda, pacotes personalizados para o público da melhor idade. Em 2010, foram comercializados 210 mil pacotes, superando a meta anual de 180 mil.

Ainda em relação ao apoio à comercialização, o Projeto Caravana Brasil - tem como principal meta incentivar a comercialização de novos produtos turísticos brasileiros nos mercados nacional. Com isso, de forma geral, amplia-se também a oferta turística brasileira. Em três anos, o Caravana Brasil Nacional já contou com a participação de 684 agentes de viagem e operadores de turismo, em 31 visitas técnicas. Outra ação importante em 2010 foi o Caminhão Destino Brasil, um veículo de 13,5 metros que levou aos empresários dos destinos por

onde passou informações sobre as vantagens e importância de ser um prestador de serviços turísticos cadastrado no sistema Cadastur, além de apresentar aos brasileiros nossos principais destinos turísticos, e promover o hábito da viagem dentro do país. O Caminhão percorreu 18 cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal e Rio de Janeiro, e durante quatro meses, 765 empresários do setor e 33.235 pessoas visitaram o Projeto.

**Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**

Este programa multisetorial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério do Turismo contribui com a ação Publicidade de Utilidade Pública tem por objetivo promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, trabalhar a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos e ao mesmo tempo desenvolver, por meio da atividade turística, proteção ao meio ambiente, redução da pobreza e desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e geração de renda.

O programa teve bastante visibilidade em seu desempenho nesses últimos cinco anos, com 67 convênios aprovados e R$ 27.875.286,63 investidos de 2005 a 2010, além da capacitação de 3100 jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, em cursos ligados ao turismo. Foram realizados 163 seminários de sensibilização junto à cadeia produtiva do turismo. Além disso, as ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, foram mobilizadas mais de 110 mil pessoas em todo o país. No total, foram distribuídas cerca de quatro milhões de peças publicitárias com objetivo de mobilizar a sociedade e incentivar às denúncias ao Disque Denúncia Nacional 100. Cinco filmes e um documentário foram produzidos e uma teleconferência exibida em 2.300 salas em todo o país.

Tomando como parâmetro os recursos financeiros, o orçamento do programa saltou de R$ 200 mil reais em 2005 para R$ 8,3 milhões em 2010, prova da importância e do compromisso do Governo Federal com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Nesse período, o programa foi apresentado nos seguintes países: Alemanha, Moçambique, Inglaterra, Equador, Espanha e Portugal. Em parceria com a Embratur e entidades internacionais do setor turístico, houve a mobilização do *trade* turístico de países emissores de turistas para o Brasil, com intuito de coibir e prevenir os casos de violência contra crianças e adolescentes.

Coube ao Ministério do Turismo participar do Grupo de Ação Regional para Proteção de Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual no Turismo da América do Sul - GARA e realizar ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e jovens com até 18 anos incompletos. Uma das ações pactuadas pelos países membros do GARA foi a formação de agentes multiplicadores, cuja função é de articulador ações de prevenção entre o poder público e sociedade civil.

As ações de garantia dos direitos das crianças e adolescentes constam do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão. As diretrizes do PNT preconizam que o crescimento e fortalecimento da atividade turística devem estar atrelados à valorização do ser humano e de seu ambiente.

**Resultados Alcançados:** Capacitados 1250 jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Santa Catarina e São Paulo. Desses, 48% já foi inserido no mercado de trabalho do turismo, e mais 960 jovens estão em fase de capacitação.

Formação de Multiplicadores: foram formados 563 agentes locais na temática, nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. O principal convênio relacionado é o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo. Como atividade relevante foi desenvolvido um plano de ação nas 12 cidades-sede da Copa de 2014, além de João Pessoa-PB.

Seminários de Sensibilização: o Programa realizou, em 2010, 29 seminários para sensibilizar os empresários do setor turístico, a sociedade civil e órgãos públicos. Campanhas: Campanhas de incentivo às denúncias dos casos de exploração sexual, em eventos com grande fluxo de turistas – como as festas regionais, carnaval e paradas gays. Foram distribuídas 200 mil peças de comunicação (como *folders* e viseiras), com versões, em inglês e espanhol. Foi ainda veiculada a Campanha “Um Gol pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”, Pró Copa 2014, lançada nas redes sociais, facebook, twiter, flicker e Orkut e também com lançamentos nas 12 cidades-sedes e em João Pessoa.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 a Embratur passou a ter um único programa – Brasil: Destino Turístico Internacional e ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.

Nesse contexto, em abril de 2005, o Ministério do Turismo, por meio da Embratur lançou o Plano

Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, que desde então configura-se como um marco referencial para o marketing turístico internacional do país: um planejamento conciso, alicerçado em uma metodologia sólida e construído a partir da análise rigorosa da realidade, que incorporou informações técnicas qualitativas e precisas para a formulação das alternativas estratégicas e operacionais, direcionadas a atender as necessidades e os desejos do mercado internacional. Constantemente atualizado, o Plano Aquarela permite que a tomada de decisão seja sempre coerente às estratégias planejadas e, ao mesmo tempo, flexível às mudanças de ambiente, provendo de absoluto profissionalismo a promoção turística do Brasil no exterior.

Como resultado de uma política que elevou a atividade à prioridade de governo e da sintonia entre o trabalho do setor público e da iniciativa privada, o turismo vem batendo importantes recordes, se destacado como um dos principais setores socioeconômicos do Brasil.

**Posição Competitiva no Turismo Global** - O estudo anual Impacto Econômico do Setor de Viagens e Turismo, produzido pelo *WTTC - World Travel & Tourism Council* entidade que reúne os maiores empresários de turismo do mundo aponta o Brasil como a 13ª economia de turismo do mundo entre 181 países pesquisados em 2010. O país é líder na América Latina e está em os 10 primeiros países que devem produzir o maior volume em termos absolutos de PIB do turismo (10º); na geração de empregos diretos e indiretos do setor (7º); na geração de empregos diretos no setor (5º); e na rapidez de crescimento dos investimentos no setor (5º). Além disso, o Relatório de Competitividade em Turismo do Fórum Econômico Mundial, divulgado em 2009 classifica o Brasil em 45º lugar (em 2008, ocupava o 49º lugar), entre 133 países pesquisados. O país é líder em competitividade na América do Sul e ocupa a segunda posição na América Latina.

**5.1.26 - Ministério da Pesca e Aquicultura**

Historicamente, a postura dos órgãos públicos frente ao setor pesqueiro foi pautada por políticas descontinuadas. A edição de instrumentos legais, abertura de linhas de crédito, o fomento à produção, e à organização dos pescadores e pescadoras, nem sempre consideraram as demandas do setor. Por muitos anos, o Estado brasileiro esteve ausente dos processos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura. Esse era o cenário em 2003, quando da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR).

A produção nacional de pescados no Brasil não chegava a um milhão de toneladas/ano, e a aquicultura representava menos de 30% do total dessa produção. O consumo de pescados no Brasil não alcançava 7 kg/hab./ano. Por falta de investimentos estratégicos no setor, o Brasil não conseguia competir com alguns países na explotação da pesca oceânica no Oceano Atlântico Sul. As cadeias produtivas da pesca e aquicultura encontravam-se desestruturadas, principalmente no que se refere à infraestrutura instalada, acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional – fator impeditivo à geração de produtos para atender à demanda existente, relegando o setor e o país a condições bastante periféricas nesse tema. A dificuldade de acesso ao crédito desabilitava a estruturação dessas cadeias produtivas, mesmo havendo aptidão para a produção, e uma das principais dificuldades era a articulação com os agentes financeiros para a criação e a qualificação das linhas de crédito voltadas às necessidades dos pescadores e aquicultores.

No âmbito social, a pesca era vista como uma atividade marginal, o pescador tinha poucas perspectivas de melhoria de suas condições de trabalho e inexistiam políticas de desenvolvimento social para a pesca artesanal. Os baixos níveis de escolaridade representavam impedimentos aos processos de capacitação e acesso às tecnologias, inclusive de maneira articulada com outros órgãos do governo. Isso se refletia na falta de organização do setor, na dificuldade de autogestão dos meios produtivos, na adoção de boas práticas de fabricação, enfraquecendo as cadeias produtivas. Os serviços de assistência técnica e extensão pesqueira estavam praticamente inoperantes e quase não havia possibilidade e disponibilidade de parceria com outras instituições e de protocolos adequados para a promoção desses serviços.

Havia, portanto, carência de políticas integradas e estruturantes que, associadas aos princípios de inclusão socioeconômica, identidade territorial, respeito ao meio ambiente, proporcionassem ao Governo Federal a realização de ações estratégicas ao atendimento das diversas demandas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Brasil.

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA - (Lei n.º 11.598/2009), a promulgação da nova Lei da Pesca (Lei n.º 11.959/2009), a realização da 3ª Conferência Nacional, todas no ano de 2009, foram passos fundamentais para garantir a continuidade das políticas públicas nas áreas da pesca e aquicultura no Brasil iniciadas pela SEAP/PR.

O ano de 2010 foi dedicado à consolidação do MPA como a instituição governamental capaz de promover e dirigir essas políticas, e ser a referência para gestão da política de Estado para a gestão pesqueira sustentável. Importante para o fortalecimento institucional do MPA foi a realização do 1º concurso público para provimento de vagas do MPA. Foram autorizadas 100 vagas aos cargos de engenheiro (30), analista técnico-administrativo (40) e agente administrativo (30). Os aprovados foram nomeados servidores efetivos em outubro do ano corrente, e passaram por um processo de formação no 1º curso de ambientação, cujos objetivos foram de integrar os novos servidores ao MPA, possibilitar o conhecimento dos principais programas e ações, e propiciar maior aproximação entre cada um desses servidores nos estados e com a sede.

O principal resultado alcançado pelo MPA e publicado em 2010, diz respeito ao aumento da produção de pescados: no total da produção da pesca e aquicultura, entre os anos de 2003 e 2009, houve um crescimento relativo de 25,3%. Em 2003 foram produzidas 990.272 toneladas, e no último ano, 1.240.813 toneladas de pescado. A maior contribuição para esse aumento é em função do crescimento da aquicultura. Considerando a produção de 415.649 toneladas em 2009, houve um aumento de cerca de 50% em relação ao ano de 2003. A piscicultura de água doce é a atividade que mais contribui para esse crescimento – nos últimos dois anos, cresceu mais de 60%. No período de 2007-2009, frente às principais fontes de proteína animal, o pescado apresenta o maior crescimento relativo, com 15,7%; mais que as aves (12,9%), suínos (9,2%) e a carne bovina (decréscimo de -8,6%). Os dados da produção da pesca em 2009 são de 825.164,1 toneladas. Apesar de pequeno se comparado à aquicultura, o crescimento da produção proveniente da pesca extrativa é constante (15,9% entre 2007-2009), e a pesca marinha corresponde a 71% desse total. Em relação à 2010, embora a consolidação dos dados de produção não esteja concluída, há a expectativa de crescimento, tanto da pesca quanto da aquicultura, seguindo a tendência dos anos anteriores quando a aquicultura teve uma taxa mais expressiva. Estima-se que a produção nacional de pescados possa atingir 1.400.000 toneladas.

Outro indicador importante é o consumo *per capita* de pescado. Os dados de 2003 apontavam que um brasileiro consumia em média 6,8 kg/ano, considerando as especificidades regionais. Os dados mais recentes revelam que o consumo aparente de pescado teve um crescimento médio anual de 6%

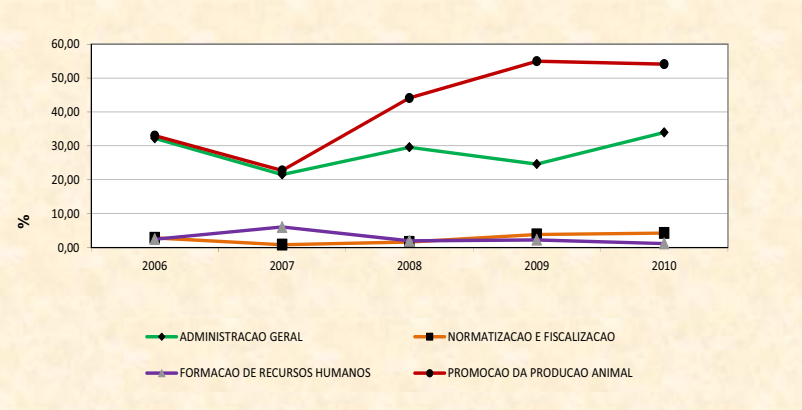
entre 2003 e 2009, e atualmente o consumo de peixe pelo brasileiro está na ordem de 9 kg/ano, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Em 2009, 96% da produção nacional foi comercializada no mercado interno, e apenas 4% desse total nacional foi destinada ao mercado externo. Seguindo a expectativa de crescimento para 2010, acredita-se que isso refletirá positiva e diretamente no consumo per capita.

Igualmente reportado no relatório referente ao exercício de 2009, os investimentos do Ministério da Pesca e Aquicultura são classificados em uma única função de governo − Agricultura −, o que não reflete a complexidade dos fatores que envolvem a gestão destas atividades, e também não contempla as relações do MPA com outras pastas do Governo, necessárias para realizar aquilo que lhe compete. Também vale manter a observação de que a classificação da subfunção reduz, em parte, a diversidade dos objetos das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura, uma vez que a etapa da produção ganha maior destaque em detrimento daquelas que dão continuidade à cadeia produtiva – transformação e comercialização, mesmo que essas últimas contempladas com uma soma considerável de recursos.

Ao longo dos últimos quatro anos (2006 a 2010), quando analisados os investimentos por subfunção de governo, observa-se que a maior parte dos recursos foi revertida para ações finalísticas relacionadas com a promoção da produção animal. A partir de 2007, no primeiro momento de planejamento estratégico (à época SEAP/PR), quando foram definidas as principais diretrizes das políticas públicas para a pesca e aquicultura - fundadas especialmente em ações de fomento -, a aplicação dos recursos nas ações dessa subfunção passou a se tornar crescente nos últimos anos. Os gastos com a ação da administração geral mantiveram-se constantes nesse período, com uma média de 28% ao ano, com mais investimentos em 2010, em função da necessidade de consolidar o ministério recém criado em junho de 2009. As outras subfunções mais representativas no orçamento – normatização e fiscalização, e formação de recursos humanos ainda recebem investimentos de menor porte, como mostra o gráfico Execução Orçamentária por Subfunção de Governo - 2006 a 2010.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO DE GOVERNO - 2006 A 2010**

Analisando sob a ótica das etapas da cadeia produtiva, a aplicação dos recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura, nas áreas finalísticas, mostra-se mais abrangente e atende a todas as etapas dessa cadeia. Os investimentos de 2010 diferem em parte do padrão aplicado em 2009.




O fomento às etapas de transformação e produção continua a compor o maior volume de recursos, sendo que a fase da transformação concentra nesse ano de 2010 a maior parte dos investimentos (55,8%). Em 2009, os recursos aplicados nessa etapa de beneficiamento do pescado para agregação de valor chegaram a somar pouco mais de 45% do total do orçamento do MPA. Diferentemente de 2009, a quando a etapa da produção representou 43% dos investimentos do Ministério, no ano de 2010, essa etapa inicial da cadeia produtiva recebeu 35,7% dos investimentos do MPA. A etapa final – a comercialização - continua recebendo a menor parte dos recursos do Ministério – 8,5% em 2010 e 12% no ano anterior.

Até 2011, o MPA tem como diretrizes aquelas expressas no planejamento estratégico do MPA – Mais Pesca e Aquicultura (2008/2011), e que segue as orientações do Governo Federal: consolidar uma política de Estado para a pesca e aquicultura; inclusão social; estruturação da cadeia produtiva; fortalecimento do mercado interno, sustentabilidade ambiental, organização do setor e abordagem territorial.

O MPA adotou a abordagem territorial na implantação de suas políticas, com vistas a reduzir as desigualdades regionais por meio da inserção competitiva do segmento da pesca e aquicultura nas dinâmicas territoriais. Essa diretriz veio somar-se ao esforço do Governo Federal, principalmente ao Programa Territórios da Cidadania, para estimular processos participativos de planejamento e gestão social do desenvolvimento sustentável da pesca, bem como qualificar as demandas de políticas públicas de acordo com as diferentes realidades territoriais. Inicialmente foram identificados 174 territórios da pesca e aquicultura, espalhados por todos os estados e o Distrito Federal, que congregam 1.886 municípios e mais de 500 mil pescadores. O trabalho iniciado em 62 desses territórios, conta com ações articuladas nas áreas de infraestrutura e fomento, pesquisa e inovação tecnológica, monitoramento e controle e, inclusão e desenvolvimento social.

Os três programas das áreas finalísticas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira. As ações desses programas foram desenvolvidas tendo como objetivo subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura desde a produção até o consumidor final.

Estruturar a cadeia produtiva é um dos grandes desafios para garantir aumento e regularidade da oferta de pescado, assegurar a qualidade dos produtos, incrementar a renda dos pescadores e aquicultores, e possibilitar o fornecimento de produtos com um preço acessível aos consumidores. Para isso, o MPA desenvolve ações que visam à criação, modernização e manutenção de uma rede de infraestruturas compatível com a atividade pesqueira, objetivando fortalecer os elos das cadeias produtivas e propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento e inovação do setor. Nesse contexto, é importante ressaltar que a implantação e a entrada em operação das infraestruturas são precedidas por diversas ações que abrangem desde a concepção à gestão dos empreendimentos.

Na fase de concepção destaca-se a coordenação e o acompanhamento dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação de infraestruturas, e os estudos de mercado e planejamento de investimentos para a cadeia produtiva. Os estudos desenvolvidos em 2010 abrangem a região metropolitana de São Luís/MA, Laguna/SC, Itapemirim/ES e litoral do Paraná. Como parte das ações para fortalecimento da infraestrutura e logística do setor, o MPA estabeleceu a meta de construir e reestruturar, até 2011, 20 Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Atualmente, são 6 TPPs em operação – Santos/SP, Cananeia/SP, Laguna/SC, Vitória/ES, Camocim/CE, Cabedelo/PB); 8 TPPs em construção e aparelhamento (Manaus/AM, Santana/AP, Belém/PA, Beberibe/CE, Natal/RN, Salvador/BA, Ilhéus/BA e Jacundá/PA) e 6 TPPs em fase de licenciamento ambiental (Porto Velho/RO, Bragança/PA, Recife/PE, Aracaju/SE, Angra dos Reis/RJ e Rio de Janeiro/RJ).

Para viabilização das atividades de implantação dos TPPs em 2010, foram investidos R$ 5.729.200,00 dos R$ 23.614.508,00 previstos, representando uma execução orçamentária de aproximadamente 24,3%. Considerando os valores empenhados, esse percentual sobe para 88,6%. Quanto à execução física, 6 TPPs foram implantados, representando um quantitativo de 50% das infraestruturas planejadas para o ano corrente. Comparando com os anos anteriores, em 2009 foram executados 21,2% do previsto, e em 2008 foram 6,36%. Em 2010 foram iniciadas as obras: TPP de Belém/PA, TPP de Salvador/BA, TPP de Ilhéus/BA, Unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP) de Dois Irmãos do Buriti/MS, UBP de Porto Nacional/TO, UBP de Anhembi/SP e Casa do Pescador de Içara/SC. Também neste ano foram finalizadas ou já estão em fase de aparelhamento os TPPs de Santos/SP, Cabedelo/PB, Camocim/CE, Santana/AP, Natal/RN, UBP Santa Cruz de Cabrália/BA, UBP de Bujari/AC, UBP de Primavera do Leste/MT, UBP de Abelardo Luz/SC, UBP de Mira Estrela/SP, UBP de Outeiro/PA, CIPAR de Niterói/RJ, Reforma da Estação de Aquicultura do Departamento de Zootecnia e Instalação do Laboratório de Aquicultura dessa Universidade Católica de Goiás, Escola de Aquicultura de Monte Aprazível/SP, Sede do Ministério da SFPA/AC, Dragagem de Barra do Sul/SC, Trapiche de Europinha em Paranaguá/PR, e a UBP de Guaíra/PR.

Importantes são as ações relacionadas à gestão dos empreendimentos, como a nomeação do Comitê Gestor do Parque Aquícola do Açude Público Padre Cícero/CE e a assinatura, em 01/12/2010, do Termo de Cooperação entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para gestão compartilhada de Terminais Pesqueiros Públicos. Elaborou-se também o modelo de concessão da administração das UBPs de Outeiro/PA e Jacundá/PA. Em 2010 também foi dado andamento a ações preparatórias para as obras: TPPs do Rio de Janeiro/RJ, Aracaju/SE, Bragança/PA, UBP de Anchieta/SC, Unidade de Extensão da UEMA/MA.

Para viabilização das atividades de apoio à implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira em 2010, foram investidos R$ 6.085.714 dos R$ 61.051.710,00 previstos, representando uma execução orçamentária de aproximadamente 9,97%. Levando em consideração os valores empenhados, esse percentual sobe para 52,4% de recursos. Quanto à execução física, de 1.280 infraestruturas planejadas para o ano corrente, cerca de 120 delas foram apoiadas até o momento. Esses números se devem ao forte contingenciamento orçamentário. Em 2009, esse percentual de execução foi de 64%, e em 2008 esse número foi de 81%. Para as atividades de apoio à adequação de acessos aquaviários, dos 20

acessos aquaviários planejados não houve repasses financeiros, apenas um percentual de recursos empenhados (11,28%). Em 2009 foram 52,41% de execução orçamentária, e em 2008 foram 21,2%.

No que tange às políticas de promoção ao acesso ao crédito, destaca-se o lançamento do 1º Plano Safra das Águas 2010/2011, que oferece linhas de financiamento adequadas às necessidades de crédito para o desenvolvimento da pesca e aquicultura. As principais medidas contempladas nesse plano são: (i) elevação do teto do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais – Moderagro – para até R$ 600 mil no investimento para pesca e aquicultura; (ii) aumento de 100% no limite de financiamento do Custeio Tradicional, para até R$ 600 mil nas atividades de custeio produtivo na aquicultura e pesca; (iii) destinação de recursos para infraestrutura de armazenamento de pescado por meio do Programa Moderinfra; e (iv) crédito para modernização da frota pesqueira artesanal por intermédio do Programa Revitaliza, que tem por objetivo a qualificação dos instrumentos produtivos e a consequente melhoria e o aumento da produção, sem, no entanto, representar incremento do esforço de pesca. Prevê por meio da melhoria das condições higiênico-sanitárias e das condições de beneficiamento e conservação do pescado a bordo, promover a redução dos desperdícios e dos custos operacionais. Em 2010 foram contratados mais de R$ 154 mil junto aos bancos do Nordeste, Amazônia e Brasil.

Ainda com vistas a facilitar o acesso ao crédito rural, em 2010 foram realizados seminários em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para capacitação de servidores para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP**.** Outro importante programa sob a responsabilidade do MPA é o Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira. Em 2010 foram assinados com o Banco do Nordeste cinco contratos de financiamento com cooperativas no estado da Bahia e uma empresa do estado da Paraíba, visando à construção de embarcações para captura de atum e afins. Os contratos assinados totalizam R$ 21.841.809,65, sendo R$13.393.480,29 aportados em financiamentos diretos com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE, R$ 5.740.063,21 aportados pelos proponentes e R$ 2.708.260,15 aportados do orçamento do MPA para fins de equalização dos contratos de financiamento. Essas contratações têm a parceria de R$ 1,3 milhão de reais, com o Instituto Federal da Bahia e com a Bahia Pesca para a capacitação da gestão dos empreendimentos pesqueiros e incubação das cooperativas beneficiadas pelo programa pelo período de cinco anos. O ano de 2010 também foi importante para reestruturação do programa. Em novembro, foi encaminhado o Projeto de Lei 7980-10 para apreciação do Congresso Nacional, objetivando substituição da Lei 10.849/2004. O projeto de lei possibilitará a abertura do programa para beneficiar toda frota a pesqueira nacional, diferenciando – o dos moldes atuais que beneficia somente a frota oceânica.

O desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de pescadores e aquicultores depende do grau de organização e acesso a conhecimentos adequados à sua realidade, o que possibilita a obtenção de pescado de qualidade, redução dos efeitos penosos do trabalho e dos custos de produção, aumento na produção e no preço de venda, além de outros benefícios numericamente não quantificáveis. Para que essas condições sejam atingidas, torna-se fundamental a existência de serviços de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação – a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA), bem como ações de capacitação e apoio à organização desse público. Em razão disso, o MPA vem desenvolvendo ações de qualificação profissional e fomento às formas associativas. Durante o ano de 2010, o total de recursos investidos em projetos de assistência técnica, extensão pesqueira e aquícola, capacitação e fomento às formas associativas foi de R$ 4.400.383,00. Foram atendidos 17 projetos que beneficiaram, de forma direta, um total de 9.102 pescadores e aquicultores. Dos projetos apoiados, 35% concentram-se na região Sul, 35% na região Nordeste, 12% na região Norte e 6% na região Sudeste. Além disso, há dois projetos (12%) que apresentam ações de abrangência nacional. O MPA adotou como estratégia principal de seleção dos projetos os editais de chamada pública, com diretrizes e parâmetros claros, de forma a tornar o processo mais democrático e transparente. Ao longo do ano, foram publicados quatro editais, cada um com temáticas, públicos e áreas prioritárias específicas. No total, encaminharam-se 68 propostas e 38 foram habilitadas e classificadas. No que tange às ações de assistência técnica e extensão, dentre os projetos selecionados, 10 estão em execução. Para ilustração, num projeto no território de Lindeiros, Paraná, estima-se o atendimento direto de 3.000 famílias durante os 18 meses do projeto.

Na área de fomento ao associativismo, que concentra diversas ações voltadas ao fortalecimento das organizações e entidades associativas de pescadores e aquicultores, foram apoiados seis projetos, e destaca-se o convênio firmado com a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), vinculada à UFRJ, para construção da Política Nacional de Fomento às Atividades Associativas. Foram também apoiados quatro projetos de capacitação. Um projeto que merece destaque pelos resultados que vem alcançando e pelo seu potencial de melhoria da qualidade de vida dos beneficiários é o convênio com a Associação Comunitária de Ação Social Ágape, firmado ainda em 2008 e cuja vigência encerra-se em fevereiro de 2011. Este convênio teve como objetivo implantar cinco projetos piloto de alfabetização, visando à construção de uma política de educação envolvendo os pescadores profissionais artesanais, de forma a oportunizar a esses

trabalhadores excluídos do sistema formal de ensino o acesso à alfabetização, com o uso de metodologias adequadas às especificidades da pesca. Os projetos foram desenvolvidos nos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pará e Bahia, contemplando um total de 3.280 beneficiários. Os resultados demonstram o sucesso dessa iniciativa: a taxa média de evasão manteve-se em 16,84%, número bastante inferior à média geral de outros projetos de alfabetização. Os índices de alfabetização também foram surpreendentes, atingindo-se 94,65% de alfabetização (excluindo-se os evadidos). A partir dessas experiências, pretende-se nos próximos anos ampliar as ações voltadas à alfabetização, de forma a contemplar todos os estados brasileiros. Ainda com relação à alfabetização, em parceria com o Ministério da Educação, o MPA tem articulado junto aos governos estaduais e municipais a criação de turmas específicas de pescadores no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. Resultado deste esforço, 30.393 pescadores foram beneficiados por este Programa no ano de 2010.

Na ação Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca, havia a previsão de investimentos de R$ 11.002.902,00 durante o ano de 2010, resultando no atendimento de 5.348 beneficiários. Contudo, foram efetivamente liquidados somente 10,8% do total previsto, beneficiando 2.102 pescadores e aquicultores (39,3% do total). Essa discrepância entre o volume de recursos aplicados e o total de beneficiários contemplados deve-se ao fato de que o convênio com a Associação Ágape apresenta valor bastante superior ao que foi liberado em 2010, mas que havia sido contemplado com recursos nos anos de 2008 e 2009. Na ação Fomento às Atividades Pesqueira e Aquícolas sob Formas Associativas, previa-se a liberação de R$ 18.988.653,00, para o atendimento de 10.010 beneficiários. Contudo, até o momento foram repassados 3,4%, beneficiando 1.520 pescadores e aquicultores (15,2%). Este baixo índice de execução deve-se ao contingenciamento de recursos, mas existem propostas selecionadas nos editais. Nas ações Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, previa-se a liberação de R$ 25.331.658,00, para o atendimento de 17.000 beneficiários. Foram repassados 10,1%, beneficiando 5.390 pescadores e aquicultores (31,7%). Esta discrepância entre o volume de recursos alocados e o número de beneficiários atendidos deve-se principalmente ao fato de vários convênios serem continuidade de ações iniciadas em anos anteriores.

As atividades de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P,D&I visam fortalecer o desenvolvimento da pesca e da aquicultura nacional com base em critérios técnicos e científicos, atendendo aos interesses de toda a cadeia produtiva. No ano de 2010, focou-se no apoio a ações estruturantes para contribuir com a construção de uma política de longo prazo para subsidiar o fortalecimento dos setores pesqueiro e aquícola. Tal atuação foi priorizada diante da realidade da carência de recursos humanos qualificados e de instituições científicas e tecnológicas de referência. Nesse sentido, houve o fortalecimento das ações do MPA em parceria com instituições atuantes no fomento e execução de P,D&I, da participação em fóruns nacionais e internacionais de C&T e do apoio a projetos de pesquisa em pesca e aquicultura.

Quanto às parcerias, houve intensificação daquela existente entre o MPA e o MCT, suas agências e os fundos setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Em atuação conjunta, o MPA participou do processo de avaliação do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional do MCT – PACTI 2007-2010, nas diferentes áreas do conhecimento. Neste documento consta um programa específico em pesca e aquicultura, no qual foram definidas metas prioritárias, parcerias estratégicas e recursos a serem investidos durante o período do Plano. Como consequência dessa atuação conjunta MPA/MCT e da inclusão da temática pesca e aquicultura no PACTI, percebeu-se um salto no apoio a chamadas públicas de demanda induzida, uma vez que o montante de recursos investidos no ano de 2010 foi semelhante ao total do investimento no período de 2003 a 2009. Em 2010, foram investidos R$ 33 milhões em quatro editais em pesca ou aquicultura, dos quais R$ 14 milhões oriundos do MPA. Os editais irão financiar 102 projetos de pesquisa, por meio do apoio à formação de recursos humanos viabilizando 232 bolsas em diversas modalidades, e à modernização de infraestruturas laboratoriais em 13 ICT's de diversas regiões brasileiras. Os projetos irão contribuir para a resolução de demandas dos setores produtivos da pesca e da aquicultura.

O investimento destinado aos referidos editais é oriundo principalmente da ação Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura. Juntamente com os investimentos destinados aos editais, foram empenhados R$ 5.511.735,00, liquidados R$ 3.077.041,00 e pagos R$ 2.168.853,00. Tal movimentação resultou na execução de 22,15% em relação ao montante de recursos previstos de cerca de R$ 13,9 milhões. Entretanto, está previsto o pagamento de parcelas referentes a dois dos editais lançados em 2010, num total de R$ 9 milhões. Porém, com os recursos das parcelas de editais ainda a serem repassadas no ano de 2010, serão apoiados 41 projetos de pesquisa, elevando a meta física de 11,5 para 52,5, ultrapassando a meta da execução física prevista de 31 projetos. Ainda quanto à referida ação, no ano de 2010 houve movimentação de recursos dos Restos a Pagar 2009, com um valor pago de R$ 1.152.577,00, correspondendo à execução financeira de 99,28%.

É notável o maior montante de recursos destinados à execução de projetos de pesquisa via editais em relação ao apoio a convênios. Esta situação reflete a

atual política de fomento à P,D&I do MPA que, em vez do apoio a projetos pontuais, tem priorizado o fomento a projetos por meio de ações de maior visibilidade e ampla concorrência como as chamadas públicas conjuntas, que possibilitam o somatório de recursos de diferentes fontes financiadoras.

A parceria do MPA com a Embrapa tem permitido desenvolver ações para definição de políticas de P,D&I em pesca e aquicultura a curto, médio e longo prazo, com foco nas demandas do setor produtivo, por meio da integração de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e desse setor. Para tanto, está em fase de discussão o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia em Pesca e Aquicultura (CBPA), cuja finalidade é, dentre outras, propor políticas e diretrizes estratégicas. Neste ano foi dado prosseguimento ao processo de estruturação do Centro Nacional de Pesquisa em Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas – CNPASA, mediante formação do corpo técnico do centro, de ações para adequações das instalações físicas e início da construção da sede. Teve continuidade o projeto em rede Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Brasil – Aquabrasil. Adicionalmente, foram continuadas a ações de otimização de infraestruturas nos centros de referência em aquicultura (São Francisco – CERAQUA/AL, e Parnaíba – CERAQUA/PHB, no Piauí), cuja gestão se dará em conjunto entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, a Embrapa, o MPA, e ainda, em Alagoas, com a Universidade Federal de Alagoas e o Governo do Estado, e no Piauí, com Governo do Estado.

Também objetivando garantir uma discussão participativa na definição e consolidação de demandas para direcionamento das ações em P,D&I, o MPA atuou junto a diferentes comitês, grupos, conselhos, fóruns e câmaras técnicas que possuem interface com os setores da pesca e aquicultura. Dentre esses, citam-se dois da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM: o Comitê Executivo para Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar – PPG-Mar e o Comitê Executivo para o Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha – Biomar. Quanto à soma de esforços de órgãos governamentais brasileiros para fomento de ações de cooperação internacional em pesca e aquicultura, houve em 2010, uma aproximação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o MCT para definição de áreas e instituições prioritárias para captação de recursos e execução de projetos.

Uma deficiência estrutural do setor pesqueiro artesanal está vinculada às restrições de acesso aos meios de conservação do pescado. Há ainda a dificuldade de comercialização direta de produtos provenientes da pesca artesanal e da aquicultura familiar, devido à ação de intermediários na cadeia produtiva, o que acarreta menores rendimentos para os pescadores artesanais e pequenos aquicultores. Neste sentido, foi publicado edital para cadastramento de entidades privadas, sem fins lucrativos, e órgãos da administração pública interessados em desenvolver projetos conjuntos de estruturação da cadeia produtiva do pescado por meio da disponibilização de caminhões frigoríficos, mediante termo de permissão de uso. Igualmente, foi publicado outro edital destinado a cadastrar órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, a fim de fomentar a melhoria da infraestrutura de distribuição e comercialização do pescado extraído e cultivado, por meio da disponibilização de veículo adaptado – Caminhão-Feira – para o transporte e comercialização de pescado – Programa Peixe no Bairro, também mediante termo de permissão de uso. Foram selecionadas em 2010, 43 entidades para recebimento de caminhões frigoríficos (R$ 6,8 milhões) e 50 entidades para recebimento de caminhões-feira (R$ 12,1 milhões). Desde 2008, são 126 caminhões, num total de R$ 22.677.050,00 investidos nesses equipamentos.

O segmento de bares e restaurantes representa uma importante via de escoamento da produção pesqueira nacional, e os pratos à base de pescado ganham visibilidade, aguçam o paladar dos brasileiros e estimulam o hábito da alimentação saudável. Assim, em 2010 foi assinado convênio com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, no valor transferido de R$ R$ 1.047.140,00. As ações da proposta integram atividades vinculadas ao plano estratégico da ABRASEL e do MPA quanto à valorização de produtos regionais, inclusão social, geração de emprego e renda, qualificação dos trabalhadores, com o intuito de promover o consumo de pescado em bares e restaurantes, bem como realizar a transferência de conhecimento entre agentes de bares e restaurantes e demais atores da cadeia produtiva de pescado. Estas ações são em formato de festivais gastronômicos, seminários, oficinas e rodadas de negócios.

Considerando a necessidade de capacitação de pessoal e garantia da qualidade do produto no último elo da cadeia produtiva antes do consumidor, formalizou-se convênio com a Fundação ABRAS, com valor transferido R$ 823.948,50, objetivando apoiar o projeto Qualidade na Peixaria. Tal projeto envolve desenvolvimento de materiais técnicos para comercialização de pescado, bem como sensibilização de empresários que atuam na cadeia produtiva do pescado e apoio à implantação das ferramentas voltadas para a garantia da inocuidade e da qualidade do pescado produzido e comercializado. São mais de 6.000 beneficiários diretos e mais de 60.000 beneficiários indiretos, considerando multiplicadores das escolas, funcionários de supermercado e consumidores.

Outra importante ação está relacionada à promoção da inserção do pescado em mercados institucionais. Em 2010, focou-se na inclusão do pescado na alimentação escolar, considerando as necessidades de garantir o acesso ao alimento nutricionalmente adequado e de dinamizar a economia local. Para melhor oferecer o pescado nesse mercado, o MPA lançou o edital de distribuição de equipamentos que auxiliem as entidades sem fins lucrativos do setor a produzirem polpa de peixe. Nove entidades apresentaram a documentação adequada e foram habilitadas.

As ações para o programa Gestão da Política Pesqueira, referentes ao monitoramento da pesca e aquicultura, congregam um amplo conjunto de atividades (recadastramento dos pescadores profissionais e da frota pesqueira nacional; registro geral da aquicultura e pesca; monitoramento da atividade pesqueira no litoral; censo aquícola e pesqueiro; rastreamento das embarcações pesqueiras; consolidação e divulgação da estatística pesqueira e aquícola nacional; Programa Nacional de Observadores de Bordo – Probordo; Programa Nacional de Mapa de Bordo, Desembarque Pesqueiro; Regime Nacional do Registro de Capturas – RCC; Sanidade pesqueira e aquícola do Ministério da Agricultura), que geram um enorme contingente de informações técnicas, tornado necessária a construção e implantação uma estrutura informatizada para auxiliar a sistematização e centralização de todos esses dados. Nesse sentido, está sendo desenvolvido o SINPESQ (Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura) , que é co-coordenado pelo MPA e IBGE, e agrega vários módulos e subsistemas. Além disso, desde 2009, os técnicos do IBGE têm Auxiliado os do MPA na construção da nova metodologia de monitoramento de desembarque pesqueiro, e também na de consolidação da produção pesqueira nacional.

Os módulos já estruturados e em operação são: a Central de MAPA de Bordo Emergencial – sistema responsável para entrada de informações contidas no registro administrativo Mapas de Bordo, foi modelado, desenvolvido e entrou em operação em 2009; o SisPREPS – sistema de monitoramento e controle de embarcações pesqueiras por satélite, foi modelado e desenvolvido em 2005 e 2006, tendo entrado em operação e 2007 – em 2010 iniciou-se o processo de evolução do sistema, quando foi feita a modelagem e iniciou-se o desenvolvimento da versão 2.0; SisCOB – sistema de gestão e aporte de informações coletadas a bordo pelos observadores de bordo foi modelado e desenvolvido em 2008 e 2009 e entrou em operação em 2010; SisRGP – sistema geral da pesca, teve os subsistemas de registro e gestão de informações de Embarcação Pesqueira, Armador, Indústria de Pesca modelado e desenvolvido em 2008 e 2009, entrando em operação em 2010. A modelagem dos subsistemas de Pescador Profissional, Aprendiz de Pesca, Aquicultor e Empresa de Comercialização de Organismos Aquáticos Vivos iniciou-se em 2010; o SisPNDPA – sistema de registro da pesca amadora foi modelado, desenvolvido e entrou em operação em 2010; o SisSSADP – sistema de gerenciamento e controle de subvenção de óleo diesel para embarcações pesqueiras foi modelado, desenvolvido em 2009, tendo entrado em operação em 2010; SisCENSOAQUA – sistema de aporte de informações sobre atividade aquícola no Brasil foi modelado, desenvolvido e entrou em operação em 2009; SIAPPE – sistema de avaliação da produção pesqueira no qual serão aportados os dados do monitoramento do desembarque pesqueiro do país foi modelado em 2010.

No que tange à pesca, houve evoluções no emprego dos instrumentos de gestão para o plano de monitoramento, mapa de bordo, observadores de bordo e desembarque pesqueiro. Em relação aos mapas de bordo, essa ferramenta possui um caráter multifuncional, utilizada para o monitoramento e controle do esforço de produção pesqueira. Desde sua criação, o registro administrativo Mapa de Bordo tem ajudado nos estudos de avaliação de alguns estoque pesqueiros, bem como na composição da captura anual de determinadas espécies dos boletins estatísticos nacionais dos últimos dez anos.

O Probordo é usado como ferramenta de monitoramento pesqueiro, subsidiando a gestão dos recursos pesqueiros e suas pescarias nas ações de extensão e conscientização ambiental, e para o cumprimento da legislação pesqueira. Foi ampliada a atuação do programa para as embarcações nacionais das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país, devendo manter a bordo o observador em 100% das operações de pesca. Monitora continuamente quatro embarcações da frota arrendada destinada a exploração de atum e afins na região Nordeste do país. A cobertura nacional abrange 24 embarcações para a frota do polvo, uma embarcação na pesca de caranguejo-de-profundidade e duas embarcações na pesca de peixe-sapo nas regiões Sudeste e Sul. Adicionalmente, o programa cobriu as frotas de camarão-rosa e cerco-sardinha norte e sudeste/sul.

Cerca de 60 % do território brasileiro já está coberto por projetos de monitoramento do desembarque pesqueiro, sendo que estes encontram-se em diferentes estágios de implementação e geração de dados. Cabe ressaltar que em 2008 e 2009, juntamente com acadêmicos, gestores e representantes do setor produtivo da pesca, foram padronizadas as variáveis a serem coletadas em todo o território nacional e que, no ano de 2010, em parceria com o IBGE, foi desenvolvida e testada a nova metodologia nacional de monitoramento pesqueiro, bem como uma nova tecnologia digital para auxiliar na coleta de dados. Além disso, iniciou-se o Censo Estrutural da Pesca nas bacias do Rio Paraguai, Paraná e Uruguai, a primeira etapa para a definição da malha amostral do monitoramento do desembarque pesqueiro e

implementou-se o monitoramento da pesca industrial nos estados do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

O controle da atividade de pesca foi realizado, principalmente, com base no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS, instituído em 2006. Além das políticas de desenvolvimento, o conhecimento sobre as áreas de ocorrência de recursos pesqueiros valiosos das águas brasileiras também é empregado no planejamento de operações de patrulhas navais e de fiscalização, a partir da indicação de setores possivelmente mais visados por embarcações estrangeiras envolvidas na pesca ilegal. Possibilita, ainda, um maior controle sobre embarcações nacionais não autorizadas em águas sob jurisdição de outros países. O PREPS engloba todas as embarcações de pesca de comprimento igual ou superior a 15 metros, além de algumas frotas específicas, independente do comprimento da embarcação, totalizando cerca de 1.300 embarcações. No entanto, os bons resultados para a gestão da pesca apontam para a ampliação de sua abrangência, com a inclusão de embarcações de menor porte de frotas específicas - 700 novas embarcações da frota lagosteira. Pretende-se controlar as operações de cerca de 3.000 embarcações. Também foi intensificada a identificação de embarcações pesqueiras que ainda não aderiram ao PREPS e essas embarcações tiveram suas permissões de pesca suspensas até sua regularização. Além da suspensão de permissões de pesca, foram emitidas advertências aos armadores responsáveis por embarcações monitoradas em virtude de atrasos de envio de sinal de rastreamento não justificados, bem como por detecção de operação de pesca em área proibida. Também houve vistorias nos locais de permanência da embarcação declarados pelo armador de pesca, para esclarecer possíveis situações de declaração falsa de desativação junto ao PREPS.

Realizaram-se cursos aos fiscais do IBAMA, ICMBio, Polícias Militares e Polícia Federal. Em 2010, como resultado final do PREPS, foram constatadas cerca de 1.300 adesões ao Programa, além de ter sido dada continuidade às ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros órgãos responsáveis pela fiscalização. Relatórios com informações sobre operações irregulares de embarcações pesqueiras foram encaminhados aos órgãos de fiscalização a fim de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e apoiar a análise das infrações observadas.

Os resultados das ações de controle da pesca foram divulgados por meio de publicações e palestras. Também foram iniciados entendimentos com o Instituto Nacional e Pesquisas Espaciais – INPE, Polícias Militares, IBAMA e Polícia Federal para celebração de Acordos de Cooperação para subsidiar atividades de controle, fiscalização e monitoramento da pesca. O MPA também adquiriu 28 lanchas rápidas para patrulha e fiscalização da pesca e concedeu o uso destes equipamentos a parceiros nos estados de Santa Catarina, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, elevando, assim, a capacidade local de combater a pesca ilegal no Brasil.

O MPA, no ano de 2010, instituiu o Regime Nacional de Certificação de Capturas – RCC do Brasil a fim de orientar os exportadores de produtos de origem da pesca extrativa marinha à Comunidade Europeia, em virtude do estabelecimento do Regulamento CE n.º 1005/2008. Em continuidade à implementação de medidas que têm como objetivo prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada no mundo, a Comunidade Europeia publicou, em 2008, o Regulamento (CE) n.º 1005, considerado como uma medida de controle de mercado na busca pela sustentabilidade da atividade de pesca de acordo com orientações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A intenção é melhorar a rastreabilidade de todos os produtos comercializados com a Comunidade Europeia e facilitar o controle sobre o cumprimento das medidas de ordenamento e conservação de cooperativa com outros países. Para tanto, foi instituído o Regime Nacional de Certificação de Capturas – RCC para os produtos de origem da pesca extrativa marinha, capturados por embarcações fornecedoras de matéria-prima com finalidade de exportação, devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, e que não tenham sido provenientes de operações de pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. O RCC possui registradas 617 embarcações fornecedoras de matéria-prima para exportação e 52 empresas exportadoras de pescado. Em 2010, ano em que entrou em vigor esse regime, 2.200 certificados foram emitidos com o objetivo de validar a captura brasileira como pesca legal para o mercado europeu. Dentre as espécies mais representativas das exportações nacionais para a União Européia estão o bonito-listrado, peixe-sapo, albacoras, espadarte e caranguejos.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para a gestão da atividade pesqueira (pesca e aquicultura), em atendimento ao disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. No período de 2003 a 2010, o RGP obteve diversos avanços: i) recadastramento de pescadores profissionais e de frotas pesqueiras; ii) ordenamento e concessão de permissões de novas espécies-alvo de pescado; iii) edição de marcos regulatórios afetos à regulamentação da atividade pesqueira no país; iv) criação e implantação do Sistema Informatizado do RGP (SisRGP); v) fiscalização e combate ao porte ilegal de carteira de pescador e outras irregularidades do RGP; e vi) celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social (MPS), para acesso a bases de dados do Cadastro Nacional de

Informações Sociais (CNIS); e do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para acesso às bases de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os principais resultados obtidos pelo RGP podem ser resumidos nas seguintes realizações: regulamentação da atividade pesqueira, por meio de instrumentos legais; ordenamento e permissionamento de novas espécies-alvo; extensão do registro para novas categorias; recadastramento de pescadores e frotas pesqueiras; ampliação do número de registros nas diversas categorias do RGP; maior eficiência no controle; fiscalização e combate a irregularidades na atividade pesqueira; maior celeridade na análise, emissão de pareceres e expedição de despachos dos processos; realização do treinamento dos servidores e funcionários das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura na aplicação da legislação do RGP e na operação de sistemas informatizados (SisRGP); edição do Anuário do RGP, que contempla os dados das diversas categorias do RGP; e assunção da coordenação da pesca amadora no país e dentro das atividades do RGP.

No ano de 2010, o RGP obteve novos avanços e aprimorou conquistas já realizadas nos anos anteriores a partir de 2003: i) cadastramento de pescadores profissionais e de embarcações pesqueiras de diversas frotas em todas as regiões; ii) ordenamento e concessão de permissões e autorizações para captura de pescado em diversas modalidades; iii) edição de marcos regulatórios afetos à regulamentação da atividade pesqueira no país; iv) criação e implantação do Sistema Informatizado do RGP (SisRGP) para os módulos que tratam das categorias indústria pesqueira, armador de pesca e embarcação pesqueira, assim como o desenvolvimento do módulo relativo aos pescadores profissionais; v) fiscalização e combate ao porte ilegal de carteira de pescador e outras irregularidades do RGP; e vi) celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social (MPS), para acesso a bases de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); e do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para acesso às bases de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os Acordos de Cooperação Técnica mencionados visam a depuração no registro de pescadores profissionais junto ao MPA à luz da regulamentação da categoria e os acessos às bases de dados mencionadas já se tornaram rotina na análise do pleitos que tratam da categoria Pescador Profissional.

Os principais resultados obtidos pelo RGP podem ser resumidos nas seguintes realizações: regulamentação da atividade pesqueira, por meio da edição de diversos instrumentos legais; ordenamento e permissionamento de novas espécies-alvo; elaboração de discussão de decreto regulamentando o RGP, estendendo o registro para novas categorias à luz do disposto na Lei n.º 11.959/2009; cadastramento de pescadores e frotas pesqueiras; ampliação do número de registros nas diversas categorias do RGP; maior eficiência no controle; fiscalização e combate a irregularidades na atividade pesqueira; maior celeridade na análise, emissão de pareceres e expedição de despachos dos processos decorrente do aumento da equipe e organização interna dos trabalhos; realização do treinamento dos servidores e funcionários das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura das regiões Sudeste e Sul na aplicação da legislação do RGP e na operação de sistemas informatizados (SisRGP) e planejamento do treinamento das demais regiões; edição do Anuário do RGP, que contempla os dados das diversas categorias do RGP; e assunção da coordenação da pesca amadora no país e dentro das atividades do RGP.

Em maio de 2010, o MPA assumiu a coordenação da pesca amadora no país e dentro das atividades do RGP, teve a missão precípua de divulgar suas ações, os períodos de defeso e demais medidas de ordenamento, os novos procedimentos para concessão da carteira de pescador amador e esclarecer os novos critérios para acesso à carteira de pescador amador em todas as regiões do país, além de propiciar concessão de carteiras de pescador amador. Após o período de transição da atividade de licenciamento do pescador amador do Ibama para o MPA, que findou em maio de 2010, o Ministério da Pesca e Aquicultura disponibilizou em sua página na internet o serviço para a obtenção da Licença da Pesca Amadora. Desde o dia 29/6 até 19/9/2010, foram emitidas 38.861 licenças, sendo: 1.619 para Aposentados, 7.948 para a pesca desembarcada, 29.675 para a pesca embarcada e 1.238 para a pesca subaquática. A receita advinda das licenças expedidas nesse período totalizou R$ 2.014.572,982. Com relação às competições de pesca amadora, foram expedidas autorizações para 116 torneios, sendo 48 em 2009 pelo Ibama e 68 em 2010, pelo Ibama e MPA.

O MPA instituiu o Regime Nacional de Certificação de Capturas – RCC do Brasil a fim de orientar os exportadores de produtos de origem da pesca extrativa marinha à Comunidade Europeia, em virtude do estabelecimento do Regulamento CE n.º 1005/2008. Em continuidade à implementação de medidas que têm como objetivo prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada no mundo, a Comunidade Europeia publicou, em 2008, o Regulamento (CE) n.º 1005, considerado como uma medida de controle de mercado na busca pela sustentabilidade da atividade de pesca de acordo com orientações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A intenção é melhorar a rastreabilidade de todos os produtos comercializados com a Comunidade Europeia e facilitar o controle sobre o cumprimento das medidas de ordenamento e conservação de cooperativa com outros países. Para tanto, foi instituído o Regime Nacional de Certificação de Capturas – RCC para os produtos de origem da pesca extrativa marinha, capturados por embarcações fornecedoras de matéria-prima com finalidade de exportação, devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, e que não tenham sido provenientes de operações de pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. O RCC possui registradas 617 embarcações fornecedoras de matéria-prima para exportação e 52 empresas exportadoras de pescado. Em 2010, ano em que entrou em vigor esse regime, 2.200 certificados foram emitidos com o objetivo de validar a captura brasileira como pesca legal para o mercado europeu. Dentre as espécies mais representativas das exportações nacionais para a União Europeia estão o bonito-listrado, peixe-sapo, albacoras, espadarte e caranguejos.

Desde dezembro de 2009 a competência legal da sanidade pesqueira e aquícola no país foi transferida do MAPA ao MPA. Diversas ações foram desenvolvidas, entre as quais a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os dois Ministérios para operacionalização dos temas: importação e exportação de recursos pesqueiros e pescado; monitoramento de contaminantes e resíduos naturais e artificiais em recursos pesqueiros; vigilância epidemiológica relacionada aos animais aquáticos; estabelecimento de programas de controle e erradicação de enfermidades de animais aquáticos; inspeção de pescado; registro de insumos agropecuários para uso em aquicultura; atividades de educação e capacitação no âmbito da sanidade de recursos pesqueiros.

Outro ponto foi o estabelecimento de novo marco regulatório para a autorização de importação de animais aquáticos, de pescado e de seus produtos derivados para o Brasil, quanto aos aspectos de defesa sanitária animal. A instrução normativa estabelece as metodologias, etapas e prazos para a condução de análise de risco de importação de animais aquáticos e de pescado para o Brasil, com vistas ao aumento do controle sanitário nos processos de importação e à manutenção da condição sanitária do país. Diversos pedidos de autorização de importação de animais aquáticos e pescado são solicitados todos os anos e não havia no país as regras para a avaliação dos riscos sanitários intrínsecos ao processo.

O Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) estabelece um sistema de monitoramento da qualidade de ostras e mexilhões destinados ao consumo humano. É baseado no levantamento sistemático da qualidade microbiológica da água de cultivo e o monitoramento da presença de toxinas na carne de molusco, ocasionadas pela floração natural de microalgas marinhas nocivas, nas áreas de cultivo e extração dos moluscos. Conta ainda com o apoio de agências estaduais de defesa sanitária e de pesquisa, bem como de universidades. Não havia no Brasil um programa específico para o monitoramento da presença de contaminantes naturais e de microrganismos patogênicos para a produção e extração de moluscos bivalves (ostras, mexilhões, etc.). Esse programa garante a segurança alimentar do produto e também é um pré-requisito para que o Brasil possa exportar ostras para outros países, como os EUA e a Comunidade Européia, onde programas de controle similares já são executados.

É fato que a maior parte dos recursos pesqueiros do Brasil (80%) encontra-se em níveis de explotação além dos limites de sustentabilidade. Esse quadro é resultado, em parte, do histórico abandono do setor pesqueiro nacional por parte do Estado brasileiro. Assim, a perspectiva de aumento da produção de pescados passa, necessariamente, pelo restabelecimento do papel do Estado na promoção de ações voltadas ao ordenamento da atividade, ou seja, no controle do acesso ao uso dos recursos pesqueiros. Em 2010, o MPA e o MMA iniciaram a construção de um processo dinâmico e participativo para condução da política de ordenamento pesqueiro no país. O maior desafio corresponde à definição do papel do sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros, criado por meio do Decreto n.º 6.981, de 13 de outubro de 2009. Foi realizada uma série de reuniões técnicas entre os Ministérios para definição desse sistema compartilhado, e garantir a participação de todos os usuários, com abordagem sistêmica que abrange aspectos sociais, econômicos e biológicos.

As ações para pesca profissional artesanal têm sido orientadas pelo Plano Mais Pesca e Aquicultura, priorizando a atuação nas diretrizes estruturação da cadeia produtiva, inclusão social e organização do setor. Frente à complexidade dos problemas enfrentados por este setor, os projetos desenvolvidos atuam sobre problemas sociais, econômicos e ambientais, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras. No eixo do desenvolvimento social, são realizados projetos de alfabetização e capacitação profissional de pescadores, de inclusão digital nos Telecentros da Pesca Maré, e de distribuição de alimentos a famílias em risco nutricional.

Em 2006, a então SEAP assinou Acordo de Cooperação com o MEC para implantação de uma política de formação humana na pesca marítima, continental e aquicultura familiar. Uma nova versão do referido acordo foi firmada em 2009. Como resultado desta política, existiam, até 2009, 20 núcleos de pesquisa, 23 cursos técnicos em pesca ou aquicultura (ou similares) implantados. Em 2010 esse número aumentou para 25 núcleos de pesquisa, 78 cursos técnicos em pesca ou aquicultura. Outro resultado é a descentralização para o Instituto

Federal do Paraná de recursos no valor R$ 4.229.440,00 objetivando oferecer, por meio da educação à distância, cursos técnicos de nível médio integrado a pesca e aquicultura, que serão oferecidos a 2.000 pescadores e aquicultores familiares, em 50 Pólos de Apoio Presencial (nos Telecentros da Pesca Maré), em âmbito nacional.

No projeto de inclusão digital Telecentros da Pesca Maré, o MPA está realizando significativos investimentos. São 120 Telecentros em revitalização/instalação e o MPA investiu em 2008, mais de 2,3 milhões, na aquisição de kit multimídia composto por 10 novos computadores, projetor de imagem e tela de projeção, impressoras e máquinas fotográficas. Estes equipamentos estão sendo entregues aos telecentros. Junto com os equipamentos, o MPA enviou acervo de livros (Arca das Letras) em parceria com o MDA, buscando ampliar as funções do telecentro, tornando-os pontos de cultura para as comunidades pesqueiras. Em 2009, foram entregues 39, e em 2010 mais 45 telecentros revitalizados.

Em 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão abriu seleção pública para entidades e órgãos interessados em apoiar a manutenção ou implantação de telecentros junto ao Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros BR. Com isso, possibilitou ao MPA entrar como proponente para a manutenção de 120 telecentros da Pesca Maré e a implantação de 211 novos telecentros em comunidades pesqueiras. A proposta saiu vitoriosa, contemplando a totalidade dos telecentros participantes. Em dezembro de 2010, foram selecionados 57 monitores bolsistas, e a previsão para entrega de mais de 100 novos telecentros. Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares de projetos de capacitação. No ano de 2010 o valor previsto foi de R$ 3.788.902,91, em oito projetos envolvendo capacitação. Em parceria com o MDS, dentro da ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, foram distribuídas mais de 27.500 cestas de alimentos para 5.500 famílias. Em apoio a situações emergenciais, distribuíram-se mais 2.610 cestas para o estado de Alagoas, 351 para o estado de Pernambuco, 270 para o Rio de Janeiro e 4.800 para o estado do Tocantins, totalizando 31.211 cestas distribuídas no ano de 2010 para pescadores em situação de insegurança alimentar.

No eixo do desenvolvimento econômico, são realizados projetos de estruturação da cadeia produtiva que permitem aos pescadores agregar valor à produção e dispor de insumos mais baratos e acessíveis, melhorando a qualidade do pescado e a economicidade da atividade. São efetivados mediante a implantação de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), de Unidades de Beneficiamento de Pescado, de Fábricas de Gelo, Câmaras Frigoríficas e de Pequenos Empreendimentos como Pontos de Venda de Pescado e Cozinhas Comunitárias. Estão em implantação 14 Cipars, os quais prevêem investimentos em estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização de pescado, bem como em unidades de apoio ao processo de educação e capacitação das comunidades. Em 2010, foram aplicados R$ 1,3 milhões para implantação de uma rede estratégica para organização e suporte ao setor pesqueiro local, recuperação e renovação da frota local, melhoria das instalações e processos de comercialização da produção pesqueira no CIPAR de Beberibe, e mais R$ 1.057.501,00 para estruturação de uma rede solidária de cooperação e comercialização de pescados e mariscos das comunidades pesqueiras de Camamu, Igrapiúna e Maraú, no Projeto CIPAR de Camamu. Considerando o número de pescadores registrados nos municípios da área de abrangência dos 14 CIPARs, são beneficiários 42.635 pescadores profissionais artesanais.

As fábricas de gelo têm o objetivo de estabelecer uma política nacional e permanente de qualificação da cadeia produtiva do pescado, com fabricação e distribuição de gelo, tendo em vista a melhora das condições de conservação do pescado, a redução de custos e aumento da renda dos pescadores artesanais, e a oferta de pescado de melhor qualidade com preço mais acessível aos consumidores. Em 2010, 198 entidades ligadas à pesca foram beneficiadas. O MPA lançou edital público para seleção de entidades para o recebimento de 10 Câmaras Frigoríficas no Espírito Santo, com um valor total de R$ 340 mil, e os equipamentos entregues no ano de 2010. Também foram entregues os equipamentos do projeto Pequenos Empreendimentos para a Pesca Artesanal (cozinhas comunitárias, pontos fixos de comercialização, acampamento de pescadores e equipamentos para manipulação de mariscos), com orçamento total de R$ 2.800.000,00. No âmbito dos objetivos do Revitaliza, foi aprovada, por meio de edital público, uma proposta de assistência técnica para comunidades pesqueiras.

Aliado ao estabelecimento de um processo de gestão participativa dos recursos pesqueiros, o MPA tem apoiado iniciativas para o redirecionamento do esforço de pesca empregado sobre os recursos tradicionalmente capturados. Além disso, as ações de monitoramento da pesca industrial, refletidas na implantação do PREPS, dos projetos de monitoramento da frota industrial e dos embarques de observadores a bordo das embarcações pesqueiras, têm proporcionado maior segurança no controle das pescarias industriais que ocorrem no Brasil. Dentre os projetos demonstrativos que vêm sendo implementados, destaca-se o Projeto Anchoíta, desenvolvido pelo MPA em parceria com universidades e indústrias de pesca da região Sul do país, que corresponde à consolidação de um esforço que remonta à década de 70, com os primeiros cruzeiros prospectivos da espécie no Brasil. A anchoíta (*Engraulis anchoita*) apresenta um potencial

de produção inigualável, estimado em 100 mil toneladas/ano. A partir de investimentos da ordem de R$ 4 milhões, foi possível desenvolver uma experiência aliando conhecimentos da biologia do recurso, a estratégia de captura, o beneficiamento industrial e as possibilidades de consumo, incluindo o mercado institucional de alimentos. Em 2010, foram produzidas as primeiras latas de anchoíta em conserva para realização de testes de aceitação com diversas classes de consumidores, em especial na merenda escolar. Paralelamente ao projeto, a anchoíta foi testada pela primeira vez no país como alternativa de isca viva para a frota atuneira que captura o bonito-listrado, principal matéria-prima da indústria de atum enlatado.

Na região Nordeste, o projeto experimental de captura de sardinha-laje (*Opistonema oglinum*), desenvolvido pelo MPA em parceria com cooperativas de pescadores, apresentou em 2010 excelentes resultados relacionados à viabilidade de captura, mostrando-se uma alternativa para o desenvolvimento de uma frota semi-industrial na região. Em novembro de 2010, foi realizada em Santa Catarina a 1ª Feira Internacional de Pesca e Aquicultura do Brasil – AQUAPESCA BRASIL -, com o objetivo de promover as relações comerciais e institucionais dos diversos atores relacionados ao setor da pesca e aquicultura. O evento contou com empresários provenientes de grandes países pesqueiros, como Noruega, Chile, Coreia e China. O evento teve amplo apoio institucional do MPA e contabilizou a participação de mais de 10 mil visitantes nos três dias de trabalhos.

Desde que o MPA assumiu as atribuições sobre a pesca amadora, diversas ações têm sido adotadas, a partir da criação da Comissão de Políticas para a Pesca Amadora, em maio de 2010. Tal Comissão tem como objetivos a formulação e estabelecimento da Política Nacional para a Pesca Amadora e seu respectivo Programa de Ação, bem como a indicação de uma solução de estrutura institucional para a pesca amadora, a ser adotada no âmbito do Ministério. Igualmente, em setembro de 2010, o MPA promoveu o 1º Encontro Nacional da Pesca Amadora, reunindo cerca de 200 representantes dos diversos segmentos relacionados à pesca amadora do Brasil. O principal objetivo do encontro foi o de propor políticas públicas necessárias para o setor amador (não comercial) de pesca, mediante consolidação de um texto-base que define as diretrizes para estruturar uma Política Nacional para a Pesca Amadora e elaborar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora.

A aquicultura, quando comparada a outras cadeias produtivas, é uma das atividades com maior crescimento nos últimos anos, e o Brasil se insere hoje entre os países mais promissores no desenvolvimento desta atividade. As recentes políticas do Governo Federal, por intermédio do MPA, foram fundamentais para o desenvolvimento da aquicultura nacional, permitindo que a atividade atingisse produção de mais de 415 mil t no ano de 2009, representando atualmente 33% do pescado produzido no Brasil. Destaca-se a piscicultura com produção de 337.000 t, um crescimento de 90% quando comparado ao ano de 2003. O crescimento observado na aquicultura nacional é resultado principalmente das ações executadas no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, expresso nos planos de ação do MPA com a finalidade de promover o fortalecimento da cadeia produtiva, utilizando medidas e critérios de ordenamento para o aumento da produção e inclusão social. Dentre as principais ações do Programa estão o apoio à implantação da aquicultura em águas públicas, de unidades demonstrativas (UDs) de aquicultura, unidades de beneficiamento de pescado, unidades de produção de formas jovens de organismos aquáticos, e aquicultura familiar. Em relação à 2010, embora a consolidação dos dados de produção não esteja concluída, há a expectativa de crescimento da aquicultura, seguindo a tendência dos anos anteriores

A política de Implantação da aquicultura em águas públicas tem o objetivo de promover a ocupação ordenada dessas águas continentais e marinhas, e a democratização do acesso à água como meio de produção. Por meio dos parques aquícolas (PAqs), a cessão de áreas para aquicultura é uma nova ferramenta de efetivação desta política. No ano de 2010, estudos para a demarcação de PAqs nos reservatórios de Serra da Mesa e Cana Brava (GO) foram contratados e estão em processo de execução. O valor total empenhado foi de R$ 1.049.000,00. Estão ainda em fase de estudo para demarcação os reservatórios de Manso (MT), Ita (SC/RS), Machadinho (SC/RS), Boa Esperança (MA/PI), Xingó (SE/BA/AL), Itaparica (PE/BA), Sobradinho (BA), Coremas (PB) e Lajeado (TO), totalizando R$ 6.089.810,37. Os planos de trabalho já foram apresentados pelas empresas contratadas, e a primeira parcela do recurso liberada.

Outras ações de destaque referente ao apoio à implantação de aquicultura em águas públicas são os convênios firmados para realização de estudos ambientais e socioeconômicos para a delimitação e implantação dos PAqs continentais de oito reservatórios no Rio Paranapanema (Jurumim, Salto Grande, Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu, Capivara e Rosana) nos estados de Paraná e São Paulo, no valor global de R$ 2.651.761,36. Foram formalizados ainda contratos para realização de estudos para a demarcação de PAqs continentais nos reservatórios de Samuel (RO) e Moxotó (BA/PE/AL). Com o objetivo de realizar estudos que norteiem cientificamente o processo decisório sobre permissão ou não de se cultivar tilápias (*Oreochromis niloticus*) em tanques-rede no lago de Itaipu e na Bacia do Rio Uruguai, foi formalizado convênio no valor de R$ 737.000,00.

Com o intuito de realizar estudos para demarcação de PAqs para o desenvolvimento

sustentável da maricultura estuarina, encontram-se em execução estudos socioambientais e de zoneamento de áreas nos estados de Sergipe, Paraná, Pará e Rio de Janeiro, somando R$ 3.866.013,02. Estima-se que os estudos em andamento possibilitarão a cessão de mais de 2.600 ha de área para produção de pescado proveniente da aquicultura.

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento econômico da aquicultura em diversas regiões do Brasil, são realizadas ações de implantação de unidades demonstrativas para capacitação técnica e difusão de tecnologia da cadeia produtiva aquícola. Destaca-se o projeto apoiado em conjunto com a Embrapa Pantanal (MS) para capacitação e monitoramento do desempenho zootécnico do pintado (*Pseudoplatystoma sp*), no valor de R$ 201.592,26. Pode-se citar ainda iniciativa realizada no Estado de São Paulo, com repasses no valor de R$ 160.690,92, com vistas a capacitar tecnicamente em piscicultura em tanque-rede cerca de 300 beneficiários.

A previsão para o ano de 2010 preconizava a implantação de oito UDs, porém até o final do ano de 2010, foram viabilizadas quatro, sendo que outras quatro estão em fase final de readequações dos projetos. Das ações realizadas para implantação de UDs referentes à execução de convênios formalizados em anos anteriores a 2010, podem-se citar projetos nos estados de MS, CE, PR, SC, RN, GO, BA e AP com investimentos que giram em torno de R$ 2.741.750,52. Os convênios mencionados ainda apresentam pendência para liberação de parcelas em virtude da não obtenção da cessão de uso das águas. Justifica-se que o condicionamento da liberação dos recursos à cessão da área foi determinado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão TC-017.237/2006-6), de sorte que sejam cumpridos os trâmites processuais conforme arcabouço institucional vigente (Decreto 4.895/2003 e INI 06/2004). Nesse aspecto, constata-se longa tramitação dos respectivos processos de cessão, pois envolvem outros órgãos. Devido à natureza da ação, tais procedimentos deverão ser revistos, constatando-se que o apoio às UDs deverá orientar-se por maior interação entre os diferentes órgãos envolvidos com vistas à ter mais agilidade.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura é composto ainda por ações de ordenamento territorial com a finalidade de efetuar o ordenamento da aquicultura continental e marinha em estabelecimentos rurais e áreas urbanas. Este grupo de ações tem como finalidade o desenvolvimento da aquicultura como alternativa de renda em módulos familiares de produção.

Quanto às ações orçamentárias referentes à aquicultura marinha em estabelecimentos rurais e áreas urbanas, foram firmados, em 2010, cinco convênios nos estados de PE, CE, MG, RN e SC, totalizando um montante de R$ 1.344.390,93. Tais convênios beneficiarão cerca de 7.000 pessoas direta e indiretamente nas comunidades locais dos projetos conveniados. Dentre esses convênios, o MPA apoiou diversas cadeias produtivas da maricultura. Podemos citar a carcinicultura, com destaque para dois convênios de extrema relevância, os quais o MPA apoia e acompanha, sendo um deles a certificação do camarão cultivado. O objeto principal deste projeto é a elaboração e publicação de um instrumento legal para normatização da certificação da carcinicultura nacional. Outro convênio, firmado junto à Associação Catarinense dos Criadores de Camarão (ACCC), tem como objetivo o melhoramento genético do camarão-branco (*Litopenaeus vannamei*), principal espécie cultivada no Brasil, tornando-o resistente à mancha branca.

Outra cadeia relevante é a algicultura, para a qual foram formalizados um convênio no Rio Grande do Norte e outro no Ceará, a fim de fomentar o projeto de Desenvolvimento das Comunidades Costeiras do Nordeste (DCC), firmado mediante cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Os convênios objetivam ações de agregação de valor ao produto final e o desenvolvimento de técnicas de esporulação de algas do gênero *Gracilaria*, visando gerar um rótulo nutricional dos produtos à base de algas, o qual garantirá qualidade e segurança alimentar. Quanto à malacocultura, em 2010, apenas um convênio foi apoiado, sendo esse em Pernambuco, o qual propôs o melhoramento do cultivo de ostras, pela implantação de uma unidade demonstrativa de ostreicultura mecanizada, objetivando melhoria nas condições de trabalho e aumento da produção.

Além dessas cadeias, tiveram relevância ações de controle sanitário especificamente na cadeia produtiva de moluscos bivalves, com destaque para instalação do Laboratório de Monitoramento do Meio Marinho, com a contratação de corpo técnico permanente e a estruturação deste para credenciamento e creditação dos procedimentos junto ao Ministério da Agricultura, sendo este responsável pelo monitoramento de algas nocivas junto aos cultivos de moluscos bivalves de Santa Catarina. No ano de 2009, foi firmado outro convênio, sendo esse no Rio Grande do Norte e trata da sanidade da cadeia produtiva da piscicultura e carcinicultura. Ambos visam adotar medidas sanitárias que atendam à produção de organismos aquáticos cultivados, de forma a controlar a transmissão e disseminação de enfermidades.

Outra cadeia da maricultura que merece destaque é a piscicultura marinha, com apoio a projetos de fomento ao desenvolvimento de pesquisas para todos os segmentos da cadeia produtiva de peixes marinhos, a fim de obter melhores resultados ao processo de reprodução e engorda, com o objetivo de tornar as espécies cultivadas viáveis economicamente. Nos anos de 2008 e 2009, a

malacocultura mereceu destaque quanto ao seu desenvolvimento e crescimento, pois foram formalizados onze convênios nas quatro regiões costeiras. Isto mostra a difusão da cadeia produtiva da malacocultura para além dos estados do Sul e Sudeste, tradicionais produtores. Tais convênios atendem a diversas necessidades impostas pelo setor aquícola, desde a pesquisa para o fortalecimento da produção até subsídio para o desenvolvimento da ostreicultura familiar.

Dando prosseguimento à política de fomento para o desenvolvimento da aquicultura continental em estabelecimentos rurais, destacam-se as ações de apoio ao funcionamento das unidades integrantes da cadeia produtiva, com vistas a potencializar as estruturas de produção de formas jovens, engorda, beneficiamento e comercialização. No apoio à implantação de unidades de beneficiamento de pescado, destacam-se os investimentos voltados a melhoria na qualidade do pescado comercializado. Nesta ação foram executados convênios firmados em 2009, nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, totalizando um repasse de recursos de R$ 808.150,38. Já em 2010, foi firmado convênio no Estado do Mato Grosso no valor total do convênio de R$ 518.851,88. Estes projetos contam com 2.232 beneficiários diretos.

O MPA apoia ainda unidades de produção de formas jovens de organismos aquáticos, com o objetivo de promover o fornecimento de insumos básicos. Foram disponibilizados, em 2010, um total de R$ 230.000,00. Os convênios foram desenvolvidos no Pará para atendimento a 1.400 famílias. O repasse de recursos em 2010 para o apoio à aquicultura familiar contou com R$ 1.121.866,23 direcionados para implantação das estruturas de cultivo necessárias para a piscicultura. Dos convênios firmados em 2009, receberam recursos os projetos apoiados no Acre, que beneficiaram 543 famílias diretamente. Dos convênios firmados em 2010, somente o realizado no Rio Grande do Sul recebeu recursos, num valor total de R$ 205.420,00 para a construção de viveiros escavados.

A execução física e financeira dos convênios firmados em 2009 e 2010 atende ao estabelecido no objeto pactuado e nas políticas públicas do MPA, sendo que alguns desses estão com os cronogramas de atividades atrasados, devido ao contingenciamento orçamentário ou em função do período eleitoral. Ressalta-se que os parceiros não terão o período de vigência prejudicado, visto que foi dado termo aditivo equivalente ao período que ficaram impossibilitados de execução. Para fins de avaliação considera-se que a execução do Programa vem acompanhando adequadamente as metas estipuladas acompanhando a execução financeira.

Outra forma do MPA alcançar os objetivos de planejamento e ordenamento da aquicultura é por meio de ações não orçamentárias. Desta forma, foram realizadas parcerias com a Fundação Banco do Brasil para implantação da primeira carcinicultura comunitária com licenciamento ambiental no Brasil no município de Icapuí (CE), num montante de R$ 200.000,00. Foi realizada ainda em parceria com a *Canadian International Development Agency* para desenvolvimento do projeto Gente da Maré (GDM), que apoia a utilização sustentável dos recursos marinhos, através de introdução e disseminação de técnicas simples e economicamente viáveis. O GDM envolve as comunidades na co-gestão de recursos pesqueiros nos estados de PE, PB, BA e RN. Em 2010, foram realizados intercâmbios tecnológicos de ostreicultores no Pará, São Paulo e Canadá. Mediante estes intercâmbios, as técnicas de produção de sementes, cultivo e depuração de moluscos foram disseminadas para as instituições e comunidades envolvidas. Mais de 40 maricultores receberam capacitações em gestão e realizaram estudos de viabilidade econômica de seus empreendimentos. Na área de saúde ocupacional, foram elaboradas cartilhas para marisqueiras e agentes de saúde sobre as doenças associadas com a atividade.

Destaca-se ainda a realização do I *Workshop* de Licenciamento Ambiental da Aquicultura para capacitação dos analistas ambientais dos órgãos Estaduais de Meio Ambiente, mediante parceria com a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente. Esta ação representou um grande passo em direção a regulamentação do setor aquícola, visto que o nivelamento dos analistas ambientais no processo do licenciamento ambiental garantirá a melhor gestão da atividade. Foram firmados acordos de cooperação bilaterais para repasses de tecnologia na América do Sul, América Central e África, atingindo especificamente os países de Guiné Bissau, Uruguai, Mauritânia, Bolívia e os países da Caricom.

**PARTE VI**

# BALANÇO GERAL DA UNIÃO

# PARTE VI – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

## 6.1 – ASPECTOS GERAIS: ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

A Prestação de Contas anual do Presidente da República, prevista no artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal, contempla, entre outras informações, o Balanço Geral da União, que agrega as informações dos órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e dos fundos, bem como consolida as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### 6.1.1 - Órgãos, Entidades e Fundos

Os órgãos, entidades e fundos que compõem a administração direta e indireta estão apresentados em tabela específica inserida nas Informações Adicionais da PCPR.

### 6.1.2 - Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos

O Ministério da Pesca e Aquicultura (58000) foi criado com a publicação da Lei nº 11.958/2009 e do Decreto nº 69722/2009, resultado de um esforço conjunto entre poder público e sociedade civil.

A Lei nº 12.289/2010 instituiu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (órgão 26442), com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (órgão 26267) foi criada com a publicação da Lei nº 12.189/2010, tem natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

A Lei nº 12.114/2009 criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC (órgão 44902), de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

O órgão 32993 - Conta Consumo De Combustíveis Fósseis/Eletrobras foi excluído, uma vez que o registro dos seus dados no Siafi já estavam constatados no balanço publicado anualmente pela Eletrobrás – empresa pública. Este fato foi detectado após a análise, pelo Ministério de Minas e Energia – MME, dos balancetes para a integração, concluindo que o órgão deveria ser excluído.

A partir de 2010, o Conselho Nacional de Justiça, que até então constava na estrutura do Supremo Tribunal Federal, passou a ser um órgão (17000). O Conselho Nacional do Ministério Público também foi transformado em órgão em 2010 (órgão 59000).

### 6.1.3 - Diretrizes sobre a Elaboração das Demonstrações e sua Consolidação

As demonstrações que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos:

- da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;
- do Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; do Decreto nº 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e atualiza e consolida a legislação pertinente;
- da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; da Lei nº 12.017/2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010; da Lei 12.214/2010 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2010;
- do Decreto 7.094/2010 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010;
- do Decreto nº 7.144/2010 que alterou os artigos 1º, 2º e 8º e os Anexos I, II, III, IV, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16);
- e outras normas que regulam o assunto.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2010 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Mutações do Patrimônio Líquido, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas explicativas.

Essas demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor dos ministérios ou órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representadas pelas

autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e das entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

As demonstrações foram elaboradas de forma consolidada, que permite o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social.

Assim, a consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada.

Nesse processo de consolidação das demonstrações contábeis foram consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.

Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 751/2009, que aprova a segunda edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as demonstrações contábeis constantes do Balanço Geral da União estão complementadas por notas explicativas que têm a finalidade de apresentar o regime e os critérios contábeis usados na preparação e outras informações que facilitem a sua compreensão.

## 6.2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 921.851.701.537,00 | 921.851.701.537,00 | 902.561.418.238,26 | 19.290.283.298,74 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 1.766.021.794.352,00 | 1.826.704.029.309,00 | 1.437.215.573.593,94 | 389.488.455.715,06 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 293.541.111.856,00 | 293.541.111.856,00 | 281.815.114.603,29 | 11.725.997.252,71 | DESPESAS CORRENTES | 888.482.903.797,00 | 931.687.564.283,00 | 851.047.878.523,52 | 80.639.685.759,48 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 492.591.610.296,00 | 492.591.610.296,00 | 487.655.416.861,08 | 4.936.193.434,92 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 184.150.219.906,00 | 184.806.532.901,00 | 178.762.060.169,40 | 6.044.472.731,60 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 54.779.597.349,00 | 54.779.597.349,00 | 65.243.891.003,23 | -10.464.293.654,23 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 110.398.829.913,00 | 138.412.322.198,00 | 122.422.067.617,57 | 15.990.254.580,43 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 24.376.320,00 | 24.376.320,00 | 20.324.546,56 | 4.051.773,44 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 593.933.853.978,00 | 608.468.709.184,00 | 549.863.750.736,55 | 58.604.958.447,45 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 838.130.762,00 | 838.130.762,00 | 737.626.353,55 | 100.504.408,45 | DESPESAS DE CAPITAL | 877.538.890.555,00 | 895.016.465.026,00 | 586.167.695.070,42 | 308.848.769.955,58 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 34.585.692.411,00 | 34.585.692.411,00 | 40.499.151.069,27 | -5.913.458.658,27 | INVESTIMENTOS | 58.105.113.677,00 | 62.247.005.847,00 | 43.330.585.869,14 | 18.916.419.977,86 |
| TRANSFERENCIAS | 462.534.668,00 | 462.534.668,00 | 269.189.840,91 | 193.344.827,09 | INVERSOES FINANCEIRAS | 41.091.356.980,00 | 42.003.994.831,00 | 28.796.361.129,52 | 13.207.633.701,48 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 45.028.647.875,00 | 45.028.647.875,00 | 26.320.703.960,37 | 18.707.943.914,63 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 757.158.375.280,00 | 777.177.878.995,00 | 514.040.748.071,76 | 263.137.130.923,24 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 844.170.092.815,00 | 844.170.092.815,00 | 580.167.153.305,23 | 264.002.939.509,77 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 21.184.044.618,00 | 13.587.585.353,00 | 0,00 | 13.587.585.353,00 |
| OPERACOES DE CREDITO | 774.555.488.710,00 | 774.555.488.710,00 | 502.288.265.575,57 | 272.267.223.134,43 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 8.620.668.341,00 | 4.320.182.005,31 | 4.300.486.335,69 |
| ALIENACAO DE BENS | 4.874.947.872,00 | 4.874.947.872,00 | 797.973.578,22 | 4.076.974.293,78 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 560.281.155,00 | 157.787.466,78 | 402.493.688,22 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 24.298.819.687,00 | 24.298.819.687,00 | 24.799.044.422,29 | -500.224.735,29 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 0,00 | 1.167,00 | 0,00 | 1.167,00 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 314.923.620,00 | 314.923.620,00 | 101.411.536,30 | 213.512.083,70 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 560.279.988,00 | 157.787.466,78 | 402.492.521,22 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 40.125.912.926,00 | 40.125.912.926,00 | 52.180.458.192,85 | -12.054.545.266,85 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 8.060.387.186,00 | 4.162.394.538,53 | 3.897.992.647,47 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 2.441.426.958,00 | 1.653.499.761,57 | 787.927.196,43 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 5.618.960.228,00 | 2.508.894.776,96 | 3.110.065.451,04 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 12.875.184.856,00 | 10.054.552.995,90 | 2.820.631.860,10 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 7.459.826.064,00 | 5.883.476.063,94 | 1.576.350.000,06 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 7.459.826.064,00 | 5.883.476.063,94 | 1.576.350.000,06 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 5.415.358.792,00 | 4.171.076.931,96 | 1.244.281.860,04 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 4.550.358.792,00 | 3.556.136.650,85 | 994.222.141,15 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 865.000.000,00 | 614.940.281,11 | 250.059.718,89 |
| SUBTOTAL I | 1.766.021.794.352,00 | 1.766.021.794.352,00 | 1.482.728.571.543,49 | 283.293.222.808,51 | SUBTOTAL I | 1.766.021.794.352,00 | 1.848.199.882.506,00 | 1.451.590.308.595,15 | 396.609.573.910,85 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| | | | | | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 0,00 | 51.969.115.378,76 | -51.969.115.378,76 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 43.312.612.459,92 | -43.312.612.459,92 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 0,00 | 4.516.090.723,08 | -4.516.090.723,08 |
| | | | | | JUROS/ENCARGOS DA DIVID | 0,00 | 0,00 | 21.189,51 | -21.189,51 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 0,00 | 38.796.500.547,33 | -38.796.500.547,33 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 8.656.502.918,84 | -8.656.502.918,84 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 4.328.116.017,17 | -4.328.116.017,17 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 4.328.386.901,67 | -4.328.386.901,67 |
| | | | | | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 0,00 | 49.470.552,54 | -49.470.552,54 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 46.092.522,04 | -46.092.522,04 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 0,00 | 1.167,00 | -1.167,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 0,00 | 46.091.355,04 | -46.091.355,04 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 3.378.030,50 | -3.378.030,50 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 3.378.030,50 | -3.378.030,50 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 0,00 | 1.342.271.112,19 | -1.342.271.112,19 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 849.530.472,77 | -849.530.472,77 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 0,00 | 849.530.472,77 | -849.530.472,77 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 492.740.639,42 | -492.740.639,42 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 492.740.639,42 | -492.740.639,42 |
| SUBTOTAL II | | | | | SUBTOTAL II | 0,00 | 0,00 | 53.360.857.043,49 | -53.360.857.043,49 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 68.615.776.617,00 | 0,00 | 68.615.776.617,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 13.707.322.380,00 | 0,00 | 13.707.322.380,00 | | | | | |
| TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.848.344.893.349,00 | 1.482.728.571.543,49 | 365.616.321.805,51 | TOTAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.848.199.882.506,00 | 1.504.951.165.638,64 | 343.248.716.867,36 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 22.222.594.095,15 | -22.222.594.095,15 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.848.344.893.349,00 | 1.504.951.165.638,64 | 343.393.727.710,36 | TOTAL GERAL | 1.766.021.794.352,00 | 1.848.199.882.506,00 | 1.504.951.165.638,64 | 343.248.716.867,36 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 626.258.601.411,00 | 626.258.601.411,00 | 640.205.250.478,10 | -13.946.649.067,10 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 1.297.241.770.184,00 | 1.335.466.398.677,00 | 1.006.337.661.707,48 | 329.128.736.969,52 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 280.462.945.651,00 | 280.462.945.651,00 | 276.684.699.174,21 | 3.778.246.476,79 | DESPESAS CORRENTES | 492.454.462.386,00 | 512.010.720.863,00 | 470.215.384.020,67 | 41.795.336.842,33 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 247.161.252.691,00 | 247.161.252.691,00 | 262.045.500.201,96 | -14.884.247.510,96 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 133.415.024.339,00 | 124.961.969.703,00 | 120.263.686.963,10 | 4.698.282.739,90 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 38.345.127.809,00 | 38.345.127.809,00 | 51.551.385.802,81 | -13.206.257.993,81 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 110.378.454.719,00 | 138.395.842.181,00 | 122.410.612.437,36 | 15.985.229.743,64 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 541.754,00 | 541.754,00 | 534.099,78 | 7.654,22 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 248.660.983.328,00 | 248.652.908.979,00 | 227.541.084.620,21 | 21.111.824.358,79 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 24.677.537.367,00 | 24.677.537.367,00 | 30.409.958.258,46 | -5.732.420.891,46 | DESPESAS DE CAPITAL | 804.787.307.798,00 | 823.455.677.814,00 | 536.122.277.686,81 | 287.333.400.127,19 |
| TRANSFERENCIAS | 136.518.401,00 | 136.518.401,00 | 106.371.378,72 | 30.147.022,28 | INVESTIMENTOS | 30.296.844.468,00 | 31.673.577.310,00 | 19.541.016.482,22 | 12.132.560.827,78 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 35.474.677.738,00 | 35.474.677.738,00 | 19.406.801.562,16 | 16.067.876.175,84 | INVERSOES FINANCEIRAS | 9.056.886.844,00 | 9.515.895.465,00 | 2.578.640.819,69 | 6.937.254.645,31 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 840.064.828.430,00 | 840.064.828.430,00 | 577.129.727.341,17 | 262.935.101.088,83 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 757.063.427.953,00 | 777.093.494.381,00 | 514.002.620.384,90 | 263.090.873.996,10 |
| OPERACOES DE CREDITO | 773.941.328.561,00 | 773.941.328.561,00 | 502.220.688.672,45 | 271.720.639.888,55 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 8.370.148.533,00 | 5.172.710.658,00 | 0,00 | 5.172.710.658,00 |
| ALIENACAO DE BENS | 4.768.577.471,00 | 4.768.577.471,00 | 654.746.565,50 | 4.113.830.905,50 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 7.681.898.606,00 | 4.046.689.878,46 | 3.635.208.727,54 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 20.994.908.218,00 | 20.994.908.218,00 | 22.043.945.256,75 | -1.049.037.038,75 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 503.067.125,00 | 137.745.473,59 | 365.321.651,41 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 237.500.000,00 | 237.500.000,00 | 30.269.061,41 | 207.230.938,59 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 503.067.125,00 | 137.745.473,59 | 365.321.651,41 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 40.122.514.180,00 | 40.122.514.180,00 | 52.180.077.785,06 | -12.057.563.605,06 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 7.178.831.481,00 | 3.908.944.404,87 | 3.269.887.076,13 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 2.007.166.253,00 | 1.521.364.627,91 | 485.801.625,09 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 5.171.665.228,00 | 2.387.579.776,96 | 2.784.085.451,04 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 9.600.815.218,00 | 7.156.459.454,87 | 2.444.355.763,13 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 5.016.846.001,00 | 3.652.990.057,08 | 1.363.855.943,92 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 5.016.846.001,00 | 3.652.990.057,08 | 1.363.855.943,92 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 4.583.969.217,00 | 3.503.469.397,79 | 1.080.499.819,21 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 3.718.969.217,00 | 2.888.529.116,68 | 830.440.100,32 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 865.000.000,00 | 614.940.281,11 | 250.059.718,89 |
| SUBTOTAL I | 1.466.323.429.841,00 | 1.466.323.429.841,00 | 1.217.334.977.819,27 | 248.988.452.021,73 | SUBTOTAL I | 1.297.241.770.184,00 | 1.352.749.112.501,00 | 1.017.540.811.040,81 | 335.208.301.460,19 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | -477.282.264.587,37 | -475.004.640.835,53 | -405.425.818.015,40 | -69.578.822.820,13 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 2.508.241.502,03 | 18.408.818.271,55 | -15.900.576.769,52 |
| SUB-REPASSE | 0,00 | 0,00 | -0,03 | 0,03 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 5.609.418.288,02 | 15.502.176.204,02 | -9.892.757.916,00 |
| MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO | -8.282.304,29 | -8.282.304,29 | 0,00 | -8.282.304,29 | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 876.002.720,74 | 4.472.421.711,33 | -3.596.418.990,59 |
| | | | | | JUROS/ENCARGOS DA DIVID | 0,00 | 0,00 | 21.189,51 | -21.189,51 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 4.733.415.567,28 | 11.029.733.303,18 | -6.296.317.735,90 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -3.101.176.785,99 | 2.906.642.067,53 | -6.007.818.853,52 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 696.952.330,32 | 2.614.614.678,63 | -1.917.662.348,31 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | -3.798.129.116,31 | 292.027.388,90 | -4.090.156.505,21 |
| | | | | | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | -30.338.039,08 | 16.704.380,66 | -47.042.419,74 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -31.378.092,03 | 13.726.168,65 | -45.104.260,68 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 1.167,00 | 1.167,00 | 0,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -31.379.259,03 | 13.725.001,65 | -45.104.260,68 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.040.052,95 | 2.978.212,01 | -1.938.159,06 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 1.040.052,95 | 2.978.212,01 | -1.938.159,06 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | -225.017.675,81 | 1.076.768.659,35 | -1.301.786.335,16 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -152.190.113,19 | 672.624.893,06 | -824.815.006,25 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -152.190.113,19 | 672.624.893,06 | -824.815.006,25 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -72.827.562,62 | 404.143.766,29 | -476.971.328,91 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -72.827.562,62 | 404.143.766,29 | -476.971.328,91 |
| SUBTOTAL II | -477.290.546.891,66 | -475.012.923.139,82 | -405.425.818.015,43 | -69.587.105.124,39 | SUBTOTAL II | 0,00 | 2.252.885.787,14 | 19.502.291.311,56 | -17.249.405.524,42 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 67.967.478.494,00 | 0,00 | 67.967.478.494,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 13.150.490.290,00 | 0,00 | 13.150.490.290,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | 273.625.759.669,00 | 273.625.759.669,00 | 238.082.553.702,48 | 35.543.205.966,52 | | | | | |
| TOTAL | 1.262.658.642.618,34 | 1.346.054.235.154,18 | 1.049.991.713.506,32 | 296.062.521.647,86 | TOTAL | 1.297.241.770.184,00 | 1.355.001.998.288,14 | 1.037.043.102.352,37 | 317.958.895.935,77 |
| DEFICIT TOTAL | | | | | SUPERAVIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 12.948.611.153,95 | -12.948.611.153,95 |
| TOTAL GERAL | 1.262.658.642.618,34 | 1.346.054.235.154,18 | 1.049.991.713.506,32 | 296.062.521.647,86 | TOTAL GERAL | 1.297.241.770.184,00 | 1.355.001.998.288,14 | 1.049.991.713.506,32 | 305.010.284.781,82 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 234.687.691.009,00 | 234.687.691.009,00 | 238.259.772.143,96 | -3.572.081.134,96 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 365.885.778.415,00 | 387.963.228.623,00 | 363.190.673.206,19 | 24.772.555.416,81 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 5.493.147.476,00 | 5.493.147.476,00 | 4.717.295.693,06 | 775.851.782,94 | DESPESAS CORRENTES | 328.076.428.403,00 | 351.152.071.063,00 | 337.947.039.514,03 | 13.205.031.548,97 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 211.692.785.961,00 | 211.692.785.961,00 | 221.573.360.240,35 | -9.880.574.279,35 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 43.437.904.121,00 | 52.618.230.666,00 | 51.272.963.710,19 | 1.345.266.955,81 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 7.367.254.889,00 | 7.367.254.889,00 | 4.425.651.161,39 | 2.941.603.727,61 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 20.375.194,00 | 16.480.017,00 | 11.455.180,21 | 5.024.836,79 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 23.834.566,00 | 23.834.566,00 | 19.790.446,78 | 4.044.119,22 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 284.618.149.088,00 | 298.517.360.380,00 | 286.662.620.623,63 | 11.854.739.756,37 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 663.102.282,00 | 663.102.282,00 | 582.986.268,54 | 80.116.013,46 | DESPESAS DE CAPITAL | 37.809.350.012,00 | 36.811.157.560,00 | 25.243.633.692,16 | 11.567.523.867,84 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 2.143.770.357,00 | 2.143.770.357,00 | 2.184.995.908,26 | -41.225.551,26 | INVESTIMENTOS | 23.781.612.438,00 | 26.795.668.008,00 | 22.534.036.108,54 | 4.261.631.899,46 |
| TRANSFERENCIAS | 214.727.723,00 | 214.727.723,00 | 88.502.167,66 | 126.225.555,34 | INVERSOES FINANCEIRAS | 4.126.514.343,00 | 4.498.850.424,00 | 2.671.469.896,76 | 1.827.380.527,24 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 7.089.067.755,00 | 7.089.067.755,00 | 4.667.190.257,92 | 2.421.877.497,08 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 94.947.327,00 | 84.384.614,00 | 38.127.686,86 | 46.256.927,14 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 693.550.683,00 | 693.550.683,00 | 233.327.201,08 | 460.223.481,92 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 9.806.275.904,00 | 5.432.254.514,00 | 0,00 | 5.432.254.514,00 |
| OPERACOES DE CREDITO | 525.987.209,00 | 525.987.209,00 | 0,00 | 525.987.209,00 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 877.139.735,00 | 222.184.576,48 | 654.955.158,52 |
| ALIENACAO DE BENS | 96.611.647,00 | 96.611.647,00 | 88.428.396,04 | 8.183.250,96 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 42.695.706,00 | 11.232.515,84 | 31.463.190,16 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 603.294,00 | 603.294,00 | 78.399.734,23 | -77.796.440,23 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 0,00 | 1.167,00 | 0,00 | 1.167,00 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 67.137.239,00 | 67.137.239,00 | 66.499.070,81 | 638.168,19 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 42.694.539,00 | 11.232.515,84 | 31.462.023,16 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 3.211.294,00 | 3.211.294,00 | 0,00 | 3.211.294,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 834.444.029,00 | 210.952.060,64 | 623.491.968,36 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 388.029.029,00 | 90.437.060,64 | 297.591.968,36 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 446.415.000,00 | 120.515.000,00 | 325.900.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 2.957.221.493,00 | 2.708.346.920,63 | 248.874.572,37 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 2.250.111.918,00 | 2.078.778.160,46 | 171.333.757,54 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 2.250.111.918,00 | 2.078.778.160,46 | 171.333.757,54 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 707.109.575,00 | 629.568.760,17 | 77.540.814,83 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 707.109.575,00 | 629.568.760,17 | 77.540.814,83 |
| SUBTOTAL I | 235.381.241.692,00 | 235.381.241.692,00 | 238.493.099.345,04 | -3.111.857.653,04 | SUBTOTAL I | 365.885.778.415,00 | 391.797.589.851,00 | 366.121.204.703,30 | 25.676.385.147,70 |



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO DE 2010

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 16/02/2011 | PAGINA:

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 396.011.620.774,95 | 416.639.081.460,65 | 356.806.917.910,68 | 59.832.163.549,97 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 20.331.656.436,20 | 30.327.452.670,13 | -9.995.796.233,93 |
| SUB-REPASSE | 0,00 | 0,00 | 0,01 | -0,01 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 18.496.951.645,18 | 27.462.466.308,22 | -8.965.514.663,04 |
| MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO | 8.282.304,29 | 8.282.304,29 | 0,00 | 8.282.304,29 | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | -881.802.720,74 | 37.869.011,75 | -919.671.732,49 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 19.378.754.365,92 | 27.424.597.296,47 | -8.045.842.930,55 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.834.704.791,02 | 2.864.986.361,91 | -1.030.281.570,89 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 838.835.475,20 | 1.663.863.934,60 | -825.028.459,40 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 995.869.315,82 | 1.201.122.427,31 | -205.253.111,49 |
| | | | | | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 30.338.039,08 | 32.766.171,88 | -2.428.132,80 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 31.378.092,03 | 32.366.353,39 | -988.261,36 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | -1.167,00 | 0,00 | -1.167,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 31.379.259,03 | 32.366.353,39 | -987.094,36 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -1.040.052,95 | 399.818,49 | -1.439.871,44 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -1.040.052,95 | 399.818,49 | -1.439.871,44 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 266.216.570,64 | 265.332.586,84 | 883.983,80 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 178.098.911,79 | 176.905.579,71 | 1.193.332,08 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 178.098.911,79 | 176.905.579,71 | 1.193.332,08 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 88.117.658,85 | 88.427.007,13 | -309.348,28 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 88.117.658,85 | 88.427.007,13 | -309.348,28 |
| SUBTOTAL II | 396.019.903.079,24 | 416.647.363.764,94 | 356.806.917.910,69 | 59.840.445.854,25 | SUBTOTAL II | 0,00 | 20.628.211.045,92 | 30.625.551.428,85 | -9.997.340.382,93 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 125.434.320,00 | 0,00 | 125.434.320,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 431.113.412,00 | 0,00 | 431.113.412,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -229.506.153.718,00 | -229.506.153.718,00 | -232.864.048.518,88 | 3.357.894.800,88 | | | | | |
| TOTAL | 401.894.991.053,24 | 423.078.999.470,94 | 362.435.968.736,85 | 60.643.030.734,09 | TOTAL | 365.885.778.415,00 | 412.425.800.896,92 | 396.746.756.132,15 | 15.679.044.764,77 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 34.310.787.395,30 | -34.310.787.395,30 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 401.894.991.053,24 | 423.078.999.470,94 | 396.746.756.132,15 | 26.332.243.338,79 | TOTAL GERAL | 365.885.778.415,00 | 412.425.800.896,92 | 396.746.756.132,15 | 15.679.044.764,77 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 230.791.536.199,00 | 230.791.536.199,00 | 236.059.255.802,02 | -5.267.719.603,02 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 332.128.905.764,00 | 351.326.570.185,00 | 331.034.975.663,10 | 20.291.594.521,90 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 5.493.147.476,00 | 5.493.147.476,00 | 4.717.295.693,06 | 775.851.782,94 | DESPESAS CORRENTES | 304.222.050.884,00 | 324.855.324.776,00 | 313.480.472.723,17 | 11.374.852.052,83 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 211.576.535.961,00 | 211.576.535.961,00 | 221.569.965.719,24 | -9.993.429.758,24 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 29.881.839.674,00 | 37.037.915.223,00 | 36.064.461.059,34 | 973.454.163,66 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 5.215.085.892,00 | 5.215.085.892,00 | 3.907.918.222,99 | 1.307.167.669,01 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 1.237.260,00 | 564.138,00 | 504.194,15 | 59.943,85 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 7.953.780,00 | 7.953.780,00 | 6.061.438,63 | 1.892.341,37 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 274.338.973.950,00 | 287.816.845.415,00 | 277.415.507.469,68 | 10.401.337.945,32 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 90.752.397,00 | 90.752.397,00 | 83.500.650,88 | 7.251.746,12 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.906.854.880,00 | 26.471.245.409,00 | 17.554.502.939,93 | 8.916.742.469,07 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 1.421.088.654,00 | 1.421.088.654,00 | 1.497.411.108,41 | -76.322.454,41 | INVESTIMENTOS | 16.987.352.456,00 | 19.565.312.641,00 | 16.141.479.001,74 | 3.423.833.639,26 |
| TRANSFERENCIAS | 92.202.588,00 | 92.202.588,00 | 33.915.738,23 | 58.286.849,77 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.793.105.825,00 | 2.156.236.491,00 | 1.409.212.542,85 | 747.023.948,15 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 6.894.769.451,00 | 6.894.769.451,00 | 4.243.187.230,58 | 2.651.582.220,42 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 6.750.331,00 | 4.071.399,00 | 3.811.395,34 | 260.003,66 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 535.107.728,00 | 535.107.728,00 | 147.719.630,97 | 387.388.097,03 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 9.119.646.268,00 | 4.745.624.878,00 | 0,00 | 4.745.624.878,00 |
| OPERACOES DE CREDITO | 498.866.000,00 | 498.866.000,00 | 0,00 | 498.866.000,00 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 648.487.754,00 | 193.076.685,50 | 455.411.068,50 |
| ALIENACAO DE BENS | 22.939.625,00 | 22.939.625,00 | 68.864.594,36 | -45.924.969,36 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 15.739.903,00 | 2.855.160,42 | 12.884.742,58 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 603.294,00 | 603.294,00 | 78.399.734,23 | -77.796.440,23 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 0,00 | 1.167,00 | 0,00 | 1.167,00 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 9.487.515,00 | 9.487.515,00 | 455.302,38 | 9.032.212,62 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 15.738.736,00 | 2.855.160,42 | 12.883.575,58 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 3.211.294,00 | 3.211.294,00 | 0,00 | 3.211.294,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 632.747.851,00 | 190.221.525,08 | 442.526.325,92 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 350.932.851,00 | 69.706.525,08 | 281.226.325,92 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 281.815.000,00 | 120.515.000,00 | 161.300.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 2.918.150.919,00 | 2.671.718.286,76 | 246.432.632,24 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 2.226.241.344,00 | 2.057.169.114,92 | 169.072.229,08 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 2.226.241.344,00 | 2.057.169.114,92 | 169.072.229,08 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 691.909.575,00 | 614.549.171,84 | 77.360.403,16 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 691.909.575,00 | 614.549.171,84 | 77.360.403,16 |
| SUBTOTAL I | 231.326.643.927,00 | 231.326.643.927,00 | 236.206.975.432,99 | -4.880.331.505,99 | SUBTOTAL I | 332.128.905.764,00 | 354.893.208.858,00 | 333.899.770.635,36 | 20.993.438.222,64 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 16/02/2011 | PAGINA:

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 361.153.633.331,71 | 379.277.031.567,95 | 329.314.262.060,39 | 49.962.769.507,56 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 17.928.835.354,14 | 27.158.029.038,87 | -9.229.193.684,73 |
| MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO | 8.282.304,29 | 8.282.304,29 | 0,00 | 8.282.304,29 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 16.656.015.812,39 | 24.965.381.595,49 | -8.309.365.783,10 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | -670.713.211,90 | 35.641.533,70 | -706.354.745,60 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 17.326.729.024,29 | 24.929.740.061,79 | -7.603.011.037,50 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.272.819.541,75 | 2.192.647.443,38 | -919.827.901,63 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 355.548.700,09 | 1.070.242.423,23 | -714.693.723,14 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 917.270.841,66 | 1.122.405.020,15 | -205.134.178,49 |
| | | | | | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 30.931.314,16 | 32.432.481,16 | -1.501.167,00 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 32.335.253,30 | 32.336.420,30 | -1.167,00 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | -1.167,00 | 0,00 | -1.167,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 32.336.420,30 | 32.336.420,30 | 0,00 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -1.403.939,14 | 96.060,86 | -1.500.000,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -1.403.939,14 | 96.060,86 | -1.500.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 163.592.520,92 | 163.730.110,78 | -137.589,86 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 137.513.557,15 | 137.341.477,73 | 172.079,42 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 137.513.557,15 | 137.341.477,73 | 172.079,42 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 26.078.963,77 | 26.388.633,05 | -309.669,28 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 26.078.963,77 | 26.388.633,05 | -309.669,28 |
| SUBTOTAL II | 361.161.915.636,00 | 379.285.313.872,24 | 329.314.262.060,39 | 49.971.051.811,85 | SUBTOTAL II | 0,00 | 18.123.359.189,22 | 27.354.191.630,81 | -9.230.832.441,59 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 97.467.233,00 | 0,00 | 97.467.233,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 331.232.571,00 | 0,00 | 331.232.571,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -227.302.313.700,00 | -227.302.313.700,00 | -232.379.714.812,26 | 5.077.401.112,26 | | | | | |
| TOTAL | 365.186.245.863,00 | 383.738.343.903,24 | 333.141.522.681,12 | 50.596.821.222,12 | TOTAL | 332.128.905.764,00 | 373.016.568.047,22 | 361.253.962.266,17 | 11.762.605.781,05 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 28.112.439.585,05 | -28.112.439.585,05 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 365.186.245.863,00 | 383.738.343.903,24 | 361.253.962.266,17 | 22.484.381.637,07 | TOTAL GERAL | 332.128.905.764,00 | 373.016.568.047,22 | 361.253.962.266,17 | 11.762.605.781,05 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 669.027.903,00 | 669.027.903,00 | 725.956.005,97 | -56.928.102,97 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 20.828.716.674,00 | 22.644.418.084,00 | 20.494.070.479,97 | 2.150.347.604,03 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 46.200.997,00 | 46.200.997,00 | 50.107.949,97 | -3.906.952,97 | DESPESAS CORRENTES | 18.339.971.140,00 | 20.147.895.986,00 | 18.509.052.461,77 | 1.638.843.524,23 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 779.771,00 | 779.771,00 | 127.026,36 | 652.744,64 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 10.083.804.104,00 | 11.594.398.813,00 | 11.270.077.708,98 | 324.321.104,02 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 2.625.004,00 | 2.625.004,00 | 337.501,39 | 2.287.502,61 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 398.722,00 | 398.722,00 | 373.719,09 | 25.002,91 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 418.340.398,00 | 418.340.398,00 | 385.515.029,38 | 32.825.368,62 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 8.255.768.314,00 | 8.553.098.451,00 | 7.238.601.033,70 | 1.314.497.417,30 |
| TRANSFERENCIAS | 71.907.966,00 | 71.907.966,00 | 45.634.242,87 | 26.273.723,13 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.488.745.534,00 | 2.496.522.098,00 | 1.985.018.018,20 | 511.504.079,80 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 129.173.767,00 | 129.173.767,00 | 244.234.256,00 | -115.060.489,00 | INVESTIMENTOS | 2.455.337.016,00 | 2.458.608.165,00 | 1.984.270.438,20 | 474.337.726,80 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 20.004.922,00 | 20.004.922,00 | 6.091.218,60 | 13.913.703,40 | INVERSOES FINANCEIRAS | 33.408.518,00 | 37.913.933,00 | 747.580,00 | 37.166.353,00 |
| OPERACOES DE CREDITO | 7.097.204,00 | 7.097.204,00 | 0,00 | 7.097.204,00 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 17.954.200,00 | 7.774.076,25 | 10.180.123,75 |
| ALIENACAO DE BENS | 9.257.994,00 | 9.257.994,00 | 1.720.668,70 | 7.537.325,30 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 16.554.200,00 | 7.774.076,25 | 8.780.123,75 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 3.649.724,00 | 3.649.724,00 | 4.370.549,90 | -720.825,90 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 16.554.200,00 | 7.774.076,25 | 8.780.123,75 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.400.000,00 | 0,00 | 1.400.000,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 1.400.000,00 | 0,00 | 1.400.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 23.870.574,00 | 21.609.045,54 | 2.261.528,46 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 23.870.574,00 | 21.609.045,54 | 2.261.528,46 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 23.870.574,00 | 21.609.045,54 | 2.261.528,46 |
| SUBTOTAL I | 689.032.825,00 | 689.032.825,00 | 732.047.224,57 | -43.014.399,57 | SUBTOTAL I | 20.828.716.674,00 | 22.686.242.858,00 | 20.523.453.601,76 | 2.162.789.256,24 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 21.895.626.928,24 | 23.516.484.245,98 | 18.522.144.647,76 | 4.994.339.598,22 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 1.590.161.879,85 | 2.314.104.053,13 | -723.942.173,28 |
| SUB-REPASSE | 0,00 | 0,00 | 0,01 | -0,01 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 1.120.448.791,99 | 1.772.699.800,38 | -652.251.008,39 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | -212.319.010,83 | 829.689,09 | -213.148.699,92 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 1.332.767.802,82 | 1.771.870.111,29 | -439.102.308,47 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 469.713.087,86 | 541.404.252,75 | -71.691.164,89 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 448.362.020,86 | 519.934.252,75 | -71.572.231,89 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 21.351.067,00 | 21.470.000,00 | -118.933,00 |
| | | | | | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | -593.275,08 | 333.690,72 | -926.965,80 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -957.161,27 | 29.933,09 | -987.094,36 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -957.161,27 | 29.933,09 | -987.094,36 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 363.886,19 | 303.757,63 | 60.128,56 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 363.886,19 | 303.757,63 | 60.128,56 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 32.078.120,21 | 31.089.798,73 | 988.321,48 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 31.959.523,98 | 30.971.202,50 | 988.321,48 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 31.959.523,98 | 30.971.202,50 | 988.321,48 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 118.596,23 | 118.596,23 | 0,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 118.596,23 | 118.596,23 | 0,00 |
| SUBTOTAL II | 21.895.626.928,24 | 23.516.484.245,98 | 18.522.144.647,77 | 4.994.339.598,21 | SUBTOTAL II | 0,00 | 1.621.646.724,98 | 2.345.527.542,58 | -723.880.817,60 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 8.507.000,00 | 0,00 | 8.507.000,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 99.880.841,00 | 0,00 | 99.880.841,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -7.597.204,00 | -7.597.204,00 | -34.960.822,08 | 27.363.618,08 | | | | | |
| TOTAL | 22.577.062.549,24 | 24.306.307.707,98 | 19.219.231.050,26 | 5.087.076.657,72 | TOTAL | 20.828.716.674,00 | 24.307.889.582,98 | 22.868.981.144,34 | 1.438.908.438,64 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 3.649.750.094,08 | -3.649.750.094,08 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 22.577.062.549,24 | 24.306.307.707,98 | 22.868.981.144,34 | 1.437.326.563,64 | TOTAL GERAL | 20.828.716.674,00 | 24.307.889.582,98 | 22.868.981.144,34 | 1.438.908.438,64 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 2.568.043.937,00 | 2.568.043.937,00 | 788.615.664,65 | 1.779.428.272,35 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 10.537.067.052,00 | 11.049.550.975,00 | 8.928.482.054,32 | 2.121.068.920,68 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 116.250.000,00 | 116.250.000,00 | 3.394.521,11 | 112.855.478,89 | DESPESAS CORRENTES | 3.781.739.147,00 | 4.154.842.091,00 | 4.023.273.459,33 | 131.568.631,67 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 2.084.571.734,00 | 2.084.571.734,00 | 450.225.866,24 | 1.634.345.867,76 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 2.527.795.962,00 | 2.816.979.421,00 | 2.803.207.257,35 | 13.772.163,65 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 15.097.188,00 | 15.097.188,00 | 13.600.574,09 | 1.496.613,91 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 9.347.742,00 | 5.643.687,00 | 3.540.125,45 | 2.103.561,55 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 104.311.683,00 | 104.311.683,00 | 62.961.844,29 | 41.349.838,71 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 1.244.595.443,00 | 1.332.218.983,00 | 1.216.526.076,53 | 115.692.906,47 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 132.694.748,00 | 132.694.748,00 | 117.671.873,32 | 15.022.874,68 | DESPESAS DE CAPITAL | 6.755.327.905,00 | 6.894.708.884,00 | 4.905.208.594,99 | 1.989.500.289,01 |
| TRANSFERENCIAS | 50.396.585,00 | 50.396.585,00 | 8.799.115,23 | 41.597.469,77 | INVESTIMENTOS | 3.752.503.978,00 | 3.895.868.738,00 | 3.636.250.564,91 | 259.618.173,09 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 64.721.999,00 | 64.721.999,00 | 131.961.870,37 | -67.239.871,37 | INVERSOES FINANCEIRAS | 2.300.000.000,00 | 2.304.700.000,00 | 1.261.509.773,91 | 1.043.190.226,09 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 138.340.391,00 | 138.340.391,00 | 79.462.454,98 | 58.877.936,02 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 16.194.291,00 | 7.510.510,00 | 7.448.256,17 | 62.253,83 |
| OPERACOES DE CREDITO | 20.024.005,00 | 20.024.005,00 | 0,00 | 20.024.005,00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 686.629.636,00 | 686.629.636,00 | 0,00 | 686.629.636,00 |
| ALIENACAO DE BENS | 64.316.386,00 | 64.316.386,00 | 17.789.236,45 | 46.527.149,55 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 210.697.781,00 | 21.333.814,73 | 189.363.966,27 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 54.000.000,00 | 54.000.000,00 | 61.673.218,53 | -7.673.218,53 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 10.401.603,00 | 603.279,17 | 9.798.323,83 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 10.401.603,00 | 603.279,17 | 9.798.323,83 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 200.296.178,00 | 20.730.535,56 | 179.565.642,44 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 35.696.178,00 | 20.730.535,56 | 14.965.642,44 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 164.600.000,00 | 0,00 | 164.600.000,00 |
| SUBTOTAL I | 2.706.384.328,00 | 2.706.384.328,00 | 868.078.119,63 | 1.838.306.208,37 | SUBTOTAL I | 10.537.067.052,00 | 11.260.248.756,00 | 8.949.815.869,05 | 2.310.432.886,95 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 10.653.787.564,00 | 11.421.195.913,28 | 7.106.179.662,72 | 4.315.016.250,56 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 696.862.419,77 | 711.331.260,64 | -14.468.840,87 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 579.776.334,84 | 583.546.594,86 | -3.770.260,02 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 106.922,85 | 106.922,85 | 0,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 579.669.411,99 | 583.439.672,01 | -3.770.260,02 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 117.086.084,93 | 127.784.665,78 | -10.698.580,85 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 59.838.677,77 | 70.537.258,62 | -10.698.580,85 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 57.247.407,16 | 57.247.407,16 | 0,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 70.545.929,51 | 70.512.677,33 | 33.252,18 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 8.625.830,66 | 8.592.899,48 | 32.931,18 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 8.625.830,66 | 8.592.899,48 | 32.931,18 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 61.920.098,85 | 61.919.777,85 | 321,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 61.920.098,85 | 61.919.777,85 | 321,00 |
| SUBTOTAL II | 10.653.787.564,00 | 11.421.195.913,28 | 7.106.179.662,72 | 4.315.016.250,56 | SUBTOTAL II | 0,00 | 767.408.349,28 | 781.843.937,97 | -14.435.588,69 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 12.028.000,00 | 0,00 | 12.028.000,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -2.196.242.814,00 | -2.196.242.814,00 | -443.835.442,10 | -1.752.407.371,90 | | | | | |
| TOTAL | 11.163.929.078,00 | 11.943.365.427,28 | 7.530.422.340,25 | 4.412.943.087,03 | TOTAL | 10.537.067.052,00 | 12.027.657.105,28 | 9.731.659.807,02 | 2.295.997.298,26 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 2.201.237.466,77 | -2.201.237.466,77 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 11.163.929.078,00 | 11.943.365.427,28 | 9.731.659.807,02 | 2.211.705.620,26 | TOTAL GERAL | 10.537.067.052,00 | 12.027.657.105,28 | 9.731.659.807,02 | 2.295.997.298,26 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |

| EMISSAO | PAGINA |
|---|---|
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 659.082.970,00 | 659.082.970,00 | 685.944.671,32 | -26.861.701,32 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 2.391.088.925,00 | 2.942.689.379,00 | 2.733.145.008,80 | 209.544.370,20 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 21.396.266,00 | 21.396.266,00 | 17.399.122,19 | 3.997.143,81 | DESPESAS CORRENTES | 1.732.667.232,00 | 1.994.008.210,00 | 1.934.240.869,76 | 59.767.340,24 |
| RECEITAS AGROPECUARIAS | 3.827,00 | 3.827,00 | 1.407,70 | 2.419,30 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 944.464.381,00 | 1.168.937.209,00 | 1.135.217.684,52 | 33.719.524,48 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 465.413.198,00 | 465.413.198,00 | 436.186.271,98 | 29.226.926,02 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 9.391.470,00 | 9.873.470,00 | 7.037.141,52 | 2.836.328,48 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 171.646.557,00 | 171.646.557,00 | 184.397.897,15 | -12.751.340,15 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 778.811.381,00 | 815.197.531,00 | 791.986.043,72 | 23.211.487,28 |
| TRANSFERENCIAS | 220.584,00 | 220.584,00 | 153.071,33 | 67.512,67 | DESPESAS DE CAPITAL | 658.421.693,00 | 948.681.169,00 | 798.904.139,04 | 149.777.029,96 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 402.538,00 | 402.538,00 | 47.806.900,97 | -47.404.362,97 | INVESTIMENTOS | 586.418.988,00 | 875.878.464,00 | 772.036.103,69 | 103.842.360,31 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 97.642,00 | 97.642,00 | 53.896,53 | 43.745,47 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 72.002.705,00 | 72.802.705,00 | 26.868.035,35 | 45.934.669,65 |
| ALIENACAO DE BENS | 97.642,00 | 97.642,00 | 53.896,53 | 43.745,47 | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| SUBTOTAL I | 659.180.612,00 | 659.180.612,00 | 685.998.567,85 | -26.817.955,85 | SUBTOTAL I | 2.391.088.925,00 | 2.957.889.379,00 | 2.748.164.597,13 | 209.724.781,87 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 2.308.572.951,00 | 2.424.369.733,44 | 1.864.331.539,81 | 560.038.193,63 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 115.796.782,44 | 143.988.317,49 | -28.191.535,05 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 140.710.705,96 | 140.838.317,49 | -127.611,53 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 1.122.579,14 | 1.290.866,11 | -168.286,97 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | 139.588.126,82 | 139.547.451,38 | 40.675,44 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -24.913.923,52 | 3.150.000,00 | -28.063.923,52 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -24.913.923,52 | 3.150.000,00 | -28.063.923,52 |
| SUBTOTAL II | 2.308.572.951,00 | 2.424.369.733,44 | 1.864.331.539,81 | 560.038.193,63 | SUBTOTAL II | 0,00 | 115.796.782,44 | 143.988.317,49 | -28.191.535,05 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 7.432.087,00 | 0,00 | 7.432.087,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | 0,00 | 0,00 | -5.537.442,44 | 5.537.442,44 | | | | | |
| TOTAL | 2.967.753.563,00 | 3.090.982.432,44 | 2.544.792.665,22 | 546.189.767,22 | TOTAL | 2.391.088.925,00 | 3.073.686.161,44 | 2.892.152.914,62 | 181.533.246,82 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 347.360.249,40 | -347.360.249,40 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 2.967.753.563,00 | 3.090.982.432,44 | 2.892.152.914,62 | 198.829.517,82 | TOTAL GERAL | 2.391.088.925,00 | 3.073.686.161,44 | 2.892.152.914,62 | 181.533.246,82 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 60.905.409.117,00 | 60.905.409.117,00 | 24.096.395.616,20 | 36.809.013.500,80 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 102.894.245.753,00 | 103.274.402.009,00 | 67.687.238.680,27 | 35.587.163.328,73 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 7.585.018.729,00 | 7.585.018.729,00 | 413.119.736,02 | 7.171.898.992,98 | DESPESAS CORRENTES | 67.952.013.008,00 | 68.524.772.357,00 | 42.885.454.988,82 | 25.639.317.368,18 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 33.737.571.644,00 | 33.737.571.644,00 | 4.036.556.418,77 | 29.701.015.225,23 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 7.297.291.446,00 | 7.226.332.532,00 | 7.225.409.496,11 | 923.035,89 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 9.067.214.651,00 | 9.067.214.651,00 | 9.266.854.039,03 | -199.639.388,03 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 60.654.721.562,00 | 61.298.439.825,00 | 35.660.045.492,71 | 25.638.394.332,29 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 175.028.480,00 | 175.028.480,00 | 154.640.085,01 | 20.388.394,99 | DESPESAS DE CAPITAL | 34.942.232.745,00 | 34.749.629.652,00 | 24.801.783.691,45 | 9.947.845.960,55 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 7.764.384.687,00 | 7.764.384.687,00 | 7.904.196.902,55 | -139.812.215,55 | INVESTIMENTOS | 4.026.656.771,00 | 3.777.760.529,00 | 1.255.533.278,38 | 2.522.227.250,62 |
| TRANSFERENCIAS | 111.288.544,00 | 111.288.544,00 | 74.316.294,53 | 36.972.249,47 | INVERSOES FINANCEIRAS | 27.907.955.793,00 | 27.989.248.942,00 | 23.546.250.413,07 | 4.442.998.528,93 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 2.464.902.382,00 | 2.464.902.382,00 | 2.246.712.140,29 | 218.190.241,71 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 3.007.620.181,00 | 2.982.620.181,00 | 0,00 | 2.982.620.181,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 3.411.713.702,00 | 3.411.713.702,00 | 2.804.098.762,98 | 607.614.939,02 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 61.630.000,00 | 51.307.550,37 | 10.322.449,63 |
| OPERACOES DE CREDITO | 88.172.940,00 | 88.172.940,00 | 67.576.903,12 | 20.596.036,88 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 14.518.324,00 | 8.809.477,35 | 5.708.846,65 |
| ALIENACAO DE BENS | 9.758.754,00 | 9.758.754,00 | 54.798.616,68 | -45.039.862,68 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 14.518.324,00 | 8.809.477,35 | 5.708.846,65 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 3.303.308.175,00 | 3.303.308.175,00 | 2.676.699.431,31 | 626.608.743,69 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 47.111.676,00 | 42.498.073,02 | 4.613.602,98 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 10.286.381,00 | 10.286.381,00 | 4.643.404,08 | 5.642.976,92 | INVESTIMENTOS | 0,00 | 46.231.676,00 | 41.698.073,02 | 4.533.602,98 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 187.452,00 | 187.452,00 | 380.407,79 | -192.955,79 | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 880.000,00 | 800.000,00 | 80.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 317.148.145,00 | 189.746.620,40 | 127.401.524,60 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 192.868.145,00 | 151.707.846,40 | 41.160.298,60 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 192.868.145,00 | 151.707.846,40 | 41.160.298,60 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 124.280.000,00 | 38.038.774,00 | 86.241.226,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 124.280.000,00 | 38.038.774,00 | 86.241.226,00 |
| SUBTOTAL I | 64.317.122.819,00 | 64.317.122.819,00 | 26.900.494.379,18 | 37.416.628.439,82 | SUBTOTAL I | 102.894.245.753,00 | 103.653.180.154,00 | 67.928.292.851,04 | 35.724.887.302,96 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 81.270.643.812,42 | 58.365.559.374,88 | 48.618.900.104,72 | 9.746.659.270,16 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | -22.839.897.938,23 | 3.232.844.437,08 | -26.072.742.375,31 |
| SUB-REPASSE | 0,00 | 0,00 | 0,02 | -0,02 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -24.106.369.933,20 | 347.969.947,68 | -24.454.339.880,88 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 5.800.000,00 | 5.800.000,00 | 0,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -24.112.169.933,20 | 342.169.947,68 | -24.454.339.880,88 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.266.471.994,97 | 2.884.874.489,40 | -1.618.402.494,43 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -1.535.787.805,52 | 49.637.403,94 | -1.585.425.209,46 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 2.802.259.800,49 | 2.835.237.085,46 | -32.977.284,97 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | -41.198.894,83 | 169.866,00 | -41.368.760,83 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -25.908.798,60 | 0,00 | -25.908.798,60 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -25.908.798,60 | 0,00 | -25.908.798,60 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -15.290.096,23 | 169.866,00 | -15.459.962,23 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -15.290.096,23 | 169.866,00 | -15.459.962,23 |
| SUBTOTAL II | 81.270.643.812,42 | 58.365.559.374,88 | 48.618.900.104,74 | 9.746.659.270,14 | SUBTOTAL II | 0,00 | -22.881.096.833,06 | 3.233.014.303,08 | -26.114.111.136,14 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 522.863.803,00 | 0,00 | 522.863.803,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 125.718.678,00 | 0,00 | 125.718.678,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -44.119.605.951,00 | -44.119.605.951,00 | -5.218.505.183,60 | -38.901.100.767,40 | | | | | |
| TOTAL | 101.468.160.680,42 | 79.211.658.723,88 | 70.300.889.300,32 | 8.910.769.423,56 | TOTAL | 102.894.245.753,00 | 80.772.083.320,94 | 71.161.307.154,12 | 9.610.776.166,82 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 860.417.853,80 | -860.417.853,80 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 101.468.160.680,42 | 79.211.658.723,88 | 71.161.307.154,12 | 8.050.351.569,76 | TOTAL GERAL | 102.894.245.753,00 | 80.772.083.320,94 | 71.161.307.154,12 | 9.610.776.166,82 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 60.089.641.579,00 | 60.089.641.579,00 | 23.105.953.286,28 | 36.983.688.292,72 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 102.078.478.215,00 | 102.458.634.471,00 | 67.687.238.680,27 | 34.771.395.790,73 |
| RECEITAS TRIBUTARIAS | 7.585.018.729,00 | 7.585.018.729,00 | 413.119.736,02 | 7.171.898.992,98 | DESPESAS CORRENTES | 67.944.813.008,00 | 68.517.572.357,00 | 42.885.454.988,82 | 25.632.117.368,18 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 33.121.087.078,00 | 33.121.087.078,00 | 3.272.049.796,14 | 29.849.037.281,86 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 7.297.291.446,00 | 7.226.332.532,00 | 7.225.409.496,11 | 923.035,89 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 8.889.712.068,00 | 8.889.712.068,00 | 9.085.080.336,52 | -195.368.268,52 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 60.647.521.562,00 | 61.291.239.825,00 | 35.660.045.492,71 | 25.631.194.332,29 |
| RECEITAS INDUSTRIAIS | 175.028.480,00 | 175.028.480,00 | 154.640.085,01 | 20.388.394,99 | DESPESAS DE CAPITAL | 34.133.665.207,00 | 33.941.062.114,00 | 24.801.783.691,45 | 9.139.278.422,55 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 7.763.856.037,00 | 7.763.856.037,00 | 7.903.503.765,55 | -139.647.728,55 | INVESTIMENTOS | 4.026.656.771,00 | 3.777.760.529,00 | 1.255.533.278,38 | 2.522.227.250,62 |
| TRANSFERENCIAS | 111.288.544,00 | 111.288.544,00 | 74.316.294,53 | 36.972.249,47 | INVERSOES FINANCEIRAS | 27.907.955.793,00 | 27.989.248.942,00 | 23.546.250.413,07 | 4.442.998.528,93 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 2.443.650.643,00 | 2.443.650.643,00 | 2.203.243.272,51 | 240.407.370,49 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 2.199.052.643,00 | 2.174.052.643,00 | 0,00 | 2.174.052.643,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 3.411.713.702,00 | 3.411.713.702,00 | 2.744.015.523,79 | 667.698.178,21 | CREDITOS ESPECIAIS | 0,00 | 61.630.000,00 | 51.307.550,37 | 10.322.449,63 |
| OPERACOES DE CREDITO | 88.172.940,00 | 88.172.940,00 | 67.576.903,12 | 20.596.036,88 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 14.518.324,00 | 8.809.477,35 | 5.708.846,65 |
| ALIENACAO DE BENS | 9.758.754,00 | 9.758.754,00 | 54.798.616,68 | -45.039.862,68 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 14.518.324,00 | 8.809.477,35 | 5.708.846,65 |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 3.303.308.175,00 | 3.303.308.175,00 | 2.616.616.192,12 | 686.691.982,88 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 47.111.676,00 | 42.498.073,02 | 4.613.602,98 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 10.286.381,00 | 10.286.381,00 | 4.643.404,08 | 5.642.976,92 | INVESTIMENTOS | 0,00 | 46.231.676,00 | 41.698.073,02 | 4.533.602,98 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITA | 187.452,00 | 187.452,00 | 380.407,79 | -192.955,79 | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 880.000,00 | 800.000,00 | 80.000,00 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 317.148.145,00 | 189.746.620,40 | 127.401.524,60 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 192.868.145,00 | 151.707.846,40 | 41.160.298,60 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORREN | 0,00 | 192.868.145,00 | 151.707.846,40 | 41.160.298,60 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 124.280.000,00 | 38.038.774,00 | 86.241.226,00 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 124.280.000,00 | 38.038.774,00 | 86.241.226,00 |
| SUBTOTAL I | 63.501.355.281,00 | 63.501.355.281,00 | 25.849.968.810,07 | 37.651.386.470,93 | SUBTOTAL I | 102.078.478.215,00 | 102.837.412.616,00 | 67.928.292.851,04 | 34.909.119.764,96 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 16/02/2011 | PAGINA:

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 80.455.560.972,42 | 54.987.924.291,42 | 48.655.139.638,83 | 6.332.784.652,59 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | -25.402.450.181,69 | 697.607.351,62 | -26.100.057.533,31 |
| SUB-REPASSE | 0,00 | 0,00 | 0,02 | -0,02 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -24.106.369.933,20 | 347.969.947,68 | -24.454.339.880,88 |
| | | | | | PESSOAL E ENCARGOS SOC | 0,00 | 5.800.000,00 | 5.800.000,00 | 0,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -24.112.169.933,20 | 342.169.947,68 | -24.454.339.880,88 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -1.296.080.248,49 | 349.637.403,94 | -1.645.717.652,43 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -1.535.787.805,52 | 49.637.403,94 | -1.585.425.209,46 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 239.707.557,03 | 300.000.000,00 | -60.292.442,97 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | -41.198.894,83 | 169.866,00 | -41.368.760,83 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -25.908.798,60 | 0,00 | -25.908.798,60 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -25.908.798,60 | 0,00 | -25.908.798,60 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | -15.290.096,23 | 169.866,00 | -15.459.962,23 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | -15.290.096,23 | 169.866,00 | -15.459.962,23 |
| SUBTOTAL II | 80.455.560.972,42 | 54.987.924.291,42 | 48.655.139.638,85 | 6.332.784.652,57 | SUBTOTAL II | 0,00 | -25.443.649.076,52 | 697.777.217,62 | -26.141.426.294,14 |
| SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR | 0,00 | 522.863.803,00 | 0,00 | 522.863.803,00 | | | | | |
| EXCESSO DE ARRECADACAO | 0,00 | 125.718.678,00 | 0,00 | 125.718.678,00 | | | | | |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -43.304.523.111,00 | -43.304.523.111,00 | -4.232.700.497,50 | -39.071.822.613,50 | | | | | |
| TOTAL | 100.652.393.142,42 | 75.833.338.942,42 | 70.272.407.951,42 | 5.560.930.991,00 | TOTAL | 102.078.478.215,00 | 77.393.763.539,48 | 68.626.070.068,66 | 8.767.693.470,82 |
| DEFICIT TOTAL | | | | | SUPERAVIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 1.646.337.882,76 | -1.646.337.882,76 |
| TOTAL GERAL | 100.652.393.142,42 | 75.833.338.942,42 | 70.272.407.951,42 | 5.560.930.991,00 | TOTAL GERAL | 102.078.478.215,00 | 77.393.763.539,48 | 70.272.407.951,42 | 7.121.355.588,06 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(INDIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 815.767.538,00 | 815.767.538,00 | 990.442.329,92 | -174.674.791,92 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 815.767.538,00 | 815.767.538,00 | 0,00 | 815.767.538,00 |
| RECEITAS DE CONTRIBUICAO | 616.484.566,00 | 616.484.566,00 | 764.506.622,63 | -148.022.056,63 | DESPESAS CORRENTES | 7.200.000,00 | 7.200.000,00 | 0,00 | 7.200.000,00 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 177.502.583,00 | 177.502.583,00 | 181.773.702,51 | -4.271.119,51 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 7.200.000,00 | 7.200.000,00 | 0,00 | 7.200.000,00 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 528.650,00 | 528.650,00 | 693.137,00 | -164.487,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 808.567.538,00 | 808.567.538,00 | 0,00 | 808.567.538,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 21.251.739,00 | 21.251.739,00 | 43.468.867,78 | -22.217.128,78 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 808.567.538,00 | 808.567.538,00 | 0,00 | 808.567.538,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 60.083.239,19 | -60.083.239,19 | | | | | |
| AMORTIZACAO DE EMPRESTIM | 0,00 | 0,00 | 60.083.239,19 | -60.083.239,19 | | | | | |
| SUBTOTAL I | 815.767.538,00 | 815.767.538,00 | 1.050.525.569,11 | -234.758.031,11 | SUBTOTAL I | 815.767.538,00 | 815.767.538,00 | 0,00 | 815.767.538,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(INDIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MOVIMENTACAO FINANCEIRA | | | | | MOVIMENTACAO DE CREDITO | | | | |
| REPASSE | 815.082.840,00 | 3.377.635.083,46 | -36.239.534,11 | 3.413.874.617,57 | CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | 2.562.552.243,46 | 2.535.237.085,46 | 27.315.158,00 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 2.562.552.243,46 | 2.535.237.085,46 | 27.315.158,00 |
| | | | | | INVERSOES FINANCEIRAS | 0,00 | 2.562.552.243,46 | 2.535.237.085,46 | 27.315.158,00 |
| SUBTOTAL II | 815.082.840,00 | 3.377.635.083,46 | -36.239.534,11 | 3.413.874.617,57 | SUBTOTAL II | 0,00 | 2.562.552.243,46 | 2.535.237.085,46 | 27.315.158,00 |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | -815.082.840,00 | -815.082.840,00 | -985.804.686,10 | 170.721.846,10 | | | | | |
| TOTAL | 815.767.538,00 | 3.378.319.781,46 | 28.481.348,90 | 3.349.838.432,56 | TOTAL | 815.767.538,00 | 3.378.319.781,46 | 2.535.237.085,46 | 843.082.696,00 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 2.506.755.736,56 | -2.506.755.736,56 | SUPERAVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 815.767.538,00 | 3.378.319.781,46 | 2.535.237.085,46 | 843.082.696,00 | TOTAL GERAL | 815.767.538,00 | 3.378.319.781,46 | 2.535.237.085,46 | 843.082.696,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 924.693.739.511,04 | 802.928.377.883,71 | DESPESAS CORRENTES | 901.297.377.508,70 | 818.456.883.328,20 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 296.708.391.121,17 | 252.938.732.133,97 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 169.493.790.964,72 | 154.925.363.627,22 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 474.665.578.172,46 | 399.288.449.785,62 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 122.422.088.807,08 | 124.609.209.923,98 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 65.269.330.662,35 | 60.055.608.342,64 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 594.782.769.292,40 | 526.171.843.607,16 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 21.211.876,74 | 22.058.188,83 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 198.107.992.752,34 | 177.992.894.964,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 603.787.859,48 | 574.505.964,94 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 1.145.073.879,39 | 1.018.927.363,39 |
| RECEITA DE SERVICOS | 40.658.044.038,95 | 35.041.727.312,47 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 246.516.610.678,68 | 218.694.056.802,18 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 276.901.428,49 | 167.505.797,45 | OUTRAS DESPESAS | 149.013.091.981,99 | 128.465.964.477,59 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 34.005.244.863,91 | 43.701.823.631,40 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 14.598.728.444,50 | 12.750.466.169,84 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.485.249.487,49 | 11.137.966.726,39 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 13.784.361.094,75 | 12.140.895.645,24 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 898.535,56 | 997.369,13 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 814.367.349,75 | 609.570.524,60 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12.271.295.961,60 | 10.923.385.445,27 | DESPESAS DE CAPITAL | 603.653.788.129,61 | 597.914.530.054,19 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.063.297,47 | 6.933.756,56 | INVESTIMENTOS | 53.306.349.313,76 | 45.807.755.088,17 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 139.043.179,46 | 143.280.449,56 | INVERSOES FINANCEIRAS | 34.963.938.259,14 | 33.087.706.558,86 |
| RECEITA DE SERVICOS | 55.087.749,06 | 47.117.340,24 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 514.040.748.071,76 | 517.911.999.543,90 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 14.860.764,34 | 16.252.365,63 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 3.332.705,58 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 580.602.037.974,51 | 740.423.273.212,29 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 0,00 | 3.332.705,58 |
| OPERACOES DE CREDITO | 502.024.000.604,66 | 497.743.886.915,18 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 1.342.752.484,95 | 1.103.736.157,68 |
| ALIENACAO DE BENS | 946.550.472,90 | 478.056.247,70 | INVESTIMENTOS | 58.107.654,83 | 37.672.904,51 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 25.032.166.020,24 | 25.984.804.797,35 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.284.644.830,12 | 1.066.063.253,17 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 107.116.776,43 | 88.783.126,79 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 4.117.387.772.989,02 | 3.029.296.838.492,72 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 52.180.453.040,16 | 216.127.742.125,27 | VALORES EM CIRCULACAO | 837.680.449.034,61 | 677.012.645.132,15 |
| RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 311.751.060,12 | 0,00 | REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 7.866.604.529,27 | 7.613.086.182,21 |
| OPERACOES DE CREDITO | 311.751.060,12 | 0,00 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 789.971.431.236,79 | 625.255.252.256,11 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -22.567.205.942,06 | -16.720.628.454,51 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.058.084.579,80 | 1.114.799.297,27 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 4.155.449.211.499,66 | 3.074.183.437.778,88 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 364.934.947,37 | 346.152.351,55 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 677.007.525.695,42 | 426.056.712.355,29 | RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 94.149.612,87 | 63.759.215,22 |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 7.613.086.182,21 | 7.666.401.326,70 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 19.176.850,84 | 19.029.455,64 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 625.255.252.256,11 | 370.032.991.233,36 | CONTRIBUICOES SOCIAIS | 0,00 | 0,02 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.114.799.297,27 | 976.454.793,77 | OUTROS CREDITOS | 19.176.850,84 | 19.029.455,62 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 344.574.069,23 | 234.761.094,68 | RECURSOS VINCULADOS | 1.314.669.338,03 | 1.321.736.196,40 |
| RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 63.759.215,22 | 9.828.836,07 | DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 19.029.455,64 | 107.463.172,60 | RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 |
| CONTRIBUICOES SOCIAIS | 0,00 | 0,02 | RECURSOS NAO VINCULADOS | 9.679,45 | 0,00 |
| OUTROS CREDITOS | 19.029.455,64 | 107.463.172,58 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 61.135.200,07 | 65.300.465,37 |
| RECURSOS VINCULADOS | 1.318.195.041,99 | 1.294.404.194,16 | VALORES A CLASSIFICAR | 3.234.197.053,00 | 3.174.631.750,26 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 41.147.606.228,49 | 45.680.219.222,33 | RECEITA A CLASSIFICAR | 3.234.197.053,00 | 3.174.631.750,26 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER | 65.923.483,89 | 0,00 | RESTITUICOES DA GR | 0,00 | -3.326.626,56 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 65.300.465,37 | 54.188.481,62 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 143.561.806,10 | 148.270.738,80 |
| VALORES A CLASSIFICAR | 3.255.049.346,11 | 3.234.197.053,00 | COMPENSACOES | 2.864.366.851,99 | 3.029.697.139,12 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | 3.255.049.346,11 | 3.234.197.053,00 | RESTITUICOES | -10.222,59 | -9.501,10 |
| RESTITUICOES DA GR | 1.300,26 | 0,00 | RETIFICACOES DARF | 226.278.617,50 | 0,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 129.028.267,87 | 143.561.806,10 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.097.855.077.218,63 | 743.277.108.565,77 |
| COMPENSACOES | 2.859.179.508,87 | 2.864.366.851,99 | VALORES DIFERIDOS | 1.097.854.999.792,98 | 743.277.031.140,12 |
| RESTITUICOES | -10.222,59 | -10.222,59 | OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 77.425,65 | 77.425,65 |
| RETIFICACOES DARF | 266.850.491,70 | 226.278.617,50 | DEPOSITOS | 12.191.113.547,18 | 6.945.641.115,53 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.097.855.077.218,63 | 743.277.108.565,77 | CONSIGNACOES | 178.707.423,09 | 82.129.531,04 |
| VALORES DIFERIDOS | 1.097.854.999.792,98 | 743.277.031.140,12 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 10.737.719.428,04 | 5.150.870.090,20 |
| OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 77.425,65 | 77.425,65 | DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.407.862,71 | 91.397.510,04 |
| DEPOSITOS | 18.056.027.719,08 | 12.188.121.057,23 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 1.183.270.023,30 | 1.621.243.984,25 |
| CONSIGNACOES | 35.044.885,82 | 178.707.396,11 | DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 8.810,04 | 0,00 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.366.907.150,27 | 10.734.726.965,07 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 745.647.376.410,14 | 680.769.635.808,33 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.422.955,15 | 91.407.862,71 | FORNECEDORES | 7.561.855.952,25 | 5.667.209.148,08 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 534.715.741,92 | 1.183.270.023,30 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2.165.313.734,47 | 1.066.556.637,58 |
| DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 27.936.985,92 | 8.810,04 | CONVENIOS A PAGAR | 3.855.502.304,51 | 3.725.756.189,80 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 937.273.946.577,59 | 967.582.900.821,37 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 23.813.949,02 | 84.244.229,02 |
| FORNECEDORES | 10.802.658.539,86 | 7.558.200.838,07 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 33.819,30 | 33.819,30 |
| DO EXERCICIO | 2.365.846.424,07 | 1.770.306.891,34 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 127.945.484,57 | 0,00 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 973.641.643,28 | 391.351.728,95 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 3.050.950,49 | 1.499.570,68 |
| CONVENIOS A PAGAR | 4.051.399.191,33 | 3.855.502.304,51 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.235.995.309,56 | 766.167.990,70 |
| CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 286.485.139,51 | 23.813.949,02 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 7.388.713,13 | 0,00 |
| PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 139.804.272,58 | 0,00 |
| COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 3.007.414,62 | 22.950.711,00 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 4.239.247,49 | 3.050.950,49 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 421.481.278,13 | 295.003.440,07 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 2.065.747.587,04 | 1.235.995.309,56 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 92.126.197.153,45 | 67.937.227.918,88 |
| CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 199.156.513,20 | 102.018.078,00 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 675.639.216,12 | 7.388.713,13 | EM CONTRATOS | 199.156.513,20 | 9.601.100,00 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 237.562.953,15 | 139.804.272,58 | EM TITULOS | 0,00 | 92.416.978,00 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DEVOLVIDAS -P | 0,00 | 3.007.414,62 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.529.360.110,66 | 1.512.933.499,24 |
| TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA | 500.000,00 | 0,00 | VALORES EM TRANSITO | 3.859.036,23 | 10.682.719,03 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 509.026.654,89 | 421.481.278,13 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 7.932.142,58 | 9.384.488,21 |
| RESTOS A PAGAR | 116.716.464.437,58 | 100.788.340.538,43 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 33.962.377.137,06 | 29.571.040.697,21 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 103.282.259.889,53 | 92.126.197.153,45 | BENEFICIOS A PAGAR | 12.962.758.847,31 | 16.892.077.318,55 |
| CANCELADO | 13.434.204.548,05 | 8.662.143.384,98 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 590.813.503.082,39 | 339.404.002.076,20 |
| OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 115.960.200,00 | 199.156.513,20 | RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG | 200.415,70 | 378.624,27 |
| EM CONTRATOS | 115.960.200,00 | 199.156.513,20 | RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 65.923.483,89 | 0,00 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.309.720.673,48 | 1.528.182.659,16 | LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 712.097.988,77 | 880.720.617,57 |
| VALORES EM TRANSITO | 3.715.496,78 | 3.859.036,23 | RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 409.850.670,56 | 200.571.116,30 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.612.886,81 | 7.932.142,58 | OUTROS DEBITOS | 218.516.236,11 | 118.828.061,31 |
| RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR | 65.469,45 | 0,00 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 3.566.521.168,60 | 216.851.628.763,39 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 39.958.526.102,91 | 33.962.377.137,06 | PROVISOES FINANCEIRAS | 8.052.806,44 | 53.634.153,59 |
| BENEFICIOS A PAGAR | 12.738.981.152,65 | 12.962.758.847,31 | OUTRAS OBRIGACOES | 1.077.732.386,81 | 1.262.295.088,43 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 746.763.794.690,60 | 590.813.503.082,39 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 4.615.917.374,29 | 2.560.582.612,50 |
| RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE | 39.077,71 | 200.415,70 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 4.022.672.568,61 | 2.317.015.444,65 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 | DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 391.437.952,95 | 104.646.183,92 |
| LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 3.151.433.113,45 | 712.097.988,77 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 201.806.852,73 | 138.920.983,93 |
| RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 304.027.338,18 | 409.850.670,56 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 1.416.163.642.351,17 | 915.556.593.508,18 |
| OUTROS DEBITOS | 291.340.358,82 | 218.516.236,11 | BAIXA DE DIREITOS | 522.703.243.931,79 | 306.742.557.672,41 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 3.587.660.469,15 | 216.851.629.089,19 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 521.006.978.032,09 | 303.981.637.195,18 |
| PROVISOES FINANCEIRAS | 1.331.902,48 | 1.158.477,78 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 1.696.265.899,70 | 2.760.920.477,23 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 926.814.557,80 | 1.077.732.386,81 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 777.256.895.567,85 | 604.203.625.899,21 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 790.872.170,89 | 280.784.147,22 | EXERCICIOS ANTERIORES | 0,00 | 3.992,57 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 777.087.781.011,90 | 603.451.222.867,07 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 419.470.661,00 | 141.863.163,29 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 169.114.555,95 | 752.399.039,57 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 201.806.852,73 | 138.920.983,93 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 116.203.502.851,53 | 4.610.409.936,56 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 1.421.210.712.771,94 | 921.563.613.779,00 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 16.698.788,70 | 6.763.106,04 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 769.865.249.523,79 | 607.059.376.160,44 | VARIACAO CAMBIAL | 1.762.987.061,18 | 2.284.392.975,29 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 756.099.776.006,95 | 594.802.877.547,56 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 114.423.817.001,65 | 2.319.253.855,23 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 13.765.473.516,84 | 12.256.498.612,88 | | | |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 536.139.145.795,24 | 311.743.772.407,29 | | | |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 1.567.334.862,31 | 5.233.702.285,76 | | | |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 534.438.631.081,63 | 306.373.084.855,57 | | | |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 133.179.851,30 | 136.985.265,96 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 115.206.317.452,91 | 2.760.465.211,27 | | | |
| ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 418.346,53 | 452.961,71 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 1.444.697.513,37 | 1.339.033.947,57 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 113.761.201.593,01 | 1.420.978.301,99 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 445.902.309.404,54 | 290.698.312.884,86 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 461.741.153.820,36 | 445.844.521.430,12 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 229.007.392.477,79 | 168.204.113.337,16 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 227.869.023.529,16 | 229.007.392.477,79 |
| INSS | 710.928.153,84 | 4.992.350.678,84 | INSS | 5.963.443.219,60 | 710.928.153,84 |
| RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA | 164.707.801.063,45 | 72.167.114.171,29 | RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA | 154.541.346.302,79 | 164.707.801.063,45 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 32.798.281.912,58 | 30.013.703.232,81 | APLICACOES FINANCEIRAS | 37.431.408.488,07 | 32.741.583.389,37 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 18.677.905.796,88 | 15.321.031.464,76 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 35.935.932.280,74 | 18.676.816.345,67 |
| INGRESSOS | 6.084.080.092.447,69 | 4.891.512.773.305,23 | DISPENDIOS | 6.084.080.092.447,69 | 4.891.512.773.305,23 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 661.119.886.622,81 | 575.717.158.499,40 | DESPESAS CORRENTES | 490.194.646.816,74 | 458.086.477.130,09 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 291.572.284.877,27 | 248.589.561.641,06 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 116.683.806.102,28 | 107.665.807.757,81 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 248.120.201.086,00 | 207.417.179.637,66 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 122.410.633.626,87 | 124.588.435.836,43 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 51.556.204.681,13 | 47.157.366.344,57 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 242.827.883.916,69 | 218.314.255.620,07 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 534.199,78 | 578.905,15 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 174.522.867.800,67 | 159.088.245.696,01 |
| RECEITA DE SERVICOS | 30.468.661.293,14 | 25.022.980.381,57 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 1.072.997.091,74 | 961.667.010,53 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 110.442.661,69 | 99.512.800,41 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 626.928,83 | 523.506,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 26.982.432.245,28 | 36.477.352.277,15 | OUTRAS DESPESAS | 67.231.392.095,45 | 58.263.819.407,53 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.309.125.578,52 | 10.952.626.511,83 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 8.272.323.170,90 | 7.517.977.915,78 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 658.641,55 | 704.397,04 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 8.052.303.739,14 | 7.324.011.834,55 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12.271.268.436,85 | 10.923.369.296,33 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 220.019.431,76 | 193.966.081,23 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.873.141,49 | 5.483.982,20 | DESPESAS DE CAPITAL | 546.848.455.535,26 | 545.853.240.722,23 |
| RECEITA DE SERVICOS | 26.387.157,10 | 13.476.070,50 | INVESTIMENTOS | 26.920.192.428,07 | 23.445.387.719,29 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 8.938.201,53 | 9.592.765,76 | INVERSOES FINANCEIRAS | 5.335.721.187,94 | 3.490.629.948,07 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 577.365.908.252,66 | 734.568.807.006,42 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 514.002.620.384,90 | 517.855.470.213,30 |
| OPERACOES DE CREDITO | 501.956.423.701,54 | 497.635.672.969,06 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 3.316.467,58 |
| ALIENACAO DE BENS | 657.457.008,61 | 323.273.638,11 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 0,00 | 3.316.467,58 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 22.229.627.215,43 | 20.462.865.880,79 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 589.921.534,35 | 1.058.436.373,99 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 30.571.439,50 | 23.560.116,03 | INVESTIMENTOS | 52.454.455,63 | 32.481.949,44 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 52.180.077.827,46 | 216.123.434.402,43 | INVERSOES FINANCEIRAS | 537.467.078,72 | 1.025.954.424,55 |
| RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 311.751.060,12 | 0,00 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 5.183.774.601.656,50 | 4.801.070.756.355,10 |
| OPERACOES DE CREDITO | 311.751.060,12 | 0,00 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 3.753.126.150.313,39 | 3.323.910.884.617,63 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -21.150.817.056,20 | -15.708.530.517,51 | COTA CONCEDIDA | 1.414.515.906.998,22 | 1.332.990.586.791,38 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 5.015.616.619.453,39 | 4.625.642.192.812,76 | REPASSE CONCEDIDO | 480.896.116.886,65 | 418.940.284.467,32 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 3.347.700.332.297,96 | 2.944.979.092.028,89 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 |
| COTA RECEBIDA | 1.414.515.906.998,22 | 1.332.990.586.791,38 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 |
| REPASSE RECEBIDO | 62.873.038.938,95 | 56.341.884.694,35 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 348.362.230.449,75 | 249.051.116.230,35 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 608.584.199.945,08 | 452.612.767.298,27 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 12.234.121.337,63 | 11.494.516.194,08 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 342.012.721.039,08 | 225.844.948.416,52 | INCORPORACAO DE RECEITA | 2.429.154.876,75 | 2.666.672.572,76 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 627.530.969.288,02 | 459.485.542.296,33 | TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS | 9.804.966.460,88 | 8.827.843.621,32 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITO | 12.234.121.337,63 | 11.494.516.194,08 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.418.414.330.005,48 | 1.465.665.355.543,39 |
| DESINCORPORACAO DE RECEITA | 2.429.154.876,75 | 2.666.672.572,76 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 4.416.703.133,83 | 1.020.796.651,50 |
| TRANSFERENCIA DE DEBITOS FINANCEIROS | 9.804.966.460,88 | 8.827.843.621,32 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 2.106.569.032,77 | 270.037.687,47 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.655.682.165.817,80 | 1.669.168.584.589,79 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 2.310.134.101,06 | 750.758.964,03 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 3.680.555.415,30 | 1.374.284.597,90 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 1.413.997.626.871,65 | 1.464.644.558.891,89 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 965.371.092,06 | 253.405.889,93 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 3.821.247.025.025,07 | 2.723.127.472.119,72 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 2.715.184.323,24 | 1.120.878.707,97 | VALORES EM CIRCULACAO | 707.428.739.141,67 | 555.396.908.211,24 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 1.652.001.610.402,50 | 1.667.794.299.991,89 | REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 7.856.801.871,24 | 7.608.078.795,24 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 3.814.431.014.183,13 | 2.753.695.350.301,40 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 698.327.554.907,44 | 546.504.026.295,79 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 555.397.510.983,60 | 310.088.035.799,54 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.041.560.413,24 | 1.106.669.218,15 |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 7.608.078.795,24 | 7.659.454.485,14 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 3.010.834,37 | 2.749.447,55 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 546.504.026.295,79 | 301.256.546.306,40 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 490.983,05 | 303.877,77 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.106.669.218,15 | 971.735.753,53 | CONTRIBUICOES SOCIAIS | 0,00 | 0,02 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 2.749.447,55 | 2.151.732,17 | OUTROS CREDITOS | 490.983,05 | 303.877,75 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 303.877,77 | 92.759.345,22 | RECURSOS VINCULADOS | 108.536.997,89 | 109.157.092,85 |
| CONTRIBUICOES SOCIAIS | 0,00 | 0,02 | RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 |
| OUTROS CREDITOS | 303.877,77 | 92.759.345,20 | RECURSOS NAO VINCULADOS | 9.679,45 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS | 109.759.865,21 | 104.954.879,50 | VALORES A CLASSIFICAR | 3.090.645.469,49 | 3.026.370.512,56 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER | 65.923.483,89 | 0,00 | RECEITA A CLASSIFICAR | 3.090.645.469,49 | 3.026.370.512,56 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,00 | 433.297,58 | RESTITUICOES DA GR | 0,00 | -3.326.626,56 |
| VALORES A CLASSIFICAR | 3.126.031.300,83 | 3.090.645.469,49 | COMPENSACOES | 2.864.366.851,99 | 3.029.697.139,12 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | 3.126.031.300,83 | 3.090.645.469,49 | RETIFICACOES DARF | 226.278.617,50 | 0,00 |
| RESTITUICOES DA GR | 1.300,26 | 0,00 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.080.143.736.586,41 | 687.898.315.570,24 |
| COMPENSACOES | 2.859.179.508,87 | 2.864.366.851,99 | VALORES DIFERIDOS | 1.080.143.736.586,41 | 687.898.315.570,24 |
| RETIFICACOES DARF | 266.850.491,70 | 226.278.617,50 | DEPOSITOS | 9.040.897.064,87 | 4.305.000.314,77 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.068.069.742.241,50 | 704.668.849.742,42 | CONSIGNACOES | 123.400.665,18 | 49.910.839,63 |
| VALORES DIFERIDOS | 1.068.069.742.241,50 | 704.668.849.742,42 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 7.843.647.074,84 | 4.026.456.853,57 |
| DEPOSITOS | 14.274.926.199,63 | 9.040.897.064,87 | DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.407.862,71 | 91.397.510,04 |
| CONSIGNACOES | 12.086.948,92 | 123.400.665,18 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 982.432.652,10 | 137.235.111,53 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 13.889.525.485,18 | 7.843.647.074,84 | DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 8.810,04 | 0,00 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.422.955,15 | 91.407.862,71 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 671.924.044.137,85 | 617.539.778.516,66 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 253.953.824,46 | 982.432.652,10 | FORNECEDORES | 2.251.966.550,12 | 1.220.293.808,45 |
| DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 27.936.985,92 | 8.810,04 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.114.605.150,42 | 281.050.306,59 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 858.102.890.432,14 | 892.279.926.831,36 | CONVENIOS A PAGAR | 1.023.915.966,34 | 843.709.521,00 |
| FORNECEDORES | 3.797.537.268,18 | 2.251.966.550,12 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 18.476.598,69 | 75.485.261,58 |
| DO EXERCICIO | 985.293.329,84 | 939.313.412,53 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 992.389,61 | 1.499.570,68 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 466.717.536,30 | 175.291.737,89 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 16.347.549,23 | 1.417.466,67 |
| CONVENIOS A PAGAR | 1.251.512.186,98 | 1.023.915.966,34 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 74.621.481,21 | 0,00 |
| CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 275.545.877,21 | 18.476.598,69 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 3.007.414,62 | 17.131.681,93 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 842.389,61 | 992.389,61 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 60.457.090,18 | 118.551.844,05 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 178.203.980,96 | 16.347.549,23 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 55.348.828.602,39 | 39.369.073.774,64 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 403.794.282,28 | 0,00 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 190.175.313,20 | 92.416.978,00 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 235.127.685,00 | 74.621.481,21 | EM CONTRATOS | 190.175.313,20 | 0,00 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DEVOLVIDAS -P | 0,00 | 3.007.414,62 | EM TITULOS | 0,00 | 92.416.978,00 |
| TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA | 500.000,00 | 0,00 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 976.286.767,16 | 961.037.607,24 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 92.817.873,76 | 60.457.090,18 | VALORES EM TRANSITO | 1.691.092,14 | 3.740.058,36 |
| RESTOS A PAGAR | 73.978.467.261,66 | 60.576.619.176,59 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.410,72 | 136,61 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 64.517.122.439,80 | 55.348.828.602,39 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 32.828.966.485,67 | 28.506.293.199,42 |
| CANCELADO | 9.461.344.821,86 | 5.227.790.574,20 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 577.823.072.570,00 | 329.830.939.562,26 |
| OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 0,00 | 190.175.313,20 | RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG | 200.415,70 | 378.624,27 |
| EM CONTRATOS | 0,00 | 190.175.313,20 | LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 712.097.988,77 | 880.720.617,57 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.309.719.673,48 | 976.286.767,16 | RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 409.850.670,56 | 200.571.116,30 |
| VALORES EM TRANSITO | 1.873.245,76 | 1.691.092,14 | OUTROS DEBITOS | 101.375.473,73 | 84.441.481,12 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 465,63 | 1.410,72 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.069.621.118,27 | 216.197.713.237,58 |
| RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR | 65.469,45 | 0,00 | PROVISOES FINANCEIRAS | 0,00 | 1.044.662,14 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 38.895.985.949,61 | 32.828.966.485,67 | OUTRAS OBRIGACOES | 149.452.589,24 | 72.561.808,65 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 734.833.842.694,36 | 577.823.072.570,00 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 1.937.152.813,08 | 605.562.302,67 |
| RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE | 39.077,71 | 200.415,70 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 1.737.501.361,79 | 469.264.321,83 |
| LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 3.151.433.113,45 | 712.097.988,77 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 199.651.451,29 | 136.297.980,84 |
| RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 304.027.338,18 | 409.850.670,56 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 1.347.681.809.811,70 | 854.355.536.691,58 |
| OUTROS DEBITOS | 143.627.923,53 | 101.375.473,73 | BAIXA DE DIREITOS | 470.501.571.187,10 | 260.823.618.143,57 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.083.657.754,37 | 216.197.713.237,58 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 469.104.478.448,29 | 258.204.258.320,29 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 509.795.323,01 | 149.452.589,24 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 1.397.092.738,81 | 2.619.359.823,28 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 189.029.426,63 | 115.996.820,74 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 762.624.874.683,73 | 589.336.418.869,82 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 189.029.426,63 | 115.996.820,74 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 762.527.729.400,99 | 588.671.431.159,11 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 1.315.270.883.598,80 | 834.410.998.572,98 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 97.145.282,74 | 664.987.710,71 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 681.473.605.219,91 | 533.178.221.001,45 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 114.555.363.940,87 | 4.195.499.678,19 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 679.155.015.211,21 | 529.970.714.114,14 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 7.455,51 | 0,00 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 2.318.590.008,70 | 3.207.506.887,31 | VARIACAO CAMBIAL | 1.632.745.580,89 | 2.143.701.619,54 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 520.481.857.421,37 | 298.541.661.564,12 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 112.922.610.904,47 | 2.051.798.058,65 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 255.839.340,85 | 180.285.624,02 | | | |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 520.095.249.979,89 | 298.293.688.462,74 | | | |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 130.768.100,63 | 67.687.477,36 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 113.315.420.957,52 | 2.691.116.007,41 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 1.352.369.948,37 | 1.308.321.786,20 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 111.963.051.009,15 | 1.382.794.221,21 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 383.802.132.226,64 | 238.025.100.451,31 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 389.120.014.648,86 | 383.802.132.226,64 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 206.116.315.575,01 | 152.617.543.645,44 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 200.267.030.859,85 | 206.116.315.575,01 |
| INSS | 710.928.153,84 | 4.992.350.678,84 | INSS | 5.963.443.219,60 | 710.928.153,84 |
| RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA | 164.707.801.063,45 | 72.167.114.171,29 | RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA | 154.541.346.302,79 | 164.707.801.063,45 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 26.974.748,19 | 27.281.100,83 | APLICACOES FINANCEIRAS | 28.179.687,65 | 26.974.748,19 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 12.240.112.686,15 | 8.220.810.854,91 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 28.320.014.578,97 | 12.240.112.686,15 |
| INGRESSOS | 10.431.184.743.682,43 | 8.911.940.078.553,78 | DISPENDIOS | 10.431.184.743.682,43 | 8.911.940.078.553,78 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 239.308.939.144,09 | 204.035.415.443,92 | DESPESAS CORRENTES | 367.708.788.431,66 | 319.992.410.447,54 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 4.721.174.539,17 | 4.021.932.742,54 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 45.583.705.232,38 | 40.092.215.346,63 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 222.505.697.693,41 | 188.524.366.400,08 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 11.455.180,21 | 20.774.087,55 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.425.454.318,69 | 3.758.361.887,38 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 315.822.459.497,77 | 274.686.939.134,02 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 20.677.676,96 | 21.479.283,68 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 21.589.091.747,79 | 17.078.073.037,16 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 559.545.281,68 | 526.671.653,57 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 65.014.763,65 | 53.095.249,33 |
| RECEITA DE SERVICOS | 2.195.935.611,51 | 1.884.311.035,55 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 246.515.983.749,85 | 218.693.533.296,18 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 92.142.442,27 | 48.050.053,43 | OUTRAS DESPESAS | 47.652.369.236,48 | 38.862.237.551,35 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.733.681.755,85 | 5.215.366.203,41 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 6.291.168.521,30 | 5.192.481.879,34 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 54.629.824,55 | 34.876.184,28 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 5.727.127.489,56 | 4.810.111.579,47 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 192.354,01 | 247.702,09 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 564.041.031,74 | 382.370.299,87 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 27.524,75 | 16.148,94 | DESPESAS DE CAPITAL | 29.037.967.700,50 | 26.484.590.311,84 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.976.769,05 | 1.281.631,61 | INVESTIMENTOS | 25.001.138.019,05 | 20.302.471.925,90 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 25.041.110,08 | 8.582.243,44 | INVERSOES FINANCEIRAS | 3.245.929.572,67 | 6.080.354.675,65 |
| RECEITA DE SERVICOS | 24.903.417,41 | 23.020.862,68 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 38.127.686,86 | 56.529.330,60 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.488.649,25 | 1.727.595,52 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 16.238,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 242.212.395,34 | 202.409.221,44 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 0,00 | 16.238,00 |
| OPERACOES DE CREDITO | 0,00 | 246.378,45 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 752.772.421,92 | 45.218.141,69 |
| ALIENACAO DE BENS | 91.910.728,26 | 145.699.454,30 | INVESTIMENTOS | 5.594.670,52 | 5.109.313,07 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 78.399.734,23 | 1.526.759,42 | INVERSOES FINANCEIRAS | 747.177.751,40 | 40.108.828,62 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 71.901.932,85 | 54.936.629,27 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 523.040.587.195,14 | 449.870.351.982,36 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -1.058.052.194,39 | -798.372.550,37 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 51.854.280.895,94 | 40.723.609.476,57 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 647.047.356.774,22 | 567.978.933.960,45 | REPASSE CONCEDIDO | 1.457.134.808,40 | 1.626.744.881,59 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 408.661.198.806,63 | 357.381.418.192,94 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 |
| REPASSE RECEBIDO | 370.226.805.378,84 | 321.321.611.520,67 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.562.039.856,87 | 4.707.772.590,09 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 16.790.714.229,87 | 6.848.297.604,98 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.108.756.916,26 | 3.674.918.304,89 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 471.186.306.299,20 | 409.146.742.505,79 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 3.281.244.510,73 | 4.844.093.967,47 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 3.573.893.493,39 | 2.451.432.118,95 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 238.386.157.967,59 | 210.597.515.767,51 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 2.876.443.454,71 | 1.903.259.972,94 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 3.642.487.931,50 | 2.182.413.064,67 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 697.450.038,68 | 548.172.146,01 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 3.288.363.122,67 | 1.926.462.884,10 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 467.612.412.805,81 | 406.695.310.386,84 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 354.124.808,83 | 255.950.180,57 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 199.140.713.272,73 | 177.085.986.060,55 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 234.743.670.036,09 | 208.415.102.702,84 | VALORES EM CIRCULACAO | 75.620.859.431,65 | 64.766.419.755,02 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 233.786.706.801,98 | 202.579.961.881,10 | REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 9.802.658,03 | 5.007.386,97 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 64.760.666.047,96 | 58.598.590.898,97 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 73.881.641.941,03 | 63.068.884.146,78 |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 5.007.386,97 | 6.946.841,56 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.115,00 | 36.045,59 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 63.068.884.146,78 | 57.100.189.322,89 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 361.924.113,00 | 343.402.596,06 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 36.045,59 | 31.564,50 | RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 94.149.612,87 | 63.759.215,22 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 341.824.313,74 | 232.609.054,57 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 6.398.689,78 | 7.761.469,32 |
| RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 63.759.215,22 | 9.828.836,07 | OUTROS CREDITOS | 6.398.689,78 | 7.761.469,32 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 7.761.469,32 | 6.107.018,96 | RECURSOS VINCULADOS | 1.205.806.101,87 | 1.212.268.429,72 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| OUTROS CREDITOS | 7.761.469,32 | 6.107.018,96 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 61.135.200,07 | 65.300.465,36 |
| RECURSOS VINCULADOS | 1.208.093.004,98 | 1.189.123.076,39 | VALORES A CLASSIFICAR | 143.552.305,00 | 148.261.237,70 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 65.300.465,36 | 53.755.184,03 | RECEITA A CLASSIFICAR | 143.552.305,00 | 148.261.237,70 |
| VALORES A CLASSIFICAR | 129.018.766,77 | 143.552.305,00 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 143.561.806,10 | 148.270.738,80 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | 129.018.766,77 | 143.552.305,00 | RESTITUICOES | -9.501,10 | -9.501,10 |
| RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 129.028.267,87 | 143.561.806,10 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 10.129.542.635,34 | 8.956.602.599,67 |
| RESTITUICOES | -9.501,10 | -9.501,10 | VALORES DIFERIDOS | 10.129.542.115,71 | 8.956.602.080,04 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 21.634.808.716,96 | 11.622.739.210,24 | OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 519,63 | 519,63 |
| VALORES DIFERIDOS | 21.634.808.197,33 | 11.622.738.690,61 | DEPOSITOS | 3.086.352.572,07 | 2.553.565.543,96 |
| OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 519,63 | 519,63 | CONSIGNACOES | 48.217.223,11 | 25.047.650,70 |
| DEPOSITOS | 3.763.358.562,08 | 3.083.360.082,12 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 2.842.121.767,63 | 1.045.011.340,79 |
| CONSIGNACOES | 22.908.983,55 | 48.217.196,13 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 196.013.581,33 | 1.483.506.552,47 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 3.460.039.055,39 | 2.839.129.304,66 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 59.232.683.369,62 | 53.293.774.836,73 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 280.410.523,14 | 196.013.581,33 | FORNECEDORES | 4.836.133.838,15 | 3.963.757.862,13 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 61.779.542.188,34 | 61.056.895.938,82 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.010.851.165,37 | 719.558.935,45 |
| FORNECEDORES | 6.451.245.984,72 | 4.832.478.723,97 | CONVENIOS A PAGAR | 2.414.595.649,35 | 2.474.414.543,85 |
| DO EXERCICIO | 1.332.827.815,85 | 794.312.625,00 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 33.819,30 | 33.819,30 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 502.389.376,57 | 212.883.426,19 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 127.945.484,57 | 0,00 |
| CONVENIOS A PAGAR | 2.415.217.507,92 | 2.414.595.649,35 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 2.058.560,88 | 0,00 |
| PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.219.647.760,33 | 764.750.524,03 |
| COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 61.001.398,35 | 0,00 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 464,88 | 2.058.560,88 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 5.000.039,50 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.887.431.588,97 | 1.219.647.760,33 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 341.970.327,24 | 175.825.993,98 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 204.409.331,71 | 0,00 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 27.818.747.368,03 | 22.799.333.410,74 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 61.001.398,35 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 8.981.200,00 | 9.601.100,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 302.953.786,67 | 341.970.327,24 | EM CONTRATOS | 8.981.200,00 | 9.601.100,00 |
| RESTOS A PAGAR | 30.454.556.401,29 | 30.183.868.934,97 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.178.451,50 | 1.000,00 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 28.209.486.653,70 | 27.818.747.368,03 | VALORES EM TRANSITO | 1.892.506,11 | 6.187.146,50 |
| CANCELADO | 2.245.069.747,59 | 2.365.121.566,94 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 7.926.095,97 | 9.384.239,03 |
| OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 115.960.200,00 | 8.981.200,00 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 876.141.145,01 | 660.749.323,60 |
| EM CONTRATOS | 115.960.200,00 | 8.981.200,00 | BENEFICIOS A PAGAR | 12.962.758.847,31 | 16.892.077.318,55 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.000,00 | 1.000,00 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 10.226.678.463,93 | 7.269.166.841,00 |
| VALORES EM TRANSITO | 1.631.337,24 | 1.892.506,11 | RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 65.923.483,89 | 0,00 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.612.421,18 | 7.926.095,97 | OUTROS DEBITOS | 113.884.852,55 | 33.871.519,78 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 753.035.625,69 | 876.141.145,01 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.150.972.319,53 | 328.037.467,41 |
| BENEFICIOS A PAGAR | 12.738.981.152,65 | 12.962.758.847,31 | PROVISOES FINANCEIRAS | 8.052.806,44 | 52.589.491,45 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 8.780.119.436,90 | 10.226.678.463,93 | OUTRAS OBRIGACOES | 811.441.663,96 | 1.093.192.122,56 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 547.046.954,04 | 105.088.809,41 |
| OUTROS DEBITOS | 147.487.797,53 | 113.884.852,55 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 155.450.950,24 | 0,00 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.570.711.946,80 | 621.790.216,13 | DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 391.437.952,95 | 104.646.183,92 |
| PROVISOES FINANCEIRAS | 1.331.902,48 | 1.158.477,78 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 158.050,85 | 442.625,49 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 369.139.740,20 | 811.441.663,96 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 50.380.676.005,01 | 47.262.273.278,06 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 595.616.028,25 | 158.095.967,42 | BAIXA DE DIREITOS | 37.784.609.923,69 | 35.357.944.561,26 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 37.485.436.762,83 | 35.216.383.907,39 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 419.470.661,00 | 141.863.163,29 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 299.173.160,86 | 141.560.653,87 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 6.550.710,09 | 16.232.804,13 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 11.028.597.084,60 | 11.676.868.761,59 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 81.123.696.491,62 | 67.916.727.478,53 | EXERCICIOS ANTERIORES | 0,00 | 3.992,57 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 66.150.844.013,02 | 56.115.592.392,81 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 10.974.755.607,03 | 11.597.721.328,33 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 65.933.090.563,86 | 55.516.029.699,11 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 53.841.477,57 | 79.143.440,69 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 217.753.449,16 | 599.562.693,70 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 1.567.468.996,72 | 227.459.955,21 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 13.144.008.581,66 | 11.741.396.271,22 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 10.904.567,37 | 4.791.395,88 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 732.523.036,94 | 5.034.926.000,84 | VARIACAO CAMBIAL | 97.665.495,61 | 66.539.870,77 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 12.409.078.021,34 | 6.637.290.937,67 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 1.458.898.933,74 | 156.128.688,56 |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 2.407.523,38 | 69.179.332,71 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 1.828.843.896,94 | 59.738.814,50 | | | |
| ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 418.346,53 | 452.961,71 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 86.370.668,29 | 27.313.984,15 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 1.742.054.882,12 | 31.971.868,64 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 7.254.856.628,17 | 6.632.059.499,50 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 7.653.962.949,38 | 7.197.068.653,75 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 5.338.617.769,09 | 4.931.952.860,75 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 5.933.808.983,59 | 5.338.617.769,09 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 1.854.025.612,19 | 1.641.406.005,42 | APLICACOES FINANCEIRAS | 1.626.739.289,66 | 1.797.327.088,98 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 62.213.246,89 | 58.700.633,33 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 93.414.676,13 | 61.123.795,68 |
| INGRESSOS | 1.126.582.019.549,41 | 980.630.407.456,04 | DISPENDIOS | 1.126.582.019.549,41 | 980.630.407.456,04 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 237.063.626.311,74 | 202.026.684.930,12 | DESPESAS CORRENTES | 340.675.556.492,03 | 297.150.381.198,31 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 4.721.174.539,17 | 4.021.932.589,54 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 32.372.432.036,12 | 27.926.666.741,46 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 222.502.325.035,27 | 188.482.631.874,53 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 504.194,15 | 1.670.247,58 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 3.907.935.454,85 | 3.231.274.675,23 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 304.337.414.308,34 | 265.951.616.432,60 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 6.120.273,09 | 6.278.240,91 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 21.413.730.225,43 | 16.978.540.748,62 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 79.652.674,38 | 75.141.330,14 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 56.233.409,81 | 37.068.706,74 |
| RECEITA DE SERVICOS | 1.519.473.624,19 | 1.285.024.077,37 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 246.500.899.240,09 | 218.678.819.468,93 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 37.506.070,05 | 33.819.472,06 | OUTRAS DESPESAS | 36.366.551.433,01 | 30.257.187.508,31 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.277.091.300,30 | 4.882.451.633,85 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 3.965.205.953,42 | 3.270.427.776,67 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.347.340,44 | 8.131.036,49 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.727.670.556,92 | 3.062.002.808,26 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 192.354,01 | 247.702,09 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 237.535.396,50 | 208.424.968,41 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 687,22 | 403,23 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.578.405.774,14 | 17.887.372.337,37 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.505.353,70 | 554.333,32 | INVESTIMENTOS | 17.920.042.144,10 | 14.728.950.799,17 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 3.879.468,99 | 2.725.935,17 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.908.954.901,46 | 3.141.096.641,86 |
| RECEITA DE SERVICOS | 5.180.793,89 | 3.448.585,99 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 3.811.395,34 | 12.473.485,04 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.588.682,63 | 1.154.076,69 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 745.597.333,24 | 4.851.411,30 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 150.444.240,77 | 100.471.955,72 | INVESTIMENTOS | 2.419.671,70 | 2.672.411,30 |
| ALIENACAO DE BENS | 71.589.144,16 | 98.497.903,07 | INVERSOES FINANCEIRAS | 743.177.661,54 | 2.179.000,00 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 78.399.734,23 | 1.526.759,42 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 497.010.977.526,28 | 419.490.383.097,63 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 455.362,38 | 447.293,23 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 41.682.993.671,95 | 30.062.031.196,10 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -1.007.095.119,52 | -756.114.012,83 | REPASSE CONCEDIDO | 1.050.246.359,40 | 1.046.242.386,49 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 594.259.687.812,11 | 514.621.934.545,06 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 370.997.255.732,34 | 323.045.896.553,46 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 |
| REPASSE RECEBIDO | 342.247.919.539,18 | 297.036.512.526,26 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.171.482.081,71 | 4.260.674.533,93 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 16.468.990.931,48 | 6.248.760.160,51 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 455.327.983.854,33 | 389.428.351.901,53 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 4.653.878.488,79 | 3.090.905.516,22 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 2.968.680.638,34 | 2.103.139.687,56 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 3.103.183.405,01 | 4.412.124.395,81 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 2.665.552.519,68 | 1.742.498.018,90 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 223.262.432.079,77 | 191.576.037.991,60 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 303.128.118,66 | 360.641.668,66 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 3.304.881.018,13 | 1.977.140.258,51 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 452.359.303.215,99 | 387.325.212.213,97 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 3.031.395.787,49 | 1.748.190.993,42 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 159.569.059.571,05 | 141.816.048.462,58 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 273.485.230,64 | 228.949.265,09 | VALORES EM CIRCULACAO | 61.026.329.895,45 | 50.481.141.247,04 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 219.957.551.061,64 | 189.598.897.733,09 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 59.813.751.230,59 | 49.268.447.508,66 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 187.798.948.867,09 | 160.921.717.945,60 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 0,00 | 34.860,59 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 50.476.975.289,95 | 47.406.044.890,78 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 583.310,74 | 695.279,08 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 49.268.447.508,66 | 46.194.104.864,85 | RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 10.105,18 | 0,00 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 34.860,59 | 24.206,42 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 2.259.901,30 | 2.386.531,89 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 695.279,08 | 530.244,67 | OUTROS CREDITOS | 2.259.901,30 | 2.386.531,89 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 2.386.531,89 | 1.567.185,92 | RECURSOS VINCULADOS | 1.181.473.925,35 | 1.181.279.508,51 |
| OUTROS CREDITOS | 2.386.531,89 | 1.567.185,92 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 28.251.422,29 | 28.297.558,31 |
| RECURSOS VINCULADOS | 1.177.113.551,42 | 1.181.520.830,61 | VALORES A CLASSIFICAR | 100.499.935,95 | 62.190.534,73 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 28.297.558,31 | 28.297.558,31 | RECEITA A CLASSIFICAR | 100.499.935,95 | 62.190.534,73 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| VALORES A CLASSIFICAR | 106.387.757,11 | 100.499.935,95 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 100.499.935,95 | 62.190.534,73 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | 106.387.757,11 | 100.499.935,95 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 9.351.944.085,15 | 7.823.769.409,60 |
| RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 106.387.757,11 | 100.499.935,95 | VALORES DIFERIDOS | 9.351.943.565,52 | 7.823.768.889,97 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 20.881.115.846,92 | 10.575.639.401,49 | OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 519,63 | 519,63 |
| VALORES DIFERIDOS | 20.881.115.327,29 | 10.575.638.881,86 | DEPOSITOS | 2.963.991.041,92 | 2.460.720.880,28 |
| OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 519,63 | 519,63 | CONSIGNACOES | 31.019.588,57 | 8.861.065,10 |
| DEPOSITOS | 3.529.463.169,40 | 2.960.998.551,97 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 2.788.914.715,93 | 1.008.008.054,78 |
| CONSIGNACOES | 8.443.710,70 | 31.019.561,59 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 144.056.737,42 | 1.443.851.760,40 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 3.402.352.338,83 | 2.785.922.252,96 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 45.360.175.192,53 | 42.262.315.495,77 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 118.667.119,87 | 144.056.737,42 | FORNECEDORES | 1.743.336.416,35 | 1.453.242.065,79 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 47.163.927.182,90 | 46.760.296.950,35 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 576.999.980,37 | 469.812.029,88 |
| FORNECEDORES | 2.764.023.614,24 | 1.739.681.302,17 | CONVENIOS A PAGAR | 964.426.536,22 | 981.905.177,11 |
| DO EXERCICIO | 1.060.361.624,85 | 430.622.963,12 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 33.819,30 | 33.819,30 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 413.657.733,18 | 142.721.903,07 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 127.945.484,57 | 0,00 |
| CONVENIOS A PAGAR | 1.076.280.953,58 | 964.426.536,22 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 464,88 | 0,00 |
| PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 66.208.709,39 | 0,00 |
| COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 7.721.421,62 | 0,00 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 464,88 | 464,88 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 1.491.039,50 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 61.295.005,24 | 66.208.709,39 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 290.463.316,12 | 120.358.421,09 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 43.457.933,69 | 0,00 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 19.403.551.346,81 | 16.242.043.293,66 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 7.721.421,62 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 8.981.200,00 | 9.601.100,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 234.728.110,99 | 290.463.316,12 | EM CONTRATOS | 8.981.200,00 | 9.601.100,00 |
| RESTOS A PAGAR | 21.802.030.690,19 | 21.434.947.725,26 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.178.451,50 | 1.000,00 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 19.955.336.805,19 | 19.403.551.346,81 | VALORES EM TRANSITO | 922.440,94 | 4.595.804,71 |
| CANCELADO | 1.846.693.885,00 | 2.031.396.378,45 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 107.323,43 | 106.712,42 |
| OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 115.960.200,00 | 8.981.200,00 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 626.636.567,44 | 459.028.846,32 |
| EM CONTRATOS | 115.960.200,00 | 8.981.200,00 | BENEFICIOS A PAGAR | 12.962.756.232,48 | 16.892.077.318,55 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 1.000,00 | 1.000,00 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 8.272.270.713,19 | 5.751.223.579,84 |
| VALORES EM TRANSITO | 996.451,37 | 922.440,94 | RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 65.923.483,89 | 0,00 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 120.675,88 | 107.323,43 | OUTROS DEBITOS | 20.295.874,82 | 3.869.831,53 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 523.472.685,75 | 626.636.567,44 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.150.741.562,59 | 237.441.087,58 |
| BENEFICIOS A PAGAR | 12.738.978.537,82 | 12.962.756.232,48 | PROVISOES FINANCEIRAS | 6.904.578,55 | 10.249,89 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 6.955.645.440,75 | 8.272.270.713,19 | OUTRAS OBRIGACOES | 806.105.684,42 | 1.088.716.184,39 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 155.609.001,09 | 442.625,49 |
| OUTROS DEBITOS | 7.138.154,36 | 20.295.874,82 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 155.450.950,24 | 0,00 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.563.302.082,90 | 531.193.836,30 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 158.050,85 | 442.625,49 |
| PROVISOES FINANCEIRAS | 10.249,89 | 10.249,89 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 40.610.510.418,96 | 38.725.468.269,67 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 366.745.833,77 | 806.105.684,42 | BAIXA DE DIREITOS | 30.847.098.806,59 | 29.599.588.678,60 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 176.047.460,06 | 16.130.545,34 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 30.771.844.496,80 | 29.599.588.678,60 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 75.254.309,79 | 0,00 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 6.452.802,90 | 16.130.545,34 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 8.511.566.421,25 | 9.113.896.972,93 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 65.465.032.160,75 | 53.102.107.669,72 | EXERCICIOS ANTERIORES | 0,00 | 3.992,57 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 52.829.314.923,86 | 42.974.731.313,60 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 8.497.482.269,55 | 9.057.797.551,90 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 52.829.273.137,96 | 42.683.966.420,09 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 14.084.151,70 | 56.095.428,46 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 41.785,90 | 290.764.893,51 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 1.251.845.191,12 | 11.982.618,14 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 11.044.983.216,15 | 10.101.659.323,23 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 17.448,36 | 63.399,06 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 659.499.739,84 | 4.936.116.632,10 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 1.251.827.742,76 | 11.919.219,08 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 10.384.716.673,04 | 5.145.349.382,44 | | | |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 766.803,27 | 20.193.308,69 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 1.590.734.020,74 | 25.717.032,89 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 0,00 | 3.985,18 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 1.590.734.020,74 | 25.713.047,71 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 6.740.958.564,19 | 6.112.660.321,99 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 7.172.571.312,88 | 6.683.170.589,77 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 5.149.577.426,89 | 4.713.885.855,69 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 5.740.638.543,36 | 5.149.577.426,89 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 1.568.002.455,13 | 1.379.930.111,21 | APLICACOES FINANCEIRAS | 1.420.761.135,00 | 1.511.303.931,92 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 23.378.682,17 | 18.844.355,09 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 11.171.634,52 | 22.289.230,96 |
| INGRESSOS | 1.025.006.570.676,38 | 883.027.355.685,66 | DISPENDIOS | 1.025.006.570.676,38 | 883.027.355.685,66 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 748.915.292,99 | 623.388.350,37 | DESPESAS CORRENTES | 20.342.136.519,54 | 16.673.907.516,71 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 0,00 | 153,00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.812.015.260,79 | 8.957.461.522,83 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 50.155.058,39 | 44.908.145,84 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 373.719,09 | 304.886,27 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 127.026,36 | 90.318,32 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.802.777.057,97 | 6.324.880.199,93 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 337.501,39 | 2.032.736,63 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 171.441.496,84 | 93.533.856,18 |
| RECEITA DE SERVICOS | 369.469.401,82 | 315.591.022,38 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 6.432.553,84 | 14.292.376,97 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 45.638.012,87 | 9.458.212,31 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 0,00 | 1.395,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 263.071.395,14 | 231.396.790,55 | OUTRAS DESPESAS | 8.624.903.007,29 | 6.217.052.571,78 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 20.116.897,02 | 19.910.971,34 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 1.726.970.481,69 | 1.391.260.907,68 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 12.994,00 | 2.750,00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.458.892.137,28 | 1.271.579.708,37 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 5.021,20 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 268.078.344,41 | 119.681.199,31 |
| RECEITA DE SERVICOS | 19.444.000,15 | 19.494.046,22 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.526.844.624,81 | 2.633.209.577,45 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 659.902,87 | 409.153,92 | INVESTIMENTOS | 2.503.888.094,43 | 2.624.256.989,48 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 12.140.613,92 | 16.400.842,49 | INVERSOES FINANCEIRAS | 22.217.580,00 | 8.277.598,73 |
| ALIENACAO DE BENS | 2.367.261,98 | 8.977.255,95 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 16.238,00 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 9.773.351,94 | 7.423.586,54 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 0,00 | 16.238,00 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -29.008.682,34 | -28.440.500,61 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 738.950,38 | 658.751,24 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 24.607.964.854,72 | 21.418.645.685,23 | INVESTIMENTOS | 738.950,38 | 658.751,24 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 23.069.646.691,97 | 19.720.171.318,71 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 6.414.152.108,72 | 6.381.100.157,11 |
| REPASSE RECEBIDO | 18.936.990.868,77 | 15.804.982.080,13 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 4.547.502.044,20 | 4.459.887.307,43 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 | REPASSE CONCEDIDO | 359.165.098,53 | 520.190.780,68 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 441.443.975,07 | 566.753.138,08 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 87.612.319,14 | 431.343.521,38 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 389.931.724,88 | 434.856.609,28 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.538.318.162,75 | 1.698.474.366,52 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 194.805.691,80 | 587.747.338,35 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 216.118.119,49 | 193.591.381,22 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.866.650.064,52 | 1.921.212.849,68 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 164.541.332,78 | 171.489.116,72 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 509.577.280,71 | 331.074.871,24 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 51.576.786,71 | 22.102.264,50 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 159.931.560,56 | 159.328.929,11 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 1.322.200.043,26 | 1.504.882.985,30 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 349.645.720,15 | 171.745.942,13 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 28.054.280.038,22 | 25.200.595.801,39 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 1.357.072.783,81 | 1.590.137.978,44 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 8.453.393.339,62 | 6.675.185.352,55 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 24.063.013.159,99 | 21.574.246.172,37 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 8.451.774.711,36 | 6.673.978.869,62 | VALORES EM CIRCULACAO | 8.822.270.454,30 | 8.453.448.990,08 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 70,00 | 6.243,08 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 8.821.295.132,67 | 8.451.774.711,36 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 457.919,70 | 120.281,42 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 0,00 | 70,00 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 637.322,46 | 563.755,60 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 263.932,95 | 457.919,70 |
| OUTROS CREDITOS | 637.322,46 | 563.755,60 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 439.876,17 | 637.322,46 |
| RECURSOS VINCULADOS | 250.788,79 | 243.675,52 | OUTROS CREDITOS | 439.876,17 | 637.322,46 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 272.527,31 | 272.527,31 | RECURSOS VINCULADOS | 243.687,05 | 306.439,25 |
| VALORES A CLASSIFICAR | 22.631.009,66 | 43.052.369,05 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 27.825,46 | 272.527,31 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | 22.631.009,66 | 43.052.369,05 | VALORES A CLASSIFICAR | 43.052.369,05 | 86.070.702,97 |
| RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 22.640.510,76 | 43.061.870,15 | RECEITA A CLASSIFICAR | 43.052.369,05 | 86.070.702,97 |
| RESTITUICOES | -9.501,10 | -9.501,10 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN | 43.061.870,15 | 86.080.204,07 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 626.149.213,17 | 1.023.068.255,75 | RESTITUICOES | -9.501,10 | -9.501,10 |
| VALORES DIFERIDOS | 626.149.213,17 | 1.023.068.255,75 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 675.359.657,49 | 1.107.480.078,91 |
| DEPOSITOS | 143.435.214,56 | 37.674.731,15 | VALORES DIFERIDOS | 675.359.657,49 | 1.107.480.078,91 |
| CONSIGNACOES | 4.662.867,45 | 8.576.112,87 | DEPOSITOS | 37.674.731,15 | 40.210.540,39 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 31.790.733,31 | 20.893.456,53 | CONSIGNACOES | 8.576.112,87 | 7.834.618,98 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 106.981.613,80 | 8.205.161,75 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 20.893.456,53 | 23.672.411,80 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 9.088.744.340,20 | 8.622.324.239,62 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 8.205.161,75 | 8.703.509,61 |
| FORNECEDORES | 3.224.229.039,79 | 2.660.063.017,67 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 8.431.308.049,86 | 6.668.387.841,96 |
| DO EXERCICIO | 114.109.729,81 | 71.578.134,83 | FORNECEDORES | 2.660.063.017,67 | 2.207.104.527,44 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 40.974.945,56 | 40.567.868,51 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 112.146.003,34 | 78.036.602,99 |
| CONVENIOS A PAGAR | 1.209.990.402,43 | 1.361.942.285,21 | CONVENIOS A PAGAR | 1.361.942.285,21 | 1.362.376.400,42 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 0,00 | 2.058.096,00 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 2.058.096,00 | 0,00 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.826.127.374,73 | 1.153.439.050,94 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.153.439.050,94 | 764.750.524,03 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 33.026.587,26 | 0,00 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 30.477.582,18 | 0,00 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 30.477.582,18 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 1.941.000,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 51.734.483,15 | 17.314.338,43 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 17.314.338,43 | 37.730.547,01 |
| RESTOS A PAGAR | 4.768.470.233,88 | 4.627.256.294,03 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 4.436.027.274,16 | 3.389.012.188,38 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 4.597.454.126,35 | 4.436.027.274,16 | VALORES EM TRANSITO | 561.542,12 | 1.363.547,19 |
| CANCELADO | 171.016.107,53 | 191.229.019,87 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.418,62 | 3.396,51 |
| VALORES EM TRANSITO | 547.468,90 | 561.542,12 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 249.419.752,64 | 201.640.868,12 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.040,35 | 1.418,62 | BENEFICIOS A PAGAR | 2.614,83 | 0,00 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 229.562.939,94 | 249.419.752,64 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 976.755.328,37 | 807.915.848,08 |
| BENEFICIOS A PAGAR | 2.614,83 | 2.614,83 | OUTROS DEBITOS | 90.892.832,04 | 23.555.642,61 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 674.608.865,05 | 976.755.328,37 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 230.756,94 | 17.926,83 |
| OUTROS DEBITOS | 139.198.166,10 | 90.892.832,04 | OUTRAS OBRIGACOES | 39.174,04 | 43.349,79 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 327.958,53 | 17.926,83 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 6.053.347.898,14 | 5.218.648.018,06 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 61.529,68 | 39.174,04 | BAIXA DE DIREITOS | 4.640.948.391,40 | 3.672.359.636,34 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 97.907,19 | 71.608,79 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 4.640.703.689,52 | 3.672.359.636,31 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 97.907,19 | 71.608,79 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 244.701,88 | 0,03 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 9.719.829.013,82 | 8.799.219.244,48 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 1.253.486.433,26 | 1.466.826.401,72 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 8.088.253.715,53 | 7.738.891.405,77 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 1.253.077.261,72 | 1.465.921.218,33 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 8.088.253.715,53 | 7.631.986.296,10 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 409.171,54 | 905.183,39 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 0,00 | 106.905.109,67 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 158.913.073,48 | 79.461.980,00 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 1.398.163.456,75 | 1.032.842.374,21 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 10.498.546,89 | 4.708.242,75 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 51.479.524,86 | 81.837.876,04 | VARIACAO CAMBIAL | 97.426.988,33 | 66.054.265,43 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 1.346.683.918,19 | 951.004.324,17 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 50.987.538,26 | 8.699.471,82 |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 13,70 | 174,00 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 233.411.841,54 | 27.485.464,50 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 86.176.195,40 | 27.136.754,81 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 147.235.646,14 | 348.709,69 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 209.197.021,35 | 241.070.266,12 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 257.342.725,80 | 209.197.021,35 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 173.879.689,07 | 202.691.122,40 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 181.083.535,74 | 173.879.689,07 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 5.049.327,09 | 3.065.051,30 | APLICACOES FINANCEIRAS | 4.203.932,79 | 5.049.327,09 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 30.268.005,19 | 35.314.092,42 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 72.055.257,27 | 30.268.005,19 |
| INGRESSOS | 53.603.489.138,86 | 47.471.660.444,99 | DISPENDIOS | 53.603.489.138,86 | 47.471.660.444,99 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 806.032.576,11 | 793.711.003,49 | DESPESAS CORRENTES | 4.616.016.232,84 | 4.196.454.410,28 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 3.372.658,14 | 41.734.525,55 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.339.071.758,17 | 2.181.565.665,91 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 450.007.879,34 | 462.843.773,30 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 3.540.125,45 | 7.851.969,24 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 14.428.969,81 | 15.108.108,65 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.764.102.699,66 | 1.549.394.028,05 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 43.368.833,93 | 56.560.742,73 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 3.686.641,00 | 5.998.432,36 |
| RECEITA DE SERVICOS | 118.260.773,13 | 123.561.798,67 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 2.348.800,00 | 1.734.165,62 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 8.845.288,02 | 4.663.106,91 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 127.585,86 | 111.868,76 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 145.678.955,88 | 82.418.494,90 | OUTRAS DESPESAS | 1.757.939.672,80 | 1.541.549.561,31 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 22.069.217,86 | 6.820.452,78 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 509.301.649,56 | 457.642.747,08 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 26.837,53 | 15.745,71 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 464.242.422,03 | 418.541.265,50 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 362.052,12 | 710.824,62 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 45.059.227,53 | 39.101.481,58 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 21.161.641,09 | 5.851.287,07 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.115.643.574,18 | 5.312.130.377,67 |
| RECEITA DE SERVICOS | 278.623,37 | 78.230,47 | INVESTIMENTOS | 3.787.019.126,64 | 2.322.626.259,71 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 240.063,75 | 164.364,91 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.314.757.091,21 | 2.930.980.435,06 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 79.573.644,12 | 85.368.649,91 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 7.448.256,17 | 20.064.573,75 |
| OPERACOES DE CREDITO | 0,00 | 246.378,45 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 6.419.100,16 | 38.459.109,15 |
| ALIENACAO DE BENS | 17.900.425,59 | 38.056.521,96 | INVESTIMENTOS | 2.419.010,30 | 529.280,53 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 61.673.218,53 | 47.065.749,50 | INVERSOES FINANCEIRAS | 4.000.089,86 | 37.929.828,62 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -17.528.100,60 | -10.004.903,85 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 19.168.858.033,34 | 23.779.397.830,96 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 25.903.773.464,74 | 30.129.809.283,24 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 5.267.798.457,16 | 6.004.630.029,87 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 12.373.978.119,88 | 12.822.471.759,15 | REPASSE CONCEDIDO | 19.485.019,09 | 41.111.034,47 |
| REPASSE RECEBIDO | 7.129.732.831,25 | 6.861.280.211,61 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 567.075,68 | 12.220.217,58 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 8.344.347,79 | 14.945.695,55 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 82.235.233,53 | 5.620.001,51 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 70.389.811,98 | 567.075,68 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 13.901.059.576,18 | 17.774.767.801,09 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 13.529.795.344,86 | 17.307.337.524,09 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 66.172.592,82 | 16.047.491,45 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 121.488.793,88 | 11.681.424,94 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 50.959.374,47 | 1.433.024,93 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 92.426.002,40 | 6.782.773,96 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 15.213.218,35 | 14.614.466,52 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 29.062.791,48 | 4.898.650,98 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 13.834.886.983,36 | 17.758.720.309,64 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 13.408.306.550,98 | 17.295.656.099,15 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 12.090.158.744,80 | 10.538.285.062,25 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 14.138.426.953,26 | 12.842.394.307,37 | VALORES EM CIRCULACAO | 4.536.152.388,51 | 4.724.818.833,30 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 4.723.286.733,79 | 3.508.158.778,85 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 4.137.823.643,14 | 4.345.018.037,73 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 4.345.018.037,73 | 3.300.615.858,96 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.115,00 | 1.115,00 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.115,00 | 1.115,00 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 303.733.373,92 | 315.530.451,59 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 313.952.169,27 | 196.964.138,21 | RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 94.139.507,69 | 63.759.215,22 |
| RECURSOS DA UNIAO A RECEBER | 63.759.215,22 | 9.828.836,07 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 236.951,32 | 315.855,04 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 315.855,04 | 537.166,59 | OUTROS CREDITOS | 236.951,32 | 315.855,04 |
| OUTROS CREDITOS | 315.855,04 | 537.166,59 | RECURSOS VINCULADOS | 217.797,44 | 176.484,59 |
| RECURSOS VINCULADOS | 222.667,40 | 193.989,89 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,00 | 17.674,13 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 17.674,13 | 17.674,13 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 76.009.813,49 | 17.182.853,24 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 82.802.309,21 | 17.840.219,09 | VALORES DIFERIDOS | 76.009.813,49 | 17.182.853,24 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| VALORES DIFERIDOS | 82.802.309,21 | 17.840.219,09 | DEPOSITOS | 68.651.206,00 | 43.267.136,51 |
| DEPOSITOS | 66.263.401,04 | 68.651.206,00 | CONSIGNACOES | 7.846.125,54 | 7.626.719,02 |
| CONSIGNACOES | 8.818.676,40 | 7.846.125,54 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 23.535.519,20 | 9.079.609,52 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 13.979.840,82 | 23.535.519,20 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 37.269.561,26 | 26.560.807,97 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 43.464.883,82 | 37.269.561,26 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 4.269.303.321,21 | 3.230.422.753,63 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 4.283.209.196,40 | 4.380.564.280,52 | FORNECEDORES | 394.089.045,56 | 256.885.898,35 |
| FORNECEDORES | 348.549.652,56 | 394.089.045,56 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 283.059.823,95 | 126.184.933,14 |
| DO EXERCICIO | 127.575.221,58 | 256.833.572,73 | CONVENIOS A PAGAR | 88.226.827,06 | 129.132.965,21 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 42.066.281,97 | 26.226.251,22 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 22.802.394,55 | 0,00 |
| CONVENIOS A PAGAR | 63.597.339,25 | 88.226.827,06 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 1.568.000,00 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 115.310.809,76 | 0,00 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 34.003.092,71 | 17.730.079,83 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 22.802.394,55 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 3.125.046.487,97 | 2.449.655.502,17 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 16.480.466,70 | 34.003.092,71 | VALORES EM TRANSITO | 406.644,08 | 182.715,55 |
| RESTOS A PAGAR | 3.097.197.959,91 | 3.236.189.955,92 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 7.421.237,09 | 8.944.651,13 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 2.890.919.381,49 | 3.125.046.487,97 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 84.824,93 | 79.609,16 |
| CANCELADO | 206.278.578,42 | 111.143.467,95 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 700.657.608,25 | 484.472.315,79 |
| VALORES EM TRANSITO | 83.481,35 | 406.644,08 | OUTROS DEBITOS | 2.692.045,73 | 6.443.470,82 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 95.996,40 | 7.421.237,09 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 0,00 | 117.491,36 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 0,00 | 84.824,93 | PROVISOES FINANCEIRAS | 1.117.171,89 | 2.813.404,42 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 810.198.927,42 | 700.657.608,25 | OUTRAS OBRIGACOES | 3.785.163,00 | 3.097.615,05 |
| OUTROS DEBITOS | 244.480,70 | 2.692.045,73 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 391.437.952,95 | 104.646.183,92 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 7.081.905,37 | 117.491,36 | DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 391.437.952,95 | 104.646.183,92 |
| PROVISOES FINANCEIRAS | 1.321.652,59 | 1.117.171,89 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 2.748.604.062,64 | 2.417.947.301,65 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 1.954.673,40 | 3.785.163,00 | BAIXA DE DIREITOS | 1.747.484.980,39 | 1.615.541.965,49 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 419.470.661,00 | 141.863.163,29 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 1.583.135.228,04 | 1.484.785.532,68 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 419.470.661,00 | 141.863.163,29 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 164.349.752,35 | 130.756.432,81 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 4.563.394.651,82 | 4.725.316.659,62 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 860.017.378,75 | 738.546.423,58 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 4.158.020.180,39 | 4.412.406.560,20 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 821.680.671,11 | 716.865.437,87 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 3.956.157.809,70 | 4.220.090.255,95 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 38.336.707,64 | 21.680.985,71 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 201.862.370,69 | 192.316.304,25 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 141.101.703,50 | 63.858.912,58 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 403.204.919,77 | 310.046.964,98 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 388.572,12 | 19.592,47 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 9.715.700,22 | 10.902.896,29 | VARIACAO CAMBIAL | 238.507,28 | 485.605,34 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 391.848.513,14 | 298.696.143,20 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 140.474.624,10 | 63.353.714,77 |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 1.640.706,41 | 447.925,49 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 2.169.551,66 | 2.863.134,44 | | | |
| ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 93.076,94 | 233.710,59 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 165.853,28 | 170.368,67 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 1.910.621,44 | 2.459.055,18 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 152.034.149,53 | 137.023.490,53 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 71.636.102,00 | 152.034.149,53 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 143.618.930,58 | 132.626.513,47 | APLICACOES FINANCEIRAS | 61.582.310,53 | 143.618.930,58 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 8.415.218,95 | 4.396.977,06 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 10.053.791,47 | 8.415.218,95 |
| INGRESSOS | 41.062.312.687,16 | 43.978.301.830,69 | DISPENDIOS | 41.062.312.687,16 | 43.978.301.830,69 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 690.364.963,25 | 591.631.159,94 | DESPESAS CORRENTES | 2.075.079.187,25 | 1.971.667.322,24 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 17.355.926,11 | 19.335.293,01 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.060.186.177,30 | 1.026.521.416,43 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 1.407,70 | 2.615,80 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 7.037.141,52 | 10.946.984,46 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 436.186.271,98 | 392.936.844,07 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 918.165.431,80 | 861.048.473,44 |
| RECEITA DE SERVICOS | 188.731.812,37 | 160.134.137,13 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 233.384,52 | 0,00 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 153.071,33 | 109.262,15 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 14.956.923,90 | 14.600.563,49 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 47.840.104,53 | 19.099.284,11 | OUTRAS DESPESAS | 902.975.123,38 | 846.447.909,95 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 96.369,23 | 13.723,67 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 89.690.436,63 | 73.150.447,91 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 96.369,23 | 13.723,67 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 76.322.373,33 | 57.987.797,34 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 167.773,32 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 13.368.063,30 | 15.162.650,57 |
| ALIENACAO DE BENS | 53.896,53 | 167.773,32 | DESPESAS DE CAPITAL | 817.073.727,37 | 651.878.019,35 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -4.420.291,93 | -3.813.133,08 | INVESTIMENTOS | 790.188.653,88 | 626.637.877,54 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 2.275.930.642,65 | 1.808.544.446,92 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 2.220.318.262,44 | 1.792.878.561,62 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 17.038,14 | 1.248.870,00 |
| REPASSE RECEBIDO | 1.912.162.139,64 | 1.618.836.702,67 | INVESTIMENTOS | 17.038,14 | 1.248.870,00 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 446.599.526,80 | 219.470.896,66 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 355.986.722,63 | 197.060.943,17 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.090.104,61 | 2.313.955,04 | REPASSE CONCEDIDO | 28.238.331,38 | 19.200.679,95 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 55.612.380,21 | 15.665.885,30 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 55.612.380,21 | 15.665.885,30 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 21.229,30 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 3.795.050.943,41 | 3.615.253.826,74 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 44.682.373,06 | 6.170.104,61 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 1.107.010.684,60 | 1.009.201.876,79 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 90.612.804,17 | 22.409.953,49 |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 5.007.386,97 | 6.946.841,56 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 29.462.981,52 | 1.170.068,70 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 1.003.643.889,03 | 931.489.729,46 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 29.462.981,52 | 1.170.068,70 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 26.718.945,69 | 34.994.390,27 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 61.149.822,65 | 21.239.884,79 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 4.421.759,93 | 3.438.910,85 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 3.418.481.796,89 | 3.157.406.363,35 |
| OUTROS CREDITOS | 4.421.759,93 | 3.438.910,85 | VALORES EM CIRCULACAO | 1.236.106.693,39 | 1.107.010.684,60 |
| RECURSOS VINCULADOS | 30.505.997,37 | 7.164.580,37 | REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 9.802.658,03 | 5.007.386,97 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 36.712.705,61 | 25.167.424,28 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 1.108.771.934,63 | 1.003.643.889,03 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 44.741.347,66 | 6.191.333,91 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 57.343.495,39 | 26.718.945,69 |
| VALORES DIFERIDOS | 44.741.347,66 | 6.191.333,91 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 3.461.960,99 | 4.421.759,93 |
| DEPOSITOS | 24.196.777,08 | 16.035.593,00 | OUTROS CREDITOS | 3.461.960,99 | 4.421.759,93 |
| CONSIGNACOES | 983.729,00 | 775.396,13 | RECURSOS VINCULADOS | 23.870.692,03 | 30.505.997,37 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 11.916.142,43 | 8.778.075,97 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 32.855.952,32 | 36.712.705,61 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 11.296.905,65 | 6.482.120,90 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 26.229.079,21 | 8.170.257,92 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 1.243.661.468,84 | 1.293.710.468,33 | VALORES DIFERIDOS | 26.229.079,21 | 8.170.257,92 |
| FORNECEDORES | 114.443.678,13 | 38.645.358,57 | DEPOSITOS | 16.035.593,00 | 9.366.986,78 |
| DO EXERCICIO | 30.781.239,61 | 35.277.954,32 | CONSIGNACOES | 775.396,13 | 725.247,60 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 5.690.415,86 | 3.367.403,39 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 8.778.075,97 | 4.251.264,69 |
| CONVENIOS A PAGAR | 65.348.812,66 | 0,86 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 6.482.120,90 | 4.390.474,49 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 9.209,00 | 0,00 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 1.171.896.806,02 | 1.132.648.745,37 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 12.614.001,00 | 0,00 | FORNECEDORES | 38.645.358,57 | 46.525.370,55 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 10.725,83 | 189.579,98 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 38.645.357,71 | 45.525.369,44 |
| RESTOS A PAGAR | 786.857.517,31 | 885.474.959,76 | CONVENIOS A PAGAR | 0,86 | 1.000.001,11 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 765.776.340,67 | 854.122.259,09 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 189.579,98 | 6.946,05 |
| CANCELADO | 21.081.176,64 | 31.352.700,67 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 854.122.259,09 | 718.622.426,53 |
| VALORES EM TRANSITO | 3.935,62 | 1.878,97 | VALORES EM TRANSITO | 1.878,97 | 45.079,05 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.394.708,55 | 396.116,83 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 396.116,83 | 329.478,97 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 339.666.203,68 | 276.994.814,12 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 276.994.814,12 | 225.555.097,29 |
| OUTROS DEBITOS | 906.996,37 | 4.099,96 | OUTROS DEBITOS | 4.099,96 | 2.574,82 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 0,00 | 90.460.961,64 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 0,00 | 90.460.961,64 |
| PROVISOES FINANCEIRAS | 0,00 | 31.056,00 | PROVISOES FINANCEIRAS | 31.056,00 | 49.765.837,14 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 377.703,35 | 1.511.642,50 | OUTRAS OBRIGACOES | 1.511.642,50 | 1.334.973,33 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 30.650,00 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 968.213.625,27 | 900.209.688,68 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 0,00 | 30.650,00 | BAIXA DE DIREITOS | 549.077.745,31 | 470.454.280,83 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 1.375.440.665,23 | 1.290.083.904,71 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 489.753.348,47 | 459.650.059,80 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 1.075.255.193,24 | 989.563.113,24 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 59.324.396,84 | 10.804.221,03 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 1.059.405.900,67 | 979.986.726,97 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 403.526.851,34 | 357.598.963,36 |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 15.849.292,57 | 9.576.386,27 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 402.515.404,65 | 357.137.120,23 |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 297.656.988,99 | 296.847.608,80 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 1.011.446,69 | 461.843,13 |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 11.828.072,02 | 6.068.596,41 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 15.609.028,62 | 72.156.444,49 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 285.828.916,97 | 242.241.087,86 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 0,00 | 161,60 |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 0,00 | 48.537.924,53 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 15.609.028,62 | 72.156.282,89 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 2.528.483,00 | 3.673.182,67 | | | |
| ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 325.269,59 | 219.251,12 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 28.619,61 | 2.875,49 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 2.174.593,80 | 3.451.056,06 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 152.666.893,10 | 141.305.420,86 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 152.412.808,70 | 152.666.893,10 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 15.160.653,13 | 15.375.882,66 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 12.086.904,49 | 15.160.653,13 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 137.354.899,39 | 125.784.329,44 | APLICACOES FINANCEIRAS | 140.191.911,34 | 137.354.899,39 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 151.340,58 | 145.208,76 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 133.992,87 | 151.340,58 |
| INGRESSOS | 6.909.647.047,01 | 6.153.089.494,70 | DISPENDIOS | 6.909.647.047,01 | 6.153.089.494,70 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 24.264.913.744,14 | 23.175.803.940,39 | DESPESAS CORRENTES | 43.393.942.260,30 | 40.377.995.750,57 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 414.931.704,73 | 327.237.750,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.226.279.630,06 | 7.167.340.522,78 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 4.039.679.393,05 | 3.346.903.747,88 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 36.132.425.877,94 | 33.170.648.853,07 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9.287.671.662,53 | 9.139.880.110,69 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 1.996.033.203,88 | 1.826.576.230,83 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 44.242.577,80 | 47.834.311,37 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 7.062.024,00 | 4.165.103,53 |
| RECEITA DE SERVICOS | 7.993.447.134,30 | 8.134.435.895,35 | OUTRAS DESPESAS | 34.129.330.650,06 | 31.339.907.518,71 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 74.316.324,53 | 19.942.943,61 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 35.236.752,30 | 40.006.374,72 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.289.130.862,78 | 2.009.105.150,84 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.929.866,05 | 6.772.231,22 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 121.494.084,42 | 150.464.030,28 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 30.306.886,25 | 33.234.143,50 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 47.540,00 | 45.270,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.767.364.893,85 | 25.576.699.020,12 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 213.386,93 | 168.142,75 | INVESTIMENTOS | 1.385.018.866,64 | 2.059.895.442,98 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 114.002.069,38 | 134.698.206,12 | INVERSOES FINANCEIRAS | 26.382.287.498,53 | 23.516.721.935,14 |
| RECEITA DE SERVICOS | 3.797.174,55 | 10.620.407,06 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 58.528,68 | 81.642,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3.433.913,56 | 4.932.004,35 | INVESTIMENTOS | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.993.917.326,51 | 5.652.056.984,43 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 96.193.861.177,73 | 104.010.296.914,63 |
| OPERACOES DE CREDITO | 67.576.903,12 | 107.967.567,67 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 83.369.613.963,00 | 92.161.560.053,05 |
| ALIENACAO DE BENS | 197.182.736,03 | 9.083.155,29 | COTA CONCEDIDA | 0,00 | 325.397.459,62 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 2.724.139.070,58 | 5.520.412.157,14 | REPASSE CONCEDIDO | 24.319.940.531,85 | 20.408.898.120,22 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 4.643.404,08 | 10.286.381,49 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 375.212,70 | 4.307.722,84 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -358.336.691,47 | -213.725.386,63 | RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 140.345.073.801,76 | 161.330.278.478,88 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 1.130.929.519,84 | 20.942.186.566,70 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 131.988.514.067,74 | 154.435.543.925,42 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 6.978.888.279,41 | 6.040.132.435,27 |
| COTA RECEBIDA | 0,00 | 325.397.459,62 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| REPASSE RECEBIDO | 73.573.347.909,11 | 63.312.431.254,11 | INCORPORACAO DE RECEITA | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 12.820.272.286,97 | 11.845.791.677,96 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 803.778.175,77 | 994.922.165,65 |
| RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 692.111.266,85 | 843.223.213,72 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.933.721.871,12 | 45.181.208.665,73 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 111.666.908,92 | 151.698.951,93 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 1.541.588.655,61 | 1.171.561.074,72 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 12.016.494.111,20 | 10.850.869.512,31 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITO | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 97.000.034.691,22 | 129.083.380.312,45 |
| DESINCORPORACAO DE RECEITA | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | VALORES EM CIRCULACAO | 54.630.850.461,29 | 56.849.317.165,89 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 8.352.584.806,26 | 6.891.789.369,84 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 17.762.234.388,32 | 15.682.341.813,54 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 1.471.331.456,19 | 910.453.273,53 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 16.523.051,56 | 8.094.033,53 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 1.421.389.539,60 | 836.652.100,10 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 0,00 | 307,94 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 49.941.916,59 | 73.801.173,43 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 12.287.178,01 | 10.964.108,55 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 6.881.253.350,07 | 5.981.336.096,31 | OUTROS CREDITOS | 12.287.178,01 | 10.964.108,55 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 107.231.490.514,55 | 117.908.125.596,38 | RECURSOS VINCULADOS | 326.238,27 | 310.673,83 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 56.849.348.663,86 | 57.370.085.656,78 | DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 15.682.341.813,54 | 11.676.255.604,07 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,00 | 0,01 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 8.094.033,53 | 4.687.475,74 | VALORES A CLASSIFICAR | -721,49 | 0,00 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 307,94 | 307,94 | RECEITA A CLASSIFICAR | -721,49 | 0,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 10.964.108,55 | 8.596.808,42 | RESTITUICOES | -721,49 | 0,00 |
| OUTROS CREDITOS | 10.964.108,55 | 8.596.808,42 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 7.581.797.996,88 | 46.422.190.395,86 |
| RECURSOS VINCULADOS | 342.171,80 | 326.238,27 | VALORES DIFERIDOS | 7.581.721.090,86 | 46.422.113.489,84 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 41.147.606.228,49 | 45.680.219.222,33 | OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 76.906,02 | 76.906,02 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,01 | 0,01 | DEPOSITOS | 63.863.910,24 | 87.075.256,80 |
| VALORES A CLASSIFICAR | -721,49 | -721,49 | CONSIGNACOES | 7.089.534,80 | 7.171.040,71 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | -721,49 | -721,49 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 51.950.585,57 | 79.401.895,84 |
| RESTITUICOES | -721,49 | -721,49 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 4.823.789,87 | 502.320,25 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 8.150.526.260,17 | 26.985.519.613,11 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 14.490.648.902,67 | 9.936.082.454,94 |
| VALORES DIFERIDOS | 8.150.449.354,15 | 26.985.442.707,09 | FORNECEDORES | 473.755.563,98 | 483.157.477,50 |
| OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 76.906,02 | 76.906,02 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 39.857.418,68 | 65.947.395,54 |
| DEPOSITOS | 17.742.957,37 | 63.863.910,24 | CONVENIOS A PAGAR | 416.990.688,82 | 407.632.124,95 |
| CONSIGNACOES | 48.953,35 | 7.089.534,80 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 5.337.350,33 | 8.758.967,44 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.342.609,70 | 51.950.585,57 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 7.388.713,13 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 351.394,32 | 4.823.789,87 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 4.181.393,02 | 0,00 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 17.391.513.957,11 | 14.246.078.051,19 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 818.989,57 |
| FORNECEDORES | 553.875.286,96 | 473.755.563,98 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 19.053.860,71 | 625.602,04 |
| DO EXERCICIO | 47.725.278,38 | 36.680.853,81 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 8.958.621.183,03 | 5.768.820.733,50 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 4.534.730,41 | 3.176.564,87 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 551.894.892,00 | 551.894.892,00 |
| CONVENIOS A PAGAR | 384.669.496,43 | 416.990.688,82 | VALORES EM TRANSITO | 275.437,98 | 755.514,17 |
| CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 10.939.262,30 | 5.337.350,33 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 4.635,89 | 112,57 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 3.396.393,00 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 257.269.506,38 | 403.998.174,19 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 112.017,11 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 2.763.752.048,46 | 2.303.895.672,94 |
| CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 | OUTROS DEBITOS | 3.255.909,83 | 515.060,41 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 67.435.602,13 | 7.388.713,13 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.345.927.730,80 | 325.878.058,40 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 2.435.268,15 | 4.181.393,02 | OUTRAS OBRIGACOES | 116.838.133,61 | 96.541.157,22 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 113.254.994,46 | 19.053.860,71 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 2.131.717.607,17 | 1.849.931.500,42 |
| RESTOS A PAGAR | 12.283.440.774,63 | 10.027.852.426,87 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 2.129.720.256,58 | 1.847.751.122,82 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 10.555.650.796,03 | 8.958.621.183,03 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 1.997.350,59 | 2.180.377,60 |
| CANCELADO | 1.727.789.978,60 | 1.069.231.243,84 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 18.101.156.534,46 | 13.938.783.538,54 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 0,00 | 551.894.892,00 | BAIXA DE DIREITOS | 14.417.062.821,00 | 10.560.994.967,58 |
| VALORES EM TRANSITO | 210.913,78 | 275.437,98 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 14.417.062.820,97 | 10.560.994.967,50 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 0,00 | 4.635,89 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 0,03 | 0,08 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 309.504.527,61 | 257.269.506,38 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 3.603.423.799,52 | 3.190.338.267,80 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 3.149.832.559,34 | 2.763.752.048,46 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 3.585.296.003,88 | 3.182.070.379,63 |
| OUTROS DEBITOS | 224.637,76 | 3.255.909,83 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 18.127.795,64 | 8.267.888,17 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 933.290.767,98 | 32.125.635,48 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 80.669.913,94 | 187.450.303,16 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 47.879.494,59 | 116.838.133,61 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 5.786.765,82 | 1.971.710,16 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 6.226.716,01 | 6.691.359,06 | VARIACAO CAMBIAL | 32.575.984,68 | 74.151.484,98 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 6.226.716,01 | 6.691.359,06 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 42.307.163,44 | 111.327.108,02 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 24.816.132.681,52 | 19.235.887.727,49 | | | |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 22.240.800.290,86 | 17.765.562.766,18 | | | |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 11.011.670.231,88 | 9.316.133.734,31 | | | |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 11.229.130.058,98 | 8.449.429.031,87 | | | |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 2.513.279.792,21 | 1.460.714.571,95 | | | |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 578.972.484,52 | 18.490.660,90 | | | |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 1.934.303.080,40 | 1.442.105.455,16 | | | |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 4.227,29 | 118.455,89 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 62.052.598,45 | 9.610.389,36 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 5.956.896,71 | 3.398.177,22 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 56.095.701,74 | 6.212.212,14 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 54.845.320.549,73 | 46.041.152.934,05 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 64.967.176.222,12 | 54.845.320.549,73 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 17.552.459.133,69 | 10.654.616.830,97 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 21.668.183.685,72 | 17.552.459.133,69 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 30.917.281.552,20 | 28.345.016.126,56 | APLICACOES FINANCEIRAS | 35.776.489.510,76 | 30.917.281.552,20 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 6.375.579.863,84 | 7.041.519.976,52 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 7.522.503.025,64 | 6.375.579.863,84 |
| INGRESSOS | 329.322.379.245,22 | 353.893.692.547,50 | DISPENDIOS | 329.322.379.245,22 | 353.893.692.547,50 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 23.274.328.849,47 | 21.738.502.397,26 | DESPESAS CORRENTES | 43.393.942.260,30 | 40.377.208.057,97 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 414.931.704,73 | 327.237.750,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.226.279.630,06 | 7.167.340.522,78 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 3.275.082.527,27 | 2.644.624.477,30 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 36.132.425.877,94 | 33.169.861.160,47 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9.105.885.158,28 | 8.444.107.648,34 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS | 1.996.033.203,88 | 1.826.576.230,83 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 44.242.577,80 | 47.834.311,37 | TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR | 7.062.024,00 | 4.165.103,53 |
| RECEITA DE SERVICOS | 7.992.753.997,30 | 8.129.625.297,60 | OUTRAS DESPESAS | 34.129.330.650,06 | 31.339.119.826,11 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 74.316.294,53 | 19.942.943,61 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 35.236.752,30 | 40.006.374,72 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.245.636.710,05 | 1.974.696.987,17 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.929.866,05 | 6.772.231,22 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 121.479.879,51 | 150.432.981,50 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 30.306.886,25 | 33.234.143,50 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 47.540,00 | 45.270,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.232.127.808,39 | 24.206.231.060,10 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 205.591,43 | 137.178,72 | INVESTIMENTOS | 1.385.018.866,64 | 2.059.895.442,98 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 114.002.069,38 | 134.698.206,12 | INVERSOES FINANCEIRAS | 23.847.050.413,07 | 22.146.253.975,12 |
| RECEITA DE SERVICOS | 3.797.174,55 | 10.620.407,06 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 58.528,68 | 81.642,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3.427.504,15 | 4.931.919,60 | INVESTIMENTOS | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.933.834.087,32 | 5.585.383.680,77 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 92.113.960.696,73 | 99.559.780.022,63 |
| OPERACOES DE CREDITO | 67.576.903,12 | 107.967.567,67 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 80.505.006.021,61 | 89.333.191.645,77 |
| ALIENACAO DE BENS | 197.182.736,03 | 9.083.155,29 | COTA CONCEDIDA | 0,00 | 325.397.459,62 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 2.664.055.831,39 | 5.453.738.853,48 | REPASSE CONCEDIDO | 24.319.940.531,85 | 20.408.898.120,22 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 4.643.404,08 | 10.286.381,49 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 375.212,70 | 4.307.722,84 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -358.194.126,72 | -183.414.189,03 | RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 137.181.363.027,17 | 158.297.092.145,90 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 1.130.929.519,84 | 20.942.186.566,70 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 129.160.145.660,46 | 151.760.594.018,42 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 4.114.280.338,02 | 3.211.764.027,99 |
| COTA RECEBIDA | 0,00 | 325.397.459,62 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| REPASSE RECEBIDO | 73.573.347.909,11 | 63.312.431.254,11 | INCORPORACAO DE RECEITA | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 11.604.979.747,36 | 10.223.643.193,24 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 791.112.426,54 | 994.813.968,38 |
| RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 679.445.517,62 | 843.115.016,45 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.105.353.463,84 | 42.506.258.758,73 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 111.666.908,92 | 151.698.951,93 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 1.541.588.655,61 | 1.171.561.074,72 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 10.813.867.320,82 | 9.228.829.224,86 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITO | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 83.756.843.956,23 | 121.631.654.720,22 |
| DESINCORPORACAO DE RECEITA | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | VALORES EM CIRCULACAO | 48.070.902.643,47 | 52.450.688.913,28 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 8.017.242.438,95 | 6.533.552.943,86 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 11.202.286.570,50 | 11.283.713.560,93 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 1.427.341.414,51 | 910.345.076,26 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 16.523.051,56 | 8.094.033,53 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 1.382.490.253,92 | 836.652.100,10 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 0,00 | 307,94 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 44.851.160,59 | 73.692.976,16 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 12.287.178,01 | 10.964.108,55 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 6.589.901.024,44 | 5.623.207.867,60 | OUTROS CREDITOS | 12.287.178,01 | 10.964.108,55 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 91.520.131.332,03 | 109.029.485.396,60 | RECURSOS VINCULADOS | 326.238,27 | 310.673,83 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 52.450.720.411,25 | 54.684.840.938,67 | DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 11.283.713.560,93 | 8.991.010.885,96 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,00 | 0,01 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 8.094.033,53 | 4.687.475,74 | VALORES A CLASSIFICAR | -721,49 | 0,00 |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 307,94 | 307,94 | RECEITA A CLASSIFICAR | -721,49 | 0,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 10.964.108,55 | 8.596.808,42 | RESTITUICOES | -721,49 | 0,00 |
| OUTROS CREDITOS | 10.964.108,55 | 8.596.808,42 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 4.753.429.589,60 | 43.686.979.592,63 |
| RECURSOS VINCULADOS | 342.171,80 | 326.238,27 | VALORES DIFERIDOS | 4.753.352.683,58 | 43.686.902.686,61 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 41.147.606.228,49 | 45.680.219.222,33 | OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 76.906,02 | 76.906,02 |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 0,01 | 0,01 | DEPOSITOS | 63.863.910,24 | 87.075.256,80 |
| VALORES A CLASSIFICAR | -721,49 | -721,49 | CONSIGNACOES | 7.089.534,80 | 7.171.040,71 |
| RECEITA A CLASSIFICAR | -721,49 | -721,49 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 51.950.585,57 | 79.401.895,84 |
| RESTITUICOES | -721,49 | -721,49 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 4.823.789,87 | 502.320,25 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 5.285.918.318,78 | 24.157.151.205,83 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 11.506.706.268,30 | 9.624.438.182,20 |
| VALORES DIFERIDOS | 5.285.841.412,76 | 24.157.074.299,81 | FORNECEDORES | 473.755.563,98 | 483.157.477,50 |
| OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 76.906,02 | 76.906,02 | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 39.857.418,68 | 65.947.395,54 |
| DEPOSITOS | 17.742.957,37 | 63.863.910,24 | CONVENIOS A PAGAR | 416.990.688,82 | 407.632.124,95 |
| CONSIGNACOES | 48.953,35 | 7.089.534,80 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 5.337.350,33 | 8.758.967,44 |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.342.609,70 | 51.950.585,57 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 7.388.713,13 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 351.394,32 | 4.823.789,87 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 4.181.393,02 | 0,00 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 12.722.512.218,26 | 12.546.074.008,59 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 818.989,57 |
| FORNECEDORES | 553.875.286,96 | 473.755.563,98 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 19.053.860,71 | 625.602,04 |
| DO EXERCICIO | 47.725.278,38 | 36.680.853,81 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 7.275.721.297,65 | 5.768.033.040,90 |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 4.534.730,41 | 3.176.564,87 | EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 551.894.892,00 | 551.894.892,00 |
| CONVENIOS A PAGAR | 384.669.496,43 | 416.990.688,82 | VALORES EM TRANSITO | 275.437,98 | 755.514,17 |
| CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 10.939.262,30 | 5.337.350,33 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 4.635,89 | 112,57 |
| TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 3.396.393,00 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 257.269.506,38 | 403.998.174,19 |
| TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 112.017,11 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 2.763.752.048,46 | 2.303.895.672,94 |
| CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 | OUTROS DEBITOS | 3.255.909,83 | 515.060,41 |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 67.435.602,13 | 7.388.713,13 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 44.884.981,81 | 15.021.478,26 |
| CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 2.435.268,15 | 4.181.393,02 | OUTRAS OBRIGACOES | 116.838.133,61 | 96.541.157,22 |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 113.254.994,46 | 19.053.860,71 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA | 2.131.717.607,17 | 1.849.931.500,42 |
| RESTOS A PAGAR | 8.502.844.821,95 | 8.344.952.541,49 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 2.129.720.256,58 | 1.847.751.122,82 |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 6.775.842.539,20 | 7.275.721.297,65 | RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 1.997.350,59 | 2.180.377,60 |
| CANCELADO | 1.727.002.282,75 | 1.069.231.243,84 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 17.230.224.658,94 | 13.932.541.274,89 |
| EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE | 0,00 | 551.894.892,00 | BAIXA DE DIREITOS | 13.546.221.188,63 | 10.555.569.967,58 |
| VALORES EM TRANSITO | 210.913,78 | 275.437,98 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 13.546.221.188,60 | 10.555.569.967,50 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 0,00 | 4.635,89 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 0,03 | 0,08 |
| RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA | 309.504.527,61 | 257.269.506,38 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 3.603.333.556,37 | 3.189.521.004,15 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 3.149.832.559,34 | 2.763.752.048,46 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 3.585.296.003,88 | 3.182.070.379,63 |
| OUTROS DEBITOS | 224.637,76 | 3.255.909,83 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 18.037.552,49 | 7.450.624,52 |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 44.884.981,81 | 15.021.478,26 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 80.669.913,94 | 187.450.303,16 |
| OUTRAS OBRIGACOES | 47.879.494,59 | 116.838.133,61 | ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA | 5.786.765,82 | 1.971.710,16 |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 6.136.472,86 | 6.674.095,41 | VARIACAO CAMBIAL | 32.575.984,68 | 74.151.484,98 |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 6.136.472,86 | 6.674.095,41 | AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO | 42.307.163,44 | 111.327.108,02 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 21.037.101.675,00 | 17.570.881.959,35 | | | |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 18.461.769.284,34 | 16.100.556.998,04 | | | |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 7.232.639.225,36 | 7.651.127.966,17 | | | |
| OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS | 11.229.130.058,98 | 8.449.429.031,87 | | | |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES | 2.513.279.792,21 | 1.460.714.571,95 | | | |
| EXERCICIOS ANTERIORES | 578.972.484,52 | 18.490.660,90 | | | |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 1.934.303.080,40 | 1.442.105.455,16 | | | |
| OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES | 4.227,29 | 118.455,89 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 62.052.598,45 | 9.610.389,36 | | | |
| VARIACAO CAMBIAL | 5.956.896,71 | 3.398.177,22 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO | 56.095.701,74 | 6.212.212,14 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 54.559.453.768,53 | 45.867.278.197,95 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 64.614.042.216,15 | 54.559.453.768,53 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 17.266.592.352,49 | 10.480.742.094,87 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 21.315.049.679,75 | 17.266.592.352,49 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 30.917.281.552,20 | 28.345.016.126,56 | APLICACOES FINANCEIRAS | 35.776.489.510,76 | 30.917.281.552,20 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 6.375.579.863,84 | 7.041.519.976,52 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 7.522.503.025,64 | 6.375.579.863,84 |
| INGRESSOS | 309.110.916.937,80 | 340.334.327.629,45 | DISPENDIOS | 309.110.916.937,80 | 340.334.327.629,45 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO FINANCEIRO - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(INDIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECEITAS CORRENTES | 990.584.894,67 | 1.437.301.543,13 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 787.692,60 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 764.596.865,78 | 702.279.270,58 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 787.692,60 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 181.786.504,25 | 695.772.462,35 | OUTRAS DESPESAS | 0,00 | 787.692,60 |
| RECEITA DE SERVICOS | 693.137,00 | 4.810.597,75 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.535.237.085,46 | 1.370.467.960,02 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 30,00 | 0,00 | INVERSOES FINANCEIRAS | 2.535.237.085,46 | 1.370.467.960,02 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 43.494.152,73 | 34.408.163,67 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 4.079.900.481,00 | 4.450.516.892,00 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 14.204,91 | 31.048,78 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 7.795,50 | 30.964,03 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 6.409,41 | 84,75 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.215.292.539,61 | 1.622.148.484,72 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 60.083.239,19 | 66.673.303,66 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 12.665.749,23 | 108.197,27 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 60.083.239,19 | 66.673.303,66 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 12.665.749,23 | 108.197,27 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -142.564,75 | -30.311.197,60 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 1.202.626.790,38 | 1.622.040.287,45 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 3.163.710.774,59 | 3.033.186.332,98 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 13.243.190.734,99 | 7.451.725.592,23 |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 2.828.368.407,28 | 2.674.949.907,00 | VALORES EM CIRCULACAO | 6.559.947.817,82 | 4.398.628.252,61 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 2.828.368.407,28 | 2.674.949.907,00 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 6.559.947.817,82 | 4.398.628.252,61 |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 335.342.367,31 | 358.236.425,98 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 2.828.368.407,28 | 2.735.210.803,23 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA | 43.990.041,68 | 108.197,27 | VALORES DIFERIDOS | 2.828.368.407,28 | 2.735.210.803,23 |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 38.899.285,68 | 0,00 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 2.983.942.634,37 | 311.644.272,74 |
| RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 5.090.756,00 | 108.197,27 | RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO | 1.682.899.885,38 | 787.692,60 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 291.352.325,63 | 358.128.228,71 | AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 1.301.042.748,99 | 310.856.580,14 |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 15.711.359.182,52 | 8.878.640.199,78 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 870.931.875,52 | 6.242.263,65 |
| VALORES EM CIRCULACAO | 4.398.628.252,61 | 2.685.244.718,11 | BAIXA DE DIREITOS | 870.841.632,37 | 5.425.000,00 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 4.398.628.252,61 | 2.685.244.718,11 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 870.841.632,37 | 5.425.000,00 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 | INCORPORACAO DE OBRIGACOES | 90.243,15 | 817.263,65 |
| VALORES DIFERIDOS | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 | OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES | 90.243,15 | 817.263,65 |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 4.669.001.738,85 | 1.700.004.042,60 | | | |
| RESTOS A PAGAR | 3.780.595.952,68 | 1.682.899.885,38 | | | |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 3.779.808.256,83 | 1.682.899.885,38 | | | |
| CANCELADO | 787.695,85 | 0,00 | | | |
| AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL | 888.405.786,17 | 17.104.157,22 | | | |
| RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 90.243,15 | 17.263,65 | | | |
| RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS | 90.243,15 | 17.263,65 | | | |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES | 3.779.031.006,52 | 1.665.005.768,14 | | | |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 3.779.031.006,52 | 1.665.005.768,14 | | | |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 3.779.031.006,52 | 1.665.005.768,14 | | | |
| DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT | 285.866.781,20 | 173.874.736,10 | DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE | 353.134.005,97 | 285.866.781,20 |
| CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 285.866.781,20 | 173.874.736,10 | CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL | 353.134.005,97 | 285.866.781,20 |
| INGRESSOS | 20.211.462.307,42 | 13.559.364.918,05 | DISPENDIOS | 20.211.462.307,42 | 13.559.364.918,05 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 549.411.832.267,39 | 531.258.765.890,25 | PASSIVO FINANCEIRO | 191.560.330.261,34 | 165.906.685.727,80 |
| DISPONIVEL | 461.741.153.820,36 | 445.844.521.430,12 | DEPOSITOS | 18.056.027.719,08 | 12.188.121.057,23 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 433.553.821.053,32 | 433.485.807.027,95 | CONSIGNACOES | 35.044.885,82 | 178.707.396,11 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 28.187.332.767,04 | 12.358.714.402,17 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 534.715.741,92 | 1.183.270.023,30 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 87.609.543.246,96 | 85.348.943.994,76 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.366.907.150,27 | 10.734.726.965,07 |
| CREDITOS A RECEBER | 8.254.373.468,09 | 11.730.178.854,57 | DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.422.955,15 | 91.407.862,71 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 32.816.154.040,74 | 29.516.963.918,76 | DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 27.936.985,92 | 8.810,04 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 6.935.925.794,68 | 0,00 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 170.246.041.223,64 | 150.477.403.376,45 |
| RECURSOS A RECEBER - GESTAO TES.NACIONAL | 0,00 | 266.998,04 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 24.755.541.019,10 | 21.999.578.296,00 |
| LIMITE DE SAQUE BACEN | 303.583.943,64 | 460.308.987,28 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 2.365.846.424,07 | 1.770.306.891,34 |
| RECURSOS DA UNIAO | 94.149.612,87 | 63.759.215,22 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 973.641.643,28 | 391.351.728,95 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 1.307.792.202,01 | 1.315.060.495,13 | CONVENIOS A PAGAR | 4.051.399.191,33 | 3.855.502.304,51 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 286.485.139,51 | 23.813.949,02 |
| BANCO DO BRASIL S/A | 10.360.471.557,78 | 12.759.315.226,25 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 |
| BANCO DO NORDESTE S/A | 686.790.871,84 | 395.252.602,65 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 |
| BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC | 21.573.636.992,92 | 22.970.880.214,12 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 457.303.202,46 | 336.626.428,14 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 3.144.120.640,60 | 3.880.478.177,55 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 11.699.680,74 | 32.918.814,33 |
| FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN | 1.043.237.357,45 | 1.110.726.504,16 | PRECATORIOS | 25.204.785,96 | 24.413.893,01 |
| BANCO DA AMAZONIA | 31.222.184,54 | 30.953.503,76 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 14.818.985,73 | 27.522.142,65 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.058.084.579,80 | 1.114.799.297,27 | PROVISOES DIVERSAS | 1.331.902,48 | 1.158.477,78 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 61.135.200,07 | 65.300.465,37 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.612.886,81 | 7.932.142,58 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 2.647.999,63 | 2.298.921,47 | BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR | 12.808.568.422,92 | 13.025.401.263,02 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 57.650.972,48 | 41.969.229,51 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 632.342.612,14 | 985.404.296,42 |
| CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO | 836.227,96 | 21.032.314,39 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 4.239.247,49 | 3.050.950,49 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 2.783.659.534.912,91 | 2.279.534.333.345,28 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 2.065.747.587,04 | 1.235.995.309,56 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | 380.936.796.614,66 | 101.639.442.826,85 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 362.679.136.297,48 | 87.063.981.750,61 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 675.639.216,12 | 7.388.713,13 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 689.706.641,47 | 670.564.199,86 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 237.562.953,15 | 139.804.272,58 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -19.873.410,02 | -16.610.118,73 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DEVOLVIDAS-PO | 0,00 | 3.007.414,62 |
| RECURSOS A RECEBER | 240.988.321.267,97 | 70.971.554,98 | TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA | 500.000,00 | 0,00 |
| CREDITOS PARCELADOS | 99.861.105,61 | 3.852.574.230,59 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 103.282.259.889,53 | 92.126.197.153,45 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 349.972.292,77 | 89.364.601,41 | A LIQUIDAR | 103.282.259.889,53 | 92.126.197.153,45 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 11.159.622.173,42 | 8.405.174.280,28 | CREDORES DIVERSOS | 1.507.884.021,42 | 1.808.331.349,67 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 85.208.360.814,46 | 58.693.490.830,06 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 3.715.496,78 | 3.859.036,23 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 19.354.913.307,66 | 11.807.261.129,60 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 6.927.922.957,98 | 3.874.941.371,22 |
| RECURSOS VINCULADOS | 57.984.291,69 | 53.633.872,94 | RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO | 33.030.603.144,93 | 30.087.435.765,84 |
| PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC | -1.578.282,32 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR - GESTAO FUNDO | 0,00 | 266.998,04 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 7.366.612.658,25 | 6.122.282.152,08 | RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 304.027.338,18 | 409.850.670,56 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA | -190.603.012,84 | -207.060.743,56 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 434.087.355,72 | 166.942.735,44 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -2.384.163.550,64 | -2.477.664.238,90 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 3.255.126.771,76 | 3.234.274.478,65 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 18.257.660.317,18 | 14.575.461.076,24 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | 3.126.021.078,24 | 3.090.635.246,90 |
| ESTOQUES | 16.194.942.883,70 | 12.692.986.590,77 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE | 129.028.267,87 | 143.561.806,10 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TITULOS E VALORES | 1.495.996.796,43 | 1.395.508.145,79 | OUTROS VALORES PENDENTES | 77.425,65 | 77.425,65 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 571.348.674,84 | 486.966.339,68 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 3.134.546,86 | 6.886.815,47 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -4.628.037,79 | 0,00 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 3.134.546,86 | 6.886.815,47 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 27.408.479,38 | 19.155.266,50 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 2.560.673.950.328,48 | 2.294.550.469.285,59 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 6.291.332,42 | 5.302.493,32 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 584.681.971.247,29 | 459.365.334.033,28 |
| CUSTOS A APROPRIAR | 4.911.134,64 | 1.985.127,77 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 1.400.119.282,67 |
| CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA | 16.206.012,32 | 11.867.645,41 | FORNECEDORES A PAGAR | 759.069.098,93 | 0,00 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 1.912.046.931.434,01 | 1.757.607.059.754,80 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 143.005.085,84 | 51.330.266,42 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 379.034.935,21 | 272.645.039,67 | PESSOAL A PAGAR | 2.033.283.452,82 | 0,00 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 2.103.015,67 | 2.394.759,31 | PROVISOES | 3.929.838.959,53 | 2.985.340.939,34 |
| RECURSOS VINCULADOS | 376.931.919,54 | 270.250.280,36 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 0,00 | 1.845,08 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 1.911.667.896.498,80 | 1.757.334.414.715,13 | OPERACOES DE CREDITO | 553.023.613.139,55 | 416.220.236.448,82 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 1.025.021.698.924,81 | 839.238.290.853,95 | INTERNAS | 544.392.060.956,43 | 406.615.908.380,37 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 570.490.028,51 | 124.570.087.990,66 | EXTERNAS | 8.631.552.183,12 | 9.604.328.068,45 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 960.687.276.563,11 | 812.891.253.464,85 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 271.058.889,83 | 204.654.465,19 |
| CREDITOS A RECEBER | 13.227.164.390,08 | 10.845.426.291,73 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 51.554.575.529,33 | 57.395.836.628,75 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -7.291.812.706,65 | -6.205.546.055,40 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 59.580.316.852,48 | 59.367.372.419,86 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -99.310.659.679,82 | -40.353.162.940,66 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR | 6.905.689,39 | 8.351.034,33 |
| INVESTIMENTOS | 18.763.738.978,76 | 16.348.064.510,00 | PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000 | 141.198.036,13 | 252.404.487,05 |
| OUTROS CREDITOS | 0,00 | 600,00 | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 10.499.429.684,20 | 10.079.170.174,92 |
| PERMANENTE | 490.648.398.384,86 | 420.268.675.497,13 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -103.282.259.889,53 | -92.218.502.801,38 |
| INVESTIMENTOS | 229.984.393.570,06 | 182.764.735.805,97 | OPERACOES ESPECIAIS | 4.548.342.382,92 | 3.601.884.180,32 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 229.470.414.366,78 | 182.306.826.514,55 | SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO | 6.455.863,27 | 17.134.661,91 |
| PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS | 59.962,45 | 59.962,45 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR | 1.467.138.472,60 | 0,00 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 514.005.838,71 | 538.083.623,53 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 1.975.081.281.022,21 | 1.835.177.561.303,25 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -86.597,88 | -80.234.294,56 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 27.644.764.649,66 | 25.860.593.046,40 |
| IMOBILIZADO | 260.447.589.266,72 | 237.367.068.659,92 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.947.436.516.372,55 | 1.809.316.968.256,85 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 263.545.825.684,88 | 239.789.124.231,34 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 1.806.597.811.794,15 | 1.667.367.366.951,05 |
| TITULOS E VALORES | 9.073.271,70 | 9.073.271,70 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 83.771.368.698,09 | 89.760.630.059,17 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -3.107.309.689,86 | -2.431.128.843,12 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 8.846.836.802,88 | 6.361.237.148,82 |
| INTANGIVEL | 190.105.293,40 | 106.612.768,67 | OBRIGACOES A PAGAR | 23.930.302.141,68 | 21.575.794.213,12 |
| DIFERIDO | 26.310.254,68 | 30.258.262,57 | DIVERSAS PROVISOES | 24.103.857.120,63 | 0,00 |
| ATIVO REAL | 3.333.071.367.180,30 | 2.810.793.099.235,53 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 61.836.705,98 | 24.103.857.120,63 |
| | | | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | 124.503.109,14 | 103.371.780,29 |
| | | | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 910.698.058,98 | 7.573.949,06 |
| | | | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 911.881.900,69 | 7.742.921,01 |
| | | | CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS | -1.183.841,71 | -168.971,95 |
| | | | PASSIVO REAL | 2.752.234.280.589,82 | 2.460.457.155.013,39 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | 580.837.086.590,48 | 350.335.944.222,14 |
| | | | PATRIMONIO/CAPITAL | 581.761.189.030,28 | 352.389.838.530,44 |
| | | | PATRIMONIO | 567.813.661.090,55 | 339.844.295.831,05 |
| | | | CAPITAL REALIZADO | 13.947.527.939,73 | 12.545.542.699,39 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| | | | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 14.752.687.677,73 | 13.387.568.052,32 |
| | | | CAPITAL A REALIZAR | -28.275.176,81 | -65.140.791,74 |
| | | | COTAS EM TESOURARIA | -776.884.561,19 | -776.884.561,19 |
| | | | RESERVAS | 4.907.072.434,17 | 2.804.091.956,46 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | -5.832.923.593,92 | -4.859.869.214,64 |
| | | | AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL | 1.748.719,95 | 1.882.949,88 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 3.968.667.415.280,82 | 3.277.072.518.462,50 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -3.968.667.415.280,82 | -3.277.072.518.462,50 |
| ATIVO COMPENSADO | 986.002.221.261,85 | 3.226.674.089.164,23 | PASSIVO COMPENSADO | 986.002.221.261,85 | 3.226.674.089.164,23 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 986.002.221.261,85 | 3.226.674.089.164,23 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 986.002.221.261,85 | 3.226.674.089.164,23 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 87.330.453.316,10 | 63.120.030.790,00 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 87.330.453.316,10 | 63.120.030.790,00 |
| GARANTIAS DE VALORES | 156.896.195.112,66 | 149.802.053.077,66 | VALORES EM GARANTIA | 156.896.195.112,66 | 149.802.053.077,66 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 230.114.917.585,89 | 214.825.293.427,67 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 230.114.917.585,89 | 214.825.293.427,67 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 248.180.917.708,53 | 278.439.317.348,85 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 248.180.917.708,53 | 278.439.317.348,85 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 263.479.737.538,67 | 2.520.487.394.520,05 | COMPENSACOES DIVERSAS | 263.479.737.538,67 | 2.520.487.394.520,05 |
| ATIVO | 4.319.073.588.442,15 | 6.037.467.188.399,76 | PASSIVO | 4.319.073.588.442,15 | 6.037.467.188.399,76 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 1.724.078.685.633,33 | 1.398.683.544.763,60 | PASSIVO FINANCEIRO | 1.473.544.686.044,51 | 1.135.599.770.297,55 |
| DISPONIVEL | 389.120.014.648,86 | 383.802.132.226,64 | DEPOSITOS | 14.274.926.199,63 | 9.040.897.064,87 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 361.127.484.151,81 | 371.605.323.791,87 | CONSIGNACOES | 12.086.948,92 | 123.400.665,18 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 27.992.530.497,05 | 12.196.808.434,77 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 253.953.824,46 | 982.432.652,10 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 707.427.701.696,42 | 555.395.870.240,55 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 13.889.525.485,18 | 7.843.647.074,84 |
| CREDITOS A RECEBER | 7.860.748.550,24 | 8.005.293.149,28 | DEPOSITOS COMPULSORIOS | 91.422.955,15 | 91.407.862,71 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 17.703.633.813,97 | 16.779.909.683,98 | DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA | 27.936.985,92 | 8.810,04 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 957.389.163,78 | 0,00 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 847.557.887.855,91 | 670.854.423.019,58 |
| RECURSOS A RECEBER - GESTAO TES.NACIONAL | 0,00 | 266.998,04 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 4.047.133.718,25 | 2.413.941.030,66 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 676.514.614.876,95 | 528.617.391.679,99 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 985.293.329,84 | 939.313.412,53 |
| LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG | 39.077,71 | 198.916,29 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 466.717.536,30 | 175.291.737,89 |
| RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 | CONVENIOS A PAGAR | 1.251.512.186,98 | 1.023.915.966,34 |
| LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 3.151.433.113,45 | 712.097.988,77 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 275.545.877,21 | 18.476.598,69 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 107.509.232,09 | 108.119.122,16 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 71.670.774,65 | 38.077.038,99 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.041.560.413,24 | 1.106.669.218,15 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 1.363.982,70 | 412.428,34 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 627.530.969.288,05 | 459.485.542.296,41 | PRECATORIOS | 19.780.464,17 | 14.977.551,58 |
| VALORES DIFERIDOS | 627.530.969.288,05 | 459.485.542.296,41 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 2.652,24 | 6.990.071,27 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 1.783.789.231.189,43 | 1.467.420.493.787,25 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 465,63 | 1.410,72 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -331.558.020.368,11 | -457.434.604.544,41 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 156.778.110,68 | 101.515.979,64 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -342.014.340.639,53 | -465.328.758.739,00 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 842.389,61 | 992.389,61 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 337.630,56 | 337.630,56 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 178.203.980,96 | 16.347.549,23 |
| RECURSOS A RECEBER | 240.902.329.113,96 | 508,61 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 403.794.282,28 | 0,00 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -676.514.614.876,95 | -528.617.391.679,98 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 235.127.685,00 | 74.621.481,21 |
| CREDITOS PARCELADOS | 0,00 | 3.702.885.636,00 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DEVOLVIDAS-PO | 0,00 | 3.007.414,62 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 16.835.343,35 | 1.466.515,32 | TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA | 500.000,00 | 0,00 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 5.863.960.301,73 | 4.627.158.088,87 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 64.517.122.439,80 | 55.348.828.602,39 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 70.116.575.947,25 | 44.443.335.417,41 | A LIQUIDAR | 64.517.122.439,80 | 55.348.828.602,39 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 12.194.687.085,38 | 6.076.444.320,34 | CREDORES DIVERSOS | 1.390.830.741,12 | 1.244.527.595,24 |
| RECURSOS VINCULADOS | 1.091.723,68 | 1.092.101,56 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 1.873.245,76 | 1.691.092,14 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 5.404.457.091,51 | 4.435.912.722,31 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 5.865.382.804,68 | 2.741.530.719,83 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 10.456.320.271,42 | 7.894.154.194,59 | RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO | 33.030.603.144,93 | 30.087.435.765,84 |
| ESTOQUES | 10.209.226.582,29 | 7.710.478.302,19 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 734.833.842.694,36 | 577.823.072.570,00 |
| TITULOS E VALORES | 79.296.822,06 | 79.149.447,73 | RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE | 39.077,71 | 200.415,70 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 167.796.867,07 | 104.526.444,67 | LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA | 3.151.433.113,45 | 712.097.988,77 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.210.178,10 | 1.415.504,84 | RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT | 304.027.338,18 | 409.850.670,56 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 1.210.178,10 | 1.415.504,84 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 415.599.537,67 | 71.246.568,45 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 1.695.968.480.823,00 | 1.567.980.511.422,46 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 611.710.231.245,92 | 455.703.412.767,85 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 9.175.860,22 | 7.043.460,94 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | 3.126.031.300,83 | 3.090.645.469,49 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 0,00 | 22.240,47 | VALORES DIFERIDOS | 608.584.199.945,09 | 452.612.767.298,36 |
| RECURSOS VINCULADOS | 9.175.860,22 | 7.021.220,47 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 1.640.743,05 | 1.037.445,25 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 1.695.959.304.962,78 | 1.567.973.467.961,52 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.640.743,05 | 1.037.445,25 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 1.017.941.692.625,86 | 831.629.200.547,81 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 1.735.572.670.231,68 | 1.633.140.863.897,05 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 430.482.843,59 | 124.376.831.865,74 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | -181.614.692.828,44 | -148.564.950.372,91 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 782.230.755.364,21 | 655.723.299.367,63 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 778.324.290,95 |
| CREDITOS A RECEBER | 800.923.893,21 | 1.468.954.334,94 | FORNECEDORES A PAGAR | 36.876.474,51 | 0,00 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -6.351.036.852,82 | -5.175.240.661,31 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 143.005.085,84 | 51.329.899,72 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -99.093.512.911,27 | -40.049.577.493,29 | PESSOAL A PAGAR | 2.031.571.141,69 | 0,00 |
| PERMANENTE | 419.377.560.556,44 | 356.873.171.404,36 | PROVISOES | 1.154.777.699,41 | 496.106.331,19 |
| INVESTIMENTOS | 223.431.369.185,60 | 174.396.981.789,68 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -734.833.842.694,36 | -577.823.072.570,00 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 223.431.155.631,73 | 174.396.768.235,81 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -734.833.842.694,36 | -577.823.072.570,00 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 213.553,87 | 213.553,87 | OPERACOES DE CREDITO | 552.761.953.461,64 | 416.188.411.666,56 |
| IMOBILIZADO | 195.896.098.704,37 | 182.473.075.659,44 | INTERNAS | 544.170.061.849,07 | 406.599.870.185,34 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 196.308.079.111,14 | 182.498.603.262,06 | EXTERNAS | 8.591.891.612,57 | 9.588.541.481,22 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -411.980.406,77 | -25.527.602,62 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 50.962.854.195,48 | 56.850.423.889,51 |
| INTANGIVEL | 50.092.666,47 | 3.113.955,24 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 3.840.281,33 | 1.700.460,87 |
| ATIVO REAL | 3.507.867.916.822,76 | 2.866.104.038.550,85 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR | 2.909.211,46 | 4.008.305,15 |
| | | | PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000 | 140.543.170,08 | 251.749.621,00 |
| | | | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 10.497.941.584,28 | 10.076.977.837,48 |
| | | | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -64.517.122.439,80 | -55.440.910.105,34 |
| | | | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 1.917.187.363.060,12 | 1.781.705.814.269,96 |
| | | | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 27.644.764.649,66 | 25.860.593.046,40 |
| | | | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.889.542.598.410,46 | 1.755.845.221.223,56 |
| | | | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 1.782.704.468.739,90 | 1.645.548.363.777,30 |
| | | | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 83.714.266.484,43 | 89.699.593.628,19 |
| | | | OBRIGACOES A PAGAR | 23.123.863.186,13 | 20.597.263.818,07 |
| | | | PASSIVO REAL | 3.209.117.356.276,19 | 2.768.740.634.194,60 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | 298.750.560.546,57 | 97.363.404.356,25 |
| | | | PATRIMONIO/CAPITAL | 298.703.871.816,32 | 97.322.978.855,57 |
| | | | PATRIMONIO | 298.703.871.816,32 | 97.322.978.855,57 |
| | | | RESERVAS | 46.688.730,25 | 40.425.500,68 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 3.507.867.916.822,76 | 2.866.104.038.550,85 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -3.507.867.916.822,76 | -2.866.104.038.550,85 |
| ATIVO COMPENSADO | 536.668.179.893,16 | 2.788.303.672.968,43 | PASSIVO COMPENSADO | 536.668.179.893,16 | 2.788.303.672.968,43 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 536.668.179.893,16 | 2.788.303.672.968,43 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 536.668.179.893,16 | 2.788.303.672.968,43 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 5.659.412.059,10 | 5.899.136.421,49 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 5.659.412.059,10 | 5.899.136.421,49 |
| GARANTIAS DE VALORES | 122.701.214.062,81 | 122.872.425.332,54 | VALORES EM GARANTIA | 122.701.214.062,81 | 122.872.425.332,54 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 49.746.878.488,46 | 42.714.891.077,12 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 49.746.878.488,46 | 42.714.891.077,12 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 174.471.377.754,31 | 215.133.005.787,56 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 174.471.377.754,31 | 215.133.005.787,56 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 184.089.297.528,48 | 2.401.684.214.349,72 | COMPENSACOES DIVERSAS | 184.089.297.528,48 | 2.401.684.214.349,72 |
| ATIVO | 4.044.536.096.715,92 | 5.654.407.711.519,28 | PASSIVO | 4.044.536.096.715,92 | 5.654.407.711.519,28 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 86.553.700.324,45 | 76.802.255.319,48 | PASSIVO FINANCEIRO | 78.648.004.204,31 | 68.150.717.799,43 |
| DISPONIVEL | 7.653.962.949,38 | 7.197.068.653,75 | DEPOSITOS | 3.763.358.562,08 | 3.083.360.082,12 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 7.585.147.564,99 | 7.168.751.559,21 | CONSIGNACOES | 22.908.983,55 | 48.217.196,13 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 68.815.384,39 | 28.317.094,54 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 280.410.523,14 | 196.013.581,33 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 75.557.357.664,27 | 64.695.792.232,91 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 3.460.039.055,39 | 2.839.129.304,66 |
| CREDITOS A RECEBER | 381.337.739,84 | 3.686.486.835,47 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 57.963.760.493,95 | 58.069.984.155,75 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 8.336.261.907,46 | 6.377.866.999,67 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 20.009.674.664,26 | 19.063.343.132,97 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 3.417.628.182,75 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 1.332.827.815,85 | 794.312.625,00 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 61.824.112.192,79 | 52.900.391.277,30 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 502.389.376,57 | 212.883.426,19 |
| LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG | 0,00 | 1.499,41 | CONVENIOS A PAGAR | 2.415.217.507,92 | 2.414.595.649,35 |
| LIMITE DE SAQUE BACEN | 303.583.943,64 | 460.308.987,28 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 |
| RECURSOS DA UNIAO | 94.149.612,87 | 63.759.215,22 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 1.200.282.969,92 | 1.206.941.372,97 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 272.491.888,18 | 281.330.312,29 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.115,00 | 36.045,59 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 10.221.243,21 | 32.408.066,68 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 3.281.244.510,73 | 4.844.093.967,46 | PRECATORIOS | 5.424.321,79 | 9.436.341,43 |
| VALORES DIFERIDOS | 3.281.244.510,73 | 4.844.093.967,46 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 14.816.333,49 | 18.795.606,84 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 61.135.200,07 | 65.300.465,36 | PROVISOES DIVERSAS | 1.331.902,48 | 1.158.477,78 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 2.647.999,63 | 2.298.921,47 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.612.421,18 | 7.926.095,97 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 57.650.972,48 | 41.969.229,50 | BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR | 12.808.568.422,92 | 13.025.401.263,02 |
| CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO | 836.227,96 | 21.032.314,39 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 443.962.146,29 | 854.408.244,99 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 45.530.797.838,44 | 40.286.265.735,30 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 464,88 | 2.058.560,88 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -42.281.399.457,20 | -36.984.593.269,86 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.887.431.588,97 | 1.219.647.760,33 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -50.001.552.173,42 | -43.601.158.792,07 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 204.409.331,71 | 0,00 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 564.514.832,34 | 559.495.499,28 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 61.001.398,35 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -19.873.410,02 | -16.610.118,73 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 28.209.486.653,70 | 27.818.747.368,03 |
| RECURSOS A RECEBER | 85.992.154,01 | 70.971.046,37 | A LIQUIDAR | 28.209.486.653,70 | 27.818.747.368,03 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -61.824.112.192,79 | -52.900.391.277,31 | CREDORES DIVERSOS | 117.053.280,30 | 11.908.862,43 |
| CREDITOS PARCELADOS | 99.861.105,61 | 149.688.594,59 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 1.631.337,24 | 1.892.506,11 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 333.114.444,17 | 87.875.580,84 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 753.035.625,69 | 876.141.145,01 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 4.461.890.699,37 | 3.192.401.077,77 | RECURSOS A LIBERAR - GESTAO FUNDO | 0,00 | 266.998,04 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 108.704.371,03 | 4.982.402,79 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 8.780.119.436,90 | 10.226.678.463,93 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 5.662.506.745,10 | 4.958.078.422,54 | RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 |
| RECURSOS VINCULADOS | 56.892.568,01 | 52.541.771,38 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 1.986.040,87 | 5.082.195,34 |
| PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC | -1.578.282,32 | 0,00 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 16.919.733.516,27 | 6.991.850.429,61 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 471.187.236,85 | 239.808.208,41 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | -9.501,10 | -9.501,10 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA | -652.444,78 | 0,00 | VALORES DIFERIDOS | 16.790.714.229,87 | 6.848.297.604,98 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 7.720.152.716,22 | 6.616.565.522,21 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE | 129.028.267,87 | 143.561.806,10 |
| ESTOQUES | 5.904.982.395,57 | 4.918.078.123,00 | OUTROS VALORES PENDENTES | 519,63 | 519,63 |
| TITULOS E VALORES | 1.416.699.439,92 | 1.316.114.130,92 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 1.151.632,01 | 5.523.131,95 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 403.098.918,52 | 382.373.268,29 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.151.632,01 | 5.523.131,95 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -4.628.037,79 | 0,00 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | -719.486.825,87 | -7.326.841.850,56 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 26.166.188,43 | 17.722.129,23 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | -26.868.036.416,15 | -31.168.510.065,28 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 5.049.041,47 | 3.869.356,05 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 165.061.563,75 |
| CUSTOS A APROPRIAR | 4.911.134,64 | 1.985.127,77 | FORNECEDORES A PAGAR | 127.968.746,52 | 0,00 |
| CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA | 16.206.012,32 | 11.867.645,41 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 366,70 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 23.572.283.372,84 | 22.685.353.674,22 | PESSOAL A PAGAR | 1.712.311,13 | 0,00 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 369.826.980,22 | 265.570.783,96 | PROVISOES | 2.060.773.917,37 | 1.771.709.212,97 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 2.103.015,67 | 2.372.518,84 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -8.780.119.436,90 | -10.226.678.463,93 |
| RECURSOS VINCULADOS | 367.723.964,55 | 263.198.265,12 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -8.780.119.436,90 | -10.226.678.463,93 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 23.202.456.392,62 | 22.419.782.890,26 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 0,00 | 1.845,08 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 6.666.383.162,44 | 7.251.389.544,25 | OPERACOES DE CREDITO | 261.659.677,91 | 31.824.782,26 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 139.013.327,02 | 193.256.124,92 | INTERNAS | 221.999.107,36 | 16.038.195,03 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 7.165.693.801,18 | 6.094.300.607,49 | EXTERNAS | 39.660.570,55 | 15.786.587,23 |
| CREDITOS A RECEBER | 9.259.277.599,52 | 8.904.904.539,97 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 205.301.406,71 | 107.796.232,77 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -15.742.496,85 | -11.901.449,53 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 591.720.554,97 | 545.412.739,24 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -12.169.000,69 | -12.167.076,84 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 844.356.897,15 | 629.036.153,76 |
| OUTROS CREDITOS | 0,00 | 600,00 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR | 3.996.477,93 | 4.342.729,18 |
| PERMANENTE | 64.213.747.734,37 | 54.567.783.201,71 | PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000 | 654.866,05 | 654.866,05 |
| INVESTIMENTOS | 267.017.510,77 | 278.211.675,30 | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 1.488.099,92 | 2.192.337,44 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 213.041.144,54 | 220.853.246,61 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -28.209.486.653,70 | -27.818.883.272,78 |
| PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS | 59.962,45 | 59.962,45 | OPERACOES ESPECIAIS | 4.548.342.382,92 | 3.601.884.180,32 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 54.003.001,66 | 57.385.064,12 | SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO | 6.455.863,27 | 17.134.661,91 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -86.597,88 | -86.597,88 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR | 1.467.138.472,60 | 0,00 |
| IMOBILIZADO | 63.781.187.162,00 | 54.156.563.775,42 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 26.135.088.052,48 | 23.834.094.265,66 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 66.466.340.684,35 | 56.553.091.744,22 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 26.135.088.052,48 | 23.834.094.265,66 |
| TITULOS E VALORES | 9.073.271,70 | 9.073.271,70 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 23.893.343.054,25 | 21.819.003.173,75 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -2.694.226.794,05 | -2.405.601.240,50 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 57.102.213,66 | 61.036.430,98 |
| INTANGIVEL | 139.232.806,92 | 102.749.488,42 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 1.193.861.492,62 | 829.438.980,54 |
| DIFERIDO | 26.310.254,68 | 30.258.262,57 | OBRIGACOES A PAGAR | 804.441.476,83 | 976.532.916,33 |
| ATIVO REAL | 132.084.498.162,89 | 117.088.521.054,78 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 61.836.705,98 | 0,00 |
| | | | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | 124.503.109,14 | 103.371.780,29 |
| | | | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 13.461.537,80 | 7.573.949,06 |
| | | | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 14.645.379,51 | 7.742.921,01 |
| | | | CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS | -1.183.841,71 | -168.971,95 |
| | | | PASSIVO REAL | 77.928.517.378,44 | 60.823.875.948,87 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | 54.155.980.784,45 | 56.264.645.105,91 |
| | | | PATRIMONIO/CAPITAL | 55.142.534.291,83 | 58.365.842.059,34 |
| | | | PATRIMONIO | 44.125.604.350,62 | 48.750.897.358,47 |
| | | | CAPITAL REALIZADO | 11.016.929.941,21 | 9.614.944.700,87 |
| | | | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 11.045.205.118,02 | 9.680.085.492,61 |
| | | | CAPITAL A REALIZAR | -28.275.176,81 | -65.140.791,74 |
| | | | RESERVAS | 4.844.621.366,59 | 2.747.904.118,45 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | -5.832.923.593,92 | -4.850.984.021,76 |
| | | | AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL | 1.748.719,95 | 1.882.949,88 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 132.084.498.162,89 | 117.088.521.054,78 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -132.084.498.162,89 | -117.088.521.054,78 |
| ATIVO COMPENSADO | 216.481.595.619,32 | 218.916.429.414,97 | PASSIVO COMPENSADO | 216.481.595.619,32 | 218.916.429.414,97 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 216.481.595.619,32 | 218.916.429.414,97 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 216.481.595.619,32 | 218.916.429.414,97 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 9.639.518.491,74 | 8.599.810.922,77 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 9.639.518.491,74 | 8.599.810.922,77 |
| GARANTIAS DE VALORES | 21.318.015.280,17 | 16.824.914.037,89 | VALORES EM GARANTIA | 21.318.015.280,17 | 16.824.914.037,89 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 115.754.462.364,29 | 109.370.994.174,04 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 115.754.462.364,29 | 109.370.994.174,04 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 68.299.307.607,85 | 58.040.962.997,70 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 68.299.307.607,85 | 58.040.962.997,70 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 1.470.291.875,27 | 26.079.747.282,57 | COMPENSACOES DIVERSAS | 1.470.291.875,27 | 26.079.747.282,57 |
| ATIVO | 348.566.093.782,21 | 336.004.950.469,75 | PASSIVO | 348.566.093.782,21 | 336.004.950.469,75 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 71.296.855.495,95 | 61.571.448.437,33 | PASSIVO FINANCEIRO | 63.859.595.430,82 | 53.513.195.021,05 |
| DISPONIVEL | 7.172.571.312,88 | 6.683.170.589,77 | DEPOSITOS | 3.529.463.169,40 | 2.960.998.551,97 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 7.172.569.712,88 | 6.683.168.989,77 | CONSIGNACOES | 8.443.710,70 | 31.019.561,59 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 1.600,00 | 1.600,00 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 118.667.119,87 | 144.056.737,42 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 60.992.849.355,77 | 50.447.855.893,44 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 3.402.352.338,83 | 2.785.922.252,96 |
| CREDITOS A RECEBER | 2.897.123,21 | 2.104.129.529,74 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 43.753.931.215,00 | 44.197.706.735,60 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 7.166.785.072,60 | 5.450.103.972,37 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 16.111.009.862,53 | 15.816.480.107,06 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 2.450.859.617,94 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 1.060.361.624,85 | 430.622.963,12 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 49.892.468.685,24 | 41.256.986.735,02 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 413.657.733,18 | 142.721.903,07 |
| LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG | 0,00 | 95,22 | CONVENIOS A PAGAR | 1.076.280.953,58 | 964.426.536,22 |
| LIMITE DE SAQUE BACEN | 303.583.943,64 | 460.308.987,28 | PRECATORIOS DE OCK A PAGAR | 0,00 | 33.819,30 |
| RECURSOS DA UNIAO | 10.105,18 | 0,00 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 108.969.898,82 | 127.945.484,57 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 1.176.244.807,96 | 1.176.291.713,22 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 220.130.923,34 | 253.991.846,92 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 0,00 | 34.860,59 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 10.151.952,92 | 24.023.797,67 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 3.103.183.405,01 | 4.412.124.395,81 | PRECATORIOS | 1.153.559,89 | 5.165.579,53 |
| VALORES DIFERIDOS | 3.103.183.405,01 | 4.412.124.395,81 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 3.291.674,84 | 7.282.092,00 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 28.251.422,29 | 28.297.558,31 | PROVISOES DIVERSAS | 10.249,89 | 10.249,89 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 27.449.449,36 | 27.495.585,38 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 120.675,88 | 107.323,43 |
| CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO | 801.972,93 | 801.972,93 | BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR | 12.808.565.808,09 | 13.025.398.648,19 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 13.163.596.600,97 | 16.628.252.754,92 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 303.561.403,44 | 760.819.267,26 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -39.821.941.408,26 | -32.282.038.253,67 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 464,88 | 464,88 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -41.823.866.292,87 | -34.138.548.293,11 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 61.295.005,24 | 66.208.709,39 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 375.195.262,08 | 388.041.998,44 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 43.457.933,69 | 0,00 |
| RECURSOS A RECEBER | 53.121.043,85 | 42.469.395,11 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 7.721.421,62 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -49.892.468.685,24 | -41.256.986.735,02 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 19.955.336.805,19 | 19.403.551.346,81 |
| CREDITOS PARCELADOS | 96.550.013,57 | 146.509.773,42 | A LIQUIDAR | 19.955.336.805,19 | 19.403.551.346,81 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 332.046.955,22 | 86.587.131,01 | CREDORES DIVERSOS | 115.961.200,00 | 8.982.200,00 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 2.554.539.213,15 | 2.077.222.136,75 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 996.451,37 | 922.440,94 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 108.617.987,03 | 4.904.407,46 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 523.472.685,75 | 626.636.567,44 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 4.325.577.340,69 | 4.329.315.267,90 | RECURSOS A LIBERAR - GESTAO FUNDO | 0,00 | 266.998,04 |
| RECURSOS VINCULADOS | 1.309.955,61 | 562.527,71 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 6.955.645.440,75 | 8.272.270.713,19 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 221.644.621,17 | 42.825.804,11 | RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL | 90.773.454,99 | 65.923.483,89 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 2.001.924.884,61 | 1.856.510.039,44 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 735.314,42 | 2.672.878,23 |
| ESTOQUES | 260.828.006,55 | 224.371.115,19 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 16.575.379.208,22 | 6.349.260.616,09 |
| TITULOS E VALORES | 1.341.742.800,47 | 1.251.399.715,95 | VALORES DIFERIDOS | 16.468.990.931,48 | 6.248.760.160,51 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 399.354.077,59 | 380.739.208,30 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE | 106.387.757,11 | 100.499.935,95 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 16.278.060,20 | 11.889.420,07 | OUTROS VALORES PENDENTES | 519,63 | 519,63 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 77.211,11 | 24.282,80 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 821.838,20 | 5.229.117,39 |
| CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA | 16.200.849,09 | 11.865.137,27 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 821.838,20 | 5.229.117,39 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 22.656.977.328,71 | 21.816.011.080,89 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | -907.947.351,15 | -5.381.422.092,62 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 11.969.936,53 | 11.909.629,55 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | -24.954.465.875,34 | -27.350.133.766,44 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 782.860,22 | 740.988,45 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 157.297.351,26 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| RECURSOS VINCULADOS | 11.187.076,31 | 11.168.641,10 | FORNECEDORES A PAGAR | 118.693.738,95 | 0,00 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 22.645.007.392,18 | 21.804.101.451,34 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 366,70 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 6.551.407.321,04 | 7.136.269.794,43 | PROVISOES | 140.511.428,90 | 151.338.529,86 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 22.228.104,34 | 19.932.950,61 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -6.955.645.440,75 | -8.272.270.713,19 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 7.130.329.491,87 | 6.061.314.292,04 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -6.955.645.440,75 | -8.272.270.713,19 |
| CREDITOS A RECEBER | 8.941.042.474,93 | 8.586.583.814,26 | OPERACOES DE CREDITO | 209.329.134,33 | 4.361.485,80 |
| OUTROS CREDITOS | 0,00 | 600,00 | INTERNAS | 207.736.581,70 | 0,00 |
| PERMANENTE | 30.312.282.620,32 | 27.082.390.507,63 | EXTERNAS | 1.592.552,63 | 4.361.485,80 |
| INVESTIMENTOS | 175.319.092,26 | 175.386.300,65 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 30.830,55 | 30.830,55 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 175.242.277,34 | 175.307.835,19 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 20.134.616,67 | 12.114.965,64 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 76.814,92 | 78.465,46 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR | 0,00 | 2.519,90 |
| IMOBILIZADO | 30.121.009.868,03 | 26.897.078.142,94 | PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000 | 582.902,68 | 582.902,68 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 30.178.266.406,12 | 26.899.982.435,69 | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 95.245,92 | 95.245,92 |
| TITULOS E VALORES | 279.079,65 | 279.079,65 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -19.955.336.805,19 | -19.403.687.251,56 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -57.535.617,74 | -3.183.372,40 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR | 1.467.138.472,60 | 0,00 |
| INTANGIVEL | 15.899.151,99 | 9.871.556,00 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 24.046.518.524,19 | 21.968.711.673,82 |
| DIFERIDO | 54.508,04 | 54.508,04 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 24.046.518.524,19 | 21.968.711.673,82 |
| ATIVO REAL | 84.460.452.096,92 | 78.199.701.192,25 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 23.768.791.604,83 | 21.678.303.938,97 |
| | | | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 2.191.132,11 | 15.749.834,55 |
| | | | OBRIGACOES A PAGAR | 275.535.787,25 | 274.657.900,30 |
| | | | PASSIVO REAL | 62.951.648.079,67 | 48.131.772.928,43 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | 21.508.804.017,25 | 30.067.928.263,82 |
| | | | PATRIMONIO/CAPITAL | 21.322.267.997,50 | 29.883.487.523,92 |
| | | | PATRIMONIO | 21.322.267.997,50 | 29.883.487.523,92 |
| | | | RESERVAS | 186.536.019,75 | 184.440.739,90 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 84.460.452.096,92 | 78.199.701.192,25 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -84.460.452.096,92 | -78.199.701.192,25 |
| ATIVO COMPENSADO | 167.931.256.064,88 | 171.723.399.631,29 | PASSIVO COMPENSADO | 167.931.256.064,88 | 171.723.399.631,29 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 167.931.256.064,88 | 171.723.399.631,29 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 167.931.256.064,88 | 171.723.399.631,29 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 1.119.127.922,18 | 1.056.964.162,81 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 1.119.127.922,18 | 1.056.964.162,81 |
| GARANTIAS DE VALORES | 20.612.771.486,03 | 16.393.664.332,36 | VALORES EM GARANTIA | 20.612.771.486,03 | 16.393.664.332,36 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 91.544.290.033,13 | 86.757.851.715,80 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 91.544.290.033,13 | 86.757.851.715,80 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 53.326.861.035,15 | 47.754.498.364,20 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 53.326.861.035,15 | 47.754.498.364,20 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 1.328.205.588,39 | 19.760.421.056,12 | COMPENSACOES DIVERSAS | 1.328.205.588,39 | 19.760.421.056,12 |
| ATIVO | 252.391.708.161,80 | 249.923.100.823,54 | PASSIVO | 252.391.708.161,80 | 249.923.100.823,54 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 9.167.125.474,57 | 9.093.826.755,93 | PASSIVO FINANCEIRO | 9.278.379.316,57 | 9.099.651.756,14 |
| DISPONIVEL | 257.342.725,80 | 209.197.021,35 | DEPOSITOS | 143.435.214,56 | 37.674.731,15 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 189.723.155,76 | 182.270.551,31 | CONSIGNACOES | 4.662.867,45 | 8.576.112,87 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 67.619.570,04 | 26.926.470,04 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 106.981.613,80 | 8.205.161,75 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 8.822.142.604,17 | 8.453.013.685,90 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 31.790.733,31 | 20.893.456,53 |
| CREDITOS A RECEBER | 703.809,12 | 1.189.314.578,07 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 8.917.400.274,14 | 8.431.077.292,92 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 821.227.534,62 | 534.810.977,00 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 3.415.207.519,53 | 2.768.274.221,59 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 829.205.128,96 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 114.109.729,81 | 71.578.134,83 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 7.170.862.469,09 | 6.728.742.994,26 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 40.974.945,56 | 40.567.868,51 |
| LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG | 0,00 | 1.404,19 | CONVENIOS A PAGAR | 1.209.990.402,43 | 1.361.942.285,21 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 143.662,38 | 143.662,38 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 46.500.729,83 | 850.769,36 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 0,00 | 70,00 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 25.229,00 | 8.360.940,05 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 87.612.319,14 | 431.343.521,37 | PRECATORIOS | 4.270.761,90 | 4.270.761,90 |
| VALORES DIFERIDOS | 87.612.319,14 | 431.343.521,37 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 937.762,42 | 3.831.867,12 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 27.825,46 | 272.527,31 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.040,35 | 1.418,62 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 617,53 | 617,53 | BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR | 2.614,83 | 2.614,83 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 27.207,93 | 271.909,78 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 139.240.341,41 | 90.892.832,04 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 17.742.025.364,27 | 13.543.960.076,98 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 0,00 | 2.058.096,00 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -3.540.163.870,57 | -4.368.431.273,49 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 1.826.127.374,73 | 1.153.439.050,94 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -4.311.427.858,02 | -5.093.018.626,12 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 33.026.587,26 | 0,00 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 3.613.206,65 | 2.151.176,42 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 30.477.582,18 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -7.170.862.469,09 | -6.728.742.994,27 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 4.597.454.126,35 | 4.436.027.274,16 |
| CREDITOS PARCELADOS | 3.275.178,13 | 3.148.378,29 | A LIQUIDAR | 4.597.454.126,35 | 4.436.027.274,16 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 1.067.488,95 | 1.288.449,83 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 547.468,90 | 561.542,12 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 1.878.174.088,13 | 1.091.219.040,29 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 229.562.939,94 | 249.419.752,64 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 959.478.027,91 | 528.848.971,45 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 674.608.865,05 | 976.755.328,37 |
| RECURSOS VINCULADOS | 5.084.866,51 | 2.586.602,48 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 19.354,37 | 39.174,04 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 8.741.754,79 | 6.481.749,39 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 217.436.701,46 | 630.799.707,40 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 771.263.987,45 | 724.587.352,63 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | -9.501,10 | -9.501,10 |
| ESTOQUES | 770.296.134,52 | 723.972.067,77 | VALORES DIFERIDOS | 194.805.691,80 | 587.747.338,35 |
| TITULOS E VALORES | 467.238,87 | 467.238,87 | RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE | 22.640.510,76 | 43.061.870,15 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 500.614,06 | 148.045,99 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 107.126,41 | 100.024,67 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 5.163,23 | 2.508,14 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 107.126,41 | 100.024,67 |
| CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA | 5.163,23 | 2.508,14 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | -5.219.483.759,69 | -5.374.676.478,95 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 4.959.572,89 | 6.749.738,33 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | -5.247.031.945,33 | -5.399.214.722,34 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 155.174,18 | 149.105,65 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 1.275.939,99 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 95.199,18 | 89.130,65 | FORNECEDORES A PAGAR | 75.307,25 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS | 59.975,00 | 59.975,00 | PROVISOES | 22.153.299,65 | 10.479.712,61 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 4.804.398,71 | 6.600.632,68 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -674.608.865,05 | -976.755.328,37 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 3.925.413,13 | 2.175.431,97 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -674.608.865,05 | -976.755.328,37 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 128.619,77 | 49.491,43 | OPERACOES DE CREDITO | 990.211,58 | 0,00 |
| CREDITOS A RECEBER | 750.365,81 | 4.375.709,28 | EXTERNAS | 990.211,58 | 0,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| PERMANENTE | 21.277.224.498,72 | 17.905.639.104,00 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 347.410,22 | 347.410,22 |
| INVESTIMENTOS | 595.338,12 | 616.715,53 | PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000 | 71.963,37 | 71.963,37 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 497.033,02 | 495.646,55 | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 1.392.854,00 | 1.392.854,00 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 98.305,10 | 121.068,98 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -4.597.454.126,35 | -4.436.027.274,16 |
| IMOBILIZADO | 21.260.112.608,86 | 17.894.866.453,10 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 27.548.185,64 | 24.538.243,39 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 21.288.062.954,12 | 17.894.866.379,81 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 27.548.185,64 | 24.538.243,39 |
| TITULOS E VALORES | 73,29 | 73,29 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 13.074.046,14 | 10.053.348,96 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -27.950.418,55 | 0,00 | OBRIGACOES A PAGAR | 14.474.139,50 | 14.484.894,43 |
| INTANGIVEL | 16.510.651,74 | 10.150.035,37 | PASSIVO REAL | 4.058.895.556,88 | 3.724.975.277,19 |
| DIFERIDO | 5.900,00 | 5.900,00 | PATRIMONIO LIQUIDO | 22.850.255.281,96 | 18.912.811.555,72 |
| ATIVO REAL | 26.909.150.838,84 | 22.637.786.832,91 | PATRIMONIO/CAPITAL | 22.803.336.353,12 | 18.867.409.834,55 |
| | | | PATRIMONIO | 22.803.336.353,12 | 18.867.409.834,55 |
| | | | RESERVAS | 60.061.061,93 | 58.543.854,26 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | -13.142.133,09 | -13.142.133,09 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 26.909.150.838,84 | 22.637.786.832,91 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -26.909.150.838,84 | -22.637.786.832,91 |
| ATIVO COMPENSADO | 26.398.347.571,83 | 25.721.074.495,04 | PASSIVO COMPENSADO | 26.398.347.571,83 | 25.721.074.495,04 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 26.398.347.571,83 | 25.721.074.495,04 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 26.398.347.571,83 | 25.721.074.495,04 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 2.646.944.143,51 | 2.858.467.681,77 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 2.646.944.143,51 | 2.858.467.681,77 |
| GARANTIAS DE VALORES | 155.575.177,90 | 120.861.197,98 | VALORES EM GARANTIA | 155.575.177,90 | 120.861.197,98 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 20.822.628.667,67 | 19.211.952.490,65 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 20.822.628.667,67 | 19.211.952.490,65 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 2.690.131.714,01 | 2.186.364.040,00 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 2.690.131.714,01 | 2.186.364.040,00 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 83.067.868,74 | 1.343.429.084,64 | COMPENSACOES DIVERSAS | 83.067.868,74 | 1.343.429.084,64 |
| ATIVO | 53.307.498.410,67 | 48.358.861.327,95 | PASSIVO | 53.307.498.410,67 | 48.358.861.327,95 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 4.681.140.877,24 | 4.877.243.573,92 | PASSIVO FINANCEIRO | 4.218.570.014,58 | 4.343.768.518,61 |
| DISPONIVEL | 71.636.102,00 | 152.034.149,53 | DEPOSITOS | 66.263.401,04 | 68.651.206,00 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 70.441.887,65 | 150.645.125,03 | CONSIGNACOES | 8.818.676,40 | 7.846.125,54 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 1.194.214,35 | 1.389.024,50 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 43.464.883,82 | 37.269.561,26 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 4.539.114.963,26 | 4.724.624.674,58 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 13.979.840,82 | 23.535.519,20 |
| CREDITOS A RECEBER | 307.128.693,10 | 344.557.971,13 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 4.069.848.712,61 | 4.269.303.321,21 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 277.747.500,08 | 338.471.744,27 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 366.692.248,95 | 439.322.592,98 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 121.228.708,33 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 127.575.221,58 | 256.833.572,73 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 3.738.845.631,51 | 3.977.834.628,96 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 42.066.281,97 | 26.226.251,22 |
| RECURSOS DA UNIAO | 94.139.507,69 | 63.759.215,22 | CONVENIOS A PAGAR | 63.597.339,25 | 88.226.827,06 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 23.807,55 | 0,00 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 5.855.851,51 | 26.487.101,01 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 1.115,00 | 1.115,00 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 44.061,29 | 23.328,96 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 70.389.811,98 | 567.075,68 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 10.580.553,90 | 7.492.662,74 |
| VALORES DIFERIDOS | 70.389.811,98 | 567.075,68 | PROVISOES DIVERSAS | 1.321.652,59 | 1.117.171,89 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 0,00 | 17.674,13 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 95.996,40 | 7.421.237,09 |
| CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO | 0,00 | 17.674,13 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 244.480,70 | 2.692.045,73 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 9.516.142.544,43 | 5.544.987.906,84 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 115.310.809,76 | 0,00 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | 1.623.480.083,48 | 294.885.290,05 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 0,00 | 22.802.394,55 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -3.058.542.952,85 | -3.576.603.762,32 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 2.890.919.381,49 | 3.125.046.487,97 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 144.260.342,52 | 107.407.810,37 | A LIQUIDAR | 2.890.919.381,49 | 3.125.046.487,97 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -3.679.645,41 | -3.505.759,15 | CREDORES DIVERSOS | 1.092.080,30 | 2.926.662,43 |
| RECURSOS A RECEBER | 1.528.182,39 | 936.213,30 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 83.481,35 | 406.644,08 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -3.738.845.631,51 | -3.977.834.628,96 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 0,00 | 84.824,93 |
| CREDITOS PARCELADOS | 35.913,91 | 30.442,88 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 810.198.927,42 | 700.657.608,25 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 29.112.792,22 | 23.895.294,86 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 862.593,10 | 858.500,57 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 86.384,00 | 77.995,33 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 82.235.233,53 | 5.620.001,51 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 271.537.101,14 | 86.681.779,63 | VALORES DIFERIDOS | 82.235.233,53 | 5.620.001,51 |
| RECURSOS VINCULADOS | 4.932.193,26 | 1.982.137,59 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 222.667,40 | 193.989,89 |
| PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC | -1.578.282,32 | 0,00 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 222.667,40 | 193.989,89 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 234.067.696,95 | 183.724.951,83 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 2.253.383.395,95 | 1.159.026.943,30 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 4.682.023.036,33 | 3.871.489.052,37 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 1.870.495.485,62 | 709.011.047,88 |
| ESTOQUES | 4.609.486.821,66 | 3.806.465.207,40 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 6.482.175,62 |
| TITULOS E VALORES | 73.920.025,59 | 63.537.830,97 | FORNECEDORES A PAGAR | 9.199.700,32 | 0,00 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 3.244.226,87 | 1.486.014,00 | PROVISOES | 404.458.950,50 | 337.777.445,30 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -4.628.037,79 | 0,00 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -810.198.927,42 | -700.657.608,25 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 8.309.862,48 | 3.570.856,79 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -810.198.927,42 | -700.657.608,25 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 3.398.727,84 | 1.585.729,02 | OPERACOES DE CREDITO | 417.967,18 | 437.728,67 |
| CUSTOS A APROPRIAR | 4.911.134,64 | 1.985.127,77 | EXTERNAS | 417.967,18 | 437.728,67 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 564.110.464,37 | 539.027.868,95 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 38.602.634,55 | 42.539.031,97 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 192.620.328,44 | 100.331.209,58 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 567.792.001,11 | 526.718.981,22 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 1.174.930,57 | 1.100.225,58 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 2.796.251,27 | 7.166.091,56 |
| RECURSOS VINCULADOS | 191.445.397,87 | 99.230.984,00 | PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000) | 0,00 | 704.237,52 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 371.490.135,93 | 438.696.659,37 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -2.890.919.381,49 | -3.125.046.487,97 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 15.032.861,95 | 14.950.460,97 | OPERACOES ESPECIAIS | 4.548.342.382,92 | 3.601.884.180,32 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 75.510.675,07 | 147.342.695,26 | SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO | 3.906,68 | 11.005.271,92 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 21.977.102,38 | 20.763.691,75 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 373.052.205,19 | 446.226.112,36 |
| CREDITOS A RECEBER | 286.545.402,82 | 279.374.670,36 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 373.052.205,19 | 446.226.112,36 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -15.742.496,85 | -11.901.449,53 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 41.837.035,41 | 24.834.783,84 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -11.833.409,44 | -11.833.409,44 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 132.254.153,85 | 164.880.879,99 |
| PERMANENTE | 7.320.242.134,10 | 4.707.503.891,05 | OBRIGACOES A PAGAR | 87.808.982,87 | 163.443.298,07 |
| INVESTIMENTOS | 90.740.246,13 | 101.995.869,53 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 14.619.678,56 | 0,00 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 36.968.172,69 | 44.866.148,05 | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | 96.532.354,50 | 92.399.867,79 |
| PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS | 59.962,45 | 59.962,45 | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 9.835.705,14 | 3.789.783,06 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 53.798.708,87 | 57.156.356,91 | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 11.019.546,85 | 3.958.755,01 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -86.597,88 | -86.597,88 | CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS | -1.183.841,71 | -168.971,95 |
| IMOBILIZADO | 7.191.310.003,99 | 4.591.464.808,36 | PASSIVO REAL | 6.471.953.410,53 | 5.502.795.461,91 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 8.610.970.551,16 | 5.900.399.183,16 | PATRIMONIO LIQUIDO | 7.725.330.011,14 | 4.919.436.018,85 |
| TITULOS E VALORES | 8.794.118,76 | 8.794.118,76 | PATRIMONIO/CAPITAL | 4.997.552.859,29 | 3.895.057.119,57 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -1.428.454.665,93 | -1.317.728.493,56 | CAPITAL REALIZADO | 4.997.552.859,29 | 3.895.057.119,57 |
| INTANGIVEL | 37.156.809,14 | 12.618.055,31 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 5.025.828.036,10 | 3.960.197.911,31 |
| DIFERIDO | 1.035.074,84 | 1.425.157,85 | CAPITAL A REALIZAR | -28.275.176,81 | -65.140.791,74 |
| ATIVO REAL | 14.197.283.421,67 | 10.422.231.480,76 | RESERVAS | 3.728.372.221,62 | 1.830.745.737,84 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | -1.000.595.069,77 | -806.366.838,56 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 14.197.283.421,67 | 10.422.231.480,76 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -14.197.283.421,67 | -10.422.231.480,76 |
| ATIVO COMPENSADO | 16.474.685.038,84 | 13.971.047.040,62 | PASSIVO COMPENSADO | 16.474.685.038,84 | 13.971.047.040,62 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 16.474.685.038,84 | 13.971.047.040,62 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 16.474.685.038,84 | 13.971.047.040,62 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 5.873.357.813,82 | 4.684.277.475,80 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 5.873.357.813,82 | 4.684.277.475,80 |
| GARANTIAS DE VALORES | 499.868.362,32 | 266.740.913,54 | VALORES EM GARANTIA | 499.868.362,32 | 266.740.913,54 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 1.471.832.162,28 | 1.282.378.244,94 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 1.471.832.162,28 | 1.282.378.244,94 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 8.574.744.118,06 | 4.681.923.004,73 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 8.574.744.118,06 | 4.681.923.004,73 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 54.882.582,36 | 3.055.727.401,61 | COMPENSACOES DIVERSAS | 54.882.582,36 | 3.055.727.401,61 |
| ATIVO | 30.671.968.460,51 | 24.393.278.521,38 | PASSIVO | 30.671.968.460,51 | 24.393.278.521,38 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 1.408.578.476,69 | 1.259.736.552,30 | PASSIVO FINANCEIRO | 1.291.459.442,34 | 1.194.102.503,63 |
| DISPONIVEL | 152.412.808,70 | 152.666.893,10 | DEPOSITOS | 24.196.777,08 | 16.035.593,00 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 152.412.808,70 | 152.666.893,10 | CONSIGNACOES | 983.729,00 | 775.396,13 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 1.203.250.741,07 | 1.070.297.978,99 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 11.296.905,65 | 6.482.120,90 |
| CREDITOS A RECEBER | 70.608.114,41 | 48.484.756,53 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 11.916.142,43 | 8.778.075,97 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 70.501.800,16 | 54.480.306,03 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 1.222.580.292,20 | 1.171.896.806,02 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 16.334.727,52 | 0,00 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 116.765.033,25 | 39.266.211,34 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 1.021.935.406,95 | 936.826.919,06 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 30.781.239,61 | 35.277.954,32 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 23.870.692,03 | 30.505.997,37 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 5.690.415,86 | 3.367.403,39 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | CONVENIOS A PAGAR | 65.348.812,66 | 0,86 |
| VALORES DIFERIDOS | 20.058.974,60 | 58.974,60 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 4.383,50 | 595,00 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 32.855.952,32 | 36.712.705,61 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 6.342,33 | 188.984,98 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 2.647.382,10 | 2.298.303,94 | PROVISOES DIVERSAS | 0,00 | 31.056,00 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 30.174.315,19 | 14.201.734,34 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 1.394.708,55 | 396.116,83 |
| CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO | 34.255,03 | 20.212.667,33 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 915.920,74 | 4.099,96 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 5.109.033.328,77 | 4.569.064.996,56 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 9.209,00 | 0,00 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -542.774.261,85 | -629.009.032,75 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 12.614.001,00 | 0,00 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -807.715.069,68 | -792.988.110,52 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 765.776.340,67 | 854.122.259,09 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 41.446.021,09 | 61.894.514,05 | A LIQUIDAR | 765.776.340,67 | 854.122.259,09 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -16.193.764,61 | -13.104.359,58 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 3.935,62 | 1.878,97 |
| RECURSOS A RECEBER | 31.342.927,77 | 27.565.437,96 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 339.666.203,68 | 276.994.814,12 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -1.021.935.406,95 | -936.826.919,06 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 368.778,98 | 1.511.642,50 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 64.605,87 | 64.605,87 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 44.682.373,06 | 6.170.104,61 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 105.914.275,36 | 13.232.403,56 | VALORES DIFERIDOS | 44.682.373,06 | 6.170.104,61 |
| RECURSOS VINCULADOS | 45.565.552,63 | 47.410.503,60 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 3.154.560.889,02 | 2.270.229.777,71 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 6.733.163,94 | 6.775.703,08 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 1.462.965.918,90 | 871.827.375,62 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA | -652.444,78 | 0,00 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 6.096,88 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 264.940.807,83 | 163.979.077,77 | PESSOAL A PAGAR | 1.712.311,13 | 0,00 |
| ESTOQUES | 264.371.432,84 | 163.269.732,64 | PROVISOES | 1.493.650.238,32 | 1.272.113.525,20 |
| TITULOS E VALORES | 569.374,99 | 709.345,13 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -339.666.203,68 | -276.994.814,12 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.573.102,52 | 2.259.344,23 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -339.666.203,68 | -276.994.814,12 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 1.573.102,52 | 2.259.344,23 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 0,00 | 1.845,08 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 346.236.006,87 | 323.564.986,05 | OPERACOES DE CREDITO | 50.922.364,82 | 27.025.567,79 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 165.081.541,07 | 153.180.839,18 | INTERNAS | 14.262.525,66 | 16.038.195,03 |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS | 50.025,70 | 442.174,16 | EXTERNAS | 36.659.839,16 | 10.987.372,76 |
| RECURSOS VINCULADOS | 165.031.515,37 | 152.738.665,02 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 166.667.941,61 | 65.226.370,25 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 181.154.465,80 | 170.384.146,87 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 23.928.553,86 | 18.693.758,02 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 96.017.566,32 | 97.993.856,88 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 821.078.618,99 | 609.407.686,34 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 41.145.927,84 | 25.930.987,62 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR | 3.996.477,93 | 4.340.209,28 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 13.387.206,93 | 12.222.623,70 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -765.776.340,67 | -854.122.259,09 |
| CREDITOS A RECEBER | 30.939.355,96 | 34.570.346,07 | SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO | 6.451.956,59 | 6.129.389,99 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -335.591,25 | -333.667,40 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 1.687.969.137,46 | 1.394.618.236,09 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| PERMANENTE | 5.303.998.481,23 | 4.872.249.699,03 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.687.969.137,46 | 1.394.618.236,09 |
| INVESTIMENTOS | 362.834,26 | 212.789,59 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 124.551.449,42 | 140.699.234,78 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 333.661,49 | 183.616,82 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 0,00 | 10.398.463,63 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 29.172,77 | 29.172,77 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 1.061.607.338,77 | 664.558.100,55 |
| IMOBILIZADO | 5.208.754.681,12 | 4.773.154.371,02 | OBRIGACOES A PAGAR | 426.622.567,21 | 523.946.823,53 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 6.389.040.772,95 | 5.857.843.745,56 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 47.217.027,42 | 0,00 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -1.180.286.091,83 | -1.084.689.374,54 | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | 27.970.754,64 | 10.971.912,50 |
| INTANGIVEL | 69.666.194,05 | 70.109.841,74 | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 |
| DIFERIDO | 25.214.771,80 | 28.772.696,68 | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 |
| ATIVO REAL | 6.517.611.805,46 | 5.828.801.548,86 | PASSIVO REAL | 4.446.020.331,36 | 3.464.332.281,34 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | 2.071.591.474,10 | 2.364.469.267,52 |
| | | | PATRIMONIO/CAPITAL | 6.019.377.081,92 | 5.719.887.581,30 |
| | | | CAPITAL REALIZADO | 6.019.377.081,92 | 5.719.887.581,30 |
| | | | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 6.019.377.081,92 | 5.719.887.581,30 |
| | | | RESERVAS | 869.652.063,29 | 674.173.786,45 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | -4.819.186.391,06 | -4.031.475.050,11 |
| | | | AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL | 1.748.719,95 | 1.882.949,88 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 6.517.611.805,46 | 5.828.801.548,86 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -6.517.611.805,46 | -5.828.801.548,86 |
| ATIVO COMPENSADO | 5.677.306.943,77 | 7.500.908.248,02 | PASSIVO COMPENSADO | 5.677.306.943,77 | 7.500.908.248,02 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 5.677.306.943,77 | 7.500.908.248,02 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 5.677.306.943,77 | 7.500.908.248,02 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 88.612,23 | 101.602,39 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 88.612,23 | 101.602,39 |
| GARANTIAS DE VALORES | 49.800.253,92 | 43.647.594,01 | VALORES EM GARANTIA | 49.800.253,92 | 43.647.594,01 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 1.915.711.501,21 | 2.118.811.722,65 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 1.915.711.501,21 | 2.118.811.722,65 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 3.707.570.740,63 | 3.418.177.588,77 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 3.707.570.740,63 | 3.418.177.588,77 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 4.135.835,78 | 1.920.169.740,20 | COMPENSACOES DIVERSAS | 4.135.835,78 | 1.920.169.740,20 |
| ATIVO | 12.194.918.749,23 | 13.329.709.796,88 | PASSIVO | 12.194.918.749,23 | 13.329.709.796,88 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 121.139.289.100,73 | 112.865.888.116,53 | PASSIVO FINANCEIRO | 21.727.482.803,64 | 19.249.119.940,18 |
| DISPONIVEL | 64.967.176.222,12 | 54.845.320.549,73 | DEPOSITOS | 17.742.957,37 | 63.863.910,24 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 64.841.189.336,52 | 54.711.731.676,87 | CONSIGNACOES | 48.953,35 | 7.089.534,80 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 125.986.885,60 | 133.588.872,86 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 351.394,32 | 4.823.789,87 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 54.630.524.223,02 | 56.849.006.492,05 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.342.609,70 | 51.950.585,57 |
| CREDITOS A RECEBER | 12.287.178,01 | 38.398.869,82 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 14.730.433.210,53 | 13.144.721.171,87 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 6.776.258.319,31 | 6.359.187.235,11 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 698.732.636,59 | 522.294.132,37 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 2.560.908.448,15 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 47.725.278,38 | 36.680.853,81 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 8.425.067.620,86 | 9.295.720.125,10 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 4.534.730,41 | 3.176.564,87 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 | CONVENIOS A PAGAR | 384.669.496,43 | 416.990.688,82 |
| BANCO DO BRASIL S/A | 10.360.471.557,78 | 12.759.315.226,25 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 10.939.262,30 | 5.337.350,33 |
| BANCO DO NORDESTE S/A | 686.790.871,84 | 395.252.602,65 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 113.140.539,63 | 17.219.076,86 |
| BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC | 21.573.636.992,92 | 22.970.880.214,12 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 114.454,83 | 98.319,31 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 3.144.120.640,60 | 3.880.478.177,55 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 1.736.464,54 |
| FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN | 1.043.237.357,45 | 1.110.726.504,16 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 0,00 | 4.635,89 |
| BANCO DA AMAZONIA | 31.222.184,54 | 30.953.503,76 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 31.602.355,17 | 29.480.071,79 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 16.523.051,56 | 8.094.033,53 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 3.396.393,00 | 0,00 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.541.588.655,59 | 1.171.561.074,74 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 112.017,11 | 0,00 |
| VALORES DIFERIDOS | 1.541.588.655,59 | 1.171.561.074,74 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,01 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 67.435.602,13 | 7.388.713,13 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,01 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 2.435.268,15 | 4.181.393,02 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 207.575.711.194,44 | 181.014.070.740,34 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 10.555.650.796,03 | 8.958.621.183,03 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | 8.012.421.749,37 | 5.245.137.558,73 | A LIQUIDAR | 10.555.650.796,03 | 8.958.621.183,03 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 7.931.234.419,83 | 5.180.396.199,29 | CREDORES DIVERSOS | 0,00 | 551.894.892,00 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 124.854.178,57 | 110.731.070,02 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 210.913,78 | 275.437,98 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -8.425.067.620,86 | -9.295.720.125,10 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 309.504.527,61 | 257.269.506,38 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 22.505,25 | 22.505,25 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 3.149.832.559,34 | 2.763.752.048,46 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 833.771.172,32 | 585.615.113,64 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 16.501.777,18 | 90.613.971,65 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 14.983.080.496,18 | 14.245.173.009,86 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 6.978.964.463,94 | 6.040.208.619,80 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 1.497.719.477,18 | 772.738.386,72 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | -721,49 | -721,49 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 1.490.968.329,89 | 1.446.561.221,36 | VALORES DIFERIDOS | 6.978.888.279,41 | 6.040.132.435,27 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA | -189.950.568,06 | -207.060.743,56 | OUTROS VALORES PENDENTES | 76.906,02 | 76.906,02 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -2.384.163.550,64 | -2.477.664.238,90 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 342.171,80 | 326.238,27 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 81.187.329,54 | 64.741.359,44 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 342.171,80 | 326.238,27 |
| ESTOQUES | 80.733.905,84 | 64.430.165,58 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 79.056.972.232,07 | 77.922.944.156,71 |
| TITULOS E VALORES | 534,45 | 244.567,14 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 46.400.905.801,28 | 48.285.291.389,08 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 452.889,25 | 66.626,72 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 456.733.427,97 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 32.112,85 | 17.632,43 | FORNECEDORES A PAGAR | 594.223.877,90 | 0,00 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 32.112,85 | 17.632,43 | PROVISOES | 714.287.342,75 | 717.525.395,18 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 192.506.167.238,17 | 166.941.194.658,12 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -3.149.832.559,34 | -2.763.752.048,46 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 32.094,77 | 30.794,77 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -3.149.832.559,34 | -2.763.752.048,46 |
| RECURSOS VINCULADOS | 32.094,77 | 30.794,77 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 65.757.483,12 | 96.858.232,42 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 192.506.135.143,40 | 166.941.163.863,35 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 778,88 | 0,00 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 413.623.136,51 | 357.700.761,89 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 58.732.119.674,00 | 58.736.635.805,23 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 993.857,90 | 0,00 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -10.555.650.796,03 | -8.958.709.423,26 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 171.290.827.397,72 | 151.073.653.489,73 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 31.758.829.909,61 | 29.637.652.767,63 |
| CREDITOS A RECEBER | 3.166.962.897,35 | 471.567.416,82 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 31.758.829.909,61 | 29.637.652.767,63 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -925.033.356,98 | -1.018.403.944,56 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 7.652.975.310,26 | 5.531.798.168,28 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -204.977.767,86 | -291.418.370,53 | OBRIGACOES A PAGAR | 1.997.478,72 | 1.997.478,72 |
| INVESTIMENTOS | 18.763.738.978,76 | 16.348.064.510,00 | DIVERSAS PROVISOES | 24.103.857.120,63 | 0,00 |
| PERMANENTE | 7.057.090.094,05 | 8.827.720.891,06 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 0,00 | 24.103.857.120,63 |
| INVESTIMENTOS | 6.286.006.873,69 | 8.089.542.340,99 | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 897.236.521,18 | 0,00 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 5.826.217.590,51 | 7.689.205.032,13 | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 897.236.521,18 | 0,00 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 459.789.283,18 | 480.485.005,54 | PASSIVO REAL | 100.784.455.035,71 | 97.172.064.096,89 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | 0,00 | -80.147.696,68 | PATRIMONIO LIQUIDO | 227.930.545.259,46 | 196.707.894.759,98 |
| IMOBILIZADO | 770.303.400,35 | 737.429.225,06 | PATRIMONIO/CAPITAL | 227.914.782.922,13 | 196.701.017.615,53 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 771.405.889,39 | 737.429.225,06 | PATRIMONIO | 224.984.184.923,61 | 193.770.419.617,01 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -1.102.489,04 | 0,00 | CAPITAL REALIZADO | 2.930.597.998,52 | 2.930.597.998,52 |
| INTANGIVEL | 779.820,01 | 749.325,01 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 3.707.482.559,71 | 3.707.482.559,71 |
| ATIVO REAL | 328.715.000.295,17 | 293.879.958.856,87 | COTAS EM TESOURARIA | -776.884.561,19 | -776.884.561,19 |
| | | | RESERVAS | 15.762.337,33 | 15.762.337,33 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | 0,00 | -8.885.192,88 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 328.715.000.295,17 | 293.879.958.856,87 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -328.715.000.295,17 | -293.879.958.856,87 |
| ATIVO COMPENSADO | 232.852.445.749,37 | 219.453.986.780,83 | PASSIVO COMPENSADO | 232.852.445.749,37 | 219.453.986.780,83 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 232.852.445.749,37 | 219.453.986.780,83 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 232.852.445.749,37 | 219.453.986.780,83 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 72.031.522.765,26 | 48.621.083.445,74 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 72.031.522.765,26 | 48.621.083.445,74 |
| GARANTIAS DE VALORES | 12.876.965.769,68 | 10.104.713.707,23 | VALORES EM GARANTIA | 12.876.965.769,68 | 10.104.713.707,23 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 64.613.576.733,14 | 62.739.408.176,51 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 64.613.576.733,14 | 62.739.408.176,51 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 5.410.232.346,37 | 5.265.348.563,59 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 5.410.232.346,37 | 5.265.348.563,59 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 77.920.148.134,92 | 92.723.432.887,76 | COMPENSACOES DIVERSAS | 77.920.148.134,92 | 92.723.432.887,76 |
| ATIVO | 561.567.446.044,54 | 513.333.945.637,70 | PASSIVO | 561.567.446.044,54 | 513.333.945.637,70 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 114.226.207.276,94 | 108.181.393.082,72 | PASSIVO FINANCEIRO | 15.083.066.605,42 | 14.737.851.647,52 |
| DISPONIVEL | 64.614.042.216,15 | 54.559.453.768,53 | DEPOSITOS | 17.742.957,37 | 63.863.910,24 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 64.488.055.330,55 | 54.425.864.895,67 | CONSIGNACOES | 48.953,35 | 7.089.534,80 |
| DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA | 125.986.885,60 | 133.588.872,86 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 351.394,32 | 4.823.789,87 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 48.070.576.405,20 | 52.450.378.239,44 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 17.342.609,70 | 51.950.585,57 |
| CREDITOS A RECEBER | 12.287.178,01 | 38.398.869,82 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 10.950.624.953,70 | 11.461.821.286,49 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 3.995.341.508,01 | 3.625.564.750,64 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 698.732.636,59 | 522.294.132,37 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 25.671.362,69 | 0,00 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 47.725.278,38 | 36.680.853,81 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 7.181.273.699,80 | 7.630.714.356,96 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 4.534.730,41 | 3.176.564,87 |
| DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT | 36.839.479.605,13 | 41.147.606.228,49 | CONVENIOS A PAGAR | 384.669.496,43 | 416.990.688,82 |
| BANCO DO BRASIL S/A | 10.360.471.557,78 | 12.759.315.226,25 | CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR | 10.939.262,30 | 5.337.350,33 |
| BANCO DO NORDESTE S/A | 686.790.871,84 | 395.252.602,65 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 113.140.539,63 | 17.219.076,86 |
| BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC | 21.573.636.992,92 | 22.970.880.214,12 | PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES | 114.454,83 | 98.319,31 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 3.144.120.640,60 | 3.880.478.177,55 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 1.736.464,54 |
| FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN | 1.043.237.357,45 | 1.110.726.504,16 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 0,00 | 4.635,89 |
| BANCO DA AMAZONIA | 31.222.184,54 | 30.953.503,76 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 31.602.355,17 | 29.480.071,79 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | 16.523.051,56 | 8.094.033,53 | TERMOS DE PARCERIA A PAGAR | 3.396.393,00 | 0,00 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 1.541.588.655,59 | 1.171.561.074,74 | TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR | 112.017,11 | 0,00 |
| VALORES DIFERIDOS | 1.541.588.655,59 | 1.171.561.074,74 | CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR | 32.627.239,05 | 7.388.713,13 |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,01 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 67.435.602,13 | 7.388.713,13 |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,01 | CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV | 2.435.268,15 | 4.181.393,02 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 206.077.159.215,04 | 181.729.173.936,89 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 6.775.842.539,20 | 7.275.721.297,65 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | 9.221.380.533,61 | 6.910.143.326,87 | A LIQUIDAR | 6.775.842.539,20 | 7.275.721.297,65 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 9.140.193.204,07 | 6.845.401.967,43 | CREDORES DIVERSOS | 0,00 | 551.894.892,00 |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 124.854.178,57 | 110.731.070,02 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 210.913,78 | 275.437,98 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -7.181.273.699,80 | -7.630.714.356,96 | RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA | 309.504.527,61 | 257.269.506,38 |
| CREDITOS ADMINISTRATIVOS | 22.505,25 | 22.505,25 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 3.149.832.559,34 | 2.763.752.048,46 |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 833.771.172,32 | 585.615.113,64 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 16.501.777,18 | 90.613.971,65 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 14.948.245.359,36 | 14.245.173.009,86 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 4.114.356.522,55 | 3.211.840.212,52 |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 1.497.719.477,18 | 772.738.386,72 | RESTITUICOES E COMPENSACOES | -721,49 | -721,49 |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 1.490.968.329,89 | 1.446.561.221,36 | VALORES DIFERIDOS | 4.114.280.338,02 | 3.211.764.027,99 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA | -189.950.568,06 | -207.060.743,56 | OUTROS VALORES PENDENTES | 76.906,02 | 76.906,02 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -2.384.163.550,64 | -2.477.664.238,90 | PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 342.171,80 | 326.238,27 |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 81.187.329,54 | 64.741.359,44 | DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 342.171,80 | 326.238,27 |
| ESTOQUES | 80.733.905,84 | 64.430.165,58 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 82.836.780.488,90 | 79.605.844.042,09 |
| TITULOS E VALORES | 534,45 | 244.567,14 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 50.180.714.058,11 | 49.968.191.274,46 |
| MATERIAIS EM TRANSITO | 452.889,25 | 66.626,72 | DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR | 0,00 | 456.733.427,97 |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 32.112,85 | 17.632,43 | FORNECEDORES A PAGAR | 594.223.877,90 | 0,00 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 32.112,85 | 17.632,43 | PROVISOES | 714.287.342,75 | 717.525.395,18 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 189.798.656.474,53 | 165.991.292.086,53 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -3.149.832.559,34 | -2.763.752.048,46 |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 32.094,77 | 30.794,77 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -3.149.832.559,34 | -2.763.752.048,46 |
| RECURSOS VINCULADOS | 32.094,77 | 30.794,77 | ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS | 65.757.483,12 | 96.858.232,42 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 189.798.624.379,76 | 165.991.261.291,76 | OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES | 778,88 | 0,00 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 386.584.701,43 | 330.662.326,81 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 58.732.119.674,00 | 58.736.635.805,23 |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 993.857,90 | 0,00 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -6.775.842.539,20 | -7.275.809.537,88 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 168.610.355.069,16 | 150.150.789.353,22 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 31.758.829.909,61 | 29.637.652.767,63 |
| CREDITOS A RECEBER | 3.166.962.897,35 | 471.567.416,82 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 31.758.829.909,61 | 29.637.652.767,63 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | -925.033.356,98 | -1.018.403.944,56 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 7.652.975.310,26 | 5.531.798.168,28 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP | -204.977.767,86 | -291.418.370,53 | OBRIGACOES A PAGAR | 1.997.478,72 | 1.997.478,72 |
| INVESTIMENTOS | 18.763.738.978,76 | 16.348.064.510,00 | DIVERSAS PROVISOES | 24.103.857.120,63 | 0,00 |
| PERMANENTE | 7.057.090.094,05 | 8.827.720.891,06 | SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS | 0,00 | 24.103.857.120,63 |
| INVESTIMENTOS | 6.286.006.873,69 | 8.089.542.340,99 | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 897.236.521,18 | 0,00 |
| PARTICIPACAO SOCIETARIA | 5.826.217.590,51 | 7.689.205.032,13 | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 897.236.521,18 | 0,00 |
| OUTROS INVESTIMENTOS | 459.789.283,18 | 480.485.005,54 | PASSIVO REAL | 97.919.847.094,32 | 94.343.695.689,61 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS | 0,00 | -80.147.696,68 | PATRIMONIO LIQUIDO | 222.383.519.397,66 | 195.566.871.330,00 |
| IMOBILIZADO | 770.303.400,35 | 737.429.225,06 | PATRIMONIO/CAPITAL | 222.367.757.060,33 | 195.559.994.185,55 |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 771.405.889,39 | 737.429.225,06 | PATRIMONIO | 219.437.159.061,81 | 192.629.396.187,03 |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -1.102.489,04 | 0,00 | CAPITAL REALIZADO | 2.930.597.998,52 | 2.930.597.998,52 |
| INTANGIVEL | 779.820,01 | 749.325,01 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 3.707.482.559,71 | 3.707.482.559,71 |
| ATIVO REAL | 320.303.366.491,98 | 289.910.567.019,61 | COTAS EM TESOURARIA | -776.884.561,19 | -776.884.561,19 |
| | | | RESERVAS | 15.762.337,33 | 15.762.337,33 |
| | | | LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS | 0,00 | -8.885.192,88 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 320.303.366.491,98 | 289.910.567.019,61 |
| | | | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -320.303.366.491,98 | -289.910.567.019,61 |
| ATIVO COMPENSADO | 232.852.445.749,37 | 219.292.331.906,44 | PASSIVO COMPENSADO | 232.852.445.749,37 | 219.292.331.906,44 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 232.852.445.749,37 | 219.292.331.906,44 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 232.852.445.749,37 | 219.292.331.906,44 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B | 72.031.522.765,26 | 48.621.083.445,74 | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 72.031.522.765,26 | 48.621.083.445,74 |
| GARANTIAS DE VALORES | 12.876.965.769,68 | 10.104.713.707,23 | VALORES EM GARANTIA | 12.876.965.769,68 | 10.104.713.707,23 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 64.613.576.733,14 | 62.739.408.176,51 | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS | 64.613.576.733,14 | 62.739.408.176,51 |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS | 5.410.232.346,37 | 5.265.348.563,59 | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS | 5.410.232.346,37 | 5.265.348.563,59 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 77.920.148.134,92 | 92.561.778.013,37 | COMPENSACOES DIVERSAS | 77.920.148.134,92 | 92.561.778.013,37 |
| ATIVO | 553.155.812.241,35 | 509.202.898.926,05 | PASSIVO | 553.155.812.241,35 | 509.202.898.926,05 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(INDIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ATIVO FINANCEIRO | 6.913.081.823,79 | 4.684.495.033,81 | PASSIVO FINANCEIRO | 6.644.416.198,22 | 4.511.268.292,66 |
| DISPONIVEL | 353.134.005,97 | 285.866.781,20 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 3.779.808.256,83 | 1.682.899.885,38 |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 353.134.005,97 | 285.866.781,20 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 3.779.808.256,83 | 1.682.899.885,38 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 6.559.947.817,82 | 4.398.628.252,61 | A LIQUIDAR | 3.779.808.256,83 | 1.682.899.885,38 |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 2.780.916.811,30 | 2.733.622.484,47 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS | 2.535.237.085,46 | 0,00 | VALORES DIFERIDOS | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 1.243.793.921,06 | 1.665.005.768,14 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | -3.779.808.256,83 | -1.682.899.885,38 |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 1.498.551.979,40 | -715.103.196,55 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | -3.779.808.256,83 | -1.682.899.885,38 |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -1.208.958.784,24 | -1.665.005.768,14 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -3.779.808.256,83 | -1.682.899.885,38 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -1.208.958.784,24 | -1.665.005.768,14 | PASSIVO REAL | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -1.243.793.921,06 | -1.665.005.768,14 | PATRIMONIO LIQUIDO | 5.547.025.861,80 | 1.141.023.429,98 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 34.835.136,82 | 0,00 | PATRIMONIO/CAPITAL | 5.547.025.861,80 | 1.141.023.429,98 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 2.707.510.763,64 | 949.902.571,59 | PATRIMONIO | 5.547.025.861,80 | 1.141.023.429,98 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 2.707.510.763,64 | 949.902.571,59 | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 8.411.633.803,19 | 3.969.391.837,26 |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 27.038.435,08 | 27.038.435,08 | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | -8.411.633.803,19 | -3.969.391.837,26 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 2.680.472.328,56 | 922.864.136,51 | | | |
| ATIVO REAL | 8.411.633.803,19 | 3.969.391.837,26 | | | |
| ATIVO COMPENSADO | 0,00 | 161.654.874,39 | PASSIVO COMPENSADO | 0,00 | 161.654.874,39 |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS | 0,00 | 161.654.874,39 | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS | 0,00 | 161.654.874,39 |
| OUTRAS COMPENSACOES | 0,00 | 161.654.874,39 | COMPENSACOES DIVERSAS | 0,00 | 161.654.874,39 |
| ATIVO | 8.411.633.803,19 | 4.131.046.711,65 | PASSIVO | 8.411.633.803,19 | 4.131.046.711,65 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 2.253.623.298.970,06 | 2.290.405.136.822,86 | ORCAMENTARIAS | 2.082.578.304.137,34 | 1.993.765.477.554,71 |
| RECEITAS CORRENTES | 924.693.739.511,04 | 802.928.377.883,71 | DESPESAS CORRENTES | 901.297.377.508,70 | 818.456.883.328,20 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 296.708.391.121,17 | 252.938.732.133,97 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 169.493.790.964,72 | 154.925.363.627,22 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 474.665.578.172,46 | 399.288.449.785,62 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 122.422.088.807,08 | 124.609.209.923,98 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 65.269.330.662,35 | 60.055.608.342,64 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 594.782.769.292,40 | 526.171.843.607,16 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 21.211.876,74 | 22.058.188,83 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 14.598.728.444,50 | 12.750.466.169,84 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 603.787.859,48 | 574.505.964,94 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 13.784.361.094,75 | 12.140.895.645,24 |
| RECEITA DE SERVICOS | 40.658.044.038,95 | 35.041.727.312,47 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 814.367.349,75 | 609.570.524,60 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 276.901.428,49 | 167.505.797,45 | DESPESAS DE CAPITAL | 603.653.788.129,61 | 597.914.530.054,19 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 34.005.244.863,91 | 43.701.823.631,40 | INVESTIMENTOS | 53.306.349.313,76 | 45.811.087.793,75 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.485.249.487,49 | 11.137.966.726,39 | INVERSOES FINANCEIRAS | 34.963.938.259,14 | 33.087.706.558,86 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 898.535,56 | 997.369,13 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 514.040.748.071,76 | 517.911.999.543,90 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12.271.295.961,60 | 10.923.385.445,27 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 1.342.752.484,95 | 1.103.736.157,68 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.063.297,47 | 6.933.756,56 | INVESTIMENTOS | 58.107.654,83 | 37.672.904,51 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 139.043.179,46 | 143.280.449,56 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.284.644.830,12 | 1.066.063.253,17 |
| RECEITA DE SERVICOS | 55.087.749,06 | 47.117.340,24 | MUTACOES PASSIVAS | 577.627.138.499,03 | 577.394.064.172,32 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 14.860.764,34 | 16.252.365,63 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 66.676.242.676,81 | 76.536.242.676,99 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 580.602.037.974,51 | 740.423.273.212,29 | ALIENACAO DE BENS | 287.488.619,06 | 50.881.101,23 |
| OPERACOES DE CREDITO | 502.024.000.604,66 | 497.743.886.915,18 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 62.781.495.355,47 | 73.594.217.891,82 |
| ALIENACAO DE BENS | 946.550.472,90 | 478.056.247,70 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 2.471.081.466,13 | 1.897.982.884,53 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 25.032.166.020,24 | 25.984.804.797,35 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 909.716.568,62 | 692.804.452,67 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 107.116.776,43 | 88.783.126,79 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 226.460.667,53 | 300.356.346,74 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 52.180.453.040,16 | 216.127.742.125,27 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 510.950.895.822,22 | 500.857.821.495,33 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 311.751.060,12 | 0,00 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 4.094.999.193.536,83 | 3.365.427.814.842,80 |
| OPERACOES DE CREDITO | 311.751.060,12 | 0,00 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 4.604.319.523,38 | 2.661.856.744,00 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -22.567.205.942,06 | -16.720.628.454,51 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 4.022.672.568,61 | 2.317.015.444,65 |
| MUTACOES ATIVAS | 770.894.727.426,57 | 763.774.114.181,37 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 581.582.966,07 | 323.271.129,22 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 66.434.666.168,37 | 57.098.628.959,31 | DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 63.988,70 | 21.570.170,13 |
| AQUISICOES DE BENS | 24.732.869.198,83 | 19.009.469.787,35 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 4.090.394.874.013,45 | 3.362.765.958.098,80 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 41.081.524.221,84 | 37.487.237.534,89 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 1.744.365.323.875,82 | 1.213.410.233.087,58 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 605.569.658,12 | 592.503.634,24 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 21.981.190.905,21 | 11.281.812.326,61 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 14.703.089,58 | 9.418.002,83 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 17.825.153.967,14 | 12.978.370.930,72 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 704.460.061.258,20 | 706.675.485.222,06 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 788.302,88 | 6.245.798,96 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 3.834.382.367.926,87 | 2.962.964.088.240,51 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 11.997.623.082,44 | 3.438.459.596,99 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.788.193.683,11 | 1.252.071.980,83 | OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 1.563.455.136,23 | 2.058.119.294,89 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | BAIXA DE DIREITOS | 1.640.304.715.100,21 | 1.166.115.918.547,28 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 1.357.022.475,02 | 1.054.501.393,56 | DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | 50.692.397.381,71 | 17.531.306.592,13 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 261.576.550,93 | 197.570.587,27 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 74.368.837.537,26 | 69.468.065.889,84 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 3.832.594.174.243,76 | 2.961.712.016.259,68 | DESVALORIZACAO DE BENS | 3.898.409.375,64 | 1.930.415.210,60 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 2.732.964.467.895,83 | 1.876.036.821.002,22 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 2.827.308.756,64 | 2.387.626.728,70 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 22.788.487.665,53 | 11.357.026.621,71 | AJUSTES DE CREDITOS | 66.876.181.524,64 | 64.912.040.053,36 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 14.838.080.340,93 | 8.549.747.853,75 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 766.937.880,34 | 237.983.897,18 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 19.485.300,10 | 4.824.572,39 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 1.764.161.721.545,98 | 1.580.258.428.509,94 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 58.775.483.347,14 | 2.614.949.754,94 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 355.156.061.479,79 | 285.953.266.106,35 |
| INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS | 66.400.738,05 | 0,00 | AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 245.186.764,19 | 7.254.431,90 |
| INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES | 13.545.462.922,70 | 10.977.798.421,60 | RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL | 21.319.636.805,02 | 17.660.875.656,61 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 2.622.865.008.967,21 | 1.842.484.242.253,16 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 130.778.106.005,39 | 196.007.834.416,58 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 65.027.725,71 | 43.345.967,95 | AJUSTES FINANCEIROS | 113.944.621.100,93 | 1.553.189.223,13 |
| DIFERIDO | 1.030.888,46 | 4.885.556,72 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 16.833.484.904,46 | 816.703.432,21 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 147.230.204.941,56 | 126.239.379.593,27 | AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA | 0,00 | 193.637.941.761,24 |
| REAVALIACOES DE BENS | 9.478.285.529,71 | 6.872.684.886,17 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 8.704.717.489,10 | 8.001.950.481,55 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 128.548.713.844,51 | 111.135.934.104,90 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 498.488.078,24 | 228.810.120,65 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 703.684.965.905,62 | 629.628.054.452,05 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 105.155.684.203,47 | 111.112.251.511,46 | | | |
| AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 2.921.107,97 | 833.263,57 | | | |
| RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL | 17.374.126.699,77 | 23.941.737.104,14 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 126.181.803.489,54 | 194.752.939.332,97 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 113.736.221.130,75 | 1.414.283.662,14 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 12.445.582.358,79 | 800.275.014,87 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA | 0,00 | 192.538.380.655,96 | | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 89.571.830.777,24 | 105.824.067.334,14 | | | |
| DEFICIT | 89.571.830.777,24 | 105.824.067.334,14 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 6.177.577.497.674,17 | 5.359.193.292.397,51 | VARIACOES PASSIVAS | 6.177.577.497.674,17 | 5.359.193.292.397,51 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 5.278.847.099.950,75 | 4.949.309.091.001,66 | ORCAMENTARIAS | 5.365.642.302.971,62 | 4.900.592.381.149,68 |
| RECEITAS CORRENTES | 661.119.886.622,81 | 575.717.158.499,40 | DESPESAS CORRENTES | 490.194.646.816,74 | 458.086.477.130,09 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 291.572.284.877,27 | 248.589.561.641,06 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 116.683.806.102,28 | 107.665.807.757,81 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 248.120.201.086,00 | 207.417.179.637,66 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 122.410.633.626,87 | 124.588.435.836,43 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 51.556.204.681,13 | 47.157.366.344,57 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 242.827.883.916,69 | 218.314.255.620,07 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 534.199,78 | 578.905,15 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 8.272.323.170,90 | 7.517.977.915,78 |
| RECEITA DE SERVICOS | 30.468.661.293,14 | 25.022.980.381,57 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 8.052.303.739,14 | 7.324.011.834,55 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 110.442.661,69 | 99.512.800,41 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 220.019.431,76 | 193.966.081,23 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 26.982.432.245,28 | 36.477.352.277,15 | DESPESAS DE CAPITAL | 546.848.455.535,26 | 545.853.240.722,23 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.309.125.578,52 | 10.952.626.511,83 | INVESTIMENTOS | 26.920.192.428,07 | 23.448.704.186,87 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 658.641,55 | 704.397,04 | INVERSOES FINANCEIRAS | 5.335.721.187,94 | 3.490.629.948,07 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 12.271.268.436,85 | 10.923.369.296,33 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 514.002.620.384,90 | 517.855.470.213,30 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.873.141,49 | 5.483.982,20 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 589.921.534,35 | 1.058.436.373,99 |
| RECEITA DE SERVICOS | 26.387.157,10 | 13.476.070,50 | INVESTIMENTOS | 52.454.455,63 | 32.481.949,44 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 8.938.201,53 | 9.592.765,76 | INVERSOES FINANCEIRAS | 537.467.078,72 | 1.025.954.424,55 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 577.365.908.252,66 | 734.568.807.006,42 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 3.765.360.271.651,02 | 3.335.405.400.811,71 |
| OPERACOES DE CREDITO | 501.956.423.701,54 | 497.635.672.969,06 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 3.753.126.150.313,39 | 3.323.910.884.617,63 |
| ALIENACAO DE BENS | 657.457.008,61 | 323.273.638,11 | COTA CONCEDIDA | 1.414.515.906.998,22 | 1.332.990.586.791,38 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 22.229.627.215,43 | 20.462.865.880,79 | REPASSE CONCEDIDO | 480.896.116.886,65 | 418.940.284.467,32 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 30.571.439,50 | 23.560.116,03 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 52.180.077.827,46 | 216.123.434.402,43 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 348.362.230.449,75 | 249.051.116.230,35 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 311.751.060,12 | 0,00 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 608.584.199.945,08 | 452.612.767.298,27 |
| OPERACOES DE CREDITO | 311.751.060,12 | 0,00 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 12.234.121.337,63 | 11.494.516.194,08 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -21.150.817.056,20 | -15.708.530.517,51 | MUTACOES PASSIVAS | 563.238.928.968,60 | 561.247.262.485,65 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 3.359.934.453.635,59 | 2.956.473.608.222,97 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 59.663.349.729,33 | 64.969.358.189,69 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 3.347.700.332.297,96 | 2.944.979.092.028,89 | ALIENACAO DE BENS | 9.194.132,18 | 8.919.885,89 |
| COTA RECEBIDA | 1.414.515.906.998,22 | 1.332.990.586.791,38 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 59.654.155.597,15 | 64.960.438.303,80 |
| REPASSE RECEBIDO | 62.873.038.938,95 | 56.341.884.694,35 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 503.575.579.239,27 | 496.277.904.295,96 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 900.767.696.033,69 | 870.316.129.830,31 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 5.283.497.222.033,21 | 5.729.603.738.780,36 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 342.012.721.039,08 | 225.844.948.416,52 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.737.501.361,79 | 469.264.321,83 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 627.530.969.288,02 | 459.485.542.296,33 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 1.737.501.361,79 | 469.264.321,83 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITOS | 12.234.121.337,63 | 11.494.516.194,08 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 1.435.550.001.767,08 | 2.596.066.761.606,81 |
| MUTACOES ATIVAS | 701.577.668.495,89 | 698.258.047.790,38 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 7.873.551.140,14 | 572.145.000.504,46 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 25.261.210.778,21 | 19.701.045.186,44 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 73.503.598.314,95 | 60.173.402.946,85 |
| AQUISICOES DE BENS | 11.513.124.074,61 | 8.106.495.828,77 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 1.354.172.852.311,99 | 1.963.748.358.155,50 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 13.746.356.376,03 | 11.592.660.490,22 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 3.846.209.718.904,34 | 3.133.067.712.851,72 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 5.590,00 | 5.800,00 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 1.572.691.936.438,92 | 1.076.543.875.137,58 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 1.724.737,57 | 1.883.067,45 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 6.470.603.324,45 | 3.654.960.170,07 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 676.316.457.717,68 | 678.557.002.603,94 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 13.934.466.238,89 | 9.844.638.149,66 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 5.254.931.127.707,16 | 5.534.460.879.064,01 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 16.250,00 | 1.497.563,86 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 1.672.718.177.577,67 | 2.799.313.888.865,15 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 9.162.730.258,22 | 2.873.450.648,23 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 8.229.004.037,50 | 572.555.395.690,86 | OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 1.397.043.032,28 | 1.992.195.381,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - ADM. DIRETA |
| ORGAO SUPERIOR | |

EXERCICIO: 2010 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 16/02/2011 | PAGINA:

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 285.692.676.820,38 | 243.098.895.361,91 | BAIXA DE DIREITOS | 1.491.034.679.953,37 | 1.040.645.826.632,63 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 1.378.796.496.719,79 | 1.983.659.597.812,38 | DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | 50.692.397.381,71 | 17.531.306.592,13 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 3.582.212.950.129,49 | 2.735.146.990.198,86 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 68.117.968.258,38 | 26.157.128.643,97 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 2.520.837.765.748,31 | 1.706.500.504.654,78 | DESVALORIZACAO DE BENS | 3.587.147.118,55 | 667.890.308,45 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 9.063.009.077,06 | 5.556.214.502,77 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 669.677.646,92 | 1.093.918.591,11 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 11.106.897.435,73 | 5.649.238.969,65 | AJUSTES DE CREDITOS | 63.570.717.406,74 | 24.369.786.356,14 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 6.108.742,93 | 22.981,00 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 290.426.086,17 | 25.533.388,27 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 58.092.435.309,48 | 1.875.922.552,15 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 1.700.420.696.906,89 | 1.531.933.782.984,70 |
| INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES | 2.316.332.863,72 | 2.529.071.579,84 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 354.637.450.396,29 | 285.575.884.220,07 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 2.440.251.936.543,01 | 1.690.889.123.345,98 | RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL | 21.319.636.805,02 | 17.660.875.656,61 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 1.030.680,38 | 910.723,39 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 129.022.030.098,84 | 195.196.166.208,79 |
| DIFERIDO | 15.096,00 | 0,00 | AJUSTES FINANCEIROS | 112.492.549.845,65 | 1.411.885.537,30 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 134.655.400.102,02 | 90.046.777.987,36 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 16.529.480.253,19 | 146.338.910,25 |
| REAVALIACOES DE BENS | 7.508.893.345,74 | 5.997.916.444,10 | AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA | 0,00 | 193.637.941.761,24 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 3.502.589.627,92 | 1.301.405.783,36 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 123.188.734.647,94 | 82.595.163.674,26 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 455.182.480,42 | 152.292.085,64 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 680.414.153.496,76 | 610.205.698.399,63 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 105.115.329.922,29 | 110.527.452.954,74 | | | |
| RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL | 17.374.126.699,77 | 23.941.737.104,14 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 123.816.174.160,34 | 193.924.819.098,21 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 111.961.634.599,52 | 1.382.319.613,17 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 11.854.539.560,82 | 4.118.829,08 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA | 0,00 | 192.538.380.655,96 | | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 115.361.297.346,92 | 146.426.149.864,37 | | | |
| DEFICIT | 115.361.297.346,92 | 146.426.149.864,37 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 10.649.139.525.004,83 | 10.630.196.119.930,04 | VARIACOES PASSIVAS | 10.649.139.525.004,83 | 10.630.196.119.930,04 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 685.519.648.345,62 | 595.677.322.794,38 | ORCAMENTARIAS | 458.582.291.261,62 | 393.244.130.323,63 |
| RECEITAS CORRENTES | 239.308.939.144,09 | 204.035.415.443,92 | DESPESAS CORRENTES | 367.708.788.431,66 | 319.992.410.447,54 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 4.721.174.539,17 | 4.021.932.742,54 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 45.583.705.232,38 | 40.092.215.346,63 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 222.505.697.693,41 | 188.524.366.400,08 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 11.455.180,21 | 20.774.087,55 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.425.454.318,69 | 3.758.361.887,38 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 315.822.459.497,77 | 274.686.939.134,02 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 20.677.676,96 | 21.479.283,68 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 6.291.168.521,30 | 5.192.481.879,34 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 559.545.281,68 | 526.671.653,57 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 5.727.127.489,56 | 4.810.111.579,47 |
| RECEITA DE SERVICOS | 2.195.935.611,51 | 1.884.311.035,55 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 564.041.031,74 | 382.370.299,87 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 92.142.442,27 | 48.050.053,43 | DESPESAS DE CAPITAL | 29.037.967.700,50 | 26.484.590.311,84 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.733.681.755,85 | 5.215.366.203,41 | INVESTIMENTOS | 25.001.138.019,05 | 20.302.488.163,90 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 54.629.824,55 | 34.876.184,28 | INVERSOES FINANCEIRAS | 3.245.929.572,67 | 6.080.354.675,65 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 192.354,01 | 247.702,09 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 38.127.686,86 | 56.529.330,60 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 27.524,75 | 16.148,94 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 752.772.421,92 | 45.218.141,69 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.976.769,05 | 1.281.631,61 | INVESTIMENTOS | 5.594.670,52 | 5.109.313,07 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 25.041.110,08 | 8.582.243,44 | INVERSOES FINANCEIRAS | 747.177.751,40 | 40.108.828,62 |
| RECEITA DE SERVICOS | 24.903.417,41 | 23.020.862,68 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 51.854.280.895,94 | 40.723.609.476,57 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.488.649,25 | 1.727.595,52 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 51.854.280.895,94 | 40.723.609.476,57 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 242.212.395,34 | 202.409.221,44 | REPASSE CONCEDIDO | 1.457.134.808,40 | 1.626.744.881,59 |
| OPERACOES DE CREDITO | 0,00 | 246.378,45 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 |
| ALIENACAO DE BENS | 91.910.728,26 | 145.699.454,30 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.562.039.856,87 | 4.707.772.590,09 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 78.399.734,23 | 1.526.759,42 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 16.790.714.229,87 | 6.848.297.604,98 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 71.901.932,85 | 54.936.629,27 | MUTACOES PASSIVAS | 9.981.254.233,52 | 6.043.520.087,68 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -1.058.052.194,39 | -798.372.550,37 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 2.742.670.011,94 | 1.634.340.567,34 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 408.661.198.806,63 | 357.381.418.192,94 | ALIENACAO DE BENS | 276.717.039,96 | 41.961.215,34 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 408.661.198.806,63 | 357.381.418.192,94 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 279.636.063,68 | 79.056.782,90 |
| REPASSE RECEBIDO | 370.226.805.378,84 | 321.321.611.520,67 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 1.196.565.494,30 | 700.791.719,72 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 30.044.392.000,80 | 27.540.794.399,91 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 767.302.398,74 | 518.315.119,15 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.108.756.916,26 | 3.674.918.304,89 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 222.449.015,26 | 294.215.730,23 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 3.281.244.510,73 | 4.844.093.967,47 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 7.238.584.221,58 | 4.409.179.520,34 |
| MUTACOES ATIVAS | 38.365.350.193,95 | 34.856.452.486,45 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 669.609.817.600,04 | 732.447.980.728,45 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 16.777.582.660,34 | 13.890.989.993,18 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 547.148.058,58 | 126.586.577,35 |
| AQUISICOES DE BENS | 12.598.630.190,05 | 10.375.917.271,28 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 155.450.950,24 | 0,00 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 4.026.553.925,83 | 3.405.825.491,85 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 391.633.119,64 | 105.016.407,22 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 139.420.192,45 | 101.712.294,67 | DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 63.988,70 | 21.570.170,13 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 12.978.352,01 | 7.534.935,38 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 488.618.559.458,81 | 553.019.718.309,48 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 21.587.767.533,61 | 20.965.462.493,27 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 2.039.106.061,87 | 1.577.269.827,98 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 437.442.847.424,03 | 525.715.966.235,29 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 245.162.753.017,91 | 206.349.901.206,41 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.579.563.040,05 | 1.018.820.646,81 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 241.416.700.379,03 | 345.092.547.275,09 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 180.444.110.082,65 | 179.301.675.841,62 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 1.150.922.386,56 | 826.297.698,33 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 128.528.270.878,98 | 103.177.130.936,65 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 259.045.996,33 | 192.522.948,48 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 15.399.204.526,43 | 7.572.102.455,44 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 256.269.684.997,02 | 355.125.109.373,07 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 3.703.794.618,45 | 2.948.796.408,26 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 2.039.102.796,18 | 1.577.243.633,47 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 765.559,88 | 4.748.235,10 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 32.232.513.195,94 | 23.421.579.122,62 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 368.090.433,93 | 514.287.362,04 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 221.998.069.004,90 | 330.126.286.616,98 | OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 166.412.103,95 | 65.923.913,89 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 179.593.599.386,96 | 169.572.036.215,41 | BAIXA DE DIREITOS | 108.890.003.636,34 | 92.071.272.561,92 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 156.168.241.389,38 | 127.403.343.087,50 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 939.579.881,99 | 37.095.459.721,98 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 13.658.008.691,70 | 5.756.871.157,06 | DESVALORIZACAO DE BENS | 311.262.257,09 | 1.262.524.902,15 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 3.563.663.333,84 | 2.649.766.835,26 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 8.159.101,71 | 218.637,53 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 13.376.557,17 | 4.801.591,39 | AJUSTES DE CREDITOS | 144.749.218,06 | 35.620.265.673,39 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 48.936.811,88 | 178.660.960,33 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 475.409.305,13 | 212.450.508,91 |
| INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS | 66.400.738,05 | 0,00 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 48.490.732.030,32 | 37.844.581.704,51 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 138.754.516.892,89 | 118.767.233.081,22 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 509.236.463,38 | 374.401.248,60 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 62.322.571,39 | 41.123.905,52 | AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 245.186.764,19 | 7.254.431,90 |
| DIFERIDO | 1.015.792,46 | 4.885.556,72 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.731.104.063,79 | 802.847.797,98 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 2.461.917.172,84 | 24.817.349.130,27 | AJUSTES FINANCEIROS | 1.436.999.642,83 | 140.167.621,64 |
| REAVALIACOES DE BENS | 1.969.392.183,97 | 863.484.633,52 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 294.104.420,96 | 662.680.176,34 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 286.396,22 | 223.601,12 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 456.118.978,76 | 23.883.803.002,34 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 36.119.613,89 | 69.837.893,29 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 18.588.413.978,71 | 16.371.750.872,80 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 40.354.270,68 | 584.798.556,72 | | | |
| AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 2.921.107,97 | 833.263,57 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 2.331.751.467,38 | 393.961.304,55 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 1.740.708.769,41 | 31.479.629,82 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 591.042.697,97 | 362.481.674,73 | | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 5.229.613.092,01 | 4.298.822.022,41 | | | |
| DEFICIT | 5.229.613.092,01 | 4.298.822.022,41 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 1.128.192.108.861,66 | 1.125.692.111.052,08 | VARIACOES PASSIVAS | 1.128.192.108.861,66 | 1.125.692.111.052,08 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 632.150.646.057,91 | 546.620.699.567,60 | ORCAMENTARIAS | 405.382.775.682,41 | 345.660.004.796,04 |
| RECEITAS CORRENTES | 237.063.626.311,74 | 202.026.684.930,12 | DESPESAS CORRENTES | 340.675.556.492,03 | 297.150.381.198,31 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 4.721.174.539,17 | 4.021.932.589,54 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 32.372.432.036,12 | 27.926.666.741,46 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 222.502.325.035,27 | 188.482.631.874,53 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 504.194,15 | 1.670.247,58 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 3.907.935.454,85 | 3.231.274.675,23 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 304.337.414.308,34 | 265.951.616.432,60 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 6.120.273,09 | 6.278.240,91 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 3.965.205.953,42 | 3.270.427.776,67 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 79.652.674,38 | 75.141.330,14 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.727.670.556,92 | 3.062.002.808,26 |
| RECEITA DE SERVICOS | 1.519.473.624,19 | 1.285.024.077,37 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 237.535.396,50 | 208.424.968,41 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 37.506.070,05 | 33.819.472,06 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.578.405.774,14 | 17.887.372.337,37 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.277.091.300,30 | 4.882.451.633,85 | INVESTIMENTOS | 17.920.042.144,10 | 14.728.950.799,17 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 12.347.340,44 | 8.131.036,49 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.908.954.901,46 | 3.141.096.641,86 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 192.354,01 | 247.702,09 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 3.811.395,34 | 12.473.485,04 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 687,22 | 403,23 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 745.597.333,24 | 4.851.411,30 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.505.353,70 | 554.333,32 | INVESTIMENTOS | 2.419.671,70 | 2.672.411,30 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 3.879.468,99 | 2.725.935,17 | INVERSOES FINANCEIRAS | 743.177.661,54 | 2.179.000,00 |
| RECEITA DE SERVICOS | 5.180.793,89 | 3.448.585,99 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 41.682.993.671,95 | 30.062.031.196,10 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.588.682,63 | 1.154.076,69 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 41.682.993.671,95 | 30.062.031.196,10 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 150.444.240,77 | 100.471.955,72 | REPASSE CONCEDIDO | 1.050.246.359,40 | 1.046.242.386,49 |
| ALIENACAO DE BENS | 71.589.144,16 | 98.497.903,07 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 78.399.734,23 | 1.526.759,42 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.171.482.081,71 | 4.260.674.533,93 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 455.362,38 | 447.293,23 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 16.468.990.931,48 | 6.248.760.160,51 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -1.007.095.119,52 | -756.114.012,83 | MUTACOES PASSIVAS | 2.445.819.744,29 | 560.220.064,26 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 370.997.255.732,34 | 323.045.896.553,46 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 373.613.655,72 | 142.263.425,41 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 370.997.255.732,34 | 323.045.896.553,46 | ALIENACAO DE BENS | 47.923.915,63 | 15.789.587,49 |
| REPASSE RECEBIDO | 342.247.919.539,18 | 297.036.512.526,26 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 243.622.793,14 | 49.533.641,76 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 20.992.274.299,36 | 18.506.354.115,17 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 191.467,38 | 172.367,47 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 4.653.878.488,79 | 3.090.905.516,22 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 684.241,54 | 1.025.654,38 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 3.103.183.405,01 | 4.412.124.395,81 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 81.191.238,03 | 75.742.174,31 |
| MUTACOES ATIVAS | 24.946.414.892,58 | 22.203.760.141,13 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 2.072.206.088,57 | 417.956.638,85 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 10.214.129.689,10 | 8.199.885.160,17 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 603.795.493.492,81 | 677.156.132.934,02 |
| AQUISICOES DE BENS | 7.170.971.296,09 | 5.545.081.417,46 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 155.450.950,24 | 0,00 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 3.042.520.862,31 | 2.654.764.197,49 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 155.450.950,24 | 0,00 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 484.632,25 | 0,00 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 465.485.345.555,70 | 531.545.471.615,44 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 152.898,45 | 39.545,22 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 1.097.043.704,22 | 1.357.753.368,94 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 14.732.285.203,48 | 14.003.874.980,96 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 237.926.387.986,09 | 200.225.467.776,10 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 369.136.792.317,90 | 471.344.442.092,24 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 226.461.913.865,39 | 329.962.250.470,40 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 253.584.769,86 | 220.666.480,79 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 138.154.696.986,87 | 145.610.661.318,58 |
| RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 169.594.657,16 | 0,00 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 102.812.820.916,20 | 82.374.049.510,84 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 0,00 | 142.892.033,68 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 12.324.775.804,32 | 7.001.179.657,23 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 83.990.112,70 | 77.774.447,11 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 1.693.495.885,21 | 1.333.267.849,66 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 233.870.447.485,77 | 334.347.094.243,05 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 12.206,77 | 4.438.845,50 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 1.096.518.180,53 | 1.357.148.168,89 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 319.846.461,48 | 442.700.215,23 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - AUTARQUIAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 25.248.623.738,31 | 17.408.901.728,37 | OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 166.411.977,66 | 65.923.483,89 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 207.525.305.566,93 | 315.581.044.345,79 | BAIXA DE DIREITOS | 88.308.278.580,76 | 73.526.539.459,33 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 135.012.760.062,27 | 136.776.681.368,40 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 185.961.780,38 | 36.743.602.824,96 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 119.161.301.452,41 | 99.122.370.636,77 | DESVALORIZACAO DE BENS | 104.229.102,96 | 1.237.037.428,34 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 8.308.263.888,63 | 4.368.122.439,78 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 82.712,70 | 108.670,33 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 1.592.466.609,73 | 1.151.988.982,43 | AJUSTES DE CREDITOS | 15.820.675,87 | 35.505.566.629,76 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 1.201.600,59 | 917.251,41 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 65.829.288,85 | 890.096,53 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 89.148,60 | 133.424.434,65 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 33.873.385.805,35 | 26.472.698.353,49 |
| INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS | 66.400.738,05 | 0,00 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 10.969.119,36 | 526.769,80 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 109.192.879.466,81 | 93.467.917.528,50 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.271.559.365,58 | 19.783.859,49 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 773.026.940,17 | 24.629.492.248,30 | AJUSTES FINANCEIROS | 1.251.827.742,76 | 11.919.219,08 |
| REAVALIACOES DE BENS | 441.855.587,92 | 800.160.235,62 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 19.731.622,82 | 7.864.640,41 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 21.546,22 | 62.611,14 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 331.069.779,87 | 23.829.269.401,54 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 80.026,16 | 0,00 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 13.474.921.446,23 | 12.491.723.233,98 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 255.596,92 | 504.939.227,93 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.603.254.626,54 | 28.156.021,42 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 1.590.734.020,74 | 25.713.047,71 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 12.520.605,80 | 2.442.973,71 | | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 7.890.830.799,41 | 4.850.996.070,22 | | | |
| DEFICIT | 7.890.830.799,41 | 4.850.996.070,22 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 1.009.178.269.175,22 | 1.022.816.137.730,06 | VARIACOES PASSIVAS | 1.009.178.269.175,22 | 1.022.816.137.730,06 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 29.052.216.471,23 | 25.244.602.789,41 | ORCAMENTARIAS | 28.114.986.586,05 | 24.183.828.841,30 |
| RECEITAS CORRENTES | 748.915.292,99 | 623.388.350,37 | DESPESAS CORRENTES | 20.342.136.519,54 | 16.673.907.516,71 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 0,00 | 153,00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.812.015.260,79 | 8.957.461.522,83 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 50.155.058,39 | 44.908.145,84 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 373.719,09 | 304.886,27 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 127.026,36 | 90.318,32 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.802.777.057,97 | 6.324.880.199,93 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 337.501,39 | 2.032.736,63 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 1.726.970.481,69 | 1.391.260.907,68 |
| RECEITA DE SERVICOS | 369.469.401,82 | 315.591.022,38 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.458.892.137,28 | 1.271.579.708,37 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 45.638.012,87 | 9.458.212,31 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 268.078.344,41 | 119.681.199,31 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 263.071.395,14 | 231.396.790,55 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.526.844.624,81 | 2.633.209.577,45 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 20.116.897,02 | 19.910.971,34 | INVESTIMENTOS | 2.503.888.094,43 | 2.624.273.227,48 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 12.994,00 | 2.750,00 | INVERSOES FINANCEIRAS | 22.217.580,00 | 8.277.598,73 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 5.021,20 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 738.950,38 | 658.751,24 |
| RECEITA DE SERVICOS | 19.444.000,15 | 19.494.046,22 | INVESTIMENTOS | 738.950,38 | 658.751,24 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 659.902,87 | 409.153,92 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 4.547.502.044,20 | 4.459.887.307,43 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 12.140.613,92 | 16.400.842,49 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 4.547.502.044,20 | 4.459.887.307,43 |
| ALIENACAO DE BENS | 2.367.261,98 | 8.977.255,95 | REPASSE CONCEDIDO | 359.165.098,53 | 520.190.780,68 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 9.773.351,94 | 7.423.586,54 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -29.008.682,34 | -28.440.500,61 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 389.931.724,88 | 434.856.609,28 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 23.069.646.691,97 | 19.720.171.318,71 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 194.805.691,80 | 587.747.338,35 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 23.069.646.691,97 | 19.720.171.318,71 | MUTACOES PASSIVAS | 698.503.397,50 | 416.824.439,71 |
| REPASSE RECEBIDO | 18.936.990.868,77 | 15.804.982.080,13 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 694.214.007,84 | 412.465.181,60 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 3.603.599.528,99 | 2.917.092.579,12 | ALIENACAO DE BENS | 6.713.703,08 | 14.134.075,86 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 441.443.975,07 | 566.753.138,08 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 27.789.209,94 | 16.042.310,95 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 87.612.319,14 | 431.343.521,38 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 651.293.851,71 | 376.264.351,84 |
| MUTACOES ATIVAS | 5.250.522.554,69 | 4.913.082.778,45 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 5.258.582,92 | 3.740.171,38 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 1.629.175.454,76 | 1.295.409.019,90 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 3.158.660,19 | 2.284.271,57 |
| AQUISICOES DE BENS | 1.018.946.748,45 | 755.018.086,48 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 4.289.389,66 | 4.359.258,11 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 587.624.006,27 | 519.668.631,97 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 28.680.958.969,83 | 19.299.573.534,66 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 22.604.700,04 | 20.722.301,45 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 5.825.800.771,87 | 2.014.566.702,06 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 3.621.347.099,93 | 3.617.673.758,55 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 213.048.839,98 | 84.937.678,73 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 31.655.637.866,95 | 19.375.411.795,79 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 511.787.464,24 | 331.096.579,87 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 9.832.714,32 | 5.895.239,85 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 5.100.964.467,65 | 1.598.532.443,46 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 6.216.310,23 | 4.729.310,94 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 22.855.158.197,96 | 17.285.006.832,60 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 3.616.404,09 | 1.165.928,91 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 15.648.502.760,38 | 11.631.843.686,61 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 5.497.993.995,29 | 1.792.251.827,69 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 2.352.509.595,59 | 134.182.954,91 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 213.476.057,98 | 85.289.678,73 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 554.841.370,55 | 437.740.444,14 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 218.456.773,81 | 193.757.724,14 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 320,00 | 0,00 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 5.066.061.163,50 | 1.513.204.424,82 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 22.763,88 | 66.568,81 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 26.147.811.157,34 | 17.577.264.728,25 | BAIXA DE DIREITOS | 12.741.128.710,36 | 11.059.853.718,75 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 22.319.566.517,92 | 15.944.291.630,36 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 307.361.322,35 | 91.378.731,10 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 3.752.757.687,62 | 382.382.937,72 | DESVALORIZACAO DE BENS | 180.674.714,94 | 25.322.730,19 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 1.038.848.429,63 | 734.410.889,14 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 3.216,79 | 0,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDACOES |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 4.072.279,87 | 3.165.189,89 | AJUSTES DE CREDITOS | 97.921.023,86 | 66.056.000,91 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 17.518.073.033,03 | 14.816.285.924,12 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 28.762.366,76 | 0,00 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 5.815.087,77 | 8.046.689,49 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 6.582.227.577,76 | 5.364.778.407,99 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 1.435.258.212,65 | 117.449.495,24 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 12.076.637,77 | 7.715.323,70 |
| REAVALIACOES DE BENS | 1.323.376.762,22 | 59.670.800,93 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 304.989.899,70 | 189.290.683,20 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 4.603,26 | 67.669,55 | AJUSTES FINANCEIROS | 49.719.373,86 | 5.904.145,14 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 87.710.989,53 | 28.154.455,67 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 255.270.525,84 | 183.386.538,06 |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 24.165.857,64 | 29.556.569,09 | RESULTADO PATRIMONIAL | 3.911.908.782,30 | 1.136.612.209,24 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 2.014.522.965,98 | 1.336.537.622,34 | SUPERAVIT | 3.911.908.782,30 | 1.136.612.209,24 |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 1.856.568,73 | 5.291.024,54 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 376.606.892,06 | 173.694.955,77 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 146.267.899,69 | 8.720,84 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 230.338.992,37 | 173.686.234,93 | | | |
| DEFICIT | | | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 60.707.854.338,18 | 44.620.014.585,20 | VARIACOES PASSIVAS | 60.707.854.338,18 | 44.620.014.585,20 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 19.864.783.508,72 | 19.995.135.157,06 | ORCAMENTARIAS | 20.671.016.290,37 | 19.772.018.234,82 |
| RECEITAS CORRENTES | 806.032.576,11 | 793.711.003,49 | DESPESAS CORRENTES | 4.616.016.232,84 | 4.196.454.410,28 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 3.372.658,14 | 41.734.525,55 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.339.071.758,17 | 2.181.565.665,91 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 450.007.879,34 | 462.843.773,30 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 3.540.125,45 | 7.851.969,24 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 14.428.969,81 | 15.108.108,65 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.764.102.699,66 | 1.549.394.028,05 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 43.368.833,93 | 56.560.742,73 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 509.301.649,56 | 457.642.747,08 |
| RECEITA DE SERVICOS | 118.260.773,13 | 123.561.798,67 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 464.242.422,03 | 418.541.265,50 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 8.845.288,02 | 4.663.106,91 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 45.059.227,53 | 39.101.481,58 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 145.678.955,88 | 82.418.494,90 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.115.643.574,18 | 5.312.130.377,67 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 22.069.217,86 | 6.820.452,78 | INVESTIMENTOS | 3.787.019.126,64 | 2.322.626.259,71 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 26.837,53 | 15.745,71 | INVERSOES FINANCEIRAS | 1.314.757.091,21 | 2.930.980.435,06 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 362.052,12 | 710.824,62 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 7.448.256,17 | 20.064.573,75 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 21.161.641,09 | 5.851.287,07 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 6.419.100,16 | 38.459.109,15 |
| RECEITA DE SERVICOS | 278.623,37 | 78.230,47 | INVESTIMENTOS | 2.419.010,30 | 529.280,53 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 240.063,75 | 164.364,91 | INVERSOES FINANCEIRAS | 4.000.089,86 | 37.929.828,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 79.573.644,12 | 85.368.649,91 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 5.267.798.457,16 | 6.004.630.029,87 |
| OPERACOES DE CREDITO | 0,00 | 246.378,45 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 5.267.798.457,16 | 6.004.630.029,87 |
| ALIENACAO DE BENS | 17.900.425,59 | 38.056.521,96 | REPASSE CONCEDIDO | 19.485.019,09 | 41.111.034,47 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 61.673.218,53 | 47.065.749,50 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -17.528.100,60 | -10.004.903,85 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 567.075,68 | 12.220.217,58 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 12.373.978.119,88 | 12.822.471.759,15 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 82.235.233,53 | 5.620.001,51 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 12.373.978.119,88 | 12.822.471.759,15 | MUTACOES PASSIVAS | 5.671.558.026,19 | 4.258.803.417,00 |
| REPASSE RECEBIDO | 7.129.732.831,25 | 6.861.280.211,61 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 1.277.000.898,53 | 692.817.142,73 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 5.165.511.128,86 | 5.945.678.776,31 | ALIENACAO DE BENS | 52.916.652,86 | 11.562.247,16 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 8.344.347,79 | 14.945.695,55 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 7.417.772,10 | 11.666.562,08 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 70.389.811,98 | 567.075,68 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 502.330.487,86 | 262.389.935,65 |
| MUTACOES ATIVAS | 6.622.727.269,21 | 6.303.588.648,36 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 639.025.689,72 | 354.941.796,46 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 3.917.335.412,00 | 3.828.769.428,61 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 75.310.295,99 | 52.256.601,38 |
| AQUISICOES DE BENS | 3.718.768.905,62 | 3.675.321.341,75 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 4.394.557.127,66 | 3.565.986.274,27 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 192.342.165,70 | 151.300.823,51 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 31.404.992.282,12 | 30.619.612.917,80 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 134.272,57 | 0,00 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 391.697.108,34 | 126.584.681,98 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 6.090.068,11 | 2.147.263,35 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 391.633.119,64 | 105.014.511,85 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 2.705.391.857,21 | 2.474.819.219,75 | DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 63.988,70 | 21.570.170,13 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 31.751.410.684,60 | 30.364.474.166,41 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 17.214.468.124,56 | 19.089.386.291,41 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 1.118.364.378,96 | 599.054.156,45 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 729.010.078,86 | 134.568.449,63 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 1.017.873.331,62 | 532.094.920,52 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 6.686.742.503,56 | 5.787.118.608,10 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 100.491.047,34 | 66.959.235,93 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 9.798.715.542,14 | 13.167.699.233,68 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 16.843.298.933,24 | 18.622.183.019,95 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 13.798.827.049,22 | 11.403.641.944,41 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 729.105.118,86 | 134.795.455,17 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 7.829.375.138,14 | 7.305.428.590,56 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 6.757.060.601,32 | 5.813.840.846,47 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 719.658.517,67 | 435.237.656,27 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 9.357.133.213,06 | 12.673.546.718,31 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 1.095.045.210,85 | 942.346.784,92 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 13.789.747.372,40 | 11.143.236.990,01 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 749.798,71 | 308.829,60 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 11.756.269.893,54 | 9.877.301.974,91 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 31.715.011,41 | 53.420.348,99 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 1.500.861.119,64 | 951.334.749,94 | BAIXA DE DIREITOS | 5.982.206.599,50 | 5.874.114.970,78 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 727.504.202,85 | 651.825.885,85 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 304.421.912,68 | 127.332.724,97 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 6.502.661,52 | 690.657,49 | DESVALORIZACAO DE BENS | 1.940.705,80 | 164.743,62 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 32.347.206,33 | 27.328.075,68 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 8.061.004,39 | 86.597,88 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 9.481.989.729,23 | 8.246.122.605,95 | AJUSTES DE CREDITOS | 19.962.391,64 | 13.009.897,90 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 6.049.220,91 | 0,00 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 274.457.810,85 | 114.071.485,57 |
| DIFERIDO | 1.015.753,06 | 0,00 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 5.130.363.940,91 | 3.617.978.471,94 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 223.978.055,56 | 23.416.388,68 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 165.854.222,53 | 165.540.586,22 |
| REAVALIACOES DE BENS | 198.042.637,48 | 2.449.232,87 | AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 243.760.248,07 | 0,00 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 3,00 | 0,00 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 125.051.586,89 | 187.361.570,72 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 18.374.605,77 | 13.982.132,14 | AJUSTES FINANCEIROS | 122.172.261,29 | 51.255.741,17 |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 7.560.809,31 | 6.985.023,67 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 2.879.325,60 | 136.105.829,55 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 1.714.490.185,01 | 1.064.773.666,94 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 7.180.692,80 | 15.645.374,93 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 87.828.545,49 | 162.099.584,55 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 1.846.649,58 | 2.459.055,18 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 85.981.895,91 | 159.640.529,37 | | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 459.814.379,17 | 32.021.829,15 | | | |
| DEFICIT | 459.814.379,17 | 32.021.829,15 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 52.076.008.572,49 | 50.391.631.152,62 | VARIACOES PASSIVAS | 52.076.008.572,49 | 50.391.631.152,62 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 4.452.002.307,76 | 3.816.885.280,31 | ORCAMENTARIAS | 4.413.512.702,79 | 3.628.278.451,47 |
| RECEITAS CORRENTES | 690.364.963,25 | 591.631.159,94 | DESPESAS CORRENTES | 2.075.079.187,25 | 1.971.667.322,24 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 17.355.926,11 | 19.335.293,01 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.060.186.177,30 | 1.026.521.416,43 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 1.407,70 | 2.615,80 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 7.037.141,52 | 10.946.984,46 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 436.186.271,98 | 392.936.844,07 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 918.165.431,80 | 861.048.473,44 |
| RECEITA DE SERVICOS | 188.731.812,37 | 160.134.137,13 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 89.690.436,63 | 73.150.447,91 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 153.071,33 | 109.262,15 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 76.322.373,33 | 57.987.797,34 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 47.840.104,53 | 19.099.284,11 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 13.368.063,30 | 15.162.650,57 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 96.369,23 | 13.723,67 | DESPESAS DE CAPITAL | 817.073.727,37 | 651.878.019,35 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 96.369,23 | 13.723,67 | INVESTIMENTOS | 790.188.653,88 | 626.637.877,54 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 167.773,32 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 |
| ALIENACAO DE BENS | 53.896,53 | 167.773,32 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 17.038,14 | 1.248.870,00 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -4.420.291,93 | -3.813.133,08 | INVESTIMENTOS | 17.038,14 | 1.248.870,00 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 2.220.318.262,44 | 1.792.878.561,62 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 355.986.722,63 | 197.060.943,17 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 2.220.318.262,44 | 1.792.878.561,62 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 355.986.722,63 | 197.060.943,17 |
| REPASSE RECEBIDO | 1.912.162.139,64 | 1.618.836.702,67 | REPASSE CONCEDIDO | 28.238.331,38 | 19.200.679,95 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.090.104,61 | 2.313.955,04 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 21.229,30 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 44.682.373,06 | 6.170.104,61 |
| MUTACOES ATIVAS | 1.545.685.477,47 | 1.436.020.918,51 | MUTACOES PASSIVAS | 1.165.373.065,54 | 807.672.166,71 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 1.016.942.104,48 | 566.926.384,50 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 397.841.449,85 | 386.794.817,60 |
| AQUISICOES DE BENS | 689.943.239,89 | 400.496.425,59 | ALIENACAO DE BENS | 169.162.768,39 | 475.304,83 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 204.066.891,55 | 80.091.838,88 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 806.288,50 | 1.814.268,11 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 116.196.587,59 | 80.989.993,22 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 42.749.687,35 | 61.965.064,76 |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 6.735.385,45 | 5.348.126,81 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 122.333.884,56 | 158.607.496,93 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 528.743.372,99 | 869.094.534,01 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 62.788.821,05 | 163.932.682,97 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 4.899.006.554,58 | 4.631.638.180,85 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 767.531.615,69 | 420.877.349,11 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 197.781.176,91 | 193.204.769,72 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 5.728.372.855,28 | 5.372.661.341,97 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 126.832.744,71 | 146.581.433,19 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 0,00 | 1.895,37 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 70.948.432,20 | 46.623.336,53 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 0,00 | 1.895,37 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 57.944.582,72 | 363.580.282,38 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 92.945.006,68 | 370.293.700,57 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 3.438,81 | 10.330,68 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 8.372.082,50 | 5.078.823,64 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 37.835.064,02 | 6.218.242,34 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 49.569.061,41 | 358.491.128,06 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 55.106.503,85 | 364.065.127,55 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 4.643.280.794,95 | 4.074.853.128,75 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 5.635.427.848,60 | 5.002.365.746,03 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 2.931.103.525,51 | 2.459.378.845,46 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 2.237.572.064,26 | 1.865.809.148,64 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 96.125.995,81 | 55.031.029,62 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 2.260.608,85 | 1.502.187,03 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 204.844.091,63 | 111.541.077,84 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 360.412.151,84 | 235.441.329,54 |
| INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS | 1.600.015,19 | 28.492,60 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 3.234,40 | 560,00 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 16.500.456,95 | 17.908.450,00 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 16.506.197,16 | 18.100.229,01 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 2.561.574.663,82 | 2.236.907.022,65 | OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 126,29 | 430,00 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 50.458.262,71 | 33.077.216,03 | BAIXA DE DIREITOS | 1.858.389.745,72 | 1.610.764.413,06 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| DIFERIDO | 39,40 | 4.885.556,72 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 141.834.866,58 | 133.145.440,95 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 29.653.964,46 | 46.990.998,05 | DESVALORIZACAO DE BENS | 24.417.733,39 | 0,00 |
| REAVALIACOES DE BENS | 6.117.196,35 | 1.204.364,10 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 12.167,83 | 23.369,32 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 260.243,74 | 93.320,43 | AJUSTES DE CREDITOS | 11.045.126,69 | 35.633.144,82 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 18.963.603,59 | 12.397.012,99 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 106.359.838,67 | 97.488.926,81 |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 4.312.920,78 | 33.296.300,53 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 2.904.754.706,30 | 2.389.126.471,09 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 1.384.479.381,49 | 1.478.716.349,54 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 320.336.483,72 | 200.618.568,88 |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 31.061.412,23 | 58.922.929,32 | AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 1.426.516,12 | 7.254.431,90 |
| AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO | 2.921.107,97 | 833.263,57 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 29.503.211,62 | 406.411.684,57 |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 264.061.403,29 | 30.010.742,81 | AJUSTES FINANCEIROS | 13.280.264,92 | 71.088.516,25 |
| AJUSTES FINANCEIROS | 1.860.199,40 | 3.298.806,09 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 16.222.946,70 | 335.323.168,32 |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 262.201.203,89 | 26.711.936,72 | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 790.876.695,73 | 552.416.332,28 | | | |
| DEFICIT | 790.876.695,73 | 552.416.332,28 | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 10.141.885.558,07 | 9.000.939.793,44 | VARIACOES PASSIVAS | 10.141.885.558,07 | 9.000.939.793,44 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 189.844.692.111,41 | 213.712.238.551,77 | ORCAMENTARIAS | 158.941.851.341,82 | 168.222.481.606,35 |
| RECEITAS CORRENTES | 24.264.913.744,14 | 23.175.803.940,39 | DESPESAS CORRENTES | 43.393.942.260,30 | 40.377.995.750,57 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 414.931.704,73 | 327.237.750,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.226.279.630,06 | 7.167.340.522,78 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 4.039.679.393,05 | 3.346.903.747,88 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 36.132.425.877,94 | 33.170.648.853,07 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9.287.671.662,53 | 9.139.880.110,69 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 35.236.752,30 | 40.006.374,72 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 44.242.577,80 | 47.834.311,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.929.866,05 | 6.772.231,22 |
| RECEITA DE SERVICOS | 7.993.447.134,30 | 8.134.435.895,35 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 30.306.886,25 | 33.234.143,50 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 74.316.324,53 | 19.942.943,61 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.767.364.893,85 | 25.576.699.020,12 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.289.130.862,78 | 2.009.105.150,84 | INVESTIMENTOS | 1.385.018.866,64 | 2.059.895.442,98 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 121.494.084,42 | 150.464.030,28 | INVERSOES FINANCEIRAS | 26.382.287.498,53 | 23.516.721.935,14 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 47.540,00 | 45.270,00 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 213.386,93 | 168.142,75 | INVESTIMENTOS | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 114.002.069,38 | 134.698.206,12 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 83.373.588.890,76 | 92.164.505.236,67 |
| RECEITA DE SERVICOS | 3.797.174,55 | 10.620.407,06 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 83.369.613.963,00 | 92.161.560.053,05 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3.433.913,56 | 4.932.004,35 | COTA CONCEDIDA | 0,00 | 325.397.459,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.993.917.326,51 | 5.652.056.984,43 | REPASSE CONCEDIDO | 24.319.940.531,85 | 20.408.898.120,22 |
| OPERACOES DE CREDITO | 67.576.903,12 | 107.967.567,67 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| ALIENACAO DE BENS | 197.182.736,03 | 9.083.155,29 | RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 2.724.139.070,58 | 5.520.412.157,14 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 1.130.929.519,84 | 20.942.186.566,70 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 4.643.404,08 | 10.286.381,49 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 6.978.888.279,41 | 6.040.132.435,27 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 375.212,70 | 4.307.722,84 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -358.336.691,47 | -213.725.386,63 | MUTACOES PASSIVAS | 4.406.955.296,91 | 10.103.281.598,99 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 131.992.488.995,50 | 154.438.489.109,04 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 4.270.222.935,54 | 9.932.543.919,96 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 131.988.514.067,74 | 154.435.543.925,42 | ALIENACAO DE BENS | 1.577.446,92 | 0,00 |
| COTA RECEBIDA | 0,00 | 325.397.459,62 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 2.847.703.694,64 | 8.554.722.805,12 |
| REPASSE RECEBIDO | 73.573.347.909,11 | 63.312.431.254,11 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 1.274.515.971,83 | 1.197.191.164,81 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 142.414.169,88 | 174.489.333,52 |
| RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 4.011.652,27 | 6.140.616,51 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 5.933.721.871,12 | 45.181.208.665,73 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 136.732.361,37 | 170.737.679,03 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 1.541.588.655,61 | 1.171.561.074,72 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 82.887.894.903,05 | 66.955.139.474,71 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 2.319.670.103,01 | 2.066.005.844,82 |
| MUTACOES ATIVAS | 30.951.708.736,73 | 30.659.613.904,54 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 2.129.720.256,58 | 1.847.751.122,82 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 24.395.872.729,82 | 23.506.593.779,69 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 189.949.846,43 | 218.254.722,00 |
| AQUISICOES DE BENS | 621.114.934,17 | 527.056.687,30 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 16.827.179.773,58 | 14.492.564.224,43 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 23.308.613.919,98 | 22.488.751.552,82 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 481.106.912,87 | 623.390.632,45 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 466.143.875,67 | 490.785.539,57 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 934.721.052,58 | 1.162.451.560,36 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 6.555.836.006,91 | 7.153.020.124,85 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 15.245.887.934,82 | 12.564.730.038,59 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 83.004.133.795,15 | 66.366.287.081,93 | OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS | 165.463.873,31 | 141.991.993,03 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 208.630.643,06 | 233.251.334,02 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 63.741.045.026,46 | 50.396.569.405,46 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 206.100.088,46 | 228.203.695,23 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 43.145.116.557,92 | 33.689.227.013,35 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 2.530.554,60 | 5.047.638,79 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 111.383.054,33 | 54.749.701,10 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 12.007.878.424,78 | 9.140.045.902,50 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 186.893.109,80 | 184.936.372,80 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | PAGINA |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 125.657.281,20 | 213.021.640,56 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 6.493,00 | 0,00 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 1.675.882.369,12 | 1.165.281.229,09 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 2.466.802.390,29 | 50.721.586,72 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 10.040.874.901,15 | 7.619.751.039,82 | BAIXA DE DIREITOS | 40.380.031.510,50 | 33.398.819.352,73 |
| OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS | 165.463.873,31 | 141.991.993,03 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 5.311.289.396,89 | 6.215.477.523,89 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 70.787.624.727,31 | 56.992.989.845,41 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 2.149.472.008,01 | 1.293.489.500,06 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 55.958.460.758,14 | 42.132.973.259,94 | AJUSTES DE CREDITOS | 3.160.714.899,84 | 4.921.988.023,83 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 67.469.896,77 | 43.940.961,88 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 1.102.489,04 | 0,00 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 167.519.571,36 | 250.742.048,84 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 15.250.292.608,77 | 10.480.063.820,73 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 634.111.225,78 | 560.366.242,46 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 9.374.620,12 | 2.980.637,68 |
| INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES | 11.229.130.058,98 | 8.448.726.841,76 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 24.971.842,76 | 8.820.409,81 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 43.858.555.531,31 | 32.827.885.825,96 | AJUSTES FINANCEIROS | 15.071.612,45 | 1.136.064,19 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 1.674.473,94 | 1.311.339,04 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 9.900.230,31 | 7.684.345,62 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 10.112.887.666,70 | 11.375.252.475,64 | RESULTADO PATRIMONIAL | 31.019.079.661,69 | 44.900.904.552,64 |
| REAVALIACOES DE BENS | 0,00 | 11.283.808,55 | SUPERAVIT | 31.019.079.661,69 | 44.900.904.552,64 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 5.201.841.464,96 | 6.700.321.097,07 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 4.903.860.217,81 | 4.656.967.428,30 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 7.185.983,93 | 6.680.141,72 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 4.682.398.430,15 | 3.050.605.179,62 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 10,50 | 0,00 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 33.877.861,82 | 434.158.930,21 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 33.877.761,82 | 484.419,15 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 100,00 | 433.674.511,06 | | | |
| DEFICIT | | | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 272.848.825.906,56 | 280.078.525.633,70 | VARIACOES PASSIVAS | 272.848.825.906,56 | 280.078.525.633,70 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 183.430.561.049,56 | 208.192.369.342,96 | ORCAMENTARIAS | 153.534.474.952,12 | 163.992.601.172,62 |
| RECEITAS CORRENTES | 23.274.328.849,47 | 21.738.502.397,26 | DESPESAS CORRENTES | 43.393.942.260,30 | 40.377.208.057,97 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 414.931.704,73 | 327.237.750,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.226.279.630,06 | 7.167.340.522,78 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 3.275.082.527,27 | 2.644.624.477,30 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 36.132.425.877,94 | 33.169.861.160,47 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9.105.885.158,28 | 8.444.107.648,34 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 35.236.752,30 | 40.006.374,72 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 44.242.577,80 | 47.834.311,37 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.929.866,05 | 6.772.231,22 |
| RECEITA DE SERVICOS | 7.992.753.997,30 | 8.129.625.297,60 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 30.306.886,25 | 33.234.143,50 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 74.316.294,53 | 19.942.943,61 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.232.127.808,39 | 24.206.231.060,10 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.245.636.710,05 | 1.974.696.987,17 | INVESTIMENTOS | 1.385.018.866,64 | 2.059.895.442,98 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 121.479.879,51 | 150.432.981,50 | INVERSOES FINANCEIRAS | 23.847.050.413,07 | 22.146.253.975,12 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 47.540,00 | 45.270,00 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 205.591,43 | 137.178,72 | INVESTIMENTOS | 58.528,68 | 81.642,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 114.002.069,38 | 134.698.206,12 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 80.508.980.949,37 | 89.336.136.829,39 |
| RECEITA DE SERVICOS | 3.797.174,55 | 10.620.407,06 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 80.505.006.021,61 | 89.333.191.645,77 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3.427.504,15 | 4.931.919,60 | COTA CONCEDIDA | 0,00 | 325.397.459,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.933.834.087,32 | 5.585.383.680,77 | REPASSE CONCEDIDO | 24.319.940.531,85 | 20.408.898.120,22 |
| OPERACOES DE CREDITO | 67.576.903,12 | 107.967.567,67 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 |
| ALIENACAO DE BENS | 197.182.736,03 | 9.083.155,29 | RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 2.664.055.831,39 | 5.453.738.853,48 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 1.130.929.519,84 | 20.942.186.566,70 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 4.643.404,08 | 10.286.381,49 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 4.114.280.338,02 | 3.211.764.027,99 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 375.212,70 | 4.307.722,84 | CORRESPONDENCIA DE CREDITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -358.194.126,72 | -183.414.189,03 | MUTACOES PASSIVAS | 4.399.423.934,06 | 10.073.025.225,16 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 129.164.120.588,22 | 151.763.539.202,04 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 4.262.691.572,69 | 9.902.287.546,13 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 129.160.145.660,46 | 151.760.594.018,42 | ALIENACAO DE BENS | 1.577.446,92 | 0,00 |
| COTA RECEBIDA | 0,00 | 325.397.459,62 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 2.840.172.331,79 | 8.524.466.431,29 |
| REPASSE RECEBIDO | 73.573.347.909,11 | 63.312.431.254,11 | CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA | 1.274.515.971,83 | 1.197.191.164,81 |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 50.879.182.625,10 | 44.430.144.748,88 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 142.414.169,88 | 174.489.333,52 |
| RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS | 60.673.006,80 | 14.800.722,36 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI | 4.011.652,27 | 6.140.616,51 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 3.105.353.463,84 | 42.506.258.758,73 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 136.732.361,37 | 170.737.679,03 |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 1.541.588.655,61 | 1.171.561.074,72 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 74.885.545.811,17 | 62.069.805.090,38 |
| CORRESPONDENCIA DE DEBITOS | 3.974.927,76 | 2.945.183,62 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 2.319.670.103,01 | 2.066.005.844,82 |
| MUTACOES ATIVAS | 28.416.471.651,27 | 29.288.358.251,92 | DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS | 2.129.720.256,58 | 1.847.751.122,82 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 24.395.872.729,82 | 23.506.593.779,69 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 189.949.846,43 | 218.254.722,00 |
| AQUISICOES DE BENS | 621.114.934,17 | 527.056.687,30 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 12.520.419.442,32 | 11.278.477.871,89 |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 23.308.613.919,98 | 22.488.751.552,82 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 481.106.912,87 | 623.390.632,45 |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 466.143.875,67 | 490.785.539,57 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 836.080.603,48 | 1.086.833.988,63 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 4.020.598.921,45 | 5.781.764.472,23 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 11.037.768.052,66 | 9.426.261.257,78 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 72.381.337.297,40 | 62.745.664.756,34 | OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS | 165.463.873,31 | 141.991.993,03 |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 208.630.643,06 | 233.251.334,02 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 60.045.456.265,84 | 48.725.321.373,67 |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 206.100.088,46 | 228.203.695,23 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 40.891.874.225,32 | 32.018.796.245,21 |
| RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS | 2.530.554,60 | 5.047.638,79 | BAIXA DE BENS IMOVEIS | 111.383.054,33 | 54.749.701,10 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 8.580.978.022,67 | 7.189.854.345,05 | BAIXA DE BENS MOVEIS | 186.893.109,80 | 184.936.372,80 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(DIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 125.657.281,20 | 213.021.640,56 | BAIXA DE BENS INTANGIVEIS | 6.493,00 | 0,00 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 1.471.445.912,38 | 917.889.014,48 | BAIXA DE TITULOS E VALORES | 2.466.802.390,29 | 50.721.586,72 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 6.818.410.955,78 | 5.916.951.696,98 | BAIXA DE DIREITOS | 38.126.789.177,90 | 31.728.388.584,59 |
| OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS | 165.463.873,31 | 141.991.993,03 | AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 5.311.289.396,89 | 6.215.477.523,89 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 63.591.728.631,67 | 55.322.559.077,27 | DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES | 2.149.472.008,01 | 1.293.489.500,06 |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 49.072.965.940,16 | 40.462.542.491,80 | AJUSTES DE CREDITOS | 3.160.714.899,84 | 4.921.988.023,83 |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 67.469.896,77 | 43.940.961,88 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 1.102.489,04 | 0,00 |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS | 167.519.571,36 | 250.742.048,84 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 13.807.946.180,75 | 10.479.246.557,08 |
| INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES | 634.111.225,78 | 560.366.242,46 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 9.374.620,12 | 2.980.637,68 |
| INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES | 11.229.130.058,98 | 8.448.726.841,76 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 24.971.842,76 | 8.820.409,81 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 36.973.060.713,33 | 31.157.455.057,82 | AJUSTES FINANCEIROS | 15.071.612,45 | 1.136.064,19 |
| INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA | 1.674.473,94 | 1.311.339,04 | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 9.900.230,31 | 7.684.345,62 |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 9.803.274.084,89 | 11.375.252.475,64 | RESULTADO PATRIMONIAL | 27.391.877.583,67 | 44.875.627.836,30 |
| REAVALIACOES DE BENS | 0,00 | 11.283.808,55 | SUPERAVIT | 27.391.877.583,67 | 44.875.627.836,30 |
| REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES | 5.201.841.464,96 | 6.700.321.097,07 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 4.594.246.636,00 | 4.656.967.428,30 | | | |
| OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT | 7.185.983,93 | 6.680.141,72 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 4.681.610.734,30 | 3.050.605.179,62 | | | |
| AJUSTES DE OBRIGACOES | 10,50 | 0,00 | | | |
| AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 33.877.861,82 | 434.158.930,21 | | | |
| AJUSTES FINANCEIROS | 33.877.761,82 | 484.419,15 | | | |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 100,00 | 433.674.511,06 | | | |
| DEFICIT | | | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 255.811.898.346,96 | 270.938.034.099,30 | VARIACOES PASSIVAS | 255.811.898.346,96 | 270.938.034.099,30 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS |
| SUBTITULO | UNIAO - FUNDOS(INDIRETA) |
| ORGAO SUPERIOR | |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 2010 | DEZEMBRO |
| **EMISSAO** | **PAGINA** |
| 16/02/2011 | |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 |
| ORCAMENTARIAS | 6.414.131.061,85 | 5.519.869.208,81 | ORCAMENTARIAS | 5.407.376.389,70 | 4.229.880.433,73 |
| RECEITAS CORRENTES | 990.584.894,67 | 1.437.301.543,13 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 787.692,60 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 764.596.865,78 | 702.279.270,58 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 787.692,60 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 181.786.504,25 | 695.772.462,35 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.535.237.085,46 | 1.370.467.960,02 |
| RECEITA DE SERVICOS | 693.137,00 | 4.810.597,75 | INVERSOES FINANCEIRAS | 2.535.237.085,46 | 1.370.467.960,02 |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 30,00 | 0,00 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 43.494.152,73 | 34.408.163,67 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 14.204,91 | 31.048,78 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 2.864.607.941,39 | 2.828.368.407,28 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 7.795,50 | 30.964,03 | MUTACOES PASSIVAS | 7.531.362,85 | 30.256.373,83 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 6.409,41 | 84,75 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 7.531.362,85 | 30.256.373,83 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 60.083.239,19 | 66.673.303,66 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 7.531.362,85 | 30.256.373,83 |
| AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO | 60.083.239,19 | 66.673.303,66 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 8.002.349.091,88 | 4.885.334.384,33 |
| DEDUCOES DA RECEITA | -142.564,75 | -30.311.197,60 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 4.306.760.331,26 | 3.214.086.352,54 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 2.828.368.407,28 | 2.674.949.907,00 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 98.640.449,10 | 75.617.571,73 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 2.828.368.407,28 | 2.674.949.907,00 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO | 4.208.119.882,16 | 3.138.468.780,81 |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 2.828.368.407,28 | 2.674.949.907,00 | DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 3.695.588.760,62 | 1.671.248.031,79 |
| MUTACOES ATIVAS | 2.535.237.085,46 | 1.371.255.652,62 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 2.253.242.332,60 | 1.670.430.768,14 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 2.535.237.085,46 | 1.371.255.652,62 | BAIXA DE DIREITOS | 2.253.242.332,60 | 1.670.430.768,14 |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 10.622.796.497,75 | 3.620.622.325,59 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 1.442.346.428,02 | 817.263,65 |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 3.426.900.402,11 | 1.950.191.557,45 | RESULTADO PATRIMONIAL | 3.627.202.078,02 | 25.276.716,34 |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 204.436.456,74 | 247.392.214,61 | SUPERAVIT | 3.627.202.078,02 | 25.276.716,34 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 3.222.463.945,37 | 1.702.799.342,84 | | | |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 7.195.896.095,64 | 1.670.430.768,14 | | | |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 6.885.494.817,98 | 1.670.430.768,14 | | | |
| INCORPORACAO DE DIREITOS | 6.885.494.817,98 | 1.670.430.768,14 | | | |
| AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS | 309.613.581,81 | 0,00 | | | |
| AJUSTES DE CREDITOS | 309.613.581,81 | 0,00 | | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 787.695,85 | 0,00 | | | |
| DEFICIT | | | | | |
| VARIACOES ATIVAS | 17.036.927.559,60 | 9.140.491.534,40 | VARIACOES PASSIVAS | 17.036.927.559,60 | 9.140.491.534,40 |

## DEMONSTRAÇÕES SINTÉTICAS

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

R$ milhares

**RECEITAS**

| | Nota | 2010 | | | | 2009 | | | | Variação Execução |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Realização | Excesso / Insuficiência Arrecadação | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Realização | Excesso / Insuficiência Arrecadação | |
| **RECEITAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Receitas Tributárias | | 293.541.111,86 | 293.541.111,86 | 281.815.114,60 | 11.725.997,25 | 289.838.529,02 | 289.838.529,02 | 240.599.042,99 | 49.239.486,03 | 17% |
| Receitas de Contribuição | | 492.591.610,30 | 492.591.610,30 | 487.655.416,86 | 4.936.193,43 | 444.157.077,43 | 444.157.077,43 | 411.385.293,40 | 32.771.784,04 | 19% |
| Receitas Patrimoniais | | 54.779.597,35 | 54.779.597,35 | 65.243.891,00 | -10.464.293,65 | 51.638.497,38 | 51.638.497,38 | 58.706.940,22 | -7.068.442,84 | 11% |
| Receitas Agropecuárias | | 24.376,32 | 24.376,32 | 20.324,55 | 4.051,77 | 23.078,32 | 23.078,32 | 20.881,77 | 2.196,56 | -3% |
| Receitas Industriais | | 838.130,76 | 838.130,76 | 737.626,35 | 100.504,41 | 789.050,42 | 789.050,42 | 717.155,54 | 71.894,88 | 3% |
| Receitas de Serviços | | 34.585.692,41 | 34.585.692,41 | 40.499.151,07 | -5.913.458,66 | 33.703.840,88 | 33.703.840,88 | 34.975.115,45 | -1.271.274,58 | 16% |
| Transferências Correntes | | 462.534,67 | 462.534,67 | 269.189,84 | 193.344,83 | 304.760,15 | 304.760,15 | 142.141,87 | 162.618,28 | 89% |
| Outras Receitas Correntes | | 45.028.647,88 | 45.028.647,88 | 26.320.703,96 | 18.707.943,91 | 31.797.487,54 | 31.797.487,54 | 39.985.997,97 | -8.188.510,43 | -34% |
| | | **921.851.701,54** | **921.851.701,54** | **902.561.418,24** | **19.290.283,30** | **852.252.321,14** | **852.252.321,14** | **786.532.569,21** | **65.719.751,93** | **15%** |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Operações de Crédito | | 774.555.488,71 | 774.555.488,71 | 502.288.265,58 | 272.267.223,13 | 644.611.501,16 | 644.611.501,16 | 497.743.874,30 | 146.867.626,86 | 1% |
| Alienação de Bens | 6.3.13 | 4.874.947,87 | 4.874.947,87 | 797.973,58 | 4.076.974,29 | 5.070.315,20 | 5.070.315,20 | 474.309,24 | 4.596.005,96 | 68% |
| Amortização de Empréstimos | | 24.298.819,69 | 24.298.819,69 | 24.799.044,42 | -500.224,74 | 22.261.895,49 | 22.261.895,49 | 25.669.779,79 | -3.407.884,30 | -3% |
| Transferências de Capital | | 314.923,62 | 314.923,62 | 101.411,54 | 213.512,08 | 149.780,86 | 149.780,86 | 85.443,41 | 64.337,45 | 19% |
| Outras Receitas de Capital | | 40.125.912,93 | 40.125.912,93 | 52.180.458,19 | -12.054.545,27 | 57.101.947,65 | 57.101.947,65 | 216.125.046,69 | -159.023.099,05 | -76% |
| | | **844.170.092,82** | **844.170.092,82** | **580.167.153,31** | **264.002.939,51** | **729.195.440,36** | **729.195.440,36** | **740.098.453,43** | **-10.903.013,08** | **-22%** |
| **Subtotal I** | | **1.766.021.794,35** | **1.766.021.794,35** | **1.482.728.571,54** | **283.293.222,81** | **1.581.447.761,49** | **1.581.447.761,49** | **1.526.631.022,64** | **54.816.738,85** | **-3%** |
| Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores | | - | 68.615.776,62 | - | 68.615.776,62 | - | 25.532.310,89 | - | 25.532.310,89 | |
| Excesso de Arrecadação | | - | 13.707.322,38 | - | 13.707.322,38 | - | 96.906.035,60 | - | 96.906.035,60 | |
| **Subtotal II** | | **1.766.021.794,35** | **1.848.344.893,35** | **1.482.728.571,54** | **365.616.321,81** | **1.581.447.761,49** | **1.703.886.107,98** | **1.526.631.022,64** | **177.255.085,34** | **-3%** |
| **DÉFICIT** | | - | - | 22.222.594,10 | -22.222.594,10 | - | - | - | - | |
| **TOTAL** | 6.3.11 | **1.766.021.794,35** | **1.848.344.893,35** | **1.504.951.165,64** | **343.393.727,71** | **1.581.447.761,49** | **1.703.886.107,98** | **1.526.631.022,64** | **177.255.085,34** | **-1%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RS milhares

### DESPESAS

| | Nota | 2010 Dotação Inicial | 2010 Dotação Atualizada | 2010 Execução | 2010 Economia / Excesso Execução Despesa | 2009 Dotação Inicial | 2009 Dotação Atualizada | 2009 Execução | 2009 Economia / Excesso Execução Despesa | Variação Execução |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES** | 6.3.14 | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 184.150.219,91 | 184.806.532,90 | 178.762.060,17 | 6.044.472,73 | 168.797.876,71 | 169.148.604,71 | 165.850.513,01 | 3.298.091,70 | 8% |
| Juros e Encargos da Dívida | | 110.398.829,91 | 138.412.322,20 | 122.422.067,62 | 15.990.254,58 | 124.710.971,43 | 164.928.400,78 | 124.602.564,92 | 40.325.835,86 | -2% |
| Outras Despesas Correntes | | 593.933.853,98 | 608.468.709,18 | 549.863.750,74 | 58.604.958,45 | 540.755.731,92 | 551.328.274,48 | 484.331.041,26 | 66.997.233,22 | 14% |
| | | **888.482.903,80** | **931.687.564,28** | **851.047.878,52** | **80.639.685,76** | **834.264.580,06** | **885.405.279,98** | **774.784.119,19** | **110.621.160,78** | **10%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | 58.105.113,68 | 62.247.005,85 | 43.330.585,87 | 18.916.419,98 | 47.616.761,25 | 46.638.633,27 | 35.203.070,43 | 11.435.562,83 | 23% |
| Inversões Financeiras | | 41.091.356,98 | 42.003.994,83 | 28.796.361,13 | 13.207.633,70 | 41.959.587,58 | 43.166.801,92 | 29.997.204,04 | 13.169.597,88 | -4% |
| Amortização da Dívida | | 757.158.375,28 | 777.177.879,00 | 514.040.748,07 | 263.137.130,92 | 631.677.751,80 | 682.342.031,13 | 517.895.113,78 | 164.446.917,35 | -1% |
| Reserva de Contingência | | 21.184.044,62 | 13.587.585,35 | 0 | 13.587.585,35 | 25.929.080,80 | 20.461.157,09 | 0 | 20.461.157,09 | |
| | | **877.538.890,56** | **895.016.465,03** | **586.167.695,07** | **308.848.769,96** | **747.183.181,44** | **792.608.623,41** | **583.095.388,26** | **209.513.235,15** | **1%** |
| **CRÉDITOS ESPECIAIS** | | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | - | 1,17 | - | 1,17 | - | 15.000,00 | 2.705,34 | 12.294,66 | -100% |
| Outras Despesas Correntes | | - | 560.279,99 | 157.787,47 | 402.492,52 | - | 7.790.856,95 | 7.442.283,35 | 348.573,60 | -98% |
| | | **0,00** | **560.281,16** | **157.787,47** | **402.493,69** | **0,00** | **7.805.856,95** | **7.444.988,69** | **360.868,26** | **-98%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | - | 2.441.426,96 | 1.653.499,76 | 787.927,20 | - | 5.144.685,87 | 2.090.533,00 | 3.054.152,87 | -21% |
| Inversões Financeiras | | - | 5.618.960,23 | 2.508.894,78 | 3.110.065,45 | - | 6.017.518,14 | 912.095,32 | 5.105.422,82 | 175% |
| | | **0,00** | **8.060.387,19** | **4.162.394,54** | **3.897.992,65** | **0,00** | **11.162.204,01** | **3.002.628,32** | **8.159.575,69** | **39%** |
| **CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS** | | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | - | 7.459.826,06 | 5.883.476,06 | 1.576.350,00 | - | 2.906.565,88 | 2.158.755,34 | 747.810,54 | 173% |
| | | **0,00** | **7.459.826,06** | **5.883.476,06** | **1.576.350,00** | **0,00** | **2.906.565,88** | **2.158.755,34** | **747.810,54** | **173%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | - | 4.550.358,79 | 3.556.136,65 | 994.222,14 | - | 5.284.943,97 | 4.492.119,02 | 792.824,96 | -21% |
| Inversões Financeiras | | - | 865.000,00 | 614.940,28 | 250.059,72 | - | 350,00 | 350,00 | 0,00 | 175597% |
| | | **0,00** | **5.415.358,79** | **4.171.076,93** | **1.244.281,86** | **0,00** | **5.285.293,97** | **4.492.469,02** | **792.824,96** | **-7%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
(continuação)

RS milhares

| | Nota | 2010 Dotação Inicial | 2010 Dotação Atualizada | 2010 Execução | 2010 Economia / Excesso Execução Despesa | 2009 Dotação Inicial | 2009 Dotação Atualizada | 2009 Execução | 2009 Economia / Excesso Execução Despesa | Variação Execução |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS*** | 6.3.15 | | | | | | | | | |
| **CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES** | | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | - | - | 4.516.090,72 | -4.516.090,72 | - | - | 1.212.800,00 | -1.212.800,00 | 272% |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | 21,19 | -21,19 | - | - | 6.645,01 | -6.645,01 | -100% |
| Outras Despesas Correntes | | - | - | 38.796.500,55 | -38.796.500,55 | - | - | 32.302.664,59 | -32.302.664,59 | 20% |
| | | **0,00** | **0,00** | **43.312.612,46** | **-43.312.612,46** | **0,00** | **0,00** | **33.522.109,59** | **-33.522.109,59** | **29%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | - | - | 4.328.116,02 | -4.328.116,02 | - | - | 3.546.104,89 | -3.546.104,89 | 22% |
| Inversões Financeiras | | - | - | 4.328.386,90 | -4.328.386,90 | - | - | 3.244.120,45 | -3.244.120,45 | 33% |
| Amortização da Dívida | | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 16.885,76 | -16.885,76 | -100% |
| | | **0,00** | **0,00** | **8.656.502,92** | **-8.656.502,92** | **0,00** | **0,00** | **6.807.111,10** | **-6.807.111,10** | **27%** |
| **CRÉDITOS ESPECIAIS** | | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | - | - | 1,17 | -1,17 | - | - | 240,91 | -240,91 | -100% |
| Outras Despesas Correntes | | - | - | 46.091,36 | -46.091,36 | - | - | 38.015,25 | -38.015,25 | 21% |
| | | **0,00** | **0,00** | **46.092,52** | **-46.092,52** | **0,00** | **0,00** | **38.256,16** | **-38.256,16** | **20%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | - | - | 3.378,03 | -3.378,03 | - | - | 409.650,66 | -409.650,66 | -99% |
| | | **0,00** | **0,00** | **3.378,03** | **-3.378,03** | **0,00** | **0,00** | **409.650,66** | **-409.650,66** | **-99%** |
| **CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS** | | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | - | - | 849.530,47 | -849.530,47 | - | - | 508.654,35 | -508.654,35 | 67% |
| | | **0,00** | **0,00** | **849.530,47** | **-849.530,47** | **0,00** | **0,00** | **508.654,35** | **-508.654,35** | **67%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | - | - | 492.740,64 | -492.740,64 | - | - | 107.282,69 | -107.282,69 | 359% |
| | | **0,00** | **0,00** | **492.740,64** | **-492.740,64** | **0,00** | **0,00** | **107.282,69** | **-107.282,69** | **359%** |
| **Subtotal** | | **1.766.021.794,35** | **1.848.199.882,51** | **1.504.951.165,64** | **343.248.716,87** | **1.581.447.761,49** | **1.705.173.824,20** | **1.416.371.413,38** | **288.802.410,81** | **6%** |
| **SUPERÁVIT** | | - | - | - | - | - | - | 110.259.609,26 | -110.259.609,26 | |
| **TOTAL** | | **1.766.021.794,35** | **1.848.199.882,51** | **1.504.951.165,64** | **343.248.716,87** | **1.581.447.761,49** | **1.705.173.824,20** | **1.526.631.022,64** | **178.542.801,56** | **-1%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## BALANÇO FINANCEIRO

RS milhares

### INGRESSOS

| | Nota | 2010 | 2009 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIOS** | | | | |
| **RECEITAS CORRENTES** | | | | |
| Receitas Tributárias | | 296.708.391,12 | 252.938.732,13 | 17% |
| Receitas de Contribuição | | 474.665.578,17 | 399.288.449,79 | 19% |
| Receitas Patrimoniais | | 65.269.330,66 | 60.055.608,34 | 9% |
| Receitas Agropecuárias | | 21.211,88 | 22.058,19 | -4% |
| Receitas Industriais | | 603.787,86 | 574.505,96 | 5% |
| Receitas de Serviços | | 40.658.044,04 | 35.041.727,31 | 16% |
| Transferências Correntes | | 276.901,43 | 167.505,80 | 65% |
| Outras Receitas Correntes | | 34.005.244,86 | 43.701.823,63 | -22% |
| Receitas Correntes Intraorçamentárias | | 12.485.249,49 | 11.137.966,73 | 12% |
| | | **924.693.739,51** | **802.928.377,88** | **15%** |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | | | | |
| Operações de Crédito | | 502.024.000,60 | 497.743.886,92 | 1% |
| Alienação de Bens | | 946.550,47 | 478.056,25 | 98% |
| Amortização de Empréstimos | | 25.032.166,02 | 25.984.804,80 | -4% |
| Transferências de Capital | | 107.116,78 | 88.783,13 | 21% |
| Outras Receitas de Capital | | 52.180.453,04 | 216.127.742,13 | -76% |
| Receitas de Capital Intraorçamentárias | | 311.751,06 | - | |
| | | **580.602.037,97** | **740.423.273,21** | **-22%** |
| Deduções de Receita | | **(22.567.205,94)** | **(16.720.628,45)** | **35%** |
| **Total Ingressos Orçamentários** | | **1.482.728.571,54** | **1.526.631.022,64** | **-3%** |
| **EXTRAORÇAMENTÁRIOS** | 6.3.16 | | | |
| Valores em Circulação | | 677.007.525,70 | 426.056.712,36 | 59% |
| Valores a Classificar | | 3.255.049,35 | 3.234.197,05 | 1% |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | | 1.097.855.077,22 | 743.277.108,57 | 48% |
| Depósitos | | 18.056.027,72 | 12.188.121,06 | 48% |
| Obrigações em Circulação | | 937.273.946,58 | 967.582.900,82 | -3% |
| Receita Extraorçamentária | | 790.872,17 | 280.784,15 | 182% |
| Ajustes de Direitos e Obrigações | | 1.421.210.712,77 | 921.563.613,78 | 54% |
| **Total Ingressos Extraorçamentários** | | **4.155.449.211,50** | **3.074.183.437,78** | **35%** |
| **DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | | | | |
| Conta Única do Tesouro Nacional | | 229.007.392,48 | 168.204.113,34 | 36% |
| INSS | | 710.928,15 | 4.992.350,68 | -86% |
| Recursos à Disposição da Dívida Pública | | 164.707.801,06 | 72.167.114,17 | 128% |
| Aplicações Financeiras | | 32.798.281,91 | 30.013.703,23 | 9% |
| Outras Disponibilidades | | 18.677.905,80 | 15.321.031,46 | 22% |
| | | **445.902.309,40** | **290.698.312,88** | **53%** |
| **TOTAL GERAL** | | **6.084.080.092,45** | **4.891.512.773,31** | **24%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**BALANÇO FINANCEIRO**

(continuação) R$ milhares

**DISPÊNDIOS**

| | Nota | 2010 | 2009 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIOS** | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 169.493.790,96 | 154.925.363,63 | 9% |
| Juros e Encargos da Dívida | | 122.422.088,81 | 124.609.209,92 | -2% |
| Outras Despesas Correntes | | 594.782.769,29 | 526.171.843,61 | 13% |
| Despesas Correntes Intraorçamentárias | | 14.598.728,44 | 12.750.466,17 | 14% |
| | | **901.297.377,51** | **818.456.883,33** | **10%** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | |
| Investimentos | | 53.306.349,31 | 45.807.755,09 | 16% |
| Inversões Financeiras | | 34.963.938,26 | 33.087.706,56 | 6% |
| Amortização da Dívida | | 514.040.748,07 | 517.911.999,54 | -1% |
| Outras Despesas de Capital | 6.3.18 | - | 3.332,71 | -100% |
| Despesas de Capital Intraorçamentárias | | 1.342.752,48 | 1.103.736,16 | 22% |
| | | **603.653.788,13** | **597.914.530,05** | **1%** |
| **Total Dispêndios Orçamentários** | | **1.504.951.165,64** | **1.416.371.413,38** | **6%** |
| **EXTRAORÇAMENTÁRIOS** | 6.3.17 | | | |
| Valores em Circulação | | 837.680.449,03 | 677.012.645,13 | 24% |
| Valores a Classificar | | 3.234.197,05 | 3.174.631,75 | 2% |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | | 1.097.855.077,22 | 743.277.108,57 | 48% |
| Depósitos | | 12.191.113,55 | 6.945.641,12 | 76% |
| Obrigações em Circulação | | 745.647.376,41 | 680.769.635,81 | 10% |
| Despesa Extraorçamentária | | 4.615.917,37 | 2.560.582,61 | 80% |
| Ajustes de Direitos e Obrigações | | 1.416.163.642,35 | 915.556.593,51 | 55% |
| **Total Dispêndios Extraorçamentários** | | **4.117.387.772,99** | **3.029.296.838,49** | **36%** |
| **DISPONIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE** | 6.3.34 | | | |
| Conta Única do Tesouro Nacional | | 227.869.023,53 | 229.007.392,48 | 0% |
| INSS | | 5.963.443,22 | 710.928,15 | 739% |
| Recursos à Disposição da Dívida Pública | | 154.541.346,30 | 164.707.801,06 | -6% |
| Aplicações Financeiras | | 37.431.408,49 | 32.741.583,39 | 14% |
| Outras Disponibilidades | | 35.935.932,28 | 18.676.816,35 | 92% |
| | | **461.741.153,82** | **445.844.521,43** | **4%** |
| **TOTAL GERAL** | | **6.084.080.092,45** | **4.891.512.773,31** | **24%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## BALANÇO PATRIMONIAL

R$ milhares

### ATIVO

| | Nota | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO FINANCEIRO** | | | |
| Disponível | 6.3.19 | 461.741.153,82 | 445.844.521,43 |
| Créditos em Circulação | 6.3.20 | 87.609.543,25 | 85.348.943,99 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | | - | - |
| Ativo Financeiro a Longo Prazo | | 61.135,20 | 65.300,47 |
| **TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO** | | **549.411.832,27** | **531.258.765,89** |
| **ATIVO NÃO FINANCEIRO** | | | |
| Realizável a Curto Prazo | 6.3.21 | 380.936.796,61 | 101.639.442,83 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | | 27.408,48 | 19.155,27 |
| Realizável a Longo Prazo | 6.3.21 | 1.912.046.931,43 | 1.757.607.059,75 |
| | | **2.293.011.136,53** | **1.859.265.657,85** |
| Permanente | | | |
| Investimentos | 6.3.22 | 229.984.393,57 | 182.764.735,81 |
| Imobilizado | 6.3.23 | 260.447.589,27 | 237.367.068,66 |
| Intangível | 6.3.24 | 190.105,29 | 106.612,77 |
| Diferido | | 26.310,25 | 30.258,26 |
| | | **490.648.398,38** | **420.268.675,50** |
| **TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO** | | **2.783.659.534,91** | **2.279.534.333,35** |
| **ATIVO REAL** | | **3.333.071.367,18** | **2.810.793.099,24** |
| **ATIVO COMPENSADO** | 6.3.30 | **986.002.221,26** | **3.226.674.089,16** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **4.319.073.588,44** | **6.037.467.188,40** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## BALANÇO PATRIMONIAL

(continuação) R$ milhares

### PASSIVO

| | Nota | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO FINANCEIRO** | | | |
| Depósitos | 6.3.25 | 18.056.027,72 | 12.188.121,06 |
| Obrigações em Circulação | 6.3.26 | 170.246.041,22 | 150.477.403,38 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | | 3.255.126,77 | 3.234.274,48 |
| Passivo Financeiro a Longo Prazo | | 3.134,55 | 6.886,82 |
| **TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO** | | **191.560.330,26** | **165.906.685,73** |
| **PASSIVO NÃO FINANCEIRO** | | | |
| Obrigações em Circulação | 6.3.27 e 33 | 584.681.971,25 | 459.365.334,03 |
| Exigível a Longo Prazo | 6.3.28 | 1.975.081.281,02 | 1.835.177.561,30 |
| Resultado de Exercícios Futuros | | 910.698,06 | 7.573,95 |
| **TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO** | | **2.560.673.950,33** | **2.294.550.469,29** |
| **PASSIVO REAL** | | **2.752.234.280,59** | **2.460.457.155,01** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 6.3.29 | | |
| Patrimônio Social/Capital Social | | 581.761.189,03 | 352.389.838,53 |
| Reservas | | 4.907.072,43 | 2.804.091,96 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 1.748,72 | 1.882,95 |
| Ajustes do Patrimônio/Capital | | - | - |
| Resultados Acumulados | 6.3.4 | (5.832.923,59) | (4.859.869,21) |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **580.837.086,59** | **350.335.944,22** |
| **PASSIVO COMPENSADO** | 6.3.30 | **986.002.221,26** | **3.226.674.089,16** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **4.319.073.588,44** | **6.037.467.188,40** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R$ milhares

| VARIAÇÕES ATIVAS | Nota | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| ***ORÇAMENTÁRIAS*** | | **2.253.623.298,97** | **2.290.405.136,82** |
| **RECEITAS CORRENTES** | | | |
| Receita Tributária | | 296.708.391,12 | 252.938.732,13 |
| Receita de Contribuições | | 474.665.578,17 | 399.288.449,79 |
| Receita patrimonial | | 65.269.330,66 | 60.055.608,34 |
| Receita agropecuária | | 21.211,88 | 22.058,19 |
| Receita industrial | | 603.787,86 | 574.505,96 |
| Receita de serviços | | 40.658.044,04 | 35.041.727,31 |
| Outras Transferências Correntes | 6.3.33 | 276.901,43 | 167.505,80 |
| Receitas Correntes a Classificar | | - | - |
| Outras Receitas Correntes | | 34.005.244,86 | 43.701.823,63 |
| Receita Corrente entre Órgãos do OFSS | | 12.485.249,49 | 11.137.966,73 |
| **TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES** | | **924.693.739,51** | **802.928.377,88** |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | | | |
| Operações de Crédito | | 502.024.000,60 | 497.743.886,92 |
| Alienação de Bens | | 946.550,47 | 478.056,25 |
| Amortiz. de Emprést./Financ. | | 25.032.166,02 | 25.984.804,80 |
| Outras Transferências de Capital | 6.3.33 | 107.116,78 | 88.783,13 |
| Outras Receitas de Capital | | 52.180.453,04 | 216.127.742,13 |
| Receita de Capital entre Órgãos do OFSS | 6.3.31 | 311.751,06 | - |
| **TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL** | | **580.602.037,97** | **740.423.273,21** |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA** | | **(22.567.205,94)** | **(16.720.628,45)** |
| **MUTAÇÕES ATIVAS** | | | |
| Incorporação de Ativos | | 66.434.666,17 | 57.098.628,96 |
| Desincorporação de Passivos | | 704.460.061,26 | 706.675.485,22 |
| **TOTAL DAS MUTAÇÕES** | | **770.894.727,43** | **763.774.114,18** |

| VARIAÇÕES PASSIVAS | Nota | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| ***ORÇAMENTÁRIAS*** | 6.3.33 | **2.082.578.304,14** | **1.993.765.477,55** |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 169.493.790,96 | 154.925.363,63 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 122.422.088,81 | 124.609.209,92 |
| Outras Despesas Correntes | | 594.782.769,29 | 526.171.843,61 |
| Despesa Corrente entre Órgãos do Orç. | | 14.598.728,44 | 12.750.466,17 |
| **TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES** | | **901.297.377,51** | **818.456.883,33** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | |
| Investimentos | | 53.306.349,31 | 45.811.087,79 |
| Inversões Financeiras | | 34.963.938,26 | 33.087.706,56 |
| Amortiz./Refinanciam. da Dívida | | 514.040.748,07 | 517.911.999,54 |
| Desp. entre Órgãos do Orç. | | 1.342.752,48 | 1.103.736,16 |
| **TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL** | | **603.653.788,13** | **597.914.530,05** |
| **MUTAÇÕES PASSIVAS** | | | |
| Desincorporação de Ativos | | 66.676.242,68 | 76.536.242,68 |
| Incorporação de Passivos | | 510.950.895,82 | 500.857.821,50 |
| **TOTAL DAS MUTAÇÕES** | | **577.627.138,50** | **577.394.064,17** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(continuação)

R$ milhares

| VARIAÇÕES ATIVAS | | | VARIAÇÕES PASSIVAS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ***RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO*** | **3.834.382.367,93** | **2.962.964.088,24** | ***RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO*** | | **4.094.999.193,54** | **3.365.427.814,84** |
| **RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | **1.788.193,68** | **1.252.071,98** | **DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | | **4.604.319,52** | **2.661.856,74** |
| **ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS** | | | **DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS** | | | |
| Incorporação de Ativos | 2.732.964.467,90 | 1.876.036.821,00 | Desincorporação de Ativos | | 1.744.365.323,88 | 1.213.410.233,09 |
| Ajustes de Bens, Valores e Créd. | 147.230.204,94 | 126.239.379,59 | Ajustes de Bens, Valores e Créd. | 6.3.32 e 33 | 74.368.837,54 | 69.468.065,89 |
| Desincorporação de Passivos | 703.684.965,91 | 629.628.054,45 | Incorporação de Passivos | | 1.764.161.721,55 | 1.580.258.428,51 |
| Ajustes de Obrigações | 105.155.684,20 | 111.112.251,51 | Ajustes de Obrigações | | 355.156.061,48 | 285.953.266,11 |
| Valorizações Diversas | - | - | Ajustes Montetários do Balanço | | 245.186,76 | 7.254,43 |
| Ajustes Montetários do Balanço | 2.921,11 | 833,26 | Resultado da Equivalência Patr. | | 21.319.636,81 | 17.660.875,66 |
| Resultado da Equivalência Patr. | 17.374.126,70 | 23.941.737,10 | Ajustes de Exercícios Anteriores | | 130.778.106,01 | 196.007.834,42 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 126.181.803,49 | 194.752.939,33 | **TOTAL DOS ACRÉSCIMOS** | | **4.090.394.874,01** | **3.362.765.958,10** |
| **TOTAL DOS ACRÉSCIMOS** | **3.832.594.174,24** | **2.961.712.016,26** | | | | |
| ***RESULTADO PATRIMONIAL*** | | | ***RESULTADO PATRIMONIAL*** | | | |
| Déficit | 89.571.830,78 | 105.824.067,33 | Superávit | | - | - |
| **RESULTADO PATRIMONIAL** | **89.571.830,78** | **105.824.067,33** | **RESULTADO PATRIMONIAL** | | **-** | **-** |
| **TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | **6.177.577.497,67** | **5.359.193.292,40** | **TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | **6.177.577.497,67** | **5.359.193.292,40** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

R$ milhares

| | Nota | Patrimônio | Capital Social | Reservas de Capital | Reserva de Reavaliação | Reservas de Lucro | Outras Reservas | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros / Prejuízos Acumulados | Ações / Cotas em Tesouraria | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo Inicial do exercício de 2009** | | **445.991.584,12** | **11.801.412,41** | **2.139.681,97** | **534.408,95** | **54.965,16** | **16.714,40** | **-** | **(4.023.869,44)** | **(343.210,05)** | **456.171.687,52** |
| Variação Cambial - Saldo Inicial | | (812.467,61) | - | - | - | - | - | - | - | - | (812.467,61) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | (2.834,27) | - | (5.069,72) | (830,08) | (434,87) | - | - | (193.398,75) | (433.674,51) | (636.242,21) |
| Correção Monetária do PL | | - | - | 7.254,43 | - | - | - | - | (833,26) | - | 6.421,17 |
| Reavaliação de Ativos | | - | - | 4.475,33 | 1.878,61 | - | - | - | - | - | 6.353,94 |
| Aumento de Capital | | - | - | 1.512.661,12 | - | - | - | 1.882,95 | - | - | 1.514.544,07 |
| Resultado do Exercício | | (105.331.830,20) | - | (1.288,81) | - | - | - | - | (492.243,79) | - | (105.825.362,79) |
| Constituição / Reversão de Reservas | | 4.049,20 | 1.521.014,86 | (1.467.307,39) | (5.746,69) | 12.519,08 | - | - | (56.613,00) | - | 7.916,07 |
| Dividendos | | - | - | - | - | - | - | - | (99.011,24) | - | (99.011,24) |
| Saldos de Integração | | (4.205,41) | - | - | - | 210,47 | - | - | 10.556,30 | - | 6.561,35 |
| Provisão sobre o Resultado do Exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Operação de Crédito Contratual Externa | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para CSLL | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões Tributárias - IRPJ Diferido | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Saldo Final 2009** | | **339.844.295,83** | **13.322.427,26** | **2.190.406,92** | **529.710,80** | **67.259,84** | **16.714,40** | **1.882,95** | **(4.859.869,21)** | **(776.884,56)** | **350.335.944,22** |
| **Saldo Inicial 2010** | | **356.266.067,96** | **13.322.427,26** | **2.190.406,92** | **529.710,80** | **67.259,84** | **16.714,40** | **1.882,95** | **(4.859.869,21)** | **(776.884,56)** | **350.632.262,02** |
| Variação Cambial - Saldo Inicial | | (103.278,11) | - | - | 11,27 | - | - | - | (0,00) | - | (103.266,85) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | 316.675.572,82 | 9.524,82 | (228.404,21) | (20.098,69) | - | - | - | (560.099.124,58) | - | (243.662.529,84) |
| Correção Monetária do PL | | - | 17.460,44 | 2.349,92 | 87.645,49 | - | - | - | 122.418,14 | - | 229.873,99 |
| Reavaliação de Ativos | | - | - | 3.631,61 | 71.194,28 | - | - | - | 857.577.451,28 | - | 857.652.277,17 |
| Aumento de Capital | | - | - | 3.521.640,69 | - | - | - | - | 18.740.209,93 | - | 22.261.850,62 |
| Resultado do Exercício | | (88.426.902,98) | - | - | - | - | - | (134,23) | (1.250.691,07) | - | (89.677.728,28) |
| Constituição / Reversão de Reservas | | (473.172,05) | 1.374.999,98 | (1.298.509,48) | (6.554,09) | 4.103,71 | - | - | (316.379.032,13) | - | (316.778.164,06) |
| Dividendos | | - | - | - | - | - | - | - | (2.439,25) | - | (2.439,25) |
| Saldos de Integração | | 827,79 | - | - | (97.631,56) | - | - | - | 326.129,34 | - | 229.325,56 |
| Provisão sobre o Resultado do Exercício | | - | - | - | - | - | - | - | (5.825,18) | - | (5.825,18) |
| Erros/Omissões/Mudança de Critéiro Contábil | | - | - | 63.601,54 | - | - | - | - | - | - | 63.601,54 |
| Provisão para CSLL | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões Tributárias - IRPJ Diferido | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Saldo Final do exercício de 2010** | | **567.813.661,09** | **14.724.412,50** | **4.254.717,00** | **564.277,49** | **71.363,55** | **16.714,40** | **1.748,72** | **(5.832.923,59)** | **(776.884,56)** | **580.837.086,59** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

## 6.3 - NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO

### 6.3.1 - Diretrizes Contábeis

O Balanço Geral da União (BGU) integra a Prestação de Contas Anual do Presidente da República e refere-se às ações governamentais executadas pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, representada pelos Poderes da República, em cumprimento ao inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* - IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; do Decreto-Lei nº 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; do Decreto nº 93.872/1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e atualiza e consolida a legislação pertinente; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; da Lei nº 12.017/2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010; da Lei 12.214/2010 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2010; do Decreto 7.094/2010 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010; do Decreto nº 7.144/2010 que alterou os artigos 1º, 2º e 8º e os Anexos I, II, III, IV, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Certos valores de anos anteriores foram reclassificados para estarem em conformidade com os valores do ano corrente. Essas reclassificações são detalhadas em notas explicativas.

Certos procedimentos contábeis foram utilizados com base em estimativas, como a taxa de depreciação dos bens adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, conforme tabela estipulada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2010 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Mutações do Patrimônio Líquido, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por notas explicativas.

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém com mais detalhamento.

A verificação/análise desse balanço é de extrema importância para a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública.

O Balanço Orçamentário da União é desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas (previsão atualizada e realização) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais) com seus valores detalhados por tipo de crédito. Em virtude da riqueza de informações envolvidas, a realização das receitas e a execução das despesas foram analisadas em capítulo próprio desta Prestação de Contas (3.2 – *Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social*).

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as Categorias Econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as Funções. No entanto, devido à estrutura do Siafi, o Balanço Financeiro vem sendo elaborado com a estrutura de Categoria Econômica tanto pra Receita quanto para Despesa Orçamentária.

Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme tabela abaixo.

Para fins de análise, foram excluídos do Balanço Financeiro da União valores que, na consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, são compensáveis, pelo seu ingresso, com outros valores situados nos dispêndios, ou seja, o recebimento de recursos por um órgão pode gerar um desembolso para outro, e desta maneira, de forma consolidada, esses valores se compensam.

As Receitas Orçamentárias, que integram os ingressos, foram objeto de análise no capítulo 3.2, item 3.2.1 – Análise da Execução Orçamentária da Receita, onde foi comentado o desempenho das receitas registradas líquidas, ou seja, deduzidas dos Incentivos, Restituições e Retificações, no âmbito da gestão dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e classificadas por Categoria e Subcategoria Econômica.

As Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento refletem a movimentação de recursos financeiros entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, em cumprimento à execução do Orçamento. Esses valores são compensados pelas Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento e estão presentes nos balanços não consolidados.

As Transferências Recebidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento demonstram a movimentação de recursos financeiros, sem vinculação com o Orçamento do exercício, recebidos pelos Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta, que foram efetuadas para fazer face aos pagamentos ou para devolução de recursos de terceiros. São compensadas pelas Transferências Concedidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento e somente são visualizadas nos balanços não consolidados

As despesas orçamentárias, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos quando da análise da execução do orçamento do exercício na Parte III desta Prestação de Contas.

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2010. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência da Lei nº 4.320/64 e, devido à estrutura disposta no Siafi, convencionou-se que os ativos segregam-se em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados); a soma dos montantes desses bens e direitos forma o conceito de Ativo Real. Por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se em financeiros (obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependam de autorização legislativa para serem honrados); a soma dos montantes dessas obrigações forma, a seu turno, o conceito de Passivo Real. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

**6.3.2 - Mudanças de Critérios Contábeis**

Em 2010, para fiel evidenciação do Patrimônio da União, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a macrofunção 020330 do manual Siafi, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado.

Tais mudanças de critérios tiveram impacto relevante no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, tamanha a desinformação dos valores do ativo imobilizado anteriormente contabilizados.

Além disso, a Secretaria da Receita Federal do Brasil passou a registrar em seu ativo, os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa.

Anteriormente esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição.

Apesar de tal registro ainda não significar a adoção completa do regime de competência, já expressa uma avanço nesse sentido.

**6.3.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores**

Em 2010, a conta de ajustes de exercícios anteriores foi influenciada principalmente por dois fatores. Primeiramente pelo lançamento de créditos vencidos por parte da Receita Federal do Brasil, aumentando seu saldo em R$ 876.322.105.775,00.

O segundo fato de maior expressão foi a contabilização, pela Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional, da Provisão para Perdas de Dívida Ativa, conta 122119000.

Esse procedimento impactou o patrimônio líquido na ordem de R$ 559.530.274.578,71, sendo R$ 382.869.940.421,29 para Dívida Ativa Tributária – Não Previdenciária e Não Tributária e R$ 176.660.334.157,42 para Dívida Ativa Previdenciária.

**6.3.4 - Conversão de Operações em Moeda Estrangeira**

As Demonstrações Contábeis dos órgãos com Unidades no Exterior são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício, observando o seguinte procedimento:

É utilizada a taxa oficial do Banco Central do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Esta dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e a financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

**6.3.5 - Integração de Saldos Contábeis**

Cinco entidades da Administração Indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e que utilizam o SIAFI, em sua modalidade de uso parcial, integraram seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes.

Em 2010 as entidades representantes da Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (Órgão 31280/21201), Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992) que não utilizam o SIAFI na modalidade total, tiveram seus saldos integrados ao SIAFI, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

Vale ressaltar que a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (Órgão 31280/21201), apesar de ter participado do processo de integração durante todo o exercício de 2010, foi incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por meio da Lei 12.366/10, de 30 de dezembro de 2010, que abriu crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, e passou da situação de “Entidade Parcial” para “Entidade Total” em dezembro de 2010, ou seja, passou a compor o Balanço Geral da União (ver nota 6.3.35).

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas no Balanço Geral da União - BGU pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial - MEP ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual SIAFI, código 02.11.22 - Participação da União no Capital de Empresas.

O quadro a seguir demonstra os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais caso os quatro órgãos que ainda utilizam o SIAFI na modalidade parcial fizessem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

R$ milhões

| Demonstrativo | Itens dos demonstrativos | Órgãos que pertencem ao OFSS (BGU) | Órgãos que não pertencem ao OFSS, porém fazem a integração de balancetes | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Órgão 25280 /17280 - Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária) | Órgão 27201 /16201 - Fundo Habitacional do Exército | Órgão 32991 /32991 - Reserva Global de Reversão | Órgão 32992 /32992 - Conta de Desenvolvimento Energético | |
| Balanço Patrimonial | Ativo Financeiro (1) | 549.411,83 | 70.032,94 | 0,55 | 10.503,98 | 901,93 | 630.851,23 |
| | Ativo não Financeiro (2) | 2.783.659,53 | 1.221.572,35 | 2.405,72 | 6.970,56 | 211,33 | 4.014.819,50 |
| | Ativo Real (1) + (2) | 3.333.071,37 | 1.291.605,29 | 2.406,27 | 17.474,54 | 1.113,26 | 4.645.670,72 |
| | Ativo Compensado (3) | 986.002,22 | 417.536,14 | 2.737,31 | - | - | 1.406.275,67 |
| | Ativo (1) + (2) + (3) | 4.319.073,59 | 1.709.141,43 | 5.143,58 | 17.474,54 | 1.113,26 | 6.051.946,39 |
| | Passivo Financeiro (4) | 191.560,33 | 791.302,19 | 52,14 | 15.447,29 | 255,46 | 998.617,42 |
| | Passivo não Financeiro (5) | 2.560.673,95 | 476.639,00 | 472,58 | 2,30 | 207,97 | 3.037.995,80 |
| | Passivo Real (4) + (5) | 2.752.234,28 | 1.267.941,19 | 524,72 | 15.449,59 | 463,44 | 4.036.613,22 |
| | Patrimônio Líquido (6) | 580.837,09 | 23.664,10 | 1.881,55 | 2.024,95 | 649,82 | 609.057,51 |
| | Passivo Compensado (7) | 986.002,22 | 417.536,14 | 2.737,31 | - | - | 1.406.275,67 |
| | Passivo (4) + (5) + (6) + (7) | 4.319.073,59 | 1.709.141,43 | 5.143,58 | 17.474,54 | 1.113,26 | 6.051.946,39 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais | Variações Ativas Orçamentárias (8) | 2.253.623,30 | - | - | - | - | 2.253.623,30 |
| | Variações Ativas Extra-Orçamentárias (9) | 3.834.382,37 | 5.827.255,05 | 4.164,60 | 39.631,05 | 1.215,98 | 9.706.649,06 |
| | Variações Passivas Orçamentárias (10) | 2.082.578,30 | - | - | - | - | 2.082.578,30 |
| | Variações Passivas Extra-Orçamentárias (11) | 4.094.999,19 | 5.823.191,93 | 3.966,76 | 39.292,46 | 1.132,44 | 9.962.582,79 |
| | Resultado Patrimonial (8) + (9) - (10) - (11) | (89.571,83) | 4.063,12 | 197,84 | 338,59 | 83,54 | (84.888,74) |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**6.3.6 - Resultado do Banco Central do Brasil**

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Divida Pública (CODIV), UG/Gestão 170600/00001, efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BACEN – Custos das Reservas, no valor total de R$ 48.529,7 milhões, referentes ao Resultado da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803/2008, apurado no exercício de 2010, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta nº 125/2008.

Esse valor se constitui em direito do Banco Central para com a União, devendo constar em dotação orçamentária especifica, nos termos do §1º art. 7º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Cabe lembrar que a rotina de contabilização foi tratada na Nota Técnica nº 1.509/2008 da CODIV/STN, em conformidade com o disposto na mencionada Lei.

Com relação a lançamento na conta contábil 11221.05.01 – Resultado positivo do BACEN – Balanço Apurado ou na conta contábil 21221.04.01 – Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado não houve qualquer registro de valor, tendo em vista que esta CODIV somente obtém estes valores após apuração pela Autoridade Monetária de seus balanços, e aprovação pelo Conselho Monetário Nacional.

**6.3.7 - Desvinculação das Receitas da União**

Em 11 de novembro de 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59 que acrescentou o § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

O percentual que era de 20% das receitas de impostos constantes do relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, foi de 12,5% no exercício de 2009; 5% no exercício de 2010 e será nulo no exercício de 2011. Em cumprimento à referida emenda, a STN promoveu a alteração do cálculo da DRU o qual consta do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral.

**6.3.8 - Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Internas (Intraorçamentárias)**

No exercício de 2010 foi identificada uma diferença de R$ 2.143.886.758,35 entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme resumido no quadro abaixo:

| | Valor (R$) |
|---|---|
| Despesas intraorçamentárias (1)[1] | 14.848.280.581,01 |
| Receitas intraorçamentárias (2)[2] | 12.797.000.547,61 |
| Deduções das Receitas intraorçamentárias[3] | 92.606.724,95 |
| Diferença (1-2) | 2.143.886.758,35 |

No exercício de 2010 foram pagos restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores no montante de R$ 338.497.926,94 decorrentes de operação intra-orçamentária, que acarreta o registro em receita sem a despesa correspondente, sendo esta contabilizada em exercícios anteriores por ocasião da respectiva liquidação ou da sua inscrição em restos a pagar.

No entanto, não há como quantificar do montante citado o que foi registrado como receita orçamentária ou intraorçamentária. Desta forma a CCONT estuda viabilizar a criação de rotina que possibilite apenas a classificação e reclassificação para receita intra-orçamentária.

O quadro acima demonstra um resumo do que foi apurado no exercício de 2010, ou seja, os efeitos da diferença de regime de contabilização entre as despesas e receitas orçamentárias. Para a despesa é aplicado o regime de empenho e para a receita o regime de caixa.

O total de R$ 1.805.388.831,41, demonstrado no quadro abaixo, indica uma diferença a maior das despesas intraorçamentárias em relação às receitas intraorçamentárias. Durante o exercício de 2010, a CCONT/STN promoveu a criação de grupos de estudo com o intuito de minimizar e esclarecer a composição da diferença objeto desta nota, e foram identificadas outras situações conforme ações descritas a seguir:

**6.3.8.1 - Ausência de Receita de Contribuições Previdenciárias Intraorçamentária**

Foi identificado no âmbito do INSS, órgão 37202, a não contabilização das receitas intraorçamentárias

[1] A demonstração do saldo existente foi elaborada com base nos dados extraídos do SIAFI GERENCIAL, considerando o somatório das despesas (documento Folha de Pagamento e aqueles não relacionados à Folha). tendo em vista que a primeira não possui controle de empenho) dos órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social nas operações intra-orçamentárias (modalidade 91 Aplicações Diretas – Operações Intra-Orçamentárias), referente ao mês de dezembro/2010 fechado. Há que se ressaltar que são considerados apenas os valores pagos como modalidade intra-orçamentária que já se tornaram receita efetiva.

[2] O saldo das receitas intra-orçamentárias foi obtido com base no Balancete, considerando o saldo das contas 470000000 – Receitas Correntes Intraorçamentárias e 480000000 – Receitas de Capital Intraorçamentárias no mês de dezembro/2010 fechado.

[3] As consultas foram elaboradas com base nos dados extraídos do SIAFI Gerencial, considerando o somatório das deduções de receita intra-orçamentárias dos órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mês de dezembro/2010 fechado.

oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades decorrentes da prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e ainda aquelas relacionadas à folha de pagamento, no montante de R$ 1.416.883.841,92, valores efetivamente pagos, conforme descrevemos abaixo:

331900415 – R$ 2.359.406,70 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS CONTR. TEMP. DETERM)*
331901302 – R$ 152.447.896,23 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS)
331901309 – R$ 1.334.959,53 (SEGUROS DE ACIDENTE DO TRABALHO)
333900415 – R$ 11.740.678,31 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS CONTR. TEMP. DETERM)*
333904718 – R$ 13.541.713,22 (CONTRIB. PREV. SERV. TERC. PESSOA FISICA)
333904719 – R$ 101.467,75 (INSS DIÁRIAS)
333904720 – R$ 1.326.930,72 (CONTRIB. PREV. SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA)
344904718 – R$ 2.660,98 (CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS)

TOTAL R$ 182.855.713,44 (Os valores registrados na modalidade 90 não constam como despesa e receita intraorçamentárias)

331910415 – R$ 10.177.838,64 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS CONTR. TEMP. DETERM)*
331911302 – R$ 919.835.476,77 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS)
331911309 – R$ 26.473.879,16 (SEGUROS DE ACIDENTE DO TRABALHO)
333910415 – R$ 131.035.011,55 (OBRIGAÇÕES PATRONAIS CONTR. TEMP. DETERM)*
333914718 – R$ 123.190.381,15 (CONTRIB. PREV. SERV. TERC. PESSOA FISICA)
333914719 – R$ 27.954,97 (INSS DIÁRIAS)
333914720 – R$ 14.214.382,37 (CONTRIB. PREV. SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA)
344914718 – R$ 9.073.203,87 (CONTRIB. PREV. SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA)

TOTAL R$ 1.234.028.128,48

Quanto às contas 331900415, 333900415, 331910415 e 333910415, Obrigações Patronais incidentes sobre a contratação por tempo determinado, os valores constantes são aproximados tendo em vista que as mesmas registram outros encargos que não somente o INSS Patronal. O registro da receita ocorre em natureza não intraorçamentária.

**6.3.8.2 - Ausência de Receita Salário-Educação Intraorçamentária**

Em análise a transação Balancete foram identificados os registros concernentes às despesas com Salário-Educação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária. Esta situação estará contemplada com o novo SIAFI.

331911304 – R$ 55.109.550,36 (CONTRIBUICAO DE SALARIO-EDUCACAO)

**6.3.8.3 - Ausência de Receita de Serviço Comunicação Intraorçamentária – EBC**

Em análise a transação Balancete, foi constatado que órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social estão realizando despesas na modalidade de aplicação 91, tendo como favorecida a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Esta empresa, do valor do documento, registra apenas o percentual de 20% como receita, a título de intermediação entre o veículo de comunicação e a unidade. Visando a solução da inconsistência, esta CCONT reuniu-se com os representantes da referida empresa e definiu que a parcela correspondente aos 80%, pagas ao veículo de comunicação, será registrada em despesa com a modalidade 90, sendo os 20% restantes pagos na modalidade 91, cujos procedimentos deveriam ser adotados no exercício de 2010, porém, devido a problemas operacionais, a CCONT avalia o período adequado para disponibilização. Para o mês de dezembro o saldo registrado na conta 416000401 – Serviços de Publicidade Legal é de R$ 21.760.371,61, com aplicação do percentual de 20% obtém-se um valor de R$ 4.352.074,32, não registrado como receita intra-orçamentária.

**6.3.8.4 - Receita de Capital Intraorçamentária**

O Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, efetua o pagamento a UG 170600/00001 como contrapartida a emissão de títulos CFT-E, relativo a adiantamentos realizados. Desta forma é registrada uma receita de capital intra-orçamentária na UG recebedora do pagamento. Ocorre que do total da despesa paga, objeto da conta 345916603 - FINANCIAMENTOS - ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR no valor de R$ 707.173.827,47, o valor de R$ 442.908.840,56 não foi registrado como receita Intra- Orçamentária.

**6.3.8.5 - Dividendos das Empresas Estatais Dependentes**

Não é registrada a despesa orçamentária nas unidades que fazem a distribuição, embora tenha sido registrado no SIAFI o valor de R$ 1.892.165,39 na conta 473220000-Dividendos. Há que se ressaltar que não existe ação definida pela SOF para realização de tal despesa.

Outras rotinas também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, porém de difícil identificação dos montantes exatos causadores da discrepância. Tais rotinas são: a) pagamento de multa e juros pela UG como substituto tributário, b) eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho (NE), c) imposto de renda, CSLL, PASEP sobre o lucro das empresas dependentes, d) códigos de DARF intra e não-intra, e) rotinas que lidam com DARF, GRU, GPS, f) situações em que o recolhedor de DARF é estrangeiro (sem CPF e CNPJ), 12) possíveis problemas da rotina da folha de pagamento.

A seguir, apresentamos um novo quadro considerando as situações acima descritas:

| | Valor (R$) |
|---|---|
| Despesas intra-orçamentárias (1) | 14.848.280.581,01 |
| Receitas intra-orçamentárias (2) | 12.797.000.547,61 |
| Deduções Receitas intra-orçamentárias | 92.606.724,95 |
| Diferença (1-2) | 2.143.886.758,35 |
| Pagamento de Restos a Pagar Processado e Não Processado (3) | 338.497.926,94 |
| Total (1-2-3) | 1.805.388.831,41 |
| Receita INSS não contabilizada como INTRA | (1.416.883.841,92) |
| Receita Salário Educação não contabilizada como INTRA | (55.109.550,36) |
| Receita Serv. Comunicação não contabilizada como INTRA | (4.352.074,32) |
| Receita FIES e FNDE não contabilizada como INTRA | (395.422.767,35) |
| Receita de Dividendos cont. como INTRA sem despesa INTRA | 1.892.165,39 |
| DIFERENÇA A IDENTIFICAR | (64.487.237,15) |

Foi apurada a diferença a maior de R$ 64.487.237,15 das receitas intra-orçamentárias em relação às despesas intra-orçamentárias. Informamos que, em razão das diferenças demonstradas no Relatório do Balanço Geral da União no exercício 2010, identificamos rotinas que se apresentam inconsistentes contempladas nos itens 6 a 13 acima citados. Assim, a CCONT/STN vem envidando esforços necessários com o intuito de evidenciar a adequada composição dos valores relacionados ás despesas e receitas intra-orçamentárias. Também se encontra em discussão na Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o SERPRO e COSIS, as regras de negócio dos documentos que serão implementados por ocasião do novo SIAFI e CPR. Desta forma, avalia-se a relação custo-benefício de eventuais alterações, tendo em vista as implementações previstas, com o intuito de se evitar retrabalho e desperdício de recurso público.

**6.3.9 - Resumo das Principais Práticas Contábeis**

**Variações Patrimoniais**

A contabilização da variação patrimonial é feita no Siafi e abrange os atos e fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

**a) Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária**

Decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual. Para as receitas e despesas dependentes da execução orçamentária, decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a execução é feita na modalidade 91, cuja finalidade é possibilitar o aperfeiçoamento do processo de consolidação dos balanços e demais demonstrações contábeis, especialmente com a eliminação das duplas contagens.

Há que se ressaltar que a utilização da modalidade de aplicação 91 não se aplica aos casos de descentralização de créditos orçamentários no âmbito da própria esfera de Governo para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora dos créditos, realizada ou não por meio de convênios ou instrumentos similares.

Também não implica o restabelecimento das extintas transferências intragovernamentais, já que estas consistiam na alocação de recursos em uma unidade orçamentária para transferência a outra unidade orçamentária, sem configurar operação de compra e venda de bens, serviços e equipamentos e outras assemelhadas;

**b) Receitas e Despesas Independentes da Execução Orçamentária**

Sua contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

**Restos a Pagar**

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2010 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não-processadas.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em Restos a Pagar Não-Processados foi precedido de depuração das despesas pela anulação de empenhos, ou seja, verificando-se quais despesas deveriam ser inscritas em Restos a Pagar Não-Processados, anulando-se os demais empenhos.

Durante o exercício foram consideradas despesas incorridas apenas as despesas liquidadas e no encerramento do exercício foram consideradas despesas executadas as despesas liquidadas e as inscritas em Restos a Pagar Não-Processados. Os Restos a Pagar Não-Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2010, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, e ainda atendendo aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

**Créditos em Circulação**

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Entretanto, não foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Direta.

**Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo**

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original.

**Provisão da Dívida Ativa**[1]

Para constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos. Na apuração da provisão foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- Informações relativas aos exercícios financeiros de 2009 e 2010;
- Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária): Utilização dos saldos Siafi das contas 122110301 - Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária) e 513121100 – Recebimento de Dívida Ativa Tributária / Os saldos das contas 122110301 e 513121100 não receberam registros no mês de janeiro de 2009, tendo em vista que sua automatização iniciou-se em fevereiro de 2009.
- Dívida Ativa Tributária Previdenciária: Utilização dos saldos Siafi da conta 122110302 – Dívida Ativa Tributária Previdenciária, enquanto que os recebimentos foram apurados nos mapas gerenciais encaminhados pela Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União/PGFN.

Os créditos não tributários em função da metodologia utilizada na automatização do registro da dívida estão contabilizados conjuntamente com os créditos tributários (Não Previdenciários). Esses créditos estão inscritos na conta 122110301, conta corrente PF0170995 – Série Diversas Origens. A segregação desses registros é objeto de trabalho conjunto da Coordenação-Geral da Dívida Ativa/PGFN, da Setorial Contábil do MF, da Seccional Contábil da PGFN e da Coordenação-Geral de Contabilidade/STN.

O exercício financeiro de 2008 não foi utilizado na base de dados para cálculo da provisão, conforme preceitua o manual de Contabilidade, pelos motivos a seguir:

- Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária): os valores dos créditos inscritos constantes no Siafi encontram-se desatualizados, tendo em vista que o processo automático do registro da dívida iniciou-se em 2009. A obtenção dessas informações pela Coordenação-Geral da Dívida Ativa encontra-se prejudicada pela ausência de programa específico (DW Histórico). O controle dos recebimentos dos créditos inscritos existem somente no SIDA – Sistema da Dívida Ativa e são apresentados de forma analítica, bem como os valores do REFIS e PAEX encontram-se consolidados para todas as unidades da PGFN, conforme informação da Coordenação- Geral da Dívida Ativa da União.
- Dívida Ativa Tributária Previdenciária: os valores dos créditos inscritos encontram-se registrados nas contas das Superintendências do INSS, sendo que os meses de maio, junho, julho, agosto, outubro e dezembro não foram atualizados, resultando em prejuízo na apuração da provisão;

**Investimentos**

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

**Imobilizado**

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios:

- As reavaliações dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet que integram o BGU são elaborados pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário; e
- Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas UG.

**Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

**Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos Concedidos**

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI compõe-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação.

Esses créditos encontram-se identificados em

[1] Fonte: Relatório Mensal da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil do Ministério da Fazenda (dez/2010).

contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-Rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

**Garantias**

Não obstante o fato de a maioria dos contratos estar lastreada por garantias consistentes, 1% do total dos empréstimos concedidos é de difícil recebimento, cujos valores foram contabilizados em Provisão para Perdas Prováveis.

**Dívida a Pagar**

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar em 31/12/2010, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e

- Dívida Pública Federal Externa – DPFe - foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação de 31/12/2010.

**6.3.10 - Receitas Orçamentárias**

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e, de forma geral, podem ser assim tratados:

- Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB: Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizados pela RFB. A classificação da receita é apropriada decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Receita Federal do Brasil – RFB; Considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev.

- Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos: São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação. As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no Siafi, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do Tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das Operações de Créditos decorrentes de emissão de títulos do Tesouro. O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais.

**6.3.11 - Previsão Atualizada da Receita e Dotação Atualizada da Despesa**

O Balanço Orçamentário evidencia o montante das receitas e despesas previstas em comparação com os valores realizados.

O Balanço Orçamentário consolidado dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social , do exercício de 2010, apresenta a Previsão Atualizada da Receita no valor de R$ 1.848.344.893.349,00 e a Dotação Autorizada da Despesa de R$ 1.848.199.882.506,00. Quando da comparação dos saldos constata-se desequilíbrio entre esses totais, verificando-se que a coluna de Previsão está maior que a Dotação em R$ 145.010.843,00.

Com efeito, a análise nos mostra que os Créditos Adicionais somaram R$ 132.823.000.732,00, suportados em parte pelo somatório do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior (R$ 68.615.776.617,00) e Excesso de Arrecadação (R$ 13.707.322.380,00) no total de R$ 82.323.098.997,00, o que ocasionou uma diferença de R$ 50.499.901.735,00.

Com base em informações extraídas do Siafi Gerencial, compatíveis com o Balancete, referentes a Acréscimos da Lei Orçamentária no montante de R$210.135.069.648,00 (conta contábil 19219.02.01) e Reduções de R$260.779.982.226,00 (conta contábil 19219.02.09), constatou-se uma variação líquida acumulada em dezembro de R$ 50.644.912.578,00.

Considerando que nesse caso os créditos adicionais não correspondem na sua totalidade ao somatório de superávit financeiro e excesso de arrecadação, ficou a diferença acumulada até dezembro, a maior, da ordem de R$50.499.901.735,00 proveniente dos acréscimos e reduções da lei orçamentária.

Considerando que a variação líquida acumulada dos acréscimos e reduções da lei fecharam em R$ 50.644.912.578,00, dos quais R$ R$ 17.509.653.097,00 foram apurados no mês de dezembro, verificamos no exercício de 2010 uma efetiva diferença entre a previsão atualizada da receita e a dotação autorizada de R$ 145.010.843,00, que foi originada no mês de

dezembro, uma vez que o Balanço Orçamentário encontrava-se equilibrado até a posição de novembro de 2010, quando apresentava uma diferença de R$ 2,15 relativa a ajustes de variação cambial.

Assim entendemos que a diferença de R$ 145.010.843,00 é objeto do registro de remanejamento de dotações, que não deveria alterar o valor da dotação. Houve lançamento indevido no item superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial de exercício anterior, com efeito no lado da previsão.

Menciona-se, por exemplo, a inexistência de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2009 do Órgão 26000 - Ministério da Educação. No entanto constata-se um registro indevido no SIAFI2010, objeto da 2010ND800142, UG/GESTÃO 150014/00001, fonte 0380000000, no valor de R$ 371.361.000,00, o qual é refletido no Balanço Orçamentário do órgão em comento, no item SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EX. ANTERIOR.

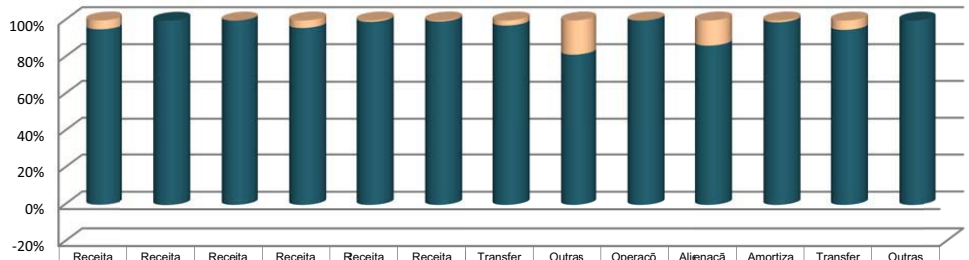
Ressaltamos que se trata apenas de um exemplo e que, portanto, esta diferença evidenciada é compensada com a dos demais órgãos, o que faz com que o Balanço Orçamentário consolidado apresente a divergência no valor de R$ 145.010.843,00 refletida a maior no total da Previsão Atualizada da Receita, tendo em vista que o item SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EX. ANTERIOR, é dela componente.

Diante do exposto, a CCONT continua envidando esforços com o intuito de dar transparência às informações demonstradas no Balanço Orçamentário. Ressaltamos o fato de que, até o mês de novembro de 2010, não apresentavam pendências no Balanço Orçamentário, fato que corrobora o empenho dos servidores desta Coordenação na verificação da consistência das informações. Por fim, destacamos que a CCONT realizará em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, a instalação de mecanismos que possibilitem a identificação, em tempo hábil, de eventuais inconsistências que venham a ocorrer no balanço orçamentário.

### 6.3.12 - Receitas Correntes – Deduções

O valor das Receitas Correntes inclui as Receitas Correntes Intra-orçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, nas Receitas de Capital estão incluídas aquelas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União. As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções. O capítulo 3.3 analisa detalhadamente a execução da receita orçamentária. Essas deduções, segmentadas por cada subcategoria econômica de receita, são detalhadas a seguir:

**EM R$ MILHÕES**




| | Receita tributária | Receita de contribuições | Receita patrimonial | Receita agropecuária | Receita industrial | Receita de serviços | Transferências correntes | Outras receitas correntes | Operações de crédito | Alienação de bens | Amortizações de empréstimos | Transferências de capital | Outras receitas de capital |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Deduções da Receita | 14.894,18 | -718,54 | 29,50 | 0,89 | 5,20 | 213,98 | 7,71 | 7.699,40 | 47,49 | 148,58 | 233,12 | 5,71 | -0,01 |
| Execução da Receita | 296.709,2 | 486.936,8 | 65.273,39 | 21,21 | 742,83 | 40.713,13 | 276,90 | 34.020,11 | 502.335,7 | 946,55 | 25.032,17 | 107,12 | 52.180,45 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

### 6.3.13 - Receita de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. O demonstrativo abaixo detalha o montante da Receita de Capital obtida com alienação de ativos e sua correspondente aplicação:

R$ milhões

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (a-b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| Alienação de Ativos | 4.874.948 | 797.974 | 4.076.974 |
| Alienação de Bens Móveis | 2.343.967 | 600.327 | 1.743.640 |
| Alienação de Bens Imóveis | 2.530.981 | 197.646 | 2.333.335 |
| TOTAL | 4.874.948 | 797.974 | 4.076.974 |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EXECUTADAS! (d) | SALDO A EXECUTAR (c-d) |
|---|---|---|---|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| Despesas de Capital | 3.774.948 | 796.886 | 2.978.062 |
| Investimentos | 1.208.891 | 223.669 | 985.222 |
| Inversões Financeiras | 2.539.102 | 552.243 | 1.986.859 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | 26.955 | 20.973 | 5.981 |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | 0 | 0 | 0 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0 | 0 | 0 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 3.774.948 | 796.886 | 2.978.062 |

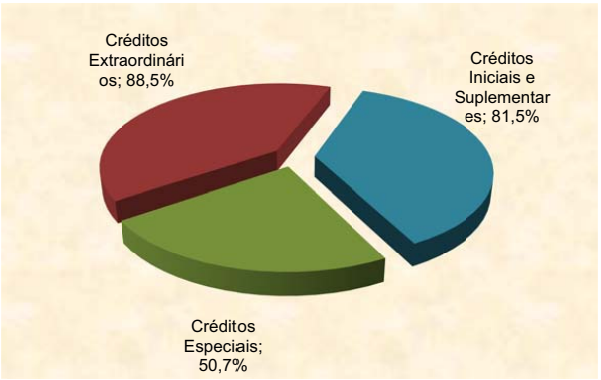
| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | EXERCÍCIO ANTERIOR (e) | EXERCÍCIO (f) = (b-d) | SALDO ATUAL (e+f) |
|---|---|---|---|
| | 484.867 | 1.087 | 485.954 |

Fonte: STN/CCONT/GEINC
Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei.

### 6.3.14 - Despesa Orçamentária

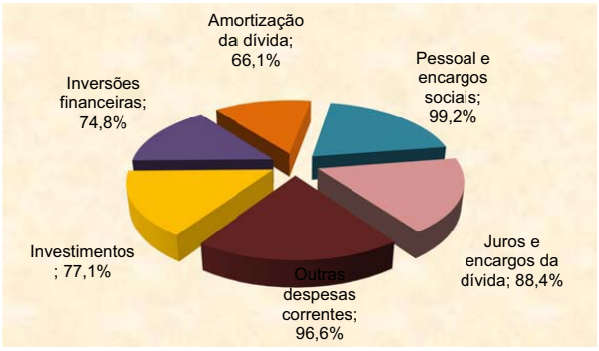
A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo 3.1 – ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, porém, pelos gráficos abaixo, percebe-se que os menores índices de execução da despesa orçamentária por tipo de crédito se referem aos Créditos Especiais e por grupo de despesa, Amortização da Dívida.

**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (POR TIPO DE CRÉDITO)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**
**(POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**6.3.15 - Movimentação de Créditos**

O Balanço Orçamentário, no lado das despesas, apresenta uma divisão em duas partes, de forma que a segunda – "MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO" – evidencia a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário. Nesse caso, os créditos são executados por unidades distintas daquelas consignadas na Lei Orçamentário Inicial – LOA, ou seja, as unidades executoras receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento. Por esse motivo, a coluna "Dotação" aparece com os valores zerados. A movimentação líquida constante das Demonstrações da Execução da Despesa denota os seguintes fatos orçamentários:

a) Descentralização Externa de Créditos Concedidos e Recebidos;
b) Descentralização Interna de Créditos Concedidos e Recebidos;
c) Outras Descentralizações de Créditos:
c.1) créditos recebidos e concedidos por fusão/cisão/extinção;
c.2) créditos por compensação/disponível; e
c.3) outras movimentações.
d) Ajustes por Variação Cambial de Descentralizações Internas e Externas.

Os créditos concedidos e recebidos são movimentações orçamentárias entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta que não alteram a estrutura originária do orçamento. Tais movimentações conservam a integridade da célula orçamentária, permitindo somente o detalhamento pelo recebedor dos créditos. As movimentações podem ser:

- internas, dentro do mesmo Órgão ou Entidade;
- externas, entre Órgãos e ou Entidades.

O resultado líquido das descentralizações internas de crédito refere-se ao ajuste diário de variação cambial dos saldos e movimentações financeiros até o último dia do exercício, como conseqüência das movimentações em moedas diferentes. O resultado líquido das descentralizações externas de crédito refere-se ao ajuste de variação cambial entre as taxas diárias de movimentações financeiras e a taxa média aplicada pelos órgãos, no encerramento do exercício, como conseqüência das movimentações em moedas diferentes. A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente na Parte III deste relatório.

**6.3.16 - Ingressos Extraorçamentários**

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

**Valores em Circulação:**

- Recursos Especiais a Receber – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem;
- Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

**Valores Pendentes a Curto Prazo:**

- Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota,

Repasse ou Sub-Repasse do exercício.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacaram-se a seguir:

**Depósitos**

**Obrigações em Circulação:**

- Restos a Pagar Não-Processados a Liquidar – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2010, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei n.º 4.320, de 1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
- Recursos a Liberar para Pagamento de RP – registra o valor do recurso financeiro concedido aos Órgãos e ou Entidades pelo Tesouro, para fazer face aos pagamentos de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício anterior;

Dentre outros valores relevantes, destaca-se o seguinte:

**Ajustes de Direitos e Obrigações, que apresenta os seguintes desdobramentos:**

- Incorporação de Direitos – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;
- Desincorporação de Obrigações – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;
- Ajustes de Créditos – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

**6.3.17 - Dispêndios Extraorçamentários**

Os dispêndios extra-orçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras. Dentre os valores dos direitos mais relevantes, destacam-se os grupos abaixo:

**Valores em Circulação:**

- Recursos Especiais a Receber – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;
- Recursos Vinculados – representam os valores relativos a depósitos vinculados em contas bancárias, obrigações contratuais, acordos e ajustes que os Órgãos e Entidades precisam honrar;
- Depósitos Especiais do FAT – são os valores dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº. 8.352/91.

**Valores Pendentes a Curto Prazo:**

- Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte.

**Depósitos**

- Valores dos recursos recebidos a título de Depósitos de Diversas Origens.

Dentre as obrigações que se destacam pela relevância, enumeram-se as seguintes:

**Obrigações em Circulação:**

- Restos a Pagar Não Processados – Inscrição – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2010, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei n° 4.320, de 1964;
- Recursos a Liberar para Pagamento de RP – representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;
- Recursos a Liberar por Transferência – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Dentre outros valores relevantes e que merecem destaque, enumeramos os seguintes:

**Ajustes de Direitos e Obrigações:**

- Recursos Diversos a Liberar – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato;
- Créditos Diversos a Receber – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações.

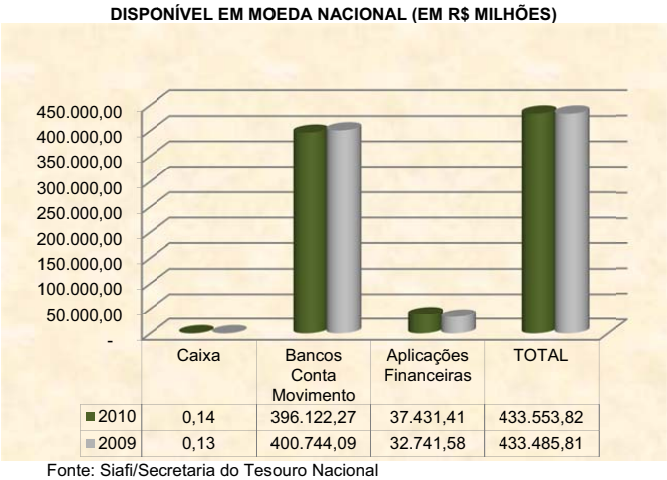
**6.3.18 - Outras Despesas de Capital**

No exercício de 2010, o saldo da conta Outras Despesas de Capital – Transferências ao Exterior passou a integrar o saldo da conta Despesas de Capital - Investimentos.

**6.3.19 - Disponível**

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em Disponível em Moeda Nacional e Disponível em Moeda Estrangeira. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

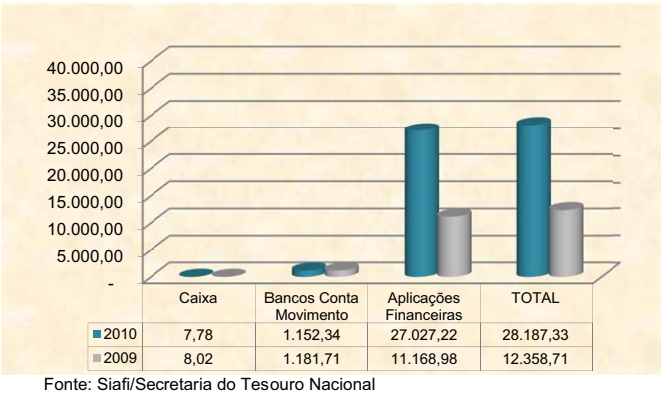
**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL (EM R$ MILHÕES)**




| | Caixa | Bancos Conta Movimento | Aplicações Financeiras | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 0,14 | 396.122,27 | 37.431,41 | 433.553,82 |
| 2009 | 0,13 | 400.744,09 | 32.741,58 | 433.485,81 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA (EM R$ MILHÕES)**

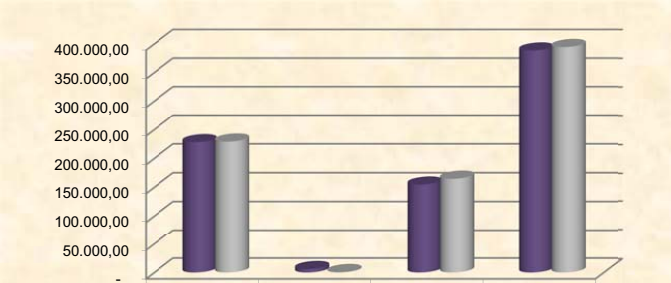



| | Caixa | Bancos Conta Movimento | Aplicações Financeiras | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 7,78 | 1.152,34 | 27.027,22 | 28.187,33 |
| 2009 | 8,02 | 1.181,71 | 11.168,98 | 12.358,71 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica Bancos Conta Movimento em Disponível em Moeda Nacional. Atualmente, a Conta Única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração de disponibilidades da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada a demais movimentações do Tesouro Nacional. Abaixo, segue ilustração dos montantes.

**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DA UNIÃO**
**EM R$ MILHÕES**

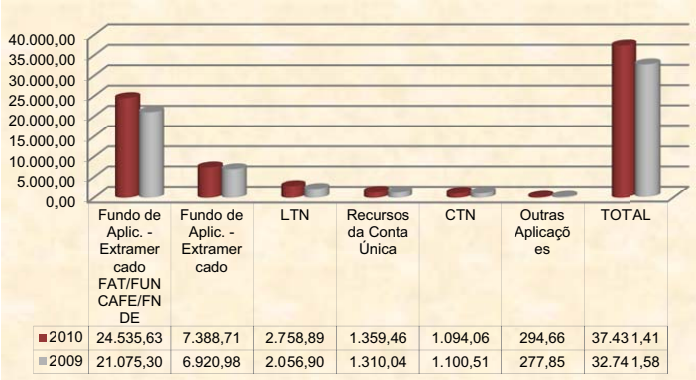



| | Tesouro | INSS | Dívida Pública | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 227.869,02 | 5.963,44 | 154.541,35 | 388.373,81 |
| 2009 | 229.007,39 | 710,93 | 164.707,80 | 394.426,12 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ainda sobre Disponível em Moeda Nacional, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (que compõe a rubrica Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE), sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R$ 21.075,30 milhões em 2009 e R$ 24.535,63 milhões em 2010. A seguir, pode-se vislumbrar a evolução das aplicações financeiras da União.

**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS**
**EM R$ MILHÕES**



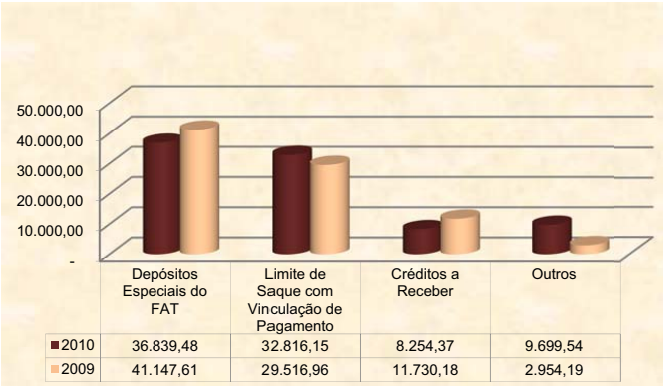

| | Fundo de Aplic. - Extramercado FAT/FUNCAFE/FNDE | Fundo de Aplic. - Extramercado | LTN | Recursos da Conta Única | CTN | Outras Aplicações | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | 24.535,63 | 7.388,71 | 2.758,89 | 1.359,46 | 1.094,06 | 294,66 | 37.431,41 |
| 2009 | 21.075,30 | 6.920,98 | 2.056,90 | 1.310,04 | 1.100,51 | 277,85 | 32.741,58 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

### 6.3.20 - Créditos em Circulação

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada por meio do gráfico a seguir:

**CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO (EM R$ MILHÕES)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Como se nota no gráfico, o item mais significante se refere a Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, recolhidos ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste S/A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. Trata-se de uma faculdade concedida às disponibilidades financeiras do FAT pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; são remunerados e disponíveis para imediata movimentação. Em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, pode-se acompanhar o valor dos recursos financeiros a liberar pela Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do sistema de Programação Financeira, às Unidades Setoriais de Programação Financeira dos órgãos e entidades. O termo "Vinculação de Pagamento" indica que as liberações efetuadas são controladas por fontes de recursos e o tipo de despesa a ser paga, por exemplo: Pessoal - Sentenças Judiciais, Pagamento Pessoal, INSS-Benefícios Previdenciários, Custeio e Investimento com Exigência de Empenho, Custeio e Investimento – PAC, entre outros. Em Créditos a Receber são reunidos direitos a receber de diversas origens, como: receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à Conta Única; créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do INSS; entre outros.

### 6.3.21 - Realizável a Longo Prazo

em R$ milhares

| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 2010 (a) | 2009 (b) | |
| Depósitos Realizáveis a Longo Prazo | 379.034,94 | 272.645,04 | 106.389,90 |
| Depósitos Compulsórios | 2.103,02 | 2.394,76 | -291,74 |
| Recursos Vinculados | 376.931,92 | 270.250,28 | 106.681,64 |
| Créditos Realizáveis a LP | 1.911.667.896,50 | 1.757.334.414,72 | 154.333.481,78 |
| ***Créditos Da União, Estados e Municípios*** | **1.025.021.698,92** | **839.238.290,85** | **185.783.408,07** |
| Devedores - Entidades E Agentes | 570.490,03 | 124.570.087,99 | -123.999.597,96 |
| Empréstimos E Financiamentos | 960.687.276,56 | 812.891.253,46 | 147.796.023,10 |
| Créditos A Receber | 13.227.164,39 | 10.845.426,29 | 2.381.738,10 |
| Provisão Para Perdas Prováveis | -7.291.812,71 | -6.205.546,06 | -1.086.266,65 |
| Provisão Para Devedores Duvidosos - LP | -99.310.659,68 | -40.353.162,94 | -58.957.496,74 |
| Investimentos | 18.763.738,98 | 16.348.064,51 | 2.415.674,47 |
| Outros Créditos | - | 0,6 | -0,60 |
| **TOTAL** | **3.824.093.862,87** | **3.515.214.119,51** | **308.879.743,36** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**Créditos da União, Estados e Municípios – Reconhecimento de Créditos**

No exercício de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil reconheceu créditos, tributários e não tributários, de períodos passados, não contabilizados em momento próprio, no valor de R$ 876.322.105.775,00, sendo R$ 240 bilhões no curto prazo e o restante no longo prazo. Tal fato ocorreu em atendimento à determinação da Lei Complementar 131/09, que incluiu o art. 48-A na Lei de Responsabilidade Fiscal:

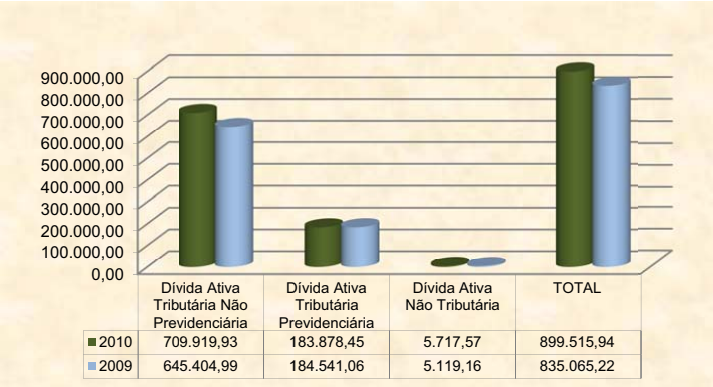
*"Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:*
*...*
*II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários."*

Esse lançamento causou um impacto positivo no ativo e no patrimônio líquido da União, por meio da conta de ajustes de exercícios anteriores, e os créditos, durante o exercício de 2010, foram atualizados conforme a arrecadação ou novos reconhecimentos de créditos.

**Créditos da União, Estados e Municípios – Dívida Ativa**

No item Créditos da União, Estados e Municípios, se destacam os Créditos Inscritos em Dívida Ativa Tributária, cujos montantes podem ser observados no gráfico seguinte.

**COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (EM R$ MILHÕES)**




| | Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária | Dívida Ativa Tributária Previdenciária | Dívida Ativa Não Tributária | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 709.919,93 | 183.878,45 | 5.717,57 | 899.515,94 |
| 2009 | 645.404,99 | 184.541,06 | 5.119,16 | 835.065,22 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

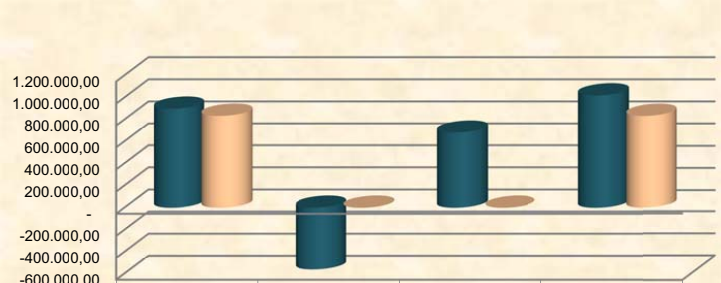
**Créditos da União, Estados e Municípios – Provisão para Créditos Inscritos em Dívida Ativa**

Em dezembro de 2010, as Diversas Procuradorias da Fazenda Nacional reconheceram uma provisão para devedores duvidosos, no montante de R$ 559.530.274.578,71, relacionado à Dívida Ativa da União, em atendimento às Normas Brasileiras e Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Tal procedimento representa um ganho significativo na qualidade da informação patrimonial da União, visto que o percentual de recuperabilidade desse tipo de crédito é muito baixo. Esse lançamento causou um impacto negativo no ativo e no patrimônio líquido da União, por meio da conta de ajustes de exercícios anteriores.

**Provisão para Devedores Duvidosos de Longo Prazo**

Em dezembro de 2010, foi realizada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos empréstimos e financiamentos existentes em 30/10/2010, no valor de R$ 59.043.935.417,98. Esse lançamento, sozinho, representa 6,14% do total do item Empréstimos e financiamentos e foi responsável por um aumento de 146,10% no item Provisão para devedores duvidosos – LP, em relação ao mesmo período de 2009. Resumidamente, os principais itens que afetaram o valor do Ativo Realizável a Longo Prazo são demonstrados a seguir:

**PRINCIPAIS IMPACTOS NO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (EM R$ MILHÕES)**




| | Dívida Ativa | Provisão da Dívida Ativa | Créditos Tributários LP | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 899.515,94 | -561.412,89 | 681.434,98 | 1.019.538,03 |
| 2009 | 835.065,22 | -616,47 | - | 834.448,74 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

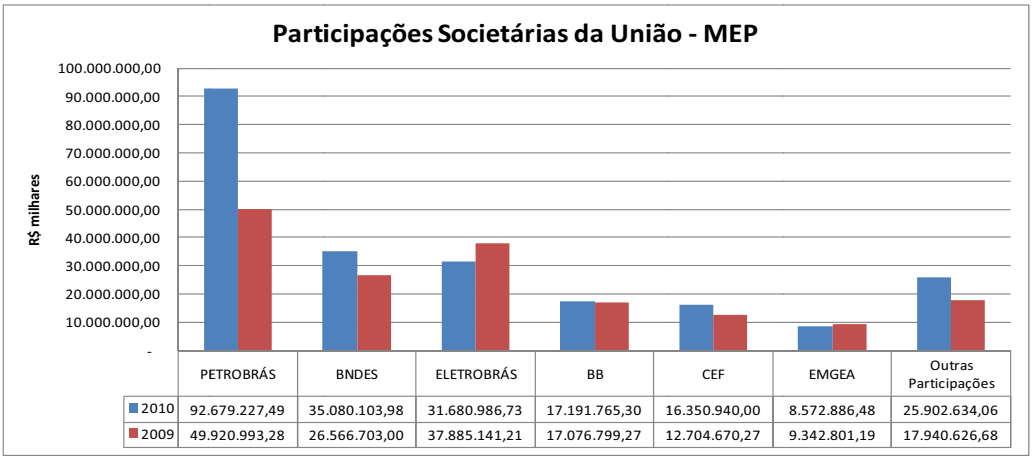
### 6.3.22 – Investimentos

em R$ milhares

| INVESTIMENTOS | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 22010 (a) | 22009 (b) | |
| ***Participação societária*** | 229.470.414,37 | 182.306.826,51 | 47.163.587,85 |
| Participações em fundos e condomínios | 59,96 | 59,96 | 0,00 |
| Outros investimentos | 514.005,84 | 538.083,62 | -24.077,78 |
| Provisão para perdas prováveis | -86,60 | -80.234,29 | 80.147,70 |
| **TOTAL** | **229.984.393,57** | **182.764.735,81** | **47.219.657,76** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

O item Investimentos, do ativo não-financeiro, sofreu uma variação da ordem de 47 bilhões (26%), devido, principalmente, à capitalização da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás no valor de R$ 42.945.106.736,44, ocorrida em setembro de 2010. As principais participações da União em empresas, dependentes ou não-dependentes, estão demonstradas no gráfico:

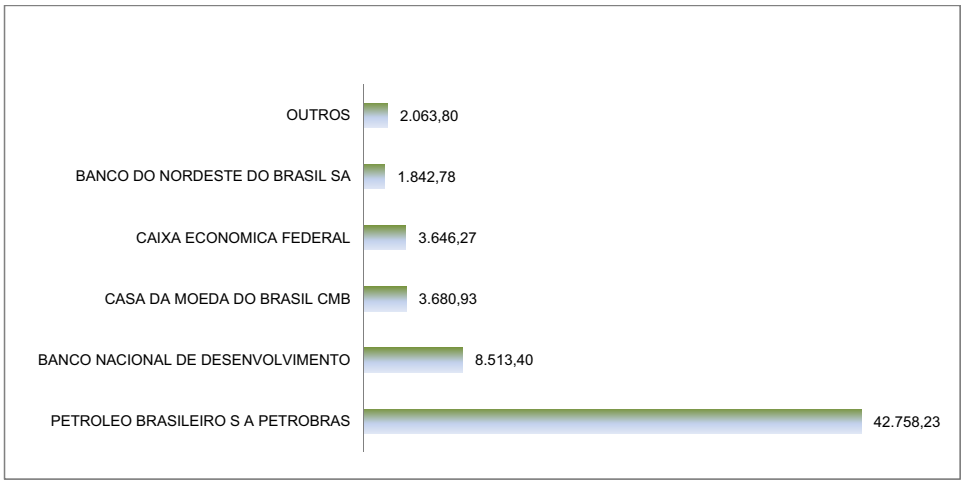



| | PETROBRÁS | BNDES | ELETROBRÁS | BB | CEF | EMGEA | Outras Participações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | 92.679.227,49 | 35.080.103,98 | 31.680.986,73 | 17.191.765,30 | 16.350.940,00 | 8.572.886,48 | 25.902.634,06 |
| 2009 | 49.920.993,28 | 26.566.703,00 | 37.885.141,21 | 17.076.799,27 | 12.704.670,27 | 9.342.801,19 | 17.940.626,68 |

Fonte: Coordenação-Geral de Participações Societárias/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Os maiores incrementos no item Participações Societárias podem ser visualizados no gráfico abaixo:

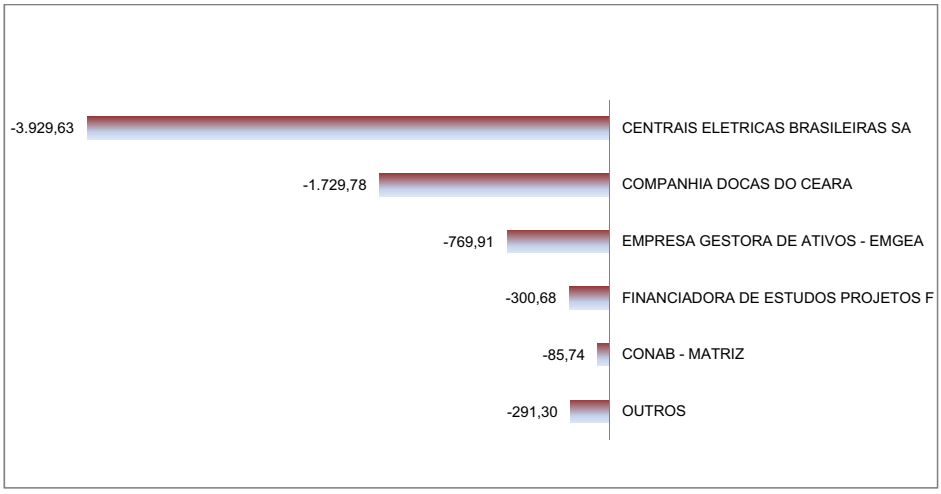
**MAIORES ACRÉSCIMOS (EM R$ MILHÕES)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

Por outro lado, os maiores decréscimos em Participações Societárias são os seguintes:

**MAIORES DECRÉSCIMOS (EM R$ MILHÕES)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

O quadro a seguir evidencia todas as participações societárias da União, pelo método de equivalência patrimonial, acompanhadas do percentual da participação e da data base dos balanços.

em R$ milhares

| PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - MEP | VALOR | | % Capital | | DData Base |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2009 | Voto | Total | ddo Balanço |
| PETROBRÁS | 92.679.227,49 | 49.920.993,28 | 53,6% | 31,1% | 30/09/10 |
| BNDES | 35.080.103,98 | 26.566.703,00 | 100,0% | 100,0% | 30/06/10 |
| ELETROBRÁS | 31.680.986,73 | 37.885.141,21 | 52,0% | 41,6% | 31/12/09 |
| BB | 17.191.765,30 | 17.076.799,27 | 51,9% | 51,9% | 30/06/10 |
| CEF | 16.350.940,00 | 12.704.670,27 | 100,0% | 100,0% | 30/09/10 |
| EMGEA | 8.572.886,48 | 9.342.801,19 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| VALEC | 6.303.299,45 | 1.037.787,14 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| ECT | 3.166.147,83 | 3.104.608,28 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CBTU | 2.316.455,29 | 2.304.722,90 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| BNB | 1.951.248,65 | 1.794.364,58 | 96,1% | 94,2% | 31/12/09 |
| BASA | 1.838.925,92 | 1.870.533,28 | 96,9% | 96,9% | 31/12/09 |
| TRENSURB | 1.210.809,48 | 345.493,50 | 99,4% | 99,4% | 31/12/10 |
| SERPRO | 1.032.644,16 | 1.000.435,18 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| INFRAERO | 991.074,41 | 978.032,90 | 97,3% | 97,3% | 31/12/09 |
| EMBRAPA | 974.961,15 | 628.847,31 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| FINEP | 942.110,49 | 1.242.788,26 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CODESP | 785.083,88 | 596.787,59 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CMB | 605.868,14 | 354.126,20 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CODERN | 532.018,40 | 400.848,07 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| TERRACAP | 526.074,79 | 130.428,55 | 49,0% | 49,0% | 31/12/09 |
| CDP | 364.007,61 | 254.115,37 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| HCPA | 341.713,20 | 331.330,66 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| CONAB | 310.392,08 | 396.133,27 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| CODEVASF | 255.793,00 | 79.140,44 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| ALCANTARA CYCLONE SPACE | 191.342,95 | 141.342,95 | 72,5% | 72,5% | 31/12/08 |
| EBC | 182.637,37 | 67.874,07 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| HEMOBRÁS | 181.716,93 | 191.229,42 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| CODEBA | 169.366,58 | 186.792,15 | 97,9% | 97,9% | 31/12/09 |
| CDRJ | 130.790,80 | 7.772,34 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CODESA | 111.661,53 | 118.916,82 | 99,5% | 99,5% | 31/12/09 |
| DATAPREV | 99.476,62 | 99.476,62 | 51,0% | 51,0% | 31/12/09 |
| IMBEL | 99.422,00 | 41.691,19 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CDC | 81.981,18 | 67.851,18 | 99,7% | 99,7% | 31/12/09 |
| EMGEPRON | 72.897,83 | 66.470,76 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| CPRM | 40.324,07 | 40.478,17 | 98,1% | 97,3% | 31/12/09 |
| CODOMAR | 27.712,56 | 29.756,14 | 100,0% | 100,0% | 31/12/09 |
| EPE | 20.170,44 | 19.685,33 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| CEITEC | 12.439,42 | 4.200,00 | 100,0% | 100,0% | 31/12/10 |
| CEAGESP | 11.398,36 | - | 99,7% | 99,7% | 31/12/09 |
| BRASIL 2016 | 10.000,00 | - | 100,0% | 100,0% | 05/08/10 |
| NOVACAP | 6.874,70 | 2.773,25 | 43,9% | 43,9% | 31/12/09 |
| BRASAGRO | 3.792,60 | 3.792,60 | 35,5% | 35,5% | 31/12/07 |
| VALE S.A. | 0,22 | 0,22 | 0,0% | 0,0% | 31/12/09 |
| EMBRAER | 0,01 | 0,01 | 0,0% | 0,0% | 31/12/09 |

Fonte: Coordenação-Geral de Participações Societárias/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

### 6.3.23 - Imobilizado

A composição do Ativo Imobilizado da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

em R$ milhares

| IMOBILIZADO | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 22010 (a) | 22009 (b) | |
| Bens Móveis | 43.608.719,31 | 36.260.825,44 | 7.347.893,87 |
| Bens Imóveis | 219.937.106,38 | 203.528.298,79 | 16.408.807,59 |
| Títulos e Valores | 9.073,27 | 9.073,27 | 0,00 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas | -3.107.309,69 | -2.431.128,84 | -676.180,85 |
| **TOTAL** | **260.447.589,27** | **237.367.068,66** | **23.080.520,61** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado. Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que os mesmos já apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador passará a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado abaixo, após realizar o ajuste de seus valores.

| TÍTULO | PRAZO MÁXIMO |
|---|---|
| Aeronaves | 2011 |
| Embarcações | 2011 |
| Equipamentos de Processamento de Dados | 2011 |
| Veículos de Tração Mecânica | 2011 |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | 2012 |
| Máquinas e Equipamentos Industriais | 2012 |
| Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboriais e Hospitalares | 2013 |
| Mobiliário em Geral | 2013 |

A respeito dos bens imóveis, vale citar as Obras em Andamento, cujo aumento perfez R$ 13.989,07 milhões, com destaque para obras no âmbito do Ministério dos Transportes.

**IMÓVEIS: OBRAS EM ANDAMENTO**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

### 6.3.24 - Intangível

A composição do Ativo Intangível da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

em R$ milhares

| INTANGÍVEL | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 2010 (a) | 2009(b) | |
| Softwares | 71.155,30 | 8.060,08 | 63.095,23 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 108.763,30 | 100.460,02 | 8.303,28 |
| Direito de Uso de Imóveis | 2.240,17 | 2.590,85 | (350,68) |
| Concessão de Direitos - Comunicações | 39.009,40 | 17.778,78 | 21.230,62 |
| Amortização Acumulada | (31.062,88) | (22.276,96) | (8.785,92) |
| **TOTAL** | **190.105,29** | **106.612,77** | **83.492,52** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ressalta-se que o item Softwares representa 37,4% do grupo Intangível e sua variação de 2010 em relação a 2009 representou 75,6% das variações do grupo no mesmo período.

### 6.3.25 - Passivo Financeiro - Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até 31.12.2010. Tais recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

em R$ milhares

| DEPÓSITOS | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 2010(a) | 2009(b) | |
| Consignações | 35.044,89 | 178.707,40 | -143.662,51 |
| Recursos do Tesouro Nacional | 534.715,74 | 1.183.270,02 | -648.554,28 |
| Depósitos de Diversas Origens | 17.366.907,15 | 10.734.726,97 | 6.632.180,19 |
| Depósitos Compulsórios | 91.422,96 | 91.407,86 | 15,09 |
| Depósitos – Bloqueio de Transferência Constitucional | 27.936,99 | 8,81 | 27.928,18 |
| **TOTAL** | **18.056.027,72** | **12.188.121,06** | **5.867.906,66** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

### 6.3.26 - Passivo Financeiro - Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação, no valor de R$ 170.246 milhões, representam 90,7% do Passivo Financeiro e são constituídas dos seguintes itens:

em R$ milhares

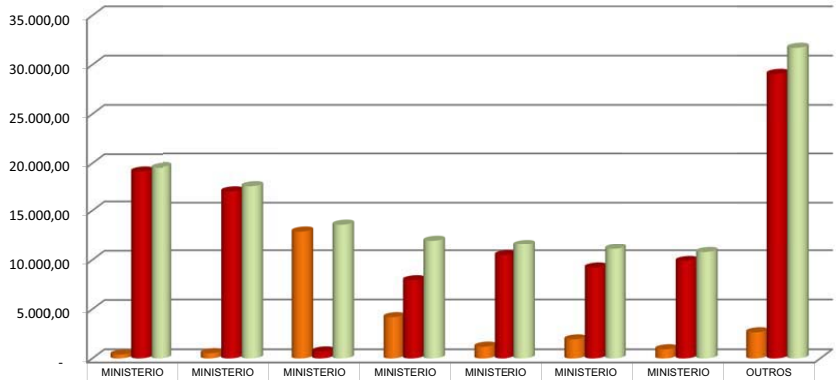
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 2010(a) | 2009(b) | |
| Restos a Pagar Processados | 24.755.541,02 | 21.999.578,30 | 2.755.962,72 |
| Restos a Pagar Não Processados | 103.282.259,89 | 92.126.197,15 | 11.156.062,74 |
| Credores Diversos | 1.507.884,02 | 1.808.331,35 | -300.447,33 |
| Valores em Trânsito Exigíveis | 3.715,50 | 3.859,04 | -143,54 |
| Recursos Especiais a Liberar para Transferência | 6.927.922,96 | 3.874.941,37 | 3.052.981,59 |
| Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento | 33.030.603,14 | 30.087.435,77 | 2.943.167,38 |
| Recursos a Liberar – Gestão Fundo | 0,00 | 267,00 | -267,00 |
| Recursos Vinculados – Entidades TCT | 304.027,34 | 409.850,67 | -105.823,33 |
| Outras Obrigações a Pagar | 34.087,36 | 66.942,74 | 267.144,62 |
| **TOTAL** | **170.246.041,22** | **150.477.403,38** | **19.768.637,85** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Pela importância, faz-se destaque aos valores de Restos a Pagar, que representam 75,2% das Obrigações em Circulação e compreendem os Restos a Pagar Processados, que são as despesas liquidadas e não pagas, lançadas nas contas de Fornecedores e ou Pessoal a Pagar, dentre outras, e os Restos a Pagar Não Processados, que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei n° 4.320, de 1964. Salienta-se que o valor de Restos a Pagar Não Processados representou 61% das Obrigações em Circulação e sua variação de 2010 em relação ao exercício de 2009 foi de 56,4% dentro das variações do grupo.

No gráfico seguinte, notam-se os montantes inscritos por órgão:

**PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR EM R$ MILHÕES**




| | MINISTERIO DAS CIDADES | MINISTERIO DA FAZENDA | MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL | MINISTERIO DA SAUDE | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | MINISTERIO DA EDUCACAO | MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | OUTROS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RP Processados | 388,93 | 526,10 | 12.990,58 | 4.177,31 | 1.185,32 | 1.920,53 | 920,98 | 2.645,79 |
| RP não processados | 19.156,57 | 17.068,08 | 698,53 | 7.872,91 | 10.429,16 | 9.163,18 | 9.824,19 | 29.069,65 |
| Total | 19.545,50 | 17.594,18 | 13.689,11 | 12.050,22 | 11.614,48 | 11.083,71 | 10.745,17 | 31.715,43 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Outra ênfase se volta para Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento, cujo valor se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, registrados no Ativo Financeiro, subgrupo Créditos em Circulação.

### 6.3.27 - Passivo Não-Financeiro – Obrigações em Circulação

A composição de Obrigações em Circulação é apresentada a seguir:

em R$ milhões

| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | SALDO EM 31/12/2010 | % |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas | 544.392,06 | 93,1% |
| Operações de Crédito Externas | 8.631,55 | 1,5% |
| Outros Credores – Entidades e Agentes | 51.554,58 | 8,8% |
| Outros débitos a pagar | 59.580,32 | 10,2% |
| Precatórios a pagar (a partir de 05/05/2000) | 10.499,43 | 1,8% |
| Retificação de RP não processados a liquidar | -103.282,26 | -17,7% |
| Outros | 13.306,30 | 2,3% |
| | **584.681,97** | **100,0%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Nota-se que o item de maior destaque no grupo são as Operações de Crédito Internas, que correspondem a 93% do montante total.

### 6.3.28 - Passivo Não-Financeiro – Exigível a Longo Prazo

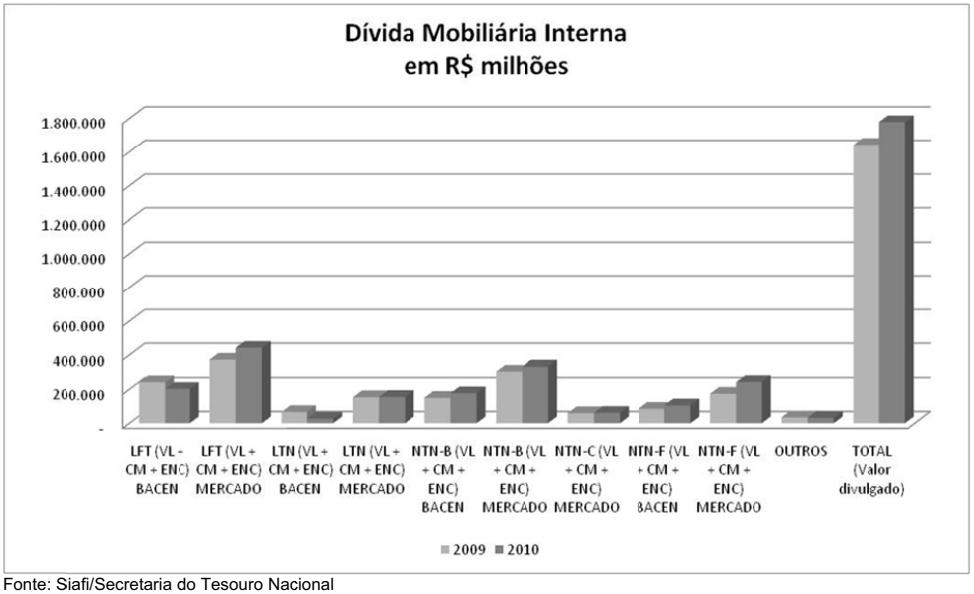
A composição do Exigível a Longo Prazo é apresentada a seguir:

em R$ milhões

| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | SALDO EM 31/12/2010 | % |
|---|---|---|
| Operações de Crédito - Internas | 1.806.597,81 | 91,5% |
| Operações de Crédito – Externas | 83.771,37 | 4,2% |
| Outros | 84.712,10 | 4,3% |
| **TOTAL** | **1.975.081,28** | **100,0%** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Verifica-se que o item de maior destaque no grupo são as Operações de Crédito Internas, que correspondem a 91,5% do montante total. O detalhamento dos títulos da Dívida Mobiliária Interna são apresentados a seguir:



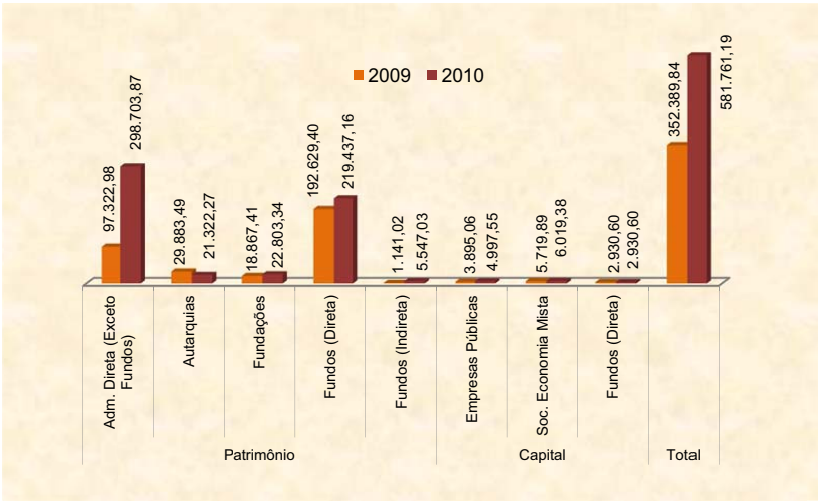

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

### 6.3.29 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL – é composto pelos subgrupos patrimônio/capital, reservas, lucro ou prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial. Em termos monetários, o PL reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, representa a diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

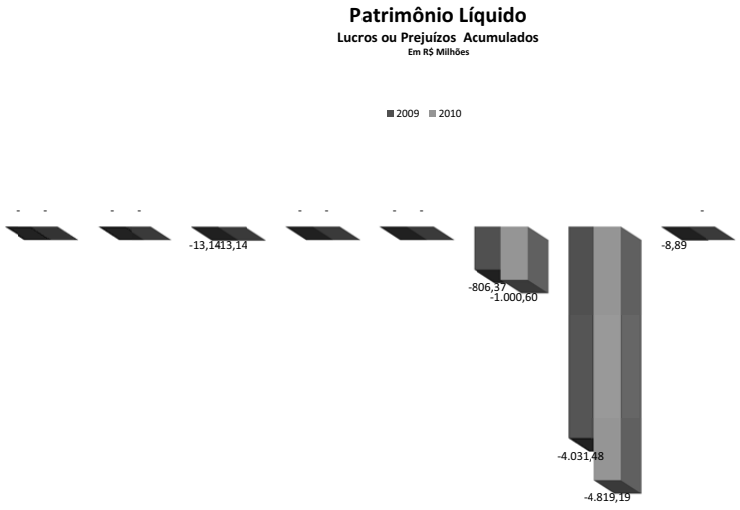
No subgrupo Patrimônio/Capital, encontra-se de um lado, o resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, esses compõem o Patrimônio; e de outro lado, o Capital das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de alguns fundos da administração direta. A seguir, evidencia-se graficamente essa composição:

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**PATRIMÔNIO / CAPITAL**
**EM R$ MILHÕES**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A variação monetária do subgrupo Lucro ou Prejuízos Acumulados, prejuízo de R$ 972 milhões no exercício financeiro de 2010, está decomposta no gráfico seguinte. Mediante observância aos valores, nota-se que as sociedades de economia mista apresentaram maior contribuição para a formação desse resultado.




Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

### 6.3.30 - Ativo Compensado e Passivo Compensado

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir:

em R$ milhares

| Compensações Ativas Diversas | VALOR | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2009 |
| Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens | 87.330.453,32 | 63.120.030,79 |
| Garantias De Valores | 156.896.195,11 | 149.802.053,08 |
| Direitos e Obrigações Conveniados | 230.114.917,59 | 214.825.293,43 |
| Direitos e Obrigações Contratuais | 248.180.917,71 | 278.439.317,35 |
| **Outras Compensações** | **263.479.737,54** | **2.520.487.394,52** |
| **TOTAL** | **986.002.221,26** | **3.226.674.089,16** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

em R$ milhares

| Compensações Passivas Diversas | VALOR | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2009 |
| Valores, Títulos e Bens Sob Responsabilidade | 87.330.453,32 | 63.120.030,79 |
| Valores em Garantia | 156.896.195,11 | 149.802.053,08 |
| Direitos e Obrigações Conveniados | 230.114.917,59 | 214.825.293,43 |
| Direitos e Obrigações Contratadas | 248.180.917,71 | 278.439.317,35 |
| **Compensações Diversas** | **263.479.737,54** | **2.520.487.394,52** |
| **TOTAL** | **986.002.221,26** | **3.226.674.089,16** |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

Em 2010, a rotina para contabilização de Outras Compensações e Compensações Diversas foi alterada para que o saldo das contas de compensação se aproxime do valor real dos atos potenciais. Com essa alteração, o montante do Ativo e Passivo Compensados diminuiu 69% em relação ao exercício anterior. Os valores do Ativo Total e Passivo total, consequentemente, também sofreram uma diminuição de 30% em relação a 2009.

### 6.3.31 - Receita Intraorçamentária de Capital

A conta 4.8.1.1.1.01.00 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública – foi criada em setembro para lançamentos pela Unidade Gestora 170600 – Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública, para atender à nova rotina de emissão de títulos da dívida pública em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, em atendimento à lei 10.260/2001, alterada pela lei 12.202/2010. Em 31/12/2010, a conta apresentava um saldo de R$ 311.751.060,12.

### 6.3.32 - Despesa com depreciação, amortização e exaustão

em R$ milhares

| Ajustes de bens, valores e créditos | VALOR | | Variação (a-b) |
|---|---|---|---|
| | 2010 (a) | 2009 (b) | |
| Desvalorização de Bens | 3.898.409,38 | 1.930.415,21 | 1.967.994,17 |
| Desvalorização de Títulos e Valores | 2.827.308,76 | 2.387.626,73 | 439.682,03 |
| Ajustes de Créditos | 66.876.181,52 | 64.912.040,05 | 1.964.141,47 |
| **Depreciação, amortização e exaustão** | **766.937,88** | **237.983,90** | **528.953,98** |
| **TOTAL** | 74.368.837,54 | 69.468.065,89 | 4.900.771,65 |

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O item despesa com depreciação, amortização e exaustão retrata que, em 2010, tal despesa foi igual a R$ 766.937.880,34, 222% do valor do mesmo período do ano anterior. Tal ocorrência deve-se ao início do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macro-função 02.03.30 (Reavaliação, Redução a valor recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), disponível no Manual Siafi Web e, apesar de o valor, em termos absolutos, não ser expressivo, representa o início da evidenciação.

**6.3.33 - Reclassificação de Itens**

Os seguintes itens de balanço da Demonstração das Variações Patrimoniais, para tornar mais claro o que se evidencia neles, sofreram as seguintes alterações nos nomes:

**Variações Ativas:**

- O nome do item "OUTRAS TRANSFERENCIAS", pertencente ao item "RECEITAS CORRENTES", foi alterado para "OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES";
- O nome do item "OUTRAS TRANSFERENCIAS", pertencente ao item "RECEITAS DE CAPITAL", foi alterado para "OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL";
- O nome do item "OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS", pertencente ao item "AJUSTE DE BENS, VALORES E CREDITOS", foi alterado para "OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS".

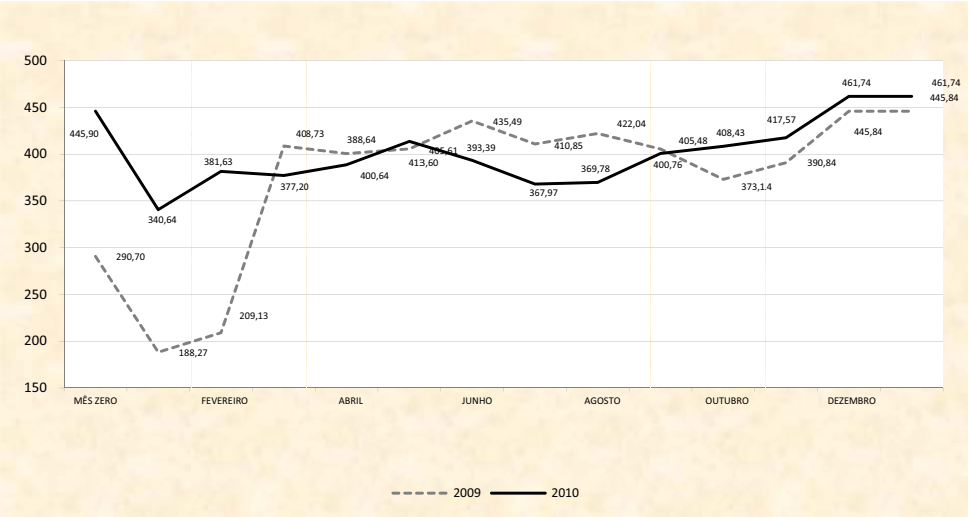
Variações Passivas:

- O nome do item "OUTRAS BAIXAS DE VALORES", pertencente ao item "DECRESCIMOS PATRIMONIAIS", foi alterado para "OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS".
- O saldo do item "DIVIDA POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECUR" do Balanço Patrimonial foi realocado para uma maior qualidade da informação patrimonial, para os seguintes itens abaixo relacionados: FORNECEDORES A PAGAR; PESSOAL A PAGAR; OUTROS DEBITOS A PAGAR; e BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR.

**6.3.34 - Influência dos saldos da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha no Balanço Financeiro**

Em dezembro de 2010, a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha passou a fazer parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, porém, por problemas operacionais, seus saldos foram contabilizados como se o órgão pertencesse ao OFSS desde o início do ano. Esse fato contaminou todos os valores do balanço financeiro, o que explica a diferença entre a Disponibilidade para o Exercício Seguinte de 2009 e Disponibilidade do Exercício Anterior de 2010, que deveriam ser iguais. Os quadros abaixo evidenciam a variação do Balanço Financeiro mês a mês, salientando-se que os saldos da Caixa da Marinha estão incluídos nesses valores.

**SALDO EM DISPONIBILIDADES (EM R$ BILHÕES)**




Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

**6.3.35 - Criação, extinção, liquidação ou incorporação de órgãos**

O Ministério da Pesca e Aquicultura (58000) foi criado com a publicação da Lei nº 11.958 de 26/06/2009 e do Decreto nº 6972, de 29/09/09, resultado de um esforço conjunto entre poder público e sociedade civil.

A Lei nº 12.289, publicada em 20/07/10, instituiu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (órgão 26442), com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (órgão 26267) foi criada com a publicação da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, tem natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

A Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009 criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC (órgão 44902), de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

O órgão 32993 - Conta Consumo De Combustíveis Fósseis/Eletrobras foi excluído, uma vez que o registro dos seus dados no Siafi já estavam constatados no balanço publicado anualmente pela Eletrobrás – empresa pública. Este fato foi detectado após a análise pelo MME dos Balancetes para a integração, concluindo que o órgão deveria ser excluído.

A partir de 2010, o Conselho Nacional de Justiça, que até então constava na estrutura do Supremo Tribunal Federal, passou a ser um órgão (17000). O Conselho Nacional do Ministério Público também foi transformado em órgão em 2010 (órgão 59000).

PARTE VII

# PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (CONTAS DE 2009)

# PARTE VII – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2009

### 7.1 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

**Recomendação I:** Ao Poder Executivo que consigne dotação orçamentária às ações constantes do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias e adote as providências cabíveis no sentido das referidas ações terem sua execução priorizada frente às demais despesas discricionárias.

#### 7.1.1 – No âmbito do Ministério da Fazenda

Providências adotadas no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Spoa/MF:

No sentido amplo, as providências requeridas no citado item constituem matéria de competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, razão por que o foco da resposta recai sobre a única ação orçamentária que constou do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (Lei nº 11.768/2008) e que está sob o gerenciamento exclusivo do Ministério da Fazenda – MF.

Trata-se da operação especial "0A84 - Financiamento para Promoção das Exportações - Proex" (Lei nº 10.184, de 2001), pertencente à UO 74101 - Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional/MF. A proposta orçamentária - 2009 para essa ação foi de R$ 1.300.000.000,00, a qual foi integralmente aprovada na LOA/2009, tendo as despesas atingido, naquele exercício, a cifra de R$ 613.541.730,98, restando, assim, um saldo orçamentário de R$ 686.458.269,02, cuja origem a Spoa/MF acredita advir de questões não relacionadas à restrição orçamentária, visto que a mencionada operação especial está livre de qualquer contingenciamento.

Providências adotadas no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF:

Sobre o assunto, cabe esclarecer o papel da STN/MF no processo de descentralização dos recursos financeiros aos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União. Compete à STN/MF, na condição de órgão central do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, liberar cotas financeiras do orçamento aos órgãos setoriais (Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração de cada ministério) da seguinte forma: por fontes de recursos e categorias de gastos (pessoal, dívida, custeio e investimento) e sem a identificação de programa, projeto, atividade, ação ou beneficiário dos recursos. A cada ministério compete proceder à execução de suas ações, de acordo com as prioridades de gastos estabelecidas pelas respectivas pastas setoriais. Portanto, não cabe providência no âmbito desta Secretaria.

#### 7.1.2 – No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Providências adotadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP:

Todas as ações do Anexo VII – Metas e prioridades constantes da Lei nº 12.309, de 09/08/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, foram orçadas no Projeto de Lei para 2011 – PLOA 2011, enviado ao Congresso Nacional em 31/08/2010.

### 7.2 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Recomendação II:** À Secretaria da Receita Federal do Brasil que proceda ao registro dos estoques dos créditos parcelados tributários (não previdenciários) e previdenciários instituídos pela Lei nº 11.960, de 29/6/2009, e pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009, nos sistemas de controle de parcelamentos.

Providências adotadas pela Receita Federal do Brasil – RFB:

Conforme informações prestadas pela Codac em Nota RFB/Codac nº 208/2010, as medidas adotadas pela RFB em atendimento a esta recomendação foram as seguintes:

I) Com relação à Lei nº 11.941/2009:

No regramento contido nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941/2009, foram criadas diversas modalidades de parcelamento especial, com requisitos especiais para deferimento e controle desses parcelamentos, além da previsão de reduções específicas para o pagamento a vista de débitos.

No que tange às modalidades de parcelamento e aos pagamentos a vista cumulado com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a concessão e os cálculos das reduções dependem da conjugação de uma série de condições, para as quais se faz necessária a interação com um enorme grupo de contribuintes ou devedores.

Com vistas à administração dessa interação, fez-se necessária a discriminação de todas as modalidades de parcelamento possíveis, nos termos do referido diploma legal, para que os contribuintes pudessem, até 30/11/2009, aderir às modalidades pretendidas, a saber:

i) Pagamento a vista com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL:
- de débitos previdenciários - parcelados ou não parcelados, no âmbito da RFB;
- de débitos não previdenciários - parcelados ou não parcelados, no âmbito da RFB;
- de débitos previdenciários - parcelados ou não parcelados, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); e
- de débitos não previdenciários - parcelados e não parcelados, no âmbito da PGFN.

ii) Débitos não parcelados anteriormente:
- Parcelamento de débitos previdenciários, no âmbito da RFB;
- Parcelamento de débitos não previdenciários, no âmbito da RFB;
- Parcelamento de débitos previdenciários, no âmbito da PGFN;
- Parcelamento de débitos não previdenciários, no âmbito da PGFN;
- Parcelamento de débitos compensados com créditos decorrentes do aproveitamento indevido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no âmbito da RFB; e
- Parcelamento de débitos compensados com créditos decorrentes do aproveitamento indevido de IPI, no âmbito da PGFN.

iii) Débitos parcelados anteriormente:
- Parcelamento de débitos previdenciários, no âmbito da RFB;
- Parcelamento de débitos não previdenciários, no âmbito da RFB;
- Parcelamento de débitos previdenciários, no âmbito da PGFN; e
- Parcelamento de débitos não previdenciários, no âmbito da PGFN.

Além disso, a Lei nº 11.941/2009, prevê ainda outras situações especiais pertinentes aos parcelamentos especiais por ela instituídos, quais sejam:

i) a possibilidade de uma pessoa física responsabilizada pelo não recolhimento de um tributo de uma pessoa jurídica requerer o parcelamento nas modalidades acima enumeradas, desde que haja anuência da pessoa jurídica;
ii) a possibilidade de um optante amortizar o valor correspondente a 12 prestações, aplicando-se, sobre esse valor as reduções previstas para o pagamento a vista; e
iii) a possibilidade de migração dos pedidos efetuados na forma dos arts. 1º a 3º da Medida Provisória nº 449, de 3/12/2008.

Em razão das particularidades pertinentes a cada modalidade de parcelamento, além daquelas relacionadas às demais situações especiais acima apresentadas, para cumprir o prazo estabelecido pelo art. 12 da referida Lei, segundo o qual a RFB e a PGFN teriam o prazo máximo de 60 dias para editar os atos necessários à execução dos parcelamentos, inclusive quanto à forma e ao prazo para confissão dos débitos a serem parcelados, de modo que a PGFN e a RFB regulamentaram, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22/07/2009, a operacionalização do parcelamento e do pagamento a vista com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL sendo efetuada em 2 etapas, a seguir descritas.

Na 1ª etapa, já consumada, os contribuintes efetuaram a desistência dos parcelamentos ativos, cujo saldo pretendem parcelar na forma e condições da Lei nº 11.941/2009, e optaram pela adesão às modalidades de parcelamento ou pagamento a vista com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, com efeitos condicionados ao pagamento da 1ª parcela, no valor mínimo exigido nos incisos I e II do §6º do art. 1º e nos incisos I, II e III do §1º do art. 3º da mencionada Lei.

Na 2ª etapa, a consolidação da dívida a ser parcelada será realizada a partir da indicação pormenorizada dos débitos, da confirmação dos montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL e da quantidade de parcelas que o contribuinte pretende parcelar seu saldo devedor, conforme o disposto nos §§ 3º e 11 do art. 1º do citada Lei.

Impõe-se esclarecer que não seria possível para a Administração Tributária conceder o parcelamento somente quando o sistema informatizado necessário à consolidação dos débitos estivesse disponível, pelos seguintes motivos:

i) O art. 12 da Lei nº 11.941/2009 determinou, conforme já colocado acima, que a publicação dos atos necessários à execução dos parcelamentos fossem editados até o dia 27/07/2009, determinação legal que foi cumprida por meio da publicação da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2009; e
ii) O art. 7º da mesma lei determinou que a opção pelos parcelamentos deveria ocorrer até 30/11/2009, ou seja, em uma data na qual não seria possível a implementação de um sistema informatizado capaz de interagir com o contribuinte a fim de buscar as informações necessárias para consolidar todos os débitos e determinar o valor da parcela definitiva, circunstância que, conforme já dito, levou a implementação da adesão ao parcelamento mediante a exigência de uma parcela mínima nos valores previstos no § 6º do art. 1º ou no § 1º do art. 3º da Lei nº 11.941/2009.

Para atender a regulamentação, foram disponibilizadas, em 17/08/2009, nos sítios da RFB e da PGFN, funcionalidades que possibilitaram aos contribuintes formalizar a adesão às modalidades de parcelamento ou de pagamento a vista com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, bem como formalizar as desistências de parcelamentos anteriores, as quais asseguraram a cobrança, para os 343.660 parcelamentos objeto de desistência, do valor

mínimo estabelecido na lei, correspondente a 85% do valor da prestação paga em novembro de 2008.

Diante da forma de negociação prevista e dos diversos regramentos e inovações trazidos pela Lei nº 11.941/2009, constatou-se não ser possível a utilização das funcionalidades já implementadas nos sistemas que controlam outras formas de parcelamentos. Portanto, foi necessário especificar novas funcionalidades para controlar as 14 modalidades de parcelamentos advindas dessa Lei, principalmente aquelas relativas a situações até então inexistentes, como o parcelamento de débitos de pessoa jurídica por pessoa física, o parcelamento que considera o histórico do débito (se já foi ou não parcelado anteriormente) e a possibilidade de o optante amortizar o valor correspondente a 12 prestações, aplicando-se, sobre esse valor, as reduções previstas para o pagamento a vista.

Cabe também esclarecer que o sistema que controlará os parcelamentos da Lei nº 11.941/2009, receberá, de cada sistema que hoje controla o débito, originário da RFB e da PGFN, os débitos previdenciários e os não previdenciários, bem como o histórico de cada débito a ser incluído no parcelamento, isto é, se esse débito já foi objeto ou não de parcelamento anterior e de qual parcelamento esse mesmo débito fez parte, pois é imprescindível, para a correta consolidação, identificar se o débito foi parcelado no âmbito da Lei nº 9.964, de 10/04/2000 (Refis) ou da Lei nº 10.684, de 30/05/2003 (Paes) ou da Medida Provisória nº 303, e 29/06/2006 (Paex) ou ainda da Lei nº 10.522, de 19/07/2002 (Parcelamento Ordinário), pois, de acordo com a determinação legal, caso o mesmo débito tenha feito parte do Refis, do Paes ou do Paex, por exemplo, será considerado, para fins de aplicação das reduções concedidas nas multas e nos juros, o primeiro desses parcelamentos especiais no qual o débito tenha sido incluído. Essa regra aplica-se ainda que o débito tenha sido anterior ou posteriormente parcelado na forma dos parcelamentos ordinários.

Outro ponto importante a ser destacado é que, em razão da quantidade de optantes validados, não é possível pensar em outra forma de tratamento e controle desse parcelamento que não seja informatizada e com utilização de ferramentas de interação direta com o contribuinte; por isso, da mesma forma que ocorreu na etapa de adesão, na etapa de negociação e consolidação serão disponibilizadas funcionalidades na Internet para que os contribuintes indiquem os débitos a serem parcelados, já trazendo nesse momento todas as informações sobre os débitos, inclusive o histórico de parcelamento, se houver.

Fará parte dessas funcionalidades a possibilidade de simulação do cálculo das parcelas, ou seja, o contribuinte escolhe o número de parcelas: a cada faixa de parcela é aplicado percentual diferenciado de redução de multa e juros, conforme disposto o § 3º do art. 1º da Lei, que resulta um saldo a ser parcelado; a partir desse saldo, o sistema oferece a possibilidade de amortização de multa e de juros da dívida com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL; assim, a faixa escolhida poderá ser modificada, permitindo ao contribuinte simular novamente os valores dos débitos até que o mesmo defina a situação mais favorável a ele. A partir dessas informações, a negociação e a consolidação serão concluídas e os sistemas de cobrança (débitos previdenciários e não previdenciários - inscritos e não inscritos) serão atualizados de forma on-line. Todo esse processo pressupõe grande interação entre as diversas bases que controlam os débitos previdenciários e não previdenciários inscritos ou não em Dívida Ativa da União – DAU.

Todas essas funcionalidades servirão para tratar débitos previdenciários e não previdenciários, o que é outro fato relevante, pois pela primeira vez os débitos previdenciários serão tratados de forma automática e juntamente com os débitos não previdenciários; isso significa ajustes nas rotinas dos sistemas, uma vez que as construções tecnológicas dessas bases de dados são diferentes, ou seja, a negociação e a consolidação das diversas modalidades de parcelamento e pagamento a vista com utilização de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL envolvem integração entre todos os sistemas que controlam débitos no âmbito da RFB e da PGFN e, embora a centralização da opção e da consolidação esteja a cargo do Serpro, não se pode perder de vista que é necessário integrar também todos os sistemas de cobrança de débitos previdenciários que estão hoje a cargo da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – Dataprev.

As funcionalidades que permitirão a negociação e a consolidação da dívida dos optantes pelas modalidades da Lei nº 11.941/2009 serão integradas aos seguintes sistemas-base que controlam débitos, quais sejam:
- Sief Processos (débitos não previdenciários em processo sob administração da RFB);
- Sief Fiscalização Eletrônica (débitos não previdenciários sob administração da RFB não controlados em processo - débitos oriundos de declarações entregues por pessoa jurídica);
- Conta Corrente Pessoa Física (débitos não previdenciários sob administração da RFB não controlados em processo - débitos oriundos de declarações entregues por pessoa física e multa por atraso na entrega de declarações);
- Conta Corrente Pessoa Jurídica (débitos não previdenciários sob administração da RFB não controlados em processo - débitos de multa por atraso na entrega de declarações por pessoa jurídica);
- Sistema ITR - Imposto Territorial Rural (débitos de Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural);
- Sicob e DIVIDA (débitos previdenciários inscritos em Divida Ativa da União e não inscritos); e

- Sistema SIDA (débitos não previdenciários inscritos em Divida Ativa da União).

Considerando todas essas integrações, nota-se que as especificações das funcionalidades para controlar essas modalidades de parcelamento são extremamente complexas; por isso foi instituído, no âmbito da RFB, por meio da Portaria RFB nº 1.856, de 04/08/2009, um grupo de trabalho com dedicação prioritária aos trabalhos relativos aos parcelamentos em questão, com objetivo de especificar e homologar os sistemas de apoio a esses parcelamentos.

Cumpre ainda informar que, para operacionalização das modalidades de parcelamento previstas nos arts. 1º a 3º da Lei nº 11.941/2009, foi apresentado, no final de julho de 2009, para a aprovação do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, do Secretário da Receita Federal do Brasil e do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Projeto de Implantação do Parcelamento e Pagamento a Vista da Lei nº 11.941, de 2009, onde constam justificativas, objetivo geral, objetivos específicos, resultados esperados, restrições, planilha de riscos e cronograma com metas iniciais, deixando claro que, para análise de efetiva viabilidade de implementação dos prazos estabelecidos como metas, deveriam ser analisados os documentos finais de especificação. A entrega desses documentos ocorreu em 12/03/2010.

O projeto em execução observa a metodologia de gerenciamento de projetos da RFB, que estabelece a realização de reuniões quinzenais de ponto de controle com a participação da RFB, da PGFN, do Serpro e da Dataprev. Todas as reuniões possuem registro em ata, levantamento dos pontos críticos e seus respectivos encaminhamentos, com vista a cumprir o cronograma acima referido e, até o presente momento, tem-se observado o cumprimento dos prazos fixados. Para tanto, faz parte dessas reuniões apresentação pelo Serpro de relatório executivo do desenvolvimento do sistema, indicando a evolução do percentual de progresso físico de construção das funcionalidades e integrações que serão utilizadas para negociação e consolidação das diversas modalidades do parcelamento.

Mensalmente é apresentado ao Comitê do Macro Processo do Crédito Tributário, composto por representantes da PGFN, da RFB, do Serpro e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, relatório de acompanhamento da execução do Projeto.

II) Com relação ao estágio de desenvolvimento do sistema de consolidação da Lei nº 11.960/2009, parcelamento específico para contribuições previdenciárias de municípios, suas autarquias e fundações, cabe esclarecer que as rotinas já foram especificadas e estão aguardando recursos do prestador de serviço para início da construção.

A intenção inicial da Codac era que a construção das modalidades de parcelamento da Lei nº 11.960/2009 fosse realizada de forma conjunta com as modalidades de parcelamento da Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 11.941/2009 (modalidades Simplificada e Ordinária), que já está em fase de construção. Contudo, em reunião com o prestador de serviço, Dataprev, foi necessário desvincular a construção dessas modalidades, haja vista a limitação de recursos e a complexidade e diversidade das implementações.

Como as modalidades de parcelamento da Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 11.941/2009, envolvem uma quantidade de pedidos muito superior ao da Lei nº 11.960/2009, haja vista se tratar de um pedido que pode ser efetuado de forma rotineira, sem prazo definido, como ocorre nos parcelamentos especiais e também mais antigos, a administração tributária julgou necessário priorizar as modalidades da Lei nº 10.522/2002, em detrimento às modalidades da Lei nº 11.960/2009.

Assim, o início da construção das modalidades referentes à Lei nº 11.960/2009, teria seu início em janeiro de 2011, com conclusão em abril de 2011.

Concluída a reprodução das informações anteriormente prestadas aos órgãos de controle, passamos a atualizar o cronograma estabelecido para a implementação da Lei nº 11.941/2009, haja vista que todas as considerações mencionadas na Nota RFB/Audit/Diaex nº 032/2010 continuam mantidas:

- 01 a 31 de março de 2011 – liberação, na WEB, da funcionalidade "Consulta dos débitos a serem parcelados pelas pessoas físicas e jurídicas e retificação das opções";
- 04 a 22 de abril de 2011 – liberação, na WEB, da funcionalidade "Negociação dos optantes (pessoa jurídica) pelo pagamento à vista com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)";
- 02 a 27 de maio de 2011 - liberação, na WEB, da funcionalidade "Negociação das pessoas físicas e das pessoas jurídicas optantes pelas modalidades de parcelamento de dívidas decorrentes do aproveitamento indevido de crédito de IPI";
- 06 a 30 de junho de 2011 – liberação, na WEB, da funcionalidade "Negociação das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de parcelamento diferenciado e optantes do lucro presumido nas modalidades Saldo de Parcelamentos e Dívidas nunca antes parceladas"; e
- 04 a 29 de julho de 2011 – liberação, na WEB, da funcionalidade "Negociação das demais pessoas jurídicas nas modalidades Saldo de Parcelamentos e Dívidas Nunca Antes Parceladas".

Reforçamos que a liberação de forma escalonada da etapa de negociação/consolidação, conforme consta

do cronograma acima, faz-se necessária em razão do volume de tráfego de dados entre as diversas bases, bem assim para suportar os acessos à página da RFB pelos contribuintes optantes.

Com relação ao estágio de desenvolvimento do sistema de consolidação da Lei nº 11.960/2009, parcelamento específico para contribuições previdenciárias de municípios, as condições expostas anteriormente permanecem as mesmas, porém a previsão de conclusão da construção das rotinas da Lei nº 10.522/2002 foi postergada para o final de maio de 2011. Assim, o início da construção das modalidades referentes à Lei nº 11.960/2009, terá seu início em junho de 2011.

As informações apresentadas pela RFB demonstram claramente a complexidade do assunto e o esforço que está sendo despendido pela área técnica responsável (Codac) para implementar as duas novas modalidades de parcelamento (Leis nº 11.941/2009 e nº 11.960/2009) no menor tempo possível. Com a conclusão destes trabalhos será possível obter informações acerca de quase todos os créditos tributários parcelados (não-previdenciários e previdenciários).

Concluindo a análise sobre os parcelamentos, cabe destacar que a Codac/RFB, ao longo dos anos, tem observado que cada vez mais os contribuintes não estão cumprindo com o pagamento de suas obrigações tributárias correntes e utilizando os parcelamentos com vistas a protelar o pagamento tempestivo destes tributos. Com a figura do reparcelamento (parcelamentos Simplificado e Ordinário) e do surgimento periódico de parcelamentos especiais, constata-se que grande parte do estoque é constituída por débitos tributários muito antigos, oriundos de rescisões de outras modalidades de parcelamentos, o que tem dificultado a recuperação desse passivo.

**Recomendação III:** À Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco Central do Brasil que realizem estudos com vistas a aprimorar a operação do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, contemplando mecanismos que aumentem a eficácia e a segurança do processo de inscrição e baixa de devedores naquele cadastro, considerando, especialmente, a possibilidade de registrar de forma individualizada cada um dos débitos associados a um mesmo devedor.

A STN/MF e o Banco Central do Brasil – Bacen têm realizado reuniões periódicas, com a participação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com o objetivo de definir as melhorias necessárias no banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, de forma a atender as necessidades das áreas envolvidas quanto às funcionalidades do Cadastro.

Caso as melhorias que se deseje implementar não sejam passíveis de serem suportadas pelo atual sistema de banco de dados do Cadin (Sisbacen do Bacen), como alternativa está sendo estudada a possibilidade de construção de nova base de dados para o Cadin em substituição ao sistema ora utilizado, bem como a estrutura do novo sistema a ser desenvolvido, com base nas novas funcionalidades a serem incluídas.

Esse trabalho contará com o envolvimento da PGFN e RFB, que respondem por 80% dos registros ativos do Cadastro Informativo.

Em paralelo às discussões relativas às melhorias no sistema do Cadin, a STN/MF tem conduzido reuniões periódicas com a PGFN a respeito do processo de transferência das atribuições normativas do Cadin desta Secretaria para a Procuradoria. Para que tal transferência seja efetuada, haverá necessidade de alteração no artigo 3o da Lei 10.522/2002.

**Recomendação VI:** Ao Ministério da Fazenda que assegure a fidedignidade dos dados gerenciais disponíveis no Siafi sobre o volume de prestações de contas de descentralização de recursos federais não analisadas e não apresentadas.

Providências Adotadas no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF:

Sobre a matéria cabe esclarecer e informar acerca da legislação balizadora da atuação dos órgãos federais, com relação a convênios e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

A Instrução Normativa n° 1, de 15/01/1997, da STN/MF, aponta que no Siafi deverão constar registro dos seguintes fatos administrativos relativos a convênios:

a) cadastramento de plano de trabalho: inciso I do art. 4° e art. 13;
b) alteração de plano de trabalho já cadastrado: art. 16;
c) recebimento de prestação de contas: parágrafos 2° e 2°- A do art. 31; e
d) aprovação (ou não) de prestações de contas: parágrafos 3° e 4° do art. 31, art. 34 e parágrafo único do art. 35.

Além disso, a Portaria n° 127, de 29/05/2008, assinala que no Siafi deverá constar registro relativo à tomada de contas especial, conforme o inciso II do § 3° do art. 63.

Os normativos citados servem para demonstrar que há determinações expressas de atuação dos órgãos federais concedentes para que registrem no Siafi a existência dos diversos fatos administrativos que ocorreram no curso de um convênio. Cabe à STN/MF, como gestora do Siafi, prover as

ferramentas, indicar os procedimentos e estabelecer critérios de segurança para que as informações nele refletidas sejam fidedignas às prestadas pelos órgãos concedentes, mas é destes a responsabilidade de alimentar o Siafi.

A diferença entre os fatos administrativos anotados no Siafi e os dados cotidianos decorre da falta de diligência dos órgãos federais concedentes de convênios, que não agiram tempestivamente. Mas essa omissão não é consequência de lacuna normativa, vez que há normas determinantes dessa atuação.

Providências adotadas no âmbito da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – Spoa/MF:

Cumpre esclarecer que, no âmbito da UG 170013 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Spoa/SE/MF, o saldo "A Comprovar" existente no Siafi, conta contábil 199620400, totaliza o montante de R$ 19.032.671,18, o qual se refere aos convênios 029646, 029667, 029685 e 432854.

Os convênios de nº 029646, 029667 e 029685 foram firmados pela extinta Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Seplan/PR com o Governo do Estado de Goiás, a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, respectivamente. Com a extinção da Seplan, ocorrida em março/1990, os saldos contábeis referentes aos convênios foram transferidos para a Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal – GRA/DF e com a extinção desta, em março/2003, foram transferidos para esta Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Registra-se o esforço envidado por esta Subsecretaria no intuito de atender a manifestação exarada no Acórdão TCU nº 1.170, de 27/07/2003, que determinou que se fizesse constar das próximas contas da então Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal – DAMF/DF as informações sobre os processos relativos às prestações de contas dos citados convênios. Tal afirmação está materializada no Ofício nº 15932/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 06/07/2004, nos Memorandos CONTA/COGEF/SPOA/SE/MF, nº 4 e 45, de 20/02/2004 e 29/09/2004, respectivamente, além do Ofício nº 196/2005/SPOA/SE-MF, de 06/05/2004, todos relacionados no Relatório SFCI/CGU/PR nº 190003, exercício 2006. Em face das justificativas da Defaz/DE/SFC/CGU apontando a ausência de listagem de documentos relativos ao acervo oriundo da extinta Ciset, bem como a não identificação dos supracitados processos no acervo recebido pela Spoa, a regularização dos respectivos saldos encontra-se prejudicada.

Em relação ao Convênio nº 432.854 - Governo do Distrito Federal, pesquisa realizada no dia 20/07/2010, na página do TCU na Internet, revelou que o referido processo ainda não foi concluso, encontrando-se na seguinte situação: Localização do Processo: MIN – BZ Gab. do Min. Benjamin Zymler; desde 24/06/2010 - 10:25:48 - Ordem 00.

Constam ainda no Siafi, na UG/GESTÃO 170013/0001, saldos nas contas contábeis 199620901 – Inadimplência Efetiva e 199620902 – Inadimplência Suspensa, os quais também foram originados em 2003 quando da extinção da GRA/DF.

Releva acrescentar que esta Setorial de Contabilidade iniciou, em janeiro de 2010, trabalho de depuração dos referidos saldos, conforme demonstrado no Relatório Mensal, Capítulo V - Metas para 2010, disponível na intranet Spoa, no endereço http://intraspoa.fazenda/spoa/, Contabilidade, item 8.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pretendeu num primeiro momento levantar a situação real de todos os convênios cadastrados e já num segundo momento promover as atualizações necessárias no Siafi e no Cadin, para então instaurar as devidas tomadas de contas especiais, caso necessário. Atualmente, o trabalho em comento está na sua segunda fase - promover as atualizações no Siafi e no Cadin.

No exercício das atribuições legais estabelecidas a Setorial de Contabilidade realiza mensalmente procedimentos padrão a fim de garantir a fidedignidade das informações disponíveis no Siafi das 363 unidades gestoras executoras, a saber:

a) Envio de mensagem Siafi a todas as unidades gestoras do MF, intitulada "Rol de Contas para Análise - Conformidade Contábil". O supracitado assunto consta no item 8; e
b) Análise mensal dos demonstrativos e auditores contábeis das unidades que compõem o MF: Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Escola de Administração Fazendária, Secretaria de Acompanhamento Econômico, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria de Política Econômica e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. As inconsistências detectadas e os saldos contábeis passíveis de análise são objeto de mensagens Siafi intituladas "Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis". A omissão das unidades no atendimento às mensagens Siafi enseja o registro da Conformidade Contábil com restrição, além da emissão de Memorandos denominados "Solicitação da Contabilidade/SC" que, em última instância, podem ser encaminhados ao Assessor de Controle Interno, conforme previsto no Manual Siafi, assunto 020315 Conformidade Contábil, item 4.13.

Considerando as disposições contidas nos artigos 6º, 8º e 9º da IN STN/MF nº 6/2007, que disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão; no artigo 31 da IN STN/MF nº 1/1997, que trata da celebração de convênios; no Decreto nº 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, parágrafo segundo do artigo 8º; e no Manual Siafi, assunto Conformidade Contábil, itens 2.1 e 2.2, a Coordenação de Análise Contábil informa a fidedignidade dos saldos existentes nas contas contábeis 199620400 - A COMPROVAR e 199620500 - A APROVAR no âmbito deste Ministério. Entretanto, não é possível garantir a fidedignidade dos saldos das contas 199620901 - Inadimplência Efetiva e 199620902 - Inadimplência Suspensa registrados na UG/GESTÃO 170013/00001 até a conclusão da segunda fase dos trabalhos em andamento.

Finalmente, com vistas ao pleno atendimento da determinação do TCU, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil - Cogef, por intermédio desta Coordenação de Análise Contábil, encaminhou correspondências aos titulares de unidades gestoras detentoras de saldo nas contas contábeis 199620400 e 199620500, solicitando, na ocasião, análise e providências aplicáveis à matéria.

**7.3 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**Recomendação IV (a):** Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que apresente um plano de ação com medidas para reduzir o estoque de prestações de contas não analisadas, considerando, entre outras, ações voltadas para melhoria na gestão do quadro de pessoal vinculado aos processos de análise de prestação de contas de recursos descentralizados.

Providências adotadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP

- implantação do Módulo Prestação de Contas no Sistema de Gestão de Convênios de Repasse – Siconv;
- capacitação de 4.398 servidores públicos no período de 2008 –2010; e
- alocação de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI) para levantamento dos casos e qualificação da informação por órgão concedente, quantitativos e valores envolvidos.

**Recomendação IV (b):** Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que priorize a completa implementação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

Providências adotadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP

- Implantação do Módulo Prestação de Contas no Siconv;
- Desenvolvimento do módulo de acompanhamento e fiscalização, que permitirá um acompanhamento concomitante à execução, e, consequentemente, a adoção de medidas preventivas de forma ágil, eficaz e eficiente;
- Melhorias no cadastro de Propostas e programa para Emenda Parlamentar;
- Carga do Legado (Dados de Formalização dos Convênios);
- Desenvolvimento da funcionalidade Banco de Projetos;
- Desenvolvimento da Integração de TA – Termo Aditivo com o SIiafi;
- Desenvolvimento da funcionalidade CONFLUXO – Ordem Bancária Confluxo de Caixa;
- Desenvolvimento de novos documentos DH – Documento Hábil;
- Integração com Banco do Brasil para abertura automática de contas;
- Evolução da integração com a CEF: a) funcionalidade de Contratação online; b) informações gerenciais de conta bancária; c) evolução para CEF alterar domicílio bancário; d) criação do perfil de Administrador de domicílio bancário; e) desenvolvimento da funcionalidade de TA – Termo Aditivo de alteração de domicílio bancário;
- Alocação de analistas;
- Alocação de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI) para agilização da implantação de vários módulos/funcionalidades, previstos no cronograma de implantação do SICONV; e
- Ações de capacitação voltadas para a melhoria na gestão do quadro de pessoal vinculados aos processos de análise de prestação de contas de recursos descentralizados.

**Recomendação IV (c):** Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que promova a adequação da execução orçamentária nas fontes "Recursos de Geração Própria", "Recursos para Aumento de PL – Controladora" e "Outros Recursos de Longo Prazo – Outras Estatais" sempre que ocorrer extrapolação no âmbito do Orçamento de Investimentos.

Providências adotadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest/MP

Orientação às empresas estatais, por meio de ofício, no sentido de exercerem adequado controle no tocante às fontes de financiamento dos projetos/atividades constantes do seu Orçamento de Investimento, de forma a evitar extrapolação no fechamento do exercício.

**7.4 – PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, DA EDUCAÇÃO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, DO TURISMO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA SAÚDE E DO ESPORTE**

**Recomendação V:** Aos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Integração Nacional, do Turismo, da Ciência e Tecnologia, da Saúde e do Esporte que adotem ações com vistas a reduzir o estoque de prestação de contas não analisadas de recursos descentralizados.

Providências adotadas pelo Ministério da Justiça

Realização de Concurso Público – Por meio do Edital MJ nº 01/2009, foi aberto certame para o preenchimento de 400 cargos de nível superior e 50 de nível médio. A nomeação dos candidatos aprovados teve início no mês de janeiro deste ano e aqueles lotados nas áreas de prestação de contas se adequam gradativamente às rotinas de trabalho e receberão cursos de capacitação, dentro da disponibilidade de atendimento pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos deste Ministério.

Mapeamento de Processos – Considerando a determinação de Termo de Conciliação Judicial firmado pelo Ministério do Planejamento com o Ministério Público do Trabalho, para substituição de terceirizados caracterizados como impróprios, bem como para resguardar a memória administrativa e assegurar a continuidade dos trabalhos, o Ministério da Justiça, por meio de contratação de empresa especializada, promoveu o mapeamento de processos internos de trabalho dos Órgãos do Núcleo Central, o qual abrangeu ainda a proposição de melhorias, transferência de conhecimento com implantação de escritório de processos, capacitação de equipes gerenciais, monitoramento e avaliação dos trabalhos implementados. Dentre os procedimentos internos mapeados, priorizaram-se aqueles referentes às análises de prestações de contas de convênios, notadamente naquelas Unidades cujo volume de transferência de recursos descentralizados é maior, tais como Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Oficina de Prestação de Contas – Em continuidade ao Mapeamento de Processos descrito no item anterior, no período de 20 a 24 de fevereiro de 2011, sob a organização da Coordenação-Geral de Modernização Administrativa da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – CGMA/SPOA foi realizada com as áreas do núcleo central deste Ministério "Oficina de Mapeamento de Processo de Prestação de Contas de Convênio", com o objetivo de unificar fluxos, e com isso buscar rotinas e soluções adequadas para melhorar o desempenho nas análises de processos dessa natureza.

- Providências pontuais adotadas:

i) Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp: melhoria do espaço físico, inclusive da Coordenação-Geral de Fiscalização e de Prestação de Contas, possibilitando melhores condições de trabalho e organização dos processos; instituição de Grupo de Trabalho em parceria com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados Federados, cuja ação foi implementada inicialmente com seis servidores oriundos dos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás e São Paulo. Destes, três já foram desmobilizados e os demais deverão retornar ao seu Estado de origem no mês de dezembro de 2010; estabelecimento de cota mínima mensal de análise para cada analista, dentro da filosofia gestão por resultado; e triagem de todas as prestações de contas com vistas a estabelecer aquelas que porventura não tenham tido execução e aquelas de menor complexidade, com vistas à priorização de análises.

ii) Fundação Nacional do Índio – Funai: além da admissão de novos servidores, por meio do Decreto n.º 7.059, de 28/12/2009, que promoveu a reestruturação daquela Fundação, foi implementado o Serviço de Contratos e Acordos, dentro da estrutura da Coordenação de Contabilidade, que, dentre outras atribuições contempla a análise de prestação de contas de recursos descentralizados.

Providências adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O MDS, desde sua criação em 2004, tem tomado providências diversas para a redução do estoque de prestação de contas não analisadas.

As áreas de atuação do Ministério que apresentam estoque de prestação de contas não analisadas são a Secretaria Nacional de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que continuamente vêm adotando um conjunto de medidas visando à melhoria de processos e procedimentos que permitiram importantes aprimoramentos em relação à análise de prestação de contas.

Dentre essas medidas, se destacam a contratação de novos profissionais e realização de concurso público, a capacitação de servidores, a adaptação de instalações físicas e ampliação de recursos materiais, notadamente de tecnologia da informação, bem como a realização de forças-tarefa para análise de processos e propostas de modificações nos normativos relacionados ao aperfeiçoamento dos processos de prestação de contas.

Em 2010 grande destaque foi a aprovação de nova estrutura regimental do MDS, por meio do Decreto n° 7.079, de 19/01/2010, que dotou o órgão de uma melhor organização para enfrentar esse desafio. Contudo, diante do incremento contínuo no

quantitativo de processos de descentralização de recursos e das fragilidades observadas nos entes federados responsáveis pela prestação de contas, uma efetiva redução nesse passivo só será possível com a intensificação dessas medidas, sobretudo a ampliação do quadro funcional.

- Medidas adotadas para reduzir o passivo de prestação de contas:

- Estruturação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a égide do Decreto nº 5.074, de 2004;
- Reestruturação ocorrida no MDS em 2005, pelo Decreto nº 5.550/2005, em que o FNAS passou a constituir uma Diretoria-Executiva, na estrutura da Secretaria Nacional de Assistência Social – DEFNAS/SNAS, com o fito de alinhar a execução à Política Nacional de Assistência Social-PNAS;
- Nova reestruturação do Ministério ocorrida em 2010, publicada no Diário Oficial da União em janeiro pelo Decreto nº 7.079/2010. Com a publicação do Decreto n.º 7.079/2010, a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social passou por uma reestruturação interna, com a criação da Coordenação-Geral de Prestação de Contas e, consequentemente, uma melhor estrutura de cargos e funções especificamente para o setor responsável pela análise da prestação de contas dos processos de repasse/transferências de recursos;
- Realização de concurso público (Edital nº 01/2006) com a imediata lotação de servidores na Coordenação de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Assistência Social/SNAS. Além disso, foram contratados funcionários terceirizados e estagiários para apoiar as atividades relacionadas à análise das contas;
- Implantação de um protocolo setorial na Sede da DEFNAS: essa iniciativa propiciou maior agilidade à tramitação das informações e dos documentos recebidos, manipulados e expedidos pela Unidade;
- Publicação da Portaria MDS n.º 459/2005 alterada pela Portaria MDS n.º 625/2010 que "Dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinaciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências.";
- Elaboração, publicação e disponibilização no sítio do MDS do Manual de Convênios 2010, conforme Portaria GM/MDS nº. 161, de 12/05/2008;
- Aumento do quantitativo de processos registrados no Siafi, possibilitando maior eficácia no acompanhamento e controle dos convênios; e
- Reorganização interna da equipe da CPC, dando maior objetividade e celeridade na análise dos processos, que passou a ser dividida em 3 grupos.

- Outras medidas adotadas:

Criação do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas), que surgiu para suprir necessidades de comunicação no âmbito do Suas e de acesso a dados sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede serve como instrumento de gestão e divulgação a gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários.

A Rede organiza a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados. Com isso, dá suporte à operação, financiamento e controle social do Suas, e garante transparência à gestão da informação.

A Rede Suas é composta por ferramentas que realizam registro e divulgação de dados sobre recursos repassados; acompanhamento e processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais; gerenciamento de convênios; suporte à gestão orçamentária; entre outras ações relacionadas à gestão da informação do Suas, composta de diversos subsistemas, dentre os quais: Sistemas de Gestão Financeira – Composto pelo Sistema de Repasse Fundo a Fundo (Sisfaf), Sistema de Gestão de Convênios (Siscon) e Sistema de Acompanhamento Orçamentário do Suas (Siaorc).

O Sisfaf é um sistema que agiliza e moderniza os procedimentos de repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos municipais e estaduais. Ele operacionaliza os repasses por intermédio de transferências automatizadas de arquivos para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Toda a base de dados de pagamentos está disponível no sistema InfoSuas.

O Siaorc faz o acompanhamento específico da gestão orçamentária do recurso gerido pelo FNAS. O sistema interage com o Sisfaf e é alimentado pelos dados exportados do Siafi. Após o devido tratamento, as informações são atualizadas tanto no Sisfaf como o Siafi.

O Siscon é responsável pelo gerenciamento de convênios. Todo trâmite dos convênios é acompanhando desde o preenchimento dos planos de trabalho e formalização do convênio até a prestação de contas.

O SUASWeb, que é uma ferramenta criada para agilizar a transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Compreende informações sobre contas-correntes, saldos, repasses, dentre outras. Traz, ainda, os Planos de Ação e os Demonstrativos Sintéticos de Execução Físico-Financeira.

O Info Suas, que é um sistema aberto à populaçãoe disponibiliza informações sobre os repasses

financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social. Também fornece acesso à base de dados sobre os pagamentos realizados em anos anteriores.

- Arquivamento:

A partir da publicação da Portaria Interministerial nº 24, de 19/02/2008, que disciplinou os procedimentos operacionais para o atendimento ao disposto no Art. 17 do Decreto n.º 6.170, de 25/07/2007, a então Coordenação de Prestação de Contas (CPC) do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) adotou algumas estratégias para cumprir o estabelecido pela referida portaria: arquivamento de instrumentos de transferências celebrados pelo MDS e análise de prestações de contas que não foram objeto do arquivamento.

Em maio de 2008 foi elaborada uma estratégia para o tratamento do passivo da unidade, na qual foram descritas as tarefas a serem desenvolvidas e os recursos necessários (tecnologia da informação, recursos humanos e materiais).

O passivo do FNAS, antes do início dos trabalhos da força tarefa, era de 91.023 prestações de contas que incidiram na abertura de 78.982 processos de prestações de contas. A diferença entre estes números deve-se ao fato de que as prestações de contas do Programa de Atenção à Criança – PAC, Programa de Atendimento à Pessoa Idosa – API e Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência – PPD de cada Município foram reunidas em um só processo.

Destaca-se que a SNAS, por meio do FNAS, firma, em média, cerca de 500 convênios por ano, bem como 5.500 processos na modalidade "fundo a fundo" na forma de repasse regular e automático, gerando, anualmente, aproximadamente 6.000 processos de prestação de contas.

Desta forma, faz-se necessário um incremento na força de trabalho para a realização da tarefa de análise, sua capacitação permanente e o estabelecimento de estratégias de gestão de modo a solucionar esta questão.

Como resultado da força tarefa houve uma diminuição significativa do passivo de processos pendentes de análise, visto que o número caiu de 91.023 para atuais 15.934, sendo 1.283 processos do Serviço de Ação Continuada, 6.458 processos referentes a Convênios e 8.193 prestações de contas dos recursos de cofinanciamento dos serviços sócio-assistenciais "fundo a fundo".

**PASSIVO DE PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (SET/2010)**

| Mês | Convênio | SAC | Transferência regular automática | Total geral |
|---|---|---|---|---|
| Jan | 6.306 | 1.609 | 10.278 | **18.193** |
| Fev | 6.285 | 1.574 | 10.278 | **18.137** |
| Mar | 6.268 | 1.516 | 8.293 | **16.077** |
| Abr | 6.267 | 1.459 | 8.249 | **15.975** |
| Mai | 6.756 | 1.402 | 8.245 | **16.403** |
| Jun | 6.553 | 1.375 | 8.231 | **16.159** |
| Jul | 6.484 | 1.345 | 8.215 | **16.044** |
| Ago | 6.526 | 1.328 | 8.208 | **16.062** |
| Passivo atual | 6.458 | 1.283 | 8.193 | **15.934** |

Fonte: CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS

A Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 24, de 19/02/2008, estabeleceu o prazo limite de 31/12/2008 para publicação dos Editais de Arquivamento de todos os processos que atendiam às suas exigências.

Para proceder ao arquivamento das prestações de contas relativas aos instrumentos de transferência, verificou-se o enquadramento daquelas que atendiam às condições estabelecidas pelo Art. 1º, incisos I, II, e III da Portaria supracitada, sendo, também, verificadas as situações mencionadas no Art. 3º da mesma Portaria.

Desta forma, de acordo com as condições elencadas acima, procedeu-se ao arquivamento de 28.544 instrumentos de transferência.

- Ações e propostas atuais para diminuir o passivo:

- Está em discussão junto à Assessoria Especial de Controle Interno/AECI a proposta de elaboração de uma portaria interministerial entre o MDS e a Secretaria Federal de Controle, com o fito de simplificar a análise das prestações de contas de convênios cuja categoria econômica é de despesas correntes, além de atribuir mais agilidade e eficiência nas análises, contribuindo para a economia processual;

- Reforço no quadro de servidores efetivos do FNAS. Para tanto, aguarda-se a nomeação de 35 novos Agentes Administrativos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 1 – MDS, de 06/10/2009;

- Realização de cursos para capacitação de pessoal, como por exemplo, Redação Oficial, Administração Financeira e Orçamentária, Análise de Prestação de Contas e utilização da ferramenta Siconv, com vistas a obter melhores índices de produtividade; e

- A implementação do módulo de prestação de contas no Siconv proporcionará maior agilidade e segurança na análise dos processos de prestação de contas.

- Caixa Econômica Federal:

Com o intuito de evitar o aumento de processos de prestação de contas a serem analisados, foi firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF) um contrato cujo objeto é a operacionalização do Programa Proteção Social Básica: Ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, e do Programa Proteção Social Especial: Ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

Neste contrato cabe à CEF aprovar o projeto básico de engenharia, firmar os contratos de repasses, realizar o empenho e liberação dos recursos, acompanhar a execução das obras e proceder à análise da prestação de contas.

Contudo, apesar das medidas adotadas para promover a diminuição do número de processos a serem analisados, salienta-se que os resultados dessas ações serão obtidos em médio e longo prazos.

Providências adotadas pelo Ministério da Educação

*Capes - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior:*
- Realização de concurso público;
- Desenvolvimento de sistema para o acompanhamento e registro do processo de prestação de contas integrado ao Sistema de Acompanhamento e Pagamento (SAC);
- Formalização de processo único para a concessão, o acompanhamento de auxílios para pesquisa e a execução financeira;
- Promoção de reuniões periódicas dos coordenadores de programas de pós-graduação com os técnicos da CAPES;
- Recadastramento de todos os processos existentes na área de prestação de contas (CPCC/CGOF/DGES) e gerenciamento com um sistema de arquivo que possibilita conhecer o passivo e a demanda atual; e
- Proposição de Projeto específico visando a análise do passivo da prestação de Contas.

*Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:*
- Encaminhamento de Ofício a todas as Secretarias de Estado da Educação solicitando a inserção da Prestação de Contas dos convênios do Censo Escolar no SINCOV, módulo "prestação de contas", criado em julho de 2010.

*SESu - Secretaria de Educação Superior:*
- Delegação ao FNDE da competência para efetuar a análise financeira e a aprovação da prestação de contas dos convênios firmados com as instituições de Ensino Superior não-federais e privadas;
- Das transferências voluntárias firmadas com instituições de Ensino Superior Federais, todos os convênios estão nas áreas responsáveis pela fiscalização e acompanhamento de seus programas, para emissão de parecer conclusivo da área técnica acerca do atingimento do objeto pactuado. Trabalho que está sendo desenvolvido em duas etapas: anexação e análise dos laudos, relatórios acadêmicos e de inspeção *in loco* apresentados ou pela Instituição de Ensino Superior, ou por equipe da SESu que fez a verificação *in loco*; e confeção do parecer técnico; e
- Determinar que, a partir de 2008, a Prestação de Contas das Descentralizações de Crédito às Universidades Federais seja efetuada na tomada de contas no exercício de cada Unidade Gestora. Cabe à SESu o acompanhamento relacionado ao cumprimento do objeto de acordo com os objetivos de cada descentralização às ações do MEC.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, a Secretaria de Educação Especial – Seesp e a Secretaria de Educação Básica – SEB informaram que a gestão dos convênios celebrados por aquelas Secretarias foram transferidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE por meio de Portarias deste Ministério.

As demais Secretarias informaram não se enquadrar na situação em questão ou não possuir prestação de contas pendentes sobre o assunto, e, o FNDE, apesar de cobrança por parte desta Assessoria, não encaminhou resposta até o presente momento.

Providências adotadas pelo Ministério da Integração Nacional

*Administração direta*: com vistas a reduzir o estoque de prestação de contas não analisadas de recursos descentralizados, o Ministério tem tomado as seguintes providências:

a) Quantitativo de pessoal empregado na análise das prestações de contas dos convênios.

Os 23 servidores em exercício na CGCONV realizam diretamente a análise financeira, contábil e de conformidade normativa das prestações de contas parciais e finais, inclusive a que se refere à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, referentes às transferências voluntárias e obrigatórias de recursos federais administrados por este Ministério.

b) Critérios de prioridade para análise das prestações de contas.

O grau de prioridade é estabelecido com base nas diretrizes expressamente contempladas em determinação recente do Presidente da República: orientação para resultados, aumento da eficiência e efetividade do gasto e da ação administrativa, orientação para as prioridades do governo e alinhamento das propostas com as competências deste Ministério:

- Prioridade 1 (prioridade máxima): nesta categoria encontram-se os processos administrativos cuja análise técnica e financeira é pré-requisito para transferências obrigatórias ou voluntárias de recursos federais necessárias à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

- Prioridade 2: engloba processos administrativos cuja análise técnica e financeira é pré-requisito para transferências obrigatórias ou voluntárias não integrantes do PAC.

- Prioridade 3: processos administrativos objeto de diligência dos Órgãos de Controle e Fiscalização da União (CGU, TCU), Tribunais de Contas Estaduais, Departamento de Polícia Federal, Advocacia-Geral da União, Poder Judiciário Federal e Estadual). O aumento do poder de fiscalização e auditoria dos Órgãos de Controle Interno e Externo da União (Secretaria Federal de Controle Interno e TCU) não vem sendo acompanhado do correspondente incremento da capacidade operacional dos sistemas de serviços gerais (logística, licitação, conservação e alienação do patrimônio público), tecnologia da informação, recursos humanos e transferências intergovernamentais (transferências obrigatórias e voluntárias). Neste segmento, o Ministério vem alocando a maior fatia dos recursos e do talento ainda disponível de seus analistas de prestação de prestação de contas.

O resultado do descompasso entre a efetiva atuação dos Órgãos de Controle da União e a capacidade operacional do Poder Executivo reflete-se no ritmo de crescimento de diligências respondidas por este Ministério e, consequentemente, dos recursos e do tempo dedicado pelos analistas de prestações de contas para atender os questionamentos, conforme tabela a seguir. Tais situações concorrem para a diminuição da capacidade de análise do Ministério.

**Diligências respondidas pela CGCONV**

| Exercício | Número de diligências respondidas |
|---|---|
| 2005 | 938 |
| 2006 | 2.230 |
| 2007 | 2.365 |
| 2008 | 2.434 |
| 2009 | 2.506 |
| 2010 | 2.324 |

Fonte: CGCONV
Obs: diligências respondidas até 23/12/2010

- Prioridade 4: processos administrativos cujo prazo para apresentação de prestação já expirou, encontram-se em situações diversas. Esses processos administrativos constituem o estoque de processos administrativos cujas prestações de contas encontram-se pendentes de análise técnico-financeira (passivo).

O resultado do esforço deste Ministério pode ser vislumbrado na tabela a seguir: uma diminuição progressiva, entretanto lenta do passivo . O tempo necessário para concluir as análises técnica e financeira de prestações de contas integrantes do passivo hoje existente, mantidas as características do cenário vigente e sem contar com o ingresso de novos processos, oscila entre quatro e seis anos.

Apesar de não vislumbrarmos em curto prazo a baixa integral do total do passivo, cabe registrar a performance desta CGCONV se considerarmos que o quadro demonstrado no Acórdão nº 1674/2004-Plenário-TCU, de 10/11/2004, era, diferentemente da situação atual, deveras preocupante.

**EVOLUÇÃO DO PASSIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

| Situação dos convênios | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A Aprovar (análise técnica e/ou financeira pendente) | 3.814 | 2.658 | 2.449 | 1.942 | 2025 | 1.715 |
| A Comprovar (prestação de contas final não apresentada) | 814 | 1.069 | 809 | 188 | 387 | 333 |
| Inadimplência Efetiva (irregularidade física e/ou financeira) | 332 | 240 | 201 | 210 | 154 | 63 |
| Inadimplência Suspensa por Medida Judicial (motivo 310) | 554 | 612 | 612 | 303 | 271 | 267 |
| **TOTAL** | **4.784** | **4.579** | **4.071** | **2.643** | **2.837** | **2.378** |

Fontes: 2005 a 2007 : SIAFI Operacional; 2008, 2009 e 2010: SIAFI Gerencial.

c) Estoque de Avenças no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv.

O quantitativo de avenças firmadas no Siconv até 19/12/2010 era de 3.831, conforme demonstrativo da Tabela Dinâmica de Convênios deste Ministério. Com relação às Avenças registradas no Siconv, informamos que os dados são extraídos da base de dados, não havendo ferramenta gerencial no Portal de Convênios que possibilite dimensionar as transferências com Saldos nas Contas Contábeis A aprovar, A Comprovar, Inadimplência Suspensa e Inadimplência Efetiva.

*Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam*: Segundo a Coordenação-Geral de Administração e Finanças – COGAF, a Sudam vem adotando ações com vistas a reduzir o estoque de prestação de contas não analisada de recursos descentralizados, por meio das seguintes providências:
- Atualizar registro no Siafi - Convênios Aprovados;
- Proceder registro no Siafi após instalação de TCE;
- Concluir prestação de contas que aguardam análise da manifestação apresentada pelo gestor;
- Concluir prestação de contas que estão aguardando manifestação;
- Realizar análise da prestação de contas anteriores ao exercício de 2008;

- Realizar análise da prestação de contas apresentadas em 2008;
- Realizar análise da prestação de contas apresentadas em 2009;
- Concluir análise técnica das manifestações apresentadas; e
- Proceder parcelamento de débito de Convênio.

*Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene*: Com vistas a reduzir o estoque de prestação de contas de recursos descentralizados, não analisadas, referente a um passivo (abril/2009) de 174 processos, sendo 164 Convênios e 10 outros instrumentos, dos quais 14 se encontravam arquivados, a Unidade de Gestão de Convênios da Sudene vem tomando as seguintes providências:
- Foi desenvolvida (setorial) uma nova solução em TI e concomitante foram levantados os processos que fisicamente estavam em tramite, sendo analisados e historiados de forma sucinta (caso a caso), até o ponto que se encontravam;
- Identificados, conforme situação deparada, foram encaminhados para emissão de Laudo Físico e/ou Financeiro, ou pontualmente notificados;
- Foram realizadas reuniões com todos os Estados Convenentes, assim como com as Entidades Sem fins Lucrativos, objetivando a solução das pendências levantadas; e
- Criadas Câmaras Conciliatórias com os Estados de Alagoas, Sergipe e, mais recentemente, com o Piauí, para melhor acompanhamento e solução daquilo que foi apontado como irregularidade.

Dessas medidas adotadas e resumidamente descritas, foram cadastrados, até o final de 2010, um passivo de 290 avenças. Foram emitidos mais de 80 Laudos Financeiros, notificados 135 processos (inclui mais de uma notificação para um mesmo convenente), arquivados mais 83 processos e 53 remetidos para instauração de Tomada de Contas Especial, sendo restituído aos cofres da União em 2010 o montante de R$ 1.579.217,33.

*Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS*: Para reduzir o estoque de prestação de contas de recursos descentralizados, está formada uma equipe, com a participação de novos servidores concursados, com vistas à aceleração de procedimentos de análise e à elaboração pareceres.

*Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf*: A Codevasf vem realizando esforços visando à redução de estoques de prestação de contas não analisadas das transferências voluntárias, por meio das seguintes medidas:
- Realocação de Empregados para Agilização da Análise das Prestações de Contas;
- Priorização das análises das prestações de conta de convênios por meio da alocação temporária de empregados para auxiliar unidades com volume elevado de prestações não analisadas e, ainda, redistribuição de processos para outras unidades, implicando na redução do estoque da Empresa;
- Criação da Unidade de Controle de Contratos e Convênios (UCC);
- Criação, na estrutura organizacional da Empresa, de uma Unidade de Controle de Contratos e Convênios, a qual compete orientar, capacitar e disseminar boas práticas na gestão de contratos e convênios; monitorar o registro e atualização dos dados dos instrumentos, e apoio a instituições públicas e privadas, visando identificar e remover entraves à viabilização e adequação dos convênios;
- Implantação do Sistema de Gestão de Contratos e Convênios – SIGEC;
- Desenvolvido o Sistema de Gestão de Contratos e Convênios, que permitiu o aperfeiçoamento do acompanhamento e controle das transferências voluntárias, em conformidade com a legislação pertinente;
- Comunicado da Presidência aos Gestores de Convênios da Empresa;
- Envio de comunicado da Presidência aos gestores da Empresa solicitando providências para redução dos estoques de prestação de contas não analisadas;
- Elaboração de Manual de Convênios;
- Visando o cumprimento da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos convênios, a Codevasf elaborou manual que apresenta orientações e procedimentos acerca da formalização, execução, acompanhamento e fiscalização, prestação de contas e tomada de contas especial dos convênios;
- Cartilha com Orientações sobre Convênios;
- Elaboração de cartilhas com orientações sobre procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas dos convênios celebrados com a Codevasf;
- Capacitação de Empregados;
- Capacitação dos empregados que atuam na gestão das transferências voluntárias, desde a celebração até a prestação de contas;
- Ações da Auditoria Interna da Codevasf; e
- A Auditoria Interna da Codevasf realiza periodicamente auditagens em convênios, oportunidade em que são verificadas, por amostragem, as situações das prestações de contas dos convênios registradas nos sistemas correspondentes. Adicionalmente, vem recomendando sistematicamente o cumprimento dos normativos afins, com vistas à redução da quantidade de prestações de contas não analisadas, seja para agilizar a apreciação daquelas em poder da Codevasf, ou notificação às executoras visando a apresentação da documentação pertinente, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

<u>Providências adotadas pelo Ministério do Turismo</u>

Buscando solucionar o problema, o Secretário-Executivo do MTur editou a Portaria nº 252, de 17/09/2009, designando uma Coordenadora-Geral e toda sua equipe para proceder as análises técnicas das Prestações de Contas dos Convênios, relativos aos eventos, firmados no âmbito da SNPTur até 31/08/2008.

Diante dessa situação e em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, desde o ano de 2009, com a criação do Grupo de Trabalho de Análise de Prestação de Contas, foram adotadas medidas com vistas a reduzir os saldos das contas contábeis "A aprovar" no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Nesse sentido, foi expedido o Memorando-Circular nº 26/2009/SE/MTur, apontando procedimentos a serem adotados pelos setores do MTur quando das análises de prestação de contas.

No que tange às medidas adotadas em 2010, a fim de dar continuidade ao determinado pelo TCU, foram editadas, também, pela Secretaria-Executiva do MTura Instrução Normativa SE/MTur nº 003, em 25/07/2010, e a Portaria SE/MTur 142, em 20/08/2010.

A Instrução Normativa SE/MTur nº 003/2010 trata da análise de Prestações de Contas de Convênios e Termos de Parceria celebrados pela União, por meio do Ministério do Turismo, e orienta as Unidades e Coordenações do MTur no que tange aos novos procedimentos e prazos adotados com vistas a exaurir o estoque de prestações de contas pendentes de análise ou reanálise.

Foi instituída a Coordenação-Extraordinária de Análise de Prestação de Contas – CEAPC, objetivando melhores resultados nas análises das prestações de contas dos instrumentos celebrados no âmbito da União, por intermédio do Ministério de Turismo e a Coordenação-Extraordinária de Análise de Prestação de Contas, com o objetivo de concluir a análise de prestações de contas de Convênios no âmbito do MTur. Tal coordenação surge tendo em vista a clara necessidade de envidar esforços de todas as áreas do Ministério do Turismo com vistas a extinguir o passivo de análises e reanálises das prestações de contas dos nossos Convênios.

Destaca-se que, antes da criação da Coordenação-Extraordinária de Análise de Prestação de Contas, essa atribuição era da Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios - CGMC que, além de fiscalizar os Convênios *in loco*, procurou dar continuidade nas análises das prestações de contas dos Convênios celebrados sobre a funcionalidade do Sicov, alcançando o expressivo resultado de 1.330 análises até a data de 10 de agostode 2010, juntamente com a área de Prestação de Contas financeira subordinada à Coordenação-Geral de Convênios - CGCV.

Foram emitidos cerca de 1.663 ofícios pela CGCV, entre eles de aprovação de prestação de contas, bem assim diligências para encaminhamento de documentação complementar, a fim de comprovar a boa e regular utilização dos recursos públicos repassados aos Convenentes para o cumprimento do objeto avençado.

Cumpre salientar, que a atuação da Coordenação-Extraordinária de Análise de Prestação de Contas, cujos trabalhos efetivos iniciaram-se no dia 24 de agosto de 2010, vem atendendo satisfatoriamente as expectativas da Secretaria-Executiva do MTur, tendo nesse curto período analisado, reanalisado ou solicitado instauração de TCEs de 1.843 processos, conforme quadro abaixo:

| SITUAÇÃO (31.12.2010) | QUANTIDADE |
|---|---|
| Analisados | 326 |
| Reanalisados | 1.912 |
| TCEs Instauradas | 277 |

Fonte: Ministério do Turismo

O objetivo da Coordenação-Extraordinária é analisar o maior número de Prestações de Contas - parte técnica e financeira dos Convênios firmados com o MTur até 2009, visando realizar a transição governamental com o menor passivo possível.

Providências adotadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia

Foi criado um Grupo de Trabalho por meio da Portaria Sexec nº 02, de 27/01/2011, com o objetivo de apoiar a Divisão de Convênios deste Ministério na análise de prestação de contas de convênios firmados com o MCT.

Cabe citar que a análise de prestação de contas técnica recebeu atenção especial e já vem sendo realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Setec e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – Secis. Esta última, contou com reforço de sua equipe no ano de 2010 devido ao número elevado de convênios celebrados no âmbito de seus programas/ações.

Além disso, o MCT tem tentado continuamente ampliar seu quadro de servidores por meio da criação de vagas e autorização de novo concurso, a fim de proporcionar o atendimento eficiente à demanda deste ministério.

Providências adotadas pelo Ministério da Saúde

O Fundo Nacional de Saúde – FNS conta nos estados com as Divisões de Convênios e Gestão – DICON (criadas pela Portaria n° 267, de 31/03/1999), as quais lhe são técnica e administrativamente subordinadas.

Dentre as competências atribuídas às DICONs, estão a de realização de acompanhamento da execução física e financeira de convênios e análise das respectivas prestações de contas.

O FNS se utiliza de 2 sistemas informatizados para o controle e registro das prestações de contas das

transferências voluntárias, o Siafi Operacional (externo) e o Gestão Financeira e de Convênios – Gescon (interno).

Cabem aqui algumas considerações sobre as peculiaridades da conta contábil "a aprovar", que impactam expressivamente os quantitativos registrados particularmente no Siafi e, necessariamente, não traduzem o esforço despendido pelos técnicos na análise das prestações de contas.

Examinando-se isoladamente o estoque de saldo na conta "a aprovar", não é possível visualizar e fazer a devida separação dos convênios cujas prestações de contas já foram analisadas e estão em fases posteriores de providências complementares, das que não sofreram análise.

Na realidade, existe uma descontinuidade de lançamento de dados no Siafi entre o momento do registro da apresentação da prestação e da aprovação ou rejeição das contas, lapso de tempo em que diversos procedimentos (análise, emissão de parecer, diligência, análise de justificativa, reanálise, revisão, instrução de tomada de contas especial – TCE) não figuram no sistema, provocando uma distorção na leitura da situação das prestações de contas, a qual se restringe à visualização isolada dos saldos destas contas. Em suma, relevante parcela das contas que estão na situação "a aprovar" já foi submetida a algum tipo de procedimento, embora este fato não seja demonstrado com a necessária fidelidade pelo Siafi.

No FNS o registro da apresentação da prestação de contas é realizado no sistema Gescon e enviadas ao Siafi via arquivo "BATCH", porém, as análises da PC, emissão de pareceres, ofícios de notificações, relatórios de visita *in loco* são realizados no sistema interno.

Assim, enquanto diversas etapas estão ocorrendo no sistema interno, no Siafi operacional só aparece a movimentação processada no início do processo, quando houve o registro da apresentação da prestação de contas e só pode ser alterada ao final, quando da aprovação ou rejeição das contas.

Existem muitos casos de convênios registrados na conta a aprovar no Siafi que já foram analisados e estão aguardando o decurso de prazo para resposta dos convenentes e responsáveis, a fim de possibilitar a apresentação de defesa ou a adoção de procedimentos internos complementares.

O Gescon faculta a geração de relatórios que filtram os convênios cuja análise ainda não foi registrada no sistema, ou seja, permite desmembrar a conta "a aprovar" nas categorias: "em análise" e "não analisados". É precisamente a categoria "não analisados" que define com exatidão a fila de processos com nenhuma providência adotada pelos respectivos responsáveis na área de prestação de contas.

O FNS objetivando cumprir as suas competências regimentais realiza diariamente, semanalmente, mensalmente e anualmente ações voltadas ao controle, acompanhamento e monitoramento das transferências voluntárias, dentre elas destacamos:
- O número de convênios vigentes e expirados com saldo nas contas "a comprovar", "a aprovar", "inadimplência efetiva e suspensa";
- O número de formalização de instrução de TCE;
- A emissão dos pareceres de análise das prestações de contas de convênios vigente e expirados e emite expedientes as DICONs apontando as pendências e solicitando as adequações;
- A movimentação das contas contábeis e da emissão de pareceres;
- Elabora Orientações Técnicas;
- Realiza eventos de capacitação dos técnicos envolvidos nas atividades de análise de prestação de contas local e das DICON;
- Define critérios para de análise das prestações de contas;
- Define critérios de controle sobre inadimplência de prestação de contas de convênios, contratos ou instrumentos similares no Siafi e Gescon;
- Auxilia na definição das orientações para instrução de Tomada de Contas Especial;
- Controla preventivamente para identificar a DICON que necessita de reforço de recursos humanos para cumprimento das metas de análise das prestações de contas;
- Produz/atualiza materiais para orientar e subsidiar as equipes técnicas das DICONs e órgãos convenentes;
- Fornece suporte técnico às DICON, tendo como foco a análise/revisão de pareceres, principalmente para aquelas que apresentarem necessidades específicas; e
- Define critérios a serem considerados para análise e elaboração de pareceres de Prestação de Contas.

O estoque de convênios com saldo na conta "a aprovar" foi extraído do Siafi Gerencial usando o seguinte parâmetro: Convênios celebrados com o FNS e registrados no Siafi desde 1987 a dezembro de 2008, com fim de vigência até 31/12/2009. O montante atual na conta contábil a aprovar é de 4.014 convênios.

| A aprovar fim de vigência até 31/12/2009 | Analisados | Em Análise | Total |
|---|---|---|---|
| | 2541 | 1473 | **4014** |

Fonte: Sistema Siafi gerencial. Extração realizada dia 21/09/2010.

Demonstramos nos quadros abaixo a situação dos convênios por unidade federativa. Do montante de 4.014 existentes na conta contábil a aprovar, 2.236 estão analisados e 1.473 estão em análise. Existem 305 da operação sanguessuga, auditados pelo Denasus, com recomendações para ficarem sobrestado aguardando decisão do TCU.

**CONVÊNIOS ANALISADOS POR TIPO DE PARECER EMITIDO**

| TIPOS DE PARECERES | QTD |
|---|---|
| ACEITAÇÃO PARCIAL | 103 |
| APROVAÇÃO | 17 |
| APROVAÇÃO COM IMPROPRIEDADE | 81 |
| APROVAÇÃO PARCIAL | 186 |
| DEVOLUÇÃO TOTAL DOS RECURSOS | 8 |
| DILIGENCIA NÃO ATENDIDA NÃO APROVA | 208 |
| DILIGÊNCIA | 1231 |
| NÃO APROVAÇÃO | 402 |
| **TOTAL** | **2.236** |
| **OPERAÇÃO SANGUESSUGA** | **305** |

Fonte: Sistema Gescon 21/09/2010.

**CONVÊNIOS EM ANÁLISE E CONVÊNIOS DA OPERAÇÃO SANGUESSUGA**

| UF | Convênios em análise | Convênios da Operação Sanguessuga – Denasus |
|---|---|---|
| AC | 3 | 4 |
| AL | 2 | 1 |
| AM | 4 | 0 |
| AP | 4 | 15 |
| BA | 62 | 36 |
| CE | 57 | 2 |
| DF | 28 | 0 |
| GO | 2 | 7 |
| MA | 4 | 1 |
| MG | 134 | 4 |
| MS | 6 | 43 |
| MT | 1 | 1 |
| PA | 12 | 17 |
| PB | 154 | 22 |
| PE | 20 | 19 |
| PI | 6 | 13 |
| PR | 15 | 2 |
| RJ | 36 | 67 |
| RN | 7 | 7 |
| RO | 2 | 7 |
| RR | 4 | 7 |
| RS | 145 | 4 |
| SC | 7 | 2 |
| SE | 27 | 5 |
| SP | 718 | 14 |
| TO | 13 | 5 |
| **TOTAL** | **1.473** | **305** |

Fonte: Sistema Gescon 21/09/201 e Relatório de auditoria do Denasus.

O FNS com o auxílio das DICONs conta hoje com aproximadamente 292 técnicos realizando as duas atividades, quais sejam, acompanhamento e prestação de contas.

Em face do volume de convênios celebrados anualmente e da complexidade na análise das prestações de contas, o FNS estima que em média cada técnico analise 4 processos por mês, em razão dos servidores se desdobrarem realizando atividades inerentes a convênio.

Carece trazer à baila as limitações quantitativas e qualitativas (preparo técnico) que o FNS tem para exercer atividades de acompanhamento e prestação de contas, e realizar a correta apuração da aplicação dos recursos.

Nesse aspecto, é importante realçar:
- Elevada rotatividade de servidores que atua nas áreas de acompanhamento e análise de prestação de contas, motivada pela incerteza e não garantia de crescimento funcional, melhoria profissional e recebimento de remuneração/gratificação condizentes com a complexidade, diversidade e responsabilidade das atividades exercidas;
- O reduzido número do quadro de pessoal do FNS, especialmente nas DICON;
- A maioria dos servidores que atua nas atividades de acompanhamento e prestação de contas detém cargos de nível médio;
- Recomposição do quadro de pessoal de cargo efetivo (nível médio e superior) deficiente e insuficiente para atender a demanda, especialmente a carência de profissional técnico especializado; e
- O tipo de atividade realizada exige do profissional grande qualificação em áreas distintas e tempo de dedicação para exercer as tarefas com profundidade e grande responsabilidade.

Oportuno acrescentar, ainda, que o FNS, por intermédio da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas - CGAPC, com o fito de reduzir e/ou eliminar o número de convênios na conta contábil "a aprovar", implementou plano estratégico junto às Unidades Descentralizadas – DICONs, cujas ações são monitoradas quinzenalmente pela CGAPC, e, quando necessário, há intervenção e/ou ajustes para que o processo não sofra descontinuidade.

Conforme ficou demonstrado, existe um lapso de tempo entre o momento do registro da apresentação da prestação e da aprovação ou rejeição das contas, em que diversos procedimentos (análise, emissão de parecer, diligência, decurso de prazo para resposta dos convenentes e responsáveis, análise de justificativa, reanálise, revisão, instrução de tomada de contas especial – TCE) não figuram no sistema, acarretando uma distorção na interpretação da real situação das prestações de contas.

Providências adotadas pelo Ministério do Esporte

O Ministério do Esporte determinou a criação de uma força-tarefa, por meio da Portaria nº 227, de 27/09/2010, para auxiliar a Coordenação-Geral de Prestação de Contas na aceleração do ritmo das análises/aprovações. A força-tarefa é composta de sete servidores e conta com um coordenador, com o prazo de atuação definido de 12 meses.

**7.5 – PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DA DEFESA, DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DE MINAS E ENERGIA**

**Recomendação VII:** Aos Ministérios da Defesa, da Previdência Social e das Minas e Energia, supervisores das empresas Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás), Petrobras International Braspetro B.V. – PIB BV, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Termoceará Ltda. e Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), que orientem suas supervisionadas no sentido de observarem a vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal, quando da execução do Orçamento de Investimento.

Providências adotadas pelo Ministério da Defesa

A Emgepron estabeleceu um planejamento para a construção de sua nova sede em dois exercícios, 2009 e 2010, num total de R$ 15,7 milhões, visando adequar o cronograma financeiro às etapas e subetapas previstas no Projeto Executivo. Assim, elaborou as propostas do Orçamento de Investimento para os exercícios de 2009 e 2010 nos valores de R$ 8,2 milhões e R$ 7,5 milhões, respectivamente. No final de 2009, foi verificado que uma das etapas previstas para execução em 2010 (aquisição e instalação de elevadores) necessitou ser antecipada, a fim de evitar adiamento na conclusão da obra contratada e consequente majoração no preço final do contrato. Deste modo, observando os princípios de economicidade e efetividade, a Emgepron decidiu antecipar em 2009 a etapa em lide, uma vez que, sendo empresa independente, executa recursos próprios, oriundos de sua própria atividade, não recebendo créditos do Tesouro Nacional, proporcionando a execução de todo o projeto no prazo previsto.

Providências adotadas pelo Ministério da Previdência Social

O inciso referido estabelece a vedação da realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, razão pela qual a Dataprev adotou medidas para aumentar a eficiência de seus processos e estabelecer um controle mais refinado entre o momento da autorização das disponibilidades orçamentárias para investimentos e o momento das realizações desses investimentos e implantou um sistema informatizado de gestão administrativa, com objetivo de auxiliar a gestão empresarial, aperfeiçoar as atividades e procedimentos operacionais e gerenciais, auxiliar o planejamento de investimentos atuais e futuros, bem como permitir a análise por meio de indicadores e relatórios.

Providências adotadas pelo Ministério de Minas e Energia[1]

Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás): O programa de requalificação de botijões feito pelas Distribuidoras em conjunto com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) está previsto no Código de Auto-Regulamentação do setor e deve ser cumprido por todas as empresas do setor. A deterioração dos citados itens em 2009 foi maior que a média histórica e ocasionou a execução acima do aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Para impedir que uma nova extrapolação ocorra, a Companhia realizou reuniões mensais com os gestores das ações, visando identificar tempestivamente atrasos ou avanços, bem como acompanhar as respectivas ações de regularização e cronogramas de realização.

Petrobras Internacional Braspetro B.V. – PIB BV: A execução dos gastos acima do limite orçamentário deveu-se às flutuações do câmbio acima do previsto nos países onde a empresa atua. No Programa Orçamentário 0282 (Atuação Internacional na Área de Petróleo), as Ações sob gestão da referida empresa não excederam a dotação orçamentária total aprovada, tendo se situado em 95,28% dos créditos orçamentários solicitados. A realização a maior na Ação 8055 superou a dotação em apenas 3,79%. Para mitigar os riscos de extrapolação de gastos, a empresa adota instrumentos financeiros para proteção do poder de compra da moeda e tem procurado aperfeiçoar a previsibilidade da variação cambial e seu efeito nos investimentos.

Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras: Algumas ações de energia, fertilizantes e de oferta de petróleo e gás natural fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas implantações são prioritárias para mitigar o risco de desabastecimento de energia. Os investimentos no Pré-Sal, por serem pioneiros, estão demandando maiores gastos nas ações de oferta de petróleo e gás natural, bem como, nas de pesquisa e desenvolvimento de atividades de transporte e exploração. Para prevenir que as ações extrapolem o limite aprovado na LOA, foram adotadas seguintes providências:

- reuniões mensais de análise crítica foram efetuadas para acompanhamento da realização física e financeira, e apresentação de planos de recuperação por parte dos responsáveis por cada ação; e
- o acompanhamento mensal dos gastos da Petrobras foi encaminhado com informação detalhada da execução financeira para todas as gerências de planejamento da Petrobras questionando situações de inconformidade e indicando a adoção de providências para que problemas orçamentários sejam sanados.

Termoceará Ltda: O montante extrapolado foi pequeno, entretanto, procedimentos de disciplina de

[1] Providências encaminhadas pelo Ministério em set/2010.

capital foram aplicados para controle da execução orçamentária por meio da atuação gerencial no acompanhamento das realizações e da elaboração das propostas orçamentárias.

Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG): A extrapolação orçamentária deveu-se a ajustes contábeis realizados em virtude da conclusão de diversos empreendimentos em infraestrutura de transporte de gás natural e geração de energia elétrica. Assim como a Petrobras, a TAG também adotou instrumentos para melhorar o controle de gastos com projetos de investimento, de modo a evitar que sejam efetuados gastos acima do orçamento solicitado.

**7.6 – MINISTÉRIO DA CULTURA**

**Recomendação VIII:** Ao Ministério da Cultura que discipline, em ato normativo, o detalhamento dos segmentos culturais que podem ser atendidos por meio da renúncia de receita criada pelo art. 18 da Lei nº 8.313/1991, mantendo a necessária correlação com a listagem exaustiva de áreas ou segmentos contemplados no referido artigo.

O Ministério da Cultura disciplinará, no prazo de 90 dias, e por intermédio de ato normativo, o detalhamento dos segmentos culturais que podem ser atendidos por meio da renúncia de receita criada pelo art. 18 da Lei 8.313/91, mantendo a necessária correlação com a listagem exaustiva de áreas ou segmentos contemplados no referido artigo.

**7.7 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Recomendação IX:** ao Ministério da Integração Nacional que aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro Oeste, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O TCU e a CGU têm sistematicamente se pronunciado no sentido de que o Ministério da Integração Nacional - MI busque inserir na Proposta de Lei Orçamentária Anual os valores correspondentes ao atendimento do comando constitucional, o que vem sendo observado, tanto por esta Casa Ministerial, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, quanto pelo Congresso Nacional, por ocasião de sua apreciação, bem como pelo Governo Federal, quando da sanção do mesmo.

Dessa forma, ao observarmos a dotação orçamentária final dos diversos exercícios, no período de 2000 a 2010, apenas em quatro exercícios o percentual de recursos destinados à Irrigação no Centro Oeste deixou de estar em concordância com o dispositivo constitucional, conforme se verifica da tabulação dos valores do período (em valores nominais e vinculados às dotações para investimentos), do que resultou o seguinte quadro:

**INVESTIMENTO EM IRRIGAÇÃO 2000/2010 (R$)**

| ANO | DOTAÇÃO (LEI+CRÉDITOS) | | EMPENHADO | |
|---|---|---|---|---|
| | TOTAL | CENTRO-OESTE | TOTAL | CENTRO-OESTE |
| 2000 | 292.744.592 | 60.627.483 | 177.474.686 | 37.749.204 |
| 2001 | 387.673.678 | 79.099.581 | 328.052.793 | 62.368.226 |
| 2002 | 244.269.929 | 66.861.786 | 84.305.999 | 500.000 |
| 2003 | 259.295.538 | 46.892.750 | 60.455.594 | 4.214.000 |
| 2004 | 261.283.022 | 18.900.000 | 183.740.416 | 17.400.000 |
| 2005 | 213.769.041 | 40.900.000 | 78.122.505 | 7.079.750 |
| 2006 | 209.005.822 | 45.482.271 | 120.103.338 | 6.000.000 |
| 2007 | 626.295.500 | 62.500.000 | 544.372.729 | 55.000.000 |
| 2008 | 865.052.175 | 173.010.435 | 608.641.545 | 39.451.196 |
| 2009 | 694.391.974 | 138.878.395 | 569.848.694 | 35.499.618 |
| 2010 | 730.251.368 | 146.050.273 | 590.325.916 | 96.898.023 |

Fonte: Ministério da Integração

A despeito da existência da previsão orçamentária nota-se de análise preliminar de tais dados uma forte retração de valores efetivamente aplicados na Região Centro-Oeste, principalmente no período 2002 a 2006, com retomada gradativa no período 2007 a 2009, sem que, contudo, e apesar dos esforços do Ministério da Integração Nacional, se consiga cumprir os percentuais previstos no art. 42 dos ADCT.

Foi neste contexto que, também, o Senado Federal, por meio de sua Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, questionou o Ministério da Integração Nacional sobre a previsão e efetiva aplicação de recursos em irrigação, com detalhamento para a Região Centro-Oeste, com foco nos exercícios de 2000 a 2007, tudo conforme o Requerimento nº 191, emitido no ano de 2008.

A utilização de recursos orçamentários aquém do preconizado na carta magna em projetos de irrigação na região Centro-Oeste decorre de razões que transcendem a vontade do gestor e as quais se tenta elencar a seguir, bem como se pretende informar sobre o esforço que vem sendo realizado para superar tais entraves ao cumprimento do indicado no Art. 42 do ADCT, sem considerar ordenamento por importância dos pontos levantados:

a) Com a necessidade de cumprimento de metas de contenção de gastos com vistas à geração de excedentes capazes de fazer face aos compromissos de financiamento do Estado Brasileiro, o Governo Federal vem limitando, desde 1994, as disponibilidades orçamentárias e financeiras necessárias ao cumprimento do ditame constitucional indicado;

b) A elaboração do Orçamento da União é processo em que os ministérios setoriais ficam à mercê da aceitação de suas solicitações de recursos por parte dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e da Fazenda - MF, que determinam os limites globais e setoriais de despesas consideradas para encaminhamento ao Congresso Nacional;

c) O Ministério da Integração Nacional tem entre suas Unidades Orçamentárias vinculadas uma autarquia e uma empresa pública, com atribuições na área de irrigação e atuação prioritária na região Nordeste, que necessariamente recebem parte dos recursos disponibilizados a este Ministério, visto que suas atividades não podem ser paralisadas, não existindo estrutura semelhante voltada para a região Centro Oeste;

d) Mesmo considerando as restrições impostas pela estrutura do Ministério e de suas Unidades Vinculadas, os valores relativos à irrigação no Centro Oeste, encontrados na Lei Orçamentária Anual, a partir do orçamento de 2008, repuseram o nível de 20% do total;

e) A disponibilidade de recursos orçamentários, contudo, não garante o efetivo aporte de tais valores a programas e projetos de irrigação demandados pelas Unidades da Federação do Centro-Oeste, uma vez que todas as aplicações e transferências da União dependem da existência de limites orçamentários e financeiros para empenho dos recursos e posterior liberação segundo as normas que embasam tais transferências;

f) Parte dos recursos destinados a irrigação em outras regiões foram incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que facilitou sua execução, significando um aumento do total de recursos necessários ao cumprimento do dispositivo constitucional;

g) Não havendo a disponibilidade de limites, o Ministério da Integração Nacional tem exercido pressão, junto aos MP e MF, no sentido de viabilizar a liberação de ao menos parte dos limites necessários, de modo a suprir os recursos demandados por projetos já encaminhados à análise do MI;

h) Em conjunto com os valores agregados à economia regional pelo Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FCO e com aqueles oriundos de outras inversões vinculadas ao Orçamento da União, as aplicações obrigatórias em projetos de irrigação constituem um instrumento determinante da alavancagem de recursos privados direcionados à produção agropecuária e mesmo a toda a cadeia produtiva do agronegócio;

i) É importante salientar que a não liberação de tais recursos impede, ou ao menos dificulta muito, a liberação de licenças ambientais para projetos de produção privada, impedindo a tramitação de propostas de financiamento junto à rede bancária, inclusive no que respeita ao FCO; e

j) Os projetos em carteira, por sua vez, são necessários ao suporte e sustentabilidade das demandas por água em projetos de irrigação. Na ausência desses projetos fica dificultada a negociação de recursos de crédito para a implantação de projetos privados que poderiam ser agregados a cada uma das estruturas de abastecimento às quais se referem os projetos em carteira.

Não obstante às dificuldades anteriormente elencadas, no exercício de 2010 foram viabilizados, pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF do MP, limites suficientes para o cumprimento do dispositivo constitucional, tendo em vista a previsão de execução de despesas de Investimento em Irrigação fora do Centro Oeste. Ainda assim, considerando a aprovação tardia dos limites necessários, dificuldades operacionais na execução orçamentária de alguns dos projetos apresentados para a região e uma execução maior do que o estimado em projetos fora dessa região, não foi possível o cumprimento integral do dispositivo constitucional em pauta. Dessa forma, nesse exercício foram executados R$ 96,9 milhões em projetos de irrigação na região, equivalente a 19% do total aplicado no país.

Por outro lado, para cumprir com a determinação do Art. 42 – ADCT, a União deverá, tempestivamente, liberar os limites orçamentários (para empenho dos recursos) e financeiros que permitam atender aos projetos em carteira, abrindo espaço para a negociação de uma agenda plurianual de investimentos, inclusive para a identificação de oportunidades e elaboração de projetos básicos e executivos que permitam novas aplicações em infra-estruturas de irrigação de uso comum.

**7.8 – PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA DEFESA**

**Recomendação X:** aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa que providenciem a inclusão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha nos orçamentos fiscal e da seguridade social ou dê prosseguimento às medidas para alteração da natureza jurídica da entidade, de acordo com o disposto no Ofício nº 250/SE/MP, de 20 de maio de 2009.

Providências adotadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Providências Adotadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP:

Na Lei nº 12.214, de 26/01/2010, LOA 2010, foi incluída, na programação do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária Especifica – 52232 – Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha – CCCPM, a programação das despesas administrativas da Caixa. No PLOA 2011, além dessa programação, foi incluída, no âmbito do Órgão Operações Oficiais de Crédito, a Unidade Orçamentária – 74204 – Recursos sob a Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal

da Marinha – CCCPM, para atender a programação dos financiamentos reembolsáveis.

Providências adotadas pelo Ministério da Defesa

As despesas de custeio da CCCPM foram incluídas na Lei Orçamentária Anual - LOA 2010, na Unidade Orçamentária (UO) 52232. As despesas operacionais e a aquisição de terrenos para empreender passarão para o custeio da Autarquia, porém, a escassez de recursos, o contingenciamento e os limites financeiros e orçamentários aos quais estarão sujeitos, poderão prejudicar o andamento das operações de empréstimos e financiamentos imobiliários. Os recursos necessários às operações de empréstimos e financiamentos imobiliários foram subsidiados para a Proposta da LOA-2011, por meio da UO Operações Oficiais de Crédito (O2C). Assim, a partir de 2011, todas as atividades da CCCPM passarão a integrar a LOA. O custeio e as despesas operacionais farão parte da UO 52232 - Caixa de Construção de Casas do Pessoal da Marinha do Brasil. Os empréstimos e financiamentos imobiliários constarão da UO 74204 - Operações Oficiais de Crédito - CCCPM, em processo de criação por meio do Projeto de Lei nº 58/2010-CN.

**7.9 – PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS: MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DOS TRANSPORTES E DO MEIO AMBIENTE**

**Recomendação XI:** aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, dos Transportes e do Meio Ambiente que identifiquem os saldos remanescentes de entidades vinculadas extintas ou liquidadas e tomem, se for o caso, as providências necessárias para as devidas baixas desses valores no Siafi.

Providências adotadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Providências adotadas no âmbito do Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos – Deaex/MP:

Foi realizada a atualização dos dados relativos aos saldos em unidades gestoras de órgãos extintos existentes no SIAFI, com identificação do responsável em cada caso, sendo feitas novas diligências aos órgãos responsáveis para a adoção das providências cabíveis, conforme constou da Nota Informativa nº 02 Deaex/MP, datada de 01/10/2009.

Naquela ocasião encontrava-se pendente de regularização, na situação de "A COMPROVAR", o Convênio nº 146/91, celebrado entre a então Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR-PR e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, sendo esta a única situação de saldo em conta de órgão extinto existente sob a responsabilidade deste Departamento.

Feitas novas gestões, inclusive junto à Controladoria Geral da União, por meio de consulta sobre a possibilidade de arquivamento do referido convênio nos termos da IN 56/2007, cujo processo original até então não havia sido localizado, e considerando a manifestação favorável daquele órgão, foi feito o arquivamento do Convênio nº 146/91, registrado no SIAFI sob o nº 031622, do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, não restando pendências relacionadas a saldos em contas de órgãos extintos sob a responsabilidade deste Departamento.

- Providências adotadas no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União – SPU/MP:

Em relação à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, os seis Registros Imobiliário Patrimonial (RIP'S) indicados pela CGU foram transferidos para as unidades gestoras das Superintendências nos respectivos Estados, para atualização dos dados cadastrais dos imóveis no SPIUnet.

Quanto à Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – Codebar, os atos de incorporação dos imóveis e o registro dos bens no SPIUnet, da Companhia extinta, estão sendo conduzidos pela Superintendência do Patrimônio do Pará – SPU/PA, por meio da Comissão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, constituída pela Portaria SPU/PA nº 28, de 3/8/2010, que avalia, ainda, a adequada destinação dos imóveis em disponibilidade, assim como a situação dos imóveis alienados, verificando qual a formalidade de cobrança a ser adotada em relação a valores devidos sobre tais imóveis.

Providências adotadas pelo Ministério da Integração Nacional

A Coordenação-Geral de Administração e Finanças – Cogaf, informou que a Sudam já detectou no Siafi o balancete da unidade gestora da ex-Sudam e que futuramente entrará em contato com a setorial contábil do MI, com o Tesouro Nacional e com o MP, para as devidas providências e, consequentemente, executar as respectivas baixas no Siafi.

Providências adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Providências adotadas no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA:

De acordo com o Decreto nº 2.646, de 30/07/1998, no art. 3º § 3 dispõe que o liquidante será assistido pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Com isso percebe-se que até a dissolução a responsabilidade

permanece como Órgão Superior é do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

De acordo com o Decreto nº 2.646, de 30/06/1998, no art. 4º dispõe que ficam transferidas para o INCRA as atribuições de colonização ora exercidas pela Colone, na forma da Lei nº. 4.504, de 30/11/1964, e legislação correlata. O decreto não passa a atribuição para o INCRA como Órgão Superior junto ao Siafi e também não transfere para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O MDA foi criado após o período fixado pelo Decreto nº 2.646, de 30/06/1998, no art. 3º, I, que fixa o prazo de, no máximo, 180 dias, no qual se efetuará a liquidação podendo ser prorrogado, a critério do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, mediante proposta fundamentada do liquidante.

Consta que o Incra foi incluído como Órgão Superior no Siafi da Companhia de Colonização do Nordeste - Colone a partir do dia 10/03/2006, todavia não existe histórico no Sistema para saber de quem partiu a solicitação para colocar o Incra como Órgão Superior. O Incra não poderia ser atualizado como Órgão Superior no Siafi, pois é vinculado ao MDA e para ser Órgão Superior tem que ser Unidade Administrativa Direta que tenha entidades por ela supervisionadas.

A constatação do Ministério do Desenvolvimento Agrário como Órgão Superior da Colone apresentado nos exercícios anteriores com Patrimônio Líquido Negativo de R$ 3,3 milhões está inadequada e foi solicitada a COSIS/STN/MF a atualização do Órgão Superior da Colone conforme a Mensagem 2010/1244089 de 08/10/2010, conforme o Decreto nº 2.646, de 30/06/1998.

Providências adotadas pelo Ministério dos Transportes

Por meio do Ofício 07/2011/CGFC/SPO/MT de 10/01/2011, foi informado que a totalidade dos saldos existentes na Unidade Gestora 273087-extinto DNER-SEDE foram transferidos à Unidade Gestora 390056-SAAD, Gestão 00001-Tesouro, em 31/12/2010, conforme as 2010NS000752 à 2010NS000815 no sistema SIAFI.

Por meio do Memorando 494/2010/CGFC/SPO/MT de 30/12/2010, enviado a Secretaria Executiva/MT, foram informadas as providências adotadas e os resultados alcançados até aquela presente data por este Ministério, quanto a transferência da arrecadação patrimonial e recursos existentes na Unidade Gestora 275063, Gestão 27201– extinta RFFSA.

Objetivando o encerramento da extinta RFFSA no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, a COFIN/RFFSA-Inventariança informou que foram efetuadas as transferências em 30/11/2010 dos recursos existentes na Conta Única da UG/gestão 275063/27201-extinta RFFSA no valor total de R$ 79.979.801,91, confirmados com a apresentação das cópias dos comprovantes de 2 DARF'S e 1 GRU.

Igualmente, foi informado que a transferência dos recursos não se dará de uma única vez, posto que o prazo de validade dos Boletos Bancários expedidos é de 70 dias, o que indica que apesar da nova sistemática de arrecadação adotada pela Secretaria do Patrimônio da União-SPU, ainda deverá ocorrer o ingresso de pagamentos nesse período de transição.

Por fim, foi informado que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, continuará envidando esforços, para que seja atendida de forma total a recomendação da CGU/PR, observado o prazo de expedição dos Boletos.

Providências adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente

Informa-se que o MMA efetuou, no final de dezembro, a transferência do imobiliário da Codebar para os órgãos que receberam os bens. Em 01/06/2010, foi oficializada a extinção da companhia, e o Deliq/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por experiência em outras liquidações, esclareceu que os procedimentos de encerramento no Siafi podem demorar. Entretanto, deverá acontecer em 2011.

**7.10 – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN/MF**

**Recomendação XII (a):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que inclua o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no rol de fundos especiais constante do Siafi.

Foram criados no Siafi 2010, o Órgão 44902 – Fundo Nacional sobre mudanças do clima e a Unidade Orçamentária 44902 – Fundo Nacional sobre mudanças do Clima – FNMC.

**Recomendação XII (b):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que estude a possibilidade de adotar um critério de consolidação mais abrangente para a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Balanço Geral da União, de modo a evidenciar integralmente o patrimônio da União.

O Balanço Geral da União é composto pelas demonstrações contábeis consolidadas dos órgãos e entidades que pertencem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

Em 2009, os seguintes órgãos integraram seus saldos contábeis por meio da operação denominada Integração de Balancetes e utilizavam o Siafi na modalidade parcial por não pertencerem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS: Bacen – Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992).

No mês de dezembro de 2010, a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha – CCCPMM (Órgão 31280/21201), que também era um órgão parcial, deixou de integrar seus saldos por balancete e passou a pertencer aos OFSS, utilizando portanto o Siafi na modalidade total.

A CCONT está realizando estudos técnicos sobre o que deve ser levado para as Demonstrações Contábeis consolidadas.

**Recomendação XII (c):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que em conjunto com a setorial contábil do Ministério da Fazenda, apresente a conciliação contábil entre os saldos de créditos parcelados registrados no Ativo e os valores de estoque de parcelamentos previdenciários e não-previdenciários informados na Prestação de Contas do Presidente da República referente ao exercício de 2009.

A CCONT encaminhou o Memorando nº 83/2010/CCONT/SUBSECS5/STN/MF-DF, de 24/09/2010, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, solicitando gestões junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil no sentido de informar a situação atual da compatibilidade entre os registros contábeis existentes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi e os existentes no Sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil, informados na Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR de 2009, no que se refere aos créditos parcelados registrados no ativo e os valores de estoque de parcelamentos previdenciários e não previdenciários, bem como os mecanismos de correção e as medidas adotadas visando a não reincidência do erro na informação. Não houve resposta em tempo hábil para que as informações fossem inseridas na PCPR.

**Recomendação XII (d):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que em conjunto com a setorial contábil do Ministério da Fazenda, apresente a conciliação contábil entre os saldos de créditos inscritos em Dívida Ativa registrados no Ativo e os valores de estoque de créditos da Dívida Ativa informados na Prestação de Contas do Presidente da República referente ao exercício de 2009.

A CCONT enviou o Memorando nº 82/2010/CCONT/SUBSECS5/STN/MF-DF, de 24/09/2010, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, solicitando gestões junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN no sentido de informar a situação atual da compatibilidade entre os registros contábeis existentes no Siafi e os existentes no Sistema da PGFN, informados na Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR de 2009.

A CCONT emitiu a mensagem Siafi Comunica nº 2010/1129412, para todas as unidades gestoras, datadas de 16.09.2010, informando a atualização do Manual Siafi Web referente às Macrofunções 02.10.03, 02.11.12 e 02.11.37.

O Sistema da Dívida Ativa não tem controle temporal dos arquivos enviados.

**Recomendação XII (e):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que institua procedimento contábil e oriente os respectivos órgãos setoriais de contabilidade da administração direta acerca da necessidade de promover a baixa de valores prescritos e constituir provisão para perdas prováveis relativamente aos créditos, bens e valores em circulação e aos valores realizáveis a longo prazo.

A CCONT enviou a mensagem SIAFI nº 2010/1129412 ressaltando a importância dos registros de constituição, reversão e baixa de provisões, bem como a necessidade de promover a baixa de valores prescritos, assunto tratado também no Seminário de Norma de Encerramento do Exercício de 2010, promovido em outubro de 2010.

**Recomendação XII (f):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que que, em 180 dias, adote todas as medidas necessárias para que os registros contábeis de restos a pagar reflitam os atos e fatos contábeis ocorridos e para que haja a devida padronização das fontes de informações necessárias à elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Em abril de 2009, a CCONT criou a equação 147 da transação CONCONTIR, no Siafi, para permitir o monitoramento das inconsistências. Foram expedidas as mensagens Siafi Comunica (2009/048455, 2010/1129544 e 2010/1170872) às Unidades Gestoras, versando sobre os registros de Restos a Pagar e seus reflexos.

**Recomendação XII (g):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que tome providências no sentido de que a retificação dos restos a pagar não processados não ocorra em valor superior ao montante efetivamente inscrito.

A CCONT faz o monitoramento por intermédio da equação 189 da transação CONCONTIR do Siafi, o que permite às unidades gestoras a correção das inconsistências em tempo hábil.

**Recomendação XII (h):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que apresente em notas explicativas quaisquer mudanças na elaboração das demonstrações contábeis, com respectivos impactos nas análises das contas que forem alteradas, extintas ou criadas por tais mudanças.

Para permitir a evidenciação das mudanças que ocorrem na elaboração das Demonstrações Contábeis e, consequentemente o seu entendimento, a CCONT em 2010 disponibilizou às Setoriais Contábeis uma "máscara" de preenchimento das Notas Explicativas do Balanço Geral da União, cuja participação das unidades tem sido de extrema importância na elaboração das informações. Tal ação é resultado do Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal promovido pela CCONT em 2010, em conjunto com as Setoriais Contábeis, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, quando foi evidenciada pelos órgãos a necessidade de efetiva participação no processo de Prestação de Contas do Presidente da República.

**Recomendação XII (i):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que estabeleça critério para o agrupamento de contas (Benefícios diversos a pagar, Outros débitos a pagar, Compensações diversas, Outras Receitas de Capital e Créditos Diversos a receber – Outros Créditos) nas demonstrações contábeis consolidadas e detalhe os referidos agrupamentos em nível razoável de evidenciação.

Um estudo de critério de agrupamento dessas contas está sendo realizado na CCONT, para implementação no BGU, com notas explicativas se necessário.

**Recomendação XII (j):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que verifique e regularize os saldos irrelevantes nas rubricas constantes nas Demonstrações Contábeis da União.

Foi incluído item específico para saldos irrisórios/irrelevantes na Norma de Encerramento de Exercício concernente às classes de contas contábeis, na macrofunção 02.03.18.

**Recomendação XII (k):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que acompanhe sistematicamente, em conjunto com os órgãos setoriais de contabilidade, o registro dos créditos adicionais no Siafi, com vistas a garantir a qualidade das informações do Balanço Orçamentário.

Em acordo com a Controladoria-Geral da União – CGU, essa atribuição passou a ser exercida pelas Setoriais Orçamentárias dos órgãos com o devido acompanhamento pelas setoriais contábeis, conforme consta do Ofício nº 21.466/2008/GSCON/SFC/CGU/PR, de 07/07/2008.

Assim as divergências identificadas, entre os valores publicados em Leis, Decretos ou outro instrumento legal e os registrados no Siafi, passaram a ser verificadas pelos órgãos setoriais dos respectivos Ministérios. Na época, os órgãos foram informados dessa atribuição de acompanhamento e controle dos créditos orçamentários, pelas mensagens Comunica nºs 2008/0791448, de 14.07.2008, e 2008/1361094, de 24/11/2008, de emissão da CCONT.

**Recomendação XII (l):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que apresente em nota explicativa a composição das participações societárias da União, especificando a porcentagem de sua participação no capital de cada empresa, a parcela reconhecida a título de equivalência patrimonial no exercício e a data-base dos balanços de referência de cada empresa.

A CCONT enviou o Memorando nº 84/2010/CCONT/SUBSECS5/STN/MF-DF, de 24/09/2010, à Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR, da Secretaria do Tesouro Nacional, solicitando informações, em tempo hábil, para a confecção do BGU. As informações são objeto da Nota Explicativa do BGU de 2010, item 6.3.23.

**Recomendação XII (m):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que em conjunto com o Banco Central, apresente a conciliação entre as Demonstrações Contábeis publicadas pelo Banco e os saldos constantes no Siafi no Órgão Banco Central do Brasil.

Em 2009 o Banco Central do Brasil integrou até dezembro seus saldos contábeis por meio do balancete.

**Recomendação XII (n):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que especifique, em nota explicativa às demonstrações contábeis, as receitas e respectivos montantes, ainda que aproximados, de cada regime ou momento de impacto no patrimônio, nos casos em que haja

critérios diferentes adotados na administração pública.

Consta das Notas Explicativas do BGU de 2010, item 6.3.22, letra "a", comentário sobre os créditos tributários vencidos de valores relevantes ainda não inscritos em Dívida Ativa, mas que foram reconhecidos no Ativo da União.

**Recomendação XII (o):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que efetue estudos para identificar as causas da diferença entre os valores referentes às despesas intra-orçamentárias e as receitas intra-orçamentárias, bem como solucione as inconsistências apontadas para os próximos exercícios.

No exercício de 2009, identificamos uma diferença de R$ 2.716.235.601,13 entre o valor das despesas intra-orçamentárias e o valor das receitas intra-orçamentárias, conforme resumido no quadro abaixo:

| | VALOR (R$) |
|---|---|
| *Despesas intra-orçamentárias | 13.854.202.327,52 |
| **Receitas intra-orçamentárias | 11.137.966.726,39 |
| **Diferença** | **2.716.235.601,13** |

Fonte: STN/MF

A diferença acima apresentada é composta pelos valores discriminados a seguir:

| | VALOR (R$) |
|---|---|
| Despesas intra-orçamentárias | 13.854.202.327,52 |
| Receitas intra-orçamentárias | 11.137.966.726,39 |
| Diferença (1) | 2.716.235.601,13 |
| *Liquidação de despesas sem pagamento (2) | 5.917.809,88 |
| *Pagamento de Restos a Pagar Processado e Não Processado (3) | 510.632.807,40 |
| **Total (1-2-3)** | **2.199.684.983,85** |

Fonte: STN/MF

Da diferença acima descrita, R$ 5.917.809,88 referem-se às despesas liquidadas e não pagas no exercício de 2009 para a modalidade de aplicação 91. A receita utiliza o regime de caixa e dessa forma não há a contabilização da classificação de receita correspondente, em função da inexistência de pagamento dentro do exercício.

Por outro lado, o pagamento em 2009 de restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores, no montante de R$ 510.632.807,40, provocou o registro em receita orçamentária sem a despesa correspondente, a qual foi contabilizada em exercícios anteriores por ocasião da respectiva liquidação ou da sua inscrição em restos a pagar.

O quadro acima demonstra um resumo de 2009, com os efeitos da diferença de regime de contabilização entre as despesas e receitas orçamentárias, regime de competência para as primeiras e regime de caixa para as últimas e da inscrição de restos a pagar, nas operações intra-orçamentárias.

O total de R$ 2.199.684.983,85 indica uma diferença a maior das despesas intra-orçamentárias em relação às receitas intra-orçamentárias.

Esse assunto é tratado no item 6.3.9 das Notas Explicativas do BGU 2010.

**Recomendação XII (p):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que torne disponível a consulta à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, na transação Balansint do Siafi, a todos os usuários do sistema.

A DMPL foi disponibilizada de forma analítica para todas as unidades gestoras e a consulta sintética somente por tipo de administração.

Esclarecemos que para disponibilizar a DMPL sintética para as unidades gestoras será necessário alterar o programa de geração do demonstrativo, que atualmente não está preparado para tal modelo. Entretanto, por ser o reprojeto da DMPL de elevado custo, será item do projeto do Novo Siafi.

**Recomendação XII (q):** à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que oriente os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal a tomarem providências tempestivas a fim de não apresentar situações de restrição na conformidade contábil do BGU.

A CCONT realiza diariamente análise dos saldos contábeis das unidades/órgãos por meio dos demonstrativos, auditores contábeis e demais transações contábeis, para sinalizar a correção do máximo de inconsistências nos demonstrativos antes do fechamento de cada mês.

Essa tarefa sempre é reforçada nas proximidades do fechamento de cada mês e também no final do exercício, por mensagem Siafi Comunica, e-mail e telefonemas às unidades contábeis. Com esse mesmo intuito, a CCONT reforçou mais uma vez a necessidade do acompanhamento e das correções de forma tempestiva, por intermédio da mensagem Siafi Comunica nº 2010/1170860.

### 7.11 – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

**Recomendação XIII (a):** ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que adote, em obediência ao art. 32, inciso III, da Lei nº 4.504/1964 e ao item 9.2.6 do Acórdão nº 557/2004-TCU-Plenário, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que: os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, discriminando a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.); os imóveis já transferidos aos

assentados, que podem ser revertidos ao seu domínio em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários; os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.

Este tema, a que se refere aos itens 9.2.6, 9.2.6.1, 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário, encontra-se em discussão na Coordenação-Geral de Contabilidade, subordinada a Diretoria de Gestão Administrativa desta Autarquia, tendo sido constituído o Processo 54000.001699/2003-13, que guarda em seus autos diversos documentos relacionados às providências acerca do assunto.

Foram dados encaminhamentos ao processo, entretanto, sem haver qualquer alteração da situação inicialmente questionada pelo TCU ou manifestação de qualquer resposta questionando a determinação daquele órgão de controle, foi apresentado um posicionamento concreto e decisivo da Autarquia, defendendo a prática que vem sendo adotada com registro imediato dos valores pagos pelos imóveis desapropriados em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo, tendo como devedores os trabalhadores rurais que foram beneficiados e assentados nos lotes.

Com o recebimento de questionamentos reiterando as cobranças efetuadas pelo TCU acerca do assunto, foi decisão da Coordenação-Geral de Contabilidade/Incra a necessidade da readequação das rotinas relacionadas à contabilização dos imóveis obtidos para fins de reforma agrária, a fim de que os mesmos sejam incorporados em contas do Ativo Permanente, na forma que vem sendo recomendada pelo TCU.

Considerando as medidas adotadas anteriormente junto à STN/MF e Secretaria do Patrimônio da União, buscou-se encontrar uma prática já adotada para contabilização e registro de imóveis destinados à reforma agrária, o que não surtiu efeito em razão das peculiaridades do tipo de imóvel, já que, dependendo da situação, o imóvel pode passar por diversas fases até a sua titulação junto ao assentado beneficiário. A Diretoria de Gestão Administrativa/INCRA decidiu constituir outro GT para promover estudos dos procedimentos de obtenção de imóveis rurais, da desapropriação até a sua destinação ao beneficiário da reforma agrária, conciliando, passo a passo, a execução física com os procedimentos de registros contábeis.

Para tanto, foi constituído por meio da Portaria/INCRA/P/Nº 473, de 22 de julho de 2010, GT integrado por servidores das áreas de obtenção de imóveis rurais e de assentamento de trabalhadores rurais, bem como da área de contabilidade, que tem como atribuição verificar a sistemática física da obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e de sua destinação aos beneficiários, bem como da respectiva legislação que as normatizam, a fim de viabilizar estudo dos procedimentos, passo a passo, e dar condições de se constituir uma proposição de contabilização dos referidos imóveis, que fique adequada às determinações do TCU, levando em consideração todos os estágios do processo, desde a obtenção até a destinação do imóvel.

Ressalte-se, contudo, que existem registros no Balanço Patrimonial da Autarquia das operações realizadas com a obtenção de imóveis para fins de reforma agrária, sendo que ao invés dos valores despendidos na obtenção dos referidos imóveis serem registrados no Ativo Permanente, contas de Bens Imóveis, os valores pagos em TDA (terra nua) e em espécie (benfeitorias) são lançados na conta 122491000 – Créditos a Receber de Parceleiros, tendo em vista que tais imóveis têm destinação direta aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

Esses registros são levados a efeito com base na rotina de contabilização da obtenção de imóveis destinados à reforma agrária com pagamento em TDA e em espécie, onde os registros de pagamento são efetuados por meio dos eventos 51.0.158 – Apropriação de Despesas com Aquisição de Imóveis por meio de TDA e 51.0.238 – Apropriação de Despesas com Aquisição de Imóveis para reforma Agrária – Pagamento em espécie, onde a conta 142119800 – Bens Imóveis a Classificar é debitada e creditada.

O evento 51.0.158 – Apropriação de Despesas com Aquisição de Imóveis por intermédio de TDA foi criado para uso exclusivo do Incra, conforme se pode observar no extrato "CONEVENTO".
O referido GT iniciou os trabalhos de levantamento das legislações para estudo e identificação das formas de obtenção de imóveis, a fim de enquadrar suas situações nas contas patrimoniais, no período em que os imóveis permaneçam sob seu domínio e posse até a sua destinação ao beneficiário da Reforma Agrária.

O primeiro passo do GT será identificar quais contas deverão ser utilizadas e/ou criadas para expressar e demonstrar claramente a situação dos imóveis obtidos para a reforma agrária, por tipo de obtenção e cada fase, até sua destinação final (titulação), oportunidade em que ocorrerá a contabilização na conta 122491000 – Créditos a Receber de Parceleiros com a baixa no imobilizado, criando uma rotina contábil, passo a passo. Em seguida, será formulado um rol de procedimentos para ajustar os valores representativos dos imóveis obtidos até então, que se encontram registrados na conta 122491000 – Créditos a Receber de Parceleiros, transferindo-os para as contas do permanente, Bens Imóveis.

**Recomendação XIII (b):** ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que institua sistemática para reaver os créditos concedidos e registrados na conta 1.2.2.4.9.10.00 – "Créditos a receber de parceleiros", que garanta ao beneficiário da Política Nacional de Reforma Agrária o direito de adquirir o título da parcela recebida, em caráter definitivo, mediante o pagamento do valor da terra, em conformidade com o disposto nos §§ 2º ao 6º do art. 18 da Lei nº 8.629/1993.

O montante de recursos arrecadados nos anos de 2008 a 2010 demonstra o retorno dos valores aos cofres públicos. Os valores arrecadados têm sido superiores aos estimados, o que configura que a sistemática adotada atualmente pelo Incra tem alcançado resultados.

| EXERCÍCIO | PREVISTO R$ | ARRECADADO R$ |
|---|---|---|
| 2008 | 11.925.155,00 | 21.221.301,00 |
| 2009 | 15.000.000,00 | 21.468.931,00 |
| 2010-(até 09.09.2010) | 18.105.453,00 | 10.984.682,00 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

O Incra assegura aos beneficiários a emissão da Guia de Recolhimento da União - GRU, entregue já com o valor final a ser pago, calculado pelas Superintendências Regionais, restando a eles tão somente efetuar o pagamento no Banco.

No valor calculado, são incluídos a atualização monetária, os descontos relativos a pagamento em dia, Programa Nossa Terra-Nossa Escola e Estatuto do Idoso, em conformidade com a Lei 8.629/1993 e normativos internos, além dos acréscimos em caso de pagamento em atraso.

De acordo com a data de emissão do título, o cálculo é procedido utilizando-se o banco de dados desenvolvido pelo Incra, ou por meio do aplicativo disponibilizado pelo TCU denominado "debito".

Encontram-se em andamento estudos para publicação de novos normativos disciplinando os procedimentos de cobrança e recebimento dos valores no intuito de aperfeiçoamento da sistemática atual.

**Recomendação XIII (c):** ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que recupere os créditos concedidos e registrados na conta 1.2.2.3.1.00.00 – "Empréstimos concedidos", operacionalizando a cobrança de créditos concedidos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que consista no mínimo em: inscrição dos créditos vencidos na DXXívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980; inscrição dos devedores inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN/MF nº 685/2006.

Antes de adentrar no mérito da sistemática para recuperação dos créditos concedidos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, é importante destacar a ausência de lei específica (ou ato normativo diverso) que auxilie o Incra na cobrança dos créditos concedidos.

No caso do crédito instalação concedido pelo Incra, a Autarquia defronta-se com diversos entraves no encaminhamento das questões relativas à concessão/cobrança de referidos créditos, quais sejam: I) da natureza especial de referidos créditos; II) do público alvo dos créditos - constituído por pessoas excluídas de outras políticas públicas de inclusão social; III) da ausência de norma exterior ao Incra que confira suporte jurídico específico e necessário para fixar os parâmetros de cobrança (v.g. taxa de juros, fator de correção, prazo para pagamento); IV) dificuldades estruturais para atuar como agente arrecadador de referidos recursos, etc.

Apesar de toda a dificuldade enfrentada, o Conselho Diretor Autarquia aprovou a Instrução Normativa Nº 64, de 21/10/2010, que estabelece os procedimentos para cobrança e recebimento dos créditos instalação, concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

# LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor, mediante decreto, sobre:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;(Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

.....

**PODER LEGISLATIVO**
**SENADO FEDERAL**
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**
**PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

| | |
|---|---|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | **R$ 58,00** |
| Porte do Correio | **R$ 488,40** |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | **R$ 546,40** |

**ANUAL**

| | |
|---|---|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | **R$ 116,00** |
| Porte do Correio | **R$ 976,80** |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | **R$ 1.092,80** |

.

## NÚMEROS AVULSOS

| | |
|---|---|
| Valor do Número Avulso | **R$ 0,50** |
| Porte Avulso | **R$ 3,70** |

**ORDEM BANCÁRIA**

| | |
|---|---|
| **UG - 020054** | **GESTÃO - 00001** |

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

| | | |
|---|---|---|
| **UG - 020054** | **GESTÃO - 00001** | **COD. – 70815-1** |

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

**CNPJ: 00.530.279/0005-49**




Edição de hoje: 952 páginas
OS: 2011/11324